

# **HISTORIA DO BRASIL-REINO E BRASIL-IMPERIO COMPREHENDENDO: A HISTORIA...**

---

Alexandre José Mello Moraes







F  
253  
.M53







*Drummond*

# HISTORIA

DO

## BRASIL-REINO E BRASIL-IMPERIO

COMPREHENDENDO:

A HISTORIA CIRCUMSTANCIADA DOS MINISTERIOS, PELA ORDEM CHRONOLOGICA DOS GABINETES MINISTERIAES, SEUS PROGRAMMAS, REVOLUÇÕES POLITICAS QUE SE DERÃO, E CORES COM QUE APPARECERÃO, DESDE O DIA 10 DE MARÇO DE 1808 ATÉ 1871 ; A DA CONQUISTA DE CAYENNA, DA INDEPENDENCIA DO BRASIL, E DAS CONSTITUIÇÕES POLITICAS, DESDE 1789 ATÉ 1834 ; E ACOMPANHADA : DA LISTA NOMINAL, E POR SUCCESSÃO, DOS SENADORES, DESDE A CREAÇÃO DO SENADO, EM 22 DE JANEIRO DE 1826, ATÉ O PRESENTE; DA DOS DEPUTADOS, DESDE 1823 ATÉ À ULTIMA LEGISLATURA DE 1869; E DA DO CONSELHO DE ESTADO, CREADO POR DECRETO DE 22 DE ABRIL DE 1821, PARA A REGENCIA DO BRASIL, ATÉ 1871.

PELO

*Dr. Mello Moraes (A. J. de)*

(Natural da cidade das Alagoas)

Deputado á Assembléa Geral Legislativa pela provincia das Alagoas, e autor de muitas obras litterarias e scientificas

Eu desta gloria só fico contente  
Que á minha terra ame e á minha gente.

FERRERA ( P. Lusitano )

**TOMO I**



**RIO DE JANEIRO**

TYP. DE PINHEIRO & C. RUA SETE DE SETEMBRO N. 159

1871

1907

# ANNUAL REPORT OF THE SECRETARY OF THE INTERIOR



THE SECRETARY OF THE INTERIOR  
DEPARTMENT OF THE INTERIOR  
WASHINGTON, D. C.  
1907



1907

# HISTORIA

## DAS CONSTITUIÇÕES POLITICAS DO BRASIL DE 1789 A 1825

CONJURAÇÃO MINEIRA DE 1789. — PRIMEIRAS SOCIEDADES  
SECRETAS

Já se haviam passado 12 annos que o Brasil em todos os seus pontos permanecia em paz, porque a morte de el-rei D. José, acontecida em 24 de Fevereiro de 1777 no palacio da Ajuda de Lisboa, elevando ao throno de Portugal sua filha a Sra. D. Maria I, esta não quiz continuar com as dissensões com a Hespanha sobre os negocios da America do Sul, e empenhou-se com sua mãe a rainha viuva D. Marianna Victoria para ir tratar com seu irmão D. Carlos III a respeito da paz entre Portugal e Hespanha, o que teve lugar, precedendo-se a mudança dos ministerios, que sem duvida embarçariam a negociação (\*).

As questões no sul da America erão quasi interminaveis; e por isso os portuguezes, de posse da colonia do Sacramento, sustentavão a guerra: a Hespanha, para reforçar suas tropas, havia mandado uma esquadra, composta de 120 velas, que sahio do porto de Cadiz a 13 de Novembro de 1776, commandada pelo almirante marquez de Casa Felly e sob as ordens do general hespanhol Pedro Cevallo Cortez Calderon, e chegando ás proximidades de Santa-Catharina, depois de varios conselhos e algumas circumstancias, desembarcaram os hespanhoes na enseada das Cannas-Vieiras, proxima á ponta do norte, na noite de 23 para 24 de Fevereiro do anno seguinte, sem a menor opposição do marechal de campo Antonio Carlos Furtado de Mendonça, transferido do governo de Goyaz para o de Santa-Catharina desde o começo do anno de 1775.

Foi em taes circumstancias que a rainha viuva conseguiu de seu irmão o tratado de S. Ildefonso de 10 de Outubro de 1777, que foi ratificado em 11 de Março de 1778, fixando os limites do norte e do sul, com a entrega da colonia do Sacramento e restituição da ilha de Santa-Catharina, sendo designado para recebe-la das mãos do marechal de campo D. Guilherme Vaughon o coronel do regimento da Bahia Antonio Francisco da Veiga Cabral e Camara (que nesse tempo estava no Rio de Janeiro), por portaria de 25 de Abril de 1778, com instrucções do vice-rei marquez de Lavradio, cuja ilha recebeu com o acto e posse de 3 de Agosto, tendo antes (30 de Julho) evacuado a ilha as tropas hespanholas, terminando tudo por uma solemnidade a Deos em acção de graças.

O coronel Veiga Cabral governou a capitania de Santa-Catharina até 5 de Julho de 1779, em que foi substituido pelo brigadeiro Francisco de Moraes Araujo Teixeira Homem.

Neste estado, pois, de paz permanecia o Brasil, quando os movimentos politicos dos Estados-Unidos, que não passavão desapercibidos no animo de muitos brasileiros, despertando idéas que já germinavão, fizeram que um facto singular se revelasse em

Minas-Geraes em 1786, mostrando desejos da independencia.

Governava então a capitania de Minas Luiz da Cunha Menezes, quando soube que se tramava uma revolução alli, sob os mesmos principios da que tinha tido lugar na America do Norte, e o governador julgou a denuncia tão pouco fundamentada, que lhe não deu a menor importancia, por julgar impossivel um tal acontecimento no estado em que permanecia a colonia portugueza.

No entanto o que se passava não era uma visão aérea; porém sim a idéa suprema de uma mudança formal na existencia politica do Brasil. Desprezada a denuncia pelo governador Cunha Menezes, os conspiradores mandaram com toda a cautela os seus emissarios para a Bahia e Rio de Janeiro, em procura de novos socios, para em tempo conveniente e com toda a segurança levarem a effeito a independencia, não só de Minas-Geraes, como de todo o Brasil.

Nenhum governador favorecia melhor os desejos dos conjurados do que o incredulo Luiz da Cunha Menezes; porém, sendo substituido em 11 de Julho de 1788 por Luiz Antonio Furtado de Mendonça, visconde de Barbacena, que, mais activo que seu antecessor, entendeu empregar maior severidade nas ordens régias relativamente á cobrança do quinto de ouro, que estava muito atrasada (imposto oneroso que se havia derramado sobre os mineiros), o povo ficou por isso muito desgostoso, e os conjurados acharam apropriadas as circumstancias para levarem a effeito a execução do seu plano, de ha muito em incubada fermentação.

Mas, não obstante o bem combinado dos planos e quasi segurança dos meios, os mais experimentados temião em razão da situação topographica de Minas; porque, sendo ella central, não efferecia vantagens para um rompimento tão perigoso como o que ia ter lugar. Para aplinar as difficuldades, mandaram ao Rio de Janeiro o alferes Joaquim José da Silva Xavier, mais conhecido pelo alcunha de Tira-Dentes, com o designio de dispôr a capital do Rio de Janeiro para a revolução, e, encontrando elle um seu comprovinciano (José Alves Maciel), que acabava de chegar da Europa, se entendeu com elle, e mais animado ficou por lhe dizer Maciel que a causa de Minas seria bem recebida pelas potencias que tinham reconhecido a emancipação dos estados coloniales da Inglaterra.

Isto, porém, não bastava; convinha que o emissario mineiro cumprisse com o que se lhe havia incumbido, que era persuadir aos fluminenses da necessidade de adherir á revolução para emancipar o Brasil da oppressão que soffria. Mas, sem que isto fizesse, volta para Ouro-Preto ou Villa-Rica o inexperienced Tira-Dentes, e communica a seus correligionarios o que se havia passado com Maciel, e elles, sem attenderem ao mais que faltava da missão do seu commissario, entram em conselho, e resolvem tambem levar a effeito os seus planos n.º

(\*) Ext. do *Brasil Historico* n. 60, 1ª serie, anno de 1854.

momento em que o visconde de Barbacena ordenasse a cobrança do imposto do ouro (derrama).

Um dos conspiradores, chamado Joaquim Silveiro dos Reis, foi ao governador e denunciou o facto, delatando os correligionarios e nomeando-os com todas as circumstancias. Barbacena, de posse do segredo que lhe fôra revelado por um miseravel traidor, immediatamente o transmittio ao conde de Rezende, vice-rei do Rio de Janeiro, o qual mandou sem perda de tempo prender os denunciados, o que teve lugar sem a menor resistencia, sendo todos processados e dali conduzidos para o Rio de Janeiro, á excepção do famoso poeta e grande magistrado Dr. Claudio Manoel da Costa (que, segundo me disse o Dr. Americo de Urzedo, fôra assassinado, ou conforme outros se suicidára) e Joaquim da Silva Pinto do Rego Fortes, que morrerão na cadeia de Villa-Rica.

Os mais vierão para o Rio de Janeiro, sendo incumbido de os conduzir o major José Botelho de Lacerda, do esquadrão de cavallaria, de que era commandante o tenente-coronel Camillo Maria Tonelet, creador desse corpo.

O major José Botelho era um homem distincto por seu nascimento e suas virtudes. Seu pai, o coronel Manoel Botelho de Lacerda, tendo sido governador da colonia do Sacramento, morreu no Rio de Janeiro. O conde de Rezende detestava o major Botelho, porque este não se curvava aos desconcertos do conde e nem tão pouco aos desregramentos de um de seus filhos, que pertencia ao esquadrão de cavallaria do seu commando.

Este moço era mui extravagante e estava acostumado a fazer tudo quanto queria impunemente, e, bem que fosse de boa indole, como não tinha educação, praticava toda a casta de desatinos.

Confiado no pai, era insubordinado, e por isso faltava ás suas obrigações militares; e o major Botelho, para manter a disciplina do seu corpo, prendia-o, embora fosse filho do vice-rei, sem lhe faltar a consideração. O conde de Rezende, quando sabia da prisão do filho, ficava furioso, mas não se atrevia a desrespeitar o major José Botelho, por conhecer-lhe o caracter e genio; porém vingava-se em atormentá-lo em tudo o que podia.

Botelho dormia vestido, bem como os officiaes do esquadrão e soldados, conservando sempre os cavallos arreitados, mas sem freio, para poderem comer; porque o conde de Rezende, para atormentá-lo, costumava a mandar ás 2 ou 3 horas da madrugada bater com toda a força na porta do commandante, na rua do Ouvidor, para que ás 4 ou 5 horas se achasse com o esquadrão para fazer exercicio no campo de S. Christovão, ou no Cajú, muitas vezes no Andarahy e outras no Botafogo, ou para onde lhe dava na cabeça.

A's vezes, para cohonestar os seus desconcertos, apparecia quando era menos esperado a estas revistas, a vêr se achava um motivo para perder a Botelho. Muitas vezes mandava ás 2 horas da manhã bater na porta do commandante, dizendo que lhe queria fallar immediatamente. Botelho, por obediencia, levantava-se da cama, vestia-se, montava a cavallo e partia para palacio, onde o conde o fazia esperar em uma sala até que o dia amanhecesse, que era quando lhe apparecia para lhe dar uma ordem ou fazer-lhe alguma pergunta; e foi no meio deste viver de continuados tormentos que o vice-rei conde de Rezende mandou ao major José

Botelho de Lacerda á capitania de Minas conduzir os presos da conjuração mineira, não tanto pelobem do serviço real, como para achar motivos a exercer a sua vingança. Botelho, sem hesitar, partio com os seus soldados para Ouro-Preto, recebeu os presos e com elles se encaminhou para o Rio de Janeiro.

Contava José Botelho que esses homens (os presos) durante a viagem nunca se queixáram nem falláram sobre os motivos da sua prisão: sempre calados se conservavam, e por isso merecerão do honrado commandante José Botelho, os maiores respeito e sincera consideração.

Contou-me, por vezes, em nossas familiares practicas, a Exma. Sra. marquesa de Jacarepaguá, illustre e nobilissima fidalga, a quem tributei sempre respeitosa e dedicada amizade, que seu tio, ou antes seu pai de adopção, o major José Botelho de Lacerda, de quem foi herdeira universal, dizia muitas vezes, no lar domestico, que lhe cortava o coração vêr tantos homens de talento algemados sobre cavallos, que erão puchados por tropeiros, sujos e mal vestidos por não terem trazido roupa.

No primeiro dia dormirão algemados; porém na outra noite o desembargador Thomaz Antonio Gonzaga pediu ao major José Botelho que lhe tirasse as algemas, para poder escrever uns versos, que a desgraça lhe havia inspirado; e sendo satisfeito o seu desejo, Alvarenga fez o mesmo pedido e Botelho tirou então as algemas de todos, expondo-se assim a que elles fugissem ou houvesse alguma sublevação; porém o comportamento desses illustres prisioneiros de estado foi tal, que Botelho, já cheio do mais profundo respeito, lhes dava milhares de satisfações, quando era obrigado a lhes pôr as algemas, no acto de continuarem a viagem.

O desembargador Thomaz Antonio Gonzaga escreveu, na cadeia de Villa-Rica, á sua Marília as lyras 3, 26 e 35, da 2ª parte das suas poesias.

Quando, em viagem, pediu a Botelho para lhe tirar as algemas, escreveu a lyra 17, que, do caminho e por intermedio de Botelho, mandou á D. Maria Dorothea, que assim se exprimia:

« Se lá te chegarem  
Aos ternos ouvidos  
Uns tristes gemidos,  
Repara, Marília,  
Verás que são meus.  
Ah! dá-lhes abrigo,  
Marília, nos peitos;  
Ahi os conserva  
Em laços estreitos,  
Unidos aos teus.

« O vento ligeiro,  
De ouvi-los movido,  
Os pede a Cupido,  
Que a todos apanha  
E lá t'os vai pôr.  
Ah! não os desprezes,  
Porque se conspira  
O céo em meu damno,  
E a gloria me tira  
De honrado pastor.

« Tem estes suspiros  
Motivo dobrado:  
Perdi o meu gado;  
Perdi, que mais vale,  
O bem de te vêr.



Se os não receberes  
Amante por ora,  
Por serem de um triste;  
Os deves, pastora,  
Por honra acolher.

« Virá, minha bella,  
Virá uma idade,  
Que, vista a verdade,  
Gostosa me entregues  
O teu coração.

Os crimes deshonrão  
Se são existentes:  
Os ferros, que opprimem  
A's mãos innocentes,  
Infames não são.

« Chegando este dia,  
Os braços daremos;  
Então mandaremos  
Do gosto e ternura  
Suspiros aos céos.

Pôr-me-hão no sepulchro  
A honrosa inscripção:

« Se teve delicto,  
« Só foi a paixão,  
« Que a todos faz réos. »

O major José Botelho de Lacerda, extremamente commovido por tantas desventuras em homens de illustração e de elevadas posições sociaes, cheios de nobreza e de sentimentos, os tratou durante a viagem mais como amigos, que como prisioneiros, trazendo-os sem algemas; e, só com receio do conde de Rezende, quando se approximava a algum pouso aberto, em que elles tinham de se arrancar, é que lh'as botava, e então só lhes eram tiradas na occasião da comida. Porém se o pouso era em lugar onde ninguem o podia denunciar, Botelho pedia casa commoda em que pudesse ficar com os seus presos, e determinava que a sua propria comida fosse mandada para o quarto onde elles ficavam, e então fechava as portas, tirava-lhes as algemas, e comia e dormia juntamente com elles.

Referio-me por muitas vezes minha nobilissima e illustrada amiga, a Exma. Sra. marquesa de Jacarepaguá, que seu tio sempre contava, que as conversações dos presos mineiros eram sobre cousas geraes, e nunca sobre os motivos dos seus infortúnios. O desembargador Gonzaga e Alvarenga levavam parte da noite a fazer, e recitar versos relativos aos seus amores e ás suas familias.

O major José Botelho se tornou tão amigo desses illustres prisioneiros, que não se esqueceu jamais delles, e lamentava não lhes poder prestar serviço algum. Quando foram sentenciados, dizia elle á sua mulher que não podia dormir, por se lembrar, que tinha de ir assistir, com o seu esquadrão, á execução de um homem a quem elle desejava salvar. E quando chegou á casa, no dia da morte do alferes Joaquim da Silva Xavier (o Tira-Dentes), foi tão cruelmente compungido, que disse á sua familia que em tempo algum tinha aborrecido á vida militar, como naquella occasião, e que desejava deixar a farda.

O major José Botelho de Lacerda, até hoje esquecido, foi um official que fez honra ao Brasil: nascido na colonia do Sacramento e seguindo a vida militar, foi tal o seu comportamento, que, tendo

por inimigo o louco conde de Rezende, durante os 12 annos que este esteve como vice-rei do Rio de Janeiro, não achou nelle a menor falta, por onde se pudesse vingar do illustre Botelho.

Pouco tempo depois da ida do conde de Rezende para Lisboa, declarou-se em Botelho uma hydropesia de peito, que lhe durou 3 annos, e com horribes soffrimentos. Dizia elle muitas vezes á sua familia e a seus amigos: « Quem me mata é o conde de Rezende, porque durante o seu governo eu não dormi uma noite socegado; estremecia sempre a que se me batia no porta, esperando uma traição promovida por elle. »

O major Botelho, não podendo resistir á gravissima enfermidade, deixou de viver, sendo sepultado na igreja de S. Francisco de Paula, onde era irmão terceiro.

O seu retrato existia, muito estimado, collocado na sala de visitas da Exma. Sra. marquesa de Jacarepaguá, e é provavel que seus herdeiros o conservem na mesma estimação, em que o tinha aquella nobilissima senhora, á cuja memoria tributo amizade, profundo respeito e sincera veneração (\*).

Vivendo em minha companhia o meu illustrado parente e amigo, o coronel Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva (\*\*), chronista do imperio, apesar das suas enfermidades, em um dia o convidei para escrevermos um compendio de chorographia, que servisse para a instrucção da mocidade, tomando cada um de nós as partes que combinámos, e em pouco tempo, terminado o nosso trabalho, o entregámos aos prelos do prestimoso Francisco de Paula Brito.

Divulgado o livro, concebi a idéa de escrever uma obra ampla sobre o Brasil, e dei principio a haver documentos para o meu empenho; e encontrando-me, proximo á casa da relação, com o Sr. João Ximenes de Araujo Pitada, depois de algumas palavras sobre o livro que havíamos publicado, fallei-lhe na conjuração do Tira-Dentes, e elle me disse ter visto, em tempos passados, o processo original feito aos comprometidos na conjuração mineira, na secretaria do imperio, e dentro de um sacco verde.

Com effeito, no dia seguinte, dirigindo-me ao ministro do imperio, o Sr. conselheiro Pedreira, me facultou o exame do processo, caso existisse na secretaria; e pelo meu grande empenho, se o achando, o mandei copiar, e se achá integralmente impresso no meu *Brasil Historico*, á excepção de algumas peças de pouca importancia, e do sequestro dos bens dos presos, mandado fazer pela justiça.

Appenso ao processo original encontrei um exemplar das constituições dos Estados-Unidos da America do Norte, traduzidas em francez (\*\*\*), o que me deixou claramente conhecer que a revolução de

(\*) O leitor talvez não conheça quem foi o conde de Rezende. Para lhe dar uma idea dessa peste da fidalguia portugueza, veja-se no *Brasil Historico* o que publicámos.

(\*\*) Moravamos na rua de S. Pedro, casa n. 316. onde escrevi a *Physiologia das Paixões* e o *Ensaio Chorographico do Imperio do Brasil*.

(\*\*\*) Quando tive noticia que a capital de Santa-Catharina diligenciava livros para formar a sua bibliotheca, lhe mandei de presente o exemplar das constituições, appenso ao processo original de Tira-Dentes, pondo-lhe uma declaração, na qual me assignei. Este livro deve estar na bibliotheca de Santa-Catharina.

Minas era uma realidade, e que ou já tinham escripto *constituição*, para a nova republica, ou estava planejada, visto existir nas constituições americanas a base para ella.

Martinho de Mello e Castro, accusando a recepção das cartas e cópia da devassa remettidas pelo visconde de Barbacena em data de 29 de Setembro de 1790, escreve-lhe uma longa carta, na qual trans-luz a idéa que tinham os conjurados sobre este assumpto :

## I

A' Sua Magestade foi presente o officio de V. S. com data de 10 de Fevereiro do presente anno, que acompanhou á devassa mandada tirar nessa capitania por ordem de V. S., em consequencia das denuncias que lhe fizeram, e mais noticias que tove da conspiração que ali se tratava e dispunha, com as odiosas circumstancias que constão da mesma devassa (\*).

## II

O vice-rei Luiz de Vasconcellos e Souza tambem remetteu á real presença a outra devassa que mandou tirar no Rio de Janeiro, e achando-se alli, assim as duas devassas originaes, como a maior parte dos réos, e entre elles os principaes chefes da conjuração, entendeu Sua Magestade que na relação da mesma capital devião ser processados e sentenciados os ditos réos, e com este fim nomeou os ministros, e expedio as ordens que manda communicar a V. S., com a carta régia que lhe vai dirigida, não sendo preciso, á vista della, dizer eu a V. S. que o seu comportamento não desmereceu a Sua Magestade a sua real approvação, attendidas ás circumstancias deste inaudito acontecimento e ás em que

V. S. se vio, como refere na sua carta anterior de 11 de Julho do anno proximo passado.

## III

Considerando a mesma Senhora, em consequencia do referido, que o regimento de cavallaria dessa guarnição nem é a tropa que baste, nem alguns dos seus officiaes derão provas de se poder contar com elles; mas, antes pelo contrario, como aconteceu com o tenente-coronel do mesmo regimento, ordenou Sua Magestade que o regimento de Extremoz, que guarnece á capital do Rio de Janeiro, fosse guarnecer á capital de Minas, nomeando para chefe do mesmo regimento ao brigadeiro Pedro Alvares de Andrade, que se acha proximo a embarcar com os ministros acima indicados, e leva na sua companhia alguns officiaes para servirem na cavallaria de Minas e no dito regimento de Extremoz.

## IV

O referido brigadeiro poderá ter alguma pequena demora no Rio de Janeiro, e neste meio tempo V. S. ajustará com o vice-rei o modo mais commodo á tropa e menos dispendioso ao erario, com que se faça a sua passagem á essa capital, e que possa ficar servindo de regra para as marchas futuras da guarnição de Minas-Geraes, principalmente do regimento de infantaria, que poderá ser mudado de 3 em 3 annos ou como a Sua Magestade melhor parecer.

## V

Com esta providencia se entende aqui que fica sufficientemente acautelado qualquer acontecimento futuro, porque ainda que, olhando para as vastas medidas de que os fautores da conjuração se lem-

(\*) « Sebastião Xavier de Vasconcellos Coutinho, do meu conselho, do da minha real fazenda e chanceller nomeado da relação do Rio de Janeiro. — Eu a rainha vos envio muito saudar.

« Sendo-me presente o horrivel attentado contra a minha real soberania e suprema autoridade, com que uns malevolos, indignos do nome portuguez, habitantes da capitania de Minas-Geraes, possuidos do espirito de infidelidade, conspirarão perfidamente para se subtrahirem da sujeição devida ao meu alto e supremo poder, que Deos me tem confiado, pretendendo corromper a lealdade de alguns dos fieis vassallos mais distinctos da dita capitania, e conduzir o povo innocente a uma infame rebelião; fui servida nomear-vos, e aos Drs. Antonio Gomes Ribeiro e Antonio Diniz da Cruz e Silva, para passardes á cidade do Rio de Janeiro, e nella sentenciardes summariamente em relação os réos que se acharem culpados nas devassas, que deste detestavel delicto se tirarem, tanto por ordem do vice-rei e capitão-general de mar e terra do estado do Brasil Luiz de Vasconcellos e Souza, como por ordem do governador e capitão-general de Minas-Geraes, o visconde de Barbacena, havendo por supprida qualquer falta de formalidade, e por sanadas quasquer nullidades juridicas, positivas, pessoas ou territoriaes, que possão haver nas ditas devassas, resultantes da disposição de decreto positivo, attendendo somente ás provas, segundo o merecimento dellas, conforme o direito natural, sendo vós o relator, e adjuntos certos os sobreditos Drs. Antonio Gomes Ribeiro e Antonio Diniz da Cruz e Silva, com os mais ministros que o vice-rei nomear e vós lhe propuzdes, ou sejam dos desembargadores que servem na relação do Rio de Janeiro, ou quaesquer outros ministros de qualquer graduação da mesma capitania, ou das ou-

tras do estado do Brasil, os quaes, sendo por vós requeridos ao vice-rei, elle os fará convocar, em conformidade das ordens que lhe mando expedir; havendo, porém, nas devassas alguns dos mesmos réos que sejão ecclesiasticos, separareis dellas a parte que lhes tocar, para, em acto separado, com a cópia das suas culpas, serem por vós, com os adjuntos, sentenciados, como fôr justiça, por lhes não pertencer privilegio algum de isenção nos crimes exceptos, dos quaes o de lesa-magestade é o primeiro e o mais horroroso, com declaração, porém, de que a sentença condemnatoria, que contra elles fôr proferida, deverá ficar em segredo, e fazer-se-me presente para eu resolver o que fôr servida, conservando-se entretanto os réos em rigorosa e segura custodia; havendo igualmente, entre os mesmos réos, outros, que, nem fôrão dos chefes e cabeças da dita conjuração, nem entrarão ou consentirão nella, nem a fomentarão, nem se acharão nas assembleas e conventiculos em que os conjurados tinham as suas criminosas sessões e fazião os seus perfidos ajustes, mas que, tendo tão somente noticia ou conhecimento da mesma conjuração, não a declararão nem denunciarão em tempo competente, ordeno que as sentenças proferidas contra esta ultima qualidade de réos se remetão á minha real presença, suspendendo entretanto a execução dellas, e ficando os réos em segura custodia.

« Para escrivão ou escrivães dos autos das devassas o vice-rei nomeara os que por vós lhe forem propostos, ou sejam desembargadores ou magistrados inferiores. E para vos auxiliar na proposição de tão volumoso processo podereis valer-vos de qualquer dos desembargadores da casa da supplicação, vossos adjuntos. Para os casos de empate ou para qualquer outro incidente, que necessite de nomeação de juizes ou de commissão,

brário, e para tudo o que se tratou nas suas assembleas, pareça que a contaminação sediciosa abrangia grande parte da capitania de Minas ou quasi toda ella, e que já se estendia a outras, taes como a do Rio de Janeiro e S. Paulo.

E neste caso seriam precisas precauções mais poderosas para conter esses povos; o certo é que, examinados attentamente os precisos termos das duas devassas, combinados com a devida reflexão os ditos dos que depuzeram nellas, com separação do que é verdadeiro ao que é fantastico, e comparados os mesmos ditos com os factos realmente existentes ao tempo em que V. S. foi informado da criminosa maldade que se tramava, tudo o que se descobre com evidencia é que alguns habitantes dessa capitania, da classe daquelles que, pelo seu estado, empregos e cabedais, se consideravam e eram reputados dos mais distinctos della, intentarão fazer um levante, e com este fim formárão diferentes assembleas e conventiculos, em que largamente tratárão dos meios e modos de o praticar.

Que estes primeiros fautores do dito levante communicarão o seu intento a outros seus semelhantes, que julgáráo mais aptos e dispostos ao mesmo fim, e destes alguns assentárão e convierão no referido levante, declarando-se consocios, os quaes, juntos aos primeiros, não excederão o numero de dez ou doze.

Que fallando e convidando outros, alguns destes, ainda que não desappróvarão o referido levante, não quizerão comtudo ter parte nelle; outros ficarão indifferentes, e outros o julgáráo chimerico e impraticavel.

Que durando esta fermentação e tendo-se as di-

ainda especial e immediatamente emanada da minha real pessoa; e tambem nos casos de impedimento ou falta do escrivão ou escrivães, o vice-rei, com o vosso parecer, nomeará os que forem mais idoneos, ou da relação do rio de Janeiro, ou de entre os magistrados de maior ou de menor gradação que elles servirão ou actualmente servem em toda a extensão das capitancias do Brasil, e para os casos de empate, em que a decisão compete aos governadores da relação, o voto do vice-rei, como regedor, deverá ter lugar e será igualmente decisivo; achando-se, porém, impedido o dito vice-rei, vós o substituireis, e o vosso voto terá a mesma força e qualidade, e porquanto a conjuração de que se trata foi maquinada na capitania de Minas, e do resultado das sobreditas devassas poderá ser necessario expedirem-se ordens aos ministros daquella capitania, ou ainda aos das mais capitancias, ou mandarem-se a ellas outros ministros, incumbidos de commissões particulares, ou para conhecerem, inquerirem e devassarem sobre objectos relativos a esta commissão de que vos tenho encarregado, ou, emfim, para outras quaesquer diligencias de diversa natureza, conserentes ao meu real serviço, ordeno que em todos, e cada um dos referidos casos, ou outros semelhantes, procedendo vós sempre de accordo e intelligencia com o vice-rei, expedireis todas as ordens que vos parecerem convenientes aos referidos ministros, para o que vos concedo toda a necessaria jurisdicção, encarregando-se o mesmo vice-rei de as auxiliar e sustentar, na forma que lhe determino em carta que a este fim lhe vai dirigida.

« No caso do vosso impedimento, qualquer que elle seja, o mesmo vice-rei tambem proverá, como lho tenho ordenado, e isto sem embargo de quaesquer leis, disposições de direito, privilegios ou ordens em contrario, que todas hei por derogadas para os ditos effeitos por esta vez somente, ficando ulás sempre em vigor. Escripita em Lisboa, em 17 de Julho de 1790. — RAÍNA. »

tas assembleas e conventiculos, sem grandes cautelas, nessa capital de Villa-Rica por tempo de 4 ou 5 mezes, sem que V. S. tivesse dellas, nem do que se tramava, o menor conhecimento nem a mais leve suspeita, ultimamente o veio a saber por depuizção do coronel Joaquim Silverio dos Reis, que, sendo ao principio um dos mais acerrimos instigadores, da conjuração, tomou o mais seguro partido, ainda que tarde, de a vir denunciar.

E participando V. S. esta noticia ao vice-re Luiz de Vasconcellos e Souza, e mandando passar ao Rio de Janeiro o coronel denunciante para informar de viva voz ao dito vice-rei, resultou daqui a prisão, por cautela, do mesmo coronel e a de outro dos conjurados, que se achava no Rio; e, logo que a noticia destas prisões chegou a Minas-Geraes, julgando por ella os outros conjurados que se achavão descobertos todas as fantasticas medidas e sedicioso plano traçado, e disposto por elles nas suas assembleas e conventiculos, e forjado nas suas agitadas imaginações, de terem promptos para entrar no levante, uns 50, outros 100 e outros 200 e mais homens, de se acharem igualmente promptos todos, ou a maior parte dos habitantes do Tejuco e districto dos diamantes, de se dever contar com a gente que havia vir do Rio de Janeiro em soccorro dos conjurados de Minas, de se ter avisado a S. Paulo para que alli tambem se levantassem, de se fabricar polvora com os mixtos do proprio paiz ou de se mandar vir de fóra, de se mandarem emboscar 600 homens armados de espingardas e facões junto á essa capital, para entrarem nella improvisamente ao primeiro signal que para isso lhes desse, e de se extinguir, emfim, nessa capitania o dominio de Portugal, formando-se de toda ella uma republica á imitação do que praticárão as colonias inglezas; todas estas vãs e sediciosas disposições com que os ditos conjurados reciprocamente se lisonjeavão, e ao mesmo tempo enganavão uns aos outros, representando como certas, seguras e promptas a se executarem emquanto não forão descobertas; logo que o forão, repentinamente desaparecerão, reduzidas effectivamente á nada, sem dellas existir o menor vestigio, e o que sómente appareceu forão os mesmos conjurados sóz e desamparados, abatidos e confusos, preoccupados de um terror panico, destituidos de todo o auxilio ou esperanças delle, e só acompanhados e opprimidos de confusão e do opprobrio da sua abominavel perfidia.

## VI

O tenente-coronel de cavallaria de Minas Francisco de Paula Freire de Andrade, que nas assembleas e conventiculos mostrava ter certo e seguro todo o seu regimento, para auxiliar e fortificar a sublevação, logo que se vio descoberto não recorreu ao mesmo regimento, de cujo commando até por inerte se fazia indigno; mas tendo-se retirado á sua fazenda dos Caldeirões, dalli procurou dar uma falsa cor á sua conhecida perfidia por meio de uma intempestiva, affectada e diminuta depuizção, que veio fazer a V. S., e excepto elle e alguns officiaes, que a V. S. se fizerão suspeitos, e que nomêa na sua carta de 11 de Julho, todo o mais corpo do mesmo regimento, principalmente soldados, com o seu honrado sargento-mór á testa, Pedro Affonso Galvão de S. Martinho, se mostrarão tão isentos de toda a suspeita, que ao dito sargento-mór incul-

bio V. S. da prisão que fez do seu perverso tenente-coronel, e aos outros officiaes e soldados das mais diligencias que constão da mesma carta, e que des-empenbãrão com toda a promptidão e indisputavel fidelidade.

## VII

O vigario de S. José, Carlos Corrêa de Toledo, que entre os seus consocios se considerava o mais poderoso em ter grande numero de habitantes do Rio das Mortes á sua devoção, e do qual se asseverava nas assembléas e conventiculos que assim elle, como seu irmão o sargento-mór Luiz Vaz de Toledo, havia fallado á muita gente da freguezia de S. José da Borda do Campo e do districto do Tamanduá, e que to... estava prompta a entrar no levante. Este mesmo vigario, achando-se hospede em casa do mestre de campo Ignacio Corrêa Pamplona em 20 de Maio, e recebendo alli, pela meia-noite, um bilhete de aviso, em que os conjurados communicavão uns aos outros de se acharem descobertos, concebido o dito bilhete nos termos seguintes :

« Que na cidade do Rio de Janeiro se achavão presos o alferes de cavallaria de Minas Joaquim José da Silva, por alcunha o Tira-Dentes, e o coronel dos auxiliares Joaquim Silverio dos Reis; que em taes circumstancias se acautelassem, ruas que em todo o caso cumpria antes morrer com honra, e quem não era capaz de emprezas se não devia metter nellas. »

O dito vigario, logo que recebeu o dito aviso, em lugar de se ir unir ao grande numero de gente que antes asseverava ter prompta, ao contrario, o foi achar o referido Pamplona no seu quarto, afflicto e como fóra de si, fazendo-lhe vêr no bilhete acima indicado, que lhe deu a ler, o motivo da sua consternação; e tomando o mesmo vigario o partido da fuga, se foi encontrar com o outro conjurado o coronel Francis Antonio de Oliveira Lopes, a quem se attribue o mencionado bilhete, no sitio ao pé da serra.

E dizenco-lhe o dito coronel: « que já agora sempre se havia de fazer a conjuração, » lhe perguntara o vigario: « com que gente? » e não lhe dando o coronel resposta, continuou o vigario a dizer « que se houvesse alguns brancos poderia cada um destes levar um negro; » porém ainda tornou a perguntar ao coronel « quem havia de ir com esta gente, » ao que elle respondeu « que podia ir com ella o irmão do dito vigario o sargento-mór Luiz Vaz de Toledo, » ao que respondeu o mesmo vigario « que seu irmão, não, mas que fosse elle dito coronel, » ao que este disse: « pois irei; » mas com uma frieza tal—que elle vigario ficou entendendo que não ia dar principio á conjuração nem podia ir, porque não havia gente alguma, pois ainda que elle vigario ficou de apromptar a da villa de S. José, a ninguém fallou em termos claros, e só a alguns tinha fallado com disfarce, dizendo o que podia ter para sondar os seus animos.

## VIII

Proseguio o vigario sobredito a sua fuga, com tal desalento e perturbação, que, assim elle, como os outros co-réos, em diferentes partes forão presos sem a menor resistencia, e sem que alma viva se presentasse ou apparecesse em seu soccorro, e o

povo tão ignorante e alheio da verdadeira causa das ditas prisões, que no principio as attribuiu a extravio de ouro, suppondo por consequencia que os ditos réos até erão capazes de ter commettido semelhante crime.

## IX

Dos factos acima indicados claramente se vê que, não passando de 10 ou 12 os principaes factores da dita conjuração, e trabalhando 40 livremente, sem o menor obstaculo nem receio, por tempo de 4 ou 5 mezes para attrahir gente ao seu partido, e deixando correr com o mesmo fim, e com a mais desenfreada soltura, o alferes de cavallaria de Minas Joaquim José da Silva Xavier a clamar pelas casas de Villa-Rica, pelas ruas, estradas e estalagens do caminho do Rio de Janeiro e por aquella capital, proferindo em toda a parte as mais sediciosas imposturas, dirigidas a sublevar os povos, sem haver quem os contivesse, nada mais puderão os ditos conseguir que o que acima fica referido.

## X

Vê-se igualmente que, não podendo os mesmos conjurados engrossar o seu partido, e vendo frustradas todas as suas diligencias recorrêrão ao arbitrio de esperar pelo lançamento da derrama, que montava em 58 arrobas de ouro ou ainda mais, entendendo que esta era a occasião mais favoravel de induzir os povos a se levantarem.

## XI

São, porém, bem notaveis a este respeito, e dignas de toda a attenção, as duas circumstancias seguintes: a primeira, o abandono e desamparo a que a administração da fazenda real se acha reduzida em Minas-Geraes, vendo-se o mais importante rendimento desta corôa, qual é o quinto do ouro, que deve ser de 400 arrobas por anno ou de 614:400g, diminuindo gradualmente de anno em anno até o reduzirem, como tem reduzido a 42 arrobas ou 258:048g, ou talvez ainda menos, em que presentemente se acha; a segunda, que faltando para o complemento do quinto 58 arrobas ou 354:352g, é esta somma verdadeiramente excessiva para se lançar de uma vez sobre esses habitantes, bastando essa consideração para V. S. mandar suspender interinamente a dita derrama, emquanto dava conta a Sua Magestade.

## XII

Vê-se da mesma sorte que, além da razão acima indicada, que V. S. teve para a dita suspensão, accresce mais ser V. S. improvisamente sorprendido com a denuncia que lhe fez o coronel Joaquim Silverio dos Reis, concebida nos termos que V. S. refere na sua carta, e são os seguintes: « Que se achava tratada e ajustada uma ampla conjuração, e sublevação contra o legitimo dominio de Sua Magestade e da sua real corôa, pela maior parte das pessoas consideraveis desta capitania, as quaes tinham a seu favor a tropa regular, e contavão com o auxilio e alliança do Rio de Janeiro, para onde tinha partido já o alferes do regimento Joaquim José da Silva Xavier a tratar deste negocio, e convocar maior numero de sequazes para se concluir depois



da sua vinda, e na occasião do lançamento da derrama, que esperavam tivessem lugar neste anno. »

## XIII

Vê-se, porém, nesta denuncia a duplicidade e malícia, com que o denunciante, ainda que substancialmente disse a verdade, a disfigurou e alterou com exagerações e circumstancias, que certamente não havia. Disse o denunciante que se achava tratada e ajustada uma conjuração e sublevação, e nisto disse a verdade; accrescentou, porém, que entrava nella a maior parte das pessoas consideraveis da capitania, e o que consta das devassas é que os que entravam na conjuração eram tão somente 10 ou 12, um dos quaes tinha sido o mesmo denunciante.

Disse mais que os conjurados tinham a seu favor a tropa regular, e o que tão somente tinham era o tenente-coronel da mesma tropa, e alguns officiaes que somente se fizeram suspeitos; todo o mais corpo do regimento, com o seu sargento-mór, se achavam inteiramente alheios das perniciosas intenções do seu commandante e de nenhuma sorte dispostos a segui-los.

Disse, enfim, o denunciante que tambem contava com o auxilio e alliança do Rio de Janeiro; das devassas, porém, não consta, muito particularmente da que se tirou naquella capital, que alli houvesse alguém que entrasse na dita conjuração, ou se declarasse parcial della, nem que desse ouvidos ás sediciosas declamações do alferes Joaquim José da Silva; antes regularmente o evitavam, reputando-o por louco e furioso.

## XIV

Não sabendo V. S., nem podendo saber, alguma destas circumstancias no repente com que se lhe fez a sobredita denuncia, não podia ella deixar de o pôr no maior desasocego e inquietação, porque, a ser certo quanto nella se dizia, não restava a V. S. para sustentar a autoridade do seu governo mais que o fraco soccorro dos seus ajudantes de ordens, representando-se-lhe revoltada toda a mais capitania, e nesta consternação, segurando-se-lhe na mesma denuncia que os fautores da conjuração, para pôr em pratica, somente esperavam o lançamento da derrama, se determinou V. S. não só a manda-la suspender, mas a declarar por carta, com data de 23 de Março de 1789, assignada por V. S., assim á camara de Villa-Rica, como as mais camaras da capitania, que a dita derrama ficava suspensa emquanto dava conta a Sua Magestade.

## XV

E' certo que com esta providencia tirou V. S. aos conjurados a occasião, que elles entendiam a mais favoravel para induzir o povo a se sublevar; mas tambem é certo que a mesma providencia não foi bastante para os desanimar e deixarem de continuar nos seus sediciosos intentos; antes, pelo contrario, logo que virão a carta de V. S., escripta ás camaras, em que lhes declarava e segurava a suspensão da derrama, sem que elles tivessem feito a V. S. algum requerimento ou representação preliminar a este respeito, sobre que houvesse de recahir a dita declaração e segurança, que entenderão

os ditos conjurados, como não podiam deixar de ficar entendendo, foi que V. S. não daria este passo sem ser obrigado por alguma noticia, que lhe houvessem dado do levantamento de que se tratava, e para se tirarem desta duvida encarregarão ao audaz desembargador Thomaz Antonio Gonzaga, ou elle mesmo se encarregou de o saber da propria pessoa de V. S., e este, e não outro, foi o fim da conversação, ao que V. S. chama ao parecer atrevida, sendo na realidade cavilosa, insolente e sediciosa pratica ou conferencia, que o dito Gonzaga procurou ter com V. S. em sua casa, logo depois da suspensão da derrama, e que V. S. refere na sua carta de 11 de Julho.

## XVI

Começa o referido Gonzaga « exagerando a V. S. a obrigação em que lhe estava o povo de Villa-Rica pela suspensão da mesma derrama, accrescentando que queria levantar-lhe uma estatua. » E', porém, de advertir que se a suspensão da derrama causou no povo o alvoroço e contentamento que Gonzaga inculcou, não era elle, mas a camara de Villa-Rica a que devia mostrar-se agradecida em nome do mesmo povo, por ser ella quem o representa, e a quem V. S. escreveu, fazendo-lhe saber a suspensão da dita derrama; não constando, porém, que ella fizesse alguma demonstração, e guardando ao contrario um profundo silencio, é evidente que o contentamento e alvoroço não foi do povo, mas dos co-réos de Gonzaga e seus adherentes, que, sendo dos mais abastados da capitania, sobre elles cabia o maior peso da contribuição.

E, ou por este motivo, ou por ter V. S. já bastante conhecimento do perverso animo do dito Gonzaga, não lhe dando resposta concernente a proseguir elle no mesmo discurso; mas, desviando-o para outras materias, passou logo o mesmo Gonzaga insolentemente a fazer-lhe o bem claro ameaço, dando-lhe a entender que « com a suspensão da derrama tinha V. S. evitado uma sublevação a que o povo se achava disposto, e que para ella se effectuar só lhe faltavam duas cabeças. »

Tornou V. S. a desviar, com inimitavel prudencia esta sediciosa pratica, fallando em diverso assumpto, e mostrando-lhe assim que a não queria ouvir; elle, porém, com inaudito atrevimento, insistindo na mesma pratica, a proseguio, « encarrendo a V. S. a superior vantagem dessa capitania para a sua independencia, defesa e subsistencia, pela sua riqueza e situação natural, e que merecia estar sempre nas meninas dos olhos do ministério; » e não conseguindo com estes sediciosos rodeios tirar de V. S. o que procurava saber, e sendo já muito tarde foi obrigado a retirar-se, com promessa de voltar brevemente, como V. S. refere na mesma carta.

## XVII

Depois deste encontro, proseguirão os conjurados nos seus perniciosos intentos, até que, chegando a Minas-Geraes em 20 de Maio a noticia de se acharem presos no Rio de Janeiro o coronel Joaquim Silverio dos Reis e Joaquim José da Silva Xavier, e que tambem vinha tropa, mandada pelo vice-rei á ordem de V. S., todos os conjurados se consternarão e abatêrão, e todos foram successivamente presos, sem a menor resistencia, na forma acima indicada.

## XVIII

Delles remetteu V. S. logo para o Rio de Janeiro o sobredito desembargador Thomaz Antonio Gonzaga, o coronel de auxiliares Ignacio José Alvarenga, que antes tinha sido ouvidor, e ao vigário da villa de S. José Carlos Corrêa de Toledo, reputado todos tres em diferentes passagens das devassas pelos principaes autores e primeiros chefes entre todos os da conjuração, procedendo-se á devassa no Rio de Janeiro; e vindo a perguntas os tres referidos conjurados, os dous ultimos confessarão de plano, e o primeiro se poz em uma tenaz negtiva. E, porém, digno de muito particular reflexão o systema que adoptou este astuto réo, as declarações que fez e os meios de que se servio para se figurar innocente

## IX

Nas primeiras perguntas, querendo mostrar o referido réo que não só não contribuiu para a conjuração, mas que, ao contrario, sempre indicára e mostrára os meios de a evitar, se explica nos termos seguintes: « Que, tendo chegado ordem de Sua Magestade para se lançar a derrama, elle respondente disse ao intendente de Villa-Rica, procurador da corôa, que o tributo era grande e que temia alguma revolução no povo, e respondendo-lhe elle que não o requeria, lhe tornou o réo que, como procurador da corôa, o devia requerer, mas que não sabia se a junta obraria bem em o executar sem dar parte a Sua Magestade, o que mostra, continúa o mesmo réo, que quem inspira semelhantes idéas de quietação não interessa no motim do povo. »

## XX

Immediatamente depois continúa o mesmo réo, dizendo: « Que, sempre que fallára com o seu Exm. general lhe dissera que não se podião cobrar as dividas da corôa por serem muitas e estar o povo muito pobre, e que se devia representar a Sua Magestade o estado da capitania para as perdoar o que não faz ( diz o mesmo réo ) quem quer ser rebelde, que procura a vexação do povo. »

## XXI

Em outra parte diz o seguinte: « Que, estando o Dr. intendente de Villa-Rica Francisco Gregorio Pires Bandeira para requerer a imposição da derrama, elle lhe tornou a repetir que esta derrama podia causar algum desasocego no povo, e respondendo-lhe o dito Dr. intendente que então a não requeria, elle lhe tornou a dizer que, como procurador da corôa, a devia requerer, mas que não sabia se a junta da fazenda obraria bem na sua execução sem primeiro dar parte a Sua Magestade. »

## XXII

« Que, dizendo-lhe em outra occasião o dito Dr. intendente que requeria unicamente o lançamento da derrama de um anno, lhe respondeu o réo que elle, se fosse procurador da corôa, a requeria por todo o tempo, porque o lançamento de um anno não tinha razão para suspender-se, e bastava para vexar o povo, e que o lançamento inteiro tinha para se suspender, primeiro, o achar-se a

quantia de 9 milhões, com que não póde toda a capitania de Minas; segundo, que os devedores pelos annos passados não existião, porque uns estavam mortos, outros se tinhão retirado para Portugal e que a maior parte do resto estava fallida, e que podia servir de bom pretexto á execução do dito lançamento a liquidação da mesma divida. »

## XXIII

« Que em outra occasião disputou muito com o dito Dr. intendente sobre a quantia do mesmo debito, porque, obrigando-se o povo de Minas á quota das 400 arrobas, ficando senhor de todas as minas de ouro, lhe parecia que Sua Magestade havia mandar que se abatesse na dita quota o valor das minas sitas no districto diamantino, que lhe tinha tirado. Que tendo o Exm. general suspendido o mesmo lançamento, lhe disse o dito Dr. intendente que queria despacho publico da junta, ao que o réo lhe tornou que elle o não pediria, porque a dita suspensão era muito util ao socego; e um vassallo (reflecte o mesmo réo) que inspira estas idéas a um ministro zeloso, e que tem grande parte na administração da real fazenda, não interessa senão na fidelidade e zelo a que se dirigião semelhantes praticas. »

## XXIV

Em outra parte diz, enfim: « Que elle réo respondente em todo o tempo, antes e depois do Exm. general suspender a dita derrama, sempre lhe disse que o povo não podia com ella pela sua pobreza, e que nem se podia cobrar o outro resto da divida fiscal sem destruição total do paiz, e que por isso seria muito util que o mesmo Exm. general representasse a Sua Magestade a necessidade e utilidade de perdão de toda a divida, o que não faria (continúa o mesmo réo) se se interessasse na dita rebelião, porque não mostraria sentimentos contrarios á vexação do povo em que se poderia afiançar. »

« Que de tudo o referido já tinha pedido documentos e attestações por este juizo, e que quando não tenhão chegado novamente, requer que outra vez se peça e se appensem a esta resposta, e que protesta que a falta lhe não sirva de prejuizo, antes se julgue provada esta defesa, por não ser de acreditar que um réo pega documentos falsos a um Exm. general e a um ministro, que, vindo contrarios, lhe servirão de maior damno á sua defesa. »

## XXV

Estas são as phrases e o systema com que o dito Gonzaga se explicou e que seguiu constantemente, e as declarações que fez nas suas deposições, pretendendo com ellas mostrar a sua innocencia, e deixando o valor que ellas merecem, pelo que respeita á sua culpa, ao juizo dos ministros que o hão de julgar; pelo que pertence, porém, ao governo dessa capitania, que Sua Magestade confiou ao cuidado de V. S., se fazem dignas das seguintes observações.

## XXVI

Primeira, a duplicidade com que o dito Gonzaga representa a capitania de Minas, não segundo o seu verdadeiro estado, mas conforme lhe parece que as

circunstancias pedem que a represente; na conferencia que teve com V. S., logo depois da suspensão da derrama de que acima se faz menção, suppondo o referido Gonzaga que V. S. se achava inquieto e assustado com a noticia, que entendia que já tinha, da sublevação que se meditava, tratou artificiosamente de lhe augmentar o receio, representando-lhe esses povos dispostos e em estado de se poderem sublevar logo que tivessem duas cabeças.

E que, para defenderem e sustentarem a sua independencia, tinham não só a superior vantagem da sua situação, mas da sua riqueza, e esta é tambem a linguagem e maxima adoptada por esses habitantes ou pelos magnatas que os dirigem, quando convem aos seus fins incutir terror aos que governão, para que elles, informando á corte, esta tambem se intimide, e que o receio e o temor a obrigue a convir em quanto de lá lhe requererem ou propuzerem, seja ou não em prejuizo do real patrimonio.

## XXVII

Logo, porém, que o mesmo Gonzaga se vio preso e enganado, sem que as suas astucias e ameaças anteriormente praticadas com V. S. produzissem o effeito que elle se propoz, e sendo-lhe preciso para se defender do crime por que estava preso tratar do que se deve á real fazenda, e do que se lhe tem extorquido e continúa a extorquir do rendimento do quinto, o mesmo Gonzaga, que antes representava a capitania de Minas como um paiz opulento, em estado de *sacudir o dominio de Portugal*, e de sustentar a sua independencia pela sua vantajosa situação e a sua riqueza, o representa agora como o mais miseravel, e os seus povos e habitantes reduzidos á maior indigencia, e na maior parte fallidos, dignos por consequencia da real commiseração para lhes perdoar todas as dividas.

E estas tambem são as phrases e o systema desses habitantes ou dos seus magnatas, quando entendem que a altivez, a arrogancia e os ameaços de levantamento não são de seão, de sorte que ou incutindo terror, ou commovendo á compaixão, sempre venhão a conseguir o seu fim, que é de não pagar o que devem nem satisfazer o quinto, na fórma que elles mesmos o pedirão e se obrigirão de sua propria vontade ao seu inteiro complemento.

## XXVIII

A segunda observação é que o dito Gonzaga funde toda a força da sua defesa em asseverar que elle tanto não contribuiu nem teve parte na sublevação de que se tratava, que antes, pelo contrario, aconselhando e persuadindo sempre ao intendente de Villa-Rica e a V. S. que não se lançasse a derrama, que se não exigisse a divida fiscal, e que os inconvenientes de uma e outra cousa se puzessem na real presença para Sua Magestade perdoar tudo, precisamente aconselhava, e persuadia o meio mais efficaç e proprio de se evitar a dita sublevação.

Tão certo e tão seguro o dito Gonzaga de ser este o unico modo com que ella se podia evitar, e de o ter assim aconselhado a V. S. e ao intendente de Villa-Rica sempre que as occasiões se apresentavão, que de tudo requereu certidões authenticas, passadas pelo mesmo intendente e por V. S. para se appensarem ao auto da sua culpa.

## XXIX

A consequencia demonstrativa, porém, que se deduz das sobreditas declarações, é que se a suspensão do lançamento da derrama, e depois della o perdão da mesma derrama e de toda a divida fiscal, era o meio proprio e efficaç de se evitar a sublevação, como o mesmo Gonzaga assevera, é evidente que o fim que o mesmo Gonzaga e os outros conjurados seus adherentes tiveram para tramar a referida conjuração, foi para conseguirem por este sedicioso meio o dito perdão da derrama e dividas quando por outro modo o não obtivessem.

E debaixo deste mesmo artificio forão traçados os sinistros conselhos e capciosas persuasões, que o mesmo Gonzaga diz que fizera ao intendente e a V. S., de sorte que tendo o rendimento do quinto diminuido tanto, que apenas chegava a 42 arrobas de ouro, devendo ser de 100, e que faltando 58 arrobas, estas se havião reintegrar por meio da derrama, o que os ditos conjurados querião por bocca do Gonzaga era que se não lançasse a dita derrama, e que V. S. desse parte a Sua Magestade para a perdoar, por ser este o meio de evitar algum levante em Minas, e que quando se não perdoasse sempre a fazenda real a perderia por occasião do mesmo levante.

## XXX

Que montando a parte da divida fiscal, que pertence ás fallencias do quinto em mais de nove milhões, e a outra parte, que pertence aos rendimentos dos contratos, em mais de seis milhões, como V. S. poderá ver mais exactamente da liquidação das ditas dividas; tambem querião os ditos conjurados, por bocca do referido Gonzaga, que se não exigisse cousa alguma destas dividas, dando V. S. igualmente parte dellas a Sua Magestade para da mesma sorte as perdoar, por ser tambem este o meio de evitar um levante, e que quando Sua Magestade não as perdoasse a fazenda real sempre as perderia por occasião do mesmo levante.

## XXXI

Estas forão effectivamente as vistas dos conjurados, e este o unico fim a que se dirigião todos os estrondosos discursos e ajustes feitos nas suas sediciosas assembléas; nem é novo em Minas-Geraes que, pelo criminoso meio de sedições, procurassem os magnatas dessa capitania illudir as leis e ordens régias, principalmente sobre objectos da real fazenda, e muito particulaamente a respeito da contribuição do quinto. Nem este perniciosissimo abuso deixou de lembrar aqui e de se advertir a V. S. para se prevenir ccm tempo, no caso de lhe acontecer, como V. S. verá na cópia junta, extrahidas das instrucções que levou, desde o § 26 até o § 38.

## XXXII

Achão-se, emfim, presos, nos termos de serem processados e punidos, segundo as disposições das leis, os réos principaes, autores e chefes da premeditada conjuração que se dispunha em Villa-Rica, e além desta providencia e das mais que constão das cartas régias, de que á V. S. se remettam cópias, manda Sua Magestade guarnecer essa capital com o regimento de infantaria de Extremoz, tudo

na fôrma declarada no principio desta carta, e ordena, quanto ao regimento de cavallaria de Minas, que V. S. mande dar baixa ou excusar do serviço áquelles officiaes, que directa ou indirectamente se tiverem feito suspeitos, fazendo-os sahir de Minas se assim fôr preciso, ou remettendo ao Rio de Janeiro para serem processados os que estiverem neste caso.

Nos lugares vagos proverá V. S. áquelles officiaes de mais conhecido merecimento e fidelidade, escolhendo entre todos o mais digno, que ha de occupar o posto de sargento-mór em lugar do que o era, que Sua Magestade nomeou tenente-coronel commandante do dito regimento, e por esta fôrma fica V. S. com os meios necessarios, como nunca houve em Minas, para sustentar dignamente a autoridade do lugar que Sua Magestade lhe confiou.

## XXXIII

Será, porém, muito conveniente que V. S. mude a sua residencia da casa de campo da Cachoeira em que se acha para Villa-Rica, servindo-lhe a Cachoeira para os dias de recreio, que é o uso que tão sómente se costuma dar e para que servem semelhantes retiros, e isto mesmo devem igualmente ficar praticando os successores de V. S.: a presença e residencia dos governadores na dita villa é de indispensavel necessidade, não só em razão do grave incommodo que resulta ás partes, de irem requerer a maiores distancias, e por conta da mais prompta expedição dos negocios, mas porque as desordens e todos os mais accidentes, que perturbão ou podem perturbar a tranquillidade e segurança publica, mais facilmente se conhecem, mais brevemente se descobrem e mais promptamente se evitão, antes de tomarem maior corpo, com a residencia dos mesmos governadores na dita villa, e não fóra della.

E o caso de que presentemente se trata é a mais demonstrativa prova, bastando a curta distancia de 3 para 4 leguas, que se contão de Villa-Rica á Cachoeira *para se formar alli um corpo de conjurados com assembleas e conventiculos, que se tinham nas casas de uns e outros sem reserva nem cautela*, de que já se sentia um rumor vago por toda a parte, a que dava toda a força e calor a desenfreada soltura do alferes Joaquim José da Silva, e só na Cachoeira inteiramente se ignorava o que se passava em Villa-Rica, o que certamente não aconteceria se V. S. alli tivesse a sua residencia.

## XXXIV

Depois destas providencias, que são presentemente as que se julgão mais indispensavelmente necessarias, não só para sustentar dignamente a autoridade desse governo, mas para pôr a V. S. em estado de executar, sem obstaculos que o inquietem, as reaes ordens, será preciso que V. S., em observancia das que lhe forão expedidas nas instrucções, que se lhe dorão com data de 29 de Janeiro de 1788, quando partio para Minas, observe que, emquanto subsistirem os abusos e relaxações declaradas nos diferentes pontos que fôrão todo o corpo das ditas instrucções, sempre o socego desses habitantes será precario, e sujeito a alterações e disturbios, que poderão ter por fim perniciosas e funestas consequencias.

## XXXV

Emquanto os parochos e o clero procederem nessa capitania na fôrma que os representam diferentes queixas desses povos, que têm chegado á real presença, e que se declarão a V. S. nas referidas instrucções desde o § 7 até o § 22, não é de admirar que dos mesmos parochos e clero sabissem monstros taes, como o vigario da villa de S. José Carlos Corrêa de Toledo, o conego Luiz Vieira e o padre José da Silva de Oliveira Rolim, emquanto os ministros de justiça a quem Sua Magestade confia a que devem administrar aos povos, e os interesses da sua real fazenda, procederem na fôrma indicada no § 23 das mesmas instrucções, e nos mais a que elle se refere, sem haver quem os cohiba e vigie sobre elles, não é de admirar que da corporação dos mesmos ministros sabissem criminosos taes, como Thomaz Antonio Gonzaga, que, acabando de ser ouvidor de Villa-Rica, se achava nomeado desembargador da Bahia, Ignacio José Alvarenga, que, tendo sido ouvidor do Rio das Mortes, passou a coronel de um regimento de auxiliares, e outros ministros que se achão indiciados nas devassas, como tambem os bachareis Claudio Manoel da Costa, que por suas proprias mãos expiou o seu crime, e José Alvares Maciel, ambos sectarios das doutrinas dos referidos ministros, e o ultimo socio e ao mesmo tempo perfido espia dos conjurados, com assistencia na mesma casa de V. S.

Emquanto para os postos militares da tropa paga se não propuzerem e destinarem os sujeitos mais dignos, sem respeito algum a motivos e razões particulares, e emquanto se não corrigirem os absurdos praticados com a tropa auxiliar, na fôrma exposta nas referidas instrucções desde o § 43 até o § 51, não é de admirar que os mesmos corpos abortassem monstros taes, como o tenente-coronel de cavallaria de Minas Francisco de Paula Freire de Andrade, o alferes da mesma cavallaria Joaquim José da Silva Xavier, os coroneis de auxiliares Francisco Antonio de Oliveira Lopes, Ignacio José Alvarenga e Joaquim Silverio dos Reis, o tenente-coronel Domingos de Abreu Vieira e o sargento-mór Luiz Vaz de Toledo.

Emquanto, enfim, a administração e arrecadação da real fazenda fôr regida com os descuidos e negligencias, e com os enormissimos abusos, que largamente se apontão nas mesmas instrucções desde o § 52 até o § 123 e ultimo, tambem não é de admirar que nesta repartição appareçam enormidades taes, como a de se estar devendo á real fazenda mais de 13 milhões, e ter-se visto com o maior socego e indiferença não só accumular-se esta grande divida, mas augmentar-se annualmente cada vez a mais, e vêr-se igualmente e no mesmo tempo com igual socego e indiferença, diminuir da mesma sorte o direito senhorial do quinto, até se reduzir a 42 arrobas de ouro ou ainda a menos, em que presentemente se acha, devendo ser de 100 o seu annual rendimento, sem haver quem olhasse para esta ruina; e pondo esse governo em situação que dentro de breve tempo a sua renda annual talvez nem chegue para a ordinaria despeza da capitania, principalmente accrescendo a do regimento com que Sua Magestade manda fortificar a guarnição dessa capital.

Por isso se faz indispensavelmente necessario que, tomando V. S. na mais séria consideração as-



sim todos, e cada um dos pontos acima indicados, e os mais que constão das referidas instrucções, e igualmente as providencias que nellas se apontão, execute e faça executar as que, segundo o estado e circumstancias presentes dessa capitania, não tiverem implicantia ou ainda inconvenientes graves, a que se deva attender antes de se pôrem em pratica, e dê conta individual e circumstanciada a Sua Magestade das que os tiverem ou que precisarem de outras disposições, para a mesma Senhora determinar o que fôr servida.

## XXXVI

Entre as providencias que se apontão nas sobre-ditas instrucções, é uma dellas que, sendo o alvará de 3 de Dezembro de 1750 uma lei, que se acha em toda a sua força e vigor, sem que Sua Magestade a tenha derogado em alguma das partes de que ella se compõe, e estabelecendo-se na dita lei o methodo da contribuição do quinto e o da derrama, como parte essencial da mesma lei, a fizesse V. S. executar, sem ommittir o lançamento da dita derrama, no caso de haver fallencia na contribuição do quinto, como clara, precisa e expressamente se dispõe na mesma lei, e continuando V. S. em a fazer observar emquanto Sua Magestade não a desse por extincta e abolida, ou ordenasse ao dito respeito o que lhe parecesse mais conveniente.

Tambem se disse a V. S. que, ouvindo as camaras, não rejeitasse os methodos ou planos que propuzessem sobre a contribuição do quinto, remettendo-os V. S. a esta côrte, com as observações que lhe parecerem precisas, para maior clareza e mais exacto conhecimento do que elles continhão.

## XXXVII

Avisa V. S., porém, na sua carta de 11 de Julho de 1789 que, sendo informado de uma ampla conjuração, que se achava tratada e ajustada, com as mais circumstancias com que lh'a expoz o denunciante Joaquim Silverio dos Reis, e que para ella ter effeito se esperava pelo lançamento da derrama; V. S. immediatamente depois desta noticia e sem a perda de um só dia participára á camara de Villarica em carta de 23 de Março, de que remette cópia, e ás mais camaras dessa capitania a determinação em que estava de suspender o lançamento da dita derrama emquanto dava conta a Sua Magestade, e a este respeito nada mais ha que dizer a V. S. que o que acima fica referido, desde o § 42 até o § 47 inclusivamente.

## XXXVIII

Accrescenta V. S. na mesma carta que, ainda que a referida noticia fosse falsa ou affectada, sempre teria lugar a dita suspensão pelas circumstancias da capitania; e como V. S. não declara quaes sejam estas circumstancias, o que aqui se pôde entender é o que tambem acima fica referido no § 44, isto é, que faltando para completar o quinto 58 arrobas de ouro ou 356:352s, e devendo montar nesta quantia o lançamento da derrama ella era na realidade excessiva para se lançar de uma vez sobre esses habitantes, e nesta consideração não desapprova Sua Magestade que V. S. a mandasse interinamente suspender; ao mesmo tempo, porém, deve

V. S. advertir que quanto a maior é a somma em que monta o lançamento da dita derrama, tanto maior é o desencaminho e extravio que se fez ao dinheiro senhorial do quinto.

E logo que esses habitantes conhecerem, como não deixará de ter conhecido que a grande somma em que montava a dita derrama foi a causa de V. S. a suspender, elles terão grande cuidado em levar ás casas da fundição a menor quantidade de ouro que lhes fôr possível, na certeza que quanto menos levarem ás ditas casas, menos haverá de que se tire o quinto, e sendo por consequencia maior a importancia em que ha de montar a derrama, haverá sempre o mesmo motivo para que ella se não lance, e ficará servindo a dita suspensão e a continuação della de um novo meio ou incentivo, para que na solução do quinto não só se commettão as mesmas fraudes até agora praticadas, mas se augmentem cada vez a mais.

## XXXIX

Deve V. S. igualmente advertir que a providencia da derrama, estabelecida no alvará de 1750, não teve sómente por objecto reintegrar a real fazenda das faltas que houvesse na contribuição do quinto, mas foi igualmente estabelecida para evitar que houvesse as ditas faltas, ou extravios e desencaminhos, que são a causa dellas, porque os habitantes de Minas, obrigados a pagar por derrama o que faltasse no quinto, não deixariam de se abster dos extravios do ouro, que depois virião sempre a pagar por meio da derrama, e não vigiariam sobre os extraviadores de fóra, não só pelo mesmo motivo de evitar a derrama, mas para se utilisarem de metade de todo o ouro desencaminhado que apprehendessem ou denunciassem, que no referido alvará se lhes accorda.

E se V. S. passar pelos olhos o que a este respeito se lhes disse nas instrucções que daqui levou, desde § 55 até o § 84, muito particularmente desde o § 62 até o § 68 inclusivamente, achará bastante demonstrado por uma successiva serie de factos; que, emquanto os habitantes de Minas tiveram a certeza, ou se persuadirão que as faltas que houvesse no quinto as havião infallivelmente pagar por derrama, nunca nas casas da fundição faltou ouro, de que se extrahisse não só o mesmo quinto, mas ainda muito mais das 100 arrobas em que elle monta, e só quando virão que a referida derrama insensivelmente esquecia, e visivelmente se abandonava por quem a devia promover, desde então é que nas mesmas casas da fundição se começaram a sentir as faltas de ouro, que successivamente forão cada vez a mais, até chegarem ao ponto em que V. S. as está presenciando.

## XL.

Nesta intelligencia, ainda que foi muito prudente que V. S. mandasse suspender o lançamento da derrama, em attenção ao grave incommodo que a quantia em que ella montava causaria a esses habitantes, não era menos prudente, mas antes muito necessario, que no mesmo tempo se procurasse outro expediente para que a real fazenda fosse indemnizada, ou ficasse segura da mesma quantia em que montava a derrama que se lhe ficava devendo, procedida da fallencia do quinto, e que acautelasse igualmente os extravios e desencaminhos do ouro,

que são e sempre fôrão a causa da dita fallencia, porque de outra sorte o resultado da suspensão da derrama será que a fazenda real não só perderá a mesma quantia em que ella montava, e que se lhe deve pela fallencia do quinto, mas ficará exposta aos mesmos, e ainda maiores extravios e descaminhos que os que a tem dilacerado, e reduzido ao abatimento a que tem chegado, sem alguma esperança de melhoramento.

Como V. S., porém, na sobredita carta de 11 de Julho sómente avisa da suspensão effectiva da mencionada derrama pelas circumstancias da capitania, sem declarar quaes sejam as ditas circumstancias, nem se se deu alguma providencia ou tomou alguma cautela para segurança da fazenda real. O que só resta em tal caso a dizer a V. S. é insinuar-lhe as reflexões acima indicadas, e esperar o exito das diligencias que V. S. terá feito, e medidas que terá tomado sobre este importante negocio.

Deos guarde a V. S. Palacio de Queluz, em 29 de Setembro de 1790.—Martinho de Mello e Castro.

#### SOCIEDADES SECRETAS

Com a trasladação da côrte portugueza para o Rio de Janeiro, os brasileiros reconhecerão (\*) ter chegado o tempo da sua regeneração politica, porque a Divina Providencia, em seus altissimos juizos, favorecendo a intenção pacifica do Regente do reino portuguez, o encaminhou para o Brasil, assim de que elle, com os seus proprios olhos, admirasse as grandezas naturaes deste abençoado paiz.

A trasladação da côrte portugueza, que havia sido forçada pela invasão franceza em 1807, tinha de ser temporaria, se mais tarde o Principe regente não tomasse uma resolução definitiva. O constrangimento em que vivião alguns aulicos pela permanencia da côrte no Rio de Janeiro, e a duvida em que estavam os brasileiros de mais cedo ou mais tarde verem partir para a Europa a Rainha Fidelissima e o Regente do reino, com a sua côrte, dando cuidado a muitos, fez que, no anno de 1812, na freguezia de S. Gonçalo, da Praia-Grande ou Nictheroy, se organisasse uma loja maçonica, denominada *Distinctiva*, com signaes, toques e palavras symbolicas, diversos dos toques, signaes e palavras das outras instituições deste genero, tendo por emblema no sello grande um indio vendado e manietado com grilhões, e um genio em acção de o desvendar e desagrilhoar-lo.

Esta loja, verdadeiramente republicana e revolucionaria, era dominada pela influencia de dous membros mui proeminentes, que erão José Mariano Cavalcanti de Albuquerque, que tinha vindo de Pernambuco para este fim (o qual depois foi um dos principaes collaboradores da revolução de 6 de Março de 1817, e que assassinou o brigadeiro Manoel Joaquim Barbosa, commandante do regimento de artilharia (\*\*), do qual era secretario, para auxiliar ao capitão José de Barros Lima, Leão Coroado, e de quem era genro), e Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, então occulto por causa da imputação da morte feita na pessoa do

negociante José Joaquim da Cunha, da villa de Santos (\*).

Os demais membros da loja erão o capitão-mór José Joaquim da Rocha, o coronel Luiz Pereira da Nobrega e seu irmão o tenente-coronel José Joaquim da Gama Lobo, o capitão Ornellas, que depois foi reformado em brigadeiro, e o vigario de Pitangui, em Minas, Belchior Pinheiro de Oliveira, parente dos Andradas, e outros.

Em Pernambuco se havia creado em 1809 uma loja maçonica, puramente politica, como nucleo para outras, que se installassem, como aconteceu na Bahia, e em 1812 e nos annos seguintes no Rio de Janeiro.

Por eventualidades domesticas, uma pessoa da intimidade do vigario Belchior, que era o secretario da loja—*Distinctiva*—conscia do que se passava, para tirar vingança, de posse dos papeis importantes, foi entrega-los ao intendente-geral de policia o desembargador Paulo Fernandes Vianna, o qual, concebendo as bases e os fins daquella instituição, deu parte ao Principe regente, pondo-o ao alcance de tudo.

Conforme as instrucções recebidas de Sua Alteza, mandou vir á sua presença o capitão-mór José Joaquim da Rocha, e lhe disse: «—O que estão vossas mercês fazendo! e de que loucura estão tratando! Os segredos estão completamente sabidos pelo governo: o Principe regente, por sua alta piedade, não querendo perder a ninguém, os manda advertir, para que dissolvão esse conventiculo.»

Esta noticia e advertencia foi applaudida pela maior parte dos membros da loja, que a abandonarão immediatamente, lançando ao mar, na altura da ilha dos Ratos, os sellos e utensis da loja maçonica—*Distinctiva*—em modo a não ficar della vestigio algum.

Em homenagem á verdade historica, consultando eu a um antigo membro dessa loja maçonica, que ainda existe, me affirmou, como testemunha presencial desses factos, que a maioria dos individuos de que se compunha a loja—*Distinctiva*—não professava opiniões revolucionarias e anarchicas, e muito menos odios sanguinarios; e que quanto a outros, nada diria.

#### REVOLUÇÃO DE PORTUGAL DE 24 DE AGOSTO DE 1820

Os movimentos politicos, que tiveram lugar em Portugal no dia 24 de Agosto de 1820, forão filhos de uma sociedade, que se organisou na cidade do Porto, com a denominação de *Synedrio*, cuja historia publiquei em um dos periodicos do Rio de Janeiro (\*\*).

O manifesto da junta provisional do governo supremo do reino daquelle mesmo dia, o estado em que se achavão as cousas em Portugal, e o desejo natural, que têm todos os homens de melhorar a sua sorte, despertarão os animos da nação, oppri-

(\*) Vide o 1º tomo da 2ª parte da *Chorographia*.

(\*\*) Vide Muniz Tavares, *Revolução de Pernambuco*, e as peças do processo no *Brasil Histórico*, e nos ineditos documentos que possuo.

(\*) Um homem de tanta illustração, como era Antonio Carlos, era incapaz de commetter crimes desta ordem.

(\*\*) O Sr. Ferreira Borges, na sessão 161ª de 18 de Agosto, disse que, em consequencia da ordem das côrtes, apresentára a seguinte relação das pessoas que projectá-

midos pelo arbitrio, e conduzirão um grande numero de portuguezes, principalmente os militares, a unirem-se ao partido da cidade do Porto.

Por um lado os emissarios da junta provisoria, exigindo das autoridades o juramento da constituição, e apresentando até a fôrma desse juramento; por outro lado os generaes das tropas do Minho, usando de uma linguagem assustadora nas proclamações, datadas de Coimbra em 4 de Setembro e de Braga em 5 do mesmo mez, deixavão vôr á luz clarissima do sol, que a discordia entre a junta provisoria do governo supremo do reino, e os legitimos governadores delle, era inevitavel e infallivel.

Estes, como delegados do rei, tinham deveres a cumprir, que erão incompatíveis com os principios e fins da junta provisoria; e nesta confusão de cousas, foi que o povo de Lisboa, capitaneado por Fernandes Thomaz, Ferreira Borges e outros, na tarde do dia 3 de Setembro, por uma providencia quasi miraculosa, depoz os legitimos governadores do reino, sem o menor insulto de suas pessoas, e nomeou um governo interino, composto de homens qualificados, ficando por esta maneira desfeita a espantosa tormenta da guerra civil, que estava proxima a desfeizar.

Todas as deliberações do governo interino, desde o dia de sua installação, até se unir com a junta provisoria do governo supremo do reino, forão de uma consumada prudencia. A sua proclamação do dia 17 de Setembro é bem notavel por sua doutrina, e como não era possivel no mesmo Estado, dous governos eleitos pela mesma maneira, e para o mesmo fim, facilmente concordarão nos principios adoptados, e no dia 27 de Setembro ficarão reunidos em um só, com a denominação de governo provisional.

Desde a fundação da monarchia até esse tempo, nunca houve em Portugal governo *oligarchico*; porém o fim a que se destinava o governo, assim constituido, não era o da usurpação, mas o de depositar o poder nas mãos da nação, para deliberar o modo de ser dirigida por meio de uma assembléa, que assestasse a respeito da fôrma de sua existencia social e politica.

De facto a nação se reuniu por meio de seus representantes, e formou uma regencia para sancionar os seus actos, em nome de el-rei D. João VI.

rão e promoverão os successos do dia 24 de Agosto de 1820:

*Associação que preparou e produziu em resultado o dia 24 de Agosto de 1820*

Manoel Fernandes Thomaz, José Ferreira Borges, José da Silva Carvalho, João Ferreira Vianna, e com estes quatro principia a associação em 22 de Janeiro de 1818. José Maria Lopes Carneiro e José Gonçalves dos Santos Silva, em 3 de Maio de 1818; José Pereira do Menezes, em 6 de Julho de 1818; Francisco Gomes da Silva e João da Cunha Souto-Maior, em 26 de Maio de 1820; José de Mello e Castro de Abreu, em 5 de Junho de 1820; José Maria Xavier de Araujo, em 22 de Junho de 1820; Bernardo Corrêa de Castro e Sepulveda, em 19 de Agosto de 1820 (Assignados). — Manoel Fernandes Thomaz. — José Ferreira Borges. — José de Mello e Castro de Abreu. — José Maria Xavier de Araujo. — Bernardo Corrêa de Castro e Sepulveda.

#### AS CÔRTEES GERAES DE LISBOA DEPOIS DE INSTALLADAS NOMEÃO UMA REGENCIA

No dia 30 de Janeiro de 1821 as côrtees geraes e extraordinarias da nação portugueza decretão o seguinte:

« 1º Haverá uma regencia, que, em nome de el-rei o Sr. D. João VI, exerça em seu real nome o poder executivo.

« 2º A regencia constará de 5 membros, entre os quaes será presidente o que para isso fôr designado pela lei ou costumes do reino, e de 3 secretarios encarregados dos diversos negocios—do reino, fazenda, guerra, estrangeiros e marinha—com voto nas materias de suas respectivas repartições.

« As autoridades, a quem competir, a tenham assim entendido, e executem pela parte que lhes toca.

« Paço das côrtees, em 30 de Janeiro de 1821.—Arcebispo da Bahia, presidente. — João Baptista Filgueiras.—Luiz Antonio Rebello da Silva. »

Os membros da regencia fôrão:

1º Marquez de Castello-Melhor.

2º Conde de Sampaio.

3º Fr. Francisco de S. Luiz.

4º José da Silva Carvalho.

5º João da Cunha Souto-Maior.

#### REVOLUÇÃO DO PARÁ

A noticia da revolução de Portugal chegando ao Pará tomou rapidas proporções, e produziu o effeito desejado, por um movimento tumultuario no 1º de Janeiro de 1821, installou-se uma junta governamental, tendo por presidente o conego vigario capitular do bispado Romualdo Antonio de Seixas, vice-presidente o juiz de fôra da cidade Joaquim Pereira de Macedo, e vogaes os coroneis João Pereira Villaza, Francisco José Rodrigues Barata, Geraldo José de Abreu, o tenente-coronel Francisco José de Farias, o negociante Francisco Gonçalves Lima; e os agricultores João da Fonseca Freitas e José Rodrigues de Castro Góes, sendo proclamada e jurada a constituição de Portugal, com estrepitosos vivas pelo povo e pelo tropa.

Em seguida é nomeado juiz do povo José Manoel do Nascimento, e o coronel Joaquim Mariano de Oliveira Bello, de quem havia algum receio, para vir ao Rio de Janeiro com a participação de haver o Pará no 1º de Janeiro proclamado e jurado a constituição portugueza.

No dia 3 de Abril nomeou-se uma comissão, composta do bacharel Filippe Alberto Patroni e Domingos Simões da Cunha, para seguir no dia 9 com officios da junta do Pará, para o governo revolucionario de Lisboa, communicando-lhe os acontecimentos do Pará no dia 1º de Janeiro.

Quando os membros da comissão chegarão á Lisboa, já se achava installada no palacio das Necessidades a assembléa constituinte, e na sessão do dia 27 de Março, apresentando-se o officio da junta do Pará, foi muito applaudido, e pelo que, depois de ouvido o discurso do relator Patroni, Manoel Fernandes Thomaz propoz, para que a capitania do Pará ficasse sendo provincia de Portugal, e não mais capitania do Brasil, em signal de reconhecimento á sua fidelidade ás côrtees portuguezas.

## REVOLUÇÃO DA BAHIA DO DIA 10 DE FEVEREIRO DE 1821

## I

Pela correspondencia directa e muito frequente, que mantinha a cidade do Porto com a Bahia, em Novembro de 1820, teve esta cidade noticia da revolução da cidade do Porto, e das outras partes do reino de Portugal, e em presença das communicações e impressos, que abundavam pelas mãos de todos, e dos emissarios que chegáram, brasileiros e europeus, sem perda de tempo, planejarão, em diversos clubs, os meios de trazer a revolução para as praças, e de facto na noite do dia 9 de Fevereiro de 1821, tudo disposto, o tenente-coronel Manoel Pedro de Freitas Guimarães, seguido do desembargador Luiz Manoel de Moura Cabral e cirurgião Cypriano José Barata de Almeida, á frente do corpo de artilharia, entrou pela praça de Palacio, antes das 6 horas da manhã, com 8 peças carregadas e mais praças de outros corpos.

O conde de Palma, capitão-general, logo que soube que a praça estava tomada pela força armada, sabio de Palacio, e chegando á guarda principal mandou gritar ás armas, deu vivas a el-rei, e se foi abrigar no quartel do 1º regimento de linha, denominado regimento Velho; entretanto o tenente-coronel Manoel Pedro, commandante da força, mandou postar nas emboçaduras das ruas uma sentinella, ficando na porta da camara 3 praças, e elle na frente dellas commandando a tropa.

Havendo guarnecido na vespera a fortaleza de S. Pedro e o Trem, poz em liberdade os soldados, que se achavam presos, afim de tomarem armas, e foi proclamada na praça de Palacio, a Constituição de Lisboa, com vivas entusiasticos.

## II

O conde de Palma, que se achava no quartel da Legião, marchou com este regimento e o Velho, e foi postar-se na praça da Piedade, onde poucas horas depois foi reunir-se o batalhão n. 12, commandado por Ignacio Luiz Madeira de Mello, e todos se puzeram em consulta, sem deliberarem no que devião fazer; apparecendo no mesmo instante o marechal Felisberto Caldeira B. Pontes, que tomou uma força de 200 homens, e marchou sobre a fortaleza de S. Pedro, eahi foram recebidos com 3 tiros de peça, com metralha e fuzilaria, morrendo varios soldados e o major Hermogenes, do corpo da Legião, escapando o marechal Felisberto Caldeira, que perdeu o cavallo em que montava, e o pagamento; o qual, expondo depois as occurrencias ao conde de Palma, este, animado pelo filho do conde da Ponte, deu vivas a el-rei e á constituição, e marchou com toda a tropa para a praça de Palacio, encaminhando-se todos para a casa da camara, que já se achava cheia de cidadãos, que, depois de alguns debates, jurarão todos a Constituição politica de Portugal (\*). O auto desses acontecimentos é o seguinte:

« Aos 10 dias do mez de Fevereiro de 1821 annos, nesta cidade da Bahia e casas do conselho della, onde se acha a vereação abaixo-assignada, foi presente o auto de resolução dos commandantes e officiaes da força armada desta cidade, em o

qual se poz o—cumpra-se. Em consequencia delle, estando presente o Exm. Sr. conde de Palma para prestar o juramento, na fórma do 1º e 2º artigos da referida resolução, antes de o fazer declarou que elle se achava constituido em circumstancias unicas, e mui distinctas das dos outros habitantes desta capitania, pois que havia feito preito e homenagem nas reaes mãos de el-rei nosso senhor de entregar esta capitania, no mesmo estado em que a recebeu, áquella pessoa a quem o mesmo senhor o ordenar; mas que, confiado nos paternae sentimentos de Sua Magestade, que, na alternativa de derramamento de sangue de seus fleis vassallos, e dos esforços para manter a mesma capitania no estado anterior á proclamação da constituição, seria obrigado a ceder ás circumstancias, que, segundo a expressão geral da vontade do povo, são irresistiveis; não só tem cedido pelo motivo da dita coacção a assignar a dita resolução, mas a prestar o juramento na fórma dos sobreditos artigos da mesma resolução.

« E logo no mesmo acto passou a propôr á camara, com approvação do povo e tropa, as pessoas que devem formar a junta provisional, que haja de governar esta provincia até que Sua Magestade tenha solemnemente jurado a constituição, e forão propostas as pessoas seguintes: pelo clero, o Rev. deão José Fernandes da Silva Freire; pela milicia, os tenentes-coroneis Francisco de Paula e Oliveira e Francisco José Pereira; pelo commercio, Francisco Antonio Filgueiras e José Antonio Rodrigues Vianna; pela agricultura Paulo José de Mello; pela cidade, o desembargador Luiz Manoel de Moura Cabral; secretarios do governo, o desembargador José Caetano de Paiva Pereira e o bacharel José Lino Coutinho.

« Sendo nomeados em altas vozes das janellas da casa da camara para a praça, onde se acha postada toda a tropa e povo, forão approvados com os conhecidos signaes de levantarem as mãos para o ar, e com vozes. E de tudo, para constar, mandarão fazer o presente termo em que assignarão. E eu Joaquim Antonio de Athayde Seixas, escrivão do senado da camara, que o escrevi.—O presidente Antonio Augusto da Silva.—O vereador mais velho, por impedimento do actual, Paulo José de Mello Azevedo e Brito.—Como procurador que tambem sirvo de juiz do povo, Joaquim José da Silva Maia.

« E no mesmo dia e acto supra, tendo-se acabado de nomear os membros do governo acima referidos, subio o povo á casa da camara, gritando em altas vozes, no meio de aclamações e de vivas, que querião tambem por membro do governo ao tenente-coronel Manoel Pedro de Freitas Guimarães; em consequencia do que a camara annuo, e ficou nomeado membro do governo provisorio desta capitania. E para constar mandarão fazer o termo em que assignarão. E eu dito escrivão que o escrevi.—O presidente, Antonio Augusto da Silva.—Manoel Thomaz Peixoto.—Bernardino Marques de Almeida Torres.—Paulo José de Mello Azevedo Brito.—Joaquim José da Silva Maia.

« E sendo no mesmo dia, mez e anno, comparecerão em acto de vereação os membros do governo abaixo-assignados, e nomeados pela camara, tropa e povo, a quem o presidente deferio o juramento dos Santos-Evangelhos, sob cargo do qual lhes encarregou que bem e verdadeiramente jurassem

(\*) Vide Ignacio Accioli, *Memorias Historicas da Bahia*, tomo 2º, e visconde de Cayrú, *Historia dos primeiros successos*.



guardar obediencia ao muito alto e poderoso rei o Sr. D. João VI, e adheção á sua real dynastia, conservar a santa religião que professamos, e assim tambem á constituição que fizessem as côrtes em Portugal, e interinamente a de Hespanha, da mesma maneira que foi adoptada em Portugal; e recebido por elles o dito encargo, assim o promettêrão guardar. E para constar fiz o presente termo em que assignarão, e eu escrivão da camara Joaquim Antonio de Athayde Seixas o escrevi.—Silva.—Peixoto.—Brito Torres.—Maia.—Francisco José Pereira, tenente-coronel do regimento de infantaria n. 12.—Francisco de Paula e Oliveira, tenente coronel.—Manoel Pedro de Freitas Guimarães, tenente-coronel e commandante da força armada.—Paulo José de Mello Azevedo e Brito, pela lavoura.—Francisco Antonio Filgueiras, pelo commercio.—Luiz Manoel de Moura Cabral, pela cidade.—José Caetano de Paiva Pereira, secretario. — José Lino Coutinho, secretario. »

« A requisição dos militares foi a seguinte :

« Os commandantes e officiaes da tropa de linha da guarnição da cidade da Bahia, reunidos na praça de Palacio, em presença do governador e capitão-general conde de Palma, desejando todos de commum accordo evitar uma effusão de sangue, que infelizmente podia resultar de motins, originados do receio do povo de que sejam frustrados os desejos que tem manifestado, de adherir aos votos de seus irmãos de Portugal, a quem desejão estar perpetuamente unidos, e participar com elles dos beneficios da constituição liberal que ora se faz em Lisboa, resolvêrão o seguinte :

« 1º Jurar obediencia ao muito alto e poderoso rei o Sr. D. João VI e adheção á sua real dynastia; conservar a santa religião que professamos.

« 2º Jurar a constituição que fizerem as côrtes em Portugal, e interinamente a de Hespanha, da mesma maneira que foi adoptada em Lisboa.

« 3º Que a camara proponha á approvação da tropa e povo ás pessoas que devem formar uma junta provisional, que haja de governar esta provincia até que Sua Magestade tenha solemnemente jurado a mesma constituição.

« 4º Que o governo provisional, logo depois da sua installação, forme um acto por si, em nome desta provincia, de adheção ao governo de Portugal e á nova ordem alli estabelecida, o qual será remetido ao mesmo governo e a el-rei nosso senhor.

« 5º Que o governo provisional mandará logo proceder á nomeação de deputados da provincia para se reunirem ás côrtes de Portugal.

« 6º Que todos os actos de administração publica continuarão, como dantes, em nome do Sr. rei D. João VI.

« 7º Que o dia de hoje seja de reconciliação geral entre os habitantes desta provincia, que por qualquer differença de opinião politica estejam discordes até agora.

« Bahia, em camara, 10 de Fevereiro de 1821. —Conde de Palma.—Felisberto Caldeira Brant Pontes, marechal.—Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França, marechal.—José Thomaz Bocaiari, brigadeiro.—Thomaz Franco, brigadeiro e inspector do trem. — José Antonio do Passo, brigadeiro.—Joaquim José de Souza Portugal, coronel.—Ignacio Luiz Madeira de Mello, coronel.—Manoel Fernan-

des da Silveira, coronel commandante. — Salvador Pereira da Costa, coronel ajudante de ordens.—Bento da França Pinto de Oliveira, coronel.—José Antonio de Mattos, coronel.—Francisco de Paula e Oliveira, tenente-coronel commandante. — Manoel Gonçalves da Cunha, tenente-coronel.—Felisberto Gomes Caldeira, tenente-coronel.—D. Luiz Balthazar da Silveira, tenente-coronel. — João de Souza Moura Girão, coronel. — Francisco José Pereira, tenente-coronel de infantaria 12.—João Joaquim de Freitas Henriques, coronel.—Antonio Joaquim Corrêa de Moraes, major.—José Antonio da Costa Carneiro, major graduado. — João Wager Russell, major graduado.—Rodrigo de Argollo Vargas Cirne de Menezes, major.—Julio Cesar Augusto, major.—Antonio Manoel de Mello e Castro, coronel.—Pedro José dos Santos, major.—Joaquim Antonio da Silva, major. — José Gabriel da Silva Daltro, major.—Francisco da Costa Branco, major.—Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque.—José Martins dos Santos, major.—Mathias Antonio de Azevedo Coutinho de Montauray, sargento-mór.—Christovão Pessoa da Silva, cirurgião-mór de artilharia. — Constantino José Teixeira, tenente. — Joaquim Manoel de Freitas, tenente.—Francisco José da Silva Machado, alferes.—Manoel Pedro de Freitas Guimarães, tenente coronel.—José Vaz Lopes, alferes.—João Pessos da Silva, capitão.—Antonio Joaquim da Silva Freitas, alferes.—Luiz Antonio Feio, capitão graduado.—Paulo Maria Nabuco, ajudante. — Pedro Luiz de Menezes, capitão commandante da artilharia montada.—José Maria Barreto, tenente. »

Recusou o conde de Palma aceitar a presidencia do novo governo, que lhe foi offerecida, e, retirando-se para a casa de Antonio Vaz de Carvalho, no largo de Nazareth, partio dalli depois para o Rio de Janeiro, a bordo de uma fragata ingleza, a 16 do mesmo mez de Fevereiro.

No mesmo dia 10 o tenente-coronel Manoel Pedro foi elevado pelo povo reunido ao posto de brigadeiro, ficando desde logo encarregado do governo das armas, e a junta provisoria, tomando immediatamente posse da administração da provincia, deu começo aos seus trabalhos, protestando a sua adheção á nova fórma de governo, proclamado perante Deos e todos os santos da corte celestial, pelo seguinte auto :

« Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus-Christo de 1821, aos 10 dias do mez de Fevereiro do dito anno, na cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, e paços do conselho della, aonde, constituídos por nomeação geral da tropa e povo da mesma cidade em junta provisional do governo desta provincia, se achavão comigo em sessão os membros todos abaixo-assignados; mandarão que em conformidade do 4º artigo da resolução do conselho militar do referido dia 10 lavrasse eu este auto, pelo qual a mesma junta provisional, por si e em nome dos habitantes desta dita provincia — protestava ante Deos todo o poderoso e todos os santos da corte celestial, sua adheção á illustrissima e excellentissima junta provisional do governo supremo do reino de Portugal, e á nova ordem alli estabelecida—e de como assim o protestou dou minha fé: e deste, que ha de ser enviado ao archivo da camara desta cidade, mandou a junta provisio-

nal do governo desta provincia extrahir primeiro tres traslados, um para se remetter áquella illustrissima e excellentissima junta provisional, outro para ser enviado a el-rei nosso senhor, e outro para ser guardado na secretaria dos negocios do interior e fazenda, do que tudo fiz este auto que eu José Caetano de Paiva, membro do governo e secretario dos negocios do interior e fazenda, escrevi e assignei, com os referidos membros da junta provisional do governo desta provincia da Bahia. — José Caetano de Paiva Pereira. — Luiz Manoel de Moura Cabral. — Paulo José de Mello Azevedo e Brito. — José Fernandes da Silva Freire. — Manoel Pedro de Freitas Guimarães. — Francisco de Paula de Oliveira. — Francisco José Pereira. — Francisco Antonio Filgueiras. — José Antonio Rodrigues Vianna. — José Lino Coutinho. »

O conde de Palma, que não quiz aceitar a presidencia da junta, retirou-se para o Bomfim, onde esteve em casa em companhia de Antonio Vaz de Carvalho até o dia seguinte, em que se embarcou em um navio inglez, acompanhado do marechal Felisberto e seus filhos, para o Rio de Janeiro.

AS VILLAS DAS ALAGOAS E MACEIO SÃO A PRIMEIRA LOCALIDADE QUE NEGA OBDIENCIA ÀS CORTES DE PORTUGAL, E SE DECLARÃO EM FAVOR DA INDEPENDÊNCIA.

## I

Dias depois dos acontecimentos da Bahia de 10 de Fevereiro as villas das Alagoas e de Maceio, adherentes ás mesmas idéas constitucionaes, se puzerão em movimento para jurarem as bases da constituição portugueza, e para evitar grandes desordens o capitão-general Sebastião Francisco de Mello e Povoas(\*) no dia 2 de Abril de 1821 proclamou aos povos, invocando a lealdade nunca desmentida dos alagoanos, e os seus serviços tantas vezes demonstrados na pratica; e para obter delles o cumprimento de seus votos, no mesmo dia 2 de Abril, ouvindo os sentimentos das camaras de Maceio e Alagoas, escreveu o mencionado Povoas ao ministro Thomaz Antonio, em data do dia 5, garantindo-lhe a adhesão dos povos ao supremo governo de Sua Magestade, e ao mesmo tempo pedindo a mesma graça dos melhoramentos constitucionaes, que houvesse por bem conceder a Portugal e Algarves, não se tolerando entretanto que houvesse na provincia a mais leve alteração na ordem publica.

No dia 11 de Julho de 1821 foi eleita a junta provisoria de 9 membros, além do secretario, sendo o presidente della o mesmo capitão-general Sebastião Francisco de Mello e Povoas, que acabava de ser governador, e vogaes o ouvidor de comarca José Antonio Ferreira Braklamy, vigario Foraneo Antonio Gomes Coelho, coronel Manoel Duarte Coelho, advogado José de Souza Mello, coronel Francisco de Cerqueira e Silva, tenente-coronel Antonio José dos Santos, o negociante Luiz José Lopes do Couto, o capitão João Moreira de Carvalho, e secretario o coronel Ignacio José Aprigio da Fonseca Galvão.

Esta junta enviou logo os seus deputados ao con-

gresso de Lisboa; e aboliu em 4 de Agosto o juizo da conservatoria dos matos, creado pela ordem régia de 1797

Os deputados eleitos em 13 de Julho de 1821 forão :

O advogado Manoel Marques Grangeiro.

O vigario Francisco de Assis Barbosa.

O coronel Francisco Manoel Mará Ramos.

## II

Em consequencia da resolução que tomára o Principe regente o Sr. D. Pedro de Alcantara de ficar no Brasil, foi as Alagoas a primeira provincia que negou obediencia ás côrtes geraes de Portugal, e depondo ás autoridades portuguezas, sem as violentar e nem desrespeitar, as reenviou para Lisboa em navio fretado por conta da provincia; e no dia 13 de Julho enviou ao Rio de Janeiro, como representante do governo e municipalidades, a José de Souza Mello render preito e homenagem a S. A. R. o Principe regente e á casa de Bragança.

S. M. EL-REI D. JOÃO VI NÃO SE DESCUIDOU EM TOMAR PROVIDENCIAS PARA PREVINIR OS EFEITOS DA REVOLUÇÃO DE PORTUGAL.

## I

Sua Magestade, recebendo as participações officiaes de Lisboa, nas quaes se expunhão as causas e razões de ser da revolução, ao mesmo tempo dizendo-se não ter ella por fim mais que melhorar o estado politico do paiz, como homem illustrado e prudente que era, vendo que o povo se desasosegava pelas noticias que diariamente chegavão dos diferentes pontos de Portugal, receioso da tropa portugueza, denominada — Voluntarios Reaes de El-Rei—pela intelligencia, que sem duvida teria com o exercito de Portugal, buscou prevenir os males publicos pelo decreto do 1º de Dezembro de 1820, o que não produziu o effeito desejado. Não obstante no dia 2 procurou melhorar as circumstancias das provincias do norte, como se vê pelos decretos de 2 de Janeiro e 6 de Fevereiro de 1821.

No dia 10 de Fevereiro mandou o conde de Palmella o seguinte aviso para Vicente Antonio de Oliveira :

« Ill.m e Exm. Sr. —Tendo el-rei nosso senhor dado já as providencias, que convinhão a respeito dos militares, que se demorão na côrte depois de despachados para as diferentes provincias, e dos que aqui se achão sem licença régia, como participei a V. Ex. por aviso de 31 de Janeiro proximo passado, e apresentando-se ainda diariamente novos e repetidos requerimentos para soldos, comedorias e transportes, feitos com a maior irregularidade e confusão, o que cumpre fazer cessar de uma vez, estabelecendo-se a marcha uniforme, regular e expedita, que se deve seguir em semelhante expediente, determinou Sua Magestade que aos militares despachados para as diferentes partes se ajustem as contas dos seus vencimentos na thesouraria geral desta côrte, e se lhes pagasse o que se lhes devesse, adiantando-se-lhes 3 mezes dos seus respectivos soldos, e passando-se de tudo logo a competente guia, e que pela repartição do commissariado se lhes abonasse as comedorias do estylo, segundo a tarifa que se acha

(\*) Vide *Brasil Historico*, 1ª serie de 1864.

estabelecida, porque o quartel-mestre-general deverá remetter a esta secretaria de Estado relações especificadas dos que nesta conformidade tenham ainda de receber comendarias, soldos ou ajustes de contas de vencimentos e atrasados, para em consequencia se expedirem logo as ordens ás competentes estações, sem que seja necessario que cada um dos referidos militares a solicite separada e directamente nesta secretaria de Estado, dando ao mesmo quartel-mestre-general igualmente conta dos que se nao tiverem apresentado, na conformidade das ordens que se mandáram expedir e publicar para este fim, e para que esta real determinação seja constante a todos os subditos militares, para cumprirem cada um na parte que lhe respeita, ordena Sua Magestade que V. Ex. o mande publicar na ordem do dia e dê as ultteriores providencias que forem precisas para a sua devida execução.

« Deos guarde a V. Ex. Paço, em 10 de Fevereiro de 1821.—Conde de Palmella. »

Por decreto de 10 de Fevereiro ampliou el-rei os seus beneficios ao Pará, e pelo do dia 18 do mesmo mez determinou a ida de seu filho o principe real D. Pedro de Alcantara para Portugal, munido de instrucções necessarias afim de restabelecer a tranquillidade geral do reino, e ouvir as representações e queixas dos povos, estabelecer as reformas e melhoramentos que possam consolidar a constituição portugueza que a nação deseja.

## II

Pelo decreto do dia 23 de Fevereiro communica que, tendo mandado convocar os procuradores das cidades e villas do reino do Brasil, e das Ilhas Portuguezas, para em junta de côrtes se tratar das leis constitucionaes que se discutirem nas côrtes de Lisboa, e dos melhoramentos que forem uteis ao Brasil, creando uma commissão de pessoas do seu conselho para preparar essas averiguações e evitar a demora da convocação das provincias mui distantes, e determinou que a commissão fosse composta das seguintes pessoas:

Presidente.—Marquez de Alegrete.

Deputados.—Barão de Santo Amaro, monsenhor Almeida, Luiz José do Carvalho e Mello, Antonio Luiz Pereira da Cunha, Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira, João Severiano Maciel da Costa, Camillo Maria Toneliet, João de Souza de Almeida Corte-Real, José da Silva Lisboa, Mariano José Pereira da Fonceca, João Rodrigues Pereira de Almeida, Antonio José da Costa Ferreira, Francisco Xavier Pires, José Caetano Gomes.

Procurador da corôa.—José de Oliveira Botelho Pinto Mosqueira.

Secretarios.—Manoel Jacintho Nogueira da Gama, Manoel Moreira de Figueiredo.

Secretarios supra-numericos para servirem no impedimento dos referidos. — Corynel Francisco Sariva da Costa Refoios, desembargador João José de Mendonça.

Palacio do Rio de Janeiro, 23 de Fevereiro de 1821. —Thomaz Antonio de Villa-Nova Portugal.

## III

No dia 24 appareceu um decreto dizen do que, tendo Sua Magestade dado todas as providencias

para ligar a constituição, que se estava fazendo em Lisboa, com os interesses do Brasil, e que o melhor bem que el-rei podia fazer era approvar a mesma constituição, o fazia desde logo para descanso e felicidade dos povos, concluindo o mesmo decreto com estas palavras: « Hei por bem desde já approvar a constituição que alli se está fazendo, e recebê-la no meu reino do Brasil e mais dominios de minha corôa. »

JURAMENTO DA CONSTITUIÇÃO NO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 1821 POR UM MOVIMENTO REVOLUCIONARIO NO RIO DE JANEIRO (\*).

## I

Preparadas as tropas e o povo para o juramento sollemne da constituição, tendo o movimento revolucionario á sua frente o Principe Real, teve elle lugar na manhã do dia 26 de Fevereiro na praça do Rocio, hoje da Constituição; com algum custo foi-se reunindo a camara, cujos membros não estando prevenidos, bem como o bispo D. José Caetano, que, a instancias e intimação dos revoltosos, compareceu nos paços da camara, onde já se achavão os influentes da revolução.

Comparecendo na varanda do theatro o Principe D. Pedro, dalli proclamou em altas vozes o systema constitucional, e asseverou que seu pai annuia aos desejos da nação. Derão vivas ao rei, á constituição e ao Principe, sendo desde logo substituido o ministerio pelos individuos que indicou a tropa armada.

## Ministerio

Vice-almirante Ignacio da Costa Quintella, ministro do reino.

Vice-almirante Joaquim José Monteiro Torres, ministro da marinha e dominios ultramarinos.

Silvestre Pinheiro Ferreira, ministro de estrangeiros.

Conde de Louzan, D. Diogo de Menezes, presidente do erario.

Bispo capellão-mór, presidente da mesa da consciencia e ordem.

Intendente geral da policia Antonio Luiz Pereira da Cunha.

Thesoureiro-mór do real erario José Caetano Gomes.

Ajudante do thesoureiro-mór João Ferreira da Costa Sampaio.

Fiscal do real erario o desembargador Sebastião Luiz Tinoco.

Inspector-geral dos estabelecimentos litterarios José da Silva Lisboa.

Director do banco do Brasil pela fazenda real João Rodrigues Pereira de Almeida.

Chefe commandante do corpo da policia José de Oliveira Barbosa.

Presidente da junta do commercio o visconde d'Asseca.

General das armas o brigadeiro Carlos Frederico de Caula.

Palacio do Rio de Janeiro, 26 de Fevereiro de 1821.—Com a rubrica de Sua Magestade.

(\*) Vide a historia circumstanciada de todas as occorrencias desse dia nos ns. 17, 18, 19 e 20 da 1.ª serie do *Brasil Historico*, biographia do conselheiro Drummond

*Auto do juramento*

« Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus-Christo de 1821, nesta cidade do Rio de Janeiro, em casa do theatro, sala, onde appareceu o Serenissimo Sr. Principe Real do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves, D. Pedro de Alcantara, onde se achava reunida a camara desta mesma cidade e corte do Rio de Janeiro, actualmente, o mesmo Serenissimo Sr. Principe Real, depois de ter lido na varanda da mesma casa, perante o povo e tropa que se achava presente, o real decreto de S. M. El-rei nosso senhor de 24 de Fevereiro do presente anno, no qual Sua Magestade certifica ao seu povo que jurará immediatamente e sancionará a constituição que se está fazendo no reino de Portugal. E para que não entre em duvida este juramento e esta sancção, mandou o mesmo Serenissimo Sr. Principe Real para que, em nome delle, jurasse já, no dia de hoje e nesta mesma hora, a constituição, tal qual se fizer em Portugal. E para constar fez este auto que assigna o mesmo senado, e eu Antonio Martins Pinto de Brito, escrivão do mesmo senado, o escrevi e assignei. — Antonio Lopes de Calheiros e Menezes. — Francisco de Souza de Oliveira. — Luiz José Vianna Gurgel do Amaral e Rocha. — Manoel Caetano Pinto. — Antonio Alves de Araujo. — Antonio Martins Pinto de Brito. »

## II

*Juramento*

No mesmo dia, mez e anno, e mesma hora, declarou o mesmo Serenissimo Sr. Principe Real, em nome de el-rei nosso senhor, seu augusto pai e senhor, que jurava na fôrma seguinte:

« Juro em nome de el-rei, meu pai e senhor, veneração e respeito á nossa santa religião, observar, guardar e manter perpetuamente a constituição, tal qual se fizer em Portugal pelas côrtes. E logo sendo apresentado pelo bispo capellão-mór o livro dos Santos-Evangelhos, nelle poz a sua mão direita, e assim o jurou, e prometteu e assignou. Como procurador de el-rei, meu pai e senhor. — O Principe D. Pedro de Alcantara. »

E logo o Principe Real em seu proprio nome jurou na fôrma seguinte:

« Juro em meu nome veneração e respeito á nossa santa religião, obediencia ao rei, observar, guardar e manter perpetuamente a constituição, tal qual se fizer em Portugal pelas côrtes. — Principe Real D. Pedro de Alcantara. — Infante D. Miguel. »

E pela mesma fôrma prestarão juramento as pessoas seguintes:

Ignacio da Costa Quintella, ministro e secretario de estado dos negocios do reino unido.

Joaquim José Monteiro Torres, ministro e secretario de estado dos negocios da marinha e dominios ultramarinos.

Silvestre Pinheiro Ferreira, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros e guerra.

D. José, bispo capellão-mór, presidente da mesa da consciencia.

Antonio Luiz Pereira da Cunha, intendente-geral da policia.

Visconde d'Asseca, presidente da real junta do commercio.

Sebastião Luiz Tinoco.

José de Oliveira Barbosa, commandante da policia.

José Caetano Gomes, thesoureiro-mór do real erario.

Antonio Lopes de Calheiros e Menezes.

Francisco de Souza de Oliveira.

Luiz José Vianna Gurgel do Amaral Rocha.

Manoel Caetano Pinto.

Antonio Alves de Araujo.

Antonio Martins Pinto de Brito.

Paulo José da Silva Gama, almirante.

O brigadeiro Paulo José da Silva Gama.

Alexandre Manoel Moreira Freire, brigadeiro.

João Rodrigues Pereira de Almeida.

(Seguem-se para mais de 4.000 assignaturas que encontro no original desse auto.)

CONSTITUIÇÃO HESPAÑHOLA DE 19 DE MARÇO DE 1812, QUE SERVIO DE BASE A' REVOLUÇÃO DE PORTUGAL DE 24 DE AGOSTO DE 1820.

Transcrevemos aqui a constituição hespanhola de 19 de Março de 1812, porque foi ella a base não só da constituição portugueza de 23 de Setembro de 1822, como as duas nossas de 30 de Agosto de 1823 e de 11 de Dezembro de 1823, que nos rege.

*Constituição de Hespanha*

« Em nome de Deos Todo-Poderoso, Pai, Filho e Espirito-Santo, autor e supremo legislador da sociedade.

« As côrtes geraes e extraordinarias da nação hespanhola, bem convencidas, depois do mais reflectido exame e madura deliberação, de que as antigas leis fundamentaes desta monarchia, acompanhadas das opportunas providencias e precauções, que assegurem de um modo estavel e permanente seu inteiro cumprimento, poderão preencher devidamente o grande objecto de promover a gloria, a prosperidade e o bem de toda a nação, decretão a seguinte constituição politica para o bom governo e recta administração do Estado.

## TITULO I

## DA NAÇÃO HESPAÑHOLA E DOS HESPAÑHOES

## CAPITULO I

*Da nação hespanhola*

« Art. 1.º—A nação hespanhola é a união de todos os hespanhoes de ambos os hemispherios.

« 2.º—A nação hespanhola é livre e independente, e não é patrimonio de alguma familia ou pessoa.

« 3.º—A soberania reside essencialmente em a nação, e por isso mesmo pertence a esta exclusivamente o direito de estabelecer suas leis fundamentaes.

« 4.º—A nação está obrigada a conservar e proteger, por leis sabias e justas a liberdade civil, a propriedade e mais direitos legitimos de todos os individuos que a compoem.



## CAPITULO II

*Dos hespanhoes*

« Art. 5.º—São hespanhoes: 1.º Todos os homens livres nascidos e residentes nos dominios das Hespanhas, e os filhos destes; 2.º Os estrangeiros que tenham obtido nas côrtes carta de naturalisação; 3.º Os que sem esta tenham 10 annos de residencia, segundo a lei, em qualquer povo da monarchia; 4.º Os libertos, desde que adquirão a liberdade nas Hespanhas.

« 6.º—O amor da patria é uma das principaes obrigações de todos os hespanhoes, bem como o ser justos e beneficos.

« 7.º—Todo o hespanhol está obrigado a ser fiel á constituição, obedecer ás leis e respeitar as autoridades estabelecidas.

« 8.º—Todo o hespanhol está tambem obrigado, sem distincção alguma de pessoa, a contribuir, á proporção dos seus teres, para os gastos do Estado.

« 9.º—Da mesma sorte está obrigado todo o hespanhol a defender a patria com armas quando for chamado pela lei.

## TITULO II

DO TERRITORIO DAS HESPAÑHAS, SUA RELIGIÃO E GOVERNO  
E DOS CIDADÃOS HESPAÑHOES

## CAPITULO I

*Do territorio das Hespanhas*

« Art. 10.—O territorio hespanhol comprehende na peninsula, com suas possessões e ilhas adjacentes, Aragão, Asturias, Castella a Velha, Castella a Nova, Catalunha, Cordova, Extremadura, Galisa, Granada, Jaen, Leão, Molina, Murcia, Navarra; provincias de Biscaya, Sevilha e Valença; as ilhas Baleares e as Canarias, com as mais possessões da Africa. Na America Septentrional, Nova-Hespanha com a Noternas do oriente, provincias internas do occidente, ilha de Cuba com as Floridas, a parte hespanhola da ilha de S. Domingos, e a ilha de Porto-Rico com as mais adjacentes a estas, e ao continente em um e outro mar. Na America Meridional, a Nova-Granada, Venezuela, o Perú, Chile, provincias do Rio da Prata, e todas as ilhas adjacentes no mar Pacifico e no Atlantico. Na Asia, as ilhas Filippinas e as que dependem de seu governo.

« 11.—Far-se-ha uma divisão mais conveniente do territorio hespanhol por uma lei constitucional logo que as circunstancias politicas da nação o permittão.

## CAPITULO II

*Da religião*

« Art. 12.—A religião da nação hespanhola é e será perpetuamente a catholica apostolica romana, unica verdadeira. A nação a protege por leis sabias, justas, e prohibe o exercicio de qualquer outra.

## CAPITULO III

*Do governo*

« Art. 13.—O objecto do governo é a felicidade da nação, porque o fim de toda a sociedade politica não é outro mais que a felicidade dos individuos que a compoem.

« 14.—O governo da nação hespanhola é uma monarchia moderada hereditaria.

« 15.—O poder de fazer as leis reside nas côrtes com o rei.

« 16.—O poder de fazer executar as leis reside no rei.

« 17.—O poder de applicar as leis nas causas civis e criminaes reside nos tribunaes estabelecidos pela lei.

## CAPITULO IV

*Dos cidadãos hespanhoes*

« Art. 18.—São cidadãos aquelles hespanhoes que por ambas as linhas trazem sua origem dos dominios hespanhoes de ambos os hemispherios, e residem em qualquer povo dos mesmos dominios.

« 19.—E' tambem cidadão o estrangeiro que, gozando já dos direitos de hespanhol, obtiver das côrtes carta especial de cidadão.

« 20.—Para que o estrangeiro possa obter das côrtes esta carta deverá estar casado com uma hespanhola, e ter trazido ou fixado nas Hespanhas alguma invenção, ou industria apreciavel, ou adquirido bens de raiz, pelos quaes pague uma contribuição directa, ou ter-se estabelecido no commercio com um capital proprio e consideravel, a juizo das mesmas côrtes, ou feito serviços assignalados a bem e defensa da nação.

« 21.—Da mesma sorte são cidadãos os filhos legitimos dos estrangeiros domiciliados nas Hespanhas, que, havendo nascido nos dominios hespanhoes, não tenham jámais sabido fóra sem licença do governo, e tendo 21 annos completos tenham residido em um povo dos mesmos dominios, exercendo nelle alguma profissão, officio ou industria util.

« 22.—Aos hespanhoes, que por qualquer linha são havidos e reputados por oriundos da Africa, lhes fica aberta a porta da virtude e do merecimento para ser cidadãos; consequentemente as côrtes concederão carta de cidadão aos que fizerem serviços qualificados á patria, ou aos que se distinguirem por seu talento, applicação e conducta, com a condição de que sejam filhos de legitimo matrimonio de pais livres, e que estejam casados com mulher livre, e domiciliados nos dominios das Hespanhas, e que exerçam alguma profissão, officio ou industria util, com um capital proprio.

« 23.—Sómente os que forem cidadãos poderão obter empregos municipaes e eleger para elles nos casos assignalados pela lei.

« 24.—A qualidade de cidadão hespanhol perde-se: 1.º por se naturalisar em paiz estrangeiro; 2.º por admittir emprego de outro governo; 3.º por sentença em que se imponhão penas afflictivas ou infames, se não se obtiver rehabilitação; 4.º por ter residido 5 annos consecutivos fóra do territorio hespanhol sem commissão ou licença do governo.

« 25.—O exercicio dos mesmos direitos suspen-

de-se: 1º em virtude de interdito judicial por incapacidade physica ou moral; 2º pelo estado de devedor fallido ou devedor aos cabedaes publicos; 3º pelo estado de servente domestico; 4º por não ter emprego, officio ou modo de viver conhecido; 5º por se achar processado criminalmente; 6º desde o anno de 1830 deverão saber lêr e escrever os que de novo entrarem no exercicio dos direitos de cidadão.

« 26.—Sómente pelas causas assignaladas nos dons artigos precedentes se podem perder ou suspender os direitos de cidadão, e não por outros.

### TITULO III

#### DAS CÔRTEES

#### CAPITULO I

##### *Do modo de formar as côrtes.*

« Art. 27.—As côrtes são a união de todos os deputados que representam a nação, nomeados pelos cidadãos na forma que se dirá.

« 28.—A base para a representação nacional é a mesma em ambos os hemisphérios.

« 29.—Esta base é a povoação, composta dos naturaes que por ambas as linhas sejam originarios dos dominios hespanhoes, e daquelles que tenham obtido das côrtes carta de cidadão, como tambem dos comprehendidos no art. 21.

« 30.—Para o computo da povoação dos dominios europeus servirá o ultimo censo do anno de 1797 até que se possa fazer outro novo; e se formará o correspondente para o computo da povoação dos do Ultramar, servindo entretanto os censos mais authenticos entre os ultimamente formados.

« 31.—De cada 60.000 almas de povoação composta, como fica dito no art. 29, haverá um deputado de côrtes.

« 32.—Distribuida a povoação pelas differentes provincias, se resultará em alguma o excesso de mais de 35.000 almas, se elegerá mais um deputado, como se o numero chegasse a 70.000; e se o que sobra não exceder a 35.000, não se contará com elle.

« 33.—Se houver alguma provincia, cuja povoação não chegue a 70.000 almas, mas que não seja menor de 60.000, elegerá um deputado, e se baixar deste numero se unirá á immediata para completar o numero de 70.000 requerido. Exceptua-se desta regra a ilha de S. Domingos, que nomeará deputado qualquer que seja a sua povoação.

#### CAPITULO II

##### *Da nomeação dos deputados de côrtes*

« Art. 34.—Para a eleição dos deputados de côrtes celebrar-se-hão juntas eleitoraes de parochia, de partido e de provincia.

#### CAPITULO III

##### *Das juntas eleitoraes de parochia*

« Art. 35.—As juntas eleitoraes de parochia se comporão de todos os cidadãos domiciliados e residentes no territorio da parochia respectiva, entre

os quaes se comprehendem os ecclesiasticos seculares.

« 36.—Estas juntas serão celebradas sempre na península e possessões adjacentes, no primeiro domingo do mez de Outubro do anno anterior ao da celebração das côrtes.

« 37.—Nas provincias do Ultramar celebrar-se-hão no primeiro domingo do mez de Dezembro, 15 mezes antes da celebração das côrtes, com aviso que para umas e outras durão antecipadamente as justicas.

« 38.—Nas juntas de parochia nomear-se-ha de cada 200 moradores um eleitor parochial.

« 39.—Se o numero dos habitantes da parochia exceder a 300, ainda que não chegue a 400, nomear-se-hão 2 eleitores; se exceder a 500, ainda que não chegue a 600, se nomeará 3, e assim progressivamente.

« 40.—Nas parochias, cujo numero de habitantes não chegue a 200, com tanto que tenham 150, se nomeará 1 eleitor, e naquella em que não houver este numero se unirão os habitantes ou vizinhos aos da outra immediata, para nomear o eleitor ou eleitores que lhes correspondão.

« 41.—A junta parochial elegerá á pluralidade de votos 11 arbitros para que estes nomdem o eleitor parochial.

« 42.—Se na junta parochial houver de nomear-se 2 eleitores parochiaes, eleger-se-hão 21 arbitros, e se 3, 31, sem que em nenhum caso se possa exceder deste numero de arbitros, afim de evitar confusão.

« 43.—Para consultar a maior commodidade das povoações pequenas se observará que aquella parochia, que chegar a ter 20 vizinhos, elegerá um arbitro; a que chegar a ter de 30 a 40, elegerá 2; a que tiver de 50 a 60, 3, e assim progressivamente. As parochias que tiverem menos de 20 habitantes se unirão com as mais immediatas para eleger arbitro.

« 44.—Os arbitros das parochias das povoações pequenas assim eleitos se juntarão no povo mais a proposito, e logo que compoñão o numero de 11 ou ao menos de 9 nomearão 1 eleitor parochial; se compuzerem o numero de 21 ou ao menos de 17, nomearão 2 eleitores parochiaes; e se forem 31, e se reunirem ao menos 25, nomearão 3 eleitores ou os que lhe competirem, ou corresponderem.

« 45.—Para ser nomeado eleitor parochial requer-se que seja cidadão, maior de 25 annos, morador e residente na parochia.

« 46.—As juntas de parochia serão presididas pelo chefe politico ou alcaide da cidade, villa ou aldeia em que se congregarem, com assistencia do cura-parocho para maior solemnidade do acto; e se n'um mesmo povo, em razão do numero das suas parochias, se celebrarem duas ou mais juntas, presidirá a uma o chefe politico ou o alcaide, á outra o outro alcaide, e os regedores por sorte presidirão ás outras.

« 47.—Chegada a hora da reunião, que se fará nas casas consistoriaes, ou no lugar onde for do costume, achando-se juntos os cidadãos que tiverem concorrido, passarão á parochia com seu presidente, e nella se celebrará uma solemne missa do Espirito-Santo pelo cura-parocho, o qual fará um discurso correspondente ás circumstancias.

« 48.—Concluida a missa voltarão ao lugar donde sahirão, e nelle se dará principio á junta, nomeando

dous escrutadores e um secretario entre os cidadãos presentes, tudo á porta aberta.

« 49.—Depois perguntará o presidente se algum cidadão tem que expôr alguma queixa relativa a peitas ou suborno para que a eleição recaia em determinada pessoa; e se a houver deverá fazer-se justificação publica e verbal no mesmo acto. Sendo certa a accusação, serão privados de voz activa e passiva os que tiverem commettido o delicto. Os calumniadores soffrerão, e deste juizo não se admitirá recurso algum.

« 50.—Se acaso se suscitarem duvidas sobre se em algum dos presentes concorrem as qualidades requeridas para poder votar, a mesma junta decidirá no acto o que lhe parecer, e o que se decidir se executará sem recurso algum por esta vez e para este unico effeito.

« 51.—Proceder-se-ha immediatamente á nomeação dos arbitros, o que se fará designando cada cidadão um numero de pessoas igual aos dos arbitros, para o que se approximarão á mesa onde se acharem o presidente, os escrutadores e o secretario, e este as escreverá n'uma lista em sua presença; e neste e nos mais actos de eleição ninguém poderá votar em si mesmo, debaixo da pena de perder o direito de votar.

« 52.—Concluido este acto, o presidente, escrutadores e secretario, reconhecerão as listas, e aquelle publicará em voz alta os nomes dos cidadãos que tiverem sido eleitos arbitros, por terem reunido maior numero de votos.

« 53.—Os arbitros nomeados se retirarão para um lugar separado antes de dissolver-se a junta, e conferenciando entre si procederão a nomear o eleitor ou eleitores daquelle parochia e ficarão eleitos a pessoa ou pessoas que reunão mais da metade dos votos. Depois publicar-se-ha na junta a nomeação.

« 54.—O secretario lavrará a acta, que será firmada por elle, pelo presidente e pelos arbitros, e se entregará cópia della, firmada pelos mesmos, á pessoa ou pessoas eleitas para fazer constar sua nomeação.

« 55.—Nenhum cidadão poderá escusar-se destes encargos por qualquer motivo ou pretexto que seja.

« 56.—Na junta parochial nenhum cidadão se poderá apresentar com armas.

« 57.—Verificada a nomeação de eleitores se dissolverá immediatamente a junta, e qualquer outro acto em que intente intrometer-se será nullo.

« 58.—Os cidadãos que compuzerão a junta passarão á parochia, onde se cantará um solemne *Te-Deum*, levando o eleitor ou eleitores entre o presidente, os escrutadores e o secretario.

#### CAPITULO IV

##### *Das juntas eleitoraes de districto (partido)*

« Art. 59.—As juntas eleitoraes de districto se comporão dos eleitores parochiaes, que se congregarão na cabeça de cada districto ou partido, alim de nomear o eleitor ou eleitores, que hão de concorrer á capital da provincia para eleger os deputados das côrtes.

« 60.—Estas juntas celebrar-se-hão sempre na península, e ilhas e possessões adjacentes, no primeiro domingo do mez de Novembro do anno anterior ao em que se hão de celebrar as côrtes.

« 61.—Nas provincias do Ultramar celebrar-se-

hão no primeiro domingo do mez de Janeiro proximo seguinte ao de Dezembro, em que se tiverem celebrado as juntas de parochias.

« 62.—Para vir no conhecimento do numero de eleitores que cada partido ou districto ha de nomear, observar-se-hão as seguintes regras:

« 63.—O numero de eleitores de partido será triplo do numero de deputados que se hão de eleger.

« 64.—Se o numero de partidos da provincia fôr maior que o dos eleitores, que se requerem pelo artigo precedente para a nomeação dos que lhe correspondem, nomear-se-ha, não obstante isso, um eleitor de cada partido.

« 65.—Se o numero de partidos fôr menor que o dos eleitores que se devem nomear, cada partido elegerá 1, 2 ou mais, até completar o numero que se requer; porém, no caso de faltar ainda 1 eleitor, nomea-lo-ha o partido de maior população; e se todavia faltar outro, nomea-lo-ha o partido que seguir em maior população, e assim successivamente.

« 66.—Pelo que fôr estabelecido nos arts. 31, 32, 33 e nos tres artigos precedentes, o censo determina quantos deputados correspondem a cada provincia e quantos eleitores a cada um dos seus partidos.

« 67.—As juntas eleitoraes do partido serão presididas pelo chefe politico, ou pelo alcaide primeiro do povo cabeça de partido ou districto, a quem se apresentarão os eleitores parochiaes com o documento que acredite sua eleição, para que sejam anolados seus nomes no livro em que se hão de lavrar as actas da junta.

« 68.—No dia assignalado se ajuntarão os eleitores de parochia com o presidente nas salas consistoriaes, á porta aberta, e começarão por nomear um secretario e dous escrutadores d'entre os mesmos eleitores.

« 69.—Depois apresentarão os eleitores os certificados de sua nomeação para serem examinados pelo secretario e escrutadores, que no dia seguinte deverão informar se estão ou não regulares. Os certificados do secretario e escrutadores serão examinados por uma commissão de tres individuos da junta, que se nomeará para esse effeito para que informe tambem no seguinte dia sobre ellas.

« 70.—Congregados neste dia os eleitores parochiaes se lerão os informes sobre os certificados; e achando-se algum reparo que pôr a algum delles ou aos eleitores por falta de alguma das qualidades requeridas, a junta resolverá definitivamente, e acto continuo, o que lhe parecer, e o que resolver se executará sem recurso.

« 71.—Concluido este acto passarão os eleitores parochias com seu presidente á igreja maior, onde se cantará uma solemne missa do Espirito-Santo pelo ecclesiastico de maior dignidade, o qual fará um discurso analogo ás circumstancias.

« 72.—Depois deste acto religioso se restituirão ás casas consistoriaes, e occupando os eleitores seus assentos, sem preferencia alguma, lerá o secretario este capitulo da constituição, e depois fará o presidente a mesma pergunta que se contém no art. 49, e se observará tudo quanto nelle se prescreve.

« 73.—Immediatamente depois se procederá á nomeação do eleitor ou eleitores de partido, elegendo-os de um em um e por escrutinio secreto, me-

diante bilhetes em que esteja escripto o nome da pessoa que cada um elege.

« 74.—Concluidos os votos, o presidente, secretario e escrutadores, farão a regulação delles, e ficará eleito aquelle em quem recahir ao menos a metade dos votos e um mais, publicando o presidente cada eleição. Se nenhum tiver tido a pluralidade absoluta de votos, os dous que tiverem tido o maior numero entrarão em segundo escrutinio, e ficará eleito o que reunir maior numero de votos. No caso de empate decidirá a sorte.

« 75.—Para ser eleitor de partido requer-se: ser cidadão, que se ache no exercicio de seus direitos, maior de 25 annos, morador e residente no partido, ou seja leigo ou ecclesiastico secular, podendo recahir a eleição nos cidadãos que compoem a junta ou nos de fóra della.

« 76.—O secretario lavrará a acta, que com elle firmará o presidente e escrutadores, e se entregará cópia della, firmada pelos mesinos, á pessoa ou pessoas eleitas para fazer constar sua nomeação. O presidente desta junta remetterá outra cópia, firmada por elle e pelo secretario, ao presidente da junta da provincia, onde se fará notoria a eleição nos papeis publicos.

« 77.—Nas juntas eleitoraes de partido se observará tudo o que se determina para as juntas eleitoraes de parochia nos arts. 35, 36, 37 e 38.

## CAPITULO V

### *Das juntas eleitoraes de provincia*

« Art. 78.—As juntas eleitoraes de provincia se comporão dos eleitores de todos os partidos della, que se congregarão na capital asim de nomear os deputados que lhe correspondem para assistir ás côrtes, como representantes da nação.

« 79.—Estas juntas celebrar-se-hão sempre na peninsula e ilhas adjacentes no primeiro domingo do mez de Dezembro do anno anterior ás côrtes.

« 80.—Nas provincias ultramarinas celebrar-se-hão no segundo domingo de Março do mesmo anno em que se celebrarem as juntas de partido.

« 81.—Estas juntas serão presididas pelo chefe politico da capital da provincia, a quem se apresentarão os eleitores de partido com o documento de sua eleição, para que seus nomes se anotem no livro em que se hão de escrever as actas da junta.

« 82.—No dia assignalado se juntarão os eleitores de partido com o presidente nas casas consistoriaes, ou no edificio que se julgar mais proprio para um acto tão solemne, á porta aberta, e começarão por nomear á pluralidade de votos um secretario e dous escrutadores d'entre os mesmos eleitores.

« 83.—Se a uma provincia não couber mais do que um deputado, concorrerão ao menos 3 eleitores para sua nomeação, distribuindo este numero entre os partidos em que estiver dividida ou formando partidos para este unico effeito.

« 84.—Lêr-se-hão os quatro capitulos desta constituição que tratão das eleições. Depois lêr-se-hão as certidões das actas das eleições feitas nas cabeças de partido, remettidas pelos respectivos presidentes, e da mesma sorte apresentarão os eleitores os certificados de sua nomeação para serem examinados pelo secretario e escrutadores, que deverão no dia seguinte informar se estão ou não regulares. Os certificados do secretario e escrutado-

res serão examinados por uma commissão de tres individuos da junta, que se nomearão para esse effeito, para que informem sobre elles no dia seguinte.

« 85.—Juntos nesse dia os eleitores de partido, se lerão os informes sobre as certidões, e, achando-se algum reparo que oppôr a alguma dellas ou aos eleitores por falta de alguma das qualidades requeridas, a junta resolverá definitivamente, e acto continuo, o que lhe parecer, e o que resolver se executará sem recurso.

« 86.—Depois os eleitores de partido se dirigirão, com o seu presidente, á cathedral ou igreja maior, onde se cantará uma solemne missa do Espirito-Santo, e o bispo, ou em sua falta o ecclesiastico de maior dignidade, fará um discurso proprio das circumstancias.

« 87.—Concluido este acto religioso, voltarão ao lugar donde sahirão, e, á porta aberta, occupando os eleitores seus assentos sem preferencia alguma, fará o presidente a mesma pergunta que se contém no art. 49, e se observará tudo quanto nelle se prescreve.

« 88.—Proceder-se-ha depois pelos eleitores que se acharem presentes á eleição do deputado ou deputados, e se elegerão de um em um, approximando-se á mesa, onde estiver o presidente, os escrutadores e secretario, e este escreverá n'uma lista em sua presença o nome da pessoa que cada um elege. O secretario e os escrutadores serão os primeiros que votem.

« 89.—Concluido este acto de votar, o presidente, secretario e escrutadores, farão a regulação dos votos, e ficará eleito o que reunir a pluralidade. No caso de empate decidirá a sorte, e feita a eleição de cada um o presidente a publicará.

« 90.—Depois da eleição de deputados se procederá á dos substitutos (supplentes) pelo mesmo methodo e fórma, e seu numero será em cada provincia a terça parte dos deputados que lhe correspondem. Se a alguma provincia não tocar eleger mais do que um deputado ou dous, elegerá sem embargo um deputado substituto. Estes concorrerão ás côrtes logo que se verifique a morte do proprietario ou sua impossibilidade, a juizo das mesmas, em qualquer tempo que um ou outro accidente se verifique depois da eleição.

« 91.—Para ser deputado de côrtes requer-se: ser cidadão, que esteja no exercicio de seus direitos, maior de 25 annos, e que tenha nascido na provincia e que seja morador nella com residencia ao menos de 7 annos, ou seja leigo ou ecclesiastico secular, podendo recahir a eleição nos cidadãos que compoem a junta ou nos de fóra della.

« 92.—Requer-se demais para ser eleito deputado de côrtes que tenha uma renda annual proporcionada, procedente de bens proprios.

« 93.—Suspende-se a disposição do artigo precedente até que as côrtes, que para o diante se hão de celebrar, declarem ter já chegado o tempo de poder ter effeito, assignalando a quota da renda e a qualidade dos bens de que ella deve provir, e o que então resolverem se terá por constitucional, como se aqui se achasse expresso.

« 94.—Se acaso succeder que uma mesma pessoa seja eleita pela provincia donde é natural e por aquella em que está residente, subsistirá a eleição desta, e pela provincia donde é natural virá ás côrtes o substituto correspondente.



« 93.—Os secretarios do despacho, os conselheiros de estado e os que servem empregos na casa real, não poderão ser eleitos deputados de côrtes.

« 96.—Tambem não poderá ser eleito deputado de côrtes algum estrangeiro, ainda que tenha obtido das côrtes carta de cidadão.

« 97.—Nenhum empregado publico nomeado pelo governo poderá ser eleito deputado de côrtes pela provincia em que exerce seu cargo.

« 98.—O secretario lançará a acta das eleições, que será firmada por elle, pelo presidente e por todos os eleitores.

« 99.—Depois todos os eleitores outorgarão, sem escusa alguma, a todos, e a cada um dos deputados, amplos poderes, segundo a fórmula seguinte, entregando-se a cada deputado seu correspondente poder para o apresentar nas côrtes.

« 100.—Os poderes serão concebidos nestes termos: « Na cidade ou villa de.... a.... dia do mez de.... do anno de.... nas salas de.... achando-se congregados os Srs. (aqui se pôrão os nomes do presidente e dos eleitores de partido que fórmão a junta eleitoral da provincia).... disserão perante mim escrivão abaixo assignado, e testemunhas para este effeito convocadas, que, tendo-se procedido, conforme a constituição politica da monarchia hespanhola, á nomeação dos eleitores parochiaes e de partido, com todas as solemnidades prescriptas pela mesma constituição, como constava das certidões originaes, reunidos os expressados eleitores dos partidos da provincia de.... no dia de.... do mez de.... do presente anno, tinham feito a nomeação dos deputados que, em nome e representação desta provincia, têm de concorrer ás côrtes, e que fóram eleitos por deputados para ellas por esta provincia os Srs. N. N. N., como consta da acta escripta e firmada por N. N. N., em consequencia do que lhes outorgão amplos poderes a todos juntos, e a cada um de per si, para cumprir e desempenhar as augustas funções de seu cargo, e para qu e, com os mais deputados de côrtes, como representantes da nação hespanhola, possam accordar e resolver quanto julgarem conducente ao bem geral della no uso das faculdades que a constituição determina, e dentro dos limites que a mesma prescreve, sem poder derogar, alterar ou variar de maneira alguma nenhum de seus artigos debaixo de algum pretexto, e que os outorgantes se obriguem por si mesmos, e em nome de todos os habitantes desta provincia, em virtude das faculdades que lhes são concedidas, como eleitores nomeados para este acto, a ter por valido, e obedecer e cumprir quanto, como taes deputados de côrtes, fizerem e fór por esta resolução conforme a constituição politica da monarchia hespanhola. Assim o disserão e outorgarão, achando-se presentes, como testemunhas, N. N., que com os Srs. outorgantes o firmarão, do que dou fé. »

« 101.—O presidente, escrutadores e secretario remetterão immediatamente cópia firmada pelos mesmos da acta das eleições á deputação permanente das côrtes, e farão que se publiquem as eleições por meio da imprensa, remettendo um exemplar a cada povo da provincia.

« 102.—Para a indemnisação dos deputados se lhes assistirá pelas suas respectivas provincias com a diaria quantia que as côrtes, no segundo anno de

cada deputação geral, assignarem para a deputação que lhe ha de succeder, e aos deputados do Ultramar se abonará além disso o que parecer necessario, a juizo de suas respectivas provincias, para os gastos de viagem de ida e volta.

« 103.—Observar-se-ha nas juntas eleitoraes de provincia tudo o que se prescreve nos arts. 53, 56, 57 e 58, á excepção do que previne o art. 328.

## CAPITULO VI

### *Da celebração das côrtes*

« Art. 104.—Juntar-se-hão as côrtes todos os annos na capital do reino em edificio destinado para este unico objecto.

« 105.—Quando julgarem conveniente trasladar-se para outro lugar poderão faze-lo, com tanto que a povoação não diste da capital mais de 12 leguas, e que dous terços dos deputados convenhão na trasladação.

« 106.—As sessões das côrtes em cada anno durarão 3 mezes consecutivos, dando principio no primeiro dia de Março.

« 107.—As côrtes poderão prorogar suas sessões quando muito por outro mez em dous casos unicos: 1º a petição do rei; 2º se as cortes o julgarem necessario por uma resolução das duas terças partes dos deputados.

« 108.—Os deputados se renovarão em sua totalidade cada 2 annos.

« 109.—Se a guerra ou a occupação de alguma parte do territorio da monarchia pelo inimigo impedirem que se apresentem a tempo todos ou alguns dos deputados de uma ou mais provincias, serão supprimidos os que faltarem pelos anteriores deputados das respectivas provincias, sorteando entre si até completar o numero que lhe corresponda.

« 110.—Os deputados não poderão tornar a ser eleitos senão mediando outra deputação.

« 111.—Logo que os deputados cheguem á capital se apresentarão á deputação permanente de côrtes, a qual fará lançar seus nomes e o da provincia que os elegeu em um registro na secretaria das mesmas côrtes.

« 112.—No anno da renovação dos deputados celebrar-se-ha no dia 15 de Fevereiro, á porta aberta, a primeira junta preparatoria, fazendo de presidente o que fór da deputação permanente, e de secretarios e escrutadores os que a mesma deputação nomear d'entre os restantes individuos que a compoem.

« 113.—Nesta primeira junta apresentarão todos os deputados seus poderes, e se nomearão á pluralidade de votos duas commissões, uma de 5 individuos para que examine os poderes de todos os deputados, e outra de 3 para que examine os destes 5 individuos da commissão.

« 114.—No dia 20 do mesmo Fevereiro se celebrará, tambem á porta aberta, a segunda junta preparatoria, na qual as duas commissões informarão sobre a legitimidade dos poderes, havendo tido presentes as cópias das actas das eleições provinciales.

« 115.—Nesta junta e nas mais que forem necessarias até o dia 23 se resolverão definitivamente, e á pluralidade de votos, as duvidas que se suscita-

rem sobre a legitimidade dos poderes e qualidades dos deputados.

« 116.—No anno seguinte ao da renovação dos deputados celebrar-se-ha a primeira junta preparatoria no dia 20 de Fevereiro, e até 25 as que se julgarem necessarias para resolver no modo e fórma que se tem dito nos tres artigos precedentes sobre a legitimidade dos poderes dos deputados que de novo se apresentarem.

« 117.—Em todos os annos se celebrará no dia 25 de Fevereiro a ultima junta preparatoria, na qual todos os deputados, pondo a mão sobre os Santos Evangelhos, darão o seguinte juramento: « Ju-rais defender e conservar a religião catholica, apostolica, romana, sem admittir outra alguma no reino? — R. Sim, juro.—Jurais guardar e fazer guardar religiosamente a constituição politica da monarchia hespanhola, sancionada pelas côrtes geraes e extraordinarias da nação no anno de 1812? — R. Sim, juro.—Jurais comportar-vos bem e fielmente no encargo que a nação vos tem commettido, olhando em tudo pelo bem e prosperidade da mesma nação? — Sim, juro.—Se assim o fizerdes Deos vos promee; se não, elle vos tomará contas. »

« 118.—Proceder-se-ha depois o eleger d'entre os mesmos deputados, por escrutinio secreto e á pluralidade absoluta de votos, um presidente, um vice-presidente e quatro secretarios, com o que se terão por constituidas e formadas as côrtes, e a deputação permanente cessará em todas as suas funções.

« 119.—Nomear-se-ha no mesmo dia uma deputação de 22 individuos e 2 dos secretarios, para que passe a dar parte ao rei de achar-se constituida as côrtes e do presidente que tem eleito, assim de quo manifeste se assistirá á abertura das côrtes, que se ha de celebrar no dia 1.º de Março.

« 120.—Se o rei se achar fóra da capital se lhe fará esta participação por escripto, e o rei responderá do mesmo modo.

« 121.—O rei assistirá por si mesmo á abertura das côrtes, e se tiver impedimento a fará o presidente no dia assignado, sem que por motivo algum possa diferir-se para outro. As mesmas formalidades se observarão para o acto de se fechar as côrtes.

« 122.—Na sala das côrtes entrará o rei sem guarda, e unicamente acompanhado das pessoas quo determinar o ceremonial para o recebimento e despedida do rei, que se ha de prescrever ao regulamento do governo interino das côrtes.

« 123.—O rei fará um discurso em que proporá ás côrtes o que julgar conveniente, e ao qual o presidente responderá em termos geraes. Se o rei não assistir, remetterá seu discurso ao presidente para que o lêa nas côrtes.

« 124.—As côrtes não poderão deliberar na presença do rei.

« 125.—No caso em que os secretarios do despacho fação ás côrtes algumas propostas em nome do rei, assistirão ás discussões quando e do modo que as côrtes determinarem, e fallarão nellas; mas não poderão estar presentes quando se votar.

« 126.—As sessões das côrtes serão publicas, e só nos casos que exijão reserva se poderá celebrar sessão secreta.

« 127.—Nas discussões das côrtes, o em tudo mais que pertencer ao governo e ordem interior, se

observará o regulamento que se ha de formar por estas côrtes geraes e extraordinarias, sem prejuizo das reformas que as successivas julgarem conveniente fazer no mesmo regulamento.

« 128.—Os deputados serão inviolaveis por suas opiniões, e em nenhum tempo e em nenhum caso, nem por algumas autoridades poderão ser accusados por ellas. Nas causas criminaes, que contra elles se intentarem, não poderão ser julgados senão pelo tribunal de côrtes no modo e fórma que se prescrever no regulamento interior das mesmas. Durante as sessões das côrtes e um mez depois os deputados não poderão ser demandados civilmente nem executados por dividas.

« 129.—Durante o tempo de sua deputação, contado para este effeito, desde que a nomeação conste na deputação permanente de côrtes, não poderão os deputados admittir para si, nem solicitar para outro, emprego algum de provisão de el-rei nem ainda promoção que não seja de escala em sua respectiva carreira.

« 130.—Do mesmo modo não poderão durante o tempo de sua deputação, nem ainda um anno depois do ultimo acto de suas funções, obter para si, nem solicitar para outro pensão nem condecoração alguma que seja de provisão ou data do rei.

## CAPITULO VII

### *Das faculdades das côrtes*

« Art. 131.—As faculdades das côrtes são:

« 1.ª Propôr e decretar as leis, interpreta-las e deroga-las em caso necessario.

« 2.ª Receber o juramento ao rei, ao principe das Asturias e á regencia, como se prescreve em seus lugares.

« 3.ª Resolver qualquer duvida de facto ou de direito que occorrer em ordem á successão da corôa.

« 4.ª Eleger regencia ou regente do reino quando a constituição o prescreve, e assignar as limitações com que a regencia ou regente hão de exercer a autoridade real.

« 5.ª Fazer o reconhecimento publico do principe das Asturias.

« 6.ª Nomear tutor ao rei menor quando a constituição o prescreve.

« 7.ª Approvar antes da sua ratificação os tratados de alliança offensiva, os de subsidios e os especies de commercio.

« 8.ª Conceder ou negar a admissão de tropas estrangeiras no reino.

« 9.ª Decretar a criação e suppressão de lugares nos tribunaes que a constituição estabelece, e igualmente a criação e suppressão dos officios publicos.

« 10. Fixar todos os annos, á proposta do rei, as forças de terra e de mar, determinando as que devo haver em tempo de paz e seu augmento em tempo de guerra.

« 11. Dar ordenanças ao exercito, armada e milicia nacional em todos os ramos que os constituem.

« 12. Fixar os gastos da administração publica.

« 13. Estabelecer annualmente as contribuições e impostos.

« 14. Contrahir emprestimo em caso de necessidade sobre o credito da nação.

« 15. Approvar a distribuição das contribuições entre as provincias.

« 16. Examinar e approvar as contas da inversão dos cabedaeos publicos.

« 17. Estabelecer as alfandegas e regulamentos de direitos.

« 18. Tomar as disposições convenientes para a administração, conservação e inalienação dos bens nacionaes.

« 19. Determinar o valor, peso, lei, typo e denominação das moedas.

« 20. Adoptar o systema que se julgar mais commodo e justo de pesos e medidas.

« 21. Promover e fomentar toda a especie de industria, e remover os obstaculos que a entorpeçam.

« 22. Estabelecer o plano geral de ensino publico em toda a monarchia, e approvar o que se fizer para a educação do principe das Asturias.

« 23. Approvar os regulamentos geraes para a policia e saude do reino.

« 24. Proteger a liberdade politica da imprensa.

« 25. Fazer effectiva a responsabilidade dos secretarios do despacho e dos mais empregados publicos.

« 26. Pertence ultimamente ás côrtes dar ou negar seu consentimento em todos aquelles casos e actos em que, segundo a constituição, é necessario.

## CAPITULO VIII

### *Da formação das leis e da sancção real*

« Art. 132.—Todo o deputado tem a faculdade de propôr ás côrtes projecto de lei, fazendo-o por escripto e expondo as razões em que se funda.

« 133.—Dous dias ao menos depois de apresentado e lido o projecto de lei se lerá segunda vez, e as côrtes deliberarão se deve ou não admittir-se á discussão.

« 134.—Admittido á discussão, se a gravidade do assumpto requer a juiço das côrtes que passe previamente a uma commissão, se executará assim.

« 135.—Quatro dias ao menos depois de admittido á discussão o projecto se lerá terceira vez, e se poderá assignar dia para abrir a discussão.

« 136.—Chegado o dia assignado para a discussão, abraçará esta o projecto na sua totalidade e em cada um dos seus artigos.

« 137.—As côrtes decidirão quando a materia está sufficientemente discutida, e decidido que o está se resolverá se ha lugar ou não para votar.

« 138.—Decidido que ha lugar para votar proceder-se-ha a isso immediatamente, admittindo ou rejeitando em todo ou em parte o projecto, ou variando-o e modificando-o, segundo as observações que se tiverem feito na discussão.

« 139.—A votação se fará á pluralidade absoluta de votos, e para proceder a ella será necessario que se achem presentes ao menos metade e um mais da totalidade dos deputados que devem compôr as côrtes.

« 140.—Se as côrtes rejeitarem um projecto de lei em qualquer estado do seu exame, ou resolverem que não deve proceder-se a votar, não poderá tornar a propôr-se no mesmo anno.

« 141.—Se tiver sido adoptado se escreverá por duplicado, em fôrma de lei, e se lerá nas côrtes; feito o que, e firmados ambos os originaes pelo pre-

sidente e dous secretarios, serão apresentados immediatamente ao rei por uma deputação.

« 142.—O rei tem a sancção das leis.

« 143.—Dá el-rei a sancção pela fôrma seguinte, dada com a sua mão: « Publique-se como lei. »

« 144.—El-rei nega a sancção pela seguinte formula, urnada igualmente pela sua mão: « Volte ás côrtes » — remettendo ao mesmo tempo uma exposição das razões que teve para a negar.

« 145.—Terá o rei 30 dias para usar desta prerogativa; se dentro delles não tiver dado ou negado a sancção por esse mesmo tacto se entenderá que a tem dado e a dará effectivamente.

« 146.—Dada ou negada a sancção pelo rei, voltará ás côrtes um dos dous originaes, com a formula respectiva, para se dar conta perante ellas. Este original se conservará no archivo das côrtes, e duplicado ficará em poder do rei.

« 147.—Se o rei negar a sancção não se tornará a tratar do mesmo assumpto nas côrtes daquelle anno; mas poderá fazer-se nas do seguinte.

« 148.—Se nas côrtes do seguinte anno fôr novamente proposto, admittido e approvado o mesmo projecto, apresentado que seja ao rei, poderá dar ou negar a sancção segunda vez nos termos dos arts. 143 e 144, e no ultimo caso não se tratará do mesmo assumpto naquelle anno.

« 149.—Se pela terceira vez fôr proposto, admittido e approvado o mesmo projecto nas côrtes do seguinte anno, pelo mesmo facto se entende que o rei dá a sancção, e apresentando-se-lhe a dará effectivamente por meio da formula expressa no art. 143.

« 150.—Se antes que espire o termo de 30 dias, em que o rei deve dar ou negar a sancção, chegar o dia em que as côrtes hão de terminar suas sessões, o rei a dará ou negará nos 8 primeiros das sessões das seguintes côrtes; e, se acabar este prazo sem a ter dado, por isto mesmo se entenderá dada e a dará effectivamente na fôrma prescripta; porém se el-rei negar a sancção, poderão estas côrtes tratar do mesmo projecto.

« 151.—Ainda que depois de el-rei ter negado a sancção a um projecto de lei se passem algum ou alguns annos sem que se proponha o mesmo projecto, uma vez que torne a suscitar-se no tempo da mesma deputação que o adoptou pela primeira vez, ou no das duas deputações que immediatamente se seguirem, se entenderá sempre o mesmo projecto para os efeitos da sancção do rei, de que tratão os tres artigos precedentes; se, porém, na duração das tres deputações expressadas não tornar a propôr-se, ainda que depois se reproduza nos proprios termos, se terá por projecto novo para os efeitos indicados.

« 152.—Se o projecto que se propõe pela segunda ou terceira vez dentro do termo, que o artigo precedente fixa, fôr rejeitado pelas côrtes, em qualquer tempo que se reproduza depois será considerado como novo projecto.

« 153.—As leis derogão-se com as mesmas formalidades e pelos mesmos processos que se estabelecem.

## CAPITULO IX

### *Da promulgação das leis*

« Art. 154.—Publicada a lei nas côrtes se dará disso aviso a el-rei para que se proceda immediatamente á sua promulgação solenne.

« 155.—El-rei, para promulgar as leis, usará da formula seguinte: « N. (o nome de el-rei), pela graça de Deus e pela constituição da monarchia hespanhola, rei das Hespanhas, a todos os que as presentes virem e ouvirem, sabei que as côrtes tem decretado e nós sancionamos o seguinte (aqui o texto litteral da lei); portanto mandamos a todos os tribunaes, justizaes, chefes, governadores e mais autoridades, tanto civis, como militares e ecclesiasticos, de qualquer classe e dignidade, que guardem e fação guardar, cumprir e executar a presente lei em todas as suas partes. Te-lo-heis entendido para seu cumprimento, e mandareis que se imprima, publique e circule (Vá dirigida ao secretario do despacho respectivo).

« 156.—Todas as leis se farão circular de ordem de el-rei pelos respectivos secretarios do despacho directamente a todos, e a cada um dos tribunaes supremos e das provincias, e mais chefes e autoridades superiores que as farão chegar ás subalternas.

### CAPITULO X

#### *Da deputação permanente das côrtes*

« 157.—Antes que as côrtes se separem nomearão uma deputação, que se chamará deputação permanente de côrtes, composta de 7 individuos do seu seio, 3 das provincias da Europa e 3 das do Ultramar, e o setimo sahirá por sorte entre um deputado da Europa e outro do Ultramar.

« 158.—Ao mesmo tempo nomearão as côrtes dous substitutos (supplentes) para esta deputação, um da Europa e outro do Ultramar.

« 159.—A deputação permanente durará de umas côrtes ordinarias até ás outras.

« 160.—As faculdades desta deputação consistem nas seguintes:

« 1.ª Velar sobre a observancia da constituição e das leis para dar conta ás proximas côrtes das infracções que tem notado.

« 2.ª Convocar as côrtes extraordinarias nos casos prescriptos pela constituição.

« 3.ª Desempenhar as funções prescriptas nos arts. 111 e 112.

« 4.ª Passar aviso aos deputados substitutos para que concorram em lugar dos proprietarios, e se acontecer o fallecimento ou impossibilidade absoluta dos proprietarios e substitutos de uma provincia, communicar as correspondentes ordens á mesma para que proceda á nova eleição.

### CAPITULO XI

#### *Das côrtes extraordinarias*

« 161.—As côrtes extraordinarias se comporão dos mesmos deputados que fôrão as ordinarias durante os dous annos de sua deputação.

« 162.—A deputação permanente de côrtes as convocará com assignação de dia nos tres casos seguintes: 1.º Quando vagar a corôa; 2.º Quando el-rei se impossibilitar de qualquer modo para o governo ou quizer abdicar a corôa no successor, estando autorizada no primeiro caso a deputação para tomar todas as medidas que julgar convenientes, afim de erigir-se da inhabilidade do rei; 3.º Quando em circunstancias criticas, e por negocios arduos, o rei

tiver por conveniente que se congreguem, e assim o participar á deputação permanente das côrtes.

« 163.—As côrtes extraordinarias sômente tratarão do objecto para que forão convocadas.

« 164.—As sessões das côrtes extraordinarias commearão e se terminarão com as mesmas formalidades que as ordinarias.

« 165.—A celebração das côrtes extraordinarias não estorvará a eleição de novos deputados no tempo prescripto.

« 166.—Se as côrtes extraordinarias não tiverem concluido suas sessões no dia assignado para a reunião das ordinarias, cessarão as primeiras em suas funções, e as ordinarias continuarão o negocio para que aquellas forão convocadas.

« 167.—A deputação permanente das côrtes continuará nas funções que estão determinadas nos arts. 111 e 112, no caso comprehendido no artigo precedente.

### TITULO IV

#### DO REI

### CAPITULO I

« Art. 168.—A pessoa do rei é sagrada e inviolavel, e não está sujeita á responsabilidade.

« 169.—O rei terá o tratamento de—Majestade Catholica.

« 170.—O poder de fazer executar as leis reside exclusivamente no rei, e sua autoridade se estende a tudo quanto conduz á conservação da ordem publica no interior e á segurança do Estado no exterior, conforme a constituição e as leis.

« 171.—Além da prerogativa que compete ao rei de sancionar as leis e de promulga-las, competem-lhe, como principaes, as faculdades seguintes:

« 1.ª Expedir os decretos, regulamentos e instrucções que julgar conducentes para a execução das leis.

« 2.ª Cuidar de que em todo o reino se administre prompta e completamente a justiça.

« 3.ª Declarar a guerra, fazer e ratificar a paz, dando depois conta documentada ás côrtes.

« 4.ª Nomear os magistrados de todos os tribunaes civis e criminaes, segundo a proposta do conselho de Estado.

« 5.ª Prover todos os empregos civis e militares.

« 6.ª Apresentar para todos os bispados e para todas as dignidades, e beneficios de padroado real, segundo a proposta do conselho de Estado.

« 7.ª Conceder honras e distincções de toda a classe, segundo as leis.

« 8.ª Mandar os exercitos e armadas, e nomear os generaes.

« 9.ª Dispôr da força armada, distribuindo-a como fôr mais conveniente.

« 10.ª Dirigir as relações diplomaticas e commerciaes com as mais potencias, e nomear os embaixadores, ministros e consules.

« 11.ª Cuidar da fabricação da moeda, na qual se porá seu busto e seu nome.

« 12.ª Decretar a inversão dos fundos destinados a cada um dos ramos da administração publica.

« 13.ª Perdoar aos delinquentes, segundo as leis.

« 14.ª Fazer ás côrtes as propostas de leis ou de reformas, que julgar conducentes ao bem da nação, para que deliberem na forma prescripta.



« 15. Conceder o passe ou reter os decretos conciliares e bullas pontificias, com o consentimento das côrtes, se contiverem disposições geraes, ou vindo o conselho de Estado se versarem sobre negocios particulares ou governativos, e passando seu conhecimento e decisão ao supremo tribunal da justiça, se contiverem pontos contenciosos, para que se resolva conforme as leis.

« 16. Nomear e demittir livremente os secretarios de Estado e do despacho.

« 173.—As restricções da autoridade do rei são as seguintes:

« 1.<sup>a</sup> O rei não pôde, debaixo de qualquer pretexto, impedir a celebração das côrtes nas épocas e casos assignalados pela constituição, nem suspende-las, nem dissolve-las, nem embaraçar de maneira alguma suas sessões e deliberações. Os que que o aconselharem ou auxiliarem em qualquer tentativa para estes actos são declarados traidores e serão perseguidos como taes.

« 2.<sup>a</sup> Não pôde o rei ausentar-se do reino sem consentimento das côrtes, e se o fizer se entenderá que tem abdicado a corôa.

« 3.<sup>a</sup> O rei não pôde alienar, ceder, renunciar ou de qualquer maneira traspassar a outro a autoridade real nem alguma de suas prerogativas.

« Se por qualquer causa quizer abdicar o throno no immediato successor, não o poderá fazer sem o consentimento das côrtes.

« 4.<sup>a</sup> O rei não pôde alienar, ceder ou permutar provincia, cidade, villa ou lugar, nem parte alguma, por pequena que seja, do territorio hespanhol.

« 5.<sup>a</sup> Não pôde o rei fazer alliança offensiva nem tratado especial de commercio com alguma potencia estrangeira sem o consentimento das côrtes.

« 6.<sup>a</sup> Da mesma sorte não pôde obrigar-se por algum tratado a dar subsidios a potencia alguma estrangeira sem o consentimento das côrtes.

« 7.<sup>a</sup> O rei não pôde ceder nem alienar os bens nacionaes sem consentimento das côrtes.

« 8.<sup>a</sup> O rei não pôde impôr por si só, directa ou indirectamente, contribuições, nem pedir contribuições voluntarias debaixo de qualquer nome ou para qualquer objecto que seja sem decreto das côrtes.

« 9.<sup>a</sup> O rei não pôde conceder privilegio exclusivo á pessoa ou corporação alguma.

« 10.—O rei não pôde tomar a propriedade de algum particular ou corporação, nem perturba-lo na posse, uso e proveito della, e se n'algum caso fôr necessario para um objecto de conhecida utilidade commum tomar a propriedade de um particular, não o poderá fazer sem que ao mesmo tempo seja indemnizado, e se lhe dê em bom cambio o que homens bons arbitrarem.

« 11. Não pôde o rei privar individuo algum de sua liberdade nem impôr-lhe por si alguma pena. O secretario do despacho que firmar a ordem e o juiz que a executar serão responsaveis á nação e castigados, como réos de attentado contra a liberdade individual. Só no caso de que o bem e segurança do Estado exijão a prisão de alguma pessoa poderá o rei expedir ordens para esse effeito, com a condição, porém, de que dentro em 48 horas a deverá entregar á disposição do tribunal ou juiz competente.

« 12. O rei antes de contrahir matrimonio dará

parte ás côrtes para obter seu consentimento, e se o não fizer se entenderá que abdicou a corôa.

« 173.—O rei na subida ao throno, e, se fôr menor, quando entrar a governar o reino, prestará juramento perante as côrtes debaixo da forma seguinte:

« N. (seu nome), pela graça de Deos e pela constituição da monarchia hespanhola, rei das Hespanhas, juro por Deos e pelos Santos-Evangelhos que defenderei e conservarei a religião catholica, apostolica, romana, sem permittir outra alguma no reino; que guardarei e farei guardar a constituição politica e leis da monarchia hespanhola, não tendo em vista em tudo quanto fizer senão o bem e utilidade della; que não alienarei, cederei ou desmembrarei parte alguma do reino; que nunca exigirei quantidade alguma de frutos, dinheiro ou outra cousa, senão o que as côrtes tiverem decretado; que nunca tomarei á pessoa alguma a sua propriedade, e que respeitarei sobre tudo a liberdade politica da nação e a pessoal de cada individuo; e se no que hei jurado, em tudo ou em parte, o contrario fizer, não devo ser obedecido; antes aquillo em que contravier seja nullo e de nenhum valor. Aasim Deos me ajude e seja em minha defeza; e se não, nie peça contas. »

## CAPITULO II

### Da successão á corôa

« Art. 174.—O reino das Hespanhas é indivisivel, e só succederá no throno perpetuamente desde a promulgação da constituição, pela ordem regular de primogenitura e representação entro os descendentes legitimis, varões e femeas das linhas que se hão de expressar.

« 175.—Não podem ser reis das Hespanhas senão os que forem filhos legitimis havidos em constante e legitimo matrimonio.

« 176.—No mesmo grão e linha os varões preferem ás femeas e sempre o maior ao menor; porém as femeas de melhor linha ou de melhor grão na mesma linha preferem aos varões de linha ou de grão posterior.

« 177.—O filho ou filha do primogenito do rei, no caso de morrer seu pai sem ter entrado na successão do reino, prefere aos tios e succede immediatamente ao avô por direito de representação.

« 178.—Emquanto se não extinguir a linha em que está radcada a successão não entra a immediata.

« 179.—O rei das Hespanhas é o Sr. D. Fernando VII de Bourbon, que actualmente reina.

« 180.—Na falta do Sr. D. Fernando VII de Bourbon succederão seus descendentes legitimis e os irmãos de seu pai, assim varões, como femeas, e os descendentes legitimis destes pela ordem que fica prevenida, guardando em todos o direito de representação e a preferencia das linhas anteriores ás posteriores (\*).

(\*) As côrtes declararão posteriormente que, não sendo compativel com a tranquillidade de Hespanha o chamamento do infante D. Francisco de Paula, irmão do Sr. D. Fernando VII, o dito infante fica excluido da successão á corôa. Veja-se o vol. III do *Investigador*, pag. 497.

« 181.—As côrtes deverão excluir da successão aquella pessoa ou pessoas que forem incapazes para governar, ou tiverem feito cousa por que mereção perder a corôa.

« 182.—Se chegarem a extinguir todas as linhas que ficão assignaladas, as côrtes farão novos chamamentos, segundo virem que mais importa á nação, seguindo sempre a ordem e regras de succeder aqui estabelecidas.

« 183.—Quando a corôa haja de recahir immediatamente ou haja recabido em fema não poderá esta eleger marido sem consentimento das côrtes, e se o contrario fizer entender se-ha que abdica o throno.

« 184.—No caso de que chegue a reinar uma fema, seu marido não terá autoridade alguma relativamente ao reino, nem parte alguma no governo.

### CAPITULO III

#### *Da menoridade do rei e da regencia*

« Art. 185.—O rei é de menoridade até aos 18 annos completos.

« 186.—Durante a menoridade do rei será governado o reino por uma regencia.

« 187.—Se-lo-ha igualmente quando o rei se ache impossibilitado de exercer sua autoridade por qualquer causa physica ou moral.

« 188.—Se o impedimento do rei passar de 2 annos e o successor immediato fôr maior de 18 annos, as côrtes poderão nomear-lo regente do reino em lugar da regencia.

« 189.—Nos casos em que vagar a corôa, sendo o principe das Asturias menor de idade, até que se juntem as côrtes extraordinarias, se não se acharem reunidas as ordinarias, a regencia provisional se comporá da rainha mãe, se a houver, de dous deputados da deputação permanente das côrtes, os mais antigos por ordem de sua eleição na deputação, e dos conselheiros do conselho de Estado os mais antigos, a saber: o decano e o immediato; se não houver rainha mãe entrará na regencia o conselheiro de Estado terceiro em antiguidade.

« 190.—A regencia provisional será presidida pela rainha mãe, se a houver, e em sua falta pelo individuo da deputação permanente das côrtes, que seja o primeiro nomeado nella.

« 191.—A regencia provisional não despachará outros negocios que os que não admittão dilação, e não removerá nem nomeará empregados senão interinamente.

« 192.—Reunidas as côrtes extraordinarias nomearão uma regencia composta de 3 ou 5 pessoas.

« 193.—Para poder ser individuo da regencia se requer ser cidadão no exercicio de seus direitos, ficando excluidos os estrangeiros ainda que tenham carta de cidadãos.

« 194.—A regencia será presidida por aquelle dos seus individuos que as côrtes designarem, tocando a estas estabelecer em caso necessario se ha de haver ou não turno na presidencia, e em que termos.

« 195.—A regencia exercerá a autoridade do rei nos termos que as côrtes julgarem.

« 196.—Uma e outra regencia prestarão juramento, segundo a formula prescripta no art. 173,

acrescentando a clausula de que serão fieis ao rei, e a regencia permanente accrescerá de mais que observará as condições que as côrtes lhe tiverem imposto para o exercicio de sua autoridade; e quando o rei chegue a ser maior, ou cesse a impossibilidade, lhe entregará o governo do reino, debaixo da pena, se o dilatar um momento, de serem seus individuos havidos e castigados como traidores.

« 197.—Todos os actos da regencia se publicarão em nome do rei.

« 198.—Será tutor do rei menor a pessoa que o rei defunto tiver nomeado em seu testamento. Se o não tiver nomeado será tutora a rainha mãe enquanto permanecer viuva. Em sua falta será nomeado o tutor pelas côrtes. No primeiro e terceiro caso o tutor deverá ser natural do reino.

« 199.—A regencia cuidará em que a educação do rei seja a mais conveniente ao objecto de sua alta qualidade, e que se desempenhe conforme o plano que as côrtes approvarem.

« 200.—Estas determinarão o soldo que hão de ter os individuos da regencia.

### CAPITULO IV

#### *Da familia real e do reconhecimento do principe das Asturias*

« Art. 201.—O filho primogenito do rei terá o titulo de principe das Asturias.

« 202.—Os mais filhos e filhas do rei serão e se chamarão Infantes das Hespanhas.

« 203.—Da mesma sorte se chamarão Infantes das Hespanhas os filhos e filhas do principe das Asturias.

« 204.—A estas pessoas estará precisamente limitada a qualidade de infante das Hespanhas sem que possa estender-se a outras.

« 205.—Os infantes das Hespanhas gozarão das distincções e honras que têm até aqui tido, e poderão ser nomeados para toda a classe de destinos, exceptuando os de judicatura e deputação de côrtes.

« 206.—O principe das Asturias não poderá sair do reino sem consentimento das côrtes, e se acaso sabir sem elle ficará por isso excluido do chamamento á corôa.

« 207.—O mesmo se entenderá permanecendo fóra do reino por mais tempo que o prefixo na permissão, se, requerido para que volva para o reino, o não verificar dentro do termo que as côrtes assignalarem.

« 208.—O principe das Asturias, os infantes, infantas, e seus filhos e descendentes, que sejam subditos do rei, não poderão contrahir matrimonio sem seu consentimento e o das côrtes, sob pena de serem excluidos do chamamento á corôa.

« 209.—Dos actos de nascimento, matrimonio e morte de todas as pessoas da familia real se remetterá uma cópia authentica ás côrtes, e em sua falta á deputação permanente, para que se guarde em seu archivo.

« 210.—O principe das Asturias será reconhecido pelas côrtes com as formalidades que o regulamento interior dellas determinar.

« 211.—Este reconhecimento se fará nas primeiras côrtes que se celebrarem depois do seu nascimento.

« 212.—O principe das Asturias, chegando á

idade de 14 annos, prestará juramento perante as côrtes debaixo da formula seguinte: « N. (o nome), « príncipe das Asturias, juro por Deos e pelos Santos-Evangelhos que defenderei e conservarei a religião catholica, apostolica, romana, sem permittir tir outra alguma no reino; que guardarei a constituição politica da monarchia hespanhola, e que serei fiel e obediente ao rei. Assim Deos me ajude. »

## CAPÍTULO V

*Da dotação de familia real*

« Art. 213.—As côrtes determinarão ao rei a dotação annual de sua casa, que seja correspondente á sublimidade dignidade de sua pessoa.

« 214.—Pertencem ao rei todos os palacios reais que seus predecessores têm desfrutado, e as côrtes fixarão os terrenos que julgarem conveniente reservar para o recreio de sua pessoa.

« 215.—Ao príncipe das Asturias, desde o dia de seu nascimento, e aos infantes, desde que completarem 7 annos de idade, assignarão as côrtes para seus alimentos a quantidade annual correspondente á sua respectiva dignidade.

« 216.—A's infantes, para quando casarem, assignarão as côrtes a quantia que lhes parecer, em qualidade de dote, e, entregue esta, cessarão os alimentos annuaes.

« 217.—Aos infantes, se casarem enquanto residirem nas Hespanhas, se lhes continuarão os alimentos que lhe estiverem assignados; e se casarem e residirem fóra cessarão os alimentos, e se lhes entregará por uma vez a quantia que as côrtes determinarem.

« 218.—As côrtes fixarão os alimentos annuaes que se hão de dar á rainha viuva.

« 219.—Os soldos dos individuos da regencia se tirarão do dote assignado á casa do rei.

« 220.—A dotação da casa do rei e os alimentos de sua familia, de que fallão os artigos precedentes, serão determinados pelas côrtes no principio de cada reinado, e não se poderão alterar durante elle.

« 221.—Todas estas consignações são por conta da thesouraria nacional, pela qual serão satisfeitas ao administrador que o rei nomear, com o qual se tratarão as acções activas e passivas que em razão de interesses possam promover-se.

## CAPÍTULO VI

*Dos secretarios de Estado e do despacho*

« Art. 222.—Os secretarios do despacho serão sete, a saber:

- « O secretario do despacho de Estado.
- « O secretario do despacho do governo do reino para a peninsula e ilhas adjacentes.
- « O secretario do despacho do governo do reino para o Ultramar.
- « O secretario do despacho de graça e justiça.
- « O secretario do despacho de fazenda.
- « O secretario do despacho de guerra.
- « O secretario do despacho de marinha.

« As côrtes successivas farão neste systema de secretarios do despacho a variação que a experiencia ou as circumstancias exigirem.

« 223.—Para ser secretario do despacho se requer ser cidadão no exercicio de seus direitos, ficando excluidos os estrangeiros, ainda que tenham carta de cidadãos.

« 224.—Por um regulamento particular approvado pelas côrtes se assignará a cada secretaria os negocios que lhe devem pertencer.

« 225.—Todas as ordens do rei deverão ir firmadas pelo secretario do despacho do ramo a que o assumpto corresponder.

« Nenhum tribunal nem pessoa publica dará cumprimento á ordem destituida deste requisito.

« 226.—Os secretarios do despacho serão responsaveis ás côrtes pelas ordens que autorisarem contra a constituição ou leis, sem que lhes sirva de escusa te-lo mandado o rei.

« 227.—Os secretarios do despacho formarão os orçamentos annuaes dos gastos da administração publica que se julgarem necessarios no seu respectivo ramo, e darão contas dos que tiverem feito, da maneira que se expressará.

« 228.—Para fazer effectiva a responsabilidade dos secretarios do despacho as côrtes decretarão, antes de tudo, que ha lugar a formação de causa.

« 229.—Dado este decreto ficará suspenso o secretario do despacho, e as côrtes remetterão ao tribunal supremo de justiça todos os documentos concernentes á causa que se houver de formar pelo mesmo tribunal, que a *substanciará* e decidirá conforme as leis.

« 230.—As côrtes determinarão o soldo que deverão gozar os secretarios do despacho durante seu cargo.

## CAPÍTULO VII

*Do conselho de Estado*

« Art. 231.—Haverá um conselho de Estado composto de 40 individuos, que sejam cidadãos no exercicio de seus direitos, ficando excluidos os estrangeiros inda que tenham carta de cidadãos.

« 232.—Estes serão precisamente na forma seguinte, a saber: quatro ecclesiasticos, e não mais, de conhecida e provada illustração, e merecimento, dos quaes dous serão bispos; quatro grandes de Hespanha, e não mais, adornados das virtudes, talento e conhecimentos necessarios, e os mais serão eleitos entre os sujeitos que mais se tenham distinguido por seu lustre e conhecimentos, ou por seus assignalados serviços em alguns dos principaes ramos da administração e governo do Estado. As côrtes não poderão propôr para estes lugares algum individuo que seja deputado de côrtes no tempo de fazer-se a eleição. Dos individuos do conselho de Estado doze pelo menos serão nascidos nas provincias do Ultramar.

« 233.—Todos os conselheiros de Estado serão nomeados pelo rei, segundo a proposta das côrtes.

« 234.—Para a formação deste conselho se formará nas côrtes uma lista triplice de todas as classes referidas na indicada proporção, da qual o rei elegerá os quarenta individuos que hão de compôr o conselho de Estado, tomando os ecclesiasticos da lista de sua classe, os grandes da sua e assim os mais.

« 235.—Quando occorrer alguma vacancia no conselho de Estado as côrtes primeiras que se celebrarem apresentarão ao rei tres pessoas da classe

em que se tiver verificado para que eleja o que lhe parecer.

« 236.—O conselho de Estado é o consell unico do rei, que ouvirá seu dictame nos assumptos graves do governo, e principalmente para dar ou negar a sancção ás leis, declarar a guerra e fazer os tratados.

« 237.—Pertencerá a este conselho fazer ao rei a proposta por termos para a apresentação de todos os beneficios ecclesiasticos, e para a provisão das praças de judicatura.

« 238.—O rei formará um regulamento para o governo do conselho de Estado, ouvindo previamente o mesmo conselho, e será apresentado ás côrtes para sua approvação.

« 239.—Os conselheiros de Estado não poderão ser removidos sem causa justificada perante o tribunal de justiça.

« 240.—As côrtes determinará o soldo que devem ter os conselheiros de Estado.

« 241.—Os conselheiros de Estado ao tomar posse de seus lugares prestarão nas mãos do rei juramento de guardar a constituição, ser fieis ao rei e aconselhar-lhe o que entenderem ser conducente ao bem da nação, sem vista particular nem interesse privado.

## TITULO V

### DOS TRIBUNAES E DA ADMINISTRAÇÃO DE JUSTIÇA NO CIVIL E CRIMINAL

#### CAPITULO I

##### *Dos tribunaes*

« Art. 242.—O poder de applicar as leis nas causas civis e criminaes pertence exclusivamente aos tribunaes.

« 243.—Nem as côrtes, nem o rei, poderão exercer em algum caso as funcções judiciaes, avocar as causas pendentes nem mandar abrir os juizos findos.

« 244.—As leis assignará a ordem e as formalidades de processo, que serão uniformes em todos os tribunaes, e nem as côrtes, nem o rei, poderão dispensa-las.

« 245.—Os tribunaes não poderão exercer outras funcções mais que as de julgar e fazer que se execute o julgado.

« 246.—Tão pouco poderão suspender a execução das leis nem fazer algum regulamento para a administração de justiça.

« 247.—Nenhum hespanhol poderá ser julgado em causas civis nem criminaes por alguma commissão, mas somente pelo tribunal competente, determinado com autoridade pela lei.

« 248.—Em os negocios communs, civis e criminaes não haverá mais do que um só fóro para toda a classe de pessoas.

« 249.—Os ecclesiasticos continuarão gozando do fóro de seu estado, nos termos que as leis prescrevem ou que para o futuro prescreverem.

« 250.—Os militares gozarão também do fóro particular, nos termos que a Ordenança prescreve ou para o futuro determinar.

« 251.—Para ser nomeado magistrado ou juiz requer-se ter nascido no territorio hespanhol e ser maior de 25 annos. As outras qualidades que res-

pectivamente deverão ter serão determinadas pelas leis.

« 252.—Os magistrados e juizes não poderão ser depostos de seus empregos, sejam temporarios ou perpetuos, senão por causa legalmente provada e sentenciada, nem suspensos senão por accusação legalmente intentada.

« 253.—Se ao rei chegarem queixas contra algum magistrado, e, formado expediente, parecerem fundadas, poderá, ouvindo o conselho de Estado, suspende-lo, fazendo passar immediatamente os documentos ao supremo tribunal de justiça para que julgue conforme as leis.

« 254.—Toda a falta de observancia das leis, que regulão o processo no civil e no criminal, faz responsaveis pessoalmente os juizes que a commetterem.

« 255.—O suborno, as peitas, e a prevaricação dos magistrados e juizes, produzem acção popular contra os que as commetterem.

« 256.—As côrtes determinará aos magistrados e juizes de letras uma competente dotação.

« 257.—Administrar-se-ha a justiça em nome do rei, e as executorias e provisões dos tribunaes superiores serão também feitas em seu nome.

« 258.—O código civil e criminal, e o do commercio serão os mesmos para toda a monarchia, sem prejuizo das variações que por particulares circunstancias as côrtes poderão fazer.

« 259.—Haverá na côrte um tribunal, que se chamará Supremo Tribunal de Justiça.

« 260.—As côrtes determinará o numero de magistrados que hão de compô-lo e as salas em que ha de distribuir-se.

« 261.—Toca a este tribunal:

« 1.º Dirimir todas as competencias das audiencias entre si em todo o territorio hespanhol, e as das audiencias com os tribunaes especiaes que existirem na península e ilhas adjacentes. No Ultramar se diminuirão estas ultimas, segundo o determinarem as leis.

« 2.º Julgar os secretarios de Estado e do despacho quando as côrtes decretarem haver lugar á formação da causa.

« 3.º Conhecer de todas as causas de remoção e suspensão dos conselheiros de Estado e dos magistrados das audiencias.

« 4.º Conhecer das causas criminaes dos secretarios de Estado e do despacho, dos conselheiros de Estado e dos magistrados das audiencias, pertencendo ao chefe politico mais autorizado a instrucção do processo para o remetter a este tribunal.

« 5.º Conhecer de todas as causas criminaes que se promoverem contra os individuos deste supremo tribunal. Se acontecer o caso em que seja necessário fazer effectiva a responsabilidade deste supremo tribunal, as côrtes, precedendo a formalidade estabelecida no art. 228, procederão a nomear para este fim um tribunal composto de 9 juizes, que serão eleitos por sorte de um dobrado numero.

« 6.º Conhecer da residencia de todo o empregado publico que esteja sujeito a ella por disposição das leis.

« 7.º Conhecer de todos os assumptos contentiosos pertencentes ao padroado real.

« 8.º Conhecer dos recursos de força de todos os tribunaes ecclesiasticos superiores da côrte.

« 9.º Conhecer dos recursos de nullidade que se interpuzerem contra as sentenças dadas em ultima



instancia para o preciso effeito de repôr o processo, desenvolvendo-o, e fazer effectiva a responsabilidade de que trata o art. 254. Relativamente ao Ultramar se tomará conhecimento destes recursos nas audiencias, na fôrma que em seu lugar se ha de dizer.

« 10. Ouvir as duvidas dos outros tribunaes sobre a intelligencia de alguma lei, e consultar sobre ellas o rei, com os fundamentos que tiver, para que promova a conveniente declaração nas côrtes.

« 11. Examinar as listas das causas civis e criminaes, que as audiencias lhe devem remetter, para promover a prompta administração de justiça, passar cópia dellas ao governo para o mesmo effeito, e dispôr sua publicação por meio da imprensa.

« 262.—Todas as causas civis e criminaes se terminaráo do territorio de cada audiencia.

« 263.—Pertencerá ás audiencias conhecer de todas as cousas civis dos julgados inferiores de sua demarcação em segunda e terceira instancia, e o mesmo das criminaes, segundo as leis determinarem, e tambem das causas de suspensão e separação dos juizes inferiores de seu territorio na maneira determinada pelas leis, dando conta ao rei.

« 264.—Os magistrados, que tiverem sentenciado na segunda instancia, não poderão assistir á vista do mesmo pleito na terceira.

« 265.—Pertencerá tambem ás audiencias conhecer das competencias entre todos os juizes subalternos de seu territorio.

« 266.—Pertencer-lhes-ha da mesma sorte o conhecer dos recursos de força, que se propuzerem, dos tribunaes e autoridades ecclesiasticas de seu territorio.

« 267.—Pertencer-lhes-ha tambem o receber de todos os juizes subalternos de seu territorio pontuaes avisos das causas civis e criminaes pendentes em seu tribunal, expondo o estado de umas e outras afim de promoverem a mais prompta administração de justiça.

« 268.—A's audiencias do Ultramar pertencerá demais o conhecer dos recursos de nullidade, devendo estes interpôr-se naquella audiencias que tiverem sufficiente numero para a formação de tres salas, na que não tenha conhecido da causa em alguma instancia. Nas audiencias que não constarem deste numero de ministros, se interporão estes recursos de uma á outra das comprehendidas no districto de um mesmo governo superior, e, no caso de que neste não haja mais do que uma audiencia, irão á mais immediata de outro districto.

« 269.—Declarada a nullidade, a audiencia que della tomou conhecimento dará conta della, com certificado que contenha os documentos convenientes, ao supremo tribunal de justiça, para fazer effectiva a responsabilidade de que trata o art. 254.

« 270.—As audiencias remetterão cada anno ao supremo tribunal de justiça listas exactas das causas civis, e cada seis mezes das criminaes, assim findas, como pendentes, com declaração do estado em que estas se acharem, incluindo as que tiverem recebido dos tribunaes inferiores.

« 271.—Determinar-se ha por leis e regulamentos especiaes o numero dos magistrados das audiencias, que não poderão ser menos de 7, a fôrma destes tribunaes e o lugar de sua residencia.

« 272.—Quando chegue o caso de fazer-se a conveniente divisão do territorio hespanhol, indicada no art. 11, se determinará com respeito a ella o nu-

mero de audiencias que hão de estabelecer-se, e se lhes assignará territorio.

« 273.—Estabelecer-se-hão districtos proporcionalmente iguaes, e em cada cabeça de districto ou partido haverá um juiz de letras com um tribunal correspondente.

« 274.—As faculdades destes juizes se limitaráo precisamente ao contencioso, e as leis determinaráo as que hão de pertencer-lhes na capital e povos do seu districto, como tambem até de que quantidade poderão conhecer nos negocios civis sem appellação.

« 275.—Em todos os povos se estabelecerão alcaides, e as leis determinaráo a extensão de suas faculdades, assim no contencioso, como no economico.

« 276.—Todos os juizes dos tribunaes inferiores deverão dar conta, o mais tardar dentro do terceiro dia, á sua respectiva audiencia das causas que se formarem por delictos commettidos em seu territorio, e depois continuarão dando conta do seu estado nas épocas que a audiencia lhe prescrever.

« 277.—Da mesma sorte deverão remetter á audiencia respectiva listas geraes cada seis mezes das causas civis, e cada tres mezes das criminaes, que estiverem pendentes em seus tribunaes, declarando o seu estado.

« 278.—As leis decidiráo se ha de haver tribunaes especiaes para conhecer de determinados negocios.

« 279.—Os magistrados e juizes quando tomarem posse dos seus lugares juraráo guardar a constituição, ser fieis ao rei, observar as leis e administrar imparcialmente a justiça.

## CAPITULO II

### *Da administração da justiça no civil*

« Art. 280.—Nenhum hespanhol poderá ser privado do direito de terminar suas differenças por meio de juizes arbitros eleitos por ambas as partes.

« 281.—A sentença que os arbitros derem se executará se as partes no acto de fazer compromisso não tiverem reservado o direito de appellar.

« 282.—O alcaide de cada povo exercerá nelle o officio de reconciliador, e o que tiver que demandar por negocios civis ou por injurias deverá apresentar-se a elle com este objecto.

« 283.—O alcaide com dous homens bons, nomeados um de cada parte, ouvirá o demandante e o demandado, inteirar-se-ha das razões em que respectivamente apoião seu voto, e tomará, ouvido o dictame dos dous associados, a providencia que lhe parecer propria, para o fim determinar o litigio sem mais progresso, como com effeito se terminará, se as partes se satisfizerem com esta decisão extrajudicial.

« 284.—Sem constar que se tem intentado o meio da reconciliação não se começará pleito algum.

« 285.—Em todo o negocio, qualquer que seja sua quantia, haverá quando muito tres instancias e tres sentenças definitivas pronunciadas nellas. Quando a terceira instancia se interpuzer, havendo já duns sentenças conformes, o numero de juizes que houver de decidi-la deverá ser maior do que aquelle que assistio á vista da segunda, na fôrma que a lei despuzer. Toca a esta tambem determinar,

attenta á entidade dos negocios e á natureza e qualidade dos differentes juizos, qual ha de ser a sentença que em cada um dever: produzir executoria.

### CAPITULO I.

#### *Da administração da justiça no criminal*

« Art. 286.—As leis regularão a administração de justiça no criminal, de maneira que o processo seja formado com brevidade e sem vícios a fim de que os delictos sejam promptamente castigados.

« 287.—Nenhum hespanhol poderá ser preso sem que preceda informação summaria do facto pelo qual mereça, segundo a lei, ser castigado com pena corporal, e assim mesmo uma ordem do juiz, por escripto, que se lhe notificará no mesmo acto da prisão.

« 288.—Toda a pessoa deverá obedecer a estas ordens; qualquer resistencia será reputada delicto grave.

« 289.—Quando houver resistencia ou se temer fuga, se poderá usar da força para se assegurar a pessoa.

« 290.—O preso antes de ser mettido em prisão será apresentado ao juiz, uma vez que não haja cousa que o estorve para que lhe receba a declaração; mas se isto não puder verificar-se será conduzido ao carcere em qualidade de detido, e o juiz lhe receberá a declaração dentro das 24 horas.

« 291.—A declaração do preso será sem juramento, que a ninguem deve tomar-se em materias criminaes sobre facto proprio.

« 292.—Em flagrante delicto todo o delinquente pôde ser preso, e todos o podem prender e conduzir a presença do juiz; apresentado ou posto em custodia, se procederá em tudo como fica determinado nos artigos procedentes.

« 293.—Se acaso se resolver que o preso seja posto no carcere, ou que nelle permaneça em qualidade de preso, se lavrará auto motivado, e delle se entregará cópia ao alcaide para que o insira no livro dos presos, sem cujo requisito não admittirá o alcaide a nenhum preso em qualidade de tal, debaixo da mais estreita responsabilidade.

« 294.—Sómente se fará embargo de bens quando se proceda por delictos que levem consigo responsabilidade pecuniaria, e em proporção á quantidade a que esta pôde estender-se.

« 295.—Não será conduzido ao carcere o que der fiador nos casos em que a lei não prohibe expressamente que se admitta a fiança.

« 296.—Em qualquer estado da causa, que se conheça que não pôde impôr-se ao preso pena corporal, será posto em liberdade, dando fiança.

« 297.—Os carceres serão dispostos de maneira que sirvão para assegurar e não para molestar os presos; portanto o alcaide terá estes em boa custodia, e separados os que o juiz mandar que estejam sem communicação; porém nunca em calabouços subterraneos nem mal sãos.

« 298.—A lei determinará a frequencia com que se ha de fazer a visita dos carceres, e não haverá preso algum que, debaixo de qualquer pretexto que seja, deixe de ser nella apresentado.

« 299.—O juiz e o alcaide, que faltarem ao disposto nos artigos precedentes, serão castigados como

réos de detenção arbitraria, que será comprehendida como delicto no código criminal.

« 300.—Dentro das 24 horas se manifestará ao tratado como réo a causa de sua prisão, e o nome de seu accusador, se o houver.

« 301.—Ao fazer perguntas ao réo se lhe lerão inteiramente todos os documentos, e as declarações das testemunhas com os nomes destas; e se por estas as não conhecer se lhe darão quantas noticias pedir, para que possa vir ao conhecimento de de quem são.

« 302.—O processo dalli em diante será publico no modo e forma que as leis determinarem.

« 303.—Nunca se usará do tormento nem da tortura.

« 304.—Nunca se imporá a pena de confiscação de bens.

« 305.—Nenhuma pena que se impuzer por qualquer delicto que seja será transcendente por termo algum á familia do que soffre; mas terá todo o seu effeito precisamente sobre o que a mereceu.

« 306.—Não poderá ser forçada a casa de algum hespanhol senão em os casos que a lei determinar para a boa ordem e segurança do Estado.

« 307.—Se com o andar do tempo as côrtes julgarem conveniente que haja distincção entre os juizes do facto e do direito a estabelecerão, como julgarem conducente.

« 308.—Se em circumstancias extraordinarias a segurança do Estado exigir em toda a monarchia ou em parte della a suspensão de algumas das formalidades prescriptas neste capitulo para a prisão dos delinquentes, poderão as côrtes decreta-la por um tempo determinado.

## TITULO VI

### DO GOVERNO INTERIOR DAS PROVINCIAS E DOS POVOS

#### CAPITULO I

##### *Dos ajuntamentos ou governos municipaes*

« Art. 309.—Para o governo interno dos povos haverá—ajuntamentos—compostos do alcaide ou alcaides, dos regedores e do procurador syndico, presididos pelo chefe politico, onde o houver, e em sua falta pelo alcaide ou pelo primeiro nomeado entre estes, se houver dous.

« 310.—Estabelecer-se-ha—ajuntamento (\*)—nos povos que o não tiverem e em que fór conveniente que o haja, não podendo deixar de o haver naquelles povos, que por si ou com o seu districto cheguem a 1.000 almas, e se lhes assignará tambem termo correspondente.

« 311.—As leis determinaráo o numero de individuos de cada classe de que se hão de compôr os —ajuntamentos—dos povos relativamente ao numero de vizinhos.

« 312.—Os alcaides, regedores e procuradores syndicos serão nomeados por eleição dos povos, cessando os regedores e mais pessoas que servirem officios perpetuos nos —ajuntamentos—qualquer que seja seu titulo e denominação.

« 313.—Todos os annos, no mez de Dezembro,

(\*) Correspondem ás nossas camaras.

se reunirão os cidadãos de cada povo para eleger, á pluralidade de votos, com proporção ao seu numero de vizinhos, determinado numero de eleitores, que residão no mesmo povo e estejam no exercicio dos direitos de cidadão.

« 314.—Os eleitores nomearão no mesmo mez, á pluralidade de votos, o alcaide ou alcaides, regedores e procurador, ou procuradores syndicos, para que entrem a exercer seus cargos no 1.º de Janeiro do anno seguinte.

« 315.—Os alcaides serão mudados todos os annos; dos regedores só a metade cada anno, e da mesma sorte os procuradores syndicos, onde houver dous; se houver só um será mudado todos os annos.

« 316.—O que tiver exercido qualquer destes cargos não poderá tornar a ser eleito para algum delles sem que passem pelo menos dous annos, permitindo-o o numero de vizinhos.

« 317.—Para ser alcaide, regedor ou procurador syndico, além de ser cidadão no exercicio de seus direitos, requer-se que seja maior de 25 annos, com cinco pelo menos de vizinhança e residencia no povo. As leis determinarão as mais qualidades que estes empregados devem ter.

« 318.—Não poderá ser alcaide, regedor nem procurador syndico, empregado algum publico nomeado pelo rei, que esteja em exercicio, não se devendo comprehender nesta regra os que servirem nas milicias nacionaes.

« 319.—Ninguém poderá escusar-se sem causa legal de qualquer dos empregos acima referidos.

« 320.—Haverá um secretario em todo o ajuntamento—eleito por este á pluralidade de votos, cujo ordenado será tirado dos fundos communs.

« 321.—Estará a cargo do ajuntamento:

« 1.º A policia sobre a salubridade e commodidade.

« 2.º Auxiliar o alcaide em tudo o que pertencer á segurança das pessoas e bens dos vizinhos, e á conservação da ordem publica.

« 3.º A administração e inversão dos cabedaes de proprios, e arbitrios, conforme as leis e regulamentos, com a obrigação de nomear depositario debaixo da responsabilidade dos que o nomearem.

« 4.º Fazer a distribuição e arrecadação das contribuições, e remette-las á thesouraria respectiva.

« 5.º Cuidar de todas as escolas de primeiras letras, e dos mais estabelecimentos de educação que forem pagos pelos fundos do commum.

« 6.º Cuidar dos hospitaes, hospicios, casa de expostos e mais estabelecimentos de beneficencia, debaixo das regras que se estabelecerem.

« 7.º Cuidar da construcção e reparação dos caminhos, calçadas, pontes e carcerees, dos montes e plantação do commum, e de todas as obras publicas de precisão, utilidade e ornato.

« 8.º Formar as ordenanças municipaes do povo e apresenta-las ás côrtes para a sua approvação, por meio da deputação provincial, que as acompanhará com seu uniforme.

« 9.º Promover a agricultura, a industria e o commercio, segundo a localidade e circumstancias dos povos, e quanto lhe seja util e proficuo.

« 322.—Offerecendo-se obras ou outros objectos de utilidade publica, e por não serem sufficientes os cabedaes de proprios, fór necessario recorrer a arbitrios, estes não poderão impôr-se senão obtendo

por meio da deputação provincial a approvação das côrtes. No caso de ser urgente a obra ou objecto a que se destinão poderão os—ajuntamentos—usar interinamente delles, com o consentimento da mesma deputação; entretanto que se obtem a resolução das côrtes. Estes arbitrios serão totalmente administrados, como os cabedaes de proprios.

« 323.—Os—ajuntamentos—desempenharão todos estes encargos debaixo da inspecção da deputação provincial, a quem darão conta justificada, em cada anno, dos cabedaes publicos recebidos e investidos.

## CAPITULO II

### *Do governo politico das provincias e das deputações provinciais*

« Art. 324.—O governo politico das provincias residirá no chefe superior, nomeado por el-rei em cada uma dellas.

« 325.—Em cada provincia haverá uma deputação, chamada provincial, para promover sua prosperidade, presidida pelo chefe superior.

« 326.—Esta deputação será composta do presidente, do intendente e de 7 individuos eleitos na forma que se disser, sem prejuizo de que as côrtes para o futuro variem este numero como o julgarem conveniente, ou o exijão as circumstancias, feita que seja a nova divisão de provincias, de que trata o art. 41.

« 327.—A deputação provincial se renovará cada dous annos por metade, sahindo a primeira vez o maior numero e a segunda o menor, e assim por diante.

« 328. A eleição destes individuos se fará pelos eleitores de *partido* no dia depois de ter nomeado os deputados de côrtes, pela mesma ordem com que estes se nomêão.

« 329.—Ao mesmo tempo e na mesma forma se elegerão tres substitutos para cada deputação.

« 330.—Para ser individuo da deputação provincial é preciso ser cidadão em exercicio de seus direitos, maior de 25 annos, natural ou vizinho da provincia, com residencia pelo menos de 7 annos, e que tenha o sufficiente para se manter com decencia; e não poderá se-lo nenhum dos empregados nomeados por el-rei, de que trata o art. 318.

« 331.—Para que uma mesma pessoa possa ser eleita segunda vez deverá ter passado pelo menos o tempo de 4 annos depois de ter cessado em suas funcções.

« 332.—Quando o chefe superior da provincia não puder presidir á deputação, presidirá o intendente, e em sua falta o vogal que que fór primeiro nomeado.

« 333.—A deputação nomeará um secretario, cujo ordenado sahirá dos fundos publicos da provincia.

« 334.—A deputação terá quando muito 90 dias de sessões em cada anno, distribuidas nas épocas que mais convier. Na peninsula deverão achar-se reunidas as deputações no 1.º de Março, e no Ultramar no 1.º de Junho.

« 335.—Pertencerá a estas deputações:

« 1.º Intervir e approvar a repartição feita aos

povos das contribuições que couberem à província.

« 2.º Vigiar sobre a boa administração dos fundos publicos dos povos e examinar suas contas, para que sobre o seu bom exame recaia a approvação superior, tendo cuidado de que em tudo se observem as leis e regulamentos.

« 3.º Cuidar em que se estabeleça — ajuntamentos — onde os deve haver, conforme o que se acha determinado no art. 310.

« 4.º Se acaso se offerecerem obras novas de commun utilidade da provincia ou reparação das antigas, proôr ao governo os arbitrios que julgarem mais convenientes para a sua execução, afim de obter a correspondente permissão das côrtes.

« No Ultramar, se a urgencia das obras publicas não permittir que se espere a resolução das côrtes, poderá a deputação, com expresso consentimento do chefe da provincia, usar desde logo dos arbitrios, dando immediatamente conta ao governo para a approvação das côrtes.

« Para a arrecadação dos arbitrios, a deputação, debaixo da sua responsabilidade, nomeará um depositario; e as contas, depois de examinadas pela deputação, serão remetidas ao governo para que as faça reconhecer e glosar, e as passe, finalmente, às côrtes para sua approvação.

« 5.º Promover a educação da mocidade conforme os planos approvados, e fomentar a agricultura, a industria e o commercio, protegendo os inventores de novos descobrimentos em qualquer destes ramos.

« 6.º Dar parte ao governo dos abusos, que notarem na administração das rendas publicas.

« 7.º Formar o censo e estatistica das provincias.

« 8.º Cuidar em que os estabelecimentos piedosos e de beneficencia preenchão seu respectivo objecto, propondo ao governo as regras que julgarem conducente para a reforma dos abusos que observarem.

« 9.º Dar parte às côrtes das infracções da constituição que se notarem na provincia.

« 10. As deputações das provincias do Ultramar vigiarão sobre a economia, ordem, progressos das missões para a conversão dos indios infieis, cujos empregados lhe darão conta de suas operações neste ramo para que se evitem os abusos, o que tudo as deputações porão na presença do governo.

« 336.—Se alguma deputação abusar de suas faculdades o rei poderá suspender os vogaes que a compoem, dando parte às côrtes desta disposição e dos motivos della, para a determinação correspondente; durante a suspensão os substitutos entrarão a servir.

« 337.—Todos os individuos dos—ajuntamentos—e das deputações da provincia, ao entrar no exercicio de suas funções prestarão juramento, aquelles nas mãos do chefe politico, onde o houver, ou em sua falta nas mãos do alcaide que fôr primeiro nomeado, e estes nas do chefe superior da provincia, de guardar a constituição politica da monarchia hespanhola, observar as leis, ser fieis ao rei e cumprir religiosamente as obrigações de seu cargo.

## TITULO VII

### DAS CONTRIBUIÇÕES

#### CAPITULO UNICO

« Art. 338.—As côrtes estabelecerão ou confirmarão annualmente as contribuições directas ou indirectas, geraes, provincias ou municipaes, subsistindo as antigas até que se publique sua derogação ou a imposição de outras.

« 339.—As contribuições se repartirão entre todos os hespanhoes com proporção às suas faculdades, sem excepção nem privilegio algum.

« 340.—As contribuições serão proporcionadas aos gastos que forem decretados pelas côrtes para o serviço publico em todos os ramos.

« 341.—Para que as côrtes possam fixar os gastos em todos os ramos do serviço publico e as contribuições que devem cobri-los, o secretario do despacho de fazenda apresentará, logo que estejam reunidas, o presupposto geral dos que só julgarem precisos, recolhendo de cada um dos outros secretarios do despacho o que é relativo ao seu ramo.

« 342.—O mesmo secretario do despacho da fazenda apresentará com o presupposto dos gastos o plano das contribuições que julgar mais conveniente substituir.

« 343.—Se alguma contribuição parecer ao rei gravosa ou prejudicial, elle o manifestará às côrtes pelo secretario do despacho da fazenda, apresentando ao mesmo tempo a que julgar conveniente substituir.

« 344.—Fixada a quantia da contribuição directa, as côrtes approvarão a repartição della entre as provincias, a cada uma das quaes se assignará a quota parte correspondente à sua riqueza, para o que o secretario do despacho da fazenda apresentará tambem os dados necessarios.

« 345.—Haverá tambem uma thesouraria-geral para toda a nação, e a ella pertencerá o dispôr de todos os productos de qualquer renda destinada para o serviço do Estado.

« 346.—Haverá em cada provincia uma thesouraria, na qual entrarão todos os cabedaes que nella se receberem para o erario publico. Estas thesourarias estarão em correspondencia com a geral, a cuja disposição estarão todos os seus fundos.

« 347.—Nenhum pagamento se levará em conta ao thesoureiro-geral, não sendo feito em virtude do decreto de el-rei, referendado pelo secretario do despacho da fazenda, no qual se expresse o gasto a que se destina seu importe e o decreto das côrtes com que este se autorisa.

« 348.—Para que a thesouraria-geral apresente sua conta com a pureza necessaria, a somma e data deverão ser respectivamente examinadas pelas contadorias da receita e despeza da renda publica.

« 349.—Uma instrucção particular regulará estas contadorias de maneira que sirvão para os fins do seu instituto.

« 350.—Para o exame de todas as contas dos cabedaes publicos haverá uma contadoria maior de contas, que será organizada por uma lei especial.

« 351.—A conta da thesouraria-geral, que deve comprehender o rendimento annual de todas as contribuições e rendas, e sua distribuição, logo que



receba a final approvação das côrtes, será impressa, publicada e remetida ás deputações de provincia e aos—ajuntamentos.

« 352.—Da mesma sorte se imprimirão, publicarão e circularão as contas que derem os secretarios do despacho dos gastos feitos em em seus respectivos ramos.

« 353.—O manejo da fazenda publica estará sempre independente de qualquer outra autoridade que não seja aquella a quem está encarregado.

« 354.—Não haverá alfandegas senão nos portos de mar e nas fronteiras, bem que esta disposição só terá effeito quando as côrtes o determinarem.

« 355.—A divida publica reconhecida será uma das primeiras atenções das côrtes, e estas terão o maior cuidado em que se vá progressivamente verificando sua extincção, pagando-se sempre os interesses devidos, regulando tudo o que é relativo á direcção deste importante ramo, tanto pelo que pertence aos arbitrios que se estabelecerem, os quaes se manejarão com absoluta separação de thesauraria-geral, como pelo que diz respeito ás officinas de receita e despesa.

## TITULO VIII

### DA FORÇA MILITAR NACIONAL

#### CAPITULO I

##### *Das tropas permanentes ou de continuo serviço*

« Art. 356.—Haverá uma força militar nacional, permanente, de terra e mar, para a defesa exterior do Estado e conservação da ordem interior.

« 357.—As côrtes fixarão annualmente o numero de tropas que forem necessarias, segundo as circumstancias e o modo de levantar as que fôr mais conveniente.

« 358.—As côrtes fixarão da mesma sorte, annualmente, o numero de navios da marinha militar que hão de armar-se ou conservar-se armados.

« 359.—As côrtes estabelecerão por meio das respectivas ordenanças tudo o que fôr relativo á disciplina, ordem de accessos, soldos, administração, e quanto disser respeito á boa constituição do exercito e armada.

« 360.—Estabelecer-se-hão escolas militares para o ensino e instrucção de todas as differentes armas do exercito e armada.

« 361.—Nenhum hespanhol poderá escusar-se do serviço militar, quando e na fórma por que fôr chamado pela lei.

#### CAPITULO II

##### *Das milicias nacionaes*

« Art. 362.—Haverá em cada provincia corpos de milicias nacionaes, compostos dos habitantes de cada uma dellas, com proporção á sua população e circumstancias.

« 363.—Regular-se-ha por uma ordenança particular o modo de sua formação, seu numero e constituição especial em todos os seus ramos.

« 364.—O serviço destas milicias não será continuo, e só terá lugar quando as circumstancias o exigirem.

« 365.—Em caso necessario poderá o rei diapôr desta força dentro da respectiva provincia; mas não poderá emprega-la fóra della sem consentimento das côrtes.

## TITULO IX

### DA INSTRUÇÃO PUBLICA

#### CAPITULO UNICO

« Art. 366.—Em todos os povos da monarchia se estabelecerão escolas de primeiras letras, nas quaes se ensinará aos meninos a lêr, escrever e contar, e cathecismo da religião catholica, que tambem comprehenderá uma breve exposição das obrigações civis.

« 367.—Da mesma sorte se regulará e creará o numero competente de universidades, e de outros estabelecimentos de instrucção que se julgarem convenientes para o ensino de todas as sciencias, litteratura e bellas-artes.

« 368.—O plano geral do ensino publico será uniforme em todo o reino, devendo explicar-se a constituição politica da monarchia em todas as universidades e estabelecimentos litterarios, onde se ensinarem as sciencias ecclesiasticas e politicas.

« 369.—Haverá uma direcção geral de estudos, composta de pessoas de conhecida instrucção, a cujo cargo estará, debaixo da autoridade do governo, a inspecção do ensino publico.

« 370.—As côrtes, por meio de planos e estatutos especiaes, regularão quanto fôr relativo ao importante objecto da instrucção publica.

« 371.—Todos os hespanhoes têm liberdade de escrever, imprimir e publicar suas idéas politicas, sem necessidade de licença, revisão ou approvação alguma anterior á publicação, debaixo das restricções e responsabilidade que as leis estabelecerem.

## TITULO X

### DA OBSERVANCIA DA CONSTITUIÇÃO E MODO DE PROCEDER PARA FAZER NELLA VARIAÇÕES

#### CAPITULO UNICO

« Art. 372.—As côrtes em suas primeiras sessões tomarão em consideração as infracções da constituição, que lhes tiverem sido presentes, para lhes dar o conveniente remedio, e fazer effectiva a responsabilidade dos que tiverem contravindo a ella.

« 373.—Todo o hespanhol tem direito de representar ás côrtes ou a el-rei para reclamar a observancia da constituição.

« 374.—Toda a pessoa que exercer cargo publico, civil, militar ou ecclesiastico, prestará juramento, no acto de tomar posse, de guardar a constituição, ser fiel a el-rei e desempenhar devidamente seu cargo.

« 375.—Antes de passarem oito annos depois de posta em pratica a constituição em todas as suas partes não se poderá propôr alteração, nem reformar addição em alguns dos seus artigos.

« 376.—Para fazer qualquer alteração, addição ou reforma na constituição, será necessario que a

deputação que houver de decreta-la definitivamente venha autorizada com poderes especiaes para este objecto.

« 377. — Qualquer proposição de reforma em algum artigo da constituição deverá fazer-se por escripto, e ser apoiada e firmada ao menos por 20 deputados.

« 378. — A proposição de reforma será lida tres vezes, com o intervalo de seis dias de uma á outra leitura, e depois da terceira deliberará se ha lugar de admittilla a discussão.

« 379. — Admittida á discussão, se procederá nella com as mesmas formalidades e processos que se prescrevem para a formação das leis, depois do que se proporá a votos para decidir se ha lugar para ser tratada de novo na seguinte deputação geral; e para que assim fique declarado deverão convir os dous terços dos votos.

« 380. — A deputação geral seguinte, precedendo as mesmas formalidades em todas as suas partes, poderá declarar em qualquer dos dous annos de suas sessões, convido nisso os dous terços de votos, que ha lugar de consentimento de poderes especiaes para fazer a reforma.

« 381. — Feita esta declaração, se publicará e communicará a todas as provincias, e, segundo o tempo em que se tiver feito, determinarão as côrtes se ha de ser a deputação proximaemente immediata, ou a seguinte a esta, a que ha de trazer os poderes especiaes.

« 382. — Estes serão outorgados pelas juntas electoras de provincia, accrescentando aos poderes ordinarios a clausula seguinte: « Da mesma sorte lhes outorgão poder especial para fazer na constituição a reforma de que trata o decreto das côrtes, cujo theor é o seguinte (aqui o decreto literal). Tudo conforme ao que se acha estabelecido pela mesma constituição. E se obrigão a reconhecer e ter por constitucional o que em sua virtude estabelecerem. »

« 383. — A reforma proposta se discutirá de novo, e se fór approvada pelos dous terços de deputados passará a ser lei constitucional, e como tal se publicará nas côrtes.

« 384. — Uma deputação apresentará o decreto de reforma a el-rei para que o faça publicar, e remetter a todas as autoridades e povos da monarchia.

« Cadiz, 18 de Março do anno de 1812. — Vicente Pascoal, deputado pela cidade de Teruel, presidente (Seguem-se 184 assignaturas).

« Portanto mandamos a todos os hespanhoes nossos subditos, de qualquer classe e condição que sejam, que hajão e guardem a constituição inserta, como lei fundamental da monarchia, e da mesma sorte mandamos a todos os tribunaes, justicas, chefes, governadores e mais autoridade, tanto civil, como militares e ecclesiasticas, de qualquer classe e dignidade, que guardem e fação guardar, cumprir e executar a mesma constituição em todas as suas partes. Te-lo-heis entendido e disporeis o necessario para seu cumprimento, fazendo-a imprimir, publicar e circular. — Joaquim de Mosquera Figueira, presidente. — João Villavicencio, — Ignacio Rodrigues de Rivas. — O conde de Abisbal.

« Em Cadiz, 19 de Março de 1812. — A. D. Ignacio de la Pezuela. »

O JURAMENTO DA CONSTITUIÇÃO NO RIO DE JANEIRO, NO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 1821, FOI REPLENDO

## I

No meu *Brasil Historico* descrevi largamente sobre as publicas manifestações de regosijo, de que foi testemunha a capital de Rio de Janeiro, não só no dia 26, como nos seguintes, e tanto que a *Gazeta do Rio de Janeiro* de sabbado 3 de Março no seu n. 18 diz:

« As demonstrações de publico regosijo, que mencionámos no numero precedente, em consequencia do assignalado beneficio com que S. M. El-rei Nosso Senhor felicitou o reino unido de Portugal, Brasil e Algarves, continuarão nos seguintes dias com o mesmo fervor.

« Terça-feira, pela uma hora da tarde, salváão as fortalezas e a esquadra, que, desde o nascer do sol, estavam elegantemente embadeiradas. A' noite, a geral illuminação dos edificios correspondeu á das embarcações, que o offereceu a perspectiva mais agradável.

« Ainda que Sua Magestade não honrou com a sua augusta presença o real theatro de S. João, renderão-se á sua effigie os devidos tributos de respeito e veneração; cantou-se o hymno nacional, e repetidos vivas a Sua Magestade, a S. A. Real o Principe Real, seu fiel imitador, e á constituição, testemunhárão o jubilo dos espectadores. O theatro achava-se tambem illuminado com profusão e elegancia.

« No seguinte dia, quarta-feira, repetio-se a salva e a illuminação de que temos fallado. No theatro, porém, notou-se um enthusiasmo mais exaltado. Ao levantar o panno apparecerão os retratos de S. M. El-rei Nosso Senhor, da Rainha Nossa Senhora e de S. A. Real o Principe Real, cujas eminentes qualidades se cifravão no verso do nosso epico — *Que de tal pai tal filho se esperava* — e de S. A. R. a Princeza Real.

« Cantáão os musicos o hymno nacional, sempre seguido de altos vivas aos sagrados objectos que erão o motivo de tanto prazer, e o mesmo fizeram as senhoras dos respectivos camarotes e o immenso povo que havia concorrido.

« No fim do 1º acto do drama (que era a *Caçada de Henrique IV*, composição do celebre Puceita) repetirão-se os mesmos applausos, e os espectadores aproveitarão as felizes allusões que offerecia a peça. »

EL-REI MANDA AUXILIAR O BANCO DO BRASIL E RECONHECE O QUE SE DEVE A ELLE COMO DIVIDA NACIONAL

## I

Sua Magestade, antes da sua partida, reconhecendo o máo estado do banco do Brasil, manda pelo decreto de 23 de Março que se entre para o mesmo banco com os diamantes e objectos de prata, ouro e pedras preciosas que se puderem despensar do uso da corôa.

## Decreto

« Tendo o banco do Brasil contribuido em diferentes épocas com extraordinarios e avultados avanços ao meu real erario, para supprir as urgencias

do Estado; achando-se o mesmo banco credor a diferentes cofres publicos pelo desconto de letras firmadas pelos seus thesoureiros, e pelo pagamento de despesas de obras que devião ser feitas pelos ditos cofres, e, considerando eu que não podia ser assaz prompto o embolso de tão consideraveis quantias pelo producto das consignações que se achão arbitradas; querendo auxiliar, proteger e firmar um estabelecimento de tão notoria utilidade e necessidade, para o bem commun e particular dos meus fieis vassallos, e de tanta vantagem para se poderem ter disponiveis no meu real erario em tempos proprios as sommas necessarias ao prompto pagamento das despesas publicas; desejando remover toda e qualquer desconflança da solidez deste estabelecimento, em consequencia das suas transacções com o meu real erario e estações publicas: hei por bem declarar, como dividas nacionaes os desembolços do banco do Brasil por semelhantes transacções, e a ellas responsaveis todas as rendas publicas deste reino do Brasil, e os rendimentos que têm entrada nos diversos cofres publicos, que têm feito transacções com o banco, ou a quem devão pertencer as despesas de obras por elle feitas. E para augmentar os capitães, que devem servir a accelerar o pagamento do que a minha real fazenda deve ao banco do Brasil, sou servido ordenar que immediatamente a directoria geral dos diamantes faça entrar no cofre do banco todos os brilhantes lapidados que se achão no meu real erario, servindo-lhe de quitação o recibo do thesoureiro do cofre do banco, praticando-se o mesmo com diamantes que para o futuro se forem lapidando, afim de que a junta do banco possa proceder á sua venda no Brasil ou na Europa, onde fôr mais conveniente, levando o seu producto á conta do credito da real fazenda.

« Outrosim sou servido ordenar que a mesma directoria geral remetta logo ao cofre do banco os diamantes brutos, que não forem necessarios, para se entreter o trabalho da fabrica de lapidação estabelecida nesta cõrte, e assim o pratique para o futuro, afim de serem mandados vender pela junta do banco fõra dos dominios da minha real corõa, e onde mais convier, para ser igualmente applicado o seu producto ao pagamento da divida da minha real fazenda.

« Finalmente, para dar a mais decidida prova do quanto desejo remover a mais leve suspeita contra a solidez de tão util estabelecimento, tenho resolvido de meu motu proprio fazer entrar no deposito do banco todos os objectos de prata, ouro e pedras preciosas, que se puderem dispensar do uso e decoro da minha real corõa, esperando que os meus fieis vassallos, imitando este meu exemplo, dêem ao mundo uma prova de que nenhum sacrificio é custoso aos portuguezes a bem da causa publica, bem entendido que não poderá o banco exigir a commissão dos objectos depositados por semelhante motivo.

« O conde de Louzã D. Diogo de Menezes, do meu conselho, meu ministro e secretario de Estado dos negocios da fazenda, presidente do real erario, o tenha assim entendido e faça executar, não obstante quaesquer leis, ordens ou disposições em contrario.

« Palacio do Rio de Janeiro, em 23 de Março de 1821.—Com a rubrica de Sua Magestade. »

SUA Magestade resolve-se a deixar o Rio de Janeiro e partir para Lisboa

Sua Magestade, cada vez mais receoso dos acontecimentos politicos, julgou conveniente não mandar o filho para Portugal, e sim ir elle proprio, a vêr se com a sua presença as cousas voltariam ao seu antigo estado, e, sem que ninguém esperasse, appareceu o seguinte decreto em 7 de Março, no qual elle mesmo diz ser « um dos mais custosos sacrificios de que é capaz o meu paternal e regio coração, separando-nos pela segunda vez de vassallos, cuja memoria me será sempre saudosa. »

#### Decreto

« Tendo-se dignado a Divina Providencia de conceder, após uma tão devastadora guerra, o suspirado beneficio da paz geral entre todos os Estados da Europa, e de permittir que se começassem a lançar as bases da felicidade da monarchia portugueza, mediante o ajuntamento das cõrtes geraes, extraordinariamente congregadas na minha muito nobre e leal cidade de Lisboa, para darem a todo o reino unido de Portugal, Brasil e Algarves, uma constituição politica, conforme aos principios liberaes, que pelo incremento das luzes se achão geralmente recebidos por todas as nações; e constando na minha real presença por pessoas doudas e zelosas do serviço de Deos e meu, que os animos dos meus fieis vassallos, principalmente dos que se achavão neste reino do Brasil, ansiosos de manterem a união e integridade da monarchia, fluctuavão em um penoso estado de incerteza, emquanto eu não houvesse por bem declarar de uma maneira solemne a minha expressa, absoluta e decisiva approvação daquella constituição, para ser geralmente cumprida e executada, sem alteração nem differença, em todos os Estados da minha real corõa, fui servido de assim o declarar pelo meu decreto de 24 de Fevereiro proximo passado, prestando juntamente com toda a minha real familia, povo e tropa desta cõrte, solemne juramento de observar, manter e guardar a dita constituição neste e nos mais reinos e dominios da monarchia, tal como ella fôr deliberada, feita e accordada pelas mencionadas cõrtes geraes do reino, ordenando outrosim aos governadores e capitães-generaes, e autoridades civis, militares e ecclesiasticas em todas as mais provincias, prestassem e deferissem a todos os seus subditos e subalternos semelhante juramento, como um novo penhor e vinculo que deve assegurar a união e integridade da monarchia.

« Mas sendo a primeira, e sobre todas essencial condição do pacto social, nesta maneira aceito e jurado por toda a nação, dever o soberano assentar a sua residencia no lugar onde se ajuntarem as cõrtes, para lbe serem promptamente apresentadas as leis que se forem discutindo, e delle receberem sem delongas a sua indispensavel sancção, exige a escrupulosa religiosidade com que me cumpre preencher ainda os mais arduos deveres, que me impõe o prestado juramento, que eu faça ao bem geral de todos os meus povos um dos mais custosos sacrificios de que é capaz o meu paternal e regio coração, separando-me pela segunda vez de vassallos, cuja memoria me será sempre saudosa, e cuja prosperi-

dado jámais cessará de ser em qualquer parte um dos mais assíduos cuidados do meu paternal governo.

« Cumpra, pois, que, cedendo ao dever que me impôz a Providencia de tudo sacrificar pela felicidade da nação, eu resolvesse, como tenho resolvido, transferir de novo a minha côrte para a cidade de Lisboa, antiga séde e berço original da monarchia, afim de alli cooperar com os deputados procuradores dos povos na gloriosa empreza de restituir á briosá nação portugueza aquelle alto gráo de esplendor, com que tanto se assignalou nos antigos tempos, e deixando nesta côrte ao meu muito amado e prezado filho o Principe Real do reino unido, encarregado do governo provisório deste reino do Brasil, enquanto nelle se não achar estabelecida a constituição geral da nação.

« E para que os meus povos deste mesmo reino do Brasil possão quanto antes participar das vantagens da representação nacional, enviando proporcionado numero de deputados procuradores as côrtes geraes do reino unido; em outro decreto, da data deste, tenho dado as precisas determinações para que desde logo se comece a proceder em todas as provincias á eleição dos mesmos deputados, na fórma das instrucções que no reino de Portugal se adoptarão para esse mesmo effeito, passando sem demora a esta côrte os que successivamente forem nomeando nesta provincia, afim de me poderem acompanhar os que chegarem antes da minha saída deste reino, tendo eu aliás providenciado sobre o transporte dos que depois dessa época, ou das outras provincias do norte, houverem de fazer viagem para aquelle seu destino.

« Palacio do Rio de Janeiro, aos 7 de Março de 1821.—Com a rubrica de Sua Magestade. »

O povo fluminense, ao saber do decreto, admirado de tanta magnanimidade do bondoso soberano, e mesmo pelos immensos beneficios que tinha recebido desse grande homem, pela leitura da *Gazeta do Rio de Janeiro* de quarta-feira 14 de Março, foi tão profundo o seu pezar, que tratou de levar á presença de Sua Magestade os seguintes embargos :

« Por via de embargos ao venerando decreto de 7 de Março de 1821, e em contrariedade do manifesto feito pelos portuguezes europeus ás côrtes estrangeiras, com toda a submissão dizem os portuguezes estabelecidos no Brasil por esta ou por outra melhor fórma e via de direito.

E. S. N.

I

« P. que a mudança e estabilidade da monarchia portugueza para o Brasil foi tão antigamente prognosticada, que consta dos nossos autores portuguezes e das chronicas do Sr. rei D. João III, que dividindo este Senhor as terras do Brasil em capitánias, quando as dava, disse : « Que as dispunha « para estabelecimento de um grande Imperio. »

II

« P. que sendo desde então abandonadas as terras do Brasil ao acaso e á Providencia, esta as tem feito subir ao gráo de prosperidade em que se

achão, sem soccorro do Estado ou da metropole de Portugal, que antes procurou sempre abatê-lo e anniquila-lo, prohibindo-lhe todas as fabricas e manufacturas, e permitindo-lhe sómente a mineração e os engenhos de assucar pela precisão que tinham delle e do ouro, e não querendo que negociasse com outra nação.

III

« P. que foi sempre tão conservado este ciúme de Portugal para com o Brasil, que até chegou ao ponto de se mandar arrancar as plantações das drogas do oriente, que para elle tinham passado, e as do algodão, demolindo-se todos os teares, e não se consentindo nelle familia ou casa opulenta, nem homem de genio ou talento, que erão logo chamados a Portugal.

IV

« P. que as mais nações da Europa, vendo a fertilidade das terras do Brasil, e dispartando-se a sua cobiça, intentarão apoderar-se de algumas partes delle, como foi Villegaignon no Rio de Janeiro, donde foi expulso, e os hollandezes, que, estando já de posse e fortificados em Pernambuco, e até já com um tratado feito com o Sr. rei D. João IV, foram também dalli expulsos, e tudo isto sem o soccorro de Portugal, e só feito pelos portuguezes que cá estavam residindo, pelos indios e pelos pretos, o que em 1714 aconteceu também com Duguay Trouin no Rio de Janeiro.

V

« P. que, sendo a fidelidade dos portuguezes do Brasil tal, como se tem demonstrado, quando foi restaurado ao throno de Portugal o Sr. D. João IV, duque de Bragança, estando Castella senhora do Brasil, assim como era de Portugal, não foi necessario para que o aclamassem mais que a simples participação, ainda apezar de alguma opposição dos hespanhoes que alli habitavão, sendo neste mesmo tempo que expulsarão os hollandezes de Pernambuco.

VI

« P. que, quando o Sr. D. João IV temia que em consequencia da alliança de Castella com França, pelo casamento de Luiz XIV com a filha de Philippe IV, viessem as duas potencias destruir Portugal, o padre Antonio Vieira, denominado o Cicero portuguez, escreveu ao Sr. D. João IV, que se passasse para o Brasil, onde elle lhe assignaria o lugar para um palacio que gozasse, ao mesmo tempo, as quatro estações do anno, fazendo nelle o quinto Imperio prognosticado pelo Bandarra.

VII

« P. que pelo que fica exposto, não havendo no Brasil outro commercio mais que com a metropole de Portugal, não tendo fabricas nem manufacturas, estado em que Sua Magestade o achou, não podia deixar de fazer o tratado, que hoje os portuguezes da Europa chamão desastroso, e abrir os portos ás nações que com o Brasil quizessem commerciar,



porque nem nunca Portugal teve fabricas que pudessem supprir a si e ao Brasil de todas as manufacturas precisas, nem estava em termos de o fazer pela guerra em que se achava empenhado contra os francezes.

## VIII

« P. e consta mais que quando na guerra das quatro nações, em que entrou para o throno Philippe V, antes duque de Anjou, e que os portuguezes com os aliados perdêrão a batalha de Almança, dizendo-se ao Sr. rei D. João V que os hespanhoes virião com os francezes a destruir Portugal, este Senhor lembrou-se do que o padre Vieira tinha escripto da Bahia a seu augusto avô. E o que se passou no tempo do Sr. D. José I é tão constante, que se acha escripto nas *Memorias do marquez de Pombal*.

## IX

« P. que com todas estas lembranças do refugio, que podião ter os nossos augustos monarchas no Brasil, se o não fizerão foi pelos obstaculos que achavão em todas as mais nações da Europa, que antevião a grande opulencia e independencia que Portugal faria com ellas. E se o nosso amado soberano o Sr. D. João VI o pôde conseguir foi pelo estado em que estava a Europa em 1807, cuidando em defender-se das astucias de Napoleão Bonaparte, e que os inglezes para o abater auxiliáram a passagem da monarchia portugueza para o Brasil; mas elles logo conhecêrão o seu erro e se arrependêrão.

## X

« P. que quando Sua Magestade passou de Portugal para o Brasil não o deixou em estado de colonia, antes lhe nomeou uma regencia, deixando em ser todas as secretarias e tribunaes, fabricas, manufacturas e arsenaes, que erão proprios da estada da monarchia, e se o abuso das autoridades tem desfeito estes estabelecimentos, ou tem obstado a sua continuação, são effeitos das circumstancias do tempo, que tem feito mudar outros muitos mais estabelecimentos.

## XI.

« P. que, sendo uma das queixas dos portuguezes da Europa no seu manifesto o abrirem-se os portos do Brasil aos estrangeiros, pelo que fica demonstrado no 3º e 9º artigo, parece que querião que os portuguezes do Brasil andassem nús até que elles pudessem para aqui mandar o que lhes sobrasse, não se lembrando que os seus maiores commerciantes e grandes pecuniarios, taes como Quintella, Bandeira, Branchamp e outros, depois da sabida dos francezes, em lugar de prestarem os seus cabedaes para encorajarem e reedificarem as fabricas demolidas, entráram a comprar propriedades de casas, quintas, etc., e devendo mandar seus navios carregar aos portos estrangeiros os generos que estes levavão para o Brasil, ou os vendêrão, ou continuáram no seu commercio destruidor do numerario para a India e para a China.

## XII.

« P. que sendo outra queixa do manifesto a guerra do sul, é constante que o exercito e a esquadra, que Sua Magestade para alli mandou, foi pacificador e não conquistador, porque os insurgentes e sublevados das colonias hespanholas devastavão as posições portuguezas da Laguna, Rio-Grande de S. Pedro do Sul e Porto-Alegre, que destes pontos até ao Rio da Prata são campinas geraes, que não têm nem podem ter uma barreira que se lhes opponha senão o mesmo Rio da Prata e os habitantes das margens orientaes do mesmo rio, principalmente os de Montevidéo, cansados de soffrerem os vexames de taes insurgentes, e desamparados do governo da metropole hespanhola, é que de sua livre vontade se entregáram e rogáram com as condições expressas no seu termo. Veja-se o termo que foi publico.

## XIII

« P. que, sendo incontestavel o deduzido no art. 12, pareceria estranhavel que Sua Magestade não lançasse mão daquillo que lhe offertavão, e segurava aos habitantes portuguezes do sul as suas possessões e bens; não se duvidando mais do direito que o Estado portuguez tem á margem oriental do Rio da Prata, como foi decidido no tratado de Utrecht, § 6º, por serem os primeiros descobridores e povoadores, e que por uma allucinação foi cedida depois pelo tratado de 10 de Outubro de 1777.

## XIV

« P. que, á vista do exposto e do que allegão os portuguezes na carta escripta a Sua Magestade pela junta do Porto, e as razões do manifesto, parece que os referidos portuguezes da Europa querem extorquir dos portuguezes brasileiros, contra o direito natural, o bem que elles gozão com a presença do seu soberano, sem se lembrarem que todos os estabelecimentos humanos têm principio, augmento e deterioração.

## XV

« P. que, ainda que os portuguezes da Europa queirão applicar este mesmo axioma ao Brasil, é tão recente o seu principio que apenas começa a carreira do augmento a que pôde chegar, o que não succede a Portugal, que chegou ao auge a que podia chegar, e que não pôde esperar mais outra cousa que a sua conservação.

## XVI

« P. que, residindo Sua Magestade no Brasil o toda a sua familia real, segura com a sua real presença esta possessão tão invejada das outras nações, e segura a de Portugal, porque ás mais potencias da Europa não lhe convem que elle se una á Hespanha, nem a esta que outra qualquer, que não seja a dynastia portugueza, venha alli se estabelecer, o que não succederá desamparando Sua Magestade o Brasil, que ellas mesmas influirão a separação do Brasil, só assim de fazerem Portugal dependente.

## XVII

« P. que jámais nunca o Brasil se poderá sujeitar ao estado de colonia, que é fechar os seus portos aos estrangeiros (sejão quaes forem os direitos que a estes se imponhão), demolir as suas fabricas, deixar de crear novas e limitar o seu commercio só com Portugal, porque tem já gozado de sua liberdade, concedida pelo seu amado soberano, já consolidada pelo grande luxo que apresenta e tem em si... como se sujeitará de novo a outro captivo?»

## XVIII

« P. que por todos estes e outros motivos, que se exporão quando haja de se contrariar estes artigos, parece que Sua Magestade, compadecendo-se de seus vassallos residentes no Brasil, a quem pela sua illimitada bondade e real presença os libertou do jugo da escravidão, deve de mandar sustar a sua determinação no referido decreto de 7 de Março, ouvindo as partes.—F. P.

« P. Recomp. de J. omn. mel. J. com os protestos necessarios.—C.—O BRASIL.»

REPRESENTAÇÃO DO COMMERCIO AO SENADO DA CAMARA  
PARA SUSTAR O EFFEITO DO DECRETO DE 7 DE MARÇO SOBRE A PARTIDA DE EL-REI.

« Illm. Senado.—O corpo do commercio desta capital, mais que nunca consternado, vem hoje abraçar-se com V. S., que tão dignamente representa o povo para procurar o remedio effizaz e prompto aos males incalculaveis de que se vê ameaçado. Permitta V. S. que elle tome a linguagem pura da verdade, porque em perigo tão grave toda a dissimulação seria um crime publico.

« Quando por decreto da Divina Providencia, que regula a sorte dos Imperios, Sua Magestade com sua augusta familia retirou-se de Portugal e veio fixar sua côrte nesta cidade, vio a Europa neste grande successo um rasgo de politica magnanima, e de consequencias incalculaveis para a nação portugueza e para o mundo civilizado; e todos os soberanos que conhecem seus interesses se apressarão a estreitar suas allianças e vinculos de amizade com Sua Magestade.

« Conheceu-se com evidencia que, fixando o mesmo Senhor a sua côrte neste paiz conseguia tres grandes vantagens:

« 1.º Segurar á sua gloriosa dynastia o Imperio de regiões tão vastas, como preciosas, que aliás pela força das cousas e pelo andar dos tempos se separaria de Portugal, como a America do Norte se separou de Inglaterra.

« 2.º Conservar a Portugal, berço glorioso da monarchia, um grão de consideração politica entre as nações da Europa, a qual elle por si só não pôde ter, e lhe communica o Brasil.

« 3.º Poder dominar o atlantico e o commercio do mundo, dando as mãos aos Estados-Unidos da America.

« Era, pois, Illm. senado, a politica reconhecida e corrente na Europa que a côrte portugueza se perpetuasse no Brasil, porque o Brasil é hoje o ver-

dadeiro corpo da monarchia lusitana, e é do Brasil que Portugal pôde esperar solidos meios de conservação e de grandeza. O Brasil reconhece de boamente, e com uma veneração filial, que deve a Portugal sua existencia e vida, e que por isso mesmo é obrigado a socorrê-lo e ajuda-lo, e até a sacrificar tudo para salva-lo da influencia ou dominação estrangeira. Mas Portugal, rico de luzes, conhecendo o pouco que vale e pôde por si só, deve tambem sacrificar um pouco do seu melindre, como antiga metropole, ao bem da sua conservação e grandeza, deixando-nos esta honrosa qualidade, ou repartindo connosco do modo que se ajustar e decidir em côrtes.

« Porém estando nestas idéas, o decreto de 7 do corrente Março veio abysmar-nos em magua e em cuidados. Por elle vemos que Sua Magestade transplanta novamente sua côrte para Portugal, e por consequencia que fica o Brasil governado outra vez como colonia, na total dependencia da côrte na Europa; vemos que Sua Magestade, que haviamos recebido dentro dos nossos corações, se ausenta para sempre de nós, e até seu augusto filho, esperança e gloria desta monarchia, se retirará logo que a constituição fôr consolidada neste paiz...

« O coração treme, Illm. senado, encarando com o futuro que nos espera se isto assim se verificar! Não está na ordem das cousas que o Brasil, assim abandonado, se conserve muito tempo unido a Portugal, apesar da sua provadissima fidelidade a Sua Magestade e á sua augusta familia. E quem sabe mesmo como tomará a Bahia, no estado de movimento em que se acha, uma noticia tão consternante!

« Então as querellas intestinas de independencia e separação reciproca das capitánias ensopará de sangue a America do Norte, e actualmente tem ensopado a America Hespanhola, e nossa sorte será ainda muito mais terrivel por termos entre nós um numero immenso de barbaros africanos.

« E que será então de Portugal? Acantado no occidente da Europa, ameaçado por Hespanha, sem commercio nem industria, sem apoio senão na politica estrangeira, e por isso mesmo dependente della, perderá quasi totalmente sua existencia politica.

« E' preciso, pois, Illm. senado, que V. S. se abraçe com Sua Magestade, e o faça desde já sentir os gravissimos males que ameaça a sua monarchia, herança preciosa de sua augustissima descendencia, com a medida tomada no referido decreto. E saiba a Europa, saiba a nossa posteridade que os fieis e honrados vassallos de Sua Magestade neste paiz não desconhecêrão a gravidade do mal que está imminente; que souberão bem apreciar o thesouro que perdem na ausencia do mesmo Senhor e de sua real familia... Lembra-nos, enfim na nossa afflicção que, quando, apesar desta humilde supplica, tenha Sua Magestade decidido irrevogalmente ausentar-se de nós, seja no menos depois de consolidada neste paiz a nova constituição para resolver muitas duvidas, que necessariamente occorrerão na sua applicação, ou, enfim, que se digue esperar pela decisão das côrtes, que certamente hão de occupar-se do ponto essencial da sede da monarchia.

« Deos guarde a V. S. Rio de Janeiro, 20 de Março de 1821.» —(Assignados.)

**SUA Magestade depois da manifestação do povo  
teve idéas de dissolver as Côrtes de Lisboa**

Sua Magestade desde o dia 7 de Março que vivia compungido, e uma illustre e nobre senhora (\*) me affirmou tê-lo visto ás vezes chorar, pelo pezar que tinha de deixar o Brasil, onde se havia salvado do furor dos francezes, onde fôra coroado rei e onde era idolatrado por seus subditos.

Sua Magestade, em presença da manifestação do povo e de não fazer mais cabedal de Portugal, teve pensamentos de dissolver as côrtes portuguezas, e persuadiu-se que João Severiano Maciel da Costa teria a habilitade para a execução do seu pensamento, visto ter mostrado pericia na administração de Cayenna. Para isso o nomeou embaixador de Portugal em Roma, para encobrir a sua viagem á Europa; e este plano malogrou-se por ter João Severiano arribado a uma das ilhas, e só chegou á Lisboa quando, pelas circumstancias dos acontecimentos dos dias 21 e 22 de Abril foi forçado a partir, depois de el-rei já se achar em Lisbona.

Sua Magestade, que sempre estimou a João Severiano, logo que este voltou do desterro em que esteve por algum tempo, mandado pelas côrtes facciosas de Lisboa, teve com elle conversas e planos para fazer cabir a constituição do Brasil, e o unir a Portugal, como em outro lugar mais de espaço contarei.

**REUNIÃO DOS ELEITORES NA PRAÇA DO COMMERCIO DO RIO  
DE JANEIRO**

Thomaz Antonio de Villa-Nova Portugal, homem muito de bem, e que chegou a ser ministro de todas as pastas, e fiel amigo do Sr. D. João VI, e um dos mais dedicados amigos do Brasil (\*\*), foi o que mandou vir de Lisboa os livros da bibliotheca do infantado para o estabelecimento da bibliotheca publica do Rio de Janeiro, creou o muséu nacional no mesmo edificio onde hoje se acha e fez outros beneficios, e quem aconselhou ao Sr. D. João VI que, se tivesse de escolher um dos dous reinos, Portugal ou o Brasil, que preferisse a posse deste vasto continente, não só pela grandeza territorial, como pela posição geographica e riquezas naturaes que possui, amenidade do seu clima e pelo futuro brilhante que lhe presentia.

Sendo difficil a resolução de se mandar o principe D. Pedro de Alcantara para Portugal, ficando el-rei aqui, principalmente na effervescencia de uma revolução, o Sr. D. João VI, desprezando o conselho do seu fiel amigo, tomou a resolução de retirar-se para Portugal, deixando no Brasil, como seu lugar-tenente, o principe D. Pedro, e a seu lado Thomaz Antonio, querendo que elle tivesse um conselho a quem recorresse nos negocios urgentes.

(\*) A Exma. Sra. marquesa de Jacarepaguá, que foi educada no paço e vivia na familiaridade da camareira-mór da rainha-mãe.

(\*\*) Vide a 1ª serie do *Brasil Historico*, 1864, no artigo—Thomaz Antonio de Villa-Nova Portugal—e a biographia do conselheiro Drummond.

No entanto, por um decreto pouco reflectido, determinou el rei que na tarde do dia 20 de Abril de 1821, sabbado da alleluia, se procedesse á reunião dos eleitores de parochias na praça do commercio, afim de elegerem os eleitores de comarca e estes os deputados para a constituinte de Lisboa.

Para isto se expedia aviso ao corregedor da comarca, que serviria de presidente do collegio eleitoral, ao mesmo tempo enviando-se-lhe uma lista dos ministros de Estado da creada regencia do Brasil, dizendo-se-lhe que seria livre aos eleitores as observações sobre os taes ministros, porquanto desejava el-rei que o ministerio fosse do agrado do povo, porque o não queria constrangido.

O edificio da praça do commercio se havia acabado de pouco, e se encheu hermeticamente de pessoas, fazendo-se secretarios da mesa sem serem eleitos José Clemente Pereira e Joaquim Gonçalves Ledo.

No intervallo do apuramento do escrutinio nada houve de notavel; porém, assim que o presidente leu o aviso regio e a lista dos ministros mandada por el-rei, o povo que dentro estava gritou que não queria os ministros nomeados pelo rei, e que o collegio eleitoral proclamasse a constituição hespanhola de 1812.

O presidente, sorprendido por tão desusado insulto feito por anarchistas á magestade real, aterrado, propôz no collegio, que tambem se achava no mesmo estado; sem a menor observação, immediatamente foi proclamada a mencionada constituição hespanhola para a regencia do Brasil, enquanto a assemblea constituinte de Lisboa não desse a constituição promettida. Lavrou-se acta de tudo, na qual assignarão o presidente e os eleitores, terminando-se o acto pelo juramento.

Os perturbadores da ordem publica, não contentes com o que acabavão de praticar, em altas vozes requerêrão ao presidente para que mandasse proceder á eleição de cinco membros (\*), para irem á quinta da Boa-Vista, em S. Christovão, afim de intimarem a el-rei a resolução do povo, e ao mesmo tempo que se fizesse desembarcar da esquadra, que estava prompta para levar o rei para Lisboa, os cofres publicos por pertencerem ao Estado do Brasil, o que se executou.

Os anarchistas, receiosos que el-rei, em presença dos movimentos do dia, subisse barra fóra, dirigirão-se ao commandante das armas, e lhe pedirão para que mandasse ordens terminantes á fortaleza de Santa-Cruz, afim de não deixar sahir a esquadra sem que fossem restituídos os cofres do Estado(\*\*), ao que respondem o commandante das armas que só recebia ordens de Sua Magestade.

No entanto o coronel Manoel José de Moraes, indo intimar ao governador da fortaleza de Santa-Cruz, na volta foi preso com todas as pessoas que o acompanhárão por ordem de el-rei, sendo o execu-

(\*) Os membros da commissão nomeados forão o desembargador Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira, o general Curado, o coronel Manoel José de Moraes e mais dous individuos.

(\*\*) O povo cantarolava algumas trovas, cujo estribilho era:

tor da prisão o tenente Souto, pertencente ao corpo de dragões do Rio-Grande do Sul, que os recolheu presos á mesma fortaleza de Santa-Cruz.

Tudo inspirava terror, porque a noite estava chuvosa e a cidade em anarchia: el-rei, em presença de uma deputação que lhe vinha pedir a entrega dos cofres publicos, vendo que estava trahido, fez ver aos membros da deputação, que elle se não tinha apoderado dos cofres, e sim que aceitava a constituição hespanhola, e para justificar as suas puras intenções, fez enviar um decreto ao presidente do collegio eleitoral.

Chegando ao conhecimento de el-rei o que se passava na praça do commercio, e na rua Direita, mandou ordem para que fosse dissolvida as reuniões, fazendo marchar a força armada, a qual, abusando, como as mais das vezes acontece, das ordens que levava, achando dissolvida a reunião, e apenas dentro do edificio da praça do commercio alguns eleitores e cidadãos, que assistião aos trabalhos por curiosidade, pela madrugada, entrando de bayonetadas caladas, forão ferindo a uns, matando a outros e fazendo a muitos pularem pelas janellas, e a outros atirarem-se ao mar, como aconteceu a José Nogueira Soares, e a outros que morrerão afogados (\*), e na mesma occasião fazendo fogo para dentro do edificio sacrificarão mais algumas vidas, como a do commerciante Miguel Feliciano de Souza, filho da ilha do Fayal, conhecido pelo alcunha de *Vinagre*, com armazem de molhados á rua de S. Pedro, logo abaixo da rua da Quitanda, o qual, entusiasmado pelas idéas liberaes mandou collocar na rua Direita uma pipa de vinho para quem quizesse, e muita parte tomou nesses acontecimentos.

Este facto lamentavel foi muito exagerado por uns e por outros referido com criterio, sendo quasi todos unanimes na versão de que tinha sido mandado fazer pelo principe real D. Pedro de Alcantara, aconselhado pelo conde dos Arcos, com o designio de amedrontar a el-rei e acelerar-lhe a partida, visto todos reconhecerem a má vontade em que elle estava de deixar o Brasil.

O corpo de artilharia, que tambem se achava em frente do edificio da praça, não deu fogo para dentro, porque um official, desviando com a espada o morrão que um soldado tinha na mão, impedio que elle fizesse o mal que desejava.

A *Gazeta do Rio*, referindo os acontecimentos do dia 21 de Abril, em seu n. 33 de quarta-feira 23 de Abril de 1821 diz:

« Havendo dado nos numeros precedentes quanto dizia respeito á convocação do povo para as eleições dos compromissarios, preferindo as interessantes noticias á publicação dos seus eleitores, esperavamos ansiosamente o momento de comunicar aos leitores a lista dos eleitores de provincia e deputados, que legitimamente devião defender os direitos que a constituição jurada por Sua Magestade outorgasse a cada um dos cidadãos!

« Olho vivo e pé ligeiro,  
« Vamos á não buscar o dinheiro. »

(\*) Depois deste acontecimento o edificio da praça do commercio ficou abandonado pelos commerciantes.

« Confessamos ingenuamente que nos empregavamos de antemão a sentimentos de jubilo por uma acisada eleição, e nos felicitavamos do desempenho de tão grato dever. Mas quanto são errados os juizos dos homens! Malogravão-se as nossas esperanças, e na dôr mais pungente devemos ser licis expositores de acontecimentos desastrosos que tiverão origem na inconsideração, progresso, na exaltação dos sentimentos illegaes, e sim em desgraçados que a maior vigilancia não pudera antevêr.

« Havendo procurado com o maior desvelo a verdade, sempre nosso norte, referiremos quanto extrahimos de fontes legitimas.

« No dia 20 do corrente constou ao Exm. marechal, encarregado interino do governo das armas da corte, que alguns habitantes desta cidade o accusavão de querer servir-se da força armada, sob pretexto das honras funebres devidas ao marechal do exercito *João Shadréll Connell*, impossibilitados pelas sagradas ceremonias que se celebrarão nos dias antecedentes, e querendo o dito Exm. general remover de si toda a suspeita e mostrar a franqueza com que sempre obrava, em consequencia das benignas intenções de Sua Magestade transferio as ditas honras funebres para depois dos dias de festa.

« Prevenido no dia seguinte de que pessoas mal intencionadas espalhavão pelo povo que não havia unanimidade de sentimentos de adhesão á pessoa de Sua Magestade e á causa publica na tropa de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> linha, assim da divisão do Brasil, como da auxiliadora, convocou na sala do real theatro de S. João toda a officialidade, e depois de lhes annunciar quaes erão as intenções de Sua Magestade e recomendar que ninguem devia afastar-se da linha constitucional, sem faltar ao seu dever, terminou prestando o juramento seguinte, a que toda a tropa corespondou de maneira a mais plausivel: — *A nós obediencia ao nosso soberano, plena confiança nos nossos representantes. Assim o promettemos e juramos pelo nossa palavra de honra, a mais sagrada.*

« Em todo o mencionado dia o Exm. general não deu ordem alguma, alem de recomendar a de 19 de Março, que prohibe a sahida dos soldados dos seus quartéis depois do toque de recolher, e augmentar as patrulhas para a tranquillidade publica.

« Chegou o momento em que, convocados os eleitores na praça do commercio, presidindo o desembargador ouvidor da comarca, devião proceder ás augustas funcções de que erão encarregados.

« Os amigos da ordem, aguardando em silencio o resultado daquella augusta assembléa, quando por inesperada fatalidade, inimigos da causa publica soffregamente procuravão medidas violentas e providencias arrebatadas. Discursos insidiosos, vozes tumultuosas, substituirão a tranquillidade e sangue frio necessarios em deliberações de tanta importancia. Objectos alheios daquella assembléa, e portanto nulos, succederão aos legitimos fins a que ella se propunha, e rumores anarchicos resoarão no que deveria ser o sagrado alçar da liberdade.

« Abster-nos-hemos de particularisar circumstancias desairosas, e nos occuparemos sómente daquelles factos mais notaveis, cujo silencio seria condemnavel em cidadão que ama a verdade e é inabalavelmente aferrado ao verdadeiro amor da patria.



« Uma circumstancia digna de referir-se, é que nesta noite a junta dos eleitores, á instancia do povo, enviou dous dos seus membros a indagar do Exm. general das armas o motivo por que a tropa estava em armas, particularmente o batalhão n. 11, e sendo respondido pelo ajudante de ordens, em ausencia do mesmo Exm. general, que nenhuma ordem havia a este respeito, e que elle mesmo passava a examinar o facto, o que na realidade fez, e voltando promptemente a dar segurança de que apenas o mencionado batalhão tomara medidas de prevenção achou segunda deputação, e tendo chegado o Exm. general este se dirigio á praça do commercio, onde Luiz Duprat, em nome do povo, lhe intimou, da maneira a mais insolente, que desse conta de tudo quanto tinha determinado naquelle dia.

« O general, que sómente attentava á tranquillidade publica, respondeu com a sua costumada franqueza; porém não satisfeitos com isso se abalancarão a exigir delle uma ordem aos governadores das fortalezas para impedir a sahida deste porto de qualquer embarcação de guerra ou mercante, nacional ou estrangeira, accusando-o ao mesmo tempo de lhe fallar de uma maneira equívoca e illusoria.

« Repugnando o Exm. general a expedir semelhante ordem, exigio que se lavrasse termo desta violencia, que se mandasse a Sua Magestade, de quem elle general sómente cumpria as determinações. Perguntando depois ao povo se queria delle mais alguma cousa, se recolheu ao seu quartel.

« Entretanto, em consequencia das instancias e representação dos partidarios, os eleitores passárão a fazer um termo de juramento, em que pedião a Sua Magestade a adopção interina da constituição hespanhola até a installação da constituição em que se occupão as côrtes, actualmente em Lisboa, e uma deputação composta de cinco membros, encarregada de apresentar a Sua Magestade este juramento, obteve o decreto que nessa mesma noite acceleradamente se imprimio, e que é do theor seguinte:

#### Decreto

« Havendo tomado em consideração o termo de juramento que os eleitores parochiaes desta comarca, a instancias e declaração unanime do povo della, prestárão á constituição hespanhola, e que fizerão subir á minha real presença, para ficar valendo interinamente a dita constituição hespanhola desde a data do presente decreto até a installação da constituição em que trabalhão as côrtes actuaes de Lisboa, em que eu houve por bem jurar com toda a minha côrte, povo e tropa, no dia 26 de Fevereiro do anno corrente; sou servido ordenar que de hoje em diante se fique estricte e litteralmente observando neste reino do Brasil a mencionada constituição deliberada e decidida pelas côrtes de Lisboa.

« Palacio da Boa-Vista, aos 21 de Abril de 1821.  
—Com a rubrica de Sua Magestade.

« Porém esta condescendencia de um soberano, que tem o fito na felicidade de seus povos, não

póde socegar os espiritos inquietos. Em desordenada effervescencia passárão a ulteriores eleições alheias do seu fim, sancionadas por Sua Magestade, e que forão embaraçadas por um partido mais prudente, como contrarios á mesma constituição que reclamavão, e sustentados tumultuosamente por outros mais violentos e inimigos do socego publico.

« O Exm. general voltou outra vez á praça do commercio, e chamando o presidente lhe intimou da parte de Sua Magestade que, visto o estado de perturbação e desordem em que se achava aquella sessão, ella podia ficar adiada para o dia seguinte afim de atalhar maiores excessos. O povo alvorçado respondeu que lhe constava que no Rocio estava formado o batalhão n. 15, ao que o general respondeu que o ignorava, mas que partia a informar-se e a receber as ordens de Sua Magestade.

« Foi-lhe ordenado que marchasse com a força armada e que a postasse nas proximidades da praça do commercio, fazendo intimar aos eleitores que Sua Magestade determinava que se desse por acabada aquella sessão, prendendo todos os cabeças de motim, cujos nomes lhe forão dados e lhe erão bem conhecidos, assim como todos os militares que alli se achassem fora dos seus corpos em contravenção das ordens.

« Postada a tropa na praça dos Mineiros e rua Direita, e tendo conhecido que a sessão estava acabada, mas que ainda se achavão homens dentro da sala e mesmo populaça, a qual, vendo a tropa, pretendeu escapar-se, tornando-se desta sorte suspeita, mandou avançar a 6.ª companhia de caçadores para tomar a embocadura da rua do Sabão e impedir a sahida dos que estavam dentro. Foi então que um dos caçadores, postado na entrada da praça, foi apunhalado por um dos que estavam dentro, o que deu motivo a que os seus camaradas, sem esperar ordem alguma, matassem aquelle homem, e depois outro puxou por uma pistola, disparou-a, mas não matou a ninguém.

« Apesar disto o batalhão continuou a marchar socegradamente, porque assim lhe tinha sido ordenado; mas neste mesmo tempo veio á porta um dos eleitores e fechou-a, e então os officiaes, não podendo conter os soldados, tão atrozmente atacados, teve lugar uma descarga de 40 tiros de espingarda, e depois os mesmos soldados matárão algumas pessoas a ferro frio.

« A não ser este inexperado assassino do soldado, que cumpria os seus deveres, estava ordenado que o brigadeiro quartel-mestre general fosse assim intimar aos eleitores (se ainda persistissem em sessão) as ordens de Sua Magestade acima mencionadas, o que mesmo não teria lugar, visto já não estarem em sessão os eleitores, a operação se reduziria sómente a capturar os suspeitos de revolucionarios e amotinadores, e dispersar o resto do povo. Mas aquelle acontecimento desgraçado, além de malograr tão pacificas disposições, se mostrou ainda premeditado, não só pelas petições que se encontrárão, requerendo a constituição hespanhola, mas também pelas muitas armas que deixárão na fuga muitos dos que escapárão, como floretes e terçados, que os soldados apanhárão na sala e que se achão em deposito.

« Depois do referido, a força, que se compunha de duas brigadas, marchou ás 5 horas da manhã,



a primeira para o largo do Paço e a segunda para o do Rocio, onde pelo meio-dia lhes foi lido o decreto de Sua Magestade revogando o já mencionado.

« Estas tropas ficarão alli estacionadas, e á noite a maior parte se recolheu aos seus quartéis, ficando tudo em tranquillidade. »

Este decreto de 22 de Abril de 1821, que declarou nullo todo o acto feito no dia 21, é da força e theor seguinte :

#### Decreto

« Sendo indispensavel prover ácerca do governo e administração deste reino do Brasil, donde me aparto com vivos sentimentos de saudade, voltando para Portugal, por exigirem as actuaes circumstancias politicas, enunciadas no decreto de 7 de Março do corrente anno, e tendo eu em vista não só as razões de publica utilidade e interesse, mas tambem a particular consideração que merecem estes meus fieis vassallos do Brasil, as quaes instão para que eu estabeleça o governo que deve reger-los na minha ausencia, e emquanto não chega a constituição, de um modo conveniente ao estado presente das cousas e á cathegoria politica a que foi elevado este paiz, e capaz de consolidar a prosperidade publica e particular: hei por bem e me praz encarregar o governo geral e inteira administração de todo o reino do Brasil ao meu muito amado e prezado filho D. Pedro de Alcantara, principe real do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves, constituindo-o regente e meu lugar-tenente, para que com tão proeminente titulo, e segundo as instrucções que acompanhão a este decreto, e vão por mim assignadas, governe na minha ausencia, e emquanto pela constituição se não estabelece outro systema de regimen, todo este reino com sabedoria e amor dos povos,

« Pelo alto conceito que fórho da sua prudencia e mais virtudes vou certo de que nas cousas do governo, firmando a publica segurança e tranquillidade, promovendo a prosperidade geral e correspondendo por todos os modos ás minhas esperanças, se haverá como bom principe, amigo e pai destes povos, cuja saudosa memor a levo profundamente gravada no meu coração, e de quem tambem espero que pela sua obediencia ás leis, sujeição e respeito ás autoridades, me recompensarão do grande sacrificio que faço, separando-me de meu filho primogenito, meu successor do throno, para lh'o deixar como em penhor do apreço que delles faço.

« O mesmo Principe o tenha assim entendido e executará, mandando expedir as necessarias participações. Palacio da Boa-Vista, em 22 de Abril de 1821. —Com a rubrica de Sua Magestade.

*Instrucções a que se refere o meu real decreto de 22 de Abril de 1821*

« O Principe Real do reino unido toma o titulo de Principe Regente e meu lugar-tenente no governo provisório do reino do Brasil, de que fica encarregado.

« Neste governo será o conde dos Arcos ministro e secretario de Estado dos negocios do reino do Brasil e negocios estrangeiros; o conde de Louzã D. Diogo de Menezes ministro e secretario de Estado dos negocios da fazenda, como actual é; serão secretarios de Estado interinos: o marechal de campo Carlos Frederico de Caula na repartição da guerra, o major-general da armada Manoel Antonio Farinha da repartição da marinha.

« O Principe Real tomará as suas resoluções em conselho, formado dos ministros de Estado e dos dous secretarios de Estado interinos, e as suas determinações serão referendadas por aquelle dos ministros de Estado ou secretarios da competente repartição, os quaes ficarão responsaveis.

« O Principe Real terá todos os poderes para a administração da justiça, fazenda e governo economico; poderá commutar ou perdoar a pena de morte aos réos que estiverem incursos nella por sentença; resolverá todas as consultas re'ativas á administração publica.

« Proverá todos os lugares de letras e officios de justiça ou fazenda, que estiverem vagos ou venhão a vagar, assim como todos os empregos civis ou militares, entrando logo por seu decreto os nomeados no exercicio e fruição dos seus lugares, officios ou empregos, depois de pagar os novos direitos, ainda quando os respectivos diplomas devão ser remettidos á minha real assignatura por serem dos que exigem esta formalidade, a qual nas cartas e patentes será indispensavel. Para a prompta expedição dellas poderá o Principe não só assignar os alvarás, em virtude dos quaes se passam as cartas, mas tambem conceder aquellas dispensas que por estylo se concedem para os encartes.

« Igualmente proverá todos os beneficios curados ou não curados e mais dignidades ecclesiasticas, á excepção dos bispados; mas poderá propôr-me para elles as pessoas que achar dignas.

« Poderá fazer guerra offensiva ou defensiva contra qualquer inimigo que atacar o reino do Brasil, se as circumstancias forem tão urgentes que se torne de summo prejuizo aos meus fieis vassallos deste reino o esperar as minhas reaes ordens, e pela mesma razão, e em iguaes circumstancias, poderá fazer treguas ou qualquer tratado provisório com os inimigos do Estado.

« Finalmente, poderá o Principe conferir, como graças honorificas, os habitos das tres ordens militares, de Christo, S. Bento de Aviz e S. Thiago da Espada, ás pessoas que julgar dignas dessa distincção, podendo conceder-lhes logo o uso da insignia e as dispensas do estylo para a profissão.

« No caso imprevisto e desgraçado (que Deos não permita que aconteça) do fallecimento do Principe Real, passará logo a regencia do reino do Brasil á Princeza Real, sua esposa e minha muito amada e prezada nora, a qual governará com um conselho de regencia, composto dos ministros de Estado, do presidente da mesa do desembargo do paço, do regedor das justças, e dos secretarios de Estado interinos nas repartições da guerra e marinha; será presidente deste conselho o ministro do Estado mais antigo, e esta regencia gozará das mesmas faculdades e autoridades de que gozava o Principe Real.

« Palacio da Boa-Vista, em 22 de Abril de 1821. —REI. »

## PRELUDIOS DA VIAGEM DE SUA Magestade PARA LISBOA

Os acontecimentos dos dias 21 e 22 de Abril decidirão definitivamente da partida de el-rei para a Europa, e isto assentado, no dia 24 deu beija-mão a todos os que o quizessem comprimentar e despedir-se delle, concorrendo todo o Rio de Janeiro (\*) a beijar-lhe a mão e a comprimentá-lo, e todos presenciaram o semblante abatido do bondoso soberano e a cumpção de sua alma, signal evidente das saudades que lhe espedaçavam o coração. Tratava a todos sem distincção, com a ternura de um pai que se retira.

Para mostrar-se qual era, e do quanto se havia sensibilizado, dirigio duas proclamações, datadas do dia 23 de Abril, aos habitantes do Rio de Janeiro e ao corpo militar da corte.

*El-rei aos habitantes do Rio de Janeiro*

« Quando eu, solicito da vossa segurança, tranquillidade e prosperidade, estabelecia com circumspecção e madureza o governo que devia reger-vos depois da minha retirada para a nobre e leal cidade de Lisboa, para onde exigem circumstancias ponderosas e politicas que eu transfira a séde da monarchia, e encarregava o meu muito amado e prezado filho o Principe Real da regencia deste reino, com amplos poderes e com instrucções sufficientes, capazes de produzir e promover o vosso bem e felicidade geral, e correspondente aos fins por que o elevei á cathedra politica com que se acha, e esperava que a vossa saudade pela minha ausencia se moderasse, deixando-vos o herdeiro e successor da monarchia, de cujos bons desejos e virtudes confiava a vossa prosperidade; vejo com muita magua e desprazer que pessoas mal intencionadas, hallucinando e seduzindo alguns de vós, pretendêrão que se proclamasse a constituição hespanhola, para ser guardada desde já, contra a solemne proclamação do dia 26 de Fevereiro do corrente anno, e juramento que eu e todos vós prestámos de se observar a que se está fazendo em Lisboa.

« Portuguezes, esta sediciosa machinação, feita á face dos eleitores das parochias, teve por fim iludir-vos com a supposição da representação nacional; esses perturbadores da ordem publica e fautores da anarchia abalarão os fundamentos da monarchia, postergarão a fé e santidade do juramento que todos demos, quizerão perverter e romper a fidelidade da tropa, e attentarão contra a minha real autoridade e governo estabelecido, que não pôde nem deve soffrer outras mudanças senão as que legalmente se estabelecerem na constituição que se fizer em Lisboa pelas côrtes.

« Felizmente não forão avante os seus sediciosos projectos, porque o corpo militar não quiz apoiá-los nem defendê-los comprometendo a sua honra e fidelidade; felizmente pela bem regulada disciplina e moderação delle se acauteláram paixões e furôres de partidos, que podião até produzir motins furiosos e de muito mais funestas consequencias; e felizmente este pernicioso veneno não tem infectado senão uma pequena parte dos meus vassallos.

« Afastai-vos dos perversos que com fins sinistros abusão da vossa credulidade, e vos enganão maliciosamente com a vontade geral da nação, quando ella é sómente a dos amotinadores, que, no meio de concursos, levantão vozes tumultuosas, que outros machinalmente acompanhão, sem intelligencia do que ellas designão. Acautelai-vos desses perfidos, e, quando vos perseguirem com suas persuasões, evitai-os, desamparai-os, abandonai-os, fugi.

« Ide procurar o conselho na prudencia dos cidadãos bem morigerados, a tranquillidade na justa observancia das leis e no cuidado das autoridades que vigião, e a vossa propria segurança e de vossas familias no desvio de ajuntamentos elandestinos e perigosos.

« Portuguezes, só é patriotismo aquella heroica paixão que tende ao bem e gloria da patria; e quem offende as leis e o publico socego, e se constitue arbitro do poder supremo, não é amigo do Estado: antes concorre para sua ruina. Illudirão-vos com direitos que não vos competem. Os eleitores das parochias só os tinhão para a eleição dos de comarca, e o povo nenhum mais tinha depois de eleitos os compromissarios.

« Descançai tranquilllos na sabedoria e firmeza do governo, na execução das leis e na pratica dos vossos deveres, e esperai as uteis reformas e melhoramento das mãos dos que as podem dar; esperai que a constituição, que se está fazendo sobre bases solidas e legaes venha estabelecer a liberdade que é compativel com as leis, e consolidar a vossa prosperidade e de todo o reino unido. A liberdade, que não é assim regulada, degenera em licença e produz a anarchia, o maior de todos os males politicos.

« Conflai nos cuidados do governo, na benevolencia e prudencia de meu muito amado e prezado filho, o Principe Real; vivei segundo as regras que vos prescrevem as leis e sereis felizes, como vos deseja o vosso rei, que vos tem regido com suavidade e amor verdadeiramente paternal.

« Palacio do Rio de Janeiro, em 23 de Abril de 1821. — REI. »

Não obstante o Sr. D. João VI ter recebido uma carta de Manoel Pires Esteves da Fonseca, juiz do povo da cidade de Lisboa, datada de 15 de Fevereiro de 1821, na qual manifestava os sentimentos de obediencia e lealdade a Sua Magestade, que vem transcripta no n. 8 da *Gazeta Extraordinaria do Rio de Janeiro* de 26 de Abril, Sua Magestade não queria saber do Brasil, e sim estabelecer no Rio de Janeiro a séde perpetua da vasta monarchia portugueza, e só, como já disse, por obediencia ás circumstancias e aos conflictos que se derão, foi contrangido a embarcar na madrugada do dia 25 de Abril (quarta-feira) de 1821.

Sabe-se que o rei fez o seu embarque na madrugada do dia 25, por ser nesse dia o em que a rainha D. Carlota Joaquina fazia annos, e, sendo de grande gala, elle não queria festeja-lo e nem dar beija-mão, e por isso embarcou de madrugada para bordo da náó *D. João VI*.

(\*) Vide no *Brasil Historico*, 1ª serie, anno de 1864, a biographia do conselheiro Drummond.

Para provar o amor e dedicação que o povo tinha ao Sr. D. João VI, de quem era extremamente amigo (falto do povo brasileiro), infinitas pessoas o forão comprimentar e beijar-lhe a mão generosa.

Thomaz Antonio de Villa-Nova Portugal não queria sair do Brasil<sup>(\*)</sup>; mas, acompanhando o rei a bordo da náó *D. João VI*, Sua Magestade não consentio que elle voltasse para terra, e, assim forçado, mandou chamar ao seu particular amigo Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond (hoje conselheiro e o nosso mais illustrado diplomata) e o encarregou de todos os seus negocios particulares.

O Sr. D. João VI conhecia perfeitamente que o Brasil, na sua ausencia, aproveitando-se dos movimentos politicos de Portugal, caminharia para a sua emancipação e definitiva independencia, e nessa convicção aconselhou a seu filho o principe D. Pedro de Alcântara o procedimento que deveria ter, isto é, que se puzesse á frente da mesma independencia caso isto acontecesse; o que realmente aconteceu pelas imprudencias e loucuras das côrtes portuguezas, e principalmente com a deliberação nellas tomada de mandar retirar do Brasil o Principe Regente, a pretexto de o fazer viajar pela Europa<sup>(\*\*)</sup>.

#### PARTIDA DO REI PARA LISBOA

No dia seguinte, 26 de Abril, pelas 6 horas da manhã, começou a náó *D. João VI*, que conduzia Sua Magestade, a suspender o ferro, e o mesmo fizeram todos as outras embarcações de que se compunha a esquadra, e ás 6 horas e tres quartos se fez á vela, salvando a fortaleza da ilha das cobras e todas as mais; e com bello dia, e vento NE. fresco e aturado, presenciado por todos os habitantes da capital, fazendo-se ao mar, desapareceu á vista da multidão de povo, que ficava saudoso pelo amado rei que tinha residido no Rio de Janeiro quasi 14 annos.

A esquadra compunha-se da náó *D. João VI*, commandante da esquadra o conde de Vianna, e da náó o capitão de mar e guerra Joaquim Epiphânio da Cunha.

Fragata *Real Carolina*, commandante capitão de fragata João Bernardino Gonzaga.

Charrua *Oreste*, commandante o capitão-tenente Antonio Joaquim do Couto.

*Princesa Real*, *Conde de Peniche* e outras.

S. M. El-rei o Sr. D. João VI chegou á Lisboa no dia 3 de Julho de 1821, ás 9 horas, com todos os navios que o acompanhááo do Rio de Janeiro<sup>(\*)</sup>.

(\*) Vide o *Brasil Historico*, 1ª serie de 1864—Historia dos ministerios.

(\*\*) Vide a discussão das côrtes de 1822.

(\*) Contou-me o illustrado orador sagrado, o Dr. conego Joaquim do Monte Carmello que—Fr. Antonio de Santa Anna Galvão—fundador do convento da Luz, em S. Paulo, celebre por suas virtudes e pela vida edificante das religiosas que alli existem sob a regra de S. Francisco de Assis, estando conversando com alguns amigos, disse-lhes, depois de alguma pausa: « Lá vai entrando pela barra de

#### O PRINCIPE REGENTE PROCLAMA AOS HABITANTES DO BRASIL

No mesmo dia em que sahio S. M. El-rei para Lisboa, o Principe Regente e seu lugar-tenente proclama aos habitantes do Brasil nestes termos:

« A obrigação de attender primeiro que tudo ao interesse geral da nação forçou meu augusto pai a deixar-vos, e a encarregar-me do cuidado sobre a publica felicidade do Brasil, até que de Portugal chegue a constituição e a consolide.

« E julgando eu mui conveniente nas presentes circumstancias que todos, desde já, conheçam quaes sejam os objectos de administração geral, a que especialmente attendereis, não perco tempo em manifestar que o respeito austero ás leis, vigilancia constante sobre seus explicadores, guerra contra as ambages com que ellas se desacreditam e enfraquecem, serão os objectos da minha primeira attenção.

« Altamente agradável me será antecipar todos os beneficios da constituição, que puderem ser conjugaveis com a obediencia das nossas leis.

« A educação publica, que actualmente exige o mais apurado desvelo do governo, será attendida com quanta efficacia couber em meu poder,

« E porque em semelhante estado se achão a agricultura e commercio do Brasil, não cessarei de procurar quantas facilidades puder ser a favor de tão copiosas fontes de riqueza da nação.

« Igual attenção prestarei ao interessantissimo artigo das reformas, sem as quaes é impossivel promover liberalmente a publica prosperidade.

« Habitantes do Brasil! todas estas intenções serão baldadas se uns poucos mal intencionados conseguirem sua funesta victoria, persuadindo-vos de principios anti-sociaes destructivos de toda a ordem, e diametralmente contrarios ao systema de franqueza que desde já principio a seguir.—PRINCIPE REGENTE. »

#### O PRIMEIRO ACTO DO PRINCIPE REGENTE, LOGO DEPOIS DA PARTIDA DO REI, FOI DESFEITEAR AO EX-INTENDENTE-GERAL DE POLICIA.

Na quadra, que fórma o vasto campo da Acclamação, outr'ora campo de Sant'Anna, entre as ruas do Hospicio e Conde, até entestar ao lado opposto, havia Thomaz Antonio de Villa-Nova Portugal mandado cercar e ajardinar, e entre as arvores existentes, que se havião plantado, sobresahião muitas amoreiras, que erão destinadas para ensaios da criação do bicho de seda.

Este jardim estava a cargo e sob a inspecção do intendente-geral da policia o desembargador do paço Paulo Fernandes Vianna, brasileiro; e o Principe Regente, que não era affecto ao intendente, vindo de se despedir do rei, na manhã do dia 26 de Abril, e desembarcando no arsenal mandou que

Lisboa o rei e a sua comitiva; eu ouço distinctamente os tiros das fortalezas que o sandão. » Estas palavras forão notadas, e tempo depois verificou-se que naquella hora entrava el-rei pelo Tejo a dentro.

os carpinteiros o seguissem, e ao chegarem no campo, então de Sant'Anna, mandou derrubar as arvores e o mais, e desfazer o gradil de madeira que protegia o ajardinamento, e se retirou para S. Christovão.

Paulo Fernandes, que tinha sido tão considerado pelo Sr. D. João VI. e tão respeitado durante toda a sua vida, apaixonando-se por semelhante acontecimento, poucos dias sobreviveu, pois no 1º de Maio, sendo fulminado de uma congestão cerebral, instantaneamente falleceu, tendo 63 annos, 11 mezes e um dia de idade, com 40 annos de serviço. Foi nomeado intendente-geral de policia no dia 3 de Abril de 1808 (\*), e demittido no dia 26 de Fevereiro de 1821.

#### PROVIDENCIAS QUE SE TOMARÃO

Depois da proclamação, por decreto de 29 de Abril aboliu o oneroso imposto de 750 réis, que se pagava por cada alqueire de sal que ia para o interior do Brasil. Principiou-se a promover a criação dos gados e dar incremento à industria nos lugares interiores do Brasil. Por decreto de 8 de Maio augmentou-se os vencimentos da tropa, por outro decreto de 11 de Maio fez-se extensivo o decreto de 29 de Abril às provincias maritimas, ficando apenas a contribuição de 80 réis por cada alqueire.

Por decreto de 13 de Maio determinou o Principe que se não cobrasse mais o importo de 2 %, estabelecido pelo alvará de 25 de Abril de 1818, e que os generos despachados em qualquer das alfandegas do Brasil ficassem isemptos das differenças que pudessem resultar da pauta da alfandega do Rio de Janeiro, se os generos fossem despachados para a capital do Brasil.

Deu outras providencias, de 16 e 19 de Maio, mandando que fosse restituído o seminario de S. Joaquim, destinado á educação dos orphãos pobres, e annexou-lhe as suas rendas, e fez outros beneficios, porquanto havia sido tomado para quartéis da tropa portugueza. Declarou por outro decreto, datado de 23 de Maio, que, desejando anticipar os beneficios da constituição para dar segurança ás pessoas, como o havia feito para com a segurança das propriedades, e impedir os abusos da legislação com as prisões arbitrarías, ordenou que ninguém fosse preso sem ordem por escripto do juiz e culpa formada, excepto em flagrante delicto, em que qualquer do povo póde prender o criminoso, e outras providencias para garantir o cidadão das violencias e do arbitrio.

Aboliu para sempre o uso das correntes, algemas e grilhões, e os outros instrumentos de tortura, impondo penas severas aos infractores das suas determinações.

#### ESTADO DE S. PAULO EM 1821

No dia 23 de Março de 1821, por ordem do capitão-general João Carlos de Oeynhausen, se publicou

um bando annunciando o systema constitucional, e pelo que antes da installação do governo provisório, no dia 23 de Junho de 1821, derão-se os seguintes acontecimentos.

« Os sagrados direitos do homem, altamente proclamados no reino de Portugal; os gloriosos e memoraveis acontecimentos, que, sem interrupção, alli se succederão, tendo electrizado os corações paulistanos, despertarão nelles aquella nobre emulação pela honra, que sempre caracterizou os habitantes de S. Paulo, e lhes inspirarão um ardentissimo desejo de imitar tão generosos rasgos de patriotismo, já dignamente correspondidos em allgumas provincias do Brasil.

« Calçados desde seus principios por um inalteravel systema de despotismo, elles não desconheciam seus direitos; cedendo, porém, ao duro imperio das circumstancias, soffrião com resignação a seus tyrannos e esperavão que a Providencia lhes depararia em algum tempo favoravel occasião de quebrarem os ferros de tão pesada escravidão.

« Logo ás primeiras noticias da regeneração de Portugal as idéas liberaes se tornarão familiares entre todas as classes de cidadãos, e a organização e installação de um governo provisório, composto de homens sabios e ornados de patriotismo, foi um voto geral.

« A opinião publica a favor desta assizada medida, que só deveria provelecer, e a unica que poderia ganhar ascendentes sobre os espiritos para os pôr ao abrigo de dissensões intestinas, tomou em breve tempo uma força insuperavel.

« Os males provenientes de um systema abusivo tinham de tal sorte indisposto os animos, que toda a interposição da parte do governador para consolidar a confiança dos povos, já abalada por anteriores comportamentos, era inteiramente baldada. Elle mesmo, intimamente convencido da sua impossibilidade para obrar com energia, vendo-se despopularizado, sem força physica nem moral para fazer executar as leis, pedio por vezes ao ministerio a sua demissão; o que com a maior evidencia demonstrou a que grão havia chegado a desconfiança publica foi a sublevação dos soldados do batalhão de caçadores da guarnição desta cidade no dia 3 deste mez de Junho.

« A subordinação e o soffrimento marcarão sempre o caracter desta tropa; mas estas virtudes desaparecerão logo que ella se persuadio que era illudida. Soldados sem criterio, fascinados pela prevenção, suppuzerão que o governador e a junta da fazenda de proposito se negavão a fazer executar o decreto em que Sua Magestade lhes concedêra augmento de soldo.

« Este decreto ainda não tinha chegado officialmente; mas a persuasão em que estavam que o de 7 de Março, em que Sua Magestade mandava jurar a constituição, tinha sido supprimido, e de que o de 24 de Fevereiro só fôra publicado depois que o povo e tropa apresentarão uma attitudo de insurreição, lhes fez crer que o mesmo comportamento se intentava a respeito daquelle acima mencionado. Em consequencia de taes idéas elles tomãrão as armas, protestando não as depôr enquanto se lhes não desse o augmento de soldo. Dous deputados da

(\*) Vide o *Brasil Historico*, 1ª serie, n. 14, do 1º de Abril de 1864.



junta da fazenda, havidos por anti-constitucionaes, forão designados como primeiras victimas.

« O coração ainda oscilla de horror, imaginando os attentados que poderia perpetrar uma tropa indignada, sem freio, pelas ruas de uma cidade indefesa, que não deveu sua salvação e tranquillidade senão á coragem e patriotismo do bravo capitão José Joaquim dos Santos, o qual, estando de estado-maior desempenhando denodadamente seus deveres, expôz a sua vida, oppondo-se aos desatinos dos soldados; e á força de persuasão e promessas conseguiu restabelecer a boa ordem.

« Estes e outros factos acabárão de convencer aos poucos amigos do governador que só um governo provisório, constituido por unanime vontade e eleição do povo e tropa, poderia restabelecer a confiança e reassumir uma força sufficiente para conter os soldados nos limites da subordinação militar, e gerar um nobre civismo em todas as classes de cidadãos. Desde então, tornando-se geral a fermentação, só faltava quem desse o primeiro impulso para se realizar a suspirada mudança do governo.

« Assim se passarão alguns dias de inquietação, temendo-se por toda a parte uma completa anarchia, até que alguns patriotas, bem certos na unanimidade de sentimentos que animavão a todos os cidadãos, determinárão aproveitar-se da occasião que a fortuna parecia deparar na reunião dos corpos milicianos, convocados para a festividade do dia 21, e ajuntando-se na manhã do dia 23 na praça dos Paços do Conselho tocárão rebate no sino da camara, e dando vivas á religião, a el-rei e á constituição, proclamárão um governo provisório.

« Esta noticia, levada rapidamente ao quartel do batalhão de caçadores, causou a mais forte sensação. Seu chefe, o coronel Lazaro José Gonçalves, não hesitou um momento em annuir aos votos dos seus soldados, que marchárão logo em auxilio do povo para a instalação do governo provisório.

« O coronel Francisco Ignacio de Souza Queiroz, que então se achava com o seu 1º regimento de infantaria milicianna passando-lhe mostra, ouvindo tocar rebate e sabendo o que se passava na praça dos Paços do Conselho, não tardou em apresentar-se á frente do dito regimento. O mesmo fez o coronel Antonio Leite Pereira da Gama Lobo, apparecendo logo com o seu 4º regimento de cavallaria milicianna, assim como todas as praças do 2º de cavallaria, o regimento de uteis e o 2º de infantaria, todos milicianos, que se achavão na cidade.

« O sino tocava sempre a rebate, e cada vez se ajuntava mais povo. Reunidos os corpos, uma deputação de tres capitães foi mandada em nome do povo e tropa convidar para presidente da eleição ao conselheiro José Bonifacio de Andrada. Outra deputação foi mandada ao ouvidor e á camara para que se apresentassem nos paços do conselho.

« Apenas a primeira deputação appareceu na praça, trazendo no meio ao illustre sabio da nação, conhecido em toda a Europa pelo nome de *Monsieur d'Andrada*, os ares retumbárão com este grito muitas vezes repetido: — Viva o Sr. conselheiro! Elle subio á sala da camara acompanhado de immenso povo, e disse:

« Senhores, eu sou muito sensivel á honra que

« me fazeis em eleger-me para presidente da eleição do governo provisório que pretendeis instalar. « Pela felicidade de minha patria eu farei os mais « custosos sacrificios até derramar a ultima pinga « do meu sangue. »

« A resposta foi um grito geral: — Viva o Sr. conselheiro! — E elle continuou: « Esta eleição « só póde ser feita por acclamação unanime; des- « cei, senhores, á praça, e eu da janella vos pro- « porei aquellas pessoas que por seus conhecimentos « tos e opinião publica, já por vós manifestada, me « parecerem dignas de serem aceitas. »

« Alguns cidadãos lhe disserão: « Sr. conse- « lheiro, nós não queremos no governo aquelles « que até agora têm sido nossos oppressores, » e querião personalisar; mas elle os atalhou, dizendo: « Senhores, este deve ser o dia da reunião de to- « dos os partidos, da reconciliação geral entre to- « dos. Não nos lembremos mais do passado; des- « appareção odios, inimizades e paivões: a patria « seja a nossa unica mira. Completemos a obra da « nossa regeneração com socego e tranquillidade, « imitando a honrada e gloriosa conducta de nossos « irmãos de Portugal e Brasil. Persuadido de que « haveis posto em mim vossa confiança aceitei o « vosso convite, e aqui estou prompto para dirigir- « vos e para trabalhar pela causa publica. Se de « facto conflaes em mim e estais resolvidos a por- « tar-vos como homens de bem, então eu me en- « carrego de procurar a vossa felicidade, expondo « a minha propria vida; mas se outros são os vossos « sentimentos, se o vosso fito não se dirige sómente « ao bem da ordem, se pretendeis manchar a gló- « ria que vos póde resultar deste dia e projectais « desatinos, então eu me retiro; ficai e fazei o que « quizerdes. »

« Não, senhor (responderão todos a uma voz); « nós temos toda a confiança em V. S., toda e « toda. »

« Pois bem, disse elle, descei á praça e approva- « reis daquelles que eu nomear os que mais vos « merecerem. »

« O povo se metten no meio de um circulo formado pelas tropas. O estandarte da camara foi collocado em uma janella, e na mesma se achava o ouvidor, juiz de fóra e vereadores. Em outra janella appareceu o conselheiro, e depois de uma breve e eloquente falla ao povo e tropa, exhortando-os a que se portassem com honra e em boa ordem, disse:

« Para presidente do governo provisório o Illm. Sr. João Carlos Augusto, que foi até hoje general desta provincia. » — Foi approved e applaudido com vivas, e gritárão todos: « Para vice-presidente seja V. S., Sr. conselheiro; » e assim ficou eleito.

« Depois successivamente forão nomeados, com approvação geral e vivas, os seguintes vogaes:

« Pelo ecclesiastico, o Rev. arcebispo Felisberto Gomes Jardim e o Rev. conego thesoureiro-mór João Ferreira de Oliveira Bueno.

« Pelas armas, o coronel Antonio Leite Pereira da Gama e o coronel Daniel Pedro Müller.

« Pelo commercio, o coronel Francisco Ignacio e o brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão.

« Pela litteratura e ensino publico, o tenente-



coronel André da Silva Gomes e o Rev. Francisco de Paula e Oliveira.

« Pela agricultura, o Dr. Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro e o tenente-coronel Antonio Maria Martin.

« Para deputado e secretario do interior e fazenda, o coronel Martin Francisco de Andrada.

« Para deputado e secretario da guerra, o coronel Lazaro José Gonçalves.

« Para deputado e secretario da marinha, o chefe de esquadra Miguel José de Oliveira Pinto.

« Eleitos e approvados todos, foram chamados á camara, onde se lavrou o auto de vereação. Depois sabirão todos e se dirigirão á casa do presidente para lhe offerecerem a presidencia. A marcha foi ordenada deste modo. A musica de caçadores marchava adiante, tocando o hymno constitucional, que era ao mesmo tempo cantado por todos. Logo se seguia a camara, com o seu estandarte, no meio dos deputados eleitos. Atraz marchava o povo, cantando de mistura com os officiaes de todos os corpos, e na retaguarda marchava a musica do 1º regimento de milicias.

« Enquanto durou a marcha, desde a praça até á casa do presidente, não se ouvirão senão gritos de alegria, vivas e a musica do hymno. O presidente aceitou com muito gosto, e sabio logo com todo o acompanhamento. Chegados á camara jurou o presidente obediencia a el-rei, ás côrtes, ao Principe Regente, ao governo provisório e ás bases da constituição.

« O mesmo juramento foi dado pelo Exm. bispo, que alli compareceu, por todos os deputados, por quantos estavam na sala da camara, e, finalmente, por todo o povo e tropa que estavam na praça. Concluido este acto, se dirigirão do mesmo modo á Sé, onde foi cantado um solemne *Te-Deum* em acção de graças ao Altissimo por tão grandes beneficios. »

Depois destes acontecimentos deu-se um facto lamentavel, que foi no dia 29 de Junho sublevar-se a tropa de linha na villa de Santos, a qual foi suffocada pela força, igualmente de linha, que marchou da capital, sendo punidos com morte de força 5 praças de caçadores, que se suppoz serem os autores de tão inoperado movimento revolucionario.

#### REVOLUÇÃO DE 26 DE FEVEREIRO DE 1821 NO RIO DE JANEIRO(\*)

Os acontecimentos de Portugal do dia 24 de Agosto de 1820, repercutindo no Rio de Janeiro no dia 12 de Novembro(\*\*), sendo portador das noticias o brigade *Providencia*, procedente de Lisboa, produziu grande sensação no animo de todos, e fez que el-rei o Sr. D. João VI, convicto das consequencias, convocasse o seu conselho para, depois de o ouvir, resolver o que melhor conviesse, e assentou

el-rei mandar para Portugal seu filho o Principe Real, ficando elle no Brasil.

Desde logo principiãrão os preparativos da viagem, e foram nomeados para o acompanhar os condes de Belmonte pai e filho, João Maria da Gama Berquó, depois marquez de Cantagallo, guarda-roupa João Bernardo Cauper e outros. Em 23 de Dezembro chegou ao Rio de Janeiro o conde de Palmella, que havia sahido de Lisboa no dia 6 de Outubro, e vinha tomar conta das pastas de ministro de estrangeiro, e guerra, e informou a Sua Magestade do verdadeiro estado de Portugal. Dizia-se que o conde de Palmella, de combinação com os influentes da revolução portugueza, trazia a incumbencia de levar o rei e conseguir nelle a approvação da constituição, ainda mesmo com alguma modificação.

Em Janeiro, por influencia do conde dos Arcos, aio e particular amigo do Principe, e por ardentes desejos da Sra. D. Carlota Joaquina, que odiava o Brasil e desejava retirar-se para a Europa, estava o Principe mudado; embora fosse elle muito partidista da causa portugueza, contudo dizia que ficava, enquanto se arranjavão os negocios publicos, bem que não sabia com o todos serão recebidos em Portugal.

O conde dos Arcos e os partidistas das novas idéas constitucionaes se insinuãrão de tal modo no animo do Principe, que elle se tornou entusiasta da liberdade, e então era instruido de todos os movimentos, indo aos clubs que se fazião em varias partes, e mesmo, distarçadamente, ao que se formava em S. Christovão.

Embora morasse com seu augusto pai, e não houvesse para com elle suspellas no paço, contudo o Principe entrava nos clubs, e fazia o seu no proprio palacio de S. Christovão, na sala do seu guarda-roupa, que era por baixo da chamada sala dos passaros. Havia na sala dos passaros um alcapão que se communicava com a guarda-roupa, e sobre este alcapão permanecia uma mesa coberta com um panno escarlate, que chegava ao pavimento e encobria o alcapão.

Era sobre esta mesa que o Principe escrevia musicas com Marcos Antonio Portugal, e quando queria desca pelo alcapão para se reunir com o conde dos Arcos, padres Goes e Macamboa, João Bernardo Cauper, um official da divisão lusitana e outros. Para não se fazer reparo ás vezes o Principe ia reunir-se aos revolucionarios em casa de sua mãe, ás laranjeiras, onde estava a pequena capella que a rainha mandou fazer. »

A Sra. D. Carlota Joaquina concorria muito para que a revolta apparecesse, com o fim de fazer sahir do Brasil el-rei o Sr. D. João VI, porque ella desejava retirar-se do Brasil, que aborrecia, o que mostrou ao saltar em Lisboa, que, segundo dizem, ajoelhou-se e beijou o chão. Sabemos que a revolução tinha de apparecer mais cedo; porém a chegada do conde de Palmella a fez sustar, e urgindo tomar-se uma providencia definitiva foram se encaminhando as cousas, ate que por ordem de el-rei houve uma reunião, composta de vinte e quatro cidadãos dos mais conspicios d'entre a nobreza, clero e povo, presidida pelo marquez de Alegrete, em casa do conde de Palmella, ministro da guerra e estrangeiros, sita á rua do Conde da Cidade-Nova n. 167, então chamada do Catumby.

As deliberações desta reunião sobre a conveniencia de ir para Portugal o Principe, ou seu augusto pai e sua familia, foram desconcertadas, e por fim assentou-se que o Principe devia ir e não o Sr. D. João VI, e certos os revolucionarios que não devião perder mais tempo, appareceu a tropa lusitana na madrugada do dia 26 de Fevereiro na praça do Rocío, hoje da Constituição, commandada pelo brigadeiro Carreti, composta dos batalhões 11, 15 de infantaria e o 3º de caçadores, aquartelado em S. Christovão, o 4º de artilharia, aquartelado na praia de D. Manoel, á frente dos quaes se achavão os padres Goes e Macamboa, o cirurgião Cerqueira e o major Pimentol, sendo certo que a tropa de linha brasileira, que era em numero

(\*) « Brasil Historico. »

(\*\*) Alguns dão a vinda das noticias da revolução de Portugal em Outubro de 1820: porém em uma nota manuscrita, que encontrei por letra de Thomaz Antonio, ministro do reino, entre os seus papeis, designa o dia 12 de Novembro de 1820, bem como o nome do brigade « Providencia, » conductor da noticia.

(\*) Essa capella foi demolida ha poucos annos, e ficava quasi fronteira á igreja matriz da Gloria, no campo do Machado: encontrei nella.

mui limitado, foi mais arrastada, que por vontade, unir-se á divisão italiana.

O Príncipe, que já estava certo de tudo, chegou a cavallo ao lugar da reunião, e apresentou um decreto do seu augusto pai em que confirmava a constituição que as cortes portuguezas organisassem para Portugal e Algarves, mas que para o Brasil precisava ser modificada, conforme o estado do paiz, e nomeava um regente para o Brasil, com um ministerio e conselho de Estado de sua eleição.

O brigadeiro Carrel e os mais influentes declararão que o Brasil não queria modificações na constituição, e que ella seria a mesma para todas as partes da monarchia, e que não querião o ministerio e o conselho de Estado que el-rei havia nomeado, e indicarão os ministros. Foi necessario bater na porta de um hotequim, porque a maior parte das casas ainda se achavão fechadas, e pedir um tinteiro para se emendar o decreto, com o qual voltou o Príncipe a S. Christovão e de novo se apresentou com o decreto que se desejava.

Divulgada a noticia do rompimento revolucionario por todos os pontos da cidade, com algum custo foi-se reunindo o senado da camara, cujos membros não estavam prevenidos, bem como o bispo D. José Caelano, que á instancias e intimação dos revoltosos compareceu nos paços da camara, onde já estavam reunidos os influentes da revolução. Apesar de todo este movimento politico a cidade permanecia tranquillidade e os cidadãos occupados em seus trabalhos ordinarios.

Comparecendo na varanda do theatro de S. João o Príncipe Real o Sr. D. Pedro de Alcantara, dalli, em alta voz, proclamou o novo systema constitucional, e asseverou que seu augusto pai annuia aos desejos da nação portugueza. Enthusiasticos vivas foram tributados ao Príncipe e a el-rei, sendo logo substituido o ministerio pelos eleitos que indicou a divisão, e ao mesmo tempo, ouvindo-se um grito que partio d'entre a multidão de—fôra o Grão-de-Bico (o governador das armas tenente-general Vicente Antonio de Oliveira), o novo ministro da guerra Silvestre Pinheiro Ferreira, chegando á varanda do theatro, propôz o brigadeiro Caula, que foi aceito.

El-rei, vindo de S. Christovão para o paço da cidade, atravessou pelo largo do Rocio em frente da tropa e povo, onde foi novamente victoriado, e o povo, tirando-lhe os annos da sege, o levou em triumpho, desfilando pela rua do Ouvidor. A tropa do largo do Rocio foi postar-se no largo do Paço, e el-rei, que tinha vindo para a cidade a pedido do Príncipe, disse que confirmava a promessa que seu filho tinha feito no largo do Rocio.

De um documento, que se divulgou em 10 de Junho de 1822, que aqui transcrevo, verá o leitor detalhadamente o que de mais se passou.

« Apenas foram legitimamente conhecidos nesta cidade e corte do Rio de Janeiro os memoraveis acontecimentos dos dias 24 de Agosto e 15 de Setembro de 1820 no reino de Portugal, todos os bons portuguezes, tanto brasileiros, como europeus, que já haviam acordado do somno da sua paciencia, derão demonstraões do mais vivo jubilo, e possuidos de um santo enthusiasmo, que despertava em seus elevados animos o amor da sagrada causa da independencia nacional, não se fartavão de bendizer aos immortaes autores da nossa regeneração, e desejavão soltar desde logo as mesmas vozes que haviam ressoado em todo aquelle reino: continha-os, porém, a extremosa dedicação e o maximo respeito devido á real pessoa de Sua Magestade, de cuja bondade e virtudes illimitadas pela prudencia que tudo esperassem para não parecerem inutilmente pressurosos; mas, inuteis esperanças!

« Ministros máos, conselheiros perfidos e cortejões desmoralizados, em lugar de incera e respeitosa fazerem ver a Sua Magestade qual era a vontade geral da nação, procurário suggerir-lhe medidas de terror e de repressão á mesma vontade nacional, augmentando assim a multidão dos males que nos affligio.

« Um folheto, que aqui se imprimio no idioma francez e que foi espalhado pelo ministerio, servio de augmentar o descontentamento geral, e o seu autor ou autores, ver-

dadeiros apostolos da desorganisação social, avançando de envolta com algumas verdades os mais absurdos paradoxos, foram votados á publica execração. O ministro, reconhecendo que o dito folheto não fizera a impressão correspondente ás suas intenções e planos insidiosos, fez sollicitamente cassar todos os exemplares, mas mui tarde, porque o mal que elle havia produzido já se não curava com tão inutil medida.

« Seguiu-se a publicação do decreto de 18 de Fevereiro do corrente anno de 1821 (\*), pelo qual Sua Magestade, entre outras providencias, era servido crear uma commissão de pessoas nomeadas á sua escolha, para preparar as materias que se haviam tratar em uma reunião de cortes, presidida por pessoas tambem da eleição de Sua Magestade: este decreto, verdadeiramente opposto á conservação da nossa unidade politica, até se dirigia contra os puros e luminosos principios do direito publico, excluindo os habitantes das terras que não tivessem juiizes letrados dos inauferiveis direitos que a natureza deu a todos os homens!

« Foi então que o descontentamento geral subio ao maior auge; e desde então onze individuos, verdadeiros portuguezes, os quaes tinham os maiores desejos de adherirem á causa commun de Portugal, que premeditavão apressar o momento em que se pudessem declarar com segurança os nobres sentimentos que animavão os habitantes desta corte, começaram a dar-se com um ardor verdadeiramente constitucional ao desenvolvimento dos seus expressados desejos, meditando e combinando entre si quanto lhes occorria para poderem chegar ao termo de tão gloriosa revolução.

« Os seus nomes são os seguintes: Antonio Cutrim de Vasconcellos, Antonio Duarte Pimenta, Antonio de Paula da Costa e Almeida, Cypriano José Soares, Francisco Romão de Goes, João Luiz Ferreira Dormont, José Cupertino de Jesus, Luiz de Souza Gama, Manoel Lopes da Costa Dias, Manoel dos Santos Portugal, Marcellino José Alves Macambôa.

« O decreto de 23 do referido mez de Fevereiro (\*\*), que incluia a relação (\*\*\*) das pessoas que compunhão a commissão creada pelo outro citado decreto de 18 do mesmo mez, e que ordenava que, sem dependencia do outro titulo, devião entrar em exercicio, pôz de todo termo ao soffrimento já apurado por multiplicados males e pelas inquisições politicas, que existião contra os que erão affectos ao systema constitucional, e dos quaes haviam listas formadas para se proceder á sua prisão.

« Crescia, pois, a tormenta e com ella o perigo, e sendo certo que o despotismo, não tentando cousa alguma em prol commum, obrava tudo em proveito dos ministros e das suas creaturas, as quaes, com escandalosa imprudencia, chamavão rebellião ao amor da patria; maguados profundamente de tão insidiosos planos, e animados todos da intrepidez necessaria, resolverão destruir por uma vez os fataes embaraços que tolhião a explicação da vontade geral.

« A commissão, de que acima fallámos, juntou-se pela primeira e ultima vez no dia 25 do mesmo mez, em casa do conde do Palmella, com o unico fim, ao que nos parece, de sondar os animos dos seus respectivos membros, pois não consta que ali se resolvesse cousa alguma. Fomos, porém, informados, com indizível pezar nosso, de que alli se fez bastante injuria aos nobres e generosos habitantes de Portugal, tratando-se de rebeldes por quererem recuperar os seus direitos e a sua representação: e em lugar de procurarem estreitar cada vez mais, em feliz concórdia, os preciosos vinculos que nos unem, teimário em se oppor obstinadamente á torrente da opinião geral, talvez pensando que as suas machinações seriam apoiadas pela força armada; mas esse ultraje feria tambem aos bravos e hourados militares da guarnição desta corte, que muito

(\*) Veja-se o decreto de 18 de Fevereiro de 1821.

(\*\*) Veja-se o decreto de 23 de Fevereiro de 1821.

(\*\*\*) Pessoas nomeadas para a commissão da junta creada pelo decreto de 18 de Fevereiro de 1821.

bem sabião que o primeiro dever de todo o homem, seja qual for a profissão a que pertença, é procurar a verdadeira felicidade da nação de que é membro, e disso derão a mais convincente prova pela promptidão com que se prestarão a coadjuvar a vontade geral deste povo.

« Um dos membros daquelle commissão accousou proferir que se devia bloquear Portugal, e obrigá-lo a força de armas a submeter-se aos antigos estabelecimentos politicos; porem, em opposição a tão abominavel parecer, dous illustres varões, tambem membros da mesma commissão, se mostrão com um nobre enthusiasmo, só proprio de verdadeiros portuguezes, ardentes defensores dos direitos do homem, sem contudo faltarem aquelle summo respeito que é devido á magestade da soberania real.

« Enquanto tudo isto se passava, crescendo sobremaneira a disposição geral, cinco dos nossos amigos e companheiros nesta tão arriscada, quão gloriosa empreza, que primeiramente se reunirão na tarde do mesmo dia 25 em casa do bacharel Marcellino José Alves Macambôa, onde costumavamos concorrer todos os dias, cheios de um fervor verdadeiramente constitucional, assentão em que, ainda mesmo a custa das proprias vidas, se deveria fazer jurar a constituição de Portugal no seguinte dia 26, e assim o jurão, o que, sendo propos o aos mais, á medida que foram comparecendo, foi por elles igualmente approvado e tambem jurado, sendo a formula do juramento a seguinte—Constituição de Portugal ou morte.

« O enthusiasmo com que isto se praticou é superior a toda a expressão, e desde logo passamos a executar tudo quanto existia em plano, começando por fazer naquella noite aviso aos diferentes corpos da guarnição desta corte do que pretendiamos obrar, já de antemão seguros da boa vontade de muitos officiaes.

« O major de cavallaria Antonio de Padua da Costa e Almeida, addido ao estado-maior do exercito do Brasil, foi encarregado de fazer o preciso aviso ao batalhão de infantaria n. 11 do exercito de Portugal, e se dirigio para esse fim ao major e mais officiaes daquelle corpo, que mui promptamente se prestarão a tão justo convite.

« Aquelle mesmo official, conhecendo os sentimentos liberaes de Francisco de Paula e Vasconcellos, major graduado do regimento de artilharia da guarnição desta corte, lhe deu parte da resolução tomada, e este benemerito militar, que não tinha bocas de fogo á sua disposição, comprometteu-se a reunir os soldados que pudesse e a marchar com elles, o que fielmente executou, e servirão para reforçar os dous corpos de artilharia montada, de que falaremos em seu lugar.

« O tenente Cypriano José Soares, commandante do destacamento de artilheiros, pertencente á divisão de Portugal, foi incumbido de convidar o batalhão de caçadores n. 3 da mesma divisão, o como sabia dos patrióticos sentimentos de que erão animados os majores graduados Francisco Peixoto de Magalhães Portugal e João Chrysostomo Corrêa Guedes, os capitães Joaquim Francisco de Sá e Vasconcellos e Julio Cesar Feio de Figueiredo, e os tenentes Antonio Alves de Sá Carneiro e José Maria de Sales Pereira, dirigio-se a todos estes, os quaes unanimemente prometterão de cooperar para tão justa e honrada deliberação, e disserão mais que responderão pela boa vontade dos mais camaradas.

« Igualmente sabedor o mesmo tenente Cypriano José Soares de adherirem ao systema constitucional os capitães da artilharia montada desta corte João Carlos Pardal e José Joaquim Januario Lapa, e o ajudante Luiz Antonio Bugalho, participou-lhes tambem a tenção que se havia tomado, e elles protestarão logo que havião tomar parte em tão santa causa.

« O major do batalhão de infantaria n. 11 da divisão de Portugal José Maria da Costa, sabendo que erão igualmente constitucionaes os sentimentos do major José da Silva Reis, commandante do corpo de artilharia montada do exercito de Portugal, tomou sobre si o fazer saber a este official o projecto meditado, o qual, apesar de estar gravemente enfermo, apenas foi de tudo instruido, passou a tomar as mais acuteladas medidas para enviar o dito

corpo do seu commando á hora indicada, como fielmente executou.

« Ao tenente do batalhão de caçadores desta corte Luiz de Souza Gama foi commettido o convidar os officiaes do seu respectivo corpo, para cujo fim se dirigio aos capitães Luiz Antonio do Rego, José Soares da Costa e Jose Netto de Carvalho, ao ajudante João Chrysostomo da Silva e aos tenentes Francisco José Mascarenhas, Pedro de Bittencourt Vasconcellos e José Pereira dos Santos, e teve a mui particular satisfação de encontrar a todos estes briosos officiaes unanimemente possuidos do melhor animo para a coadjuvação de tão gloriosa empreza, que protestarão seguir, e assim o cumprirão.

« O mesmo tenente Luiz de Souza Gama, senão-lhe reconhecerdo os honrados e liberaes sentimentos do ajudante do batalhão de infantaria n. 3 da guarnição desta corte João Henriques de Amorim, foi igualmente exigir a sua cooperação para o nosso projecto, o qual tambem se prestou com a melhor vontade e bom effeito.

« O major graduado de cavallaria da policia desta corte Manuel dos Santos Portugal, cujas ideas, esclarecidas pela luz da liberdade civil, o havião intimamente ligado ás nossas intenções, comprometteu-se solemnemente a apresentar-se com os soldados do seu corpo que lhe fosse possível reunir, o que desempenhou com dignidade e risco, pois sendo encontrado pelo seu respectivo chefe o brigadeiro Jose Maria Rebello, que era do partido avesso, este lhe estranhou o seu procedimento e se entureceu contra os soldados; mas o intepido e constitucional major, firme na sua resolução, soube animoso a seguinte voz: « Soldados, sigão-me os que quizerem; » e com parte delles se apresentou a hora e no lugar convençãoado.

« O major graduado Antonio Duarte Pimenta foi igualmente encarregado de convidar o regimento de cavallaria desta corte, o que supponmos faria com todo o zelo; porem é certo que aquelle regimento não se reuniu á mais tropa senão depois de postada a 1ª e 2ª linha na praça do Rocio.

« Depois de tudo assim disposto, os nossos amigos e companheiros nesta gloriosa empreza, que ansiosamente esperavamos, voltarão a dar-nos parte do bom exito de suas commissões, o que nos encheu de tão excessivo jubilo, que todos pareciamos inteiramente esquecidos da terrivel sorte que nos aguardava, caso abortasse o nosso plano; mas a Providencia manifestamente encaminhava e protegia todas as nossas operações.

« Entre as medidas que tomárão com a mais meditada circumspecção, alim de prevenir qualquer acontecimento triste que pudesse sobrevir, foi a principal a de precaver que a serenissima Princeza Real, que pelo seu estado de gravidez nos merecia o maior e mais justo cuidado, e por cujo bom successo faziamos incessantemente os mais fervorosos votos, tivesse o menor incommodo ou susto quando soubesse do repentino movimento das tropas, e para esse fim assentamos que a mesma serenissima senhora e seu augusto esposo o Principe Real fossem preventivamente informados do nosso projecto, e passou a ser encarregado de tão importante commissão o padre Francisco Romão de Góes, o qual na madrugada do sempre memoravel e faustoso dia 26 montou a cavallo, e partio para a real quinta da Boa-Vista, onde executou muito bem o que lhe foi incumbido, e chegou tanto a tempo que que SS. AA. Reaes ainda gozavam da suavidade do sono.

« Não succedia, porém, o mesmo a el-rei, que já havia sido informado da marcha da artilharia montada desta corte e da do batalhão de caçadores n. 3 do exercito de Portugal, pelo commandante deste corpo o tenente-coronel Thomaz Joaquim Pereira Valente e pelo alferes Francisco Avelino, os quaes á gloria de acompanharem aos seus irmãos de armas em tão nobre deliberação antepuzeram o ir denuncia-los, talvez no intuito de impedir ainda o seu honrado projecto! Que lastima, que delirio!

« Passemos agora á junção das tropas; o signal dado

para a sua reunião foi o tiro de peça do navio do registro do porto; e, apenas ouvido, o bravo batalhão de caçadores n. 3 do exercito de Portugal, commandado pelo seu major Antônio Garcez Pinto de Madeira, e a artilharia a cavallo desta corte, com seis peças, commandada pelo capitão João Carlos Pardal, forão os primeiros corpos que, no silencio da madrugada, entrãrão na praça do Rocio, que era o lugar convencionado, e logo se puzerho ambos em estado de defesa.

« Após estes forão chegando successivamente o batalhão de caçadores da corte, commandado pelo capitão Luiz Antonio do Rego, o de infantaria n. 8, também da corte, commandado pelo ajudante Joaquim Henrique de Amorim, a brigada de artilharia da divisão de Portugal, com tres bocças de fogo, commandada pelo tenente do mesmo corpo Luiz Alexandre Ferreira Nobre, o batalhão de infantaria n. 11 da mesma divisão, commandado pelo tenente-coronel João Corrêa Guedes Pinto, e com este batalhão o destacamento de artifices engenheiros, também de Portugal, commandado pelo tenente Cypriano José Soares.

« A parte do batalhão de infantaria n. 15, que não estava de guarda, commandada pelo seu coronel Antonio José Soares Borges, também veio unir-se á mais tropa, devendo-se a este batalhão a mui distincta cooperação de se conservar sempre em armas, e desde o referido tiro de peça até que a tropa se recolheu a quartéis.

« O regimento de artilharia da corte e o destacamento de Pernambuco, addido á mesma, veio commandado pelo major graduado Francisco de Paula e Vasconcellos, que, como já se disse, foi também convidado, e com a gente do seu commando reforçou os dous corpos de artilharia montada.

« Os mais corpos, aos quaes não se havia feito participação alguma, forão consecutivamente apresentando-se, e de toda esta exposição é prova o supplemento á gazeta n. 17 (\*).

« Ainda não estava inteiramente reunida a tropa, quando se apresentou o brigadeiro Francisco Joaquim Carreti, e sendo-lhe offerecido o commando da mesma tropa o aceitou promptamente, dando assim uma prova nada equívoca da adhesão que professava á causa common da nação.

« Poucos momentos depois appareceu S. A. R. o Principe Real, e logo que entrou na praça vazia, que a tropa havia formado, estando as embocaduras das ruas guardadas com peças de artilharia, mostrou um papel, que se dignou de ler: era um decreto datado de 24 de Fevereiro; e disse depois ao povo e tropa que alli se achava: Tudo está feito: a tropa pôde ir já a quartéis e os officiaes vão beijar a mão a meu augusto pai.

« Então o bacharel Marcellino José Alves Macanhão, que foi presente a todo o referido, vendo que o dito decreto não era terminantemente concebido nos termos desejados, possuido do mais profundo respeito, e pedindo venia, passou a representar ao mesmo Serenissimo Senhor que a vontade unanime do povo e tropa era que Sua Magestade jurasse a constituição que se estava organisando no reino de Portugal, sem outras restricções mais do que as que houvessem de ser feitas nas mesmas cortes, com os deputados deste reino do Brasil, vindo por esta fórma o mesmo augusto senhor a constituição tal que se fizesse em Portugal, ao que S. A. Real, com uma bondade e docilidade inimitaveis, se dignou de annuir, encarregando se de ser na real presença de seu augusto pai o interprete da vontade geral do povo e tropa; e, recebendo a lista dos novos ministros escolhidos para succederem aos então existentes, pario immediatamente para a real quinta da Boa-Vista.

« Passou-se no entretanto a convocar o senado da camara, que immediatamente se juntou na grande sala do

real theatro de S. João. S. A. Real voltou, com pouca differença, pelas 7 horas da manhã, e no meio do povo e tropa novamente se dignou a ler o decreto (\*\*), e cuja data de 24 attribuímos a puro engano, se nisso não houve occultas intenções.

« Subio depois para a mesma sala do referido real theatro, e apparecendo na varanda contigua leu alli pela segunda vez o mencionado decreto e a lista dos novos empregados (\*\*), também assignada por Sua Magestade, o que tudo foi ouvido com extraordinario prazer, e entre inumeraveis applausos e repetidos vivas á religião, a el-rei, ao Principe Real e á constituição.

« Seguiu-se consecutivamente o solemne juramento prestado pelo Principe Real em mão do Exm. bispo capellão-mór, primeiramente em nome e como procurador de seu augusto pai, e depois em seu proprio nome. Seguirão-se a jurar os novos ministros e funcionarios publicos, as autoridades ecclesiasticas, civis e militares, e um concurso numerozo de peccas de toda as gerarchias, que se forão successiva e espontaneamente apresentando, o que bem comprova o documento n. 7 (\*\*\*).

« Depois de tão solemne acto o povo e tropa, impacientes por gozarem da augusta presença de Sua Magestade, clamavão anciosos e em plena effusão do mais vivo jubilo por tão grande ventura, afim de tributarem a tão magnanimo monarcha as mais puras demonstrações de submissão, de amor e de sua exaltada gratidão, tão justamente devida ao incomparavel beneficio que acabava de conceder-nos.

« O Principe Real, que foi verdadeiramente naquella dia um anjo de paz que veio tranquillisar os animos perturbados, desvelado pela publica felicidade, e sem attender ao rigor de um sol ardente, tornou a regressar á real quinta da Boa-Vista, onde foi novamente representar a seu augusto pai os nobres e fiéis sentimentos que animavão a todos os habitantes desta corte.

« Serião 11 horas quando Sua Magestade chegou á praça do Rocio, onde foi recebido com os maiores applausos, tilhos do mais puro amor, do mais santo entusiasmo e da mais sincera gratidão. Então o povo, em um transporte de prazer inexplicavel, cercando o coche de Sua Magestade, e possuido daquella alta veneração e respeitoso amor, que tanto caracteris: os portuguezes para com os seus auxistos imperantes, deu signaes do aspirar a suave consolação de conduzir em seus braços a Sua Magestade para o seu real paço.

« A serenidade e aquelle sorriso de bondade paternal, que sempre resplandece no augusto semblante do mesmo senhor, fez ressoar novas vivas, e n'um momento, soltos os tirantes, foi o mais adorado dos soberanos, o immortal Sr. D. João VI, transportado como em triumpho ao largo do Palacio, entre as immensas aclamações de um povo agradecido e venturoso, notando-se em todos os semblantes as mais vividas sensações de um nunca sentido gosto.

« Depois, apparecendo Sua Magestade a uma das janelas do mesmo paço, dignou-se de dizer que approvava tudo quanto o Principe Real havia feito, ao que o povo respondeu com novas aclamações do mais verdadeiro regosijo.

« As tropas, que todas havião marchado após o coche de Sua Magestade, precedidas pelo Principe Real, já a esse tempo havião guarnecido o largo do Palacio, e depois de muitos e repetidos vivas á religião, a el-rei, a toda a real familia e á constituição que fizerão as cortes em Portugal, passárão a desfilar, e el-rei teve a bondade de dar a sua real mão a beijar a um concurso numerozo de pessoas de todas as classes, que tiverão a honra de

(\*) Veja-se o decreto de 24 de Fevereiro de 1821.

(\*\*) Veja-se a lista das pessoas que forão nomeadas para os empregos publicos.

(\*\*\*) Veja-se o auto do juramento.

(\*) Veja-se o supplemento da « Gazeta do Rio » n. 17.



comprimentar a Sua Magestade e a SS. AA. Reaes por um tão plausivel motivo.

« A' noite o mesmo augusto senhor, com toda a sua real familia se apresentou em grande estado no real theatro de S. João, levando, além da guarda de honra, outra, composta de officiaes generaes e superiores do estado-maior, em grande uniforme. O theatro estava elegantemente illuminado, e apenas corrida a cortina da real tribuna, appareceu Sua Magestade com toda a sua real familia, começaram os vivas, nascidos do mais exaltado regosijo, que durarão por grande espaço e que forão benignamente acolhidos pelas augustas pessoas a quem erão tão devidamente dedicados.

« Recitarão-se varios versos analogos a tão grande assumpto, a que se seguirão os merecidos applausos: tudo era entusiasmo e contentamento, e parecia que todos os espectadores estavam animados de um novo alento e de uma nova existencia. Que dia! que espectáculo! que ventura!

« Os habitantes do Rio de Janeiro, este povo verdadeiramente bom e sempre fiel aos seus deveres, não havia jámais gozado de uma scena de tão novo e maravilhoso prazer, nascido da doce esperanza que nos assegurava um futuro venturoso, e até concorria para realçar este quadro de tão singular felicidade e encolhimento com que apparecião esses miseraveis corripheus da antiga corrupção e systematica venalidade, sempre curvos a todas as deliberações do despotismo.

« Taes fóro os gloriosos e memoraveis acontecimentos do faustoso dia 26 de Fevereiro de 1821, dia em que se abriu á toda a grande familia portugueza, espalhada nas quatro partes do mundo, o aureo thesouro da independencia nacional, dia que será sem par nos venerandos annaes do luso Imperio.

« Não se pôde duvidar de que a nossa empresa offerencia grande risco; mas pela moderação prudencia e energia com que foi desempenhada nos tornámos digno della, e em toda a nossa linha de conducta tivemos sempre por divisa aquelle summo respeito, devido á sagrada pessoa de Sua Magestade, e o natural impulso de reconhecimento correspondente aos sentimentos de amor e de gratidão, gravados no coração de todo o subdito, sustentando por essa forma a honra e decóro que nos compete, como membros de uma nação illustre, generosa e grande, sempre fiel aos seus deveres, e digna dos mais altos destinos, aos quaes se elevará agora, escudada com a egide sagrada da nossa constituição, que será a obra immortal do augusto e soberano congresso nacional.

« Não era da nossa intenção escrever cousa alguma a este respeito, não só por conhecermos a nossa insufficiencia, mas até por nos convencermos de que muitas pessoas tomariam sobre si o instruir o publico de tão agradaveis acontecimentos. Obrigou-nos, porém, a romper o silencio que aguardavamos a inexactidão de noticias que vimos espalhadas em alguns periodicos, em um dos quaes (*Aurora Pernambucana* n. 5) até lêmos mentirosas accusações contra dous dos nossos referidos companheiros e amigos, e por isso não podemos deixar de manifestar por esta forma a nossa indignação e reprimir tão calumniosas allegações. »

OCCURRENCIAS DO DIA 26 DE FEVEREIRO, EXPLICATIVAS AO ARTIGO ACIMA MENCIONADO, EXTRAIDAS DE UMA CARTA QUE NESSA DATA FOI MANDADA PARA LISBOA.

Estando geralmente todos dispostos a alcançar a constituição, esta tardava muito, e os ministros cada dia irritavam mais o povo com suas determinações, conselhos de Estado e nenhum resultado. Tratou-se que o Principe Real iria á Lisboa, para o que apromptarão-se ás pressas a não D. João VI e mais tres fragatas; ficava a Princeza Real e o Principe ia escoteiro, e já nomeadas as pessoas que o haviam acompanhar, porém sem familias: tudo isto levou tempo, e a Princeza Real opposta a ficar, quiz acompanhar seu esposo no mesmo estado em que se achava.

Os conselhos de Estado servião; as opiniões, diferentes; porém qual o espanto quando a 23 se publicou o decreto de 18, e no mesmo dia outro creando a commissão, o que mais augmentou a indisposição contra os ministros.

No dia 25 ajuntou-se a commissão em casa do conde de Palmella, e o que se tratou ainda se ignora, e todos á espera de que os batalhões tomassem uma resolução; porém ninguém a esperou no dia 26, e se suppunha para o dia 1.º de Março: não aconteceu assim, porque os autores—Pimenta, padre Goes, Macambôa, major Antonio Duarte Pimenta, e majores dos batalhões 11 e 3 de caçadores—assentarão que nem mais um momento devião esperar, participando tudo aos officiaes dos corpos com quem contavão e se entendião (era opinião geral, e parece que verdadeira, que o Principe Real estava ao facto de tudo); por isso no dia 26, ás 2 horas da noite, partio do campo de S. Christovão o parque de artilharia, commandado pelo major Garcez, sem que o commandante do mesmo corpo o soubesse, pois appareceu ás 8 horas no Rocio, em procura do seu parque.

Junto com o parque veio a 1.ª companhia de caçadores n. 3, cujo batalhão estava aquartelado nos Lazeros, em S. Christovão; depois de ter partido começou a formar-se o resto do batalhão; a esse tempo acordou o commandante, sahio fóra e quiz embarçar a marcha, ao que respondeu o major Garcez que seus companheiros ao tiro da alvorada se haviam achar no Rocio, onde o esperavão, e que naquelle momento tinha recebido aviso; continuou o commandante Valente a oppôr-se: foi então preciso que o major Garcez, pondo-lhe ao peito uma pistola, lhe intimasse ou morrer, ou ser preso, ou seguir os companheiros; preferio no entanto a prisão: marchou o batalhão, chegando ao campo de Sant'Anna ás 3 horas e meia da noite.

Alguns officiaes do 15 tinham ido á meia-noite á Praia Vermelha buscar o resto do parque montado, chegando ao Rocio ás 4 horas; a 1.ª companhia de caçadores e o parque, vindos de S. Christovão, logo que chegaram ao Rocio tomáráo as boccas das ruas, com a artilharia carregada e mórões accesos, aonde se conserváráo até ás 10 horas na mesma posição.

As 2 da noite o batalhão n. 11 pegou em armas e munições, e, depois de prompto, o seu major mandou participar ao commandante que por subordinação lhe avisava que o batalhão ia jurar a constituição, e que se S. S. quizesse acompanhar, que o fizesse, quando não que ficasse; ao que respondeu o bravo commandante que o seu batalhão nunca marchava sem elle, e logo se pôz á sua frente, indo se encorporar no Rocio.

O n. 15 estava de guarda, e o seu major, ás 2 horas da noite, montou a cavallo, visitou todas as guardas, ordenando que se desse 60 cartuxos a cada soldado, e que no caso de rompimento se fossem todos reunir no Rocio ao resto do batalhão, onde acharião seus officiaes, que marcháráo ás 2 1/2 horas para alli, e o commandante, quando não achou a gente no quartel, ás 7 horas, tambem se foi unir a elle.

O batalhão de caçadores da terra (como designavão), que tambem era um bom corpo e bem disciplinado, estava ao cuidado de um capitão por se não poder contar com os superiores; por isso os officiaes subalternos, ás 3 horas da noite, acordáráo mansamente os soldados, e, com os officiaes que se achavão alli, marcháráo para o Rocio: ao tiro da alvorada estavam nesta praça o batalhão n. 11, parte do de n. 15, o de caçadores n. 3, caçadores da terra e artilharia montada, unicos corpos com que se contava.

Feita esta reunião, pretendião o já mencionados individuos mandar á Sua Magestade uma deputação expondo-lhe o que querião; porém, persuadidos de que o Principe appareceria, esperáráo, e logo que raiou o dia gritáráo: Viva el-rei, viva a constituição! Foi então quando se abrirão as janellas e gritáráo todos o mesmo: nesse momento appareceu S. A. o Principe Real, só acompanhado de um criado e quizerão aclamalo; porém elle gritou: Viva el-rei, viva a constituição que fizerem as côrtes de Portugal!



Já havia algum povo e se ia ajuntando mais tropa; apresentou então o Príncipe o decreto de 24, ficando tudo como estava, dizendo que tinha ordem do pai para jurar, ao que responder a tropa e o povo (ou para melhor dizer os que tinham arranjado tudo) que querião novos empregados, e apresentá-lhe a relação, tal qual foi aceita e publicada, ao que respondeu o Príncipe que ia ter com seu pai, que esperassem um pouco que immediatamente voltaria para prestar o juramento, e que no entanto se mandasse chamar a camara para a sala do theatro, o que se fez logo.

Erão 7 horas quando alguns officiaes andáram pela cidade dando vivas, e tudo em tanto socego que parecia não haver nada.

Voltou o Príncipe, leu o decreto do pai e a nomeação dos novos empregos, mostrando a todos a assignatura de el-rei, e no meio de vivas subiu á varanda do theatro, onde já estava a camara e o bispo capellão-mór, e adiante de todos prestou o juramento com grande animo e contentamento de todos, tendo nesse dia desenvolvido o que nunca se esperou, e crendo um amor publico assás grande, isto tudo concluido serião 10 horas, quando foi chegando o resto da tropa e milicias por ordem que dalli mesmo deu o Príncipe, apparecendo a brigada composta de officiaes e suas bandeiras, que foi muito applaudida; a essa hora mostrava a praça do Rocio um quadro interessante.

O Príncipe tinha de noite ordenado que o commandante da policia José Maria levasse preso em casa, onde se conservou.

Não contando os autores do acto com a cavallaria, e até desconfiando, puzeram-lhe um varque carregado de fronte do quartel para os não deixar formar, o que depois fizeram por ordem do Príncipe.

Emquanto a tropa dava o juramento o Príncipe montou a cavallo e disse que ia buscar seu pai (tendo morto neste dia tres cavallos), o qual appareceu serião 11 horas, estando a camara á espera; passou por entre a tropa em meio de vivas a el-rei e á constituição: tirá-lo lhe as bestas da carruagem, sendo puxado até palacio pelo povo, onde continuáram os applausos; voltando o Príncipe ao Rocio, entrou no largo do Paço á frente da tropa.

Seguirão-se as continências; e depois disse el-rei, da janella, em alta voz, ao povo e tropa: Approvo tudo quanto meu filho fez hoje no Rocio; continuáram os vivas e mais applausos, e desfilou a tropa em frente do palacio, aonde estava a familia real, recolhendo-se a seus quartéis sem que houvesse a menor novidade.

No theatro se fez logo uma subscrição voluntaria a favor da tropa de 1.ª linha, e dentro em hora e meia se achava em caixa, alli mesmo, 30:000\$, que continuava para no oitavario ser repartida.

Salvou a esquadra a hora e meia da tarde, e as fortalezas, que já o tinham feito, repetirão novamente. Houve luminarias em toda a cidade, e espectáculo a que assistio el-rei e toda a familia real; houverão poesias e discursos, e um acabou dizendo: *Ontem escravos, hoje Romanos*, o que o povo não gostou muito, e assim finalizou o memoravel dia 26 de Fevereiro.

Em 27, nada de novo; tudo em socego: continuáram as luminarias, salvas pelas fortalezas e esquadra embandeirada e espectáculo.

Em 28, ás 10 horas da manhã, foram ao rei pedir a liberdade da imprensa para poderem escrever, e a camara pediu a demissão de outros empregados.

Foi despachado major-general da esquadra o Farinha. O filho do José Maria da policia, que commandava a cavallaria no Rocio no dia 26, foi mandado ás 9 horas para a casa, tomando o major Santos o commando.

DEPOIS DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 1821 APARECEM IDEAS REPUBLICANAS, E SÃO PRESOS VARIOS INDIVIDUOS COMO CONSPIRADORES.

Em seguida aos acontecimentos do dia 26 de Fevereiro de 1821, no Rio de Janeiro, se descobriu uma conspiração, que tinha por objecto o estabele-

cimento de uma republica no Brasil. Varios conspiradores, dos quaes alguns erão funcionarios publicos, favorecendo-se do entusiasmo e effervescencia do povo, aproveitáram o ensejo para a conspiração, e, descobertos, foram presos alguns e recolhidos á fortaleza de Santa Cruz, e outros para evitarem a prisão occultáram-se.

O rei, tendo declarado pelo decreto de 7 de Março, que devia voltar para Lisboa, na noite do dia 9, annunciou no conselho de ministros que tinha mudado de resolução, e que a sua determinação de ficar no Brasil havia sido tomada em consequencia de uma conferencia que tinha tido com o ministro dos negocios estrangeiros. O rei no mencionado decreto manifestou a sua resolução de partir com sua familia, deixando o Príncipe Real D. Pedro de Alcantara na regencia do reino do Brasil. Por outro decreto declarou el-rei a sua determinação de embarcar immediatamente para seus dominios da Europa.

No entanto Targini, juiz da alfandega, foi preso como conspirador; o mesmo aconteceu a *Lutz José de Carvalho, João Severiano Maciel da Costa e Izidoro Francisco Guimarães*. O almirante Rodrigo Pinto Guedes, tendo fugido para Iguaçu, foi preso em casa do brigadeiro Genelli pelo coronel Manoel José de Moraes.

O ex-ministro Thomaz Antonio, que perseguia os conspiradores, para se livrar da sanha e furia do povo, fugio para Santa-Cruz, onde esteve occulto, e o rei, com o fim de o salvar, concedeu homenagem a Targini, e por fim Sua Magestade perdoou a todos que commetterão tal crime contra a sua real pessoa e as instituições do Estado; e, acrescenta o documento que tenho á vista, que o conde de Palmella e Felisberto Caldeira embarcáram para a Inglaterra.

Estes factos se derão no Rio de Janeiro, e não tomáram vulto porque o rei, por sua bondade, não quiz perder a ninguém.

Conversando eu no senado sobre este assumpto com o duque de Caxias, em presença dos senadores barão de Pirapama e desembargador Firmino Rodrigues Silva, nos disse S. Ex. ser este facto verdadeiro e seu contemporaneo, e nos contou varias circumstancias que omitto.

O decreto, que abaixo transcrevo, justifica este acontecimento, que passou entre nós sem especial menção, attentas ás circumstancias e ás preoccupações da trasladação da corte portugueza para Lisboa; o decreto, bem que desbotado em suas feições, deixa transluzir os planos que então existião.

#### Decreto

\* Chegando ao meu real conhecimento que homens perversos, e amotinadores do publico socego, abusando do entusiasmo, que em todas as classes de habitantes desta capital havia excitado o memoravel dia 26 de Fevereiro proximo passado, andavam suscitando, por via de obscuras machinações, odios populares contra varias pessoas, assignando-se já como primeiras e immediatas victimas de seu desenfreado furor os desembargadores do paço Luiz José de Carvalho e Mello e João Severiano Maciel da Costa, e o almirante Rodrigo Pinto Guedes; mas não sendo possível averiguar na estreiteza do tempo, em que se denunciava dever-se executar tão horroroso attentado, quaes fossem os meios premeditados para o pôr em execução; não sendo por isso possível tomarem-se repentinamente as necessarias cautelas

para com certeza prevenir um acontecimento, que por si só não podia deixar de comprometter a publica tranquillidade, ainda quando se não achasse ligado a um mais vasto plano de assassinios: houve por bem ordenar instantaneamente por real decreto de 3 do corrente mez, dirigido immediatamente ao general governador das armas da corte e provincia, que fizesse pôr em custodia as tres acima mencionadas pessoas, afim de que, subtraídas por esse modo a qualquer sinistro e inopinado projecto de seus inimigos, perturbadores do socego desta capital, se podesse averiguar e acutelar pelas adequadas providencias, a que immediatamente foi servido mandar proceder, as intentadas machinacões, tanto contra a vida daquelles meus fieis vassallos, como contra a publica tranquillidade.

«Tendo-se, porém, conseguido descobrir mallograr as occultas tramas, com que ameaçavam as vidas dos cidadãos, a segurança do estado, e não existindo mais o justo receio de que os tres mencionados detidos sejam inopinadamente atacados, antes que a força publica possa acudir em seu soccorro, e prevenir as incalculaveis consequências de um motim; sou servido ordenar que os referidos desembarcadouros do paço *Luiz José de Carvalho e Mello* e *João Severiano Muciel da Costa*, bem como o almirante *Rodrigo Pinto Guedes*, possam voltar para o seio de suas familias, e entrar no exercicio de seus empregos, não tendo sido delles removidos por crimes, erro, suspeita ou accusação alguma, porém sim e tão somente por effeito daquella paternal e providente protecção, com que me cumpre acutelar pelos meios mais promptos e efficazes, quanto de algum modo pôde comprometter o publico socego, e a segurança de cada um dos habitantes do meu reino.

«*Silvestre Pinheiro Ferreira*, do meu conselho, e meu ministro e secretario de Estado dos negocios estrangeiros e da guerra, o tenha assim entendido e expeça as ordens necessarias. Palacio da Boa-Vista, em 16 de Março de 1821. — Com a rubrica de el-rei nosso senhor.»

#### PHYSIONOMIA DO RIO DE JANEIRO DEPOIS DA PARTIDA DO REI PARA LISBOA, E QUALIDADES DESTESOVERANO

A partida da corte portugueza causou grave sensação em toda esta bella cidade do Rio de Janeiro, e toda ella apresentava um aspecto de tristeza, que parecia conter em si a incerteza do futuro que a fazia reflectir no presente.

As operações commerciaes afrouxáram consideravelmente. As obras publicas e particulares perdêrão aquella actividade, com que até então se distinguão. Os espectaculos forão abandonados pelos seus antigos concurrentes. Todos temião o presente e receiavam o futuro, e cada um tratava de se pôr a coberto das eventualidades, apurando o que tinha para se pôr a salvo em occasião opportuna.

As especies metallicas, já diminuidas pela quantidade de moedas circulantes, de ouro e prata em barras e em obras que forão na esquadra, começáram a ser de dia em dia mais procuradas e mais raras. Pôde dizer-se que o Rio de Janeiro, com a partida do rei, ficou como uma familia que perde o seu chefe, e não sabe ainda qual será o seu destino. O rei D. João VI era geratimente amado pelos brasileiros, porque era elle naturalmente bom e compassivo; desvelava-se em assegurar a sorte das familias quando ellas tinham a desgraça de perder seu chefe.

Era elle mesmo que previa o modo de soccorrer á viuva do empregado publico, o de empregar o filho, quando elle se achava na circumstancia de o ser, no lugar vago que ficava pela morte do pai.

Tudo isto fazia sem ostentação, e de um modo

tão agradável e compassivo, que parecia mais o pai de uma familia do que o rei de uma nação. Quando salvava uma vida ou fazia um beneficio era para elle um dia de satisfação. O seu contentamento manifestava-se então com todos com quem fallava naquella dia, porque a todos queria elle comunicar aquelle prazer.

D. João VI não tinha uma grande illustração, mas tinha muito talento e feliz memoria para os negocios, e muito amor pelo trabalho. Amava a justiça, e se alguma vez avantajava nos seus despachos a predileção pessoal era quando esses despachos não prejudicavam a terceiro, porque, se prejudicavam, esse terceiro era infalivelmente indemnizado antes mesmo de o requerer.

A grande memoria que tinha e a experiencia lhe valião em muitas occasiões, senão para decidir as questões, ao menos para mostrar aos seus conselheiros que elle não era alheio aos negocios. Com todas estas bellas qualidades tinha um defeito, que as destruía pela raiz sem elle o querer.

Era dominado pelo medo: por outro lado, nm falso principio religioso prejudicava a sua intelligencia. Entendia que, se não seguisse o voto dos conselheiros da corôa, tomava para com Deos sobre si a consequencia do negocio sobre que deliberasse pela sua vontade. Era por isto que elle mandava sempre pôr em execução o voto dos conselheiros em contradição ao seu, que muitas vezes era o melhor.

D. João VI teve um reinado muito agitado. O seu caracter soffreu muito com as agitações e infellicidades do seu reinado. Não era feliz no centro da sua familia; pelo contrario, foi do centro della que nascêrão os seus maiores desgostos. A conspiração do Alfeite, movida em 1803 por sua propria mulher para lhe tirar a regencia, influio tanto sobre elle, que lhe tirou a saude e o pôz quasi em estado de alienação mental.

A princeza conspirava contra seu marido para lhe tirar o poder, e por outro lado o enchia de desgostos domesticos da natureza daquelles que os homens soffrem, mas que não perdoão. Todos estes infortunios erão ainda uma razão para que o bondoso povo brasileiro se interessasse pela victima que amava.

D. João VI retribuía este amor, interessando-se muito pelo Brasil, cuja grandeza elle comprehendia perfectamente. Veio enfermo, e no Brasil gozou de tão boa saude, que em 13 annos que nelle residio nem um só dia esteve de cama. O seu governo no Brasil foi socegado; não passou pelas tribulações em que esteve em Portugal. Foi muito considerado e respeitado por todas as côrtes da Europa e de todos os governos da America Meridional.

Conflava tanto nos brasileiros, comprehendia tão bem a sua posição na America, que se preparava para ser o arbitro della; e para justificar o que digo, um dia, lhe perguntando o seu ministro o que queria que se respondesse ás grandes potencias europeas, que exigião que Sua Magestade restituísse Montevidéo á Hespanha, respondeu D. João VI: — diga que *ji não estou na Europa*.

O PRINCEPE REGENTE MANDA PROCEDER ÁS ELEIÇÕES PARA DEPUTADOS Á CONSTITUINTE DE LISBOA

O Principe depois de varias providencias que tomou, principiou a fazer economias nas despesas

publicas, e principiou muito bem, porque foi nas despesas da sua casa que elle deu os maiores e mais profundos golpes. O Sr. Varnagen, na sua *Historia do Brasil*, diz, que o Principe reduzira a despeza da sua casa á insignificante quantia de 1:600\$. A carta do Principe a seu pai, com a data de 17 de Julho de 1821, diz o contrario.

As despesas da casa real continuárão a serem feitas pelo thesouro, muito reduzidas, porém, porque o Principe assim o quiz. O conto e seiscentos mil réis, de que falla o Sr. Varnagen, é a quantia que o Principe reservou para as despesas do seu bolsinho particular. O Sr. Varnagen confundio, portanto, as despesas do bolsinho com as despesas da casa real.

O Principe achou nas cavallarices de seu pai 1.200 animaes, e para o seu serviço só conservou 156. Na ueharia a redução foi grande. Destinou o paço da cidade, que estava deshabitado depois da partida da corte, para as secretarias de Estado e outras repartições publicas, que estavam até então em casas de aluguel. Não poupou occasião de reduzir as despesas sem prejuizo do serviço.

Mandou proceder ás eleições de deputados para Lisboa pela provincia do Rio de Janeiro. Dava ella cinco deputados tão sómente. Aconteceu então o contrario do que hoje acontece: ninguem queria ser deputado. Houve tambem cabalas nessa eleição, mas forão ellas para não ser-se eleito. A razão que davão as pessoas que erão escolhidas era: *Não posso aceitar, porque julgo que poderia ser mais util aqui do que lá*. Ninguem dizia mais do que isto, e todos tacitamente se entendião.

Os brasileiros sensatos do Rio de Janeiro entendião que o estado presente era falso e que havia de ser forçosamente substituido por outro. Qual fosse elle todos o presentião, mas ninguem o divulgava. Neste estado de cousas decidio-se que se elegeisse para deputados brasileiros que já se achassem em Portugal. Os eleitores portuguezes facilmente concordárão com esta opinião. Entendêrão que os brasileiros que residião em Portugal tinhão idéas mais portuguezas do que os brasileiros que para lá fossem commissionedos.

Concordárão, pois, entre os eleitores que se elegessem brasileiros já residentes em Portugal. Os dous primeiros nomes em que todos concordavão forão o de José Joaquim de Azeredo Coutinho, inquisidor-mór, e D. Francisco de Lemos, bispo-conde e reformador da universidade de Coimbra, ambos naturaes do Rio de Janeiro. Approvou-se tambem a Luiz Martins Bastos, natural do Rio de Janeiro e irmão do bispo de Pernambuco Fr. Antonio de S. José Bastos, e de outro frade de S. Bento Fr. Manoel Bastos, influindo muito este para que o irmão fosse eleito.

Os eleitores portuguezes tinhão por seu candidato o Dr. Luiz Nicoláo Fagundes Varella, tambem natural da cidade do Rio de Janeiro e nella residente, e não admittia a opposição que este fazia a ser eleito.

Não havendo em Portugal mais fluminenses onde escolher, os eleitores brasileiros concordárão na eleição do Dr. Luiz Nicoláo Fagundes Varella, que era tambem eleitor. Faltava o quinto deputado a eger. Era uma difficuldade a vencer; porém o eleitor capitão-mór José Joaquim da Rocha, enten-

dendo-se secretamente com os companheiros vendeu essa difficuldade, elegendo-se para deputado João Soares Brandão.

Completa a deputação passava-se a eger os supplentes e forão eleitos Francisco Villela Barbosa (depois marquez de Paranaguá) e Ledo, medico no Porto, irmão de Joaquim Gonçalves Ledo, que era eleitor. que muito figurou depois nos negocios da independencia. Estes dous ultimos supplentes substituirão logo aos dous deputados prelados, que ambos fallecerão depois de eleitos.

O bispo de Coimbra não chegou a ir á camara; o inquisidor-mór Azeredo Coutinho só uma vez lá foi, e nessa distinguio-se por um discurso tão veementemente sobre as cousas do Brasil, que fez profunda impressão no congresso, nas galerias e na cidade. Adoeceu no dia seguinte ou mesmo naquella noite e falleceu. A morte deste eloquentissimo prelado foi attribuida a um erime, segundo se disse.

#### DESAVENÇAS ENTRE O CONDE DOS ARCOS E O CONDE DE LOUZAN

Pouco tempo depois da partida do rei apparecêrão desavenças entre os dous condes de Louzan e dos Arcos, influentes no governo, e de tal fórma foi a cisão, que não podia mais haver conciliação entre elles. O conde dos Arcos queria o Brasil para o Principe e para si; o conde de Louzan queria o Brasil para Portugal tão sómente. Estava tão aferado a esta idéa, que julgava possivel e mesmo natural a realização della.

O conde de Louzan era tão curto de idéas, como vaidoso ou presumido de financeiro, sem que disso tivesse a menor idéa. Concebeu o treloncado projecto de não empregar mais brasileiro algum em lugar publico de importancia. Não fazia disto segredo; pelo contrario tinha certa vaidade em o manifestar.

Fallecendo no dia 9 de Maio de 1821 o administrador da alfandega, o filho deste, um dos mais distinctos empregados della, entrou no numero dos pretendentes ao lugar de seu pai, e foi por fim despachado; e indo agradecer ao Principe Regente, este, com a franqueza que o caracterisava, lhe disse: «Agradeça, que fui eu só a seu favor; todos os ministros lhe forão contrarios. Eu o despachei, porque espero que sirva com o mesmo interesse e honra com que servio seu pai.»

O novo administrador da alfandega foi em seguida agradecer ao conde de Louzan. Este, com um modo brutal, lhe disse: «Vá agradecer ao Principe, que foi quem o despachou, contra a minha vontade; a mim não, que fui contra o seu requerimento, que não approvava a sua nomeação, nem approvarei a de nenhum outro brasileiro para officio de tanta importancia.»

O conde de Louzan empenhava-se para que o lugar requerido fosse dado a João da Rocha Pinto, natural do Porto. A divergencia de principios entre os dous condes foi levada ao conhecimento da tropa portugueza, e esta, como era natural, e já desesperada pelo que experimentava, seguiu a opinião do conde de Louzan e prestou a este toda a sua força para se desfazer do conde dos Arcos.

Os meios não erão legaes, mas erão aquelles que

estavam em voga, e que desgraçadamente o Príncipe e a população desta grande cidade e provincia não faziam resistencia.

O conde de Louzan foi um liberal exaltado quando appareceu a revolução do Porto. Tornou-se depois absolutista, e foi um dos mais exaltados no reinado de D. Miguel, de quem foi ministro da fazenda. D. Miguel disse em Roma ao Sr. conselheiro Drummond, quando ministro alli, que o conde de Louzan, pela sua exaltação, pela sua vaidade e pela sua ignorancia, muito tinha contribuido para a perda da sua corôa como rei de Portugal. Isto me communicou verbalmente o mesmo Sr. conselheiro Drummond.

#### EPISODIOS DO DIA 5 DE JUNHO DE 1821

Em fins de Maio de 1821 chegarão ao Rio de Janeiro as bases da constituição, decretadas pelo congresso de Lisboa; e nestas bases expressamente se declarava que ellas não erão obrigatorias para o Brasil emquanto não fossem pelos seus deputados approvadas em côrtes. O Príncipe Regente entendeu que esta clausula desobrigava por emquanto ao Brasil de prestar juramento ás referidas bases da constituição. Os deputados do Brasil ainda se não achavão no congresso. Demais o Brasil já havia prestado juramento á constituição, tal qual o congresso a fizesse.

Este juramento prévio, posto que nullo em direito, porque ninguem pôde jurar observancia daquillo que não sabe nem conhece, fazia todavia desnecessario outro qualquer juramento, ainda quando as bases da constituição expressamente não declarassem que a constituição que por ellas se fizessem não era obrigatoria para o Brasil, emquanto não fosse approvada pelos seus deputados no congresso.

O conde de Louzan entendeu diversamente. Suppunha que esse desnecessario juramento sujeitava ainda mais o Brasil a Portugal. Queria que no Brasil não houvesse acto algum espontaneo, que não houvesse livre arbitrio em cousa alguma e que os brasileiros se habituassem bem a receber tudo feito em Portugal. Era por estas razões que elle sustentava o seu parecer para se prestar juramento ás bases da constituição.

O conde de Louzan, vendo-se batido no ministerio, recorreu á tropa. Esta começou desde logo a gritar pelo juramento ás bases da constituição. O Príncipe Regente foi informado de que se tramava uma conspiração militar para o obrigar com as armas nas mãos a prestar juramento ás bases da constituição. Tentou conjurar este novo acto de insubordinação da tropa portugueza. Fallou a este respeito aos principaes chefes della, e todos elles certificarão ao Príncipe Regente que era falso o boato que tinha chegado aos ouvidos de Sua Alteza, que elles não tinham tal intenção e nem jámais praticarão semelhante acto de insubordinação. O Príncipe Regente não acreditou muito no juramento de taes officinaes; ficou, porém, menos preocupado a respeito dos acontecimentos que se preparavão.

O Príncipe estava de boa fé a respeito do conde de Louzan. Não o suppunha capaz de tentar nas trevas. Pela madrugada do dia 4 de Junho de 1821

partio para a fazenda de Santa-Crur. Lá no meio das suas occupações administrativas, a lembrança de que a tropa portugueza podia fazer, apesar das promessas dos seus chefes, o preocupava sem cessar.

A's 11 horas da noite do mesmo dia 4 montou a cavallo e partio para a côrte. A's 5 horas da manhã do dia 5 já estava nos quartéis do batalhão n. 3 de caçadores, situado no campo de S. Christovão. Suspeitou logo que se tramava alli uma conspiração, e que era no aposento do capitão Sá que se reunião os conspiradores. Fallou a este capitão, que dissimulou ao principio e exaltou-se depois com as palavras mais desabridas que o Príncipe lhe dirigio.

Sua Alteza ainda não tinha dado costas ao quartel já o batalhão pegava em armas. Das 9 para as 10 horas da manhã desembocava elle, ao passo de marche-marche, na rua Direita, vindo pela rua de S. Pedro. Ao approximar-se á alfandega, indo sempre no mesmo passo, os soldados começaram a carregar as espingardas. Duas dellas dispararão em frente á alfandega.

Este acto pôz aquella populosa e pacifica rua do commercio na maior consternação. Os negociantes corrião para suas casas alim de pôr a salvo os capitães que pudessem de um saque da tropa, que a todos parecia inevitavel. No entanto o batalhão continuou a sua marcha, e foi fazer alto no largo do Moura, em frente ao quartel do 11 de infantaria. Este pegou em armas e marcharão. Forão ao quartel de artilharia na praia de D. Manoel, e lá fizeram outro tanto. Marcharão estes tres corpos para o Rocio.

O batalhão 15 de infantaria, que estava até então divergente, vendo que a maioria estava da outra parte, marchou tambem, e lá se foi reunir com ella. Ao entrar no Rocio foi recebido com numerosos vivas da dos pelos tres corpos que já lá se achavão.

Informado o Príncipe do que estava occorrendo, montou a cavallo e veio ao Rocio. Ao chegar reunio os chefes e perguntou o que é que elles querião. Responderão: « Queremos jurar as bases da constituição. » O Príncipe replicou: « Jurar as bases da constituição a pontas de bayonetas é cousa intolleravel. »

Um padre portuguez, de nome José Narciso, que tinha sido capellão do conde de Villa-Flôr (depois duque da Terceira), que estava presente, junto aos officiaes, disse ao Príncipe—« que elle era o procurador do povo; que o povo queria jurar as bases da constituição, demittir o conde dos Arcos e nomear um governo provisorio, e que a tropa unanimemente o apoiava neste sentido, e estava alli para sustentar e fazer effectiva a vontade do povo. »

A' vista de taes argumentos o Príncipe disse que elles querião tanta cousa, que se não podião fazer todas na praça ou meio da rua; que elle subia para a sala do theatro de S. João, e lá se trataria desses negocios.

Reunido o Príncipe com os chefes dos corpos, alguns officiaes mais, e o improvisado procurador do povo, Sua Alteza disse, pois, que se era em nome do povo e da tropa que se fallava elle mandava chamar os eleitores que acabavão de eleger deputados, por serem estes os mais legitimos órgãos da vontade do povo, do que o padre José Narciso, e que



mandava tambem chamar a tropa brasileira assim de que, rouvidos, dissessem o que querião, e que pedissem tudo de uma vez, porque elle não comparceria mais a outro chamado.

A pouca tropa brasileira que havia acudio ao chamado; poucos eleitores comparecerão, e estes ou erão portuguezes ou brasileiros daquelles que espreitavão occasião de melhorar de posição. Os tres pedidos feitos pelo padre José Narciso forão renovados e quasi unanimemente approvados.

Poucos ousarão votar contra o que a força armada estava alli impondo. E se o Principe Regente se submetten á vontade de tão infame ajuntamento não era muito qua pessoas collocadas em posição infinitamente inferior fizessem outro tanto. A tropa brasileira foi testemunha muda de toda aquella scena. Era pouca e não tinha munições de guerra, enquanto que a portugueza estava bem municada, tinha espingardas carregadas e artilharia com os mórões accessos!

#### PRISÃO DO CONDE DOS ARCOS NO DIA 5 DE JUNHO DE 1821

O conde dos Arcos, que representava um papel importante nos negocios publicos em favor do Brasil, entenderam que, para accelerar os movimentos da independencia, devia dar como partidos do gabinete do Rio alguns actos do governo de Lisboa. A tropa portugueza, que vivia desprezada por todas as classes da sociedade, pelas hostilidades que praticou do dia 21 de Fevereiro de 1821, disparando tiros para dentro do edificio da praça do commercio, tendo grandes ciumes do que via o ministro conde dos Arcos praticar, para se rehabilitar, incitada pelo conde de Louzan, a pretexto de novamente jurar-se as bases da constituição, julgou conveniente pegar em armas e se apresentar em caracter hostil e revolucionario; e sendo aquelle ministro na reunião do theatro logo demittido foi em seu lugar nomeado o desembargador da casa da supplicação Pedro Alvares Diniz. Foi escolha do Principe.

Decretou-se o juramento da constituição e a criação de uma junta provisoria, cujos membros forão alli tumultuariamente indicados. Tambem se formou uma especie de junta com dous membros assistentes ao tenente-general Jorge de Avilez, commandante das armas da corte e provincia do Rio de Janeiro.

A tropa portugueza não estava naquella occasião de boa harmonia com o general Jorge de Avilez, e era contra elle que se articulava as maiores queixas. Estas queixas erão um pretexto. O Principe para o anticipar mandou dizer a Jorge de Avilez pelo ministro da guerra Caula que pedisse a sua demissão, assim de acalmar os animos agitados. Jorge de Avilez obedeceu; mas, chegada a occasião, a tropa não quiz que a demissão se effectuasse; arranjou isso com a commissão da junta do governo das armas.

O decreto da criação da junta provisoria não lhe designava attribuições. Ella não sabia nem como devia fazer a sua reunião, e nem o que lhe competia fazer na qualidade de junta provisoria.

Apezar da nomeação desta junta o Principe continuou a governar. A junta morreu por si mesmo

sem nada fazer de bom ou de máo. Durante a sua existencia informou alguns requerimentos que lhe mandava a secretaria de Estado. Os tribunaes nunca fizerão caso della nem lhe reconhecerão a legalidade.

A tropa marchou para a casa do conde dos Arcos (hoje paço do senado) no campo de Santa Anna ou da Acclamação, e nos mesmos trajes domesticos em que o acbárão, ao cabir da noite, o levárão preso para bordo do brigue *Treze de Maio*, assim de o fazer seguir para Lisboa.

O Principe Regente foi muito censurado por não ter empregado os meios de repellir tamanha violencia, vendo passar o seu amigo e seu ministro de Estado, preso, no meio de uma escolta, com sua filha, naquelles trajes, como se fôra o illustre conde dos Arcos um facinora ou bandido.

O nobre conde dos Arcos e sua filha, recolhidos presos a bordo, sahirão para Lisboa com escala pela Bahia no dia 10 de Junho, no brigue *Treze de Maio*, sendo o seu commandante o 1º tenente Manoel Pedro de Carvalho.

A *Gazeta do Rio de Janeiro*, contando todas as peripecias do dia 5 de Junho, narra os factos do modo seguinte:

« Tendo-se divulgado nesta corte desde o fim de Abril, tanto pelo diario da regencia de Lisboa, como pelo das cortes celebradas naquella capital, as bases sobre que se ha de estabelecer a constituição politica portugueza, já sancionadas, e mandadas jurar e observar como lei fundamental pelas mesmas cortes, o povo e a tropa da guarnição desta cidade, que havião solememente jurado a constituição que aquellas cortes fizessem, julgárão que, tendo prestado aquelle juramento a toda a constituição, tambem se entendia a respeito das bases que fazião uma parte essencial da mesma, e como S. A. Real, o nosso benignissimo Principe Regente, havia promettido anticipar aos povos deste reino todos os beneficios da mesma constituição, julgárão que no numero destas vantagens affiançadas pela sua real palavra se devia comprehender o effectivo juramento; e por isso, todos reunidos na grande praça do Rocio desta corte, dirigirão á presença augusta de S. A. Real uma deputação encarregada de manifestar ao mesmo augusto Senhor estes sentimentos tão patrioticos, e tão dignos da sua real e providentissima attenção. do que resultou vir S. A. Real áquella mesma praça, e tendo subido á grande sala do real theatro de S. João, e sendo alli mais particularmente informado dos votos do povo e tropa, se dignou de annuir a tão justa representação, não só permittindo que se jurassem as ditas bases, mas sendo S. A. Real o primeiro que as jurou.

« E porque o povo e tropa tinham provas publicas de que a demora daquelle juramento era devida á influencia do conde dos Arcos, ministro e secretario de Estado dos negocios do reino e estrangeiros, igualmente rogárão a S. A. Real houvesse por bem remover o dito ministro daquelle emprego, supplicando-lhe ao mesmo tempo que se dignasse de permittir a eleição de uma junta, que tivesse por objecto examinar qualquer lei que alguma urgencia de publica administração tornasse indispensavel, assim de subir á real assignatura depois de visto e approved pela referida junta, a qual é responsavel pela sua conducta activa e passiva ás cortes de Lis-



boa; e outrossim fosse servido permittir que se elegessem dous officiaes generaes adjuntos ao despacho e expediente do general das armas desta corte e provincia; o que tudo foi generosamente concedido pelo mesmo augusto Senhor, com animo e benignidade verdadeiramente real, dignando-se nomear para ministro e secretario de Estado em lugar do conde dos Arros o desembargador do paço Pedro Alvares Diniz, e ordenando se convocassem os electores da comarca, que elegêrão os deputados para as côrtes, para que, com a presidencia da camara e concurso de dous officiaes de cada corpo da 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> linha da guarnição desta corte, elegessem os membros de que se deveria compôr a referida junta.

« Findo este acto, os officiaes, que tinham sido nomeados pelos seus respectivos corpos para a eleição dos membros daquella junta, elegêrão para adjuntos ao governo das armas os brigadeiros Verissimo Antonio Cardoso e Francisco Saraiva da Costa Refoios.

« A' noite se dignarão S. A. R. o Principe Regente e S. A. Princeza Real, acompanhados da corte, honrar com a sua augusta presença o real theatro de S. João, onde se derão repetidos vivas á religião, á constituição, a Sua Magestade e S. A. R. o Principe Regente, e a toda a real familia. Cantou-se o hymno constitucional, composto por S. A. Real, e recitárão-se varios versos allusivos ás repetidas demonstrações de beneficencia, que o mesmo benignissimo Senhor nos tem prodigalizado, mostrando-se em tão vivos applausos o regoijo publico.

« Seguiu-se a representação de uma peça de musica e uma elegante dança. Quasi todos os moradores da cidade illuminarão espontaneamente as frentes das suas casas.

« No dia 7, ás 9 horas da manhã, appareceu S. A. R. o Principe Regente, com todos os ministros, em uma das salas do paço, e alli concorrêrão os membros da junta provisoria, e prestárão o devido juramento nas mãos do Exm. bispo diocesano capellão-mór, em presença do senado da camara, do exercito e do povo. Houve illuminação espontanea em toda a cidade, e dignando-se S. A. Real honrar com a sua augusta presença o real theatro de S. João, foi alli applaudido com muitos vivas e obras poeticas.

« Relativamente ao acontecimento acima expellido se publicárão os seguintes diplomas:

#### Decreto

« Desejando em tudo satisfazer aos vassallos do rei, meu Senhor e pai, e concorrer para o bem geral, que é e tem sido o meu particular desvelo, determino, por justas e bem attendíveis razões que me forão ponderadas pelo povo e tropa desta cidade, que os ministros e secretarios de Estado continuem a despachar com a minha real pessoa, conforme mandão as instrucções de 22 de Abril, que meu augusto Senhor e pai me deixou, e crear uma junta provisoria, composta de 9 deputados escolhidos de todas as classes, perante a qual os sobreditos ministros e secretarios de Estado verifiquem a sua responsabilidade, que lhes é imposta pelo

art. 31 das bases constitucionaes portuguezas. Esta junta será responsavel ás côrtes convocadas na muito nobre e leal cidade de Lisboa pela sua conducta activa e passiva.

« Determino, outrossim, que todas as leis, que pela necessidade publica eu fôr obrigado a fazer, sejam remettidas em projecto pelos ministros e secretarios de Estado á junta, para que, depois de por ella serem examinadas, subão á minha real presença para eu as sancionar.

« Os ministros e secretarios de Estado são os que constão da relação junta, assignada pelo conde da Louzã D. Diogo, meu ministro e secretario de Estado dos negocios da fazenda. Paço, em 5 de Junho de 1821.—Com a rubrica do Principe Regente.—Conde da Louzã D. Diogo.—Carlos Frederico de Caula.—Manoel Antonio Farinha.

#### Relação appensa ao decreto de 5 de Junho de 1821

« Para ministro o secretario de Estado dos negocios do reino e estrangeiros, o desembargador do paço Pedro Alvares Diniz.

« Dos negocios da fazenda, com a presidencia do erario regio, o conde da Louzã D. Diogo.

« Dos negocios da guerra, o marechal de campo Carlos Frederico de Caula.

« Dos negocios da marinha, o chefe de esquadra Manoel Antonio Farinha.

« Paço, 5 de Junho de 1821.—Conde da Louzã D. Diogo.

#### Decreto

« Tendo eu creudo pelo meu real decreto da data de hoje uma junta provisional, perante a qual se verifique a responsabilidade dos ministros e secretarios de Estado do meu despacho, que o art. 31 das bases da constituição portugueza lhes impõe, e não querendo retardar por mais tempo a installação desta junta: hei por bem approvar os deputados della que me forão propostos pelo povo e tropa desta cidade, constantes da relação junta, assignada por Pedro Alvares Diniz, do conselho de Sua Magestade, ministro e secretario de Estado.

« O mesmo ministro e secretario de Estado, e os das repartições da fazenda, guerra e marinha, o tenham assim entendido e o fação executar pela parte que a cada um delles pertence. Paço, 5 de Junho de 1821.—Com a rubrica do Principe Regente.—Pedro Alvares Diniz.

#### Relação das pessoas que forão eleitas para deputados da junta provisoria

« Mariano José Pereira da Fonseca, 38 votos.

« Bispo capellão-mór, 34.

« José de Oliveira Barbosa, 33.

« José Caetano Ferreira de Aguiar, 23.

« Joaquim de Oliveira Alvares, 22.

« Joaquim José Pereira de Faro, 20.

« Sebastião Luiz Tinoco, 18.

« Francisco José Fernandes Barbosa, 17.

« Manoel Pedro Gomes, 15.

« Paço, 5 de Junho de 1821.—Pedro Alvares Diniz.

#### Aviso

« *Para o juiz de fóra desta cidade.*—Devendo todas as autoridades ecclesiasticas, civis, militares e empregados publicos, jurar as bases da constituição que S. A. Real o Principe Regente adoptou e jurou para terem observancia neste reino do Brasil, servindo provisoriamente de constituição, na fórmula do que determinarão as côrtes geraes e constituintes para os reinos de Portugal e Algarves pelo seu decreto de 9 de Março do corrente anno; é S. A. Real servido que o senado da camara esteja em sessão continuada pelo tempo que fôr preciso, para as sobreditas autoridades e empregados prestarem o mencionado juramento, fazendo a todas constante por editaes, na intelligencia de que se expedem aos tribunaes e mais estações as convenientes ordens relativamente aos seus respectivos empregados, o que Vmcd. fará presente no mesmo senado para que assim o fique entendendo e se execute.

« Deos guarde a Vmcd. Paço, em 7 de Junho de 1821.—Pedro Alves Diniz.

« Tambem se imprimirão as proclamações seguintes:

#### Proclamação

« Soldados! — Não é só no campo da batalha que se adquire immortal gloria. Os inimigos interiores nas circumstancias actuaes são mais formidaveis: elles projectão ruinas insanaveis; em vós descansa a patria; não deixeis baldadas as suas esperanças e as dos cidadãos, que, confiados em vós, se julgão ao abrigo da anarchia. Vós sereis responsáveis perante Deos, perante o mundo e perante as côrtes de Portugal, de qualquer ommissão ou falta de energia de que se possa aproveitar o systema anti-constitucional.

« Se fôr preciso correi as armas e desapareça de todo o despotismo de qualquer maneira que elle esteja mascarado; baldai planos traçados pelo odio e que serão seguidos de uma longa serie de desgraças; mostrai ainda uma vez que ou portuguezes ou brasileiros, descendeis de heroes que fizeram brilhar as quinas portuguezas nas regiões mais remotas.

« Soldados! Viva a religião; vivão as bases da constituição, que nos devem reger; viva el-rei constitucional e vivão os bravos que defenderem a patria.

#### Outra

« Habitantes do Brasil, vassallos do luso império, todos portuguezes constitucionaes! — O dia 26 de Fevereiro foi o mais brilhante que tem raído no vosso hemispherio depois que no dia 24 de Agosto a nação portugueza reclamou os seus direitos, quebrou os ferros que a opprimião e fez renascer a liberdade.

« O nosso amado soberano, o melhor de todos os

monarchas, e seu augusto successor annuirão ao pregão da voz geral, e firmarão com o seu juramento a constituição portugueza, tal qual a fizeram as côrtes. Vós correstes á porfia prestar o vosso juramento. A nação fez as bases da constituição, que forão solemnemente juradas por todas as classes e pessoas. Que vos falta? Não sereis vós sinceros e coherentes?

« Eu vos grito, a razão vos brada e o dever vos chama: vinde e jurai as bases daquella constituição que ha pouco jurastes; nellas assenta o soberbo edificio da suave legislação que deve reger-vos. Ellas vos promettem a mais eterna duração, a maior união a Portugal, que pôde manter os vossos direitos, sustentar e guardar o vosso commercio, e segurar para sempre a vossa felicidade. Conclui assim a grande obra que principiastes; atalhai deste modo os grandes males que uma politica mal entendida vos pôde causar, e mostrai a Portugal e ao mundo a vossa energia e actividade, a firmeza do vosso character e adhesão á causa commum da nação, que em tudo vos fará felizes.»

#### SOFRIMENTOS DO CONDE DOS ARCOS

O Rio de Janeiro, remettendo preso para Lisboa o esclarecido conde dos Arcos, não o carregou de accusações; e no entanto a Bahia, que lhe devia innumerados favores, foi que, desconhecida, o accusou injustamente, sem se lembrar que ella não tinha um passatempo honesto para as suas distrações, e o conde dos Arcos lhe mandou construir o seu elegante theatro de S. João; não tinha uma praça de commercio, um passeio publico, uma bibliotheca, e o conde dos Arcos deu lhe todos esses monumentos.

A Bahia não tinha divertimentos familiares, e o conde dos Arcos creou os concertos nocturnos e regulares nella, onde as familias passavam as horas da noite alegres e divertidas.

As casas que tinham as portas e as janellas guardadas de rotulas, e que abrião para fóra em modo a maltratarem aos transeuntes, forão substituidas por vidraças.

O conde dos Arcos deixou na Bahia uma memoria eterna, pois além desses monumentos protegen as letras, as artes e as sciencias, a tal ponto, que, animando aos cultores dellas, concorreu para que os talentos, então opprimidos, apparecessem e se desenvolvessem. Isentando a todos que estudavão do recrutamento, em pouco tempo a Bahia se distinguio pelos homens notaveis que veio a possuir (\*).

Em 1817, estando a provincia da Bahia de mãos dadas com Pernambuco para a execução da revolução que alli se deu em 6 de Março desse anno, de posse o conde dos Arcos dos segredos revolucionarios e dos planos tenebrosos em que elle seria victima, não só evitou que a Bahia se compromettesse,

(\*) Vide *Memórias Historicas e provincia da Bahia* por Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva, a *Chorographia* de Domingos José Antonio Rebello e a 1.ª serie do *Brasil Historico* na—historia dos ministerios.

como salveu por um modo digno do seu caracter e lealdade aos compromettidos, fazendo que os que erão militares marchassem com a força que expedio para Pernambuco; e que os outros, que pertencião ás outras classes da sociedade, fossem empregados por meios diversos, em modo que ninguém ficou compromettido.

Por todos esses serviços a recompensa que teve foi a ingratidão, cujo historico extraio dos *Diarios do Governo de Lisboa* de quinta-feira 9 de Agosto de 1821 n. 187.

*Officios da junta provisoria da Bahia remettidos pelo governo ao soberano congresso em sessão de 7 de Agosto.*

« Illm. e Exm. Sr. — Tenho a honra de remetter a V. Ex. para conhecimento do soberano congresso os tres officios inclusos, que acabo de receber da junta provisional da provincia da Bahia, assim como participo que se vão expedir as ordens para sustar o desembarque do conde dos Arcos logo que chegue a este porto, até determinação ulterior.

« Deos guarde a V. Ex. Palacio de Queluz, em 7 de Agosto de 1821. — Sr. João Baptista Filgueiras. — Joaquim José Monteiro Torres.

« Para Francisco Maximiano de Souza. — Illm. e Exm. Sr. — Havendo ha poucos momentos ancorado neste porto o brigue *Treze de Maio*, sahido do Rio de Janeiro no dia 10 do corrente, a bordo do qual vem em custodia o conde dos Arcos, em consequencia dos memoraveis e gloriosos acontecimentos do dia 5 deste mesmo mez naquella antiga côrte, em que a causa da justiça e da razão triumphou pela segunda vez das horribéis machinações do hediondo despotismo, que tentava desligar os portuguezes dos dous hemispherios. E havendo muitos dos membros desta junta recebido varias cartas de pessoas de intima confiança, escrupulosa probidade e decidido amor pela monarchia constitucional, cujo conteúdo em substancia a mesma junta participa a V. Ex. para fazer subir ao conhecimento do supremo congresso das côrtes nacionaes, recommenda á mais desvelada segurança sobre a pessoa do dito conde, tido como chefe da mais execranda conspiração contra os interesses communs da nação e do rei.

« Em consequencia disto deliberou e resolveu unanimemente fazer sabir na tarde deste mesmo dia o vaso que o conduz, tanto mais quando as mesmas annunciavão um partido de servis, com que o conde contava nesta provincia, e na sua tresloucada imaginação procurava a referida seisão do Imperio Portuguez.

« E sabendo, outrossim, esta junta da conducta anti-constitucional do governador de Pernambuco Luiz do Rego Barreto, tambem denunciado nas sobreditas cartas como partidista do referido cerebrino systema, acreditou ser do seu mais rigoroso dever não só recolher a mala pertencente áquella provincia para a remetter promptamente pela primeira embarcação, senão fazer assignar ao commandante do brigue Manoel Pedro de Carvalho um termo de responsabilidade para com as côrtes e el-rei, afim de não tocar por circumstancia ne-

nhuma no porto da mencionada provincia e dirigir-se em direitura a essa cidade, onde entregará o dito conde.

« A junta aproveita mais esta occasião de se congratular mui cordialmente com V. Ex. por tão feliz acontecimento, que parece assegurar completamente a união da grande e briosa familia portugueza.

« Deos prospere e guarde á illustre pessoa de V. Ex. por mui dilatados annos. Bahia, 20 de Junho de 1821. De V. Ex. — Luiz Manoel de Moura Cabral, presidente. — Paulo José de Mello Azevedo e Brito, vice-presidente. — José Fernandes da Silva Freire. — Manoel Pedro de Freitas Guimarães. — Francisco de Paula de Oliveira. — Francisco José Pereira. — Francisco Antonio Filgueiras.

*Termo de segurança do conde dos Arcos*

« Aos 20 de Junho de 1821 compareceu a esta junta provisional do governo desta provincia o 1º tenente Manoel Pedro de Carvalho, commandante do brigue *Treze de Maio*, entrado neste porto em o dia de de hoje, trazendo a seu bordo o ex-ministro de Estado conde dos Arcos, que vai para Lisboa; mas como o brigue devia tocar no porto de Pernambuco, o que não convem aos interesses da nação, este governo exigio do dito commandante que assignasse este termo, que com effeito assignou, de não ir a Pernambuco, e sim em direitura á Lisboa, ficando responsavel ás côrtes em Portugal e a el-rei pela contravenção a esta resolução da junta. Do theor deste assignei outro. — Manoel Pedro de Carvalho, 1º tenente commandante. »

« Senhor. — A junta provisional do governo da Bahia tem a honra de levar por cópia á presença de Vossa Magestade, não só o officio que a ella dirigio o ministro e secretario dos negocios do reino residente no Rio de Janeiro, communicando-lhe o decreto de 22 de Abril deste anno, senão a resposta da junta ao mesmo Exm. ministro.

« As razões apontadas na dita resposta parecem de sobejo para justificar o passo da junta em se desligar da provincia do Rio de Janeiro no tocante á subordinação politica economica, mas muito mais pudera a junta acrescentar, a não temer ferir a delicadeza de el-rei na pessoa do Serenissimo Principe Real, herdeiro do throno e ramo de uma dynastia adorada por todos os portuguezes.

« A junta não ignorava que na conformidade da constituição hespanhola, jurada interinamente em Portugal e igualmente na Bahia, não a el-rei, mas sim ás côrtes é que compete nomeação de regencia, e que nestas circumstancias era abusivo o decreto de 22 de Abril; não ignorava a junta que era inefficaz o mesmo decreto, uma vez que a regencia incumbia ao Serenissimo Principe Real trazia consigo o exercicio de parte do poder legislativo, porque el-rei não podia dar o que não possuia, e sem duvida já lhe não pertencia legislar, e el-rei mesmo o havia reconhecido, adherindo e jurando uma constituição que admite a divisão dos poderes; não ignorava a junta que, ainda no caso de que el-rei possuísse o poder legislativo, nem por

isso o podia partilhar, por ser de sua natureza impartível; razões, porém, ainda mais ponderosas, e que a junta julgou prudente não expôr ao Sereníssimo Príncipe Real, a decidirão.

« Era um monstro em politica a criação de dous centros de governo em um só Imperio; era um desejo mal coberto de sementear sizanias e gerar divisões entre os portuguezes dos dous hemisphérios: acostumar os portuguezes do Brasil a nada terem de commun com os portuguezes da Europa; era calçar a estrada para uma projectada e fúcil separação das duas partes do Imperio, e desmentir vergonhosamente a união que el-rei mesmo fizera dos tres reinos quando ergueu o Brasil a essa cathedra.

« A junta passa em silencio o risco da obediencia a um ministerio composto de inimigos descobertos ou occultos do systema constitucional, que podia servir-se da subordinação da provincia para faze-la concorrer ella mesma a solapar o edificio que tão generosa e denodadamente erigira o povo e tropa da Bahia.

« A junta pôde enganar-se; mas não receia declarar a Vossa Magestade que não tem vistas sinistras, mas o ardente amor da liberdade constitucional, e o mais decidido affetto a seus irmãos de Portugal, tem sido sempre quem a dirigio e a dirigirá, ao mesmo tempo que a junta se sujeita de bom grado ao que Vossa Magestade resolver a tão importante respeito.

« O céo prospere e guarde a Vossa Magestade como a nação ha mister. Bahia, 24 de Junho de 1821. — Luiz Manoel de Moura Cabral, presidente. — Paulo José de Mello e Brito, vice-presidente. — José Fernandes da Silva Freire. — Manoel Pedro de Freitas Guimarães. — Francisco de Paula de Oliveira. — Francisco José Pereira. — Francisco Antonio Filgueiras. — José Antonio Rodrigues Vianna. — José Lino Coutinho. »

Além do que acima dissemos, ainda lembrarei que foi sob a administração do esclarecido conde dos Arcos que a provincia da Bahia muito floresceu, porque este nobilissimo fidalgo, dando vida a tudo, fez quanto pôde para merecer que o commercio, por gratidão, lhe mandasse construir no Rio de Janeiro um palacio para a sua residencia.

Aquelles a quem protegeu, como Paulo José de Mello de Azevedo e Brito, que por occasião da abertura da praça do commercio, em um elogio metrico, o comparou aos primeiros homens do mundo, são os mesmos que o calunhão e o abatem!

O conde dos Arcos, provando a sua innocencia, esmagou a seus inimigos com o decreto seguinte, que extrahi do *Diario do Governo* de quinta-feira 6 de Dezembro de 1821, n. 289:

« Manda el-rei, pela secretaria de Estado dos negocios de justiça, participar ao chanceller da casa da supplicação, que serve de regedor, que as côrtes geraes, e extraordinarias da nação portugueza, tomando em consideração o summario de testemunhas, transmittido pela secretaria de Estado dos negocios de justiça em data de 27 de Outubro, a que procedeu o corregedor do crime da corte em virtude da ordem de 17 de Setembro proximo passado, acerca da supposta conspiração que a junta do go-

verno da Bahia imputou ao conde dos Arcos na sua corte de 20 de Junho do presente anno; e tendo juntamente presentes a memoria e documentos justificativos offerecidos pelo mesmo conde, de que tudo se mostra a falta de fundamento daquella imputação, em que a junta se reporta a cartas, que não manda, recebidas do Rio de Janeiro de pessoas que nem nomea, accrescentando que o conde vinha em custodia no brigue *Treze de Maio*, quando é evidente por seus documentos que vinha para Portugal com sua filha por licença do Principe Real, resolverão que o conde dos Arcos seja immediatamente restituído á sua inteira e plena liberdade.

« Em consequencia do que manda o mesmo Senhor que o sobredito chanceller da casa da supplicação, ficando nesta intelligencia, faça logo expedir as ordens necessarias para inteiro e devido cumprimento do que as côrtes geraes e extraordinarias da nação portugueza tem ordenado.

« Palacio de Queluz, em 23 de Novembro de 1821. — José da Silva Carvalho. »

OS MEMBROS DO SYNEDRIO, COM A IDÉA DE RECOLONIZAR O BRASIL, PROMOVEM A TRASLADAÇÃO DA CORTE PORTUGUEZA PARA LISBOA (\*).

O maximo pensamento dos membros do Synedrio, com a revolução de 24 de Agosto de 1820, era obrigar o rei a voltar com toda a sua corte para a antiga metropole e recolonisar o Brasil, e tendo escripto a el-rei nesse sentido, e recebendo a resposta affirmativa do rei, contestão a nota nos termos seguintes:

« A participação que Vossa Magestade mandou fazer pelo seu ministro de Estado dos negocios estrangeiros de tão acertada deliberação, e de ter resolvido voltar a estes reinos com toda a sua real familia, escolhendo novos ministros acredores da nação, foi acolhida com a mais excessiva satisfação e alegria.

« Os paraenses forão os primeiros na ordem dos tempos que nesse hemispherio alçarão aos céos mãos agradecidas, despedaçando as algemas da arbitrariedade. Quasi ao mesmo tempo, e igualmente primeiros, os nossos concidadãos da rica e amenissima provincia da Bahia, a *chave desse vastissimo continente*, desenvolverão aquelle caracter heroico, fiel e grandioso, que sempre extremou seus habitantes em todas as épocas arriscadas.

« Vossa Magestade acaba de fechar a abobada deste magestoso edificio. O seu juramento sellará a sua gloria e a felicidade dos portuguezes, e a união dos reinos de Portugal, Brasil e Algarves, até hoje puramente nominal e forçada, é já real e voluntaria. *Nós seremos com o Brasil uma só familia em di-reitos*; e, tendo a mesma religião e o mesmo pai, nenhum poder conseguirá jámais a dividi-la.

« O reino de Portugal, Brasil e Algarves é agora mais que nunca *concentrado em uma união mystica*. A representação nacional carece de ser perfeita. E'

(\*) Vide a historia do Synedrio no 4.º tomo da minha *Chorographia*, pag. 601 e seguintes.



necessario que cada habitante desse continente tenha voto, escolha, e que delegue em seu representante a porção de poder que lhe cabe na sociedade, para que elle venha assim a impôr-se a si proprio a lei que deve reger-nos a todos. E' este o direito que lhe guardou a natureza e que a sociedade, constituindo-se outra vez, lhe entrega e restitue. »

Este caviloso documento, mandado de Lisboa a el-rei no Rio de Janeiro, já o não encontrou, porque Sua Magestade, com quasi toda a sua familia, havia partido para Lisboa no dia 26 de Abril, e, quando alli chegou sem o Principe herdeiro, procurárão os desorganizadores da sociedade outros meios de recolonisação, que forão mallogrados pela resistencia.

EL-REI O SR. D. JOÃO VI CHEGA Á LISBOA NO DIA 3 DE JULHO, ÁS 9 HORAS DA MANHÃ

Sua Magestade chega á Lisboa no dia 3 de Julho, ás 9 horas da manhã, com 48 dias de viagem, e, ainda a bordo da náó D. João VI, é saudado por seus subditos.

*Relatorio da deputação que foi a bordo da náó D. João VI felicitar a Sua Magestade, e da outra que o foi esperar á entrada do paço das côrtes.*

« Logo que a deputação, destinada a ir no dia 4 do corrente mez de Julho a bordo da náó D. João VI comprimentar a el-rei e sua real familia, chegou pelas 10 horas da manhã ao lugar do seu destino, foi recebida com todas as honras e introduzida á presença de Sua Magestade, que estava em pé e a recebeu com expressivas demonstrações de satisfação. O arcebispo da Bahia, presidente da deputação, pronunciou logo o discurso seguinte :

« Senhor.—Designado pelas côrtes geraes, extraordinarias e constituintes da nação portugueza, para vir com meus companheiros render a Vossa Magestade o fiel testemunho do nosso amor e veneração no feliz momento em que Vossa Magestade volta ao seio dos seus saudosos subditos de Portugal para cooperar com elles na magestosa obra da sua regeneração politica, tal é, Senhor, a multidão de idéas que este successo desperta em meu espirito, que eu quizeria antes ficar em um silencio respeitoso e admirador.

« Se trago á memoria os pasmosos successos dos 14 annos precedentes, tristes e dolorosos uns, cuja recordação ainda hoje é capaz de fazer renascer em nossos corações um susto mortal; faustos e alegres outros, em cuja lembrança ainda agora nós saboreamos, como então servirão de temperar nossas amarguras, eu não posso, Senhor, deixar de vêr nesta longa cadeia de bens e males, que alternadamente nos cerrarão, os effeitos de uma Providencia particular e adoravel, que, velando sobre Portugal e sobre a augusta dynastia de seus reis, quando os deixava chegar á borda do precipicio, era sómente para lhes estender a sua mão omnipotente e os salvar.

« Mas quando em particular considero a Vossa

« Magestade no presente momento, em que, depois do longo retiro de 14 annos, vejo a Vossa Magestade, salvo de tantos perigos, voltar tranquillamente a estas praias, que tanto então saudosas o enlutadas o virão entregar-se aos mares procellosos, quanto hoje serenas e risonhas se alongam, se possível fosse, até aqui, apinhoadas de exultante povo para dar-lhe uma passagem triumphal, e colloca-lo no antigo e melhorado throno dos seus maiores, quando reflectio nos ponderosos motivos que decidirão a incerteza da fluctuante alma de Vossa Magestade a regressar ao solo portuguez, seu berço, assim como antiga sede de seu throno, com o grande fim de accelear e solidar a nossa regeneração politica por meio de uma constituição liberal, que fará a felicidade da nação portugueza, é então, Senhor, que meu espirito transcende os breves limites da sua esphera, e que eu extasiado tomo em meus labios a phrase angelica no momento da regeneração espiritual do mundo corrompido: —Gloria a Deos nas alturas, paz e felicidade a todos os Portuguezes que tem uma vontade recta e amante da justiça.

« Tal é, Senhor, o particular respeito, debaixo do qual a nação portugueza contempla hoje a Vossa Magestade e o proclama coberto de uma gloria superior a toda a gloria de seus augustos predecessores, e que eclipsa o falso brilho dos conquistadores.

« Dilatar e segurar os limites de um vasto Imperio á força de armas, e levantar um throno forçado sobre montões de cadaveres e ruínas, seja essa a vã gloria de um rei guerreiro, que ordinariamente degenera em despota e oppressor dos povos que subjugou, seja essa a funesta gloria dos Alexandres e Napoleões, que fizeram a admiração e terror dos seus seculos e merecerão a execração dos seguintes.

« Mui superior e sómente solida é a gloria de um rei docil e pacifico, qual Vossa Magestade, que triumphou dos longos habitos que tanto haviam depravado a difficilissima arte de governar povos; rasgou a venda que offuscava suas vistas rectissimas; separou de si aquelles que entorpeciam o rigor das leis, e lhe substituíam o arbitrio, o capricho, o interesse, e o feroz despotismo; e restituído assim aos seus naturaes sentimentos de justiça, piedade e tanto temor de Deos, se desce algum degráo do seu antigo throno, jurando-se rei constitucional, se eleva em outros muitos de gloria sua e felicidade nossa, unico alvo dos desejos e cuidados do rei, que é digno de o ser.

« Taes são, Senhor, as ricas insignias de que Vossa Magestade, apresentando-se hoje adereçado, annuncia a toda a nação portugueza a mais solida felicidade. Em uma mão a constituição, na outra a firme balança da justiça, eis-aqui os brilhantes caracteres com que Vossa Magestade apaga hoje a nossa constante saudade, e merece de todos nós os mais firmes sentimentos de respeito, e amor á sua sagrada e inviolavel pessoa; porque em verdade a constituição que outra cousa é senão o código das leis fundas entaes, por que uma nação deve ser governada, a expressão geral da sua vontade que fixa os inviolaveis direitos dos cidadãos, põe-nos a coberto da

« violação desses direitos, enfra o despotismo,  
« soffoca a arbitrariedade e segura a felicidade pu-  
« blica quanto é compativel com a condição das  
« instituições sociaes?

« Pois a justiça, Senhor, quem duvida ser ella  
« a unica base daquella felicidade, bem como o  
« mais firme apoio dos thronos, sempre vacillantes  
« quando sustentados pela força? Logo o rei, que  
« sómente estas armas emprega no governo, dá ao  
« seu throno a mais firme estabilidade, faz a feli-  
« cidade da nação não menos que a sua, dorme  
« tranquillo sobre a incontrastavel fidelidade de  
« seus subditos, a lei o torna inviolavel, o crime o  
« teme, a virtude o ama, e identificado em um só  
« interesse com a massa do seu povo faz na deli-  
« cias do seu seculo, e, superior ás vicissitudes dos  
« tempos e das facções, leva seu nome glorioso á  
« mais remota posteridade.

« Quão acertado foi, portanto, o conselho de  
« Vossa Magestade em se unir a nós na grande  
« obra que a nação principiou, impellida de toda a  
« especie de oppressão em que gemia, e que a ia  
« precipitar no abysmo da anarchia ou da guerra  
« civil! A declaração de Vossa Magestade foi o re-  
« medio saudavel de tantos males e de tantos pe-  
« rigos. « O rei o quer, exclamão todos; quanto  
« elle é bom e digno de nos governar! O rei jura  
« a constituição, reconhece nossos direitos; somos  
« cidadãos, somos livres, e ficão salvos os legiti-  
« mos direitos da monarchia. »

« Ditosa voz, que traz os espiritos á concordia,  
« arranca os escrúpulos, une em um ponto central  
« o portuguez e o brasileiro, o insulano e o conti-  
« nental! Grande arte de ganhar os animos, termi-  
« nar discordias, estancar sangue, assemelhar o  
« rei da terra á imagem da divindade, e fazê-lo  
« mais que nunca credor ao respeito e amor dos  
« povos!

« Eu, portanto, Senhor, como membro da pre-  
« sente deputação e órgão, que me tocou ser, do  
« soberano congresso das côrtes, e por ellas de  
« 3.000.000 de leaes Portuguezes, felicito primei-  
« ramente a Vossa Magestade e a toda a sua real  
« familia pela prospera viagem que o Senhor dos  
« mares lhe concedeu e pelo melhor estado de sua  
« preciosa saúde, sem que possamos esquecer-nos  
« do Principe e Princeza Real, cujas virtudes fa-  
« zem as melhores esperanças da nação.

« Em segundo lugar, offerecendo nosso respeito  
« e inviolavel fidelidade a Vossa Magestade, e á se-  
« renissima casa de Bragança, lhe apresentamos o  
« mais apurado fruto de nossos trabalhos, as bases  
« da constituição politica da monarchia portu-  
« gueza, em que Vossa Magestade verá com prazer  
« estatuidos os mais solidos principios da nossa  
« regeneração; porque, mantida a santa religião  
« de nossos pais, a dynastia da casa de Bragança e  
« os inauferiveis direitos de Vossa Magestade e dos  
« cidadãos, o solemne juramento, com que Vossa  
« Magestade no Rio de Janeiro adherio aos referi-  
« dos principios, foi o feliz ensaio deste outro que  
« a nação hoje reclama de Vossa Magestade, como  
« ratificação do primeiro, e pelo qual ainda mais,  
« se possivel é, se vincularão os corações de Vossa  
« Magestade e dos cidadãos portuguezes; e os vo-  
« tos de uma nação eminentemente leal e briosa,  
« unidos aos do seu rei, que tão digno se mostra  
« de ser, darão ao mundo admirado o perfeito

« exemplar do melhor dos povos e do melhor dos  
« reis. »

« Sua Magestade ouviu com muita attenção esta  
« oração, dando pelo decurso della frequentes signaes  
« de approvação e prazer, e do interesse que nella  
« tomava; e, sendo finda, disse com muito agrado  
« que da sua parte nenhuma falta haveria em se  
« cumprir tudo o que pelas côrtes fosse determi-  
« nado; que desejava trabalhar de accordo com  
« ellas para quanto fosse da felicidade dos povos, e  
« que para fazer esta felicidade, e se unir á causa  
« da nação, viera com muito gosto do Brasil. »

« Estas e semelhantes expressões repetio por di-  
« versas vezes. Logo recebeu da mão do arcebispo  
« um rico exemplar das bases da constituição, e ha-  
« vendo perguntado pelos seus nomes a cada um dos  
« membros da deputação, esta se despedio, rece-  
« bendo todos os testemunhos da consideração e  
« agrado de Sua Magestade.

« Immediatamente foi a deputação apresentada  
« a S. M. a Rainha, a qual, tendo junto de si as Se-  
« renissimas infantas, a recebeu com expressões de  
« muito agrado, e havendo aceito das mãos do arce-  
« bispo um exemplar das bases da constituição, a de-  
« putação se despedio. Enquanto esta estava a bordo  
« veio a mesma Rainha á porta da sua camara, e,  
« chamando para junto de si duas das Serenissimas  
« infantas, conversou por largo tempo com os depu-  
« tados que se achavão naquello lugar, mostrando  
« grande contentamento pela nova ordem de cousas,  
« na qual contava infallivelmente haver de seguir-se  
« a felicidade de Portugal.

« Pouco depois do meio-dia se embarcou el-rei  
« com o Serenissimo Sr. Infante D. Miguel e com o  
« Sr. D. Sebastião, na galeota para isso destinada,  
« recommendando que fossem sempre junto de si os  
« membros da deputação, os quaes se assentárão ao  
« seu lado direito, e ao passo que Sua Magestade de  
« todas as partes recebia publicas demonstrações do  
« mais vivo regosijo, lhes dirigia cheio de alegria e  
« satisfação expressões mui agradaveis, dizenudo ser  
« este o mais bello dia da sua vida.

« Ao desembarcar no caes da Pedra ouviu com  
« lagrimas a falla, que lhe dirigio em nome do se-  
« nado da camara, o vereador Bacellar Chichorro.  
« Logo subio ao coche com o Serenissimo Sr. Infante  
« e com o Sr. D. Sebastião, seguido da deputação e  
« de todo o competente corteje; se encaminhou á ba-  
« silica de Santa Maria, e, havendo feito oração e  
« assistido a um solemne *Te-Deum*, se dirigio ao pa-  
« lacio das Necessidades entre os vivas da innumera-  
« vel multidão, que, no enthusiasmo da maior ale-  
« gria, clamava de todas as partes: Viva a consti-  
« tuição! Vivão as côrtes! Viva el-rei constitucional  
« e a sua real familia! os quaes vivas erão repetidos  
« pelos numerosos corpos de tropa da 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> linha,  
« que estavão postados nas ruas e no terreiro do pa-  
« lacio, onde se collocára com seu estado-maior o  
« general Sepulveda, commandante geral das mesmas  
« tropas.

« Achavão-se as côrtes em sessão permanente, e  
« como se approximou a hora em que el-rei havia de  
« chegar ao dito palacio, a segunda deputação, com-  
« posta de outros 12 membros, se dirigio á primeira  
« sala do palacio, que comunica com o interior do  
« paço das côrtes, e, dando lugar a que el-rei rece-  
« besse o cortejo da regencia que o esperava, lhe fez

participar que as côrtes a mandavão para ter a honra de o acompanhar.

« A esta participação mandou el-rei responder pela secretaria de Estado dos negocios do reino que necessitava descansar alguns momentos por se achar fatigado, mas que não tardava em vir receber a deputação; e depois de breve demora, apparecendo na dita sala, o bispo de Castello-Branco, um dos membros da deputação lhe fez a falla seguinte :

« Senhor. — E' esta a segunda deputação das côrtes que vem comprimentar a Vossa Magestade, « manifestar o seu prazer pela sua feliz chegada a « este palacio, e ter a honra de o acompanhar até « á sala onde as côrtes esperão a Vossa Magestade. »

« El-rei respondeu :

« Tenho grande satisfação em me vêr no meio « destes senhores. »

« Reunidas então as duas deputações, immediatamente aos lados de el-rei o acompanhárão, indo junto de S. M. o Sr. Infante e o Sr. D. Sebastião.

« Antes da entrada na sala se fez saber a el-rei que estava preparada uma tribuna superior para Suas Altezas; el-rei, recebendo esta parte com agrado, lhes insinuou que fossem para o lugar que lhes estava destinado, ao qual forão conduzidos com o devido cortejo.

« Alli mesmo se revestio Sua Magestade do manto real, e entrou na sala das côrtes pela volta das 3 horas da tarde, e, subindo ao throno, tomou assento; as duas deputações o tomárão nos seus lugares.

« Seguiu-se o juramento, findo o qual disse Sua Magestade em voz que bem foi ouvida pelo presidente e secretarios, e por alguns deputados que estavam mais proximos : « E' verdade que assim o « hei de cumprir, e assim o juro e prometto de « todo o meu coração, » as quaes palavras repetio varias vezes depois da falla do presidente.

« Então se recolheu Sua Magestade com o Sr. Infante e o Sr. D. Sebastião ao dito palacio, até onde foi acompanhado das mesmas deputações. E logo Silvestre da Costa Pinheiro, ministro dos negocios estrangeiros, sendo-lhe permittido entrar na sala das côrtes, disse que Sua Magestade acabava de entregar-lhe escripta uma falla, que era a sua resposta á do Sr. presidente, e lhe ordenára que a lesse em côrtes, ao que logo satisfez.

*Relatorio da deputação que no dia 7 foi comprimentar Sua Magestade a Queluz*

« Na manhã do dia 7 sahio das Necessidades a deputação das côrtes destinada a comprimentar el-rei, e toda a real familia, na sua chegada a palacio, composta do Sr. Castello-Branco, que era o orador, Trigoso, Ferrão, Faria, Carvalho, Paes de Sande, Peçanha, Girão, Mendonça, Falcão, Ferreira Borges, Rebello, Alves do Rio e Pimentel Maldonado, acompanhada de uma numerosa guarda de honra do regimento de cavallaria n. 4. Ao meio-dia, que era a hora indicada por Sua Magestade para a receber, chegou a Queluz, e ahi foi recebida com as

mais distinctas honras, na fórma cerimonial adoptada para casos semelhantes, e, introduzida na grande sala da audiencia, aonde Sua Magestade se achava em pé debaixo do docel, acompanhado do Sr. D. Miguel, seu filho, e do Sr. D. Sebastião, seu neto, fazendo-lhe a deputação as reverencias do costume, e caminhando el-rei alguns passos ao encontro do orador, este, tomando á direita de Sua Magestade, lhe dirigio o discurso seguinte :

« Senhor. — A' augusta presença de Vossa Magestade envião as côrtes geraes, extraordinarias « e constituintes da nação portugueza, uma deputação composta de 12 de seus membros para se « informarem da preciosa saude de Vossa Magestade, e de toda a real familia depois da longa e « penosa viagem que felizmente a restituiu a este « reino e antiga morada de seus maiores, ao « mesmo tempo que me designão para ser o orgão « e o interprete fiel de seus sentimentos em objecto « de tão geral e importante interesse, querendo « que eu os exponha a Vossa Magestade com « aquellas expressões que mais capazes forem de os « fazer vêr em toda a sua força e pureza.

« Facil me seria inculcar desejos de que todos os « portuguezes se achão sinceramente possuidos. « Eu não teri mais que repetir os votos unanimes da nação pela saude e prosperidade de Vossa Magestade; então ao ouvir-me, cada um consultando seu coração, acharia na conformidade de « minhas expressões, fracas que fossem, com os « seus proprios sentimentos, todos os meios de « persuasão, toda a força natural da eloquencia. « Mas é outra a tarefa que hoje me incumbe des- « empenhar.

« Devo mostrar que toda a felicidade actual dos « portuguezes depende em grande parte da saude, « da conservação de Vossa Magestade, e que ella « nos é por isso tanto mais preciosa. A demonstração desta verdade funda-se em virtudes novas « que Vossa Magestade tem desenvolvido, além de « outras muitas que já adornavão seu augusto « throno.

« Males incalculaveis, males de toda a especie, « de que a exposição não deve agora perturbar o « animo de Vossa Magestade, havião pesado sobre « os desgraçados portuguezes no longo periodo da « ausencia de Vossa Magestade, até que, perdida « de todo a esperança de os remediar de um modo « ordinario, esgotado todo o soffrimento compativel com a natureza humana, a nação foi obrigada « a lançar mão daquelles meios, que sempre lhe « são licitos para salvar sua independencia, manter o decoro nacional e evitar a quêda que infalivelmente a riscaria da lista das nações livres, deixando-a por sua pobreza e abatimento, pela « dissolução do pacto social, exposta a ser ou a « victima de uma desenfreada anarchia, ou a presa « do primeiro ambicioso que quizesse lançar-lhe os « ferros.

« Os portuguezes, que em todos os seculos derão « á Europa, ao mundo inteiro, as mais distinctas « provas do seu valor, do seu character decidido, « sim, jurarão agora manter sua independencia, « sem duvida elles a sustentarião, elles a defenderião contra os maiores esforços reunidos; mas « que contradições, que difficuldades, que embarços não terião a vencer antes de levarem ao fim « o magestoso edificio da sua regeneração politica !

« Vossa Magestade, porém, declarando-se o apoio do systema constitucional, veio unir todas as vontades dissidentes, cortar todas as difficuldades, aplanar todos os caminhos para a felicidade geral. Novos titulos, novas obrigações para que os portuguezes se interessassem com mais ancia ainda, se possível é, na saúde, na conservação de Vossa Magestade, sentimentos em que sem duvida se avanta o congresso nacional.

« Queira o céu não alterar jámais a união jurada entre Vossa Magestade e a nação, pois que da perfeita observancia deste juramento reciproco depende a gloria do throno de Vossa Magestade e a felicidade dos portuguezes, dignos sem duvida de serem felizes. »

« Na alegria de seu semblante, emquanto durou a recitação deste discurso, mostrou Sua Magestade quanto lhe era agradável e conforme ao seu coração; assim o expressou, interrompendo por vezes o orador, protestando-lhe por ultimo de um modo muito energico « que jámais faltaria ao que muito livremente havia jurado, nem seria ingrato á consideração que o congresso e a nação tinha por sua pessoa; que a agradecia e corresponderia, fazendo quando se exigisse para o bem publico, e que desejava que estes seus sentimentos fossem patentes a todos. »

« Sabindo a deputação da sala para outra immediata, e destinando-se a fazer as devidas felicitações a S. M. a Rainha e a S. A. a Princeza D. Maria Benedicta, por molestia das mesmas Senhoras não pôde ser admittida; mas tanto de Sua Magestade, como de Sua Alteza, recebeu os mais affaveis agradecimentos communicados pelo marquez de Vallada, que havia sido o portador dos desejos da deputação.

*Discurso mandado ler por Sua Magestade na sessão do dia 4 de Julho de 1821, em resposta ao que lhe dirigio o presidente das côrtes geraes, extraordinarias e constituintes da nação portugueza, por occasião do juramento prestado por Sua Magestade ás bases da constituição.*

« Senhores deputados das côrtes destes reinos.

« Se é natural a todo o homem bem nascido sentir um particular regosijo ao revêr a cara patria depois de haver estado por algum tempo della ausente, qual não deve ser o jubilo de um principe, que, ao cabo de uma prolongada ausencia de mais de 13 annos, se acha restituído á antiga séde dos seus augustos maiores; e saborêa a inapreciavel ventura de ser nella recebido com transportes correspondentes ao affecto do seu paternal coração, por toda a nação ao mesmo tempo, na pessoa de seus dignos representantes, felizmente congregados e unidos pelo amor do rei e da patria neste augusto congresso!

« Sim, senhores, eu estou persuadido que puro amor da patria, desinteressado desejo do bem publico, unanime concurso dos votos da nação, é quem vos conduziu e ajuntou no recinto desta assembléa, sobre que Portugal, a Europa, o mundo inteiro, têm fitados os olhos, como aquelle de quem se espera a ditosa regeneração de um povo, que, pelo seu valor, não menos do que pelas suas

virtudes, occupa um dos mais distinctos lugares nas paginas da historia.

« Ao receber a fausta noticia de que na antiga capital da monarchia se ião reunir com effeito cidadãos conspicuos por suas luzes e qualidades, designados pela opinião publica, e com plena liberdade escolhidos para salvarem do imminente naufragio de que estava ameaçada em o pelago dos males accumulados na longa serie de annos, desde o estabelecimento da nossa primitiva constituição, era impossivel que o vosso rei deferisse por mais tempo o seu regresso ao berço original da monarchia, e que pela primeira vez um monarcha portuguez deixasse de ambicionar o reunir-se aos representantes da nação, para de commun accordo tratarem de acudir ás suas precisões e assegurar a sua prosperidade.

« Se fosse possivel caberem em animos portuguezes a idéa de proscrever a monarchia, o vosso rei não encontraria nos dictames dos seus antepassados outra doutrina senão de abandonar, penetrado da mais viva magua, a nação aos decretos da Providencia; mas os portuguezes (com doce satisfação o proclamo á face do universo) não se esquecerão um só instante de que erão portuguezes, cujo timbre foi sempre, e sobretudo valor e lealdade.

« Protestando no acto da convocação destas côrtes que o edificio da nova constituição a que ião proceder assentaria sobre a immutável base da monarchia hereditaria, que era na dynastia da casa de Bragança, e reiteirando os juramentos de fidelidade, que no acto da minha aclamação ao throno dos meus augustos maiores me haviam sido unanimemente prestados por toda a nação; os povos sancionarão o principio fundamental de toda a monarchia constitucional, que o exercicio da soberania, consistindo no exercicio do poder legislativo, não pôde residir separadamente em nenhuma das partes integrantes do governo, mas sim na reunião do monarcha e deputados escolhidos pelos povos, tanto aquelles, como estes, para formarem o supremo conselho da nação, a que os nossos maiores têm designado pela denominação de côrtes, e ás quaes collectivamente compete o exercicio ordinario do poder legislativo, por maneira que, se jámais o monarcha assumisse a si o exercê-lo sem a camara dos deputados, se reputaria o governo degenerado em despotismo, bem como passaria ao estado não menos monstruoso da ochlocracia, se a camara dos deputados intentasse exercitar ella só o poder legislativo.

« Penetrado, pois, destes incontestaveis principios do direito constitucional das nações, logo que chegou ao meu conhecimento acharem-se eleitos pelos povos deste reino de Portugal os deputados que os devião representar em côrtes, resolvi partir sem demora a occupar nellas o eminente posto em que pelo reconhecido principio da successão hereditaria approuve a Providencia collocar-me.

« Não sendo, porém, compativel com o bem geral da monarchia fazer regressar do Brasil para a Europa a séde do governo, sem primeiramente lançar as necessarias disposições para que a união dos dous paizes e a marcha dos negocios daquelle reino não soffressem alteração até ao estabelecimento da futura constituição, procedi a dar as providencias que a esse fim me parecerão conducentes,



e de que aos meus ministros e secretarios de Estado tenho ordenado vos fação uma circumstanciada relação, o que, concluido, passei sem perda de tempo a reunir-me com os representantes dos povos, afim de procedermos de accordo e animados de igual patriotismo ao importante trabalho, que, emanando do seio dste supremo conselho, e composto todo de pessoas a esse fim chamadas pela espontanea e livre escolha da nação, já de antemão todos e cada um tem jurado cumprir e executar, com actos emanados de uma autoridade, cujos legitimos poderes nem pelos nacionaes que lhos conferirão, nem pelos estrangeiros, que para isso são incompetentes, lhes podem ser contestados.

« Vós sabeis, pela participação que logo vos mandei fazer pelo meu ministro e secretario de Estado dos negocios estrangeiros, como o primeiro passo que dei na carreira do governo constitucional, que entendi me cumpria abraçar para o bem geral dos povos, foi o de prestar em meu nome, e de fazer prestar pelas pessoas de minha real familia, exercitos e povos dos Estados de ultramar, aquelle mesmo juramento de adherencia á vontade geral da nação, legitimamente expressada por estas côrtes, ás quaes determinei enviassem deputados escolhidos pela forma e maneira adoptada neste reino.

« Brevemente representantes de todos aquelles Estados se virão reunir a esta augusta assembléa, e na forma do seu juramento concorrerão comuoso em nome dos seus constituintes para a grande obra que deve estreitar os vinculos da inalteravel união de quantos se glorião de possuirem e merecerem o nome de portuguezes em todas as quatro partes do mundo.

« Orgãos dos meus puros sentimentos e dos sinceros votos que em todo o decurso do meu governo tenho feito pela prosperidade da monarchia, os meus ministros de Estado vos exporão sobre cada um dos objectos de que se houverem de tratar, o que eu, tendo unicamente em vista o bem geral da nação, entender que cumpre fazer-vos conhecer ou observar, afim de concluirmos o mais breve que ser possa o importantissimo trabalho que havemos emprehendido.

« Illm. e Exm. Sr.—As côrtes geraes e extraordinarias da nação portugueza, ao passo que ouvirão com especial agrado os principios e expressões verdadeiramente constitucionaes, que contém parte do discurso de Sua Magestade, lido pelo seu ministro Silvestre Pinheiro na sessão de 4 do corrente mez de Julho, em resposta ao que lhe havia dirigido o presidente das mesmas côrtes, não podem todavia deixar de notar que no § 5º e seguintes se achão idéas e expressões alheias dos principios sancionados nos arts. 21, 23 e 24 das bases da constituição, nos quaes, estabelecendo-se a linha de demarcação entre os poderes legislativo e executivo, se attribue sómente ás côrtes a representação nacional e o poder legislativo, com a exclusão da iniciativa directa do rei, e só com a dependencia subsequente da sua sancção e de um voto que não será absoluto, tudo na forma declarada nos mesmos artigos. E porque de nenhum modo se pôde entender que aquellas idéas e expressões sejam da intenção de Sua Magestade, que em todas as occasiões tem patenteado a mais decisiva adherencia aos principios consagrados nas mesmas bases, mandão remetter a V. Ex. o mesmo discurso incluso para o fazer presente a

Sua Magestade, afim de que possa mandar fazer a este respeito as explicações que julgar convenientes.

« Deos guarde a V. Ex. Paço das côrtes em 12 de Julho de 1821. — João Baptista Filgueiras. — Sr. Ignacio da Costa Quintella.

« Illm. e Exm. Sr.—Fiz presente a Sua Magestade o officio de V. Ex., com data de 12 do corrente, sobre a nota que as côrtes geraes e extraordinarias da nação portugueza fizeram ao § 5 do discurso que Sua Magestade mandou em resposta ao que lhe dirigio o presidente das mesmas côrtes na sessão de 4 do corrente mez de Julho, assim como sobre idéas e expressões do dito discurso, que parecêrão alheias dos principios sancionados nos arts. 21, 23 e 24 das bases da constituição; Sua Magestade manda declarar que, tendo jurado as ditas bases pelo modo mais geral e indistincto, não podia ser da sua intenção que houvesse no seu discurso expressões ou idéas que não fossem de accordo e conformes com as mesmas bases, e com o seu juramento. E que se algumas ha a que se possa dar diversa intelligencia Sua Magestade declara que semelhante intelligencia é contraria á sua intenção, pois só é da sua vontade approvar os principios politicos adoptados pelas mesmas bases, e assim quer se declare e faça publico, e que tal será sempre o desempenho do juramento que prestou.

« Deos guarde a V. Ex. Palacio de Queluz, em 14 de Julho de 1821.—Ignacio da Costa Quintella. —Sr. João Baptista Filgueiras.

*Proclamação das côrtes geraes e extraordinarias da nação portugueza aos habitantes do Brasil*

« A heroica resolução que haveis tomado de seguir a causa da patria, e correr a sorte de seus valorosos filhos, acabou de consolidar para sempre o magestoso edificio da liberdade e da independencia nacional.

« Promettendo adoptar a constituição politica que fizerem as côrtes geraes e extraordinarias, vós contrahistes a obrigação de adoptar tambem as bases que ellas já decretarão, e que a nação tem abraçado e jurado como preliminares de sua venturosa regeneração.

« Nellas vereis lançados, com mão segura e acoute lada os traços fundamentais desse maravilhoso monumento, que vai ser levantado pelo sublime esforço da constancia e da virtude sobre as ruinas do despotismo e da arbitrariedade.

« Nellas vereis o mais seguro apoio da felicidade dos portuguezes, porque ellas encerrão a declaração autentica dos direitos do homem, a salvaguarda de suas franquezas e o resumo de suas relações sociaes, intimamente ligadas com sua existencia politica.

« Uma religião santa, professada e sustentada como fundamento da moral publica e como fonte perenne da geral prosperidade; um monarcha constitucional, como primeiro magistrado e chefe da nação que o escolheu; direito de successão ao throno para evitar as commoções dos interregnos; poderes soberanos, emfim, distinctos e separados; mas deveres e obrigações mutuas do rei para com o povo, e do povo para com o rei, são outros tantos principios sancionados nas bases que alianção a felicidade da nação, elevando ao eminente lugar que ella deve occupar entre as grandes nações e fixando para toda a duração dos seculos a época mais brilhante, e mais gloriosa de seus fastos e acontecimentos politicos.

« Brasileiros! O congresso não duvidava de vossos sentimentos patrioticos e liberaes, mas elle respeitava o direito, que só a vós pertencia, de manifestar competen-

temente vossos desejos; decretou por isso que vós faríeis parte da grande família portugueza logo que tivessees declarado vossa adhesão no novo pacto social que ella acabava de fazer.

« Assim, quando vós repetistes com tanto enthusiasmo o grito que resou do Douro ao Tejo; quando vós fizestes conhecer tão solemne e espontaneamente a vossa vontade, vós prendestes maravilhosamente em laços indissolúveis um a outro hemispherio, e pela mais depurada e solida politica vós unístes em um só interesse os interesses de tantos habitantes, separados por centenares e centenares de leguas.

« E' preciso comtudo que vossos deputados venhão completar o quadro da representação nacional para auxiliar as côrtes em sua laboriosas tarefas, e tomar nas deliberações a parte que devem ter. O congresso irá entretanto continuando a marcha augusta, firme e regular com que tem principiado a reforma dos abusos que opprimem a nação.

« A liberdade da imprensa, esta irmã gêmea da liberdade civil e politica, esta filha querida dos governos representativos, é hoje o primeiro e mais apreciavel direito do cidadão portuguez.

« A inquisição e a inconfidencia, verdadeiros monstros na ordem social e horrivel invento dos despotas e dos tyrannos, já não existem. A humanidade e a razão têm recobrado seus fóros.

« Os diferentes ramos da publica administração vão tomando uma nova face; a marcha dos negocios já é outra.

« Uma severa economia preside á despeza da fazenda-nacional, que não será mais consumida em desperdícios ou indiscretas mercês e não merecidas tenças. O thesouro publico, entregue a mãos fieis e vigilantes, não será mais a presa de ambiciosos aulicos nem de perversos conselheiros. Uma judiciosa fiscalisação dá já esperanças de que a nação poderá pagar em poucos annos a divida que tem reconhecido, sem augmentar mais tributos e sem saltar ás urgencias diarias. Uma caixa de amortização, com fundos proprios applicados a este objecto, segura os credores do Estado e restabelece o credito do governo.

« Trata-se da reforma e redução do exercito até ao ponto em que seja bastante para fazer a vossa e a nossa segurança, e cuida-se da marinha de guerra, a tal ponto arruinada, que só se conhece agora pelos dispendiosos e quasi inuteis estabelecimentos que della nos restão. Hoje é demonstrada a necessidade de levar ao mais perfeito estado que fór possível esta parte da força publica.

« Não ha com effeito outro meio de restabelecer nosso commercio, conservar o senhorio de nossos mares, defender as suas costas e fazer respeitar nossa bandeira; mas as côrtes têm projectado diminuir neste ramo o apparato, augmentando a realidade.

« Os ministros e empregados publicos são vigiados em sua conducta, e a sua responsabilidade é já efectiva. Muitos têm sido demittidos por indignos dos lugares que occupavão.

« Fiscalisção-se os salarios, e os ordenados são postos na proporção que devem ter em um systema constitucional. Não haverão mais officios creados só para empregar homens, e esses quasi sempre indignos de qualquer emprego.

« Têm-se adoptado outras muitas medidas sobre diversos ramos de publico e universal interesse. A agricultura, o commercio, a industria, como fontes da riqueza nacional, têm merecido ao congresso um particular cuidado e vigilancia.

« Muitas destas geraes providencias, que fazem o objecto de diferentes decretos das côrtes, são applicaveis ao Brasil, e portanto vós ides gozar já dos bens que dellas resultão; mas convem admittir o principio de que não se fazem reformas senão com tempo, e que mais tempo ainda é necessario para lhes dar execução, consistencia e estabilidade.

« Comtudo um meio se offerece, muito prompto de certo, para remediar em grande parte vossos males, e é que o governo de vossas provincias, regulado de modo

que vosso estado tão imperiosamente exige, seja logo entregue a homens probos e verdadeiramente constitucionaes, que plantem entre vós este venturoso systema, de baixo do plano de moderação e suavidade que se tem seguido com tanta energia.

« Conhecereis então por uma feliz experiencia quaes são as vantagens que hão de resultar-vos da vossa adhesão á constituição que as côrtes estão fazendo, e vereis quanto é bello e magnifico o futuro que ella vos apresenta e affiança.

« E' preciso, porém, ter em grande consideração as circumstancias em que nos achamos. Nenhum Estado pôde subsistir sem força physica e sem força moral; mas aquella é quasi sempre perdida sem esta. Para conservar ambas devemos, portanto, estreitar cada vez mais nossas relações politicas.

« Os sentimentos fraternaes que a natureza nos inspira, a consoladora idéa de que temos todos a mesma origem e a lembrança até de que tem pesado sobre nós as mesmas desgraças, nos persuade de que devemos ter tambem todos a mesma fortuna.

« E na verdade: que outra cousa é mais conforme a nossos mutuos interesses? Habitando o paiz mais fertil e mais rico dos que se conhecem nós não precisamos para sermos venturosos senão de boas leis e executadas por um governo bem organizado, e que saiba tirar todo o partido que offerece nossa vantajosa situação.

« Este governo existe já. Cada dia se vai melhorando o systema administrativo; cada dia augmenta a força da opinião, que reconhece a necessidade de manter a nova ordem das cousas, porque ella dá já em resultado verdadeiros bens, bens de que não tínhamos gozado nunca. Esta é hoje a convicção de todos os portuguezes; os que a não adquirirão ainda perdêrão já esse nome.

« El-rei acaba de chegar a este reino e a sua entrada em Lisboa deu nova occasião aos habitantes e ao congresso de manifestarem o amor que consagrão á sua pessoa e a veneração que têm por suas virtudes. Não faltou demonstração alguma publica do respeito que lhe é devido, e no meio da maior ordem e tranquillidade foi geral a satisfação e alegria da capital ao tornar a vêr seu monarcha constitucional.

« O juramento solemne que Sua Magestade deu na presença das côrtes, promettendo observar e fazer observar as bases da constituição, pôz o ultimo sello á confiança publica, e acabou de socegar aquelles que se lembravão de duvidar dos seus sentimentos só porque elle chegara cercado desses homens maos, que tão grande parte tiverão nas desgraças da patria.

« As côrtes manifestarão a necessidade de os separar para longe de uma cidade, á qual tanto escandalo tem dado. Com isso conseguirão elles tambem escapar a outras demonstrações do desprezo publico, que os acompanhára todavia em qualquer parte em que se acharem.

« Tal é, habitantes do Brasil, nossa politica situação: e á vista della que mais podemos nós desejar? E' mantida a nossa liberdade, protegida a nossa segurança e respeitada a nossa propriedade: que maiores ou que mais solidas vantagens offerecerá, portanto, qualquer outra fórma de governo? Acaso poderemos nós illudir-nos ainda com essa idéa chimerica de uma liberdade pouco menos que illimitada? Acaso seria possível conseguirla sem commoções, sem violencias e sem desgraças? E, conseguida, de que nos serviria ella? Seriamos nós porventura mais felizes?

« As luzes do seculo rejeitão hoje tão arricados como indiscretos desejos, e uma desgraçada experiencia tem convencido os homens de que devem viver livres, mas que sua liberdade deve tambem ser exercitada de modo que se previnão as revoluções violentas e se mantenha a maior harmonia entre a legislação, e os conhecimentos uteis á humanidade e necessarios á felicidade dos povos. E' preciso respeitar o voto geral das nações.

« Lançai os olhos pela historia, e vereis qual tem sido o resultado da luta dos partidos e das facções. O estrago, a assolção e a morte, companheiros inseparaveis da anarchia e da guerra civil, foi sempre e está sendo ainda hoje

a sorte dos paizes em que as paixões fomentarão a desunião e a discordia entre os seus concidadãos.

« Habitantes do Brasil! Continuai a imitar a moderação que nesta época memoravel tem manifestado vossos irmãos. E' só no socego e na união dos sentimentos patrióticos que se formão os costumes, e se adquirem esses habitos essencialmente necessarios para a mudança que fazemos.

« Não é de outro modo que se fortalece um espirito publico e um caracter nacional, esta virtude, verdadeira origem de todas as outras virtudes sociaes e civicas, que distingue e ennobrece os povos civilizados, e de que os portuguezes não são menos capazes nem precisão menos.

« Brasileiros! Nossos destinos estão ligados; vossos irmãos não se reputarão livres sem que vós o sejais também: vivei certos disso e convencei-vos de que os seus deputados, como representantes de toda a nação, estão promptos a sacrificar até a sua propria existencia para que ella seja tão livre e tão feliz quanto o póde, e é o merece ser.

« Paço das côrtes, 13 de Julho de 1821.—José Joaquim Ferreira de Moura, presidente.—João Baptista Filgueiras, deputado secretario.—Agostinho José Freire, deputado secretario. »

#### PLANOS DE RECOLONISAÇÃO DO BRASIL, EXPEDIÇÃO DE TROPA PARA O RIO DE JANEIRO

Apparecendo na sessão de 12 de Julho uma proposta para se mandar tropa para o Rio de Janeiro, foi promulgado o decreto no dia 28, com vista de destacar os militares brasileiros para fóra de suas provincias, e para lugares distantes e inhospitos das possessões portuguezas, e substituindo-os no Brasil por tropa lusitana.

Para mascararem o plano, inventou-se que a junta provisional da Bahia havia denunciado ás côrtes que o Principe Regente do Brasil estava de accordo com Luiz do Rego, de quem era muito amigo, para atacar á Bahia, visto que Luiz do Rego, sendo inimigo da constituição, protegia a independencia do Brasil (\*), que se promovia no Rio de Janeiro; e para mais affrontar a dignidade do rei se determinou ao ministro da marinha que, em nome de Sua Magestade, fizesse com a maior brevidade sabir 2.000 homens para o Rio de Janeiro, visto já se ter realizado outra expedição requerida pela junta provisional da Bahia.

Na sessão de 23 de Agosto, em que se declarou a proposta da expedição da tropa portugueza para o Rio de Janeiro, não foi approvada por alguns dignos deputados portuguezes, allegando a inconveniencia de semelhante passo; porém os architectos da ruina da nação, para justifiarem o seu pensamento, allegarão existir grandes rivalidades entre portuguezes e brasileiros; receio de independencia do Brasil e temor de insurreição de escravos, e mesmo de invasão das potencias estrangeiras, que tinham os olhos no Brasil por suas immensas riquezas (\*\*).

Estando decidido o embarque da tropa, o deputado Martim Bastos, na sessão de 20 de Setembro, animando-se a propôr a reconsideração da delibera-

ção tomada, o dictador Fernandes Thomaz, vociferando, respondeu: « Nada, nada; isto é atacar o que temos feito; isto é atacar as resoluções do congresso: nós representamos o todo... »

#### BAILE NO DIA 24 DE AGOSEO DE 1821 NO THEATRO DE S. JOÃO, ANNIVERSARIO DA REVOLUÇÃO DE PORTUGAL(\*)

A tropa portugueza era mal vista, e o acolhimento que recebiam os officiaes das familias a quem frequentavam já não era o mesmo. O Principe tambem se mostrou descontente, do que é uma prova a carta de 8 de Junho a seu pai. A tropa comprehendeu facilmente que a posição em que se achava era insustentavel, e procurou sabir della pelo modo o mais razoavel.

O Principe deixou que todo o occorrido no dia 5 de Junho cahisse no esquecimento; no entanto que a tropa procurava entreter o Principe com festas e romarias, que acabavam ás vezes em horriveis bebedeiras.

O Sr. D. Pedro, cujo coração era bom e não sabia guardar odios, facilmente esqueceu o passado e se conciliou com a tropa, porquanto na carta de 17 de Julho, diz a seu pai, que retira a accusação que havia feito, porque os officiaes já se conduzião bem. Com a cidade procurou a tropa conciliar-se chamando a melhor parte dos seus habitantes ao baile que no dia 24 de Agosto de 1821 os officiaes da 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> linha da guarnição da côrte do Rio de Janeiro, e dos corpos de marinha, offerecerão ao Principe Regente e a Serenissima princeza D. Leopoldina.

O baile foi o mais esplendido possivel, e na manhã do dia 24 se annunciou pelo *Diario* que todo o official militar de qualquer linha ou graduação das outras provincias do Brasil, que se achasse na côrte, tinha entrada franca para aquella assembléa.

Eis-aqui o essencial da descripção que publiquei no meu *Brasil Historico*:

As 8 horas da noite começaram a concorrer as pessoas que tinham de assistir aquelle espectáculo; a maior parte dos militares, que não tinham commissão e se não propunham figurar nos bailes, forão occupar as diferentes ordens de camarotes, assim como muitos magistrados e outros individuos que querião estar mais a seu commodo. As demais pessoasião entrando para a sala do baile.

As senhoras erão recebidas pelo mestre-sala e conduzidas á porta principal da platea, e ali um mestre sala e um membro da commissão dos convites, lhes offerecião uma medalha de prata dourada, pendente de um laço de fita azul-claro e encarnado. Estas medalhas erão do feitio da cruz que Sua Magestade designou para os militares, que andarão nas ultimas campanhas na Europa; tinham o numero desde 2 por diante até 324, e no reverso o anno de 1821, 1.<sup>o</sup> da regeneração nacional.

A cada senhora que chegava se dava a medalha, que correspondia á ordem numerica em que ella estava relativamente ás outras, que tinham vindo primeiro, e dalli era conduzida aos assentos da sala. Servia esta divisa para irem á primeira mesa as que tivessem numeros de 100 para baixo, á segunda as que tivessem de 200 para baixo, e assim por diante sem que nenhuma tivesse motivo para se escandalisar por se dar preferencia ás outras. O n. 1.<sup>o</sup>, de que a cruz era feita de ouro, foi reservado para se offerecer á Serenissima Sra. Princeza Real, posto não tivesse de lhe servir para o mesmo fim.

(\*) Luiz do Rego justifiçou-se exuberantemente desta columna em um avulso contra o *Astro da Lusitania* n. 325.

(\*\*) Vejam-se os discursos da sessão de 23.

(\*) Vide a descripção do baile no meu *Brasil Historico* n. 20 e seguintes de 22 de Maio de 1864, 1.<sup>a</sup> serie.

A's 8 horas e meia rompeu a orchestra uma symphonia, e foi tocando depois mais algumas peças de musica até chegarem SS. AA. Reaes, que serião 9 horas; então cantou-se o hymno constitucional, cuja letra e solfa erão composição de S. A. Real o Principe Regente, findo o qual tocou outra symphonia e se dispôz tudo para começar o baile.

Foi o tenente-general Jorge de Avillez e a Exma. condessa de Belmonte D. Maria quem lhe deu principio, sendo as senhoras para elle convidadas pelos mestres-salas, e seguindo-se inalteravelmente a ordem de dançar primeiro uma contradança ingleza, depois uma franceza e em ultimo lugar uma hespanhola, e cada uma dellas alternada com uma walsa: a solfa era de composição de S. A. Real.

A commissão da copa tinha mandado apromptar immensa quantidade de doces proprios para o chá, e de que erão servidas as senhoras nos intervallos com toda a delicadeza e promptidão. Quando lhes parecia tão ao tocador, onde se concertavão, se era necessario, e onde achavão criadas para todo o serviço que desejavão, e até trajes para mudar.

SS. AA. Reaes dignarão-se de honrar com a sua augusta presença todas as casas ou departamentos destinados para os differentes usos dos convidados para o festim que lhes era consagrado, dando aos encarregados de cada um delles todo o merecido louvor pela delicadeza e asseio com que tudo se havia promptificado, chegando a tanto o extremo de bondade, que até não duvidarão assentar-se na sala do baile por alguns momentos.

Sendo passadas 11 horas da noite cejãrão os mesmos senhores na sala para isso destinada, como fica dito, sendo servidos pelos criados da sua casa, e permitindo que lhes fizessem corte tres dos membros da commissão das mesas, e tres senhoras das dez destinadas a fazerem as honras da casa.

Quando se acabou a cela de SS. AA. Reaes pedirão os membros da commissão da mesa licença para patentearem a mesa geral, que já a esse tempo se achava servida, e para conduzirem a ella os convidados; então se levantou o panno da bocca do proscenio, e appareceu a referida mesa de que já se deu idea, mas de que não é possível descrever-se a impressão agradável que a sua vista causou nos circumstantes. Para a primeira mesa forão conduzidas as senhoras, cujas medalhas tinham numero de 100 para baixo, as quaes tomãrão assento onde quizerão.

Na cabeceira de cada mesa, que formava um dos raios da estrella, se achava uma das senhoras destinadas a fazer as honras da casa, e no meio de cada um lado um dos cavalheiros mestres-salas para servirem as senhoras; os mais lugares forão occupados pela forma já dita. Emquanto este primeiro turno cejava continuava o baile pela maneira recontada, sendo, entretanto, a mais comitiva servida de algum refresco que appetecia.

Quando se acabou a primeira mesa em um instante se renovãrão todas as peças e pratos encetados e se tirãrão os guardanapos de que se haviam servido e puzerão outros, e então se repetio o segundo turno de convidados pela mesma maneira que o primeiro, o que continuou sem intermissão até á manhã do dia 25, reformando-se sempre a mesa com pratos novos, com a maior promptidão, por ser sobremodo avultado o numero de criados destinados para aquelle e para outros serviços.

No meio de um concurso de tamanha multidão de individuos não houve o mais pequeno dissabor; todos se empenhãrão em concorrer para a gostosa celebridade de um dia consagrado á nossa regeneração politica, e que os officiaes da 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> linha, e dos corpos de marinha, dedicavão a S. A. Real o Principe Regente, como a um defensor mais heróico do systema constitucional, que havia de fazer toda a fortuna e prosperidade do reino unido.

No tocador das senhoras haviam muitos versos, que os não transcrevemos por julgarmos desnecessarios.

Neste baile gastou-se 51:000\$ fortes.

#### O BAILE DO DIA 24 DE AGOSTO DEU A CONHECER O ESTADO DO ESPIRITO PUBLICO DOS NACIONAES DO BRASIL

Apezar do concurso e da má educação dos officiaes lusitanos que davão o baile, não houve occurrencia de maior importancia, a não ser a ausencia da gente grada brasileira, que, sendo convidada, só um ou outro appareceu por condescendencia ao Principe, circumstancia que não escapou ao Sr. D. Pedro. Os officiaes dissimulãrão e não derão a menor demonstração de haverem percebido, salvo mais tarde, quando a sociedade foi diminuindo e se limitou a elles sós.

Este baile pôz a limpo a scisão mais ou monos encoberta, que já havia entre brasileiros e portuguezes. Não era preciso reflectir muito para vir no conhecimento de que no animo de cada brasileiro passava alguma cousa que se não podia amalgamar.

Tudo isto era individual; ninguém communicava o seu pensamento: o que sabião era que o estado presente não convinha ao Brasil; que era indigno do caracter de homens de pundonor o sujeitarem-se aos caprichos de um punhado de soldados brutaes e estrangeiros no Brasil. Foi por isto que o Brasil inteiro concorreu para a independencia logo que o Rio de Janeiro lhe deu o signal que era chegada a hora.

Acontece sempre assim: as idéas que vingão não são aquellas que se proclamão, são aquellas que já estão acreditadas no animo de cada um antes della serem proclamadas.

#### O ESPIRITO PUBLICO NO BRASIL EM RELAÇÃO A PORTUGAL VAI MUDANDO DE FACE

O Principe Regente, conhecendo que o espirito publico já era desfavoravel á união com Portugal, no dia 6 de Outubro de 1821 se dirigio ao povo fluminense, dizendo-lhe:

*Pedro aos fluminenses.*

« Que delirio é o vosso? Quaes são os vossos intentos? Quereis ser perjuros ao rei e á constituição? Contais com a minha pessoa para fins que não seão provenientes e nascidos do juramento que eu, tropa e constitucionaes, prestámos no memoravel dia 26 de Fevereiro? De certo não quereis; estais illudidos, estais enganados, e, em uma palavra, estais perdidos se intentardes uma outra ordem de cousas, se não seguides o caminho da honra e da gloria, em que já tendes parte, e do qual vos querem desviar cabeças esquentadas, que não têm um verdadeiro amor de el-rei meu pai o Sr. D. João VI, que tão sabia, como prudentemente nos rege, e regerá enquanto Deos lhe conservar tão necessaria, como preciosa vida; que não têm religião e que se cobrem com pelles de cordeiros, sendo entre a sociedade lobos devoradores e esfaimados.

« Eu nunca serei perjuro nem á religião, nem ao rei, nem á constituição; sabel o que eu vos declaro em nome da tropa e dos filhos legitimos da constituição, que vivemos todos unidos; sabel mais que declaramos guerra desapiadada e cruelissima a todos os perturbadores do sossego publico, a todos os anti-constitucionaes desmascarados.

« Contal com o que eu vos digo, porque quem vo-lo diz é fiel á religião, ao rei e á constituição, e que por todas estas tres divinas cousas estou, sempre estive e estarei prompto a morrer, ainda que fosse só, quando mais tendo



tropa e verdadeiros constitucionaes, que me sustêm por amor que mutuamente repartimos, e por sustentarem juramento tão cordial e voluntariamente dado. Socego, fluminese! — PRINCEPE REGENTE. »

AS CÔRTEIS E O GOVERNO DE LISBOA MUDÃO O MINISTERIO  
NO DIA 7 DE SETEMBRO DE 1821

Já não satisfazendo aos desejos da politica revolucionaria das côrtes, e nem do governo de Lisboa, no dia 7 de Setembro de 1821 foi mudado o ministerio, sendo composto do seguinte modo:

1.º Desembargador Felipe Ferreira de Araujo o Castro, ministro do reino.

2.º Dr. José Ignacio da Costa, ministro da fazenda.

3.º Creou-se o lugar de ministro e secretario de estado dos negocios da justiça, ecclesiasticos e segurança publica, em que foi promovido o Dr. José da Silva Carvalho, presidente do senado de Lisboa.

Interinamente ficava encarregado o ministro de estrangeiros da pasta da justiça, e o dos negocios da justiça da pasta do reino.

E' CREADO O LAÇO NACIONAL PORTUGUEZ PELA LEI DE 23 DE  
AGOSTO DE 1821

*Carta de lei.*

« D. João, por graça de Deos, pela constituição da monarchia, rei do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves de aquem e de além-mar em Africa, etc. Faço saber a todos os meus subditos que as côrtes decretarão o seguinte.

« As côrtes geraes e extraordinarias da nação portugueza, considerando que a disposição do decreto de 7 de Janeiro de 1796 e a razão em que se funda é absolutamente inadmissivel, e, reconhecendo a necessidade de estabelecer um laço nacional, decretão o seguinte:

« 1.º Haverá um laço nacional, composto na fôrma do modelo junto, das côres brancas e azul, por serem aquellas que formão a divisa da nação portugueza, desde o principio da monarchia, em mui gloriosas épocas da sua historia.

« 2.º Usarão de laço nacional, no chapéo ou barretina, todos os officiaes e soldados do exercito e armada portugueza, bem como todos os empregados publicos, tanto civis, como militares, de qualquer ordem, gerarchia ou graduação que sejam.

« 3.º A todos os cidadãos, que não são comprehendidos no artigo antecedente, é permitido usar do laço nacional.

« 4.º O presente decreto sómente obrigará na capital e provincias de Portugal e Algarves, desde o 1.º de Outubro proximo, e nas provincias ultramarinas no prazo prescripto pelas leis, ficando desde já livre o seu uso em toda a parte. Paço das côrtes, em 22 de Agosto de 1821. »

« Portanto mando a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução do referido decreto pertencer, que o cumprão e executem tão inteiramente como nelle se contém. Dada no palacio de Queluz em 23 do mez de Agosto de 1821. — EL-REI, com guarda. — Francisco Duarte Coelho. »

LISTA NOMINAL DOS DEPUTADOS DO BRASIL Á ASSEMBLÉA  
CONSTITUINTE DE LISBOA DE 1821 A 1823

*Deputados por Minas.*

O Dr. Belchior Pinheiro do Oliveira (vigario de Pitangui).

Conselheiro Manoel Ferreira da Camara.

Desembargador José Teixeira da Fonceca Vasconcellos.

Padre Manoel Rodrigues da Costa.

Desembargador Estevão Ribeiro de Rezende.

Dr. José Alves do Couto Saraiva.

Dr. Jacintho Furtado de Mendonça.

Conselheiro João Severiano Maciel da Costa.

Conselheiro Lucas Antonio Monteiro de Barros.

O contador-geral José de Rezende Costa.

Dr. Theotônio Alves de Oliveira Maciel.

Dr. Antonio Teixeira da Costa.

Conselheiro José de Oliveira Pinto Botelho e Mosqueira.

Dr. Manoel Velloso Soares.

Brigadeiro João Gomes da Silveira Mendonça.

Capitão-mór José Joaquim da Rocha.

Dr. Francisco Pereira de Santa Apollonia.

Desembargador João Evangelista de Farias Lobato.

Dr. José Antonio da Silva Maia.

Desembargador Lucio Soares Teixeira de Gouvêa.

Padre Antonio da Rocha Froes, no impedimento do

Dr. Jacintho Furtado de Mendonça, porque optou pelo Rio de Janeiro.

Dr. Candido Jose de Araujo, por fallecimento do conselheiro José de Oliveira Pinto Botelho e Mosqueira.

Para substituir ao conselheiro João Severiano Maciel da Costa, no caso de se não achar no acto da instalação, servirá interinamente o Dr. Antonio Gonçalves Gómes.

Advogado Domingos Alves de Oliveira Maciel.

Padre José Custodio Dias.

Coronel João Gomes da Silveira Mendonça.

Desembargador Francisco de Paula Pereira Duarte.

Dr. Cesario de Miranda Ribeiro (natural de Villa-Rica e residente em Coimbra).

José Eloy Oltoni.

*Pelo Rio de Janeiro.*

Custodio Gonçalves Ledo.

Francisco Villela Barbosa.

Dr. João Soares de Lemos Brandão.

Luiz Martins Bastos.

Bispo I. J. I. de Azeredo Coutinho.

Dr. Luiz Nicolão Fagundes Varella.

*Pela Bahia.*

Alexandre Gomes Ferrão.

Dr. José Lino Coutinho.

Padre Francisco Agostinho Gomes (\*).

Dr. Cypriano José Barata de Almeida.

Marcos Antonio de Souza.

Pedro Rodrigues Bandeira.

Domingos Borges de Barros (depois visconde da Pedra-Branca).

Marechal Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França.

Luiz José de Barros Leite.

*Por Pernambuco.*

Ignacio Pinto de Almeida e Castro.

Manoel Zeferino dos Santos.

Dr. Pedro de Araujo Lima (hoje marquez de Olinda).

João Ferreira da Silva.

Padre Francisco Muniz Tavares.

Felix José Tavares de Lyra.

Domingos Malaquias de Aguiar.

Gervasio Pires Ferreira.

Manoel Felix de Veras.

*Pelas Alagoas.*

Vigario Francisco de Assis Barbosa.

Coronel Manoel Martins Ramos.

Advogado Manoel Marques Grangeiro.

(\*) Era um sabio e de grande modestia. Fui particular amigo desse grande homem.

*Pelo Pará.*

Vigário capitular Romualdo Antonio de Seixas.  
Francisco de Seixas Moreira.

*Pelo Ceará.*

Antonio José Moreira.  
Manoel do Nascimento Castro e Silva.  
Manoel Felipe Gonçalves.  
Padre José Martiniano de Alencar.

*Pelo Piauí.*

Domingos da Conceição.  
Manoel de Souza Borges Leal.

*Pelo Maranhão.*

José João Beckman e Caldas.

*Pelo Rio-Negro.*

João Lopes da Cunha.

*Pela Parahyba do Norte.*

João da Costa Cyrne.  
Francisco Xavier Monteiro da Franca.

*Por S. Paulo.*

Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado.  
Desembargador José Feliciano Fernandes Pinheiro (depois visconde de S. Leopoldo).  
Dr. Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro.  
Dr. José Ricardo da Costa Aguiar e Andrada.  
Francisco de Paula Souza e Mello.  
Padre Diogo Antonio Feijó, dep. is regente do Imperio).  
Antonio Manoel da Silva Bueno.  
Antonio Paes de Barros (não tomou assento).

*Por Santa Catharina.*

Leurenço Rodrigues de Andrade.

*Por Goyaz.*

Joaquim Theotônio Segurado.

PHYSIONOMIA DAS CÔRTEZ PORTUGUEZAS EM RELAÇÃO AO  
BRASIL.

Todos os homens de boa fé e de sentimentos patrióticos esperavam grandes melhoramentos na ordem social e politica, com a mudança da fórmula de governo; porém não tardou muito tempo que o entusiasmo publico começasse a arrefecer, mórmente, vendo-se que as côrtes geraes da nação insistião sobre assumptos de reformas indignas de uma assembléa constituinte, cujo fim era firmar as bases de uma boa organização social; porém, afastando-se do seu fim, buscava até comprometter-se com os governos estrangeiros, levantando a pauta da alfandega aos generos inglezes e prohibindo a entrada dos cereaes de todos os paizes em Portugal, bem como a sahida dos productos do Brasil, que na maxima parte erão os que se permutavão pelos cereaes que consumia o reino de Portugal.

Semelhanes desconcertos politicos deixarão transparentemente vêr-se que os dominadores da situação

erão antes demagogos, que politicos que desejavão a felicidade da nação, porque nem as forças do seu proprio paiz conhecião, visto que, não produzindo elle pão para si para seis mezes, não se devião occupar com assumptos desta ordem e nem com banalidades, improprias de um congresso que exprimia os sentimentos de um vasto Imperio, que queria regenerar-se.

Entre os assumptos banaes de que se occupou a constituinte de Lisboa lembrarei os seguintes: que se não usasse nas ordens dos ministros do termo *aviso*, e sim de *portaria*; nos decretos se não usassem das expressões *sou servido*, e sim *hei por bem*; que nenhum deputado das côrtes, fallando á Sua Magestade, *ajoelhasse e lhe beijasse a mão*, e decidio-se que ao soldado se desse dinheiro em lugar de pão.

O pensamento de comprimir o Brasil se manifestou logo no animo das côrtes, embora alguns deputados imparciaes se oppuzessem aos excessos que se forão levantando contra os direitos do Brasil, sem se lembrarem que, sem o Brasil, Portugal teria desaparecido do mappa das nações, e que se figurou no congresso de Vienna, como a oitava grande potencia, foi em attenção ao vasto e riquissimo Brasil, e por isso foi obrigado a eleva-lo a reino unido, *si ne qua non* figuraria como potencia de primeira ordem entre as grandes nações da Europa.

Para que os direitos do Brasil não corressem á revelia, o deputado Sarmento declarou que a principal parte do Brasil se tinha pronunciado pela constituição, e ser provavel todo o Brasil se achar constitucional, accrescentando: «esperemos pela chegada dos nossos irmãos brasileiros e correspondamos ao entusiasmo com que elles saudarão o exemplo de seus irmãos europeus, observando a respeito do Brasil um procedimento franco e de verdadeira liberdade. Não é só a razão e a justiça que nos ditão esta linha de procedimento; tiremos vantagem do que tem succedido a outras nações.

«A Inglaterra ainda hoje formaria uma nação, com as vastas regiões da America septentrional, se um ministro, cego e pertinaz, não se oppuzesse aos americanos-inglezes, disputando-lhes o direito que a constituição ingleza estabelece de nenhum cidadão inglez poder ser collectado senão por seus representantes.»

Os deputados moderados abundarão em razões sustentando as opiniões do deputado Sarmento, concluindo o deputado Miranda com o dizer: «o projecto é um ataque que se faz á representação do Brasil.»

Embora por alguns dias arrefecesse o pensamento do restabelecimento do systema colonial para o Brasil, contudo depois ganhou forças, porém sem proveito para os desorganizadores e para a nação, porque não fizeram mais do que accelerar a marcha da independencia e com ella a perda para sempre da dominação do Brasil.

CONTESTAÇÕES BANAES DAS CÔRTEZ DE LISBOA

Na sessão do dia 30 de Abril, apparecendo uma discussão sobre o decreto de 18 de Fevereiro, disse o deputado Miranda: «noto que na côrte do ministro de Estado dos negocios estrangeiros se diz que Sua Magestade approva a constituição. Eu não

admitto esta doutrina: a nação é que ha de approvar, e não está de sua parte dizer—approvo—mas sim—juro. Protesto contra esta palavra e peço que se faça menção na acta. »

Fernandes Thomaz accrescentou: « o voto, que se concede ao rei, é sómente para as leis organicas, mas a constituição não pertence ao rei approva-la, deve jurar-la. Se quizer sujeitar-se que se sujeite; senão, que se não sujeite: não ha meio termo. »

O deputado Moura declarou que o direito da corôa portugueza sempre fôra—de donativo do povo.

O deputado Peixoto, com a moderação e critério que lhe erão conhecidos, disse: « Quando el-rei diz que—approvo—quer dizer que—acredito. Devemos olhar o substancial, que é o juramento, e não estar-se a cavillar palavras em que não pôde presumir-se sentido insidioso logo que as comparemos com a simplicidade illimitada em que Sua Magestade jurou a constituição, tal qual fizeram as côrtes. »

Outro deputado, querendo contrariar ao orador, disse: « O rei disse que approvava tudo quanto tinha feito seu filho, e isto é mais que quanto se pôde dizer, e é mais do que uma provocação, porque é um acto pessoal. »

Continuando as questões banaes decidirão que em lugar de usar-se no tratamento do soberano dos termos—rei nosso senhor—se empregassem os termos—rei constitucional.

OS NEGOCIOS POLITICOS VÃO-SE ENCAMINHANDO PARA A INDEPENDENCIA DO BRASIL.—CREÃO-SE AS JUNTAS PROVISORIAS.

O baile do dia 24 de Agosto de 1821 foi uma grande lição para o Principe Regente; revelou a Sua Alteza que os fluminenses meditavão em alguma cousa, e que essa não podia ser senão a substituição de seus direitos até então ultrajados pelo governo de Lisboa e por um punhado de soldados, que era no Rio de Janeiro seu lugar-tenente.

Mas infelizmente só mais tarde é que o Principe soube aproveitar a lição, porque então estava muito distraído pelos folgedos na quinta da Ponta do Cajú, e em outros lugares que os officiaes da divisão lhe procuravão, e sobre tudo pelos encantos que achava no centro da familia do general Jorge de Avilez, onde tudo lhe era franqueado com finissima graciosidade...

Vendo-se o Principe, porém, reduzido quasi ao governo do Rio de Janeiro, cujas finanças o conde de Louzan lhe mostrava que estavam no mais pessimo estado, e que não davão rendimentos sufficientes para sustentar o decoro da casa de um principe, nem a manutenção de tantos tribunaes e repartições publicas, como tinha o Rio de Janeiro, começou a insistir com seu pai para que desse providencias a respeito, e o chamasse para Lisboa, como se vê da carta de 2 de Setembro de 1821.

O exemplo dado pelo Rio de Janeiro quando jurou tumultuariamente as bases da constituição no dia 3 de Junho, e creou uma junta provisoria, repercutio em S. Paulo, a pretexto do juramento ás bases da constituição; elegou-se popularmente uma junta provisoria com ministros de Estado. Em Santos a tropa saqueou algumas casas e metteu a pique duas embarcações. Santa Catharina e Rio Grande do Sul seguirão o mesmo exemplo que S. Paulo.

As provincias do norte, que ainda não tinham juntas, as elegêrão popularmente. A capital da Bahia, sem consultar a vontade da provincia, requereu ao congresso de Lisboa que quieria ficar separada das outras provincias do Brasil e depender directamente do governo portuguez. Minas-Geraes tambem depoz e formou a sua junta provisoria.

A provincia das Alagoas em 11 de Julho de 1821 formou a sua junta provisoria, e foi a primeira provincia que negou obediencia ao governo das côrtes, e mandou um deputado seu render preito e homenagem a S. A. o Principe Regente.

Em S. Paulo tudo correu bem, porque o povo, tendo muita confiança no illustre sabio José Bonifacio de Andrada e Silva, delegou nelle a faculdade de eleger os membros da junta provisoria.

O Principe Regente, na carta que escreveu ao rei seu pai, com data de 17 de Julho de 1821, diz que o socorro que houve em S. Paulo por occasião da eleição da junta provisoria foi devido a José Bonifacio, de quem elogia a prudencia e sabedoria.

A junta eleita mandou uma deputação compri-mentar o Principe Regente e certificar a Sua Alteza que a provincia de S. Paulo permanecia unida ao Rio de Janeiro e obediente ao Principe, mas que o seu estado financeiro não lhe permitia mandar por enquanto dinheiro para a côrte. Este acto de submissão agradou ao Principe Regente, como se vê da mencionada carta de 17 de Julho.

No dia 30 partio a commissão dos membros da junta de S. Paulo, composta do coronel Antonio Leite e do tenente-coronel Antonio Maria Quartin.

O SENADO DA CAMARA PROJECTA UM MONUMENTO NO LARGO DO ROCIO, QUE PERPETUE A MEMORIA DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 1821.

No dia 26 de Fevereiro de 1822 se affixou nos lugares publicos desta côrte a seguinte

#### Noticia.

« Qual será o emblema mais nobre, duradouro e simples, que, levantado em monumento eterno no Rocio desta cidade, leve aos ultimos dias da posteridade a memoria sempre veneranda do faustissimo dia 26 de Fevereiro de 1821, primeiro da regeneração politica do Brasil? »

« Eis o trabalho glorioso, para quem dignamente o desempenhar, que o senado da camara, identificando-se com os votos do povo constitucional, que tem a fortuna de representar, propõe aos cidadãos amantes da constituição e da patria, hoje que o Brasil e toda a nação portugueza celebra com jubilo o sagrado anniversario do maior de todos os dias. »

« Logo que o importante plano deste monumento, representativo da liberdade pela constituição, tiver chegado ás mãos do mesmo senado, cuidará este de obter que se decrele; e solicitará dos verdadeiros patriotas os fundos necessarios para a sua mais prompta, e efectiva execução. Rio de Janeiro, 26 de Fevereiro de 1822.—José Clemente Pereira. »

O SENADO DA CAMARA PEDE MUDANÇA DE NOME PARA O LARGO DO ROCIO

« O senado da camara desta cidade faz saber que, pela secretaria de Estado dos negocios do reino, lhe foi dirigida uma portaria do theor seguinte:

« Manda Sua Alteza Real o Principe Regente, pela se-

cretaria de Estado dos negocios do reino, participar á camara desta cidade que, sendo-lhe presente o seu officio de 26 de Fevereiro deste anno, dirigido a rogar-lhe que em memoria dos gloriosos acontecimentos do dito dia, no anno de 1821, ordenasse que o Rocio desta cidade se denominasse — Rocio da Constituição: — ha por bem que tenha o titulo de — Praça da Constituição — para que se perpetue, por mais este motivo, na lembrança da posteridade o fausto dia em que o Brasil recebeu o primeiro seguro penhor da sua felicidade permanente. Palacio do Rio de Janeiro, em 2 de Março de 1822. — José Bonifacio de Andrada e Silva. — Cumpra-se e registre-se. Rio, em vereação de 6 de Março de 1822. — Pereira. — Bulhões. — Pereira da Silva. — Vianna. — Xavier.

« E para constar e mandou publicar e affixar o presente edital. Rio, em vereação de 6 de Março de 1822. — José Martins Rocha. »

Para se mudar o nome de uma praça o senado da camara em 1821 pediu ao poder competente um decreto, affim de perpetuar um acontecimento tão grandioso como era o do juramento da constituição portugueza, que antevia a independencia do Brasil (\*). Não o fez por si, porque a mudança do nome de uma rua ou de uma praça importa uma perturbação na vida social, e só por um grande acontecimento esta mudança pôde ter lugar.

No 1º tomo da 2ª parte da minha *Chorographia* fiz a historia da fundação do Rio de Janeiro, e o historico de cada uma de suas ruas, as chacaras por onde passarão e os diferentes nomes que tiveram; e hoje com as mudanças indiscretas daquelles nomes, que recordão factos importantes e tradicionais da nossa existencia passada, prova-se que nas nossas cousas não ha criterio.

A rua dos Latoeiros, por exemplo, revelava á posteridade que as artes no Rio de Janeiro florescerão, e que naquella rua só habitavão artistas desse genero, e no entanto apagou-se-lhe o titulo para se dar o de Gonçalves Dias, que não passa de um poeta de segunda ordem, e que plagiou em suas produções a diferentes poetas allemães e francezes. Que se desse ás novas ruas e praças nomes de pessoas importantes que illustrarão o paiz com as letras e com as armas, ou fundações, concordo eu. como concordão os homens sensatos; porém desfazer o que estava feito com discernimento, e que exprimia um pensamento tradicional, é o que se não pôde tolerar sem grave censura.

Antonio de Moraes e Silva e Webster (dons americanos) doutarão a Portugal e á Inglaterra com os primeiros e melhores dictionarios das respectivas linguas. Webster recebeu ainda em vida os reconhecimentos de seus concidadãos, e Antonio de Moraes e Silva nem ao menos se sabe onde descansão os seus restos mortaes. A Gonçalves Dias e outros se consagrão as ruas; ao mestre da lingua portugueza, a ingratidão e o esquecimento.

**RATIFICAÇÃO DA ACLAMAÇÃO DO PRINCEPE REGENTE, PROTECTOR E DEFENSOR PERPETUO E CONSTITUCIONAL DO IMPERIO DO BRASIL.**

*Termo de vereação de 13 de Maio de 1821*

« Aos 13 dias do mez de Maio de 1822, nesta cidade do Rio de Janeiro e paço de S. A. Real, aonde o senado da camara desta cidade veio a requerimento do povo da

mesma, e tropa da 1ª e 2ª linha, que se achavão reunidos no largo do Paço, pelo povo e tropa sobredita foi representado ao mesmo senado da camara que tinham acabado de acclamar a S. A. R. o Principe Regente protector e defensor perpetuo e constitucional do reino do Brasil, e que requerião que o senado, em nome do povo desta cidade, ratificasse a sobredita acclamação, e de tudo para constar manda-se lavrar as actas necessarias. E sendo apresentado a S. A. Real a expressa representação do povo e tropa pelo senado da camara, houve o mesmo senado por bem declarar que *oestava, e continuaria a desempenhar, como até aqui, o titulo que o povo e tropa desta corte lhe conferido.*

« E logo sendo esta declaração de S. A. Real publicada de uma das varandas do paço pelo juiz de fóra presidente do senado da camara, foi a mesma applaudida pelo povo e tropa, que estavam presentes com os seguintes vivas, que o sobredito presidente do senado da camara levantou pela ordem seguinte: — Viva el-rei constitucional. — Viva o Principe Regente, protector e defensor perpetuo e constitucional do reino do Brasil. — Viva a Princeza Real — Viva a constituição. — Vivão as côrtes. — E de tudo, para constar, se mandou lavrar este termo, em que assignou S. A. Real, o senado da camara, povo e tropa, que estavam presentes. E eu José Martins Rocha, escrivão do senado da camara, que o escrevi. — PRINCEPE REGENTE CONSTITUCIONAL E PERPETUO DEFENSOR DO REINO DO BRASIL. — José Clemente Pereira. — João Soares de Bulhões. — Domingos Vianna Gurgel do Amaral — José Antonio dos Santos Xavier.

« Está conforme. — José Martins Rocha. »

**O PRINCEPE DÁ CONTA A EL-REI SEU PAI DOS ACONTECIMENTOS DO DIA 5 DE JUNHO**

Já não estando o Principe satisfeito com a tropa desde o seu máo comportamento no dia 5 de Junho, escreveu a seu pai a seguinte carta, datada de 8 de Junho, contando-lhe todas as occurrencias:

« Meu pai e meu senhor. — Tendo eu procurado satisfazer aos vassallos de Vossa Magestade, naturaes deste paiz, como Vossa Magestade pôde calcular pelos papeis que tive a honra de remetter a Vossa Magestade, e igualmente, tendo-o alcançado de todo, só o não pude alcançar de alguns officiaes do batalhão n. 3, que se tem portado mui mal, assentando que a constituição é e deve ser proclamada a força armada (estes são João Chrysostomo, Peixoto, o capitão Sá, o Garcez, e o José Maria do n. 11). a ponto de peitarem os soldados para fazerem jurar as bases constitucionaes portuguezas, ou por bem ou por mal, não tendo eu nada contra isso, mas só por fazerem o acto seu, o que as côrtes seguramente reprovarão; porque eu ia caminhando, como se prova dos papeis todos feitos, para anticipar os bens da constituição, muito mais tendo dito ás côrtes que as bases não regerão no Brasil sem pelos seus deputados ser expressa a sua vontade, que seguramente será a mesma.

« Eu tinha-o sabido oito dias antes, e disse a João Chrysostomo que eu sabia isto assim e assim, ao que me respondeu que era intriga.

« No dia 4 fui á caça á Santa-Cruz, e, já suspeitando que a divisão auxiliadora me queria fazer um requerimento para eu consentir que se juntassem para jurarem as bases, vim; e no outro dia, ás 5 horas da madrugada, montei a cavallo, e fui ao batalhão n. 3 para vêr se elles me pedião alguma cousa sobre isto; mas vendo na porta do Sá escripto com giz — capitão Sá — logo suspeitei que elles querião fazer o acto só seu, e não penitente do governo, que para mais constitucional só a mesma constituição.

« Cheguei á porta do Sá e chamei-o; veio elle com olhos de somno, mas de somno fingido: disse-lhe que eu era sabedor que elle tinha posto proclamação, e era o amotinador e perturbador do socego publico por andar met-

(\*) Por exemplo, a uma ordem terceira desta corte se fez doação de uma casa, cuja rua se ignora pela mudança de nome que tem soffrido!



tendo medos com o batalhão ao povo que é de si mui socorrido

« Subi, e logo tocou a chamada: pegarão em armas; forão de *marcha-marche* pela rua Direita abaixo unirem-se com o n. 11; mas a gente da cidade está tão de má fe com estes corpos, que assentou que era um saque, e tudo se fez em casa e se armou contra, o que ainda hoje estão.

« Eu vim para a chacara para o despacho: às 8 horas chegando, mandei o Paula falar ao Jorge para elle pedir a sua demissão, para vêr se com isto socorria a tropa, que estava mal com elle por causa de uma ordem do dia que elle tinha publicado. Quando o Paula lá chegou estava já tudo em armas, e disse-lhes que eu dava demissão ao general, mas como elles já lhes tinham tomado o folego não quizerão.

« Voltando o Paula mandei vir o cavallo e fui ao Rocio. Chegando, vieram todos os officiaes com o general á testa, e eu lhes perguntei: Quem é que falla aqui? A isto ficão um tanto sobresaltados, e eu repeli: Quem falla? Disse o general: Eu pela tropa. — Que querem? Disse elle: Jurarmos as bases constitucionaes portuguezas.

« Respondi: Não tenho duvida; mas só o que sinto é que hajão homens que assenteem que eu não tenho palavra, tanto politica como religiosa; tenho eu jurado *in totum*, tanto por minha vontade, a constituição, tal qual as câdres fizerem; mas a mim não me fica mal, mas sim a quem duvida da palavra de um principe, compromettida por um juramento, cousa para mim tão sagrada: eu vou já, vamos todos.

« Fui para a sala do theatro, e dizendo-me o Peixoto que era preciso que todos jurassem as bases eu lhe respondi: Eu não juro sem saber a vontade do povo que estou governando, porque a tropa é uma parte na nação; por isso não vale de nada querer sem saber a vontade do povo para então deliberar. Para a saber mandei convocar os eleitores de provincia, não como eleitores, porque já elegêrão os deputados, mas como homens que se sabia que tinham a confiança publica: elles assistirão, o que eu estimei muito.

« Depois appareceu o padre José Narciso, que foi capellão do conde de Villa Flor, interpretando a vontade do povo e tropa, eu lhes disse que convocasse dous officiaes de cada corpo para que de commun accordo com os ex-eleitores de provincia assentassem na forma porque haviao de fazer a junta provisoria que elles pretendião; mas deixarão-me crea-la, e eu mandei tudo, sempre deitando-me de fóra.

« Despedi o conde dos Arcos em attenção a representações, e pedirão-me que elegesse outro, quem eu quizesse. Elegi Pedro Alvares Diniz, que eu estimarei que seja do accordo de Vossa Magestade, e disse-lhes por fim: Arranjem-se desta vez como bem lhes parecer, porque eu terceira vez não venho cá, e Deus sabe para onde eu irei! A isto forão sensiveis; e então fiz o decreto da criação da junta, de um rasgo de penna, pela minha mão, com as obrigações que diz o decreto, pelas quaes são responsaveis pela sua conduta activa e passiva as câdres; eu do nada, senão a Vossa Magestade como filho.

« Peço incessantemente a Vossa Magestade que em câdres mostre ou mande mostrar esta carta para bem geral, e necesse da minha parte esta divisão auxiliadora de insubordinada por querer alterar a forma do governo legalmente eleito por Vossa Magestade (com o pretexto de eu ter legislado, quando eu o que tenho feito é o haver adiantado os bens constitucionaes, aviventando leis adormecidas e cousas que a constituição tão cedo não podia obviar, e que erão de grande necessidade e utilidade para a sustentação dos povos, assim como o perirão dos direitos do sal, etc.), e ao mesmo tempo fazê-la render quanto antes, porque ella arrogou a si poderes que só a força lhe dá e não direito algum.

« Depois de eu saber que o voto do povo era aquelle, não por medo, mas por convicção propria, jurei as bases por mim já conjuradas quando jurei a constituição *in totum*; todos os mais jurarão. Eu fui jantar á chacara ás 5 horas e meia da tarde; fui ás 8 ao theatro, onde houve-

ram os versos mais respeitosos possiveis á Vossa Magestade e a mim, de forma que immediatamente os mandei pedir ao Berquó para os mandar imprimir, porque erão dignos visso: Immensoas vivas á Vossa Magestade, a mim e á constituição.

« Houve o hymno constitucional composto por mim, com poesia minha, e a opera *O Engano Feliz* de Rossini, e a dança *A Recruta na Aldea*. E o que posso informar a Vossa Magestade, como vassallo fiel e filho obediensissimo que lhe beija a mão.

« Deos guarde a preciosa vida de Vossa Magestade como todos o hão mister, e igualmente este seu vassallo fiel e filho obediensissimo. — Pedro.

« Rio de Janeiro, 8 de Junho de 1821.

« P. S. Estimarei que esta ache a Vossa Magestade em tão perfeita saude como eu estou, a princeza e os dous fillos; a menina todos os dias falla no avô: já anda sotia; o menino já sustem a cabeça, e está maior e mais forte do que a menina era desta idade. »

Mesmo assim cheio de receios por causa da divisação lusitana, ainda a tempo conheceu o Principe o estado a que estava reduzido. Os patriotas do Rio de Janeiro, quer os nascidos em Portugal e quer no Brasil, viviao em combinações, e em constantes communicações com as provincias de S. Paulo e Minas, e a troca de idéas e sentimentos se faziao a cada passo.

#### A MAÇONARIA NO RIO DE JANEIRO SE REORGANISA PARA TOMAR PARTE NOS NEGOCIOS DO BRASIL (\*)

A loja maçonica *Commercio e Artes*, que se havia installado na rua da Pedreira da Gloria em casa do Dr. Vahia, em 1815, foi amortecida pelas perseguições da policia, depois da partida do rei para Portugal. Em 24 de Junho de 1821 foi de novo installada em casa do capitão de mar e guerra José Domingues de Athayde Moncorvo, sita á rua do Fogo e esquina da das Violas, em consequencia dos acontecimentos dos dias 26 de Fevereiro, de 20 e 21 de Abril; e em 3 de Junho reerguen as suas columnas abatidas.

A esta sociedade secreta se reunirão todos os homens de importancia da côrte e provincia do Rio de Janeiro, e o seu numero já era tão grande no começo do anno de 1822, que forçoso era dividi-la em outras, o que effectivamente acontecen, creando-se mais duas lojas politicas, intituladas *União e Tranquillidade* e *Esperança de Nicherroy*, e com estas tres lojas organisou-se o grande oriente do Brasil.

#### Loja Commercio e Artes.

Veneravel, Manoel dos Santos Portugal.

1.º Vigilante, Thomaz José Tinoco de Almeida.

2.º Vigilante, Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto.

Orador, padre-mestre Fr. Francisco de Santa Theresa Sampaio.

Secretario, Domingos Alves Branco Muniz Barreto.

(\*) Tendo desaparecido o grande livro das actas do Grande Oriente, e os primeiros das lojas *Commercio e Artes*, etc., por minha diligencia pude saber exstrem em poder de um filho do brigadeiro D. A. Branco Muniz Barreto, em Angra do Reis, e consigui que elles fossem recolhidos ao Grande Oriente do Brasil, ao Lavradio. Como desejava dellas um documento official e authenticco, requeri ao respectivo grão-mestre marquez de Abrantes, que mandou passar a certidão acima pelo chefe da grande secretaria Ruy Germack Possolo, documento que transcrevi no n. 46 e 47 do « Brasil Historico » do anno de 1864.

Theouzeiro, Antonio José de Souza.  
Mestre de cerimonia, Joaquim Nunes de Carvalho.  
Experto, Guilherme Cypriano Ribeiro.  
Cobridor, Pedro Orsini Grimaldi.

Membros: O cirurgião-mór Francisco Mendes Ribeiro, João Mendes Vianna, João Ewbank, Thomaz Soares de Andrade, Francisco Xavier Ferreira, Joaquim José Ribeiro de Barros, Francisco Antonio Rodrigues, conego Belchior Pinheiro de Oliveira, Francisco Bibiano de Castro, José de Almeida Saldanha, Manoel José de Oliveira, Manoel Joaquim Corrêa da Silva, Joaquim Ferreira Franco, Francisco da Silva Leite, João Fernandes Thomaz, Ignacio Joaquim de Albuquerque, Antonio Corrêa Picanço, padre Januario da Cunha Barbosa, João Francisco Nunes, Luiz Pereira da Nobrega de Souza Coutinho, João Pedro de Araujo Saldanha, Manoel Carneiro de Campos, Manoel da Fonseca Lima e Silva.

#### *Loja União e Tranquillidade.*

Veneravel, Albino dos Santos Pereira.

1.<sup>o</sup> Vigilante, José Joaquim de Gouvêa.

2.<sup>o</sup> dito, Joaquim Valério Tavares.

Orador, José Clemente Pereira.

Secretario, José Domingues de Athayde Moncorvo.

Theouzeiro, José Cardoso Netto.

Mestre de ceremonias, João José Dias Camargo.

Experto, Francisco de Paula Vasconcellos.

Cobridor, Manoel Joaquim de Menezes.

Membros: João Luiz Ferreira Drummond, Domingos Alves Pinto, Luiz Manoel de Azevedo, José de Souza Teixeira, João Miltão Henriques, Francisco José dos Reis Alpoim, Manoel Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio, Samuel Wook, João da Costa Silva, José Joaquim dos Santos Marrucos, Antonio dos Santos Cruz, Miguel de Macedo, José Joaquim dos Santos Lobo, José Ignacio Albernaz, João Antonio Pereira, Euzébio José da Cunha, padre Manoel Telles Ferreira Pitta, Cypriano Lerico, João da Silva Feijó, João Bernardo de Oliveira Barcellos, Joaquim Gonçalves Lodo, Luiz Cyriaco, Domingos José de Freitas.

#### *Loja Esperança de Nichteroy.*

Veneravel, Pedro José da Costa Barros.

1.<sup>o</sup> Vigilante, Ruy Germaek Possollo.

2.<sup>o</sup> Vigilante, José Maria da Silva Bittencourt.

Orador, Dr. João José Vahia.

Secretario, João Antonio Maduro.

Theouzeiro, João da Silva Lomba.

Mestre de ceremonias, Francisco Julio Xavier.

Experto, Manoel Innocencio Pires Camargo.

Cobridor, padre João José Rodrigues de Carvalho Colleta.

Membros: José Rodrigues Gonçalves Valle, Innocencio de Azeite Vasconcellos, Herculanio Octaviano Nuzzi, José Bonifacio de Andrade, Fr. Carlos das Mercês Michel, Luiz Pereira da Silva Manoel, Manoel Gaspar Moreira, Dr. José da Cruz Ferreira, João Ribeiro de Castro Braga, Antonio José da Langa, Fernando José de Mello, Francisco das Chagas Ribeiro, Guilherme Thompson, Belarmino Ricardo de Serqueira, Manoel José da Silva Souza, José da Cunha Santos, Manoel Joaquim de Oliveira Alves, Francisco Antonio Leite, Ricardo Alves Villela, Ignacio José de Araújo, Luiz Manoel Pinto Lobato.

Assim constituídos trataram da eleição dos membros do Grande Oriente, e em assembleia geral, presidida pelo veneravel da loja mãe Commercio e Artes João Mendes Vianna, se procedeu à eleição no dia 28 de Maio de 1822, sendo por maioria de votos eleitos:

Grão-mestre da ordem, o conselheiro José Bonifacio Andrade e Silva.

Grão-mestre adjunto e lugar tenente, o marechal Joaquim de Oliveira Alves.

1.<sup>o</sup> grande vigilante, Joaquim Gonçalves Lodo.

2.<sup>o</sup> grande vigilante, o capitão João Mendes Vianna.

Grande orador, o padre-mestre Januario da Cunha Barbosa.

Grande secretario, o capitão Manoel José de Oliveira.

Grande chanceler Francisco das Chagas Ribeiro.

Promotor-fiscal, o coronel Luiz Pereira da Nobrega de Souza Coutinho.

Grande experto, Joaquim José de Carvalho.

Grande cobridor, João da Rocha; e outros grandes officiaes indispensaveis aos trabalhos da grande officina maçonica.

As tres lojas metropolitanas tiveram a seguinte classificação:

1.<sup>o</sup> Commercio e Artes.—Seria a loja mãe, representando a idade de ouro.

2.<sup>o</sup> União e Tranquillidade.—Symbolizando o dia 9 de Janeiro, afim de perpetuar as palavras do Principe Regente, quando disse: « Se é para bem de todos e felicidade geral da nação diga ao povo que fico, e recommendo *união e tranquillidade*. »

3.<sup>o</sup> Esperança de Nichteroy.—Symbolo da projectada independencia politica do Brasil.

A posse dos membros do Grande Oriente deveria ser em um espaçoso edificio que existia no porto do Meyer, na Praia-Grande, pela conveniencia da localidade; e na vespera do dia 24 de Junho de 1822 para alli partirão o major do corpo de policia Manoel dos Santos Portugal, João da Silva Lomba, Antonio José de Souza, com todos os arranjos para a posse e banquete, e na manhã do dia 24, depois do almoço, foram empousados os grandes officiaes, terminando pela festa e banquete, que se deu com todas as formalidades do rito maçonico.

Convindo na cidade um edificio para os trabalhos das tres lojas, e para as sessões do Grande Oriente, alugou-se o sobrado n. 4 da rua do Conde da Cidade Nova, hoje rua do conde d'Eu, onde foram admittidas nas differentes officinas todas as pessoas de importancia do Rio de Janeiro.

O unico que ainda restava ser maçon era o Principe Regente D. Pedro de Alcantara, e na sessão de 2 de Agosto o grão-mestre José Bonifacio o propoz e foi unanimemente accito, sendo logo recebido, conduzido por João Martins Lourenço Vianna (hoje conselheiro) e iniciado nos mysterios da ordem, recebendo o pseudonimo de Guatimosim. No dia 5 foi proposto pelo 1.<sup>o</sup> vigilante Joaquim Gonçalves Lodo para o grão de mestre o illustre irmão aprendiz Guatimosim.

LUIZ DO REGO BARRETO LEVA UM TIRO EM PERNAMBUCO NO DIA 21 DE JULHO DE 1821.\*

Em 6 de Agosto de 1821 o governador de Pernambuco Luiz do Rego deu conta em uma carta ao seu governo acerca do tiro que lhe d'spararão em 21 de Julho de 1821 na ponte da Boa-Vista, a qual é acompanhada dos officios e representações

\* No dia 21 de Julho de 1821 o general Luiz do Rego levou um tiro de pistola, ao qual ficou gravemente ferido. No combate tenido, entre as tropas do general Luiz do Rego e as liberais de Pernambuco no dia 5 de Outubro, junto à cidade de Olinda, resultou a capitulação que o mesmo Luiz do Rego offereceu e foi aceita. No dia 24 do mesmo Luiz do Rego embarcou para Portugal, deixando para sempre a provincia de Pernambuco.

que por aquella occasião lhe dirigirão os chefes e officiaes dos corpos, o corpo do commercio, e diversas autoridades e corporações, abonando a conducta do mesmo general.

Com ella chegaram a Portugal representações de algumas pessoas de Pernambuco, como fosse de José Thomaz de Campos Quaresma e outros, reclamando a assignatura que fizerão em uma representação a favor do general, o que tudo foi apresentado às côrtes e remetido á respectiva commissão militar.

A 1.ª de Outubro aportou ás praias do Tejo, com uma viagem crescida e desmantelado pelos ventos, o brigue *Integra*, com 42 victimas sacrificadas aos furores de Luiz do Rego. Qual erão os crimes desses infelizes, remettidos presos em um navio, á maneira da escravatura da costa d'Africa? Erão accusados de pretenderem a independencia do Brasil!

A maior parte desses infelizes tinha declarado a sua opinião a respeito do systema constitucional. Luiz do Rego por tres vezes mudou a fórma do governo, nunca querendo fazer um governo provisório. Nomeava conselheiros; estes não acceitavão, e elle enganava o povo, dizendo, que todos se tinham prestado para o que elle queria, quando tudo era falso.

O governo feito em Pernambuco no dia 29 de Agosto era monstruoso por ter sido installado á força pelas armas dos addidos do general Luiz do Rego só para o manter alli.

Uma carta datada de Pernambuco em 30 de Agosto, dirigida ao deputado Francisco Muniz Tavares por Justiniano Antonio da Fonseca, em que diz haver assignado por violencia a representação que se fez a favor de Luiz do Rego, foi apresentada tambem ás côrtes.

A junta provisoria do governo de Goyana recusou reconhecer o conselho constitucional governativo e provisório da provincia de Pernambuco, declarando a sua sujeição immediata ao governo de Portugal e ás côrtes por evitarem os despotismos de Luiz do Rego.

CHEGA AO RIO DE JANEIRO NO DIA 9 DE DEZEMBRO O BRIGUE —INFANTE D. SEBASTIÃO— COM OS DECRETOS PARA A RESTAURAÇÃO DO PRINCEPE REGENTE DO RIO DE JANEIRO.

No dia 9 de Dezembro de 1821 entrou, procedente de Lisboa, o brigue de guerra *Infante D. Sebastião*, sendo portador de noticias que devião sem duvida sublevar e accelerar a sua independencia. Estas noticias forão confirmadas pela presença de dous decretos sancionados por el rei; forão recebidos pelo Principe á tarde do mesmo dia 9. Ambos os decretos trazião a data de 29 de Setembro de 1821.

O primeiro, sob o n. 124, regulava o modo de governar o Brasil e mandava crear uma junta de governo eleita por electores de parochia em cada provincia. Estas juntas devião ser eleitas dous mezes depois da recepção do decreto que as mandava eleger. As suas attribuições erão meramente civis. Cada um devia corresponder-se e receber directamente as ordens dos respectivos secretarios de Estado de Portugal. O governo militar era encarregado a officiaes portuguezes nomeados pelo governo de Lisboa.

O segundo decreto de n. 125 determinava que o Principe Regente deixasse o Brasil e fosse viajar

incognito pela Europa, ficando as provincias do Brasil fazendo parte das de Portugal sem centro algum, e administradas por governos provisórios dependentes do governo central de Lisboa.

Esta noticia surpreendeu a todos por não ser mais possível que o reino do Brasil, independente pelo seu caracter e sómente unido a Portugal pelas circunstâncias, tendo sido metropoli, passasse como nos tempos primitivos á humilde condição de colonia portugueza.

Mas, não obstante os protestos dos deputados do Brasil, a paixão politica cegava a maioria das côrtes, produzindo no Rio de Janeiro os seus effectos. Eis os decretos:

#### Artigos do officio.

« D. João, por graça de Deos e pela constituição da monarchia, rei do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves de aquem e de alem-mar, em Africa, etc. Faço saber a todos os meus subditos que as côrtes decretarão o seguinte:

« As côrtes geraes extraordinarias e consultivas da nação portugueza, havendo prescripto o conveniente systema de governo e administração publica da provincia de Pernambuco por decreto do 1.º do presente mez, e reconhecendo a necessidade de dar as mesmas e outras semelhantes providencias a respeito de todas as mais provincias do Brasil, decretão provisoriamente o seguinte:

« 1.º Em todas as provincias do reino do Brasil, em que até o presente havia governos independentes, se crearão juntas provisórias de governo, as quaes serão compostas de sete membros naquellas provincias que até agora erão governadas por capitães-generaes, a saber: Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, S. Paulo, Rio-Grande do Sul, Minas-Geraes, Mato-Grosso e Goyazes; e de cinco membros em todas as mais provincias em que até agora não havia capitães-generaes, mas só governadores, incluídos em um ou outro numero o presidente e secretario.

« 2.º Serão eleitos os membros das mencionadas juntas por aquelles electores de parochia da provincia que puderem reunir-se na sua capital no prazo de dous mezes, contados desde o dia em que as respectivas autoridades da mesma capital receberem o presente decreto.

« 3.º Serão nomeados os membros das juntas provisórias do governo entre os cidadãos mais conspícuos por seus conhecimentos, probidade e adhesão ao systema constitucional, sendo além disto de maioridade, estando no exercicio dos seus direitos e possuindo bastantes meios de subsistencia, ou proveimento de bens de raiz, ou de commercio, industria ou emprego.

« 4.º Será antes de todos elito o presidente, depois o secretario, e, finalmente os outros cinco ou tres membros, segundo a classificação expressa no art. 1.º, sem que tenha lugar a nomeação de substitutes. Poderá recahir a eleição em qualquer dos membros do governo que se achar constituído na provincia, bem como em qualquer dos electores, e quando for eleito algum magistrado, official de justiça ou fazenda, ou official militar, não exercerá seu emprego enquanto for membro do governo.

« 5.º O presidente, secretario e mais membros das juntas provisórias, além dos ordenados e vencimentos que por qualquer outro titulo lhes pertencerem, perceberão annualmente a quantia de 1.000\$ naquellas provincias que até agora tinham capitães-generaes, e 500\$ em todas as outras provincias.

« 6.º Para competindo ás juntas provisórias de governo das provincias do Brasil toda a autoridade e jurisdição na parte civil, economica, administrativa e de policia, em conformidade das leis existentes, as quaes serão religiosamente observadas, e de nenhum modo poderão ser revogadas, alteradas, suspensas ou de pensadas pelas juntas do governo.

« 7.º Todos os magistrados e autoridades civis são subordinados ás juntas de governo nas materias indifferentes ao poder judicial, excepto no que for relativo ao poder executivo e judicial, em cujo exercicio serão sómente responsaveis ao governo do reino e ás côrtes.

« 8.º As juntas ficarão ao procedimento dos empregados publicos civis, e poderão suspender os dos seus empregados quando commettão abusos de jurisdição, procedendo a informações e mandando depois formar-lhes culpa, termo de auto de feitura, que será remettida para ser julgado por ser ali julgado na forma das leis, dando as mesmas juntas immediata conta de tudo ao governo do reino para providencias como for justo e necessario.

« 9.º A fazenda publica das provincias do Brasil continuará

a ser administrada, como até ao presente, segundo as leis existentes, com declaração, porém, que será presidente da junta da fazenda o seu membro mais antigo (exceptuando o thesoureiro e escriptão, nos quaes nunca poderá receber a presidencia), e todos os membros da mesma junta da fazenda serão colectiva e individualmente responsáveis ao governo do reino e ás cortes por sua administração.

« 10. Todas as provincias em que até agora havia governadores e capitães-generaes terão daqui em diante generaes encarregados do governo das armas, os quaes serão considerados como são os governadores das armas das provincias de Portugal, ficando extincta a denominação de governadores e capitães-generaes.

« 11. Em cada uma das provincias, que até agora não tinham governadores e capitães-generaes, mas só governadores, será de ora em diante incumbido o governo das armas a um official de patente militar até coronel inclusivamente.

« 12. Vencirão mensalmente, a título de gratificação, os governadores das armas das provincias do Brasil, no caso do art. 10, a quantia de 200\$, e os commandantes das armas, nos termos do art. 11, a quantia de 50\$000.

« 13. Tanto os governadores de que trata o art. 10, como os commandantes das armas, na forma do art. 11, se regularão pelo regimento do 1.º de Julho de 1678 em tudo o que se não acha alterado por leis e ordens posteriores, suspenso nesta parte somente o alvará de 21 de Fevereiro de 1816. No caso de vacação ou impedimento passará o commando á patente de maior graduação e antiguidade que estiver na provincia, ficando para esse fim sem effeito o alvará de 12 de Dezembro de 1670.

« 14. Os governadores e commandantes das armas de cada uma das provincias serão sujeitos ao governo do reino, responsáveis a elle e ás cortes, e independentes das juntas provinciais do governo, assim como estas o são delles, cada qual nas materias da sua respectiva competencia, devendo os governadores e commandantes das armas communicar ás juntas, bem como estas a elles, por meio dos officios e mandados em termos civis e do estylo, quanto entenderem ser conveniente ao publico serviço.

« 15. Igualmente se entendem a respeito de Pernambuco qualquer das referidas providencias, que se não achem no decreto do 1.º do corrente, o qual fica ampliado e declarado pelo presente decreto.

« 16. As respectivas autoridades serão efectiva e rigorosamente responsaveis pela prompta e fiel execução deste decreto. Paço das côrtes, em 29 de Setembro de 1821.

« Portanto mando a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução do referido decreto pertencer, que o cumprão e executem tão inteiramente como nelle se contém. Dada no palacio de Queluz, em 1.º de Outubro de 1821.—El-rei, com guarda.—Joaquim José Monteiro Torres.

« Carta de lei, pela qual Vossa Magestade manda executar o decreto das côrtes geraes, extraordinarias e constituintes da nação portugueza, sobre o estabelecimento das juntas provinciais e governos das armas nas provincias do Brasil. Para Vossa Magestade vêr. Lourenço Antonio de Araujo a fez. »

« D. João, por graça de Deus e pela constituição da monarchia, rei do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves, de quem e de além-mar em Africa, etc. Faço saber a todos os meus subditos que as côrtes decretarão o seguinte:

« As côrtes geraes, extraordinarias e constituintes da nação portugueza, havendo decretado em data de hoje a forma de governo e administração publica das provincias do Brasil, de maneira que a continuação da residencia do Principe Real no Rio de Janeiro se torna não só desnecessaria, mas até indesejosa á sua alta gerarchia; e, considerando juntamente quanto convem aos interesses da nação que S. A. Real viaje por alguns paizes illustrados, afim de obter aquelles conhecimentos que se fazem necessarios para um dia occupar dignamente o throno portuguez, mandão respectivamente participar a el-rei que têm resolvido o seguinte:

« 1.º Que o Principe Real regresse e quanto antes para Portugal.

« 2.º Que S. A. Real, logo que chegue a Portugal, passe a viajar insequente ás côrtes e reinos de Hespanha, França e Inglaterra, sendo acompanhado por pessoas de todas as luzes, virtudes e adhesão ao systema constitucional, que para esse fim Sua Magestade houve por bem nomear. Paço das côrtes, em 29 de Setembro de 1821.

« Portanto mando que seja assim presente a todas as autoridades destes reinos e a todos os meus subditos para sua intelligencia. Dada no palacio de Queluz, em 1.º de Outubro de 1821.—El-rei, com guarda.—José da Silva Carvalho.

« Carta de lei, pela qual Vossa Magestade manda participar a todas as autoridades destes reinos e a todos os seus subditos o que as côrtes geraes, extraordinarias e constituintes da nação portugueza decretarão a respeito do regresso do Principe

Real para Portugal, e da sua viagem pelas côrtes de Hespanha, França e Inglaterra, como acima se declara. Para Vossa Magestade vêr. Gaspar Feliciano de Moraes a fez.—Manoel Nicoláo Esteves Negreiro.

« Foi publicada esta carta de lei na chancellaria-mór da corte e reino. Lisboa, 6 de Outubro de 1821.—D. Miguel José da Camara Maldonado. »

Com data do mesmo dia 9 de Dezembro foi lavrada a seguinte portaria que baixou em ordem do dia.

« Por ordem da commissão militar, que exerce o governo das armas desta corte e provincia, publica-se o que se segue:

#### Portaria.

« Manda o Principe Regente, pela secretaria de Estado dos negocios da guerra, participar á commissão militar, que exerce o governo das armas desta corte e provincia, que Sua Magestade el-rei, seu augusto pai, lhe fez saber que antes de partir a não D. João VI para o seu regresso a Portugal tem determinado fazer expedir, até fins de Novembro passado, dous batalhões de infantaria dos regimentos n.ºs 3 e 4, que devem render a divisão portugueza aqui destacada, e ordena S. A. Real que na ordem do dia de amanhã a mesma commissão militar assim o faça constar aos corpos da referida divisão.

« Paço, 9 de Dezembro de 1821 — Carlos Frederico de Paula.—Joaquim de Oliveira Alvares, ajudante-general. »

As disposições desses dous decretos são o complemento do pensamento que dirigio o manifesto da nação portugueza, ou antes da facção do *Synedrrio*, para justificar a revolução que ella tinha operado. Esse manifesto, datado de 15 de Dezembro de 1820, era o solenne brado de guerra contra o Brasil, concebido nestes termos:

« Toda a Europa sabe as extraordinarias circumstancias que no anno de 1807 forçãõ o Sr. D. João VI, então principe regente de Portugal, a passar com a sua real familia aos seus domínios transatlânticos. E posto que esta resolução de Sua Magestade se julgou então da mais reconhecida vantagem para a causa geral da liberdade publica da Europa, ninguém comtudo deixou de prever a critica situação em que ficava Portugal por esta ausencia do seu principe, e os factos ultteriores provirão demonstrativamente que esta providencia não era vã e temeraria.

« Portugal, separado do seu soberano pela vasta extensão dos mares, privado de todos os recursos de suas possessões ultramarinas e de todos os beneficios do commercio pelo bloqueio de seus portos, e dominado no interior por uma força inimiga, que então se julgava invencivel, parecia haver tocado o ultimo termo da sua existencia politica, e não dever mais entrar na lista das nações independentes.

« A ruina da sua povoação, começada pela emigração dos habitantes, que seguirão o seu principe ou procurarão escapar á suspeita desconfiança, ou á perseguição systematica do inimigo, augmentou-se pelas duas funestas invasões de 1809 e 1810, e pelas perdas inevitaveis de uma dilatada e porfiosa guerra de 7 annos.

« O commercio e a industria, que nunca podião devidamente prosperar sob a sombra benéfica da paz, da segurança e da tranquillidade publica, urhão sido não só desprezadas, mas até parece que de tudo destruidos pela illimitada franqueza concedida aos vasos estrangeiros em todos os portos do Brasil, pelo desastroso tratado de 1810, pela consequente decadencia das fabricas e manufacturas nacionaes, pela quasi total extincção da marinha mercante e de guerra, e por uma fúria absoluta de todo o genero de providencias, que protegessem e animassem estes dous importantissimos ramos de prosperidade publica.

« A sua povoação, já exhausta pelos motivos que ficam indicados, continuou a ser depauperada pela forçada remessa para o Brasil de alguns milhares de homens, que, depois de terem exposto as suas vidas pela patria e pelo throno, e de haverem merecido descansar em tranquilla paz no seio de suas familias, ou gozarem no seu paz natal o premio do seu zelo e valor, foram continuar na America do Sul os duros trabalhos da guerra, de uma guerra que, fazendo-se á tanta ha distancia de Portu-



gal, parece que sómente sobre este reino tem descarregado seus pesados golpes, atacando por muitos modos as fontes essenciais do seu vigor, e expondo-o ao mesmo tempo ás emperzas de uma nação vizinha e poderosa, sempre rival, e agora estimulada, e até (em sua opinião) ofendida e agravada.

« A industria não foi mais favorecida, nem era de esperar que a sua sorte fosse mais feliz. Os portuguezes virão e soffrão que as suas fabricas e manufacturas fossem destruidas e quasi de tudo aniquilladas; que os productos do seu trabalho não pudessem supportar a concorrência dos estrangeiros.

« A Providencia quiz favorecer o agricultor portuguez, abrindo em seu beneficio o seio ferudo da terra e dando-lhe annos de copiosa colheita; mas este mesmo favor do céu foi invalidado pelos erros dos homens.

« O numerario tinha desapparecido da circulação pela estagnação do commercio, pela ruina da industria, pelas avultadas sommas que todos os dias passavam sem retorno aos estrangeiros em troca dos gneros indispensaveis ao consumo da nação, e pelas continuadas remessas, exculares ou regulares, que se fazião para o Brazil, com differentes motivos e applicações, chegando a tal ponto a falta de gyro, e consequentemente a pobreza publicã, que, no meio da abundancia de pão, augmentada ainda por uma importação ex-cetiva e imprudentemente tolerada deste genero, o povo morria de fome, o lavrador desamparava as suas terras e os seus trabalhos, os a lambravam a geral penuria, e a cada momento se temia que a desesperação rompesse em tumultos, e que os tumultos degenerassem em mais completa e horrivel anarchia.

« Sobre estes males accrescêrão ainda as extraordinarias despesas de algumas expedições maritimas, destinadas a fornecer tropas á desastrosa guerra da America do Sul, e os continuos saques de moeda para soldo e manutenção da porção do exercito portuguez alli destacada, despezas que, sendo irrevo-gavelmente grandes sommas do gyro nacional, reduzião ao mesmo tempo a mais nociva influencia sobre o valor do dinheiro papel, cujo cambio se tornava de dia em dia mais desfavoravel e mais ruinoso.

« Em meio de tantas desgraças, que por espaço de 6 annos opprimirão os portuguezes em progressivo crescimento, e da de vez em quando se avivava em seus corações algum lume de esperança de que el-rei viria ao meio d'elles ouvir suas queixas, e dar o possível remedio a males tão pesados e oppressivos.

« Ella, porém, forse desvanecendo pouco a pouco, e o ministerio do Rio de Janeiro, que talvez desviava do animo de el-rei o pensamento de realizal-a, não soffria de máo grato que algum cidadão amigo da sua patria ousasse expôr ao publico as suas opiniões sobre este importante objecto, e mostrasse as vantagens de se restituir a Portugal a sede da monarchia.

« Desta maneira começião os portuguezes a desconflar do unico recurso e meio de salvação, que ainda parecia restar-lhes no meio da quasi total ruina da sua cara patria. A idéa do estado da colonia a que Portugal em realidade se achava reduzido affligia sobremaneira todos os cidadãos que ainda conservavão e prezavão o sentimento da dignidade nacional.

« A justiça era administrada desde o Brazil a povos fieis da Europa, isto é, desde a distancia de 2.000 leguas, com excessivas despesas e delongas, e quando a paciência dos vassallos estava já fatigada e exhausta de festuosas e talvez iniquas formalidades.

« Esta mesma distancia, difficultando as queixas dos povos ou dos individuos opprimidos, fazia mais ousada a iniquidade dos máos administradores da justiça, e dos infelizes depositarios de qualquer porção da autoridade publica. A torpe venalidade tinha corrompido tudo.

« Se os portuguezes não amassem e respeitassem o seu principe, e á sua augusta dynastia, com uma especie de amor e adoração quasi religiosa; se não quizessem receber da sua só justiça e beneficencia as reformas e melhoramentos publicos, que um tal estado de cousas imperiosamente exigia, mui facil lhes seria naquella epoca pôr limites ao poder ou ditar-lhe condições accomodadas a tão urgentes circumstancias.

« Elles não ignoravão seus direitos; a tendencia geral da opinião, dirigida pelas luzes do século e soberamente manifestada entre os povos mais civilizados da Europa, os convidava a fazer uso desses direitos, que os seus maiores haviam já reconhecido e exercitado em occasiões menos forçosas: o exercito victorioso e triumphante apoiaria tão justas pretensões, e a nação seria boje livre ou certamente menos desditosa. »

Neste manifesto, enunrando-se as causas dos soffrimentos de Portugal, era o objecto a abertura dos portos do Brazil ao livre commercio das nações. Ficou evidente que a revolução portugueza tinha por fim principal, curar os males que

estava soffrendo, reduzindo de novo o Brazil ao estado colonial, e que os dous decretos de 29 de Setembro erão o fundamento desse grandioso, mas arriscado projecto.

#### O PRINCIPE REGENTE MODIFICA O MINISTERIO E PROCLAMA AOS FLUMINENSES

O ministro Pedro Alvares Diniz, recusando referendar um decreto, pelo qual o Principe Regente exonrava a Antonio Pereira da Cunha do lugar de intendente-geral da policia pela—*sua indolencia, pouca actividade, e pouco amor e interesse pela constituição portugueza*, escrevia o Principe a seu pai tal respeito, dizendo: « Vendo que Pedro Alvares Diniz o não fazia e nem se atrevia, eu disse-lhe que gente covarde não deve servir empregos publicos e muito mais em tempo em que é necessario summa actividade; que, visto elle sei isto que eu dizia, fizesse o decreto da demissão para elle e de nomeação para Francisco José Vieira, que é um desembargador que veio de Gôa; parece activo, prudente e tem opinião publica: estimarei que mereça a approvação de Vossa Magestade (\*).

« Agora, ás 4 horas da tarde, continua o Principe, acabei uma proclamação bastante forte, mas assim necessaria, que mandei imprimir e que remetto della exemplares a Vossa Magestade.

« Neste momento recebi uma fatal noticia, dada por um brigue americano, de que a villa de Goyana, em Pernambuco, no começo de Setembro se tinha sublevado, mas que o governo de Pernambuco já tinha tomado medidas acerca do aronhecimento, e que da Bahia já tinham partido 40 homens entre portuguezes e bahianos. »

A sahida do ministerio do Pedro Alvares Diniz no dia 4 causou alguma sensação. Fallou-se então que existia um plano para exterminar a tropa portugueza e declarar o paiz independente. A' noite deste dia 4 o visconde do Rio-Sêcco, depois marquez de Jundiaby, prendeu em uma casa um forriel do regimento de cavallaria, que o fôra convidar para proteger com dinheiro a revolução que se preparava.

O Principe, na carta do dia 5, diz a seu pai que estando á noite no theatro recebeu parte que tinha sido agarrado em casa do visconde do Rio-Sêcco um cabo de esquadra do regimento de cavallaria, e que fôra seguro pelo visconde no acto de ir entregar uma proclamação em que o convidavão para entrar na desordem, e da qual tiuha fallado na carta do dia 4, que vinha a ser:

« A independencia tem-se querido cobrir comigo e com a tropa; com nenhum conseguio nem conseguirá, porque — a minha honra e a della é maior que todo o Brazil. Querião-me e dizem que me querem acclamar Imperador. Protesto a Vossa Magestade que nunca serei *perjuro*, que nunca lhe serei falso o que elles farão essa loucura, mas será depois do eu e todos os portuguezes estarem feitos em postas: é o que *juro* a Vossa Magestade, á nação e á constituição. »

O forriel ou cabo, no interrogatorio a que se procedeu accusou alguns officiaes do seu regimento, os quaes forão no dia seguinte postos em prisão. Instaurou-se o processo militar ao forriel ou cabo e aos officiaes. Isto deu que fazer ao Principe Regente, que foi por varias vezes ao quartel-general, afim de informar-se pessoalmente do estado do processo. O Principe deu tanta importancia a esta miseravel

(\*) Carta de 4 de Outubro de 1821.

prisão do cabo ou forriell, que fez della objecto das cartas dos dias 5, 6 e 9 de Outubro, mandadas ao rei em pai, com declaração que remetteria os culpados para Lisboa em um navio que já mencionava o nome (o brigue *Princesinha*).

No entanto vogou a opinião de que aquella prisão do forriell ou cabo era uma faixa da divisão auxiliadora, á qual o mesmo forriell se prestava por diuheiro. Este episcolio foi logo envolvido nos grandes acontecimentos que se foram succedendo, que ninguém mais delle fallou.

O que ficou de mais desagradavel em todos estes successos foi a *levandade* com que o Principe escreveu na carta do dia 4 de Outubro que os revoltosos o querião fazer imperador, mas que para isso era primeiro necessario matar a elle e a todos os portuguezes, e que jurava com o seu sangue que havia de ser sempre fiel. Estas palavras escreveu elle com sangue ou com tinta encarnada, o que causou grande hilaridade no congresso de Lisboa quando a referida carta ahi foi lida.

#### OS DEPUTADOS DE S. PAULO PARTEM PARA LISBOA

No dia 9 de Novembro os deputados de S. Paulo, que estavam a partir desta corte do Rio de Janeiro para Lisboa tiveram audiencia do Principe Regente: Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, depois de um eloquente discurso politico que dirigio a Sua Alteza, entrou com elle em animadissima conversação sobre os direitos que tinha o Brasil de pôr, como condição de sua união com Portugal, a igualdade de condição politica.

Antonio Carlos apresentou e explicou ao Principe o projecto que depois a deputação de S. Paulo offereceu no congresso de Lisboa para regular os negocios entre o Brasil e Portugal. As palavras de Antonio Carlos fizeram tão viva impressão no animo do Principe Regente, que, nesse mesmo dia, escrevendo a seu pai para referir a conversa que teve com Antonio Carlos, usa já de linguagem bem diversa daquella que elle havia empregado até então.

Dahi por diante o Principe parecia modificado, e a sua linguagem sem alteração mostrava que as palavras de Antonio Carlos o convencêrão de que era preciso seguir caminho certo e seguro.

#### OS DEPUTADOS DE S. PAULO LEVÃO INSTRUÇÕES DO GOVERNO PROVISÓRIO PARA SE CONDUZIREM EM RELAÇÃO AOS INTERESSES DO BRASIL.

« Tendo este governo official ás camaras da provincia para que remettem todas aquellas memorias, apontamentos que achassem conducentes ao bem geral e particular da mesma, e tendo a maior parte dellas satisfeito ás nossas desejos, o governo, depois de maduras examens sobre o seu conteúdo, e de serias reflexões sobre tudo o que pôde concorrer para a felicidade geral e particular da nação, tem a honra de encomendar seus votos nos seus dignissimos deputados para os communicarem quando convier ao soberano congresso nacional.

« Pelas bases da constituição, decretadas pelo soberano congresso, já ficão estabelecidos alguns dos artigos que mais importão á nação: restão, porém, varios outros, que merecem igual consideração.

« Conseqüentemente pelos que dizem respeito á organização de todo o Imperio lusitano; depois passaremos aos que dizem ao reino do Brasil, e acabaremos pelos que tocam a esta provincia em particular. Assim divi- liremos este papel em tres capitulos:

—negocios da união, negocios do reino do Brasil e negocios da provincia de S. Paulo.

« Esta nos parece ser a marcha que deve seguir o soberano congresso para completar o augusto projecto da nossa regeneração politica e reciproca união, objecto capital que requer de todo o bom patriota imparcialidade e boa fé, madureza e critica aguçada para que os laços indissolúveis, que hão de prender as diferentes partes da monarchia em ambos os hemispheros, sejam eternos, como esperamos, afluando ao reino unido, ao do Brasil e ás suas respectivas provincias, os seus competentes direitos e vantagens, o determinando o modo porque cada uma d'ellas deve concorrer para se conseguirem tão necessarios e faustissimos fins.

## CAPITULO I

### NEGOCIOS DA UNIÃO

« 1.º Integridade e indivisibilidade do reino unido, declarando-se que as nossas actuaes possessões em ambos os hemispheros serão mantidas e defendidas contra qualquer força externa que as pretender atacar ou separar.

« 2.º Igualdade de direitos politicos e dos civis quanto o permitir a diversidade dos costumes e territorio, e das circumstancias estatisticas.

« 3.º Determinar-se onde deve ser a sede da monarchia: se no reino do Brasil, tendo-se em vista as ponderosas considerações apontadas na memoria do Sr. Oliva, impressa em Coimbra, ou alternativamente pelas series dos reinados em Portugal e no Brasil, ou finalmente no mesmo reinado por certo tempo que se determinar, para que assim possa o rei mais depressa e por seu turno satisfazer reciprocamente as saudades de seus povos, que de já járdão conheço-lo e amar a sua augusta pessoa, como filhos amantes de seu pai commum.

« 4.º Parece conveniente que se estabeleçam leis organicas da união; por exemplo: 1.º sobre os negocios da paz e guerra, e seus tratados; 2.º sobre o commercio, tanto externo, como interno, que, sem tolher a liberdade de ambos os reinos, possa conciliar quanto possível fór seus reciprocos interesses; 3.º sobre a fundação de um thesouro geral da união differente dos thesouros particulares dos reinos de Portugal e do Brasil, do qual serão as despezas para a guerra, para a dotação annual do monarcha e sua real familia, e algumas outras indispensaveis, que se julgar deverem pertencer á união em geral, cujas quotas partes sabirão a pro rata das rendas publicas dos thesouros de ambos os reinos para o thesouro geral da nação.

« 5.º Parece-nos dever expôr ao soberano congresso que convem determinar melhor o § 22 das bases acerca da reformação ou alteração futura dos artigos da constituição, cuja reforma não deve pertencer ás côrtes ordinarias, mas a uma convenção particular, para a qual serão eleitos deputados particulares, com poderes especiaes para este unico fim, pois é pouco politico deixar nas mesmas mãos o poder extraordinarios de constituir, com o direito ordinario de legislar, segund uma constituição já estabelecida; por isso nos parece, no caso acima apontado, ser mais util e constitucional convocar uma convenção menos numerosa que as côrtes ordinarias, com poderes restrictos a este unico fim, a qual deve obrar debaixo do escudo e protecção das côrtes ordinarias.

« 6.º Pois que a constituição tem um corpo para querer ou legislar, outro para obrar e executar, e outro para applicar as leis ou julgar, parece preciso para vigiar estes tres poderes, a fim que nenhum faga invasões no territorio do outro, que haja um corpo de censores, de certo numero de membros eleitos pela nação do mesmo modo que os deputados em côrtes, cujas attribuições serão: 1.º conhecer de qualquer acto dos tres poderes que seja inconstitucional, cujo juizo final se faça perante um grão jurado nacional, que será nomeado pelo corpo de censores em numero igual d'entre os deputados de côrtes, conselheiros de Estado e do tribunal supremo de justiça; 2.º verificar as eleições dos deputados em côrtes antes que entrem em funcção; 3.º fazer o mesmo a respeito dos conselheiros de Estado, cujo conselho será composto de membros nomeados pelas juntas eleitoras de provincias, depois das eleições dos deputados, nomeando pelo menos cada provincia, segundo a sua povoação, um conselheiro de Estado, que servirá por certo tempo, e se renovará por metade ou terço tirados a sorte. Esses conselheiros serão nomeados em numero igual pelo reino de Portugal e Estados ultramarinos, seja qualquer a povoação actual ou futura dos Estados da união; 4.º finalmente pronunciar a suspensão dos ministros do poder executivo e dos magistrados a requerimento das côrtes ordinarias, etc., etc.

« 7.º Para que haja justiça e igualdade nas decisões das côrtes geraes e ordinarias da nação portugueza parece necessario que os seus deputados, tanto do reino de Portugal, como do

ultramar, serão sempre em numero igual, qualquer que seja para o futuro a população dos Estados da união. Esses deputados poderão ser reelegíveis para as outras legislaturas, porque convém que sempre haja no corpo legislativo homens com experiencia e que vigiem pela conservação da sua propria obra. Esta reelegibilidade, porém, poderá cessar por algumas legislaturas se se adoptar o renovar os deputados pela metade em cada dois annos, tirando os que devem sair á sorte, com tanto que desta metade que deve sair seja uma parte igual dos deputados do reino de Portugal, e outra dos deputados dos Estados ultramarinos.

## CAPITULO II

## NEGÓCIOS DO REINO DO BRASIL.

« 1.º A declaração das attribuições e poderes que lhe competem na categoria de reino por si, e das relações e obrigações em que deve estar para com o Imperio portuguez.

« 2.º Parece conveniente que se estabeleça um governo geral executivo para o reino do Brasil, a cujo governo central estejam sujeitos os governos provinciaes, determinando-se os limites dessa subordinação.

« 3.º Este governo geral de união central do Brasil será organizado por emanção e delegação dos eleitores do povo e do poder supremo executivo, e nos parece conveniente que no tempo em que a sede da monarchia e das côrtes não existir no Brasil seja sempre presidida a regencia pelo príncipe hereditario da corôa.

« 4.º Que esta regencia ou governo geral do Brasil, quando a sede da monarchia não existir nelle, tenha o direito de fazer demarcar exactamente as raias das provincias do reino do Brasil nos limites da America Hespanhola e colonia de Cayenna, assim como a demarcação exacta e natural entre as provincias do reino do Brasil para arrear disputas e contestações futuras tanto internas, como externas.

« 5.º Que as côrtes da nação na redacção do código civil e criminal tenham muito em vista modificá-la, segundo a diversidade de circumstancias do clima e estado da povoação, composta no Brasil de classes de diversas côres e pessoas, umas livres e outras escravas, pois estas considerações e circumstancias exigem uma legislação civil particular.

« 6.º Que se cuide em legislar e dar as providencias mais sabias e energeticas sobre dous objectos da maior importancia para a prosperidade e conservação do reino do Brasil: 1.º sobre a cathechização e civilização geral e progressiva dos indios bravos que vaguelo pelas matas e brenhas, sobre cujo objecto um dos membros deste governo dirige uma pequena memoria ás côrtes geraes por mão de seus deputados; o 2.º requer impetuosamente iguaes cuidados da legislatura sobre melhorar a sorte dos escravos, favorecendo a sua emancipação gradual e conversão de homens immoraes e brutos em cidadãos activos e virtuosos, vigiando sobre os senhores dos mesmos escravos para que estes os tratem como homens e christãos, e não como brutos animaes, como se ordenára nas cartas régias de 23 de Março de 1688 e de 27 de Fevereiro de 1798; mas tudo isso com tal circunspecção que os miseraveis escravos não reclamem estes direitos com tumultos e insurreições, que podem trazer scenas de sangue e de horrores. Sobre este assumpto o mesmo membro deste governo offerece alguns apontamentos e idéas ao soberano congresso.

« 7.º Não podendo haver governo algum constitucional, que dure sem a maior instrução e moralidade do povo, para que a primeira se augmente e promova é de absoluta necessidade que, além de haver em todas as cidades, villas e freguezias, consideraveis escolas de primeiras letras pelo methodo de Lancaster, com bons cathecismos para leitura e ensino dos meninos, de que temos excellentes modelos na lingua allemã e ingleza, haja tambem em cada provincia do Brasil um gymnasium ou collegio em que se ensinem as sciencias uteis para que nunca falem entre as classes mais abastadas homens, que, não só sirvão os empregos, mas igualmente sejam capazes de espalhar pelo povo os conhecimentos que são indispensaveis para o augmento, riqueza e prosperidade da nação, pois segundo diz Bentham, as sciencias são como as plantas, que têm crescimento em dous sentidos, em superficie e em altura; e quanto ás mais uteis é melhor espalha-las que adianta-las. Assim nos parece necessario que cada provincia do reino do Brasil na capital tenha as cadeiras seguintes:

- « I. Uma de medicina theorica e pratica.
- « II. De cirurgia e arte obstetricia.
- « III. Outra de arte veterinaria.
- « (Estas tres cadeiras, principalmente as duas primeiras, são de absoluta necessidade para a provincia de S. Paulo.)
- « IV. Uma de elementos de mathematica.
- « V. Outra de physica e chimica.
- « VI. Outra de botanica e horticultura experimental.

« VII. Por fim outra de zoologia e mineralogia.

« 8.º Além destes collegios é de absoluta necessidade para o reino do Brasil que se crie desde já pelo menos uma universidade, que parece deverá constar das seguintes faculdades:

« I. Faculdade philosophica, composta de tres collegios: 1.º de sciencias naturaes, 2.º de mathematicas puras e applicadas, 3.º de philosophia especulativa e boas artes.

« II. De medicina.

« III. De jurisprudencia.

« IV. De economia, fazenda e governo.

« Cada uma dessas faculdades terá as cadeiras necessarias para o completo ensino de todos os conhecimentos humanos. A theologia pôde ser ensinada nos seminarios episcopaes para que tenhamos clero douto e capaz, o qual absolutamente falta no Brasil. O clima temperado, mais frio que quente, a salubridade dos ares, a barateza e abundancia de comestiveis, e a facil communicacão com as provincias centrais e de beira mar, requerem que esta universidade resida na cidade de S. Paulo, que tem já edificios proprios para as diversas faculdades nos conventos do Carmo, S. Francisco e dos Bentos, apenas habitados por um ou dous frades quando muito.

« 9.º Parece-nos tambem muito util que se levante uma cidade central no interior do Brasil para assento da corte ou da regencia, que poderá ser na latitude, pouco mais ou menos, de 15 graos, em sítio sadio, ameno, fértil e regado por algum rio navegavel. Deste modo fica a corte ou assento da regencia livre de qualquer assalto e surpresa externa, e se chama para as provincias centrais o excoeso da povoação vadia das cidades maritimas e mercantis. Desta corte central deve-se-hão logo abrir estradas para as diversas provincias e portos do mar, para que se comuniquem e circulem com toda a promptidão as ordens do governo, e se favoreça por ellas o commercio interno do vasto Imperio do Brasil.

« 10. Nesta cidade central, ou no assento da corte, ou da regencia, além de um tribunal supremo de justiça e um conselho de fazenda, se creará igualmente uma direcção geral de economia publica, composta de diferentes mesas, que tenham á seu cargo vigiar e dirigir as obras de pontes, calçadas, aberturas de canaes, etc., minas e fabricas miseraves, agricultura, matas e bosques, fabricas e manufacturas. A este novo tribunal se dará um regimento sabio e adequado.

« 11. Considerando quanto convém ao Brasil em geral, e a esta provincia em particular, que haja uma nova legislação sobre as chamadas sesmarias, que, sem augmentar a agricultura, como se pretendia, antes tem estreitado e dificultado a povoação progressiva e unida, porquanto ha sesmarias de 6, 8 e mais leguas quadradas possuidas por homens sem cabedais e sem escravos, que não só as não cultivão, mas nem sequer as vendem e repartem por quem melhor as saiba aproveitar, originando-se daqui que as povoações do sertão se cobrão muito espalhadas e isoladas por causa dos immensos terrenos de permeio, que se não podem repartir e cultivar por serem sesmarias, seguindo-se tambem daqui viver a gente do campo dispersa e como feras no meio de brenhas e matos, com summo prejuizo da administração da justiça e da civilização do paiz, parece-nos por todas estas razões muito conveniente que, seguindo-se o espirito da lei do Sr. D. Fernando sobre esta materia, que servio de fonte ao que está determinado na ordenação, liv. 4.ª, tit. 43, se legisle, pouco mais ou menos, o seguinte:

« I. Que todas as terras, que forão dadas por sesmaria e não se acharem cultivadas, entrem outra vez na massa dos bens nacionaes, deixando-a somente aos donos das terras mais legua quadrada quando muito, com a condição de começarem logo a cultivá-las em tempo determinado que parecer justo.

« II. Que os que têm feito suas as terras só por mera posse, e não por titulo legal, as hajão de perder, excepto o terreno que já tiverem cultivado, e mais 400 geiras academicas para poderem estender a sua cultura, determinando-se-lhes para isto tempo prefixo.

« III. Que de todas as terras, que reverterem por este modo á nação e de todas as outras que estiverem vagas, não se dê mais sesmarias gratuitas senão nos poucos casos abaixo apontados; mas se vendão em porções ou lotes que nunca possam exceder de meia legua quadrada, avaliando-se segundo a natureza e bondade das terras a geira academica de 400 braças quadradas de 60 réis para cima, e procedendo-se á demarcação legal.

« IV. Que haja uma caixa ou cofre em que se recolha o producto destas vendas, que será empregado em favorecer a colonização de europeus pobres, indios, mulatos e negros forros, a quem se dará de sesmaria pequenas porções de terreno para o cultivarem e se estabelecerem.

« V. Em todas as vendas que se fizerem e sesmarias que se dorem se porá a condição que os donos e sesmeiros deixem para matos e arvoredos a sexta parte do terreno, que nunca poderá ser derrubada e queimada sem que se fação novas plan-

tações de bosques para que nunca falletem as lenhas e madeiras necessárias.

« VI. Que de tres em tres leguas se deixe pelo menos uma legua intacta para se crearem novas villas e povoações, e quasi-quer outros estabelecimentos de utilidade publica.

« VII. Entim, que na medição e demarcação das terras vendidas, ou dadas ao longo de rios ou ribeiros que sirvão de aguadas, se devem estreitar as testadas ao longo dessas aguadas, accrescentando-se nos fundos, como pedirem as circumstancias locais, para que todos, ou a maior parte dos novos colonos, possam gozar commodamente, quanto possível for, da utilidade das ditas aguadas.

« 12. É uma verdade de facto, apesar das declamações de homens superficiaes e preocupados, que as minas de ouro do Brasil não só forão de summa utilidade para a povoação das provincias contraes, mas para o commercio geral de toda a nação portugueza, porque o ouro que tiravamos das nossas minas era a preciosa mercadoria que trocavamos pelas outras estrangeiras, que não tinhamos de proprio cabedal, e que não poderíamos ter então por falta de povoação e abundante agricultura, sem o que é chimerico cuidar em fabricas e manufacturas de monta.

« Igualmente, se não fossem as minas de ouro das Geraes, Goyaz, Mato-Grosso e Cuyabá, de certo estas provincias esturão ainda hoje ermas e desertas, como estiverao as tiras até o anno de 1700 e as outras até 1730, e como ainda estão algumas provincias de beira mar por não ter havido cuidado em se aproveitarem suas minas. Sem a laboreação de minas naquelles distantes e vastos sertões, nunca a agricultura se poderá augmentar e estender, pois os lavradores não poderão achar venda e consumo certo dos seus productos. Esta materia exige mais ampla elucidação e desenvolvimento, que a concessão deste papel não permite; mas um membro deste governo, que a estudou e ex-professo e por obrigação e por gosto, promette publicar para o futuro uma memoria sobre tão importante assumpto.

« Aqui basta pedirmos que as côrtes geraes e extraordinarias tomem em vista tão interessante materia, não só a respeito das minas de ouro, mas das de tantos outros metaes uteis com que a Divina Providencia quiz dotar este vasto e riquissimo paiz, pois não ha provincia alguma do Brasil, seja de beira mar ou de sertão, que mais ou menos não contenha mineraes, que mais ou menos aproveitados só esperão por melhor instrução nacional e mais activo fomento do governo.

« O Sr. rei D. João VI. quando príncipe regente, no seu alvará de 13 de Maio de 1808, já deu sabias providencias a este respeito, e é pena que uma lei, que para ser perfeita só precisa de poucas emendas, facia de fazer por mão habil e instruida, não tenha até aqui sido posta em execução, como requeria um objecto tão ponderoso e de tamanha utilidade para o reino inteiro do Brasil, e para a nação portugueza.

### CAPITULO III

#### NEGOCIOS DA PROVINCIA DE S. PAULO

« As memorias e noticias que os nossos illustres deputados têm colligido acerca desta provincia, e as lembranças e petições das diferentes camaras da mesma que lhe hão de ser entregues, fazem escusado accrescentar neste capitulo novos apontamentos, pois ficamos certos que dellas poderá extrahir tudo o que for a bem desta bella e leal provincia de S. Paulo. Tais são os votos e apontamentos mais urgentes que a comissão nomeada por este governo leva á presença do mesmo para sua discussão e approvação.

« S. Paulo, 9 de Outubro de 1821.—João Carlos Augusto Oeynhausen, presidente.—José Bonifacio de Andrada e Silva, vice-presidente.—Manoel Rodrigues Jordão.

« Approvado. Palácio do governo de S. Paulo, 10 de Outubro de 1821.—João Carlos Augusto Oeynhausen, presidente.—José Bonifacio de Andrada e Silva, vice-presidente.—Martim Francisco Ribeiro de Andrada, secretario.—Miguel José de Oliveira Pinto, secretario.—Lazaro José Gonçalves, secretario.—Antonio Maria Martin.—Francisco de Paula e Oliveira.—André da Silva Gomes.—Manoel Rodrigues Jordão.—Francisco Ignacio de Souza e Guimarães.—João Ferreira de Oliveira Bueno. »

OS DECRETOS PARA A RETIRADA DO PRÍNCIPE PÃO A LUVA LANÇADA PELAS CÔRTEIS DE PORTUGAL AO BRASIL PARA ACCELERAR A SUA EMANCIPAÇÃO POLITICA.

A retirada do Príncipe Regente e a desmembração do reino do Brasil em provincias isoladas, de-

pendentes todas do governo do Portugal, onde terião de ir procurar o menor recurso de que precisassem, necessariamente havia de mover os brasileiros um rompimento decisivo.

O governo das juntas electivas, mas com attribuições meramente civis, pois que a força armada devia ser governada por officiaes portuguezes, além de enfraquecer consideravelmente o Brasil, porque lhe tirava a união, que constitue a força, e o despojava da preeminencia do reino, era o preludio para o encerramento de seus portos ao commercio do mundo.

Ou o congresso portuguez contava demasiado com as forças portuguezas no Brasil e com a ignorancia dos brasileiros, ou estava completamente enganado acerca do Brasil, dos seus recursos, dos seus meios e até dos seus habitantes, aliás não teria concebido tal projecto e nem publicado taes decretos. Forão elles a luva que Portugal lançou ao Brasil.

Se o Brasil a não levantasse, Portugal teria consummado a sua obra...

A repartição do correio da côrte não distribuia na mesma tarde do dia 9 de Dezembro, em que fundeu no porto do Rio de Janeiro o bergantim de guerra *Infante D. Sebastião*, procedente de Lisboa, as cartas e jornaes que trouxe para os particulares; raras forão as pessoas que nesta tarde as receberam, e por isso estavam todos indecisos sobre o conteúdo dos mencionados decretos. Foi no dia seguinte que a cidade teve conhecimento dellas.

O capitão-mór José Joaquim da Rocha, sabendo na rua da existencia dos decretos, ao chegar em sua casa com esta noticia, communicou a seu irmão o tenente-coronel do 1º regimento de infantaria Joaquim José de Almeida e mais a poucos amigos, e virão nesta medida que o Brasil, depois de se ver assentado no meio das nações, como reino irmão de Portugal, não podia passar ao estado de colonia portugueza. Concordarão então que, só em vista dos decretos, se poderia tomar uma resolução decisiva.

No dia seguinte, alcançando-se um exemplar do *Diário do Governo*, e vendo-se que com effeito o Brasil deixava de ser reino unido, e ficava sem um centro de governo, assentaráo logo em mandar pedir aos governos provisórios de Minas e S. Paulo que representassem ao Príncipe sobre a necessidade da suspensão da sua sahida do Brasil para a Europa, enquanto os ditos governos representavão ás côrtes contra essa medida anti-politica, senão absurda e temeraria.

Para levarem a effeito o seu projecto com a promptidão que o casourgia, o capitão José Joaquim da Rocha escreveu ao capitão Pedro Dias de Macedo Paes Leme (que depois foi marquez de Queixeramobim), pedindo-lhe que viesse com toda a presteza de sua fazenda á côrte, porque dos seus serviços muito necessitava a patria commum, e de feito, chegando de prompto, deu-se-lhe conta de tudo o que havia e do plano combinado entre os amigos.

Disse-se-lhe que convinha mandar-se um proprio para Minas e S. Paulo; que Rocha escreveria a Martim Francisco Ribeiro de Andrada, com quem tinha intima amizade, a José Bonifacio, membros do governo provisório, e a outras pessoas, solicitando a mencionada representação para a ficada do Príncipe Regente no Brasil. Então o capitão Pedro



Dias de Macedo Paes Leme se offereceu para ir a S. Paulo levar as cartas, e no dia immediato a esta conferencia partio por terra, a cavallo, até Sepe-tiba, e dahi, embarcando-se em uma canoa, costa á costa, foi seguindo viagem até Santos, e dahi para S. Paulo.

O tenente Paulo Barbosa da Silva (depois mordomo da casa imperial) offereceu-se para ir a Minas em igual missão.

O coronel Luiz Pereira da Nobrega, havendo communicado o que se passava ao Dr. José Mariano de Azeredo Coutinho, entendêrão que o povo do Rio de Janeiro devia, por intermedio do seu senado da camara, dirigir igual representação ao Principe Regente, e que por meio de um manifesto, em nome do povo, se mostrassem as razões que haviaõ para que o Brasil não voltasse, da cathegoria de reino unido, á condição humilde de colonia de Portugal, em cujo estado doloroso esteve por mais de tres seculos.

A NOTICIA DA REVOLUÇÃO DO PORTO CHEGOU AO RIO DE JANEIRO NO DIA 17 DE OUTUBRO

*Gazeta de Lisboa de 19 de Dezembro de 1820.*

« Lisboa, 18 de Dezembro. —Sabbado 16 do corrente, pelas 8 horas e meia da noite, chegou a este porto o brigue *Providencia*, que, tendo sahido da barra de Lisboa em 5 de Setembro, e chegado ao Rio de Janeiro em 17 de Outubro, sahio daquelle porto em 29 do mesmo mez, com despachos.

« Sua Magestade, sendo informado dos primeiros movimentos do Porto, e na persuasão de que elles tãõ sómente se estendiõ a alguns lugares da provincia do Minho, mandava annunciar annistia geral, e autorizava as côrtes convocadas pelos precedentes governadores do reino, estranhando comtudo como incompetente a sua convocação sem o consurso da sua real pessoa.

« E mandava outrossim declarar que, concluidas as mesmas côrtes, e sendo remettidas á real presença as propostas dellas para serem legalisadas com a régia sanção, teriãõ os portuguezes no meio de si a sua real pessoa ou de algum de seus augustos filhos, precedendo comtudo por meio de ultteriores noticias a segurança de que o real decoro não seria posto em risco pela execução desta providencia. »

REUNIÕES EM CASA DO CAPITÃO-MÓR ROCHA NA RUA DA AJUDA N. 64, E NO CONVENTO DE SANTO ANTONIO, PARA A REVOLUÇÃO DO BRASIL, E RESPOSTA DO SR. D. PEDRO.

Por esse tempo ião diariamente á casa do capitão-mór José Joaquim da Rocha os coroneis Francisco Maria Velloso Gordilho de Barbuda (portuguez), Luiz Pereira da Nobrega, Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond, Dr. José Mariano de Azeredo Coutinho, desembargador Francisco da França Miranda e outros, e como não queriãõ divulgar os passos que davãõ sem haver certeza se o Principe annuiria ás representações que se lhe fizessem, o coronel Gordilho de Barbuda (depois barão de Giracino, visconde de Lourena e Marquez de Jacarepaguá), guarda-roupa do Principe, se offereceu para este empenho, e partio para S. Christovão.

Em conferencia com o Principe D. Pedro de Alcantara lhe expôz o motivo da sua ida ao paço,

visto que a respeito delle não poderia haver suspeitas. Contou-lhe tudo o que se estava fazendo e o que pretendiãõ fazer, e então perguntou elle a Sua Alteza se ficaria no Brasil se as tres provincias do Rio, Minas e S. Paulo lhe pedissem.

O Principe a principio resistio, pelo receio que tinha da divisão auxiliadora; mas por fim, movido pelas razões e rogativas de Gordilho, seu guarda-roupa, que estava casado no Brasil, onde tinha muitos bens de fortuna, disse-lhe: « Fico, se fôr essa a unanime vontade dos povos do Rio de Janeiro, Minas e S. Paulo, e em tal caso estou prompto a receber as deputações. »

Esta resposta do Principe não foi dada logo ao coronel Gordilho, e sim no dia seguinte em casa deste á rua do Aterrado, hoje de Miguel de Frias.

Gordilho, transportado de alegria, veio á casa do capitão-mór Rocha, e transmittio-lhe as palavras do Principe Regente. Havendo certeza de que Sua Alteza ficava, os patriotas resolverãõ reunir-se no convento de Santo Antonio, com o fim de fazerem a representação ou manifesto pelo Rio de Janeiro e encarregarão da sua redacção ao padre-mestre Fr. Sampaio, em cuja cella se reunirãõ o capitão-mór Rocha, o coronel Nobrega, o Dr. José Mariano, o coronel Gordilho de Barbuda, Fr. Antonio de Arabida (depois bispo de Anemuria), confessor do Principe, e o tenente-coronel Almeida.

Assentãrão nas bases do manifesto. Depois de redigido e revisto mandãrão copiar, e tirãrão-se cópias para serem assignadas por toda a cidade, encarregando-se de obter as assignaturas Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond e Innocencio da Rocha Maciel; e com effeito conseguirãõ um grande numero de assignaturas.

Os commandantes dos corpos da tropa portugueza, querendo impedir que fossem á casa do capitão Rocha assignar a representação, faziãõ rondar as immedições da mencionada casa por soldados disfarçados em paisanos, o que sendo presentido pelo brigadeiro Vidigal, commandante do corpo de policia da cidade, de seu motu proprio tambem fez rondar a rua da Ajuda por patrulhas de cavallaria, afim de impedir qualquer tentativa que os soldados portuguezes quizessem fazer.

O desembargador Francisco da França Miranda entendeu dispôr a população para o movimento que se estava preparando, e escreven um papel a que deu o nome de—Deputador Brasiliense<sup>(\*)</sup>—que foi logo impresso, distribuido, e produziu um effeito espantoso,

O manifesto do povo do Rio de Janeiro sobre a residencia de Sua Alteza Real no Brasil, dirigido ao senado da camara, foi datado do dia 29 de Dezembro de 1821.

PEDRO DIAS DE MACEDO PAES LEME CHEGA A S. PAULO

Pedro Dias de Macedo Paes Leme foi até Sepe-tiba, e depois, embarcando em uma canoa, chegou a Santos, e dahi partio para S. Paulo, em cuja cidade entrou na noite do dia 23 de Dezembro. José Boni-

(\*) Vide esse documento interessante transcripto na 1ª serie do *Brasil Historico*.

facio estava doente de erysipela em uma cama, fóra da cidade. Apesar da chuva copiosa que caía naquella noite, Pedro Dias foi á chácara onde estava José Bonifácio. A' visita de Pedro Dias, e áquella hora da noite, o surpreendeu.

O conteúdo da carta e as explicações dadas por Pedro Dias o puzeram em agitação, e, ao amanhecer o dia, transportou-se para a cidade, convocou a junta, expôz o negocio e propôz que se escrevesse ao Príncipe pedindo que não partisse para Portugal enquanto não chegasse ao Rio de Janeiro uma deputação, que a provincia de S. Paulo ia mandar para explicar a Sua Alteza os motivos do seu pedido.

O presidente da junta pôz opposição a esta conclusão: mas, vendo que todos os membros della votavam com José Bonifácio, e que este já o convidava para demittir-se do cargo que não sabia sustentar, assim contrariado, concordou em assignar o que estava vencido.

José Bonifácio, doente como se achava, ditou alli mesmo o officio de 24 de Dezembro, o qual, tirado a limpo, surgirão novas reflexões da parte do presidente sobre o conteúdo delle, e depois de caloroso debate o presidente e membros da junta assignarão o officio, tal qual estava redigido, que é o seguinte (\*):

« Senhor.—Tichamos já escripto a V. A. Real antes que pelo ultimo correio recobassemos a « Gazeta extraordinaria do Rio de Janeiro » de 11 do corrente, e apenas fixámos nossa attenção sobre o primeiro decreto das côrtes acerca da organização dos governos das provincias do Brasil, logo ferveu em nossos corações uma nobre indignação, porque vimos nelle exarado o systema da anarchia e da escravidão; mas o segundo, pelo qual V. A. Real deve regressar para Portugal afim de viajar—inocuo—sômente pela Hespanha, França e Inglaterra, causou-nos um verdadeiro horror.

« Nada menos se pretende do que desunir-nos, enfraquecer-nos e até deixar-nos em misera orphanade, arrancando do seio da grande familia brasileira o unico pai commum que nos restava depois do terem esbulhado o Brasil do benéfico fundador deste reino o augusto pai de V. A. Real. Enganão-se, assim o esperamos em Deus, que é o vingador das injustiças. Elle nos dará coragem e sabedoria.

« Se pelo art. 21 das bases da constituição que approvámos e jurámos, por serem principios de direito publico universal, os deputados de Portugal se virão obrigados a determinar que a constituição que se fizesse em Lisboa não obrigaria por ora aos portuguezes residentes naquella reino, e quanto aos que residem nas outras tres partes do mundo ella sômente se lhes tornaria commum quando seus legitimis representantes declarassem ser esta a sua vontade: como agora esses deputados de Portugal, sem esperar pelos do Brasil, outão já legistat sobre os interesses mais sagrados de cada provincia e de um reino inteiro?

« Como ousão desmembrar-lo em porções desatadas, isoladas, sem lhes deixarem um centro commum de força e de união? Como ousão roubar a V. A. Real o lugar-tenente que seu augusto pai, nosso rei, lhe concedêra? Como querem despojar o Brasil do desembargo do paço, e mesa da consciencia o ordena, conselho da fazenda, junta do commercio, casa da supplicação, e de tantos outros estabelecimentos novos, que já promettirão futuras prosperidades? Para onde recorrerão os povos desgraçados a leem de seus interesses economicos e judiciaes?

« Irão agora, depois de acostumados por 12 annos a recursos promptos, a soffrer outra vez como vis colonos as delongas e trapaças dos tribunaes de Lisboa, a travéz de 2.000 leguas do oceano, onde os suspiros dos vexados perdirão todo o alento e esperança? Quem o crêra depois de tantas palavras meigas, mas dolosas, de reciproca igualdade e de felichidades futuras?

« Na sessão de 6 de Agosto passado disse o deputado das côrtes Pereira do Carmo (e disse uma verdade eterna) que a constituição era o pacto social em que se expressavam e decla-

ravam as condições, pelas quaes uma nação se quer constituir em corpo politico, e que o fim desta constituição é o bem geral de todos os individuos que devem entrar neste pacto social.

« Como, pois, ousa agora uma mera fracção da grande nação portugueza, sem esperar a conclusão desse solemne pacto nacional, attentar contra o bem geral da parte principal da mesma, qual o vasto e riquissimo reino do Brasil, despedaçando-o em miseros retalhos, e pretendendo arrancar por fim do seu seio o representante do poder executivo, e anniquilar de um golpe de penna todos os tribunaes e estabelecimentos necessarios á sua existencia e futura prosperidade?

« Este inaudito despotismo, este horroroso perjurio politico, de certo não o merecia o bom e generoso Brasil. Mas enganão-se os inimigos da ordem nas côrtes de Lisboa se se capacitão que podem ainda illudir com vãs palavras e ocas fantasmas o bom sizo dos honrados portuguezes de ambos os mundos.

« Note V. A. Real que se o reino de Irlanda, que faz uma parte do reino unido da Grã-Bretanha, apesar de ser infinitamente pequeno em comparação do vasto Imperio do Brasil, e estar separado da Inglaterra por um estreito braço de mar que se atravessa em poucas horas, todavia conserva um governo geral ou vice-reinado que representa o poder executivo do rei do reino unido, como poderá vir á cabeça de ninguém, que não seja ou profundamente ignorante ou loucamente atrevido, pretender que o vastissimo reino do Brasil haja de ficar sem centro de actividade e sem representante do poder executivo, como igualmente sem uma mola de energia e direcção das nossas tropas para poderem obrar rapidamente, e de mãos dadas a favor da defeza de Estado, contra qualquer imprevisto ataque de inimigos externos, ou contra as desordens e facções internas, que procurão atacar a segurança publica e a união reciproca das provincias!

« Sim, augusto Senhor, é impossivel que os habitantes do Brasil, que forem honrados e se prezarem de ser homens, e mórmente os paulistas, possuão jámais consentir em lacs absurdos e despotismos; sim, augusto Senhor, V. A. Real deve ficar no Brasil quaesquer que sejam os projectos das côrtes constituintes, não só para nosso bem geral, mas até para a independencia e prosperidade futura do mesmo Portugal.

« Se V. A. Real estiver, o que não é crível, pelo deslumbrado e indecoroso decreto de 29 de Setembro, além de perder para o mundo a dignidade de homem e de príncipe, tornando-se escravo de um pequeno numero de desorganizadores, terá tambem que responder perante o céo do rio de sangue que de certo vai correr pelo Brasil com a sua ausencia, pois seus povos, quaes tigres selvagens, acoriarão de certo do sommo amadornado em que o velho despotismo os tinha sepultado, e em que a stúcia de um novo machiavelismo constitucional os pretende agora conservar.

« Nós rogamos, portanto, a V. A. Real com o maior fervor, ternura e respeito, haja de suspender a sua volta para a Europa, por onde o querem fazer viajar, como um—pupillo—rodeado deaios e de espias, nós lhe rogamos que se confie corajosamente no amor e fidelidade dos seus brasileiros e mórmente dos seus paulistas, que estão todos promptos a verter a ultima gota do seu sangue e a sacrificar todos os seus haveres para não perderem o Príncipe idolatrado, em quem têm posto todas as esperanças bem fundadas da sua fidelidade e da sua honra nacional.

« Espere pelo menos V. A. Real pelos deputados nomeados por este governo e pela camara desta capital, que devem quanto antes levar á sua augusta presença nossos ardentes desejos e firmes resoluções, dignando-se acolhe-los e ouvi-los com o amor e attenção que lhe devem merecer os seus paulistas.

« A' augusta pessoa de V. A. Real guarde Deus muitos annos. Palacio do governo de S. Paulo, 24 de Dezembro de 1821.—João Carlos Augusto Ocyhausen, presidente.—José Bonifácio de Andrada e Silva, vice-presidente.—Martim Francisco de Andrada, secretario.—Lazaro José Gonçalves, secretario.—Miguel José de Oliveira Pinto, secretario.—Manoel Rodrigues Jordão.—Francisco Ignacio de Souza Guimarães—João Ferreira de Oliveira Bueno —Antonio Leite Pereira da Gama Lobo.—Daniel Pedro Muller.—André da Silva Gomes.—Francisco de Paula e Oliveira.—Antonio Maria Quartin. »

« Manda S. A. Real o Príncipe Regente pela secretaria de Estado des negocios do reino participar ao governo provisório da provincia de S. Paulo que lhe foi presente o seu officio de 24 de Dezembro proximo passado, e como succedesse estar a partir para Lisboa o correio « Infante D. Sebastião », e por elle o mesmo Senhor o remetteu a Sua Magestade para ser presente ás côrtes nacionaes, de cuja sabedoria espera S. A. Real as promptas e acertadas providencias que exigem as necessidades do Brasil, e que este requer como indispensaveis para o progresso da sua prosperidade e união dos dous reinos, que tão ardentemente deseja Sua Alteza promover e consolidar para ventura geral da monarchia. Palacio do Rio de Janeiro, em 4 de Janeiro de 1822.—Francisco José Vieira. »

(\*) A exposição que faço me foi communicada pelo Sr. conselheiro Drummond, que me disse tambem lhe haver communicado o conselheiro José Bonifácio.

O PRINCEPE ESCRIVE A EL-REI NO DIA 10 DE DEZEMBRO  
COMMUNICANDO-LHE QUE DEIXA O BRASIL

A permanencia do Principe no Brasil era o pensamento supremo ou antes a taboa de salvação publica; mas o Sr. D. Pedro, sem um motivo vehemente que o obrigasse, não podia ficar no Brasil em presença dos compromettimentos a que estava ligado.

Mal visto pelas côrtes, e desconfiando da tropa lusitana que o não respeitava devidamente, já não era mui difficil demovê-lo do seu primeiro proposito. No dia 9 de Dezembro de 1821, com a chegada ao Rio de Janeiro do correio *Infante D. Sebastião*, trazendo os decretos das côrtes, foi que o negocio tomou verdadeira face, porque se soube que vinhão ordens terminantes para a sahida do Principe do Brasil, e para o que se dispôz o Sr. D. Pedro, como nas cartas seguintes communica a seu augusto pai, contando-lhe tambem os effectos que produzirão os decretos no animo dos habitantes do Rio de Janeiro:

« Rio de Janeiro, 10 de Dezembro de 1821.—Meu pai e meu senhor.—Hontem pelas 3 horas da tarde entrou o brigue *Infante D. Sebastião*, trazendo-me cartas de Vossa Magestade de 26 de Outubro, e algumas ordens e decretos, as quaes e os quaes logo se passarão a pôr em execução.

« Assim que abri o sacco achei o decreto n. 124; mandei chamar os ministros para lhes participar as ordens recebidas, e mandar-lhe passar as portarias necessarias para serem convocados os eleitores de parochia, para elegerem a junta que ha de ficar eleita, na forma decretada pelo soberano congresso no dia 10 de Fevereiro de 1822 por se completarem os dous mezes depois do recebimento da lei.

« No mesmo dia em que a junta fôr eleita tomará entrega do governo, porque acaba immediatamente aquella autoridade d'antes constituida, e assim, logo que seja eleita, vou dar sem demora prompta execução ao decreto que me manda partir quanto antes, partindo ainda que seja na *União*, porque eu—desde esse dia não quero influir mais nada no Brasil—e como não o posso trazer (quero dizer deixar de influir) de outro modo que partindo, razão porque não espero para partir que a installação do novo governo na forma ordenada.

« Não cessarei de tomar medidas para tudo se cumprir com socego.

« Quanto á promptificação das embarcações de guerra surtas neste porto nada mais posso fazer que dobrar a minha pouca actividade.

« Existe por ora socego, porque a tropa está unida e mui obediente, apesar de ser pouca para o serviço; ella tem-se felto merecedora que eu participe a Vossa Magestade o quanto ella é alherrada á constituição e á causa nacional; mas não achando eu que esta parte dada por mim a Vossa Magestade seja sufficiente paga de tão constante adhesão e serviços por ella praticados, desejaria que Vossa Magestade o fizesse saber ao soberano congresso, e implorasse da minha parte um agradecimento privativo a esta, visto ter trabalhado tanto, e com tanto proveito geral e nenhum particular.

« Enquanto eu tiver forças conte Vossa Magestade e a nação com a minha pessoa, que será incansavel nos dous serviços. Isto é o que minha alma sente e diz sem lisonja nem interesse.

« Deos guarde, etc. »

« Rio de Janeiro, 11 de Dezembro de 1821.—Meu pai e meu senhor.—Dou parte a Vossa Magestade que a publicação dos decretos fez um choque mui grande nos brasileiros e em muitos europeus aqui estabelecidos, a ponto de dizerem pelas ruas:

« Se a constituição é fazerem-nos mal leve o diabo tal cousa; havemos fazer um termo para o Principe não sair, sob pena de ficar responsavel pela perda do Brasil para Portugal, e queremos ficar responsaveis por elle não cumprir os dous decretos publicados; havemos fazer representações juntos com S. Paulo e Minas, e todas as outras que se puderem juntar dentro do prazo, ás côrtes, e sem isso não ha de ir. »

« Veja Vossa Magestade a que eu me expuz pela nação e por Vossa Magestade.

« Sem embargo de todas estas vozes eu me vou apromptando com toda a pressa e socego, afim de vêr se posso, como devo, cumprir tão sagradas ordens, porque a minha obrigação é obedecer cegamente, e assim o pede a minha honra, ainda que perca a vida: mas nunca pela exposição ou perdimento della fazer perder milhares.

« Faz-se muito preciso, para desengargo meu, seja presente ao soberano congresso esta carta, e Vossa Magestade lhe faça saber da minha parte que—me será sensivel sobremaneira se fôr obrigado pelo povo a não dar o exacto cumprimento a tão soberanas ordens;—mas que esteja o congresso certo que hei de fazer com razões ou mais fortes argumentos, diligenciando o exacto cumprimento quanto nas minhas forças couber.

« Deos guarde, etc. »

« Rio de Janeiro, 15 de Dezembro de 1821.—Meu pai e meu senhor.—Hoje soube que por ora não fazem representação sem que venhão as procurações de Minas e S. Paulo, e outras, e que a representação é deste modo, segundo ouço:

« Ou vai, nós nos declaramos independentes; ou fica, então continuamos a estar unidos, e seremos responsáveis pela falta de execução das ordens do congresso; e de mais tanto os inglezes-europeus, como americanos—inglezes, nos protegem na nossa independencia no caso de ir Sua Alteza. »

« Torno a protestar ás côrtes e a Vossa Magestade que—só a força será capaz de me fazer faltar ao meu dever, o que será o mais sensivel neste mundo. Concluo dizendo: sou fiel e honrado.

« Deos guarde, etc. »

« Rio de Janeiro, 30 de Dezembro de 1821.—Meu pai e meu senhor.—Tudo está do mesmo modo que expuz nas duas cartas anteriores a esta a Vossa Magestade; a differença que ha é que d'antes a opinião não era geral; hoje é e está mui arreigada.

« Protesto desde já a Vossa Magestade e ao congresso que por falta de diligencias minhas não se hão de deixar de cumprir tão soberanas ordens.

« Deos guarde, etc. »

Por um correio extraordinario recebeu o Principe no 1º de Janeiro de 1822 um officio da junta provisoria de S. Paulo, fazendo-lhe sentir que a junta, clero e povo, bem como a provincia de Minas, se confederavão por meio de representações para lhe vir pedir que não sabbisse do Brasil, embora assim ordenassem as côrtes. Este officio foi remettido, com a carta seguinte, pelo Principe ao rei:

« Rio de Janeiro, 2 de Janeiro de 1822.—Meu pai e meu senhor.—Hontem, pelas 8 horas da noite, chegou de S. Paulo um proprio com ordem de me entregar em mão propria o officio, que ora fometto incluso, para que Vossa Magestade conheça e faça conhecer ao soberano congresso quaes são as firmes tengões dos paulistas, e por ellas conhecer quaes são as geraes do Brasil.

« Ouço dizer que as representações desta provincia serão feitas no dia 9 do corrente; dizem mais que S. Paulo escreven para Minas: daqui sei que ha quem tem escripto para todas as provincias, e dizem que tudo se ha de fazer debaixo do ordem.

« Farei todas as diligencias por bem para haver socego, e para vér se posso cumprir os decretos 124 e 125, o que me parece impossivel, porque a opiniao é toda contra por toda a parte.

« Deus guarde, etc. »

#### 4 MAÇONARIA TOMOU UMA PARTE MUITO ACTIVA NA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Esta antiga instituição, política e humanitaria em outros tempos, só admitia em seu seio homens de illustração e de consciencia provada, e por isso, tornando-se cosmopolita, cruzou os angulos do mundo e chegou até os nossos dias.

No Brasil foi ella, em outros tempos, uma realidade; mas por fim degenerou, como outras instituições entre nós. Amiga da liberdade, mal tolerava as oppressões da tyrannia, e logo que chegou o ensejo de libertar a patria, as mesmas idéas que predominavão nas reuniões do capitão-mór José Joaquim da Rocha e seus amigos, erão fervorosamente tratadas no club maçônico da loja Commercio e Artes, sita na rua Nova do Conde n. 4, a que pertencião Joaquim Gonçalves Ledo, padre Januario da Cunha Barbosa, brigadeiro Domingos Alves Branco Muniz Barreto, Dr. Manoel Joaquim de Menezes, Athayde Mourcorvo, major José Maria de Sá Bittencourt, Ruy Germak Possolo, capitão João Mendes Vianna, tenente-coronel Manoel dos Santos Portugal, conselheiro José Caetano Gomes, brigadeiro José Maria Pinto Peixoto, Pedro José da Costa Barros, Albino dos Santos Pereira, marechal Joaquim de Oliveira Alves, tenente-coronel Francisco de Paula Vasconcellos e outros, que no desempenho da causa santa que tomáráo a peito, não ficarão inferiores aos patriotas já mencionados.

Eis os seus trabalhos, extrahidos das actas do Grande Oriente do Brasil (\*).

« Sapiientissimo grão-mestre grande commendador. — Desejando revindicar na *Chorographia do Brasil* que estou publicando, a iniciativa que teve o Grande Oriente nos actos da independencia e aclamação do seu primeiro Imperador, e na união das provincias, que alguns escriptores, mal informados, attribuem a outras associações e individuos, preciso que o respeitavel irmão grande secretario, chefe da grande secretaria, passe por certidão o que constar a tal respeito das actas das sessões do Grande Oriente de ns 13 a 17, e o mais que constar a respeito da aclamação do primeiro Imperador em assemblea geral do povo maçônico antes do dia 12 de Outubro de 1822.

« Rio de Janeiro, 12 de Agosto de 1861. — Dr. Alexandre José de Mello Moraes, grão 33.º, grande orador do Grande Oriente.

« Passe-se. Rio, 14 de Agosto de 1861. — M. de Abrantes(\*\*). »

« Em cumprimento do despacho de S. Ex. marquez de Abrantes, grão-mestre, grande commendador da ordem maçônica no Brasil, exarado no requerimento antecedente do grande orador da mesma ordem Dr. Alexandre José de Mello Moraes em o dia 14 de Agosto corrente, extrahi do livro 1.º das actas das sessões do Grande Oriente do Brasil a respeito do que requer o supplicante o seguinte :

(\*) O Sr. João Manoel Pereira da Silva, na sua obra « Fundação do Imperio » dá este escripto como trabalho seu, copiando-o—*ipsis verbis*—no tomo 7.º da dita sua obra, sem mencionar o meu « Brasil Historico » (ns. 46, 47, 48 e 49 da 1.ª serie), onde o archivei para mais tarde dar-lhe outra applicação.

(\*\*) Vide 1.ª serie do « Brasil Historico. »

« 1.º Que da acta da sessão em 13 do 5.º mez do anno 1822 (2 de Agosto) consta ter o grande mestre da ordem então, o conselheiro José Bonifacio de Andrada e Silva, proposto para ser iniciado nos mysterios da ordem S. A. D. Pedro de Alcantara, Principe Regente do Brasil e seu defensor perpetuo; e que, sendo aceita a proposta com unanime applauso e approvada por aclamação geral, foi immediata e convenientemente communicada ao mesmo proposto, que, dignando-se aceita-la, compareceu logo na mesma sessão, e sendo tambem logo iniciado no primeiro grão, na fórma regular e prescripta pela liturgia, prestou o juramento da ordem e adoptou o nome heroico de—Guatimozin.

« 2.º Que da acta da sessão de 16 do mesmo mez e anno (5 de Agosto), presidida interinamente pelo primeiro grande vigilante do Grande Oriente Joaquim Gonçalves Ledo, consta ter sido proposto e approvado para o grão de mestre o sebedito illustre aprendiz Guatimozin, que por ter ficado pertencendo á loja n. 1, denominada—Commercio e Artes—foi incumbido de lhe conferir o dito grão o respectivo veneravel Manoel dos Santos Portugal.

« 3.º Que da acta da sessão de 20 do 6.º mez do mesmo anno de 1822 (9 de Setembro) consta não só que tendo sido convocado os maçons membros das tres lojas metropolitanas para esta sessão extraordinaria, com o especificado fim adiante declarado, sendo tambem presidida pelo sebedito primeiro grande vigilante Joaquim Gonçalves Ledo, no impedimento do grande-mestre José Bonifacio, dirigira do solio um energico e fundado disurso, demonstrando com as mais solidas razões que as actuaes politicas circumstancias de nossa patria, o rico, fertil e poderoso Brasil, demandavão e exigião imperiosamente que a sua cathgoria fosse inabalavelmente firmada com a proclamação da nossa independencia, e da realza constitucional na pessoa do augusto Principe, perpetuo defensor do reino do Brasil; mas tambem que esta moção fôra approvada por unanime e simultanea aclamação, expressada com o ardor do mais puro e cordial enthusiasmo patriótico.

« Que socegado, mas não extinto o ardor da primeira alegria dos animos por verem prestes a realizarem-se os da vontade geral pela independencia e engrandecimento da patria, propuzera ainda o mesmo primeiro grande vigilante Joaquim Gonçalves Ledo a necessidade de ser esta sua moção discutida, para que aquelles que pudessem ter receio de que fosse precipitada a medida de segurança e engrandecimento da patria que se propunha, a perdessem convencidos pelos debates de que a proclamação da independencia do Brasil era a ancora da salvação da mesma patria.

« Em consequencia do que, dando a palavra a quem quizesse especificar seus sentimentos, falláráo varios membros, e posto que todos approvavão a moção reconhecendo a necessidade imperiosa de se fazer a independencia do Brasil e de ser aclamado rei delle o Principe D. Pedro de Alcantara, seu defensor perpetuo e constitucional, comtudo, como alguns dos mesmos opinantes mostrassem desejos de que fossem convidadas as outras provincias colligadas para adherirem a nossos votos e effectuar-se em todas simultaneamente a desejada aclamação, ficou reservada a discussão para outra assemblea geral, sendo todos os maçons presentes encarregados de disseminar e propagar a persuasão de tão necessaria medida publica.

« Em seguida, sendo proposto por um dos membros presentes que a doutrina politica proclamada no periodico, intitulado *Regenerador*, era subversiva dos principios constitucionaes e jurados nesta augusta ordem, enquanto pretendia fazer persuadir aos povos do Brasil principios aristocraticos, que não se compadeçião com a liberdade constitucional que os brasileiros anhelavão, e que se pôde fazer a sua felicidade, e muito mais quando tal doutrina é diametralmente opposta ao systema constitucional abraçado, proclamado, jurado e seguido pelo augusto Principe e perpetuo defensor do reino do Brasil, e portanto só propria para offender seus interesses, provando asserções



insidiosas do congresso de Lisboa, que os antigos do Rio de Janeiro pretendem restabelecer o despotismo, o que é falso, e por isso deveria ser chamado ante o Grande Oriente do Brasil, em assembleia geral, o redactor daquelle periodico, para ser reprehendido por procurar propagar taes principios desorganizadores em contravenção aos juramentos que prestára nesta augusta ordem quando foi empossado no lugar que occupa de orador da loja n. 1.

« Esta proposta foi approvada sob a comminação de penas maçônicas no caso de desobediencia ao chamamento, ficando logo resolvido que deveria effectuar-se o comparecimento em assembleia geral, e se marcou para o dia 23 deste mesmo mez, e que aquelles membros que fossem assignantes do *Regenerador* enviassem immediatamente ao redactor os numeros que tivessem de tal periodico, com carta em que lhe significassem que o dispensavão da continuação da remessa dos numeros ulteriores, bem como da restituição da assignatura recebida, por se contentarem conhecer um homem por tão pouca despesa.

« 4.º Que da acta da sessão em 23 do mesmo 6.º mez (12 de Setembro) consta que, achando-se reunido o povo maçon das tres lojas metropolitanas, que por deliberação da sessão antecedente fôra convocado para esta assembleia geral, tomára a presidencia o supradito primeiro grande vigilante, no impedimento do grão-mestre, e abriu a sessão, na qual, depois da leitura e approvação da acta da antecedente, propoz se o maçon Fr. Francisco de Sampaio, redactor do periodico *Regenerador*, que se achava na sala de espera, devia ser accusado pelo promotor, ou se bastaria a leitura da acta da sessão passada no artigo respectivo; e sendo decidido por unanime voto da assembleia que se lêsse ao accusado o artigo que continha os pontos da accusação, e depois lhe fosse esta feita sobre esses pontos pelo promotor verbalmente, teve ingresso e assento competente na assembleia o referido accusado; depois do que, praticada a deliberação acima, pretendeu elle accusado justificar-se, affirmando debaixo de sua palavra de honra que as opiniões transcriptas no periodico de que era redactor não forão jámais as de sua intima convicção, chamando em testemunho da verdade desta sua asserção as doutrinas liberaes, que, apesar de ameaças contra a sua mesma existencia, não duvidava propagar publicamente no pulpito, e em particular perante todos os membros com quem tivera frequentes palestras sobre a nossa regeneração politica e a santa causa do Brasil: que as perniciosas doutrinas, de cuja propagação o accusavão, erão escriptos de uma correspondencia que lhe fôra transmittida por pessoa, a quem, devendo elle accusado respeito e consideração (\*), não pôde negar a inserencia no seu periodico; que era verdade haver-se omitido declaração de que taes escriptos provinham de correspondencia, porém que elle accusado já se havia abstitido della, e que no proximo numero do mesmo periodico, que se achava redigido, mostrava qual era a sua opinião intima, e que protestava á respeitavel assembleia que o ouvia de jámais dar lugar em seu periodico a escriptos desorganizadores e subversivos da liberdade constitucional, que a opinião publica tem abraçado e que se acha jurada por esta augusta ordem.

« Esta pretendida justificação foi docil, mas energicamente refutada, fazendo-se sentir ao accusado o quanto elle se desligava dos deveres de um bom maçon e de um brasileiro amante da verdade, emquanto por considerações e respeito humanos marchava de encontro áquelles mesmos deveres, abrigando debaixo do seu bom renome alheias opiniões, contrarias aos verdadeiros interesses da nação brasileira, e que por isso, não podendo, nem devendo uma tal desculpa de attenção a respeito e considerações para com poderosos ser admittida a nenhum

homem de bem, menos podia servir de justificação a elle accusado, que, como maçon, tem contrahido a obrigação de defender por todos os meios a seu alcance a causa do Brasil e a sua independencia, debaixo dos auspícios de seu augusto defensor perpetuo, a cuja liberdade constitucional se irroga a mais atroz injuria, e até se atraição quando se procura dar á opinião publica outra direcção que não seja conforme a que tão sabida e adequadamente se tem desenvolvido e abraçado, e que portanto a assembleia, não admittindo a desculpa d'elle accusado como justificação, a recebia como uma satisfação, e de tanto melhor grado quanto era attendivel a docilidade e reverencia com que se comportava, bem como o protesto que fizera de abandonar aquella perdida correspondencia, e de escrever segundo seus verdadeiros sentimentos em defesa da causa do Brasil.

« Consultada a assembleia a tal respeito, bem como se o accusado tornava-se digno de receber o abraço e osculo fraternal, ficando assim em perpetuo esquecimento tudo o occorrido a seu respeito, foi geralmente aponda e approvada esta agradável, desejada e estimavel proposta, effectuando-se a conciliação do sobredito maçon Fr. Francisco de Sampaio com todos os membros presentes pelo abraço e osculo fraternal.

« Em seguida propoz mais o presidente sobredito á assembleia que, attenta á boa disposição dos animos de todos os brasileiros, conformes em acclamar o nosso augusto defensor perpetuo rei constitucional do Brasil, e devendo os maçons, que forão os primeiros a dar este necessario impulso á opinião publica adiantar e pôr em execução os meios preciosos para que nenhuma corporação civil os preterdesse na gloria desta tão honrosa empreza, acertado era que desta augusta ordem se enviassem ás provincias do Brasil emissarios encarregados de propagar a opinião abraçada, e dispôr os animos dos povos a esta grande e gloriosa obra, fazendo-se a despeza aos empregados nesta importante commissão com os fundos que se achavão em caixa, porque, posto que destinados para os ornatos e decorações do Grande Oriente, parecia ficarem melhor empregados na causa publica.

« Apoiada e approvada esta proposta, com o entusiasmo e patriotismo que a nossa augusta ordem tem sempre desenvolvido a respeito da causa do Brasil, e para com o seu augusto defensor constitucional, e não querendo nenhum dos membros presentes que se fizesse dos fundos em caixa applicação differente da do seu destino, se apressarão a offerecer generosas contribuições, presentando-se os membros J. Fernandes Lopes e J. M. Lourenço Vianna a fazer aos emissarios as precisas assistencias; e os membros Francisco Xavier com a quantia de 100\$, Amaro Velho com a de 300\$ e Ruy com a de 50\$, e todos os mais conforme suas possibilidades, offerecendo-se mais para a commissão á provincia de Minas o padre Januario da Cunha Barbosa, á de Pernambuco João Mendes Vianna, á de Santa Catharina Alexandrino José Tinoco, á do Espirito-Santo M. P. Ribeiro Pereira de Sampaio, á do Rio-Grande do Sul o sobredito Francisco Xavier, que, não podendo partir com a precisa brevidade, adiantava por cartas entregues a seus sobrinhos João e Domingos Ribas, pertencentes tambem á nossa ordem, as convenientes insinuações, na qualidade de membro que era do governo provisório daquelle provincia; á da Bahia J. E. Gordilho de Barbuda, á de Montevideo L. Obbes, e á cidade de Cabo-Frto. á sua custa, R. G. Possolo, ficando o presidente da assembleia encarregado de nomear para as mais provincias pessoas habilitadas, o que tudo foi aceito.

« Sendo mais proposto e approvado que em consequencia de haver o augusto grão-mestre Cuatimozin dirigido da provincia de S. Paulo ao Grande Oriente fraternas felicitações, era um dever do Grande Oriente fazer-lhe por meio de uma deputação as respeitosas expressões de agradecimento pela sua benevola recordação e pelo seu feliz regresso, forão nomeados para irem a esta missão, na manhã do dia seguinte, os maçons João Fernandes, Amaro Velho da Silva e João Martins Lourenço Vianna.

« 5.º Que da acta da sessão em o dia 14 do 7.º mez do

(\*) Suppõe-se ser essa pessoa o grande Fr. Francisco de S. Carlos, autor do poema da *Assumpção*, que era muito republicano.

mesmo anno (4 de Outubro), presidida pelo referido primeiro grande vigilante, consta que elle expozera ter a convocação da presente assemblea por fim a prestação do juramento do nosso muito amado membro Guatimozin, na qualidade de grão-mestre eleito da maçonaria em plena reunião do povo maçon; e sendo logo o novo grão-mestre conduzido ao solio por uma deputação, prestou o juramento da ordem e immediatamente tomou a presidencia.

« Que depois de varias providencias dadas a respeito de negocios de Pernambuco, obtendo a palavra o mesmo primeiro grande vigilante, e aproveitando o entusiasmo geral da assemblea fez sentir em um energico discurso as boas disposições em quo se achava o povo brasileiro, manifestadas por seus actos de adhesão á augusta pessoa do seu defensor perpetuo, e que, sendo o Grande Oriente a primeira corporação que tomou a iniciativa da independencia do Brasil, dando todas as providencias ao seu alcance por meio de seus membros para ser levada a effeito em todas as provincias, cumpria que tambem a tomasse na acclamação do seu monarcha, acclamando-o rei e seu defensor perpetuo, firmando a realza na sua augusta dynastia.

« Recebida com a maior satisfação e enthusiasmo uma tal moção e orando no mesmo sentido varios membros, firmando-se em razões mui convenientes, então o maçon brigadeiro Domingos Alves Branco, tomando a palavra, declarou que o augusto defensor perpetuo devia ser acclamado Imperador do Brasil e não rei, e subindo sobre uma mesa acclamou por tres vezes e com voz forte: —Viva o Sr. D. Pedro de Alcantara, primeiro Imperador e defensor perpetuo do Brasil—o que foi unanime e entusiasticamente repetido pela assemblea.

« Em seguida resolveu a assemblea que a acclamação civil tivesse lugar no dia 12 de Outubro, e que todos os maçons se espalhassem pelos lugares de maior concurso, principalmente no campo de Sant'Anna, onde deveria effectuar-se o mesmo solemne acto, afim de procurarem conservar a necessaria tranquillidade e conveniente decoro.

« Por esta occasião propoz o maçon José Clemente Pereira os vvas, que, como presidente do senado da camara, teucionava dar—á religião—ao Sr. D. Pedro I, Imperador constitucional do Brasil—á sua augusta esposa e á independencia do Brasil.

« E logo o grão-mestre da ordem (Guatimozin) lembrou mais um viva—á assemblea constituinte e legislativa—e assim se accordou no que deveria praticar no futuro dia da acclamação civil. Continuando com a palavra o sobre-dito maçon Clemente Pereira, participou, e ficou a assemblea inteirada, as boas novas recebidas dos emissarios que já haviam partido, e o resultado satisfatorio da correspondencia com as camaras circumvizinhas.

« Em seguida, apresentando a commissão encarregada dos festejos para a acclamação o respectivo programma, consistindo em cinco arcos e sua collocação, resolveu-se que, não só esta despesa, como a mais que fosse necessaria, se fizesse por meio de subscrição entre os maçons, os quaes poderiam igualmente promovê-la entre seus amigos, nomeando-se então quem deveria receber o producto respectivo.

« Concluidos os trabalhos desta sessão, o grão-mestre, recebendo as despedidas de varios outros emissarios para as provincias, os felicitou e abraçou fraternalmente.

« 6.º Que da acta da sessão do dia 15 do mesmo 7.º mez e anno (5 de Outubro) consta que aberta a assemblea geral, sob a presidencia do grão-mestre (Guatimozin), e depois de tratar-se da occorrença havida com o maçon Francisco Pedro Limpo, relativamente ás queixas que fizera da ordem do governo, que regulava o modo de guarnecer a esquadra brasileira que se estava apparelhando, propuzera o maçon João Mendes Vianna que o titulo de defensor perpetuo do Brasil fosse hereditario na familia do Imperador em reconhecimento dos incommensuraveis serviços prestados ao Brasil, e que, sendo geralmente apoiada e approvada esta proposta, observára um dos

membros presentes, que, conquanto fosse esse o desejo dos maçons, contudo era necessario o consentimento de todo o povo.

« Reconhecida a legalidade da medida, encarregou-se o maçon José Clemente Pereira de a propor na primeira vereação da camara de que era presidente para que fosse adoptada, se assim conviesse.

« 7.º Que da acta da sessão do dia 22 do sobre-dito mez e anno (11 de Outubro), que fôra igualmente presidida pelo grão-mestre, consta que, depois de varias deliberações tomadas acerca de objectos da ordem, fôra recommendado a todos os maçons a maior vigilancia para que o solemne acto da acclamação, que devia celebrar-se no desejado dia seguinte, se effectuasse com a devida ordem e brilhantismo, segundo havia sido designado.

« 8.º Finalmente, que da acta da sessão do dia 5 do 8.º mez do mesmo anno (25 de Outubro), que fôra convocada e presidida pelo mencionado primeiro grande vigilante Joaquim Gonçalves Lado, consta que elle apresentou uma ordem, na qual determinava o grão-mestre (Guatimozin) que se suspendessem os trabalhos do Grande Oriente e de todas as officinas do circulo até segunda ordem sua, o que mandava na qualidade de grão-mestre da maçonaria brasileira e na de Imperador e defensor perpetuo deste Imperio. Que, encerrados os trabalhos, se dispersarão os trabalhadores.

« Eis o que consta do sobre-dito livro, ao qual me reporto, em fé do que passei a presente certidão. Secretaria geral da ordem maçonica no Brasil ao valle do Rio de Janeiro, aos 29 dias do mez de Agosto de 1861.—Ruy Germak Possollo 33.º, chefe.

« Declaro que da sobre-dita acta de 13 do 5.º mez do anno 1822 (2 de Agosto) consta tambem que antes de ter lugar a iniciação do Principe Regente forão recebidos no Grande Oriente, como visitantes para assistirem a esse acto, os maçons Felipe Nery Ferreira, membro do governo provisório de Pernambuco, e Lucas José Obbes, procurador da provincia da Capitania, que na sessão antecedente; em 11 do mesmo mez, haviam sido nomeados delegados do Grande Oriente nas ditas provincias, Secretaria, etc., era *ut supra*. —Ruy Germak Possollo 33.º, chefe. »

#### CEGHA A RESPOSTA DE S. PAULO É DIVULGADA POR TODA A CIDADE

Esperava-se com anciedade pela resposta de S. Paulo. A's 8 horas da noite do dia 1.º de Janeiro de 1832 entregou Pedro Dias nas mãos do Principe Regente o officio da junta provisoria do governo de S. Paulo.

José Bonifacio não escreveu, porém Martim Francisco respondeu ao capitão-mór José Joaquim da Rocha por uma carta muito laconica, na qual, sem entrar em outros promenores, dizia tão sómente estas memoraveis palavras: « Nunca quiz entrar em revolução, porque conhecia a pouca madureza dos meus patricios; porém agora, como a necessidade insta, mostrarei para quanto pôde em mim o amor da minha patria. »

De Minas as noticias não forão tão satisfatorias, como erão de esperar. O portador que levou as cartas para o desembargador vice-presidente José Teixeira da Fonceca Vasconcellos, e para outras pessoas de Villa-Rica e Marianna, conduzio-se de modo que fez suspeitar-se na capital daquella provincia que não erão sinceras as propostas do Rio de Janeiro ou que ahi se apparentava uma cousa para se fazer outra.

Dahi veio a demora em que se achou Minas em relação a S. Paulo para acudir ao reclamo do Rio de Janeiro; e dahi veio tambem a perturbação que

houve em se mandar naquella provincia com apparencias de republicanismo.

O governo de S. Paulo designou para vir ao Rio de Janeiro pedir a *ficada* ao Príncipe, a Martim Francisco, mas como adoecesse este encarregou de o substituir a José Bonifácio. O governo de Minas designou para igual fim ao seu vice-presidente desembargador José Teixeira da Fonseca Vasconcellos.

O Príncipe Regente deu grande importancia ao officio de S. Paulo, datado de 24 de Dezembro de 1821, e não quiz que elle fosse publicado logo pela imprensa sem que fosse espalhada pela população a noticia do conteúdo d'elle, com apparencia de segredo, o que se conseguiu.

No dia 2 de Janeiro de 1822 o intendente-geral da policia João Ignacio da Cunha, pelas 10 horas da manhã, mandou chamar a Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond, e lhe deu uma copia do officio do governo de S. Paulo para que elle houvesse de lhe dar a maior publicidade, sem contudo permittir que fosse impresso. Estas apparencias de segredo em negocios de tal natureza produzem sempre os melhores effeitos, como aconteceu.

O Sr. Drummond appareceu com a copia do officio na loja de livros da rua da Quitanda, esquina da de S. Pedro, então pertencente a Manoel Joaquim da Silva Porto e depois ao conselheiro João Pedro da Veiga. Naquella loja se reunião todos, qualquer que fosse o credo politico de cada um, a procurar noticias, porque era alli onde se vendião os periodicos e papeis avulsos do tempo.

Ahi fez o Sr. Drummond a leitura do officio e deixou tirar copias; dalli passou ao quartel do 1.º regimento de cavallaria da corte, situado á rua do Alecrim, hoje rua do Hospicio; fez o mesmo na alfandega, e ás 2 horas da tarde circulavão cópias do officio, e toda a cidade estava de posse do conteúdo d'elle, em modo que quando foi publicado no supplemento n. 4 da *Gazeta do Rio* do dia 8, embora já todos soubessem, produziu o maior enthusiasmo.

Pelo interior da provincia do Rio de Janeiro haviam cópias do officio, porque o coronel Frazão, do Pilar, e o coronel Amador de Lemos, de S. Gonçalo, fizeram espalhar por onde puderão o conhecimento do officio de S. Paulo, para enthusiasmar os animos em favor da causa do Brasil, que era a causa de todos.

#### PHYSIONOMIA DA BAHIA E DE PERNAMBUCO EM RELAÇÃO À INDEPENDENCIA DO BRASIL

Na Bahia o predomínio portuguez estava em todo o seu vigor dentro da cidade, mas no reconceito já apparecião demonstrações de opposição, que, se engrossando rapidamente, produziu a separação de todo o interior da capital.

Pernambuco soffria debaixo do peso do governo militar de Luiz do Rego Barreto. Este general, proclamando as formulas constitucionaes depois que ellas foram proclamadas no Rio de Janeiro, continuava a governar com o mesmo arbitrio militar com que governava antes.

Na capital de Pernambuco tinha o batalhão n. 1 de infantaria, que fazia parte da divisão auxiliadora, tres batalhões de caçadores, um regimento de artilharia e outro de cavallaria, proprios do paiz, mas

commandados por chefes portuguezes, sendo muitos dos officiaes e soldados gente de Portugal e do commercio.

Luiz do Rego dispunha mais das guarnições dos navios de guerra e mercantes fundeados no porto, que erão compostos de gente portugueza.

Não obstante este apparelho de força e a pericia do general, o interior do paiz revoltou-se contra elle. Os patriotas estabelecerão uma junta provisoria de governo em Goyana. Isto aconteceu no mez de Setembro de 1821. A noticia chegou ao Rio de Janeiro no mez seguinte, principio de Outubro.

Encheu de contentamento o povo fluminense. O Príncipe Regente deu parte deste acontecimento a seu pai na carta de 4 de Outubro em termos da mais profunda magua, e na esperanza de que o general Luiz do Rego dispersaria os revoltosos, ajudado do reforço de 340 homens que da Bahia lhe mandarão. Luiz do Rego marchou incontinentemente contra o governo estabelecido em Goyana.

Quando se trata da defesa do paiz e da liberdade, os pernambucanos são todos soldados. A nenhum repugna o pegar em armas; e tão habituados estão com o manejo dellas, que em pouco tempo se tornão veteranos.

A junta de Goyana já tinha forças organisadas para resistir. Luiz do Rego, dando varios ataques, foi sempre repellido (\*). Houve de parte a parte lances de brio e de valor, que raramente são imitados. Luiz do Rego, batido em toda a sua linha, concentrou as suas forças e tentou um ataque decisivo. Manifestou-se a deserção nos corpos do seu commando.

Os brasileiros fraternisárão-se no campo da batalha. Luiz do Rego bateu em retirada com os seus portuguezes, já bastantemente dizimados, e chegando ao Recife apressadamente fez os seus preparativos, embarcou e partio para Portugal.

A cidade do Recife fez o seu pronunciamento com todas as demonstrações da mais geral satisfação.

A junta provisoria de Goyana fez a sua entrada no Recife, e o paiz se achou, como por encanto, no mais perfeito socego. Jurou-se então as taes bases da constituição, e elegeu-se depois uma junta do governo provisorio, em conformidade do decreto das côrtes de Portugal n. 124 de 9 de Setembro.

A provincia não foi feliz na escolha que fez do presidente e membros da junta. A presidencia recabio em Gervasio Pires Ferreira, que tanto vacillou depois em abraçar a independencia, forçando os pernambucanos, pelo seu comportamento duvidoso, a constrangê-lo para este fim. Pernambuco ao mesmo tempo, mandado por Portugal, tinha um official general de nome José Maria de Moura para governador das armas.

Assim ficou tudo organizado em conformidade do decreto, contra a execução do qual o Rio de Janeiro desenrolou a bandeira da resistencia, e que em nome della militarão tão vantajosamente

(\*) Na minha infancia, entre outras cantigas populares, havia a seguinte:

« Luiz do Rego valoroso  
Sete campanhas venceu;  
Na oitava, de Goyana,  
Luiz do Rego esmoreceu, etc. »

S. Paulo e Minas, e todas as outras provincias do Brasil, umas após outras.

O que o decreto não pôde fazer foi corromper o coração pernambucano, porque não tardou muito que essa estrellla brilhasse na bandeira da independencia. Os pernambucanos foram ainda ajudar os bahianos a debellar os portuguezes. Circumstancias particulares fizeram deste facto uma acção generosa.

#### PRELUDIOS PARA O DIA 9 DE JANEIRO DE 1822

Aos cidadãos que primeiramente se reunirão para fazer resistencia aos decretos do governo de Portugal já se achavam aggregadas para o mesmo fim algumas outras pessoas, quando chegou a esta corte do Rio de Janeiro o officio de S. Paulo de 24 de Dezembro de 1821.

Alguns caracteres timoratos, com as idéas vehementes do *Despertador Brasiliense* (\*) e com os termos energicos e decisivos do officio do governo de S. Paulo, se animarão, e todos com o prestigio do nome de José Bonifacio, que começava já a ser esperado na corte, e que a voz publica indigitava como sendo o que devia ser posto á frente dos negocios do Estado, e se prepararão para a grande obra da independencia.

Antes da chegada do officio do governo de S. Paulo já se tratava, nas reuniões dos amigos da independencia, de se fazer uma demonstração publica, pela qual ficasse bem pronunciado que a resistencia aos fataes decretos de 29 de Setembro nascera no Rio de Janeiro, e que fôra a esta provincia a quem o Principe Regente empenhara a sua palavra de não deixar o Brasil.

A chegada do officio do governo de S. Paulo animou a execução desta decisão, que foi designada para o dia 9 de Janeiro de 1822.

#### EPISODIOS QUE PRECEDERÃO AO DIA 9 DE JANEIRO DE 1822

Fr. Francisco de Sampaio, religioso franciscano e redactor do periodico *Regulador*, foi encarregado de redigir o manifesto ou representação que o povo do Rio de Janeiro devia levar ao senado da camara, para que este o apresentasse ao Principe Regente, pedindo que Sua Alteza declarasse francamente que ficava no Brasil.

Não se trabalhava com tanta liberdade que se pudesse promover essas assignaturas por outro meio que não fosse o de uma intelligencia particular entre os interessados.

A publicidade não era ainda possivel, porque os ministros do Estado ainda erão portuguezes, e a tropa portugueza ainda comprimia o paiz. Apesar de todas as cautelas, o general Jorge de Avilez levou á presença do Principe uma representação, por elle assignada e pelos commandantes e officiaes dos corpos da divisão auxiliadora, exigindo a prisão e remessa para Portugal das pessoas declaradas

na mesma representação, que elles chamavão perturbadores da ordem publica (\*).

O Principe Regente desattendeu a esta insolita pretensão da força armada, dizendo que o direito de petição já estava garantido pelas bases da constituição jurada, e que elle não podia privar os habitantes do Rio de Janeiro do gozo desse direito.

Precisava-se que o senado da camara se puzesse de accordo para levar ao Principe a representação dos fluminenses. Naquelle tempo o senado da camara se renovava annualmente, e o presidente era sempre o juiz de fôra da comarca.

José Mariano tinha já combinado com os vereadores que entravão e que sabião, representando o senado de 1821 e de 1822, e todos estavam promptos para levarem a representação. Faltava fallar-se ao presidente. Entendem-se que era melhor fazer-se abstenção delle, e ser o senado da camara presidido, no dia da representação, pelo Dr. José Paulo de Figueirôa Nabuco, juiz do crime, que substitua o juiz de fôra nos seus impedimentos, no que concordarão todos.

O juiz de fôra José Clemente, que residia

(\*) Dos que assignarão a representação do dia 9 de Janeiro ainda existem vivos, hoje 25 de Março de 1870, os seguintes senhores:

- 1 Francisco Xavier Calmon da Silva Cabral (general e barão de Itapagipe).
- 2 Manoel Antonio da Fonseca Costa (general).
- 3 Polydoro do Amaral e Silva.
- 4 Antonio Maria Navarro Ferreira de Carvalho.
- 5 José da Silveira Sampaio.
- 6 Luiz Alves de Lima e Silva (duque de Caxias).
- 7 Manoel Corrêa Fernandes.
- 8 José Feliciano de Gouvêa.
- 9 Verissimo Maximo de Almeida.
- 10 Luiz Joaquim de Gouvêa.
- 11 Joaquim Maria de Souza.
- 12 Fructuoso Luiz da Motta.
- 13 Antonio José de Gouvêa.
- 14 José Francisco de Mesquita.
- 15 Antonio Pedrosa de Albuquerque (coronel).
- 16 Manoel Alvares de Azevedo.
- 17 Antonio Soares Pinto.
- 18 João Pereira de Andrada.
- 19 José Ribeiro da Silva.
- 20 Innocencio da Rocha Maciel.
- 21 Paulo Fernandes Vianna (conselheiro).
- 22 Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond (conselheiro).
- 23 João Antonio de Oliveira Lobo.
- 24 Thomaz José de Albuquerque Sandinabo.
- 25 João José de Albuquerque Camara.
- 26 José Maria da Silva Bittencourt (general).
- 27 Solidonio Antonio Pereira do Lago (general).
- 28 Francisco Antonio da Silva Bittencourt.
- 29 Custodio Francisco Figueira Ramos.
- 30 Melchhiades José da Silveira.
- 31 Manoel Antonio Ayrosa (commendador).
- 32 Ruy Germak Possolo.
- 33 Leandro Francisco Leal.
- 34 João Martins Lourenço Vianna (conselheiro).
- 35 José Maria Lopes da Costa.
- 36 Francisco Borges de Carvalho.
- 37 Antonio Raphael Possolo.
- 38 Manoel Ignacio Cavalcante de Lacerda (barão de Pirajuma).
- 39 Manoel Joaquim de Menezes (tenente-coronel).
- 40 José Martins Vianna.
- 41 Candido Caldeira de Souza.
- 42 Agostinho Nunes Montez.
- 43 Francisco Xavier Martins.

(\*) Este periodico, publicado no Rio de Janeiro pelo Sr. desembargador França Miranda (um numero só), eu o transcrevi na 1ª serie do *Brasil Historico* para memoria e ac não perder.



no Rio de Janeiro desde 1816 (\*), já tinha dado provas do seu caracter nos acontecimentos de 20 e 21 de Abril na praça do commercio(\*\*).

Para se não saber do dominio da lei foi consultado José Clemente por José Mariano, que, negando-se a isso, disse—que os decretos se haviam de cumprir, e que depois as circumstancias decidirão o resto.

No entanto José Clemente, vendo que a opinião publica se manifestava para a ficada do Principe, procurou a este para saber se era certa a sua vontade de annuir ás representações, e ouvindo da bocca do Principe *que tomaria em consideração as representações que lhe fizessem*—procurou na noite de 8 de Janeiro, já tarde, a José Mariano para lhe participar que no dia seguinte iria presidir o senado para levar a representação a Sua Alteza. José Clemente esforçav-se para que o Principe se fosse embora, porque, como juiz de fóra da capital do reino unido, esperava fazer parte da junta governativa.

Enquanto tudo isto se passava, os dous agentes das assignaturas, Drummond e Innocencio Maciel, fazião assignar o manifesto ou representação pelos habitantes do Rio de Janeiro, com aquella actividade que caracterizava a época. Com effeito, o que poucos homens fizerão no espaço de 30 dias, isto é, desde o dia 9 de Dezembro de 1821, dia em que entrou no porto o bergantim *Infante D. Sebastião*, portador dos famosos decretos de 29 de Setembro até ao memoravel dia 9 de Janeiro de 1822, em que o Principe D. Pedro, regente do Brasil, solememente declarou que não cumpria taes decretos, foi tão grande, que, com justo titulo, se deve chamar áquella época a do verdadeiro civismo e da grandeza de animo dos brasileiros.

Não obstante isto, não erão pequenas as difficuldades a vencer para obter-se as assignaturas. Os amigos do governo metropolitano não assignavão; tambem não assignavão aquelles que, entusiasmados pelas discussões do congresso de Lisboa, entendião que fóra dahi não havia salvação; os republicanos não assignavão, porque estes querião antes de tudo que o Principe partisse. A permanencia de um Principe, e este herdeiro presumptivo da corôa, no Brasil, os embarçava.

Havia ainda outra classe de gente que repugnava

assignar, e era esta composta de uma parte dos altos funcionarios, a quem o medo dominava mais do que a razão. Não querião assignar, porque temião arriscar os seus empregos e até as suas pessoas nas eventualidades de uma revolução, com a qual elles não esperavão gozar mais do que estavam gozando. Os que concorrião voluntariamente a assignar erão só aquelles que preferião antes de si a gloria nacional.

Parece incrível o que os dous agentes da assignatura fizerão para conseguir em tão curto espaço de tempo as assignaturas daquelles homens timoratos ou indifferentes, os quaes, pela maior parte, filhos de Portugal, occupavão os empregos mais importantes da gerarchia administrativa e judicial! E todavia, dentro em poucos dias, porque bem poucos erão elles, os que faltavão, o manifesto estava coberto de numerosas assignaturas, e entre ellas se distinguem as daquelles mesmos timoratos ou indifferentes.

O capitão-mór Rocha foi ajudado neste insano trabalho por seus dous filhos Innocencio da Rocha Maciel e Juvencio Maciel da Rocha, e Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond por seu irmão Luiz de Menezes, e Dr. José Mariano, Gordilho, Paes Leme que fazião parte dos nove primeiros obreiros da grande obra da emancipação politica do Brasil, que se reunião na rua da Ajuda, em casa do capitão Rocha.

As assignaturas do commercio forão quasi todas obtidas por Luiz de Menezes.

E' preciso transportar-se o leitor ao tempo em que isto foi feito para se poder julgar da sua importancia. Oh! quanto civismo, quanta abnegação e patriotismo não se abafavão nesses corações puramente brasileiros! Todos querião, mas erão poucos os que ousavão manifestar o que querião (\*).

José Clemente apresentou, sem perda de tempo (porque não havia tempo a perder, visto que o dia 9 de Janeiro estava já muito proximo) na reunião da rua do Cano (hoje Sete de Setembro) a minuta do discurso, que o presidente, em nome do senado da camara, devia dirigir ao Principe Regente no memoravel dia 9 de de Janeiro. Esta minuta de José Clemente não agradou. Houve quem visse nella intenções desleaes.

Na discussão soffreu muitas emendas, postas principalmente por Fr. Francisco de Sampaio e pelo desembargador Francisco da França Miranda. Este foi encarregado de reformar o discurso, de accordo com o autor delle e com as emendas postas na discussão. Tudo isto se fez acto contínuo, porque já estavam na noite do dia 7 de Janeiro, e na manhã do 9 se devia celebrar o acto. O discurso, tal qual sahio desta commissão, posto não satisfi-

44 Pedro José da Camara.

45 Alexandre Maria de Mariz Sarmiento (conselheiro).

46 Belarmino Ricardo de Siqueira (barão de S. Gonzalo).

47 Antonio Martins Pinheiro (medico).

48 José Raphael de Souza Pereira.

49 José Claudino de Melio.

50 Jose Joaquim dos Reis (major).

51 Manoel Lopes Pecegueiro.

52 João Frederico de Caldwell (general).

53 Antonio José de Souza e Almeida, por parte da representação dos oulives.

(\*) José Clemente Pereira era natural de Ada, comarca de Trancoso no reino de Portugal, e filho de José Gonçalves. Estudou canones, e em congregação da faculdade de Coimbra de 26 de Outubro de 1809 foi julgado habilitado para gozar da graça da dispensa do acto da formatura, porque assentou praça no corpo academico. Acompanhou a marcha do exercito até as fronteiras. Os documentos sobre a vida de José Clemente, copias e originaes, estão em meu poder.

(\*\*) Vide o processo no *Brasil Histórico*, 2ª serie.

(\*) Estas narrações que faço dos annos de 1821 a 1824, são escriptas por apontamentos e notas, e mesmo me forão referidas, verbalmente, pelos meus amigos conselheiros Drummond, conego Geraldo Leite Bastos, Innocencio da Rocha Maciel, barão de Cayrú, Dr. Manoel Joaquim de Menezes, Possolo, generaes Bittencourt e Manoel Antonio da Fonseca Costa, João Martins Lourenço Vianna, conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro, marquês de Olinda, duque de Caxias, e sobre os innumerados documentos originaes e copias que possuo, jornaes, avulsos e brochuras do tempo, e por isso não temo pela sua veracidade.

zesse a uma boa parte das pessoas presentes, foi contudo approved, e tal qual o repetio José Clemente Pereira na presença do Sr. D. Pedro no memorável dia 9 de Janeiro de 1822.

**Manifesto do povo do Rio de Janeiro sobre a residência de S. A. Real no Brasil, dirigido ao senado da camera.**

« O povo do Rio de Janeiro, conhecendo que os interesses das nações reunidas em um centro commum de idéas sobre o bem publico devem ser os primeiros objectos da vigilancia daquelles que estão revestidos do caracter de seus representantes, e, domais, convencido de que nas circumstancias actuaes se constituiria responsavel para com as gerações futuras se não manifestasse os seus sentimentos, á vista da medonha perspectiva que se offerece á seus olhos pela retirada de S. A. Real, se dirige com a ultima energia á presença de V. S., como seu legitimo representante, esperando que mereção toda a sua consideração os motivos que neste se expõem para se suspender a execução do decreto das côrtes sobre o regresso de S. A. Real para a antiga sede da monarchia portugueza.

« O povo, sempre fiel á causa commum da nação, julga que não se desliza da sua marcha representando os inconvenientes que podem resultar de qualquer providencia expedida, quando ella encontre no local em que deve ser executada obstaculos á esta idéa de prosperidade publica, que o soberano congresso annunciou altamente á face da Europa, e que até o presente tem sido motivo da nossa firme adhesão aos principios constitucionaes.

« Na crise actual o regresso de S. A. Real deve ser considerado como uma providencia intrinsecamente funesta aos interesses nacionaes de ambos os hemisphérios.

« Não, não é a gloria de possuir um Principe da dynastia reinante que obriga o povo a clamar pela sua residencia no Brasil. Á vista do mesmo decreto que o chama além do atlantico; nós perderiamos com lagrimas de saudade esta gloria que acontecimentos imprevistos e mysteriosamente combinados nos trouxeram, abrindo entre nós uma época que parecia não estar marcada pela Providencia nos nossos fastos, e ao mesmo tempo fazendo a emancipação do Brasil justamente na idade em que, possuido da indispensavel idéa de suas forças, começava a erguer o collo para repellar o systema colonial: mas a perda desta augusta posse é igualmente a perda da segurança e da prosperidade deste rico e vastissimo continente; ainda avançamos a dizer respeitosamente que esta perda terá uma influencia mui immediata sobre os destinos da monarchia em geral.

« Se os politicos da Europa, maravilhados pela resolução de Sua Magestade o Sr. D. João VI em passar-se ao Brasil, realizing o projecto que os holandezes concebêrão quando Luiz XIV trouxera as portas de Amsterdão, que Felippe V tinha na idéa quando a fortuna o ameaçava de entregar a Hespanha ao seu rival, que o ministro Pombal premeditava quando o throno da monarchia parecia ir descer aos abismos abertos pelo terremoto que Carlos IV já mui tarde desejou realzar; sim, se os politicos disserão que o navio que trouxe ao Brasil o Sr. D. João VI aleugaria entre os antigos greços maiores honras do que esse que levou Jason e os Argonautas a Colchos, o povo do Rio de Janeiro julga que o navio que reconduzir S. A. Real apparecerá sobre o Tejo com o pavilhão da independencia do Brasil.

« Talvez que Sua Magestade, creando o Sr. D. Pedro Principe Regente do Brasil tivesse diante dos olhos estas linhas traçadas pelo celebre Mr. Du-Praut:

« Si le passage du roi n'avait eu lieu le Portugal perdait le Brésil de deux manières: 1<sup>o</sup> par l'attaque qu'en auraient fait les anglais, sous prétexte de guerre avec le Portugal soumis aux français; 2<sup>o</sup> par l'indépendance, dans la quelle ce grand pays, séparé de la metropole par la guerre, ne pourrait manquer de tomber, comme ont fait les colonies espagnoles, et par la même raison et avec le même succès. Aussi est il bien évident que si jamais le souverain établi au Brésil repasse en Portugal il laissera derrière lui l'indépendance établie dans les comptoirs de Rio de Janeiro. »

« Se a passagem do rei se não verificasse, Portugal perdia o Brasil por dois modos: 1<sup>o</sup> por ataque que fariam os inglezes, com o pretexto de guerra com Portugal submettido aos francezes; 2<sup>o</sup> pela independencia que infallivelmente este grande paiz, separado da metropole pela guerra, proclamaría, como fizerão as Americas Hespanholas com a mesma razão e com o mesmo successo. E' logo bem evidente que se algum dia o soberano estabelecido no Brasil voltar para Portugal deixará á pos de si a independencia firmada em todas as feitorias do Rio de Janeiro. »

« Conhece-se qual é o estado de oscillação e de divergencia em que estão todas as provincias do Brasil; o unico centro para

onde parece que se encaminhão suas vistas e suas esperanças é a constituição, e a primeira vantagem que se espera deste plano regenerador é a conservação inalienavel das attribuições de que se acha de posse esta antiga colonia transformada em monarchia, menos para autorisar a residencia do augusto chefe da nação, do que pelo grande peso que o seu commercio de exportação lhe dava na balança mercantil da Europa pelas suas diferentes relações com os diversos povos desse antigo hemisphério, e pelo progressivo desenvolvimento de suas forças physicas e moraes.

« O Brasil, conservado na sua cathogoria, nunca perderá de vistas as idéas de seu respeito para com a sua illustre e antiga metropole; nunca se lembrará de romper esta cadeia de amizade e de honra, que deve ligar os dois continentes através da mesma extensão dos mares que o separão, e a Europa verá com espanto que se o espaço de 2.000 leguas foi julgado mui longo para conservar em vigor os laços do reino unido, sendo o flador desta união um fragil lenho, batido pelas ondas e exposto ás contingencias da navegação; este mesmo espaço nunca será capaz de afrouxar os vinculos de nossa alliança, nem impedirá que o Brasil vá ao longe com mais alegria, com a mão mais cheia de riquezas do que ia d'antes, engrassar a grande arteria da nação.

« O povo do Rio de Janeiro, conhecendo bem que estes são os sentimentos de seus co-irmãos brasileiros, protesta á face das nações pelo desejo que tem de ver realizada esta união tão indispensavel para consolidar as bases da prosperidade nacional; entretanto o mais augusto penhor da infallibilidade destes sentimentos é a pessoa do Principe Real no Brasil, porque nelle reside a grande idéa de toda aptidão para o desempenho destes planos, como o primeiro vingador do systema constitucional.

« As provincias do Brasil, apparecendo nas pessoas dos seus deputados em roda do throno do Principe Regente, formarão uma liga de interesses communs, dirigindo sempre a marcha de suas providencias segundo a perspectiva das circumstancias, sendo um dos seus objectos de empenho estreitar mais e mais os vinculos de nossa fraternidade nacional.

« Se o motivo que as côrtes apresentão para fazerem regressar S. A. Real é a necessidade de instrução de economia politica, que o mesmo Senhor deve adquirir viajando pelas côrtes da Europa, assignadas no decreto, o povo julga que se faz mais necessario para a futura gloria do Brasil que S. A. Real visite o interior deste vastissimo continente, desconhecido na Europa Portugueza, e por desgraça nossa examinado, conhecido, descripto, despojado pelas nações estrangeiras, em cujas cartas, como ultimamente na de Mr. La Pie, nós com vergonha vamos procurar as latitudes e as longitudes das provincias centraes, a direcção dos seus grandes rios e a sua posição chorographica, os justos limites que as separão umas das outras, e até conhecer a sua capacidade para as riquezas da agricultura pela influencia das diversas superficies que ellas offerrecem.

« Portugal, considerando o Brasil como um paiz que só lhe era util pela exportação do ouro, e de outros generos com que elle paga o que importão os estrangeiros, esquecendo-se que esta mesma exportação era resultado mais das forças physicas do Brasil, do que do estímulo das artes de industria, comprimidias pelo meretricio systema colonial e abandonadas a uma cega rotina, não se dignou em tempo algum entrar no exame deste continente, nunca lançou os olhos sobre o seu thermometro politico e moral para conhecer a altura em que estava a opinião publica, e bem mostra agora pela indifferença com que se annuncia a seu respeito; é portanto de primeira necessidade que o Principe Regente dê este passo tão vantajoso para maior desenvolvimento da vida moral e physica do Brasil.

« As côrtes da Europa, hoje decabidas daquelle esplendor que ellas apresentavão em outras épocas, ainda conservão grandes salmos, fúnebres politicos; porém estas classes se considerão mudas e paralyzadas pelas diversas facções que as combatem com uma prepotencia irresistivel: S. A. Real não encontrará hoje nellas mais do que intrigas diplomaticas, mysterios cabalísticos, pretensões idenas, projectos ephemeros, partidos ameaçadores, a moral publica por toda a parte corrompida, os lyceos das artes e das sciencias na mais miseravel prostituição, uma politica cega, concebindo e abortando, em uma palavra, S. A. Real achará em toda a Europa vestigios desse vicio, que, rebentando ao Melo-Dia, levou seus estragos além das ilhas e dos mares.

« Não, não foi em crises tão fataes que viajarão o immortal creador do Imperio da Russia Pedro I, e o grande filho de Maria Theresza José II, assim como outros principes que voltarão aos seus Estados enriquecidos de conhecimentos que fizerão a prosperidade de suas monarchias. Depois que o interesse passou a ser, como diz o abbade Condillac, a mola real dos gabinetes, a politica commençou a recandar sua marcha, e quasi sempre as idéas ostensivas são intrinsecamente diversas daquellas que apparecem nos planos das negociações.

« E' bem de esperar que o Principe herdeiro de uma monarchia, olhada hoje com ciúme pelas nações estrangeiras, não seja

admittido a communicação dos seus mysterios eleusinos, que veja as novas Tyros e Carthagos só pela perspectiva de sua economia publica, e que se faça todo o empenho para desviar da conhecida agudeza de seu engenho a carta dos interesses ministeriaes.

« Nas provincias do Brasil S. A. Real achará um povo que o adora e que suspira pela sua presença; nas mais polidas encontrará homens de talentos bem dignos de serem admittidos ao seu conselho; em outras achará a experiencia dos velhos que o discipulo de Xenofonte encontrou nas boccas do Nilo; conhecerá de perto as forças locais deste immenso paiz, em cujo seio ainda virgem, como diz o celebre Mr. De Sismondi, se podem perfilar as plantações que nutrem o orgulho das margens do Indo, do Ganges, da antiga Trapobana, e que obrição o altivo Adamastor a se embriavecer tantas vezes contra os Europeus.

« Os povos experimentarão estes estímulos de enthusiasmo e de brío que inspira a presença creadora de um Principe; sobre todas as vantagens, emfim, S. A. Real terá uma que não é pequena: conhecer por si mesmo a herança de sua soberania, e não pelas informações dos governadores que tudo achão inculto, atrozado, com obstaculos difficilissimos ou invenciveis, para se desculparem assim da sua inação, ou para depois mostrarem em grande mappa colorido o pouco que fizerão, deixando entre as sombras as concussões violentissimas que soffrêrão as victimas de seu despotismo.

« Tal é a idea que o nosso insigne Vieira offerece em suas cartas, quando analysa a conducta destes regulos de bastão de ferro, praga tão funesta ao Brasil, ou ainda mais do que o mesmo systema colonial.

« Sendo, pois, esta viagem de tão grandes consequências para o progressivo melhoramento do Brasil, fica demonstrada a sua importância e a sua necessidade; os conhecimentos adquiridos por S. A. Real, sendo confrontados com os votos daquelles que possuem a verdadeira estatística do Brasil, servirão muito para organisarem o plano do regimen que deve reanimar a sua vida physica e moral.

« Ha uma distancia muy consideravel entre o meio-dia da Europa e o meio-dia da America; a natureza humana aqui experimenta uma mudança sensivel, um novo céo, e por isso mesmo uma nova influencia sobre o caracter de seus individuos; é impossivel que povos classificados em opposição physica se possam reunir debaixo do mesmo systema de governo: a industria, a agricultura, as artes, em geral exigem no Brasil uma legislação particular, e as bases deste novo codigo devem ser esboçadas sobre os locais onde depois hão de ir ter sua execução.

« Se o Brasil, agrilhoado em sua infancia e com muy poucas homenagens na sua mocidade, avançou rapidamente através das mesmas barreiras que tolhião sua marcha, quanto não avançará depois de ser visitado o perfeitamente conhecido pelo Principe herdeiro da monarchia, que na sua passagem verá a justiça que se lhe fez, tirando-se-lhe as argolas colonias e dando-se-lhe o diadema?

« O povo do Rio de Janeiro, tendo em vista o desempenho deste projecto verdadeiramente philantropico, e conhecendo que S. A. Real annuncia o mais energico enthusiasmo em realisa-lo, com grande vantagem da nação em geral, não pôde, portanto, convir no seu regresso, e, julgando que tem dito quanto basta para que V. S. faça ver a S. A. Real a delicadeza com que o mesmo Senhor se deverá haver nas circumstancias ameaçadoras no horizonte politico do Brasil, espera ser attendido na sua representação, de cujas consequências (não o sendo) o mesmo povo declara V. S. responsavel; igualmente espera que o soberano congresso a receba, e a considere como um manifesto da vontade de irmãos interessados na prosperidade geral da nação, no repovo de sua mocidade e de sua gloria, que sem duvida não chegará ao zenith a que espera subir, senão estabelecer uma sã medida para os interesses reciprocos dos dous hemisphérios, attendendo sempre ás diversas posições locais de um e outro.

« Sendo, portanto, de esperar que todas as provincias do Brasil se reúnam neste centro de idéas logo que se espalhe a li-songeira noticia de que se não verificou o regresso de S. A. Real, o povo encarece a V. S. de fazer ver ao mesmo Senhor a absoluta necessidade de ficarem por agora suspensos os dous decretos 121 e 125 das côrtes, porque não se pôde presumir das publicas intenções do soberano congresso que devesse acceder a motivos tão justos, e de tão grandes relações com o bem geral da nação. Rio de Janeiro, em 29 de Dezembro de 1821.

« (Seguem-se as assignaturas.) »

« Ilms. Srs. do senado. — O corpo de negociantes e officiaes de ourives desta côrte abaixo assignados, anteveendo as desgraças e misérias que succederão pela retirada do S. A. Real desta nobre capital, que teve a honra de acolher e receber a Sua Magestade e toda a familia real, com agrado e satisfação, em seu seio, quando, pela sorte de Portugal, o deixáram em 1807,

vem por este implorar a VV. SS. para que se dignem, como dignissimos representantes do povo, aceitar e levar estas supplicas á presença de S. A. Real, como já fizerão em uma erudita fallia em Abril a Sua Magestade, fallia que nada deixa a desejar, e que em resposta, e para nossa consolação, tivemos o decreto e instrucções de 22 de Abril.

« Os supplicantes, Ilms. senado, persuadidos com os mais cidadãos amigos do soccego e boa ordem que o reino do Brasil se conservaria sempre regido pelo primogenito ou successor do throno portuguez, como foi assentado em um conselho de Estado em Lisboa no mesmo anno de 1807, e que depois da chegada de Sua Magestade pelas interessantes razões politicas, o elevou á cathedra de reino, que estas razões farião que o augusto congresso das côrtes tomassem em consideração o reunio-lo para melhor o conservarem adherente a Portugal; vemos o contrario que dividem-n'o em governos provinciaes independentes e arbitrarios, e só com recursos ás côrtes em tão longa distancia.

« Todo o bom senso treme, Ilms. senado, quando ponderão na anarchia inevitavel que ameaça a todo o Brasil, e que annuncia futuros tristes e desastrosos; por isso VV. SS. tambem devem cooperar para evitar esta desordem, e a quem os supplicantes instão e protestão pelos acontecimentos que por esta falta succeder, e representão que estão prontos a prestar para a conservação de S. A. Real, como regente de todo o Brasil, na conformidade do citado decreto e instrucções, os seus serviços pessoais, como milicianos, e os seus bens na contribuição de qualquer subsidio que para isso fór preciso.

« É certissimas que este é o meio de nos conservar o soccego, assim o supplico a VV. SS., a quem Deos guarde. Rio, 2 de Janeiro de 1822. — E. R. M.

« (Seguem-se as assignaturas.) »

DIA 9 DE JANEIRO DE 1822

Amanheceu, emfim, aquelle magestoso dia, e, logo pela manhã, reunirão-se os bons homens desta cidade na sala das sessões do senado da camara, que era então no consistorio da igreja do Rosario, que servia de Sé. As 9 horas da manhã já o povo era muito, e cobria as ruas e os largos immediatos ao consistorio.

Às 11 desceu a camara municipal, composta naquelle dia dos membros que sahirão e dos membros que entravão, e com o estandar'e em frente, sob a presidencia de José Clemente Pereira.

O prestito era numeroso; todos em grande gala, cabeça descoberta, em duas alas, forão descendo pela rua do Ouvidor, em passo lento, até ao paço da cidade, onde o Principe Regente tinha determinado receber aquella importante representação feita por modo tão solenne, e até então desconhecido no Brasil.

Até hoje se não fez outra igual.

Os homens bons do Rio de Janeiro, seguros da sua consciencia e confiando nos seus direitos, desarmados e sem nenhum acompanhamento de força material, marcharão pelas ruas desta cidade, então opprimida pela força bruta, e sem nada temerem, forão depositar nas mãos do Principe a representação do subdito fiel e do cidadão honrado. Forão dizer ao Principe que, se elle obedecesse aos subversivos decretos da côrte de Lisboa, ficaria responsavel a Deos e aos homens pelas consequências desse seu desacerto.

Ao senado da camara reunio-se o coronel Carneiro, da provincia de S. Pedro do Rio-Grande do Sul. Este coronel não tinha missão especial, mas achava-se sufficientemente autorizado para fallar em nome de sua provincia.

O Principe Regente recebeu, ao meio-dia, na sala do throno do paço da cidade a esta importante deputação do povo da provincia do Rio de Janeiro. O presidente da camara, depois de fazer a Sua Alteza um respeitoso cumprimento, leu o seguinte discurso:

« Senhor. — A saída de V. A. Real dos Estados do Brasil será o fatal decreto que sancione a independência deste reino! Exige, portanto a salvação da pátria que V. A. Real suspenda a sua ida até nova determinação do soberano congresso.

« Tal é, Senhor, a importante verdade que o senado da camara desta cidade, impellido pela vontade do povo, que representa, tem a honra de vir apresentar á muito alta consideração de V. A. Real; cumpre demonstra-la:

« O Brasil, que em 1808 viu nascer nos vastos horisontes do Novo Mundo a primeira aurora da sua liberdade... o Brasil, que em 1815 obteve a carta da sua emancipação politica, preciosa dadiua de um rei beniguo... o Brasil, finalmente, que em 1821, unido á mai patria, filho tão valente, como fiel, quebrou com ella os ferros do proscripto despotismo... recorda sempre com horror os dias da sua escravidão recém-passada... teme perder a liberdade mal segura que tem principiado a gostar... e receia que um futuro envenenado o precipite no estado antigo de suas desgraças

« E' filho daquelle recordação odiosa, daquelle temor e deste receio, o veneno, que a opinião publica se apressou a lançar na carta de lei do 1º de Outubro de 1821, porque se lhe antojou que o novo systema de governos de juntas provisórias, com generaes das armas independentes dellas, sujeitos ao governo do reino, a este só responsaveis e ás côrtes, tende a dividir o Brasil e a desarmá-lo, para o reduzir ao antigo estado de colonia, que só vis escravos podem tolerar, e nunca a um povo livre, que, se pugna pelo ser, nenhuma força existe capaz de o supplantar.

« E' filho das mesmas causas o veneno que a opinião publica derramou sobre a carta de lei do mesmo dia, mez e anno, que decretou a saída V. A. Real, porque entendeu que este decreto tem por vistas roubar ao Brasil o centro da sua unidade politica, unica garanta da sua liberdade e ventura.

« E' filho das mesmas causas o dissabor e o descontentamento com que o povo constitucional e fiel ouviu a noção da extincção dos tribunaes deste reino, porque desconfiou que Portugal aspira a reedificar o imperio da sua superioridade antiga, impondo-lhe a dura lei da dependência, e arrogando-se todas as prerogativas de mãe, como se durasse ainda o tempo da sua cautela extincta, sem se lembrar que este filho, emancipado já, não pôde ser privado com justiça da posse de direitos e prerogativas que por legitima partilha lhe pertencem.

« E' filho da mesma causa o reparo e susto com que o desconfiado brasileiro viu que no soberano congresso se principião a determinar negocios do Brasil, sem que estivessem reunidos todos os seus deputados, contra a declaração solenne do mesmo soberano congresso tantas vezes ouvida com exaltado applauso do povo brasileiro, porque julgou acabada de uma vez a consideração até então politicamente usada com esta importante parte da monarchia.

« Tal é, Senhor, o grito da opinião publica nesta provincia. Corramos as vistas ligeiramente sobre as outras, e que se pôde esperar da sua conducta?

« Pernambuco, guardando as materias primas da independência que proclamou um dia, mallograda por immatura, mas não extincta, quem duvida que a levantará de novo se um centro proximo de união politica a não prender?

« Minas principiou por attribuir-se um poder deliberativo, que tem por fim examinar os decretos das côrtes soberanas, e negar obediência áquelles que julgar oppositos aos seus interesses: já deu accessos militares, trata de alterar a lei dos dizimos, tem entrado, segundo dizem, no projecto de cunhar moeda... E que mais faria uma provincia que se tivesse proclamado independente?

« S. Paulo soberbamente manifestou os sentimentos livres que possui nas politicas instrucções que ditou aos seus illustres deputados. Ella alli corre a expressão mais positivamente pela voz de uma deputação, que se apressa em apresentar a V. A. Real uma representação igual a deste povo!

« O Rio-Grande de S. Pedro do Sul vai significar a V. A. Real que vive possuido de sentimentos identicos pelo protesto desse honrado cidadão que vêdes incorporado a nós.

« Ah! Senhor, e será possível que estas verdades, sendo tão publicas, estejam fóra do conhecimento de V. A. Real? Será possível que V. A. Real ignore que um partido republicano, mais ou menos forte, existe semeado aqui e alli, em muitas das provincias do Brasil, por não dizer em todas ellas? Acaso os cabeças que entervierão na explosão de 1807 espirarão já? E se existem, e são espiritos fortes e poderosos, como se crê que tenham mudado de opinião.

« Qual outra lhez parecerá mais bem fundada que a sua? E não diz uma fama publica, ao parecer segura, que nesta cidade mesma um ramo deste partido reverdeceu com a esperança da saída de V. A. Real, que fez tentativas para crescer e ganhar força, e que só desanimou á vista da opinião dominante de que V. A. Real se deve demorar aqui para sustentar a união da patria?

« Não é notorio constante que vasos de guerra estrangeiros visítio, em numero que se faz notavel, todos os portos do Brasil? E não se diz que grande parte destes pertence a uma nação livre que protege aquelle partido, e que outros são observadores vigilantes de nações empreendedoras?

« Não foi, finalmente, quando preparavão a sua constituição politica que a Polonia se vio talada pelas armas dos emulos da sua futura gloria, e a Hespanha por falta de politica perdeu a riqueza das suas Americas?

« E se de tudo é resultado certo que a patria está em perigo, qual será o remedio tambem achado que a salve? A opinião publica, esta rainha do mundo poderosa, que todos os negocios politicos governa com acerto, o ensina.

« Dê-se ao-Brasil um centro proximo de união e actividade: dê-se-lhe uma parte do corpo legislativo e um ramo de poder executivo, com poderes competentes, amplos, fortes e liberaes, e tão bem ordenados, que, formando um só corpo legislativo e um só poder executivo, só umas côrtes e só um rei, possa Portugal e o Brasil fazer sempre uma familia irmã, um só povo, uma só nação e um só imperio. E não offerecem os governos liberaes da Europa exemplos semelhantes? Não é por este systema divino que a Inglaterra conserva unida a si a sua Irlanda?

« Mas, enquanto não chega este remedio tão desejado, como necessario, exige a salvação da patria que V. A. Real viva no Brasil para o conservar unido a Portugal. Ah! Senhor, se V. A. Real nos deixa, a desunião é certa. O partido da independência, que não dorme, levantará o seu imperio, e em tal desgraça, oh! que de horrores e de sangue, que terrivel scena aos olhos de todos se levanta!

« Demorai-vos, Senhor, entre nós até dar tempo que o soberano congresso, já informado do ultimo estado das cousas neste reino e da opinião que nelle reina, receba as representações humildes deste povo constitucional e fiel, unidas ás das mais provincias. Dal tempo a que todas corraõ para este centro de unidade; que se ellas vierem, a patria será salva, aliás sempre estará em perigo. Dai afago os votos dos seus filhos do Brasil.

« Façamos justiça á sua boa fe, e veremos que as cartas de lei do 1º de Outubro de 1821, que a tantas desconfianças tem dado causa, forão ditadas sobre o estado da opinião que a esse tempo dominava deste reino. Quasi todas as provincias declararão mui positivamente que nada querião do governo do Rio de Janeiro e que só reconhecão o de Lisboa. V. A. Real o sabe, e V. A. Real mesmo foi obrigado a escrever para lá que não podia conservar-se aqui por falta de representação politica mais limitada que a de qualquer capitão-general do governo antigo.

« Apparecerão além disto nesta cidade dias aziagos!! Correrão vezes envenenadoras, que nem a pureza da conducta de V. A. Real a todas as luzes conhecidamente constitucional perdoarão. Desejou-se (sou homem de ver-



dade, hei de dizê-lo), desejou-se aqui, e escreveu-se para lá, que V. A. Real sabbasse do Brasil.

« Dado estes factos, que são positivos e indubitáveis, que outra idéa se podia então apresentar ao soberano congresso que não fosse a de mandar retirar do Brasil a augusta pessoa de V. A. Real?

« Mas hoje que a opinião dominante tem mudado e tem principiado a manifestar-se, com sentimentos que os verdadeiros políticos possuirão sempre; hoje que todos querem o governo de V. A. Real, como remédio unico da salvação contra os partidos da independência; hoje que se tem descoberto que aquellas declarações ou nascêrão de calculos precipitados, filhos da occasião e do odio necessario que todas as provincias tinham ao governo do Rio de Janeiro, pelos males que de cá lhes forão, ou tiverão talvez por verdadeiro fim abrir os primeiros passos para uma premeditada independência absoluta, hoje, finalmente, que todas vão caminhando para ella, mais ou menos, é sem duvida de esperar que o soberano congresso, que só quer a salvação da patria, conceba, sem hesitar, aos honrados brasileiros o remédio de um centro proximo de unidade, que com justiça lhe requerem.

« E como se poderá negar ao Brasil tão justa pretensão? Se Portugal acaba de manifestar aos soberanos e povo da Europa que entre as ponderosas e justificadas causas, que produzirão os memoraveis acontecimentos que alli tiveram lugar nos regeneradores dias 28 de Agosto e 15 de Setembro de 1820, foi principal a da orphanidade em que se achava pela ausencia de Sua Magestade o Sr. rei D. João VI por ser conhecida por todos a impossibilidade de pôr em marcha regular os negocios publicos e particulares da monarchia, achando-se collocado a 2 000 leguas o centro de seus movimentos, que razão de differença existe para esperar que o Brasil, padecendo os mesmos males, não busque mais tarde ou mais cedo os mesmos remedios? E não será mais acertado conceder-lhe já o que por força se lhe ha de dar?

« Taes são, Senhor, os votos deste povo, e protestando que vive animado da mais sincera e ardente vontade de permanecer unido a Portugal pelos vinculos de um pacto social, que, fazendo o bem geral de toda a nação, faça o do Brasil por aneis de condições em tudo iguaes, roga a V. A. Real que se digne de os acolher benigno e annuir a elles, para que aquellos vinculos mais e mais se estreitem o se não quebrem... por outra forma o ameaçado rompimento de independência e anarchia parece certo e inevitavel. »

Terminado o discurso, que tinha por fim dar conta da sua missão, de que o senado da camara estava encarregado, leu-se o manifesto do povo do Rio de Janeiro, que era o fundamento daquelle solemne acto. O coronel Carneiro deu a sua palavra de que estava habilitado para affirmar ao Principe que os habitantes da sua heroica provincia tinham a este respeito os mesmos sentimentos que os habitantes do Rio de Janeiro.

O Principe, do alto do throno, dirigindo a palavra ao presidente do senado, articulou estas memoraveis palavras: *Como é para bem de todos e felicidade geral da nação, estou prompto; diga ao povo que fico.*

O procurador do senado da camara, desenrolando então de uma das janellas da sala do throno o estandarte do mesmo senado, o presidente delle, da mesma janella, repetio em alta voz a resposta do Principe: « Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou prompto; diga ao povo que *fico*. »

O povo, que era muito e cobria toda a praça, recebeu com immensa alegria esta resposta do Principe, e na força do seu enthusiasmo, e ao som dos maiores e estrepitosos vivas, pedia que quera ver o Principe.

S. A. o Sr. D. Pedro appareceu a uma das janellas, aonde foi saudado pelo povo no meio dos mais vivos transportes de alegria. O Principe, commovido, disse então ao povo—que lhe tinha de recomendar *união e tranquillidade*.

A deputação do povo do Rio de Janeiro voltou á casa do senado da camara pelas mesmas ruas por onde atravessou, e nella chegando lavrou o seguinte auto:

#### Auto de vereação do dia 9 de Janeiro de 1822

« Aos 9 de Janeiro de 1822, nesta cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro e paços do concelho, aonde se achavam reunidos em actos de vereação, na forma do seu regimento, o juiz de fora presidente, vereadores e procurador do senado da camara abaixo assignados, por parte do povo desta cidade forão apresentados ao mesmo senado representações que todas se dirigem a requerer que este leve á consideração de S. A. Real que deseja que suspenda a sua sahida para Portugal por assim o exigir a salvação da patria, que está ameaçada de imminente perigo de divisão pelos partidos que se temem de uma independência absoluta, até que o soberano congresso possa ser informado destas novas circumstancias, e á vista dellas acudir a este reino com um remédio prompto, que seja capaz de salvar a patria, como tudo melhor consta das mesmas representações que se mandarão registrar.

« E sendo vistas estas representações, estando presentes os homens bons desta cidade, que têm andado na governança della, para este acto convocados, por todos foi unanimemente accordado que ellas continhão a vontade unanime de todo o povo, e que urgia que fossem immediatamente apresentados a S. A. Real.

« Para este fim sahio immediatamente o procurador do senado da camara, encarregado de annunciar ao mesmo Senhor esta deliberação, e de lhe pedir uma audiencia para o sobredito effeito. E voltando com a resposta de que S. A. Real tinha designado a hora do meio-dia para receber o senado da camara no paço desta cidade, para alli sahio o mesmo senado ás 11 horas do dia, e sendo apresentadas a S. A. Real as sobreditas representações pela voz do presidente do senado da camara, que lhe dirigio a falla; depois delle o coronel do estado-maior, ás ordens do governo do Rio-Grande, Manoel Carneiro da Silva e Fontoura, que tinha pedido licença ao senado da camara para se unir a elle, dirigio a falla ao mesmo Senhor, protestando-lhe que os sentimentos da provincia do Rio-Grande de S. Pedro do Sul erão absolutamente conformes aos desta provincia.

« E no mesmo acto João Pedro de Carvalho de Moraes apresentou a S. A. Real uma carta das camaras de Santo Antonio de Sá e Magé contendo iguaes sentimentos. E S. A. Real dignou-se responder com as expressões seguintes:

« Convencido de que a presença da minha pessoa no Brasil interessa ao bem de toda a nação portugueza, e conhecido que a vontade de algumas provincias assim o requer demonstrei a minha sahida até que as côrtes e meu augusto pai e Senhor deliberem a este respeito, com perfeito conhecimento das circumstancias que têm occorrido. »

« Foi esta resposta de S. A. Real seguida de vivas da maior satisfação, levantados das janellas do paço pelo presidente do senado da camara, e repetidos pelo immenso povo que estava reunido no largo do mesmo paço, pela ordem seguinte:—Viva a religião!—Viva a constituição!—Vivão as côrtes!—Viva a rei constitucional!—Viva a união de Portugal com o Brasil!

« Findo este acto se revolveu o senado da camara aos paços do concelho, com os cidadãos e os mestres do povo que o acompanharão, e o sobredito coronel da provincia do Rio-Grande do Sul. E de tudo para constar se mandou lavrar este termo, que todos os sobreditos assignarão comigo José Martins Rocha, escriptão do senado da camara, que o escrevi.—José Clemente Pereira.—Francisco de Souza de Oliveira.—Luiz José Vianna Gurgel do Amaral e Rocha.—Manoel Caetano Pinto.—Antonio Alves de Araujo.—José Martins Rocha.

« Declaração.—Em lugar das palavras de S. A. Real, que menos exactamente se lançarão no termo supra, devem substituir-se as seguintes, que são as verdadeiras: « Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou prompto; » e diga ao povo que *fico*. » E logo chegando S. A. Real ás varandas do paço, disse ao povo: « Agora só tenho a recomendar-vos união e tranquillidade. » E para constar se mandou fazer a sobredita declaração. Era, dia, mez e anno ut supra. Eu José Martins Rocha, escriptão da camara, o escrevi.—José Clemente Pereira.—Francisco de Souza de Oliveira.—Luiz José Vianna Gurgel do Amaral e Rocha. (Seguem-se 61 assignaturas.)

« Está conforme.—No impedimento do secretario, Albano Frederico de Menezes Drummond. »

A' noite a maior parte da cidade se illuminou. O Principe foi ao theatro, onde recebeu nova ovação do povo agradecido.

No mesmo dia 9 de Janeiro o Principe escreveu a seu pai, dizendo-lhe:

« Meu pai e meu Senhor.—Dou parte a Vossa Magestade que no dia de hoje, ás 10 horas da manhã, recbi uma participação do senado da camara, pelo seu procurador, que as camaras nova e velha se achavão reunidas e me petição uma audiência; respondi que ao meio-dia podia vir o senado que eu o receberia.

« Viro o senado, que me fez uma falla mui respeitosa, de que remetto copia (junta com o auto da camara) a Vossa Magestade, e, em summa, era que, logo que desamparasse o Brasil, elle se tornaria independente, e ficando eu elle persistiria unido a Portugal. En respondi o seguinte:—Como é para bem de todos e felicidade geral da nação, estou prompto; diga ao povo que fico.

« O presidente do senado assim o fez, e o povo correspondeu com immensas vivas, cordialmente dadas a Vossa Magestade, a mim, á união do Brasil, a Portugal e á constituição. Depois de tudo acogido, da mesma janella em que estive para receber os vivas, disse ao povo:—Agora só tenho a recomendar-vos união e tranquillidade;—e assim findou este acto.

« De então por diante os habitantes têm mostrado de todas as formas o seu agradecimento, assim como eu tenho mostrado á meu por ver que tanto me amão. Remetto incluso a Vossa Magestade o auto feito pela camara, na forma da lei, e estimarei que Vossa Magestade o mande apresentar ás côrtes para seu perfeito desenvolvimento e intelligencia. Rio de Janeiro, 9 de Janeiro de 1822.—D. I. Pedro. »

#### Edições.

« O senado da camara julga de seu dever annunciar ao povo desta cidade que hoje, ao meio-dia, pèz na presença de S. A. Real o Principe Regente do Brasil as representações que lhe dirigio, o que o mesmo Senhor se dignou annuir a ella, dando a resposta seguinte:

« Convencido de que a presença de minha pessoa no Brasil é interesse ao bem de toda a nação portugueza, e conhecendo a que a vontade de algumas provincias assim o requer, demonstrei a minha sahida ate que as côrtes, e meu augusto pai e o Senhor, deliberem a este respeito, com perfeito conhecimento das circumstancias que têm concorrido. »

« E para que seja completa a gloria deste dia recomendo o mesmo senado a todo este povo que desanse de hoje em diante na sua vigilancia, e que deixe ao governo a disposição das providencias necessarias, porque, não podendo resultar de uma conduta contraria senão anarchia e desordem, virá a calmar nos mesmos males, que, pelo passo que acaba de dar, deseja evitar. Rio de Janeiro, em vereação de 9 de Janeiro de 1822.—José Maria Rocha. »

« O senado da camara, tendo publicado hontem, com notavel alteração de palavras, a resposta que S. A. Real o Principe Regente do Brasil se dignou dar á representação que o povo desta cidade lhe dirigio, declara que as palavras originaes de que o mesmo Senhor se servio foram as seguintes:

« Como é para bem de todos e felicidade geral da nação, estou prompto; diga ao povo que fico. »

« O mesmo senado espera que o respeitavel publico lhe desculpe aquella alteração, protestando que não foi voluntaria, mas unicamente nascida do transporte de alegria que se apoderou de todos os que estavam no salão das audiencias, sendo tão desculpavel aquella falta de todas as pessoas que acompanhavão o mesmo senado, não tiveram duvida em declarar que a expressão do edicto que se acaba de publicar fôra a propria de S. A. Real, com alguma pequena differença.—Rio de Janeiro: 10 de Janeiro de 1822.—O juiz de fôrta presidente, José Clemente Pereira. »

#### DISCURSO DO SR. JOSÉ CLEMENTE PEREIRA SOBRE O PATRIARCHADO DA INDEPENDENCIA DO BRASIL.

(Segunda parte da ordem do dia: discussão do art 1º da proposta do governo, fazendo a força de terra) (\*).

« O SR. CLEMENTE PEREIRA (ministro da guerra).—Primeiro que tudo darei ao nobre deputado pela Para-

(\*) Vide *Jornal do Commercio* n. 152 de quarta-feira 16 de Junho de 1841.

hyba uma informação que de mim exigio em uma das sessões passadas, isto é, se existe na secretaria da guerra alguma communicação do presidente da Parahyba sobre o movimento de tropa, e despesa feita com este mesmo movimento por occasião de eleições. Devo informar ao nobre deputado que nada existe.

« Talvez, Sr. presidente, devesse deixar sem resposta algumas observações que o nobre deputado por S. Paulo, que fallou na ultima sessão, fez sobre o meu discurso: mas em dous pontos principaes em que tocou o nobre deputado não posso deixar de fazer algumas observações.

« O nobre deputado, por occasião de uma declaração que eu fiz de ter tido a principal parte na representação para a convocação de uma assembléa no Brasil, disse que entendera que eu me referia ao dia 9 de Janeiro, conhecido pelo dia do—fico—e que, a ser assim, queria reclamar, porque a gloria de preferencia pertencia a S. Paulo e não ao Rio de Janeiro.

« O nobre deputado com muita razão desenhpenha o seu officio de bom procurador dos paulistas; mas ha de permitir-me que, como procurador dos fluminenses, eu chame a sua attenção sobre alguns factos, dos quaes se deduz que a prioridade (se prioridade houve) pertence aos fluminenses. A mim me parece, na cooperação para a independencia, a gloria é igual para todas as provincias, mas se é necessario que alguém tenha a prioridade ha de permitir-me o nobre deputado que o conteste, e que diga que ella pertence aos fluminenses (*apoiados*).

« O nobre deputado conhece, e não ha duvida, que a representação por parte da provincia do Rio de Janeiro teve lugar em 9 de Janeiro de 1822, e que a representação por parte da de S. Paulo teve lugar dias depois...

« O Sr. Andrada Machado diz algumas palavras, que não ouvimos.

« O Sr. Clemente Pereira.—Perdão-me; a representação teve lugar dias depois de 9 de Janeiro: é verdade que já nós esperavamos a deputação de S. Paulo, e alguns preparativos se fizeram para recebê-la; mas o facto é que ella não pôde chegar aqui senão depois do dia 9...

« Mas o nobre deputado quer que a representação seja datada do dia da deliberação do governo de S. Paulo, e não do em que foi apresentada; pois bem, acceito a declaração do nobre deputado, e desejo que se escreva nos annaes da historia que o nobre deputado quer se conte a prioridade do dia em que se tomou a deliberação em cada uma das provincias.

« A de S. Paulo é marcada pelo nobre deputado no dia 3 de Janeiro, porque foi quando o governo da provincia se dirigio as municipalidades, participando-lhes a deliberação do governo ou convidando-as para cooperarem...

« O Sr. Andrada Machado (ainda não o ouvimos).

« O Sr. Clemente Pereira.—Pois bem, ainda mesmo como quer que seja, o nobre deputado ha de ter lembrança de que em 22 de Dezembro de 1821 sahio um commissario, mandado do Rio de Janeiro ao governo de S. Paulo, convidando para cooperar a ficada do Principe Regente: foi o Sr. Pedro Dias, hoje marquez de Queixosambim. E no dia 20 sahio daqui para Minas outro commissario tambem por parte do Rio de Janeiro, encarregado de igual commissão: foi o Sr. Paula Barbosa da Silva...

« Um senhor.—Foi o Sr. conego Januario.

« O Sr. Clemente Pereira.—Não, senhor; esse foi para a aclamação; estou bem certo nos factos: foi o Sr. Paula Barbosa. Em virtude destas enviaturas aconteceram que alguns povos de Minas mandarão as suas representações com data de Dezembro (eu quero dar as mineiras a parte da gloria que lhes pertence). A villa de Barbacena enviou a sua representação, datada de 27 de Dezembro; a camara de Marianna enviou tambem a sua, com data de 2 de Janeiro.

« Mas no Rio de Janeiro foi este negocio tratado com muita antecipação, e convem que se dê o seu a seu dono. Devo declarar que os primeiros que se lembrarão desta melida, ao menos que a fizeram sentir e levar a effeito, forão o Sr. José Mariano e o Sr. José Joaquim da Rocha.

« O Sr. *Andrada Machado*. — É verdade.

« O Sr. *Clemente Pereira*. — É isto antes do dia 15 do mez de Dezembro... isto creio que até anda impresso, e tanto que se me faz crime, porque não fui dos primeiros a concordar com a medida, como se me representava. O Sr. José Mariano foi á minha casa, por ser então eu presidente do senado da camara, communicar-me a resolução em que se achavão de pedir ao Principe Regente do Brasil que quizesse ficar no Brasil, porque assim convinha aos interesses do paiz.

« Nessa occasião eu disse que julgava de necessidade a ficada do Principe, mas que julgava prudente que o Rio de Janeiro fizesse a representação só por si, porque não havia força necessaria, muito mais existindo no Rio de Janeiro uma força portugueza assás forte, que, como o nobre deputado sabe por informações, até nos ameaçou com as armas.

« Tratava-se de nomear então um governo, esse governo de tres cabeças, governou que o Brasil não queria, e contra o qual eu me tinha pronunciado, e por isso foi-me objectado—se o governo tem de nomear-se o que ha de fazer então o Principe? — A isto respondi: emquanto se pede a cooperação das provincias immediatas, Minas e S. Paulo, póde o Principe ir para Santa-Cruz: logo que cheguem as representações pede-se ao mesmo Principe que se deixe ficar no Brasil.

« Estas minhas palavras servirão até depois para uma devassa por crime de republicano, na qual houve quem foi jurar que eu era tão republicano, que tinha feito as observações que acabo de referir.

« Mas o caso é que o Sr. José Mariano e o Sr. José Joaquim da Rocha acharão boas as minhas observações, e concordarão em que se devião dirigir aos governos de S. Paulo e de Minas, e em consequencia deste accordo partirão para S. Paulo, como já disse, o Sr. marquez de Quelxeramobim, e para Minas o Sr. Paulo Barbosa.

« Ora, agora accresce mais que, tendo eu, como me convinha, tratado de saber do Principe Regente qual era a sua opinião a este respeito, porque corria a noticia de que elle queria ir para Portugal (o que depois reconheceu-se que era politica sua porque sempre teve vontade de ficar), dirigi-me logo depois da communicação do Sr. José Mariano a S. Christovão, e Sua Alteza com effeito ainda reservou de mim sua verdadeira opinião; mas, tomando consistencia a opinião do povo fluminense, e estando eu decidido a cooperar para ella em todo o caso, procurei novamente o Principe (e lembro-me bem) na vespera do dia de Natal, e fallei-lhe na tribuna da capella imperial, dizendo a S. A. Real que o povo do Rio de Janeiro tratava de dirigir-lhe uma supplica no sentido que lhe havia participado dias antes, e que devia esperar igual representação de Minas e S. Paulo, porque era impossivel que estas duas provincias não annuissem ás communicações que lhe foram feitas pelo Rio de Janeiro, e Sua Alteza teve a bondade de responder-me que ficaria.

« No dia 26 de Dezembro fui á casa do Sr. José Mariano, onde se achava o Sr. Rocha e o Sr. padre Fr. Francisco de Sampaio, que foi quem redigiu a representação. Creio que estas observações não são indifferentes para a historia (apoiados)... e fui dizer-lhes que a representação devia fazer-se, que estava disposto a cooperar para ella, e que deveria ter lugar no dia 9 de Janeiro. Tratou-se desde logo de dar a este acto o apparato mais magestoso possivel, e na verdade creio que não será possivel nos nossos dias tornar a haver um dia tão solemne! (*Namerosos apoiados.*)

« Nelle apresentáram-se sessenta e tantos cidadãos das primeiras classes do Rio de Janeiro, vestidos com o uniforme de capa e volta que então se usava; reunio-se a elles o povo do Rio de Janeiro com o maior enthusiasmo e interesse, e isto no meio da grande opposição dos batalhões de Portugal, que chegarão a ameaçar-nos com o emprego da força!

« Com estas informações o nobre deputado decidirá, decidirá tambem o publico, e quem quizer ser juiz, quem deve ter a prioridade no acto de 9 de Janeiro. Talvez

mesmo aconteça que em nosso enthusiasmo, sem nos havermos combinado, estivessemos todos dispostos para o mesmo fim; mas eu hei de continuar a sustentar que a prioridade pertence ao Rio de Janeiro.

« O nobre deputado continuará a sustentar que pertence a S. Paulo; a questão será decidida pelos documentos officiaes que houverem a este respeito; mas enquanto não se decide nunca o Rio de Janeiro terá de ficar em segundo lugar. »

#### A TROPA PORTUGUEZA SE REVOLTA NO DIA 11 DE JANEIRO

A tropa portugueza assistio a festa nacional do dia 9 de Janeiro sem dar maior signal do seu descontentamento. O ministerio tambem ficou estranho a semelhante occurrencia. Tudo se fez sem a sua ingerencia, e sem a sua autorisação. Até o dia e hora da audiencia foram os pedidos ao Principe feitos directamente pelo procurador do senado da camara. Nenhum ministro de Estado assistio áquella famosa audiencia.

Estava determinado que a resposta do Principe fosse festejada por tres dias successivos. O dia 10 passou-se tranquillamente; nada houve que perturbasse o socego e os festejos publicos. Mas no dia 11, logo pela manhã, houve desconfianças de que a tropa portugueza meditava alguma cousa, e que o seu silencio nos dias anteriores havia sido calculado, para melhor disfarçar a execução do seu intento. Tomarão-se todas as medidas para que ella não pudesse lograr o seu desejo.

Na tarde do mesmo dia 11 o general Jorge de Aveléz, commandante das armas da corte e provincia, visitou os quartéis da divisão auxiliadora, e ali participou aos officiaes e soldados que estava demittido do governo das armas. Não era isto exacto; não havia tal demissão. O general a inventou, com o fim de provocar os soldados á desordem. Elle tinha o seu plano formado. O batalhão de caçadores n. 3 absteve-se de entrar nelle.

Os officiaes dos outros corpos estavam de accordo com o general Aveléz. Fóra da tropa tambem havia quem estivesse de accordo com ella para o mesmo fim.

Ao cahir da noite apparecerão magotes de soldados portuguezes armados de varapáos, a quebrar luminarias e a insultar o povo, gritando que darião cabo naquella noite de toda a *cabralhada* (\*).

A noticia deste acontecimento chegou logo ao Principe Regente, que se achava no theatro. Sua Alteza, quando alli chegou e não achou o general Jorge de Aveléz no seu camarote, onde nunca faltava, disse para os que o acompanhavão que o general estava provocando, com fins sinistros, alguma desordem na cidade. Mandou chamar o brigadeiro Carretti, commandante da divisão auxiliadora, e lhe ordenou que fosse fazer recolher os seus solda-

(\*) Não se lembravão esses brancos da carta régia de 16 de Janeiro de 1773, que mandou libertar a todos os mulatos (alguns mais claros que os proprios senhores), cabras e negros, existentes e espalhados pelas provincias do reino de Portugal. Erão os mulatos e cabras em tão grande numero, que o marquez de Pombal, envergonhado, os libertou. E quantos filhos desses não estarião com praça na divisão auxiliadora! Aqui cabe bem o prologio popular: « Chama-lhes minha filha antes que te chamem. » Vide a carta régia no tomo 2º, á pag. 497 da minha *Chorographia*.

dos a quartéis, assim de se poder manter a ordem publica, que elles querião perturbar. Declarou que fazia o brigadeiro responsavel pelos acontecimentos que pudessem sobrevir se porventura aquella ordem não fosse severamente executada.

O brigadeiro Carreti voltou ao theatro e assegurou ao Principe que os soldados já se achavão recolhidos aos quartéis, e que por elles, nem por causa delles o socego publico seria perturbado.

No entanto começaram a chegar ao theatro avisos da policia publica e particular, dando conta do que se estava passando nos quartéis portuguezes. Os brasileiros forão tomando as suas medidas á proporção do que se ia sabendo, e já não era possível apanha-los de surpresa. Os primitivos autores para a resistencia, isto é, da independencia, tinham um camarote no theatro, onde seis delles alternadamente comparecião.

Alli mesmo, no theatro, o Principe estava em correspondencia com elles, e muitas resoluções por este modo se tomárão naquella lugar. A vigilancia abrangia a cidade toda, e tudo estava previnido.

Estava para acabar a representação daquella noite quando chegou a noticia que a tropa portugueza estava já ao ponto de se pôr em marcha sobre o theatro. O Principe partio para S. Christovão, e dalli fez partir para a fazenda de Santa-Cruz, naquella mesma noite, a Princeza, e seus filhos o Principe Real D. João e a Infanta D. Maria da Gloria, declarada depois da independencia Princeza do Grão-Pará, e depois rainha de Portugal, com o nome de Maria II.

O theatro foi logo espontaneamente evacuado. Cada um partio para o seu destino, com animo feito de revindicar a honra do paiz, insultada por uma soldadesca insubordinada e coberta de vícios. O ponto de reunião era o campo de Sant'Anna, hoje da Acclamação (\*).

A tropa portugueza, vendo por este modo mallogrado o seu intento de surpreender o Principe no theatro, retrocedeu e tomou posições no morro do Castello e pelo litoral da cidade, desde o arsenal de marinha até o do exercito. O batalhão 3 de caçadores permaneceu no seu quartel de S. Christovão, como os officiaes mais influentes delle, tenente-coronel Garcez, major João Chrysostomo e capitães Sá e Julio havião promettido ao Principe.

Soubese ao depois que essa promessa fôra um estratagemma de guerra, e que a ficada deste batalhão no quartel estava no plano do general Jorge de Avelez.

Este plano do general, combinado com alguns officiaes da divisão e portuguezes fôra do exercito, affectos ao ascendente metropolitano, era de surpreender o Principe, á sabida do theatro e leva-lo com a Princeza, acto continuo, para a fortaleza de Santa-Cruz, donde embarcarião depois para bordo da fragata *União*, que já se achava preparada de todo o necessario para seguir viagem, porque era nella que o Principe tencionava partir, caso os decretos fossem executados no Rio de Janeiro.

A fortaleza de Santa Cruz estava guarnecida por soldados do batalhão 11 da divisão auxiliadora. O batalhão 3 de caçadores ficára, portanto, nos

quartéis de S. Christovão para dissimular e de mais perto poder se amparar do paço da Boa-Vista, e embarcar dalli o Principe e a Infanta, com o fim de os reunir a seus pais, e partirem todos para Portugal, deixando esta capital na mais desaforada anarchia, debaixo do dominio de tropas insubordinadas e corrompidas, que servião de instrumento maligno aos revolucionarios que pretendião recolocar o Brasil.

#### OUTRAS PARTICULARIDADES QUE SE DERÃO NA NOITE DO DIA 11 DE JANEIRO, QUE JÁ MENCIONEI NA BIOGRAPHIA DO CONSELHEIRO DRUMMOND.

Na noite do dia 11 de Janeiro, achando-se no theatro os tenentes-coroneis José Maria, commandante do batalhão 11 da divisão, e José Joaquim de Lima e Silva, do 3º da corte, altercãõ calorosamente sobre a politica do dia e sahirão ambos do theatro; e José Maria, que se achava furioso e um tanto—espiritualisado—disse a Lima que o Brasil seria sempre escravo humilde de Portugal, a quem pertencia, e que o Principe embarcaria, ainda que a sua espada lhe servisse de prancha. E se separarão, seguindo José Maria para o largo de Moura, e Lima, entrando outra vez para o theatro, contou o occorrido a alguns dos patriotas que alli estavam.

Nessa occasião se achava no saguão do theatro o então cirurgião-ajudante alferes Joaquim Candido Soares de Meirelles, que servia em um dos batalhões da divisão, e fingindo tomar o partido dos da dita divisão acompanhou o tenente-coronel José Maria, ouvindo delle pelo caminho qual era o plano dos seus, e acabando de certificar-se bem delle, no largo de Moura, quando se reunirão os officiaes e a divisão se pôz em armas.

Tendo Meirelles sabido o que era sufficiente retirou-se sorrateiramente, e foi para o theatro dar parte de tudo ao ministro da guerra e aos interessados na causa do Brasil, que rodeavão o Principe, o qual foi logo de tudo informado.

A noticia espalhou-se logo com a velocidade do raio, e todos correrão armados ao theatro, e muitos a cavallo, para escollar e proteger o Principe, e reforçar a sua guarda de cavallaria, retirando-se elle para o palacio da Boa-Vista, em S. Christovão, dando logo ordens para que as poucas forças da 1ª e 2ª linha que existião pegassem em armas.

Era o Sr. D. Pedro dotado de espirito guerreiro e entusiasta de feitos e acções gloriosas, e herdeiro de um nome brilhante na historia dos povos, e por isso, comprehendendo a posição que havia tomado no memoravel dia 9 de Janeiro de 1822, annuindo o partido dos povos, decididamente se sujeitou ás consequencias da guerra, em cuja causa se identificara.

Neste conflicto, de aspecto assustador, cidadãos de todas as classes corrião ao quartel do campo de Sant'Anna, hoje da Acclamação, armados uns, e outros a tomar armamento, e o marechal de campo ajudante-general Joaquim de Oliveira Alvares(\*), apesar de se achar doente de rheumatismo, e com as pernas envoltas em bacias, tomou o commando das tropas brasileiras, e de intelligencia com o Principe, e coadjuvado pelo coronel Luiz Pereira da Nobrega, prestirão grandes serviços.

A divisão auxiliadora, formada e acampada no largo de Moura e no Castello, pôz-se em attitudo hostil. O 3º batalhão de caçadores da divisão lustrana, que se achava aquartelado no campo de Sant'Anna, que, segundo a fama que se espalhou, tinha milhares de cidadãos armados, formando batalhões, ou porque o seu commandante fosse partidario do Principe, que, conforme se disse, espalhou dinheiro pelos officiaes, ou plano, não se moveu do quartel, deixando de reunir-se aos companheiros no largo de Moura.

A divisão lusitana, forte e preponderante, conservava-se disposta a entrar em campanha, tendo á sua frente o general Jorge de Avelez; mas, não obstante a sua vigilancia, na noite do dia 11 de Janeiro o tenente de artilharia Francisco de Paula Vasconcellos, major José Maria da Silva Bittencourt e outros, passarão uma peça, com seus pertences, que servia para o ensino dos recrutas, por uma janella que dava para a praia de Santa Luzia, tendo arrombado um portão para lhe dar saída, e reunindo as praças do corpo de artifices e obreiros do arsenal com uma companhia de cavallaria, que se achava proxima, seguirão para o campo de Sant'Anna pela mencionada praia, assim de reunirem-se mais a uma companhia de policiaes, que se achava aquartelada no campo da Ajuda, e tomando todos pela rua da Guarda-Velha forão se juntar no campo de Santa Anna á força alli existente.

Nessa mesma noite o cadete-sargento Nicolão, que depois foi em 1824 supplicado em Pernambuco, offereceu-se para ir ao arsenal de guerra, vestido de galé e conduzindo a carroça da

(\*) Vide o 1º tomo da 2ª parte da minha *Chorographia*, pag. 258 e seguintes, sobre a fundação da cidade do Rio de Janeiro.

(\*) Natural da ilha da Madeira.



pipa de agua, afim de a encher de munições, passando pela frente do largo de Moura, onde estava a divisão lusitana, o que fez; mas não pôde conseguir encher a pipa de munições, porque, ao chegar alli, soube que o director do arsenal brigadeiro Raposo se havia bandado para a divisão, e o vice-director capitão José de Menezes Vasconcellos de Drummond não quiz annuir, receando ser denunciado e comprometter-se, e deste modo não poder prestar os serviços que realmente nesta occasião desejava prestar.

Sabendo o Principe de todos os movimentos da divisão, por uma combinação ordenou a Jorge de Avilez que se fosse aquartelar na Praia-Grande até se apossarem os transportes, que o devia levar com a sua tropa para Portugal.

Depois de muita hesitação e reluctancia, não querendo cumprir a ordens do Principe, que lhe estão transmittidas, resolveu-se enfim a ir para a Praia-Grande aquartelar-se no sítio da Armação, onde estacionou e se conservou por muitos dias, ainda ativo e tomando posições para se fazer respeitar, e por isso dirigio o seguinte officio ao Principe Regente:

« O general commandante da divisão portugueza auxiliadora, e os officiaes da mesma divisão, conhecendo as tristes consequências que podem resultar da intemperança geral que ha entre as tropas de Portugal e as desta cidade, querendo poupar quanto esteja da sua parte a effusão de sangue, rogam a V. A. Real que com a maior brevidade possível dê as ordens necessarias para o seu alojamento na Praia-Grande, donde sairão para embarcar logo que chegarem de Portugal as tropas que devem rendê-las.

« Ahí receberão as ordens que V. A. Real se dignar comunicar-lhes, que executarão respeitadamente, esperando serem ahí a contidos da mesma maneira que até agora, de soldados e etipes, protestando a V. A. Real o concorrerem quanto seja possível para a boa ordem e tranquillidade publica, tanto relativamente áquelles habitantes, como com os habitantes desta cidade. Aos pés de V. A. Real.

« Quartel do batalhão n. 11, em 12 de Janeiro de 1822.—Jorge de Avilez Zuzarte de Souza Tavares.—Francisco Joaquim Carreti, brigadeiro.—Antonio José Soares Borges de Vasconcellos, coronel e commandante do batalhão n. 15.—João Corrêa Guedes Pinto, coronel e commandante do batalhão n. 11.—José da Silva Reis, tenente-coronel e commandante da brigada de artilharia.—Antonio Valeriano de Souza, 2º tenente e commandante de artilheiros e engenheiros.—Antonio Garcia Pinto de Madureira, tenente-coronel e commandante do batalhão de caçadores n. 3. »

« Manda o Principe Regente, pela secretaria de Estado dos negocios da guerra, ao tenente-general Jorge de Avilez Zuzarte de Souza Tavares fique de accordo que immediatamente vão para a praia de D. Manoel as barcas que devem esta tarde conduzir para a outra banda os batalhões de infantaria ns. 11 e 15, e batalhão de caçadores n. 3, e corpo de artilharia montada, que devem ser aquartelados nos quartéis da Armação ou outros que mais precisos forem, a cujo fim se acabão de expedir as ordens necessarias, tanto ao coronel commandante do real corpo de engenheiros para os precisos arranjos, como ao commissario deputado para o preciso fornecimento, e ao juiz de fóra da real villa da Praia-Grande para prestar todos os auxilios que dependerem da sua jurisdicção, devendo outrossim ficar mais na intelligencia de que na praia de S. Christovão tambem se acharão as embarcações que devem conduzir o sobredito batalhão de caçadores até agora alli estacionado. Paço, em 12 de Janeiro de 1822.—Carlos Frederico de Caulla. »

#### A TROPA PORTUGUEZA PASSA-SE PARA A PRAIA-GRANDE

Ao amanhecer do dia 12 as tropas portuguezas continuavão na mesma posição que tinhão tomado na vespéra, porém já não dominada do mesmo ardor. O golpe tinha falhado. Entre muita gente as disposições varião, e a presença de espirito não é igual em todos quando se lamenta o mallogro de uma tentativa.

Havia já divisão entre os soldados. Jorge de Avilez estava com elles. Senão fóra assim muitos terião largado as armas.

Não se distribuio razão naquella manhã; mas os que de fóra animavão a tropa não se descuidarão em lhes fornecer o necessario. Poucos milicianos portuguezes se reunirão aos revoltosos.

No campo de Sant'Anna estava o acampamento

brasileiro já assás numeroso, sob o commando do marechal de campo Joaquim de Oliveira Alves. Compunha-se elle de tres batalhões de infantaria ou antes de tres cascos de batalhões, porque nenhum delles tinha mais de 100 praças, do 1º regimento de cavallaria da cõrte e da artilharia a cavallo, commandada pelo coronel Almada. Este corpo estava aquartelado na Praia Vermelha, e logo que recebeu aviso se pôz em marcha para o campo de Santa Anna.

A estas tropas de linha ajuntáram-se os milicianos, quasi todo o regimento dos pardos, alguns dos pretos e tambem dos brancos, e muitos paisanos de todas as classes da sociedade, que se armáram, a cavallo e a pé, e se sujeitáram á disciplina militar para defenderem, com mais efficacia, a honra e a independencia do seu paiz. Ecclesiasticos e regulares, com as armas na mão, não erão raros naquelle acampamento (\*), que se achou durante a noite provido de todo o necessario, sem que se soubesse com exactidão donde vinhão. Erão as virtudes civicas e o espirito publico que provião a tudo.

Às 8 horas da manhã appareceu naquelle acampamento o general Curado, que foi alli proclamado governador das armas da cõrte e provincia. Este velho general, que já tinha dado provas do seu valor na guerra do sul, quasi que de repente imprimio um novo caracter nas forças que alli estava.

Achou homens armados do puro patriotismo. Em menos de 3 horas essa gente armada, de mistura com a tropa de linha e milicianos, formavão já batalhões organizados e commandados por officiaes distinctos. Tudo se pôz em ordem e se houvesse de marchar seria já (salva a variedade dos uniformes, porque cada um trajava o que tinha) uma divisão regular.

Expedirão-se avisos aos corpos de milicias das freguezias das roças vizinhas. Os que se puzerão em marcha receberão contra-avisos, porque a presença delles já não era necessaria na capital. Enquanto isto se passava no campo de Sant'Anna, na cidade cada um provia os meios da segurança dos seus bens e da sua pessoa.

Durante a noite de 11 circulavão já as proclamações, aconselhando ao povo que defendesse a sua propriedade, porque contava-se que a tropa portugueza esperava que amanhecesse o dia para saquear a cidade. Essas proclamações ensinavão o modo de cada um se acautelar em sua casa. A noite foi passada nestes preparativos, principalmente nas ruas onde havia mais que roubar. Na rua dos Ourives cada casa era uma fortaleza.

Todos ahí estavam munidos de cal virgem e de toda a especie de projectis para lançar pelas janelas e pelos telhados. Se a tropa portugueza nutrisse por algum tempo o damnado projecto de saquear a cidade, o aspecto que ella apresentou na manhã do dia 12 era bastante para fazer recuar. Se a tropa portugueza deixasse as suas posições e marchasse pela cidade, fosse para saquear ou não, as cousas estavam dispostas de modo que pagaria com a vida o seu arrojo.

(\*) Na Bahia, pela guerra do Madeira, fez prodigios de valor o celebre *Padre dos Curos*, o veneravel José Maria Brayner (vigario de Itaparica). Vide a sua biographia, que escrevi e publiquei no meu *Medico do Povo*, da Bahia, n. 48 de 7 de Dezembro de 1350.

O cadete Lopo da Silva, do regimento de cavalaria, estando a tropa de Jorge de Avilez no largo de Moura, sendo encarregado pelo commandante da força brasileira estacionada no campo de Sant'Anna, passou pela frente da força portugueza, e entrando no arsenal tirou os parques de artilharia e os fez conduzir para o campo de Sant'Anna, pela praia de Santa Luzia, arrombando uma porta que para aquelle lado existia.

No principio da tarde do mesmo dia 12 o Principe Regente, que continuava a mostrar-se indifferente aos acontecimentos, mandou um official ao campo de Sant'Anna e outro ao acampamento dos portuguezes, além de perguntar em seu nome o que significavam aquelles ajuntamentos. O general Curado respondeu que os brasileiros estavam alli para defender o Principe e a cidade, e que não largariam as armas enquanto o Principe e a cidade se achassem ameaçados pela opposição hostil que tomara a tropa portugueza. Jorge de Avilez respondeu que havia tomado posição para se defender da hostilidade que os brasileiros manifestavam contra elle e os seus soldados.

O Principe fez trocar estas respostas entre os dous generaes, e depois de dizer a ambos que elle não podia supportar por mais tempo taes actos de insubordinação, ordenou que se entendessem para restabelecer o socego á cidade e aos seus habitantes. Em virtude desta intimação do Principe os dous generaes se entenderão, concordarão e ordenou-se:

1.º Que as tropas portuguezas passariam naquella mesma tarde, com as armas, para outra banda da bahia do Rio de Janeiro, e que alli seria convenientemente aquarteladas.

2.º Que se lhe pagaria regularmente o seu soldo e etape até se apresentarem navios a transporta-las para Portugal.

Em seguida a este accordo procedeu-se ao embarque de toda a divisão, inclusive o batalhão 3 de caçadores, que tinha ficado em S. Christovão, em lanchas e em um barco de vapor, unico que havia então neste porto. Os soldados portuguezes, que estavam de guarda, foram substituídos por soldados brasileiros, mandados do campo de Sant'Anna. Piquetes de cavallaria escoltavão os guardas que sabião para que o povo as não insultasse. Ao anoitecer estavam todos embarcados, excepto os que ficaram tomando conta dos quartéis, nos hospitaes ou extraviados. A estes o Principe deu baixa no dia seguinte e aos que a pedirão.

Ao chegar á outra banda o general Avilez, que havia concordado de má fé e com sinistras intenções, como se verá, expedio logo um forte destacamento para reforçar a guarnição da fortaleza de Santa-Cruz, que era naquella occasião, fóra os artilheiros, composta pela maior parte de soldados do batalhão 11 de infantaria, com ordem de se amparar da fortaleza e prender a todos que lhe fizessem resistencia.

Fôram ainda mallogrados nesta tentativa, porque o regimento de milicias de S. Gonçalo, que marchava em soccorro da cidade, sabendo no caminho de todo o occorrido naquella tarde, e que um forte destacamento da tropa desembarcada marchava em direcção da fortaleza de Santa-Cruz, forçou a sua marcha e entrou elle primeiro na fortaleza, pôz fóra della os soldados do batalhão n. 11, levantou a ponte e ficou assim sem comunicação pelo lado de terra.

O destacamento portuguez quando alli chegou já era tarde. Reunio-se aos camaradas, que tinham sido postos fóra da fortaleza, e retrocederão mortos de sede e de cansaço para as antigas armações da pesca de baléas, que lhe tinham sido destinadas para quartéis, o que foi assim communicado:

« Ilm. e Exm. Sr.—Queira V. Ex. levar ao augusto conhecimento de S. A. Real o Principe Regente que no dia 12 do presente os corpos da divisão portugueza, constante do mappa junto, ficarão acantonados na Armação e quartéis immediatos á villa real da Praia-Grande, o qual mappa rogo a V. Ex. se digne leva-lo á presença de S. A. Real.

« Deos guarde a V. Ex. Quartel-general da Praia-Grande, 18 de Janeiro de 1822. — Ilm. e Exm. Sr. Carlos Frederico da Cunha.—Jorge de Avilez Zuzarte de Souza Tavares. »

#### *Manifesto aos cidadãos do Rio de Janeiro.*

« O general commandante da divisão auxiliadora do exercito de Portugal, destacada nesta corte, se dirige ao vosso juizo imparcial, para que, como homens livres, decidais do seu comportamento e do da divisão que elle tem a honra de commandar, nos acontecimentos que tiveram lugar no dia 12 do corrente mez, e para os quaes se tem olhado como um ataque feio aos direitos do povo.

« A detracção, a maledicencia e a duplicitude têm trabalhado para apresentar-vos com caracteres negros e odiosos a divisão de Portugal e os seus chefes, designando-os como inimigos declarados da prosperidade deste reino do Brasil. Nada ha mais facil que surprender a multidão, suppondo factos oppostos a seus interesses; este tem sido o recurso o mais efficaç em todas as nações para envolver em sangue os habitantes pacificos.

« Para desfazer este conceito, que se tem admittido talvez sem reflectão, o general que está á frente da divisão tem a honra de fallar ao povo, sujeitando ao mesmo tempo a sua conducta ao juizo do augusto congresso nacional, cuja autoridade soberana todos temos jurado reconhecer.

« É notorio ao mundo que quando este povo jazia debaixo do poder arbitrario de um ministerio imbecil e ignorante, a divisão de Portugal foi a que, rompendo as cadeas que opprimião aos seus irmãos do Brasil, lhes restituio o exercicio dos direitos imprescriptiveis do homem, elevando-os ao gozo de um governo representativo, tal e qual o formassem as cortes de Lisboa.

« As demonstrações publicas de gratidão manifestadas á porfia por todas as classes, a prodigalidade com que se recompensarão os esforços da tropa, e as aclamações geraes patenterão a gratidão sincera que transuzia no semblante de todos os seus habitantes, e são monumentos que pregoão que estes homens, que agora nos fazem olhar com odio, são os mesmos, de cujas mãos recebistes o estimavel bem da liberdade civil.

« Recordai, cidadãos, que estes militares, quando virão que o governo desta corte illudia astutamente os beneficios da constituição, concedendo-vos, como uma graça, o que por direito vos devia, levantou outra vez sua voz no dia 5 de Junho para pedir a observancia das bases da constituição da monarchia, porque ellas são a pedra fundamental de todos os governos livres.

« Não é verdade que desde aquelle dia gozais da liberdade da imprensa e de outras instituições dos povos livres? Não são elles os que têm arrancado da oppressão o gemo viril de vossos pais, amortecido já com o peso da escravidão?... Eu appello ao testemunho da vossa propria consciencia. Em vossos corações achareis a semente da liberdade, plantada por vossos irmãos de Portugal.

« E será possivel que se tenham transformado subitamente em inimigos vossos, intentando afogar no seu berço a nascente liberdade? Não, cidadãos; esta metamorphose não se póde fazer: ella é só obra dos inimigos da unidade da nação; elles têm accendido o facho da discordia para dividir a opinião, commovendo-a do seu natural assento, concitando a anarchia para arrancar e affixar nas suas mãos o sceptro do mundo, expondo os povos aos horrores e convulsões, que se experimentão nas crises violentas dos Estados quando, na exaltação das paixões, os principios politicos se desenvolvem sem a boa-fé e a virtude da franqueza...

« O general, os chefes da divisão de Portugal, não têm querido nem querem outra coisa do que manter e conservar a unidade e indivisibilidade da monarchia, conservando-se inalteraveis no juramento que prestarão ás bases da constituição; se esta constancia se reputa como um crime, elles confessão desde logo que não achão outro meio de conservar a sua honra do que a inviolabilidade do seu juramento. Tal era o

estado das cousas e a fraternidade sincera que existia em todos os corpos de militares até ao fatal dia, cuja causa é preciso descobrir.

« A resolução das côrtes para o regresso de S. A. Real para a Europa foi recebida como injuriosa ao Brasil; manifestou-se por todas as vias o descontentamento; os papéis publicos lançavam o veneno que envolvião contra as côrtes; os seus membros foram tratados com ludíbrio e meospreço, os seus discursos ridicularisados: já esses homens não erão os que, inflexíveis e entusiasmados pela liberdade, tinham reduzido a pó o colosso da arbitrariedade: appareião por todas as partes papéis que insultavam a honra dos pais da liberdade portugueza; estes cumulos de instrumentos de desprezo e envilecimento se difundião sem que ninguém se prestasse a contrariá-los; antes bem parecia que uma mão poderosa protegia e aticava esta tactica de divisão e odio á metropole; a divisão auxiliadora olhava com assombro e pavor a sua circulação, não tanto pelo abuso da liberdade, quanto porque nestes actos descobria a destruição da constituição e o estabelecimento de um governo mais arbitrario do que o antigo destruido.

« Tudo isto olhava com magua, sentindo em segredo os males que ameaçavam a sua patria. O general ignorava absolutamente estes sentimentos da divisão auxiliadora, e, achado-se isolado e impossibilitado de sustentar com honra o lugar que o governo constitucional lhe tinha encomendado, resolveu pedir a sua demissão no momento em que conheceu a resolução terminante de S. A. Real de ficar nesta côrte por requerimento da camara.

« A noticia da demissão do general commoveu toda a divisão, comprehendendo que era o precursor do rumor geral de serem desarmados e embarcados com violencia, do mesmo modo que foram os de Pernambuco; não puderão soffrer esta ignominia, e arrebatados do calor, que inspira a honra e reputação de uns militares que nunca mancharão a sua carreira gloriosa, se reunirão na noite do dia 11 nos seus quartéis, e manifestarão aos chefes a resolução firme de não admitirem outro general, talvez inimigo da constituição, com o designio de ultrajá-los e lançá-los fóra da terra, como a malfiteiros.

« Foi necessario toda a prudencia e tino para que o general calmasse a commoção da tropa, e dispusesse as suas justas e figuradas apprehensões; o certo é que conseguiu tranquillizá-los, asseverando-lhes que não deixava de ser o seu general, posto que a sua demissão não estava ainda admittida nem mandado reconhecer o seu successor; com este motivo dirigio-se a todos os quartéis, acompanhado dos seus ajudantes, e viu as tropas da terra armada e em posições, e foi logo informado que haviam girandulas preparadas para signaes; sabia que se tinham tirado do arsenal 6 peças de artilharia, as quaes tinham sido mandadas entregar sem conhecimento seu, observou que o outro general tinha sido nomeado para commandar aquellas tropas, e lhe disserão que tudo isto se passava por ordens positivas de S. A. Real.

« Esta relaxação de disciplina militar o inquietou desde logo e conheceu que havia um plano hostil contra algum corpo, o que mais verificou a impugnação que alguns chefes daquela tropa oppuzerão á ordem que o general lhes intimou de tornarem ao seu socorro; dali foi ao quartel do 3º batalhão de caçadores que encontrou em tranquillidade, e indo depois ao peço de S. A. Real a informá-lo do acontecido teve o desgosto de ouvir que elle lhe significava — que não cuidasse de tudo aquillo, pois que era por ordem sua; — observou-lhe reverentemente que a cidade se aterrorava com aviso das milicias que por ordem de S. A. Real tomavam as armas, o perigo que ameaçava a tranquillidade publica, e as consequências funestas que talvez resultarão de uma medida tão violenta; replicou-lhe com violencia, expressando que ao general e á divisão mandaria sahir para fóra.

« Uma linguagem desta natureza, com um official que não tem fôto mais do que sustentar com o seu sangue e a sua fortuna a defeza da patria, não foi digna certamente; retirou-se então ao quartel, e alli foi avisado de que 3 peças de artilharia, com mórreões accesos, marcharão da Praia-Vermelha para o campo de Sant'Anna a reunir-se á outra tropa; deu nova parte a S. A. Real, e a sua resposta foi — de que não se importasse com isso; — mandou ao mesmo tempo uma ordem sobre o mesmo objecto ao ajudante-general, que respondeu — se acha alli por ordens positivas de S. A. Real.

« Facil é conhecer por esta exposição que aquella attitud hostil se dirigia aos corpos de Portugal, pois não havia inimigos exteriores na cidade; em consequencia disso e para impedir toda a desordem fez tomar as armas aos batalhões 11 e 15, brigada de artilharia que reuniu no quartel do 11, tomando todas as precauções para não offender um só habitante.

« Na madrugada viu-se o campo de Sant'Anna transformado em um arraial de guerra, frades armados, clérigos, cidadãos, povo, corrião a reunir-se, proferindo dictiones e toda a qualidade de expressões insultantes á tropa de Portugal. Todo o mundo viu a moderação destes corpos, que existião nas suas

posições em silencio, respeitando inviolavelmente o direito do homem, sem usarem da menor força ou violencia.

« O general appella á justiça imparcial de todo o povo para qualificar a conducta irreprehensivel destes soldados.

« Assim continuou em as suas posições, fazendo-se surdo aos insultos da canalha, que enchia o ar com suas pestíferas expressões, até que, vendo que não havia necessidade de expor a segurança publica aos caprichos dos mal intencionados, resolveu com os chefes dos corpos o retirar a divisão para a Praia-Grande, dirigido para esse fim a S. A. Real uma reverente supplica, a que o mesmo Senhor annuo na tarde do mesmo dia 17, tendo-lhe antes mandado intimar pelo brigadeiro Raposo o seu immediato embarque para Portugal, ao que de modo algum podião annuir por ser uma medida contraria á deliberação das côrtes.

« Esta é, cidadãos, a verdade dos successos só daquelle dia. Descobris nelles algum espirito hostil contra os vossos direitos, alguns vexames contra a vossa propriedade? O general pede que lhe seja provada a menor desordem causada pelas tropas do seu commando naquella noite e dia. Elle pôz-se, é verdade, á frente della, porque elles o reclamarão por ser o seu chefe immediato, e por ser o general das armas e da sua unica confiança: as leis militares lhe impoem a mais severa vigilancia na conservação da ordem publica, e elle a conservou á vista de todos; os seus inimigos podem fazê-lo apparecer como opposto á prosperidade do paiz, porém esta calumnia desaparecerá com o calor ephemero dos promotores da desordem; nada o pôde estimular a obrar contra os seus principios, e na sua carreira militar jamais se tem dobrado á maldade; a sua fortuna independente o pôz sempre em estado de se não prostrar ante o idolo da adulação, e a classe que tem na sociedade foi adquirida sobre o campo da batalha; jamais foi um cortesão parasito; pugnou sempre pela liberdade dos seus compatriotas, e tem sido o primeiro para prestar-se ao estabelecimento de um governo livre: quando nesta occasião tem dissentido é porque está convencido de que os actuaes procedimentos são contrarios á indivisibilidade da monarchia, cuja conservação tem jurado nas bases da constituição.

« Este mesmo é o sentimento da divisão auxiliadora, a cuja frente tem a honra de achar-se; estes corpos têm dado provas do seu zelo pelo estabelecimento radical da constituição, á cuja sombra somente pôde crescer a tenra planta da liberdade: desconfiança destes homens, que, com as cabeças cheias de maximas virtuosas, o coração de veneno, vos têm armado cruelmente uns contra os outros.

« Por ultimo, as tropas, que compoem a divisão de Portugal, têm mostrado que não são nem serão jamais instrumentos cegos do poder arbitrario, e que tem offerecido determinadamente os seus peitos aos inimigos da sua patria, conquistando com o seu valor a independencia e a liberdade do seu paiz natal, e deste modo têm adquirido com o seu sangue, para os seus filhos e posteridade, os beneficios que a constituição derrama sobre os habitantes do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves.

« Esta acquisição tão preciosa em elles que não podem conservar-se com esta tendencia a divisão e desembramamento de que outrora os fluminenses foram advertidos de não alterar. Estão convencidos de que na união e concordia dos portuguezes de ambos os mundos consiste o seu poder e futura grandeza.

« A historia antiga e a dos nossos dias a cada passo apresenta a destruição de reinos inteiros por divisões intestinas: quanta o céu preservar o Brasil desta calamidade, que lhe será por extremo funesta. Quartel general na Praia-Grande, 14 de Janeiro de 1822.—Jorge de Avilez Zuzarte de Souza Tavares.

#### Proclamação em 16 de Janeiro.

« Habitantes do Rio de Janeiro! — Quando a causa publica e a segurança nacional exigem que se tomem medidas tão importantes, como as ha pouco tomadas por mim, é obrigação do povo confiar no governo.

« Habitantes desta provincia, a representação por vós respectivamente levada á minha real presença, e por mim aceita de tão bom grado, está tão longe de ser um principio de separação, que ella vai unir com laços indissolúveis o Brasil a Portugal.

« A desconfiança excitada entre a tropa da mesma nação (que horror!!!) tem feito com que algumas cabeças esquentadas e homens perversos, inimigos da união de ambos os hemisphérios, tenham maquinado quanto podem para vos iludirem, já vocal, já por escripto; não vos deixeis enganar; persisti sempre inabalaveis na tenção que tendes de vos immortalisardes conjunctamente com toda a nação; sede constitucionaes perpetuamente; não penseis em separação nem levemente; se isto fizerdes não conteis com a minha pessoa, porque ella não autorisará senão acções que sejam baseicadas sobre a honra da nação em geral e sua em particular.

« Portanto eu repito o que vos disse no dia 9 do corrente, e

sobre que me fundei para acceitar a vossa representação: união e tranquillidade.

« Com união sereis felizes; com tranquillidade felicíssimos. Quem pretende (e não conseguirá) desunir-vos quer excitar e excita idéas tão execrandas, anti-politicas e anti-constitucionaes entre vós, de certo está assalariado com dinheiro que entre nós se não cunha, e quem não quer tranquillidade são aquelles que no seio della nunca seriam reputados senão como homens vis e infames. Vós sois briosos, eu constante. Vós que-reis o bem, eu abraço-o. Vós tendes confiança em mim, eu em vós: seremos felizes.

« O norte que devemos seguir em primeiro lugar é a honra; e dahi para diante tudo quanto della descendá.

« Conto com a vossa honra; confio em vós: conta com a minha firmeza — PRINCEPE REGENTE. »

(Extrahida do « Diário do Rio de Janeiro » n.º 14 de 17 de Janeiro de 1822, com a seguinte declaração: Affixou-se hon-tem nos lugares publicos a seguinte proclamação.)

#### CONTRA-PROCLAMAÇÃO

Alguns portuguezes indignados com o máo comportamento da divisão auxiliadora fizeram publicar em um impresso a contra-proclamação do dia 14 de Janeiro:

« Chefes, officiaes da divisão auxiliadora. — Esquece-mo-nos da honra que deveriamos ter em sermos portuguezes; nossa conducta para com o augusto filho do nosso soberano: os multiplicados testemunhos de insubordinação que havemos offerecido a este povo, e os insultos que elles têm recebido da nossa parte, apagarão em nós a gloria deste nome, em todos os seculos distincto no meio das nações polidas, menos pelo estrondo das victorias conseguidas por nossos antepassados do que pelas virtudes politicas e nacionaes que sempre o caracterisáram.

« A posteridade não acreditará que nós nascemos nessa Lusitania, dentro de cujos muros o valor, a honra, a gloria, o amor da liberdade, foram sempre qualidades indigenas, proprias do nosso bello cêo; embora se offereção aos seus olhos as ruinas da grandeza romana, prostrada debaixo do peso das nossas armas, ou os immensos trophéos que no decurso dos tempos se ajuntáram em nossas praças, e leváram em triumpho o nome portuguez de uma á outra extremidade do mundo; embora o genio da monarchia lhe mostre em quadro as aguias da França estrebuxando sobre as margens do Douro e do Tejo, nossa escandalosa conducta nesta cidade eclipsa o brilho de emprezas tão gloriosas, e é preciso confessarmos, ainda que nos custe, que nós, proclamados heroes do meio-dia da Europa, apparecemos como vandalas no meio-dia da America, sendo nós os unicos entre todos os illustres portuguezes que existem nesta cidade, em quem se verifica o rifão que tudo quanto passa a linha, vindo para este continente, degenera e perde o seu merecimento, verdade que antes de nós só se realizava na ordem physica.

« Depois de ajudarmos a fazer surgir d'entre as minas do despotismo o augusto templo da constituição, quebrando os ferros que agrilhoavão os descendentes dos Albuquerque e dos Parhecos, tivemos a gloria de concorrer para que se erguesse nesta cidade, á face do mesmo throno, o palladio da liberdade politica das nações; mas sahirão erradas nossas esperanças: o despotismo nos fez ver que as bases da constituição, firmando o sagrado direito da propriedade individual, nos não autorizavão para commettermos os infames excessos que projectavamos.

« Camaradas, os habitantes desta cidade conhecem esta maxima tão celebre em politica: a força das armas sempre se faz auspiciosa quando ella se considera necessaria para a segurança dos povos; a liberdade civil, debaixo da formalidade da tutela de mil bocas de fogo, está sempre ameaçada, e a menor resistencia que a força encontra em suas pretensões arbitrarías a fará voltar-se contra aquelles que vivão á sua sombra.

« Nós tínhamos estas idéas, mas o povo não nos deu o

gosto de as desempenharmos. Elles mostráram no dia 12 de Janeiro que entendem melhor do que nós os principios constitucionaes, e que um punhado de homens nunca poderá impunemente fazer face á energia do entusiasmo de um povo vingador dos seus interesses; nós conhecemos no mesmo dia que os povos só são escravos emquanto querem ser, e que na ordem social só são amil-gos emquanto não desconfiam de traição.

« Nós deviamos respeitar as medidas verdadeiramente nacionaes que elles tomáram, impedindo o regresso de S. A. Real, que, na crise presente seria máo funesto aos interesses de ambos os hemisphérios se não encontrasse um obstaculo irresistivel; porém a nossa politica é politica de bayonetas, e illudidos por esses esturrados conselheiros que nos dirigirão pretendiamos temerariamente arrancar dos braços deste povo o augusto penhor da segurança de Portugal e do Brasil, sem reflectirmos que com este passo dariamos a entender que estavamos comprados por aquelles que intentavão realizar a independencia do Brasil, ou que desejamos ver a anarchia neste paiz para levarmos ao fim nossas vistas ameaçadoras.

« Não, não procuremos cobrir-nos com os pretextos de repellar o despotismo e de vingar a constituição: os brasileiros são os mais zelosos vingadores desta causa commum; elles estão convencidos com os grandes politicos da Europa que o mundo não póde tornar ao seu antigo estado, que o systema constitucional ou mais cedo ou mais tarde, com mais ou menos opposição, ha de ser adoptado em todas as monarchias; elles sabem que S. A. Real se explica segundo a linguagem de seu coração, quando diz que sente haver nascido principe, porque talvez o povo suspeite que no augusto berço de seu nascimento estão firmadas as idéas anti-constitucionaes; elles estão plenamente convencidos que nem o despotismo, nem a lisonja, nem as maximas de Machiavello, nem os planos dos Richelieus, nem os principios cabalísticos dos Mazarins, são admittidos no seu gabinete; que S. A. Real regula sua conducta pelo thermometro politico do tempo; que elle marcha á frente da opinião publica, porque, dirigindo-se de outro modo, não seria digno do amor que todos lhe consagráram nem se faria o centro da reunião das provincias, que já dão passos nos destinos de fazerem em roda do throno uma muralha impreterivel e inconquistavel.

« Camaradas, é verdade que S. A. Real escreveu a seu augusto pai o Sr. D. João VI, representando-lhe que a sua residencia neste paiz era indecorosa á sua pessoa. Sim, as circumstancias em que S. A. Real se considerava circumscripção no espaço desta provincia, pela organização dos governos provisórios nas provincias centraes e maritimas, com responsabilidade ás côrtes, derão justo motivo áquella representação.

« Era impossivel a S. A. Real sustentar a decencia da sua corte, apesar de haver entrado em economias que fizeram lembrar os planos domesticos do grande Frederico da Prussia, diminuição sensivelmente os recursos indispensaveis, e para a conservação dos diversos tribunaes aqui existentes; não havia nem se podia estabelecer uma regra de proporção entre a folha das rendas publicas e das despesas; a estas causas deveremos ajuntar nossa insubordinação manifesta, apesar de suas maneiras politicas e tão affaveis para commosco, nossas maquinacões contra o socego publico, todos estes projectos, enfim, que nós concebemos por muitas vezes, e que terião sahido á luz se não fossem impedidos pela energia de S. A. Real.

« Entretanto se as provincias do Brasil tivessem a mais pequena suspeita das intenções de S. A. Real, se a carta dirigida ao Sr. D. João VI apparecesse primeiro á sua vista, os povos clamarião pela reunião, e mudarião as circumstancias que fazião indecorosa a residencia de S. A. Real no Brasil.

« Camaradas, nós seríamos dignos de semelhança dos Cassios e dos Brutos se não tivéssemos ostentado de um modo tão infame os horrores do despotismo militar, atacando a liberdade civil e a segurança individual dos ha-



bitantes desta cidade, que nos receberão como irmãos e como uma tribu auxiliadora.

« Com o nome da constituição nós temos feito vêr as scenas que apresentarão os proclamadores da liberdade e da igualdade em França: se Bruto e Cassio foram insultados pelos romanos todos sabem hoje que a manhosa politica de Cesar deu causa a este rompimento: e poderemos porventura apontar na conducta de S. A. Real algum passo que denuncie suas intenções para que volte o despotismo?

« Demos graças ao Deus dos exercitos por não haver-mos experimentado a sorte dos Grachos; nós estamos mui desmacarados; não poderemos jamais ganhar os animos da maior parte deste povo, que temia vêr a todos os momentos reproduzida nesta cidade a catastrophe dos Idus de Março, em Roma; é constante que nós desejavamos vêr o rompimento dos partidos de opposição para fazermos o mesmo que fizeram os soldados de Alexandre em Persepolis; era impossivel levarmos adiante por mais tempo a impostura; perdemos a fé publica, e quando entrarmos em Portugal não poderemos dizer que somos portuguezes, sem fazer injuria a este nome, symbolo da honra e da probidade no meio de todas as nações da Europa. »

*Resposta de um brasileiro constitucional á ordem do dia de 14 de Janeiro, offerecida aos soldados da divisão.*

« Illustres guerreiros! — Quando o heroico e generoso povo desta capital estava persuadido da vossa sincera união; quando tinha acreditado que as antigas rixas e rivalidades se tinham extinguido pela intima convicção de que europeus e brasileiros erão synonimos, e quando, enfim, se suppunham unidos a vós, seguindo os mesmos principios, que tendião ao mesmo fim, qual era sustentar a grande causa da liberdade, é quando vós, apagando a luz de tão ingenuos sentimentos, renovasteis a antiga e absurda rivalidade, querendo até impedir, não só o recobro dos nossos direitos, mas oppondo-vos á regencia do nosso amado Principe, de cuja existencia depende a prosperidade e interesses do velho e novo mundo.

« Merecia, porventura, a nossa boa fé que, quando nos suppunhamos concordes nos principios conducentes ao bem da patria, que pelas suggestões de alguns mal intencionados vos ligasseis a esses monstros, que, cevando a sua maldade, folgão da nossa ruina, para vos revoltardes contra a legitima autoridade do poder executivo, e contra os briosos povos e valorosos coraes da guarnição desta capital, que sempre vos olhãrão com os olhos da mais affectuosa fraternidade?

« Ah! custa a crêr!!! Dizei-nos: é á tropa a quem pertence pesar e distinguir os communs interesses? é á tropa a quem toca deliberar os arduos e difficeis negocios publicos? é á tropa, e uma tropa que se quer inculcar contida na mais rigorosa disciplina, a que deve chamar a si a tutela dos povos, e a direcção dos negocios que pertencem ao governo, que os deve encaminhar e presidir? é á tropa a quem a nação fez responsavel pelos factos, abusos e conducta dos governos? Não, não, não.

« Não podeis, pois, deixar de confessar que obrasteis inconsideradamente, e se este mal é por vós reconhecido tambem vos deveis convencer da necessidade de o remediar. Ensurdecei para aquelles que não lhes importa vêr o flagello da guerra civil e de vêr correr o sangue innocente! Esconjural-os como inimigos da concordia e do bem da patria.

« Ouvi somente aos que tiverem o amor della e da vossa gloria, e como eu seja um delles recebei de mim um osculo de fraternidade e o meu juramento, e confiai de que vos não hei de atraiçoar. Em nome da honra militar aceitai o meu conselho. Não affianço comtudo o desempenho das minhas idéas, porque tenho decidida difficuldade em exprimir-me. Procurarei, porém, quanto me for possivel o fazer-me entender para vos fazer sentir.

« Amados camaradas, não temais. Dizei sem susto ao

vosso general, aos vossos chefes e dignos officiaes: Senhores, a divisão auxiliadora de Portugal se acha mais bem informada. Na época em que nós detestamos o despotismo e juramos eterno odio a esta hydra, não devemos ser anti-constitucionaes e os seus primeiros prevaticadores.

« Não deixamos de reconhecer a vossa capacidade militar, mas não podemos persistir no erro e menos na nomeação que fizemos do general que se acha a testa desta divisão. Ella é nulla e attentativa dos direitos do poder executivo; não só se acha intruso, mas são sem vigor todos os actos que elle tem exercido por um título que não era da nossa competencia conceder-lhe.

« Se temos até agora obedecido aos seus mandados é porque nos achavamos illudidos; mas a nossa consciencia nos accusa e a nossa ignorancia espirou. Não queremos mais reconhecê-lo na qualidade do exercicio em que se acha, e nós o reclamamos e protestamos pelos máos effeitos que por toda e qualquer renitencia se seguir.

« O nosso comportamento não teve por guia a rebeldia. Foi um falso zelo que nos allucinou e um repentino delirio que nos equivocou. Equivocação, porém, funesta, pois que atacou não só as relações sociaes que deviamos manter, mas que tendia a promover a guerra civil entre povos tranquillos.

« Nós, senhores, tornamos a repetir, estamos mais bem informados e convencidos de que o nosso indiscreto procedimento se oppõe até ao mesmo bem e interesses de Portugal. Já acreditamos que somos todos portuguezes e irmãos, e que o acaso de nascer e habitar no Brasil não é nascer e habitar em terra amaldiçoada.

« Se o nosso fim deve ser o bem geral da nação, e se por este bem é que o Brasil quer sustentar a sua cathedra e a necessaria regencia do Principe Real, não podemos nem devemos oppôr-nos, disseminando noções conducentes aos horrorosos effeitos de uma anarchia. Não é proprio da honra e da gloria que temos adquirido o perturbar a união que os heroicos povos do Brasil, com desvelo e fidelidade, querem manter com a mãe patria.

« Se nós, senhores, tivéssemos sido cabalmente instruidos por vós não reputariamos (sem reflexão) ser criminoso o direito de petição dos povos, pois que outro não apparece que provocasse a nossa indignação. Nós agora conhecemos, fóra de toda a illusão que nós revoltamos em oppressores contra povos, que só querião paz e conciliação, e que pretendião estreitar cada vez mais as suas relações com os de Portugal, e que com este reino se querião, e querem unir em laços fraternaes e permanentes, formando uma só familia. E devemos ser nós os que transtornemos o fim desta magestosa obra, filha da justiça e da razão, sómente por illucinações capciosas do caprichos?

« Não, senhores. Os briosos soldados da divisão auxiliadora já se achão convencidos de que o soberano congresso, que é o escudo da nação, de maneira alguma nos ha de approvar, nem contar como servicos, ainda que bons fossem, os resultados de uma prepotencia militar. Estamos ainda mais convencidos de que o espirito de união, que rege os povos do Brasil é sómente para defender que este rico e poderoso continente torne ao antigo e infeliz estado colonial, defesa esta que redundaria mesmo em beneficio da nossa mãe patria.

« E senão dizei-nos, senhores: se o Brasil fôr reduzido a esqueleto (permitti-nos usar desta figura), que utilidade delle se poderá tirar? Mas se este esqueleto fôr vivificado não serão communs as utilidades e repartidas as riquezas, de que a natureza quiz abundar um terreno tão fertil, como ameno e suave?

« Senhores, não devemos ser inconsequentes. Uma tropa auxiliadora não é uma tropa revolucionaria. O exercito não é o que delibera, e só lhe pertence obedecer. A sua força só deve operar á voz do governo e não á vontade dos chefes.

« Estes, senhores, são os nossos sentimentos, e nem delles nos poderá apartar a narração que lêmos na ordem dem do dia que nos foi transmittida, porque, alem de se formar com ella o mais legal corpo de delicto, foi o que

de todo nos accliarou o engano que se nos fez pelos equivocados e errados principios em que ella se funda.

« Os soldados, senhores, ainda que não tenham a instrução precisa para poderem decidir em materias politicas, nem por isso muitos de nós deixão de ter um alvoroço de idéas que lhes abalão o peito e avivão a sua imaginação, apesar que não possam exprimir-se para significar os seus sentimentos com o entusiasmo que desejão. Mas nem por isso deixão de possuir o conhecimento da razão e o amor da verdade, e que agora descobrimos, e que inteiramente falta na precitada ordem do dia.

« Nella são accusados os povos desta provincia de que rerem lançar por terra a grande obra da nossa regeneração, ao mesmo tempo que não apparece um só facto que o comprove nem que tenha chegado á nossa noticia.

« A outra falsidade, que tambem descobrimos, é de que S. A. Real tinha supplicado ao seu augusto pai o mandasse retirar deste paiz. Sim. E' verdade que elle disse que lhe era indecoroso aqui permanecer como governador de uma só provincia, igualado ao das outras, que lhe devião ser subalternas.

« E disse bem, até pela impossibilidade que resultava (na desunião) de poder fazer efficaz a sua regencia no verdadeiro systema de util administração. Mas não disse que era indecoroso ao seu caracter e dignidade o conservar-se na regencia do reino do Brasil quando as suas provincias estivessem uniformemente unidas.

« Se aquella carta nao fosse de proposito adulterada, e sim fosse entendida com a importancia, madureza e decoro que merecia, era bem de esperar que a providencia não fosse peor que o mal, e que em lugar de se decretar o embarque de S. A. Real para Portugal, pelo contrario se ordenasse a todos os governos das diversas provincias que lhe obedecessem e reconhecessem a capital como um centro commum a que se devião dirigir.

« Não nos ingerimos em accusar ao augusto congresso de uma tal decisão. Concedamos que ella foi fundada em boa fé. Se o foi, como acreditamos, pela mesma razão não podemos condemnar que os povos do Brasil usem do direito da petição, que lhes é permitido pelas mesmas bases da constituição que jurámos.

« Se os soldados da divisão auxiliadora, senhores, no dia 11 do corrente se achassem formalmente instruidos daquellas justas razões, como agora o estão, de certo seriam surdos ao grito das armas. A desobediencia nestes casos não é um crime, é uma virtude. Não é o soldado a quem pertence o interpretar os desígnios do governo, ainda mais com sediciosos movimentos, cobertos com o véo de um affectado zelo pela causa publica.

« Finalmente, senhores, os soldados, que em uma porfiada e longa luta com os mais valentes guerreiros da Europa se cobrirão de louros, salvando a Portugal da tyrannia de um jugo estrangeiro, e que desde a foz do Tejo até alem das aguas da Garmina fizerão respeitar as quinas, e de cujo valor a Europa, com o exemplo, aprendeu a reagatar-se e a quebrar as cadeas com que foi subjugada e vencida por muitas vezes, não ha de agora no Brasil vir a ser igualados aos vis janizaros, com manifesto escandalo e deshonra nossa.

« Pesai, senhores (nós vos supplicamos) na balança da razão as nossas humildes expressões, e se achardes que deve ter lugar o que vos ponderamos, creemos entre nós o mais ditoso dia, dedicado ao nosso arrependimento, e vamos, pelo meio de uma bem escolhida deputação, abraçar-nos com os nossos irmãos, e ratificar o nosso juramento do obediencia ao augusto Principe, nosso amado regente.

« Mas quando este bem, que desejamos se não verifique, talvez, senhores, por se querer sustentar um capricho indiscreto e hostil, inteiramente opposto ao bem geral da nação, neste caso nós, na presença do Deus e do mundo, protestamos pelo engano que se nos fez para nos levarem a uma aggressão ruinosa até para os mesmos interesses de Portugal, protesto este que, sem o menor sosobro, repetiremos em nossa defesa quando chegarmos á má patria, e forem declarados os que nos illudirão pelo augusto congresso, como perturbadores e atropeladores

do paiz, que devião respeitar e auxiliar, epithetos que, sendo injuriosos, não competem comtudo áquelles que se constituem dignos do nome portuguez.

« Estes, pois, são, amados camaradas, os saudaveis conselhos que vos offerece o vosso amigo—*Patriota Constitucional*.

#### INDIFFERENÇA DO MINISTERIO E AUSENCIA DE JOSÉ CLEMENTE

Quando se soube na corte do procedimento do regimento de milicias de S. Gonçalo derão-se providencias para allivia-lo do serviço, e abrigar a fortaleza de qualquer golpe da parte da divisão auxiliadora.

A capital nas 24 horas decorridas, da noite do dia 11 até á noite do dia 12 de Janeiro de 1822, esteve sem governo, entregue a si mesma, e todavia não houve a deplorar nenhum acontecimento desagradavel. O ministerio permanecia alheio aos acontecimentos daquellas 24 horas.

Quem fazia a policia era o bom senso dos cidadãos, e nunca a policia foi mais bem feita do que então. Do campo de Sant'Anna partião as ordens, que são comprehendidas e executadas por todos. Ahi se achavão reunidas as pessoas que mais influencia tinham nos negocios daquelle tempo, havendo a maior harmonia de pensamento e de ordem em todas as deliberações.

Notou-se, porém, a ausencia de José Clemente Pereira, presidente do senado da camara enquanto que todos os vereadores, que havião assistido ao acto solemne do dia 9 de Janeiro, alli comparecerão todos a offerecer o seu apoio e a prestar os serviços que delles precisasse a causa publica.

Em vão se mandou procurar o presidente do senado da camara por toda a parte. Appareceu depois que a crise se resolveu em favor do Brasil, e quanto á sua ausencia explicou que fôra por incommodos de saude. Houve, porém, fundadas suspeitas de que elle passára a noite de 11 para 12 no quartel de Jorge de Avilez.

José Clemente, por si e pelo seu amigo o padre Macambôa, estava muito relacionado com os officiaes da divisão auxiliadora, e era muito obrigado a Jorge de Avilez pela parte que havia tomado no seu despacho de juiz de fóra do Rio de Janeiro. Isto deu lugar a desconfianças que já havião; porém José Clemente depois se tornou extremo amigo da independencia do Brasil, e um dos mais uteis cidadãos que temos tido.

Ouvi de pessoas mui respeitaveis, contemporaneas e muito conhecedoras de José Clemente Pereira, que depois do dia 9 de Janeiro de 1822 elle se tornou tão dedicado á independencia do Brasil, que tomou a si persuadir, aos portuguezes do commercio, ser do interesse delles a causa do Brasil para lhes não acontecer como aos hespanhoes europeus em toda a America Hespanhola, donde erão forçados a sahir, perdendo o seu commercio e propriedades; e o conselho aproveitou, porque os portuguezes, identificados com os brasileiros, formarão uma só nacionalidade.

#### A DIVISÃO AUXILIADORA NA PRAIA-GRANDE VÊ-SE EM GRAVES APEROS

Na proclamação, que o Principe Regente fez ao povo no dia 12 de Janeiro, quando a tropa passou para a outra banda da bahia, attribue elle o movi-

mento da divisão á desconfiança excitada entre a tropa portugueza por cabeças esquentadas e homens perversos inimigos da união de ambos os hemisphérios, que tenham maquinado quanto podem, etc.

Na ordem do dia de 14 de Janeiro recommenda Jorge de Avilez á divisão disciplinas, moderação e firmeza para elle poder proclamar publicamente, quando os apresentasse na patria — *Todos elles são portuguezes.*

No dia 16 dirige Jorge de Avilez uma representação assignada por elle, pelo brigadeiro Carretti, coronel Soares do batalhão 15 e outros, como abaixo se verá, queixando-se das baixas que o Principe tinha mandado dar aos soldados, concebida nestes termos:

« Senhor. — O general commandante da divisão portugueza auxiliadora e os officiaes da mesma divisão, conhecendo as tristes consequencias que podem resultar da indisposição geral que ha entre a tropa de Portugal e os desta cidade, querendo poupar, quanto esteja da sua parte, a effusão de sangue, rogam a V. A. Real que, com a maior brevidade possível, dê as ordens necessarias para o seu alojamento na Praia-Grande, donde sahirão para embarcar logo que cheguem de Portugal as tropas que devem recebê-los.

« Alli receberão as ordens que V. A. Real dignar communicar-lhes, que executarão respectivamente, esperando serem ali soccorridos da mesma maneira que até agora, de soldo e estape, protestando a V. A. Real o concorrerem quanto seja possível para a boa ordem e tranquillidade publicas, tanto relativamente áquelles habitantes, como com os habitantes desta cidade. Auspê de V. A. Real.

« Quartel do batalhão n. 11, em 12 de Janeiro de 1822. — Jorge de Avilez Zuzarte de Souza Tavares. — Francisco Joaquim Carretti, brigadeiro. — Antonio José Soares Borges e Vasconcellos, coronel do regimento 15 e commandante do 1.º batalhão. — José Corrêa Guedes Pinto, coronel do regimento de infantaria. — João da Silva Reis, tenente-coronel commandante de artilharia. — Antonio Valeriano de Souza Castro, tenente-coronel commandante de artilheiros engenheiros. — Antão Garcez, tenente coronel commandante.

« Manda o Principe Regente, pela secretaria de Estado dos negocios da guerra, que o tenente-general Jorge de Avilez Zuzarte de Souza Tavares expessa aos commandantes ordens para que os tiros de bestas de artilharia montada do exercito de Portugal, que passa a tomar quartéis da banda de além, fiquem desta, e sejam entregues ao coronel commandante da artilharia a cavallo da corte Izidoro de Almada e Castro. Paço, 12 de Janeiro de 1822. — Carlos Frederico de Caula.

« Está conforme. — Simeão Estellita Gomes da Fonceca. »

« Manda o Principe Regente, pela secretaria de Estado dos negocios da guerra, prevenir ao tenente-general Jorge de Avilez Zuzarte de Souza Tavares que, havendo-se-lhe expedido portaria na data de ontem, asim de que os tiros de bestas do corpo de artilharia montada do exercito de Portugal, que passão a tomar quartéis da banda de além, na Armção, ficassem desta, para serem entregues ao coronel commandante da artilharia a cavallo desta corte, assim se havia já verificado, não só por não serem precisas daquella parte as parreiras que ficarão, por haver já lá porção sufficiente para qualquer exercicio que se pretenda fazer, como porque assim o ordenára o mesmo Senhor. Paço, 13 de Janeiro de 1822. — Carlos Frederico de Caula.

« Está conforme. — Simeão Estellita Gomes da Fonceca. »

« Manda o Principe Regente, pela secretaria de Estado dos negocios da guerra, prevenir ao juiz de fora da villa real da Praia-Grande que, devendo hoje passar para os quartéis da Armção, ou outros que necessarios forem, os batalhões de infantaria n. 11 e 16, de caçadores n. 3 e artilharia montada, indo incumbido todo o arranjo da mesma tropa e aboletamento da officialidade, assim como o coronel commandante do real corpo de engenheiros ou coronel de infantaria, addido ao estado-maior do exercito, José Manoel de Moraes, deverá o dito juiz de fora prestar aos sobreditos coroneis todo o auxilio a bem do que ao sobredito respeito lhe fór por elles requerido, facilitando-lhes tudo quanto fór conducente á accommodação e arranjo da referida tropa. Paço, 12 de Janeiro de 1822. — Carlos Frederico de Caula.

« Está conforme. — Simeão Estellita Gomes da Fonceca. »

« Manda o Principe Regente, pela secretaria de Estado dos negocios da guerra, ao brigadeiro inspector do arsenal Francisco Antonio Raposo faça immediatamente remeter para o lugar da Armção, da outra banda, onde ainda hoje se deverá aquartelar os corpos do exercito de Portugal aqui destacados, um numero sufficiente de barracas e esteiras, que serão alli entregues ao coronel commandante do corpo de engenheiros, o que communicará ao intendente do mesmo arsenal para que não occorra algum embarço, vista a urgencia que exige esta providencia. Paço, 12 de Janeiro de 1822. — Carlos Frederico de Caula.

« Está conforme. — Simeão Estellita Gomes da Fonceca. »

« Manda o Principe Regente, pela secretaria de Estado dos negocios da guerra, que o coronel commandante do real corpo de engenheiros Joaquim Norberto Xavier de Brito passe immediatamente á outra banda a examinar os quartéis, que no lugar da Armção tem servido á tropa, e ali ou onde mais convier, o mais perto possível do mesmo lugar, faça apromptar nos mesmos e outros quaisquer quartéis os arranjos precisos para que hoje mesmo se possa alli accommodar os batalhões de infantaria n. 11 e 16, e batalhão de caçadores n. 3 e corpo de artilharia montada, que esta tarde infallivelmente devem para alli passar, devendo levar para o coadjuvar um ou dous officiaes engenheiros, além dos artilheiros que entender precisos. Paço, 12 de Janeiro de 1822. — Carlos Frederico de Caula.

« Está conforme. — Simeão Estellita Gomes da Fonceca. »

« Manda o Principe Regente, pela secretaria de Estado dos negocios da guerra, ao tenente-general Jorge de Avilez Zuzarte de Souza Tavares fiquem de accordo que immediatamente vão para a praia de D. Manoel as barcas, que devem esta tarde conduzir para a outra banda os batalhões de infantaria n. 11 e 16, batalhão de caçadores n. 3 e corpo de artilharia montada, que devem ser aquartelados nos quartéis da Armção ou outros que mais precisos forem, a cujo fim se acabão de expedir as ordens necessarias, tanto ao coronel commandante do real corpo de engenheiros para os precisos arranjos, como ao deputado commissario para o preciso fornecimento, e ao juiz de fora da villa real da Praia-Grande para prestar todos os auxilios que dependerem da sua jurisdicção, devendo outrossim ficar mais na intelligencia de que na praia de S. Christovão tambem se acharão as embarcações que devem conduzir o sobredito batalhão de caçadores, até agora alli estacionado. Paço, 12 de Janeiro de 1822. — Carlos Frederico de Caula.

« Está conforme. — Simeão Estellita Gomes da Fonceca. »

« Manda o Principe Regente, pela secretaria de Estado dos negocios da guerra, ao deputado commissario Albino Gomes Guerra de Araujo faça immediatamente apromptar as necessarias rações, estape e ferragem, correspondentes ás praças effectivas dos batalhões de infantaria n. 11 e 16, caçadores n. 3 e artilharia montada, que lhe devem ser fornecidas ainda hoje mesmo ou amanhã, pela manhã, 18 do corrente, no acantonamento da Armção da Praia-Grande, em que estes corpos do exercito de Portugal se deverão hoje estabelecer, continuando o referido deputado commissario a fazer este fornecimento com a maior regularidade até nova ordem. Paço, 12 de Janeiro de 1822. — Carlos Frederico de Caula.

« Está conforme. — Simeão Estellita Gomes da Fonceca. »

#### DIVISÃO PORTUGUEZA AUXILIADORA

Conta das praças relacionadas para baixa do serviço, por portaria de S. A. Real.

« Praças que vierão relacionadas para baixa e gozão della: brigada de artilharia, 12; batalhão n. 3, 20; n. 11, 48; n. 16, 47; artilheiros, 2.

« Praças que não aceitarão baixa: artilharia, 9; batalhão n. 3, 20; n. 11, 91; n. 16, 33; artilheiros, 1.

« Praças que não têm o tempo da lei: artilharia, 10; batalhão n. 11, 16; n. 16, 14; artilheiros, 1.

« Praças para baixa, sendo presos, sentenciados e criminosos: artilharia, 4; batalhão n. 11, 2; n. 16, 2.

« Praças que tinham baixa por desertores e vierão relacionadas: batalhão n. 3, 4; n. 11, 3; n. 16, 4; artilheiros, 1.

« Vierão relacionados para baixa 12 nomes que não existam nos batalhões, a saber: no batalhão n. 11, 4; e no n. 16, 8. Quartel-general da Praia-Grande, 24 de Janeiro de 1822. — Jorge de Avilez Zuzarte de Souza Tavares. »

« Manda o Principe Regente, pela secretaria de Estado dos negocios da guerra, que o coronel commandante do batalhão

de infantaria n. 11 do exercito de Portugal João Corrêa Guedes Pinto faça dar baixa no livro mestre ás praças do dito corpo, constantes da relação junta, assignada por Simeão Estellita Gomes da Fonseca, official-maior da sobredita secretaria de Estado, ás quaes houve por bem conceder aquella graça em attenção ao que as mesmas praças lhe representáram, tendo-lhes permitido licença para ficarem já da banda de aquem. Paço, 18 de Janeiro de 1822.—Carlos Frederico de Paula.

« N. B. Nesta conformidade, e para o mesmo fim, se expedio portaria aos outros commandantes de corpos, sendo:

« Do batalhão 11 um 1.º sargento, dous 2.ºs ditos, um fornel um cabo, um coronheiro e 101 soldados.

« Do batalhão 15 um cabo, um musico e 44 soldados.

« Do batalhão 3 um cabo, um espiogardeiro e 11 soldados.

« Da artilharia um cabo e seis soldados.

« De artifices dous soldados. »

« Joaquim Xavier Curado, do conselho de Sua Magestade e do de guerra, fidalgo cavalleiro da sua real casa, commendador das ordens de S. Bento de Aviz e Torre Espada, tenente-general do exercito, e governador das armas da corte e provincia do Rio de Janeiro.

« Em cumprimento da determinação de S. A. Real o Principe Regente, que me foi dirigida em portaria da secretaria de Estado dos negocios da guerra de 17 do corrente mez, fica com baixa do serviço nacional José Ferreira, soldado da 5.ª companhia do batalhão n. 15 do exercito de Portugal, destacado nesta corte, com declaração de que fica para sempre isento de todo e qualquer serviço militar, e para que o referido conste soude convier, mandei passar a presente, por mim assignada, e sellada com o sello deste governo das armas. Quartel-general do campo de Sant'Anna, em 17 de Janeiro de 1822.—Joaquim Xavier Curado. »

Jorge de Avillez, chegando á Lishoa, apresentou ao seu governo a exposição dos factos acontecidos no Rio de Janeiro, e que derão motivo ao embarque das tropas, a qual o governo transmittio ás côrtes; e em sessão de 22 de Maio de 1822 foi mandado remetter á commissão especial de negocios politicos do Brasil, publicando-se pela imprensa, na fórma determinada a respeito da correspondencia do Principe Real.

Na mesma sessão lêu o secretario uma felicitação feita ás côrtes pelo general Jorge de Avillez, chegada do Rio de Janeiro, sobre a qual propondo o presidente se se deveria declarar ter sido recebida com agrado, ou suspender-se por então toda a resolução, depois da discussão, pondo-se a votos foi decidido que não.

« Ilm. e Exm. Sr.—Tendo-me representado alguns officiaes e soldados da divisão portugueza que, na occasião de irem a essa cidade conduzirem as suas bagagens, têm sido insultados com palavras e ameaças as mais excitantes, e não convindo ao bem do sociego publico que continuem taes insultos, rogo a V. Ex. com o maior encarecimento, se digne levar ao conhecimento de S. A. Real o Principe Regente esta minha representação, pedindo-lhe que mande dar as mais energicas providencias para que cessem de uma vez estes insultos, que podem produzir successos fataes.

« Deus guarde a V. Ex. Quartel-general da Praia-Grande, 14 de Janeiro de 1822.—Ilm. e Exm. Sr. Carlos Frederico de Paula.—Jorge de Avillez Zuzarte de Souza Tavares. »

« Ilm. e Exm. Sr. — Tendo ordenado ao commissario anexo a esta divisão, Luiz Augusto, de fazer as distribuições do fornecimento aos corpos da divisão pelas 7 horas da manhã, tem acontecido que ate hoje as mesmas se têm feito sobre a tarde, de que resulta aos soldados não terem tempo para os dous ranchos a que estão acostumados; portanto rogo a V. Ex. leve o referido á presença de S. A. Real para o mesmo Senhor se digne ordenar que o dito commissario tome as precisas providencias para que á referida hora seja effectivamente distribuido o fornecimento da divisão.

« Deus guarde a V. Ex. Quartel-general da Praia-Grande, 15 de Janeiro de 1822.—Ilm. e Exm. Sr. Carlos Frederico de Paula.—Jorge de Avillez Zuzarte de Souza Tavares. »

« Senhor.—O general e commandante dos corpos da divisão auxiliadora destacada nesta corte, com o mais profundo acatamento levantão sua voz ante a augusta pessoa de V. A. Real, para fazer presente o sentimento com que têm recebido pela secretaria da guerra as ordens de dar baixa a todos os soldados dos batalhões, que indistinctamente as pretendem; estas ordens, parece-nos, são commettidas para debilitar e enfraquecer este corpo, que el-rei nosso monarcha e augusto pai de V. A. Real tem visto com a maior distincção, elogiando-o pela sua honra e fidelidade na sua proclamação de 23 de Abril do anno passado, e Vossa Alteza mesm o tem confiado nelle o melhor apoio da sua alta autoridade na sua proclamação aos fluminenses.

« Os supplicantes, real Senhor, estão persuadidos, pela pratica geral do exercito, que para todas as baixas deve pedir-se informação dos seus immediatos chefes, e esta formalidade, indispensavel na ordem militar, nos faz crer que alguns mal intencionados têm alterado o coração paternal de Vossa Alteza, fazendo-lhe crear apprehensões injustas e sem fundamento.

« A divisão mantem inalteravel seu amor, fidelidade e obediencia ás côrtes geraes da nação, ao nosso augusto monarcha e a V. A. Real, como herdeiro das virtudes do nosso soberano e do throno portuguez em ambos os mundos. Este sentimento de fidelidade tem a honra de repetir e assegurar a V. A. Real.

« Confiados nestes sentimentos, elevão ante Vossa Alteza esta humilde supplica, para que se digne mandar suspender a portaria referida, porque ella tende certamente a dissolver a divisão, debilitando sua força physica, e não se perdendo de vista que ella comprehende uma parte do exercito nacional permanente, e a qual não pôde reduzir-se sem autoridade expressa do governo da metropole, aonde devem voltar, segundo a declaração de Sua Magestade de 20 de Março de 1821, na qual promette o mesmo augusto Senhor que, depois de voltar a divisão, se lhe concederão então as suas baixas.

« A divisão está prompta a voltar a Portugal logo que se lhe faça saber a resolução de Sua Magestade pelas vias legaes; entretanto pedem a Vossa Alteza que não sejam deshonrados e vexados publicamente, nem movidos á deserção e abandono de suas bandeiras. Este exemplo é terrivel e pernicioso para o exercito.

« Permitta-nos Vossa Alteza tornar a nossas lares, com a mesma gloria com que delles havemo sahido, depois de termos cooperado para a liberdade do novo mundo.

« Não desconfie jámais Vossa Alteza da nossa fidelidade, promettendo sobre o mais sagrado da nossa honra não perturbar a tranquillidade publica, embora nossos inimigos forcem suspeitas e temores contra nós, alterando o repouso publico; nós conservar-nos-hemos sempre entre os limites da justiça e moderação, qualquer que seja a sua inteução.

« Porém, desgraçadamente, se Vossa Alteza não se digna aceder á nossa humilde supplica, permita-nos ao menos para descargo de nossa responsabilidade o mais reverente protesto (como desde já o fazemos, perante as côrtes geraes, pelas consequencias que podem resultar de deligar para sempre os soldados da obrigação de servir a deidade de sua patria.

« Aos pés de V. A. Real. Quartel-general da Praia-Grande, 16 de Janeiro de 1822.—Jorge de Avillez.—Brigadeiro Carretti.—Coronel Soares, do batalhão 15.—Tenente-coronel Jose Maria, do batalhão 11.—Tenente-coronel Garcez, do batalhão 3.—Tenente-coronel Reis, de artilharia 4.—2.º tenente Valeriano, do attilices engenheiros. »

« Manda o Principe Regente, pela secretaria de Estado dos negocios da guerra, estranhar mui severamente ao tenente-general Jorge de Avillez Zuzarte de Souza Tavares.



res a inconsiderada representação que á sua augusta presença dirigio, em data de 15 do corrente, pela mesma secretaria, expondo os pretextos que allegarão os commandantes dos corpos da divisão portugueza auxiliadora para não executar as suas reaes ordens para as baixas dos soldados da referida divisão, pois deveria saber o mesmo tenente-general e os commandantes que só lhes cumpre obedecer ao que se lhes determinar sobre qualquer artigo, sem que possam isentar-se da satisfação deste dever por arbitrarías interpretações, que temerariamente excogitão em manifesta contradicção á obediencia que protestarão no dia 13 do corrente a quanto o mesmo Senhor houvesse por bem ordenar-lhes; e como nenhuma attenção merece a referida representação, determina S. A. Real que se dê exacto cumprimento ao que tem mandado e manda sobre este objecto, em que a divisão se tem mostrado possuida do espirito da mais criminosa insubordinação, da qual vai S. A. Real, sem perda de tempo, dar uma exacta e circumstanciada conta a S. M. el-rei seu augusto pai, para que chegue ao conhecimento do soberano congresso nacional. Paço, 17 de Janeiro de 1822.—Joaquim de Oliveira Alves. »

« Ilm. e Exm. Sr. — O general e os chefes da divisão auxiliadora, destacada nesta corte, têm o sentimento de pôr ao conhecimento de V. Ex. os successos occorridos no dia 12 do corrente nesta cidade.

« Desde a partida de Sua Magestade á antiga séte do reino formou-se logo um partido forte para desmembrar esta parte do Brasil da monarchia portugueza; intenções de oppressão ao augusto congresso nacional se attribuiu cuidadosamente, excitando deste modo o descontentamento geral até que se chegasse a formar um ponto de apoio capaz de realizar a separação intentada.

« Esta tendencia se manifestou decididamente á chegada do decreto das côrtes para o regresso de S. A. Real, e então se desenvolverão todos os meios de discordia por via da imprensa; os apostolos da divisão espalhavam por toda a parte esta doutrina, que temou tal vigor que obrigou a camara a dirigir a S. A. Real um requerimento precursor da independencia intentada para que ficasse aqui.

« Sua Alteza annuo, significando que ficaria até dar parte ás côrtes geraes e a seu augusto pai, nosso amado rei; esta resposta não pareceu sufficiente aos interesses, e pediu se declarasse por um edital a absoluta resolução de ficar (documento n. 1).

« O general e os chefes da divisão conhecião o fim a que se dirigia esta resolução, e conhecendo os passos dos corripheos innovadores estavam informados dos meios que se empregavão para conseguir os seus projectos, e do que darão parte a V. Ex. e ás côrtes geraes na primeira occasião.

« Estas circumstancias reunidas convencerão o general que a sua pessoa era inutil ao serviço como general das armas desta provincia, e pediu a S. A. Real o desonerasse deste emprego, os resultados da sua demissão constão do manifesto que se fez á cidade (documento n. 2); e neste breve bosquejo verá V. Ex. a necessidade que houve de retirar a divisão, afim de salvar o povo dos horrores da guerra civil, para a qual a divisão foi induzida e provocada por todos os meios possíveis.

« A supplica dirigida a S. A. Real para a passagem da divisão para a Praia-Grande, e a ordem do ministro da guerra para a sua execução, mostram-n'a os documentos 3 e 4.

« Depois que se aquartelou a divisão nesta parte opposta á cidade, aonde se tem guardado a melhor ordem e disciplina, tem tido o sentimento de vêr-se atacada de um modo inesperado e escandaloso, e subversivo á ordem militar, presente e futura.

« O supplemento á Gazeta do Rio de Janeiro (documento n. 5) dará uma idéa justa do animo com que se faz esta operação, para cuja execução se tem empregado todos os meios possíveis de seducção, admitindo-se até requerimentos por terceira pessoa e enganando o publico com relações falsas, pois que muitos soldados dos aponta-

dos nelleas têm regressado para as suas companhias, entregando as baixas que tinham recebido (documento n. 6), e tenho a satisfação de segurar a V. Ex. que ate agora a maior parte fica firme e unida ás suas bandeiras, e por este motivo temos levado a S. A. Real a representação inclusa (documento n. 7).

« A alta penetração de V. Ex. conhecerá a irregularidade destes procedimentos. E é evidente que só um conceito equivoco e malicioso das virtudes militares é que pôde haver suggerido a idea de desorganisar e desmembrar um corpo, que é a columna do Estado e defensor dos direitos da nação e da corôa.

« Por esta razão temos a honra de communicar a V. Ex. para que leve ao conhecimento de Sua Magestade e ás côrtes geraes o amor mais decidido á sua real pessoa, assegurando-lhe que, qualquer que seja o caracter dos inimigos desta divisão, esta se conservará sempre nos seus justos limites, respeitando o direito dos povos, vigiando na sua tranquillidade interior, ao mesmo tempo que pugnará sempre pela incolumidade e indivisibilidade da nação.

« Não podem os chefes deixar de levar ao conhecimento de V. Ex. que somos todos perseguidos, e que ha um empenho em fazer-nos apparecer como inimigos do Brasil, que faz continuar em agitações a este innocente povo, dobrando guardas, augmentando as forças das fortalezas, arrancando de suas casas e lojas aos mestres, e officiaes de officios para conserva-los sobre as armas com notavel prejuizo de suas anteriores economias, como se esta divisão fosse aggressora do povo; este empenho temerario tem chegado ate a animar a canalha para que insultem os soldados que são enviados á cidade, pelo que se fez necessario dirigir a S. Ex. o ministro da guerra (documento n. 8), como tambem sobre a alteração das razões (documento n. 9).

« Deos guarde a V. Ex. Quartel da Praia-Grande, 18 de Janeiro de 1822.—Ilm. e Exm. Sr. ministro de Estado dos negocios da guerra.—Jorge de Avillez Zuzarte de Souza Tavaes.—Francisco Joaquim Carreti, brigadeiro.—Antonio Jose Soares Borges e Vasconcellos, coronel do regimento n. 15 e commandante do 1º batalhão.—José Maria da Costa, tenente-coronel commandante interino do batalhão n. 11 —José da Silva Rig, tenente-coronel commandante de artilharia.—Antonio Valeriano de Souza Castro, 2º tenente commandante de artilharia engenheiros. »

#### Representação dirigida a S. A. Real.

« Senhor.—O general e commandantes dos corpos da divisão auxiliadora do exercito de Portugal, penetrados do mais profundo sentimento, levantão a sua voz perante a augusta presença de V. A. Real para expressar a dôr com que tem recebido pela secretaria da guerra a portaria de 17 do corrente, publicada na Gazeta desta corte em 19 deste mez.

« Demasiado sensivel lhes têm sido, real Senhor, a verdade com que Vossa Alteza os tem mandado reprehender, e crêm certamente que o coração de Vossa Alteza tem sido desviado pelos seus inimigos, pois que não podem persuadir-se que um Principe, que lhes tem dado provas não equivocas de apreço, os veja hoje debaixo de outros pontos de vista diferentes.

« Portanto rogão a Vossa Alteza que, afastando o animo das suggestões dos seus inimigos, que achão o seu prazer em desviar o coração do melhor dos Príncipes, se digne ponderar as razões que tiverão para fazer a sua reclamação.

« Se merecem que Vossa Alteza se digne ouvi-los, achará Vossa Alteza que não têm infringido de maneira alguma as leis da subordinação nem desobedecido jamais ás suas reaes ordens. A divisão do exercito permanente de Portugal veio destacada para este reino por tempo limitado, a occupar varios pontos, como Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, do modo que tem sido sempre considerada pelas côrtes geraes da nação e por Sua Magestade, que deve ser rendida por outros corpos.

« Daqui se infere que ella é uma parte integrante do exercito permanente de Portugal, cuja conservação e existencia é privativa das côrtes geraes, como consta do art. 33 das bases constitucionaes; esta declaração claramente mostra que augmentar e diminuir a força publica é uma attribuição inherente ao corpo legislativo, e Vossa Alteza a tem considerado assim em todas as relações que lhe dizem respeito, e agora mesmo quando annuo á supplica de acantonar-se nesta praia.

« Deste principio inferem que as baixas absolutas e sem nenhuma causa das que prescrevem o regulamento tendem necessariamente a dissolver esta divisão.

« E' bem sabido, real Senhor, pelas nossas leis militares e pela pratica geral do exercito que não podem dar-se baixas sem as fórmulas que as mesmas leis estabelecem, e que não podem dispensar-se sem autoridade expressa do corpo legislativo.

« Dar baixa a soldados que não têm servido á nação todo o tempo que a mesma nação tem determinado, é infringir os decretos do soberano congresso, que tem já determinado o serem promptamente rendidos, e V. A. Real tem sido o primeiro que sempre se tem mostrado interessado na execução.

« As baixas com que tem apparecido os soldados indicão a ignorancia ou malicia dos que estão encarregados dellas; elles devião saber que é indispensavel que toda a baixa se deva dar nos livros mestres, com informação e conhecimento dos commandantes dos corpos; essa falta destroe a economia militar, e na pontual observancia consiste a regularidade do serviço; as baixas dadas sem esta formalidade envolve a maior subversão na disciplina militar e ordem na sociedade.

« Tal é, que nessas portarias absolutas tem encontrado os criminosos um escudo para illudir o castigo com que as leis os punem; o documento 1.<sup>o</sup> mostrará a Vossa Alteza que os referidos nelle forão julgados militarmente por um conselho de guerra e sentenciados a soffrer seus castigos: estes criminosos têm achado nesta occasião um meio de zombar das leis, que em toda a sociedade se cumprem religiosamente, e tudo isto se tem praticado sem preceder o perdão de Vossa Alteza, o que nos faz crer que se tem alcançado por subrepcão.

« Além desta irregularidade têm apparecido relações de soldados com baixa, que chegam a 344, faltando só nas companhias 129, numero muito menor dos que se fazem insidiosamente. Por este motivo temos o sentimento de levar ao conhecimento de V. A. Real que têm apparecido aqui homens tão venaes e baixos a seduzir soldados, offerecendo-lhes dinheiros e conveniencias para que abandonem os seus corpos; porém ao mesmo tempo temos o prazer de avisar a Vossa Alteza que a maior parte está satisfeita no serviço da nação e de Sua Magestade, cujo amor e fidelidade tem tantas vezes manifestado.

« Estas são as causas, real Senhor, que têm tido os commandantes para implorar a Sua Alteza protecção, afim de conservar a divisão com todas as suas praças effectivas, de cuja obrigação não podem dispensar-se pelo juramento que prestarão ao entrar no serviço nacional e real. Nem outro objecto pôde guia-los para manter em seus justos limites os corpos de que estão encarregados.

« Não descobrem elles nenhum acto de desobediencia em representar ao seu Príncipe os males que resultarão de uma providencia pouco meditada, e talvez contra as suas intenções de Vossa Alteza; em tempos tão calamitosos facil é surprender a fé de um Príncipe, herdeiro das virtudes do monarcha o mais amado dos portuguezes de ambos os mundos.

« Porém se os inimigos da divisão julgão para seu intento dissipar-la, suggerindo esta medida, nós não podemos deixar de assegurar a Vossa Alteza que, em defeza natural de nossos direitos, como cidadãos portuguezes, faremos todos os esforços possiveis para não sermos ultrajados nem entregues á discreção de nossos inimigos; a Vossa Alteza encarregou nosso augusto soberano a protecção deste corpo, que tem salvado na Europa a monarchia portugueza, e por isso esperamos da sua magnanimidade que, afastando de si conselhos dos homens san-

guinarios, evitará Vossa Alteza toda a medida que pôde induzir a turvar a tranquillidade e moderação que invariavelmente observa esta divisão.

« Nós tornamos a offerecer a Vossa Alteza nossos mais sinceros votos de fidelidade e amor, e que conservando a tranquillidade publica não escandalisaremos a sociedade nem os pacificos habitantes destes campos. Porém ao mesmo tempo observamos que em nossas immediações se acantonão tropas, se encontrão partidas que observão o comportamento da divisão.

« Nós, Senhor, não somos inimigos destes habitantes; jámais temos concebidos idéas de oppressão; nós igualmente lhe desejamos a mesma felicidade que a nossos irmãos de Portugal, como temos manifestado em diferentes occasiões: digne-se, pois, Vossa Alteza em obsequio da sua real magestade dissipar seus temores.

« A divisão está prompta a retirar-se á Europa toda a vez que se não ultraje nem degrade da honra, e reputação que tem merecido perante as côrtes e seu soberano; muito pouco deve ser o tempo que ha de decorrer até que chegue a divisão que deve render a esta; entretanto rogão a Vossa Alteza não lhe faça hostilidade alguma, pois que ella ha de evitar toda a occasião de discordia, logo que pedio a occupar este acantonamento, aonde promettem conservar a tranquillidade e a disciplina militar.

« Esperamos, Senhor, que, convencido das nossas razões, nos receba em seu augusto coração, dissipando as suggestões pouco favoraveis dos inimigos da ordem, assegurando a Vossa Alteza nossos sinceros sentimentos de fidelidade e obediencia.

« Aos pés de V. A. Real. Quartel-general da Praia-Grande, 24 de Janeiro de 1822.—Jorge de Avillez Zuarte de Souza Tavares.—Francisco Joaquim Carretti, brigadeiro.—Antonio José Soares Borges e Vasconcellos, coronel do batalhão 15.—José Maria da Costa, tenente-coronel do 11.—Antonio Garças Pinto de Madureira, tenente-coronel do 3.<sup>o</sup>—José da Silva Reis, tenente-coronel de artilharia.—Antonio Valeriano de Souza Castro, 2.<sup>o</sup> tenente commandante dos artifices engenheiros. »

O MINISTRO FRANCISCO JOSÉ VIEIRA É INSTADO PARA FICAR NO BRASIL, E NÃO ACEITA A PROPOSTA QUE SE LHE FAZ

Antes do dia 9 de Janeiro o Príncipe Regente em reunião com os ministros havia posto em questão se convinha ou não dar execução aos decretos de 29 de Setembro. O Príncipe, em uma curta exposição, ponderou as circumstancias em que se achava o Brasil e o risco que corria a monarchia, se por ventura aquelles decretos fossem cumpridos. O Príncipe disse que bem ou mal o Brasil estava desconfiado, e que sómente por actos da mais sincera lealdade é que se poderia dissipar essa desconfiança. Os ministros, excepto o da marinha, descorrerão muito e votarão por fim que o Príncipe obedecesse e cumprisse os decretos. O ministro do reino e dos estrangeiros, Francisco José Vieira, homem probo e de intelligencia não vulgar, depois de se levantar o conselho, disse ao Príncipe em particular, que o seu voto era o voto do ministro, mas que a sua opinião como individuo era, que Sua Alteza não cumprisse os decretos e ficasse no Brasil. E Francisco José Vieira fica commigo, se por ventura eu ficar? Perguntou o Príncipe.—Não, senhor, respondeu Vieira. O lugar de ministro em que me acho me priva dessa honra e dessa conveniencia. (\*)

José Bonifacio, que lhe succedeu no ministerio,

(\*) O honrado Francisco José Vieira falleceu em Lisboa pobrissimo.

instou ainda por muitas vezes para que elle ficasse no Brasil, mas Vieira entendia, que se achando ministro naquella crise, podia ser a sua ficada no Brasil traduzida em detrimento da sua honra: não aceitou a proposta de José Bonifacio.

MARCHÃO TROPAS DE S. PAULO E MINAS PARA AUMENTAR A FORÇA DO RIO DE JANEIRO

Depois da passagem da divisão auxiliadora para a *Praia-Grande*, o Príncipe Regente escreveu de seu proprio punho uma carta régia á junta provisoria de S. Paulo e outra á respectiva junta do governo de Minas-Geraes, refferindo em ambas estas duas cartas as ultimas occorrencias, e recommendando que expedissem sem perda de tempo as forças que cada uma pudesse, para pôr em respeito a segurança da capital do Rio de Janeiro. Estas cartas régias, datadas de 12 de Janeiro ás 7 horas da noite, forão redigidas pelo capitão-mór José Joaquim da Rocha, com insciencia da respectiva secretaria de estado, sendo remettidas por expressos na mesma hora nellas indicadas.

A junta de S. Paulo respondeu ao Príncipe com muita delicadeza, pondo logo em marcha um regimento de infantaria para esta côrte. A junta de Minas, ou não teve a mesma actividade, ou encontrou grandes embaraços na remeça da força, porque o esquadrão de cavallaria que ella enviou, quando chegou já cá achou o regimento dos paulistas a fazer serviço.

O PRÍNCIPE ORGANIZA O MINISTÉRIO DE 16 DE JANEIRO DE 1822

No dia 16 de Janeiro o Príncipe mudou o pessoal do seu ministerio; porque, além de ser natural a demissão do existente, foi pedida desde o dia 9 de Janeiro, e reiterado o pedido a 11 e 12.

Desde que o Príncipe adoptára uma medida contra a que o ministerio votára unanimemente, esse ministerio não podia mais existir. Elle mesmo pediu a sua demissão. A escolha do Príncipe não foi mesmo muito acertada. O ascendente portuguez predominava ainda no seu animo, e infelizmente esse ascendente, mais ou menos pronunciado, nunca mais o abandonou.

O novo ministerio, que devêra ser composto na totalidade ou pelo menos na maior parte de brasileiros, foi pelo contrario composto de portuguezes, entrando nelle um só brasileiro. Se ao menos aquelles portuguezes fossem homens de alta capacidade intellectual e de relevantes serviços, ainda esta preferencia podia ter uma explicação; mas não acontecia assim, porque nenhum delles estava neste caso.

O ministerio de 16 de Janeiro foi composto deste modo:

José Bonifacio de Andrade e Silva para a pasta do reino, justiça e estrangeiros.

Caetano Pinto de Miranda Montenegro para a pasta da fazenda.

Joaquim de Oliveira Alves para a pasta da guerra.

Manoel Antonio Farinha para a pasta da marinha.

Os tres ultimos erão portuguezes, os quaes nada fizerão. Semelhante ministerio não podia agradar aos brasileiros, mas tal era o prestigio que entre

elles José Bonifacio estava gozando que se não fez maior reparo nesta organização ministerial e todos esperavão que José Bonifacio posto á frente dos negocios publicos, pouco a pouco fosse destruindo preconceitos mal fundados, até pôr a organização depois nas mãos de quem ella pertencia de direito.

José Bonifacio já tinha partido de S. Paulo em deputação para a côrte do Rio de Janeiro e era esperado a cada instante quando se publicou a organização ministerial de 16 de Janeiro. Esta publicação não se fez antes porque o Príncipe não queria que o novo ministerio funcionasse por muitos dias antes, fóra da presença de José Bonifacio. O ministerio passado, desde que pediu a sua demissão, em consequencia do acto do dia 9 de Janeiro nunca mais quiz funcionar: limitando-se os ministros a assignarem tão sómente o expediente, e nisto mesmo forão se restringindo até chegar ao ponto de recusarem assignar as cousas mais triviaes. Houve portanto um interregno na governação, e este interregno foi supprido pelo Príncipe, a pedido dos seus conselheiros privados.

José Bonifacio veio por Santos correndo a costa em canôa de voga até Itaguahy (\*), aonde chegou no mesmo dia 16. A Princeza Real, que se achava na fazenda de Santa Cruz, foi quem primeiro deu a noticia a José Bonifacio da sua nomeação de ministro. A bondosa Princeza apresentou-lhe seus filhos e disse ao venerando ancião: *estes dous brasileiros são vossos patricios, e eu peço que tenhaes por elles um amor paternal*. A Princeza entrou em larga conversação sobre os negocios publicos com José Bonifacio, e o persuadiu a aceitar o cargo de ministro que elle recusava. Disse-me o Sr. conselheiro Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond, que ouvira da propria boca da virtuosa Imperatriz Leopoldina, que a impressão que José Bonifacio lhe tinha causado era ainda tal que ella a não podia explicar. José Bonifacio fallára com a Princeza em allemão, lingua em que elle versificava tão bem como na portugueza. A vivacidade da sua physionomia, o seu aspecto animador e as circumstancias do tempo tudo devia contribuir para que a virtuosa Princeza, que tanta parte teve na independencia do Brasil, o recebesse com aquella alegria de quem recebe um salvador da dignidade publica.

José Bonifacio chegou á côrte no dia seguinte, 17 de Janeiro. O Príncipe o esperava no paço de S. Christovão. Foi elle a primeira pessoa com quem José Bonifacio fallou na cidade do Rio de Janeiro. O Príncipe sympathisou com o seu ministro. Mas José Bonifacio se bem que estivesse disposto a desvelar-se pela causa do Brasil, recusava aceitar o ministerio, e isto mesmo fez sentir ao Príncipe Regente; porém como havia promettido á virtuosa Princeza, aceitava o pesado encargo.

O PRÍNCIPE ESCRIVE AO REI SEU PAI, E LHE DÁ CONTA DE TODO O OCCORRIDO

O Príncipe Regente, não querendo occultar nada do que se passava no Rio de Janeiro, escreveu a seu pai nestes termos:

(\*) O Sr. Innocencio da Rocha Maciel diz que um vapor foi fretado para conduzir a José Bonifacio, e nelle embarcou o desembargador João Evangelista.

« Rio de Janeiro, 23 de Janeiro de 1822. — Meu pai e meu Senhor. — Como devo vou participar a Vossa Magestade os factos começados a acontecer no dia 11 do corrente.

« Pelas 4 horas da tarde foi aos quartéis de 11 e 15 o tenente-general graduado Jorge de Avillez Zuzarte de Souza Tavares dizer falsamente aos soldados que estava demittido do governo das armas, e que assim elle sentia muito de deixar um commando que tanto o honrava. Quando elle sahio dos quartéis derão-lhe os soldados vivas deste modo: — Viva o general constitucional! — e não houve mais nada até á noite.

« Logo eu ao theatro reparei na falta do general, que costumava não faltar; uma hora depois de estar no theatro começaram os soldados da divisão auxiliadora a quebrarem as vidraças pelas ruas, quebrando e apagando as luminarias com páos, e dizendo: — Esta cabrada leva-se a pella! Chamei o brigadeiro Carretti e lhe di se é necessario que tome todas as medidas para que estes subalternos que lhe estão confiados não façam desordens; quando não ficarão responsavel a respeito meu augusto pai e as côrtes por qualquer ultraje que estes soldados a mim confiados soffrão. Elle me respondeu: — Fico sciente e vou lá a isso.

« Um quarto de hora depois soube que o batalhão 11 estava em armas, e o 15 e artilharia tambem, assim como immediatamente pelo tenente-coronel Garcez, major João Chrysostomo e o capitão Sá, que o seu batalhão 3 de caçadores se não movia sem ordem minha, o que fielmente executou, ficando nos seus quartéis (até ao fim que lhe dei) apesar das instancias do Jorge.

« Todas estas desordens e desatinos nascirão de fins incognitos ou que se devem esconder para lhe não fazer tamanha a responsabilidade da mentira armada pelo general, para querer ir commandando a divisão, e de uma embriaguez do tenente-coronel José Maria da Costa, do batalhão 11, que chegou ao quartel, cahiu na porta da 6ª companhia, e, chamado os soldados, os fez pegar em armas.

« A combinação estava bem feita, porque o general logo appareceu, parecendo querer accommodar e exortando os soldados cada vez mais, fallando-lhes na fugida demi são. A tropa de terra, milicias e povo, que souberão que os auxiliares estavam em armas, desconfiarão desta medida, e tomáram-na tambem, e não se quizerão desarmar sem que a divisão se desarmasse.

« Os da divisão, que por um instante estiverão quasi com as suas leucuras a dividir os dous reinos, tomáram diferentes pontos, e os de terra ficarão nos seus quartéis do campo de Santa Anna, esperando o ataque por elles guiado com altos fins; e assim estiverão até ás 24 horas, que mandando eu dous officiaes, um aos de cá e outro á divisão, com diferentes propostas, assestaram os da divisão passarem para outra banda do Rio (como Vossa Magestade verá pelo papel que remetto pela secretaria de Estado da guerra).

« O general, que até agora poderia merecer algum conceito de quem o não conhecesse, se demittio a si mesmo, e se pôz á testa da divisão, e passou para a outra banda com ella.

« Alguns soldados, que não puderão passar, me pedirão baixa, e eu lhe tenho dado, porque estão de tal feito insubordinados, que, se não fosse este expediente, elles fariam tres ataques aos habitantes, que elles, desesperados por tanto soffrer, seguramente se desentão, e portanto — como o meu trabalho é para unir ambas as hemispherios e procurar o socego na parte que me foi confiada — razão por que aproveitei a occasião de dar as baixas para os poder demar (por que têm estado quasi todos esfamados), e demais porque tropa sem disciplina não serve para nada, muito menos para fazer unir duas partes tão differentes em tudo, e que só a força moral (que é a verdadeira força para sustentar a ordem das nações) as pode unir.

« Logo mandei immediatamente portarias para as baixas aos commandantes; elles, por indução do Jorge e na disciplina sua, não só não executarão, como era sua obrigação, mas até disserão que era maculosa — que eu não tinha autoridade — e não derão cumprimento; e por ordem do Jorge derão baixa, e dizem que — quem os governa é o general Avillez e mais ninguém — e não derão resposta alguma á secretaria mais do que mandarem os sobrescriptos.

« A minha obrigação é expôr a Vossa Magestade para que faça sciente as côrtes do procedimento destes insubordinados, afim de que ellas tomem um perfeito conhecimento do estado actual para ordenarem o que lhes convier, que seguramente ha de ser o que convier á nação em geral.

« Remetto, para perfeito conhecimento de Vossa Magestade e desenvolvimento do soberano congresso, todas as ordens que tenho dado, e uma proclamação que fiz (em que expresso ordadamente o meu sentido) para sustentar moralmente a união que physicamente é efemerica. O povo cada vez mais desconfia da tropa que compõe a divisão, e assim é de necessidade que, para socego desta provincia, regresse ainda antes da chegada

da outra para os não corromperem, e trata-se desta medida com toda actividade antes que haja sangue.

« O general tem seus planos traçados, mas em curto espaço, que não agradarão nem a Vossa Magestade, nem às côrtes, e portanto o povo todo está desconfiado com razão, porque de hom os desta qualidade, que, jurando o art. 36 das bases da constituição, não o cumpriam, e se pôem tão insubordinados, nem as mesmas côrtes, que hão de pela sua generalidade vir a representar toda a familia portugueza das quatro partes do mundo, se devem fôr; e como eu não sei quaes sejam os planos escrevi uma carta régia ao governo provisório de S. Paulo e uma igual ao de Minas-Geraes, que são da fôrma seguinte:

« Eu o Principe Regente vos envio muito saudar. Acontecendo que a tropa de Portugal pegasse em armas e igualmente a desta provincia — por mera desconfiança — dei todas as providencias possiveis, e convençãoarão os de Portugal a passar para a outra banda do Rio até embarcarem; e como a por esta medida ficasse a cidade sem a tropa necessaria para a sua guarda, e mesmo sem com que se defenda no caso de ser atacada, exijo de vós, que sois seguramente amigos do Brasil, da ordem, da união de ambos os hemispherios e da tranquillidade publica, me mande a força armada em quantidade, que, não desfalcando a vossa provincia, ajude esta, e se se consiga o fim por mim e por vós tão desejado, e exijo com urgencia. Paço, 12 de Janeiro de 1822, ás 7 horas e meia da noite.

« Eu tenho trabalhado tanto para a união, e ella estava tão forte a Portugal, que nem estes meios procedimtos da divisão têm feito apparecer o espirito dominado; mas se estes continuarem, e ainda cá estiverem quando chegarem os outros, e se unirem com elles, como dizem publicamente que hão de aterrar tudo, então parece-me que podera apparecer o opinio que reina nos corações americanos, desde o norte até ao sul da America.

« Com força armada é impossivel unir o Brasil a Portugal; com o commercio e mutua reciprocidade, a união é certa, porque o interesse pelo commercio e o brio pela reciprocidade são as duas molas reaes sobre que deve trabalhar a monarchia lusobrasileira.

« A prova que eu dou, que a força moral é superior á physica, é que, quando no dia 12 de Outubro tentáram fazer o que participei a Vossa Magestade em carta de 4 de Outubro de 1821, apesar da tropa estar contra, esteve por um triz a rebentar a independencia, e logo que eu proclamei tudo soceguou e todos se unirão em sentimentos.

« Agora mesmo, enquanto os habitantes se persuadirão que obrarão por sua livre vontade e sem coacção, e que tinham, como tem todo o cidadão, direito de representar, que lhe provém do direito natural, ajudado pelo direito publico constitucional, e que erão tão livres como seus irmãos, nunca fallarão mal nem das côrtes, nem de Portugal; mas logo que a divisão pela sua soberba se quiz mostrar superiora e intentou escravizar esta provincia — declaráram-se os partidos de cá e de lá — que tem custado ao governo conter o povo, afim de evitar brigas entre irmãos; portanto digo que se a união tiver por base a força moral será indissolúvel; se a physica, ella não existirá para nunca mais.

« Dou parte a Vossa Magestade que mudei tres ministros: o conde de Louzã, por me haver pedido; o Vieira e o Paula, por serem medrosos e não convirem ao serviço da nação nas actuaes circumstancias, e para os seus lugares nomeei para os negocios do reino e estrangeiros José Bonifacio de Andrada e Silva, para a fazenda Caetano Pinto de Miranda Montenegro, e para a guerra Joaquim de Oliveira Alvares, que era ajudante-g. geral. Estimarei que Vossa Magestade aprove tanto quanto a opinião publica que qualquer delles goza geralmente.

« Beço a Vossa Magestade que mande apresentar esta ao soberano congresso para que elle fique ainda mais certo de quanto eu tenho trabalhado na união de ambos os hemispherios, que nem as desordens destes não puderão acabar e dissolver, nem poderão — enquanto eu estiver contendo com todas as minhas forças a declaração da independencia, já por alguns bem desejada — e que será ao meu vêr (que antes não queria vêr) inevitavel, a não serem bem tomadas em consideração as representações das provincias.

« Deos guarde, etc. »

CHEGÃO NOTICIAS DE PERNAMBUCO E É MANDADO  
O SR. DRUMMOND PARA ALLI

Os que primeiro meditarão no Rio de Janeiro que era necessario resistir a Portugal, por occasião da publicação dos fataes decretos de 29 de Setembro até chegar ao ponto da separação dos dous reinos, se por ventura as condições da união continuassem



a ser, como até então erão, desfavoráveis ao Brasil, contavão com o assenso e coadjuvação das provincias de S. Paulo, Minas, Rio-Grande do Sul e Santa Catharina, e nãocontavão em vão. Ao norte contavão, principalmente, com Pernambuco e Alagôas. A Bahia estava então na força de seu enthusiasmo com as cousas de Portugal, e queria ser considerada como uma provincia daquelle reino, e não pertencer mais á integridade do Brasil. A Bahia, nesta sua pretensão, não obrava por si, era victima dos portuguezes, que a dominavão na capital. Um periodico intitulado *Semanario civico*, e outro a *Idade de ouro* (\*), redigidos ambos por dous portuguezes, exaltavão essas idéas e de alguma fórma disfarçavão a verdadeira opinião publica. Pernambuco, pelos seus precedentes, dava já a mais solida garantia da sua união com o Rio de Janeiro. Era ella necessaria para comprimir a Bahia pela sua direita e desaffrontar ás outras provincias maritimas pela sua esquerda.

Pouco ou nada se sabia no Rio de Janeiro do estado em que se achava Pernambuco e quaes erão as suas opiniões naquella actualidade. Contava-se, porém, com os seus horrozos precedentes, quando na noite do dia 13 de Janeiro, o Principe, tomando assento na tribuna do theatro, deixava ver no seu semblante que alguma cousa o preocupava e affligia. Poucos minutos depois appareceu no camarote dos influentes da situação o guarda-roupa João Maria Berquó (que depois foi Marquez de Cantagallo) que de ordem do Principe vinha trazer um pequeno periodico impresso em Pernambuco, em typos de pão, intitulado *Cega-rega*. Berquó exprimió o desalento em que o Principe estava com a noticia que se lia naquelle periodico. Era ella que no Recife havia desembarcado um batalhão procedente de Lisboa, e que os pernambucanos havião recebido aquella tropa com a mesma alegria com que se recebem irmãos, que regressão depois de longa ausencia. Em Pernambuco já havia um outro batalhão lusitano commandado por José Maria de Moura, portuguez, commandante da força armada.

Mandou-se dizer ao Principe que aquella noticia não tinha importancia, e que se darião as providencias para precaver ás eventualidades, e que em todo o caso seria injustiça em negocios de honra o não contar-se com os pernambucanos. O Principe pareceu reanimar-se com esta resposta.

Depois do espectáculo houve uma reunião na rua do Conde em casa de Luiz de Menezes Vasconcellos de Drummond e alli se decidio que fosse um delles a Pernambuco, affim de sondar o estado do espirito publico e explicar as vistas e intenções das tres provincias colligadas, Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas. Passando-se á votação reobio esta em Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond, que se achava presente, e era o mais moço entre todos os da reunião. Este aceitou o encargo com a declaração de que as despesas de ida e volta correrião por sua

conta, e que não receberia por esse serviço subsidio e nem recompensa alguma pecuniaria. De tudo deu-se parte ao Principe no dia seguinte. O acontecimento dos dias anteriores não permitirão dar maior desenvolvimento a este negocio; mas quando chegou José Bonifacio no dia 17 já o enviado estava portanto para partir e só lhe faltava que o navio que o devia conduzir pudesse fazer-se de vella. Era o brigue francez *Perola*, que ia em lastro carregar para o porto do Havre. O Sr. Drummond estava munido de um passaporte para a França, com escala por Pernambuco, e de um despacho circular do encarregado de negocios da Grã-Bretanha, o Sr. Chamberlin, dirigido a todos os consules e commandantes de navios de guerra de sua nação, pedindo que dessem todo o auxilio e protecção de que necessitasse o portador, que era individualmente mencionado no referido despacho circular. A demora do brigue *Perola* foi vantajoso, porque deu tempo a que houvesse intelligencia verbal entre José Bonifacio e Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond, sobre o importante negocio de que se tratava.

O brigue *Perola* largou do porto do Rio de Janeiro para o de Pernambuco no dia 1 de Fevereiro e alli foi fundear no dia 14 do mesmo mez.

#### VIRTUDES CIVICAS.—CHEGADA E RECEPÇÃO DAS DEPUTAÇÕES DE S. PAULO A FELICITAR O PRINCIPE PELA RESISTENCIA AOS DECRETOS DE 29 DE SETEMBRO DE 1821.

A entrada de José Bonifacio no ministerio foi de effeito vantajoso para a causa publica pela actividade que desenvolveu, e a tal ponto que o deputado Borges Carneiro, no congresso de Lisboa, censurando os desacertos e lentidão do seu governo, trouxe por exemplo em sentido contrario o que se estava fazendo no Rio de Janeiro. «Alli um só homem, disse na tribuna o orador, José Bonifacio de Andrade e Silva, com a energia do seu caracter improvisa forças de mar e terra, acha recursos em abundancia, e nos põe pela porta fóra com a maior sem cerimonia possivel. Nós aqui gastamos o tempo em fallar e não fazemos se não registrar as desfeitas que vamos recebendo do Brasil.» (\*) Taes elogios, feitos por um adversario erão bem merecidos. O Rio de Janeiro parecia electrificado, com poucas excepções, nunca se via nelle tanto desinteresse e tanta abnegação. Ninguém cuidava senão do triumpho da causa publica. A receita do Estado não era grande, porque estava reduzida ao rendimento da provincia do Rio de Janeiro, e esta diminuindo pelas circumstancias do tempo; mas tal era a ordem, a boa arrecadação e limpeza de mãos dos empregados publicos que chegava para tudo naquella época, em que só a honra e o merito erão attendidos. Comparem-se esses tempos com os que atravessamos, confrontem-se os homens da independencia com os que de certa época para cá têm dominado o Brasil, que se verá, com limitadas excepções, que nos primeiros tempos de nossa emancipação politica os

(\*) O *Semanario* era redigido pelo Maya, e a *Idade de Ouro* por Ignacio José de Macedo, frade franciscano e bom orador. Este frade foi caixeiro de uma taberna em S. Gonzalo dos Campos da Cachoeira, depois donato e por fim ordenou-se frade no convento de S. Francisco da Bahia, e se tornou por seus talentos um homem notavel. Foi depois da independencia do Brasil para Portugal, sendo já pregador regio, e alli abbade de S. Nicoláo da cidade do Porto e redactor do *Velho Liberal do Douro*.

(\*) Agora nos acontece quasi o mesmo. Gasta-se o tempo precioso dos 4 mezes legislativos com discursos de 3 e 4 horas, que ninguem attende, para pouco fazer-se.

homens servião a patria pelo amor da patria, e hoje servem a patria para enriquecerem a si e aos seus até a ultima ramificação da familia, á custa dos sacrificios della!

No dia 26 de Janeiro José Bonifácio e outros membros da deputação que a provincia de S. Paulo enviou para comprimentar o Principe Regente e explicar a sua opinião sobre os decretos de 29 de Setembro de 1821. Eis como a *Gazeta do Rio* (n. 13 de 29 de Janeiro) conta este facto: «Chegarão com effeito a esta corte os deputados do governo provisório, clero, e camara da capital de S. Paulo, que erão anciosamente desejados pelos habitantes desta cidade e provincia como já subedores do importante objecto de tão gloriosa missão, em tudo conforme com os seus desejos e sentimentos publico, e solemnemente manifestados no dia 9 do corrente; e conquanto Sua Alteza Real desejasse admitir o mais depressa possível á sua presença aquellas deputações, uma razão de conveniencia persuadio que o dia 26 de Janeiro era o mais adquado para aquelle fim. Tinha sido aquelle dia feito notavel nos annaes de nossa historia pela installação das cortes geraes da nação e restauração dos direitos politicos e individuaes de todos os portuguezes, e por isso os representantes de uma grande provincia manifestassem o racional caso que pretendião fazer dos seus direitos na representação que se propunhão levar ao conhecimento do soberano congresso, naquelle mesmo dia, em que, pela sua installação, lhe forão reaquistados esses naturaes direitos, ha tanto tempo coarctados ou supprimidos.

Naquelle dia, pois, pelas 11 horas e meia da manhã, se congregarão os deputados, pelo governo, clero, camara e povo da cidade e provincia, na casa da residencia (\*) do Illm. e Exm. Sr. ministro e secretario de estado dos negocios do Brasil José Bonifácio de Andrada e Silva, que era um delles, onde igualmente se reunirão todos os paulistas, que presentemente se achavão nesta cidade, para acompanharem a deputação da sua provincia. Pouco depois alli concorreu o Illm. senado da camara desta corte, e grande quantidade de distinctos magistrados, que no seu acompanhamento quizerão mostrar o particular obsequio que rendião áquella provincia nas pessoas de seus deputados. Ao meio-dia sahio a deputação a pé, formando um como prestito ou procissão desde o largo de S. Francisco de Paula, rua do Ouvidor, até ao paço. Marchava adiante um piquete de cavallaria, para abrir campo, tanto era o povo que se achava apinhado pelas ruas por onde tinha de transitar a deputação! As janelas estavam adornadas com cortinas de seda, e riquissimas cobertas do mesmo estoffo, e algumas preparadas com muita elegancia e particular gosto, e todas ellas guarnecidas de quantidade immensa de espectadores de ambos os sexos, o que concorria para fazer mais brilhante aquella passagem.

Chegada que foi ao paço, onde tudo se achava de grande gala, sendo introduzida a deputação para a sala da audiencia, abi entregarão os deputados as suas representações ao ministro o secretario de estado dos negocios do reino, e este a Sua Alteza Real, a quem pediu vénia para ler um discurso relativo ao objecto da sua missão, o que fez com tanta

maior energia, quanta era a certeza anticipada em que estava da aquiescencia de Sua Alteza Real aos fundamentos da justificada súpplica daquella provincia, por serem os mesmos que no dia 9 do corrente servirão de base a igual representação do senado e povo desta capital, e que havião merecido a resposta que se fez publica pelo termo da vercação desse dia.

#### REPRESENTAÇÃO DE S. PAULO

« Senhor. — O governo, camara, clero e povo de S. Paulo, que aqui nos envião como seus deputados, de cujos sentimentos e firme resolução temos a honra de ser o órgão perante V. A. Real, impacientes de continuar a soffrer tantos velhos abusos, e o acrescimo de outros novos, introduzidos pela impericia, pela má fé e pelo crime, applaudirão com enbustiasmo as primeiras tentativas e os nobres effeitos de seus irmãos da Europa a bem da regeneração politica do vasto Imperio Lusitano; mitigarão, porém, o seu ardor e confiança logo que reflectirão com madureza e sangue-frio no manifesto das cortes ás nações estrangeiras, em que, deplorando-se o estado de miseria e de pobreza em que se achava Portugal, indicava-se rebusadamente, como medida necessaria, o restabelecimento do antigo commercio exclusivo colonial, origem fecunda das desgraças e do longo abatimento em que jazera o reino do Brasil.

« Examinarão depois as bases da constituição da monarchia portuguez, e as approvárão e jurarão como principios incontestaveis de direito publico universal; mas o projecto da nova constituição politica, então ainda não debatido e convertido em lei, projecto em muita parte mal pensado e injusto, em que se pretendia condemnar astuciosamente o Brasil a ser outra vez colonia, e a representar o papel de objecto escravo, cuja administração era confiada a tutores egoistas e avaros, só responsaveis ás cortes e ao governo de Lisboa, entranhou no fundo de sua alma novas duvidas, e lhes excitou novos temores e desconfianças.

« Enfim apparecerão na *Gazeta Extraordinaria* do Rio de Janeiro de 11 de Dezembro passado os dous decretos de 29 de Setembro; então rasgou-se de todo o véo e appareceu a terrivel realdade. O governo, camara, clero e povo de S. Paulo estremeceram de horror e ardeu de raiva.

« Moderado, porém, o maior impeto da sua indignação, e havendo reassumido a razão os seus direitos, os homens sensatos procederão a analysar friamente o primeiro decreto provisório, que organisa a forma e attribuições dos governos provinciaes do Brasil, começando pelo exame da genuina intelligencia destas duas palavras — decreto provisório — e acharão que só podia ser uma determinação temporaria, exigida pela lei imperiosa da necessidade.

« Applicando, pois, a urgencia de um tal decreto ás circumstancias actuaes das differentes provincias do reino do Brasil, reconhecerão-n'o á primeira vista inteiramente superfluo por estarem quasi todas regidas por governos que o povo legalmente havia creado, usando dos direitos inalienaveis que lhes competem como homens e como cidadãos livres.

« O uso destes direitos só podia modificar-se pela publicação de uma constituição, fruto da sabedoria e vontade geral dos representantes de todas as provincias portuguezas reunidos em cortes. Fundados nestes direitos imprescriptiveis e inalienaveis, legitimarão ás cortes de Lisboa pelo seu decreto de 18 de Abril do anno passado os governos provisórios creados nas diversas provincias do Brasil, e declararão benemeritos da patria os que premeditirão, desenvolverão e executarão a regeneração politica da nação.

« E como agora ousa o decreto de 29 de Setembro annullar a doutrina estabelecida no decreto de 18 de Abril? Se o novo decreto era talvez necessario para alguma das

(\*) Travessa de S. Francisco de Paula n. 12.

provincias do Brasil, que estivesse em desordem e anarchia, só a esta poderia ser applicado e por ella acellado.

« Os cidadãos sensatos e livres da minha provincia passarão depois a examinar se um tal decreto era justo, e conforme com as bases da constituição por elles approvadas e juradas, e o resultado deste exame foi o pleno conhecimento da sua clara e manifesta anti-constitucionalidade, porque se estas mesmas bases, bem que principios de direito publico universal, não podião obrigar os brasileiros enquanto pelos seus legitimos deputados as não adoptassem e jurassem; muito menos os podião obrigar regras e determinações de direito publico particular, sem o exame e approvação de seus representantes.

« Considerarão, finalmente, o referido decreto pelo lado da sua utilidade, e virão o que todo o portuguez sem espirito de prevenção e de partido, e só com a mira no bem da ordem, da união e felicidade geral de toda a nação portugueza, devia necessariamente ver, isto é, a desmembração do reino do Brasil em porções desatadas e rivaes, sem nexo e sem centro commum de força e unidade; virão um governador das armas sujeito e responsavel ao só governo de Lisboa, com todas as attribuições despoticas dos antigos capitães-generaes, e sómente privado deste nome: virão governos provinciaes, a quem apparentemente se dava toda a jurisdicção na parte civil, economica, administrativa e policial, mas destituídos verdadeiramente dos instrumentos que os podião habilitar para o effectivo desempenho de suas obrigações; virão juntas de fazenda regidas ainda agora pelas absurdas leis antigas das suas creações, cujos defeitos já estavam manifestos pela experiencia de longos annos, e seus membros collectiva e individualmente responsaveis sómente ás côrtes e o governo de Lisboa; virão magistrados independentes e anarchicos pela falta de um tribunal supremo de justiça, que conheça, e julgue seus crimes e prevaricações, e os povos, depois de acostumados por 13 annos a recursos mais promptos, reduzidos hoje pela extincção premeditada de todos os tribunaes do Rio de Janeiro a irem, como vis colonos, soffrer as delongas e traçaças dos de Lisboa, defraudados por um rasgo de penna de uma autoridade benéfica e tutelar, que suspenda seus ais e enxugue suas lagrimas, despachando e punindo sem demora; virão, em uma palavra, quatro forças entre si independentes, de cuja luta, e opposição infallivel e necessaria, devem seguir-se desordens, roubos, anarchia e guerra civil, pois que o governo de Lisboa e as côrtes, a 2.000 leguas de distancia, nunca jámais poderão reprimilas e obvia-las; virão, finalmente, o accrescimento de despesas inuteis, e o caruncho do velho despotismo creando por toda a circumferencia a nova arvore constitucional até seu amago.

« Que horribéis calamidades, pois, nos presagiava e promettia uma tão absurda forma de governo! A que deploraveis destinos não estava condemnado o bello, rico e vasto Imperio do Brasil!

« Passou-se depois ao exame do segundo decreto da mesma data, pelo qual V. A. Real, unico pai commum que nos restava, devia ser arrancado do seio da grande familia brasileira, afim de viajar incognito, como assoalhão pela Hespanha, França e Inglaterra.

« No primeiro decreto vimos lavrada a sentença da anarchia e escravidão do Brasil; no segundo, vemos a execução da terrivel sentença, vemos a perfidia com que o Brasil é atraído, e por fim a deshonra e ignominia com que V. A. Real é tratado: no primeiro vimos espoliado o Brasil da cathogoria de reino; no segundo vêmo-lo reduzido ao misero estado de orphandade.

« Roubou-se pelo primeiro decreto a V. A. Real a lugar tonencia que seu augusto pai lhe havia copferido; no segundo se diz que a residencia de V. A. Real é neccessaria nesta côrte e até indecorosa! Robou-se-lhe o governo deste reino que lhe era devido, e deste roubo impolitico e contrario aos mais caros interesses do Brasil e até de Portugal, deduzirão a neccesidade do seu regresso.

« Que artificio miseravel e grosseiro! Quão curtos em

adivinhar o futuro são os os autores de tão desvairada politica! Como se illudem os deslumbrados, que adquirirão nas côrtes uma pequena maioria de votos, se esperão levar ao cabo seus projectos!

« Quando Portugal, em 1580, ou vendido pela traição de algum de seus mios filhos, ou conquistado pelas armas hespanholas, dobrou, mal grado seu, a honrada cerviz ao jugo do novo Nero do sul Felipe II, entrando em sua nova conquista, teve todavia a prudencia ou a politica de ratificar as capitulações, que havia de antemão enviado aos governadores do reino depois da morte do cardinal-rei, sendo uma dellas que o vice-rei de Portugal seria portuguez, salvo se elle nomeasse para este lugar um principe de sangue real, e para contentar ainda mais os portuguezes prometteu o mesmo Felipe II residir em Portugal o mais largo tempo possível.

« Portugal, conquistado e vergado sob o peso de duos ferros, conserva contudo um governo central, de que dependem todas as suas provincias; e o Brasil, livre, e só criminoso talvez por haver singelamente o sem reserva associado seu destino aos destinos de seus irmãos da Europa, vê-se agora despedaçado em porções desatadas e privado de um centro commum de força e de unidade, sem se esperarem nem serem ouvidos os seus deputados, porque a estes, quando lá chegarem, só se deixa por escarneo a pueril tarefa de approvarem ou não a extincção das ordenanças!

« Quando em 1807 o augusto pai de V. A. Real se retirou para o Brasil deixou em Lisboa uma regencia, e os europeus, ainda não contentes com este governo central, pedirão a Sua Magestade que ao menos lhes enviasse a V. A. Real para chefe daquella regencia. A traição e a perfidia roubarão-nos o primeiro, e o decreto das côrtes quer ainda roubar-nos o segundo: recusão os de Portugal a seus irmãos do Brasil a posse de um bem, cuja perda não podião supportar.

« Que egoismo inaudito, que comportamento! Sua má politica chega a tanto, que não temem sacrificar a maior parte da nação, e toda a augusta familia de Bragança, aos acasos provaveis de se renovarem as tristes circumstancias de 1807.

« O pequeno reino de Irlanda, apenas separado da Grã-Bretanha por um estreito braço de mar, conserva todavia um governo geral, com todas as attribuições do poder executivo; o mesmo acontece ao diminuto reino de Hannover, governado actualmente por um irmão de George IV, e o mesmo vemos nos reinos da Bohemia e da Hungria, cujo monarcha é o augusto sogro de V. A. Real.

« Como, pois, pôde vir á cabeça de algum pretender que o vasto e riquissimo reino do Brasil fique sem um representante do poder executivo, e sem uma mola central de energia e direcção geral? Que absurdos em politica e que falta de generosidade.

« Emfim, terminou o povo de S. Paulo o exame do segundo decreto, com a analyse dos motivos com que se pretende justificar a retirada de V. A. Real, e estremeceu de horror com a só idéa de que talvez tivesse de ver o Principe hereditario da corôa e regento deste reino, a unica esperança da serenissima casa de Bragança, viajando incognito por uma circumscripta parte da Europa, como uma criança rodeada deaios e de espias; porém elle está capacitado, augusto Senhor, que a neccesidade da sua supposta viagem é um grosseiro estratagemma, com que se pretende cobonestar o medo que se lhe tem e a violencia que se lhe faz.

« Quando este paiz foi esbulhado do benéfico fundador do Imperio brasileiro, do Sr. D. João VI, nosso rei constitucional, os menos perpicazes em politica virão no seu regresso para Portugal o complemento dos projectos que alguns facciosos tinham de antemão secretamente urdido para o conservarem debaixo do jugo e melhor o escravizarem, e desde então previrão a prisão honesta que o guardava: hoje que V. A. Real é chamado, com o frivolo pretexto de viajar para instruir-se, crê o governo, a camara, o clero e o povo de S. Paulo, que igual destino aguardava a V. A. Real, pois os conjurados, que abusarão

da boa fé do soberano congresso, nunca lhe podião tributar o menor amor e respeito.

« A' vista, pois, da serie de males e desgraças que ameaça o bem geral do Brasil, a constituição futura da monarchia, e a mesma independencia e prosperidade do resto do reino unido, o governo, camara, clero e povo de S. Paulo, em nome de todos os paulistas, em nome de todos os brasileiros que ainda conservão algum brio e honra, em nome de todos os verdadeiros portuguezes de ambos os mundos, vêm rogar pela presente deputação a V. A. Real a execução de tão arbitrarios e anti-constitucionaes decretos; deste modo desvanecerá projectos com que pretendem alguns facciosos arruinar a obra da nossa commun felicidade e santa constituição, por que todos conspiramos.

« Sim, augusto Senhor, que motivos ponderosos deverião conduzi-lo a Portugal? O amor da patria? Para um Principe todos os seus Estados são patria; demais este amor, bem ou mal entendido, pelo torrão em que nascemos tambem deve fallar no coração de seus augustos filhos, nossos compatriotas, que em tão criticas circumstancias não devem abandonar o seu Brasil. Seria porventura o desejo de tornar a abraçar seu augusto pai?

« Os abraços e carinhos de seus filhos e de uma terna, e virtuosa esposa indemnisa-lo-hão dos abraços paternos, e sendo para os paulistas indubitavel que Sua Magestade fôra forçado a chama-lo para Portugal, desobedecer a taes ordens é um verdadeiro acto de obediencia filial.

« Seria acaso a felicidade de seus subditos da Europa? Quem mais della precisa que os habitantes do seu Brasil? Serião os interesses futuros de sua augusta familia? Estes mesmos requerem imperiosamente que V. A. Real conserve para a serenissima casa de Bragança o vasto, fértil e grandioso reino do Brasil.

« Eis o que lhe aconselha a razão, o dever e a politica; se, porém, V. A. Real, apesar de tudo, estivesse, como já não cremos, pelos deslumbrados e anti-constitucionaes decretos de 29 de Setembro, além de perder para o mundo, o que não era possível, a dignidade de homem livre e de Principe, teria tambem de responder perante o tribunal da divindade pelos rios de sangue, que irião ensopar sua ausencia nossos campos e montanhas; porquo, quebrados de uma vez os prestígios da ignorancia e da escravidão antiga, os honrados portuguezes do Brasil, e mórmente os paulistas, e todos seus netos e filhos, que habitão a populosa e rica provincia de Minas-Geraes, o Rio-Grande do Sul, Goyaz e Mato-Grosso, escudados na justiça da sua causa, e seguros na sua união, força e riqueza, quaes tigras esfaimados, tomarião vingança crua da perfidia desse punhado de inimigos da ordem e da justiça, que, vendidos a politica occulta de gabinetes estrangeiros e allucinando as côrtes, pretendêrão fazer a sua e a nossa infelicidade; e esta vingança faria época na historia do universo.

« Mas nós declaramos perante os homens e perante Deos, com solemne juramento, que não queremos nem desejamos separar-nos de nossos caros irmãos de Portugal; queremos ser irmãos e irmãos inteiros, e não seus escravos, e esperamos que o soberano congresso, desprezando projectos insensatos e desorganizadores, e pensando seriamente no que convem a toda a nação portugueza, ponha as cousas no pé da justiça e da igualdade, e queira para nós o que os portuguezes da Europa queirão para si.

« Então, removidas todas as causas de desconfiança e descontentamento, reinará outra vez a paz e a concordia fraternal entre o Brasil e Portugal.

« Seja, pois, V. A. Real o anjo tutelar de ambos os mundos; arrede com a sua sabedoria, força, decisão e franqueza, desprezando todos os remedios palliativos, que não curão, mas matão o enfermo, para sempre o quadro funebre das iminentes calamidades que ameaça o vasto Imperio lusitano; confie-se corajosamente no amor, ternura e fidelidade dos portuguezes do Brasil, e mórmente dos seus brãos paulistas, que pelo nosso orgão offere-

cem seus corações para abrigo de V. A. Real, seus corpos para escudo e seus fortes braços para sua defesa; que por nós, finalmente, jurão verter a ultima gota de seu sangue, e sacrificar todos os bens para não verem arrancado do Brasil o seu Principe idolatrado, em quem tem posto todas as esperanças da sua verdadeira felicidade e da sua honra e brio nacional.

« Digne-se, pois, V. A. Real, acolhendo benigno as supplicas de seus fieis paulistas, declarar francamente á face do universo que não lhe é licito obedecer aos decretos ultimos, para felicidade não só do reino do Brasil, mas de todo o reino unido; que vai logo castigar os rebeldes, e perturbadores da ordem e do socego publico; que para reunir todas as provincias em um centro commun de união e de interesses reciprocos, convocará uma junta de procuradores geraes ou representantes, legalmente nomeados pelos eleitores de parochia, juntos em cada comarca, para que nestá côrte e perante V. A. Real o aconselhem e advoguem a causa das suas respectivas provincias, podendo ser revogado seus poderes e nomeados outros, se se não comportarem conforme as vistas e desejos das mesmas provincias; e parece-nos, augusto Senhor, que hastará por ora que as provincias grandes do Brasil enviem dous deputados e as pequenas um.

Deste modo, além dos representantes nas côrtes geraes, que advoguem e defendão os direitos da nação em geral, haverá no Rio de Janeiro uma deputação brasileira que aconselhe, e faça tomar aquellas medidas urgentes e necessarias a bem do Brasil, e de cada uma de suas provincias, e que não podem esperar por decisões longiquas e demoradas.

« Então nós, mensageiros de tão feliz noticia, iremos derramar o prazer e o jubilo nos corações desassocegados dos nossos honrados e leaes palreiros.

« Numem faveto!

« O céu nos ha de ajudar!

« José Bonifacio de Andrada e Silva. — Antonio Leite Pereira da Gama Lobo, deputados pelo governo e camara. — José Arouche de Toledo Rondon, deputado pela camara. — O padre Alexandre Gomes de Azevedo, deputado pelo clero. »

« Senhor. — O bispo de S. Paulo, e cabido da sua Sé, e o clero do seu bispado, pelo seu procurador o padre Alexandre Gomes de Azevedo, vigario collado da freguezia de Mboy daquelle bispado, com a maior submissão e respeito se apresenta na real presença de V. A. Real depois de offerecer a Deos as supplicas, e orações pela saúde e felicidade de V. A. Real, da augusta Sra. Princesa Real e de toda a augusta real familia.

« Senhor, foi para nós, e para todo o povo de S. Paulo e de todo o Brasil, como uma seta que atravessou os nossos corações, o decreto das côrtes geraes de Portugal, que manda que V. A. Real seja recolhido á Lisboa, deixando-nos orphãos sem pai.

« Este decreto tão longe está de fazer a felicidade dos povos a que se devem dirigir todas as leis, que só serve de fazer a sua infelicidade, e fomentar desordens e partidos, que infallivelmente se hão de seguir da ausencia de V. A. Real, apartando-se deste continente do Brasil. Pensão muito mal as côrtes se julgo querer reduzir o reino do Brasil a uma provincia, captiva de Lisboa, para elles dominarem com um poder despotico e servil.

« Pretendem iludir a Vossa Alteza, com o pretexto de ir viajar pelos reinos de Castella, França e Inglaterra; este intento não é senão affirm de terem a Vossa Alteza Real como captivo se se apartar do Brasil para Lisboa. V. A. Real é um Principe religioso e de alta contemplação; não tem necessidade de viajar nos reinos estrangeiros; no seu reino e dominios tem muito que observar viajando nelles.

« Não se aparte Vossa Alteza do reino do Brasil, onde todos os brasileiros estimão, amão e reverencião a Vossa Alteza, sobretudo os honrados paulistas: todos elles, eu e o meu clero, estamos promptos a dar a vida por V. A. Real e pela real familia.

« V. A. Real em consciencia deve ficar neste reino do Bra-



sil, governando, para evitar as consequências funestas que da ausência de V. A. Real infallivelmente se hão de seguir, pois os brasileiros são honrados e estão com os olhos muito abertos para ver o que lhes convém; se V. A. Real seguir o que pretendem as côrtes ha de se arrepender e sem remédio. Siga V. A. Real o dito de Cesar, que dizia—que valia mais ser o primeiro em uma aldea que o segundo em Roma.

e Regamos, pois, a V. A. Real que, para bem seu e nosso, satisfaça ás nossas supplicas tão bem fundadas na religião, que também padecerá da ausência de um Príncipe tão religioso, e formado conforme o coração de Deos, segundo se explicão as Sagradas Escripturas; não nos deixe Vossa Alteza orphãos, sujeitos a tantos infortunios.

a Governe V. A. Real este reino do Brasil com aquella mesma caridade, prudencia e sabedoria, com que até agora tem governado e attrahido os corações deste povo brasileiro, e o povo de Portugal se contente com a presença de S. M. Fidelissima, que é de superabundancia, pois elles antes, segundo dizão, se contentarão só com a presença de uma pessoa real.

e Deos guarde a V. A. Real, á augusta Sra. Princesa Real e a toda a augusta real familia, por muitos e dilatados annos. S. Paulo, 1.º de Janeiro de 1822. De V. A. Real o mais humilde subdito.—Matheus, bispo.—Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade, provisor e vigário-geral do bispado.—Antonio Joaquim de Abreu Pereira, chantre da Sé. »

(Seguem-se diversas assignaturas.)

e Senhor.—Se é indubitavel que a nação portugueza por seus feitos immortaes tem sido em todas as épocas considerada como uma nação de heróes; se é certo que nenhum povo da terra lhe pôde disputar virtudes sublimes, que tanto a ennobrecem, taes como a adheção e fidelidade a seus reis, enthusiasmo pela gloria e patriotismo exaltado, também é incontestavel que ella é sempre a mesma, que os mesmos sentimentos a animão, quer habite um ou outro hemispherio. A historia do Brasil attesta esta verdade.

e As heroicas proezas dos pernambucanos por espaço de sete annos contra seus tyrannos invasores, os hollandezes; os gloriosos e felizes esforços dos bahianos, fluminenses e outros povos, repellindo por vezes aggressões estrangeiras, são exemplos que annos evidencião quanto os portuguezes nascidos no Brasil prezirão sempre a sua independencia, ainda quando agnibados pelo barbaro despotismo.

e Era impossivel, pois, real Senhor, que os brasileiros de hoje, herdeiros dos nobres sentimentos e valor de seus antepassados, e illustrados pelas luzes do seculo, não vivessem possuidos do amor da gloria, e cada vez mais inflamados no desejo de ver livre e independente o seu paiz natal; era impossivel que depois de tão lisongueiras esperanças de uma melhor sorte elles não tremessem agora de horror e indignação, prevendo desde ja o medonho futuro que os ameaça se se realizarem os planos de escravidão que lhe preparão os portuguezes da Europa.

e Com effeito o generoso Brasil, que tão francamente se presta a fazer causa commun com Portugal, vendo illudida a sua boa fé e ultrajado o seu decoro nacional, reconhece hoje o seu erro, e á vista de procedimentos nunca esperados parece fazer amadorado, podendo apenas acreditar tão absurdas disposições a seu respeito.

e Os paulistas, porém, não podendo por mais tempo disfarçar seu justissimo resentimento, são os primeiros que ousão levantar sua voz e protestar contra actos inconstitucionaes, com que se pretende illudir e escravizar um povo livre, cujo crime é haver dado demasiado credito a vãs promessas e doces palavras. Desnecessario seria narrar aqui por extenso todas as causas de nosso descontentamento; V. A. Real bem as conhece.

e Sim, real Senhor, parece que um destino fatal pugna por arrastar ás bordas do precipício a esses mesmos portuguezes, que, na sua regeneração politica attrahirão sobre si a admiração do mundo.

e Depois de haverem conseguido o principal objecto do seu plano, o arrancar do Brasil o precioso deposito que o céo lhe confiara em 1808; depois de haverem recebido dos brasileiros as mais decisivas provas de uma confraternidade sem igual, mudirão inteiramente de tom a respeito destes mesmos sinceros brasileiros, a cuja indiscreta cooperação devem em grande parte o feliz resultado de sua perigosissima empreza.

e Os representantes do Portugal, sem esperarem pelos do Brasil, começaram a discutir um projecto de constituição, que devia ser commun a ambos os reinos, projecto em que, a cada pagina, se descobria machavelismo, com que, com douradas cadêas, se intenta escravizar este riquissimo paiz e reduzi-lo á mera colonia.

e Os representantes do Portugal, depois de haverem pelo art. 21 das bases reconhecido o direito, que só competia aos representantes do Brasil, de fazer a lei para seu paiz, repentinamente se arrogão esse mesmo direito, e começaram a legislar sobre os mais sagrados interesses de todo o Brasil; elles

lhe precreverão governos provinciaes, organizados de tal maneira, que só parecem destinados de proposito para enfraquecer-nos, dividir-nos em partidos e desgastar as provincias, afim de melhor imperarem sobre cada uma.

e Elles nos têm enviado tropas, sob pretextos especiosos, sem que houvesse inimigos externos a combater ou dissensões intestinas a soffocar. Mas que homem ha tão estúpido, que não penetre o verdadeiro fim de taes expedições?

e Os brasileiros, real Senhor, estão persuadidos de que é por meio de bayonetas que se pretende dar a lei neste reino; muito se enganão de certo os seus inimigos, que intertão pôr em pratica tão erradã politica: o Brasil conhece perfeitamente, toda a extensão de seus recursos.

e A noticia da extinção dos tribunaes do Rio de Janeiro, a da retirada dos vasos de guerra e os decretos de 29 de Setembro, vierão pôr o cumulo á nossa desesperação. Ordenão que V. A. Real vá quanto antes para Portugal, deixando o reino do Brasil sem outro commun de governo e união, e tornando-o dependente de Lisboa em todas as suas relações e negocios, qual vil colonia sem contemplação.

e Esta medida, a mais impolitica que o espirito humano podia dictar, tomada sem se consultar os representantes do Brasil, é o maior insulto que se podia fazer a seus habitantes, e sua execução, nós o ousamos dizer, será o primeiro signal da desunião e da discordia, será o principio das desgraças incalculaveis que têm de arruinar a ambos os reinos. A ameaçadora perspectiva de tantos males convenceu os habitantes desta capital da necessidade de se reunirem para obrarem de commun accordo, e tratarem das medidas que as circumstancias exigem a bem da patria.

e A camara e os cidadãos abaixo-assignados, persuadidos de que da resolução de V. A. Real dependem os destinos deste reino, resolvêrão enviar á augusta presença de V. A. Real uma deputação, composta de tres cidadãos, o conselheiro José Bonifacio de Andrada e Silva, o coronel Antonio Leite Pereira da Gama Lobo e o marechal José Arouche de Toledo Rendon, cujo objecto é representar a V. A. Real as terriveis consequências que necessariamente se devem seguir de sua ausencia, e rogar-lhe haja de differir seu embarque até nova resolução de congresso nacional, pois é de esperar que elle, melhor illustrado sobre os reciprocos e verdadeiros interesses dos dous reinos, decreto outro systema de união, fundado sobre bases mais justas e razoaveis, a principal das quaes será certamente a conservação de V. A. Real neste reino, sem a qual jámais os brasileiros consentirão em uma união ephemera.

e A deputação terá a honra de expressar a V. A. Real os puros sentimentos de seus paulistas e a firme resolução em que se achão de preferirem a morte á escravidão, de não pouparem sacrificios até esgotarem a ultima pinga de seu sangue para sustentarem seus direitos.

e Praza aos céos que V. A. Real, cheio de prudencia e sabedoria, annos aos nossos votos, pois de outra sorte rios de sangue têm de inundar este bello paiz, que de certo não merece a sorte que lhe pretendem destinar.

e A augusta pessoa de V. A. Real guarde Deos muitos annos, como havemos mister. S. Paulo, em vereação de 31 de Dezembro de 1821. — O ouvidor interino José da Costa Carvalho. »

(Seguem-se outras assignaturas.)

#### PRELUDIOS PARA A GUERRA DO MADEIRA

Ignacio Accioli (\*) nas suas interessantes *Memoorias Historicas da Bahia*, resumindo os acontecimentos do fim do anno de 1821 e principio do de 1822, diz que no dia 3 de Dezembro de 1821 teve lugar a eleição para os deputados ás côrtes de

(\*) Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva, filho do desembargador Miguel Joaquim de Cerqueira e Silva, nasceu em Coimbra em 1808, onde seu pai casou, sendo estudante na universidade. Ignacio Accioli tambem frequentou aquella universidade, e não se formou; porém exercia o emprego de advogado, porque, tendo quasi todo o curso de direito, era proficiente na legislação. Deu-se aos estudos historicos logo nos primeiros annos da sua existencia, e publicou em 1833 a sua *Chorographia Paraense*, em 1835 as *Memorias Historicas da Bahia*, e outras obras que tantos creditos lhe derão. Por muito tempo gozou na Bahia de uma bella posição; porém diversas circumstancias, indo de encontro a seus interesses, empobrecceu a tal ponto, que em 1853, já além de pobrissimo, com a saude

Lisboa, faltando apenas as listas de Jacobina, e recheio a escolha em pessoas dignas do cargo que se lhes confiou, quaes o litterato Francisco Agostinho Gomes, José Lino Coutinho, Pedro Rodrigues Bandeira, Cypriano José Barata de Almeida, Domingos Borges de Barros, Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França, Alexandre Gomes Ferrão e o vigário Marcos Antonio de Souza, sendo supplentes o desembargador Christovão Pedro de Moraes Sarmento, Ignacio Francisco Silveira da Motta e Francisco Elias da Silveira; mas já a este tempo os destemperos de alguns actos daquellas côrtes haviam dado origem a irritação dos animos no Brasil produzindo a idéa de rivalidades entre brasileiros e portuguezes, (\*) mais augmentada ainda pelo comportamento irreflectido de muitos destes, a quem a junta prestava especial protecção, e foi consequencia disto a tentativa bastante temeraria de 3 de Novembro. Desde o 1.º daquelle mez tinham apparecido em differentes partes, e principalmente nos aquartelamentos, proclamações concitando a tropa e povo a expulsarem a junta governativa (\*\*), e esta fez logo recolher no dia seguinte a mesma tropa em seus quartéis, conservando-se ella toda essa noite em palacio: no dia seguinte pelas 11 horas do dia um grupo de militares e paisanos, entre os quaes se notavão os tenentes-coroneis José Egydio Gordilho de Barbuda e Felisberto Gomes Caldeira, os majores Antonio Maria da Silva Torres, José Gabriel da Silva Daltro, Francisco da Costa Branco, José Eloy Pessoa da Silva, os capitães José Antonio da Fonseca Machado, João Antonio Maria, o cadete João Primo, o Dr. José Avellino Barbosa e Philippe Justiniano da Costa Ferreira, se dirigio á praça do Palacio, subindo pela ladeira da Praça, dando vivas á constituição, ás côrtes e ao novo governo, e gritando *abaixo o actual*.

Chegados á sobredita praça, e approximando se á guarda principal, redobrarão os mesmos vivas, ao ouvirem que daquella guarda se davão outros ao governo existente, e o coronel ajudante d'ordens da semana, Salvador Pereira da Costa, que das janelas do palacio tinha presenciado semelhante movimento desceu á porta do mesmo palacio, repreh-

den o commandante da mencionada guarda, e mais pessoas que se mostravão dilectas ao governo: seguirão logo os conspirados para a casa da camara e encontrando nesta o celebrado procurador Joaquim José da Silva Maia, que então redigia o *Semanario Civico*, o obrigarão a apresentar nas janellas da mesma casa o estandarte municipal.

A junta enviou logo os seus membros os tenentes-coroneis Francisco de Paula de Oliveira e Francisco José Pereira a fazerem marchar a tropa para a praça, e noticiada esta ausencia aos conspirados pelo sobredito ajudante d'ordens, se encaminharão todos para palacio, acompanhando-os o presidente da camara, e aquelle procurador Maia, obrigado de medo, conduzindo o estandarte. Penetrarão sómente os militares á sala onde se achava reunida a junta provisoria, á qual o presidente da mesma camara declarou que aquelles cidadãos se dirigião alli a propôr um novo governo, por ser essa a vontade do povo: em igual sentido fallarão, e com acrimonia, os mencionados Gordilho, Felisberto Gomes, e Pessoa; mas a junta dava largas ás satisfações, já porque receiava dos conjurados, já porque assim os demorava, enquanto se reunia a força que esperava.

Ateava, porém, a desordem na mencionada praça; outro grupo de portuguezes gritando—*morra João Primo, morra Gordilho, fora revolucionarios! Viva o governo actual!* e consecutivamente chegou o tenente-coronel Pereira com uma companhia do batalhão 12, que, postando-se na porta do palacio, passou a occupar as respectivas salas, seguindo-se logo o resto do dito batalhão com o tenente-coronel Francisco de Paula e toda a legião lusitana, menos o 2.º batalhão, commandado pelo tenente-coronel Joaquim Antonio, que ficou postado no largo do Terreiro com uma peça de calibre 6, para cobrir a retaguarda daquella força, e o esquadrão de cavallaria, não faltando tambem o capitão do navio Conceição, Felipe Vieira dos Santos, com 100 marinheiros armados. Toda essa força continuou a dar vivas ao governo existente, mas não bastou para aterrar os conspirados, que tenazmente instavão pela demissão da junta provisoria, persuadindo a unirem-se-lhes os commandantes da mesma força, os quaes de ordem da junta se haviam reunido em palacio.

Algumas persuasões empregou o junta provisoria para que os sobreditos officiaes se recolhessem ás suas casas, e desistissem de qualquer projecto tumultuario; comtudo vendo frustrado este meio, ordenou lhes que immediatamente sabissem do palacio, declarando que seriam presos os que o não fizessem: obedecerão alguns, mas Gordilho sustentava que todos querião ir presos, e o major Pessoa começou a redigir uma declaração dos motivos que os haviam impellido, quando de novo foi a todos intimado que sabissem, e que se quizessem escrever o fizessem na casa da camara; todavia demorando-se ainda alli por mais um pequeno espaço de tempo, forão logo capturados os mencionados Gordilho, Pessoa, Felisberto Gomes, João Antonio Maria, Salvador Pereira, Daltro, Torres, e conduzidos escoltados por quatro officiaes e uma partida de soldados da legião lusitana, para a fortaleza do Barbalho, donde forão removidos para bordo da fragata Principe D. Pedro, enquanto em terra se forcejava pela captura de outros envolvidos. Pelas 3 horas da tarde tudo estava tranquillo, e a tropa recolhida a seus quartéis, ficando, porém, na praça

assás deteriorada, o trouxe para minha casa, onde por mais de 6 annos viveu. Desejoso de morar com a mulher sahio de minha companhia, porém sempre lhe prestando os soccorros que podia. Como parente ainda proximo de Ignacio Accioli, fallei a alguem do governo para se compadecer de sua sorte, e por algum tempo se lhe mandou dar dos cofres publicos uma pensão de 100\$ mensaes, com a condição de escrever a historia moderna, e elle, tirando das fraquezas forças, e ajudado por mim, escreveu dous tomos que os entregou a Sua Magestade, e logo depois lhe tirarão a pensão, não obstante ser o *chronista do Imperio*. Falleceu Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva na rua do Fogo, hoje dos Andradas, em o primeiro andar da casa n. 53, no dia 1.º de Agosto de 1865, e foi sepultado em sepultura rasa n. 3847, no cemiterio de S. João Baptista, e sendo trasladados os seus restos mortaes no mez de Setembro deste anno de 1870 para o meu jazigo perpetuo de familia, que mandei construir no cemiterio de S. Francisco de Paula.

(\*) A rivalidade impolitica, anti-social e reprehensiva mesmo, entre os nascidos em Portugal e os nascidos no Brasil, data de 1808, e foi devida á indisciplinação dos que vierão de Lisboa com a familia real. Vide o 1.º tomo da 2.ª parte da minha *Chorographia Historica*.

(\*\*) Apparecerão muitas poesias.

do Palacio um forte destacamento de 300 praças, e com tres peças de artilharia.

Em consequencia deste acontecimento muita gente sahio da cidade, e a junta no dia seguinte proclamou nestes termos:

« Habitantes da Bahia! — A junta provisional do governo desta provincia, installada no sempre glorioso dia 10 de Fevereiro pelo illustre povo e briosas tropas desta cidade para vos reger em paz, e manter a sagrada causa da jurada constituição portugueza; esta mesma junta, reconhecida e approvada por el-rei o Sr. D. João VI e pelo soberano congresso das côrtes geraes, extraordinarias e constituintes, se congratula hoje com vós por vos haver salvado do insondavel abysmo em que meia dúzia de monstros, sem patria, nem religião, illudindo a poucos homens credulos, vos ia despenhando.

« José Egydio Gordilho, José Eloy Pessoa, Felisberto Gomes, João Antonio Mariz e José Gabriel da Silva Daltro, uns perdidos na opinião publica, e todos inimigos parciaes do governo, por lhes não haver fartado a insaciavel sede de torpes lucros e trelucados despachos, se arrojarão a perpetrar o horrivel crime de attentar tumultuariamente contra a existencia deste mesmo governo, que, com tanto risco e tamanho dano, foi levantado por vós sobre as ruinas do antigo despotismo, e percorrendo as ruas com alaridos, apresentarão-se nos paços do conselho, acompanhados de alguma gente da plebe, raros officiaes de linha e pouquissimos paisanos, sem representação civil, arrombaram com suas espadas a caixa em que se guardava o estandarte, arrancarão-n'o daquelle deposito, forçaram alguns dos membros do corpo do nobilissimo senado, que então ali se achavam, a atravessar a praça, e, violando o respeito devido ao palacio do governo, invadirão-n'o armados com punhas e pistolas, que bem se vião escondidos por entre seus vestidos, e quiserão obrigar a junta provisional a demittir-se o (o que mais e), a autorisa-los para a seu sabor estabelecerem um novo governo, que, fartando-lhes sua venenosa ambição, vos lançaria sem duvida no pélagos da anarchia.

« Mas o invisivel braço do Senhor Deus dos exercitos, que tem sempre velado na felicidade desta formosa provincia, vos salvou tambem de serdes victimas sacrificadas á maldade daquelles energumenos, que, violando sem pejo o juramento que tão legal e solemnemente prestáram, de obedecer a este governo, cobrindo-se com as falsas roupas de—amigos do povo—pretendião satisfazer suas paixões particulares, e collocando no meio da discordia o idolo que adorão, elevar-se, abater-vos, e lançar assim os alliceiros aos criminosos e sinistros fins do mal extincto partido—Felisbertino—que não tendia menos que a perfeita scisão entre o Brasil e Portugal. Sim, firme a briosa tropa nos principios que jurou manter, não correu, vouu a socorrer-vos, sem praticar a menor violencia, soubo preservar-vos da desgraça de que eréis ameaçados.

« Esses filhos bastardos da patria, que com vil perfidia se atreverão a querer soffocar em vós os sentimentos que caracterisão os verdadeiros portuguezes, virão baldados seus iníquos projectos, não conseguirão, como intentavão, marear o brilhante esplendor da gloria adquirida no sempre memoravel dia 10 de Fevereiro por vós e pela valente tropa, á qual mil e mil louvores sejam dados.

« A junta provisional, depois de esgotar todos os meios de pacificar aquelles insanos, fazendo-lhes as mais generosas proposições, dictadas todas pela prudencia, pelo amor á constituição e união com seus irmãos de Portugal, e pela obrigação que contrahio de defender-vos á custa de seu proprio sangue, vio-se, enfim, necessitada a fazer prender os infames perturbadores do publico sossego, que, com inexplicavel contumacia, persistião em seus abominaveis intentos. En-los, pois, em prisão, esses inimigos da boa ordem, a quem os remorsos não de atormentar, não mais receeis que vos inquietem.

« Habitantes da Bahia! acolhei-vos a vossos domicilios; ternas mães, carinhosas esposas, voltai ás delicias de tomar de novo nos braços maridos e filhos; contai que a vigilancia do governo a cada momento sobe de ponto para conservar-vos em paz; vivei, pois, em tranquillidade no seio de vossas familias, e confiai, como até aqui, em nós, e na patriótica e excellente tropa, guarda segura de vossas vidas e fazendas, clamando convosco: — Viva a religião! Vivão as côrtes da nação portugueza! Viva a constituição que ellas decretarem! Viva el-rei o Sr. D. João VI.—Palacio do governo da Bahia, aos 4 de Novembro de 1821.—Luiz Manoel de Moura Cabral, presidente.—Paulo José de Mello Azavedo e Brito, vice-presidente.—José Fernandes da Silva Freire.—Francisco de Paula de Oliveira.—Francisco José Pereira.—Francisco Antonio Filgueiras.—José Antonio Rodrigues Vianna. »

Em seguida a esta proclamação forão presos varios officiaes, como o capitão José Antonio da

Fonseca Machado, que se suicidou em Lisboa, o brigadeiro Sosé Thomaz Boccaciari, que se atirou ao mar ao entrar na barra de Lisboa, o capitão Luiz Antonio da Silva Horta, o tenente Francisco Rodrigues Gomes de Souza, o secretario do 1º regimento de 2ª linha Francisco José da Silva Castro, o capitão João de Souza Netto, o tenente Francisco de Oliveira, o soldado-patrão da Ribeira José Soares, o feitor da alfandega João Carneiro da Silva Rego e o cadete Ignacio de Mattos Telles de Menezes, os quaes postos a bordo da fragata Principe D.-Pedro, forão remettidos para Lisboa, e alli soltos em Abril de 1822.

A nenhuma confiança que se depositava na junta provisional, as intrigas que diariamente promovião, e os desregramentos da tropa lusitana, principalmente com as desordens que fizerão no dia 12 de Novembro e 23 de Dezembro, que foi muito forte, preludiavão os acontecimentos que mais tarde se realizarão.

#### 1ª ELEIÇÃO NOVA JUNTA

Em virtude da lei do 1º de Outubro de 1821 foi marcado o dia 31 de Janeiro de 1822 para a eleição da nova junta provisional, e forão eleitos, apezar da grande opposição dos portuguezes, o Dr. Francisco Vicente Vianna presidente, o desembargador Francisco Carneiro de Campos secretario, e membros Francisco Martins da Costa, Francisco Elishão Pires de Carvalho e Albuquerque, conego José Cardoso Pereira de Mello, tenente-coronel Manoel Ignacio da Cunha Menezes e o desembargador Antonio da Silva Telles, bem como o brigadeiro Manoel Pedro da Silva Guimarães para commandar as armas, em vista da mesma lei e portaria de 26 de Outubro de 1821.

A nova junta (\*) tomou posse no dia 2 de Fevereiro. O seu primeiro acto, no dia 4, foi abolir a commissão de censura que existia creada. Em consequencia da eleição ter recabido toda em pessoas nascidas no Brasil, crescia progressivamente as rivalidades de nascimento, e o augmento dos odios entre os soldados brasileiros e portuguezes. As cousas presagiavão grandes desordens, e no emtanto no dia 11 de Fevereiro entrou o navio *Danubio*, procedente de Lisboa, trazendo a noticia de estar nomeado o coronel Ignacio Luiz Madeira de Mello commandante das armas da Bahia por carta régia de 9 de Dezembro de 1821.

Eis a carta régia:

« Ignacio Luiz Madeira, brigadeiro do exercito nacional e real.—Eu el-rei vos envio muito saudar. Pela confiança que faço da vossa pessoa, e pela experiencia do zelo e prestimo com que vos empregais no serviço do meu exercito, hei por bem encarregar-vos do governo das armas da provincia da Bahia, cujo emprego exercitareis emquanto eu assim houver por bem e não mandar o contrario. Escripção no palacio de Queluz, aos 9 de Dezembro de 1821. — Rei, com guarda.

« Para Ignacio Luiz Madeira. »

Apresentada ao governo da Bahia esta carta régia, elle respondeu em 16 de Fevereiro com o seguinte officio:

« Para o Exm. brigadeiro governador das armas desta provincia Ignacio Luiz Madeira de Mello.

« Illm. e Exm. Sr.—A junta provisoria do governo accusa a

(\*) Ignacio Accioli, « Memorias Historicas. »

recepção do officio de V. Ex. em data de hoje, depois de 4 horas da tarde, e não cabendo na estreiteza do tempo congregar-se a camara antes da segunda-feira proxima, para o que se officia á mesma camara, declara esta junta que, á vista da carta régia por V. Ex. apresentada, não pôde deixar de reconhecer que V. Ex. se acha legitimamente nomeado governador das armas desta provincia, e que, logo que V. Ex. entre no exercicio de suas attribuições, pôde contar com a cooperação da junta provisoria para tudo quanto possa tender á manutenção da ordem publica, conservação da unidade politica, paz e tranquillidade da provincia.

« Deos guarde a V. Ex. Palacio do governo da Bahia, aos 16 de Fevereiro de 1822.—Francisco Vicente Vianna, presidente.—Francisco Carneiro de Campos, secretario.—Francisco Elzbão Pires de Carvalho e Albuquerque.—Manoel Ignacio da Cunha e Menezes.—Joho Cardoso Pereira de Mello. »

Esta noticia causou abalo, e maior ainda com a chegada do correio maritimo *Leopoldina* no dia 15 que foi portador da carta régia que constituia o coronel Madeira governador das armas. Madeira, no mesmo dia 15 apresentou a carta régia ao brigadeiro Manoel Pedro e aos commandantes das fortalezas e dos corpos de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> linha; e no dia seguinte (16) mandou-a apresentar ao senado da camara para ser registada e confirmada, o que teve lugar irreflectidamente (\*) por que então achavão-se na casa das sessões da camara um unico vereador e o procurador, os quaes irreflectidamente fizeram em tal diploma exarar o cunha-se e não o assignando com tudo, por serem advertidos pelo escrivão de que não podião tomar deliberação alguma, em consequencia de se não achar o senado da camara reunido, pelo que officiarão ao coronel Madeira, observando-lhe isto mesmo. Madeira, em presença da participação do procurador da camara e vereador presente ficou desesperado, e convocou um conselho composto dos officiaes dos corpos de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> linha e lhes perguntou (cada um a cada um) se duvidavão, em vista da carta régia, reconhece-lo governador das armas, recebendo resposta affirmativa, pedio-lhes que assignassem um termo de obediencia, o que se fez.

Divulgada a noticia do conselho militar, a tropa brasileira dos corpos de tropas do paiz constante do 4.<sup>o</sup> regimento de infantaria, artilhario e legião de caçadores declararão obedecer ao governador das armas, brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães, e a portugueza em favor do coronel Madeira, e se pronunciarão de modo a promoverem conflictos e começo de guerra civil. Neste estado de effervescencia em que já se achavão os animos, a junta do governo provisorio dirigio ao brigadeiro Manoel Pedro e ao coronel Ignacio Luiz Madeira de Mello o officio seguinte :

« Illm. e Exm. Sr. — Havendo a junta provisoria do governo desta provincia empregado todos os seus desvelos nas conferencias que tem tido com V. Ex. para acertar as medidas, que possam prevenir quaesquer acontecimentos funestos com que os partidos, desgraçadamente annunciados, procurem perturbar o publico socego por occasião da posse do governo das armas, com que V. Ex. se tem mui cordialmente conformado, e continuando todavia a espalhar-se boatos temerosos, que inspirão a esta junta os mais justos receios de se não haver ainda plenamente conseguido o fim da tranquillidade que ella se havia proposto, a mesma junta, a quem muito particularmente incumbe vigiar sobre a policia e segurança da provincia, desde já requer a V. Ex., em nome do soberano congresso da nação e de el-rei o Sr. D. João VI, baje de

dar immediatamente as mais serias e promptas providencias para que os corpos que lhe obedecem se contenhão nos limites da mais stricta disciplina, respeitando como cumpre os cidadãos pacificos, e que occorrendo qualquer difficuldade V. Ex. se apresente logo no palacio deste governo, com os officiaes maiores de ambas as linhas ás suas ordens, para que de commun accordo com esta junta as corporações, e todos os cidadãos mais respeitaveis que possam congregar-se, se tome uma resolução sabia e capaz de segurar a salvação da provincia, ficando aliás V. Ex. responsavel para com as mesmas côrtes e el-rei de todos os máos resultados que possam acontecer.

« Deos guarde a V. Ex. Palacio do governo da Bahia, 18 de Fevereiro de 1822.—Francisco Vicente Vianna, presidente.—Francisco Carneiro de Campos, secretario.—Francisco Martins da Costa Guimarães.—Francisco Elzbão Pires de Carvalho e Albuquerque.—Manoel Ignacio da Cunha Menezes.—José Cardoso Pereira de Mello. »

A tropa portugueza desde o dia 16 que se achava nos quartéis com as armas nas mãos, assim como a brasileira, esperando o momento de se pegarem. No entanto pelas ruas percorrião magotes de marujos armados e gente portugueza sem educação a insultarem e a augmentarem o terror na cidade e obrigando muita gente a sahir della, e fazendo que os brasileiros se fossem reunir á força do brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães. O governo mandou recolher os marujos ás suas embarcações e desarmar aos que andavão pelas ruas a promover desordens. Os partidos cada vez mais se exaltavão, e para prevenir a luta que estava eminente o governo provisorio dirigio ao senado da camara o seguinte officio :

« Havendo-se notoriamente espalhado boatos temerosos de acontecimentos sinistros que pôde resultar do choque dos partidos, que desgraçadamente se annuncião por occasião da posse do novo governador das armas, a junta provisoria, a quem incumbe providenciar a publica tranquillidade, principalmente em circumstancias tão arduas e extraordinarias, determina que a camara desta cidade, no acto de insinuação do diploma regio, que nomeou e ditto governador, qualquer difficuldade, não delibere por si só, mas se apresente instantemente perante esta junta, para que, de commun accordo com ella, as corporações e cidadãos mais respeitaveis da cidade, se tome a medida que possa assegurar a salvação da provincia.

« Palacio do governo da Bahia, 18 de Fevereiro de 1822.—Vianna, presidente.—Campos, secretario.—Guimarães.—Albuquerque.—Cunha.—Mello. »

Neste mesmo dia foi remettida ao senado da camara uma representação assignada por 421 cidadãos para que suspendesse a posse do novo governador das armas; era do teor seguinte :

« Illm. senado da camara.—Os habitantes desta cidade abaixo assignados, e por meio destes os habitantes de toda a provincia, cujos sentimentos patrióticos têm sido sobejamente declarados na presente época, tomando por base delles a sagrada causa da constituição e firmissima união do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves, em uma só familia, julgão do seu dever levar a V. S. o seguinte :

« De ninguem forto desconhecidos os denodados esforços do muito digno Sr. brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães no memoravel dia 10 de Fevereiro, devendo-se-lhe com justiça attribuir, e inteiramente, a regeneração desta provincia, da qual como que dependeu a das outras do reino do Brasil, a ponto de o premiar o povo com a patente que tem, conferindo-lhe ao mesmo tempo o governo das armas desta provincia.

« De ninguem são pelo mesmo modo desconhecidas as virtudes militares e civis deste homem extraordinario, pelo que certos nós de que do commando das armas depende em grande parte o gozo da liberdade civil ou a escravidão, segundo forem liberaes ou despoticas as intenções daquelle a quem elle for confiado, principalmente havendo-se estabelecido no decreto do 1.<sup>o</sup>

(\*) Ignacio Accioli, *Memorias Historicas*.



de Outubro do anno passado que o governador das armas só seria responsavel ás côrtes e a el-rei, ficando por isso mesmo senhor absoluto em suas deliberações, não duvidamos, amparados com o art. 14 das bases juradas, reclamar e pedir a V. S. haja de não conferir por ora a posse do governo das armas ao brigadeiro Ignacio Luiz Mrdeira de Mello, e sim fazer patente este negocio a todas as camaras da provincia, affirm de que estas, conformando-se com o parecer e vontade dos povos, dêem os seus accordos, os quaes V. S. levará ao conhecimento do soberano congresso, para que novamente, tomando em sua alta e profunda consideração, delibere o que fôr melhor.

« E offerecem esta por embargos, como fica ponderado, para serem decididos pelas soberanas côrtes, e receberão mercê — Bernardino Alves de Araujo, coronel graduado e interino comandante de artilharia. »

(Seguem-se 120 assignaturas.)

**A CAMARA DA BAHIA SE REÚNE PARA VERIFICAR OS PODERES CONFERIDOS AO GENERAL MADEIRA**

Refere Ignacio Accioli (\*) que comparecerão na casa da camara o juiz de fóra Luiz Paulo de Araujo Bastos, o vereador mais novo e o procurador, e tratava-se de prebhencher os lugares que faltavam com os vereadores transactos, recebendo-se nessa occasião o alvará da mesa do desembargo do paço com a nomeação dos vereadores desse anno, que erão Antonio Ferreira França, Francisco Antonio de Souza Uzel, Francisco Gomes Brandão Montezuma e o procurador Domingos José de Almeida Lima, que não aceitou o lugar e foi substituído por Francisco José Lisboa, os quaes, sendo chamados, prestarão juramento pelas 2 horas da tarde. Constituída a camara passou a examinar o diploma do commandante das armas, Ignacio Luiz Madeira de Mello, e como achasse irregularidades para pôr-lhe o visto, encaminhou-se para palacio, onde teve então lugar a resolução do conselho, e do qual se lavrou a seguinte acta, copiada do original :

« Aos 18 dias do mez de Fevereiro do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus-Christo de 1822, nesta cidade de S. Salvador, Bahia de Todos os Santos e sala do palacio do governo, estando presente a junta provisoria do governo desta provincia, o Exm. brigadeiro governador nomeado da mesma provincia Ignacio Luiz Madeira de Mello, com alguns officiaes superiores commandantes das corpos de Portugal aqui estacionados, o corpo da camara, relação, magistrados territoriaes, membros do cabido, vigário das parochias, junta da fazenda nacional, mesa da inspecção, provedores da alfandega, casa da moeda, dos seguros e da saúde, negociantes, directores da caixa de descontos e casa de seguros, delegado do physico-mór, membros do collegio medico-cirurgico, intendente da marinha, capitão de mar e guerra, commandante da força maritima, ajudante de ordens do governo, bachareis formados e outros cidadãos de distincção e probidade, perante todos foi dito pela voz de seu secretario que, achando-se no governo interino das armas o Exm. brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães (o qual sendo chamado para este acto não appareceu), apresentou o Exm. brigadeiro Ignacio Luiz Madeira de Mello uma carta régia á dita junta no dia 15 do corrente, pela qual fóra nomeado governador desta provincia sem que a mesma junta tivesse a esse respeito participação alguma, e agradecendo-lhe este acto de sua urbanidade fez a junta ao mesmo Exm. brigadeiro todas as protestações de cordial amizade, e lhe constou depois que nesse mesmo dia o dito Exm. governador das armas nomeado apresentára também a mesma régia carta ao Exm. governador interino.

« No dia seguinte dirigio o dito Exm. brigadeiro governador nomeado um officio á junta provisoria depois das 4 horas da tarde, dizendo que não havia ainda feito insinuar o seu diploma por não ter havido sessão da camara, por impedimento de molestia do presidente della, pedindo que a junta declarasse os seus sentimentos sobre a legitimidade da sua nomeação e co-opeção, quo elle esperava para apertar os laços de unio e estabelecer a tranquillidade da provincia.

« A este officio respondeu a junta com outro, na mesma tarde, no qual annunciou participar á camara para se congregar na primeira occasião, extraordinariamente, affirm de se effectuar a dita insinuação; que a junta, á vista da carta régia que lhe havia sido apresentada, não podia deixar de reconhecer a legitimidade da sua nomeação, e que logo que S. Ex. estivesse no exercicio de suas attribuições poderia contar com a coopeção da junta para tudo quanto tendesse á tranquillidade, unidade politica do reino e socego da provincia.

« Dissolvida a junta já depois de anoitecer e recolhidas ás suas casas os seus membros, souberão que havia divisaõ de opinião e partido acerca da curialidade do diploma, e subseqüente posse do novo governo das armas, pelo que, reunidos os ditos membros no palacio das sessões, no seguinte dia 17 do corrente, não obstante ser domingo, ali conferencião com cada um dos ditos Exms. brigadeiros, e protestando o Exm. Manoel Pedro de Freitas Guimarães, que primeiro se apresentou, toda a resignação ás ordens superiores, prometteu que elle largaria o governo das armas logo que o seu successor se achasse com o seu diploma insinuado e competentemente empossado, e fazendo-lhe a dita junta toda a sorte de representações e instancias, para que não houvesse o minimo desagrado e dissensão que compromettesse a tranquillidade da provincia, se offereceu a tomar todas as medidas para conter em estreita disciplina os corpos ás suas ordens, indicando até que elle deixaria de apparecer em publico na occasião da posse, para evitar qualquer effusão de entusiasmo e sympathy que a sua presença pudessem occasionar na parte do povo que se lhe mostrava affeição depois do feito da proclamação da constituição que a elle principalmente se devia.

« O Exm. brigadeiro governador das armas nomeado, tratando depois com a junta que lhe fez as mesmas representações e instancias acerca dos corpos que lhe obedeciam, protestou também dar todas as providencias para conservação do socego publico, quizou-se amargamente das intrigas que se armáram contra elle, urdindo representações com assignaturas mendicadas para serem levadas á camara e estolvarem a insinuação do seu diploma; mas que, apesar de todas as contradicções, elle seria constante em sustentar seu direito, e trataria de fazer realizar a mercê régia que lhe fóra outorgada por todos os meios aos seu alcance.

« Tranquillisou-se a junta em consequencia daquellas conferencias, e suppôz que se estabelecería perfeitamente o socego da cidade, alterado pelos motivos expostos, que se persuadio serem de pouca monta; vio, porém, com muita magoa, amanhecer o dia de hoje toldado de negros recontros, nascidos de boatos temerarios, que se esperavam realizados pelo apparato ameaçador que apresentavam as tropas, como dispondo-se para o combate, e reunindo-se a ellas cidadãos palhaes em grande numero, como constantemente era presenciado por todas as pessoas, muitas das quaes se retiravam assombradas para os suburbios, havendo uma grandissima probabilidade de apparecerem os horrores da guerra civil, originando-se toda esta indisposição principalmente da funesta rivalidade entre naturaes e europeus, que, desgraçadamente plantada por alguns espiritos malevolos, tem prodigiosamente crecido, ameaçando a total ruina deste paiz.

« A junta, conhecendo então a crise perigosissima em que se achava a provincia e cidade, reunida com a maior brevidade, principiou os seus trabalhos officinando á camara para que no caso que se apresentasse qualquer representação ou duvida contra a insinuação do diploma ou posse, a camara immediatamente passasse a reunir-se a esta junta, para de common accordo com ella, e com todas as autoridades e corporações da cidade, as quaes a mesma junta convoca, tomar-se uma deliberação conveniente ao publico socego e segurança da provincia.

« Officiou depois a mesma junta ao Exm. brigadeiro nomeado governador, expondo-lhe os justos receios que lhe inspiravam as disposições hostis que se espalhavam, pelo que conhecia não se haver conseguido o fim a que se propuzera nas conferencias com elle brigadeiro e o governador das armas interino, que a junta requeria, em nome do soberano congresso da nação e de el-rei, que elle houvesse de dar as mais serias e promptas providencias para que os corpos que lhe obedecião se contivessem nos limites da mais rigorosa disciplina, respeitando quanto cumpria os cidadãos pacificos, e que no caso de encontrar qualquer difficuldade na insinuação do diploma, como elle mesmo Exm. brigadeiro havia annunciado á junta, se apresentasse na mesma junta para se tomar a deliberação capaz de salvar a provincia dos horrores que a ameaçavam. Da mesma maneira, e por iguaes expressões, officiou também ao Exm. governador interino, conjurando a ambos que, em caso de obrarem o contrario, ficaria responsaveis ao soberano congresso e a el-rei pelas desgraças e funestos resultados que sobreviessem á provincia.

« Responderão ambos por seus officios e de absoluta conformidade com os da junta. Apresentou-se então a camara

(\*) « Memórias Historicas. »

perante a junta provisoria, offerecendo a duvida que lhe occorria por falta do registro da carta régia na contadoria geral da corte, como era ordenado no regimento dos governadores das armas, e apresentando uma representação que recebera antes da insinuação, firmada com quatrocentas (400) e tantas assignaturas, a qual reclamava para a pessoa, a fim de que esta se não effectuasse sem que as camaras da provincia fossem ouvidas e se levasse este negocio a presença do soberano congresso, pelo que, achando-se já juntas as autoridades, corporações e cidadãos acima declarados, a quem a junta provisoria julgou necessário consultar em objecto de tanta transcendencia e ponderação, principiou-se a delib. tar sobre as duvidas offerecidas, e principalmente sobre o imminent perigo de anarquia e guerra civil que ameaçava a provincia, á vista dos partidos tão evidentemente demarcados, e não se tomar quanto antes uma providencia prompta e efficaç, e passando-se a votar foi unanimemente accordado que todos reconhecessem o Exm. brigadeiro por governador das armas legitimamente nomeado por Sua Magestade, como depositário do poder executivo; mas que ainda julgando-se de pequena monta a falta de solemnidade do registro prescripto pelo regimento, e mesmo o objecto da representação, á vista do numero de suas assignaturas em uma cidade tão populosa, não se poderia de maneira alguma julgar indifferente o recio da guerra civil, que a todos parecia muito provavel, como se colligia do apparato e disposições hostil acima mencionadas, e dos mesmos diálogos feitos ao governador interino das armas na dita representação, o que tudo poderia trazer a ruína da provincia, pelo que era preciso escolher uma medida que seguramente a salvasse.

« E, passan-lose a votar sobre esta medida se assentou quasi unformemente que se estabelecesse ou creasse uma junta militar, composta de sete membros, a saber: do Exm. brigadeiro governador das armas nomeado, como presidente, de dois membros por elle eleitos, do Exm. governador interino, como membro, de mais dois membros por elle eleitos, e que o settimo fosse decidido á sorte, e que esta junta, independente da junta provisoria do governo, como o é o governador das armas, governasse internamente as armas da provincia até que el-rei e as cortes, á cuja presença devera ser levado este negocio com toda a urgencia, o decidissem definitivamente.

« Neste mesmo acto protestou o Exm. brigadeiro Ignacio Luiz Madeira de Mello que era necessário que fossem ainda ouvidos todos os officios da guarnição desta cidade, a fim de que declarassem a sua vontade e sentimentos a este respeito, o que se faria logo no seguinte dia, e no caso que alguns não compareçassem por impossibilidade, poderá o seu commandante ou official graduado trazer sua opinião por escripto; mas que este protesto todavia fazia sómente para melhor e mais exuberante conservação de seu direito, guarda de sua honra e brio militar, perante as cortes e el-rei, e que entretanto tudo cedia a bem da salvação da provincia e restabelecimento da publica tranquillidade, conservando-se todavia os seus vencimentos, denominação do governador das armas e presidente da junta interina, honra e prerogativas, salvo o exercicio da jurisdicção, enquanto pendia a decisão do congresso e de el-rei, porque a exercitacção collectivamente com os mais membros della, e excepção daquelles actos que privativamente lhe pertencem como chefe da mesma junta, e que por si só os devesse executar, sem quebra do direito dos outros vogaes, com mais declaração que toda a vez que nesta provincia apparecem actos hostis para destruir a constituição e frustrar o juramento a ella prestado de uma maneira positiva e indubitavel, elle governador das armas reassumirá a plena jurisdicção que lhe dá a carta de sua nomeação.

« E por esta forma se houve por finda esta acta, acordescentando-se por deliberação de toda a junta, corporações e mais pessoas que estavam presentes, que no caso de impedimento do Exm. brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães, para comparecer pessoalmente e fazer a nomeação que lhe compete, poderá fazer a dita nomeação por escripto, e para que tenha seu plano cumprimento se fez este termo, escripto pelo secretario da junta provisoria e assignado pelas pessoas deliberantes.—Francisco Vicente Vianna, presidente.—Francisco Carneiro de Campos, secretario. »

(Seguem-se as outras assignaturas.)

#### *Parte que das occurrencias dá a el-rei Ignacio Luiz Madeira de Mello em 23 de Fevereiro*

« Senhor.—Não conheço dever algum mais triste do que ter de penalizar o paternal coração de Vossa Magestade com a relação dos desastrosos acontecimentos que têm tido lugar nesta cidade.

« Logo que no dia 11 do corrente se divulgou aqui a noticia de que Vossa Magestade houvera por bem no-

mear-me para governador das armas desta provincia, principiou o partido revolucionario a laborar contra a real vontade de Vossa Magestade, e conseguiu fazer na opinião publica um abalo tão grande, que abertamente se dizia que o governo das armas não me seria entregue; que o brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães, que então governava as armas, continuaria no seu exercicio, e esta desobediencia era sempre acompanhada de grandes protestos de adhesão a Vossa Magestade e ao soberano congresso.

« Esta disposição tinha por objecto não entregar o commando das forças a um cidadão fiel, que havia jurado de todo o seu coração a constituição da monarchia, e que por algumas vezes tinha já evitado a desordem nesta cidade, para o fazer existir nas mãos de um dos principaes chefes do partido da independencia.

« Logo que recebi no dia 15 a carta régia de 9 de Dezembro do anno passado a communiquei ao governo provisório, ao general interino e á camara. O governo mostrou-se indifferente ao principio neste negocio; o general disse-me que duvidava de entregar-me o commando, porque Vossa Magestade não lhe havia participado a escolha que de mim fizera, e a camara não se reuniu, como devia, no dia 16, em que lhe mandei apresentar a carta régia para a trasladar e registrar nos seus competentes livros, segundo manda o regulamento de 1678.

« Conhecendo que as delongas podião influir na determinação de Vossa Magestade, e que o systema constitucional podia ser atacado, uma vez que a força e todos os meios militares continuassem a estar dirigidos pelo partido revolucionario, officiei á junta do governo provisório no mesmo dia 16 a perguntar-lhe se me reconhecia por general da provincia, e se podia contar com a sua cooperação a bem da causa publica, e ao mesmo tempo lhe requeri que mandasse convocar a camara extraordinariamente para registrar a carta régia.

« Na noite do mesmo dia 16 juntei em minha casa os commandantes dos corpos de 1.ª e 2.ª linha, a quem já tinha participado que Vossa Magestade me nomeára para general da provincia, e lhes perguntei se me reconhecia como tal, o que fizeram e assignarão um termo para não moverem os seus corpos sem mi' participarem primeiro. Neste ajuntamento deixou de comparecer o commandante do regimento de artilharia Bernardino Alves de Araujo. O governo respondeu ao meu officio que não podia deixar de reconhecer-me por governador das armas legitimamente nomeado por Vossa Magestade, e que logo que entrasse no exercicio da minha autoridade me prestaria todo o auxilio, e por uma portaria mandou convocar a camara no dia 18.

« No dia 17 chamou-me o governo, pediu-me que conservasse a boa ordem nas tropas do meu commando, e disse-me que outrotanto lhe promettera o brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães.

« A camara reuniu-se, finalmente, no dia 18, e recebeu uma representação assignada por mais de 400 pessoas para que fosse conservado no governo das armas o brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães, em attenção aos seus serviços no dia 19 de Fevereiro de 1821. Esta representação, que nunca devia tomar-se em consideração, para paralisar as régias determinações de Vossa Magestade, foi apresentada pela camara ao governo, o qual lhe tinha ordenado que, se na occasião de lhe ser apresentada a carta régia apparecesse qualquer embaraço á sua execução recorresse a elle para dar as providencias.

« A camara propoz tambem ao governo a frivola difficuldade para a execução da carta régia, de que ella não fora registrada em Lisboa na contadoria geral. O governo, não querendo decidir por seu motu proprio, e sabendo já anteriormente das difficuldades que se oppunhão, tinha já convocado as autoridades, corporações e alguns cidadãos. Nesta assembléa, depois de largo debate, se decidiu pela maioria que, para evitar guerra civil, o governo militar fosse entregue a uma junta, composta de sete membros, de que eu fosse presidente, conservando as minhas honras e interesses, e que dois membros da junta fossem por

min nomeados, dous pelo brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães, que na assemblea foi nomeado membro da junta militar, e um pela sorte, e que assim se conservasse o governo das armas até á decisão de Vossa Magestade e soberano congresso.

« Alguns cidadãos, entre os quaes se comprehendem todos os officiaes do exercito de Portugal que estavam presentes, combaterão esta opinião, demonstrando a illegalidade da representação contra a carta régia, e sustentando que sómente ao soberano congresso competia alterar as leis, e que a que regula a organização dos governos do Brasil fóra até feita pelo congresso a pouco tempo; porém eu cedi á maioria da assemblea, e julguei que, estando imminente a guerra civil, eu fazia a Vossa Magestade e á nação um serviço maior em evitar, cedendo da autoridade que Vossa Magestade me confiara, do que usando da força para fazer executar a carta régia de Vossa Magestade. Porém os meus sacrificios e os bons desejos de conservar em paz esta cidade para nada servirão.

« Tendo-me retirado do palacio do governo pelas 5 horas da manhã com a satisfação de ter empregado da minha parte tudo o que estava ao meu alcance para conservar o socego publico, eu fui repousar tranquillamente, e mandei retirar para o quartel uma parte do batalhão de infantaria n. 12, que na tarde do dia 18 mandára estabelecer em algumas ruas de suas immedições, em consequencia da aproximação de piquetes de facciosos do forte de S. Pedro, que embaraçavam o transito a muitas pessoas, e até atirarão alguns tiros sobre os piquetes que mandei postar na sua frente, e naquella mesma tarde mandei ao governo o capitão do corpo de engenheiros José Feliciano da Silva Costa protestar em meu nome que eu não era responsavel pelo mal que se seguisse se tornasse a fazer-se fogo sobre as tropas do meu commando.

« Na manhã do dia 19 sómente ficarão no campo os piquetes que julguei necesarios para vigiarem na segurança do quartel, e esses mesmos tinham ordem para se recolherem logo que se retirassem os que lhe estavam fronteiros. Ás 6 horas e meia da manhã uma grande porção de tropa de linha, milicianos dos regimentos dos pardos e pretos, e até paisanos, sahirão do forte de S. Pedro, e vierão atacar os postos do batalhão 12 com duas peças de artilharia, que dispararão por algumas vezes.

« O tenente-coronel Francisco José Pereira reuniu logo o batalhão e foi repelli-los levantados, fazendo-lhe fogo com uma peça, e os seguiu para os fazer retirar para o forte, deixando elles as duas peças. Quando chegou á entrada de uma rua que conduz para o Trem, que está situado nas immedições do forte, as tropas facciosas, que se achavão no Trem, com tres peças de artilharia, fizeram um terrivel fogo; o tenente-coronel atacou então o Trem, conseguiu desalojar quem o defendia, e ficarão em seu poder as tres peças, retirando-se para o forte o resto dos facciosos.

« Enquanto isto acontecia mandei a legião constitucional lusitana occupar diferentes posições para embaraçar que o regimento de infantaria da Bahia e o regimento de caçadores pudessem reunir-se no forte de S. Pedro ao regimento do artilharia, ou bater-nos pela retaguarda se se empenhasse um novo combate com as tropas do forte.

« Aquelles dous corpos levantarão-se e fizeram fogo sobre a legião constitucional lusitana; foi por consequencia preciso repelli-los e tomar os seus quartéis. Parte destes corpos pôde evadir-se, e foi reunir-se ao forte de S. Pedro; outra parte ficou em poder da legião constitucional lusitana, e depois foi posta em segurança.

« Na tarde do dia 19 intimei ao forte para que se rendesse; porém nada ficou decidido, e como as respostas que deu o commandante do regimento de artilharia foram muito incoherentes, ordenei que no dia seguinte se tentasse de bloquear o forte.

« Na manhã do dia 20 mandei-lhe outra vez intimar para se render; pouco depois soube que a guarnição se

la evadindo; mandei então o 2º batalhão da legião constitucional lusitana tornear o forte.

« No caminho foi atacado por uma partida desta guarnição, e ainda pôde aprisionar oitenta e tantos homens. Nessa mesma noite veio o commandante do regimento de artilharia tratar comigo sobre a sua rendição, e na manhã seguinte entrarão no forte as tropas constitucionaes, não encontrando senão o brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães, o commandante do regimento de artilharia, um capitão, um quartel-mestre e alguns cadetes.

« Proclamei immediatamente aos habitantes para que tornassem a restituir-se ás suas moradas, e o mesmo fiz aos soldados dispersos, exhortando-os a reunirem-se nos seus quartéis para não vexarem os habitantes do campo. Todos os que estão reunidos têm continuado a ser fornecidos dos seus vencimentos e estão desarmados nos seus quartéis. Muitos officiaes fugirão e outros estão presos. Tenho dado todas as providencias para restabelecer o socego publico, e os habitantes têm-se recolhido a suas casas.

« Tal é, Senhor, em resumo a serie de acontecimentos que tem flagellado esta desgraçada cidade, e que eu me apresso a communicar a Vossa Magestade por um navio estrangeiro que vai para Gibraltar, reservando para daqui a poucos dias uma carta mui circumstanciada, acompanhada de todos os documentos que a falta de tempo e do socego não tem permitido ainda colher e arranjar.

« Entretanto, Senhor, collocado neste lugar, que Vossa Magestade houve por bem confiar-me, é o meu primeiro dever dizer a Vossa Magestade toda a verdade para conservar a integridade da monarchia e segurança nossa. Todas as desordens que nos flagellão são obras do partido da independencia, o qual é tão implacavel, como incançavel, e os odios devem ter-se exarcebado com os ultimos acontecimentos.

« A derrota em que ficarão as tropas revolucionarias nos põe em estado de podermos sustentar-nos até recebermos as providencias que Vossa Magestade julgar conveniente dar; porém as nossas tropas são mui poucas: faltão 303 homens para o estado completo; temos nos hospitais 149 doentes e nunca menos; precisa-se empregar uma porção para conter em respeito as tropas derrotadas: vão-se defecando continuamente, e eu me vejo por consequencia na situação de não poder acudir a qualquer parte do reconcavo da provincia para apagar quaesquer levantamentos que os revolucionarios não deixão de emprehender.

« Se Vossa Magestade quer conservar esta parte da monarchia, precisão-se mais tropas, devendo vir, além de um grande reforço de infantaria, 50 homens de cavallaria e outros tantos artilheiros. A nossa situação relativa aos lugares donde podem incommodar-nos faz ser de primeira necessidade que existão aqui sempre algumas embarcações de guerra, commandadas por officiaes constitucionaes e habéis. Mediante taes providencias eu terei a felicidade de conservar nesta parte do mundo a indivisibilidade da monarchia portugueza.

« Deos guarde a Vossa Magestade por muitos annos, como todos nós havemos mister. Bahia, 23 de Fevereiro de 1822.—Ignacio Luiz Madeira de Mello, brigadeiro governador das armas. »

Portugal não tinha outros órgãos senão a soldadesca insolente para manter as leis, e dizia: « Não é de um bom pai de familias deixar entregue a si um filho, que certo arruinar-se-ha sem o soccorro paternal, » pai de familia aquelle, cujas obras e feitos patenteavão antes um duro oppressor.

O Brasil, antes do seu intromettimento, vivia tranquillo; antes da chegada das tropas auxiliadoras não havia uma só provincia, desde o Amazonas até o Rio da Prata, que estivesse inquieta: as desordens e os crimes forão fructos que lhe trouxerão as hostes lusitanas.

O Pará foi a primeira provincia do Brasil que

adherio ao systema constitucional; ella por si participou ao congresso que queria adoptar-o: depois que o adoptou viveu sempre em paz; lá não haviam tropas de Portugal.

O Maranhão adoptou a constituição de Portugal sem desordens; também lá não haviam tropas de Portugal.

No Ceará o mesmo. E o mesmo aconteceu ao Rio Grande, a Pernambuco, á Bahia e ao Rio de Janeiro? Quem originou as rivalidades, as desordens e as mortes?

*Officio do governador Madeira, redigido em 7 de Março.*

« Senhor.—Quando por algumas cartas e folhas que aqui chegaram, vindas por um navio estrangeiro no dia 11 de Fevereiro preterito, se espalhou a noticia que el-rei me tinha despedido governador das armas desta provincia, exaltáram-se os espiritos inimigos da ordem, e principiarão sem rebuço a convocar partido, afim de se opporem á execução da minha posse; recebi logo as tristes consequências de uma guerra civil, porque eu bem via como o geral dos naturaes do paiz estava ufano, julgando-se com forças sufficientes para fazerem que a sua vontade fosse a lei absoluta; eu bem via as satyras e ataques publicos que se fazião ás autoridades e pessoas que não erão do seu partido faccioso; eu bem via que não sendo livre a ninguém atacar aquelles, ainda que mal obrassem nos seus empregos, senão pelos meios autorizados pelas leis, os insultos erão continuos, e contra estes se não procedia; eu bem via que os papeis da sua maior estima e que mais giravão entre elles erão os incendiarios vindos do Rio, de S. Paulo e de Pernambuco, em que positivamente era atacada a autoridade de Vossa Magestade, uns impressos e outros manuscritos; eu não deixei de reparar que tendo recalcado a eleição dos membros do governo provisório desta provincia em naturaes do paiz, á excepção de um europeu, e que tomando posse interinamente o brigadeiro Manoel Pedro do governo das armas, por ser a patente mais superior (ou fosse aquella eleição ao aprazimento de todos os habitantes da provincia ou não), ser um facto que ninguém se oppoz á mesma, e só quando consta que sou eu despedido é então que devem ter execução as ordens de el-rei!

« Mais cresceu o meu receio quando vejo que, reunindo em si o ex-governador o poder só reservado a Vossa Magestade e a el-rei, publica promoções sobre promoções, confere postos de coroneis a paisanos, e manda levar um distico nas bandeiras do regimento de artilharia, como tudo consta das copias que juntas offereço a Vossa Magestade.

« Todos estes e outros muitos factos me fazião agourar funestos acontecimentos, que se vierão a realizar quando depois que recebi no dia 15 a carta régia de 9 de Dezembro, e officio da mesma data do ministro secretario de Estado competente, assignada com o seu nome por extenso, em que me vinha conferido o governo das armas, aconteceu o que consta da participação que me fez o procurador e um dos vereadores da camara, quando mandei registrar a carta do procedimento do governo provisório, constante da acta da narração do detalhe militar, que tudo igualmente levo por copia perante Vossa Magestade.

« Mandei proceder a um conselho de investigação sobre os crimes dos officiaes rebeldes, que ainda está por findar, e fiz com o parecer do governo provisório da provincia publicar o perdão dos soldados e officiaes inferiores, que, tendo fugido, e com alguns daquelles á frente, vão caminhando pelos lugares do reconcavo; e desta forma vai-se conseguindo com a apresentação dos mesmos não se reunir maior numero dos tocados pelo veneno da facção a fazer um corpo respeitavel, conseguindo livrar os pacificos habitantes da pillagem de taes rebeldes.

« Dei mais outras providencias, bem como a de fazer

sustar os effeitos das promoções feitas pelo ex-governador, e de mandar fornecer pão e etape provisoriamente aos valorosos e fieis soldados do esquadrão de cavallaria, que intrepidos se reunirão aos corpos dos batalhões, e conservo os outros corpos rebeldes desarmados até á decisão de el-rei.

« Constando aos commandantes dos corpos que por ordem do governo provisório da provincia se mandava proceder a um summario particular pelo juizo do crime, afim de se vir no conhecimento de quem primeiro principiou o fogo (recurso talvez adoptado para ver se contra a evidencia do facto se colora o rebelde attentado das tropas do paiz), me enviarão um protesto para eu remetter ao governo provisório, para este o fazer juntar ao summario, o que assim obrei, recebendo officio da sua recepção, como consta das copias que igualmente levo á presença de Vossa Magestade.

« No furor dos ataques se não podem evitar alguns acontecimentos; não ha ouvidos para a moderação: muitos dos soldados dos batalhões e cavallaria, desesperados mais do fogo, que das casas de muitos particulares se lhes fazia (até de um convento de freiras da Lapa), do que mesmo do da tropa facciosa, arrombãrão algumas daquellas, do que se seguirão alguns desastres, mas não se locou na do ex-governador, como elle dizia nos officios que dirigio aos commandantes dos corpos da 2ª linha da provincia, afim de se reunirem a elle no forte de S. Pedro, quartel de artilharia, onde se achava, cuja falsidade se mostra pelo exame judicial a que se mandou proceder em virtude de um officio meu ao governo provisório, o que consta da copia que juntamente apresento a Vossa Magestade.

« Das tres cartas do vigario capitular e abbadessa do convento das Mercês, que por copia igualmente levo á presença de Vossa Magestade, virá no conhecimento da impostura que se fez grassar da geral profanação dos templos, e de outras de igual jaez.

« Só com sophismas e com testemunhas, co-réos do mesmo sedicioso delicto, é que se poderá querer nublar a facção, que se dirige á suspirada independencia, o que não acontecerá se Vossa Magestade e el-rei tomarem as precisas precauções.

« Por um navio estrangeiro, que foi para Gibraltar, dei a el-rei uma declaração em summa dos acontecimentos, e lhe pedi aquellas forças que vi erão necessarias; por esta embarcação remetti outra mais circunstanciada, e espero, pois, finda a investigação militar a que mandei proceder por testemunhas dos mesmos corpos rebeldes, dar uma exacta e mais comprovada narração de todos os factos.

« E' necessario que a verdade seja inseparavel do bemem, quanto mais de um subdito para com o seu superior: devem desaparecer prevenções: este o caracter constitucional, este o caracter do homem de bem; sempre o tive e conservarei: das minhas expressões a guia é aquella.

« Trata-se do bem da nação, de um dever de todo o verdadeiro portuguez, quanto mais de um empregado publico declarar os seus sentimentos, quando de os calar se pôde seguir males funestos áquella.

« Tres são os partidos que existem nesta cidade: dos naturaes de Portugal o partido quasi geral é puramente constitucional, e a este alguns ha dos naturaes do paiz que se unem; dous são os partidos que estes seguem, a saber: os mais poderosos já em posses e já em empregos de representação, ligados aos togados do Rio de Janeiro, querem uma constituição, em que como lords figurem independente do governo de Portugal, e por isso trabalham para a separação, e este o motivo por que o poder legislativo de Vossa Magestade é alli atacado nos papeis publicos com o maior vilipendio.

« Os que pelas suas posses ou empregos não hombraem com aquelles, querem uma independencia republicana em que só figurem os naturaes do paiz; têm-se chocado ambos estes partidos até aqui, tendo sido o resultado favoravel ao primeiro constitucional: porém agora, julgando-se offendidos ambos os corpos por ser notado o geral



americano por fraco e rebelde, trabalham a reunir-se, e se o conseguem, como é de esperar, é necessario grande força para o rebater, e por isso quanta maior brevidade houver em prestar novas providencias e virem mais forças maior será o resultado ao bem da nação e dos do partido constitucional, que aliás será sacrificado.

« Certifico a Vossa Magestade que todo aquelle, quer natural, de Portugal, quer do Brasil, que fór verdadeiro constitucional, ha de apoiar esta minha declaração, e ser o primeiro em se unir a mim em requerer a Vossa Magestade e a el-rei forças da Europa para conservar o Brasil, castigo nos facciosos para não infestarem os bons; com esta medida a arvore da constituição dará os seus frutos nos tres reinos unidos.

« Os céos felicitem os trabalhos de Vossa Magestade. Bahia, 7 de Março de 1822.—Ignacio Luiz Madeira de Mello. »

« Illms. e Exms. Srs.—Tendo-me VV. EExs. mostrado os desejos de verem uma narração circumstanciada dos acontecimentos militares, que têm tido lugar nesta cidade, VV. EExs. poderão vêr na presente participação uma descripção fiel do que aconteceu

« Na noite do dia 17 os corpos desta cidade destacão de seus quartéis piquetes com sentinellas avançadas, que conservarão até pela manhã. A's 3 horas da tarde do dia 18 sahião do forte de S. Pedro e quartel da legião de caçadores grandes piquetes; que se postarão em todas as ruas das immediações do quartel do batalhão n. 12, e destacão as suas sentinellas até quasi a porta deste quartel, impedindo a passagem mesmo a alguns officiaes do batalhão que morão além do lugar que ellas occupavão.

« Isto obrigou-me a mandar destacar do batalhão alguns piquetes e postar sentinellas avançadas, e quando se estavam postando atirarão os piquetes pertencentes ao forte de S. Pedro alguns tiros sobre ellas, a que responderão dous soldados dos nossos com dous tiros; nesse tempo chegava o tenente-coronel Pereira, que andava collocando os piquetes e embaraçou a continuação do fogo.

« Todo este comportamento das tropas do forte de S. Pedro me pareceu um principio de hostilidades, e em-mandei o capitão do corpo de engenheiros José Feliciano da Silva Costa participar a VV. EExs. o que tinha succedido nos postos avançados, e protestar em meu nome que eu não ficava responsavel por qualquer accidente fustoso que tivesse lugar, e que estava disposto a repellir pela força quem atacasse as tropas do meu commando. O mesmo capitão me entregou o officio em que VV. EExs. me convidarão e aos meus officiaes para fazermos parte da assembléa, que ia deliberar sobre a questão do governo das armas.

« Eu fui reunir-me á assembléa ainda de dia com alguns dos meus officiaes, e quasi ás 5 horas da manhã retirei-me, com o prazer de ter cedido da minha autoridade a bem da tranquillidade publica, e então ordenei ao tenente-coronel Pereira que fizesse tirar os postos avançados logo que assim tivessem obrado os que tinha fronteiras.

« A's 6 1/2 horas da manhã ouviu o tenente-coronel tiros de fuzil para o lado da rua de João Pereira; formou o batalhão, e a este tempo chegou um cabo de esquadra do piquete que estava no campo da Piedade, a participar que as avançadas do regimento de artilharia tinham rompido o fogo, e que muita tropa marchava pela rua de João Pereira com peças de artilharia. O tenente-coronel Pereira avançou logo para o campo da Piedade com parte do batalhão e uma peça.

« A' sahida do quartel ouviu atirar dous tiros de peça, e quando chegou á Piedade atirarão o terceiro tiro com metralha e alguns de mosquetaria. Mandou dar uma descarga, carregou os facciosos com a bayoneta, ganhou duas peças de artilharia postadas defronte da igreja do Rosario e convento das Mercês; ahí fez alto, mandou entreter o fogo de fuzil para os fazer retirar para o forte, em cujas proximidades tinham tropa e duas peças. Porém como do

Trem se fazia sobre a nossa tropa um vivo fogo de mosquetaria e artilharia, e o tenente-coronel não podia sustentar-se naquelle ponto, sendo batido pelo flanco, e podendo ser obrigado a manobrar pela frente, mandou avançar a peça que tinha protegido os primeiros movimentos, e fez fogo sobre as tropas que estavam estabelecidas no Trem, atacou-as e conseguiu desaloja-las, tomando tres peças com que fizeram um vivo fogo.

« Continuou por mais algum tempo o fogo de fuzil pelo lado do passelo, até que se conseguiu fazer retirar ao forte todos os levantados. Como se tinham rompido as hostilidades em desprezo de uma solemne convenção, assignada uma hora antes, vi que o dever de conservar o que a nação e el-rei me confiara, e ás tropas constitucionaes do meu commando, estava ligado com o dever de procurar a nossa segurança; eu procurei, portanto, o modo de poder repellir quaesquer ataques e obrar energeticamente.

« Para este fim mandei ao coronel João de Gouvêa Osorio que puzesse em movimento a legião constitucional lusitana para podermos obstar a quaesquer tentativas que pudessem emprender-se contra nós. Consequentemente marchou para a Piedade o 1º batalhão, commandado pelo tenente-coronel Joaquim Antonio de Almeida, a quem foi determinado que não atacasse senão a quem o atacasse; a mesma ordem tinha recebido o tenente-coronel antes de ser atacado o batalhão 12.

« Mandei reunir a artilharia; podia ser necessaria; reforçáram-se as guarnições dos fortes do Barbalho e Santo Antonio, confundindo estas posições ao capitão Lello, commandante da artilharia da legião constitucional lusitana. Pouco depois de chegar o 1º batalhão foi-me participado que a legião de caçadores tinha sahido do seu quartel, e que no campo da Polvora atacára o corpo de cavallaria que vinha marchando em consequencia das minhas ordens, com uma companhia da legião constitucional lusitana.

« Nesta occasião foi ferido o capitão Pereira da cavallaria. Mandei logo o 1º batalhão ao campo da Polvora, e quando chegou ao quartel da legião de caçadores, uma porção della, que ahí estava encerrada fez um fogo muito vivo sobre elle. O tenente-coronel mandou ao quartel o tenente Silva do mesmo batalhão para propôr que se acabassem as hostilidades conforme eu lhe ordenára; porém esta moderação foi inutil; os caçadores continuáram a fazer fogo e insultarão o tenente Silva, querendo até mata-lo.

« O tenente-coronel vio-se na precisão de atacar o quartel, o qual foi tomado, aprisionando-se os que não puderão escapar-se. Nesta operação, que foi executada com muito valor, foi ferido gravemente o capitão Antonio Caldas e contuso o capitão Aragão. Ao mesmo tempo que isto acontecia no quartel da legião, teve participação o tenente-coronel Almeida que as avançadas do 1º regimento estavam já fazendo fogo sobre uma avançada do 2º batalhão, que estava na embocadura da calçada da Palma.

« Mandou logo uma companhia a soccorrer a avançada, e como o fogo se continuasse muito fortemente mandou todo o batalhão. O 1º regimento foi-se retirando na direcção do seu quartel, fazendo, porém, um vivo fogo, e o batalhão o seguiu até á porta do mesmo edificio, onde o regimento se fez forte, fechando o cancellão, e então entreteve de toda a parte um fogo desesperado. Isto obrigou a atacar o quartel, que foi levado, fazendo-se dentro uma obstinada resistencia.

« Ainda depois de tomado o quartel houverão soldados, que, escondidos debaixo das tarimbas, fizeram fogo sobre quem entrava. Uma parte do regimento fugio, e o resto foi aprisionado. VV. EExs. provavelmente soberão já que este regimento sahio do quartel na manhã do dia 19 e marchou até o campo da Polvora. Dahi marchou uma parte para o forte de S. Pedro e a outra para o quartel, e foi a que atacou ao 2º batalhão.

« Em todos estes choques conservarão os soldados a maior moderação, o que faz muita honra ao coronel Osorio, que ahí se achou, como aos commandantes e mais

officiaes de todos os corpos, e á porfia cuidarão com o maior desvello em fazer conduzir os feridos para os hospitales. Depois que não tive mais a recear dentro da cidade reuni as forças na Piedade e mandei de tarde intimar ao forte que se rendesse, a que me respondeu muito confusamente.

« Então determinei-me a bloquear o forte no dia seguinte, e ordenei ao capitão Costa, commandante de engenheiros da legião constitucional lusitana, que fizesse os preparativos para esse fim. Na manhã do dia 20 tornei a intimar-lhe que se rendesse, escrevendo para este fim ao brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães, dizendo-lhe que respondesse dentro de duas horas, o qual respondeu ao tenente Doutei, que fôra o mensageiro, que não era possível dar a resposta com a brevidade exigida, e que a elle é que competia marcar o tempo para a resposta.

« Sabendo de tarde que pelo lado do campo de S. Pedro se ia evadindo a guarnição do forte com armas, vi que a minha moderação e a suspensão de hostilidades, que eu tinha praticado durante a manhã, e na tarde e noite antecedente, não era bastante para obrigar a guarnição a obrar como eu lhe intimel, e mandei ao 2º batalhão da legião constitucional lusitana que marchasse pela estrada das Brotas, em direcção ao sítio do Bom-Gosto, para evitar que alguma grande porção della pudesse manobrar sobre as nossas posições.

« Quando o batalhão tinha chegado ao meio do caminho recebeu a guarda avançada uma descarga, que lhe atirou uma partida de tropa que sahira do forte, da qual resultou a morte de um soldado do batalhão e ficou ferido um de cavallaria. O batalhão carregou sobre a partida, que pôz em desordem, e depois conseguiu aprisionar muitos soldados dispersos. Quando o batalhão chegou á sua posição conheceu que o forte estava abandonado.

« A noite veio o commandante do regimento de artilharia Bernardino Alves de Araujo convencionar comigo sobre a sua rendição, e na manhã seguinte occuparão o forte as tropas do meu commando, não se encontrando dentro senão o brigadeiro Manoel Pedro, o capitão do regimento de artilharia, o capitão Ignacio Corrêa, um quartel-meestre e alguns cadetes.

« Durante a tarde do dia 19 e no dia 20 fez-se fogo por algumas vezes sobre os nossos postos e sentinellas avançadas, e até pessoas mal intencionadas atirarão por diferentes vezes de dentro de algumas casas sobre a tropa ou officiaes que transitavam pelas ruas.

« Tais são os acontecimentos militares que tiveram lugar nesta cidade, nos quaes eu não fiz senão o que foi absolutamente necessario para se defenderem as tropas do meu commando, não sermos envolvidos e evitar os males que daqui se seguirão.

« Deos guarde a VV. EExs. Quartel-general da Bahia, 25 de Fevereiro de 1822. — Illms. e Exms. Srs. presidente e mais membros da junta provisoria do governo da Bahia. — Ignacio Luiz Madeira de Mello, brigadeiro governador das armas.

« Está conforme, Joaquim José de Groot Pombo, capitão engenheiro ás ordens do general de Pernambuco. »

#### COMEÇO DA GUERRA ENTRE O GENERAL MADEIRA E A FORÇA BRASILEIRA

O máo comportamento dos portuguezes na Bahia e das côrtes derão occasião, desde logo, a apoderar-se de povo bahiano a maior disposição para despedaçar os elos da união luso-brasileira.

Este sentimento se manifestava visivelmente, e a soldadesca lusitana, para atear a rivalidade, engrupando-se em diversas partes da capital, dirigia affrontosos epithetos de—morrão os cabras—, espantavam os soldados do paiz, que inermes transitavam e desaparecidos; e por isso reunindo-se alguns destes em represalia, com iguaes vozerias, davão—

morrão os carneiros(\*).—Travando-se em alguns pontos tão renhida luta, que foi mister expedirem-se fortes patrulhas, ao mando de officiaes, para apaziguar os contendores, conduzindo-se os feridos ao hospital e os aggressores para os respectivos quartéis; resultando de taes conflictos a morte dos soldados de artilharia José Clemente e Manoel Soares, que isoladamente, com denodo, baterão-se com a chusma de soldados lusitanos que os perseguirão.

Toda a cidade continuava a ser policiada por muitas patrulhas dobradas dos contingentes dos corpos ao commando de officiaes apoderados do systema de vinganças d'entre as massas, estigmatizados por desenfreada soldadesca, tomando o governo a precaução de fazer collocar duas peças de artilharia no largo do Theatro, sob o commando do capitão Leão, lusitano, guarnecidas por infantaria portugueza, cuja medida exacerbou aos nacionaes, dentre os quaes alguns, por mofa, sem duvida, durante a noite, tiravão algumas vezes os soquetes das peças e deixavão em seu lugar pelles de carneiros.

De tão frequentes lutas parciaes, o resultado deveria ser uma guerra de extermio. Agitados os espiritos, na tarde do dia 17 de Fevereiro de 1822 um grande numero de cidadãos no forte de S. Pedro, em harmonia com o regimento de artilharia commandado pelo coronel Bernardino Alves de Araujo Filho, mandando chamar ao brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães, que se achava em uma chacara na Barra, alheio aos movimentos que se estavam dando, formou-se um conselho de officiaes para se precaverem contra a attitudo ameaçadora em que se achava o novo governador das armas com as forças lusas e a cavallaria do paiz, além dos demais corpos da guarnição sob seu commando.

Decidio-se a defensiva em quanto outras providencias se praticavão, e forão postas duas bocas de fogo no Trem dos Afflictos, sob a direcção dos capitães José Alves da Silva e José Ignacio de Mello, conjuvados pelos tenentes Antonio Marcellino da Costa Dorea e Manoel Joaquim Xavier; sendo outra postada na rua das Mercês, contigua ao forte de S. Pedro, sob o commando do tenente Bernardo José de Noronha, formando a linha de defesa por se considerar infallivel e imminente a aggressão.

Na tarde do dia 18 sahirão da fortaleza de S. Pedro e do quartel da legião de caçadores em Santo Antonio da Mouraria grandes piquetes, e se forão postar nas immediações do quartel do batalhão n. 12, em S. Bento; e o general Madeira, receioso de que fosse atacado mandou que marchassem outros piquetes daquelle corpo a ficarem fronteiras as sentinellas avançadas de ambos, e sem muito esperar, um dos piquetes, que marchavão do forte de S. Pedro, fez fogo, e foi correspondido pelo inimigo. No entanto Madeira, acompanhado da gente ordinaria e pela maruja, percorrendo as ruas da cidade, gritavão—fôra a camara, morra Manoel Pedro!

A cidade já era um arraial de guerra, e pela manhã do dia 19 se reunirão aos brasileiros mais de 100 homens dos regimentos 3 e 4 de milicias de pardos e pretos, capitaneados pelo sargento de artilharia Francisco Vicente Vianna, evadidos da for-

(\*) Chamavão-os—carneiros—por terem o fardamento de lá branca.

taleza de S. Pedro, com o projecto de trazerem o fardamento do brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães, existente em sua casa á rua do Rosario de João Pereira, os quaes, com illusorias ordens superiores, compellirão ao tenente Bernardo José de Noronha, que estava na guarda daquelle ponto, com a peça do seu commando, a avançar ás 8 horas da manhã em protecção daquelles.

Logo que se approximárão da igreja do Rosario forão aggreddidos pelas avançadas do general Madeira, travando-se um renhido combate, lutando com forças superiores até o final desfeixo por não consentir o commandante do regimento a abertura do portão a seus commandados, que resolutos procuravão romper o obstaculo que se lhes antepunha em defesa de seus companheiros de armas prestes a succumbir!

Tendo ao mesmo tempo atacado a posição do Trem dos Afflicto forão gravemente feridos o tenente Antonio Marcellino da Costa Doria e outras praças, e levemente o capitão José Ignacio de Mello, além dos que morrêrão, occupando á viva força o inimigo tão importante posição, pouco guarnecida e desbaratada, por uma columna bem reforçada, que penetrou a cortina do fosso da fortaleza parallela ás das baterias desta, afim de pô-la em assedio, como aconteceu, pois, alarmada a capital e municados os corpos da guarnição, pôz o governo em effectividade as medidas conducentes a realizar os seus planos.

A maior parte do 1º regimento de linha se apresentou no forte de S. Pedro, desobedecendo ás ordens daquelle, com os capitães D. Bernabé de Uzeda e Luna, Ignacio José de Moraes, Santos Nogueira, D. Rodrigo José Romão da Silveira; tenentes José Joaquim Corrêa de Moraes, José Ferreira Ribeiro, Auto Joaquim Gonçalo Leão, Simões, José dos Humildes; alferes Alvaro Corrêa de Moraes, Izidoro Corrêa Leal, Farias, Arvellos, Mondim Pestana e outros.

Igual conducta manifestou uma grande parte de officiaes da legião de caçadores: forão os capitães Francisco José de Mattos Ferreira Lucena, Caetano Mariano da Fonseca Machado, ajudante Alexandre Gomes de Argolo Ferrão e outros, bem como o tenente José Joaquim Leite e alferes Pedro Jacome de Menezes Doria, que ao retirarem-se das guardas do arsenal de marinha, procurando com rapidez a maior porção daquelles pelos brejos do Tororó, arrostárão com denodo o ataque inimigo, que lhes impedia os passos, conseguindo a entrada na fortaleza pelo fosso e pela escada que se lhes facilitou para o effeito, sem cessar desta o vivo fogo, apezar da prohibição do commandante de artilharia, dando assim a perceber não adherir ao movimento, como affim manifestou em conselho com futeis evasivas, depois de ouvir a seu pai o major reformado Bernardino Alves de Araujo, que sem duvida foi abi em missão secreta, regressando logo.

Um parlamentarario então se enviou ao general Madeira, que foi o major Ignacio Corrêa de Vasconcellos, cuja decisão, não satisfazendo aos sitiados, resolveu o brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães a dirigir officios para os commandantes dos regimentos de milicias do reconcavo pelo capitão Francisco José de Mattos Ferreira Lucena, ajudante Argolo Ferrão, cirurgião-mór Francisco

Sabino Alves da Rocha Vieira e outros, sabendo-se ter sido desapiadadamente assassinada pela tropa lusitana a respeitavel abbadeça do convento da Lapa, e atormentado com sevicias seu veneravel capellão o Rev. Daniel, sem attenção ás suas virtudes e idade sexagenaria, sob pretexto de protegerem a seus patricios! Eis como o facto se deu.

#### MORTE DA ABADEÇA DO CONVENTO DA LAPA E DO ANCIÃO JOSÉ BENTO

A tropa lusitana, desesperada pela resistencia que ia experimentando por parte dos brasileiros, ao passo que buscava vingança, tambem estendia suas vistas para a rapina.

Havia na Bahia um ancião, professor de latim, da villa de Jacobina, aposentado, de nome José Bento, bem quisto e de um comportamento exemplar. Tendo recebido nas vespervas dos acontecimentos dos dias anteriores os seus ordenados, que montavão em alguns centos de mil réis, constou isto ao major Serrão, da legião lusitana, que, aproveitando-se das circumstancias, invade a casa do pobre velho, sob o pretexto de que della fazião fogo para a tropa portugueza, postada naquella rua, prende-o e o leva á presença do Madeira, que, reconhecendo a sua innocencia, o fez reconduzir por uma escolta para sua casa.

Mallograda a primeira tentativa, passadas horas, o major Serrão, sob o mesmo pretexto invade de novo a casa do professor José Bento, assassina-o, e rouba-lhe todo o dinheiro e as alfaías de prata e ouro que possuia.

Em acto quasi continuo o mesmo facinora, sob o mesmo pretexto, desejando roubar o convento das religiosas da Lapa (era segunda-feira de entrudo), acompanhado de soldados, bate na portaria com os couces das armas, e descendo a inoffensiva abbadeça madre Maria Joaquina, com uma bolsa cheia de dinheiro, disse-lhe que de seu convento não podia partir offensas á tropa, que estava postada na rua, por ser aquelle asylo morada de mulheres e que não podia pela sua regra admitir homem algum, e lhe offereceu o dinheiro para as deixar em paz.

Serrão recebe a bolsa, e ao mesmo tempo é a pobre religiosa varada por uma bayoneta, e alli mesmo expira. O allarido das religiosas foi grande, e o virtuoso Daniel, que acodio a esta scena, foi horivelmente maltratado a deixarem-n'o quasi por morto.

#### OS SITIADOS DO FORTE DE S. PEDRO, RECREANDO TRAIÇÃO, RETIRÃO-SE PARA O RECONCAVO

No dia 21 de Fevereiro, sem que cessasse o fogo sobre as muralhas da fortaleza, obedecendo ás ordens do chefe respectivo, cujo procedimento causava suspeita de traição, resolvêrão os demais officiaes (attenta á enfermidade nervosa de que foi acommettido o brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães por testemunhar a ingratição e pouco patriotismo desse chefe) evacuem a fortaleza evitando assim que o rendimento ficasse á discrição de seus defensores, segundo o desenvolvimento das siladas,

no successivo, indicação esta exercida por aquelle brigadeiro, protestando arrostar todas as vicissitudes da sorte, á mercê de seus aggressores, na convicção de poupar a seus companheiros de armas os sacrificios resultantes de uma vingança triumphante, conseguindo reunir suas forças auxiliares como havia predisposto.

Reconhecêrao os acantonados a urgente necessidade de se retirarem opportunamente sem a noção de covardia a que estavam expostos não usando da offensiva, como até então, procedendo instantaneamente á evacuação da fortaleza por escadas decorda sobre as muralhas do lado do portão sem que percebesse o inimigo tal operação, permanecendo na fortaleza o brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães, coronel Bernardino Alves de Araújo, majores Ignacio Corrêa de Vasconcellos, e mui poucas praças empregadas no quartel, que foram com aquelles capturados ao occuparem a dita posição as forças do governo.

Tendo seguido a columna dos sitiados a direcção da povoação do Rio Vermelho, com o projecto de incorporar-se ao regimento da Torre de Garcia d'Avila, e fazer ali a reunião dos demais auxiliares para repellar os projectos lusitanos, dispuzou sua vanguarda o passo com uma pequena partida de cavallaria postada em observação ás companhias do litoral da Torre, a qual retirou-se em debandada, sem encontrar outro obstaculo na digressão accelerada que levava.

Adiantando-se o major Joaquim José Rodrigues da columna em Itapoan á Torre, para entender-se com o coronel Pires de Carvalho e Albuquerque, encarregou o commando della o major Joaquim Satyro da Cunha, que assim proseguio a marcha para aquelle ponto, cuja jornada penosa descontentava aos expedicionarios, já bastante fatigados, e privinidos com a supposta traição que acabavão de soffrer, os compellio á insubordinação, sendo difficil aos officiaes conter os excessos dos que se afastavão da fôrma para matarem gallinhas e porcos dos moradores do caminho que trilhavão, para saciarem a fome que os devorava, supportando-se a sede em uma marcha agitada em terreno arenoso e em extremo quente pelo forte sol do dia 22 de Fevereiro de 1822!

Alguns soldados, temendo as marchas forçadas em acção, sem certeza de bom exito, desampararão seus companheiros de infortunio, cujo numero excedia de 900 combatentes das tres armas, sem que nenhum desatino se presenciase nos transeuntes em gravame da propriedade ou moral dos habitantes nos seguidos pontos da sua direcção além da freguezia do Monte-Gordo, de onde contramarcharão por ordem do major Rodrigues, apparentando o melhor resultado de sua missão.

Iludidos por uma entrevista que tiverão perto de Itapoan, dirigio-se o major Rodrigues com o cadete de artilharia Daniel Gomes de Freitas ao rumo da fazenda dos Arcos, devendo para alli seguir a columna que deixara descansando no Monte-Gordo, conseguindo chegar ao destino comprehendido depois das 11 horas da noite do dia 23 de Fevereiro.

O proprietario da fazenda acima mencionada, que era tenente do regimento da Torre, os recebeu com a maior affabilidade, empregando todos os desvelos da mais liberal hospitalidade, dando desde logo providencias para matar a fome aquella força fati-

gada quando alli se apresentasse, como se observou na manhã seguinte, fornecendo-a do necessario para a continuação da sua jornada, calculando rações para 4.000 praças.

Confidencialmente informado por tão philantropico cidadão aquelle major do officio que lhe dirigia seu coronel (Antonio Joaquim Pires de Carvalho) para desavisar as praças de sua companhia, como ordenava aos demais capitães, por haver recebido terminantes ordens do novo general (Madeira), em opposição ás precedentes do brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães, autorizando-o para perseguir aos amotinados que se apresentassem no districto, aguardou o coronel o dia subsequente para entender-se com o major Satyro e predisporer os meios de evitar a sanha de seus inimigos.

Em tão acerba contingencia, chegando a força áquelle ponto, consultou o major Rodrigues ao major Satyro, sciificando-o do ocorrido, e resolverão fazer desaparecer os mais compromettidos officiaes, e toda a força, assim abandonada, se dispersou em grupos, apresentando-se a maior parte della em seu regresso, á vista do bando que se havia publicado, perdoando o governo ás praças de pret, sendo algumas destas capturadas pelas partidas de cavallaria collocadas nos subúrbios da cidade, conservando-se os demais em deserção.

Diz Ignacio Accioli que até então, na Bahia(\*), os negocios do Rio de Janeiro servião sómente de objecto ás discussões secretas; ellas, porém, se tornarão geraes com a chegada de uma carta dos deputados desta provincia, datada de 22 de Março em Lisboa, exigindo entre outras cousas que a camara da capital ouvisse as demais camaras de toda a provincia sobre a conveniencia de uma delegação do poder executivo no Brasil.

Essa carta foi remettida a diversas camaras pela junta provisoria(\*\*), que outra quasi igual recebera daquelles deputados, e anteciparão-se em patentear a sua opinião ás villas de Santo Amaro e S. Francisco, pedindo á camara da capital lhe designasse o dia para convocarem os seus eleitores de parochia, afim de procederem á nomeação dos procuradores geraes, na fôrma do decreto do Principe de 16 de Fevereiro do mesmo anno de 1822, e também á da Cachoeira, onde na noite de 8 de Maio se desenvolverão todas as demonstrações de jubilo por tal noticia.

#### GABINETES MINISTERIAES

HISTORIA DOS MINISTERIOS E DOS ACONTECIMENTOS QUE SE DERÃO EM CADA UM DELLES

Devendo continuar com a historia da independencia e seguir a exposição dos acontecimentos do

(\*) As idéas da união ao Rio de Janeiro formavão em verdade o desejo dos naturaes da provincia; porém, alterados com a força dominante, nada mais podião conseguir dentro da cidade. Já se havia publicado em diversas folhas a felicitação apresentada ao Principe Regente D. Pedro, pelos bahianos residentes na corte, em 15 de Janeiro (1822), e o periodico *Constitucional*, então redigido por Francisco Gê Acayaba Montezuma e Francisco José Corte Imperial, entrava com mais franqueza na polemica da opposição.

(\*\*) Tenho uma cópia della no meu archivo.



ministerio de 16 de Janeiro de 1822 por diante, julguei fazer uma diversão e voltar ao anno de 1808, e partir d'elle principiando esta historia por um dos ultimos actos do ministerio de el-rei o Sr. D. João VI, composto de Thomaz Antonio de Villa-Nova Portugal, do conde dos Arcos e conde de Palmella (depois duque), sendo o mais proeminente na administração o ministro Thomaz Antonio pelos creditos e privança que gozava com o rei.

Os governos despoticos, anormaes, medonhos, sempre abominaveis por essencia, firmavão-se no terror e compressão do genero humano, porque dispunhão das vidas, das fortunas e da honra dos homens, como se a Divina Justiça os encarregasse disso. Para poderem dominar sonhãrão direitos, fabulãrão principios, que o Creador lhes não confiou e nem outorgou a ningum, e por isso colligados firmavão o seu poder na força e na tyrannia.

Estes dous elementos de dominação tambem enfraquecem quando não são medidos pela prudencia e pelo conselho, e então, voltando-se sobre os oppressores, os esmagão e aniquilão. A força e a tyrannia podem exercer o seu imperio sobre a materia, porém o espirito livre não se abate e nem se humilha em face do tyranno; no tormento das dôres, no horror dos supplicios, elle crê que é livre e só espera o termo final para se libertar, e então alegre como a noiva, que troca o limiar da casa paterna pelo do amado esposo, vão para os braços de Deos, onde não chegão as perseguições dos homens.

Os tyrannos, conhecendo esta grande verdade, para exercerem melhor o seu poderio, tratãrão de dominar tanto os animos, como as consciencias, e para isso forão aos templos consagrados á oração e ao culto de Deos Eterno subornar os levitas, chamando-os em seu soccorro, e por meio de um commercio torpe, infame, subjugar o espirito e a consciencia.

Este expediente contudo não bastou; os mesmos levitas, já não tendo a força sufficiente para conter os animos descrentes que os ouvião blasphemar, dando a Deos Eterno paixões humanas, com o fim de os amedrontar, imaginãrão execraveis torturas, abominaveis supplicios e terriveis fogueira, até que a humanidade, revoltada e cansada de tanto soffrer, se levantasse e esmagasse a impostura e a tyrannia. Então apparecêrão a razão e a equidade, que, em vista de tantas scenas de horror, proclamãrão os direitos e os deveres do homem e do cidadão, com o fim de se reorganisar a sociedade a serem os homens governados sem degradação.

Para este fim foi consultada a consciencia humana, e extrahindo-se d'ella os fudamentos para a base do edificio social, que se buscou reconstruir, ficou a realza, que era a suprema arbitra da sociedade, verdadeiramente um mytho, que não pôde, ainda querendo, fazer mal a alguém. Os poderes concentrados na realza forão divididos, e como se reconheceram que ella, como a serpente, ainda podia causar damnos, se lhe juntou funcionarios responsaveis á sociedade pelos actos do poder real, e deste modo confeccionando um pacto como centro, donde devião partir as leis e regulamentos.

Para se conseguir semelhante reforma, opposta a usanças seculares foi necessario grandes esforços, grandes sacrificios mesmos; mas como agradou a todos a suprema idéa da constitucionalidade social, fundada sobre direitos e deveres, levou-se isso a

effeito, e por unanime concurso se fundãrão as monarchias constitucionaes representativas, tendo por base e por elementos os deveres do homem em sociedade.

O rei, que se suppunha o senhor de seus semelhantes e com poderes delegados do céu, bem depressa conheceu que erão ephemeros e unicamente emprestados ou usurpados, e que do mesmo modo que lh'os havião cedido os tomavão tambem, que em sua posição não se deveria considerar outra coisa mais que um mytho ou divindade, sem acção arbitraria, unicamente para receber cortejos e servir de instrumento á vontade dos homens.

Assim responsaveis os ministros de um rei pelos abusos do poder executivo, não pôde praticar o que as leis não permittem, e por isso a sociedade desafiada não presenciar os horrores que se derão no tempo do despotismo real.

Sem sabirmos do Brasil offerecemos aos inimigos das instituições modernas o seguinte documento, para que vejão o que eramos em 1817 e o que somos hoje; e se tinhamos ou não razão para aspirarmos outra fórma de governo que o que comprimia o Brasil em todos os seus angulos.

O documento que offerecemos é a sentença proferida pela commissão militar, creada em 1817 para punir os réos Domingos Theotônio Jorge, José de Barros Lima, por antonomasia Leão Coroadado, e o Rev. vigario de Itamaracá.

Bem proverbial era a bondade do Sr. D. João VI, mas foi no seu reinado que os seus ministros mandãrão decapitar os executados, e lhes arrastar os corpos em cangas de cavallos até á borda da sepultura!!! Foi no anno do Senhor de 1817 e primeiro quartel do seculo XIX que se proferio a seguinte sentença para honra e gloria da monarchia absoluta.

#### Sentença.

« Vendo-se nesta commissão militar de Pernambuco o processo verbal dos réos Domingos Theotônio Jorge, José de Barros Lima, por alcunha Leão Coroadado, capitães de artilheria desta praça do Recife, e do padre Pedro de Souza Tenorio, vigario de Itamaracá, presos aquelles por serem os primeiros cabeças da revolução praticada no infausto dia 6 de Março proximo passado nesta villa contra o Estado real de Sua Magestade, sendo o primeiro governador e general das armas, e mentor do infame e intulhado governo provisório, e evacuando depois esta praça, na approximação do exercito do mesmo Senhor, com a tropa que tinha debaixo do seu commando, e levando os cofres da fazenda real, que havia roubado com o réo José de Barros Lima, e este por ser o motor e dar principio ao desenvolvimento da rebelião, animando á espada e dando uma estocada no seu brigadeiro, do que morreu, ao tempo que este lhe dava a voz de preso no quartel, sendo ao depois nomeado pelos perversos insurgentes coronel de artilheria, no qual posto se conservou até o dia da sua fugida e feliz restauração de 19 de Maio; ao réo Pedro de Souza Tenorio, por acommetter com uma pistola na mão ao juiz de fóra de Goyanna quando entrava na fortaleza de Itamaracá, onde o réo estava, e despejando-o de sua insignia, e intimando-lhe que já não era juiz de fóra, e gritando—viva a religião e a patria—e arvorando com seus sectarios a bandeira branca, chamada patriota, ao som das descargas de artilheria, e passando algum tempo fóra ajudante do secretario do dito criminoso governo: vendo-se o auto do corpo de delicto, depoimento das testemunhas, documentos interrogatorios feitos aos ditos réos, decidio-se, sem discrepancia de votos, que as ditas culpas estãvao plenamente provadas, os réos convencidos, e de algum modo confesos, sem lhes poderem suffragar as frivolas e futeis evasivas a que recorrêrão as suas respostas, as quaes se desvanecem por si mesmas, e portanto julgão os mesmos réos inculos nos §§ 5º, 8º e 9º da Ord. do liv. 5º, livro VI, e mandão que as sobreditas penas se executem nos réos, os quaes todos, depois de mortos, serão cortadas as mãos e decapadas as cabeças, e se pregarão em postes, a saber: a cabeça do primeiro réo na

Soliedade e as mãos no quartel, a cabeça do segundo em Olinda e as mãos no quartel, a cabeça do terceiro em Itamaracá e as mãos em Goyanna, e os restos dos seus cadáveres—serão ligados a caudas de cavallos e arrastados até o cemiterio—e igualmente os declararão exautorados, e manda que se assem e o tom as patentes dos capitães em todas as estações em que houverem de serem registradas; e quanto á degradação do réo padre determino que se façam participações ás autoridades ecclesiasticas para mandarem immediatamente proceder a ella, e a expulsão e deposição da insignia do habito, visto ser cavalleiro antes da execução da pena ultima.

« Quartel-general do Recife, 8 de Julho de 1817.—José Gonçalves Marques, relator e auditor de guerra.—Conde da Figueira, major de cavallaria.—José de Souza Sampaio, tenente-coronel de caçadores.—Verissimo Antonio Cardoso, coronel.—Luiz Paulino de Oliveira Pinto da França, coronel interregante.—Luiz do Rego Barreto, general-presidente. »

Esta sentença iniqua, e por demais barbara, foi executada fielmente em todas as suas partes, e os cadáveres, para maior solemnidade, arrastados pelas caudas de cavallos em vez de serem puxados em direitura ao cemiterio, passarão neste estado horrivel e lastimoso pelo pateo do hospital do Paraíso, rua do Rosario, pateo do Carmo, rua das Trincheiras até chegarem ao seu destino marcado na sentença condemnatoria!!! A mão do historiadór treme ao descrever taes horrores!!!

#### MINISTERIOS NO BRASIL DESDE 1808 ATÉ 1821

*Gabinetes ministeriaes organisados no dia 10 de Março de 1808*

Transferida a corte portugueza para o Rio de Janeiro, como largamente já dissemos ás pag. 86 e 87 do 1.º tomo da 2.ª parte da *Chorographia Historica*, na noite do dia 10 de Março de 1808, foi mudado o ministerio que acompanhou o Principe Regente e a familia real para o Brasil.

Esta mudança teve por origem o boato de traição que se espalhou em Lisboa, e que fez algum peso no animo do Principe Regente de haver o ministro Antonio de Araujo aconselhado a jornada do Principe da Beira, como condestavel, para o Brasil, e com isto buscar-se salvar o filho para entregar o pai aos inimigos; este boato que os inimigos de Thomaz Antonio e do ministro Antonio de Araujo fizeram espalhar por toda a parte, não se desvaneceu em Lisboa e nem se apagou de todo no animo do Principe Regente. O novo gabinete foi composto do modo seguinte:

1.º D. Fernando José de Portugal (depois marquez de Aguiar) para os negocios do reino.

2.º D. Rodrigo de Souza Coutinho (depois conde de Linhares) para os negocios estrangeiros e da guerra.

3.º Visconde de Anadia (depois conde) para os negocios da marinha e ultramar.

#### *O conde de Anadia.*

O primeiro fidalgo portuguez que falleceu no Rio de Janeiro, dos que acompanháram o Principe Regente, foi João Rodrigues de Sá de Menezes, conde de Anadia, ministro e secretario de Estado dos negocios da marinha e dominios ultramarinos, no dia 30 de Dezembro de 1809, sendo sepultado o seu cadaver, com todas as honras que lhe erão devidas, na igreja do convento de Santo Antonio, sabindo

o prestito da casa da sua residencia, que fica frente ao chafariz das Marrecas, na rua dos Barbons.

A respeito do conde de Anadia já fallámos no 1.º tomo da 2.ª parte da nossa *Chorographia*, e o que nos resta a acrescentar é que elle sempre foi inimigo do Brasil; porém o Brasil lhe deve um dos melhores beneficios, que foi a transmissão da vaccina que para o Brasil mandou por aviso do 1.º de Outubro de 1802, recommendando aos governadores de ultramar a propagação deste preservativo das bexigas, e por outros muitos avisos e determinações repetio instantemente a fiel execução das ordens do governo metropolitano.

Depois que chegou ao Rio de Janeiro não gostava de cousa alguma que não fosse de Portugal, e a respeito dos seus odios para com o Brasil conta-se que, sendo elle convidado pela familia do Dr. Antonio Francisco Leal, primeiro medico do hospital militar, a passar algumas horas em um salão em sua casa, onde se reunia a melhor gente de então, na occasião do chá, além de muitas iguarias, viera um bolo, conhecido pela denominação de *Mãi-Benta*, e o louvando elle pelo sabor, lhe perguntou uma das filhas do dono da casa se S. Ex. conhecia a materia de que era feito o bolo que estava comendo, e com muito prazer saboreando, ao que respondeu pela affirmativa, dizendo que era feito de farinha de trigo.

A senhora disse-lhe que não, que era feito da gomme da mandioca. O indiscreto fidalgo, isto ouvindo, para mostrar a sua repugnancia, fez jogo do resto do bolo que comia pela janella, mostrando-se arrependido de o haver comido, e cuspiendo, como enjoado.

Contão-se varias anedotas neste sentido do conde de Anadia, e era o unico fidalgo da primeira ordem que se mostrava hostil a este abençoado paiz, emquanto que os outros não se queixavão.

*Anno de 1810 a 1817.—D. Fernando José de Portugal e Castro, conde de Linhares.—D. João de Almeida Mello e Castro, conde das Galvêas.*

Pela morte do conde de Anadia no dia 30 de Dezembro de 1809 foi chamado o conde das Galvêas para substitui-lo nos negocios da marinha e ultramar, estando elle no commando das armas por fallecimento do tenente-general Montauray a 18 de Maio, ficando em seu lugar o visconde de Miranda da Francisco Antonio da Veiga Cabral, que havia chegado do governo da India, o qual, fallecendo a 31 de Maio, substituiu-o no governo das armas o marquez de Angeja, que falleceu de uma apoplexia no dia 27 de Dezembro de 1811, com 70 annos.

Com a morte do conde de Linhares passou o conde das Galvêas a dirigir a pasta dos negocios estrangeiros e da guerra, porque, já tendo sido ministro de Estado em Portugal, e exercido lugares de diplomacia, como enviado nas côrtes de Haya, Roma e Londres, julgou o Principe Regente não confiar a outro senão a elle a direcção da pasta que tinha o illustre estadista conde de Linhares, até que falleceu no dia 18 de Janeiro de 1814, com 56 annos, 11 mezes e 26 dias de idade, sendo o seu cadaver sepultado na igreja de S. Francisco de Paula, com todas as honras que lhe erão devidas.

O marquez de Aguiar D. Fernando José de Portugal e Castro era um dos fidalgos mais nobres da monarchia portugueza, tendo exercido lugares de magistratura na casa do Porto e na supplicação de Lisboa, tendo governado por 14 annos a capitania da Bahia, e sendo mais de quatro vice-rei no Rio de Janeiro, exercendo em toda a parte os cargos, com muita intelligencia, moderação e proverbial honradez, voltou á Lisboa em 1806, e alli chegando foi nomeado presidente do conselho ultramarino em 1807, passando ao conselho de Estado.

Com a trasladação da cõrte portugueza para o Brasil acompanhou o Principe Regente, e na Bahia foi elle quem, como ministro, tomou sobre si o peso dos negocios publicos, e ahí, levado das persuasões do sábio Dr. José da Silva Lisboa, depois visconde de Cayrú, aconselhou, por justas razões de Estado, que se abrissem os portos do Brasil ao commercio franco das nações amigas, e com effeito promulgou-se a carta régia de 28 de Janeiro de 1808, expedida pelo conde da Ponte, que governava então a Bahia, que sem duvida foi um dos melhores benefícios para o Brasil, sendo a pedra angular da grande obra da independencia e soberania do Brasil.

D. Fernando, marquez de Aguiar, no ministerio, creou no Rio de Janeiro o desembargo do paço, o conselho da fazenda, a casa da supplicação, a junta do commercio, a mesa da consciencia e ordens, o erario regio e o banco do Brasil. Acabou com as leis que restringião a industria, ficando livre a todos os brasileiros estabelecerem fabricas e darem-se a todo genero de commercio.

Por tantos beneficios feitos ao Brasil a memoria desta varão deve ser abençoada. Elle falleceu no dia 24 de Janeiro de 1817 com 64 annos, 1 mez e 19 dias de idade, no palacete da rua dos Barbons n. 66, onde hoje é casa dos expostos, sendo sepultado no dia 25, á tarde, na igreja de S. Francisco de Paula, com todas as honras devidas á sua posição social.

Era o marquez de Aguiar um varão muito instruido, e aqui publicou em 1810 a sua traducção da critica de Pope, com notas mui eruditas. Sendo solteiro, casou no Rio de Janeiro com uma sua sobrinha, mas não deixou successão. Morreu mui pobre, e sobre o que aconteceu no correr do tempo com a nobre marquezia de Aguiar exporemos no lugar competente deste nosso trabalho.

Ao marquez de Aguiar succedeu o cavalheiro Antonio de Araujo de Azevedo, conde da Barca, com as pastas das tres secretarias de Estado. O seu funeral foi muito concorrido, annunciando-se pelas 5 horas da tarde do dia 25 estar a náó *Rainha* em funeral, dando tiros de quarto em quarto de hora, seguindo-se as demais honras, e terminando por uma salva de 21 tiros dados em despedida pela náó *Rainha*.

#### O conde de Linhares.

O conde de Linhares D. Rodrigo de Souza Coutinho foi um fidalgo de muita importancia na carreira politica, e sendo empregado na diplomacia, como enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em França, recolheu-se á Lisboa, onde foi nomeado ministro e secretario de Estado dos negocios da marinha e dominios ultramarinos.

Quando Napoleão Bonaparte ordenou que o general Junot invadesse com um exercito francez Portugal, auxiliado pela Hespanha, com o especioso pretexto de defendê-lo contra a Inglaterra, o Principe Regente, depois o Sr. D. João VI, convocou o conselho de Estado para ouvir o seu parecer, como já dissemos no tomo 1.º da 2.ª pag. da *Chorographia*, sobre o que convinha fazer-se em circumstancias tão criticas; o conde de Linhares, como membro desse conselho conhecendo as intenções perfidas de Napoleão, como depois se provou pelo tratado feito em Fontainebleau em 27 de Outubro de 1807, pelo qual se dividia Portugal em tres partes, sendo uma dada ao Principe da Paz, o celebre Godoy; foi um dos que votou que o Principe Regente se refugiasse no Brasil, residindo no Rio de Janeiro até á paz geral.

Adoptado o conselho, partio o Principe Regente de Lisboa no dia 29 de Novembro de 1807, e depois de ter aportado á Bahia chegou ao Rio de Janeiro no dia 7 de Março de 1808, organisou todo o seu ministerio, para o qual foi contemplado o conde de Linhares, não só porque fôra um dos que derão o mencionado salutar conselho, mas por que fôra sempre partidario da Inglaterra.

Foi elle quem redigio o manifesto do 1.º de Maio, em que o Principe Regente declara guerra á França. A pasta que se lhe deu foi a dos negocios estrangeiros e da guerra, estando então unidas estas duas repartições.

Era o conde de Linhares um verdadeiro estadista e entusiasta do Brasil, porque conhecia o quanto elle valia por sua vastidão e riquezas; procurou empregar os meios para o engrandecer, creando pela carta régia de 4 de Dezembro de 1810 a academia militar, sendo a carta de lei por elle redigida, em que mostrou superiores conhecimentos, pelo que dizem pessoas entendidas que a preferem a quantas mudanças se têm feito na mesma academia.

A fabrica de polvora de Rodrigo de Freitas é tambem creação sua, assim como a de ferro, em Ypanema, na provincia de S. Paulo, onde existe uma mina abundante de ferro, sendo este metal superior pela qualidade ao da Suecia; ao archivo militar enviou muitos mappas geographicos e memorias; mas em consequencia do seu fallecimento em 1812 não progredio a fabrica, porque o seu successor, o conde das Galvêas, que era seu inimigo fidalgal, muito contribuiu para que ella fosse definhando a estar hoje quasi desapparecida.

As potencias da Europa, amigas e alliadas de Portugal, com a trasladação da cõrte portugueza para o Brasil, mandarão os seus enviados extraordinarios e ministros plenipotenciarios, sendo elles homens de grandes merecimentos e serviços, como forão pela Inglaterra lord Strangfort, pela cõrte de Roma o cardeal Callegi, etc.

Foi com Strangfort que o conde de Linhares negociou, e concluiu em 19 de Fevereiro de 1810, os tres tratados com a Grã-Bretanha, sendo um de commercio e navegação—outro de—aliança—e o ultimo do estabelecimento de paquetes, sendo plenipotenciarios o conde de Linhares e lord Strangfort.

No tratado de commercio e navegação, art. 32, se estipulou que o presente tratado seria illimitado emquanto á sua duração; que as obrigações, e condições expressas e contrahidas nelle, serão perpe-

tuas e immutaveis, e que não serão mudaveis ou alteradas de modo algum—no caso que S. A. Real o Principe Regente de Portugal, seus herdeiros ou successores, tornassem a estabelecer a sede da monarchia portugueza nos dominios europeus desta corda.

Este artigo acabou com o systema colonial do Brasil, pois que estando os seus portos abertos ao commercio inglez e ás outras nações amigas, seria contra os interesses nacionaes o inverso desta convenção, e portanto pôde dizer-se que o conde de Linhares foi um dos que contribuiu para a independencia do Brasil, devendo ser a sua memoria venerada e abençoada por todos os brasileiros por ter sido elle quem acabou com o systema colonial.

O tratado de commercio soffreu grande opposição, sendo o conde de Linhares mui censurado por ter, segundo se dizia, sacrificado os interesses nacionaes. Esta censura por fim se desvanecce quando se recorda a época da celebração do dito tratado. A Grã Bretanha sustentava com o seu dinheiro o exercito portuguez, e havia salvado o Principe Regente e a sua familia de cabir em poder de Napoleão, como succedeu a Fernando VII e á familia real de Hespanha.

Aquella nação, sendo essencialmente mercantil, necessariamente havia de procurar as melhores vantagens para o seu commercio, e por isso seria loucura esperar que ella levasse o seu desinteresse a ponto de não querer aproveitar a occasião de indemnizar-se dos serviços que fazia a Portugal.

Outro grande beneficio foi o ter-se ajustado no art. 9º do tratado de alliança a abolição do tribunal da inquisição do modo seguinte:

« Não se tendo até aqui estabelecido ou reconhecido no Brasil a inquisição ou o tribunal do Santo Officio, S. A. Real o Principe Regente de Portugal, guiado por uma—ilimitada e liberal politica—aproveita a oportunidade para declarar espontaneamente no seu proprio nome, e no dos seus herdeiros e successores, que a inquisição não será para o futuro estabelecida nos meridiuaes dominios americanos da coroa de Portugal. E S. M. Britannica consente que esta obrigação do 3º artigo do tratado de 1654 se estenda também a Portugal no caso que tenha lugar a abolição naquella paiz, por ordem do S. A. Real o Principe Regente, e geralmente a todas as outras partes dos dominios de S. A. Real, ainda venha a abolir-se para o futuro aquelle tribunal.

A compadilha do Alto-Douro, entendendo que não devia estar comprehendida na parte do tratado de commercio relativa aos privilegios exclusivos, que o ministao inglez exigia por seus procuradores, que eram mui poderosos na corte do Rio de Janeiro, os quaes, empenhando-se fortemente e elevando a questão ante o Principe Regente, este a apresentou ao conde de Linhares, que se oppoz a ellas com razões de Estado; e como contrariasse as do Principe, este se encolerizou, e, levantando a bengala, a descarregou sobre o illustre conde, que sem mais reflexão retirou-se, e consta que, chegando em casa, tomou uma porção de veneno.

Fr. Tiburcio José da Rocha (redactor da primeira gazeta), sendo chamado para confessar o conde de Linhares, suspeitou que o conde estivesse envenenado pelo toxico e pela paixão, causada pela des-

feita que o nobre conde recebeu, a que não pôde resistir, fallecendo no dia 26 de Janeiro de 1842.

Dizem as notas que temos que o conde de Linhares foi acommettido de uma violenta febre maligna, estando no gabinete da secretaria de Estado, occupado no serviço do soberano, fallecendo dahi a quatro dias, com 56 annos, na sua casa da rua do Sabão, esquina da do Nuncio, e foi sepultado na igreja de Santo Antonio com todas as honras devidas aos seus cargos.

O sabio visconde de Cayrú fez-lhe o elogio fúnebre, que foi publicado no *Investigador Portuguez*, em Londres, que começa:

*(Jaram et venerabile nomen  
Gentibus et multum ovata: quod proderat) utia.  
(Vare.)*

« E' preciso, mas indispensavel annunciar a triste noticia de haver fallecido da vida presente, em 26 de Janeiro do corrente anno de 1842, na corte do Rio de Janeiro, o illm. e firm. Sr. D. Rodrigo de Souza Coutinho, conde de Linhares, do conselho de Estado de S. A. Real o Principe Regente de Portugal, seu ministro e secretario de Estado dos negocios estrangeiros e da guerra.

« Tendo-lhe sobrevido em 23 do mesmo mez (achando-se no seu costume, assiduo e exemplar exercicio da secretaria) uma forte vertigem, quando, no fervor da estação, espelia despaços para Inglaterra e Portugal, seguiu-se depois terrivel ataque de uma febre de symptomas escuros, a qual de subito desenvolveu-se com rapidissima, que fez terminar em menos de tres dias a sua existencia.

« Assim acabou um dos mais ingueus varões do Imperio portuguez, morrendo não menos victima da propria virtude e energia, que da integridade e emulação dos que se vão deslumbrados com os resplandores do angelico espirito com que a natureza o dotou.

« Na intensidade dos seus soffrimentos, quando vio certo e proximo o fatal momento de deixar o posto da vida, se resignou humilde á Divina Providencia, com a mais intima cõfiança na eterna bondade e obto dos pios sentimentos da nossa religião, e esperando a misericordia do Creator lhe offereceu uma alma, que meditando sempre venturas a pação e a sociedade, ansiava em exaltar a gloria do seu soberano, a quem adorava, enchendo constantemente o seu officio em propôr-lhe melhoramentos publicos, e executar as suas ordens no destino de o constituir modelo das boas coroadas, semelhante aos Titos e Antoninos para ser completamente as delicias da humanidade.

« A morte deste servidor do Estado e honra da Portugal se pode justamente considerar como uma calamidade nacional. Ella foi lamentada por todos os bons patriotas, e sera saudada em todas as partes em que se respectar o throno e o nome lustroso, e com especialidade no Brasil, onde, visto mais de perto, era reconhecido como o homem necessario—a monarchia, e não só aquil, mas superior aos negocios de que estava encarregado pela illimitada e inextinguível cõfiança de seu Principe, e que elle desempenhava em tão difficil crise politica a que o reino se vê refuzido.

« Devesse considerar como sendo-lhe de immortal panegyrico a publica demonstração, que em repetidos actos os seus entesados aquelle mlyto soberano (que sabe conhece-lhe a preciação) deu de profundo sentimento, com que se consagrava o seu magnanimo caração pela morte de quem, não só servia com incomparavel zelo, actividade, intelligencia e desinteresse, mas tambem com mais entusiasmico amor á sua augusta pessoa, e cujo nome continuamente pronunciava como de um nome na terra.

« E' diffil dizer-se tão grande testemunho do merito de um fido vassallo que faz mais honra ao do proprio amabilissimo Principe.

« Tambem algum lenitivo á dor, que tão irreparavel perda causou aos amantes da verdade, e que, supposto, por ordenação do rei, fosse cortada aquelle martyr do bem publico a carreira da vida, já tão engracido e adquirido em seu ministerio, tendo-se a idade de 56 annos, todavia se pôde dizer que assim viveu para a patria, e que nos annos da litteratura e diplomacia ha de ate a mais remota posteridade se viva a sua memoria, e acompanhada do devido louvor, collocando-o a par dos que se distinguiram na sciencia e probidade dos Newtons e Páris.

« O escrever a vida deste Aristides lusitano deve ser tarefa para outra época e para todos mais labors, dignos desse publico



estabelecer. Semelhante não faltará quem atribua a este defecto. Para as nações estranhas basta notar que o ministro fallecido com razão se pôde dizer ter sido em Portugal o creador da marinha militar e do credito publico.

...e Ainda que nos tempos mais perigosos a administração do Estado, comtudo nas reparições em que estavam seus talentos, fez o prodigio de manter a guerra e a circulação do commercio, a renda publica e a dignidade da coroa, entre embarcações inextricaveis, esauados pela tremenda força revolucionaria com que a França opprimia os governos reger-las.

e Elle, de peito impavido e engenho comprehensivo, viu perfeitamente o estado da Europa, e com providencia politica quis ao longo antecipar males imminentes á nação, e foi o autor do conselho em occasião opportuna de enviar a casa e dynastia de Bragança, transportando-se a real família para os Estados ultramarinos.

e No Brasil encouiu o tratado de commercio da corte portugueza com S. M. a rei da Grã-Bretanha em 19 de Fevereiro de 1810, que é o unico em seu genero e em que parece ter consummado o obra de muitos annos, completando o voto das aspirações rectas, que aspiravam a ver algum dia realizado, pelo menos em alguma parte do globo, a magnifico e honrante thesouro da prosperidade das nações que illustres governos haviam projectado, sim de que a descoberta das tres lagunas partes do mundo tivessem os favoraveis e transcendentos effeitos, que, segundo alcança a fraqueza do nosso entender, a sabedoria infinita tem decretado para a mais correspondencia reciproca, ajuda a felicidade compativel com a ordem presente.

e O plenejado diplomata, pela liberalidade de seus principios e pureza de patriotismo, conhecendo os generosos interesses nacionaes, quis engrandar ao seu Principe a privativa gloria de ser o primeiro monarcha que fez assim cumprir o castanho plano do Regedor do Universo, e que os seus vassallos fossem os instrumentos da excoção da sua vontade.

e Enfin, abrindo este novo mundo á communicação dos povos, que respeitão a lei das nações, aquelle imagem homem de Estado, tendo já posto as bases de importantes estabelecimentos, necessarios ás columnas da monarchia, não só doos ramos de commercio e credito publico intrinsecamente da sua criação, como o salitre, pedreira e ferro; mas também outros recursos da defença nacional e potencia da coroa, organizando devidamente o exercito do reino.

e O escriptor destas linhas, sendo dos affectuosos do ministro que deu origem para si, pôde talvez parecer suspeito de excessivo amor proprio de obsequio, que subtrahia á ingenuidade do publico. De isto ha necessidade de apoloquio a favor-lhe de escusa que os cantores nacionaes haviam celebrado as suas virtudes não singulares, como notorias.

#### DECLARAÇÃO DE GUERRA À FRANÇA, EM VIRTUDE DO MANIFESTO DO 1º DE MAIO DE 1808(\*)

##### Conquista de Cayena.

A corte do Rio de Janeiro ordenou em meado do anno de 1808 ao capitão-general do Grão-Pará e tenente-general José Narciso de Magalhães de Mendez que fizesse alli marchar forças de terra e mar para occupar militarmente a margem direita do rio Oyapock, limite marcado entre o Brasil e a França pelo tratado de Utrecht(\*\*).

Os cofres publicos da capitania do Pará esvaziados e esvaziados, os armamentos de guerra despidos de tudo, e semelhante expedição era uma temeridade; mas convinha obedecer.

O general, vendo o estado destas cousas, abriu uma subscrição, em que elle proprio assignou 6.000\$, sendo imitado por outras pessoas, a poder dar-se o possível impulso á expedição.

Compunha-se ella de 400 homens, com as companhias de granadeiros e caçadores dos tres regimen-

mentos de linha, e de uma bateria de 4 peças n. 6 e de 2 obuses n. 8.

Foi nomeado commandante desta força o tenente-coronel Manoel Marques(\*), chefe do corpo de artilharia, tendo por immediato o major do 3º regimento Manoel José Xavier da Silva Palmeirim com os competentes officiaes, sendo capitães de infantaria Joaquim Dias Azavedo de Araujo, Joaquim Manoel Pereira Pinto, José Antonio de Carvalho e Lazaro Valente Marreiros.

A força naval e transporte compunha-se da escuna *General Magalhães*, capitanea, de 12 peças de pequeno calibre; dos cutters *Vingança* e *Leão*, cada um com 8 peças de pequeno calibre; tres barcos canhoneiras, cada uma com uma peça de calibre 18, montada em rodizio; da samada *Asympla*, des-

(\*) Nos annaes militares do Brasil figurão dous generaes, que muitas vezes são confundidos por quem falla nelles, supprimindo a um o cognome que constitue a dissimilhança dos nomes; o primeiro em antiguidade e gradução é o tenente-general Manoel Marques de Souza, natural da provincia do Rio-Grande do Sul. Este distinto brasileiro estreou a vida publica em empregos de administração civil.

Quando em 1774 os hespanhoes invadirão aquella provincia, Manoel Marques de Souza era tenente de milician. O general Blohm, que commandava um corpo de exercito, foi encarregado de expulsar os invasores, e o consagrio, e então soube apreciar as qualidades que adornarã o joven Manoel Marques de Souza, como valente e combecor do país, e gozando já de grande prestigio entre os seus compatriotas.

Blohm chamou-o e o empregou, e aqui principiou a carreira militar do marechal Manoel Marques de Souza, que nella seguiu os postos, passando para a 1ª linha: foi promovido a coronel chefe da legião de voluntarios, a brigadeiro, a marechal de campo; emfim, a tenente-general, posto em que falleceu no Rio de Janeiro.

Foi muitos annos commandante das fronteiras do sul, e nesta qualidade prestou os mais relevantes servicos ao Estado em 1801, em que, commandando elle, José do Couto expulsou os hespanhoes e restituiu os campos originarios ao dominio portuguez.

O segundo Manoel Marques nunca usou de outro appellido, apesar de sua familia em Portugal ter o de *Alfos Portugal*.

Nasceu o general Manoel Marques (governador de Cayena) na villa de Penafioso, em Portugal, nos 2 de Fevereiro de 1762. Sentindo-se com vocação para a vida militar, deixou o lar paterno contra a vontade de seus progenitores, e foi allistar-se voluntarie em 1780 no regimento de artilharia de Extremoz, da guarnição em Elvas, de que era então chefe, e depois general, Vellorée. Manoel Marques alli frequentou as aulas regimentaes e completou o curso com tanto aproveitamento e distincção, que em breve, tendo passado, mediante exames pelos postos inferiores, achou-se official por merecimento.

Era 1º tenente e commandava a artilharia da praça de Campo-Maior durante o sitio que os hespanhoes lhe puzeram em 1801, e o seu valor e successos desta occasião foram tão apreciados, que foi promovido a capitão de bombeiros; e em audiéncia publica o Principe Regente (D. João VI) o condecorou por suas méritas com a ordem de Aviz.

Em 1803, sendo ainda capitão, foi promovido em Lisboa a tenente-coronel, chefe do corpo de artilharia que se tratava de crear no Pará, e do qual foi elle o creador e o instructor, passando naquelle momento para aquella cidade.

Resolvida a occupação dos limites do norte do Brasil, no Oyapock, e depois a conquista de Cayena, foi elle escolhido para commandar em chefe a expedição: fez a conquista e a conservou até que foi restituida á França. Pelo

(\*) Vide o manifesto feito na collecção das leis do Brasil.

(\*\*) Vide o 1º tomo da 1ª parte da *Chorographia do Brasil*.

arvorada, tendo a bordo desmontados dous obuzes das baterias, e dos pequenos transportes a lancha *S. Narciso* e um hiato.

#### PARTE A EXPEDIÇÃO NO DIA 8 DE OUTUBRO DE 1808

Disposto tudo o que o tempo e as circunstancias permittião, no dia 8 de Outubro de 1808 sahio a expedição do porto da cidade do Pará em direcção da villa de Chaves, na parte oeste da ilha de Marajó ou de Joanes, para receber o contingente do 3º regimento que ali se achava de guarnição; feito isto seguirão as embarcações para o Igarapé de Obusitoba, na ilha Cavianna, afim de ali fazer-se de cabos de laborar, feitos de embira, que tão bem apparelhadas sahirão do Pará(\*).

serviço que fez nesta importantissima commissão foi promovido a brigadeiro, depois a marechal de campo, commandador da ordem de Aviz, da Conceição de Villa Viosa, e, enfim, inspector das tropas no Pará, onde falleceu em 1824.

Manoel Marques, comquanto nascesse em Portugal, adoptou de coração o Brasil por sua patria, e deu penhoras do bom quilate de sua adhesão á patria adoptiva, quando, nas lutas por occasião da independencia, se ligou no Pará ao partido que por ella pugnava contra a facção contraria, que capitaneava o commandante das armas José Maria de Moura.

O marechal Manoel Marques era tão habil artilheiro, que, em uma occasião de exercicio de peça, n'um mesmo buraco fez tres pontarias: era sem duvida o primeiro artilheiro de Portugal e Brasil.

Tomou por esposa a Sra. D. Magdalena Rosa Marques, de quem teve dous filhos: D. Maria Carolina Marques, que casou no Pará, e Francisco Marques de Elvas Portugal, que, já sendo tenente-coronel chefe de um corpo naquella provincia, fez uma viagem a Portugal por occasião de enfermidades, e alli falleceu sem descendencia.

(\*) Entre os manuscritos originaes pertencentes ao illustrado diplomata Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond encontramos uma carta (que tambem foi do archivo do conde de Linhares), escripta por José Lopes dos Santos, mandada a D. José de Souza Coutinho, irmão de D. Rodrigo de Souza Coutinho (1º conde de Linhares) e de D. Francisco de Souza Coutinho, que então governava o Pará, que parece ter sido escripta em 1796, a qual por sua importancia a transcrevemos pelas noções exactas que nos deixou das localidades desde Macapá até os limites da Guyana Franceza.

#### Descrição geographica da costa da Guyana Portuguesa, desde a praça de S. José de Macapá até os limites confluentes com a colonia franceza.

« Na latitude de um minuto e meio ao norte do equador, e na longitude por mim observada ao occidente do Ferro, 32 grãos e 6 minutos e meio, está situada a praça de Macapá, na margem da costa da Guyana Portuguesa, cuja é a mais forte fortificação do Amazonas: esta referida praça é regular e quadrangular, com os baluartes massigos; tem parte de suas obras exteriores, como é um bom revelim, um redente e uma bateria baixa.

« A tropa regular que fornece esta fortaleza é um regimento que tem o mesmo nome, o qual não persiste todo alli, existindo parte na cidade do Pará e em destacamentos no Amazonas e Rio-Negro.

« Das villas circumvizinhas, os seus moradores alterão, ha um grande numero de homens arregimentados, como uma legião, parte cavallaria, parte infantaria, os quaes estão peitados a qualquer signal chegarem a seus postos, distribuidos com os seus competentes officiaes, afim de os defender, cuja boa or-

#### No dia 2 de Novembro desamarrrou-se a flotilha

dem e disciplina é depois que existe no governo o litem, e Exm. Sr. D. Francisco de Souza Coutinho, general do Estado.

« Esta praça tem um pequeno rio ou igarapé pela parte do sul, que lhe serve de fuso, e pela parte do norte outro, que o quizerão communisar a circumvalar a praça, porém não acabarão.

« A villa desta referida praça dista pouco mais de um tiro de espingarda, cuja fundação não foi bem erigida por estar sujeita primeiramente aos ataques, se é que se pôde ter... Ella tem uma freguesia da mesma vocação, com um vigario, como tambem a praça um capellão.

« Esta villa foi povoada pela gente das ilhas dos Açores, que para esta capitania foi; porém presentemente estão estabelecidas muitas familias de Mazagão, as quaes têm abandonado a sua villa por molestias que nella experimentavão, e por consequencia se acha em parte arruinada.

« Por terra está muito obscura, ainda mesmo aos natiaes desta capitania, e se pôde pensar com acerto ser defensavel por causa dos incognitos caminhos, e muitos obstaculos que tem, como são prisões, lagadipos, pequenos e grandes rios, de que toda a costa da Guyana é cortada, fazendo estas nas suas cachoeiras copiosos lagos e prisões, com immensidade de ilhas nelles comprehendidas pela muita agua que se ajunta nas baixas dos montes, ficando desta sorte a terra montuosa toda desta inundação e muito longe; claro está que, sendo toda a Guyana como disse, é desta sorte a defeza da praça possível por serem tais causas muy penosas para os ataques terrestres, afim de se conseguir o direito caminho das marchas, como e dos aproches, pois ainda mesmo a terra montuosa é cheia de grossas matas e agrestes caminhos.

« Daqui se collige que poucas são as disposições guerreiras que se querem effectuar para conquistas tão distantes, e com penosas marchas como estas; não seão levadas tanto no interesse, como devem de certo ser na empresa. Ha poucos annos que tem florescido esta praça na agricultura; porém as molestias dos moradores, e de seus escravos e indios, e devora, motivos porque tambem padecer o Estado.

« Presentemente se tem conhecido os diversos canaes do rio Amazonas, por onde pôde ser accommettido todo o Estado, como igualmente o porte das embarcações e sua força, cuja curiosidade e segurança se deve ao Exm. Sr. D. Francisco de Souza Coutinho, sendo seus antecessores de contraria posição pelas faltas de um conhecimento e instrução geographica do Estado, em a qual se não instruíram, pois deverião ter um conhecimento das partes offensivas e defensivas de seu Estado, sendo em parte a causa disto o serem instruidos por um simples official militar, commandante naquelle tempo das guardas-costas, que defendião a foz do rio Amazonas, fazendo a sua navegação á discreção de um indio pratico, sem trazer pessoa alguma versada no ataque naval.

« Desta sorte alongavão o seu curso á duração da maré, regressando depois com outra maré para o seu aposento, qual era na ilha de Bailique, estendendo o manto do seu curso até avistar o cabo do Norte, tendo uma total segurança de que não permittia a costa navegação alguma á embarcação de força, por ella ser cheia de esparceis e de bancos, como igualmente todo e ste golpho.

« Porém a necessidade que havia de um exato mappa da costa, sua configuração, rios, ilhas, baixos, comprehendidos na foz do rio Amazonas até o rio Oyapock, do qual live a honra de ser incumbido pelo Exm. general, e depois de extrahido igualmente dirigi lo á presença do mesmo senhor, ao qual se fez ver o contrario do que seus antecessores presumião, fazendo depois realizar pelo meio da navegação que fiz no bergantim de Sua Magestade, que demandava 7 pés d'agua, e artilhado com 16 peças de calibre 6, cuja navegação estendia-se até o cabo de Orang, ultimos limites de Sua Magestade, donde aperfeiçoei o mappa, com as sondas do oceano, tendo tido para todo este fim as theças necessarias e instruções, praticadas em pequenas canoas, fazendo repetidas observações e explorações da costa, seus rios, cachoeiras e estabelecimentos que nellos houvessem feito, tudo afim de o mencionar no dito mappa, para que não houvesse nos dominios de Sua Magestade cousa alguma incognita, e resultasse depois o importantissimo curso para segurança do Estado e sua capitania, com dispersas embarcações proprias para qualquer aviso, sendo relevado neste curso pelas lanchas artilheiras que novamente se construíram.

« O ancoradouro desta villa é bom, porém desabrido por causa das terras serem baixas, e o vento ser proximo á direcção do canal, principalmente no tempo das ventanias.

« Este canal é formado pelas ilhas que ficam em distancia da costa 2 leguas, com pouca differença, sendo as principaes ilhas dos Carás, Veados, Saracuras, Paccas, Gerupary, Cavianna,

das margens do Obussutuba, e tomou a direcção do Cabo do Norte por entre o labyrinth das ilhas da

Mexiana, Gerua e Flexas, pelas quaes se dirigem á pratica deste canal para sahirem ao oceano.

« O seu clima é pouco sadio por ser muito sujeito a sezões; o terreno é muito fértil, pois pelos seus matos se achão dispersos cacão, baunilha e outras raridades mais da natureza, que adornão o Amazonas. Os generos da primeira ordem são o algodão e arroz, e algum café.

« Em distancia de 6 leguas para o norte, em que dista a ponta da Pedreira, é cortada de rios, dos quaes os mais importantes são Curiaú, Carapanatuba, Vacariquava e Vacarena ou da Pedreira, por deste se tirar grande porção de pedra para a edificação da praça.

« Nestes referidos rios se achão varios estabelecimentos dos moradores da villa, pois se lhe faz mais aprazivel ao transporte da vida pela abundancia de caças e poixes. Também se achão novamente estabelecidas varias fazendas de gado, das quaes em parte se fornece a praça e a villa.

« Nenhum destes rios serve para embarcações de grande porte pela estreiteza delles, sendo fundissimos, como igualmente esta porção de costa pela tendencia das aguas sobre ella, pois se acha proximo 15 braças e mais de profundidade.

« Desta referida ponta volta a costa proxima ao rumo do nordeste até o famoso rio Araguay, com um soffivel canal para embarcações que demandem pouco fundo, e antecedente deste tem outros mais, como são Macacuary, Grogub, e outros mais pequenos, que servem de abrigo ás pequenas embarcações que navegam sobre a costa.

« Pouco antes do rio Araguay, na bocca de um braço que o corta, existia um lugar denominado arraial de Araguay, onde jazia o quartel do commandante das fronteiras e parte da tropa e indios, para fornecimentos e mudas dos destacamentos avançados, como igualmente uma feitoria para beneficiar a grande pescaria que se fazia na costa, e lagos de Araguay e suas cachoeiras, donde colhião immensas tartarugas, peixe-boi e piraricú, cujas cachoeiras distão 82 leguas da sua foz.

« Neste lago se fizeram grandes pescarias por contrato 3 annos effectivas, tendo os indios, denominados Francezes, e outros nesses refugiados, se utilisado antecedentemente de seu fruto por este não ser cultivado por nós, pois se communicavão no inverno em pequenas canoas das suas povoações além do cabo do Norte, sem lhe ser preciso vir pela costa, pelo respeito que tinham á grande pororoca do cabo do Norte, como também ás nossas guardas-costas, pois grande parte deste territorio, que excede em parte 8 leguas, é vargem, e por consequencia os seus matos são chiriubas e mangues inundados das grandes aguas, e só desta distancia para o interior se achão campos, cujas qualidades desmerecem as antedentes, ainda que se achão algumas cousas proprias do paiz produzidas pela natureza e o seu clima menos sadio.

« Proximo á foz deste rio finalisão as ilhas do Amazonas, nas quaes se encontrão as mesmas especies, como também algumas frutas suaves ao paladar, e na mais septentrional é que existia d'antes o destacamento e guarda-costa, intitulado do cabo do Norte.

« Deste rio Araguay para o norte, e na altura de 2 grãos, está o cabo do Norte, cujo é circulado de um espaço da mesma costa, porém fahario, formando um pequeno canal pelas duas ilhas que lhe ficam ao oriente, chamadas Turury e Gipioca, e por outra mais do norte a que chamão Maracá, ficando o mais proximo meia legua; porém como do dito cabo e espaço é mais largo e o fundo muito baixo faz um estreito canal o perigo da ilha, pois é talhada a pique, e seus matos compostos de chiriubas e mangues, como igualmente esta parte da costa que acabámos de fallar, como também a mais laundada, sem prestimo algum.

« Em distancia deste cabo para o oriente 6 leguas dá principio a rebentação da pororoca com grandes estrondos, cuja força vem quebrar sobre as margens das ilhas e da costa, humilhando todo o objecto que lhe causar obstaculo ao seu curso até quebrar a sua maior força, toma a direcção dos canaes que succede em mais de meia maré cheia, sobre a costa, por cujo motivo em todas as conjunções lunares é muito difficil esta navegação, e mesmo em qualquer outro tempo causa grande ruido, pois é preciso toda a cautela e conhecimento do lugar em que esperão maré, afim de evitar o perigo em que estão, como da apparente falsidade dos movimentos da correnteza, para que não succeda o mesmo que ao conde da Mina, o qual no banco deste cabo jazeu uma semana, e por isso lhe dá este nome, pois lhe foi preciso varar a sua embarcação pelo tijuco, o qual depois viu a confusão em que se achava embaraçado, como também quaes erão a origem e effeitos da pororoca.

« Quatro para cinco leguas de distancia, a oeste deste cabo, está um grande rio, chamado Carapapury, e pelos francezes Vicente Ponçon, cujo rio tem fundo e largura sufficiente para

qualquer navio até quasi 2 leguas pelo seu interior, onde tem um braço que vai a um lago, distante quasi 7 leguas, chamado Amacary, cujo é extenso, e nelle se achavão na occasião da minha observação varios estabelecimentos, com uma villa que teria 27 casas, e a pouco tempo lhe tinha morrido o seu vigário, vindo de Cayena, a quem erão sujeitos e denominados Maruanans, tendo estes entre si muitos dos nossos alli estabelecidos.

« Tendo também no fim deste rio, da parte direita, um forte triangular feito de fachins, com tres canhoneiras em cada lado; porém tanto estas como a casa da guarda e polvora estavam arruinadas, tanto pelo fogo que teve, como pelo grande inverno, pois toda a fortificação de fachins nestes climas precisa haver curiosidade de os reparar, continuamente servindo este de defeza á villa e ao lago, tendo-lhe presentemente no anno de 1792 tirado a artilharia, e a conduzirão para a fronteira dos hollandezes, em cuja observação e explorações de mim desconfiarão alguns naturaes, francezes, não me valendo de nada a minha simplicidade, e só sim as flores, querendo-me de todos os modos conduzir á Cayena, os quaes grande parte no anno de 1794 furão sorprendidos por ordem do mesmo Exm. Sr. general do Estado, como outros de alguns estabelecimentos em os rios desta costa refugiados, tendo arriscadamente servido todo este intervalo de tempo de observação geographica e exploraria, afim de depois executar-se todo o deduzido.

« A maior parte de toda esta gente vivia em uma tranquillidade annunciada e intimada pelo governo francez, dizendo-lhe que podião estar seguros que os portuguezes lhes não erão senhores daquellas terras, as quaes podião cultivar... e se alargavão a passar o nosso lago de Araguay a fazer as suas pescarias, que fornecião á Cayena, servindo-lhe de muita utilidade tanto estes dous lagos, como igualmente os indios, premiando aos ditos com grãos de nobreza, e os fornecião em troca o que lhes era necessario; intimados disto se alargavão a fazer povoações e fortificações para a sua defeza, pois até a referida época vivião no profundo esquecimento de que não serião apprehendidos pelos portuguezes, tanto por lhes não ser pertencente isto, como a pouca necessidade que tinham de cultivar, pois tanto elles, como seus antecessores colonistas, continuavão naquella lide sem encontrar rondas militares nem destacamentos, e só sim algum desertor, com o qual se associavão e sabião todos os remorsos do Estado, do que presentemente está isenta, esquecendo-se, emfim todos os colonistas francezes do quanto obrou o grande capitão Pedro Teixeira naquella capitania no anno de 1619, em que demolo varias fortificações, com as ruinas dos hollandezes e inglezes, os quaes com grossas armadas nas differenças de Castella passião a asenhorar-se destes districtos.

« Depois succedeu residir nesta capitania Antonio de Albuquerque e Magalhães, e desta época para cá nenhum governador se tem alugado a este importantissimo serviço, por cujo motivo, como a viveza não é igual nos homens, occorreu ao pensamento do Exm. Sr. general do Estado D. Francisco de Souza Coutinho, que as differenças da corda e da convenção da França podia preceder alguma novidade, resultou mandar fazer as referidas explorações e evacuações, e apresação de todos os refugiados, cujo lugares e capitania até o rio Oyapock, o ultimo termo dos dominios de Sua Magestade, defendia a fama das nossas antigas victorias e igualmente o respeito das nossas armadas.

« Porém como a confiança da paz que gozavamos nos tinha descuidado, forão á sombra da nossa paciencia crescendo em atrevimentos, de sorte que, segundo os vestigios que observei, intentavão roubar-nos os dominios de Sua Magestade e capitania do cabo do Norte, por cujo motivo os moradores se alargavão a fazer todo o deduzido.

« O dito rio denominado Carapapury, a 4 leguas de distancia, se acha tapado pelos effeitos da pororoca, apesar de sua vassante ser veloz pela muita agua que extrah dos lagos e de dous rios, em o qual se divide, chamados Manaim e Aboty; pelos campos destes se passa ao nosso Araguay, e pelas serras destes se achavão amonchados alguns pretos dos moradores de Macapá e Marzagão, etc.; porém forão quasi todos apanhados no principio da effectuação da exploração da costa, na qual não ha presentemente incognita alguma que lhe sirva de refugio, ainda mesmo pelo interior de seus campos, pela muita frequentação que por elles se faz.

« Da foz deste rio Carapapury vai correndo a costa desde o noroeste até quarta a leste, com pequenas enseadas e pontas até ao cabo e rio Cascupure, circulado toda esta de uns extensos parais, e se acha na latitude de 3 grãos e 45 minutos ao norte do equador, como bem se mostra no mappa que desta levantei, com os rios de que é cortada, como o rio Camau, Maya-



boca do Amazonas, e por tortuosos e estreitos canais obstruídos de espaço a espaço pelas arvores

caré, Cabo Seane, Oyapock, Maribabré, Quianhy e Chiripá.

Porém todos estes não são suficientes para embarcação; aliás, é só para barcos, pela razão da estreiteza e pouca profundidade da sua foz, ainda que as marés elevam duas braças e meia sobre a costa; porém este augmento diminui a medida de que se aproxima o cabo já mencionado, Cascipure, onde se augmenta 9 pés, e o pouco fundo do seu espaço desta mais ao largo, tendo alguma conexão a distancia da terra com a profundidade.

Este cabo se faz conhecido por umas montanhas que dizem pelo interior da terra, as quaes lhe dirigi na observação e exploração que fiz neste rio até suas cachoeiras, das quaes somente encontrei dous estabelecimentos de indios portugueses, e mais nada de raridade a não ser alguns pácos de qualidade.

A estas referidas montanhas lhes dão o nome de Caripora, derivado dos gentios do mesmo nome, da qual vivem por ellas dispersos, como bem observei; ellas não são muito altas, porém a planície da costa e seus rios as fazem elevar acima do seu nível, sendo bem visíveis até a legua ao mar da costa. Neste dito cabo se fez o quartel do commandante da fronteira; porém existio pouco tempo.

No rio Mayacaré, depois de ter nelle observado arrendamento os seus estabelecimentos, como em os outros já mencionados, principia a se levantar uma nova fortificação para a defesa do rio e suas povoações, tendo neste lugar, distante da foz do rio quasi uma legua, algumas casinhas para os indios, e dous armazéns bem edificadas e repartidos para o fim de guardarem todo o fornecimento para esta empresa, como também do quartel do destacamento militar, não observei a sua configuração: sahio depois de ter feito o dado parte ao meu general de todo o deduzido, aonde me dirigi por via ordem com duas lanchas artilharias e quatro canoas, tudo fornecido para alistar qualquer insulto, desembarcando nós com segurança e o commandante da fronteira, que me acompanhava alim de evitar alguma desobediência e poderios atropelar os seus projectos.

E então vi que tinham somente lancha dita fortificação, e foz duas portas de barreira postas em seu lugar, como também a artilharia que tinha vindo para esta a tinham já retirado para a fronteira pela muita precisão que experimentávamos, depois de todo bem indagado e observado, por muita políctica que usassemos era muita pouca para que a usassemos de modo com o nosso expediente por péssima ocasião não terem forças; e desbarbados da nossa ida, e tímidos de algum assalto, logo que usaramo necessário desappareceram tudo, como bem vi na seguinte regressão que nesta costa fiz.

Neste mesmo lugar já foi fundado de uma fortaleza do general Baldeira, como também no rio Camah, as quaes foram demolidas pelo capitão Pedro Teixeira nas differenças de Cassala, como já dissei.

No rio Quianhy e cabo Coenye não se achou fortificação, e sim algumas villas arruinadas depois que lhes fôlto a assistência franceza, a quem dizem serem os sujeitos, vivendo toda esta gente desde então dispersamente pelas suas roças, que são abundantes, alimentando-se com seus frutos pela terra fértil que tinham, e é por isso que se estende com força a agricultura inda pela seguinte propriedade que é boa.

Todos estes estabelecidos são nomos por alli refugiados de muitos annos, e preestemente apressados. E conhecido este rio Quianhy por um pequeno monte que está perto ao sul dele, sendo o unico que existe na costa do cabo do Norte, de cujo cabo também até o presente não se tem configurado nos muitos mappas geographicos de diversos autores cousa alguma realça.

Do cabo Cascipure para o cabo de Orang corre a costa 11 leguas, e tres quartos ao poroeste quarta do norte, muito baixa e alagadiça, como também circundada do mesmo espelho da costa, porém muito baixa, onde também se correntezas muito o seu movimento, e leste-oeste com este cabo, quasi é legua, fica uma montanha chamada pelos holandezes de Arjan, onde se diz forte posto os nomos matreos de fins de limites da Guyana Portuguesa, segundo o tratado de Utreck.

Toda esta porção de 5 leguas forma uma grande bahia com maior fundo de 2 braças e meia, a qual dizmose até oia e meia já dentro; a esta referida bahia lhe chamão geralmente do Oyapock, por se desaguat alguns rios, como é o famoso Oyapock, por nos também chamado Vicente Pinson.

Neste referido rio tem de francezes muita estabelecimentos pelas terras serem boas, como também em distancia da sua foz a milhas uma villa, e um forte com a invocação de S. Luiz,

atropeladas pelas phorocacas<sup>(\*)</sup>, que perturbando a navegação senão á luz do dia, o que retardou a viagem até o dia 12, em que foi montado o cabo do Norte<sup>(\*\*)</sup> durante uma noite de serrapão, do grossa e incessante chuva. Nessa noite uma das canhoneiras, que transportava a maior parte das munições de artilharia, transviou-se, e impellida pelas correntes

ao qual, e seus arrebelides me dirigi soccorrendo a indagar as forças da colonia e conquista de Cayena, e das mais cousas de que fui inquirido; pois tinha a todos os moradores capacitado o ser soldado e que queria desertar, pois ha muito tempo vivia disperso, principalmente de meus pais, os quaes me tinham bem educado, e por isso tinha algumas luzes geographicas, e capacitados disto me facilitaria todas as vistas e quanto deservia, como de tudo tive a honra de informar ao Exm. Sr. general do Estado; vendo também a configuração do forte S. Luiz e a sua villa se achava arruinados desde o principio da revolução.

Neste mesmo rio, e em opposição tal que descobrião a fortificação, referida e a foz do rio, fizemos um apocalito em terra em forma de aquartelamento, sem de poder privar a alguma falsidade e vermos todos os rumores que se effectuassam no dito forte, como igualmente tudo quanto entrava e sahia pelo rio, o qual é a maior parte delle cheio de pequenas ilhas e bancos, com fundo muito irregular, até 6 braças, e com a largura de meia legua em partes, capacitando a todos os seus moradores ser a causa do nosso quartel, os muito deuses que tinhamos, e como de facto se capacitaria por ser o clima bom.

Nesta bahia ha mais dous rios chamados Canary e Naga, tendo este em si dous braços chamados Caripé e Arucana, puzos vão acabar em lagos extensos, tendo dispersas varias nações de indios, como são Corocana, Pelique e Caripira, tendo estes vindo dispersamente do interior do Amazonas, como a nação Paravilhana, povoadores do rio Branco, por aqui estabelecidos, com os seus aliados, vivendo somente do pequeno fructo que tirão das suas roças, pois os francezes os não occupo em cousa alguma e vivem á lei da natureza.

O rio Canari tem este nome por ficar entre duas montanhas, uma do mesmo nome, e que forma uma ponta, a boca do Oyapock, e a outra a do rio Canari, sendo esta extensa; estas montanhas são muito cultivadas e toda a planície, as quaes produzem muito algodão, café, canella e cravo da India, e alguma noz-mocada, e flores de mil especies; obtendo particularmente segentes se remetterão ao Ilm. e Exm. Sr. general do Estado.

Estas grandes fazendas são administradas por Mr. Du-menge, com perto de 250 escravos da companhia, intitulada do Senegal, que tudo o vi occupado com as letras iniciais C. D. S. as bandeirinhas que tinham nas casas da administração, observando também a boa ordem de suas plantas e qualidades; porém presentemente tem desapparecido depois da liberdade da escravatura, apesar de ter estes uma terça parte do seu producto. Este rio é pequeno, só proprio para barcos, de ocos se servem para os transportes de suas fazendas para Cayena.

Depois de ter todas estas vistas e ter dado conta das minhas observações, passei a montanha de Arjan, na qual estava estabelecido Mr. Grovionille, sujeito muito instruido na geographia e engenheiro da planta baixa, sendo a causa da minha ida o querer-me instruir melhor de todo o deduzido e registrar com os olhos o nosso marco, o qual elle mesmo me facilitou esta curiosidade; porém era cousa que já não existia nem elle dava noticia, passando ao depois desta a embarcar-me em uma lancha artilheira, a fazer minhas observações longinquoas da costa até a vista do rio Appock e colonia franceza, no qual se achão maiores estabelecimentos, com umas simples fortificações para a defesa do rio, tudo sem de extrahir um individuo vel mappo e dar cumprimento ás respeitaveis ordens do meu general, o Ilm. e Exm. Sr. D. José da Souza Coutinho, por quem tive a honra de ser empregado para este importantissimo serviço tão útil ao Estado, como á nação.

Deos guarde a V. Ex. — Ilm. e Exm. Sr. D. José da Souza Coutinho. — Da V. Ex. subdito muito reverente e menor criado. — José Lopes dos Santos.

Na primeira parte da obra « Chorographia » pretendemos tratar dos rios do Brasil e fazermos largamente sobre o mesmo maravilhoso phenomeno.

A França muito antes do congresso de Viena, em 1814, pôde dos nomes referidos da margem esquerda do Amazonas, e em 30 de Junho de 1899 Roque Wilhelmsen Path mostrou á luz clara do sol, e com documentos, ao embaixador francez Mr. de Roville, que a França nenhuma direito tinha nessas terras.



d'água, foi, passados dias, parar em Surinam, onde se vendeu inutilizada.

Cumpre notar que nenhuma das embarcações da flotilha, excepto a capitanea, foi dada a official que entendesse de nautica.

Ao alvorecer da manhã, avistou-se uma corveta e dous brigues de guerra, e comquanto fossem muito superiores em forças á flotilha, tudo se preparou para o combate; porém, em breve desapparecerão os navios, por saber-se que erão a corveta ingleza *Confiance*, de 26 peças, commandada pelo capitão James Lucas Yeo, e os brigues portugueses *Voador*, de 18 peças, *Infante D. Pedro*, também de 18 peças, commandados, o primeiro pelo capitão de fragata José Antonio Salgado, e o segundo, pelo capitão-tenente Luiz da Cunha Moreira, que vinhão do Pará, tendo a bordo a segunda expedição, composta ao todo, de trezentas praças, e fazendo novas ordens, determinando, que a expedição assim reforçada, tinha por objecto, não já occupar, ou assegurar o limite do Oyapock, ou de Vicente Pinson, mas, sómente apoderar-se da cidade de Cayena, e occupar toda a colonia franceza. A expedição, não obstante, encaminhou-se para o Oyapock a cumprir a primeira parte da sua commissão: á entrada do rio Oyapock, ou de Vicente Pinson, a sumaca *Nymphéa*, que navegava mais a costa do cabo de Orange, avistou uma escuna com bandeira franceza; montou a proa os dous canhões que transportava, deu fogo á escuna, fez-lhe fogo, e afinal ella rendeu-se. A escuna chamava-se *Petit Adelle*, e vinha do Senegal com muito carregamento de escravos pretos, tendo a seu bordo, como passageiro, o Dr. Du Rappetit du Brane, insigne medico, e litterato distincto.

#### ENTRA A EXPEDIÇÃO NO RIO OYAPOCK OU DE VICENTE PINSON

Entrada a expedição no rio Oyapock ou de Vicente Pinson, e desembarcadas as tropas, procedeu-se ao acto solemne da posse no dia 1.º de Dezembro, ficando-se o pavilhão ou bandeira portugueza. Procurou-se o forte de S. Luiz, que a expedição devia bater e render, e a muito custo, depois de dias, acháram na margem direita do rio Oyapock ou de Vicente Pinson enterrados, e debaixo de nova vegetação, que sobre elles cresceu, os vestígios desse forte. Cumpre notar que os francezes sempre respeitáram tanto os limites estabelecidos no tratado de Utrecht, que ainda depois da usurpação do tratado de Amiens, que levou os limites ao Araguay, não havia na margem direita do rio Oyapock ou de Vicente Pinson nenhum estabelecimento francez, quer publico e quer particular.

Desde a chegada do capitão Yeo repartio-se o commando das forças expedicionarias, cabendo a este o das forças navaes, e ao tenente-coronel Manoel Marques as de terra.

Tratáram os commandantes do cumprimento das ordens recebidas para se apoderarem da cidade de Cayena, e de toda a colonia franceza; mas era preciso antes adquirir-se algum conhecimento das localidades, e dos meios de defesa levar a effecto a arriscada empreza; procuráram, pois, o rio Aproak, para onde partio a expedição, deixando o Oyapock ou de Vicente Pinson a 15 de Dezembro de 1808.

Desembarcada no Aproak(\*) a expedição, soube-se por avisos de um corsario, que havia visto a flotilha na embocadura do Oyapock, que o governador de Cayena estava apercebido, e tinha feito armar e guarnecer as baterias na margem esquerda do rio Maroni, que ardo os fortes Diamante, o Degrad des Canes e o Trió.

(\*) Extracto de um officio do mesmo tenente-coronel Manoel Marques, datado do quartel de Aproak a 29 de Dezembro de 1808, dirigido ao Exm. governador do Pará.

« A 22, estando em viagem para este rio com as quatro companhias de grapadeiros e caçadores, completei-as para me acompanharem; entre o monte Lucas e a montanha de L'Argent recebi segunda carta de Mr. Yeo. Suspendi de Oyapock a 23, levando a escuna com gente de transporte, e igualmente a meu bordo no barco *Santo Antonio*, na escuna antes *Crotole*, agora *Lucilana*, preta feita em Oyapock, em quatro montarias e na sumaca *Poquete*.

« Todos navegámos para sahir do rio, onde deixei cruzando entre o monte Lucas e a montanha de L'Argent a barca n. 2, e na foz do Oyapock o brigue *Voador*. As 9 horas avistámos uma embarcação, que, estando mais perto, conhecemos ter dous mastros.

« A sumaca é a escuna estavam a seu harlavento, e esta, ainda mais distante, deixou fora os seus escaleres com gente armada para a reconhecer, proseguindo em sua viagem; os escaleres, vendo que a embarcação os batia com artilharia se abrigarão á sumaca, que com duas peças e um obuz do parque que levava lhe fez fogo, deu oca e a render; chamava-se a escuna *Petit Adelle* e actualmente o *Ingenheiro Meneses*, nome que lhe foi posto por mim, de accordo com Mr. Yeo.

« A equipagem compunha-se de 14 pessoas, e vinha carregada de 45 escravos, os quaes com tudo o ella contém mandarei a V. Ex., menos a embarcação que se faz precisa por ter á peças de artilharia.

« A 25 desembarquei no Aproak com toda a tropa que me acompanhava, e o commandante Yeo me entregou de todos os postos occupados pela gente do seu commando; então soube que, chegando elle a este rio no dia 15, avistou Mr. Maclesater seu immediato, como parlamentar, á habitação do commandante do Caillão, onde se achava a tropa que o guarnecia a perguntar-lhe se queria render-se ou combater, dando-lhe 3 minutos sómente para responder.

« O commandante militar disse que era necessario consultar o commandante civil para poder decidir-se; concederão-lhe mais 3 minutos; porém vendo que nestas condições se consumia o tempo inutilmente, e que só pretendião entretê-los para augmentar as forças, lhe pediu prompta resposta, a qual foi que querião defender o posto que lhes tinha sido confiado.

« Em virtude disto o capitão Yeo ordenou que desembarcassem 32 inglezes e 18 brasileiros do brigue *Infante*, e com esta pequena força pôz em fuga o commandante militar e parte da tropa, fazendo prisioneiros um sargento e dez soldados, que remetterei a V. Ex. na primeira occasião.

« Passou immediatamente o capitão Yeo com parte da sua gente a uma habitação chamada Collegio, onde se acháram também alguns soldados com uma peça de bronze, guardando um armazem de deposito, os quaes, querendo resistir, forão dous mortos e os outros fugirão; tomou-se a peça e queimou-se o armazem com tudo o que continha: nesta acção ficou ferido levemente em um braço um marinheiro inglez.

« Achão-se prisioneiros de guerra debaixo da sua palavra de honra todos os habitantes deste caillão. Tomáram-se duas escunas, e se lhes pôz por nome *D. Carlos* e *Sidney Smith*, e a uma pequena ilha, onde se assentáram duas peças, e se arvorou a bandeira portugueza, lhe fez

Resolveu-se todavia assaltar essas baterias, e embarcadas as tropas em pequenas embarcações (botes e canoas) effectuou-se o desembarque na madrugada do dia 6 de Janeiro de 1809, na bateria do Diamante, que, surpreendida, foi logo tomada, perdendo os francezes o commandante capitão Chevreull, que foi morto, e nove soldados feridos, e os mais ficaram prisioneiros. Dos assaltantes, morreu o 2º tenente inglez do navio *Royal Marines*, Reoner.

o commandante Yeo pôr o nome da nossa augusta princeza a Sra. D. Carlota.

• Havia este commandante postado em diferentes pontos os nossos dous cutters *Leão* e *Vingança*, porque a fragata e o brigue *Infante*, achando-se ancorados muito ao largo, na foz do rio, só podião defender a embocadura; achei armado em guerra o barco *S. Narciso*, defendendo a entrada do pequeno rio Coroay, que desemboca no Aproak, na margem esquerda do qual me achou estabelecido em um bom terreno firme, com bons quartéis para a tropa e em uma posição assás vantajosa; aqui espero juntar o resto do exercito, que já mandei vir do Oyapock para opportunamente continuar a marcha, que julgo será breve, não deixando ficar neste posto mais gente que aquella que V. Ex. determinava ficasse no Oyapock, por ir avançando terreno e por haver já combinado isto mesmo com Mr. Yeo.

• Este official tem-se prestado com o maior valor, desvelo, promptidão e zelo no serviço de S. A. Real. O seu immediato Mr. Macleaster excede quantos elogios posso fazer-lhe, e o terceiro commandante Mr. Blyth não é menos estimavel, e foi nesta campanha ferido com cinco golpes de flecha; geralmente toda a guarnição da fragata *Confiança* é gente de muito prestimo, e com a maior assiduidade nos tem ajudado.

• Os nossos não são menos dignos de louvor; cumprem suas obrigações com tanta alegria, intrepidez e promptidão, que me enchem todos do maior prazer; porém apontarei a V. Ex. individualmente os que mais se têm distinguido e trabalhado.

• Não posso nem devo deixar de recomendar a V. Ex. José de Assumpção, portador desta, que sendo pequeno negociante de Chaves, se offerece para vir na expedição com mentaria e indios seus, os quaes tem sempre sustentado á sua custa.

• Este homem faz-se recommendavel por sua regularissima conducta, pela sua assiduidade, e porque não se poupado a trabalho algum por mais penoso e arriscado que seja de dia e de noite; isto é o que devo dizer em obsequio da verdade.

• Deos guarde a V. Ex. Quartel de Aproak, 29 de Dezembro de 1808. (Assignado)—Manoel Marques, tenente-coronel.—Ilm. e Exm. Sr. tenente-general José Narciso de Magalhães de Menezes, etc., etc. »

*Segundo officio do capitão Yeo ao tenente coronel Manoel Marques.*

• Quartel da tropa no Aproak, 20 de Dezembro de 1808.

• Senhor.—Não tenho recebido resposta alguma da carta que vos dirigi a 15 deste mez; creio que a canoa que a levava não pôde chegar a Oyapock. Aquel estou com 50 homens, e é preciso que venhais ou enviéis alguma tropa, porque se precisão mais forças neste lugar.

• Tenho a honra de ser, etc. (Assignado)—Yeo.—Sr. tenente-coronel Manoel Marques, etc., etc. »

Segue-se uma ordem do tenente-coronel commandante ao capitão de granadeiros do 1º regimento de linha do Pará Joaquim Manoel Pereira Pinto(?), que mandava a

(?) Este mesmo official levou ao commandante do castiço do Oyapock o manifesto do Exm. governador do Pará.

Guarnecido o forte Diamante, seguirão as tropas a tomar o Degrad des Canes, distante mais de uma legua, que foi igualmente sorprendido, morto o commandante, e tres soldados feridos. Restava o forte Trió, á margem do canal Criquefuillé, que divide em duas a ilha de Cayena. Esta bateria melhor armada, do que as outras, era defendida por milicianos, que se comportarão valentemente.

Fez-se subir o rio o cutter *Leão*, para atacar, perdendo no conflicto o mestre, e desembarcando pelo lado de terra um destacamento; os francezes, não podendo sustentar-se evacuarão a bateria, ficando assim os invasores, na posse de toda a margem esquerda do rio Maroni, e estabelecendo o forte Degrad des Canes, ponto central, e que defendia a entrada que leva á capital.

Seria meio dia, quando estas operações se concluirão. Se a essa hora em que ainda não ord entradas todas as embarcações, com o resto das tropas, a bateria de artilharia e todas as munições, os francezes, que se achavão em posição alta, que dominava o campo brasileiro, tivessem atacado, terião feito obstar o fim da expedição; porque a artilharia estando em boa posição, e tudo bem disposto, sem duvida nos repellirião; mas esperarão pela noite, e isso os perdeu.

Os francezes dividirão-se em duas columnas: uma que devia atacar o flanco direito da linha brasileira, e a outra a frente desta. Por felicidade dos atacantes a noite se tinha tornado por extremo escura, e a columna que devia atacar pela frente, pondo-os entre dous fogos, desorientou-se por causa da escuridão, resultando disto a maior confusão, e a retirada dos francezes mui precipitada e tumultuosa, que nunca mais apparecerão, tendo elles perdido na refrega 17 mortos e os brasileiros 7 entre mortos e feridos.

Estava franca aos invasores a entrada para a capital da Guyana Franceza, e foi demorada a marcha nesta direcção por que o capitão Yeo, com vista de pilhagem da sumptuosa residencia de campo do

tropa de transporte a bordo da sumaca *Paquete*, pedindo-lhe communicasse as circumstancias da tomada da escuna *Petite Adèle*, etc.

O officio em resposta contém que, vindo a sumaca *Paquete* do rio Oyapock para o de Aproak a 23 de Dezembro, ás 9 horas da manhã, appareceu a dita escuna na foz deste rio da banda do sul; a escuna *General Magalhães*, que a vio primeiro, mandou duas lanchas a reconhecer-la, e que sendo franceza içassem as velas para signal.

Logo que as lanchas se approximárão os francezes lhes fixerão fogo com mosquetaria e um tiro de peça; estas pretendião refugiar-se á escuna donde sahirão, e não o podendo realizar, porque não lhe foi possível alcança-la, vierão ter á sumaca do commando delle capitão.

Este, não querendo perder occasião, fez signal á escuna pedindo conjuvação, mas não lhe foi respondido; portanto foi-se ao inimigo, atacou-o e apresou-o, não sem opposição. Para conseguir esta presa teve a sumaca que tirar do porão com indizível trabalho um obuz; este com duas peças de seis que tinha a embarcação effectuou a empresa.

A escuna içou ao principio bandeira americana; mas depois se verificou ser franceza e se apresou das 5 para as 6 da tarde. Concorreu toda a guarnição (131 pessoas) para a tomar; mas distinguirão-se varios, etc., etc.

É assignado pelo capitão de granadeiros Joaquim Manoel Pereira Pinto.

governador do Cayena Victor Hugues, sita na margem direita do rio Maroni, quiz atacar um destacamento de 60 homens que a defendia, e que de nenhum modo podia ser nocivo ás aspirações brasileiras: deu o ataque e afugentou o destacamento com a perda de 15 homens dos que levou; mas as embarcações que legarão da sua confiança voltarão bem repletas dos muitos roubos que fizeram os inglezos.

No dia 8 de Janeiro de 1809 principiou a marcha para o interior da ilha, tomando posição as tropas no sitio de Beanregard, e donde se fez as ameaças ao governador de Cayena, que pediu um armistício que lhe foi concedido para se ajustar a capitulação, trocando-se reféns.

No dia 12, neutralisado o porto francez de Borda, foi aqui posto por Victor Hugues, discutida por elle, e pelo tenente-coronel Manoel Marques e capitão Yeo, a capitulação, que foi assignada pelos contratantes no mesmo dia 12 de Janeiro, como se verá dos officios e documentos que o tenente-coronel Manoel Marques remetteu ao governador do Pará, dando conta das operações da expedição e de seus actos(\*).

(\*) « Ilm. e Exm. Sr. — A minha ultima carta de 5 de Janeiro annuncia a V. Ex. a minha sahida do Aproak e o projecto do ataque de Cayena, combinado entre mim e o capitão Yeo; resta agora relatar a V. Ex. a conclusão dos nossos successos na Guyana, e o inteiro cumprimento das respeitaveis ordens de que V. Ex. foi servido encarregar-me.

« No dia 5 de Janeiro embarcou a tropa do meu commando, ficando no Aproak 70 homens, tanto sãos, como enfermos, commandados pelo capitão Luiz Antonio José Salgado, pelo tenente Francisco Antonio Pinto (encarregado das munições de guerra e bocca) e pelo alferes Floriano José da Costa.

« No dia 6 ancorámos ao largo, na embocadura do rio, e d'alli marchou o capitão Yeo com 300 homens, 200 granadeiros do meu commando, e 100 das guarnições da fragata e brigues, e uma das nossas peças de campanha, commandada pelo capitão Azedo, em pequenas embarcações, com o projecto de desembarcar no rio Mayori da parte da ilha; isto se effectuou da meia noite para o dia 7, n'uma bateria denominada *Diamante*, de duas peças de ferro de 24 e uma de bronze de 8: nesta bateria foram mortos dos francezes o capitão-commandante e 3 soldados; prisioneiros 16, inclusos 3 feridos; o resto fugio: da nossa parte foi ferido mortalmente o commandante da tropa ingleza, que morreu no dia 9, e 3 soldados tambem inglezes: o capitão Joaquim Manoel, com 140 homens, marchou immediatamente por terra a atacar o Degrad des Canes, outra bateria de duas peças de 8, de bronze, distante desta pouco mais ou menos uma legua e guarnecida por 37 homens, dos quaes morreu o commandante e um soldado; os mais em fuga.

Na manhã do referido dia 7 desembarquei eu com o resto da tropa no Diamante, a tempo que chegava uma parte do capitão Joaquim Manoel, dizendo que era preciso reforçar o posto do Degrad des Canes, onde se achava, porque o inimigo trabalhava em formar baterias da parte opposta, e já tinha duas estabelecidas; marchei logo com uma pequena guarda a reconhecer os postos, por onde podia ser atacado, e ordenei ao major Palmeirim que conduzisse a tropa para aquelle posto em que eu me estabeleci, porque elle proteje um dos caminhos de Cayena; alli se juntou comigo o capitão Yeo, e assentámos de mandar encravar a artilharia de ferro e destruir a bateria do Diamante, o que foi logo executado.

« Ainda nos restava da mesma margem do rio um posto de duas peças, o Trió, e da margem opposta ás re-

Depois da capitulação do dia 12 puzerão-se em marcha no dia 13 as tropas expedicionarias para irem tomar posse da praça de Cayena; mas estando ellas em um arrabalde chegou um portaior expresso

feridas duas baterias, que defendião a habitação ou fazenda de M. Hugues; para as destruir mandámos entrar as embarcações no rio; principiou o fogo ás 1 1/2 da tarde pela bateria em que já me achava postado, pelo cutter *Vingança*, commandado pelo patrão-mór, chalupa *Ledo*, pelos sargentos José Antonio de Barros, de pedestrea, e Ignacio Pereira, de artilharia; escuna *Inveniente* *Menezes*, pelo tenente Mikiles; barca n. 1, pelo forriel Bernardo Antonio, e n. 2 pelo sargento João Gonçalves Corrêa Guimarães: ás 6 horas, vendo eu que diminuia o fogo inimigo, mandei 150 homens de desembarque em montarias para se senhorearem dos postos; conseguirão, porém, pôr os inimigos em fuga total, desmontarem as peças e destruir os reparos.

« A's 7 horas, quando tudo se achava em movimento e a tropa quasi toda dividida pelos diferentes postos, foi atacado naquella em que me achava pela retaguarda da parte da ilha; as guardas avançadas, compostas, a principal de 80 homens, commandados pelo tenente José Leitão Fernandes, e uma peça de campanha pelo tenente Chateaufeuf, sustentarão o primeiro fogo; marchei logo em seu soccorro com a gente que me restava, e outra peça commandada pelo tenente Francisco Marques; a tropa que havia passado á outra parte, pensando não haver mais inimigos, voltou com velocidade, e, tendo-se feito um fogo vivissimo, tanto de artilharia, como de mosquetaria pelo espaço de quasi 2 horas, foi derrotado e posto em fuga o inimigo, deixando 6 mortos sobre o campo e havendo 30 feridos.

« Eu vi nesta acção com prazer que a nossa tropa se portou com um valor extraordinario; cada um de per si desejava assignalar-se, e eu não devo omitir que, vindo a faltar os cartuchos aos soldados por se terem consumido os que haviam nas patronas, o Rev. padre capellão pôz um cunhete delles sobre as costas e foi levar-lhes pelo meio do fogo.

« No dia 8 reapparecerão os inimigos sobre as baterias que defendião a habitação de M. Hugues; Mr. Maclester foi enviado como parlamentar ao commandante dellas; sendo, porém (contra todas as leis da guerra), recebido com fuzilaria, o commandante Yeo, em consequencia deste attentado, marchou sobre ellas com toda a sua gente, 50 homens nossos e uma peça de campanha; levou as baterias a golpes de sabre, pôz em fuga os inimigos, e, querendo persegui-los por uma grande estrada, encontrou nella tres cortaduras, defendidas por 2 peças de campanha; venceu ainda estes obstaculos e tomou as peças; a este tempo enviei-lhe mais 50 homens com o alferes Morada, bravo, que cumprio valorosamente e decidio.

« Mr. Yeo fez pôr fogo a toda a habitação de M. Hugues, assim como ao posto do Trió, em razão da reiterada resistencia que fizeram. Nesta acção foi ferido gravemente o patrão-mór por uma bala de metralha que lhe atravessou o belço inferior: acha-se, porém, melhor e dá esperanza de um prompto restabelecimento. Na relação inclusa n. 1 verá V. Ex. os individuos debaixo do meu commando, que foram feridos nestas diferentes acções, assim como daquelles que mais se distinguiram, posto que geralmente nenhum se pôde taxar de cobardia.

« Eu não tenho termos assés expressivos e fortes com que possa exprimir a V. Ex. o quanto incessantemente nos tem ajudado, e os serviços importantes que tem feito ao nosso soberano a guarnição da fragata Ingleza; a intrepidez, o valor o mais distincto os guia em todas as occasiões, e seus dignos officiaes, infatigaveis, não se poupando a trabalho algum, se têm achado sempre á testa delles nos mais perigosos encontros.

« Achando-nos, pois, senhores de todos os pontos fortificados, que defendião o desembarque na ilha de Cayena,

de Victor Hugues, pedindo que se não fizesse entrada nesse dia, porque a sua guarnição estava toda embriagada. Tiverão as tropas brasileiras que esperar nesse arrabalhe durante a noite, e as rondas que vigiavam as praias prendêrão a equipagem

de 11 canhões tomados em dois dias, e não nos restando mais inimigos a combater nesta parte, resolvemos, eu e Mr. Yeo, ir tomar no interior uma posição vantajosa, e por isso marchei com a minha tropa no dia 9 a posar-me na habitação de Bourgarde, situada sobre uma altura, donde podia interceptar toda a comunicação com Cayena, tendo segura retirada no caso de ser atacado superiormente.

« Nesta marcha de quasi duas leguas, feita debaixo de um sol ardentissimo, eu me enchi de prazer e ternura vendo o valor, a constancia e a obediencia da nossa tropa levada ao ultimo grão; o soldado, extenuado de fadiga, coberto de suor, carregado com sua espingarda e com 50 cartuchos embulados, trazia ainda ás costas as munições de artilharia e puxava pelas peças; isto admira tanto mais, que elles não tinham largado as armas e cessado de trabalhar os dias antecedentes, tomando sempre á pressa a nutrição necessaria.

« Estando estabelecidos na referida posição, enviamos como parlamentarios á Cayena, no dia 10, Mr. Maclester e o tenente Mikiles, com a sommação ao governador, que por copia n. 2 remetto inclusa (\*) a V. Ex.; respondeu com a carta aqui tambem junta n. 3 (\*\*). Em consequencia della tivemos uma conferencia no dia 11, em que se tratou da capitulação, e pedindo-nos pela carta n. 4 (\*\*\*) lho dissessemos se o systema de libertar os escravos era na conformidade das nossas instrucções; respondemos-lhe com a carta n. 5.

Em 12 de Janeiro foi feita a capitulação no posto avançado de Bordá, e nella verá V. Ex. que eu me cingi litteralmente ás instrucções que V. Ex. foi servido dar-me, e que não exigi outras vantagens que as de segurar a possessão desta colonia a S. A. R. o Principe Regente, nosso senhor.

« O art. 1.º foi exactamente cumprido no dia 14, em que eu entrei com a minha tropa nesta cidade e fiz arvorar a nossa bandeira, solemnizando este acto com uma salva de 21 tiros. A tropa franceza embarcou logo para bordo das nossas pequenas embarcações, que são ao todo 593 homens, e para se dar o devido cumprimento aos arts. 2.º e 3.º faz-se preciso que V. Ex. envie aqui as embarcações competentes.

« Os negros, a quem se devia a liberdade, tambem se embarcárão. Achou-se na praça muita artilharia, porém quasi toda desmontada, e muito poucas munições de guerra. Fico inventariando todos os diferentes artigos que nos vierão á mão. Sendo necessario velar na segurança interior, policia e tranquillidade da colonia, e não tendo a quem encarregasse estas importantes commis-

ões, organizei uma junta provisoria, composta de oito dos principaes habitantes, cuja constituição, deveres e condições, verá V. Ex. na ordenança n. 7, pela qual a institui e orei.

« As sabias ordens e determinações de V. Ex., que anteciosamente espero, me esclarecerão sobre a marcha que devo seguir no governo desta colonia enquanto V. Ex. for servido que eu o occupe, devendo asseverar a V. Ex. que pelo genio activo e indutrio dos habitantes, e pela sua assiduidade na agricultura, ella é uma acquisição importante para o nosso soberano, e igualará, se não exceder em opulencia, ás outras colonias da America, se a liberdade do commercio e uma paz duravel a deixarem restabelecer dos choques destruidores que tem soffrido.

« Deos guarde a V. Ex. Cayena, 21 de Janeiro de 1809. —Ilm. e Exm. Sr. tenente-general José Narciso de Magalhães de Menezes, governador e capitão-general do Estado do Pará e da Guyana. —O tenente-coronel Manoel Marques.

« Ficárão feridos nos diferentes combates 8 soldados. »

*Capitulação proposta por M. Hugues, official da Legião de Honra, commissario de S. M. o Imperador e Rei, commandante em Cayena e na Guyana Franceza, e aceita pelos Srs. James Lucas Yeo, capitão de mar e guerra de S. M. Britannica, commandante das forças combinadas inglezas e brasileiras, e Manoel Marques, cavalleiro da ordem militar de S. Bento de Aviz, tenente-coronel chefe e director do corpo de artilharia do Pará, commandante da vanguarda do exercito brasileiro.*

« Ainda que os postos avançados forão tomados á força, e que o commissario do Imperador e Rei esteja reduzido com a sua guarnição á capital, elle deve aos sentimentos de honra, que sempre o tem distinguido, ao valor e á boa conducta dos officiaes e soldados do seu commando, á adhesão dos habitantes da colonia para com S. M. o Imperador e Rei, deve declarar altamente que se rende, não tanto á força, como ao systema destruidor de libertar todos os escravos(\*) que se declaravão pelo inimigo, e de incendiar todas as habitações e postos em que havia resistencia.

« Que o commissario do Imperador, commandante em chefe, depois de ter visto o incendio de muitas habitações, especialmente da sua, a mais consideravel da colonia, tinha attribuido isto ao principio aos acontecimentos da guerra; que a desorganisação das officinas e a liber-

(\*) A sommação se reduz em substancia ao seguinte: havendo S. A. R. o Principe Regente de Portugal ordenado a conquista da Guyana Franceza pelas razões allegadas no manifesto junto, e unido para este fim forças maritimas e terrestres mais que suficientes, já conquistámos os cantões de Oyapock e de Appiak, e outrosim todos os postos fortificados que impedião a entrada da ilha de Cayena, podendo nós entrar nessa capital ou V. Ex. queira ou não, e pois não pode esperar socorro nem de mar, nem de terra; propomos a V. Ex. que se renda, porque, evitando inutil effusão de sangue, obterá termos honrados, que nós saberemos cumprir.

(\*\*) Pode suspensão de hostilidades por 24 horas, e um lugar onde elle peça algumas explicações que lhe são necessarias, e igualmente faça algumas propostas.

(\*\*\*) Pergunta se com effeito faz parte das instrucções recebidas do Principe Regente, nosso senhor, a desorganisação das officinas, e a liberdade que nós concediamos aos escravos, porque este modo de guerrear em colonias era desconhecido até aqui por ser destructivo da povoação branca, ao que respondem os commandantes pela affirmativa, dizendo que este proceder acabaria logo que a praça se rendesse, conservando-se e protegendo-se as propriedades com desvelo.

(\*) Este artigo, em que o commandante da Guyana Franceza quer dar por causa de capitular a desorganisação dos serviços e companhias dos escravos, em virtude de concederem os commandantes brasileiro e inglez a liberdade áqueles que se unirão ás forças combinadas, e referido com a costumada liberdade franceza, sendo admittivel como os commandantes brasileiro e inglez consentirão que o commandante Hugues attribuisse a S. A. R. o Principe Regente, nosso senhor, ordens que S. A. Real não havia dado, merece aqui ser contestado.

S. A. R. o Principe Regente, nosso senhor, não deu outras ordens ao governador e capitão-general do Pará senão que atacasse Cayena e a Guyana; e unido-se por um feliz accidente a esta expedição o valoroso capitão Yeo, com a pequena fragata do seu commando, prestando-se elle de boa vontade a acompanhar a expedição e a commandar a força maritima, não lhe forão dadas outras ordens senão que atacasse Cayena. E' bem conhecido, e infelizmente praticado, que, pelo direito da guerra, se pôde e deve fazer ao inimigo todo o mal possivel enquanto dura a resistencia. Debaixo destes principios os dois valorosos commandantes da expedição derão a liberdade aos negros que se incorporarão ao nosso exercito, e isto lhes era licito, não só pelo direito da guerra, mas porque Hugues tinha obrigado os



consistindo elles em 200 homens de tropa, munições de guerra e de boca, vindo tudo a bordo da fragata *Sarpon*, commandada pelo capitão Laballe.

tação dos escravos lhe tinham parecido arbitrios momentaneos, mas que, certificando-se por escripto que os Srs. officiaes inglezes e portuguezes obravam em virtude das ordens de S. A. Real, querendo salvar a colonia de uma destruição total e conservar a seu augusto amo vassallos que lhe derão tantas provas de adhesão e fidelidade, o commissario de S. M. Imperial entrega a colonia ás forças de S. A. R. o Principe Regente, com as condições seguintes:

« 1.ª A guarnição sahirá da praça com as armas, bagagem e todas as honras da guerra.

« Os officiaes conservarão as suas espadas e os officiaes superiores os seus cavallos; ella deporá as armas e se obriga a não servir por espaço de um anno contra S. A. R. o Principe Regente e seus alliados.

« 2.ª Dar-se-hão embarcações á custa de S. A. o Principe Regente para transportar directamente á França a guarnição, os officiaes civis e militares, todos os empregados no serviço, com suas familias e effectos, o mais depressa possível.

« 3.ª Dar-se-ha igualmente uma embarcação commoda para transportar á França o commissario do Imperador, commandante em chefe, sua familia, seus officiaes, seu sequito e effectos, o chefe da administração ordenador, o commandante das tropas, o inspector e o commandante da artilharia, com as suas familias.

« 4.ª Será concedida uma demora conveniente aos Srs. officiaes que têm propriedades na colonia para terminar os seus negocios.

« 5.ª Os arsenaes, baterias e todos os objectos de artilharia, sala de armas, armazem de pólvora, armazem de viveres, serão entregues pur inventario e no estado em que actualmente se achão, e indicar-se-ha onde estão todos os objectos.

« 6.ª Todos os negros escravos de uma e de outra

senhores a darem-lhe uma parte dos seus escravos(\*) para os armar; e, quando Hugues vio que não podia resistir ao valor das negões combinadas, fez então esta pergunta aos dois commandantes para os embarcar, e elles, respondendo muito bem que logo que Hugues se rendesse cessaria todo o mal de que se queixava, ajuntarão todavertadamente que obravam assim por ordens de S. A. Real, o que era falso, e antes podião dizer que obravam pelo direito da guerra, que permite fazer ao inimigo todo o mal, muito mais porque Hugues tinha armado os escravos, e por consequência em tres circumstancias dar-lhes liberdade era o mesmo que pagar bem aos desertores do exercito do seu inimigo. Eis-aqui bem respondida a artificiosa e calumniosa accusação de Hugues quanto á liberdade dada aos escravos que se uniao ao exercito portuguez.

Emquanto ao incendio e devastação das habitações, particularmente da sua, Hugues esqueceu-se de dar a verdadeira razão, e foi que, havendo-se da sua fazenda atirado duas vezes contra o parlamentar, que o exercito combinado lhe mandava, mereceu por este facto atroz e digno da falta de respeito dos francezes, para com todos os usos que preserva a humanidade, o severo castigo que, depois de tomado o lugar, se deu ao mesmo e aos seus habitantes. Eis-aqui o verdadeiro ponto de vista em que se deve considerar esta asserção do commandante Hugues, que os commandantes da expedição descuidadamente deixaram passar.

(\*) « Sendo preciso pelas circumstancias actuaes que se forme um corpo de negros, arbitrio já adoptado em todas as colonias, os Srs. habitantes queirão mandar negros de 18 até 30 annos, que sejam fortes, vigorosos, caçadores, domesticos e todos ladinos, e, entim, os mais intelligentes se não quizerem que l'hos tornem a mandar á sua custa, com um official de gendarmaria, afim de tomar entre os seus escravos os que se julgarem capazes. Os escravos sobreditos que ficarem mutilados, ou se perçam pelos acontecimentos da guerra, serão pagos a seus senhores; os que se distinguirem em qualquer occasião obterão a sua liberdade, e seus senhores serão indemnizados, etc. Cayena, 21 do Dezembro. — Victor Hugues. »

Ao romper do dia achou-se a fragata franceza fundeada no alcance da corveta *Confiance*, e dos

parte serão desarmados e remetidos para as suas habitações.

« Os negros francezes, que os commandantes de terra e mar de S. A. o Principe Regente admittirão ao serviço durante a guerra, e a quem derão a liberdade em virtude das suas ordens, serão mandados para fóra da colonia por não poderem ser para o futuro mais que um objecto de perturbação e discordia.

« Os commandantes se obrigão, segundo as suas promessas, a solicitar de S. A. R. o Principe Regente a substituição de outros tantos escravos ou uma indemnisação a favor dos habitantes a quem pertencem.

« 7.ª Os papeis, planos e outras cousas pertencentes á engenharia serão igualmente entregues.

« 8.ª Os doentes, e feridos obrigados a ficar na colonia, poderão sahir della com tudo quanto lhes pertencer, quando estiverem em estado de o fazer, e enretanto serão tratados como até aqui.

« 9.ª Serão respeitadas as propriedades particulares de qualquer especie e natureza que sejam: os habitantes poderão dispor dellas como até aqui.

« 10. Os habitantes da colonia conservarão as suas propriedades e poderão residir nellas, conformando-se ás ordens e fórmãs estabelecidas pela soberania debaixo de que ficão. Terão liberdade para vender as suas propriedades, e retirar-se na epoca que lhes convier sem que a isso se lhes ponha obstaculo.

« 11. As leis civis, conhecidas em França pelo nome de *Codigo Napoleão*, e que estão em vigor nesta colonia, serão seguidas e executadas até a paz entre as duas nações. Os magistrados não poderão decidir sobre os interesses entre os particulares que não seja em virtude das ditas leis.

« 12. As dividas reconhecidas pelos particulares durante ou antes do tempo determinado pelo artigo precedente serão exigidas conforme as bases estabelecidas por este mesmo artigo.

« 13. Os papeis concernentes ao governo e matriculas da tropa serão levados pelo quartel-mestre.

« 14. Desejando conservar a plantação de especiarias, chamada *la Gabrielle*, em todo o seu esplendor e agricultura, fica estipulado que não se destruirá nenhum edificio nem plantação, arvores ou plantas; mas conservar-se-ha no estado presente, tal qual se entrega aos commandantes de S. A. o Principe Regente.

« 15. Todos os papeis dos armazens, de inspecção, de dominio, toda e qualquer responsabilidade, se deporá no cartorio ou n'outro lugar ajustado para se recorrer a elles quando for preciso. Tudo ficará debaixo do sello dos dous governos e á disposição de S. M. I. e Real.

« 16. A presente capitulação será feita nas tres linguas e assignada pelos officiaes estipulantes. Postos avançados de Bourda, a 12 de Janeiro de 1809. (Assignados) — Victor Hugues. — James Lucas Yeo. — Manoel Marques. »

Notas que se fazem necessarias a alguns artigos deste tratado e que devem acompanhar-lo, segundo a ultima sanção do governador e capitão, debaixo de cuja ordem immediata se procedeu nas operações contra a Guyana Franceza.

« José Narciso de Magalhães de Menezes, do conselho do Principe Regente de Portugal, commandador da ordem militar de Aviz, tenente-general dos reaes exercitos, governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Rio-Negro, etc.

« Tendo-me sido presente a capitulação proposta por M. Victor Hugues, official da Legião de Honra, commissario de S. M. o Imperador e Rei, commandante em chefe de Cayena e Guyana Franceza, acella e assignada a 12 de Janeiro do corrente anno pelos commandantes das forças de mar e terra, que, debaixo das minhas ordens imme-

brigues *Voador* e *Infante D. Pedro*. Estes, ainda que superiores em boccas de fogo, temião-se da

fragata franceza, porque a maior parte da gente que os guarnecia tinha desembarcado para ajudar as

ditas forão encarregados do ataque e conquista daquella colonia, e não obstante a dita convenção e assignatura, para que os tinha autorisado em termos geraes, e segundo as fórmulas em semelhantes casos ordinariamente observadas, reservando-me comtudo a suprema autoridade de que me julgo legitimamente munido pelas reaes ordens, pela inteira e exclusiva direcção de todos os movimentos praticados na dita conquista, para fazer a respeito da mesma capitulação as addicções e declarações convenientes, tanto pelo que pertence á intelligencia e conceito publico, como á dignidade e interesses do meu augusto soberano, hei por bem addicionar e declarar o seguinte:

« 1.º Que dando M. Hugues, entre as causas que o obrigáão a render-se e a tratar daquelle accommodamento, o ter visto incendiar muitas habitações, principalmente a sua, a mais consideravel da colonia, é de crêr que não estava informado dos motivos que para isso altamente concorrêrão, e que os dous contratantes se haviam esquivado tambem de que a dita habitação fortificada, e que obstinadamente defendia com artilharia e infantaria a penetração das nossas tropas por aquelle ponto, fôra mandado em parlamentarío o 2.º commandante da fragata ingleza Mr. Maclester, e não obstante este character, recebido alli, contra todas as leis da guerra, ás repetidas descargas de fuzilaria; que por consequencia desta infracção, sendo aquelle posto então levado a golpes de sabre e posta em fuga a tropa que o defendia, teve de soffrir por consequencia o destroço que sobre si desafiára, segundo encontro nas participações officiaes que se me dirigirão, e no detalhe das operações e combates, que tiveram lugar nos dias 7 e 8 do sobredito mez.

« 2.º Que a condição do 1.º artigo, em que a guarnição se empenha a não servir contra S. A. o Principe Regente e seus alliados durante um anno, deve entender-se este prazo a contar desde a época em que a mesma guarnição entrar nos domínios de S. M. o Imperador o Rei no continente da Europa, havendo tambem de contar-se indubitavelmente com toda a possível brevidade na execução deste artigo pela nossa parte.

« 3.º Que os arts. 11 e 12, tendo a unica intelligencia de que aos habitantes da colonia se lhes conceda a manutenção e formulas na administração das leis civis, debaixo das quaes até se lhes administrava a justiça, é igualmente bem entendido que todos os processos e julgados serão em nome do Principe Regente de Portugal, como seu soberano, pelo absoluto dominio que justamente lhe devolve o direito da conquista e o das armas, não podendo nunca, pela conhecida prepouderncia destes principios, deduzir-se qualquer interpretação litteral dos ditos artigos que se opponha á toda livre acção em que fica o mesmo augusto Senhor, de ampliar ou restringir o que lhe parecer conveniente a respeito dos seus interesses e daquelles dos seus nobres sujeitos.

« 4.º Que o art. 16 deve ser comprehendido na declaração acima sobre os arts. 11 e 12; elle, regulado pela mesma essencia daquelles principios, fica á absoluta disposição de S. A. R. o Principe Regente.

« 5.º Que de nenhuma sorte convenio na ultima condição do art. 15 enquanto diz « á disposição de S. M. I. e Real: » naquella colonia nada poder nem deve ficar á outra disposição que não seja a immediata, entretanto legitima e independente, do Principe Regente de Portugal.

« E porque sómente debaixo dos comprehensivos termos das supra-escritas declarações se deve conceber, e ter a sua effectiva validade, a accordada capitulação, ordeno ao commandante da vanguarda das minhas tropas, governador interino de Cayena e Guyana Franceza, uma das partes contratantes da mesma capitulação, que, fazendo officialmente apresentar ao ex-governador M. Victor Hugues este supplemento a ella para sua ultima e decidida intelligencia, igualmente o mande imprimir da

mesma sorte, e no mesmo numero que o forão e forem, na impressão da cidade de Cayena, os exemplares da referida capitulação, pois que com ella devem igualmente circular; elle, debaixo da minha unica assignatura, vai autorisado para fazer constantes as justas, decentes e poderosas razões, com que eu só podia convir naquelle tratado, leva-lo á presença do meu augustissimo soberano, e pôr nas vistas ou consideração publica tanto aquelle, como este papel diplomatico, que, debaixo da mesma condição do art. 16, será feito e communicado nas tres linguas alli contempladas. Palacio do governo na capital do Pará, 17 de Fevereiro de 1809. (Assignado)—José Narciso de Magalhães de Menezes.

« Referendado por mim secretario interino do governo Gerardo Jose de Abreu. Registrado na secretaria do governo no livro competente. Pará, 17 de Fevereiro de 1809. —Abreu. »

*Copia de um offeio dirigido pelo tenente-coronel Manoel Marques, commandante em Cayena e governador interino da Guyana, ao Exm. governador do Pará.*

« Illm. e Exm. Sr.—O governo francez, em consequencia de uma representação do general Hugues, fez partir de diversos portos de França duas corvetas, e uma fragata denominada *O Topazio*, com tropas e provisões de guerra e bocca para esta colonia.

« A fragata, de 44 peças, tendo a bordo 106 homens de desembarque e 1.400 barricas de farinha por conta do governo, appareceu á vista da *Confiança* e dos brigues a 13 do corrente, e vindo á terra no mesmo dia em um escaler M. Bernard, tenente-coronel ajudante de campo do general Hugues, foi preso no Degrad des Cannes pelo nosso destacamento; e percebendo-se que elle tinha delatado alguns papeis fôra, á beira do rio, procuráão-se cuidadosamente, e ainda se acháão os que inclusos remetto a V. Ex. por copia.

« Este ajudante de campo, como chegou quasi ao mesmo tempo da capitulação, entrou nella como os outros officiaes e deve acompanhar o general para a França. A fragata escapou-se e já não apparece, e supponho que, ou ella está fundeada nas ilhas do Diabo (onde já esteve a esquadra de Jeronymo Bonaparte), ou, em virtude das instrucções que traz o commandante, iria fazer a sua descarga em Guadalupe ou Martinica; porém não tardará a chegar as duas corvetas que fallão.

« A fragata *Confiança* e os dous brigues, não podendo aqui entrar em segurança, ficarão ancorados ao largo, onde o mar fôr fundo e as tempestades frequentes nesta estação, lhe destroem as amarras e ferros; por este motivo não podem aqui existir muito tempo, e eu, não tendo á vista disto quem me guarde o mar, rogo a V. Ex. queira enviar-me mais tropa para guarnecer os pontos de desembarque, o que não posso fazer só com as forças que tenho, e já muito diminuidas pelo grande numero de doentes, consequencia infallivel dos excessivos e penosos trabalhos que tenho tido.

« Na relação aqui junta verá V. Ex. o estado da força total da tropa de linha que defendia esta colonia; havia tambem 100 milicianos habitantes em armas, que forão desarmados e despedidos na época da capitulação, assim como os negros escravos, cujo numero, entrando os que erão occupados nos differentes trabalhos, montava a perto de 500.

« Deos guarde a V. Ex. Cayena, 21 de Janeiro de 1809. —Illm. e Exm. Sr. tenente coronel José Narciso de Magalhães de Menezes, governador e capitão-general do Estado do Pará e da Guyana.—O tenente-coronel Manoel Marques. »

forças de terra, e a fragata franceza também temia-os, porque a maior parte da sua guarnição,

composta de homens novos, ainda soffria os effeitos do enjôo, assim como a tropa auxiliar que vinha de

*Cópia em portuguez.—A vela defronte de Cayena, 13 de Janeiro de 1809.*

« O capitão de fragata de Sua Magestade, *Topazio*, ao general Hugues, commandante em Cayena.

« Tenho a honra de vos annunciar a chegada da fragata *Topazio*, expedida de Brest a 7 de Dezembro para trazer tropas e provisões á colonia que commandais.

« Tenho a honra de vos remetter inclusas as instrucções que recebi de S. Ex. o ministro da marinha, os conhecimentos dos differentes artigos carregados a bordo e as quitações para cautela da alfandega.

« Os acontecimentos dos dous primeiros dias da nossa sahida nos privarão de mastreação e de apparelho; para vos habilitar a julgar do que affirmo, peço-vos, general, que lanceis uma vista de olhos sobre uma copia do meu diário, que achareis inclusa. A maior precisão que temos é de vergas de gavia; talvez que no porto de Cayena se achem algumas vergas grandes de navios mercantes que nos possam servir. Também precisamos de 40 toneladas d'agua.

« A respeito da minha estada defronte de Cayena já providenciarei tudo as instrucções de S. Ex., e eu me retiro inteiramente ás ordens que vós, general me derdes para sua execução.

« Tenho a honra de vos saudar com o mais profundo respeito.

« Uma fragata e dous brigues fundeados defronte de Cayena não permitem que eu vá á terra. M. Bernard, vosso ajudante de campo, me pediu uma embarcação para ir á terra a fim de vos levar os officios do governo, e espero que lá chegará felizmente.

« Vou amarar-me e fazer tudo quanto possa executar um marítimo inteiramente zeloso do serviço de Sua Magestade para arriber outra vez á colonia.

« Tenho a honra de vos saudar com o maior respeito (Assigando).—Laballe.

« M. Bernard prometteu-me que vos havia de pintar minha situação. »

*Cópia em portuguez das instrucções do ministro da marinha franceza a M. Laballe*

« Paris, 11 de Novembro de 1809.—Senhor.—A intenção do Imperador é que a fragata do vosso commando chegue á Cayena o mais depressa que fór possível. Entregareis a disposição de M. Victor Hugues, commandante dessa colonia, as provisões que estão a vosso bordo, e outrosim as recrutas, que nelle se embarcaram.

« A vossa carregação é preciosa para a colonia, e a precisão da sua chegada é urgente; por isso deveis evitar, indo para lá, a caça dos navios, que vos apartarem muito do vosso caminho, e prolongarem demasiado a travessia: na volta manobrareis a este respeito, segundo a quantidade de viveres que tiverdes, e os augmentareis com tudo o que as vossas presas vos podermos fornecer, a fim de cruzar como julgardes conveniente, se a marcha do vosso navio vos prometter algum bom successo. Todavia será preciso que obreis de tal sorte, que possais chegar a um porto de França antes ou no tempo do equinoxio de Março; porque, sendo mais tarde, a grandeza dos dias, e o estado do mar, dão menos acasos contra os cruzadores inglezes.—Sr. capitão Laballe, commandante da fragata *Topazio*.

« Vós conheceis o estado de hostilidade das provincias insurgentes da Hespanha e Portugal contra S. M. o Imperador e Rei, e isto deve bastar para regular a vossa conducta, e privar qualquer arribada a estas possessões. Os americanos<sup>(\*)</sup>, hespanhoes, suecos, brasilienses, por-

tuguezes e inglezes, são boa presa, e os primeiros com mais forte razão por navegarem contra a ordem do seu governo. Vós destruireis as presas que vos cabirem ás mãos, e que não tiverdes esperanza de introduzir felizmente em nossos portos.

« Tereis cuidado de tirar primeiro destas presas todos os artigos que poderdes receber a bordo, e que forem uteis, ou para vosso navio, ou para a colonia a que sois enviado mas todas as vezes que tiverdes esperanza de fazer chegar a hom porto uma presa preciosa, ou escoltando-a, ou mandando-a a ventura para Cayena, que é o porto mais livre de cruzadores<sup>(\*)</sup>, ou para qualquer outra colonia, ou enfim para a França, não deixareis de o fazer. Isto dependerá dos acasos que vos apresentar o estado do mar ou dos ventos, e as distancias em que vos achardes.

« Chegando a Cayena, apressar-vos-heis a desembarcar a vossa carregação, e communicareis estas instrucções a M. Victor Hugues, com quem vos concertareis sobre o resto das vossas operações. Recommenda-se a este chefe da colonia que vos dê todos os meios que possa, ou para vos fornecer trabalhadores, a fim de que a vossa equipagem não se entregue a um excesso de trabalho para a descarga, ou para fazer aquella aguada que precisardes. Vós entendeis que quanto menos vos demorardes na colonia, mais activa será a vossa commissão, e maior será a satisfação que haveis de causar.

« A precisão que a metropole soffre de generos colonias, e as difficuldades que experimentão os colonos para os fazer passar á França, decidirão Sua Magestade a mandar fazer pelos seus mesmos navios de guerra uma operação, que em outras circumstancias só devem proteger. Por consequencia deseja-se que M. Victor Hugues possa destinar-vos uma carregação de generos colonias, que receberei a bordo para a trazer á França; mas esta operação, que não tem difficuldade nos outros portos das colonias, será menos facil em Cayena, onde fundeareis ao largo.

« Ha sobre estas operações uma experiencia na colonia, sobre que M. Victor Hugues vos poderá instruir, e entender-vos-heis com elle sobre a possibilidade de fazer a carregação, devendo vós abandoná-la se não se poder fazer com tanta ligeireza que a fragata se arrisque fundeada, ou por causa de ventos, ou por ter de se medir contra outro navio de iguaes forças.

« Este artigo das vossas instrucções se reduz ao seguinte: seria valioso que a fragata podesse voltar com uma carregação de generos colonias, ou pertencente ao governo, ou tomadas a frete, ou por conta dos colonos; mas, resultando disto algumas circumstancias que compromettão a fragata, é preciso renunciar á dita carregação. No primeiro caso, quanto mais completa fór a vossa carregação, tanto mais feliz será a vossa commissão; no segundo caso fareis, se puderdes, aquella aguada, que fór proporcionada aos viveres que tiverdes a bordo, e os que vos poderem prometter os que alcançardes pelas vossas presas.

« Esforçal-vos em fazer o maior mal ao inimigo, o que alcançareis, pondo a maior actividade em os vossos movimentos. Sendo a vossa carregação destinada para

quem o dito governo devia proteger pelos generos colonias que lhe importava, é tratada como inimiga, sem prévia declaração de guerra. Que lei respeitirão estes barbaros, vândalos dos nossos tempos? Onde seria forjado o seu codigo? No egoismo, ambição e misanthropia.

(\*) Conheço os brasilienses de que perigosos vizinhos se li-vrarão pela gloriosa conquista de Cayena; tinham á porta, não só um deposito de extorções e rapinas destes bandidos, mas até o mesmo asylo de seus cruzadores. Naquelles mares pouco temião e se julgavam mais seguros. Graças aos nossos guerreiros e aos fiéis alliados que os expellirão! Por ali navegára mais pacifico o industrioso commerciante, que espalha em sua carreira a riqueza e abundancia.

(\*) Desta ordem vêrão os americanos a boa fé do governo francez; uma nação que nenhum prejuizo lhe tem causado, e a

França. *Sarpon* suspendeu o ferro e se fez de vela, e foi ser presa dos inglezes em Guadalupe\*).

Cayena é da maior importancia que consigais chegar lá. Se achardes embarcações inimigas, que vos impeção o chegar áquella colonia, tereis cuidado ao principio em evitar o ir lá, porém voltareis outra vez, e fareis todas as tentativas para realizar esta operação; mas, se contra o que se pode prever, for impossível o alcança-lo, ireis a uma das colonias da Martinica ou da Guadalupe, onde fareis tudo o que as presentes instruções vos mandão fazer em Cayena.

« Enfim, não podendo chegar a nenhuma destas colonias, a que é contra todas as probabilidades, ireis desembarcar a vossa gente e os vossos viveres em S. Domingos. Não vos escapará que, ou em Cayena, ou em S. Domingos é difficil fazer aguada: deveis, portanto, ter nella a maior economia, e vigiai em que não haja a menor consumação inutil deste artigo.

« En fiquei por fiador perante Sua Magestade do zelo e actividade, que tereis na importantante missão que vos é confiada, e Sua Magestade conta com a vossa afecção, coragem e talentos em todas as circumstancias em que vos achardes.

« Deveis, Sr. commandante, ficar bem persuadido da attenção particular que o Imperador dará ao modo com que desempeñardes a commissão que ides a fazer, e eu me julgarei feliz se lhe puder apresentar relações que augmentem mais a confiança e estima com que Sua Magestade vos honra. (Assinado)—Decrès.

« Por copia, conforme.—O capitão da fragata de Sua Magestade, Topazio, Laballe. »

(\*) *Copia de uma carta do capitão Yeo do Sr. Sidney Smith, mandada pelo primeiro ao honrado W. W. Rolt.*

« A bordo do navio de Sua Magestade *Confiança*, no porto de Cayena, 15 de Janeiro de 1809.

« Senhor. — A minha ultima carta de 26 do passado vos confirmou da chegada das tropas brasileiras a Approach.

« Em 4 do corrente foi determinado pelo tenente-coronel Manoel Marques e por mim o fazer-se o desembarque no lado de léste da ilha de Cayena, em conformidade do que todas as tropas se embarcáram a bordo das pequenas embarcações, fazendo 550, e 80 marinheiros e soldados da marinha da *Confiança*, e um destacamento de soldados dos brigades *Voador* e *Infante*. Em 6 todos ancoráram na bocca do rio; de tarde eu avancei com 10 canoas e quasi 250 homens para me apossar de duas baterias, uma por nome Forte Diamante e a outra Grande Cam, que domináram a estrada real para a cidade de Cayena.

« Os navios, com o resto das tropas, eu os deixei debaixo dos ordens do capitão Salgado, do *Voador*, com ordem de me seguir depois do pôr do sol e ancorar na bocca do rio Mahurie, e esperar allí até que eu tomasse as duas baterias já referidas, e quando eu fizesse o signal ajustado elle devia entrar pelo rio e desembarcar com a maior brevidade possível.

« Eu cheguei á ponta Mahurie ás 3 horas da manhã seguinte com 5 canoas; as outras, sendo ranceiras, não puderão chegar. Nós então desembarcámos em uma habia, que ficava em igual distancia das duas baterias. A maresia era tão forte, que em pouco tempo as nossas embarcações se fizeram em pedaços.

« Eu ordenei ao major Joaquim Manoel Pinto, que com um destacamento de tropas brasileiras caminhasse para a esquerda e tomasse Grande Cam, durante que eu, acompanhado pelos tenentes Muscaster, Blyth e Read (das tropas reaes da marinha), os Srs. Savory, Guilherme Taylor, Forlier e Irwin, caminhei para a direita, com uma partida da *Confiança*, para tomar o Forte Diamante, do qual nos apossámos em pouco tempo: tinha duas canhões de 24 e um de bronze de 9, e 50 homens.

OS BRASILEIROS TOMÃO POSSE DE CAYENA NO DIA 14 DE JANEIRO DE 1809 E PROSEGUEM EM SEU GOVERNO

No dia sabbado 14 de Janeiro, pela manhã, apresentáram-se as tropas portuguezas em frente da praça, onde já as esperava a guarnição franceza na esplanada, debaixo de armas.

A força expedicionaria, por doenças que lhe inutilisáram quasi 200 homens, desde o Oyapock, em

« Lamento ter que dizer que o tenente João Bear (das tropas brasileiras), digno das tropas reaes da marinha, um official, moço de todo o merecimento, ficou ferido mortalmente, e tambem 1 marinheiro e 5 soldados da marinha levemente. O capitão e commandante francez com 3 soldados mortos e 6 feridos.

« O major teve o mesmo successo: o forte tinha duas canhões de bronze de 9 e 100 homens; dois do inimigo ficáram mortos. A entrada do rio, estando em nosso poder, fez-se o signal, e ao meio dia todos estavam desembarcados. Nesta occasião recebi noticia que o general Victor Hugues tinha sabido de Cayena, á frente de 1.000 soldados, para nos deitar fóra dos nossos postos.

« A nossa força, sendo muito pequena para se dividir, e a distancia entre os dois postos grande, e só 12 milhas distantes de Cayena, determinámos de dismantelar o Forte Diamante e juntarmos todas as nossas forças em Grande Cam.

« Eu então deixei o meu 1º tenente Mr. Muscaster com um destacamento da *Confiança* para fazer este serviço e depois unir-se-me. Chegando a Grande Cam vi duas outras baterias, quasi uma milha pelo rio acima, dos dois lados, a meio tiro de canhão uma da outra, uma na margem direita chamada Trió, sobre uma eminencia, commandando a angra que conduz á Cayena; a outra da parte opposta, á entrada da angra que conduz á casa e plantação do general Victor Hugues, é evidentemente feita de proposito para sua defesa.

« As 3 horas fiz ancorar os cuters *Leão* e *Vingança*, empaelhados com ellas, e logo se seguiu um combate renhido, que durou uma hora; então, vendo que o calibre das peças do inimigo e a sua posição eram muito superiores á nossa, os cuters tendo só do calibre de 4, e muitos dos nossos homens cahindo por causa da incessante chuva de metralha, determinei de os tomar por assalto, e para isto mandei a Savory (o commissario) que acompanhasse um destacamento de brasileiros, e desembarcasse na bateria do general Hugues, e ao mesmo tempo, encaminhando-me eu, acompanhado pelo tenente Blyth, a tripulação do meu bote e um destacamento de tropas brasileiras para o de Trió, e ainda que ambos os destacamentos tivessem que desembarcar nas bocas dos canhões, que fazem um fogo continuo de metralha e mosquetaria, a determinada valentia dos nossos homens depressa os tomou, fazendo fugir o inimigo: cada forte tinha duas peças de bronze de 9 e 50 homens.

« Apenas este serviço estava acabado, quando as tropas francezas de Cayena atacáram o coronel em Grande Cam; as nossas tropas, estando muito divididas, eu, por esta razão, mandei que todas embarcassem, e fomos para a parte onde estava o coronel, o qual, com a sua pequena força, tinha destruido o inimigo, que, depois de um combate renhido de 3 horas, se retirou para Cayena.

« Neste mesmo tempo 250 homens do inimigo apparecerão diante do Forte Diamante; mas, vendo que o tenente Muscaster estava preparado para os receber, e persuadidos de que elle tinha força maior do que realmente era, e sabendo o desbarato do seu general, seguirão o seu exemplo.

« Tendo-se visto uma peça de campanha e um morteiro, que estavam defronte da casa propria do general Victor Hugues, com 1.000 homens, para evitar a effusão de sangue mandámos dois parlamentarios ao general francez, mas fizeram fogo sobre elles. Vendo que o ini-



destacamentos que tinha sido preciso deixar guardando os pontos occupados, estava reduzida a menos de 400 homens, apesar de se incorporarem nas fileiras alguns marinheiros das embarcações de guerra, e neste estado a sua linha era inferior em numero á franceza.

As espingardas depositas na esplanada foram 323, isto além dos officiaes de patente e inferiores, e do seu parque de seis peças de calibre 8 e de dous obuzes puxados por bestas, assim como os carros de mancheço e armões.

Desarmados os francezes, destiláram e foram habitar os pantões que se lhes tinham preparado, até nos primeiros dias de Março, em que embarcaram e seguirão para a França em duas galeras mercantes, brasileiras, que para esse fim tinham vindo do Pará trazerem a terceira expedição, que elevou a guarnição brasileira de Cayena a 1.300 homens. Desarmou-se e foi posto em parlamentar o brigue *Infante D. Pedro*, que recebeu Victor Hugues e sua familia, os empregados da administração e outros, que do mesmo brigue desembarcaram no porto de l'Orient (\*).

o amigo tinha tido bastante perda pelo caminho, e que as suas tropas estavam emboscadas pelo mato que o flanqueava, o tenente Yeo mandou a sua tropa que avançasse com os piques e bayonetas.

« O forte foi tomado, a casa, e o inimigo obrigado a retirar-se com precipitação pelo meio do mato. Em 9, uma eminencia, chamada Beaugard, planície, a qual commanda a estrada que vai e vem de Cayena, foi occupada pelas tropas inglezas. Em 10, um ajudante de campo do general francez chegou com a resposta á intimação para capitular, pedindo um armistício de 24 horas para arranjar os artigos.

« A capitulação se assignou em 12, e em 14 a força aliada tomou posse da cidade; o inimigo, em numero de 300, depoz as armas e foi embarcado immediatamente; duzentos milicianos do paiz, que tinham sido incorporados com a tropa de linha, entregaram ao mesmo tempo as suas armas e se dispersaram.

« O tenente Yeo dá os maiores louvores á conducta do capitão Salgado do *Voador* em o posto que lhe foi dado, e tambem ao tenente J. P. Schultz, e toda a esquadra brasileira. Ao zelo, valentia e incansaveis esforços dos tenentes Mulcaster, Blyth e Read, me attribue uma grande parte do successo. Os tenentes Blyth e Read ficaram feridos; o ultimo mortalmente. Mr. Savory Thompson, Larque, Taylor e Forder, são mencionados em termos da maior recommendação, como tambem o são Mr. Swinand Silvestre, guarda marinha e cirurgião.

« A judiciosa manobra de Mr. J. Acoli, piloto, o qual estava encarregado da *Confiança*, o tenente Yeo attribue o não poder a fragata *Topazio* reforçar a guarnição de Cayena.

« A *Confiança* teve 24 mortos e feridos; os brasileiros 1 morto e 8 feridos, e os francezes 1 capitão e 15 soldados mortos, e 20 feridos. »

(\*) O tenente-coronel dá conta ao general José Narciso da sua conducta do modo seguinte:

« Ilm. e Exm. Sr.—Em 12 de Março passado recebi pelo 1º tenente José Joaquim da Silva, commandante do bergantim « *Aurora Resplandecente* » o officio de V. Ex., em data de 23 de Fevereiro do corrente anno. Agradeço a V. Ex., cheio de prazer e de gloria, os elogios com que se digna honrar-me e aos bravos conquistadores da Goyana franceza debaixo das minhas ordens, o que me honra, tanto mais que foi em execução das sabias ordens de V. Ex. que eu obedeço sempre, e procurarei sempre cumprir o mais literalmente que me for possível.

« Recebi igualmente as notas de V. Ex. feitas ao tratado de capitulação, concluido entre mim e o capitão Yeo, e o commis-

sario do Imperador e Rei, ex-commandante em chefe desta colonia, a 12 de Janeiro de 1809, e é com o mais grande desgosto que eu annuncio a V. Ex. que as suas ordens a este respeito não poderão ser cumpridas, e eis-aqui as razões principaes:

« 1.ª O commissario do Imperador Mr. Victor Hugues, um dos estipulantes, sem o qual nada se podia obrar, partiu deste porto para um dos da França com a sua familia e requito, e o ordenador da marinha a 3 de Março no brigue de S. A. Real « *Infante D. Pedro*, » commandado pelo capitão-tenente L. da C. M. Este homem intrigante e cabalista era perigoso, não só por este motivo, como por todos os outros que podem imaginar-se em taes circumstancias; elle não cessava de fomentar a desordem e a desunião por toda a parte, e ao mesmo tempo clamava altamente por causa do retardado do seu transporte; perdidos, finalmente, a mim e ao capitão Yeo que lhe concedessemos o mencionado brigue para este fim: foi para nós uma extrema felicidade esta supplica, e portanto ordenou o capitão Yeo ao commandante que desarmasse o brigue e puzesse em estado de parlamentar, conforme o uso e pratica geral, o que se executou promptamente, fornecendo-lhe amplamente ao dito commissario do Imperador tudo o que exigia para seu tratamento durante a viagem; não se lhe concedeu, porém, o embarque de algumas especiarias e generos colonias, como se mostra a V. Ex. pelas duas cartas aqui inclusas ns. 1 e 2; nos papeis n. 3 v. Ex. o passaporte com que foi expedido o dito brigue e de que foi munido o commandante.

« 2.ª O capitão Yeo, escrevendo ao governador de Suriname, para lhe pedir embarcações para conduzir os prisioneiros francezes á França, lhe mandou igualmente uma copia da capitulação, escripta na lingua ingleza. Esta copia passou dali a Barbadas, onde foi impressa nas folhas publicas, das quaes a goleta « *Lune*, » que aqui entrou com generos de commercio a 21 de Fevereiro, trouxe muitos exemplares, e portanto era já impossivel cohibir a circulação deste papel.

« As observações de V. Ex. são justas, e as suas notas e addição á capitulação é innegavel que augmentão o decore e a consideração do nosso soberano. Mas permita-me V. Ex. que eu lhe faça algumas observações, que são indispensaveis para justificar-me. Eu achava-me estabelecido no interior da ilha de Cayena, quasi sem viveres em uma paragem que não offerece se não algumas ressurgas momentaneas, com uma grande parte dos officiaes fóra do estado de servir por causa de molestias graves, como o major Palmeirim, os capitães Joaquim Manoel e Azedo, o ajudante Motta, o tenente João Gomes, e os alferes Gama e Pedro Antonio, que aqui morreu, e com perto de 200 homens tambem doentes, tendo que guardar os portos conquistados para ler o mar livre; nestas circumstancias seria absurdo e temeridade tentar a tomada de Cayena por assalto, havendo que fazer ainda mais de 3 leguas de marcha, que não podião vencer-se em um dia (como nós o experimentámos) por um caminho estreitissimo, já montanhoso, já alagado e cheio de desfiladeiros, guarnecidos com artilharia que os fazia quasi inacessiveis.

« Eu não podia sustentar-me no posto em que me achava para esperar os reforços que chegarão dali a 36 dias, isto é, em 17 de Fevereiro, (\*) porque ainda mesmo que não fosse atacado não havia subsistencias, o numero de doentes crescia e faltavam não só os medicamentos proprios, como os professores para os tratar; accrescia a isto que a fragata e os dous bri-

(\*) Um capitão, 4 subalternos, 8 officiaes inferiores, 1 tambor e 110 soldados. Total 123 praças.

erão naturaes do Brasil, e a maxima parte da provincia do Pará.

Soldados bisonhos, que ainda não tinham entrado em campanha e experimentado a acção do combate bellico, nunca voltarão a face nesta arriscada guerra; nunca recuarão e sempre affrontarão os perigos e a morte com firmeza e denodo. Sofrendo as mais cruéis privações e as inclemencias de um clima destruidor, nunca soltarão uma queixa, depois de entrarem conquistadores em Cayena, posto que houvesse bauto de saque nos quartéis, o respeito e disciplina os conteve de tal modo a se comportarem em face da população franceza tão distinctamente que grangearão as sympathias e veneração de todos.

O capitão-general do Pará, considerando-se, não sem razão, o general em chefe da tropa expedicionaria, julgou-se competente para reprovár algumas das estipulações da capitulação de 12 de Janeiro, reprovando a parte que concorda em ser o código Napoleão o que continuaria em vigor a reger a Cayena, e ordenou(\*) que fosse reformada a capi-

tulação de conformidade com as suas observações. Estas ordens recebidas 40 dias depois de confirmada a capitulação, e já em grande parte cumprida, e quando ainda se achava em Cayena o governador, officiaes e guarnição reunidos, pôz em serios embarços os dois commandantes signatarios, que, consultando, resolverão tomar sob sua responsabilidade a inexecução de taes ordens, reaceitando que da sua execução resultariam graves conflictos, e talvez a perda da conquista; sepultarão-se, pois, no silencio as novas ordens, considerando-as como não havidas.

Livres deste cruel embargo e da presença do ex-governador Victor Hugues, e dos seus officiaes e tropas, principiou o governador Manoel Marques a curar dos interesses da colonia. Quanto á parte judiciaria corrião os negocios para um tribunal supremo de primeira instancia e de appellação, com assento em Cayena.

Urgia, porém, prover os relativos á administração civil e politica, porque o tenente coronel Manoel Marques, versado nas sciencias mathematicas, em

gues não podião esperar estes reforços, fundeados ao largo, era uma costa desabrida como esta, e já quasi sem mantimentos nem aguada: portanto que partido me restava a tomar? Propôr capitulação ou retrogradar, reembarrar-me, deixar a conquista em meio e ao inimigo os meios livres de fortificar-se melhor, servindo-se de novos meios.

« Este ultimo partido era deshonroso, e nenhum militar sensato o tomara, pois que perdia de uma vez a esperanza de tornar a entrar ainda com quadruplicadas forças, tanto mais que no momento em que se acabava de concluir a capitulação, chegava da França uma fragata com 106 praças de desembarque, com uma equipagem de trezentos e tantos homens, e uma quantidade prodigiosa de munições de bocca e guerra, cujo desembarque não podia impedir-se ou em Cayena, ou em outro qualquer posto da costa mais ao norte, porque a fragata « Confiança » e os dois brigues não tinham a seu bordo nem a gente necessaria para poder suspender os ferros, e forão muito felizes que ella não quizesse batê-los.

« A' vista destas razões, que me parecem ser concernentes, nós aceitamos a capitulação, que, segundo o meu modo de pensar, não descaracterisa nem ao nosso soberano, nem a V. Ex., que ordenou esta conquista, nem a mim, que commandava a expedição, porque estipulasse no art. 11 que o código Napoleão seja seguido e executado nesta colonia, é dizer que nenhuma pessoa sensata poderá persuadir-se de que em um paiz conquistado por S. A. R. o Principe Regente de Portugal possão executar-se sentenças ou julgados, em virtude de quesequer leis, em nome de um monarcha que fica sendo estrangeiro, e devo declarar a V. Ex. que, se não impuzesse na capitulação esta condição eu seria obrigado a fazê-las executar por falta de juizes e magistrados competentes, e das leis em vigor no reino. O art. 12 é ligado ao antecedente, e occorrem a respeito delle as mesmas razões.

« Os papeis de que trata o art. 15, e que ficam á disposição de S. M. I. e Real, de nada podem servir nem a S. A. Real, nem aos seus vassallos; elles devião ser levados para a França do mesmo modo que os de que trata o art. 13; mas por causa da extraordinaria quantidade e immensos volumes que occupão uma casa inteira elles ficarão provavelmente, porque a sua utilidade era bem conhecida aos administradores.

« Eu tenho continuado a procurar todos os meios possiveis para contentar os habitantes desta colonia, e fazer lhes amar o novo governo que os domina; e, sem me entregar com confiança a elles, tenho-lhes dado demonstrações de franqueza e de inteira amizade, para os conciliar e sujeitar, etc., etc., etc.

« Deos guarde a V. Ex. Cayena, 6 de Maio de 1809.—Ilm. e Exm. Sr. tenente-general José Narciso de Magalhães de Menezes, governador e capitão-general do Estado do Pará.—O tenente-coronel de artilharia Manoel Marques. »

(\*) *Ratificação condicional do capitão-general do Pará da capitulação de Cayena.*

« José Narciso de Magalhães de Menezes, do conselho do Principe Regente de Portugal, commendador da ordem

militar de Aviz, tenente-general dos reaes exercitos, governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, etc., etc.

« Tendo-me sido presente a capitulação proposta por Mr. Victor Hugues, official da Legião de Honra, commissario de S. M. o Imperador e Rei, commandante em chefe da Cayena e Guyana Franceza, aceita e assignada a 12 de Janeiro do corrente anno pelos commandantes das forças de mar e terra, que debaixo das minhas ordens immediatas forão encarregados do ataque e conquista daquella colonia; e não obstante a dita convenção e assignatura, para o que os tinha autorizado em termos geraes, segundo as fórmias em semelhantes casos ordinariamente observadas, reservando-me contudo a suprema autoridade de que me julgo legitimamente munido pelas reaes ordens, pela inteira e exclusiva direcção de todos os movimentos praticados na dita conquista, para fazer a respeito da mesma capitulação as addições e declarações convenientes, tanto pelo que pertence á intelligencia e conceito publico, como á dignidade e interesses do meu augusto soberano, hei por bem addicionar e declarar o seguinte:

« 1.º Que dando Mr. Hugues entre as causas que o obrigarão a render-se e a tratar daquella accommodamento ter visto incendiar muitas habitações, principalmente a sua, a mais consideravel da colonia, é de crêr que não estava informado dos motivos que para isso altamente concorrêrão, e que os seus contratantes se haviam esquecido tambem de que a dita habitação era fortificada, e que obstinadamente defendia com artilharia e infantaria a penetração das nossas tropas por aquelle ponto, e fôra mandado em parlamentarío o segundo commandante da fragata ingleza Mr. Maclester, e não obstante este caracter recebido alli, contra todas as leis da guerra, ás repetidas descargas de fuzilaria, que por consequencia desta informação, sendo aquelle posto então levado a golpes de sabre, e posta em fuga a tropa que o defendia, teve de soffrer por consequencia o destroço que sobre si desafiára, segundo encontro nas participações e combates que tiverão lugar nos dias 7 e 8 do sobre-dito mez.

« 2.º Que a condição do primeiro artigo, em que a guarnição se empenha a não servir contra S. A. o Principe Regente e seus alliados durante um anno, deve entender-se este prazo a contar desde a época em que a mesma guarnição entrar nos dominios de S. M. o Imperador e Rei no continente da Europa, havendo tambem de contar-se indubitavelmente com toda a possível brevidade na execução deste artigo pela nossa parte.

« 3.º Quo os arts. 11 e 12, tendo a unica intelligencia

fortificação e artilharia, tinha sempre sido e era puramente militar; portanto precisava-se supprir a falta de proficiência nos diversos ramos da administração, e o proprio Manoel Marques, sendo o primeiro a reconhecer isso, teve o bom senso de chamar um conselho, á imitação das antigas juntas de fazenda, composto dos nomes mais notaveis da colonia por sua intelligencia, probidade e haveres, sendo elles os Srs. Vidal, Bruiné, Dupeyrier, Minod e outros.

Com esta junta ou conselho, que elle presidia, começou a dar impulso aos negocios administrativos. A junta era consultiva e deliberante, e os seus actos eram promulgados pelo governador Manoel Marques e somente em seu nome publicados.

O primeiro acto teve por fim regular o valor da moeda portugueza comparado com a franceza, o que facilitou muito as transacções mercantis em grosso e miúdo trafico.

O segundo foi de mais alta monta: estabeleceu um imposto de patente sobre todas as casas de negocio de todas as classes, para com o seu producto se pagar o soldo á guarnição, que se estava devendo desde o mez de Outubro de 1808, visto que, tendo partido do Pará com 4:000\$ na caixa militar, o ca-

pitão-general José Narciso, como para dar uma clara demonstração de que não tinha fé no bom exito da empresa da villa de Chaves, os mandou recolher á capital.

Apezar da exorbitancia e illegalidade do imposto derramado sobre Cayena, foi pago sem relutancia, e se satisfez ás necessidades que tinham obrigado a crea-lo.

#### REFLEXÕES SOBRE A CONQUISTA DE CAYENA

A conquista de Cayena foi um passo de politica transcendente do governo do Sr. D. João VI, então Principe Regente. Se este soberano logo á sua chegada ao Brasil não voltasse as suas armas sobre aquella colonia, franco limite do vasto Imperio do Brasil, Cayena seria presa dos inglezes, e estes nunca mais a restituirião á França.

Na paz geral os inglezes não restituirão nenhuma das conquistas, que durante a guerra tinham feito; pelo contrario tratarão de obter novos territorios, como foi Surinam, que obtiverão dos holandezes pelo tratado de Paris.

Neste caso o Brasil estaria hoje comarcando pelo norte com as possessões inglezas tão sómente, e não é preciso exame aprofundado para conhecer-se todo o alcance deste acontecimento sobre os direitos do Brasil e a sua actual linha fronteira pelo rio Oyapock(\*).

(\*) Em conversa sobre este assumpto com o Exm. Sr. Marquez de Olinda, disse-me este senhor ter copiado do original manuscripto um roteiro, que nunca fôra impresso, de uma viagem que em 1723 se mandou fazer desde o Pará até o Oyapock, e nos enviou esse importantissimo documento, com a seguinte carta, ambos da sua propria letra.

« Ilm. Sr. Dr. Mello Moraes.—Tenho o prazer de remetter a V. S. o roteiro em que lhe fallei. De V. S. amigo attencioso, etc.—Marquez de Olinda.

« S. C., 28 de Outubro de 1859 »

*Roteiro da costa de Araguay até o rio de Vicente Pinson, pelo nome de terra de Guayapoco, que mandou fazer o capitão commandante João Rodrigues do Amaral, por ordem do general o capitão general do Estado João da Maya da Gama, tendo o dito capitão commandante a reconhecer a paragem onde estavam os marcos das terras de Portugal.*

« A ponta de Araguay demora ao norte, e corre com a ponta da ilha Paracú nordeste-sudoeste. Esta ponta de Araguay vai mettendo a terra uma enseada ao noroeste, e dentro desta enseada fica o rio de Araguay, que entra ao sudoeste, e deste rio vai correndo a terra ao nordeste, até onde faz uma ponta, que, dobrando-a, fica um igarapé, chamado Uroassaby, e vai deste igarapé correndo a terra pelo mesmo rumo obra de seis leguas; está um igarapé grande, que entra ao sudoeste pela terra dentro, chamado Paratuassal. E deste igarapé vai correndo a terra até fazer uma ponta ao norte, que haverá na derrota seis para sete leguas.

« Esta ponta é o cabo do Norte; por toda esta costa que tem dito é esparcelada, cheia de muita madeira que ajunta a porrocoá, até á terra alagadiga de mangues altos. E deste cabo corre a terra obra de tres leguas até a outra parte grossa ao norte, fazendo a terra como enseada, com muito mais baixo, onde fica um igarapé chamado Orapumaça, é bota um parcel ao mar meia legua boa. E dobrando esta ponta ao nordeste, pouca distancia, fica um igarapé chamado Sabinana: tem bom canal para entrar canoas; a terra é por aqui de mangues altos; deste igarapé vai correndo a terra pelo dito rumo até fazer uma ponta que haverá na derrota quatro para cinco leguas. Esta ponta

de que os habitantes da colonia se lhe concede a manutenção e formulas na administração das leis civis, debaixo das quaes até alli se lhe administrava a justiça, é igualmente bem entendido que todos os processos e julgamentos serão em nome do Principe Regente de Portugal, como seu soberano, pelo absoluto dominio que justamente lhe devolve o direito da conquista e das armas, não podendo nunca pela conhecida preponderancia destes principios deduzir-se qualquer interpretação literal dos ditos artigos, que se opponha a toda livre acção em que fica o mesmo augusto senhor de ampliar ou restringir o que lhe parecer conveniente a respeito dos seus interesses e daquelles dos seus novos sujeitos.

« 4.º Que o art. 14 deve ser comprehendido na declaração acima sobre os arts. 11 e 12. Elle será regulado pela mesma essencia daquelles principios, e fica á absoluta disposição de S. A. R. o Principe Regente.

« 5.º Que de nenhuma sorte convenio na ultima condição do art. 15 enquanto diz—A disposição de S. M. I. e Real. Naquelle colonia nada pôde nem deve ficar á outra disposição que não seja a immediata, entretanto legitima e independente, do Principe Regente de Portugal.

« E porque sómente debaixo dos comprehensivos termos das supra-escritas declarações se deve conhecer e ter a sua effectiva validade a accordada capitulação, ordeno ao commandante da vanguarda das minhas tropas, governador interino de Cayena e Guyana Franceza, uma das partes contratantes da mesma capitulação, que, fazendo officialmente apresentar ao ex-governador Mr. Victor Hugues este supplemento a ella para sua ultima e decidida intelligencia, igualmente o mande imprimir da mesma sorte, e no mesmo numero que o forão e forem na impressão da cidade de Cayena os exemplares da referida capitulação, pois que com ella devem igualmente circular.

« Elle, debaixo da minha unica assignatura, vai autorisado para fazer constantes as justas, decentes e poderosas razoes, com que eu só podia convir naquelle tratado, leva-lo á presença do meu augusto soberano, e pôr nas vistas ou consideração publica, tanto aquelle, como este papel diplomatico, que debaixo da mesma condição do art. 16 será feito e communicado nas tres linguas alli contempladas, Palacio do governo, na capital do Pará, 17 de Fevereiro de 1809. (Assignado)—José Narciso de Megalhães de Menezes. »

O Príncipe Regente determinando a conquista de Cayena passou as suas ordens a este respeito ao tenente-general José Narciso, que então governava o Pará, e communicou esta mesma determinação ao governo do seu aliado o rei da Grã-Bretanha.

corre com a ilha da Pororoca nordeste sudoeste, e dahi vai correndo a terra ao les-nordeste.

« A ilha corre noroeste-sueste: haverá de distancia da terra firme quasi meia legua: chama-se esta ilha pela lingua da terra Turury, e a terra firme faz uma enseada, e no fim della uma ponta, que demora com outra da ilha que segue depois da primeira, chamada Turinana, a qual fica pouco distante; a ponta desta com a ponta da terra firme corre leste: desta haverá de distancia da ilha a terra firme quasi uma legua, e tambem corre a noroeste-sueste.

« Da ponta de terra firme que tenho dito vai correndo a terra a sueste, fazendo enseada até á outra ponta, que fica demorando com a ponta da terceira ilha, chamada Mapurajeni, que é a maior, e corre esta ilha nordeste-sudoeste, e faz entre ella e a terra firme grandes correntezas, e a terra firme corre a sueste-sudoeste, fazendo uma muito grande enseada, e haverá quasi tres quartas de legua da terra firme a ilha; faz um grande rio entre estas tres ilhas e a terra firme, mas tem muito grandes correntezas e grandes corcos, donde faz seu effeito a pororoca.

« O gentio chama a este rio Iparapocuca. São estas tres ilhas de mata alto e a terra firme, tambem de mangues; haverá na derrota até á sahida deste rio, de oito leguas, pouco mais ou menos; a sahida deste igarapé é ao noroeste, na ilha do meio, em uma corda de mais de cincoenta braças de largo, e tem seu principio no fim da primeira ilha, e finda na terceira, e vai a terra correndo ao noroeste até o igarapé de Mayacary, e tem uma campina antes de chegar a este, e bota por esta costa um muito grande parcel, que lança ao mar mais de quatro leguas: na bocca tem um bom canal, por onde se entra nelle, e haverá na derrota dez leguas, e deste igarapé se vai correndo a costa ao noroeste até á outra ponta, que, gyrando-a, fica outro igarapé, chamado Caraxuena; haverá na derrota pouco mais de seis leguas, que por toda esta costa bota grandes cordas ao mar, donde faz grandes marés por causa do baizão.

« O canal deste igarapé entra ao sudoeste, e tem esta enseada muito gentio de nação Briurarez; aqui corre a terra a noroeste entre seis ou sete leguas até chegar a outro igarapé chamado Vairapi, o qual tem uma grande corda na bocca que stravesa perto de tres leguas de comprida, e bota ao mar mais de um quarto de legua, o qual tem muito sacco, contra o sudoeste, e dentro tem dois braços, um que corta ao sueste, e outro ao sudoeste: ha neste igarapé muito gentio de nação Briurarez e outras nações.

« Aqui fallamos com os francezes: haverá na derrota quatro para cinco leguas; daqui corre a terra pelo mesmo rumo perto de tres ou quatro leguas, onde faz uma ponta; segue-se uma enseada, onde ficão dous igarapés, o rio um do outro, que terá de distancia uma legua um do outro, chamado Urustury.

« Vai correndo a terra pelo mesmo rumo que digo quasi seis leguas até á ponta do rio Guanane, que é de mangues, tallado a pique; para se conhecer bem este rio se verá que, antes de chegar a elle obra de duas leguas pelo sudoeste, uma serra pequena ou outeiro, que fica pela terra dentro, e é alto e corre noroeste-sueste, e é melhor conhecida, porquanto a costa é de arvoredo baixo, taboas e é terra alagadica; e para se entrar neste rio se advirte que toda esta costa bota grande parcel ao mar meia legua, e nas pontas mais, e corre este parcel ao noroeste, e no meio da bocca deste rio finda, onde fica o canal, que é fundo, e se dobra para o sudoeste até ficar em meio, e por elle se entra direito ao sul até ir defronte de uma ponta que fica dentro, da parte direita, mata alto, pelo rio dentro; dahi o rio vai correndo ao sueste; tem agua boa, e tambem pela terra do sudoeste corre o parcel e finda na ponta; do noroeste desta ponta corre a costa noroeste em distancia de tres para quatro leguas, fazendo como duas enseadas, onde ficão dous igarapés, distante um do outro pouco mais de uma legua, chamados Comaniels, e acaba esta terra fazendo uma ponta em que entra outra enseada, que corta ao norte pouco distante, que acaba fazendo uma ponta que lança ao mar, a que chamão a ponta da Estrella da Lua, e nesta enseada ha dous igarapés chamados Manaxuenis; é a terra desta enseada em pontas muito rasas: são campinas sem arvoredos.

« Estes igarapés, agora direi, haverá na derrota tres para quatro leguas, e desta ponta da Estrella da Lua vai correndo a costa pelo rumo noroeste obra de sete para oito leguas, e tem uma enseada pequena, onde fica um igarapé, Potexuasi, e antes de chegar a este ficão tres, perto um do outro, chamados Ru-rueni, Imatuxueni, e faz a terra uma ponta; della vai correndo

Do Rio de Janeiro não se mandarão auxilios ao Pará para se fazer sustentar uma guerra, que ninguém podia prevêêr tivesse tão prompto, como feliz resultado. O Pará marchou para a conquista de Cayena com os seus proprios recursos provinciales, excepto os que dizião respeito ás forças de mar, que forão mandadas do Rio de Janeiro.

As instrucções que o governo do Principe Regente mandou ao general José Narciso não fallavão na liberdade dos escravos de Cayena, e quando pelo preambulo da capitulação, e pelo relatorio do general francez Victor Hugues, mandado ao seu governo, se attribuia á côrte do Brasil uma acção indigna della e opposta ás virtudes do Sr. D. João VI, não tardou em mandar expedir circulares ao corpo diplomatico portuguez, desmentindo o facto, para que este o levasse ao conhecimento das côrtes junto ás quaes estava acreditado, e publicasse pela imprensa aquelle sobredito documento.

O Sr. conselheiro Drummond affirmou-nos, como testemunha deste facto, que nas secretarias de Estado e nas das legações portuguezas da Europa devem existir estas notas(\*). A religiosidade do Prin-

a costa ao norte, quarta a noroeste, obra de oito para nove leguas, onde fica outro igarapé chamado Guanavuanary, e deste igarapé vai correndo a costa pelo mesmo rumo obra de quatro leguas Aruanavany, que faz a ponta que dobra ao sudoeste, fazendo uma grande enseada, e dentro desta fica um grande rio chamado Coxipuri; entra pela terra a dentro ao sudoeste; terá de largo ou bocca quasi meia legua e tem agua doce, e deste rio vai correndo a costa pelo mesmo rumo do noroeste obra de oito leguas até fazer uma ponta, onde fica um igarapé chamado Purcanaxy, e antes deste fica outro, e dahi vai correndo a costa pelo mesmo rumo obra de seis leguas até fazer uma ponta que della vai correndo a costa sueste-sudoeste obra de cinco para seis leguas, e acaba em uma ponta chamada Camarup, que dobra ao sudoeste obra de duas leguas; fica demorando ao noroeste monte alto e haverá de distancia tres para quatro leguas: esta é a bocca do rio ou bahia de Vicente Pinson.

« Toda esta costa, de que atraz tenho dito, e em partes muito raso, porquanto são campinas, e em partes mata raso de mangues ou guaximas, e é terra alagadica de tijucas, e advirto que por toda esta costa, desde Goanane até este rio, é muito baixa, esparcellada, mas de tijuco muito molle, que atola um indio até o pescoço, lança muito mar, em partes uma legua e em partes mais, sendo que ao mar não deixa de ter bancos de areia, porquanto faz em partes grandes marés banzeiras e de levadia, que não arrebenho.

« Por este rio dentro se entra pelo rumo do sul-sudoeste, que tem largueza e fundo; advirto que pela terra de uma parte á outra é muito esparcellada, espraia perto de quarenta a cincoenta braças quando vasa a mare; da parte do noroeste tem muita madeira cahida, e da parte do sueste é lijucado, e dentro deste rio tem uma corda junto á ilha que divide este rio em dous braços, o corre esta corda a leste-deste.

« Os dous braços, que o gentio e os francezes chamão rios, um está ao sul; para dentro vai caminhando para o sueste, chamado pelo gentio Curupy, que é o da mão esquerda; e o outro entra ao sudoeste, vai voltando para o sul, chamado Guayapoco.

« E na entrada deste rio ou braço Guayapoco está um monte alto, e delle corre para o es-noroeste quatro terras altas que vão pela terra dentro, e vindo sahindo para a bocca deste rio ou bahia está outro monte alto, que demora ao noroeste, onde em cima estão os marcos de Portugal, e deste monte corre para o sudoeste tres serras, pegadas umas ás outras, que, nas quebradas que fazem, parece que se separão, e deste monte vai correndo a costa para Cayena a leste-noroeste.

« Chama-se esta terra do outeiro Camaripi. Este é o rio de Vicente Pinson que os francezes nos disserão se dividião as terras de el-rei no so senhor de Portugal com a França, e desta ponta ao monte que tenho dito são vinte e quatro leguas a Cayena. Se aqui neste rio quizer entrar algum navio até duzentas toneladas, que vier fulto de agua ou lenha, o pôde fazer sem perigo; tem bom fundo e é de tijuco. Hei por findo o to- tuir em 12 de Maio de 1733. »

(\*) Não recorremos á secretaria de Estado dos negocios estrangeiros para pedirmos uma copia desse documento,



cipe Regente sentio-se por muito tempo offendida com o preambulo da capitulação, e com o relatorio do general francez Victor Hugues.

O art. 6º da mencionada convenção foi uma ponte de prata para dar passagem ao general francez, que tão mal se houve naquella campanha. Manoel Marques não a deveria accitar, embora com a sua não aceitação houvesse de continuar a guerra, porque a declaração allí feita, de que as tropas brasileiras, pela alliação que fizerão, levárão os escravos de Cayena a se revoltarem contra seus senhores e a incendiarem as plantações, era uma falsidade, porque tal alliação não houve, e se houvesse era um attentado contra o direito da guerra que deslustrava as armas do vencedor.

Ao official inglez pouco importava isso; o que elle queria era a conclusão da guerra para colher os despojos do vencido. Manoel Marques, cedendo ao inglez, subscreeu a capitulação sem excluir aquella deshonrosa declaração.

O commandante inglez apoderou-se de todos os navios que arbou no porto de Cayena e os chamou seus. O governo do Principe Regente teve ainda de o indemnisar com 8.000 libras esterlinas, que elle reclamou pela parte que lhe tocava na conquista de Cayena. Aos officiaes de mar e terra das forças brasileiras até hoje se não pagou o que lhes era devido pela mesma conquista<sup>(\*)</sup>.

porque allí se não pôde penetrar: é a gruta de Sybilla, onde os mysterios se não revelão facilmente.

(\*) Em Portugal, em 1837, reclamárão elles indemnisação desses serviços, como se verá do seguinte documento:

« Senhora.—Ninguém de nossos dias ignora os successos brilhantes que acompanhárão as bandeiras portuguezas na tomada de Cayena: amor da patria, perigos postergados, probidade e valor á toda prova, orgulho nacional comprometido, desprezo da vida para dar novo renome a Portugal, tais forão, Senhora, os meios e incentivos que augmentárão a gloria portugueza, gloria que interessava á patria, que tinha a peito o monarcha piedoso, augusto avô de V. M. Fidelissima, e que tinha e teve por fim a reintegração dos dominios portuguezes, levando os seus limites até á margem do rio Oyapock ou de Vicente Pinson.

« Sem que os portuguezes, sempre vencedores e sempre maiores do que os seus alliados, necessitassem do socorro estranho para triumphar em causa de tanta justiça e de honra nacional, appareceu uma curvela ingleza para partilhar a gloria e colher os frutos reaes do nosso valor.

« Desenvolverão-se as operações, caminhárão os planos concertados: foi cada portuguez um heroe, cada acção um prodigio; Cayena tomou-se, Cayena ficou portugueza; fizerão-se importantissimas presas no valor; tiverão logo os inglezes do governo portuguez, que as recebêra, a parte correspondente aos combatentes que forão, e os portuguezes, que mais trabalhárão, que derão á patria um novo realce, que collocárão as sagradas quinas sobre a agulha do norte, abí estão ainda, Senhora, os seus herdeiros com a recompensa na gloria, com a paga no que fizerão, mas sem a sua propriedade, porque sua é rigorosamente a parte das presas que lhe correspondem.

« Debalde se tentou reclamar durante governos despoticos, nos quees a vontade é lei, a lei uma idealidade, a razão um fantasma e a justiça um titulo negativo; mas hoje, Senhora, que o throno de V. M. Fidelissima assenta-se sobre solidas bases da igualdade e da rectidão, esperar um indeferido para suppor um impossivel, para imaginar montanhas firmes sobre a agua, para quebrar os mandamentos da verdade, fóra quebrar a pedra preciosa da liberdade, o direito sagrado da propriedade.

« Os supplicantes reconhecem contudo que as forças do thesouro publico são escassas e miuquadas, que um impossivel moral obsta ao pagamento em dinheiro effectivo, porque o não ha; mas, combinando o seu direito com essas considerações, convem em receber titulos do thesouro, que lhes possão dar um futuro, que pague o seu credito, que amortizem esta di-

A noticia da capitulação de Cayena, com a declaração acima referida, causou estranha novidade na corte do Rio de Janeiro, e<sup>o</sup> João de Almeida, conde das Galvéas, na sua qualidadade de conselheiro, foi quem tomou a iniciativa da reprovação de semelhante acto, dirigindo ao Principe Regente o seu parecer sobre o assumpto, que copiamos do original, nestes termos:

« Permitta V. A. Real que com o mais profundo respeito e submissão, e que por um effecto daquelle constante interesse que tomo pelo que toca ao serviço e gloria de V. A. Real, haja de ratificar por este modo, na presença augusta de V. A. Real, aquellas reflexões, que por intervenção particular requeri hontem á noite se referissem a V. A. Real, quando ouvi relatar perante V. A. Real que por um dos artigos da capitulação de 12 de Janeiro do presente anno, proposta por Victor Hugues, commandante em chefe de Cayena e Guyana Franceza, e accita pelo capitão de fragata James Lucas Yen, commandante das forças navaes portuguezas e inglezas, e pelo coronel Manoel Marques, commandante do exercito de V. A. Real, se havia estipulado que os escravos a quem os commandantes das forças de V. A. Real haviam prometido e dado a liberdade deverião ser expulsos da colonia de Cayena, obrigando-se V. A. Real a indemnisar os proprietarios pela substituição de outros tantos escravos.

« A noticia desta transacção, posto que destituida de toda e qualquer noção conducente a traçar a sua origem, e motivos de que procedeu, não deixou por isso de me dever o cuidado que allí mesmo solicitei se referisse a V. A. Real por não ter tido a oportunidade de o expressar pessoalmente na sua augusta presença: mas, voltando á casa, onde achei as gazetas americanas que me forão remettilas pelo bergantim *Daphne*, encontrei na gazeta de Philadelphia de 20 de Março o transumpto por extenso da já mencionada capitulação, que se acha igualmente publicada na gazeta de New-York e no *Mercurio* de Barbados de 7 de Fevereiro do presente anno.

« No primeiro artigo desta capitulação, ou para melhor dizer no exordio della, vi com grande magua que o rendimento de Cayena ás armas de V. A. Real se attribuiu principalmente a resolução destructiva que tomárão os commandantes das forças de V. A. Real, de excitar os escravos com a promessa da liberdade a sublevarem-se contra seus senhores e autoridades constituidas, para se incorporarem com as forças de V. A. Real, declarando o commandante em chefe daquella colonia franceza, no corpo da mesma capitulação, que lhe constava por escripto que os commandantes das forças de V. A. Real haviam adoptado e praticado um semelhante systema em observancia das reaes ordens de V. A. Real, de que havia resultado manifestarem-se incendios que destruírão muitas das plantações daquella colonia, e entre ellas a do mesmo commandante francez, a mais importante de todas, accrescentando este que fóra principalmente por consideração de salvar a colonia de uma destruição total, e de preservar a vida a muitos vassallos fiels ao governo francez, que a renderá ás forças de V. A. Real.

vida sagrada e que dêem assim á justiça da sua soberana o maior quitate da gloria.

« Para o modo por que tem de fazer-se a divisão das promessas haver-se-ha em consideração as da tomada do Cabo da Boa Esperança; continue-se por essa mesma divisão, reparta-se nas partes respectivas correspondentemente ás patentes que tinhão os abaixo assignados na occasião do seu triumpho e do seu titulo de divida, e cujas patentes declarão aqui em suas assignaturas, e mostre assim V. M. Fidelissima que, desaggravando uma injustiça, protege, como soberana portugueza, os seus subditos leaes, que por ora, de rojo na iniqua e desgraça, oihão com inveja e ciúme para os inglezes que receberão, oihão para si triumphantes e vencedores, mas pobres e miseravins; mas ao mesmo tempo oihão para Vossa Magestade como reparedora da injustiça, como mãe carinhosa, como rainha constitucional, e portanto justa. Lisboa, 5 de Dezembro de 1837. —E. R. M.»

« Os commandantes encarregados desta expedição subcreverão igualmente com o commandante francez, e assignarão a capitulação em que se declarão os factos acima referidos, e por uma tal subscrição affirmão a sua authenticidade; essa asserção, augustissimo Senhor, uma vez que se não contradiga e desaprove solemnemente, não pôde deixar de motivar no publico reflexões bem oppostas e contradictorias dos luminosos principios do sabio e paternal governo com que V. A. Real rege os seus povos, e os mantém na feliz tranquillidade e socego de que gozão na sua ditosa regencia, felicidade que é devida em grande parte ao desvelo com que V. A. Real vigia na manutenção da subordinação de todas as classes, devida ao summo imperante, e aos chefes das mais ordens subalternas e inferiores, subordinação sem a qual, não podendo subsistir sociedade civil, se transformaria bem depressa, faltando ella, os governos regulares na mais barbara e horrivel anarchia.

« A geral admiração com que as nações respeitam e reconhecem as altas e incomparaveis virtudes de V. A. Real, de que nós os seus fieis vassallos somos os primeiros a gozar dos bellos e preciosos frutos, ha de certamente considerar a asserção de um tal comportamento como ealumniosa, ou como o resultado de um reprehensivel e intoleravel excessos da parte dos commandantes de V. A. Real na applicação, e uso que fizeram das facultades que se lhes facilitava para o proseguimento de uma guerra, que a justiça e humanidade de V. A. Real não podia permitir que se conduzissem com manifesta transgressão das leis até agora observadas entre as nações civilisadas, e consagradas no precioso codigo que forma o direito das gentes, e que envolve tambem as leis da guerra, leis que só deixarão de ser respeitadas pelos barbaros fautores da revolução franceza, os primeiros que, para encaminharem a desolação ás quatro partes do globo, levantarão em S. Domingos a sanguinosa voz da liberdade aos escravos, voz que decido, no meio dos mais horrores tormentos, da vida de quasi todos os habitantes brancos que residão naquella ilha, da devastação das suas propriedades, e da continuação da guerra civil que ainda alli se prosegue á custa de não interrompidos borbotões de sangue.

« Mas, augustissimo Senhor, a invariabilidade dos sabios e generosos principios de V. A. Real a manter os povos em socego e tranquillidade, a consideração de que V. A. Real tem estabelecido a residencia da sua augusta pessoa e real familia em uma vasta colonia, cuja população consiste em uma tão grande e tão desproporcionada porção de escravatura, parece exigir uma demonstração da desapprovação com que V. A. Real lêo em um instrumento, que pela sua natureza deve ser publico, a intoleravel e impolitica asserção de que fôra em conformidade das suas reaes ordens que se reproduzio em Cayena o systema da insurreição dos escravos, o incendio das propriedades, parto o mais fatal e inhumano entre todos os que praticarão os revolucionarios francezes, durante o tempo que os dominava, de destruirem toda a ordem social, e aniquilarem todas as classes e toda a subordinação.

« A convenção de Cintra, augustissimo Senhor, posto que tão differente nas suas estipulações, que não admitte comparação, acaba de receber de S. M. Britannica a mais caracterizada e publica declaração da desapprovação de el-rei da Grã-Bretanha, e censurada a conducta dos generaes que a traçãrão, não só como castigo dos que a negociaram, mas para servir de exemplo e preservativo de outros semelhantes excessos.

« Queira V. A. Real, por um effeito da sua incomparavel clemencia e benignidade, desculpar este impulso, talvez accelerado, do meu zelo e fidelidade, de que me terin cobibido, se a circumstancia de me achar presente quando estes factos se referirão na sua real presença me não tivesse duvidar; se na qualidade e emprego em que V. A. Real ao dignou constituir-me devia sujeitar-me ao silencio, ouvindo tratar na sua augusta presença de um facto que toca de tão perto a gloria de V. A. Real, a segurança dos seus vastos dominios e tranquillidade de seus fieis subditos.

« Com o mais profundo respeito, submissão e acatamento, e, prostrado aos seus pés, beijo a augusta mão de V. A. Real.

« Senhor, de V. A. Real subdito fiel.—Conde das Galveas.—Rio de Janeiro, 28 de Maio de 1809. »

O gabinete do Rio de Janeiro mandou significar, como já dissemos, a todas as côrtes suas alliadas que não era exacta aquella declaração, não tendo havido mais do que admissão nos batalhões do Brasil de alguns homens de côr, que no decurso da campanha se apresentarão como desertores do inimigo, e que alguns delles forão depois reconhecidos serem escravos. Isto mesmo se mandou declarar nas gazetas de Londres, da Hollanda e dos Estados Unidos.

Por occasião da conquista de Cayena o Principe Regente mandou cunhar em Londres uma medalha em memoria daquelle glorioso feito de armas. Esta medalha foi distribuida pelos officiaes de mar e terra que tomáram parte na acção.

O governo do Principe Regente administrou esta conquista pelos principios da mais ampla liberdade; não lhe fez mudança alguma: conservou-lhe o codigo francez, os magistrados e a sua administração. Apenas lhe deu um chefe, com o titulo de intendente geral. Da colonia de Cayena não tirou outra cousa mais que a gloria de havê-la conquistado aos francezes sob o poder do Imperador Napoleão Bonaparte.

#### DESCRIÇÃO DA MEDALHA QUE SE MANDOU CUNHAR POR OCCASIÃO DA CONQUISTA DE CAYENA

A medalha de prata que temos á vista, a qual vamos descrever, é pertencente ao benemerito diplomata conselheiro Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond, que nã-la offereceu antes da sua viagem para a França.

O seu diametro é de pollegada e meia, pesando 18 3/4 oitavas, apresentando na face anterior, em alto relevo, o busto em perfil do Principe Regente o Sr. D. João (depois sexto rei do nome), tendo na cabeça uma corôa de louro, atada na quinta parte posterior por uma larga fita, cujas pontas cabidas são terminadas por dois botõeszinhos; por baixo do busto se lê em caracteres miudos *Pidgeon F.*, nome do artista abridor.

O busto do Principe Regente é circulado com a seguinte legenda: *D. Joan. P. G. D. Princ. Reg. de Portugal P. 1809*. Na face opposta tem a medalha no centro a data do dia em que as tropas brasileiras entrãrão na cidade de Cayena, isto é, 14 de Janeiro de 1809, circulado por dois ramos de café atados por uma fita, e estes ramos são circulos com outra legenda: *Cayena tomada aos francezes*.

A medalha acima descripta não foi permittida usar-se, como em nota se verá, como distincção honorifica, mas sim como lembrança deste grande feito de armas(\*). Note-se que, pela resolução de

(\*) « Senhor.—Mandou V. A. Real, por aviso do conde de Linhares, ministro e secretario de Estado dos negocios estrangeiros e da guerra, datado em 28 de Agosto do presente anno, que o conselho supremo militar, examinando os requerimentos de Manoel Raymundo, Joaquim Villela

consulta de 11 de Setembro de 1810, foi conferido a todos os soldados que fizeram a gloriosa expedição de Cayena e botarão os francezes fóra um distinctivo no braço direito, com a palavra *Cayena*.

e mais soldados do corpo de artilharia da cidade do Pará, consulte com effeito o que parecer sobre o objecto de que tratao.

« Allegão os supplicantes que tem servido a V. A. Real no dito corpo com toda a honra, zelo e actividade, achando-se na gloriosa expedição da conquista de Cayena, onde derão provas do seu valor e fidelidade, que pouco depois forão nomeados para vir a esta córte na galeota denominada *Invençivel Menezes*, a bordo da qual se achão; e porque não é das pias intenções de V. A. Real que fiquem sem premio serviços tão relevantes, pedem a V. A. Real a graça de os promover a sargentos ou forrieis do mencionado corpo.

« Parece ao conselho improcedente a pretensão dos supplicantes de passarem a officiaes inferiores, porque, dando-se a mesma razão em todos os outros que forão a esta expedição, viria a ser excessivo o numero delles; mas parece muito proprio da real grandeza de Vossa Alteza conceder em geral a todos os que forão a esta gloriosa expedição algum distinctivo, á imitação do que se tem dignado conceder em outras occasiões, e em particular aos supplicantes, por terem a inapreciavel honra de virem á real presença de Vossa Alteza, aquella gratificação de seis ou mais mezes de soldo, como for do seu agrado. Rio de Janeiro, 1 de Setembro de 1810.

« Estavão duas rubricas dos conselheiros de guerra. Forão votos os conselheiros Rodrigo Pinto Guedes, José Caetano de Lima, Paulo José da Silva Gama e o vogal João de Barros Pereira do Lago Soares de Figueiredo Sarmento. »

#### Resolução.

« Conformando-me com o parecer do conselho, sou servido ordenar que a todos os soldados, que forão á gloriosa expedição de Cayena, seja concedido trazerem no braço direito a palavra—*Cayena*—e que aos que vierão aqui se lhes mande dar na capitania seis mezes de soldo de gratificação. O conselho especia as convenientes ordens a este respeito. Palacio do Rio de Janeiro, 11 de Setembro de 1810. Com a rubrica do Príncipe Regente. »

#### Segunda consulta a respeito.

« Senhor.—Ainda que V. A. Real foi servido na resolução da consulta, que com esta sobe á sua real presença, declarar que se conformava com o parecer do conselho, contudo, sendo nella destinado o distinctivo somente para os soldados, julgou o conselho dever solicitar de V. A. Real declaração se com effeito é da real intenção de Vossa Alteza naquella graça sejam comprehendidos todos os combatentes, como propoz o conselho e tem sido pratica geral em semelhantes occasiões. Rio de Janeiro, 15 de Setembro de 1810. Com quatro rubricas dos conselheiros de guerra.

« Forão votos o conselheiro João Shadwell Conwell e o vogal João de Barros Pereira do Lago. »

#### Resolução.

« O conselho faça executar o que propoz e é conforme á minha real resolução. Palacio do Rio de Janeiro, 26 de Setembro de 1810. Com a rubrica do Príncipe Regente. »

Officio de 5 de Abril de 1816 que nullifica o distinctivo supra para Manuel José Xavier Palmeirim.

« Sendo presente a S. M. El-rei meu senhor a supplica que Vméc. fizera para lhe ser determinado como que lita

O decreto de 30 de Maio de 1809 concedeu um posto de accesso a todos os officiaes que tomárão parte na expedição de Cayena. O decreto de 24 de Junho do mesmo anno estendeu esta graça aos cadetes e portas-bandeiras.

#### A GUARNIÇÃO DE CAYENA TENTA INSUBORDINAR-SE

O governo portuguez continuava desassombrado e vivia pacifico na colonia de Cayena, mas a guarnição não estava contente. O capitão-general José Narciso, em uma revista na cidade do Pará, tinha tido a leviandade de prometter que a ausencia da patria não seria longa, que faria substituir os que então partião em tempo opportuno: a promessa nunca foi cumprida, e por isso os soldados, vendo que as febres putridas e malignas victimavão diariamente os camaradas e officiaes, que os alimentos repugnávão-lhes, porque os homens naturaes do Pará detestavão as carnes seccas, e as que se lhes distribuião, de porco e de vacca, erão deste modo preparadas na America do Norte, vivião desgostosos.

Acostumados á sua farinha amarella, preparada de mandioca puba, enjoavão o pão de trigo, que era o que se lhes dava. Além disso passava como certo que o major Manoel José Xavier Palmeirim, official instruido e prestimoso, mas em demasia ambicioso, fazia correr por seus agentes, entre os soldados, que se elle fóra o governador daria remedio a todas as suas queixas. O certo é que, ou fosse por virtude desses manejos, ou pelas razões acima mencionadas, em um dia do mez de Junho de 1809 amanheceu formada na praça de palacio, commandada pelo major Palmeirim, a tropa da guarnição.

Descendo o governador Manoel Marques e pon-do-se á frente della, perguntou qual era o motivo daquella formatura, que elle não havia ordenado. Então o major Palmeirim, tomando a palavra por todos, declarou-lhe que o que a tropa queria era que elle governador Manoel Marques largasse o governo e o entregasse a elle Palmeirim.

Manoel Marques, indignado, em uma allocução improvisada, fez saber aos soldados que elles estavam illudidos e arrostados a commetterem um crime digno do mais severo castigo, e ordenou que a tropa se recolhesse aos seus quartéis; foi obedi-cido, mas o crime ficou impune, e por isso mais

ou cordão devia trazer pendente a medalha, que o mesmo agosto Senhor fóra servido mandar dar a Vméc., e aos mais officiaes que forão á conquista de Cayena, como um signal da sua real approvação pelo bem com que se comportarão naquella acção, em que tão valorosamente se distinguirão, é servido mandar que a dita medalha—se não deve fazer uso algum, pois que da sua mesma forma se vê que não foi feita para se trazer pendente nem de outro algum modo visivel, devendo cada um dos que tiverão a honra desta real dadiva—conserva-la como uma memoria da real acceitação que mereceu aquelle serviço, que tanto o acredita.

« Por esta occasião restituo a Vméc. a medalha que lhe foi dada, e que Vméc. apresentará a aquelle fim, o que tudo participo a Vméc. para sua intelligencia.

« Deos guarde a Vméc. Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de Abril de 1816.—Marquez de Aguiar. »

tarde tinha de ser reproduzido em razão dos máos elementos que se ião embebendo na guarnição.

Quando do Pará se mandavão soldados para encher o vazio que deixavão os mortos, erão mandados para esse serviço de preferencia os viciosos, os incorrigiveis, os criminosos sabidos das prisões, que ião plantar essas sementes corruptas entre soldados morigerados e fleis á disciplina.

O governador Manoel Marques, dando parte desta desagradavel occurrencia ao capitão-general José Narciso, exprimio o seu desgosto e o desejo de ser substituido. Acceheu a esta exigencia o capitão-general, e o mandou substituir pelo velho coronel de engenheiros Pedro Alexandrino Pinto de Souza, octogenario, o qual, pela avançada idade e falta de habilitações, tornava-se incapaz de uma commissão tão importante.

Pouco depois foi tambem mandado retirar o major Palmeirim, e substituido no commando das tropas pelo tenente-coronel Francisco José Rodrigues Barata, homem energico e de elevada intelligencia.

A colonia de Surinan, então dominada pela Inglaterra, havia mandado por um brigue de guerra transportar á Cayena, logo que teve noticia da conquista, os officiaes e tripolação da barca *Canhoneira*, que alli tinha ido parar do cabo do Norte, e entregar o que tinha produzido a venda della.

#### F. NOMEADO O DESEMBARGADOR JOÃO SEVERIANO MACIEL DA COSTA PARA INTENDENTE-GERAL DE CAYENA

Emquanto estes desagradaveis incidentes tinham lugar o governo do Rio de Janeiro havia nomeado para o governo civil e politico de Cayena, com o titulo de intendente-geral de policia, ao desembargador da casa da supplicação João Severiano Maciel da Costa, natural da provincia de Minas-Geraes, que effectivamente chegou á Cayena em Março de 1810, sendo logo impossado no emprego em sessão do tribunal de appellações para este fim convocado.

Esta escolha do governo do Principe Regente foi muito feliz, porque João Severiano, além de ser um jurisconsulto distincto, de possuir variados conhecimentos e de ser senhor da lingua franceza, era dotado de amabilidade e sympatico nas relações sociaes, de animo conhecedor, recto, justiceiro e homem de acção, exigindo-o as circumstancias. Com estes predicados soube captivar o amor e o respeito dos seus administrados, servio bem ao Estado, e fez grandes beneficios á colonia por seus principios liberaes em materias de commercio. Infelizmente, logo em principio da sua administração, as más sementes, a que acima alludimos, produzirão os seus amargos frutos.

No começo do anno de 1811, em uma noite, o sargento Antonio Barbosa foi denunciar ao governador Pedro Alexandrino, que o communicou ao intendente-geral e ao commandante das tropas, que nos quartéis se tramava uma revolta, que os soldados se armavão e estavam promptos a aggreddir, com o fim detestavel de assassinaem as autoridades e officiaes que se lhes oppuzessem, de entregarem a cidade ao saque e ás chammas, e de fugirem com os despojos por terra para os sertões do Pará.

O commandante das armas convocou logo, no

maior segredo, os officiaes, que por fortuna erão em maior numero, e assim juntos, tomadas as avenidas, na mesma noite forão presos os promotores da revolta, quatro dos quaes, como cabeças, depois de um processo summario, forão fuzilados na praça principal, em presença da guarnição.

Este castigo exemplar, pela oportunidade e rapidex com que foi praticado em hora pouco legal, produziu em tão apertada conjunctura salutaes effectos; e tanto que nunca mais se deu o menor disturbio na tropa, e nem houve necessidade de castigos extraordinarios. Os outros compromettidos na revolta forão enviados para a cidade do Pará a serem entregues á acção ordinaria das leis militares.

#### MANOEL MARQUES VOLTA COM O TITULO DE GOVERNADOR MILITAR PARA CAYENA.

O intendente-geral de policia, dando parte á côrte do Rio de Janeiro destes acontecimentos, instou pela retirada do velho Pedro Alexandrino, e para que voltasse ao seu posto Manoel Marques, já então brigadeiro pelo serviço da conquista, o qual com effecto voltou com o titulo de governador militar, e abi se manteve até o fim, na malhor harmonia e perfeito accordo com o intendente-geral João Severiano Maciel da Costa.

O brigadeiro Manoel Marques, zeloso defensor da honra nacional, teve durante o seu governo de dar mais uma prova desta virtude. Durante a guerra de 1812, entre a Inglaterra e os Estados-Unidos da America, um brigue de guerra inglez, pertencente á estação das Antilhas, chamado *Mosquito*, commandado pelo capitão Tomkinsou, entrou no porto de Cayena, como para refrescar de um cruzeiro que lhe fora ordenado; mas o seu commandante e officiaes, sempre com os oculos dirigidos para o horizonte, apenas alguma embarcação demandava o porto sabião a registra-la: em uma destas visitas aconteceu que tivesse sabido uma escuna com bandeira sueca, despachada na ilha de S. Thomaz, que os inglezes do brigue *Mosquito* julgáram ser propriedade americana; nesta crença a capturáram, levando-a apresada.

O governador, indignado, fez restituir a intitulada presa ao sobrecargo, ordenando ao capitão Tomkinsou que immediatamente sahisse do porto de Cayena com o seu brigue, intimando-lhe que nunca mais voltasse, e que se o fizesse lhe impediria a entrada, como se costuma fazer a um pirata, cujos actos praticava.

Resignou-se o capitão Tomkinsou e sahio; mas, voltando dias depois, o governador Manoel Marques fez preparar e guarnecer a bateria mais avançada da barra, e fez ao brigue o tiro de advertencia, com polvora sêcca, para fundear; não obedecendo este, e achando-se ao alcance, o governador empeçou, apontou a peça e atirou o primeiro tiro sobre a pipa d'agua, que estava junto ao mastro do traquete, a qual voou em estilhaços.

Continuando o brigue a investir á entrada do porto, dirigio o governador segundo tiro de bala á retranca, que a partho; e, como ainda não obedecesse, fez-lhe terceiro tiro ás cobertas dos gurupés, que rebentáram. Então fundeou o brigue, vindo para terra preso o capitão Tomkinsou. Offerecen



protestos, que lhe não foram aceitos; ordenou-lhe o governador que sem demora saísse do porto. Voltou para bordo, reparou as avarias e no outro dia fez-se de vela; mas, quando estava fóra do alcance das baterias, fez fogo para terra com tres tiros de bala, com coronadas de 32, que felizmente nenhum mal causáram.

O governador de Cayena participou ao almirante Alexandre Cochrane, commandante da estação das Antilhas, todo o occorrido e o seu proceder com o capitão Tomkinson; e honra seja feita ao almirante Cochrane, que, não só louvou o que praticára o governador de Cayena, como mandou metter em conselho de guerra o dito capitão, no qual foi condemnado a ser inhabilitado de commandar por espaço de 6 annos.

#### CAYENA É RESTITUIDA AO GOVERNO FRANCEZ

Por occasião da restauração dos Bourbons, e da celebração do tratado de Paris de 30 de Maio de 1814(\*), foi estipulado em audiencia de represen-

(\*) O governo do Principe Regente, tendo noticia do que se passava em Paris, mandou ao governador de Cayena as seguintes ordens:

« Tendo chegado ao conhecimento de S. A. R. o Principe Regente, meu senhor, pela leitura do tratado que acaba de assignar-se em Paris no dia 30 de Maio passado, que no art. 10 do mesmo tratado se estipulára a restituição da Guyana a S. M. Christianissima, sem que desta cessão se dessem compensações equivalentes e proporcionadas á côrte de Portugal, cujo negociador não foi admittido a tomar parte nas deliberações daquelle tratado, em que unicamente representáram os plenipotenciarios inglezes, francezes, russos, austriacos e prussianos, espera S. A. Real que da parte do seu ministro se tenham feito immediatamente todos aquelles protestos que convem para obter a desvantagem de semelhante estipulação; mas como ao receber estas primeiras noticias se ignora ainda aqui o que possa ter resultado dos protestos e diligencia daquelle ministro, e por outro lado se acha estabelecido o curto espaço de tres mezes para a entrega dessa colonia, se anticipa S. A. Real a mandar declarar a Vmcd. que não se achando o mesmo augusto Senhor de nenhum modo disposto a assentir á já citada estipulação, nem a reconhecer a obrigação do cumprimento do artigo de um tratado, em que o seu plenipotenciario não tomou parte, tem determinado realisar á execução delle, como cumpre ao decoro e dignidade de sua soberania e aos interesses da sua côrte, até que por ultteriores negociações se possa acclerar e tornar admissiveis os termos desta estipulação, e como tal ordena S. A. Real que Vmcd., debaixo destes principios, haja de impugnar ali a qualquer intimação que se lhe faça para a entrega dessa colonia, declarando que tem ordem expressa do seu soberano para conservar a posse della ate nova e positiva determinação.

« Ha todo o lugar de presumir que os commissarios francezes ou inglezes, que hajão de passar alli com este fim, se não queirão accomodar á repugnancia desse governo, tanto mais quanto provavelmente não deixarão de pronunciar-se logo os animos dos habitantes dispostos a receber e reconhecer a soberania da antiga dynastia franceza, e então, em circumstancias taes, quando por um lado se apresentem da parte dos commissarios disposições de empregarem a viva força para obterem a occupação da colonia, e por outro lado se inquietem os naturaes com a opposição desse governo, não será da intenção de S. A. Real que Vmcd. sacrifique o sangue da sua guarnição nem o dos povos de Cayena, de cuja conducta S. A. Real tem tantos motivos de comprazer-se para entrar em uma porrida resistencia; mas logo que exista uma caracterizada aggressão da parte dos commissarios, a qual em todo o tempo lhes possa ser imputavel, procederá Vmcd. a fazer a entrega condicional dessa colonia, declarando que o faz debaixo de todos aquelles protestos que o seu soberano tenha de produzir contra a disposição do artigo, que assim estipulou a restituição gratuita de uma colonia legitimamente conquistada pelas armas portuguezas, procedendo Vmcd. depois em todos os passos consequentes desta entrega pela maneira que parecer mais conducente a

tantos do governo portuguez a restituição de Cayena á França, e o governo francez deu-se pressa a fazer disposições para receber aquella conquista. Protestou contra ella o embaixador portuguez em Lon-

guardar o decoro e a dignidade de S. A. Real, e mais conveniente aos interesses e relações dos seus vassallos, o que não é possível designar-se determinadamente nestas primeiras ordens de prevenção, mas que de certo não ha de escapar ao zelo de Vmcd. e á dexterdade do intendente-geral João Severiano Maciel da Costa, com quem ordena S. A. Real que Vmcd. obre de accordo em todo este importante negocio, o que participa a Vmcd. de ordem de S. A. Real para seu governo e para que assim o haja de executar.

« Deus guarde a Vmcd. Palacio do Rio de Janeiro, em 26 de Agosto de 1814.—Marquez de Aguiar.—Sr. Manoel Marques. »

#### Carta do conde de Funchal ao governador militar da Guyana.

« Ilm. Sr.—Reflectindo na distancia em que essa colonia se acha da côrte do Rio de Janeiro, e na consequente demora que terião as reaes ordens dirigidas a V. S., julguei que seria de minha obrigação aproveitar todas as occasiões de fazer chegar ao seu conhecimento o officio que dirigi, em lingua franceza, ao encarregado de negocios de S. A. Real o Principe Regente nosso senhor, em Paris, além que elle o lêssa ao ministro dos negocios estrangeiros de S. M. Christianissima, protestando contra qualquer expedição prematura de tropas francezas para essa colonia; o officio leva a data de 26 do corrente e vai incluso neste, de quo faço tres vias.

« Deus guarde a V. S. Londres, 29 de Setembro de 1814. De V. S. attento fiel venerador e servo.—Conde do Funchal.

—Ilm. Sr. brigadeiro Manoel Marques, etc. »

#### Carta ou aviso do marquez de Aguiar enviando a ordem régia ao governador de Guyana para entregar a mesma colonia aos commissarios francezes.

« El-rei meu senhor manda remetter a Vmcd., para seu previo conhecimento, a copia da carta régia que se dignou escrever-lhe para a effectiva entrega dessa colonia, e que se passou ás mãos do marquez de Marialva e de Francisco José Maria de Brito, ora plenipotenciarios do mesmo Senhor na côrte de França, para que elles hajão de officialmente transmitti-la a Vmcd. logo que tenham definitivamente concluido, com o ministro de S. M. Christianissima, assim a demarcação das duas Guyanas Portugueza e Franceza, como os demais negocios que presentemente occorrem entre as duas côrtes.

« Portanto, prevenido Vmcd. das reaes ordens e intenções, deve principiar desde logo, de accordo com o desembargador João Severiano Maciel da Costa, intendente-geral dessa colonia, a tomar com prudencia e discreção aquellas medidas, e a fazer aquelles arranjamens que devem preceder a entrega dessa colonia, digo conquista, a qual ha de ter lugar sómente quando os sobreditos plenipotenciarios remittirem officialmente a Vmcd. a carta régia de que acima tenho feito menção.

« E porquanto essa colonia deve ser restituída no estado em que se achava no momento da sua conquista, cumpre que Vmcd. faça entrega della, á vista do inventario mencionado em o art. 5º da respectiva capitulação.

« Podendo bem ser que entre os papeis e planos que existião no archivo do governo dessa colonia se achem alguns, de que seja conveniente haver copias, recomiendo a Vmcd. que faça copiar todos aquelles que lhe parecerem interessantes ao serviço de Sua Magestade.

« Pelas copias inclusas ficará Vmcd. inteirado das ordens que por esta occasião Sua Magestade tem mandado expedir ao referido desembargador João Severiano Maciel da Costa, tanto para o immediato levantamento do sequestro imposto nas propriedades dos francezes ausentes dessa colonia, como para as disposições que elle deve fazer nas repartições da sua competencia.

« Previno a Vmcd. de que deve ter a maior vigilancia em manter a boa harmonia entre as tropas do seu commando e a guarnição franceza que fór occupar essa colonia, e outrossim de que a guarnição e empregados civis portuguezes, que hão de evacuar essa conquista, serão transportados á custa de S. M. Christianissima aos portos do Pará e do Pernambuco; porque, segundo o que Vmcd. verá das copias inclusas das notas passadas sobre este objecto, o duque de Luxembourg, embaixador extraordinario de França junto de Sua Magestade, tem officialmente assegurado que o seu governo toma sobre si o referido

duces conde de Palmella, e afinal conveio-se no adiamento da questão até a reunião do congresso, e que elle fosse quem decidisse sobre a materia.

O governo do Rio de Janeiro oppunha-se á resti-

transporte em exacta retribuição do que se praticou com a guarnição franceza, em cumprimento dos arts. 2º e 3º da capitulação de 12 de Janeiro de 1809. Nestes termos cumpre que Vmoe. se entenda sobre os detalhes do mesmo transporte com o governador que Sua Magestade Christianissima nomear para esta colonia, o que tudo participe a Vmoe. para sua intelligencia e cumprida execução.

« Deus guarde » Vmo<sup>da</sup>. Palacio do Rio de Janeiro, em 17 de Setembro de 1816.—Sr. Manoel Marques. »

*Carta régia a que se refere o aviso do marquez de Aguiar.*

« Manuel Marques, brigadeiro dos meus exercitos e governador militar da Guyana Franceza. — Eu el-rei vos envio muito saular.

« Querendo completar pela minha parte as disposições do art. 107 do acto final do congresso de Viena, com a restituição que prometti fazer dessa e-lonia ao muito alto e muito poderoso principe o Sr. Luiz XVIII. rei de França e de Navarra, meu irmão e primo, ao servido ordenar-vos que tão depressa hajais recebido esta minha ordem regia, que officilmente servos-ha transmittida pelo Marquez de Marialva, meu embaixador junto de S. M. Christianissima, ou por Francisco José Maria de Brito, do meu conselho, ambos presentemente meus plenipotenciarios na corte de França, façaes entrega da referida colonia, com todas as formalidades do estylo, aos commissarios, que, para o recebimento della, se vos apresentarem devidamente autorisados por S. M. Christianissima, o que assim teres entendido e executareis como nesta vos ordeno.

« Escríptu no palácio do Rio de Janeiro em 5 de Setembro de 1816.—O RPI, com guarda.—Para Manoel Marques.—Camillo Martins Lage. »

*Cópia do aviso do marquês de Aguiar ao intendente-geral da policia de Guyana o desembargador João Sereriano Maciel da Costa.*

« El-rei meu senhor manda remetter a Vmo. copia da carta régia, que, para a effectiva entrega dessa conquista, houve por bem expedir ao governador militar della o brigadeiro Marques, a quem officialmente seria transmittida pelo marquez estribeiro mór ou por Francisco José Maria de Brito, ambos presentemente plenipotenciarios do mesmo Senhor, na corte de França, quando em conformidade das raes ordens e instrucções ivrem definitivamente ajustado com o ministro de S. M. Christianissima, tanto a demarcação das duas Guyanas Portuguezas e Francezas, como os demais negocios que ora se offercem entre as duas cortes.

A Determina semelhantemente Sua Magestade que dirija mais a Vmcd. a copia das ordens particulares, que sobre o objecto da referida entrega se antiepo agora ao dito governador, com quem Vmcd. deve obrar de perfeito accordo. E é servido que, inteirado Vmcd. do contendo dellas, passe com dext-ridade e prudencia a tomar aquellas medidas, e a fazer aquelles arranjos que nas repartições da sua competencia devem proceder aos actos da entrega e da evacuação dessa colonia.

\* Um dos primeiros arranjos que cumpre fazer, e que Sua Magestade muito especialmente manda recomendar a Vmcd. é a prompta e diligente arrecadação das dividas passivas, ou seja pela cobrança efectiva das quantias que diversos particulares estão a dever aos cofres reais, e que segundo o balanço do anno proximo passado, ultimamente recebido, montavam ainda á somma consideravel de 127:859\$016 rs., ou seja por meio de encontros, ou de saques, ou de quaesquer outras transacções, que tendão a realizar a referida cobrança antes da entrega dessa possessão a S. M. Christianissima.

Como essa colonia deva ser restituída no estado em que se achava no momento da sua conquista pelas armas de Sua Magestade, e como seja constante pelas contas annuaes, que Vmcc. tem da sua administração, que ali se tem feito importantes beneficeitorias, ordena Sua Magestade que Vmcc. formalise, pelo modo que lhe parecer mais legal, um quadro comparativo daquelle e do presente estado dessa colonia, além de se poder authenticamente provar e avaliar os melhoramentos feitos, e tanto este documento, como todos os papeis pertencentes á administração portugueza, deve Vmcc. transportar

tuição de Cayena sem que lhe dessem compensações, que era a restituição de Olivença ou a conservação de Montevideo. Teve por fim de ceder as suas pretensões pelo art. 107 do congresso de

comsigo, e trazé-los a esta secretaria de Estado dos negocios estrangeiros e da guerra, em cujo archivo ficá-lo depositados.

a Reconhecendo Vmo. que a consignação annual e ordinaria de 20.000\$, que prestava a real fazenda de Pernambuco para supprimento da guarnição dessa conquista, não pôde bastar, quando a evacuação della occasionou maiores despesas, houve por bem ordenar que se augmentasse a dita consignação, e pelo real erario expedir-se-hão as convenientes ordens para esse effeito.

o Previnio a Vmoe de que, em reciprocidade dos arts. 2º e 3º da capitulação de 12 de Janeiro de 1809, o duque de Luxemburg, embaixador extraordinario de S. M. Christianissima junto de El-rei meu senhor, tem dado a certeza official de que o governo francez se obriga a mandar transportar á sua custa aos portos do Pará e de Pernambuco a guarda e os empregados civis portuguezes que devem evacuar essa conquista, e para inteiro conhecimento de Vmoe, se lhe transmittem copias das notas mutuamente passadas sobre este objecto. E tudo quanto tenho a participar a Vmoe, para sua intelligencia e ostricta execução.

a Deos guarde a Vmcd. Palacio do Rio de Janeiro, em 17 de Setembro de 1816.—Marquez de Aguiar.—Sr. João Severiano Maciel da Costa.—Camillo Martins Lago. »

*Nota diplomatica do governo portuguez ao embaixador de França duque de Luxembourg sobre a entrega da Guyana Franceza.*

« O abaixo-assinado, conselheiro de Estado, ministro assistente ao despacho do gabinete, e encarregado internamente da repartição dos negócios estrangeiros e da guerra, tem a honra de prevenir a S. Ex. o Sr. duque de Luxembourg, embaixador extraordinário de S. M. Christianíssima, que, estando decidido que a entrega da Guyana Franceza terá lugar depois de se concluírem os negócios occorrentes entre Portugal e a França, e vindo por isso a ser difficil prefixar o momento em que justamente se devam mandar para Cayena as embarcações necessárias para o transporte da guarnição portugueza que alli se acha, convém expressamente ajustar que S. M. Christianíssima mandará fornecer á sua custa os navios precisos para transportar aos portos do Pará e de Pernambuco a dita guarnição, e os empregados civis que devem evacuar a sobredita colonia, e que ao todo não excedem ao numero de 900 homens.

« Esta pretensão é tanto mais attendivel, quanto é fundada na justa reciprocidade de que Sua Magestade praticou com a guarnição franceza, em observancia dos arts. 2.<sup>o</sup> e 3.<sup>o</sup> da capitulação concluida aos 12 de Janeiro de 1809.

« O abaixo-assinado aproveita esta ocasião para repetir a S. Ex. o Sr. duque de Luxembourg as protestações da sua alta consideração.

« Palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Setembro de 1816.—  
Marquez de Aguiar.—Camillo Martins Lage. »

<sup>6</sup> Nota do embaixador da França ao marquez de Aguiar.

a Le sousigné, ambassadeur extraordinaire de France auprès de Sa Majesté Très Fidèle, s'empresse à accuser la réception à Son Excellence le marquis d'Aguilar de la note officielle qu'il lui a fait l'honneur de lui adresser le 11 de ce mois, renfermant les ordres de Sa Majesté Très Fidèle pour la remise de la Guyane aux commissaires porteurs de la convention qui aura été conclue à Paris, et pour levée des sequestres en Portugal et à la Guyane, qui doit précéder celle remise.

« Il a reçu également la notice de Son Excellence relative au transport de garnison portugaise de Cayenne sur des batimens français dans les ports de Paré et de Pernambuco, aussitôt après la remise de la colonie. Il n'hésite pas à donner à Son Excellence l'assurance que cette opération ne souffrira aucune difficulté, et que tout ce que pourra être agréable à Sa Majesté Très Fidèle sera fait avec empressement dans cette occasion, comme dans toutes les autres.

c. Des ordres seront donnés en conséquence pour que les bâtiments chargés du transport des troupes françaises dans la colonie ramènent dans les ports désignés les troupes et autorités civiles portugaises, en se référant pour les détails à ce qui avait été convenu pour la capitulation du 12 Janvier 1809.

« Le soussigné aurait désiré trouver parmi les pièces, qui lui ont été adressées par Son Excellence, une pour le gouver-

Vienna de 9 de Junho de 1815, e ampliado pelo tratado de 28 de Agosto de 1817, onde foi estipulada a restituição de Cayena, devendo precedê-la uma convenção entre os dous governos portuguez

neur militaire de la colonie, annonçant à Mr. Manoel Marques que le comte Darod, commandant du brig français « le Hussard », se rendant en France par Cayenne, est chargé pour l'instant général de la police des ordres relatifs à la levée du sequestre qui va précéder la remise de la colonie. Il prie Son Excellence de vouloir bien faire expédier cette lettre, et de lui adresser le plutôt possible pour ne pas différer le départ du brig.

« Le soussigné saisit cette occasion de retenir à Son Excellence Mr. le marquez de Aguiar l'assurance de sa haute considération.—Le duc de Luxembourg.—Rio de Janeiro, 12 de Setembro 1816.—Camillo Martins Lage. »

« El-rei meu Senhor, querendo condescender com os vivos desejos de S. M. Christianissima lhe tem manifestado, de que ao acto da entrega da Guyana Franceza se encicpe o levantamento do sequestro, que, por aviso desta secretaria de Estado dos negocios do Brasil, em data de 10 de Outubro de 1811, se mandou impôr nas propriedades sequestradas aos seus respectivos donos ou a seus bastantes procuradores, o que participo a Vmcd. para sua intelligencia e prompta execução.

« Deos guarde a Vmcd. Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de Setembro de 1816.—Marquez de Aguiar.—Sr. João Severiano Maciel da Costa.—José Joaquim Carneiro de Campos. »

« Expedindo o duque de Luxembourg, embaixador extraordinario de S. M. Christianissima, o brigade francez « Hussard » com despachos para a sua corte, e devendo este brigade na sua viagem fazer escala no porto de Cayena, participo a Vmcd. que o seu commandante, o conde Darod, vai encarregado do entregar ao intendente da policia dessa colonia João Severiano Maciel da Costa o despacho que lhe dirigi, communicando-lhe os ordens de S. M. El-rei meu Senhor para o levantamento do sequestro que se havia imposto ás propriedades dos francezes residentes, pois que Sua Magestade, querendo condescender com os desejos do El-rei Christianissimo, conveio em que esta providencia precedesse ao acto da entrega que se ha de fazer da Guyana Franceza em tempo opportuno.

« Deos guarde a Vmcd. Palacio do Rio de Janeiro, 13 de Setembro de 1816.—Marquez de Aguiar.—Sr. Manoel Marques. »

#### Carta do encarregado de negocios Brito ao governador da Guyana.

« Utm. o Exm. Sr. Manoel Marques.—Havendo concluido as obrigações da minha missão em transmitir a V. Ex. officialmente a carta régia, e a convenção por mim assignada com este governo, devo explicar o motivo por que tambem ajuntel separadamente a convenção e auto da entrega do Senegal pelos inglezes á França, pois do outra maneira V. Ex. estranharia o meu intrometimento.

« Levei em vista que V. Ex., conhecendo o que se praticára naquella occasião entre as duas nações, desajaria que o mesmo se praticasse agora, pois era de recear que o governador francez quizesse por alguma differença no ceremonial e ajustes da entrega dessa colonia, e para que assim não succedesse e V. Ex. zombasse o praticado entre a Inglaterra e a França na entrega das colonias, não só pedi ao duque de Richelieu a communicação dos dous actos, como tambem li o officio que escrevi a V. Ex., remetendo-lhe; assim não pôde haver a menor duvida, á vista da carta do mesmo duque a mim escripta, tanto mais que elle assevera terem-se dado as instruções conformes aos mesmos principios então adoptados.

« Sendo a minha intenção de facilitar a V. Ex. os meios de tudo a fazer com a maior harmonia entre os dous corpos militares, espero que V. Ex. approvará quanto me occorreu para o mesmo fim.

« Tambem consegui que o conde de Arod não fosse da expedição, como estava nomeado, pedindo a este governo não se satisfaz de haver violado esse territorio e desacatado a autoridade de el-rei nosso senhor, mas reclamando que não fosse desta expedição.

« Como V. Ex. não conhecerá o que se tem passado na Europa sobre a expedição de Montevideo e insurreição de Pernambuco, pela liberdade com que se explicarão as gazetas inglezas, lhe mando a traducção impressa das cartas que confusão os alicies levantados ao nosso governo.

« Ainda que o Sr. marquez de Marialva sómente voltará a esta corte na primavera do anno que vem, eu me demorarei

e francez. Enquanto durarão estas negociações na Europa o governo do Principe Regente no Rio de Janeiro, tardemente informado do que alli se passava, quando teve noticia dos preparativos que fazia a França, quer logo depois do tratado de Paris, quer em consequencia do art. 107 do congresso de Vienna, para ir tomar posse da Guyana, ordenou ao governador Manoel Marques resistisse a qualquer tentativa; que não cedesse Cayena senão á força e

ainda nella por ser juiz commissario das nossas reclamações, e está demora até passar á minha missão de Holanda, me procurará occasiões de me empregar no serviço de V. Ex., a quem Deos guarde por muitos annos. Paris, 6 de Setembro de 1817. De V. Ex. attento, venerador e fiel criado.—Francisco Jo-é Maria de Brito. »

#### Officio dos plenipotenciarios portuguezes, escripto em Paris ao governador militar da Guyana em 8 de Setembro de 1815.

« Utm. Sr.—Pelos ultimos de-pachos que recebemos da corte do Rio de Janeiro fomos informados do haver S. A. R. o Principe Regente, nosso senhor, sido servido ordenar a V. S. em officio do Exm. Sr. marquez de Aguiar, datado a 15 de Junho do presente anno, que em devida observancia das convenções ajustadas em Vienna, ratificadas já por S. A. Real, houvesse V. S. de restituir a colonia de Cayena, com todas as formalidades praticadas em semelhantes casos, aos commissarios francezes, que ali se apresentassem autorizados pelo Sr. rei Luiz XVIII. com plenos poderes expedidos em data posterior áquella real determinação, não podendo ainda então ter chegado ao conhecimento do Principe Regente, nosso senhor, as ultteriores estipulações por nós ajustadas no congresso de Vienna relativamente á Guyana Franceza, cuja restituição a S. M. El-rei Christianissimo deverá ser precedida, em virtude das referidas estipulações, de uma convenção particular entre as duas cortes de Portugal e de França, como clara e evidentemente se mostra pelo art. 107, inserto no tratado geral do congresso, o que é do teor seguinte:

« S. A. R. le Prince Regent du Portugal et du Brésil, pour se manifester d'une manière incontestable sa consideration particulière pour S. M. Très Chrétienne, s'engage à restituer à Sa dite Magesté la Guyane Française jusqu'à la rivière d'Oyapock, dont l'embouchure est située entre le quatrieme et le cinquieme degré de latitude septentrionale, limite que le Portugal a toujours considéré comme celle qui avait été fixée par le traité d'Utrecht.

« L'époque de la remise de la colonie à S. M. Très Chrétienne sera déterminée dès que les circonstances le permettront, par une convention particulière entre les deux cours, et l'on procédera à l'amiable, aussitôt que faire se pourra à la fixation définitive des limites des Guyanes Portugaises et Françaises, conformément au sens précis de l'art. 8º du traité d'Utrecht. »

« Julgamos, pois, do nosso dever, tendo por uma parte em vista o serviço de S. A. Real e os interesses de sua corte, e pela outra a difficuldade das communicações entre o Rio de Janeiro e Cayena, de pôr a V. S. de accordo sobre este importante assumpto, recomendando-lhe muy particularmente de não proceder á entrega dessa colonia ao commissario ou commissarios francezes, que ali hajão de se apresentar para esse effeito, antes de receber novas ordens do Principe Regente, nosso senhor, passadas já depois de haverem chegado ao seu real conhecimento os sobreditos novos ajustes, ou na falta daquellas reais ordens, antes de V. S. receber as convenientes participações transmitidas por nós ou pelo embaixador, ministro ou encarregado de negocios da nossa corte, residente na de Paris, que certifiquem a V. S. de ter sido já concluida a convenção particular acima mencionada, da qual essencialmente depende a restituição dessa colonia a S. M. El-rei Luiz XVIII.

« Deos guarde a V. S. por muitos annos. Paris, 8 de de Setembro de 1815. (Assignados)—Conde de Palmella.—Joaquim Lobo da Silveira.—Utm. Sr. Manoel Marques.

« P. S. As recommendações, que neste officio fizemos a V. S. quanto em nós cabe, não é resultado de noticia que tinhamos de ida de algum commissario francez para essa colonia: é puramente uma medida de prevenção necessaria por se ignorar no Rio de Janeiro, na data de 15 de Junho do presente anno, o artigo por nós estipulado no tratado geral do congresso acerca de Cayena. (Assignados)—Conde de Palmella.—Joaquim Lobo da Silveira. »

ao mesmo tempo protestando, e ultimamente que não fizesse a entrega senão á vista de uma carta régia, que para esse fim se expediria, e que opportunamente lhe seria dirigida por intermedio do encarregado de negocios de Portugal em Paris.

Cedendo, porém, ás instancias do duque de Luxembourg, ordenou que antes da restituição definitiva se levantasse o sequestro, posto por ordem do mesmo governo(\*) nas propriedades, sitas em

(\*) A respeito da confiscação dos bens dos francezes residentes em Cayena o redactor do *Correio Brasiliense* de 1813, no tomo XI, pag. 322, se exprime assim:

« S. A. R. o Principe Regente de Portugal acaba de mandar estabelecer na Cayena um regulamento, intimado por uma proclamação do primeiro magistrado naquella colonia, que tem o titulo de intendente, pelo qual se confiscação os bens daquelles francezes, que, não querendo sujeitar-se ao governo de S. A. Real, forão residir ou já residão em paizes inimigos, ajuntando-se a isto varias disposições collateraes para pôr em devida execução aquelle regulamento.

« Não pôde duvidar-se do justo titulo que a conquista daquelle paiz deu a S. A. Real para poder tomar semelhante medida, a qual, longe de imitar o procedimento de Napoleão quando entrou em Portugal, a pretexto de amigo, e obrigou os habitantes a resgatar as suas propriedades, mostra uma moderação, dignidade e grandza de alma, que fazem summa honra a S. A. R. o Principe Regente.

« Notamos tambem nisto uma circumstancia que nos parece interessante, e é a causa que se allega para esta medida, a saber, a necessidade de obter o dinheiro necessario para manter os estabelecimentos publicos do paiz, para o que se diz que não são bastantes os rendimentos provenientes dos tributos que se achááo estabelecidos naquella colonia, e os sentimentos de clemencia de S. A. Real, que não deseja aggravar aquelles povos com impostos novos, que serão aliás precisos para supprir ao deficit existente.

« De não ter S. A. Real declarado ainda o territorio da Cayena parte integrante de seus Estados, juntamente com esta circumstancia de dispor de certas propriedades para occorrer ás despesas publicas, deduzimos a conclusão de que o governo do Brasil não está decidido a annexar permanentemente aquelle territorio aos demais dominios de Portugal; do contrario cuidaria em procurar rendimentos permanentes para occorrer ás despesas annuas.

« Como esta supposição convem perfeitamente com as nossas idéas, conjecturamos que o governo do Brasil reserva esta conquista para com ella obter algum equivalente ou vantagens no tempo da negociação da paz geral, e este plano nos parece mui acertado.

« Não faltarão certamente homens que aconselhem o contrario, já porque o seu interesse particular os leve a desejar manter a autoridade que possuem naquella colonia, já porque intentem fazer alli estabelecimentos, já porque se offusquem com as idéas de uma gloria mal entendida do augmento de territorio.

« Porém todo o politico imparcial que conhecer a extensão da maxima de que a grandeza dos Estados não depende somente da quantidade do terreno, principalmente quando este é deserto, não terá difficuldade em resolver esta questão sobre a Cayena.

« O territorio do Brasil é de tal vastidão, que dá amplo emprego para um governo activo e intelligente que o deseje aproveitar como elle merece, e largos annos, na verdade largos seculos, se passarão antes que a sua população exija augmento de territorio.

« Os rios do Prata e do Amazonas são os limites mais decididos, e fórmão as fronteiras mais defensíveis ao Brasil que é possível conceber; territorios, que, além destes rios, em vez de distinguir confundirão as demarcações, em vez de servir de defenza darão occasião a intrigas e communicações illicitas com os vizinhos, em vez de segurança serão motivos de discordia.

« Quanto á gloria da nova aquisição, parece-nos que basta o esplendor da conquista e as vantagens que podem resultar de sua cessão ao tempo da paz. A verdadeira gloria de um Estado deve consistir na prosperidade e felicidade dos subditos no interior, e no respeito e bom nome para com os Estados estranhos. Toda a outra gloria, assim como não produz beneficio solido, assim se desvaneca como o fumo.

« O Brasil o que menos necessita é de terreno; o que mais precisa é uma população proporcional, e composta de gente

Cayena, de francezes que residão em França antes da conquista, e que continuarão a residir alli.

Foi portador desta ordem o conde de Arad, commandante do brigade *Hisperid*, que surgiu em Cayena em 1816. Era o conde de Arad homem ativo, desarrazoado, que, persuadindo-se ser uma potencia, exigio do intendente-geral o levantamento immediato do sequestro, apezar de ponderar-se-lhe, com moderação, que a esse acto, devião preceder formalidades, como a de inventarios, tomadas de contas, etc.; não quiz estar por nada, insistio, e, como se lhe resistisse, sahio do porto depois de se ter tornado odioso ás duas principaes autoridades de Cayena.

Em 17 de Novembro de 1817 fundeou a tres leguas de distancia, defronte de Cayena, visto que o porto não admitte embarcações do grande lote, a expedição franceza, que vinha receber a colonia, composta da fragata *Apollo*, da corveta *Flora*, duas chalupas e duas galeotas, sabidas no dia 13 de Outubro de Brest, sob o commando do almirante Bergeret, e de seis companhias de granadeiros, caçadores e fuzileiros, com seus officiaes, e o conde de Carra Sant-Syr, tenente-general, nomeado governador da Guyana Franceza, e seu estado-maior.

No mesmo dia desembarcou o almirante com o tenente-general conde de Carra Sant-Syr, e dirigio-se logo ao governador brasileiro, que se achava de cama desde algum tempo, de uma pneumonia, e bastante mal; insistindo em vê-lo, o conseguiu, mandando immediatamente um transporte buscar de bordo da não o medico que trazia para a guarnição, o qual fez applicações tão acertadas, que dentro em tres mezes pôde o general Manoel Marques embarcar-se em bom estado de saude.

TRATADO ENTRE S. M. EL-REI DE FRANÇA E NAVARRA, E S. M. EL-REI DE PORTUGAL, DO BRASIL E DOS ALGARVES, CONCLUIDO EM PARIS A 28 DE AGOSTO DE 1817.

« Art. 1.º S. M. Fidelissima, animado pelo desejo de executar o art. 107 do acto do congresso de Vienna, se obriga a entregar a S. M. Christianissima, no espaço de tres mezes, ou antes se for possível, a Guyana Franceza até o rio Oyapok, cuja bocca é situada entre o 4º e 5º de

que sirva a melhorar a costa que presentemente alli habita, e melhora-la tanto physica, como moralmente.

« Conhecemos bem que este melhoramento se não pôde fazer com remedios parciaes, e, para assim nos explicarmos, de remedios: é necessario um plano seguido, combinado, extenso e executado com braço vigoroso. Se assim se obrasse, dentro em 20 annos aquelle paiz mudaria de face, evitaria a necessidade da importação de africanos, que produzem uma inevitavel mistura physica e moral na população, o que é um dos maiores entraves aos melhoramentos que se necessitam. A aquisição, logo, de mais territorios, além de inutil, serviria de diverter a attenção do governo para objectos differentes do que mais importa.

« Agora só resta desejar que ao tempo da paz S. A. Real tenha na Europa providenciado de ante-mão quem faça valer esta conquista da Cayena, e não deixe ir pela agua abaixo os seus interesses, como tem acontecido em muitas occasiões e modernamente na paz de Amiens.

« Nós temos a este respeito mais informações do que pede a prudencia que se communiquem, e assás temos soffrido pelo que soubemos, ainda sem nada dizer, a respeito das nefarias transacções do anno de 1807.

« Limitamo-nos, portanto, a dizer outra vez que desejamos que S. A. Real tenha na Europa algum homem de intelligencia, e de quem se possa fiar quando inesperadamente se trate da paz, porque esse momento ha de chegar um dia ou outro. »



latitude norte, e até o 322° de longitude a leste da Ilha do Ferro, pelo paralelo de 2° e 2½' de latitude norte.

« 2.º Nomear-se-hão e se despacharão immediatamente commissarios de ambas as partes para fixar definitivamente os limites das Guyanas Franceza e Portuguesa, conforme o preciso sentido do oitavo artigo do tratado de Utrecht e das estipulações do acto do congresso de Vienna, se os sobreditos commissarios devem terminar os seus trabalhos na expiração de um anno, ao mais tardar desde a data de sua chegada á Guyana.

« Se na expiração deste termo de um anno os sobreditos respectivos commissarios não puderem concordar, as duas altas partes contratantes procederão então a outros arranjos, debaixo da mediação da Grã-Bretanha, e sempre conforme ao preciso sentido do oitavo artigo do tratado de Utrecht, concluido debaixo da garantia daquella potencia.

« 3.º As fortalezas, armazens e todos os petrechos militares, serão entregues a S. M. Christianissima, conforme o inventario mencionado no quinto artigo da capitulação da Guyana Franceza em 1809.

« 4.º Em consequencia dos sobreditos artigos, immediatamente depois da assignatura do presente tratado, serão communicadas ao governo francez as ordens para se effectuar a transmissão da Guyana Franceza (as quaes ordens estão presentemente na possessão do abaixo assignado plenipotenciario), a que será annexa uma copia deste tratado, e a qual informará as autoridades portuguezas, que tem de entregar dentro em tres dias a dita colonia aos commissarios encarregados por S. M. Christianissima de tomar posse della, logo que elles tiverem apresentado as suas instruções para este effeito.

« 5.º O governo francez se obriga a transportar para as cidades maritimas do Pará e Pernambuco (nos navios que tiverem sido empregados no transporte das tropas francezas para a Guyana) a guarnição portugueza desta colonia, assim como os funcionarios civis com toda a sua bagagem.

#### Artigo separado.

« Todos os pontos sobre que possam occorrer algumas difficuldades, que resultem da restituição da Guyana Franceza, taes como o pagamento das dividas, a cobrança das rendas e a reciproca troca de escravos, formarão objecto de um tratado particular entre os governos francez e portuguez. »

#### ACTO DA RESTITUIÇÃO DE CAYENA

Com a presença, pois, das autoridades francezas e documentos officiaes, não obstante o estado de gravidade em que se achava o governador Manoel Marques, foi encarregado o secretario militar, o tenente Mafra(\*), hoje senador do Imperio, para não só se entender com o conde Sant-Syr, como para lhe fazer a entrega da colonia; e assentou-se que o acto da restituição teria lugar no dia 21 de Novembro.

Redigio-se por convenção o modo por que ella se faria, segundo os estylos usados em casos identicos, e de conformidade com o que se havia praticado recentemente no Senegal, e para o que remetteu o encarregado de negocios do Brasil em França, para servirem de norma, as respectivas actas. Em con-

(\*) O nosso amigo o senador Mafra nos ministrou, como testemunha presencial dos acontecimentos que alli tiveram lugar, notas importantes, as quaes, com os muitos documentos que poseuimos, nos proporcionou a confecção do presente trabalho verdadeiro e circumstanciado do que se passou em Cayena durante o dominio portuguez alli.

sequencia de tudo, no supramencionado dia 21 de-sembarcarão 100 homens das tropas francezas, que se formarão na praça de Palacio, á esquerda de igual numero de tropa brasileira.

No forte, que os brasileiros chamavão Castello, construido n'um monticulo que domina a cidade, estavam levantados dous mastros, ao lado um do outro. Ás 11 horas da manhã, o conde Carra de Sante-Syr, com o seu estado-maior e o secretario brasileiro Mafra, aos quaes se juntarão os habitantes mais notaveis de Cayena, seguirão para o forte; á sua chegada içou-se a bandeira portugueza, sendo comprimentada com uma salva de 21 tiros de artilharia da praça.

Arreada esta içação simultaneamente as bandeiras portuguezas e francezas, que forão comprimentadas com 21 tiros. Em seguida a tropa franceza rendeu as guardas e portas que occupava a tropa brasileira, e se consummou o acto da restituição e posse da cidade de Cayena e colonia da Guyana.

Na occasião de arrear-se a bandeira portugueza e içar-se definitivamente a franceza, os moradores de Cayena, que estavam no forte, vertêrão abundantes lagrimas, como que de saudades e pesar, e isto observando o general francez Carra de Sante-Syr, dirigio-se ao Sr. Mafra secretario militar, e lhe disse:—*C'est etonnant, Mr. secretaire portugais, que des français, voyant flotter les couleurs nationales, signes de la domination française, vertent des larmes de regret pour la domination antérieure. Je fais des vœux pour que mon administration finisse, je reçois des témoignages pareils.*

« Senhor seretario Mafra, é admiravel que francezes, vendo brilhar as côres do pavilhão nacional, signal de dominio francez, derramem lagrimas de saudades pela dominação anterior. Eu me considerarei muito feliz se, quando findar a minha administração, conseguir igual manifestação. »

E os francezes tinham razão: tratados com desdem, senão com desprezo pelo ultimo governador francez, forão estimados e bem visto pelo governador Manoel Marques (a quem desde o principio do seu governo chamavão *Pápa Marquis*), homem essencialmente bemfazejo, que lhes fez respeitar as pessoas e as propriedades; que destruiu ou fez afastar quilombos de negros escravos, que punhão de continuo em perigo os estabelecimentos ruraes; que cuidou com desvelos em tornar salubre a cidade de Cayena, fazendo entulhar e converter em passeios agradaveis os charcos de aguas estagnadas, fontes perennes de infecções deletérias; homem de um desinteresse e de uma probidade exemplar, e de uma limpeza de mãos, que jámais pôde ser manchada; homem, enfim, que, tendo feito a conquista de Cayena, e tendo achado os armazens repletos, além de outros artigos, de cravo, canella, nux-moseada e pimenta, que por descuido ou adrede não havião sido inventariadas, e do que elle podia dispôr a seu arbitrio, entregou tudo no Estado, remettendo tudo para a cidade do Pará; e quando deixou pela primeira vez a sua conquista foi embarcar trajando a sua melhor farda de tenente-coronel, remendada nos cotovellos.

O intendente-geral desembargador João Severiano Maciel da Costa, sempre polido, affavel e agasalhador, porém recto e imparcial, igual-

mente probou(\*), protegeu o commercio e a lavoura, prodigalizando as fontes da riqueza publica todos os valores que a sua administração podia dispendir. A estes motivos de reconhecimento dos francezes ao dominio portuguez, cumpre accrescentar que durante elle poderão os francezes de Cayena vender, exportar, e com grandes lucros, os productos da colonia amontoados nos armazens destes annos, em razão do estado permanente de guerra entre a Inglaterra e as outras potencias da Europa com a França.

#### MÁ FÉ DO NOVO GOVERNADOR FRANCEZ

O novo governador de Cayena não se comportou lealmente para com a administração portugueza, a quem aliás parecia acatar.

Apenas fluctuava no forte a bandeira franceza, antes de effectuada a entrega dos armazens, elle fez partir em canoas agentes seus e soldados francezes para a fazenda da Gabriela, propriedade do Estado, os quaes se apoderarão della e de tudo quanto continha; despedirão o administrador sem as formalidades que a politica exigia, visto que o governo portuguez a occupava como uma conquista.

#### FAZENDA DA GABRIELA

A fazenda da Gabriela, é a joia preciosa da Guyana Franceza. Foi fundada em terras pertencentes ao marquez de Lafayette, que as cedeu ao Estado. Luiz XVIII tinha mandado á ilha de Ceylão o botânico Martin para adquirir plantas e sementes de cravo, canella, noz-moscada, pimenta-negra e outros productos naturaes dalli, e fez crear em Cayena uma fazenda modelo de plantações de especiarias, que no local medravão admiravelmente; isto feito, foi escolhido aquelle local, onde se plantou e cultivou tudo o que o botânico Martin tinha trazido, e em estado de muda dalli se propagarão por toda a colonia, e nesta propagação teve parte o Brasil, pois durante a occupação brasileira repetidas remessas se fizeram de plantas de especiarias para os jardins botanicos do Rio Janeiro e Pernambuco, que prosperarão admiravelmente.

O desembargador João Severiano Maciel da Costa reclamou energicamente contra a usurpação violenta da fazenda da Gabriela, allegando que desde mezes pertencião os generos alli arrecadados ao governo portuguez, como productos da colheita lida; que esses generos estavam alli em deposito para serem opportunamente exportados, e que por conta do valor delles tinha feito despesas a administração portugueza que as devia pagar.

O governador francez retorquiu, dizendo que pelo facto da retrocessão estava consummado, e tudo quanto se achava nos edificios publicos ficava per-

tencendo a el-rei de França. Seguiu-se uma polemica, ás vezes acrimoniosa, entre as dous funcionarios, e afinal partio-se a contenda ao meio, ficando metade dos generos sequestrados ao governo portuguez e a outra metade ao francez.

#### PROCLAMAÇÃO DO INTENDENTE DE CAYENA(\*)

« Habitantes de Cayena e Guyana.—As gazetas publicas, que chegam do estrangeiro, nos trazem a noticia de que pelos arranjos particulares, entre S. A. Real o Príncipe Regente, nosso senhor, e S. M. Britannica, será a Guyana Franceza entregue a S. M. Christianissima.

« Tudo annuncia que as condições e modo desta entrega serão discutidos e fixados no congresso geral, que se devia abrir em Vienna no 1º do presente mez, o que retardará tambem esta época.

« No entanto é preciso que a administração desta colonia siga a sua rotina, que se faça o serviço publico, que se pague o sustento a guarnição, e que se não perturbe a ordem publica e a tranquillidade de que tendes gozado até o presente; no caso contrario vós contreceis muito bem que é sobre vós que devem pesar as consequências do aperto e embaraço que experimentasse a administração, e seria bem doloroso ao governo de S. A. Real ser obrigado a empregar meios de rigor, que até este dia vós não tendes conhecido, para vos obrigar a fazer o que o vosso dever, e a gratidão em que estais para com uma administração tão paternal, vos ordenão imperiosamente.

« Não deis ouvidos a discursos insidiosos, que vos poderão fazer gentes ociosas, ignorantes e imbecis, ou individuos que, por motivos particulares, dependentes da natureza de seus negocios, são interessados na desordem. Elles são bem conhecidos, e em toda parte é esta miseravel classe da sociedade quem fomenta a desordem politica; uma bem triste experiencia vô-lo tem provido.

« Não é dado a simples particulares o penetrar os segredos politicos dos gabinetes dos soberanos, e contudo o que o publico lhe apraz dizer a este respeito não é o mais das vezes senão sonhos para se divertir ou indiar o povo credulo e tímido.

« Habitantes, continuai a cumprir tranquillamente com o vosso dever, e descançai com confiança na justiça, que deve necessariamente dirigir as transacções, que vão a ser fixadas entre dous soberanos justos: a vossa sorte, as vossas pessoas, os vossos bens, são objectos sagrados com que se vão occupar. A calumnia e a intriga tem sempre o seu castigo.

« Dado em Cayena no nosso hotel, aos 15 de Outubro de 1814. Assignado)—João Severiano Maciel da Costa. »

(\*) O Sr. Hyppolito, no *Correio Brasiliense*, fallando da entrega de Cayena e da proclamação de João Severiano, diz:

« Com effeito, logo que chegaram á Cayena as gazetas com a noticia do tratado, expressarão os habitantes a sua natural opinião que, dentro da época prescripta na estipulação, voltaria ao dominio da França.

« O intendente, que naturalmente lhe pareceria impossível que o embaixador portuguez em Paris cahisse em tal absurdo de estipular o cumprimento do tratado sem que fosse necessario a ratificação do soberano, interpretou o tratado ou ajuste como da futuro e não de presente, e assim como não admittio o que na realidade era, cahio em muitas inconsequencias. Deos queira que não haja ainda piores resultados destes grandes serviços de fazer tratados.

« O embaixador em Londres, que assignou o tratado de Paris em Maio de 1814, deixou este pobre intendente de Cayena até o mez de Outubro sem informações da bella estipulação que tinha feito em Paris, e cujo conhecimento era importantissimo ao intendente, de maneira que este se vê obrigado a fundamentar a sua proclamação official em noticias das gazetas.

« Debaixo do mesmo principio errado continuou o intendente,

(\*) João Severiano foi censurado por ter ganho muito dinheiro em Cayena, e conversando nós com o Sr. senador Mafra a este respeito, disse-nos que conheceu de perto a João Severiano, e que o modo porque fez elle fortuna alli foi receber seus ordenados, não em moeda metallica, e sim em especiarias pelo preço do mercado, e as mandando para a Inglaterra apurava bons preços, e com isso ganhou bastante dinheiro com legalidade e honra.

O GOVERNADOR MANOEL MARQUES E O INTENDENTE-GERAL  
JOÃO SEVERIANO MACIEL DA COSTA EM CAYENA

A medida que se terminavam os inventários e se effectuava a entrega dos armazens e edificios publicos, iam sabindo para a capital do Pará os officiaes, tropas e empregados portuguezes, em navios preparados pela administração franceza.

Em Dezembro estava completa a evacuação, restando terminar os negocios civis e administrativos que foram tambem logo concluidos, e em dias de Fevereiro se embarcou o brigadeiro Manoel Marques, com sua familia, officiaes de ordens, na escuna de guerra franceza, commandada por Pascoal des Chenes, tendo tido o governador Carra de Sante-Syr a attenção de metter a bordo um medico para tratar o brigadeiro Manoel Marques durante a viagem, chegando ao Pará a 20 de Fevereiro de 1817.

O desembargador João Severiano Maciel da Costa

disendo « que tudo annuncia que as condições e o modo da entrega serão discutidos e fixados em Vienna. » Não ha tal, Sr. intendente: o tratado de Paris é conclusivo, e no art. 10 diz que a entrega de Cayena foi—em consequencia d'arrangements—e não—à prenda—e dentro do espaço de tres mezes se devia verificar esta entrega.

« Supposto que a origem destas difficuldades se ache no tratado, nem por isso nos parece que o intendente tinha grande necessidade da palarata que arrumou em sua proclamação.

« Uma proclamação authentica, fundada em novidades de gazetas, é mui pouco decorosa á dignidade do governo, porquanto se as noticias das gazetas fossem falsas nem toda a agua do Amazonas lavaria o Sr. intendente da nodosa do ridiculo que lhe havia de cair em cima.

« Quanto á ansiedade dos habitantes em desejar voltar para o governo francez é mui natural, não só porque estava passado o prazo do tratado, mas porque, segundo o que nos dizem de Cayena, os habitantes queixão-se bastante da administração portugueza, do que temos provas em varios papéis que se nos tem enviado de Cayena. Agora se as queixas são ou não com razão, ou sem ella, é outra questão, e digna de examinar-se. »

« Dizem alguns dos habitantes de Cayena, que nos escrevem, que a corte do Brasil estabeleceu um governo despótico na Cayena, ajuntando em uma só pessoa todos os poderes, e que o intendente tem atropelado a justiça, recolhido ao thesouro grandes sommas, productos de confiscos, tributos, etc., interrompido o curso da justiça nas dividas e crimes dos portuguezes para com os habitantes, etc., etc.

« Vamos por partes, Srs. francezes de Cayena. Ninguém aborrece mais do que nós essa reunião de poderes, que constitue o que se chama vulgarmente despotismo, e contra elle clamamos todos os dias, recommendando alguma reforma no Brasil que escuse a necessidade de haver um governador ou outra pessoa alguma, que tenha o poder de mandar prender outra sem que seja na fórma das ordenações do reino, e ainda com mais cautela, sendo possível.

« Mas, isto que recommendamos para as provincias do Brasil, que estão em paz e tranquilas debaixo do governo do seu soberano natural, não podemos nem queremos estender á Cayena, que, sendo uma conquista recente, era preciso tratar quasi como se tratão os peizes inimigos de que se está ou de posse, ou de occupação durante a guerra.

« S. A. Real, portanto, não podia estabelecer para Cayena outro governo interino senão um governo militar, e ainda assim mandou, não um soldado, mas um magistrado, para aquelle governo, e estamos seguros que os habitantes de Cayena não gozavam mais liberdade politica durante a sua sujeição a Bonaparte do que sob o governo do Principe Regente de Portugal.

« Quanto aos abusos deste poder na pessoa que o exercitava, nada temos a dizer; as accusações de que nos tem chegado a noticia podem ser falsas ou podem ser verdadeiras: o individuo

(\*) As lagrimas de saudade vertidas pelos habitantes de Cayena na occasião de arrear-se o pavilhão portuguez, e igrar-se definitivamente o francez, e as palavras ditas por Sante-Syr ao Sr. Mufra, hoje senador do Imperio (factos authenticos, que nos referio o mesmo senhor), são uma prova incontestavel da falsidade de taes noticias.

não quiz aceitar transporte francez; embarcou-se(\*) com sua familia e comitiva na escuna portugueza *Andorinha*, pertencente ao Estado, do que deu conta ao governo de Sua Magestade.

que exerce o cargo de intendente de Cayena é-nos assás conhecido, e sabemos quanto basta para dizermos que infelizmente é um brasiliense que se não opporia ás idéas despotismo; assim não podemos emprender a sua defeza sem provas cabaes de sua innocencia.

« Porém se os habitantes de Cayena pagáram alguns tributos ou contribuições á potencia conquistadora, lembrem-se que os francezes, á sua chegada em Lisboa, impuzeram uma contribuição de 100 milhões de francos, ou 40 milhões de cruzados, sem que conquistassem Portugal, pois entráram ali como amigos.

« As autoridades portuguezas em Cayena poderão ter mettido na sua algebeira o producto destas contribuições que pertenciam ao soberano; muitas destas peloticas fizeram os francezes em Portugal; mas, quer os portuguezes o fizessem em Cayena, quer não, o Principe Regente, e não os habitantes, é que tem de queixar-se.

« O intendente de Cayena poderá ter mandado prender alguém, não só arbitraria, mas injustamente; porém nenhuma das cozas que nos chegou á mão o accusa de ter mandado matar ninguém; e as mortes, prisões e confiscos que os francezes fizeram em Portugal, foram tão cruéis, que, ainda que todos os francezes habitantes de Cayena fossem vendidos por escravos, não se lhe ficava a dever nada á sua nação.

« Adiantamo-nos nestas observações, porque sabemos que muitos dos papéis, que se nos remettirão, foram mandados a França para alli serem publicados nas gazetas, e conveni que estas accusações não fiquem sem resposta. »

(\*) « Illm. e Exm. Sr.—Aproveito esta primeira occasião de navio para essa capital, para comunicar a V. Ex. que no dia 1.º de Novembro segui de Surinam a este porto em companhia do marechal Manoel Marques, que comigo assentou de irnos apresentar aos pés do throno de Sua Magestade a conta do nosso governo e a administração na Guyana Franceza, e da entrega della ao governo francez.

« A historia da nossa viagem, que durou perto de cinco mezes, desde a sahida do Pará e arribada áquella colonia hollandeza, não tem aqui lugar; basta dizer por ora que ella foi ocasionada pelo perigo imminente de agua aberta, estando em 8º de latitude norte; que a embarcação alli foi condemnada por inavegavel e que foi-nos foroso demorarmos-nos dous mezes.

« Espero, porém, que o serviço de Sua Magestade ganhará alguma cousa pelo conhecimento que alli adquiri, indispensavel a um vassallo zeloso do bem publico, que não conta de sahir mais da capital, salvo forçado pela obediencia ás ordens de Sua Magestade.

« Este mesmo motivo é o que me persuade a tocar na Bahia para ahi passar oito dias, unica capital ao norte do Rio de Janeiro que ainda não vi, cuja importancia politica e economica deve merecer grande attenção aos homens dados ao interessante ramo de finanças, ao qual a estatistica nacional é de um apolo consideravel, como V. Ex. sabe melhor que eu, até mesmo por lembrar-se que Sua Magestade quando daqui fui beijar sua real mão, ha hoje nove annos, me encareceu a necessidade de ver e visitar aquella importante capitania.

« Mortificadissimo como aqui cheguei de uma longa viagem em embarcação a mais incommoda, e da minha gota, que se aggrava cada vez mais, assim mesmo pômo-lhe a caminho por estes dez ou doze dias, que tanto levará a pequena reparação que demandão os appparelhos da embarcação.

« Entretanto rogo encarecidamente a V. Ex. me faça a graça de apresentar por mim aos pés dos throno de Sua Magestade os purissimos sentimentos de minha obediencia, de meu profundo reconhecimento pelo novo emprego que se dignou dar-me e de minha vassallagem.

« Deos guarde a V. Ex. muitos annos. Recife, 9 de Novembro de 1818.—Illm. e Exm. Sr. Thomaz Antonio de Villanova Portugal, ministro e secretario de Estado dos negocios do reino. — O desembargador João Severiano Maciel da Costa. »

## CIDADE DE CAYENA DE 1808 A 1818

A cidade de Cayena está assentada na ponta mais occidental da ilha do mesmo nome: é banhada pelo rio Tour de l'Isle, que por alli desagua no oceano. A cidade é circumscripção pelas antigas muralhas e fossos (porque Cayena foi construída para ser praça de guerra): é pequena; as ruas tortuosas, mas todas as casas são de sobrado; algumas de dois e tres andares, com varandas ou galerias na frente; em geral todas as casas são construídas e cobertas de madeira.

Extra-muros a cidade é melhor alinhada, as ruas largas e bordadas aos lados com a valla de esgoto; as casas são elegantes, assobradadas e com mirantes, havendo mui poucas terreas, e habitadas estas sómente por gente mui pobre.

O paiz é insalubre, porque os valles entre as montanhas são apaulados; mas a vegetação é maravilhosa. Além das especiarias da India transplantão a de Ceylão, que dão ampla colheita. O paiz produz café, cacão, canna, algodão e urucú.

Toda a colonia, desde o Marony, ao norte, até o Oyapock, ao sul, é povoada mais escassamente, porque em 1818 a população era de 1.500 brancos de todas as idades e sexos, e de 1.500 pessoas de côr, pardos e pretos escravos.

Pelos seus productos podia ser Cayena um paiz rico, mas cumpria que fosse povoado. Os brancos da Europa alli não vingão(\*).

SÃO PRIVILEGIADOS OS SENHORES DE ENGENHO A NÃO SEREM EXECUTADOS POR DIVIDA NAS SUAS PROPRIEDADES E LAVOURAS, E SIM EM UMA PARTE DOS RENDIMENTOS DELLAS.

Nos tempos coloniaes erão olhadas as propriedades no Brasil como feitorias da metropole, e o agricultor brasileiro como simples trabalhador sobre quem pesavão os encargos, não tendo o direito de queixar-se, obedecia com humildade á voz do arbitrio. Sem protecção e sem favores continuava no amanho das terras, pois não havendo melhor emprego tinha necessidade de subsistir, porque o solo lhe proporcionava meios de viver na abundancia.

O Brasil não era considerado e nem tinha outra carreira mais vantajosa a seguir que a da agricultura, porque as artes erão-lhe vedadas; no Brasil a milicia não tinha futuro, de modo que não se passava de tenente por ser posto sem patente. A poder de improbo trabalho é que se conseguia ajuntar alguns bens.

A realza permanecia em Lisboa, e por isso não se fazião favores ao Brasil senão com muita parcimonia. Mudárão-se os tempos, e o imperio das circumstancias transmutando a côrte portugueza para o Brasil, reconheceu o illustrado Principe Regente que a agricultura, fonte da riqueza dos Estados, devia ser olhada com paternal solicitude, e para o que entendeu garanti-la, prohibindo expressamente que o proprietario de engenho soffresse embaraços na marcha dos seus trabalhos, e nem fosse perseguido por seus credores.

(\*) Sobre a Guyana vide a interessante obra dos Srs. Ferdinand Dinis e Janin, intitulada *Brasil, Colombia e Guyana*.

Para isso fez baixar o alvará de 21 de Janeiro de 1809(\*) concedendo aos habitantes do Brasil o privilegio de não serem executados na propriedade dos seus engenhos, fabrica e lavoura, e sim em uma parte dos seus rendimentos.

Esta lei, mui bem pensada, garantindo a propriedade, evitou os abusos dos credores e animou a lavoura, desaffrontando-a dos ataques ordinarios dos mal intencionados, que procuravão enriquecer com usuras á custa dos fazendeiros.

O senhor de engenho, assim favorecido, tornou-se um servidor leal, e mais que muito adherente ás instituições monarchicas, porque, garantido e respeitado, tinha de rigorosa necessidade obedecer aquelle que tantos favores lhe concedia.

## NOVAS PROVIDENCIAS PARA MELHORAR AS CIRCUMSTANCIAS DO BRASIL

Como já vimos, mui limitada era a povoação do Rio de Janeiro, e sem as accomodações precisas para grandes depositos de generos commerciaes, abundando as immediações em praias baldias, apropriadas a se construirem nellas armazens e trapiches, determinou o Principe Regente ao conselho da fazenda, por alvará de 21 de Janeiro(\*\*), que mandasse demarcar os terrenos e praias da Gamboa e Saço do Alferes, que mais apropriados achassem, para serem arrendados ou aforados a quem mais desse, para nelles se construirem armazens e trapiches aptos a receberem os generos pertencentes ao commercio.

Esta medida, de palpitante utilidade publica, não veio só, porque foi acompanhada de outra, pela qual as pessoas que se apropriassem das sesmarias tivessem segurança na propriedade por limites conhecidos. O alvará de 25 do mesmo mez determinou que as sesmarias serião dadas, precedendo medições judiciais, e com estas condições e formulas fossem passadas as cartas aos sesmeiros, afim de que, conhecidos os limites, não se suscitarião questões de abarcamento, e a lei preencheria os seus fins a contento de todos.

Estando quasi tudo por fazer, Sua Alteza não se limitou ao bem sómente da sua capital; levou suas vistas aos diferentes pontos do Brasil, e mandou por alvará de 18 de Março(\*\*) que a antiga comarca de Goyaz fosse dividida em duas por não poder um só ouvidor, pelas distancias, satisfazer ás necessidades da justiça, e ficarem impunes os delictos commettidos.

Por esta mesma occasião extinguiu em Villa-Bos, residencia do capitão-general, o lugar de intendente do ouro e creou um juiz de fóra, com jurisdicção no civil, crime e orphãos, servindo ao mesmo tempo de procurador da corôa e superintendente da fundição do ouro, e em tudo o mais inherente a esta repartição.

Estando já creada a villa de Porto-Alegre pelo alvará de 23 de Agosto de 1808, ainda não havia camara que representasse os sentimentos do povo daquella importante povoação, e não convindo haver uma villa sem o seu senado da camara, resolveu

(\*) Vide o alvará do 21 de Janeiro de 1809.

(\*\*) Vide a collecção de leis de 1809.



em 27 de Abril mandar o ouvidor de Santa Catharina(\*) fosse crear a camara de Porto-Alegre, com as formalidades que em taes creações se praticão.

Emquanto a séde da monarchia esteve em Lisboa nada tinhamos mais que o rude trabalho da agricultura; porém, mudadas as circumstancias, o Principe Regente, por alvará de 28 de Abril(\*), mandou que fesses livres de direitos as materias primas que servissem de base a quaesquer industrias manufactureiras, nacionaes ou estrangeiras, que se introduzissem no Brasil, e para mais acozear as fabricas não só concedeu para as que mais necessitassem uma loteria de 60.000 cruzados em seu beneficio, como concedeu favores aos fabricantes, á navegação, e aos introductores de machinas e objectos novos, uteis ao paiz nascente.

O Brasil caminhava com passos largos na via do progresso, sob o governo creador de um principe illustrado, até á sua emancipação politica; mas de então para cá, apesar de suas instituições livres, de suas assembleas puramente brasileiras, onde se esbanhão os dinheiros do Estado, a industria fabril definha á vista dos olhos por não achar favores nas leis do paiz.

Alguma coisa que apparece é sem futuro e morre logo, porque o fim de qualquer coisa que se estabelece ou cria não é por utilidade do paiz, e sim especulação mercantil que reverte em proveito de poucos. O Brasil, marítimo e com extensissima costa, enseadas e barras, apesar da verba fabulosa que consome o fantasma da sua marinha de guerra, não tem navios sufficientes para guarnecer as suas costas. Abundante das melhores madeiras do mundo, e com habilissimos constructores e artistas brasileiros, e bons estaleiros, não precisa para isso de mandar construir navios na Europa.

Não obstante a verba escandalosa que consome o ministerio da marinha, são despedidos dos arsenaes os operarios, a titulo de economia, para se mandar comprar navios por preços exorbitantes, quando poderião ser feitos nos nossos estaleiros com outras madeiras e boa construcção.

Para uma fabrica poder entre nós conseguir a isenção de direitos de uma ou outra materia prima que de embaraços não experimenta! Haja vista a fabrica de papel pintado estabelecida em S. Christovão, onde se fabrica papel tão bom como o que nos vem da Europa, que para obter a isenção de direitos da materia prima o proprietario se sujeitou a todas as exigencias que lhe forão impostas.

Os artistas vão abandonando os officios por não acharem o que fazer em presença da importação estrangeira; e para dizermos tudo ao leitor lembramos que não ha parte alguma do mundo civilizado onde a arte de ourives não tenha contraste para regular o toque dos metaes preciosos, que fazem a base do trabalho de ourives; pois bem, no Rio de Janeiro não existe um contraste para o ouro.

A associação dos ourives, magoada por vêr a importação de obras estrangeiras, fabricadas de ouro baixo, expostas ao consumo publico, requerem ao corpo legislativo, expondo-lhe o facto, a presença de um contraste, e fomos nós que em 1854 entregamos á assemblea a petição dos ourives, e até

hoje nos não consta que se desse a menor importância a um negocio de interesse publico.

Aqui é o lugar de repetirmos o improviso, que sobre as cousas da patria fez o nosso amigo visconde da Pedra Branca, que publicámos no nosso antigo periodico *O Medico do Povo* n. 112 de 1851, que diz(\*):

- « São desgraças do Brasil
- « Um patriotismo fôfo,
- « Leis em parola, preguiça,
- « Ferrugem, formiga e môfo. »

O governo do Principe Regente no Rio de Janeiro, para regular o serviço da policia, creou na

(\*) Tão bem recebido foi o improviso que nos recitou o sabio visconde em uma noite de amena conversação, estando nós a sós, que dias depois recebemos de outro amigo a carta seguinte, que a publicámos no n. 145 do mencionado periodico:

« Illm. Sr. Dr. A. J. de Mello Moraes.—Tendo V. S. dado á estampa no seu scientifico periodico a bella e mui judiciosa quadra do nosso veneravel amigo o Exm. visconde da Pedra Branca, indicando resumida e discretamente os males do Brasil, considero-me na obrigação de remetter a V. S. a glosa que a esse conceituoso mote fiz, e offereci ao dito nosso decano das patrias musas, para no caso de assim aprazer a V. S. publicá-la também no seu mesmo jornal.

« Desajo cordialmente a V. S. todas as prosperidades, como quem, com a devida estima e consideração, se confessa de V. S. amigo muito venerador, obrigado e criado.—Francisco Muniz Barreto.

« S. C., 30 de Julho de 1851. »

- « São desgraças do Brasil
- « Um patriotismo fôfo,
- « Leis em parola, preguiça,
- « Ferrugem, formiga e môfo. »

(Do Exm. Sr. visconde da Pedra Branca.)

#### GLOSA

Composta e offerecida a S. Ex. por seu parente e amigo Francisco Muniz Barreto.

- « Leis, ou tortas ou quebradas
- Do arbitrio pelo bastão;
- Mão systema de eleição;
- De juizes enxurradas;
- Assembleas sempre inçadas
- De gente nascia ou servil,
- Barriguda ou pueril;
- Febres côr de gemma d'ovo;
- São peccados deste povo,
- « São desgraças do Brasil. »

- « A maior destas desgraças
- Vai de ninguém praticar,
- Quando sobe a governar
- O que proclama nas praças;
- Não se vê senão fumaças
- D'um amor-proprio balôfo;
- Cada um para o seu côfo
- Só pescando com cuidado;
- Um—catonismo—affectedo,
- « Um patriotismo fôfo. »

- « Sobre o vão patriotismo
- Ha outra calamidade:
- Nos parvos muita vaidade,
- Nos sabios muito egoismo,
- Levão o Brasil ao abysmo
- A corrupção que se atça,
- Dos estranhos a cobiça,
- Qu'industria e commercio aferra,
- A ousadia—e dos da terra
- « Leis em parola, preguiça. »

(\*) Vide a collecção de leis de 1809.

côrte em 13 de Maio de 1809 a guarda real de policia para repressão dos crimes, evitar o contrabando e velar na segurança individual, na extinção dos incendios, dando-se para isso um plano bem combinado, compondo-se o corpo da policia de uma companhia de cavallaria e tres de infantaria, mandando-se postar a cavallaria no campo de Santa Anna, e as tres de infantaria no Vallongo, Prainha e no largo da Ajuda. Conhecendo-se que essa tropa era pouca e não podia com todo o serviço, se creou mais uma companhia de cavallaria, que foi aquartelada em Mataporcos.

A fonte da Carioca, não prestando agua sufficiente para abastecer a população, mandou o governo encanar as aguas do rio Comprido, e trazê-las ao campo de Sant'Anna enquanto se não encaminhasse para o mesmo lugar as do rio Maracanã, e tendo-se em poucos mezes apromptado o chafariz do campo esperou-se o dia 13 de Maio de 1809 para em presença de S. A. Real, de seus filhos, côrte e de um concurso immenso de povo, abrir se as torneiras do chafariz e franquear a agua ao publico fluminense.

As necessidades do erario régio crescião em presença dos melhoramentos materiaes que se ião operando, e das muitas despesas com a côrte, e então determinou o Principe Regente que na compra e venda dos escravos ladinos se pagasse a quantia de 5 %, de meia siza, e que os livros dos negociantes, tabellidões, irmandades e confrarias dos assentos de baptismos, casamentos e obitos das parochias, pagassem o imposto do sello.

As portas e janellas das habitações antigas, não só do Rio de Janeiro, como das mais povoações do Brasil, erão guarnecidas de rotulas e gelosias; e o governo, não achando esse uso conforme ao estado de adiantamento da civilização, mandou que a policia no dia 11 de Junho as tirasse para serem substituidas por vidraças.

O CONDE DA PONTE, GOVERNADOR E CAPITÃO-GENERAL DA BAHIA, MORRE NAQUELLA CIDADE A 4 DE MAIO DE 1809, DEPOIS DE UM GOVERNO DE MAIS DE 4 ANNOS.

João de Saldanha da Gama de Mello e Torres, 69 conde da Ponte, e (52 em numero) governador e capitão-general da capitania da Bahia, nomeado a 15 de Agosto de 1803, chegou á cidade de S. Salvador e Bahia de Todos os Santos a 13 de Dezembro, com 33 dias de viagem e tomou conta do governo na tarde do dia 14 do mesmo mez.

O commercio da Africa, que se fazia em larga escala, abundando em escravatura, fazia que de quando em quando, em um ou outro ponto, se insurgissem os escravos, e os que erão remissos fugião para os matos, e formavão-se quilombos, d'onde vinhão accometter os viandantes ou as pro-

priedades dos moradores da circunferencia para as roubar.

O conde da Ponte, depois de tomar conta do governo da capitania, prevendo os damnos, mandou exercer sobre os escravos a mais rigorosa policia. A Bahia gozava de paz, e tudo seguia o curso ordinario das cousas.

No primeiro quartel do anno seguinte (2 de Abril de 1806), sem que ninguem esperasse, surgiu dentro da barra da Bahia de Todos os Santos uma esquadra franceza, sahida do porto de Brest em 13 de Dezembro de 1805, a bater a expedição ingleza que tinha tomado Santa Helena e o Cabo da Boa-Esperança, e não o podendo conseguir foi á cidade da Bahia refrescar, e curar os muitos enfermos que trazia accomettidos de escorbuto.

A esquadra, que vinha sob o commando em chefe do vice-almirante Mr. W.llaumés, compunha-se das náos *Le Foudroyant*, commandada por Mr. Henry, *Le Vétéran*, commandada pelo principe Jeronymo Bonaparte, *Le Cossard*, por Mr. Faure, *L'Impetueux*, por Mr. Veyerbelair, *Le Patriote*, por Mr. Krohu, *La Fole*, por Mr. Prevost de la Croix, e da fragata *La Valerense*, por Mr. Kergorion.

No mesmo dia o principe Jeronymo mandou ao conde da Ponte o seguinte:

« Au bord du Vétéran dans la baie de S. Salvador, aux 2 Avril 1806.

« Mr. le gouverneur.—Je l'honneur de vous prévenir que je viens de mouiller dans cette baie avec la seconde division de S. M. l'et Royal, aux ordres du contre-almiral Willaumés; la premiere ne tardera pas à venir au mouillage.

« Partie de France depuis plusieurs mois, toute l'esquadre éprouve des besoins en eau, bois et provisions fraîches. J'espère trouver dans un gouvernement amical l'empire français toutes les facilités pour procurer ces objets aux vaisseaux. Une longue navigation a occasionné le scorbut pour les équipages; V. Ex. m'obligerait infiniment si elle voulait m'indiquer un lieu où je puisse débarquer les marins atteints de cette maladie.

« Je prie V. Ex. d'agréer l'assurance de ma haute reconnaissance —Jerome Bonaparte.

« A' S. Ex. Mr. le gouverneur à S. Salvador, »

O conde da Ponte prestou á esquadra os serviços que necessitava compatíveis com as circumstancias, e no dia 21 do mesmo mez de Abril sabio da Bahia por se achar não só reparada das avarias que tinha, como restabelecidos uns e melhorados outros os enfermos que trazia.

Sendo de muita importancia a presença da esquadra franceza no porto da Bahia, o conde deu parte disso ao visconde de Anadia, dizendo:

« No dia 1º do corrente mez de Abril se avistarão pelas vias da costa do norte tres embarcações de guerra; pelas 9 horas da manhã, e pela 1 hora depois do meio-dia se descobrirão mais quatro, conhecendo-se serem todas da nação franceza; mandei logo fazer a vela o bergantim a Condeza de Rezende, » que está ao serviço desta capitania, para reconhecer a sua força, e certificar-se do numero de vasos de que esta esquadra se compunha; porém antes que elle sahisse da barra chegou a este porto um escaier, no dia 2, pelas 11 horas do dia, com um official francez, trazendo o officio junto por copia n. 1, que me dirigia o principe Jeronymo Bonaparte, irmão de S. M. l'et Real o Imperador dos francezes, commandante da 2ª divisão da esquadra, a qual fundeu nesta bahia pelas 5 horas da tarde deste mesmo dia, salvando com 17 tiros, a que mandei responder, e constava de duas náos e uma fragata; respondi logo a este officio, como contém a copia n. 2; pela meia-noite entrou o brigue, e pela parte do commandante fiquei certo de que toda a esquadra era composta de seis náos de linha, uma de 90, duas

« Da preguiça ao grande mal  
Toda outros males se annexão.  
Que nos atrazão e vexão  
Neste século fatal;  
São elles: a Immoral  
Ambição, o luxo fútil,  
O gasto de stheio estófo,  
Tendo sigodão nós de sobra,  
E p'ra covar a obra  
« Ferrugem, formiga e mófo. »

de 44 e tres de 74, e uma fragata de 40, e que era dividida em duas divisões: a primeira de 4 náos, commandada por um contra-almirante, e a segunda de 2 náos e uma fragata, commandada por um chefe de divisão, a qual era a que tinha fandeado.

« No dia 3, pelas 11 horas da manhã, vieram a palacio quatro officiaes de marinha a fazer os seus cumprimentos, e me entregaram o officio que consta da copia n. 4, e eu igualmente tinha mandado dous dos meus ajudantes de ordens fazer a minha visita, e dirigi a Sua Alteza o officio da copia n. 3; pelas 2 horas da tarde fundearão as 4 náos da primeira divisão e salvarão com 21 tiros, a que igualmente mandei responder, e fiz comprehender ao chefe, fazendo-lhe constar que eu ficava na intelligencia de receber no seguinte dia, ao meio-dia, a sua visita e dos seus officiaes, que me fôra annunciada no officio que acabava de receber.

« No dia 4, ao meio-dia, desembarcárão o contra almirante e mais officiaes da esquadra do Sua Magestade no arsenal real da Ribeira, onde o esperavão dous ajudantes de ordens do governo e seges para o conduzirem a palacio; fiz a recepção com as formalidades com que o meu antecessor recebeu ao commandante e mais officiaes da esquadra ingleza; logo que sahirão de palacio fiz partir um ajudante de ordens com o officio da copia n. 5, communicando a Sua Alteza o motivo de o não ter visitado neste dia, e pedindo-lhe a hora das 11 da manhã do seguinte dia.

« O portador deste officio já o não achou a bordo, pois tinha desembarcado para o alojamento que lhe tinha destinado, onde ordenei que se estabelecesse um corpo de guarda do capitão, tenente e alferes, não duvidando que seria do agrado do Principe nosso senhor que eu praticasse os possiveis obsequios e officios demonstrações; pouco depois pelo seu ajudante de ordens me mandou pedir que mandasse retirar a guarda, agradecendo a minha attenção, e respondendo-me que ficava na intelligencia de receber a minha visita á hora annunciada.

« No dia 5, pelas 11 horas, com os meus ajudantes de ordens, fui comprehender S. A. Imperial, que me recebeu á porta da sala de visita, e nos sentámos no mesmo canapé, dando-me a direita; durou a conversação 3 quartos de hora, e fôrão della varios objectos a batalha de Austerlitz, esperanças da paz geral, fundadas nos successos do continente, a morte de Pitt, a sua frustrada expedição e expressões de agradecimento sobre as providencias que se tinham dado para prover a esquadra de Sua Magestade, falta de tudo e com 400 a 500 doentes; communicou-me que na altura das Canárias avistára uma esquadra ingleza, e que tinha evitado o combate pelo destino a que se dirigia, e que lhe constára que esta esquadra tinha tomado Tenerife; mandei neste mesmo dia annunciar a minha visita ao commandante da esquadra para o dia seguinte ao meio-dia.

« No dia 6, ao meio-dia, fui a bordo da capitanea, e fui recebido pelo contra-almirante com as attensões e formalidades usadas em semelhantes occasiões; nesta entrevista fui requerido pelo chefe da parte do seu soberano para emprestar das suas cofres o dinheiro preciso para o supprimento da esquadra, a que respondi que nos cofres não havia dinheiro, mas que o seu commissario talvez achasse negociantes que pudessem aprompar alguma quantia, com um interesse proporcionado ao incommodo que soffrisse, como tinha acontecido aos inglezes, e que eu responderia pelos preços dos generos que lhes seriam vendidos, sem alteração, pelos preços correntes na presente occasião; a esta resposta replicou que a sua entrada neste porto nunca poderia ter sido prevenida; portanto que lhe faltava o credito para negociar com a praça: respondi que o supprimento de uma esquadra em circumstancias de tal precisão já mais deixaria de ser abonado pela nação respectiva, uma vez que fosse acreditado pela assignatura do seu chefe, e que escolheria os negociantes capazes de tratarem sobre esta materia com o seu commissario.

« No dia 7 continuei a prover-se de agua com a maior actividade, não tendo até então o vento sul consentido atracarem as embarcações que a conduzião; os doentes estavam já arranjados, e lhes consenti que tivessem uma guarda sua dentro do hospital para a policia do mesmo; mas tinha com antecedencia mandado estabelecer uma guarda de dous inferiores e 20 soldados junto ao alojamento destinado para esse fim, que fiquei conservando.

« No dia 8 chamei cinco negociantes dos bem acreditados desta cidade, e propoz-lhes o quanto era conveniente aos interesses desta praça e ao soco desta colonia, e igualmente seria do agrado do Principe nosso senhor o prompto provimento desta esquadra, abbreviando a sua sahida deste porto; tive a satisfação de todos me responderem que em taes circumstancias concorrerão com a melhor vontade com o que elles pudessem e eu arbitrasse, sendo todos conformes com o meu arbitrio de se lhes venderem os generos pelos mais modicos preços correntes; nesta intelligencia mandei-os tratar com o commissario, para que, á vista do pedido e dos preços, se calculasse a quantia precisa, que seria emprestada com o premio de 20 %, conforme

se fez o emprestimo aos inglezes, passando-se letras sobre o thesouro do Imperio.

« No dia 9 nada se offereceu de notavel, e no dia 10 pareceu-me dever dirigir o officio da copia n. 6. Do dia 11 até o dia 13 nada houve que mereça mencionar-se, conservando-se tudo ao maior socego e quietação, e continuando com actividade o provimento das embarcações; o principe deu alguns passeios a cavallo, e eu dei as providencias que me parecerão necessarias em taes circumstancias, e que correspondêrão ás minhas esperanças.

« No dia 14, ao meio-dia, veio procurar-me um ajudante de ordens de S. A. Real, convidando-me para jantar com elle no seu alojamento; e permitta-me V. Ex. que eu introduza neste lugar o artigo que me esqueceu referir no dia 7, em que Sua Alteza veio fazer-me a sua visita, acompanhado dos officiaes da sua divisão; não podia escusar-me a um tal convite, vindo a receber um obsequio, que deveria ser o primeiro a fazê-lo ao palacio fora capaz, se pelo menos estivera ornado, e se não recebia adiantar um só passo no recebimento da esquadra franceza ao comportamento do meu antecessor com a esquadra ingleza.

« No dia 15 foi o jantar de S. A. I. e Real, e fôrão convidados os dous tenentes-coronets, donos da casa do seu alojamento, e suas mulheres, o intendente da marinha e sua mulher (com o motivo de fazerem companhia á condeza da Ponte), o chefe da esquadra e alguns outros commandantes, entre todos 13 pessoas, em que nada houve que mereça attenção.

« No dia 16 roguei a S. A. Imperial a vir jantar comigo no dia seguinte 17, assim como o chefe e mais commandantes das embarcações, convidando igualmente para lhe fazer companhia, além das pessoas que tinham asistido ao seu jantar, outras das primeiras e mais distinctas desta cidade, ao numero de trinta, para o jantar, e tudo o que havia de contemplação para o chá, em que lhe apresentei o melhor que havia de instrumental e cantoria, e Sua Alteza me fez presente da medalha gravada em Genova pela coroação de Bonaparte, como rei da Italia.

« O dia 18 nada offerece digno de attenção; e no dia 19, pelas 9 horas da noite, chegou uma vigia da costa do norte, dando a noticia de que ao meio-dia avistára uma grande embarcação na distancia desta cidade de 9 leguas, e que, vindo dar-me parte, avistára mais cinco na distancia de 4 leguas; julguei contrario á boa-fé da hospitalidade e mesmo ás leis da neutralidade guardar esta noticia, de cujo silencio poderia seguir-se algum funesto acontecimento pela proximidade da sahida desta esquadra, e deliberei dirigir a Sua Alteza o officio da copia n. 7.

« No dia 20 tinha Sua Alteza convidado as senhoras, que tinham jantado em sua casa, para verem a sua ná e almoçarem a bordo, e nessa mesma manhã dirigio a carta da copia n. 8, á qual respondi com o que consta da copia n. 9, pois as ordens que devia expedir, e o esperar a cada momento noticias da costa, me impossibilitavão de aceitar o convite, ao qual mandei a condeza da Ponte, e as mais senhoras e pessoas convidadas; mandei fazer á vela o bergantim, que sahio neste mesmo dia, e Sua Alteza veio a palacio com o commandante da esquadra e mais commandantes das náos, onde estiverão até ás 9 horas e meia da noite, e neste mesmo dia o contra-almirante me escreveu a carta da copia n. 10, a que respondi com a copia n. 12.

« No dia 21 pareceu-me dever concluir com toda a delicadeza o bom acolhimento desta esquadra, que da sua parte tinha tido com este governo toda a devida attenção e conservado a consideração que devia guardar, mas que muitas vezes tem sido alterado pelos chefes inglezes que aqui têm aportado, e fui pessoalmente a bordo das duas capitaneas e mandei o meu ajudante de ordens ás mais embarcações; pelas 4 horas da tarde se fizeram á vela, sahindo á barra ás 6 horas.

« Nesta noite, pelas 11 1/2 entrou o bergantim, e tendo cruzado no quadrante do noroeste, na distancia da costa 14 leguas, nada pôde descobrir, e pelo commandante soube que ás 8 1/2 da noite ficava a esquadra franceza duas leguas ao sul da costa e todas as embarcações á capa.

« Deus guarde a V. Ex. Bahia, 22 de Abril de 1806.—Ilm. e Exm. Sr. visconde de Anadia.—Conde da Ponte. x

O conde da Ponte, governador e capitão-general, quiz que o desembarque do principe Jeronymo Bonaparte fosse solemne, mandando arrumar a tropa; mas o principe, não desejando dar incommodos, desembarcou incognito, e foi se hospedar em casa de um parente nosso o brigadeiro Ignacio Accioli de Vasconcellos, que era ajudante de ordens do conde da Ponte, entendendo-se para este fim com Felisberto Caldeira Brant Pontes, que era casado com uma enteada do brigadeiro Accioli.

O conde da Ponte, que era homem energico, ficou

muito indignado por lhe não ter Accioli participado o que se passára, e por este motivo o mandou prender, do que resultou Accioli pedir ao principe que se empenhasse com o conde para lhe dar uma licença para ir a Lisboa, o que se verificou em 1806, gastando o brigadeiro Ignacio Accioli muito dinheiro com a viagem e estada na corte de Lisboa pela brilhante figura que fez nessa cidade.

O principe Jeronymo Bonaparte demorou-se na Bahia os dias precisos para refrescar e melhorar a saúde dos enfermos, e ao regressar dahi o vice-almirante mandou ao conde da Ponte os seus agradecimentos, concebidos nestes termos:

« A' bord du *Vétéran* en rade de S. Salvador, le 20 Avril 1806.

« Mr. le gouverneur.—Au moment de quitter un pays, où vous représentez votre souverain, il m'est infiniment agréable de vous exprimer le sentiment que m'a inspiré votre conduite à l'égard de l'escadre de S. M. I. et Royal. Dans la dépêche, que je viens d'avoir l'honneur de lui adresser, je n'ai point oublié de lui faire connaître l'empressement et les attentions que V. Ex. a mis à procurer à ses vaisseaux tout ce, dont ils pouvaient avoir besoin.

« Après vous avoir rendu cette justice auprès de mon souverain, permettez, Mr. le gouverneur que je vous témoigne mon obligation particulière pour les procédés aimables que j'ai reçus de vous. J'aimerais à en conserver toujours le souvenir et à saisir les occasions de les reconnaître.

« Je prie V. Ex. d'agréer l'assurance de ma considération très-distinguée.—Jérôme Bonaparte.

« A S. Ex. Mr. le gouverneur à S. Salvador. »

« A bord du vaisseau de S. M. I. et Royal le *Foudroyant* dans la baie de Tous les Saints, le 20 Avril 1806.

« Mr. le gouverneur.—Au moment de reprendre la mer je vous adresse mes remerciements pour le bon accueil qu'a reçu l'escadre de l'Empereur, mon maître, pendant sa relâche dans ce port.

« J'ai la satisfaction d'informer Sa Majesté que V. Ex. a constamment porté ses soins à m'aider de tous ses moyens. Je ne doute pas que ce compte ne lui soit très-agréable, et que vous n'acquiesiez par là un titre de plus à la bienveillance de votre souverain, ami de l'Empereur des français.

« Je sais cette circonstance avec grand plaisir pour vous réitérer les sentiments d'estime et de considération, que vous avez inspiré aux officiers supérieurs de l'escadre, et particulièrement au contre-amiral commandant en chef.

« Recevez l'assurance de ma reconnaissance.—Willamés. »

O principe Jeronymo, grato á esplendida hospedagem que recebeu, brindou ao nosso parente com um faqueiro de prata casquinha de ouro, o que os francezes chamão *vermeile*. Este faqueiro passou em herança á mulher do commandador Antonio Pedroso de Albuquerque.

Não contando o conde da Ponte com nova visita igual a que teve, eis que lhe surge dentro da barra no dia 28 do mesmo mez de Abril outra divisão franceza, commandada pelo capitão de mar e guerra Mr. l'Hermite, composta da não *Regulus*, e das fragatas *President*, commandada por Mr. la Brosse, *La Sybelle*, por Mr. Saisieu, da corveta *Favorite*, por Mr. de Marau l'Edmiel, e dos navios *l'Alerte*, por Mr. Pircau, e *Pluver* por Mr. l'Edran.

Esta divisão era um cruzeiro, que já tendo feito varias presas em navios inglezes, vinha refrescar, e chegando na Bahia, e precisando de dinheiro, propoz ao conde da Ponte a venda de duas embarca-

ções aprisionadas e dos pretos que trazia a bordo; não annuindo o conde á proposta quanto ás embarcações por ser contra os direitos das gentes, pois que os neutros não podem permittir a venda das presas, consentio na venda dos negros por lhe permittirem as leis.

Isso deu lugar a uma desagradavel polemica entre o indiscreto commandante e o conde da Ponte, que se terminou com a retirada daquelle no dia 1º de Junho. Eis como o conde da Ponte referio as circumstancias, que occorrêrão com a chegada desta esquadra, ao ministro Anadia:

« Illm. e Exm. Sr.—Talvez que V. Ex. não tenha ainda acabado de ler o officio que lhe dirigi, participando a sahida da esquadra franceza, commandada pelo contra-almirante Willaumés, quando neste sou obrigado novamente a dar parte a V. Ex. para que o ponha na presença de S. A. Real que no dia 28 de Abril passado se avistou e entrou neste porto a divisão franceza de uma não de 74, duas fragatas de 44 e tres corvetas, commandada pelo capitão de mar e guerra l'Hermite, que sahirão de L'Orient no mez de Outubro, e tem cruzado effectivamente na costa d'Africa, fazendo muitas e importantes presas: esta pequena divisão tem causado maior incommodo e motivado maiores questões que a esquadra que tinha sahido, como V. Ex. verá pela exposição que vou fazer.

« Logo que os fortes fizerão os signaes estabelecidos, confirmando as noticias que as vigias tinham anticipado, foi para a barra o patrão-mór, a quem compete o communicar e demarcar os lugares destinados para a ancoragem de las embarcações, e não obstante esta cautela uma das corvetas fez o excesso de querer passar para dentro do registro, o que só é permittido aos navios nacionaes, e fazendo-se, na conformidade das ordens, a primeira advertencia com um tiro sem bala, ao qual não attendeu, se derão primeiro e segundo tiros de bala, que a obrigáram a fundear; logo veio á terra um official saudar-me da parte do seu commandante, e annunciar-me a sua visita no dia seguinte a horas que eu quizesse; que foi a do meio-dia.

« Nesta primeira entrevista do dia 29 me fez o commandante duas representações: primeira que trazia duas navios, que pertencião ao Imperio, e que pela pouca gente que tinha não podia continuar na sua expedição, conservando-os na divisão, requerendo-me em nome de Sua Magestade o vendê-los neste porto; segunda que tinha pretos, cuja venda era indispensavel para poder supprir as grandes despesas que era obrigado a fazer para fornecer a divisão, que havia mais de seis mezes não tinha refrescado em porto algum: não lhe respondi, e lhe prometti que por escripto no seguinte dia lhe communicaria quanto me era concedido pelas ordens e leis do meu soberano sobre aquelles dois objectos.

« No dia 30 mandei fazer-lhe a minha visita e lhe crevi o officio junto por copia n. 1, em que o fazia certo de ser inteiramente contrario ás leis portuguezas o consentimento da venda das presas feitas a uma nação nossa alliada, e que, posto que elle me asseverava que estavam ao serviço do Imperio, comtudo eu não as podia considerar senão como presas, e, mesmo que o não fossem, nas nossas colonias não era permittida a venda de embarcações estrangeiras.

« Enquanto á venda dos pretos(\*), que a lei o permittia, visto ser fazenda pertencente áquellas embarcações, que, precisando de soccorros, não tinham dinheiros com que satisfizessem suas despesas, não me competindo a averiguação de onde erão provenientes las effectos, mas que pagarião direitos dobrados, e que nessa conformidade eu lhe mandaria a bordo negociantes capazes de tratarem esta negociação.

(\*) Erão 934 escravos, e importou a sua venda em 56:040\$ por ser cada um delles ajustado por 60\$000.



« No 1.º de Maio, pelas 10 horas da manhã, recebi o officio da copia n. 2, em resposta ao que eu lhe tinha dirigido no dia antecedente, por onde V. Ex. verá que elle cede com alguma repugnancia sobre a venda das embarcações e se dispõe á venda dos escravos, observando contudo que devemos só ficar sujeitos aos direitos simples, pretendendo esta distincção para navios de guerra; não repliquei, porque o negocio dos direitos era mais com os compradores do que com o vendedor, e tratei logo de escolher negociantes para tratarem sobre esta venda.

« Não pense V. Ex. que era do pouco momento a conclusão deste negocio, pois como desde o tempo que governou esta capitania o Marquez de Valença se extinguio a pratica constante, e pelas leis sem excepção recommendada, de pôr guardas a bordo de embarcações de guerra, sendo motivo do grande resentimento até o roubo-las com escaleras, eu considerava perdidos e extraviados os direitos destes escravos, conhecendo o quanto é facil ao contrabandista o illudir as disposições contra elle providenciadas, e com especialidade nestas costas, que em toda a sua extensão dão facil desembarque, e nesta desconfiança comecei a diligenciar a ultimação deste contrato, a qual effectuei, vencendo grandes difficuldades pela falta de união entre os negociantes desta praça e pouca pratica de tratar com pessoas de boa educação; porém concluí-se com o meu officio da copia n. 3 sem desgosto do commandante da divisão, posto que tivesse algumas questões, sendo o resultado a segurança dos reaes direitos, que a 20g por cabeça excedem á quantia de 18:000g, o ficarém pagos, sem risco da fazenda e vexame do povo, os generos de que indispensavelmente devião ser suppridos, e o augmento dos braços para a cultura da colonia por menor preço a favor dos lavradores, e sempre com vantagem dos negociantes que comprário, que forão Antonio da Silva Lisboa, que constitui caixa da negociação por ser negociante intelligente das linguas, pratico dos costumes mercantis em toda a Europa e ornado de qualidades que o distinguem da classe dos simples negociantes, Francisco Dias Coelho e Manoel José de Mello.

« Nada houve digno de attenção até o dia 4 em que desembarcário os escravos, precedendo a revista da sanidade a bordo das embarcações, e a conta da allandega do seu numero, para a responsabilidade dos reaes direitos; mas no dia 5 vi que uma das galeras da pretendida venda tinha passado para dentro da fortaleza do registro, o que não é permitido senão aos nossos navios o aos do commercio desta praça, e que não só não se tratava de a repôr na sua primeira amarração, mas pelo contrario começava a pôr-se em trajes de casa, arreando mastarões, desapparelhando, etc.; mandei ordem ao intendente que pelo patrão mór repetisse áquelle commandante qual era o lugar da sua ancoragem, e que não querendo vir tomar o seu ancoradouro o puxasse para elle com os batelões do arsenal, o que assim foi preciso fazer-se pela repugnancia que se encontrou na tripolação; porém pelas 3 horas da noite deste dia ficou no seu lugar.

« No dia 6, pela manhã, contra toda minha expectação, recebo o officio n. 4, em que V. Ex. verá a pouca delicadeza, e até falta de consideração ás leis do paiz, que elle já não ignorava a este respeito, com que o commandante insta pela permissão para a venda das embarcações e isenção dos direitos dobrados sobre os escravos vendidos, e como tudo que por mim fôr dito ou feito ha de ser presente a V. Ex., rometto igualmente a minha resposta, que consta da copia n. 5, a qual lhe dirigi no dia 7, pela manhã, guardando nestas respostas o mesmo intervallo que elle observava em responder aos meus officios.

« No dia 8 nada houve digno de attenção que mereça referir-se, e no dia 9 pela manhã veio o commandante a palacio, e dando algumas desculpas sobre as suas instancias me requeria que, visto achar se quasi prompto para fazer-se de vela, deixasse e consentisse eu entretanto sahir para o norte as embarcações que se achavão promptas a seguir viagem, ao que assenti até para ter um motivo mais pungente a obrigar-o a partir mais depressa, e que na realidade uma das embarcações estava incapaz de navegar, vindo a ser-lhe impossivel o conduzi-la, tornei a

repetir-lhe que elle já sabia quaes erão as ordens do paiz e que havia de obrar conforme a ellas.

« No dia 10 me constou pelo provedor da casa da casa da moeda que o commissario fazia diligencias para fundir barras de ouro que trazião, e lhe foi respondido pelo mesmo provedor que qualquer negociação com estrangeiros só se tratava por ordens e disposições do governo, a quem o seu commandante devia propôr quaesquer projectos que quizessem executar, e nada mais tem havido sobre esta materia.

« Até o dia 13 nada houve de consideração mais do que observar-se constantemente que elles tratavão de conduzir os viveres com muito pouca actividade, e na manhã desse dia entregara o commissario ao intendente da marinha uma nova lista para os supprimentos semanaes, o que me obrigou a ordenar-lhe que passasse a bordo da não, e da minha parte declarasse ao commandante que eu desejaria saber quaes erão os embarços que o obrigavão a demorar-se além do prazo de 15 dias, que elle me tinha declarado no seu primeiro officio, para que, á vista da sua resposta, eu pudessem-lhe todas as providências a poder dissolvê-los, e vocalmente me foi respondido que o restabelecimento de seus doentes e alguns arranjos interiores das embarcações o fazião demorar ainda 8 ou 10 dias.

« Tinha escripto o officio da copia n. 6, quando, pelas 8 horas da manhã do dia 14, veio a palacio o commandante, e me protestou que no dia 21 se fazia á vela; igualmente me repelia que elle tinha toda a autoridade para metter a pique ou queimar qualquer embarcação na sua expedição, mas que dentro de um porto só lhe restava abandoná-la ao mesmo porto; respondi que como elle era autorizado pelo seu soberano para se desfazer de quaesquer das embarcações do seu serviço, e a mim não era permitido o consentir-lhe vendê-las; restava o queimá-la, para o que, protestando elle por escripto a favor deste procedimento, eu ordenaria ao patrão-mór que, assignalando o lugar conveniente, a fizesse queimar. Para este fim dirigi ao intendente da marinha no dia 15 a carta por copia junta n. 11, e dava assim por concluidas todas as questões com este pouco polido commandante.

« No dia 16 nada houve, e na manhã do dia 17 deu-me parte o intendente da marinha de que o commandante não assignara o termo, e que me escreveria sobre esta materia, o que fez nesse mesmo dia, dirigindo-me o officio da copia n. 7, em que protesta a necessidade de abandonar aquella embarcação, declarando ser da divisão que commanda, e requer lugar para a queimar.

« Respondi no dia 18 com o officio da copia n. 8, e nella V. Ex. verá que eu resisto á pretensão intempestiva de prolongar a retenção dos navios que devião sahir há mais do 15 dias, e que tendo se demorado pelo receio dos argelinos, e depois pelas minhas ordens, em consequencia da sua representação, não podião impedir-se sem grave prejuizo do commercio e demora excessiva dos officios que eu devia dirigir.

« No dia 19 me dirigi o officio da copia n. 9 com alguma tenacidade que não me agradou, e ao não tivera tantos exemplos do moderantismo nos procedimentos dos meus predecessores nesse mesmo dia mandava fazer á vela os navios do commercio, e ordenava ao intendente que lhe fizesse conduzir para bordo todo o restante dos viveres que estivessem em terra, sem esperar que pelos francezes fossem exportados; mas respondi na conformidade da copia n. 10, forcejando por obrigar áquelle commandante a fixar um dia para a sua sahida.

« No dia 20 começou com effeito o máo tempo que esperava e recejava, e no dia 21 veio o commandante a palacio quasi assegurar-me que no sabbado se fazia á vela; e como nesse mesmo dia deve partir este navio concluo este officio até o dia de hoje, devendo instruir a V. Ex. do mais que occorrer até esse dia pelo primeiro navio que seguir viagem logo que esta divisão tiver sahido.

« Deos guarde a V. Ex. Bahia, 23 de Maio de 1806.— Ilm. e Exm. Sr. visconde de Anadia.— Conde da Barca. »

A quantidade de africanos na Bahia, como já dissemos, trazia de algum modo desinquieta a população da cidade, e o conde da Ponte, tendo denunciado que os *Ufás* pretendião insurgir-se no dia quinta-feira 28 de Maio de 1807, mandou cercar as immedições da cidade com tropa municiada de pólvora e bala para repelir qualquer attentado daquelles africanos, os quaes em grande numero accommettêrão a tropa, e, sendo batidos, forão chamados á obediencia, soffrendo muitos dos que forão presos a pena de morte na forca, depois de julgados pela relação, em virtude da carta régia de 6 de Outubro que manda julgar summariamente os escravos rebeldes.

Para manter a tranquillidade publica, mandou o conde da Ponte botar um bando por todas as ruas da cidade, annunciando que toda o escravo que fosse encontrado nas ruas depois das 9 horas da noite seria irremediavelmente castigado no pelourinho, com cento e cincoenta açoutes, o que se cumprio á risca.

Um escravo do conde, sendo preso depois dessa hora, em attenção ao governador, mandou-se-lhe dar parte; mas elle determinou que fosse castigado como outro qualquer, visto que a ordem não exceptuava a ninguém. Com esta medida socegarão os pretos, e se não fallou mais em *banzés*.

Já vimos o que praticou o conde da Ponte no recebimento do Principe Regente, da rainha e mais pessoas de sua familia, e nos passando pela memoria mencionar algumas particularidades, recorda-nos agora que, occupando parte da familia real a casa da relação, foi esse tribunal funcionar no paço do senado da camara, e o seu archivo mudado para o consistorio ou secretaria da ordem terceira de S. Domingos de Gusmão, sita ao Terreiro de Jesus, onde se conservou até o dia 29 de Junho de 1809, e em consequencia dessa rapida mudança, perdêrão-se muitos papeis e documentos de muita importancia.

Como se interessava muito o conde pelo bem publico, logo que recebeu a carta régia de 27 de Novembro de 1809, promoveu o incremento das salinas de Sergipe. Em sua administração formáram-se as companhias de seguro, uma chamada —Boa-fé—e outra denominada—Conceito publico—sendo a primeira approvada pela carta régia de 9 de Junho, e a segunda pela de 24 de Outubro.

Por muitos annos viveu em um dos arrabaldes da cidade da Bahia, conhecida pela denominação de—Cabula—uma parda chamada Nicacia, que se empregava no exercicio da magica infernal, e tão celebre se tinha tornado por suas diabruras e sortilegios, que o povo supersticioso corria á sua casa em busca dos meios de adquirir fortuna ou conseguir intentos; e como semelhante profissão era prohibida pelas leis e pela religião christã, e pelo bom senso, o conde da Ponte, para acabar com o escandalo, mandou prender a feiticeira Nicacia, vindo ella sentada em seu carrinho, por ser aleijada, e onde constantemente permanecia, fazendo deste modo a sua entrada na cidade no meio de muito povo, que a contemplava com admiração.

A feiticeira Nicacia, depois de algum tempo de prisão, falleceu no dia segunda-feira 14 de Março de 1807.

No dia 3 de Janeiro de 1809, teve o conde da Ponte denuncia que na vespéra, quarta-feira 4 de Junho, se tinham insurgido outra vez os escravos

da nação *Ufa*, e já tinham feito muitos estragos pelos caminhos das boiadas, queimando casas e matando a seus moradores, além das pessoas que encontravão nos caminhos, sendo o numero dos insurgentes para mais de trezentos. Para os destruir mandou o conde da Ponte uma força de linha, que os alcançou a tres leguas distante da capital, onde forão batidos e aprisionados trinta, além dos feridos, pela grande resistencia que fizeram, e da mesma fórma nos mais dias que se seguirão.

Retirando-se os negros para o riacho da Prata, nove leguas distante da cidade,ahi se fortificárão; mas, não obstante isto, forão completamente batidos pela força de linha que os perseguia.

Soubese depois que esse levante de africanos era o resultado de combinações delles com os do reconavo, porque muitos escravos de Nazareth das Farinhas e de Jaguaripe, desde o dia 14 de Dezembro de 1808, tinham fugido das fazendas e casas de seus senhores para se reunirem aos insurgentes.

O conde da Ponte deu ordem que os que se não quizessem entregar á prisão fossem mortos para exemplo. Depois de castigados os africanos se conservárão em prisões, e o conde da Ponte os empregou acorrentados no serviço do desentulho da praça da Quitanda de S. Bento, onde se estava edificando o theatro de S. João.

O conde da Ponte, para construção do theatro, promoveu uma subscrição, que montou a 37:000\$, e não podendo arrecadar mais que 18:880\$ para se acabar o edificio, solicitou e obteve por carta régia de 27 de Janeiro de 1809 a permissão de uma loteria por espaço de seis annos.

Quando tão bons serviços prestava á capitania da Bahia, foi accommettido pela morte no dia quinta-feira 4 de Maio de 1809, na mesma casa junto ao passeio publico, onde falleceu o duque de Cadaval, sendo o seu cadaver, com grande acompanhamento, depositado no dia 5 no convento da Piedade, aonde depois das solemnidades religiosas foi sepultado.

#### A BAHIA PASSA A SER GOVERNADA POR UMA ADMINISTRAÇÃO TRINA

Morto o governador e capitão-general conde da Ponte cumpria pôr-se em pratica a ordem régia de 12 de Dezembro de 1770, que determina o modo de successão dos governadores, no caso de morte ou outro impedimento imprevisto, e em vista do alvará citado assumirão a administração e governo da capitania o arcebispo D. Fr. José de Santa Escholastica, o chanceller da relação Antonio Luiz Pereira da Cunha e o marechal de campo João Baptista Vieira Godinho, os quaes, convencidos das necessidades publicas, combinarão em crear sobre o casco do 2º regimento de caçadores a pé a legião de caçadores a pé e a cavallo, em vista da carta régia de 31 de Agosto de 1809.

Foi este governo trino que mandou edificar o quartel de cavallaria nos antigos armazens, na praia denominada Agua de Meninos, para onde mudou o esquadrão do mesmo nome, que se achava aquartelado no sitio, conhecido pela denominação de—Tororó—desde que se organisou por aviso de 13 de Agosto de 1799, mandado a D. Fernando José de Portugal.

O arraial de Calité foi elevado á categoria de villa, e se creárão juizes de fóra para as villas de

Santo Amaro da Purificação, Maragogipe e rio de Contas, em attenção ao alvará de 15 de Janeiro de 1810, e se reuniu por outro alvará de 19 de Março deste mesmo anno a ouvidoria da villa de Ilhéos á conservatoria das matas desta importante comarca, que até essa data permanecia separada e distinctas as suas jurisdicções.

OS LAVRADORES E ENROLADORES DE TABACO DA VILLA DA CACHOEIRA (HOJE CIDADE), NA CAPITANIA DA BAHIA, OFFERECERAM DONATIVOS PECUNIARIOS PARA SOCCORRER PORTUGAL.

O juiz de fóra da Cachoeira José Raymundo de Passos de Porem Barbosa, movido dos sentimentos patrióticos que possuía, convidou aos habitantes da villa da Cachoeira, na capitania da Bahia, a contribuírem com o que quizessem para socorrer a metropole portugueza, e achando geral acolhimento a sua idéa principiou elle por ceder os ordenados, que lhe devia a fazenda real do anno de 1808 e os de 1809, para aquelle fim.

Seguiu-se Antonio João Bello, rico proprietario, subcrevendo com a quantia de 400\$; e os lavradores e enroladores de tabaco, não só da villa, como do seu termo, offerecerão para socorro, por intermedio do mencionado juiz de fóra, a quantia que rendesse do tabaco, avaliado cada rolo em 600 réis tendo isto principio em Janeiro de 1808 enquanto durasse a guerra, contando-se de oito a nove mil rolos de tabaco, termo médio, das safras do districto da Cachoeira.

Esta offerta, tão voluntariamente feita em proveito dos habitantes de Portugal, foi louvada e agradecida por Sua Alteza em carta de 20 de Dezembro de 1808, escripta ao referido juiz de fóra, não só por ter sido promovido por elle aquelle valioso donativo, como pela offerta dos seus ordenados. Sua Alteza, em seu real nome, mandou agradecer a todos os lavradores do municipio da Cachoeira, que se distinguirão com os seus donativos para um fim tão nobre e humanitario.

NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 1809 ABRIU-SE A BIBLIOTHECA DOS GUARDAS-MARINHAS NO RIO DE JANEIRO

No dia 16 de Dezembro de 1808 foi aberta a bibliotheca da companhia dos guardas-marinhas no Rio de Janeiro, e franqueada aos estudiosos (onde tambem forão depositados os escriptos maritimos) desde as 8 horas da manhã ás 2 da tarde, com excepção dos dias santificados e dos domingos, e dias dos santos dos nomes e annos de Sua Magestade e dos Principes Reaes, desde o domingo da quinquagesima até a quarta-feira de cinza, desde a quarta-feira santa até a segunda dos Prazeres.

Nos tempos não prohibidos poderiam concorrer a utilisar-se da bibliotheca os officiaes de marinha que se apresentassem vestidos na fórma da ordem, e os professores da real academia dos guardas-marinhas.

Creada a bibliotheca, o commandante da companhia dos guardas-marinhas propôz aos seus collegas e camaradas, zelosos pelo bem do Estado e da marinha, a concorrerem com elle á bibliotheca em to-

das as noites dos primeiros dias activos de cada semana, para juntos conferenciarem uma obra, que, desempenhando o titulo *Bibliotheca official de mar e guerra*, viesse por um lado a economisar tempo e despezas, talvez superiores ás forças dos soldos militares, offerecendo por outro lado reunidos em breve quadro, na linguagem portugueza e com a melhor deducção, todos os conhecimentos que o official de marinha deve possuir a fazê-los perfeitos na sua profissão.

Com a abertura da bibliotheca da marinha tiveram os estudiosos os recursos que desejavão, e o Brasil mais uma instituição que necessitava. O decreto da sua criação foi publicado nos seguintes termos:

« Tendo consideração a que deve concorrer muito para o augmento e perfeição da minha real marinha o estabelecimento de um deposito dos escriptos maritimos dos autores portuguezes, os quaes, não só pelas suas doutrinas, mas ainda pelos seus exemplos, são bem capazes de adiantar por uma parte os necessarios conhecimentos da navegação, e por outra parte de promover aquelle espirito de patriotismo, que os fez tão benemeritos e recommendaveis á posteridade: hei por bem crear uma bibliotheca para uso dos guardas-marinhas da minha armada real, debaixo da inspecção do respectivo commandante, na qual se recolhão todos os escriptos maritimos que existirem dos autores portuguezes, tanto manuscriptos, como impressos, ficando o dito commandante autorizado para os solicitar dentro e fóra do reino pelos meios que julgar proprios, e para fazer as despezas que se precisarem neste importante objecto pelo cofre das multas da companhia dos mesmos guardas-marinhas, conforme as instrucções que eu fór servido participar-lhe pelo meu conselheiro e ministro de Estado, presidente do conselho do almirantado, devendo para mais facil execução do que tenho determinado fazer-se publico que todas as pessoas que possuirem alguns dos referidos escriptos, e os quizerem doar ou vender á bibliotheca, os apresentem ao seu inspector, de quem receberão o certificado da sua doação ou o preço da venda que estipularem, na intelligencia de que todos são obrigados a communicar qualquer obra de semelhante natureza para que ao menos se possam extrahir os exemplares necessarios a um estabelecimento em que o real serviço e o bem publico interessão.

« O conselho do almirantado o tenha assim entendido e faça executar. Palacio de Queluz, em 1º de Abril de 1802. — Com a rubrica do Principe Regente, nosso senhor. »

« Ultimamente, sendo indubitavel que a sciencia é a luz do mundo intellectual ou racional, e que para o progresso della deve concorrer grandemente, no estado actual dos conhecimentos humanos, a composição de obras, que, recopilando com systema o que se acha diffundido pelos multiplicados escriptos de cada profissão, reduza ao mais breve tratado o corpo da doutrina que na realidade merecer a nossa attenção naquella profissão, o commandante da companhia dos guardas-marinhas tem a honra de propôr aos seus collegas e camaradas zelosos pelo bem do Estado e da marinha, que queirão concorrer com elle na bibliotheca respectiva em todas as noites dos primeiros dias activos de cada semana para que juntos fação ao Estado lusitano um essencialissimo serviço, que talvez não poderiam prestar-lhe separados, o qual consistirá em se coadjuvarem mutuamente para virem a effectuar a composição de uma obra, que desempenhando o titulo *Bibliotheca official de mar e guerra*, venha por um lado a economisar tempo e despeza, talvez superiores ás forças dos soldos militares, offerecendo por outro lado, reunidos em breve quadro, na nossa linguagem e com a melhor deducção, todos os conhecimentos que os nossos camaradas devem possuir para que possam ser officiaes perfeitos. »

A TYRANNIA FEITA A' INTELLIGENCIA E' TRANSPLANTADA  
PARA O BRASIL E NELLE EXPIRA

Embora se tivesse creado a imprensa no Brasil o seu instituto era limitado, e se não queria a liberdade do pensamento para se não retrogradar da marcha compressiva dos tempos coloniaes, e para isto em 14 de Outubro de 1808 appareceu a seguinte provisão :

« D. João, por graça de Deos, etc., mando a vós juiz da alfândega da cidade, que, pondo em inteira observancia a minha lei de 16 de Dezembro de 1794, e as mais leis e ordens que ella manda aguardar, não admittaes a despacho livros nem papeis alguns impressos, que nessa alfândega entrarem, sem que se vos apresente licença da mesa do desembargo do paço do Brasil.

« E outrossim ordeno que me remettais por mão do meu escrivão da camara, que esta fez escrever, uma relação exacta dos livros e papeis que neste presente anno tiverem sahido, e que na conformidade das ditas minhas ordens devão ter licença.

« O Principe Regente, nosso senhor, o mandou pelos seus ministros abaixo-assignados, do seu conselho, e seus desembargadores do paço. Joaquim José da Silva a fez no Rio de Janeiro a 14 de Outubro de 1808. Joaquim José de Souza Lobato a fez escrever.—José Pedro Machado Coelho Torres.—José de Oliveira Pinto Botelho e Mosqueira. »

A inspecção desta provisão era rigorosa, e tudo se executava de conformidade com ella; porém receiando-se que o espirito de partido ou innovações pudessem contravir-lhe, não se contentarão com isto sómente, e incumbio-se a policia de vigiar a respeito, constituindo-se em legisladora, arbitrando multas e perseguindo aos importadores de livros que não fossem sujeitos ás determinações do governo, e para o que se fez publicar o edital que aqui copiamos, para se poder ajuizar dos esforços que se empregavam afim de que as luzes não se difundissem no Brasil.

Mas, como quasi sempre as medidas abusivas e tyrannicas, principalmente as feitas á intelligencia, por si mesmas se destroem, estas foram cahindo em desuso e por fim expirarão de todo. Eis o edital :

« Paulo Fernandes Vianna, do conselho de S. A. Real, fidalgo cavalleiro da sua real casa, professo na ordem de Christo, desembargador do paço e intendente-geral de policia da corte e Estado do Brasil, etc., faço saber aos que o presente edital virem que, importando muito á vigilancia da policia que cheguem ao seu conhecimento todos os avisos e noticias impressas, que se affixão ao publico acerca de livros e obras estrangeiras que se procurão divulgar, muitas vezes sem procurarem a approvação das autoridades, a quem o Principe Regente, nosso senhor, tem confiado esta particular inspecção, fica de hoje em diante prohibida a liberdade que se tem arrogado abusivamente os que fazem semelhantes publicações, e todos os que tiverem de dar noticias de obras e escriptos estrangeiros, impressos ou não impressos, deverão primeiro trazer estes avisos ou annuncios á secretaria da intendencia geral da policia, para nella serem vistos e examinados, e se lhes permittir esta liberdade, e conhecer-se se têm ou não obtido a approvação indispensavelmente necessaria; e os que o contrario fizerem, ou sejam nacionaes ou estrangeiros, serão presos na cadeia publica, e pagarão de pena 200\$, além das mais que se impoem aos que procurarem quebrantar a segurança publica, para o que haverá inquerição aberta em que se conheça dos transgressores, e se admitirão denuncias em segredo. Rio de Janeiro, 30 de Maio do 1809.—Paulo Fernandes Vianna. »

MINISTERIO DE 23 DE JUNHO DE 1817 A 1821.—CONDE DA BARCA ANTONIO DE ARAUJO DE ABEVEDO.—JOÃO PAULO BEZERRA.—D. MARCOS DE NORONHA E BRITO, CONDE DOS ARCOS.—THOMAS ANTONIO DE VILLANOVA PORTUGAL, CONDE DE PALMELLA (DEPOIS DUQUE).

Conde da Barca.

O conde da Barca foi o celebre ministro de 1807 que muito concorreu para a trasladação da corte portugueza para o Brasil, e a respeito de quem largamente fallámos no tomo 1º da 2ª parte da *Chorographia Historica*, e aquelle com quem se entendeu sobre as aguas do Tejo o ministro lord Strangfort para a abertura dos portos do Brasil ao commercio inglez.

Era um varão muito instruido e protector das letras, merecendo do famoso padre Francisco Manoel do Nascimento, conhecido na arcadia portugueza por Filinto Elysio, os mais sinceros elogios. A nomeação do conde da Barca para o ministerio em substituição ao marquez de Aguiar foi mal recebida pelo ministro inglez lord Strangfort, chegando a manifestação da opposição e audacia a tal ponto, que o Principe Regente pediu a sua retirada da corte do Rio de Janeiro, o que se verificou(\*).

(\*) Dissemos que lord Strangfort muito se oppoz a que fosse chamado Antonio de Araujo, conde da Barca, para o ministerio, o que teve lugar por decreto de 11 de Fevereiro de 1814, entrando elle para a pasta da marinha e dominios ultramarinos. Em consequencia disto foi que o Principe Regente se dirigio ao rei de Inglaterra, queixando-se do seu representante no Rio de Janeiro pelo modo seguinte :

*Documento reservado e importantissimo pelo qual o Principe Regente se queixa a el-rei de Inglaterra de lord Strangfort.—Carta de S. A. Real o Principe Regente de Portugal, depois o Sr. D. João VI, a S. A. Real o Principe Regente da Grã-Bretanha, depois Jorge IV.*

« Senhor meu bom irmão e primo.—O meu coração está verdadeiramente penalsado do dever, que me impõe a minha dignidade soberana, de levar ao conhecimento de Vossa Alteza Real factos de que poderia resultar algum desgosto, se não existissem entre nós ligações tão amigaveis e politicas

« Desde que lord Strangfort reside junto de mim, na qualidade de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, nunca cessei de o tratar com muita distincção e polidez, o que causava ciume aos membros do corpo diplomatico; fallava-lhe a toda a hora, em que desejava tratar comigo de negocios; morava no meu palacio do campo, e eu prestava toda a attenção ás pretensões de diversos meus subditos que protegia. A experiencia mostrou-me ha tempos, que elle abusava desta confiança, quer com discursos indecentes e escandalosos, que proferia sobre a sua influencia no governo, quer lomando a liberdade de usar de phrases injurias contra alguns dos meus primeiros magistrados, e outros empregados: quer emfim, desculpando-se algumas vezes, sob pretexto de indisposição de saude, de ir á corte nos dias mais celebres; ao mesmo tempo que apparecia na cidade, para tornar visivel a sua pouca attenção. Nada iguala porém as expressões, que lord Strangfort ousou proferir perante mim, por causa da nomeação que acabo de fazer de um ministro de estado.

« Pelo fallecimento do conde das Galvêas, eu disse a lord Strangfort que podia dirigir-se ao marquez de Aguiar, porque o encarregaria interinamente e por pouco tempo



Desde que o conde da Barca deixou de ser secretario privado de el-rei D. José I, foi empregado no governo da Sra. D. Maria I, na diplomacia, na Allemanha, em Inglaterra e França, assistindo á morte do desventurado Luiz XVI, e de volta para Lisboa das suas commissões diplomaticas foi occupar o lugar de ministro de Estado, e no Rio de Janeiro se constituiu um verdadeiro amigo do Brasil, porque foi elle quem aconselhou a carta de lei de 16 de Dezembro de 1815 que elevou o Brasil a reino, e fez vir de Portugal em 1816 a divisão dos voluntarios reaes de 4.000 homens de tropa, escolhidos, commandada pelo illustre general Carlos Frederico Lecor, depois visconde da Laguna, que tomou Montevideo e livrou a provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul das continuadas depredações do celebre Artigas.

Foi o conde da Barca quem redigiu as instrucções para os plenipotenciarios portuguezes no congresso de Vienna, os quaes negociarão os tratados de 21 e 22 de Janeiro de 1815, obrigando-se a Grã-Bretanha pelo primeiro tratado a pagar a somma de

300.000 libras esterlinas para satisfazer as reclamações feitas dos navios portuguezes, apresados por cruzadores inglezes antes do 1º de Junho de 1814, pelo motivo allegado de fazerem o commercio illicito de escravos, e pelo segundo prohibindo-se a todo o qualquer vassallo da corôa de Portugal o comprar escravos e traficar nelles em qualquer parte da costa d'Africa, ao norte do equador, de baixo de qualquer pretexto e por qualquer modo que fosse.

Rebentando neste tempo a revolução de 6 de Março de 1817 em Pernambuco, o conde da Barca não tardou em apromptar uma divisão de tropas, commandada pelo habil general Luiz do Rego Barreto, a qual quando chegou á capital do Recife achou já a revolução acabada pelas acertadas providencias dadas pelo benemerito conde dos Arcos, que então governava a Bahia.

Desejando o conde da Barca que no Brasil prosperassem as bellas-artistas, mandou convidar ao sabio secretario do instituto de França Mr. Lebreton, o qual veio acompanhado de distinctos professores de pintura e escultura, e creárão a academia que actualmente existe, d'onde tem sahido artistas eminentes, como referiremos quando tratarmos da mencionada academia.

O conde da Barca, já muito valetudinario, succumbio no dia 21 de Junho de 1817 a uma febre nervosa em sua casa no Engenho-Velho, e foi sepultado na igreja de S. Francisco de Paula, tendo de idade 65 annos, um mez e 7 dias.

O conde da Barca, exccendo tantos empregos na monarchia, morreu pobre e individado, não tendo de seu mais que a sua copiosa livraria e bellos quadros de pinturas, que foram vendidos para pagar a seus credores.

*João Paulo Bezerra.*

Ao conde da Barca succedeu João Paulo Bezerra por decreto de 23 de Junho de 1817 na pasta da fazenda e interinamente na dos negocios estrangeiros e da guerra.

João Paulo Bezerra tinha antes exercido com distincção empregos de diplomacia, como enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto aos governos dos Estados-Unidos, da republica hollandeza e do Imperador da Russia; e quando chamado para o Rio de Janeiro, logo em seguida á sua apresentação, foi no dia 23 de Junho nomeado para o ministerio que exerceu por tão pouco tempo, que não teve occasião de servir ao Brasil, porque falleceu no dia 29 de Novembro de 1817 de uma apoplexia, na idade de 71 annos, 5 mezes e 2 dias, sendo sepultado no dia 30 no convento de Santo Antonio, com todas as honras devidas á sua posição social.

*Conde dos Arcos.*

D. Marcos de Noronha e Brito, 8º conde dos Arcos, foi um dos maiores vultos que figurou nos destinos do Brasil. Tendo adquirido um nome distincto no governo do Pará, veio governar o Rio de Janeiro como vice-rei, succedendo a D. Fernando José de Portugal, tendo sido elle quem entregou o governo do Brasil ao Principe Regente de Portugal no dia 7 de Março de 1808.

Por motivos, que em lugar competente diremos,

da repartição dos negocios estrangeiros, como fôra o conde das Galveas. Achando-se o meu ministerio reduzido á este unico ministro, quiz igualmente nomear interinamente na repartição dos negocios estrangeiros e da guerra, o conselheiro do estado Araujo, que sempre convoquei para as sessões deste conselho, desde que estou no Brasil, não só porque não tinha outro aqui em estado de desempenhar este lugar importante, mas tambem porque sendo o seu merecimento geralmente reconhecido, nunca encontrei nelle (apesar de que houve uma época, em que foi tão calumniado, quanto innocente) senão sentimentos de honra e de lealdade, e principios politicos de adhesão a feliz alliança, que ha muito tempo existe entre as nossas duas corôas.

« Quiz dar a Vossa Alteza Real, communicando ao seu ministro a minha intenção sobre este objecto, uma prova mais de consideração para com Vossa Alteza Real. Lord Strangford oppoz-se a esta nomeação, apesar de recordar-lhe, que elle mesmo havia ha muito declarado que o governo de Vossa Alteza Real, não tinha mais opinião má sobre o caracter e comportamento de Araujo, e conversamos a este respeito alguns dias. Elle então asseverou-me que tinha antigas instrucções, que lhe prohibião tratar com Araujo, e blazonava meo desta opposição nas sociedades. Tomei pois a resolução de empregar Araujo no ministerio da marinha e colonias. Logo que lord Strangford teve conhecimento desta nomeação, apresentou-se-me, e com um ar fôra de toda a decencia, disse-me que ia dar parte á sua côrte desta noticia, e que contribuiria, quanto podesse, para que Vossa Alteza Real rompesse todos os vinculos de amizade comigo; que em seis mezes não haveria mais do que um consul britânico aqui, e que não me entregaria mais uma carta de Vossa Alteza Real, que me annunciára. Acrescentou emfim, que Araujo, amigo do marquez de Aguiar, teria toda influencia nos negocios politicos. Respondi que toda a resolução suprema me pertencia, assim como a escolha dos meus ministros, e que o seu comportamento e expressões atacavão os direitos da minha soberania; e confesso a Vossa Alteza Real que custou-me a reprimir a indignação.

« Peço pois a vossa alteza real uma satisfação correspondente a este insulto, para que a harmonia que reina entre nós, e que tenho tido sempre a peito conservar não se perturbe.

« Peço a Vossa Alteza Real, que esteja bem persuadido da alta estima e do affecto o mais inviolavel, com que sou, Senhor, meu irmão e primo (assignado).—João.

« Santa Cruz, 20 de Fevereiro de 1814. »

foi nomeado em 30 de Outubro de 1810 para governar a Bahia, e logo que alli chegou fez abrir a aula publica do commercio, creada por alvará de 15 de Julho de 1803; estabeleceu a fundição militar, e por aviso de 15 de Julho de 1811 lhe foi agradecido a remessa que fez para a côrte das primeiras bombas alli fundidas; creou um regimento de milicias nas villas de Valença e Cayrú, dous na comarca de Sergipe de El-Rei; promoveu a navegação fluvial do Belmonte ou Jequitinhonha fundou destacamentos para impedirem as aggressões dos gentios; fez abrir estradas para facilitar o commercio das comarcas do sul com as de Minas-Geraes; mandou crear a cadeira de grammatica latina em Valença em 23 de Junho de 1811, que foi transferida para a villa de Cayrú, e muitas de primeiras letras, e mesmo do latim, para differentes villas e povoados da provincia; promoveu o apparecimento da arte typographica, obtendo a autorisação pela carta régia de 5 de Janeiro de 1811, começando pela gazeta *Idade de Ouro*.

Auxiliado de pessoas notaveis fundou a bibliotheca publica, cuja idéa partio do prestante coronel Pedro Gomes Ferrão no dia 13 de Maio de 1811, contendo até o dia 8 de Setembro de 1862 16.000 volumes de obras excellentes, e algumas de subido valor pela sua raridade, dando o conde dos Arcos para a mesma bibliotheca annualmente, enquanto alli esteve, 64\$; fez acabar o theatro de S. João e abrio-lo no dia 13 de Maio de 1812 com a representação do drama *A Escosseza*; fez o reducto de Jequitaita; fez o caes da alfandega; abrio a estrada do Rio-Vermelho para a de S. Pedro, fazendo trabalhar nella mais de 300 forçados; creou uma companhia de voluntarios milicianos, a que deu o nome de—guarda-costas do principe D. Pedro—da qual era elle o chefe; creou um correio terrestre para o Maranhão, que foi approvado pelo governo real por aviso de 18 de Setembro de 1813; cuidou do aforoseamento da cidade, acabando com o uso das rotulas nas janellas das casas, já exigido em 16 de Setembro de 1809, e mandado por em execução por aviso de 15 de Dezembro de 1810.

Chovendo continuamente por 45 dias na cidade da Bahia no anno de 1813, e por volta de 1 hora e meia da tarde cabindo uma muralha do cume da montanha, no lugar da Cruz do Pascoal, sobre os trapiches do Pilar, o conde dos Arcos deu tão promptas e acertadas providencias, que salvou muitas vidas e fortunas que tinham ficado sob as ruinas, e por esse motivo determinou se reedificassem as casas do noviciado para as sessões do governo, junta da fazenda, relação, camara, etc., não só para accommodar as repartições, como para animar as novas edificações e espaçamento da cidade, o que tudo foi approvado pelo governo do Principe Regente.

Mandou fundar uma casa que servisse de praça do commercio, solicitando em 12 de Abril de 1811 permissão para se construir o edificio no terreno que sobrava da bateria de S. Fernando, e concedida em aviso de 10 de Maio lançou o conde dos Arcos a primeira pedra do edificio a 16 de Dezembro de 1814, em cuja noite deu o commercio um esplendido baile, importando a obra em 60:000\$, que foi toda á custa do commercio, dando o conde dous pedreiros, um carapina, além de 200\$; fez o passeio publico, e no meio levantou-se em 23 de Janeiro de 1815 a famosa pyramide, em memoria do

desembarque da familia real na cidade da Bahia, feito á custa da camara.

Com a elevação do Brasil a reino pela carta de lei de 10 de Dezembro de 1813 deu o conde dos Arcos as mais evidentes provas de regozijo, porque elle afagava a idéa da sua independencia; protegeu a colonisação e a agricultura; em 1816 deu começo á abertura do canal, chamado do Papagaio, a sahir na praia de Jequitaita, para facilitar a navegação dos barcos do interior ou do reconcavo.

No dia quarta-feira 16 de Janeiro de 1817 deu começo ás primeiras operações da caixa filial do banco do Brasil, creada por lei de 16 de Fevereiro de 1816, tendo lugar no dia terça-feira 28 do mesmo mez a abertura solemne da praça do commercio, offerecendo o corpo commercial da Bahia ao conde dos Arcos uma espada no valor de 1:400\$, feita em Londres, collocando-se no dia 6 de Outubro o retrato do conde, em corpo inteiro, na casa da praça do commercio.

Chegando no dia 15 de Março, trazida por uma embarcação a noticia da revolução de 6 de Março de 1817, em Pernambuco, para mudar a fôrma do governo, e que tinha ramificações com a Bahia e outras provincias, o que se verificou com a inesperada presença do padre José Ignacio Roma no dia 23 de Março, o qual, vindo em uma jangada a propagar a revolução, foi immediatamente preso pelo cabo de policia Simplicio Manoel da Costa; e seiente de tudo o conde, não querendo comprometter todos os indigitados, lançou mão de medidas violentas para evitar maiores males.

A prisão do padre Roma deu-se por que o jangadeiro, em vez de entrar em algum porto perto de Itapoan ou mesmo no Rio-Vermelho, puxou mais para diante, e principiou a bordejar em frente da barra, e por fim, á noite, fundeando entre as duas fortalezas de S. Diogo e Santa Maria, mandou um homem á terra comprar na taverna do dito Simplicio, que era o inspector daquelle lugar; e este, desconfiando, lhe perguntou o que trazia a jangada, ao que lhe respondeu o jangadeiro que trazia côcos; e indo Simplicio examinar os generos, porque negociava em molhados, em vez de côcos encontrou o padre Roma e o filho, e os conduziu para a cidade, e chegando Simplicio com o padre Roma e o filho, e outros, pelo forte de S. Pedro, encontrou a escolta mandada pelo conde dos Arcos, que receberam os presos.

Os jangadeiros forão tambem presos, escapando um que se não soube mais noticia delle. Em consequencia desta prisão fizeram na Bahia muitas poesias e d'entre ellas nos recorda um *Pelo signal* e um *Padre-nosso* ao conde dos Arcos, e ao cabo Simplicio fizeram um *Pelo signal da santa cruz*. O do conde dos Arcos é do modo seguinte:

« Na barra foi que se vio  
A jangada bordejando.  
Como se estivesse esperando  
Pelo signal.

« Foi o Simplicio fiscal  
Em ir ao padre prender,  
Vindo cavalheiro ser  
Da Santa-Cruz.

« Para o palacio o conduz,  
Vindo de traição aos seus:  
Dos falsos pernambucanos  
Livre-nos Deus.

« Foi preso o padre e os seus,  
O que fôr justo direi,  
Por se levantar contra o rei  
Nosso senhor.

« Estão justiça destroça  
Dos falsos pernambucanos,  
Que sempre são dos bahianos  
Inimigos.

« Se entráreo no perigo  
Os jagadeiros culpados  
E' porque forão chamados  
Em nome do padre.

« O doutor, para que guarde  
A todos no pensamento,  
Disse que veio ao livramento  
Do filho.

« Cercada de maravilhas  
De conselhos obrigado,  
Como se fôra ditado  
Do Espirito-Santo.

« Como se oppôz abateu-se;  
A vil culpa nos contém:  
Elles nos sirvão de exemplo  
Para sempre, amen. »

Tambem fizeram um *Padre-nosso* ao conde dos Arcos, que por não o termos já todo de cór apenas memoraremos o seguinte:

« Excellentíssimo conde  
De mais alta fidalguia,  
Viemos ser na Bahia  
Pai nosso.

« Como no governo vosso  
Amparo viemos ter,  
Havemos todos dizer  
Que estais no céo.

Pelo castigo de um réo  
Do mais enorme delicto  
Postes, senhor, por isto  
Santificado.

« Por tudo que haveis obrado  
Com tão honroso decore  
Cravado em lamina d'ouro  
Seja o vosso nome, etc. »

No dia 20 de Março creou uma comissão militar, presidida por elle, com dous officiaes generaes, dous coroneis, dous tenentes-coroneis e outros tantos maiores, e sendo relator o ouvidor-geral do crime, e presente o padre Roma, foi por ella condemnado á morte, sendo fuzilado no campo da Polvora, ás 10 horas da manhã do dia sabbado 29 do referido mez.

Antes da execução do padre Roma fez marchar por terra para Pernambuco dous esquadrões de cavallaria, sob o commando do major Francisco de Paula Oliveira, e no dia 29 de Março fez embarcar um batalhão de artilharia, commandado por D. Luiz Balthazar da Silveira.

Desejando mandar o maior numero possível de tropas, embarcou no dia 6 de Abril mais 60 praças de artilharia, commandadas pelo capitão Francisco de Paula de Miranda Chaves, e no dia 7 mais 80 praças do 1º regimento de infantaria, commandadas pelo major Rodrigo de Argolo Vargas Cirne de Menezes, sendo o chefe de toda a força expedicionaria o marechal Joaquim de Mello Leite Cogminho de Lacerda, levando por seus ajudantes de ordens

os maiores José Egydio Gordilho de Barbuda e Salvador José Maciel.

Não obstante ter Sua Magestade, por aviso de 9 de Abril de 1817, approvado todas as medidas por elle tomadas, não abusou do seu poder. Receiando as consequencias de uma devassa geral, mandada abrir por carta régia de 23 de Abril, escolheu um juiz prudente e bondoso, sendo preferido o desembargador Manoel José Baptista Filgueiras, e para escriptão o desembargador José Gonçalves Marques.

Quando o conde dos Arcos dava acertadas e prudentes providencias a respeito da revolução de Pernambuco, chegou no dia 28 de Maio, pelas 7 horas da noite, um navio, dando noticia da restauração da cidade, conduzindo 12 presos dos cabeças da revolução, os quaes forão levados duas horas depois para a cadeia, e as bandeiras da revolução conduzidas para palacio.

No dia 9 de Junho chegou á Bahia, vindo de Pernambuco, o navio de guerra *Carrasco*, trazendo a seu bordo 73 presos; entre elles vierão Domingos José Martins, o padre Miguel Joaquim Caldas e José Luiz de Mendonça, os quaes forão recolhidos ás cadeas da relação, principiando o conselho no mesmo dia 9, ao qual compareceu em primeiro lugar Domingos José Martins, e depois os outros, sendo confirmada a sentença de morte no dia 11, e no dia seguinte 12, ás 4 horas e meia da tarde, forão fuzilados no campo da Polvora, ao pé da force, sendo os seus cadaveres tratados com o maior desprezo.

O conde dos Arcos, depois destas execuções, procedeu em tudo o mais com brandura e moderação, não perdendo a mais ninguém. Por esse tempo o principe Maximiliano, andando em suas viagens scientificas, indo da capitania do Espirito-Santo para a Bahia, foi preso no arraial da Lage e maltratado pelo capitão-mór de Nazareth, e logo que o conde teve noticia deste facto mandou immediatamente solta-lo, e com todas as deferencias e considerações o recebeu, estranhando a acção do capitão-mór, que se desculpou com a ignorancia. O principe em sua obra sobre as viagens ao Brasil muito elogia ao conde dos Arcos. Continuando a fazer beneficios á Bahia, foi nomeado por decreto de 23 de Junho de 1817 ministro de Estado dos negocios da marinha e ultramar; e a Bahia, quezando manifestar-lhe o seu reconhecimento, nomeou uma comissão composta dos negociantes Pedro Rodrigues Bandeira, José Ignacio Accioli, Antonio da Silva Paranhos e Francisco Martins da Costa, para lhe instituir um vinculo de 100:000\$ em acções do banco do Brasil em seu beneficio e de seus herdeiros, e para o que conseguiu permissão régia por decreto de 6 de Outubro de 1817. Ao mesmo tempo que isto se deu o commercio lhe mandou construir um palacio no Rio de Janeiro, onde residio, o qual hoje serve de paço do senado.

Na 2ª serie do meu *Brasil Historico* escrevi largamente a historia da revolução de 6 de Março de 1817, e aqui, aproveitando a oportunidade, transcreverei alguns documentos de importancia precedendo-os pela carta historica, que eu encontrei no processo original que possuo.

Esta carta, escripta de Pernambuco para o Rio de Janeiro por um portuguez a outro seu amigo e compatriota, resumindo os factos, como testemunha presencial dos acontecimentos, os expõem com

clareza, dando ao leitor uma idéa precisa do que foi a infeliz rebelião de 6 de Março de 1817.

« Recife, 15 de Junho de 1817. — Ah meu compadre. Escapeli da tyrannia de ladrões eslaímados, que se fizeram senhores do erario de Pernambuco, acclamando liberdade, igualdade e izenção dos novos tributos. No dia 6 de Março estando eu no Recife e a familia no Pogo, acabando de jantar, outro tocar a rebate: chego á janella: vejo quatro sentinellas na porta do palacio, apontando as bayonetas contra quem quera entrar.

« Ao mesmo tempo ouço gritos pela rua, dizendo—viva el-rei e a patria—todos armados de espingardas, bacas martes, espadas; volto para a parte de traz, vejo sahir o general em jaqueta, calças, chapéo redondo e espada nua, rodeado de officiaes e levou a sua guarda adiante. Ouvi tiros na ponte para onde foi o general que se refugiou no forte do Brum. Já então mudáram as vozes, e dizião—viva a patria,—morra todo o marinheiro. Eu fechei a porta da rua, e fiquei tremendo assustadissimo, pois bem sabe, que chamão aqui marinheiro a todo o europeu. Estava vendo o momento em que me escalavão a porta, e me matavão. Era uma algazarra pelas ruas—viva a patria, morra marinheiro—. O preto Felix sabe para ir saber o que era aquillo, e não tornou mais. Assim levei toda a tarde: vi pelas rotulas passar um de cavallo com malutos, gritando—viva el-rei nosso senhor—: tomão para o collegio; estava ali um filho de D. Catharina que apenas ouviu aquellas palavras quiz matar esse commandante, o qual fugio, e a sua tropa.

« De noite socegarão os tiros, e não se gritou mais. Pela manhã do dia 7 continuáram até ás oito horas: então correu pelas ruas um ajudante da artilharia, gritando ás patrulhas, que não matassem mais, que estava a terra entregue e em paz. Eu então, ainda que com muito medo, me embarquei para o Pogo, onde achei todos chorando; o frei Miguel animando-os, o qual apenas se tocou a rebate, sahio do mosteiro a pé, e foi fazer companhia ás irmãs e sobrinhos. Soube então lá, que foi o caso. Avisáram ao governador da conjuração que estava determinada, e derão os nomes dos traidores, todos pedreiros livres. Souberão que estava preparada a scena para acclamação; instáram com elle até por cartas anonimas. Elle perturbou-se, e não soube fazer o que devia; porque havia de mandar primeiro prender aos capitães da artilharia e infantaria, cada um em suas casas, por officiaes milicianos armados; depois os paisanos, e embarcar os presos para o Rio. Estava tudo acabado. Não fez assim. Convocou conselho, que fez com os brigadeiros chefe d'artilharia e chefe de infantaria, o Gonçalo Marinho, Perez e o secretario José Carlos, e creio que José Roberto. Apresenta-lhe a relação dos conjurados, e votão logo sobre os castigos que se lhes devia dar, mesmo em Pernambuco, uns com veneno, outros assassinados mesmo na sala. Que inconsiderados, e illegaes votos; dizem que se acháram os votos, e que só o Perez e José Roberto forão do voto de serem remettidos ao Rio de Janeiro. Alexandre Thomaz, ajudante d'ordens tambem deu voto de assassinio. Este conselho foi revelado aos conjurados. Acautelão-se os d'artilharia e municipio clandestinamente as suas companhias. Manda o governo ordem ao quartel para que no dia 6 se achassem em palacio, taes e taes officiaes pela uma hora da tarde. E' meio dia, manda prender Domingos José Martins, o padre João Ribeiro, o Antonio Cabugá, o cirurgião Peixoto, etc. Chega a hora, não apparecêram os taes officiaes, manda o general prendel-os pelo chefe d'artilharia Antonio Joaquim: vai este prende Domingos Theotonio, o qual se recolhe ás Cinco Pontas, prende ao José de Barros Lima, chamado Leão Coroado, este resiste e mata o chefe. Vem disso para o palacio, offerece-se Alexandre Thomaz ajudante d'ordens; vai encontra-se com o Pedroso, estranha-lhe a desobediencia, porém elle manda-lhe atirar, cabe no chão, então o atravessa com a espada e o mata. Manda logo tocar a rebate; ajuntão-se as tropas caminhão os artilheiros uns para o Brum, outros para o erario; soltão-se Domingos Martins, Domingos Theotonio, Cabugá,

e os presos da cadeia. Fazem desistir ao governador do governo, e a José Roberto da defesa do erario, porque não achou lá armas com que se defendesse. Tudo isto succedeu por ineuria do governador, que se elle tivesse fornecido o erario de armamento, pólvora bala e peças, José Roberto resistia aos ladrões, e não leváram as cousas como leváram ás mãos lavadas, porque havia muita gente que quizesse defender; mas não tinham com que, e os insurgentes se aproveitáram desse deleitamento. Quem se propõe a atacar um caso destes, acautela tudo, maiormente a defesa do erario. Finalmente, ficarão senhores absolutos da terra, e remetterão ao general Entrário a legislar, fervião os bandos. Foi o primeiro que se tratassem todos por vós, até ao mesmo governo, que chamáram provisório, e se chamassem e assignassem patriotas, pena de morte. No dia da insurreição, fugirão varios negociantes para a Bahia, em um navio que estava a sahir, e que sahio sem despacho. Appareceu logo uma tristeza geral, desampararão muitos o Recife, como eu fiz: não se vião senão casas fechadas, não apparecia gente Lranca pelas ruas. Conhecêram então os ladrões o desgosto do publico, e temendo alguma contra-revolução, ordenáram que, todos recollessem as armas, que tivessem ao armazem da patria, pena de morte. Escreverão para a Bahia aos seus socios, e para a Parahyba e Rio-Grande. A Parahyba esteve prompta; no Rio-Grande foi preciso atacar Andre d'Albuquerque ao governador José Ignacio Borges e prendel-o.

« Na Bahia não tiveram igual sorte; porque o emissario, que levou as cartas, foi o padre José Ignacio Roma: seguiu por Serinhaem, Abogóa e Penedo, e foi logo prégando e espalhando proclamações pela liberdade contra Sua Magestade. O conde d'Arcos de logo avisado, quando passa para a Bahia é preso e morto, mas não declarou os nomes das pessoas para quem ião sessenta cartas que levou sem nome, mas assignadas por Domingos Martins, e o provisório. São quatro os do governo: o padre João Ribeiro para o ecclesiastico, Domingos José Martins para o commercio, Manel Corrêa de Araujo para a agricultura, Dr. José Luiz para o judicial. Fizeram governador das armas a Domingos Theotonio, coronel d'artilharia a José de Barros Lima, chamado Leão Coroado, e da infantaria, ao Pedroso; para conselheiros o Dr. Bernardo, o Dr. Caldas, o padre Miguel, mestre de rhetorica, o padre Pedro Tenorio Bourbon (que teve a validade de se não assignar mais senão Washion), governador de armas, e os dous coroneis. Chamáram uma vez ao Dr. Moraes(\*), e como disse, que aquillo era uma borraqueira e atrevimento grande que havia de causar muita lagrima, não o chamáram mais. Esquecia-se dizer que o detestavel ouvidor Antonio Carlos era um dos primeiros conselheiros, e o mais atrevido contra Sua Magestade nas proclamações que imprimio. Respáram as corôas, tiráram os quadros de Suas Magestades, e formáram bandeira chamada republicana. Era um quadro dividido ao meio horizontalmente; a parte de cima em campo azul escuro, uma estrella em cima, e um arco iris: e por baixo, o sol, não sei se, pondo-se ou se nascendo.

Veja Vmcc. que dia escolherão para benzer estas bandeiras, publicamente com as tropas postadas, religioes, sacerdotes, vigarios, camaras, erarios, alfandega, etc, (excepto eu, que estando no Recife não appareci lá), foi, o dia quinta-feira de Endoenças de manhã. Quem fez a pratica e benzeu, foi o Dr. Bernardo, o qual fez jurar a todos de joelhos, com a mão direita levantada por todos, defender aquella bandeira, e no fim disse—viva a patria, a nossa religião (mas não explicou se era a christã) e morra a tyrannia real. Disserão todos, viva. Tocáram-se os zabumbas e instrumentos bellicos com grande applauso, e vierão todos acompanhar o provisório aqui para o collegio, que foi quando vi a grande quantidade de clerigos, frades e a camara, etc. Grandes hereges; mostráram bem que erão pedreiros livres. Desviáram a tantos fiéis da communhão geral de um dia tão sagrado, e elles promptos a irem. Entráram tambem a fazer um novo codigo, cujos capitulos publicáram na

(\*) O lexicographo Antonio de Moraes e Silva.



*image*

*not*

*available*

mos assassinados; então todos se esconderão. Finalmente era um vexame geral em tudo; até se passou ordem para se evacuem as famílias que se refugiaram no poço, por patrulhas de guerrilhas, a pé mesmo, e entre bayonetas e bacamartes. Veja que susto não teria! Quo desgraças não succederão!

« Permittio Deos, por intercessão da Senhora da Saude, que não se executou esta ordem, porque foi passada e immediatamente cuidarão em fugir, pelo aviso que tiveram da aproximação do exercito. Fez-se, portanto, uma festa á Senhora no dia do Espirito-Santo; pregou Fr. Miguel quasi de repente.

« Os bolicarios, cirurgiões, sangradores, não fizeram mais conta de mim; quando eu passava rião-se e chamavam-me—delegado que Deos haja;—até os barbeiros não me quizerão mais fazer a barba; respondião que estavam occupados no serviço da patria; via-me obrigado a fazer a mim mesma barba. Andavão o medico Brito e o Miranda em competencia com o provisorio, como filhos da terra, qual havia de ser nomeado physico-mór. O Peixoto era o cirurgião-mór da republica e exercito; não quizerão europeu em cargo publico.

« Agora, meu compadre, é a occasião mais propria para se fazer uma boa camara; nada de *lhe-ga-lhes*. Eu já pedi a Vincê, que queria ser vereador e que se fizesse tambem ao Mariz; fallei no Luiz de Castro, mas este recusou a respeito da conta; teve medo do juiz de fóra; rejeitou o terceiro vereador Antonio José Pires e procurador o mesmo Luiz de Castro Costa. A camara deve representar muita cousa a Sua Magestade, e por isso devem os vereadores ser capazes.

« Os seus filhos sei que estão bons. Está preso o seu amigo Sá; ignoro a verdadeira causa: esteve carregado de ferros na enxovia.

« Tenho sido extenso, e muito mais tinha que dizer; fique para outra occasião. Seu compadre e amigo—João Lopes Cardoso Machado.

« P. S. Fiz um papel para Sua Magestade em nome dos pernambucanos; elle vai-se assignar: lá sabera delle. »

#### Carta de Antonio Carlos a Jose Bonifacio.

« Meu bom irmão e amigo.—Tendo recebido a ultima carta tua em vespas de correção não respondi logo, guardando para quando viesse; mas como fui chamado antes de findar a correção agora o faço. Eu contava de mandar alguma cousa á minha pobre amiga D. Luiza; mas a sorte, que é minha adversa, faz gorar todas as minhas idéas. Eis-me de novo sem meios certos de subsistencia.

« A revolução de Pernambuco distrahiu o meu lugar, e isto tendo eu só um anno de occupa-lo, e não tendo podido nesse tempo fazer mais do que desempenhar-me. Foi um successo assombroso: cinco ou seis homens destroem n'um instante um governo estabelecido, e todas as autoridades se lhe sujeitam sem duvidar.

« Eu fui chamado pelo novo governo provisorio, e fui tratado com o maior respeito e distincção, pedindo-se-me que tivesse assento entre elles e assistisse ás suas deliberações para os aconselhar, o que até agora tenho feito. As tropas mostram zelo, e todas têm jurado defender a causa da liberdade, e não se sujeitarem mais ao poder real; se alguns animos vacillão, o geral é aherado á nova ordem.

« Vai a ser convocada a assembléa constituinte, e interinamente ha um governo de cinco membros e um conselho de governo. Forão destruidos os juizes de fóra e ouvidores, e ficou tudo devolvido aos juizes ordinarios, e para ultima instancia a um collegio supremo de justiça. Tem-se abolido alguns impostos dos mais onerosos e trabalha-se muito em pôr-se n'um pé de defesa respeitavel.

« Eis-me, portanto, separado dos meus, visto os dous partidos em que nos achamos alistados, o que me custa. A lista civil tem sido mal paga, que é o mesmo que dizer-te que estou pobre. Adeus; recomenda-me á tua familia, e recebe o coração de teu irmão e amigo.—Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva.

« Pernambuco, 14 de Abril de 1817. »

#### Carta de Antonio Carlos a Martim Francisco.

« Martim.—Já saberás a estas horas o successo de Pernambuco. No dia 5 do corrente, estando eu de correção, levanto

Pernambuco a bandeira da independencia e o conseguio, tendo nisto grande parte a fraqueza do general Caetano Pinto. Foi chamado pelo novo governo e cheguei no dia 9, e tenho assistido á mór parte dos conselhos.

« Este successo tem sido muito applaudido por todo o povo; eu tenho, porém, um grande desgosto com elle, que é o nos vermos separados, talvez para sempre. O destino assim o quer: que remedio! Particulares e autoridades, tudo, têm reconhecido o novo governo e a fórma republicana. Participa á nossa mão estas noticias; tem, porém, cuidado em tranquillisa-la a meu respeito. Tu bem sabes quanto geito é preciso para que estas novas a não acabem, visto a sua grande idade.

« Adeus; saudades aos amigos Mariano, Belchior e Rodrigues. Pernambuco, 29 de Março. Sou teu irmão e amigo—Antonio Carlos.

« P. S. Acabo de vir do conselho, assombrado de ver a immensa tropa que baixa do interior: ha já mais de 6.000 homens de tropa regular, e deve montar a cem, o que com as milicias e ordenanças formará um exercito de 30.000. O systema de administração de justiça está se reformando; as ouvidorias vão abaixo eu.... perdendo o meu lugar, n'ém do risco de perder o officio que tenho em S. Paulo. Sinto, mas tenho paciencia. Dá-me noticias tuas. »

#### Carta de Luiz Paulino ao conde da Barca.

« Illm. o Exm. Sr.—Tive a honra de dirigir a V. Ex. um officio, com data de 22 do corrente, e julgando do meu estreito dever participar a V. Ex. tudo o que o meu general referencia se já houvesse chegado a este porto, continuado a ter esta honra para fazer chegar ao conhecimento de V. Ex. tudo o que chega ao meu relativamente a Pernambuco.

« No meu referido officio eu dizia como estavam sem noticias algumas daquella terra e das capitancias que lhe estão ao norte; chegando, porém, no mesmo dia 22, á noite, dous navios, mandados pelo commandante do bloqueio, nos quaes vierão varios individuos, que puderão fugir de Pernambuco, procurei por inquirições a estes colher algum conhecimento do estado dos rebeldes e daquellas cousas; pobres caixeiros, porém, que, dominados de fidelidade e receiosos da tyrannia dos barbaros insurgentes, só cogitavão dos meios da fuga, não são os que podem responder com mais conhecimento do facto e com mais critica; d'entre estes o que achei mais coherente foi um caixeiro de Elias Coelho Cintra, negociante poderoso de Pernambuco, o qual pôde retirar-se no mesmo fatal dia da insurreição.

« Deste, bem como dos outros todos em geral, colhi que os chefes da insurreição recorrem já á força e ás ameaças para haverem gente que tome as armas, como se vê do facto de levarem sem armas a um campo o regimento de milicias, denominado dos Nobres, mettendo-o entre força armada e entre peças de artilharia para tirarem delle gente para a tropa de linha, o que effectuarão, tirando apenas 30 homens, e contavão de tirar da mesma fórma gente dos outros corpos milicianos nos dias seguintes ao da fuga do dito caixeiro.

« Perguntado sobre o numero de tropa que os insurgentes têm, não satisfaz nem por approximação, e portanto ficamos a tirar illações do que elle diz, e é que os insurgentes tratarão de formar mais quatro corpos pagos, entre os quaes um regimento de cavallaria, mas que todos estes têm pouca gente; que o regimento de infantaria, chamado do Recife, teria 800 homens, e que o de artilharia estaria na mesma força (isto é certamente muito exaggerado, não de proposito, mas por engodo e falta de conhecimentos de tropa); que a força maior que se acha destacada, principalmente no Cabo, era de artilharia; que no regimento dos Henriques tinham muita confiança, e que estes se mostravão os mais effectivos daquelle criminoso governo; que o Martins, tendo formado ultimamente um corpo de 300 negros, quasi todos escravos, que para este fim tirarão aos senhores, e com alguma força mais tinha sahido para fóra, publicando que marcharia a ajuntar-se com a força que estava no Cabo para baterem os nossos, que se achão em Seriphá; que este sahira com 4 peças, e que por vezes tinha já sahido artilharia para o Cabo, do que elle.... dia estariam lá 6 peças; que Domingos Theotonio tinha o seu quartel general no campo da Boa-Vista, onde estava um parque de 8 bocas de fogo, e que pe.... ali tinham feito algumas obras.

« Dizem todos os ditos fugidos que os chefes dos malvados ora animão o povo com esperanças de triumpho, ora se mostram agitados e dispondo-se para uma defesa desesperada, ameaçando e atterrando todos os que desaiacearem na sua empreza.

« Assegurão mais todos que os espiritos dos povos do campo não forão fascinados, e que quasi tudo para o centro do paiz está pela causa de el-rei nosso senhor, e se é certa a prisão pelos paisanos de Pão d'Alho de um tal Corrêa Araujo, um dos da intrusa governança, o qual por alli passava para a sua familia, habitante de um engenho naquelles sitios, está visto que

a corrupção dos pernambucanos a pouca distancia se estende por aquelle lado.

« A respeito de mantimentos me respondeu o dito caixeiro que não tinham por ora falta, independente de qualquer coisa que de terra houvessem daquelle territorio, que ainda greme debaixo da sua oppressão, porque nas vespéras da revolução tinham entrado naquelle porto 22.000 alqueires de farinha, alqueires de Pernambuco, que correspondem, pouco mais ou menos, a 60.000 alqueires desta cidade.

« Enquanto a armas, pude colligir que ainda tinham, apesar de terem mudado muitas para a Parahyba; contudo mandavam actualmente fazer grande quantidade de chuchos. Enquanto ao que se passava nas capitanias ao norte de Pernambuco nada dizem positivamente, e apenas contão ter ouvido que o Ceará se armava pela boa causa, e que o governador dali fizera prender o ouvidor, e que igualmente havia um boato de que o Rio-Grande do Norte estava contra-revolucionado, e que já lá tremulava a nossa real bandeira; mas não dão esta noticia como confirmada.

« Isto é quanto pude alcançar das minhas indagações: é natural que o Illm. e Exm. Sr. conde dos Arcos pelos officios do commandante do bloqueio saiba muito mais, assim como por officios, que já deverá ter do marechal Joaquim de Melio, do qual tudo quanto sei é que se acha em Serinhá, que tem correspondencia com o bloqueio, e que pedira e obtivera do chefe desta 30 artilheiros: não sei se tem algum projecto de ataque ou de defesa; para o primeiro caso não o posso suppor, e para o segundo não se tem figurado que esteja em necessidade disso. Deos guarde a V. Ex. Bahia, 24 de Maio de 1817.—Illm. e Exm. Sr. conde da Barca. »

« Illm. Sr. tenente Domingos Theotônio Jorge. — Tive a honra de receber noticias de Vmcd. dadas por escripto, de se ter recolhido a salvamento ao seu destacamento, e estimarei que lograsse saúde e fizesse boa harmonia com os seus compatriotas, para gozo e satisfação do Sr. tio, parentes e amigos. As molestias têm alliviado a muitos da privação da vida, e outros com ellas vivem mortificados, como eu; porém entre todos os incommodos desejo aos brasileiros, patricios e compatriotas, muitas felicidades já que por mim não lhes posso fazer bem algum. Queira, por me fazer mercê, dar recommendações minhas ao Illm. Sr. commandante.

« Deos guarde a Vmcd. muitos annos. Recife, 12 de Novembro de 1809. De Vmcd. hei venerador e amante criado. —Francisco Carneiro do Rosario. »

« Illm. Sr.—Agora mesmo acabo de receber as duas certidões lacradas, que mandei extrahir dos livros da vedoria e da secretaria da junta da real fazenda desta capitania, com as quaes cuido eu não se satisfizerem todos os quesitos do officio de V. S. de 14 do mez passado; nem tenho podido adquirir maiores luzes da marcha que seguirão os revolucionarios, porque elles não tinham methodo nem ordem; variavam todos os dias de nomeações, de projectos e medidas, sem que fizessem assentos nem tivessem livros de registros; portanto do conhecimento devasso a que V. S. está procedendo mais facilmente se poderá pôr em toda a luz aquelles mesmos quesitos.

« Deos guarde a V. S. Recife, 4 de Novembro de 1817.—Illm. Sr. Bernardo Teixeira Coutinho Alvares de Carvalho. —Luiz do Rego Barreto. »

*Denuncias da revolução de Pernambuco, documentos originaes existentes no gabinete de Thomaz Antonio de Villanova Portugal—1817.*

« E' de muita importancia esta denuncia; precisa que Sua Magestade a veja, porém que a não confie de ninguém: se principiar a devasa amanha não terá perigo nenhum, pois fica illudido o extracto e tudo se fará supitar.

« O que é necessario é que Sua Magestade tome a sua energia, primeiro que tudo para quem lhe está demorando os decretos, depois para quem lhe está dando conselhos illusorios. Sua Magestade precisa nesta crise salvar-se a si e a nós todos, não deixar demorar nada, não deixar illudir operação nem determinação alguma.

« Muito se tem discorrido contra o conde dos Arcos; não ha melhor evidencia do que esta, em que as palavras mostrão os sentimentos do coração. O conde dos Arcos tem obrado como heroe; se Sua Magestade continuar a sua energia no mesmo tom, aqui, está salvo.

« Uno o meu parecer ao da denuncia nas palavras: — cuide Vossa Magestade aqui, e mande já, já, o exercito, que lhe avisa quem sabe de tudo, e é fiel e humilde vassallo. —Thomaz Antonio. »

#### *Cartas anonymas de denuncias.*

« Senhor.—São com esta quatro vezes que tenho feito vêr a Vossa Magestade o como está Vossa Magestade illudido por

aquelles que se intitulão fideis vassallos; em principios do mez de Março participei a Vossa Magestade o que estava a acontecer; infelizmente nenhuma tem ido a régia mão de Vossa Magestade, porque todas têm sido sorprendidas, e ultimamente a ultima foi aberta em casa de um medico Amaro Baptista, e enviada a um dos traidores pedreiros livres e deputado do congresso.

« Senhor, fui convidado ha muito para entrar no infernal conlito e plano da sublevação pernambucana e bahiana, reunindo-se para a liberdade e conquista projectada; consenti só com o espirito de saber, indagar e manifestar a Vossa Magestade, como o fiz em tempo, para com muita facilidade Vossa Magestade cortar o astucioso veneno: a correspondencia, Senhor, continda: eu já me acho escondido, porque a minha vida periga aos traidores por ter faltado ao que prometti em uma assemblea, que se fez na loja principal, de que se compoem tres inglezes dos mais poderosos desta cidade, o barão de S. Lourenço, um frade Fr. José de S. Jacintho Mavignier, pernambucano e pregado de Vossa Magestade, um pernambucano, irmão do ouvidor da villa do Sabará, Gama, o contador da fazenda de Pernambuco Ludgero da Paz, que aqui se acha, um vigario que mora em casa deste, mais dous pernambucanos que lhes não sei os nomes, dous commerciantes portuguezes desta cidade, correspondente um da Bahia, outro de Pernambuco, todos submettidos aos auspícios do traidor barão de S. Lourenço; quem engrossa a committiva: o frade dito correspondente do n. 16, o contador da real junta da fazenda do n. 24, ha mais tres pernambucanos aqui, que não sei os nomes; eu dizia dous, são tres: um é militar, e um F. Cavalcante.

« O ouvidor, que alli foi, Clemente Ferreira França, que aqui é desembargador da relação, é o fiscal e quem sentença para a punição dos delictos da convenção aqui, o barão de S. Lourenço como caixa e protector ás sommas, e planista do novo plano projectado a bem da revolução; outros emissarios, outros agentes para os tratos da convenção: está, Senhor, tudo perdido; Vossa Magestade fica reduzido, segundo o projecto e titulo que lhe querem dar—o João de Braganha; — o que digo a Vossa Magestade é que elles engrossão o seu projecto facinoroso: os presos facinorosos da traição achão-se abundantemente soccorridos e protegidos abundantemente, segundo os capitulos da seita.

« Ainda hontem por minha mão passou certo papel, e convenci-me de que elles vencem ou mais tarde ou mais cedo; oxalá que eu o pudeasse fazer vêr a Vossa Magestade, o qual estará a esta hora em poder do traidor Targini, como deputado maior, e protector da assemblea e congresso da liberdade aspirada (este é o titulo).

« Não admira, Senhor, os inglezes como estrangeiros; admira os portuguezes, que tanto se prezão de leaes, e estes elevados a dignidades e honras: o frade dito pernambucano feito pregado de Vossa Magestade, mas sem religião, concubinado publicamente em sua moradia, com tres fillos, e com o maior escandalo que dá á vizinhança, como Vossa Magestade se poderá informar: não se devia, portanto, esperar delle senão a traição, este frade Mavignier, defensor dos patriotas facinorosos nos lugares mais publicos.

« Ah! soberano Senhor, Vossa Magestade ouvindo o contrario está muito, muito enganado; a bondade summa de Vossa Magestade é que perde o seu vasto reino: o contador da real fazenda de Pernambuco, que é aqui residente, outro partidista e emissario para Bento José da Costa, commerciante grosso de Pernambuco, por via de um sobrinho, que é o guarda-livros do dito Costa em Pernambuco, o qual foi despachado ha poucos dias por Vossa Magestade no seu erario, por patrocínio do traidor barão de S. Lourenço, que por todos os principios engrossa a maledicencia e traição contra a pessoa de Vossa Magestade e seus direitos; o frade para um traidor revolucionario, seu cunhado em Pernambuco, Alexandre Lopes Ribeiro; o Gama para com o revolucionario Paes, ali patriota: este Gama aqui reside em casa do dito traidor frade Mavignier.

« Vossa Magestade está com os seus regios cabedões ha muito tempo sustentando esta aleivosissima traição; pelo seu erario se esgotão, quer de lá, quer daqui, as summas precisas, e Vossa Magestade tão enganado com estes vassallos traidores, que o estão vendendo a cada passo: as negociações cavilosas do seu erario são as mais escandalosas com os inglezes e ainda com portuguezes; o seu leal povo muito desgostoso se vê: este vassallo, que, com as suas risotas, engana a Vossa Magestade, é o chefe dos traidores o barão de S. Lourenço, já roubando claramente e sem o menor temor, já extorquendo os cabedões regios de Vossa Magestade, não só aqui, como pela sua autoridade esgotando os das capitánias, fazendo talvez capacitar a Vossa Magestade de bom servido, já illudindo os que cerrão a Vossa Magestade em diversos empregos (porque todos delle dependem pelo que a si tem arrogado), ser elle muito activo, do que eu nada duvido: é o primeiro que veio ao mundo com

melhor viveza para enganar a Vossa Magestade e furtar (isto é constante até nas nações as mais remotas), e se Vossa Magestade duvida indague, lê os papéis publicos, já portuguezes, já estrangeiros, que mencionão factos vergonhosos, e ate fallão contra Vossa Magestade, porque supponem Vossa Magestade saber disto (do que eu duvido); o que digo a Vossa Magestade é que o partido aqui dos traidores vai engrossando por estes malvados: soccorros não fallão: a tramaio vence-se e é vencivel (dizem elles); a vida do magnanimo conde dos Arcos periga; a morte do maldito padre José Iguaço tem posto em desesperação a assembléa, e pretendem já a vingança.

« Eu vi, Senhor, eu vi a correspondencia deste objecto; o traidor Targini auxilia muito este negocio para a vingança: Vossa Magestade o he com mais circumspecção; o negocio vai periculado contra o direito de Vossa Magestade: o vulcão rebenta e estoura, e talvez sem remedio; a convenção ou partido da assembléa engrossa; o traidor da conspiração aqui blasona com muita vivacidade.

« Este homem, Senhor; este ingrato e seus sequezes inglezes, com quem se acha reunido este pedreiro livre, este traidor Targini, autorizado para todas as maldades contra o Estado, este revolucionario, oxalá (bra vivo Montauray, authenticaria a Vossa Magestade seus ateivosos principios no Ceará, e por isso o remetteu preso para a cidade de Lisboa, sendo alli escripto da fazenda de Vossa Magestade: este homem, este facinoroso é o mesmo que está autorizado.

« Senhor, não creio o que me dizem; mas vi, vi, Senhor, vi um papel que veio por acaso á minha mão, como authenticica para mostrar que elle tudo pôde: um papel, Senhor, lançado por elle um despacho, e por elle rubricado, mandando pagar uma avultada somma do seu erario: pois, Senhor, já se viu o thesoureiro rubricar papéis que manda a si mesmo pagar? Eu não creio que Vossa Magestade tal autoridade lhe concedesse, porque nunca se viu, e sendo assim deu Vossa Magestade autoridade para furtar e fazer as cavilosas negociações que faz com os cabedais de Vossa Magestade: isto que annuncio me dizem que succede todos os dias: Vossa Magestade pôde averiguar, e se o contrario o disserem conheça esse por traidor que tal disse, pois eu vi.

« Não chamo Vossa Magestade para isto homens que só querem a paz; chamo um verdadeiro amigo que lhe falio verdade. Que vergonhosas negociações se não tem feito naquella erario e nas capitania protegidas, protegidas por este homem, com os cabedais de Vossa Magestade! Que escandalo não tem dado ao seu povo!

« Elle pôde, com a autoridade de mandar pagar (ao que lhe podemos chamar o rei), pôde imaginar, pelas suas negociações, dividas, e pagamentos imaginarios e phantasticos, e absorver as rendas do Estado. Que negociações de letras, Senhor, não têm havido! Que transverões não tem havido com isto contra os regios alvarás de Vossa Magestade!

« Senhor, estes factos abundão por toda a parte e são notorios: tudo está perdido, e com este poder engrossa o seu partido revolucionario: o vulcão, torno a dizer, Senhor, rebenta e rebenta; este homem, diz, tudo pôde, e só elle, e que nada Vossa Magestade: elle é o rei, elle o senhor, elle o despota, e no entanto contra Vossa Magestade!

« Indague, pois, Vossa Magestade um caso ainda ha pouco acontecido de umas mantas, que se pedirão para o exercito que vai para Pernambuco. Que negociações! Que ladrocinia tão clara! As quas mantas se pedirão do arsenal do exercito: foram compradas ao inglez socio por 18000 grandes e cortadas ao meio, e pagas por 28000: ganhou, Senhor, a sociedade 50008 para mais, pagas, Senhor, pagas á custa de Vossa Magestade; este facto é publico: nunca chega isto a presença de Vossa Magestade; este facto de agora, que elle parece ou affecta toda a vivacidade a bem de Vossa Magestade, é portanto o maior dos traidores.

« Como ha de Vossa Magestade ter soldados que o sirvão se elle pela sua autoridade passou 22 nomeações a negocio para 22 rapazes, a titulo de praticantes do erario para não serem presos; isto, Senhor, não é de fiel vassallo: eu vi, vi, Senhor, algumas que m as mostrão e é publico.

« Os criados que servem a este traidor, Senhor, são pagos á custa de Vossa Magestade, com os titulos de continuos do erario, o nelle nunca apparecêrão para ter exercicio: isto é publico e bastante notorio. As casas aonde mora forão feitas á custa de Vossa Magestade, fazendo-se ao mesmo tempo o erario e sendo pagas as despesas todas á custa de Vossa Magestade: Senhor, eu offereço minha cabeça se assim não é tudo quanto refiro a Vossa Magestade.

« Saiba mais Vossa Magestade que este homem traidor manda agora para Pernambuco um afilhado seu, official do erario, F... Suriano, para alli ser empregado talvez em emprego que lhe faça feição ás suas cavilosas negociações da real fazenda: este sujeito me dizem ser valido do barão do Rio-Seco, pessoa unida com este traidor barão de S. Lourenço, que diz um não pôde viver sem outro... aqui me calo, Senhor;

talvez, só digo, este do Rio-Seco seja o seu abonador; mas, Senhor, é suspeito... enfim Vossa Magestade é quem paga e o seu real povo.

« Vossa Magestade tome as medidas que quizer, que eu tenho feito o meu dever, e peço só a Vossa Magestade, ou deixo á sua real vontade, e peço para credito da minha verdade Vossa Magestade indague secretamente sobre todos os factos e roubos, mas providenciando já, já, o não rebentar o vulcão, que talvez com alguma demora estoure.

« Eu sinto não poder ir á presença de Vossa Magestade, que he mostraria parte do plano da traição, e por conhecida letra, que se fulmina e se projecta, o que espero succeda pela soffura em que estão: o que digo a Vossa Magestade é que feliz daquelles que passarão deste para o outro mundo. Espero algum dia apparecer a Vossa Magestade e testemunhar tudo quanto tenho relatado.—O mais humilde vassallo ..

« Em 24 de Abril de 1817. »

« (Ninguém possa lêr senão Vossa Magestade) Soberana Senhora.—Ha muito tempo, real Senhora, que el-rei nosso senhor devêra ter um total desengano com o caracter dos inconfidentes ministros em quem tem descansado, e de todo entregue o governo do reino! A causa que obrigou a toda a real familia a abandonar os patrios lares, e os terribes effeitos que ao depois produzirão, erão motivos muito bastantes para já mais el-rei nosso senhor perder de vista tanto a sua real conservação, como da nação; porém como de todo Sua Magestade se tem entregue a um profundo leihargo, deixando-se illudir dos que cooperão para a sua total perdição e da nação, faz-se pressuposto, pois (com bastante magua dos nosas enternecidos corações), annunciar a Vossa Magestade e mostrar com toda a evidencia o imminente perigo em que se acha toda a real familia, pois que tem de se ver em mais tristes circumstancias do que aquellas em que se virão quando forão obrigados a sahir de Lisboa!

« Ha poucos dias, real Senhora, que a Europa acaba de ser o theatro da mais lastimosa tragedia, e como por ora cessa-se já os actos que puzerão em praxe os oppressores da humanidade, passa a scena para os Estados da America Portugueza e Hespanhola, aonde vem el-rei nosso senhor e toda a real familia a servir de alvo para emprego de tão cruéis tiros!

« Os factores de tão extraordinarias operações têm machinado novos projectos, com o terrivel fim de pôr em desordem este continente, como se vê, já principiado pelas partes lateraes, tudo effim de introduzirem para o governo destes Estados os irmãos de Bonaparte, que se achão nas Americas Inglezas, e ao depois tudo ser entregue a Bonaparte, a quem elles pretendem a poder de forças arrancar da ilha de Santa Helena! Para o bom exito de tão pernicioso plano ha uma convenção com todos os Estados que pertencem a esta real corôa, e secretamente com membros de outras nações!

« Os ministros de maior autoridade, os do estado ecclesiastico, os chefes de corpos militares e todos os subalternos destas corporações, são os que se conspirão contra a real pessoa do nosso amavel soberano e toda a real familia! El-rei está inteiramente illudido com os que estão tramando estes horrores! Esse corpo, que se acha a sahir, tão depressa chegue á Bahia, logo aquelle Estado se levante, assim como em Pernambuco, o que tudo é auxiliado pelos ministros desta côrte, pois todos elles são do caracter de um Marquez de Lorna, de um conde da Ega, de um Bernardino Freire, de um D. Rodrigo e de outros, que não guardarão fidelidade ao seu soberano!

« Esta corporação não deve de sorte alguma sahir desta côrte, pois que de tantos modos se acha a real familia em perigo, pois logo que succeda haver desordem formal entre esse pequeno numero de brancos que ha, logo consequentemente o grande numero de negros se apossarão destes Estados, assim como succedeu n'outras partes. A' vista do que, com tão clara verdade, está dito e mais que se pôde dizer, minha real Senhora, é Vossa Magestade revestir-se daquelle valor heroico que occupou a grande alma da incomparavel rainha a Sra. D. Luiza, mulher do memoravel e Sr. rei D. João IV.

« Vossa Magestade ainda accede a tempo se souber dirigir as cousas como deve, pois que ainda ha fiéis vassallos, que, para salvar a real familia e a nação, estão promptos para derramar até a ultima pinga de sangue, mas isto tudo a tempo, minha real Senhora. Vossa Magestade não deve communicar nada deste segredo a pessoa alguma, porque das portas de palacio para dentro não se achão senão homens, que todos elles são os que se conspirão contra el-rei, e estes são que o hão de prender, assim como outros fizeram a el-rei de França, pois é o que vem acontecer; e se el-rei de França soubesse dar a providencia a tempo, nada do que houve succederia.

« Vossa Magestade para fazer o que deve é pedir a el-rei que quer ver essa tropa que está a sahir, e logo que tudo estiver formado mandar ajuntar os officiaes para os ver, e assim que todos estiverem juntos ordenar que todos sejam presos, sem



excepção de pessoa: isto se entende com officiaes de banda, e não com officiaes inferiores, porque estes é que hão de ficar commandando os seus corpos.

« Para melhor exito desta tão importante empreza, deve Vossa Magestade ter instruido o Serenissimo Sr. Principe D. Pedro, que deve acompanhar a Vossa Magestade a cavallo, para, logo que se dá ordem de prisão a todos os officiaes, S. A. Real ordenar aos corpos que se acharem presentes que não obedeçam mais a toda a officialidade, que por ora se achão constituídos nos lugares.

« Logo que vão presos, desde o general nomeado até o ultimo official, Sua Alteza ordenará aos officiaes inferiores, que ficarem commandando os corpos, que cerquem todos os lugares de secretarias, aonde se achão officiaes militares e paisanos para os prender a todos, assim como todos aquellos que se achão em serviço de el-rei no paço, que não deve ficar nem só um destes homens.

« Vossa Magestade deve fazer ver ao Principe Sr. D. Pedro que esta acção é de grande importancia, porque Sua Alteza é que vem a succeder no real throno, e uma vez que estes homens levem ao fim o seu projecto, e acontecendo o que se viu já na França, que S. A. Real não só vem a perder a real coroa, como mesmo a propria vida, e que por estas tão funestas consequências se deve revestir de um valor heroico, e com toda a energia por em praxe o que aqui se diz, porque quando for na occasião que se der á execução este projecto, tanto Vossa Magestade, como Sua Alteza, acharão vassallos fieis que os saibão dirigir com muito acerto, e tudo o quanto mais se deva fazer.

« Esta tão importante acção fará para sempre época, e os heroicos nomes da real pessoa de Vossa Magestade, como do nosso amado Principe, virão a fazer a nossa historia muito mais celebre do que até agora tem sido. Todas as nações hão de aplaudir uma tão heroica resolução pelo que resulta de uma tão nobre acção: a nossa nação deverá levantar estatuas a tão excepcionaes personagens pelo vivo agradecimento em que todos devem ficar!

« O Serenissimo Principe e Senhor não deve communicar a ninguém este projecto, porque aquellos do quem se fia são os que o hão de entregar na occasião de se executar tudo isto; basta que Vossa Magestade e Sua Alteza digão, bradando: « Vassallos fieis, valei-me e acompanhai-me; » porque logo acharão innumeraveis pessoas a seu favor, assim como, com muita promptidão, aquellos que dão este aviso de tanta importancia.

« El-rei nosso senhor não deve saber desta heroica acção, porque se o soubesse está tudo perdido; é Vossa Magestade e Sua Alteza o nosso amavel Principe cingir-se a quanto está dito: Sua Alteza que se lembre do quanto obrou o Sr. rei D. Pedro I e que siga os seus bem fundados projectos, porque para o futuro não só virá a ser aclamado Imperador, como a nação portugueza virá a ser o que na verdade é. Deve S. A. Real seguir o que tem feito o Sr. rei D. Fernando, que tem posto a Hespanha em boa ordem, e tem feito com que de todo se extinga a seita dos jacobinos, pois tem sido a causa de tanta desordem na Europa e agora nas Americas!

« A copia junta acaba de confirmar o que está dito, e por ella se conhece que Sua Magestade não está servido senão com homens que incorrem n'uma escommunhão apostolica, e que forçosamente nunca semelhante nação pôde ser bem succedida.

« Espera-se de ver com brevidade o bom exito de tão importante acção, e no caso que Vossa Magestade se não resolva a pôr em praxe um tão acertado conselho então deve colar segredo, pois que isto não deve ser revelado senão ao Serenissimo Sr. Principe, e do mais que acontecer á real familia deve Vossa Magestade soffrer com muita paciencia as terriveis amarguras por que tem de passar, assim como soffreu a real familia da casa de Bourbon.

« Pondo-se isto em execução, todo aquelle que der conselho contrario incorrerá no crime de lesa-Magestade e de lesa-nação, e será logo preso e sentenciado como tal; isto mesmo assim tem agora ultimamente executado el-rei de França e Hespanha, e tudo mais que se seguir providenciaria far-se-ha com todo o acerto, como pede caso de tanta importancia. Não devem sair mais navios de guerra, e deve-se mandar apromptar todos os que houver. Somos da real e soberana pessoa de Vossa Magestade vassallos muito fieis e promptos para dar todo o auxilio aos seus soberanos.

« P. S. Que todos os officiaes que se acharem presentes, ainda que não sejam da corporação, e que se achem a sair, todos devem ser presos, e veja Vossa Magestade se poderá conseguir que vão os officiaes generaes que houver nesta corte, assim como outras pessoas que influo, porque todos são membros da conjuração que se acha quasi declarada contra a real familia: logo tudo deve ir para a ilha das Cobras e outras fortalezas, restando se logo aquellos officiaes que se acharem commandando estas praças, porque são da mesma sociedade; o mais se fará como está dito. »

« Senhor.—Como muito humilde vassallo tenho feito ver a Vossa Magestade o estado miseravel em que está Vossa Magestade enganado em tudo, e principalmente no presente negocio de Pernambuco. Tenho participado a Vossa Magestade já muitas vezes, já pelo administrador do correio, a quem foi entregue a penultima que escrevi a Vossa Magestade, e ultimamente ao coronel das ordens de Vossa Magestade Francisco Manoel; mas tenho por fé que a Vossa Magestade não tem chegado; agora tomo a deliberação de o fazer pelo seu corregedor do crime, e Deos queira chegue a Vossa Magestade o que a Vossa Magestade annuncio.

« Senhor soberano, é desgraça que, sendo Vossa Magestade um soberano tão amavel, se veja tão iludido; sou obrigado a fazer agora, como vassallo fiel, a fazer o que logo fiz assim que convidado fui para entrar na singloga contra Vossa Magestade, seus direitos e dominios de Pernambuco.

« Eu, Senhor, annuo á entrada só com o espirito de saber dos factos premeditados para communicar a Vossa Magestade, como o fiz logo, ainda muito antes de chegar a noticia infesta.

« Não adentra, Senhor, que compoñão esta roda da inglaterra dos mais poderosos desta cidade; adentra os vassallos portuguezes, e entre elles um traidor, um traidor tão ingrato, que blasona de leal e fiel; este a quem Vossa Magestade tem elevado com honras e dignidades; este que apparece perante o regio throno de Vossa Magestade com tanta humilhação e descaramento; este traidor e infiel pelos seus cuornes e conhecidos crimes já ha muito que devia ser sepultado d'entre os fieis.

« Senhor, o traidor barão de S. Lourenço é o chefe da conjuração fulminada ha muito: este malevoloso sem religião, sem lei, espirito revoltoso, unido com os seus ingliezes sequazes, acolheu ha muito os pernambucanos, e correspondia-se para Pernambuco com o thesoureiro da real junta d'alí e o escrivão da fazenda, e de poderosos pernambucanos, e os existentes aqui, o contador da real fazenda, que aqui se achava a requerer, um frade Fr. José de S. Jacintho Mavignier, prégador da igreja de Vossa Magestade: este é grande correspondente desta traição; um commerciante desta cidade, Almeida, varios pernambucanos que aqui se achão, o ouvidor que lá foi, França: este tambem faz a segunda ao chefe traidor; este negocio ha muito que se trabalha: Vossa Magestade faça o que quizer.

« Eu entrei em principio para poder melhor participar a Vossa Magestade. Tambem aqui ha um Moraes, correspondente do irmão boticario em Pernambuco, e serve de espiao para alli, unido com o mencionado frade Magnier. Elles têm dado urros por ver não terem conseguido o seu plano, que estava traçado; mas já sei o que fulminão conseguir.

« O negocio, Senhor, é mais sisudo do que Vossa Magestade imagina: é preciso tomar medidas muito sizadas sobre estes malevolos traidores; deve olhar para elles com madureza. Veja Vossa Magestade que lhe avisa um fiel vassallo; veja Vossa Magestade que elles trabalham com muita viveza. Vossa Magestade está muito enganado com o contrario que lhe dizem, da parte de Deos lhe annuncio.

« Eu sinto não poder pessoalmente ir á presença de Vossa Magestade; mas ainda algum dia o pretendo fazer e melhor patentear a minha verdade. Eu julgo que Vossa Magestade tomará a bem que eu diga a verdade, pois o declaro tudo debaixo de puro juramento: Vossa Magestade fica sem reino e sem conquistas da forma que isto vai com a sua bondade.

« Oxalá que fôra vivo o marquez de Aguiar o que quizesse apresentar a Vossa Magestade a representação que se lhe dirigio, e que tratava destes traidores, especialmente do traidor infame e ingrato Targini. A sinagoga, real Senhor, continúa deste e sequizes malevolos. Tambem se leva muito a mal Vossa Magestade mandar um paisano empregado no erario para ser lá empregado, e este patrocinado pelo traidor Targini, talvez para emprego que lhe faça conta para o futuro, e este afilhado do

barão do Rio-Secco, pessoa unida em todos os negocios com o de S. Lourenço, diz sem reboço não poder viver um sem outro, e sinto Vossa Magestade não saber desta intrinseca união, que ha muito recelo, e todo o seu leal povo.

« Senhor, eu sei o que aviso a Vossa Magestade pelo que pela minha mão tem passado deste tão importante objecto; o plano novo fulmina-se e conta de certo a ventura feliz.

« Rogo a Vossa Magestade considere bem e com maturidade no que lhe avisa um muito fiel vassallo, que lhe annuncia com pureza; e sinto não poder levar á presença de Vossa Magestade uma carta e documentos, que tratão deste objecto e malevolos traidores; ella algum dia apparecerá a Vossa Magestade: quizerão que eu fosse infiel; não o devia ser: annui á rogativa para poder testemunhar a Vossa Magestade, o que não tenho podido conseguir, porque tudo está minado.

« Deos queira que Vossa Magestade continue com vida feliz, e sinto que ha de experimentar, não acudido, como é de esperar que acuda, e que se fação as devidas inquirições, e achará Vossa Magestade a minha verdade e conhecerá os traidores d'isto ao ponto que tem chegado de maldade. De Vossa Magestade o mais humilde vassallo.

« Rio de Janeiro, em 17 de Abril. »

« Senhor. — Como o meu dever é indagar o mais que posso sobre este objecto, já inqueri melhor o Moraes, irmão do boticario em Pernambuco: é José Ignacio de Moraes, residente no largo do capim; o official do erario, que vai para ser empregado, vallido pelo traidor barão de S. Lourenço, é um Izidoro Martins Soriano; acresce mais dizer a Vossa Magestade que o secretario do governo de Pernambuco entrou lá muito na facanha e conloio, todos estes com grande correspondencia com chefe poderoso e traidor de Vossa Magestade, Targini, infiel e traidor, que com os cabedães de Vossa Magestade engrossa a sua aleivosia.

« Vossa Magestade deve vigiar muito, e já o devia ter feito sobre este italiano Targini; este homem, a quem Vossa Magestade confiou o seu regio thesouro, dispõe delle como seu: Vossa Magestade ignora o que ha, e se não ignora pela sua bondade escurece tudo; lêa Vossa Magestade os papéis publicos e verá quem este infiel é: estou bem inteirado do muito e do quanto rouba a Vossa Magestade em tanto prejuizo dos seus povos, com negociações illicitas dos dinheiros de Vossa Magestade.

« Este homem, este infiel, este traidor já se devia contentar com o que tem feito contra Vossa Magestade; os seus criados têm o título de continuos do erario de Vossa Magestade, e cobrão o ordenado sem trabalho, só com o serviço da sua casa, e não com o do erario; mande Vossa Magestade indagar: vera a minha verdade, pois do mesmo erario me confiarão as folhas, e nellas os encontro com os titulos de continuos.

« A mim se me tem mostrado documentos que provão as ladrocinhas que este infiel tem alli feito; mil vidas que elle tivesse não pagava o que tem feito a Vossa Magestade, com prejuizo do seu leal povo; se Vossa Magestade pudesse neste momento ouvir ao conde dos Arcos, governador da Bahia, elle testemunharia as negociações cavilosas que se tem dirigido á junta da fazenda daquella cidade, mandadas por este infiel, com os inglezes ou em seu favor.

« Teve a animosidade de fazer uma casa toda á custa de Vossa Magestade, fazendo-se ao mesmo tempo a do erario, repartindo-se igualmente os materiaes e jornaes dos obreiros, e pagando tudo Vossa Magestade, entrando nesta negociação um commerciante Antonio da Cunha, socio das suas negociações, e um F... Machado, hoje thesoureiro da alfandega desta cidade.

« Tenho pena na minha alma do quanto Vossa Magestade está enganado com este infiel astucioso, que tem amigos, aquelles que dellas dependem pelo seu cargo, para lhes pagar suas pensões ou ordenados; e se Vossa Magestade quer experimentar tire-lhe o cargo por algum

tempo em segredo: verá o que apparece contra elle, que tem astucia de fazer com que digão a Vossa Magestade bem delle; vá Vossa Magestade visitar o seu erario, a sua moeda, a sua alfandega, todas, enfim as repartições, e verá o que nellas encontra de falsidades e aleivosias contra o patrimonio de Vossa Magestade.

« Tenho mais a dizer a Vossa Magestade que ha aqui mais um emissario de Pernambuco José Fernandes Gama, que veio ha pouco tempo; elle me procurou para fallar comigo e me patenteou sobre Targini, chefe da conjuração. Vierão, Senhor, cartas ultimamente, e eu li, juro a Vossa Magestade, uma, e por isso atrevo-me a fallar a verdade, e sei da correspondencia de todos estes que digo, especialmente com Targini, como mais poderoso.

« Queixe-se Vossa Magestade de si mesmo, e espere por cousa muito mais, funesta do que Deos não permita, porque é de esperar se corte o veneno. Viva minha patria Rio-Grande, aonde nasci! Tudo avisa a Vossa Magestade. — O mesmo fiel vassallo. »

« Soberano Senhor. — Depois de ter já fecho a primeira para Vossa Magestade, tenho mais a dizer a Vossa Magestade que á minha mão veio um papel, cópia de noticias, dadas para Pernambuco, daqui, pelo faccinoroso frade Mavignier para mandar a um cunhado, em resposta de uma que veio ao infiel traidor Targini, barão de S. Lourenço, sobre uns dinheiros que haviam ser remettidos á Bahia, e para aqui passarem.

« Será necessario que Vossa Magestade mande providenciar na Bahia a chegada da embarcação, que, pela data da carta, já lá deve estar. Noticia certa tenho eu que um dos grandes faccinorosos em Pernambuco é o ouvidor Francisco Affonso Ferreira, tambem por um papel que vi. Vossa Magestade mande já pôr cobro e vigilancia no correio, que ha muitas cartas a passar. A sinagoga continua e continuará enquanto Vossa Magestade não cortar o pódre.

« Tenha Vossa Magestade cuidado com o vallido do Targini, que vai com emprego para lá. Vossa Magestade attenda ao que lhe digo; veja que do contrario está tudo perdido. Constou-me agora que ainda hontem houve certa assemblea entre elles do presente negocio; julgo, Senhor, tudo perdido pela falta de providencia de Vossa Magestade.

« De Pernambuco, Senhor, abundão correspondencias para todos estes traidores. Aqui vai quasi a dar no mesmo enquanto houver traidores. Targini sabe-se o que fez no Ceará; oxalá fôra vivo Montauray quando lá esteve, e sendo elle escrivão da real junta: aqui é o que se sabe. Vossa Magestade fecha os ouvidos, isto é, se tem ouvido clamores, se os não embaração que cheguem á sua presença; eu o conheço e trato a dous annos, e em pouco tenho admirado do que se tem atrevido a fazer; os clamores contra Vossa Magestade em toda a parte são muitos; elle é culpado pelo que tem estorquido; elle declara-se inimigo do conde dos Arcos, honrado vassallo, por querer ter mão em cousas que daqui se remettilão, a estorquir os cabedães da Bahia: até neste negocio se tem opposto a elle, como parte entrada na conjuração.

« Como ha de Vossa Magestade ter soldados se elle deu 22 nomeações ou provisões para rapazes, a titulos de praticantes do erario, para serem isentos da praça, e sem exercicio naquella repartição. Isto, real Senhor, sei por me dizer um do erario e que as passou, e que taes afilhados não têm lá exercicio. Que desgraça, Senhor! Este homem, que diz governa a cidade e que de tudo póde, e diz bem, reparte os cabedães de Vossa Magestade por si e pelos seus inglezes e amigos.

« Vossa Magestade engana-se com a presteza destes amigos no presente negocio. Ha o mais escandaloso procedimento destes traidores; o que mais sinto é saber do que sei e como elles estão galhofando do que Vossa Magestade está mandando fazer.

« Lembre-se Vossa Magestade do dia que lhe annuncio e não dê as providencias, que verá o successo para estes malvados.

« Por estar enfermo não vou mesmo á presença de

*image*

*not*

*available*

« Recorreu-se ao meio tyrannico de perder patriotas honrados e benemeritos da patria, de fazê-la ensopar nas lagrimas de miserias familias, que subsistão do trabalho e socorros de seus chefes, e cuja perda arrastava consigo irresistivelmente a sua total ruina. A natureza, o valor, a vista espantadora da desgraça e a defesa natural, reagirão contra a tyrannia e a injustiça.

« A tropa inteira se suppoz envolvida na ruina de alguns dos seus officiaes; o grito da defeza foi geral: elle resopu em todos os angulos da povoação de Santo Antonio; o povo se tornou soldado e protector dos soldados, porque erão brasileiros como elles. Os despotas, aterrados pelo novo e inesperado espectáculo, e ainda mais aterrados pela propria consciencia, que ainda no seio dos impios levanta o seu tribunal, dicta os seus juizos e crava os seus punhaes, desamparão o lugar donde haviam feito sahir as ordens homicidas.

« Habitantes de Pernambuco, crêde, até se havião tomado contra os vossos compatriotas meios de os assassinar, indignos da honra e da humanidade. Os patriotas no fim de duas horas acharão-se sem chefe, sem governador: era preciso precaver os desordens da anarchia no meio de uma povoação agitada e de um povo revoltado. Tudo se fez em um instante, tudo foi obra da prudencia e do patriotismo.

« Pernambucanos, estai tranquillos; a paz reina na capital; o povo está contente: já não ha distincção entre brasileiros e europeus; todos se conhecem irmãos, descendentes da mesma origem, habitantes do mesmo paiz, professores da mesma religião. Um governo provisório, illuminado, escolhido entre todas as ordens do Estado, preside á vossa felicidade; confiai no seu zelo, no seu patriotismo.

« A Providencia, que dirige a obra, ella a levará ao termo. A empreza é filha do céu; o céu a protegerá: vós vereis consolidar-se a vossa felicidade; vós sereis livres do peso de enormes tributos que gravão sobre vós; o vosso e nosso paiz subirá ao ponto de grandeza que ha muito o espera, e vós colheréis o fruto dos trabalhos e zelo dos vossos concidadãos. Ajudai-os com os vossos conselhos; elles serão ouvidos; com os vossos braços a patria espera por elles; com a vossa applicação a agricultura: uma nação rica é uma nação poderosa. A patria é a nossa mãe commum; vós sois seus filhos, sois descendentes dos valorosos lusos; sois portuguezes, sois americanos, sois brasileiros, sois pernambucanos.

« Dada na casa do governo provisório, aos 9 de Março de 1817.—O padre João Ribeiro Pessoa.—Manoel Corrêa de Araujo.—José Luiz de Mendonça.—Domingos José Martins. »

#### Outra.

« Caros patriotas, fieis pernambucanos!—Os inimigos da patria não cessão de inventar novos meios de seducção para vos aterrar, desesperados por vêrem que o deffestavel exemplo de peritida que vos derão, trahindo o juramento solemnemente prestado na presença de Deos e dos homens de defenderem a sagrada causa da independencia, era muito indigno para fazer abalar os animos fieis e resolutos, que não sabem retroceder um passo no caminho da gloria e da liberdade em que uma vez entrãrão, procurão agora incutir-vos terror e medo por meio de perversos e occultos avisos de que nas Alagoas se fórma um exercito formidavel, que vem esmagar-nos e reduzir-nos a cinza.

« Deixai vozear estes aristocratas insensatos, que vos fazem guerra mais para defeza dos seus velhos e carunchosos pergaminhos do que para defeza do rei. Não, enganai-vos; não é a fidelidade, que affectão ao seu soberano, o que os incita a disporem armas contra a patria: essa fidelidade desapareceu desde o momento em que jurãrão seguir as bandeiras da republica e adherir á santa causa que todos defendemos; incita-os a baixa saudade que conservão dos seus tortuosos e mal fundados titulos e brazões, das humides zumbalas que recebiam a sua prostituida e mal fadada senhoria, o horror de se conhecerem iguaes em direitos aos outros homens, entre os quaes se julgão como uma raça distincta, nascida para

mandar, e finalmente o desejo que ainda lhes arde nos orgulhosos corações de vos pisarem e cobrirem de desprezo.

« Essa rançosa e abastardada fidalguia do sul é o vosso unico inimigo; o povo que os acompanha ou é seduzido ou arrastado á força: e que podem receiar homens livres dessa chusma de escravos, que seguem quatro ou cinco pseudo-fidalgos sem letras, sem talentos, sem virtude, que não sabem senão vegetar e arrotar embofias e fanfarrices, e que não estudãrão outra sciencia senão a historia genealogica de suas arruinadas casas?

« Pernambucanos, confiai na prudencia e sabedoria do governo, no valor do exercito que vos defende, na justiça da causa que vós mesmos defendeis, nos cuidados e vigilancia da Providencia, que tão visivelmente nos protege.

« Os habiaños são nossos irmãos e nossos conterraneos; não podem ter interesses oppostos aos nossos. O despota coudo que os governa conhece tanto esta verdade, que, apesar das insulsas ameaças que contra nós vomitou, e da intrepidez e audacia que quer parecer respirar nas suas inspidas proclamações, treme sobre a sua segurança, e segundo o systema de todos os tyrannos tem procurado na fortaleza de S. Pedro, rodeado de bayonetas e boccas de fogo, aquelle asylo, que receia não dever encontrar entre os homens que detestão o seu despotismo e tyrannia.

« Se alguns tiverão a desgraça de marchar contra nós forão sem duvida impellidos pelos mesmos motivos que armão contra nós alguns dos nossos mesmos patriotas, ou pela seducção ou pela força. Estes motivos desaparecerão depressa: a seducção não póde ser duravel; alguém dia os raios brilhantes da verdade a dissipão; a força incutida ainda é mais fraca: a razão só a desarma.

« Pernambucanos, nós só temos um inimigo a temer: a desunião entre nós. Reunamos nossos espiritos, nossos sentimentos, nossas forças e nós seremos invenciveis, a nossa liberdade consolidada, nossa independencia reconhecida, nossos inimigos confundidos, nossa patria salva.

« Viva ella! Viva a religião com ella!—O padre João Ribeiro Pessoa.—Domingos José Martins.—Domingos Theotonio Jorge.—Manoel Corrêa de Araujo. »

*Preciso dos successos que tiveram lugar em Pernambuco desde a faustissima e gloriosissima revolução operada felizmente na praça do Recife aos 6 do corrente mez de Março, em que o generoso esforço de nossos bravos patriotas exterminou daquella parte do Brasil o monstro infernal da tyrannia real.*

« Depois de tanto abusar da nossa paciencia por um systema de admiração combinado, acinte para sustentar as vaidades de uma corte insolente sobre toda a sorte de oppressão de nossos legitimos direitos, restava calumniar agora a nossa honra com o negro labéo de traidores aos nossos mesmos amigos, parentes e compatriotas, naturaes de Portugal, e era porventura a derradeira peça que faltava de se pôr á machina da politica do insidioso governo extincto de Pernambuco.

« Começou o perfido por illaquear a nossa singeleza, proclamando publicamente a 5 deste mez que era amigo sincero dos pernambucanos, que tinha repartido o seu coração com elles, escrevendo estes enganos com a mesma penua com que acabava de encher no segredo do seu gabinete listas de proscriptos, que tinha de entregar nas mãos do algoz brasileiros de todas as classes, a mocidade de mais espirito do paiz, os officiaes mais bravos das tropas pagas, em uma palavra, os filhos da patria de maior esperança e mais distincto merecimento pessoal.

« Amanheceu, enfim, o dia 6, em que as enxovias havião de ser atulhadas de tantos patriotas honrados, e suas familias alagadas de dôr e de lagrimas; convoca o maldito um conselho de officiaes de guerra, todos invejosos da nossa gloria, e depois de ter assignado com elles a atroz condemnação daquellas innocentes victimas, despacha dalli mesmo os que lhe parecerão mais capazes de



lhe dar execução. Uns correm aos quartéis militares, outros a casas particulares; fervem prisões por toda a parte, e já as cadeias começam de se abrir para ir engolindo um por um dos nossos bons compatriotas.

« Aqui, porém, mostrarão os nossos como têm capacidade para saber conhecer que a desobediência tem todo o prego de heroísmo em certos casos, e é quando com ella se salva a causa da patria. Um bravo capitão deu o signal do dever de todos, fazendo descer aos infernos o principal agente da injustissima execução; correu-se ás armas, e poucas horas daquelle mesmo dia forão todo o tempo de começar e acabar tão ditosa revolução, que mais pareceu festejo de paz que tumulto de guerra, signal evidente de ter sido toda obra da Providencia e beneficio da benção do Todo Poderoso.

« O ex-general tinha-se recolhido á fortaleza do Brum, e onde suppunha achar uma praça de defesa achou a prisão de sua pessoa e dos seus. Recorreu a proposições pacificas que acabarão n'um *conclusum*, com que foi obrigado a conformar-se no dia 7, pelas 6 horas da manhã.

« Desde logo foi restabelecida toda a ordem publica; não se ouvirão mais outras vozes que de aclamações geraes, dignas do dia em que um immenso povo entrava na posse de seus legítimos direitos sociaes. Foi consequencia disto não ter havido até agora sequer um só disturbio nem motivo qualquer de queixa.

« A 8 se installou o governo provisório, composto de 5 patriotas, tirados das diferentes classes, o qual governo tem sido sempre permanente em suas sessões. O seu primeiro cuidado foi desabuzar os nossos compatriotas de Portugal dos medos e desconfianças com que os tinham inquietado os partidistas da tyrannia, recebendo a todos com abraços e osculos, segurando as suas familias, pessoas e propriedades de toda a sorte de injurias, fazendo-os continuar em seu commercio, trafegos e occupações, com maior liberdade que d'antes, proclamando, emfim, por um bando os sentimentos do governo e do povo, e não haver mais daqui por diante differença entre nós de brasileiros a europeus, mas deverem todos ser tidos em conta de uma só e unica familia, com igual direito a uma só e á mesma herança, que é a prosperidade geral de toda esta provincia.

« A 9 tudo se achava no mesmo espirito de concordia e pacificação geral, sem o povo se resentir de outra novidade que das bondades do governo, todo applicado a promover a segurança interior e exterior por medidas acertadas, buscando esclarecer a sua marcha com dividi-vidas as materias de maior importancia por *comités* compostos das pessoas de maior capacidade conhecida para cada uma dellas, com que tem obtido ao mesmo tempo popularisar as suas deliberações o mais possível.

« Naquelle mesmo dia o governo foi permanente até á meia-noite para continuar diversos despachos que hoje apparecerão, sendo dos mais importantes fazer entrar os funcionarios publicos nas suas occupações, como d'antes, sem tirar ninguém do seu officio, proscrever as formulas de tratamento até agora usadas, sem admittir nenhuma outra que a de—Vós—mesmo com elle governo; abolir certos impostos modernos de manifesta injustiça e oppres-são para o povo sem vantagem nenhuma da nação, etc. E tal é o nosso estado politico e civil até hoje 10 de Março de 1847.—Viva a patria! Vivão os patriotas, e acabe para sempre a tyrannia real!

#### Proclamação.

« Denodados patriotas bahianos!—Já sabeis os resultados do faustissimo dia 6 de Março, que restituiu aos seus perdidos direitos vossos irmãos de Pernambuco. Já o sabeis e ainda hesitais! Nós pasmamos, caros irmãos, que alguns d'entre vós não corrao ao nosso seio, e venhão estreitar laços que a identidade de religião, costumes e moradia, e a sympathia do sentimentos, creára entre nós. Vós, que tendes marchado sempre dianteiros na estrada da civilisação e cultura, não nos seguireis ao menos na carreira da gloria, e não partilhareis os riscos e lidas a que gostosos nos sujeitamos para sacudir um jugo odioso e recuperar o titulo de homens livres?

« Acaso podem empecer os arremecos de vossa indignação as insipidas roncias e vãs bravatas do futil general que ainda vos tem acurvados? Fatuo! O tempo dos prestigios é passado. Fidelidade aos tyrannos é complicitade em seus delictos, é atraçoar a grande causa do genero humano. E a quem cumpre que sejais fieis? Sem duvida ao mais querido dos reis, na phrase do vosso inepto bachá. Esse rei querido, oh, blasphemias! Esse rei, que dissipa em apparatus e profusões ridiculas os frutos custosamente produzidos por vossas callejadas mãos, e com o suor dos vossos rostos; esse rei, que, prodigo reparte pelos mais infames validos, pelos sevandijas mais desprezíveis de uma corte corrompida o pão arrancado a vossos famintos filhos; esse rei, emfim, que conservando arreigado n'alma um secreto rancor ao nome do Brasil, vos não dilacera, porque vos teme, e, porque vos teme, ainda mais vos odeia. E ousas tu, perfido e falsario general, dar o epitheto de querido ao rei que pretendeste atraçoar?

« Indigno! o teu negro projecto e o de teus consocios é que só merecia o nome de conspiração; elle destruiu um throno odiado para substituir-lhe milhares de thronos ainda mais abhorreciveis; o povo, o desgraçado povo, era condemnado a satisfazer o orgulho e pretensões de um bando de aristocratas avidos de sangue, insaciaveis de pompas e grandezas vãs, e jamais satisfeitos com as humilhações dos seus escravos.

« Graças te sejam dadas, Providencia Divina, que dissipaste a ominosa nuvem que ia a chover males sobre as cabeças dos nossos irmãos da Europa. Dissipaste-a e guardaste o novo Beelzebuth para espectador da redintegração dos nossos direitos, que não pôde perturbar sua impotente raiva. Em vão te afadigas, genio do mal, não illudes o generoso povo; tuas traças e embustes são conhecidos. Miserandos se te acreditão!

« Ah! corai, bahianos; correi-vos da injuria que faz a vosso entendimento e a vosso coração o vosso proclamador; não pôde ser a divisa de um povo nobre e generoso fidelidade a um despota baixo e oppressor. Mostrai-lhe que são mentirosas suas gratuitas asserções, que os vossos peitos são o santuario de Vesta, onde nunca se extinguiu o fogo sagrado da liberdade, e que o sópro dos tyrannos, se pôde diminuir-lhe a força, não conseguiu abafá-lo de todo.

« Respondei promptos aos gritos de vossos consanguíneos, de vossos conterraneos. Escutai os dictames da religião santa que professais; a cada pagina dos livros sagrados ressumbra a doutrina salutar da igualdade do homem e do odio á tyrannia. Juntai os vossos aos nossos esforços, ultimemos a obra tão felizmente começada, salvemos o Brasil que descorado o attenta em nós e em nós escora sua nutante liberdade.

« Bahianos, accordai as vossas ás nossas vozes; entoemos o santo hymno—Viva a religião! Viva a patria! Viva a liberdade!

#### Outra.

« Pernambucanos do norte!—Que cegueira é a vossa? Que demonio das trévas vos tem illudido? Armai-vos e contra quem? Contra os vossos melhores amigos, contra os vossos irmãos! Os malvados, que vos têm seduzido, têm posto em acção todas as vossas paixões, e a mais baixa de todas, o medo, é aquella sobre que se tem mais apoiado. Espalhão rumores loucos, creão com rasgos de penna exercitos de milhares de homens que nos vem invadir, e sois tão desasizados que, sem o menor criterio, credes absurdos. Que é feito desses 20.000 homens ha tanto apregoados, e que jámais apparecem? Correm dias após dias, e os gabados invasores nem ao menos se apresentão nas nossas fronteiras.

« Irmãos, os inimigos unicos que temos a vencer sois vós, que, enganados, receitais o dom inestimavel de uma liberdade racional, e o thesouro de todas as felicidades de que o homem é capaz na terra, que a bondade da Providencia vos franqueou por meio de nossa feliz revolução. Nossos unicos inimigos sois vós, que, ingratos á patria que vos nutrio e que vos ama, odiais os seus filhos mais

caros, que expõem tudo para fazê-la apparecer lustrosa na lila das nações.

« Desgraçados! E não pensais que os mesmos serviços que prestas ao inimigo de todo o Brasil são o vosso maior crime? Esquecer-se-ha elle jámais que sois brasileiros e pernambucanos? Olvidai-se-ha que sois irmãos, que sois parentes, bem que esposas, dos generosos campeões que ouzou sacudir o detestavel jugo e dar primeiros ao Brasil um exemplo digno de imitação?

« Não, pernambucanos, vosso nome só faz a vossa culpa e motiva a sentença de indiscriminada condemnação. Sereis pelo tyranno subrepticiamente de odiosos impostos, sereis embridados, e de briosos ginetes sereis metamorphoseados em quattrões de carga.

« Tal é a sorte que vos espera e que de certo tereis se não vos unirdes a nós, e desprezando os ócos boatos não caminhardeis com confiança na mesma carreira em que caminhão vossos irmãos. Alugentaí, não o exercito da Bahia, commandado pelo seu inepto chefe, que nunca existio senão em cartas, mas o verdadeiro inimigo que tendes dentro em vos mesmos, o medo ridículo, o espirito de dissensão e discordia, e o venenoso ciúme que vos dilacera. Nada tendes a temer: a terra vos abre o seu seio, brotão searas e a fertilidade; o paiz todo é uma continuada trincheira, aonde punhado de homens frustra esforços de milhares.

« Pernambucanos do norte, nós vos conjuramos pelos céos e pela nossa patria, rompei os prestigios da fascinação, correi a nós, estratagemas os nossos laços e sereis invencíveis. Dado na casa do governo provisório de Pernambuco, aos 9 de Maio de 1817.—O padre João Ribeiro Pessoa.—Domingos Theotônio Jorge.—José Luiz de Mendonça. »

*Rodrigo José Ferreira Lobo, chefe de divisão da armada real, commandante da esquadra do norte, aos habitantes da capitania de Pernambuco.*

« Não podia deixar de produzir tanta estranheza, como magua ao animo de el-rei nosso senhor, o ver que uma provincia do Brasil, onde tantos homens valerosos e honrados se illustrarão por feitos gloriosos para expulsar um inimigo poderoso, e restaurar os direitos da corôa portugueza, seja ella agora o theatro, onde individuos indignos do nome portuguez perpetrarão uma rebelião atroz, ousando depois de excitarem a desordem popular, derribar o poder representativo de Sua Magestade na expulsão do governador que os regia e erigir um governo faccioso.

« Sua Magestade está em tudo persuadido de que a maior parte dos pernambucanos conservão a honra e lealdade que herdarão de seus avós, e de que sempre derão provas ao mesmo augusto senhor, e outrosim não duvida que o inesperado e faccioso rompimento de uma revolta pudesse momentaneamente supprimir o effeito daquelles mesmos sentimentos.

« Penalisa, portanto, o piedoso coração de Sua Magestade o ser obrigado a vexar os seus vassallos, procurando os meios do sujeitar os rebeldes, o que não pôde evitar-se, mandando o mesmo augusto Senhor, como na realidade me ordenou, que eu bloqueasse, com as forças que pôz á minha disposição, os portos de Pernambuco.

« Além disto e do decoro e dever de Sua Magestade empregar todas as outras forças que a Providencia depositou em sua autoridade para destruir, com a maior brevidade possível, o germen de uma guerra civil, cuja idea por si só consterna o espirito do nosso soberano, e ha de tal maneira horrorisando todos os seus liens vassallos, a quem tem chegado a noticia desta mancha na fidelidade nacional, ainda não vista na monarchia portugueza, que todos têm feito, com patriotismo exemplar, offertus e sacrificios de suas pessoas, e calidades para auxiliarem aquellas disposições que Sua Magestade tiver a bem de ordenar com aquelle fim; mas Sua Magestade espera que os seus bons vassallos da capitania de Pernambuco farão da sua parte todos os esforços para evitar tão excessivas calamidades.

« A bordo da fragata *Thetis* no bloqueio de Pernambuco, 25 de Abril de 1817. — Rodrigo José Ferreira Lobo. »

#### Proclamação.

« Habitantes de Pernambuco!—Chegando á noticia dos governadores do reino de Portugal e dos Algarves o horroroso attentado commettido nesta capitania nos dias 6 e seguintes de Março do presente anno, virão com a dôr e indignação de que estão penetrados todos os bons portuguezes que um bando de facciosos e revolucionarios, comprimindo momentaneamente pela força os sentimentos de honra e fidelidade de que tendes dado tão decisivas provas, apresentarão á Europa espantada o primeiro exemplo entre os portuguezes de deslealdade a seu natural e legitimo soberano.

« E não estão ainda saciados de sangue e de lagrimas esses monstros, que, por espaço de 25 annos, inundarão grande parte da terra com as mais funestas calamidades, sendo talvez instrumentos com que a justiça divina, irritada pela immoralidade e irreligião destes ultimos tempos, quiz castigar a Europa, e dar a todo o mundo um temeroso exemplo da severidade com que o braço omnipotente confunde e aterra os impios que desprezão a sua santa lei?

« É possível que o conhecimento das desgraças, que produzio o furor revolucionario emquanto a Providencia lhe não pôz termo, não fosse bastante para vos arredar do horrivel abismo em que esses inimigos da ordem vos pretendem precipitar?

« Podem acaso esses miseraveis sectarios da mais fatal revolução, esses instrumentos vis e abjectos do mais feroz tyranno que ella produzio, achar ainda em qualquer lugar da terra, a que houver chegado a historia deste calamitoso periodo, pessoas a quem illudão com phrases espeziosas, e com principios de que uma triste experiencia fez já conhecer a falsidade, e as desastrosas e inevitaveis consequencias?

« Não, pernambucanos, vossos irmãos os portuguezes não poderão jámais acreditar, estando pelo contrario intimamente persuadidos de que se a violencia e arbitrio de uma perfida conjuração chegarão a surprender por um instante a vossa lealdade vós mesmos quebrareis bem depressa os grilhões que vos opprimem, e fareis conhecer ao mundo que, se houve entre vós neste seculo de corrupção e immoralidade imitadores do infame traitor Calabar, existem nos descendentes dos Vieiras, dos Vidaes, dos Camarões e dos Henriques Dias, os mesmos sentimentos de fidelidade e amor ao seu soberano, que tanto os illustrarão, e de que derão um exemplo, que a historia tem transmittido a todos os seculos para immortal honra dos pernambucanos, que esses indignos revolucionarios pretendem agora manchar com uma indelevel mancha.

« Não era por certo o captivo de que esses heroes vos libertarão mais horroroso do que aquelle de que agora estais ameaçados. Se os hollandezes pela differença de religião punhão em perigo a pureza e o exercicio da que felizmente professamos, estes revolucionarios procurarão destruir em toda a parte e derribar pelas bases todas as idéas religiosas e moraes. E posto que, enquanto lles convem, se vos apresentem disfarçados com a mascara da hypocrisia, affectando respeitar uma religião de que mofo e que desmentem nas suas proclamações, fazendo a Providencia complice do crime mais atroz que pôde commetter um povo, qual é o de faltar á fidelidade devida ao seu soberano, podeis estar certos que se chegasse uma vez a alcançar os seus fins rasgarão immediatamente o véo com que cobrem seus verdadeiros projectos, e experimentarão epito a mesma intolerancia de que falsamente nos accusão, que os seus socios praticarão em França, e que praticará sempre esta seita desorganizadora em toda a parte em que puder firmar a sua dominação.

« Considerai que se os hollandezes, conquistando este paiz, procuravão despojar-vos de vossas riquezas, não são também agora outros os fins desses homens que vos ty-

ranismo. Pouco importa que se gloriem do nome de brasileiros ou de portugueses.

« Desligados pela immoralidade de seus princípios de todos os vínculos divinos e humanos, que sujeitam o homem aos deveres de cidadão e às relações de família e de amizade, estão devorados de uma desmedida ambição de riqueza e poder, estando sempre promptos a sacrificar a estas duas tão insaciáveis, como funestas paixões, todas as considerações que as podem modificar no coração dos homens que conhecem e respeitam a virtude.

« Que fe, que honra, que probidade se pôdo esperar de gente que principia calcando aos pés e insultando todos estes sentimentos? Que segurança pôde ter contra a força do poder, collocado em tais mãos, o capitalista opulento, cujas riquezas estão desafiando todos os dias a sede ardente de ouro que os domina?

« Infelizmente as fataes scenas da revolução franceza, cujos principios elles proclamão, devem abrir os olhos a toda a casta de proprietários, e aos mesmos povos de quem aqu... revolucionarios se servirão como instrumentos, e que conhecerão á sua custa, mas já tarde, que a lisonheira linguagem com que illudirão até as ultimas classes da nação não era mais que um veneno subtilmente preparado, que veio a degenerar para todos no mais tyrannico despotismo e insuportavel miseria.

« Se taes vêm a ser indispensavelmente os effeitos que os principios revolucionarios modernos devem produzir, e realmente produzirão na Europa, que inevitaveis males não ameaçam o Brasil no seu estado actual? O exemplo da ilha de S. Domingos é tão horroroso e está ainda tão recente, que elle só será bastante para aterrar os proprietários deste continente.

« Extirpai, pois, habitantes de Pernambuco, extirpai sem demora o monstro que quer sepultar os pacificos povoadores do Brasil nos horrores, que, por merecê da Providencia, apenas lles têm sido conhecidos pelos annos da historia. Suffoca immediatamente a venenosa serpente que vos devorará sem remedio se lhe deres tempo para medrar e crescer.

« Restabelecei promptamente a ordem e as autoridades legitimas, e imitando vossos illustres maiores voltai á obediencia do mais amavel soberano, verdadeiro pai de seus povos, por quem tem feito os mais heroicos sacrificios, e por quem é temido e adorado em todas as regões do seu dilatado Imperio.

« Os governadores do reino de Portugal e dos Algarves, informados deste sacrilego attentado contra a soberania do nosso augusto rei e senhor, e da violencia com que o chamado governo provisório detem a propriedade dos portuguezes, que provavelmente pretende roubar para com ella se pôr em salvo, e persuadindo se de que em semelhante crise todos os vassallos de Sua Magestade devem acudir sem demora a destruir no berço uma rebelião, que, se ganhasse forças, faria nadar em sangue este delicioso paz, me ordenarão em seu real nome que, enquanto se não recebem as ordens do mesmo Senhor, viesse com a força do meu commando bloquear os portos desta capitania, cujo bloqueio, que será auxiliado brevemente com maior poder, deverá durar enquanto Sua Magestade não mandar o contrario, ou enquanto os fiéis habitantes desta capitania não conseguirem sacudir o jugo que os opprime, restituindo nella o suave e legitimo governo de Sua Magestade.

« Os pernambucanos leaes recoberão da parte dos navios de guerra de Sua Magestade, encarregados deste serviço, toda a ajuda e favor de que precisarem para o util e glorioso fim de restituir a paz e felicidade á esta interessante porção dos dominios de Sua Magestade, mesmo antes que as suas immediatas providencias aqui possam chegar. — Viva el-rei nosso senhor.

« Dada a bordo da fragata *Perola*. — José Maria Monteiro, capitão de fragata commandante. »

#### Ordem do dia do conde dos Arcos.

« Por noticias chegadas hontem á noite do quartel-general do marechal Mello consta que nossos camaradas

tiverão a ventura de desfazer totalmente no dia 15 o exercito denominado dos soldados insurgentes, ficando prisioneiro o chamado general Domingos José Martins e muitos outros, chamados officiaes, que já estão na cadeia desta cidade, passando a nosso poder a caixa militar, 6 peças de artilharia, muitas munições de bocca e de guerra, e a bandeira revolucionaria, ficando entrosim sobre o terreno quasi todos os cadaveres dos infames que compunhao tão monstruoso exercito.

« Cumprindo-me, pois, annunciar sem perda de tempo aos militares, que ora estão por ventura minha debaixo do meu commando, tanta gloria obtida por nossos irmãos de armas, é no mesmo momento do meu essencial dever convida-los para irmos todos juntos render graças ao Deos dos exercitos, o que terá lugar hoje, a meio-dia, na igreja do Collegio.

« E' tambem mui doce obrigação minha fazer publico que os dois majores Salvador e Gordilho commandarão as duas columnas do ataque, com tanta intelligencia e valor, que merecem as mais honrosas recommendações do marechal commandante em chefe, merecendo iguaes expressões o capitão de milicias do regimento do Penedo Antonio Jose dos Santos, que o referido marechal graduou no campo da batalha em sargento-mór, e tendo merecido, pelo que se sabe ate agora especial consideração o major da legião D. Luiz, e capitães Paula, Hermogenes, Manoel Duarte, Argolo e José Felix.

« Com a rubrica do lilm. e Exm. Sr. conde general. — Antonio Fructuoso de Menezes Boria, ajudante de ordens de semana.

« Bahia, 29 de Maio de 1817. »

#### Condições offerecidas ao commandante do bloqueio pelos membros do governo provisório.

« Os patriotas, á testa do partido da independência, entregarão ao commandante do bloqueio por parte de S. M. Fidelissima os cofres publicos, munições e mais effeitos, pertencentes anti'ora á corôa, no estado em que actualmente se achorem. A villa do Recife, Santo Antonio e Boa-Vista não soffrão d'anno algum por parte do partido independente.

« Os prisioneiros que se achão por ordem das autoridades actuaes, em razão de suas opiniões politicas, não soffrão d'anno algum ou insulto; antes serão relaxados da prisão. S. M. Fidelissima concederá annistia geral a todos os implicados na presente revolução, e haverá perfeito esquecimento de todos os actos perpetrados até hoje, como se nunca tivessem existido, e não poderá ninguem ser por elles perseguido.

« Será permittido a qualquer, que se quizer retirar deste porto o fazê-lo com sua familia, dando-s-lhe o preciso passaporte e podendo dispor livremente de todos os bens que possuem, quer de raz, quer moveis. Para verificação e entrega que deve fazer o partido independente mandará o bloqueio um commissario seu, que á vista dos respectivos livros do cofre será entregue do que existir.

« Feita a entrega levantará o commandante o bloqueio afim de deixar passar o vaso ou vasos neutros, que levarão os que se quizerem retirar. Deverá o commandante do bloqueio expedir incontinenti ordens ao commandante do exercito de S. M. Fidelissima para que nao avance contra esta praça enquanto se não ultimar a presente negociação. — Domingos Theotomio Jorge, governador das armas. — Francisco de Paula Cavalcante e Albuquerque, general de divisão. — O padre João Ribeiro Pessoa, governador provisório. — Manoel José Pereira Caldas, conselheiro. — Miguel Joaquim de Almeida, secretario do interior. — Pedro de Souza Tenorio, secretario ajudante. »

#### Condições do commandante do bloqueio para entrar em Pernambuco.

« Eu tenho em meu favor a razão, a lei e a força armada, tanto terrestre, como maritima, para poder entrar

no Recife com a espada na mão, afim de castigar muito a minha vontade a todo e qualquer patriota ou infiel vassallo, que são synonimos, por terem atropellado o sagrado das leis de el-rei nosso senhor; portanto eu não posso admittir condições indignas, como as que se me propoem, e só sim mandando á terra um ou mais officiaes e tropa para tomar o commando das fortalezas, retirando-se as suas guarnições e entrar aquellas que eu eleger, e da mesma fórma as embarcações armadas, arvorando-se logo as reaes bandeiras em toda a parte, salvando as ditas fortalezas, gritando-se sete vezes—viva el-rei nosso senhor e toda a familia real—e os corpos militares em armas, dando tres descargas, e no fim dellas dando os mesmos vivas a que deverá responder a minha esquadra, e então saltar eu em terra a tomar o governo de toda a capitania, ficando em custodia os membros do governo, e o chefe dos corpos e commandantes das fortalezas até que Sua Magestade haja por bem determinar da sua conducta sobre a revolta acontecida em Pernambuco (devendo eu assegurar, debaixo da minha palavra, a todos os senhores referidos que pedirei ao nosso amavel soberano a segurança de suas vidas), devendo eu mandar por terra um official participar ao general das tropas que marcha até entrar no Recife, e devendo retirar-se os povos que a mim me parecer para suas habitações, e quando eu saltar em terra estar no caes a nobreza e corpo do commercio, com as autoridades civis e militares, para se gritar em voz alta —viva el-rei nosso senhor e toda a familia real—e dalli marcharmos para darmos as devidas graças ao Deos dos exercitos por tão feliz restauração de tornar nos seus limites, e sagrado das leis com que somos regidos pelo melhor dos soberanos, e depois recolher-me á casa da habitação dos governadores, aonde estará a guarda, que me pertence como capitão-general, e continuarei dalli por diante a felicidade dos povos e fidei vassallos de el-rei nosso senhor.

« A bordo da fragata *Thetis*, surta em franquia defronte de Pernambuco, 18 de Maio de 1817 (assignado). —Rodrigo José Ferreira Lobo, chefe de divisão e commandante. »

*Intimação ultima ao commandante do bloqueio de S. M. Fidelissima defronte de Pernambuco.*

« Eu abaixo-assignado, governador civil e militar do partido da independencia em Pernambuco pela dissolução do governo provisório, em resposta ás condições referidas pelo commandante das forças navaes, etc., de S. M. Fidelissima, estacionadas defronte de Pernambuco, respondendo que são irreceptiveis no todo as ditas condições, como declararão o povo e exercito juntos para esse effeito.

« Agradeço ao dito commandante a palavra que dá de segurança de vida dos ditos membros do governo provisório, que não pedirão e nem aceitam; e declaro que tomo ao Deos por testemunha de que elle é responsavel por todos os horrores que se vão a praticar. Amanhã 19 do corrente, assim que não chegar resposta do dito commandante até ao meio-dia, serão passados á espada. Estas promessas serão executadas apezar da repugnancia que tenho em usar de medidas rigorosas.

« O governo de Pernambuco, que ora eu só represento, creio tem dado sobejas provas da sua generosidade, salvando os seus mais encarnicados inimigos, como melhor pôde dizer o mesmo agente empregado nesta missão. Este é o meu ultimatum ao commandante do bloqueio não accordar as justas condições offerecidas e apontadas hontem.

« Quartel do governo civil e das armas, 18 de Maio de 1817. —O governador Domingos Theotonio Jorge. »

*Ultima decisão do commandante do bloqueio.*

« Tendo-me sido apresentada a determinação em que diz estar o governador ora existente no Recife, tenho a participar-lhe que em nada me atemorizo as suas amea-

ças; porém, rogado pelo fiel vassallo de Sua Magestade, o Sr. desembargador José da Cruz Ferreira, nomeado ouvidor da comarca do Sertão, convenio em que haja um armistício até que o dito Sr. desembargador possa chegar ao Rio de Janeiro a rogar a Sua Magestade que perdoe aos rebeles que atropellarão o sagrado das suas sabias leis, pois que não é possível que um vassallo esteja autorisado para perdoar tão atrozes delictos, e nem é do meu modo de pensar; portanto pôde o governador apromptar uma das embarcações que tem o porto para o sobredito desembargador ir orar a el-rei nosso senhor por todo o povo do Recife.

« Esta embarcação sahirá em lastro, que seja bastante para reger a vela, e logo que saia para a esquadra eu lhe porei um commandante e parte da guarnição, trazendo aquella com que sahir os mantimentos para a viagem, e pelo que pertence ao exercito de terra não posso embarcar que elle se approxime ao Recife, pois que obra debaixo de outras ordens, e o mais que posso fazer é o de participar-lhe esta minha determinação, que não duvido accete.

« Comtudo não fico pelo resultado, e caso que o governador, com a sua mobilia, se queira retirar a corte do Rio de Janeiro, convenio que o faça, e lhe seguro desde já a sua vida, com tanto que não haja a menor vingança com os desgraçados em prisão, e eu tome o commando da capitania, como já disse.

« A bordo da fragata *Thetis*, surta defronte de Pernambuco, 19 de Maio de 1817 (assignado). —Rodrigo José Ferreira Lobo, chefe de divisão e commandante. »

*Alagoas.*—Copia da carta do conde dos Arcos ao tenente-coronel Antonio José Victoriano Borges da Fonseca (\*), commandante que então era das armas da comarca das Alagoas.

« Recibi a sua carta de 14 do corrente, que acompanhava as noticias do horrendo acontecimento que teve lugar no Recife em 6 do presente mez. A data da sua carta é a mesma das minhas ordens, expedidas a Sergipe de El-Rei sobre as primeiras medidas que havia a tomar a semelhante respeito, e sendo consequentemente provavel que o porto de Pernambuco já se achegoramente bloqueado no momento da recepção desta, tenho a prevenir a Vmcd. primo, que o padre José Ignacio Ribeiro, que sublevoou essa comarca, foi fuzilado no quarto dia de sua chegada a esta terra; segundo, que em Sergipe ha já um batalhão e um esquadra de tropa de linha, e corpos de milicias, promptos a marchar sobre essa comarca, além de outras divisões que brevissimamente se porão em marcha; tercio, que tenho encarregado ao marechal do campo Joaquim de Mello Leite Cogominho de Lacerda de restituir essa comarca á obediencia das leis de S. M. F. El-rei nosso senhor; quarto, que para esse mesmo fim saltará em Jaraguá brevissimamente um corpo de partidarios, commandado pelo major e meu ajudante de ordens José Ignacio Gordilho; quinto, finalmente, que, tendo sido o seu procedimento perfeitamente militar e nobre até a data da sua mencionada carta, comtudo perdeu muito de nobreza desde que um clérigo sublevoou todo o districto de sua autoridade, o que não obstante aventure-me a dar por certo que um official portuguez não perde assim repentinamente sentimentos que herda com o sangue de seus maiores, e nesta intelligencia ordeno-lhe muito positivamente que com a espada em uma mão e a bandeira portugueza se una aos bravos, que ahi mando encarregados de fazer adorar o sagrado nome de S. M. El-rei nosso senhor, e de punir de morte aos rebeles, na intelligencia de que sua ulterior conducta me proporcionará a occasião para mim muito agradável de interpor minhas humildes supplicas na augusta presença de el-rei nosso senhor, implorando de sua illimitada beneficencia o perdão de algum momento de desatino, que irresistivelmente o tenho ofuscado por algum espaço.

« Deos guarde a Vmcd. Bahia, 30 de Março de 1817. —Conde dos Arcos. —Sr. tenente-coronel Antonio José Victoriano Borges da Fonseca. »

(\*) Este militar, tendo denunciado a revolução no dia 14, colligou-se a ella no dia 18 do mesmo mez!



Thomaz Antonio de Villanova Portugal(\*)

Thomaz Antonio de Villanova Portugal nasceu em Thomar (cidade celebre de Portugal por ser a sede do capitulo da ordem de Christo) no dia 18 de Setembro de 1753, sendo seu pai um advogado de pouca fortuna, mas de grande consideração por sua probidade e reconhecidas virtudes sociaes.

Além de Thomaz Antonio teve mais dous filhos: Fr. Innocencio Antonio das Neves, religioso carmelita, lente de theologia na universidade de Coimbra, depois provincial dos carmelitas no Rio de Janeiro, e por fim bispo no Algarve, onde falleceu; e Alexandre Antonio das Neves, provedor da casa da moeda de Lisboa, distincto poeta e membro da academia real.

Thomaz Antonio, estando de corregedor em Villa-Viçosa, escreveu duas memorias sobre a sciencia do direito, que foram coroadas com a medalha de ouro pela academia real das sciencias.

Indo o Principe Regente (o Sr. D. João VI) á Villa-Viçosa travou conhecimento com o corregedor, e foi tanta a affeição que lhe tomou, que ouvia o seu parecer e o consultava em todos os negocios que tinha de resolver por achar maduros os frutos do seu juizo. Regressando o Principe para Lisboa, pouco depois recebeu Thomaz Antonio ordem de se apresentar a Sua Alteza, na capital, o que fez logo por obediencia, sendo sempre bem acolhido e consultado.

Vendo Thomaz Antonio que nada se resolvia a seu respeito se dirigio ao Principe, pedindo-lhe licença para regressar á Villa-Viçosa, e justificou o seu pedido com a falta que fazia aos povos na administração da justiça. O Principe lhe respondeu que daria as providencias, e no dia seguinte nomeou novo corregedor para Villa-Viçosa, e Thomaz Antonio para desembargador da relação do Porto, com exercicio na casa da supplicação de Lisboa, onde não tardou em ter um lugar effectivo.

Recebeu ordem de ir todos os dias ao paço, e quando o Principe ia para Mafra alli se lhe dava aposento. Thomaz Antonio continuou a ser consultado pelo Principe directamente em todos os negocios, sendo considerado por todos (menos elle proprio a si) como vallido do Principe, pois que desde o primeiro dia até o ultimo nunca se deu como tal, e antes cada vez mais submisso e respeitoso, porém ao mesmo tempo severo e firme na sua opinião.

A administração da fazenda publica se achava em pessimo estado, porque era ministro do reino e da fazenda o conde de Villa-Verde, homem sem merito, surto e glotão; porém o Principe tinha por elle grande consideração. Para melhorar o estado das rendas publicas creou-se o lugar de fiscal do real erario, com amplas attribuições, confiando-se elle a Thomaz Antonio, que o exerceu com tanta pericia e modestia, que tudo parecia ser feito pelo incapaz ministro conde de Villa-Verde.

Thomaz Antonio deu nova forma á organização do erario, e administrou com tanta sabedoria, que chegou a cobrir o deficit que achou permanente, e

a elevar a receita á uma somma a que ainda não tinha chegado, como teremos occasião de mostrar pelos balanços que possuímos, feitos pela propria mão de Thomaz Antonio.

A economia das despesas não era inferior ao melhoramento que se fazia na arrecadação da receita. O lugar de fiscal do real erario nasceu e findou com Thomaz Antonio, pois que nunca mais foi provido por ninguem.

O Principe Regente, satisfeito dos serviços de Thomaz Antonio, o despachou desembargador do paço, facto que ainda se não tinha dado na monarchia portugueza, porque Thomaz Antonio era o mais moço desembargador da casa da supplicação e de idade em que alli ninguem tinha entrado.

Thomaz Antonio não tomou posse do lugar, mas o Principe lhe perguntou um dia por uma consulta do tribunal, e elle se vio obrigado a confessar-lhe que ainda não tinha posse no desembargo: «E porque?» lhe perguntou o Principe. «Porque não tenho tido animo para isso, sendo ainda moço e sem o merito preciso.»

O Principe formalisou-se e lhe disse que tomasse posse do seu lugar no primeiro dia de tribunal, e que examinasse a consulta e lhe communicasse a sua opinião. Thomaz Antonio obedeceu, e foi agraciado com a commenda da ordem de Christo.

A situação politica de Portugal era então deploravel, como já mostrámos no 1º tomo da 2ª parte da nossa *Chorographia Historica do Brasil*, e tambem o papel que representou Thomaz Antonio até o embarque da familia real para o Brasil, porque então era elle considerado vallido do Principe; mas não adulava, nem pedia e nem intrigava, como ordinariamente fazem os que rodeião os governantes. O seu valimento consistia no bom conceito em que o Principe o tinha e nas considerações que lhe prestava; mas isto não o salvava da inveja. Os fidalgos não podião supportar que o filho de um simples advogado de aldeia fosse vallido do Principe, e por isso o intrigarão em um momento o mais solemne da sua vida.

Thomaz Antonio, conhecedor do estado politico da Europa, e principalmente do de Portugal, fallou a verdade ao Principe para que deixasse Mafra e fosse para Lisboa. O Principe partiu com effeito para a capital, e desde esse momento Thomaz Antonio foi excluido do seu conselho, e portanto das portas do paço.

Não obstante se achar em desgraça e sem communicações com o Principe, prevaleceu o seu conselho de ir a corte para o Brasil, e nessa occasião solemne o Principe Regente determinou que do erario se entregasse a Thomaz Antonio todo o dinheiro que se pudesse recolher dos cofres, afim delle se encarregar do fornecimento completo da esquadra que devia transportar a familia real para o Brasil. Esta ordem Thomaz Antonio a recebeu pelo correio depois de se achar no Rio de Janeiro. Tirou della uma copia e a entregou ao governo!

Restabelecida a corte no Rio de Janeiro e creado o desembargo do paço no Brasil, vio-se que Thomaz Antonio era o unico desembargador do paço que tinha vindo de Portugal, e foi por isso nomeado chanceller-mór do Estado do Brasil. O lugar de chanceller-mór pertencia de lei ao desembargador do paço mais antigo.

No Rio de Janeiro o Principe Regente creou a

(\*) Vide a 1ª serie do *Brasil Historico* de 1864, onde se acha a correspondencia de Thomaz Antonio com o rei, com a rainha Carlota, etc., que copiei dos originaes manuscritos.

ordem da Torre Espada para contemplar nacionaes e estrangeiros que o tinham acompanhado, e Thomaz Antonio foi agraciado com a commenda desta ordem. Deu-se-lhe para morar, com o medico Manoel Vieira, vallido tambem do Principe, a casa dos invalidos, que servia de quartel na rua do mesmo nome.

Esta casa foi dada, depois de propriedade, ao mencionado medico Manoel Vieira, que teve o titulo de barão de Alvaissere, cuja viuva a vendeu a a Estevão Ribeiro de Rezende, depois marquez de Valença, e pertence hoje á viuva deste, e está sendo actualmente occupada por um collegio de educação.

Tudo isto se passou sem que se levantasse a excommunhão em que tinha incorrido Thomaz Antonio por dizer em Mafra a verdade ao Principe; porém sabemos de origem mui pura que durante esse tempo de excommunhão o Principe Regente se correspondia com elle por intermedio de Manoel Vieira. Ao conselho de ministros foi chamado varias vezes para discutir os meios de crear no Brasil uma receita, com a qual se pudesse sustentar o Estado e a nova corte, e para o que estabeleceram primeiro uma base razoavel, conseguindo finalmente o seu intento.

Por fim foi Thomaz Antonio admittido á presença do Principe, com muito desgosto dos fidalgos, que olhavam para elle como para um inimigo, tanto mais perigoso que não ambicionava titulos de nobreza. Pouco a pouco se restabelecerão as antigas relações do Principe Regente com Thomaz Antonio, e elle ficou, como d'antes, sendo o conselheiro privado do Sr. D. João VI.

Como já vimos das cartas que temos publicado o Principe communicava a Thomaz Antonio todos os negocios privados e até o que se passava com os outros ministros na mais estreita confidencia. Mas o Principe tinha a fraqueza de nem sempre seguir tudo o que lhe aconselhava o seu fiel e dedicado amigo Thomaz Antonio, para não ir de encontro á vontade perseverante de qualquer dos seus ministros.

Pouco a pouco divulgou-se no Rio de Janeiro a intimidade do Principe com Thomaz Antonio. Nessa intimidade as verdades erão tão claras, que o Principe chegou a desconfiar dos seus ministros até em cousas de pouco alcance. Exigiu que lhes fossem apresentadas, com os competentes extractos, todos os requerimentos documentados que chegavam ás diversas secretarias de Estado, tirava os extractos que vinham com o parecer dos ministros, e os mandava a Thomaz Antonio para os examinar e dar o seu parecer. Combinava depois o parecer e extractos dos ministros com o parecer e extracto de Thomaz Antonio, e então decidia livremente.

O Principe Regente passava habitualmente algumas semanas do verão na fazenda de Santa-Cruz. O chanceller-mór Thomaz Antonio era quem o acompanhava, com exclusão dos ministros de Estado. Era o unico conselheiro que alli tinha o Principe, e por isso era Thomaz Antonio quem expedia os negocios e correspondia-se com os ministros. Foi em Santa-Cruz que Thomaz Antonio resolveu o Principe a mandar vir de Lisboa uma divisão militar, tirada do exercito portuguez, para tomar parte na guerra do sul, onde já as tropas brasileiras sustentavam a guerra com vantagem e denodo.

A divisão foi mandada vir da flôr do exercito, e

appareceu sob o commando do general Lecor, que depois foi barão e visconde da Laguna. Chegada ao Rio de Janeiro foi aquartelar-se em S. Domingos da Praia-Grande. O Principe Regente passou-se com a sua corte para alli e assistio ás manobras e simulacro de guerra que a divisão fez com muita satisfação de Sua Alteza.

O conde da Barca (Antonio de Araujo) era o ministro da guerra e achava-se doente de cama. O Principe Regente fez promoções, deu condecorações, e despachou todos os negocios da divisão até embarca-la para Santa-Catharina, só com Thomaz Antonio, que era o unico conselho de que se achava assistido. O conde da Barca assignava para esse fim todos os papeis que Sua Alteza lhe mandava.

O Principe concedeu á divisão o titulo de—voluntarios reaes. Foi tambem em Santa-Cruz que Thomaz Antonio fez pela primeira vez presentir ao Principe Regente que se não podia contar por muito tempo com a união do Brasil a Portugal, e que era necessario dar titulos de nobreza a alguns brasileiros e admitti-los tambem no ministerio. Esta idéa levantou contra Thomaz Antonio um grande rumor do paço.

O Principe Regente todavia não a desprezou. O valimento de Thomaz Antonio não podia chegar mais alto do que já tinha chegado. O Principe desejava que Thomaz Antonio entrasse para o ministerio; mas este tinha receios de ser ministro, apesar de não ser insensivel ao prazer de governar; porém gostava mais de o fazer secretamente do que ostensivamente.

Recusou quanto pôde, servindo-se de varios pretextos, sendo um delles que não convinha ao serviço do Principe que entrassem ministros novos com os velhos que ainda existião. Mas estes foram morrendo, e por fim já não existia senão o conde da Barca, velho decrepito e doente de cama. Assim mesmo Thomaz Antonio ainda resistia.

Fallecendo o conde da Barca acabáram-se os pretextos, e Thomaz Antonio formou novo ministerio de accordo com o Principe. Ficou elle com a pasta do reino, João Paulo Bezerra com a da fazenda, o conde de Palmella com a da guerra e estrangeiros, e o conde dos Arcos com a da marinha e ultramar.

O conde de Palmella achava-se então em Londres e o conde dos Arcos governando a Bahia. João Paulo Bezerra estava no Rio de Janeiro e tomou logo posse do seu ministerio, e foi pela primeira vez que no Brasil se desannexou a pasta da fazenda da do reino; mas isto durou pouco tempo, porque nove mezes depois falleceu João Paulo Bezerra, e a pasta da fazenda incorporou-se de novo á do reino.

Thomaz Antonio teve o titulo de ministro assistente ao despacho, e reuniu no principio do seu ministerio todas as pastas, á excepção da fazenda, e depois da morte de João Paulo Bezerra tambem ella.

O conde dos Arcos chegou depois, e tomou posse da pasta da marinha e ultramar; mas o conde de Palmella só chegou (tres annos depois) ao Rio de Janeiro no dia 23 de Dezembro de 1820, vindo na corveta austriaca *Carolina*, commandada pelo capitão de fragata Paltel, com 40 dias de viagem do Gibraltar ao Rio de Janeiro, em cujo bordo tambem virha o enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. o Imperador da Austria o barão de Stumer, pois tendo sabido de Lisboa o conde de

Palmella no dia 6 de Outubro do mesmo anno, no paquete *Montagu*, por abrir este agua, alguns dias depois da sua sahida de Lisboa arribou a Gibraltar, onde o conde de Palmella passou-se para a corveta *Carolina*.

O ministerio de Thomaz Antonio foi publicado no dia 24 de Junho de 1817; mas todas as cousas por mais serias que sejam têm um lado de ridiculo. Thomaz Antonio, sendo chancelier-mór, aconselhou que se alargasse o pedaço de uma rua, por onde o transito era perigoso; fez-se disto um negocio de Estado e os ministros se oppuzeram. Ao marquez de Aguiar parecia que Thomaz Antonio queria absorver até as attribuições da camara municipal, e a rua não se alargou senão depois do fallecimento dos ministros.

Foi uma das primeiras cousas que Thomaz Antonio mandou fazer logo que subio ao poder para mostrar a sua autoridade. Quatro ruas se ajuntarão em um ponto, que forão as de S. José, de Santo Antonio, da Ajuda e Ourives, que se estreitavão tanto defronte do convento do Parto, que não erão raros os desastres que alli se davão; cortou-se o angulo saliente de uma casa que impedia a circulação e toda a difficuldade desapareceu; mas para isso, como já disse, foi necessario que houvesse um novo ministerio por causa da morte do que então existia.

Thomaz Antonio continuou a acompanhar o rei, porque então já era morta a rainha D. Maria I, para Santa-Cruz. A confiança do rei, como já dissemos, em Thomaz Antonio era illimitada, Thomaz Antonio havia separado o ministerio da fazenda e dado a direcção delle a João Paulo Bezerra, na esperança de que este pudesse destruir a preponderancia do celebre Targini, visconde de S. Lourenço. João Paulo Bezerra era inimigo de Targini, mas, uma vez entrado no ministerio, reconciliou-se e morreu em santa paz com o seu adversario.

Targini era o thesoureiro-mór do real erario; Thomaz Antonio não lhe era affecto; mas, reunindo a pasta da fazenda á do reino, perdeu essa desaffeição e se fez amigo de Targini. De posse da pasta da fazenda publica Thomaz Antonio achou o erario embaraçado e o quiz pôr em ordem. Estabeleceu uma conferencia semanal dos empregados superiores do erario por elle presidida; fez um orçamento da receita e despeza, e na sua presença se decidia o que se devia fazer para a semana seguinte.

Os chefes do erario davão conta todas as semanas em cada conferencia do modo por que tinham executado as resoluções della, e as cousas andavão de modo que todos os sabbados, que era o dia marcado para as conferencias, o ministro tinha em suas mãos um balancete do thesouro, e sabia o que devia entrar e sair na semana seguinte. Mas no orçamento Thomaz Antonio se esqueceu de incluir a verba da despeza extraordinaria que fazia a casa real nas jornadas a Santa-Cruz, e este esquecimento foi o triumpho de Targini.

Chegada a occasião da jornada el-rei fallou disso a Thomaz Antonio, e este disse a Sua Magestade que seria muito conveniente desistir naquella anno desse passeio, porque dava um augmento de despeza que não estava calculado no orçamento; el-rei não gostou da observação. Mandou á noite chamar Targini, a quem deu parte do occorrido, e este disse a Sua Magestade que não fizesse caso do que lhe dizia o ministro; fosse para Santa-Cruz, que não

lhe faltaria dinheiro no erario, e que se faltasse elle tinha amigos que o não deixariam mal. El-rei partio no dia seguinte para Santa-Cruz sem dar parte disto a Thomaz Antonio.

Depois de alli estar é que mandou chamar a Thomaz Antonio, e o que se passou entre elles não respirou. O que é certo é, que, na volta do rei de Santa-Cruz, tinha entrado Targini nas boas graças de Thomaz Antonio, governando o erario, com tanta ou mais amplitude do que no tempo do marquez de Aguiar.

Targini dizia então, referindo-se a Thomaz Antonio, que nunca tinha visto poltro mais bravo e nem cavallo mais manso.

A influencia de Targini chegou a ser com Thomaz Antonio a mesma que era com o marquez de Aguiar, só com a unica differença de que com este determinava por si só, e com aquelle concorria com os conselhos da sua experiencia.

O marquez de Aguiar não conhecia os desvios de Targini, enquanto que Thomaz Antonio estava ao alcance de os conhecer, e isto continha o thesoureiro-mór nos limites da moderação com o que a administração publica ganhava.

Depois da batalha de Taguarembó Thomaz Antonio mandou o seu secretario de gabinete á Santa Catharina e ao Rio-Grande do Sul em missão secreta, porque tinha por costume não escrever officialmente resoluções importantes aos generaes das fronteiras. Mandava sempre uma pessoa de sua intima confiança levar o recado verbal, e o Sr. Drummond, que era o seu secretario de gabinete, foi neste serviço por duas vezes a Montevideo.

Antes de partir recommendou Thomaz Antonio ao Sr. Drummond que fosse á casa de Targini, thesoureiro-mór, receber suas ordens. Targini achava-se em sua livraria, collocada na espaçosa sala do segundo andar do seu palacete, em Matacavallos, e apesar das desaffeições que haviam de familia, Targini recebeu com cordialidade o Sr. Drummond, e ao subir, disse-lhe o mesmo senhor, que na escada encontrou F. C. B. e J. J. de S., que descia ao mesmo tempo.

Ao entrar o Sr. Drummond na livraria de Targini lhe perguntou este: « Encontrou alguém na escada? » Respondeu-lhe pela affirmativa. « Vão mui contentes, não é assim? Pois bem, estão ambos perdidos; e não são elles só; a muita gente arruinarão e é isto o que eu sinto. » Mudando de conversa, perguntou ao Sr. Drummond o que necessitava, e tendo este recusado a gratificação, que é costume dar-se em taes commissões, dizendo que a somma em que orçavão os seus ordenados lhe bastava, tornou-lhe Targini: « Menino, o senhor ainda é muito criança e engana-se com as cousas deste mundo, que não são tão bonitas como lhe parecem; mame enquanto a vacca dá leite. » Mas o Sr. Drummond recusou as excedencias e só recebeu a diaria de 4\$800, e indo ao erario entregou a ordem a Antonio Homem, e recebeu o subsidio para a viagem ordenada por Thomaz Antonio.

Quando se negociava com a Inglaterra que o commercio de escravos só se fizesse ao sul do equador, esta negociação assustou á corte portugueza e desorientou a cabeça de seus ministros. Thomaz Antonio era, ainda chancelier-mór, e consultado pelo Principe Regente deu parecer diverso do que pensavão os ministros. Entendia que a limitação do trafico era o ponto de partida da completa abolição

da escravatura; que a abolição estava na natureza das cousas, e bom era que se marcasse já o ponto de partida; que a abolição da escravatura seria um bem e não um mal para o Brasil, posto houvesse elle de soffrer no seu modo de existir com essa mudança, mas que esse soffrimento seria temporario, como a reacção de uma enfermidade, que é o signal da cura completa.

Este parecer de Thomaz Antonio socegou o animo do Principe Regente, e a convenção foi ratificada contra a vontade dos ministros.

O chanceller-mór entendia que convinha desde logo procurar dirigir a corrente da emigração europeia para o Brasil, rodear a cidade do Rio de Janeiro de colonias agricolas, que para o futuro viessem abastecer a grande cidade, cujos destinos elle encarava vantajosamente; mas esta idéa foi combatida e não pôde prevalecer. Os adversarios entendião que o Brasil não convinha senão a portuguezes, e que o enxerto de outros povos seria prejudicial á integridade da monarchia.

A revolução de Pernambuco em 1817 atrazou a execução dos planos de Thomaz Antonio. Esta revolução o preoccupou. Elle a encarava debaixo de dous pontos de vista, e ambos fataes. Era primeiro o abalo que levava a idéa da fidelidade; o segundo uma ingratição para com o rei. Thomaz Antonio era pessoalmente amigo de D. João VI, e tudo o que podia offender ao monarcha offendia a elle igualmente.

Os pedreiros livres erão para elle o que os jesuitas forão para o marquez de Pombal, quasi que tendo pacto com o diabo, e sendo autores de todas as calamidades passadas, presentes e futuras. Pelo simples facto de ser pedreiro livre perseguiu algumas pessoas, mas uma só foi victima, e esta foi Luiz Prates de Almeida e Albuquerque, secretario da academia militar, moço a quem faltava o juizo prudencial. Luiz Prates foi mandado sem processo nem sentença, por um simples inquerito do juiz da inconfidencia para Goa, onde foi assassinado por demasiada imprudencia sua em 1821.

Thomaz Antonio chamou para chefe da alta espionagem um celebre José Anselmo Corrêa, natural da ilha da Madeira, homem perverso e que tinha já servido na diplomacia portugueza. Foi este homem encarregado de denunciar os pedreiros livres, e elle o fez denunciando a todo o mundo. O rei passou pelo desgosto de saber que até os seus criados, que mais de perto o servião, erão pedreiros livres. Soube que todos os ministros, que servirão no Brasil antes de 23 de Junho de 1817, tinbão sido pedreiros livres. Para contentar o rei e satisfazer ao ministro começaram as retratações e as abjurações.

O marquez de Anjeja, para mostrar que estava convertido, offereceu a sua prata para ser cunhada em moeda, para satisfazer as necessidades do Estado. Foi mandado para Lisboa encarregado de tratar para o Brasil uma divisão do exercito, de que devia ser commandante, com o titulo de auxiliadora. De todas as denuncias a que mais ferio o coração do rei foi a que dizia respeito ao conde de Paraty.

Este inepto e corrupto fidalgo era seu camarista e seu vallido em serviço permanente. Em prova de seu arrependimento entrou para a irmandade dos terceiros de S. Francisco, e andou tres dias no paço com o habito da sua nova irmandade.

Thomaz Antonio propôz, e o rei approvou, a nomeação de José Albano Fragozo para juiz da inconfidencia, lugar que pela primeira vez apparecia no Brasil. Triste recordação esta! Consola a certeza de que não ha de mais reviver. José Albano, que gozava da amizade de Thomaz Antonio, abusou della e do fatal emprego de juiz da inconfidencia para intrigar o ministro de quem dependia.

O juiz da inconfidencia ia todas as noites ao paço contar ao rei o que havia e não havia. Era a tatica daquelle tempo trazer sempre o rei em ausio. Em uma noite o juiz da inconfidencia lia um papel ao rei, e como a luz estivesse baixa o rei pegou no castiçal para a levantar. Naquelle tempo ninguem podia sentar-se em presença de Sua Magestade.

A acção do rei de pegar na vela para que o juiz da inconfidencia pudesse lêr mais ao seu gosto desorientou por tal modo a cabeça deste juiz, que entendeu que para ser nomeado ministro de Estado bastava que Thomaz Antonio morresse ou cahisse do poder. Desde então começou a intrigar o ministro de quem só havia recebido beneficios.

Thomaz Antonio desapprovou, com a reserva que o caso exigia, a conducta do conde dos Arcos de matar na Bahia, sem as garantias da lei, os membros da revolução de Pernambuco que lhe cabião nas mãos, mandando que cessasse de o fazer. Nomeou uma alçada para inquerir da revolução, mas não foi feliz na escolha do presidente.

Bernardo Teixeira, desembargador do paço, era magistrado entendido, mas carecia ser honrado. De Pernambuco deu as mãos a José Albano, juiz da inconfidencia para intrigar e perder a Thomaz Antonio. Prolongou a devassa além dos seus limites, vendeu a justiça e voltou rico para Portugal. Debaixo da cama, onde falleceu, acháram-se muitos contos de réis em ouro, que tinha levado de Pernambuco.

Igual venalidade se encontrou em Rodrigo Lobo, commandante do bloqueio. O secretario deste chefe de marinha, o tenente Barunete, no pouco tempo que alli esteve, regressou ao Rio de Janeiro com sua fortuna melhorada: trazia ouro, joias e pedras preciosas, com dous escravos, despojos da sua conquista.

Do secretario do general Luiz do Rego não me consta venalidades; mas commetteu alli tantos actos de atrocidade, tantas crueldades e desaforos, chegando a mandar dar palmatoadas nas mulheres, que Thomaz Antonio julgou necessario muda-lo, e não annuindo ao pedido de Luiz do Rego, que pedia que fosse nomeado em lugar d'elle seu genro Rodrigo da Fonseca Magalhães, despachou para secretario do governo a José Carlos Marynk. A qualidade de brasileiro foi uma das recommendações para este despacho.

Por occasião da aclamação do rei propôz Thomaz Antonio a Sua Magestade uma annistia, que puzesse no esquecimento a revolução de Pernambuco. O rei annuiu, e o decreto foi lavrado nos termos os mais amplos, mandando trancar todos os processos e pondo no esquecimento aquelle acontecimento, como se nunca tivesse existido.

Mas, na occasião de assignar o decreto assim redigido, o rei recusou pôr nelle a sua rubrica. Houve entre o rei e o ministro viva discussão, e o mais que este pôde alcançar foi que o rei assignasse outro decreto, ordenando que por aquelle acontecimento se não prendesse mais ninguem.



Este decreto foi publicado em 6 de Fevereiro de 1818, dia da aclamação do rei. O Sr. Drummond attesta, como testemunha que foi, a profunda dôr que sentio Thomaz Antonio em não ter podido alcançar que o rei assignasse o primeiro decreto.

Sua Magestade não dissimulou o que tinha feito; disse a Thomaz Antonio que tinha consultado a pessoas tementes a Deus e zelosas de seu serviço, e todas forão de opinião contraria a aquelle decreto. O rei entregou depois a Thomaz Antonio os pareceres das pessoas a quem havia consultado.

O de José Albano, juiz da inconfidencia, sobrezinha a todos pela audacia das asserções; dizia que Thomaz Antonio para salvar a vida de um grande criminoso, irmão de um amigo seu, não hesitava em sacrificar a corôa de seu soberano; que se Sua Magestade seguisse o conselho de seu ministro, por si ou por seus filhos pagaria caro tão grande erro. José Albano, fallando do grande eriminoso, referia-se a Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, irmão de José Bonifacio, de quem Thomaz Antonio era amigo intimo.

O tenente-general commandante das armas da corte e provincia Vicente Antonio de Oliveira, vulgarmente chamado o Grão de Bico, insistia na execução de uma memoria, que já havia apresentado ao rei, e pela qual os brasileiros não poderião exercer mais cargo algum de confiança, não podendo subir no exercito acima do posto de capitão, etc., ficando reformado desde logo todos os que se achassem já em postos superiores.

O bispo capellão-mór D. José Caetano não foi naquella occasião mais christão do que os outros a quem el-rei ouviu(\*).

O unico brasileiro a quem Sua Magestade consultou foi Luiz José de Carvalho e Mello, e este infelizmente não deu parecer differente dos outros. Forão todos homens de sangue, de rancor e adulação. A desconfiança nos soberanos é uma calamidade para elles e para as nações, á testa das quaes se achão!

Thomaz Antonio não pôde fazer prevalecer a sua opinião de formar colonias européas em rodo do Rio de Janeiro, não obstante gozar da estima e amizade do Principe Regente, de quem era o mais intimo conselheiro. O ministerio do marquez de Aguiar recusava esta idéa como impolitica, e podendo ter consequencias desastrosas. Os portuguezes que governavão o Brasil não podião libertarem-se das idéas colonias com que se havião creado.

Os portos do Brasil estavam abertos a todas as

nações, e os estrangeiros podião viver, commerciar e tratar livremente no Brasil, e apesar disso ainda receiavão os homens do governo crear colonias européas em volta do Rio de Janeiro!

Subio Thomaz Antonio ao poder, e não obstante os grandes embaraços que encontrou no principio do seu ministerio, com os acontecimentos de Pernambuco em 1817, um dos seus primeiros cuidados foi estabelecer uma colonia de suissos em Cantagallo(\*).

Este primeiro ensaio não foi bem succedido. Concorrerão para isso causas diversas, sendo a principal a avareza de Mr. Gachel, que se encarregou do transporte dos colonos. Reinava tambem um prejuizo religioso de não admittir colonos que não fossem catholicos-romanos. Este prejuizo religioso foi sustentado por um homem de grande illustração, já accusado de professar idéas liberas! O abade Corrêa da Serra, então ministro nos Estados Unidos, aconselhava a Thomaz Antonio de não admittir protestantes no Brasil. Apesar de todos estes inconvenientes a colonia de Cantagallo deu muito proveito ao Brasil.

Thomaz Antonio achava-se só no ministerio; nada o embaraçava na execução dos seus altos pensamentos; mas logo que chegou o conde dos Arcos começou a encontrar tropeços, e o principio da colonisação européa voltou a ser de novo combatido. O conde dos Arcos nem sequer admittia que viesse gente de Portugal para os trabalhos rusticos do Brasil.

Thomaz Antonio, para se vêr livre de taes tropeços, foi creando uma marinha fóra do alcance do ministro desta repartição e sujeita ao ministro do reino. Já tinha dous grandes navios, o *Successo* e o *Conde de Peniche*, para transportar gente de Portugal para o Brasil. O *Successo* foi depois a corveta *Nietheroy*, que tanto se distinguio na independencia.

Na enseada das Garoupas, na provincia de Santa Catharina, mandou elle fundar uma colonia de pescadores da Ericeira, em Portugal. A testa desta colonia pôz um homem intelligente e honrado, o capitão de mar e guerra Miguel de Souza Mello e Alvim. O *Conde de Peniche* foi algumas vezes á Ericeira e trouxe de lá gente para a colonia. A enseada de Garoupas é um dos bellos portos do mundo; na caixa d'agua podem fundear numerosos navios abrigados de todos os ventos. Deu-se a este sitio o nome de Nova Ericeira; não sei se ainda conserva esta nova denominação ou se voltou á antiga, que lhe era secular.

Thomaz Antonio mandou explorar o rio de Itajaby, no intuito principal de encontrar o monte Tayo, donde pela tradição se sabia que o celebre sertanejo Arsão ou Aragão tirava prata em quantidade. Em tão vasta extensão de paiz deserto encontrar o monte Tayo seria só por um acaso, igual áquelle que o fez descobrir pelo celebre sertanejo.

Thomaz Antonio resolveu povoar e cultivar aquelle bello e vasto paiz, banhado pelo rio Itajaby, que dá boa entrada ao mar e permite a circulação de navios pequenos. Por outro lado separou Lages da provincia de S. Paulo e a unio á de Santa Ca-

(\*) A Domingo (27 de Janeiro de 1833), pelas 8 horas da manhã, falleceu de uma hydropisia o Revm. Sr. D. José Caetano da Silva Coutinho, bispo do Rio de Janeiro.

« Na sua morte deu provas de verdadeira coragem christã, e concluiu virtuosamente uma carreira assignalada por muitos actos de virtude.

« Benefico e illustrado, o Sr. D. José Caetano honrou a sede episcopal, e deixou na memoria do povo uma lembrança grata e duradoura. Em desinteresse e espirito de bemfazer não achará elle quem o exceda, e das outras virtudes humanas ou religiosas muitas brilharão na conducta que teve por 25 annos, durante os quaes regou a Igreja fluminense.

« Foi cultor da boa litteratura, e nas diversas pastoraes que publicou, a si doutrina e a excellente locução descobrio a um tempo o prelado estudioso e o escriptor de gosto depurado.

« A sua perda tem sido geralmente sentida pelos fluminenses que do coração o amavão. Hoje (quarta-feira 30) se hão de dar á sepultura os seus restos mortaes, tendo precedido aquellas demonstrações de dôr. publica, que são do estylo em caso semelhante. —Erv.

(\*) Veja-se o decreto da creação desta colonia, que é o mais amplo e liberal que tem havido no Brasil.

tharina, mandando abrir uma estrada real de comunicação.

No Cubatão tinha-se descoberto excellentes aguas thermaes; alli mandou Thomaz Antonio crear um hospital provisorio. Ordenou que se desse ponto aonde pretendia fundar uma cidade, partindo-se a estrada que conduzia a Lages. Para a colonia de Itajahy os primeiros habitantes forão soldados do batalhão n.º 12 de Portugal, de que era commandante o coronel Madeira, e se achava então destacado em Santa Catharina. Por uma ordem do ministro deu-se baixa a 100 soldados deste batalhão para fundarem a colonia.

Estes colonos, a quem se distribuirão terras, vencião 160 rs. diarios no primeiro anno e 80 rs. no segundo. Para esta e outras colonias pretendia Thomaz Antonio empregar os soldados do exercito de Portugal. Por occasião da paz geral achava-se Portugal com um exercito de 36.000 homens de primeira linha e 60 regimentos da segunda. Semelhante força era demasiada para as finanças de Portugal.

Thomaz Antonio por esse tempo começou a pôr em pratica o seu projecto de reduzir a primeira linha a 13.000 homens, e dar baixa ao resto para ser empregados no Brasil como colonos. Isto ia fazendo pouco a pouco. Do exercito de Portugal já tinha destacado duas divisões, uma de voluntarios reaes para Montevidéo, e outra, com o titulo de auxilia-dora para o Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Destas duas divisões ia tirando colonos e mandando vir de Portugal novos soldados para substituirem aos que sahião. Fazia bem a Portugal e ao Brasil sem excitar desconflanças.

Achou-se o Sr. Drummond por ordem de Thomaz Antonio á testa desta colonia de Itajahy-Grande e Pequeno. No pouco tempo que alli se demorou construiu-se, com as madeiras do paiz, a sumaca S. Domingos Lourenço, que fez a sua primeira viagem para o Rio de Janeiro, carregada de milho e feijão, produzidos na nova colonia.

A planta da povoação e futura cidade de S. Thomaz de Villa-Nova foi levantada pelo coronel de engenheiros Antonio José Rodrigues, que falleceu no posto de tenente-general, sendo ou tendo sido governador da fortaleza de Santa-Cruz do Rio de Janeiro. Este honrado militar tinha na sua mocidade servido muitos annos em Mato-Grosso, e d'entre os quaes 16 annos no forte de Albuquerque.

Os acontecimentos de 26 de Fevereiro de 1821 vierão pôr termo a estas grandes empresas. Uma vasta colonia de familias suizas e allemães estava já encomendada afim de rodear pelo lado do sul o Rio de Janeiro. Outras se irião fazendo de distancias em distancias nos caminhos de Minas e S. Paulo. Thomaz Antonio fez a acclamação do rei D. João VI em 6 de Fevereiro de 1818, creou a ordem da Conceição, e el-rei fez despacho desta ordem naquelle membravel dia a muitas pessoas.

A um irmão de Thomaz Antonio, Alexandre Antonio das Neves, provedor da casa da moeda de Lisboa, membro da academia das sciencias da mesma cidade, e que muitos serviços tinha prestado ás letras e ao paiz, determinou el-rei dar a commenda da nova ordem, e Thomaz Antonio se oppôz a isso, dizendo que seu irmão não tinha feito serviço que merecessem tão alta contemplação. Alexandre Antonio das Neves, durante a guerra peninsular, tinha exercido o cargo de presidente da

junta de fornecimentos de bocca do exercito, e prestado relevantes serviços neste emprego, cujo ordenado cedeu durante todo o tempo da guerra para as urgencias do Estado.

A instancias do rei, Thomaz Antonio annuo que seu irmão fosse despachado cavalheiro tão sómente da nova ordem, e assim se fez. Para si nada tirou; pelo contrario regeitou, não sómente a grã-cruz, mas os titulos de conde e marquez, com os quaes o bom rei por varias vezes o quiz honrar. Sahio do ministerio como entrou. Era pobre antes de ser ministro e pobre largou o poder.

O conde dos Arcos (\*) não deixou de o contrariar durante o tempo que forão collegas no ministerio, porque invejava as privanças delle com o rei; e assim, com medidas dilatorias, foi causa de não se tomarem, a tempo, providencias para evitar as revoluções de 10 de Fevereiro na Bahia, e 26 no Rio de Janeiro. Em ambas estas cidades não podião ser feitas essas revoluções senão pelas tropas portuguezas; e Thomaz Antonio queria que fosse governar a Bahia o conde de Villa-Flôr fidalgo fiel e militar honrado, que gozava maior confiança na tropa portugueza. A vida posterior deste general prova o conceito que elle já merecia naquelle tempo; mas o conde dos Arcos taes embaraços pôz, e infelizmente o rei fraqueou com elles, que o conde de Villa-Flôr não partio em tempo para o governo da Bahia, como já vimos na correspondencia de Thomaz Antonio com o rei (no *Brasil Historico*) que comprova esta asserção.

Não fallarei de um grande pensamento politico de Thomaz Antonio, que foi constantemente contrariado pelo conde dos Arcos, e que se o não fôra talvez chegasse a ser realizado antes dos acontecimentos que determinarão o regresso do rei D. João VI para Portugal. Não fallarei deste grande pensamento, porque nas circumstancias actuaes julgo ser do interesse do Brasil deixa-lo em silencio.

Thomaz Antonio pouco se importava com os limites do norte do Brasil e com a conquista de Cayena. Quando esta conquista foi cedida á França pelo tratado de paz geral de 1814, o ministerio de então fez desse acontecimento um grande negocio; mas Thomaz Antonio, ouvido, disse a el-rei que pensava diversamente; que o não ratificar o tratado seria declarar guerra á França, e neste caso Sua Magestade se achava só e sem alliados; que Cayena não valia semelhante sacrificio, porque de seus habitantes nunca faria bons vassallos, e de suas terras o Brasil não precisava (Este parecer de Thomaz Antonio nós o temos de sua propria mão).

(\*) O tenente-general conde dos Arcos D. Marcos de Noronha e Brito nasceu a 7 de Junho de 1771. Assentou praça em Setembro de 1796, passou a capitão a 13 de Dezembro do mesmo anno, a coronel a 30 de Julho de 1813, brigadeiro a 26 de Outubro de 1817 e a marechal de campo graduado a 13 de Maio de 1819.

Era o vice-rei do Brasil quando el-rei D. João VI chegou ao Rio de Janeiro: foi governador e capitão-general do Pará e da Bahia, exerceu o emprego de inspector de cavallaria das tropas da Bahia, fez parte do conselho de ministros em 1819, como secretario de Estado dos negocios da marinha, e entrou como secretario de Estado dos negocios do reino e estrangeiros no ministerio de 22 de Abril de 1821, por occasião da partida do rei.

Era grã-cruz das ordens de S. Bento de Aviz e da Torre e Espada, e commendador da da Conceição. Falleceu em Portugal a 6 de Maio de 1828 (Ext. da fé de officio).

Thomaz Antonio tinha toda a sua attenção para o sul do Imperio, e contentava-se que o Imperio do Brasil tivesse por limites os dous gigantes Prata e Amazonas. Levantou de sua propria mão a carta geral do Brasil, servindo-se para isso dos dados parciaes das comarcas, que mandou levantar pelos respectivos ouvidores, e os das provincias pelos seus governadores. Esta carta do Brasil elle a estimava como um pai estima seu filho, e apesar da sua modestia, sem exemplo, ajuntou-lhe o seu nome de sua propria mão, seu nome simplesmente.

Esta carta tambem se acha na collecção de cartas que temos do Brasil, aonde se encontra outra em ponto pequeno, levando os limites até o Rio da Prata, e marcando os lugares em que convinha estabelecer portos de defesa com a bandeira portugueza. Esta pequena carta não é obra de Thomaz Antonio; foi combinada com homens especiaes, mas acha-se nella emendado um porto pela mão do ministro.

A correspondencia de Thomaz Antonio com o rei falla bem alto acerca das opiniões deste ministro para que possamos julgar por outros lados. Thomaz Antonio tinha em pouco valor o reino de Portugal, e tinha por tal forma communicado a el-rei essa idéa, que Sua Magestade a fazia sua.

Por occasião da aclamação fallou claramente ao seu rei e ao seu amigo, mostrando que a união do Brasil com Portugal não podia durar muito tempo, e que a obrigação do governo era de a fazer durar o mais que fosse possível, mas que a separação havia por fim realizar-se; que se Sua Magestade tinha saudades do berço de seus avós, regressasse a Portugal; mas se queria ter a gloria de fundar um grande e poderoso Imperio, e fazer da nação portugueza uma das maiores potencias do globo, ficasse no Brasil, e acrescentou: « Aonde Vossa Magestade ficar é seu; a outra parte ha de perder. » O rei respondeu: « Perca-se Portugal, »

« Outro conselho desejava eu dar a Vossa Magestade; desejava que Vossa Magestade visse que os brasileiros já estão muito esclarecidos para serem exclusivamente governados pelos portuguezes. Eu aconselho e peço a Vossa Magestade de dividir o governo com os brasileiros: são tres os ministros; que seja um ao menos nascido no Brasil, e isto os unirá ainda mais em amor a Vossa Magestade. Aconselharia tambem de dar titulos de nobreza aos brasileiros, que já estão em estado de repararem que desses titulos, na monarchia portugueza, só os nascidos em Portugal é que têm gozado e estão gozando. »

Foi em virtude deste conselho que, por occasião da aclamação, forão despachados tres brasileiros com os titulos de barões. Não sei se a escolha das pessoas foi a mais acertada. O patronato infiltra-se, como a agua, por todos os canaes que percorre; mas, enfim, forão tres brasileiros que receberam, por occasião da aclamação, taes titulos de nobreza. Quanto ao fazer um ministro brasileiro de nascimento, houve nisso mais difficuldade.

O rei hesitava muitas vezes fazer aquillo mesmo que no seu entender parecia justo, e quando hesitava queria mais conselhos; um só não lhe bastava: e a tactica da côrte era sempre contrariar a idéa primitiva. Quem não podia alcançar para si a confiança e o valimento do rei tratava de desacreditar aquelle que a estava gozando. Todos os meios erão

licitos, embora sacrificassem o paiz, a honra e a dignidade.

Finalmente resolveu-se que um brasileiro fosse nomeado ajudante do ministro assistente ao despacho, e que só depois de dar provas de sua fidelidade no exercicio deste novo emprego fosse elevado a ministro de Estado em uma das repartições, para a qual se mostrasse mais habilitado. Thomaz Antonio escolheu para seu ajudante a José Bonifacio de Andrada e Silva, que se achava então em Coimbra, para onde expedio ordem (sem dizer para que) que fosse José Bonifacio enviado ao Rio de Janeiro.

A regencia de Portugal não obedeceu a esta ordem; representou, e fundava a sua representação no perigo que lhe parecia devia correr a paz publica se José Bonifacio voltasse ao Brasil. Era isso uma tradição antiga, que datava de Martinho de Mello, ministro da marinha e de ultramar no reinado de D. Maria I, que a tinha calado no animo dos homens de Estado de Portugal.

Martinho de Mello não consentio que José Bonifacio voltasse para o Brasil senão depois de acabar os seus estudos em Coimbra, receioso de que fosse fazer uma revolução, e o mandou viajar e estudar á custa do Estado. A regencia obedeceu á segunda ordem, que foi expedida em termos terminantes, e José Bonifacio chegou ao Rio de Janeiro em 1819.

José Bonifacio era particular amigo de Thomaz Antonio, e foi por este recebido e agasalhado. O rei tambem o recebeu com demonstrações de estima; mas José Bonifacio não aceitou o emprego de ajudante do ministro assistente ao despacho, e declarou terminantemente que não acceptaria nenhum outro. Foi inflexivel ás considerações que seu amigo lhe apresentava para que fosse seu ajudante, dizendo-lhe que o unico favor que pedia era que o deixassem ir viver e morrer como simples roceiro no lugar em que nascesse.

José Bonifacio seguiu para Santos, e 18 mezes depois estava com outros á testa da independencia do Brasil.

A revolução de 26 de Fevereiro pôz termo ao ministerio de Thomaz Antonio. E' sabido que a tropa portugueza reunio-se, ao amanhecer do dia, na praça do Rocio, hoje da Constituição, e proclamara a constituição que fizessem as côrtes de Portugal. O Principe Real D. Pedro compareceu entre a tropa e deliberou com ella.

Os ministros reunirão-se com el-rei em S. Christovão, e não sabião nem das intenções do Principe, nem da deliberação da tropa. Neste estado permanecerão algum tempo receiosos pelos acontecimentos, quando chegou o Principe Real, que vinha a cavallo, em desabrida, do Rocio, coberto de poeira e de suor, e que approximou-se a seu pai e disse: « Não é nada contra Vossa Magestade; trata-se sómente de que Vossa Magestade nomeie um governo provisório composto de pessoas indicadas nesta relação. » E apresentou-a.

O rei ficou estupefacto. O conde dos Arcos rio-se á surdina e o conde de Palmella cambaleou nas pernas. Nesta posição ficaram por alguns minutos sem nenhum poder fallar. O Principe instou pelo decreto nomeando o governo provisório. Thomaz Antonio sabio então do silencio em que estava, e disse a el-rei: « Senhor, é preciso deliberar; peço a Vossa Magestade que entre no seu gabinete para esse fim. »



El-rei foi com Thomaz Antonio, e achando-se sós um com o outro Thomaz Antonio lhe disse: « Seu filho não sabe o que faz; as circumstancias são criticas: é preciso tomar uma deliberação. A tropa portugueza está seduzida e insubordinada. Os verdadeiros revolucionarios, que manejão na sombra, são alguns destes propostos por ella para formar o governo provisório. Vossa Magestade desconcerta a todos, fazendo já e já um novo ministerio tirado das pessoas indicadas para o governo provisório, e despachando as outras convenientemente. »

El-rei pôz duvidas a isso, mas cedeu aos argumentos de Thomaz Antonio. « Se elles são revolucionarios hoje deixarão de o ser amanhã se forem ministros, e servirão a Vossa Magestade com zelo. » Foi assim que terminou o ministerio de Thomaz Antonio. A primeira pessoa indicada na lista para formar o governo provisório era o almirante Quintella, e a este conferio o rei o lugar de ministro ao despacho.

O conde de Palmella, vindo de Londres, aonde era embaixador, para ministro dos negocios estrangeiros e da guerra no Brasil, passou por Lisboa, e já no Porto tinha tido lugar a revolução de 24 de Agosto de 1820. O conde de Palmella entendeu que era chegada a occasião de formar no reino unido de Portugal, Brasil e Algarves um governo á imitação do inglez, aonde uma forte e poderosa aristocracia dirigisse os destinos da nação. Neste sentido abocou-se com alguns fidalgos de Portugal.

Na Bahia abocou-se igualmente com Felisberto Caldeira Brant Pontes, a quem confiou o seu projecto e prometeu um lugar na aristocracia. Empeñado nestas idéas chegou ao Rio de Janeiro para exercer o emprego de ministro de Estado. O conde de Palmella, homem de desmedida ambição saboreava desde já o prazer do seu engrandecimento, e de vir a ser o chefe da sua projectada aristocracia influente.

Não queria revolução, mas queria que ella servisse de instrumento que forçasse o rei a dar—voluntariamente—uma constituição á imitação da ingleza, com uma forte aristocracia, da qual fosse elle o chefe. Não queria a independencia do Brasil; pelo contrario queria a união e formar tambem no Brasil, d'entre as pessoas da sua escolha, os instrumentos desta aristocracia, da qual seria elle o chefe.

Thomaz Antonio combateu essas idéas, e, como se pôde vêr de sua correspondencia com o rei, todo o seu esforço consistia em salvar o Brasil da vorrice da revolução. Quanto a Portugal a sua opinião era de abandoná-lo a si mesmo, na certeza de que se arrependeria e dentro de pouco tempo voltaria á obediencia. Depois disto feito poderia então el-rei fazer as reformas que bem lhe parecesse. Em todo caso aconselhava a el-rei de não voltar a Portugal.

Depois da organização do ministerio Quintella el-rei continuou a ouvir Thomaz Antonio em particular, e a opinião deste leal conselheiro era por Sua Magestade muito considerada. Thomaz Antonio não olhava senão para o Brasil, e até á ultima extremidade aconselhou a el-rei que o não deixasse. As circumstancias determinarão diversamente; el-rei resolveu partir, movido mais pelo medo de seu filho e do conde dos Arcos, do que de sua vontade.

Thomaz Antonio em ultima instancia disse a el-rei que elle Thomaz Antonio não partiria; que ficaria no Brasil. El-rei lhe perguntou do que viveria no Brasil se elle nada possuia. « De advogado, Senhor; ha de haver quem queira confiar-me as suas causas, e eu vou para o Rio-Grande advogar. » Thomaz Antonio tinha grande afeição á provincia do Rio-Grande do Sul; estimava os seus habitantes e os considerava muito.

El-rei depois de estar a bordo mandou chamar a Thomaz Antonio, e este, ao passar pela praça de armas, viu o seu nome inscripto na porta de um camarote. El-rei o entretteve por algum tempo na camara, mas não lhe fallou na viagem, e por fim o despedio. Ao sahir Thomaz Antonio foi detido, e o official que o deteve disse que era por ordem de el-rei. Thomaz Antonio perguntou se não podia ir á terra dar providencias em sua casa e voltar immediatamente. « Não respondeu o official; se V. Ex. quer escrever para terra eu mandarei as cartas; mas não posso consentir, segundo as ordens que tenho, que V. Ex. saia daqui. »

Thomaz Antonio escreveu ao seu fiel criado, que o era ha mais de 40 annos, Francisco Lopes, ordenando que lhe trouxesse algumas camisas e alguns pares de meias em um sacco, o que fez Francisco Lopes, trazendo de bordo uma carta que lhe deu seu amo para entregar ao Sr. Drummond logo que elle chegasse de Santa Catharina, o que se esperava dentro de poucos dias. Deu algumas ordens verbaes ao seu criado e o despedio. Era noite, e a esquadra que conduzia a familia real fez-se de vela ao amanhecer do dia.

Ao chegar á Lisboa foi Thomaz Antonio degradado para Thomar, aonde viveu tranquillamente até a dissolução da constituinte em Portugal. Ao deixar o ministerio no Rio de Janeiro o rei lhe concedeu uma pensão annual de 4:000\$. Naquelle tempo quem entrava para o ministerio perdia os empregos que tinha, e se algum dia sabia delle, dava-se-lhe uma pensão para viver. Em Portugal essa pensão de 4:000\$ foi logo reduzida a 2:400\$. E' de justiça dizer-se que Thomaz Antonio, ao deixar o ministerio no Rio de Janeiro, deixou o paiz em prosperidade.

As finanças estavam em boa organização; não havia divida externa; a interna era insignificante e não vencia juros. A tropa e a marinha regulava-se, e já um regimento para o exercito estava impresso e outro para a marinha em laboração. Este que estava acabado, e só lhe faltava algumas correções, o Sr. Drummond, que o possuia, o deu ao Sr. visconde de Abaeté para que se servisse delle no que conviesse ao interesse do Brasil. Muitos melhoramentos tinha feito á administração da justiça e outros projectava fazer.

O augmento de população o preocupava, e muito fez nesse sentido. Não gostava da escravidão, e encarava a emancipação dos escravos como uma cousa necessaria, e que se poderia fazer com o volver dos tempos sem grande prejuizo. Deixou os arsenaes bem fornecidos de armamentos de toda a especie, e as fronteiras do Brasil intactas desde o Amazonas até o Prata. Foi o creador do museo no Rio de Janeiro.

Depois da dissolução do governo constitucional em Portugal foi Thomaz Antonio nomeado conselheiro de Estado. Os conselheiros de Estado naquelle tempo não tinham ordenado. Votou singularmente



na questão da independência do Brasil; votou que se não fizesse a guerra, e que se reconhecesse a independência pura e simples, immediatamente, com a distincção de que ficava de fóra o Estado do Maranhão, que não fazia parte do principado do Brasil. Logo depois da dissolução do governo constitucional, aconselhou a el-rei que mandasse retirar as tropas da Bahia para o Maranhão. Ninguém mais o seguiu neste voto.

Durante o governo de D. Miguel nenhuma ingenuidade teve nos negocios publicos nem para elles foi chamado. A morte de el-rei D. João VI o tinha prostrado no mais completo abatimento. A tristeza lhe devorava a vida. Vivia isolado de todo o mundo, excepto dos pobres, com quem repartia o pouco que possuia. Assim continuou a viver na regencia de D. Pedro I e no reinado de D. Maria II, até que a morte pôz termo a tão bella existencia em 1839.

Quando o Sr. Drummond chegou á Lisboa no anno anterior, a primeira visita que fez, e no mesmo dia da sua chegada, foi a Thomaz Antonio. Morava elle em um bairro escuro em uma casa de insignificante apparencia. Cerrou-se-lhe o coração e as forças lhe faltáram, segundo nos disse, para subir uma escada em ruínas e entrar em um quarto sem mobilia, com apparencia da maior indigencia, que era a habitação de um varão honrado, primeiro ministro e confidente de um soberano! Para poder subir aquella escada era necessario curvar-se.

Achou Thomaz Antonio envelhecido, mas tranquillo de animo e sereno de espirito. « Pela primeira vez, nos disse, o vi de pantalonas; mas que pantalonas, meu Deus! eram a eternidade; rötas e esfarrapadas! » A visita do Sr. Drummond lhe produziu um effeito que não se póde explicar; a dor lhe embargava a voz; elle queria fallar em cousas diversas, mas a sua idéa unica o levava para a morte de seu soberano e para o Brasil.

As lagrimas corrião dos seus olhos quando fallava da morte do seu rei. Animava-se quando discoria sobre o Brasil. Até á sua morte um só dia se não passou em que o Sr. Drummond o não visitasse e passasse com elle algumas horas. Isto sensibilisava-o, mas a morte de D. João VI entrava sempre na conversação, e a este respeito, no intimo da conversação, fez revelações, que as conserva o Sr. Drummond e que as não revela a ninghem. A sua revelação só serviria para revelar mais um crime horrendo.

Thomaz Antonio, como já dissemos, ficou gozando de uma pensão de 2:400\$ em substituição da outra de 4:000\$ que lhe foi dada no Rio de Janeiro. O governo da Sra. D. Maria II. por occasião da revolução de Setembro de 1836, a reduziu a 600\$. Esta pensão se não pagava, e o pensionário, para ter della alguma coisa, a descontava aos agiotas do mesmo governo pela insignificante quantia de 18 cruzados novos mensaes.

Thomaz Antonio não tinha outro recurso; metade desta quantia distribuia immediatamente para os pobres, e outra metade ficava para prover ás suas necessidades: 4\$320, moeda portugueza, é o que lhe ficava para viver um mez, com fim velho canarim, de nome João Maria, que o tinha acompanhado para o Rio de Janeiro e regressado á Lisboa com a familia real! Já tinha dado tudo quanto tinha de seu, vendido a livraria, a prata e até a roupa. Aos pobres ora dava um livro porque não

tinha dinheiro, ora um copo ou um prato, e por fim até os lençoes da cama.

Mas tanta penuria não o affligia; o que o affligia era que houvesse quem mais soffresse ainda do que elle. Em vão tentou o Sr. Drummond fazer-lhe alguns presentes que lhe melhorassem a existencia; nunca os quiz aceitar. Tentou leva-lo para sua casa; recusou-se a isso, mas por fim, á força de attenção e provas reiteradas de verdadeiro e leal amor que lhe consagrava; decidio-se a ir para sua casa depois de a ter visto e conhecido por experiencia que nella podia viver á sua vontade, e independentemente no contacto de outras pessoas; mas era tarde: a morte impedio a realização deste projecto, e roubou ao Sr. Drummond a satisfação de tratar em sua casa um verdadeiro amigo de seu pai, e seu amigo e seu primeiro protector neste mundo.

Ao governo portuguez fez ver o Sr. Drummond o estado em que elle deixava morrer, na miseria, um varão tão honrado e que tão grande vulto tinha feito, e por tão dilatados annos, no serviço da nação. O visconde de Sá da Bandeira, presidente do conselho, compenetrrou-se e dirigio á camara dos deputados uma proposta para que se elevasse a pensão de Thomaz Antonio aos 2:400\$ de que tinha sido reduzida a 600\$. A proposta de Sá da Bandeira era em termos lisonjeiros e satisfatorios, e a camara votou favoravelmente por unanimidade, mas já Thomaz Antonio se achava prostrado no leito da morte. Comtudo antes de expirar teve ainda a satisfação de ouvir ler a proposta de Sá da Bandeira, e o resultado da votação da camara.

O Sr. Drummond estava junto ao seu leito; a hora extrema de seu amigo approximava-se; elle estava fóra de si, e Thomaz Antonio, percebendo o seu estado, pegou-lhe na mão e disse-lhe: « Não se afflija; tenho confiança em Deus. Elle não desampara ninguém; veja que até a mim mesmo, na hora extrema mandou a V. Ex. para me fechar os olhos. » Terminou a vida.

« O seu enterro, como elle o deixou ao arbitrio do Sr. Drummond, foi feito com todas as honras que lhe eram devidas; da chave do seu jazigo ainda é claviculário o generoso e nobre Sr. Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond.

Thomaz Antonio estava, por assim dizer, desconhecido na sua terra. Ninguém alli sabia da existencia d'elle. Desde a soberana até o ultimo subdito todos o ignoravão, mesmo aquelles que d'elle haviam recebido beneficios. Só os pobres o conhecião. Quando o Sr. Drummond fallou a Sá da Bandeira foi para este homem de Estado o que elle lhe dizia um sonho; mas, emfim, mostrou pelos seus actos que, pela força das palavras que ouvira, acordava de um sonho.

O duque da Terceira contou ao Sr. Drummond a seguinte anecdota:

Logo depois da sua entrada em Lisboa no anno de 1834, ao sahir de sua casa, havião algumas pessoas na ante-camara; d'entre ellas um velho, embuçado em um capote, que elle não distinguia. Emquanto o duque fallava a outras pessoas estava o velho de pé, á espera de que lhe chegasse a sua vez. O duque, em attenção á velhice, perguntou-lhe se queria alguma coisa.

O velho respondeu: « Quero entregar uma coisa que julgo dever pertencer a V. Ex. » « O que é? » O velho desembuçou-se do capote, e tirando uma lata disse: « E' esta lata de ouro. » « De ouro!

respondeu o duque: donde vem? » « V. Ex. mandou, sendo capitão-general do Pará, e el-rei determinou que eu a guardasse. » « Quem é o senhor? » « Sou Thomaz Antonio de Villanova Portugal. »

O duque desmanchou-se em cortezias; quiz levar o velho para a sala, mas este recusou, dizendo que estava cansado e desejava retirar-se: que depois da morte do rei não sabia a quem devia entregar aquelle ouro, que lhe parecia dever voltar ás mãos de quem o tinha mandado, e como o Sr. duque se achava em Lisboa pedia que o recebesse.

Escusado é dizer que o duque o recebeu com muita satisfação: o duque esqueceu desde logo o velho que lhe entregou o ouro, mas não esqueceu a boa acção, que a contou a muitas pessoas, e ao Sr. Drummond por varias vezes, e á rainha em sua presença.

Thomaz Antonio deu ao Sr. Drummond algumas amostras de diferentes jazigos de ouro do Toriassú, provincia do Pará, com indicações dos lugares de onde tinham sido estrahidos. Guardava essas amostras como uma preciosidade; mas as deportações e as desventuras deste grande varão, cuja relação pertence a outro lugar, fizeram desaparecer, como muitas outras cousas por nós estimadas.

Thomaz Antonio, ao deixar o Rio de Janeiro, ordenou que se lhe mandasse para Lisboa os seus papéis e a sua livraria; que se forrassem os seus escravos; que se vendesse todo o seu outro haver, e com o producto se pagassem as suas dividas. Thomaz Antonio, apesar dos grandes ordenados que vencia e da vida modesta que passava, não pôde accumular vintem: os pobres erão os seus herdeiros em vida.

Liquidada a sua casa no Rio de Janeiro, pagas algumas dividas até onde chegou o producto della, sommas insignificantes, ficou em pé uma, que excedia de 2:000\$, a Antonio Soares de Paiva; o Sr. Drummond quiz pagar essa divida, e Antonio Soares de Paiva não quiz receber, dizendo que a Thomaz Antonio só se devia respeito e amor. Deu parte disto para Lisboa a Thomaz Antonio: o tempo passou, e Antonio Soares de Paiva já era fallecido, e a sua viuva achava-se em necessidade, quando, em um bello dia, lhe appareceu um individuo encarregado por Thomaz Antonio para pagar a quantia que elle devia ao seu fallecido marido. A Sra. Paiva ficou admirada, e disse que ignorava que Thomaz Antonio fosse devedor de seu marido, que este nunca lhe tinha fallado nisto nem constava de seus livros.

Cedendo á instancia do individuo aceitou a quantia, da qual passou recibo, com declaração de que o fazia pela necessidade em que se achava. Thomaz Antonio o primeiro dinheirô que pôde accumular em Portugal foi para mandar pagar uma divida que seu credor nunca por tal a considerou, nem a quiz receber em sua vida.

Escrever a vida de Thomaz Antonio é fazer o maior elogio que se pôde ás virtudes de um varão respeitavel, a de um verdadeiro ministro de Estado.

Em Lisboa, depois da morte de el-rei D. João VI, nunca mais se occupou dos negocios de Portugal; não sabia o que se passava e nem sequer lia as gazetas. Seguiu, porém, com muita attenção, a marcha dos acontecimentos do Brasil. Lia a discussão das nossas camaras e todos os jornaes brasileiros que podia obter. Com a estada do Sr. Drummond em Lisboa, jornaes e noticias do Brasil lhe não fal-

tavam, e quando alguma cousa lhe parecia contraria aos interesses do Brasil escrevia-lhe logo uma longa carta, discutindo o negocio e pedindo de avisar o governo.

Como mostrámos, na vida de um homem de Estado não ha nada que lhe seja indifferente; o menor traço pôde contribuir para o contrariar. Neste sentido, posto que fóra do lugar, referimos o seguinte, que pôde ser levado ao lugar competente:

Fr. Innocencio, irmão de Thomaz Antonio, era lente jubilado na faculdade de theologia da universidade de Coimbra, litterato e pregador distincto. No Rio de Janeiro era provincial dos carmelitas. Desejava ser eleito bispo; o rei tambem desejava que elle o fosse; mas Thomaz Antonio a isso se oppunha, e, quando el-rei insistia, Thomaz Antonio lhe dizia que seu irmão era um homem virtuoso, mas que o diabo o tentava para ser bispo, e nunca o nomeou. Em Portugal foi Fr. Innocencio nomeado bispo do Algarve, aonde falleceu; mas seu irmão já não era ministro quando essa nomeação foi feita.

A respeito do outro irmão Alexandre, homem de muito saber e caracter severo, já disse, da luta que houve entre el-rei e o seu ministro para o contemplar com uma mercê por occasião da aclamação, em 6 de Fevereiro de 1818, na ordem da Conceição. Alexandré aceitou o habito, mas pediu outra mercê, e foi de o renunciar em favor de seu afilhado. El-rei concedeu-lhe esta segunda mercê. O afilhado de Alexandre era um filbo do seu amigo Matheus Valente do Couto, distincto mathematico e muito illustrado nas sciencias.

Matheus Valente do Couto era natural do Pará; foi para Coimbra, mandado pela camara municipal de Belem, estudar medicina; mostrou repugnancia nesta sciencia e muita aptidão para as mathematicas: formou-se nesta sciencia e cultivou as natraes com muito aproveitamento. Era o primeiro astronomo de Portugal, e o Sr. Drummond ainda o conheceu director do observatorio. Casou em Lisboa, aonde teve filhos, e nunca mais dalli sahio.

Era homem meigo, de caracter brando e virtudes sublimes. Por occasião da luta da independencia o Pará o nomeou seu procurador em Lisboa; mas elle, que tinha pela politica grande aversão, nunca disso se occupou. Seus dous filhos forão igualmente mathematicos e officiaes de engenharia, e como seu pai membros da academia das sciencias de Lisboa. Matheus Valente foi um dos antigos luzeiros daquella academia.

Alexandre era, como já dissemos, de caracter severo e tinha grande amor á patria. Por occasião da guerra peninsular offereceu para as urgencias do Estado todo o seu haver e os ordenados dos seus empregos. Era provedor da casa da moeda e presidente da junta de munição de bocca. Ficou sem meios de existencia, e seu irmão Thomaz Antonio lhe mandava do Rio de Janeiro 300\$ annuaes para prover aos meios de sua subsistencia.

Thomaz Antonio, na sua pobreza, era soccorrido do Rio de Janeiro com uma pensão pelo porteiro da secretaria de Estado José Antonio Camara, em gratidão á confiança que sempre lhe mereceu. As idéas de Thomaz Antonio a respeito do Brasil claramente se manifestão na carta que elle escreveu a el-rei em 7 de Janeiro de 1821, e que se acha impressa no nosso *Medico do Povo* n. 18 do 1º tomo da 1ª serie do *Brasil Historico*.

O conde de Palmella dizia em um seu parecer que o Brasil era dependente de Portugal, e que de Portugal podia ser governado. Thomaz Antonio combateu este parecer, dizendo: « O Brasil é independente, e nenhuma nação da Europa o pôde atacar com vantagem. » O rei compartilhava as mesmas idéas, e o demonstrou energicamente quando, intimado pelas grandes potencias, reunidas em congresso, para entregar á Hespanha Montevideo e o seu territorio occupado pelas tropas portuguezas, disse ao seu ministro: « Responda que não quero, que já não estou em Portugal. »

#### *Silvestre Pinheiro Ferreira.*

Silvestre Pinheiro Ferreira, sem duvida um dos grandes vultos de Portugal, deveu sua posição na sociedade aos seus talentos e letras; porque, principiando a sua carreira pelo professorato de humanidades na universidade de Coimbra, foi admittido como official da secretaria de Estado dos negocios estrangeiros e da guerra, em Lisboa, e depois, por sua aptidão, passou á diplomacia, sendo encarregado de negocios em Berlim, onde casou.

Vindo para o Rio de Janeiro foi empregado, como deputado, na junta do commercio, e querendo o governo que elle fosse em uma missão particular e secreta ao Rio da Prata se recusou, o que attrahio-lhe o odio e vingança do conde das Galvêas, sendo por isso maltratado.

Não querendo riquezas por vias tortuosas procurou recursos na sua penna e não foi feliz, porque pouco lhe dava para a vida; e havendo publicado as suas proleções de philosophia em portuguez, quasi que não tirou para as despesas da impressão, por não lhe ser dado o apreço que ellas mereciam, e então passou a publicar as suas obras na lingua franceza para terem o consumo que desejava, e conta-se que, sendo censurado por isso, respondera que « se publicava as suas obras em francez era para serem lidas em portuguez. »

Silvestre Pinheiro Ferreira era um publicista de primeira ordem, e tudo o que escreveu de importancia foi em linguagem franceza.

Silvestre Pinheiro Ferreira foi chamado para o ministerio em 26 de Fevereiro de 1821; mas pouco tempo exerceu o seu emprego, porque partio para Lisboa com a corte portugueza no dia 26 de Abril do mesmo anno, pelas 6 horas da manhã. No ministerio nada fez que mereça commemorar-se.

Sabemos, por nos dizer um intimo amigo nosso, em quem depositamos inteira fé, que figurou nessa época, e com quem Silvestre Pinheiro sempre manteve boas relações de amizade, que o ministerio do Sr. D. João VI, que substituiu ao de 23 de Junho de 1817, entendendo que o principe D. Pedro era a causa das perturbações que reinavão, e que era necessario tomar uma providencia definitiva a respeito, Silvestre Pinheiro votou (e sustentou o seu voto) que se mandasse prender o Principe Real na fortaleza de Santa-Cruz, porque, depois de preso, não teria mais quem o seduzisse e levasse a desordem por diante.

O Sr. D. Pedro soube deste parecer e o viu, e por causa delle tomou aversão a Silvestre Pinheiro, com quem nunca mais se pôde conciliar, e dahi por diante chamava-o—o Pinheiro Silvestre—em lugar de Silvestre Pinheiro. O que se não pôde duvidar,

é que Silvestre Pinheiro Ferreira era um homem de inteira probidade e limpo de mãos, e de um desinteresse a que ninguém excedeu. Desgrazadamente o governo do Sr. D. João VI não o aproveitou, como elle merecia.

Silvestre Pinheiro Ferreira, encarando a immensa extensão do territorio do Brasil e a difficuldade de ser elle bem governado, em 28 de Janeiro de 1841 dirigio ao illustrado Sr. D. Pedro II uma carta, em que lhe faz sentir a necessidade da divisão do Brasil em cinco monarchias confederadas, tendo por soberano o filho do fundador do Imperio (S. M. o Sr. D. Pedro II), as duas filhas do primeiro consorcio, a filha do segundo matrimonio, e por fim a duquesa de Goyaz.

A carta que Silvestre Pinheiro remetteu, e que foi transcripta no *Diario do Rio de Janeiro* n. 262 de quarta-feira 22 de Novembro de 1843, e que não teve resposta, é do teor seguinte:

#### *Divisão do Imperio do Brasil em cinco monarchias confederadas.—O Sr. D. Pedro II chefe da confederação.*

« Senhor.—Quando os sabios representantes da nação brasileira, tomando em consideração o critico estado do Imperio, resolverão anticipar a época legal da elevação de V. M. Imperial ao throno de seus augustos maiores, os conselheiros da corôa de V. M. Imperial não podem ter deixado de representar a V. M. Imperial que em tão extraordinarias circumstancias, como aquellas em que se acha o Brasil, é necessario lançar mão de providencias não menos extraordinarias, e sem duvida devem ter submettido á approvação de V. M. Imperial as que lhes houverem parecido mais proprias para assegurar a conservação e a prosperidade do Imperio.

« Entretanto o dever de todo o homem, a quem por qualquer titulo corre obrigação de interessar-se pela felicidade do Brasil, é de offerecer á consideração do governo de V. M. Imperial qualquer idéa que presuma não ter occorrido nos conselhos de V. M. Imperial, e que na sinceridade da sua convicção se persuada poder contribuir para o bem geral do Estado.

« Ligado ao Brasil pelos vinculos indissolúveis do affecto e gratidão desde o tempo em que tive a honra de abri servir o Estado, debaixo das ordens do augusto avô de V. M. Imperial, e obedecendo aos impulsos de um sentimento, que em nada cede ao mais puro patriotismo, venho apresentar ante o throno de V. M. Imperial o fructo das minhas longas e conscienciosas meditações sobre o modo de manter a união e a integridade do Imperio, que a Providencia ha confluído aos paternaes desvelos de V. M. Imperial.

« Os vinculos politicos que reúnem em um só Estado os povos espalhados pela superficie de um paiz, qualquer que seja sua extensão, consistem na corteza de que vivem ao abrigo de uma mesma lei por elles consentida, e protegidos pelas autoridades constituídas para manterem a todos os cidadãos no gozo de seus direitos, sem excepções nem privilegios.

« Existia entre os povos da America Septentrional e os da Grã-Bretanha um semelhante pacto social, quando, pelo meado do seculo passado, os povos americanos reconhecerão que, por um lado a distancia da metropoli, e por outro a incompatibilidade dos interesses, usos e costumes dos dous paizes, não consentião que durasse por mais tempo aquella união.

« Decididos a constituir-se em nação independente, cumpria concordar sobre a forma de governo que mais lhe convinha adoptar. Membros até então de uma monarchia, era licito pensar que a forma monarchica seria aquella que se devia abraçar.

« Reflectindo, porém, que no paiz não havia personagem alguma a quem os povos se achassem dispostos a conferir o privilegio de fundar entres elles uma nova dynastia, ao mesmo tempo que por antigo habito estavam costumados a respeitar em cada um dos Estados as autoridades designadas pela eleição nacional, inferirão os homens conspícuos, reunidos em congresso consultante, que o novo governo não podia deixar de ser republicano.

« Depois desta primeira e importantissima questão seguia-se determinar se os diversos territorios de que se compunha a nação deverião continuar, e considerar-se como provincias de um Imperio, ou se como co-Estados de uma união federal.

« Lançando os olhos pela vasta extensão, que já naquella época occupava a republica, e sobretudo reflectindo sobre os immensos desertos que separavão uns dos outros os dits territorios, não hesitirão um só momento em que a forma federal



era a única que podia conciliar os interesses de cada um com a prosperidade de todos.

« O acerto de ambas estas resoluções se vê hoje confirmado pelo alto ponto a que a população, o commercio, a industria, as artes, as sciencias, e, enfim, todos os elementos da civilisação têm chegado naquella Imperio no curto espaço de pouco mais de meio seculo.

« Mas nada prova tanto a sabedoria dos illustres fundadores da União Americana como o estado de interminavel anarquia e de implacavel guerra intestina, que desolou as antigas colonias hespanholas desde o dia em que se proclamaram independentes.

« Desconhecendo a força do habito de povos costumados a não obedecer senão ao principio monarchico, entendêrão que podião a seu bel prazer constituir-se em republicas, e não sabendo apreciar as vantagens, ou antes não percebendo a urgencia de uma união federal deixáram-se arrastar pela falsa idéa que cada uma dellas concebeu da sua nacionalidade, como se os Estados-Unidos da America Septentrional não fossem uma nação, e mesmo uma das primeiras nações do universo!

« A sabedoria do homem de Estado consiste em aproveitar as lições da historia. A providencia, permitindo que o augusto pai de Vossa Magestade se achasse á frente da nação brasileira no momento em que ella proclamou a sua independencia, livrou-a de cahir no espantoso precipicio que os Estados circunvizinhos não haviam podido evitar; o Brasil conservou, por felicidade, o principio monarchico, sem o qual já hoje se acharia dilacerado com muito mais funestas consequências do que as que a humanidade deplora nesses Estados limitrophes, onde não existe uma tão larga diversidade de raças.

« Infelizmente os deutos e patriotas conselheiros da corôa brasileira, entendendo que o principio de um Imperio monarchico era incompativel com o principio da união federal, adoptarão o systema da exaggerada centralisação, que, na opinião dos mais estadistas tão funesto tem sido em um paiz de população compacta, como a França; mas que, em paizes de escassa população, dispersa por uma immensa extensão de territorio, não sómente lhe ha de ser funesta, mas fatal, se o providente governo de V. M. Imperial, de accordo com a assembléa geral legislativa, se não apressar a acudir-lhe com o unico remedio efficaz da federação.

« Assim os Washingtons, os Franklins, os Jeffersons e os Adams, bem longe de recearem o labéo de quererem despedaçarem por aquelle arbitrio a unidade da patria e destruir a nacionalidade americana, mostrarão a superioridade da sua intelligencia, preferindo uma unidade real de effectiva federação de co-Estado á unidade ficticia de uma centralisação impossivel de provincias.

« O Brasil, cuja população, exceptuando a importante provincia de Minas-Geraes, se estende do seu litoral para o centro, pôde considerar-se realmente dividido em cinco grandes Estados, cada um dos quaes é assás rico em população e recursos para poder gozar de uma inteira independencia sobre quanto diz respeito aos negocios internos, mas não assás poderoso para prescindir do auxilio da confederação, quer seja em seus conflictos internos, quer seja no caso de desavença com alguma potencia estrangeira.

« Serão, pois, os sobreditos Estados Pará e Maranhão, Pernambuco, Bahia, S. Pedro e S. Paulo, Rio de Janeiro e Minas-Geraes. As provincias intermediarias, bem como as do centro, se dividirão entre estes cinco Estados, segundo melhor conviesse ao bem geral do Imperio e particular de cada um dos povos. O Estado central, composto das provincias do Rio de Janeiro, Minas-Geraes e Espirito Santo, continuaria a ser a sédo do Imperio federal.

« Na Imperial pessoa de Vossa Magestade e na das princezas, suas augustas irmãs, parece ter a Providencia reservado os preciosos penhores da conservação da nacionalidade brasileira, como fundadores de outras tantas dynastias dos cinco mencionados Estados, e além disto a de Vossa Magestade, como Imperador e defensor perpetuo que é do Brasil pela constituição do Estado e unanime acclamação dos povos.

« As alianças da familia, que Vossa Magestade e SS. AA. Imperiaes têm de contrahir com as diversas casas soberanas da Europa, contribuirão efficaz e promptamente a consolidar a organização federal do Imperio e a desenvolver com rapido progresso a civilisação dos povos em todos os co-Estados.

« O grande conceito em que tenho os conselheiros da corôa de Vossa Magestade me não permite recear que haja entre elles algum que se atreva a concluir do prodigioso augmento das produções agricolas que o Imperio, bem longe de correr a sua ruina, se acha em um estado de prosperidade, que de anno em anno vai crescendo, desde a época da proclamação da sua independencia. Mas se no conselho de Vossa Magestade ninguém se deixaria levar de uma semelhante allucinação, pôde haver fora delle quem se illuda com este especioso sophisma, e portanto cumpre que eu o previna com uma curta, mas terminante observação.

« Sem duvida o augmento da produção material pôde ser symptoma de uma solida prosperidade nacional, mas é quando ella provém do gradual progresso da industria, das artes e sciencias, das reformas nas instituições politicas ou administrativas, e nos usos, costumes e moralidades dos povos. Mas esse prodigioso augmento das produções agricolas do Brasil não provém de nenhuma daquellas causas, porém sim do espantoso augmento da importação de braços africanos, introduzidos por escandaloso contrabando, habituando os povos a afrontar e menosprezar as leis, e aggravando o maior de quantos males ameaça a ruina do Imperio.

« A centralisação do poder em cada um dos Estados, em virtude do acto federal, e a affluencia dos colonos, que as alianças nas casas da Europa attrahirão ao Brasil, são os unicos meios efficazes que eu posso imaginar para se pôr termo á deploravel importação dos escravos, sem se comprometter a prosperidade da agricultura, que, precisando de braços, e não podendo havê-los por salario, ha de ir compra-los onde quer que os encontre, a despeito de todas as leis e a todo o custo.

« Outra objecção, que tambem devo prevenir, é o receio que em alguns espiritos pouco versados na historia das nações pôde suscitar a consideração de que os conflictos de interesse entre os diversos Estados, e a ambição dos respectivos Principes podem occasionar frequentes e funestas dissensões.

« O exemplo dos Estados-Unidos da America Septentrional, das confederações Suissa e Germanica, e das antigas provincias unidas dos Paizes-Baixos, são sobejas provas de que uma boa constituição federal e uma justa proporção entre as forças dos diversos co-Estados são bastantes para obstar a semelhantes tentativas ou para as reprimir promptamente quando vailho a verificar-se.

« Tacs são, Senhor, as ponderações que o meu sincero affecto ao Brasil me animou a apresentar ante o throno de V. M. Imperial. Qualquer que seja o juizo que sobre o seu merecimento intrinseco haja de emitir o illustrado governo de V. M. Imperial, tenho a intima e consoladora convicção de que ninguém que me conheça attribuirá este passo a nenhum outro motivo, que não sejam os puros votos que faço pela felicidade desse Imperio e pela gloria de V. M. Imperial, cujos preciosos dias o céo proteja e prolongue a prol dos povos que na alta sabedoria de V. M. Imperial tem posto a sua confiança.

« Senhor.—De V. M. Imperial o mais humilde criado (assinado).—Silvestre Pinheiro Ferreira.

« Paris, 28 de Janeiro de 1841. »

O que vimos na carta do illustre publicista portuguez Silvestre Pinheiro Ferreira, dirigida ao illustrado Sr. D. Pedro II, Imperador do Brasil, que dá como remedio de salvação publica a divisão do Imperio em cinco Estados monarchicos-confederados, tendo por centro Sua Magestade, não podia e nem pôde ter lugar no Brasil, attenta á vastidão do seu territorio, á sua pouca população, poucas rendas, e mesmo as enormes despesas que esses Estados devem accatretar e que não poderão comportar.

No Brasil a idéa de um governo confederado não é commum no povo, ou antes é regeitada, pois todos sabem que isso não pôde remediar os males por que temos passado, e nem o povo presente vantagem alguma em mudar a sua fórma de governo, regido pela mais liberal e mais bem pensada constituição conhecida, a qual, reconhecendo direitos e dando regalias ao cidadão brasileiro, o abriga das violencias do poder, qualquer que elle seja.

No Brasil o monarcha pôde fazer todo o bem de que é susceptivel o coração humano, porque a constituição creou nelle um mytho benéfico, inviolavel e sagrado, cujo lugar ninguém aspira, e que não pôde, ainda querendo, fazer mal, porque a constituição lhe prohibe expressamente, fazendo responsaveis pelos abusos e males causados ao cidadão ou ao Estado os agentes do poder executivo. Pôde fazer todo o bem e seguir os impulsos do seu magnanimo coração, sem que ninguém tenha o direito de o censurar, porque a constituição brasileira creou um quarto poder—o moderador—exclusivamente para



o Imperador, unico que se conhece nas constituições dos povos para garantir o cidadão das injustiças dos outros poderes e das paixões dos que governão.

A constituição brasileira, depois de extremar o bem descriminar os poderes, prevenio tudo para que não houvessem conflictos, e confluou a marcha dos negocios publicos aos brasileiros, certa de que todos se interessariam pelo bem commum; porém desgraçadamente isto não tem acontecido, porque o interesse privado, pondo de parte o bem do Estado, tem ocasionado as calamidades por que temos passado.

Até agora não temos tido um estadista que tenha comprehendido a sua missão, porque os que temos visto e sabemos occupão-se sómente do que se passa na França, Belgica e em outros paizes, sem se importarem com o Brasil; o mais que têm feito, com poucas excepções, na phrase do celeberrimo padre Antonio Vieira, é *pucharem para si*.

O Brasil, dividido em cinco dyastias confederadas, se enfraqueceria sem duvida; mas, com as proporções que tem, pôde vir a ser um dos maiores imperios do mundo, se o governo que o dirige tomar a peito o seu engrandecimento, principiando por moralisar-se e moralizando depois o povo. Mas assim como vai nada podemos esperar. Comtudo peor seria fracionado, pois que seriam Estados sem força.

A moralidade é de absoluta necessidade para o bem do Estado, porque, como bem disse o grande padre Antonio Vieira no sermão da epiphania: « Dizem que os que governão são espelhos da republica. Não é assim, senão ao contrario. A republica é o espelho dos que governão, porque assim como o espelho não tem acção propria, e não é mais que uma indifferença de vidro, que está sempre exposto a retratar em si os movimentos de quem tem diante, assim o povo ou republica, se se move ou não move, é pelo movimento ou socego de quem o governa. »

Na união dos povos está a força, e se o Brasil se dividir os seus Estados ficarão tão fracos, que, embora a força federativa os auxilie, não se poderão aguentar; e se nós, bem que unidos, ainda não temos toda a importancia politica que nos torne respeitadas perante as nações, menos poderemos ter se cada uma das nossas provincias se separar para se constituir Estado federativo(\*).

As republicas da America Meridional foram fundadas pela victoria, e como quizerão imitar sem discreção os Estados-Unidos da America do Norte, que de longos annos estavam educados para a republica, vivem quasi sempre em guerra civil interminavel, por não terem um centro permanente, inviolavel e sagrado, a cujo lugar ninguém aspire senão os que a lei fundamental do Estado designar.

Nas republicas ha sempre homens inquietos e ambiciosos que alimentão os partidos, e que são a causa das discordias e guerras civis. O partido que triumpho não pôde esperar a affeição de seus ami-

gos senão destruindo tudo que estabelecerem o partido contrario, vencido, porque julga necessario esses meios para mostrar que reprova a conducta que seguirão os passados, e que applaude os excessos presentes.

Nada é mais commum nas republicas do que a inconstancia e a ingratição do povo, como se vio praticado na Grecia a respeito de seus grandes homens, e depois em Roma. E se é esse o caracter que anima a multidão, e principalmente os homens turbulentos e ambiciosos, para se apoderarem dos espiritos e fazê los contribuir para a execução de seus projectos tenebrosos, necessariamente a republica está sujeita ou á guerra civil, ou á tyrannia.

Neste estado afflictivo de existencia social acontece successivamente que o partido vencido retoma as sus forças e vantagens sobre o vencedor, e a vingança acompanha a volta da fortuna. E' uma desgraça para um Estado estar exposto a esses jogos terriveis de ambiciosos, tanto mais que os triumphos de um partido não servem senão para irritar os resentimentos do partido que succumbio e entreter o fogo da sedição. Acabão sempre pelo aniquilamento.

Já houve quem demonstrasse ou quizesse persuadir ao Sr. D. Pedro I a necessidade de um governo federativo geral dos Estados da America do Sul, sendo elle chefe supremo, onde não haverião mais desordens dos ambiciosos, porque todos os poderes ficarião bem descriminados, e os deveres convenientemente estabelecidos pela lei fundamental da confederação.

O Sr. D. Pedro não deu importancia ao escripto por vêr a impossibilidade da execução do conselho. Nós possuímos esse manuscripto francez, e o que delle colligimos são theorias impraticaveis, creadas na imaginação de um bom sonhador de utopias.

Mui judiciosas nos parecerão, tratando do mesmo assumpto, as razões que expendeu a *Sentinella da Monarchia* de quarta-feira 29 de Novembro de 1843 no seu n. 4.222, que se enuncia assim:

« A fraqueza é vicio inherente a todas as confederações, porque é da essencia de tal regimen fraccionar-se a soberania em duas partes, collocando-se nos Estados uma parte e outra no centro, donde inevitavelmente resultão conflictos e lutas, em que quasi sempre succumbe o poder central.

« Eis o que tem succedido em todas as confederações, não exceptuando a da America do Norte (que é a melhor das até hoje conhecidas), pois mesmo ali se ha experimentado que o poder central é apenas uma abstracção, achando o povo semelhante realidade na soberania dos Estados, de maneira que nas contestações dos governos das provincias com o poder federal o triumpho dos primeiros têm sido quasi sempre certo.

« Mas não é só isto. Pequenas republicas podem unir-se em laço federal e assim conservar-se por longo tempo; mas este regimen não é comtivel com o principio monarchico, porque ou os principes obedecem ao governo federal e deixão de ser soberanos, perdendo inteiramente sua importancia, ou desprezão as decisões da união e deixão de ser federados.

« Daqui vem que os publicistas, os quaes geralmente reconhecem nas confederações apenas o merito de um governo de transição, só o julgão conveniente ás pequenas republicas e não ás monarchias. Assim o plano de converter o Brasil em reinos federados, além de offender todas as conveniencias, é opposto aos principios organicos das confederações. Montesquieu e Mably protestão contra o illustre autor da carta.

« A sabedoria do homem de Estado consiste em aproveitar as lições da historia. Eis uma verdade incontestavel com que se depara no escripto do honrado commendador. Mas estamos bem persuadidos de que a historia do mundo só offerece argumentos contra a supposta bondade do regimen federativo, que agora inculca o illustre escriptor, esquecido talvez do que disse contra as confederações em seu « Curso de Direito Publico, » dado á luz em Paris no anno de 1830.

« A Confederação Suissa não é digna de citar-se, porque por

(\*) Enquanto o governo do Brasil não voltar seriamente suas vistas para a colonização, e particularmente para a colonização dos Estados portuguezes, por ser a mais conveniente para o Brasil, além de termos augmento de população e homens para o trabalho, não conseguiremos o augmento e a força que se deseja.

um lado não pôde acreditar o regimen federal o exemplo de 2.000.000 de individuos constituídos em 22 Estados soberanos no meio de 200.000.000 de habitantes, que em tanto monta, pouco mais ou menos, a população da Europa; e por outra parte é uma verdade geralmente reconhecida que se a forma federal ainda se conserva na Suissa, este effeito resulta de sua pobreza e miséria, e consequentemente da sua nenhuma importância politica.

« A Suissa já ha muito perdêra sua existência convencional, e observa um escriptor imparcial, se sua miséria lhe não serve de refugio contra os Estados que a cercão. Se está cansada de ser livre procure tornar-se rica. »

« A Confederação Germanica e a dos Paizes Baixos mostram o perigo annexo á forma do governo federativo, logo que alguns Estados são mais importantes que os outros por sua população, e riqueza e civilização, porque estes afinal tirão todo o proveito da união, e finalmente dão a lei, enquanto em apparencia se mostram subordinados ao poder central. Assim foi que a Hollanda, na república dos Paizes Baixos, muitas vezes substituiu a união, dirigindo o poder central no sentido dos seus interesses particulares, e ainda em nossos dias a Austria e a Prussia dominão em seu nome a Confederação Germanica.

« A União Anglo-Americana não autorisa tambem os elogios do regimen federal. A metade de um século de existência politica não é tempo sufficiente para provar a excellencia do governo dos Estados-Unidos, e firmar solidamente uma excepção que possa abalar o sentimento commum dos politicos, e ser apontada com vantagem na historia do mundo, que ainda não vira o exemplo de um grande povo, dando rapidos passos na carreira do progresso e da fortuna sob o regimen adoptado na America do Norte, e demais no curto espaço de sua duração já têm os felizes descendentes da Grã-Bretanha offerecido ao observador imparcial mil occasiões de notar a fraqueza do systema federal, pois que o poder central, conscio de sua incapacidade para resistir ás pretensões dos Estados, succumbe quasi sempre na luta que se trava, conservando somente em apparencia a superioridade que lhe confere a constituição federal.

« Assim aconteceu na questão do banco, e no anno de 1832 vio-se a Carolina do Sul alcançar do poder central, com as armas na mão, a annullação da lei federal sobre direitos de importação, com escandaloso desprezo da superioridade da União e contra as mais claras disposições do acto federal. E agora está acontecendo o mesmo por causa da escravidão.

« Concedendo, porém, aos Estados-Unidos e á sua forma de governo o esplendor e força que cégos admiradores lhes attribuem, nem por isso parece-nos prudente o conselho de applicar a organização da república anglo-americana ao Brasil. Tres causas, no sentir daquelles que com mais criterio têm estudado a historia dos Estados-Unidos, concorrem para que alli se mantenha a forma de governo, que adoptarão as out'ras colonias inglezas: 1.ª a posição geographica e immensa distancia da Europa, 2.ª as instituições, 3.ª os habitos e costumes do povo.

« Se exceptuarmos a primeira causa, em que se pôde dar alguma semelhança entre os anglo-americanos e os brasileiros, porque, enfim, habilito o mesmo continente; em tudo o mais só ha perfeito contraste a notar-se.

« Os primeiros inglezes que saltarão na America lançarão as sementes da democracia, que depois vingou completamente e floresce hoje em toda a extensão da república; no Brasil o principio monarchico dominou um tempo absolutamente—enquanto durou o systema colonial;—e hoje, que somos uma nação independente, ainda, por felicidade nossa, o povo, deixado ao seu instincto, consagra ao throno o respeito e veneração que lhe tributavão seus maiores.

« Com tão oppostas tendencias não é razoavel propôr ao Brasil o regimen que floresce entre os seus conterraneos do norte, sendo que o laço federal não é tão adequado á monarchia, como á democracia, se é que jámais se mostra compativel com aquella forma do governo, como já notámos.

« Em costumes e civilização o povo dos Estados Unidos é uma excepção de que não ha exemplo na historia, porque todos os povos partem das trevas e da barbaridade para chegar a civilização e ás luzes, uns marchando rapidamente nessa carreira, outros, porém, dando vagarosos passos. O mesmo, porém, não aconteceu aos Estados-Unidos, pois os anglo-americanos chegaram civilizados ao solo que sua posteridade occupa, sendo-lhes necessario menos aprender do que esquecer, do sorte que em rigor nos Estados-Unidos a sociedade não teve infancia, mas nasceu logo na idade viril.

« Actualmente não ha sobre a terra povo tão esclarecido, porque em parte nenhuma as massas possuem, como alli, as noções elementares dos conhecimentos humanos, as doutrinas e as provas da religião, a historia da patria e o mecanismo da constituição politica. Para o Brasil a gente que em principio veio, com pouca excepção, foi a bruta de Portugal, que, sem conhecimento algum, veio procurar fortuna.

« Depois da independencia ainda isto acontece, pois devendo apresentar-se civilizados, no Brasil é que se civilisam. E se não

ha povo tão illustrado como o da America do Norte mesmo na doura Europa, torna-se clara a differença que por esse lado se encontram entre o Brasil e a União Americana, sendo conhecidos os defeitos de nossa origem, os vicios de nossa educação quando colonos, e os embaraços de mais de um genero que se oppõem ainda agora á diffusão das luzes e aos bons costumes.

« Destarte a perfeição dos costumes, que, com as luzes do povo, mais que tudo concorre para manter o systema de governo anglo-americano, falta ao Brasil no grão que fôrta mister para que o regimen federal dos Estados Unidos pudesse entrar em applicação.

« Ninguém hoje crê na bondade absoluta das formas de governo; antes é geral opinião dos entendidos na materia que as melhores constituições são aquellas que mais se conformão com o caracter e genio dos povos, e, como por factos se mostre quão differentes sejam as circumstancias das duas nações anglo-americana e brasileira, sua civilização, seus habitos e costumes, segue-se que nenhuma analogia pôde haver entre suas constituições, e que pouco racional é offerecer o regimen politico da primeira como modelo do da segunda.

« Ao autor da carta responderemos com o judicioso M. Tocqueville: « A constituição dos Estados-Unidos assemelha-se a essas bellas produções da industria humana, que encham de gloria e de bens aquelles que as inventão, mas que tornão-se estereis em mãos de outrem. »

« Conhecemos que não é muito lisonjeiro o estado da nação, e lamentamos com o esclarecido e muito humano escriptor o grande mal que vem ao Imperio da importação de braços africanos, por contrabando, confessando tambem a necessidade da affluencia dos colonos, como meio de evitar esse escandaloso abuso. Temos, porém, intima convicção de que não é a inculcada confederação o meio de chamar ao nosso paiz colonos estrangeiros, que venhão rasgar o solo do aluvião do terreno que habitamos, e derramar sobre elle a abundancia e a riqueza: não é a alliança dos fundadores das cinco projectadas dynastias com as casas reinantes da Europa que ha de atrahir ao Brasil a população que alli superabunda; outro deve ser o estimulo do colono.

« A colonisação é condição indispensavel da prosperidade de um povo, que, como o do Brasil, occupa um territorio de extraordinaria extensão; mas, para que affluam colonos, é mister que o paiz prometta ao estrangeiro que o procurar grandes probabilidades de fortuna com a segurança de sua pessoa e respeito inviolavel de seus direitos.

« Haja paz no Brasil, perca-se de uma vez o gosto ás malditas rebeliões, que nos têm levado ao abyssmo, abandone o homem do trabalho a politica pela industria, que alcançamos que a noticia de nossa ventura, levada ao estrangeiro, o convidará logo a vir habitar a terra de Santa-Cruz e participar commoço de seus thesouros. Longe, pois, e bem longe de nós o pensamento de alterar a lei fundamental do Estado, mutilando o Imperio com o plano de fatal federação!

« Muito respeito nos merecem, do novo o declaramos, as intenções do illustre publicista e em grande conta tem-o o seu saber; mas a profunda convicção da impossibilidade e insufficiencia do seu plano, e dos perigos do qualquer tentativa neste sentido, deu-nos ousadia para contraria-lo em materia de tão graves consequências.

« Elle mesmo nos ensina em sua « Theoria de Direito Publico » que as confederações estão expostas a grandes inconvenientes, sendo apenas uma transição da infancia dos povos a seu estado de força, civilização e completa independencia, e assim, oppondo-lhe sua propria autoridade, mais licito nos o divergir inteiramente de sua opinião, visto que, segundo os seus principios, a federação seria um paço de gigante para acabar com o nosso caracter de nacionalidade e fraccionar o Imperio em Estados independentes, a maior das calamidades que nos poderia sobrevir, e de que nos ha de livrar a Providencia Divina e bom senso da nação.

« Um povo, que goza da monarchia constitucional, não cura de federar-se, porque o systema representativo offerece ao mesmo tempo liberdade, tranquillidade e poder, vantagens muito maiores que as das confederações, sem nenhum dos seus grandes inconvenientes. »

Não sendo, pois, o governo federal conveniente para o Brasil, e sim o que possuímos monarchico-representativo, é claro que os males por que tem passado o Brasil, e a sua pouca prosperidade, têm dependido, desde a sua descoberta até agora, exclusivamente, dos que governão.

Portugal por alguns annos considerou o Brasil como lugar de expiação para os criminosos, e para elle mandava os sentenciados do Limociro e das outras prisões; e depois que conhe-

ceu as riquezas naturaes do paiz lançou-lhe os grilhões do captivo, considerando-o feitoria da metropoli, tratando-o com estúpido orgulho, como já mostrámos e continuaremos a mostrar no seguimento da historia, a ponto de, muito antes dos Estados-Unidos proclamarem a sua independencia, revoluções parciaes se manifestarem no Brasil, como preludio de sua futura independencia.

Contudo, apesar da oppressão que sobre elle exercia a metropoli, crescia o Brasil em população e grandeza, tanto que se achou preparado para receber a realza com sua corte, sem que ella sentisse falta de seus commodos e elementos para seu esplendor.

As circumstancias levárão, por ser já tempo, o Brasil a se constituir livre por sua emancipação politica; mas os brasileiros, na fundação do Imperio, em vez de cuidarem do bem material e moral do seu paiz, encetárão a sua carreira politica, promovendo intrigas, instaurando processos, e alguns pretendendo anarchisa-lo por meio de separações.

São estas, pois as razões de vérmos este paiz gigante e abençoado no atrazo em que ainda se acha, sem finanças, sem exercito, sem marinha, sem agricultura, desmoralizado, tendo em vez de tudo isto muita corrupção e muita ladroeira.

Desde a fundação do Imperio deverião os brasileiros, como um só homem, ter cercado o throno imperial de amor, desinteresse e dedicação, para lhe darem toda força moral, essencial ao soberano, principalmente ao de um paiz que começa a sua existencia politica, porque assim o seu prestigio e o da nação promoverião seu bem commum.

Devião-lhe ir lembrando as cousas necessarias e lhe facultando os meios de as poder executar, principiando-se a obra por educar a sociedade que deixava de ser opprimida, e se constituia nação livre e independente. Deste modo julgamos que teríamos chegado a um estado prospero, porque a indole do povo favorecia as boas intenções do governo, e talvez fôssemos hoje a mais feliz nação da terra.

Quem estudar seriamente a historia do Brasil, com todas as suas peripecias, conhecerá que o mal que nos tem acontecido, tem, como já dissemos, dependido dos homens, e não da instituição organica do Estado, que felizmente adoptámos.

Para que os males que nos affligem cessem, e o Brasil chegue ao grão de prosperidade possivel, de que é digno, convem que se fação reformas de palpitante necessidade. principiando ellas pelo clero, que, com poucas excepções, é ignorante e sem costumes. A criação de seminarios, sem a influencia do governo, porém com a direcção dos bispos, em que se instruaõ os que se dediquem ao sacerdocio, nas sciencias inherentes ao seu sublime ministerio, muito contribuiria para que o paiz colhesse beneficios, pois que o povo, respeitando os sacerdotes, em taes circumstancias regularia o seu comportamento pelo delles e ouviria com a attenção e proveito suas palavras.

O mal que deploramos achou-se justificado no que observámos na difficuldade do governo imperial sobre a nomeação dos bispos para as dioceses que se achavão vagas, como as do Rio de Janeiro, Goyaz e Pernambuco. Os vigarios entre nós, geralmente, não prégão e nem explicão as doutrinas evangelicas (homilias) ao povo, como nos primeiros seculos do christianismo fazião os prégadores da doutrina de Jesus-Christo.

Chega a tanto a immoralidade do clero entre nós, que, não ha muitos annos, um sacerdote portuguez, em uma questão de divorcio, foi jurar falso perante um juiz dos casamentos, e com tanto cynismo, que em face mesmo da autoridade ecclesiastica, que o conhecia, não se pejou de declarar—ser casado—indicando a sua naturalidade e moradia!!! Este acontecimento deu-se na capital do Imperio, e em fins de Julho ou começo de Agosto de 1859, cuja veracidade se pôde reconhecer, indo-se ao cartorio do contencioso ecclesiastico, onde páraõ os autos a que nos referimos.

Se os vigarios cumprissem devidamente o seu sublime ministerio contariaõ com o respeito dos povos, que os terião por mestres e receberião as suas lições com obediencia e respeito, ganhando assim a sociedade e a ordem publica, porque muitas desordens e dissensões se acabarião e muitas malfetorias se evitarião.

Para isto tambem convem que desde já se prohiba que as votações para eleitores se fação nos templos sagrados, porque é um escandalo inqualificavel o que nelles se pratica, o que multissimo tem contribuido para o desrespeito e descredito da religião. Os templos forão construidos pela piedade para o culto de Deos na terra, e dentro delles só se pôde tratar do que a religião determina, e nada mais.

Outro mal para o paiz tem resultado da mobilidade continua dos presidentes de provincias; raro é aquelle que se demora um anno no lugar comissionado, não sendo possivel em tão curto espaço conhecer as necessidades da provincia que está administrando. E quando se julga o mais habilitado para promover o seu bem material e moral é substituido por outro.

Muitas vezes isto acontece, não porque o presidente tenha exorbitado as determinações do poder ou praticado injustiças, mas tão somente por que não quiz satisfazer os caprichos do partido dominante. E tanto isto é verdade, que o governo, reconhecendo a aptidão do presidente, o remove para outra provincia! Convem, pois, remediar este mal, que tanto prejudica o interesse publico, do melhor modo possivel.

Nomêem-se para as presidencias pessoas, que, pela sua experiencia e saber, cumprão os seus deveres, e deixem que se demorem nas suas comissões por tempo conveniente, nunca menos de tres annos, salvo em casos exceptionaes, porque este meio serviria, não só de promover o bem das provincias, como de fazer os presidentes respeitados, tornando-os por consequencia mais aptos para governar. Como nem sempre tudo o que fazemos é acertado, convinha que estes presidentes de provincias tivessem um conselho composto de pessoas doudas, a quem ouvirião nos negocios graves.

Outro mal, não menos importante, é o que se pratica actualmente com os juizes de direito, desembargadores e ministros do supremo tribunal de justiça, os quaes, embora a constituição os faça permanentes e independentes, se vêem á mercê de um ministro que se arroga o direito de remover os magistrados de uma para outra provincia, ou de uma para outra relação, os desembargadores que lhe não agradão, se os não pôde aposentar, como ultimamente se deu, com flagrante violação da constituição do Imperio.

Orn, um juiz de direito, que está servindo bem

em uma boa comarca no Rio de Janeiro, Bahia ou Pernambuco, se cabir no desagrado do governo por não ser do seu partido, pôde ser removido para os confins do Imperio, e se acontece não querer elle aceitar tal remoção fica fóra do serviço publico! E' necessario, pois, que a constituição seja uma realidade e não uma ficção, como a querem fazer, porque da violação della é que provém todos os nossos males, e dahi é que pôde nascer a anarchia, e por consequente a destruição da ordem social.

As finanças do Imperio se resentem a cada passo dos desperdícios do poder, e o remedio de que se tem lançado mão são os empréstimos!! E para que? Os empréstimos só são necessarios a um Estado quando ha circumstancias extraordinarias, como o pugnar e sustentar a sua dignidade e independencia, e nunca para acudir as despesas correntes, porque isso é leva-lo ao precipicio. Os impostos no Brasil são mal lançados por falta de uma boa estatística, e os que pesão sobre os nossos generos de exportação são muito onerosos á lavoura.

A criação do banco do Brasil parecia propria para melhorar o estado financeiro, por animar o commercio e a agricultura, e levantar a taxa do cambio; mas a experiencia tem demonstrado que elle só tem servido para dar dinheiro aos seus afeiçoados.

No Brasil, e principalmente nas capitães, existe grande numero de vagabundos, emquanto que o exercito e marinha se resentem pela falta de recrutas e marinheiros: o primeiro destes dous males depende da lei que marcou 200\$ em prata para que cada um brasileiro goze dos direitos civis e possa votar nas eleições, sendo admittido na guarda nacional. Assim quasi todo o mundo entre nós está isento do recrutamento, porque, sendo todos aptos para a guarda nacional, acontece não termos quem sirva na 1ª linha.

Além desses vagabundos nacionaes ha centenaes delles estrangeiros, que, sem officio e nem occupação honesta, dormem de dia para roubarem de noite, dando com isso cuidado á policia e prejuizo ao povo. Convinha que o governo tomasse seriamente a peito a deportação desses malfetores, que consomem e não produzem, sendo por isso onerosos á sociedade, que sem remedio os soffre.

Todos os annos, na falla do throno, se recommenda ás camaras legislativas uma boa lei de recrutamento, e esta não poderá ser bem confeccionada sem que se eleve a um ou dous contos de réis os rendimentos do cidadão, para poder ser admittido na guarda nacional e ter direito de votar nas eleições. A falta de marinheiros nasce entre nós de não termos pescarias, que são os viveiros delles. Havendo em nossos mares abundancia de pescados, e sendo a pesca das garoupas de grande interesse, não se tem promovido este ramo de industria, que tão bons resultados nos poderia dar.

A criação dos imperiaes marinheiros, que tanta honra faz ao ex-ministro da marinha Salvador José Maciel, tem servido para guarnecer os nossos poucos navios de guerra. Mas isto não basta. O governo que anime, e mesmo promova as pescarias em nossos mares e nos grandes rios do Imperio, e então teremos em abundancia mariuhagem apropriada para as necessidades do paiz.

A lei de 12 de Outubro de 1828, que deu nova organização ás camaras municipaes no Imperio, não tem correspondido á expectativa publica, por-

que tem servido antes de flagello ao povo, do que de beneficio aos municipios. Parece antes um ramo de negocio, que uma repartição de serviço publico. A criação dos fiscaes e seus guardas, que multão o povo a torto e a direito, já teria dado origem a conflictos gravissimos, se a indole do nosso povo não fosse, como é, tão pacifica e comedida.

A municipalidade ficaria bem provida, sendo unicamente composta de um presidente de eleição popular, que dirigisse os seus negocios, e de um conselho de nomeação do governo, a quem aquelle deveria ouvir nos negocios graves.

Já na nossa *Chorographia Historica* fomos por demais explicitos nestas materias, quando descrevemos os males do Brasil no capitulo—physiognomia do Rio de Janeiro—e fizemos sentir que a obrigação do poder legislativo não é só a confecção das leis, porém tambem expôr ao governo da nação os vicios que honverão na execução das leis promulgadas, e os abusos que dellas fizerão os agentes da autoridade, indicando os meios razoaveis e proficuos de os evitar; denunciar as pessoas que violarão a constituição para serem admoestadas e corrigidas; manifestar ao poder executivo as tendencias da opinião publica e as necessidades geraes, e aconselha-lo, mostrando-lhe o caminho que deve seguir em proveito da sociedade.

O estado das nossas relações exteriores é um assumpto de gravissimo alcance, e raro tem sido o ministro que tenha comprehendido a importancia da repartição dos negocios estrangeiros. Fazem-se tratados de commercio e alianças sem proveito algum, resultando disto ter o Brasil pago sommas immensas, como aconteceu com a reclamação dos neutros pelas presas que fizera a esquadra brasileira, que bloqueiou o porto de Buenos-Ayres na desastrosa guerra que teve o Imperio em 1823 com a republica Argentina, chegando a sua importancia a 7.000.000\$000!

Sem discrição para esta pasta da administração publica, tira-se no corpo legislativo qualquer individuo sem se saber das suas habilitações, quando convinha que para ella fosse escolhido no corpo diplomatico quem tivesse mais habilitação e mais pratica dos negocios em paizes estrangeiros, e isto mesmo com creditos e distincções.

E' esta pasta de tanta importancia na Inglaterra e na França, que anda sempre nas mãos de tres a quatro homens conhecidos, os quaes tem adquirido nella tanta experiencia, que nos tem feito sempre andar de Herodes para Pilatos. E Luiz Napoleão a tinha em tal alcance, que durante o tempo de seu reinado apenas a confiou aos Srs. Thouvenel e Druyn de Lhuis.

Entre nós não acontece assim, porque de tres em tres dias, de oito em oito dias, e o muito de anno a anno, succedem-se os ministros, como as nuvens no horizonte; como aconteceu em 1818, que, de Janeiro até 29 de Setembro desse mesmo anno, houverão cinco ministros dos negocios estrangeiros, que forão os Srs. Saturino de Souza e Oliveira, José Antonio Pimenta Bueno, Antonio Paulino Limpo de Abreu, Bernardo de Souza Franco e visconde de Olinda, acontecendo que uns nos complicão com os inglezes, outros com os Estados do Rio da Prata; outros fabricão convenções consulares, que dão em resultado vantagens para o estrangeiro; outros, finalmente, põem o paiz em com-



pleta confusão em conflitos com as autoridades por negocios testamentarios e de heranças!

Para mostrar ao mundo as nossas misérias administrativas, saibão os homens imparciaes de um facto que se deu com um nosso ministro dos negocios estrangeiros: tendo o ministro de França se dirigido áquelle relativamente a um negocio de que tratára no seu relatorio o seu predecessor, mostrou-se elle inteiramente ignorante do facto, e com leuavel candura e proverbial ingenuidade respondeu ao diplomata estrangeiro que ignorava o facto, porque ainda não tinha lido o relatorio do seu antecessor! Isto não tem commentario, e faz a gente envergonhar-se de ser brasileiro!

#### CONSPIRAÇÃO EM LISBOA PARA ACCLAMAR REI DE PORTUGAL O DUQUE DE CADAVAL

O duque de Cadaval (D. Miguel Alves Pereira de Mello) com sua mulher e filhos veio para o Brasil em 1808, e falleceu na Bahia(\*), sendo casado com uma irmã do duque de Luxembourg, e de cujo matrimonio teve tres filhos, tendo a duquesa, por fallecimento do marido, vindo para o Rio de Janeiro, regressando depois para Lisboa em 1818. O motivo da sua volta para a capital da antiga metropoli foi interesses de familia.

O duque de Lafões tinha fallecido sem filhas varões. No titulo e no morgado succedia-lhe uma filha: as duas casas de Cadaval e de Lafões reunirão-se por um duplicado casamento que fizerão, casando-se o duque de Cadaval com a segunda filha do duque de Lafões, e a primogenita desta casa com o immediato da casa de Cadaval. Assim se incorporou a casa de Lafões na casa de Cadaval.

Quando este duplicado casamento estava para ser celebrado na corte de Lisbon, chegou de Londres ao gabinete do Rio de Janeiro a denuncia de uma conspiração que se projectava para acclamar rei ao mesmo duque de Cadaval no dia do seu casamento. Segundo a denuncia apparentava-se que aquella revolução era protegida pela França, e que com esse fim o duque de Luxembourg iria de Paris com grande sequito assistir ao casamento de seus sobrinhos em Lisboa.

O estado de descontentamento em que estava Portugal com a ausencia da casa real, e a grande popularidade de que a casa de Cadaval sempre gozou naquelle reino, erão motivos sufficientes para que o gabinete do Rio de Janeiro desse muito peso á referida denuncia. Accrescia que o duque de Luxembourg, capitão da guarda de Luiz XVIII, regressando de sua embaixada na corte do Rio de Janeiro, exagerava em Paris a popularidade de sua irmã e de seus sobrinhos, tanto em Portugal, como no Brasil. Outro tanto fazião, por espirito de adulação talvez, as pessoas da comitiva do mesmo duque de Luxembourg.

O gabinete do Rio de Janeiro tomou as medidas que julgou necessarias para descobrir a verdade e evitar a revolução, se porventura estivesse projectada. Em Lisboa os governadores do reino tomáram também as suas medidas. Em Paris era embaixador de Portugal o marquez de Marialva, parente da casa

de Cadaval. Este fidalgo, que a justo titulo gozava do melhor conceito no gabinete do Rio de Janeiro, foi encarregado de examinar o que a esse respeito podia haver de exacto, e de desviar a ida á Lisboa do duque de Luxembourg para assistir ao casamento dos sobrinhos.

O marquez de Marialva deu conta deste penoso encargo com a dignidade que lhe era propria. O duque de Luxembourg não foi á Lisboa. O rei dos francezes, sciente do que occorria, intilui para que não fosse. Nada se pôde descobrir, nem em Paris, nem em Lisboa, que podesse induzir a acreditar-se que tinha fundamento a denuncia de Londres.

Todavia, rebentando a revolução do Porto em 24 de Agosto e a de Lisboa em 13 de Setembro de 1820, para o estabelecimento de um governo representativo, notou-se que o duque de Cadaval exagerava com palavras e com signaes exteriores o seu constitucionalismo, ao passo que a revolução, pelo orgão do seu governo e pela imprensa, apresentava o mesmo duque como um recurso que Portugal tinha em sua mão, se porventura a casa de Bragança não annuisse ao systema proclamado.

#### ELEVAÇÃO DO BRASIL A REINO(\*)

##### Duque de Palmella.

D. Pedro de Souza e Holstein, duque de Palmella, não tem origem na antiga nobreza de Portugal. Seus antepassados erão italianos, sem importancia social, que se forão estabelecer em Lisboa com uma fabrica de vidros, no lugar denominado Calharis. Montarão a dita fabrica, e depois, nesse mesmo lugar foi construido o palacio patrimonial do duque de Palmella. O que referimos é tanto exacto, que nas antigas cartas de Lisboa vêm no-

(\*) O corpo do commercio do Rio de Janeiro nomeou no dia 26 de Janeiro de 1816 uma comissão, composta de negociantes notaveis para irem aos pés do throno render as devidas graças a Sua Magestade por ter elevado o Brasil á preeminencia de reino unido. O senado da camara da Bahia também em 15 de Março mandou felicitar ao rei uma comissão, hem como Pernambuco, S. Paulo, Villa-Rica, Marianna, Sabará, etc.

O Sr. Hyppolito L. da Costa, redactor do *Correia Brasileiro*, no tomo XVI (anno de 1816), pag. 186, escreveu um longo artigo, abundante de idéas patrioticas, e conclue com estas palavras:

« Louvando, pois, como devemos louvar, esta resolução de S. A. Real em elevar o Brasil á dignidade de reino, esperamos confiadamente que taes reflexões terão induzido a seus conselhos a predispor taes planos de administração, que sejam conformes com aquella denominação, e que, apezar da prepotencia e prejuizos de individuos, se anihilem e sejam abolidas até as denominações de capitánias, e o nome de governos militares; esperamos que a lei governe em toda a parte, e que o soldado seja, conforme sua instituição, o expugnador do inimigo, mas o suddito da lei. »

Falla do presidente do senado da camara do Rio de Janeiro a S. A. Real o Principe Regente, aos 23 de Dezembro de 1815.

« Senhor! — A illustrada politica e espontanea deliberação com que V. A. Real houve por bem elevar este Estado á preeminencia de reino, unindo-o debaixo de um só ti-

(\*) Vide *Chorographia Historica*, 1º tomo da 2ª parte.

tado o mesmo lugar com o nome de fabrica de vidros.

Tendo aquelles italianos com a sua industria ganhado muito dinheiro em Lisboa, seus filhos ou netos, achando-se ricos, compráram no Piemonte um ducado, que ainda hoje existe, na casa de Palmella. A riqueza lhes fez melhorar a humilde condição por meio de casamentos, até que um delles, o pai do duque de Palmella, casando-se com uma fidalga allemã, deu aos filhos o appellido de Holstein, que ainda conservão.

O duque de Palmella principiou a sua carreira social na vida militar, e foi addido em Roma, sendo seu pai alli embaixador. Continuou na vida diplomatica e ao mesmo tempo na militar, assistindo na guerra da península iberica, e chegou ao posto de marechal de campo do exercito de Portugal.

Em 1808 foi nomeado enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto ao governo supremo da Hespanha, que estava em Cadiz por occasião da guerra com a França, e que então dirigia os negocios publicos, na ausencia de Fernando VII, que se achava em Vallençais da França, sob o poder do Imperador Napoleão Bonaparte.

Voltando a Portugal, casou com uma filha do marquez de Nisa, dando por este enlace maior esplendor á sua nascente nobreza. Depois da paz geral foi enviado pelo Principe Regente o Sr. D. João VI como embaixador a Londres, e foi um dos plenipotenciarios no congresso de Vienna. Ajda por esse tempo era D. Pedro de Souza e Holstein, e não titular de Palmella.

Como fallamos do congresso de Vienna, convem que lembremos ao leitor um tacto muito importante, que alli se deu em relação á existencia politica do Brasil, que foi a sua elevação a reino. O con-

gresso de Vienna reunio-se em Outubro de 1814 e acabou o seu ultimo acto em 9 de Junho de 1815. Para esse congresso concorrerão todas as grandes e pequenas potencias, porque nelle se tinha de firmar a paz da Europa. Era embaixador de França o celebre Tayllerand, principe da Benevente, e a este grande estadista se deve a elevação do Brasil de colonia portugueza a reino unido.

Portugal, no congresso de Vienna, apesar dos seus dominios, não figurava na Europa senão como uma potencia de terceira ordem, e as pequenas potencias, por accordo do congresso, não discutirão e nem tinham ingresso no recinto do parlamento; apenas erão consultadas na ante-camara.

Consta que o conde da Barca (cavalheiro Araujo) tinha com Tayllerand boas relações de amizade, e sendo muito afeiçoado ao Brasil, escreveu-lhe, pedindo-lhe fizesse com que Portugal figurasse no congresso, como uma das grandes potencias, e consta que o seu empenho foi acompanhado de 1.000.000 de cruzados (400.000\$ fortes), lembrando-lhe ao mesmo tempo a posse que Portugal tinha no vasto, rico e mui populoso continente da America, onde já se achava a corte portugueza, e que o Brasil, como sede da monarchia, já estava no caso de ser uma grande potencia.

O conde da Barca, como grande estadista e senhor da historia da Europa, e um dos representantes do drama politico de Portugal, conhecendo que o Brasil foi o porto de salvamento da monarchia portugueza, e que nelle ella podia permanecer tranquilla, lembrou a Tayllerand essa idéa, e Tayllerand não a perdeu de vista; porque, sendo a sua posição no congresso (como embaixador de uma nação vencida) muito difficil de sustentar, com a habilidade, que ninguem nunca lhe contestou, para

tulo ao de Portugal e Algarves, é o fusto motivo que hoje conduz aos pes de V. A. Real este senado da camara e alguns dos cidadãos desta capital, afim de rendorem as devidas graças a V. A. Real, tanto por si, como em nome de todos os seus habitantes.

« O Brasil, augustissimo Senhor, merecia aquella preeminencia pela sua vastidão, fertilidade e riqueza; a mente esclarecida de V. A. Real o reconheceu; a paternal e augusta mão firmou o liberalissimo diploma, a carta de lei de 16 do corrente. Que inauferiveis direitos á nossa eterna gratidão!

« A Providencia tinha reservado para V. A. Real esta gloria. O acto desta união será o objecto de uma brilhante pagina na historia da gloriosa regencia de V. A. Real, por isso que abrange a prosperidade geral das partes constituintes da monarchia portugueza.

« Depois do immediato impulso com que os moradores desta cidade patenterão o seu jubilo, toca ao senado da camara, como órgão dos seus votos, com elles invocar a clemencia do Todo Poderoso, para que nos conceda a conservação da preciosa vida de V. A. Real e da sua real familia.

« Os dias 7 de Março e 16 de Dezembro, rivaes em celebridade, vão a ser consagrados igualmente nos annos do Brasil. Commemorados na serie dos annos por vir renovarão as demonstrações de gratidão, que constantemente se devêra ao dispensador de tão importantes beneficios.

« Por addição a elles, supplica do novo a V. A. Real este senado queira annuir benignamente á sua humilde offerta de erigir um monumento que patenteie á posteridade o seu reconhecimento, e perpetue a memoria de um Principe magnanimo, munificente e justo. »

#### *Resposta de S. A. R. o Principe Regente.*

« Podeis assegurar aos habitantes desta capital que prezo as expressões de gratidão e amor, que em seu nome me tendes repetido. A prosperidade dos meus vassallos é o monumento que mais ambiciono; porém annuindo aos vossos desejos, permitto aquelle que me quereis erigir. »

#### *Accordão do senado da camara.*

« Aos 28 dias de Dezembro de 1815, nesta corte do Brasil e nos paços do senado da camara, se ajuntarão o desembargador juiz presidente, vereadores e procuradores do mesmo senado, e os cidadãos da mesma corte abaixo assignados, vindos de beijar a mão de S. A. Real pela graça de haver elevados os seus dominios da America á gradação e cathegoria de reino, e accordarão que se fizessem demonstrações publicas de alegria, com acção de graças na igreja, com fogo de artificio e tres dias de illuminação.

« Mais accordarão que, para eterna memoria, se fizesse um anniversario com acção de graças e tres dias de luminarias nos dias 16, 17 e 18 de Dezembro, e que para os moradores desta cidade ficarem scientes se pôrião os editaes do estylo. Eu Antonio Martins Pinto de Brito, escripto do senado da camara, o escrevi assignados. — Desembargador presidente, Luiz Joaquim Duque Estrada Furtado de Mendonça. — Vereadores: O coronel Antonio de Pinna. — O commendador Manoel Ignacio e Andrade Souto-Maior. — O commendador José Pereira Guimarães. — Procurador, o capitão Carlos José Moreira. — Escrivão, Antonio Martins Pinto de Brito. »

(Seguem-se outras assignaturas.)

fazer face ás pretensões das grandes potencias, procurava o concurso das pequenas.

Como já dissemos estas não tinham o direito da discussão nos negocios geraes: erão unicamente ouvidas; e então, não convindo a Tayllerand a decisão do congresso, porque o isolava dos seus alliados, para seus fins, aconselhou ao conde de Palmella, embaixador portuguez, a medida de elevar-se incontinenti o Brasil a reino, para por este meio collocar Portugal entre as potencias de primeira ordem, dando assim aos embaixadores de Portugal, que erão D. Pedro de Souza e Holstein, D. Joaquim Lobo da Silveira e Antonio de Saldanha, assento no congresso e parte nas discussões geraes.

Os embaixadores ou plenipotenciarios portuguezes, como se tratava da dignidade propria, acceitirão o conselho, e expedirão nesse sentido um empregado da embaixada para o Rio de Janeiro.

O governo portuguez, com a lentidão habitual, discutio a materia, e resolveu a questão com a lei de 16 de Dezembro de 1815, elevando, para poder figurar como uma das oito grandes potencias no congresso de Vienna, o Brasil á cathegoria de reino unido, sendo a lei immediatamente communicada a todas as potencias da Europa e da America, que muito louvãrão e applaudirão isso.

A lei é a seguinte :

« D. João, por graça de Deos, Principe Regente de Portugal e dos Algarves, etc. Faço saber aos que a presente carta de lei virem, que, tendo constantemente em meu real animo os mais vivos desejos de fazer prosperar os Estados que a Providencia Divina confiou ao meu soberano regimen, e dando ao mesmo tempo a importancia devida á vastidão e localidade dos meus dominios da America, a copia e variedade dos preciosos elementos de riqueza que elles em si contém; e outrossim, reconhecendo quanto seja vantajosa aos meus fieis vassallos em geral uma perfeita união, e identidade entre os meus reinos de Portugal e dos Algarves, e os meus dominios do Brasil, erigindo estes áquella graduação e cathegoria politica, que, pelos sobreditos predicados, lhes deve competir, e na qual os ditos meus dominios já forão considerados pelos plenipotenciarios das potencias que formãrão o congresso de Vienna, assim no tratado de alliança concluido aos 8 de Abril do corrente anno, como no tratado final do mesmo congresso, sou, portanto, servido e me aprax ordenar o seguinte :

« 1.º Que desde a publicação desta carta de lei o Estado do Brasil seja elevado á dignidade, preeminencia e denominação de—reino do Brasil.

« 2.º Que os meus reinos de Portugal, Algarves e Brasil, formem de ora em diante um só e unico reino, debaixo do titulo de—reino unido de Portugal e do Brasil e Algarves.

« 3.º Que aos titulos inherentes á corôa de Portugal, e de que até agora hei feito uso, se substitua em todos os diplomas, cartas de leis, alvarás, provisões e actos publicos, o novo titulo de—Principe Regente do reino unido de Portugal e do Brasil e Algarves, de aquem e de além-mar em Africa, de Guiné e da conquista, navegação e commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc. E esta se cumprirá como nella se contém, pelo que mando, etc.

« Dada no palacio do Rio de Janeiro, aos 16 de Dezembro de 1815.—PRINCIPE, com guarda.—Marquez de Aguiar (com os registros competentes). »

« O abaixo-assinado, principal secretario de Estado de S. M. Britannica na repartição dos negocios estrangeiros, tem a honra de accusar a recepção da nota de Mr. Freire de 16 do corrente, transmitindo-lhe por ordem do seu governo a copia de um despacho, que tinha recebido, e

acompanhava uma lei, pela qual S. A. R. o Principe Regente de Portugal foi servido crear os seus dominios do Brasil em reino, e uni-lo ao de Portugal debaixo do titulo ou denominação de—reino unido de Portugal, Brasil e Algarves.

« O abaixo-assinado pôz esta comunicação na presença de S. A. Real o Principe Regente, e recebeu ordens de S. A. Real para rogar ao Sr. Cypriano Ribeiro Freire de aproveitar a primeira oportunidade de levar ao conhecimento do Principe Regente de Portugal as congratulações de S. A. Real sobre este acontecimento, e de repetir as seguranças de satisfação que sente S. A. Real em um arrançamento, que parece ao Principe Regente de Portugal calculado a promover a prosperidade, e felicidade do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves.

« O abaixo-assinado roga ao Sr. Cypriano Ribeiro Freire de aceitar as seguranças da sua distincta consideração.

« Secretaria de Estado dos negocios estrangeiros, 20 de Fevereiro de 1816.—Castlereagh.—Sr. Cypriano Ribeiro Freire. »

*Resposta do duque de Richelieu, ministro e secretario de Estado dos negocios estrangeiros de S. M. Christianissima á nota do encarregado dos negocios de Portugal.*

« El-rei soube com satisfação da sabia medida que tomou S. A. R. o Principe Regente de Portugal, de constituir seus Estados em reino unido de Portugal, Brasil e Algarves. Sua Magestade tem os mais vivos desejos de que uma resolução tão propria para ligar entre si todas as partes daquella monarchia, haja de sortir todo o seu effeito, e considera este arbitrio de S. A. Real como um novo testemunho de providencia e judiciosa politica do seu governo, como dando uma mais alta, e justa idéa da importancia e extensão do seu reino, e como prestando a cada um dos Estados que o compoem a garantia do interesse igual que S. A. Real toma na prosperidade de todos os seus vassallos.

« Esta declaração das vistas e amigaveis disposições de Sua Magestade serve de resposta á nota que ao abaixo-assinado, ministro e secretario de Estado dos negocios estrangeiros, dirigio, em data de 26 do corrente, o Sr. cavalheiro Brito, encarregado dos negocios de S. A. R. o Principe Regente do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves, a quem tem a honra de renovar as asseverações da sua distincta consideração. Paris, 29 de Fevereiro de 1816.—Richelieu.

« Ao Sr. cavalheiro Brito, encarregado dos negocios do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves. »

No entanto os embaixadores portuguezes reclamãrão assento no congresso e parte na discussão geral, em razão de se achar o Brasil elevado a reino pelo facto de residir nelle a familia real e ser a séde da monarchia portugueza, com todos os tribunaes iguaes aos de Lisboa. O congresso de Vienna annuo a esta reclamação, e os embaixadores portuguezes tomãrão assento.

Vê-se, portanto, que, sendo a lei da elevação do Brasil a reino datada de 16 de Dezembro de 1815, no acto geral do mesmo congresso, que foi anterior ao acto final de 9 de Junho do mesmo anno, foi o Brasil expressamente mencionado com o titulo de reino e o Principe Regente tratado com a distincção de Principe Regente dos reinos de Portugal, Brasil e Algarves, etc., etc. A iniciativa, pois, da elevação do Brasil a reino não partio do governo portuguez, e sim veio do estrangeiro, do principe de Benevente (Tayllerand) no congresso de Vienna.

O conde de Palmella foi quem negociou as con-

venções de 21 de Janeiro de 1815, obrigando-se o governo inglez a pagar ao de Portugal a somma de 300.000 libras esterlinas, com o fim de se satisfazerem as reclamações feitas dos navios portuguezes apresados por cruzadores inglezes antes do começo de Junho do anno de 1814, pelo motivo allegado de fazerem um commercio illicito de escravos, ficando, porém, prohibido a todo e qualquer subdito da corôa de Portugal o comprar escravos ou trallear nelles em qualquer parte da costa da Africa, ao norte do equador, debaixo de qualquer pretexto ou por qualquer modo que fosse.

Tambem negociou com o governo britannico a convenção de 28 de Julho de 1817, addicional á convenção de 23 de Janeiro do mesmo anno, creando as commissões mixtas, compostas de subditos brasileiros e inglezes para julgarem os navios capturados no contrabando de escravos ao norte do equador.

Em 23 de Junho de 1817 foi nomeado ministro e secretario de Estado dos negocios estrangeiros o conde de Palmella. Mas, embora chamado para o ministerio dos negocios estrangeiros e da guerra, preferia o conde ficar antes na embaixada de Londres do que vir para o Brasil, e para isso ganhava tempo, procrastinando de dia em dia com desculpas, sob diferentes pretextos e ajudas de custo extraordinarias, a hora da partida; porém isso não podia durar sempre, porque ainda que a sua presença no Rio de Janeiro não fizesse falta, era preciso que o conde viesse tomar conta do emprego. Contuido elle soube entreter essa demora desde Junho de 1817 até Setembro de 1820.

Chegando á Lisboa, de passagem para o Rio de Janeiro, achou a revolução constitucional triumphante; calculou que a podia voltar em proveito da nobreza portugueza, fazendo della um motivo para se organizar uma camara alta e uma sociedade, á imitação da Inglaterra, cuja constituição admittia o mencionado corpo, sendo elle chefe della. Para esse empenho entendeu-se com alguns fidalgos, e partio para o Rio de Janeiro com escala pela Bahia.

Nesta cidade conchavou-se com Felisberto Caldeira Brant no mesmo sentido, e lhe fez promessa, segundo os seus serviços, de o elevar a membro da camara alta. Chegou o conde de Palmella ao Rio de Janeiro no dia sabbado 23 de Dezembro de 1820, com 40 dias de viagem de Gibraltar, na corveta de guerra austriaca, denominada *Carolina*, que seguia para a China, tendo sabido de Lisboa no dia 6 de Outubro no paquete *Montayu*, que arribou a Gibraltar por ter aberto agua, tendo por isso se passado elle para aquelle navio.

Aproveitando-se da crise do tempo prevaleceu-se do alto emprego para cuidar em pôr em pratica o seu projecto, ao passo que o conde dos Arcos trabalhava para que o bom rei o Sr. D. João VI voltasse para Portugal, e ficasse elle conde com o Principe Real no Rio de Janeiro. O conde de Palmella aconselhava o rei que offerecesse a Portugal uma constituição, a ingleza, e que voltasse immediatamente para Lisboa.

« Quanto ao Brasil, acrescentava elle fallando ao rei, não dê cuidado a Vossa Magestade, porque é um paiz dependente de Portugal, e de lá pôde ser governado, como convem aos portuguezes. » As circumstancias decidirão diversamente; o conde dos Arcos triumphou. O rei partio para Lisboa, ficando o conde dos Arcos com o Principe Real. Ao

chegar á Lisboa o rei, o conde de Palmella foi degradado para Palmella, lugar do seu titulo, onde nada possuia.

O pouco tempo que foi ministro no Rio de Janeiro nada fez, que valha o trabalho de se escrever, a não serem as intrigas que promoveu e os projectos individuaes.

O conde de Palmella era de estatura mui pequena; mas tinha intelligencia, ainda que pouco cultivada: dizem alguns documentos, que temos á vista, que o maior talento do conde de Palmella consistia em certa esperteza, que tinha, de se saber bem de uma difficuldade, mas que nunca concluia nada. Os seus compatriotas actuaes o proclamam como sendo uma admiravel capacidade do seu tempo, sem se lembrarem que pouco antes o chamavam de perverso.

O *Correio Brasiliense* o tratava com pouca consideração; porém o conde de Palmella soube fazer crer que elle era, além de diplomata, o primeiro orador portuguez, e como tal os portuguezes o proclamam, sem terem presente que, quando o duque de Palmella fallava na camara, elles dizião: « Alli está a gallinha a cacarejar. »

O duque de Palmella publicou a collecção dos seus discursos parlamentares. Segundo dizem estão desfigurados, porque o duque fallava mal e mui descosidamente. Consta que o poeta Almeida Garrett foi quem se encarregou de os corrigir, e mesmo de os redigir em presença dos extractos dos *Diarios do Governo*, que já erão melhorados.

O conde de Palmella subio a marquez depois da dissolução do governo constitucional em Portugal no anno de 1823, e a duque por occasião do triumpho contra D. Miguel. Não tendo herdado fortuna morreu rico.

A DIVISÃO AUXILIADORA, COMMANDADA POR JORGE DE AVILLEX, NA PRAIA-GRANDE, TENTA MARCHAR POR TERRA, E SE IR UNIR AO MADEIRA NA BAHIA.

Forçada a divisão auxiliadora por seus desatinos a aquartelar na Armação da Praia-Grande, para dali embarcar para Portugal, quando os transportes estivessem promptos a recebê-la, vio-se cercada por mar e por terra pelas nossas forças, desde S. Gonçalo até o porto do Brandão, e sendo privada por fim de toda a communicação com a corte.

Em presença deste aperto, o tenente-coronel José da Silva Reis, euindando que poderia romper a linha e seguirem por terra para a Bahia a unir-se ás forças do general Madeira, idéa que foi bem recebida pela divisão; porém, não havendo conducção, alguém, que estava presente, lhes disse que conducção não lhes faltaria por haverem engenhos e fazendas na provincia, que lhes podessem fornecer cavallos e o mais para a viagem: mas, onde encontrar caminho? quando chegarião, e quantos vivos, á Bahia?!

Em seguida a esta observação não se fallou mais nisso.

Com Jorge de Avillex vivia um homem, que se suppunha mui perigoso aos interesses do Brasil, e que era o conselheiro de Jorge de Avillex. Esse homem era D. Vicente Pazos, ex-frade e um dos primeiros americanos que teve parte no movimento ou grito da independencia na Paz, hoje Bolivia, o qual fugio e veio para Buenos-Ayres, aonde figurou até 1820, em que Rodrigues foi nomeado presidente



e Rivadavia ministro do governo desta republica. Veio então Pazos para Montevideo pôr-se ao lado de Jorge de Avillez, e nunca mais se apartou d'elle. Acompanhou-o ao Rio de Janeiro, influio a que fosse a divisão para a Praia-Grande, e alli activava os animos á partida para Portugal.

José Bonifacio sabia que esse homem era o director de Jorge de Avillez, e acreditou no que se dizia, que a divisão, em vez de querer ir para Portugal, se estava dispondo a marchar para a Bahia.

Querendo José Bonifacio afastar esse perigo conseguiu mandar uma canôa com tres individuos, dous dos quaes devião desembarcar, e esperar Pazos quando sabbasse do quartel-general da Armação e viesse á villa visitar um amigo de Buenos-Ayres D. José Juan de Lara, a quem frequentava todos os dias, e agarra-lo, mettê-lo na canôa, que estava á pouca distancia da praia fingindo pescar, e trazê-lo para a côrte.

Alguem que isto me communicou, pessoa em quem deposito inteira confiança(\*), observou a chegada da canôa, de madrugada, e o desembarque dos dous; e um delles, dirigindo-se a essa pessoa, e que era amigo de Avillez e de Pazos, lhe perguntou se conhecia o hespanhol que estava no quartel-general de Avillez, e costumava passar pela manha por aquella rua para ir á casa de outro hespanhol. Respondeu-lhe que sim.

E o interrogado, conhecendo que nesta pergunta havia mysterio, encaminhou-se para a habitação de Pazos, e lhe pediu que não sabbasse até á tarde para frustrar uma sillada que se lhe preparava. Nada conseguindo os individuos mettêrão-se na canôa e passarão-se para a côrte.

Depois soube-se que a razão de se querer agarrar Pazos era suppôr-se que elle era quem aconselhava e influia para a divisão seguir para a Bahia, e não para Portugal.

Sobre esses acontecimentos diz a *Gozeta do Rio*:

« Quem reflectir sobre as diferentes maneiras com que se tem annunciado a revolta da divisão auxiliadora, e sua obstinada resistencia ás ordens de S. A. Real, conhecerá por certo a immensa difficuldade que tem de arrostar quem se propõe escrever a historia, pois que, se factos acontecidos com tanto estrondo no meio de nós, custão tanto a classificar, e achar-se o principio efficiente de seu desenvolvimento e progresso, que se poderá dizer de quanto vêmos escripto acerca de successos passados e escriptos muitas vezes alguns seculos depois da sua existencia?

« Foi para nós um motivo da maior sorpresa quando soubemos que a divisão auxiliadora se achava em armas (a reserva do batalhão de caçadores n. 3), com o tenente-general Avillez á sua frente, a quem tinha eleito para seu chefe, e quando ao mesmo tempo se nos contou que este general, apenas fez entregar, na tarde do dia 11 de Janeiro, ao ministro e secretario de Estado dos negocios da guerra um requerimento, em que pedia a S. A. Real demissão da commissão militar e licença para ir á Lisboa utilisar-se da que para esse effeito já tinha de sua Magestade, fôra immediatamente lastimar-se aos corpos da referida divisão (pela demissão que elle mesmo pedira e ainda se lhe não havia dado, o que só teve lugar no dia seguinte), capitulámos este procedimento como uma daquellas arlequinadas, que, sem consideração a resultados, costumão pôr em scena homens astuciosos, sem senso e sem moral, que não olhão para os meios, contando que obtemhão os fins.

« Não podíamos vêr neste figurado levante senão um

facto todo de Jorge de Avillez; mas, quando nos recordavamos de que a officialidade daquella divisão, reconhecendo a petulancia e insufficiencia de um tal general, caracterizada nas celebres ordens do dia, em que atacava a honra de uns e esbulhava outros de suas prerogativas, havia pedido que o governo das armas fosse exercido por uma commissão; quando nos occorria que, teimando o mesmo Avillez em vêr-se livre de adjuntos no governo, tinha solicitado uma subscrição de officiosos camaradas para pedirem ser elle reintegrado *in solidum* naquelle emprego, participando a S. A. Real que a tropa assim o desejava, e que, constando isto aos officiaes da guarnição desta côrte, todos, entrando neste numero os da dita divisão auxiliadora, fôrão immediatamente representar ao mesmo Senhor, que o seu desejo era que o governo continuasse na fôrma que estava decretado em 6 de Junho; não era possível que descobrissemos por que magica aquellos officiaes da divisão tinham abraçado um partido que provava a sua inconstancia e versatilidade, querendo agora para seu chefe privativo aquelle mesmo a quem achavão incapaz de governar sem assessor!

« Por outro lado o povo (que quasi nunca se engana no seu juizo) tinha mostrado na sua reunião em um corpo que presentia um espirito de opposição a seus bons desejos na tropa auxiliadora, e por isso, incorporada á tropa da terra, se propunha arrostar todo o perigo para sustentar o que com tanto alvoroço e publico regosijo tinha supplicado, e obtido no dia 9 de Janeiro.

« Nós não tinhamos a mais leve idéa dos motivos que indizirão os habitantes desta cidade a formar este conceito, mas observavamos o thermometro politico das suas operações, e víamos que nos precedentes ajuntamentos da tropa, que tiveram lugar nos dias 26 de Fevereiro e 5 de Junho, a da terra e povo se reunia á de fóra, quando agora não só se separou, mas não cogitava senão em meios de defensa, se fossem atacados pelos que julgavão dirigidos por differente espirito.

« Não nos achando, pois, em estado de justificar ou de desavancer este presentimento do povo por falta de dados necessarios, mas antes inclinando-nos a não vêr em tudo isto mais que um ardil, e machinação de Jorge de Avillez para conseguir ir para Portugal, com as vantagens de commandante de uma tropa, que tivera differente missão do corpo a quem elle pertence, como muitas vezes dissemos a alguns dos nossos amigos, não nos achavamos em estado de fallar sobre tão estranho, como criminoso procedimento, de um modo que explicasse toda a marcha das operações daquella triste campanha.

« Agora, porém, que somos informados de que Jorge de Avillez mandára em a noite do dia 8 de Janeiro solicitar o batalhão de caçadores n. 3, por seu digno irmão ajudante de ordens de sua pessoa, para que no dia 9 fizesse um levante (que na linguagem do tempo se chama *bernarda*), que obstasse a que o illim. senado fosse nesse dia apresentar em solemne audiencia a S. A. Real os votos do povo a respeito da continuação da sua residencia nesta côrte, cuja suggestão foi ouvida com desprezo; agora, que se publicou que, sem temer o resentimento de um povo heroico e brioso, por vêr indignamente contrariado seus votos, tivera a servil lembrança de se apresentar na opera do dia 9 com sua familia, em trajes caseiros, quando tudo alli se achava em grande gala; agora, que se manifesta que depois que os soldados, ou illudidos, ou movidos por sentimento de compaixão, á vista da jermiada, ou choradeira com que teve a baixeza de implorar seu amparo, sabirão pelas ruas da cidade a fazer disturbios, apagando luminarias e ameaçando os povos, temos achado o meio de explicar o justo receio que elles tinham de que se verificassem taes promessas, assim como de estabelecer o principio de que Jorge de Avillez, quando só tinha em vista encartar-se naquelle commando, tinha sabido manejar a sua pretensão de fôrma que era coonestada com a causa, que chamava das côrtes, para assim infundir em os soldados uma falsa apparencia de dever em contrariar as ordens e as medidas que S. A. Real temna, como se não estivesse já decretado nas bases da constituição que a tropa deve ser em tudo e por

(\*) O conselheiro D. da P. R.

tudo sujeita ao governo; e como se aquelle mesmo que a mandou para aqui vir, que foi Sua Magestade e não as côrtes, não tivesse constituido seu augusto filho regente e seu lugar-tenente neste reino, e ao qual se devolvia a promessa e protesto que a mesma tropa fizera em 11 de Março de estar por tudo o que fosse da vontade do mesmo Senhor, como é de sua obrigação!

« Que importava a Jorge de Avillex que os povos desta cidade e provincia, e os das suas limitrophes tivessem descoberto nas leis ns. 124 e 125 um principio de desorganisação por ficarem as provincias do Brasil sem centro de unidade e communicação, que ahiçasse a sua indivisibilidade particular e do todo politico, de quem era parte integrante, uma vez que S. A. Real houvesse de sair do Brasil, e cada provincia dividida já no seu governo e administração interior não tivesse outro vinculo para consolidar a sua existencia politica senão o fraco nexo que as ia prender a uma pequena bola, collocada ha mais de 2.000 leguas de distancia?

« Quando se tem restituído aos povos a liberdade de pensar e de communicar os seus pensamentos, como um dom o mais precioso de que pôde gozar um mortal sobre a terra, é então que um despota militar pretende embarracar aos brasileiros de reflexionar sobre o seu destino á vista da legislação que se lhes envia? Acaso uma provincia ou muitas provincias reunidas terão menos jús para reclamarem em termos legaes e decentes os seus direitos, que julgão menosprezados ou desatendidos do que tem cada individuo de per si?

« Não é uma verdade conhecida na historia que a grandeza colossal, que adquirio o Imperio romano, foi fundada na astuciosa medida com que se dividirão e separarão as partes componentes de diferentes Estados?

« Elles tirarão (diz Montesquieu) as ligações politicas e civis que havia entre as quatro partes da Macedonia, do mesmo modo com que antigamente rompêrão a união das pequenas villas dos latinos.

« A republica de Achaia era formada por uma associação de cidades livres; o senado decretou que cada cidade se governasse dali por diante por suas proprias leis, sem dependencia de uma autoridade commum.

« A republica dos Beocios era igualmente uma liga de muitas cidades; mas como na guerra contra Perseo e umas seguissem o partido deste Principe e outras o dos romanos, estes os receberam em graça mediante a dissolução da alliança commum.

« A vista disto quem autorizou a Jorge de Avillex para criminar os povos, que, meditando sobre estes factos, e não achando uma razão em que fundem o novo methodo de se governarem as provincias de Brasil isoladamente, não o attribuiu a pretensões de se diminuir a sua ligação intima, para lhes ficar Portugal preponderante em força moral e physica, já que o não pôde ser em extensão e riqueza?

« Nós não dizemos que assim seja; nós só desculpamos o bem fundado temor dos povos, porque, sendo estabelecidos em factos conhecidos, e apontados de proposito por um tão grande homem para provar aquelle systema, que outr'ora seguiu uma nação, e por meio do qual conseguiu o seu engrandecimento politico, não deve a ninguém fazer-se um crime de combinar acontecimentos modernos com os antigos, o querer pelo preterito descortinar o futuro, e muito principalmente sobre objectos que toção do tão perto á sua pessoa e os seus mais caros interesses?

« Diz o nosso heroe que as côrtes decretarão a ida de S. A. Real em consequencia do mesmo Senhor assim o haver representado. Se elle sabe tanto da profissão militar como sabe combinar com factos, será melhor que se deixe disso e vá descansar para sua casa. E o peior é que este anachronismo tem allucinado á muita gente, que, em lugar de desmentir uma asserção em si falsa, tem trabalhado para a explicar,

« Saibaõ, pois, os Srs. brasileiros que isto é dito mui gratuitamente, sem o menor fundamento. As côrtes em

29 de Setembro, quando ainda não tinham noticia alguma da carta de S. A. Real, decretarão a sua ida para Portugal, cujo decreto foi promulgado na carta de lei do 1.º de Outubro n. 125, e no dia 9 de Outubro é que chegou ao congresso a carta de S. A. Real, em que fazia ver as circumstancias em que se achava no Rio de Janeiro, e portanto não nos venhão com os dedos aos olhos, dizendo que o decreto se fundára na dita carta, quando já estava publicado quando ella appareceu.

« Posta, pois, a tropa auxiliadora em tumulto (menos o batalhão de caçadores n. 3, que segunda vez não quiz unir-se aos outros corpos da divisaõ), e espalhando-se que aquelle desaccordado general pretendia reannullar o acto celebrado com tanta pompa e magnificencia em o dia 9 de Janeiro, corrêrão todos a incorporar-se no campo de Sant'Anna com a tropa regular da terra, alli aquartelada, onde permanecerão desde a noite do dia 11 até á manhã do dia 13, crescendo cada vez mais em numero os concurrentes, porque, á proporção que cada cidadão ia pondê a sua familia em segurança, se vinha incorporar com os defensores da sua liberdade para ajudarem a sustentarem os seus direitos.

« Foi S. A. Real que deu primeiro este exemplo, enviando mesmo em a noite do dia 11 a sua augusta familia para a fazenda de Santa-Cruz, e como até á noite do dia seguinte se conservasse tudo no mesmo estado, temendo-se uma acção pelo aspecto hostil em que se conservarão os corpos da divisaõ, escreveu para S. Paulo e Minas-Geraes a pedir soccorro de tropas para reduzir tudo á precisa tranquillidade, como convinha.

« Pela brevidade com que se expedirão estas cartas succedeu que a de Minas-Geraes fosse tambem ter a S. Paulo, donde foi enviada immediatamente, mandando o governo provisório desta provincia partir com toda a pressa para esta côrte uma força consideravel, que todos os dias se espera.

« Na manhã do dia 13 S. A. Real mandou dizer á divisaõ auxiliadora que a tropa da terra estava prompta a depôr as armas, uma vez que ella fizesse o mesmo ou fosse aquartelar-se da outra banda, e aos do campo de Sant'Anna que a tropa auxiliadora ia largar as armas ou embarcar-se para outra banda, uma vez que elles tambem largassem as suas.

« A esta proposta convierão os de Portugal em embarcar-se para a outra banda, e para que não parecesse que isto era effeito de coacção dirigirão a S. A. Real a representação que se acha em o supplemento n. 9 da Gazeta do 19 de Janeiro, pela qual pedem isto mesmo por graça, dando por motivo a indisposição geral que ha entre as tropas de Portugal e as desta cidade, e em cuja supplica entrou igualmente o batalhão de caçadores n. 3.

« Está visto que, existindo esta indisposição, não só entre a tropa da terra e a do fóra, mas tambem entre grandissima parte dos habitantes desta cidade, e não podendo por isso preencher os fins com que foi chamada; porque, em lugar de manter a tranquillidade, promovia a desconfiança e desasoscego dos povos, e não podendo sem grande detrimento do publico e transtorno da ordem estabelecida conservarem-se as cousas neste estado, era de absoluta necessidade que S. A. Real tomasse as convenientes medidas para que aquella tropa embarcasse quanto antes para Portugal.

« Assim se fez; mandando S. A. Real apromptar os transportes e communicando-lhe a sua promptificação, lhe assignou o termo preciso do embarque. Mas qual não seria a admiracão de todos, quando se vio que a tropa, continuando na mesma porfiosa desobediencia em que jazia, respondeu que não embarcava sem que chegasse a que se esperava de Lisboa!!!

« Foi este inconsiderado procedimento que deu occasião á proclamação que copiamos em a Gazeta n. 16, e a continuação d'elle que obrigou S. A. Real a mandar tomar as medidas, que constão dos editaes da policia que se seguem, como unico meio que restava para fazer entrar aquelles allucinados no circulo de seus deveres.

*Editais.*

« O Dr. João Ignacio da Cunha, fidalgo cavalleiro da casa real, cavalleiro das ordens de Christo e da Torre e Espada, desembargador de agravos da casa da supplicação o intendente-geral da policia, etc. Faço saber aos que o presente edital virem ou delle noticia tiverem, que, em execução ás reaes ordens, que acabo de receber de S. A. R. o Principe Regente, expedidas pela secretaria do Estado dos negocios do reino, faço publico a todos os moradores da banda de além, que, para seu bem e utilidade geral, nas presentes criticas circumstancias desde já se recolha a esta cidade ou se retirem 6 leguas para o interior do paiz, pondo em segurança todos os seus haveres, gados e viveres, o que se espera dos mesmos moradores, não só por obediencia ás reaes ordens, como tambem em signal de patriotismo e zelo a bem da causa publica; e para que chegue á noticia de todos mandei affixar o presente edital nos lugares mais publicos, tanto da banda de além, como nesta cidade. Rio de Janeiro, 2 de Fevereiro de 1822.—João Ignacio da Cunha. »

« O Dr. João Ignacio da Cunha, fidalgo cavalleiro da casa real, cavalleiro das ordens de Christo e da Torre e Espada, desembargador de agravos da casa da supplicação o intendente-geral da policia, etc. Faço saber aos que o presente edital virem ou delle noticia tiverem, que, em execução ás reaes ordens, que acabo de receber de S. A. R. o Principe Regente, expedidas pela secretaria do Estado dos negocios do reino, faço publico que desde já fica inteiramente vedada, até segunda ordem, a communicação por quaesquer barcos, canoas, etc., desta cidade ou de qualquer outra parte, para os sitios da Praia-Grande, Armazém, S. Domingos e suas immedições, debaixo da pena de ser mettido a pique pelas barcas canhoelras, lanchas e escaleiros de ronda, qualquer das referidas embarcações, que, em contravenção desta ordem, pretenderem passar para os indicados sitios, sendo além disso responsaveis seus respectivos donos por semelhante infracção; e para que chegue á noticia de todos, e não se allegue ignorancia, mandei fixar o presente edital nos lugares publicos, tanto da banda de além, como desta cidade. Rio de Janeiro, 2 de Fevereiro de 1822.—João Ignacio da Cunha. »

« Desenganados, pois, de que S. A. Real tomara todas as medidas para os fazer obedecer, enviarão ao mesmo Senhor no dia 5 a seguinte representação, que por ordem de S. A. Real se mandou imprimir :

« Senhor:—O general, commandantes e officiaes da divisão auxiliadora respeitavelmente dizem que, tendo levado á augusta presença de V. A. Real diferentes supplicas para que se dignasse conceder-lhe um termo necessario para se prepararem para o seu embarque, tem-se visto a tres dias privados de toda a communicação com a cidade e com os habitantes desta villa, que por ordem superior se tem retirado com todas as provisões.

« Além desta suspensão a divisão se tem privado das rações diarias, sem previo aviso nem causa; isto é, Senhor, uma hostilidade aberta, que só se pratica com um inimigo declarado, e os supplicantes têm difficuldade em crer que estas providencias sejam emanadas do coração paternal de V. A. Real. O filho augusto do piedoso o Sr. D. João VI não pôde mandar disposições contrarias á humanidade.

« No meio desta calamidade, como é a falta de viveres, os officiaes têm o prazer de pôr ao conhecimento de V. A. Real que a divisão soffre em silencio as suas privações, sem atacar propriedade alguma nem mover-se de seus quartéis; nós respeitamos demasiado a um povo generoso e irmão nosso para offendê-lo nos seus direitos. Portanto, já que V. A. Real é responsavel ás côrtes geraes da nação da sahida da divisão, nós nos retiramos gostosos deste paiz, e por ultima graça só pedimos a Vossa Alteza que se restabeleça a communicação livre com a cidade para tratarem dos seus arranjos particulares.

« Os officiaes vão autorisados para pedir a Vossa Alteza os dias que forem indispensaveis para os arranjos dos individuos da divisão, e alcançar de Vossa Alteza a garantia e segurança no embarque de todas as pessoas, que por seguirem a mesma opinião estão unidas a esta divisão.

« Nós asseguramos a V. A. Real sobre a nossa honra do cumprimento das suas reaes ordens, e de conservação da tranquillidade. Se o merecemos serão novos titulos que adquire Vossa Alteza, de gratidão de cada individuo da divisão.

« Quartel-general da Praia-Grande, 5 de Fevereiro de 1822.—Jorge de Avillez Zuzarte de Souza Tavares, tenente-general.—Francisco Joaquim Carreti, brigadeiro. (Seguem-se as assignaturas de diversos commandantes e officiaes). »

« Entendemos, portanto, que não restará outra cousa mais que o embarque desta tropa, a quem já se deu dous mezes de soldo adiantado para o seu particular preparo, e assim se porá termo a uma desordem que deve tornar cauteloso o Brasil a respeito da sua segurança, quando a sua defesa fôr no todo ou na maior parte confiada á tropa, que, posto seja da mesma nação, e porventura animada dos mesmos sentimentos politicos, não é comtudo nascida no terreno que defende, o qual olha ou com indifferença, ou, o que ainda é peor, com uma especie de superioridade nascida da persuasão em que fica da necessidade de seu prestimo para a manutenção da defesa externa, e segurança intestina de um paiz que não é o seu natal, o que tanta influencia tem (a reserva de alguns cosmopolitas por genio e por estudo) para a maior parte dos homens.

« Mirabeau disse, e disse uma verdade eterna em facto de politica, « que uma milicia bem regulada era a defesa mais conveniente, natural e segura de um governo livre; que se podia ter necessidade em algumas circumstancias de soldados mercenarios, mas que a defesa da patria devia ser confiada aos cidadãos para estar em mãos seguras.

« E' a propriedade (continua elle) quem faz os cidadãos, e o fanatismo da propriedade é o mais ardente e poderoso dos fanatismos. »

*Proclamação de 4 de Fevereiro.*

« Soldados!—Não é a ambição quem vos chama, nem a despotica arbitrariedade quem vos arranca do seio das vossas familias: a defesa da patria; a observancia da lei e o respeito á legitima autoridade do augusto Principe que nos rege é quem vos chama. Uma anarchia espantosa ameaça a segurança publica, e o cidadão vê-se no perigo de perder os seus direitos.

« Soldados, a vós pertence sustentar a causa sagrada que defendeis. Nada tendes a temer; o portuguez quando é rebelde não é portuguez; marchai com firmeza; o vosso valor e subordinação farão com que os rebeldes entrem na linha do seu dever; mas quando a pertinacia e o orgulho não deixem apparecer a voz da razão e da justiça no meio dos rebeldes, que fazem a inquietação da provincia, marchai sobre elles, arrostaí o perigo e a morte, porque viver sem honra, e na confusão e desordem, não é viver.

« Respeitai a voz dos vossos chefes, imitai o seu valor e constancia, e no maior enthusiasmo e patriotismo, bradai: Viva a religião! Viva a constituição! Viva o rei! Viva o Principe e viva a nossa patria! S. Gonçalo, em 4 de Fevereiro de 1822.

*O PRINCIPE REGENTE MANDA SUSPENDER O SITIO**Edital.*

« O Dr. João Ignacio da Cunha, etc., etc., etc.

« Faço saber aos que o presente edital virem ou delle



noticia tiverem, que, em execução ás ordens que recebi de S. A. R. o Príncipe Regente, expedidas pela secretaria de Estado dos negocios do reino, faço publico que tem cessado a causa por que se mandou vedar a communicação entre esta cidade e os sitios da Praia-Grande, Armazão, S. Domingos e suas immedições, e por isso está livre a reciproca communicação entre os habitantes desta cidade e os da banda de além, e desde já se podem recolher ás suas antigas habitações; e para constar mandei affixar o presente edital nesta cidade e nos sitios referidos. Rio de Janeiro, 12 de Fevereiro de 1822. — João Ignacio da Cunha. »

« Quartel-general da Guarda-Velha, em 13 de Fevereiro de 1822.

#### *Ordem do dia.*

« S. Ex. o Sr. general governador das armas desta corte e provincia manda publicar á guarnição que, havendo já por mais de uma vez tido occasião de elogiar as tropas do seu commando, vai dar agora um testemunho do quanto estas tropas são dignas dos maiores elogios.

« S. Ex. vio o 1º regimento de cavallaria de milicias do commando do Sr. coronel Fernando Carneiro Leão, o 8º de infantaria dito do commando do Sr. coronel João de Souza Lobo, e o 9º dito do commando do Sr. coronel José Joaquim da Cunha, os quaes corpos estiverão da outra banda, sob o commando do Sr. coronel Luiz Pereira da Nobrega, a quem S. Ex. dá os maiores agradecimentos pela sua actividade e incansavel zelo, tendo ás suas ordens o Sr. major Santos da guarda real da policia, que pela sua actividade tambem merece ser mencionado.

« S. Ex. agradece o bom serviço daquelles corpos, prestado em todo aquelle tempo pela energia dos Srs. commandantes, officiaes e soldados, e mihi particularmente ao de cavallaria, não só pelo que respeita ao armamento e fardamento, mas até á disciplina e manobra, que bem se deixa ver ser devido, especialmente ao dito Sr. coronel e mais officiaes.

« S. Ex. vio tambem o batalhão da granadeiros e caçadores da corte, do commando do Sr. Bento Barroso Pereira e do Ex. Sr. tenente-coronel D. Francisco da Costa, os quaes corpos se fazem dignos de todo o elogio pela energia e denodo daquelles Srs. commandantes e mais Srs. officiaes, não omitindo o entusiasmo do Sr. tenente-coronel graduado Joaquim José de Almeida do de caçadores, assim como o do Sr. capitão Pardal, commandante da brigada de artilharia, o do corpo do commando do Sr. tenente-coronel José Joaquim de Lima, que, tendo em seu segundo o Sr. major conde de Escagnole, merecem de S. Ex. toda a attenção pela sua actividade e prestimo, e igualmente o 4º regimento de infantaria de milicias da corte do commando do Sr. coronel Aureliano José da Costa Homem, que marchára debaixo do commando do Sr. coronel Aureliano José da Costa Homem, que marchára debaixo do commando do Sr. tenente-coronel Manoel João Gualarte pelo impedimento physico do dito Sr. coronel.

« S. Ex. acha além de toda a expressão os elogios de que tanto os Srs. commandantes e mais officiaes, como os officiaes inferiores e soldados destes corpos são credores; o abandono de suas casas, familias e bens, no momento em que a boa causa os chamou, o patriotismo e brio militar, que S. Ex. nelles conheceu, a satisfação com que se empregavão no serviço, e em que subordinada e respeitosa mente cumprirão as ordens de S. A. R. o Príncipe Regente, as de S. Ex. o Sr. general e mais superiores, são irrefragaveis testemunhos de que com taes tropas se deve sempre contar, pois que, quando se encontram aquellas virtudes reunidas, jámais deixão de ser de accordo com o valor no combate.

« S. Ex. não pôde deixar tambem de fazer os merecidos ao 1º batalhão de caçadores de Henriques, ás duas companhias do batalhão de caçadores de milicias n. 2, sob o commando do Sr. coronel Almada, que voarão para participar da gloria de que os corpos acima mencionados tão cohirir-se na manhã do dia 10 do corrente.

« Os Srs. commandantes e mais officiaes, tanto de linha, como de milicias, que formáão estes corpos, os officiaes inferiores e soldados delles, não são menos dignos de louvor, julgando S. Ex. do seu dever mencionar o zelo e brio do dito Sr. coronel Almada, e actividade do Sr. tenente-coronel graduado de artilharia Francisco Carlos do Moraes, que tem estado ás suas ordens.

« S. Ex. agradece tambem ao Sr. coronel Marcello Joaquim Mendes de Menezes, commandante das forças do campo de Sant'Anna; igualmente a todos os Srs. officiaes, e officiaes inferiores e soldados alli estacionados, pela actividade que tem desenvolvido, e da mesma forma ao Sr. tenente-coronel Francisco de Lima e Silva, commandante do 1º batalhão de fuzileiros, e ao Sr. major Leitão do 2º dito o bom serviço que tem prestado em todas as diferentes crises, assim como ao Sr. tenente coronel Bilslein, commandante do 3º batalhão de fuzileiros, a sua actividade, e ao mesmo tempo ao Sr. major Fernando Telles da Silva commandante do 1º regimento de cavallaria do exercito, que tambem em todas as occasiões tem mostrado toda a energia; ultimamente tem S. Ex. o Sr. general a agradecer aos Sr. commandantes, officiaes, officiaes inferiores e soldados dos batalhões de caçadores ns. 2 e 3, dos regimentos 5 e 6, dos 1º, 2º e 3º de milicias da corte, do 2º de cavallaria de milicias, do regimento e brigada de artilharia, do regimento de cavallaria do exercito e guarda real da policia, o bem que seüberão, em crise de tanta ponderação, manter a ordem, segurança e tranquillidade, que tem reinado nesta capital, e de que tão felizmente gozão os seus habitantes, o que em parte se deve ao zelo e actividade do Sr. coronel Vidigal.

« S. Ex. não pôde tambem deixar de mencionar a actividade do Sr. major José Caetano de Araujo, do 2º regimento de infantaria de milicias, na commissão de que fôra encarregado na noite de 9 para 10 do corrente, assim como o zelo e bom serviço do Sr. coronel Antonio Lopes de Oliveira Bello, commandante do 2º regimento de cavallaria de milicias, que desde o dia 12 do mez passado tem constantemente sido empregado em serviço, em diversos pontos, com toda a efficacia; e o de todos os Srs. commandantes e mais officiaes de guarnição, que se offerecerão indistinctamente para tudo quanto coubesse em seu patriotismo, brio e honra, que tanto os caracterisa.

« S. Ex. ficou muito satisfeito com o serviço do Sr. coronel Francisco José de Souza Soares de Andréa e major Antonio Elisario, do corpo de engenheiros, que tão effectivamente se prestarão a tudo, e dos Srs. officiaes do seu estado-maior, e de todos aquelles que se offerecerão e acompanhárão para a outra banda, dos quaes alguns ainda alli se achão ás ordens do Sr. coronel Nobrega, e com o serviço do delegado do cirurgião-mór do exercito, não devendo S. Ex. passar em silencio os serviços feitos pelas ordenanças da corte, sob o commando do Sr. coronel Caetano José de Almeida, que tão briosamente se tem portado, com aquelle zelo, boa vontade e desempenho tão proprio de cidadãos honrados.

« O Sr. major de artilharia Francisco de Paula Vasconcellos, commandante da fortificação do Pico, merece a S. Ex. grandes elogios pelo incansavel zelo e laboriosa actividade que tem patenteado para a defesa daquelle ponto desde o dia 16 do mez passado, assim como toda a sua guarnição.

« S. Ex. agradece ao Sr. commandante e mais empregados na fortaleza de Santa-Cruz, e ao mesmo tempo ao Sr. tenente-coronel Amador de Lemos, do regimento de milicias n. 7 do commando do Sr. França, e a todos os individuos deste corpo, que tão distinctamente têm suportado tantas fadigas, e a toda a sua guarnição, o seu zelo e actividade, assim como a de todos os Srs. commandantes, e officiaes e guarnições das outras fortalezas.

« Agradece S. Ex. finalmente, ao regimento de infantaria de milicias n. 10, do commando do Sr. coronel Francisco Dias Belgado, a penosa marcha que fez para a cooperação dos outros corpos estacionados na outra banda,



assim como ao Sr. tenente-coronel Aureliano de Souza Coutinho, commandante dos esquadrões do regimento de milicias n.º 3, do commando do Sr. Luiz Manoel Pinto Lobato, que a grandes marchas correrão á capital logo que forão chamados, assegurando-lhes S. Ex. que já nelles divisa a mesma honra, o mesmo brio e o mesmo patriotismo. — José Manoel de Moraes, deputado ajudante-general. »

**JORGE DE AVILLEZ E OS OFFICIAES COMMANDANTES DOS CORPOS DA DIVISÃO AUXILIADORA DE PORTUGAL REPRESENTÃO AS CÔRTEIS DE LISBOA.**

Jorge de Avillez e os officiaes commandantes da divisão auxiliadora, querendo justificar-se perante as côrtes portuguezas, dirigirão ao congresso, por intermedio do ministerio da guerra, com data de 31 de Janeiro a seguinte

**Representação.**

« O general e commandantes dos corpos da divisão auxiliadora destacada nesta côrte achão-se na necessidade de expôr ás côrtes geraes da nação a conducta, que têm observado nas crises violentas em que se acha este paiz desde a memoravel época da regeneração politica da monarchia portugueza.

« Um acontecimento tão grande commoveu desde o fundamento todo o reino do Brasil. O nome da constituição ou a idéa de um governo representativo foi ouvido com terror por uns, com alegria por outros e com admiração pela multidão de castas, cuja civilização está na infancia.

« O partido ministerial pugnou sem successo por deter os raios da liberdade, que tão brilhante principiava a resplandecer á metropoli do imperio portuguez: apoderou-se contudo do coração de todos o desejo de melhorar a sua situação politica e de depôr o poder arbitrario. Estes sentimentos de liberdade terião ficado sepultados no seio dos que os concebêrão se não encontrassem uma mão forte capaz de arrostar o poder ministerial.

« A divisão auxiliadora, imitando o exemplo de seus compaenheiros de armas de Portugal, não podia ser indifferente á sorte de um reino, que por identidade de razões devia ser elevado á classe de homens livres, convencidos de que em coope- rar a ella era um serviço tão distincto, como o ter afastado do seu solo exercitos mais poderosos do mundo.

« Com effeito prestárão-se a obrigar o governo de Sua Magestade que jurasse a constituição, tal qual a fizessem as côrtes geraes da nação, o que se effectuou sem resistencia nem opposição alguma a 26 de Fevereiro do anno passado. Era de esperar que a povoação á luz da aurora feliz se esforçasse a melhorar as suas instituições civis e politicas para adquirir aquella liberdade racional, que é o fruto da moral da virgindade e instrucção geral dos povos; porém, ou que o estado deficiente de educação e os defeitos do governo interior afastassem a seus habitantes da acquisição dos bens, que derrama sobre um povo um governo representativo, o facto é que, indifferentes aos seus verdadeiros interesses, tem fomentado e coadjuvado o formar uma divisão entre este reino e o de Portugal, canonizando, como dogma, a necessidade de emancipar-se o Brasil. A separação em que se achão as provincias os zelos da prosperidade de um só povo, o desaire, ou para melhor dizer, a degradação em que tem cahido particularmente o Rio de Janeiro desde que Sua Magestade trasladou, com a sua pessoa, a Lisboa o assento do governo, tem incitado sensações tão differentes e tão heterogeneas, que é difficil descobrir-se a vereda que tomão os povos, e dos interesses locais tão oppostos.

« Esta posição politica tem aberto o campo aos demagogos e a outros aventureiros para surgir da obscuridade em que se achavão, e obter os primeiros cargos da republica; têm-se erigido em órgão dos povos e athletas da liberdade brasileira. Os effeitos de uma administração viciosa sentem-se muito tempo depois da sua extinção: o Brasil supportava uma porção de empregados nos tribunaes o decreto das côrtes para os extinguir e o da volta do Principe, o dos destacamentos expedicionarios, virão-se como uma hostilidade directa á provincia do Rio de Janeiro e povos adjacentes; destacárão-se todos os agentes do descontentamento para gritar, fallar e censurar do modo o mais vehemente contra os autores de taes decretos; as imprensas enchêrão-se de papéis injuriosos á dignidade do augusto congresso e de seus illustres membros; emissarios com proclamações incendiarias, subversivas da unidade da monarchia corrió por todos os povos e estradas das provincias de Minas e S. Paulo.

« No meio desta vertigem de homens esquentados e de opiniões contraditorias se encontrou S. A. R. o Principe Regente deste reino.

« Se no concurso de uma administração regular de um Estado se necessita de um ministerio presidente e penetrante, que descubra ao longo os passos que dão os povos, quanta deve ser a capacidade dos homens de Estado em uma época em que todo este continente está commovido? Que pôde fazer um Principe joven, rodeado de homens desconhecidos que o afagão para o enganar, que o seduzem para corromper suas intenções e afasta-lo de seus verdadeiros interesses? Que! senão succumbir ao peso de tantas sugestões capciosas?

« Os commandantes da divisão não podem sufficientemente expressar o seu sentimento, ao vêr que o herdeiro do throno portuguez se acha sem apoio para manter a sua autoridade, sem conselho para dirigir-se, e talvez flado em seus maiores inimigos. Desejamos, Senhor, que nossos temores sejam sem fundamento, porque, como portuguezes, não podemos deixar de amar a um Principe, que, dotado das melhores qualidades pessoais, tinha sido e é objecto terno de nosso mais sincero affecto.

« S. A. R. tem tido a desgraça de ser desviado de um modo tão sorprendente, que tem sido induzido a tratar esta divisão como desobediente, a passar cartás régias reputando-a como inimiga, e privar-lhe o affecto filial de beyar-lhe a mão quando esta divisão lhe enviou uma deputação a complimentar-lo no dia anniversario de S. A. a Princeza Real.

« Estes actos de odio e desprezo, feitos a um corpo, cujos serviços são manifestos a este soberano congresso, não podem ter origem no coração magnanimo de S. A. Real: elles são suggeridos pelos deste congresso, os quizes considerão como o maior escolho para caminharem ao seu fim.

« Não são estas, Senhor, só as maiores feridas que se tem aberto na boa harmonia que havia entre S. A. Real e esta divisão: mas até o tem feito descer da sua alta gerarchia para persuadir familiarmente aos soldados em seus mesmos quartéis que desertem e não voltem a Portugal, inspirando-lhes temores, como consta da deposição, e testemunhas que presencião e acompanhão esta exposição: estes actos de humilhação e envilecimento, impróprios a um herdeiro das virtudes da inclyta casa de Bragança, podem só ser a obra de uma politica machavelica, que, cobrindo o caminho da verdade, o dirigem ao ponto dos seus desejos, abusando da sua bondade e inexperiencia. »

« Depois que se apoderarão do coração innocente do melhor dos Principes, occorrêrão ao expediente de semear desconfianças nesta divisão; persuadirão-se, de verdade, com justiça, de que não seguirião outra linha que as côrtes geraes ordenassem, e para deliberar a sua opinião no povo attribuírão-lhe intenções as mais sinistras, e de que não tratão de justificar-se. Preparados que tiverão os animos, levou a camara em 9 de Janeiro um memorial supplicatorio, em nome do povo, para que S. A. Real ficasse nesta côrte.

« Ainda que a divisão sabia por todas as vias que a prudencia humana suggere, e está praticado por actos positivos que em todas as partes se usão para taes objectos, que aquella passo era preliminar da emancipação que pretendem, contudo para que jámais attribuissem á divisão influencia alguma, que turbasse o gozo e exercicio dos seus direitos, se manteve socegado nos seus quartéis.

« Esta conducta, longe de acenhar a inquietação dos innovadores, os animou para procederem a actos violentos. Nas sociedades dos primeiros officiaes do Estado se debatia publicamente a necessidade de embarcar a divisão antes que chegasse a que devia rendê-la.

« N'um povo entusiasmado, aonde se fazem com summa facilidade todas as impressões que se desejão, nem é difficil de propagar-se por todas as partes a resolução attribuida ao governo, de desarmar e embarcar por força a divisão. Ao mesmo tempo se assignalavão com certeza novos ministros do governo, assim como o general das armas.

« O general desta divisão, que era naquelle tempo o general da provincia, vendo que a sua pessoa era inutil em taes circumstancias, pediu a sua demissão. Esta noticia, unida ás de armar as milicias, montar peças de artilheria e nomear general de armas, agitou o animo da divisão, e persuadiu-se com effeito que todo aquelle apparato era dirigido para afasta-la deste paiz com ignominia; e, temendo a sua execução, achou o recurso de dirigir-se ao general, expôr-lhe o perigo em que se via, exigindo se pozesse á sua frente.

« O general, informado do perigo que ameaçava, não se achando ainda confirmada a sua demissão, conforme o art. 5.º das instrucções que recebeu do governo de S. A. Real pela secretaria da guerra, em que o fazia responsável ás côrtes da sua conducta em qualquer occasião em que perigasse a tranquillidade publica, correu aos quartéis da divisão, e depois de socorridos se dirigio aos da côrte, que estavam sobre as armas em attitude ameaçadora á tranquillidade da cidade.

« Não perdeu tempo para afastar o motivo da discórdia civil, porém, ainda mais com o objecto de afastar toda a desordem que podesse occorrer, do que para defender-se, tomando as medidas adequadas por si, como o encarrega expressamente o artigo citado das mesmas instruções, e do que acompanhava a esta exposição uma copia.

« Como era responsavel ás côrtes pelas instruções, e achando-se S. A. Real em desconfiança, como apparece dos documentos publicados pela imprensa, quiz evitar todo o perigo a que induzia a fermentação que no campo de Sant'Anna se via, determinou em consequencia retirar-se a estes acantonamentos, com licença de S. A. Real, conforme os documentos juntos.

« O general e commandantes dos corpos desta divisão julgavam ter perto um termo a uma differença em que não tiveram iniciativa; porém desgrazadamente virão com sentimento que este acto de moderação, em obsequio da tranquillidade publica, se tinha visto como uma hostilidade declarada. O governo de S. A. Real expedia ordens e cartas régias para as capitães de S. Paulo e Minas, pedindo tropas que marchão sobre a capital, indicando ataques da nossa parte; as fortalezas se têm guarnecido com forças dobradas; em torno de nós se achão corpos acantonados, como cercando a divisão, e por mar se preparão lanchas canhoneiras.

« Os habitantes da cidade conservão-se n'um continuo alarma, agitando os animos com desbarques supostos, intimidando-os com saques, roubos e toda a especie de violencias. Tudo isto se faz de um modo tão escandaloso e ignobil, que os representantes têm pejo de o levar ao conhecimento do soberano congresso. Por outra parte se inquietão os soldados, offerecendo-lhes baixas illegaes e subversivas da disciplina militar; perseguem e se prendem as pessoas que communicam com a divisão, com infração directa da segurança individual; consentem-se toda a especie de insultos, com que tem desafogado seu insaciavel odio os inimigos da unidade da nação.

« No meio desta fermenta politica, esta divisão se manteve inalteravel nos limites da subordinação, e conservando a paz e tranquillidade dos habitantes, e lisonjeando-se de que não a accusão de um só facto que possa reputar-se como violação dos direitos dos cidadãos, sem deixarem por isto de conservar ao mesmo tempo o cara ter de soldados de uma nação livre, que não permitirá se insulte a honra de uma divisão que é parte do exercito nacional.

« Ao levar ao conhecimento de Vossa Magestade estes factos o general e commandantes dos corpos da divisão não podem dispensar-se de expressar o sentimento com que tem visto desfigurado os factos, alteradas as causas e prevenida a opinião contra elles.

« Porém nós, Senhor, nos acolhemos debaixo da sombra de Vossa Magestade. Este augusto congresso, que é o depositario dos direitos da nação, julgará a nossa conducta; nella a divisão não tem tido outro objecto que conservar a unidade e integridade do imperio portuguez, e proteger os direitos do cidadão, a dignidade da corôa e a alta autoridade das côrtes geraes da nação: se no modo nos temos enganado, o nosso erro será de opinião e não de vontade. Nós nos submettemos ao juizo imparcial dos representantes da nação, que congregados nesta augusta assemblea avaliarão no seu justo preço a conducta da divisão.

« No meio das attribuições em que nos achamos temos manifestado a moderação possível, assegurando-nos a submissão e respeito a S. A. Real, a quem temos testificado de um modo o mais solenne o nosso amor e á sua real familia.

« As supplicas dirigidas pelo motivo das baixas absolutas e das parelhas de mulas pedidas, cujas copias acompanhão a esta exposição, convencerão a Vossa Magestade do respeito com que tem visto sempre a augusta pessoa de S. A. Real. Alli verá este soberano congresso as vistas pacificas com que se tem conduzido, apesar de tantos insultos e libellos publicados para denegrir sua conducta. E para que o governo de Sua Magestade seja correctamente instruido desses desagradaveis successos, já o participámos a 18 de Janeiro por via do ministro da guerra.

« Entretanto o Senhor conserve em prosperidade a Vossa Magestade para gloria da nação. Quartel-general da Praia-Grande, 31 de Janeiro de 1822.—Jorge de Avillez Zuzarte de Souza Tavaras.—Francisco Carretti, brigadeiro.—Antonio José Soares Borges e Vasconcellos, coronel do regimento n. 15, commandante do 1.º batalhão.—João Corrêa Guedes Pinho, coronel do regimento de infantaria n. 11.—Antão Garcez Pinto de Madureira, tenente-coronel commandante do 3.º de caçadores.—Antonio Valeriano de Souza Castro, 2.º tenente commandante dos artifices.—José da Silva Reis, tenente-coronel commandante da artilharia. »

Esta representação, feita ao congresso de Lisboa, foi reimpressa no Rio de Janeiro na imprensa ré-

gia em 1822, e commentada pelo editor com uma introdução subscripta pelas iniciaes M. D. S., afirma que tudo o que contém a representação é mentira, desaforo e insulto, pois os autores da representação sabião que, pelo poder arbitrario que elles se arrogarão, todas as casas existentes nesta capital concebêrão odio mortal contra os hospedes, que além de ingratos, desatinadamente projectavão insultar, roubar e governar a seu arbitrio, constituindo-se zangões que Portugal lançou para fóra, os quaes ao Brasil convinha não receber a peste.

Desta côrte forão emissarios portuguezes na barca de vapor espalhar o terrorismo contra os que pretendessem obstar a retirada do Principe, que irritou tanto ao povo de Santos e de S. Paulo, que esteve nos termos de os espancar, retirando-se os taes *missionarios* na noite do dia seguinte, chamando o povo de louco.

Diz o commentador da representação que o plano da divisão falhou, de ser o Principe Real sorprendido pelos caçadores em S. Christovão e conduzido para bordo da fragata; de serem cortadas as aguas da Carioca e do campo de Sant'Anna, de se tomarem as melhores posições e armazens; de se violentar a camara a desdizer-se da sua pretensão; de se erigir a vontade um governo provisorio; de se prenderem cincoenta e tantos ricos chamados republicanos no seu rol de proscricção, e igualmente o visconde do Rio-Sêcco, depois marquez de Jundiaby, com uns cento e cincoenta notados com o titulo de rebeldes ás côrtes, acompanhando a tudo isto um confisco ou saque nos bens dos proscritos, e assim passando ricos para Portugal; que Jorge de Avillez foi pessoalmente seduzir o batalhão de caçadores aquartelado em S. Christovão; que Avillez mentio quando diz que o Principe determinou que a divisão se retirasse; ao contrario a retirada lhe foi imposta.

E' curioso lêr-se esse folheto, que embora seja rarissimo, encontra-se na bibliotheca fluminense e na do Sr. Dr. J. A. Alves de Carvalho.

OS PLANOS DE JORGE DE AVILLEZ PARA ADIAR A SUA PARTIDA PARA A EUROPA Á ESPERA DAS FORÇAS DE PORTUGAL FALHÃO.—E' FORÇADO NO DIA 10 DE FEVEREIRO DE 1822 A EMBARCAR COM A DIVISÃO.

A má fé com que o general Jorge de Avillez tratára da sua passagem para a outra banda da bahia do Rio de Janeiro mallogrou-se-lhe, assim como o projecto de se apoderar do Principe para o mandar para Portugal, e tambem da fortaleza de Santa-Cruz para ficar senhor da barra deste grande porto e ter uma praça forte, onde em caso de necessidade pudessem resistir por algum tempo a forças muitas vezes superiores ás suas.

Apezar de tanto mallogro, a sua maligna perseverança o leva ainda a novas tentativas igualmente arrojadas e impossiveis de execução, e isto porque presumia muito de si e contava com exaggeração no valor dos seus soldados. Para que isso assim podesse acontecer era necessario que o seu juizo fosse diverso a respeito dos seus adversarios. Achou-se enganado.

Jorge de Avillez esperava no Rio de Janeiro por

uma expedição marítima, com tropas de desembarque em via de Lisboa, com destino ao Rio de Janeiro e escala por Pernambuco, onde devia desembarcar o general José Corrêa de Mello e toda a tropa ou parte della, se assim fosse necessario, para manter o socego publico na mesma provincia, e isto na phrase dos legisladores da constituinte portugueza.

O commandante desta expedição era o chefe de divisão Francisco Maximiano, que vinha a bordo da *não D. João VI*. Jorge de Avillez pretendia protelar a sua partida até á chegada desta divisão, julgando achar-se então, com a reunião della, com força sufficiente para se pôr na offensiva contra a autoridade do Principe Regente.

A actividade do governo naquelle tempo se imprimia em todos os actos de sua administração. A 29 de Janeiro todos os navios destinados a transportar a divisão auxiliadora estavam promptos de todo o necessario para seguirem viagem. Por aviso do ministerio da guerra dirigido ao marechal de campo Carretti, commandante da divisão auxiliadora, com a data de 30 do mesmo mez, determinou o Principe Regente que a divisão embarcasse sem perder tempo.

Carretti era o commandante legitimo por ter sido nomeado por el-rei, e Avillez era commandante intruso que a divisão tinha escolhido no acto de se revoltar, e por isso o ministro não se dirigio a elle.

Em presença da ordem de embarque os chefes dos corpos pedirão que o embarque fosse adiado para o dia 5 de Fevereiro, e o Principe annuo a este pedido, acreditando na boa fé dessa gente. No dia 5 pedirão elles ainda que fosse demorado o embarque até o dia 8 do mesmo mez, motivando este pedido com a necessidade de certos arranjos domesticos, que até então não tinham podido concluir.

O Principe annuo ainda a este segundo pedido; mas, chegado ao prazo marcado, a divisão não embarcou nem deu mais satisfações sobre a sua desobediencia.

Com este jogo os seus chefes procuravão ganhar tempo até que chegasse a nova divisão, que se esperava de Portugal escoltada pela *não D. João VI*. A divisão com estes maneios já não podia surpreender o governo, que a tudo occorria com previdencia e incrivei actividade.

Por editaes da policia, datados de 2 de Fevereiro foi prohibida toda a communicação com a margem do norte da bahia do Rio de Janeiro, onde a divisão se achava aquartelada, e ordenado a todos os habitantes daquelle lado houvessem de se retirar para o interior a 6 leguas de distancia. Naquelle tempo as ordens do governo erão obedecidas e executadas com fiel promptidão.

Pelo litoral, em frente do aquartelamento, a tiro de canhão, forão postadas a fragata *União*, commandada pelo chefe de divisão Rodrigo Delamare, a corveta *Liberal* e alguns barcos canhoneiras, promptos a fazer fogo sobre os quartéis ao primeiro signal de desobediencia.

O general Curado, que já então era governador das armas da corte e provincia, passou-se para a outra banda com o seu estado-maior, e estabeleceu o seu quartel-general em S. Gonçalo, onde estavam acampados um batalhão de granadeiros, outro de caçadores, dous esquadões de cavallaria e 4 peças de artilharia.

Em Villa-Nova estavam reunidos o regimento n. 8 de milicias, commandado pelo coronel João de Souza Lobo, o regimento n. 9, tambem de milicias, commandado pelo coronel José Joaquim da Cunha, e o 1.º de cavallaria, igualmente de milicia. Estas forças do commando do general Curado levavão os seus reconhecimentos até o morro de Sant'Anna, á meia legua de distancia dos quartéis da divisão portugueza.

A fortaleza de Santa-Cruz destacava patrulhas até á Praia de Fóra e S. João de Icarahy. Estas forças ardião em desejos de virem-se ás mãos com as forças portuguezas. O signal de combate seria para ellas um momento de grande prazer.

Na tarde do dia 9 o Principe Regente apresentou-se a bordo da fragata *União*, e dalli ordenou que, ao amanhecer do dia seguinte, a divisão começasse a embarcar para bordo dos transportes. Os chefes portuguezes vierão a bordo, e, com bastante arrogancia, pretendêrão impôr ao Principe e adiar o embarque; mas Sua Alteza, com dignidade e nobreza, os repellio, dizendo que se fossem embora, e que se as suas ordens não fossem cumpridas, ao amanhecer o dia seguinte principiavão as hostilidades.

Jorge de Avillez, fulto de todos os recursos e apertado pelas criticas circumstancias a que o tinham reduzido as suas imprudencias por ter desobedecido ás ordens do Principe Regente, e receiando maiores desgraças, chamou a conselho os officiaes de divisão, e depois de lhes ter ponderado todas estas criticas circumstancias, com impossibilidade de uma viagem por terra para a Bahia, lhes disse: « O Principe Regente está á frente da força inimiga, e sendo elle corajoso, e atrevido como é, nós deveremos fazer-lhe fogo!!! »

A resposta e decisão do conselho sendo negativa, tratou Jorge de Avillez de dar as ordens para embarcar-se com a divisão, e ao amanhecer o dia 10 a divisão operava o seu embarque; e no dia 11, pelas 5 horas da tarde, estava tudo embarcado.

« No dia 15 (diz o « Diario do Rio » em seu n. 23 de 21 de Fevereiro de 1822) do corrente mez sahio deste porto para Lisboa a divisão auxiliadora de Portugal, cujo auxilio tão caro custou aos habitantes desta corte e provincia, e não menos aos das provincias limitrophes, a quem se pedirão forças para fazer frente ás suas tropelias e criminosas insubordinação, o que muito deve strazar todos os ramos da industria a que se applicava muita da gente que foi mandada marchar em soccorro desta capital.

« Louvemos á Providencia, que enviou um raio de luz que fez vêr aos insubordinados a grandeza do precipicio que se achava cavado adiante de si, e que de necessidade se despenharão se dessem mais um passo na sua oqueira.

« Fornecidos de quanto lhes era necessario, e com tres mezes de soldo adiantado, se embarcârão nos transportes abaixo designados, sendo acompanhados pelas corvetas de guerra « Maria da Gloria, » commandada pelo capitão de mar e guerra Diogo Jorge de Brito, e « Liberal, » commandada pelo capitão-tenente João Bernardes Pereira Cauper.

*Transportes que conduzirão a divisão auxiliadora e numero de pessoas que conduzirão para Portugal.*

« Navios:

« 1. « Conceição, » mestre Luiz Antonio Guimarães: conduzio 210 praças, inclusive 12 mulheres, 3 filhos e mais um addido.

« 2. « S. José Americano, » mestre Antonio de Barros: conduzio 106 praças, 68 pessoas das familias dos ditos, o major Alexandre de Albuquerque e o capitão José Maria Torquato.

« 3. « Tres Corações, » mestre José João de Campos: conduzio o tenente-general Jorge de Avillez, 2 officiaes addidos, 214 praças e 26 pessoas das familias ditas.

« 4. « Despique, » mestre Jacintho Alves Teixeira: conduziu 158 praças e 51 pessoas de família.

« 5. « Duarte Pacheco, » mestre José Moreira da Costa Lima: conduziu 163 praças e 24 pessoas de família.

« 6. « Industria, » mestre Valerio Lourenço: levou 190 praças e 31 pessoas de família.

« 7. Navio sardo, « Verdadeiros Amigos, » mestre Manoel Antony: conduziu 172 praças, 3 addidos e 41 pessoas de família. »

As corvetas *Maria da Gloria* e *Liberal* devião acompanhar os transportes além do cabo de Santo Agostinho, levando consigo a divisão auxiliadora a maldição dos pacíficos habitantes do Rio de Janeiro, que ella inquietou por tanto tempo.

A viagem foi longa e fastidiosa até ao equador. Alguns navios mais ranceiros, depois de muitos dias, forão arribados a Pernambuco, onde receberam tudo o que necessitavão para continuarem a viagem. Em um delles (*Tres Corações*) ião Jorge de Avillez e D. Joaquina, sua mulher. Esta havia adoecido na viagem.

Ajunta provisoria de Pernambuco, ao passo que forneceu tudo o que era necessario para que podessem seguir viagem, prohibio aos officiaes e soldados de poderem vir á terra. Esta prohibição não houve meio de a fazer derogar em favor da mulher de Jorge de Avillez.

Os navios fundearão no Lameirão, e todos sabem quanto é preciso, e muitas vezes arriscado, o serviço naquelle fundeadouro. A demora foi por isso mais longa do que seria se os navios podessem entrar á barra.

O medico, que ia a bordo ver a doente, nem sempre podia alcançar, e algumas vezes o fez com risco de vida.

Jorge de Avillez, que tão sinistramente figurou neste drama, era coronel de milicias quando os francezes invadirão Portugal. Como tal entrou para o exercito que se organisou pela restauração. A sua bella figura o fez recommendavel. Não tinha outro merito. Foi official obscuro, por quanto nos 7 annos de campanha em que militou não se distinguio. Para provar o como sempre forão tratados os portuguezes no Brasil verá o leitor um desmentido que um official da divisão dá ás mentiras que propalavão.

No *Diario do Rio* de 16 do mesmo vem esta unica despedida:

« Antonio Garcez Pinto de Madureira, tenente-coronel do batallião de caçadores n. 3, na angustia do tempo apenas sufficiente para cumprir com o primeiro de seus deveres, sem perda de momento, é muito sensível aos que lhe faltão para poupar este annuncio, a que recorre para justificar-se e protestar aos seus amigos, e a cada um em particular dos honrados habitantes do Rio de Janeiro, o quanto vai penetrado de justa saudade e eterna gratidão, a que só poderá retribuir levando por toda a parte, a que os destinos o conduzirem, o elogio de um povo por tantos titulos digno de lembrança e de veneração. »

#### Proclamação.

« Habitantes do Rio de Janeiro.—Quando a causa publica e segurança nacional exigem que se tomem medidas tão imperiosas, como as ha pouco tomadas por mim, é obrigação de povo coadjuvar no governo.

« Habitadores desta provincia! A representação por vós respeitosamente levada á minha real presença, e por mim aceita de tão bom grado, está tão longe de ser um principio de separação, que ella vai unir com laços indissolúveis o Brasil a Portugal.

« A desconfiança excitada entre tropas da mesma nação (que horror!!!) tem feito com que algumas cabeças esquentadas e homens perversos, inimigos da união de ambos os hemisphérios, tenham machinado quanto podem para vos iludirem; ja vocal, ja por escripto; não vos deixeis enganar; persisti sempre insabaláveis na tenção que tendes de vos immortalisardes conjuntamente com toda a nação, sede constitucionaes perpetuamente; não penseis em separação nem levemente: senão liberdades não contes com a minha pessoa, porque ella não autorisará senão acções que sejam basculadas sobre a honra da nação em geral e sua em particular.

« Portanto eu repito o que vos disse no dia 9 do corrente, e sobre que me fundei para aceitar a vossa representação—união e tranquillidade.

« Com—união—seres felizes; com—tranquillidade—felicissimos.

« Quem pretende (e não conseguirá) desunir-vos, quer excitar, e excita idéas tão exorandadas, anti-politicas e anti-constitucionaes, entre vós, de certo está assalariado com dinheiro que entre nós se não cunha; e quem não quer tranquillidade são aquelles que no seio della nunca serão reputados senão como homens vis e infames. Vós sois brancos, eu constante. Vós quereis o bem, eu abraço-o. Vós tendes confiança em mim, eu em vós. Seremos felizes.

« O norte que devemos seguir em primeiro lugar é a honra, e dahi para diante tudo quanto della descendá.

« Conto com a vossa honra; confio em vós: contaí com a minha firmeza. »

#### Cartas do Principe Regente escriptas a el-rei seu pai.

« Rio de Janeiro 29 de Janeiro de 1822.

« Meu pai e meu Senhor.—Sabbado, que se contirão 26 do corrente, recebi uma deputação que veio de S. Paulo por parte do governo, clero e povo da provincia, e exigirão de mim o ficar no Brasil até se representar ás côrtes o damno que causa a minha retirada, e tambem sobre a forma do governo, como Vossa Magestade verá da fella que elles fizeram e que remetto inclusa, esperando que Vossa Magestade a leve ao conhecimento do soberano congresso para que elle conheça a fundo a opinião do Brasil.

« A divisão cada dia está mais insubordinada, e, visto este seu anti-constitucional modo de proceder, já tenho navios promptos para a levarem; espero que ella saia até 4 do mez que vem, o mais tardar.

« Deos guarde, etc. »

« Rio de Janeiro, 2 de Fevereiro de 1822.

« Meu pai e meu Senhor.—Hontem chegou o correio, e senti muito não ter tido carta de Vossa Magestade.

« Tenho procurado todos os meios para que a divisão auxiliadora parta por bem, porque lhe tenho dito que assim o exige o socego desta provincia; mas, apesar das razões, não querem partir.

« Hontem proclamei-lhe um tanto forte; mas o general que elles elegêrão, que é o Avillez, lhe tem dito, como Vossa Magestade verá dos officios da secretaria, que é contra a sua honra obedecerem, de sorte que não querem embarcar.

« O prazo que lhe dei para embarcarem é até 5 do corrente, e se elles o não quizerem fazer então nem se lhes paga, nem se lhes manda de comer, nem agua; e como elles pela terra dentro não podem entrar, porque estão cercados pela retaguarda, e a meio rio está a fragata « União » e barcas canhoatras: não de embarcar ou não de morrer.

« Sinto infinito que homens, que vierão da estpanha tão victoriosos e cobertos de louros saião daqui cobertos de vergonhas, de descredito e com o ferrete de rebeldes.

« O que eu lhe soffri como homem, eu lhe perdão; mas o que lhe aturei como lugar-tenente de Vossa Magestade, e as offensas a mim feitas directas e a Vossa Magestade indirectamente, cumpre a Vossa Magestade, como rei, castiga-las.

« Peço a Vossa Magestade que faça constar ás côrtes todo este máo modo de proceder da parte da divisão para que ellas obrem o que entenderem.

« Deos guarde, etc. »

#### Proclamação.

« O Principe Regente do Brasil a divisão auxiliadora de Portugal.—Com a maior enrranheza e cheio de indignação vi a representação que acabão de fazer-me os commandantes e officiaes dos corpos desta divisão.

« Que delirio é o vosso, soldados! Como é possivel que tropas portuguezas, que alcançário um renome immortal nos campos da gloria contra a usurpação franceza, esquecidas agora de tudo o que forão, queirão constituir-se rebeldes manifestos



à minha sagrada autoridade, e ao art. 36 das bases da nossa santa constituição, ameaçando verter o sangue de seus irmãos, e encher de espanto e luto esta pacífica cidade, que os agasalhara e hospedara tão generosamente?

« Homens insensatos! Porventura o soldado perdeu já mais a sua honra e dignidade quando obedece aos seus superiores e ao seu príncipe, quando sacrifica falsos pandonores, filhos da inconsideração ou do crime, ao repouso publico, à segurança de seus concidadãos e à salvação do Estado? Porventura, recrudescendo novas e imperiosas circumstancias, não é do dever da autoridade suprema mudar de resolução e tomar novas medidas?

« Pretendels vós illudir-me por mais tempo com expressões humildes na apparencia, mas criminosas na realidade, e diminuir a atrocidade da vossa resolução de resistirdes pela força às ordens do vosso príncipe? Eu vos ordenei na madureza da razão de Estado, da justiça e do bem geral que devíeis embarcar, e mandei apromptar de antemão tudo o que era preciso para a vossa commodidade e boa passagem: então, soldados, por que não obedecíeis?

« O soldado, que é desobediente ao seu superior, além de pessimo cidadão, é o maior flagello da sociedade civil, que o veste, nutre e honra. Na execução desta minha real ordem de certo não fica manchada a vossa honra, mas sim na vossa inconsiderada e criminosa resistencia.

« Quem vos deu o direito de nomear para vosso general um intruso, e já demittido do exercicio de general das armas desta corte e provincia em 12 do mez proximo passado? Ah! soldados, em que abysmo de desordens e crimes não precipita um primeiro passo quando é mal dado?

« Officiaes e soldados portuguezes! Ainda é tempo aproveitai os momentos preciosos que vos dá o vosso bom príncipe; lançai do vosso seio os homens desacreditados na opinião publica e rebeldes as minhas ordens. Eu vos mando, pois, por esta derradeira vez que cumprais a risca o que vos ordenei, porque estou—firme e inabalavel em fazer respeitar a minha real autoridade—por todos os meios que a justiça, a honra e a salvação do reino unido me prescrevem. Tal é a minha ultima resolução.

« Exijo, pois, de vós que declareis immediatamente se entrando no verdadeiro caminho do dever quereis outra vez fazer-vos dignos do nome do honrados e fieis soldados portuguezes, ou, desobedecendo às minhas ordens, sêdes marcados para sempre com o ferrete de rebeldes e foragidos. Decidi!... —Príncipe Regente.»

#### *Cartas do Príncipe Regente.*

« Rio de Janeiro, 12 de Fevereiro de 1822.

« Meu pai e meu Senhor.—Cansado de aturar desaforos à divisão auxiliadora e faltas de palavra, assim como a de no dia 5 deste mez prometterem ficarem embarcados no dia 8; fui no dia 9 a bordo da « União », e mandei um official dizer da minha parte à divisão que eu determinava que no dia 10, ao romper do sol, ella começaria a embarcar, e que assim o não fazendo eu lhe não dava mais o que eu reputava inimigos; a resposta foi virem todos os commandantes a bordo representar os inconvenientes, e representarem com bastante soberbia; respondi-lhes: « Já ordenei, e se não executarem amanhã começo-lhes a fazer fogo. » Elles partirão, e com effeito, fazendo nelles maior effeito o medo que a honra, que elles dizem ter, começáro a embarcar no dia que lhes determinei, e hontem, ás 3 1/2 da tarde, já estavam a bordo dos navios, mancos como uns cordeiros, e ordenei que no dia 14 ou 15 sahisse barra a fôrta acompanhados das duas corvetas « Liberal » e « Maria da Gloria », que os não de acompanhar somente até ao cabo de Santo Agostinho ou pouco mais adiante.

« Deos guarde, etc. »

« Rio de Janeiro, 14 de Fevereiro de 1822.

« Meu pai e meu Senhor.—Temo a penna para dar a Vossa Magestade a mais triste noticia do successo que tem dilacerado o meu coração. O príncipe D. João Carlos, meu filho muito amado, já não existe. Uma violenta constipação cortou o fio de seus dias. Este infortunio é o fruto da insubordinação e dos crimes da divisão auxiliadora.

« O príncipe já estava incommodado quando esta soldadesca rebelde tomou as armas contra os cidadãos pacíficos desta cidade; a prudencia exigiu que eu fizesse partir immediatamente a princeza e as crianças para a fazenda de Santa-Cruz, afim de as pôr ao abrigo dos successos fúestos de que esta capital podia vir a ser o theatro.

« Esta viagem violenta, sem as commodidades necessarias, o tempo que era mui humido depois de grande calor do dia, tudo, enfim, se reunio para alterar a saúde de meu caro filho, e seguiu-se-lhe a morte. A divisão auxiliadora, pois, foi a que

assassinou o meu filho, o neto de Vossa Magestade. Em consequencia é contra ella que levanto a minha voz. Ella é reponsavel na presença de Deos e ante Vossa Magestade deste successo que tanto me tem afflicto, o que igualmente affligirá o coração de Vossa Magestade.

« Os habitantes desta cidade me tem dado as provas as mais decisivas do afetto á minha pessoa. Elles me têm testemunhado a dôr mais profunda pela morte do príncipe. Cresceu o seu odio contra a divisão auxiliadora, e já mais soffrerão a entrada de alguma outra tropa portugueza.

« O espirito publico se purifica de dia em dia e se desenvolve com maior energia e prudencia. O povo inteiro é verdadeiramente constitucional, o que aprecio mais do que posso expressar, porque não quieria governar um povo que não amasse sinceramente a constituição.

« Creio que uma constituição faz a felicidade do povo; mas creio ainda mais que ella faz a fortuna do rei e do governo. Se o povo é infeliz onde não ha constituição, o rei e o governo ainda são mais infelizes. Só velhacos achão seu proveito em governo sem constituição.

« Supplico a Vossa Magestade que dê ordem para que esta carta seja apresentada às côrtes, afim de que saibão ainda melhor quizes são os serviços da divisão auxiliadora.

« Deos guarde, etc. »

NO MESMO DIA 15 DE FEVEREIRO, EM QUE SAHI A DIVISÃO AUXILIADORA PARA PORTUGAL, O PRÍNCIPE RECEBEU A DEPUTAÇÃO DA PROVINCIA DE MINAS.

No dia 15 de Fevereiro de 1822, ao meio-dia, depois da partida da divisão auxiliadora para Portugal, o Príncipe Regente deu audiencia no paço da cidade à deputação de Minas, que vinha manifestar a S. A. Real os sentimentos daquella provincia acerca dos decretos do dia 29 de Setembro de 1821.

O discurso do presidente da deputação e vice-presidente da junta de Minas o desembargador José Teixeira de Vasconcellos é cheio de patriotismo, e mostra que desde 1700 a 1719 o quinto do ouro que a provincia de Minas mandou para o thesouro de Lisboa subio á enorme somma de 553 e meio milhões na razão de 200 rs. a oitava de ouro. Esta quantia quatro vezes multiplicada foi, portanto, a quantidade de ouro que legalmente ficou nas mãos de particulares que o minerádo. Esta somma tambem ia quasi integralmente para Portugal.

Não é, portanto, exagerado avaliar em 3.000 milhões de cruzados, na razão de 13200 a oitava a quantia de ouro, que foi legalmente de Minas-Geraes para Portugal no periodo de 119 annos. Digo legalmente, porque é certo que muito ouro se extrahia naquella provincia, que não era manifestado nas casas de fundição, sendo por este modo subtrahido ao quinto. Todo elle ia para Portugal.

Os brilhantes e outras pedras preciosas, que daquella provincia ião para Portugal, subirão a sommas fabulosas. Ainda no fim do reinado de el-rei D. José subia de 26 a 27 milhões pelo valor daquelle tempo o ouro que do Brasil as frotas levavão annualmente para o thesouro regio e para os particulares.

No instituto historico e geographico do Brasil existe um manifestio impresso, offerecido pelo Sr. conselheiro Drummond, da carga de uma frota daquelle tempo, onde isto consta officialmente. José Teixeira da Fonseca Vasconcellos conclui o seu discurso no sentido da coalisção para pôr barreira às iniquas pretensões das côrtes de Portugal, e para que o Príncipe não deixe o Brasil. Lembra tambem « para que entre nós se celebrem côrtes legislativas e se forme o systema das leis especiaes e adequadas ao mesmo, e tenha cada provincia em si todos

os tribunaes competentes e indispensaveis, a comoda de seus habitantes. »

Este acontecimento, unido ao outro da sabida da divisão auxiliadora, no mesmo dia, occasionou immenso prazer em toda a população, em modo a se illuminar a cidade espontaneamente. José Teixeira da Fonseca Vasconcellos havia retardado a sua deputação em razão de certo rumor que corria de que em Minas se preparava um movimento em sentido contrario daquelle de que elle estava encarregado de coadjuvar.

Não se sabia ao certo ao que elle se dirigia ; mas, como se conhecia algumas das pessoas que a voz publica indicava, como sendo as principaes que dirigião, houve razão para acreditar-se que não era para o bem que tal movimento se operaria. Em 15 de Fevereiro cuidava José Teixeira da Fonseca Vasconcellos que os perturbadores de Minas se terião já desenganado, que a provincia não abraçaria as suas loucas pretensões, e por isso fez a sua deputação. Enganava-se.

A revolta em Minas caminhava surdamente. Manifestou-se poucos dias depois de lá chegar a noticia da deputação de José Teixeira da Fonseca Vasconcellos. Appareceu á testa da força armada da revolta um tenente-coronel de cavallaria da 1.<sup>a</sup> linha de nome José Maria Pinto Peixoto. Este official era portuguez. Quando se vio assim elevado, a primeira cousa que fez foi fazer-se acclamar pelo povo e pela tropa brigadeiro dos exercitos.

A revolta de Minas não tinha côr definida : era paga e sustentada pelos portuguezes. Estes o que querião era que a provincia obedecesse a Portugal e não se unisse ao Rio de Janeiro. Este era o pensamento reservado da revolta. A republica era ostensiva. A revolta manifestou-se com estas apparencias, que era, porém, uma realidade no animo do seu chefe militar.

Este, de facto, queriaahi estabelecer uma republica portugueza. Se não tivesse galgado dous postos na effervescencia do barulho não teria esta mancha na sua carreira militar. E' licito, pôde ser até nobre, trabalhar para que triumpho o systema republicano; mas é bom diverso quando para esses meios ou sobre estes pretextos se apanhão dous postos por motivos que ainda não forão sancionados pela moral e pela lei.

*Officio do ministro da guerra do Brasil ao de Portugal que acompanhou a divisão auxiliadora.*

« Para Candido José Xavier da Silva.

« Illm. e Exm. Sr.—Havendo S. A. R. o Principe Regente resolvido mandar regressar para esse reino a divisão portugueza auxiliadora, que se achava destacada nesta côrte, vou communicar a V. Ex. de ordem do mesmo Senhor, e assim de que V. Ex. o faça chegar, como convem, ao conhecimento de S. M. El-rei o Sr. D. João VI os justificados motivos que forçarão S. A. Real a tomar uma semelhante resolução.

« Logo depois do dia 9 do mez proximo passado, em que S. A. Real, accedendo ao voto geral e unanime do povo desta côrte e de outras provincias, prometteu solememente sobrestar no seu regresso para Portugal, começou aquella tropa a querer pôr em pratica seus projectos já de antemão concebidos, para o fim de violentarem S. A. Real a embaucar para esse reino, e para levarem a effeito seus fins nada escapou á sua malignidade, já projectando um protesto formal contra aquella real de-

liberação, e pedindo nelle a captura de alguns individuos, aliás respeitaveis pelas suas qualidades, patriotismo e adherencia á causa da constituição, já espalhando vozes assustadoras de effusão de sangue e saque geral, e já finalmente procurando semear a discordia e intrigar na tropa o povo desta capital.

« Destes sentimentos se havia prevalecido o tenente-general Avillez, requerendo maliciosamente no dia 10 a sua demissão do lugar que exercia de general das armas, e licença para ir reunir-se ao exercito de Portugal, donde se achava destacado. Este general teve todo o cuidado em aliciar por si e pelos seus agentes os officiaes inferiores da divisão, insinuando-lhes que era demittido do seu exercicio para lhe substituir outro proselyto da nova ordem de cousas.

« Na noite do dia 11, estando S. A. Real no theatro, assim como uma grande parte dos officiaes daquella divisão, concorreu o referido general ao aquartelamento do batalhão n. 11, fez convocar a tropa e lhe expôz as tristes circumstancias em que se achava de a deixar por haver sido demittido do seu exercicio ! A tropa, reunindo-se logo, exclamou em altas vozes que não queria outro general, dando-lhe muitos vivas, assim como á divisão e ao corpo de cavallaria de Lisboa, aquartelado na vizinhança daquelle batalhão, que esperava os protegesse.

« Não hesitou o mesmo general em fazê-lo persuadir que se aquella era a sua vontade elle recorria immediatamente a S. A. Real, não se tendo jámais separado daquella tropa depois do referido acontecimento. Com effeito pegário em armas, e reunindo-se-lhe logo o batalhão n. 15, corpo de artilharia montada e de artilheiros engenheiros, e, estacionando-se no largo denominado de Moura, guarnecerão immediatamente as ruas que desembocão naquelle largo, com patrulhas e sentinellas avançadas.

« Um tal movimento, combinado com as idéas de que se achava possuida aquella divisão, apresentando um aspecto terrivel de aggressão e hostilidades, não podia deixar de pôr na maior desconfiança e consternação o povo desta cidade. Em consequencia, pois, daquelle acontecimento pegou tambem em armas a tropa de linha e milicias da terra, e, reunindo-se no campo de Sant'Anna, aonde igualmente concorreu por espirito de patriotismo innumeravel quantidade de cidadãos de todas as classes a pegar em armas; alli se conservou immovel para o fim de repellar qualquer insulto, que porventura tentasse pôr em pratica aquella divisão.

« Neste estado de abalo e commoção se passou a noite, e no dia seguinte novas signaes de hostilidades apparecerão, veudo-se no morro do Castello, sobranceiro a esta cidade uma guarnição daquella tropa, com peças de artilharia, que alli collocarão, cuja posição haviam tomado na referida noite.

« Todas, quantas medidas S. A. Real adoptou na mesma noite, e na manhã do dia seguinte, forão infructiferas e baldadas.

« Pela volta do meio dia dirigirão á real presença aquelle general e commandantes dos corpos uma representação, pedindo que, em consequencia da indisposição que havia entre a tropa de Portugal e da terra, e querendo poupar effusão de sangue, se expedissem com brevidade as precisas ordens para o seu alojamento na Praia-Grande, da banda de além, donde sahirião para embarcar logo que chegasse de Portugal as tropas que as devião render, e protestando executar respeitosamente as reaes ordens que alli lhe fossem communicadas, S. A. Real, sollicito em procurar todos os meios de restituir a esta cidade o sossego e tranquillidade publica, de que tão injustamente se achava privada, não hesitou um momento em annuir áquella representação, mandando que fossem logo transportados com todas as suas munições e bagagens para aquelle sítio, o que effectivamente se executou na tarde do mesmo dia, sendo alli prompta e regularmente soccorridos dos seus soldos, etapes e mais vencimentos.

« Não bastou, porém, esta tão acertada, como prudente medida, para fazer socegar o animo daquella tropa e chama-la nos seus deveres. Dous dias depois fez o re-

ferido general Avillez imprimir e publicar uma ordem do dia, e logo depois uma proclamação, que, sendo concebidas em termos sumariamente offensivos, despertou no povo e tropa maior rancor e indignação.

« Havendo S. A. Real mandado dar baixa áquellas praças da mesma divisão que l'ha havião requerido, representarão o general e commandantes contra tal deliberação, debaixo do pretexto de que só podião ser concedidas em Portugal, e mandando-lhes S. A. Real estranhar severamente a falta de execução das suas reaes ordens, não só as não cumprirão, mas insistirão novamente por meio de outra representação, na qual protestavão uma apparente obediência ás côrtes, a Sua Magestade e a S. A. Real.

« Expedio-se portaria ao brigadeiro Carreti para fazer entregar as parellas de artilharia montada, que tinhão para alli transportado, visto que lá só fazião despesa, e a que erão necessarias para os exercicios das brigadas de artilharia desta côrte; não teve tambem execução esta real ordem, e representarão depois, tanto sobre a impossibilidade de os mandar, como exigindo na mesma occasião a approvação da nomeação que tinhão feito do general Avillez para seu commandante em chefe.

« Estes factos e outros procedimentos augmentarão de dia em dia a ludisposição do povo e tropa, e tanto recrescerão as suas suspeitas, quanto erão notorias as tentativas com apparencias hostis, que alli entrelinhão o principal cuidado daquella tropa.

« Forão, pois, seus planos, ou pelo menos tiveram todo o cuidado de o espalhar e fazê-lo persuadir, o de se apoderarem das fortalezas de Santa-Cruz e Pico, que defendem a entrada desta barra, para se fazerem alli fortes e esperar a chegada da expedição, afim de que, convocando-a ao seu partido, podessem inasistir na sua premeditada empreza, e sendo isto prevenido e acatulado por meio de um respeitavel reforço, com que forão guarnecidas aquellas fortalezas, conceberão o outro projecto de se entranharem pelo interior do paiz, e para esse effeito fizerão explorar por seus officiaes todas as estradas e sitios do interior, procurando as posições que lhes erão mais favoraveis para os seus intentos.

« Tais, e tão continuados indícios de hostilidades e aggressão, da parte daquella tropa, os desejos que manifestavão os seus soldados do effectuarem um saque, e a declarada insubordinação e falta de respeito ás ordens S. A. Real, chegando ao escandaloso excesso de rasgarem na presença dos soldados as relações, que por ordem do mesmo Senhor se lhes havião dado, intimando-lhes e fazendo-os persuadir que tais baixas não tinhão validade alguma, e que erão em tudo semelhante ás que Junot havia dado em Portugal, não podião deixar de occupar a mais seria attenção do S. A. Real, procurando pôr termo a taes desordens e principios de anarchia, de que uma consequencia infallivel era a guerra civil.

« Para conseguir, pois, tão saudavel e desejado fim resolver S. A. Real, depois de ter ouvido o conselho de pessoas doulas, e zelosas do bem geral da nação e da tranquillidade publica, que a referida divisão fosse quanto antes transportada para Lisboa, com a sua artilharia, petrechos e munições de guerra, nos navios que para esse effeito já se achão promptos, sendo fornecida das comedorias de embarque e gratificação, que são do costume, assim como dos seus soldos e mais vencimentos.

« Para esse effeito se expedio a necessaria portaria ao brigadeiro Carreti no dia 30, declarando-se que era indispensavel ao socoço e tranquillidade publica que aquella divisão embarcasse nos dias 4 e 5 do corrente mez para seguir viagem para Lisboa no dia 6; e tendo S. A. Real recebido no dia seguinte uma representação, contendo ameaças, atrevidas, na qual procuravão illudir mais esta vez as reaes ordens, resolveu o mesmo Senhor dirigir-lhes uma proclamação, que foi entregue ao referido brigadeiro e mais commandantes no dia 1.<sup>o</sup>; mas, não tendo respondido coisa alguma, como nella se exigia, deliberou S. A. Real lançar mão dos ultimos recursos, mandando no dia 2 cortar toda a communicação com aquella tropa

insurgida, e suspender-lhe todos os fornecimentos até que cumprão as suas reaes ordens.

« A grande e essencial parte que o intruso general Avillez teve em todo este triste e espantoso acontecimento, induindo de uma maneira a mais efficaz na relação desta tropa, e na rebeldia e sublevação, não é possível descrever-se: seu espirito inquieto e revoltoso se desenvolveu nestes ultimos tempos de uma maneira inaudita.

« Suas suggestões, seus conselhos e seus auxilios afastarão aquella tropa dos principios da honra, que outrora a caracterisavão, e sua decidida influencia nos animos dos officiaes os precipitou no abysmo de desordens e crimes que têm praticado.

« Não satisfeito com a nomeação que de seu motu proprio se havia feito de commandante em chefe daquella divisão, em notorio menoscabo da legitima autoridade de S. A. Real, julgou se ainda revestido de mais poderes para quantos nomeações e medidas lhe parecerão bem.

« Nomeou consequentemente um ajudante-general, um quartel-mestre-general e ajudantes de ordens; allicion e levou consigo para a outra banda varios officiaes que não pertencião á divisão, e alli os empregou como lhe approveve, e finalmente procedeu a um recrutamento de voluntarios que soubo chamar ao seu partido, confirmando bem por todos estes factos e por outros, cuja enumeração seria fastidiosa, a pouco vantajosa idéa que o povo e tropa sempre formou do seu caracter.

« Devo tambem mencionar que S. A. Real, plenamente convencido por factos reiterados que a divisão jámais pôria em pratica o que se lhe havia determinado a respeito do seu embarque e regresso para Portugal, sem que se adoptassem medidas coactivas, resolveu mandar estacionar no interior do paiz, na banda de além, uma força respeitavel, composta de tropa de linha e milicias das diferentes armas, para, não só pôr a coberto os seus habitantes de qualquer aggressão que contra elles intentasse aquella tropa insurgida, mas tambem em ultimo recurso para a fazer embarcar por via de força, considerada como rebelde e foragida, mandando semelhante approximar-se ao sitio em que se achava aquartelada uma fragata e uma corveta de guerra, e tres lanchas artilhadas, para o mesmo fim de fazerem respeitar as suas reaes ordens.

« Igualmente me cumpre referir nesta occasião que, julgando-se indispensavel chamar a esta provincia uma maior força de tropas, tanto para o fim de fazer respeitar a legitima autoridade, como para promover a tranquillidade e segurança publica no estado convulsivo em que se acha esta cidade pelo facto de ter a tropa de Portugal pegado em armas com fins sinistros.

« Dirigio S. A. Real cartas régias aos governos provinciaes das provincias de S. Paulo e Minas-Geraes, exigindo um auxilio de tropas segundo permittissem as suas circumstancias. Em consequencia disto a provincia de S. Paulo, com o seu costumado patriotismo, amor pelo bem geral da nação, não perdeu um momento em fazer marchar uma divisão de 1.100 homens; que deve aqui chegar dentro de poucos dias.

« Pelos impressos e copias inclusas de toda a correspondencia, que tem havido desde o dia 12 do mez passado sobre este importante objecto, e que transmittio a V. Ex. para serem presentes a Sua Magestade, ficará o mesmo Senhor inteirado de tudo quanto tem occorrido a semelhante respeito.

« Deos guarde a V. Ex. Palacio do Rio de Janeiro, em 3 de Fevereiro de 1822.—Joaquim de Oliveira Alvares.»

O PRINCIPE REGENTE NO DIA 17 DE FEVEREIRO PROCLAMA AOS HABITANTES DO RIO DE JANEIRO

« O dia 15 do corrente é dignissimo da nossa mais justa exultação, e fará época nos gloriosos fastos do Brasil. Ou nós encaremos os nossos horizontes desabafados dos perversos, que ousarão attentar á tranquillidade deste paiz; ou consideremos em silencio os felizes resultados



da deputação que nelle teve lugar, enviada da aurifera e central capitania de Minas Geraes, confessamos que tudo nos parece digno das mais pingues hecatombes.

« Quanto á sabida dos inimigos da tranquillidade publica, quem não considerará já na confusão destes, já na presteza com que se apromptou aquella expedição, os prodigiosos recursos que offereceu o patriotismo, excitado pelas mais cisudas reflexões, e compensado pela actividade incrível do joven heroe, que nos rege? Felicitando os nossos concidadãos por este faustissimo acontecimento, objecto de publico regozijo, passamos a contemplar o pomposo apparato com que a capitania de Minas Geraes fez presentes os seus nobres e fieis sentimentos no faustissimo memorado dia.

« A enfermidade do vice-presidente do governo daquelle capitania, e depois os serios cuidados que occuparão o nosso dignissimo Regente, desde que rebentáraõ os fataes effeitos da insubordinação, demorirão este acto patriótico, até que, assignalado o mencionado dia, e habitando o referido vice-presidente quasi na extremidade da rua da Cadeia, ornarão ricamente as suas casas os habitantes da mesma, por onde deveria transitar para o paço desde a sua habitação, onde se ajuntarão os mineiros aqui residentes, tanto empregados publicos, como estabelecidos em commercio, agricultura, e corpos militares de uma outra e lioha, para acompanharem a deputação; tambem concorreu o senado da camara com os juizes almotacés e homens da governação.

« Ao meio-dia ( hora assignalada ), entrou a deputação pelo paço, e tanto ahi, como pela rua, por onde transitou, havia grande concurso de gente. Chegando a deputação á sala dos Tudescos, appareceu o Excellentissimo ministro e secretario de estado dos negocios do reino José Bonifacio de Andrada e Silva, e publicou que S. A. Real ordenára que entrasse a deputação, a qual entrou para a sala da audiencia, onde tendo a honra de ser recebida por S. A. Real, teu o vice-presidente o eloquente discurso, que abaixo transcreveremos, o qual foi benignamente acolhido por S. A. B. o Principe Regente, que deu a mão a beijar ao dito vice-presidente, e aos mais que o acompanháraõ, incluindo-se neste numero onze deputados nomeado para as côrtes pela provincia de Minas Geraes, que se achavão já aqui reunidos.

« A' noite houve illuminação geral e espontanea em signal do publico regozijo; e desta sorte se prestará sempre voluntario e alegre o povo do Rio de Janeiro a applaudir todos os actos de geral interesse para o Brasil, e demonstrativos da fiel adhesão, e respeito ao nosso dignissimo Regente. »

#### Discurso.

« Senhor.—Logo que se fizerão publicos os decretos das côrtes de 29 de Setembro do anno passado sobre a nova fórma dos governos provisorios, e a da retirada de V. A. Real deste reino do Brasil para o de Portugal, foi tal a commoção do povo e governo da provincia de Minas Geraes, que julgárho ter a hydra do despotismo erguido o seu collo para os reduzir a peor estado do que aquelle de que acabavão de sair pelos actos da venturosa regeneração politica, garantida pela installação das côrtes geraes extraordinarias em Lisboa; e tomando o governo em consideração o estado de desgosto em que todos se achavão, e as funestas consequencias, que desgraçadamente resultariaõ da execução daquelles decretos, propoz-se a enviar-me a esta corte para ser o órgão de communicação dos sentimento que os animão a procurar na augusta presença de V. A. Real o remedio a tantos males.

« Não é possível, Senhor, acreditar-se que o grande bem da nossa regeneração politica, tantas vezes, e por tantos modos manifestado ao mundo inteiro, se tornasse em uma esperanza ephemera e illusoria, que murchasse em flor! Desgraçadamente assim acontece pelos novos principios estabelecidos, no todo contrarios ao bem da ordem social, com os quaes não só se ameaça a ruina total

deste reino do Brasil, senão tambem a subversão do de Portugal e Algarves.

« Olhando-se, pois, para a nova forma dos governos provisorios, adoptada com generalidade do de Pernambuco para as mais provincias, que não estão felizmente em iguaes circumstancias, observa-se á primeira vista um systema desorganizador, dividindo-nos e estabelecendo quatro autoridades independentes umas das outras, que de necessidade se devem considerar em uma temivel luta pela independencia da sua criação, e unica responsabilidade ás côrtes, donde resultará uma guerra intestina entre todas ellas pelo conflicto de jurisdicções, sem que o povo ache apoio em alguma para segurança individual e de propriedade; quanto mais que os generaes encarregados do governo das armas são novos proconsules e colossos do despotismo, que supplantem sem remedio os direitos do cidadão, que inutilmente procurará soccorro nas côrtes atraves de duas mil leguas, sendo talvez antes reduzido a pó pela força armada á disposição de um prepotente, ainda favorecido com uma gratificação mensal.

« E supposto, augusto Senhor, seja esta nova fórma de governo provisoriamente inculcada, todavia os males que delles se esperão são tão rapidos e graves, que exigem prompto remedio, sendo mais prudente e necessario preveni-los que cura-los, accrescendo tambem pela sua execução o grande mal de rivalidade de cada um dos governos pela extensão de poderes dos ditos proconsules, que arbitrariamente formarão Estados em Estado, sendo ainda maior se de mãos dadas tentarem abusar do sagrado vinculo do juramento de fidelidade contra o art. 19 das bases da constituição.

« O outro, em que se determina que V. A. Real regresses quanto antes para Portugal, e que passe a viajar incognito ás côrtes e reinos de Hespanha, França e Inglaterra, sendo acompanhado de de pessoas dotadas de luzes, virtudes e adhesão ao systema constitucional, considerando-se a continuação da residencia de V. A. Real nesta corte não só desnecessaria, mas até indecorosa á sua alta gerarchia, offerece uma nova prova do systema desorganizador, roubando-nos a esperanza de termos em V. A. Real um centro commum da união das provincias deste reino, para onde devem confluir todos os raios do circulo deste edificio politico, e é sobremaneira offensivo á alta grandeza e gerarchia de V. A. Real, e aos habitantes deste reino, tanto por não ser devidamente apreciada a preeminencia da augusta pessoa de V. A. Real, como tambem por considerar-se o Brasil recolonizado, e por isso indigno de possuir em seu seio o herdeiro do throno.

« Sobre os fundamentos expendidos ainda se manifestão outros igualmente dignos de attenção. Se a nação portugueza é livre e independente, e se fórma de todos os portuguezes de ambos os hemispherios, como então podemos nós ser patrimonio de Portugal, sem offensa dos arts 16 e 20 das bases da constituição?

« Como, e com que autoridade, se tem decidido dos nossos direitos e destinos sem assistencia dos nossos representantes? Não está o Brasil emancipado, e não é um reino a quem competem suas legaes attribuições? Como reduzi-lo despoiticamente a uma desprezivel colonia, privando-o da augusta presença de V. A. Real, extinctos seus tribunaes para crescer a desgraça na razão da distancia?

« Não será de maior necessidade que formemos uma só familia com vinculos indissoluveis, e que sejam iguaes e tambem indissoluveis os nossos direitos? Nós estamos bem seguros delles; conhecemos os nossos recursos, a nossa posição, e não ignoramos o estado de Portugal... Por ventura ignorão as côrtes que os argumentos produzidos em o manifesto de 15 de Dezembro de 1820 podem ser retorcidos em beneficio da nossa causa? Quem hoje desconhece que as doces e lisongeiros expressões da proclamação de 13 de Junho de 1821 são doctas e insidiosas?

« Acaso ignora-se que em o soberano congresso se tenha avaliado tão pouco os conhecimentos dos brasileiros até ao ponto de dizer um dos seus deputados que duvidava houvesse entre os mais instruidos quem sou-



besse o que era constituição, e afirmar outro em suas parabolias que o reino unido ao de Portugal somente na apparencia, não sendo mais que uma miserissima colonia, donde lhe tem vinde sempre mal e nunca bem?

« Que paradoxo! Só a provincia de Minas-Geraes desde o anno de 1700 até 1819 tem, pelo calculo das quatro casas de fundição, produzido 553 milhões e meio de ouro, que nellas se fundio, não entrando em linha de conta o valor dos diamantes, pedras preciosas e o rendimento de outras muitas collectas.

« Não fica, pois, claro qual seja a marcha do soberano congresso? Dever-se-hão cumprir os dous decretos em que se acha traçada a nossa escravidão, recebendo por excesso da boa fé nós mesmos as algemas e grilhões? Não por certo; estamos já promptos a defender os nossos direitos, e a derramar a ultima gotta de sangue pela nossa liberdade: se Portugal é a patria de heroes tambem o Brasil o deve ser e tem sido, segundo mostra a historia brasileira.

« A nossa causa é santa e justa; o céo a protegerá. Nós unidos nos nossos briosos paulistas, nossos conjunctos em sangue, amizade, costumes e bravura, nada temos a temer, cooperando de accordo com as mais provincias unidas, igualmente distinctas em valor e sentimentos.

« Queira, portanto, V. A. Real acolher benignamente a nossa representação, conservando-se entre nós como centro commun de união, revestido do poder executivo para o exercer constitucionalmente sobre as provincias unidas, com assistencia de dous conselheiros por cada uma dellas, nomeados por meio de eleições legaes, e amovíveis pelo povo se não desempenharem os seus deveres, além da responsabilidade em que ficão constituidos, conservando-se os governos provisórios em seu exercicio regular, até que as côrtes, moderando a acceleração de suas decisões, providenciem legalmente, como é de esperar, o que for justo e de razão, menos sobre o regresso de V. A. Real, já mais deixará de ser o centro commun de união e do poder executivo neste reino, para que entre nós se celebrem côrtes legislativas, e se forme o systema das leis especiaes e adequadas ao mesmo, e tenha cada provincia em si todos os tribunaes competentes e indispensaveis a commodo de seus habitantes.

« Desta fórma, augusto Senhor, será V. A. Real o nosso nomen tutelar, que faça desviar de nós o quadro dos horrores da anarchia, e dos desastrosos males que nos esperão, a exemplo da America Hespanhola, fazendo-se credor do nosso eterno reconhecimento e das bençãos da posteridade, sendo, finalmente, V. A. Real a gloria e ornamento deste vasto e riquissimo reino do Brasil.—O vice-presidente do governo de Minas-Geraes encarregado da deputação, José Teixeira da Fonceca Vasconcellos. »

#### Proclamação.

« Habitantes e tropas desta capital e provincia!—Desobediencias criminosas e insubordinação inesperada em guerreiros, que por seu valor experimentado em beneficio da nação e do Estado se fizeram credores da estima de compatriotas e estrangeiros, alterarão a vossa feliz tranquillidade, semearão desconfianças, e armarão por fim vossos braços para detender direitos ameaçados o fazer respeitar a minha legitima autoridade.

« Abandonando pelo bem publico os vossos particulares interesses, e desprezando-vos dos laços que mais estreitamente ligão o coração do homem, largastes alegres e promptos familias e domicilios para afrontar a morte, se preciso fosse, na luta que parecia inevitavel pelo obstinado orgulho de alguns facciosos ingratos ao paiz que generoso os hospedára, e surdos á voz da razão e do dever.

« Sem esta rapida decisão de vontade e denotada presença de animo (quando talvez elles contavão só com perplexidades e temores). Eu teria visto com viva magua frustrados todos os meus votos a favor da humanidade, accesa a guerra civil, e victimas de seus horrores povos innocentes que anhelão viver livres e tranquillios debaixo do imperio das leis.

« Não é só com as armas tintas de sangue e em campos juncados de cadaveres que se alcança honrada fama: com a vossa judiciosa moderação e segura confiança em meus paternaes cuidados e ordens do governo foi mais bello e honroso o vosso triumpho, do que se o conseguissemos em combates, ainda com assignalada derrota dos inimigos.

« Se elles recusarão algum tempo, por destemperadas ideias e estolida rebeldia, respeitar meus mandados, a vossa heroica resolução de morrer pela causa da justiça os fez arrependidos voltar aos seus deveres, e o bem precioso da paz recuperou-se com a ventura de não se empregar o horrivel recurso de sanguinolentas pelejas entre concidadãos, de que resultaria a deploravel desgraça de ver propriedades arruinadas, campos talados, e infelizes esposas e filhos chorando indigentes, em misera viuvez e orphanade, a perda de seus maridos e pais.

« Restituídos agora a vossas habitações e respectivos destinos, repassai na memoria para vossa propria lição este triste, bem que passageiro, exemplo das fataes consequências da insubordinação e desobediencia, que, levando o cidadão de erro em erro, o chegaram em breve ao ultimo periodo da iniquidade, a olhar com indifferença para as desgraças do Estado, e até a regostjar-se com ellas.

« Conservai desvelados os generosos sentimentos com que acabais de ganhar o honroso titulo de benemeritos da patria; praticai as virtudes sociaes que requer o systema constitucional, e confiai que assim como me visteis incansavel e constante no proposito de afastar para longe os germens da discórdia civil, sem o sacrificio das vossas vidas, a que o meu coração não podia accomodar-se, sempre tereis em mim o guarda vigilante de vossos sagrados direitos, e o protector zeloso de vossas justas representações e interesses, promovendo incessante e solícito a prosperidade do Brasil, de que depende essencialmente a ventura do reino unido. Rio de Janeiro, em 17 de Fevereiro de 1822.—Principe Regente. »

#### MORTE DO PRINCEPE DA BEIRA D. JOÃO NO DIA 4 DE FEVEREIRO DE 1832

O Principe D. João, filho de SS. AA. RR. o Sr. D. Pedro de Alcantara e da Sra. D. Maria Leopoldina, archiduqueza d'Austria, estava constipado quando partio para a fazenda de Santa-Cruz, por occasião da revolta da divisão auxiliadora.

A mudança de temperatura e a viagem feita á pressa, pela alta noite, lhe aggravou o mal, causando-lhe a morte. O Sr. D. Pedro, sentindo muitissimo a morte de seu filho, muitas vezes dizia que Jorge de Avillez era o assassino do Principe D. João.

No dia 11 de Março, ás 3 horas da tarde, de 1822 nasceu-lhe uma menina, e lhe pôz o nome de Januaria, em contemplação ao Rio de Janeiro; o mesmo fez á outra filha que lhe nasceu a 17 de Fevereiro de 1823, que lhe pôz o nome de Paula Mariana, em attenção á provincia de S. Paulo e Minas(\*).

A *Gazeta do Rio*, no supplemento n. 21 de 16 de Fevereiro de 1822, dando conta dos acontecimentos desses dias, disse:

« Compromettidos com o publico em a *Gazeta* n. 18 a darmos a narração circumstanciada do que se passou o

(\*) A Princeza D. Paula Marianna falleceu a 16 de Janeiro de 1833, e se acha sepultada no convento da Ajuda do Rio de Janeiro.

fez no enterramento do Serenissimo Sr. D. João, Principe da Beira, vamos satisfazer este penoso dever, renovando a infanda dôr que o triste acontecimento daquella prematura morte causou nos ternissimos corações de seus augustos pais, e de tudo o povo desta corte, que tamanha parte tomou naquelle infausto successo.

• Já observámos que depois de se recolher a esta corte a augustissima Sra. Princesa Real da fazenda do Santa-Cruz, com toda a sua real familia, o que teve lugar em 19 de Janeiro, se conheceu a alteração que o movimento e mais accidentes da jornada causára no estado valetudinario do Principe da Beira. E' desnecessario repetirmos a diligencia, a assiduidade e esmero com que fôra tratado na exaltação da sua enfermidade.

• Outro qualquer, que não fôra um Principe, herdeiro presumptivo da alta dignidade do supremo chefe do poder executivo do vasto Imperio lusitano, mereceria a seus extremos pais immensos cuidados, quanto mais aquelle cuja existencia estava de certo modo ligada com a fortuna dos povos, que amão com predilecção a casa real de Bragança, e que no meio das justificadas causas com que se abalançãrão a proclama, a sua regeneração politica só se propuzerão conservar intactos e inabalaveis dous unicos principios fundamentaes de seu culto religioso e respeito politico: a religião catholica e apostolica romana e a augusta dynastia da casa reinante.

• S. A. o Principe Real fez quanto estava ao seu alcance, como pai e como regente, para conservar a si e aos povos que o idolatrão este precioso deposito confiado a seus desvellos; mas nada foi bastante para o conseguir, e o Principe D. João teve de seguir a sorte dos Theodosios, Josés, Antonios e outros principes, como se estivera escripto no livro dos destinos que os primogenitos de Bragança não empunharão o sceptro lusitano!

• Logo que S. A. Real soube do fallecimento de seu caro filho, sobre o corpo do qual já moribundo ponceo antes derramára immensas lagrimas, não podendo soffrer os golpes continuados de uma dôr que mais se exacerbava com a presença do objecto mallogrado da sua ternura, e com as disposições que se tomavão para o perder de vista para sempre, com prudentissimo acerto resolveu passar-se com a real familia para a sua quinta da Ponta do Cajú, ordenando que servisse de mordomo-mór o ministro e secretario de Estado dos negocios do reino e estrangeiros o Ilm. e Exm. José Bonifacio de Andrada e Silva, de camarista guarda do corpo o veador o Ilm. e Exm. D. Francisco de Souza Coutinho, e de porteiro da camara o guarda-roupa Ilm. João José de Andrada Pinto, e que tudo se praticasse com a decencia e formalidades usadas em taes actos.

• No dia 5 do corrente, 24 horas depois do fallecimento de Sua Alteza, lhe foi feita pelos cirurgiões da real camara a operação da extracção das visceras para poder ser embalsamado na forma do costume, o que, sendo concluido, foi collocado o corpo do Principe pelo camarista referido sobre o seu leito ricamente armado, sendo primeiramente ornado com os vestidos proprios, e mudado o leito para a sala chamada das estatuas, na qual se achava um appareador coberto de velludo carmezim, e sobre este, em banqueta de prata, ardão seis velas, tres a cada lado de uma cruz do mesmo metal posta no centro dellas, além de quatro grandes velas, que, em tocheiros tambem de prata, circumdávão o leito.

• Nesse dia, pela uma hora da tarde, concorren ao paço da Boa-Vista toda a corte e criados da casa, vestidos de segunda gala, tribunaes e mais pessoas das classes mais distinctas da sociedade, ao beija-mão de despedida, e para cujo fim tinham sido avisados competentemente, o qual então se effectuou, e finda esta cerimonia o camarista de Sua Alteza e mais fidalgos que alli se achavão accommodarão o real cadaver em um caixão forrado de seda branca, com coxim e almofadas da mesma seda e côr; e, fechado que foi, se introduziu em outro caixão de chumbo, que foi soldado pelas juncturas da tampa, tomando-se assento anteriormente das particularidades relativas ao modo com que ia vestido e collocado.

• Na tampa do caixão de chumbo se achava aberta esta inscripção latina:

H. C.  
Joannes Carolus, Bermania Princeps  
Petri Brasiliæ Regentis  
Marique Leopoldina Austria primaria ducis  
Filius  
Joannis VI, Portugaliæ, Brasiliæ, Algarbitorum  
que regis  
Nepos  
Fluminense civitate prematura  
Obiit  
Pridis nonas Februarii  
A. D. MDCCCXXII

que em vulgar quer dizer:

Aqui se acha collocado  
D. João Carlos, Principe da Beira  
Filho  
de D. Pedro, Principe Regente do Brasil  
e de D. Maria Leopoldina, archiduqueza d' Austria  
Neto  
de D. João VI, rei de Portugal, Brasil  
e Algarves  
o qual falleceu prematuramente  
na cidade do Rio de Janeiro  
aos 4 de Fevereiro do anno do Senhor  
de 1822.

• Este mesmo caixão foi mettido n'outro forrado de velludo carmezim, todo agalado de ouro, fechado com duas fechaduras, cujas chaves o camarista guarda do corpo entregou ao mordomo-mór. Então se collocou em o pouso, preparado para isso em uma das salas do paço rica e completamente adereçada, sendo logo coberto o caixão pelo reposteiro-mór com um panno de tela encarnado, bordado de ouro, ficando desde já a velar o corpo do Principe seis moços da camara.

• Serião 8 horas, ou pouco mais, quando o porteiro da camara pegou na urna em que se tinham lançado as visceras extrahidas das cavidades que se embalsamarão, que se achava coberta de seda carmezim, e sendo acompanhado de moços da camara com tochas acesas, es foi pôr em uma berlinda que se achava prompta, a qual, indo puxada a 6, se conduziu á igreja de Santo Antonio, indo allumiada por 8 archotes de cera que levavão a cavallo outros tantos moços de estribeira, precedida de um piquete de cavallaria e seguida por uma companhia da mesma arma de capitão, tenente e alferes.

• A's 10 horas da noite os Exms. conde da Louzã, que servio de estribeiro-mór, D. Francisco Mauricio de Souza Coutinho, que servio de capitão de guarda, José Bonifacio de Andrada e Silva, que servio de mordomo-mór, o conde de Palma, D. João Carlos de Souza Coutinho e D. Manoel de Portugal e Castro, pegarão nas argolas do caixão que o reposteiro-mór havia descoberto, dando o panno ao guarda-tapeçarias, e ajudados de reposteiros e allumiados por moços da camara, vestidos de segunda gala, o forão accommodar em outra berlinda, onde foi de novo coberto, com o dito reposteiro, o que feito se dirigio tudo ao paço da cidade, caminhando nesta ordem: adiante marchava uma guarda de cavallaria; 24 moços da estribeira a cavallo com archotes de cera fazião alas ao coche, que era immediatamente seguido pelas segas do camarista e guarda-roupa do Principe, e fechava todo o cortejo dous esquadrões de cavallaria.

• Chegado que foi ao paço da cidade o reposteiro-mór descobrio o caixão, e as mesmas pessoas que o accommodarão no coche o tirarão delle, e subindo acompanhados de moços da camara, com tochas acesas, o collocarão em um pouso elevado sobre tres degrãos, coberto tudo de velludo carmezim, agalado de ouro fino, que se tinha preparado na sala chamada dos relógios, armada de damasco carmezim com sanefas de veludo, e cuja armação continuava desde a dita sala até á porta da rua.

• Nesta sala, á excepção do dito pouso, nada mais es-

tava que um apparador coberto de veludo carmezim com uma cruz e bancada de prata, com velas accesas, assim como quatro castiçadeiras do mesmo metal, com tochas nos angulos do pouso, e entre as duas dos pés, no degrão superior, estava um coxim de veludo carmezim agalado de ouro, com uma corda rasa em cima.

« O caixão alli posto foi guardado pelo camarista e guarda-roupa, cuja ausencia era supprida por moços da camara, que por turnos continuáram a assistencia até ás horas da tarde do dia seguinte.

« Foi então que começaram a vir as freguezias e comunidades fazer as suas encomendações, para o que na sala proxima se armou uma credencia ecclesiastica coberta de branco, em que estava capa de asperges, estola, livro, caldeirinha, naveta e dous círios, para servir a cada um dos que presidissem ás encomendações, assistindo a esta acção dous mestres de ceremonias da capella real.

« Tendo acabado todas as encomendações ao sol posto, veio a capella real, presidida do monsenhor mais antigo, com estola, e chegando á ante-camara S. R. alli se paramentou com pluvial e mitra, e entrando dentro fez a ultima encomendação, e sahindo se foi postar no lugar em que havia de ir no acompanhamento. A este tempo o Exm. José Bonifacio de Andrada, que, como fica dito, fôra nomeado mordomo-mór para aquella funcção, já tinha dado as ordens para se pôrem em marcha.

« Seis porteiros da casa, com ella nas mãos, abrião o caminho, sendo precedidos de um piquete de cavallaria; então se seguia o corregedor do crime da corte e casa, e logo depois delles os presidentes dos tribunaes, conselheiros e desembargadores do paço, que forão convidados para esta acção; ão o titulos do lado direito, os officiaes da casa do Principe Regente do esquerdo, e no meio os officiaes que servião ao Serenissimo defunto; logo se seguia a capella real com todas as gerarchias de que é composta; atraz desta o Exm. mordomo-mór com sua insignia na mão, ao qual se seguia o coche com o corpo entre os moços da camara, a pé, com suas tochas accesas, e ao lado destes a ala dos archeiros, e por fôra delles os moços da estribeira com archotes.

« Atraz do coche, junto á roda direita, ia o Exm. conde da Louzã, como estribeiro-mór, e um pouco atraz, da parte esquerda, o Exm. capitão da guarda dos archeiros que de uma e outra banda fazião ala, que fechavão com o tenente, sendo o estribeiro-menor quem adiante governava a cavalgata do acompanhamento, que era mui luzido, pois todos os grandes senhores vierão em soberbos cavallos bem ajezados e acompanhados de criados ao freio e aos estribos, e com telizes no braço.

« Atraz da guarda dos archeiros se seguia outro coche, em que um moço da camara tinha posto a corda; ão após deste dous de respeito, e atraz do ultimo um esquadrão de cavallaria.

« Assim, tendo a artilharia e fuzileiros dado as descargas por entre alas de soldados (dentro das quaes tambem fazião alas as freguezias e comunidades, e do mesmo modo algumas ordens terceiras que quizerão render este obsequio), se encaminhou o enterro do largo do Palacio á rua Direita, e desta, dirigindo-se pelas do Ouvidor, Ourives e da Ajuda, entrou na de Santo Antonio, subindo a ladeira até á porta, sonda já estava a irmandade da misericordia que alli esperava para receber o caixão das mãos dos fidalgos, que o tinham posto no coche, e tomando-o então os irmãos da misericordia o conduzirão ao primeiro pouso que se tinha preparado na igreja, que estava lindamente armada de carmezim e pavimentada com ricas alcatifas, sendo das meamas coberto todo o pavimento desde a igreja até a capella do deposito.

« Na igreja haviaão quatro pousos: um logo á entrada della, outro quasi no meio, o terceiro dentro das grades do cruzeiro e o ultimo ao lado do evangelho, com sete mochos á roda. Os tres primeiros pousos erão armados de veludo e agalados de ouro fino, com seus degrãos, ardendo em torno delles varias tochas em ricas castiçadeiras; o quarto pouso era sem degrãos e só coberto de veludo, e da mesma sorte os mochos que estavam em torno delle.

« Posto o caixão no primeiro pouso pelos irmãos da misericordia, os capellães fizeram a encomendação, capitulando o seu presidente. Logo os fidalgos pegarão do caixão e o pozerão no segundo pouso, e sahindo os padres do Santo Antonio, alli fizeram a sua encomendação, acabada a qual se retirarão; passando o caixão para o terceiro pouso sahio á capella real, que presidida pelo Exm. bispo capellão-mór fez a ultima encomendação, acabada a qual os fidalgos pegarão do caixão e o conduzirão ao pouso, em o qual o Exm. Caelano Pinto de Miranda Montenegro, que servio neste caso de secretario de Estado dos negocios do reino, com o official-maior da secretaria, lêu o termo que o Exm. mordomo-mór assignou com o Exm. camarista e mais testemunhas, que forão os que tinham pegado nas argolas, e tambem o guardião do convento, a quem o Exm. mordomo-mór entregou uma chave, e logo os mesmos fidalgos pegarão do caixão e o forão collocar no pouso que estava preparado na capella do claustro para ultimo deposito, e então o reposteiro-mór o cobrio com o panno que recebeu do guarda-tapearias, e o moço da camara, a quem se tinha encomendado o levar a corda para o coche, tira-la delle e põ-la em cada um dos pousos, a collocou neste ultimo, em cima do panno, terminando todo este acto com as costumadas descargas de mosquetarias. »

NO DIA 9 DE MARÇO CHEGOU AO RIO DE JANEIRO A DIVISÃO DE FRANCISCO MAXIMILIANO DE SOUZA

No dia 9 de Março de 1822 se avistou uma esquadra composta de 7 velas, que se soube depois serem a não *D. João VI*, commandada pelo chefe de divisão Francisco Maximiliano de Souza, a charna *Conde de Peniche*, *Orestes* e *Princesa Real*, e os transportes *Phenix* e *Sete de Março*, conduzindo um batalhão do 3º regimento de infantaria de Portugal, e outro formando um regimento provisorio, commandado pelo coronel Antonio Joaquim Rosado, e uma brigada de artilharia, nma companhia de conductores, formando ao todo perto de 1.200 homens.

S. A. Real enviou o coronel Luiz Pereira da Nobrega com uma portaria do ministro da guerra para que os navios dessem fundo debaixo das baterias das fortalezas da barra, e o commandante da esquadra viesse á presença de S. A. Real.

O cabique que conduzia o referido coronel, tendo contrario o vento e maré, descahio para o sul, e não pôde atracar á não, o que sendo visto pelo governador da fortaleza de Santa-Cruz, mandou um official em um escaler participar ao chefe de divisão commandante da esquadra que o coronel levava ordem para que fundeassem a não e transportes, e que elle governador tambem tinha de não os deixar entrar.

Apenas foi disto informado o commandante obedeceu promptamente, mandando dar fundo a não e fazendo signal que o mesmo fizessem os outros navios. Chegando depois o capitão de fragata Joaquim José Pires em um escaler fez a mesma participação, e conduzio para terra o commandante da esquadra e o da força militar, os quaes, sendo apresentados a S. A. Real no paço da cidade, fizeram e assignarão o seguinte protesto:

« Nós abaixo-assignados protestamos obedecer em tudo ás ordens que nos forem dirigidas por S. A. Real, pois tal é o nosso dever, assim como de nada nos embarçarmos e nem tomarmos parte nas disposições do governo, salvo sendo-nos ordenado pelo mesmo augusto Senhor.

« Paço do Rio de Janeiro, 9 de Março de 1822.—Francisco Maximiliano de Souza, chefe de divisão, commandante da esquadra.—Antonio Joaquim Rosado, coronel do regimento provisório. »

No dia seguinte entrou a esquadra e fundeou perto da fortaleza de Villegaignon. A fragata e um transporte entraram no dia 12.

Esta divisão, sabida de Lisboa, já tinha estado em Pernambuco, onde deixou o general José Corrêa de Mello, nomeado governador das armas daquela provincia. A divisão trazia ordem de desembarcar também em Pernambuco o regimento provisório ou parte d'elle, se assim fosse requisitado pelo general José Maria de Moura, a quem José Corrêa de Mello ia succeder no governo das armas. Mas José Maria de Moura já alli se não achava.

Por mais de uma vez o povo pernambucano havia então reagido contra os portuguezes pelas offensas que destes tinha recebido em épocas recentes. Em 1817 houve em Pernambuco um luxo de perseguição e de insulto da parte dos portuguezes contra os brasileiros que entraram, ou mesmo que approvaram a revolução pernambucana daquelle anno, de que talvez não haja exemplo.

Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, atravessando as ruas do Recife, preso e algemado, em mangas de camisa e quasi descalço, foi victima dos mais grosseiros e inqualificaveis insultos da parte da canaglia portugueza. Chegou a tal ponto a insolencia, que de uma loja sahio um caixeiro com um gato morto, e já em putrefacção, e deu com elle no rosto do illustre prisioneiro(\*).

Em uma destas reacções José Maria de Moura, deixou-se possuir de um medo tal, que sem nada mais consultar, fugio para bordo da corveta *Activa*, onde fez levantar o ferro e sahio barra fóra, tal qual se achava.

A posição de José Corrêa de Mello ficou sendo por este acontecimento mais difficilissima. Chegar a um paiz estranho, em uma crise tão grave, e não achar ali uma pessoa de confiança para o informar sobre o estado das cousas, e ter ao mesmo tempo de deliberar, é certamente uma posição bem difficil de resolver.

José Corrêa de Mello era por caracter pacifico e contemporizador; não teve por isso difficuldade de se entender a este respeito com a junta provisoria do governo da provincia. Decidio ficar e que a divisão continuasse o seu caminho.

Emquanto isto se passava em terra, a bordo da não commandante da divisão tomava-se a deliberação de seguir para o Rio de Janeiro com a força militar, ainda quando o desembarque della fosse requisitada em Pernambuco. José Corrêa de Mello e um ajudante de ordem foram as unicas pessoas que vierão á terra.

José Corrêa de Mello, como pôde entender-se com a junta provisoria do governo, não voltou mais a bordo; o ajudante de ordens é que voltou

encarregado de participar o que se havia passado em terra entre a junta provisoria e o general.

Disse o Sr. conselheiro Drummond que por esse tempo já elle se achava em Peruambuco em sua commissão, e como reconhecesse ser inconveniente e contrario aos interesses do Brasil que o regimento provisório de Portugal ficasse em Pernambuco, onde ignaes forças portuguezas já alli existião, conhecendo a Maximiliano, foi á não visita-lo, e em conversa expoz o que havia afim de o influir a seguir sem perda de tempo para o Rio de Janeiro, com o fim de ali chegar antes da sabida da divisão auxiliadora, e salvar com o seu auxilio a mesma divisão, o Principe e o ministerio, que elle figurava coactos.

As suas palavras produzirão o effeito desejado no animo do commandante, a quem elle deu uma carta de recommendação para José Bonifacio. No Rio de Janeiro qualquer força portugueza que apparecesse já não podia causar incommodo. O mesmo, porém, não era de esperar acontecesse em outra qualquer provincia, e a prudencia aconselhava de arredar dellas tudo o que lhes podesse fazer mais penoso o triumpho da independencia. Uma só vida que se poupasse era já uma gloria para a independencia do Brasil.

O Principe Regente e o ministro José Bonifacio trataram com muito agasalho aos dous commandantes da força portugueza, e ambos mostraram com palavras de cortezia que o congresso portuguez estava enganado a respeito do Brasil; e que pelos seus actos inconsiderados é que o tinha provocado a fazer o que elle talvez não desejasse.

No dia 9 o chefe de esquadra Maximiliano e o commandante Rosado receberam ordem de requisitarem tudo o que necessitassem para regressarem á Lisboa. Do arsenal de marinha se lhe forneceu amplamente tudo, e de melhor qualidade, do que elles pedião.

A maior parte dos soldados do regimento provisório requererão para ficar ao serviço do Brasil. O Principe Regente annuo a este pedido, e os mandou distribuir pelos differentes corpos da guarnição da corte. Alguns officiaes também pedirão para ficar; mas o Principe indefirio os seus requerimentos.

Em carta, que escreveu a seu pai, diz que fizera isto para evitar que os officiaes viessem corromper os soldados, e que estes, depois de concluido o tempo de serviço, ficavão sendo no paiz lavradores activos com que ganhavão muito. A divisão de Francisco Maximiliano de Souza sahio em paz para Lisboa no dia 29 de Março de 1822.

#### O PRINCEPE REGENTE DA' CONTA DE TUDO A EL-REI SEU PAI

« Rio de Janeiro, 14 de Março de 1822.

« Meu pai e meu Senhor.—Desde que a divisão auxiliadora sahio tudo ficou tranquillo, seguro e perfeitamente adherente a Portugal, mas sempre conservando em si um grande rancor a essas cortes, que tanto tem, segundo parece, buscado alestrar o Brasil, arrazar Portugal e entregar a nação á Providencia.

« Os brasileiros e eu somos constitucionaes, mas constitucionaes que buscamos honrar o governo por obrigação de subditos e para nos honrarmos a nós; portanto a raiua é só a essas —facciosas cortes—e não ao systema de cortes deliberativas, que—esse systema nasce com o homem que não tem alma de servil, e que aborrece o despotismo.

(\*) Quando se consultar no futuro o monstruoso processo que eu possuo, para se escrever com calma a historia da revolução de 6 de Março de 1817, se verá os soffrimentos e resignação desses martyres da liberdade. Quanta tyrannia ou insolente despotismo não soffrerão os presos de Pernambuco desde o acto da prisão até as enxovias da classica cadda da Bahia! Eis o por que o povo de Pernambuco odia os portuguezes.



« Dou parte a Vossa Magestade que Montevideo se quiz voluntariamente unir ao Brasil, de quem já se conta parte componente deste vasto reino, segundo diz e afirma o Dr. D. Lucas José Obes, que é deputado da provincia. Este D. Lucas era mandado as côrtes, levando estas instrucções:

« Vá representar nas côrtes a provincia de Montevideo, e saiba o que querem lá della; mas em primeiro lugar vá ao Rio de Janeiro e faça tudo o que o Principe Regente do reino do Brasil, de quem esta provincia é parte componente, lhe mandar: se o mandar ficar, fique; se continuar, execute-o. »

« Eu mandei-o ficar no conselho, por elle me dizer que antes queria os remedios do Rio, do que de 2.000 leguas, que era a razão de se terem separado da Hespanha; deu-me a entender que Entre-Rios tambem se queria unir e Buenos-Ayres confederar, por conhecer que nos somos os alliados que lhe fomos dados pela Providencia, assim como elles para nós.

« O barão de Laguna tem feito grandes serviços á nação, e mui particular á parte mais interessante da monarchia.

« No dia 9 do corrente appareceu a esquadra; mandei fundear fóra da barra por o povo estar mui desconfiado de tropa que não seja brasileira; e tem razão, porque, uma vez que os chefes não de obedecer ás côrtes actuaes, temem a sua ruina.

« Naquelle mesma noite vierão os commandantes á terra e se portarão bem; escreverão um protesto, que remeto incluso, impresso: no outro dia entrarão para o pé da fortaleza de Santa-Cruz, para se municiarem de viveres e voltarem, o mais tardar, até 26 deste.

« Se desembarcasse a tropa immediatamente o Brasil se desuniria do Portugal e a independencia se faria apparecer, bem contra a minha vontade por vêr a separação; mas, sem embargo disso, contente por salvar aquella parte da nação—honra e gloria de quem a libertou pela elevação do Brasil a reino, donde nunca mais descerá.

« A obediencia dos commandantes fez com que os laços que união o Brasil a Portugal, que são de fio de retroz pôdre, se reforçassem com amor cordial á mái patria—que tão ingrata tem sido a um filho, de quem ella tem tirado as riquezas que possuio.

« Peço a Vossa Magestade mande apresentar esta ás côrtes, para que saibão que o Brasil—tem honra e é generoso com quem lhe busca o mal.

« Sempre direi nesta o seguinte, porque conto que o original será apresentado ao soberano congresso:—que honrem as côrtes ao rei se quizerem ser honradas e estimadas pela nação que lhes deu o poder legislativo sómente.

« Deos guarde, etc.—Principe Regente. »

Na carta de 19 de Março de 1822 pede tambem a seu pai de mandar apresentar essa carta ás côrtes para que conheção que no Brasil ha quem saiba o que é constituição, como já a não de ter conhecido pelos deputados brasileiros, especialmente por Antonio Carlos Ribeiro Machado de Andrada, digno deputado de uma provincia tão briosa.

O COMMANDANTE DA ESQUADRA FRANCISCO MAXIMILIANO DE SOUZA LOGO QUE CHEGOU A LISBOA FOI PROCESSADO

O chefe de divisão Francisco Maximiliano de Souza, chegando á Lisboa, foi processado, e da sentença que o absolveu consta que no dia 25 de Fevereiro encontrou Francisco Maximiliano a divisão de Jorge de Avillez, que havia sabido do Rio de Janeiro a 15 do mesmo mez.

No dia 4 de Março encontrou o navio *S. José Americano*, e deste viera a bordo da náó *D. João VI* o brigadeiro Carretti, que lhe contou tudo o que tinha havido, e lhe disse que a tropa que elle trazia não desembarcava no Rio de Janeiro; que chegando elle Francisco Maximiliano ao Rio de Janeiro no dia 9 de Março de 1822 recebeu, por um official, ordem do governador da fortaleza de Santa-Cruz, da parte de S. A. Real, para que desse fundo ao alcançar da artilharia da fortaleza.

Pouco depois apresentou-se-lhe o capitão de fragata Joaquim José Pires, com ordens vocaes de S. A. Real, para virem os commandantes á sua presença. Assim cumprirão os chefes Maximiliano e Rosado, entregando os officios que trazia.

S. A. Real ordenou a Maximiliano que entrasse no dia seguinte e ancorasse junto á fortaleza da Boa-Viagem, ao mar da fragata *União*. Quiz o Principe provar-lhe que a impossibilidade de desembarcar a tropa provinha das desordens commettidas pela divisão auxiliadora, que tinha exaltado extremamente o povo, e que para o socegar durante o tempo que necessitasse para fazer os arranjos para o seu regresso, lhe parecia bem que elle chefe e o commandante da tropa dessem por escripto quaes erão os seus sentimentos, ao que satisfizerão com protesto que assignarão, promettendo nelle obedecer a S. A. Real, e não se intrometterem nas medidas do governo.

No dia 10 de Março entrarão para dentro da barra, estando as fortalezas e a fragata *União* com os morrões accesos e a gente a postos, a fundeou no lugar indicado.

No dia 13 dirigio a secretaria da guerra uma portaria ao commandante da tropa, com um decreto de S. A. Real, no qual limitava a 3 annos de serviço os soldados que assentassem praça voluntariamente, para que fosse lido aos da expedição que quizessem passar para a guarnição do Rio de Janeiro. O commandante fez publicar o decreto á tropa, e quizerão ficar 894.

No dia 16 recebeu o chefe outra portaria, com data de 15, da secretaria da marinha, pela qual unia S. A. Real áquelle departamento do Rio de Janeiro a fragata *Real Carolina*, por assim o exigir o serviço nacional, mandando passar para os outros navios as praças de transportes. Tendo o chefe recebido mais objectos necessarios, sabio para Portugal no dia 23 de Março. O chefe chegou com a expedição á Lisboa no dia 28 de Maio.

A esquadra havia sabido de Lisboa no dia 16 de Janeiro de 1822, deu fundo no Lameirão de Pernambuco no dia 17 de Fevereiro. Officiou á junta de Pernambuco que trazia a seu bordo o governador brigadeiro José Corrêa de Mello, e pediu providencias para a o seu prompto desembarque. Communicou ter ordens de Sua Magestade para desembarcar alli as tropas da expedição que fossem necessarias para o socego e tranquillidade da provincia.

Foi-lhe respondido por officio da mesma data, assignado pelo presidente Gervasio Pires Ferreira e pelo secretario Laurentino Antonio Moreira de Carvalho, que passavam a dar as providencias para o desembarque do governador; que conservavão a provincia tranquilla e aferrada á religião do seu juramento, prestado pelos seus deputados ao congresso nacional e a el rei, resposta que fez julgar ao chefe ser desnecessario o desembarque da tropa e seguir para o Rio de Janeiro no dia seguinte 18 de Fevereiro, desprezando as informações que lhes foram dadas a bordo, contrarias ao estado de socego da provincia.

Foi sentenciado pelo conselho de guerra a ser es-cuso do serviço (art. 13); mas, attentas ás circumstancias attenuantes, o conselho tambem unanimemente o recommenda á clemencia real em 17 de Junho de 1822.

*Instruções secretas que recebeu o chefe de divisão  
Francisco Maximiliano de Souza.*

« Manda el-rei, pela secretaria de Estado dos negocios da marinha, que o chefe de divisão Francisco Maximiliano de Souza, commandante da expedição, assim que o tempo dê demonstração de fazer mudança favoravel para seguir viagem para o Brasil, o communique por esta secretaria de Estado, afim de se passarem as convenientes ordens de embarque dos batalhões expedicionarios, e logo que estejam embarcados e o tempo permita se fará de vela, e seguirá viagem a Pernambuco, onde deve desembarcar o brigadeiro José Corrêa de Mello, governador das armas daquela provincia, não encontrando inconveniente algum pelo socego em que se acha aquella provincia; mas, acontecendo o contrario (o que não é de esperar de portuguezes, cujo timbre foi sempre obediencia a el-rei e ás leis, e agora a mais decidida firmeza pelo systema constitucional), então obrará de accordo com quem ali se achar revestido do commando por parte de Sua Magestade, afim de se manter e estabelecer o socego, e obediencia das leis do soberano congresso e das reaes ordens, que para observancia dellas se achão expedidas, e contra quaesquer individuos ou corpos que se acharem em systema opposto ao de Portugal e das mais provincias do Brasil, por isso que neste caso são rebeldes, pois já jurarão obediencia ás bases e constituição que fizessem as côrtes em Portugal, deverão os commandantes de mar e terra obrar hostilmente, tendo em vista o principio de que o Brasil deve seguir a causa de Portugal, advertindo-se, porém, que acerca das presentes instruções se deverá guardar o mais inviolavel segredo.

« Estabelecida a ordem e segurança, o mesmo chefe de divisão seguirá viagem ao Rio de Janeiro e entregará a S. A. Real os officios de que fôr encarregado. Palacio de Queluz, em 19 de dezembro de 1821.—Joaquim José Monteiro Torres.

« Secretaria de Estado dos negocios da marinha, em 30 de Maio de 1822.—Lourenço Antonio de Araújo. »

O PRINCIPE REGENTE NO DIA 25 DE MARÇO DE 1822  
PARTIO PARA MINAS

A noticia da revolta de Minas chegou ao Rio de Janeiro, onde ninguém esperava por ella, e causou um geral descontentamento. Só os portuguezes folgão; porém o Principe, julgando que com a sua presença apagaria a poeira da rebelião, resolveu-se a partir, e fez expedir o seguinte

*Decreto.*

« Tendo de asentar-me, por motivos ponderosos, desta capital por mais de uma semana, e desejando que nesse tempo não cesse o expediente ordinario dos negocios, nem se deixem de tomar promptas providencias acerca da segurança e tranquillidade, assim publica, como particular, dos seus habitantes, cuja felicidade desveladamente promoverei em todo o tempo: hei por bem que o conselho dos meus ministros e secretarios de Estado continue nos dias prescriptos e dentro do paço, como até agora, debaixo da presidencia do meu ministro e secretario dos negocios do reino, no despacho do expediente ordinario das diversas secretarias de Estado e repartições publicas, que será expedido em meu nome, como se presente fôr, incumbindo-lhes outrossim de tomarem logo todas as medidas necessarias, que com urgencia requererem a tranquillidade publica e a salvação do Estado, de tudo o que me darão immediatamente parte para eu o approvar e ratificar, pois confio da sua probidade, justiça e zelo pelo bem publico, que nada obrará que não seja conforme ás leis existentes, e aos solidos interesses da razão do Estado.

« O ministro e secretario de Estado dos negocios do reino o tenha assim entendido e faça executar com os depachos necessarios. Paço em 23 de Março de 1822 (com a rubrica de S. A. R. o Principe Regente).—José Bonifacio de Andrada e Silva.

« Cumpra-se e registre-se, e se passem as ordens necessarias. Paço, 26 de Março de 1822.—José Bonifacio de Andrada e Silva.—Caetano Pinto de Miranda Montenegro.—Joaquim de Oliveira Alves.—Manoel Antonio Farinha. »

No dia 25 de Março o Principe partio para Minas acompanhado do desembargador Estevão Ribeiro

de Rezende, que lhe ia servindo de secretario(\*), e pelo vigario de Pitangui Belchior Pinheiro. Não levou tropa e nem armamento. O seu sequito, além dos dous mencionados, era de poucos criados da sua casa.

A sua entrada em Minas foi um triumpho desde a fronteira até á capital.

Logo depois que a provincia de Minas mandou a sua deputação pedir ao Principe Regente que não fosse para Lisboa, e que esperasse a resposta das côrtes, desconheceu o governo do mesmo Principe como regente, e isto teve lugar porque D. Mangel de Portugal, nomeado governador de Minas por el-rei, não querendo seguir a causa do Brasil, expedira circulares ás camaras da provincia para a eleição da junta provisoria que lhe tinha de succeder; antes de se realizar a eleição, em Villa-Rica, alguns anarchistas insurgem-se e fórmão um governo provisório, com attribuições illimitadas, tendo por cabeças o commandante das armas o tenente-coronel José Maria Pinto Peixoto e o juiz de fora Cassiano Espiridião de Mello Mattos(\*\*).

Constituido o anarchico governo de Minas se julgou independente, e começou a fazer promoções militares, a nomear juizes e o mais, sem obediencia ao poder legitimo, o que fez que o Principe Regente partisse para Minas sem nenhum apparato. Chegando á Barbacena foi recebido com vivissimo enthusiasmo; e dahi sahindo para Ouro-Preto (Villa-Rica) chegou ao lugar denominado Capão do Lanna, distante da capital 2 leguas; parou e mandou chamar ao coronel de milicias João Luciano de Lima Guerra, que com o seu regimento estava no Ouro-Preto para receber o Principe, e ordenou-lhe que fosse prender o brigadeiro José Maria Pinto Peixoto, e o trouxesse á sua presença, o que effectivamente foi cumprido.

Chegados que fossem ao Capão do Lanna, Lima Guerra e Pinto Peixoto forão á presença do Principe. Pinto Peixoto lhe cahio aos pés cheio de desculpas; depois de algumas explicações e de o reprehender lhe ordenou o Principe que voltasse á capital de Ouro-Preto, e desse as providencias para que a sua entrada fosse sem obstaculo, responsabilizando-o por qualquer acontecimento desagradavel que houvesse, e ordenou-lhe mais de tirar as dragonas de brigadeiro e pôzesse as de tenente-coronel, que então era, o que assim se cumprio; e o Principe, logo depois seguindo para a capital de Minas-Geraes, foi nella recebido em triumpho.

No dia seguinte Pinto Peixoto foi a palacio, como tenente-coronel, e o Principe Regente o promoveu a brigadeiro.

O Principe, recebendo as maiores demonstrações de apreço e de adhesão á sua pessoa, a ninguém perseguiu, e nas proximidades da sua partida, falando dos acontecimentos que acabavão de terminar, disse: « Foi uma falta que se commetten em familia; esqueçamo-nos della. »

(\*) Tenho os originaes das minutas dos officios e proclamações, feitos pela propria mão do Sr. D. Pedro e pelo seu secretario.

(\*\*) No muséo da Bahia existem medalhas com o busto de Cassiano Espiridião de Mello Mattos, com a legenda de dictador.

« Ilm. e Exm. Sr.—S. A. Real o Principe Regente me ordena participe a V. Ex. os successos da sua marcha de S. João de El-Rei, donde partio no dia 6 do corrente, até á capital de Villa-Rica, onde entrou no dia de hontem, pelas 6 horas da tarde.

« No mesmo dia que partio de S. João de El-Rei passou pela villa de S. José, onde foi recebido entre vivas e acclamações da camara, povo e tropa, ornadas todas as ruas e tudo com grande pompa. A camara apresentou a S. A. Real a representação. O esquadrão de cavallaria de milicias, que alli estava á espera de S. A. Real, fez o mesmo que o de S. João de El-Rei, offerecendo-se e instando para fazer a guarda de S. A. Real, que lhes agradeceu, dispensando-os de o acompanhar. Segundo o que praticou em todas as mais villas, S. A. Real deu beija-mão á camara e povo, e veio no mesmo dia pousar á fazenda do tenente-coronel Geraldo Ribeiro de Rezende, onde chegon tambem uma ordenança de dous dos membros do governo desta provincia, noticiando a sua chegada; mas, não se verificando esta até o dia seguinte, S. A. Real a sua marcha, e depois de tres leguas, na fazenda dos Cathaguazes, ao tempo que S. A. Real acabava de ouvir missa, chegarão os dous membros do governo, que declararão ir comprimentar a S. A. Real e render-lhe submissão e obediencia por parte do governo, ao que S. A. Real respondeu: « Já é tarde. »

« Os motivos desta resposta são obvios: S. A. Real sabia que deade o dia 31 do passado o governo tinha sciencia da sua entrada na provincia; esteve tres dias em S. João de El-Rei, e o governo nenhum comprimento lhe dirigio, havendo antes a falta de consideração ás suas ordens, como V. Ex. é inteirado. Apesar disso S. A. Real não negou aos dous membros a honra de o acompanhar.

« Chegando á villa de Queluz os dous membros do governo testemunhãrão o entusiasmo e alvoroço com que a camara e povo o receberão, proclamando-o Principe Regente; e depois de ter dado beija-mão para seguir sua jornada a Capão de Lana, tres leguas distante da capital, soube por noticias transmitidas de Villa-Rica que na mesma villa o tenente-coronel José Maria Pinto e o commandante do novo corpo de caçadores mandado crear pelo governo projectavão oppôr-se á entrada de S. A. Real, como Principe Regente, contra o voto e desejos da maior parte da tropa de cavallaria de linha e dos corpos milicianos, e de todo o povo, á reserva de seis ou oito insensatos.

« Soube que o governo ou o juiz de fóra presidente da camara tinha insinuado por editaes, e debaixo de penas, os vivas que o povo devia dar a S. A. Real. Então da mesma villa de Queluz S. A. Real mandou ordem para se reunirem e marcharem os quatro regimentos de cavallaria de milicias da comarca do Rio das Mortes, sabendo que sem ordem nem insinuação sua (pois até ignoravão ainda que S. A. Real se achava na provincia), se dispunhão a marchar sobre Villa-Rica para dissolver o governo.

« Expedio logo ordem para ser preso o tenente-coronel José Maria, dando as mais providencias que no momento poderão lembrar. Seguiu immediatamente para o Capão de Lana a observar de mais perto o que se passava em Villa-Rica, dispensando de o acompanhar grande numero de milicianos e officiaes de ordenanças, que em Queluz se offerecerão para guarda de sua real pessoa.

« Erão 10 horas da noite quando chegou ao pouso, encontrando pelas estradas todas as demonstrações de amor, respeito e alegria. Hontem logo ao amanhecer se forão incorporar a S. A. Real alguns officiaes e soldados da 1.ª e 2.ª linha, rogando a S. A. Real não suspendesse a sua entrada na capital, porque tinha pela sua causa, que era a causa do Brasil, todo o povo e tropa, com excepção de poucos amotinadores; mas S. A. Real, que queria poupar o sangue de victimas innocentes, me ordenou dirigisse ao governo a portaria n. 2, encarregando ao desembargador Manoel Ignacio de Mello e ao coronel José Ferreira Pacheco, que erão os dous membros do governo que o forão esperar, que a fossem apresentar ao governo, e sabido

estes pelas 11 horas do Capão do Lana antes de uma hora chegarão incorporados com os mais membros do governo, que se dirigirão a comprimentar a S. A. Real e render-lhe obediencia, recenhecendo o Principe Regente do reino do Brasil, protestando que S. A. Real podia entrar seguro na capital.

« Seguirão-se os vivas da tropa que alli se achava para guarda de S. A. Real, commandada pelo capitão Netto, e S. A. Real ordenou que o governo se recolhesse á capital para o esperarem. Chegou logo depois o tenente-coronel José Maria Pinto, que se foi apresentar preso; mas S. A. Real, depois de o ouvir, conhecendo a sem razão com que forã denunciado, generosamente lhe mandou entregar a sua espada, e ordenou que o acompanhasse e que continuasse no governo das armas até a execução do decreto das côrtes que chama a maior e mais antiga patente.

« Soube depois que o juiz de fóra desta villa e o commandante de caçadores, e poucas mais pessoas, promoverão toda a desordem que tinha apparecido. S. A. Real entrou nesta villa pelas 6 horas da tarde recebido com a maior magnificencia possivel; o governo e camara, clero e immenso povo de ambos os sexos o forão esperar na entrada da villa na distancia de perto de um quarto de legua; ali lhe derão vivas, e depois foi conduzido debaixo do pallio á igreja matriz, e depois de assistir ao *Te-Deum* com excellente musica se recolheu, acompanhado de immenso povo, e vivas, fogos do ar e artilharia, e por entre fileiras de tropa, ao paço, onde deu beija-mão ao governo e camara, reservando-se para hoje o beija-mão ao povo. Seguirão-se depois os vivas e descargas da tropa de uma e outra linha, e a falta que S. A. Real fez á tropa, a qual é a seguinte:

« Bravos mineiros! — Os ferros do despotismo, começados a quebrar no dia 24 de Agosto no Porto, reben-tarão hoje nesta provincia. Sois livres, sois constitucio-naes; uni-vos comigo e marcharei constitucionalmente. Confio tudo em vós, confiai todos em mim. Não vos deixeis illudir por essas cabeças que se buscão a ruina da provincia e da nação em geral. — Viva el-rei consti-tucional! Viva a religião! Viva a constituição! Vivão todos os que forem honrados! Vivão os mineiros em geral. »

« Estes vivas forão correspondidos pela tropa e povo: Viva o Principe Regente constitucional! Nada mais tem occorrido até hoje, e só respira prazer e contentamento publico. Transmitto a V. Ex. tambem a representação da camara e povo da villa de Baependy.

« S. A. Real para dissipar de uma vez o partido semeador de discordias, previne a V. Ex. que dentro em oito dias fará partir para essa côrte este batallão de caçadores para substituir o esquadrão de cavallaria que alli está e deve voltar para esta provincia, e que será bom que V. Ex. previna o dito corpo para se irem apromptando com tempo, etc. »

« Havendo S. A. R. o Principe Regente determinado fazer extensiva aos habitantes da leal cidade de Mariana a honra e satisfação de gozarem de sua augusta presença, no dia 15 do mez de Abril fez a sua entrada naquella capital ecclesiastica pelas ruas Nova e Direita, por entre arcos elegantemente compostos e ornados dos seguintes disticos allusivos ao objecto, e segufido em direcção á cathedral nella se entou o hymno *Te-Deum Laudamus* com a maior solemnidade e pompa compatíveis com as circumstancias do paiz, e proseguindo ainda por entre dous arcos identicos aos primeiros, e rodeado de numero-so concurso de povo, que, unido as suas ás acclamações dos cidadãos que formavão o cortejo, e da tropa postada no espaçoso largo fronteiro ao paço, apinhado em amphitheatro, fazia resoar frequentes vivas a S. A. Real, nosso benignissimo regente, transportando-se em alegria nada equívoca, mas que se divisava em todos os semblantes.

« Chegado S. A. Real ao paço, prevenido pelo Exm. e Revm. Bispo diocesano, ali se observou todo o esmero e regularidade indicados nos seguintes disticos, que apparecerão no Dessert:

« O Principe Regente, iris da paz,  
« Correr ditosos nossos dias faz. »

« Mil graças, Brasil, rende ao pai augusto,  
« Que um Regente te deu tão pio e justo. »

« Viag' embora o Principe Regente,  
« Mas por seu vasto e rico continente. »

« Consigo não traz Pedro Marte irado ;  
« Traz a filha de Themis a seu lado. »

« Por entre o ferro e o fogo a lealdade  
« Guardará Mariana em toda idade. »

« Recorda, Mariana, os teus annaes ;  
« Sé constante nos feitos immortaes. »

« O collo erguido, inclina e reverente  
« Beija o governo a mão do heroe Regente. »

« Ao teu libertador, provincia d'ouro,  
« A frente vai cingir de verde louro. »

« Cresce o reino e floresce a propagação  
« Que se honra e se venera a religião. »

« Dignando-se S. A. Real tornar a referida cidade no dia 17, apparecerão os seguintes novos disticos :

« Ao Principe, que graças pôdes dar,  
« Que se expõe a morrer por te salvar? »

« Oh! quanto é doce e grato o ter presente  
« Um Principe que tanto ama á sua gente? »

« Das Minas, serras e montes escarpadas  
« De alegria, Senhor, são transportados. »

« A sôta liberdade traz prisão  
« Mais cruel do que a mesma escravidão. »

« De Cesar e Alexandre cessa a fama ;  
« Por melhor a de Pedro hoje se aclama. »

« Não te offrecem, Senhor, dignos padrões  
« As Minas, mas sim gratos corações. »

« E' grande bem, não é escravisar,  
« A justas leis os homens sujeitar. »

« Não tem a eloquencia energicas phrases que dignamente exprimão a alegria e universal contentamento que se observava na face do publico de todas as ordens desta villa de S. João de El-Rei desde o dia 31 de Março, ás 10 horas da manhã, em que se divulgou, por officio expedido á camara, o honroso ingresso de S. A. Real o augusto e adoravel Principe Regente do Brasil nesta mesma villa no dia 3 do proximo Abril.

« Admirou-se a actividade até então desconhecida do meritissimo coronel juiz de fóra, que, com incausavel fervor, dispôs as providencias que exigião a brevidade do tempo e occasião mais importuna ; expedio officios, repartio as obras e a todos animava o seu exemplo, e foi então que propriamente se vio em pratica o *servet opus de Virgilio*.

« Em tres noites e dous dias se limpáron as ruas, branquejára-se as casas, e á luz de archotes trabalhávon pedreiros e carpinteiros, com inexplicavel desejo, desde a entrada da villa, onde S. A. Real foi recebido pela camara acompanhada do clero, nobreza e povo, e onde se derão os vivas mais respeitosos até ás escadas matriz; aonde entrou em alternado e solemne *Te-Deum*; se erigirão e paramentáron seis ricos e magestosos arcos, cada um com differente expressão ; em todos tremulávon formosos festões de seda orlados de galão ; em uns e outros se vião meninos e meniñas decente e elegantemente vestidos, que representávon os genios do lugar, as graças e os amores, Europa e America, por symbolos bem significativos, que

clamando—Viva S. A. Real o augusto Principe Regente—o cobrião ao mesmo tempo de lindas e cheirosas flores ; as casas estavam ornadas de sedas e damascos, e as senhoras despejavão sobre o pallio e S. A. Real lenços de rosas, jasmims e cravos, e aos accenos se seguião os gostosos clamores dos seus vivas ; á fragrancia das flores se unia o fumo dos preciosos aromas e balsamos que se queimávon perto de todos os arcos ; pyrandolas de fogo, bombas e roqueiras, que salvávon successivamente, não davão um instante de intervallo aos instrumentos musicos com que a guarda de infantaria e cavallaria miliciana se esforçava á porfia em se distinguir nas homenagens mais reverentes.

« Os estudantes da aula publica, inflammados do mesmo ardor, desejando ter parte em uma alegria tão inesperada, fabricarão um carrinho, proprio para se revolver debaixo do pallio, coberto de damasco, alcatifado de seda amarella, adornado de quartellas e festões de seda branca, tudo orlado e esgarçado de galões, e sobre elle elevada e bem segura uma magestosa cadeira, ricamente cingida e circulada de fino galão de ouro, e do seu elevado meio pendia sobranceira uma decente corda de louro, cingida do ramos de oliveira, que significava o triumpho que S. A. Real tinha recolhido do coração de todos os mineiros, e igualmente annunciava a paz que segurava a todo o Brasil sua residencia nelle.

« Os estudantes uniformemente vestidos puxávon por purpureas cordas este carrinho á entrada da villa, onde esperáron com a camara, clero, nobreza e povo ; e um delles, posto que menor ou mais entusiasmado, ou receoso da fraqueza da demonstração do seu amor, respeito e gratidão, depois da devida genuflexão, com balbuciantes, mas bem expressivas vozes, lhe falla nestes termos :

« Jesus-Christo quando entrou em Jerusalem não desprezou os obsequios e aclamações de um povo que se « dappula a crucifica-lo, e V. A. Real, Senhor, que en- « tra hoje em um povo que o adora, que arrostará todos « os perigos, que derramará todo o seu sangue para o « fazer reconhecer o Deus da terra, não se indigne tam- « bem de conceder aos seus estudantes a gloriosa honra « de o conduzir no seu carrinho, pois que ao seu cora- « ção e nos corações de todo este povo V. A. Real tem « já levantado um throno, que o tempo e a força não po- « derão jámais destruir. »

« Mas S. A. Real, affagando com agrado ao menino estudante, julgou mais decente seguir debaixo do pallio, que sustentava a camara, ao clero, nobreza e povo, que o encaminhou á matriz. »

« S. A. R. o Principe Regente ordena ao tenente-coronel commandante da tropa de linba da capital de Villa-Rica, José da Silva Brandão que, convidado ao decore de sua real pessoa entrar na mesma capital acompanhado de grande guarda de todo o seu corpo, pela confiança que delle faz, deve o mesmo commandante no dia de amanhã achar-se no Capão do Lana, onde vai estabelecer o seu paço, até ás 10 horas da manhã, assim de compôrem a sua guarda, o que manda participar ao sobredito commandante para sua intelligencia e cumprimento.

« Paço da villa de Queluz, 8 de Abril de 1822.—Este-  
vão Ribeiro de Rezende. »

(Outro igual para o coronel Manoel José Pinto, com-  
mandante do regimento dos pardos.)

« S. A. R. o Principe Regente ordena ao governo provisório de Villa-Rica que, no momento que esta receber, faça prender ao tenente coronel aggregado José Maria Pinto Peixoto, e que seja conduzido ao seu paço do Capão do Lana, onde vai pernoitar esta noite, e que esta medida toma para socegar o motim que lhe consta haver na dita villa, para se submeter á liberdade constitucional de qua devem gozar os cidadãos na declaração dos seus sentimentos.

« S. A. R. o Principe Regente recommenda e encarrega a execução desta diligencia ao deputado do governo desembargador Manoel Ignacio do Mello para a fazer



cumprir, participando ao governo a sua real ordem e pondo responsavel ao dito membro do governo por qualquer falta de cumprimento.

« Paço da villa de Queluz, 8 de Abril de 1822.—Estevão Ribeiro de Rezende. »

« S. A. R. o Principe Regente ordena ao tenente-coronel commandante de cavallaria de linha desta provincia José da Silva Brandão que, immediatamente que receber a presente portaria, prenda ao tenente-coronel graduado José Maria Pinto Peixoto, e o faça conduzir ao seu paço do Capão do Lana, onde vai pernoitar na noite do dia de hoje, lançando mão de todas as medidas que forem precisas para se effectuar esta diligencia, por cujo exito poem em responsabilidade o dito commandante, a quem faz saber que esta mesma ordem é communicada ao governo da provincia, e que, quer a receba ou não por elle, por effeito desta portaria sómente a execute. Paço da villa de Queluz, 8 de Abril de 1822.

« S. A. Real ordena mais que se para mais prompta verificação das suas reaes ordens fôr preciso o tenente-coronel commandante acima mencionado se entenda com o coronel João Luciano de Souza Guerra Araujo Godinho, que prestará o auxilio que fôr necessario.—Estevão Ribeiro de Rezende. »

« S. A. R. o Principe Regente ordena ao commandante do 1.º regimento de cavallaria da comarca do Rio das Mortes que, sem perda de tempo, reuna seu regimento, o faça immediatamente partir para a capital de Villa-Rica por esquadões toda a força que fôr reunindo, e espera que o mesmo commandante cumpra e empregue toda a actividade nesta importante diligencia, que vai salvar aquella capital dos horrores que alguns malvados têm preparado, com offensa da liberdade constitucional dos povos e dos interesses verdadeiros da provincia de Minas-Geraes e do reino unido.

« Paço de Queluz, 8 de Abril de 1822.—Estevão Ribeiro de Rezende. »

« Chegão hoje noticias a S. A. Real, muito tristes, dessa villa, annunciando-se preparativos de insubordinação da parte do commandante José Maria Pinto Peixoto; em consequencia de taes noticias ordenou o mesmo augusto Senhor que o governo mande prender o dito commandante José Maria Pinto Peixoto, e o remetta ao paço do Capão de Lana, onde deve chegar antes das 10 horas da manhã seguinte 9 de Abril, e que incumba esta diligencia ao tenente-coronel José da Silva Brandão e ao capitão portador desta, usando elles de todas as forças que forem necessarias, para o que expedirá o governo as ordens competentes para esse fim.

« Outrosim ordena o mesmo Senhor que o governo venha até, á mesma hora, ao Capão de Lana, e faça vir em sua companhia o juiz de fóra que serve de ouvidor da comarca.

« São estas as reaes determinações de S. A. R. o Principe Regente, e pela sua falta é responsavel a minha vida; queirão cumprir tudo o que o mesmo augusto Senhor determina, satisfazendo ao seu dever, e eu lhes rogo queirão pela sua promptidão desvanecer todas as ideas contrarias que se tem espalhado, e não faltar com a sua presença á hora dada.

« Espero, além do exposto, participem quanto antes da sua chegada, ainda o cumprimento e ordens que expedirem. Nada mais se me offerece dizer, uso que por bem de tudo supprão qualquer miudeza que falte para o dito fim.

« Villa de Queluz, aos 8 de Abril de 1822, ás 2 horas da tarde.—Ilms. e Exms. Srs. do governo provincial desta provincia de Minas-Geraes.—José Ferreira Pacheco.—Manoel Ignacio de Mello e Souza.

« P. S. Vai a propria portaria que recebemos com as ordens. »

« Na entrada do S. A. Real o Principe Regente do Brasil á villa de S. João de El-Rei em o dia 3 de Abril do

corrente anno de 1822, em principio da mesma villa—onde S. A. Real foi recebido da nobreza, clero e povo—ahi fizeram o primeiro arco as tres orphãs e seus irmãos, lillos de Marcellino José Vianna, thesoureiro que foi da real casa da intendencia da fundição do ouro, que servio a Sua Magestade por mais de 40 annos, Perpétua Escholastica, Anna Escholastica e Maria Barbara, a quem S. M. Fidelissima se dignou, com piedade, em contemplação as suas orphandades e remuneração dos serviços do mesmo seu pai, conferir uma pensão annual de 205 a cada uma, pagos pela capital de Villa-Rica.

« Tiverão o prazer de fazerem no meio da rua, ao pé da morada do fallecido seu pai, um arco ornado de diversas flores e frutal, e no meio do mesmo achava-se um distico, que dizia:

« Para a vida conservar  
« Do melhor dos soberanos  
« Tres orphãs agradecidas  
« Offertão seus mesmos annos; »

tendo nos ludos deste arco dous fogareiros, que ardião incenso e pastilhas, achando-se as mesmas orphãs presentes na 2.ª janella das casas de seu fallecido pai.

« No momento em que tiveram a satisfação de ver a S. A. Real lhe derão repetidos vivas, lançando-lhe flores e fazendo arder uma gyandola de fogos do ar, que generosamente lhe mandou ofertar o juiz de fóra coronel Francisco Isidoro Baptista da Silva. »

« Ilm. Sr. José Maria Pinto Peixoto.—Nesta villa de Queluz recebeu S. A. Real noticias de Villa-Rica muito tristes e que o desgostarão sobremaneira, e ordenou que V. S. venha infallivelmente amanhã 9 do corrente, até ás 9 horas da manhã, ao paço do Capão de Lana, sob pena de responder a minha vida.

« Queira V. S. cumprir a ordem por ser de S. A. Real, por mostrar a sua obediencia cumprindo o seu dever e me fazer todo o obsequio. O Sr. José Ferreira recomenda o mesmo.

« Deos guarde a V. S. Queluz, 8 de Abril de 1822. De V. S. attento venerador.—Manoel Ignacio de Mello e Souza. »

« São 2 horas e 20 minutos da tarde. »

« Ilm. Sr. desembargador Estevão Ribeiro de Rezende.—Men senhor e particular amigo, por participação do Sr. tenente-coronel Severino Eulogio remetto a V. S. o distico que pende no arco, que fiz erigir fronteiro á minha testada, em signal do grande prazer que sentio minha alma na passagem que fez S. A. Real por esta rua. V. S. por mercê queira leva-lo á sua real presença, pois assim me ordenou o mesmo Sr. tenente-coronel acima referido. O meu vigario tambem remette o seu distico para o mesmo fim.

« Deos guarde a V. S. por muitos annos, desejando que com saude torne á sua habitação, pois me prezo ser de V. S. amigo e muito attencioso venerador.—Antonio Jose Moreira.

« Villa de S. José, 6 do Abril de 1822. »

« Ao entrar da rua da Intendencia erigirão o juiz de fóra inspector e mais officiaes da mesma o segundo arco, por onde S. A. R. o Principe Regente do Brasil se dignou entrar, o qual apresentava uma perspectiva brilhantissima.

« De dous ricos pedestaes, que erão guarnecidos de fazendas finas de diversas côres, galões e lhamas de prata e ouro, nascião duas soberbas columnas que até o meio tinham o mesmo ornato, e do meio para cima erão mais ricamente ornadas de veludo rôxo, lhamas de ouro e galão; no cimo deste arco se divisava por uma face um quadrio em que estava esculpido o retrato de S. M. o Sr. D. João VI, circulado de flores francezas de diversas côres, e por outra se lia este elegante terceto:

« America feliz, é tua a gloria;  
 « Ergue a cabeça, vê entrar com gosto  
 « O teu Príncipe ao templo da memoria. »

« No meio destas columnas se vião quatro meninas, duas de cada lado ricamente trajadas, as quaes, tendo nas mãos açasafatas de prata, que continhão odoríficas flores, as lançavão ao passo que S. A. Real passava, sustentadas por pedestaes guarnecidos de damasco rôxo, bordado e franjado de ouro. No mesmo momento se ouvirão estrondar duas salvas, cada uma de 21 tiros.

« Todos estes effeitos de alegria não preenchêrão os excessivos transportes em que se achiava o immenso povo, e muito menos ao pequeno numero de cidadãos abaloi-nomeados, que concorrêrão para estas festivas demonstra-ções de amor, obediencia e respeito que tributão á alta e incomparavel pessoa de S. A. Real.—Antonio Paulino Limpo de Ahreu, juiz de fóra, ora servindo de ouvidor.—Luiz Joaquim Nogueira da Gama.—Antonio Simplicio de Siqueira.—Antonio Pereira da Costa.—Januario de Jesus Cerqueira.—Antonio da Costa Braga.—João Antonio Cardoso.—Joaquim Francisco Lima.—Estevão José de Siqueira.—Antonio Joaquim de Castro Vianna. »

« No centro da rua da Intendencia, entre a botica da misericordia e o Rev. vigario da igreja, edificou-se um arco triumphal em festejo e memoria á gloriosa entrada de S. A. Real, libertador e felicitador dos povos da provincia de Minas-Geraes, que mandarão erigir cinco vizinhos Antonio Balbino Negreiros de Carvalho, Ignacio Gomes Mildões, Jase da Rocha Neves Quintella, o Rev. vigario da igreja e o alferes José Antonio das Neves; a sua elevação excedia a 30 palmos de altura e mais de largura; figurava columnas á romana de encarnado e verde, com festões de ilhamas, galões e fitas, sendo arrematado com uma palma da flores artificiaes, etc.; nos pedestaes o ornavação duas meninas, que nelle estavam collocadas e ricamente vestidas de sedas brancas, uma em cada lado, que lançavão flores ao passar o augusto Príncipe, e levantavão vivas ao libertador das Minas e Regente do Brasil, ao que correspondia uma salva real, rematada com uma estrondosa gyrandola de fogos artificiaes, havendo nelle e em todo o espaço da rua por um e outro lado della uma brilhante illuminação nos seus edificios na noite deste memoravel dia e seguintes.

« O breve espaço de dous dias e uma noite não permitto que os gratos e leaes concurrentes desenvolvessem os desejos que têm de louvar a tão digno Príncipe.

« Seguindo assim a rua da Ponte se via nos quatro cantos do fim da mesma o quarto arco, formado sobre dous pedestaes ricamente ornados, onde descansavão as duas columnas que lhe servião de fecho, tendo toda a sua circunferencia guarnecida de numerosos festões de diversas e superiores sedas, com tres grandes jarras compostas de flores artificiaes no seu cume, e em toda a sua extensão, que era gradual e galantemente regulada, se observava o maior brillantismo, não só pelo gosto e magnificencia de sua armação, como pela equipação de um distico segurado pela figura da America, que descansava em pedestal do lado esquerdo, onde existia um coração figurando offerrecer a S. A. Real os corações dos leaes mineiros para nelles firmar o seu excelso throno, ficando do lado direito tres meninas decentemente vestidas, que significavão as tres graças, as quaes na acção da passagem de S. A. Real, que foi applaudida com immensos vivas do numerozo povo alli postado, lhe lançarão flores aromaticas, que, misturadas com especiosos perfumes, bem parecia os alegres sacrificios que fazia a gentildade quando em seus lares entrava o chefe que longe delles existia, não sendo menos pomposo duas grandes gyrandolas de fogo artificial, que tambem forão sóltas na mesma acção, o que tudo (supposto ainda pouco a tão alto objecto) se faz digno de contemplação pelo curto espaço de tempo, que não excedeu a 48 horas physicas, o que bem patenteia o grande patriotismo do povo desta villa, o amor, gratidão e respeito, que consagrão á real pessoa de S. A. Real, particularmente Manoel Moreira da

Rocha, Antonio Fernandes Moreira, José Pedro de Carvalho, Francisco Corrêa Nunes e Domingos José Vieira, concurrentes do mencionado arco.

« No lugar intitulado Quatro Cantos da rua Direita da villa de S. João de El-Rei erigio o capitão João Baptista Machado o quinto arco, por onde S. A. Real se dignou passar, dirigindo-se para a igreja matriz da mesma villa. Este arco triangular formava quatro faces, que para todos apresentava uma vista encantadora.

« De tres pedestaes ricamente guarnecidos de veludos de diversas côres, e circulado de galão de prata e ouro, nascião tres columnas da ordem corinthia, com 35 palmos de altura e de 18 de latitude, as quaes sendo tambem guarnecidas de veludos e sedas francezas mostravão de cada lado quatro guarnições de galões finos, lizo de prata e ouro, e da parte eminente dos Arcos pendião dous festões de seda côr de ouro e perola passados de galões.

« Pela frente das columnas se vião mais dous pedestaes ornados de veludos, galões e ilhamas de prata, que sustentavão do lado direito a figura da Europa ricamente vestida, do lado esquerdo a da America, que cingida a cabeça e a cintura de pennas, nada mais se via que não fossem collares de ouro, grizolitas e pedras finas, que pendião do seu corpo, tendo do seu lado um macaco, uma arára e um papagaio, e ambas tinham nas mãos açasafatas de prata, que continhão diversas e odoríferas flores, que as lançarão ao passo que S. A. Real passava.

« Sobre cada um dos lados se collocou um ramo de oliveira, e no cimo um globo com as armas do reino unido, sete jarras de louça fina com flores francezas. No meio de cada arco se pozerão dous lustres, oito lampeões de vidros, que estavam guarnecidos de cera e á noite se illuminou.

« Abundantes perfumes se vião exhalar de todas as partes circumvizinhas a estes arcos, que se elevavão a embalsamar os ares, e por ultimo duas grandes gyrandolas de fogo, com sua salva de 21 tiros, se ouvirão estrondar entre acclamações e vivas a S. A. Real.

« O curto espaço de poucas horas não consentio que eu mostrasse na promptificação deste portico o jubilo e satisfação que sentio meu coração vendo a incomparavel honra que eu e meus companheiros tivemos com a presença de S. A. R. o Príncipe Regente. »

#### *Relação do sexto arco ao pé da matriz.*

« Alguns negociantes, moradores na rua Direita desta villa de S. João de El-Rei, querendo exprimir o amor, fidelidade, adhesão á muita alta e respeitavel pessoa de S. A. R. o Serenissimo Sr. Príncipe Regente, que se dignou entrar nella no sempre memoravel dia 3 do corrente Abril, pelas 5 horas da tarde, o que se tinha divulgado no dia 31 de Março, de tarde, transportados desde o ditoso momento de semelhante satisfatoria noticia do maior jubilo e prazer, que transbordava em todos os corações dos moradores desta villa, se prestarão a construir um portico quadrado junto ás escadas que sobem para a matriz, por onde S. A. Real havia de subir para ella, na qual, pela escassez do tempo, se trabalhou de dia e de noite.

« Apresentava este portico duas faces, sustentado sobre tres pedestaes ricamente ornados de côr carmezim, guarnecidos de galões de ouro e de prata; ambas as faces dos porticos se achavão ornadas com festões de sedas de diversas côres intersachadas em tiro de ouro e prata: tinha o portico primeiro 30 palmos de largo e de altura 34; no meio delle se elevava um throno ornado de damasco carmezim, em cima do qual estava collada uma grande corôa e sceptro de prata, que sustentavão dous genios de magnifica escultura e elegantemente vestidos, e com ricos capacetes e cocar de plumas.

« Enlaçava estes dous genios um cordão de flores francezas, que delles sabia a enlaçar todo o portico, do qual tambem pendião cinco lampeões de vidro, que se illuminarão á noite, assim como oito laminas. Nos pedestaes estavam as seguintes quadras:

« Real Senhor, achareis  
 « Nas Minas povo leal,  
 « Que conserve no seu peito  
 « O Príncipe constitucional.

« Genuflexa aos reaes pés  
 « Destas Minas grita a gente:  
 « Viva o anjo tutellar!  
 « Viva o Príncipe Regente!

« Deseja o Brasil, Senhor,  
 « Com Portugal união,  
 « Com Vossa Alteza Regente  
 « Justa, igual constituição.

« Príncipe excelso,  
 « Regente augusto,  
 « Vem nosso susto  
 « Já dissipar. »

« Nas bases dos dous pedestaes da entrada se conservavam duas magnificas varandas em que estavam dous meninos ornados ricamente, representando o que estava collocado á direita a Europa e o que estava á esquerda a America, este despido, só com um sinto magnifico, coberto todo de finas pedras; de seus hombros pendente um arco e flecha, e na cabeça um cocar de plumagem, os quaes espargião copiosas e diversas flores odorificas quando passou S. A. R. o Sereníssimo Sr. Príncipe Regente.

« No alto das escadas da matriz, bem immediato ao portico, se achavam duas grandes gyrandolas de fogo, que subirão ao ar, assim como varios bombões que estavam armados na mesma rua Direita junto á entrada do primeiro portico.

« Em louvor de S. A. R. o Príncipe Regente, nosso Senhor, Francisco Xavier da Camara fez no feliz dia da sua entrada em Villa-Rica os seguintes versos:

« Enregelada de frio,  
 Quasi morta, sem calor,  
 Desfallera ouvindo,  
 Já não existe, Senhor.

« Mas hoje que o céo bafeja  
 O nectar do seu valor,  
 Tenho o meu bem restaurado,  
 Beijo a mão do meu Senhor.

« Em um navio de ouro  
 Vejo, enfim, o meu amor;  
 Quebro o grilão pesado:  
 Viva o Príncipe-Senhor.

« Já na trombeta da fama  
 Soa com graça e vigor:  
 Viva o Príncipe Regente  
 D. Pedro, nosso Senhor.

« Do throno mais elevado  
 Só vos sei ser successor:  
 Viva o Príncipe Regente  
 D. Pedro, nosso Senhor. »

No dia 25 de Abril estava o Príncipe de volta ao Rio de Janeiro, tendo, só com a sua presença e com as armas da razão, pacificando a provincia de Minas. Este acontecimento como é um bonito episodio da vida do Sr. D. Pedro I, reproduzirei o que sobre elle escreverão a *Gazeta do Rio* e o *Espelho*, que tanto interesse tomavão nos acontecimentos do tempo:

« S. A. Real partiu no dia 6 de Abril da villa de S. João de El-Rei, como já annueciámos, e entrou nesse mesmo dia na villa de S. José, aonde foi recebido entre vivas e aclamações da camara, povo e tropa, ornadas todas as ruas com a maior pompa.

« A camara apresentou nessa occasião a S. A. Real a representação n. 1; e, tendo-se offerecido o esquadrão de cavallaria de milicias que alli se achava para fazer a guarda da sua real pessoa, S. A. Real, agradecendo, dispensou de o acompanhar, e prosseguiu a sua jornada até o pouso que lhe fez o tenente-coronel Giraldo Ribeiro de Rezende, onde encontrou uma ordenança de dous membros do governo provisório de Villa-Rica, o desembargador Manoel Ignacio de Mallo e o coronel José Ferreira Pacheco, que annunciara a chegada destes com o fim de complimentarem a S. A. Real; mas, não se verificando isso até o dia seguinte, continuou S. A. Real a sua marcha, e depois de tres leguas, na fazenda das Cathaguazes, chegaram os referidos dous membros do governo, que se dirigirão a complementar ao mesmo augusto Senhor, e a render-lhe submissão e obediencia por parte do governo da provincia, e encorporados á comitiva testemunhárão o enthusiasmo e alvoroço com que a camara e povo da villa de Queluz esperava e recebeu S. A. Real, proclamando o Príncipe Regente.

« Depois de ter S. A. Real dado beija-mão, e quando se dispunha a partir para o Capão do Lana, no momento em que a camara e povo da villa referida lhe apresentava a representação n. 2, soube, por noticias transmittidas de Villa-Rica, que o tenente-coronel José Maria Pinto e o commandante do novo corpo de caçadores mandado crear pelo governo projectavão oppor-se á sua entrada naquella villa contra o voto e desejos da maior parte da tropa de cavallaria de linha, dos corpos milicianos e de todo o povo, com reserva de meia duzia de insensatos, e que o juiz de fora presidente da camara mandara instaurar por edictos ao povo, e debaixo de pena, os vivas, que se poderia dar ao mesmo Senhor.

« Então S. A. Real fez passar ordem para se reunirem e marcharem quatro regimentos de cavallaria de milicias da comarca do Rio das Mortes, sabendo-se ao mesmo tempo que sem ordem nem insinuação suas os de Sabara se dispunhão a marchar sobre Villa-Rica para dissolverem o governo, que tão pensado lhes era. Foi expedido tambem ordem para ser preso o tenente-coronel José Maria, e dando outras providencias que parecião convenientes, seguiu immediatamente para o Capão do Lana, dispensando de o acompanharem grande numero de officies de ordenança e milicias, que na referida villa de Queluz, depois desta noticia, se offerecerão para guarda da sua real pessoa.

« Então 10 horas da noite do dia 8 quando S. A. Real chegou ao pouso, encontrando perto do arraial do Ouro-Branco dous deputados da camara de Villa-Rica, que o vinhão complementar e acompanhar, recebendo por toda a estrada as maiores demonstrações de amor, respeito e alegria dos povos.

« No dia seguinte 9, logo ao amanhecer, se apresentando a S. A. Real alguns officies e soldados da 1.ª e 2.ª linha, rogando-lhe não suspender a sua entrada na capital, porque tinha pela sua causa, querera a do reino do Brasil, todo o povo e tropa, a excepção de uns poucos de amotinadores; mas S. A. Real, que queria por todos os modos poupar o sangue de victimas innocentes, mandou expedir ao governo a portaria n. 3, encarecendo da entrega della aos dous membros do mesmo governo, que já se lhe haviam apresentado, os quaes, partindo pelas 11 horas da manhã, antes de uma da tarde voltarão incorporados aos mais membros do governo, que encontrarão já em caminho dirigidosse a complementar a S. A. Real, e a render-lhe a devida obediencia como Príncipe Regente do reino do Brasil, protestando todos que S. A. Real podia entrar segura e capital.

« Seguirão-se immediatamente os vivas da tropa, que alli se achava commandada por um capitão para fazer a guarda de S. A. Real, que ordenou ao governo se recolhessem á capital para alli o receber.

« Chegou pouco ao depois o tenente-coronel José Maria Pinto, que se foi apresentar preso, e S. A. Real, depois de o ouvir, conhecendo a sua razão com que fôra denunciado, generosamente lhe mandou entregar a sua espada, e, ordenando que o acompanhasse, deu ordem para continuar no governo das armas até que fosse nomeado novo governador, em conformidade do decreto das côrtes.

« Soube-se então que o juiz de fora, o commandante do corpo de caçadores e mais algumas pessoas insignificantes da villa, erão os que promovião as desordens que antes se haviam annueciado. Pelas 6 horas da tarde entrou S. A. Real na capital, onde foi recebido com a maior magnificencia possível. O governo, camara, clero e immenso povo de ambos os sexos o fôrão esperar na distancia de perto de um quarto de legua, á entrada da villa.

« Alli lhe derão vivas como regente do reino do Brasil, e depois foi conduzido debaixo do palho á igreja matriz do Ouro-Preto, onde assistio ao « Te-Deum » com excellente musica, findo o qual recolheu-se acompanhado de immenso povo, entre vivas, fogos do ar e de artilharia, por entre fileiras de tropa, até o paço, onde deu beija-mão ao governo e á camara.

reservando para o dia seguinte fazer a mesma honra ás diversas corporações e povo.

« Seguirão-se os vivas e descargas da tropa da 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> linha, e a falta de S. A. Real, já transcripta na « Gazeta, » que foi correspondida com repetidos vivas ao Príncipe Regente constitucional pela tropa e povo. Em tudo respirava o mais perfeito sossego, prazer e regozijo publico. »

« S. A. R. o Príncipe Regente ordena ao coronel João Luciano de Souza Guerra Godinho que hoje mesmo, de accordo, se necessario fór, com o tenente coronel commandante da tropa de linha José da Silva Brandão, prenda á sua ordem o tenente-coronel aggregado José Maria Pinto Peixoto, e o conduza preso ao seu paço do Capão do Lana, onde vai pernoitar hoje, e que confie do seu zelo, actividade e patriotismo, a execução da presente ordem. Paço da Villa de Queluz, 8 de Abril de 1822. »

« Sendo um dos meus mais sagrados deveres vigiar pela salvação do Estado e pela felicidade dos povos, que foram confiados á minha regencia por meu augusto pai o Sr. D. João VI, rei constitucional do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves, não me podia ser indifferente a maneira illegal e precipitada com que foi feita a nomeação e installação do governo provisório da provincia de Minas-Geraes, e receei logo que uma parte dos seus membros, tendo sido eleitos por subornos e conluios, se deshiaria facilmente das obrigações generosas dos seus cargos; desejando, porém, ver se pela minha bondade paternal conseguiria fazê-los entrar e seguir a estrada da honra e da justiça, aprovei a sua nomeação. Mas desta vez enganou-se o meu paternal coração, porque de dia em dia aquelles mesmos de quem eu desconfiava, levados somente de vis interesses pessoais e da ambição de mandar, mancomunando-se com algumas outras cabeças anarchicas e sediciosas, forçáram aquelle governo a arrogar-se attribuições que nenhuma autoridade legitima lhe tinha conferido ou podia conferir, reunindo em si não só o poder executivo e economico, mas até o legislativo e judiciario, com manifesta rebeldia ás côrtes, a el-rei meu augusto pai e a mim como seu delegado e Príncipe Regente deste reino.

« Querendo, pois, dar prompto remedio ás desordens e attentados que diariamente têm crescido: hei por bem cassar o presente governo, e ordenar que, em conformidade dos §§ 1.<sup>o</sup>, 2.<sup>o</sup>, 3.<sup>o</sup>, 4.<sup>o</sup>, 6.<sup>o</sup>, 7.<sup>o</sup> e 8.<sup>o</sup> da carta de lei do 1.<sup>o</sup> de Outubro do anno proximo passado, que vão com este por cópia, assignado por José Bonifacio de Andrada e Silva, ministro e secretario de Estado dos negocios do reino e estrangeiros, se proceda á nomeação de um governo legitimo, ficando por ora suspensos os mais artigos da mesma lei por não convir ao bem dos povos deste reino que tenham a devida execução sem que chegue a decisão final das côrtes geraes e constituintes da nação portugueza, á vista das representações das differentes provincias e camaras do Brasil.

« As autoridades, a quem competir a execução deste decreto, o tenham assim entendido e o cumprão. Paço, em 23 de Março de 1822.—Príncipe Regente.—José Bonifacio de Andrada e Silva. »

*Paragraphos da carta de lei do 1.<sup>o</sup> de Outubro de 1821, pelos quaes S. A. R. o Príncipe Regente manda proceder á nova eleição do governo da provincia de Minas-Geraes, segundo o decreto de 23 de Março de 1822.*

« § I. Em todas as provincias do reino do Brasil, em que até o presente haviam governos independentes, se crearão juntas provisórias de governo, as quaes serão compostas de sete membros naquellas provincias que até agora erão governadas por capitães-generaes, a saber Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, S. Paulo, Rio-Grande do Sul, Minas-Geraes, Mato-Grosso e Goyazes; e de cinco membros em todas as mais provincias em que até agora não havia capitães-generaes, mas só governadores, incluídos em um e outro numero o presidente e secretario.

« § II. Serão eleitos os membros das mencionadas juntas por aquelles electores da parochia da provincia que podem reunir-se na sua capital no prazo de dous mezes, contados

desde o dia em que as respectivas autoridades da mesma capital receberem o presente decreto.

« § III. Serão nomeados os membros das juntas provisórias do governo entre os cidadãos mais conspicuos por seus conhecimentos, probidade e adherencia ao systema constitucional, sendo além disto de maior idade, estando no exercicio dos seus direitos e possuindo bastantes meios de subsistencia, ou provenção de bens de raiz, ou de commercio, industria ou empregos.

« § IV. Será antes de todos eleito o presidente, depois o secretario, e finalmente os outros cinco ou tres membros, segundo a classificação expressa no art. 1.<sup>o</sup>, sem que tenha lugar a nomeação de substitutos. Poderá recahir a eleição em qualquer dos membros do governo que se achar constituído na provincia, bem como em qualquer dos electores; e quando fór eleito algum magistrado, official de justiça ou fazenda, ou official militar, não exercerá seu emprego enquanto fór membro do governo.

« § VI. Fica competindo ás juntas provisórias do governo das provincias do Brasil toda a autoridade e jurisdição na parte civil, economica, administrativa e da policia, em conformidade das leis existentes, as quaes serão religiosamente observadas, e de nenhum modo poderão ser revogadas, alteradas, suspensas ou dispensadas pelas juntas do governo.

« § VII. Todos os magistrados e autoridades civis ficam subordinados ás juntas do governo nas materias indicadas no artigo antecedente, excepto no que fór relativo ao poder contencioso e judicial, em cujo exercicio serão somente responsaveis ao governo do reino e ás côrtes.

« § VIII. As juntas fiscalisarão o procedimento dos empregados publicos civis, e poderão suspendê-los dos seus empregos quando commetão abusos de jurisdição, precedendo informações, e mandando depois formar-lhes culpas no termo de oito dias, que será remetida á competente relação para ser ahi julgada na fórma das leis, dando as mesmas juntas immediatamente conta de tudo ao governo do reino para providenciar como fór justo e necessario. Paço, em 24 de Março de 1822.—José Bonifacio de Andrada e Silva. »

#### Artigos do offeito.

« Senhor.—Em tempo que na capital desta provincia se reunirão os electores de comarcas para procederem á eleição dos deputados de côrtes, que devião ir assistir ao congresso geral da nação, sendo para isto destinado o dia 15 de Setembro do anno passado, tendo-se neste mesmo tempo por ordem superior participado a todas as camaras da provincia que cada uma mandasse á capital dous ou tres procuradores para por elles ser installado o governo provisório da provincia, assignando-se-lhe para este fim o dia 1.<sup>o</sup> de Outubro do mesmo anno; forão com effeito reunidos os electores das comarcas nas casas do conselho da capital para darem principio á eleição no dia assignado, e foi então que o general, que presidia á eleição do que devia ser presidente da corporação dos electores, lêu publicamente um officio da camara da dita capital em que se convidava a todos os electores alli reunidos a demorem-se depois de concluida a missão a que se destinavam, e esperarem pelo dia determinado 1.<sup>o</sup> de Outubro, em que devião comparecer os procuradores das camaras para a eleição do governo, e juntamente á dita eleição, ao que todos se prestáram voluntarios.

« Procedeu-se com effeito á eleição dos deputados, que findou no dia 17 ou 18, e logo no outro dia da madrugada apparecerão alguns officiaes da tropa de linha pelas casas dos ditos electores, convidando-os a reunirem-se naquella mesmo dia nas casas do conselho, e certificando-se de que a tropa se achava estacionada na praça para os defender de qualquer insulto que pudesse acontecer por alguma parte opposta, e que não havia necessidade de esperar pelos procuradores das camaras, uma vez que os electores podião fazer as suas vezes por serem de todas as comarcas, e que elles querião já o governo installado. Assentirão com effeito todos, talvez porque as circumstancias do tempo assim o pedissem, e installarão o governo existente.

« Este governo, Senhor, segundo a voz publica, não tem seguido a marcha que lhe compete; elle tem arrogado a si poderes extraordinarios e incompetentes á sua jurisdição, e principalmente negando a obediencia ao centro do poder, que o augusto pai de V. A. Real, nosso saudoso rei, depositou nas mãos de V. A. Real, como regente e seu lugar-tenente neste reino do Brasil, obediencia, respeito e subordinação que nós e todo o povo deste termo protestamos seguir e defender a todo o custo.

« A Providencia Divina conduziu a V. A. Real a esta provincia para ver occularmente o estado em que ella se acha, providenciar o remedio ás males de que ella se vê ameaçada, e que anciosos esperamos da alta comprehensão de V. A. Real,



que o céu guarde por muitos annos. Villa de S. José, em camara de 5 de Agosto de 1822.—Bartholomeu de Souza Soares, juiz presidente.—José Ferreira Martins, juiz ordinario.—Francisco Antonio dos Santos, vereador.—Domingos Gonçalves de Lara, vereador.—João José Rodrigues Rego, vereador.—Venancio Antonio de Souza, procurador da camara.—João Alves Antunes, escrivão. »

(Seguem-se outras assignaturas.)

« Senhor. — A bondade de V. A. Real, reconhecida por todos os povos das capitania do Brasil, e mais que tudo na deliberação que tomou de residir entre elles e communicar-lhes a sua alta protecção, exigem justos agradecimentos, ainda mais dignando-se V. A. Real honrar este paiz com sua augusta e real presença, pelo que acabamos de render graças ao Omnipotente por tão especial beneficio.

« A apressada installação do governo provisorio antes do dia 1º de Outubro do passado, dia designado aos enviados das camaras para se congregarem na capital de Villa-Rica, e novos corpos de defesa nos obrigão a fluctuar em tristes pensamentos e esperar funestas consequências a que supplicamos a V. A. Real queira obstar, aceitando nossas sinceras confissões e reconhecimento, que prestamos nas reaes mãos de V. A. Real, nome Principe Regente, Serenissimo Sr. D. Pedro de Alcântara, legitimo descendente da casa de Bragança, a quem juramos obediencia.

« E' este o unanime sentimento dos leaes concidadãos deste termo da real villa de Queluz, que, em camara, aos 8 de Abril tem a satisfação de assignarem a presente rogativa.—Januario Marcial de Almeida, juiz ordinario.—O vereador Manoel Dutra Gonçalves Rezende.—O vereador Severino José Vaz.—O vereador Manoel da Costa Pereira.—O procurador da camara Joaquim Ferreira da Silva.—O escrivão Manoel Albino de Almeida. »

(Seguem mais diversas assignaturas.)

« Manda S. A. R. o Principe Regente communicar ao governo provisorio desta provincia que, tendo em vista accomodar os partidos que era constante haver na mesma provincia, tomou a resolução de a visitar e observar por si mesmo o espirito publico.

« Em Barbacena, em S. João de El-Rei, em S. José, em Queluz, e por todas as estradas por onde passou apparecerão os maiores desejos de união; as diferentes camaras e povos, ainda por onde S. A. Real não passou, representarão a firme adhesão e resolução de o reconhecerem como Principe Regente constitucional do reino do Brasil, por ser essa a unica medida capaz de o salvar dos males que o ameaçava.

« Semelhantes representações erão confirmadas pelo inexplicavel entusiasmo com que todo o povo recebia no meio de vivas, que por tal o proclavamão.

« O mesmo governo provisorio enviou dous dos seus membros a beijar a mão e protestar-lhe os mesmos principios de obediencia o subordinação; mas, approximando-se a capital de Villa-Rica, soube com grande magua de seu coração que na mesma capital se tem formado um pequeno partido, insinuando até o modo por que o povo, debaixo de penas, ha de dar os vivas na sua presença e recebimento, com o fim sem duvida de se negar a S. A. Real e reconhecimento da regencia por que os povos instão.

« Não querendo S. A. Real nem usar de força armada, nem expor o povo interno e a tropa de iguaes sentimentos a serem sacrificados por esse pequeno partido armado, que lhe consta existir, suspende em consequencia a sua entrada na mesma capital até que este governo declare explicita e formalmente os seus sentimentos, e se reconhece ou não a S. A. Real como Principe Regente constitucional do reino, prestando-lhe a devida submissão e respeito, como centro do poder executivo deste reino do Brasil, para depois deliberar se ha de ou não entrar na mesma capital, onde S. A. Real não entrará sem que o governo proteste render-lhe o respeito e obediencia que cumpre á sua real pessoa. Paço do Capão do Lana, 9 de Abril de 1822.—Estevão Ribeiro de Rezende.

« Está conforme. »

« Promettemos, escreve o redactor do *Especto*, dar circumstanciada narraçõ das festas com que S. A. R. o Principe Regente do Brasil foi recebido na villa de S. João de El-Rei. Tivemos a satisfação de receber esta fiel e interessante relação, congratulando-nos com os amigos do bem da patria pela agradável perspectiva que hoje offerece a provincia de Minas Geraes, desassombrada daquelles facciosos, que machinavão a sua ruina para sustentarem sordidos interesses:

« S. João de El-Rei, 3 de Abril de 1822.—Neste faustissimo e sempre memoravel dia de incomparavel satis-

fação; dia o mais plausivel para todos os habitantes desta villa, a mais notavel da provincia de Minas, se dignou S. A. R. o Principe Regente do Brasil entrar ás 4 horas e meia da tarde, tendo sido antecipada a certeza desta mui satisfatoria noticia no dia 31 de Março preceente, quasi á noite; ficou então todo o povo contentissimo, entusiasmado de prazer, não se poupando a trabalhos e despeza alguma, cuidando logo no acceio das casas e ruas, de dia e de noite, na armação de seis magnificos arcos triumphaes, como adiante descrevemos.

« Derão-se logo as ordens para a formatura dos dous regimentos de cavallaria e infantaria da 2ª linha, os quaes ao meio-dia se postarão no largo da Camara, cujo paço foi destinado para a hospedagem de S. A. Real; depois dous sargentos-môres, commandantes, e graduado com o estado-maior do 1º regimento, composto de 8 officiaes, marcharão a caminho a encontrar S. A. Real em distancia de 2 leguas, e tendo elles a dita de o avistarem, S. A. Real, com o costumado agrado se dignou de lhes dar a beijar sua augusta mão.

« Logo os dous majores se offerecerão para servir de batedores e como guarda de honra, o que Sua Alteza aceitou, e a exemplo destes se offerecerão tambem dous tenentes-coroneis, que se unirão áquelles dous majores. No sitio do Olho d'Agua, distante da villa uma legua, estava postada uma companhia de cavallaria da 1ª linha, a qual, depois de fazer a devida continencia a S. A. Real, lhe veio servindo de guarda.

« E' inexplicavel o regosijo, prazer e satisfação de todo este fiel povo, que não podia acreditar ter a ventura de ver pela primeira vez um Principe amado e idolatrado em extremo, sendo immenso o concurso dos povos das circumvizinhanças.

« Chegado, pois, S. A. Real e a comitiva das classes mais distinctas, que tinham a honra de o acompanhar, á entrada da villa estavam á espera o clero, nobreza e numeroso povo, a camara com o rico palio; e S. A. Real, avistando-os, se apeou, e logo o presidente da camara lhe deu os vivas, que forão todos correspondidos, e o parcho entoou o hymno *Benedictus Dominus Deus Israel*, seguido do mais clero.

(Segue neste lugar a descripção dos arcos e poesias, que acima vão publicados.)

« S. A. Real mostrou dar sinceras provas do seu amor, correspondendo com agradecidos cortejos. Entrou na matriz; cantou-se solemne *Te-Deum* em acção de graças; depois seguiu com toda a comitiva para o paço destinado, e alli deu a sua real mão a beijar aos seus leaes subditos. As tropas derão as descargas do costume, dando o commandante os quatro vivas á religião, á constituição, a el-rei o Sr. D. João VI, ao Principe Regente do Brasil.

« Esteve S. A. Real nesta villa até a manhã do dia sabbado da alleluia, em cujo tempo deu provas de amor e satisfação a todos os seus subditos, e ás 8 horas da manhã seguiu, acompanhado de innumeraveis pessoas, para a villa de S. José, deixando a toda esta villa cheia das mais vivas e amorosas saudades, de onde segue para a capital de Villa-Rica.

« Copiaremos aqui, como em lugar competente, a seguinte

#### Proclamação.

« Habitantes de S. João de El-Rei!—Salvar a patria dos horrores da anarchia e da guerra civil é a honra mais gloriosa que pôde caber em partilha aos cidadãos benemeritos. Elles devem acudir com promptidão ao seu grito, arriscarem-se satisfeitos aos perigos e sacrificarem suas vidas em defesa do paiz onde nascerão ou onde se crião.

« A patria tem direito ao serviço de todos os seus filhos quando circumstancias urgentes os fazem indispensaveis; com ellas acaba a differença de soldados e paizanos: uns e outros são obrigados a prestarem os seus serviços.

« Habitantes de S. João de El-Rei! E' chegado o momento de patenteardes ao mundo os vossos patrioticos

sentimentos, a vossa adhesão ao systema constitucional e o vosso amor ao melhor dos Principes.

« A capital desta provincia está ameaçada pela insidiosa obstinação e cegueira de alguns homens inimigos da ordem, que não duvidão talvez ficarem submergidos nas suas ruínas.

« S. A. R. o Principe Regente, pretendendo conciliar tudo pelos meios da prudencia, combinados quanto é possível com os do respeito e segurança, tem determinado que uma força consideravel se approxime á capital. Esta é, pois, a occasião que vos prepara a gloria de vos cobrires de immortalidade.

« Vinde offerecer-vos voluntarios para engrossar o corpo da tropa que deve partir. Vinde concorrer para o triumpho da liberdade constitucional, que quasi lá a ser supplantada pela anarchica licenciocidade. Vinde! A patria vos chama, a honra vos persuade e o dever vos obriga.—Antonio Constantino de Oliveira, sargento-mór commandante.—João Rodrigues Silva, sargento-mór. »

#### Minas-Geraes.

« Tendo visto varias cartas desta provincia, que relem algumas particularidades da viagem que S. A. R. o Principe Regente empreendeu, e tão heroicamente desempenhou em beneficio e para tranquillidade daquelles povos, parece-nos dever offerecer ao leitor o que ellas contém de mais notavel no seguinte extracto:

« Sabendo-se em Marianna quarta-feira 3 de Abril que S. A. R. o Principe Regente se achava em Minas, o Exm. Sr. bispo, que em todas as criticas circumstancias daquella provincia manejou os negocios com a maior prudencia e firmeza, a bem da união, e felicidade do Brasil e Portugal, mandou immediatamente na quinta-feira santa o Rev. Dr. Marcos Antonio Monteiro de Barros, arcediogo presidente do cabido e provisor vigario-geral do bispado, a protestar novamente a sua obediencia e fidelidade ao mesmo augusto Senhor, não podendo fazê-lo pessoalmente pelo indispensavel dever de sagrar nesse dia os oleos.

« Acompanhou-o o deputado da camara o Dr. Luiz José de Godoy Torres, vereador mais velho, e ambos no dia 6 se apresentarão a S. A. Real junto á capella dos Olhos d'Agua, freguezia do Prado, termo de Queluz, comarca de S. João de El-Rei, 22 leguas distante da metropole, onde desempenharão a sua commissão, sendo acolhidos pelo nosso augusto joven com a maior affabilidade com que ali manifestou a grande estima e contemplação em que tinha o veneravel prelado de Marianna.

« Desde S. João de El-Rei até Villa-Rica teve S. A. Real a satisfação de testemunhar a fidelidade de muitos soldados de certo regimento miliciano da camara de Villa-Rica, que, por saberem que erão chamados por um seu superior para serem obrigados a receberem munições para um infando objecto, que não cumpre memorar, forão testemunhar-lhe os seus humilhes sentimentos, protestando-lhe que não podião nem querião ter outro regente senão S. A. Real, que benignamente os recebeu, prometendo-lhes a sua real protecção.

« Não se pôde deixar de expressar o nome do honrado José Coelho de Oliveira Duarte, capitão-mór aggregado á villa de Queluz, que com innumeravel multidão de povo se foi prostrar aos seus reaes pés, pedindo a sua regencia unica, e que não querião senão o governo de um e que fosse o mesmo Senhor, ao que S. A. Real respondeu que não podia ser, porque elle era constitucional, mas que tudo estava providenciado para o bom governo e felicidade dos povos.

« Na villa real de Queluz, 10 leguas distante de Villa-Rica, é que no dia 8 de Abril lhe apparecerão o Dr. Manoel Ignacio de Souza e Mello e o coronel reformado José Ferreira Pacheco, membros e deputados do governo provisorio de Villa-Rica de Minas-Geraes, donde partirão a 3 por se terem demorado por certos motivos sinistros, que por ora calamos, os quaes forão recebidos por S. A. Real, posto que com a maior clemencia possível, com-

tudo com dignidade e firmeza que os fez tremer, e a todos os circumstantes que não estavam na mesma situação.

« De Queluz deu S. A. Real, em consequencia das verdadeiras noticias que ali teve, as disposições já annunciadas, e seguiu para Villa-Rica, pernoitando no dia 8 em o Capão do Lana, 14 leguas distante de Villa-Rica.

« Daqui mandou ao honrado e fiel coronel João Luciano de Souza Guerra as ordens respectivas á prisão do tenente-coronel José Maria Pinto, que elle com o maior valor e fidelidade exactamente cumprio, apesar de obstaculo e perigos que se lhe oppuzerão.

« No Capão do Lana se apresentou a S. A. Real o tenente-coronel José Maria Pinto, que, protestando o respeito e obediencia que devia, mereceu os mais prodigiosos effeitos da incomparavel clemencia de S. A. Real.

« No entanto em Villa-Rica tudo era desordem e pavor. Compre deixar em silencio os que a motivarão, e quem andava á sombra do estandarte da camara com os camaristas, prostituindo o respeito devido a tão séria corporação, incendiando os povos para o mais sacrilego dos attentados, alliciando as milicias, cujos individuos pela maior parte, ainda que não podião resistir á força, comtudo no animo e no coração erão mui fieis a S. A. Real, de cujos sentimentos, porém, não era o novo batalhão de caçadores illegalmente creado, composto da ralé dos facciosos.

« O intrepido e augusto Regente, apesar de saber de tudo, com o maior denodo seguiu para Villa-Rica, havendo precedentemente recebido com a dignidade conveniente á sua real pessoa novos deputados do governo provisorio da provincia, que em consequencia de ordens suas se lhe vierão apresentar.

« Não podemos deixar de fazer vêr ao publico a obediencia de José Maria Pinto, que de ordem de S. A. Real appareceu em Villa-Rica, e tirando o chapéo á face de toda a tropa clamou em voz alta:—Viva o Principe Regente do Brasil o Sr. D. Pedro de Alcantara!—com o que tudo se acallmou.

« A's 6 horas da tarde entrou triumphante S. A. Real, applaudido de todo o povo, e reconhecido geralmente Principe Regente do reino do Brasil, e desmontando com toda a galhardia na igreja de S. Miguel, no principio da villa, foi ali recebido debaixo do palio e conduzido para a matriz de Nossa Senhora do Pilar do Ouro-Preto, onde se cantou o *Te-Deum*, que elle acompanhou com o clero, e dahi se recolheu a pé para palacio por arcos triumphaes preparados no meio da mesma desordem pela intrepida maioridade de seus habitantes, e com o mesmo applauso de vivas.

« Illuminou-se a villa nessa noite, não com aquelle alinho que se desejava, porque muitos dos seus habitantes tinhão fugido para os montes e outros se reconcentrão em suas casas; mas nos dias seguintes foi mui brilhante a illuminação. Nesse mesmo dia o Exm. Sr. bispo de Marianna tinha salido a esperar em Villa-Rica a S. A. Real; mas, chegando á Agua Limpa, no principio da villa, retrocedeu cheio de pezar e lagrimas persuadido que S. A. Real não entraria nesse dia.

« Voltou S. Ex. no dia seguinte, e apresentou-se-lhe com varios conegos e ecclesiasticos em habito de cerimonia, e foi recebido com o agasalho devido ao seu merecimento e fidelidade, fazendo S. A. Real a honra á sua comitiva de mandar dar um lauto e esplendido jantar.

« Determinou S. A. Real ir á Marianna no dia 7 de Abril, o que não pôde effectuar por nesse dia lhe chegar uma parada do Rio de Janeiro, e o effectuou a 8, dia da Senhora dos Prazeres, que foi de um verdadeiro prazer para aquella cidade.

« Neste, ás 7 da manhã, o Exm. bispo se apresentou com o corpo capitular, varios parochos, clero e seminaristas, junto á primeira casa da cidade, proxima á igreja de S. Pedro, onde na forma do pontifical romano deu a beijar a cruz a S. A. Real, que, logo que o avistou, se apeou, e, feitas as ceremonias da igreja, com toda a religião o respeito se pôz debaixo do palio, cujas varas erão levadas pelo presidente e actuaes vereadores, vestidos da

gala mais rica, pondo-se S. Ex. a um lado da procissão com o cabido, clero e seminaristas, formando a mais extensa e luzida procissão, cantando hymnos e psalms.

« Não se pôde descrever, e é até incrível a effusão de jubilo que em todos transbordava. O povo clamou em chusma continuamente: — Viva o nosso Principe Regente e nosso libertador; morra o provisorio!

« Junto á igreja da archi-confraria de S. Francisco fingia-se com ramos uma mata, de cujo centro sahia um joven vestido como um indio, o qual, quebrando um arco e settas, ferio docemente a attenção de S. A. Real. O clero que compunha a procissão entoava os psalms mais com lagrimas de ternura do que com vozes.

« As ruas estavam juncadas de flores e folhas até á cathedra, a cuja porta S. Ex. Revma. lhe fez a asperção costumada, e entoou o *Te-Deum*, dirigindo-se á capella do SS. Sacramento, donde seguirão para a capella-mór, e alli S. A. Real acompanhou o côro, fazendo-se tudo com a maior decencia e harmonia, estando a cathedra armada com toda a riqueza. Depois das orações lançou S. Ex. a benção pontifical, que S. A. Real recebeu com ambos os joelhos em terra.

« Finda esta acção S. A. Real, recusando a carruagem que se lhe offereceu, seguiu dahi a pé para o paço episcopal, que fica á grande distancia, acompanhado pelo Exm. bispo, corpo capitular em habito canonical, clero, militares e povo; todas as janellas das ruas da cidade, por onde passou S. A. Real, estavam ornadas de colchas, e de todas ellas as senhoras lançavam nuvens de flores.

« Os applausos repetidos e continuados do povo, os repiques de todos os sinos, derão á Marianna o mais bello espectáculo que tem visto, e os que o presenciaram não poderão expressar. Recolhido S. A. Real ao paço episcopal, e desde então real, deu beija-mão, primeiramente só ao Exm. bispo, depois ao cabido, á camara e finalmente a todos.

« Ah! jantou só, sendo servido com todo o respeito e a maior delicadeza. Depois do que jantou o Exm. bispo com toda a comitiva, e S. A. Real voltou a dormir a Villarica, deixando os habitantes muito desgostosos por não pernoitar alli.

« Dahi a dous dias voltou S. A. Real a saclar a saudade daquelles seus subditos e honrar novamente S. Ex. Revma. jantando no paço; mas não pernoitou. S. A. Real por especial obsequio mandou-se despedir daquelle virtuoso prelado no dia 19, por cuja mercê S. Ex. lhe foi beijar a mão no dia 20, com varios membros do cabido, que delle se despedirão cheios de reconhecimento e saudade. »

#### CHEGA AO RIO DE JANEIRO D. LUCAS JOSÉ OBES, DEPUTADO DE MONTEVIDÉO

Montevideo estava já encorporado á monarchia portugueza, e elegeu para deputado ás côrtes de Lisboa ao Dr. D. Lucas José Obes, e mandou que este deputado na sua viagem para Lisboa passasse pelo Rio de Janeiro, e ahí obedecesse ao que o Principe Regente ordenasse.

O Dr. Obes chegou com effeito ao Rio de Janeiro em fins de Fevereiro ou começo de Março de 1822, e informado das occurrencias politicas em relação aos negocios com Portugal deliberou não continuar a sua viagem. O Principe Regente determinou que elle ficasse no conselho de procuradores, representando ahí a provincia de Montevideo.

D. Lucas José Obes achava-se na força da idade e tinha bastante illustração, muita vivacidade e penetração. Compreendia as circumstancias dos tempos e os homens, e o machinismo do governo monarchico representativo, que julgava convir de preferencia ao seu paiz, e que, não podendo elle

constituir-se por si só, era do seu interesse incorporar-se ao Brasil na criação de um grande Imperio constitucional na America do Sul.

As instrucções com que o Dr. Obes sahio de Montevideo para tomar assento nas côrtes de Lisboa dizião que, antes de tudo, devia passar pelo Rio de Janeiro e recebesse as ordens do Principe Regente; que Montevideo era uma parte integrante do Brasil e não podia deixar de seguir o destino do mesmo Brasil, de quem jámais se separaria.

O Dr. Obes disse ao Principe que o seu paiz não cabiria no absurdo de ficar unido a Portugal, que estava tão longe, quando pela mesma razão de distancia elle se havia separado da Hespanha; que Entre-Rios tambem se queria unir ao Brasil, e Buenos-Ayres confederar-se, porque ambos estes Estados reconhecião que o Braeil era o alliado natural que a Providencia lhe tinha dado para sua defesa e segurança.

O Dr. Obes tomou assento no conselho geral dos procuradores de provincia, onde servio com distincção, tomando parte em todos os actos do mesmo conselho, principalmente naquelle pelo qual se pediu ao Principe a convocação de uma camara legislativa para fazer a constituição, e cuidar dos outros interesses igualmente importantes para organização definitiva da monarchia brasileira.

#### A INCORPORAÇÃO DE MONTEVIDÉO AO BRASIL E RETROSPECTO DAS REPUBLICAS AMERICANAS

A maior difficuldade com que tem lutado os Estados da America Meridional, que forão colonias da Hespanha, para se constituirem independentes, procede da forma de governo que adoptarão. Não sou adverso á forma de governo republicano, como não sou a nenhuma outra forma de governo. Seja ella qual for é boa se tem por base a indole, usos e costumes dos que a escolherão, isto é, se ha educação politica e social para ella, porque tanto tem florescido os Imperios absolutos, como os constitucionaes e os republicanos.

Tudo depende da harmonia das instituições com a educação, isto é, com a origem, indole, usos e costumes dos povos. Nem a origem, nem a indole, nem os usos e costumes, e nem a educação dos povos da America Meridional estavam em harmonia com as instituições republicanas.

E' por meio de ensaios, ou antes é por meio da educação, que, pouco a pouco, as novas gerações as vão introduzindo nos seus usos e costumes, até de todo desaparecer dellas a indole da sua origem. Isto não é obra de momento: é trabalho de seculos, e antes que estes decorram tem ainda a America muito que soffrer com essa desharmonia existente entre as suas novas instituições e a indole dos seus povos.

As antigas colonias hespanholas na America Meridional, tão florescentes quando sobre ellas pesava o jugo metropolitano, apresentam agora, que são republicas independentes, um aspecto bem diverso. A causa disto não se pôde achar senão nessa desharmonia. Olhe-se para o Mexico e mesmo para os Estados do sul do Brasil. O Mexico, um dos lugares mais bellos do globo, rico e fertil de todos os productos da natureza, com uma grande população, desmantelando-se, modificando algumas vezes as

suas instituições, sem achar um ponto de apoio onde as firme e consolide!

A guerra civil é já o seu estado normal, que acabará quando a república fôr de todo desmembrada. É a ambição dos caudilhos que a dilacera e destrói! Um cidadão mexicano, o Sr. Estrada, homem de muita illustração, escreveu em annos passados um luminoso opusculo politico a respeito do seu paiz, e descreve com cores desbotadas as phases por que tem passado desde a sua separação da Hespanha, pois tendo experimentado varias fórmulas de governo, sempre o seu estado é para peor. O unico systema que o poderá salvar será a monarchia constitucional representativa, que satisfaz as ambições de todos e harmonisa as instituições democraticas com a estabilidade social(\*).

A America do Norte floresce e fructifica com as instituições republicanas, porque essas instituições estão alli na mais perfeita harmonia desde o seu principio, com a origem, indole, usos e costumes dos povos que habitavam aquella parte da America antes della se constituir independente.

Depois da independencia para alli corrêrão da Inglaterra, Alemanha e Hollanda todos os homens que no seu paiz tinham as mesmas idéas republicanas, e que forão procurar na America uma nova patria para seus filhos, conforme o seu coração pedia. Montevideo desde a aurora da sua separação da Hespanha que percorreu sem cessar de um ponto a outro todo o caminho que vai da anarchia mansa á anarchia bravia.

Assim foi consumindo as suas forças e os seus recursos. O Brasil teve a necessidade, por amor de sua tranquillidade e para segurar as suas fronteiras, de intervir nos negocios do seu vizinho inquieto. Bateu, destruiu os caudilhos que alimentavam a marcha bravia, feroz, e fez cessar os actos de barbaridade que elles commetião contra os nacionaes e estrangeiros.

Para mostrar até que ponto levavam a crueldade, lembrei que Artigas inventou um novo genero de morte, então desconhecido pelos tyrannos. Fazia coser estreitamente a victima que lhe cahia nas mãos em um couro verde, ficando apenas com a cabeça de fóra. A' proporção que o couro seccava crescia o soffrimento da victima, estalavam-se-lhe os ossos, e neste longo padecer davão o ultimo suspiro.

Muitas vezes deixavam os campos juncados dessas munições de novas especies. As mulheres e crianças de seus adversarios não escapavam ás furias da selvageria bravia desses inqualificaveis caudilhos. No entanto o Brasil entrou na capital de Montevideo e restabeleceu a ordem em todo o Estado, sem commetter o menor acto de violencia ou desacato. Nunca Montevideo foi mais feliz do que naquelle tempo. Tinha um exercito que o defendia sem nada lhe custar, e governava-se por si mesmo.

O general portuguez nunca interveio no negocio do paiz. Até mesmo se casou em Montevideo(\*\*). A corte do Rio de Janeiro assim obrando só levava em vista a segurança da sua fronteira e a felicidade do seu vizinho.

Montevideo comparou o seu estado anterior com o seu estado presente, e desta comparação resultou declarar elle pelos seus órgãos legitimos que queria unir-se ao Brasil. A corte do Rio de Janeiro annuiu ao pedido, porque vio que era feito voluntariamente sem o menor constrangimento. Montevideo foi incorporado ao Brasil, mas essa incorporação não custou áquelle Estado o menor sacrificio. Continuou a governar-se por si mesmo, como se governava antes.

#### DEPLORAVEL ESTADO DE BUENOS-AYRES

Tal era o estado das cousas quando chegarão ao Rio de Janeiro D. Lucas José Obes e Herrera, deputados eleitos para representar Montevideo no congresso de Lisboa.

Após a tranquillidade, a ordem e a obediencia que reinavam em Montevideo, influirão para que Buenos-Ayres, Entre-Rios e outros paizes do Rio da Prata, tratassem de procurar condições iguaes para se constituirem melhor. Em 1820 Buenos-Ayres se achava no mais deploravel estado de anarchia. As instituições republicanas erão uma planta exotica, que, longe de medrar naquella terra, a trazia em um vortice, que ameaçavam leva-la ao abysmo.

As pessoas mais sensatas do paiz estudavam os meios de sahir de tão penoso estado, e não achavam outro senão de o constituir em monarchia, tendo á sua frente um principe da raça de seus antigos reis.

A' frente desses homens sensatos estavam dous, cuja illustração igualava á influencia que exercião sobre os seus conterraneos. Erão elles Fr. José Ignacio Grela, ex-provincial dos dominicanos, e D. Gregorio Tagla. O partido politico destes dous cavalleiros era numeroso no paiz. Declararão elles em Julho de 1820 á corte do Rio de Janeiro que estavam decididos a constituir Buenos-Ayres em monarchia e a proclamarem o infante D. Sebastião soberano do novo Estado.

Apresentarão as condições com as quaes levarião a effeito este projecto, e todas ellas erão de natureza a não poderem ser regeitadas. Sobre este assumpto se tratou largamente, com madureza e segurança. No mesmo anno, em Paris, publicou-se um opusculo, intitulado: *Les provinces de la Plata erigées en monarchie, considérations politiques par le C... de S...* O autor expõe que no estado em que se achavam as côrtes de Madrid, do Rio de Janeiro e o governo de Buenos-Ayres, o unico meio de estabelecer entre as tres potencias uma paz duravel seria reunir as provincias do Rio da Prata em uma monarchia, e de lhe dar por soberano o infante D. Sebastião de Bourbon e Bragança.

Este principe, por seu nascimento, e pelas esperanças que nelle havião, parecia destinado a ser o laço de união de todos os interesses. Pertencia ás duas casas de Bourbon e de Bragança. Seu avô o infante D. Gabriel era irmão de Carlos IV, rei da Hespanha, que casou com a infanta de Portugal e do Brasil. Deste consorcio nasceu o infante D. Pedro, que casou no Rio de Janeiro com a princeza D. Maria Theresa, filha do rei de Portugal e do Brasil, que foi o pai de D. Sebastião de Bourbon e de Bragança. Este projecto, longe de achar a menor

(\*) Sem as escolas de direito, que são a morte dos Estados.

(\*\*) Eu conheci a viuva do general Lecor, visconde da Laguna, que aqui morreu assás pobre.



difficuldade da parte do governo de Buenos-Ayres, conformou-se com a vontade do mesmo governo, que por varias vezes fez igual proposição á corte do Rio de Janeiro.

SÃO NOMEADOS OS PROCURADORES DE PROVINCIAS.—O PERIODICO « REVERBERO »

José Bonifacio em um dos seus eloquentes discursos pediu que o Principe houvesse por bem de convocar um conselho de procuradores das provincias para tomar parte na deliberação dos negocios do Estado. O Principe annuo a esta pretensão e por decreto de 16 de Fevereiro mandou convocar a junta de procuradores geraes de provincias, com as attribuições marcadas no mesmo decreto.

O Rio de Janeiro devia dar dous procuradores. A escolha não foi disputada. O Dr. José Mariano de Azeredo Coutinho foi logo designado por unanimidade em uma reunião assás numerosa que houve na rua da Ajuda 64, em casa do capitão-mór José Joaquim da Rocha, da qual mais adiante fallaremos.

As ambições naquella tempo não eram muitas. Cada um se esmerava em escolher o melhor, e por isso raros eram os que pedião para ser escolhidos(\*). O coronel Manoel Frazão de Souza Rondon propoz que fosse escolhido para a eleição do Rio de Janeiro Joaquim Gonçalves Ledo. Este cidadão pertencia ao club maçónico.

Elle e o padre Januario da Cunha Barbosa redigão o periodico *Reverbero*, muito exagerado nos principios que sustentava, que nem sempre eram conformes com a indole do nosso povo e com os interesses geraes do Brasil, mórmente naquella occasião em que a prudencia aconselhava de marchar lentamente para habilitar os homens a chegarem mais cedo ao fim desejado.

O *Reverbero* exaltava algumas vezes as paixões desregradadas da gente incauta, ao passo que desanimava e inspirava desconfiança na gente sensata. A doutrina não era sempre a mesma. Variava segundo os impulsos do momento. A proposta para a eleição de Ledo achou opposição; porém a maioria lhe foi favoravel. José Bonifacio achou boa a proposta, porque chamava para seu lado um homem que de fora podia ser prejudicial. O que se decidio naquella reunião foi posto em pratica pelos electores.

OS PERNAMBUCANOS RESIDENTES NA CÔRTE DO RIO DE JANEIRO DIRIGEM AO PRINCIPE REGENTE AS SUAS CONGRATULAÇÕES.

« Senhor.—Os pernambucanos residentes nesta corte vêm com o mais profundo acatamento, e cheios do maior entusiasmo, congratular-se na augusta presença de V. A. Real pela resolução heroica e verdadeiramente real que Vossa Alteza acaba de tomar, decidindo-se a ficar entre os brasileiros: é a acção mais brilhante que Vossa Alteza podia praticar; em um só momento tem V. A. Real adquirido uma gloria superior a todos os feitos admira-

veis, de que estão cheias as historias dos Srs. reis e principes portuguezes.

« Os pernambucanos estereis em expressões lisongei-ras não sabem usar de linguagem que não seja franca e sincera: é um defeito que se lhes nota, mas que elles por tal não reconhecem; por isso, usando da franqueza de seus sentimentos, elles se apressentão a manifestar seu grande regozijo pela magnifica resolução de Vossa Alteza, pelo rasgo politico, cheio da maior firmeza, da maior liberalidade e da maior sabedoria com que V. A. Real se tem hoje collocado acima de todos os principes do universo.

« Em um instante fez Vossa Alteza a conquista em ambos os mundos, ganhando os animos dos brasileiros, apertando os laços da união portugueza em um e outro hemispherio, que parece estava a dissolver-se, adquirindo para a monarchia uma força irresistivel; tem V. A. dado á nação inteira o unico impulso capaz de salva-la da anarchia, capaz de mantê-la em perfeita integridade, capaz, enfim, de, na escala das primeiras potencias do mundo, eleva-la a um grão superior.

« Quanto distão desta inimitavel acção todas as façanhas com que os grandes principes da Europa tem perpetuado os seus nomes! A gloria com que V. A. se tem immortalisado é sem igual.

« O engrandecimento por meio de conquistas sangui-nolentas, os triumphos adquiridos por via das armas com que os guerreiros se ensoberbecem e se illudem, as aquisições por meio de negociações seductoras dirigidas pela intriga dos gabinetes, outros meios semelhantes de dilatar as possessões dos Estados, e que uma sã razão não pôde deixar de reprovár, ainda quando se achão (impro-priamente) revestidos do nome de politica, são titulos que caducão e que apenas servem de encher as paginas da historia; mas a madureza de uma seria reflexão, a energia, a humanidade, a combinação de tantos calculos politicos, que dirigirão o magnanimo coração de Vossa Alteza, a saudavel sentença da consolidação da monarchia que V. A. Real se dignou preferir por sua propria bocca, prometendo ficar entre os brasileiros, são padrões eternos levantados sobre os corações dos homens, e que as gerações irão cuidadosamente transmittindo umas ás outras.

« Que maravilhosa resolução! O Brasil estava condemnado a ser retalhado. Que serie de males não seguir-se! Mas V. A. Real com a sua natural perspicacia observou bem depressa a inconsideração de semelhante medida. Trata-se da prosperidade e do engrandecimento da monarchia: e como é que este grande todo (o Brasil), reduzido a pequenas fracções, pôde dar um resultado maior do que sendo conservado em sua natural integridade? Se o resultado deve ser igual, para que a divisão? Para que innovações perigosas? Se deve ser menor, como é que isto se combina com o plano da prosperidade e da grandeza da nação?

« Estas reflexões, enchendo de terror os corações verdadeiramente patrióticos, trazião já o Brasil em um perigo desassociego; uma terrivel convulsão o ameaçava, e é nesta crise que V. A. Real, com magestosa firmeza, com a mais serena tranquillidade, com uma sabedoria que jámais podia pensar-se em uma idade tão juvenil, acolheu benignamente os votos dos brasileiros, decidindo-se a ficar entre elles.

« Sim, augusto Senhor, é no Brasil que V. A. Real deve fixar a sua residencia; nesta parte da monarchia é que Vossa Alteza pôde sustentar illesos os sagrados direitos da corôa em que um dia ha de succeder; é no Brasil que a real dynastia da casa de Bragança achará um assento indestructivel; é nesta parte do mundo que a nação portugueza deve collocar a séde de um imperio, que a continuação dos seculos nunca poderá extinguir.

« Mas, entretanto que a Divina Providencia vai dilatando ao Sr. D. João VI, seu augusto pai, os dias preciosos, Vossa Alteza Real, seu lugar-tenente, maneja docemente, e a contento dos povos, as reideas do governo, irá aperfeiçoando com o seu exemplo a sublime arte de governar, ensinando os principes do mundo a consultar

(\*) Hoje é o contrario: fazem-se sacrificios para ser-se deputado. Nos tempos passados um deputado tinha tanta consideração, que, apenas chegava á corte, ia o ministerio comprimenta-lo; hoje, apenas chega o deputado, vai logo apresentar-se aos ministros!

o coração humano, e a pesquisar a origem e a necessidade do pacto social.

« Sim, Senhor, é V. A. Real o mais seguro apoio da liberdade civil; foi V. A. Real o primeiro a lançar mão dos fundamentos de uma constituição liberal, emanados dos sentimentos moraes, da razão natural e desse instinto ou necessidade que obriga os homens a unirem-se, a conservarem-se em sociedade; foi V. A. Real o primeiro a reconhecer os princípios de eterna verdade de que o poder dos Príncipes é uma emanção da soberania das nações, que os seus interesses estão identificados com a felicidade dos povos, e que a sua grandeza não pôde separar-se da grandeza dos Estados.

« Esta nobre elevação de sentimentos, esta philantropia com que V. A. Real procura manter os direitos do homem, com que trabalha por afastar d'entre elles todo o jugo que não fôr o das leis, faz antever um futuro brilhantissimo; faz acreditar que um segundo Numa, o modelo dos reis, será quem um dia enuncie, conformando-se com a vontade geral e com o interesse dos povos, as leis justas por que elles devem reger-se.

« Digne-se, Senhor, acolher a singeleza destes sentimentos. Se alguma apparencia houver de lisonja, que haja de tocar á real delicadeza, digne-se V. A. Real de ser indulgente para com uns subditos que de todo o coração o amão, que conhecem que nenhuma vaidade occupa o generoso peito de Vossa Alteza, e que a sua gloria é a felicidade dos povos.

« Seja V. A. Real sempre entre os brasileiros o modelo das virtudes que elles devem intimar; ao pé de Vossa Alteza congreguem-se continuamente os sabios, os benemeritos da nação; então ver-se-ha quanto prospera á sombra de um Príncipe virtuoso uma nação illuminada; então o mundo imparcial dirá dos pernambucanos: esta gente fiel, observadora das leis, é uma das mais fortes columnas em que um dia sustentará sua gloria Pedro I do Brasil, o Incomparavel. Rio de Janeiro, 9 de Janeiro de 1821.—Manoel Caetano de Almeida e Albuquerque, desembargador da casa da supplicação. »

(Seguem-se as outras assignaturas.)

#### AS ALAGOAS NO ANNO DE 1822

Desligada as Alagoas da metropoli pelo decreto de 16 de Setembro de 1817, e constituida capitania independente, seu primeiro governador foi Sebastião Francisco de Mello e Povôa, fidalgo da casa de S. M. Fidelissima, commendador da ordem de Christo, cavalleiro da Torre e Espada, e tenente-coronel do estado maior do exercito, nomeado pelo mesmo dereto, o qual ali chegou a 27 de Dezembro de 1818, e tomou posse a 22 de Janeiro de 1819.

Povôa, era neto do grande marquez de Pombal(\*). Assentou praça em 17 de Outubro de 1806, sendo promovido a alferes por decreto de 21 de Julho de 1807, a tenente por decreto de 8 de Março de 1808, a capitão por decreto de 8 de Setembro de 1808, a major por decreto de 13 de Março de 1814, e a tenente-coronel por decreto de 7 de Outubro de 1817.

Havia estabelecido a séde de seu governo na villa de Maceió (hoje cidade e capital da provincia), por ser porto de mar, e que havia sido elevada a essa categoria pelo decreto de 5 de Dezembro de 1815. As Alagoas, resentida da permanencia do governo alli, reclamou a observancia do decreto, que em 3 de Maio de 1818 a elevou á metropoli da capitania; mas só depois da aclamação da cons-

tituição portugueza, que as côrtes estavam fazendo, cessando o governo militar de capitão-general, e passando ao de junta de governo provisório, eleita pelas parochias, composta de nove membros, além do secretario, foi que então passou á séde do governo para as Alagoas.

Em 31 de Janeiro de 1822, por força do decreto de 29 de Setembro e carta de lei do 1º de Outubro de 1821, (como já disse á pagina 20), foi eleita nova junta de cinco membros, que ficou assim composta:

Desembargador José Antonio Ferreira Brachlamy, presidente.

Advogado, José de Souza Mello, secretario.

Capitão-mór Nicoláo Paes Sarmento.

Tenente-coronel Manoel Duarte Coelho.

Antonio de Hollanda Cavalcante.

Em 17 de Dezembro de 1821 haviam tomado posse nas côrtes de Portugal, os deputados Francisco Manoel Martins Ramos, e Manoel Marques Grangeiro.

E por decretos de 9 do mesmo, haviam sido nomeados para governadores das armas das diferentes provincias do Brasil, os seguintes officiaes militares:

Rio de Janeiro, tenente-general Barão da Laguna.

Pernambuco, o brigadeiro José Corrêa de Mello.

Pará, o brigadeiro José Maria de Moura.

S. Paulo, o brigadeiro Augusto Pinto.

Minas-Geraes, o brigadeiro Virissimo Antonio Cardoso.

Matto-Grosso, o brigadeiro Antonio José Claudino.

Rio Grande, o brigadeiro João Carlos de Saldanha.

Bahia, o brigadeiro Ignacio Luiz Madeira.

Maranhão, o brigadeiro João Carlos Ocynhausen.

Ceará, o coronel Antonio José da Silva Paulet.

Santa Catharina, o coronel Daniel Pedro Muller.

Piauí, o major João José da Cunha Fidié.

Ignacio Luiz Madeira, era coronel do regimento de infantaria n. 12, e foi promovido a brigadeiro por decreto de 14 de Dezembro, com antiguidade de 1820.

No dia 12 de Dezembro dito, havia chegado á Lisboa, o ex-capitão general Luiz do Rego Barreto a bordo do bergantim francez *Charles Adele*, com 46 dias de viagem.

Além de tantas nomeações de generaes portuguezes para o governo das provincias do Brasil, Portugal dá por decidida a importante questão da séde da monarchia, sem audiencia dos deputados do Brasil! Portugal arna-se do veto absoluto e do poder de subjugar, esquecendo-se de dar ao Brasil um corpo legislativo brasileiro! Portugal chama a si não só o rei e os nossos cofres, mas ainda a rendosa dependencia dos despachos de todos os empregos civis e militares, e dá-nos os decretos de 29 de Setembro e de 13 de Outubro, que vierão tocar o alarma em todo este vasto continente.

Os brasileiros já se achavão offendidos fortemente pelos portuguezes cá residentes, que provocavão rivalidades; por isso os movimentos fermentavão internamente; mas aguardavão a acção do governo para ser executado o desmembramento com annuência official, simultaneamente em todos os portos do Brasil.

A' vista, pois de um tal estado de cousas, o governo, nas Alagoas, instigado a dar o passo, e mais ainda porque elle partia especialmente da tropa, pediu no dia 27 a reunião para o seguinte dia, e

(\* Vide *Brasil Historico* n. 35, 1ª serie, artigo—Alagoas.

nessa occasião houve a explosão de sentimentos de patriotismo, que já superabundavam nos corações daquelles autores da obra.

Que de males não soffremos desde o juramento das bases da constituição portugueza! As côrtes de Portugal procuravam a todo o transe agrilhoar o Brasil e reduzi-lo aos primeiros tempos coloniaes.

Tal a nossa paga por tantos serviços e confortos prestados a Portugal. Isto tudo accelerou a desmembração da tutela, e trouxe a feliz aclamação que o reino do Brasil fez de S. A. Real para seu perpetuo regente e defensor de seus direitos.

A junta do governo das Alagoas(\*) levou ao co-

(\*) *A junta do governo das Alagoas ao ministro e secretario de Estado dos negocios do reino do Brasil.*

« Ilm. e Exm. Sr.—A junta do governo da provincia das Alagoas tem a honra de levar ao conhecimento de V. Ex., para o fazer presente a S. A. R. o Principe Regente, os movimentos politicos que nesta capital se manifestarão em o dia 28 de Junho deste corrente anno, na forma constante das actas por copia incluídas; e como por principal objecto fôra a aclamação do mesmo augusto Senhor, a junta declara que a referida aclamação tem sido repetida pelas diversas villas da provincia, com demonstrações de jubilo e contentamento publico, por ser conforme á opinião geral do Brasil, tendo-se apenas seguido até o presente algumas alterações e mudanças nas repartições civis e militares por occasião das demissões dos empregados europeus.

« Resta sómente segurar a paz e sossego da provincia, em cujos trabalhos a junta se desvela, obrando sempre o que fôr mais acertado, e tudo em nome de S. A. Real, a quem tributa o devido amor e vassallagem.

« Deos guarde a V. Ex. muitos annos. Alagoas, em 1 de Julho de 1822.—Ilm. e Exm. Sr. ministro e secretario de Estado dos negocios do reino do Brasil na côrte do Rio de Janeiro.—José Antonio Ferreira Brachlamy, presidente.—Luiz Antonio da Fonseca Machado, commandante das armas.—Nicoláo Pass Barreto.—Antonio de Hollanda Cavalcante.—Jeronymo Cavalcante de Albuquerque.—José de Souza e Mello, secretario. »

Termo que em reunião fazem a junta do governo provisório da provincia das Alagoas, senado da camara desta capital, clero, tropa, nobreza e povo, sobre a aclamação de S. A. R. o Sr. D. Pedro de Alcantara, Principe Regente do reino do Brasil, e sobre a demissão de empregados europeus, com as excepções abaixo transcriptas.

« Anno do nascimento de N. S. Jesus-Christo de 1822, aos 28 dias do mez de Junho do dito anno, nesta villa das Alagoas, capital da provincia, em a igreja matriz da mesma, achando-se reunido o senado da camara da dita capital, officiaes de guerra e milicia, e ordenanças, e povos de diversos pontos da provincia, com o clero, nobreza e povo da villa sobredita, sendo ali, compareceu a junta do governo actual da provincia, que havia requerido uma tal assembléa por chamar a ordem a fermentação interna, diffundida por movimentos politicos dignos de attenção superior, para cujo fim se nomeára no dia anterior uma commissão de seis membros escolhidos; declarou-se em acto tão respeitavel que o caracter, firmeza e honra da provincia das Alagoas em todos os objectos de probidade, sendo um delles a adhesão e amor á muito alta dynastia de Bragança, não devia ser danegrida com os horrores que sinistramente se lhe arguia, mas que os naturaes da mesma provincia das Alagoas, de accordo com todos ou com a opinião geral do continente brasileiro, se achavão offendidos fortemente pelos naturaes de Portugal, os europeus empregados, que, abusando da honra, apoiavam a rivalidade entre elles e os brasileiros, acerbando-se muito tal conducta na povoação de S. Miguel, aonde, além de outros erros e insultos de consequencia, havido ha pouco alguns europeus proferido blasphemias e impropriedades contra S. A. R. o Sr. D. Pedro de Alcantara Principe Regente do reino do Brasil, affirmando e espalhando que o dito Senhor se achava já ignominiosamente preso no Rio de Janeiro, com o fim de augmentar a rivalidade, o que tudo era apoiado pelo capitão Joaquim Ignacio Rego, europeu, commandante, collocado pelo governo naquella povoação, tendo elle de seu partido o capitão de milicias Affonso de Albuquerque Maranhão, em consequencia do que, depois de se expedi-

nhcimento de S. A. Real os movimentos politicos que na capital se manifestarão no memoravel dia 28 de Junho. Em consequencia desse acto a junta do governo soffreu uma modificação, sendo o presidente Brachlamy e o membro Duarte Coelho, que erão portuguezes, substituidos pelo Dr. ouvidor Caetano Maria Lopes Gama e pelo tenente Jeronymo Cavalcante de Albuquerque.

Este novo governo fez embarcar, por sua conta, para Portugal os officiaes de 1.<sup>a</sup> linha e empregados civis daquella nação, que não adherirão á aclamação do Principe Regente.

Nessa época gloriosa para as Alagoas dous cida-

rem immediatamente as ordens convenientes contra o capitão commandante Prego, com as quaes partio por ordem a executar o sargento-mór de milicias Miguel Velloso da Nobrega e Vasconcellos, declarou a assembléa que não persistia a boa ordem sem serem demittidos todos os empregados europeus, tanto civis, como militares, cujos erros, posto que patentes, se não expressavão, por evitar por ora a prolixidade, com declaração, porém, que de toda a demissão e escrupulos ficavão exceptuados, e em effectivo e continuado serviço o Ilm. presidente da junta do governo o desembargador José Antonio Ferreira Brachlamy, o sargento-mór João Eduardo Pereira Colaço Amado, commandante do corpo de tropa de linha desta capital, e o sargento-mór Joaquim Bernardo Alves Pereira de Araujo, ajudante de ordens do mesmo governo, além da mesma excepção que foi manifestada a favor de José Angelo de Barros, contador e escrivão da junta da fazenda publica desta provincia, o qual ficava contendo demittido á força de suas supplicas, e convincente que fizera para se retirar, e era de unanime vontade que os tres referidos empregados, posto que europeus, ficassem em serviço, como se achão, por sua louvavel conducta, e pelo muito que o povo delles confia, devendo por uma rigorosa condição serem demittidos por disposição da junta do governo logo que elles mesmos por motivos justos o requereassem.

« Além disto todos os mais officiaes e empregados europeus que se achavão presentes, pedirão mesmo suas demissões, faculdades e providencias, para se retirarem, entrando no indicado pedimento o Ilm. presidente o desembargador José Antonio Ferreira Brachlamy, que declarou motivos de molestias e necessidade de regressar a Portugal, tanto assim que anteriormente tem tratado de procurar demissão pelos ditos motivos, pelos quaes lhe foi aceita e permittida, resolvendo-se geratmente na assembléa que por aclamação se nomeassem os empregados que devião substituir os demittidos de eminente emprego, ficando para objecto de propostas e providencias geraes os demais postos e empregos vagos, em consequencia da demissão dos europeus que pelos motivos acima ficou determinada.

« E logo, apresentando-se no campo adjacente o corpo de tropa de linha, compareceu toda a assembléa e povo na frente da mesma, e alli, com vivas geraes, e demonstrações de alegria e união, foi aclamado Principe Regente, protector e defensor do reino do Brasil, o Principe Real do reino unido, residente na cidade do Rio de Janeiro, sonda, e em outras capitães do mesmo Brasil, consta ter sido já semelhantemente aclamado; e para testemunho de firmeza de caracter forão as aclamações e vivas do teor seguinte:—Viva a nossa santa religião! Viva el-rei constitucional o Sr. D. João VII! Viva S. A. R. o Principe Regente, protector e defensor do reino do Brasil, reconhecido nelle como o poder executivo!

« E para de tudo constar se mandou lavrar a presente acta, em que todos assignarão, de que se enviáram copias para todas as repartições competentes, e para os lugares e camaras da provincia. Eu José de Souza e Mello, secretario actual da junta do governo, o escrevi.—José Antonio Ferreira Brachlamy.—Manoel Duarte Coelho.—Antonio de Hollanda Cavalcante.—José de Souza e Mello, secretario.

(Seguem-se 68 assignaturas.)

« E logo no mesmo dia, mez e anno, e lugar declarado, instando o Ilm. tenente-coronel Manoel Duarte Coelho, membro do governo, actual desta provincia, pela sua demissão, para se retirar a Portugal, o que fazia por ver que não estava declarado nas actas da aclamação a concordata, como se fizera com o Ilm. presidente, foi unanimemente decidido que com toda a honra e distincção ficasse demittido de seu emprego nesta provincia, attentas as razões que expor; e, procedendo-se á nomeação e aclamação dos empregados que devião substituir os demittidos, ficarão geralmente nomeados e aclamados: para

dão se destacou, entre outros, pelos serviços prestados: meu pai o capitão-mór Alexandre José de Mello, que, em 24 horas, se apresentou á frente de 1.300 homens, razão por que foi o unico condecorado com a ordem do Cruzeiro na sua instituição; e o major Manoel Mendes da Fonecca, que foi quem incitou na provincia a aclamação de Regente do Brasil no Sr. D. Pedro de Alcantara, e deu espontaneamente o grito da—independência—tomando a si a sustentação da grande causa.

O major Mendes prestou também serviços importantes suffocando com medidas energicas os contrarios projectos dos lusitanos, que se oppunhão á justa causa proclamada, cujos factos consão de uma justificação, que produziu no juizo de fóra da villa do Penedo, em 22 de Novembro de 1823, de sua fé de officio, e dos assentamentos á fl. 51 do 1º livro mestre de registro geral dos coroneis e tenentes-coroneis reformados do exercito na 3ª secção da 2ª directoria geral da secretaria do Estado dos negocios da guerra, e mais ainda do instrumento em publica forma(\*) que possuo, o qual mostra os

serviços e commissões arriscadas de que foi incumbido, e os bons resultados colhidos de sua abnegação e criterio.

Duas palavras a respeito delle: Mendes da Fonecca nasceu na provincia de Pernambuco a 23 de Julho de 1783; assentou praça voluntariamente no regimento de infantaria de linha do Recife a 23 de Setembro de 1806 por ambicionar glorias, e satisfazer a vocação entusiasmada pelo verdor de uma mocidade ardente.

Em breve tempo comprehendeu o erro de sua sorte, mas não arrefeceu: o passo tinha sido dado sem annuência de seus pais.

Passou a anspeçada, cabo, forriel, 2º e 1º sargento. Destacou para a ilha de Fernando em 1813 e recolheu-se em 1814. Marchou para a provincia das Alagoas por causa da rebelião dos pretos em 1815, e em 1817 para Pernambuco contra a revolta de 6 de Março naquella anno. Destacou segunda vez para Fernando em 1817 a guarnecer a sobre-dita ilha, que se achava abandonada pelos rebeldes, regressando em 1818.

presidente da junta do governo desta provincia, o bacharel juiz de fóra da villa do Penedo e ouvidor interino da comarca das Alagoas o Ilm. Caetano Maria Lopes Gama; para membro do governo, em lugar do demittido, o Ilm. tenente Jeronymo Cavalcante de Albuquerque, e para ajudante de ordens de um tambem demittido, o coronel de milicias José Affonso Monteiro.

« Tratando-se, porém, do commando de armas da provincia, visto terem cessado os motivos que na deliberação de 30 de Janeiro do corrente anno haviam dado lugar a ficar elle reunido á junta provisoria do governo, foi geralmente decidido, nomeado e aclamado para commandante de armas da provincia das Alagoas o Ilm. brigadeiro graduado Luiz Antonio da Fonecca Machado, com subordinação e sujeição á junta provisoria, e com votos na mesma em as materias militares somente, até que pelo poder executivo fosse nomeado o official de patente que tal emprego deva exercer, cumprindo-se nesta parte o decreto de 29 de Setembro de 1821 no § XIII, e cingindo-se á opinião publica e mais razoavel, manifestada no parecer da commissão das côrtes nacionaes sobre os negocios do Brasil, apresentado em 18 de Março do corrente anno, que tem apparecido nas folhas publicas.

« Por consequencia do expendido todos os empregados e Ilms. autoridades acima nomeadas, e aclamadas por se acharem presentes, tomarão posse e ficarão em effectivo serviço, á excepção do Ilm. Dr. presidente eleito, que por se achar de correição em uma das villas da provincia, foi deliberado que immediatamente se chamasse por aviso e ordem, ficando até á posse do mesmo servindo, como actualmente, o Ilm. presidente que se acha em exercicio, sendo precedida a posse dos sobreditos pelo juramento solenne dos Santos-Evangelhos, que prestarão em um livro delles, no qual lhes foi deferido pelo sobredito Ilm. presidente da junta, depois do que se renovário e repetirão os vvas declarados, acrescentando-se quanta adhesão, obediencia e respeito fosse necessaria á constituição da monarchia e ás côrtes da nação, de que de certo era manifestamente defensor e protector o muito alto e poderoso Principe Regente aclamado, assim como do reino do Brasil, o que tudo se conforma com a opinião geral dos povos.

« Nesta formalidade se deu o acto por acabado com todo o socorro e paz, e se fez o presente, que escrevi eu José de Souza e Mello, secretario da junta do governo da provincia das Alagoas.—José Antonio Ferreira Bracklamy, presidente.—Manoel Duarte Coelho.—Antonio de Hollanda Cavalcante.—José de Souza e Mello, secretario.

« Está conforme.—José de Souza e Mello, secretario. »  
(Seguirão-se mais 47 assignaturas.)

(\*) « Ilms. e Exms. Srs.—Diz Manoel Mendes da Fonecca Galvão, capitão da 1ª companhia do batalhão de caçadores desta provincia, que a bem de seu direito se lhe faz preciso que VV. EEs., á vista dos artigos abaixo espostos, lhe attestem o que constar e verdade fór: 1º se foi o supplicante quem em Junho do anno proximo passado incitou a aclamação do regente do Brasil o Sr. D. Pedro I, suffocando com medidas energicas e venturosas os contrarios projectos dos lusitanos que se oppunhão á justa causa proclamada; 2º se em consequencia do glorioso resultado da aclamação dita, seguida tambem

logo do espontaneo grito da independencia apparecido sobre a alluvez e colera dos que não podião a sangue frio testemunhar mudança do estado colonial para o de nação livre e independente, foi ao mesmo supplicante a quem VV. EEs. derão o timão da sustentação da grande obra encetada, trabalhos que prudentemente e sem semblante de medo forão vencidos, e com a gloria de contar-se que por mais de uma vez vio-se voltarem da barra de Jaraguá as forças do general lusitano Pinto Madeira, mandadas para hostilizar a villa de Macaé, e incendiar no estaleiro a corveta « Macaé », que sabião estar proxima a receber mastreação, negocio que fazia doer as cabeças dos que a mesma independencia objectavão, e lhe oppunhão rigorosas vistas de embargo (destas tentativas teve esse Exm. governo officioso aviso do reconcaro da Bahia); 3º se a honrosa tarefa exercida pelo supplicante, commandando a força defensiva da provincia e sustentadora dos direitos da nação, que revoltára-se do systema colonial, foi commettida do dito supplicante ao commandante das armas mandado da corte, do qual, depois de empossado no seu exercicio, ficou o mesmo supplicante ás ordens; 4º se no mez de Abril deste corrente anno (1823), depois do facto narrado no artigo antecedente a VV. EEs., instado por requisições do general Labatut para lhe serem remettidos com urgencia os fardamentos, armamentos, munições e mais petrechos de guerra, desembarcados na dita villa de Macaé, e que só por mar, como tambem as bococas de fogo de artilharia de bater e seu trem, poderião ser transportados e levados ao acampamento com a pressura exigida, o supplicante, não obstante as difficuldades que occorrão, e rezes de ser a expedição por mar mallograda se porventura encontrasse com qualquer embarcação inimiga (mas que por terra não podendo ser ella feita, e a falta dos objectos requisitados no referido acampamento poderia ser sensivel) não duvidando encetar os desusos funestos de uma presa destituida de formalidades e garantias, sujeito aos insultos de gente desassizada, que a novidade de uma semelhante expedição lhe traria, ou quando menos a sorte de ser arremetido aos baixios e costa do mar, tudo com risco da propria vida, offereceu-se para a dita expedição maritima, cujo resultado foi o mais lisongeiro que se podia desejar, ficando todos os referidos objectos requisitados desembarcados no porto da Torre de Avilla e recolhidos no respectivo deposito; 5º finalmente, se além dos serviços e commissões declaradas, outros em prol da causa publica forão pelo sobredito supplicante desempenhados; e portanto pede a VV. EEs. desfrão o que constar.—E. B. M.

« Despacho.—E' verdade quanto allega o supplicante. Palacio do governo das Alagoas, 18 de Novembro de 1823, 2º da independencia e do Imperio.—Bulhões, presidente.—Albuquerque.—Sermiento.—Cerqueira, secretario.

« India e Mina.—O Dr. Gustavo Adolpho de Aguiar, do embargo de S. M. Imperial e constitucional, juiz de fóra da villa do Penedo desta comarca das Alagoas, e nella ouvidor e corregedor interino, e juiz das justificações de India e Mina, tudo com alçada no crime e civil, pelo mesmo Senhor, que Deus guarde, etc. Faço saber que me constou por fé do escripto de meu cargo, que esta subcreveu, serem as rubricas do despacho retro proprias dos Ilms. membros da Exma. junta do governo desta provincia, o que hei por justificado e verda-



Em Outubro de 1819, tendo chegado a Pernambuco, de Cadiz, a noticia de que preparava-se com fins sinistros uma esquadra para as aguas do Brasil, Luiz do Rego, que tinha ordem régia para ter a provincia no melhor pé de defesa possível e em estado de repellir com vantagem qualquer aggressão, com o apparecimento de algumas embarcações em frente do porto Pitimbú, ao norte de Olinda, tomou o commando das tropas que partirão para aquelle ponto, expedindo de caminho ordem para o sargento-mór Mendes da Fonceca, então ainda 1º sargento de infantaria, embarcar com presteza com um parque de 4 peças de calibre 6, 2 de 9 e 2 obuzes, trem e munições de artilharia e de infantaria dos diversos adarmes, e outros objectos de reserva, com destino a Jeraguá, o melhor porto de desembarque daquella costa, onde deverá esperar as ultimas ordens, e chegando no dia 12 de Outubro do referido anno, pôz em terra e em boa guarda, na villa então de Maceió, todo o trem bellico transportado, e estabeleceu um deposito dos ditos objectos, prestando o governador Sebastião Francisco de Mello e Povoas as providencias em tal caso necessarias.

Mendes nessa época ainda era 1º sargento! Uma informação de Luiz do Rego, depois de mais de uma petição bem documentada, e de espontanea informação dirigida ao monarcha, rendeu-lhe por ordem régia aquelle posto! Não tinha conseguido ir além.

Nesse tempo o nascido no Brasil, de certa ordem, não tinha accesso, ainda mesmo que por seus esforços cahisse em graça de seu governador, e este fosse justo: esbarrava em inacessível paradeiro, mesmo porque não dependia da vontade só daquelle; restava a de terceiro, quarto, etc., na corte real.

Pela appareição em 1821 da nova ordem de cousas politicas e de governos provisórios nas provincias, retirando-se de Pernambuco o antecedente governador, continuou elle na mesma commissão, sem ter sido mandado retirar, nem tambem os objectos a seu cargo, que foram mandados depois, em Outubro de 1822, pôr á disposição do governo das Alagoas, que delles se servio nas lutas da independencia e contra a rebellão dalli em 1824, por já ter sido Mendes promovido a alferes do corpo de caçadores de tropa de linha das Alagoas.

Para se provar a parcialidade e injustiça, e mesmo o cuidado que o governo guardava na distribuição dos accessos e preenchimento dos empregos civis e militares do Brasil, e ainda provar o merecimento de Mendes e a importancia de seus serviços, basta

deiro. Alagoas, 22 de Novembro de 1823. 2º da independencia e do Imperio. Eu Ignacio Joaquim Passos, escrivão da correição, que o subcrevi.—Gustavo Adolpho de Aguiar.—Sello n. 143. Estava o sello imperial. Pagou 80 rs. de sello. Alagoas, 22 de Novembro de 1823.—Araujo.—Costa.

« E mais se não continha em a dita petição, que eu João Francisco da Costa e Almeida, escrivão do crime e civil, e tabelião publico do judicial e notas nesta cidade das Alagoas e comarca da mesma, bem e fielmente trasladei o presente instrumento do proprio original que me foi apresentado, pedido em publica fórma, que por o achar verdadeiro, sem vicio, borbão ou cousa que duvida fizesse, o dei e passei, ao qual me reporto, que eu proprio o conferi e concertei, e vai na verdade sem cousa que duvida faça, e o original entreguei a quem elle pertence, e subcrevi e assignei em publico e raso, com meus signaes seguintes, que uso nesta cidade das Alagoas, aos 20 dias do mez de Junho de 1823.—João Francisco da Costa e Almeida. »

dizer que em 1819 foi elle mandado para as Alagoas na qualidade de 1º sargento de infantaria, conduzindo objectos de armamento, na maxima parte de artilharia, independente de qualquer outro commandante que lhe fosse superior, e em 1822 já se achava elevado a sargento-mór graduado, promovido pelo governo provisório das Alagoas (donde não era natural nem conhecido), attestando aquelle governo que o reconhece « amante da causa de S. A. Real, zeloso nas funcções do seu posto, probo e intelligente no serviço nacional. »

Achava-se então a provincia das Alagoas agitada pelo receio de invasão inimiga; e por isso o governo mandou construir um forte, sob a invocação do Espírito-Santo, no porto do Francez, para defender a capital de algum desembarque de tropa portugueza pelo sul da provincia.

A provincia em Julho (como já disse) enviou uma deputação, composta do advogado Antonio de Souza e Mello e do padre Pedro Antonio de Souza, afim de felicitar a S. A. Real em nome do povo e clero della pelo solemne reconhecimento do elevado titulo com que Sua Alteza fora alli proclamado defensor perpetuo do reino do Brasil, com geral entusiasmo e satisfação de todo o bom povo alagoano, o que prova quanto o mesmo heroico povo estava compenetrado da necessidade urgente que tinha o Brasil todo de se unir a um centro de unidade de acção, que só assim seria capaz de salvar com honra a sua integridade e representação politica, e com ellas a categoria de reino, de que gozava desde 1815.

*Discurso analogo ás circumstancias do reino do Brasil e do Principe Regente, seu perpetuo defensor, por occasião de sua aclamação, feito e recitado publicamente ao mesmo augusto Senhor pelo secretario enviado da provincia das Alagoas.*

« Senhor.—Transportando-me ao maior auge de jubilo e de gloria, e cheio de profundo acatamento, eu venho hoje ratificar publica e solememente perante V. A. Real e toda a corte os protestos de homenagem, gratidão e obediencia, que da parte da provincia das Alagoas tive a honra de apresentar a Vossa Alteza por meio de audiencia particular, que se dignou prestar-me no dia 19 do corrente.

« Os povos, as comaras e a junta do governo provisório daquella provincia me constituirão a tal respeito seu representante, como consta do diploma da minha honrosa commissão, e dos officios que tenho entregado pelas repartições competentes. O ter eu defendido os direitos dos cidadãos no emprego de advogado, que alli publicamente exerci por alguns annos, e o haver sido elevado pela respectiva eleição a membro do mesmo governo, em que tenho servido e sirvo actualmente, na qualidade de secretario da junta, foi sem duvida o motivo de me julgarem todos os meus committentes com especial aptidão para empreza de que não sou digno.

« Contudo eu tratarei agora tosa, mas explicitamente, do objecto de que estou encarregado, deixando de tacer o justissimo elogio de V. A. Real por não misturar-lo com a lisonja e adulação que os principes magnanimos abominão.

« Era já tempo de intimar o soberbo Brasil a Portugal a sentença e titulo de sua liberdade e grandexa, de que o mesmo Portugal o expoliára; era tempo de conhecer Portugal que o impvido Brasil soube penetrar e descobrir que os alaridos levantados entre o Douro e Tejo, desde Agosto e Setembro de 1820, com o especioso titulo de constituição politica da monarchia, e que como tal ligarão acceleradamente o mesmo Brasil, depois de encerrarem desaforo particular e desforço dos raivosos do Velho-Mundo, despectavam um contrato leonino, contrato claramente conhecido quando na partilha dos interesses nacionaes Portugal arrebatava para si o rei, os cofres, as ricas produções albeas, o centro de união, o poder de subjugar e o voto absoluto e sempre vencedor de seus deputados; quando

manda imperiosamente que o Brasil, extensíssimo, muito mais rico e productivo, e muito mais seguro e defendido, fique reconhecido, sem rei, sem leis próprias, sem thesouros, sem o centro de união, sem liberdade, e sem defesa e segurança, senão aquella que Portugal lhe arbitrava por meio de tropas, em quem o Brasil experimentara duplicadas vezes o odio novocal; quando (abstrahindo do motivo por que se decretarão tripartidos os governos provinciais) se observão nomeados para todas as provincias os governadores das armas, sem ser contemplado um só militar brasileiro; quando, finalmente, apparece o barbaro procedimento das cortes de Portugal contra a excelsa familia de Bragança, que, sem mais crime do que a elevação do Brasil á categoria de reino e ponto central, em premio de havê-lo recebido na crise mais lamentavel com os braços abertos, entre lagrimas de prazer e maravilhosos applausos, tem soffrido que ellas impozerem ao augusto pai coacção e restricções melindrosas no tempo de uma constituição liberal, sem se lhe ter conhecido abusos, e ao incomparavel filho a ordem de viajar por paizes estrangeiros; esse desmascarado ostracismo politico na mesma época em que se prohibia que a pena do delicto fosse transcendente! Horrible tenacidade!

« E não bastava a insultante approvação de lhe desobedecer o governo da Bahia antes de estar revogada, ao menos por decencia, a lei que o constituiu regente do Brasil? E' por termos tão ferreos que se sanciona o desprezo á mais alta dignidade deste reino, mesmo quando se recommenda respeito inviolavel a todas as autoridades constituidas?

« Com effeito, Senhor, o Brasil, debaixo de um consenso presumptivo, pelo facto licito de necessidade e utilidade na direcção do axioma—negotiorum gestio—tinha direito á reclamação de tantos ultrages, que revertião todos em seu damno; mas elle carecia de um heroe, que, fundado naquella principio, erigisse a muralha de sua segurança.

« Eis que V. A. Real, ou naquella qualidade, ou na de legitimo herdeiro da monarchia, se dignou acceitar e promover a felicidade brasileira; eis que fez expedir as ordens analogas ás circumstancias; eis que os mesmos chego á provincia das Alagoas. Alli não são ellas postas em discussões publicas, não se observão procrastinações criminosas, mas sim as que tendião a desvanecer o terror panico procreado pelos satellites lá desse hemispherio usurpador; tudo se persuade que a salvação e a coesimodidade do povo é a lei suprema: o povo e o governo reconhecem o seu inclito benefactor e desejão ser-lhe gratos.

« A provincia das Alagoas, sim, que sempre marchou briosamente nos seus movimentos politicos, sem ser jámais theatro da guerra civil e da anarchia, que tem grassado pela maior parte das provincias brasileiras, acceitou e cumpriu religiosamente as ordens dimanadas de V. A. Real, em beneficio da nova causa do Brasil, e querendo redobrar seus puros conhecimentos dispôz, promoveu e pôz em pratica a aclamação de V. A. Real, como Principe Regente e perpetuo protector do reino do Brasil, celebrada em paz e solememente, na capital, aos 28 de Junho deste anno, e consecutivamente nas demais villas da provincia; demittio e envioi para Portugal todos os portuguezes europeus empregados civis e militares, e os particulares não adheridos a tão justa causa, intimando o mesmo destino aos que ainda se mostrassem dignos d'elle; lançou mão de todos os meios de segurança, creando corpos e reunindo forças em nome de V. A. Real, cuja approvação invoca, com o fim de restituir firmemente a todas as tentativas funestas.

« E' alli, Senhor, que apparece em ultimo ponto o valor e coragem; tudo alli treme á voz dos alagoanos; nem os aterra o estado, ou furioso, ou duvidoso, de seus inimigos expellidos, nem o de seus vizinhos armados, nem os horrores com que a Europa cada dia ameaça o Brasil por meio de seus entusiastas, que se julgaõ os unicos senhores de todos os attributos de Marte; elles offerecem seus peitos valorosos, como muros inexpugnaveis, a todos os tiros, e comtanto que retumba perpetuamente pelo mundo inteiro o triumpho do Brasil e a gloria de V. A. Real.

« E' assim que na provincia das Alagoas se pensou e se praticou livremente; é de tal maneira que nas Alagoas se olhou o procedimento das heroicas provincias colligadas do sul. Em testemunho, pois, destas verdades, tantas vezes alli juradas, eu venho, destacado do corpo da junta, protestar pessoalmente, como de facto protesto e juro por aquella provincia, a mais rigorosa obediencia e adhesão a V. A. Regi, á sua alta prole e ao congresso brasileiro, proximo a installar-se; venho tributar a Vossa Alteza homenagem, e muito mississimas e cordiaes gratificações por tantos feitos gloriosos e beneficos; venho, finalmente, declarar que a dita provincia reconhece o soberbo Brasil em estado de não temer senão a si mesmo, e que este vastissimo Imperio, e seu magestoso defensor e protector, se fazem mutuamente credores de mais elevadas categorias, cujo impulso eu devo dar ou conduzir.

« Ele-aqui, Senhor, os puros votos de meus constituintes, os

sentimentos da provincia inteira das Alagoas, os quees eu, enviado, revestido do caracter de brasileiro intrepido, reforço com meus proprios e particulares protestos; eis-aqui minha honrosa commissão verificada depois de viagem retardada por inconvenientes vencidos.

« Resta-me sómente que o Brasil inteiro, que os famigerados pernambucanos, cujo brio e patriotismo inexplicavel eu presenciei ha pouco, que os mesmos denodados bahianos opprimidos por um despota armado, me ajudem a proferir incessantes vivas ao grande Pedro do Brasil e sua adoravel familia, ao novo Imperio que elle protege e a santa religião que professamos! Rio de Janeiro, no paço, aos 17 de Setembro de 1822.  
—O secretario enviado da provincia das Alagoas, José de Souza e Mello. »

#### *Discurso do enviado por parte do clero da mesma provincia.*

« Senhor.—O clero secular e regular da provincia das Alagoas manda por mim beijar a mão a V. A. Real, dando o justo parabem pela feliz aclamação de Vossa Alteza, celebrada na capital daquella provincia aos 28 de Junho do corrente anno, como protector e regente deste nosso reino do Brasil.

« Sim, meu Senhor, além do amor e adhesão natural, que todos nós temos á augusta pessoa de Vossa Alteza, a minha provincia, desejosa de entrar nas relações da independencia do Brasil, conhece que a marcha segura da sua ventura devia ser a solemne aclamação de Vossa Alteza, e dispondo-se para a solemnizar vai encontrar nos seus empregados europeus uma taciturna opposição, delinea logo as Alagoas o plano do rompimento para o seu desafogo; eis que se apresenta disposto em campo soberbo e atrevido europeu, e com bem manejadas armas para atalhar o passo da sua gloria immortal, vão rapido o rumor de tanta audacia por toda a extensão da provincia, e os animos se dispõem para o ataque; mas o Deus da paz, vendo lá do alto Imperio da sua residencia a justiça da nossa causa, não consente jámais tristissimas scenas de horror, desolação e morte.

« Não obstante a sanidade deste successo, obra manifestada da benefica mão do Eterno, pela qual reverentes e agradecidos lhe demos logo as devidas graças, eu affirmo a V. A. Real que aquella porção de europeus foi bem capacitada da actividade e franqueza do animo alagoano.

« Não importa, real Senhor, que a Bahia, atilva pela crespadura de suas armas e apetrechos marciaes, promettesse assolar e destruir todas as provincias suas circumvizinhas; que o desobediente Madeira procurasse os enviados das Alagoas para os perder e maltratar, assim como o voraz lobo procura as innocentes victimas para as abocanhar e engolir; que fosse tardio e inconveniente o barco do nosso transporte; que horrida tempestade se desmanchasse toda sobre nossas cabeças em trovões e coriscos, empurrando-nos para o centro dos mares; nada nos alterrou: tudo damos por soffrido pela satisfação que temos de chegar hoje aos pés do excelsa throno de V. A. Real para demonstrar quanto as Alagoas conhece e agradece o sacrificar-se V. A. Real todo pelo beneficio dos brasileiros.

« Já posso morrer em paz, digo como dizia um velho sacerdote como eu; já posso morrer em paz, porque viro os meus olhos o Principe constitucional mais amigo dos homens do que de si mesmo, consolador do seu povo.

« Vós sois Pedro, finalmente; vós sois Pedro, e sobre esta pedra riquissima depositamos todas as nossas esperanças; portanto, na presença dos magnatas desta corte, nobre senado, autoridades militares e civis, em nome do clero, meu constituinte, protesto e juro fidelidade, obediencia e respeito ao Serenissimo Principe o Sr. D. Pedro do Alcantara, chefe da nação brasileira desmembrada dos europeus, e a toda sua dynastia real; protesto e juro promulgar, persuadir e defender, tanto nos pulpitos sacros, como fóra delles, a independencia do Brasil, ainda que me custe a vida; protesto e juro, finalmente, manter, sustentar e obedecer ás leis que nesta corte se orga-

nizarem pelo congresso dos deputados das nossas provincias.

« V. A. Real digno-se aceitar os puros e sinceros votos da minha corporação, expressivos da obediencia, amor e respeito que ella consagra á muito alta e poderosa pessoa de V. A. Real, e adherentes á causa que todos nós com tanto gosto defendemos. Recitado no palacio da corte do Rio de Janeiro, aos 27 de Setembro de 1822.—Pedro Antonio de Souza. »

Em 13 de Julho a camara da cidade das Alagoas, e em 2 de Agosto a da villa da Atalaia, dirigem-se ao Principe Regente, enviando a S. A. Real seus cordiaes parabens pela feliz aclamação que o reino do Brasil e aquella provincia fizeram de S. A. Real para seu perpetuo regente e protector, a primeira no dia 28 e a ultima a 29 de Junho. O vigario e clero da provincia congratulão-se pelos mesmos motivos.

*A camara das Alagoas ao Principe Regente.*

« Senhor.—Os officiaes da camara da villa das Alagoas, capital da provincia, aproveitando a opportuna occasião do secretario da junta do governo da mesma provincia, que de commissão parte agora aos augustos pés de V. A. Real, têm a honra de offerecerem a V. A. Real seus cordiaes parabens pela feliz aclamação que o reino do Brasil e esta provincia têm feito a V. A. Real seu perpetuo regente e protector, tendo já rogado ao sobredito enviado o predilecto encargo de agradecer a V. A. Real a resolução de ficar neste reino, que tanto preza a obediencia a V. A. Real, como sempre á excelsa casa de Bragança.

« Digne-se, pois, V. A. Real aceitar estes puros sentimentos de uma camara, voltando as bemfazejas intenções de um Principe incomparavel, sobre a villa das Alagoas, que tanto se acha decalida pelo muito que o governo anterior de 1819 e 1820 a prejudicou nas prerogativas da capital da provincia.

« A' muito alta e poderosa pessoa de V. A. Real Deos guarde por muitos annos, como havemos mister. Villa das Alagoas, em camara de 13 de Julho de 1822.—José Rodrigues Lisboa.—Narciso Corrêa Machado.—Francisco de Araujo Lima Caldas.—Antonio José Pinto.—Francisco José Leocadio.—Antonio Fernandes Jorge de Oliveira. »

*A camara da villa real da Atalaia ao Principe Regente.*

« Senhor.—Aos pés do throno de V. A. Real chegam os officiaes da camara da villa da Atalaia da provincia das Alagoas a beijar as mãos de V. A. Real, tendo no dia 29 do mez de Junho do corrente anno aclamado com o brilhantismo de repetidos vivas do clero, nobreza e povo da mesma villa o augusto epitheto de protector do Brasil, fazendo retumbar mais vivamente o soberano nome de el-rei o Sr. D. João VI e toda a casa de Bragança, da religião e da nossa constituição, propondo-nos desta sorte a radicar os votos de maior adhesão ao muito alto protector deste reino, affiançando-nos por este meio o maior regozijo e satisfação destes povos, vendo brilhar no horizonte da paz e tranquillidade publica o sagrado nome de V. A. Real, a quem desejamos e a toda a real familia prosperidade e dilatados annos, como nos é mister.

« Deos guarde a V. A. Real. Villa Real da Atalaia, em camara de 2 de Agosto de 1822.—Joaquim José da Costa.—Antonio Joaquim Pereira.—Manoel de Moraes Sarmento.—José Hyllario Ferreira da Costa.—Francisco Corrêa Vieira.—Joaquim de Moraes Sarmento. »

*O clero da capital das Alagoas ao Principe Regente.*

« Senhor.—Penetrados do mais vivo transporte de alegria, de gosto e consolação, o vigario da villa capital

das Alagoas Antonio Gomes Coelho, e os mais parochos e clero secular, e regular daquella provincia, vem prostar-se rendidamente nos degraus do throno de Vossa Alteza e dar parte que o effeito de sua obediencia, amor e adhesão á real pessoa de Vossa Alteza, de commum accordo com o governo, tropa, camara, nobreza e mais povo daquella provincia, acabão de acclamar regente, protector constitucional e perpetuo defensor deste reino do Brasil a V. A. Real, como já têm feito outras provincias deste mesmo reino, a quem esta não cede na sua fidelidade, certos de que tal procedimento não desagrada de modo algum a Sua Magestade nem ás côrtes reunidas em Lisboa. Queira, pois, Vossa Alteza dignar-se de aceitar estas firmes e sinceras demonstrações do filial amor com que jurão ser eternamente de V. A. Real fidelissimos vassallos. Alagoas, 5 de Julho de 1822.—Antonio Gomes Coelho, vigario da villa das Alagoas.—José Ignacio do Rego, vigario geral das vacantes.—Fr. Antonio Joaquim das Mercês, lente actual de philosophia.—Fr. Luiz da Assumpção, guardião.—Fr. Francisco de Santa Clara, vigario prior. »

A junta parochial de Porto-Calvo em 12 de Agosto dirige-se ao ministro José Bonifacio de Andrada, enviando cópia das actas das eleições da villa, e congratulando-se pelo bem geral, e agradecendo a sua cooperação. A eleição da villa de S. Miguel teve lugar a 21 de Agosto.

*A junta parochial de Porto-Calvo a José Bonifacio.*

« Ilm. e Exm. Sr.—Em observancia do § 4º, cap. III das instrucções appensas ao real decreto de 3 de Junho do corrente anno, levamos á presenca de V. Ex. a copia das actas da publicação dos eleitores parochiaes desta freguezia de Nossa Senhora da Apresentação da villa de Porto-Calvo, provincia das Alagoas.

« Se nos fôra permittida esta occasião aproveitarmos-hamos para nos congratularmos com V. Ex. pelo bem geral da nossa patria, e expressara V. Ex. os agradecimentos de um povo livre pelo muito que V. Ex. tem cooperado para quebrarem-se os ferros que novamente nos preparava o requintado machiavelismo, que, coberto com o manto de liberalismo fraternal, pretendia, abusando da franca sinceridade da nação brasileira, baseicar a sua futura grandeza sobre o projecto de recolonis-la.

« Deos guarde e prospere por muitos annos a preciosa vida de V. Ex. Villa de Porto do Calvo, em sessão permanente da junta parochial, aos 12 de Agosto de 1822.

« Ilm. e Exm. Sr. José Bonifacio de Andrada e Silva.—O vigario José Gabriel Faustino dos Reis.—Luiz Jose Gomes de Barros, presidente.—Antonio José de Lima, es-crutinador.—Manoel Coelho de Guzmão e Lima, dito.—José Joaquim Theotônio de Mello, dito.—Floriano Vieira da Costa Delgado Perdigão, secretario.—João Vicente Ferreira, dito. »

(Seguem-se as duas actas com os nomes dos respectivos eleitores.)

No dia 18 chegára ao porto de Jaraguá a esquadra que se dirigia á Bahia sob o commando do chefe de divisão Rodrigo Antonio de Lamare, com o commandante das forças general Labatut a seu bordo, e mais 200 homens e seus officiaes e 6.000 armas. O governo provisorio, participando a S. A. Real em data de 22, communica o feito de 28 de Junho, como já havia feito pelo enviado, membro e secretario do governo, José de Souza e Mello, que dalli partira a 11 de Julho.

Labatut pedio quarteis em terra para refrescar a tropa por não ter podido entrar na Bahia, visto en-

contrar a barra guarnecida por sete ou nove vasos do general Madeira.

Elle e seus officiaes declararão que vinhão consultar o melhor meio de fazer-se executar as reaes ordens, e decidio-se em sessão, com assistencia dos ditos commandantes, que fosse o general em pessoa a Pernambuco, por terra, para onde partio sem demora, pedir mais alguns vasos, a vêr se podia a esquadra ir bater a do inimigo, enquanto no regresso do general seguirião elles, também por terra, para reunirem-se aos bahianos(\*).

(\*) « Real Senhor.—Temos a gloria de participar a Vossa Alteza que no dia 18 deste mez aportou em a nossa barra de Jaraguá, onde fica fundeada a esquadra, que por ordem de Vossa Alteza ia demandar a Bahia, trazendo por commandante da tropa ao general Labatut, com um corpo de 200 homens e seus officiaes competentes, e 6 000 armas, como nos communicarão os mesmos commandantes.

« Por elles nos foi noticiado que vinhão como amigos da causa do Brasil em soccorro da Bahia, esperando em nós encontrar todo o bom acolhimento como inteirados já de que esta provincia estava addida á bella causa da regeneração brasileira. E nisto se não enganarão, porque já desde o fausto dia 28 de Junho deste mesmo anno tinhamos com o maior jubilo acclamado nesta provincia a V. A. Real perpetuo regente, protector e defensor do Brasil, como officiámos já a Vossa Alteza pelo nosso enviado o secretario e membro deste governo José de Souza e Mello, que daqui sahio no dia 11 de Julho proximo passado para ir por Pernambuco a beijar as mãos a V. A. Real, e testemunhar a nossa sincera fidelidade e obediencia.

« Pedião-nos os sobreditos commandantes que lhes permittissemos em nome de Vossa Alteza aquartelamento para a tropa em terra, aguada e mantimentos, e casa para guardar o armamento, que tudo lhe foi concedido logo que plenamente conhecemos ser verdadeira a sua protestação de fidelidade á nossa boa causa.

« Dizião-nos que não pnderão jámais entrar na Bahia nem desembarcar a gente e armamento na Torre, ou n'outro porto pertencente áquella cidade, por terem encontrado a barra guarnecida por sete ou nove vasos, que defendião a entrada por ordem do tyranno oppressor Madeira, inimigo do Brasil e inimigo de Vossa Alteza, e que portanto vinhão conosco a consultar o melhor meio de fazer-se executar as reaes ordens que trazião de V. A. Real. E decidio-se em sessão, com assistencia dos ditos commandantes, que fosse o general Labatut em pessoa a Pernambuco, por terra (para onde já parte sem demora), pedir mais alguns vasos, a vêr se pôde a esquadra ir bater a outra do Madeira, enquanto na volta do dito Labatut vamos todos por terra unir-nos aos nossos irmãos da Bahia, lançar fóra por um cerco formal aquelle oppressor tyranno e pôr em liberdade aquelle innocente povo, que deve fazer conosco uma só e a mesma grande familia que reconhece por pai commum a V. A. Real.

« De tudo já fizemos sciente aos mesmos habitantes daquella oppressa provincia por um officio que enviamos em uma jangada com todas as proclamações de V. A. Real, a entregar ao coronel da Torre para fazer por portador seguro participar á junta daquelle governo, cujos membros nos consta acharem-se com sentinellas á vista em suas casas, o que tudo resolvemos participar a Vossa Alteza para plena intelligencia das nossas resoluções, as quaes julgamos ser conformes ás boas intenções de V. A. Real.

« A' muito alta e poderosa pessoa de V. A. Real guarde Deos por dilatados annos, como havemos mister. Villa das Alagoas, 22 de Agosto de 1822.—Luiz Antonio da Fonseca Machado.—Nicolão Paes Sarmiento.—Antonio de Hollanda Cavalcante.—Jeronymo Cavalcante e Albuquerque.

Labatut, tendo chegado depois de penosa viagem, no dia 4, em frente á barra da Bahia umas 6 leguas, e avistado a esquadra inimiga, como já fiz vêr, composta de uma corveta de guerra, tres galeras da praça, armadas em guerra, dous brigue e uma escuna, seguiu no bordo N. até Itapicurú, e, voltando no S., andarão quatro dias, sempre com a esquadra inimiga á vista, sem se deliberarem a atacar-se.

Sabião que Madeira estava muito fortificado na cidade, e que havia recebido, no dia 6, 800 homens vindos de Portugal; então Labatut fez conselho geral de todos os commandantes, no qual se resolveu que, para não se retardar mais a commissão, deverião ir procurar o porto de Maceió para desembarcar a tropa e armamento, etc.; e para alli aproáram, fundeando em Jaraguá no dia 18, ao meio-dia.

Fundeada a esquadra, salvou com 21 tiros, o que foi igualmente respondido de terra.

Labatut mandou um official com um officio para o governo sobre o seu destino, e o mesmo fez o chefe de Lamare; mas os officiaes ficarão detidos por ordem do governo, que respondeu que viessem a terra o chefe e o general com alguns officiaes.

O chefe mandou o seu immediato, e o general desembarcou com cinco officiaes; souberão então, depois de desembarcados, que, quando appareceu a esquadra, haviam tocado a rebate, e estava o povo armado por se supôr ser mandada por Madeira, que por mais de uma vez tinha ameaçado aquella provincia.

No mesmo dia 20 de Agosto seguiu Labatut e seus officiaes para as Alagoas, onde chegarão das 9 para as 10 horas da noite; forão recebidos entre tropa de linha e milicias, e conduzidos pelos membros do governo á casa da junta, onde em sessão se assentou que se adiasse para o dia seguinte o negocio, e forão os officiaes distribuidos e aquartelados nas residencias dos membros do governo. O povo também alli achava-se armado, e reinava toda a desconfiança a respeito da expedição.

No dia 21 reunio-se novamente a junta e passou-se a examinar todos os diplomas do general, fazendo-se as mais severas indagações; e por fim a junta mandou declarar ao povo que erão amigos e que não havia nada de suspeita; foi então que o povo socegu e ficarão desimpedidos os dous officiaes. Regressarão para Maceió nessa mesma tarde, e forão aquartelados nas casas dalli, desembarcando no dia 22 a tropa, armamento, etc.

O general seguiu por terra para a provincia de Pernambuco na tarde do dia 24, chegando ao seu destino ás 6 da tarde do dia 30, com 6 dias de viagem, em uma jornada de 60 leguas.

O governo, para pôr-se em observação sobre os movimentos de Villa-Nova, que era do partido do Madeira, villa que fica em frente á do Penedo, na margem do Rio de S. Francisco, fez seguir para alli o destacamento do 4º regimento, duas boccas de fogo e alguns officiaes, com a tropa do Penedo.

O motivo de um tal movimento com a tropa do Rio forão as representações que sobre o estado da villa tinha o governo da provincia recebido, pelo que já tinha determinado a marcha de um destacamento de tropa de linha da villa das Alagoas, composto de 100 homens, com um parque de quatro boccas de fogo, o que foi sustado com a chegada daquelles por terem de marchar por alli.

Em 18 de Setembro toda a tropa de Labatut havia seguido para alli, bem como 150 homens das Ala-



goas e 240 vindos de Pernambuco, e boa copia de armamento.

No povo alagoano encontrava-se um inexplicavel enthusiasmo pela causa do Brasil; mas o governo, segundo dizia a opinião publica, fugia quanto podia de tudo que era a bem della, maxime o presidente que se esperava brevemente ser mudado.

Não obstante esse juizo muito se deve ao activo e vigilante governo das Alagoas, que com o maior ardor empenhava todas as suas faculdades pela santa causa do Brasil, não só resistindo denodado ás seducções do general Madeira, mas ajudando a seus irmãos, que tentavam expulsar os tyrannos do seu territorio.

Outra evidente prova do seu louvavel patriotismo é a promptidão com que nomeou os seus deputados ás côrtes do Brasil, apenas lhe foi communicada a determinação do seu augusto defensor. A eleição recabio nas seguintes pessoas, que ficarão constituidas representantes da provincia:

Dr. Caetano Maria Lopes Gama.

Dr. Ignacio Accioli de Vasconcellos.

Dr. Miguel de Siqueira e Silva.

Padre José Antonio Caldas.

José de Souza e Mello.

O exemplo dessa provincia devia ter despertado as contiguas, e as que se conservavão ainda tibias no verdadeiro e ardente zelo pela prosperidade commum, ainda quando fosse á custa de alguns sacrificios.

Constancia e patriotismo erão as virtudes sociaes mais cultivadas naquelles dias; mas infelizmente, como era de esperar, havia na provincia por via de regra o espirito máo da discordia, e por isso alguns collegios não marchavão collectivamente ao almejado alvo.

Em Porto-Calvo havia muito sangue luso nas veias dos naturaes; e a não ser isto, só por sordidos calculos de ambição, em presença de mesquinhos interesses e de nefando egoismo, marcharião elles atropelando e antepondo-se á boa execução das ordens do governo em uma época tão calamitosa. Aquella facção aparava com maestria as pennas quando cantava seus desejos e triumphos.

Em uma representação, que em 3 de Setembro(\*)

(\*) « Illm. e Exm. Sr.—Temos a honra de levar á respeitavel presença de V. Ex., por copia, as actas da publicação e relação dos cinco deputados eleidos neste eleito-rado da villa do Porto Calvo, um dos tres da provincia das Alagoas, como nos é determinado no § 6º, cap. V das instrucções annexas ao real decreto de 3 de Junho deste corrente anno.

« Dellas verá V. Ex. a justa, liberal e heroica representação, que em junta eleitoral nos foi apresentada, e, para que V. Ex. possa com toda a precisão julgar do quanto se torna indispensavel a resolução que por pluralidade de votos foi tomada, permitta V. Ex. expôr-lhe factos anteriores.

« Existe neste paiz, Exm. Sr., duas familias, Sarmento e Hollanda Cavalcante, symbolos da soberba e da arrogancia, e por isso que, quanto mais limitados de luzes e pequenos de entendimento, tanto maiores e grandes querem ser em autoridade: O primeiro pôde com capciosas e occultas manobras fascinar momentaneamente a varios homens, e foi eleito capitão-mór da villa de Porto das Pedras; mas os segundos, mesmo quando não havia o tremendo tribunal da opinião publica, nunca puderão ingerir-se ainda nos somenos cargos da governança desta villa de Porto-Calvo.

por ocasião de enviarem ao ministro José Bonifacio a acta da eleição, mandarão, explicando os factos anteriores á resolução que tomáram, dizem: « Existem aqui duas familias, Sarmentos e Hollandas Cavalcantes, symbolos da soberba e da arro-

« Na infeliz e desastrosa insurreição de 1817 (podesse-mos nós correr um espesso veio sobre esta fatal época!), elles forão a fragoa, a incude em que se marteláram os flagellos desta provincia. As horrendas blasphemias por elles proferidas contra o que os brasileiros tinham de mais sagrado, os anathemas fulminados aos verdadeiros amigos da felicidade dos Imperios, erguerão a indignação dos homens ao seu auge, e desta vez o resentimento imprimio nos corações destes povos uma irreconciliavel antipathia para com elles; e ainda que as almas compassivas e caridosas poderão correr a esponja do esquecimento nas paginas dos livros da offendida justiça, não deixarão com-tudo, por falta do bem merecido castigo, de se tornarem o alvo do odio e da averção de todos os bons brasileiros. Da escola do infortunio elles não tiráram outra lição mais do que convergirem suas depravadas maximas de opprimir para se engrandecerem.

« Apareceu o sempre memoravel anno de 1820, e após elle o soberano decreto de 29 de Setembro de 1821. Quem o diria! Este foi o *locus* que despertou nossos tregos inimigos! Cabalárão, mancomunárão, e afinal illudirão a 13 eleitores, que, pouco zelosos do socego de sua patria, inexpertos e imprevidentes, elegêram em 31 de Janeiro proximo passado para membro da junta do governo ao capitão-mór Nicoláo Paes Sarmento e Antonio de Hollanda Cavalcante.

« Os animos se exaltáram por verem o leme da felicidade publica regido pela philancia e ignorancia, e sebem que contidos pela authenticidade da lei, zelosos de seus direitos, pozêram-se de atalaia. Confirmáram-se nossos bem fundados receios; em 28 de Junho preterito Jeronymo Cavalcante de Albuquerque, primo daquelle Hollanda, acatolado de identicos principios, e mais de uma vez réo, com os soldados de seu commando e alguns miseros proletarios armados, com o presumido fim de acclamar S. A. R. o Sr. D. Pedro de Alcantara por defensor perpetuo e regente do reino do Brasil, aquelle tenente de milicias assediou a villa das Alagoas.

« A Exma. junta do governo que alli residia, avara do sangue dos seus concidadãos, em presença da camara, moradores daquelle villa e sitiadores, ouviu da bocca daquelle chefe de facciosos que os povos não erão contentes com a Exma. junta, que a vontade geral era se demittissem os empregados europeus, salvo os que elle exceptuava; e sem apresentar o diploma que o autorizava a ser o órgão da vontade geral, nem deduzir um só facto que authenticasse o descontentamento dos povos, demittirão-se o desembargador José Antonio Ferreira Braklamy, presidente da junta, o tenente-coronel Manoel Duarte Coelho, membro da dita junta, e mais empregados europeus, sem verem chamados a ajustamento de contas, como fizerão com o desembargador Antonio Batalla, homem pacifico, que tendo entregado a superintendencia da decima dos predios urbanos e mais impostos a seu cargo, e a provedoria dos ausentes ao seu successor Braklamy, por ommissão nunca se saldou) expellirão-nos sem os devidos licenciamentos das suas arrecadações.

« Eis a verdade, e não o que se lê nas actas exaradas naquelle dia na villa das Alagoas. Pasmu, Exm. Sr., pasma ver que no seculo das luzes, na época do constitucionalismo, exista em corações brasileiros a sede de governar, não segundo as maximas do liberalismo, mas conforme o systema dos Caligulas, e que entre nós dessem o exemplo que á Roma deu Sylla!

« Foi assim que Jeronymo Cavalcante de Albuquerque ficou *ipso facto* membro do governo, e nomeáram-se, prescindindo-se da approvação do collegio eleitoral, para presidente o bacharel Caetano Maria Lopes Gama, ouvi-

gancia, por isso que quanto mais limitados de luzes e pequenos de entendimentos, tanto maiores e grandes querem ser em autoridade. »

Foi assim que Floriano Vieira da Costa Delgado Perdígão, secretario daquella junta eleitoral, escreveu a epopéa dos Lins, dos Wanderleys e dos Accioli!

Enviarão uma deputação á côrte, composta do padre Lourenço e do mesmo Perdígão, para agradecer e fazer chegar ao seu conhecimento « os esforços empregados para a regeneração politica, e

dor pela lei desta comarca, que estava de correição nesta villa.

« Depois de assim ultrajadas e postergadas com a maior irrisão por aquelles individuos, que se adornarão com o epitheto de Exma. junta, as leis mais santas de nossa patria; depois de cobrirem de opprobrio a 35.000 habitantes das villas de Porto de Pedras e Porto-Calvo, e aos das villas do Penelo e restantes da provincia, por não consultarem os votos de seus eleitores; finalmente, depois daquelle corpo acephalo se julgar inabalavel no throno da arbitrariedade, passou a lançar-nos as mais penetrantes setas, setas que, no apogeu do despotismo, os antigos bachás nunca ousarão atirar contra nossos heróicos peitos!

« Sim, Exm. Sr., sem fallarmos de nossas finanças regidas pela mais crassa ignorancia; sem referirmos os desfalques e desperdícios dos dinheiros publicos, que elles olhão como thesouro seu em uma crise que a soberana nação brasileira tanto delles ha mister para coadjuvar sua nascente liberdade; sem lembrarmos que simples paisanos passarão a capitães de tropa de linha, que os cargos e empregos são dados sem respeitar-se o são merecimento, e que povos, que pela vez primeira balbuciarão o doce nome da patria, careçam ser embalados no berço da justiça e acariolados com a voz da razão.

« Nós ouvimos, Exm. Sr., indubiar-se aos benemeritos capitães do regimento de milicianos, denominado da segunda restauração de Pernambuco, sustentáculos de nossa liberdade politica, mandando-se-lhes tirar (para marcharem seguros a seus sinistros intentos) os armamentos militares de seus quartéis, e em menoscabo da lei de 20 de Dezembro de 1808, cap. III, §§ 1º e 6º, e da bem caracteristica lealdade, adhesão ao bem geral e amor daquelles dignos cidadãos ao Brasil, vimos Antonio de Hollanda Cavalcante nomear-se a si mesmo coronel deste regimento, e tenente-coronel a seu irmão Christovão de Hollanda Cavalcante, meros paisanos, e sem terem feito um só sacrificio no altar da patria, e Nicoláo Paes Sarmiento tambem nomear-se a si proprio coronel de um novo regimento miliciano, creado na villa de Porto de Pedras, e tenente-coronel a seu filho José Paulino Paes Sarmiento, e reservarão-se os demais postos (dando-se baixa até a patentes confirmadas) para seus parentes, apaniguados ou para os que bandearem ao seu partido.

« Finalmente, Exm. Sr., tentarão lançar entre nós o pomo da discordia, evocarão todas as furias para que se apoderassem de nossas almas, e sem intervenção das leis fizessemos expatriar os pacíficos sexagenarios-milionarios europeus porto-calvenses, só afim de armar o filho, o amigo leal, contra o parente, o caro pai, e dar-nos em espectáculo ao mundo, como réos de um delicto que só teve accesso nelles, e só por elles foi perpetrado, cuja somma é o decadente estado de nosso commercio, quadruplicar-se o preço dos viveres e o principal artigo de nossa agricultura, o assucar, o algodão, um sem comprador e este no infimo valor de 25/100!

« V. Ex., que o velho mundo se enluta por lhe não ter dado o berço, veja se cabe em peitos brasileiros tanto ultrage!

« Mas tudo isto é nada, Exm. Sr., a par da salvação de nossa patria, e ella brada a V. Ex. que está imminente

afastar a anarchia e a guerra civil, que a acrimonia do despotismo do governo tem excitado na provincia. e pedir prompto remedio, » isto por ter sido, por aclamação do povo em massa, da capital, do prompto reorganizado o governo provisório, como cumpria, que, como cabeça principal, não podia ficar acephalo em época tão anormal, nem dependendo da reunião do eleitorado das diversas parochias. José Bonifacio mostrou concordar, mas não providenciou, na fórma desejada, de prompto, como esperavão(\*).

o perigo. V. Ex. melhor que nós sabe de que os novos systemas só se gravão nos corações com o buril da utilidade geral, e esta é ainda incognita nesta provincia.

« E saiba V. Ex. que os povos fogem do constitucional redil, o soldado não quer unir-se ao estandarte da liberdade, por verem aquelles que por motivos plausiveis haviam perdido a confiança e estima publica pretenderem á força serem agora seus chefes, e temem ser novamente arrastados por elles ao mesmo precipício, de que com tanto esforço já recuáram.

« Oh! patria dos Camarões, dos Lins, dos Wanderleys e Accioli! Manes sagrados, que revoais sobre nossas curvas cabeças oppressas ainda com o peso do despotismo com que desconheceis o theatro honroso do vosso valor e lealdade, enchendo o ar de lugubres e maviosos accentos, que seria de ti, oh! patria, de teus caros filhos, se lhes faltassem os auxilios de um integro e sabio ministro, archetipo do patriotismo e digno conselheiro do muito egregio e liberal Principe o excelso Sr. D. Pedro de Alcântara, verdadeiro pai da patria, que arauto de nossos supplantados direitos, perante elle advoga a liberdade e independencia do Brasil? Entregues aos furores da guerra civil e da anarchia, serão em breve o pasto de esfaimados abutres.

« Sim, Exm. Sr., nós temos o inauferivel jús do supplicarmos a V. Ex. queira quanto antes restituir estes seus caros patricios e concidadãos a paz, a segurança e a constituição, sendo justamente castigado o réo que perpetrou tantas maldades.

« Foi através dos maiores sarcasmos, baldões, vituperios e ameaças, fulminados perante todo este eleitorado por Christovão de Hollanda Cavalcante, Pedro José Felício de Meira e Lima, José Joaquim Theotônio de Mello, padre Manoel Buarque, Joaquim José Lins, Francisco José Tavares Lyra, Jeronymo Accioli Lins, João Cavalcante de Albuquerque, Alexandre Bezerra Carneiro e Albuquerque, Manoel Carneiro da Cunha, Alexandre Hyppolito de Versosa e Antonio da Costa Leitão, que o patriotismo porto-calvense surgiu triumphante.

« Foi revestidos da maior prudencia, em que se quebrarão os furiosos impetus daquelles mãos brasileiras, venaes procuradores do povo, vendidos aos nossos despoticos Hierofantes, de quem são irmãos e parentes, que podemos mostrar ao Brasil, nossa patria, que, ainda ameaçados em nossas vidas como estamos, ambicionamos servirnos de holocausto em honra sua, e procuramos entrar no sacrosanto alcaçar da liberdade, tornando-nos dignos de sermos guiados por V. Ex., regidos pelo nosso amabilissimo Principe e legislados pela soberana nação brasileira.

« Deos guarde e prospere a preciosa vida de V. Ex. por muitos annos, como havemos mister. Villa de Porto-Calvo, em sessão da junta eleitoral, aos 3 de Setembro de 1822.—Ilm. e Exm. Sr. José Bonifacio de Andrada e Silva.—Lourenço Wanderley Accioli Canavarro, presidente.—José Julião Lamenha Lins, escrutinador.—Antonio Mauricio do Amaral Lacerda, escrutinador.—Floriano Vieira da Costa Delgado Perdígão, secretario. »

(\*) Carta do padre Lourenço José de Mello a Perdígão. — Meu amigo e Sr. Floriano Vieira da Costa Delgado Perdígão. Pernambuco, 20 de Janeiro de 1823. — Omitindo os pesados incommodos de uma viagem de 33 dias,

Pelo decreto de 29 de Setembro de 1821 ficaram os eleitores parochiaes com o poder de elegerem os governos de suas mesmas provincias, e sendo o de 28 de Junho eleito por aclamação, e reduzido de 10 a 5 membros, estava fóra da lei; mas governarão sempre os mesmos, com algumas modificações. Esta junta principiou assumindo, como civil e mi-

litar, as attribuições de commando das armas, que, na primeira modificação, passaram para o brigadeiro Antonio da Fonseca Machado, que foi então eleito para esse emprego, reassumindo-o depois a 4 de Dezembro de 1822.

« O governo em 13 de Setembro enviou as actas das eleições de deputados das Alagoas e Penedo

salto ao desenho do estado actual da nossa provincia. Dessa cidade houve quem escrevesse ao governo que nós tínhamos apresentado queixa contra elle por parte de Porto-Calvo, o que o mesmo governo não devia ignorar, uma vez que nos vio partir para essa villa; mas que apesar de tudo S. M. Imperial, acreditando o procedimento do mesmo, não obstante o clamor de um collegio, que comprehende a villa de Porto-Calvo, a villa de Porto de Pedras, a freguezia de Comaragibe e a freguezia de S. Bento, houvera por bem approvar tudo quanto o governo havia feito, o que se provava pela distincção com que honrara ao membro do dito governo Jeronymo Cavalcante.

« Ouvido o que, meu amigo, tocou a massacre o dito governo; o nome europeu era só o crime; e individuos que indifferentemente vivão quasi em cavernas, que assim reputo o sitio de Caetano da Fonseca Soares forão comtudo victimas de tal furor. Ignoro que mortes houvessem, mas é um clamor.

« Eu fico bebendo tão amargoso calix, como é o ver um cunhado preso, outro, além de preso, com tres tiros, como se fosse lobo; este é o Soares, e meu velho e pacifico pai, deixando 11 filhos alli, orphãos de mãe, divaga hoje por onde nem seus filhos podem saber: o motivo de tal procedimento dizem ser a minha ida ao Rio de Janeiro.

« Nestas circumstancias considere o meu amigo o estado actual do seu comprovinciano, porque se a orphanidade de meus irmãos me chama a acompanhá-los, temo igual sorte que os meus já soffrem; e se, querendo evadir á brutalidade dos bachás, penso em não ir ás Alagoas, então os remorsos me atormentão por não ter parte no luto e tristeza de meus manos.

« De sua familia nada sei, e é provavel que não entendessem com ella por não ter talvez a brecha européa que a minha tinha. Diga o meu amigo: qual o fruto de uma constituição para uma familia nestas circumstancias? Que da igualdade de direitos? Que da segurança individual? No tempo da vara de ferro cada um cidadão podia livremente queixar-se de um tyranno, e muitas vezes elle era removido do lugar onde exercia a sua fereza, e hoje o não pôde fazer um collegio eleitoral, e se o faz entra nas desgraças de que eu me vejo cercado!

« Não, não é este o effeito de uma constituição liberal: é o abuso della. E como evita-lo, procurando o remedio na fonte das consolações, se de lá mesmo elle se nega? O Exm. Sr. José Bonifácio nos assegurou vir uma carta régia para abolição daquelle, e pela sua portaria nos assegura ter sido attendida a nossa representação, e que as providencias serão dadas com a vinda do governador das armas; mas este diz que depois de lavrada a carta régia resolveu S. Ex. o não omitir-se, porque o governo dizia que não erão más as suas intenções, que erão muito bons patriotas, posto que ignorantes.

« Logo, meu amigo, quaes as providencias dadas? Um governador de armas! Este, ou cedendo ao furor desenfreado, ha de aquiescer á vontade do governo, e então mais cruel arbitrariedades, ou resistido terá a mesma sorte que o outro, que, segundo dizem, foi lançado fóra, não pelo povo, mas pelos da aucta.

« A minha ida a essa corte desafiou a colera dos governadores, e se a sede allotriofagia da vingança de laes senhores não se achia ainda mitigada, eu vou ser victima, e no horror das minhas maguas eu clamarei aos céos—justiça, justiça—pois que a terra a nega. Não posso esquecer-me da bella expressão—são bons patriotas.

« Será porventura do vontade de S. M. Imperial conservar uns lobos no viveiro, fartando-se do sangue hu-

mano só por dizerem—são bons patriotas. Se o são, porque acclamão a S. M. Imperial? Não ha naquella provincia quem o não seja, e se elles o são não é com a sua força que se sustenta a defesa daquelle parte do Brasil. Eu considero a provincia em toda a força de uma anarchia; vejo a minha casa arruinada e perdida, e no meio de tantas afflicções scintilla em meu coração a chamma viva do amor da causa do nosso Brasil, da qual já fui victima.

« Serei até á sepultura affecto á pessoa de S. M. Imperial, que, não julgando das cousas como ellas são na realidade, pela distancia que o separa dos factos e pela cavilacção com que o enredão, permite talvez involuntario que os tyrannos abusem de sua bondade. Eu sou brasileiro, sou constitucional, mas a natureza me deu um pai europeu; eu o conheci sempre indifferente nas rivalidades quando ainda se duvidava da separação, quanto mais depois de ser esta declarada.

« Se houver commettido crime, eu mesmo julgarei justo tal procedimento, mas não perderei de minha constitucionalidade, fazendo o dever de filho em supplicar a sua venia; mas se só por intrigas, como eu julgo e me informão, não sei como supportar o opprobrio de uma familia, que Vmçê. sabe qual a sua representação, qual a sua immoralidade e quaes seus passos no caminho da independencia.

« José Antonio, em Maceló, sendo perseguido, escapa, e no outro dia apparece morto talvez em desespero: o Mendonça foi mandado ir para a prisão, mas tal foi a impressão de tal noticia, que perdeu instantaneamente os sentidos, e por não poderem conduzi-lo assim á prisão o deixá-lo, e hoje me dizem ter expirado.

« Faça uma idéa, meu amigo, de laes constitucionalidades no tempo que Alagoas e Pernambuco padecem um cruzelro de embarcações da Bahia, e o governo, tendo sobrados inimigos em Portugal e na Bahia, ainda os quer adquirir no interior da provincia, a qual se acha unida nos sentimentos de independencia; mas a anarchia a desmembra e dilacera.

« João Ribeiro, por fazer um requerimento por dinheiro a favor de um preso, foi mergulhado na enxovia; Manoel Joaquim, por outro igual motivo, foi mandado deixar a provincia, e nesse caso nem se pôde requerer aos mesmos oppressores. Será esta a vontade de S. M. Imperial? Serão effectivamente esses mesmos os seus interesses? Eu julgo que não; porque ali não vejo essa praticabilidade.

« Meu amigo, eu vou, finalmente, para a minha provincia, e se não lhe escrever mais já sabe que fui victima. Dizem-me por ultimo que o governo tem tido a habilitade de illudir os povos com asseveração de que S. M. Imperial nos havia prendido, e que disto se não podia duvidar, porque nós não haviamos escripto e nem dado noticias do que passavamos; o povo, sempre prompto a allucinar-se, deixou-se persuadir de que tudo quanto o governo faz é approvado e até premiado os seus membros. Os Uchôas, aquelles mesmos Uchôas derão-te as mãos, e são os que trabalhão na allucinação do povo.

« Eis aqui o fruto da indolencia do Exm. Sr. José Bonifácio, por julgar talvez que o que se lhe representou não foi verdadeiro, apesar de ser provado e confirmado pelo officio de Labatut, e um requerimento de uma viuva, procurador Matheus de Caldas.

« Agora aqui chega Bento Francisco Alvares, e me refere a dissolução de minha familia; os dous cunhados e o pai no estado supradito; quatro irmãos fugitados, apesar de serem dous dos ditos officiaes de milicias; mi-

reunidas; em 16 a camara da capital enviou a eleição dos cinco deputados, e em 26 a junta eleitoral de Porto-Calvo, (uma das tres da provincia, cujo eleitorado se achava em concussão) dirigio-se

ao ministro José Bonifacio sobre a eleição dos cinco deputados.

José Bonifacio havia assegurado, como já disse-mos, á deputação de Porto-Calvo—Pordigão e padre

nha casa roubada, a fazenda destruida e duas irmãs solteiras em casas alheias: e qual o motivo de taes procedimentos? E' incrível!

« Lembra-se que nós escrevemos, participando a aclamação imperial de Sua Magestade? pois convocando os nossos amigos para celebrarem o acto que nós participavamos, acontece que de viagem passando, elles pela povoação de Camaragibe, ali meu pai acclamára a S. M. Imperial, o que constando ao governo motivou zelos por ter sido aquelle acto anticipado ao do governo, e toda a maldição recabiu sobre o meu pobre e velho, pacifico pai, servindo-se o Nicoláo desta occasião para vingar-se de uma sentença conseguida em fóro contencioso por meu pai contra o dito Nicoláo.

« Foi-lhe lançado em rosto que elle, como europeu, não devia influir naquelle acto, só pertencente a brasileiros, cujo arrazado eu não ouço nesta cõrte. Ora, diga-me, meu amigo, se aquelle velho faz causa commum com seus filhos na união de sentimentos, e disto mesmo se faz uma reprobção, o que seria se, já não quero dizer seguisse o contrario, mas guardasse indiferença?

« Attribue-lhe o governo o crime de ouvir dizer que dissera havia de atacar a casa de armas; ora faça um abreviado raciocinio: no tempo em que as rivalidades estavam no seu auge, no tempo em que ainda os europeus podião seguir o Rego, no Madeira, etc., elle se conduziu sempre indifferente, tendo só em vistas o interesse de sua familia: e agora que eu lhe participo a independencia, depois que lhe recomendo que vá acclamar na villa ao nosso amavel Imperador constitucional, será crível que agora mesmo se allucinasse? Mas estas reflexões serão necessarias para outros que ignorassem quaes as razões de taes procedimentos.

« Admitta-se a todo o custo o crime a elle sem fundamento imputado; seja perseguido pela essencia de europeu, bem que pacifico: que crimes, porém, commetterão meus irmãos? São pés de chumbo? Nem se poupa a um de 8 annos de idade, a quem arrastarão cruelmente. Se é para servir á nação, não seria necessaria esta violencia.

« Aluda estamos no tempo em que as vozes da oppresão não penetravão a elevação do throno? Se continúa esta praga, depressa o contagio infeccionará o corpo social. Considere como eu poderei olhar para as reliquias de minha familia á face dos oppressores que a tyrannisarão. Meu amigo, adeus, adeus, que... Sou seu muito amigo. —O padre Lourenço José de Mello. »

#### *Carta do mesmo a José Bonifacio.*

« Illm. e Exm. Sr.—Bem dizia eu, Exm. Sr., bem dizia eu o estado deploravel de minha provincia; repetidas vezes fiz vêr a V. Ex. que o collegio eleitoral de Porto-Calvo, que comprehende aquella villa, a de Porto de Pedras, a povoação de Camaragibe e a povoação de S. Bento, se achava em concussão por ter recorrido a V. Ex. contra a oppresão do governo; este, Exm. Sr., sabendo que em virtude da representação não era expulso, e que antes seus feitos se approvavão, se julga autorizado para deslizar sobre quem seu inimigo toda a gravidade de sua vingança.

« V. Ex. me fez vêr, por uma portaria, que tínhamos sido attendidos todos os artigos da representação de Porto-Calvo; e sendo o primeiro delles a mudança do governo, depois do lavrada para isso uma carta imperial, della se não fez uso, deixando assim victimas os que representarão.

« A minha familia foi victima por não podê-lo ser eu. Dois connados meus presos, um dos quaes ferido mortalmente com tres tiros, como se fôra uma fera; meu amado pai, europeu velho e pacifico, ategentado, minha

casa roubada, o engenho destruido, sua fabrica desolada, e toda a fazenda arruinada a um ponto deploravel, tudo por ter sido eu o órgão dos queixumes de Porto-Calvo.

« Ora diga-me V. Ex.: ainda não merecerão attenção estes acontecimentos? ainda se deixará V. Ex. allucinar dos ditos daquelle governo? Querera S. M. Imperial antes a conservação de um governo tyranno que a tranquillidade da terça parte da provincia? Ouvirá V. Ex. com prazer os lacrymosos ecos dos desgraçados, victimas da crueldades, ensurdecendo-se ás vozes dos que vivem ameaçados do mesmo raio, e que a V. Ex. recorrerão?

« Não, Exm. Sr.; V. Ex. é justo para distribuir o premio e o castigo; V. Ex. é responsavel a Deos, á nação e a S. M. Imperial pela tranquillidade publica: uma grande parte do povo geme, e para queixar-se não é de necessidade a vontade geral; V. Ex. não quiz emitir a carta imperial que deveria abolir o governo; e este, affectando o auspicio de V. Ex., calca mesmo tudo aos proprios pés. Depois de queixar-se a terça parte da provincia que se comprehende naquelle eleitorado, depois que Labatut confirma a maldade do governo, querera V. Ex. conservar ainda nelle mesmo uns homens, que roseando o patriotismo dividem toda a provincia em anarchia? Será assim que se conseguirá a união?

« Assim só veremos a anarchia que já se acha declarada. V. Ex. julga de todos os homens pela generosidade de sua alma, e nisto engana-se. E' com effeito, Exm. Sr., patriota o governo de Alagoas, vingativo, porém, e incapaz de esquecer rivalidades antigas, qualidade que se não deve encontrar nos magistrados.

« Em nome, pois, Exm. Sr., de onze irmãos, que perdêrão ambos os pais, eu, como o primeiro, imploro a V. Ex. que queira lançar os olhos sobre nossa ruina: meu caro pai, pacifico europeu, naturalisado no Brasil, por quasi 50 annos ignominiado; meus irmãos mesmos, por tratarem de suas melhoras politicas, perseguidos igualmente, e abandonada a minha casa, a fazenda destruida: e qual o crime?

« E' incrível, Exm. Sr. Eis o caso. Dessa cõrte fiz eu participar aos meus committentes a aclamação de S. M. Imperial; meu pai, europeu, para dar provas de adhesão á independencia e a este preço comprar a sua tranquillidade, foi o primeiro que acclamou na povoação de Camaragibe o augusto nome de S. M. Imperial, e quando julga este o meio de dissipar toda e qualquer suspença que podesse haver a seu respeito, o governo se offende, zeloso de ter sido elle o primeiro.

« Ora, Exm. Sr., se elle não concorresse á solemnidade daquelle acto seria olhado como europeu, e se lá comparece lançado em opprobrio que a gloria daquelle aclamação não competia a elle, mas sim aos brasileiros.

« E como, Exm. Sr., evitar um tal dilemma? Cresce o odio; pretextos que o tempo offerece á vingança são os motivos de se perder um homem, obra que perdida é inseparavel. Com effeito desprendem-se as furias, duzentos indios, quaes esfoimados lobos, se lanção após delle, entrão no sagrado de sua residencia, violão a tinnestidade de minha casa, entrando nas mesmas alcovas em que se haviam recolhido minhas irmãs solteiras, desgraçadas....

« Eu não posso, Exm. Sr., concluir o que tenho principiado... E será isto do agrado de V. Ex.? Querera ou poderá ouvir sem magua tantas desgraças? Eu o diria que sim, quando V. Ex. ouvindo a Porto-Calvo, que brada sob o peso da oppresão, adormece em tomar as medidas que convem. Mas não eu julgo antes que V. Ex. nunca pensou da provincia das Alagoas como pensará hoje.

« Tudo se perde, Exm. Sr., se continúa a tyrannia. Se aquella parte da provincia adoptasse o que se denomina *bernarda* estaria já livre da oppresão; mas Porto-Calvo



Lourenço—que mandaria uma carta régia, abolindo o governo das Alagoas, e que daria providencias com a ida do governador das armas. De facto, por carta régia de 7 de Dezembro(\*) ao governo provisório das Alagoas, ordenou-se que os eleitores parochiaes, congregados nas cabeças dos districtos, segundo o decreto de 3 de Junho e instrucções a elle annexas, passassem a nomear um governo provisório, composto de um presidente, um secretario e cinco membros, ao qual ficava pertencendo autoridade e jurisdicção na parte civil, economica, administrativa e judicial, que exercião como uma delegação do poder executivo.

O primeiro commandante de armas de nomeação foi o coronel Joaquim Mariano de Oliveira Bello em 31 de Janeiro de 1823. Era official da arma de cavallaria, então pertencendo ao estado-maior do exercito.

Natural da provincia de Minas Geraes, assentára praça a 5 de Agosto de 1793 no regimento de cavallaria de Minas, donde passou para o regimento de cavallaria n. 7 de Portugal, e depois em alferes

(promovido em 4 de Agosto de 1809) para o 1.º regimento do Rio de Janeiro (côrte), onde seguiu os postos como ajudante, tendo sido promovido a tenente por decreto de 14 de Outubro de 1814.

Foi promovido a sargento-mór graduado e commandante do esquadrão de cavallaria do Pará por decreto de 13 de Setembro de 1817; neste exercicio foi promovido a tenente-coronel por decreto de 24 de Junho de 1820, em cujo posto passou a ajudante de ordens do governador e capitão-general da provincia da Bahia, e desligado do commando do esquadrão por decreto de 12 de Fevereiro de 1821; coronel graduado por decreto de 12 de Outubro de 1822, e effectivo por imperial resolução de 3 de Junho de 1824 com a antiguidade da graduação.

A camara da villa das Alagoas, expondo as circumstancias vantajosas daquella villa e do porto franco, denominado porto do Francez, ao sul da provincia, pedio que fosse elevada á categoria de cidade, e se considerasse residencia do governo, que devia remover-se da villa de Macaé(\*) pelos motivos então apresentados e corroborados com um

nutrio homens de muita probidade, cujo character altivo é submisso á lei, obediente aos magistrados e por isso procura o remedio de suas afflicções na fonte das consolações.

« Exm. Sr., o homem, quando exasperado, é capaz de tudo. Unirão-se meus irmãos, protestarão pela conducta de meu pai, e não são attendidos; parece que o sangue mesmo daquelle desgraçado não será bastante a mitigar a sede da tyrannia. Oh odio! oh vingança! oh lobos vorazes com pelle humana! despreza por ventura o nosso amavel Imperador o europeu ou ainda o estrangeiro que debaixo de suas bandeiras procura conservar a vida, a honra e bens?

« Eu, pois, em nome da familia a mais desgraçada de Alagoas recorro a V. Ex., supplicando pela vida daquillo que a V. Ex. é mais caro, que livre a provincia da fôrta cruez; e quando V. Ex. julgue necessaria a conservação do governo o mais despotico e absoluto, como esponja bebedoura do sangue humano, determine pelo menos, Exm. Sr., a conservação individual do meu afflicto pai Antonio Vicente Vieira de Mello, por cuja conducta eu deixo responsavel minha pessoa, bens e vida mesmo.

« Eu fico exposto ao furor, mas V. Ex. deve remediar minha oppressão, e assim o espera quem tem a gloria de ser da pessoa de V. Ex. muito amante subdito e criado. —O padre Lourenço José de Mello. »

(\*) « Presidente e deputados do governo provisório da provincia das Alagoas. —Amigos. Eu o Imperador vos envio muito saudar. Sendo o meu constante cuidado promover por todos os modos o socego e ventura dos povos deste Imperio, que não pôde conseguir-se sem que a justiça seja rectamente administrada, e por autoridade em que os mesmos povos tenham inteira confiança; e esperando eu os mais felizes resultados da installação de um novo governo legal e escolhido pelos collegios eleitoraes, legitimos representantes da vontade do povo: hei por bem ordenar que os eleitores parochiaes congregados nas cabeças de districtos, segundo o meu decreto de 3 de Junho do presente anno e instrucções a elle annexas, passem a nomear um governo provisório, composto de um presidente, um secretario e cinco membros, cuja apuração se fará pelo mesmo methodo com que se apurão as nomeações dos deputados para a assemblea geral na camara da capital, a qual logo lhe dará a competente posse.

« A este novo governo provisório, assim nomeado e installado, fica pertencendo autoridade e jurisdicção na parte civil, economica, administrativa e judicial, que exercerá como uma delegação do meu poder executivo,

segundo as leis existentes, o que me pareceu participavos para vossa intelligencia e prompta execução.

« Escripta no palacio do Rio de Janeiro, em 7 de Dezembro de 1822. —IMPERADOR. —José Bonifacio de Andrada e Silva.

« Para o presidente e deputados do governo provisório da provincia das Alagoas. »

(\*) « Senhor. —A camara da villa das Alagoas com o mais profundo respeito, por si e como representante do povo della, se chega ao augusto throno de V. M. imperial a expôr o seguinte: primeiramente que aquella villa é uma em sua creação das mais antigas da provincia, que é o ponto central della, que é fertilissima pela sua situação local, ladeada e cercada de rios com boas aguas, á beira-mar de uma grande lagoa navegavel, em extensão de 5 leguas, por onde se importão ao porto do embarque todos os assucars dos engenhos situados em sua circumferencia.

« Em segundo lugar, que ha na dita villa, em distancia de uma legua, no mar vivo, um porto franco, denominado do Francez, bem defendido pela propria natureza, sem risco, abrigado para as embarcações em todo e qualquer tempo franco e de livre sahida pela boa barra que tem, com sufficiente ancoradouro, optimo estaleiro para fabrico de qualquer embarcação real, bem como brigues, galeras, navios, como já se tem feito e se estão a cada passo fabricando por particulares, e com o principal interesse e commodo das conduções de madeiras e seus carretos, como se vê da planta fiel que acompanha a presente representação, cuja planta se mandará organizar depois de uma exacta vistoria que se procederà pelos pilotos e praticos José da Silva Pinto e Manoel Marques Corrêa, pratico da barra de Pernambuco, João José de Lima, Joaquim Fernandes Atalaia, Manoel Alvares da Silva e Pedro Paulo da Silva.

« Em terceiro lugar, que aquella porto sempre foi livre, navegavel desde o estabelecimento desta villa que vai a mais de 200 annos, nomeado e reconhecido em o mappa hydrographico, pelo qual sempre perceberão os povos da dita villa e das annexas toda a utilidade na importação e exportação de seus generos, tanto pelo commodo de sua barra mais franca e proxima, como pelo da despeza de maiores carretos, que reverterem em seu prejuizo, e hoje mais que nunca commodos aquella barra pela grande facilidade com que da mesma villa, além da estrada por terra (pela qual em pequena distancia se conduzião os generos áquelle porto), melhormente se vão conduzir a elle por mar, em barcas ou canoas, por uma grande levada que se está fazendo á custa do povo, inde-

attestado do tenente-coronel de artilharia João Eduardo Pereira Colaço Amado<sup>(\*)</sup>, em que expedia as vantagens da transferencia com a experiencia que motivou a de 23 de Abril de 1821 para alli, já de antigos tempos capital ou comarca da provincia.

O governo despachou em 14 de Março de 1823 —sim— mandando passar portarias ao governo e governador das armas da provincia e a Caetano Maria Lopes Gama.

pendente do carreto, por terminar a dita levada a borda do combro, onde se desembarcaram os generos e ali se recebem para as embarcações.

« Em quarto lugar, que a mencionada villa, tanto pela boa situação local, fundação de seus edificios construidos a pedra e cal, entre os quaes se contão oito templos, um convento de S. Francisco, com sua ordem terceira separada, um hospício do Carmo com outra ordem terceira, uma matriz bem paramentada, a igreja do Rosario, a do Amparo, a do Bomfim, em as quaes se têm tantas vezes celebrado cultos pela existencia de Sua Magestade, augusto pai de V. M. Imperial, e por toda a sua dynastia, como por ser o centro da provincia, e onde tem o corpo de tropa de linha da mesma um sufficiente aquartelamento, um optimo hospital sem expensa do Estado, e outros commodos de melhor passadio e de saude para a tropa, como se vê do attestado do respectivo commandante, sendo com melhor cautela e segurança, como são, guardados na referida villa os reaes cofres de qualquer incursão hostil pela sua mesma segurança central, defendida naturalmente pelo lado do sul pela passagem de uma barra, como pelo norte por passagens de rios, não lhe deve preferir outra qualquer villa da provincia, menos a de Maceió, para ser a metropole do governo.

« Quinto, que a dita villa de Maceió não tem segurança alguma natural nem artificial, como aquella das Alagoas, pois é exposta á beira mar de uma enseada, epidemica, falta de aguas, que só as tem de cacimbas, e mais sem outros commodos, com uma capella e um nicho de talpa; pelo contrario, a das Alagoas, como se tem feito ver a V. M. Imperial, é onde experimenta a tropa melhor saude, passadio, e se achão pessoas civilizadas e mais habéis para qualquer emprego publico; e por isso que esta camara, zelosa do bem publico e dos interesses da nação, roga, supplica e pede a V. M. Imperial que, attendendo á presente e justa representação, se digne por sua alta e imperial grandeza eleva-la á categoria de cidade, que nella seja a sede do governo, e que se faça o estabelecimento da alfandega naquella porto do Francez pelas commodidades e melhores meios ponderados, tanto a bem dos reaes interesses e particulares do povo da provincia, como pela sua segurança, guarnecida com mais uma bateria prompta para defesa da barra, edificada de fortes e grossas madeiras, guarnecida de pedra e cal pela frente e pelo interior. Estes são os nossos votos, que supplicamos a V. M. Imperial se digne benignamente attender.

« Deus guarde a V. M. Imperial por dilatados annos, como cordialmente desejamos e é mister. Villa das Alagoas, em vereação, 7 de Dezembro de 1822. De V. M. Imperial os mais humildes e respeitosos subditos.—Francisco de Cerqueira e Silva Junior.—Narciso Corrêa Machado de Araujo.—Francisco de Araujo Lima Caldas.—Silvestre Pereira do Bomfim. »

(\*) « João Eduardo Pereira Colaço Amado, cavalleiro da ordem de Christo, tenente-coronel de artilharia, commandante do batalhão de linha da provincia das Alagoas, etc. Attesto que em Dezembro de 1818 cheguei a esta provincia vindo do Rio de Janeiro, nomeado para a criação do corpo de artilharia e suas dependencias, e quo depois da posse do governador, a qual lhe foi dada pela camara desta villa das Alagoas em 22 de Janeiro de 1819, houve ordem para se installarem todos os estabelecimentos militares e civis na villa de Maceió, aonde tudo fal-

ta para aquelle fim, e a tropa soffreu bastantemente por molestias, e por faltas de todos os commodos, quartéis, hospital e outros arranjos semelhantes.

« A experiencia fez conhecer que estes males não em progressão sem remedio, e todos erão sacrificados em sua saude, ao mesmo tempo que os povos do sul da provincia soffrião muito pelos incommodos de procurarem seu recurso á maior distancia, e por isso pessoas, que só olhão ao bem da provincia fizerão ver claramente ao governador que elle tinha sido illudido por mal intencionados, e que a capital deveria ser por todos os motivos nesta villa das Alagoas, já de antigos tempos capital da provincia ou comarca; e assim no dia 23 de Abril de 1821 se decidio a mudança, que se effectuou logo, e a tropa ficou aquartelada, com commodidade, no convento de S. Francisco, e o hospital no convento do Carmo, com todos os bons arranjos; e pela qualidade das aguas, rios correntes e mais commodidades para a tropa, se tem conhecido diminuição em molestias, pois que, augmentando muito o numero da tropa, tem sido o numero de doentes menor do que naquelle tempo, quando tinha a terça parte da gente; enfim, pelo conhecimento que tenho dos arranjos necessarios para a tropa, para defesa e segurança da provincia, e augmento desta villa, julgo de necessidade serem os estabelecimentos da capital da provincia nesta villa das Alagoas, como mais central, e ter as commodidades necessarias em edificios e mantimentos, e mesmo por se experimentar mais saudavel; e por ser verdade o referido mandei passar o presente em consequencia do despacho da Exma. junta do governo desta provincia.

tava para aquelle fim, e a tropa soffreu bastantemente por molestias, e por faltas de todos os commodos, quartéis, hospital e outros arranjos semelhantes.

« Quartel na villa das Alagoas, 10 de Outubro de 1822. —João Eduardo Pereira Colaço Amado, tenente-coronel commandante.

« Reconheço o signal supra ser do proprio commandante acima conteúdo. Villa das Alagoas, 12 de Dezembro de 1822. Em testemunho da verdade.—O tabelião publico, João de Deus do Amaral. »

(\*) « Senhor.—Entre as victimas infelizes, que têm soffrido o peso do despotismo, barbaridade e injustiças do general Labatut, acha-se tambem o tenente-coronel José Eloy Pessoa da Silva, que, sendo despachado por aquelle general para governar a provincia de Sergipe, foi por ordem delle preso á ordem de V. M. Imperial; no fim de 15 dias remettido a Pernambuco, para onde passou por aqui; nós nos julgariamos, soberano Senhor, assás gravados em consciencia se deixassemos de pugnar com todas as forças a favor da innocencia e honra de um tal official, e por isso passamos a informar a V. M. Imperial que, em 15 dias de governo deste homem, deu as mais decididas provas de um refinado patriotismo, de genio militar, adhesão á nossa causa e de uma actividade sem limites.

« Isto dizemos, Senhor, estribados na geral noticia que temos, tanto por particulares, como por officios dos commandantes militares das margens de S. Francisco, dos quaes temos sabido que entre outras provas de seus sinceros sentimentos ha a de ter ordenado aos commandantes militares da sua jurisdicção que obrassem sempre de accordo e intelligencia com os desta provincia, cujos sentimentos são a V. M. Imperial bem patentes.

Pessoa era militar de talento e applicação litteraria; formado em mathematicas e bacharel em philosophia pela universidade de Coimbra, regressára dalli já no posto de major, em 1821, quando dominavão as mais exacerbadas idéas liberaes pelo systema constitucional na sua provincia natal (Bahia), e abi chegado incorporou-se aos que, no dia 3 de Novembro, pretendêrão depôr a junta provisoria do governo, installada a 10 de Fevereiro; mas foi naquelle dia preso, e remettido com outros para Portugal, e regressando em Abril de 1822, apenas chegado, emigrou para o reconcevo, onde sua co-operação foi assás prestante á organização das forças alli reunidas contra as do general Madeira, forças que, engrossando, formáráo o exercito pacificador ao mando de Labatut.

Deste general recebeu Pessoa a mais distincta consideração, escolhendo-o para commissões importantes, entre as quaes foi a do governo militar e civil da provincia de Sergipe, sendo dalli transferido para o Rio de Janeiro e incumbido pelo fundador do Imperio de uma commissão identica em Campos dos Goytacazes, donde regressou á Bahia após a pacificação, no posto de tenente-coronel, encarregado do commando da brigada de artilharia.

Ainda no vigor da idade o brigadeiro Pessoa acabou victima de um assassinio, ás 8 horas da noite de 2 de Março de 1841, naquella provincia, onde nascêra a 27 de Julho de 1792, do consorcio do major cirurgião-mór Christovão Pessoa da Silva com D. Josepha Maria Pessoa.

Em consequencia de terem sido o presidente Lopes Gama e o secretario Souza Mello eleitos deputados, o governo soffreu uma modificação no dia 4 de Outubro, sendo aquelles substituidos pelo advogado José Fernandes de Bulhões, na presidencia, e Laurentino Antonio Pereira de Carvalho, na secretaria.

No dia 12 de Outubro houve distribuição de graças na côrte, e na provincia forão contemplados o tenente Jeronymo Cavalcante de Albuquerque (membro do governo em 28 de Junho), José de Souza e Mello (secretario do mesmo governo) e o padre Pedro Antonio de Souza, com a venera da ordem de Christo.

Os dous ultimos tinhão vindo á côrte, em deputação, por parte do clero e povo da provincia; a deputação de Porto-Calvo não foi incluída: tambem o total dos agraciados pouco excedeu de vinte.

« Sabemos ao mesmo tempo que esse militar tem feito os maiores sacrificios para unir-se ao nosso exercito, e que afinal aquelle barbaço general o tem remunerado com a prisão por motivos incognitos por satisfazer talvez a particulares paixões de seus rivales, para que abra a a presente época assás larga estrada; rogamos, portanto, a Voosa Magestade não permita seja assim maculada a honra de um homem que tanto se tem esmerado no serviço nacional, quanto bem dão a conhecer os seus proprios documentos.

« A' muito alta e poderosa pessoa de V. M. Imperial guarde Deos muitos annos, como nos é mister. Alagoas, 20 de Dezembro de 1822.—José Fernandes de Bulhões, presidente.—Nicoláo Paes Sarmiento.—Jeronymo Cavalcante e Albuquerque.—Laurentino Antonio Pereira de Carvalho, secretario. »

MINISTERIOS BRASILEIROS

*Primeira época (1º reinado) de 1822 a 1831. — Primeiro gabinete de 16 de Janeiro de 1822*

José Bonifacio de Andrada e Silva, nomeado ministro do Imperio a 16 de Janeiro de 1822 accumulativamente com as pastas da justiça e estrangeiros. Servio até 17 de Julho de 1823; substituido por José Joaquim Carneiro de Campos.

Joaquim de Oliveira Alves, nomeado ministro da guerra a 16 de Janeiro de 1822. Servio até 27 de Julho de 1822; substituido por Luiz Pereira da Nóbrega Coutinho.

Caetano Pinto de Miranda Montenegro (depois marquez da Praia-Grande), nomeado ministro da justiça a 3 de Julho de 1822. Servio até 10 de Novembro de 1823, sendo substituido por Sebastião Luiz Tinoco da Silva.

Manoel Antonio Farinha, nomeado ministro da marinha a 22 de Abril de 1821 (conde de Souzel). Servio até 28 de Outubro de 1822, sendo substituido por João Vieira de Carvalho.

Martim Francisco Ribeiro de Andrada, nomeado para a fazenda, a 4 de Julho de 1823. Servio até 17 de Julho de 1823, sendo substituido por Manoel Jacintho Nogueira da Gama.

Luiz da Cunha Moreira (visconde de Cabo-Frio), nomeado para a marinha, a 28 de Outubro de 1822. Servio até 15 de Novembro de 1823(\*), sendo substituido pelo major Pedro José da Costa Barros.

João Vieira de Carvalho (marquez de Lages), nomeado para a guerra, a 28 de Outubro de 1822. Servio até 10 de Novembro de 1823, sendo substituido pelo brigadeiro José de Oliveira Barbosa (depois barão do Passeio Publico).

Sebastião Luiz Tinoco da Silva, nomeado para a justiça, a 28 de Outubro de 1822. Servio até 30 do mesmo, sendo substituido pelo marquez da Praia-Grande.

Caetano Pinto de Miranda Montenegro (marquez da Praia-Grande), nomeado para a justiça, a 30 de Outubro de 1822. Servio até 10 de Novembro de 1823, sendo substituido por Clemente Ferreira França.

Clemente Ferreira França (depois marquez de Nazareth), nomeado para a justiça, a 10 de Novembro de 1823. Servio até 21 do mesmo, sendo substituido por Sebastião Luiz Tinoco da Silva.

CÔR POLITICA

Este ministerio cuidou em consolidar a independencia do Brasil, e mais faria se as ambições politicas, disvirtuando os homens pelas intrigas e pelos desatinos, não precipitassem os acontecimentos a terminarem pela dissolução da assembléa constituinte, que foi a causa da revolução das provincias, da perda da Cisplatina e da guerra do sul, que acabou por uma paz vergonhosissima com Montevideu.

*O conselheiro Dr. José Bonifacio de Andrada e Silva.*

O Dr. José Bonifacio de Andrada e Silva foi um brasileiro distincto e de reputação européa, como

(\*) Foi no ministerio de Luiz da Cunha Moreira que se promptou a esquadra, confiada a lord Cochrane, e que seguiu para a Bahia contra as forças do general Madeira.

sabio e bom naturalista. O seu patriotismo, franqueza, honradez e desinteresse, garantiam sufficientemente a sua lealdade á causa da independência.

Estando afastado das intrigas da corte, sendo pelo Príncipe chamado para o ministerio por sua energia e por suas idéas liberaes, pôde conter os exaltados e os realistas, certos de que elle tambem seguia as mesmas idéas; dominou a situação e concorreu com o prestigio de seu nome para consolidar a independência do Brasil.

Mas embora fosse um cidadão de profundos conhecimentos e bom litterato, a sua conversação familiar, pouco discreta, ou antes livre, não era a mais propria para moralisar, e conter a um Príncipe fogoso e de habitos desprestigiadores. Todavia José Bonifácio prestou relevantissimos serviços ao Brasil, ajudando aos demais obreiros na grande obra da independência do seu paiz.

Seu bom coração nunca se fascinou com grandezas. Disposto de tudo no Brasil morreu sem titulos, e apenas com uma condecoração dada pela Sra. D. Maria I. O seu unico titulo foi o de ter servido ao seu paiz com desinteresse. Sahio do poder como entrou. Beneficiou o quanto pôde aos que o procuráram.

Sua memoria será com justiça venerada, e seu nome pronunciado com respeitosa sympathia por todos os que amarem a independência politica do Brasil.

*Martim Francisco Ribeiro de Andrada.*

Martim Francisco R. de Andrada, foi dotado dos mesmos sentimentos patrioticos e honradez de seu illustre irmão José Bonifácio: fuzia do seu merito proprio uma opinião muito elevada. Na sciencia financeira se julgava forte, bem como nas theorias dos governos representativos: sectario das doutrinas de Benjamin Constant, foi em vista dellas que redigiu o projecto da Constituição Política do Imperio do Brasil, discutido no Apostolado, o qual, em 11 de Dezembro de 1823, foi apresentado, com algumas modificações e acrescimos, á nação, e jurado em 23 de Março de 1824 pelo Imperador o Sr. D. Pedro I.

Martim Francisco era homem genioso: uma offensa que recebia fazia-lhe uma ferida que não cicatriza nunca na presença do offensor. Oppoz-se sempre á entrada de tropas estrangeiras no Brasil.

Os seus discursos no parlamento, por occasião da maioridade do Sr. D. Pedro II, são notaveis, não se podendo escurrecer os seus relevantes serviços á Independência do Brasil.

Quando tomou conta da pasta da fazenda publica, o cofre geral, como me disse o Sr. visconde de Cabo Frio, seu companheiro de ministerio, estava sem numerario; e querendo-se apromptar a esquadra que se tinha de mandar contra a do general Madeira, havendo apenas 4:000\$, e lord Cochrane necessitando de 20:000\$, foi Martim Francisco pedi-los, sob sua responsabilidade, por emprestimo, ao marquez de Jundiaby. Sua honradez era proverbial, a ponto de não querer empregar um sobrinho seu por não lhe reconhecer as necessarias habilitações para o emprego que aspirava. Compa-

rem-se os Martim Francisco daquelles tempos com os homens de agora: todos tratão de arranjar os seus parentes; e dous ministros da fazenda publica se atassalhão pelos jornaes de grande circulação, accusando um ao outro de prevaricação(\*)!!!

*Caetano Pinto de Miranda Montenegro.*

Caetano Pinto de Miranda Montenegro, foi homem intelligente, mas pouco trabalhador, e não soube ageitar os actos de sua administração ao estado anormal do Brasil: queria decidir as divergencias politicas dos brasileiros, que se constituíam independentes, com as penas severas de alta traição. Caetano Pinto, não se achava em Pernambuco no anno de 1817, e sim nr de 1823. O decreto de 18 de Setembro de 1823, que é obra sua, embora referendado por outro ministro, mostra o atrazo da politica daquelle tempo. Uma annistia por opiniões politicas, exceptuando os que se achavão presos ou em processo, na occasião em que um povo se separava da metropoli, e procurava firmar a sua nacionalidade e mudar a sua forma de governo, era punir nos individuos o que a nação estava fazendo. O decreto de 2 de Novembro de 1823, sobre o processo nos crimes de liberdade de imprensa, é rigoroso de mais.

No entanto Caetano Pinto deixou uma memoria honrada.

*Luiz Pereira da Nobrega.*

Sahindo no dia 15 de Fevereiro de 1822(\*\*) do Rio de Janeiro, para Lisboa, a divisão auxiliadora, commandada pelo brigadeiro Carreli, que tão cara custou-nos, fornecida de todo o necessario, e com 3 mezes de soldo, adiantado(\*\*\*), quando mal se cuidava entráram no dia 9 de Março no porto do Rio de Janeiro, vindos de Lisboa com escala por Pernambuco, a não D. João VI, com 53 dias, as charruas Conde de Peniche, Orestes, Princesa Real, o bergantim Sete de Março, e mais outro navio commandado pelo 2º tenente Domingos José dos Santos.

(\*) Vide os *Jornaes do Commercio* de Janeiro, Fevereiro e Março de 1871.

(\*\*) Vide a *Gazeta do Rio de Janeiro* n. 22 de quinta-feira 21 de Fevereiro, supplemento ns. 31 e 33 de sabado 16 de Março de 1822.

(\*\*\*) A divisão auxiliadora embarcou-se nos navios seguintes:

*Constituição*, conduzindo 210 praças, 12 mulheres e 8 crianças.

*S. José Americano*, conduzindo 206 praças, 68 pessoas de familia, o major Alexandre de Albuquerque e o capitão José Maria Torquato.

*Tres Corações*, conduzindo o commandante em chefe tenente-general Jorge de Avillez, 2 officiaes, 214 praças e 26 pessoas de familia.

*Despique*, conduzindo 158 praças e 51 pessoas de familia.

*Duarte Pacheco*, conduzindo 163 praças e 24 pessoas de familia.

*Industria*, conduzindo 120 praças e 31 pessoas de familia.

*Verdadeiros Amigos* (navio sardo), conduzindo 172 praças, 5 addidos e 41 pessoas de familia.

Estes navios forão acompanhados pelas corvetas de guerra *Maria da Gloria* e *Liberal*.



Commandava, como já disse, essa esquadra Francisco Maximiliano de Souza; e sendo intimado logo na entrada, fundeou sob as baterias das fortalezas da barra, sem desembarcar pessoa alguma, á excepção dos chefes, que indo ao paço cumprimentar a S. A. o Príncipe Regente, assignarão o seguinte protesto, de que já fallamos :

« Nós abaixo assignados protestamos de obedecer em tudo ás ordens que nos forem dirigidas por S. A. Real, pois tal é o nosso dever, assim como de nada nos embaraçarmos e nem tomarmos parte nas disposições do governo, salvo sendo nos ordenado pelo mesmo augusto Senhor.

« Paço do Rio de Janeiro, 9 de Março de 1822.—Francisco Maximiliano de Souza, chefe de divisão e commandante da esquadra.—Antonio Joaquim Rosado, coronel do regimento provisório. »

Depois desse protesto, por um decreto do Sr. D. Pedro, Príncipe Regente, convidou-se as praças da divisão que quizessem servir no Brasil, prometendo se lhes fazer boas vantagens, e para isto foi a bordo o tenente-coronel José Joaquim de Lima e Silva, depois visconde de Magé, e engajou perto de 900. As praças que accedêrão ao convite, forão levadas para a ilha das Cobras, sob o commando do mesmo general, sendo depois distribuidas pelos differentes corpos de linha, á excepção do de cavallaria. Passados alguns mezes, ou porque fossem seduzidos por mãos compatriotas seus, ou por outras circumstancias, dispersas em grupos, pelas ruas, mostrando-se descontentes, forão ao Príncipe Regente pedir para regressarem a Portugal; e este Senhor, as enviando ao ministro da guerra, passárão a dar os nomes na intendencia geral da policia e aos commandantes dos corpos, na melhor boa fé.

No dia seguinte o Príncipe Regente, dizem que aconselhado por José Bonifacio, achando-se no quartel general (Guarda Velha, onde é hoje secretaria do Imperio) mandou chamar os commandantes dos corpos e lhes fez ver a necessidade de serem castigados os soldados dosobedientes, e para o que foi remettido ao general Curado(\*), governador das ar-

mas a portaria seguinte, que copiei do livro competente do archivo da guerra:

*Portaria de 30 de Setembro de 1822.*

« Manda o Príncipe Regente, pela secretaria de Estado dos negocios da guerra, que o tenente-general governador das armas da corte faça castigar esta tarde com—cincoenta—chibatadas, no campo de Sant'Anna, pelas 4 horas da tarde, á frente dos corpos da guarnição da 1.ª linha, que para este fim mandara formar, aos soldados constantes da inclusa relação, pelo insolente e criminoso procedimento de se terem apresentado ao intendente-general de policia, pedindo regressarem para Portugal, devendo logo depois de castigados serem remettidos presos para a fortaleza da ilha das Cobras.

« Manda, outrossim, S. A. Real que o general governador das armas, tirando para seu governo uma copia da inclusa relação, restitua o original. Paço, 30 de Setembro de 1822.—Luiz Pereira da Nobrega de Souza Coutinho. »

Às 4 horas da tarde, em presença do Príncipe Regente, de José Bonifacio e do ministro da guerra, Nobrega, formado o quadrado, forão castigados os soldados portuguezes com 50 chibatadas, no quartel do Campo de Sant'Anna, cujos nomes dados á policia, figuravão em uma lista que o ministro tinha na mão, e pelo unico crime de pedirem o seu regresso! Pharaó fez menos que isto aos Israelitas... Nobrega fez serviços reaes a Independencia, porem não posso deixar de lamentar a sua aquieccencia n'um acontecimento descommunal como este.

Nobrega, muitas vezes dizia a seus amigos, que o maior pesar que sentia, quando se fallava deste triste acontecimento, era o de ter por obediencia assignado a portaria, e por isso desgostoso pediu a sua demissão; e 28 dias depois estava substituido.

#### *Trabalhos do ministerio.*

Este ministerio creou um conselho de procuradores geraes das provincias do Brasil; creou uma commissão para examinar o estado geral do thesouro publico, convocou a assembléa constituinte, creou a secretaria de estado de negocios da Justiça, deter-

#### *(\*) Necrologia do tenente-general Joaquim Xavier Curado conde de S. João das Duas Barras.*

« O verdadeiro amigo da pátria sente o coração dilatar-se em nobre ufania, quando, estendendo as suas vistas desde o berço até o tumulto de um patrio, conduzido sempre pela honra, vê o seu nome immortalisar-se em seus feitos e seus feitos concorrendo para a gloria da nação. E' tal o respeito que infundem os bons serviços do patriota celebre naquelles que o contemplão recolhido ao seio da terra, depois de fechado o circulo dos seus luminosos dias, que a maledicente inveja enlaça-se envergonhada quando a patria proclama sobre o seu sepulchro as virtudes que a honrão, e que só a modestia calava, porque em vida os elogios podem corromper, e na morte são tributos que a justiça não pode recusar.

« O conde de S. João das Duas Barras terminou com gloria a longa carreira de uma vida consagrada toda ao serviço da patria; salvemos a sua memoria do esquecimento dos tumultos, porque somos brasileiros, amigos da justiça e agradecidos aos nobres sentimentos de quem tanto nos honrara pelos seus feitos.

« Nasceu Joaquim Xavier Curado na freguezia de Meia Ponte da provincia de Goyaz; forão seus pais José Gomes Curado e D. Maria Josepha Pinheiro. Perdendo aquelle, desceu á cidade do Rio de Janeiro para fazer os estudos preparatorios e passar-se depois á universidade de Coimbra. Mas as circumstancias do tempo lhe abríão nova carreira de honra e de gloria, quando o governador conde da Cunha no anno de 1767 o chamou do seminario do S. José para assentar praça de soldado nobre, contando então já 21 annos.

« Em breve tempo foi visto digno de ser promovido a alferes, e então marchou com o seu regimento á campanha de Rio-Grande do Sul na expedição commandada pelo general Bohm. Os seus distinctos serviços e bravura o recommendarão para os postos seguintes até o de tenente coronel em 1798.

« Em tempo do vice-rei conde do Rezende foi escolhido pela sua prudencia para governar os campistas; e de tal maneira se houve, que os espiritos alli todos se puzêrão em harmonia, reinando a ordem, que se dizia perturbada. Foi dalli chamado para encarregar-se de uma importante missão á corte de Lisboa; recebeu abertos os officios para que bem se interessasse do seu conteúdo se fosse tomado pelos francezes, o que succedea, lançando Curado ao mar toda a correspondencia que se lhe havia confiado.

« Apressado por um brigue francez, foi dar em um porto da Biscaya, donde, por terra, veio á Lisboa, passando por Madrid. Concluida esta sua trabalhosa diligencia, com approvação do governo e honra do encarregado, voltou logo ao Rio de Janeiro, e no anno de 1800 foi nomeado governador de Santa Catharina, tendo já a patente de coronel.

« Ali se portou com a sua costumada prudencia. Este governo deu-lhe occasião de hospedar um irmão do Imperador da Russia, que então viajava e aportou em Santa Catharina, com as suas embarcações carregadas de reparos e viveres frescos.

« O seu officioso prestimo para com tão illustre personagem mereceu-lhe a mais honrosa recommendação na corte de S. Petersburgo, a ponto que dalli lhe mandara o Imperador, com um precioso anel de brilhantes, a patente de general dos exercitos russiaes. Mas a delicadeza e o patriotismo de

minou a legenda *Independência ou morte e o laço ou tope nacional*. Regulou o uniforme burlesco dos criados da casa imperial e determinou que nenhum particular podesse usar da cor verde nas libré de seus criados.

Mandou que nos tribunaes e repartições publicas se usasse do titulo de Magestade Imperial ao Imperador, elevou a cathogoria de cidade a villa de Por-

Curado não lhe consentirão aceitar tão honjeiros presentes; a alma tão rica de sentimentos elevados sobejava-lhe a gloria da offerta sem o interesse da acceitação; elle respondeu com orgulho verdadeiramente patriótico que não receberia o anel sem ordem mui positiva do seu monarcha, e registrava a patente, porque nenhuma offensa tinha do Principe, a quem servia e devia servir. Mas o Sr. D. João VI, por carta de seu proprio punho, pôde resolvê-lo a aceitar aquelle anel, e para isto muito concorreu a diligencia do ministro russo.

Retirado daquella ilha, e tendo-lhe chegado a patente de brigadeiro reformado, o vice-rei conde dos Arcos recusou por-lhe o—cumpra-se—por não querer privar a nação dos serviços que ainda lhe podia prestar um official tão benemerito, e cujo zelo suppria as forças phisicas, que talvez alguns allegassem perdidas.

Em 1809 foi confirmado em brigadeiro effectivo; passou a Montevideo e a Buenos-Ayres incumbido de uma secreta missão, que desempenhou com muita delicadeza, e apenas regressou foi promovido a marechal de campo (1810) e mandado para a campanha do sul. Ah! o seu genio se desenvolveu com tanta gloria, que não cabe no curto espaço deste artigo a exposição dos relevantes serviços que praticara.

A sua vigilância, á frente de um inimigo astuto; a sua actividade em baldar todos os planos de generaes, que haviam abraçado uma tactica só propria daquelle paiz; a sua firmeza em conservar a disciplina dos seus soldados, offerecendo-se elle mesmo como primeiro exemplo; emfim, a certeza de todos os seus calculos nos golpes que dera por tantas vezes, tão seguro dos seus resultados, que nenhuma só acção perdéra nas duas campanhas do sul em que figurára, achão-se bem provadas na memoria que se publicara, e correm entre nós apregoadas por muitos officiaes de intelligencia e de honra, que servirão debaixo do seu commando.

O tenente-general Curado regressou das campinas do sul coberto de louros e de merecimentos. Elle recebeu logo depois da batalha de Catalão a commenda da Torre Espada, e esta distincção crescia de preço, não só pelo motivo pelo qual se lhe concedera, como também por ser Curado o unico dos que não acompanháram D. João VI de Portugal para o Brasil, que apparecia condecorado com essa medalha, cuja divisa é—valor e fidelidade.

Em 1821 teve a carta do conselho.

Em Janeiro de 1822 foi chamado para commandar as tropas que no campo do Brandão puzeram em respeito as tropas lusitanas, amotinadas pelo general Avelaz para se opporem á nossa independência; concorreu poderosamente com os seus serviços e acertados medidos para a boa ordem de todos esses actos, com que adiantamos a nossa emancipação.

Servio de general governador das armas desta corte e provincia desde a expulsão das tropas lusitanas até Março de 1828, em que, por decreto de 25, foi dispensado do exercicio por suas molestias e avançada idade.

No anno de 1823 foi nomeado grã-cruz da ordem imperial do Cruzeiro.

Nomeado barão de S. João das Duas Barras por decreto de 20 de Outubro de 1825, e por outro de 7 de Setembro de 1826 conde do mesmo titulo(\*).

O general Joaquim Xavier Curado foi sepultado em uma das carneiras da igreja de S. Francisco de Paula, sendo depois seus ossos encerrados em uma urna de jacarandá. Creando-se o cemiterio da ordem, e constando a S. M. o Sr. D. Pedro II existirem os restos mortaes do general Curado sem destino conveniente, mandou o seu mordomo entender-se com o administrador do cemiterio Manoel Francisco da Silva Lemos, e escolher lugar para jazigo perpetuo daquelles preciosos restos, o que effectivamente aconteceu; comprando terreno junto á capella, foi a urna allí depositada, e nella, sobre uma lapida de marmore, se lê:—« S. M. I. o Sr. D. Pedro II mandou depositar neste jazigo em Dezembro de 1869 os restos mortaes do tenente-general conselheiro de guerra conde de S. João das Duas Barras Joaquim Xavier Curado, nascido na freguezia da Meia-Ponte, provincia de Goyaz, em 1º de Março de 1743, e fallecido em 15 de Setembro de 1830. »

to-Alegre. Supprimio os dias de gala das pessoas reaes portuguezas. Mandou que os brasileiros que se achassem fóra do Imperio se recolhessem a elle no espaço de seis mezes.

Den á cidade do Rio de Janeiro o titulo de Muito leal e heroica, e á camara municipal do Rio de Janeiro o tratamento de Senhoria. No dia 1º de Dezembro de 1822 creou a Imperial Ordem do Cruzeiro; concedeo a insignia dos cavalleiros desta ordem ás tropas que pegado em armas contra as tropas da Europa, que intentavão a dominação do Brasil.

Creou um batalhão denominado do Imperador, e a guarda de honra.

Pediu um emprestimo á praça do Rio de Janeiro para as urgencias do Estado. Creou a mesa do consulado para arrecadação dos impostos. Concedeu o uso de uma medalha de distincção ao exercito e armada. Mandou que gozassem da liberdade as expostas de cor lançadas na roda da misericórdia. Em 8 de Março de 1823 elevou á cathogoria de cidade a antiga villa das Alagoas. Concedeu á comarca de Sabará o titulo de Fidelissima; á villa de Barbacena o titulo de Nobre e muito leal; á cidade de S. Paulo o titulo de Imperial; á comarca de Itú o titulo de Fidelissima. Erigio em cidade a villa da Fortaleza, capital do Ceará.

Em 18 de Março foi elevada á cathogoria de cidade a villa da Victoria, capital da provincia do Espirito-Santo. Em 20 de Março foi erigida em cidade, com denominação de Imperial cidade do Ouro Preto, Villa Rica, capital de Minas Geraes. Na mesma data foi erigida em cidade a villa do Desterro, capital de Santa Catharina. Em 29 de Março mandou-se bloqueiar o porto da Bahia. Em 8 de Abril se erigio em cidade a villa de S. Christovão, capital de Sergipe de El-Rei. Em 14 de Abril de 1823 se determinou a reunião dos deputados da assembléa constituinte para o dia 17 do mesmo mez.

#### CREAÇÃO DA ORDEM DO CRUZEIRO

No começo do anno de 1823 appareceu uma brochura, impressa na Bahia, analysando o decreto do 1º de Dezembro de 1822 sobre a criação da *nova ordem do cruzeiro*, na qual o autor chama de—impolitico e revoltante o decreto—procurando provar que os ministros de 16 de Janeiro de 1822, ao nascer da Independência, haviam bem depressa, abusado com hypocrisia, da confiança publica e da do Imperador, fazendo logo apparecer as manobras com que a aristocracia e o despotismo machinão para levantar de novo o seu throno de dominação e arbitrariedades.

Nessa analyse, pensada e reflectida, demonstra o autor anonymo o pensamento corruptor dos ministros, procurando, pela adulação, retrogradar aos tempos do despotismo e da tyrannia: vaticina no começo da independência o desmantelamento da monarchia no Brasil.

Analysando os demais actos, mostra o autor da

« Era já conselheiro de guerra, e retirou-se do governo das armas quando os seus annos e enfermidades de todo o impossibilitáram para um serviço, em que tanto brilhara o seu zelo patriótico. O tenente-general conde de S. João das Duas Barras Joaquim Xavier Curado morreu nesta cidade no dia 15 de Setembro de 1830, contando de idade 87 annos, 8 mezes e 15 dias. »

(Ext.)

brochura o abysmo que se abre sob os nossos passos, e como se o governo continuar na mes na marcha, o Imperio se ha de dilacerar, ou ficar escravo do arbitrio e da prepotencia, da corrupção e do vandalismo governmental. Que os ministros aduladores, desprezando o bem do seu paiz e a liberdade dos vindouros, querião o Sr. D. Pedro I despotico para elles tambem o serem, pois que os titulos e condecorações são machinas infernaes com que corrompem os povos, para dominarem, os governos despoticos; mas que os brasileiros, não nascendo para a escravidão, mais tarde sacudirão o jugo e castigarão com severidade os causadores de seus males.

Proseguindo em seus pensamentos, termina o autor da memoria por estas palavras:

Eis aqui pois a occasião em que o generoso e livre povo brasileiro deve bradar ao pé do throno:—eia Senhor, vigilancia! os brasileiros não curvao mais nunca o joelho ao despotismo; elles o conhecem, o detestão e lhe farão eterna guerra. Alerta, Alerta! O' chefe do poder executivo, Imperador augusto, unicamente por nossa escolha, eleição e vontade! Alerta defensor perpetuo deste Imperio! vigiai sobre as machinações dos vossos infames ministros; elles são arbitrarios e subversivos: segurai as regras do governo liberal: ponde vos a nossa frente para debellar a tyrania: firmai-vos no throno que nós vos temos dado com tanta magnanimidade: parai nas balizas das vossas attribuições. Cortai os passos aos embustes, e ás insidiosas tramoias de servis aulicos que vos levam de rojo ao precipicio: elles perdêrão vosso augusto pai, e podem cavar a vossa ruina....

Estas palavras propheticas infelizmente se realizãrão, porque a corrupção no Brasil nascendo com a fundação do Imperio, atirou do throno no dia 7 de Abril com o primeiro Imperador, no dia 19 de Setembro de 1837 com o primeiro regente, e no dia 23 de Julho de 1840 com o segundo regente, e quem sabe por quanto tempo ainda entre nós permanecerá a monarchia! Plantada sobre a falsa politica que se funda na mentira, sobre a corrupção, sobre a vaidade, e no engano dos homens, o que se poderá esperar! O que nos está acontecendo —a descrença em todos e em tudo.

NO DIA 23 DE MAIO DE 1822 PEDE-SE A CONVOCAÇÃO DE UMA ASSEMBLÉA LEGISLATIVA PARA O BRASIL

O Principe Regente no dia 23 de Maio recebeu uma representação, com um grande numero de assignaturas, pedindo-lhe que convocasse uma assemblea constituinte no Brasil; e cedendo S. A. Real ás instancias do povo, do senado da camara do Rio de Janeiro e dos procuradores geraes das provincias colligadas, lembrando-se das palavras de seu augusto e bondoso pai o Sr. D. João VI, que no Brasil se guiasse pelas circumstancias, com prudencia e cautela, fez apparecer o decreto de 3 de Junho de 1822 para a convocação de uma assemblea geral e constituinte no Brasil, e forão dadas as providencias para isto.

#### Representação.

« Senhor.—Em nosso nome e no das provincias confederadas, cuja causa e sentimentos são os mesmos, reclamamos e rogamos que se convoque nesta cidade uma geral assemblea

das provincias do Brasil, representada por adequado numero de deputados, não sendo menos de cem—nomeados pelos novos eleitores parochiaes, escolhidos pelo povo e autorizados com especiaes poderes para este objecto, cujas attribuições sejam o deliberar em sessão publica sobre as condições precisas a que o Brasil haja de ser permanentemente unido a Portugal; examinar se a constituição que se está formando nas geraes côrtes de Lisboa é a todos os respeitoes accommodada ao Brasil; sobre as bases já decretadas e juradas; estabelecer as emendas, reformas e alterações com que a dita constituição se receba no Brasil; que esta constituição não seja menos segura e prospera por falta de um corpo legislativo brasileiro; que a mesma geral assemblea, logo que for installada, entre no exercicio do poder legislativo, que é essencial e inseparavel da soberania do Brasil; que esta assemblea geral seja installada logo que se reunirem nesta capital todos torços das provincias confederadas; que se communique por escripto com as côrtes de Lisboa, afim de manter a—união com Portugal, que o Brasil anciosamente deseja conservar;—que, depois de se ter plannamente convocado a assemblea, ella designe o lugar em que se estabeleça a sede da soberania brasileira, etc... »

E concluiu a representação por estas palavras: « Já conhece, Senhor, os bens e os males que esperão a Ti e a Tua posteridade: queres ou não queres? Resolve-te, Senhor. »

Refere o visconde de Cayrú que esta clausula final do requerimento foi mui censurada pelo modo imperativo com que se exigio de Sua Alteza o cumprimento da petição. No entanto baixou o seguinte decreto para a convocação da assemblea constituinte legislativa no Brasil.

#### Decreto.

« Havendo-me representado os procuradores geraes de algumas provincias do Brasil, já reunidos nesta côrte, e diferentes camaras e povo de outras, o quanto era necessario e urgente para a mantença da integridade da monarchia portugueza, e justo decoro do Brasil, a convocação de uma assemblea luso-brasiliense, que, investida daquelle porção de soberania, que essencialmente reside no povo deste grande e riquissimo continente, constitua as bases sobre que se devão erigir a sua independencia, que a natureza marcou e de que já estava de posse, e sua união com todas as outras partes integrantes da grande familia portugueza, que cordialmente deseja; e reconhecendo eu a verdadeira e força das razões que me forão ponderadas, nem vendo outro modo de assegurar a fidelidade deste reino, e manter uma justa igualdade de direitos entre elle e o de Portugal, sem perturbar a paz, que tanto convem a ambos e tão propria é de povos irmãos: hei por bem, e com o parecer do meu conselho de Estado, mandar convocar uma assemblea geral constituinte e legislativa, composta de deputados das provincias do Brasil, novamente eleitos na forma das instrucções que em conselho se accordarem, e que serão publicadas com a maior brevidade.

« José Bonifacio de Andrada e Silva, do meu conselho de Estado e do conselho de S. M. Fidelissima el-rei o Sr. D. João VI, e meu ministro e secretario de Estado dos negocios do reino e estrangeiros, o tenha assim entendido e o faça executar com os despachos necessarios. Paço, 3 de Junho de 1822.—Principe Regente. »

*Instrucções a que se refere o real decreto de 3 de Junho de 1822, que manda convocar uma assemblea geral constituinte e legislativa para o reino do Brasil.*

#### CAPITULO I

##### DAS ELEIÇÕES

« I. As nomeações dos deputados para a assemblea geral constituinte do Brasil serão feitas por eleitores de parochia.

« II. Os eleitores, que hão de nomear os deputados, serão escolhidos directamente pelo povo de cada uma das freguezias.

« III. As eleições de freguezias serão presididas pelos presidentes das camaras com assistencia dos parochos.

« IV. Havendo na cidade ou villa mais de uma freguezia será a presidencia distribuida pelos actuaes vereadores da sua camara, e na falta destes pelos transactos.

« V. Toda a povoação ou freguezia que tiver até 100 fogos dará um eleitor; não chegando a 200, porém se passar de 150,

dará dois; não chegando a 300, e passar de 250, dará tres, e assim progressivamente.

« VI. Os parochos farão affixar nas portas das suas igrejas editaes, por onde conste o numero de seus fogos, e ficarão responsáveis pela exactidão.

« VII. Tem direito a votar nas eleições parochiaes todo o cidadão casado, e todo aquelle que tiver de 20 annos para cima, sendo solteiro e não for filho familia. Devem, porém, todos os votantes ter pelo menos um anno de residencia na freguezia onde derem o seu voto.

« VIII. São excluidos do voto todos aquelles que receberem salarios ou soldadas, por qualquer modo que seja. Não são comprehendidos nesta regra unicamente os guarda-livros e primeiros caixeiros de casas de commercio, os criados da casa real, que não forem de galão branco, e os administradores de fazendas rurais e fabricas.

« IX. São igualmente excluidos de voto os religiosos regulares, os estrangeiros não naturalizados e os criminosos.

« X. Proceder-se-ha ás eleições de freguezias no 1.º domingo depois que a ellas chegarem os presidentes nomeados para assistirem a esse acto.

## CAPITULO II

### DO MODO DE PROCEDER ÁS ELEIÇÕES

« I. No dia aprazado para as eleições parochiaes, reunido na freguezia o respectivo povo, celebrará o parochio missa solenne do Espirito-Santo, a fará, ou outro por elle, um discurso analogo ao objecto e circumstancias.

« II. Terminada esta cerimonia religiosa, o presidente, o parochio e o povo, se dirigirão ás casas do conselho ou ás que melhor convier, e tomando os ditos presidente e parochio assento á cabeceira de uma mesa, fará o primeiro em voz alta e intelligivel a leitura do cap. 1.º e 2.º destas instrucções. Depois proporia d'entre os circumstantes os secretarios e escrutinadores, que serão approvados ou rejeitados por aclamações do povo.

« III. Na freguezia, que tiver até 400 fogos inclusive, haverá um secretario e dous escrutinadores, e nas que tiverem dahi para cima, dous secretarios e tres escrutinadores. O presidente, o parochio, os secretarios e os escrutinadores, formarão a mesa ou junta parochial.

« IV. Lavrada a acta desta nomeação, perguntará o presidente se algum dos circumstantes sabe e tem que denunciar suborno ou conlito, para que a eleição recaia sobre pessoa ou pessoas determinadas. Verificando-se por exame publico e verbal a existencia do facto arguido (se houver arguição), perderá o incurso o direito activo e passivo de voto. A mesma pena soffrará o calumniador. Qualquer duvida que se suscitar será decidida pela mesa em acto successivo.

« V. Não havendo, porém, accusação começará o recebimento das listas. Estas deverão conter tantos nomes quantos são os electores que tem de dar aquella freguezia; serão assignadas pelos votantes e reconhecida a identidade pelo parochio. Os que não souberem escrever chegar-se-hão a mesa, e para evitar fraudes dirão ao secretario os nomes daquelles em quem votão; este formará a lista competente, que, depois de lida, será assignada pelo votante com uma cruz, declarando o secretario ser aquelle o signal de que usa tal individuo.

« VI. Não pôde ser elector quem não tiver (além das qualidades requeridas para votar) domicilio certo na provincia ha 4 annos inclusive, pelo menos. Além disso deverá ter 25 annos de idade, ser homem probo e honrado, de bom entendimento, sem nenhuma sombra de suspeita e inimizada á causa do Brasil, e de decente subsistencia por emprego, ou industria, ou bens.

« VII. Nenhum cidadão poderá escusar-se da nomeação, nem entrar com armas nos lugares das eleições.

## CAPITULO III

### DO MODO DE APURAR OS VOTOS

« I. Recolhidas, contadas e verificadas todas as listas, a mesa apurará os votos, applicando o maior cuidado e exactão neste trabalho, distribuindo o presidente as letras pelos secretarios e escrutinadores, e elle mesmo lendo os nomes contidos nas mencionadas listas.

« II. Terminada a apuração destas, proceder-se-ha á conta dos votos, e o secretario formará uma relação de todos os sujeitos que os obtiverão, pondo o numero em frente do nome. Então o presidente e a mesa, verificando-se os que alcançaram a pluralidade possuem os requisitos exigidos e demarcados no § VI do cap. 2.º, publicara em alta voz. No caso de empate decidirá a sorte.

« III. O acto destas eleições é successivo; as duvidas que occorrerem serão decididas pela mesa, e a decisão será terminante.

« IV. Publicados os electores, o secretario lhee fará immediatamente aviso para que concorrão á casa onde se fizerão as eleições. Entretanto lavrará o termo dellas em o livro competente, o qual será por elle subscripto, e assignado pelo presidente, parochio e escrutinadores. Deste se extrahirão as copias necessarias, igualmente assignadas para se dar uma a cada elector, que lhee servirá de diploma; remetter-se-ha uma á secretaria de Estado dos negocios do Brasil, e uma ao presidente da camara das cabeças de districto.

« V. As camaras das villas requerirão aos commandantes militares os soldados necessarios para fazer guardar a ordem e tranquillidade, e executar as commissões que occorrerem.

« VI. Reunidos os electores, os cidadãos que formarão a mesa, levando os entre si e acompanhados de povo, se dirigirão á igreja matriz, onde se cantará um « Te-Deum » solenne. Fará o parochio todas as despesas de altar, e as camaras todas as outras, bem como proverão de papel e livros todas as juntas parochiaes.

« VII. Todas as listas dos votos dos cidadãos serão fechadas e selladas, e remettidas, com o livro das actas, ao presidente da camara da comarca, para serem guardadas no archivo della, pondo-se-lhes rotulos por fóra, em que se declare o numero das listas, o anno e a freguezia, acompanhado tudo de um officio do secretario da junta parochial.

« VIII. Os electores, dentro de 15 dias depois da sua nomeação, achar-se-hão no districto que lhee for marcado. Ficarão suspensos pelo espaço de 30 dias, contados da sua nomeação, todos os processos civis em que elles forem autores ou réos.

« IX. Todas estas acções serão praticadas a portas abertas e francas.

« X. Para facilitar as reuniões dos electores ficam sendo (só para este effeito) cabeças de districtos os seguintes:

« Na provincia Cisplatina: Montevideo, Maldonado, Colonia.

« Na provincia do Rio-Grande do Sul: Villa de Porto-Alegre, villa do Rio-Grande, villa do Rio-Pardo, villa de S. Luiz.

« Na provincia de Santa Catharina: Villa do Desterro, villa de S. Francisco, villa da Laguna.

« Na provincia de S. Paulo: A cidade de S. Paulo, villa de Santos, villa de Itú, villa de Coritiba, villa de Parnaíba, villa de Taubaté.

« Na provincia de Mato-Grosso: Villa-Bella, villa de Cuyabá, villa do Paraguay Diamantino.

« Na provincia de Goyaz: Cidade de Goyaz, julgado de Santa-Cruz, julgado de Cavalcante.

« Na provincia de Minas-Geraes: Villa de S. João de El-Rei, villa da Princesa da Campanha, villa de S. Bento do Te-manduá, Villa-Rica, cidade de Mariana, villa de Pitangui, villa do Principe, villa de Nossa Senhora do Bom-Successo, villa do Piracatu.

« Na provincia do Rio de Janeiro: A capital, villa do S. João Marcos, villa de Santo Antonio de Sá, Macabé.

« Na provincia do Espirito-Santo: Villa da Victoria, villa de S. Salvador.

« Na provincia da Bahia: Villa de Porto-Seguro, villa de S. Matheus, villa de S. Jorge, villa do Rio das Contas, cidade de S. Salvador, villa de Santo Amaro, villa do Itapicuru, villa da Cachoeira, villa da Jacobina, villa de Sergipe, Villa-Nova de Santo Antonio.

« Na provincia das Alagoas: Villa de Porto-Calvo, villa das Alagoas, villa do Penedo.

« Na provincia de Pernambuco: Cidades de Olinda e Recife, Garanhuns, villa das Flores, villa da Barra, Carunhanha, Campo-Largo, Cabrobó.

« Na provincia da Parahyba: Cidade da Parahyba, Villa-Real, villa da Rainha da Campina-Grande.

« Na provincia do Rio-Grande do Norte: Cidade do Natal, Villa-Nova da Princesa.

« Na provincia do Ceará: Villa do Aracaty, villa do Sobral, villa do Icó.

« Na provincia do Piahy: Villa da Parahyba, cidade de Oeiras.

« Na provincia do Maranhão: Cidade de S. Luiz, villa de Itapicuru-merim, villa de Caxias.

« Na provincia do Pará: Cidade de Belem, villa Vistosa, Santarem, Barcellos, Marajó, Villa-Nova da Rainha, villa do Crato, Olivença, Cametá.

« XI. Os electores das freguezias das villas e lugares intermedios concorrerão áquelle districto que mais comodo lhee fór dos apontados.

## CAPITULO IV

### DOS DEPUTADOS

« I. Os deputados para a assemblea geral constituinte e legislativa do reino do Brasil não podem ser por ora menos de 100.



E por que a necessidade da mais breve instalação da assembleia obsta a que se espere por novos e mais bem formados censos, não devendo merecer attenção, por inexactos, todos os que existem; este numero 100 será provisoriamente distribuido pelas provincias na seguinte proporção: provincia Cisplatina 2, Rio-Grande do Sul 3, Santa Catharina 1, S. Paulo 9, Mato-Grosso 1, Goyaz 2, Minas-Geraes 20, Rio de Janeiro 8, Capitania 1, Bahia 13, Alagoas 5, Pernambuco 13, Parahyba 5, Rio-Grande do Norte 1, Ceará 5, Piahy 1, Maranhão 4, Pará 3.

« II. Para ser nomeado deputado cumpre que tenha, além das qualidades exigidas para eleitor no § VI, cap. 2º, as seguintes: que seja natural do Brasil ou de outra qualquer parte da monarchia portugueza, contanto que tenha 12 annos de residencia no Brasil, e, sendo estrangeiro, que tenha 12 annos de estabelecimento, com familia, além dos da sua naturalisação; que reúna á maior in-trução reconhecidas virtudes, verdadeiro patriotismo e decidido zelo pela causa do Brasil.

« III. Poderão ser reeleitos os deputados do Brasil, ora residentes nas côrtes de Lisboa, ou os que ainda para ali não partirão.

« IV. Os deputados receberão pelo thesouro publico da sua provincia 6.000 cruzados annuos pagos a mesadas no principio de cada mez; e no caso de que haja alguma provincia, que não possa de presente com essa despesa, será ella paga pelo cofre geral do thesouro do Brasil, ficando debida á provincia auxiliada para paga-la quando, melhoradas as suas rendas, o puder fazer.

« V. Os governos provisionaes proverão aos transportes dos deputados das suas respectivas provincias, bem como ao pontual pagamento de suas mesadas.

« VI. Ficarão suspensos todos e quaisquer outros vencimentos que tiverem os deputados percebido pelo thesouro publico provenientes de empregos, pensões, etc.

« VII. Os deputados, pelo simples acto da eleição, ficam investidos de toda a plenitude de poderes necessarios para as augustas funcções da assembleia, bastando para autorisação a copia da acta das suas eleições.

« VIII. Se acontecer que um cidadão seja a um mesmo tempo eleito deputado por duas ou mais provincias, preferirá a nomeação daquella onde tiver estabelecimento e domicilio. A provincia privada procederá á nova escolha.

« IX. As camaras das provincias darão aos respectivos deputados instrucções sobre as necessidades e melhoramentos das suas provincias.

« X. Nenhum cidadão poderá excusar-se de aceitar a nomeação.

« XI. Quando estiverem reunidos 51 deputados instalar-se-ha a assembleia. Os outros tomarão nella assento á proporção que forem chegando.

## CAPITULO V

### DAS ELEIÇÕES DOS DEPUTADOS

« I. Os eleitores das freguezias, tendo consigo os seus diplomas, se apresentarão á autoridade civil mais graduada do districto (que ha de servir-lhes de presidente até a nomeação do que se ordena no § IV deste capitulo) para que este faça inscrever seus nomes e freguezias a que pertencem no livro que ha de servir para as actas da proxima eleição dos deputados; marque-lhes o dia e o local da reunião, e faça intimar á camara a execução dos preparativos necessarios.

« II. No dia aprezado, reunidos os eleitores presididos pela dita autoridade, depois de fazer-se a leitura do capitulo 4º e 5º, nomearão por aclamação um secretario e dous escrutinadores, para examina-rem os diplomas dos eleitores e accusarem as faltas que lhe acharem, e assim mais uma commissão de dous d'entre elles para examina-rem as dos diplomas do secretario e escrutinadores, os quaes todos darão conta no dia seguinte das suas informacões.

« III. Logo depois começarão a fazer por escrutinio secreto e por cédulas a nomeação do presidente escolhido d'entre os eleitores, e apurados por votos pelo secretario e escrutinadores será publicado o que reunir a pluralidade, do que se fará acta ou termo formal, com as devidas explicacões. Tomando o novo presidente posse, o que será em acto successivo, retirar-se-ha o collegio eleitoral.

« IV. No dia seguinte, reunido e presidido o collegio eleitoral, darão as commissões conta do que achárão nos diplomas. Havendo duvidas sobre elles (ou qualquer outro objecto) serão decididas pelo presidente, secretario, escrutinadores e eleitores, e a decisão é terminante. Achando-se, porém, legaes dirigirse-ha todo o collegio á igreja principal, onde se celebrará (pela maior dignidade ecclesiastica) missa solenne do Espirito-Santo, e o orador mór acodirá lo (que não se poderá excusar) fará um discurso analogo ás circumstancias, sendo as despesas como no art. VI do cap. 3º.

« V. Terminada a cerimonia, tornarão ao lugar do ajuntamento, e repetindo-se a leitura dos capitulos 4º e 5º, e feita a pergunta do § IV, cap. 2º, procederão á eleição dos deputados, sendo ella feita por cédulas individuaes, assignadas pelo votante, e tantas vezes repetidas quantos forem os deputados que deve dar a provincia, publicando o presidente o nome daquelle que obtiver a pluralidade, e formando o secretario a necessaria relação, em que lançará o nome do eleito e os votos que teve.

« VI. Preenchido o numero, e verificadas pelo collegio eleitoral as qualidades exigidas no § II do cap. 4º, forma-se o secretario o termo da eleição e circumstancias que a acompanhárão; dello se extrahirão duas copias, uma das quaes será remetida á secretaria de Estado dos negocios do Brasil, e outra feitura e selada á camara da capital, levando inclusa a relação dos deputados que sahirão eleitos naquella districto, com o numero dos votos que teve em frente do seu nome. Este termo e relação será assignado por todo o collegio, que desde logo fica dissolvido.

« VII. Recebidas pela camara da capital da provincia todas as remessas dos differentes districtos, marcará por editaes o dia e hora em que procederá á apuração das differentes nomeações; e nesse dia, em presença dos eleitores da capital, dos homens bons e do povo abrirá as cartas, fazendo reconhecer pelos circumstantes que ellas estavam intactas, e apurando as relações pelo methodo já ordenado publicará o seu presidente aquelles que maior numero de votos reunirem. A sorte decidirá os empates.

« VIII. Depois de publicadas as eleições, formados e exarados os necessarios termos e actas assignadas pela camara e eleitores da capital, se dará uma copia a cada um dos deputados, e remetter-se-ha outra á secretaria de Estado dos negocios do Brasil.

« IX. O livro das actas e as relações e officios recebidos dos differentes districtos serão emmagados conjunctamente, sobrepondo-se-lhe o rotulo—actas das eleições dos deputados para a assembleia gera. con. tituito e legislativa do reino do Brasil no anno de 1822—e se guardará no archivo da camara.

« X. A camara, os deputados, eleitores e circumstantes, dirigirse-hão á igreja principal, onde se cantará solenne a Te Deum á expensas da mesma camara. Paço, 19 de Junho de 1822.—José Bonifacio de Andrada e Silva. »

### B. A. REAL CUIDA COM GRANDE EMPENHO DA RESTAURAÇÃO DA BAHIA

O Principe Regente, sabendo do estado em que a Bahia se achava pela formal resistencia do general Madeira, lhe dirigio a carta régia de 15 de Junho, mandando retirar-se com a sua força para Lisboa :

« Ignacio Luiz Madeira de Mello, governador das armas da Bahia.—Eu o Principe Regente vos envio muito saudar. Os desastrosos acontecimentos, que cobrirão de luto essa cidade nos infaustos dias 10, 20 e 21 de Fevereiro, maguárão profundamente o meu coração. Verteu-se sangue de meus filhos, que eu amo, como os que me deu a natureza. E não podendo estabelecer-se a paz, o bem e a alegria dos habitantes dessa provincia, nem a minha propria alegria, enquanto não se praticar na Bahia o mesmo que felizmente se executou nesta côrte e em Pernambuco, sendo ate necessario para a tranquillidade de todas as provincias, e para se apertarem de novo os relaxados vinculos de amizade entre os dous reinos, que o Brasil fique só entregue ao amor e fidelidade dos seus naturaes defensores. Por tão ponderosos motivos ordeno-vos, como Principe Regente deste reino, do qual jurei ser defensor perpetuo, e depois de ouvir o meu conselho de Estado, que, logo que receberdes esta, embarqueis para Portugal com a tropa, que tão impoliticamente dalli foi mandada, na certeza de que fico responsavel a meu augusto pai pela falta das suas vossas ordens, as quaes elle certamente vos teria dirigido se podesse vêr de tão longe, e no meio das escuras nuvens que rodeão o seu throno(\*), a urgencia e absoluta necessidade desta providencia.

« Espero que assim o executeis; e á junta provisoria deste governo escrevo tambem para que aprompte embarcações, o tudo o que fór necessario para o immediato e comodo regresso; quando não ficareis responsavel a Deos, a el-rei, a mim e ao antigo e novo mundo, pelos deploraveis resultados e funestissimas consequencias da vossa obediencia.

« Escripta no palacio do Rio de Janeiro, em 15 de Junho de 1822.—Principe Regente. »

(\*) Como rodão a todos os thronos. E é tal a cegueira dos reis que as não vêem adiante de si!

*Carta régia á junta provisória da Bahia.*

« Presidente e deputados da junta provisória do governo da Bahia.—Amigos. Eu o Príncipe Regente vos envio muito saudar. Desejando por a salvo os habitantes dessa provincia a gravissimos males que tem soffrido, e que ha de continuar a soffrir enquanto ali existirem os que delles foram causa, dirijo agora ao brigadeiro Ignacio Luiz Madeira de Mello a carta régia, inclusa p.e. copia, para que immediatamente se reciba a Portugal com a tropa que delli veio, tomando eu sobre mim a responsabilidade desta urgentissima e indispensavel providencia.

« Recommendo-vos que empregueis o maior zelo e patriotismo no fiel cumprimento desta minha real ordem, apromptando sem demora tudo que for necessario para o commodo regresso da tropa, tomando todas as medidas para que não haja alguma reacção dos diversos partidos, que trabalhassem por perturbar e reprimir; e fazendo constar a toda essa provincia o muito que me magoaráo as suas desgraças, bem como os ardentissimos desejos que tenho de remedial-os e de cooperar com todas as minhas forças para que este tão rico, tão grande e abençoado reino do Brasil (conhecido só nas cartas geographicas por alguns que sobre elle legislão!) venha a ser em breve tempo um dos reinos constitucionaes mais felizes do mundo.

« Escrepta no palacio do Rio de Janeiro em 15 de Junho de 1822.—Príncipe Regente. »

*Proclamação aos bahianos.*

« Amigos bahianos!—O meu amor ao Brasil e desejo de vos felicitar me chamão, e a vós convidão e segurdos o mesmo trilhado de vossos irmãos brasileiros. Os sacrificios por mim de bom grado feitos em honra do grande Brasil, e a verdade que rege o meu coração, me instão a dizer vos: Bahianos é tempo... Sim, é tempo de seguir entre vós a honra (divisa do Brasil), desterrar o medo e fazer apparocer o valor e intrepidez dos invictos e immortaes Camarões.

« Vós sois docis, caudilos e francos; a prova é terdes vos entregado nas mãos de facciosos, sectarios de outros, no dia 10 de Fevereiro de 1821, em que os estragos e insultos que hoje soffreis começãrão (lancemos sobre isto um véo: todos fomos enganados). Nós já conhecemos o erro e nos emendamos; vós o conheceis agora; cumpre, para não serdes traidores á patria, fazer o mesmo.

« Vós vódes a marcha gloriosa das provincias colligadas; vós quereis tomar parte nella, mas estais aterrados pelos invasores: recobrai animo. Sabei que as tropas commandadas pelo infame Madeira são susceptíveis de igual terror: haja coragem e haja valor.

« Os honrados brasileiros preferem a morte á escravidão; vós não sois menos: tambem a deveis fazer para vós mesmos, entoades vivas—á independenci moderada do Brasil—no nosso bom e amavel monarcha el-rei o Sr. D. João VI e a nossa assembleia geral constituinte e legislativa do reino do Brasil. Rio de Janeiro, 17 de Junho de 1822.—Príncipe Regente.

*Collecção dos diplomas publicados relativos á convocação de uma assembleia legislativa brasiliense.*

« Brasileiros e amigos!—Nossa patria esta ameaçada por facções; preparão-se ao longe ferros para lhe serem suas mãos agrilhoadas e no tempo da liberdade! que desgraça!). E no meio destes apparatus, proprios dos francos e dos facciosos, fazem-se introduzir no seu seio homens que a estão atirando todos os dias e a todas as horas, apesar de, pela sua impostura, parecerem adherentes á causa santa da liberdade do Brasil e á sua independenci moderada pela união nacional, que tão cordialmente desejamos. Conheci os terriveis monstros que por todas as vossas provincias estão semeados—o Brasil o Brasil o sabe e lhe perdoa—e conheci-os, não para os temer, mas para os vigiar.

« Aconselhai aos que este systema não seguem que se retirem, porque o Brasil não abraça senão a honra, unico alvo a que alia e unico distinctivo que distingue os seus filhos. Quem diz—brasileiro—diz—portuguez—e provera a Deos que quem dissesse—portuguez—dissera—brasileiro.

« Firmeza, constancia e intrepidez na grande obra co-

meçada. Contai com o vosso defensor perpetuo, que ha de, em desempenho da sua palavra, honra e amor do Brasil, dar a sua vida para que o Brasil nunca mais torne a ser nem colonia, nem escravo, e nelle exista um systema liberal dictado pela prudencia, que tanto caracteriza a nossa amavel patria.

« Viva el-rei constitucional o Sr. D. João VI, e viva a assembleia geral brasiliense, e viva a união luso-brasiliense!—Príncipe Regente. »

*Decretos.*

« Urgindo a salvção do Estado que se installe quanto antes o conselho de procuradores geraes das provincias do Brasil, que mandei crear pelo meu real decreto de 16 de Fevereiro do anno que corre, hei por bem mandar convocar, para o dia de amanhã, os já efeitos e aqui residentes, não obstante faltarem ainda os de uma provincia para a litteral execução do citado decreto.

« José Bonifacio de Andrada e Silva, do meu conselho de Estado e do conselho de S. M. Fidelissima el-rei o Sr. D. João VI, e meu ministro de Estado dos negocios do reino do Brasil e estrangeiros, o tenha assim entendido e faça executar. Paço 1º de Junho de 1822 (Com a rubrica do Príncipe Regente).—José Bonifacio de Andrada e Silva. »

« Havendo-me representado os procuradores geraes de algumas provincias do Brasil, já reunidos nesta corte, e diferentes camaras e povo de outras, o quanto era necessario e urgente para a mantença da integridade da monarchia portugueza, e justo decoro do Brasil, a convocação de uma assemblea luso-brasiliense, que, investida daquella porção de soberania, que essencialmente reside no povo deste grande e riquissimo continente, constitua as bases sobre que se devão erigir a sua independencia, que a natureza marcára, e de que já estava de posse, e a sua união com todas as outras partes integrantes da grande familia portugueza, que cordialmente deseja; e, reconhecendo eu a verdade e a força das razões que me foram ponderadas, nem vendo outro modo de assegurar a felicidade deste reino, manter uma justa igualdade de direitos entre elle e o de Portugal, sem perturbar a paz, que tanto convem a ambos, e tão propria é de povos irmãos: hei por bem, e com o parecer do meu conselho de Estado, mandar convocar uma assemblea geral constituinte e legislativa, composta de deputados das provincias do Brasil novamente eilitos na fórma das instrucções que em conselho se accordarem, e que serão publicadas com a maior brevidade.

« José Bonifacio de Andrada e Silva, do meu conselho de Estado e do conselho de S. M. F. el-rei o Sr. D. João VI, e meu ministro e secretario de Estado dos negocios do reino do Brasil e estrangeiros, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Paço, 2 de Junho de 1822 (Com a rubrica de S. A. R. o Príncipe Regente).—José Bonifacio de Andrada e Silva. »

« Ilustres e dignos procuradores.—As representações de S. Paulo e Minas-Geraes, em que me pedião que ficasse no Brasil, tambem me deprecavão a creação de um conselho de Estado. Determinei-me a crea-lo, na fórma ordenada no meu real decreto de 10 de Fevereiro deste anno, e cuja fórma era exigida pelas tres provincias legalmente representadas.

« Foi inexplicavel o prazer que minha alma sentio quando estas representações chegãrão a minha presença, porque então conheci que a vontade dos povos era não só util, mas necessaria para sustentar a integridade da monarchia em geral, e mui principalmente do grande Brasil, de quem sou filho. Redobrou ainda muito mais o meu prazer por ver que as idéas dos povos coincidião com as minhas puras, sinceras e cordiaes intenções, e, não querendo eu retardar-lhes os bens que uma tal medida lhes prometia, determinei no citado decreto que immediatamente que se acharem reunidos os procuradores das tres provincias, o conselho entraria a exercer suas funcções:

esta execução, porém, não pôde ter lugar literalmente, visto ter-se manifestado sobremaneira a vontade dos povos de que haja uma assembleia geral constituinte e legislativa, como me foi comunicado pelas câmaras.

« Não querendo, portanto, denotar nem um só instante, nem tão pouco fallar em coisa alguma ao que os povos desejão, e muito mais quando são vontades tão razoáveis e de tanto interesse, não só ao Brasil, como á toda a monarchia, convenci-me de que hoje mesmo devia instalar este meu conselho de Estado, apesar de não estarem ainda munidos os procuradores de tres provincias, para que eu, junto de tão illustres, dignos e liberos representantes, soubesse qual era o seu pensar relativo á nossa situação politica, por ser um negocio que lhes pertence como inteiramente popular, e nelle interessar tanto a salvação da nossa patria, ameaçada por facções. Seria para mim muito indecoroso, assim como para os illustres procuradores muito injurioso, recommendar-lhes suas obrigações; mas se, sem offender (nem levemente) a nenhum, me é permitido fazer uma unica recommendação, eu lhes peço que advoguem a causa do Brasil da forma ha pouco jurada, ainda que contra mim seja (e que espero nunca acontecerá), porque eu pela minha nação estou prompto até a sacrificar a propria vida, que, a par da salvação da nossa patria, é nada.

« Pelas razões expostas acabais de ver a necessidade que houve desta instalação repentina, e sabeis que della depende a honra, a gloria, a salvação da nossa patria, que está em summo perigo.

« Illustres procuradores, estes são os sentimentos que regem a minha alma e tambem os que hão de reger a vossa; contai comigo, não só como intrepido guerreiro, que pela patria arrostará todos e quaesquer perigos, mas tambem como amigo vosso, amigo da liberdade dos povos, e do grande, fértil e riquissimo Brasil, que tanto me tem honrado e me ama.

« Não assenteis, illustres procuradores, que tudo o que tenho dito é nascido de grandes cogitações, esquadrihando palavras estudadas e enganadoras; não: é filho do meu amor da patria, expressado com a voz do coração. Acredita-me. A 2 de Junho de 1822.—Principe Regente. »

#### *Juramento dos procuradores geraes.*

« Juro aos Santos-Evangelhos de defender a religião catholica romana, a dynastia da real casa de Bragança, a regencia de S. A. Real, defensor perpetuo do Brasil, de manter a soberania do Brasil, a sua integridade e a da provincia de quem sou procurador, requerendo todos os seus direitos, fôros e regalias, bem como todas as providencias que necessárias forem para a conservação e manutenção da paz, e da bem entendida união de toda a monarchia, aconselhando com verdade, consciencia e franqueza a S. A. Real em todos os negocios e todas as vezes que para isso fôr convocado. Assim Deus me salve. »

#### *Juramento dos ministros e secretarios de Estado.*

« Juro aos Santos-Evangelhos de sempre, com verdade, consciencia e franqueza, aconselhar a S. A. Real em todos os negocios, e todas as vezes que para isso fôr convocado.

#### *O ministerio pede a convocação de uma assembleia.*

« Senhor.—A salvação publica, a integridade da nação, o decoro do Brasil e a gloria de V. A. Real, instão, urgem e imperiosamente commandão que V. A. Real faça convocar, com a maior brevidade possível, uma assembleia geral de representantes das provincias do Brasil.

« O Brasil, Senhor, quer ser feliz; este desejo, que é o principio de toda a sociabilidade, é bebido na natureza e na razão, que são immutáveis; para preenchê-lo e-lhe indispensavel um governo, que, dando a necessaria expansão ás grandissimas proporções que elle possui, o eleve áquelle grão de prosperidade e grandeza para que fôr destinado nos planos da Providencia.

« Foi este desejo que a longos tempos o devorava, e que bem prova a sua dignidade, que o fascinou no momento em que se vio repentinamente nas suas praias o éro da liberdade, que seoa no Douro e no Trjo, para não desconfiar do orgulho europeu, nem acreditar que refalsado machavelismo apparenciasse principios liberos para atabili-lo e a-t-rincc-lo, e restrição depois sobre a sua ruina e recolonização o edificio da lealdade de Portugal.

« No ardor da indignação que lhe causou a perfidia de seus irmãos, que reluz por entre todos os veos que lhe procurão lançar, e que nasceu daquelles mesmos principios de generosidade e confiança que os devião penhorar de gratidão, o Brasil rompe os vinculos moraes de rito, sangue e costumes, que quebrava de uma vez a integridade da nação, a não ter de parado com V. A. Real o herdeiro de uma casa que o adora, e seiva ainda mais por amor e lealdade do que por dever e obediencia.

« Não precisamos, Senhor, neste momento fazer a enumeração das desgraças com que o congresso, postergando os mesmos principios que lhe derão nascimento, autoridade e força, ameaçava as ricas provincias deste continente. A Europa, o mundo todo, que o tem observado, as conhece, as aponta, as enumera. O Brasil já não pode, já não deve esperar que delle, que de mãos alheias, provenha a sua felicidade.

« O arrependimento não entra em corações que o crime devora. O congresso de Lisboa, que perdeu o norte que o devia guiar, isto é, a felicidade da maior parte, sem attenção a velhas etiquetas, ja agora é capaz de tentar todos os tramas e de propagar a anarquia para arruinar o que não pôde dominar.

« Machinão-se partidos, fomentão-se dissensões, alentão-se esperanças criminosas, semêdo-se inimizades, cavão-se abysmos sob os nossos pés; ainda mais: consentem-se dous centros no Brasil, dous principios de eterna discordia, e insistem na retirada de V. A. Real, que será o instante que os ha de pôr a um contra o outro.

« E deverá V. A. Real cruzar os braços, e immovel esperar que rebente o vulcão sobre que está o throno de Vossa Alteza? E' este, Senhor, o grande momento da felicidade ou da ruina no Brasil. Elle adora a V. A. Real, mas existe em uma oscillação de sentimentos, movida pelo receio do despotismo, que as facções secretas muito fazem valer e muito forcejão para aproveitar. A ancora que pôde segurar a não do Estado, a cordão que pôde ligar as provincias do Brasil aos pés do throno de V. A. Real, é a convocação de côrtes, que, em nome daquelles que representamos, instantemente requeremos a V. A. Real.

« O Brasil tem direitos inalienaveis para estabelecer o seu governo e a sua independencia, direitos taes, que o mesmo congresso lusitano reconhecia e jurou. As leis, as constituições, todas as instituições humanas, são feitas para os povos, não os povos para ellas. E' deste principio indubitavel que devemos partir: as leis formadas na Europa podem fazer a felicidade da Europa, mas não da America.

« O systema europeu não pode, pela eterna razão das cousas, ser o systema americano, e sempre que o tentarem será um estado de coacção e de violencia, que necessariamente produzirá uma reacção terrivel. O Brasil não quer attentar contra os direitos de Portugal, mas desadora que Portugal attente contra os seus. O Brasil quer ter o mesmo rei, mas não quer senhores nos deputados do congresso de Lisboa. O Brasil quer independencia, mas firmada sobre a união bem entendida com Portugal; quer, enfim, apresentar duas grandes familias regidas pelas suas leis, presas pelos seus interesses, obedientes ao mesmo chefe.

« Ao decoro do Brasil, á gloria de V. A. Real não pode envir que dure por mais tempo o estado em que está. Qual será a nação do mundo que com elle queira tratar enquanto não assumir um caracter pronunciado, enquanto não proclamar os direitos que tem de figurar entre os povos independentes? E qual será a que despreze a amizade do Brasil e a amizade de seu regente? E' nosso interesse a paz; nosso inimigo aquelle que ousar atar a nossa independencia.

« Digne-se, pois, V. A. Real ouvir o nosso requerimento: pequenas considerações só devem estorvar pequenas almas. Salve o Brasil! Salve a nação! Salve a realeza portugueza! Rio de Janeiro, 3 de Junho de 1822.—Joaquim Gonçalves Ledo, procurador-geral pela provincia do Rio de Janeiro.—José Mariano de Azeredo Coutinho, procurador-geral desta provincia do Rio de Janeiro.—Lucas José Obes, procurador-geral do Estado Cisplatino.

« Conformano-nos. — José Bonifácio de Andrada e Silva. — Caetano Pinto de Miranda Montenegro. — Joaquim de Oliveira Alvares. — Manoel Antonio Parinha. »

« De hontem para hoje (escreveu-se no Rio de Janeiro): que distancia! de hontem para hoje que successos! de hontem para hoje que gloria para V. A. Real, que ventura para todos nós! Hontem não tinhamos patria, hontem não tinhamos leis, hontem não tinhamos um soberano... hoje temos tudo! E temos mais que tudo, porque temos a V. A. Real.

« Eu me transporto, Senhor, quando o refiro: temos a V. A. Real, iris de paz, luz que dissipou as trevas, e por quem esta porção encantadora da America Meridional conseguiu manter a sua integridade, e por si mesma derribar os calabouços em que gemêrão por tres seculos os nossos pais, e pererêrão (desgraçadas! miseraveis!, milhares de gerações, que não têm conta.

« Está vencido o grande passo; o que resta será obra do tempo. Que venhão, Senhor, os representantes dos povos; que se reúna em torno de V. A. Real; que o oução, que o conheço, que o admirem e que recebam de V. A. Real novos testemunhos do amor que devemos ao fundador da liberdade brasileira, ao amigo da nação, ao digno successor daquelle monarcha bemfazejo, que primeiro doou a plaga brasileira o esplendor da magestade e o germen de uma santa independência.

« E nós, Exms. Srs., para perpetuar a memoria deste dia, em que começou os seculos do Brasil, mandemos gravar em bronze aquellas palavras de S. A. Real: « Em « desempenho da minha honra e amor ao Brasil darei a « vida pelo Brasil. »

#### *José Mariano dos fluminenses*

« Fluminenses! — Fostes buscar á horda da sepultura o vosso idoso concidadão abaixo assignado para o apresentardes vosso procurador-geral no arropago brasileiro, que o decreto de 16 de Fevereiro do corrente anno mandou installar nesta cidade, para traçar as primeiras linhas que devem regular as bases do grande edificio da brasileira regeneração politica e constitucional; illudiste-vos certamente

« Não basta a firmeza do seu caracter e liberal patriotismo, com que tem desenvolvido suas idéas nos factos de que nós testemunhas; são adquiridas como herança de familia: jámais se podem apagar e desorientar por condescendências e respeito.

« Os amigos, que com elle se achavão quando recebeu a noticia da sua nomeação, ficarão surpresos com o sobresalto que teve sua alma por julgar impossivel desempenhar tão arduo emprego, com falta de forças phisicas e moraes, em uma época que pela divergencia dos espiritos é absolutamente necessaria a reunião de idéas para sustentar o verdadeiro systema constitucional.

« Prestai-lhe, pois, os vossos conselhos para o desempenho da união e tranquillidade que vos recommendo o liberalissimo Principe Regente no memoravel dia 9 de Janeiro, quando se dignou annuir ás vossas supplicas, suspendendo a sua retirada para a corte e cidade de Lisboa, passo indispensavel á firmeza da união e conservação da categoria e prosperidade brasiliense, que vai a sustentar-se com a installação da assembléa nacional constituinte e legislativa. E sereis vós tão ingratos que vos deixeis conduzir por facções filhas da emulação e egoismo? Não vos tem dado sobejas provas do seu liberalismo e desinteresse? do seu amor e amizade á familia brasileira, de quem se dignou alistar por filho? Não sois testemunha ocular da rapidez e coragem com que sabio desta

côrte, e foi plantar no aureo e diamantino terreno o ramo de oliveira com que pacificou e tranquillizou os espiritos dos nossos irmãos mineiros.

« Ela, cidadãos! Se sois gratos a tão magnanimo e bemfazejo Principe, obedecei á sua voz.—união e tranquillidade:—concorrei nuanimes a sustentar e preencher tão precioso preceito por elle recommendado, e para esse fim auxiliai o vosso procurador com os vossos conselhos; administrai-lhe igualmente os planos que julgardes necessarios, não só para augmento e prosperidade da vossa provincia, como da nação brasiliense, que da data do referido decreto de 16 de Fevereiro reassumio todos os direitos de mãe, e como tal exige de seus filhos todos os sacrificios necessarios á sua manutenção e prosperidade.

« Elle, ainda que idoso, é accessivel aos bons conselhos, e tem a seu lado um companheiro mui digno da vossa confiança pelos seus vastos conhecimentos, para com elle conferenciar, e de commun accordo promoverem a vossa felicidade. E' quanto deseja de vós alcançar o vosso irmão e amigo.—José Mariano de Azeredo Coutinho. »

#### *Decreto.*

« Tendo eu annuido aos repetidos votos e desejos dos leaes habitantes desta capital, e das provincias de S. Paulo e Minas Geraes, que me requerêrão houvesse eu de conservar a regencia deste reino, que meu augusto pai me havia conferido, até que pela constituição da monarchia se lhe desse uma final organização sábia, justa e adequada aos seus inalienaveis direitos, decoro e futura felicidade, porquanto de outro modo este rico e vasto reino do Brasil ficaria sem um centro de união de fórma, exposto aos males da anarchia e da guerra civil; e desejando eu, para utilidade geral do reino unido, e particular do bom povo do Brasil, ir de antemão dispondo e arraigando o systema constitucional, que elle merece e eu jurei dar-lhe, formando desde ja um centro de meios e de fins, com que malhor se sustente e defenda a integridade, a liberdade deste fertilissimo e grandioso paiz, e se promova a sua futura felicidade: hei por bem mandar convocar um conselho de procuradores geraes das provincias do Brasil, que as representem inteiramente, nomeando aquellas que têm quatro deputados em côrtes um; as que têm de quatro até oito, duas, e as outras daqui para cima tres, os quaes procuradores geraes poderão ser removidos de seus cargos pelas suas respectivas provincias, no caso de não desempenharem devidamente suas obrigações, se assim o requererem os dous terços das suas camaras em vereação geral e extraordinaria, procedendo-se á nomeação de outros em seu lugar.

« Estes procuradores serão nomeados pelos eleitores de parochia juntos nas cabeças de comarca, cujas eleições serão apuradas pela camara da capital da provincia, saindo eleitos afinal os que tiverem maior numero de votos entre os nomeados, e em caso do empate decidirá a sorte, procedendo-se em todas estas nomeações e apurações na conformidade das instrucções que mandou executar meu augusto pai pelo decreto de 7 de Março de 1821 na parte em que fór applicavel, e não se achur revogada pelo presente decreto.

« Serão as attribuições deste conselho: 1.<sup>o</sup> aconsellar-me todas as vezes que por mim lhe fór mandado em todos os negocios mais importantes e difficeis; 2.<sup>o</sup> examinar os grandes projectos de reforma que se devão fazer na administração geral e particular do Estado, que lhe forem communicados; 3.<sup>o</sup> propôr-me as medidas e planos que lhe parecerem mais urgentes, e vantajosos ao bem do reino unido e á prosperidade do Brasil; 4.<sup>o</sup> advogar e zelar cada um dos seus membros pelas utilidades de sua provincia respectiva.

« Este conselho se reunirá em uma sala do meu paço todas as vezes que eu o mandar convocar, e além disto todas as outras mais que parecer ao mesmo conselho necessario de se reunir se assim o exigir a urgencia dos negocios publicos, para o que me dará parte pelo ministro e secretario de Estado dos negocios do reino.

« Este conselho será por mim presidido, e ás suas ses-



ões assistirão os meus ministros e secretários de Estado, que terão nellas assento e voto.

« Para o bom regimen e expediente dos negocios nomeará o conselho por pluralidade de votos um vice-presidente mensal d'entre os seus membros, que poderá ser re-eleito da novo se assim lhe parecer conveniente, e nomeará de fóra um secretario sem voto, que fará o protocolo das sessões, e redigirá e escreverá os projectos approvados, e as decisões que se tomarem em conselho. Logo que estiverem reunidos os procuradores de tres provincias entrará o conselho no exercicio das suas funcções.

« Para honrar, como devo, tão uteis cidadãos, hei por bem conceder-lhes o tratamento de excellencia, enquanto exercerem os seus importantes empregos, e mando outrossim que nas funcções publicas preceda o conselho a todas as outras corporações de Estado, e gozem seus membros de todas as preeminencias de que gozavam até aqui os conselheiros de Estado no reino de Portugal.

« José Bonifácio de Andrada e Silva, ministro e secretario de Estado dos negocios do reino e estrangeiros, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Paço, em 16 de Fevereiro de 1822 (Com a rubrica de S. A. R. o Principe Regente).—José Bonifácio de Andrada e Silva. »

*Para o governo provisório da provincia de Pernambuco.*

« Havendo sido presente a S. A. R. o Principe Regente que o povo desta provincia nem quer, nem pôde resolver se a consentir que desembarquem as tropas que de Portugal se dirigem a esta corte, não só porque receia que se renovem aquelles insultos, inquietações e attentados contra a segurança publica e individual, que tiveram lugar pendente os ultimos desastrosos tempos da residencia da divisão portugueza auxiliadora nesta capital, como porque a provincia, cansada sobremaneira com os esforços que acaba de fazer com os aprestos indispensaveis para o transporte daquella divisão, soldos adiantados, gratificações, comedorias o saldos de contas, não pôde fornecer o necessario para a subsistencia e regresso das ditas tropas; e, finalmente, porque o desembarque dellas não é só inutil, mas perigoso á conservação da união e integridade do reino unido, e sendo portanto indispensavel procurar por todos os meios prevenir os males que disso devem resultar, manda S. A. Real, pela secretaria de Estado dos negocios da guerra, que o governo provisório da provincia de Pernambuco, no caso eventual de aportar ali por qualquer motivo a tropa que de Portugal aqui se dirige, lhe intime, pelos ponderosos motivos que ficam expendidos á sua real determinação, para que dahi mesmo regressem para aquelle reino, fornecendo-lhes o referido governo provisório amplamente para esse fim os mantimentos e refrescos que possuão carecer.

« Espera S. A. Real que o mesmo governo não deixará nesta occasião de se prestar com o zelo, actividade e energia, que se requer em materia de tanta importancia e utilidade para a nação. Palacio do Rio de Janeiro, em 17 de Fevereiro de 1822.—Joaquim de Oliveira Alvares. »

*Decreto.*

« Urgindo á salvação do Estado que se installe quanto antes o conselho de procuradores geraes das provincias do Brasil, que mandei crear pelo meu real decreto de 16 de Fevereiro do anno que corre: hei por bem mandar convocar para o dia de amanhã os já eleitos e aqui residentes, não obstante faltarem os de uma provincia para a litteral execução do citado decreto.

« José Bonifácio de Andrada e Silva, do meu conselho de Estado e do conselho de S. M. F. el-rei o Sr. D. João VI, e meu ministro e secretario de Estado dos negocios do reino do Brasil e estrangeiros, o tenha assim entendido e faça executar. Paço, 1 de Junho de 1822 (Com a rubrica do Principe Regente).—José Bonifácio de Andrada e Silva. »

« Ilustres e dignos procuradores.—As representações de S. Paulo, Rio de Janeiro e Minas-Geraes, em que me pedião que ficasse no Brasil, tambem me deprecavão a criação de um conselho de Estado. Determinei-me a crea-lo na fórma ordenada no meu real decreto de 16 de Fevereiro deste anno, e cuja forma era exigida pelas tres provincias legalmente representadas.

« Foi inextinguivel o prazer que minha alma sentio quando estas representações chegaram á minha presença, porque então conheci que a vontade dos povos era não só util, mas necessaria para sustentar a integridade da monarchia em geral, e muy principalmente do grande Brasil, de quem sou filho.

« Redobrou ainda muito mais o meu prazer por ver que as idéas dos povos coincidião com as minhas puras, sinceras e cordaes intenções; e, uno querendo eu retardar-lhes os bens que uma tal medida lhes promettia, determinei no citado decreto que immediatamente que se achassem reunidos os procuradores das tres provincias o conselho entraria a exercitar suas funcções; esta execução, porém, não pôde ter lugar litteralmente, visto ter-se manifestado sobremaneira a vontade dos povos de que haja uma assemblea geral constituinte e legislativa, como me foi communicado pelas camaras.

« Não querendo, portanto, demorar nem um só instante, nem tão pouco faltar em cousa alguma ao que os povos desejão, e muito mais quando são vontades tão razoaveis e de tanto interesse, não só ao Brasil, como á toda a monarchia, convenci-me de que hoje mesmo devia installar este meu conselho de Estado, apesar de não estarem ainda reunidos os procuradores de tres provincias para que eu, junto de tão illustres, dignos e liberais representantes soubesse qual era o seu pensar relativo á nossa situação politica, por ser um negocio que lhes pertence como inteiramente popular, e nelle interessar tanto a salvação da nossa patria ameaçada por facções.

« Seria para mim muito indecoroso, assim como para os illustres procuradores muito injurioso, recomendar-lhes suas obrigações; mas se, se sem offender (nem levevemente) a nenhum, me é permitido fazer uma unica recommendação, eu lhes peço que advoguem a causa do Brasil da fórma ha pouco jurada, ainda que contra mim seja (o que espero nunca acontecerá), porque eu pela minha nação estou prompto até a sacrificar a propria vida, que a par da salvação da nossa patria nada.

« Pelas razões expostas acabais de ver a necessidade que houve desta installação repentina, e sabeis que della depende a honra, a gloria, a salvação da nossa patria, que está em summo perigo.

« Ilustres procuradores, estes os sentimentos que regem a minha alma, e tambem os que hão de reger a vossa; contaí comigo, não só como intrepido guerreiro, que pela patria arrostará todos e quaesquer perigos, mas tambem como amigo vosso, amigo da liberdade dos povos, e do grande, fertil e riquissimo Brasil, que tanto me tem honrado e me ama.

« Não assenteis, illustres procuradores que tudo o que tenho dito é nascido de grandes cogitações, esquadrihando palavras estudadas e enganadoras, não; é filho do meu amor da patria, expressado com a voz do coração. Acreditaí-me. A 2 de Junho de 1822.—Principe Regente. »

*Offícios e documentos dirigidos ás cortes pelo general Madeira.*

« Senhor.—Quando por algumas cartas e folhas que aqui chegaram, vindas por um navio estrangeiro no dia 11 de Fevereiro preterito, se espalhou a noticia que el-rei me tinha despachado para governador das armas desta provincia, exaltarão-se os espiritos inimigos da ordem, e principiárão sem rebuço a convocar partido afim de se opporem á execução da minha posse; receei logo as tristes consequencias de uma guerra civil, porque eu bem via como o geral dos naturaes do paiz estava ufano, jul-

gande-se com forças sufficientes para fazerem que a sua vontade fosse lei absoluta.

« Eu bem via as sátiras e ataques publicos que se faziam ás autoridades, e pessoas que não eram do seu partido faccioso; eu bem via que, não sendo livre a ninguém atacar aquelles, ainda que mal obrassem nos seus empregos, senão pelos meios autorisados pelas leis, os insultos eram continuos, e contra estes a não procedia; eu bem via que os papéis da sua maior e-tima, e que mais gyra-vão entre ellas, eram os incendiarios vindos do Rio, de S. Paulo e de Pernambuco, em que positivamente era atacada a autoridade de Vossa Magestade, uns impressos e outros manuscritos.

« Eu não deixei de reparar que, tendo recalhido a eleição dos membros do governo provisório desta provincia em naturaes do paiz, á excepção de um europeu, e que tomando posse interinamente o brigadeiro Manoel Pedro do governo das armas, por ser a patente mais superior (ou fosse aquella eleição ao aprazimento de todos os habitantes da provincia ou não), ser um facto que ninguém se oppoz á mesma, e só quando consta que sou eu despatchado e então que não devem ter execução as ordens de el-rei!

« Mais chocou o meu receio quando vejo que, reunindo em si o ex-governador o poder, só reservado a Vossa Magestade e a el-rei, publica promoções sobre promoções, confere postos de coronela a pulsanos, e manda lavrar um distincto nas bandeiras do regimento de artilharia, como tudo consta das cópias que juntas offereço a Vossa Magestade.

« Todos estes, e muitos outros factos, me fazem aguar-funestos acontecimentos, que se vierão a realizar, quando, depois que recebi no dia 15 a carta régia de 9 do Dezembro e officio da mesma data do ministro secretario de Estado competente, assignado com o seu nome por extenso, em que me vinha conferido o governo das armas, aconteceu o que consta da participação que me fez o procurador e um dos vereadores da camara, quando mandei registrar a carta; do procedimento do governo provisório, constante da acta; da narração do detalhe militar, que tudo igualmente levo por copia perante Vossa Magestade.

« Mandei proceder a um conselho de investigação sobre os crimes dos officiaes rebeldes, que ainda está por findar, e fiz com o parecer do governo provisório da provincia publicar o perdão dos soldados e officiaes inferiores, que, tendo fugido, e com alguns daquelles á frente, iam caminhando pelos lugares do reconhecido, e desta forma vai-se conseguindo, com a apresentação dos mesmos, não se reunir maior numero dos tocados pelo veneno da facção a fazer um corpo respeitavel, conseguindo livrar os pacíficos habitantes da pilhagem de taes rebeldes.

« Dei mais outras providencias, bem como a de fazer sustentar os effeitos das promoções feitas pelo ex-governador, e de mandar fornecer de pão e estape, provisoriamente, os valerosos e fieis soldados do esquadrão da cavallaria, que, intrepidos, se reunirão aos corpos dos batalhões; e conservo os outros corpos rebeldes desarmados até a decisão de el-rei.

« Constando aos commandantes dos corpos que, por ordem do governo provisório da provincia, se mandava proceder a um summario particular pelo juizo do crime, além de se vir no conhecimento de quem primeiro principiou o fogo (recurso talvez adoptado para vêr se, contra a evidencia do facto, se coloria o attentado das tropas do paiz), me enviaram um protesto para eu remetter ao governo provisório, para este o fazer juntar ao summario, o que assim obrei, recebendo officio da sua recepção, como consta das copias, que igualmente levo á presença de Vossa Magestade.

« No furor dos ataques se não podem evitar alguns acontecimentos; não ha ouvidos para a moderação: muitos dos soldados dos batalhões e cavallaria, desesperados mais do fogo, que das causas de muitos particulares se lhes fazia (até de um convento de freiras da Lapa), do que mesmo do da tropa facciosa, arrombaram algumas daquellas

de que se seguirão alguns desastres; mas não se tocou na do ex-governador, como elle dizia nos officios que dirigio aos commandantes dos corpos da 2.ª linha da provincia, além de se reunirem a elle no forte de S. Pedro, quartel de artilharia, onde se achava, cuja falsidade se mostra pelo exame judicial a que se mandou proceder, em virtude de um officio meu no governo provisório, o que consta da copia que juntamente apresento a Vossa Magestade.

« Das tres cartas do vigario capitular e abbadessa do convento das Mercês, que por copia igualmente levo á presença de Vossa Magestade, virá no conhecimento da impostura, que se fez grassar da geral profanação dos templos e de outras de igual jaez.

« Só com sophismas, e com testemunhas co-réas do mesmo sedicioso delicto, é que se podera querer nublar a facção, que positivamente se dirige á suspirada independencia, o que não acontecerá se Vossa Magestade e el-rei tomarem as necessarias precauções.

« Por um navio estrangeiro, que foi para Gibraltar, dei a el rei uma declaração em summa dos acontecimentos, e lhe pedi aquellas forças que vião necessarias; por esta embarcação remetti outra mais circumstanciada, e espero, pois, finda a investigação militar, a que mandei proceder por testemunhas dos mesmos corpos rebeldes, dar uma exacta e mais comprovada narração de todos os factos.

« É necessario que a verdade seja inseparavel do homem, quanto mais de um subdito para com o seu superior; devem desaparecer prevenções: este o caracter constitucional, este o caracter do homem de bem; sempre o tive e conservarei: das minhas expressões a guia é aquella.

« Trata-se do bem da nação, de um dever de todo o verdadeiro portuguez, quanto mais de um empregado publico declarar os seus sentimentos, quando de os calar se póde seguir males funestos áquella.

« Tres são os partidos que existem nesta cidade: dos naturaes de Portugal o partido quasi geral é puramente constitucional; e a este alguns ha, dos naturaes do paiz, que se unem; dous são os partidos que estes seguem, a saber: os mais poderosos, já em posses e já em empregos de representação, ligados aos togados do Rio de Janeiro, querem uma constituição, em que, como lords, figurem independentes do governo de Portugal, e por isso trabalham para a separação, e este motivo por que o poder legislativo de Vossa Magestade é alli atacado nos papéis publicos com o maior villpendio.

« Os que pelas suas posses ou empregos não hombrão com aquelles querem uma independencia republicana, em que só figurem os naturaes do paiz; têm se chocado ambos estes partidos até aqui, tendo sido o resultado favoravel ao primeiro constitucional; porém agora, julgando-se offendidos ambos os corpos por ser notado o geral americano por fraco e rebelde, trabalham a reunir-se; e se o conseguem, como é de esperar, é necessario força para o rebater, e por isso quanta maior brevidade houver em prestar novas providencias, e virem mais forças, maior será o resultado ao bem da nação e dos do partido constitucional, que aliás será sacrificado.

« Certifico a Vossa Magestade que todo aquelle, quer natural de Portugal, quer do Brasil, que for verdadeiro constitucional ha de apoiar esta minha declaração, e ser o primeiro em se unir a mim, em requerer a Vossa Magestade e a el-rei forças da Europa para conservar o Brasil, castigo nos facciosos para não inlestarem os bons: com esta medida a arvore da constituição dará os seus frutos nos tres reinos unidos.

« Os céos felicitem os trabalhos de Vossa Magestade. Bahia, 7 de Março de 1822.—Ignacio Luiz Madeira de Mello.»

*Relação dos officiaes promovidos pelo Exm. brigadeiro governador interino das armas desta provincia.*

« Manoel Gomes Barreto, capitão da legião de caçadores desta cidade, nomeado ajudante de ordens do dito go-

vernador, ficando addido ao estado-maior do exercito por nomeação de 3 de Fevereiro do corrente.

« João Ribeiro Neves, capitão de artilharia addido ao estado-maior do exercito, empregado ás ordens do commandante da força armada de terra, promovido ao posto de sargento-mór de artilharia, addido ao mesmo estado-maior, e ajudante de ordens do dito governo por nomeação de 6 de Fevereiro do corrente, interinamente, por depender da approvação de Sua Magestade.

« Bento da França Pinto de Oliveira, coronel de cavallaria, e ajudante das ordens do inspector da mesma arma e tropas ligeiras, nomeado interinamente inspector e instructor das sobreditas armas da 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> linha, por nomeação de 10 do dito mez e anno.

« João Ladislau de Figueiredo e Mello, promovido ao posto de coronel aggregado a um dos regimentos da 2.<sup>a</sup> linha desta cidade, que escolher, por nomeação de 10 do dito mez e anno.

« João da Silva e Oliveira. Idem por nomeação da mesma data.

« Vicente Pinheiro de Lemos, capitão de artilharia reformado, nomeado ajudante do inspector do trem nacional e real por portaria de 13 do dito mez e anno.

« D. Barnabé de Uzeda e Luna, capitão reformado do 1.<sup>o</sup> regimento de linha, nomeado inspector da casa das armas e do passeio publico por portaria de 13 do dito.

« Joaquim Antonio da Silva, sargento-mór do real corpo de artilheiros milicianos do Principe Real, nomeado sargento-mór de artilharia de linha e commandante da fortaleza de Santo Antonio da Barra por portaria de 15 do dito. »

**Officiaes do regimento de artilharia de linha promovidos ás graduações dos postos immediatos por portaria de 10 de Fevereiro de 1822.**

« Tenente-coronel Francisco de Paula de Miranda Chaves.

« Tenente-coronel Bernardino Alvaro de Araujo.

« Major José Eloy Pessoa da Silva.

« Major João Ribeiro Neves, addido ao estado-maior.

« Capitão Euzébio Gomes Barreiros.

« Capitão Ignacio Ferreira Souto Barreto Falcão.

« Capitão Luiz Lopes Villas-Boas.

« Capitão Ignacio Corrêa de Vasconcellos.

« Capitão Luiz Corrêa de Moraes.

« Capitão Manoel de S. Boaventura Feiraz.

« Capitão Joaquim José Velloso.

« Capitão Joaquim José Rodrigues.

« Capitão Joaquim Salyro da Cunha.

« Capitão Francisco José de Oliveira, commandante da bataria da Ribeira.

« Capitão quartel-mestre Francisco Simões, o novo.

« 1.<sup>o</sup> tenente José Osorio da Fonseca de Pina Leitão.

« 1.<sup>o</sup> tenente Luiz Antonio Lisboa Pereira da Cunha.

« 1.<sup>o</sup> tenente Manoel Joaquim dos Santos.

« 1.<sup>o</sup> tenente Cypriano Justino Cerqueira.

« Ajudante Antonio José de Souza Almeida e Aragão.

« 1.<sup>o</sup> tenente José Locatelli de Menezes Dorea.

« 1.<sup>o</sup> tenente José Ignacio de Mello.

« 1.<sup>o</sup> tenente Manoel Cardoso Tavares.

« 1.<sup>o</sup> tenente Manoel Fernandes Ponce Souto Maior.

« Cirurgião-mór Christovão Pessoa da Silva.

« Cirurgião-mór aggregado Francisco Rodrigues Nunes.

« Cirurgião-mór aggregado Manoel Amado Coutinho Barata.

« Secretario José Moreira da Silva.

« 2.<sup>o</sup> tenente Gregorio dos Santos Nogueira.

« 2.<sup>o</sup> Antonio Pedro de Alcantara.

« 2.<sup>o</sup> tenente José Francisco Soares.

« 2.<sup>o</sup> tenente Antonio Marcellino da Costa Dorea.

« 2.<sup>o</sup> tenente Manoel Joaquim Navier.

« 2.<sup>o</sup> tenente Joaquim Procopio Pinto Chichorro da Gama.

« 2.<sup>o</sup> tenente Manoel Francisco da Silva Freire.

« Capellão Manoel Felix de Souza Pitta.

« Capellão aggregado João Ignacio da Costa Brito.

« Vedoria geral da Bahia, 1.<sup>o</sup> de Março de 1822 — Antonio Salustiano Ferreira dos Santos, 1.<sup>o</sup> official da vedoria.

« Está conforme. — José Botelho de Araujo. »

« Sendo tão relevantes os serviços prestados pelo regimento de artilharia de linha desta cidade no sempre indelevel dia 10 de Fevereiro, de que hoje se commemora gloriosamente o primeiro anniversario em que o gigantesco esforço e inabalavel denodo de seus benemeritos officiaes e soldados, arrostando os maiores perigos, suplantou nesta provincia o despotismo, dando o primeiro liberal impulso á regeneração politica do continente brasileiro, e cumprindo-me ora fazer justiça no lugar que tenho a honra de occupar nesta mesma provincia pela letra da lei e generosidade de seus illustres habitantes, ordeno que todas as praças de officiaes, de que se compunha aquelle distincto regimento no referido dia, tenham a graduação do posto immediato ao em que estão servindo, e que outrossim sejam as suas bandeiras ornadas á custa do meu soldo, com uma legenda em letras de ouro, dictada por seus dignos officiaes, que sirva de galardão o heroismo de tamanho feito, e pela bem fundada esperança de que as sobreditas determinações merecerão sem duvida a confirmação de S. M. o Sr. rei D. João VI, se lhes dará desde já inteiro cumprimento, sendo esta ao mesmo fim publicada na ordem do dia e registrada onde convier. Bahia, 10 de Fevereiro de 1822. — Manoel Pedro de Freitas Guimarães.

« Está conforme. — José Botelho de Araujo. »

« Quartel-general da Bahia, 22 de Fevereiro de 1822.

« Ordem do dia. — Nada ha para mim mais penoso do que ter de fazer sobre os desastrosos acontecimentos do dia 19: os esforços que eu fiz para sustentar o socorro publico são uma prova assás clara desta verdade; entretanto os facciosos romperão a hostilidade, e foi preciso recorrer ás armas para conservarmos a nossa antiguidade e a ordem estabelecida. E' triste a gloria que se alcança nas guerras civis; porém não é justo que se entreguem ao silencio os serviços daquelles que arriscão a sua vida para sustentar o systema constitucional.

« Eu julgo, portanto, do meu dever publicar o exemplar comportamento das tropas que commandei, e significar-lhes a minha satisfação pelo seu valor e humanidade. O batalhão n. 12 patenteou no fogo aquelle mesmo brio de que tantas vezes fui testemunha na guerra peninsular, e á vista do seu honroso comportamento, não pude deixar de recordar-me da sua antiga gloria.

« O Sr. tenente-coronel Francisco José Pereira deve convencer-se de que os seus serviços são da maior importancia, que eu considero um dever agradecer-lhos, e elle dará aos seus honrados officiaes, officiaes inferiores e soldados, os meus agradecimentos.

« A legião constitucional lusitana, patenteando uma coragem e firmeza digna de todo o louvor, tornou-se nesta occasião recommendavel pela sua conducta marcial, e mostrou quanto a sua denominação lhe convem, fazendo vér que os descendentes dos antigos lusitanos são dignos de tal nome, e que a patria tem nella um firme apoio ao systema que abraçara.

« Eu falaria ao meu dever se deixasse de declarar a minha satisfação pela heroica conducta do Ilm. Sr. coronel João de Gouvêa Osorio, commandante deste corpo, e dos mesmos sentimentos estou possuido relativamente aos Srs. tenentes-coroneis Victorino José de Almeida Serrão e Joaquim Antonio de Almeida, commandante dos batalhões, os quaes darão da minha parte os meus agradecimentos a todos os officiaes, officiaes inferiores e soldados dos seus respectivos corpos.

« E' tambem para mim muito recommendavel a boa maneira, por que se houve o capitão Antonio José da Silva Leão, commandante de artilharia da legião constitucional lusitana, no serviço de que foi encarregado, e elle dará os meus agradecimentos aos 2.<sup>os</sup> tenentes Carvalho e Oliveira pela sua bravura, e a todos os mais individuos do mesmo corpo.

« Eu deixaria de ser justo se não expressasse a minha satisfação pelos distinctos serviços do capitão José Feliciano da Silva Costa, commandante dos engenheiros da legião constitucional lusitana; eu lhe agradeço a cooperação que me tem prestado e perfeito cumprimento de quanto lhe confiei, e igualmente ao capitão do mesmo corpo Joaquim José de Groot P. mbo. A cavallaria é digna de inveja do seu paiz pela sua fidelidade, e constancia no meio de uma convulsão politica de tal ordem.

« O Ilm. Sr. coronel Francisco de Paula de Oliveira deve receber os meus agradecimentos pela disciplina que tem feito

« Observar no seu corpo, tornando-o capaz de prestar tão assignalados serviços à sua pátria, e elle fará constar ao Sr. major Santa Barbara, e a todos os seus fiéis e illustres companheiros de armas, que eu sei fazer-lhes a justiça devida. Por esta occasião devo fazer os meus merecidos elogios ao Sr. major João Nepomuceno, que, estando reformado, se reuniu ao corpo de cavallaria para ser útil à sua pátria.

« Não devo deixar de publicar que o Ilm. Sr. coronel do corpo de engenheiros Salvador José Maciel se me apresentou, e foi empregado no meu estado-maior. Seria preciso nomear cada official para fazer a devida justiça; porém eu lhes rogo de ficarem persuadidos de que muito sei apreciar os seus serviços, e que eu farei presente à Sua Magestade quanto são relevantes, não só pelo valor com que repellirão os ataques, mas pela moderação e humanidade que fizeram conservar aos seus soldados para com os prisioneiros.

« É mui recommendavel a guarda da legião de caçadores, que se achava no arsenal, commandada pelo tenente Baptista, e a guarda da casa do commercio e da misericórdia, as quaes mui honrosa e fielmente conservarão os seus postos. São mui dignos de louvor o capitão do 1.º regimento José Maria Falcão, o alferes da legião de caçadores Manoel José de Carvalho, os quaes, não só não tiveram parte no levantamento dos seus corpos, mas até se apresentaram a mim para serem empregados.

« Tenho a maior satisfação em ter visto que os commandantes de alguns navios mercantes desembarcaram com as suas tripulações para sustentar a causa publica, e que muitos individuos dos regimentos de milicias se portarão com muito zelo.

« No meio de tão desgraçados successos resta-me a consolidação de poder dizer que ninguém foi offendido senão no calor dos combates, que se tem tratado os feridos com todo o cuidado, e que no meio nas desgraças reinou sempre o amor da humanidade.—Ignacio Luiz Madeira de Mello, brigadeiro governador das armas.

« Está conforme.—José Botelho de Araujo. »

« Ilms. e Exms. Srs.—Terdo-me VV. EExs. mostrado os desejos de vêrem uma narração circumstanciada dos acontecimentos militares, que têm tido lugar nesta cidade, VV. EExs. poderão vêr na presente participação uma descripção fiel do que aconteceu.

« Na noite do dia 17 os corpos desta cidade destacão dos seus quartéis piquetes com sentinelas avançadas, que conservarão até pela manhã. Às 3 horas da tarde do dia 18 salirão do forte de S. Pedro e quartel da legião de caçadores grandes piquetes, que se postarão em todas as ruas das immedições do quartel do batalhão n. 12, e destacão as suas sentinelas até quasi á porta deste quartel, impedindo a passagem, mesmo a alguns officiaes do batalhão, que morão além do lugar que ellas occupavam.

« Isto obrigou-me a mandar destacar do batalhão alguns piquetes e postar sentinelas avançadas; e quando se estavam postando atirarão os piquetes pertencentes ao forte de S. Pedro alguns tiros sobre ellas, a que responderão dous soldados dos nossos com dous tiros; neste tempo chegava o tenente-coronel Pereira, que andava collocando os piquetes, e embaraçou a continuação do fogo.

« Todo este comportamento das tropas do forte de S. Pedro me pareceu um principio de hostilidades, e então mandei o capitão do corpo de engenheiros José Feliciano da Silva Costa participar a VV. EExs. o que tinha succedido nos postos avançados, e protestar, em meu nome, que eu não liava responsavel por qualquer accidente funesto que tivesse lugar, e que estava disposto a repellir pela força quem atacasse as tropas do meu commando.

« O mesmo capitão me entregou o officio em que VV. EExs. me convidarão, e aos meus officiaes, para fazermos parte da assembléa, que ia deliberar sobre a questão do governo das armas. Eu fui reunir-me á assembléa, ainda de dia, com alguns dos meus officiaes, e quasi ás 5 horas da manhã retirei-me, com o prazer de ter codido da minha autoridade a bem da tranquillidade, e então ordenei ao tenente-coronel Pereira que fizesse tirar os postos avançados logo que assim tivessem obrado os que tinha fronteiras.

« Às 6 horas e meia da manhã ouviu o tenente-coronel tiros de fuzil para o lado da rua de João Pereira; formou o batalhão, e a este tempo chegou um cabo de esquadra do piquete, que estava no campo da Piedade, a participar que as avançadas do regimento de artilharia tinham rompido o fogo, e que muita tropa marchava pela rua de João Pereira, com peças de artilharia.

« O tenente-coronel Pereira avançou logo para o campo da Piedade, com parte do batalhão e uma peça. À saída do quartel ouviu atirar dous tiros de peça, e quando chegou a Piedade atirarão o terceiro tiro com metralha e alguns de mesquetaria. Mandou dar uma descarga, carregou os faccosos com a bayoneta, ganhou duas peças de artilharia postadas de fronte da igreja do Rosario e convento das Mercês; abí fez alto, man-

dou entreter o fogo de fuzil para os fazer retirar para o forte, em cujas proximidades tinham tropa e duas peças; porém como do Trem se fazia sobre a nossa tropa um vivo fogo de mesquetaria e artilharia, e o tenente-coronel não podia sustentar-se naquella ponto, sendo batido pelo flanco, e podendo ser obrigado a manobrar pela frente, mandou avançar a peça que tinha protegido os primeiros movimentos, e fez fogo sobre as tropas que estavam estabelecidas no Trem; aticou-as e conseguiu desaloja-las, tomando tres peças com que fizeram um vivo fogo.

« Continuou por mais algum tempo o fogo de fuzil pelo lado do passeio, até que se conseguiu fazer retirar ao forte todos os levantados. Como se tinham rompido as hostilidades em desprezo de uma solenne convenção, assignada uma hora antes, vi que o dever de conservar o que a nação e el-rei me confiara, e as tropas constitucionaes do meu commando, estava ligado com o dever de procurar a nossa segurança; eu procurei, portanto, o modo de poder repellir quaesquer ataques e obrar energeticamente.

« Para este fim mandei ao coronel João de Gouvêa Osorio que puzesse em movimento a legião constitucional lusitana, para podermos obstar a quaesquer tentativas que podessem emprender-se contra nós. Consequentemente marchou para a Piedade o 1.º batalhão, commandado pelo seu tenente-coronel Joaquim de Almeida, a quem foi determinado que não atacasse senão a quem o atacasse; a mesma ordem tinha recebido o tenente-coronel Pereira antes de ser atacado o batalhão 12. Mandei reunir a artilharia; pôde ser necessaria: reforçaram-se as guarnições dos fortes de S. Barbalho e Santo Antonio, confiando estas posições ao capitão Leão, commandante da artilharia da legião constitucional lusitana.

« Pouco depois de chegar o 1.º batalhão foi-me participado que a legião de caçadores tinha sahido do seu quartel, e que no campo da Polvora atacara o corpo de cavallaria, que vinha marchando, em consequencia das minhas ordens, com uma companhia da legião constitucional lusitana.

« Nesta occasião foi ferido o capitão Pereira, da cavallaria. Mandei logo o 1.º batalhão ao campo da Polvora, e quando chegou ao quartel da legião de caçadores, uma porção della, que abí estava encerrada, fez um fogo mui vivo sobre elle. O tenente-coronel mandou ao quartel o tenente Silva, do mesmo batalhão, para propôr que se acabassem as hostilidades, conforme eu lhe ordenára; porém esta moderação foi inutil: os caçadores continuão a fazer fogo e insultarão o tenente Silva, querendo até mata-lo.

« O tenente-coronel vio-se na precisão de atacar o quartel, o qual foi tomado, aprisionando-se os que não poderão escapar-se. Nesta operação, que foi executada com muito valor, foi ferido gravemente o capitão Antonio Caldas, e contuso o capitão Aragão.

« Ao mesmo tempo que isto acontecia, no quartel da legião teve participação o tenente-coronel Almeida que as avançadas do 1.º regimento estavam já fazendo fogo sobre uma avançada do 2.º batalhão, que estava na embocadura da calçada da Palma. Mandou logo uma companhia a socorrer a avançada, e como o fogo se continuasse mui fortemente mandou todo o batalhão.

« O 1.º regimento foi-se retirando na direcção do seu quartel, fazendo, porém, um vivo fogo, e o batalhão o seguiu até á porta do mesmo edificio, onde o regimento se fez forte, fechando o cancellão, e então entreteve de toda a parte um fogo desesperado. Isto obrigou a atacar o quartel, que foi levado, fazendo-se dentro uma obstinada resistencia.

« Ainda depois de tomado o quartel houverão soldados, que, escondidos debaixo das tarimbas fizeram fogo sobre quem entrava. Uma parte do regimento fugio e o resto foi aprisionado: VV. EExs. provavelmente souberão já que este regimento sahio do quartel na manhã do dia 19, e marchou até ao campo da Polvora. Dahi marchou uma parte para o forte de S. Pedro e a outra para o quartel, e foi a que atacou ao 2.º batalhão.

« Em todos estes choques conserváram os soldados a maior moderação, o que faz muita honra ao coronel Osorio, que abí se achou, como aos commandantes e mais officiaes de todos os corpos, e á parlia cuidarão com o maior desvelo em fazer conduzir os feridos para os hospitaes. Depois que não tive mais a receber dentro da cidade, reuni as forças na Piedade, e mandei de tarde intimar ao forte que se rendesse, a que se me respondeu mui confusamente. Então determinei-me a bloquear o forte no dia seguinte, e ordenei ao capitão Costa, commandante de engenheiros da legião constitucional lusitana, que fizesse os preparativos para esse fim.

« Na manhã do dia 20 tornei a intimar-lhe que se rendesse, escrevendo para este fim ao brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães, dizendo-lhe que respondesse dentro de duas horas, o qual respondeu ao tenente Boullet, que fôra o mensageiro, que não era possível dar a resposta com a brevidade exigida, e que a elle é que competia marcar o tempo para a resposta.



« Sabendo de tarde que, pelo lado do campo de S. Pedro, se ia evadindo a guarnição do forte, com armas, vi que a minha moderação e a suspensão de hostilidade que eu tinha praticado durante a manhã, e na tarde e noite antecedente, não era bastante para obrigar a guarnição a obrir como eu lhe intimiei; e mandei ao 2º batalhão da legião constitucional lusitana que marchasse pela estrada das Brotas, em direcção ao sítio do Bom Gosto, para evitar que continuasse a fugir a guarnição, e para evitar que alguma grande porção d'elle podesse manobrar sobre as nossas posições.

« Quando o batalhão tinha chegado ao meio do caminho recebeu a guarda avançada uma descarga, que lhe tirou uma partida de tropa que sahira do forte, da qual resultou a morte de um soldado do batalhão, e ficou ferido um de cavallaria. O batalhão carregou sobre a partida, que pôz em desordem, e depois conseguiu aprisionar muitos soldados dispersos. Quando o batalhão chegou á sua posição conheceu que o forte estava abandonado.

« A noite veio o commandante do regimento de artilharia Bernardino Alves de Araujo convenienciar comigo sobre a sua rendição, e na manhã seguinte occuparão o forte as tropas do meu commando. Não se encontrando dentro senão o brigadeiro Manoel Pedro, o capitão do regimento de artilharia, o capitão Ignacio Corrêa, um quartel-mestre e alguns cadetes.

« Durante a tarde do dia 19 e no dia 20 fez-se fogo por algumas vezes sobre os nossos postos e sentinellas avançadas, e até pessoas mal intencionadas atirarão por diferentes vezes de dentro de algumas casas sobre a tropa ou officiaes que transitavam pelas ruas. Tais são os acontecimentos militares que tiveram lugar nesta cidade, nos quaes eu não fiz senão o que foi absolutamente necessario para se defenderem as tropas do meu commando, não sermos envolvidos e evitar os males que daqui se seguirão.

« Deos guarde a VV. EEEx. Quartel-general da Bahia, 25 de Fevereiro de 1822.—Ilms. e Exms. Srs. presidente e mais membros da junta provisoria do governo da Bahia. (Assignado) —Ignacio Luiz Madeira de Mello, brigadeiro governador das armas.

« Está conforme.—Joaquim José de Groot Pombo, capitão-engenheiro ás ordens do general de Pernambuco. »

« Ignacio Luiz Madeira de Mello, brigadeiro effectivo dos exercitos nacionaes e reais, e governador das armas desta provincia por S. M. o Sr. D. João VI, etc.

« Querendo dar um publico testemunho de humanidade a todos os nossos irmãos de armas, que, pelo infausto successo do desastroso dia 19 do corrente, se achão ausentes dos seus respectivos corpos, é do mais sagrado dever da minha sensibilidade declarar perdão dos crimes de desobediencia e deserção a todos os individuos das gradações de sargentos até soldados, inclusivamente dos corpos da 1ª e 2ª linha, que se achão incursos por se haverem infeliz e inconsideradamente precipitado nelles, apresentando-se nos seus respectivos regimentos dentro do prazo de 15 dias, contados da data deste, os que residirem dentro da cidade e seu termo, e de 30 os que vagarem pela provincia.

« E' outrofim da minha maior obrigação recomendar e declarar a todos os paisanos, que pegarão em armas da nação naquella dia, as devem restituir no prazo assignado, ficando igualmente livres e perdoados, debaixo da pena de que, não o fazendo, se procederá contra elles, na conformidade das leis a este respeito.

« E para que chegue á noticia de todos, este se publicará a som de caixas pelas ruas e praças publicas desta cidade. Faustino José Estrella o fez na Bahia em 25 de Fevereiro de 1822. José Botelho de Araujo, official-maior da secretaria, do governo das armas, o fiz escrever.

« Está conforme.—Joaquim José de Groot Pombo, capitão-engenheiro ás ordens do general de Pernambuco. »

« Sendo necessario prevenir qualquer despeza, que se possa fazer com os officiaes do proximo promovidos pelo Sr. brigadeiro governador interino das armas, ordeno que para todos os ditos promovidos, tanto na effectividade de postos, como em gradações, fiquem por ora suspensos, e sem effecto os seus vencimentos e exercicios, até a ultima decisão de Sua Magestade, a quem será presente todo este negocio, para o que mandará Vossa Mercê pôr as competentes notas á margem dos assentos de cada um dos ditos officiaes assim promovidos e graduados.

« Quartel-general da Bahia, 26 de Fevereiro de 1822.—Ignacio Luiz Madeira de Mello, brigadeiro governador das armas.—Sr. vedor-geral das tropas.

« Está conforme.—José Botelho de Araujo. »

« Attendendo a que muito convem simplificar o expediente de admoistração e disciplina militar, por ser esta simplificação

mui precisa para a boa ordem, ao mesmo tempo que tem toda a analogia com a simplificação do systema constitucional, determino que até a decisão de Sua Magestade fique pertencendo a este governo das armas a inspecção das tropas da provincia, ficando ás minhas ordens os officiaes empregados neste serviço para serem occupados como for conveniente, devendo dirigir-me os commandantes dos corpos toda a correspondencia relativa á inspecção.

« Quartel-general da Bahia, 26 de Fevereiro de 1822.—Ignacio Luiz Madeira de Mello, brigadeiro governador das armas.

« Está conforme.—José Botelho de Araujo. »

« Ilm. e Exm. Sr.—A junta provisoria do governo accusa a recepção do officio de V. Ex. de 2 do corrente, que incluia o requerimento do protesto dos commandantes dos corpos de Portugal aqui destacados, e do de cavallaria da legião de caçadores, e participa a V. Ex. que, em conformidade do mesmo officio, tem ordenado ao Dr. juiz de fora do crime que o dito requerimento se incorpore aos autos do sumario a que está procedendo acerca dos acontecimentos do dia 19 e seguintes, passando o officio respectivo de assim se haver cumprido a competente certidão, que será transmittida a V. Ex. logo que esta junta a receba.

« Deos guarde a V. Ex. Palacio do governo da Bahia, 4 de Março de 1822.—Ilm. e Exm. Sr. brigadeiro governador das armas desta provincia.—Francisco Vicente Vianna, presidente.—Francisco Carneiro de Campos, secretario.—Francisco Elsbão Pires de Carvalho e Albuquerque.—Manoel Ignacio da Cunha e Menezes.—José Cardoso Pereira de Mello.—Antonio da Silva Telles.

« Está conforme.—José Botelho de Araujo. »

« Ilms. e Exms. Srs.—Constando aos commandantes dos corpos de Portugal aqui destacados, e ao commandante da cavallaria da legião de caçadores, que VV. EEEx. têm encarregado o Dr. juiz de fora do crime de proceder a um sumario sobre os acontecimentos do dia 19 e subsequentes, dirigirão-me o requerimento incluso, em que protestão contra o resultado do dito sumario na parte que lhes for prejudicial, por laborar o mesmo em nulidade e suspeição de ministro, e me pedem que eu depreque a VV. EEEx. que mandem incorporar o mesmo requerimento aos autos do dito sumario, passando o competente escrivão certidão de assim ter praticado.

« Rogo, portanto, a VV. EEEx. de mandarem que o Dr. juiz de fora do crime faça incorporar o mesmo requerimento incluso aos autos do sumario a que VV. EEEx. mandarão proceder o dito juiz do crime, passando o respectivo escrivão a certidão de assim o ter feito, a qual me será remetida para o poder fazer constar aos ditos commandantes.

« Deos guarde a VV. EEEx. Quartel-general da Bahia, 2 de Março de 1822.—Ilms. e Exms. Srs. presidente e mais membros da junta provisional do governo da Bahia.—Ignacio Luiz Madeira de Mello.

« Está conforme.—Joaquim José de Groot Pombo, capitão-engenheiro ás ordens do general de Pernambuco. »

« Ilm. e Exm. Sr.—Sendo tão publico, como sedicioso, o rompimento das hostilidades feito pelas tropas do regimento de artilharia, 1º de infantaria e legião de caçadores a que se aggregarão muitos milicianos naturaes do paiz e paisanos, principando por piquetes e sentinellas avançadas a atacar alguns europeus, e fazendo fogo sobre alguns piquetes das tropas que temos a honra de commandar, os quaes V. Ex. tinha mandado estabelecer em consequencia daquelle máo comportamento; e não podendo, portanto, admitir questão que da parte daquelles corpos se principiou o fogo contra os nossos, que tranquillios se conservavão para manutenção da ordem e rebaterem os insultos com que fossem atacados; agora nos chega a noticia que a Exma. junta provisoria do governo desta provincia expediu uma portaria ao Dr. juiz de fora do crime, a fim de proceder a um sumario por testemunhas, que bem lhe parece-se, para se vir no conhecimento de quem foram os primeiros que romperão o fogo, que deu impulso aos subsequentes estragos nos desastrosos acontecimentos, que enlutarão esta cidade nos dias 19 e 20 do corrente.

« Quando, Exm. Sr., vemos que de um facto por todos tão conhecido, e até descripto em folhas publicas, vai a sua veracidade depender de um sumario de averiguação particular, sem numero de testemunhas, e estas ao arbitrio de um tal juiz informante, não deixa de vir ás nossas lembranças que o espirito da facção possa influir muito neste acto, principalmente quando os facciosos pretendem cobrear o seu sedicioso procedimento, maculando as nossas tropas, como as primeiras no rompimento do fogo, vindo, portanto, esse meio, que parece lembrado a bem de conhecimento mais authenticado da verdade, a ser o mais apto para esta ser suffocada, ou quando menos fazer balançar a realidade do facto, como passamos a demonstrar.

« Ninguém ignora, e até consta pelas portarias da Exma. junta do governo, pela acta da sessão, que esta (por causa das objecções suscitadas contra a execução da carta régia, por onde foi V. Ex. nomeado para general das armas desta provincia) fez vir á sua presença a camara, as corporações desta cidade, além de outras pessoas, e sendo por todos reconhecida por legal a mesma carta régia, restando por consequencia o fazer-se registrar, e em seu cumprimento ficar V. Ex. empossado no governo das armas, assim não aconteceu; antes, apparecendo em questão os objectos que impediram a effectiva execução daquella, foi o mesmo Dr. juiz de fóra do crime, que então servia de presidente da camara, o primeiro que offereceu duas duvidas para obstar ao seu cumprimento, fundando a primeira (a que chamou de direito) em se não achar na mesma carta, como era ordenado no regimento dos governadores das armas do 1.º de Junho de 1673, quando, á vista do § I do dito regimento, se vê que é muito mal applicada a duvida, porquanto, quando no mesmo paragrapho se exige este registro, na forma do estylo é só das patentes, mas não de uma carta particular de el-rei, como a de V. Ex., pela qual o mesmo Senhor houve por bem de o encarregar do governo das armas, pois que, sendo esta fechada e positivamente dirigida a V. Ex., junta podia admitir tal registro naquella contadoria, restando tão somente, na conformidade do mesmo § I, o insinuar ao juiz e officiaes da camara aquelle diploma, para que lhe venha á noticia a sua jurisdicção, e depois fazê-lo traslar nos livros da mesma camara e da vedoria, o que V. Ex. cumpriu da sua parte e assim o exigiu, sendo impugnado com manifesta desobediencia á autoridade de el-rei.

« A segunda duvida (a que denominou de segurança ou de utilidade) que apresentou contra a execução da carta foi fundada em uma representação, assignada por 425 cidadãos, que reclamavam contra a posse de Vossa Excellencia, affirm de que esta se não effectuasse sem que as camaras da provincia fossem ouvidas, e se levasse este negocio á presença do soberano congresso; e, sendo sustentada esta opinião pelo dito ministro, veio consequentemente a apontar um procedimento dirigido a infringir a ordem regular que o soberano congresso tem estabelecido sobre a forma, e quando o povo reassume o seu poder, ao qual é vedado oppôr-se ás determinações do mesmo soberano congresso e de el-rei, sendo-lhe unicamente permitido, depois da execução das mesmas determinações, dirigir as suas petições ás câmaras e a el-rei, vindo de mais o dito ministro por esse meio dar azo a que não possa vigorar o imperio da lei, ficando a execução desta sujeita ao livre arbitrio de um punhado de facciosos que lhe resistão.

« Temos, portanto, que a devassa summaria ou informação testemunhal tirada por tal ministro vem a ser suspeitosa, visto ter-se mostrado o mesmo ministro de systema anti-constitucional por se ter declarado apontador daquelles sediciosos, comprehendidos nos casos dos §§ II e IV da Ord., liv. V, tit. VI, por se opporem ao especial mandado de el-rei e livre exercicio do seu real poder.

« Além do que se esse caso primeiro, sobre que se manda proceder ao summario, está comprehendido nos da Orden., liv. I, tit. 65, § 31, e mais leis especiaes, melhor seria que, sendo, como foi, acontecido nesta cidade, e de que não podia haver ignorancia, proceder-se ex-officio a uma devassa dentro de dois dias, na conformidade da mesma lei; e desta forma irião depôr testemunhas que a verdade declarassem, sem ficar ao arbitrio do juiz o chamamento destas, como fica naquella summaria particular, onde podem ser chamados para testemunhas co-réus do mesmo delicto.

« Como, portanto, deste procedimento se pôde seguir contradicção da verdade em grave offensa á nossa honra e comportamento militar e constitucional, além de podermos ficar arguidos da falta de observancia da ordem que de V. Ex. recebemos de não atacarmos sem sermos atacados; e sendo, portanto, legittimas partes para podermos oppôr-nos áquelles actos, que podem vir a ser-nos prejudiciaes, e como o unico de suspeição ao juiz em tal caso nos é vedado pela Orden., liv. II, § III, sendo-nos, porém, permitido o podermos protestar contra a invalidade dos mesmos actos, segundo se vê na nota—3—debaixo de letra—S—do Repertorio das Orden., impressão de Coimbra, pag. 721, assim o fazemos, e por via do presente por nós assignado declaramos e protestamos contra o resultado de tal summario na parte em que nos possa prejudicar.

« E para que o presente protesto tenha o seu devido effeito, rogamos e pedimos a V. Ex. que haja por bem deprecicar por seu officio á Exm. junta provisional do governo desta provincia, a fim de mandar incorporar este no autos do dito summario a que mandou proceder, e que o escrevão nos dê certidão de o ter assim praticado.—E receberão mercê.—João de Gouveia Osorio, coronel commandante da L. C. L.

(Seguem-se outras assignaturas.)

« Está conforme.—Joaquim José de Groot Pombo, capitão-eugenheiro ás ordens do general de Pernambuco. »

« Ilm. e Exm. Sr.—A junta provisoria desta provincia envia a V. Ex. o auto incluso do exame a que se havia mandado proceder em consequencia do officio de V. Ex. de 26 de Fevereiro preterito, para se conhecer se as portas da casa onde morava o brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães tinham sido arrombadas por soldados do batalhão n. 12, como se lhes attribuia, o que, á vista do mesmo auto, se deduz ser falso.

« Deos guarde a V. Ex. Palacio do governo da Bahia, 4 de Março de 1822.—Ilm. e Exm. Sr. brigadeiro governador das armas.—Francisco Vicente Vianna, presidente.—Francisco Carneiro de Campos, secretario.—Francisco Elebão Pires de Carvalho e Albuquerque.—Manoel Ignacio da Cunha e Menezes.—José Cardoso Pereira de Mello.—Antonio da Silva Telles. »

#### Cópia do exame.

« Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus-Christo de 1822, aos 27 do mez de Fevereiro do dito anno, nesta cidade da Bahia e rea de João Pereira, em casa do brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães, onde veio o Dr. juiz de fóra do crime, comigo escrevão do seu cargo e o carpinteiro do concelho Jose Ferreira Feio, e o pedreiro que mandou-se chamar, Victoriano Rodrigues, a estes deferio o juramento dos Santos-Evanghelios para que examinassem a dita casa e declarassem os estragos que nella se achavam; e, recebido o juramento, passando-se a examinar a frente da rua, nenhum estrago ou arrombamento se achou, e estava a porta principal e janellas da frente fechadas, e pela parte do quintal nada se pôde observar por ser este murado e se achar a porta do muro fechada, e as janellas do alto da parte do quintal estavam illesas, sem defeito, salvo se o tinha no baixo, que se não pôde ver.

« Dou fé assim se passar, e fiz este auto em que assignou o ministro, comigo e os peritos, e o official de justiça Eugenio Ferreira dos Santos. E eu Manoel Luiz da Rocha, escrevão, o escrevi.—Bastos.—Manoel Luiz da Rocha.—Victorino Rodrigues de Souza.—Eugenio Ferreira dos Santos.—José Ferreira Feio.

« Está conforme.—José Botelho Araujo. »

« Ilm. e Exm. Sr. brigadeiro Ignacio Luiz Madeira de Mello.—Cheio da mais viva gratidão vou á respeitavel presença de V. Ex. levar o sincero testemunho do mais profundo reconhecimento pela tranquillidade e socego em que as sabias resoluções de V. Ex. têm posto toda esta cidade, no meio das violentas commoções que a tem ha dias agitado, e que, a não serem cortadas as suas funestas consequencias pela moderação de V. Ex., seriam horrores nos seus progressos para toda esta provincia.

« Com os mesmos sentimentos de gratidão dou a V. Ex. as devidas graças pela benigna protecção com que foram tratadas as religiosas comunidades de freiras, sempre expostas a soffrir graves damnos em crises perigosas, quando não são defendidas por uma vigilancia tão providente como a de V. Ex. Queira o céo felicitar em tudo o governo de V. Ex. para continuarmos a gozar das prosperidades da paz que elle nos promette, e eu ter a honra de empregar-me no seu serviço, que muito prezo e estimo.

« Deos guarde a V. Ex. muitos annos. Bahia, 22 de Fevereiro de 1822. De V. Ex. o mais attento venerador e servo obrigadissimo.—José Fernandes da Silva Freire.

« Está conforme.—José Botelho de Araujo. »

« Ilm. e Exm. Sr. brigadeiro governador das armas desta provincia.—A respeitavel carta de V. Ex. de 6 do corrente, que muito me honra com expressões que eu não mereço, e que só são proprias da bondade de V. Ex., me deixa por extremo obrigado pelo apreço que faz da minha carta de 22 do passado, em que ingenuamente dei a V. Ex. os devidos agradecimentos pelo zelo com que protegeu os conventos das religiosas em geral, e particularmente as pessoas das mesmas, quando sahirão em comunidade para os dos conventos do Desterro e Sole-

dade, e no seu regresso, depois de restabelecido o socego publico pelas sabias providencias de V. Ex.

« Se aquella carta, e esta mesma, podem dissipar os falsos boatos espalhados no reconhecido de se terem tratado os templos com pouco respeito, e delapidado as suas alfaias e preciosidades pela tropa dos batalhões auxiliares, pôde V. Ex. manda-las publicar pela imprensa. E se uma verdade comprovada com o publico testemunho de uma cidade inteira necessita de mais verificativos, eu estou prompto a da-las de muito boa vontade por mim e pelos respectivos porochos, e prelados regulares, para que conste com toda a evidencia a falsidade de tão horrorosa impostura.

« Para tudo quanto fór do serviço da patria, bem da constituição da monarchia, e particularmente de V. Ex., achará a minha vontade promptissima na execução dos seus estimaveis preceitos.

« Deos guarde a pessoa de V. Ex. muitos annos. De V. Ex. o mais attento venerador o obrigadissimo criado. — José Fernandes da Silva Freire, Bahia, 7 de Março de 1822.

« Está conforme. — José Botelho de Araujo. »

« Illm. e Exm. Sr. Ignacio Luiz Madeira de Mello. — As religiosas ursulas de Nossa Senhora das Mercês vão pela fórma que lhes é possivel aos pés de V. Ex., pela sua prelada, e esta pela sua communitade, agradecer a V. Ex. todo o beneficio feito áquella e ao convento, mostrando pelo feito recebido ser catholico romano e sem defeito, por cujo principio e obrigação nossa fica esta communitade rogando a Deos tres vezes cada dia, no côro, pela saude de V. Ex. e Exma. senhora, e que lhe dê forças para abater os malvados que existem nesta cidade, afim de lustrar sempre a verdade da nossa sagrada religião, e sermos em todos os tempos de V. Ex. a mais attenta subdita e criada. — Soror Bernardina Maria do Coração de Jesus, superiora. — Em 26 de Fevereiro de 1822.

« Está conforme. — José Botelho de Araujo. »

« Illm. e Exm. Sr. brigadeiro governador das armas. — Achando-nos nas casas da camara, como era nosso dever, por ser hoje dia de suas conferencias, recebemos participação do juiz de fora desembargador presidente em que se achava doente, e por isso impossibilitado de poder comparecer; o vereador Bernardino Marques desde 4 do corrente se acha ausente no seu engenho, e Silvestre José da Silva não compareceu: estavamos no entanto cuidando em alguns objectos economicos do senado quando nos entregou o capitão-engenheiro José Feliciano da Silva Costa o officio de V. Ex., que cobria a carta régia de el-rei o Sr. D. João VI, em data de 9 de Dezembro do anno passado, para o senado dar o devido cumprimento.

« Não podendo nós hesitar um instante no cumprimento das reaes ordens, mandámos immediatamente pelo escrivão pôr o — cumpra-se — e participar ao presidente para este avisar o juiz do crime, e na sua falta o juiz dos orphãos, bem como ao vereador Silvestre, para no seu impedimento se avisar outro; fazendo-se este aviso antes do meio-dia, agora, que são 2 horas, recebemos participação do presidente que está doente, e que nós avisássemos outro presidente, o que nos parece incompativel por sermos só dous, que não fazemos vereação, e ser costume o presidente avisar outro presidente, e este convocar a camara por meio de officio do escrivão.

« Nestas circumstancias nada mais nos cumpre da nossa parte do que participar a V. Ex. que estamos promptos a cumprir a carta régia, como é nossa sagrada obrigação, e comparecer no senado a todo o momento que para isso seja necessario, podendo no entanto V. Ex. dirigir-se ao presidente para este fazer convocar a camara a todo o instante, quando assim seja necessario, antes do dia 20, que é o de suas sessões ordinarias.

« Deos guarde a V. Ex. por muitos annos. Nós somos com todo o respeito de V. Ex. muito attentos venerado-

res e criados. — Pedro Bettanio. — Joaquim José da Silva Maia — Casas da camara, 16 de Fevereiro de 1822.

« Está conforme. — Joaquim José de Groot Pombo, capitão-engenheiro ás ordens do general de Pernambuco. »

*Em sessão de 29 de Maio de 1822. Remettido á commissão dos negocios politicos do Brasil, e que se imprima.*

« Senhor. — Em 7 do corrente dei parte a Vossa Magestade dos acontecimentos, que havião tido lugar nesta cidade, e das cartas que sobre elles dirigira a el-rei: hoje tenho escripto novamente a Sua Magestade, fallando-lhe mais especificadamente sobre o brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães, e sobre as providencias, que julgo da primeira urgencia para conservar esta parte da monarchia portugueza. Estando intimamente convencido dos deveres e cuidados, que Vossa Magestade se dá pela fidelidade da patria, eu me dirigirla a Vossa Magestade sobre taes objectos, ainda quando isto não fosse do meu primeiro dever.

« Para não consumir o precioso tempo, que Vossa Magestade emprega em seus importantes trabalhos, narrando novamente todos os acontecimentos, que têm flagellado esta cidade, atrahirei a attenção de Vossa Magestade somente para aquelles dous pontos.

« Quando o brigadeiro Manoel Pedro tomou o governo das armas, em consequencia de ser o mais graduado official que existia aqui, viu-se claramente que o partido revolucionario, ou independente, recobrára uma grande energia, por vêr á testa da força armada um dos mais reconhecidos independentes. Forão insultados os soldados europeus, e deve-se á disciplina rigorosa que seus chefes lhes fizeram guardar, o terem-se evitado grandes desordens. Deu o mesmo brigadeiro todos os passos para fazer progredir o partido, assumindo até autoridades, que so pertencem aos grandes poderes do Estado. Fez grandes promoções, despachando todos os officiaes do regimento de artilharia, e outros muitos individuos, conhecidos desde longo tempo por famosos independentes. Mandou unar as bandeiras do mesmo regimento com uma legenda em letras de ouro, que seus officiaes escolhessem, e que seria executada á custa do soldo delle brigadeiro. Procurou os meios de augmentar a força aos corpos do paiz, publicando bandos para perdão de desertores e para o recrutamento. Mandou reunir ao dito regimento de artilharia uma parte do seu destacamento, que tinha no Morro de S. Paulo. Mandou apromptar companhias de milicias para marcharem para aquella fortaleza, logo que sobre a costa apparecesse inimigo, esquadra ou comboio. Não tendo nós guerra com potencia alguma, e tendo-se espalhado nesta cidade que no Rio de Janeiro e Pernambuco obrigavão a embarcar os corpos europeos alli destacados, deve colligir-se que o brigadeiro Manoel Pedro e o partido revolucionario, temendo que aquelles corpos viessem buscar aqui um abrigo até receberem determinações de Vossa Magestade e de el-rei, queria oppôr-se ao seu desembarque naquella situação, no caso que por qualquer motivo fossem demandada.

« Quando se espalhão aquellas noticias do Rio de Janeiro e Pernambuco, abertamente se dizia que as tropas de Portugal aqui existentesião a ser obrigadas a embarcar, e os facciosos fizeram circular muitas proclamações, exhortando o povo e tropa a seguir o exemplo daquellas duas cidades; porém as tropas de Portugal, firmes em seus principios de honra e amor da patria, que têm sempre desenvolvido, estavam dispostas a morrer antes no posto que a nação e el-rei lhes confiara, do que deixá-lo sem ordem de quem unicamente as pôde mandar retirar.

« Deu ordens o mesmo brigadeiro para se acabarem de armar alguns regimentos de milicias de fora, ao mesmo tempo que na cidade se tomavão medidas para desarmar aquelles regimentos, que são pela maior parte compostos de europeus. Taes forão os passos que deu aquelle brigadeiro desde 3 até 15 de Fevereiro, em que recebi a carta régia de 9 de Dezembro de 1821, pela qual el-rei

houvera por bem confiar-me o governo das armas desta provincia.

« Tendo-se espalhado no dia 11, pela chegada de um navio do Porto, aquella resolução de el-rei principiou o partido revolucionario a buscar a maneira de a embarcar, bem persuadido de que elle perderia muito para os seus intentos, uma vez que a força armada deixasse de estar debaixo do seu influxo. A carta chegou no dia 15; nesse mesmo dia fui apresenta-la á junta provisoria e ao general das armas, que me fizeram os cumprimentos do estylo; porém nenhuma providencia vi dar para se realizar a ordem de el-rei.

« No dia 16 dirigi-me novamente áquellas duas autoridades; disse-me a junta provisoria que não se intrometia neste negocio, e o general das armas, dando a escusa de que não tivera participação de el-rei sobre o governo que me confiara, disse-me que recusava entregar-m'o, e accrescentou que n'o entregaria se a camara registrasse o meu diploma, dizendo logo que duvidava que ella tal fizesse.

« Daqui conclui que o partido trabalhava para fazer com que a camara recusasse preencher uma formalidade do regimento de 1678. Nesse mesmo dia foi apresentada na camara a carta régia; porém a camara, apesar de ser dia de sessão, não reuniu senão dous de seus membros; por consequencia não foi a carta registrada. No dia 18 se reuniu a camara, não a mesma camara, mas outra que de novo se reuniu, não sendo para desperdiçar esta circumstancia.

« O governo, que ao principio se havia mostrado indifferente neste negocio, e nenhum passo tinha dado para dirigir a opinião publica a favor da execução do que el-rei mandára, entrou na questão quando lhe constou que havia uma representação de 425 pessoas contra a minha posse, e determinou á camara que nada decidisse por si só no caso de apparecerem duvidas na occasião de lhe ser insinuado o regio diploma.

« Assim se executou, e deste modo se consagrou o pernicioso principio de oppôr-se a alguém á execução da lei e dos mandados de el-rei, autorizando uma pequena fracção da população de uma cidade a atropellar os principios, que a salvedoria de Vossa Magestade estabelecerá e a nação jurára. Depois occorrerão os mais factos, que já participei a Vossa Magestade, e nos quaes é inegavel que o brigadeiro Manoel Pedro influio extraordinariamente.

« Tendo recusado entregar-me o commando, mostrou ao partido revolucionario que podia contar com elle para seus sinistros fins; assim este partido, depois de haver obrado todas as chicanas que teve ao seu alcance para que eu não tomasse posse do governo das armas, lançou tambem mão dos seus recursos militares, e além dos preparativos que se fizeram nos regimentos de linha, foi reunir-se no forte de S. Pedro ao regimento de artilharia uma immensidade de milicianos e paisanos, que forão alli armados e municiaados, dando aquell' general deste modo uma prova authentica de que elle apoiava todas as disposições para operar uma rebelião na cidade, ou que a isto se propunha.

« Se elle tivesse obedecido logo á ordem de el-rei, e se o governo da sua parte tivesse opposto uma firme resistencia as pretensões dos facciosos, quando uma melhor e maior parte do povo mostrava a sua adhesão á boa ordem, talvez que o socego publico se tivesse restabelecido, e que o sangue portuguez não tivesse sido derramado; porém não se caminhou senão para o mal, e quando na noite do dia 18 o governo declarou que queria atollar a guerra civil, e que convidou o brigadeiro Manoel Pedro para concorrer para este fim, elle não appareceu, e tendo feito tantos males nem ao menos quiz cooperar para remedia-los.

« O seu comportamento na manhã do dia 19 é uma demonstração disto mesmo. Ninguém ignorava que os partidos se tinham exacerbado, e que em taes momentos tudo era perigoso. Elle sabia perfeitamente o estado em que estava a tropa e povo no forte de S. Pedro, e que a sua

presença podia influir funestamente sobre gente revolucionada.

« Além disto não havia motivo algum justo para que aquell' general fosse de madrugada apparecer-lhe; entretanto elle foi alli apresentar-se, e, ou por suas ordens, ou por sua influencia sobre tal reunião (o que a seu tempo se saberá), as tropas fieis forão atacadas com artilharia, quando en e a maior parte delles repousavamos, fiados na convenção em que uma hora antes eu tinha cedido da autoridade que el-rei me confiara, persuadido de que Vossa Magestade e el-rei estimariam mais aquella cessão do que fazer respeitar a minha autoridade por meio das bayonetas, que era o unico recurso, a não ser aquelle meio de pacificação.

« Apesar de tudo só fiz a cessão que estava da minha parte, declarando a precisão de ouvir o voto dos officiaes das tropas da guarnição, e fiz logo a declaração de que eu reassumiria a minha autoridade, logo que se descobrissem quaesquer claros movimentos para destruir a ordem estabelecida, o que não tardou desgrazadamente.

« As suas más intenções ainda se conhecêrão melhor pelo seu comportamento, que se seguiu á derrota de seus sequazes. E' o ultimo apito da maldade procurar entreter-se no forte de S. Pedro, responder paliativamente ás minhas proposições, e entretanto estar mandando reunir os regimentos de milicias para virem combater-nos, servindo-se para isto da falsidade de dizer que os batalhões europeus tinham rompido as hostilidades; arrombando e saqueando o seu quartel-general. Porém todas as suas tentativas forão baldadas; seus sequazes o abandonarão, fugindo para os campos: a causa da honra e da patria triumphou, e a sorte continuará a proteger os esforços dos honrados portuguezes, que fieis aos seus juramentos terminará todos, se preciso fór, os seus dias para conservar a gloria e integridade da nossa querida patria, e para sustentar a sagrada causa em que estamos empenhados.

« Dos grandes crimes sempre se seguem tristes resultados, e quando taes resultados abrangem um grande numero de individuos elles inspirão um grande horror, e os autores do mal attrahem então a execração de muitos. Tal é exactamente a situação em que se acha o brigadeiro Manoel Pedro.

« Elle foi causa de se vêr correr o sangue portuguez; elle foi a origem de se despovoar uma cidade tão populosa, e de ser alterado o socego de tantos milhares de familias; a elle se devem os incommodos de que forão victimas os pacificos habitantes dos campos, expondo-os á violencia de uma soldadesca fugitiva, desordeuada e cheia de precisões.

« Tantos males têm influído de tal sorte nos cidadãos honrados, e a estada nesta cidade daquell' brigadeiro ainda lhes causa tantos receios, que alguns me dirigirão, juntamente com todos os officiaes do exercito de Portugal e do fiel e nunca assás louvado corpo de cavallaria, as duas representações das copias juntas, assignadas por 543 pessoas, pedindo-me que enviasse quanto antes para Lisboa o brigadeiro Manoel Pedro, para responder a el-rei pelos seus crimes, e da responsabilidade em que se acha pelo sangue infelizmente derramado. Não só aquellas representações, mas até a minha convicção acerca da necessidade de afastar desta cidade o dito brigadeiro, me obrigarão a manda-lo embarcar no navio S. Gualter, que segue viagem para essa capital.

« A descripção dos factos, que tenho referido a el-rei hoje mesmo, vai acompanhada por 54 documentos. A primeira carta, que brevemente tenciono dirigir a Vossa Magestade, será acompanhada de todos os papeis relativos a tão importantes factos.

« Na carta, que hoje escrevo a el-rei, pondero as nossas circumstancias, e rogo as providencias que se tornão da primeira necessidade. Isto mesmo vou repetir a Vossa Magestade, a quem a nação tem confiado os seus destinos, o que, vigiando incessantemente sobre a salvação da patria, dando as mais sabias providencias para tão importante fim, faz as esperanças bem fundadas de



todos os cidadãos honrados, que só encaminham os seus votos para o bem da monarchia.

« Portanto, Senhor, cumpre-me informar a Vossa Magestade que a cidade da Bahia, pela sua situação geographica, pelo seu commercio, população e outras particularidades, é um daquelles portos do Brasil, que muito convem conservar para assegurar a estabilidade deste reino. A importancia do seu reconcavo torna ainda mais interessante a cidade e a provincia; porém da conservação d'elle está dependendo a da cidade.

« Quando o espirito da desordem chega ao ponto a que desgraçadamente tem sido elevado nesta provincia pelos facciosos em que tanto abunda, não ha outro recurso para se restabelecer a tranquillidade, e poderem respirar livremente os cidadãos honrados e pacíficos, senão a força.

« A experiencia deste paiz, e as individuações a que tenho procedido, me fornecem o conhecimento das tropas de que é preciso dispôr; em consequencia tinha pedido a Sua Magestade dous batalhões, sendo mui vantajoso que ao menos um delles seja de caçadores, 50 artilheiros com dous subalternos, 50 homens ou mais de cavallaria, e 24 praças de artífices-engenheiros.

« Além destas tropas são mui precisos para inteirar os corpos aqui existentes, um 2º tenente de artilharia e 11 artilheiros para o corpo de artilharia da legião constitucional lusitana, e 292 soldados de infantaria para o batalhão 12 e mencionada legião. Ponderei tambem a ellei a vantagem que se seguiria se viessem 60 artilheiros conductores. Além destas providencias pedi a Sua Magestade que ordenasse a junta da fazenda abonasse a despeza, que será necessario fazer para compra de cavallos e de outros objectos militares precisos para a conservação desta provincia.

« Roguel tambem a Sua Magestade, como uma das medidas que considero da maior importancia, e o mesmo rogo a Vossa Magestade, que é existir aqui uma força maritima, que seja commandada por officiaes mui habéis e constitucionaes, e que esteja ás ordens do governo das armas ou seja independente, porém tendo instrucções para obrar de accordo com elle, sendo tambem mui vantajoso que o arsenal de marinha esteja ás ordens do commandante daquella força.

« Vossa Magestade, que nada deseja senão o bem e gloria da patria, e que já tem feito tantos sacrificios para ser conservada a integridade da monarchia nesta parte do mundo portuguez, se dignará de tomar em sua alta consideração as nossas circumstancias, e a necessidade de prover quanto antes ás nossas precisões, para conseguirmos os fins que a nação incumbio ao patriotismo e á honra dos militares aqui existentes.

« Deus guarde a Vossa Magestade por muitos annos, para felicidade do Estado. Bahia, aos 17 de Março de 1822.—Ignacio Luiz Madeira de Mello. »

« Illm. e Exm. Sr.—Depois de havermos feito todos os esforços e sacrificios para conservarmos nesta provincia a tranquillidade publica, fomos atacados pelos inimigos da patria e da ordem estabelecida, e á custa do sangue portuguez, que infelizmente foi derramado, temos alcançado o bem de restabelecer o perdido socego; porém não bastão somente os nossos sacrificios até agora praticados: são necessarias outras medidas.

« O brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães recusou entregar a V. Ex. a autoridade, que Sua Magestade confiara a V. Ex. por sua carta régia de 9 de Dezembro de 1821, constituindo-se por este modo em chefe de rebelião; muitos facciosos seguirão o seu partido; reunirão-se no forte de S. Pedro grandes forças de milicianos do paiz, que alli serão municiados, bem como muitos paisanos, que alli receberão armas e munições.

« Tendo antecedentemente o mesmo brigadeiro ordenado para se reunirem no forte de S. Pedro alguns regimentos de milicias, dando-lhe por motivo de tal reunião que os corpos europeus tinham atacado as tropas do paiz, arrombando e saqueando o seu quartel-general.

« O procedimento do dito brigadeiro e as suas últi-

mas ordens, usando de taes falsidades para indispor os animos dos cidadãos pacíficos contra os seus irmãos da Europa, nos faz vêr que elle foi o principal motor de tantas desgraças, e que a sua presença nesta cidade é mui perigosa, porque alenta as esperanças do partido faccioso, com evidente receio da tranquillidade de todos e da causa que jurámos defender.

« A vista do exposto, rogamos a V. Ex. que, quanto antes, faça enviar para Lisboa ao sobredito brigadeiro, para responder perante el-rei pela conducta sediciosa, e responsabilidade em que se acha, pelo sangue derramado de nossos irmãos e amigos, e depois os mais que se forem descobrindo cabeças.—Francisco de Paula e Oliveira, coronel commandante. »

(Seguem-se varias assignaturas.)

« Illm. e Exm. Sr.—Nós abaixo assignados, reconhecendo quanto pôde ser prejudicial á causa que abraçamos e ao socego publico o conservar-se nesta cidade o brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães, que foi o autor e principal chefe dos desastrosos acontecimentos do dia 19 do corrente, por ter não só desobedecido ás ordens de Sua Magestade, não querendo entregar o governo das armas, mas até mesmo por ter mandado reunir no forte de S. Pedro a maior parte do 3º e 4º regimento de milicias, e expedindo ordens para igual reunião no mesmo forte ás milicias de fora, chegando ao excesso de mandar atacar os nossos irmãos de armas de Portugal aqui deslocados, rogamos a V. Ex. que, quanto antes, o faça enviar para Portugal, para alli responder perante el-rei pela insubordinada conducta, e responsabilidade em que se acha, do sangue que fez verter entre irmãos e amigos.—Francisco de Souza Carvalho, negociante. »

(Seguem-se outras assignaturas.)

« Senhor.—Os abaixo assignados, negociantes, proprietarios, militares, e mais cidadãos de que se compõe esta populosa cidade da Bahia, cheios do mais profundo agastamento, representão ao soberano congresso da nação, e ao muito poderoso rei constitucional o Sr. D. João VI, as ponderosas razões seguintes.

« Constatou aos representantes que na sessão extraordinaria da camara, celebrada no dia 18 do corrente mez de Fevereiro, apparecêra um requerimento com 425 assignaturas, a maior parte pessoas desconhecidas, vaidosamente intitulado-se o povo desta cidade, no qual ousavão requerer á mesma camara não insinuasse a carta régia, pela qual el-rei o Sr. Dr. João VI houve por bem conferir o governo das armas desta provincia ao probo e honrado brigadeiro Ignacio Luiz Madeira de Mello, pretextando aquelles individuos que, estando de posse do governo das armas o brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães, receiando se suscitasse partidos, que promovessem a guerra civil pelo facto que este brigadeiro produzira no memoravel dia 10 de Fevereiro; pedião ao mesmo tempo que se convocassem as camaras de toda a provincia para deliberarem a este respeito, e em quanto levavão ao conhecimento do soberano congresso o seu requerimento se sustasse o cumprimento do regio diploma.

« Tudo isto, Senhor, talvez tendia ao sinistro fim de ganharem tempo aquelles facciosos e executarem seus nefandos projectos, e abusando do respeitavel nome do Principe Real unirem-se á corte do Rio de Janeiro, e por virtude de tão reprehensivel cilada tornar-nos perjuros aos sollemnes juramentos do dia 10 de Fevereiro e 25 de Maio do anno proximo passado, e deste modo conseguirem fazer a mais escandalosa scisão entre o Brasil e Portugal, separando-nos dos nossos caros irmãos da Europa e filhas, o que certamente lhes obstava, existindo o commando das armas nas mãos do brigadeiro Ignacio Luiz Madeira de Mello, do qual a firmeza do seu caracter, e cordial adhesão á santa causa constitucional, é dos facciosos o maior dos receios.

« Os representantes, Senhor, gravemente offendidos de que em nome do povo desta cidade, de que elles fa-

zem a mais brilhante parte, apparecesse um tal requerimento, que atacava directamente os direitos do soberano congresso nacional e da realza, oppondo-se ao exacto cumprimento de seus decretos, declaro solemnemente á face do mundo inteiro, por meio da presente representação, que elles não forão sabedores, e mui menos consentidores de que aquelle faccioso requerimento se apresentasse á camara; mas antes, ora, em nome de todo o povo em geral desta provincia, cordialmente agradecem ao soberano congresso da nação, e ao muito poderoso rei constitucional o Sr. D. João VI, a perfeita escolha do brigadeiro Ignacio Luiz Madeira de Mello para governador das armas desta provincia, a quem de longa experiencia propria conhecem honrado e probo militar, puro e decidido constitucional, por qual relevancia delle confio a tranquillidade publica, segurança de suas pessoas e fortunas.

« Deos guarde a Vossa Magestade, como é mister. Bahia, 22 de Fevereiro de 1822. »

Seguem-se 848 assignaturas de diversos cidadãos negociantes, proprietarios, militares e de outras classes.)

« Nós abaixo assignados juramos, e o faremos em juizo se necessario fór, em como as 848 assignaturas que estão nesta representação, que tem 14 meias folhas de papel, são dos proprios que nella assignarão. Bahia, 16 de Março de 1822.—Joaquim José da Silva Maia.—Antonio de Souza Vieira.—Francisco de Souza Carvalho.—Manoel José de Almeida. »

*1) brigadeiro Francisco Joaquim Carretti pede á junta provincial a comestíveis, dietas e medicamentos para continuar a viagem.*

« Illms. e Exms. Srs.—Tendo sabido do Rio de Janeiro no dia 15 de Fevereiro proximo preterito, com a divisão auxilladora, em regresso para Portugal, e encontrando sempre ventos contrarios, no dia 15 do corrente me foi participado que as dietas se achavão quasi extinctas, que havia avultado numero de doentes, e que a bolacha existente, assim como o feijão para fornecimento das praças embarcadas a bordo deste navio, pertencentes á dita divisão, não podia chegar para mais de 45 dias, em consequencia de um exame a que mandon proceder o coronel commandante do batalhão n. 15.

« Em virtude desta participação mandei formar um conselho, no qual foi decidido por unanimidade de votos que se procurasse remediar estas faltas em qualquer porto, pelo que resolvi recorrer a VV. EExs., a fim de mandarem supprir-me de bolacha e feijão para 30 dias, uma pipa de vinagre, agua, dietas e os medicamentos constantes das relações juntas.

« Aproveito esta occasião para saudar a VV. EExs., o que, porém, não faço pessoalmente sem a permissão de VV. EExs. Incluso tenho a honra de remetter a VV. EExs. um mappa das praças de transporte embarcadas a bordo deste navio.

« Deos guarde a VV. EExs. Bordo do navio S. José Americano, surto na Bahia de Todos os Santos, 18 de Março de 1822.—Illms. e Exms. Srs. membros do governo da Bahia.—Francisco Joaquim Carretti, brigadeiro.

*Resposta da junta ao brigadeiro Carretti sobre o fornecimento do pedido da vespera.*

« A junta provisoria do governo accusa a recepção do officio de V. S. em data de hontem, contendo o mappa das praças e familias embarcadas a bordo do navio S. José Americano, e as relações dos objectos necessarios para continuação da viagem, e exprimindo o seu pezar pelo motivo que o obrigou a tocar neste porto, felicitando V. S. e a sua officialidade de toda a tropa do seu commando pela chegada a salvamento, e passa immediatamente a

dar as providencias para que pelo arsenal da marinha se forneção com toda a brevidade os generos constantes das sobredividas relações.

« A junta agradece a V. S. muito cordialmente a delicadeza com que V. S. exige a permissão de sahir em terra, e declarando que a pessoa de V. S. e a dos officiaes a quem V. S. o permitta, enquanto aqui se demorarem, têm áquelle respeito a mais ampla liberdade, e protesta a V. S. os mais sinceros sentimentos de estima e consideração.

« Deos guarde a V. S. Palacio do governo da Bahia, 19 de Março de 1822.—Sr. brigadeiro Francisco Joaquim Carretti. »

(Seguem-se as assignaturas.)

*Supplica dos europeus negociantes da cidade baixa e outros, pedindo o desembarque da tropa alli arribada com o brigadeiro Carretti no navio S. José Americano.*

« Illm. e Exms. Srs.—Os abaixo assignados, por si em nome de todos os verdadeiros portuguezes, que reconhecem o legitimo poder do soberano congresso das côrtes e de el-rei o Sr. D. João VI, representão a VV. EExs. o seguinte: Que, tendo felizmente aportado a esta cidade o navio S. José Americano, que fazia parte do comboio que conduzia a Portugal a divisão auxilladora estacionada no Rio de Janeiro, em uma época em que tiverão lugar nesta cidade nos dias 19 e 22 de Fevereiro, fazer ser de absoluta necessidade que a tropa, que conduz aquelle navio, fique nesta provincia até a decisão do soberano congresso das côrtes e de el-rei, por duas razões que parecem ponderosas aos representantes: primeira, por que, supposto seja pequeno o numero dos soldados, esse mesmo diminuto corpo pôde alliviar o peso que actualmente soffrem os milicianos, que fazem a guarnição da cidade com grave prejuizo do commercio, e incommodu e dispendio dos representantes, ao mesmo tempo que tambem é um reforço para substituir a falta que tem tido o batalhão n. 12 e legião constitucional lusitana de alguns mortos, doentes e deserções, etc.; segundo, é a força moral da opinião que, animando os verdadeiros constitucionaes, de algum modo impõe silencio e respeito aos facciosos, quando todos muito bem conhecemos as facções que actualmente agitam as provincias limitrophes do Rio de Janeiro e Pernambuco.

« Acresce a todas estas razões, que parecem de algum peso aos representantes que esta provincia vai com esta medida adquirir em todo o orbe portuguez a grande opinião de verdadeiramente constitucional, que recebe e agasalha seus irmãos foragidos, perseguidos pelo supposto crime de darem as mais decididas provas de sua adhesão ás côrtes, a el-rei, e íntima uniao á mãe patria.

« Alem de que esta tropa, como nacional, em toda a parte onde residu deve receber o soldo para alimentar-se, e é indifferente para o interesse geral da nação seja paga por esta ou outra provincia, quando aliás ficará somente estacionada nesta cidade provisoriamente até a decisão das mesmas côrtes e de el-rei o Sr. D. João VI.

« Mas, ainda quando seja indispensavel que alguns officiaes superiores, ou do estado-maior, regressem quanto antes para Lisboa, ou porque devão pessoalmente dar contas da sua conducta anterior, ou por outra causa, nestas circumstancias parece aos representantes que estes officiaes se podem retirar, porque nem enfraquecem a primeira razão da força physica, nem tão pouco a segunda da força moral da opinião.

« Pelo que temos expendido fica evidente que esta tropa, bem como outra qualquer desta divisão que aporte a esta cidade, deverá aqui ficar, mórmente se reflectirmos que já Pernambuco não tem tropas europeas, e o Rio de Janeiro está talvez em duvida de receber a expedição que agora para alli se dirige; e quando seja necessario virem para o Brasil novas tropas de Portugal, já estas aqui estão, e deste modo se evitão á nação os avultados dispendios com os navios do transporte.

« Os representantes, confiados nos generos e patrióticos sentimentos de V. Ex., e no valor da brava tropa que nos protege, parece que deverão ter plena confiança na segurança de suas pessoas e prosperidades; mas n'elles, nem VV. EEExs. poderão afiançar os resultados ulteriores, que podem agitar esta provincia quando plenamente se tem conhecido os sinistros fins dos facciosos contra a vida e fazenda dos representantes; por isso toda a deliberação em contrario, que qualquer autoridade tome a este respeito, a considerão os representantes como offensiva nos interesses da nação, das côrtes de el-rei, e em particular desta provincia, pelo que os representantes desde já protestão perante o soberano congresso da nação.

« VV. EEExs., que têm sobre si o enorme peso da tranquillidade desta provincia, e que, como nós, tem igual interesse na manutenção da ordem, e nos irrefragaveis direitos de nossas vidas e propriedades, darão toda a importancia ao que tomos exarado. Bahia, 20 de Março de 1822 (Seguem-se as assignaturas). »

*A junta provisoria remette ao general Madeira a supplica sobre o desembarque da tropa para informar, afim de que melhor possa deferir.*

« Ilm. e Exm. Sr.—Sendo apresentada á junta provisoria do governo a inclusa representação de grande parte dos negociantes desta praça, em a qual se requer que fique destacada nesta cidade a tropa embarcada a bordo do navio « S. José Americano, » que, vindo do Rio de Janeiro, arribará a este porto por falta de mantimentos, para continuar a sua viagem até Lisboa, donde se destina por ordem de S. A. o Principe Real, e, não se julgando a mesma junta autorizada a annuir aquella pretensão, porque, sendo o seu objecto da maior importancia e consequencia, tanto pelo que toca á grave despreza á cargo da provincia (aliás nesta parte assás sobrecarregada), como pelo que pertence á influencia que a dita admissoão possa exercer no futuro sobre a mesma tranquillidade dos povos, que presentemente já parecem pacificos, considera a junta que para uma tão extraordinaria medida, em que se contrarião ordens do governo de outras provincias, cujos motivos não são patentes á junta, e sobre os quaes lhe não compete decidir; não acha a mesma junta uma base solida para a sua deliberação nem na lei da criação dos novos governos, que a liga á estricção observancia e cumprimento das ordens existentes, nem na vontade bem explicita de todos os povos da provincia, que se não annuncia sufficientemente pelo simples orgão das pessoas que requerem.

« Transmittle, portanto, a mesma junta a V. Ex. a sobredita representação, afim de que V. Ex., a quem propriamente pertence graduar a quantidade de força armada precisa para segurança da provincia, no caso de reconhecer a necessidade da medida exigida, que a junta não comprehende com evidencia, e de querer tomar sobre si as responsabilidades que dellas possam resultar, assim o haja de declarar por seu officio a esta junta, para que ella possa deferir de uma maneira legal e convenientemente aos interesses bem entendidos da provincia.

« Deos guarde a V. Ex. Palacio do governo da Bahia, 22 de Março de 1822.—Ilm. e Exm. Sr. brigadeiro governador das armas desta provincia. »

(Seguem-se as assignaturas.)

*O general Madeira informa sobre a petição de desembarque da tropa.*

« Ilms. e Exms. Srs.—Accuso a recepção do officio que VV. EEExs. me dirigirão no dia 23, com a representação do corpo do commercio acerca da necessidade de ficar nesta cidade a tropa arribada no navio « S. José Americano. » Sobre as observações que VV. EEExs. fazem a este respeito occorrem-me as seguintes.

« As côrtes. » Sua Magestade determinarão que existissem na provincia da Bahia certa força de tropas do exercito de Portugal; porém esta foi-se diminuindo por diversos modos, e a provincia tem pago por consequencia a uma força menor do que a determinada; logo tem ainda poupado uma parte da despesa que tinha de fazer, e sendo a tropa arribada a este porto menor do que a necessaria para supprir o « deficit » que ha nos corpos destacados, segue-se que a provincia não vem a fazer despesa alguma extraordinaria, devendo tambem notar-se que se

trata de conservar só as companhias de infantaria e conductores, e não os officiaes superiores e os de estado-maior, que devem continuar a sua viagem.

« Enquanto á influencia que esta pequena força poderá ter sobre o espirito do povo, estou persuadido que sera nullo logo que veja não ser uma força extraordinaria, nem ainda bastante para substituir a que falta nos corpos, e julgo que VV. EEExs. mesmos convirão em que as pessoas bem intencionadas não podem levar a mal uma medida, que servira para alliviar do serviço as tropas de 2.ª linha e para consolidar mais o socoço publico, sendo indubitavel que elle pôde ser alterado a cada passo por pessoas mal intencionadas, que sempre estão dispostas a promover a desordem.

« Estou persuadido que não atacamos em cousa alguma os direitos do governo do Rio de Janeiro com a admissão da tropa, porque não pôde aquelle governo influir sobre ella depois sabe do seu districto, e que ella está exposta á inconstancia dos elementos, e até as precisões que obrigirão a arribar. Além disto ella sabio do Rio de Janeiro antes de chegar a que ia reod-la, e sem ordem das côrtes e de el-rei, unicas autoridades a quem VV. EEExs., que constituem a junta do governo politico desta provincia, e eu, na qualidade de governador das armas, somos responsaveis, e consequentemente obrigados a obedecer; logo, admitindo a tropa, em nada attentamos contra os seus mandados.

« Tratando da observação que VV. EEExs. fazem a respeito de não se annuir á vontade dos povos da provincia pelo orgão das pessoas que representam, devo dizer que a medida de que se trata não é extraordinaria, porque consiste rigorosamente em supprir uma parte da falta que ha nos corpos destacados na provincia, os quaes estão aqui por vontade dos povos, pois foram mandados pelas côrtes e el-rei, a cujas determinações elles jurarão obedecer.

« Ainda mesmo que fosse extraordinaria a medida, não seria de estranhar que della se lançasse mão, porque é precisa, e por ser muito conveniente attender quanto são justas as petições de um corpo respeitavel, que tem muito que perder, e de quem o Estado tira grandes vantagens, sendo a sua representação muito mais attendivel do que outra, onde sómente se desenvolvia o espirito de desordem e desobediencia a el-rei, a qual foi todavia tomada em consideração, adoptando-se depois medidas tão extraordinarias, que por meio dellas se deixou de cumprir uma ordem de el-rei e se alterou uma lei do soberano congresso.

« Pelo « deficit » para o estado completo dos corpos de Portugal já VV. EEExs. podem vêr a precisão de conservar aqui a tropa arribada, e tanto mais se faz vêr esta precisão, quando é necessario empregar diariamente uma grande parte da força existente para assegurar o socoço publico, sem o que não posso preencher os desejos de VV. EEExs. patenteados a este respeito no seu primeiro officio do dia 23.

« Esta precisão se conhece ainda mais evidentemente se nos lembramos que existe na cidade uma força do exercito de Portugal muito menor do que foi determinada pelo soberano congresso quando os espiritos revoltosos não se haviam ainda desenvolvido tão fortemente nem feito apparecer as suas consequências, como desgraçadamente temos visto nos ultimos tempos.

« Por consequencia em conhecer a precisão do reforço estou coherente com a necessidade de alliviar as tropas do seu pesado serviço, e com a vontade do soberano congresso. Fundado em tres principios nenhuma duvida tenho em responder ás côrtes e a el-rei por uma medida militar, que tem por objecto poder conservar mais facilmente a tranquillidade publica; porém como ha malvados, que só tratão de perturbar tal tranquillidade e illudir o povo, apresentando-lhe como oppostas aos seus interesses as medidas, que têm por fim o seu bem, declaro que eu não me considero responsabilizado pelos attentados que elles commetterem, pois estão sempre promptos a causar disturbios, qualquer que seja o comportamento das autoridades constituidas, e VV. EEExs. que, assim como eu, têm de responder ás côrtes e a el-rei pela segurança desta provincia, e pela sua união com o reino de Portugal, que todos juramos manter, são responsaveis pelas providencias que deixarem de dar para sustentar tão importantes fins.

« Queirão VV. EEExs. persuadir-se dos bons desejos que me animão a favor da causa da nação e dos habitantes desta provincia. Devo a VV. EEExs. a representação do corpo do commercio, que acompanhava o seu officio do dia 23.

« Deos guarde a VV. EEExs. Quartel-general da Bahia, 25 de Março de 1822, etc. »

*A junta provisoria participa ao general Madeira o deferimento d supplica de desembarque da tropa.*

« Ilm. e Exm. Sr.—Em virtude do officio de V. Ex. em data de hontem, no qual, conformando-se com a representação

fora a esta junta por muitos negociantes desta praça, protesta a junta contra o desembarque da tropa, que do Rio de Janeiro vem para este porto em o navio « S. José Americano », e a este respeito dos officios superiores e do estado-maior, e participa a V. Ex. que para esse fim se expedirão pelo arsenal de marinha as ordens necessárias, logo que por V. Ex. forem exigidas.

« Deos guarde a V. Ex. Palacio do governo da Bahia, 26 de Março de 1822.—Ilm. e Exm. Sr. brigadeiro governador das armas desta provincia. »  
(Seguem-se as assignaturas.)

**A junta provisoria providencia o desembarque da tropa, na forma exigida pelo general Madeira.**

« A junta provisoria do governo ordena que, as 4 horas da tarde de hoje, impetritivamente, estejam promptas, as ordens do Exm. governador das armas, as embarcações necessárias para o desembarque da tropa que se acha a bordo do navio « S. José Americano », e o que lhe pertence para que logo e logo o execute.

« Deos guarde a V. S. Palacio do governo da Bahia, 27 de Março de 1822.—Francisco Carneiro de Campos, secretario.—Sr. capitão de mar e guerra, intendente interino da marinha. »

**A junta provisoria repelle as allusões de falta de cumprimento de lei apontadas pelo general Madeira em seu officio de 25 de Março.**

« Ilm. e Exm. Sr.—A junta provisoria do governo accusa a recepção no dia de hontem do officio de V. Ex., em data de 23 do corrente, acompanhando as partes sobre os disturbios commettidos no dia 19 do mesmo mez, e participa a V. Ex. que não lhe havendo sido communicada até então noticia alguma official áquelle respeito, a junta, pela simples noticia vaga de rixas e pedradas atiradas por pretos, que aliás são muito frequentes nas occasias de festas publicas e procissões, em que os ditos pretos, principalmente os de menor idade, disputão entre si preferencias dos respectivos bairros, sem embargo de se acharem semelhantes acontecimentos, ou os de maior gravidade, pelas leis geraes do reino a cargo dos respectivos magistrados, de cuja excepção e prohibição não tem agora a junta fundada razão de duvida, havia dado todavia a mesma junta extraordinarias providencias pela sua portaria de 21 do corrente mez, remetida ao desembargador ouvidor-geral do crime e officio da mesma data, dirigido ao tenente-coronel encarregado da policia da cidade, e chegando ultimamente o sobredito officio de V. Ex. com as referidas partes, se fez logo transmitir ao mesmo desembargador ouvidor-geral do crime para proceder na forma das leis, a fim de serem castigados os autores de semelhantes disturbios, pelo que tudo se mostra evidentemente o zelo com que esta junta procura promover a ordem e sossego publico, não podendo, portanto, sem injustiça, ser taxada de ommissão a este respeito.

« A junta aproveita esta occasião para significar a V. Ex. que ella vio com o sentimento do maior pesar e amargura no outro officio de V. Ex., em data de 25 do corrente, certas allusões, que, parecendo bem alheias dos termos prescriptos pela lei 124 para a communicação destas duas principaes autoridades da provincia, em vez de inspirarem aos povos aquella confiança e respeito que lhes e devido tenderão a deprimir a dignidade desta junta á face da provincia, se fosse possível que os bons cidadãos que a compoem, e com cuja opinião a junta seguramente conta, á vista do testemunho puro e irreprehensivel de sua consciencia se podessem por um momento persuadir que a medida a que se allude, e em que V. Ex. tambem teve parte com as mais autoridades da provincia, fôra pura obra desta junta, com animo de desobedecer a alguma lei do soberano congresso ou ordem de el-rei, quando estas se mostrassem competentemente enunciadas, e na forma prescripta pelo codigo da nação ou pelos novos decretos constitucionaes.

« Deos guarde a V. Ex. Palacio do governo da Bahia, 27 de Março de 1822.—Ilm. e Exm. Sr. brigadeiro governador das armas desta provincia. »  
(Seguem-se as assignaturas.)

**A junta provisoria, querendo restabelecer a ordem alterada com o desembarque da tropa, proclama ao povo que tem por tal motivo desamparado a cidade.**

« PROCLAMAÇÃO.—A junta provisoria do governo da provincia da Bahia!—A junta provisoria do governo tem ouvido com

o sentimento da mais profunda magua os annuncios infausos e ameaçadores, que pessoas indiscretas ou mal intencionadas tem semeado em meio de vós para desunir-vos, atear-vos e conseguir por esse meio o barbaro prazer de turbar o vosso repouso, ou os occultos fins da sua perversidade. Aquelles mesmos que deverão talvez ser os orgãos da confraternidade e conciliação dos partidos, dirigindo o espirito publico de uma maneira propria a fazer esquecer todos os resentimentos, nem sempre se têm sinceramente applicado a cicatrizar as chagas abertas pelas calamidades publicas.

« Tem-se recorrido até a cartas anonymas; nada se tem poupado para espalhar a desconfiança, e assombrar os espiritos trocados em a funebre pintura de males impudentes, mudanças subversivas da ordem publica, de pressão das autoridades constituidas, chegando a inconsideração ou temeridade a ponto de marcar o dia assignalado para a consummção de attentados, cuja idea se assenta com todos os horrores da anarchia.

« A junta provisoria, que, elevada pelo voto liberrimo da provincia, havia até agora esperado pela sua assidua applicação aos negocios, pelo respeito religioso á lei, e pela força de seu exemplo e moderação confundir os planos dos indiscretos ou turbulentos, e impôr silencio ás suas funestas sugestões; ella se vê hoje na necessidade de levantar a sua voz para annunciar-vos que, entregando os primeiros autores de semelhantes boatos á execração publica, que tão justamente merecem, deveis considerar taes noticias com o mais soberano desprezo, na certeza de que as autoridades civis e militares da provincia, achando-se de perfeito accordo sobre os principios constitucionaes, que temos jurado, e que nos ligão a exacta obediencia aos decretos das côrtes e de el-rei, estão dispostas a sustentar, com todos os meios ao seu alcance, a sua mutua dignidade e decoro.

« Tranquillisai-vos, cidadãos sinceros e pacificos, que, tomados de um terror panico, pretendes espavoridos buscar um asylo distante; a junta nada teme, e vos segura que aquelles rumores, aliás muito injuriosos a ambas as autoridades, não podem ter fundamento solido; confiai na honra do chefe depositario da força armada, que, fiel a seu juramento, protesta manter a disciplina e descoocerar quaesquer projectos de desorganisação; voltai a vossos domicilios e occupações diarias: assim providenciareis os vossos interesses, e concorreis quanto em vós cabe para o restabelecimento da ordem e confiança publica, da qual tanto depende a prosperidade da provincia. Palacio do governo da Bahia, 1.º de Abril de 1822. »  
(Seguem-se as assignaturas.)

**A junta provisoria da Bahia participa ao governo de Portugal ter arribado alli o navio que conduzia parte da divisão auxiliadora, remetida do Rio de Janeiro para Lisboa pelo Principe Real, e os motivos que originarão o desembarque da mesma tropa, que teve lugar na tarde de 27 de Março.**

« Ilm. e Exm. Sr.—A junta provisoria do governo da Bahia leva ao conhecimento de V. Ex., para fazer subir á augusta presença de S. M. el-rei o Sr. D. João VI e do soberano congresso, que, arribando ao porto desta cidade em 18 do mez preterito o navio « S. José Americano », que do Rio de Janeiro conduzia parte da divisão auxiliadora, remetida para Lisboa por ordem de S. A. R. o Principe Regente.

« O brigadeiro Carretti, commandante da tropa embarcada a bordo do dito navio, logo que este fundeou, escreveu á junta provisoria o officio por copia n. 1, enviado o mappa das praças e a nota dos artigos de que precisava para continuação da viagem, ao que a junta respondeu pelo officio da copia n. 12, e passou a dar as providencias para se fazer o fornecimento exigido, com toda a brevidade possível.

« Com a chegada da tropa espalhou-se logo o rumor que, desajando naturalmente os naturaes que ella continuasse a sua viagem, e contando firmemente que a junta assim o deliberaria, todavia os negociantes habitadores da cidade baixa e outros europeus se propunhão a requerer o seu desembarque, e com effeito apresentáram estes á junta a supplica firmada com assignaturas, debaixo do n. 3.

« A junta, hesitando á vista de uma medida tão extraordinaria, e que muito a poderia comprometter no juizo da provincia, e considerando que a lei 124, que creou estes governos, ensina que as autoridades civis e militares se coadjuvem, enviou a dita supplica ao governador das armas, acompanhando-a com o officio por copia n. 4, no qual expunha as difficuldades e duvidas que lhe occorrião acerca daquella representação.

« Respondeu o governador das armas o que consta do seu officio por copia n. 5, e á vista d'elle resolveu a junta permittir o desembarque da tropa, á excepção dos officiaes superiores e do estado-maior, conforme os termos da mesma representação, a qual deferio, participando-o assim pelo officio por copia n. 6



ao dito governador das armas, que, exigindo por via de um seu ajudante de ordens as providencias para o desembarque, foram estas dadas pelo officio n. 7, e se effectuou o mesmo desembarque na tarde do dia 27 do mez ultimo.

A Do sobredito officio n. 4 se conhecerão os justos motivos que a junta teve para duvidar; ella considerava, como resumidamente indicou no officio ao governador das armas, além de outras razões, que, posto o soberano congresso haja de terminado que esta provincia da Bahia reconheça a corte de Lisboa como o unico centro dos poderes legislativo e executivo, ao que esta junta e a provincia submissamente obedece; todavia, enquanto S. A. Real existe no Rio de Janeiro, subsiste a sua regencia e governo a respeito das provincias, ás quaes não foi ordenado que o deixem de receber, e que não competia, portanto, de forma alguma a esta junta frustrar as ordens dadas pelo herdeiro do throno a subditos sujeitos á sua obediencia, sobre objectos de que S. A. Real tem tomado sobre si a competente responsabilidade, communicando-os a el-rei e ao soberano congresso.

Além de que, a junta não via com evidencia que qualquer accrescimento de tropas europeas houvesse de concorrer para a tranquillidade da provincia, quando aliás o facto era que, depois que vierão tropas de fóra para este paiz, apesar da honra do actual governador das armas, e severa disciplina que este e sua officialidade pretendem estabelecer, haviam occorrido muitas occasiões de desasosiego e perturbação, tendo-se desgraçadamente desenvolvido com a maior violencia os quasi esquecidos odios, e rivalidades entre naturaes e europeus, que têm dado motivo á infinitas rixas, encontros mortaes, e finalmente os horrores da guerra civil dos dias 19 e 20 de Fevereiro, com as suas extensas e incalculaveis consequencias, como esta junta tem declarado no officio, que em 8 de Março proximo dirigira a V. Ex.

Os representantes todavia, contando com o favor das tropas consta que aguravão já de ante-mão o resultado da sua supplica, e o general das armas, apoiando as suas razões no seu officio por copia n. 5, no qual até se fazem algumas allusões á falta de cumprimento de leis do soberano congresso e ordens de el-rei, que não deixavam de ser estranhas á junta, e por isso repellido pelo officio n. 8, pôz a junta na necessidade de aquiescer ao desembarque exigido, na certeza de que, se outra coisa se deliberasse, poderia haver um molim causado pelo exaltado zelo de alguns dos representantes, o qual parece ter tocado os termos do fanatismo, e pôde mesmo com as melhores intenções muito comprometter a causa da constituição, exarcebando cada vez mais os sobreditos odios e rivalidades.

A provincia não se tranquillizou depois do desembarque da nova tropa; antes nestes proximos dias tem apresentado indícios de nova agitação, chegando um grande numero de pessoas á desamparar a cidade e procurar espavoridas o reconcavo, o que deu lugar a que o governador das armas e esta junta proclamassem ao povo, como consta dos impressos sob ns. 9 e 10, affirm de o tranquillisar e restabelecer a ordem publica.

Esta junta faz os mais ardentis votos para que se tome quanto antes uma medida geral para todo o Brasil, que salve tambem esta provincia das desgraças de que parece ameaçada, sendo uma das principaes fontes a divisão dos poderes civil e militar, da qual se prevalecem os perversos para introduzir a divisão ao povo: a antiga concentração das autoridades civil e militar na pessoa dos capitães-generaes era pernicioso á provincia; porque, além de ser sempre muito perigosa semelhante concentração em uma só pessoa, essa pessoa tão poderosa, sendo sempre um estranho á provincia, e vindo a ella demorar-se pouco tempo, só tinha as vistas fitas no seu paiz natal; desprezava por via de regra os meios de conhecer os melhores cidadãos as circumstancias e verdadeiros interesses da mesma provincia para os promover competentemente; estes inconvenientes cessão, estando estas autoridades depositadas em cidadãos arraigados e escolhidos pelo voto livre da provincia; mas sendo desituidas da necessaria força, pouco bem poderão já mais fazer á provincia, na qual houverem sempre bandeamentos, intrigas e barulhos, enquanto subsistir uma semelhante divisão de autoridade.

Deos guarde a V. Ex. Palacio do governo da Bahia, 6 de Abril de 1822.—Illm. e Exm. Felippe Ferreira do Araujo e Castro.

(Seguem-se as assignaturas.)

A junta provisoria ao ministro José Bonifácio, declarando-se impossibilitada de cumprir as ordens do Principe D. Pedro.

Illm. e Exm. Sr.—A junta provisoria do governo da provincia da Bahia, por seu officio enviado no bergantim «Treze de Maio,» teve já occasião de accusar a V. Ex. a recepção dos

officios de n. 3 a n. 7, e agora accusa a dos de n. 1 e 2, ficando certo de seu conteúdo.

«Ao officio de V. Ex. n. 6 respondeu a mesma junta pelo de que remette agora (2ª via), tambem enviado ao predito bergantim; e, passando a responder sobre os demais, participa a V. Ex. para subir á augusta presença de S. A. Real, que, não podendo esta junta, com todos os bons cidadãos da provincia, deixar de congratular-se de que S. A. Real, codendo nos votos das provincias da Ilha de Janeiro, S. Paulo e Minas-Geraes, haja tomado a generosa resolução de apoiar, e levar ao conhecimento de S. M. el-rei o Sr. D. João VI e do soberano congresso, as reclamações dos mesmos povos sobre algumas modificações que se esta organisando no mesmo soberano congresso da nação, afim de se manter a unidade deste paiz e a sua cathedra de reino, já outorgada pela carta de lei de 16 de Dezembro de 1815, conservadas as bases dos portuguezes de ambos os hemispheros nelleas estatuidas, todavia, á vista da immediata obediencia, em que esta provincia se acha das soberanas cortes, e de el-rei, em virtude da deliberação de 18 de Julho de 1821, transmittida por portaria da secretaria de Estado dos negocios da marinha e ultramarinos de 21 do dito mez e anno, e das circumstancias da mesma provincia, a junta está impossibilitada de dar cumprimento ao que se ordena nos referidos officios.

Deos guarde a V. Ex. Palacio do governo da Bahia, 11 de Abril de 1822.—Illm. e Exm. Sr. José Bonifacio de Andrada e Silva.

(Seguem-se as assignaturas.)

### Circular.

Havendo os nossos illustres deputados em côrtes solicitado o voto das camaras da provincia sobre certos quesitos relativos á grande questão da delegação do poder executivo, que ora se trata no soberano congresso nacional, em carta dirigida á esta junta, com data de 18 de Março proximo do corrente; recebendo, porém, depois outra carta dos ditos illustres, igualmente datada em 18 de Março, mas contendo aquelles quesitos enunciados de uma maneira distincta ou mais explicita, transmitta a mesma junta, por copia inclusa, o teor dos novos quesitos, para que essa camara, tomando-os em consideração, como declaratorios aos conteúdos na sobredita primeira circular, declare sobre todos elles o seu parecer, havendo precedentemente consultado ás pessoas que forem mais instruidas, e zelosas da causa constitucional e prosperidade deste paiz, e o remetta com a maior brevidade possível á secretaria desta junta para ser immediatamente communicados aos referidos deputados, que, podendo deliberar francamente sobre todos os negocios, em virtude da amplissima procuração dos povos, outorgada ao acto da sua nomeação para a extraordinaria commissão de formar a constituição nacional, acharão todavia conveniente sondear por este meio o estado do espirito publico. Palacio do governo da Bahia, 14 de Maio de 1822.

### Quesitos.

1.º Se convem á provincia da Bahia que no Rio de Janeiro haja uma delegação do poder executivo para facilitar o recurso em as dependencias que occorrem em todo o Brasil, e que seja S. A. Real quem exerce o indicado poder, ou aliás se lhe convem que em diversos pontos do Brasil haja delegações desse poder para o mesmo fim?

2.º Se aos seus interesses convem que o poder executivo se conserve só em el-rei, delegando este na junta governativa de cada provincia a parte daquelle poder que fór necessaria para pôr em execução as leis feitas no congresso nacional, como em outro tempo acontecia com os capitães-generaes?

3.º Finalmente, não convindo os dous precedentes arbitrios, qual seja aquelle que mais util e conveniente julga a provincia para o seu bom regimen e administração, mantida a união dos dous reinos?

«Secretaria, etc., 14 de Maio de 1822.»

Decreto do Principe D. Pedro, convocando o conselho de procuradores geraes das provincias para o dia 2 de Junho.

«Urgindo a salvação do Estado que se installe quanto antes o conselho de procuradores geraes das provincias do Brasil, que mendei crear pelo meu real decreto de 16 de Fevereiro do anno que corre: hei por bem mandar convocar para o dia de amanhã os já eleitos e aqui residentes, não obstante faltarem ainda os de uma provincia para a litteral execução do citado

decreto. José Bonifácio de Andrada e Silva, do meu conselho, etc. Paço, 1.º de Junho de 1822 (Com a rubrica do Príncipe Regente).—José Bonifácio de Andrada e Silva. »

*Decreto do Príncipe D. Pedro convocando uma assembleia geral constituinte e legislativa de deputados das provincias do Brasil.*

« Havendo-me representado os procuradores geraes de algumas provincias do Brasil, já reunidos nesta corte, e diferentes camaras e povo de outras, o quanto era necessario e urgente para a manutenção da integridade da monarchia portugueza e justo decoro do Brasil a convocação de uma assembleia luso-brasiliense, que, investida daquelle porção do soberania, que essencialmente reside no povo deste grande e riquissimo continente, constitua as bases sobre que se devão exigir a sua independencia, que a natureza mactera e de que já estava do posse, e a sua união com todas as outras partes integrantes da grande familia portugueza, que cordialmente deseja; e, reconhecendo eu a verdade e a força das razões que me foram ponderadas, nem vendo outro modo de assegurar a felicidade deste reino, manter uma justa igualdade de direitos entre elle e o de Portugal, sem perturbar a paz, que tanto amavam a ambos, e tão propria é de povos irmãos: hei por bem, e com o parecer do meu conselho de Estado, mandar convocar uma assembleia geral constituinte e legislativa, composta de deputados das provincias do Brasil, novamente eleitos, na forma das instruções que em conselho se acordarem, e que serão publicadas com a maior brevidade.

« José Bonifácio de Andrada e Silva, do meu conselho, etc. Paço, 3 de Junho de 1822. »

*O general Madeira, prevenido alguma commoção na villa da Cachoeira, manda para alli uma barca para impedir d'elles povos; a guarnição da barca e os habitantes travão rixas e assuadas.*

« Illm. e Exm. Sr.—Hoje, pelas 5 horas da tarde, appareceu na praça desta villa, quasi toda a guarnição da barca-canhoneira surta neste porto, unida com os marujos da lancha, que hontem chegou da cidade para conduzir o 1.º tenente Domingos Fortunato do Valle, por ser rendido no commando da sobredita barca por outro official, e armados todos de espadas, pistolas e espingardas, puzerão na maior consternação os pacificos moradores; mas felizmente a ordem se tem restabelecido, pois neste momento tudo parece tranquillo, tendo muito concorrido para pacificação da referida tripulação o zelo do mencionado 1.º tenente Domingos Fortunato do Valle, e me consta que a bordo da mesma barca se acha preso um frade, a quem imputão ter occasionado aquella assuada com razões que tivera com um soldado da dita guarnição.

« Queira V. Ex. levar ao conhecimento do governo o que exponho, para que determine o que parecer mais justo, e não vermos repetidas taes acções, que podem arrastar males incalculaveis.

« Deos guarde a pessoa de V. Ex. Villa da Cachoeira, ás 8 1/2 horas da noite de 10 de Junho de 1822.—Illm. e Exm. Sr. Francisco Carneiro de Campos, secretario e membro do governo provisório desta provincia da Bahia. De V. Ex. subdito muito respeitador.—O juiz de fóra Antonio Cerqueira Lima. »

*O general Madeira queixa-se do procedimento do senado da camara e do redactor do periodico—Constitucional—e pede providencias.*

« Illms. e Exms. Srs.—Quando se proclamou nesta cidade a constituição no memoravel dia 10 de Fevereiro de 1821 unanimemente jurou o povo, tropa e autoridades, união com Portugal e adhesão ao systema alli adoptado; este juramento foi ratificado pelo que as bases da constituição se prestou em 25 de Maio, para o qual acto foi o povo convidado pela proclamação do senado, de 23 do mesmo mez; todo este comportamento, bem como a declaração

de ficar esta provincia desligada da obediencia ao governo do Rio de Janeiro, foi approved pelo soberano congresso em 18 de Julho do mesmo anno.

« Ultimamente recebeu-se nesta provincia a lei do 1.º de Outubro de 1821: foi posta em execução e ninguem a impugnou. Tal foi durante um anno a marcha que se observou nesta provincia; taes são as obrigações em que nos constituimos, e por que somos responsaveis, emquanto o soberano congresso, onde esta provincia está perfeitamente representada, não mandar o contrario.

« Fiel aos principios que eu jurei, não posso mostrar-me indifferente sem incorrer em um crime, ao passo que vejo dar nesta cidade para operar uma revolução; muito tristes consequencias deve trazer, e é do meu dever dirigir-me a VV. EExs. para, de accordo, cuidarmos de um objecto de tão alta transcendencia.

« Tenho lido com a maior magua o n. 25 do periodico, que nesta cidade se publica sob o titulo de *O Constitucional*; ali vejo que a camara, obrando de accordo com o governo do Rio de Janeiro, e trahindo o que d'antes jurara, procura ainda revolucionar este povo; fazendo publicar uma resposta do ministerio do Rio a uma carta da mesma camara.

« O facto de obrar a camara de accordo com o governo do Rio é sufficiente para a qualificar de criminosa, visto que ella vem assim a approvar procedimentos em que se têm abertamente transgredido as leis que a soberania da nação, por ella reconhecida, promulgara; porém a circumstancia de fazer publico o seu comportamento ainda a torna mais criminosa, porque assim pretende sublevar o povo, que até agora se conservava pacifico, e esperando as ultiores deliberações do soberano congresso.

« No momento actual, em que o povo tem sido levado a um alto gráo de effervescencia, é perigoso tudo o que tende a pô-lo em agitação, e quantas providencias se devem para contê-lo nos seus devidos limites não são demasiadas; assim tornão-se do maior perigo os escriptos que se publicão, dirigindo a opinião publica de uma maneira propria para produzir a anarchia e guerra civil, e é por isto que o n. 25 do *Constitucional*, proclamando aos povos para se unirem ao Rio de Janeiro, é incendiario e seus autores perturbadores da ordem estabelecida.

« A vista do que tenho exposto é de absoluta necessidade que VV. EExs., a quem a lei do 1.º de Outubro incumbiu a policia da provincia, dêem as suas necessarias providencias sobre o comportamento da camara e dos redactores do *Constitucional*, embaraçando a continuação de procedimentos da camara contrarios ao que temos jurado, o que eu hei de fazer guardar, e tomando até a respeito da anterior conducta da camara e dos redactores as medidas que a VV. EExs. parecerem convenientes. Ninguem melhor que VV. EExs. deve estar ao facto da minha franqueza e fidelidade, e novamente protesto a VV. EExs. que assim continuarei a persistir.

« A VV. EExs. são bem conhecidos os meus principios de moderação, e ninguem, sem fazer-me injustiça, poderá accusar-me de não desejar a paz e a tranquillidade dos cidadãos; porém nem eu poderei continuar no mau systema de moderação, nem a paz poderá sustentar-se se as autoridades não empregarem de commun accordo todos os meios para se conservar a ordem estabelecida, emquanto as cortes não determinarem o contrario.

« Não desejo a desordem nem jámais a promoverei; porém não consentirei que se proclame aqui um systema differente do que jurámos. Eu faço, pois, a VV. EExs. a fiel exposição dos meus sentimentos, e eu rogo a VV. EExs. que obrem comigo da mesma maneira.

« Eu me persuado que faço á nação em geral, e aos habitantes desta provincia em particular, o maior serviço, rogando a VV. EExs. a sua cooperação a favor do restabelecimento e conservação da publica tranquillidade.

« Eu desejo o bem; porém elle não se poderá alcançar sem a harmonia entre as duas principaes autoridades da provincia; conservada ella tudo girará nos seus eixos competentes, o não verá a Bahia no meio da guerra civil correr o sangue de irmãos parentes e amigos.

« Deos guarde a VV. EExs. Quartel general da Bahia,

10 de Junho de 1822.—Ilms. e Exms. Srs. da junta provisoria do governo desta provincia.—Ignacio Luiz Madeira de Mello. »

*A junta responde ao officio do general Madeira, da vespera.*

« Ilm. e Exm. Sr. — A junta provisoria do governo accusa a recepção do officio d. V. Ex. em data de hontem, no qual annunciando como criminoso e revolucionario o comportamento da camara desta cidade por haver esta, trahindo o juramento prestado no dia 10 de Fevereiro, e ractificado no dia 25 de Maio do anno passado, obrado de commum accordo com o governo do Rio de Janeiro, e muito mais pela publicação da correspondencia e carta recebida daquelle ministro, e indicando ao mesmo tempo como incendiario e turbador da ordem estabelecida o redactor do periodico intitulado *Constitucional*, por haver proclamado em o seu numero 25 a união desta provincia a regencia de Sua Alteza, augura V. Ex. as tristes consequências de uma revolução, que affirma principia já a dar passos nesta cidade, e exige a cooperação e accordo da junta por via de providencias contra a conducta anterior da camara e dito redactor; e capazes de obstar a continuação dos procedimentos contra os juramentos já prestados, e que V. Ex. promette fazer guardar. A junta coincidindo perfeitamente com V. Ex., nos identicos principios de veneração e respeito religioso, que nos deve inspirar as sagradas obrigações, que havemos contrahido, em quanto não forem competentemente revogadas pelos representantes da nação não encontra todavia ainda, pelo que pertence á camara, uma razão sufficiente para a publicação, que aliás não consta evidentemente nte fosse feita por ordem da dita camara, para que se contemple aquella corporação, não só decida do conceito a que tem direito todos os cidadãos e autoridades, mas até positivamente incendiaria, e autora de revolução e desastres, e portanto sujeita á severidade das providencias legais. A ordem das côrtes de 18 de Julho proximo, communicada por portaria do governo do reino de 21 do dito mez, mandando que esta provincia reconhecesse o governo estabelecido em Lisboa, como centro unico da monarchia e assento da representação nacional e do throno portuguez, não inhibio todavia, antes recommendou a communicação, e franca correspondencia com o Rio de Janeiro e outras provincias: da carta publicada apenas se infere, que a camara não podedo dar cumprimento ao decreto de Sua Alteza Real de 16 de Fevereiro deste anno, por se achar ligada pelos sobreditos juramentos, se escusára da falta do dito cumprimento com protestações em termos officiosos, quaes cumpria dirigir ao herdeiro de throno, e a publicação daquelle documento nada parece incluir contra a tranquillidade publica, manifestando apenas os desejos da corte do Rio de Janeiro, para que, em algum tempo se verifique a reunião de todas as provincias, objecto que hoje é a todos patente, até pelas discussões do soberano congresso, que circulão em todos os periodicos de Portugal. Pelo que diz respeito ao redactor do *Constitucional*, não pode a junta asseverar, que elle, assim como outros periodistas desta cidade, se hajão sempre bem contido nos limites da prudencia e circumspecção, que exigem as nossas delicadas circumstancias; porque quasi todos, em vez de empregarem a sua influencia em neutralisar os odios e partidos, desgrazadamente desenvolvidos entre nos, e inculcar o respeito devido ás autoridades para se firmar o imperio da ordem, tem muitas vezes axacerbado os mesmos partidos, e deprimido as autoridades civis, que achão inermes, perante a opinião publica debaixo de frivolas e alambicados pretextos. A junta tem deplorado estes excessos; porem ella se tem abtido de todo o procedimento; porque sendo licito a qualquer cidadão fazer tudo quanto não é prohibido expressamente pelas leis, e exprimir francamente os seus pensamentos conforme se acha determinado em os artigos segundo e oitavo das bases juradas, a mesma lei havia estabelecido um officio publico encarregado de promover o castigo das transgressões e delictos contra a dita liberdade de imprensa não parecendo por isso conveniente antecipar

principalmente por uma autoridade preponderante o juizo que ao dito official estava privativamente commettido, sendo aliás franca a denuncia a qualquer pessoa do povo, que entenda haver abuso da mesma liberdade; por outra parte, a junta está persuadida, que, em vez de uma inquisição tenebrosa, suspicaz, e arbitraria, qual a que vexava os cidadãos nos tempos passados, só lhe compete exercer uma politica franca, liberal e concetanea ao espirito da presente epoca, a letra expressa das leis, e muito principalmente pelo que toca a liberdade de imprensa, positivamente garantida nas bases, e que a nação toda considera o paladio de sua segurança, e salva guarda de seus mais preciosos direitos, de cuja policia liberal tem o mesmo congresso nacional dado um insigne exemplo na tolerancia que ha tido para com o autor do folheto dos *Vinagristas*, que aliás tem claramente atacado, e com a arma do ridiculo, de todas talvez a mais terrivel, á autoridade e decisões daquelle soberana assembleia. A junta ignora que se trame directa e positivamente algu na revolução nesta cidade, e está persuadida que a camara jámais dará passo algum para turbar a ordem publica a vista dos principios de obediencia ás côrtes e al-rei, que a junta lhe considera, e que tem sido tão explicitamente professados pelas duas primeiras autoridades da provincia em suas proclamações, e quaesquer actos da sua administração: não parecendo aliás concebivel a funebre idéa de guerra civil, que ainda occorre a V. Ex. quando se contempla que estando o povo todo inermes, e V. Ex., a frente da força armada, lhe será muito facil conter qualquer pequena porção de turbulentos, que pretenda ainda alterar a paz de que gozamos. Estes são os sentimentos, que a junta francamente exprime a V. Ex. elles são fillos da pureza de suas intenções, da consideração da delicada crise em que nos achamos, e do desejo sincero da harmonia da provincia, de que a junta tem dado sempre as mais constantes provas, assim como não pode a junta deixar de contemplar os annuncios e recois experimentados no officio de V. Ex., como effeitos de um vivo sentimento do dever e responsabilidade de seu cargo, não menos que da adhesão e zelo pela causa constitucional: se todavia V. Ex. achar que elles versão em erros dos quaes nenhum individuo ou corporação se pode sem a maior arrogancia julgar absolutamente isento, a junta roga a V. Ex., que os queira indicar; fazendo ainda novas communicações a este respeito com os dados que tiver para esclarecimento de negocio tão importante; porque a junta só deseja acertar e está prompta a cooperar em tudo que possa tender á conservação da ordem e publica tranquillidade.

« Deos guarde a V. Ex. Palacio do governo da Bahia 11 de Junho de 1822. — Ilm. e Exm. Sr. brigadeiro governador das armas desta provincia (Seguem-se as assignaturas). »

*Termo da camara lavrado em consequencia do procedimento do general Madeira nos dias 12 e 15.*

« Aos quinze dias do mez de Junho de mil oitocentos vinte e dois annos nesta cidade da Bahia, e casas do conselho della, onde se achava o Dr. juiz do crime no impedimento do actual presidente do senado, e o procurador do mesmo conselho, o coronel Francisco José Lisboa, e por este foi dito, que queria declarar como declara, que no dia 12 do corrente não houve vereação por faltarem os vereadores, sendo esta falta procedida de se acharem naquelle dia os paços do conselho guarnecido de patrulhas de cavallaria, estando continuamente a circular toda a casa da camara uma partida da mesma cavallaria, commandada por um subalterno de nome Monjardim, dizendo-se publicamente que esta tropa era destinada a prender a camara se intentasse acclamar o Principe Regente; o que mais se verificou depois que elle procurador e o veador França, unico que no referido dia compareceu, se retirárão da casa da camara depois do meio dia: porque logo tambem as referidas patrulhas se reti-

rário ao seu quartel, declarando mais o mesmo procurador, como membro do senado, ser falsa a causal que se quer attribuir a semelhante procedimento, o que melhor constará de todos os actos, que o mesmo senado respeitador da lei, e da ordem tem praticado, resultando do referido procedimento da tropa que assim rondou a casa da camara, o não haver vereação no dia de hoje, por não comparecer um só vereador, nem mesmo dos annos preteritos chamados para substituir os do presente anno. O que tudo elle referido procurador declarou, requerendo ao dito presidente que assim se escrevesse, e para constar o presente termo. Eu Joaquim Antonio de Ataide Seixas escrevi do senado da camara o escrevi. — Bastos, Lisboa Está conforme. — Joaquim Antonio de Ataide Seixas. »

*Carta régia do Principe D. Pedro á junta do governo da Bahia enviando por copia outra, que na mesma data dirige ao general Madeira para que com a tropa de Portugal se recolha áquelle reino.*

« Presidente e deputados da junta provisoria do governo da Bahia. — Amigos. Eu o Principe Regente vos envio muito saudar. Desejando pôr a salvo os habitantes dessa provincia dos gravissimos males, que tem soffrido e que hão de continuar a soffrer enquanto alli existirem os que delles foram causa; dirijo agora ao brigadeiro Ignacio Luiz Madeira a carta régia, inclusa por copia, para que immediatamente se recolha a Portugal com a tropa que dalli veio, tomando eu sobre mim a responsabilidade desta urgentissima e indispensavel providencia. Recomendo-vos que empregueis o maior zelo e patriotismo no fiel cumprimento desta minha real ordem, apromptando sem demora tudo o que fór necessario para o comodo regresso da tropa, tomando todas as medidas para que não haja alguma reacção dos diversos partidos, que trabalhareis por conciliar e reprimir, e fazendo constar a toda essa provincia o muito que me maguárão as suas desgraças, bem como os ardentissimos desejos que tenho de remedialos e de cooperar com todas as minhas forças para que este tão rico, tão grande e abençoado reino do Brasil (conhecido só nas cartas geographicas por alguns que sobre elle legistárão!), venha a ser em breve tempo um dos reinos constitucionaes mais felizes do mundo.

« Escripta no palacio do Rio de Janeiro, em 13 de Junho de 1822. — Principe Regente. — José Bonifacio de Andrada e Silva. »

*O Principe D. Pedro ordena ao general Madeira que se embarque para Portugal com a tropa que dalli veio.*

« Ignacio Luiz Madeira de Mello, governador das armas da provincia da Bahia. — Eu o Principe Regente vos envio muito saudar. Os desastrosos acontecimentos que cobrirão de luto essa cidade nos infaustos dias 19, e 20 e 21 de Fevereiro, maguárão profundamente o meu coração. Verteu-se o sangue de meus filhos, que eu amo como o que me deu a natureza; e, não podendo restabelecer-se a paz, o bem e a alegria dos habitantes dessa provincia, nem a minha propria alegria, enquanto não se praticar na Bahia o mesmo que felizmente se executou nesta corte e em Pernambuco, sendo até necessario, para tranquillidade de todas as provincias e para se apertarem de novo os relaxados vinculos de amizade entre os dous reinos, que o Brasil fique só entregue ao amor e fidelidade dos seus naturaes; por tão ponderosos motivos ordeno-vos, como Principe Regente deste reino, do qual jurei ser defensor perpetuo, e depois de ouvir o meu conselho de Estado, que, logo que receberdes esta, embarqueis para Portugal com a tropa que tão impoliticamente dalli foi mandada, na certeza de que fico responsavel a meu augusto pai pela falta das suas reaes ordens, as quaes elle certamente vos teria dirigido, se podesse vêr de tão longe, e no meio das escuras nuvens que rodeião o seu throno, a urgencia e absoluta necessidade desta providencia.

« Espero que assim o executeis, e á junta provisoria desse governo escrevo tambem para que aprompte embaixações, e tudo que fór necessario para o vosso immediato e comodo regresso; quando não ficaríeis responsavel, a Deos, a el-rei, a mim, e ao antigo e novo mundo, pelos deploraveis resultados e funestissimas consequencias da vossa desobediencia.

« Escripta no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de Junho de 1822. — Principe Regente. — Joaquim de Oliveira Alvares. »

*Decreto prohibindo que seja reunido em uma só pessoa mais de um officio ou emprego, e vença mais de um ordenado.*

« Não tendo sido bastantes as repetidas determinações ordenadas pelos senhores reis deste reinos na carta régia de 6 de Maio de 1623, no alvará de 8 de Janeiro de 1627, e mais ordens regias concordantes com elles, pelos quaes se prohibe, que seja reunido em uma só pessoa mais de um officio ou emprego, e vença mais de um ordenado; resultando do contrario manifesto damno e prejuizo á administração publica, e ás partes interessadas, por não poder de modo ordinario um tal empregado ou funcionario publico cumprir as funcções, e as incumbencias, de que é duplicadamente encarregado, muito principalmente sendo incompativeis esses officios e empregos, e acontecendo ao mesmo tempo, que alguns desses empregados e funcionarios publicos, occupando os ditos empregos, e officios, recebem ordenados por aquelles mesmos, que não exercitão, ou por serem incompativeis, ou por concorrer o seu expediente nas mesmas horas, em que se achão occupados em outras repartições. Hei por bem, e com o parecer do meu conselho d'Estado, excitar a inteira observancia das sobreditas determinações, para evitar todos estes inconvenientes, ordenando que os presidentes, chetes e magistrados das repartições, a que são addidos esses funcionarios, não constirão debaixo de plena responsabilidade, que elles sejam pagos dos respectivos ordenados, ou sejam mettidos nas folhas formadas para esse pagamento, sem que tenham assiduo exercicio nos seus officios e empregos; e que isto mesmo se observe ainda mesmo com aquelles, que tiverem obtido dispensa Regia, para possuirem mais de um officio ou emprego na forma permitida no citado alvará de oito de Janeiro de 1627, pois que essa graça não os dispensa por modo algum do cumprimento das funcções e incumbencias inherentes aos seus officios e empregos.

« José Bonifacio de Andrada e Silva, do meu conselho, etc. » — Paço 18 de Junho de 1822. »

*O general Madeira renova as razões de sua queixa contra o procedimento da camara, e insiste em protidencias contra os excessos do redactor do Constitucional.*

« Ilm. e Exm. Sr. — No meu officio de 10 do corrente ponderei a V. Ex. os meus receios á cerca da influencia, que sobre o povo da provincia poderia exercitar a camara desta cidade, pelo seu comportamento a respeito do governo do Rio de Janeiro, e o periodico, — *Constitucional* — pela maneira porque dirige e opinião publica para se adoptar aqui o systema do governo proclamado naquella provincia ao dito officio me responderão Vs. Exs., no dia 11 procurando justificar a camara, e declararão que julgarão não ter devido providenciar sobre os periodicos, fundados em que as bases da constituição promettem a cada um fazer o que não prohibe a lei, e exprimir os seus pensamentos e que na lei da liberdade da imprensa se indicarão as maneiras de se punirem os abusos desta liberdade. Ao mesmo tempo me significarão Vs. Exs. que se achão possuidos dos melhores sentimentos a respeito do cumprimento das obrigações, que temos contraído, em quanto não forem competentemente revogadas pelos re-



presentantes da nação. O mesmo espirito de patriotismo, fidelidade e amor da ordem, que me instigou a escrever o meu primeiro officio, me obriga a fallar ainda sobre os objectos em questão, muito principalmente continuando o *Constitucional* a dirigir a opinião publica contra a ordem estabelecida. Tornando a ver o artigo do meu citado officio a respeito do mesmo periodico, não posso descurar onde continha qualquer idéa, que possa mostrar desejos de ver restabelecida por parte de V. Ex. uma inquisição tenebrosa, suspicaz e arbitraria, qual a que vexara os cidadãos nos tempos passados nem eu fallando de uma maneira muito geral, inculquei a V. Ex. as medidas, que deverão tomar, para assegurar a tranquillidade publica. Ninguém é mais religioso observador das leis do que eu, e esta qualidade unida com a firmeza do meu caracter, e com os desejos de que se conserve o sossego nesta provincia me impoem o dever de não guardar o meu silencio sobre os meios, que se poem em pratica para o perturbar. A liberdade de imprensa, e a faculdade de fazer cada um o que as leis não prohibem, são realmente dos mais sagrados direitos dos cidadãos de um povo livre; porem estes direitos tem limites, as leis fazem os mesmos cidadãos responsaveis pelos abusos, que delles fizerem; logo ellas não querem, que se use daquelles direitos com o prejuizo da sociedade; o contrario seria fundar o imperio da anarchia, e não se pode por consequencia ser indifferente a taes abusos pelo risco, que daqui resultaria.

« É verdade que a lei da liberdade da imprensa indica a maneira de punir os abusos contra ella commettidos; porem como eu não estou obrigado a indagar se o *Constitucional* tem sido ou não accusado perante a autoridade competente; e porque me cumpre dirigir-me a VV. EExs. sobre o bem do serviço nacional, julgarei muito necessario fallar sobre o mesmo periodico receiando dos effeitos, que a sua doutrina pode produzir no povo, e pedi a VV. EExs., que a este respeito dessem as providencias, que lhe parecessem necessarias. Entretanto continua o *Constitucional* a apresentar suas idéas subversivas nos numeros trinta e trinta e dois desfigurando os principios, que a nação jurou calumniando-me e até convidando a trair os meus juramentos. Assim vai elle abusando da bem entendida liberdade, que a constituição concede, e ensinando ao povo sempre disposto a abraçar a novidade, e quasi nunca conhecedor dos males que podem daqui resultar, idéas que talvez possam ser-lhe muy funestas. Ninguém pode negar, que o povo está actualmente em agitação, e que em taes circumstancias é muy perigoso não o dirigir com prudencia: eu sou amigo do povo, não desejo vel-o envolvido em desgraças; só por elle tenho receio de que se desenvolvão os partidos, e a nação me accusaria de mau, se por estar a testa da força armada fosse indifferente as revoluções. Eu faço portanto da minha parte o que está ao meu alcance para afastar o mal, pedindo a VV. EExs., que tomem as suas medidas, para assegurar a tranquillidade publica, e a ordem estabelecida, e eu gozo assim do testemunho da minha pura consciencia. Eu jurei obedecer e fazer guardar o que as côrtes da nação decretarem; só ellas reconhecem autorizadas para legislarem sobre o sistema politico da monarchia portugueza: eu faço pois mais uma vez esta declaração, e não terei por consequencia remorços, se, para cumprir com o meu mais sagrado dever um dia for obrigado a collocar-me a frente dos soldados. VV. EExs. mesmos no seu officio no dia 11 reconhecem a veneração e religioso respeito, que nos devem inspirar as sagradas obrigações, que havemos contraído; debaixo deste principio VV. EExs. poderão haver-se como dictão taes obrigações, e inspirar ao povo os melhores sentimentos: obre elle segundo o que jurou, use do direito que o artigo quatorze das bases da nossa constituição lhe permite: conserve-se em tranquillidade, e então as armas portuguezas não percorrerão as ruas da Bahia salpicadas de sangue de seus irmãos. Como novamente fallei sobre a camara no principio deste officio, cumpre que exponha as razões, em que me fundei para dizer a VV. EExs. no meu officio de 10 do corrente, que ella obrara de accordo com

o governo do Rio de Janeiro. E certo que a resolução do soberano, congresso de 18 de Julho de 1821 recommendava a Exm. junta provisoria do governo desta provincia, que conservasse; e se promovesse as relações e correspondencia franca e leal com a provincia do Rio de Janeiro, e as mais deste reino. Nem eu poderia levar a mal, que a camara desta cidade assim obrasse ainda quando tal resolução não existisse; porem não posso conceber, que da doutrina da dita resolução se conclua, que pode a camara obedecer ao governo do Rio.

« Não sei o que escreveu a camara aqelle governo; e isso era preciso para se julgar sobre o seu comportamento, nem sobre cousas, que ignoro teria eu estralado as minhas queixas a respeito della; porem o — cumpra-se e registre-se, que a camara poz na portaria do ministerio do Rio de Janeiro de 10 de Maio me fornece um sufficiente titulo para taes queixas. Ninguém pode duvidar, que a camara deste modo se obrigou a promover por todos os meios que estão ao seu alcance, a união desta provincia as que reconhecem a regencia de Sua Alteza Real, e o dar a execução o decreto de 16 de Fevereiro logo que as circumstancias o permittão, por ordem daquelle governo, a quem elle não está autorizada para obedecer, em quanto não for reconhecido pelas côrtes.

« A isto chamo eu obrar de accordo com aqelle governo; e obrar de accordo e obedecer a um governo, que ainda está illegal, é faltar ao promettido nos juramentos desta provincia e é ser por consequencia criminosa.

« Não posso deixar de persuadir-me, que a publicação da referida portaria fosse feita por ordem da camara: quem seria tão átrevido que lançasse mão do original ou do registro para extrair uma copia, e publicar-a depois sem licença da camara? E quando assim fosse e ella obrasse com franqueza, não deveria ter patentecado isto mesmo ao publico. Publicar a dita portaria com o competente — cumpra-se e registre-se — é já dar passos para conseguir o que nella se lhe recommenda, animando o povo com o seu exemplo, e querendo assim aproveitar-se da agitação em que elle se acha. O povo illude-se muitas vezes a respeito do poder das camaras, persuadindo-se que ellas podem decidir as grandes questões da nação: esta influencia é muy perigosa nas revoluções, e ella por si mesma deve-se recommendar a vigilancia de VV. EExs. Eu rogo a V. Ex. de persuadirem-se, que as minhas palavras são dictadas tão somente pelo amor da patria da constituição e da boa ordem, e que eu me julgarei feliz sempre que o povo guardar os limites em que deve conservar-se para não ser conduzido a desgraça. Eu respondo pela tranquillidade das tropas, e posso assegurar aos habitantes desta provincia, que ellas guardarão um profundo silencio em quanto isto for compativel com a dignidade da nação portugueza e della.

Deos guarde a VV. EExs. Quartel general da Bahia 25 de Junho de 1822. — Ilms. e EExms. Srs. da junta provisoria do governo desta provincia. — Ignacio Luiz Madeira de Mello.

*O juiz de fora da Cachoeira Dr. Antonio de Cerqueira Lima participa ao secretario da junta provisoria da Bahia ter sido acclamado naquella villa Sua Alteza Real regente e perpetuo defensor, e protector do Brasil.*

« Ilm. e Exm. Sr. — É do meu dever participar a V. Ex. da maneira, que me é possível pela estreiteza de tempo, que hoje foi acclamado nesta villa Sua Alteza Real, Regente e perpetuo defensor do Brasil, e isto em consequencia de se ter reunido na praça desta villa os coronéis de cavallaria milicianos, José Garcia Pacheco, e Rodrigo Antonio Falcão, tendo este e aqelle me officiado para me achar com a camara nos paços do conselho: como tudo consta do termo de vereação, que nesta occasião não posso aqui-lhe transmittir a V. Ex. E' com bastante magoa na crise actual, mas que o meu estado de molestia, e mais de minha familia exige, que eu requeira a V. Ex. e a junta pro-

visoria, um mez de licença para estar na cidade, e consultar os facultativos.

Deos guarde a pessoa de V. Ex. Cachoeira, 25 de Junho de 1822. — Illm. e Exm. Sr. Francisco Carneiro de Campos, secretario e membro do governo provisório desta provincia. — O juiz de fóra Antonio de Cerqueira Lima. »

*Os coronéis José Garcia e Rodrigo Falcão participão á junta do governo da capital o facto de haver sido pela manhã aclamado na villa Sua Alteza Real, regente constitucional protector e defensor perpetuo do Brasil, pelo voto geral de todos os habitantes desta villa.*

« Illms. e Exms. Srs. — E' do nosso dever participar desde já a VV. EExs., que observando ser o voto geral de todos os habitantes desta villa e sen termo ser Sua Alteza o Principe Real aclamado regente constitucional deste reino do Brasil para gozarem daquellas vantagens, que só lhes podião resultar de uma estreita união desta provincia ás de mais, que já tem a dita de serem governadas pelo mesmo senhor, comparecerão na manhã do dia de hoje na praça desta villa, e depois de reunido o senado da camara, capitão-mór, e todas as mais classes de povo, que já na mesma occasião manifestados exprimião clarissimamente o desejo ardente, que os possuía, foi Sua Alteza o Sr. Principe Real aclamado regente constitucional, protector e defensor perpetuo deste reino do Brasil para gozarem daquellas vantagens, que lhes podião resultar de uma estreita união desta provincia ás de mais, que já tem a dita de serem governadas pelo mesmo senhor. Comparecerão na manhã do dia de hoje na praça desta villa, e depois de reunido o senado da camara, capitão-mór e todas as mais autoridades a testa de um immenso concurso de povo que, já por outros signaes na mesma occasião manifestados, exprimião clarissimamente o desejo ardente que possuía, foi Sua Alteza o Sr. Principe Real aclamado regente constitucional, protector e defensor perpetuo deste reino do Brasil da mesma maneira que o tinha sido na cidade do Rio de Janeiro, e de tudo o o mesmo senado mandou lavrar a competente acta, em que todos assignarão a qual será brevemente reunida a VV. EExs., ficando os abaixo assignados mui severamente occupados em manter a tranquillidade publica, sem a qual não podemos prosperar. Os abaixo assignados, desenvolvendo por este modo o seu patriotismo, estão altamente convencidos, que em nada tem desmerecido daquelle respeito sagrado que sempre tributarão, e protestarão, render até ao ultimo momento de sua existencia a Sua Magestade el-rei o Sr. D. João VI, em cujos termos liçõesgeão-se de merecer de Vs. Exs. a approvação do passo, que vem de dar por ser tão justo e legitimo, quanto são os solemnes principios, que a nação toda tem proclamado.

« Deos guarde a VV. EExs. por muitos annos — Quartel da villa da Cachoeira, 25 de Junho de 1822 — Illms. e Exms. Srs. do governo provisional da capitania da Bahia. — José Garcia Pacheco de Moura Pimentel e Aragão, coronel commandante do regimento de cavallaria — Rodrigo Antonio Falcão, coronel aggregado. »

*A junta interina installada na Cachoeira dirige-se ao governo provisório da provincia, queirando-se do procedimento do commandante da canhoneira surta naquella porto, por ter dirigido tiros de metralha sobre a villa e a povoação de S. Fidelis, por occasião de ter o povo proclamado solememente o Principe Real regente do Brasil; pelo que foi mister installar a junta interina para os guiar, defender, e terminar os males que soffrem.*

« Illms. e Exms. Srs. do governo provisional. — Os pacificos habitantes desta villa, tendo proclamado solememente no dia de hontem a regencia de Sua Alteza o Sr. principe real, com aquelle nobre enthusiasmo, que tem

constantemente dominado em todos os corações brasileiros, enthusiasmo que elles contavam garantido por todas as autoridades desta villa, e até mesmo pelo commandante da canhoneira surta neste porto; pois que sendo previamente officiado duas vezes sobre semelhante passo pelo coronel commandante do regimento de cavallaria miliciana desta dita villa, em ambas respondeu ao ajudante encarregado do officio, que elle dava sua palavra d'honra em como de forma alguma se opporia a medida que se propunha tomar, virão cruelmente illudidas suas tão bem fundadas esperanças, disparando-se daquelle canhoneira tres tiros de peça com metralha sobre a tropa e povo, que, concluido o sermão e Te-Deum, a que se procedera, desfilava pacificamente para suas casas. Medida tão hostil poderia arrastar uma horrorosa mortandade, se a vasante da maré não fizesse malograr as pontarias, empregando-se no caso a maior parte da metralha, do que resultou poucos sahirem feridos. Mas, Illms. e Exms. Srs., ainda aqui não parou o despotismo e perfidia. De noite se disparão seis tiros na mesma direcção, e na povoação de S. Felix, que fizeram grandes estragos nos edificios do Dr. juiz de fóra, do capitão Antonio de Castro Lima, e outros muitos. Ainda mais na manhã do dia d'hoje a mesma canhoneira faz apprehender as canoas, que passavam carregadas, abrindo caixas e cartas, particulares de correspondencia. Todos estes actos, Illms. e Exms. Srs., unidos ao grande numero de europeos residentes nesta villa, que desde logo entrão a concorrer tumultuosamente para a dita canhoneira, sepultarão a mesma no maior horror, deixando claramente vêr, que a guerra civil não estava longe de reduzir ás ultimas extremidades um povo docil, um povo hospitaleiro, que sem faltar em um só acto ás leis existentes, sem violar os direitos de cidadão alguma, procurava tão somente declarar a essa capital, a toda a provincia, e a todo o Brasil a sua união ás de mais provincias do mesmo, e a sua obediencia ao mais amado dos principes o Serenissimo Sr. D. Pedro de Alcantara, successor jurado da monarchia luso-brasileira. Taes forão os poderosos motivos, que obrigarão os coronéis de cavallaria a convocar uma assembléa composta de todas as autoridades e mais cidadãos conspicuos desta villa para se adoptar uma medida, que ao mesmo passo podesse destruir todo a origem de desunião e resabio, e defender corajosamente qualquer aggressão, que se tentasse contra um povo, que se via insultado, opprimido, e presta a succumbir aos golpes terríveis d'anarchia e guerra civil. A assembléa, como VV. EExs. verão da propria acta, que se lavrou, deliberou, que se instalasse uma junta, composta de cinco membros com a denominação — Junta interina, conciliatoria de defesa — que tendo por attribuições desempenhar simplesmente o seu titulo durasse até que VV. EExs., prestando-se a tão justos votos de sentimentos, se dignem de dar todas as providencias, cooperar por todos os modos ao seu alcance a que saia deste porto aquella dita canhoneira; unica medida capaz de terminar tantos males. A sobredita junta interina conciliatoria e defesa, aproveita esta occasião de render a VV. EExs. todas as submissões; e firmemente convencida de que, dedicando-se sómente a natural defeza, que a todos toca, não tem faltado ao respeito e obediencia devida ao augusto congresso da nação, a el-rei constitucional, as bases da constituição jurada, e a todas as leis existentes, espera firmemente a approvação de VV. EExs., e a communicacão de suas ordens.

« Deos guarde a VV. EExs. como bavemos mister e nos apraz. Cachoeira 26 de Junho de 1822. — Antonio Teixeira de Freitas Barbosa, presidente. Antonio Pereira Rebouças, secretario. José Paes Cardoso da Silva. Manoel José de Freitas. Antonio José Alves Bastos. »

*Termo de reações da aclamação do Principe Real, regente, perpetuo defensor e protector do Brasil.*

« Aos 25 dias do mez de Junho de 1822 annos, nesta villa de Nossa Senhora do Rosario do Porto da Cachoeira em os passos do Conselho e casa da camara della, onde

se acharão presentes o Dr. juiz de fora, presidente, Antonio de Cerqueira Lima, e vereadores, o mais velho, tenente coronel Joaquim José Albernás, o capitão Antonio da Costa Lima, e por ausencia do sargento-mór, Francisco José da Silva e Almeida, que se acha na cidade da Bahia, veio o do anno atrasado Joaquim Pedreira do Couto Ferraz, com o procurador actual, o capitão Manoel Teixeira de Freitas, onde todos foram convocados por officio do coronel de cavallaria miliciana José Garcia Pacheco, que se achava a frente do corpo do seu commando na praça desta villa, para que se achassem em camara, onde com effeito, sendo vindos e juntos em mesa de vereação o dito ministro presidente, vereadores, e procuradores logo ali comparecerão o coronel José Garcia Pacheco, effectivo, e o coronel Rodrigo Antonio Falcão, aggregado, e por elles foi dito, que elles haviam convocado a camara e autoridades do districto para o fim de que com a presidencia da mesma camara se aclamasse Sua Alteza Real o Sr. Principe D. Pedro, regente perpetuo, defensor e protector deste reino do Brasil, na forma que foi aclamado na cidade do Rio de Janeiro, o que ouvido pelo dito ministro e membros da camara, accordarão que a mesma camara chegasse ás janellas dos mesmos paços do conselho, para saber da vontade do povo e tropa, que na praça se achava postada, assim a de cavallaria, como a de milicias, de infantaria, com o chefe commandante o sargento-mór, Joaquim José Bacellar, e da ordenança presidida pelos officiaes respectivos, achando-se o capitão-mór José Antonio Flusa de Almeida na casa da camara; e sendo perguntado ao povo e tropa pelo procurador do senado Manoel Teixeira de Freitas, que se achava com o estandarte na mão, se eram contentes, que se aclamasse a sua Alteza Real o Sr. D. Pedro de Alcântara por regente e perpetuo defensor e protector do reino do Brasil, assim na forma que foi aclamado na cidade do Rio de Janeiro: e logo pelo povo e tropa, que se achava postado na praça, foi respondido que sim, e lançando o procurador o estandarte fora das janellas houvera proclamado a sua Alteza Real o Sr. Principe D. Pedro na forma acima dita, e da mesma maneira que foi aclamado na corte do Rio de Janeiro, dando todos muitos e repetidos vivas a sua Alteza Real com grande alegria, conservando-se esta, villa e todo o seu districto adherente a observancia as autoridades constituídas nesta villa, e da mesma forma as autoridades constituídas na capital da provincia, logo que estas tenham adherido ao sistema da corte do Rio de Janeiro, que acabamos de proclamar, ficando esta camara obrigada na primeira occasião a representar a S. Alteza Real a retirada da tropa europea, por ser esta além do desnecessaria, prejudicial ao socego desta provincia, e de como assim se cumprio e declararão fíz este termo, e declaro que neste acto só compareceu o capitão-mór José Antonio Flusa de Almeida, sómente, e não a sua tropa de ordenança; e outro sim que esta camara participará ao governo civil da provincia este acto de aclamação com authentica do termo de vereação; e declararão mais os mesmos chefes e pessoas que concorrerão neste acto, que na representação, que esta camara deve levar á presença de sua Alteza Real expresse a falta que houve em quasi todos os habitantes desta provincia de declararem a sua vontade ácerca da desunião politica; que se fez desta provincia para com as mais deste reino do Brasil; e assim mais declarou finalmente o capitão-mór, que posto não tivesse comparecido a testa de sua corporação, por não ter sido requerido para isso, com tudo se obrigara, como com effeito se obrigou, a mandar e guardar a ordem estabelecida, e harmonia publica com todas as mais a seu alcance, de que de tudo fíz este termo; e eu Jacintho Lopes da Silva, escrivão da camara, o escrevi e declarei. — Lima, Albernáz, Castro, Pedreira, Teixeira. — Com duzentas e cincoenta e duas assignaturas, em que estão as dos ditos coroneis de cavallaria miliciana, e autoridades ecclesiasticas desta villa e capitão-mór. »

*O juiz de fóra da Cachoeira envia copia do termo de vereação da aclamação do Principe Regente, e manifesta o estado perigoso em que se acha a villa preses a arrebenlar em guerra civil.*

« Ilm. e Exm. Sr. — Incluso achará V. Ex. a autentica do termo de vereação, que por falta de tempo não foi hontem com o meu officio. O estado actual desta villa é assás perigoso, e requerer quanto antes providencias para se evitar a guerra civil, que proxima nos ameaça.

« Deos guarde a pessoa de V. Ex. — Villa da Cachoeira 26 de Junho de 1822. — Ilm. e Exm. Sr. Francisco Carneiro de Campos, secretario e membro do governo provisório desta provincia da Bahia. — O juiz de fóra, Antonio de Cerqueira Lima. »

*A junta, respondendo ao general Madeira, declara que pretende, logo que a camara se pronuncie a respeito da sua insistencia, de levar o negocio á presença de el-rei e do congresso.*

« Ilm. e Exm. Sr. — A junta provisoria do governo accusa a recepção do officio de V. Ex. em data de 25 do corrente, no qual, desenvolvendo mais explicitamente os motivos da censura feita ao comportamento da camara desta cidade em officio de 10, insiste principalmente no —cumpra-se—posto pela mesma camara na portaria do ministerio do Rio de Janeiro, e persiste em condemnar a conducta do redactor do periodico *O Constitucional* sobre a direcção que dá ao espirito publico.

« A junta, tomando em consideração as razões expendidas no sobredito primeiro officio, tem determinado mandar ouvir a camara sobre o negocio de que se trata, afim de que se tome depois a deliberação que for conveniente; e, pelo que toca ao periodista, ella ordena, pela portaria junta por copia, ao promotor do juizo dos jurados que proceda na forma da lei sobre liberdade de imprensa.

« Deos guarde a V. Ex. Palacio do governo da Bahia, 27 de Junho de 1822. — Ilm. e Exm. Sr. brigadeiro governador das armas desta provincia. »  
(Seguem-se as assignaturas.)

*O governo provisorio proclama aos habitantes da provincia afim de evitar que rompão em actos arbitrarios e inconstitucionaes.*

« Proclamação. — A junta provisoria do governo da provincia da Bahia aos seus habitantes. — Habitantes da Bahia! Que vertigem se apodera de vossas almas! Uns agitados de desconfianças, e mal fundados receios, abandonaes vossas casas e occupações ordinarias a buscar guarida ao longe nos centros das matas, ou em remotas povoações; outros vos precipitaeis em actos tumultuarios, turbando a paz publica, e a ordem estabelecida. Assim servis a patria! Com os olhos mal enclutos das lagrimas vertidas nos infaustos dias 19 e 20 de Fevereiro, querela por vossas indiscripções inspirar aos cidadãos mais constantes a deserção dos seus primeiros deveres, ou provocar novas scenas de horror e desolação! Venceis os funestos partidos e rivalidades, que vos dilacerão; evitae sobre tudo o contagio de espiritos inquietos, e amigos da novidade, e nada tereis a receiar. A junta provisoria do governo, composta de pessoas da vossa escolha e confiança, órgão de vossa vontade, tem levado ao conhecimento de Sua Magestade el-rei o Sr. D. João VI, e do soberano congresso da nação, quaes sejam as vossas circumstancias, e quaes os votos desta provincia firmes no juramento, que tendes prestado esperai tranquillios, que os sabios legisladores, consultando o que melhor convem a cada uma das partes da monarchia constitutional luso brasileiro, afim de conservar a sua união e indivisibilidade, decretem os vossos destinos, talvez a esta hora re-

solvidos. O chefe depositario da força não pode fazer-vos violencia enquanto obedecerdes ás leis, ou quando franca e legalmente explicardes vossas necessidades ás côrtes e a el-rei pelo exercicio pacifico do direito de petição consignado nas bases constitucionaes; mas elle se julga responsável da mesma sorte que a junta, pela conservação do socego publico, e não deixarão ambas as autoridades de oppor todos os meios em seu poder para prevenir e frustrar os motivos e insurreições que excitando a guerra civil, podem arrastar males incalculaveis, e a subversão do systema adoptado.

« Não ha cousa alguma no mundo, a virtude a mais eminente, que, tocando o extremo não degenera em vicio: o amor da patria, primeira das virtudes sociaes, que eleva o cidadão a obrar prodigios pela gloria e independencia da nação, a que pertence, mal entendido e desordenado, o arrasta muitas vezes a crimes, e causa a sua ruina. Tranquillisai-vos, cidadãos, entrai em vossos direitos; não compromettai a segurança e prosperidade da provincia; nem se diga, que tendes collocado esta junta em tão alta posição só para a fazerdes melhor expectadora de nossas necessidades e ruinas. Palacio do governo da Bahia 27 de Junho de 1822. (Seguem-se as assignaturas.) »

*O governo provisorio communica ao general Madeira os successos da aclamação do Príncipe Regente na villa da Cachoeira, e da installação alli de uma junta de governo interina.*

« Illm. e Exm. Sr. — A junta provisoria do governo transmitta a V. Ex. as copias inclusas das partes, que acaba de receber, contendo a relação dos acontecimentos, que tiveram lugar na villa da Cachoeira no dia 25 do corrente, á vista da qual parece, que os ditos acontecimentos foram obra da tropa daquelle districto, e alguma porção de povo: a junta desde já protesta, que ella não reconhece a instalada junta interna, não pretende com ella entreter correspondencia; nem approva aquelles actos, que julga precipitados, illegaes e incompativeis com a obediencia immediata, em que se acha esta provincia, das soberanas côrtes e de el-rei, de cuja decisão se acha pendente o grande negocio da delegação do poder executivo, e de tudo passa quanto antes a dar conta ao governo do reino, e as mesmas côrtes. A junta persuade-se que taes successos não tem consistencia solida, nem podem ter effectos permanentes; todavia qualquer que seja a sorte daquelle districto, a junta não pode deixar de offerecer á consideração de V. Ex. que nas providencias, que julgar necessario dar em crise tão delicada a bem da pacificação daquelle povo, a commissão haja de recair em pessoas de consumada prudencia, e com instrucções as mais estricatas, afim de que tenham as vias de communicação, e jamais as de rigor e hostilidades, que talvez aggravem o mal, e o fação propagar com grande compromettimento da tranquillidade de toda a provincia.

« Deos guarde a V. Ex. Palacio do governo da Bahia 28 de Junho de 1822. — Illm. e Exm. Sr. brigadeiro governador das armas desta provincia. » (Seguem-se as assignaturas.)

*O governo provisorio responde ao juiz de fóra da Cachoeira, negando-lhe a licença pedida, e instruindo-o do procedimento que deve ter d vista do estado da villa.*

« A junta provisoria do governo, lamentando com toda amargura os irregulares acontecimentos, que tem tido lugar nesta villa, manda participar a Vmc. em resposta ao officio de 25 do corrente, que não sendo possível conceder-se licença, que requer, á vista da actual crise, que muito reclama ahi a sua presença, deve Vmc. continuar a exercer, ou nessa villa, ou em outro qualquer lugar do districto, que julgar conveniente, a jurisdicção ou autoridade, que lhe foi confiada por el-rei, contribuindo por

todos os modos para o restabelecimento da ordem publica, e concordia dos cidadãos, para cujo fim fará espalhar as proclamações inclusas: e que somente no caso de ser absolutamente impossível o exercicio da mesma jurisdicção se poderá Vmc. retirar para esta cidade, dando antecipadamente conta por esta secretaria.

« Deos guarde a Vmc. Palacio do governo da Bahia, 28 de Junho de 1822. — Francisco Carneiro de Campos, secretario.

« Sr. juiz de fóra da villa da Cachoeira. »

*A camara da villa de S. Francisco participa ao governo provisorio o ter sido alli aclamado o Principe Real regente do Brasil, e emutando o termo de vereação respectivo.*

« Illms. e Exms. Srs. — E' do nosso dever levarmos agora mesmo á respeitavel presença de VV. EExs., por copia authentica, o termo que na vereação a que extraordinariamente hoje se procedeu se acaba de lavrar. Delle será constante a VV. EExs. que não podia deixar esta camara de annuir ao voto geral dos habitantes desta villa e seu territorio, manifestado tão cordialmente na petição que lhe foi apresentada, protestando, porém, que permaneceremos sempre sujeitos ás determinações dessa Exma. junta na mais restricta obediencia ás leis existentes, e inconcussa adhesão á sagrada causa constitucional e indissolúvel união dos tres reinos de Portugal, Brasil e Algarves.

« Deos guarde a VV. EExs. Villa de S. Francisco, em camara de 29 de Junho de 1822. — Illms. e Exms. Srs. da junta provisoria do governo desta provincia. — Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, juiz de fóra presidente. — Pedro Antônio Netto Cavalcante, vereador. — Antonio José Ferreira, vereador. — Antonio Felix Henrique de Menezes, procurador. — Feliciano Teixeira da Matta Bacellar, escrivão do senado. »

*Termo da vereação da camara da villa de S. Francisco para a aclamação do Principe Real, regente e defensor perpetuo do Brasil.*

« Sessão extraordinaria. — Aos 29 dias do mez de Junho de 1822, nesta villa de S. Francisco de Sergipe do Conde e casas da camara della, em mesa de vereação, sendo presidente o Dr. juiz de fóra Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos, e vereador o professor Pedro Antônio Netto Cavalcante, e os do anno preterito o capitão Antonio José Ferreira, o capitão Manoel Athanazio de Azevedo e procurador actual Antonio Felix Henriques de Menezes, comigo escrivão da camara, para effeito de proceder-se á sessão extraordinaria a requerimento da tropa de cavallaria e infantaria miliciana, ordenanças e de mais cidadãos, que todos se achavão presentes e reunidos na praça; sendo ahi, foi offerecida a seguinte representação:

« A tropa e cidadãos desta villa e seu districto, desejando, no deploravel estado de fermentação em que se acha, tanto a cidade, como o reconcavo da Bahia, prevenir que algum espirito mal intencionado mova o povo a romper em excessos anarchicos ou a desviar-se do systema monarchico constitucional que temos jurado manter, cujo perigo em verdade é eminente, e sendo, como estão, convencidos de que nenhum outro meio ha mais effizaz para tranquillisar o espirito publico do que seja satisfazer ao voto geral, que tem por fim remetter a regencia de S. A. R. o Sr. D. Pedro de Alcântara, Principe Real e annuir á causa abraçada pela maioria das provincias do sul e norte do Brasil.

« Como já pela camara e cidadãos desta villa foi declarado na sessão extraordinaria de 20 do corrente mez, em resposta aos quesitos dos nossos illustres deputados, requerem a este nobre senado que declare para a todo o tempo constar:



« 1.º Que esta villa e seu districto se considera desde já unida á causa adoptada pelas provincias colligadas do Brasil.

« 2.º Que os seus habitantes reconhecem a S. A. Real o Sr. D. Pedro de Alcantara, Principe Regente do reino unido, como regente constitucional do Brasil por seu augusto pai o Sr. D. João VI, e o acclamação seu perpetuo defensor. »

« A' vista do que o Dr. juiz de fóra, presidente, mandando ler pelo peocurador deste senado os dous precedentes artigos ao povo e tropa que presente era, e saber se era aquella expressão da sua vontade, responderão todos unanimemente que sim, e repetirão com grande entusiasmo os seguintes vivas :—Viva nossa santa religião! Viva as côrtes geraes da nação! Viva el-rei o Sr. D. João VI, rei do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves! Viva o Principe Real o Sr. D. Pedro de Alcantara, regente constitucional, protector e defensor perpetuo do reino do Brasil!

« E para que isto constasse concordarão todos que se fizesse a presente acta, e requererão que della se transmittisse uma copia authentica á junta provisoria do governo da provincia para o fim de lhe constar que os cidadãos desta villa e seu districto não alterarão o seu regimen actual, e administração desta provincia, e que derão sómente este passo para manifestar de um modo legal e solemne a sua vontade, e de sorte que esperão que esta sua resolução, em vez de ser desaprovada, seja ao contrario digna de louvor, não só porque tem por base a opinião publica do Brasil, e o voto unanime deste districto e da provincia, já de sobejo pronunciada e reconhecida pela mesma junta; mas tambem porque foi tomada afim de acalmar a effervescencia e concussão que agitava o reconcavo, de que, para constar, mandou o dito presidente fazer esta acta, em que assignou com os ditos vereadores, procurador, e comigo escrivão e cidadãos abaixo assignados. »

(Seguem-se as assignaturas.)

*O capitão-mór Joaquim Ignacio de Cerqueira Bulcão participa ao governo provisório a respeito da sua assignatura na petição apresentada á camara sobre a acclamação do Principe Real a regente do Brasil.*

« Ilms. e EExms. Srs. — Não obstante haver já a camara desta villa officiado a VV. EExs. sobre o mesmo assumpto, julgo com tudo do meu dever render particularmente por minha parte a VV. EExs., que a instancias dos habitantes desta municipalidade me incorporei na petição, que foi apresentada na vereação extraordinaria de hoje, para se manifestar ser o voto geral destes povos, o serem restituídos a regencia do Sr. principe real D. Pedro, perseverando-se com tudo na obediencia ao augusto congresso da nação, e a el-rei o Sr. D. João VI, no respeito ás autoridades da provincia e na observancia das leis existentes mantida sempre a união dos tres reinos: tudo em conformidade do que juramos, quando gloriosamente abraçamos a santa causa da constituição.

« Deos guarde a VV. EExs. muitos annos. Villa da Cachoeira 29 de Junho de 1822. — Ilms. e Exms. Srs. da junta provisoria do governo provisório desta provincia. — Joaquim Ignacio de Sirqueira Bulcão, capitão-mór. »

*A camara da villa de Santo Amaro participa ao governo provisório o facto da acclamação alli do Principe Real D. Pedro, regente do Brasil, e enviando o respectivo termo da vereação.*

« Ilms. e Exms. Srs. — Temos a honra levar a presença de VV. EExs. a copia da acta da sessão extraordinaria, que esta camara procedeu no dia de hoje a requerimento da tropa, clero e cidadãos desta villa e seu districto; e do seu contexto conhecerão VV. EExs. a justa

necessidade, que havia de dar-se este passo afim de tranquillisar os espiritos. A camara desta villa aproveitou esta occasião para renovar os seus protestos de consideração e obediencia a Exm. junta provisoria do governo.

« Deos guarde a VV. EExs. Villa de Santo Amaro em camara de 29 de Junho de 1822. — O desembargador ouvidor em camara, Antonio José Duarte de Araujo Gondim, João Lourenço de Athayde Seixas, Antonio de Araujo Gomes Junior, Apolinario José de Oliveira, Francisco de Paula Carvalho. »

*Termo de vereação da camara da villa de Santo Amaro, sobre a acclamação do Principe Real, regente e defensor perpetuo do Brasil.*

« Aos 29 dias do mez de Junho de 1822 annos nesta villa de Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro, comarca da provincia da Bahia em os paços do conselho della onde foram vindos o desembargador ouvidor, e provedor geral da comarca, Antonio José Duarte de Araujo Gondim, professo na ordem de Christo, como presidente, por se achar na villa de S. Francisco o actual Dr. juiz de fóra, Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos; e os vereadores actuaes o sargento-mór João Lourenço de Athayde Seixas, o sargento-mór Antonio de Araujo Gomes, professo na ordem de Christo, e na falta do sargento-mór, José Rodrigues de Lemos, professo na ordem de Christo, em razão de molestia, o verendor dos annos passados Apolinario José de Oliveira, e na falta da actual procurador, Joaquim José Ribeiro Guimarães por molestia, o procurador dos annos passados, Francisco Paula Carvalho, comungo escrivão do senado, abaixo assignado, para effeito de se proceder a sessão extraordinaria a requerimento da tropa, ordenanças e de mais cidadãos do clero, nobreza e povo desta villa e seu districto, que todos se achavão nesta occasião reunidos na praça do largo da matriz e sendo shi por meio de uma deputação da parte da tropa e povo foi expressado pelo coronel Gaspar de Araujo Azevedo Gomes de Sá, a seguinte representação dirigida a esta camara. — A tropa de milicias, infantaria, cavallaria, corpo de ordenança, cidadãos, clero, nobreza e povo desta villa e seu districto, desejando no deploravel estado de fermentação, em que se acha tanto a cidade como o reconcavo da Bahia, prevenir que algum espirito mal intencionado mova o povo a romper em excessos anarchicos contra o pacto constitucional, que juramos, cujo perigo em verdade é eminente, e sendo, como estão convencidos de que nenhum outro meio ha mais efficaz para tranquillisar o espirito publico em extremo agitado, do que satisfazer o voto geral, que tem por fim reconhecer a regencia da Sua Alteza Real, o Sr. D. Pedro de Alcantara Principe Real, e annuir á causa abraçada pela maioria das provincias de sul e norte do Brasil, como já por esta camara e cidadãos desta villa foi declarado na sessão extraordinaria de 14 do presente mez em resposta aos quesitos dos nossos illustres deputados.

Requerem a esta camara, que declare para constar a todo o tempo o seguinte: 1º Que esta villa e seu districto se considera desde já unida a causa adoptada por quasi todas as provincias do Brasil. 2º Que os seus habitantes reconhecem a Sua Alteza Real, o Sr. D. Pedro de Alcantara, Principe Real, como regente constitucional do reino do Brasil, em nome de seu augusto pai el-rei o Sr. D. João VI, e a acclamação seu protector e perpetuo defensor do reino do Brasil. A vista do que o dito desembargador ouvidor presidente, fazendo-a ler das janellas do conselho, que lanção para a praça onde se achavão reunidos a tropa, cidadãos, clero e nobreza os dous precedentes artigos em altas e intelligiveis vozes, que bem se percebão de todos, e sendo lidos pelo procurador do senado e perguntado, se era aquella a sua vontade, responderão todos unanimemente e com maior entusiasmo em altas vozes, que sim, e que era aquella a sua vontade; e logo a camara com o seu estandarte, estando nas mesmas janellas com o dito presidente, derão e repetirão com todos por muitas vezes os seguintes vivas:

Viva a nossa santa religião. — Vivão as côrtes geraes da nação. — Viva el-rei constitucional o Sr. D. João VI. — Viva o Principe Regente o Sr. D. Pedro d'Alcantara, protector e defensor perpetuo do reino do Brasil. — Viva a dinastia da casa de Bragança. — Viva a união do reino unido de Portugal Brasil e Algarves. — Vivão os irmãos de Portugal e do Brasil. E para que isto constasse, todos concordarão em que se fizesse a presente acta, e requererão que della se transmittisse uma copia authentica a Exm<sup>a</sup> junta provisoria do governo desta provincia, para o fim de lhe constar, que os cidadãos desta villa e seu districto em nada alterarão o actual regimen e a administração desta provincia, e que somente derão este passo para manifestar de um modo solemne e legal a sua vontade, de sorte que esperão, que esta sua resolução, longe de ser desapprovada, será ao contrario digna de louvor aos olhos de todos e da Exm. junta provisoria; não só porque tem por base a opinião publica do Brasil, e o voto unanime dos povos deste districto e de toda a provincia, já de sobrejo pronunciada e reconhecida pela mesma Exm. junta; mas tambem porque foi tomada, afim de acclamar a effervescencia e concussão que agitava o reconeavo. — E de tudo para constar etc. (Seguem-se as assignaturas) »

*A camara da villa de Inhambupe dá conta do facto de ter sido acclamado alli o Principe D. Pedro regente do Brasil.*

« Illms. e Exms. Srs.—Tendo chegado á noticia dos povos desta villa e seu termo haver sido acclamado no dia 13 de Maio na côrte do Rio de Janeiro o nosso augusto Principe Real, regente do reino do Brasil e defensor perpetuo dos seus direitos constitucionaes, impellidos do amor que tem constantemente tributado á exalta dynastia de Bragança, de que é o primeiro arrimo, como successor immediato da monarchia luso-brasilica o mesmo Serenissimo Senhor, de common accordo, convocados a toque de sino esta camara e cidadãos, declararão ser a sua vontade que se fizesse hoje nesta villa igual acclamação; logo resarão no maior regosio de enthusiasmo os vivas á nossa santa religião, á nossa constituição, ao soberano congresso da nação, a el-rei o Sr. D. João VI, a S. A. Real o Sr. Principe Regente e defensor perpetuo deste reino, á união de Portugal e Brasil, e aos laços de fraternidade de uns e outros concidadãos, e se renderão ao Ente Supremo as devidas graças pelos beneficios innumeraveis que de tão liberal acclamação devemos esperar todos os verdadeiros luso-brasileiros, o que tudo participamos a VV. EEExs., esperando que não deixarão de approvar a nossa patriótica deliberação.

« Deus guarde a VV. EEExs. Villa de Inhambupe, em camara de 29 de Junho de 1822.—O presidente Dionisio Vieira de Lima Factuno.—Vereador Manoel de Jesus e Almeida.—Vereador Ignacio Rodrigues Maia.—Vereador Felix Alvares de Amorim.—Procurador João Gomes de Carvalho. »

*O general Madeira, respondendo ao officio de 29, faz requisição de mais objectos de marinha, declarando que ia usar da força das armas contra aquelles habitantes.*

« Illms. e Exms. Srs.—Accuso a recepção do officio de VV. EEExs., datado de 26 do corrente, em que me forão transmittidas as copias das participações sobre os sediciosos acontecimentos da villa da Cachoeira, os quaes protestão a VV. EEExs. não apoiar por fórma alguma; nem o contrario era de esperar de VV. EEExs., em quem, bem como em mim, está depositado o regimen desta provincia, o socego dos seus cidadãos, e adheção daquella a Portugal e governo alli installado.

« Pela inclusa copia do officio que me remetterão da villa de S. Francisco o coronel Bento de Araujo Lopes Villas-Bôas e o tenente-coronel Manoel Diogo de Sá Barreto e Aragão, verão VV. EEExs. que já o espirito de sedição fez proclamar naquella villa o mesmo que na Cachoeira se soube.

« Ninguém poderia usar mais do que tenho usado eu das armas da moderação para sustentar a tranquillidade dos povos e o systema regenerador; mas tudo tem sido baldado, e com bastante mágoa vejo que me é necessario recorrer ás da força, afim de poder conservar-se illeso o juramento que á constituição prestámos.

« Os perversos querem vér derramar o sangue portuguez; mas elles conhecerão que o respeito devido ao soberano con-

gresso e a el-rei o Sr. D. João VI ha de ser conservado nesta provincia á custa de todos os sacrificios, já que desprezando os meios da moderação se têm conspirado contra o proprio governo que jurarão manter, e contra seus proprios irmãos.

« Deus guarde a VV. EEExs. Quartel-general da Bahia, 30 de Junho de 1822, etc. »

*A junta de governo da Bahia a José Bonifacio de Andrada e Silva, congratulando-se pela resolução do Principe Regente sobre as modificações exigidas no pacto social que mantenha a unidade do Brasil e sua categoria de reino, e scientificando que, á vista da deliberação das côrtes e das circumstancias da provincia, a junta está impossibilitada de dar cumprimento ao que se ordena nos officios que accusa recebidos.*

« Illm. e Exm. Sr.—A junta provisoria de governo da provincia da Bahia, por seu officio enviado no bergantim « Treze de Maio, » teve já occasião de accusar a V. Ex. a recepção dos officios de n. 3 a n. 7, e agora accusa a dos de n. 1 e 2, ficando certa de seu conteúdo.

« Ao officio de V. Ex. n. 4 respondeu a mesma junta pelo de que remette agora 2<sup>a</sup> via, tambem enviado no predito bergantim, e passando a responder sobre os demais participa a V. Ex., para subir á augusta presença de S. A. Real, que, não podendo esta junta, com todos os bons cidadãos da provincia, deixar de congratular-se de que S. A. Real, cedendo aos votos das provincias do Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas-Geraes, haja tomado a generosa resolução de apoiar e levar ao conhecimento de S. M. el-rei o Sr. D. João VI e do soberano congresso as reclamações dos mesmos povos sobre algumas modificações que pretendem se fação no pacto social que se está organisando no mesmo soberano congresso da nação, afim de se manter a unidade deste paiz e a sua categoria de reino, já outorgada pela carta de lei de 16 de Dezembro de 1815, conservadas as bases da constituição que temos jurado e a união dos portuguezes de ambos os hemisferios nellas estalada; todavia, á vista da immediata obediencia em que esta provincia se acha das soberanas côrtes e de el-rei, em virtude da deliberação de 18 de Julho de 1821, transmittida per portaria da secretaria de Estado dos negócios da marinha e ultramarinos de 21 do dito mez e anno, e das circumstancias da mesma provincia, a junta está na impossibilidade de dar cumprimento ao que se ordena nos referidos officios.

« Deus guarde a V. Ex. Palacio do governo da Bahia, 11 de Abril de 1822.—Illm. e Exm. Sr. José Bonifacio de Andrada e Silva.—Francisco Vicente Vianna, presidente.—Francisco Carneiro de Campos, secretario.—Manoel Ignacio da Cunha e Menezes.—José Cardoso Pereira de Mello.—Antonio da Silva Telles. »

« Responde-se aos tres officios da Bahia agradecendo as expressões da junta, e fazendo vér os sentimentos de que S. A. Real ficou penetrado pelos desastrosos acontecimentos que tiveram lugar naquella cidade, e recomendando, finalmente, a necessaria união, como unico meio de felicitar á dita provincia e ao Brasil em geral.—Andrada, »

*A junta do governo da Bahia escreve a José Bonifacio sobre os negocios do Brasil com Portugal, enviando copias de um officio dirigido ao governo do reino, e tambem da circular expedida a respeito do voto da provincia e dos quesitos relativos á grande questão que se agitava no congresso portuguez.*

« Illm. e Exm. Sr.—A junta provisoria de governo da provincia da Bahia leva ao conhecimento de V. Ex., para ser presente a S. A. Real, a inclusa copia, sob n. 1, do ultimo officio que a mesma junta ha dirigido ao governo do reino. Os nossos deputados em Lisboa, por uma carta dirigida a esta junta em data de 18 de Março proximo, solicitação o voto da provincia, enunciado pelas camaras sobre certos quesitos relativos á grande questão que ora se agita no soberano congresso nacional, e a esse fim tem a junta feito expedir a circular constante da copia n. 2.

« A junta, pela observação que pôde fazer do espirito publico, está persuadida que a declaração explicita da maioria das camaras não deixará de confirmar a opinião annunciada pela junta no sobredito officio n. 1; entretanto ella faz votos para que, qualquer que seja o resultado, concorra para se estabelecer a desejada unidade deste reino, afim de que, gravitando todas as provincias para um unico centro de atracção, tenha o mesmo reino, com as mais partes da monarchia constitucional, para o centro common de confraternidade.

« Deos guarde a V. Ex. Palacio do governo da Bahia, 10 de Maio de 1822.—Ilm. e Exm. Sr. José Bonifácio de Andrada e Silva.—Francisco Vicente Vianna, presidente.—Francisco Carneiro de Campos, secretario.—Manoel Ignacio da Cunha e Meneses.—José Cardoso Pereira de Mello.—Antonio da Silva Telles. »

« Ilm. e Exm. Sr.—A junta provisoria do governo da provincia da Bahia envia a V. Ex., para subir á augusta presença de S. M. el-rei o Sr. D. João VI e das soberanas côrtes da nação, a devassa original a que a junta mandou proceder pelos desastrosos acontecimentos dos dias 19 e 20 de Fevereiro do corrente anno.

« Della se patentêo os horrores a que esteve entregue esta populosa cidade naquelles infaustos dias, que marcarão no futuro uma época de luto e pranto, tanto mais dolorosa quanto ella mancha grandemente a brilhante gloria das armas portuguezas, que jámais se poderão honrar dos louros com que discorrerão as nossas ruas salpicadas do sangue de seus irmãos. O espirito publico da provincia, sempre agitado pelas sugestões de alguns desorganisadores, que obrão já de viva voz, já cobertos com a amplitude da lei da liberdade da imprensa, e contando porventura mal a proposito com a protecção da força procurão deprimir a autoridade desta junta e espalhar a sizania e desconfiança, parece ter adquirido agora alguma tranquillidade e constancia na expectativa das providencias que se esperão da sabedoria do soberano congresso e do paternal governo de Sua Magestade, havendo os negocios deste reino merecido aquella grande attenção, franqueza e leal consideração, que altamente reclamão os interesses bem entendidos de uma confraternidade politica.

« A junta, ligada á determinação das soberanas côrtes, communicada pela portaria da secretaria de Estado dos negocios da marinha e ultramarinos de 21 de Julho do anno passado, não tem até aqui cumprido as ordens de S. A. o Principe Real; mas ella não pôde dissimular que, afóra uma facção, só numerosa na classe mercantil desta cidade, a maioria da provincia sem duvida deseja reunir-se a aquelle augusto centro da familia brasileira, e que, conservadas as caraes relações da mãe patria, a categoria deste reino outorgada pela magnanimidade de el-rei, e as bases da constituição solememente juradas, se tomem quanto antes medidas conciliadoras da nossa mutua prosperidade.

« Deos guarde a V. Ex. Palacio do governo da Bahia, 27 de Abril de 1822.—Ilm. e Exm. Sr. Felipe Ferreira de Araújo e Castro.—Francisco Vicente Vianna, presidente.—Francisco Carneiro de Campos, secretario.—Manoel Ignacio da Cunha e Meneses.—José Cardoso Pereira de Mello.—Antonio da Silva Telles.

« Está conforme.—Antonio de Paiva Pereira da Silva. »

#### Instruções aos deputados.

« Convido muito aos interesses desta provincia que seus illustres deputados em côrtes sejam esclarecidos da vontade geral dos povos sobre alguns artigos que devem entrar no regulamento do systema governativo do reino do Brasil, a qual elle procurão saber para bem desempenharem a merecida confiança dos seus constituintes, consultando-a pelo intermedio da junta provisoria de governo desta provincia, em carta que lhe dirigirão datada de Lisboa em 18 de Março do presente anno.

« A junta determina que a camara da villa de... chame a conselho as pessoas mais illuminadas do seu districto para que deliberem, e declarem francamente a sua vontade sobre os artigos seguintes:

« 1.º Se julgão conveniente a esta provincia que haja no Brasil uma delegação do poder executivo para facilitar os necessarios recursos dos povos deste reino?

« 2.º Se julgão conveniente que hajão duas deputações em diferentes pontos do Brasil para o mesmo fim?

« 3.º Se julgão conveniente que o poder executivo se conserve só em el-rei, delegando este na junta governativa de cada uma provincia a parte do mesmo poder que necessaria fór para prompta execução das leis e recurso dos seus habitantes, como em outro tempo acontecia com os capitães-generaes?

« 4.º Não convido os tres precedentes arbitrios, qual seja aquelle que mais útil e conveniente julgão á provincia para o seu bom regimen e administração, mantida a união dos dous reinos?

« E ordena, outrossim, que a sobredita camara remetta com a maior brevidade possível á secretaria da mesma junta uma autentica, em fôrma legal da deliberação, que no livro dos accordões se tomar acerca dos artigos mencionados. Palacio do governo da Bahia, 8 de Maio de 1822.—Vianna, presidente.—Campos, secretario.—Cunha.—Mello.—Telles.—Antonio de Paiva Pereira da Silva. »

*A junta, accusando o officio do general Madeira de 30 de Junho, em que declara que vai usar da força contra as villas da Cachoeira e S. Francisco, que proclamirão a regencia de S. A. Real, lamenta a precipitação de actos tão arbitrarios da parte daquelles povos, e conjura o mesmo general a praticar os meios mais conciliatorios, responsabilizando-o perante as côrtes e el rei.*

« Ilm. e Exm. Sr.—A junta provisoria do governo accusa a recepção do officio de V. Ex. em data de hontem, no qual declara que para o fim de conservar illeso o juramento que á constituição prestámos, e tendo já baldadamente usado das armas da moderação, vai recorrer ás da força contra as villas da Cachoeira e S. Francisco, que tem proclamado a regencia de S. A. Real.

« Ninguém mais do que a junta lamenta e desaprova a allucinação com que aquelles povos se precipitirão em actos tão arbitrarios e illegaes, erigindo se em juizes definitivos de uma questão sobre que apenas cumpria darem pelas camaras o seu voto, como lhe fôra requerido pelos deputados desta provincia, e esperar a decisão do soberano congresso e de el-rei, a quem no dia 1.º de Fevereiro se jurara obediencia, e de cuja immediata dependencia ficará a mesma provincia, ainda depois de estabelecida por el-rei a regencia do Brasil pela resolução das côrtes de 18 de Julho do anno passado, communicada por portaria do governo do reino do mesmo mez e anno; mas não se havendo ainda tentado os meios de conciliação, que a junta indicara em seu officio de 28 do corrente, como os primeiros e sempre preferiveis em crise de uma tal magnitude, constando aliás, á vista das communicações feitas pelo intendente da marinha, que se vão pôr em movimento os mais apparatus e meios de hostilidade, a mesma junta, ulcerada pela recordação dos funebres dias 19 e 20 de Fevereiro, não pôde deixar de levar á consideração de V. Ex., não só a sua palavra, dada em conferencia com a junta, de não obrar offensivamente enquanto aquelles povos o não viessem incommodar; mas sobretudo quanto impolitica e tremenda seria para a segurança de toda esta provincia a tentativa de fazer o reconcavo, recheado de castas perigosissimas, theatro de uma guerra exterminadora, e de reclamar, portanto, debaixo de toda a responsabilidade, em nome das mesmas côrtes e de el-rei o Sr. D. João VI, a quem a mesma junta passa immediatamente a dar conta destes acontecimentos contra semelhantes medidas, que, não podendo fazer com que já não existão actos que passarão, terão por fim sómente alagar de sangue e assombrar a provincia com o horror de fratricidios, tão repugnantes á sabedoria e liberalidade dos planos do soberano congresso e ás paternaes entranhas de Sua Magestade, a quem em todas as grandes convulsões do Estado nenhum sacrificio tem parecido grande, quando se trata de poupar o sangue portuguez, e de conjurar a V. Ex. para que confira com a junta sobre a pratica do mais adequado meio conciliatorio, alim de que aquelles povos tornem ao seu dever, e atalhar assim as ultimas calamidades e ruina da provincia, ou para que haja de communicar a esta junta as ordens expressas que tem dos superiores para poder obrar hostilmente, e contando, para que a junta possa sem responsabilidade cooperar para a sua execução, com os meios que della dependem.

« Deos guarde a V. Ex. Palacio do governo da Bahia, 1.º de Julho de 1822.—Ilm. e Exm. Sr. brigadeiro governador das armas desta provincia. »

(Seguem-se as assignaturas.)

*O juiz de fôra de Jaguaripe participa á junta provisoria o facto de ter sido aclamado na villa de Maragogipe, no dia 29, regente do reino do Brasil o Principe D. Pedro.*

« Ilms. e Exms. Srs.—Tendo a cumprir o penoso dever de participar a VV. EEExs. que na villa de Maragogipe, uma das da minha jurisdicção, foi proclamado regente S. A. o Principe Real no dia 29 do mez proximo findo, subtrahindo-se assim os moradores daquella villa á obediencia jurada ás côrtes e a el-rei, o que VV. EEExs. melhor poderão vér da carta inclusa, que houve á mão, e a qual conta em resumo aquelle acontecimento.

« Nestas circumstancias eu penso que nada mais devo despatchar para aquella villa, para não ser complicado na rebeldia e não ter parte no cumulo de desgraças que com ella chamão sobre si. VV. EEExs. se dignarão dar-me as convenientes instruções a este respeito.

« Agora mesmo, que aão 4 da tarde, me dão noticia de que da Pirajubia marchára contra uma barca canhoneira, fundeada na barra de Paroassú, um detachamento miliciano, municiado com polvora e bala, e o capitão das ordenanças Pedro de tal,

genro do capitão Dourado com uma partida de ordenanças. Não tenho noticia de mais particularidades ou factos que tivessem praticado ao avistarem-se.

« Deos guarde a VV. EExs. muitos annos. Jaguaripe, 1.º de Julho de 1822.—Ilms. e EExs. Srs. da junta provisoria do governo desta provincia.—O desembargador juiz de fôra Manoel Bernardo Osorio. »

*A camara de Maragogipe, dá conta d junta provisoria do facto da acclamação alli do Principe Regente, e das medidas tomadas para socego e segurança do povo da villa.*

« Ilms. e EExs. Srs.—Depois de se haverem cumprido as portarias de VV. EExs., expedidas em data de 8 e 14 de Maio, e recebidas neste senado na data de 12 do findo proximo Junho, cujo resultado se remette por copia n. 1, acontece que no dia 29 do mesmo mez todo povo desta villa reunido viu-se as casas de nossa morada, e como por violencia nos fizeram reunir em camara, perante a qual se chamou S. A. Real o Sr. D. Pedro por regente, protector e perpetuo defensor do Brasil, pela forma já acclamada na corte do Rio de Janeiro, dando-se repetidos vivas, acompanhados de foguetes e tiros, respirando dentro todos a maior alegria possível nos corações humanos.

« Celebrado isto com assistencia deste senado e de todas as autoridades ecclesiasticas, civis e militares do districto, pelo mesmo povo convocadas, retirados nós e já em nossas casas, é quando o mesmo povo de novo reunido, pelas 4 horas da tarde, por avistarem ao largo do rio desta villa uma canhoneira armada de artilharia, espavoridos tentaram com instancias a conduzir-nos de nossas casas para que fizessamos camara, e reunidos nós em adjunto com as preditas autoridades do lugar, requerêrão-nos que se achavão suas vidas em perigo, e que por isso protestavão não sahirem da casa da camara sem que se installasse uma junta conciliatoria e de defesa para cuidar da segurança de suas pessoas, e dirigir para isso a pequena tropa de homens armados desta villa; e, sendo-lhes ponderadas as razões por que tal junta se não podia instalar, requerêrão que desse caso se elegesse um inspector interino, com inspecção na tropa e gente armada, sujeito elle a este senado, ficando obrigado a providenciar e cuidar da segurança individual de todos; e logo, em altisonantes vozes, elegerão ao capitão-mór aggregado Manoel da Silva e Souza Coimbra, dando repetidos vivas a boa eleição, que com effeito foi approvada por este senado, e tudo consta das duas copias da mais juntas em n. 2, o que feito tem se dado providencias para segurança de nossas vidas, afim de se não retirar o povo para as brehas pelo susto em que as más noticias o tem collocado.

« E' esta pois, EExs. Srs., a historia fiel de todo o acontecido, que fazemos vôr a VV. EExs. para intelligencia do quanto tem causado de funesto a tropa europeia em todo este continente.

« Deos guarde por muitos annos. Maragogipe, em camara do 1.º de Julho de 1822.—João Caetano Borges, o vereador presidente.—José Ignacio da Costa e Almeida.—José da Silva Pimentel.—Romão Pereira de Menezes, procurador. »

*O general Madeira responde que sendo tão patentes os tramas dos facciosos, perjuros e cúmplices, no crime de lesa nação, conjura a junta para que lhe communique as medidas com que se evite o derramamento de sangue sem compromettimento seu, e que do contrario vai usar da força para conservar o respeito devido ao soberano congresso e a el-rei.*

« Ilms. e EExs. Srs. — Accuso a recepção do officio de VV. EExs., da data de hontem pelo mesmo vejo a efficacia de VV. EExs., para senão porem em movimento medidas do forças contra os sediciosos, que perjuros aos seus juramentos e cúmplices no crime de lesa nação, tem erigido nas principaes villas do reconcevo uma nova forma do governo contra o que se acha instalado, e juramos obedecer, exigindo VV. EExs. de mim com responsabilidade ao soberano congresso e a el-rei medidas de moderação e consiliativas a respeito desses revolucionarios, recordo-me para este fim e os funestos acontecimentos dos dias 19 e 20 de Fevereiro passado, e juntamente a palavra, que a VV. EExs. dei de não usar dos meios da dita força sem primeiramente ser encomendado por aquelles povos julgando até como impotentes, e tremendas similhantes-me-

didias de hostilidades, attento estar o reconcevo recheado de castas perigosissimas, vindo portanto a resultar de tal tentativa o fazer-se aquelle o theatro de uma guerra exterminadora, tendo por fim o alagar-se em sangue, e assombrar a provincia com o horror de fratricidios, sendo repugnantes taes principios a sabedoria e a liberdade dos planos do soberano congresso, e paternaes entranchas de Sua Magestade, e conjurando-me finalmente para conferir com VV. EExs. sobre a pratica do mais adequado meio consiliatorio, afim de tornarem aquelles povos ao seu dever, atalhando-se as ultimas calamidades, e ruinas da provincia, ou aliás, que lhes haja de communicar as ordens superiores, para poder obrar hostilmente, e com compromettimento dos habitantes afim de VV. EExs. poderem então cooperar para a sua execução.

« A que responde, que, sendo tão patentes, e agora mais que nunca exemplos de sofisma os tramas dos facciosos para conseguirem os fins do attentado contra o legitimo governo, que juramos manter, quanto tem sido os meios de moderação, de que tenho lançado mão, para os rebater, já por via de indulgencia, já por via de circulars ás autoridades de toda a provincia, como a datada de 29 de Março preterito, já por proclamação aos povos qual a da data de 31 do dito mez, em que lhes fazia ver os males, que lhes resultavão da pretensão desses perversos, saque-se que não são provenientes de rigores nem de falta de conhecimento; mas sim de positiva deliberação sediciosa, os factos, que tem acontecido nas villas do reconcevo. Disse a VV. EExs. que não usaria da força sem primeiramente ser incommodado por esses mesmos perversos; mas ainda não haviaõ as noticias do fisico rompimento alem de que não terel já sido eu mais que incommodado, quando pelos officios a mim dirigidos ate VV. EExs. vejo as principaes das villas do reconcevo em rebelião, e nella proclamada com as armas na mão uma nova forma de governo com installação de uma junta ao arbitrio dos sediciosos, que até já tem postado e reconduzido peças de artilharia, fazendo-se fortes e atacantes. Dizem VV. EExs., que as medidas de força já não podem fazer que deixem de existir os actos, que passarão, mas acaso não continuão elles nos seus intentados com passos gigantes? Que lhes falta? O deixar mal os entrar por esta cidade, e nella proclamarem o triumpho da sua sedição! E seria responsavel eu perante a nação e el-rei por evitar o progresso de tão nefando arrojio? Para que foi em nossas mãos depositado o governo desta provincia? Seria para o deixar a discreção dos facciosos? Não são VV. EExs. os mesmos que pelo seu officio de 28 do passado protestão reconhecer, e nem communicar com aquelles? Como reparão portanto VV. EExs., que eu tome medidas hostis contra similhante procedimento? Acaso não são declarados por inimigos os que com mão armada se rebelião contra o governo da nação contra nossas pessoas, e nossos bens? e como poderemos tratar por irmãos aquelles, que contra nós conspirão? A frente dessa rebelião não andão esses mesmos, que em suas proprias casas tem o instrumeto da desgraça, que VV. EExs. premeditão? Elles o conhecem, e eu já llo fiz ver; mas se elles o não temem, nós é que o devemos respeitar, esquecendo-nos que da falta da punição dos senhores em tal caso mais se augmentará a immoralidade dos escravos, seguindo-se a rebelião destes, que será a que então refutará a provincia a theatro da mais sanguinolenta e horrorosa scena? Quem mais do que eu tem usado das armas da moderação, fazendo os maiores excessos para senão derramar sangue? Nos dias 18, 19, e 20 de Fevereiro passado não offerece bastantes exemplo? Muitos desses mesmos, cujas vidas salvei; não estão com armas na mão no numero dos rebeldes? Estes são os effeitos que tem produzido a commiserção!

« Acaba o soberano congresso de perdoar aos reus dos acontecimentos do dia 3 de Novembro, e este piedoso exemplo, que devia desafiar em todos a maior adhesão aquelle, é retribuido com llo quererem tirar sua soberana autoridade, não são com suaves providencias, que tenha querido atalhar o fomento de tal sedição? digão-o VV. EExs. e digão-o esses mesmos perversos, se é que de todo se lhes



não apagou a luz da moral. Logo em tal caso que providências de moderação deverei eu tomar? Creio VV. EExs., que nada me é mais penoso do que lançar mão das armas. Se portanto ao alcance de VV. EExs. estão algumas medidas, com que se evite o derramar sangue revertendo tudo ao seu primeiro dever sem comprometimento meu, e da honra da nação, eu os conjuro a bem do serviço nacional e real, que VV. EExs. mas comuniquem, que eu estou prompto a dar-lhe todo o apoio; porque do contrario eu vou usar das da força, com que conservarei o respeito devido ao soberano congresso e a el-rei o Sr. D. João VI, e para o que igualmente exijo de VV. EExs. toda a cooperação.

« Deos guarde a VV. EExs. — Quartel general da Bahia 2 de Julho de 1822. »

*A junta, accusando o officio do juiz de fôra de Jaguaripe e Maragogipe, declara que convem que continue a exercer alli a jurisdicção que lhe foi confiada, afim de se não agravar mais a desgraça daquelles povos.*

« A junta provisoria do governo, recebendo agora mesmo o seu officio do 1º do corrente, transmittindo uma carta, que noticia haver-se proclamado a regencia de Sua Alteza Real, na villa de Maragogipe em o dia 29 do passado, pelo que participa não perclender continuar a ter relações com a mesma villa manda comunicar a Vme. para sua intelligencia e devida execução, que podendo agravar-se a desgraça daquelles povos com a falta da administração da justiça, deve Vme. sob a mais estricta responsabilidade, continuar a exercer para com elles ou nessa villa, ou em qualquer outro lugar que julgar mais seguro, a autoridade e jurisdicção, que lhe foi confiada por el-rei em todo o districto, usando de quaesquer meios de conciliação a vêr se é possível atalhar as funestas consequências, que pode seguir aquelle acto de desobediencia, e insurreição, que a junta muito reprová, confiando do seu zelo e amor, da ordem, que pelo mesmo se conservem em quietação os habitantes desta villa; em quanto a mesma junta de conformidade com o Exm. governador das armas tema as medidas, que mais conducentes forem a bem da segurança publica; e dará Vme. conta por esta secretaria de qualquer acontecimento, que sobrevenha.

« Deos guarde a Vme. Palacio do governo da Bahia 3 de Julho de 1822. — F. C. de Campos, secretario, tenente, desembargador, juiz de fôra das villas de Jaguaripe e Maragogipe. »

*A junta provisoria recommenda ao ouvidor do crime a observancia da lei sobre a liberdade da imprensa.*

« Vendo a junta provisoria do governo desta provincia, que por não cumprir o Dr. promotor do conselho e juiz dos jurados seus deveres, fiscalizando por parte do publico, e promovendo a occasião dos delictos commettidos, por abusos da liberdade da imprensa, por cuja impunidade se tornão cada dia mais anojados os redactores desta cidade espalhando doutrinas, que excitão os povos á rebelião e partidos, e os provocão a desobedecer ás leis, e ás autoridades constituidas, desacreditando-as aleivosamente para lhes diminuir a força moral, o mais poderoso agente no actual sistema constitucional, tem ordenado por portaria de 27 do passado do sobredito Dr. promotor, que revendo todos os periodicos, que se tem impresso nesta cidade desde que nella foi publicada a lei da liberdade da imprensa, promova accusações no conselho dos juizes de facto contra os redactores ou editores, em cujos escriptos achar do que se lhes deva formar culpa; e recommenda mui particularmente ao desembargador ouvidor geral do crime a mais prompta e exacta observancia da dita lei, como juiz de direito, a quem mais immediatamente incumbe vigiar sobre a sua devida execução. Palacio do governo da Bahia 3 de Julho de 1822. » (Seguem-se as assignaturas.)

*A junta considera a provincia na maior anarchia, e querendo proteger os innocentes envolvidos nella, propõe ao general Madeira um arbitrio, persuadida de que males extraordinarios exigem remedios identicos em força e acção.*

« Ilm. Exm. Sr. — A junta provisoria do governo, não sendo jamais da sua intenção favorecer perturbadores da ordem publica, mas não podendo deixar de interessar-se muito sinceramente pelos numerosos innocentes, que podem ser envolvidos em desgraças, e cumprindo-lhe, assim como a V. Exa., não poupar meio algum, que possa salvar a provincia de sua total ruína e aniquilamento, envia a copia do arbitrio, que lhe occorre para deminuir a intensidade do mal existente, e prevenir que elle chegue á ultima extremidade. Se V. Ex. annuir ao mencionado arbitrio, rogo a junta, que haja logo de o assegurar, e remetta para esta o firmar igualmente, e quando ache nelle qualquer inconherencia, que exija reforma, ou queira nomear mais algumas pessoas, o participará quanto antes a mesma junta, para que se obre de perfeita conformidade. Qualquer que seja o successo desta medida, terá a junta e V. Ex. de consolar-se com a idéa de haverem-se satisfeito ao seu dever o mais importante, o de evitar quanto em suas forças cabia a effusão de sangue portuguez e por mãos portuguezas.

« Deos guarde a V. Ex. Palacio do governo da Bahia 4 de Julho de 1822. — Ilm. e Exm. Sr. brigadeiro governador das armas desta provincia. » (Seguem-se as assignaturas.)

*Arbitrio proposto pela junta provisoria ao general Madeira para pacificação da provincia, ou minoração do mal presente.*

« A junta provisoria do governo e governador das armas igualmente, encarregados do socago e tranquillidade desta provincia, e de fazer observar nella com toda a pontualidade os prestados juramentos de adhesão e fidelidade ás bases da constituição, á mesma futura constituição, ás côrtes da nação que a estão organisando, e a el-rei o Sr. D. João VI, em cuja immediata obediencia ficará a mesma provincia, em virtude da determinação das soberanas côrtes da nação em data de 18 de Julho do anno passado comunicada pela portaria do governo do reino de 21 do mesmo mez e anno, não obstante a regencia do Brasil estabelecida por el-rei, não podem deixar de declarar precipitadas, tumultuarias e illegaes, as proclamações da mesma regencia, feitas pelas villas da Cachoeira, S. Francisco, S. Amaro e Maragogipe, chegando a Cachoeira até ao excesso de instalar um novo governo com intirina desligação das autoridades da capital da provincia, por não ser licito aquelles povos romper em actos ostensivos de insubordinação e desobediencia contra aquelles solemnes juramentos e obrigações, por estes contraidas; mas somente dirigir suas petições ás côrtes e a el-rei, como lhes é outorgado pelo artigo 14º das bases da constituição; porém considerando por uma parte, que sendo talvez muito facil reduzir a aquelles povos a seu dever pelo emprego de consideraveis forças de mar e terra a disposição das ditas Autoridades, não se poderia isso realizar sem grave comprometimento de todos os habitantes, e risco da ruína total da provincia como fora ponderado no officio da junta provisoria em data do 1º do corrente e por outra parte, que em tempo de grande effervescencia, e no meio das violentas animosidades, que agião os espiritos não é facil combinar sempre com a devida madureza, e exactidão os principios de direito publico, que estabelecem as bases da sociedade, e obediencia dos povos, de maneira, que poucos perturbadores os podem ás vezes conduzir a excessos lamentaveis, tem as mesmas autoridades de commum e perfeito accordo determinado o seguinte:

1º Que se envie á Cachoeira e mais villas acima referidas uma deputação composta dos cidadãos o desembar-

gador Luiz José de Oliveira, chanceller interino da relação, o coronel engenheiro, Salvador José Maciel, o Dr. João Rodrigues de Carvalho; o provedor dos seguros Manoel Thomaz Peixoto.

2° Que esta deputação seja autorizada a convocar as camaras e povos das ditas villas e que fazendo-lhes ver, que o passo que derão fora precipitado, e illegal pelas razões expostas no preambulo, consiga que os ditos povos assim o reconheçam, obrigando-se a encaminhar directamente as suas supplicas ao soberano congresso e a el rei sobre a adhesão, que tem manifestado a regencia á Sua Alteza real, como lhes é permitido pelas bases constitucionaes, e conservada a obediencia ás autoridades da provincia.

3° Que em consequencia se dissolva desde logo a junta que se instalou na Cachoeira com denominação de junta luterina conciliatoria e de defeza.

4° Que os milicianos e paisanos se retirem ás suas occupações ordinarias, entrando tudo na mesma ordem em que estava antes do dia 25 de Junho proximo passado.

5° Que a dita deputação declara mui solemnemente aos povos, que a junta provisoria de governo, pelo que pertence ao civil, e o governo das armas na parte militar se obrigão a dar-lhes garantia em nome de el-rei, e das soberanas côrtes nacionaes, de que não entrarão em exame de procedimento algum contra as pessoas, que possão ter influido, ou concorrido para aquelles actos, nem praticado offensas ou hostilidade alguma contra elles, ficando todas aquellas irregularidades em perpetuo esquecimento.

6° Que por parte do governador das armas especialmente se promete perdão da deserção dos soldados, que, se achão naquelles districtos, recolhendo-se estes a seus respectivos corpos dentro de quinze dias, ou apresentando-se no mesmo prazo perante as autoridades civis ou militares no caso de se acharem em lugares remotos.

7° Que tudo acima referido se lavre uma acta com as declarações necessarias. Palacio do governo da Bahia, 4 de Julho de 1822. »

*Acta singular acerca da palavra — junta — lavrada no dia 5 de Julho de 1822, na Cachoeira.*

« Aos cinco dias do mez de Julho de mil oitocentos e vinte dois annos, nesta villa da Cachoeira, e quartéis dos Ilms. coroneis José Garcia Pacheco e Rodrigo Antonio Falcão, o primeiro commandante, e o segundo aggregado ao regimento de cavallaria miliciana desta mesma villa; comparecerão os officiaes maiores, autoridades constituídas, e cidadãos conspícuos, que se poderão convocar, e, sendo presentes, fui ponderado, a vista de uma carta recebida por parte dos amigos da causa da aclamação de Sua Alteza Real, que, para cessar a implicancia da palavra — junta — que na sessão de 26 do preterito mez se havia dado á reunião de cinco patriotas, que forão encarregados da defeza desta villa; a qual implicancia consistia em se persuadir a quem a dita palavra designava um governo para este districto, cumpria, a bem da causa acordar se, como de facto se accordou no seguinte: 1° Que á predicta reunião de patriotas, que até hoje se designava por junta conciliatoria, e de defeza, se substitua uma commissão com o titulo — Commissão de Administração da Caixa Militar — para cuidar, tanto da arrecadação e fiscalização dos fundos destinados a defeza, como da promptificação das munições de guerra, e boca, que necessarias forem para o mesmo fim; 2° Que se nomeem dois commissarios, um para distribuir a munição de boca pelos corpos; outro para repartir a munição de guerra pelas diversas armas; 3° Que as autoridades constituídas nesta villa, antes da aclamação, continuem no pleno exercicio de suas funções; 4° Que o commando da força armada compita aos chefes dos respectivos corpos, a saber, a cavallaria ao coronel José Garcia Pacheco, a infantaria miliciana ao sargento-mór Joaquim José Bacellar e Castro, durante o impedimento do actual coronel, a tropa de linha ao coronel aggregado Rodrigo Antonio Falcão, e o corpo

de voluntarios ao seu organisador José Antonio da Silva Castro: 5° Que os sobreditos chefes consultem a commissão de administração da caixa dos objectos relativos a defeza.

« A vista do que passando a nomear os membros, que deverião compor a mencionada commissão, forão unanimemente escolhidos os seguintes cidadãos: Antonio Teixeira de Freitas Barboza, Antonio Pereira Rebouças, José Paes Cardoso da Silva, que, por haver representado achar-se impedido em razão de estar no commando do terço de ordenanças, foi substituido, a pluralidade de votos, pelo Dr. juiz de fóra da villa de Maragogipe Joaquim José da Silva e Azevedo, o padre mestre Manoel José de Freitas, e Antonio José Alvares de Freitas Bastos; e passando a nomear commissarios forão escolhidos para as munições de guerra, Francisco Antonio Fernandes Pereira, e para as de boca Francisco Pereira Lisboa: ficando a commissão a faculdade de os substituir quando preciso seja. Finalmente resolverão que os chefes militares communicassem a presente resolução á Exm. junta provisoria. E para constar se fez a presente acta, que todos assignarão: eu Antonio Pereira Rebouças o escrevi e assignei. — Antonio Teixeira de Freitas Barboza. » (Seguem-se as assignaturas.)

*A junta provisoria ao ouvidor do crime para que informe sobre o cumprimento da portaria de 3 do corrente.*

« Tendo-se-lhe recommendado em portaria de 3 do corrente, que como juiz de direito cuidasse muito particularmente na devida execução da lei da liberdade de imprensa contra os escriptos abusivos aqui impressos, e continuando os periodistas a commetter excessos da dita liberdade, sem que conte tratar-se de sua punição, determina a junta provisoria de governo, que Vmc. informe immediatamente por esta secretaria sobre o cumprimento, que tem dado a referida portaria e do seu resultado. O que lhe participo para que assim o execute.

« Deos guarde a Vmc. Palacio do governo da Bahia 13 de Julho de 1822. — Francisco Carneiro de Campos, secretario. — Sr. desembargador ouvidor geral do crime desta cidade. »

*O Dr. ouvidor do crime aponta os obstaculos encontrados acerca do cumprimento das portarias recebidas para fazer efectiva a responsabilidade dos redactores ou editores dos periodicos.*

« Ilm. e Exm. Sr. — Manda a Exm. junta provisoria do governo, que eu informe immediatamente pela secretaria da mesma sobre o cumprimento, que eu tenho dado á portaria de 3 do corrente e do seu resultado. E o que tenho que responder é que como a dita portaria tem referenciado, a outra igual com a data de 29 do passado, pela qual se ordena ao Dr. promotor que revendo todos os periodicos, que se tem impresso nesta cidade, desde que nella foi publicada a lei da liberdade de imprensa, promovesse a accusação no conselho dos juizes de facto contra os redactores ou editores; e que eu como juiz de direito pozesse em observancia a sobredita lei, vigiando sobre a sua devida execução: até agora não se me tem apresentado denuncia alguma pelo dito promotor, nem seu substituto, para eu fazer o meu officio, como ordena a lei, qual o de receber as denuncias, fazer eleger o primeiro e segundo conselho, preparar os processos, e tudo o mais por ella decretado, para o que sempre estive, e estou prompto, assim como para executar e cumprir pontualmente as ordens da Exm. junta provisoria. Com tudo devo dizer a V. Ex., que depois que se elegerão os juizes de facto tem havido somente duas denuncias, uma dada pelo tenente coronel Antonio José Soares, e outra de um fulano Setural. A primeira tendo sido julgada procedente pelo conselho, não deu mais passo algum, porque o denunciante nunca apresentou o libello accusatorio; a segunda foi tomada,

mas tendo sido addida repetidas vezes a formação do primeiro conselho, e mandando ao escrivão Lisboa, que fizesse as participações ao Dr. promotor, ou ao substituto no seu impedimento, para intervir na mesma formação, nunca esta se effectuou; porque o escrivão affirmara, que o primeiro estava morando na villa da Cachoeira, e que não respondia ás cartas d'avisos, que lhe remetia, e que a respeito do segundo ninguém lhe dava noticia do lugar certo da sua moradia. A lei no art. 34 do titulo 4º impõe pena aos juizes de facto que faltarem no conselho; porem a respeito do promotor e substituto foi omissa, sem bem que no Art. 27 não lhes admittie excusa ao emprego. E' pois quanto se me offerece responder, dignando-se V. Ex. leval-o ao conhecimento da Exm. junta provisoria.

« Deos guarde a V. Ex. Bahia 14 de Julho de 1822. — Ilm. e Exm. Sr. Francisco Carneiro de Campos. — O desembargador ouvidor geral do crime, José Gonsalves Marques. »

*A junta provisoria ao desembargador chanceller da relação da cidade, enviando a informação do ouvidor do crime para assentar sobre a maneira de entender a lei da liberdade de imprensa, e meio de supprir a omissão no caso de que se trata.*

« A junta provisoria do governo, attendendo aos obstáculos apontados pelo desembargador ouvidor geral do crime e juiz de direito em sua informação dada de hontem á cerca do comprimento das portarias, que a mesma junta lhe ha dirigido afim de se fazer effectiva a responsabilidade dos redactores ou editores dos periodicos, que contem transgressões da lei da liberdade de imprensa, e considerando que na actual crise a continuação e impunidade de semelhantes excessos poderão muito comprometter a segurança e tranquillidade publica: manda remetter ao desembargador chanceller interno da relação desta cidade a copia inclusa da sobredita informação e determina que o dito ministro em conformidade do que dispõe a lei de 18 de agosto de 1769, faça tomar assento sobre a maneira de entender-se a referida lei da liberdade de imprensa, e meio de supprir-se a sua omissão no caso de que se trata.

« Palacio do governo da Bahia 15 do Julho de 1822. »  
(Seguem-se as assignaturas.)

*Assento em relação da incompetencia sobre a maneira de entender a lei da liberdade de imprensa, e de supprir a omissão apontada.*

« Aos 18 do mez de Julho de 1822 em relação e presença do Sr. Luiz José de Oliveira desembargador chanceller interno, e que ao presente serve de governador foi por elle apresentada uma portaria da commissão junta provisoria do governo desta provincia, datada aos 15 do corrente, na qual se ordena faça tomar assento segundo a lei de 18 de agosto do anno de 1769 sobre a maneira de entender-se a lei 106 da liberdade de imprensa e de supprir-se a sua omissão á cerca dos obstáculos apontados pelo desembargador ouvidor geral do crime e juiz de direito na sua informação dada a dita commissão junta provisoria do governo desta provincia em data de 14 deste corrente mez de Julho sobre não ter cumprido as portarias, que lhe tinham sido dirigidas pela mesma commissão junta em data de 13 do corrente, e de 29 do mez de Junho proximo passado, nas quaes se determinava, que o Dr. promotor, revendo todos os periodicos impressos nesta cidade, desde que nella foi publicada a referida lei, promovesse accusação no conselho dos juizes de facto contra os redactores ou editores, que em seus periodicos tivessem transgredido a sobredita lei da liberdade de imprensa; os quaes obstáculos são: 1º não existir nesta cidade, o dito Dr. promotor, e sim na villa da Cachoeira, e não ter dado resposta aos chamamentos, que de ordem

do dito desembargador ouvidor geral do crime e juiz de direito se lhe haviam feito para que viesse a esta cidade para nella exercer seu cargo; 2º que senão sabia da morada certa nesta cidade do substituto Dr. promotor, apesar das diligencias a esse respeito feitas e que por isso senão pôde avisar para que viesse substituir o lugar daquelle promotor; acrescentando a tudo isto, que a sobredita lei n. 106 no art. 34 do tit. 4º, impondo pena aos juizes de facto, que faltarem ao conselho, fora omissa a respeito do Dr. promotor, e substituto, apesar de que no art. 27 do tit. 3º lhes não admittie excusa de seus cargos.

« E vistas e ponderadas acerca de todo o exposto assim a lei de 13 de Agosto de 1769, como a lei 10. sobre a liberdade de imprensa, se assentou uniformemente pelos ministros abaixo assignados, que a esta mesa não competia tomar assento sobre a maneira de entender-se a referida lei n. 106 acerca das duvidas ou obstáculos apontados pelo desembargador juiz de direito no seu officio de 14 do corrente, nem lhe competia igualmente; supprir a omissão, que nella ha a este respeito; visto, que a sobredita lei n. 106 no tit. 5º art. 63 não a esta relação, ou outra alguma, mas sim, e tão somente ao tribunal especin da liberdade de imprensa e que dá e concede o direito de receber e propor as côrtes as duvidas que tiverem os juizes e autoridades sobre a observancia della mesma, e somente ás côrtes é a quem concede o direito de decidir as mesmas duvidas; o que clara e expressamente se enuncia no dito citado art. 63, attribuição 2ª. Propor as côrtes com o seu informe todas as duvidas sobre, que as autoridades e juizes o consultarem, respectivas a observancia desta lei. E para que assim conste se fez este assento, que assignarão Bahia, 18 de Julho de 1822. (Seguem-se as rubricas) »

*O desembargador chanceller interino envia a copia do assento tomado em relação de que não se julgava autorizada para deliberar sobre negocios de liberdade de imprensa.*

« Ilms. o Exms. Srs.—Hontem, por noite, foi que recebi a copia junta do assento tomado nesta relação e mesa grande della no dia 18 de Julho corrente, em virtude da portaria de VV. EEEx. em data de 15 do mesmo mez, da qual fiz menção no meu officio de hontem. Delle verão VV. EEEx. que a relação se não julgou autorizada para deliberar sobre negocios de liberdade de imprensa pelas razões que fundamentão o referido assento.

« Deos guarde a VV. EEEx. Bahia, 21 de Julho de 1822. —Ilms. e Exms. Srs. da junta do governo provisorio desta provincia da Bahia.—O desembargador chanceller interino, Luiz José de Oliveira. »

*A camara da villa de Camamú participa ter na villa de Valença sido aclamado o Príncipe Regente do Brasil, acto que desejava acompanhar, e que não o faz por falta de meios de defesa.*

« Ilm. e Exma. Srs. Remettemos por copia a VV. EEEx. o officio que nós dirigio a camara da villa de Valença, no qual nos participa ter concorrido em grande numero á praça publica daquelle villa os cidadãos e mais povo, com a tropa, na presença da mesma camara; derão vivas á nossa santa religião, ás côrtes geraes da nação portugueza, a el-rei constitucional o Sr. D. João VI. etc., cujas vivas desejavamos nós termos o gosto e regosio de os dar se não olhassemos as circumstancias em que se acha essa cidade, e termos uma barra franca, pela qual podemos ser combatidos, e nos acharmos sem meio algum de defesa, circumstancias estas que não só nos prohibem obrar o mesmo que a dita camara, povo e tropa obrou, como porque não deviamos obrar sem expressa ordem de VV. EEEx., a quem protestamos, com subditos, nossa fidelidade.

« Deos guarde a VV. EEEx. por muitos annos, como havemos mister. Camamú, em camara, 17 de Agosto de 1822. »  
(Seguem-se as assignaturas.)

*A junta provisoria da Bahia envia ao governo de Portugal os votos das camaras das villas dos Ilheos, Camamu, Cayru, S. Francisco, Valença, villa do Conde, cidade de Sergipe de El-rei, villa do Lagarto, Caravelas, Villa-Nova Real de El-rei, Santo Amaro, Jaguaripe, Estancia, Olivença, Maragogipe, Porto-Seguro, Trancoso, Belmonte, S. Mathews, Abbadia e Alcobaça, a respeito da delegação do poder executivo.*

« Ilm. e Exm. Sr.—A junta provisoria do governo da provincia da Bahia participa a V. Ex., para subir á augusta presença de S. M. el-rei o Sr. D. João VI e das soberanas côrtes da nação, que, tendo os deputados desta provincia, por cartas dirigidas á mesma junta, exigido os votos das camaras da provincia acerca dos quesitos por elles propostos e relativos á questão da delegação do poder executivo, ora agitada no soberano congresso, havendo a junta expedido as circulares por copia n. 1 e 2, tem até agora enviado os seus votos, cujos originaes se transmitem aos mesmos deputados, as camaras das villas dos Ilheos, Camamu, Cayru, S. Francisco, Valença, villa do Conde, cidade de Sergipe de El-rei, villa do Lagarto, Caravelas, Villa-Nova Real de El-rei, Santo Amaro, Jaguaripe, Estancia, Olivença, Maragogipe, Porto-Seguro, Trancoso, Belmonte, S. Mathews, Abbadia e Alcobaça, concordando as primeiras quinze que o indicado poder seja delegado na pessoa de S. A. Real, e as cinco ultimas nas juntas provinciais, achando-se em contradicção a villa de Alcobaça, que se conforma a ambos os arbitrios, talvez porque, sendo habitada de indios pouco inteligentes, não souberam exprimir o seu parecer com a devida clareza e precisão.

« Deus guarde a V. Ex. Palacio do governo da Bahia, 21 de Agosto de 1822.—Ilm. e Exm. Sr. Felipe Ferreira do Araujo e Castro. »

(Seguem-se as assignaturas.)

*A junta da provincia da Bahia ao ouvidor do crime para proceder nas diligencias afim de descobrir os autores do temerario plano da sua deposição.*

« Chegando á noticia da junta provisoria do governo que algumas pessoas mal intencionadas e de-organisadoras, com o pretexto do bem publico e conservação do systema constitucional, accusando a junta de frouxidão, se arrojavão a tentar o temerario plano da sua deposição, convocando para isso co-réos e cooperadores, determina a mesma junta que o desembargador ouvidor-geral do crime proceda nas diligencias legais, afim de que se chegue ao conhecimento evidente daquelle facto e de seus autores. Bahia, 22 de Agosto de 1822 (Estavão as rubricas). »

*A junta communica ao governo de Portugal que o estado de agitação tem augmentado, e que em algumas villas mais se tem proclamado o Principe Real regente do Brasil; que, coherente com os principios de obediencia, nenhum cumprimento tem dado aos decretos do mesmo Principe, e queixa-se do abandono em que jaz de seus superiores, vivendo em estado vacillante, e vendo-se já enxada e sem meios de manter sua dignidade.*

« Ilm. e Exm. Sr.—A junta provisoria do governo da provincia da Bahia communica a V. Ex., para subir á augusta presença de S. M. el-rei o Sr. D. João VI e das soberanas côrtes da nação, que o estado de agitação e effervescencia das villas, annuciado no officio n. 18 de 6 Junho proximo, tem augmentado grandemente, constando pelas copias sob n. 1 e 2 que as villas de Inhambupe e Itapicuru tem proclamado a regencia de S. A. Real, divulgando-se por noticias, posto que não officiaes, muito geralmente espalhadas, que, dirigindo-se muitos habitantes da Cachoeira e outros lugares á villa de Jaguaripe,ahi fizeirão proclamar igualmente a dita regencia, prendendo o juiz de fôra e fugitando o capitão-mór, que o isso se oppunhão, e fazendo-se depois fortes em um lugar estreito do rio, chamado o Funil, aonde vedão a communicação com esta cidade, e que igual proclamação se tem já feito em a villa de Valença, como se vê da copia n. 3, respondida pela de A.

« A camara de Porto-Seguro, pelas noticias dadas por algumas pessoas dalli vindas, principia a soffrer alguma agitação, mas não tem por ora rompido em actos ostensivos; da comarca da Jacobina uada consta, e da de Sergipe de El-rei sabe-se que, tentando alguns officiaes milicianos fazer a mesma proclamação na capital, forão estes presos e remetidos ao go-

vernador das armas por ordem do brigadeiro Pedro Vieira do Mello.

« A cidade tem sido desamparada por uma grande parte de seus habitantes, apesar das teitadas proclamações desta junta, sendo as ultimas a dos exemplares juntos ns. 4 e 5; o povo, não acostumado ao estrepito das armas e horrorizado com a lembrança de alguns acontecimentos do mez de Fevereiro, não se convence facilmente da segurança que annuadamente se lhe promette; por outra parte, havendo-se, prohibido o fornecimento das carnes salgadas e farinhas que as villas recibo da cidade, passarão ellas, além da interrupção dos generos de exportação, que já existia, a interceptar a passagem dos gados, e a vedar a sahida dos legumes e toda a sorte de viveres que dalli se recebião, o que tem produzido no mercado da cidade uma escassez e carestia tal em alguns generos, que equivale a uma verdadeira fome, ao menos para as classes menos abundantes.

« S. A. R. o Principe Regente, apesar da declaração que a junta tinha feito, como se vê da copia n. 6, de não poder cumprir as suas ordens expedidas por occasião do decreto para a provincia do Brasil, enviou ainda a esta provincia, não só a carta régia relativa ao embarque das tropas destacadas, de que a junta fez menção e remetteu copia em seu citado officio n. 18, mas tambem os decretos por copia ns. 7, 8, 9 e 10, assim como muitas cartas dirigidas ás diferentes villas; a junta, sempre coherente aos principios de obediencia, ás soberanas côrtes e a el-rei o Sr. D. João VI, que constantemente hão dirigido a sua conducta, nenhum cumprimento tem dado aos ditos decretos, deixando de enviar as cartas ao seu destino, as quaes se conservão ainda no archivo de sua secretaria.

« Tal tem sido o franco e leal comportamento da junta, que, forte com o testemunho de sua consciencia irreprehensivel, muito se applaude de haver até aqui estritamente satisfeito aos deveres que lhe impõe a arriscada posição em que se acha collocada; mas ella não pôde deixar de maguar-se muito das perdas manobras e cobaias de que a pretendem fazer victima seus emulos e detractores, muito mais quando pondera que derivando todos elles suas effectuadas prevenções e injurias suspeitas contra a junta desde o desastroso negocio da posse do actual governador das armas, e havendo a mesma junta amplamente explicado em seu officio n. 4 os motivos que então a haviam diuido, depois de passados seis mezes, não tem ainda os superiores nada pronunciado sobre um objecto de tanta importancia, enviando-se-lhe apenas agora da secretaria da guerra, pela corveta « Calipso, » a participação e a carta régia relativas á nomeação do dito governador, posto que com a data, aquella de 11 e esta de 9 de Dezembro do anno proximo passado, e deixando a este respeito vacillante a opinião dos povos, do que se tem seguido os mais escandalosos excessos de audacia e arrojo com que a junta tem sido enxovalhada, achando-se aliás destituida de meios para manter competentemente a sua dignidade, como já tem expendido em seus officios.

« A junta, naquella funesta disputa que a sua má fortuna lhe deparou logo no principio de sua administração, procurou todos os meios que a prudencia podia suggerir-lhe para dissipar a horrenda horda que via eminente: não se confiando só de suas luzes chamou o que havia de mais eminente em graduacão e intelligencia para a coadjuvar; ella correu mesmo um véo delicado sobre as duvidas juridicas que occorrião acerca do diploma apresentado, e insistio sómente no risco da guerra civil, estabelecendo-se sobre esta unica base a decisao que então fôra adoptada quasi á unanimidade de votos de toda aquella assembléa; se o successo infelizmente não correspondeu ás esperanças da junta e ás de todos os bons cidadãos, não esteve da parte della o provento; mas as paixões violentas e exaltadas do partido, que desde então se levantou contra a junta, já jamais pôde fazer-lhe justiça; queria-se que ella tomasse sobre si o peso de uma decisao contra todas as leis existentes, á cuja observancia a junta estava rigorosamente ligada pelo seu regimento, e a constancia da junta e seu respeito religioso ás leis teve desde logo as interpretações as mais sinistras.

« Esta foi a origem da funesta prevenção com que depois se tem procurado envenenar e denegir os actos os mais francos e constitucionaes de sua administração. Quando a junta, por occasião do pretendido desembarque da tropa vinda do Rio de Janeiro, indicou apenas a difficuldade que lhe occorria acerca daquelle medida, quando ella, usando do direito que pelas bases da constituição compete a todo o cidadão de exprimir livremente suas opiniões sobre qualquer materia, quanto mais a uma autoridade obrigada a informar com toda a veracidade aos superiores, declarou em seus officios a el-rei, ao soberano congresso e ao Principe Real, que a maioria dos habitantes desta provincia desejava uma delegação do poder executivo na pessoa de Sua Alteza, conformemente as observações que a junta podia fazer do espirito publico, e para o fim de evitar a funesta desmembracão das provincias e o seu desvaireamento em planos excéntricos e democraticos, a que as poderião arrastar os anarchistas e demagogos, illudidos com o exemplo das novas



associações da America Hespanhola, exaltou-se a malignidade dos inimigos da junta, e todos estes actos foram envenenados, attribuindo-se já a anticipação da junta contra as tropas europeas só porque a maioria da mesma junta constava de naturaes do paiz, já a principios anti-constitucionaes, porque este partido, julgando os consistentes aquelles principios com a separação da provincia das outras deste continente, era intolerante de outra qualquer opinião, ainda quando esta se limitava á exposição de mero facto acerca do estado do espirito publico, como naquella caso acontecia, e em um officio secretamente dirigido aos superiores, cuja publicação nos foi feita por ordem da junta.

« Os periodistas, principaes agentes e instigadores daquelle partido, enchêrão desde então as suas folhas de allusões, sarcasmos e mesmo diatribes, contra a junta, que usara no sentido obvio de partido, meramente discordante, sem intenção alguma de offensa á classe mercantil, tem conseguido por embustes e suggestões estudadas alienar os animos dos mais leaes. A junta tinha desprezado com toda a constancia as vociferações e escriptos de seus atrozes calumniadores; ella se havia persuadido que homens, conhecidos por toda a provincia pela irregularidade da sua conducta, já mais poderiam destruir a sua força moral, fundada em o testemunho constante de sua moderação e pratica de todos os seus deveres; por outra parte a junta, deplorando tais excessos, assim como os de um outro periodista, que, escrevendo em sentido contrario acerca de muitos pontos sustentados por aquelles outros, não guardava o conveniente commedimento nas doutrinas que espalhava, nem o devido respeito á mesma junta e autoridade militar, como fôra representado pelo governador das armas, considerava todavia a impossibilidade de os reprimir pela falta e ausencia dos promotores, segundo o que já extensamente tem informado, e se confirmou pelo resultado das diligencias que a junta empregou para remediar este mal, como consta das copias 11, 12, 13, 14 e 15. Mas o arrojio tem subido de ponto e de todo esgotado a paciencia da junta; os periodistas, contenda com a impunidade, aquillo sem limites a furia dos partidos: os que escrevem debaixo da influencia dos inimigos da junta, ou são seus instigadores, imputão-lhes os males e embaraço em que a provincia se acha, de que elles têm sido em grande parte a causa por sua falta de prudencia e indiscretas provocações; elles ora accusão a junta de frouxidão por não ter dado providencias para prevenir as declarações das villas, quando estes acontecimentos, tendo, além das ditas provocações, motivos muito ponderosos e obvios nos actos da corte do Rio de Janeiro (e evasão), fôro aliás executados por officiaes militares da 2ª linha, que não estão debaixo da immediata jurisdicção da junta, sendo constante pelos livros de registro da secretaria que, além das ordens geraes expedidas a todas as autoridades das ditas villas para ali manterem a paz, tranquillidade e a ordem estabelecida, a junta, tendo noticia de alguma agitação na villa da Cachoeira, ordenou mui positivamente ao juiz de fôra que procedesse na forma das leis de policia, e pedisse mesmo auxilio ás autoridades militares, havendo-se para isso anteriormente entendido com o governador das armas; ora lhe attribuem positiva conveniencia com aquellas declarações, quando a junta as tem solemnemente censurado em todas as suas proclamações, não havendo exigido das villas mais que o seu voto para ser remettido aos deputados da provincia e presente ás soberanas cortes da nação, como pelos ditos deputados fôra requerido cartas dirigidas a esta junta, com data de 18 de Março do corrente anno, ao que a maior parte dellas havia-o satisfeito sem perturbação alguma.

« A junta mal podia conhecer que tanta audacia e tantas calumnias contra ella espalhadas fossem sómente effeito daquellas primeiras prevenções e exaltação do espirito do partido por mais violenta que costume ser a sua acção nos tempos de effervescencia e calamidade publica: era preciso que a perversidade humana se tivesse convertido em verdadeira sanha de monstros para que, á vista da marcha constante e regular da junta, sempre no caminho da honra e do dever, como era evidente a toda a provincia, se procurasse de dia em dia tornar mais intoleravel o caliz da amargura, que a reputação de seus membros lhes havia preparado, chamando-os para uma tal commissão em crise tão perigosa e desgraçada; mas a junta é agora advertida pelos rumores, que muito se espalhão, que certos individuos, a titulo de constitucionaes, mas coherentes com as doutrinas violentas e desorganizadoras, espalhadas em alguns escriptos dos periodistas, nada menos pretendão que dapor esta junta, e reduzir tudo á desordem e anarchia, para no meio das convulsões populares estabelecerem os seus projectos desorganizadores.

« A junta não deseja de sorte alguma prolongar o exercicio de suas funcções; ella tem mais de uma vez rogado o allivio de um encargo que julga muito superior ás suas forças; mas ella deseja entregar com regularidade o deposito sagrado de que se acha investida em mãos mais robustas, e legalmente chamadas, para que dirijão o leme da administração publica de uma ma-

neira segura e prospera á provincia, e não pôde deixar de estremecer pelos males de sua patria, mais ainda que pelos seus proprios destinos, ao vêr que a violencia quer usurpar o lugar da lei para acrescentar ainda talvez novos e incalculaveis males aos que já tanto pesão sobre os infelizes cidadãos, com bem pesar tem ella expedido a portaria por copia n. 16, e folgará muito que o resultado desminta tão infelizes annuncios.

« Tal é o triste estado da provincia, entregue ao horror das dissensões e guerra civil; a junta, cujo empenho até agora ha sido sempre pregar a concórdia e evitar quanto cabe em seus fracos meios a effusão do sangue portuguez, já fatigada de levar sempre á presença dos superiores quadros melancolicos, invoca ainda uma vez a magnanimidade de el-rei o Sr. D. João VI e a sabedoria do soberano congresso da nação, para que, tomando na devida consideração os nossos males, e prestando ouvidos paternaes ás razões de todos os povos e de todos os partidos, lhes proporcionem remedios promptos e efficazes a consolidar a nossa confraternidade, preferindo quanto ser possa aos meios da violencia e da força, que só podem fazer compressões temporarias, os da conciliação, da justiça imparcial e até da equidade, os unicos que podem entre irmãos apertar laços de solidade e perduravel união.

« Deos guarde a V. Ex. Palacio do governo da Bahia, 27 de Agosto de 1822.—Ilm. e Exm. Sr. Felippe Ferreira de Araujo e Castro.»

(Seguem-se as assignaturas.)

*A junta provisoria estranha á camara da villa de Camamú a materia do officio de 17, esperando que, longe de se envolver em insurreições, busque os meios de manter a ordem.*

« A junta provisoria do governo, sendo-lhe presente o officio dessa camara, datado a 17 do corrente, no qual, transmitindo copia do que lhe dirigira a camara da villa de Valença, communicando que alli se proclamára a regencia de S. A. Real, declarão Vmcs. que se achão animados de igueus desejos; manda participar-lhes, para sua intelligencia e devida execução, que não pôde deixar de estranhar muito a inconsiderada proclamação da villa de Valença, e que, não competindo as camaras senão o direito de fazer representações, devem Vmcs. sómente reconhecer a autoridade das soberanas cortes e de S. M. el-rei o Sr. D. João VI, a quem a mesma junta unicamente obedece, e tem solemnemente expressado nas proclamações que fizera aos habitantes do reconcão, de que m. l. he remettendo alguns exemplares, posto que já hajão de ter chegado ao seu conhecimento por via do respectivo ouvidor, esperando que essa camara, bem longe de se envolver em dadas de formal insurreição, busque pelo contrario todos os meios de manter a ordem estabelecida.

« Deos guarde a Vmcs. Palacio do governo da Bahia, 27 de Agosto de 1822.—Francisco Carneiro de Campos, secretario.—Sr. presidente, e vereador, e procurador do senado da camara da villa de Camamú.»

*A junta de defesa da villa de Valença se dirige ao conselho de governo sobre a nomeação dos novos membros do conselho militar de Nazareth, privando de continuar o da Estiva, instalado pelo voto do povo; participa tambem a aclamação no dia 25 do Principe Regente, sendo esta a sexta comarca, e ter o coronel Plisson seguido a soccorrer e pacificar a villa de Camamú.*

« Ilms. e Exms. Srs.—Temos a honra de representar a VV. EEas. que, tendo-se prestado maravilhosamente na presente causa do conselho militar da Estiva, instalado pelo voto do povo e tropa daquelle lugar, prestando-se com o maior entusiasmo á defesa de seus pontos, e a quanto lhes temos requerido com a conservação da tranquillidade publica, agora nos consta que a commissão da defesa de Nazareth creára novos membros para o governo daquelle povoação, privando de continuar em suas funcções laboriosas aquelles cidadãos probos que a voz publica chamára para os reger e defender, de cujo procedimento em tão melindrosa crise resulte talvez o descontentamento e discordia no povo, que tem posto aquella corporação a sua confiança, por isso mesmo que a creára.

« Quanto cabe em nosso alcance o conhecimento da honrada conducta daquelle conselho o levamos á alta consideração de VV. EEas., a quem sómente cumpre o bom regimen de tão importante negocio. Temos a satisfação de participar a VV. EEas. que no dia 25 fizera a sua aclamação a villa do Rio de Contas, e é a sexta da comarca.

« O coronel Plasson daqui sahio com pequena tropa para Camamu a socorrer, a pacificar seus habitantes divididos em sentimentos, e nos consta que um brigadeiro, mandado por Madeira, fizera desembarque na dita villa a privar a aclamação de Sua Alteza, e talvez a facilitar a saída das farinhas. O dito coronel foi tomando ordenanças pelo caminho por estar este regimento occupando muitos pontos.

« Deos guarde a VV. EE. Exs. muitos annos. Valença, 31 de Agosto de 1822. — Ilms. e Exms. Srs. do conselho interino do governo geral da provincia. — Francisco Xavier de Figueiredo. — Bernardino de Senna Madureira. — José Francisco de Passos. »

*A junta de defesa da villa de Nazareth a Manoel Gonçalves Maia Bittancourt, deputado eleito por Jaguaribe e Nazareth, pedindo providencias para ser restabelecida a ordem na villa de Jaguaribe.*

« Depois de termos dirigido a V. Ex. um officio de 31 de Agosto passado, no qual além de outras participações pediamos quanto antes providencias necessarias para se restabelecer a ordem na villa de Jaguaribe, onde José Jorge da Rocha Pegado Serpa, e o padre Amaral se fazem chefes de uma facção, convocando gente para depor, e prender o commandante interino da força, Manoel Nunes da Silva, afim de poderem relaxar da prisão a Antonio Dias de Castro Mascarenhas, e o padre Manoel de S. Cruz e Seixas pelos motivos, que V. Ex. é sabedor.

« Vello-nos hontem 1º do corrente o ajudante do batalhão de Itaparica, estacionado no Funitil, Francisco Manoel dos Santos Barreto, por parte do seu major commandante, consultar-nos se devião marchar para esta povoação, afim de com o povo depôr ao dito commandante da força, e alguns membros desta commissão em consequencia de um conselho militar, o que se procedeu no dito ponto do Funitil, por lá apparecerem denuncias de que nós, tímidos pelas baionetas do commandante da força, não cumpriamos com os nossos deveres, e que o commandante dito por ser enteado de José Rodrigues, trabalhava por estorvar a marcha da nossa causa, apparecendo no referido ponto do Funitil officios em nome do mesmo Nunes despedindo a tropa ali estacionada (o que realmente cremos serem officios de letra flogida) nós lhe fizemos ver a falsidade de taes asserções, e que os chefes dessa facção erão o sobre-dito Pegado Serpa, padre Amaral, o major de ordenanças José Joaquim de Santa Anna Lisboa e Bernardino José Cardoso, intitulado commandante da força da Barra de Jaguaribe, como nos é constante por pessoas fidedignas, que elles andarão pelos pontos de defeza revoltando a tropa para effectuarem a sua facção, o que verá V. Ex. da copia junta, assignada pelo secretario, que é do officio, com que respondemos ao major commandante do batalhão de Itaparica.

« Nestas circumstancias pondere V. Ex. o perigo, em que não só se achão as nossas pessoas, e commandante da força, como todos os habitantes desta povoação, e não podemos deixar de crêr, que não occulla se tem valido das armas, da intriga para excitar entre nós uma guerra civil, e por esse meio triumpharem os nossos inimigos, e que os executores della são os referidos, muito principalmente o dito padre Amaral, pois V. Ex. é testemunha dos seus procedimentos publicos, e que em qualidade de accessor da camara dirigia os officios em nome de el-rei tendo nós aclamado a regencia constitucional de Sua Alteza Real, que pretende relaxar da prisão os presos Mascarenhas e Seixas por sinistras, e illegas justificações, que nos consta terem feito naquella villa, olhando tão somente ao dinheiro, que lhes offereção os ditos presos, e que influio muito sobre os facciosos, Jorge da Rocha, e Santa Anna Lisboa, persuadindo-os, que os habitantes desta querem transferir a villa para aqui, e Bernardino José Cardoso quer a força d'armas fazer-se commandante do ponto da Barra, como verá V. Ex. da copia n. 2 na qual se vê os seus procedimentos por termos nós nomeado commandante ao tenente José Marcelino dos Santos.

« Parece portanto ser de absoluta necessidade cohibir-se

taes procedimentos daquelles cabeças para exemplo dos mais, que trilhão a vinda da intriga, e por isso em nome dos habitantes deste termo rogamos a V. Ex. as energicas providencias, que se fazem tão necessarias para podermos continuar na defeza, e publica segurança, de que estamos encarregados.

« Deos guarde a V. Ex. Nazareth, 2 de Setembro de 1822. — Ilm. e Exm. Sr. Manoel Gonçalves Maia Bittancourt deputado eleito de Jaguaribe e Nazareth. Francisco José de Araujo Franco, João Amado Collinho Barata, Manoel do Nascimento Monteiro, João Francisco de Medina, Gervasio Joaquim do Amparo. »

« Ilms. e Exms. Srs. — Esta comarca, mantida até ao presente em paz, se acha em desassossego e perturbação pelos movimentos, que se tem descoberto na provincia das Alagoas, e pelo desembarque, em Maceió do armamento e tropas, enviadas pelo Rio de Janeiro em socorro dos insubordinados do reconceito desta provincia. As forças milicianas da comarca são muito pequenas, e quasi desarmanadas: as de primeira linha dos regimentos dessa cidade, aqui destacadas, não excedem a cincoenta praças: os cofres nacionaes estão esgotados de dinheiro; porque apenas chega para as despesas ordinarias o que se recolhe pela arrecadação desta comarca, e por isso já foi preciso ordenar um emprestimo de dois contos e quatrocentos mil reis, feito ao cofre dos duzentos, para acompanhar o destacamento militar, que ora vai partir para os prealidos do Rio de S. Francisco.

« Faz-se portanto necessario, que VV. EE. Exs. hajão por bem autorisar o dispendio da fazenda nacional, e mesmo aquelle emprestimo, que tem o destino de manter a paz desta comarca, e ainda de toda a provincia transmitir-me as ordens, que julgarem necessarias, para debaixo dellas me saber regular, e mandar finalmente tropa, munição e dinheiro com a possivel brevidade, uma vez que VV. EE. Exs. julgarem que as côrtes, a constituição, o governo do el-rei o Sr. D. João VI, e a vida de milhares de europeus, e ainda de brasileiros honrados, devem ser mantidas, pois que do contrario os mesmos europeus aqui residentes, os expatriados da provincia das Alagoas, e os ditos brasileiros, deixarão a comarca para escapar das mortes, roubos e ferimentos, que os ameaço, e eu como europeu os acompanharei, desamparando o lugar que tenho a honra de occupar.

« Deos felizmente guarde a VV. EE. Exs. Larangeiras 3 de Setembro de 1822. — Ilma. e EE. Exs. Srs. presidente e vereadores da junta provisoria do governo geral da provincia da Bahia. O ouvidor interino de Sergipe d'El-rei — Manoel Gomes Coelho. »

« Ilm. e Exm. Sr. general. — Os abaixo assignados, por si e pela corporação do commercio nacional desta praça representão a V. Ex., que constando-lhe procurarem os commerciantes estrangeiros negociar com as villas desta provincia insurgidas contra as legitimas autoridades d'el-rei e da nação, conspirão contra a união, que ha entre suas respectivas nações e a nossa, e contra o commercio nacional, porque conforme as leis das nações aliadas, elles não podem dar favor nem ajuda a sublevados, favor e ajuda darão commerciendo, como proteadem com as ditas villas revoltadas, e farão offensas ao commercio nacional, podendo-se em communicação com aquella parte desta provincia, recebendo dos devedores dos representantes, que nella existem, os generos que estes tem para pagamento dos mesmos, cujos generos tem deixado de vir para esta cidade, por estar interrompida a communicação com os rebeldes.

« Em commercio, Exm. Sr., quando um devedor é julgado em estado de não poder satisfazer em tempo aos seus credores, e alguns destes se quer cobrar exclusivamente, juntão-se todos, para dos bens dos devedores fazerem massa commum, que ordinariamente se entrega a uma administração, a qual liquida e divide em rateio o seu resultado por todos os credores, o que não pode acontecer, alcançando os estrangeiros o que pretendem, porque estando os representantes impedidos de commerciar com

as sobreditas villas, e sendo permittida a communicacão aos estrangeiros, estes se cobrão com exclusão em prejuizo dos representantes contra o direito e forma mercantil, portanto os representantes esperão da rectidão e justiça de V. S., não permitta a estrangeiros o que por lei e verdade pertence aos nacionaes.

« Bahia 3 do Setembro de 1822. (Seguem-se as assignaturas.) »

« Ilms. e Exs. Srs. — Sendo-me pedido vocalmente pelo consul britânico, que lhe houvesse de conceder licença para alguns negociantes da mesma nação, aqui residentes, conduzirem para as villas do reconcavo algumas fazendas afim de as permutarem por mantimentos; sciendes porem varios negociantes portuguezes de tal pedido, me apresentarão a inclusa representacão, que por copia levo a presenca de VV. EExs., oppondo-se a que se não verifique tal licença, por ser opposta ás circumstancias actuaes de sublevacões, em que se achão as principaes villas desta provincia devendo-se vedar todo o commercio com taes inimigos já declarados do governo da nação.

« Levo portanto este objecto a consideracão de VV. EExs. afim de se poder tomar uma positiva deliberacão não offensiva dos direitos dos nacionaes e dos estrangeiros, aqui residentes, parecendo-me o dever-se mandar mais publicamente declarar por incommunicaveis todos os lugares, que se achão sublevados.

« Deos guarde a VV. EExs. Quartel general da Bahia, 5 de Setembro de 1822 — Ilms. e EExms. Srs. da junta provisoria do governo desta provincia. — I. L. Madeira de Mello. »

« Ilm. e Exm. Sr. — A junta provisoria de governo accusa a recepção do officio de V. Ex. em data de hontem, referindo a supplica vocal feita pelo consul britânico, para que alguns negociantes da mesma nação aqui residentes podessem conduzir para as villas do reconcavo certas fazendas, afim de as permutarem por mantimentos, ao que se havião opposto varios negociantes portuguezes, requerendo pela representacão junta por copia se não permittisse aquella sculdade por ser contraria ás circumstancias actuaes de sublevacão em que se achão as principaes villas desta provincia, devendo-se vedar todo o commercio com taes inimigos já declarados ao governo da nação, ponderando V. Ex. que a poder-se tomar uma positiva deliberacão, não offensiva dos direitos dos nacionaes, e dos estrangeiros aqui residentes, parecia á V. Ex. dever-se mandar mais publicamente declarar por incommunicaveis todos os lugares, que se achão sublevados. Sobre o que cumpre responder a V. Ex., que a vista do tratado de commercio de 1810, que concedeu aos subditos das duas nações contractantes poder commerciar em quaesquer lugares, ainda pertencentes a um inimigo, a não serem generos do contrabando de guerra, como é expresso nos artigos 27 e 28, parece que a respeito dos generos permittidos, e salva a arrecadação dos impostos nacionaes, se não podem recusar aos negociantes inglezes, a licença, que requerem, sem risco de algum compromettimento nas relações politicas actualmente existentes; porem se os lugares, aonde pretendem ir negociar, estão sitiados, bloqueados ou investidos por mar ou por terra, o que a V. Ex. pertencerá declarar, é evidente que em tal caso é inadmissivel a supplica daquelles negociantes, por ser essa uma acepção comprehendida no citado art. 28.

« Deos guarde a V. Ex. Palacio do governo da Bahia 5 de Setembro de 1822. — Ilm. e Exm. Sr. brigadeiro governador das armas desta provincia. (Seguem-se as assignaturas.) »

« Ilms. e Exms. Srs. — Accuso a recepção do officio de VV. EExs. datado de 5 do corrente em resposta ao meu de 4, sendo o objecto deste levar á consideracão de VV. EExs. a licença, que vocalmente me foi pedida pelo consul britânico, para alguns dos negociantes desta nação aqui residentes poderem levar para as villas sublevadas algumas fazendas, afim de as permutarem por mantimentos a cujo

pedido se oppozerão alguns dos negociantes portuguezes, fundados em algumas razões descriptas na representacão, que me fizeram, e eu transmitti por copia a VV. EExs. para a vista de todo o exposto se poder tomar uma positiva de liberação, não offensiva aos direitos de uns e outros negociantes, parecendo-me dever-se mais publicamente declarar por incommunicaveis todos os lugares, que se achão sublevados.

« Lembra-me VV. EExs., que sendo conhecido pelos arts. 27 e 28 do tratado do commercio de 19 de Fevereiro de 1810 o poderem os subditos d'ambas as nações commerciar em quaesquer lugares, ainda pertencentes a um inimigo, a não serem em generos de contrabando de guerra, lhes parece que a respeito dos generos permittidos, e salva a arrecadação dos impostos nacionaes, se não pode recusar aos negociantes inglezes a licença, que pedem, sem risco de algum compromettimento nas relações politicas, actualmente existentes; excepto estando os lugares, para onde aquelles pretendem negociar sitiados, bloqueados ou investidos por mar ou por terra: (o que assim pertence declarar,) porque então se faz inadmissivel a supplica dos mesmos, por lhes estar prohibido no citado art. 28. Quando olho para um objecto, que positivamente encara com os direitos politicos e positivos das duas nações,, o sobre cuja deliberacão fica sugeita uma das partes mais sagradas da minha responsabilidade a VV. EExs., é quando ainda me não faltassem aquelles conhecimentos, que mais ao alcance de VV. EExs. estão, seria de um dever meu segundo o § 14 da lei 124 communicar a VV. EExs. as minhas idéas, afim de que por esta forma se venha obter a melhor, e a mais bem acertada decisação sobre um caso assáz melindroso; e este é o motivo, porque dirijo a VV. EExs. o que de novo me occorre: olhando para o exposto nos arts. 27, 28 do citado tratado de commercio por VV. EExs. lembrados, pelos quaes se consente o poderem commerciar os subditos d'ambas as nações em quaesquer lugares ainda pertencentes a um inimigo; parece-me que em tal tratado se não acha comprehendido o caso em questião, visto que os inimigos, com quem se pretende contratar não são d'outra nação, que tenha declarado guerra á nossa, ou esta áquella; mas sim são portuguezes rebeldes ao governo da mesma nação, a que pertencem, e portanto cumplices nas penas que as nossas leis patrias tem sancionado contra os que commettem similhantes attentados ou lhes prestão algum apoio, a cujas leis estão sujeitos os mesmos estrangeiros, residentes neste paiz, como é principio certo de direito natural, e mesmo estabelecido em muitos dos artigos do mesmo tratado de commercio, como seja nos 7º, 9º, e 10º, e 31º, ainda quando da literal expressão do citado art. 28 nas palavras..... e poderão ser levados livremente pelos vassallos d'ambos os soberanos mesmo.

« N. B. A logares pertencentes a um inimigo..... claramente se vê, que não sendo as villas da Cachoeira, San Francisco, Santo Amaro e as outras de nação separada pertencentes aos sublevadores, mas sim fazendo aquellas parte do territorio da nossa nação, que os arts. 27 e 28 do mesmo tratado nada regulão, nem a sua disposiçãõ tem alguma analogia com o caso, em que se questiona.

« Ainda mais me lembro agora expor a VV. EExs. (visto que pelo repente nada communiquei com o dito consul) que sendo exceptuado no mesmo art. 28 o não poder communicar-se com aquelles lugares, que se achão sitiados, bloqueados ou investidos por mar ou por terra: é ninguém duvidando, que o livre commercio e communicacão para esses lugares sublevados está vedado tanto por mar como por terra pelas canhoceiras de registo nas entradas dos portos, e guardas nas estradas (motivo porque o consul pedia licença, pois a ignorar o tal licença não pederia) segue-se portanto, que ainda na hypothese de que fosse generica a disposiçãõ dos citados arts. para o commercio com os facciosos senão fazia admissivel a licença pedida, visto achar-se existindo a excepção declarada no fim do sobredito art. 28.

« Além do que tenho exposto, ainda me occorre outro principio, que sendo indubitavel, que o commercio com esses facciosos se segue a prestaçãõ de recursos para mais



os poder fortalecer no attentado de inquietarem o socego dos povos com desobediencia formal ao nosso governo, e a segurança publica da nação: viria portanto o resultado da concessão dessa licença, pelo dito consul pedida, a ser formalmente opposto ao estipulado no art. 1.<sup>o</sup> do outro tratado de amizade, e alliança de 19 de Fevereiro de 1810 entre as mesmas duas nações pelo qual se estipulou a obrigação reciproca das altas partes contractantes empregarem constantemente, não só a mais seria attenção, mas todos os meios, que a Omnipotente Providencia tem posto em seu poder, para conservar-se a tranquillidade e segerança publica.

Por estes e outros principios, parecendo-me que o caso da questão não entra nas estipulados no tratado de commercio, eu offereço todas estas reflexões a V. Exs. com melhor conhecimento me communicarem o que se deverá deliberar, caso o sobredito consul inste pela licença pedida. E outro sim novamente tenha a VV. EEExs., que se fazia muito a bem do serviço nacional e real para melhor intelligencia dos povos, que quanto antes se mandasse fazer mais publico, que os lugares sublevados se achão incommunicaveis, e por consequencia culplices nas penas das leis todos os transgressores.

« Deos guarde a VV. EEExs. Quartel general da Bahia 8 de Setembro de 1822. — Ilms. e EEExms. Srs. da junta provisoria do governo desta provincia. — Ignacio Luiz Madeira de Mello. »

« Ilm. e Exm. Sr. — A junta provisoria do governo accusa a recepção do officio de V. Ex. em data de 8 do corrente, no qual referindo-se ao officio desta junta de 5 do mesmo mez, enviando em resposta ao outro de V. Ex. de 4 a cerca da faculdade vocamente pedida pelo consul britannico, para que alguns negociantes inglezes levassem ás villas do reconcavo certas fazendas para as permittarem por mantimentos V. Ex. pondera ainda alguma reflexões que lhe occorrem para ser denegada aquella faculdade, as quaes offerece á consideração da junta, affirm de que em caso tão melindroso, e em que tanta responsabilidade incumba a ambas as autoridades, se tome a mais acertada deliberação, lembrando novamente, que faria muito a bem do serviço nacional, e para melhor intelligencia dos povos mandar-se fazer mais publico, que os lugares sublevados se achão incommunicaveis e culplices nas penas da lei aos transgressores desta medida. E prezando a junta com a devida attenção todas as idéas novamente desenvolvidas no sobredito officio de V. Ex. coincide exactamente com a opinião, em que V. Ex. se acha de ser inconcessivel nas actuaes circumstancias a licença requerida pelo consul britannico; já porque a vista dos citados arts. 7.<sup>o</sup>, 9.<sup>o</sup>, 10.<sup>o</sup>, e 31.<sup>o</sup>, do tratado de commercio de 1810 os subditos de ambas as partes contractantes se mostrão sujeitos ás leis do paiz onde residem, com cuja observancia não parece compativel a pretendida communicação dos negociantes inglezes com as villas insurgidas, resultarão desta sempre uma especie de ajuda e favor, que as ditas leis prohibem, debaixo de penas nas mais graves, já porque ainda a considerar-se a povoação das ditas villas como qualquer outro inimigo estrangeiro, com quem o sobredito tratado no art. 28 permite negociar, a não ser em contrabando de guerra, verifica-se contra aquella regra geral a excepção contida nesse mesmo artigo, que a junta já havia apontado em seu referido officio de 5, por se achar a communicação das ditas villas effectivamente interceptada por uma competente força de mar e terra, e por isso n'uma especie de sitio ou bloqueio, como V. Ex. expressamente declara em seu officio.

« Quando porem a mandar-se declarar mais publicamente incommunicaveis os sobreditos lugares, que de facto já se achão assim interceptados, pondera a junta a V. Ex., que além de parecer duvidoso, que um similhante acto seja proprio das autoridades locais da provincia, occorre por uma parte, que uma tal medida obstará a remessa da lei das soberanas côrtes acerca das eleições dos deputados da provincia, que sem embargo daquelle estado das villas, a junta julga dever para alli remetter no

prazo de 15 dias, como determina a mesma lei debaixo de sua responsabilidade, affirm de que tinha o devido cumprimento, e por outra parte que devendo aquella declaração ser adoptada, estender-se por identidade de razão a todos os postos e lugares das provincias do sul e ao norte, que se achão nas mesmas circumstancias, ella produzirá consequencias de tal grandeza, grandeza a respeito da circulação do pequeno commercio, que ainda se faz do fornecimento de provisões e mantimentos, de que tanto necessitamos, que parece prudente esperar nesta parte a competente providencia do supremo governo do reino, o qual a esta hora deve estar sufficientemente informado destes acontecimentos. Se com tudo estas reflexões não parecem absolutamente concludentes a V. Ex. a junta julgará muito conveniente que V. Ex. lhe transmita ainda as que lhe occorrem para que se tomem em consideração, e á vista dellas, de commun accordo, se estabeleça a deliberação final neste negocio, que a junta igualmente, que V. Ex. considera melindroso e de muita responsabilidade.

« Deos guarde a V. Ex. Palacio do governo da Bahia, 10 de Setembro de 1822. — Ilm. e Exm. Sr. brigadeiro general das armas desta provincia. » (Seguem-se as assignaturas.)

« Ilms. e Exms. Srs. — Accuso a recepção do officio de VV. EEExs. de 10 do corrente em resposta ao meu de 8 do mesmo, e por aquelle vejo coincidem VV. EEExs. exactamente com as minhas reflexões acerca de ser inconcessivel nas actuaes circumstancias a licença requerida pelo consul britannico, affirm de alguns negociantes da sua nação aqui residentes poderem ir commerciar com sublevados do reconcavo, já porque, á vista dos arts. 7.<sup>o</sup>, 9.<sup>o</sup>, 10.<sup>o</sup> e 31.<sup>o</sup>, do tratado de commercio de 1810 por mim citados, os subditos de ambas as partes contractantes se mostrão sujeitos ás leis do paiz onde residem, com cuja observancia não parece compativel a pretendida communicação dos negociantes inglezes com as villas insurgidas, resultando della sempre uma especie de ajuda e favor, que as ditas leis prohibem debaixo das mais graves penas, e já porque ainda, a considerar-se a povoação das ditas villas como qualquer outro inimigo, com quem o sobredito tratado no art. 28 permite negociar, a não ser em contrabando de guerra, verifica-se contra aquella regra geral a excepção contida nesse mesmo artigo por se achar a communicação daquellas villas effectivamente interceptada por uma competente força de mar e terra, e por isso em uma especie de sitio ou bloqueio.

« Enquanto, porém, ás reflexões que VV. EEExs. no mesmo officio fazem acerca de se não poder por agora, até a resolução do supremo governo do reino, publicar a incommunicabilidade com os sobreditos lugares, que de facto já se achão interceptados; ponderando VV. EEExs. as duvidas que occorrem e a particular responsabilidade de VV. EEExs. sobre o impedir-se com aquella medida a execução da lei acerca da eleição dos deputados da provincia; nada me resta dizer mais a VV. EEExs. do que, não estando a meu alcance o fazer algumas observações a tal respeito mais do que o parecer-me que se deveria lançar mão de tal medida; como, porém, VV. EEExs. a julgo extemporanea e talvez incompetente, e firmo a sua razão na observancia das leis, ficando, portanto, desonerado eu de qualquer responsabilidade, fica esta sujeita á decisão de VV. EEExs. a tal respeito.

« Deos guarde a VV. EEExs. Quartel-general da Bahia, 12 de Setembro de 1822. »

« Ilms. e Exms. Srs. — Accuso a recepção dos officios de VV. EEExs. datados de 10 do corrente mez, com a copia do officio que com a data de 3 deste mesmo mez VV. EEExs. receberam do ouvidor interino da comarca de Sergipe de El-rei, o qual me transmittem á minha consideração, na parte que me diz respeito, que vem a ser sobre o pedido de tropas, affirm de mais se fortificar aquella comarca contra os facciosos desta provincia e dos das outras em auxilio dos mesmos, a cujo respeito tenho a responder a VV. EEExs. que, tendo já mandado algum armamento, pólvora e bala, dirigido ao governador da mesma comarca, attentas ás circumstancias em que se acha a cidade, atacada por todas as partes de taes sublevadores, não convem que desta por agora se dividão as forças existentes; porém breve espero serão soccorridas, devendo no entanto o mesmo ouvidor cooperar quanto da sua parte estiver affirm de que os povos daquelle comarca cada vez se animem e fortifiquem mais contra taes perversos, sobre os quaes não tardará cabir o castigo.

« Deos guarde a VV. EEExs. Quartel-general da Bahia, 12 de Setembro de 1822. — Ilms. e Exms. Srs. da junta provisoria do governo desta provincia. — Ignacio Luiz Madeira de Mello. »



« Ilm. e Exm. Sr. — Sendo presente em sessão da junta da fazenda nacional desta provincia o officio que á Exma. junta provisoria de governo dirigira o interior ouvidor da comarca de Sergipe de El-rei acerca da necessidade que ha em consequencia do estado de agitação e desasosiego em que se acha aquella comarca, de se lhe fornecer algum subsidio penunitario, para, mediante elle, conseguir-se o seu estabelecimento; manda a mesma junta da fazenda responder sobre tal objecto a V. Ex., para ser presente á Exm. junta provisoria de governo que, havendo a actual insurreição do reconcavo, bem como a conjuntura politica em que se vê esta provincia, feito não só cessar a directa affluencia dos rendimentos nacionaes que ali se arrecadão para os cofres da thesouraria geral, como ate occasionado as extraordinarias despesas que se têm feito e se continuão a fazer, taes como as occorrentes pelo equipamento da esquadra, soldos e comedorias de sua guarnição, a promptificação das embarcações armadas, os soldos e sustentação da tropa aqui destacada, um deposito ou reserva de viveres para a mesma, a somma de 6.000\$ agora mesmo exigida pelo commissario competente para a manutenção dos empregados no serviço da faxina, além de outras requisições para o dito fim por elle feitas, e, portanto, assás facil a convicção de que os ditos cofres da thesouraria geral, achando-se assim sobrecarregados de despesas em tempos como o presente, em que provavelmente para elles sómente afflue uma bem diminuta parte de seus ordinarios rendimentos, devem consequentemente achar-se em o mais perfeito estado de desfalca e de quasi nullidade, que, prescindindo mesmo das despesas ordinarias, os seus fundus certamente mal chegarão para com elles occorrer-se ás extraordinarias apontadas, considerações estas que todas parecem assás justificar a impossibilidade em que ora se vê a junta de poder annuir á requisição que faz o preclito ouvidor para um fim tão justo, quanto necessario.

« A vista do que se está á junta indicar que aquelle ministro lance mão dos rendimentos da referida comarca, que estão por arrecadar, taes como os concernentes á siza, decima, etc., incluindo nelles a somma de 1.250\$ da siza do termo da villa de Santo Amaro, succeda por José Rodrigues Dantas e Mello contra o capitão José Ricardo da Silva Horta, a pagar ao thesoureiro-geral desta provincia, e que foi protestada por não ter sido satisfeita pelo dito sacado, o que tudo se lhe fará pela junta da fazenda tambem saber, em resposta á representação que em a mesma data de 3 do corrente mez o citado ministro lhe dirigira a semelhante respeito.

« Deos guarde a V. Ex. Bahia, 14 de Setembro de 1822. — Ilm. e Exm. Sr. secretario da junta provisoria do governo desta provincia. — Ignacio Rufo da Costa Lima. »

« Ilm. e Exm. Sr. — A junta provisoria do governo da provincia da Bahia leva ao conhecimento de V. Ex. para subir á augusta presença de S. M. el-rei o Sr. D. João VI e das soberanas côrtes nacionaes, que a galera *Mercurio*, tendo sahido a 31 do passado em direitura para essa capital, entrara arribada no fim de 8 dias, com falta do leme, sendo este desastre a causa da demora da expedição do officio n. 23 de 27 do dito Agosto, o qual vai nesta occasião, que a junta aproveita para em additamento informar a V. Ex. que a camara da villa de S. José da Barra do Rio de Contas communicára haver-se proclamado alli a regencia de S. A. Real, constando por noticias que correm no publico, com muitos signaes de verdadeiras, que as villas de Marahú e Camamú, ambas na comarca dos Ilheos, tem feito igual proclamação, continuando a ignorar-se o estado da comarca da Jacobina por falta de communicação, e sabendo-se da de Sergipe o que consta da copia n. 1, que a junta transmittira á consideração do governador das armas e á da junta da fazenda, tendo respondido esta pelo officio da copia n. 2, e aquella pelo da de n. 3.

« Occorre mais participar a V. Ex. que, pretendendo os negociantes inglezes aqui residentes levar algumas fazendas ao reconcavo para as permutarem por viveres, e recorrendo para esse fim ao governador das armas, este se dirigiu á junta pelo officio por copia n. 4, a que se seguirão os de n. 5, 6, 7 e 8; a junta persuadiu-se que estando interceptada, por via da força armada, a communicação com o reconcavo, a declaração solenne de incommunicabilidade, era desnecessaria, e hesitou mesmo se um semelhante acto, que parecia equivalente a um manifesto de guerra, fosse proprio das autoridades da provincia, além das funestas consequencias de fome e interdito de todo o commercio, que necessariamente deverião seguir-se, estendendo-se, como em tal caso era necessario,

aquella declaração de incommunicabilidade a todos os lugares das comarcas, e ainda provincias ao norte e a sul, que, não obstante terem feito proclamações da regencia, continuou por ora o commercio, e de muitos se recebem fôrimentos de viveres, os quaes são aqui já demasiadamente escassos.

« E, portanto, necessario que venha quanto antes uma decisão a este respeito, porque a junta deseja sinceramente aceitar, e muito recia comprometter-se, tomando por si só deliberações de tão alta transcendencia.

« Deos guarde a V. Ex. Palacio do governo da Bahia, 14 de Setembro de 1822. — Ilm. e Exm. Sr. Felipe Ferreira de Araujo e Castro. »

(Seguem-se as assignaturas.)

« Ilm. e Exm. Sr. — A junta provisoria de governo da provincia da Bahia leva ao conhecimento de V. Ex. para subir á augusta presença de Sua Magestade el-rei o Sr. D. João VI, e das soberanas côrtes da nação a relação dos acontecimentos, que ulteriormente tem tido lugar nesta provincia depois do ultimo officio n. 26 em data de 14 de Setembro proximo.

« As villas de S. Francisco, Santo Amaro, Cachoeira, Maragogipe, Jaguaripe, e as do interior, Inhabepe, Itapocuri, e mesmo a ilha de Itaparica se conservão todas no mesmo estado de separação desta capital, sem que se saiba o que nellas se passa, constando apenas, que as avançadas d'aquelles povos se tem aproximado pelo lado do suburbio da Soledade, e tem tido alguns pequenos choques com as tropas aqui estacionadas, assim como que se tem já por vezes travado pequenos combates entre as canhoneiras, e alguns pontos visinhos da beira mar, sobre cujas individuações só o governo das armas pode competentemente.

« Continúa a falta de noticias da comarca da Jacobina, talvez por se achar cortada a communicação pelo reconcavo; na de Ilheos todas as villas tem já seguido o exemplo de Valença, proclamando a regencia de S. Alteza Real, o que consta por pessoas fidedignas d'alli viudas, não obstante o que algumas daquellas villas tem continuado a enviar a esta cidade os seus generos, ao contrario do que acontece com o reconcavo, cujo commercio e communicação estão de toda interceptadas.

« A comarca de Sergipe, da qual esta capital se fornecia agora de uma porção de gado pela falta do do interior, e mesmo de algum milho e outros objectos da sustentação do povo, achia-se em perturbação, e parece ter igualmente proclamado, segundo noticias dadas pelo ouvidor interino, e outras pessoas, que acabão de chegar aqui, as quaes por sahirem daquelles lugares logo que principiãrão a por-se em agitação, nada sabem informar circumstanciadamente, asseverando apenas que havendo concordado naquella proclamação as tropas da Estancia, em que os de opinião contraria fundarão suas esperanças, e não tendo sido possivel enviar-se á comarca o reforço, que havia pedido, infalivelmente toda ella devia succumbir; da comarca de Porto Seguro consta por noticias dadas pelo juiz ordinario da cabeça da mesma comarca, que na villa do Belmonte, a primeira da parte do norte, se receiara a passagem da força, que domina na comarca dos Ilheos, e a comarca da villa de S. Matheus movera officialmente ignaca receios pelo lado da capitania do Espirito Santo; cumprindo observar, que a interceptar-se a grande exportação das farinhas, que a dita comarca de Porto Seguro faz para esta cidade, terá ella de soffrer grandemente, achando-se já privada das que lhe erão fornecidas pelo districto de Nazareth, no reconcavo.

« Os habitantes desta cidade, consternados pelos actuaes movimentos militares, todos tem os olhos fixos na barra na esperança de que se receba ainda do paternal governo d'el-rei, e da sabedoria do soberano congresso algum remedio extraordinario, que salve a provincia do abismo de males, em que vai precipitar-se; conciliação e só conciliação, é o meio de terminar dissensões entre irmãos: a junta satisfazendo ao dever mais sagrado, que lhe impõe o seu cargo, reclama com toda a urgencia em

nome da razão da justiça e da humanidade aquelle remedio, já implorado nos seus ultimos officios.

« Deos guarde a V. Ex. Palacio do governo da Bahia, 8 de Outubro de 1822. »

« Illm. e Exm. Sr. — A junta provisoria do governo da provincia da Bahia, em addicionamento ao seu officio n. 22 de 21 de Agosto proximo, communica a V. Ex. para subir a augusta presença de Sua Magestade el-rei o Sr. D. João VI, o das côrtes geraes, e extraordinarias da nação portugueza: que ora transmitta aos deputados desta provincia os votos das camaras das villas de Itabaiana, S. Amaro das Grotas Port'alegre, Propriá e Prado; enunciando as primeiras trez, que o poder executivo se delegue no Principe Real, pretendendo a do Port'alegre, que tambem esta delegação seja em parte extensiva ás juntas provinciales, a penultima, que somente nestas; e a ultima subscreve ao arbitrio da mesma junta provisoria.

« Deos guarde a V. Ex. Palacio do governo da Bahia, 8 de Outubro de 1822. »

« Illm. e Exm. Sr. — A junta provisoria de governo da Bahia leva ao conhecimento de V. Ex. que pelo correio maritimo brigue *S. Boaventura*, chegado aqui do Rio de Janeiro no dia 22 do corrente, recebeu algumas ordens do ministro daquella cidade, ás quaes não deu cumprimento algum, assim porque tem sempre obedecido, e obedece só e immediatamente aos poderes legislativo e executivo residentes nessa côrte, como por lhe ser presente a carta de lei, transmittida em portaria da secretaria de Estado dos negocios de justiça de 5 de Agosto ultimo, que declara abusivos e de nenhum valor todos os decretos, o actos do Principe Real, que excedão os limites do poder que lhe foi delegado por el-rei, mandando a mesma portaria que não se observe de forma alguma o decreto de 16 de Fevereiro do corrente anno para a convocação de procuradores das provincias do Brasil, ao qual a junta nao dera execução, quando para esse fim lhe foi enviado por S. A. Real pela secretaria de Estado dos negocios do reino em officio n. 23 de 27 de Agosto proximo.

« Deos guarde a V. Ex. Palacio do governo da Bahia, 26 de Outubro de 1822. »

#### DISCUSSÃO NA ASSEMBLÉA CONSTITUINTE A RESPEITO DO REGRESSO DO PRINCEPE D. PEDRO PARA LISBOA

Foi na sessão n. 183 de 9 de setembro de 1821 que se tratou da grave questão politica — se o Principe Regente do Brasil devia ficar governando o Estado, ou regressar para a Europa — bem como de extinguir-se a casa da supplicação, tribunaes e juizos do Rio de Janeiro e em outros lugares do Brasil, creados por S. M., ficando sujeitos os negocios contenciosos ás decisões da antiga Relação, como nos tempos coloniaes.

O deputado *Martim Basto*, oppoz-se á extinção dos tribunaes do Rio de Janeiro. O deputado *Rabello* requereu que ficasse este negocio suspenso até que a constituição apparecesse. *Fernandes Thomaz*, com o artil que lhe era conhecido, disse que, se conservasse tudo no antigo estado, affirmando no entanto que os povos do Brasil não querião reconhecer a autoridade do Principe Regente; e pediu que se concedesse aos povos do Brasil recurso de revista dos seus pleitos em Portugal. O deputado *Fagundes Varella*, talvez esperando que mais tarde serenassem os animos, propoz, que em quanto as côrtes trabalhassem, se conservasse a casa da supplicação do Rio de Janeiro, concedendo-se aos povos o recurso pedido. *Fernandes Thomaz* offereceu-se para formar a este respeito um pequeno plano. Em seguida baixou o decreto de extinção dos tribunaes.

#### Decreto sobre a extinção dos tribunaes do Brasil.

« D. João por graça de Deos, e pela constituição da monarchia, rei do reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, d'aquem e d'aquem mar em Africa, etc. Faço saber a todos os meus subditos que as côrtes decretarão o seguinte:

« As côrtes geraes, extraordinarias e constituintes da nação *Portugueza*, attendendo a terem cessado as causas, pelas quaes se estabelecerão no *Rio de Janeiro* diversos tribunaes; e considerando a necessidade de regular a administração publica, tanto naquella, como nas outras provincias do *Brasil*, por uma maneira accommodada ás circumstancias actuaes, decretão provisoriamente o seguinte:

« 1º Ficão extinctos todos os tribunaes creados no *Rio de Janeiro*, desde que el-rei para alli trasladou a sua côrte desde 1808.

« 2º Todos os negocios que se expedião por cada um dos referidos tribunaes, serão de ora em diante expedidos como erão antes da sua criação, com as declarações seguintes:

« 3º A casa da supplicação do *Rio de Janeiro* fica reduzida a uma relação provincial, e nella, bem como nas demais relações do *Brasil*, se decidirão em ultima instancia todas as demandas, salvo o recurso da revista nas causas que excederem o valor de dois contos de reis, o qual se interporá para *Lisboa*, nos termos prescriptos pela legislação actual. Nas provincias em que presentemente não ha relações, interporão as partes seus recursos para as mesmas que actualmente recorrem, em quanto a este respeito se vão tomar outras providencias.

« 4º Haverá na relação no *Rio de Janeiro* uma mesa, de chanceller, e dos dois desembargadores de agravos mais antigos, pela qual se despacharão, não só os negocios que antigamente expedia, pelo alvará de sua criação, a mesa do desembargo do paço, creada dentro da relação daquella cidade; mas tambem aquelles, que as mesas do desembargo do paço, e da consciencia e ordens, estabelecidas em *Lisboa*, despachão sem dependencia de consulta, na conformidade do alvará de 25 de Fevereiro de 1713, e mais leis respectivas. Ficão portanto dependentes da decisão do rei, ou das côrtes, segundo a constituição, e as leis, quaesquer mercês, que se houverem de fazer da fazenda nacional, concessões de commendas, alcaidarias môres, capellas, e bens nacionaes; privilegios, titulos e graças honorificas; cartas de magistratura, patentes de militares, provimento de beneficios, confirmações de sesmarias, e aquelles officios de justiça e fazenda, que antes da trasladação da côrte para o *Rio de Janeiro* se costumavão prover por carta assignada por el-rei.

« 5º Crear-se-ha no *Rio de Janeiro* uma junta de fazenda pelo mesmo modo, e com as mesmas attribuições com que semelhantes juntas se achão actualmente estabelecidas nas demais provincias do *Brasil*; e por esta junta se expedirão na parte, não contenciosa, todos os negocios relativos á provincia, que se expedião pelo erario e conselho da fazenda, havendo para esse fim todos os titulos, e documentos, que lhe forem necessarios.

« 6º Fica instaurada a mesa da inspecção na provincia do *Rio de Janeiro*, com todas as attribuições, que taes mesas tem nas outras provincias do *Brasil*, em quanto não se fazem as alterações e reformas de que precisão; e tanto daquella, como destas, se recorrerá por agravo para as relações respectivas nas materias contenciosas.

« 7º A junta provincial administrativa inspecionará os melhoramentos da agricultura, commercio, fabrica e navegação da provincia; e proporá ao governo e ás côrtes as alterações, e reformas que sobre estos objectos julgar convenientes.

« 8º O governo nomeará uma commissão para arrecadar, e inventariar os livros, titulos, e documentos, que se acharem nos extinctos tribunaes do erario, conselho da fazenda, e junta do commercio; e á proporção que estes livros, titulos e documentos se forem apurando, e inventariando, a mesma commissão remetterá ás juntas de fazenda e administrativa aquelles, que a cada uma dellas pertencem, e transmittirá os outros ao governo pela competente secretaria de estado.

« 9º Todos os negocios contenciosos, que corrião pelo conselho da fazenda, e junta do commercio, ficão devolvidos á relação do districto, salva as attribuições da mesa da inspecção.

« 10º No Rio de Janeiro, e em cada uma das provincias do Brasil, em que houver relações, se creárão conselhos de justiça, segundo o methodo estabelecido para o Maranhão, pelo alvará de 26 de Fevereiro de 1818, em tudo o que lhes for applicavel, entrando igualmente na formação destes conselhos officiaes de marinha, onde os houver.

« 11º Aos conselhos de justiça, de que trata o artigo precedente, subirão todos os conselhos de guerra do exercito, e armada, não só da provincia, mas tambem de todo o districto da respectiva relação, cuja pena exceder a seis mezes de prisão; todas as sentenças dos referidos conselhos de guerra, que não excederem esta pena, serão executadas sem dependencia de alguma confirmação.

« 12º Os membros dos tribunaes extintos pelo presente decreto ficarão aposentados com meio ordenado, em em quanto os governos os não empregar, segundo for conveniente ao serviço publico.

« 13º Todos os officiaes, e empregados subalternos das referidas repartições extintas, ficarão percebendo, por tempo de um anno, a metade de seus ordenados, excepto quando estes forem inferiores a cem mil reis, porque então se lhe deixarão por inteiro; ficando excluidos em um e outro caso aquelles, que por qualquer outro titulo publico tiverem vencimentos equivalentes ao meio ordenado ou aos cem mil reis.

« 14º A junta provincial administrativa empregará com preferencia os officiaes, e empregados das repartições extintas, que forem aptos para o serviço, e remetterá ao governo, para transmittir ás côrtes com a maior brevidade, uma relação de todos os membros das mesmas repartições extintas, declarando quaes são os vencimentos, que cada um delles percebe por qualquer titulo publico; e outra de todos os referidos officiaes, empregados, com declaração do seu estado, aptidão, procedimento, e quantias que vencem da fazenda publica, consultando quaes são aquelles, que merecem ser empregados, ou dimittidos, privados do meio ordenado, ou conservados na continuação d'elle, assim de que á vista de tudo se delibere como for justo.

« 15º As providencias estabelecidas no presente decreto são extensivas a todas as provincias do Brasil no que lhes forem applicaveis.

« 16º Ficão revogados os decretos, alvarás, e qualquer outra legislação na parte em que se opposer ás disposições deste decreto. Paço das côrtes em 11 de Janeiro de 1822.

« Portanto mando a todas as autoridades deste reino unido de Portugal, Brasil e Algarves, a quem o conhecimento, e execução do presente decreto pertencer, que o cumprão, e executem tão inteiramente como n'ella se contém. Dada no palacio de Queluz aos 13 dias do mez de Janeiro de 1822. — El-rei com guarda. — *Pelippe Ferreira de Araújo e Castro.*

« Carta de lei, pela qual Vossa Magestade manda executar o decreto das côrtes sobre a extinção dos tribunaes creados no Rio de Janeiro, estabelecendo a fórma de administração publica, tanto naquella provincia, como nas mais do Brasil, tudo na forma acima declarada. — Para Vossa Magestade vér. — *Gaspar Feliciano de Moraes* a fez. — A fl. 68 do livro X de cartas, alvarás e patentes, fica registrada esta carta de lei. Secretaria de estado dos negocios do reino em 15 de Janeiro de 1822. — *Gaspar Luiz de Moraes, Manoel Nicoláo Esteves Negrão.* Foi publicada esta carta de lei na chancellaria mór da corte e reino. Lisboa em 15 de Janeiro de 1822. — *D. Miguel José da Camara Maldonado.* — Registrada na chancellaria mór da corte e reino no livro das leis a fl. 66, vers. Lisboa 15 de Janeiro de 1822. — *Francisco José Bravo.* »

« Illm. e Exm. Sr.—Sendo apresentado a el-rei o decreto das côrtes gtraes e extraordinarias da nação portugueza, datado de 29 de Setembro, em que se resolveu que S. A. o Principe Real viaje por Hespanha, França e

Inglaterra, Sua Magestade não só o mandou immediatamente publicar, mas dar as mais activas providencias para a sua prompta execução, determinando ao mesmo tempo que eu partilhe a V. Ex., para assim o fazer presente no soberano congresso, que, tendo visto até agora, com grande satisfação sua, as mais judiciosas e sabias medidas, que o mesmo soberano congresso tem adoptado na actual regeneração politica da monarchia, Sua Magestade não pôde deixar de considerar muito particularmente vantajosa ao bem e felicidade geral dos povos do reino unido de Portugal e Brasil, e Algarve, a luminosa e acertada deliberação que elle acaba de tomar no referido decreto pelos resultados felizes que promette quando habilita o immediato successor da corón para adquirir nos paizes illustrados, em que ha de demorar-se, os necessarios e muito uteis conhecimentos praticos do systema constitucional, que el-rei mui deliberadamente abraçou e jurou manter, e ao qual de novo reitera, e protesta a mais firme e invariavel adhesão.

« Sua Magestade manda ultimamente dar ao soberano congresso seus mais cordiaes agradecimentos, não só pelo desvelo com que por meio de tão assíduos, como bem dirigidos trabalhos, tem procurado desempenhar os poderes que lhe forão confiados, mas pelo interesse particular que toma pela pessoa do Principe Real, seu filho, ao qual Sua Magestade deseja ver crescer em virtudes e qualidades que o tornem cada vez mais digno de fazer um dia a felicidade de uma nação, que tantas e tão singulares provas tem dado de amor e fidelidade á casa de Bragança.

« Deos guarde a V. Ex. Palacio de Queluz, em 9 de Outubro de 1821. — José da Silva Carvalho. — Sr. João Baptista Filgueiras. »

ALGUNS DEPUTADOS, NA CONSTITUINTE PORTUGUEZA, SE OPÕEM AOS DISCURSOS DE SEUS COLLEGAS EM FAVOR DO BRASIL.

A corón portugueza devia uma avultada quantia ao banco do Brasil; e S. M. antes de se embarcar para Lisboa, não desejando concorrer para o descredito do mencionado banco, pelas faltas que nelle se tinham dado(\*), resolveu contrahir um emprestimo nacional, dentro ou fóra do reino, de 20 milhões de cruzados, e para effectuar-se esta negociação, nomeou, em commissão, o conselheiro deputado da junta do commercio do Rio de Janeiro João Rodrigues Pereira de Almeida (depois barão de Ubá), e o mandou a Portugal contrahir o dito emprestimo, sob hypotheca dos rendimentos da alfandega do Rio de Janeiro.

Este negocio foi resolvido pelo decreto de 23 de Março de 1821, e chegando este facto ao conhecimento da assembléa constituinte, o deputado Ferreira Borges para fazer opposição ao Rei, fingindo um falso zelo pelos interesses do Brasil, fallou contra o emprestimo, no que o acompanhou Fernandes Thomaz, dizendo:

— «Não estareis os deputados do Brasil aqui, não é motivo para que a proposta não se tome em consideração: a razão porque se desaprovou o emprestimo, é por ser ante-constitucional. O reino é unido: uma vez que os habitantes do Brasil assentáram seguir o nosso systema, todos os deputados tem o mesmo poder; não ha distincção entre o Brasil e Portugal; tudo é o mesmo; e as côrtes não fazem, nem devem fazer differença dos interesses desta ou daquella provincia. A soberania é igual para todos; são iguaes os beneficios: pensar de

(\*) Vide o 1º tomo da 2ª parte da minha *Chorographia do Imperio do Brasil*, no capitulo—Banco do Brasil.

outro modo, até é indecoroso... N'unca em tempo algum, ainda que estivesse todo o Brasil neste congresso, se acceitaria tal emprestimo, proposto como se propoem. — »

O deputado Miranda, fortificando o parecer de Fernandes Thomaz, acrescentou: — «E' preciso que desapareça absolutamente a idéa de que a presença ou ausencia dos deputados do Brasil constitue a legalidade de tudo quanto aqui fazemos. — Ao que respondeu o deputado Sarmento: — Trata-se da alfandega do Rio de Janeiro, e não se pode tratar da fazenda d'uma Provincia sem estarem presentes os deputados della. Este principio é de eterna verdade em politica, quando se trata de contribuições, imposições, e objectos de fazenda publica. — O deputado Borges Carneiro não podendo tolerar semelhante *desparate* de seu collega respondeu: — Sempre ouvi dizer que demandas e juro, são fogo na casa. Emprestar dinheiro para que? *Vinte milhões para cubrir os notorios e escandalosos roubos do banco do Brasil?* !

O emprestimo foi regeitado, decidindo-se tudo sem a assistencia dos deputados brasileiros!

As paixões politicas, ou antes os odios, e a compressão, cegavam a esses deputados portuguezes que pugnávam pela *liberdade*, não se lembrando que perdendo o Brasil, reduzirião o seu paiz a gravissimos apuros, como depois aconteceu. Não se lembravam que o Brasil de 1720 a 1820, mandou para Portugal, quasi todo o producto de suas minas, sendo o producto só de S. Paulo, Matto Grosso, Goyaz e Minas Geraes, 52:118 arrobas de ouro, sem fallar dos productos das riquissimas minas da Bahia e Rio de Janeiro.

A frota que entrou em Lisboa a 8 de Outubro de 1711, composta de 70 navios, levou do Brasil 50 milhões de cruzados! Lisboa foi abattida e incendiada em sua maxima parte, em virtude do terremoto do 1.º de Novembro de 1755, e foi com o dinheiro que se mandou pedir ao Brasil que se a reedificou(\*) Os dotes que a corôa dava ás princezas portuguezas mandava-se pedir ao Brasil. Os palacios erão construidos com o dinheiro do Brasil: os pavios para a armada portugueza erão construidos nos estaleiros e com o dinheiro do Brasil; e até a importancia do luto, que se punha por occasião do fallecimento de pessoas da casa real, era o Brasil que pagava! A fidalguia portugueza pauperrima, vinha enriquecer nos empregos do Brasil, e até chegava a ser comprada, como aconteceu com Manoel de Saldanha da Gama(\*\*), que foi vindo de Lisboa á Bahia, por conta e ordem de D. Jonna Guedes de Brito, viúva de D. João de Mascarenhas, para se casar com ella, e com a condição, de, no caso de não haver filhos, não passar a meação de seus bens a seus parentes, se, perdendo o dito fidalgo os seus cognomes, tomasse o appellido de seu pai o mestre de campo Antonio Guedes de Brito, ao que elle se sujeitou.

Em 31 de Julho de 1809, foi com os diamantes do Brasil que se mandou pagar a divida da Nação.

Sem o Brasil Portugal não figuraria no congresso de Vienna, como uma das oito grandes potencias europeas, e apenas passaria, na phrase do Sr. D. João VI, *por cama-pé de Hespanha*. E ainda

hoje, até para se armar a nação, para caminhos de ferro, e para o mais, é do Brasil que tem sabido o dinheiro. Annualmente para sustento de Portugal manda o Brasil de 10 a 11 mil contos.(\*) A independencia do Brasil tem sido vantajosa antes aos portuguezes do que aos naturaes, porque os brasileiros, mixto de bravura, altivez e nimia bondade, descuidando-se dos seus interesses, deixa o estrangeiro invadir o commercio e o mais que pôde, obrigando-nos a viver ainda sob sua dependencia! Ao governo da nação compete remediar o mal.

*O senado da camara dirige uma representação ás côrtes portuguezas, pedindo a revogação dos primeiros dous decretos de 29 de Setembro de 1821, que ordenão a retirada do Principe Regente do Brasil.*

« Senhor — Cumprindo os deveres do nosso officio, temos a muito distincta honra de levar á soberana consideração de Vossa Magestade as representações juntas, que o povo desta cidade nos dirigió, exigindo que requeza-semos a S. A. R. o Principe Regente que suspendesse a sua sahida deste reino até nova deliberação de Vossa Magestade, porque ella seria nas circumstancias presentes o fatal decreto que encheria o Brasil dos males, que devia trazer consigo a sua separação de Portugal, neste caso inevitavel, e as guerras de anarchia ameaçadas pelos partidos que se conhecião.

« No dia 9 de Janeiro, que o Brasil celebrará sempre como dia regenerador, apresentámos a S. A. R. o Principe Regente os votos deste povo, e houve o mesmo Senhor por bem annuir a elles, declarando que ficava neste reino pela forma que vai expressa no termo de vereação daquelle dia.

« Incumbe-nos agora mostrar na presença de Vossa Magestade que esta medida foi de absoluta necessidade para salvar a nação portugueza da perda inevitavel do Brasil, para livrar este dos males demonstrados que os decretos de 29 de Setembro derramarião sobre as suas provincias, para desviar destas as guerras de anarchia que a sua desunião e os partidos ameaçavão, para estabelecer e firmar a verdadeira soberania do Brasil, que nunca passará de apparente enquanto este não gozar em si a parte do corpo legislativo que lhe corresponde... para segurar, finalmente, a futura prosperidade do Brasil, que jazeria sempre sepultado na eterna somnolencia de uma fria apathia e atrazo se lhe faltasse o centro proximo de união e actividade, que só pôde obter possuindo no coração do seu Imperio um chefe do poder executivo.

« O Brasil, odiando os grilhões que o systema colonial e as leis do infame despotismo lhe lançáão, suspirava impaciente pelo momento de vêr o seu nome collocado na lista das nações livres, bem convencido da justiça da sua nobre pretensão, porque a todos os Imperios do velho mundo excedo na extensão, riqueza e fecundidade, o espaço immenso que domina... é o rei do reino mineral e vegetal... e possui genios e talentos raros nos seus filhos. Mas um governo inimigo, cortando-lhe as azas para que não voasse, o continha escondido no seio do nada em existencia politica, e abafado debaixo do poder das varas de ferro dos governadores das suas provincias apenas fazia uma pequena parte da mãe patria, caminhando com ella a aniquillar-se!

« O Brasil conhecia estas cousas... via-se collocado ao lado de americanos livres e de outros que pugnão pela ser... esperava a occasião... eis quando Vossa Magestade apparece firmando o estandarte da liberdade, levantado sobre o Douro e sobre o Tejo pelos benemeritos da patria, e o Brasil, filho tão valente, como fiel, vira sem hesitar as costas ao tyranno despotismo, declara-lhe guerra implacavel, e entrega-se todo nos braços liberaes de Vossa Magestade.

« Não tardarão momentos que o Brasil não reflectisse

(\*) Vide *Brasil Historico*, 2ª serie, 1º tomo, 1866, pag. 262.

(\*\*) Vide o *Brasil Historico*.

(\*) Vide a *Chorographia do Imperio do Brasil*, 2ª parte, tomo 1º, pag. 94 e seguintes.



sobre a precipitação deste passo... mas acudirão os anjos da paz e jurarão pela boa fé de Vossa Magestade, e não jurarão em vão, porque foi esta demonstrada logo na constante consideração com que Vossa Magestade declarou solemnemente que os decretos do soberano congresso não obrigariam neste reino senão depois que nelle fossem recebidos, e não admitindo a discussão moções relativas ao Brasil, que intempestivamente se apresentarão, por não estarem reunidos todos os seus deputados.

« Por tal arte conseguiu Vossa Magestade levantar no coração dos brasileiros um imperio tão sublimado, que todas as deliberações de Vossa Magestade erão escutadas e defendidas sempre com estrondoso applauso.

« Assim corrêrão, Senhor, as cousas até o dia, fatal 29 de Setembro de 1821! A criação do novo systema de governos provisórios dados ao Brasil, com poderes divididos e a força militar independente delles, sujeita ao governo de Portugal, a este só responsavel e as côrtes, fez cahir com o simples golpe da penna que lavrou este decreto o throno excelso que Vossa Magestade tinha levantado no imperio da opinião dos seus filhos do Brasil! E a confiança até então prestada cegamente a todos os decretos de Vossa Magestade, ah Senhor! trememos de o dizer, estremeceu, abalou-se e ficou suspensa!

« Seguiu-se o decreto que quiz roubar ao Brasil a unica garantia da sua liberdade e felicidade futura, o Principe Regente.

« Não tardou em chegar outro, que, abolindo os tribunaes deste reino, não causou menos estragos!

« Sobre estas causas, Senhor, levantou a opinião dominante o seu grito, e proclamou que Vossa Magestade tem em vistas desunir o Brasil e desarma-lo para o reduzir ao antigo estado de colonia; que Vossa Magestade intenta negar a este reino a devida parte que lhe toca na soberania da nação portugueza, que só um corpo legislativo lhe pôde dar; que Vossa Magestade quiz roubar ao Brasil o centro da sua unidade politica, que só um chefe do poder executivo lhe siança; que Portugal aspira a reedificar o imperio da sua superioridade antiga, impondo ao Brasil a dura lei da dependencia pela illeberal medida de chamar a Lisboa o expediente da maior e da melhor parte dos despachos e negocios, sem perdor aos contenciosos que sonha attrahir pelo violento recurso das revistas concedidas para a casa da supplicação dessa côrte; que, finalmente, no soberano congresso se acabou a politica consideração, antes devidamente usada com esta importante parte da monarchia, principiando-se a tratar os negocios mais importantes deste reino sem esperar pela reunião de todos os seus deputados, como se tinha promettido.

« Deu calor a estas desconfianças o peso de algumas expressões irreflectidas, erradas e falsas, que no recinto augusto do soberano congresso se soltáron, menosprezadoras do Brasil!

« Ateou, finalmente, o fogo do temor, receio e descontentamento, a conducta de alguns cabeças insubordinados, impoliticos e revoltosos dos batalhões de Portugal aqui destacados! Elles começaram por manchar as suas espadas, até então gloriosas por terem ajudado a salvar a patria, no sangue innocente e pacifico de seus irmãos, sem poupar áquelles em quem a nação havia chamado com a garantia de inviolabilidade e segurança, nem áquelles que lhes haviam agradecido a liberdade de 26 de Fevereiro, com extremos donativos do seu dinheiro e da sua amizade, mais preciosa que este!... Desde aquelle momento os ficou este povo considerando no conceito que por taes feitos lhes compete.

« Arrogarão-se em seguida, e era consequencia necessaria, uma ingerencia absoluta na marcha das cousas publicas; e como a força, ou talvez antes o temor das suas armas, era o dictame da lei, o governo teve que soffrir muitas vezes o—não quero—das suas insubordinações, e este povo viveu opprimido na continua agitação do receio de novas revoltas e desgraças que ameaçavam.

« Decidiu, finalmente, e irritou sobre tudo este povo cansado de soffrir tantos despotismos, a prepotencia desafiorada com que os mesmos cabeças, inimigos declara-

dos da unidade da nação, emprehenderão o anti-constitucional projecto de condemnar, impedir e mallograr com a força das suas armas os votos deste povo, querendo roubar-lhe o direito de petição que a constituição lhe concede.

« Por esta fórma estes perturbadores da ordem e da paz derão corpo montanhoso a desgostos e desconfianças, que, tenros ao nascer, não promettião ainda consequências terríveis... Se ellas sobreviverem serão por certo devidas á hostil conducta que os referidos batalhões começaram no dia 11 de Janeiro, e depois sustentáron até o momento da sua sahida.

« Taes são, Senhor, as ponderosas e justificadas razões que obrigáron este povo constitucional e fiel a requerer a S. A. R. o Principe Regente, que suspendesse a sua sahida deste reino, até que Vossa Magestade, informado do estado actual das cousas que nelle correm, determinasse o que conviesse ao bem da patria. E por ellas mesmas, em nome do povo que legitimamente representamos e autorizados por elle, rogamos a Vossa Magestade que se digne revogar os dous decretos de 29 de Setembro, deixando ao Brasil a posse de S. A. R. o Principe Regente, para que lhe não falte o centro de unidade e energia de que necessita, unica garantia da sua liberdade e prosperidade futura, e permitindo que as suas provincias se continuem a reger pelos governos que escolherão, emquanto a constituição não estabelecer, com audiencia de todos os deputados deste reino, os que parecerem melhores.

« E como, Senhor, poderá Vossa Magestade negar ao Brasil tão justa pretensão? Se Portugal acaba de manifestar aos soberanos e aos povos da Europa que, entre as ponderosas e justificadas causas, que produzirão os memoraveis acontecimentos que ahi tiveram lugar nos regeneradores dias 24 de Agosto e 15 de Setembro, foi principal a da orphandade em que se achava pela ausencia da Magestade do Sr. rei D. João VI, por ser conhecida por todos a impossibilidade de pôr em marcha regular os negocios publicos e particulares da monarchia, achando-se collocado a 2.000 leguas o centro de seus movimentos, que razão de differença existe para que o Brasil, padecendo os mesmos males, não busque os mesmos remedios?

« Concluimos, Senhor, jurando na presença de Vossa Magestade, e na do mundo inteiro, que este povo e o Brasil todo só quer um governo constitucional, e que fará guerra implacavel a qualquer outro que não seja este; mas o Brasil quer tambem sahir no pacto social que Vossa Magestade está celebrando, com condições em tudo iguaes a Portugal; quer ser irmão deste e não filho, soberano como Portugal e nunca subdito, independente, finalmente, como elle e nada menos.

« Digne-se Vossa Magestade de agasalhar benigno a nossa humilde representação, desempenhando no favoravel deferimento que esperamos o alto titulo de pai da patria, que, por ter emprehendido a grande obra da sua regeneração politica, a Vossa Magestade devidamente compete.

« Deos guarde a preciosa vida de Vossa Magestade por muitos annos, como desejão e hão mister todos os cidadãos constitucionaes. Rio de Janeiro, em venação de 16 de Fevereiro de 1822.—José Clemente Pereira.—João Soares de Bulhões.—José Pereira da Silva Manoel.—Domingos Vianna Gurgel do Amaral.—José Antonio dos Santos Xavier. »

*Carta que o senado da camara da cidade do Rio de Janeiro escreveu aos deputados de sua provincia.*

« Illms. e Exms. Srs.—E' chegada a occasião em que guardar silencio com V. V. Exas. não só seria falta reprehensivel, mas um verdadeiro crime; e se até agora temos commettido aquella, serve-nos de desculpa que não estavamos autorizados para promover os negocios da provincia em geral, e que não era ainda tempo de tratar os desta cidade.

« Esperava-se aqui que o soberano congresso concedesse ao Brasil a parte do corpo legislativo que lhe corresponde, a exemplo de outras nações, e um chefe do poder executivo... Estas idéas que sempre corrêrão entre os mais intelligentes, firmáron-se na opinião dominante de todos depois que se lêrão as

instruções que a provincia de S. Paulo dictou a seus illustres deputados.

« Não é proprio deste lugar fazer a demonstração da justiça daquelle pretensão; funda-se em razões de direito publico universal por VV. EExs. sobejamente conhecidas. Diremos só de facto que, parando cortada aquella esperanza pelos dois primeiros decretos de 29 de Setembro, e pelo outro que extinguiu todos os tribunales deste reino, levantou-se um grito universal, declarando ao manifesto deste povo que acompanhava, exigindo de nós que requeressemos a S. A. R. o Principe Regente que suspendesse a sua saída para Portugal até nova determinação do soberano congresso, e, fazendo em virtude d'elle no dia 9 de Janeiro a representação ao mesmo Senhor, que consta do termo de veração junto, houve S. A. Real por bem declarar que ficava neste reino.

« Omittimos a exposição extensa das penderosas razões que justifico este passo, porque VV. EExs. as poderão vêr na falla tambem junta, que naquella occasião tivemos a honra de dirigir a S. A. R. o Principe Regente pela voz do presidente deste acnado.

« S. Paulo e a provincia de Minas vierão ao mesmo tempo unidos em sentimentos, e chegarão aqui noticias de que a Bahia tem expedido uma deputação igual, que não tardará em chegar, e outra se espera do Rio-Grande de S. Pedro do Sul.

« Tal é, Illms. e Exms. Srs., o estado das cousas que hoje correm neste reino. Por este correio dirigimos ao soberano congresso uma representação em nome deste povo, na qual lhe supplicamos a derogação dos citados decretos, e nada duvidamos que os votos do mesmo povo, hoje, da maior parte do Brasil, hajão de ser protegidos e apoiados por VV. EExs. no mesmo soberano congresso, e tambem esperamos que os pais da patria, pois só querem a salvação desta, os acolhão benignos e desfirão a elles por maneira que se não possa dar o ameaçado golpe de uma separação desta importante parte da monarchia, que em outro caso porco inevitavel!

« Portugal não pôde exigir que o Brasil vá lá buscar os beneficios de prosperidade e ventura, que só lhe pôde liberalisar um centro proximo de união e actividade, sem que este procure adquirilo pelas mesmas ponderosas e justificadas causas que elle allegou como efficientes dos memoraveis acontecimentos, que ahí tiveram lugar nos salvadores dias 24 de Agosto e 15 de Setembro de 1820, no seu manifesto aos soberanos e aos povos da Europa.

« Seguros da vontade do povo desta provincia e das outras sobreditas, temos a ventura de poder autorisar a VV. EExs. para assegurarem na presença augusta do soberano congresso, na de todo o Portugal e na do mundo inteiro, que o Brasil só quer o governo constitucional estabelecido, e que vive penetrado da mais sincera e ardente vontade de permanecer unido a Portugal pelos vinculos, porém de um pacto social de condições em todo iguaes, que fazendo o bem geral de toda a nação faça tambem o deste reino.

« Praza aos céos que o anjo da paz faça apparecer no soberano congresso a reclamação que o Brasil interpe dos seus direitos, com as vistas liberaes e de justiça em que ellas se fundão, e a VV. EExs. dê as forças necessarias para advogar a causa desta provincia, que em VV. EExs. tem fitos os seus olhos e as suas esperanças.

« Deus guarde por muitos annos a VV. EExs. Rio de Janeiro, em veração extraordinaria de 17 de Fevereiro de 1822. —Illms. e Exms. Srs. deputados em côrtes da provincia do Rio de Janeiro.—José Clemente Pereira.—José Pereira da Silva Manoel.—Domingos Vianna Gurgel do Amaral.—José Antonio dos Santos Xavier. »

#### OS DESATINOS DA REGENCIA E DAS CORTES VÃO APLAINANDO O CAMINHO PARA A INDEPENDENCIA DO BRASIL

Os ciumes que tiveram os membros das côrtes com os ultimos despachos dados por El-rei no Rio de Janeiro, antes de sua partida, fizeram que a regencia no dia 7 de Maio de 1821, em carta circular, determinasse que as mercês e beneficios concedidos por S. M. no Rio de Janeiro não tivessem a desejada execução; e para disfeitiarem ao soberano, que havia chegado á Lisboa no dia 3 de Julho, as 9 horas da manhã, mandarão uma deputação a bordo ao ministro de estado Silvestre Pinheiro Ferreira, para que fosse ter uma conferencia com o presidente das côrtes afim d'elle designar a hora do desembarque do Sr. D. João VI; o que aconteceu, marcandoquelle presidente as 4 horas da tarde, e com a circumstancia que

S. M. desembarcaria unicamente com os infantes D. Miguel, e D. Sebastião, sem acompanhamento de seus criados.

No dia seguinte, pelas 5 horas da tarde, achando-se S. M. no recinto da camara dos deputados constituintes, e no throno, a elle se encaminhou o presidente e os 4 secretarios, um dos quaes levava o missal, e sem mais preambulos disse o presidente a S. M. que jurasse as bases da constituição pelo modo que lhe foi dictado, e repetindo o generoso soberano todas as palavras do juramento (apesar de se achar muito fatigado pelos incommodos da viagem) acrescentou de sua livre e espontanea vontade — *Assim o juro de todo o meu coração.*

Nos discursos que se pronuncião por occasião do juramento de S. M., e no da resposta do mesmo Augusto Senhor; fizeram os deputados tantas observações, que S. M. mandou declarar, que tendo jurado as bases da constituição, pelo modo o mais geral e indistincto, não podia ser da sua intenção, que houvesse no discurso expressões, e idéas que não fossem d'acordo e conformes com as mesmas bases da constituição e com o seu juramento; e que se alguma expressão houvesse a que se podesse dar diversa intelligencia, S. M. declarava que semelhante intelligencia era contra a sua intenção, pois só era de sua vontade, approvar os principios politicos adoptados pelas mesmas bases, e assim queria que se declarasse e fizesse publico, que tal seria sempre o desempenho do juramento que prestara.

Sendo o Sr. D. João VI legitimo soberano da nação e sustentado pelas potencias da Europa, não se deveria ter prestado a jurar as bases de uma constituição que se estava fazendo, e nem a dar explicações, porque devia saber que a constituinte era uma assembléa facciosa, e nas suas mãos estava, como chefe supremo da nação, dissolvê-la, se lhe faltasse ao respeito devido a sua pessoa e suprema autoridade; porem assim não aconteceu, porque com a sua propria mão lavrou o decreto da sua humilhação.

#### EL-REI NÃO ANNUE Á ALLIANÇA DE TROPPAU E LAYBACK, E COMMUNICA A SUA RESOLUÇÃO Á ASSEMBLÉA CONSTITUINTE.

Os monarchas da Europa antevendo que o poder real se enfraqueceria visivelmente no espirito do tempo, se os povos fossem governados por constituições feitas pelos delegados do povo, colligirão-se e formarão uma alliança no congresso de Troppau e Layback, para não accederem o que tinham concordado os soberanos de Napoles, Hespanha e Portugal; e constando esta resolução a S. M. apressou-se em mandar communicar a as côrtes, em data de 3 de Abril, por intermedio do ministro do reino Silvestre Pinheiro Ferreira, dizendo que estando resolvido a prestar o mais livre e espontaneo jurameento e cumprir e á fazer cumprir a constituição que as côrtes fizessem, procedia este seu acto da convicção em que estava de serem as côrtes portuguezas o legitimo órgão da vontade nacional; e que portanto nada podia alterar a firme resolução em que estava de dar á todo o reino unido uma constituição; e que bem longe de se unir á alliança de Trappeau e Leyback, a considerava aggressiva á independencia de sua corôa.

Que nada tendo os monarchas estrangeiros em intervir nos negocios da monarchia portugueza, as-

segurava as côrtes a sua adesão á constituição que ellas fizessem.

Esta comunicação foi recebida na sessão de 14 de Junho, sem o mais leve reparo, porque ella li-songeava aos architectos do reino de Portugal, que não se recordavão, como já disse, que, sem o Brasil, Portugal não teria figurado entre as nações como grande potencia européa.

#### AS CORTES FAZEM DO REI SEU PRISIONEIRO E CONSTANTE- MENTE O DESFEITEJO

A ficada do Principe Real no Brasil, como lugar-tenente de seu pai, pelo decreto de 24 de Fevereiro, indignou de tal modo o club revolucionario das côrtes, que não poupou meios reprovados para desfeitar o generoso soberano, porque estava certo que a permanencia do herdeiro da corôa no Rio de Janeiro era de máo pressagio para o bom exito do plano de recolonisação do Brazil.

Em seu desespero os membros do club, procuravão com tática desacreditar e vexar ao rei. Annulavão-lhe os actos; (\*) tiravão-lhe a administração dos bens da casa de Bragança, embora pertencessem a familia real, e mandavão que os rendimentos fossem recolhidos ao thesouro publico, para ser entregue ao Principe Real o que lhe tocasse delles, quando elle voltasse a Portugal, o que deu motivo a chacotas de máo gosto.

Atadas as regias mãos, e desautorizado, o poder real pelo arbitrio d'um congresso faccioso chegou a insolencia a tal ponto de, na sessão de 18 de Julho de 1821, ordenar-se, que se officiasse em nome das côrtes á Junta Provisional da Bahia, para que não só, não obedecesse a autoridade de El-rei, como se não correspondesse com o governo do Rio de Janeiro, e sim directamente com as côrtes, por ser a legitima autoridade soberana da Nação.

Coacto o respeitavel e bomdoso monarcha, dizia a um seu confidente: — « estar arrependido de ter sahido do Brasil, onde fora rei, amado e respeitado por todos os seus vassallos: e que se no Brasil estivesse, os seus subditos brasileiros o defenderião com dedicação, porque elle tinha exuberantes provas disto; e que a maior foi as rogativas e empenhos que fizeram para que não partisse elle para Lisboa, presentindo, sem duvida, as amarguras e humilhações por que estava passando. »

#### DISCUSSÃO DAS CÔRTES EM RELAÇÃO AO BRASIL

A maioria dos deputados das côrtes não podia occultar o pensamento que tinha de dominar o Brasil; e foi na sessão n. 293 de 9 de Fevereiro, que começaram as discordias entre os deputados brasileiros e portuguezes, isto é, entre Antonio Carlos e Trigoso, que terminou o seu discurso dizendo: Não nos devemos assustar com a proposição que avançou o illustre deputado de S. Paulo, de que não existiria

(\*) Sua Magestade, em viagem para Lisboa no dia 24 de Junho, dia do santo precursor de N. S. Jesus-Christo, fez promoções nos officios de marinha que fôo com elle, deu titulos e mercês a diversas pessoas, e as côrtes annullarão todos os actos da régia munificencia.

a união de Portugal com o Brasil senão por um mez. Os povos do Brasil, exclamou, desejão e aprecião ser ligados com Portugal, e hão de sê-lo, como desde a sua origem o tem sido . . .

Na sessão de 12 de Março, lendo-se as 2 cartas do Sr. D. Pedro, datadas de 14 e 15 de Dezembro de 1821, levadas pelo bergantim *Piedade*, nas quaes expõe o principe a extraordinaria sensação que produziu no Rio de Janeiro a publicação dos decretos, e da opposição que se fazia á sabida de S. Al-teza, e que se esperavão as representações dos povos de S. Paulo e Minas, os Srs. Pereira do Carmo e Guerreiro, antevendo a perda do Brasil, propozêrão que se nomeasse uma commissão de 15 membros na qual entrassem os deputados brasileiros, para se tratar seriamente dos interesses do Brasil; e o Sr. Lino Coutinho acrescentou:

« Que, desde que tomára assento naquella augusta assembléa, ainda não deixára de cuidar dos interesses e negocios do Brasil, mas constantemente tinhão sido contrariadas as suas opiniões, posto que as exemplificasse sempre com factos extrahidos das nações que têm adoptado governos os mais liberais da Europa: que na occasião em que se discutio se acaso devia ou não haver no Brasil uma delegação do poder executivo, se resolveu que não; quando se tratou de haver um supremo conselho de justiça no Brasil, decidio-se que não, e observou-se que se queria que houvesse um supremo conselho de justiça em cada uma das freguezias do Brasil; que todas estas cousas, que erão muito uteis áquelles povos, nenhuma se lhes concedeu; que não era o mesmo fazer leis em theoria do que applica-las á pratica, que é então que apparecem as difficuldades; observou depois que as leis feitas para Portugal talvez não fossem communs á America, e que era sobre isto que de novo tornava a chamar a attenção da soberana assembléa, lembrando o exemplo dos hespanhoes, e mostrando que elles por não haverem tomado de prompto as providencias necessarias, e por quizerem que as leis que fazião para a Europa fossem extensivas ás Americanas, talvez se vissem na precisão de fazer, ainda que muito tarde, uma legislação para aquelle paiz, cujos artigos se podião vêr no periodico « El Censor. »

Na sessão das côrtes de 15 de Março passou-se o seguinte:

« Aberta a sessão (presidida pelo Sr. Fagundes Varella) e lida pelo Sr. secretario Soares Azevedo a acta antecedente, que foi approvada, passou o Sr. Filgueiras a dar conta do expediente, mencionando os seguintes officios: 1º, do ministro da marinha, incluindo a seguinte parte que lhe remetteu o commandante do registro deste porto:

« Registro tomado a 1/2 hora da tarde do dia 14 de Março, « bergantim portuguez « Infante D. Sebastião, » commandante o 1º tenente João da Costa Couto, vindo do Rio de Janeiro com 69 dias de viagem, 51 homens de tripulação, 21 passageiros e uma mala. — Novidades: — O commandante diz « que, a sua sabida do Rio de Janeiro, ficavão SS. AA. Reaes « de perfeita saude; que era geral o descontentamento dos povos por se não conformarem com as ordens que determinão « o regresso da familia real alli existente para Portugal; que « diferentes provincias mandarão deputações para que, juntas « naquella corte, firmassem uma representação em que podem « a conservação de S. A. R. o Principe Regente no reino do « Brasil, e que a mesma representação (ultimamente assignada « pela deputação de S. Paulo, que chegou no dia 7 de Janeiro) « lhe foi entregue por S. A. Real, com recommendação de a « apresentar pessoalmente a S. M. el-rei seu augusto pai. Diz « mais o mesmo commandante que S. A. Real, não obstante o « referido, fazia cuidar com toda a actividade na promptificação e accommodações necessarias para o seu transporte na « fragata « União. »

« O Sr. Filgueiras deu conta delles, mencionando duas cartas do Principe Real dirigidas a el-rei, datadas de 30 de Dezembro e 2 do Janeiro; na primeira diz S. A. Real que tudo estava do mesmo modo que tinha annunciado na sua de 15 do mesmo mez, e que só tinha a acrescentar que aquella opinião, que até então era parcial, se tornou mais geral; porém, que não obstante isso, faria todas as diligencias para cumprir o que se lhe ordenava nos decretos 125 e 126 do congresso.

« Na segunda diz S. A. Real, que, pelas 2 horas da noite, antecedente havia chegado de S. Paulo um proprio com um officio, que remettia para conhecimento do soberano congresso, e

acrescenta Sua Alteza que fará tudo quanto puder para reconciliar as opiniões e cumprir as ordens que receberá.  
« Mandarão-se todos estes papeis para a comissão especial encarregada dos negocios do ultramar, sem se fazer sobre elles reflexão alguma. »

Na sessão de 22 do mesmo mez de Março, quando se discutia o parecer da comissão sobre a representação da junta de S. Paulo, disse Fernando Thomaz: — Se o Brazil se quizer desunir quem lhe ha de obstar? Porem o que é necessario é saber-se se esta desunião é fomentada por 13 facciosos do governo de S. Paulo, ou é a vontade geral do Brazil, e então voto contra qualquer medida de força que se lhe opponha; se estiver no primeiro caso então applicuem-se-lhe as leis.

A comissão foi de parecer que o principe não deixasse o Brazil, e que se tomassem varias medidas sobre isso. Os exaltados querião que os 13 signatarios da representação de S. Paulo fossem declarados rebeldes e como taes castigados.

O deputado Pereira do Carmo apoiou o parecer da comissão, e, em um brilhante discurso, concluiu, lembrando que por umas pelles de chá se tinha separado da Inglaterra os Estados-Unidos, e que por indiscripções a França perdeu a Ilha de Corsega.

O Sr. Muniz Tavares oppoz-se valentemente a que se considerassem rebeldes os 13 signatarios Paulistas. Os Srs. Trigo, e Vasconcellos opinarão no mesmo sentido, e o ultimo considerava a separação como o dia mais terrivel de sua vida.

As sessões que se seguirão foram calorosas, porque os deputados do Brazil em relações com suas provincias, as animavão para a separação, pretendendo abandonar as côrtes.

Na sessão de 11 de Setembro o Sr. Lino Coutinho leu uma indicação, que resumio no seguinte: 1º que os deputados da Bahia não podessem continuar a ser representantes daquela Provincia, por contrariar a vontade geral dos seus constituintes; 2º que no caso de não ser aceita a sobredita proposição, elles senão julgarião obrigados a assignar e jurar a Constituição ora finalizada; tanto mais quando esta doutrina já se achava sancionada pelo congresso, no parecer da Comissão, a respeito da sobredita indicação do Sr. Ribeiro de Andrade com data de 10 de Setembro de 1822, assignada por varios membros.

Na sessão do dia 14 de Setembro fez-se a ultima leitura de Constituição, e logo o Sr. Fernandes Pinheiro (deputado por S. Paulo) declarou que não podia assignar a Constituição, no que foi apoiado pelo Sr. Castro e Silva (do Ceará). Mandou-se esta a respectiva comissão.

A sessão do dia 19 foi tumultuosa.

AS CORTES DETERMINÃO, POR DECRETO DE 29 DE SETEMBRO DE 1821, A SAHIDA DO PRINCIPE REGENTE DO BRASIL, E NOMENHO DELEGADOS DO PODER EXECUTIVO.

As côrtes de Portugal, com o fim de retirarem o Principe, nomearão a delegação do poder executivo no Brazil, sendo: presidente o arcebispo da Bahia; vogaes: Luiz Antonio Rebello da Silva, Manoel Antonio de Carvalho, Sebastião José Xavier Botelho, e João de Souza Pacheco; secretario dos negocios do reino e fazenda, Francisco José Vieira; secretario dos negocios da justiça e ecclesiasticos, Joaquim José de Queiroz; secretario dos negocios da guerra e marinha, o brigadeiro José de Souza e Sampaio.

Estes erão os regulos, que o congresso determinava ao Brazil, na mesma época em que torturavão o rei, decretando a deportação da rainha.

« As côrtes geraes, extraordinarias e constituintes da nação portugueza havendo decretado em data de hoje a fórma de governo e administração publica das provincias do Brazil, de maneira que a continuação da residencia do Principe Real no Rio de Janeiro se torna não só desnecessaria, mas até indecorosa á sua alta jerarchia; e considerando juntamente quanto convem aos interesses da nação, que Sua Alteza Real viaje por alguns paizes illustrados, afim de obter aquelles conhecimentos, que se fazem necessario para um dia occupar dignamente o throno portuguez: mandão respeitosamente participar a el-rei, que tem resolvido o seguinte:

« 1º Que o Principe Real regresses quanto antes para Portugal.

« 2º Que Sua Alteza Real, logo que chegue a Portugal, passe a viajar incognito ás côrtes e reinos de Hespanha, França, e Inglaterra, sendo acompanhado por pessoas dotadas de luzes, virtudes, e adhesão ao systema constitucional, que para esse fim Sua Magestade houver por bem de nomear.

« Paço das côrtes, em 29 de Setembro de 1821. — João Maria Soares de Castello-Branco, presidente. — Antonio Ribeiro da Costa, secretario. — João Baptista Pilgueziras, secretario. »

*Decreto de 23 de Julho de 1822, revogando a sahida do Principe, como meio de obstar a separação do Brazil.*

« As côrtes geraes, extraordinarias, e constituintes da nação portugueza, tomando em consideração o estado politico, em que actualmente se achão as provincias meridionaes do Brazil, decretão o seguinte:

« 1º Continuará o Principe Real a sua residencia no Rio de Janeiro até a publicação da constituição politica da monarchia portugueza, governando entretanto, com sujeição de el-rei e das côrtes, as provincias que actualmente governa, e lhe obedecem. Serão nomeados por el-rei os secretarios de estado, em cujo conselho se tomarão todas as relações; e o ministro da competente repartição assignará não só a todas as decisões, mas tambem a correspondencia official, ainda a que vier dirigida ás côrtes, ou a el-rei.

« Fica desta maneira suspensa a resolução de 29 de Setembro de 1821, pela qual as côrtes mandarão respeitosamente participar a el-rei, que o Principe Real devia regressar quanto antes para Portugal.

« 2º Serão logo eleitas, e instaladas as juntas provisionaes de governo, em conformidade do decreto de 29 de Setembro de 1821, em todas as provincias, em que lhe não estiver ainda fielmente executado.

« Paço das côrtes, em 23 de Julho de 1822 — Carlos Honorio de Góves Durão, presidente. — João Baptista Pilgueziras, secretario. — Alexandre Thomaz de Moraes Sarmiento, secretario. »

No dia 2 de Julho o Principe Regente D. Pedro em pessoa installa o conselho dos procuradores no Brazil, e as côrtes pretendêrão nullifica-lo pelo seguinte

*Decreto de 23 de Julho de 1822.*

« As côrtes geraes, extraordinarias, e constituintes da nação portugueza, attendendo a que o decreto dado no Rio de Janeiro em 16 de Fevereiro de 1822 para a convocação de procuradores das provincias do Brazil, exceto ás faculdades do governo delegado por Sua Magestade naquella cidade, é contrario aos decretos das côrtes, altera o systema constitucional, e prejudica a definitiva regulção do governo do Brazil, que vai estabelecer-se na constituição politica da monarchia, decretão o seguinte:

« 1º E' nullo, illicito e de nenhum effeito, o decreto de



16 de Fevereiro do presente anno, pelo qual o governo estabelecido no Rio de Janeiro convoca um conselho de procuradores das provincias do Brasil. Fica portanto enxequível o mesmo, e será logo suspensa a sua execução em qualquer parte onde se haja principiado.

« 2.º Far-se-ha verificar a responsabilidade do ministerio do Rio de Janeiro, não só pelo citado decreto, mas tambem por quaesquer outros actos da sua administração, em que a responsabilidade possa ter lugar.

« Paço das cortes, em 23 de Julho de 1822. — Carlos Honorio de Góvêa Durão, presidente. — João Baptista Filgueira, secretario. — Alexandre Thomaz de Moraes Sarmiento, secretario. »

*As côrtes mandão processar os membros da junta provisoria do governo de S. Paulo.*

« As côrtes geraes, extraordinarias e constituintes da nação portugueza, decretão o seguinte:

« 1.º Serão processados, e julgados os membros da junta provisional do governo da provincia de S. Paulo, que assignarão a representação enviada ao Principe Real, em data de 24 de Dezembro de 1821; e bem assim os quatro que assignarão o discurso dirigido a Sua Alteza no Rio de Janeiro em o dia 26 de Janeiro do presente anno, para o que se envia ao governo a mesma representação, e discurso, a fim de se transmittir ás autoridades competentes.

« 2.º Não será exequível alguma sentença condemnatoria sobre o referido objecto, sem previa decisão das côrtes.

« 3.º Contra nenhuma outra pessoa, além das indicadas no artigo primeiro, se procederá pelos documentos, que nelle se referem, e factos a que elles se alludem.

« Paço das côrtes, em 23 de Julho de 1822. — Carlos Honorio de Góvêa Durão, presidente. — João Baptista Filgueiras, secretario. — Alexandre Thomaz de Moraes Sarmiento, secretario. »

O deputado Gyrão, em sessão de 23 de Julho de 1822, apresentou a seguinte indicação:

« Tendo sido adiada a felicitação que fez o general Jorge de Avillez a este soberano congresso, pela razão de se deverem esperar noticias do Rio de Janeiro para esclarecimento de sua conducta, observo que ellas tem chegado tantas, e de tal natureza, que sobejão: e por isso requiero, que a felicitação mencionada seja recebida com agrado. — Posta a votos foi approvada. »

*Mandão-se summariar os deputados brasileiros que tomádo assento no congresso.*

« Para Felipe Ferreira de Araujo e Castro:

« Illm. e Exm. Sr. — As côrtes geraes, e extraordinarias da nação portugueza ordenão que se faça logo proceder a informação sumaria sobre os motivos pelos quaes os deputados de Minas-Geraes, e de diversas outras provincias do ultramar não tem vindo tomar assento neste soberano congresso. O que V. Ex. levará ao conhecimento de Sua Magestade.

« Deus guarde a V. Ex. Paço das côrtes, em 23 de Julho de 1822. — João Baptista Filgueiras. »

*PARER DA COMMISSÃO SOBRE O DECRETO DE 3 DE JUNHO*

Assustado o congresso portuguez com o inesperado Decreto do Principe Regente, nomeou uma commissão a qual immediatamente deu o seguinte parecer:

« Para occorrer promptamente aos males, que pôde occasionar semelhante decreto, pensa a commissão que as côrtes se devem apressar a decretar o seguinte:

« 1.º Que o decreto de 3 de Junho proximo passado, que convoca no Brasil côrtes constituintes, é nullo.

« 2.º Que os secretarios de Estado do Rio de Janeiro são altamente responsaveis pela illegalidade de uma tão despotica determinação, e devem ser processados.

« 3.º Que o governo do Rio de Janeiro, desobedecendo ás côrtes, e constituindo-se independente contra a vontade dos povos do Brasil, representados neste congresso, é governo de facto e não é governo de direito; e a obediencia voluntaria de qualquer autoridade será criminosa, menos quando fór obrigada pela força.

« 4.º Que a delegação do Principe cesse immediatamente, e que el-rei nomee logo a regencia que ha de exercer esta delegação, na forma já mencionada.

« 5.º Que o Principe Real deve recolher-se a Portugal no prazo de 4 mezes contados desde o dia em que lhe fór intimado o presente decreto. E no caso, não esperado, que elle nao obedeça a esta determinação, se proverá como a constituição determina.

« 6.º Que será tido como traidor o commandante de força de mar ou de terra que obedecer ao governo do Rio de Janeiro, não sendo a isso obrigado pela força.

« 7.º Que por todos os meios, que estiverem á sua disposição, faça executar todas estas determinações.

« Paço das côrtes, 11 de Setembro de 1822. — Manoel Borges Carneiro. — Bento Pereira do Carmo. — J. A. Faria de Carvalho. — José Joaquim Ferreira de Moura. »

Na sessão de 20 de Setembro de 1822, continuou em discussão o projecto offerecido pela commissão de Constituição, em consequencia da indicação do deputado *Miranda*, julgando nullo o Decreto da convocação das côrtes constituintes no Brazil, promulgado em 3 de Junho pelo principe Real; porque excedia á autoridade de quem o promulgou; e era contrario á vontade geral do povo do Brazil, segundo o que dizão os deputados portuguezes no congresso, porque tendia a dissolver a suspirada união do Brazil com Portugal, desfazendo o Pacto estabelecido por vontade geral, solemnemente declarado, e espalhando por todo o Brazil as sementes da anarchia<sup>(\*)</sup>.

Na discussão a este respeito tomádo parte activa em favor dos interesses do Brazil, os Srs. Costa Aguiar, Lino Coutinho, Barata, Antonio Carlos e Alencar. — (Sessão de 19 20 e 21 de Setembro.)

*SESSÃO DE 23 DE SETEMBRO DE 1822 — JURAMENTO DA CONSTITUIÇÃO POLITICA DA MONARCHIA PORTUGUEZA DE 23 DE SETEMBRO DE 1822.*

Aberta a sessão, levantando-se o presidente, e após elle todos os Deputados, e pondo a Mão direita sobre o Livro dos Santos Evangelhos, disse em alta voz: « *Juro guardar a Constituição Política da Monarchia Portuguesa, que acabão de Decretar as Cortes Constituintes da mesma Nação.* » e tendo assim jurado, se seguirão os deputados na forma da ordem da chamada, que era feita pelo Secretario Soares de Azevedo, e pondo igualmente cada um a mão direita sobre o mencionado Livro dos Santos Evangelhos, proferirão em alto voz: as seguintes palavras: « *Assim o Juro.* »

Passou-se a assignar o termo do juramento, que foi feito pela seguinte forma:

*Termo do juramento que prestádo o presidente e deputados das côrtes geraes, extraordinarias e constituintes da nação portugueza, de guardar a constituição,*

« Aos 20 de Setembro de 1822, em sessão das côrtes geraes, extraordinarias e constituintes da nação portugueza, na forma por ellas determinada em sessão de 17 de Setembro corrente, o Sr. presidente Francisco Manoel Trigueiro de Aragão Morato prestou o juramento de guardar a constituição da Monarchia portugueza, decretada e assignada em sessão de 23 deste corrente mez, tendo a mão direita sobre o livro dos Santos Evan-

(\*) Vejo-se as cartas do Sr. D. Pedro de 26 de Julho, 4 e 6 de Agosto.

gelhos e pronunciando a formula seguinte: « Juro guardar a constituição politica da monarchia portugueza, que acabou de decretar as côrtes constituintes da mesma nação.—Francisco e Manoel Trigo de Aragão Morato. »  
« E havendo assignado, todos os Srs. deputados prestirão successivamente o mesmo juramento, dizendo: « Assim o juro. »

*Deputados brasileiros que jurarão a constituição na sessão do dia 30 de Setembro.*

Alexandre Gomes Ferrão, pela Bahia.  
Romualdo Antonio de Seixas, pelo Pará.  
Custodio Gonçalves Ledo, pelo Rio de Janeiro.  
Domingos da Conceição, pelo Piahy.  
Domingos Malaquias de Aguiar Pires Ferreira, por Pernambuco.  
Felix José Tavares Lyra, idem.  
Francisco Manoel Martins Ramos, pelas Alagoas.  
Francisco Muniz Tavares, por Pernambuco.  
Francisco de Souza Moreira, pelo Pará.  
Francisco Vilela Barbosa, pelo Rio de Janeiro.  
Francisco Xavier Monteiro da França, pela Parahyba.  
Ignacio Pinto de Almeida e Castro, por Pernambuco.  
João Lopes da Cunha, pelo Rio-Negro.  
João Soares de Lemos Brandão, pelo Rio de Janeiro.  
João Theotônio Segurado, por Goyaz.  
José da Costa Cyrne, pela Parahyba.  
José João Beckman e Caldas, pelo Maranhão.  
José Lino Coutinho, pela Bahia.  
José Martiniano de Alencar, pelo Ceará.  
José Feliciano Fernandes Pinheiro, por S. Paulo.  
Lourenço Rodrigues de Andrade, por Santa-Catharina.  
Luiz Martins Bastos, pelo Rio de Janeiro.  
Luiz Nicolão Fagundes Varella, idem.  
Manoel Felipe Gonçalves, pelo Ceará.  
Manoel Felix de Veras, por Pernambuco.  
Manoel Marques Grangeiro, pelas Alagoas.  
Manoel do Nascimento Castro e Silva, pelo Ceará.  
Manoel Zeferino dos Santos, por Pernambuco.  
Manoel Antonio de Souza, pela Bahia.  
Miguel de Souza Borges Leal, pelo Piahy.  
Pedro de Araújo Lima, por Pernambuco.  
Pedro Rodrigues Bandeira, pela Bahia.  
Antonio José Moreira, pelo Ceará.  
Domingos Borges de Barros, pela Bahia.  
Francisco de Assis Barbosa, pelas Alagoas.  
João Ferreira da Silva, por Pernambuco.

Não assignarão por não terem comparecido ao acto, os deputados Antonio Carlos, Diogo Antonio Feijó, Francisco Agostinho Gomes, Costa Aguiar, Bueno e Lino Coutinho(\*).

*Decreto do rei, sancionando a constituição portugueza.*

« D. João por graça de Deus, e pela constituição da monarchia, rei do reino unido de Portugal, Brasil, e Algarve d'aquem e além mar em Africa etc. Faço saber a todos os meus subditos que as cortes geraes, extraordinarias e constituintes decretarão, e eu acceitei, e jurei a seguinte constituição politica da monarchia portugueza.

CONSTITUIÇÃO POLITICA DA MONARCHIA PORTUGUEZA, DECRETADA PELAS CORTES GERAES EXTRAORDINARIAS E CONSTITUINTES, REUNIDAS EM LISBOA NO ANNO DE 1821, EM NOME DA SANTISSIMA E INDIVISIVEL TRINDADE.

« As côrtes geraes extraordinarias e constituintes da nação portugueza, intimamente convencidas de que as desgraças publicas, que tanto a tem opprimido e ainda opprimem, tiveram sua origem no desprezo dos direitos do cidadão, e no esquecimento das leis fundamentais da monarchia; e havendo outrossim considerado que somente pelos restabelecimento destas leis ampliadas e re-

formadas, pode conseguir a prosperidade da mesma nação, e precaver-se, que ella não torne a cair no abysmo, de que a salvou a heroica virtude de seus filhos; decretão a seguinte constituição politica, afim de segurar os direitos de cada um, e o bem geral de todos os portuguezes.

**TITULO I**

**DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAES DOS PORTUGUEZES**

**CAPITULO UNICO**

« Art. 1. A constituição politica da nação portugueza tem por objecto manter a liberdade, segurança e propriedade de todos os portuguezes.

« Art. 2. A liberdade consiste em não serem obrigados a fazer o que a lei não manda, nem a deixar de fazer o que ella não prohibe. A conservação desta liberdade depende da exacta observancia das leis.

« Art. 3. A segurança pessoal consiste na protecção, que o governo deve dar a todos, para poderem conservar os seus direitos pessoais.

« Art. 4. Ninguém deve ser preso sem culpa formada, salvo nos casos, e pela maneira declarada no artigo 203, e seguintes. A lei designará as penas, com que devem ser castigados, não só o juiz que ordenar a prisão arbitrária e os officiaes que a executarem, mas também a pessoa que a tiver requerido.

« Art. 5. A casa de todo o portuguez é para elle um asilo. Nenhum official publico poderá entrar nella sem ordem escripta da competente autoridade, salvo nos casos, e pelo modo que a lei determinar.

« Art. 6. A propriedade é um direito sagrado e inviolavel, que tem qualquer portuguez, de dispor á sua vontade de todos os seus bens, segundo as leis. Quando por alguma razão de necessidade publica e urgente, for preciso que elle seja privado deste direito, será primeiramente indemnizado, na forma que as leis estabelecerem.

« Art. 7. A livre commucação dos pensamentos é um dos preciosos direitos do homem. Todo o portuguez pode consequentemente, sem dependencia de censura previa, manifestar suas opiniões em qualquer materia, com tanto que haja de responder pelo abuso desta liberdade nos casos, e pela forma que a lei determinar.

« Art. 8. As côrtes nomearão um *tribunal especial*, para proteger a liberdade da imprensa e cohibir os delictos resultantes do seu abuso, conforme a disposição dos artigos 177 e 189.

« Quanto porém ao abuso, que se pode fazer desta liberdade em materias religiosas, fica salva aos bispos a censura dos escriptos publicados sobre dogma e moral, e o governo auxiliará os mesmos bispos, para serem punidos os culpados.

« No Brasil haverá também um tribunal especial como o de Portugal.

« Art. 9. A lei é igual para todos. Não se devem portanto tolerar privilegios do foro nas causas civis ou crimes, nem commissões especiaes. Esta disposição não comprehende as causas, que pela sua natureza pertencerem a juizos particulares, na conformidade das leis.

« Art. 10. Nenhuma lei, e muito menos a penal, será estabelecida sem absoluta necessidade.

« Art. 11. Toda a pena deve ser proporcionada ao delicto; e nenhuma passará da pessoa do delinquente. Fica abolida a tortura, a confiscação de bens, e a infamia, os açoitos, o barão e pregão, a marca de ferro quente, e todas as mais penas cruéis ou infamantes.

« Art. 12. Todos os portuguezes podem ser admittidos aos cargos publicos, sem outra distincção, que não seja a dos seus talentos e das suas virtudes.

« Art. 13. Os officios publicos não são propriedade de pessoa alguma. O numero delles será rigorosamente restricto ao necessario. As pessoas, que os houverem de servir, jurarão primeiro *observar a constituição e as leis; ser fieis ao governo; e bem cumprir suas obrigações.*

« Art. 14. Todos os empregados publicos serão estric-  
ta-

(\*) Quanto a esta ha duvida, por isso que o seu nome está comprehendido no numero dos que jurarão ou dos que assignarão. O que é real, é que elle e outros, na sessão de 12, foram eliminados e considerados ex-deputados e ex-portuguezes.

mente responsáveis pelos erros de officio e abusos do poder, na conformidade da constituição e da lei.

« Art. 15. Todo o portuguez tem direito a ser remunerado por serviços importantes feitos a patria, nos casos, e pela forma que as leis determinarem.

« Art. 16. Todo o portuguez poderá apresentar por escrito às côrtes e ao poder executivo reclamações, queixas, ou petições, que deverão ser examinadas.

« Art. 17. Todo o portuguez tem igualmente o direito de expor qualquer infracção da constituição, e de requerer perante a competente autoridade a efectiva responsabilidade do infractor.

« Art. 18. O segredo das cartas é inviolavel. A administração do correio fica rigorosamente responsavel por qualquer infracção deste artigo.

« Art. 19. Todo o portuguez deve ser justo. Os seus principaes deveres são venerar a religião; amar a patria; defendê-la com as armas, quando for chamado pela lei; obedecer à constituição e às leis; respeitar as autoridades publicas; e contribuir para as despesas do estado.

## TITULO II

DA NAÇÃO PORTUGUEZA, E SEU TERRITORIO, RELIGIÃO  
GOVERNO E DYNASTIA

### CAPITULO UNICO

« Art. 20. A nação portugueza é a união de todos os portuguezes de ambos os hemisphérios.

O seu territorio forma o *Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve*, e comprehende:

« I. Na Europa, e reino de Portugal, que se compõe das provincias do Minho, Tras-os-Montes, Beira, Extremadura, Alentejo, e reino do Algarve, e das ilhas adjacentes, Madalena, Porto Santo e Açores;

« II. Na America o reino do Brasil, que se compõe das provincias do Pará e Rio Negro, Maranhão, Piahy, Rio Grande do Norte, Ceará, Parahyba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, e Sergipe, Minas Geraes, Espirito Santo, Rio de Janeiro, S. Paulo, Rio Grande do Sul, Goyaz, Matto Grosso, e das ilhas de Fernando de Noronha, Trindade e das mais que são adjacentes áquelle reino;

« III. Na Africa occidental, Bissão e Cacheu; na Costa de Mina, o forte de S. João Baptista d'Ajuda, Angola, Benguelia e suas dependencias, Cabinda e Moçimbo, as ilhas do Cabo Verde, e as de S. Thomé e Príncipe e suas dependencias; na costa oriental, Moçambique, Rio de Senna, Sofalla, Inhambase, Quelimane, e as ilhas do Cabo Delgado;

« IV. Na Asia, Salsete, Bardex, Goa, Damão, Diu, e os estabelecimentos de Macão e das ilhas de Solor e Timor.

« A nação não renuncia o direito, que tenha a qualquer porção de territorio não comprehendida no presente artigo.

« Do territorio do reino unido se fará conveniente divisão.

Art. 21. Os portuguezes são cidadãos, e gozão desta qualidade:

« I. Os filhos de pai portuguez nascidos no reino unido; ou que, havendo nascido em paiz estrangeiro, vierão estabelecer domicilio no mesmo reino: cessa porém a nacionalidade daste domicilio, se o pai estiver em paiz estrangeiro em serviço da nação;

« II. Os filhos illegitimos de mãe portugueza nascidos no reino unido; ou que, havendo nascido em paiz estrangeiro, vierão estabelecer domicilio no mesmo reino. Porém se forem reconhecidos ou legitimados por pai estrangeiro, e houverem nascido no reino unido, terá lugar a respeito delles o que abaixo vai disposto em o n.º V; e havendo nascido em paiz estrangeiro, o que vai disposto em o n.º VI;

« III. Os expostos em qualquer parte do reino unido, cujos pais se ignorem;

« IV. Os escravos que alcançarem carta de alforria;

« V. Os filhos de pai estrangeiro, que nascerem e adquirirem domicilio no reino unido; com tanto que chegados

à maioridade declarem, por termo assignado nos livros da camara do seu domicilio, que querem ser cidadãos portuguezes:

« VI. Os estrangeiros, que obtiverem carta de naturalisação.

« Art. 22. Todo o estrangeiro, que for de maior idade e fixar domicilio no reino unido, poderá obter a carta de naturalisação, havendo casado com mulher portugueza, ou adquirido no mesmo reino algum estabelecimento em capitães de dinheiro, bens de raiz, agricultura, ou industria; introduzido, ou exercitado algum commercio, a industria util; ou feito á nação serviços relevantes.

« Os filhos de pai portuguez, que houver perdido a qualidade de cidadão, se tiverem maior idade e domicilio no reino unido, poderão obter carta de naturalisação sem dependencia de outro requisito.

« Art. 23. Perde a qualidade de cidadão portuguez:

« I. O que se naturalisar em paiz estrangeiro;

« II. O que sem licença do governo aceitar emprego, pensão ou condecoração de qualquer governo estrangeiro.

« Art. 24. O direito do exercicio publico se suspende:

« I. Por incapacidade fisica ou moral;

« II. Por sentença que condemne a prisão ou degredo, em quanto durarem os offeitos da condemnação.

« Art. 25. A religião da nação portugueza é a catholica apostolica romana. Permite-se com tudo aos estrangeiros o exercicio particular de seus respectivos cultos.

« Art. 26. A soberania reside essencialmente em a nação. Não pode porém ser exercitada senão pelos seus representantes legalmente eleitos. Nenhum individuo ou corporação exerce autoridade publica, que se não dirija da mesma nação.

« Art. 27. A nação é livre e independente, e não pode ser patrimonio de ninguém. A ella somente pertence fazer pelos seus deputados juntos em côrtes a sua constituição, ou lei fundamental, sem dependencia de sancção do rei.

« Art. 28. A constituição, uma vez feita: pelas presentes côrtes extraordinarias e constituintes, sómente poderá ser reformada ou alterada depois de haverem passado quatro annos, contados desde a sua publicação; e quanto aos artigos, cuja execução depende de leis regulamentares, contados desde a publicação dessas leis. Estas reformas e alterações se farão pela maneira seguinte:

« Passados que sejam os ditos quatro annos, se poderá propor em côrtes a reforma, ou alteração que se pretender. A proposta será lida tres vezes com intervallos de oito dias e se for admittida á discussão, e concordarem na sua necessidade as duas terças partes dos deputados presentes, será redusido a decreto, no qual se ordene aos eleitores dos deputados para a seguinte legislatura, que nas procurações lhes confiram especial faculdade para poderem fazer a pretendida alteração ou reforma, obrigando-se a reconhecerem a como constitucional no caso de chegar á ser approvada.

« A legislatura, que vier munida com os referidas procurações, discutirá novamente a proposta e se for approvada pelas duas terças partes, será logo havida como lei constitucional; incluída na constituição; e apresentada ao rei, na conformidade do artigo 109, para elle a fazer publicar e executar em toda a monarchia.

« Art. 29. O governo da nação portugueza é a monarchia constitucional hereditaria, com leis fundamentais, que regulem o exercicio dos tres poderes publicos.

« Art. 30. Estes poderes são legislativo, executivo e judicial. O primeiro reside nas côrtes com dependencia da sancção do rei (art. 110, 111 e 112). O segundo está no rei e nos secretarios de estado, que o exercitão debaixo da autoridade do mesmo rei. O terceiro está nos juizes.

« Cada um destes poderes é de tal maneira independente, que um não poderá arrogar a si as attribuições do outro.

« Art. 31. A dynastia reinante é a da serenissima casa de Bragança. O nosso rei actual é o Sr. D. João VI.

## TITULO III

## DO PODER LEGISLATIVO OU DAS CÔRTEZ

## CAPITULO I

## Da eleição dos deputados de côrtes.

« Art. 32. A nação portugueza é representada em côrtes, isto é, no ajuntamento dos deputados, que a mesma nação para esse fim elege com respeito á povoação de todo o territorio portuguez.

« Art. 33. Na eleição dos deputados tem voto os portuguezes, que estiverem no exercicio dos direitos de cidadão (art. 21, 22, 23, e 24), tendo domicilio, ou pelo menos residencia de um anno, em o conselho onde se fizer a eleição. O domicilio dos militares da primeira linha e dos da armada se entende ser no conselho, onde tem quartel permanente os corpos a que pertencem,

« Da presente disposição se exceptuão:

« I. Os menores de vinte e cinco annos; entre os quaes com tudo se não comprehendem os casados que tiverem vinte annos; os officiaes militares da mesma idade; os bachareis formados; e os clérigos de ordens sacras;

« II. Os filhos familias, que estiverem no poder e companhia de seus pais, salvo se servirem officios publicos;

« III. Os criados de servir; não se entendendo nesta denominação os leiteiros e abegões, que viverem em casa separada dos lavradores seus amos;

« IV. Os vadios, isto, os que não tem emprego, officio, ou modo de vida conhecido;

« V. Os regulares, entre os quaes se não comprehendem os das ordens militares, nem os secularizados;

« VI. Os que para o futuro, em chegando a idade de vinte e cinco annos completos, não souberem ler e escrever, se tiverem menos de dezasseis quando se publicar a constituição.

« Art. 34. São absolutamente inelegiveis:

« I. Os que não podem votar (art. 33);

« II. Os que não tem para se sustentar renda sufficiente, procedida de bens de raiz, commercio, industria ou emprego;

« III. Os apresentados por fallidos, em quanto se não justificar que o são de boa fé.

« IV. Os secretarios e conselheiros de estado;

« V. Os que servem empregos da casa real;

« VI. Os estrangeiros, posto que tenham carta de naturalisação;

« VII. Os libertos nascidos em paiz estrangeiro.

« Art. 35. São respectivamente enelegeiveis:

« I. Os que não tiverem naturalidade ou residencia continua e actual, pelo menos de cinco annos, na provincia onde se fizer a eleição;

« II. Os bispos nas suas dioceses;

« III. Os parochos nas suas freguezias;

« IV. Os magistrados nos districtos, onde individual ou collegialmente exercitão jurisdicção; o que senão entende todavia com os membros do supremo tribunal de justiça (art. 191), nem com outras autoridade cuja jurisdicção se estende a todo o reino, não sendo das especialmente prohibidas.

« V. Finalmente não podem ser eleitos os commandantes dos corpos da primeira e segunda linha pelos militares seus subditos.

« Art. 36. Os deputados em uma legislatura podem ser reeleitos para as seguintes.

« Art. 37. As eleições se farão por divisões electoraes. Cada divisão se formará de modo, que lhe correspondão tres até seis deputados, regulando se o numero destes na razão de um por cada trinta mil habitantes livres: podendo com tudo cada divisão admittir o augmento ou diminuição de quinze mil, de maneira que a divisão, que tiver entre 75:000 e 105:000, dará tres deputados; entre 105:000 e 135:000 dará quatro; entre 135:000 e 165:000 dará cinco; entre 165:000 e 195:000 dará seis deputados.

« Art. 38. A disposição do artigo antecedente tem as excepções seguintes:

« I. A cidade de Lisboa e seu termo formará uma só

divisão, postoque o numero de seus habitantes exceda a 195:000;

« II. As ilhas dos Açores formarão tres divisões, segundo a sua actual distribuição em comarcas, e cada uma dellas dará pelo menos dous deputados;

« III. A respeito do Brasil a lei decidirá quantas divisões devão corresponder a cada provincia, e quantos deputados a cada divisão, regulado o numero destes na razão de um por cada trinta mil habitantes livres;

« IV. Pelo que respeita 1º ao reino de Angola e Benguela; 2º as ilhas de Cabo Verde com Bisão e Cacheu; 3º as de S. Thomé e Príncipe e suas dependencias; 4º a Moçambique e suas dependencias; 5º aos estados de Goa; 6º aos estabelecimentos de Macão, Solor e Timor, cada um destes districtos formará uma divisão, e dará pelo menos um deputado, qualquer que seja o numero de seus habitantes livres.

« Art. 39. Cada divisão eleitoral elegerá os deputados que lhe couberem, com liberdade de os escolher em toda a provincia. Se algum for eleito em muitas divisões, prevalecerá a eleição que se fizer naquella, em que elle tiver residencia: se em nenhuma dellas a tiver, será preferida a da sua naturalidade: se em nenhuma tiver naturalidade nem residencia, prevalecerá aquella, em que obtiver maior numero de votos; devendo em caso de empate decidir a sorte. Este desempate se fará na junta preparatoria de côrtes (art. 67). Pela outra ou outras divisões serão chamados os substitutos correspondentes (art. 86).

« Art. 40. Por cada deputado se elegerá um substituto.

« Art. 41. Cada legislatura durará quatro annos. A eleição se fará portanto em annos alternados.

« Art. 42. A eleição se fará directamente pelos cidadãos reunidos em assembleas electoraes, á pluralidade de votos dados em escrutinio secreto: no que se procederá pela maneira seguinte:

« Art. 43. Haverá em cada freguezia um livro de matricula rubricado pelo presidente da camara, no qual o parochio escreverá ou fará escrever por ordem alfabetica os nomes, moradas, e occupações de todos os freguezes que tiverem voto na eleição. Estas matriculas serão verificadas pela camara, e publicadas dois mezes antes da reunião das assembleas electoraes, para se poderem notar e emendar quaesquer illegalidades.

« Art. 44. A camara de cada conselho designará com o conveniente antecipação tantas as assembleas primarias no seu districto, quantas convier segundo a povoação e distancia dos lugares; quer seja necessario reunir muitas freguezias em uma só assemblea, quer dividir uma freguezia em muitas assembleas; contanto que em nenhuma destas correspondão menos de dois mil habitantes, nem mais de seis mil.

« No ultramar, se for muito incommodo reunirem-se em uma só assemblea algumas freguezias ruraes pela sua grande distancia, poderá em cada uma dellas formar-se uma só assemblea, posto que não chegue a ter os dous mil habitantes.

« Art. 45. Se algum conselho não chegar a ter dois mil habitantes, formará com tudo uma assemblea, se tiver mil; e não os tendo, se unirá ao conselho de menor povoação quo lhe ficar contiguo. Se ambos unidos ainda não chegarem a conter mil habitantes, se unirão ao outro ou outros; devendo reputar-se cabeça de todos aquelle, que for mais central. Esta reunião será designada pelo respectivo administrador geral (art. 212).

« Nas provincias do Ultramar a lei modificará a presente disposição, como exigir a commodidade dos povos.

« Art. 46. A camara designará tambem as igrejas, em que se ha de reunir cada assemblea, e as freguezias ou ruas e logares de uma freguezia, que a cada uma pertencão: ficando entendido, que ninguem será admittido a votar em assemblea diversa. Estas designações lançará o escrivão da camara em um livro de eleição, que nella haverá, rubricado pelo presidente.

« Art. 47. Nos conselhos, em que formarem muitas assembleas, o presidente da camara presidirá áquella que se reunir na cabeça do conselho; e reunindo-se alli mais de uma, áquella que a camara designar. As outras serão pre-



alçadas pelos vereadores effectivos; e não bastando estes, pelos dos annos antecedentes: uns e outros a camara distribuirá por sorte.

• Nos conselhos, em que os vereadores effectivos, e os dos annos antecedentes não preencherem o numero dos presidentes, a camara nomeará os que faltarem.

• Na cidade de Lisboa, em quanto não houver bastantes vereadores electivos, será esta falta suprida pelos ministros dos bairros e pelos desembargadores da relação, distribuidos pela camara. Porem estes presidentes, reunidos que sejam as assembleas na forma abaixo declarada (art. 53), lhes proporão de accordo com os parochos duas pessoas de confiança publica, uma para entrar no seu lugar, outro para um dos dois secretarios (art. 53), e feito auto desta eleição, sahirão da mesa.

• Art. 48. Com os presidentes assistirão nas mesas de eleição os parochos das igrejas onde se fizerem as reuniões. Quando uma freguezia se dividir em muitas assembleas, o parcho designará secretarios que a ellas assistão. Os ditos parochos ou sacerdotes tomarão assento á mão direita do presidente.

• Art. 49. As assembleas eleitoraes serão publicas, annunciando-se previamente a sua abertura pelo toque de sinos. Ninguem alli entrará armado. Ninguem terá precedencia de assento, excepto o presidente e o parcho ou sacerdote assistente.

• Art. 50. Em cada assemblea estará presente o livro ou livros de matricula. Quando uma freguezia formar muitas assembleas, haverá nellas relações autenticas dos moradores que as formão, copiadas do livro da matricula. Haverá tambem um caderno rubricado pelo presidente, em que se escreva o auto da eleição.

• Art. 51. As assembleas primarias em Portugal e Algarve se reunirão no primeiro domingo de agosto do segundo anno da legislatura: nas ilhas adjacentes no primeiro domingo de abril: no Brasil e Angola no primeiro domingo do agosto do anno antecedente; nas ilhas do Cabo Verde no primeiro domingo de novembro tambem do anno antecedente: nas ilhas de S. Thomé e Príncipe, Moçambique, Goa, e Nacão no primeiro domingo de novembro dous annos antes.

• Art. 52. No dia perfixo no artigo antecedente, á hora determinada, se reunirão nas igrejas designadas os moradores de cada conselho, que tem votos nas eleições, levando escriptos em listas os nomes e occupações das pessoas, em quem votão para deputados. Cada uma destas listas deve encerrar o numero dos deputados que tocho áquella divisão eleitoral, e mais outros tantos para os substituirem. No reverso dellas irão declarados os conselhos e freguezias dos votantes, e sendo estes militares da primeira ou segunda linha, tambem os corpos a que pertencem. Tudo isto será annuciado por editaes, que as camaras mandarão affixar com a conveniente anticipação.

• Art. 53. Reunida a assemblea no lugar, dia, e hora determinada, celebrar-se-ha uma missa do Espirito Santo; finda a qual, o parcho ou sacerdote assistente, fará um breve discurso analogo ao objecto, e lerá o presente capitulo das eleições. Logo o presidente de accordo com o parcho, ou sacerdote, proporá aos cidadãos presentes duas pessoas de confiança publica para escrutinadores, duas para secretarios da eleição, e em Lisboa uma para presidente, e outra para secretario, nos termos do art. 47. Proporá mais tres para revezarem a qualquer destes. A assemblea os approvará ou desapprovará por algum signal, como de levantar as mãos direitas: se alguma dellas não for approvada, se renovará a proposta e a votação quantas vezes for necessaria. Os escrutinadores e secretarios eleitos tomarão assento aos lados do presidente e do parcho. Esta eleição será logo escripta no caderno e publicada por um dos secretarios.

• Art. 54. Depois disto o presidente e os outros mesarios lançarão as suas listas em uma urna. Logo se irão aproximando á mesa um e um todos os cidadãos presentes; e estando seus nomes escriptos no livro da matricula, entregarão as listas, que sem se desdobrarem, serão lançadas na urna, depois de se confrontarem as inscripções postas no reverso dellas com as pessoas, que as

apresentarem. Um dos sacerdotes irá descarregando no livro os nomes dos que as entregarem.

• Art. 55. Finda a votação, mandará o presidente contar, publicar, e escrever no auto o numero das listas. Então um dos escrutadores irá lendo em voz alta cada uma dellas, bem como as inscripções postas no seu reverso (art. 52), riscando-se das listas os votos dados nas pessoas prohibidas em os numeros II, III, IV e V do art. 36. Como o escrutinador for lendo, irão os secretarios escrevendo, cada um em sua relação, os nomes dos votados e o numero dos votos que cada um for obtendo: o que farão pelos numeros successivos da numeração natural, de sorte que o ultimo numero de cada nome mostre a totalidade dos votos que elle houver obtido; e, como forem escrevendo estes numeros, os irão publicando em voz alta.

• Art. 56. Acabada a leitura das listas, e verificada a conformidade das duas relações pelos escrutinadores e secretarios, um destes publicará na assemblea os nomes de todos os votados, e o numero dos votos que teve cada um. Immediatamente se escreverão no auto por ordem alfabetica os nomes dos votados, e por extenso o numero dos votos de cada um. O auto será assignado por todos os mesarios, e as listas se queimarão publicamente.

• Art. 57. Os mesarios nomearão logo dois d'entre si, para nos dias abaixo declarados (art. 61 e 63) irem apresentar a copia do auto na junta que se ha de reunir na casa da camara, se no conselho houver muitas assembleas, primarias, ou na que se ha de reunir na cabeça da divisão eleitoral, se houver uma só. A dita copia será tirada por um dos secretarios, fechada e lacrada com sello. Então se haverá por dissolvida a assemblea. Os cadernos e relações se guardarão no archivo da camara, dando-se-lhe a maior publicidade.

• Art. 58. No auto da eleição se declarará que os cidadãos, que formão aquella assemblea, outorgão aos deputados, que sahirem eleitos na junta da cabeça da divisão eleitoral, a todos e a cada um, amplos poderes para que, reunidos em côrtes com os das outras divisões de toda a monarchia portugueza, possam, como representantes da nação, fazer tudo o que for conducente ao bem geral della, e cumprir suas funcções na conformidade, e dentro dos limites que a constituição prescreve, sem que possam derogar nem alterar nenhum de seus artigos: e que elles outorgantes se obrigão a cumprir, e ter por valido tudo o que os ditos deputados assim fizerem, em conformidade da mesma constituição.

• Art. 59. Se ao sol posto não estiver acabada a votação o presidente mandará metter as listas e as relações em um cofre de tres chaves, que serão distribuidas por sorte a tres mesarios. Este cofre se guardará debaixo de chave na mesma igreja, e no dia seguinte será apresentado na mesa da eleição, e ali aberto em presença da assemblea.

• Art. 60. Se o presidente, depois de entregues todas as listas, previr que o apuramento dellas não poderá concluir-se até a segunda feira seguinte, proporá de accordo com o parcho aos cidadãos presentes, como no art. 53, escrutinadores e secretarios para outra mesa. Para esta passará uma parte das listas, e nella se praticará simultaneamente o mesmo que na primeira, onde finalmente se reunirão as quatro relações, e se procederá como fica disposto no art. 56.

• Art. 61. Quando no conselho houver mais de uma assemblea primaria, os portadores das copias dos autos da eleição (art. 57) se reunirão no domingo seguinte, e no ultramar naquella que abaixo vai declarado (art. 74), á hora indicada nos editaes, em junta publica na casa da camara com o presidente desta, e o parcho que com elle assistio na assemblea antecedente. Logo elegerão d'entre si dois escrutinadores e dois secretarios; e abrindo-se os ditos autos, o presidente os fará ler em voz alta, e os secretarios irão escrevendo os nomes em duas relações. D'ahi em diante se praticará o mais que fica disposto nos arts. 55 e 56.

• Na divisão de Lisboa fica cessando a presente junta,

e só tem lugar a que vai determinada no art. 63, que será formada dos portadores das listas das assembleias primárias.

« Art. 62. Os mesarios successivamente elegerão dous d'entre si, que no dia abaixo declarado (art. 63) apresentem a copia deste auto na junta da cabeça da divisão eleitoral. A respeito desta copia, da dissolução da junta, e da guarda e publicidade do caderno e relações, se fará o mesmo que fica disposto no art. 57.

« Art. 63. No terceiro domingo de agosto, e nas ilhas adjacentes e ultramar naquella que abaixo vai declarado (art. 75), se congregará em junta publica na casa da camara da cabeça da divisão eleitoral os portadores das copias dos autos de toda a divisão com o presidente da mesma camara, e o parcho que com elle assistio na assembleia antecedente. I procederão logo a eleger escrutinadores e secretarios; praticar-se-ha o mesmo, que fica disposto nos arts. 61 e 55 v. *Como o escrutinador*; e apurados os votos, sairão eleitos deputados, assim ordinarios como substitutos, aquelles que obtiverem pluralidade absoluta, isto é, aquelles cujos nomes se acharem escriptos em mais de metade das listas. D'entre elles serão deputados ordinarios os que tiverem mais votos, e substitutos os que se lhe seguirem immediatamente; e por essa ordem se escreverão seus nomes no auto. Em caso de empate decidirá a sorte. Depois se participará o mais, que fica disposto no art. 56, ficando entendido que as relações se hão de guardar, como dispõe o art. 62.

« Art. 64. Se não obtiverem pluralidade absoluta pessoas bastantes para preencher o numero dos deputados e substitutos, se fará uma relação, que contenha tres vezes o numero que faltar, formada dos nomes daquelles que tiverem mais votos, com declaração do numero que teve cada um. Esta relação será lida em voz alta, e copiada no auto. Feito isto, a junta se haverá por dissolvida.

« Art. 65. O presidente fará logo publicar a dita relação, e, tiradas por um tabelião tantas copias della quantos forem os conselhos da divisão eleitoral, assignadas por elle e conferidas pelo escrivão da camara, as remetterá ás camaras dos ditos conselhos. Os presidentes destas immediatamente remetterão copias tiradas pelos escrivães das mesmas, e por ambos assignadas, aos presidentes que foram das assembleias primárias, para as fazerem logo registrar nos cadernos de que trata o art. 50, e lhes derem a maior publicidade.

« Art. 66. No mesmo tempo as camaras convocarão por editaes (art. 52) os moradores do conselho para nova reunião das assembleias primárias, annunciando: 1º que esta se fará no terceiro domingo depois daquella em que se congregou a junta da cabeça da divisão eleitoral, e nas ilhas adjacentes e ultramar naquella que abaixo vai declarado (art. 74); 2º qual é o numero dos deputados ordinarios e substitutos que falta para se eleger; 3º que os votantes hão de formar suas listas tirando o dito numero d'entre os nomes incluídos na relação, que foi remetida da dita junta, a qual será transcripta nos editaes.

« Art. 67. Nesta segunda reunião das assembleias primárias se procederá em tudo como fica disposto nos arts. 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62 e 63, com declaração: 1º que os mesarios serão os mesmos, que foram na primeira reunião; 2º que as relações vindas da cabeça da divisão eleitoral se guardarão nos archivos das camaras; 3º que apurados os votos em a nova junta da cabeça da divisão, sairão eleitos deputados ordinarios e substitutos aquelles, em que recahirem mais votos (art. 63), posto que não obtenhão a pluralidade absoluta; devendo em caso de empate decidir a sorte. Na falta ou impedimento de algum dos mesarios se elegerá outro, como na primeira vez.

« Art. 68. Então se haverá por dissolvida a junta. O livro da eleição se guardará no archivo da camara depois de se lhe haver dado a maior publicidade.

« Art. 69. No auto desta eleição se declarará haver constado pelos autos remettidos de todas as assembleias primárias da divisão eleitoral, que os moradores della outorgarão aos deputados agora eleitos os poderes de-

clarados no art. 56, cujo teor se transcreverá no mesmo auto.

« Art. 70. Concluido este acto, a assembleia assistirá a um Te-Deum, cantando na igreja principal, indo entre os mesarios aquelles deputados que se acharem presentes.

« Art. 71. A cada deputado se entregará uma copia do auto da eleição, e se remetterá logo outra á deputação permanente (art. 117), tiradas por um tabelião, e conferidas pelo escrivão da camara.

« Art. 72. As duvidas que occorrerem nas assembleias primárias, serão decididas verbalmente e sem recurso por uma comissão de cinco membros, eleitos na ocasião, e pelo modo porque se procede a formação da mesa (artigo 53).

« Porém esta comissão não conhecerá das duvidas relativas á elegabilidade das pessoas votadas, salvo nos termos do art. 55; por pertencer aquelle conhecimento á junta preparatoria de côrtes (art. 77).

« Art. 73. Nas assembleias electoraes só poderá tratar-se de objectos relativos ás eleições. Será nullo todo o que se fizer contra esta disposição.

« Art. 74. Nas ilhas adjacentes e ultramar se observará o disposto neste capitulo com as modificações seguintes:

« I. Nas ilhas adjacentes á reunião da junta da cabeça da divisão eleitoral (art. 63), se fará no primeiro domingo depois que a ella chegarem os poderes dos outros das eleições de toda a divisão. Para o segundo escrutínio as assembleias primárias se reunirão no terceiro domingo depois que em cada conselho se houverem recebido da junta da cabeça da divisão as copias (art. 65); as juntas de conselho no domingo seguinte ao dito terceiro domingo; as de cabeça de divisão no primeiro domingo depois que a ella chegarem os portadores dos autos das eleições de toda a divisão.

« II. No ultramar as juntas de conselho, as de cabeça de divisão, e no segundo escrutínio as assembleias primárias e as juntas de conselho e de cabeça de divisão, se reunirão no domingo que designar a autoridade civil superior da provincia, e será o mais proximo possível.

« III. As reuniões para o segundo escrutínio em Angola, Cabo Verde, Moçambique e Macão, não dependem da votação dos habitantes dos lugares remotos de cada uma destas divisões; devendo votar nelhas os que se acharem presentes em um prazo tal, que não se retarde consideravelmente o complemento das eleições.

## CAPITULO II

### Da reunião das côrtes.

« Art. 75. Antes do dia quinze de Novembro os deputados se apresentarão á deputação permanente, que fará escrever seus nomes em um livro de registro, com declaração das divisões electoraes a que pertencem.

« Art. 76. No dia quinze de Novembro se reunirão os deputados em primeira junta preparatoria na sala das côrtes, servindo de presidente o da deputação permanente, e de escrutinadores o secretarios os que ella nomear d'entre os seus membros. Logo se procederá na verificação das procurações, nomeando-se uma comissão de cinco deputados para as examinar, e outra de tres para examinar as dos ditos cinco.

« Art. 77. Até ao dia 20 de Novembro se continuará a reunir uma ou mais vezes a junta preparatoria para verificar a legitimidade das procurações e as qualidades dos eleitos, resolvendo definitivamente quaesquer duvidas que sobre isso se moverem.

« Art. 78. No dia 20 de Novembro a mesma junta elegerá d'entre os deputados, por escrutínio secreto a pluralidade absoluta de votos, para servirem no primeiro mez, um presidente e um vice presidente, e á pluralidade relativa quatro secretarios. Immediatamente irão todos á igreja cathedral assistir a uma missa solemne do Espirito Santo, e no fim della o celebrante deferirá o juramento seguinte ao presidente, que pondo a mão direita no livro dos Santos-Evangelhos, dirá: « Juro manter a religião catho-

• Ilea apostolica romana, guardar e fazer guardar a constituição politica da monarchia portugueza, que decretará as cortes extraordinarias e constituintes do anno de 1821, e cumprir bem e fielmente as obrigações de deputado em cortes, na conformidade da mesma constituição. • O mesmo juramento prestará o vice-presidente e deputados, pondo a mão no livro dos Evangelhos, e dizendo sómente: « Assim o juro »

• Art. 79. Acabada a solemnidade religiosa os deputados se dirigirão á sala das cortes, onde o presidente declarará que estas se achão installadas. Nomeará logo uma deputação composta de 12 deputados, dous dos quaes serão secretarios, para dar parte ao rei da referida installação e saber se ha de assistir á abertura das cortes. Achando-se o rei fóra do lugar das cortes esta participação se lhe fará por escripto, e o rei responderá pelo mesmo modo.

• Art. 80. No primeiro dia do mez de Dezembro de cada anno o presidente, com os deputados que se acharem presentes em Lisboa, capital do reino unido, abrirá impreterivelmente a primeira sessão de cortes. Neste momento cessará em suas funcções a deputação permanente.

• O rei assistirá pessoalmente, se fór sua vontade, entrando na sala sem guarda, acompanhado sómente das pessoas que determinar o regimento do governo interior das cortes. Fará um discurso adequado á solemnidade, a que o presidente deve responder como cumprir. Se não houver de assistir irão em seu nome os secretarios de Estado, e um delles recitará o referido discurso, e o entregará ao presidente. Isto mesmo se deve observar quando as cortes se fecharem.

• Art. 81. No segundo anno de cada legislatura não haverá junta preparatoria nem juramento (art. 76, 77 e 78), e os deputados, reunidos no dia 20 de Novembro na sala das cortes, servindo de presidente o ultimo do anno passado, procederão a eleger novo presidente, vice-presidente e secretarios, e havendo assistido á missa do Espírito-Santo procederão em tudo o mais como no primeiro anno.

• Art. 82. As cortes, com justa causa, approvada pelas duas terças partes dos deputados poderão trasladar-se da capital deste reino para outro qualquer lugar. Se durante os intervallos das duas sessões de cortes sobrevier invasão de inimigos, peste ou outra causa urgentissima, poderá a deputação permanente determinar a referida traslatação e dar outras quaesquer providencias que julgar convenientes, as quaes ficarão sujeitas á approvação das cortes.

• Art. 83. Cada uma das duas sessões da legislatura durará tres mezes consecutivos, e sómente poderá prorrogar-se por mais um:

• I. Se o rei o pedir.

• II. Se houver justa causa approvada pelas duas terças partes dos deputados presentes.

• Art. 84. Aquelle que sahir eleito deputado não será escuso seuão por impedimento legitimo e permanente, justificado perante as cortes. Sendo alguém reeleito na eleição immediata lhe ficará livre o escusar-se; mas não poderá durante os dous annos da legislatura de que se escusou aceitar do governo emprego algum, salvo se este lhe competir por antiguidade ou escala na carreira de sua profissão.

• Art. 85. A justificação dos impedimentos dos deputados residentes no ultramar se fará perante a junta da cabeça da respectiva divião eleitoral se ainda estiver reunida, e, não o estando, perante a junta preparatoria (art. 77) ou perante as cortes.

• Art. 86. Quando algum deputado fór escuso a autoridade que o escusar chamará logo o seu substituto, segundo a ordem da pluralidade dos votos (art. 63).

• Art. 87. Com os deputados de cada uma das diviões eleitoraes do ultramar virá logo para Lisboa o primeiro substituto, salvo se em Portugal e Algarve residir algum, no qual caso entrará este em lugar do deputado que faltar. Se forem reeleitos alguns dos deputados effectivos vi-

rão logo tantos substitutos quantos forem os reeleitos, descontados os que residirem em Portugal e Algarve.

• Art. 88. As procuções dos substitutos, e bem assim as dos deputados que se não apresentarem no dia apzado, serão verificadas em cortes por uma commissão, e assim a uns, como a outros, o presidente deferirá juramento.

• Art. 89. Se os deputados de alguma provincia não poderem apresentar-se em cortes, impedidos por invasão de inimigos ou hloqueio, continuarão a servir em seu lugar os deputados antecedentes até que os impedidos se apresentem.

• Art. 90. As sessões serão publicas, e sómente poderá haver sessão secreta quando as cortes, na conformidade do seu regimento interior, entenderem ser necessario, o que nunca terá lugar tratando-se de discussão de lei.

• Art. 91. Ao rei não é permittido assistir ás cortes, excepto na sua abertura e conclusão. Ellas não poderão deliberar em sua presença. Indo, porém, os secretarios de Estado em nome do rei, ou chamados pelas cortes, propôr ou explicar algum negocio, poderão assistir á discussão e fallar nella, na conformidade do regimento das cortes; mas nunca estarão presentes á votação.

• Art. 92. O secretario de Estado dos negocios da guerra na primeira sessão depois de abertas as cortes irá informa las do numero de tropas que se acharem acantonadas na capital, e na distancia de 12 leguas em redor, e bem assim das posições que occuparem para que as cortes determinem o que convier.

• Art. 93. Sobre tudo o que fór relativo ao governo e ordem interior das cortes se observará o seu regimento, no qual se poderão fazer para o futuro as alterações convenientes.

### CAPITULO III

#### Dos deputados das cortes.

• Art. 94. Cada deputado é procurador o representante de toda a nação, e não o é sómente da divião que o elegeu.

• Art. 95. Não é permittido aos deputados protestar contra as decisões das cortes; mas poderão fazer declarar na acta o seu voto sem o motivar.

• Art. 96. Os deputados são inviolaveis pelas opiniões que proferirem nas cortes, e nunca por ellas serão responsaveis.

• Art. 97. Se algum deputado fór pronunciado, o juiz suspendendo tudo o ulterior procedimento, dará conta ás cortes, as quaes decidirão se o processo deve continuar, e o deputado ser ou não suspenso no exercicio de suas funcções.

• Art. 98. Desde o dia em que os deputados se apresentarem á deputação permanente, até aquelle em que acabarem as sessões, vencerão um subsidio pecuniario, taxado pelas cortes no segundo anno da legislatura antecedente. Além disto se lhes arbitrará uma indemnisação para as despesas da viuda e volta.

• Aos do ultramar (entre os quaes se não entendem os das ilhas adjacentes) se assignará demais um subsidio para o tempo do intervallo das sessões das cortes, o que não se entende dos estabelecidos em Portugal e Algarve.

• Estes subsidios e indemnisações se pagarão pelo thesouro publico.

• Art. 99. Nenhum deputado, desde o dia em que a sua eleição constar na deputação permanente até o fim da legislatura, poderá aceitar ou solicitar par si, nem para outrem, pensão ou condecoração alguma. Isto mesmo se entenderá dos empregos providos pelo rei, salvo se lhe competirem por antiguidade ou escala na carreira da sua profissão.

• Art. 100. Os deputados durante o tempo das sessões das cortes ficarão inibidos do exercicio dos seus empregos ecclesiasticos, civis e militares. No intervallo das sessões não poderá o rei empregar os fóra do reino de Portugal e Algarve, nem mesmo irão exercer seus empre-

gos quando isso os impossibilita para se reunirem no caso de convocação de cortes extraordinárias.

• Art. 101. Se por algum acaso extraordinário, de que dependa a segurança pública ou o bem do estado, for indispensável que algum dos deputados saia das cortes para outra occupação, ellas o poderão determinar, concordando nisso as duas terças partes dos votos.

#### CAPITULO IV

##### *Das attribuições das cortes.*

- Art. 102. Pertence ás cortes :
  - I. Fazer as leis, interpreta-las e revoga-las.
  - II. Promover a observancia da constituição e das leis, e em geral o bem da nação portugueza.
- Art. 103. Competem ás cortes, sem dependencia da sanção real, as attribuições seguintes :
  - I. Tomar juramento ao rei, ao principe real e á regencia ou regente.
  - II. Reconhecer o Principe Real como successor da coroa e approvar o plano de sua educação.
  - III. Nomear tutor ao rei menor.
  - IV. Eleger a regencia ou o regente (art. 148 e 150), e marcar os limites da sua autoridade.
  - V. Resolver as duvidas que occorrerem sobre a successão da coroa.
  - VI. Approvar os tratados de alliança offensiva ou defensiva, de subsidios e de commercio, antes de serem ratificados.
  - VII. Fixar todos os annos, sobre proposta ou informação do governo, as forças de terra e mar, assim as ordinarias em tempo de paz, como as extraordinarias em tempo de guerra.
  - VIII. Conceder ou negar a entrada de forças estrangeiras, de terra ou mar, dentro do reino ou dos portos delle.
  - IX. Fixar annualmente os impostos e as despesas publicas ; repartir a contribuição directa pelos districtos das juntas administrativas (art. 228) ; fiscalisar o emprego das rendas publicas, e as contas da sua receita e despesa.
  - X. Autorisar o governo para contrahir empréstimos. As condições delles lhes serão presentes, excepto nos casos de urgencia.
  - XI. Estabelecer os meios adequados para o pagamento da divida publica.
  - XII. Regular a administração dos bens nacionaes e decretar a sua alienação em caso de necessidade.
  - XIII. Criar ou supprimir empregos e officios publicos, e estabelecer os seus ordenados.
  - XIV. Determinar a inscripção, peso, valor, lei, typo e denominação das moedas.
  - XV. Fazer verificar a responsabilidade dos secretarios de Estado e dos mais empregados publicos.
  - XVI. Regular o quo toca ao regimen interior das cortes.

#### CAPITULO V

##### *Do exercicio do poder legislativo.*

- Art. 104. Lei é a vontade dos cidadãos, declarada pela unanimidade ou pluralidade dos votos de seus representantes, juntos em cortes, precedendo discussão publicã.
- A lei obriga os cidadãos sem dependencia da sua acceitação.
- Art. 105. A iniciativa directa das leis sómente compete aos representantes da nação juntos em cortes.
  - Podem, contudo, os secretarios de Estado fazer propostas, as quaes, depois de examinadas por uma commissão das cortes, poderão ser convertidas em projectos de lei.
- Art. 106. Qualquer projecto de lei será lido primeira e segunda vez, com intervallo de oito dias. A segunda leitura as cortes decidirão se ha de ser discutido ; neste

caso se imprimirão e distribuirão pelos deputados os exemplares necessarios, e passados oito dias se assignará aquelle em que ha de principiar a discussão. Esta durará uma ou mais sessões até que o projecto pareça sufficientemente examinado. Immediatamente resolverão as cortes se tem lugar a votação ; decidido que sim, procede-se a ella. Cada proposição se entende vencida pela pluralidade absoluta de votos.

• Art. 107. Em caso urgente, declarado tal pelas duas terças partes dos deputados presentes, poderá no mesmo dia em que se apresentar o projecto principiar-se, e mesmo ultimar-se a discussão ; porém a lei será então havida como provisoria.

• Art. 108. Se um projecto não for admittido á discussão ou á votação, ou, se admittido, for regeitado, não poderá tornar a ser proposto na mesma sessão da legislatura.

• Art. 109. Se o projecto for approvedo será reduzido á lei, a qual, depois de ser lida nas cortes, e assignada pelo presidente e dous secretarios, será apresentada ao rei em duplicata por uma deputação de cinco membros, nomeados pelo presidente. Se o rei estiver fóra da capital a lei lbe será apresentada pelo secretario de Estado da respectiva repartição.

• Art. 110. Ao rei pertence dar a sanção á lei, o que fará pela seguinte formula, assignada de sua mão : « Sanciono, e publique-se como lei. »

• Se o rei, ouvido o conselho de Estado, entender que ha razões para a lei dever supprimir-se ou alterar-se, poderá suspender a sanção por esta formula : « Volte ás cortes, » expondo debaixo da sua assignatura as sobreditas razões. Estas serão presentes ás cortes, e, impressas, se discutirão.

• Vencendo-se que, sem embargo dellas, passe a lei como estava, será novamente apresentada ao rei, que lhe dará logo a sanção. Se as razões expostas forem attendidas a lei será supprimida ou alterada, e não poderá tornar a tratar-se della na mesma sessão da legislatura.

• Art. 111. O rei deverá dar ou suspender a sanção no prazo de um mez. Quanto ás leis provisórias, feitas em casos urgentes (art. 107), as cortes determinarão o prazo dentro do qual as deva sancionar.

• Se as cortes se fecharm antes de expirar aquelle prazo, este se prolongará até os primeiros oito dias da seguinte sessão da legislatura.

• Art. 112. Não dependem da sanção real :

• I. A presente constituição e as alterações que nella se fizerem para o futuro (art. 28).

• II. Todas as leis ou quaesquer outras disposições das presentes cortes extraordinarias e constituintes.

• III. As decisões concernentes aos objectos de que trata o art. 103.

• Art. 113. Sancionada a lei mandará o rei publicar pela formula seguinte : *D. P... por graça de Deos e pela constituição da monarchia, rei do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves de aquem e de além-mar em Africa, etc. Faço saber a todos os meus subditos que as cortes decretarão e eu sancionei a lei seguinte (aqui o texto della). Portanto mando a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumprão e executem tão inteiramente como nella se contém. O secretario de Estado dos negocios d... (o da respectiva repartição) a faça imprimir, publicar e correr.*

• O dito secretario referendará a lei e a fará sellar com o sello do Estado, e guardar um dos originaes no archivo da torre do tombo ; o outro (art. 109), depois de assignado pelo rei e referendado pelo secretario, se guardará no archivo das cortes.

• As leis independentes de sanção serão publicadas com esta mesma formula, supprimidas as palavras : « e eu sancionei. »

• Art. 114. Se o rei, nos prazos estabelecidos nos arts. 110 e 111, não der sanção á lei, ficará entendido que a deu, e a lei se publicará. Se, porém, recusar assigna-la, as cortes a mandarão publicar em nome do rei, devendo ser assignada pela pessoa em quem recahir o poder executivo.



« Art. 115. A regencia ou regente do reino terá sobre a sancção e publicação das leis a autoridade que as cortes designarem, a qual não será maior que a que fica concedida ao rei.

« Art. 116. As disposições sobre a formação das leis se observarão do mesmo modo quanto á sua revogação.

#### CAPITULO VI

*Da deputação permanente e da reunião extraordinaria das cortes.*

« Art. 117. As cortes antes de fecharem cada uma das duas sessões da legislatura elegerão sete d'entre os seus membros, a saber: tres das provincias da Europa, tres das do ultramar, e o setimo sorteado entre um da Europa e outro do ultramar. Tambem elegerão dous substitutos d'entre os deputados europeus e ultramarinos, cada um dos quaes respectivamente servirá na falta de qualquer dos deputados.

« Destes sete deputados se formará uma junta, intitulada—Deputação permanente das cortes—que ha de residir na capital até o momento da seguinte abertura das cortes ordinarias.

« A deputação elegera em cada mez d'entre seus membros um presidente, a quem não poderá reeleger em mezes successivos, e um secretario que poderá ser successivamente reeleito.

« Se algumas provincias do reino unido vierem a perder o direito de ser representadas em cortes, proverão estas sobre o modo de se formar a deputação permanente, sem contudo se alterar o numero de seus membros.

« Art. 118. Pertence a esta deputação:

« I. Promover a reunião das assembleas eleitoraes no caso de haver nisso alguma negligencia.

« II. Preparar a reunião das cortes (art. 75 e seguintes).

« III. Convocar as cortes extraordinariamente nos casos declarados no art. 119.

« IV. Vigiar sobre a observancia da constituição e das leis para instruir as cortes futuras das infracções que houver notado, havendo do governo as informações que julgar necessarias para esse fim.

« V. Prover á traslatação das cortes no caso do art. 82.

« VI. Promover a installação da regencia provisional nos casos do art. 149.

« Art. 119. A deputação permanente convocará extraordinariamente as cortes para um dia determinado, quando acontecer algum dos casos seguintes:

« I. Se vagar a coroa.

« II. Se o rei a quizer abdicar.

« III. Se se impossibilitar para governar (art. 150).

« IV. Se occorrer algum negocio arduo e urgente, ou circunstancias perigosas ao Estado segundo o parecer da deputação permanente ou do rei, que nesse caso o communicará á mesma deputação para ella expedir as ordenes necessarias.

« Art. 120. Reunidas as cortes extraordinarias, tratarão unicamente do objecto para que foram convocadas; separar-se-hão logo que o tenham concluido, e se antes disso chegar o dia 15 de Novembro accrescerá ás novas cortes o ulterior conhecimento do mesmo objecto.

« Durante a reunião das cortes extraordinarias continuará a deputação permanente em suas funções.

#### TITULO IV

##### DO PODER EXECUTIVO OU DO REI

#### CAPITULO I

*Da autoridade, juramento e inviolabilidade do rei.*

« Art. 121. A autoridade do rei provém da nação, e é indivisivel e inalienavel.

« Art. 122. Esta autoridade geralmente consiste em fazer executar as leis, expedir os decretos, instrucções e

regulamentos adequados a esse fim, e prover a tudo o que for concernente a segurança interna e externa do Estado na forma da constituição.

« Os ditos decretos, instrucções e regulamentos serão passados em nome do rei.

« Art. 123. Especialmente competem ao rei as attribuições seguintes:

« I. Sancionar e promulgar as leis (art. 110 e 113),

« II. Nomear e demittir livremente os secretarios de Estado

« III. Nomear os magistrados, precedendo proposta do conselho de Estado feita na conformidade da lei.

« IV. Prover, segundo a lei, todos os mais empregos civis, que não forem electivos, e bem assim os militares.

« V. Apresentar para os bispados, precedendo proposta triple do conselho de Estado; apresentar para os beneficos ecclesiasticos de padroado real curados ou não curados, precedendo concurso e exame publico perante os prelados diocesanos.

« VI. Nomear os commandantes da força armada de terra e mar, e empregar-la como entender que melhor convem ao serviço publico.

« Porém quando perigar a liberdade da nação e o systema constitucional, poderão as cortes fazer estas nomeações.

« Em tempo de paz não haverá commandante em chefe do exercito nem da armada.

« VII. Nomear os embaixadores e mais agentes diplomaticos, ouvido o conselho de Estado, e os consules sem dependencia de n ouvir.

« VIII. Dirigir as negociações politicas e commerciaes com as nações estrangeiras.

« IX. Conceder cartas de naturalisação e privilegios exclusivos a favor da industria, em conformidade das leis.

« X. Conceder titulos, honras e distincções em recompensa de serviços, na conformidade das leis.

« Quanto a remunerações pecuniarias, que pela mesma causa entender se devam conferir, sómente o fará com anterior approvação das cortes, fazendo-lhes para esse fim apresentar na primeira sessão de cada anno uma lista motivada.

« XI. Perdoar ou minorar as penas aos delinquentes na conformidade das leis.

« XII. Conceder ou negar o seu beneplacito aos decretos dos concilios, letras pontificias e quaesquer outras constituições ecclesiasticas, precedendo approvação das cortes se contiverem disposições geraes, e ouvido o conselho de Estado se versarem sobre negocios de interesse particular, que não forem contenciosos, pois quando o forem os remetterá ao conhecimento e decisão do supremo tribunal de justiça.

« XIII. Declarar á guerra e fazer a paz, dando ás cortes conta dos motivos que para isso teve.

« XIV. Fazer tratados de alliança offensiva, de subsidios e de commercio, com dependencia da approvação das cortes (art. 103, n. VI).

« XV. Decretar a applicação dos rendimentos destinados pelas cortes aos diversos ramos da administração publica.

« Art. 124. O rei não pôde:

« I. Impedir as eleições dos deputados; oppôr-se á reunião das cortes, proroga-las, dissolve-las ou protestar contra as suas decisões.

« II. Impôr tributos, contribuições ou tintas.

« III. Suspender magistrados, salvo nos termos do art. 197.

« IV. Mandar prender cidadão algum, excepto: 1º quando o exigir a segurança do Estado, devendo então ser o preso entregue dentro de 48 horas ao juiz competente; 2º quando as cortes houverem suspendido as formalidades judiciaes (art. 214).

« V. Alienar porção alguma do territorio portuguez.

« VI. Commandar força armada.

« Art. 125. O rei não pôde, sem consentimento das cortes:

- I. Abdicar a coroa.
- II. Sahir do reino de Portugal e Algarve; e se o fizer se entenderá que abdica, bem como se, havendo sahido com licença das côrtes, a exceder quanto ao tempo ou lugar, e não regressar ao reino sendo chamado.
- A presente disposição é applicavel ao successor da coroa, o qual, contravindo-a, se entenderá que renuncia o direito de succeder na mesma coroa.
- III. Tomar empréstimo em nome da nação.
- Art. 126. O rei antes de ser aclamado prestará perante as cortes, nas mãos do presidente dellas, o seguinte juramento: *Juro manter a religião catholica apostolica romana; ser fiel á nação portugueza; observar e fazer observar a constituição politica decretada pelas côrtes extraordinarias e constituintes de 1821, e as leis da mesma nação, e prover ao bem geral della quanto em mim couber.*
- Art. 127. A pessoa do rei é inviolavel e não está sujeita á responsabilidade alguma.
- O rei tem o tratamento de *Majestade Fidelissima*.

## CAPITULO II

### Da delegação do poder executivo no Brasil.

- Art. 128. Haverá no reino do Brasil uma delegação do poder executivo, encarregada a uma regencia, que residirá no lugar mais conveniente que a lei designar. Della poderão ficar independentes algumas provincias, e sujeitas immediatamente ao governo de Portugal.
- Art. 129. A regencia do Brasil se comporá de cinco membros, um dos quaes será o presidente, e de tres secretarios, nomeados uns e outros pelo rei, ouvido o conselho de Estado. Os principes e infantes (art. 133) não poderão ser membros da regencia.
- Art. 130. Um dos secretarios tratará dos negocios do reino e fazenda, outro dos de justiça e ecclesiasticos; outro dos de guerra e marinha. Cada um terá voto nos da sua repartição; o presidente o terá sómente em caso de empate. O expediente se fará em nome do rei. Cada secretario referendará os decretos, ordens e mais diplomas pertencentes á sua repartição.
- Art. 131. Assim os membros da regencia, como os secretarios serão responsaveis ao rei. Em caso de prevaricação de algum secretario a regencia o suspenderá e proverá interinamente o seu lugar, dando logo conta ao rei. Isto mesmo fará quando por outro modo vagar o lugar de secretario.
- Art. 132. A regencia não poderá:
  - I. Apresentar para os bispados; porém proporá ao rei uma lista de tres pessoas as mais idoneas e referendada pelo respectivo secretario.
  - II. Prover lugares do supremo tribunal de justiça e de presidentes das relações.
  - III. Prover o posto de brigadeiro e os superiores a elle, bem como quaesquer postos da armada.
  - IV. Nomear os embaixadores e mais agentes diplomaticos, e os consules.
  - V. Fazer tratados politicos ou commerciaes com os estrangeiros.
  - VI. Declarar a guerra offensiva e fazer a paz.
  - VII. Conceder titulos, mesmo em recompensa de serviços, ou outra alguma mercê, cuja applicação não esteja determinada por lei.
  - VIII. Conceder ou negar beneplacito aos decretos dos concilios, letras pontificias, e quaesquer outras constituições ecclesiasticas que contenhão disposições geraes.

## CAPITULO III

### Da familia real e sua dotação.

- Art. 133. O filho do rei, herdeiro presumptivo da coroa, terá o titulo de Principe Real; o filho primogenito deste terá o de Principe da Beira; os outros filhos do rei o do Principe Real terço o de Infantes.
- Estes titulos não podem estender-se a outras pessoas.

- Art. 134. Os principes e os infantes não podem commandar força armada.
- Os infantes não servirão nenhum emprego electivo de publica administração, excepto o de conselheiro de Estado. Quanto aos empregos providos pelo rei podem servi-los, salvo os de secretario de Estado, embaixador e presidente ou ministro dos tribunaes de justiça.
- Art. 135. O herdeiro presumptivo da coroa será conhecido como tal nas primeiras cortes, que se reunirem depois do seu nascimento. Em completado 14 annos de idade prestará em cortes, nas mãos do presidente, juramento de—*manter a religião catholica apostolica romana; de observar a constituição politica da nação portugueza, e de ser obediente ás leis e ao rei.*
- Art. 136. As cortes no principio de cada reinado assignarão ao rei e á familia real uma dotação annua, correspondente ao decoro de sua alta dignidade. Esta dotação não poderá alterar-se enquanto durar aquelle reinado.
- Art. 137. As cortes assignarão alimentos, se forem necessarios, aos principes, infantes e infantas, desde os 7 annos de sua idade, e á rainha logo que viúvar.
- Art. 138. Quando as infantas houverem de casar lhes assignarão as cortes o seu dote, e com a entrega delle cessarão os alimentos. Os infantes que se casarem continuarão a receber seus alimentos enquanto residirem no reino; se forem residir fóra delle se lhes entregará por uma só vez a quantia que as cortes determinarem.
- Art. 139. A dotação, alimentos e dotes, de que tratão os tres artigos antecedentes, serão pagos pelo thesouro publico, e entregues a um mordomo nomeado pelo rei, com o qual se poderão tratar todas as acções activas e passivas concernentes aos interesses da casa real.
- Art. 140. As cortes designarão os palacios e terrenos que julgarem convenientes para a habitação e recreio do rei e da sua familia.

## CAPITULO IV.

### Da successão á coroa.

- Art. 141. A successão á coroa do reino unido seguirá a ordem regular de primogenitura e representação entre os legitimis descendentes do rei actual o Sr. D. João VI, preferindo sempre a linha anterior ás posteriores; na mesma linha o grão mais proximo ao mais remoto; no mesmo grão o sexo masculino ao feminino; no mesmo sexo a pessoa mais velha á mais moça.
- Portanto:
  - I. Sómente succedem os filhos nascidos de legitimo matrimonio.
  - II. Se o herdeiro presumptivo da coroa fallecer antes de haver nella succedido, seu filho prefero por direito de representação ao tio com quem concorrer.
  - III. Uma vez radicada a successão em uma linha, enquanto esta durar não entra a immediata.
- Art. 142. Extinctas as linhas dos descendentes do Sr. D. João VI será chamada aquella das linhas descendentes da casa de Bragança, que dever preferir segundo a regra estabelecida no art. 141. Extinctas todas estas linhas as cortes chamarão ao throno a pessoa que entenderem convir melhor ao bem da nação, e desde então continuará a regular-se a successão pela ordem estabelecida no mesmo art. 141.
- Art. 143. Nenhum estrangeiro poderá succeder na coroa do reino unido.
- Art. 144. Se o herdeiro da coroa portugueza succeder em coroa estrangeira, ou se o herdeiro desta succeder naquella, não poderá accumular uma com outra, mas preferirá qual quizer; e optando a estrangeira se entenderá que renuncia a portugueza.
- Esta disposição se entende tambem com o rei que succeder em coroa estrangeira.
- Art. 145. Se a successão da coroa cair em fêmea, não poderá esta casar senão com portuguez, precedendo approvação das côrtes. O marido não terá parte no go-

verno, e somente se chamará rei depois que tiver da rainha filho ou filha.

• Art. 146. Se o successor da coroa tiver incapacidade por doença e por culpa para governar, as cortes o declararão incapaz.

#### CAPITULO V

*Da menoridade do successor da coroa e do impedimento do rei.*

• Art. 147. O successor da coroa é menor, e não pode reinar antes de ter 18 annos completos.

• Art. 148. Se durante a menoridade vagar a coroa, as cortes, estando reunidas, elegerão logo uma regencia, composta de tres ou cinco cidadãos naturaes deste reino, dos quaes será presidente aquelle que as mesmas cortes designarem.

• Não estando reunidas, se convocarão logo extraordinariamente para eleger a dita regencia.

• Art. 149. Enquanto esta regencia se não eleger governará o reino uma regencia provisional, composta de cinco pessoas, que serão a rainha mãe, dous membros da deputação permanente e dous conselheiros de Estado, chamados assim uns como outros pela prioridade da sua nomeação.

• Não havendo rainha mãe entrará em lugar della o irmão mais velho do rei defuncto, e na sua falta o terceiro conselheiro de Estado.

• Esta regencia será presidida pela rainha; em falta della pelo irmão do rei; e não o havendo, pelo mais antigo membro da deputação permanente. No caso de fallecer a rainha reinante seu marido será presidente da regencia.

• Art. 150. A disposição dos dous artigos antecedentes não estenderá ao caso em que o rei por alguma causa physica ou moral se impossibilite para governar, devendo logo a deputação permanente colligir as necessárias informações sobre essa impossibilidade, e declarar provisoriamente que ella existe.

• Se este impedimento do rei durar mais de dous annos, e o successor immediato for de maior idade, as cortes o poderão nomear regente em lugar da regencia.

• Art. 151. Assim a regencia permanente e a provisional, como o regente, se o houver, prestarão o juramento declarado no art. 136, acrescentando-se-lhe a clausula de fidelidade ao rei. Ao juramento da regencia permanente se deve acrescentar — que entregará o governo logo que o successor da coroa chegar á maioridade ou cessa o impedimento do rei. Esta ultima clausula — de entregar o governo, cessando o impedimento do rei — se acrescentará tambem ao juramento do regente, bem como ao da regencia provisional se acrescentará a — de entregar o governo á regencia permanente.

• Art. 152. A regencia permanente exercerá a autoridade real, conforme o regimento dado pelas cortes, desvelando-se mais especialmente na boa educação do príncipe menor.

• Art. 153. A regencia provisional sómente despachará os negocios que não admittirem dilação, e não poderá nomear nem remover empregados publicos senão interinamente.

• Art. 154. Os actos de uma e outra regencia se expedirão em nome do rei.

• Art. 155. Durante a menoridade do successor da coroa será seu tutor quem o pai lhe tiver nomeado em testamento; na falta deste a rainha mãe enquanto não tornar a casar; fallando esta, as cortes o nomearão. No primeiro e terceiro caso deverá o tutor ser natural do reino. Nunca poderá ser tutor do rei menor o seu immediato successor.

• Art. 156. O successor da coroa durante a sua menoridade não pôde contrahir matrimonio sem o consentimento das cortes.

#### CAPITULO VI

*Dos secretarios de Estado.*

• Art. 157. Haverá seis secretarios de Estado, a saber:

a dos negocios do reino, da justiça, da fazenda, da guerra, da marinha e estrangeiros.

• As cortes designarão por um regulamento os negocios pertencentes a cada uma das secretarias, e poderão fazer nellas as variações que o tempo exigir.

• Art. 158. Os estrangeiros, posto que naturalizados, não poderão ser secretarios de Estado.

• Art. 159. Os secretarios de Estado serão responsaveis ás cortes:

- I. Pela falta de observancia das leis,
- II. Pelo abuso do poder que lhes foi confiado,
- III. Pelo que obrarem contra a liberdade, segurança ou propriedade dos cidadãos,
- IV. Por qualquer dissipação ou máo uso dos bens publicos.

• Esta responsabilidade, do que os não escusará nenhuma ordem do rei verbal ou escripta, será regulada por uma lei particular.

• Art. 160. Para se fazer efectiva a responsabilidade dos secretarios de Estado precederá decreto das cortes, declarando que tem lugar a formação de culpa. Com isto o secretario ficará logo suspenso, e os documentos relativos á culpa se remettersão ao tribunal competente, art. 191.

• Art. 161. Todos os decretos ou outras determinações do rei, regente ou regencia, de qualquer natureza que sejam, serão assignadas pelo respectivo secretario de Estado, e sem isso não se lhes dará cumprimento.

#### CAPITULO VII

*Do conselho de Estado.*

• Art. 162. Haverá um conselho de Estado, composto de 13 cidadãos escolhidos d'entre as pessoas mais distinctas por seus conhecimentos e virtudes, a saber: seis das provincias da Europa, seis das do ultramar, e o decimo terceiro da Europa ou do ultramar, como decidir a sorte.

• Se algumas provincias do reino unido vierem a perder o direito de serem representadas em cortes, proverão estas sobre o modo por que neste caso se deva formar o conselho de Estado, podendo diminuir o numero de seus membros, contanto que não fiquem menos de oito.

• Art. 163. Não podem ser conselheiros de Estado:

- I. Os que não tiverem 35 annos de idade,
- II. Os estrangeiros, posto que naturalizados,
- III. Os deputados de cortes enquanto o forem; e se obtiverem escusa não poderão ser propostos durante aquella legislatura.

• Art. 164. A eleição dos conselheiros de Estado se fará pela forma seguinte: as cortes elegerão á pluralidade absoluta de votos 13 cidadãos europeus para formarem uma lista de seis ternos, em cada um dos quaes occupem o primeiro lugar os seis que tiverem maior numero de votos; o segundo os seis que se lhes seguirem; e os seis restantes o terceiro.

• Por este mesmo modo se formará outra lista de 13 cidadãos ultramarinos. Então se decidirá pela sorte se o decimo terceiro conselheiro ha de ser europeu ou ultramarino, e se formará um novo terno de cidadãos europeus ou ultramarinos, que se juntará á lista respectiva. Estas duas listas serão propostas ao rei para escolher de cada terno um conselheiro.

• Art. 165. Os conselheiros de Estado servirão á annos, findos os quaes se proporão ao rei novas listas, podendo entrar nellas os que acabarem de servir.

• Art. 166. Antes de tomarem posse darão nas mãos do rei juramento de — manter a religião catholica apostolica romana; observar a constituição e as leis; ser fieis ao rei, e aconselha-lo segundo suas consciencias, attendendo sómente ao bem da nação.

• Art. 167. O rei ouvirá o conselho de Estado nos negocios graves, e particularmente sobre dar ou negar a sanção das leis, declarar a guerra ou a paz, e fazer tratados.

• Art. 168. Pertence ao conselho propor ao rei pes-

soas para os lugares da magistratura e para os bisposdos (art. 123, n. III e V).

• Art. 169. São responsáveis os conselheiros de Estado pelas propostas que fizerem contra as leis, e pelos conselhos oppositos a ellas ou manifestamente doctos.

• Art. 170. Os conselheiros de Estado somente serão removidos por sentença do tribunal competente.

• Vagando algum lugar no conselho de Estado, os côrtes, logo que se reunirem, proporão ao rei um terno, conforme o art. 164.

### CAPITULO VIII

#### Da força militar.

• Art. 171. Haverá uma força militar permanente, nacional, e composta do numero de tropas e vasos que as côrtes determinarem.

• O seu destino é manter a segurança interna e externa do reino, com sujeição ao governo, a quem somente compete emprega-la como lhe parecer conveniente.

• Art. 172. Toda a força militar é essencialmente obediente, e nunca deve reunir-se para deliberar ou tomar resoluções.

• Art. 173. Além da referida força haverá em cada provincia corpos de milicias. Estes corpos não devem servir continuamente, mas só quando for necessario; nem podem no reino de Portugal e Algarve ser empregados em tempo de paz fóra das respectivas provincias sem permissão das côrtes.

• A formação destes corpos será regulada por uma ordenança particular.

• Art. 174. Crear-se-hão guardas nacionaes compostas de todos os cidadãos que a lei não exceptuar; serão sujeitas exclusivamente a autoridades civis; seus officiaes serão electivos e temporarios; não poderão ser empregadas sem permissão das côrtes fóra dos seus districtos. Em tudo o mais uma lei especial regulará a sua formação e serviço.

• Art. 175. Os officiaes do exercito e armada somente poderão ser privados das suas patentes por sentença proferida em juizo competente.

### TITULO V

#### DO PODER JUDICIAL

### CAPITULO I

#### Das juizes e tribunales de justiça.

• Art. 176. O poder judicial pertence exclusivamente aos juizes. Nem as côrtes, nem o rei o poderão exercitar em caso algum.

• Não podem, portanto, avocar causas pendentes, mandar abrir as findas, nem dispensar nas fórmulas do processo prescriptas pela lei.

• Art. 177. Haverá juizes de facto, assim nas causas crimes, como nas civis, nos casos e pela modo que os codigos determinarem.

• Os delictos de abuso da liberdade de imprensa pertencerão dezoito já ao conhecimento destes juizes.

• Art. 178. Os juizes de facto serão eleitos directamente pelos povos, formando-se em cada districto lista de um determinado numero de pessoas que terão as qualidades legais.

• Art. 179. Haverá em cada um dos districtos, que designar a lei da divisão do territorio, um juiz letrado de primeira instancia, o qual julgará do direito nas causas em que houver juizes de facto, e do facto e direito naquellas em que os não houver.

• Em Lisboa e n'outras cidades populosas haverá quantos juizes letrados de primeira instancia forem necessários.

• Art. 180. Os referidos districtos serão subdivididos em outros; e em todos elles haverá juizes electivos, que serão eleitos pelos cidadãos directamente, no mesmo

tempo e fórma por que se elegem os vereadores das camaras.

• Art. 181. As attribuições dos juizes electivos são:

• I. Julgar sem recurso as causas civis de pequena importancia designadas na lei, e as criminaes em que se tratar de delictos leves, que também serão declarados pela lei.

• Em todas estas causas procederão verbalmente, ouvindo as partes e mandando reduzir o resultado a auto publico.

• II. Exercitar os juizes de conciliação de que trata o art. 195.

• III. Cuidar da segurança dos moradores do districto e da conservação da ordem publica, conforme o regimento que se lhes der.

• Art. 182. Para poder occupar o cargo de juiz letrado, além dos outros requisitos determinados pela lei, se requer:

• I. Ser cidadão portuguez.

• II. Ter 25 annos completos.

• III. Ser formado em direito.

• Art. 183. Todos os juizes letrados serão perpetuos logo que tenham sido publicados os codigos e estabelecidos os juizes de facto.

• Art. 184. Ninguém será privado deste cargo senão por sentença proferida em razão do delicto, ou por ser aposentado com causa provada e conformar a lei.

• Art. 185. Os juizes letrados de primeira instancia serão cada tres annos transferidos promiscuamente de uns a outros lugares, como a lei determinar.

• Art. 186. A promoção da magistratura seguirá a regra da antiguidade no serviço, com as restricções e pela maneira que a lei determinar.

• Art. 187. Os juizes letrados de primeira instancia conhecerão nos seus districtos:

• I. Das causas contenciosas, que não forem exceptuadas.

• II. Dos negocios de jurisdicção voluntaria de que até agora conhecia quaesquer autoridades, nos casos e pela fórma que as leis determinarem.

• Art. 188. Os juizes letrados de primeira instancia decidirão sem recurso as causas civis até a quantia que a lei determinar. Nas que excederem essa quantia se recorrerá das suas sentenças e mais decisões para a relação competente, que decidirá em ultima instancia. Nas causas crimes também se admitirá recurso dos mesmos juizes, nos casos e pela fórma que a lei determinar.

• Art. 189. Das decisões dos juizes de facto se poderá recorrer á competente relação só para o effeito de se tomar novo conhecimento e decisão no mesmo ou em diverso conselho de juizes de facto, nos casos e pela fórma que a lei expressamente declarar.

• Nos delictos de abuso da liberdade da imprensa pertencerá o recurso ao tribunal especial, (art. 8) para o mesmo effeito.

• Art. 190. Para julgar as causas em segunda e ultima instancia haverá no reino unido as relações que forem necessárias para commodidade dos povos e boa administração da justiça.

• Art. 191. Haverá em Lisboa um supremo tribunal de justiça, composto de juizes letrados, nomeados pelo rei em conformidade do art. 123.

• As suas attribuições são as seguintes:

• I. Conhecer dos erros de officio, de que forem arguidos os seus ministros, os das relações, os secretarios e conselheiros de Estado, os ministros diplomaticos e os regentes do reino. Quanto a estas quatro derradeiras classes as côrtes previamente declararão se tem lugar a formação de culpa, procedendo-se na conformidade do art. 160.

• II. Conhecer das duvidas sobre competência da jurisdicção, que recrescerem entre Portugal e Algarve.

• III. Propôr ao rei, com o seu parecer, as duvidas que tiver, ou lhe forem representadas por quaesquer autoridades, sobre a intelligencia de alguma lei para se seguir a conveniente declaração das côrtes.

• IV. Conceder ou negar a revista.



• O supremo tribunal de justiça não julgará a revista, mas sim a relação competente; porém tendo esta declarado a nulidade ou injustiça da sentença de que se concedeu revista, ella fará effectiva a responsabilidade dos juizes nos casos em que pela lei ella deva ter lugar.

• Art. 192. A concessão da revista só tem lugar nas sentenças proferidas nas relações quando continham nulidade ou injustiça notoria; nas causas civis quando o seu valor exceder a quantia determinada pela lei; nas criminaes nos casos de maior gravidade, que a lei também designar.

• Só das sentenças dos juizes de direito se pode pedir revista, e nunca das decisões dos juizes de facto.

• Qualquer dos litigantes, e mesmo o promotor da justiça, podem pedir a revista dentro do tempo que a lei designar.

• Art. 193. No Brasil haverá também um supremo tribunal de justiça no lugar onde residir a regencia daquelle reino, e terá as mesmas attribuições que o de Portugal enquanto forem applicaveis.

• Quanto ao territorio portuguez de Africa e Asia, os conflictos de jurisdicção que se moverem nas relações; a concessão das revistas e a responsabilidade dos juizes neste caso, e as funções do tribunal protector da liberdade da imprensa (art. 8), serão tratados no mesmo territorio, no juizo e pelo modo que a lei designar.

• Art. 194. Nas causas civis e nas penas civilmente intentadas é permitido ás partes nomear juizes arbitros para as decidirem.

• Art. 195. Haverá juizes de conciliação nas causas e pelo modo que a lei determinar, exercitados pelos juizes electivos (art. 184).

## CAPITULO II

### Da administração da justiça.

• Art. 196. Todos os magistrados e officiaes de justiça serão responsaveis pelos abusos de poder, e pelos erros que commetterem no exercicio de seus empregos.

• Qualquer cidadão, ainda que não seja nisto particularmente interessado, poderá accusa-los por suborno, peita ou conluio; se for interessado poderá accusa-los por qualquer prevaricação a que na lei esteja imposta alguma pena, contanto que esta prevaricação não consista em infringir lei relativa á ordem do processo.

• Art. 197. O rei, apresentando-se-lhe queixa contra algum magistrado, poderá suspendê-lo, precedendo audiencia delle, informação necessaria e consulta do conselho de Estado. A informação será logo remettida ao juizo competente para se formar o processo e dar a definitiva decisão.

• Art. 198. A relação a que subirem alguns autos em que se começa haver o juiz inferior commettido infracção das leis sobre a ordem do processo, o condemnará em custas, ou em outras penas pecuniarias, até a quantia que a lei determinar, ou mandará reprehendê-lo dentro ou fóra da relação. Quanto aos delictos e erros mais graves, de que trata o art. 196, lhe mandará formar culpa.

• Art. 199. Nos delictos que não pertencerem ao officio de juiz sómente resultará suspensão quando elle fór pronunciado por crime que mereça pena capital ou a immediata, ou quando estiver preso, ainda debaixo de fiança.

• Art. 200. A todos os magistrados e officiaes de justiça se assignarão ordenados sufficientes.

• Art. 201. A inquirição das testemunhas e todos os mais actos do processo civil serão publicos; os do processo criminal o serão depois da pronuncia.

• Art. 202. Os cidadãos arguidos de crime a que pela lei esteja imposta pena, que não exceda a prisão por seis mezes ou a desterro para fóra da provincia, onde tiverem domicilio, não serão presos, e se livrarão soltos.

• Art. 203. Sendo arguidos de crime que mereça maior pena que a do artigo antecedente, não poderá verificar-se a prisão sem proceder culpa formada, isto é, informação summaria sobre a existencia do delicto e sobre a verificação do delinquente.

• Deverá também proceder mandado assignado pela autoridade legitima e revestido das formas legais, que será mostrado ao réo no acto da prisão. Se o réo desobedecer a este mandado ou resistir será por isso castigado conforme a lei.

• Art. 204. Sómente poderão ser presos sem proceder culpa formada:

• 1. Os que forem achados em flagrante delicto; neste caso qualquer pessoa poderá prendê-los, e serão conduzidos immediatamente á presença do juiz.

• 2. Os indiciados: 1º de furto com arrombamento ou de violencia feita á pessoa; 2º de furto domestico; 3º de assassinio; 4º de crimes relativos á segurança do Estado, nos casos declarados nos arts. 124, n. IV, e 214.

• Art. 205. O que fica disposto sobre a prisão antes de culpa formada não exclue as excepções que as ordenanças militares estabelecerem como necessarias á disciplina e recrutamento do exercito.

• Isto mesmo se estende aos casos que não são puramente criminaes, e em que a lei determinar todavia a prisão de alguma pessoa por desobedecer aos mandados da justiça, ou não cumprir alguma obrigação dentro de determinado prazo.

• Art. 206. Em todos os casos o juiz dentro de vinte e quatro horas, contadas da entrada na prisão, mandará entregar ao réo uma nota por elle assignada, em que declare o motivo da prisão, e os nomes do accusador e das testemunhas, havendo-as.

• Art. 207. Se o réo, antes de ser conduzido á cadeia ou depois de estar nella, der fiança perante o juiz da culpa, será logo solto, não sendo crimes daquelles em que a lei prohiba a fiança.

• Art. 208. As cadeias serão seguras, limpas e bem arejadas, de sorte que sirvão para segurança, e não para tormento dos presos.

• Nellas haverá diversas casas, em que os presos estejam separados, conforme as suas qualidades e a natureza de seus crimes: devendo haver especial contemplação com os que estiverem em simples custodia, e ainda não sentenciados. Fica com tudo permitido ao juiz, quando assim for necessario para a indagação da verdade, ter o preso incommunicavel em lugar comodo e idoneo, pelo tempo que a lei determinar.

• Art. 209. As cadeias serão impreterivelmente visitadas nos tempos determinados pelas leis. Nenhum preso deixará de ser apresentado nestas visitas.

• Art. 210. O juiz e o carcereiro, que infringirem as disposições do presente capitulo relativas á prisão dos delinquentes, serão castigados com as penas que as leis declararem.

• Art. 211. Nos casos de rebelião declarada ou invasão de inimigos, se a segurança do estado exigir que se dispensem por determinado tempo algumas das sobre-ditas formalidades, relativas á prisão dos delinquentes, só poderá isso fazer-se por especial decreto das côrtes.

• Neste caso, findo que seja o referido tempo, o governo remetterá ás côrtes uma relação das prisões a que tiver mandado proceder, expondo os motivos que as justificão; e assim os secretarios de estado como quaisquer outras autoridades serão responsaveis pelo abuso, que houverem feito do poder, além do que exigisse a segurança publica.

## TITULO VI

### DO GOVERNO ADMINISTRATIVO E ECONOMICO

## CAPITULO I

### Das administrações geruaes, e da junta de administração.

• Art. 212. Haverá em cada districto um administrador geral, nomeado pelo rei, ouvido o conselho de estado. A lei designará os districtos e a duração das suas funções.

• Art. 213. O administrador geral será auxiliado no exercicio de suas funções por uma junta administrativa. Esta junta será composta de tantos membros, quantas forem as camaras do districto; porém ás cidades popu-

loas, que tiverem uma só camara, corresponderão tantos membros quantos a lei designar.

« A eleição d'elles se fará todos os annos no tempo e pelo modo porque se elegem os officiaes das camaras.

« Art. 214. A junta se reunirá todos os annos em os mezes de Março e Setembro no lugar mais capaz e central do districto. Em casos extraordinarios poderá o governo mandar que se reúna mais vezes. Cada uma das reuniões durará ao quinze dias, os quaes poderão ser prorogados pela junta até outro tanto tempo, se assim o exigir a affluencia dos negocios.

« Art. 215. A junta tem voto decisivo nas materias da sua competencia. A execução destas decisões, bem como a das ordens do governo, pertence exclusivamente ao administrador geral. Nos casos urgentes, que exijam prompta resolução, poderá o administrador decidir e executar, dando depois conta á junta.

« Art. 216. São da competencia do administrador geral e da junta todos os objectos de publica administração. D'elles conhecerão por via de recurso, inspecção propria, consulta, ou informação, como as leis determinarem. Por via de recurso, conhecerão de todos os objectos que são da competencia das camaras; por inspecção propria, da execução de todas as leis administrativas; por consulta ao governo, ou informação ás direcções geraes, de todos os outros negocios de administrações.

« Por direcções geraes se entendem as que forem creadas pelas leis para tratarem de objectos privativos de administração; e bem assim quesequer direcções administrativas, de interesse geral, ordenadas pelo governo, ainda que o seu objecto ou plano seja limitado a um só districto.

« Tambem pertence ao administrador geral e á junta, distribuir pelos conselhos do districto a contribuição directa (art. 228), e os contingentes dos recrutas.

« Art. 217. A lei designará explicitamente as attribuições dos administradores geraes a junta de administração; as formulas dos seus actos; obrigações e ordenados de seus officiaes; e tudo o que convier ao melhor desempenho desta instituição.

## CAPITULO II

### Das camaras.

« Art. 218. O governo economico e municipal dos conselhos residirá nas camaras, que o exercerão na conformidade das leis.

« Art. 219. Haverá camara em todos os povos, onde assim convier ao bem publico. Os seus districtos serão estabelecidos pela lei, que marcar a divisão do territorio.

« Art. 220. As camaras serão compostas do numero de vereadores que a lei designar, de um procurador, e de um escrivão. Os vereadores e procurador serão eleitos annualmente pela forma directa, á pluralidade relativa de votos dados em scrutinio secreto e assembléa publica.

« Podem votar nesta eleição os moradores do conselho que tem voto na dos deputados de côrtes, excepto, 1º os militares da primeira linha, não comprehendidos os que tiverem naturalidade no conselho, nem os reformados; 2º os da segunda linha quando estiverem reunidos fóra dos respectivos conselhos. Não são porém excluidos de votar os filhos familias de que trata o art. 33 nº II, sendo maiores de vinte e cinco annos; nem os cidadãos, que não souberem ler, e escrever, nos termos do mesmo art. nº VI.

« Será presidente da camara o vereador que obtiver mais votos, devendo em caso de empate decidir a sorte.

« Os vereadores e procurador terão substitutos, eleitos no mesmo acto e pela mesma forma.

« Art. 221. O escrivão será nomeado pela camara: terá ordenado sufficiente, e servirá em quanto não se lhe provar erro de officio ou incapacidade assim moral como physica.

« Art. 222. Para os cargos de vereador o procurador sómente poderão ser escolhidos os cidadãos, que estiverem ao exercicio de seus direitos; sendo maiores de vinte e cinco annos; tendo residido dous annos pelos

meus no districto do conselho; não lhes faltando meios de honesta subsistencia; e estando desoccupados de emprego incompativel com os ditos cargos.

« Os que servirem um anno não serão reeleitos no seguinte:

« Art. 223. As camaras pertencem as attribuições seguintes:

« I. Fazer posturas ou leis municipais;

« II. Promover a agricultura, o commercio, a industria, a saúde publica, e geralmente todas as commodidades do conselho;

« III. Estabelecer feiras e mercados nos lugares mais convenientes, com approvação da junta de administração do districto;

« IV. Cuidar das escolas de primeiras letras, e de outros estabelecimentos de educação que forem pagos pelos rendimentos publicos, e bem assim dos hospitaes, casas de expostos, e outros estabelecimentos de beneficencia, com as excepções e pela forma que as leis determinarem;

« V. Tratar das obras particulares dos conselhos e do reparo das publicas; e promover a plantação de arvores nos baldios, e nas terras dos conselhos;

« VI. Repartir a contribuição directa pelos moradores do conselho (art. 228), e fiscalisar a cobrança e remessa dos rendimentos nacionaes;

« VII. Cobrar e despendar os rendimentos dos conselhos, e bem assim as lidas, que na falta d'elles poderão impor aos moradores na forma que as leis determinarem.

« No exercicio destas attribuições haverá recurso para a autoridade competente (art. 216).

## CAPITULO III

### Da fazenda nacional.

« Art. 224. Cumpre ás côrtes estabelecer, ou confirmar annualmente as contribuições directas, á vista dos orçamentos e soldos que lhes apresentar o secretario dos negocios da fazenda (art. 227). Faltando o dito estabelecimento ou confirmação, cessa a obrigação de se pagar.

« Art. 225. Nenhuma pessoa ou obrigação poderá ser exenta das contribuições directas.

« Art. 226. As contribuições serão proporcionadas ás despesas publicas.

« Art. 227. O secretario dos negocios da fazenda, havendo recebido dos outros secretarios os orçamentos relativos ás despesas de suas repartições, apresentará todos os annos ás côrtes, logo que estiverem reunidas, um orçamento geral de todas as despesas publicas do anno futuro; outro da importancia de todas as contribuições e rendas publicas; e a conta da receita e despesa do thezouro publico do anno antecedente.

« Art. 228. As côrtes repartirão a contribuição directa pelos districtos das juntas de administração, conforme os rendimentos de cada um. O administrador em junta repartirá pelos conselhos do seu districto a quota que lhe houver tocado; e a camara repartirá a que couber ao conselho por todos os moradores, na proporção dos rendimentos que elles e as pemoas, que residirem fóra, alli tiverem.

« Art. 229. Em cada districto, que a lei designar, haverá um *conductor de fazenda*, nomeado pelo rei sobre proposta do conselho de estado, que terá a seu cargo promover e fiscalisar a arrecadação de todas as rendas publicas, e será directamente responsavel por ellas ao thezouro publico.

« Art. 230. As camaras deverão remetter annualmente ao contador certidões dos lançamentos de todos os impostos directos; participar-lhe a escolha que fizerão de exactores e thesoureiros; e dar-lhes quaesquer explicações que elle pedir, ou seja para conhecer a importância das rendas publicas do conselho, ou para saber o estado da sua arrecadação. Esta mesma obrigação se estende a todos os que administrarem alfandegas ou outras casas de arrecadações fiscaes.

« Art. 231. Todos os rendimentos nacionaes entrarão ao thezouro publico, excepto os que por lei ou pela au-



aguihões da consciência, sem sujeitar-se á maldição da posteridade, subcrever, e muito menos jurar uma tal constituição, feita como de propósito para exaltar e engrandecer Portugal á custa do Brasil; recusá-lo, portanto, fazê-lo. O ódio e a indignação, já bem desenvolvida contra os deputados daquelle reino, cresceu a ponto, que seria a maior das imprudências, e mesmo uma criminoso temeridade, deixarem-se permanecer em Lisboa, aonde, sendo já inútil a sua assistência, era inevitável pelo menos o soffrimento de insultos da população, que se crê apoiada pelo governo e pelas côrtes, as quaes nas expressões de alguns de seus deputados de maior consideração tem dado não equívocas provas de resentimento e futuras deliberações, contrarias á inviolabilidade dos abaixo assignados, e mesmo á liberdade civil de que goza qualquer cidadão em um Estado livre.

« O governo negou passaportes a um, e a commissão dos poderes julgou inadmissível a preleção de outro que estava pelo regresso á sua patria, porque tres mezes de enfermidade chronica o tornavam impossibilitado para o exercicio do seu emprego, dando aquella pelo maior dos motivos e não haver este assignado a constituição, e ameaçando que devesse sujeitar-se á sorte que esperavam os que se achavam em iguaes circumstancias.

« Os abaixo assignados julgá-lo por outra parte que a commissão de que estavam encarregados estava terminada; elles podião e devião dar conta della aos seus constituintes, retirando-se para onde lhes foi possível. Pela exposição circumstanciada que farão á sua patria dos differentes acontecimentos, durante o tempo da sua missão, o universo inteiro em sua imparcialidade julgará do merecimento da sua conduta; e os seus concedidos, inteirados daquelles successos, prevendo sem difficuldade a sorte que os espera, saberão que seus representantes nada mais podião fazer em seu beneficio que offerecer-lhes o quadro fiel do passado e um esboço provavel do futuro.

« Em Falmouth, 22 de Outubro de 1822.—Os deputados: Cypriano José Barata de Almeida.—Francisco Agostinho Gomes. José Lino Coutinho.—Antonio Manoel da Silva Bueno.—Diogo Antonio Peijó. »

#### PROTESTO DOS DEPUTADOS DE S. PAULO, EXT. DO « CORREIO BRASILIENSE »

Neste documento, que transcrevo, e em alguns outros vê-se que Antonio Carlos de Andrada Machado e José da Costa Aguiar, dão como motivos da sua retirada de Lisboa, quererem as côrtes escrivar o Brasil :

« Quando o Brasil repetiu o grito da liberdade, que em Portugal se erguera, já mais cuidou que palavras meigas e convites assuadores de fraternidade e igualdade cobrissem as mais sinistras e dolosas intenções; julgando a Portugal por si adherir de coração á nova ordem apregoadá com tanta emphase, e na escolha de seus deputados deu o maior testemunho da sua boa-fé e afflicto aos principios liberais.

« O primeiro dos abaixo assignados não deve seguramente a confiança de sua provincia senão ao decidido e incontestável amor do seu paiz, pelo qual tantos trabalhos acabou de soffrer, lançado por espaço de 4 annos em lubregas prisões e por mais de dous e meio conservado no mais estricto segredo, privado de luz, de ar e de toda a communicação humana.

« Da escolha do segundo dos abaixo assignados foi igualmente o unico título o conhecido teor das suas opiniões politicas. Com que altas esperanças chegarão os abaixo assignados as côrtes de Lisboa é facil de conhecer, attendendo-se nas maldicasas expressões das ditas côrtes, tantas vezes repetidas e tantas vezes vergonhosamente desmentidas pelas suas obras.

« Mas bem depressa esfriou-se o ardor da expectação. Assim em Fevereiro do presente anno (1822) tomou assento o primeiro dos abaixo assignados, e viu com dôr a extensão da sua illusão, e bem, não grado seu, convenceu-se que os côrtes tinham na bocca amor e humanidade para com o Brasil, e no coração projectos de sizaão, divisão e enfraquecimento, humilhação e tyrannia.

« Considera-se em Portugal ao poder executivo a suspensão temporaria dos magistrados que abuseram da confiança publica, sob a condição de os apresentar em juizo em prazo determinado, requereu-se a extinção da prerogativa ao Brasil, aonde pela distancia do centro da execução era mais facil o abuso que se pretendia remediar em Portugal; foi absolutamente negada a providencia, com o pretexto de não poderem delegar-se attribuições executivas, contra a convicção da razão e contra o testemunho dos factos, sem outro algum fim senão marcar a inferioridade do Brasil a respeito de Portugal; porque o orgulho portuguez se não contentava que a nossa humilhação se redu-

zisse sómente ás injunções: era mister para fôr-lo que fosse clara e distinctamente annunciada.

« Apparecerão logo depois as primeiras sentenças de incendio, que a imprudencia das côrtes atava no Brasil com os seus insensatos e impoliticos decretos da organização dos governos provinciales; retirada de S. A. Real, abolição dos tribunales, criação de novos Belgierboys em cada provincia, dephixo do nome de generaes das armas, e impraticavel unidade dos dous exercitos de Portugal e do Brasil, que antes existião separados.

« Extraviadas as cortez, recorrêrto então a tardonhas caricias, e encarregado o primeiro dos abaixo assignados de um relatório que curasse as suas faltas, não duvidou prestar-se a tão ingrata tarefa, esperando que o comportamento futuro lavasse as manchas do passado, e crendo que o amor da paz o levava a curar os olhos ainda a palpaveis offensas do seu paiz, quando o patentado arrependimento parecia segurar a mudança do plano até então seguido.

« Mas nada satisfaz o orgulho mallogrado, nada contenta a malicia agrihoada pelo interesse e rede de vingança. Releva que os bravos campeões da liberdade brasileira e os membros da junta de S. Paulo fossem sacrificados á sanha do congresso, em menoscabo dos direitos imprescriptiveis do Brasil, com invasão das attribuições judicicias; se não poupá-lo injurias, e se só demora irritou de tal maneira a facção, que se não poupá-lo injurias a todo o deputado que tentou ao menos espáçar a injusta resolução.

« A só asserção do primeiro dos abaixo assignados que o ministerio do Rio de Janeiro era igual em prohibida aos deputados do congresso, e o franco desatão que ministrassem provas ao contrario, o sujeitou á mais grosseira linguagem e horribes ameaças da parte da canalha assalariada pela facção jacobina do congresso, que com urros canibales o proscruvia. Lavará por fim ao cabo os seus fins; passou o odioso decreto da proscricção dos petriotas brasileiros, apzár da opposição de todos os deputados do Brasil, e foi crime aquelle reino amar a patria.

« Um general rebelde saltou no Rio de Janeiro ao respeito devido a S. A. Real; requereu o primeiro dos abaixo assignados que se lhe não recebessem as felicitações antes de receber-se um juizo competente da sua conduta; espáçá-lo-se as felicitações; mas afinal foi elogiado pela quebra da fé e ultrajante conduta para com o herdeiro do throno.

« Outro general, na Bahia, installa-se por seu arbitrio, sem outro titulo que uma informe nomeação, em general da provincia, e para segurar o mando usurpado mata, e rouba homens e mulheres aquella desgraçada cidade: exige o primeiro dos abaixo assignados a responsabilidade do ministro que o nomeou, e do general perpetrador de tantos crimes, e não é attendida a moção, com o falso pretexto de não haverem documentos comprobatorios dos delictos, quando existião sobre a mesa as suas mesmas confissões. Até onde chega o despejo do partido!

« E o mais pasmoso é que se expedem, apesar da uniforme opposição dos deputados do Brasil, frecos bausos de janisarios, que vão de novo espasmar os miseros bahianos, e são os abaixo assignados taxados no congresso nada menos que de desonradores de facciosos por tomarem a peito a defesa de seus ultrajados compatriotas.

« Na revisão da desigual constituição, sem embargos da impugnação dos deputados do Brasil, confirma-se a humilhante inhabilidade desse reino quanto á capital do Imperio portuguez, e até se desportuguez, erguendo-se em causa de abdicção á estado do rei e do herdeiro do throno naquella paiz.

« Apresenta-se um projecto de relações commerciaes entre os dous reinos, no qual, ajuntando o escarnio á fraude, alinha-se de igualdade a mais descarada desigualdade, e quer-se artificialmente soldar os já quebrados fôrms do systema colonial, erigir de novo Portugal em deposito privativo dos generos do Brasil, e fechar quasi aquelle reino á industria estranha, por prohibições directas ou por meio de restrições equivalentes a prohibições, sem se tomar em conta que um paiz inteiramente agricola, como o Brasil, tem interesses mais diversos dos de Portugal, que quer á força ser manufactureiro, e que não pôde ser politico, e menos justo, que uma parte do Imperio seja sacrificada ao bem da outra sem alguma compensação da sacrificada, e até sem duradoura utilidade daquella a quem se sacrificou.

« Um systema de illusão, só calculado para o horizonte da rude negricia, achou no primeiro dos abaixo assignados a mais aturada repulsa; passou, porém, pela decidida maioria dos deputados de Portugal uma conformidade de idéas interessadas e intimigas do augmento e prosperidade do Brasil.

« Chegou, enfim, o momento do ardimento das côrtes de Portugal: o herdeiro do throno, o generoso joven Principe, escolhido para defensor do Brasil, pelo amor dos povos, um re-fôrço dos direitos do seu nascimento, reconhecidos pela mesma constituição; o idolo, enfim, de todo aquelle vasto continente



pretendeu-se arrancar aos corações que o idolatrão, e às necessidades que dependiam da sua presença benfazeja, e da falta de obediência às leis communicas a pena da perda dos direitos que as instituições da monarchia lhe assegura. E donde tanta raiva? Só porque elle tem pena o Brasil estranhar da paiz.

« Os abaixo-assignados trabalharão quanto elles estiverem para arredar da nação portugueza a deshonra de tamanha attentado; mas desejos não sempre asseguram o bom exito: quiz o máo destino de Portugal, que vencessem os facciosos. Depois deste golpe final dado ao Brasil, que restava aos abaixo-assignados? Deixar um congresso, onde elles erão meras cifras, e onde erão espectadores dos males que não podião remediar.

« Já muito antes tinham os abaixo-assignados proposto a vacancia dos seus assentos, visto a dissidência da sua provincia e aberta resistencia ás pretensões desviadas das côrtes, e a seus decretos attentatorios á dignidade do Brasil; mas foi sem fructo a proposição. Outras erão as vistas das côrtes: os abaixo-assignados, guardados como reféns, erão apropriado intermédio para trabalhar-se a sensibilidade do Brasil, e pelo recibo da quasi certa immolação das suas pessoas, reter-se a justa indignação daquella paiz.

« Apesar da convicção dos abaixo-assignados de que a sua presença no congresso era desnecessaria, foi-lhes mister aturar a fastidiosa e inútil resistencia, até que se ultimou a denominada constituição da monarchia, e se marcasse o tempo em que devia ser assignado a jurada.

« Então, com a franqueza propria do seu caracter publico e individual, declararão os abaixo-assignados a firme resolução em que estavam de jamais assignarem e jurarem uma constituição contraria á sua dignidade, porque o não podião fazer sem offenderem sua consciencia e sem se deshonrar: má a seus proprios filhos, e persistirão em sua declaração, desprezando sophismas e subterfugios de seus oppressores.

« Chovião as ameaças anonymas, repetião-se avisos de alguns pouco bem intencionados que lhe pregavam cicutas, e avisavão do resolvido projecto de assassinar-las, adoptado pelas sociedades secretas(\*), a que pertence a mór parte dos deputados influentes do congresso; ainda assim tentou o primeiro dos abaixo-assignados reclamar o canhão da justiça e da razão ás encarniçadas côrtes, mostrando-lhes a necessidade de se lhe dar um passaporte para largar uma cidade em que corria o maior risco á sua segurança.

« Frustrado foi o seu trabalho, pois remetida a sua requisição a uma commissão, sem se declarar urgente, traduzia o projecto de a demorar até que cahisse victima da sanha da plebe assalariada pelo partido jacobinico. E de facto, se os abaixo-assignados não tivessem dado o saudavel passo de baldarem com a sua retirada os intentos dos canibais, terião perdido victimas da sua cega furia, como se deprehende da denuncia feita ao intendente geral da policia.

« Todavia, se os abaixo-assignados podessem encherger ainda o mal, pequeno bem que da sua morte viesse ao Brasil: se mesmo não deveriam obedecer á voz do chefe do seu governo, offerecer-se-lhe em voluntario sacrificio á brutalidade dos portuguezes. Mas nem a prudencia, nem o patriotismo lhes apontava esse verdadeiro suicidio.

« Seguros os abaixo-assignados com o testemunho de sua consciencia, apresentavão-se sem medo ao tribunal da geração presente, e não declinavão o severo escrutinio da posteridade, cuja imparcial decisão esperão favoravel. Falmouth, 20 de Outubro de 1822.—Antonio Carlos de Andrada Machado e Silva. —José Ricardo da Costa Aguiar e Andrada. »

#### PROTESTO CONTRA O «ASTRO LUSITANO»

O periódico *Astro Lusitano* commenta a retirada clandestina dos deputados, e Antonio Carlos defendendo-se, assim se exprime;

« Qualquer cidadão tem direito a lavar o seu caracter das imputações da malignidade deliberada, e mesmo das falsidades que lhe attribue o descuido e negligencia, ainda sem intenção de damnar. E' por isso que não posso deixar sem animação as mentirosas asserções que no «Astro da Lusitania» se encontram relativas a mim, e que sem duvida ali fzerão inserir os desorganizadores portuguezes em despeque da constante e honrosa luta que sustentei no congresso contra as suas pretensões.

« Affirma-se que em Lisboa se acha quem assistiu ás sessões em que no Rio de Janeiro eu decidia a independencia do Brasil; a ecuminação seria benfazeja para mim se fosse verdadeira: ella dá-me uma importancia que seria em mim presumção ridicula e estorvar-me. O facto, porém é que tudo isto é redonda falsidade; e tudo que appareça esta testemunha das avançadas

(\*) Vide o tomo IV da minha «Chorographia», pag. 602. onde trato do—Synedrio.

sessões: certo não apparecerá, pois não ha quem testemunhe chimeras.

« Quando me achei no Rio de Janeiro ainda ninguém pensava na independencia ou em legislatura separada; foi mister toda a coqueira, precipitação e desprajado atrevimento de planos de escravização para acordar do sono da boa-fé o amador-nado Brasil, e fazê-lo encetar a independencia como o unico antídoto contra a violencia portugueza.

« Não pretendo com isto incluir-me no numero dos que não sonhavam com este desejado futuro; não por certo; não tenho tão curta vista que me escapassem as vantagens de só pertencermos ao pacifico systema americano, e nos desprendermos das laços da revolta Europa; mas o respeito á opinião contraria do Brasil naquella época, a prudencia de não querer avançar um só passo que não fosse escorado em anterior experiencia, e sobretudo o natural alferro ao doce sentimento, filho do parentesco e commun origem do Brasil e Portugal, junto á preciosa que ainda me parecia ter de algum apoio a minha patria, para segurar-lhe os primeiros passos em a nova e escabrosa carreira de uma repentina emancipação, fzerão com que subistesse os meus desejos e os adiasse para mais opportuno tempo.

« Accusa-me mais o mencionado periodico de ter sido, no tempo que estive no Rio de Janeiro, intimo conselheiro de S. A. Real o Sr. D. Pedro de Alcantara. Se não detestasse a mentira e não receasse accumular a esta o baixo vicio de uma vaidade sem fundamento que o abone, confessaria, até por interesse, um crime, que, em vez de doer, me traria honra; mas o Rio inteiro me desmenteria.

« Infelizmente para mim naquella tempo o meu caracter nao chegaria á presença de S. A. Real sendo por entre a densa atmosphera de calumnias, de que o tinha rodeado meus inimigos, e longe de merecer-lhe confiança devia excitá-lhe suspeitas. E' verdade que S. A. Real parece que por fim chegou a melhor conhecer os meus verdadeiros sentimentos; mas para isto nada concorrerão repetidas apresentações minhas, pois apenas duas vezes tive a honra de fallar-lhe: uma quando me apresentei com os meus companheiros os deputados de S. Paulo, e outra na despedida para Lisboa.

« Mas quero dar como certo que eu fosse conselheiro de S. A. Real: onde está a contradicção com os primeiros principios que o «Astro» chama democraticos? Ignora algem que a liberdade civil e politica tanto pôde dar-se em formas republicanas, como nas monarchias representativas? Seria perder o fructo da experiencia se não abandonassemos o caminho que nos desviava do objecto desejado.

« Um brasileiro liberal podia crer em 1817 ser necessario adherir a republicanos, e hoje adoptar as instituições monarchicas. Em 1817 a casa reinante, enguada pelo odio portuguez, acabou com o Brasil: era, pois, obvio lançarmo-nos nas formas republicanas, que só então permittião emancipação.

« Hoje, graças á Providencia, S. A. Real conhece os seus verdadeiros interesses, e está convencido que a emancipação do Brasil é o passo preliminar da sua prosperidade e da gloria do seu reinado, e tem desta maneira ajuntado em roda de si os verdadeiros patriotas. E desta arte, obtendo-se na monarchia o mesmo que se buscava nas republicas federadas, não paama que nenhum republicano mude de partido. Quanto mais que jamais se provará que a minha cooperação em 1817 passou de passiva tolerancia e chegasse a activa participação. Londres, 9 de Novembro de 1822.—Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva. »

#### ALGUNS DEPUTADOS CHEGANDO A PERNAMBUCO DINHEIRO-SE AO PUBLICO

A gazeta extraordinaria *Pernambucana* de 3 de Janeiro de 1823, publica a correspondencia de alguns deputadados na qual narrão os seus soffrimentos ao povo Pernambucano o incitando á resistencia contra os oppressores:

« Retirando-nos de Lisboa, onde estavamos comprometidos pela causa da patria, chegámos a Falmouth, e ali recebemos todo o acolhimento que era de esperar de um povo nobre, generoso, amigo da liberdade e da justiça; naquella cidade fizemos um manifesto, que por copia lhe enviamos, e a 8 de Novembro nos fizemos a vela para este porto em um brigue inglez.

« O capitão fundeou em franquia na cidade de Funchal, ilha da Madeira, e foi á terra entregar certas cartas aos seus compatriotas. Sabendo-se na ilha da nossa chegada áquelle porto, foi tal o tumulto do povo, que o governador mandou cercar o nosso brigue por um escalar armado, e intentou arrancar-nos delle, não obstante ser

navio estrangeiro, de um porto inglez, não termos culpa formada, não pertencermos mais ao governo portuguez, e pela constituição daquelle mesmo povo não sermos responsáveis pelo nosso proceder nas cortes em que tínhamos sido deputados. Convocou-se um conselho, e nelle se decidiu que se devia retirar a guarda e deixar o nosso navio seguir o seu destino.

« Devemos confessar perante o mundo, em signal do nosso reconhecimento e gratidão, em abono da verdade e rectidão á magnanimidade do povo inglez, que o consuli daquela nação veio logo a bordo significar-nos a sua magua e desasosiego pelo inaudito attentado que se premeditava, assegurando-nos que por honra da sua nação e amor da justiça empregaria aquella resistencia que estivesse ao seu alcance, e qao se ainda assim o resultado fosse funesto a Inglaterra não soffreria o ultrage do seu pavilhão.

« Os Srs. inglezes habitantes daquelle cidade, e mesmo o consuli, virão a bordo dar-nos os parabens de estarmos salvos do perigo, e fazer-nos os mais sinceros e obsequiosos offerecimentos. Tanto devemos a esta nação generosa e magnanima!

« A Providencia, que vigia sobre a nossa sorte, nos conduziu sem o sabermos, por entre o bloqueio inimigo, a este porto amigo. Qual não foi a nossa satisfação quando encontramos um povo possuido dos mais elevados sentimentos de honra e de patriotismo, conservando no meio das palhas uma prudente moderação, que só sabe avaliar quem, como nós, o presenciamos.

« Bravos e valentes pernambucanos! nós vos declaramos o fim principal de tocar ás vossas praias; sabai: foi contar-vos com fidelidade o que em Portugal se machina contra vós, e igualmente sermos testemunhas do vosso estado politico. Portugal desde Outubro trabalha com o derradeiro esforço por introduzir no Brasil pelo menos 4.000 homens, e nós conjecturamos que por todo o mez de Janeiro deve abordar ás nossas praias.

« Este passo nos será incommodo, mas será mil vezes mais funesto áquelle desgraçado e caprichoso reino. Pernambuco e Alagoas, ou aubas as provincias juntamente, são o alvo desta expedição; o povo de Lisboa e os europeus para alli emigrados instão com furor para que se enviem tropas para estes pontos, a fim de serem defendidos suas propriedades e seus compatriotas; para interessar mais o governo elles pintão com negras cores, o até com atroz calumnia, os diabolos insultos que se fazem aos europeus aqui residentes; e para facilitar a empreza tem tomado o ridiculo partido de decrever-nos como um povo insubordinado; elles assegurão que a vossa tropa é pequena, sem ordem nem disciplina; que os soldados commandão os officiaes, que o vosso governo é um fantasma, que nada póde senão vos obedecendo, que só a vista da tropa e aos primeiros impulsos dos soldados europeus correis espavoridos ao centro das matas, porque não sois outra coisa mais que um povo amotinado e faccioso.

« Pernambucanos, eis-aqui sómente a noticia que feria os nossos corações. Todo o mundo sabe que soldados sem a cega obediencia são animaes furiosos que a si mesmo se devorão, e que um povo sem governo é a maior das desgraças. Hoje, porém, estamos certos do contrario: elegestes um governo da vossa confiança; a elle sómente entregastes o regulamento da vossa conducta; tendes officiaes competentes capazes de vos conduzir ao campo da gloria.

« É verdade que a suspeita e a paixão vos conduzem algumas vezes a medidas que a prudencia reprova; mas ajuda no meio destes excessos admiramos a vossa moderação, e estamos certos que vós mesmos nos momentos de calma conhecereis os funestos resultados de um proceder que só as nossas circumstancias de suspeita tolerão, mas que, repetido, tornar-se-ha sem duvida a origem de nossa desgraça.

« Na verdade Pernambuco é uma provincia da quem se póde esperar tudo; vemos embora nossos inimigos; soffreremos algum incommodo, mas elles serão infallivelmente rechaçados, e nossos prejuizos resarcidos sem que nos seja necessario demandar o Tejo; as provincias estão

colligadas: não ha poder capaz de escravizar-nos: o nosso magnanimo defensor protesta que os portuguezes poderão assenhorearem-se do Brasil, mas nunca dos brasileiros; mas se elle estivera em Pernambuco diria talvez: « Virão os portuguezes ao Brasil, mas primeiro seus corpos entulharão os nossos portos para ao depois invadirem nossas cidades.

« Permittão os céos que os nossos inimigos não consigão dividir-nos para enfraquecer-nos; nas convulsões politicas as desconfianças são necessarias; mas quando são temerarias e imprudentes tornão o povo volúvel e inconstante, acaba-se a força, reina a anarchia, perde-se a patria: os pernambucanos têm tido tempo para saber escolher; resta colher a fruta da sua mesma escolha pela cega obediencia ás autoridades por elles mesmos constituidas, e esperar sem impaciencia pela nossa sabia constituição brasileira, que não tardará a vir sanar os nossos males.

« Os europeus emigrados do Brasil para Portugal, tendo-se envolvido nos nossos negocios politicos comprometterão-se a si e aos seus compatriotas; advogando ainda a sua causa tornarão-se cada vez mais nossos inimigos; e para que tantas victimas innocentes não sejam sacrificadas no acto de alguma invasão, seria prudente que os Srs. europeus aqui residentes representassem ao governo de Portugal e ao Madeira que jámais tomassera medidas hostis contra esta provincia, porque em lugar de os proteger excitarião o odio dos patriotas contra elles, e os arriscarião aos funestos effeitos da guerra civil; talvez este só passo puzesse em socego Pernambuco e salvasse os ditos senhores dos males que elles bem conhecem quanto estão imminentes se houver alguma invasão neste paiz.

« Nós estamos persuadidos da innocencia de muitos que aqui residem; porém criticas e apertadas circumstancias produzem quasi sempre extraordinarios successos, e se elles consuliarem seus proprios interesses serão apressados em abraçar esta medida.

« Eis os nossos sentimentos a respeito de uma provincia a quem tanto amamos, respeitamos e somos gratos pelo bom acolhimento que lhe temos merecido. Recife, 24 de Dezembro de 1822.—Cypriano José Barata de Almeida.—Antonio Manoel da Silva Bueno.—Francisco Agostinho Gomes.—Diego Antonio Feijó.—José Lino Continho.

OS DEPUTADOS BAHIANOS, CYPRIANO JOSÉ BARATA DE ALMEIDA E MARCOS ANTONIO DE SOUZA, DIRIGEM MANIFESTOS A' BAHIA.

Cypriano José Barata de Almeida, em um manifesto á Bahia de Todos os Santos, impresso alli e reimpresso no Rio de Janeiro no anno de 1826 na *Imprensa Nacional*, protesta valentemente contra as perseguições portuguezas. E Marcos Antonio de Souza, vigario da Victoria, eleito depois em 12 de Outubro de 1826 bispo do Maranhão, em uma ratificação do protesto feito no congresso de Lisboa, em 11 de Setembro de 1822, apresentado a S. M. o Imperador do Brasil, assignado por—um deputado bahiano—em Maio de 1820, impresso na Bahia, na typographia da Viuva Serva e Carvalho no anno de 1824, expõe todas as occorrencias que se derão em Lisboa durante as sessões das cortes portuguezas, e como desejo que essa factos sejam expostos por seus autores, transcrevo na sua integra, com preferencia, a ratificação do protesto:

Libertas, et speciosa nomina præteruntur; nec quisquam alienum servitium, et dominationem sibi concupivit, ut non eadem ista vocabula usurparet.

Tac.—Hist. IV., c. 73.

« O abaixo assignado chegando a este porto, e a capital do imperio do Brasil, em 23 de Maio de 1823, em o paiz que o inglez *Príncipe Regente*, se permade cumprir o seu dever, na seguinte reclamação, protesto, ou ratificação de protesto, pelas razões que expende.

« Chegando á Bahia em Novembro de 1820, opiniões revolucionarias, enviadas como (\*) generos commerciaes de Lisboa e Porto, os espiritos de alguns habitantes daquella cidade de S. Silva Ior, forão abrasados com o fluido electrico da imaginaria liberdade,\*\*), e faccinados com enganosas promessas dos contrabandistas dos principios anarchicos, derão suas adorções a uma deusa desconhecida: no dia 10 de Fevereiro de 1821 proclamando alguns, illudidos com a prestigiosa liberdade, um systema(\*\*\*) de reforma, e partido de revolução que se cobria com o especioso nome de constituição, e levantando agentes invisiveis, apoiados na força militar, vozes tumultuosas na praça do governo, e instalando a população do um bairro da cidade, uma junta governativa, ou decemvirato lubienso; o abaixo assignado julgando do presente pelo\*\*\*\*) passado, divison reproduzido\*\*\*\*\*) o terrivel phenomeno da revolução franceza, depois de trinta e dois annos; que o anjo da destruição e da morte, estava imminente sobre a Bahia, e se abria a boceta de Pandora sobre todo Brasil, seduzido com a nova nomenclatura de liberalismo, que em outro tempo se chamava jacobinismo. Por isso chamado em 13 de Fevereiro pelo governo provisório, para jurar com fé implicita, o credo da nova ceita philosophica, fez os mais solemnes protestos em sessão plena do conselho popular, affirmando que em toda sua vida respeitara as leis, e autoridades legitimamente estabelecidas, e declarou muito expressa, e positivamente, que não podendo resistir á força publica, de que se achava apoiado o collegio provincial, contra a sua vontade, e maneira de pensar, obedecia ás autoridades do facto constituidas. Nem foi convencido pela trovejante falta do orador da camara popular, o qual explicou em termos concisos, e energicos, o poder\*\*\*\*\*) soberano do povo para mudar sua forma de governo, enunciando ao mesmo tempo queixas sobre os abusos do poder absoluto, e outras expressões figuradas, muitas vezes usadas pelos revolucionistas; nem foi abalado pelo character cynico de outro Decenviro, que sustentou em tom peripatetico a these, ignorando o enredo, e sultura do drama, porque não era iniciado em os mais profundos mysterios da cabalistica.

« Inimigo de revoluções, quasi sempre fátas, porém arrebatado pelo turbilhão revolucionario, e nomeado deputado para as côrtes de Lisboa, em 3 de Setembro de 1821, muitas vezes se escondeu da perigosa procuração, allegando que muito receiava ingerir-se em negocios politicos, segundo a doutrina do Divino Mestre — *Regnum meum non est ex hoc mundo* — Pediu instrucções, francamente manifestando, que não sabia soldar materias heterogeneas, nem ligar com união duravel, dous paizes com interesses discordantes, e oppostos, e cujos habitantes tinham affeições antipathicas. Declarou que lhe parecia sumamente difficil harmonisar Portugal com o Brasil, porque este ha 15 annos emancipado, e de direito, desde 15 de dezembro de 1815, não devia cair de sua pree-

minencia, o cathegoria, nem ser tutelado por um tutor fallido, que confessava á face de todo o mundo sua extinção (consequencia da guerra da liberdade franceza) e que fizera circular por todas as nações manifestos de suas desventuras, como certificado da justiça de seu procedimento. Considerava, que os brasilienses conhecendo sua politica situação, sua posição geographica, a massa de sua povoação maior do que a dos Estados-Unidos da America, e no tempo da lucta, e triumpho contra sua metropole, e rotendos de outros estados com as armas nas mãos para assegurar sua independencia, senão sугейтиário(\*) abastão dos mandarin enviados de uma côrte distante, e convulsa. Mas reflectindo que o afflicto irmão debaixo da inigmatica união, só intentava que os deputados brasilienses, unidos ao congresso de Lisboa, tivessem amigaveis conferencias, e discussões, sobre os melhoramentos de um, e outro emispherio, e convencionassem sobre reciprocas, e rasoaveis relações de commercio, e amizade entre dous irmãos associados, e concordassem em ser o Brasil o ponto de apoio da independencia, e nome portuguez, em o 1.º de Outubro do mesmo anno embarcou para Lisboa,volvendo mil idéas sobre a sociedade, e confraternidade tão apregoadas debaixo das mais solemnes, e juradas promessas.

« Chegando á capital da Constituição em 11 de Dezembro de 1821, e sabendo que não fixados perfeitamente os fundamentos de direito(\*\*) publico e constitucional, leis temporarias, decretos provisórios, e sem urgencia tinham sido discutidos, e promulgados, não assistindo, nem intervindo os deputados brasilienses, o que generaes d'armas nascidos nas provincias de Portugal, e com a ferro ao solo em que nascerão, tinham sido enviados para governar as tropas das provincias brasileiras, com independencia das autoridades civis e politicas, assentou o abaixo assignado, que os legisladores de Lisboa sem conhecimentos praticos da complicada, e experimental sciencia do governo fomentavão conflictos de jurisdicção, e punhão sobre a cabeça dos irmãos brasilienses a ponteguada espada do despotismo militar, suspensa por um cabelo, como a de Damocles, fazendo a tropa activa, e só independente de um chefe, cujo poder cresce na razão directa da distancia do centro do poder executivo. A administração da fazenda tambem desligada, e centrifuga o convencia que o congresso de Lisboa creava, e nutria em as provincias do grande imperio uma hydra tricephala para cedo, ou tarde devorar os brasilienses. Alguns já desconfiavão dos planos mysteriosos, e tyrannia dourada. Fazendo as mais serias reflexões sobre a metaphysica legislativa, na manhã de 15 de Dezembro, em casa de um muito acreditado e respeitavel deputado pela Bahia, o abaixo assignado propoz a todos os deputados da sua provincia, que o pequeno, e incompleto numero da deputação brasileira, lhe parecia desfavoravel aos negocios politicos do Brasil, sendo portanto necessarios remedios preventivos. Não foi tomada em consideração a mencionada proposta.

« Em 17 de Dezembro tomou assento no congresso. Ouvindo as primeiras discussões relativas á extinção dos tribunaes do Rio de Janeiro, sendo privados, seus empregados, dos socorros de honesta substancia, ficando aos encanecidos magistrados meio ordenado somente, e aos outros de inferior ordem, com mil reis annuaes, quando não tivessem outros meios de subsistencia; e que Francisco Maximiano affecto ao novo systema, era enviado

(\*) Alguns commerciantes de Lisboa e Porto escreverão a seus consignatarios, recommendando o contrabando de doutrinas subversivas, esperando que o Brasil tornasse a ser colonia de Portugal, e todo o commercio restricto ao Tejo e Douro. Era bastante que os seduzidos negociantes do Brasil examinassem as listas das alfandegas, e ficariam convencidos do engano, consideraria a prosperidade do commercio depois de abertos os portos pela carta régia de 28 de Janeiro de 1808. E' pois claro que o interesse mercantil, animado pelo exemplo da Hespanha, produziu um grande terremoto politico.

(\*\*) Bem disse um philosopho: « Omnes vivero bente velle, sed circa qui vitam beatam effugit, caligare. »

(\*\*\*) O estado em que vivemos parece o peor: é este o grande segredo das revoluções.

(\*\*\*\*) « Ab una conspiratione, ab una tumultu discamus omnes. »

(\*\*\*\*\*) O homem fraco em seu genio se repete, e gyra um circulo, do qual em vão procura sair.

(\*\*\*\*\*) Soberania do povo é principio abstracto e especioso, porém muito perigoso na pratica. Esta a causa de muitas revoluções na Grecia, como escreve Xenofonte; origem de muitas turbulencias em Roma, como discorre Cicero; semente das desgraças da França em 1789.

(\*) Alguns dos regentes nomeados para o Brasil consultou em Lisboa sobre os meios de opprimir os brasilienses, e com as forças e cabedões dos negociantes da Bahia fazer guerra cruel por mar e terra contra o Rio de Janeiro, com o illusorio pretexto de uma constituição, que o Sr. D. Pedro I, nem a rainha de Portugal, nem o patriarcha de Lisboa, quiz aceitar, e contra a qual protestarão quasi todos os deputados do Brasil, e que grande parte da nação portugueza aborreceo como poma da discordia. Alguns honrados portuguezes não aceitário a commissão da regencia anti-brasilica.

(\*\*) « Sub tutela juris publici latet jus privatum, » dizia Bacon.



para conduzir á Lisboa o Serenissimo Regente com toda sua augusta familia, deixando em o grande vacuo do Rio uma força de tropas europeas; o abaixo-assignado advogou em favor dos pacificos cidadãos da capital brasileira, sustentando, que não podião ser despojados dos seus ordenados sem offensa dos direitos adquiridos. Contra estas proposições, fundadas em os mais evidentes principios de direito nacional, se oppoz um dos patriarchas da constituição lisbonense, e vociferou contra os funcionarios publicos, esbulhados dos ordenados, e rendas dos seus empregos. Quando os homens querem commetter alguma injustiça, começam accusando a victima destinada ao sacrificio. Também perorou em favor dos povos das provincias do sul, que ficavão sem recursos em suas dependencias contenciosas, e graciosas, argumentos, aos quaes respondeu o orador da camara electiva com um canon do novo direito publico, ainda não promulgado, isto é, que estava decretada pelo congresso a abolição daquelles tribunaes. Em tão apertadas occorrencias requeru o abaixo-assignado, que fosse ampliada a jurisdicção, e alçada da relação provincial. Era facil de presumir, que os brasilienses com taes medidas desconfiarão da sociedade dos irmãos de Portugal, e não aceitarão as condições do contracto Leonino.

« Era bastante bom senso para descobrir-se a dissimulada, e tortuosa politica em a discussão de 13 de Fevereiro de 1822, na qual grandes juristas, e dialectos academicos com grande descredito da sua logica se esforcãro a provar com demonstrações as mais apparatusas, que a autoridade da monarchia não era delegavel ao Brasil. Muitos representantes brasilienses tomãro parte activa neste debate; porém forão suffocadas de baixo de settas de argumentos sofisticos, e palavras ocultas. Forão regeitadas as razões mais claras e evidentes derivadas da natureza do summo Imperio, dos fundamentos da autoridade publica, e analyse dos factos historicos da administração colonial. Um dos demonstradores do theorema estabeleceu principios axiomaticos, e politico-algebricos, e deduzio corollarios, que bem mostrão quanto enganosa é em politica uma demonstração mathematica, verificando-se a respeito de Portugal o dito de Frederico Grande da Prussia, que muito mal viria á França, quando suas leis fossem feitas por mathematicas, que tudo dirigirão por operações algebricas, e calculo centesimal. Uma sociedade humana é um corpo moral, e não uma superficie geographica.

« Sendo apresentado em 18 de Março de 1822 o parecer da commissão especial dos negocios do Brasil, parecer, que astuciosamente expendia a proposição, que o Brasil se tinha sujeitado a Portugal sem restricção alguma, porque enviara seus deputados para organizar um novo pacto social, e sustentando que ainda não concluido este, nem estipuladas as condições convenientes, aos interesses reaes de ambos os contratantes, estavam os brasilienses obrigados, ou que a lei obrigava antes da sua promulgação (o que fará um capitulo importante na historia da regeneração portugueza) saltou ás vistas de todo o homem de bom senso não ser franca, leal, e justa a politica dos legisladores de Lisboa, e que o congresso pretendia a despeito da base 21, que jurara dictar leis arbitrarías, e sem respeito á opinião publica, e com despreso da moral universal intentava conquistar o Brasil com linguagem fallaciosa, e perfidas oratorias, classificando os transmarinos em raga de desprezo, seus ilotas, ou rebanhos de carneiros. Assim caminhavão os dictadores do congresso entre nuvens de metaphysica, esperando occasião favoravel para tirar a mascara, e abrir o templo de Jano, quando se considerassem mais seguros. Em taes circumstancias continuar a assistir apaticamente ás sessões do corpo legislativo era consagrar com sua presença a usurpação dos direitos dos habitantes do Brasil; abandonar o lugar era deixar a causa mais importante á revelia; nesta perplexidade pareceu ser o melhor partido(\*)

avisar os constituintes da humilhação, que impacientemente supportavão seus representantes, e da impotencia, a que se achavão reduzidos. Ainda que no governo representativo os povos só tem direito de eleger seus procuradores(\*), não ordenar, nem decretar positivamente o que devem obrar, e só conformar-se á prudencia e sabedoria das pessoas da sua confiança, com tudo estas tem obrigação de attender á vontade geral dos seus constituintes, e consultar os seus prudentes para melhor acertar.

« Além disso foi informado o abaixo-assignado pelo testemunho de pessoas fidedignas, que as comoções militares, succitadas em diferentes pontos do Brasil, tinhão sido causadas não só por cartas de Lisboa, e Porto, porém por missionarios enviados de proposito para semear facções ao redor do throno, agitar os povos com a magica da liberdade, pôr em ochlocracia as provincias brasileiras, e por uma geral confusão de opiniões, partidos, o dissolução das molas do governo compellir o monarcha a submeter-se á disposição dos philosophadores da liberdade democratica, e governo popular estabelecido em Lisboa, ficando embóra o Brasil desligado de Portugal em convulsões mortaes, e incendiado com as lavas do vulcão revolucionario. Os calculistas, que só requerão a presença de um principe da familia Real para os governar, não contavão que o rei de Portugal tornasse a beber as aguas do patrio Tejo, nem fixar seu throno abalado junto á volcanica, e perigosa cratera. Porém com sua deliberação inesperada, e chegada a Lisboa os fabricantes da nova machina augmentarão suas dimensões, e formãro o novo systema de reedificar Portugal sobre as ruinas do Brasil. Nasce uma nova ordem de cousas.

« Estes os ponderosos motivos que obrigão o abaixo-assignado a participar á commissão especial sobre mencionada, que pertendia evitar seu parecer impresso para a Bahia, e consultar as pessoas mais intelligentes, e amantes do bem publico sobre seu relatorio, e artigos de d'ezidos. Com effeito em 18 e 22 de Março escreveu á junta provisoria do governo da Bahia, e senado da cidade, francamente explanando as circumstancias imprevistas, extraordinarias e variantes da commissão confiadas a seu juizo discrecional, e exigindo esclarecimentos, que cancionassem sua conducta, e em todo o tempo salvassem sua honra responsabilizada a seus compatriotas, que lhe tinhão confiado seus mais importantes interesses. Os outros, deputados da provincia, sabedores deste designio por indicação de um muito distincto deputado seguirão o mesmo arbitrio, e assignarão as cartas dirigidas á junta governativa, e municipalidade da cidade.

« O conselho do governo provincial tomando em a mais seria consideração o objecto proposto, do que pedia a segurança pessoal, e liberdade dos cidadãos brasilienses, ouve os pareceres das camaras de toda a provincia, e e pessoas mais interessadas na paz, e prosperidade publica; e informa por carta datada de 18 de Maio de 1822, que os povos segundo o que se podia interpretar, e conhecer da vontade geral, de nenhuma forma se ligavão á sociedade, e união proposta por Portugal, sem que ficasse no Brasil o principe herdeiro da corôa com a mais ampla delegação do poder executivo, e sem haver unidade com todas as partes componentes do Brasil, onde devia também existir um congresso, celebrado por deputados de todas as suas provincias para as leis peculiares sendo estas sancionadas pelo delegado do poder executivo pelo mesmo modo, que fossem approvadas pelos reis os das côrtes de Portugal. Porque de outro modo, acrescenta a junta, acontecerá executarem-se no Brasil leis, que, ou não lhe sejam absolutamente applicaveis, ou que o não sejam em razão do tempo, e circumstancias em que

eirão ameaçados de ser accusados de traição. Isto mesmo praticarão os jacobinos; porém, apesar de tudo, a verdade chegou ás provincias.

(\*) O A. do « Contrato Social » diz que o povo é soberano sómente quando eleger seus representantes, e logo depois é subdito.

(\*) Tomarão-se precauções para que os deputados não informassem seus committidos a respeito da violencia que soffriam,



se achar, quando ellas forem publicadas: que algumas sejam obstativas do seu progresso, e prosperidade, outras mesmo diametralmente contrarias, sendo muitas vezes privado de ter aquellas leis, que suas necessidades, e occorrencias, fizerem necessarias. Mais adiante expõe, que assim teremos leis mais apropriadas, podendo os nossos deputados consultar no momento as pessoas mais instruidas das classes, e objectos, sobre que for preciso legislar, e conhecer melhor a opinião publica sobre diversos ramos de administração.

« Estes principios sagrados de igualdade, e justiça natural, foram apresentados ao congresso nos artigos addicionaes, que elle mesmo exigira dos deputados do Brasil, porém depois de estudados, e arguciosos argumentos contra os órgãos da vontade geral dos povos do Brasil, a voz da razão, e da justiça é sufocada. Explica-se a hieroglifica união. Nestas conclusões de universal scepticismo, grita um advogado da provincia, como Barnavem Constituinte: os homens são livres, excepto na America: o Brasil devia seguir a sorte de Portugal, assim procura ganhar o partido governante. Outro proclama: pereão-se dez Brasis, e nunca um só principio, e honra do congresso. Outro da sociedade diz: um só erario(\*). Um doutor não duvida enunciar: seja o Brasil cortado em sessões, e governado como d'antes. A mesma typographia não tem a indefinida liberdade affiançada nas bases do novo codigo, e antes é bem semelhante á de Veneza, por publicar os discursos dos defensores dos direitos politicos dos brasileiros. São regeitados *in limine*, os propostos artigos de união, e harmonia entre os dois reinos, apesar do juramento das côrtes na base 21, e solemne promessa em 19 de Dezembro de 1822, em resposta da indicação de um illustre deputado pela provincia da Bahia.

« Porém esta resolução não é effeito da razão fria, e madura, da maioria dos deputados do congresso, mas sim o resultado das intrigas de um partido predominante, concebida por alguns poucos denominados, liberaes, (na prosodia franceza jacobinos) os quaes enchião as galerias, e tribunas das côrtes de anarchistas, e assalariados(\*\*) satelites da democracia, os quaes com rumores, susurros, e até com vozerias ameaçadoras, impunhão silencio aos que intentavão manifestar suas opiniões em favor do Brasil. Esta a razão de muitas deliberações das côrtes de Lisboa, nas quaes muito influiu esta obra prima da demagogia, e invento de uma inflexão profundamente perversa. Quem pode duvidar que a praça dos comicios romanos, e ainda á vista do capitolio, muitas vezes fazia mudar as resoluções da assemblea dos povos? Quem pode duvidar, que estas obras moldadas pelo padrão da revolução franceza (a constituição de Portugal era traduzida da constituição de 1791) e manejadas com o mais profundo segredo intimidavão muitos deputados sinceros, e os arrastavão a uma votação contraria ao seu pensar. Que cidadão bem educado não teme ser insultado na presença de uma assemblea numerosa(\*\*\*)? Quem não respeitaria o

povo soberano no throno das suas galerias? Seria necessario ter a cara de um Domiciano, como escreve o pintor da virtude, e do vicio — *Sævus ille cultus, et color, quo se contra pudorem manebat*. — A casa do congresso sempre cercada de tropas de cavallaria, e infantaria augmentava o terror dos representantes do Brasil, os quaes assistião mais assustados que o orador de Roma na defesa de Milao. Quem resistiria ao soffrimento das bayonetas?

« Qual devia ser, portanto, a conducta dos deputados do Brasil? Muitos abandonarão o congresso, e facilmente reprovarão tão injustos procedimentos. Outros, privados de toda a liberdade, não tomarão parte nas deliberações de uma assemblea, em que erão violados os direitos dos cidadãos brasileiros. Este silencioso comportamento muito lisongeava os regeneradores portuguezes, que pretendião illudir os povos, e nações estrangeiras, dando forma de legalidade, á nova, e magna carta de liberdade tão apregoada(\*). Mas, o abaixo-assinado assentou com alguns outros deputados amadores da sua patria, que cumpria seus deveres, e guardava illesos os direitos de seus constituintes, protestando, e declarando, que o congresso tinha destruido a base principal da legislação, e que aquella constituição não era legal, por não ser conforme á vontade geral do Brasil, ou da maioria da nação, e por consequencia não valiosa; e qualquer assignatura devia ser considerada coacta, e por isso nulla, e irritó o juramento accessorio, que não legaliza um contrato de sua natureza inválido, e offensivo dos direitos mais sagrados de um grande povo. A indicação, e protesto foi apresentado em 11 de Setembro, e a resposta da commissão em 16 do mesmo mez, é o corpo de delicto da violencia, e coacção inculida ao deputados brasileiros. Homens ociosos de uma grande capital, e só occupados em um novo mundo de idéas democraticas, cavalheiros dispostos a combater em favor do jacobinismo, com mais enthusiasmo, do que os da Taboa Redonda, sectarios entusiastas das novas instrucções, enregelados demagogos esperançados(\*\*) na commissão dos premios, se tinhão tambem conspirado para manchar suas mãos no sangue dos pacíficos deputados, que se achavão em um paiz estranho, e tratados(\*\*\*) com desdém pelos metropolitanoes. Houve denuncia ao intendente geral da policia, que se preparava uma noite de S. Bartholomeu, ou vespersas Sicilianas, e que a conspiração marchava com segurança debaixo das insignias da liberdade.

« Que comportamento terião os deputados, quando o monarcha, a quem foi apresentada a constituição em 25 de

demagogos, que não pretendião tanto, pois que só propugnavão para serem processados os juizes do conselho do almirantado, que tinhão ab-olvido o réo. Foi ouvida com grande applauso esta opinião. Francisco Maximiano, segunda vez processado pelo mesmo delicto, os juizes do almirantado responsaveis, sem estar feita nem publicada a lei da responsabilidade dos magistrados. E' necessario contudo confessar que os academicos erão homens de saber e boa moral.

(\*) Quando Bonaparte segunda vez entrou por Hespanha obrigou 30.000 chefes de familias da população de Madrid a prestar juramento de coração, e sem restricções externas, em favor de seu irmão José, e que os padres ensinavão na cadeira e no confessionario, e os literatos em suas obras e escriptos, a utilidade da nova dynastia e regeneração annunciada. Porém em breve tempo os hespanhoes conheçerão a nullidade do juramento, e se sublevarão contra o novo governo e seus agentes. Exclamava um dos philosophistas de Lisboa: Seja o juramento sem restricções; porém é de crêr que todos se obrigavão temporariamente, porque o juramento perpetuo era contraditório ao principio proclamado da soberania do povo, e poder reconhecido de mudar o seu governo quando lhe parecesse conveniente.

(\*\*) Esta commissão engenhosa engrossou o numero dos proselytos, porém nunca distribuiu um só premio. Alguns fizeram seus requerimentos, allegando servicos feitos em favor da constituição, e a deciação foi um decreto que creava uma nova ordem da benemeritos ou projecto, que por fim se regeitou.

(\*\*\*) Por varias vezes um orador muito applaudido da plebe ameaçou que envia-ria cães de fila contra os brasileiros. Em 23 de Agosto de 1822 outro indicou em tom poetico que os deputados do Brasil devião sair para fóra do congresso.

(\*) Bem se pôde applicar o dito do chanceller da Suecia a seu filho: *a Vult, illi mi, quam parva sapientia regitur mundus*.

(\*\*) Havião duas capatazias de assalariados que ganhavão em cada sessão das côrtes 480 réis, o que era bem notorio em Lisboa. Estavão debaixo das vistas de um capitão da galaria, bem conhecido em Portugal, e susurravão conforme o aceno de um deputado. Quando em Fevereiro de 1823 a opinião publica se voltou contra o congresso, o commandante da galaria não achava quem quizesse ganhar o salario, e por isso convidava os criados que acompanhavão os deputados.

(\*\*\*) Em 14 de Outubro de 1822 um academico muito respeitavel, e membro da commissão de justiça criminal, estando fóra do salão das côrtes, disse que, examinando todos os documentos relativos ao chefe da expedição do Rio de Janeiro, tinha julgado que não era criminoso, nem responsavel os vozeiros do conselho do almirantado, e que sustentaria esta opinião apesar das vozes tumultuarias das tropas demagogicas postadas nas galerias. Porém, entrando este academico para o recinto do congresso, e começando a faltar titubeou em seus discursos, e opinou que o commandante expedicionario devia soffrer novo processo pelo crime que commettera desde Pernambuco até o Rio de Janeiro, opinião que muito agradou aos

Setembro, acompanhada de uma falla (\*) ameaçadora, feita pelo orador da deputação, que fora em triumpho, e composta pela maior parte dos obreiros da nova architectura, dando um testemunho da inconstancia das grandezas humanas, se apresenton com anxiedade em o salão das côrtes em o 1.º de Outubro para aceitar, e jurar o pacto, no qual não fora ouvido, e que o desejava de toda a soberania! O soberano não se atreve a locar a arca santa d'alliança, segundo a frase constitucional do orador da deputação, e sem restricção alguma, aceita, sanciona, e jura um codigo, que o despoja de toda real autoridade, e o constitue na immediata dependencia do conselho de Estado, proposto em lista triplice pelas côrtes. Abdica a soberania para conservar a corôa; e ouve nesse mesmo dia um discurso do presidente em tom oracular, assegurando-lhe com opiadas expressões, que com essa abdicação voluntaria (ficticiamente) mantem a verdadeira dignidade do throno, regenera a monarchia, salvando-a da ruina, e que renunciando o direito de todo o poder, se torna de facto (\*\*) mais absoluto. O homem, muitas vezes obra forçado pelo imperio das circumstancias, sendo-lhe permittiveis alguns actos para salvar a propria vida.

« Nem se deve presumir, que homens de senso, e moral, voluntariamente sacrificassem a liberdade da patria, e sujeitassem seus constituintes aos ferros, e aniquilação politica, subcrevendo um pacto social, em que são destruidas todas as bases de igualdade, submettessem o Brasil, com vezes maior do que Portugal, a ser desprezível satellite de um corpo, que cedo, ou tarde, será aruinado pelo choque do planeta mais vizinho. Quem se persuadirá, que os representantes de um povo vigoroso nos primeiros annos de sua crescente prosperidade, conviessem incorporar-se ao pobre Portugal, que com fé punica envia legiões revolucionarias para fazer (\*\*\*) guerra aggressiva, e assoladora em uma das provincias, que primeiro combateu com perda de alguns cidadãos, em favor da belleza constitucional, tão inculcada pelos agentes dos regeneradores? Portugal decreta o abandono de Montevideo, ficando o reino irmão sujeito a ser invadido pelos Estados limitrophes. Portugal fomenta dissensões intestinas no seio do seu associado. Portugal, tocando a trombeta democratica, adopta um systema (\*\*\*\*) tyrannico, segundo o pensar do politico, e philosopho grego. As fortunas niveladas, a nobreza aviltada, o clero despojado de suas rendas, patrimonio dos pobres, os regulares privados das propriedades adquiridas pelos seus trabalhos, e doação dos benfeitores, as virgens consagradas a Deos, habilitadas para deixar seus claustros, tudo annuncia uma revolução na moral publica. Portugal sanciona innovações immoderadas. A nota apresentada entre os documentos appensos ao parecer da commissão diplomatica em 10 de Setembro de 1822 bem indica, que nos annos das nações se preparava uma pagina para ser escripta a historia dos regicidios, ou extincção de duas dynastias, com que ameaça a Inglaterra, se esta não reconhecesse a nova ordem das cousas, e poder imperativo das côrtes. O ministro autor da nota foi defendido pelos mais influentes deputados, e socios do partido anti-brasilico. Portugal viola o juramento que fizera, de estabelecer uma

monarchia representativa, rematando em uma (\*\*) oligarchia, encoberta debaixo do manto real, ou ficando talvez (\*\*) sem governo algum (\*\*\*). O Brasil tem por consequencia o mais claro, e incontestavel direito de salvar-se das empresas da regeneração monstruosa, e destruição, que ameaça a ruina da religião, da moral e dissolução de todo corpo politico.

« Pôde presumir-se, que no principio os regeneradores tivessem em suas vistas reformas moderadas, o bem dos cidadãos, que pretendessem estabelecer uma liberdade politica, e civil, bem regulada, e mantida com as luzes da philosophia, um governo monarchico representativo, tendo o imperante bem livre, e desembaraçada toda a acção administrativa; que a lei fosse um resultado da deliberação, e sabedoria dos representantes da nação, sendo discutida em assembleia de pessoas as mais distinctas pelo seu nascimento, talentos, e serviços, approvada e sancionada pelo monarcha, como parte do poder legislativo; porém espiritos impacientes sem aproveitar-se da opinião publica, que os favorece, precipitão a nação em horribéis convulsões, espalhão por toda a parte germens de desorganisação, e desordem, diffundem terror por toda a Europa com seus principios de direito publico universal. Um partido revolucionario influe em toda assembleia com suas machinações, e emprehe fabricar com machiavellica politica, um edificio todo novo, ou á maneira dos gigantes, pôr um monte sobre outro para chegar ao céu, sem advertir, que a justiça Divina os pôde castigar com seus raios. Metapoliticos concebem ter o Brasil unido e subjugado com pomposos discursos, vãos offerecimentos, e não interesses reaes, justiça, muita conveniencia, unicos laços, que podião manter a proclamada união; e com febricitante delirio recusão, que este vasto Imperio duas vezes allumiado em cada anno pelo rei dos astros, tenha dentro de si o sol da monarchia. Legisladores metaphysicos, que pretendem organizar um governo popular sem a base da virtude no meio de uma nação costumada por sete seculos á monarchia, em um estado ligado com o systema de toda a Europa, e que conserva sua independencia pelo equilibrio estabelecido. Systema visionario de governo, e sem connexão entre os seus diferentes corpos. Governo misto sem peso regulador da ballança do Estado: palacio edificado sobre areia movida, e facil a destruir-se por qualquer vento, segundo o dito de Eterna Sabedoria: monarcha sem base, e sem garantia. A realza sujeita a ser extincta em uma hora, por um decreto do corpo legislativo, e obrigado o reinante a assignar o rescripto da sua ruina, e abolição. Parece, que rebentára em Lisboa uma vergonte (\*\*\*\*) do jacobinismo.

« Não intenta marear o caracter moral de pessoas vivas, nem offender com injurias pessoas algum dos proclamadores da liberdade politica de Portugal, e só pretendo mostrar, que suas opiniões não estão em consonancia com as do abaixo-assignado. Reprova o systema de fazer leis sem as conformar aos costumes, habitos, e maneira

(\*) «*Demat in piscem mulier formosa superbo.*»—Horat. ad Pis.

(\*\*) Diz um escriptor celebre que a França, depois da sua assembleia constituinte e constituição de 91, 93 e 95, teve governo quando Bonaparte foi nomeado 1.º consul em 13 de Dezembro de 1799.

(\*\*\*) Dizia Pitt sobre a revolução franceza: «Seus principios são destruidores, suas acções subversivas; qualquer potencia que chega a ter contacto com ella vai arrastada em seu vortice, e se torna tambem revolucionaria. Só pôde haver segurança fugindo della.»

(\*\*\*\*) São tres os caracteres do jacobinismo, como escreve o A. da administração dos negocios britannicos no artigo—*Foreign relat.*—impresso em 1823. «When it is effected by a military defection; when it restrains and consequently endangers the person of the king, and his family, and when it operates in a system of irreligion, and spoliation of the church.» São tres os característicos signaes de uma revolução jacobinica: 1.º quando é effectuada por uma rebelião militar; 2.º quando restringe, e consequentemente põe em perigo a pessoa do rei e sua familia; 3.º quando obra com um systema de irreligião e expoliação da igreja.

(\*) Eis aqui as poucas palavras que proferio Thourer, presidente da constituinte, em 3 de Setembro de 1791 a Luiz XVI, apresentando-lhe a constituição franceza: «*Señhor,—Os representantes da nação vêm offerecer a acção de Vossa Magestade o acto constitucional, que consagra os direitos imprescriptiveis do povo francez, mantem a verdadeira dignidade do throno e regenera o governo do Imperio.*»

(\*\*) Tinha sido annullado o provimento dos officiaes de marinha nomeados por el-rei em 21 de Junho de 1821, e muitos conselheiros e criados de Sua Magestade, sem culpa formada, deportados 20 leguas para fóra da corte de Lisboa. O iracismo por que o de Athenas!

(\*\*\*) A justiça divina, a despeito dos sophismas das paixões humanas, tem vinganças terriveis. Es á socsa a guerra civil em Portugal. «*Sacrus jaculatus arcus—Terruit urbem.*» Horac. L. I, od. 2.º

(\*\*\*\*) Democracia é tyrannia.—Arist. pol. L. V, cap. 10.

de pensar dos povos, para os quaes é feita a legislação: condemna o projecto de regenerar o Brasil com rescriptos arbitrarios, e balonetas, e mandar como Carlos XII de Sursia, sua bota para o governar. Diz com o orador, e philosopho romano — *Neminem nominio, quare irasci nemo mihi poterit, nisi qui de se valuerit confiteri* — As impoliticas theorias dos philosophos regeneradores não poderão ser reduzidas à pratica sem um eterno chaos. Observador das deliberações da soberania popular existente na parcialidade preponderante, como aconteceu em Grecia, Roma, e França, desconfiava, que no fim da obra se não entenderião os constructores da nova torre de Babel, ou que com grande descontentamento, e ruina dos seus constituintes, a assemblea constituinte se metamorphosearia<sup>(\*)</sup> em convenção nacional. Confessa com tudo o abaixo-assignado em obsequio da verdade, e honra da justiça, que no congresso de Lisboa se achavão alguns cidadãos distinctos, e respeitaveis pelos seus talentos, e luzes, alguns procuradores de provincia recommendaveis por suas virtudes moraes, e politicas, que em seus corações lamentavão os males publicos, sentimentos, que se lião em seus semblantes taciturnos.

« Seria indesculpavel omissão, se guardasse um criminoso silencio a respeito das opiniões dos philosophos constituintes em um seculo de luzes, que reprova a politica das conquistas, o maior ultraje da natureza humana, em um seculo, no qual tantos autores de economia politica tem escripto, que as nações devem procurar enriquecer-se com sua industria, e não com os despojos dos vencidos, em um seculo, em que é tão evidentemente demonstrada a prosperidade do commercio, o augmento de riqueza de Inglaterra, depois da desmembração d'America. Não pode o abaixo-assignado obstar com expressões inflamadas de patriotismo nos dias 12, e 23 de Maio de 1822, que de Lisboa fossem enviadas cruzadas para desolação do Brasil, nem com as citações, e leitura do Demosthenes Inglez, o sublime Burke, e reflexões moraes de Filangieri, consequir, que a Bahia se não tornasse em uma arca de gladiadores, sendo entregue ao genio da destruição, e da morte, aos furores do anjo exterminador: porém cumpre ao abaixo-assignado declarar aos seus compatriotas o methodo reprovado, e fraudulento de muitas deliberações do congresso de Lisboa, e por isso nullas e sem effeito — *Trans, et dotus nemini patrocinari debent*. — Considera ter a mais rigorosa obrigação de manifestar, que assistio violentado às discussões daquella assemblea denominada constituinte, que a lei natural o obrigou a temporarizar, até que podesse salvar-se das lavaredas, que ameaçavão sua existencia no furor de uma revolução. É axioma de direito — *Jure hoc evenit, ut quisquis quod ob tutelam sui corporis fecerit, jure fecisse existimetur*.

« Reclamando o abaixo-assignado a sua assignatura involuntaria, e coacta, outro sim protesta, e declara não ter proferido uma só palavra (attesta o diario das côrtes) contra o decoro da serenissima, e real familia de Bragança, nem votado contra os seus direitos, propugnando em favor da rainha<sup>(\*\*)</sup>, a senhora D. Carlota, com aquella mesma imparcialidade, e amor da verdade, com que advogou sobre os interesses, e direitos de todos os cidadãos, sem poder ser accusado de partidista, porque nada tinha participado do antigo regimen. Assim praticou inalteravelmente sem temer ser taxado de servilismo, de que erão notados os que se propunhão a pugnar pelas pessoas de grandê hierarchia. Nem tambem enunciou uma só proposição, que offendesse<sup>(\*\*\*)</sup> a realza, ou desancasse a magestade dos soberanos da Europa. A religião do Jesus

Christo, que por grande felicidade professa, ensina não só a obedecer às potestades superiores, como honrar os reis. — *Honorifica Regem* — escrevia o apostolo das gentes. O respeito aos Imperantes, e autoridades constituídas não só é ordenado pela religião, como a primeira lei dos codigos de todas as nações. A reverencia a magestade dos principes, muito concorre para a liberdade bem regulada, para a boa ordem social, da qual depende a felicidade das humanas sociedades. Nas monarchias representativas, e bem organisadas, a realza é venerada. Apesar de toda a liberdade nos debates do parlamento Inglez, o monarcha é o primeiro cidadão, e goza toda a responsabilidade no meio de uma nação livre. Assim pratica o povo mais activo, e moral, do mundo civilizado, e por isso é mantida em Inglaterra a ordem publica. Em toda a parte não só é acreditado o governo Inglez, como elogiado o caracter da nação. Com as riquezas, que afluem para o grande emporio do mundo commercial, a Providencia recompensa as virtudes moraes dos Inglezes respeitadores, e amantes do seu governo. No amor, e optimismo dos povos, tem o imperio britannico o seu assento e estabilidade.

« Remata o abaixo-assignado o seu protesto, e reclamação, declarando, que depois da fatal experiencia da França, não é mais tempo de se<sup>(\*)</sup> allucinaremos os homens com o optimismo politico, e governo perfeito. Republica universal, felicidade perfeita sobre a terra, é chimera. O homem só deve procurar sua felicidade na moral, nos sentimentos virtuosos, e por consequencia na obediencia às leis, aos imperantes, e autoridades legitimamente constituídas. Enquanto se occupa com o reino de entes metaphisicos, com republicas platonicas, e utopias, para intelligencias puras, em quanto distrahirido das occupações uteis se entrega<sup>(\*\*)</sup> a vãs theorias, o tempo vão, a sepultura se abre diante do seus passos.

expressões contra os principes da Europa; e disse um orador muito popular que desejava ir à Viena com uma companhia de soldados...

(\*) Os demagogos e revolucionarios promettem aos povos a liberdade e os bens da idade de ouro de Saturno, porém tomando para si e seus amigos toda a autoridade publica, a multidão illudida geme e morre nas fôrças e na miseria.

Toda a questão sobre governo se reduz aos seguintes termos: se é mais conveniente que as leis, às quaes deve obedecer todo cidadão sejam feitas por um só, ou que muitos concorram para sua discussão, como acontece em os governos representativos. Os dous famosos politicos da antiguidade, Cícero e Tacito, resolvem o problema em favor do governo mixto, hoje representativo. « Statuo esse optime constitutum rempublicam, quæ tribus generibus, regali, optimo, et populari sit modis, confusa. » Cicer. Traym.

« Cunctas nationes, et urbes populos, priores, aut singuli regunt. Delecta ex his, et constituta reipublice forma laudari facilius, quam evenire, aut si evenit, haud diuturna esse potest. » Tacit. L. IV.

(\*\*) A nota que documentava o parecer da commissão diplomatica, apresentada em 10 de Setembro de 1822, e copiada em todos os periodicos de Lisboa e nações estrangeiras, e que servio de fundamento às reflexões de muitos politicos, bem se pôde chamar uma vã theoria. Foi dirigida pelo ministro dos negocios estrangeiros de Portugal ao encarregado em Londres. Eis-aqui parte da mesma nota ou instrução ao ministro portuguez perante S. M. Britannica:

« Cumprirá que V. S. faça sentir a esse governo, não omitindo fazer entrar nessas mesmas vistas a massa da nação, que a consequencia necessaria deste abandono da nossa antiga alliança será formar-se entre os dous povos da península uma união, que, não podendo ter firmeza senão pela fusão de ambas em uma só nação, de baixo de uma só constituição e um governo, resultará inevitavelmente mallograrem-se todos os esforços e todos os sacrificios dos seculos passados, feitos com o unico fim dese evitar aquella união, que tornando esta península em um só Estado, não pôde deixar de abalar o equilibrio do resto da Europa, ao que addresco que não podendo verificar-se este phenomeno politico, sem proceder a abolição de uma das dynastias reinantes, e talvez ambas, para ceder o lugar a um novo governo; por ventura conduzirá este fatal desfecho a tomarem os dous congressos o partido de que a historia nos offerece mais de um exemplo, de se ir chamar para chefe do poder executivo personagens de alguma das dynastias da

(\*) Um campeão da democracia requereu em 10 de Fevereiro de 1823 a criação de um directorio.

(\*\*) Em 5 de Dezembro de 1822 foi o primeiro deputado que declarou o seu voto em favor da rainha, isto é, que se não imprimissem os documentos, nem fosse obrigada a sair do seu paço de Queluz. Foi escripta no diario a primeira parte da declaração e não a segunda. A indicação do Sr. Acurio das Neves foi no mesmo sentido e apresentada poucos dias depois.

(\*\*\*) Cumpro fazer esta confissão, porq se nouverão sarcásticas



*Cópia de uma carta, que de Londres escreveu para França o mesmo D. Marcos Antonio de Souza a um brasileiro muito interessado na causa do Brasil.*

« Ilm. Sr. F. — Em vespas de retirar-me para o Imperio do Brasil, e corte do Rio de Janeiro, cumpre-me escrever a V. S. em reconhecimento da estimabilidissima carta recebida em Janeiro de 1822. Tenho deixado as cortes de Lisboa por dimissão muitas vezes pedida, e alcançada em 5 de Fevereiro deste anno. Com elleito o meu estado phisico me não permittia mais presenciar o peripatetismo democratico, sendo uma das ultimas sessões, a que assisti, a 5 de Dezembro, na qual decalrei o meu voto em favor da rainha a senhora D. Carlota, que duvidou subscrever o novo código, ou por escrúpulos de consciencia, ou por temer a infeliz sorte da irmã de José II.

« Desde que os agentes da regeneração de Portugal espalharam na Bahia substancias combustíveis, desde 10 de Fevereiro de 1821, em que os espiritos agitados com a magica liberdade levantaram gritos tumultuosos em favor de um systema, que não conhecia, desde que fálsea o lume da explosão revolucionaria, tive presentimentos de mão agouro, o em 13 de Fevereiro duvidei em presença de toda a junta provisoria, assignar o juramento, que de mim exigiu seus membros, aos quaes depois de oppor as mais bem fundadas objecções sobre a legitimidade do governo proclamado, declarei não poder resistir á força publica que tinham á sua disposição, e por isso obedecia. Nomeado deputado muitas vezes repeli, que fazendo o exame mais reflexo não descolria os laços, porque a Portugal ficaria ligado o Brasil, que por 15 annos em si tinha a soberania. Propuz impertinentes duvidas para não embarcar, esperando que o tempo ensinasse, como se formaria uma união tão apregoadá com igualdade de direitos. Depois de chegar á Lisboa, em 18 e 22 de Março de 1822, escrevi á junta do governo, e senado da cidade da Bahia, solicitando esclarecimentos sobre objectos de tão grande monta. Respondem todas as autoridades, depois de consultar as pessoas mais intelligentes, e amantes do Bem publico, que o Brasil devia conservar sua cathedra de reino, ser governado pelo herdeiro da coroa, o mais interessado na conservação da integridade de uma tão vasta monarchia. Isto mesmo propuzemos ao congresso, como vontade geral das provincias do Brasil, ou da maioria da nação. Nada é attendido apesar da solemne promessa feita em 19 de Dezembro de 1821 em resposta da indicação de um deputado da Bahia, resposta, pela qual asseguraram os preponderantes do congresso, que tudo seria dado ao Brasil para seu bom regimem, e representação politica. Mas, decretada a remessa de tropas para a Bahia, em 22 de Maio de 1822, apezar de toda a nossa opposição contra a guerra civil aggressiva, foram apparecendo alguns artigos do plano de conquista, ou mostrão os pretendidos denominadores, ser hereses de suas bases, empregando solísticos argumentos para sustentar a contradicção dos estabelecidos principios, e por fim declarão, que o Brasil devia seguir a sorte de Portugal. Erão empregados contra os deputados brasileiros solismos os mais terriveis, a logica de baionetas. Assoldados demagogos assistião nas galerias, applaudindo as sanções incendiarias, e ameaçando os deputados: e até houve denuncia ao intendente geral da policia, que se tramava uma conspiração contra os brasileiros. Alguns abandonarão o congresso, outros protestarão, que não era espontanea a assignatura da constituição, discutida com tenebrosos artificios da demagogia de Danton.

« Que faríamos em tão espinhosa crise entre homens depositarios de toda a força phisica e moral, e que di-

tavão a lei? Dar a vida pela patria; porém tão penive sacrificio nada aproveitaria, nem se podia verificar a condicção, que requeria o orador, e politico de Roma no seu livro de Officios — *Pro qua quis dubitabit oppellere, si ei pro futuris sit.* — Não ficavamos ligados a um pacto por sua natureza irrito, e contra o qual a lei em casos identicos marca o remedio do protesto, o qual com effeito presentamos em 11 de Setembro por uma indicação. Efectuado este meio legal, temos salvado o direito dos nossos constituintes, e a nossa honra responsabilizada aos nossos compatriotas. Apezar de ter cumprido tudo, que estava da nossa parte, grandes cuidados nos inquietavão no centro de uma corte revolucionaria, e que surdamente nos fazia guerra cruel.

« Tal era a nossa inquietação, quando se divulga em Lisboa que o herdeiro da coroa se oppunha ás metaphysicas dos philosophadores de Lisboa; e tomava as medidas mais energicas para salvar-se dos perigos, que o ameaçavão, e restabelecer um governo tutelar, a despeito das conspirações envolvidas debaixo de promessas lisongeiras de liberdade: e que por condesender com o entusiasmo dos povos da provincia de S. Paulo, e outras acceitaria o titulo de Imperador; titulo dado por todos os escriptores ha trescentos annos ao que imperasse no Brasil; titulo com que fora saudado o Sr. D. João VI, quando desembarcou para a cidade da Bahia em 23 de Janeiro de 1808, titulo, que muito contribuia para restabelecer a paz, e tranquillidade do Brasil, agitado pelos facciosos, enviados de Portugal. Esta noticia nos servio de grande consolação.

« Só resta, meu Sr., que o Supremo Regedor dos Imperios abençoe a obra começada para vermos realiado o quinto Imperio do mundo, preconizado pelo Immortal Vieira, a patria salva dos horrores da anarchia, con-

( ) O padre Antonio Vieira, não só preconiza o quinto Imperio, senão que diz, quando foi accusado no santo officio de Coimbra, o seguinte:

« Até aqui o assumpto em geral, o qual de nenhum modo é invento meu, senão promessa, esperança, exposição de muitos santos antigos e modernos commentadores das escripturas, e de muitas pessoas de espirito prophético, geralmente approvado e recebido, de que darei somente aqui os nomes: S. Justino, S. Gaudencio, S. João Chrysostomo, S. Hyllario, Tertuliano, Beda; S. Leão, papa, Lactancio, Firmiano, S. Ireneu, Osorio, Ubertino, Cello Panonio, Herculano, Pedro Bollengero, Serafino de Dermo, Genebrardo, Pedro Galatino, Quirino, Salazar, Seher-Lego, Arias Montano, Dandali, Joaquin Abbade, as Sybillas, S. Methodio, Phophio Eremita, S. Malaquias, S. Francisco de Paula, Santa Brigida, Metildes, S. Indoro, S. Fr. Gil, o beato Amadeu, S. Angelo Martyr, o irmão Alonso, Rodrigues, da companhia (são 36), e outros muitos, todos catholicos, pios e, excepto o ultimo, todos doutos. E porque os sobreditos autores quando fallão no Imperador, que dizem ha Deus de dar á sua igreja para as execuções temporaes desta espirital conquista, não declarão absolutamente que pessoa em particular haja de ser (posto que digão muitas propriedades e circumstancias, que se póde conjecturar), accrescentava eu ou pretendia accrescentar o argumento geral de todos os autores sobreditos, a accomodação e explicação particular do reino para quem Deus tinha guardado aquella empresa e Imperio, interpretando em honra da nossa nação que seria rei portuguez e do reino de Portugal, fundado este pensamento principalmente nas palavras que Jesus-Christo disse a el-rei D. Afonso Henrique: « Volo in te et in Semine tuo Imperium Mihi stabilire. »

« A este fim (o que muito se deve notar) determinava seguir e suppôr duas opiniões necessarias ao dito intento, ambas communmente recebidas dos theologos: a primeira que o Imperio de Christo não somente é espirital, mas também temporal; a segunda que os principes temporaes são vigarios de Christo no temporal cada um em respeito de seus vassallos, sendo este titulo ainda mais proprio no principe que o fosse de todo o mundo, em submissão das quaes duas opiniões applicando o sobredito Imperio a um descendente de el-rei D. Afonso Henrique, se venha a cumprir e verificar inteiramente a todo a propriedade das palavras e promessas de Christo, pois no tal principe estabelecia Christo um Imperio de um descendente do mesmo rei D. Afonso, que é toda a unergia do « Mihi e do in te, et in Semine tuo. »

E não nos poderemos bem persuadir que chgou a época do

Europe, que, desposando por este modo os interesses da peninsula, trouxesse em seu apoio uma força effectiva, com que provavelmente não terião contido os soberanos, apezar da sua boa-fé e dos seus ajustes em Laibac, excluindo-se de nos unir á Grã-Bretanha, obrigando-nos a unirmo-nos com seus antigos rivales de um e outro hemispherio, não incalculaveis as vantagens que a America do Norte se appressará em tirar do partido europeu nos estados europeus. »



tituído um governo pelo qual sejam tutelados os direitos dos cidadãos brasileiros, governo firmado sobre a justiça, e a boa fé, que é a base de toda a politica. Tendo soffrido gravissimos incommodos nesta nova ordem de cousas, pretendo esconder-me em um retiro, onde não só amudarei minhas orações ao Todo Poderoso pela pacificação das desordens publicas, e felicidade do Imperio do Brasil, como acceitarei de bom grado todas as determinações de V. S., a quem Deus guarde muitos annos. Lisboa 29 de Março de 1823.

« De V. S. venerador e servo. — Marcos Antonio de Souza. »

A RAINHA D. CARLOTA, POR NÃO JURAR A CONSTITUIÇÃO, E DESTERRADA PARA A QUINTA DO RAMALHÃO

A rainha D. Carlota Joaquina de Bourbon, não quiz jurar a constituição, e por esta causa não só foi ameaçada em sua existencia, como desacatada em sua dignidade de rainha<sup>(\*)</sup>. José da Silva Carvalho, ministro do reino foi o causador de tudo isso. O synedrio immediatamente decretou a deportação da rainha, e apesar dos brados da humanidade, e das informações dos medicos e da inclemencia da estação invernosa, a sanha dos ministros a nada attendeu, e com estranho alarido gritão que a crucifiquem.

Alguns conselheiros, menos arrebatados, não achando culpa na recusa da rainha, por não haver explicita determinação na constituição promulgada, são de parecer que o congresso interprete a lei; mas como isso era longo, e fastidioso, e havia urgencia de que Sua Magestade sahisse de Portugal, no dia 4 de Dezembro de 1822, impreterivelmente, e sem mais consideração alguma, como disse o ministro da justiça, apesar dos incommodos que ella padecia, foi desterrada para a Quinta do Ramalhão.

O leitor verá pelas peças officiaes, que aqui transcrevo, o que se passou com essa senhora até a sua chegada á dita Quinta.

*Documentos relativos ao juramento da constituição.*

« Ilm. e Exm. Sr.—El-rei manda participar ás côrtes extraordinarias da nação que, havendo recusado a rainha prestar

quinto Imperio, e que se verificou no Sr. D. Pedro de Alcântara, descendente de D. Afonso Henriques, e aclamado Imperador do Brasil em 12 de Outubro de 1822. Para assim nos persuadirmos concorre tambem muito o que deixou escripto S. Theotónio, 1º prior de Santa Cruz de Coimbra, em 1150, que depois de prognosticar que a nossa rainha a Sra. D. Maria I havia passar a equinocial, e que então haveria um caso estranho, diz na quadra 77:

« Um simples regente,  
Príncipe herdeiro,  
O senhor será  
De um Imperio inteiro. »

O Sr. D. João VI, ainda que tivesse naquelle tempo o titulo de Principe Regente, não era um simples regente, porque elle governava como se rei já fosse. No Sr. D. Pedro de Alcântara, porém, se verificou o—simples regente—porque quando o seu augusto pai se retirou para Portugal o nomeou regente do Brasil, marcando-lhe os negocios que por si decidiria e os que reservava á sua deliberação.

Foi simples regente, principe herdeiro; mas passou a ser Imperador, protector e perpetuo defensor do Imperio inteiro do Brasil desde 12 de Outubro de 1822, e será por dilatados annos, que Deus lhe conceda, como havemos mister.

(De um curioso.)

(\*) Foi este successo que muito concorreu para o assassinato juridico de Ractcliffe no Rio de Janeiro (Vide o « Brasil Historico »).

o juramento á constituição politica da monarchia, a que era obrigada na conformidade da lei, Sua Magestade, ouvindo o conselho de Estado, ordenou que os ministros tomassem as medidas convenientes para a exacta observancia da mesma lei. Como, porém, a rainha representasse que no rigor da presente estação, segundo o estado actual da sua saude, não podia emprehender a jornada para fóra do reino sem que a sua vida corresse perigo, Sua Magestade, tendo ouvido o parecer dos medicos, que declarão ser bem fundado este recuo, mandou que se deferisse o cumprimento da lei na parte que diz respeito a sahir do territorio portuguez, enquanto durar a impossibilidade de assim se cumprir.

« Todo o processo deste negocio consta do incluso relatorio, que Sua Magestade manda remetter ao soberano congresso para seu inteiro conhecimento.

« Deus guarde a V. Ex. Palacio da Bemposta, 4 de Dezembro de 1822.—Felippe Ferreira de Araujo e Castro.—Sr. João Baptista Filgueiras. »

*Relatorio sobre a deliberação negativa da Rainha Fidelissima á prestação do juramento á constituição politica da monarchia portugueza, desde 3 de Novembro até 4 de Outubro de 1822, inclusive.*

« Constando a el-rei que no dia 3 de Novembro, marcado pela lei para o solemne juramento dos funcionarios publicos, e possuidores dos bens nacionaes, antigamente denominados da corôa, a rainha havia recusado dar proeução; e estando já proximo de findar o prazo de um mez concedido na mesma lei; julgando Sua Magestade que devia á sua augusta esposa a communicação do que determinava a lei, para que por falta do conhecimento della, não incorresse na sua sanção, ordenou que tres dos seus ministros, no dia 22 de Novembro, lhe fossem participar aquella disposição.

« Foi assim executado pelos ministros, mediante a nota verbal, á qual contestou a rainha, dizendo que não jurava, porque uma vez havia dito que não; que bem conhecia a lei, e a tudo estava disposta, considerando el-rei a necessidade em que estava o governo, de applicar á rainha, a positiva e terminante sanção da lei, e desejando conciliar a exacta observancia della, com o decoro, e considerações devidas á pessoa de sua augusta esposa, mandou ouvir o conselho d'Estado.

« E porque segundo o teor da lei, recusando a rainha jurar, devia perder os direitos inherentes a qualidade de cidadão, e sahir immediatamente do territorio portuguez, o que tinha de verificar-se no dia 4 de Dezembro porque no dia 13 expirava o prazo assignado pela lei, cumpria que a rainha declarasse ao paiz, onde se dirigia, para que el-rei, sem retardar a execução da lei, podesse praticar as attentções, que ainda lhe devia, como seu augusto esposo.

« Neste sentido se escreveu á rainha a carta, a que respondeu, como se vê, certificando a recusação de prestar o juramento e indicando o porto de Cadiz; mas ao mesmo tempo, representando que o estado de sua saude lhe não permittia emprehender a jornada, sem correr perigo de vida.

« Sobre a primeira e segunda resposta da rainha, opinou a maioria do conselho d'Estado, na presença de Sua Magestade, que não era claro o sentido da lei, nem ella podia ser applicada senão pelo poder judiciario; e que em ambos estes pontos deveria recorrer-se ás côrtes.

« Porém como não era duvidoso que a rainha, por ser chamada a presidir á regencia, no caso do art. 149 da constituição, e pela qualidade de possuidora de bens nacionaes, era obrigado a jurar; e por outra parte não se tratava da applicação da jura ao facto illicto, mas sim das consequencias naturaes do acto livre de não adherir a rainha ao pacto social, entendem o governo dever proseguir no cumprimento da lei, mandando proceder a todos os preparativos necessarios para a sahida da rainha por via de mar, logo que terminasse o prazo da lei.

« Entretanto não sendo licito de attender á represen-

tação do imminente perigo de vida, com que a rainha allegava, se fosse obrigada a fazer a jornada, no rigor da presente estação, julgou o governo conforme o direito, ouvir o parecer dos facultativos, como arbitros legais em semelhante materia (portaria n. 13).

« Como em uma conferencia de dez medicos, assim effectivos como honorarios da real camara, se accordasse, que a rainha no seu actual estado de saude corria imminente perigo de vida se tentasse viagem, ou jornada na presente estação, tornava-se forçoso deferir nesta parte a execução da lei, para ter seu cumprimento logo, que sem eminente perigo, se possa por a caminho por via de mar, ou por terra. (documentos ns. 14 e 15).

« Havendo pois hontem expirado o prazo da lei sem que a rainha prestasse o devido juramento (decreto n. 16), tem el-rei declarado por decreto da data de hoje, haver ella perdido todos os direitos civis e politicos, inherentes tanto a qualidade de cidadão, como dignidade de rainha; e que outro sim, deverá sahir immediatamente do territorio portuguez (decreto n. 1).

« Mas como pela acima referida allegação dos facultativos era impossivel fazer effectiva a immediata sahida, sem imminente perigo de vida, houve por bem Sua Magestade sempre dar nesta parte somente a execução da lei, para ter o seu cumprimento logo que cessa o mencionado perigo, como consta do 2.º decreto da mesma data. Do que tudo mandou Sua Magestade se fizesse participação ás côrtes ordinarias, com a copia dos respectivos documentos, para seu devido conhecimento. Palacio da Bemposta em 4 de Dezembro de 1822. — Felipe Ferreira de Araujo e Castro. »

#### Nota verbal d rainha.

« Senhora. — Estando proximo a findar o prazo marcado pela lei de 11 de Outubro proximo passado ás pessoas obrigadas á jurar a constituição politica da monarchia, que el-rei jurou totemamente; não tendo Vossa Magestade ainda prestado o seu juramento como cumpria, El-rei nos manda á presença de Vossa Magestade para fazermos saber mui respectuosamente, a V. M. que no caso não esperado de Vossa Magestade não querer jurar até o dia 11 de Dezembro proximo seguinte, como a lei determina, el-rei, e os seus ministros se acharão na dura necessidade de pôr em execução a referida lei, que faz perder a qualidade de cidadão e sahir immediatamente do reino a todo aquelle, que sendo obrigado a jurar a constituição politica da monarchia, recusar cumprir tão religioso dever. Os ministros encarregados por Sua Magestade desta mensagem deixão a sublimè consideração de Vossa Magestade calcular os inconvenientes, que resultarão para Vossa Magestade no caso de que Vossa Magestade recusasse cumprir com tão religioso dever. Palacio de Queluz 22 de Novembro de 1822. — Felipe Ferreira de Araujo e Castro, ministro e secretario de Estado dos negocios do reino. — Silvestre Pinheiro Ferreira, ministro e secretario de Estado dos negocios estrangeiros. — Ignacio da Costa Quintella, ministro e secretario de Estado dos negocios da marinha. »

S. M. a Rainha Fidelissima disse em resposta :

« Que já havia mandado dizer a el-rei que não jurava: que tinha asentado de nunca jurar em sua vida nem bem, nem mal; o que não era nem por soberbia, nem por odio ás cortes, mas sim porque assim uma vez o tinha dito, pois uma pessoa de bem não se retratava; e por ser uma pessoa doente: que bem sabia a lei, e conhecia a pena que ella impunha: e que estava disposta para tudo. »

#### Portaria ao conselho de Estado.

« Manda el-rei pelo secretario de Estado dos negocios do reino, remetter ao conselho de Estado a intimação,

que mandára fazer a Sua Magestade a Rainha Fidelissima, sobre a prestação do juramento á constituição politica da monarchia, a que era obrigada; bem como a resposta negativa por ella dada sobre este assumpto, afim de que o conselho de Estado na sessão do dia 29 do corrente, em que el-rei será presente, interponha o seu parecer sobre o modo de consiliar-se á execução da lei com as considerações devidas á alta jerarchia, e mais circumstancias da pessoa. Palacio da Bemposta 22 de Novembro de 1822. — Felipe Ferreira de Araujo e Castro. »

#### Carta d rainha.

« Senhora. — Tendo Vossa Magestade declarado formalmente aos ministros de Estado, que não jurava a constituição politica da monarchia, não obstante o conhecimento, que tinha da disposição da lei, de 11 de Outubro do corrente anno, e sua sancção, e sendo o governo obrigado a fazel-a executar: manda el-rei declarar a Vossa Magestade que terminando no dia 3 de Outubro proximo seguinte o espaço marcado para a prestação daquelle juramento e recusando Vossa Magestade até então cumprir aquelle religioso dever, é forçoso neste caso sahir immediatamente do reino; e desejando el-rei praticar com Vossa Magestade todas as considerações devidas á augusta pessoa de Vossa Magestade, cumpre que Vossa Magestade indique o paiz estrangeiro, aonde se destina, para que fazendo-se as convenientes disposições ali tenha a sua devida execução no dia 4 do referido mez impreterivelmente. Palacio do Alfeite em 27 de Novembro de 1822. — Felipe Ferreira de Araujo e Castro, ministro e secretario de Estado dos negocios do reino. »

Mandou-se apromptar a fragata *Perola* para a conducção da rainha no mesmo dia 27 de Novembro, e Sua Magestade respondeu á carta que o ministro lhe mandou nos termos seguintes :

« Hontem pelas 10 horas da noite recebi por mãos do marquez de Vallada a intimação, que Felipe Ferreira me fez da parte de el-rei, a que devo responder o seguinte: 1.º Que já fiz minha solemne e formal declaração de que não jurava: agora torno a ratificá-la. 2.º Que estou prompta a executar o que el-rei me manda em virtude da lei; porém sou obrigada a representar que eu sou doente, como todos sabem, e ainda mais do que se pensa, e é de direito natural a conservação da vida. »

« Estou bem certa que el-rei, nem o governo, não hão de querer que eu vá morrer por esses caminhos, pois estamos no rigor do inverno, e não me atrevo a emprender a jornada, sem passar a força dello: e para mostrar a todos que eu não entro absolutamente em cousa nenhuma, estou prompta para me retirar para a minha quinta do Ramalhão, com as minhas duas filhas (as quaes sempre hão de ser inseparaveis de mim) até que o tempo permitta principiar a minha jornada para fóra do reino. 3.º A minha intenção é ir para Cadiz, por mar, por ser assim mais suave, atendendo á falta de saude e de forças, que tenho. Palacio de Queluz 28 de Novembro de 1822. — RAINHA. »

Os documentos de 6 a 12 são pareceres, sendo o primeiro do conselho de estado, presidido pelo rei onde se discutirão as seguintes opiniões :

« A todo o conselho parece que deve ser livre a Sua Magestade a escolha do lugar da sua ulterior residência; mas que não é permittivel que leve consigo alguma das Sras. infantas. Palacio de Alente, 29 de Novembro de 1822. — Conde de Sampaio. — Conde de Penafiel. — Freire. — Dantas. — Cunha. — Oliveira. — Brancamp. — Moura. »

#### Parecer dos ministros.

« A minha opinião é que S. M. a rainha deve sahir no dia 4 de Dezembro impreterivelmente, sem mais consideração al-

guma, a que não tem direito perdendo aquelle de cidadão portuguez, e emquanto ao lugar que se lhe deixa a seu arbitrio; e, ultimamente, enquanto levar as Sras. infantas, suas filhas, conforme-me com a opinião do conselho de Estado. Palacio de Alfama, 29 de Novembro de 1822.—José da Silva Carvalho. »

**A rainha é submettida a uma junta medico no dia 30, ás 11 horas da manhã.**

« Tendo a junta sido exactamente informada pelos medicos assistentes da historia dos padecimentos de Sua Magestade em diferentes tempos, e da natureza dos ataques de que mui repetidamente tem sido acommettida, ainda depois que regressou para Portugal, declarando os mesmos assistentes que muitos dos ditos ataques hão sido de imminente perigo de vida pelo grande estrago que affecta já o seu pulmão e pelos longos padecimentos de ligado, a ponto tal que em algumas occasiões, e em alta hora da noite se hão reunido em conferencia; á vista, pois, da historia acima referida, os medicos convocados decidiram unanimemente: 1º que S. M. a rainha deve soffrer um destes ataques logo que se exponha á intemperie da atmosphera e a outras muitas inherentes causas, emprehendendo uma viagem ou jornada na presente estação; 2º que o ataque desenvolvido então por causas muito mais vehementes, tanto physicas, como moraes, traria consigo imminente perigo de vida.

« Palacio de Queluz.—Barão de Alvaizere, physico-mór do reino.—Manoel Luiz Alvares de Carvalho.—Dr. João de Campos Navarro de Andrade.—José Cerdim Manni.—Vicente Antonio de Azevedo.—Dr. Bernardo José de Abrantes e Castro.—Dr. José Mariano Leal da Camara Rangel de Guimarães.—João Henrique da Paiva.—Dr. Joaquim Xavier da Silva.—João Thomaz de Carvalho. »

**Presistindo a rainha em não jurar a constituição até o dia 3 de Dezembro forão expedidos os seguintes decretos:**

« Tendo a rainha, por sua espontanea e livre declaração, feita e assignada do proprio punho em data de 28 de Novembro, ratificada a que havia solemne e formalmente feito em data de 22 do mesmo mez: que, com pleno conhecimento da lei e sua sanção, havia tomado a positiva e firme determinação de não jurar a constituição politica da monarchia, e havendo expirado o prazo dado pela lei sem que tenha prestado o juramento a que era obrigada em execução da mesma lei; faço saber que, pelo facto de não jurar a constituição, a rainha tem perdido todos os direitos civis e politicos, tanto inherentes á qualidade de cidadão portuguez, como á dignidade de rainha, e que outrossim deverá sahír immediatamente do territorio portuguez. As autoridades a quem competir o tenham assim entendido e fação executar.

« Palacio da Bemposta, em 4 de Dezembro de 1822. Com a rubrica de Sua Magestade.—Felippe Ferreira de Araujo e Castro. »

« Tendo representado a rainha que, segundo o estado de sua saúde e o rigor da estação, não podia, sem perigo imminente de vida, sahír immediatamente do territorio portuguez, como devia, em observancia da lei por não haver jurado a constituição politica da monarchia; e havendo declarado os facultativos que com effeito havia perigo imminente de vida se fizesse jornada neste momento, determino que fique deferida a execução do decreto desta mesma data até que possa verificar-se sem perigo imminente de vida, devendo reír-se, entretanto, para a quinta do Ramalhão—acompanhada unicamente das pessoas indispensaveis para o seu serviço pessoal. As autoridades a quem competir o tenham assim entendido e fação executar.

« Palacio da Bemposta, em 4 de Dezembro de 1822. Com a rubrica de Sua Magestade.—Felippe Ferreira de Araujo e Castro. »

**A RAINHA DE PORTUGAL E' ABANDONADA NO SEU DESTERRO**

Não se pode aviltar mais a um rei, do que nesses acontecimentos que se derão no governo faccioso das côrtes, obrigando o bondoso soberano de Portugal a assignar decretos, destituindo sua esposa das honras de rainha, banindo-a para fora do reino! A perseguição chegou a tal ponto que o redactor de um periodico(\*), indignado, disse:

(\*) *Espectro* n. 152.

« Vimos um bilhete de S. M. a Sra. rainha de Portugal, que mostra o excesso a que tem chegado a sanha de seus perversos inimigos. Parece incrível que os portuguezes, que sempre se prezaram de amar e respeitar seus monarchas, cheguem a tal ponto de cegueira, que posterguem até deveres de humanidade! Quem o cêra? Dir-me-hão que tal barbaridade é só devida aos Mouras, Borges, Patos e outros execraveis monstros que dominão o congresso.

« Eis o bilhete:

« M. R.—Tu bem sabes as minhas circumstancias, e que vim para aqui só com o dinheiro que me derão os meus filhos; este acabou-se e estou sem nenhum vintem; portanto remetto essa pluma para vêr-se tu achas quem me empreste 2:700\$, que é o seu valor, como se vê da avaliação que fez o contraste, que juntamente remetto com ella, ficando a dita pluma empenhada até que eu possa satisfazer a dita quantia. Quando tiveres a resposta traze-a, isto é, se for favoravel; se não basta que me mandes outra vez a pluma com uma carta, dizendo o resultado. Ramalhão, 27 de Janeiro de 1823.

« —D. CARLOTA JOAQUINA DE BOURBON. »

**AS CÔRTEES DESPRESTIGIADAS VÃO ABYSMANDO A NAÇÃO**

Todos os dias sentia-se o desaparecimento dos deputados brasileiros, e já desapontados os facciosos a respeito do Brasil, na sessão do dia 5 de Fevereiro de 1823, appareceu na mesa a seguinte indicação:

1º No estado actual do Brasil não deve mandar-se para lá uma regencia.

2º Deve permitir-se ao governo, que escolha um general de confiança para mandar ao Brasil, e lhe contie todos os poderes necessarios a quem tem de debelar inimigos e fazer conquistas a 2,000 leguas de distancia.—

Na sessão extraordinaria do dia 8 houve renhido debate sobre a organização do conselho de estado, que, visto a distancia das provincias do Rio de Janeiro, S. Paulo, Alagôas, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Parahyba, seria composto de 9 membros, 6 europeos e 3 d'entre os naturaes das provincias ultramarinas, que a final foi aprovado.

O deputado Girão disse: « Que tiramos nós de ter prodigalizado tantos obsequios e contemplações a rebeldes? Os escarneos, as mofas, os insultos mais despejados, e por fim todos os males, que seguir costumão a cobardia por mais que esta se adorne das vistas da prudencia! Tudo tem limites, deixemos de fazer a côrte ao Brasil... armemo-nos de coragem civica para resistir á magica brasileira. Eu declaro, que não lhe faço a côrte, e que se acaso se tratasse deste objecto, talvez votaria para que o deixassem livre seguir seus intentos, sem despendermos cousa alguma com elle, e do mesmo modo serão muitos. »

Despender o que? O estado financeiro já era tal em Portugal que o governo mandou inventariar os conventos e recolhimentos de todo o reino, chegando até a inventariar-se as sagradas imagens e vasos sagrados, arrecadando-se os dinheiros das irmandades, com o pretexto de se applicar tudo aos reparos dos templos arruinados pelo terremoto do 4º de Novembro de 1755(\*).

O thesouro nacional, dizia um periodico, cada vez mais se vai intisicando: nas promessas do governo e das cortes não ha confiança, por cujo motivo não pode elle achar empréstimos.

Fez-se nas cortes uma combinação, para decretar-se, como se decretou, que os fundos litigiosos,

(\*) Isso não era verdade: tudo estava reparado, porque do Brasil sahirão milhões para reedificar Lisboa.

que estavam no deposito publico, pertencentes a particulares, passassem para o banco de Lisboa em beneficio das partes: dizia-se que estas machiavelicas medidas se tomavam para obter-se do banco o emprestimo, e não ser tão escandaloso passar directamente aquelles fundos de deposito para o thesouro.

A galera *Conceição Oliveira*, navio mercante, que tinha vindo da Bithia, foi armado em guerra, e sahio para o mesmo porto no meado de Março, carregada de mantimentos, por conta do Estado, e ficão-se apromptando para igual commissão duas charruas, *Conde de Peniche*, e *Herrina*.

No dia 24 de Março entrou do Maranhão, na barra de Lisboa, uma galera ingleza conduzindo mil e tantos saccos de arroz que os negociantes portuguezes, offerecerão ao estado para sustento da tropa, visto que já vivião inquietos pelo partido brasileiro.

A guerra civil lavrava em Portugal; e embora fosse marcado o dia 31 de Março para o encerramento das cortes extraordinarias, isso não teve lugar, porque logo que o ministerio soube dos acontecimentos de Villa Real participou ás cortes, e estas decretarão a suspensão de *habeas corpus* por 3 mezes, sendo removidas infinitas pessoas, e a maior parte dellas mandadas sahir em 24 horas para fora do reino, e, entre as mesmas, alguns estrangeiros com empregos civis e militares. No congresso havia um partido a favor da independencia do Imperio do Brasil, com o fim de se concluir algum tratado, que fosse reciproco, e interessasse a Nação, e ao commercio em geral.

#### CONTRA-REVOLUÇÃO EM VILLA-REAL E DISSOLUÇÃO DAS CÔRTEZ

O conde de Amarante, vendo o despotismo das cortes e o aviltamento do soberano, promoveo uma contra-revolução em Villa Real, que começou pela proclamação seguinte:

« Portuguezes! — Então ainda não é tempo de quebrar, romper, e despedaçar os ferros vergonhosos e infames que vos prendem, que curvados o sorprezois vos têm, e que vos desdourão a vossa honra, a vossa gloria, o vosso valor e a patria! Consentireis... ou tereis olhos para ver ainda mais tempo coberto de opprobrios, de ignominia, e manchado com o sello da infamia e do despotismo o throno de vossa monarchia, assento de tantos reis, por um punhado de insectos destruidores da santa religião, do throno e da patria! Sereis tão cobardes e pusilanimos que não derribeis e confundais entre as suas mesmas ruínas esse vergonhoso edificio, que a fraude e a sedição pôde sagazmente annivelar sobre o terreno portuguez? »

« Ah! envergonhai-vos, escondi-vos nas entranhas da terra, e corridos da vossa fraqueza degradai-vos do nome portuguez, e então vereis em breve o vosso monarcha e toda a familia real decapitados, e vossa patria fluctuando em sangue, e o projecto dos malvados coberto com o decret do throno esangüentado. Foi esta a sorte da França pela mão dos jacobinos. »

« Oh, cara patria! oh, patria desditosa! eu te considero já em um pelago de horrores e submergida em pranto e sangue, levantando gritos espantosos... mas que tropel, que finidos de armas sinto? Que é isto, portuguezes? O som da tuba belicosa são! desportais! »

« A's armas, portuguezes; não temamos; vosso valor e coragem de novo se atõe; segui-me; correi após de mim; expurguemos de monstros, de tyrannos, de despotas sacrilegos e malvados o nossa Lusitania. Comvosco morrerei, salvando a patria, a religião e o throno. — Viva el-rei nosso Senhor D. João VI e toda a dynastia da casa de Bragança! Viva a religião e vivão os portuguezes! — Conde de Amarante. »

#### GOVERNO PROVISÓRIO EM CHAVES

O conde de Amarantes installou em Chaves um governo provisorio com a denominação de Regen-

cia, o qual era composto dos membros seguintes: Ayres Pinto de Souza, D. José Morgado de Matheus, visconde do Real Agrado; Antonio da Silveira, que proclamáram: — Viva El-Rei — com duas camaras, e morraões Regeneradores de 21 de Agosto e a sua constituição.

No dia 13 de Março, junto ao Peso da Regoa, houve um renhido combate, ficando prisioneiros, em poder dos realistas, 4 batalhões de caçadores numeros 7, 9, 10, e 11 e o regimento de infantaria 21, quatro peças de artilharia, caixa militar, e o brigadeiro Pamplona, que commandava os constitucionaes, escapando Luiz do Rego, com algumas tropas de 1.ª e 2.ª linha para Amarante, e dali pediu aos governadores do Porto e Beira immediatos socorros de dinheiro, gente, e tres mil pares de sapatos.

Os realistas erão commandados pelos marechaes Vahia e Gaspar Teixeira: depois de algum descanço houve outro encontro no dia 23, do que resultou da parte dos realistas algumas perdas e fugida de alguns prisioneiros, que o *Diario do Governo* e outros impressos exagerarão.

Ao exercito realista seião juntando grandes forcas e com ellas muitos officiaes de merecimentos e entre elles o marechal Champlemont, inspector de cavallaria, que contavão marchar sobre o Porto, onde havia um grande partido realista, e por isso chegando alli de Coimbra o regimento de infantaria n. 22, o governo mandou desarmar o resto do esquadrão de cavallaria n. 9 na frente deste regimento. As deserções nos corpos do exercito constitucional erão já sensiveis. O espirito publico se manifestava em favor das reformas que os realistas annunciavão, tomando calor em todas as provincias do reino, e os constitucionaes seião desfalcando, sendo já tratados os seus principaes chefes com desprezo, e divergindo uns dos outros em suas opiniões. Desconfiavão já da conducta do general Sepulveda, governador das armas da corte e extremadura, por ter o irmão, o coronel visconde de Ervadosa, adherido em Bragança á causa dos realistas com o regimento de infantaria n. 24.

Tinha-se publicado o decreto das cortes para criação de guardas nacionaes com a legenda — *constituição ou morte* — mas a sua organização era difficulosa pela rapidez dos successos dos realistas. O ministerio achava-se bastante perplexo e as medidas que tomava a cerca da segurança publica erão rigorosissimas, temendo a explosão, que se esperava e se dizia combinada para o dia 23 de Abril de 1823.

Igualmente havião muitas desconfianças em alguns dos regimentos, que fazião a guarnição de Lisboa, e as milicias e o corpo do commercio já fazião o serviço dos guardas da cidade.

O brigadeiro Cabreira, governador do Algarve, foi chamado á Lisboa, por desconfianças de que fosse convidado pelos realistas, onde era vigiado, e lhe promettião o commando da artilharia.

D. Miguel, talvez por sugestões de sua mãe a rainha D. Carlota, no dia 2 de Junho de 1822 tentou dissolver as cortes, no dia 27 de Maio de 1823 fez nova tentativa; porem só em 5 de Junho o Sr. D. João VI, vindo de Villa Franca, para onde se tinha retirado, foi que as dissolveu. E por um de-



creto também nullificou a constituição de Setembro de 1822, promettendo, nesse acto, offerecer á nação portugueza uma carta constitucional.

#### CHEGA A LISBOA A NOTICIA DO GRITO DA INDEPENDENCIA

Logo que chegou á Lisboa, e que se espalhou em todo o reino, a noticia da independencia do Brasil, accelerada pela violencia das cortes e mal calculada politica de seus influentes, na maior parte discipulos da escola de direito, appareceu pregada pelas esquinas das ruas e portas dos templos, uma proclamação impressa, que aqui transcrevemos.

#### A verdade e nada mais!

« Ha uma desgraça igual á nossa! Ha miseria semelhante, como esta, a que estas malditas côrtes nos tem reduzido! Quem as poderá encerrar sem bramir de desesperação e de raiva?... Mas deixemos declamações; vamos a factos. Quando se installarão as côrtes a nação esperou achar nellas um remédio a seus males ou pelo menos uma suave consolação. Mas quanto nos illudimos! Quanto fomos ainda mais infelizes!

« Apenas se reunirão, e desde então até hoje, não trataram senão de destruir e de alacar com os males negros insultos a corporações leaes, a familias e a individuos em particular; isto é uma verdade tão conhecida de todo o infeliz povo portuguez, que não ha uma unica pessoa que se atreva a negalo. Quando esperavamos que os negocios e interesses da nação fossem tratados com toda a dignidade e madureza, que taes circumstancias exigião, vemos tres malvados assenhorear-se do espirito das côrtes, e ditarem elles sós a seu capricho a lei que lhes convem, valendo-se para tato do respeitavel nome do povo para o roubarem e para o perderem.

« Inimigos da monarchia, não querem senão republica, e quantos passos têm dado até hoje não são tendentes senão a destruir a familia real e a acabar com a santa religião christã. Em vez de promoverem o bem geral do povo só se interessão em estabelecer lojas de pedreiros livres por todo o reino e declarar guerra a quem o não fór! Ou todos os portuguezes, dizem esses malvados, hão de ser pedreiros livres, ou nós haremos de viver pouco!

« Eis-aqui os bens que nos preparão! Eis-aqui como preenchem os seus deveres. Ha pôrto de anno e meio que estão reunidas para nos darem uma constituição, e ainda tal constituição se não acabou nem acabará, para não perderem a moeda por dia.

« Portuguezes! Desenganemo-nos; estas indignas côrtes não sahem dahi sem acabarem de esfolar o povo, comendo-lhe até o ultimo vintem; anda já por mais de dous milhões o que nos tem consumido. Os cofres estão esgotados, as administrações roubadas e empenhadas; em uma palavra já não ha com que pagar aos empregados publicos. Centos e centos de mil cruzados vão para França, para se darem aos que lá trabalhão em uma revolução!

« Dão-te contos de reis a patifes estrangeiros, como foi a esse general Pepe, e se faz ainda a outros em segredo, enquanto os que os servião dignamente andão com suas desoladas familias pedindo esmolas pelas portas! Que infamia! Que tyrannia! Enfim, por cumulo da desgraça fizeram perder o nosso rico Brasil, pretendendo soprar-lhe a guerra civil; sim, forão só ellas e mais ninguem; vós o sabeis, portuguezes, assim como sabeis também—que já estamos perdidos com a perda do Brasil, donde nos vianão tantos soccorros, e onde empregavamos tantos honens.

« Que será do nós se lhe não damos um prompto remedio? Em nome da patria, ó portuguezes, em nome da religião, do throno e da honra, eu vos conjuro a salvar a nação. Dispersemos quanto antes esse perido congresso da anarchia e de desordem. Convoquemos outras côrtes dignas de nos representarem e de remediarrem os males incalculaveis que esta nos tem causado; acabo-se de uma vez esse vil triumvirato das côrtes e esse venal dictador do ministerio.

« Fallemos claro, portuguezes! Quem governa Portugal desta sorte que védes é o herage Manoel Fernandes Thomaz, filho de um barqueiro da Figueira, chamado o Estriga; é o libertino José Ferreira Borges, filho de um armador de igrijas do Porto, em cuja cidade arrastou pelo chão a veneravel imagem de Nossa Senhora em uma procissão nocturna de pedreiros livres; é esse maldito Moura, letrado da provincia da Beira, que trazia as familias daquela provincia todas intrigadas em demandas; finalmente, é esse José da Silva Carvalho, filho de um cabreiro de S. João de Arêas, que roubou o cofre dos orphãos no Porto!

« Eis-aqui quem nos está dando a lei! Eis aqui quem governa o rei, e quem obriga, com ameaças de veneno, a consentir o mesmo a ordenar quanto elles lhe ordenão! Eis-aqui quem vai proscriver o Principe herdeiro do throno portuguez! Abaixo os tyrannos! O portuguezes, mostremos que ainda se não acabou em nós a honra com que nossos pais nos dotarão! Eis! salvemos a patria!... »

Dissolvidas as côrtes, o presidente da camara da cidade do Porto mandou também publicar a seguinte proclamação:

« Portuguezes!—Os inimigos do monarcha e da nação forão derribados, e os descendentes dos Virintos e dos Sertorios salvirão a patria dos males horribes em que se via abyssmada. Os facciosos tremêrão ao brado universal que reintegrou o nosso adorado rei a seus legitimos direitos. Elles dilacerarão este valoroso reino, e por suas perdidias e machinações fizeram que o Brasil, sacudindo o pesado jugo, se declarasse independente.

« Maltados! e que seria de nós se perdessemos—o nosso rico Brasil? Portuguezes, estai tranquilos; eu conheço—o caracter pacifico dos nossos irmãos do novo mundo;—a fausta noticia que restituiu Portugal ao caminho de seus deveres e da honra será o ramo de oliveira, que levará o signal da paz e da união áquellas nossas provincias!

« Sim o Brasil separado temporariamente voltará carinhoso ao seio da mã patria. Os laços eternos prenderão em doce harmonia os membros da grande familia portugueza. Porto, 5 de Junho de 1823.—Do presidente da camara do Porto. »

#### REVELAÇÕES DO MARQUEZ DE OLINDA AO AUTOR

Conversando com o Exm. marquez de Olinda que presenciou, e tomou parte nos nossos negocios nas cortes de Lisboa, disse-me, em presença de algumas pessoas, que retirada dos deputados brasileiros das cortes portuguezas teve por motivos, não só as divergencias que houverão pela desigualdade de direitos e duvidas na constituição para com o Brasil, e sua recolonisação, como no receio de violencias praticadas em suas pessoas.

Alguns deputados brasileiros havião pedido licença para se retirarem, infructiferamente; e na sessão de 2 de Outubro foi lida uma carta do deputado Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, em que pedia ao congresso declarasse licita e permittida a sua retirada daquelle reino, que foi mandada remetter á commissão de constituição.

Na mesma sessão de 2 de Outubro foi lido o seguinte parecer:

« A commissão de poderes foi mandado, em sessão de 2 de Setembro precedente, um officio do deputado de S. Paulo o Sr. Diogo Antonio Feijó, pedindo ao soberano congresso a permissão de retirar-se para a sua provincia: porque tendo sido atacado de enfermidades na vista, não tem podido atallar o progresso do mal, e quasi sempre encerrado no escuro, padece accessos de melancolia, que mais se aggravão, com o temor da cegueira.

« A commissão considerando que esta molestia (de enfermidade ou fraqueza na vista) que o mesmo deputado representa mais aggravada pela melancolia, do que pela rentidade do mal, não podia causar-lhe estorvo absoluto no exercicio de suas funcções, considerando o sacrificio, que os interesses publicos exigem dos representantes da nação, e considerando o estado da representação daquelle provincia, actualmente sem substituto em Portugal, que podesse ser chamado ás côrtes; e vendo em fim que o sobredito deputado estava gozando de licença concedida pelas côrtes, julgou conveniente de demorar o seu parecer até agora; porque antes não poderia dai-o a favor da pretensão.

« Porém nem agora mesmo o pode dar favoravelmente, porque tendo a comissão visto, contra a sua esperança, faltar este deputado ao dever sagrado de assignar e jurar a constituição em que elle mesmo havia trabalhado em virtude da sua proclamação e juramento primitivo, do que a molestia allegada não podia escusar-o, acabava de persuadir-se, que o impedimento do mesmo deputado, para assistir aos trabalhos das côrtes nestes ultimos tempos, tem sido mais imaginarios e voluntarios do que physico e real.

« Parece portanto á comissão, que não tendo agora lugar deliberar-se sobre a permissão, que o mesmo deputado pedia, deve elle ficar sujeito a qualquer procedimento que as côrtes julgarem conveniente haver-se com os deputados, que sem causa legitima e reconhecida faltarem a assignar e jurar a constituição. Pago das côrtes, 2 de Outubro de 1822.—Rodrigo Ferreira da Costa.—Jeronymo Vicente Pimentel Maldonado.—Antonio Pereira. »

Disse-me tambem o marquez de Olinda na mesma occasião, que o Dr. José Bonifacio era opposto á independência do Brasil, porque tendo figurado muito na Europa, e por seus talentos e vasta erudição, occupando os lugares de lente de direito, e philosophia na universidade de Coimbra, nos quaes era jubilado, tendo a superintendencia do Mondego e sendo secretario perpetuo da academia real das sciencias de Lisboa, e por conseguinte remunerado por esses empregos, não lhe convinha a separação do Brasil. Não obstante, porém, o nome que tinha e a reputação europea de que gozava, o seu genio versatil e infantil o desconsiderou por fim em Portugal, e então, desgostoso por isso, passou-se, em 1819, para S. Paulo, sua patria.

Antonio Carlos conhecia o modo de pensar de seu illustre irmão, e de Lisboa constantemente lhe escrevia aconselhando-o para que se empenhasse pela Independencia, abundando em razões; e o mesmo fazia para Pernambuco o padre Francisco Muniz Tavares, e outros.

O pronciamento dos deputados brasileiros nas sessões das côrtes, fez que, a policia de Lisboa, advertida pelo ministerio, se tornasse vigilante; e contando a Antonio Carlos, que fora interceptada a sua correspondencia, bem como as de Muniz Tavares, Alencar, Vergueiro, e Barata, e temendo existir ellas em poder de José da Silva Carvalho, ministro do reino, e por ellas serem processados, planejarão deixar Lisboa clandestinamente.

Havia em Lisboa, disse-me ainda o Sr. marquez de Olinda, no commercio, um brasileiro filho da Bahia, que se dava muito com os deputados, e com o ministro inglez, e sabendo de todas essas occorrencias, pediu a este uma ordem para o paquete inglez receber alguns deputados, e transportal-os á Inglaterra, e o ministro mandando que fosse entender-se com o commandante, este concordou, e pagando elles a passagem se retirarão de Lisboa. Este negociante communicando o que se passava ao Sr. Dr. Pedro de Araujo Lima (depois marquez de Olinda) e lhe offerecendo tambem passagem no mesmo navio, elle respondeu-lhe que não aceitava o seu offerecimento, porque estava resolvido a não sahir de Lisboa sem passaporte.

Na sessão de 12 de Outubro foi lido um officio do ministro da justiça, remettendo uma parte do indente geral de policia, de se terem evadido, sem passaportes, no paquete inglez *Malborough*, capitão *Bull*, sete deputados pelo Brasil.

#### BRASILEIROS FORMADOS EM DIFFERENTES FACULDADES NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA EM 1818, 1821 e 1822

Na época da nossa independencia alem de um bom numero, de homens doutos que possuamos, chegarão formados:

##### Bahia.

Em leis:

Antonio de Araújo Ferreira.  
Francisco Gomes Brandão Montezuma.  
Gustavo Adolpho de Aguiar Pantoja.  
João Francisco de Borja Pereira.  
Joaquim José Ribeiro de Magalhães.  
José Emygdio dos Santos Tourinho.  
José Maria Monteiro de Barros.  
Miguel Calmon du Pin e Almeida.  
Rodrigo de Souza Silva Pontes Malheiro.  
Antonio de Cerqueira Lima.  
Francisco de Souza Paraizo.  
Joaquim José Pinheiro de Vasconcellos.  
José Carlos Pereira de Almeida Torres.  
José da Costa Carvalho Junior.  
Cassiano Espiridião de Mello e Mattos.  
Francisco Ayres de Almeida Freitas.  
Miguel Joaquim de Castro Mascarenhas.  
Bernardino José de Mello.  
Manoel Antonio Galvão.  
Antonio Ferreira Lima.  
Domingos Martins Ribeiro.  
José Libanio de Souza.  
João Martiniano Barata.  
João Ricardo da Costa Dormund.  
Nicoláo da Silva Lisboa.  
Clemente Alves de Oliveira Mendes.  
Joaquim Marcellino de Brito.  
Manoel dos Santos Martins Vallasques.  
Antonio Calmon du Pin e Almeida.  
José Nunes Barbosa Madureira.  
Manoel José Teixeira de Sá.

Em medicina:

Joaquim José Frederico Gomes.  
Antonio Polycarpo Cabral.  
Em mathemathicas:  
José Eloy Pessoa.  
Eustachio Adolpho de Mello.

##### Minas-Geraes.

Em leis:

Candido José de Araujo Vianna.  
João Rodrigues Paiva.  
José Cesario de Miranda Ribeiro.  
Luiz de Paula do Castro do Rio Furtado de Mendonça (Este fez exame vago em Lisboa).  
Dr. Luiz José Fernandes de Oliveira.  
Bernardo Pereira de Vasconcellos.  
Em canones:  
Diogo de Castro do Rio Furtado de Mendonça.

##### Rio de Janeiro.

Francisco José Alves Carneiro.  
Francisco Gomes de Campos.  
Antonio Luiz de Seabra.  
Bartholomeu José Vahia.  
Em canones:  
Luiz Paulo de Araujo Bastos.

##### Pernambuco.

Em leis:

D. Nuno Eugenio de Lossio e Seilbiz.  
Thomaz Xavier Garcia de Almeida.  
Caetano Xavier Pereira de Brito.  
José Cardoso de Almeida Amado.  
Caetano Maria Lopes Gama.

Manoel Caetano Soares de Araujo.  
Francisco de Paula Almeida e Albuquerque.  
Manoel Ignacio Cavalcante de Lacerda.  
Manoel Pedro de Moraes Mayer.  
Em canoens:  
Dr. Pedro de Araujo Lima.  
Luiz Soares da Silveira.  
Antonio José Coelho.

## Pard.

José Paulo Figueiroa Nabuco de Araujo Este fez exame vago nesta corte).

## Maranhão.

Em leis:  
João Bráulio Muniz.  
José Vicente Freire Bruce.  
Joaquim Narciso Ferreira.  
Leocadio Ferreira de Gouvêa Pimentel.  
Antonio Marcellino da Costa Pinheiro.

## Mato-Grosso.

Em leis:  
Prudencio Geraldo Tavares Cabral.

O GOVERNADOR FRANCISCO DE PAULA MAGESSE TRANSFERE A SÉDE DO GOVERNO DA CAPITANIA PARA CUYABÁ (1821)

A junta governativa da cidade da Santissima Trindade de Mato Grosso dirigio ás côrtes, uma representação, em que se queixa do governador Francisco de Paula Magesse, ter feito a sua residencia na cidade de Cuyabá, com preferencia á antiga capital, sem ordens positivas de el-rei, o que fora a causa de se mudar a séde da capital da provincia.

As cortes então, depois de ouvirem a comissão respectiva, mandarão o seguinte decreto:

« Para Pelippe Ferreira de Araujo e Castro. — Ilm. e Exm. Sr. — As côrtes geraes e extraordinarias da nação portugueza, tomando em consideração a conta de 9 de Janeiro do presente anno da junta provisional de governo estabelecida na cidade da Santissima Trindade de Mato Grosso, expondo que o governador das armas da provincia Francisco de Paula Magesse<sup>(\*)</sup>, mudára o seu quartel para a cidade de Cuyabá, onde tambem se creára outra junta provisional de governo: e attendendo ao mais que a este respeito foi representado; resolvem o seguinte:

« 1º Que subsista uma e outra das referidas juntas provisionaes de governo, não vencendo seus membros algum ordenado, ou emolumento, em quanto se não cria uma só de governo nos termos do decreto das côrtes de 29 de Setembro de 1821.

« 2º Que, a cidade da Santissima Trindade continue a ser considerada como capital da provincia até ulterior deliberação:

« 3º Que, a junta eleitoral dos deputados ás côrtes se faça na cidade de Cuyabá, attenta a maior commodidade dos povos:

« 4º Que, a junta do governo da Santissima Trindade proceda logo a informações sobre o estado da saude publica da cidade, verificando se as enfermidades nascem de paúes facéis de enxugar, ou de inundações inevitaveis, indicando neste ultimo caso onde será melhor estabelecer a capital da provincia, consultando os interesses, e a von-

tade publica; e remetta logo ao governo para serem transmitidas ás cortes essas informações instruidas com os mappas, e documentos necessarios. O que V. Ex. levará ao conhecimento de Sua Magestade.

« Deus guarde a V. Ex. Paço das cortes em 31 de Julho de 1822. — João Baptista Filgueiras. »

A VILLA DA CACHOEIRA, HOJE CIDADE, FOI O LUGAR DA PROVINCIA DA BAHIA ONDE SE DEU, PELA RESISTENCIA ARMADA, O PRIMEIRO IMPULSO PARA A INDEPENDENCIA DO BRASIL<sup>(\*)</sup>.

Amedrontadas as familias, pelas lutas que diariamente seião dando dentro da capital da Bahia, crescia continuamente, com mais força, a emigração para o reconeavo. Na noite do dia 20 de Fevereiro sahio em direcção á villa da Cachoeira, hoje cidade, o advogado Antonio Pereira Rebouças, com o pensamento de formar alli um centro de opposição contra os lusitanos armados, que se haviam apoderado da capital da provincia. Disse-mo verbalmente esse benemerito brasileiro, que o seu primeiro cuidado ao chegar a villa foi entender-se com o padre Villaboim, e com outros amigos, fazendo-lhes ver a melindrosa situação e riscos a que estavam expostos, em vista das hostilidades que praticavão os soldados lusitanos na cidade da Bahia, auxiliados pela população portugueza: e que depois de attentamente ouvirem-n'o, combinarão em fazer uma representação (que foi escripta por José Joaquim de Souza Leite, e as assignaturas agenciadas por José Antonio da Silva Castro), dirigida ao governo da provincia, contra a guarnição da canhoneira de guerra existente no porto da villa da Cachoeira, pelo facto de ter parte da tripulação della saltado em terra e perturbado a ordem publica, dando occasião a um movimento popular.

Estando os povos dispostos a exporem-se pela causa publica, tiveram os mais influentes por opportuno o dia 23 de Junho do mesmo anno de 1822, para o rompimento da revolução, acclamando-se a regencia do principe real o Sr. D. Pedro de Alcântara, como precursora da independencia publica do Brasil, cuja idéa estava fermentada. No entanto o advogado Rebouças, de companhia com os patriotas Ignacio Joaquim Ferreira Lisboa (depois Ignacio Joaquim Pitomba) e José Antonio da Silva Castro, passaram de S. Felix e forão á casa do capitão de cavallaria da 2ª linha Antonio de Castro Lima, confôr com os outros patriotas de reconhecida influencia, o resolverão a indecisão dos que temião a força lusitana. Do S. Felix passou o Sr. Rebouças á Cachoeira a tratar com o major Bacellar, para conseguir d'elle, que fosse posto em forma o regimento de infantaria, cujo coronel, com quanto patriota e bom brasileiro, acostumado á obediencia e subordinação para com o governo da provincia e o governador das armas, general Madeira, tinha por temeraria e funesta toda a qualquer disposição para um rompimento revolucionario.

Prestando-se o major Bacellar a tudo que pretendia o advogado Rebouças, este ditou-lhe um officio para o coronel, dizendo-lhe que o povo da villa da Cachoeira se achava agitado, e que lhe parecia conveniente chamar o regimento ás armas para impedir

(\*) Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho, governador da capitania de Mato-Grosso, foi promovido a brigadeiro a 13 de Maio de 1810; teve o titulo de conselheiro por carta de 14 de 1817; foi promovido a marechal de campo a 6 de Agosto, e a tenente-general graduado a 16 de Agosto, tudo do mesmo anno, e teve o titulo de barão da Villa-Bella por decreto de 12 de Outubro de 1826. Falleceu nesta corte a 26 de Junho de 1847.

(\*) Vide na 2ª serie do *Brasil Histórico* a descripção da Cachoeira.

a desordem, que parecia inevitável, e para isto esperava a sua determinação.

O coronel respondeu-lhe que formasse o regimento; e como era dos mais influentes na causa da patria os tenentes Francisco Gomes Moncorvo e João Borges Ferraz, o regimento formou logo, apresentando-se sem demora o capitão Antonio Teixeira de Freitas Barbosa acompanhado do seu amigo e hospede o bacharel João Martiniano Barata, preocupado da suposição de que o movimento que o surpreendia era resultado de uma carta que da capital dirigira o bacharel Francisco Branhão Montezuma ao patriota Joaquim Antonio Moutinho (\*) que havia sido mostrada a varias pessoas indecisas, para as resolver a prestarem-se pressurosas á acclamação do Sr. D. Pedro de Alcantara; e disse com vehemencia, que, não era exacto o que dizia a carta do Dr. Montezuma a Moutinho, porque tendo vindo da capital da provincia a poucos dias, alli observara, que a gente lusitana era tenazmente indispuesta á acclamação da regencia do principe D. Pedro, e isto mesmo lhe continuava a afirmar João Ladislão de Figueiredo e Mello, em carta recebida na vespéra.

Disse-me mais o Sr. conselheiro Antonio Pereira Rebouças, que os collaboradores do movimento revolucionario da Cachoeira, se haviam abtido de dar parte de todos os passos ao capitão Teixeira de Freitas, receiando, que elle por nimia prudencia, a contrariasse, havendo-a por precipitada; posto que contassem com elle, na occasião mais opportuna, em que seu patriotismo mais se fizesse valer; como se verificou, apresentando-se pela manhã do dia seguinte prompto para presidir a camara municipal como vereador mais antigo, depois do patriota Joaquim Pedroira do Couto Ferraz (se por acaso não apparecesse o juiz de fóra) disposto a seguir a sorte de seus compatriotas, desde que Rebouças lhe expoz, o que em verdade havia, e do que já não era possível retrogradar.

Quanto á força do regimento de cavallaria da 2.<sup>a</sup> linha, o seu commandante o coronel José Garcia Pacheco de Moura Pimentel e Aragão, estava de accordo; e como mais denodado patriota e de maior patente, teve de ser o chefe ostensivo da revolução; vindo do seu engenho do Iguaúpe, onde residia; como tambem o coronel seu immediato Rodrigo Antonio Falcão Brandão, o tenente do mesmo corpo José Gomes Moncorvo, Manoel Ferraz da Motta Pedreira e outros.

Às 8 horas da noite do mesmo dia 24 de Junho, souberão que aquelles benemeritos erão chegados a Belem (\*\*), e que ali haviam estacionado para ao ama-

nhecer do dia entrarem na villa da Cachoeira, o que de facto se deu; e reunidos aos patriotas da villa, que ao encontro delles forão, fixerão a sua entrada a contento de todos.

O coronel José Garcia Pacheco havia-se, porém, antecipado, e as 3 horas da madrugada se achava na praça do hospital de S. João de Deos (\*), em casa do major Almeida Arnizou, onde estava tambem o advogado Antonio Pereira Rebouças, escrevendo uma proclamação, que o coronel José Garcia Pacheco assignou, convocando os povos á acclamação do Principe Regente, além de outra escripta pelo padre José Marcelino de Carvalho.

Escreverão-se officios tambem, que forão assignados pelo coronel José Garcia, ao juiz do fóra Antonio de Ciqueira Lima, presidente da camara municipal, para a convocar, e, com elle presente, ser acclamada a regencia do Sr. D. Pedro de Alcantara, como chefe do poder executivo no Brasil; ao coronel D. Braz Balthazar da Silveira, para concorrer com o seu regimento de infantaria da 2.<sup>a</sup> linha ao acto solemne que se ia executar; ao capitão-mór das ordenanças para o mesmo fim; e ao 1.<sup>o</sup> tenente de marinha commandante da barca canhoneira, estacionada no porto da villa da Cachoeira, para estar presente ao acto, sendo prevenido o reverendo parochio para o *Te-Deum* e outras solemnidades.

Em casa do major Almeida Arnizou, havia um bom deposito de armas, muitas das quaes haviam sido levadas pela força de ordenanças, que a principio cegamente obedecia ás ordens do governo da capital, mas que tinha sido por fim atrahida a favor da causa da patria. O coronel José Garcia Pacheco, depois de tudo isto, voltou a Belem, para fazer como estava combinado, a sua entrada com os patriotas seus companheiros e os que o esperavão, acampados na margem do rio Pitanga, os quaes postos em marcha pela rua do Pasto, passarão na mencionada praça do hospital de S. João de Deos ou do Chafariz, seguirão, por volta das 9 horas da manhã, pela rua da matriz até á praça da Cadêa, e pondo-se em forma, em frente do passo da camara municipal, foi proclamado o Sr. D. Pedro de Alcantara regente do Brasil.

Feita esta acclamação em acto solemne, passou-se a tratar de escrever e assignar a acta, concorrendo os cidadãos mais distinctos á sala da camara presidida pelo juiz de fóra Antonio de Ciqueira Lima, com toda a legalidade. Então algumas opiniões se manifestarão sobre a redacção da acta com referencia ao governo da capital da provincia, e commandante das armas general Madeira, em quanto não reconhecessem a acclamação da regencia do Principe Real o Sr. D. Pedro de Alcantara; e havendo a respeito algumas contestações, indicou o vigario de Santo Estevão de Jacobipe, que fosse o advogado Antonio Pereira Rebouças (hoje conselheiro) eleito para redigir a acta, o que se decidiu por acclamação.

Lavrada a acta e assignada, passou a camara com os cidadãos presentes á Igreja Matriz, onde se celebrou o *Te-Deum laudamus*, em acção de graças, e pregou na mesma solemnidade o mencionado vigario de Santo Estevão, em cujo discurso brilhou a sua reconhecida fecundidade, em presença da magnitude do assumpto, sobre que estavam empenhados.

(\*) Joaquim Antonio Moutinho, natural da villa, hoje cidade da Cachoeira, foi meu professor de humanidades; ainda vive na cidade da Bahia, e na idade de quasi 80 annos: foi um benemerito da independencia da sua patria. Pelo casamento que contrahiu com a virtuosa Sra. D. Catharina Gallo (irmã dos benemeritos João Gallo Acayaba Tabyriga e José Gallo, senhores de engenho e de muita fortuna, que grandes serviços e dispendios fizeram pela independencia), havendo herdado uma grande fortuna, a consumio em proveito da independencia, bem como seus cunhados. O governo nunca premiou a esses benemeritos.

(\*\*) É Belem um povoado acima, ao lado da cidade da Cachoeira, a uma legua de distancia, onde existe ainda a antiga igreja e collegio (em ruinas) dos jesuitas, fundado pelo celebre jesuita Alexandre de Gusmão. Foi ali que o celebre padre Juvenio do Amaral escreveu o seu poema sobre a cultura da cana de assucar.

(\*) Vide o *Brasil Historico*, 2.<sup>a</sup> serie.



DESORDEN QUE SOBREVIEU NO DIA 25 DE JUNHO DE 1822, NA VILLA DA CACHOEIRA, POR OCCASÃO DA ACCLAMAÇÃO DO PRÍNCIPE D. PEDRO.

Quando depois de celebrado o Te-Deum desfilavam a infantaria, cavallaria e os corpos de patriotas armados, da barca canhoneira, que adrede se havia collocado defronte da praça, se fez fogo de metralha, sendo ferido 2 soldados de cavallaria. Os nossos bravos compatriotas respondião com descargas de fuzilaria. Da casa do portuguez Manoel Machado Nunes sahirão muitos tiros, um dos quaes (\*) varou a barretina do major Joaquim José Bacellar e Castro.

Depois de uma tal manifestação da parte da canhoneira Lusitana, e de alguns portuguezes imprudentes, residentes na villa da Cachoeira, se deram nas floiras dos amigos da Independencia do Brazil notavel intusiasmismo, e á tarde reunidos os influentes brasileiros, na praça do hospital para entrarem em serias combinações, houve um chefe dos mais notaveis, pelo prestigio do seu posto, que chegou ao extremo de dizer que se retirava fazendo acção de montar a cavallo! Compreendendo, porém, por algumas observações que ouviu, o alcance do mal, que a causa da patria corria com o seu procedimento, e tomando como exemplo de patriotismo e dedicação, o comportamento do ancião José da Silva Gomes (conhecido depois pelo nome de José Corana Christi Parahyba), adherio sem mais relutancia á causa da patria.

A canhoneira Lusitana continuou a fazer fogo de metralha e balla para as casas da villa, que se achavão illuminadas e para as sentinellas, e particularmente para a casa do Juiz de Fora, presidente da camara municipal. No entanto se communicou por um officio neste mesmo dia ao governo da capital o acto solemne da acclamação do Sr. D. Pedro, e o rompimento hostil da barca canhoneira, e a attitudo, que tomárão os brasileiros em presenca da causa proclamada; mas esse officio não chegou a ser remettido em rasão dos acontecimentos que se seguirão.

ORGANISA-SE NO DIA 26 DE JUNHO DE 1822 A JUNTA INTERINA CONCILIATORIA DE DEFESA

O estado acephalo em que se achavão os brasileiros na villa da Cachoeira, se fez immediatamente sentir, e por isso ao amanhecer do dia 26 os patriotas resolverão crear um governo, sobre cuja ostensiva direcção podessem obrar, sendo a sua denominação a de — Junta interina conciliatoria de defesa — ficando composta do modo seguinte:

Presidente o capitão Antonio Teixeira de Freitas Barbosa, Secretario o advogado Antonio Pereira Rebouças, e membros o capitão José Paes Cardoso (que foi substituido pelo Dr. José Joaquim da Silva e Azevedo). — O padre Manoel José de Freitas (conhecido depois por Pedro Manoel Dendêbus) e Antonio de Sousa Bastos; e para tudo lavrou-se a acta de cujo original copio a integra:

« Aos vinte seis dias do mez de Junho de mil oitocentos e vinte dois annos nesta villa de Nossa Senhora do Rozario do Porto da Cachoeira, e quartel dos Illms. Srs. coroneis José Garcia Pacheco, commandante do regimento de cavallaria miliciana, e Rodrigo Antonio Falcão, aggregado ao mesmo corpo, para onde forão convocadas as autoridades constituidas, e cidadãos conspicuos desta mesma villa, e seu termo abaixo assignados, foi proposto pelos referidos coroneis, que, em rasão de se ter acclamado no dia de hontem 25 do corrente Sua Alteza Real o Principe D. Pedro de Alcantara, regente, perpetuo constitucional e protector deste reino do Brasil, na conformidade em que foi acclamado na corte e cidade do Rio de Janeiro; se fazia necessario não só por ser quasi ingenuito com as mudanças politicas o tomarem-se medidas tendentes a sustentação respectiva, que era no presente caso defender-se a acclamação dita de Sua Alteza Real, como por se temerem hostilidades provenientes da força estacionada na capital da provincia, cujo preludio, com espanto se tem visto praticar pelo commandante da escuna canhoneira surta neste porto, em dar muitos tiros de peça com balla e mosquetaria contra o povo, trepa e casas de algumas das autoridades, residentes na praça, títulão acordado convocar as referidas autoridades constituidas, e pessoas conspicuas desta villa, e seu termo, afim de lhes propor o referido e exigir as medidas que em tal caso a prudencia conduziisse em relação a actual situação, e mudança de cousas; e presente todas as autoridades, menos o Dr. juiz de fora do civil, crime etc, desta villa por se achar impedido por incommodos pessoais, como fez ver por um officio, com que respondera anque lhe fora dirigido pelos referidos coroneis: o coronel D. Braz Balthazar da Silva por estar molesto por officio, que dirigira ao sargento-mór do seu corpo Joaquim José Bacellar e Castro; e o capitão-mór Jose Antonio Fiuza de Almeida por molestia igualmente, como declara aos capitães Antonio de Castro Lima, e José Paes Cardoso da Silva, que para o indicado fim se lhe expedirão. Se assentou, uma vez composta a assembleia, que se fazia preciso nomear-se um presidente e um secretario, e enunciado os votos por acclamação, como igualmente se assentára, forão eleitos a pluralidade absoluta, a saber, por presidente o capitão Antonio Teixeira de Freitas Barbosa, e eu o advogado Antonio Pereira Rebouças por secretario; e logo passando-se a instalar a sessão, declararão e protestarão os referidos coroneis José Garcia Pacheco, e Rodrigo Antonio Falcão que elles, uma vez que se tem installado esta mesma sessão, entregavão a sua deliberação a discussão do negocio, que vinhão de declarar, e para que a convocação, submettendo-se igualmente a observarem tudo quanto por meio dessa deliberação se assentasse, ou decidisse.

« E nesta conformidade assentando a assembleia presente, que se devera nomear uma junta, cuja denominação e attribuições fossem adaptaveis á causa, porque fora convocada, passárão logo por voto unanime a eleger logo um presidente, e corrido o escrutinio, ficou eleito o mesmo presidente da junta preparatoria com vinte e trez votos, e passando da mesma forma a eleger um secretario ficou sendo o mesmo secretario da junta preparatoria e finalmente, passando-se a eleger trez membros, ou vogaes, por ficar a junta composta de cinco pessoas, forão eleitos o capitão José Paes Cardoso por vinte cinco votos, o alferes Antonio José Alves Bastos por vinte dois, e por igual numero de votos o reverendo padre mestre Manoel José de Freitas, os quaes todos se comprometterão a desempenhar tudo aquillo de que fosse encarregado a junta installada, em quanto estivesse a seu alcance: e finalmente concluindo a assembleia com a declaração da denominação, e attribuições que devera ter a junta, assentárão por pluralidade de votos dever ser a denominação da junta. — Junta interina conciliatoria e de defesa — com o tratamento de mesa tendo toda a jurisdicção necessaria para conciliar entre si e defender de qualquer aggressão aos habitantes desta villa com superioridade as autoridades militares e povo, que ficão desde já obrigadas, bem como o mesmo povo, a obedecer-lhe em todas as suas

(\*) Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva — *Memorias Historicas*.

ordens, e isto sómente durante a existência da mesma junta, que se entenderá até quando as autoridades da capital da provincia reconhecerem, e animarem a aclamação de Sua Alteza Real, dando estas inteiro cumprimento a todas as ordens, que dimanarem da corte do Rio de Janeiro. E para constar de todo o referido fiz este termo, em que todos se assignarão. Eu Antonio Pereira Rebouças, em qualidade de secretario nomeado para a junta preparatoria o escrevi, e assignei. — Antonio Teixeira de Freitas Barbosa, presidente. — Antonio Pereira Rebouças, secretario. — José Garcia Pacheco de Moura Pimentel e Aragão. (Seguem-se as assignaturas.) »

CREA-SE NA VILLA DA CACHOEIRA UMA SECRETARIA GOVERNAMENTAL

Não havendo uma secretaria, era necessario quem escrevesse todos os officios e correspondencias para as villas da provincia e pontos importantes do litoral, para o reconcavo e para os sertões. O presidente da junta e o secretario Rebouças haviam tomado este enfadonho encargo, e trabalhavam dia e noite, sendo apenas interrompidos pelas commissões e providencias que davão; e, já sendo improbo o trabalho, foi necessario montar-se uma secretaria regular, donde partido as ordens e se fazia a correspondencia, e tiravão-se copias, das quaes extrahi os documentos viridicos, que se encontrão no correr do meu trabalho.

CONFLICTOS QUE SE DEZAÃO, E TOMADA DA BARCA CANHONEIRA NO DIA 28 DE JUNHO DE 1822

A canhoneira lusitana no meio do rio Paraguassú, entre os portos da villa e da povoação de S. Felix(\*) continuava a fazer fogo de metralha para uma e outra parte, vedando a livre comunicação pelo mesmo rio.

As 8 horas da noite do dia 28, participarão á Junta, alem das noticias que corrião, de vir outra barca canhoneira da capital em auxilio da existente no porto da villa da Cachoeira, e que se observava a hostil canhoneira, parecer mover-se para descer rio abaixo a collocar-se num ponto em que ficasse fora do alcance do fogo das espingardas que partisse de qualquer ponto das margens do mesmo rio, bloqueando d'ahi o proprio porto, e interrompendo toda a comunicação por agua para todos os adjacentes de Maragogipe, e d'ahi á barra do Paraguassú, não se podendo atacar a mesma barca canhoneira senão em canoas e por abordagem, com grandissimo risco de vida.

Não obstante era indispensavel atacar immediatamente a barca que hostilisava continuamente desde o dia 25, depois do Te-Deum. E com effeito as 10 horas da noite do dia 28 de Junho de 1822, dadas as ordens, o fogo rompeu do lado da povoação de S. Felix, e continuou incessantemente, distinguindo-se os intrepidos Leshio (do Funil), José Pinto da Silva, José Venancio Tupinambá, Cardoso Magalhães, Manel Mauricio Rebouças(\*\*), José Antonio da Silva Castro, Victor Topasio, Manoel da Rocha Galvão, e outros.

A artilharia da canhoneira a principio ouvia-se frequentemente; logo depois mais espaçada, e por fim emmudeceu, porque levando a barca 2 tiros ao lume d'agua, teve de render-se, e indo os nossos valentes compatriotas a bordo, trouxerão presos o commandante e a tripulação. Erão 11 horas da noite; e illuminou-se a villa da Cachoeira e a povoação de S. Felix, em demonstração de jubilo(\*).

O meu finado amigo major Titara, no 4º canto do seu poema epico — *Paraguassú* — descrevendo os acontecimentos da Cachoeira, se exprime assim :

« Alta a Vila agora ao chefe novo  
Da luta gloriosa o primo lance,  
Que entaves franqueou d'ingreme assalto :  
O vigesimo-quinto Phebo aldea,  
Junho de vinte e dois, teu melhor timbre,  
Que na crista elevada a Capapina  
Despontar vio bailando, emula digna  
Da em que, rompendo probo e glorioso,  
Pelopidas audaz, dilecto aos numes,  
Os da difficuldade altos tapumes,  
Libertador delio á patria os jugos.  
Factores primos de tão claro feito,  
Que á gente heroica deu trophéus perennes.  
Diz elle o benemerito Pacheco  
Que as forças caudilhara; diz Rodrigo,  
Que immediato lhe fôra; o forte Castro,  
Paes e Arnisau; Pitombo, que incansavel  
Impulso magno dera, conjurando  
Firmes varões patriotas, com que augmenta  
O impavido esquadrão, que a scena abria.  
Diz tambem os Galvões, Victo e Macario,  
Todos d'animo inteiro. Diz os Freitas,  
Verissimo, Pedreiras e os Rebouças,  
Gomes, Villaboim, Pereira e Lima,  
Corona Christi, os Guimarães e Passos,  
Basto e os Moncorvos. Recommenda  
Pinto, Macedo, Bacellar, Peixoto,  
Silveira e outros prestaveis. Trece encomios  
Ao mancebo, decrepito e menino,  
Impubere, matrona e dama effeita,  
Que as armas manejando abalsadas,  
Em iguaes riscos, distincção se alcanção,  
E ao regimen de Pedro se acurvando  
Perpetuo defensor alto proclamão,  
E proclamão com elle a independencia.

« Nesse ensejo feliz reproduzidos  
Os dolos forão e as trações dos lusos !  
Que o fallaz canibal, que ao pinho curvo  
D'artilhada defensa os lemes guia,  
Mãos ajusta d'amigo; porém Lobo,  
Só aos rebanhos fel, enquanto as garras  
Não fiqua-lhes geitoso, espreita indigno,  
Arteiro as traças vis acatelando,  
Que fronteiras se englobem povo e trepa,  
Para traidor pascer vindicta e sanha.

« Triplices pelos ares cruzão vivas,  
O marcio bronze atôra, atôra o sacro,  
E ás margens juntos do orgulhoso rio  
Folgando cidadãos, todos folgando,  
Hymnos concertão, d'harmonia arroubou.  
A alcance das bombardas pisa a turba,  
Porque o grito repitão sempiterno  
Broncos ismaelitas. Desse ensejo  
E' que o Perpenna vale-se, e abjurante  
Os céos deslumbra com sulphurea nuvem,  
De palanquetas preenhe e de metralhas,  
Que a alguns equestres dilacera e rompo.  
Bramem, rebramem os munhões teimosos,  
E de gloria se adula o hungaro infido;  
Em vão, porém, que o brio soberano  
Dos fuzis brasileiros não se acanlia,  
E á nautica erupção, com auso, encontra.  
Aos invites redobro o godo solta  
Successivos tambem grossos pelouros

(\*) Vide o *Brasil Historico*, 1º anno da 2ª serie.

(\*\*) Depois doutor em medicina e lente de botanica da escola da Bahia.

(\*) Todos os annos os habitantes da cidade da Cachoeira commemorão o dia 28 de Junho de 1822, como o mais glorioso da sua historia.

Aos tectos convizinhos, que, abalando,  
Aburaca e os perfura. Era a pendencia  
Em aspecto horrível; eis que estofa  
O vivo esto das aguas deira ensejo  
A' veoz defluencia, que trouxera  
O baixa-mar, que offensa incutir obsta  
Além da cantaria, ao sitio emparo,  
Onde alto abórdão vasos. E' frequente  
Ind'assim do traidor instancia e ataques,  
Que os não vê, deslumbrado, então ociosos.  
Correm co'elle parelha iniquos outros,  
Que entre os moritibanos, com disfarce,  
E de Lysia oriundos, n'alma alentão  
Furia, rancor, vingança! Ellos dos tectos  
Por dupla alvenaria abarrecidos,  
Entre as consortes, que lhes são d'abrigo,  
A gemer pranteadas, fogo e balas  
Na multidão desatão; dessas cargas  
Salvára a Bacellar mão prodigiosa.  
Quando o plumoso casside, entre fumos,  
De perfil fuzil, varado vira.  
Mofa ind'assim de tudo o invicto peito,  
Onde em requinte ardor, onde em constancia  
Asalamundras são, que alento gozão,  
De seu patrio fervor, nas sacras brasas.

e Por um biduo se esgota ainda o cofre  
De suasões macias, com que querem  
Mover os chefes o traidor Imbabá,  
Que o complemento nega á fé promissa.  
Dobra arrogancia o luso, e até cumina  
Bombear, se mais persistem, a ampla villa;  
Arde a gente, braveja e as trelas morde,  
Que ao golpe, que suspira, os empecera,  
E em tudo balda, mas de valor cheia,  
A golpe decisivo o inicio adianta.  
Quando nem do Orobó já se avistava  
O monhu d'ouro ao sol, que foi-se ás ondas;  
De receios mordido o lusitano,  
Vendo o progresso á causa, resolvêra  
Co'as trévas esconder-se. O bronzeo brado  
Que a recolher desperta, á hora citava,  
Deixa, pois, de soar. Sentida a falta  
Após vem nuncios de que, o ferro erguido,  
O boiaute carvalho, á arga, desce.  
Pitombo, que é insomne, e a quem palpita  
Presago o coração, os patriotas  
Convoca, antes que algum, e ás orlas vòa  
Das torrentes; também vens Castro invicto,  
De pulso philisteu, e destendidas  
Guerrilhas, que ao fugir derão estorvo,  
O mais vivido fogo o vaso investe,  
Onde também se alcanção nome egregio  
Veríssimo, Galvões, Victor, Menorvo;  
Parassú, Mauricio, Balduino,  
Pedreira, e outros d'arrijo e alta constancia.  
De um lado atreva e d'outro o hostil castello,  
Que novos raios de esperança iludem  
E o paraben se dá do aberto prelio,  
Em que esgota valor e o bronze esgota.

e Do bahiano valor o estranho oppresso  
Vencida a pertinacia, agacha as grimpas  
A escuna hostil e o chefe, que aprisionão  
Mauricio e Para-assú, a quem coubera  
A corda naval. Avulta heroico  
O brasil vigor: guerra aos tyrannos  
Viva condicionão, se recusam  
Co'a, que unisona voz o Brasil abre,  
De prompto transigir; ou solta a presa,  
Para mais não volver, partir á Lysia.

e Diz Avila também como, já d'antes,  
Junta conciliatoria e de defesa  
Provisoria installou-se, por que houvesse,  
Para salva-la, da provincia as redeas.  
Diz mais como, n'um triduo, predisposta,  
O alto heroismo de Cachoeira imita,  
A concita-la Freire, Coimbra e outros,  
Essa, que, á esquerda, e do Guahy nas margens,  
Eleva as torres, e Inhambupe c'ella,  
Onde os Vellosoz preponderão. Conta  
Como no mesmo dia, em que as primeiras,  
Heroicas proclamára a, que o nome honra  
Do patrio cha Francisco, inclya villa,

Onde o Bulcão patriota o primaz fôra,  
Da prole egregia ladeado sempre,  
E onde o senado, Diego e os Villas-Boas,  
Onde Pinheiro, Borges e Barreto,  
Bahiana, Argolo, Cabossú e Mello,  
Teives e varios, são de porte honroso. »

A JUNTA DA CACHOEIRA COMMUNICA O MOVIMENTO REVOLU-  
CIONARIO ÁS DIFFERENTES LOCALIDADES, AFIM DE SER  
ACCLAMADO O SR. D. PEDRO DE ALCANTARA.

A junta, immediatamente depois da tomada da  
barca canhoneira, mandou ao Sr. Manoel Mauricio  
Rebouças, um dos combatentes, com officios ás pri-  
meiras autoridades e á camara de Maragogype, com-  
municando-lhes todo o occorrido, levando de mais  
a copia autentica da aclamação, partindo no dia 29.  
Neste mesmo dia foi aclamada a regencia do Sr.  
D. Pedro nos valles de Santo Amaro, e S. Francisco  
de Sergipe do Conde; e na de Inhambupe promo-  
vida pelo capitão mór Velloso e seu filho Simão  
Gomes Velloso.

A canhoneira lusitana alem das peças de ferro e  
bronze que a guarnecião, continha no purão muitas  
outras peças que servião-lhe de lastro.

Essas peças a junta conciliatoria de defesa fez em-  
pregar na fortificação do ponto do engenho Tororó,  
de Manoel Jacintho de Navarro, á margem do rio  
Paraguassú, na entrada da villa da Cachoeira, ao  
comando do valente Victor Topasio. As melhores  
peças forão para guarnecer a fortaleza de Para-  
guassú, na embocadura do mesmo rio, sob o com-  
mando de um capitão de artilharia; e as mais forão  
remettidas para a villa de S. Francisco, afim de for-  
tificar-lhe o porto.

#### CREA-SE O BATALHÃO DE PERIQUITOS

Dos principaes combatentes ao mando de José  
Antonio da Silva Castro formou elle o nucleo do  
batalhão, que depois se denominou de Periquitos, em  
consequencia do distinctivo da farda; e antes que se  
fosse incorporar ao exercito em Pirajá, foi mandado  
a Nazareth em apoio dos seus habitantes, que não  
podião se pronunciar ostensivamente pela aclamação  
do Sr. D. Pedro, por pretenderem ahi os naturaes de  
Portugal, e partidarios da causa do Madeira, obstar  
a mencionada aclamação.

#### ORGANISAÇÃO DO EXERCITO PACIFICADOR

Sabendo o governo da Cachoeira da approximação  
do general Pedro Labatut com forças do Rio de Ja-  
neiro, Pernambuco, Parahyba e Alagoas, para orga-  
nizar o exercito pacificador, ordenou que da villa de  
S. Francisco a maior parte da força de 1.<sup>a</sup> linha, que  
se tinha passado da capital para o engenho do ca-  
pitão mor Bulcão, fosse para a Cachoeira, fazendo  
parte d'ella o famoso Pedro Jacome, de cuja força  
tomou o commando o coronel Rodrigo Antonio  
Falcão Brandão, indo com ella destacar no Ca-  
brito(\*).

Organisou-se com os officiaes imigrados da Ilha  
de Itaparica um batalhão denominado Cachoeirense;

(\*) Suburbio da cidade da Bahia. Vide o mappa hydro-  
graphico.

e delle fazião parte Antonio de Sousa Lima (portuguez) conhecido pelo Lima de Itaparica, e José Marcelino dos Santos, sendo este batalhão destacado para os pontos de defesa da Bahia. .

Antonio de Sousa Lima(\*) invadió a povoação de Itaparica e a tomou do poder dos lusitanos, que a guarnecião; na qualidade de commandante militar, oppoz-se com os seus valentes companheiros de armas a todas as aggressões lusitanas, até ao assignalado feito de armas do dia 6 de Janeiro de 1823, em que expellio os lusitanos pelo poder da força.

No dia 22 de Julho de 1822 creou-se na Cachoeira a companhia de Bellona pela influencia de Ignacio Joaquim Ferreira Lisboa, depois Ignacio Joaquim Pitombo, cuja organização foi como dizem os documentos, que adiante copiarei.

No dia 30 de Julho creou-se a companhia de Mavorte, sendo incumbido o capitão Manoel Fernandes Ponce do commando da fortaleza de Paraguassú que creou em Maragogipe um batalhão de artilharia, com o beneplacito do governo da provincia, do qual fôra commandante o tenente Antonio de Cirqeira, e officiaes, encarregados das companhias, Manoel Coelho de Almeida Sunde, e Sebastião Luiz Ferreira e outros.

O major do regimento de cavallaria da ilha de Itaparica José Joaquim Salustiano Ferreira, organison dous batalhões na villa de Santo Amaro, donde marchou para a Cachoeira organisando abi outro batalhão denominado Cachoeirense addido ao de Itaparica, sendo os seus ajudantes Manoel dos Santos Barreto e o capitão Manoel Rodrigues Gomes.

Os itapariennos fizeram prodigios de valor na tomada da fortaleza e da povoação(\*\*), soffrendo o inimigo consideraveis perdas, apesar do triplicado numero de combatentes, distinguindo-se muito o commandante da esquadilha Itapariense João Francisco de Oliveira Bota.

Estabelecido o quartel general, com a chegada de Labatut no dia 29 de Outubro de 1822, no Engenho Novo(\*\*\*), o coronel Rodrigo Antonio Falcão para ali foi com a força do seu commando, sendo bem recebido pelo general em chefe, que no dia seguinte o fez contramarchar para Pirajá, com a dita força afim de proteger aquelle ponto guarnecido pelo valente capitão de cavallaria Pedro Ribeiro, que havia aconselhado ao general a tentar o inimigo e atacalo sobre os pontos de S. Caetano, e Bate Folha, defendidos pelo corajoso sargento do 1º regimento de linha Manoel Alves, com algumas praças da mesma arma e voluntarios, por elle alistados e disciplinados. O coronel Rodrigo Falcão atacou os aggressores, que abandonarão a posição em que estavam logo que rompeu o fogo da artilharia. Deste dia em diante principiarão os combates e as operações de guerra, sobre o que opportunamente fallarei.

Labatut dividio no dia 3 de Novembro o exercito em duas divisões ou brigadas, uma do norte, á es-

querda, commandada pelo coronel Felisberto Gomes Caldeira, que passou-se immediatamente com 600 homens do batalhão da Torre a occupar Itapoan. Esta força era até então commandada pelo major de artilharia Luiz Correia de Moraes. A outra, da direita, commandada pelo major José de Barros Falcão de Lacerda comprehendia toda a extensão da linha fronteira ao inimigo desde o limite da primeira por Itapoan até o engenho Cabrito; essa força era antes commandada pelo coronel Rodrigo Brandão, que passou a commandar a força da Cachoeira. O arsenal de guerra passou para a feira de Santa Anna, sendo o organizador dello o capitão José de Sepulveda Vasconcellos.

Labatut mandou no dia 4 reforçar a linha de defesa desde a passagem de Itapagipe até Itapoan e a torre de Garcia d'Avila; pelo interior, desde o Cabrito até onde houvesse necessidade. Nomeou para guarnecer os pontos de S. Thomé de Paripe o major José Frederico Pascoal Colona, com um armazem de deposito para o suprimento da força(\*).

*Crea-se a companhia de Bellona em 22 de Julho de 1822 na villa da Cachoeira.*

« Ilms. e EExms. Srs. do conselho governativo. — Tenho a honra de pela primeira vez, dirigir-me a VV. EExs. com os artigos da organização da companhia Bellona Cachoeirense o termo de eleição dos respectivos officiaes, e juramento por copia; mas um pouco condoido por ter de significar a VV. EExs. a falta de patriotismo do alguns concidadãos, que aliás esperanças grandes cousas.

« Teve a organização da companhia por principio a reunião de alguns patriotas nas occasiões de ataque, e defesa, além de que nem divagassem as ruas publicas desta villa incertos do lugar da sua reunião, nem do bom grado retrocedessem ás suas casas sem o temor de serem notados por cobardes; e por fim, que escusa referir, e VV. EExs. verão pelos artigos de organização.

« Bernardino da Silva Neves, por ser um dos patriotas, que se tinha reunido comigo, e combatido a barca canhoneira na occasião em que se convocarão pessoas para a organização da companhia, se offereceu para estar nella; obtava-lhe o ser soldado de cavallaria, mas o patriota Rebouças se encarregou de obter-lhe a licença, e de facto obteve-a para entrar nesta companhia: por conseguinte entrou na discussão dos artigos da organização, sancionou-os com a sua assignatura, votou nos officiaes, assignou o termo de eleição, e o juramento: continuou a ir nos exercicios, porém não tardou muito que não faltasse a quasi todos.

« Entretanto succede ser promovido a porta-bandeira do regimento de cavallaria, e querendo com isto protestar o retirar-se da companhia, aquelle mesmo patriota obteve do coronel respectivo nova licença. Se então faltava ao exercicio, depois nunca mais foi a elle; e elle um patriota mui robusto e habil para as armas, com menoscabo das compromissões, e obrigações mais serias, não se prestando, nem na cavallaria, nem na companhia de Bellona.

« Com este segue parelha José Luiz de Azevedo. Até o tenente João Pedreira do Couto, não tem querido comparecer, a despeito de ter sido cathequisado por pessoas de respeito, e conselho.

« Finalmente desde a organização da companhia, ou para melhor dizer, desde que se tratou de organização aliás de se organizar a companhia tenho experimentado, que a maior parte dos homens são incapazes de se reunirem, e sustentarem instituições voluntarias, e muito mais incapazes de desempenharem os seus deveres, sem o latego do castigo; aliás abusão da igualdade.

(\*) Por amor da verdade historica, seja dito que um grande numero de portuguezes europeus tomarão as armas em defesa da causa do Brasil, e outros concorrerão com suas fortunas para a independencia politica do Brasil.

(\*\*) Muito se distinguio na peleja o valente artista Semeão José Barbosa, que ha pouco falleceu no Rio de Janeiro, dorano dos carpinteiros do arsenal de marinha. Este veterano da nossa independencia era natural de Itaparica; muitas vezes me referio, com vivo enthusiasmo, os factos veridicos dessa guerra, em que elle militou como voluntario.

(\*\*\*) Vide o mappa.

(\*) Ignacio Accioli, « Memorias Historicas. »



« Na discussão dos artigos que se offerecerão primeiramente, muitos dos que se tinham voluntariamente offerecido para a sua organização, se evadirão vergonhosamente, porque entre esses artigos, haviam alguns que eram arduos para os que tencionavam abusar da liberdade; de forma que para augmentar o numero dos soldados, foi-me necessario convocar alguns individuos, e fardal-os a minha custa, apesar de se dizer em um dos artigos, que, so entraria para a companhia aquelle que independesse de soldo, e fardamento. Contudo entre os desgostos que me tem causado a experiencia do que venho de referir, resta-me o prazer de ter na companhia patriotas mui dignos!

« Agora de proximo, em consequencia da installação deste conselho governativo, propuz que cumpria que entrassemos em serviço ao menos montando guarda aos domingos, visto que segundo as circumstancias de muitos dos individuos da companhia, a maior parte empregados publicos, não se poderiam prestar a esse serviço nos dias da semana: tive o prazer de ver decidir affirmativamente pela pluralidade dos camaradas. Resta para completarmos este serviço, que nos sejam dadas ao menos vinte e quatro armas reunas, para fazer o numero de trinta, com as que ha na companhia.

« A vista do referido VV. EExs. decidirão o melhor, dando algumas providencias a respeito das remessas. E. R. M. — Ignacio Joaquim Ferreira Lisboa. »

« Os patriotas abaixo assignados anhelando prestar-se com todos os seus esforços a bem de desempenhar proparamente a defesa da patria, sustentando a aclamação de Sua Alteza Real, regente perpetuo constitucional e protector do reino do Brazil; tem entre si accordado uniformemente organizar uma companhia militar debaixo dos principios enunciados, e sob as clausulas, e condições seguintes:

« Art. 1º Que a companhia será composta de todos os patriotas adeptos, e que se quizerem adherir, uma vez que estejam em circumstancia de independer de soldo, e fardamento, e prestar-se em todas as acções offensivas, e defensivas; se apparecer pois algum patriota, que esteja nas ditas circumstancias, e se offereça a incorporar na companhia, não será recebido, sem mostrar que não está com praga n'outro corpo, ou que para isso alcance licença do seu chefe.

« 2º Que os patriotas reunidos, procederão a votação dentre si afim de que a pluralidade de votos sejam nomeados os officiaes desde capitão, até alferes inclusive, relevando para maioria de posto a maioria de votos.

« 3º Que para se conhecer o apuro d'essa maioria de votos com toda a exatidão precisa preceber-se-ha a previa votação de um presidente, e um secretario á cargo dos quaes ficarão as funcções do escrutinio, e a publicação dos officiaes immediatamente ao mesmo acto. Os mesmos presidente e secretario deslirarão, e escreverão a a acta da organização da companhia e do juramento que prestarão todos os patriotas.

« 4º Que a companhia será designada pela denominação de — Bellona Cachoeirense — tendo por uniformes meias fardetas de panno azul meia-côr, gola, e canhão do mesmo panno avivados de encarnado, e as barretinas serão de chapéus da forma dos da legião da terra com as chapas correspondentes ao titulo da companhia e aos botões da mesma farda.

« 5º Que os officiaes serão reconhecidos pelas insignias porque se reconhecem os officiaes dos mais corpos militares, precinzando de dragonas, e o distintivo em tal caso será o do estylo das meias fardetas.

« 6º Que a companhia por isso mesmo, que tem por fundamento da sua organização sómente a defesa da patria, e da aclamação de Sua Alteza Real, assim tambem existirá, em quanto existir a causa da sua organização; isto é, em quanto a capital não for desocupada da tropa oppressora, ou esta villa deixe de arrecear-se de algum ataque inimigo: portanto cessando a causa, reunidos os camaradas, far-se-ha uma acta formal da dissolução da

companhia com todas as solemnidades que precisas forem.

« 7º Que debaixo dos mesmos principios, e pela razão de que a companhia se organiza livre, e isoladamente, não ficará em sujeição as ordens de alguns dos chefes dos outros corpos militares existentes neste districto; em-bôra as suas patentes sejam superiores.

« 8º Que os mesmos officiaes sempre serão ligallos ao voto da maioria numerados camaradas da companhia, em tudo que não seja defender o posto que lhe seja destinado nesta villa, ou marchar para a capital.

« 9º Que quando porém haja um chefe de força armada sobre cujo commando deva ficar a companhia — Bellona Cachoeirense — ficando igualmente os seus chefes e os dos outros corpos existentes, então ficará a companhia dita ligada a obedecer-lhe; mas tambem sómente sob as rasões estabelecidas, de defender esta villa, e marchar em socorro da capital por desempenho da causa adoptada, e sustentação da aclamação de Sua Alteza Real.

« 10. Que todos os patriotas, que compozerem a companhia, ficarão obrigados a fazer exercicio todas as tardes, em quanto não estiverem correntes nas evoluções e manejos bellicos mais necessarios.

« 11. Que o serviço ordinario da companhia sómente será o da guarnição do seu aquartellamento, ou ponto da reunião; conforme o detalhe particular da mesma companhia.

« 12. Que ne caso de infracção de alguns dos artigos da parte de qualquer dos patriotas; será advertido civilmente pelo seu commandante em conselho particular da companhia.

« 13. Que finalmente serão do los os patriotas obrigados por approvação dos referidos artigos, a ligarem se por um juramento ao seu cumprimento. — Ignacio Joaquim Ferreira Lisboa. »

#### Juramento e installação.

« Aos vinte seis dias do mez de Julho de mil oitocentos e vinte e dois annos nesta villa da Cachoeira, e casas em que se unirão os patriotas convencionados para a organização da companhia destinada com o titulo de — Bellona Cachoeirense, — foi proposto por todos os que se achavão presentes a eleição de um presidente, e um secretario, para apurarem os votos em escrutinio, e lavrar-se a respectiva authentica, e approvada a proposição por aclamação, forão a pluralidade absoluta nomeados, para presidente o coronel effectivo de cavallaria José Garcia Pacheco, e para secretario o advogado Antonio Pereira Rebouças: os quaes principiãrão a exercer as suas respectivas funcções foi installada a votação por escrutinio, e apurados os votos, sahio capitão por quatorze votos Ignacio Joaquim Ferreira Lisboa, tenente por treze votos João Pedreira do Couto, e alferes por doze votos Manoel Rocha Galvão. E logo todos declararão que na conformidade dos artigos que aprovãrão, e no mesmo acto se entregãrão ao capitão nomeado, que logo se houve por impossado, bem como os mais officiaes, se delirise o juramento dos santos evangelhos a todos os patriotas, e com effeito deferido o mesmo juramento pelo presidente respectivo, alias sobredito, jurãrão todos unanimemente cumprir guardar os mesmos artigos, por serem da sua approvação. E para constar fiz este termo: Antonio Pereira Rebouças, secretario nomeado, o escrevi — José Garcia Pacheco de Moura Pimentel e Aragão. »

*Crea-se a companhia de Mavorte em 30 de Julho de 1822.*

« Illm. e Exm. Sr. — Abrasado pelo amor da patria, e desejando empregar todas as minhas forças em defesa della, dirigi ao Exm. general em chefe a representação inclusa para a organização de um batalhão de caçadores composto de duas companhias de cavallaria, e quatro de caçadores, conforme o plano junto, que offereço ao conhecimento de VV. EExs. para obter apuração. — Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, capitão-mór. »

### Artigos fundamentais da criação da companhia de Mavorte.

« 1.º A companhia que é formada de patriotas voluntarios, será distincta pela denominação de 1.ª companhia patriota de Mavorte, defensora da patria, e do Principe constitucional, regente e defensor perpetuo do Brasil.

« 2.º A companhia terá como a dos corpos militares, um capitão, um tenente, um alferes, os quaes serão eleitos por votos dos patriotas, que a compoem.

« 3.º Estes officiaes, assim eleitos, deverão appresentar-se ao chefe, que for então reconhecido por commandante da força armada, e receber deste por escripto as nomeações dos seus postos, do que depois nomeará o capitão os officiaes inferiores para a mesma companhia, que devem ser, dois sargentos, um forriell, e quatro cabos.

« 4.º Os uniformes da companhia serão: farda azul, curta, sem canhões, gola e botões amarellos, vivos encarnados, e correejae tambem encarnado, barretina com chapa, e coroa amarella, e pluma encarnada.

« 5.º Os officiaes usarão das insignias militares, á excepção do dragouas, e em lugar destas usarão de galões nos canhões, com as differenças respectivas ás graduações de seus postos.

« 6.º Cada um dos patriotas, que compoem a companhia, fará o seu fardamento á sua custa, e aquelles que não poderem fazel-o, serão fardados á custa dos mesmos officiaes.

« 7.º A companhia não vencerá soldo, nem etape, enquanto não for empregada em serviço e ainda quando esteja empregada, só vencerá etape, ou soldo, aquelles patriotas cujas circumstancias assim o exigirem: á excepção dos officiaes.

« 8.º A companhia receberá da commissão d'administração, ou da repartição, a que, competir as munições de guerra, quando for preciso, e tanto a respeito destas, como a respeito de soldos, e etapes nos casos declarados no art. 7.º assignará o commandante da companhia os prets, para a todo o tempo constar, o que recebeu e para que.

« 9.º O commandante da companhia só ficará sujeito ao chefe da força armada, ou a um governo superior aos mais chefes dos outros corpos militares.

« 10. Em occasião de marcha, e quando seja preciso deixar de estar a companhia debaixo das ordens somente do chefe da força armada, ou de outro governo superior, ficará o arbitrio do commandante da mesma companhia fazer escolha daquelle corpo, a que se deva reunir.

« 11. A companhia ficará sujeita ao seu commandante, e este ao sobredito chefe da força, conforme determina o regulamento militar, reservadas sempre as exenções declaradas nos artigos.

« 12. Para o bom desempenho das obrigações de cada um dos patriotas, prestarão todos juramento, sendo este deferido aos officiaes pelo commandante da força armada, e aos mais patriotas pelo commandante da companhia.

« 13. Para melhor organização da companhia será concedido pelos commandantes dos regimentos militares desta villa, que passem destes, para aquella, alguns patriotas, até o numero de vinte, que voluntariamente quizerem reunir-se a mesma companhia.

« 14. A existencia da companhia, durará tanto, quanto a necessidade de defender á patria, e a causa pia, e santa que felizmente se tem adoptado.

« 15. O commandante da companhia terá um livro, no qual fará com a devida formalidade, o alistamento de todas os patriotas, que tiverem praça na mesma, ficando a seu cargo enviar por copia á repartição a que pertencer.

« 16. Estes artigos da criação da companhia, serão sancionados pelo commandante da força armada, e registrados no dito livro, que deverá ser rubricado pelo dito commandante, e serão declarados no mesmo os nomes dos mesmos patriotas, que forem eleitos para officiaes.

« 17. Se pelo decurso do tempo, e conforme as circumstancias, que occorrerem, for necessario acrescentar-se, ou ampliar-se alguns artigos, relativos á boa ordem

do serviço, será permittido fazer-se, reunindo-se para isso todos os patriotas da companhia, o procedendo-se á votação entre elles, e a decisão que houver, será participada pelo commandante da companhia ao commandante da força armada ou aquelle governo superior debaixo de cuja ordem estiver. Approvo. Quartel 30 de Julho de 1822. — José Garcia Pacheco de Moura Pimentel e Aragão, coronel commandante. — Verissimo Cassiano Gomes, capitão nomeado. — Francisco Macario Leopoldo, tenente nomeado. — José Venancio da Cunha Ribeiro, alferes nomeado. »

### INSUBORDINAÇÃO NA TROPA BRASILEIRA E CONFLICTOS QUE SE DERÃO

Apezar do grande patriotismo que se via na tropa e povo da villa da Cachoeira em prol da nossa emancipação politica, o pomo da discórdia invisivelmente se introduziu, ou porque entre corpos reunidos ha sempre emulação e rixas, ou por procurar o genio do mal meios para entorpecer a marcha da recommendada união, que convinha ter para debellar o inimigo commum.

D'esta arte organisando-se intempestivos tumultos, que se augmentavão com o grito de—morrão os marotos—porque na capital da Bahia erão victimas dos lusitanos os filhos do Brasil, que erão tratados de caibras(\*), e expostos elles e suas familias a continuados insultos e veixações. O governo da Cachoeira era providente, sendo muito solícito o coronel José Garcia Pacheco, que em todos os conflictos apparecia accudindo aos quartéis ou as crescidas reuniões tumultuosas, apasiguando o chamando á ordem os amotinadores, sendo coadjuvado pelo coronel Rodrigo Brandão e pelos de mais commandantes, a que pertencião os subleva los que perturbavão a ordem publica.

A mais difficil desordem de accomodar foi quando o tenente coronel Felisberto Gomes Caldeira, em um momento de impeto, deu uma bofetada no soldado de artilharia Estevão Chaves, rasgando-lhe a farda no acto de o agarrar, sem duvida por algum excesso deste, em gravame da tranquillidade publica, que já estava alterada por falta da rigorosa disciplina tão necessaria nos corpos militares, chegando os corpos, em divergencia, a acommetter o quartel de milicias do regimento da villa da Cachoeira, onde se achavão presos o dito soldado e outros.

Disposta a força commandada pelo coronel Rodrigo Brandão a vingar a afronta do seu camarada, com difficuldade o commandante e o proprio governo poderão moderar-a, e por isso o governo enviou o cadete Daniel Gomes de Freitas ao quartel de milicias a persuadir os soldados presos e os seus companheiros á obediencia militar. O governo ignorava, comtudo, a origem de tão sensível motim, em occasião critica em que a patria procurava libertar-se da esevidão colonial.

Já se achava então no quartel o tenente coronel Felisberto Gomes Caldeira, exhortando os soldados a não atcarem o facho da discórdia, garantindo-lhes a benevolencia do governo e o perdão do crime commettido. Deste modo apasiguados os animos ficou desde logo restabelecido o socego na villa da Cachoeira como convinha á tranquillidade publica.

(\*) Não se lembravão da carta régia de 16 de Janeiro de 1773, que forrou os escravos em Portugal, mais claros que os senhores.

OS LUSITANOS TENTÃO UM DESEMBARQUE NA COSTA DA SAUBARA E SÃO DERROTADOS

Constando ao governo da Cachoeira que os lusitanos tentavam fazer um desembarque na costa da Saubara, especialmente na fazenda do padre Bernardo, fez expedir uma força commandada pelo coronel Rodrigo Brandão; e no mesmo dia em que se approximava ella ao ponto do seu destino, divisou 3 barcas canhoneiras, com o projecto de fazerem o dito desembarque na mencionada fazenda, como já haviam feito de outras vezes, sem encontrarem resistencia; mas forçando a artilharia daquella força a marcha, collocou as peças de que dispunha em lugar conveniente, travando combate, que pouco durou, porque ao chegar do resto da columna, sem que maior prejuizo experimentassem os nossos, fugirão os lusitanos, deixando na peleja alguns mortos e outros feridos.

A força brasileira assim victoriosa foi acampar na fazenda do Açupe, com o fim de proteger toda a costa da Saubara, donde regressou, por ordem superior, em fins de Setembro de 1822.

AS VILLAS DA PROVINCIA DA BAHIA ADHEREM AO MOVIMENTO REVOLUCIONARIO E PROCLAMÃO O PRINCIPE D. PEDRO.

As villas que, em seguida nos movimentos da Cachoeira do dia 23 de Junho, acclamarão a regencia do Sr. D. Pedro de Alcantara, forão as seguintes:

*Maragogipe.*

A camara de Maragogipe acclamou no dia 29 de Junho a regencia, e os que figurarão na acta da camara forão os seguintes membros:

Presidente, o vereador mais velho, capitão João Caelano Borges; vereadores, José Ignacio da Costa e Almeida, João Marcello Alves Barboza, o capitão Bento José de Souza; procurador, Romão Pereira do Menezes, e escrivão João Pinto Ribeiro de Souza Bulhões.

*Inhampube.*

Os membros da camara de Inhampube que assignarão a acta no dia 19 de Junho de 1821, forão: presidente, o capitão Dionisio Vieira de Lima Fátim; vereadores, Manoel de Jesus Almeida, Ignacio Rodrigues Maia e Felix Alves de Amorim, procurador, João Gomes de Carvaiho, escrivão, Pedro Alexandrino Rodrigues de Oliveira.

*S. Francisco da Barra de Sergipe do Conde.*

A acta foi assignada no dia 29 de Junho, sendo presidente, o bacharel Joaquim José Pinheiro, depois barão de Monte Serrate; vereadores, Pedro Antão Netto Cavalcanti, os capitães Antonio José Ferreira e Manoel Athanasio de Araujo, escrivão, Feliciano Teixeira da Matta Bacellar, e procurador Antonio Felix Henriques de Menezes.

*Santo Amaro.*

A acta da acclamação foi assignada em 29 de Junho, sendo presidente, o Dr. ouvidor Antonio José Duarte de Araujo Gondim; vereadores, João Lourenço de Athayde Seixas, Antonio de Araujo Gomes Junior, José Apollinario de Oliveira, pro-

curador, Francisco de Paula Carvalho, escrivão, Silvestre Bartholomeu de Almeida.

*Itapicuru.*

A camara proclamou a 7 de Julho de 1822, sendo presidente José Antonio dos Santos; vereadores, Ignacio dos Reis Pessoa, Manoel Joaquim do Carmo, e Manoel Moreira da Assumpção; procurador Antonio dos Santos Jardim, escrivão, Francisco Gonçalves Leite.

*Jaguaripe.*

A camara de Jaguaripe, aclamou em 30 de Julho, e compunha-se do presidente sargento-mór Joaquim José de Santa Anna. — Vereadores Joaquim Coutinho de Almeida e Bernardo José de Almeida. — Procurador Antonio Manoel de Sousa.

*Valença.*

A camara de Valença aclamou em 3 de Agosto de 1822, sendo presidente o juiz ordinario Manoel Antonio Campello. — Vereadores José Campello de Andrade, José Venancio da Fonseca e José de Araujo Baptista. Procurador Antonio de Sousa Brum. Escrivão Reginaldo José de Miranda.

*Jacobina.*

A camara de Jacobina aclamou em 12 de Julho de 1822, sendo presidente o juiz ordinario Manoel Teixeira de Carvalho Vasconcellos. Vereadores Manoel Correia de Miranda, Custodio Alves Ferreira e Antonio Joaquim de Oliveira. Procurador João Alexandre de Andrade e Freitas; Escrivão José Guido de Figueiredo.

*Paratagi ou Barcellos.*

A camara de Barcellos aclamou em 12 de Setembro, sendo presidente, o juiz ordinario Lourenço Mendes de Araujo. Vereadores Joaquim Vasques Miguel Angelo e Caetano Dias Ferreira. Procurador Bernardino Joaquim de Santa Anna.

*Caitité.*

A villa de Caitité, outr'ora Villa Nova do Principe proclamou em 13 de Agosto sendo P. o juiz ordinario Jorge da Silveira Machado. Vereadores Angelo Custodio Villasboas, Ricardo Lourenço de Almeida e Theotonio Gomes de Azevedo. Procurador Domingos Constantino da Silva. Escrivão Pedro da Silva Pimentel.

*Serinhaem ou Santarem.*

A camara de Santarem aclamou em 18 de Agosto, sendo presidente o juiz ordinario capitão Antonio José de Meuses Nobreza. Vereadores Domingos da Silva Freire, José Caetano Saraiva, João Francisco de Sousa e João Caetano Lessa. Procurador Caetano Ferreira Borges.

*Camamu.*

A camara de Camamu aclamou em 23 de Agosto de 1822, sendo presidente o juiz de direito ordinario Marcelino Francisco de Mello. Vereadores capitão Caetano Affonso Monteiro, Manoel Rodrigues

Fragoso, e Sebastião Hygino da Assumpção. Procurador, Theodorio Dias de Carvalho.

*Urubú.*

A camara da villa do Urubú acclamou o Sr. D. Pedro em Setembro 1822.

*Mirandella.*

A camara de Mirandella acclamou em Setembro, sendo presidente o juiz ordinario Antonio Modesto de Sá Sarmiento. Vereadores, Antonio Cardoso Gomes, e Antonio da Costa. Procurador Pedro Alexandrino de Carvalho.

*Cairú.*

A camara de Cairú, proclamou em 20 de Outubro de 1822, sendo presidente o juiz ordinario José Aranha Coutinho. Vereadores, Antonio José Bernardes, Romualdo José Pinto, e João Vicente de Queiroz. Procurador, José Albino da Silva. Escrivão Francisco José Rabello de Souza.

*Jussape ou Rio de Contas.*

A villa de Nossa Senhora do Livramento, outr'ora chamada Jussape, nome indico do Rio de Contas, acclamou o principe, sendo presidente o juiz ordinario, capitão-mór José Nunes de Souza. Vereadores, José da Rocha Bastos, Manoel Lopes de Oliveira, Antonio da Silva, Oliveira Guimarães. Procurador, Joaquim José Guimarães. Escrivão, Manoel de Oliveira Guimarães.

*Villa Nova.*

Presidente, juiz ordinario, Narciso José Pereira, Vereadores, Manoel Longuinhos de Souza, e Francisco Dias Martins. Procurador, José Francisco de Araujo. Escrivão, José Norberto Soares.

*Jeremoabo.*

Entre as pessoas notaveis que acclamarão o Principe notavão-se, com a camara em Jeremoabo, o capitão Francisco Felix de Carvalho, juiz Antonio Francisco Teixeira, vigario Francisco Pires da Fonseca e capitão Joaquim Martins Fontes.

*Marahú.*

Os membros da camara de Marahú, que acclamarão o Sr. D. Pedro, forão: presidente o juiz ordinario Pedro do Espirito Santo Aragão, vereadores Theodoro Rodrigues Lemos, Bernardino José de Lemos, e Antonio Carlos Pedroso, procurador João Borges de Figueiredo.

*Caravellas.*

A camara de Caravellas compunha-se do presidente juiz ordinario Felisberto de Azevedo Coutinho, vereadores, Manoel dos Santos Reis, José de Souza Reis, José de Souza Leite e Antonio José de Farias.

As villas de Belmonte e outras, por seu turno, a medida que forão tendo noticia do que se passou

na Cachoeira, forão acclamando a Sua Alteza o Sr. D. Pedro, e dispondo o povo em favor da independencia do Brasil.

CHEGA A' CACHOEIRA UMA DEPUTAÇÃO DA VILLA DE SANTO AMARO PARA ENTENDER-SE COM A JUNTA CONCILIATORIA DE DEFESA, COM O FIM DE MUDAR-SE A DENOMINAÇÃO QUE ELLE TINHA ADOPTADO.

Algumas das villas da provincia, a medida que vão tendo noticias officiaes do que se passava, acclamavão a regencia do principe, tendo por governo no reconcavo a junta conciliatoria de defeza, eleita na Cachoeira. Porém nas villas de Santo Amaro da Purificação e de S. Francisco de Sergipe do Conde, com razão se entendeu, que a junta tão sómente eleita pela Cachoeira, não podia ser um governo para as de mais villas coaligadas: nesse intuito enviarão á Cachoeira uma deputação composta do bacharel Miguel Calmon du Pin e Almeida, tenente coronel Felisberto Gomes Caldeira e major João Maria da Silva Torres, a qual em uma reunião de patriotas, propoz, que se mudasse a denominação da junta conciliatoria de defeza, como significativa de um governo geral no reconcavo, para o de — Comissão da caixa militar. Os creadores da junta, que funcionava com actividade e zelo, e os partidarios de suas glorias, mostrarão-se desgostosos, porque tiveram como degradante a proposição das villas de Santo Amaro e de S. Francisco; porém o secretario Antonio Pereira Rebouças, para evitar uma cisão, fez o que pode afim de desvanecer o motivo que essa proposta traria para a discordia em época tão melindrosa e critica, e persuadiu a seus companheiros, e ao auditorio, que funcionava, que o governo alli estabelecido ficasse de então em diante com a denominação de Comissão de Administração da Caixa Militar, e lavrou-se a acta dessa mudança de titulo. E assim se forão denominando outras corporações collectivas que se creavão na Cachoeira.

Os membros da caixa militar de Maragogipe pedem a sua demissão.

« Ilm. e Exm. Sr. — Installando-se nesta villa uma commissão de administração da caixa militar na forma por VV. EE. já sabida, está cingida a suas attribuições, de que já se tem afastado, começou a exercer suas funções conservando o maior prumo de economia no fornecimento de bocca, e guerra, cuidando no seu fundo e fiscalisação destes com a mais seria indagação possível, sem que tenha feito abalo ao povo, e menos tocado no numero dos corpos, guardando-se este como um sobrecelente para as precisões repentinas; procedendo-se nesta marcha com toda a brandura, seriedade, e respeito.

« Mas, EE. Srs., devendo este nosso proceder ser bem olhado, assim pelo povo, como pelas autoridades deste lugar para de algum modo sermos tratados com alguma delicadeza; pelo contrario na noite do dia 28 do corrente certos individuos desenfreados insultarão de palavras, e protestarão morte a um dos dignos membros desta corporação o reverendo vigario parochial, inteiro patriota, para que este jamais continuasse no seu exercicio; e isto sem, que houvesse outra causa mais, do que a vontade de assim obrarem, e não parando ali o insulto, é quando no dia 31 do corrente João Florencio de Aragão, Manoel Pereira Chaves, Felipe Nery Pereira, homens pardos, e Manoel Domingues Corrêa, branco, pessuvas da ultima plebe se apresentarão armados de pão na sala da sessão, e desenfreadamente passarão a reprehender-nos em mesa perante grande numero de pessoas dignas das villas de



S. Amaro, e S. Francisco a esta villa vindos com officios e guias dos commandantes daquellas villas para daqui levar a farinha para o fornecimento de bocca da tropa auxiliadora, e povo emigrado; os quaes officios sendo por nós attendidos, franqueamos a compra de tal genero; e com tal procedimento nos impellirão a que jamais farultassemos licença para tal compra áquelles compradores, e que só deviamos franquear aos habitantes desta, aos quaes já se havia licenciado por esta mesa.

« Neste projecto algumas pessoas aproveitando-se da occasião, do despotismo daquelles, recolherão farinhas em suas casas, fazendo destas seleiro publico contra os capitulos geraes da policia, e tornarão a revende-la, não só aos referidos compradores de fóra, como até ao resto da pobreza desta villa, sem mais respeito ás leis, e ás autoridades do lugar.

« Ainda mais chegou a ousadia daquelles quatro ca-  
leças, pois que até impellirão a compra aos compradores de fóra desobedecendo as ordens, que apresentavão, dadas por esta mesa, insultando a esta de palavras descomedidas.

« E' tal a insubordinação, e falta de castigo nesta canalla, e a fraqueza da tropa deste lugar, que nos faz recear uma perfeita anarchia, e com ella a nossa ultima desgraça. Nestas tristes condições, dirigimo-nos ao commandante da força desta villa pedindo satisfação destes insultos sobre aquelles individuos, e deu-nos em resposta, que dirigissemos nossa supplica a VV. EExs.

« A' vista do que, para nos acautelarmos de algum inulto mais violento, representamos a VV. EExs. todo o referido, e submissamente requeremos a nossa dimissão, dignando-se VV. EExs. de officiar a esta camara, para ella reeleger outra camara, e assim nos livrarmos de um precipicio tão eminente. E com tudo como verdadeiros patriotas nos offerecemos para todo, e qualquer serviço da nação, e da santa causa, que abraçamos.

« Deus guarde a VV. EExs. como nos é mister. Maragogipe em mesa, 31 de Agosto de 1822. — O presidente, Joaquim Ignacio da Costa. — Pedro da Silva Freire. — José Osorio Ferreira de Andrade. — João Pinto Ribeiro Souza Bulhões. »

*Cópia da acta da nomeação da commissão de defesa e administração da caixa militar de Nazareth.*

« Aos tres dias do mez de Agosto de mil oitocentos e vinte dois nesta povoação de Nazareth, o casa principal da praça, onde se reunirão as autoridades ecclesiasticas, militares, e civis, e mais cidadãos conspicuos, o povo, foi proposto, que a exemplo das villas colligadas era de necessidade, que se elegesse uma commissão de defesa composta de um presidente, um secretario, tres membros e um supplente, para comparecer nas sessões da commissão na falta de qualquer membro proprietario, e unanimemente accordário em que as funções da commissão fossem.

« 1º A' commissão pertence cuidar tanto da arrecadação dos fundos da caixa militar, como de fazer promptificar as munições de guerra, e bocca, que necessarias forem.

« 2º Nomeará dois commissarios, um para cuidar dos mantimentos, e outro para as munições de guerra.

« 3º Promoverá as assignaturas de donativos voluntarios para fundo da caixa militar, assim como poderá dispor em beneficio da causa dos dinheiros publicos pertencentes a nação, e quando uns, e outros não chegarem para as despezas, promoverá empréstimos, dando as clarezas necessarias para serem pagas pela fazenda nacional.

« 4º Logo que tenha noticia, de que algum cidadão trabalha por esturvar a marcha da nossa regeneração, ou que se faz suspeito por qualquer principio, a commissão fará os mais serios exames sobre o seu procedimento para conhecimento do seu crime, e conhecido criminoso, officiará ao commandante interino da força armada para o prender, e a commissão o remetterá preso para a villa colligada mais vizinha.

« 5º O commandante interino da força armada cum-

pirará as ordens, que pela commissão lhe forem dirigidas em beneficio da causa, em que estamos empenhados, ficando nesta parte sujeito a commissão para evitar a arbitrariedade naquelle, em que está confiada a segurança dos cidadãos e da policia.

« 6º A commissão se entenderá officialmente com a camara da villa de Jaguaripe sobre todos os objectos, que se fizerem reciprocos em nosso beneficio e segurança dos pontos principaes de defesa, para de commun accordo suprimo-nos.

« E passando a fazer-se a eleição foi eleito para presidente, por pluralidade de votos, Francisco José de Araujo Franco, para secretario João Amado Coutinho Barata, para membros, João Maria Costa Ferreira, Manoel do Nascimento Monteiro, João Francisco de Medinas, e para supplente Gervasio Joaquim do Amparo; o que concluido assentou-se, que todas estas providencias serão provisórias, até que a junta provisoria de governo da provincia entrasse na geral, e ampla extensão dos seus poderes, o que disso mesmo se officiasse á camara da villa e á Exm. junta. E cu João Amado Coutinho Barata como secretario a subcrevi. (Seguem-se 40 assignaturas.) Está conforme. — João Amado Coutinho Barata. »

*Acta da commissão da caixa militar de Maragogipe.*

« Aos trinta dias do mez de Julho de mil e oitocentos e vinte dois nesta villa de S. Bartholomeu de Maragogipe em casa da camara della, onde comparecerão todas as autoridades ecclesiasticas, militar, e civil, e mais pessoas e cidadãos conspicuos desta villa, e da Cachoeira. Ahi foi proposto pelo povo unanimemente, que para segurança, e sustentaculo desta villa era de summa necessidade, que se organisasse uma commissão de administração da caixa militar, ora formada nesta villa.

« 1º Para cuidar tanto da arrecadação, e fiscalisação dos fundos da mesma caixa destinadas a defesa, como da promptificação das munições de guerra e bocca, que necessarias forem para o mesmo fim.

« 2º Que se nomee dois commissarios, um para distribuir a munición de bocca pelos corpos, outro para repartir a munición de guerra pelas de mais armas.

« 3º Que as autoridades constituidas nesta villa antes da aclamação continuem no exercicio de suas funções.

« 4º Que a commandancia da força armada compita ao inspector interino, e encarregado da força armada nomeado pelo povo e cidadãos, o capitão-mór aggregado Manoel da Silva de Souza Coimbra, o qual consultará a esta commissão de administração da caixa militar dos objectos relativos á defesa.

« A' vista do que passou-se a nomear-se os commissarios, alias os membros, que deverião compor a dita commissão, que forão unanimemente, e são os seguintes: o sargento-mór Joaquim Ignacio da Costa, o reverendo padre mestre Pedro da Silva Freire, o reverendo vigário parochial José Osorio Freire de Andrade, capitão Joaquim Gonçalves dos Santos, e João Pinto Ribeiro de Souza Bulhões, e passando a nomear os commissarios, forão escolhidos para munições de guerra o tenente Manoel Coelho de Almeida Sande.

« Para as de bocca Francisco da Porciuncula, e para thesoureiro o capitão José Martins Barbosa; finalmente deliberou-se, que o inspector encarregado da força participasse a presente resolução a Exm. junta provisoria. E para constar fez-se a presente, em que todos se assignaram. Eu Pedro da Silva Freire a escrevi. O presidente, o sargento-mór Joaquim Ignacio da Costa. — Pedro da Silva Freire. — O thesoureiro, vigário José Osorio Freire de Andrade. — Capitão Joaquim Gonçalves dos Santos. — João Pinto Ribeiro de Souza Bulhões. Estavão as assignaturas do povo. Está conforme. — Freire. »

*Inspeção do commissariado de guerra.*

Inspector o major Antonio Maria da Silva Torres, e depois o major Euzebio Gomes Barreiros.

Commissario, Joaquim Antonio Martinho, es-  
crivão Antonio Maria de Moura e Mattos, e depois  
Antonio Tavares Itapagipe.

*Dito do commissariado de bocca.*

Inspector João Pedreira do Couto, commissario  
Francisco Caribé Morotava.

Escrivão Manoel Mauricio Rebouças, depois doutor  
em medicina e lente de botânica da faculdade da  
Bahia.

*Dito de fardamento.*

Commissario, Francisco Antonio Fernandes Pe-  
reira.

*Villa de Santo Amaro da Purificação.*

Presidente, o coronel Gaspar d'Araujo Azevedo  
Gomes de Sá, e ajudante Antonio Joaquim Alves  
Pinto de Almeida, Joaquim Alves de Freitas, Luiz  
Pires de Carvalho e Albuquerque, e Manoel de Oli-  
veira Mendes. Esta commissão foi devida; 1º em  
commissão de munição de guerra. Inspector, o major  
João Lourenço de Atayde Seixas. 2º de munição de  
bocca. Inspector, o major Luiz Rodrigues Daltro  
Rocha.

*Commissões da caixa militar. Villa de S. Francisco.*

Presidente, o coronel João Maria de Pina e Mello.  
Ajudante, João Pereira Gallo, Joaquim José de  
Moura e Camara e capitão José Netto da Silva.

*Villa de Camamu.*

Presidente, Luiz Ferreira Borges.  
Secretario João José Fabio.  
Ajudantes, Domingos de Almeida Camara, An-  
tonio Nunes Machado e Archangelo Ferreira Borges.

*Jequiriçá.*

Presidente, o tenente coronel João Lourenço  
Soares.

Ajudantes, padre Theodosio Dias de Castro e os  
capitães Manoel Fernandes Barreiros e João Fran-  
cisco de Jesus.

*Villa de Nazareth (hoje cidade).*

Presidente, o coronel Francisco José do Araujo  
Franco.

Secretario, o professor de latim João Amado Ba-  
rata.

Ajudante, Francisco de Souza Vivas.

*Villa de Valença (hoje cidade).*

Presidente (não tomou assento).

Secretario, Innocencio José Galvão.

Ajudantes, o coronel Francisco Xavier de Figuei-  
redo, o padre José Francisco do Passo, capitão-mór  
Bernardino de Sena Madureira.

Essas commissões soccorrião os pontos do pre-  
sidio do morro de S. Paulo, do Acupe, Saubara,  
Gambôa, Itaparica, Funil, as Ilhas das Fontes,  
Vaccas, Frades, Bom Jesus, e os de mais pontos  
que necessitavão de soccorro.

*Commissariado geral.*

Commissario geral, Pedro Ferreira Bandeira —  
proprietario.

Commissarios deputados, Antonio Joaquim Alves  
do Amaral, Francisco Manoel de Castro.

Assistentes deputados, Lazaro José Jambeiro,  
José João Muniz, Francisco José da Silva, Francisco  
José Ribeiro.

1º Escriptuario, Feliciano Moreira.

2º e 3º Dito, Manoel José Velho Junqueira.

*Thsauraria das tropas.*

Thesoureiro geral, Joaquim Bento Pires de Pi-  
gueiredo.

Commissario assistente, Manoel Maria do Amaral.

Pagador, Eustachio José Pereira de Andrade.

Official de bofete, José Rangel Turury.

*Auditorio do exercito.*

Auditores, os bachareis Honorato José de Barros  
Paim e Antonio Calmon du Pin e Almeida.

Ajudante general, o coronel Joaquim Pires de  
Carvalho e Albuquerque, depois visconde de Pirajá.

Quartel mestre general, o major de artilharia  
Joaquim José Rodrigues.

*Secretaria.*

Logo que chegou o general Labatut todo o expe-  
diente foi feito pelo 2º cadete, ás suas ordens, Ladislau  
dos Santos Titara, que poz em dia toda a correspon-  
dencia avulsa, desde 30 de Julho de 1822 até 28 de  
Outubro. Depois entráram para a secretaria o capitão  
de cavallaria Manoel de Vasconcellos de Souza  
Bahiana, que servio até 12 de Novembro, e em se-  
guida o advogado José Mendes da Costa Coelho o  
Feliciano Moreira. Começou a servir de secretario  
interino desde 12 de Novembro, o cirurgião-mór do  
exercito José Maria Cambuci do Valle, até que em  
9 de Abril de 1823, passou para o exercito o cirur-  
gião-mór de artilharia Christovão Pessoa da Silva,  
que organisou a secretaria do modo seguinte:

Secretario, com a patente de major, o cirurgião  
mór José Maria Cambuci do Valle.

Officiaes da secretaria, com a patente de tenentes  
do estado maior, o cadete Ladislau dos Santos Titara,  
e os paizanos José Mendes da Costa Coelho e Fran-  
cisco de Salles Freire.

Pela demissão do general Labatut, ficou encarre-  
gado da secretaria Ladislau dos Santos Titara, até  
depois que o exercito entrou, no dia 2 de Julho de  
1823, na capital da Bahia.

*Trem de guerra.*

O trem de guerra foi estabelecido na povoação da  
Feira da Matta de S. João a 12 leguas distante da  
capital. no mez de Agosto de 1822, para as tropas si-  
tiantes, sob a direcção do capitão de artilharia José  
Alves da Silva, que alli se apresentou em Julho, en-  
carregado do laboratorio. Com a chegada do ge-  
neral Labatut no dia 27, continuou na Feira da  
Mata, o trem de guerra, sendo substituido o di-  
rector, no dia 12 de Novembro de 1822, pelo capitão  
Manoel de Vasconcellos de Souza Bahiana, que foi  
tambem logo substituido pelo major de artilharia  
José Pedro de Alcantara, a cujo cargo ficou o trem  
e laboratorio até 12 de Janeiro de 1823, em que  
passou a direcção para o major Antonio do Espirito  
Santo Murici.

*Organização do commissariado.*

O commissariado será composto dos seguintes empre-  
gados, os quaes vão declarados por sua ordem: commissario em  
chefe, deputados-commissarios, assistentes-commissarios, as-  
sistentes-deputados, commissarios, fiéis, escriptuarios.

« 1.º Ao commissario em chefe pertence responder pela execução deste regulamento, e fazer entender e cumprir todas as obrigações que nelle se prescrevem para cada um dos empregados.

« 2.º O commissario em chefe será responsavel pela conducta dos seus empregados e pelas faltas que commetterem, se em lugar de os entregar ao castigo e proceder contra elles, lhes occultar os defeitos ou perder tempo em remediar as faltas que lhes conhecer. Semelhantemente serão responsaveis ao commissario em chefe pelos seus subalternos os chefes dos diferentes departamentos do commissariado.

« 3.º O commissario em chefe procurará saber do general em chefe as tropas que tem a fornecer, e em que lugares, bem como onde deve estabelecer os depositos de viveres. Obtido este conhecimento cuidará logo em promptar os generos necessarios, ou mostrar ao general em chefe os inconvenientes que se offerecerem.

« 4.º O commissario em chefe deverá todos os mezes remetter á secretaria de Estado dos negocios da guerra, e ao commandante em chefe do exercito, um mappa das rações de pão, etape e forragens, que se distribuirão no mez antecedente, e outro das que no fim d'elle terão existido nos diferentes depositos.

« 5.º O commissario em chefe deverá remetter mensalmente á secretaria de Estado dos negocios da guerra, e ao marechal commandante em chefe do exercito, um mappa dos transportes empregados no serviço do exercito.

« 6.º O commissario em chefe deverá igualmente remetter á secretaria de Estado dos negocios da guerra um mappa do estado dos pagamentos dos transportes annexos aos corpos do exercito.

« 7.º O commissario em chefe, até o dia 24 de cada mez, deverá remetter á secretaria de Estado dos negocios da guerra o orçamento das despesas, que tiver de fazer no mez seguinte em cada um dos artigos de viveres e transportes, declarando os meios que tem para as supprir, e os dinheiros ou generos que necessita para o fornecimento do exercito.

« 8.º O commissario em chefe, certificado pelos necessarios juizes e exames, que deve procurar ter do estado da colheita nas provincias do reino, fará presente a S. A. Real o numero de moios de trigo, milho ou centeo, de que necessita para o serviço da tropa, assim como o numero de moios de cevada e palha para a cavallaria, orgando, á vista do estado da força do exercito e das pragas que deve manter, o numero de moios de pão de que poderá necessitar dos reinos estrangeiros, para que o governo lhe facilite não só os meios de fazenda, mas lhe preste o auxilio e credito necessario naquelles reinos para poder contratar os generos na primeira mão, e obterlos por pagamentos regulados com o gyro e respiro das letras, lucrando assim o baixo preço e commodidade dos generos, sem o desembolso immediato.

« 9.º O commissario em chefe, sendo informado nos principios das colheitas, por via dos encarregados do fornecimento nas provincias, dos generos com que pode contar em cada uma dellas para o fornecimento do exercito, e porque preços, ordenará aos mesmos encarregados que depositos devem fazer, e em que lugares.

« 10. Se o estado da provincia e o consumo dos povos não permittir que dellas se tirem generos, ou os preços forem muito excessivos, o commissario em chefe fará supprir os depositos com generos de outras provincias, ou dos que vierem de fora do reino, como julgar mais vantajoso para a fazenda e de interesse para os mesmos povos.

« 11. Quando houver falta de generos, ou os preços forem excessivos, serão feitas as compras no melhor mercado, ou seja no reino ou fora d'elle; mas tanto os preços por que forem comprados, como as commissões que se derem aos compradores, serão legalizadas com certificados assignados por dous negociantes de conhecido credito e probidade, ou por certidões passadas por autoridade publica, segundo o costume das terras onde se fizerem as encomendas, devendo declarar as ditas certidões que tanto os preços dos generos, como o das commissões, não excedem aos que corrião nas mesmas terras ao tempo em que se fizerão as compras.

« 12. Quando as circumstancias não permittirem que as compras se façam com dinheiro á vista, o commissario em chefe regulará os prazos, de maneira que se não falte a elles nos tempos conveniencios, afim de se conservar o credito.

« 13. Os empregados quando precisarem de generos ou transportes devem requerer-lhes ás autoridades competentes, e receber-lhes das mesmas autoridades debaixo das formalidades prescriptas, e de nenhum modo toma-lhes por autoridade propria, ainda mesmo quando os magistrados lhes indicarem os lugares donde os devem tirar.

« 14. Se as autoridades se recusarem, e os empregados aoubarem que existe aquillo que pedem, notará por escripto isso mesmo a autoridade que lh'o denegar; e ainda assim se não prestar, darão parte aos seus superiores, que o farão saber

logo ao marechal commandante em chefe do exercito, afim de que este possa fazer responder perante a commissão militar aquella autoridade que por omissão deixar de cumprir as requisições que lhes forem feitas.

« 15. Todas as requisições serão dirigidas por escripto e assignadas por quem as fizer, e nellas se deverá declarar o que se precisa, e para que. O empregado que alterar esta ordem será punido, bem como a autoridade a quem se fizer a requisição sem estas formalidades, se a não cumprir por negligencia. Havendo impossibilidade de se satisfazer a uma requisição, deverá ser declarada tambem por escripto, porque só assim se fará attendivel.

« 16. Enquanto o fornecimento do exercito fizer mais conta por arrematação ou por ajuste, não se adaptará o de administração, e por isso nos tempos competentes será posto a leilão; e ainda que não fação conta serão sempre aceites, porque é mais uma prova, com as certidões dos preços correntes para se legalizarem as compras dos generos.

« 17. O commissario em chefe, ou por si ou pelos seus deputados visitará os depositos e deputações das provincias, ao menos uma vez cada anno, e regulará tudo quanto for conveniente ao serviço e de interesse para a fazenda.

« 18. O commissario em chefe, para a distribuição das rações, tanto de liquidos, como de solidos, mandará usar de medidas feitas pelo padrão de Lisboa, e cuidará em que hajão padrões das mesmas nas principaes cidades e villas do reino. Podendo combinar-se as litas rações por peso, o commissario em chefe preferirá esta redução.

« 19. O commissario em chefe, depois de rover e fiscalisar todas as contas parciaes, deverá apresentar a conta geral na secretaria de Estado dos negocios da guerra, com as reflexões que entender convenientes, para serem presentes a S. A. Real; e quando algum empregado deixar de dar a que lhe pertencer, sem justo motivo, será suspenso temporaria ou perpetuamente, segundo a culpa que se provar; mas a conta geral não será retardada por essa causa.

« 20. O commissario em chefe não mandará abonar descaminhos ou ruina de generos, ou de outros quaisquer objectos, sem que sejam legalizados pelos empregados, em cujo poder estiverem, com autos que provejam a quantidade e qualidade dos generos arruinados, e o justo motivo da sua ruina. Do mesmo modo fará legalisar os descaminhos dos generos, munizões ou outros quaisquer objectos tomados pelo inimigo, ou inutilizados por ordens dos generaes, as quaes se deverão ajuntar aos autos para maior legalidade.

« 21. Os autos, no exercito, devem ser requeridos aos commandantes dos corpos ou brigadas, para os quaes nomearão os officiaes que hão de assistir a elles, que não devem ser menos de um official de patente, um cirurgião, duas testemunhas e um sargento, que sirva de escriptão.

« 22. Se os generos forem julgados incapazes de se distribuirem á tropa (precedendo ordem do commandante, a quem serão apresentados os autos), o empregado, em cujo poder estiverem, os mandará inutilisar, ajuntando a ordem do commandante e a certidão de o ter assim executado para sua descarga; se se acharem em estado de venda serão vendidos, e o seu producto ficará em receita a esse empregado.

« 23. Nos depositos devem os autos ser requeridos ás justicias do districto, intervindo nellas o juiz de fora da terra ou da mais vizinha, duas testemunhas um professor de medicina ou cirurgia, e o escriptão que porte por fé tudo o que se achar.

« 24. Todos os autos serão remetidos ao commissario em chefe, e só a elle pertencerá o mandar abonar os generos arruinados ou perdidos, ou decidirá a quem devem ser imputados os prejuizos.

« 25. Quando haja impossibilidade de se guardarem as ditas formalidades, o commissario em chefe obrigará os empregados a ajuntarem a melhor prova que fór possível, ou por testemunhas, ou por outro qualquer meio que mereça credito.

« 26. O commissario em chefe resolverá todas as duvidas que lhes forem propostas pelos seus subalternos; e quando não esteja autorizado para as decidir deverá representar pela secretaria de Estado dos negocios da guerra, para S. A. Real deliberar o que julgar conveniente.

« 27. O commissario em chefe, para conhecer dos delictos ou faltas commettidas pelos seus empregados, poderá incumbir os exames necessarios aos deputados ou magistrados, conforme a natureza dos delictos.

« 28. O commissario em chefe poderá punir as pequenas faltas, ou com simples correção, ou com prisão, não excedendo mais de um mez.

« 29. O commissario em chefe mandará pagar a todos os empregados, segundo as tarifas estabelecidas; cada um dos deputados fará a folha e pagará aos empregados que servirem debaixo da sua inspecção, e o pagamento será acreditado com os recibos, que serão notados nas folhas, e remetidos com ellas no fim de cada mez á contadoria.

« 30. O commissario em chefe mandará distribuir sinotes

por todos os empregados para delles usarem, além das suas assignaturas.

« 31. As requisições que o commissário em chefe dirigir aos diferentes magistrados, e autoridades territoriaes, serão exactamente satisfeitas; e os ministros não serão das certidões de corrente no desembargo do pago sem ajuntarem certidão de as haverem cumprido, na conformidade das leis.

« 32. As instrucções, que dizem respeito a um empregado, serão communs e applicaveis aos outros, quando se verificarem hypthoses de semelhante natureza e que não estejam providenciadas. »

#### CREA-SE O CONSELHO INTERINO DE GOVERNO

Não tardou muito tempo que se não conhecesse a impossibilidade de existir acephala a colligação ou confederação politica de todas as villas e povoados do reconcavo e do sertão do sul e do norte da provincia, que progressivamente alherirão á causa proclamada; e para remediar falta tão grave e de tanto alcance, teve-se o pensamento da creação do conselho interino de governo, composto de um representante eleito em cada uma das villas. O pensamento partio das villas de Santo Amaro e S. Francisco, activado pelo Dr. Miguel Calmon da Pina e Almeida, e accito pelos patriotas da Cachoeira, e consecutivamente pelos de Maragogipe, Jaguaribe, Valença, Inhambupe, etc., e para isso, no dia 21 de Agosto, reunida a camara da villa da Cachoeira, foi lida a carta dos representantes de Santo Amaro e S. Francisco, e se accordou em realisar o que se pretendia, como consta da acta que aqui copio:

« Aos 21 dias do mez de Agosto de 1822 annos, nesta villa de Nossa Senhora do Rozario do porto da Cachoeira, em os paços do conselho della, e mesa de vereação, onde se achirão presentes o doutor juiz de fóra presidente Antonio de Corqueira Lima, e os vereadores actuaes o tenente coronel Jeronymo José de Albernaz, e capitão Antonio de Castro Lima, e, por ausencia do outro vereador Francisco José de Almeida, o do anno transacto, Joaquim Pereira do Couto, com o procurador actual, o capitão Manoel Teixeira de Freitas, e sendo alli todos juntos, despacharão papeis em beneficios commum do povo; e porque em consequencia de um officio, que o doutor juiz de fóra presidente havia recebido do coronel de cavallaria, José Garcia Pacheco, commandante da força armada estacionada nesta villa, para fazer convidar e chamar todos os cidadãos, lavradores e proprietarios conspiciuos, para no dia de hoje se acharem nos paços do conselho á hora certa, para se tratar do interesse, e bem da villa, e ainda da provincia; com effeito se achavão juntas e reunidas as pessoas da nobreza, e mais cidadãos conspiciuos, e lavradores, todos proprietarios desta villa e seu termo, que poderão comparecer a este acto, porque alguns deixarão de vir por causa de molestias, como fizeram saber por suas cartas, logo nesta vereação relatou o mesmo doutor juiz de fóra presidente, que elle havia recebido um officio, que lêo, o qual é do teor seguinte:

« Em consequencia da carta, que recebemos dos patriotas de Santo Amaro, e S. Francisco, e representação, que acompanhava, o que tudo remetto por copia a V. S., requieiro se sirva mandar convocar, quanto antes, os vereadores, e procurador do senado, assim como tambem todos os cidadãos proprietarios, e mais pessoas boas do districto, para se proceder nos termos da dita carta e representação. Deos guarde a V. S. Quartel da villa, 17 de Agosto de 1822. — José Garcia Pacheco de Moura Pimentel e Aragão, coronel commandante da força armada » — Em o qual vinha incluída por copia a seguinte carta: — Illms. Srs. — E' chegada a occasião, em que julgamos indispensavel á defesa da nossa causa, o estabelecimento de um governo geral, não só para o reconcavo, e comarca da Bahia, mas tambem para toda a provincia, pois que a aclamação de Jacobina e Valença,

em diferentes comarcas, exige que se faça extensivo o dito governo. A chegada de novas tropas europeas, o final desenganho da junta provisoria, que recusando aceitar um nosso officio, deu-nos a ultima prova de sua natural fraqueza, e a presenca ate hoje infructuosa do bloqueio do rio, chegado ha seis dias, e que se acha em frente da esquadra do Madeira; tudo isto nos obriga a tomar desde já esta medida, que nunca deixamos de reconhecer necessaria, o que só apenas desejamos espagar. Incluso offerecemos o plano em que accordámos, que sendo o mesmo adoptado por VV. SS., não duvidamos que seja immediatamente posto em pratica. Para haver a maior celeridade possivel na reunião dos deputados das villas, nós nos encarregamos de convidar, e transmitir este plano a Abrantes, Ilapicuru, e Agua-fria; e VV. SS. queirão encarregar-se de fazer o mesmo a Maragogipe, Jaguaripe, Pedra-branca, e Valença.

« Tencionavamos fazer a sessão extraordinaria para sancionar se o dito plano no dia 21 do corrente, e no seguinte faremos a eleição dos deputados destas duas villas, os quaes, logo que forem eleitos partirão para essa, a fim de se reunirem com os que se elegerem ali, bem como em Maragogipe, e Jaguaripe, e se possivel for, comecarem logo a exercer suas funcções. Por isso esperamos que VV. SS. fação a predita sessão, e a sua eleição nos mesmos dias que indicamos; assim como, que preparem decentemente a casa do hospital para as sessões, e sede do conselho. Deos guarde a VV. SS. Amigos fieis, e erriados. Seguem-se as assignaturas.)

« Em consequencia do que, elle doutor juiz de fóra presidente, mandára fazer as competentes participações para a presente vereação; e sendo ali reunidos todos os abaixo assignados, foi dito pelo mencionado coronel, José Garcia Pacheco de Moura Pimentel Aragão, que, achando-se reconhecido pelo povo e tropa desta villa, commandante da força armada desta mesma villa, requeria antes de tudo, prestar na camara, e nas mãos do seu presidente, o juramento do estylo; o que sendo ouvido pelo ministro presidente, vereadores, e procuradores da camara, e não constando da acta lavrada no dia 26 de junho, em que se celebrou nesta villa a aclamação da regencia de Sua Alteza Real, a nomeação e reconhecimento do chefe da força armada, visto que pelo mencionado termo de vereação, todas as autoridades civis, e militares do districto foram reconhecidas, exercendo as suas funcções, e attribuições, como até aquelle referido dia e sendo proposto pelo dito coronel, que os cidadãos prestantes declarassem, se reconhecão, ou não, como chefe da força armada, responderão affirmativamente: em consequencia do que passando elle dito coronel ao lado do dito doutor juiz de fóra presidente, lhe foi por este deferido o juramento de obediencia á Sua Alteza Real, regente constitucional do Brasil o Sr. D. Pedro de Alcantara, de fidelidade á causa do Brasil, e de observar exactamente a disciplina do seu corpo conforme os regulamentos militares, o que feito passou o mesmo coronel a ler ali a representação seguinte:

« Senhores. — As principaes villas do reconcavo, e hoje de quasi toda a provincia tem aclamado, como é notorio, regente constitucional e defensor perpetuo do Brasil ao herdeiro do throno portuguez, o serenissimo senhor Principe D. Pedro de Alcantara, annunciando deste modo á vontade geral dos habitantes deste reino, que se desejão unir a um centro governativo, em seu territorio, a fim de conservar sua dignidade e categoria. Todos sabem, senhores, que esta aclamação foi por nós feita, e pelos nossos concidadãos sem alteração do regimen e administração da provincia, por isso que desconfiavamos na bem fundada esperanza, de que não seriamos contesta los, nem pelo governo civil, nem pelo militar: aquelle porque havia já affirmado em seus officios a el-rei, e a Sua Alteza Real, que tal era o voto geral dos bahianos; este, porque não podia moralmente oppor-se em nome da constituição á opinião publica deste reino, assas pronunciada pelos dois terços das suas provincias.

« Porém, senhores, já nos não é estranho, quanto nossa esperanza ha sido illudida! Em verdade, apenas



soou em nossa capital o grito da salvação do Brasil, ou a aclamação que fizemos da regencia do nosso augusto Principe, logo por um lado o pretencio conquistador Madeira, roçado da insubordinada tropa de Portugal, maculou-nos em suas proclamações e ordens, com o epiteto de *sediciosos e rebeldes*, e, passando immediatamente a obrar, equipou canhoneiras, que tem hostilizado as ilhas de S. Amaro, e de Maré, a costa da Saubára, e barra do Paraguassú; mandou metralhar Itaparica, encravar a artilharia de sua fortaleza, interceptar a nossa comunicação com a cidade, aprisionando, e roubando as embarcações que fazião o nosso commercio interior, e, prohibindo a importação de mercadorias e víveres para o reconcavo, fez mandar tropa lusitana, e barcas de guerra para atacar e occupar a rica povoação de Nazareth: finalmente preparou-se com estrepito, e terror para acometter-nos, e obstar a entrada da esquadra, que vem da corte do Brasil em nosso socorro: por outro lado a junta provisoria do governo, aliás composta de sábios e honrados brasileiros, de quem a patria esperava tudo, ou por coacção, ou por natural fraqueza, não respondeu á participação do acto da aclamação de Sua Alteza Real, feita pelas camaras e autoridades; tem-se abastido de toda a correspondencia connosco, e finalmente pelas suas proclamações de 12, e 23 de julho proximo passado, se declarou contra nós, arguindo-nos de rebeldes, e facciosos, e forçando com tão inauditos procedimentos a nossa involuntaria subtração á sua autoridade. Deixemos, senhores, de observar, miudamente, quanto seja irrisorio, que o oppressor da Bahia appellido fiel a uma assás pequena fracção da provincia, e rebelde a toda ella; constitucional á mingua! caterva de soldados, e illudidos europeus da Bahia, e facciosa á numerosa povoação da provincia inteira; e bem assim não analysemos a escandalosa inconsequencia da junta do governo, que, havendo reconhecido á pouco como facção, só numerosa na classe mercantil, aquella porção de homens, que se oppunha, e ainda se oppõe ao reconhecimento da regencia de Sua Alteza Real, reconhece agora como facciosa toda a provincia, porque esta tem feito aquelle mesmo reconhecimento. A esta não pensada opposição, que os governos da Bahia fazem á nossa vontade declarada, e á vontade de todo o Brasil, accresce agora a nunca esperada opposição do ministerio, e côrtes de Lisboa, no que respeita aos officios da camara e junta provisoria desta provincia, relativos á catastrophe de Fevereiro deste anno; e por despacho ás supplicas, que pelo órgão dessas autoridades lhe fazião o envilecido e desgraçado povo da Bahia, acabão de remetter para esta cidade um batalhão de soldados, precursor de outros batalhões, com que nos pretendem recolonisar em nome da constituição.

« A' face do exposto, senhores, é tão evidente, que se desvanecia de todo a esperança, que tínhamos, de que o governo desta provincia cooperasse connosco, e de que nos viesse de Lisboa o remedio de nossos males, quanto é urgente a necessidade de recorrermos, em nosso actual estado, nos meios, que nos deu a natureza, para garantirmos a nossa segurança pessoal, e real, ora ameaçada, e para sustentarmos a justa causa, em que briosamente nos empenhamos. E sendo de eterna verdade que a acphalia repugna á boa existencia de um povo civilizado, e que de um centro commum de autoridade depende a força moral e physica de uma sociedade qualquer; parece que o meio unico, a que podemos recorrer em nosso actual estado, é o estabelecimento de um governo geral, que administre esta provincia em nome de Sua Alteza Real, o serenissimo principe o Sr. D. Pedro de Alcantara, regente e defensor do Brasil, segundo as regras do governo representativo, já proclamado no Rio de Janeiro, e que nos defenda das aggressões, que intenta contra nós o pretencio conquistador desta provincia.

« Que o reconcavo tem esperado pela cooperação da sua capital, que elle não tem querido alterar o regimen da provincia, é já bastante prova o não haver installado á 50 dias uma autoridade superior e geral, cuja falta combinada com a boa ordem, que se ha guardado no reconcavo, é outra prova mais bastante ainda da unidade, e ge-

neralidade dos votos dos seus habitantes, a favor da causa da regencia do nosso augusto Principe. Cumpre, portanto, senhores, que cuidemos desde já na eleição de ministros, que devem formar o governo proposto. Esta eleição convém absolutamente que seja feita pelo modo, não só o mais legal, como mais facil de executar-se com promptidão, attento o apurado estado em que nos achamos. Por um de dois modos podemos fazê-lo, a saber: ou pela assembléa dos eleitores de parochia, ou pelas camaras das villas colligadas. É como no primeiro nos pareça impraticavel, ou porque actualmente se não possa reunir aquella assembléa, ou porque a sua reunião, necessariamente morosa, não caiba no tempo, que urge a cada momento, e ao contrario o segundo, além de ser o mais analogo aos principios populares e constitucionaes, seja ao nosso ver o mais facil e prompto, por esta razão em verdade grave e imperiosa, requeremos em nome da tropa, e cidadãos desta villa, o seguinte.

« 1º Que se installe um conselho interino do governo desta provincia, composto de deputados eleitos á pluralidade absoluta de votos pelas camaras, e homens bons das villas colligadas, ou que actualmente tem aclamado a regencia constitucional de Sua Alteza Real, na razão de um deputado por cada uma das ditas villas.

« 2º E por quanto é assás notoria a urgente necessidade de estabelecer-se desde já o dito conselho, e não caiba na estreiteza do tempo reunirem-se para isso todos os deputados, que o sobredito conselho interino do governo se repete installado, e entre no exercicio de suas funções, logo que se reunirem cinco deputados. O local para esta reunião, e residencia do conselho, será a villa da Cachoeira, ficando todavia ao mesmo conselho a faculdade de mudar em caso do necessidade. O presidente e secretario do conselho serão nomeados d'entre si pelos deputados.

« 3º O conselho interino tem por fim governar esta provincia em nome de Sua Alteza Real, o Sr. D. Pedro de Alcantara, principe regente constitucional e defensor perpetuo do Brasil, observando a legislação existente, que Sua Alteza Real ha mandado observar, e sustentar a regencia do mesmo augusto principe, segundo os principios do governo representativo, já proclamado na corte do Brasil, obedecendo e executando, e fazendo executar as suas ordens reais e decretos já publicados, e que se publicarem. Todas as autoridades civis e militares, sem excepção alguma, ficarão subordinados a este conselho.

« 4º Que as camaras dêem aos seus respectivos deputados uma procuração concebida no espirito do artigo precedente, e que cada um deputado preste nas mãos do presidente das suas respectivas comarcas o juramento de obediencia ao Serenissimo Principe Regente constitucional, e defensor perpetuo do Brasil, o Sr. D. Pedro de Alcantara, e bem assim de cumprir fielmente o que lhe incumbir a sua dita procuração. Uma copia da presente acta será tambem dada a cada um deputado, para sua intelligencia e execução.

« 5º Que o conselho interino, logo que seja installado, faça tomar a todas as autoridades, e a todos os cidadãos das villas e lugares, que já tem aclamado, e que pelo futuro aclamarem á Sua Alteza Real, o juramento de fidelidade e obediencia á regencia constitucional do Serenissimo principe, o Sr. D. Pedro de Alcantara, e ao conselho interino do governo, em seu real nome. E que outro-sim se estabeleça uma commissão de junta de fazenda, para dirigir as finanças, e nomee um commandante em chefe interino da força armada da provincia, até que chegue o immediatamente nomeado por Sua Alteza Real, o qual commandante em chefe proporá ao conselho os commandantes superiores dos differentes pontos de defesa, que hão de ficar inteiramente subordinados ao dito commandante em chefe.

« 6º Que este conselho interino se dissolva, e cessem todas as suas funções, logo que a capital desta provincia tiver aclamado e reconhecido a regencia de Sua Alteza Real, o logo que da mesma capital se tenha evadido a tropa de Portugal: devendo com tudo, antes da sua dissolução, promover a installação de um governo provincial,

igual aos que se acharem installados nas provincias, que tem adherido á causa da integridade e regencia do Brasil; mas isto no caso do Serenissimo Principe Regente, não haver até então provido a esse respeito, segundo os principios constitucionaes. — O coronel commandante da força armada *Jose Garcia Pacheco de Moura Pimentel e Aragão*; *D. Braz Balthazar da Silveira*, coronel de infantaria; o tenente coronel de cavallaria *Jeronymo José Albernaz*; *Jose Joaquim de Almeida Arnison*, sargento-mór de cavallaria; *Joaquim José Bacellar e Castro*, sargento-mór de infantaria miliciana; *Jose de Araujo Bacellar e Castro*, sargento-mór; *Manoel José de Freitas*.

• E procedendo-se neste mesmo acto á votação para a eleição do deputado, que com o das outras villas devião formar o conselho interino do governo da provincia, em conformidade dos artigos approvados acima, sahio eleito pela maioria de votos, o bacharel formado Francisco Gomes Brandão Montezuma, ao qual por se achar, ausente foi accordado escrever uma carta de participação da sua nomeação, para vir prestar o juramento na conformidade do art. 4º do plano e representação acima transcripta. E de tudo mandirão fazer este termo em que assignou o Dr. juiz de fóra presidente, e mais membros da camara, com as pessoas presentes. E em Jacintho Lopes da Silva, escrivão da camara, o escrevi — *Lima — Albernaz — Castro — Pedreira — Teixeira*. — *Jose Garcia Pacheco de Moura Pimentel e Aragão*, coronel commandante da força armada; *D. Braz Balthazar da Silveira*, coronel commandante da infantaria; *Jose de Araujo Bacellar e Castro*, sargento-mór; *Joaquim José Bacellar e Castro*, major de infantaria; o vigário Francisco Gomes dos Santos e Almeida; o padre vigário Alexandre Ferreira Coelho; Fr. José de S. Jacintho Mavignier, pregador regio effectivo, e examinador das tres ordens militares; o capitão, Antonio de Cerqueira Lima; o tenente Clemente Jorge Martins Milagres(\*).» (Seguem-se as outras assignaturas.)

O CONSELHO INTERINO DO GOVERNO DA BAHIA FICA  
INSTALLADO NA VILLA DA CACHOEIRA.

Concluido os successos do dia 21 de Agosto de 1822, ficou installado o conselho do governo na villa da Cachoeira, funcionando no salão do hospital de S. João de Deos, principiou os seus trabalhos no dia 22 de Setembro de 1822. Era presidido: pelo capitão mór Francisco Elisbão pires de Carvalho e Albuquerque, deputado por Santo Amaro; Dr. Francisco Gomes Brandão Montezuma (secretario), pela Cachoeira; deputado desembargador corregedor da comarca Antonio José Duarte de Araujo Goudin, deputado pela villa de S. Francisco; capitão mór Manoel da Silva e Souza Carahy Coimbra, por Maragôpe; capitão Manoel Gonçalves da Maia Bitancourt, por Jaguaripe; coronel Simão Gomes Ferreira Velloso, por Inhambupe; padre Manoel José de Freitas de Dedebug(\*\*), pela villa da Pedra Branca; por Valença, padre Theodoro Dias de Castro; e por Abrantes Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida(\*\*\*)

A este pessoal se reunirão outros deputados que foram chegando das villas confederadas. Tomando sobre si a boa administração dos negocios publicos e da direcção da guerra, estabeleceu correios terrestres para o sul e para o norte da provincia, alim de

ligar as communicações dos differentes lugares com a villa da Cachoeira.

As commissões das caixas militares, creadas nas diversas villas, simplifizou as attribuições do conselho ficando elle com os commissarios de guerra, e assumindo no dia 28 de Setembro, o commando da força militar afim de obstar o progresso da insubordinação na tropa, que já lavrava.

O conselho mandou depois de tudo isto uma commissão ao Rio de Janeiro composta do Dr. Francisco Gomes Brandão Montezuma e do coronel Simão Gomes Ferreira Velloso, com officios da camara municipal para o governo do Principe Regente, communicando-lhe o acto da solemne aclamação, e mais occorrencias havidas na provincia da Bahia.

Esta commissão seguiu por terra pela estrada de Minas, chegando ao Rio de Janeiro, o Dr. Montezuma publicou uma memoria, expondo os acontecimentos da provincia, desde o dia 10 de Fevereiro até á partida da commissão.

« Senhor. — Os habitantes do reconhecido e interior da provincia da Bahia, tão brasileiros como os das brisas provincias do sul e Pernambuco, reconhecerão, como elles, os ferros que ainda hoje lhes roxeavão os pulsos e se proclamirão livres. Sentindo o que é de fragil o nome de realmação, petição e queixa, quando tyrannica a autoridade a quem se recorre, lançarão mão das armas para com ellas sustentarem seus votos, a aclamação de V. A. Real, regente constitucional deste reino e seu perpetuo defensor e protector, como a esta hora já terá chegado ao alto conhecimento de V. A. Real por participação das primeiras camaras que o fizerão.

« Tão nobres sentimentos, Senhor, em tudo consentaneos ao caracter portuguez de todas as eras, a liberdade e a fidelidade, orão de sobejo para fazer entrar em seus deveres o infame chefe da cohorte de janizaros, sem lei, sem patria e sem religião, que blasfemo de recolonisar-nos. Porém em vez de assim acontecer, ao contrario, elles mais lhe irritarão a sanha, e protestando defender as injustas e tyrannicas deliberações do peor dos contumvratos, o congresso lisbonense começou logo de apparelhar-se para uma guerra exterminadora.

« Não fraquejou com isto, Senhor, o valeroso espirito dos outrora vapedores dos batavos; antes, soprando mais e mais a lava patriótica, primeiro rebentada nesta brisa villa da Cachoeira, a tem levada hoje ás 15 villas da comarca da Bahia, ás dez da de Ilhéos, ás cinco da da Jacobina, á cidade de Sergipe da El-Rei e maioria das villas de sua comarca, faltando sómente desta provincia a comarca de Porto-Seguro, sobre cujo estado pôde V. A. Real apurizar dos officios que remettemos, apprehendidos em uma embarcação que daquella comarca se dirigia á cidade da Bahia.

« E, finalmente, conhecendo as villas colligadas, que o estado accephalo em que se refinha o recato de aventurear nos povos a instabilidade do governo, era incompativel com a sua segurança, e com a multiphidade de medidas e providencias do momento, accordarão a criação de um corpo moral, que dirigisse com prudente, mas corajosa mão o nome publico, porquanto a junta provisoria de governo residente na cidade, alterada pelo furor do novo vandalismo, só existia para ser o órgão de seus furiosos conquistadores.

« Daqui tomou origem o projecto, que por copia temos a honra de apresentar a V. A. Real, pelo qual concordarão as villas colligadas em constituir um governo, com titulo de—Conselho interino de governo desta provincia da Bahia—composto de um procurador de cada uma das ditas villas, e com as attribuições constantes do mesmo projecto e termo de veneração, copia n. 1.

« E sendo um dos artigos que o conselho entraria em suas funções logo que se reunissem cinco dos seus membros, teve lugar sua installação no dia 6 do passado Setembro, com a presença das procuradores das villas: da Cachoeira, o bacharel formado Francisco Gomes Brandão Montezuma; da de S. Francisco de Sergipe da Goudin, o desembargador corregedor da comarca Antonio José Duarte de Araujo Goudin; da de Jaguaripe, o capitão Manoel Gonçalves da Maia Bitancourt; da de Maragôpe o capitão mór Manoel da Silva Souza Coimbra; da de Santo Amaro da Purificação, o coronel Francisco Elisbão Pires de Carvalho e Albuquerque, membros da junta provisoria da cidade da Bahia, constando, porém, hoje dos procuradores abatto assignados.

« O conselho nenhum dever reconheceu mais sagrado do entrar em suas funções do que o de immediatamente dirigir-se

(\*) Ignacio Accioli, *Memorias Historicas da Bahia*.

(\*\*) Era portuguez europeu, grande entusiasta pela causa do Brasil.

(\*\*\*) Crearão dous secretarios: 1º, o Dr. Montezuma, encarregado dos negocios da guerra; 2º, o Dr. Miguel Calmon, encarregado dos negocios da fazenda.

a V. A. Real, em reconhecimento da obediência que por obrigação e timbre presta ao augusto regente constitucional da grande nação brasileira; dever este que para mais dignamente desempenhar nomeou, entre os membros do conselho, ao bacharel formado Francisco Gomes Brandão Montezuma, secretario do mesmo conselho e procurador por esta villa da Cachoeira, e ao procurador pela villa de Inhambupe Simão Gomes Ferreira Velloso, nomeação que só agora pôde ter lugar pela concorrência de maior numero de membros. O conselho, Senhor, tem dado aos referidos deputados instruções, segundo as quaes devem de representar a V. A. Real as precisões da provincia.

« Digne-se, pois, V. A. Real receber benignamente os protestos de gratidão e obediência deste conselho, o qual tão sómente abrasado pelo amor da patria e adhesão á augusta pessoa de V. A. Real passará por todos os sacrificios, sendo elles de mister ao remate do magestoso edificio da nossa regeneração politica.

« Resta agora, Senhor, dar fôr conta das providencias que tem dado o conselho para que não padeça o presente systema. Entre ellas tem o primeiro lugar a criação de uma commissão do thesouro nacional pelos motivos exarados na portaria de 21 de Setembro da copia n. 2.

« Igualmente tem o conselho cuidado, quanto em si cabe, em adiantar a disciplina e organização da força, que deve tem cedo cingir os louros da victoria, e dar mais á posteridade um exemplo do quanto pôde um povo que pugna pelos direitos sacrosantos que a todos os homens assignalou a natureza, e sobre os quaes não corre transtempo.

« Não nomeou, porém, o conselho um general em chefe do exercito da provincia, como o urgido já a necessidade de um centro militar, que mantivesse a maior unidade nos movimentos dos corpos, já um dos artigos do projecto, que fundamentou a sua organização e installação, por isso que immediatamente que fôr installado soube da chegada em Maciô do general Labatut, nomeado por V. A. Real commandante das tropas desta provincia, como elle mesmo se exprimio em a sua proclamação, que com data de 21 de Agosto passado, e daquelle lugar, enviou a esta provincia.

« E, finalmente, já teriamos batido as portas da cidade, e expulsado o inimigo se não esperassemos a cooperação do nobre e benévolo general, que já oficialmente sabe este conselho se acha em a povoação de Laranjeiras, distante desta villa 55 leguas, pouco mais ou menos.

« E tendo-se muito augmentado as despesas com a sustentação do exercito e mais misteres da guerra, e por outro lado reconhecendo o conselho, como seu primeiro dever, a religiosa observancia da primeira lei dos Estados, a salvação publica, tão explicitamente sancionada no aureo decreto de V. A. Real, do 1.º de Agosto deste anno, accordou o conselho por portaria de 19 do corrente, cuja copia tem a honra de apresentar a V. A. Real, abrir nesta villa a casa de moeda da provincia, inutilizada na cidade com o mesmo cunho, medida esta que tanto mais tem lugar, quanto da cidade tem já evadido para o reconhecido quasi todos os officiaes desta repartição, e a esta provincia é dado cunhar moeda, na bem entendida esperança de que se digne V. A. Real de conceder-lhe a sua approvação.

« Deus guarde a muito alta e poderosa pessoa do V. A. Real como hemos de mister. Seta das sessões na villa da Cachoeira, em 21 de Outubro de 1822. »

#### *Instruções a que se refere o officio acima.*

« 1.º Requerer a S. A. Real armamento e todo o genero de munições, assim como officiaes habéis, que commandem os corpos, providencias estas que são sobremaneira urgentes e devem ser promptamente dadas.

« 2.º Sobre a criação de correios de communicação pela costa, entre a corte e a provincia da Bahia.

« 3.º Sobre a eleição de uma junta, que fique governando a provincia até se verificar o methodo de governo para todas as provincias do Brasil, determinado na constituição que fôr a assembleia geral legislativa e constituinte do mesmo reino, providencia que urge ser dada quanto antes, porque o conselho interino de governo não pôde subsistir facilmente, attenta a multiplicidade do seus membros.

« 4.º Sobre a competente insinuação régia ao bispo de S. Paulo, como diocesano mais antigo, para que este institua um vigario capitular, por não haver durante a occupação da cidade recurso algum eclesiastico na provincia.

« 5.º Sobre o methodo da eleição e numero dos procuradores da provincia, segundo o decreto de 16 de Fevereiro passado, e bem assim sobre o numero dos deputados á assembleia geral legislativa e constituinte, que devem ser eleitos por esta provincia, quando se sancione a destimbração da comarca de Sergipe, que se considera actualmente como provincia a parte.

« 6.º Qual deve ser a conducta do governo desta provincia acerca dos que se achão presos por motivos politicos.

« 7.º Providencias sobre recursos judiciais, vista a occupação da cidade, onde existem os tribunaes superiores.

« 8.º Iguaes providencias sobre as tropas que devem guarnecer a cidade e provincia depois da evacuação das tropas de Portugal.

« E determinando se se entregue uma copia destas instruções aos ditos Srs. deputados, se mandou lavrar a presente acta para constar, nella assignando o Sr. presidente congo-secretario e mais Srs. deputados. E eu Francisco Gomes Brandão Montezuma, secretario do mesmo conselho a fiz e assignei.—Francisco Elishio Pires de Carvalho e Albuquerque, presidente.—Francisco Gomes Brandão Montezuma, secretario.—Antonio José Duarte de Araujo Gonlam.—Manoel da Silva Coimbra.—Manoel Gonçalves Maia Pittenunt.—Manoel José de Freitas.—Theodoro Dias de Castro.—José de Mallo Vazão.—Francisco José de Miranda.—Manoel dos Santos Silva.—Miguel Calmon du Pin e Almeida. »

#### *Felicitação dos deputados do governo interino perante S. M. Imperial.*

« Senhor.—Defendendo V. M. Imperial os imprescriptiveis direitos do povo brasileiro, levando-o ao gozo de sua politica e civil liberdade contra as arrogantes tentativas de Portugal, e por fim constituindo o Brasil nação independente, tem V. M. Imperial levantado um monumento de gloria, que será constantemente respeitado nas gerações futuras, sem que ate hoje tenha apparecido igual na historia antiga ou moderna. Tão altos e nunca iguaes feitos ha muito que abellão os bahienses vir agradecer a V. M. Imperial; ha muito que elles tem jurado em seus corações dar a vida por um principe cidadão, que soube quebrar-lhes os ferros portuguezes e salva-los do horroroso cahos da vil anarquia.

« A tudo lhes obsteu a traição de uma junta tumultuaria, escrava do partido anti-brasilico, em consequencia da qual bayonetas lusitanas, cobertas com o manto de constitucional protecção, se apoderão da capital da provincia, plano traçado no centúviro lisbonense para levar ao cabo o horroroso projecto de recolonisar a parte mais feliz da America, a mais rica e fértil, o vasto Imperio do Brasil. E', porém, o americano homem livre; decretou assim a natureza ao crear o universo...

« Os bahianos, Senhor, os vencedores dos batavos, já estão livres. Preso o inimigo em suas trincheiras, não ousa avançar um passo, sem que receba das armas bahianas a punição do seu tresloucado arrojo. Vem perto o momento da sua total ruina. Nossos pulsos já não roxeão grilhões infames, proprios só de outra classe de entes. Nos corações de entes, nos corações bahienses não cala, nem calou nunca o monstruoso seismo da divisão das provincias. E' base das suas intenções a fraternidade, o respeito, a obediência e fidelidade ao augusto chefe da nação brasileira, ao primeiro dos Imperadores do mundo, o pai da patria, o defensor do Brasil.

« O sempre memoravel dia 23 de Junho deste anno foi o destinado pelo Supremo Arbitro dos Imperios para marcar a feliz epocha da politica regeneração da provincia a que temos a honra de pertencer, e cujo orgão somos. Foi aquelle dia o em que a patriótica villa da Cachoeira levantou o pendão da liberdade, e proclamou o paternal governo de V. M. Imperial.

« Então, com a ligeireza do raio, toda a comarca se vio livre, e pela mesma forma toda a provincia. E urgindo a politica a maior unidade nos movimentos, um centro de governação, donde emanassem, dirigidas por uma só mão, a actividade e a força, ao passo que a junta residente na Bahia e installada a 2 de Fevereiro, acobardada pelo vandalo, não só não quiz uni-se á causa da provincia, mas até proclamou contra ella.

« Para evitar os danos da confusão accordou a provincia, como primeira medida de defesa, crear um governo que regulasse os negocios do momento, até que V. M. Imperial outra cousa se dignasse deliberar.

« Foi assim que, nomeando cada uma das villas colligadas o seu procurador, se organizou o conselho de governo interino da provincia da Bahia, o qual, julgando do

seu primeiro e mais sagrado dever o dirigir a V. M. Imperial seus protestos de obediência e respeito, escolheu para isso dous dos seus membros, que são os que têm agora a honra de falar a V. M. Imperial.

« Em todas as eras grandes, reiterados têm sido os esforços dos sábios e políticos para convencerem as nações de que é sempre ephemera a grandeza e prosperidade, que provém de canaes albeios, e não do essencial de riqueza publica, a agricultura e industria propria. Esta verdade eterna, e já sancionada pela experiencia de nações antigas e modernas, foi ainda postergada pela Europa, e no fim do seculo XV appareceu a moda de possuir colonias. Quanto, porém, não tem custado caro ás nações que assim o entenderão!

« A Inglaterra, potencia da primeira ordem, vio por vezes manchada a sua gloria, principalmente nos dias de Delaware, na questão com os Estados-Unidos, e por fim reconheceu o erro, abateu o orgulho: são demasiado publicos os acontecimentos da America do Sul para que delles façamos aqui menção. Povos pequenos têm obrigando nações a entrarem em seus limites naturaes. A Alemanha chora ainda hoje o sangue allemão inutilmente derramado para firmar-se no Reno. A Hespanha, o primeiro dos Estados daquelle tempo, não pôde vencer o denodo hollandez e ao depois o do portuguez, quando em 1640 uma segunda vez se constituiu nação independente.

« Appareça mais na historia publica das nações o exemplo do valor brasileiro, proclamando a sua independencia. E quanto não distão della ao demais na perfeição dos meios de que lançamos mão para a conseguir? Quanto não distão della nos principios que adoptámos, e que certo farão a base do nosso futuro codigo politico? Nem nos perturbará a demagogia, ambição e instabilidade das republicas, nem nos definhará a tyrannia e prepotencia das monarchias absolutas. Uma prudente e bem equilibrada divisão dos poderes publicos, guardada a inviolabilidade e mais direitos proprios da magestade, o defendido o sacrosanto direito do cidadão, constituirá para sempre a prosperidade, grandeza e segurança do rico Imperio do Brasil.

« Com quanta satisfação o dizemos! Não desolarão os nossos campos, nossas povoações e cidades os partidos ingenuos das commoções publicas! Não vimos a fome succeder á abundancia, a peste devorar nossos filhos, nossos amigos, nossos concidadãos!

« Povos da terra, aprendei a vindicar vossos direitos, respeitar nossas instituições; respeitai o primeiro Imperador brasileiro, e se quereis ser felizes vinde obedecer-lhe. Mil graças, Senhor, vos damos pela nossa provincia; mil graças vos sejam dadas pelas gerações futuras pelo incalculavel bem que haveis feito ao povo brasileiro.

« A vós, Senhor, tudo se deve; fostes o primeiro movel da nossa independencia politica e da nossa prosperidade. Continuai a ser o nosso defensor; rematai a grande e magestosa obra que tão heroicamente haveis começado, e praza ao céu que gozeis por longos annos, em par á augusta e sagrada pessoa da Imperatriz, vossa condigna esposa, um Imperio, que terá por base o amor e a gratidão dos povos.—Francisco Gomes Brandão Montezuma.—Simão Gomes Ferreira Velloso. »

#### O GENERAL MADEIRA ASSUME O GOVERNO SUPREMO DA CIDADE DA BAHIA

O general Madeira, dispondo da força militar, em Maio de 1822(\*) assumio o governo supremo da cidade, considerada praça de guerra, e passou a crear novos empregos de fazenda e chancellaria, uma commissão militar e outras repartições; e fez de tudo participante a fatal junta provisoria, já só composta

de tres membros, o capitão mór Elesbão Pires, depois barão de Jaguaripe, do conego Francisco Cardoso Pereira de Mello, e do desembargador Francisco Carneiro de Campos.

Essa junta, assim sem força moral e sem mais nada esperar, dissolveu-se, ficando Madeira senhor absoluto da capital da provincia da Bahia.

#### O EX-PRESIDENTE GERVASIO PIRES FERREIRA, EM VIAGEM PARA O RIO DE JANEIRO, É PRESO NA BAHIA NO DIA 25 DE SETEMBRO DE 1822.

De Pernambuco ainda no tempo da junta haviam emigrado 16 portuguezes para a Bahia, e constando-lhes achar-se a bordo do paquete inglez, o ex-presidente Gervasio Pires Ferreira, que havia tomado passagem naquelle navio privilegiado pela bandeira ingleza, para transportar-se ao Rio de Janeiro, onde estaria garantido, fizeram contra elle uma representação ao governo, exigindo o seu desembarque, o que conseguirão, desembarcando Gervasio Pires Ferreira de bordo do paquete inglez, á noite e preso, seguindo, no meio de uma grande escolta, para a fortaleza de S. Pedro, acompanhado de muitos taberneiros e caixeiros portuguezes, com archotes acesos, entre vozerias, insultos e apupadas; e não o espantarão, por ir com elle o commandante de policia tenente coronel Antonio José Soares.

« Ilm. Sr.—De ordem da junta provisoria do governo transmitto a V. S. a copia inclusa do requerimento de 16 emigrados de Pernambuco, os quaes pedem em grande alvoroço o desembarque do presidente da junta provisoria do governo daquelle provincia, que affirmão achar-se a bordo do paquete inglez, ora chegado, com o fim de manterem seus direitos e evitarem os damnos que receirão do proseguimento de sua viagem, para que V. S., tomando em consideração, e o quanto convem evitar qualquer sinistro acontecimento, á vista da effervescencia em que se achão os animos dos que exigem essa medida, dê a competente providencia para se effectuar o desembarque requerido.

« Renovo a V. S. os protestos de estima e consideração com que sou de V. S.—Ilm. Sr. G. Pennel, consul da nação britannica.—Muito attento venerador e criado.—Francisco Carneiro de Campos, secretario.

« Bahia, 25 de Setembro de 1822. »

Gervasio esteve algum tempo preso, e o indigno consul inglez, que consentio que se desrespeitasse a bandeira e o navio de sua nação, mostrando-se indifferente a tão inaudito acontecimento, no dia 17 de Outubro, escreveu ao secretario da junta, dizendo não ter recebido de ninguém communicação sobre a prisão de Gervasio Pires Ferreira, como se vê do presente officio:

« Senhor.—Bahia, 17 de Outubro de 1822.—Em resposta ao vosso officio, exigindo saber, pelas razões nelle declaradas, se a 25 do mez passado eu recebi de SS. EExs. os governadores civis desta provincia, ou de algum delles individualmente, alguma carta particular a respeito do desembarque do ex-presidente do governo de Pernambuco Gervasio Pires Ferreira de bordo do paquete inglez; tenho a honra de informar-vos que não recebi naquelle dia carta alguma particular, nem intimação de qualquer genero da parte de SS. EExs., ou collectiva ou individualmente, salvo o seu official despacho daquelle data, ao que respondi no mesmo dia; e além disto que não recebi de SS. FEExs. collectivas ou individualmente alguma communicação sobre qualquer objecto.

« Tenho a honra de ser, etc.—Pennel, consul. »

(\*) Titara.—Paraguayssu, poema, nota historica.



O MINISTRO JOSÉ BONIFÁCIO, EM 2 DE MARÇO DE 1822, RES-  
PONDE RESERVADAMENTE AO BARÃO DA LAGUNA SOBRE  
OS NEGÓCIOS DE MONTEVIDÉO.

Os povos de Montevideo estavam firmes e constan-  
tes na união com o Brasil, e resistião ás intrigas  
de Buenos Ayres. O barão da Laguna, commandante  
das nossas forças alli, se empenhando para que senão  
desistisse da incorporação da provincia Cisplatina,  
o ministro José Bonifácio, em officio secreto datado  
de 2 de Março de 1822, o instrue do modo de se con-  
duzir com as autoridades em proveito da união.

E, no entanto, estando nós assim de posse de Mon-  
tevidéo, pela espontaneidade de seus habitantes, o-  
rros ou a incuria que os nossos ministros na ge-  
rencia das relações exteriores commetterão, relati-  
vamente aos negocios do Rio da Prata, fizerão que  
perdessemos essa provincia Cisplatina, cuja volun-  
taria acquisição o Brasil havia feito, para tira-la da  
mais cruel anarchia, levando-a ao maior auge de  
prosperidade, á custa do seu sangue e dos seus  
thesouros.

Com isto perdemos, tambem os nossos limites na-  
tureaes, designados pelo Rio da Prata; e de então  
para cá não temos deixado de sustentar, á nossa  
custa, a existencia precaria de um estado indepen-  
dente, que por si só não avulta no mappa geral do  
mundo, e que, no entanto, podia ufanar-se de fa-  
zer parte de um grande Imperio.

Depois que perdemos a provincia Cisplatina, os  
erros do nosso governo ainda continuárão; porque,  
se tivessemos seguido outra politica para com  
aquelles povos, principalmente a de perfeita neutra-  
lidade em sua existencia interna, não consentindo  
que brasileiros se estabelecessem no territorio  
oriental, ou quando isto fizessem, se sujeitassem ás  
leis do paiz, e vice versa; tendo sempre bem guarne-  
cidas as nossas fronteiras, é provavel que, com a lição  
do passado, e com a estabilidade e florecencia do  
nosso viver social, ou já estivesse Montevideo de  
novo incorporado ao Brasil, ou viesse mais tarde a  
fazel-o; porque cansados aquelles povos pelas guerras  
civis, preferirião, sem duvida, a sujeição monarchica  
representativa á anarchia permanente e devastadora.

INTRIGAS CONTRA JOSÉ BONIFÁCIO. — A MAÇONARIA E O  
TITULO DE DEFENSOR PERPETUO DO BRASIL, EM MAIO DE  
1822.

A influencia do ministro José Bonifácio na di-  
recção dos negocios publicos se vigorava e crescia  
em todo o Brasil; e o Principe Regente mostrava  
por elle, a mais terna amizade, chamando-o muitas  
vezes de—pai.

Não precisava mais nada para que se levantasse  
contra o ministro José Bonifácio uma opposição  
systematica de todos aquelles que querião o vali-  
mento do Principe e as altas posições sociaes, para  
derribal-o da influencia que exercia.

A direcção que o ministro José Bonifácio dava  
nos negocios publicos em crise tão melindrosa, era tão  
acertada que não deixava flanco para ser combatido.  
Os ambiciosos voltarão-se para o Principe, cujo ca-  
racter impetuoso já conhecião, lisongead-o, alim de  
minar por este lado a influencia do ministro. D. Pedro  
amava a gloria, mas não sabia o que ella era real-  
mente; por isso deixou-se illudir. José Bonifácio  
aconselhava ao Principe de não fazer mercês, e des-

pachos em quanto durasse a lucta da independencia;  
e que só depois de aclamada ella, e de ser elle ele-  
vado ao throno do Brasil, é que deveria, com criterio,  
galardoar os servidosos que fossem benemeritos.

Esta opinião do ministro ainda mais lhe grangeou  
inimigos, por haver muitos que estavam a espera  
de obter despachos e mercês. Não podendo elles  
derribar o ministro, buscavão desacreditá-lo.

Era José Bonifácio o grão-mestre da franco maço-  
naria, e era nella que existião disfarçados os inimi-  
gos mais audaces que elle tinha; e forão estes os que  
conceberão o projecto de derribar o ministro, ga-  
nhando o principe pela lisonja e pela adulação. José  
Clemente Pereira estava attesta deste partido, e era  
secundado por Joaquim Gonçalves Ledo, padre Janu-  
ário da Cunha Barbosa, coronel Nobrega, briga-  
deiro Alves Branco, e outros cujos nomes figurão no  
monstruoso processo de 30 de Outubro de 1822, que  
publiquei no meu *Brasil Historico*.

José Clemente levava consigo os portuguezes que  
temião o poder do ministro. Alguns consa já tinhão  
conseguido no animo do principe, quando se lem-  
brarão de fazer um acto pelo qual o principe lhes  
ficasse em alguma obrigação. Decidirão na loja Com-  
mercio e Artes conferir á Sua Alteza Real o titulo  
de protector e defensor perpetuo do Brasil.

O dia 13 de Maio era o do anniversario natalicio  
de el-rei o Sr. D. João VI; era dia de grande gala,  
e o Principe Regente dava beija-mão por tão fausto  
motivo, quando José Clemente, com o seguado da ca-  
mara e seus amigos, que estavam em lugar conve-  
niente, no momento em que o beija-mão estava a  
acabar, mandou pelo procurador do senado da ca-  
mara dizer ao Principe, que o senado se achava ás  
portas do paço, e pedia uma audiencia para negocio  
de grande importancia. O Principe respondeu:—que  
o senado podia apresentar-se. José Clemente feu  
então, na presenca do Principe, um discurso, pelo  
qual offercia á Sua Alteza Real, em nome do mu-  
nicipio, e da provincia do Rio de Janeiro e de todo  
o Brasil, o titulo de—protector e defensor perpetuo.

O Principe respondeu — que aceitava gostoso o  
titulo de protector perpetuo, mas que quanto ao de  
defensor, — o Brasil se defendia a si mesmo.

Em seguida a este acto, o Principe prestou jura-  
mento. O mesmo fizerão o senado da camara e  
todas as pessoas que se achavão presentes(\*). A  
noite muitas casas se illuminárão. O Principe foi ao  
theatro, onde se recitárão versos e se derão vivas  
em referencia ao acontecimento do dia.

O ministro José Bonifácio sabia de tudo que se  
pretendia fazer naquella dia, porque seus amigos  
lhe revelavão o que se passava nos clubs de José  
Clemente, Ledo, Januario e outros, e por isso não  
foi surpresa para elle o que se fez. Não tendo po-  
dido evitar o acontecimento, porque sabia que o  
Principe o desejava, limitou a sua acção em não  
interferir nelle, e em aconselhar á Sua Alteza o que  
devia fazer em semelhante conjunctura.

O actual titulo de defensor perpetuo que gozão os  
imperadores do Brasil, não tem, pois, outra origem,  
nem melhor fundamento, que o que acima referi.  
Nasceu no seio da maçonaria, e foi pelos maçons

(\*) Acta da camara.

conferido em o dia 13 de Maio de 1822 ao Príncipe Regente D. Pedro de Alcântara, no paço da cidade do Rio de Janeiro.

SR. ANTONIO DE MENEZES VASCONCELLOS DE DRUMMOND PRINCÍPIA A MANDAR PARA O RIO DE JANEIRO NOTÍCIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

As primeiras notícias que chegarão ao Rio de Janeiro mandadas pelo Sr. Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond(\*) foram tão favoráveis, que enchêrão de satisfação ao Príncipe Regente e aos seus ministros. Erão datadas dos fins do mez de Fevereiro de 1822.

Dizão ellas que se podia contar com Pernambuco, e pô-lo na vanguarda do movimento para a independência do Brasil. Que os pernambucanos precisavão mais de quem os contivesse do que de quem os animasse a marchar. O conceito que merecia o Sr. Drummond nos animos do ministerio e no do Príncipe, não dava lugar a duvidar-se do que elle affirmava.

O Sr. Drummond escreveu ao ministro José Bonifácio, e eu vi a copia da carta, cujo conteúdo memoro. Pernambuco achava-se então em um estado excepcional. A provincia toda queria a independência, e não olhava para os meios, nem temia os sacrificios, que erão necessarios fazer para obtela: o que queria era que tudo se fizesse de prompto, e que se desse uma boa lição a Portugal.

A junta provisoria pelo contrario receiava de todos e não tinha a mesma nobre generosidade. A junta era composta de sete membros, sendo seu presidente o bem conhecido Gervasio Pires Ferreira. A vontade deste predominava sobre a dos outros por tal modo que se podia dizer que a junta era o presidente.

Na situação em que se achava o Brasil, com relação a Portugal, Gervasio Pires Ferreira não queria decidir-se nem pelo Rio de Janeiro e nem por Lisboa. A sua politica era contemporisar com ambos.

Escrevia com muito respeito ao Príncipe Regente; mas não cumpria as suas ordens, ou illudia a execução dellas. De Portugal aceitava as forças militares, tantas quantas Pernambuco podesse carecer, afim de conter o Rio de Janeiro em respeito para com elle.

Concentrava os recursos da provincia, para servir-se dellas quando a occasião se apresentasse.

Manoel de Carvalho Pires de Andrade, que então era intendente da marinha, seguia a mesma politica. Ambos tinham o pensamento de fazer de Pernambuco uma republica segregada do resto do Brasil, da qual fossem elles os principaes donatarios.

A chegada de um batalhão portuguez a Pernambuco, que foi render a outro que já lá estava desde 1817, foi, como já disse, quem motivou a ida do Sr. Drummond áquella provincia, para o fim de esclarecer os pernambucanos sobre o que se tratava na corte, com relação á independencia do Brasil.

No dia 1.º de Junho, reuniu-se a camara municipal do Recife, estando em armas todos os corpos da guarnição, tendo cada um dellas enviado um official para o representar naquella solemne occa-

sião. O clero e o povo também tinham alli os órgãos de sua vontade.

Redigio-se uma acta, que foi por todos assignada, e pela, qual se declarava, que a provincia de Pernambuco, de sua livre vontade reconhecia o Príncipe Regente como chefe do poder executivo no Brasil, tão independente, como o era seu pai em Portugal.

Esta acta constituiu o documento mais lato e explicativo que até então se tinha lavrado no Brasil sobre os negocios do tempo.

A camara do Recife depois de tudo isto feito, participou á junta, que em nome do povo, do clero e do exercito, ella tinha de levar uma mensagem a presença da mesma junta, e que para isso ia pôr-se a caminho com o cortejo de que estava rodeada.

A junta recebeu a camara na sala das suas sessões, estando o presidente no tópo da mesa, e tendo á direita e á esquerda os membros da mesma junta. Seguirão-se os officiaes da camara.

Na outra extremidade da mesa estavam os representantes do povo, clero e tropa.

A camara deu conta de sua mensagem, lendo a acta, e pedindo que o governo sancionasse com a sua assignatura o que ella continha. A sala das sessões, bem como as immediatas, estavam apinhadas de gente.

De fóra do palacio a concorrência do povo era também numerosa.

Gervasio Pires Ferreira respondendo á mensagem da camara, e declarando que a junta não assignava a acta a que ella se referia, passou a divagar no sentido de excitar o constitucionalismo do povo. Falou do sacrificio que elle tinha feito, desde 1817, pela causa da liberdade, vendo-se naquella occasião abandonado de seus patricios, que inadvertidamente estavam prestando fé a um estrangeiro, que não tinha raizes na provincia, em detrimento aos interesses della.

Travou-se então uma discussão entre Gervasio e os diferentes representantes do povo, clero e tropa.

O Sr. Drummond não se achava presente a este acto publico, que segundo elle me communicou, pertencia exclusivamente á provincia de Pernambuco.

Disse-me, que, não queria que, com a sua presença se podesse suppor que elle influia directa ou indirectamente para esta manifestação.

Alguns bons pernambucanos se achavão alli, e entre elles o honrado Sr. Dr. Manoel Ignacio Cavalcante de Lacerda, hoje barão de Pirapama, ex-presidente do senado; vierão dizer que o negocio estava perdido, porque Gervasio Pires Ferreira insistia em não querer, e o povo começava a mostrar-se inquieto e approvador do que elle dizia.

Nestes termos pedião ao Sr. Drummond que apparecesse immediatamente no palacio afim de ver o que se devia fazer para evitar algum grande desastre.

Chegados a palacio, entendeu ainda o Sr. Drummond que não devia tomar parte naquella acta; disse porém a seus amigos o que julgava que se devia fazer para terminar o incidente; mas o coronel José de Barros Falcão de Lacerda, que se achava na sala immediata á em que esta pequena conferencia se passava, e que partilhava esta mesma opinião, vindo inesperadamente, compellio, por um movimento repentino, a que o Sr. Drummond entrasse na sala das sessões.

(\*) Hoje o nosso primeiro diplomata.

A appareição deste cavalleiro alli mudou completamente de face as questões pendentes. Gervasio Pires Ferreira esmoreceu, cahindo na cadeira, e levantando-se alguns minutos depois quiz mostrar ao Sr. Drummond a fidelidade com que a junta se tinha havido, tanto para com o Principe Regente, como para com o governo de Lisboa<sup>(\*)</sup>, e, tocando a campainha, ordenou que um tal Sr. Passos, a que elle chamou de official-maior, trouxesse alli os respectivos livros de registros, reservados, para se fazer a devida leitura.

Chegado a este ponto o Sr. Drummond, que até então tinha ficado em pé junto á mesa, do lado opposto ao presidente, sem proferir uma só palavra, interrompeu o presidente da junta, dizendo, que elle julgava que ninguem estava alli encarregado de fazer o processo á junta, e que por isso toda a exhibição de documento, fosse em defesa, fosse em accusação, era cousa inteiramente inutil.

Entrando na questão, disse que elle via de um lado a provincia de Pernambuco manifestando a sua vontade, e do outro a junta provisoria em opposição á essa vontade, que para sahir deste embaraço não havia senão um expediente: era dar-se a junta por dissolvida e a provincia eleger outra que a substituisse.

Fôra dahi tudo o mais reduzia-se a discussão estéril, que não abonava a capacidade de ninguem, mas que podia dar motivo a acreditar-se que a boa fé faltava em alguma parte.

Estas palavras fizeram grande impressão no auditorio, e depois de alguns pequenos incidentes o governo instantaneamente declarou que a junta estava prompta a assignar a acta, tal qual se achava, comtanto que o fizesse declarando que era pela vontade do povo.

Esta sessão durou até ás 5 horas da tarde, tendo em acto contínuo, por exigencia do Sr. Drummond, se prestado juramento ao que estava vencido, o que o secretario passasse a convidar as autoridades civis, militares e ecclesiasticas, a virem prestar o mesmo juramento, bem como que participasse logo ás camaras municipales da provincia o occorrido, afim de que ellas prestassem e fizessem prestar o mesmo juramento de obediencia e fidelidade ao Principe Regente, como chefe supremo do poder executivo do Brasil, tão independente como era seu pai em Portugal. Cedeu, porém, desta exigencia ás ponderações do padre Laurentino, secretario da junta, e o juramento ficou adiado para o dia seguinte.

Gervasio deu conta de tudo ao congresso de Lisboa, e, na exposição que fez, accusa ao Sr. conselheiro Drummond, chamando-o de ingrato aos benefícios que elle e os seus receberam da munificencia real, confundindo assim a gratidão individual com o interesse da causa publica.

#### A JUNTA PROVISORIA E AS CORPORACOES DE PERNAMBUCO PRESTÃO JURAMENTO DE OBEEDIENCIA E FIDELIDADE AO PRINCEPE REGENTE.

No dia 2 de Junho de 1822 prestou-se juramento de fidelidade ao Principe Regente na camara municipal do Recife, onde comparecerão o presidente

e membros da junta provisoria, o governador das armas José Corrêa de Mello<sup>(\*)</sup> e as demais autoridades civis, militares e ecclesiasticas.

Nesta occasião o presidente da junta pretendia ainda por palavras e por lagrimas, que derramava, comover o auditorio e annullar a sessão da vespera, mas nada conseguiu, porque o Sr. Drummond, que se achava presente, dirigindo a palavra aos circumstantes, com razões convincentes, pôz termo a discussão.

Então o procurador da camara de uma das janelas do paço do conselho, desenrolou o estandarte, e derão-se os vivas do estylo, ao que a tropa respondeu com tres salvas de alegria, e o reconhecimento do Principe Regente, como chefe do poder executivo no Brasil, sem restricção, foi proclamado tão independente como seu pai era em Portugal. Este acto dos pernambucanos, no 1º de Junho de 1822, foi um acontecimento de grande importancia, e que muita influencia teve nos negocios politicos do Brasil.

O rei D. João VI. regressando a Portugal nomeou seu filho, seu lugar-tenente no Brasil, restringindo a autoridade que lhe cedia á regencia do mesmo Brasil.

Pernambuco, porém, pelo seu acto do 1º de Junho reconhecendo o Principe como chefe do poder executivo, sem restricção, aboliu o decreto do rei.

O Principe era já o chefe independente do poder executivo no Brasil; e nesta parte estava a separação e a independencia feitas. Só faltava separar o poder legislativo, porque os nossos deputados ainda estavam no congresso de Lisboa; e foi isto o que se fez depois.

Na mencionada acta de 1º de Junho (que adiante transcreverei) de 1822, ficou outrossim assentado que se mandasse uma deputação de trez membros a comprimentar e felicitar o Principe, sendo um d'elles nomeado pela junta provisoria, outro pela camara municipal, e o terceiro pela tropa. Esta deputação assim composta, partio para o Rio de Janeiro a bordo da escuna de guerra *Maria Zefirino*, onde chegou no dia 17 de Julho, com 15 dias de viagem.

#### Offícios da junta provisoria dirigidos a S. A. o Principe Regente e a el-rei o Sr. D. João VI.

« Senhor. — Diversos modos de pensar, filhos, ou da ignorancia, ou de algum espirito desorganizador, induzirão a uma meia dúzia de moços inexperitos a que se dirigissem á camara desta villa, afim de lavrarem um termo pouco conforme á ordem e boa marcha, que devem dirigir os negocios, e interesses do reino unido. Esta junta julgou dever repellir, quanto em si estava, uma tal pretensão, que sem duvida seria do desagrado de Vossa Alteza Real; pois que se dirigia a atacar as attribuições de Sua Magestade Fidelissima constitucional; e firmes em nossos principios procedemos do modo que se lê nas actas das sessões da junta, e da vereação da camara, que temos a honra de levar, por copia, á consideração de Vossa Alteza Real, bem persuadidos de que Vossa Alteza Real, fará justiça aos procedimentos pacíficos, e legaes, com que nos houvemos.

« Ao mesmo tempo, podemos afirmar a Vossa Alteza Real, que todos os mesmos moços, que tão enganadamente forão levados por aquelles espiritos inquietos, se achão tão envergonhados, e corridos da sua leveza, que

(\*) Vide o *Diário das côrtes constituintes de Portugal*.

(\*) Como era portuguez, não obstante o juramento, em breve tempo os pernambucanos o mandarão embora.

só cuidão em exprobar os autores da força, e que todos procurarão mostrar, que foram illudidos debaixo das apparencias de zelo pela gloria, e honra de Vossa Alteza Real, como se collige da acta da sessão da junta. Devemos porém levar á consideração de Vossa Alteza Real, que não tendo nós tido algum procedimento contra os fautores daquelle arriscada commoção, para evitarmos algum desassossego publico, e principalmente porque no seu delirio parecião escurar-se com o sagrado nome de Vossa Alteza Real: com tudo, vendo por um lado que é triste, e de funestas consequências o máo exemplo de irem dous, ou tres paisanos aos quartéis militares induzir a tropa, e aliciar-a para tomarem deliberações, ou obrigar o governo a toma-las, e por outro lado, que mais directamente offendidas em tal desaguisado forão as sagradas pessoas de Sua Magestade Fidelissima constitucional, e de Vossa Alteza Real, ouzamos pedir a Vossa Alteza Real que se digne determinar-nos o que deveremos obrar. Tudo isto temos levado á consideração de Vossa Magestade, como consta do officio que por copia temos a honra remetter a Vossa Alteza Real. De camuinho aproveitamos a occasião de renovar todos os nossos protestos de amor, respeito, obediencia, e firme adhesão á real pessoa de Vossa Alteza, e á dynastia da real casa de Bragança, certos de que Vossa Alteza Real se dignará de accepta-las por sinceros, e cordiaes, e para testemunho mais autentico da nossa sinceridade temos a honra de enviar o nosso collega o Illm. Felippe Nery Ferreira, membro desta mesma junta, por entendermos, que será muito do real agrado de Vossa Alteza; e porque nesta qualidade está mais ao facto de todos os nossos procedimentos, e do estado actual das cousas desta provincia, afim de mais promptamente poder informar a Vossa Alteza Real, quanto se digne querer envia-lo.

« Deus guarde a V. Alteza Real, por muitos annos, como nos é mister, e cordialmente o desejamos. Palacio da junta provisoria do governo da provincia de Pernambuco 28 de Junho de 1822. — De Vossa Alteza Real subditos muito obediencia e leaes. — Gervasio Pires Ferreira, presidente, Bento José da Costa, Joaquim José de Miranda, Manoel Ignacio de Carvalho, Antonio José Victoriano Borges da Fonseca, Laurentino Antonio Moreira de Carvalho, secretario. »

« Senhor. — Pelo officio de 27 de Março do corrente, que tivemos a honra de dirigir a Vossa Magestade, e pelas copias nelle inclusas dos officios de 18 e 26 do mesmo mez, que haviamos escripto a Sua Alteza Real o Principe Regente do Brasil, tera Vossa Magestade observado, que a nossa franqueza em representar os inconvenientes de alguns decretos do soberano congresso e de Vossa Magestade, andava a par do nosso dever, tanto nos termos respeitosos, com que enunciamos os nossos sentimentos, e representações, quanto na firmeza do nosso juramento de amor, e fidelidade ao soberano congresso, e á Vossa Magestade. Não podiamos, Augusto Senhor, apresentar prova mais decisiva destes sentimentos, do que a rogativa que fizemos a Sua Alteza Real de não extranhar-nos a demora na execução do seu real decreto de 16 de Fevereiro, entretanto que não recebiamos ultteriores esclarecimentos, por isso que, além dos fundamentos naquello officio expendidos, e por nós dirigidos á camara desta villa, como da copia n. 1, elle nos parecia encontrar-se com as attribuições de Vossa Magestade, e do soberano congresso. Com quanto fosse feliz e politica a lembrança dos nossos irmãos proutistas, e generosa resolução da Sua Alteza Real de espiar sua residencia entre nós, para mais firmar a união da grande familia portugueza, e melhor escurar as nossas representações, jamais o espirito de partido poderia facinar-nos, para que houvessemos de aberrar da linha de conducta, que nos havia traçado o nosso proprio juramento. Marchando pela estrada da honra na mais perfeita harmonia dos nossos deveres com os nossos direitos, não podiamos deixar de desagravar a alguns espiritos desinquietaes e ambiciosos.

« Esperandolos estes de que recahiria sobre elles a eleição do alto emprego de procuradores de provincia determinados pelo sobredito decreto de Sua Alteza Real, e

julgando em sua estúpida ignorancia, ou por seduzidos, ou vendidos a alguns aulicos, que agradarião a S. A. Real, com procedimentos irregulares e inconstitucionaes, entrarão no projecto de obrigarem, por meio de intrigas, a que se desse desde logo execução ao sobredito decreto, dando-lhe ainda mais extensiva intelligencia.

« Constando-lhes, porém que o governo, de commum accordo com as camaras desta provincia e com o governo da Parahyba, esperavão por ultteriores esclarecimentos e ordens, tanto de S. A. Real, como de S. Magestade, para saber-se determinar em negocio de tanta monta, e em que podião perigar a honra e a liberdade, tomárão outra voreda, e, reunidos em conventuculos, projectarão ora a deposição do governo, que obstava a seus ambiciosos projectos, ora a deposição de alguns dos seus membros, que mais se lires antolhavam com energia e firmeza de caracter, e ora, finalmente, obrigarem o governo a assignar a mais atroz perfidia, qual a de acclamar o Principe Regente independente de Vossa Magestade no exercicio do poder executivo, que aliás lhe fora por Vossa Magestade delegado.

« Por estes meios contavão conseguir perante S. A. Real empregos e honras, sem se lembrarem que estes procedimentos, além de irregulares e subversivos da ordem social, erão por extremo injuriosos ao amor filial e sentimentos constitucionaes de S. A. Real, tantas vezes e tão francamente enunciadados para que deixassem de incorrer na sua alta indignação.

« Obstando alem disto a opinião publica a favor do governo a execução da primeira e segunda lembrança, lançarão não da terreira, como mais propria para illudir alguns jovens, inexperitos officiaes militares, que julgavão precisos para apoiar seus desvarios com a força das armas, que aliás era mantida pela nação para a sustentação da ordem publica.

« Em seguimento de tão damnado projecto, e depois de seduzirem alguns moços officiaes, congregárão-se nos quartéis de artilharia em a noite do dia 31 do passado, e com o sagrado nome de S. A. Real e protestos de ser essa a sua real vontade, poderão allucinar, em um conselho a que forão chamados os chefes dos corpos de linha da guarnição desta praça, e debaixo do especioso pretexto de que o governo não prestava a devida obediencia a S. A. Real; poderão allucinar, com magna o repetimos, a inexperta officialidade, e com a promessa de se restringirem a uma regular representação ao governo; poderão illudir os chefes convocados afim de suspenderem a execução de seus deveres.

« Com a noticia de um tal ajuntamento correu o presidente deste governo á casa do governador das armas, pelas 10 horas da noite, e, fazendo convocar os chefes da força armada, estes mesmos protestarão que, tendo elles reduzido os facciosos a conterem-se com o representarem ao governo suas pretensões, podia o governo estar descansado.

« Assim seguros, o presidente se retirou para sua casa, e dous dos facciosos fizeram marchar para o campo do Erario, na madrugada do 1.º do corrente, o esquadrão de cavallaria, e outros vagirão pelas ruas a ajuntarem os seus apaniguados. E, supposto que alguns officiaes do 1.º batalhão tivessem feito recolher aos seus quartéis os soldados, que o espirito de novidade ou de sedução havia conduzido ao campo para se unirem ao corpo de cavallaria, e que este mesmo depois se retirasse, esmorecido talvez com a falta de apoio dos outros corpos, ou corrigidos pelas prudentes reflexões de alguns cidadãos honestos, todavia não pararão em sua criminoso marcha. Bandeados com alguns outros officiaes militares, e alguns paisanos de todas as côres, fazem convocar a camara, e conseguem lavrar o termo por copia, e utinos com passos tao agigantados, livres do receio de serem repimidos, e conlados na artilharia, marchão com a mesma camara para a sala das sessões do governo.

« Ali representarão, com manifesto abuso da nossa individual fraqueza, do respeitavel nome de S. A. Real e da consideração devida a um governo legalmente estabele-



cido, a insultante scena, que, por copia, levamos á presença de Vossa Magestade.

« Felizmente, se ella por um lado nos deve envergonhar, como pernambucanos herdeiros da fidelidade dos Vieiras, Negreiros e Dias, ella mostrará por outro lado a Vossa Magestade que este governo não fôra creado para ser perjuro, e que, conquanto fosse obrigado a ceder ao imperio das circumstancias, como lhe ditava a prudencia e o amor da humanidade, jámais perderá de vista a estreita polar do seu dever.

« O odio publico, que sobre si chamarão os autores de semelhante assuada, acabará de convencer a Vossa Magestade que o crime de alguns aventureiros e bandidos não deve estender-se ao brioso povo pernambucano.

« O respeitavel e alorado nome de S. R. o Sr. D. Pedro de Alcantara, com que estes facciosos se escudarão para perpetuarem tão criminosos feitos, tem suspendido a sua justa punição, e não podendo duvidar do interesse que S. A. Real tomará em desaggravar o seu nome, a sua fidelidade e o seu amor filial tão cruelmente ultrajado, temos julgado mais prudente esperar pela sua real resolução, do que adiantarmos um processo em circumstancias tão delicadas, e ora accrescidas com a demora dos navios dessa corte.

« Verdade o que alguns periodicos do Rio de Janeiro nos têm feito assustar com a sua desorganizadora linguagem pela sorte daquella provincia; a respeito, porém, que vimos de S. A. Real sobre uma representação da camara do Rio de Janeiro, e que tão decididamente mostra a firmeza do seu real caracter, e dos principios de direito natural e das gentes, por que se dirige a despeito de alguns aulicos, nos tem sobremaneira consolado na delicada posição em que se achão os dous reinos de Portugal e Brasil, e a opinião geral dos habitantes desta provincia nos allança a mais firme união com seus irmãos portugueses, qualquer que seja o local do seu nascimento, e a mais indelevel fidelidade ao soberano congresso e a Vossa Magestade, a quem Deos guarde, como centro da união e da publica tranquillidade. Palacio, 10 de Junho de 1822. Conforme.—Laurentino Antonio Moreira de Carvalho, secretario. »

*Termo de vereação e representação do povo da villa do Recife de Pernambuco ao senado em o 1º de Junho de 1822, e sua conclusão no seguinte dia.*

« Em o primeiro dia do mez de Junho de 1822 annos, nesta villa do Recife e paços do conselho della, aonde se achavão em vereação o juiz de fóra pela lei presidente, vereadores e procurador abaixo assignados; e sendo ahi, comparecerão neste senado, como procurador do povo, Basilio Quaresma Torreão, com o povo abaixo assignado, e por parte do batalhão de artilharia desta praça o 2º tenente Venceslão Miguel Soares; por parte do 1º batalhão de caçadores, o capitão Joaquim José da Silva Santiago; por parte do 2º batalhão de caçadores, o alferes José Francisco Vaz de Pinho e Carapêba; por parte do esquadrão de linha desta praça, o alferes Manoel Antonio Henriques Tota; e por parte do clero o Dr. Antonio José Coelho; e todos juntos requerem a este senado ser vontade unanime do povo, e das sobreditas corporações, que fosse reconhecido e proclamado regente do Brasil, com o poder executivo, o Serenissimo Sr. D. Pedro de Alcantara, principe real, independente do executivo de Portugal, mas em tudo o mais sujeito ás côrtes extraordinarias e constituintes do reino unido, com adhesão ao Sr. D. João VI, rei constitucional do dito reino, e união aos nossos irmãos de Portugal e Algarves, em tudo o que se não encontrar com os nossos direitos.

« Requerêrão mais que este senado, como seu órgão, representasse á Ilm. e Exma. junta provisoria desta provincia que fosse na presença de todas as tropas o mesmo proclamado solemnemente, com vivas de aclamação, o Principe Real o Sr. D. Pedro de Alcantara, regente constitucional do reino do Brasil, para dar execução ás leis promulgadas pelas côrtes goraes e extraordinarias, e que

tudo isto fosse firmado com o juramento solemne da Exma. junta provisoria, do Ilm. e Exm. governador das armas, junta da fazenda e todas as mais autoridades; e todos protestarão amor, respeito e obediencia ao Exm. governo provisório, a quem desejão a conservação do seu cargo.

« Requerêrão mais que o mesmo senado representasse da sua parte ao Ilm. e Exm. governo provisório mandasse um deputado seu, para, com um deste senado e outro das tropas, fazerem participante deste acto a S. A. Real, e requererem o que fôr a bem desta provincia; e logo pelo procurador do povo forão dados vivas á constituição, ao Sr. D. João VI, rei do reino unido, e ao Principe, regente constitucional do reino do Brasil.

« Final, declararão todos que a independencia do poder executivo de Portugal, que acima se disse, deve entender-se uma delegação do poder executivo, sem restricção alguma. E para de tudo constar, mandarão fazer este termo, em que assignarão. José Maria de Albuquerque e Mello, escrivão da camara, o escrevi.—João Lucio da Costa Monteiro.—Francisco de Barros Falcão de Lacerda.—Luiz José Nunes de Castro.

(Seguem-se mais 69 assignaturas.)

« E passando este senado ao paço do Exm. governo provisório desta provincia, acompanhado dos deputados declarados no termo retro, e lido o termo de vereação em presença da Exm. junta do governo provisório, do clero, tropa e povo, que se achavão presentes, assignarão. José Maria de Albuquerque e Mello, escrivão da camara, o escrevi. Em consequencia do voto do povo.—Gervasio Pires Ferreira, presidente.—Bento José da Costa.—Joaquim José de Miranda.—Manoel Ignacio de Carvalho.—Felippe Nery Ferreira.—Antonio José Victoriano Borges da Fonceca.—Laurentino Antonio Moreira de Carvalho, secretario.

« E no mesmo acto a camara dita, pelo seu presidente, deferio o juramento dos Santos-Evangelhos á Exma. junta provisoria, de adhesão ás côrtes, e el-rei e ao Principe regente constitucional, na fórma do termo retro; e de como assim o receberão e promettêrão cumprir, assignarão. José Maria de Albuquerque e Mello, escrivão da camara, o escrevi.—Gervasio Pires Ferreira, presidente.

(Seguem-se as outras assignaturas.)

*Termo de juramento ao Exm. governador das armas a este senado, aos tribunaes, tropa e povo deste termo.*

« Aos dous dias do mez de Junho de 1822, neste villa do Recife e paços do conselho della, aonde se achavão o juiz de fóra pela lei, presidente, vereadores e procurador abaixo assignados; e, sendo ahi, comparecerão os Exms. Srs. da junta provisoria desta provincia e o Exm. governador das armas José Corrêa de Mello, com toda a sua officialidade, e a Ilma. junta da fazenda e autoridades desta praça, os quaes todos declararão estarem conformes aos termos supra e retro, e de prestarem o juramento de obediencia e fidelidade, como prestarão nas mãos do Exm. presidente da junta provisoria desta provincia a camara desta villa, e todas as mais corporações e autoridades nas mãos deste senado, juramento de fidelidade e obediencia, torna-se a repetir, ao soberano congresso da nação portugueza, a el-rei o Sr. D. João VI, ao Principe Real o Sr. D. Pedro de Alcantara, regente constitucional do Brasil, na fórma dos termos retro.

« E logo o Exm. Sr. presidente da junta do governo provisório desta provincia deferio o juramento dos Santos-Evangelhos á Ilma. camara desta villa, a qual pelo seu presidente deferio ás mais corporações e autoridades, as quaes todas de como o receberão e promettêrão cumprir, assignarão.

« E, logo no mesmo acto, disse o Ilm. presidente da junta provisoria, que, podendo ser suspeita a necessidade deste novo juramento, de que a sua conducta e da Exma. junta do governo até hoje divergia dos sentimentos de amor, fidelidade e respeito ao soberano congresso, a el-rei o Sr. D. João VI, ao Principe Regente do Brasil, tudo constitucional, declaravão que taes tinham sido até hoje os

seus sentimentos, juravam que seriam até morrer; segundo, que não tendo nascido para escravos jamais se sujeitarião ao despotismo ministerial, qualquer que elle fosse e podesse reviver; terceiro, que protestavam não sacrificar os interesses desta provincia, e, pelo contrario, sustenta-los a força de armas contra qualquer que os pretendesse invadir; e, finalmente, quarto, que, dependendo a força physica e moral da união das suas partes integrantes, jurão á face do grande Deos dos exercitos promover e concorrer para a união da grande familia portugueza quanto em si depender, o que, ouvido pelo Illm. senado, declarou estar conforme com os mesmos sentimentos; o mesmo foi approved e seguido pelo Exm. governador das armas, com a sua officialidade, corporações, e autoridades e todo o povo; e achando-se presente o Rev. conego José Rebello Pereira Torres, que fora enviado pelo Illm. cabido desta diocese, como seu delegado, em virtude de um officio da data do 1.º do corrente, que foi dirigido ao dito Illm. cabido para concorrer na presente jubileio e dar o seu parecer, disse o dito conego que estava conforme em todos os sentimentos da Exma. junta provisoria e mais repartições, pois a tudo annuia de bom grado por estar conforme aos seus sentimentos, como já disse, e ao respeito que devemos ter a el-rei constitucional o Sr. D. João VI, ás côrtes e ao Principe Regente do Brasil.

« Declarou o senado, na presença de todos, que a brevidade com que o povo requereu a deliberação deste acto não deu lugar a convocar-se a camara da capital, e todas as mais da provincia, indispensaveis a este acto, mas que ficavão de accordo por officios participavão do sobredito acto e procurar a sua annuidade; e para de tudo constar mandarão fazer este termo, em que assignarão. José Maria de Albuquerque e Mello, escrivão da camara, o escrevi.—Gervasio Pires Ferreira, presidente. »  
(Seguem-se mais 135 assignaturas.)

#### Sessão do 1.º de Junho.

« A's 10 horas da manhã mandou a camara annunciar ao governo, o qual se achava em sessão, que tinha objecto de grande monta a tratar, e dava parte de que vinha á sala do mesmo governo; por isto foi-lhe respondido que podia apresentar-se. Apareceu a camara, levando consigo uns quatro officiaes, que se dizia cada um ir por parte do seu corpo, a saber: um por parte do esquadrão de cavallaria, um por parte do corpo de artilharia, outro por parte do 1.º batalhão de caçadores e outro por parte do 2.º batalhão de caçadores, e com estes quatro officiaes ia um paisano, chamado Basilio Quaresma Torreão, que se dizia procurador do povo.

« Não apparecendo o padre Coelho, que, segundo se disse, era procurador do clero, o forão chamar, e não seguidos de alguns moços militares e de muitas gentes de côr e de calças. Apresentou-se a camara na sala das sessões do governo, leu o escrivão da camara o termo dito de vereação; lido o qual o bacharel Manoel Ignacio de Carvalho, membro do governo, que estava presidindo a sessão por não se achar o presidente, perguntou: « Que quer, pois, a Illma. camara e os Srs. procuradores? » « Que o Exm. governo assigne, disserão elles, solemnemente, e faça publicar este juramento de fidelidade e reconhecimento de regencia do Principe Real, » ao que respondeu o presidente interino:

« Persuado-me que um tal reconhecimento e juramento é o mais offensivo á alta dignidade de S. A. R. o Principe Regente, ao seu bom senso, contraditorio aos seus regios procedimentos, e igualmente offensivo á fé e lealdade de toda esta provincia, como passo a provar: é offensivo á alta dignidade de S. A. Real, porque suppõe que o Principe Real já esteve algum tempo deposto da regencia que lhe delegou S. M. o Sr. rei D. João VI; é offensivo ao bom senso de S. A. Real, porque é julgarmos que elle poderá approvar uma deliberação, que ataca as attribuições das côrtes, e sobretudo de el-rei, que instituiu o Principe Real em regente do reino do Brasil e nelle seu lugar-tenente; é offensivo e contraditorio aos seus

regios procedimentos, porque tendo-se levantado uma voz no Rio de Janeiro, que dizia—Viva o Sr. D. Pedro, rei do Brasil—o mesmo Principe Regente, tomando o tom digno do seu alto poder, declarou que a esse respeito nem uma só palavra, e porque mil vezes tem protestado com a maior sinceridade que nunca trahirá os seus juramentos, e que haverá como réos de alta traição os que se dirigissem a trahir o juramento dado, é offensivo, finalmente, á fé e lealdade de toda esta provincia, porque suppõe que algum momento ella deixou de reconhecer e obedecer á regencia de S. A. Real, quando, pelo contrario, o governo tem mostrado por factos a sua conduta regular, e de toda a provincia sobre a nossa obediencia á regencia de S. A. Real, e até o mesmo real Senhor o tem reconhecido, como se lê na régia portaria do 1.º de Abril do presente anno, a qual, por ser de muita honra a este governo, e por consequencia a toda a provincia, e de grande prazer a todos, se mandou imprimir e espalhar haverão tres ou quatro dias.

« A' vista destas razões e de algumas reflexões intermedias encolheu os hombros o que se dizia procurador do povo, e os mais ditos procuradores ficarão immoveis. Então, rompendo pelo meio da turba, se apresentou e intrometteu a fallar um bacharel Mayer, que tinha sido nomeado pela camara para ir ao Rio de Janeiro beijar a mão a S. A. Real por ter tido a bondade de ficar no Brasil, no que nos parecia iria um grande bem a todo o reino unido, e disse:

« Não é que o povo duvide da fidelidade do governo nem da sua firme adhesão á regencia de S. A. Real, mas é por que um certo periodico, que tem por titulo *Segarrega*, fez publicar no n. 11, e é por isso que o povo deseja que este governo desmintá aquella folha, prestando de novo este juramento.

« A isto replicou o presidente interino: Bem se deixa ver que a imprudencia e desvario de uma proposição avançada por um periodico não pôde desmentir factos tão incontestaveis, nem pôde mover um povo a exigir novidades; a régia portaria do 1.º de Abril, mandada por S. A. Real dissipa todas as duvidas, e, se ainda restar alguma duvida, Vossa Mercê mesmo, Sr. Mayer, tem na sua mão os officios que este governo lhe entregou para os levar a S. A. Real; mande-os vir, abraço-se, e nelles se verá qual é a nossa obediencia para com S. A. Real; nelles se achará a participação de algumas alterações que a necessidade tem obrigado a fazerem-se, e sobre que se pede a S. A. Real a sua régia approvação; nelles se verão as respostas em cumprimento das suas reaes ordens; nelles se achará a copia das reflexões que o governo fez ás camaras, afim de esperar as ultimas deliberações de S. A. Real sobre a prompta execução do regio decreto de 16 de Fevereiro, e de que neste mesmo officio se pede a S. A. Real que se digne mandar quanto antes as suas reaes ordens para que no cumprimento e prompta execução das mesmas mostremos cada vez mais o quanto prezamos a honra de ser de S. A. Real subditos obedientes, etc. Que mais se pôde desejar?

« Preocupado, porém, como se achava, e interessado o dito Mayer em levar consigo um papelinho para apresentar a S. A. Real, fosse qual fosse a natureza do papel, insistiu em que o governo não se devia negar áquella requisição, visto que o povo assim o exigia.

« A isto respondeu o presidente interino: Ainda quando se julgasse indispensavel tal assignatura do governo nunca o devêra ser nos termos concebidos no acto de vereação, o qual diz: reconhecer o Principe Real como regente e poder executivo independente, ou como diz a explicação, no fim do acto de vereação, sem restricção; porque isto é um perjurio, é desautorisar as côrtes e a el-rei, e, finalmente, é ir contra o mesmo que S. A. Real tem protestado, e em tal caso só se assignaria com algumas alterações, e com a exclusão da palavra—independente.

« Aqui entrãrão a nadar, e torcerem-se os procuradores ditos do povo e clero, e a affirmarem que com effeito parecia haver razão. Neste ponto entrou pela sala das sessões o presidente do governo Gervasio Pires Fer-

reira o qual fôra mandado chamar pelo governo por não ter vindo à sessão, e depois de se queixar amargamente da irregularidade daquello procedimento, declarou e disse que, visto a pouca confiança que se mostrava haver no governo, elle se demittia da presidencia, e insistio com fortissimos argumentos, mostrando que aquillo era verdadeiramente um motim e não um acto regular do povo; que aquelle congresso era composto de muy poucas pessoas para poderem representar o povo, ainda mesmo o da villa, quanto mais o da provincia; que aquelle negocio era o da mais alta consideração e consequencias, e portanto não podia ser decidido sem audiencia das outras camaras da provincia, etc., e, finalmente, que, visto a irregularidade com que tudo era feito, se considerava demittido da presidencia, pois que, tendo sido nomeado por todos os povos da provincia, representados por seus electores de parochia, via agora que 30 homens querião obrigar o governo a assignar deliberações tão arduas.

« Então a camara e mais pessoas presentes rogáram instantemente ao presidente a que subisse para o seu assento e presidisse. Assim instado uma e muitas vezes tomou o seu lugar e cadeira de presidente, que o é do governo da provincia. Agora se renováram quasi todos os argumentos que se tinham já proposto e decidido por provas incontestaveis.

« Vendo, porém, os partidistas empenhados na assignatura que não tinham tirado partido dos primeiros argumentos, e que a uniformidade de votos, excepto os delles, se decidira que se fizesse um termo de declaração, no qual se abolisse a palavra—independente—a seu pezar acquiescerão, e começou o procurador dito do povo Basilio Quaresma Torreão a organisar o termo declaratorio para ser ao depois escripto no livro da camara.

« Então o coronel Bento José da Costa, membro do governo, recomendou com a maior efficacia e interesse da ordem, principalmente ao padre Manoel Ignacio, que tomasse bem sentido que não deixasse escapar a menor expressão duvidosa, que arriscasse a honra e o dever. Com effeito organisou-se o termo com todas as clausulas as mais salutaras e explicitas.

« Vacillavão, porém, os espiritos inquietos, e vendo que a causa da honra ia salva, entrou pela sala das sessões um certo Menezes, natural do Rio de Janeiro, de uma familia a mais obrigada á summa bondade e real munificencia de el-rei; de uma familia que tem recebido mais de oito ou nove grandes mercês e officios da real mão de Sua Magestade, que, segundo dizem, montão a mais de 12.000 cruzados annuaes; e foi este ingrato o primeiro que teve o desembaraço de dizer: Não ha precisão de explicações; S. A. Real já está no Rio de Janeiro, independente, a instancia dos povos das provincias do sul; o povo de Pernambuco quer isto mesmo; portanto o governo deve annuir.

« A isto respondeu o presidente: Em uma palavra decidão os senhores; ou isto é representação, ou consulta, ou resolução já tomada; se é representação o governo tomará o seu accordo e a deferirá; se é consulta será preciso convocar as autoridades para se discutir. « Se, porém, acudio o Mayer e o Menezes, é resolução que o povo já decidiu. » Ao que disse o presidente: Para que estão os senhores abusando da innocente credulidade deste povo? — Repetindo, porém, os mesmos perturbadores: « Sim, senhor, é o povo que assim o quer. »

« Então respondeu o presidente: Se é resolução, sou um pusano fraco e desarmado; assigno de cruz; venha o livro da acta da camara, que eu e o governo assignaremos dez vezes, se é preciso. Então levantou-se Joaquim José de Miranda, membro do governo, e disse ao bacharel Mayer: Se Vossa Mercê não é procurador, com que titulo entra nesta sala? retire-se. « Eu fui chamado pelo procurador do povo, respondeu elle. » O padre Manoel Ignacio, membro do mesmo governo, disse: Srs. procuradores do povo, clero e corpos militares, o que é que quer o povo? Porventura o povo quer que se desautorise a el-rei e as côrtes? E os procuradores responderão: Por nenhum modo. Logo, continuou o padre Manoel Ignacio,

logo o povo não quer o que os Srs. Mayer e Menezes dizem...

« Neste momento entrou um terceiro partidista da assignatura, homem desconhecido por todos, e que dizem chamai-se João Pedro Estanislão de Figueiredo Lobo, o qual ha oito dias que chegou a esta terra, talvez como emissario de algum partido desorganisador, e disse: O povo tem assumido os seus direitos, o povo quer; é preciso obedecer. Então sahio o Mayer da sala; demorou-se um pouco fóra, e quando entrou corrião alguns homens, dizendo: O povo está em commoção, porque lhe fôrão dizer que o governo não quer reconhecer o Principe, e o corpo de artilharia correu para os quartela, e muita gente com elles, para virem atacar o governo.

« Esta novidade pôz a sala em commoção e o tenente de artilharia Venceslão Miguel Soares, que se achava alli, segundo disse, por parte, ou como procurador do seu corpo, disse: « Eu vou apaziguar a artilharia; » e sahio. Entretanto o Menezes e o incognito ou desconhecido insistião no argumento de que S. A. Real já tinha decidido da qualidade de delegado de Sua Magestade, uma vez que el-rei tinha assignado o decreto da sua retirada para Lisboa, o que por consequencia o poder executivo que hoje exercia era o que as provincias do sul lhe tinham conferido.

« Então o padre Manoel Ignacio pedio venia ao presidente para poder tomar sobre si a resposta, e disse: Para podermos adjuittir essa proposição era preciso que arguissimos a S. A. Real do crime de despota e de usurpador de jurisdicção, pois que elle tem continuado a exercer o poder executivo sobre esta provincia sem que nós lhe tenhamos conferido nem nos julgemos autorizados para lho conferir, e é prova disto todos estes avisos, portarias e ordens do mesmo real Senhor, que aqui lhes apresento (e as mostrou), além do que o momento da assignatura real não é o que dá a execução á lei: é, sim, o —cumpra-se—o qual muitas vezes se suspende por motivos extraordinarios, e no interim a lei ainda não obriga, pois que o direito de representar assiste a todos os povos, maxime ao regente unido aos povos, quando insta a suprema lei de *salus populi*, que é superior a todos os decretos, e neste caso tem a representação o effeito suspensivo, etc.

« Então entrou de novo o tenente de artilharia Venceslão Miguel Soares, dizendo: O meu batalhão promete não se mover, se o governo assignar o que o povo quer. E que quer o povo? perguntou o padre Manoel Ignacio. Ao que respondeu o tenente: Quer o que diz o Sr. Dr. Mayer. Bom, replicou o padre Manoel Ignacio: então se o governo não assignar, o que quer o Sr. doutor, põe-se a artilharia em movimento? Disse o tenente: Eu não o sei; o que digo é que a artilharia não se move se o governo assignar.

« Então, disse Felipe Nery Ferreir, um dos membros do governo, então estamos coactos. Coactos, não, disserão o incognito, o Menezes e o Mayer: porém o povo tem assumido os seus direitos; quer o Principe com o poder executivo, sem restricção, porque assim já o está exercendo no Rio de Janeiro, e por isso deve-se acrescentar no termo de declaração:—que S. A. Real exercitará o poder executivo, como Sua Magestade o exercita em Portugal.

« Não é assim, replicou o presidente; o padre Manoel Ignacio; deve-se escrever deste modo:—que S. A. Real exercitará no Brasil o poder executivo, segundo a delegação de Sua Magestade, que o exercita em Portugal e em todo o reino unido. Por delegação de Sua Magestade, não, disserão os tres, porque Sua Magestade já suspendeu a sua delegação quando assignou o decreto da retirada de S. A. Real, e S. A. Real hoje o exercita, porque os povos do sul lho conferirão.

« Evitemos equívocos, senhores, disse o padre Manoel Ignacio; escreva-se:—que nós reconhecemos em S. A. Real a delegação do poder executivo do modo que o mesmo real Senhor se reconhece. Pois sim, disserão os tres, do modo que elle se reconhece, acrescentando as palavras: hoje, porque os povos do sul lho conferirão





solvida popularmente. Que a junta era má; mas que peor seria a dissolução della, por taes meios; que o deputado da camara municipal, que partira para o Rio de Janeiro, ia encarregado de pedir ao Principe um outro governo, fosse unitario ou não; e que era melhor esperar pelo remedio que desse o Principe, do que acudir com um outro, que podia descolocar a molestia má, e não curar o mal.

#### PARTI O SR. DRUMMOND PARA A BAHIA

O Sr. Drummond partio de Pernambuco(\*), sem que ninguém soubesse o caminho que levava, e Bernardo José da Gama, apenas elle partio, aproveitando a indisposição que havia do povo contra a junta, promoveu uma solicitação para a dissolver, o que com effeito conseguiu; mas, passando-se a nomear outra junta, não foi elle eleito nem para presidente, como ambicionava, e nem para membro da junta. O seu despeito foi sem limites.

Bernardo José da Gama, por ser natural de Pernambuco, se julgava com direito a tudo naquella provincia. Os jornaes do tempo trazem artigos escriptos por elle, em que, fazendo valer os serviços que prestou, pretende obscurecer os prestados pelo Sr. Drummond.

#### A DEPUTAÇÃO DE PERNAMBUCO CHEGA AO RIO DE JANEIRO NO DIA 19 DE JULHO, TENDO À SUA FRENTE FELIPPE NERY FERREIRA E POR SECRETARIO MANOEL IZIDRO DE MIBANDA.

A deputação do Pernambuco, organizada no 1º de Junho, sabio dalli no dia 2 de Julho, e chegou no Rio de Janeiro no dia 19, para, em nome da provincia, cumprimentar o Principe Regente e declarar a Sua Alteza, que Pernambuco submissamente o reconhecia como chefe, sem restricção, do poder executivo no Brasil.

No dia 26 de Julho a deputação pernambucana foi recebida em audiencia publica pelo Principe Regente no paço da cidade, assistindo a ella o senado da camara e grande numero de cidadãos; e então Felipe Nery Ferreira, dirigindo-se a Sua Alteza, disse:

« Senhor.—Encarregado pela junta provisoria do governo de Pernambuco de vir, em nome de toda aquella provincia, beijar a augusta mão de V. A. Real, sinto-me penetrado do mais alto respeito, e ao mesmo tempo pulsar-me o coração de prazer, por ter a honra de me achar na augusta presença do herdeiro e successor presumptivo da coroa do reino-unido de Portugal, Brasil e Algarve, do amavel Principe Regente do reino do Brasil, do anjo tutelar que o Sr. D. João VI, augusto pai de V. A. Real, por sua bondade, summa perspicácia e previsão do futuro, se dignou deixar-nos, como o penhor da sua ternura e amor para o conosco, affim de ser o ponto de apoio e o centro de unidade do Brasil.

« As diversas fluctuações, augusto o real Senhor, em que se tem achado aquella por tantas vezes columnada provincia, forão as que puzerão a junta provisoria da mesma na necessidade de ter demorado o cumprimento deste dever. Logo que a junta provisoria foi creada, ella teve a honra de fazer subir à real presença de V. A. Real o estado desmantelado e bipartido em que se achava aquella provincia, e V. A. Real se dignou recomendar e ordenar à mesma junta a união, a paz e os melhoramentos publicos.

« Toda occupada a junta em cumprir a recommendação e

ordens de V. A. Real, determinou mandar um seu deputado, logo que a provincia estivesse em estado de apresentar uma nova face, differente daquella em que a achou; porém as diversas vicissitudes, filhas na verdade do estado actual de todo o reino-unido, e da natureza das grandes mudanças, não tinham dado tempo a que se pudessem gozar fructos sazonados.

« Digne-se, pois, V. A. Real de aceitar os puros sentimentos de amor e respeito e os protestos de obediencia da junta provisoria do governo da provincia de Pernambuco, que tanto ambiciona, e se compraz da honra de ser bem aceita de V. A. Real e de ser grata ao anjo tutelar do Brasil.

« Estes são tambem os votos e os desejos do de V. A. Real subdito o mais reverente e humilde.—Felippe Nery Ferreira. »

« Senhor.—A junta provisoria do governo da provincia de Pernambuco, de que sou membro e que tribua a maior affeição e respeito a augusta filha dos Cesares, determina-me que em seu nome, o no de todos os habitantes daquella provincia, não só beijasse a real mão de V. A. Real, mas que juntamente assegurasse a Voss. Alteza que toda a provincia de Pernambuco professa o maior affecto às eminentes virtudes, e ao alto merecimento da digna esposa do joven heroe, que, qual outro Tito, vai já fazendo as delicias deste vastissimo reino.

« Digne-se, pois, V. A. Real de aceitar esta singela e coral homenagem da parte do povo de uma provincia, que idolatrando V. A. Real, tanto na qualidade de protector do merecimento e direito de todo o cidadão portuguez, como na de depositaria dos preciosissimos penhores de perpetuidade de uma das mais importantes monarchias, e de outro, assim se persuadir de que a provincia de Pernambuco fará sempre os maiores esforços para se tornar merecedora do agrado e protecção de V. A. Real, bem como incessantes e efficazes votos ao céo para que conceda a V. Real uma vida prolongada e sempre cheia de prazeres e de venturas.

« Estes são tambem os votos e os desejos do de V. A. Real subdito o mais reverente e humilde.—Felippe Nery Ferreira. »

« Senhor.—A corporação militar, que guarnece a provincia de Pernambuco, não perdendo occasião de manifestar os sentimentos que a animão, de lealdade, obediencia e respeito à augusta pessoa de V. A. Real, como ao herdeiro da grande monarchia portugueza, e como ao regente do reino do Brasil concedido a esta preciosa parte do globo pelo mais generoso dos monarchas, fez recabit em tutti a sua estolha, para, em seu nome vir pessoalmente felicitar a V. A. Real pela heroica resolução de permanecer no continente brasileiro revestido do eminente cargo de regente, e para ter a honra de participar a V. A. Real que aquella inabalavel lealdade e amor à sua sagrada pessoa, respeito e obediencia às ordens e decretos emanados da sua real mão, como delegado do poder executivo neste reino, acabirão de receber o cunho da approvação do publico em os memoraveis dias 1 e 2 de Junho, como V. A. Real verá do auto que tenho a honra de apresentar, tomado em camara, com a assistencia da junta provisoria, do governador das armas, autoridades constituídas, officialidade da tropa e cidadãos de todas as classes.

« A nenhuma das provincias, de é composto este riquissimo reino, ou, para melhor dizer, a nenhum portuguez, ou seja nascido neste hemispherio, ou n'outro, podem ser desconhecidas as vantagens que resultão a prol de todos os habitantes desta talvez melhor porção da terra de Colombo, da permanencia na mesma do primeiro penhor, que, para a estabilidade da monarchia constitucional, nos offerece a augusta casa reinante, bem como lhe não pôde tambem ser desconhecida a torrente de males, de que as salvou uma tão heronica resolução e uma tão generosa condescendencia aos votos de tantos milhares de portuguezes, tão zelosos da sua liberdade e direitos, quão attentos de um Principe, que todo se consagra à felicidade dos seus concidadãos e subditos.

« Digne-se, pois, V. A. Real de aceitar os puros votos de amor e fidelidade, e os protestos de lealdade, obediencia e respeito, da tropa da guarnição da provincia de Pernambuco, que tanto ambiciona, e se compraz da honra de ser bem aceita de V. A. Real, e de ser grata ao defensor perpetuo do Brasil.

« São tambem estes os votos e os desejos do de V. A. Real o mais obediencia e leal soldado.—João do Rego Dantas Monteiro, capitão do 1º batalhão de caçadores. »

« Senhor.—Não como ministro de Estado, mas como deputado provincial, e nho agora, pela segunda vez, a honra de encaminhar ao throno de V. A. Real os puros votos de obediencia, gratidão e respeito de outra porção do vasto e grandioso Imperio do Brasil.

« O governo da provincia da Parahyba do Norte e o povo da sua capital, em cujas tenas forças pecuniaras não cabia enviar uma deputação a esta corte, como tem feito outras provincias, honrão-nos com a lixeira commissão de vir beijar

(\*) Vide os promenores desta partida na biographia impressa na 1ª serie do *Brasil Historico*.

agora em seu nome a real mão de V. A. Real, apresentar-lhe as devidas felicitações pela gloriosa viagem à provincia de Minas-Geraes e advogar perante V. A. Real a justa causa da independencia politica, integridade e centralisação do reino do Brasil, salva a devida união com os reinos irmãos de Portugal e Algarves, e salvos igualmente a obediencia e reconhecimento do Sr. D. João VI, nosso rei constitucional, como chefe supremo do poder executivo de toda a monarchia.

« Muito lisonjeira, torno a dizer foi para mim esta commissão, e muito folguei quando recebi o officio daquelle governo de 15 de Junho do corrente anno, que já tive a honra de apresentar a V. A. Real; porque em tempos taes, como os nossos, em que as paixões desenfronadas, as intrigas secretas, o falso patriotismo e a ambição solapada de dominar em uns, o desavergonhamento manifesto de outros e o vil interesse mascarado de muitos, tentão a perfa disseminar suspeitas e denegrir inteiramente o ministerio de V. A. Real, e não mente aquelles a que V. A. Real se digna dar mais algumas mostras da sua particular benignidade, de certo a escolha que de mim fez o governo e povo da Parahyba, não pôde deixar de penhorar a sensibilidade do homem ainda o mais estouro ou indifferente.

« Esse generoso povo, por mim seu legitimo delegado, unanimemente deposita nas mãos de V. A. Real a autoridade de o governar, e deferir ás suas pretensões sem ser obrigado a recorrer ao velho mundo através de milhares de leguas do oceano; elle quer ter a representação politica que deve ter um povo livre e constituido, e gozar de todos os privilegios e regalias que lhe devem ser inherentes, submettendo-se ao Sr. D. João VI, augusto pai de V. A. Real e rei constitucional do reino-unido de Portugal, Brasil e Algarves, a cuja generosidade deve o Brasil a sua emancipação e categoria de reino; elle por isso mesmo quer ter dentro do vasto e rico continente do Brasil um centro de poder e de união, dende dimanem as graças e a justiça, sem as ir mendigar a estranhos e arredados climas.

« Certos aquelles povos dos seus direitos inalienaveis e da justiça com que os reclamão, pedem a V. A. Real que interceda por elles ao seu augusto pai para que annua os votos de quem deseja e tem direito de possuir dentro de seu proprio paiz uma delegação..... do poder real na augusta pessoa do herdeiro do throno, e um apoio firme da sua felicidade nas brilhantes virtudes e liberalismo de V. A. Real. Elles se lisonjeão por fim que as côrtes de Lisboa não serão tão cegas e obstinadas, que prefirão os horrores de uma guerra civil entre irmãos a uma união bem fundada e igual em reciprocos interesses e regalias.

« A tudo isto, augusto Senhor, já V. A. Real havia providenciado desde 9 de Janeiro do corrente anno até hoje; mas aquelles povos ainda ignoravão o passo o mais importante que V. A. Real tem dado, mostrando o ultimo apuro de seu amor aos povos do Brasil, e da sua constitucionalidade no beneficentissimo decreto de 3 de Junho passado.

« Digne-se, pois, V. A. Real tomar debaixo da egide da sua particular protecção e sabedoria a este bom e leal povo da Parahyba do Norte, que tão sinceramente se entrega todo nos paternaes braços de V. A. Real, ao mesmo tempo que em outras provincias ainda desgraçadas, de cujas luzes e civilisação deveriamos esperar maior patriotismo e mais decidida união e fraternidade, ainda reina o espirito infernal da discórdia e do machiavelismo, pretendendo um partido renovar a anarchia, e outro servir a Deos e Rebelar ao mesmo tempo, ou para dizer claramente o que entendo, sacrificar todo sómente ás suas paixões desgarradas e aos seus interesses particulares. Mas isto de certo o não conseguirão, porque o povo luso-brasileiro é honrado e justo; ama a gloria do seu paiz, conhece seus direitos e deseja a sua verdadeira felicidade. Disse.—José Bonifacio de Andrada e Silva. »

O Principe, depois de ouvir a deputação, chegou a uma das janellas da sala do throno, e disse á multidão de povo, que enchia o largo do Paço, ansiosa por saber o resultado da audiencia: «Pernambuco é nosso!» as palavras que forão recebidas com entusiasticos vivas.

A' noite a cidade illuminou-se, espontaneamente. O Principe foi victoriando no theatro, aonde os vivas aos pernambucanos partirão de todos os angulos do edificio.

Nesse mesmo dia 26, Sua Alteza escreveu a seu pai, e dando-lhe parte desta agradável occurrencia, ajunta, que, no Brasil já se não podia cumprir as ordens das côrtes facciosas de Portugal; que in ter uma assembléa constituinte sua, cujos decretos seriam tão sómente executados; que elle, principe, obedi-

diente ao espirito publico do Brasil, cossava d'ahi por diante a sua correspondencia official com seu pai, continuando, apenas com a correspondencia de familia; mas que o Brasil, nem por isso, quebrava a união com Portugal, nem deixava de reconhecer o Sr. D. João VI, como seu rei legitimo.

Esta carta do Principe é a mais decidida que se encontra na collecção das que elle escreveu a seu pai. A deputação de Pernambuco compunha-se de 3 membros, sendo um delles nomeado pela junta provisoria, da qual elle mesmo fazia parte, era Felipe Nery Ferreira, que domou de tal modo seus companheiros que os inutilisou, sendo elle só ouvido no Rio de Janeiro.

Felippe Nery, como membro da junta provisoria e pertencente ao partido que ella representava, estava muito offendido com o procedimento da tropa, por haver esta apoiado o povo, na manifestação do dia 1º de Junho.

Interprete dos sentimentos rancorosos do coração de Gervasio Pires Ferreira, procurou vingar-se da tropa, e o conseguiu pela leviandade do ministro da guerra.

Pendia uma grave questão a respeito da promoção dos officiaes de Pernambuco. A junta provisoria de Goyana havia promovido os officiaes que servião para debelar o governo de Luiz do Rego. Este tambem havia promovido os officiaes que ficarão com elle, e combatido contra a politica de Goyana.

Havião ainda outras promoções parciais, mas nenhuma dellas estava legalmente confirmada pelo Principe Regente, sómente a promoção de Luiz do Rego, é que estava confirmada pelo governo de Lisboa; mas essa confirmação não tinha, e nem podia ter, valor algum no Brasil, porque se tivesse seria o mesmo que premiar o vencido em detrimento do vencedor.

Felippe Nery ponderou todas estas difficuldades ao ministro da guerra e aconselhou, que o meio que havia de sahir dellas, era autorisar a junta provisoria a chamar a si todas as promoções existentes e não confirmadas pelo Principe Regente, e fazer depois uma promoção geral que subisse depois á confirmação do Principe Regente.

O ministro da guerra não entendeu o que havia de capcioso neste conselho; não vio que adoptando, o expunha os officiaes, que forçarão a junta a reconhecer o Principe como chefe do poder executivo, á vingança dos membros da mesma junta, e que aquelles officiaes, dispondo da grande maioria das forças, jámais se sujeitarião á semelhante condicção, e mandou lavrar o decreto.

Felippe Nery, no Rio de Janeiro, cumprio uma missão contraria aos seus principios e a sua vontade. A opinião da junta provisoria era de temporisar com o Rio de Janeiro e com a corte de Lisboa, apresentando com gmbas as cartas a maior cordialidade de sentimentos, mas nunca se ligando com uma e nem com outro, até vêr o que melhor lhe conviria fazer.

A opinião de Felipe Nery, era a opinião da junta. No Rio de Janeiro o que tratava era sob as falsas apparencias da melhor harmonia, desfazendo o que estava feito, afim de voltar ao ponto em que sua opinião podesse ser uma realidade.

O decreto do ministro da guerra era um instrumento poderoso para perturbar a provincia de Pernambuco.

FELIPPE NERY FILIA-SE NA MAÇONARIA DO RIO DE JANEIRO  
PARA CHEGAR A SEUS FINS

Felippe Nery para chegar a seus fins filiou-se na loja maçônica - Commercio e Artes, — no Rio de Janeiro, com o fim de alargar o seu círculo; e alli se reuniu ao grupo que guerreava o ministro José Bonifácio, e que pretendia succeder-lhe no poder. José Bonifácio era o grão-mestre da maçonaria, e com o prestigio de seu nome a havia engrandecido e fortificado.

Cousa admiravel! Entre seus irmãos, maçonicos, como ainda hoje acontece, José Bonifácio tinha os seus maiores detractores. A inveja era quem o levava(\*) a uma acção tão negra.

Felippe Nery com o decreto do ministro da guerra se julgava já sufficientemente armado para vingar-se da briosa officialidade pernambucana, mas ainda lhe restava uma circumstancia para completar a sua obra, que era desacreditar o Sr. Drummond no animo do Principe, dizendo, que este tinha feito mais mal em Pernambuco do que bem, porque sem elle a provincia se teria pronunciado livremente, sem o concurso da força armada, e sem ter aquelle ar de revolução, que de alguma forma havia marcado o acto do 1º de Junho de 1822.

Nem o Principe, e nem o governo acreditarão em taes previsões, porque o que se pretendia de Pernambuco, satisfatoriamente, estava realizado.

O decreto, não causou como era de receiar, grande perturbação em Pernambuco, pois que, chegando pouco tempo depois ao Rio de Janeiro o Sr. conselheiro Drummond, fez sentir ao governo a inconveniencia do referido decreto, e a falta de sinceridade da parte de quem o aconselhou; e então novas ordens se dêrão, e as cousas se accommodarão, graças ao bom discernimento da officialidade pernambucana, que, naquella occasião, mostrou que a nobreza do seu character era digna dos maiores elogios.

SITUAÇÃO MILITAR EM PERNAMBUCO EM 1822(\*\*)

Em consequencia dos acontecimentos politicos de 1821, a disciplina militar em Pernambuco estava dividida em dois campos. A maior parte tinha peľojado para a expulsão do general Luiz do Rego Barreto, e a menor, pela conservação d'elle.

Luiz do Rego promoveu aquelles officiaes que naquella occasião lhe forão fieis; e a junta de Goyana promoveu os outros. Havião duas promoções, que tinham ido para Lisboa a fim de ser confirmadas, e a outra, feita pela junta, que precisava de confirmação. Os officiaes promovidos de ambas as partes já usavão das insignias, e os da junta recebião tambem os respectivos soldos. As duas promoções não attenderão nem ás antiguidades, nem ao merito; forão obra da politica e das circumstancias. Era pois necessario definir e regular a posição de cada um; e esta delicada tarefa o ministro Nobrega commetteu á junta provisoria, que havia sido formada pelos officiaes promovidos pela junta extincta de Goyana, a se unir ao Rio de Janeiro.

Era Luiz Pereira da Nobrega um dos vultos mais importantes, que organisarão a resistencia a Portugal; mas ainda que tivesse excellentes qualidades e nobres disposições patrioticas, não possuia, como já disse, as necessarias habilitações para ministro de Estado, principalmente em uma época tão vertiginosa como aquella; e pela sua boa fé, cabio no laço que lhe armou Felippe Nery, que podia ter tido consequencias funestas, se, por muito tempo, prevalecesse.

FELIPPE NERY REGRESSA A PERNAMBUCO

Felippe Nery, antes de partir para Pernambuco, prometeu em uma sessão da officina maçônica Commercio e Artes que, regressando aquella provincia, faria tudo o que havia prometido em bem da independencia do Brasil; e que participaria ao Grande Oriente o resultado do que havia affirmado. Partio de facto; mas passado tempo sufficiente para se ter uma resposta, e não havendo Felippe Nery dado noticia de sua missão, resolveu o club maçônico, de accordo com o ministro Nobrega, mandar a Pernambuco um emissario, pois que se approximava o dia 12 de Outubro de 1822 em que deveria ter lugar a acclamação do Imperador, não só na corte, como nas provincias, para o que já havião partido para a Bahia José Egydio Gordilho de Barbuda (depois visconde de Camamú), para Minas o padre Januario da Cunha Barbosa(\*), e para outros lugares forão outros individuos. Não havendo embarcação para Pernambuco, prompta a partir, um dos membros da maçonaria, que era capitão e dono de um navio ha pouco chegado, se offereceu para levar o emissario, mas que para esse fim se expedissem ordens para descarregar o navio; o que sendo feito, foi nomeado o capitão João Mendes Vianna, com as necessarias instruções e cartas de recommendação para as pessoas influentes da provincia.

Apenas havia partido João Mendes Vianna, chegarão de Pernambuco uns officios do governo provisório, e a participação de Felippe Nery ao Grande Oriente, com os novos protestos de adhesão de Pernambuco ao Rio de Janeiro; e poucos dias depois voltou arribado o navio em que fora João Mendes Vianna, cuja commissão se tornára desnecessaria; mas o ministro José Bonifácio o obrigou a seguir para Pernambuco, sob o pretexto de esclarecer quaesquer duvidas; e na mesma occasião expellio ordens ao presidente da provincia, o morgado do Cabo Paes Barreto (pois que se tinha dissolvido o governo provisório), para prender João Mendes Vianna, e o ex-deputado Cypriano José Barata de Almeida, que em Pernambuco redigia a *Sentinella da Liberdade*, periodico livre, e remette-los para a

(\*) Quando o padre Januario da Cunha Barbosa, que sahio, pela manhã, do Rio de Janeiro, chegou à Barbucana, primeira villa da provincia de Minas, já athena alli lavrada uma acção pelo senado da camara, em que se devia acclamar-lo no dia 12 de Outubro, e isto porque o capitão-mór Rocha, Drummond e seus amigos tinham já escripto a varias pessoas de Minas. O mesmo succedeu em Queluz, em S. João de El-Rei, S. José, em Ouro Preto e Mariana, com intervallo de poucos dias, tendo partido como portador da carta e mais papeis o padre José Germano, que caminhava noite e dia, o qual, tendo sahido algumas horas depois da partida do padre Januario, não só o encontrou no Parahybana, como ahi o deixou, indo pernhoitar a mais de uma legua adiante d'elle.

(\*) E' essa paixão uma enfermidade chronica, e muito vulgar, no Brasil.

(\*\*) Vide biographia do conselheiro Antonio de Meneses Vasconcellos de Drummond, *Brasil Historico*, 1ª serie, n. 35.

filha de Fernando de Noronha, ordem que não comprio o morgado do Cabo; e por isso foi de novo ordenado ao coronel Aleixo José de Oliveira, que commandava as armas, que prendesse a Barata de Almeida e a João Mendes Vianna, e os remettesse para a corte, os quaes, aqui chegando, forão encarcerados na fortaleza da Lage, onde soffrerão toda a sorte de privações, suscitadas pelo commandante da fortaleza, o tenente coronel José dos Santos Oliveira, e onde adquirirão as enfermidades que mais tarde os levirão á sepultura.

#### O GOVERNO DO PRINCIPE TRATA DE ARMAR E FORTIFICAR O PAIZ

O governo do Principe Regente ao passo que se occupava na defesa do paiz, estendia sua acção sobre todas as provincias colligadas. José Bonifacio nada poupava para pôr o Brasil em defesa, e sobre tudo, para expulsar os portuguezes da Bahia.

Em 15 de Junho dirigio uma carta regia ao general Madeira, ordenando-lhe que soubesse da Bahia elle e toda a tropa do seu commando. Com a mesma data escreveu á junta da Bahia para que esta fornecesse ao general Madeira dinheiro e transporte para Portugal, a elle e a sua gente.

Nem o general e nem a junta obedecerão ao mandado. A junta estava em estado de coacção pela força armada, e neste caso desde que o general desobedecia, nada mais tinha ella a fazer.

Vendo-se assim desobedecido, fez publicar uma proclamação, que não copiamos por julgar desnecessaria.

#### É CONVIDADO PEDRO LABATUT PARA SE ENCARREGAR DO COMMANDO EM CHEFE DO EXERCITO, NA BAHIA, CONTRA AS FORÇAS DO MADEIRA.

Com alguma antecedencia José Bonifacio se havia lembrado do general Pedro Labatut, que tinha emigrado em 1815 para a America do Sul, na guerra da independencia de Venezuela.

Labatut havia passado para o rio Atrato, empregado por Bolivar, mas desahavendo-se com este, veio mais tarde para o Rio de Janeiro offerer seus serviços ao governo do Brasil. José Bonifacio, sabendo da pericia militar de Labatut, o nomeou general em chefe para commandar as forças brasileiras na Bahia, contra as do general Ignacio Luiz Madeira de Mello, que já se achavão em armas contra o Brasil.

#### PARTIDA DE LABATUT PARA A BAHIA

Labatut, prompto de instrucções de guerra, dinheiro e munições a marchar para o reconcavo da Bahia, deu começo ao embarque.

A divisão naval que conduziu esta força levava ordem de fazer o desembarque no morro de S. Paulo, donde este reforço devia seguir para a villa da Cachoeira. As instrucções ordenavão mais, que não accitasse combate senão na ultima extremidade, porque este não era o seu fim principal. Esta ordem era bem judiciosa, porque antes de tudo, ou antes, o que mais se precisava era de soccorrer o reconcavo, com forças, dinheiro, e munições de guerra; além de que os navios de transportes e os proprios da armada, estavam tão atravancados com a carga que

levava, que seria grande imprudencia arriscar um combate com forças superiores, como erão aquellas de que os portuguezes dispunhão nas aguas da Bahia.

« Sahio o sobredito Labatut(\*) do Rio de Janeiro no dia 14 de Julho de 1822, com uma pequena divisão, composta da fragata « União, » a corveta « Maria da Gloria » e « Liberal, » e do brigue « Reino Unido, » commandada pelo chefe de divisão Rodrigo Antonio de Lamare, transportando 700 praças do batalhão de milicias da corte, e 40 de caçadores do 2º batalhão, ao commando do major Francisco das Chagas Catute e capitão Guilherme José Lisboa, além de 34 officiaes, que devião ser empregados na organização do exercito; e uma conspiração, que tinha por fim privar-lo do commando, antes de entrar em effectivo exercicio, parece ter sido o preludio da sorte que o aguardava: seja o que fór, o certo é que Labatut designava como chefe desse plano ao tenente-coronel Antonio Martins da Costa e o major Carlos Augusto Taunay, bem como aos capitães Joaquim Salyro da Cunha e Ignacio Gabriel Monteiro de Barros, que por isso forão presos, constando de um officio ao ministro da guerra, com data de 18 de Setembro, que essa conspiração havia sido traçada no Rio de Janeiro, e que para ella igualmente concorrão os officiaes emigrados de artilharia da Bahia que alli se achavão, os quaes, antes do seu embarque, haviam pedido ao brigadeiro Domingos Alves Branco que os acompanhasse, pois que o substituirão no commando do exercito logo que chegassem á Bahia; contudo o respeito de que já gozava o mesmo Labatut, por suas campanhas na Europa e serviços prestados em favor da liberdade dos povos da America do Sul, e a consideração de ter sido elle escolhido para tão importante commissão pelo principe D. Pedro, que então era o idolo do Brasil, foi assás sufficiente a assegurar-lhe as attentões que em geral encontrou nos povos do reconcavo da Bahia.

« Pretendeu effectuar o seu desembarque na Torre de Garcia d'Avila; mas, impugnada essa resolução pelo chefe de divisão Rodrigo Antonio de Lamare(\*\*), e não o podendo tambem em Itapoan, onde surgiu, por causa de achar-se á vista da esquadra portugueza, commandada por João Felix, proseguio para Maceió, tendo antes enviado para terra diversos exemplares de proclamações, pelas quaes convidava o povo e tropa da capital a unirem-se á causa commum! »

#### Proclamações.

« Em nome de Sua Alteza Real o principe regente constitucional, protector e defensor perpetuo do reino do Brasil, o general Labatut, commandante em chefe das tropas da Bahia.

« Habitantes da Bahial—Chegando ás vossas praias, a primeira necessidade, que experimento, é fazer-vos conhecer os motivos, que a ellas me trouxerão. Sua Alteza Real o Principe Regente do Brasil não me enviou senão para ajudar-vos a reconquistar a paz, e tranquillidade que felizmente haveis perdido, e por que suspirais depois dos males que ainda soffreis, e que tem profundamente magoado seu coração paternal.

« Habitantes da Bahial! Estai tranquillitos; eu vos asseguro em nome do grande Principe, que nos rege, que empregarei todos os cuidados, e desvelos, para que nem vossas pessoas, nem vossas propriedades, soffrão detrimento algum; e estai juntamente certos de que ninguém será incommodado nem perseguido, quaesquer que tenham sido suas opiniões politicas, ou sua maneira de pensar; assim como tambem espero que todo o espirito de partido, que todo o odio particular, desaparecerá d'entre vós, afim de que se restabeleça a harmonia, e tranquillidade, de que tanta necessidade tendes nas circumstancias em que vos achais.

« Valerosos bahianos! Quando o grito da liberdade, solto no Douro e Tejo, ressoou nas vossas plagas, vós não tardastes a reconhecer os direitos, que são a partilha dos povos livres. Vinde tambem hoje unir-vos a mim, afim de ajudar-me a pôr-vos na posse dos vossos mais caros direitos desconhecidos e violados; e mostrai assim ao

(\*) Ignacio Accioli, *Memorias Historicas da Bahia*.

(\*\*) Labatut, em officio de 28 de Outubro, queixou-se de De Lamare.



mundo, que soia dignos de entrar na lista dos heróis, que tem combatido pela liberdade da patria.

« Viva a religião, viva o Sr. D. João VI, viva o Principe Regente constitucional do Brasil, viva a assembléa geral constituinte e legislativa do reino do Brasil, 30 de Julho de 1822. — Labatut. »

« O general Labatut, commandante em chefe das tropas da Bahia.

« Soldados! — Vós não fostes vencidos; vós fostes traidos e abandonados. Sim, a traição, e a cobardia de alguns dos vossos commandantes, daquelles mesmos a quem a honra e a gratidão para com a patria impunha a mais dura obrigação de manter os seus direitos, e a vossa gloria, forão a causa do desar em que vos vedes! Soldados! Quanto me custa recordar-vos o vosso triste estado? Mas estai contentes: o mundo inteiro vos admira, e faz justiça ao vosso patriotismo. Embora vos pretendão anniquillar; os seus esforços não servirão, se não de fazer brilhar ainda mais, se é possível, vossas virtudes heroicas; e aquelles mesmos, que, a pouco orgulhosos com successos, de que não são derredores, senão á traição vos insultavão, virão bem depressa reclamar vossa clemencia, e confiar-se á vossa generosidade. Que outro partido lhes resta? Suas communicações cortadas com Portugal, e opprimidos de todos Estados, como se sustentarão elles em uma tal posição!...

« Soldados! Já eu vos espero para entregar-vos as armas, com que deveis vingar a patria, e a vossa honra; e quando a victoria, coroando vossos magnanimos esforços, fizer-vos entrar em seu seio, cobertos de louros, o reconhecimento dos vossos concidadãos vos encherá de beneficios, e vos honrará com o nome glorioso de seus libertadores. Bordo da fragata *União* 30 de Julho de 1822. »

LABATUT CHEGA, ARRIBADO, NAS ALAGOAS, NO DIA 2 DE AGOSTO

A esquadilha, não podendo ancorar em nenhum porto conveniente da Bahia, por causa da esquadra do Madeira, seguiu para o norte, e deu desembarque em Maceió no dia 21 de Agosto<sup>(\*)</sup>, e, depois de haver expedido para a capital das Alagoas um destacamento de 41 praças e outro de 80 para a villa do Penedo, afim obstar as tentativas dos dissidentes de Sergipe, que, reunidos na margem opposta do rio de S. Francisco, apresentavão uma attitudo ameaçadora, seguiu por terra para Pernambuco, onde chegou no dia 27 do mesmo mez de Agosto, para solicitar do respectivo governo a promptificação de reforços; e voltando d'alli ás Alagoas no dia 4 de Setembro, fez logo partir, sob o commando do capitão Guilherme José Lisboa, para Penedo, o restante da pequena força que o acompanhara do Rio de Janeiro, e em seguida também partiu para Penedo, aonde chegou no dia 28 de Setembro.

Em Sergipe ainda preponderava o elemento portuguez<sup>(\*)</sup>, sustentado pelo brigadeiro Pedro Vieira, secretario do general Madeira, que alli conservava um forte destacamento de praças de sua confiança. As desordens das Alagoas, contra portuguezes, tinham feito com que grande numero dos dissidentes da causa do Brasil, se refugassem em Villa Nova, onde pretendião embarçar a passagem do general Labatut; e já se preparavão para a opposição, quando um seu parlamentar chegou á Villa Nova no dia 29 a tratar com o capitão-mór Bento de Mello Pereira que

commandava toda a força naquelle ponto, e que adherindo, pelas razões que ouviu, ao reconhecimento da regencia do Principe D. Pedro, comtudo não quiz «ó, por si, decidir, sem submeter a proposição ao parecer do brigadeiro Pedro Vieira; porém o negocio decidio-se com rapidez, porque o povo, sem attenção a nenhuma consideração, prorompeu na desejada proclamação, pelas 10 horas da manhã do dia 2 de Outubro; e livre assim o transito, marchou Labatut á villa de Larangeiras e dahi á cidade de S. Christovão, capital de Sergipe.

No dia 27 de Outubro o coronel Bento Lopes Villalbon, communicou, da Villa de S. Francisco, ao conselho interino de governo da provincia, achar-se o general Labatut na povoação da Estancia, por aviso recebido do tenente coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque. No mesmo dia o general Labatut mandou da povoação da Ipojuca, o seguinte officio:

« Illms. Srs. commandantes militares e de ordenanças das villas de S. Francisco e Sergipe do Conde. — Accuso a recepção do officio de VV. SS., datado de 25 do corrente, e agradeço sobremaneira a VV. SS. as expressões com que tanto me obrigão. Eu tenciono chegar á Feira hoje pelo meio-dia, e dahi passarei as ordens necessarias para a reunião das tropas.

« Deos guarde a VV. SS. Quartel-general da Ipojuca, 27 de Outubro de 1822. — Labatut. »

Com a mesma data do dia 27, officiou directamente ao governo interino o tenente-coronel Joaquim Peres de Carvalho e Albuquerque, communicando-lhe o seguinte:

« Illms. e EExms. Srs. — Neste instante acabo de receber a participação do ajudante de ordens do Exm. general Labatut, em que me assevera hoje se achar na Feira; eu já para lá parto a recebê-lo.

« Deos guarde a VV. EExs. por mais annos. Quartel da força armada, 27 de Outubro de 1822. — Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque. »

CHEGA O GENERAL LABATUT Á FEIRA DE SANT'ANNA

O general Labatut não chegou como desejava á povoação da Feira de Santa Anna (hoje villa) <sup>(\*)</sup> no dia 27 e sim no dia 28 de Outubro, e immediatamente deu parte de sua chegada ao governo interino da provincia, e recebendo resposta, de novo officiou, pedindo ao mesmo governo a enviatura de um delegado seu para conferir com elle. No mesmo dia fez expedir do quartel general da Feira de Santa Anna o seguinte officio:

« Illms. e Exms. Srs. — Sendo repetidos os ataques do inimigo nos pontos de Pirajá e Cabrito, e por consequencia mui grande o consumo de polvora nos ditos pontos. VV. EExs. farão remetter para alli, com a maior brevidade possível, 100 barris de polvora da que existe nessa villa, para ser entregue ao tenente-coronel commandante daquella força Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque.

« Deos guarde a VV. EExs. Quartel-general da Feira de Sant'Anna, 28 de Outubro de 1822. — Labatut, general. — Illms. e Exms. Srs. do conselho do governo interino da provincia da Bahia. »

Na mesma data, officiou ao mencionado governo, pedindo a remessa de farinha, pela emboecadura do rio Cotygipe, e bem assim providencias para a decida de gados para a etape do exercito.

(\*) Ignacio Accioli, *Memorias Historicas*.

(\*) A villa da Feira de Sant'Anna dista 8 leguas da cidade da Cachoeira e de Santo Amaro.

Ordenou ao coronel ajudante general do exercito Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque que fizesse marchar todas as forças estacionadas na villa de Santo Amaro para o Engenho Novo, pertencente a Luiz da Costa Guimarães, onde se ia estabelecer, deixando apenas a força indispensavel para segurança publica.

Tendo vindo, fugidos de Pernambuco, em a força do general Labatut, o tenente coronel Antonio Martins da Costa e o cirurgião-mór Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira, o general, no mesmo dia 28 de Outubro, sobre isso officiou, ao governo da Cachoeira, nos termos seguintes:

« Illms. e EExms. Srs. — A bem do serviço nacional ordeno a VV. EExs., em nome do Principe Regente perpetuo defensor do Brasil, que immediatamente fação já prender á ordem de Sua Alteza Real ao tenente coronel Antonio Martins da Costa, e ao cirurgião-mór Francisco Sabino Alves Vieira, remetendo-os escoltados por tropa e debaixo de toda a segurança, ao meu quartel general.

« Deos guarde a VV. EExs. Quartel general da Feira de Santa Anna, 28 de Outubro de 1822. — Labatut, general. »

« Illms. e EExms. Srs. do conselho do governo interino desta provincia. — Immediatamente forão expedidas as ordens para os commandantes da villa de S. Francisco, e presos os fugitivos no dia 29, e remetidos com segurança para o quartel general do Engenho Novo. »

*O Principe Regente em 9 de Julho de 1822 officia á junta provisoria, communicando-lhe a ida do general Pedro Labatut para commandar o exercito, levando consigo força para bater as do general Madeira.*

« Presidente e deputados da junta provisoria do governo da provincia. — Amigos, eu o Principe Regente vos envio muito saudar. Não consentindo a minha paternal solicitude, e verdadeiro amor do Brasil, que essa provincia continue a soffrer a presença das tropas de Portugal para se não repetir os desgraçados successos já occorridos, e em consequencia dos quaes expedi a carta regia de quinze de Junho ultimo ao brigadeiro Luiz Ignacio Madeira de Mello, mandei aprestar no porto desta capital a expedição, que se achá a sahir para o dessa provincia, afim de passar a execução daquella real ordem, e que é commandada pelo brigadeiro Pedro Labatut, qua se me offereceu afim de mostrar ao Brasil o seu reconhecimento, por haver sido recebido no seu serviço: os talentos e prestígio militar deste general já provados nas campanhas da Europa, bem como as outras suas qualidades me fazem esperar o melhor exito; e confio de vosso conhecido brio, lealdade e poudonor, que o habilitareis para o cabal desempenho de tão justa empreza, forneendo além dos precisos socorros de mantimentos, e outros meios ao vosso alcance, exáctas noções do estado do paiz, e mais circumstancias, que julgardes convenientes ao conhecimento do general, para á vista dellas formar a sua linha de operações.

« O mesmo general leva particular recommendações para em tudo obrar de accordo convosco, ou já as tropas de Portugal se tenham embarcado, o que para mim será da mais viva satisfação, ou sejão a isso obrigadas, e mesmo depois da sahida dellas. A vossa leal cooperação, o patriotismo dos fleis e honrados habitantes dessa provincia, a prudencia e habilidade do general me dão fundada esperanza de saber mui brevemente que entre vós já reina a paz, a concordia e a tranquillidade.

« Escripção no palacio do Rio de Janeiro aos nove dias do mez de Julho de mil oitocentos e vinte dois. — Principe Regente—Antonio Pereira da Nobrega de Souza Coutinho — Para o presidente e mais deputados da junta pro-

visoria do governo da provincia da Bahia. — Antonio Pimentel do Valo. — Esta conforme com o original. — Labatut, general. »

NO DIA 29 DE OUTUBRO O GENERAL LABATUT ESTABELECE O SEU QUARTEL GENERAL NO ENGENHO NOVO.

O general Labatut conhecendo, por informações seguras, ser o ponto do Engenho Novo o lugar mais conveniente para estabelecer o seu quartel general para alli seguiu, dando parte disso ao governo, e ao mesmo tempo requisitando o que era preciso para o exercito, devendo ser tudo encaminhado para o engenho Cotygipe.

Neste mesmo dia dirigio ao general Madeira um officio, intimando-o que depuzesse as armas e se retirasse.

No dia 30, Labatut officiou da Bahia ao conselho interino da provincia, e proclamou a seus habitantes.

No dia 1º de Novembro de novo se dirigio Labatut aos bahianos com a seguinte proclamação:

*O general em chefe do exercito pacificador aos habitantes da Bahia.*

« Honrados e briosos bahianos!—O grande Principe Regente e defensor perpetuo do Brasil me enviou a esta provincia para defender-vos, e libertar a vossa capital dos inimigos da vossa independencia politica. Devo, portanto, chamar-vos ás armas, para, com ellas nas mãos, obrigarmos a embarcar as tropas de Portugal, e com a força rebatermos a força que se houver de oppôr á execução da carta regia de S. A. Real, dada em 15 de Junho do corrente anno, que ainda não foi cumprida pelo desgraçado Madeira.

« As armas, bahianos! O brio e a honra é a vossa divisa. Marchai e alistai-vos sob as bandeiras do invicto e immortal Principe, que, para bem vosso e de toda a nação, o céu conserva entre vós. Independencia ou morte é a sorte que vos espera. Correi ás armas e vencereis. Deos protege o Brasil e elle será livre.

« Quartel-general no Engenho-Novo, 1º de Novembro de 1822.—Labatut, general. »

É NOMEADO O TENENTE-CORONEL FELISBERTO GOMES CALDEIRA PARA ENTENDER-SE COM LABATUT SOBRE AS INSTRUÇÕES QUE TROUXERA DO GOVERNO DO RIO DE JANEIRO.

No dia 27 de Outubro o conselho do governo da Cachoeira, officiou ao general Labatut, communicando-lhe haver nomeado o tenente coronel Felisberto Gomes Caldeira, para conferir com elle a respeito das instruções que lhe dera o governo de sua Alteza Real o Principe Regente. E, depois das explicações, havendo necessidade de formar resistencia condigna em todos os pontos da linha fronteira ao inimigo, mandou Labatut que o tenente coronel Felisberto Gomes Caldeira fosse commandar as forças de Itapoan.

DESCOBRE-SE NO ENGENHO DOS TEIXEIRAS BARBOSAS GROSSA SOMMA DE DINHEIRO EM OURO

Um amigo meu, o coronel Daniel Gomes de Freitas(\*), por vezes me disse, que, um pardo, escravo dos portuguezes João Teixeira Barbosa e Manoel José Teixeira Barbosa (irmãos), que haviãoaban-

(\*) Este cidadão era então cadete, e fez toda a guerra da independencia.

donado sua residencia do engenho da Passagem, e transferido-a para a capital da Bahia, veio dizer no exercito que, se lhe dessem a liberdade, indicaria os lugares aonde seus senhores tinham enterrado grandes sommas de dinheiro de ouro e prata; e que, com effeito, sem perda de tempo, tomando-se as providencias compatíveis á tão util empreza, verificou-se a denuncia, e descobriu-se avultada somma, que foi conduzida em carretas e entregue ao tenente coronel José Freire de Carvalho, que a applicou ás necessidades do exercito.

Denunciado nessa deligencia um capitão de ter subtrahido algum dinheiro, foi logo pelo general expulso do exercito, como indigno de pertencer á classe militar.

Esses Teixeiras Barbosas erão mui ricos proprietarios e senhores dos engenhos Passagem e Cachoeira, e, apesar de na luta não serem offendidos pela força brasileira, aborrecião a causa do Brasil.

Ignacio Accioli diz, em uma nota das suas *Memorias Historicas*, que o pardo escravo, para denunciar o dinheiro, fora ameaçado de ser fuzilado, como se acabava de fazer a um espia do general Madeira. Que o dinheiro foi achado em principio do mez de Outubro, e que no dia 6 do mesmo mez se entregou o dinheiro ao tenente coronel José Freire de Carvalho, na importancia de 113:000\$ de rs. em prata.

A ser certo, segundo disse o coronel Felisberto Gomes Caldeira ao governo interino, que o dinheiro de ouro do primeiro achado enchia tres quartas de medir, e o de prata 12 a 14 alqueires, é indubitavel que houve descaminho; não se sabendo exactamente quem fosse o autor delle. Segundo afirma Gomes Caldeira importava o dinheiro descoberto em 600 mil cruzados o dos dois Teixeiras e 8 ou 10 contos de rs. de outros individuos, que lhes havião dado a guardar.

O major Titara, secretario então do quartel general, em uma nota historica ao seu interessante poema *Paraguassú*, conta «ser notorio que o ultimo dos Teixeiras, dera-se parabens quando poucos dias antes da instauração da capital, emigrando para seus engenhos, viera no conhecimento que não se tinham descoberto os principaes viveiros das grandes sommas enterradas pelos seus antepassados, e talvez tambem por elles, nos seus dois engenhos da Passagem e Cachoeira—nada comparaveis aos 160:000\$ duas partes em ouro e uma em prata, de que o exercito utilisou-se em dois differentes achados: sendo o primeiro em consequencia da declaração do patriota proprietario Manoel Luiz; e o ultimo que foi só em ouro, pela denuncia de um pardo feitor do engenho, e que se dizia filho de um dos Teixeiras, o qual não queria a principio declarar cousa alguma, mas emfim persuadido, fallazmente, de ser fuzilado, manifestou, para salvar-se, um unico d'entro os outros lugares que restavão.

Conta mais, que a quantia desenterrada fora de 620 mil cruzados, e que os principaes estraviadores della, forão 3 adoptivos, dois que vierão na expedição, cujos nomes omitta por pèjo, e um dos quaes tinha sido da primeira commissão encarregados para o descobrimento, isto sómente quanto ao primeiro achado; pois que quanto ao segundo, verificado em 13 ou 14 de Novembro, com mais cautela, e incumbido a habiaños bastante circumspectos e probos, como o coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, depois visconde de Pirajá, não houve extravio algum.

O general Labatut, dirigindo-se ao conselho interino do governo da Cachoeira, entre outros assumptos, commemora o dinheiro achado no engenho Passagem dos Teixeiras Barbosas.

« Ilms. e EExms. Srs. — Accuso a recepção do officio de VV. EExs., datado de 27 de Outubro passado, em que me annuncião a nomeação do tenente coronel Felisberto Gomes Caldeira, para, na qualidade de delegado deste conselho, tratar comigo sobre as instrucções, que tenho de Sua Alteza Real o Principe Regente do Brasil.

« Tendo em vista a defesa, que precisa formar em todos os pontos da linha fronteira ao inimigo, determinei ao dito tenente coronel fosse commandar as forças de Itapoan, como já fiz sriento a VV. EExs.

« Aproveito esta occasião de communicar a VV. EExs. que urge a nomeação do commissario geral do exercito, pessoa de toda a consideração, cuja escolha deixo ao conhecimento de VV. EExs., que me participarão com a brevidade possível, para que não esteja o exercito sofrendo a sua falta por mais tempo.

« Tenho mais a satisfação de participar juntamente a VV. EExs., que estou formando uma caixa militar com o dinheiro, que se vai desenterrando nos engenhos dos Teixeiras Barbosas.

« Deos guarde a VV. EExs. Quartel general no Engenho Novo, 3 de Outubro de 1822. — Ilms. e EExms. Srs. do conselho interino do governo da provincia da Bahia. — Labatut, general. »

#### PONTOS DE DEFESA DA BAHIA

Ignacio Accioli, que escreveu as suas interessantes *Memorias Historicas da Bahia*, em época mais proxima á guerra da independencia(\*), conta que, a proporção que o exercito ia adquirindo melhor forma, maiores difficuldades obstavão ao seu progresso, e o governo interino, composto de muitas pessoas, e sem os necessarios recursos, tarde e acanhadamente satisfazia ás repetidas requesições, que lhe erão feitas; deven-se porém muito ao interesse, que desenvolverão as commissões, ou caixas militares para prehencherem os fins a que erão propostos, e entre todas merecem distincta menção as estabelecidas nas villas de Valença, Nazareth, Santo Amaro, e S. Francisco. A 1.<sup>a</sup> forneceu do pret e etape o consideravel presidio do morro de S. Paulo, e os pontos do Curral, e da Barra dos Carvalhos; o 2.<sup>o</sup> supria de pret e etape aos pontos do Funil, S. Gonçalo, Mutá, Encarnação, Caixapregos, Barra dos Garcez, Portinho, Barra do norte de Jequiriçá, Aratuba, Pirapitingas, e a toda guarnição de differentes pontos da ilha de Itaparica, que só de farinha consumia 300 alqueires por semana; a 3.<sup>a</sup> fornecia de pret e etape aos pontos do Engenho do Conde, Gambôa, Fazenda Debaixo, Acepe, e Saubara; e a 4.<sup>a</sup> supria as ilhas das Fontes, das Vaccas dos Frades, da Madre de Deos, do Bom Jesus, de Santo Antonio de Cajaiba, e, na terra firme, os pontos de Marapé, Caype, Paramirim, Mataripe, e o outros de menor importancia.

As outras commissões achavão-se estabelecidas em Jequiriçá, Cammamú, Marai e villa da Barra do Rio de Contas, recebendo donativos pecuniarios para as despezas da guerra.

(\*) Como já disse, Ignacio Accioli, que viveu em minha companhia 6 annos, por muitas vezes me disse que o seu escripto sobre a guerra do Madeira, além dos documentos, era fundado no testemunho dos que fizeram a guerra na Bahia.

## O GENERAL MADEIRA RECEBE NOVOS REFORÇOS DE PORTUGAL

Enquanto no reconcavo, escreve Ignacio Accioli, se luta com todos os entraves, para organizar o exercito em forma regular, recebia a capital da provincia continuados reforços, já dos muitos imigrados portuguezes, que a ella se recolhiam de diferentes partes, já da tropa disciplinada, que de Portugal lhe era enviada, e no dia 31 de Outubro desembarcárão na mesma capital, chegados de Lisboa os batalhões n. 3 e n. 4, um corpo de artilharia, e muitos soldados avulsos que vinhão preencher os corpos que existião já desfalcados.

Transportavão este reforço 10 vasos comboiados pela náó D. João VI. e apenas forão avistadas essas embarcações innumerous fogos de artilharia subirão ao ar; salvárão todas as fortalezas e embarcações portuguezas existentes no porto, e um apparatoso refresco foi immediatamente aranjado pelos commerciantes para a toda officialidade que desembarcava, e para o que a recebia na praça do commercio, que para isso estava ricamente ornada.

Este reforço servio para augmentar a grande carestia dos viveres na cidade, e para excitar o patriotismo dos sitiados della e fazer que Labatut augmentasse a força dos pontos de defesa, principalmente, os da Sapucaia, e Taquetaque, e creasse outros, afim de embaraçar a passagem ao inimigo, mandando levantar uma bateria que confiou ao capitão Antonio Cardoso Pereira de Mello, e enviando para Pernambuco o seu ajudante de ordens Ignacio Gabriel Moutinho de Barros para pedir reforços á junta daquella provincia, bem como expedio circulares aos commandantes das villas para mandar gente em defesa da causa publica.

## O SR. DRUMMOND CHEGA A' BAHIA E DESEMBARCA. — EPISODIOS QUE SE DERÃO(\*)

O Sr. Drummond, tendo preenchido a sua commissão em Pernambuco, em proveito da independencia e liberdade do Brasil, formou o projecto de se passar á Bahia, sem o communicar a pessoa alguma.

A Bahia estava com as armas nas mãos, disputando a sua independencia, contra as tropas de Portugal, que se achavão de posse da cidade, e de tudo que nella existia. O Sr. Drummond com semelhante tentativa corria risco de vida, mas sem se lembrar de si, secretamente deixou Pernambuco, fazendo que todos se perdessem em conjecturas sobre o fim que dalli o tinha levado, suppondo por ultimo ter sido elle victima de algum assassinato, e assim o communicárão para o Rio de Janeiro.

Naquelle tempo os navios que vinhão dos Estados-Unidos, com carregamento de farinha de trigo, não entravão á barra; mandavão do Lameirão, onde ficavão a bordejar, a lancha, para saber do consul se a guerra continuava na Bahia, e conforme a resposta para lá partião a vender, por bom preço, o seu carregamento. Tinbao Sr. Drummond pedido ao consul americano para que prevenisse, sem lhe dizer o motivo, da passagem do primeiro navio de sua nação. Apparecendo um navio americano, o Sr. Drummond communicou a sua tenção ao consul,

obteve passagem, e se embarcou, levando um sacco com alguma roupa, papeis e uma porção de dinheiro.

Depois de uma incómoda viagem de quinze dias, combatida por sudeste mais ou menos rijo, avistárão a barra da Bahia, onde bordejava fóra a esquadra lusitana. Esta não fez caso da escuna, que já trazia arvorada a bandeira americana, e assim entrou na barra e fundeou no porto da cidade da Bahia. A escuna foi logo visitada por muitos caixeiros portuguezes. O Sr. Drummond achava-se na pequenissima camara a vestir-se, e ouvia os discursos indiscretos que fazião os caixeiros a respeito delle: dizião que elle era um agente do traidor D. Pedro, que ia para o Rio de Janeiro; e estando o Sr. Drummond prompto apresentou-se-lhe um sargento, intimando-o para ir ao palacio da junta do governo e subindo elle para o tombadilho, a caixeirada lhe fez alas o lhe dizia dieterios em voz baixa. Entrando em um bote com o sargento, seguiu para terra, onde já se tinha divulgado o boato da sua chegada, como agente do Sr. D. Pedro, e que fóra capturado pela esquadra lusitana.

Saltando em terra, acompanhou o sargento e observou a curiosidade que a sua presença causava, porque o povo parava na rua e os caixeiros corrião ás portas das lojas para o verem. Chegando ao palacio da junta tranquillizou-se, porque se achou com bons brasileiros, que só tinhão o defeito da fraqueza. Ao sahir do palacio da junta, pediu o Sr. Drummond ao sargento que o levasse ao quartel general do governador das armas, mas elle respondeu-lhe não ser isso necessario; porém cedeu por fim ás suas instancias. Apresentando-se no quartel general o Sr. Drummond, Ignacio Luiz Madeira de Mello o recebeu com demonstrações de interesse, porque erão amigos desde Santa Catharina, onde se haviam dado muito bem.

A Sra. D. Maria Joanna, mulher do general Madeira, era filha do tenente general Agostinho Luiz da Fonseca, e a todos os respeitoz digna de consideração.

Esta senhora tinha uma filha do primeiro matrimonio, chamada D. Julia Candida de Moraes Carneiro, que se achava casada em Santa Catharina com o coronel Joaquim Soares Coimbra, filho de um antigo governador daquella provincia. Madeira, em consequencia dessa antiga e boa amizade, convidou ao Sr. Drummond para ser seu hospede até haver algum navio que o transportasse á Lisboa, por ser este o fim do seu destino á Bahia, conforme lhe havia dito. Não aceitou o offerecimento da hospedagem, dando as desculpas que as circumstancias lhe suggerirão naquella occasião.

Madeira que nada desconfiava, cedeu, mas a Sra. D. Joanna não cessou de insistir com elle para que ficasse em sua casa. Prometteu o Sr. Drummond de ir jantar com ella naquella mesmo dia, e em todos os outros em que podesse. Madeira ordenou a um dos seus ajudantes de ordens que acompanhasse ao Sr. Drummond até a alfandega, onde elle precisava ir para retirar a sua bagagem. Aceitou a companhia, pensando logo nos meios de evitar que lhe visse a bagagem, por não ser mais que um sacco fechado a chave. Na alfandega fallou ao Sr. Joaquim Carneiro de Campos, nella empregado, e em particular aceitou a hospedagem que elle lhe offereceu, com instancia, em sua casa, para onde se encarregou de mandar levar o sacco (bagagem), ficando de ir depois ao jantar do general Madeira.

(\*) *Brasil Historico*, 1.ª serie, biographia.



O Sr. Drummond não conhecia pessoalmente o Sr. Joaquim Carneiro de Campos; porém sabia que era irmão de José Joaquim Carneiro de Campos de Mello e João Carneiro de Campos com quem tinha boas relações de amizade. O Sr. Joaquim Carneiro de Campos era pai do hoje conselheiro José Tiburcio Carneiro de Campos, com quem também o Sr. Drummond mantinha relações, e a quem havia prestado, antes, alguns serviços de importancia na cidade do Recife, cujos serviços, talvez por elle exaggerados a seu pai, derão origem a offerta com instancia de hospedagem; aceitou-a o Sr. Drummond, contra o que tinha resolvido, que era não incommodar a ninguém, e ficar em uma estalagem.

O Sr. José Joaquim Carneiro de Campos e sua esposa hospedarão no Sr. Drummond com tanta amizade e confiança, que ainda hoje elle sente grata lembrança em offerecer á memoria de ambos um sincero tributo de sua gratidão(\*).

Regressou o Sr. Drummond com o ajudante de ordens que o acompanhava ao quartel general. Jantou com o general Madeira e sua esposa, sendo cordial e amigavel a sua conversação. Como é de presumir, a maxima parte da conversação rolou sobre as circumstancias politicas, e a defesa da Bahia. O Sr. Drummond dirigio bem a conversa para esta digressão: a companhia era numerosa, e toda militar, com a unica excepção delle. Compunha-se do general Madeira, com seus ajudantes de ordens, o coronel Pereira commandante do batalhão n. 12, e mais tres officiaes deste corpo, conhecidos do Sr. Drummond, dois officiaes de engenharia, e alguns outros de diferentes corpos. Voltando ao quartel general á noite, tomou chá, e mais tarde foi para casa do Sr. Joaquim Carneiro de Campos, onde dormio aquella primeira noite, e estabeleceu dahi em diante a sua residencia. Um ajudante de ordens e duas ordenanças do general o acompanháram nesse curto tracto, ficando a reputação do Sr. Drummond entre os dominadores da Bahia sob esses bons hospícios; e elle podia dahi por diante, empregando muita precaução, tratar dos fins que lhe fizerão emprehender aquella perigosa empreza.

A Bahia tinha uma junta de governo composta de bons brasileiros, que só tinham, como já disse, o defeito da fraqueza. A provincia estava quasi toda revoltada contra a dominação portugueza, e todos os dias chegavam á cidade, novas noticias de revolta e separação dos pontos ainda não sabidas.

Nem a esquadra e nem a tropa portugueza souberão conservar, como muito lhes convinha, a ilha de Itaparica. Todos os ataques que fizerão depois

para reaverem aquelle importante ponto strategico, foram infructuosos. Um habitante da villa de Itaparica, de nome Lima, nascido em Portugal, e que não era militar, se poz á testa do povo e a defendeu até a expulsão das tropas portuguezas da Bahia.

A cidade ainda tirava recursos da farinha da villa (hoje cidade) de Nazareth, mas esta villa acabava de revoltar-se, e as expedições que Madeira fizera contra ella, foram obrigadas, pela força do povo, a regressarem com toda a diligencia. O Sr. Drummond fallou ao major do 12º que commandava a primeira expedição, e este lhe disse que navegara desde a cidade da Bahia, até o Funil, sem encontrar a menor resistencia, mas que alli sendo a passagem muito estreita, e a corrente mui violenta, se vira de repente assaltado por todos os lados de uma fuzilaria tão viva e tão certa, que era impossivel tentar um desembarque ou continuar a viagem. A sua gente cahia morta; ninguém via o aggressor: nem as metralhas das suas peças, nem as balas das suas espingardas, podião destruir os inimigos, bem visiveis pelo mal que fazião, e completamente invisiveis para serem alcançados. Não se via mais que arvoredos, e detraz delles ninguém cabia. Nesta penosa circumstancia regressára, tendo perdido alguns homens, e trazendo elle o signal do encontro em uma bala na côcha.

O governo brasileiro no reconcavo estava organizado, e á testa delle as pessoas mais gradas da provincia. Ao ouvidor de Santo Amaro Antonio José Duarte de Araujo Gondin se devia essa reunião. Era a maior autoridade do reconcavo que abraçava espontaneamente a revolução, e era também a arma das pessoas mais intelligentes desses lugares. A sua reputação de magistrado integro e bemfazejo, lhe dava o direito de exercer em todas as classes a bem fundada influencia para organizar a revolução e proclamar a independencia.

A junta da Cachoeira, tinha forças para se defender dos ataques que por ventura os portuguezes tentassem contra ella, mas estes não quizerão entranharem-se no paiz, e á junta faltavam todos os recursos que a povessem em estado de poder alcançar e expulsar os dominadores da Bahia. Os portuguezes tinham amor livre, e uma esquadra sua, muitos navios mercantis, uma cidade abastada, e um commercio rico em seu favor. Só do Rio de Janeiro podia a junta tirar os recursos de que precisava para ganhar a victoria.

Mas o Rio de Janeiro estava falho de recursos: os que tinha lhe eram necessarios para a sua defesa interna e externa. Estava desde a partida do rei reduzido aos seus proprios recursos financeiros, e estes não bastavão. De nenhuma outra provincia recebia as sobras. O que lhe valia, em tão apurada circumstancia, era a estrieta economia e boa ordem que o governo punha no emprego do dinheiro publico: era também a força, o desinteresse e a independencia do caracter dos homens que então governavão, que influíam e promovíam a resistencia a Portugal, e ercção de um imperio independente no Brasil. As discordias internas não estavam apagadas, nem as rivalidades entre os proprios brasileiros existentes. O partido portuguez surdamente e o republicano mais abertamente, se pronunciavão. Este permanecia em toda a força do seu direito, porque tratando o Brasil de se constituir, a seus

(\*) O Sr. D. João VI, ao deixar o Brasil, deu ás pessoas que ficáram do seu conhecimento o que ellas pedirão. O bondoso rei sentia não ter mais que dar a José Joaquim Carneiro de Campos, que era e ficava sendo official-maior da secretaria de Estado dos negocios do reino do Brasil: fez mercê da propriedade do officio de guarda-mór da alfandega de Pernambuco. O novo proprietario nomeou seu serventuario a seu sobrinho José Tiburcio, e o mandou para tomar posse do officio naquella provincia.

José Tiburcio não foi, nem era de esperar que fosse bem recebido nella por estar outra pessoa da provincia servindo no dito emprego, e o paiz se achava no estado convulsivo, que resultava das circumstancias politicas, que tinham róto todos os laços da antiga obediencia.

A posição de José Tiburcio era, pois, critica, odiosa mesmo, e foi necessario todos os bons officios do Sr. Drummond para que elle soubesse dilla, e se retirasse de Pernambuco, não e salvo.

filhos portencia escolher a fórma de governo em que isto devia ser feito. A discussão era pois licita, mais era perigosa ao mesmo tempo, porque fraccionando com isso os brasileiros, augmentava e considerava a força portugueza, que elles tinham a debelar.

O SR. DRUMMOND CONFERE COM OS MEMBROS DA JUNTA DO GOVERNO

No meio de tanta difficuldade, José Bonifacio e outros que o coadjuvavam, erão incansaveis em occorrer e acudir a tudo: as difficuldades que encontravam, augmentavam-lhes a energia, e a provincia da Bahia foi promptamente soccorrida com tropa, dinheiro, e tudo mais de que precisava: nada faltou; tudo foi previsto, com o fim de confortar os animos dos Bahianos, e as esperanças do Brasil.

Mas a junta do governo da cidade da Bahia, não tinha livre arbitrio, achava-se coacta pela força militar portugueza, de quem recebia as ordens, obedecendo-a cegamente. Oitava contra a sua consciencia e mesmo contra a sua vontade, e não ousava resistir. As suas proclamações e todos os seus actos, dictados pela autoridade militar, corrião impressos, e fazião mal á causa brasileira, porque os nomes das pessoas que assignavão taes actos e proclamações, sendo considerados no paiz, havia sempre quem acreditasse nas palavras que erão constrangidas a assignar e proclamar.

Este mal crescia, e era necessario destrui-lo, para apressar a expulsão dos portuguezes. O Sr. Drummond dava-se muito bem com todos os membros da junta, e até com o velho presidente della, o Sr. Vianna, que tremia de tudo, e que quando o Sr. Drummond lhe falava da situação, e do que era necessario fazer-se, respondia com um suspiro, e contava uma historia do bom tempo do marquez de Pombal.

O Sr. Drummond fez vêr aos membros da junta, todo o mal que elles involuntariamente estavam fazendo, e propoz que para sanar esse mal, devia a junta ter a coragem de dizer a verdade, que era, que achando-se coacta pela autoridade militar, se dimittia de suas funções, e sobre essa autoridade, deixava a responsabilidade das consequencias; ou se essa coragem lhe faltava, tivesse ao menos a de emigrar em massa, immediatamente, para o reconcavo. Esta proposta atemorizou aos membros da junta. Um só delles, o illustrado padre José Carlos Pereira de Mello, a approvou e defendeu, dizendo que estava prompto a assignar a dissolução da junta, e proclamar os motivos dessa dissolução; e que se a junta decidisse o contrario, ou não quizesse emigrar para o reconcavo, elle o faria só, por sua conta, e sem perda de tempo; e se bem o disse, melhor o fez.

A dissolução da junta pelos meios indicados pelo Sr. Drummond, produziu grande effeito no reconcavo, e seria o desespero do partido portuguez. Era isso bastante para o Sr. Drummond insistir por ella: declarou então aos membros da junta, que elle ia convida-los pela imprensa a tomarem essa resolução, e que motivaria o seu convite apresentando a minuta da proclamação ou manifesto que elles deverião fazer e publicar.

O Sr. Drummond achou muita opposição da parte de algumas pessoas, e principalmente do Sr. Fran-

cisco Carneiro de Campos, a quem votava toda a consideração. Francisco Carneiro de Campos chegou a dizer ao Sr. Drummond, que se elle fizesse semelhante cousa, seria o mesmo que mata-lo; pois que cada um delles tinha já uma sentinella portugueza á porta da casa de sua residencia, e que a publicação pela imprensa de semelhante proclamação ou manifesto, seria o signal da carnificina.

O Sr. Drummond affligia-se muito com essas cousas, mas o seu dever como cidadão, fazendo callar quaesquer outras considerações, o impelia para diante, tendo em mira a emancipação de sua patria.

O Sr. Joaquim Carneiro de Campos, de quem o Sr. Drummond era hospede, sem ter a intelligencia de seu irmão o Sr. Francisco Carneiro de Campos, tinha a coragem que faltava a este, e por isto approvava o plano do Sr. Drummond.

Tres ou quatro dias se consumirão nesta negociação, e Francisco Carneiro, por fim já não ousava fallar ao Sr. Drummond, e nem ir a casa do irmão, só porque elle lá se achava, e temia que os seus planos fossem descobertos. Todavia o Sr. Drummond prevenio-o do dia em que o seu artigo appareceria no seu periodico *Constitucional*; e na vespera, á noite, ainda elle mandou sua sobrinha a Sra. D. Anna, filha de Joaquim Carneiro, que estava então em sua casa, para com supplicas demover o Sr. Drummond do seu proposito. O Sr. Montezuma já tinha partido para o reconcavo, e deixado a redacção do periodico *Constitucional*, que havia creado, a Corte-Real. As relações que o Sr. Drummond tinha com este sujeito, se estabelecerão após a sua chegada á Bahia. Era o *Constitucional* uma folha brasileira, que existia na Bahia, a que não faltava coragem, mas que trabalhava entre inimigos que tinham em suas mãos o poder, e a força. O artigo do Sr. Drummond, convidando a junta a dissolver-se e motivar esse acto pela coacção em que se achava, pela autoridade militar, appareceu, pois, nessa folha. Fez grande bulha, mas não produziu a carnificina que Francisco Carneiro receiava. A typographia onde se imprimia o *Constitucional*, soffreu alguma cousa, e Corte-Real teve de apressar a sua partida para o reconcavo, escapulindo pelo telhado daquelle estabelecimento, e o Sr. Drummond tambem achou prudente partir para o Rio de Janeiro, o que fez embarcando-se no brigue inglez *Tartar*. Elle possuia uma circular do Sr. Chamberlin, encarregado de negocios da Grã-Bretanha, na qual este illustre diplomata o recommendava á protecção dos agentes consulares, e dos commandantes e officiaes dos navios de guerra da Grã-Bretanha. Esta circular lhe foi mandada a Pernambuco pelo Sr. conselheiro José Bonifacio de Andrada e Silva, e muito lhe servio em mais de uma occasião. O Sr. Drummond em Pernambuco mostrou a circular ao Sr. Robert Tod, negociante inglez, e por este motivo recebeu daquelle cavalheiro importantes serviços.

O Sr. Drummond durante o tempo que esteve na Bahia, entreteve communicações secretas com o desembargador Gondim, com quem tinha amizade; recebendo as mais importantes informações, que deverião ser levadas, confidencialmente, ao conhecimento do ministro José Bonifacio, e das quaes muito dependião o bom resultado da causa publica.

O arsenal de marinha da Pernambuco, tinha então por intendente o capitão de mar e guerra

Tristão Pio dos Santos, de bastante intelligencia, porém homem de pouco juizo. Era natural do Brasil, e filho de pai portuguez e mãe brasileira, nascida na collônia do Sacramento, antes de passar esta para o dominio de Hespanha.

Tristão Pio, posto que ao serviço de Portugal, estava de coração votado a causa do Brasil, o que lhe faltava era saber dar conveniente direcção a essa sua boa vontade. Andava vacilante e irresoluto, e foi o Sr. Drummond quem o tirou deste estado, e o poz no bom caminho.

O Sr. Drummond ao partir, lhe facultou os meios de fugir para o Rio de Janeiro, á bordo do paquete inglez, e de deixar sua familia na Bahia, para ir depois. Esta separação era o que muito custava a Tristão, receioso de que a familia fosse maltratada, em consequencia da sua fuga, que equivalia aos olhos dos portuguezes, na sua qualidade de militar, a uma deserção. O receio era infundado, porque os portuguezes não se lembravam naquella occasião de odios e vinganças, e nem de fazer guerra ás mulheres. Na fuga, Tristão se dirigio tão mal, que chegou ao Rio de Janeiro, onde o Sr. Drummond já se achava, com a mesma roupa. Foi em casa do Sr. Drummond que elle mudou de facto, e foi com elle apresentar-se a José Bonifacio.

Tristão Pio dos Santos, como intendente da marinha, ao serviço de Portugal, na Bahia, fez o que pode no interesse do Brasil, servindo sem zelo e sem actividade. A necessidade de assim obrar o constrangia, muitas vezes em conversa com o Sr. Drummond, lamentou a sua posição. Tinha-se no arsenal, entre os proprios portuguezes alli empregados, formado certo partido, que reprovava tudo o que se fazia em Lisboa, e tudo o que se fazia no Rio de Janeiro. Era um partido que não queria nem a oppressão portugueza, e nem a independencia do Brasil; o que desejava era a união dos dous reinos, e tudo o que pudesse concorrer para essa união, era para elle não só o melhor, senão o mais justo. A gente envolvida nestes principios faltava zelo para o serviço em que estava empregada, e neste numero se contava o constructor do arsenal que era filho de Portugal, homem robusto e chão. A fragata *Constituição*, bom vaso de guerra, estava quasi acabada, e podia dentro em poucas semanas ser lançada ao mar, e como dest'arte ia augmentar-se a força maritima de Portugal, Tristão Pio dos Santos, fez tudo o que dependia d'elle para demorar o acabamento; mas isso não podia durar sempre, porque a occupação portugueza prolongava-se. Não podendo dar a fragata ao Brasil, julgou que era melhor destrui-la do que arma-la para nos fazer a guerra. Communicou a idéa que tinha a este respeito ao Sr. Drummond, mas era necessario a concurrencia do constructor, e este obstinadamente se oppoz a que se pozesse fogo ao navio, chegando a ameaçar, que denunciaria os autores, se porventura estes não cedessem do seu intento. Em vão se lhe mostrava, que o fogo não destruiria completamente a fragata, porque o arsenal trataria de acudir a tempo, que o que se pretendia era fazer-lhe algum damno, que precisasse de muito tempo para ser reparado, e que assim se tiraria a Portugal e ao Brasil, aquelle instrumento com o qual reciprocamente se farião mal. O constructor foi surdo a todos os argumentos, não consentindo que se destruísse ou fizesse damno á sua obra.

A fragata foi lançada ao mar, arinada, mas não

fez a guerra ao Brasil, porque a marinha portugueza foi para isso impotente.

As relações do Sr. Drummond com o general Madeira permanecerão na melhor intelligencia, até quasi ao fim da sua estada na Bahia, tornando-se então apparentes. Não aconteceu porém o mesmo com as que o Sr. Drummond mantinha com o coronel Pereira, e alguns outros officiaes, e principalmente com o Ruivo, commandante da legião lusitana. A desconfiança a respeito do nosso illustrado patricio, elles a traduzião já por factos; e, se não fôra a vigilante solicitude da Sra. D. Maria Joanna, o Sr. Drummond lhes teria cahido nas mãos, e teria sido remettido para Lisboa. Mas a suprema bondade de Deos havia determinado o contrario, porque o Sr. Drummond quando teve de ir para aquella capital, foi como ministro plenipotenciario do Imperio do Brasil, e não como criminoso.

O Sr. Drummond, seja dito de passagem, quando ministro do Brasil, em Portugal, recordando-se do bem que o tratou naquello tempo a Sra. D. Maria Joanna, teve occasião de prestar á sua filha D. Julia Candida, nascida no Brasil, bons serviços em uma complicada questão de inventario, por morte de um parente de quem era herdeira, na provincia de Traz os Montes. Tornemos á nossa narração.

#### O SR. DRUMMOND PROPÕE A' MULHER DO MADEIRA VANTAGENS PELO ACABAMENTO DA GUERRA

A Sra. D. Maria Joanna temia pela sorte de seu marido e lembrava-se com viva saudade de sua filha unica, que estava em Santa Catharina. Os seus desejos erão de ver seu marido sabir com honra da penosa situação em que se achava, e ir viver em companhia de sua filha. Algumas confidencias fez esta senhora ao Sr. Drummond, e este cavalleiro se animou a fazer-lhe uma proposta, declarando logo, que não estava para isso autorizado, mas que no caso de ser aceita, elle se obrigava a fazer tudo o que d'elle dependesse, para que o principe Regente a approvasse. Propoz que Madeira entregasse a cidade e expedisse a sua tropa para Portugal, ficando elle e os officiaes que elle quizesse no Brasil. Que se lhe daria o posto de tenente-general, e uma somma avultada para contentar a todos; e aos officiaes, que ficassem com elle, dar-se-hia um posto de accesso.

Esta proposta foi recebida melhor do que o Sr. Drummond esperava, e a Sra. D. Joanna ficou de sondar o animo de seu marido, posto duvidasse, desde logo, que elle aceitasse.

No dia seguinte participou ella ao Sr. Drummond, com demonstrações de muito pesar, que o marido a repellira, e pediu-lhe ao mesmo tempo que se abrisse elle proprio com seu marido sobre o assumpto, sem o menor receio, porque seu marido não era homem capaz de trahir a ninguem, quanto mais a seus amigos. Estas palavras da Sra. D. Maria Joanna, fizerão conceber ao Sr. Drummond a maior esperanza, e já lhe parecia que ia entrar no Rio de Janeiro levando a noticia da restauração da Bahia, devida ao seu zelo e patriotismo.

O Sr. Drummond, era então moço e entusiasmado pelas illusões proprias da sua idade. Não hesitou um instante, e nem reflectio nas consequencias: com uma segurança incrível, dirigio-se

ao general Madeira, e fez-lhe uma exposição summaria da situação presente, e das consequências mais ou menos proximas, que devido resultar della, e concluiu fazendo a sua proposja, nos mesmos termos em que já tinha feito á Sra. D. Maria Joanna, levando á maior altura o papel que a Divina Providencia tinha reservado a elle general, de ser o pacificador, entre Portugal e o Brasil.

O general Madeira ouviu tudo com ar sereno e modos pacificos. Agradeceu ao Sr. Drummond a confiança que nelle depositava, porque era necessario, dizia elle, que essa *confiança fosse illimitada* para lhe fazer semelhante proposta. «Que não se illudia; que conhecia perfeitamente que a posição em que se achava, era a de uma victima: que a contenda era entre o pai e o filho, que erão forçados a ella sem o quererem; e que elle Madeira, como instrumento obrigado, qualquer que fosse o resultado, havia de forçosamente succumbir: que era militar, estava no seu posto, e nelle aguardava o seu fim desastroso; mas que jámais fugiria da sua sorte, a custa da sua honra.» O general Madeira pareceu que vaticinava o seu fim, porque chegando á Lisboa, cahio no desagrado do rei e entrou para a prisão, onde esgotou a ultima gotta do calix da amargura.

Depois desta conferencia, observou o Sr. Drummond no general Madeira, alguma mudança, em se mostrar mais terno. Uma vez perguntou ao Sr. Drummond, «como era que elle conciliava a confiança que tinha nelle com a proposta que lhe havia feito.» Respondeu-lhe o Sr. Drummond: — Peço-lhe general, que se esqueça disto, como eu me esqueço, e supponhamos que nada se passou entre nós a tal respeito.

#### É NOMEADO JOÃO FELIX PARA COMMANDAR A ESQUADRA LUSITANA NA BAHIA

No dia 31 de Agosto de 1822 foi nomeado João Felix Pereira de Campos para commandar a esquadra lusitana nas aguas da Bahia, e para isto recebeu as seguintes instrucções, datadas de 12 de Agosto e um officio para o presidente e membros da junta da Bahia.

#### Nomeação de João Felix para commandante da esquadra na Bahia.

«Manda el-rei pela secretaria de Estado dos negocios da marinha prevenir ao chefe de divisão João Felix Pereira de Campos que na importante commissão de commandante em chefe da esquadra estacionada nas aguas da Bahia, para que houve por bem nomea-lo por carta regia da data de hoje, se regulará pelas instrucções seguintes:

«1.ª A esquadra deve considerar como estação propria as aguas da Bahia, e como sendo por principal objecto prestar apoio e protecção aos povos tranquillos da mesma provincia, assim de que nella se executem as leis que as cobres geraes e extraordinarias e constituintes da nação portugueza tem feito, e houverem de fazer; e se sustente a união do Brasil com Portugal, a despeito dos malevolos projectos de qualquer facção rebelde ou anarchica.

«2.ª Logo que chegar á Bahia, o commandante em chefe da esquadra, fazendo desembarcar a tropa expedicionaria, que vai comboyando, a entregará á disposiçào do actual governador das armas daquella provincia ou quem seu cargo servir em nome de el-rei o Sr. D. João VI, tomando commando geral de todas as embarcações de guerra que se estiverem na Bahia, e que em consequencia

das ordens expedidas a este respeito achar-se-ha a este respeito devem achar-se reunidas debaixo do commando do official de marinha de maior patente que alli houver.

«3.ª Se no commando de qualquer embarcação encontrar o commandante em chefe empregado algum official que não mereça inteira confiança, pode-lo-ha substituir provisoriamente pelo que julgue mais conveniente ao desempenho da commissão de que é responsavel.

«4.ª Se na sua viagem, ou depois de chegar á Bahia encontrar embarcação de guerra portugueza que não tenha sahido dos portos de Portugal, nem legalisar que por ordem expressa navega para elles em nome de Sua Magestade ordenará ao seu respectivo commandante que se reúna á esquadra e fique fazendo parte della; e no caso delle se recusar a isso, declarar-lhe-ha, que tanto elle como os seus officiaes serão tratados como rebeldes, se assim o não praticarem, e os esforçará a entrarem debaixo do seu commando.

«5.ª Se algumas das ditas embarcações levar o comboy tropas de desembarque, o commandante em chefe conduzirá todas á Bahia, onde as porá ás ordens do governador actual da provincia, ou de quem seu cargo servir em nome de el-rei o que é conforme as instrucções, que para isso recebeu já em officio de 7 de Junho do presente anno, o mesmo governador.

«6.ª Logo que se achar estacionado nas aguas da Bahia entender-se-ha o commandante em chefe com daquella provincia, assim de auxiliarem reciprocamente em tudo quanto disser respeito a tranquillidade, e segurança assim da cidade, como da parte maritima do resto da mesma provincia.

«7.ª Sendo o principal objecto desta expedição a conservação da provincia da Bahia, como em ponto essencial para a conservação da tranquillidade do Brasil, e da sua adherencia ao governo de Portugal, com tudo, o commandante em chefe da esquadra prestará apoio, e protecção aos commandantes das outras provincias que assim lhe requererem, ou que elle entender que necessitam della, posto que, por impossibilidade lhe não seja requerido; não exceptuando a provincia de Angola, em protecção fór combinavel para o fim principal da segurança da Bahia.

«8.ª Para aquelle effeito se entenderá o commando em chefe da esquadra com o commandante da provincia da Bahia, ou com as autoridades que convier, e nella governarem em nome de Sua Magestade, no caso de ser preciso transportar alguma tropa no ponto em que reclamar a protecção conveniente.

«9.ª Não deve o commandante em chefe da esquadra reconhecer ou executar outras ordens que não sejam as de el-rei o Sr. D. João VI, e as do soberano congresso da nação, communicadas pelas secretarias de Estado competentes do reino de Portugal.

«10. Pelo que, se alguma autoridade pretender governar debaixo de outros principios que não sejam os acima ditos, o commandante em chefe entendendo-se com o da provincia, prenderá a referida autoridade, mandando-lhe-ha formar culpa, remettendo os culpados para Portugal; e procederá á sua substituição na forma que prescreverem as leis.

«11. No caso não esperado de que a sua chegada á Bahia, esta provincia ou outra, qualquer se ache destacada da obediencia a Portugal, o commandante empregará todos os meios que forem conducentes para esse fim, protegendo o embarque das pessoas, propriedades e officios das que assim lhe requererem, e quizerem sahir do paiz.

«12. Devendo a esquadra ser provida e paga á custa das provincias cuja tranquillidade é destinada a proteger deverá o commandante em chefe nos casos extraordinarios lançar mão de todos os recursos que a necessidade justificar ficando na intelligencia de que as juntas das provincias do Espirito Santo, Bahia, Pernambuco, Parahyba do Norte, Piahy, Ceará, Rio Grande do Norte, e Maranhão se expdem a este effeito as ordens necessarias.

«13. Se o commandante em chefe da esquadra não poder desembarcar a tropa do seu comboy na Bahia, pelo



estado em que possa achar aquella provincia, e pelas mesmas razões não julgar conveniente mandar desembarcar a tropa na provincia do Maranhão, deixando com ella os navios pequenos de guerra, e regressando com as grandes para este porto de Lisboa.

« 14. O disposto nestas instrucções serão applicaveis sómente á provincia do Espirito Santo e a todas as outras que desde daquelle ponto correm para o norte.

« Palacio de Queluz em 12 de Agosto de 1822. »

« Presidente e mais pessoas que compoem a junta provisoria do governo da Bahia.—Eu el-rei vos envio muito saudar. Requerendo o bem publico do reino-unido de Portugal, Brasil e Algarves, que nas aguas da Bahia se estacione uma esquadra, destinada a prestar apoio, e a necessaria protecção aos povos tranquilos e pacificos ali moradores, além de que também, mantidos na devida observancia ás leis, que as côrtes geraes extraordinarias e constituintes da nação portugueza têm feito, e houverem de fazer, se conserve e sustente a união entre Portugal e Brasil, tão vantajosa á prosperidade e grandeza de todo o reino-unido portuguez, como indispensavel ao sossego e bem estar de todos os seus habitantes, houve por bem nomear commandante em chefe da dita esquadra a João Felix Pereira de Campos, chefe de divisão da armada nacional e real, ou outorgando-lhe, como tal, toda a autoridade e poderes, que são inherentes ao bom desempenho de semelhante commissão, podendo, em consequencia delles, reunir ao seu commando toda e qualquer embarcação de guerra portugueza que encontrar na sua viagem, ou ali se achar ao tempo da sua chegada, usando para esse fim dos meios que tiver á sua disposição, no caso, não esperado, que desobedeça ás instrucções que em meu real nome houver feito aos seus respectivos commandantes, podendo o mesmo chefe de divisão, para o efficaz desempenho do que vai encarregado, ordenar, requerer e deprecar de toda e qualquer autoridade civil ou militar, assim de terra, como de mar, pessoa publica ou particular, o auxilio, soccorro ou cooperação de que necessitar, o que tudo me pareceu participar-vos, esperando que tanto em commum na junta de governo, como cada um de vós em particular, bem como todas as mais autoridades estabelecidas na cidade e provincia da Bahia, assim como também todos os seus bons e leaes habitantes, que de modo algum se recusam; antes, do melhor animo e vontade se prestem a tudo que fór conducente a alcançar os importantes resultados que não expendidos, e por que tanto anhelão todos os que se prezão de pertencer á grande familia portugueza.

« Escripta no palacio de Queluz em 31 de Agosto de 1822. —Ru. »

João Felix Pereira de Campos era homem sem prestigio, e ignorante mesmo em materia de sua profissão, e por isso não executou as instrucções que recebeu, porque, se as observasse, chamaria o chefe de Lamare, commandante da esquadra brasileira, que arvorava naquella tempo a bandeira portugueza, para se pôr debaixo do seu commando.

Faria desembarcar na Bahia a tropa que levava a divisão do chefe de Lamare, e mandaria presos para Lisboa todos os que desobedeceassem ás suas ordens, prescriptas nas referidas instrucções. João Felix havia chegado á Bahia no dia 31 de Outubro; e como os periodicos da capital clamavam que se atacassem os pontos que obstavão as communicações com a povoação de Nazareth (hoje cidade), e outros do reconcavo, donde podião vir soccorros para mitigar a fome que já lavrava na cidade, e como, não obstante a grande força de que dispunha, Madeira se conservasse estacionario, sem que se atrevesse a atacar os pontos pretendidos do lugar, o general, Labatut em 23 de Dezembro de 1822, dirigio a João Felix o seguinte convite :

« Ilm. e Exm. Sr.—Como sempre o conheci—cordato, humano e philosopho—ousei ir á sua presença, afim de lhe fazer as reflexões seguintes: o Brasil quiz ser livre e independente, e por isso acclamou como tal ao Sr. D. Pedro I: quem, pois, disputará a este grande paiz o direito que tem da natureza de constituir-se sobre si e de desligar-se de Portugal, pobre e pequeno, e sem forças para o sujeitar?

« V. Ex., que nelle tem vivido, sabe a vontade das minhas asserções; portanto, como conheço e sei que V. Ex. desap-

prova as impoliticas medidas do buçal Madeira, medidas luctuosas, filhas da sua ambição e maldade, por isso, em nome do Imperador, o solicito a passar-se para o serviço do Imperio brasileiro, desejando que os brasileiros não vejam desmentido o alto conceito que fazem dos seus talentos e virtudes.

« Resistir ao Brasil todo é ser insensato e falta de logica; seguir a sua marcha magestosa é ter razão, ser politico, reconhecer o seu bem estar e felicidade. Certo no seu caracter franco e de homem de bem, espero me responda. Breve chegou 2.000 mineiros e a grande esquadra do Rio. O Imperador lhe agradecerá, e levará em linha de conta serviços de tanta ponderação e momento, e o Brasil, agradecido, o collocará no numero dos seus almirantes e dignos defensores.

« Deus guarde a V. Ex. Quartel-general do Engenho-Novo, 22 de Dezembro de 1822.—Ilm. e Exm. Sr. chefe de divisão João Felix Pereira de Campos.—Labatut, general. »

Não consta que o convite acima tivesse resposta, e nem achei documento algum que me autorisasse a afirmar que João Felix propendesse em favor do Brasil.

DESORDENS EM S. PAULO EM 23 DE MAIO DE 1822, E EX-  
TRADIÇÃO DE MARTIM FRANCISCO DE ANDRADA

A ascensão do conselheiro José Bonifacio ao poder causou emulação aos ambiciosos do mundo, em S. Paulo, e desde logo appareceu a idéa de aggregar-se ao governo geral do paiz um corpo de consultores, servindo-lhe, como de conselheiros de Estado, com a opinião livre e sem responsabilidade; e para isto mandáram-se deputações populares ao governo provisorio e á camara municipal de S. Paulo, não só para semelhante criação(\*) como para a existencia de uma assembléa legislativa no Brasil.

O clero, que seguia as mesmas idéas, incutiu-as no animo do prelado paulistano; e o presidente da junta provisoria (Oyenhausen), bem que não partilhasse dos mesmos sentimentos, era assás reservado. A maior parte dos membros da junta governamental de S. Paulo, estava em opposição a Martim Francisco, porque este honrado cidadão embarçava os desmandos de seus collegas. Martim Francisco era severo na administração da junta e assás zeloso na fiscalisação dos dinheiros publicos, e extremo defensor das liberdades publicas do Brasil, e por isso arrostando a má vontade de seus collegas, sectarios acerrimos do absolutismo, que lhes favorecia os pro-vantes illicitos.

Por estes motivos a junta provisoria estava dividida em duas parcialidades: uma do presidente Oyenhausen e seus amigos; e outra de Martim Francisco e de seu amigo o brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão. Do lado do partido de Oyenhausen se achava o coronel Francisco Ignacio, que, bem que paulista de nascimento, tinha vivido longos annos em Portugal, e lhe tomado amor.

Era elle o commandante da força miliciana existente então em S. Paulo. Em S. Paulo havia dois partidos; um portuguez capitaneado por Oyenhausen, e outro popular que acompanhava a Martim Francisco, e por isso os negocios não corrião bem.

Sciante o Principe Regente do que se passava em S. Paulo, e que o presidente Oyenhausen estava coagido e vascilante entre os dois partidos, fez expedir, dois avisos pelo ministerio do reino, no dia

(\*) A criação dos procuradores geraes realizou-se em 2 de Junho, sendo eleitos, por S. Paulo, conselheiros, o desembargador Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira e o tenente-general Manoel Martins do Couto Reis.

10 de Maio, e no dia, 21 do mesmo mez, em que ordenava que se fizesse immediatamente partir para côrte o presidente Oyenhhausen e o ouvidor da camara José da Costa Carvalho.

Sendo lidos em sessão do dia 23 de Maio os mencionados avisos, sahio da cadeira presidencial Oyenhhausen, e foi substituido por Martim Francisco; e os partidarios do presidente Oyenhhausen julgando logo que tudo havia partido dos Andradas, immediatamente foi convocada a população da capital para se reunir no paço de S. Gonçalo ao signal da guarida da cadeia, e as 4 horas da tarde do dia 23, ouviu-se o toque da sineta e o dos tambores que percorrião as ruas tocando rebate, e correndo o povo ao quartel já alli achou formado um batalhão de 400 praças tendo a sua frente o brigadeiro Pinto e o coronel Francisco Alves; e ao cahir da noite partirão o povo e a tropa para o paço de S. Gonçalo.

Em presença deste alarma Martim Francisco acode a palacio, bem como os outros membros do governo e tomando a presidencia, sem fazer cabedal dos seus adversarios, obrigou a junta a esperar pelo resultado, mandando desde logo retirar a guarda para que não offendesse o povo e dar-lhe livre accesso; e no entanto, Francisco Ignacio, que era a alma daquelle movimento, invadindo, com José da Costa Carvalho o palacio, fingindo ignorar tudo, exproba ao coronel Martim Francisco, pela retirada da guarda e aconselha a resistencia ás ordens do príncipe.

As accusações de Francisco Ignacio forão levadas ao conhecimento da camara que se achava reunida.

E tomando Francisco Ignacio o commando da tropa, e a camara desprezando o que se dizia, medindo o alcance perigoso de uma revolução, mandou aos amotinados, o marechal Beauman e o coronel Castro; e ao governo, o seu procurador, para informa-lo da situação da capital; e como o governo não quizesse estar pela transacção, e nem se acobardasse em presença da força armada, então entrário em palacio e dissêrão que, o pensamento dominante era retirar do governo o coronel Martim Francisco e o brigadeiro Jordão, e depois da leitura da exposição da camara — respondeu Martim Francisco — que como o negocio era pessoal dava-se por demittido.

Não obstante, prenderão-no, e o deportarão para o Rio de Janeiro, e ao honrado brigadeiro Jordão para Santos.

Martim Francisco, logo depois que chegon á côrte foi nomendo ministro da fazenda.

*Vereança extraordinaria de 23 de Maio de 1822, feita a requerimento do povo e tropas da cidade de S. Paulo.*

« Aos 23 de Maio de 1822, nesta cidade de S. Paulo e casas da camara, paços do conselho della, onde forão vindos o juiz de fóra, pela lei presidente, o capitão Bento José Leite Penteado, os vereadores transactos capitães Antonio de Siqueira e Moraes, e Caetano Pinto-Homem, e o actual procurador, abaixo assignados, assistindo o povo e as tropas, pelos quaes forão convocados os ditos extraordinariamente; e, depois de ahí se acharem, pelo mesmo povo e tropas foi representado a esta camara o quanto era util a conservação do Exm. Sr. João Carlos Augusto de Oeynhhausen, presidente do governo provisório desta provincia, por chegar á noticia de todos que o mesmo se ausentava desta provincia por mandado de S. A. R. o Príncipe Real do reino-unido e regente deste reino do Brasil, e que igualmente era conveniente para socego desta provincia a deposição dos dous membros do mesmo governo, o secretario dos negocios do interior o coronel Martim Francisco Ribeiro de Andrada, e o brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão, ao que

accordou a camara dirigir ao mesmo Exm. governo o officio seguinte:

« Ilms. e Exms. Srs.—Achando-nos reunidos a instancias do povo e tropas, postados nesta praça, nos foi unanimemente representado que mui sizudamente requerião a conservação do Exm. Sr. João Carlos Augusto de Oeynhhausen, presidente deste governo, bem como a deposição do secretario dos negocios do interior o Sr. coronel Martim Francisco Ribeiro de Andrada, e igualmente do membro do mesmo governo o Sr. brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão, por serem ámbos perniciosos a esta provincia.

« A' vista do referido se servirão VV. EE. dar as providencias que julgarem mais acertadas, fazendo-nos a honra de participar-nos por nos arbar em sessão.

« Deos guarde a VV. EE. S. Paulo, em camara extraordinaria de 23 de Maio de 1822.—Ilms. e Exms. Srs. do governo provisório desta provincia.—Bento José Leite Penteado.—Antonio de Siqueira e Moraes.—Caetano Pinto Homem.—Luiz Manoel da Cunha Bastos. »

« Este officio, que a camara fez apresentar na forma acima ao mesmo Exm. governo por mim escrivão, foi respondido pela portaria seguinte:

« O governo provisório, em resposta ao officio de VV. SS., desta mesma data, declara que é um verdadeiro acto de desobediencia o deixar de cumprir as ordens de S. A. Real, assim como não é da sua competencia demittir os dous membros eleitos pelo povo, e sancionados pelo mesmo agosto de 1822. Senhor; mas os referidos membros, sabendo da vontade de nominada do povo e tropas, e desajando em tudo concorrer para o socego da provincia, e para que nenhuma vergonha ou macula sobre ella recaia, derão immediata e voluntariamente a sua demissão, e, para obter-se o mesmo fim, o Exm. Sr. presidente se obriga a ficar, o que tudo se participa a VV. SS. para sua intelligencia.

« Deos guarde a VV. SS. Palacio do governo de S. Paulo, de 23 de Maio de 1822.—João Carlos Augusto de Oeynhhausen, presidente.—Miguel José de Oliveira Pinto, secretario.—Daniel Pedro Müller.—Antonio Maria Quartim.—Francisco de Paula e Oliveira.—André da Silva Gomes.—João Ferreira de Oliveira Bueno.—Srs. juiz de fóra, pela lei presidente, e officiaes da camara desta cidade. »

« Sendo esta portaria apresentada, e lida nesta sessão por mim escrivão, foi deliberado que se fizesse publica ao povo e tropas que se achavão postados, o que foi por mim escrivão cumprido; e immediatamente pelo povo e tropas foi requerido se lavrasse de tudo o competente termo, bem como por parte da tropa foi protestado perante este senado contra a palavra —insubordinação—indicada na portaria aqui transcripta, porquanto protestava igualmente fazer vêr qual a sua conduda, que só tende a pôr em socego esta provincia, e mostrar quem são os perturbadores della.

« E que outrossim protestava mais a mesma tropa pelo insulto que soffreu o procurador desta camara, quando da parte da mesma camara, do povo e das tropas em companhia de mim escrivão, foi participar ao Exm. governo para concorrer ás casas desta camara, e que lhe foi respondido que o governo era superior a tudo, e que não vinha a esta camara; mas antes que as autoridades todas lhe erão subordinados, e que, portanto, devião concorrer ao palacio do governo, e que pessoa nenhuma de autoridade tivesse mais o desaforo de subir aquellas escadas, cujas palavras forão proferidas pelo secretario do mesmo Exm. governo o coronel Martim Francisco Ribeiro de Andrada, onde todos os mais membros do governo se achavão reunidos.

« A' vista de todo o expellido, a camara, o povo e tropas, acceitãrão a demissão dos dous membros, e mui positivamente a desceja conservação do Exm. Sr. presidente do governo.

« E para constar todo o referido, mandárho lavrar este termo de vereança em que esta camara, autoridades, povo e tropas presentes, assignárho; e eu João Nepomuceno de Almeida, escrivão da camara, que o escrevi.—Bento José Leite Penteado.—Antonio de Siqueira e Moraes.—Caetano Pinto Homem.—Luiz Manoel da Cunha Bastos. »

(Seguem-se mais 83 assignaturas.)

*Outro termo de vereança extraordinaria de 24 de Maio de 1822, a requerimento do povo e tropas, pelo qual fzerão o protesto seguinte.*

« Aos 24 de Maio de 1822, nesta cidade de S. Paulo e casas da camara, paços do conselho della, onde forão vindos o juiz de fóra, pela lei presidente, o capitão Bento José Leite Penteado, os vereadores transactos os capitães Caetano Pinto Homem e Antonio Cardoso Nogueira, por ausencia dos actuaes, e o actual procurador, abaixo assignados, para effeito da sessão extraordinaria, a requerimento do povo e tropas desta cidade, e em

acto da mesma foi dito pela tropa e povo, de common accordo; que elles se obrigavam pela sua conducta, e a conservar o socego publico desta provincia, e que o praticado por elles não foi por insubordinação nem revoltoso, como de alguma forma dá a entender o officio dos Exms. Srs. do governo, mas sim para que o povo e tropas possão levar á presença de S. A. Real, sem receio de violencia ou despotismo, tudo quanto fór a bem desta provincia, em beneficio dos cidadãos, até aqui opprimida quasi por espaço de um anno, e até fazendo-se leis arbitrarías, o que tudo protestão levar á presença de S. A. Real, como regente deste reino do Brasil, e a quem jurarão toda obediência, e no mesmo acto representá-lo que se rogasse ao Exm. governo provisório declarasse aos dous membros depostos que ficavão responsaveis por todo e qualquer movimento de inquietação e desasocego, que possa haver nesta cidade e provincia, motivados por elles ou seus sequazes, cujos motivos todos serão legalizados e postos na presença de S. A. Real. E por não haver mais que prover na presente sessão, mandarão lavar este termo, em que assigna a camara; e eu João Nepomuceno de Almeida, escrivão, o escrevi. — Penteado. — Nogueira. — Pinto. — Bastos.

(Seguem-se 105 assignaturas.)

« Está conforme. — O escrivão da camara, João Nepomuceno de Almeida. »

#### *Representação contra Martim Francisco.*

« Senhor. — O povo e tropa da cidade de S. Paulo, não podendo soffrer por mais tempo o orgulho, despotismo e arbitrariedades do coronel Martim Francisco Ribeiro de Andrada<sup>(\*)</sup>, no dia 23 do corrente Maio tomou a nobre resolução de acudir o jugo desse mão paulista, depondo-o do lugar de secretario e membro do governo provisório desta provincia, e juntamente ao brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão, seu socio nos crimes.

« O povo de S. Paulo soffria destes dous homens, que, desgraçadamente, haviam aliciado maioridade de votos no governo, que todas as cousas fossem ditadas e feitas a prazer de seus caprichos, para esmagarem os que lhes não erão affligados, ou por honrados os não coadjuvavão em seus intentos.

« Via as autoridades de todas as classes insultadas em suas pessoas, com perigosissimo exemplo, invadidas em suas jurisdicções, com evidente estorvo da recta administração da justiça e menoscabo das leis. No governo, por voto do sobredito ex-secretario e seus illudidos parciaes, se julgáron causas civis, já prevenidas no fóro contencioso; mandáron-se suspender execuções de sentenças, soltar presos com culpa formada, prender outros arbitrariamente, dar baixa na culpa de clérigos criminosos, cujo livramento pendia ordinaria e regularmente, só porquẽ amontoando crimes sobre crimes, estes não denunciarem cidadãos pacíficos e de probidade, que não erão panegyristas das absolutas do mencionado secretario.

« Quando, real Senhor, alguns dos membros do governo se queria oppór a tão arbitrarías resoluções, até chegavão a ferver na bocca daquelle soberbo as ameaças, e deixava, como muitas vezes deixou, para outras occasiões serem decididos, quando estivessem mais alguns membros do seu partido, ou faltasse algum mais prudente e justo, negocios que a pluralidade de votos havia já decidido.

« Os povos desta provincia, naturalmente pacíficos e amadores da ordem, pretendêron livrar-se deste seu ingrato compatriota, fazendo-o útil a si e á sua patria, reprimido pela presença e vigilancia de V. A. Real, sendo nomeado procurador desta provincia, mas este fructo da vontade e pensar geral apenas foi sonhado para logo o mais vergenhoso suborno foi posto em pratica, com temor de largar o sceptro de ferro com que esmagava seus patrióticos, que tanto o haviam animado. Que vileza! Que ingravidão!

« Para melhor exercitar suas tyrannias, sendo reprimido algumas vezes na carreira dellas pelo commandante da força armada, o coronel Francisco Ignacio de Souza e Queiroz, tentou depô-lo e elevar a este lugar um, que, por ligações com o seu consocio Jordão, e por outros motivos particulares, que por injuriosos se callão, lhe prometteu completa coadjuvação em seus manejos terríveis.

« Sendo fertil em recursos oppressores, mas não tendo possibilidades para os poder manter com forças pecuniarias quando as circumstancias o exigissem, ligou-se com o brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão, que indevidamente occupa todos os lugares mais importantes e responsaveis da junta e thesouro desta provincia, e nelles opprime despiadamemente seus concidadãos, exercitando sua pessima indole, bem conhecida por

todos; e assim, amparados um pelo outro, tentáron, e por muito tempo conseguirão, seus pessimos desígnios.

« Ultimamente, como o conselheiro João Carlos Augusto d'Ocynhausen, actual presidente deste governo, fosse a mais forte barreira a seus attentados, procurou o ex-secretario cavilosamente, e alcançou (bem claros os motivos e via), uma portaria que mandou immediatamente recolher a essa corte o dito conselheiro.

« Esta noticia foi espalhada pela uma hora da tarde do dia 23 do corrente, e com a brevidade do relampago conhecêron todos os paulistas a illusão em que estava V. A. Real, qual o autor desta portaria, e o risco que todos corrião sem o escudo de suas innocencias, e virão no mesmo momento exultar meia duzia de pessimos homens, e aberto o abysmo debaixo dos pés dos habitantes honrados desta cidade. Representar era o mais proprio de portuguezes; porém a mais pequena reflexão foi sufficientissima para todos vêrem que baldado seria este meio, porque acharia invenciveis estorvos preparados pela intriga, em optimas circumstancias de se aproveitar, e que nunca chegáron nossas queixas e suspiros á presença de V. A. Real.

« O mesmo pensamento, a mesma resolução, se apoderou ao mesmo tempo de todos os bons paulistas, que, ás 4 horas da mesma tarde, se apresentáron na praça de S. Gonçalo, e, como cidadãos livres, convocados as autoridades, requerêron a conservação do conselheiro João Carlos Augusto d'Ocynhausen, e a deposição immediata dos dous autores de seus males.

« O maior socego, a melhor ordem, presidirão a este acto, e o maior socego, a melhor ordem e geral contentamento, têm sido a digna partilha do povo desta cidade desde aquelle memoravel dia.

« O crime, que é o maior inimigo de si mesmo, cada vez mais tem justificado nossos procedimentos, porque, sendo enviado da parte da camara, a pedido do povo e tropa, o procurador da mesma ao governo, para representar-lhe a vontade do povo e tropa, o coronel Martim, sem previa e necessaria deliberação do governo, com injuriosas palavras, maltratou o procurador, e na pessoa delle todo o povo e tropa, cujo representante era, manifestando assim a feridade e impudencia de sua alma, desattento um povo, que em governo constitucional goza de supremos direitos; mas elle já se havia preparado para este insulto, maltratando o official da guarda e ameaçando-o para cumprir seu dever, pondo-se em armas quando ouvio tocar rebate.

« Tentou este mesmo homem, mandando emissarios a diversas villas desta provincia, sublevar o povo dellas para lhe tornarem a entregar a mal obtida autoridade de que tanto abusara, tendo em nenhuma monta o sangue de seus concidadãos, as desgraças e horrores, que seriam consequencia deste attentado, se não fosse felizmente uma só a opinião de todos os paulistas contra seus verdugos.

« O povo e tropa de S. Paulo, que tem sempre dado sobejas e decisivas provas de amor, lealdade submissão e respeito a seus augustissimos monarchas; que ouvio com prazer e enthusiasmo o grito de liberdade; que, conhecendo as verdadeiramente reaes virtudes de V. A. Real, acolhendo em seu coração, o reconheceu desde o primeiro momento por seu legitimo regente; que, obedecendo ao simples aceno de V. A. Real, se prestou generoso, com indiziveis incommodos, em auxilio da justissima causa de V. A. Real; este mesmo povo e tropa, real Senhor, é quem hoje implora submisso inteira approvação de quanto praticára, com toda a justiça, no dia 23 do corrente Maio; esperancados e já certos nesta graça, protestão a V. A. Real a maior adhesão, o mais cordial affecto e obediência, affirmando ao mesmo tempo, e jurando por tudo quanto ha de mais sagrado nos céos e na terra, que desgraçada vai ser esta provincia, vai ser victima talvez da anarchia e dos horrores da guerra civil, se V. A. Real, prudente e justo, não annuir á nossa representação e ás nossas supplicas, cujos fundamentos se offerecem a provar pelos meios legaes, que V. A. Real julgar mais adequado. S. Paulo, 30 de Maio de 1822. — Matheus, bispo. »

(Seguem-se numerosas assignaturas.)

« Senhor. — A camara da cidade de S. Paulo tem a honra de levar á presença de V. A. Real os termos das vereações extraordinarias dos dias 25 e 26 de Maio proximo passado, e a representá-lo do povo e tropa desta cidade, e unir a ella os seus votos. Os successos do dia 23 de Maio e os motivos delles vão agora ser patentes a V. A. Real, para que, instruido da verdade, melhor sinta a justiça com que procedêron os habitantes dessa cidade, e a razão por que a camara della annuo a seus desejos, posto que não legalmente, isto é, posto que exprimidos por outra via, que não era a da representação, mas a unica que o momento permitia, e que a felicidade da patria fazia indispensavel.

(\*) Prescindindo de opiniões de partido, Martim Francisco Ribeiro de Andrada era o typo da honra, e um dos melhores estadistas de seu tempo.



« O coronel Martim Francisco Ribeiro de Andrada tinha formado, e em grande parte já posto em pratica o terrível plano de ser absoluto nesta cidade e provincia, servindo-lhe de degrão á sua elevação todos os homens de bem, que, seguindo a honra, fleis ao juramento que derão, detestavam o despotismo, e cordialmente amavam a constituição e o principe que a jurára; tentou reduzir, e quasi que o conseguiu, o governo ao seu unico voto, ás suas paixões: os seus amigos, que desgraçadamente erão o refugio da sociedade, os seus parentes, que sempre forão em todos os tempos mãos cidadãos e pessimos subditos, como é patente a todos, erão só estes os contentes, porque todos os maís lhes erão sacrificados para que o máo partido engrossasse, a tyrannia crescesse, e quando fosse occasião talvez nem Vossa Alteza mesmo fosse poupado á sua ambição.

« A justissima queixa de todas as autoridades, desatendidas a cada momento por este homem, ajudado pelo brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão e alguns outros illudidos, mas não máos, e, emfim, o clamor geral, Jerão motivo a que no dia 23 de Maio, tendo-se divulgado a noticia de que, atraçoada e cavilosamente, o coronel Martim tinha alcançado que fosse chamado á cõrte o conselheiro João Carlos Augusto d'Oeynhausien, forte antemural a seus despotismos e conservador da tranquillidade desta provincia, por sua prudencia, por seus conhecimentos na arte de governar povos brasileiros; o povo e tropa de S. Paulo, reunindo-se na praça de S. Gonçalo, convocou esta camara, e lhe requereu representase ao governo e exigisse delle a persistencia do conselheiro João Carlos nesta cidade, e a deposição immediata dos dous membros do governo, o coronel Martim e brigadeiro Jordão.

« A camara, vendo o numero de cidadãos reunidos, a qualidade delles, a boa ordem e unanimidade, com que representavão, tomou em consideração sua representação, e achando verdadeiros os motivos della por serem muitos dos factos presenciados por seus proprios membros, outros acontecidos com elles proprios, e o resto publico e notorio, com geral indignação, notando máis que se não attentava contra o governo estabelecido e approvado por V. A. Real, isto é, que se não destruiu a pessoa moral em quem residia uma porção do poder executivo, mas que unicamente se tirava desse todo uma parte infectada, que não constituia a sua essencia, pois que se não acha determinado o numero de homens que devem compôr esta parte executiva; e, tirados elles, inda restava neste governo maior numero de votos do que prudente e sabiamente tem determinado o soberano congresso para os governos provinciaes, nenhuma duvida teve em representar ao governo, o qual, apesar do furor e crimes até naquella occasião commettidos pelo coronel Martim, annuo á supplica, que pelo seu povo representado fazia esta camara, e logo foi declarado pelo dito governo a persistencia do conselheiro João Carlos, e a deposição do coronel Martim e brigadeiro Jordão.

« A ordem, o socego, a subordinação, que reinárão no povo e tropa durante todo este tempo: as geraes, publicas, e muito máis que ordinarias, demonstrações de contentamento, fizerão ter a esta camara a ultima evidencia da justiça dos passos que havia dado, e conceber desde logo mui bem fundadas esperanças de que V. A. Real, instruido da verdade deste successo, annuiria aos rogos do benemerito, e sempre leal povo e tropa desta cidade, aos quaes se une inseparavelmente esta camara, rogando a V. A. Real humildemente inteira approvação a quanto se praticou.

« Apesar de que estão pacíficos os animos, apesar da dorlidade deste povo, a camara julga do seu dever representar a V. A. Real, que, para dar estabilidade á sua ventura, para remover desconfianças, para cerccear partidos, e para havermos uma marcha constitucional e de unio com Portugal, visto estarem removidos os inconvenientes do decreto de 29 de Setembro de 1821, que mandava instalar os governos no Brasil, e contra o qual esta camara representou, como devia, haja por bem mandar instalar o governo provincial do modo prescripto ultimamente pelas cõrtes.

« Se a camara julgasse necessario para mover V. A. Real a um acto de justiça, se julgasse precioso para pehorar o magnanimo, prudente e virtuoso coração de Vossa Alteza, empenhar todos os importantes serviços, que ella tem feito á nação e aos seus augustos soberanos, dignos progenitores de Vossa Alteza; ella, real Senhor, o faria, protestando, como sempre, lealdade e respeito á augusta casa de Bragança, obediencia ao soberano congresso, e ardentissimos desejos de confraternidade e unio com seus irmãos de Portugal; mas está certissima de que máis não é necessario do que a justiça com que a justiça com que roga a um principe, como V. A. Real, a quem Deos guarde e felicite por dilatados annos, como nos é mister.

« S. Paulo, em camara de 4 de Junho de 1822.—Manoel Lopes Guimarães, presidente.—Antonio de Siqueira e Moraes.—Caetano Pinto Homem.—Antonio Cardoso Nogueira.—Luiz Manoel da Cunha Bastos. »

« Senhor.—No dia 25 do corrente enviou a camara desta cidade a este governo o auto de veneração, que vai por copia, do qual se fez participante ao coronel Martim Francisco Ribeiro de Andrada e brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão; e parecendo que, em consequencia desta medida, ficarião tranquilos os animos dos habitantes desta capital, acontece que na sessão de hoje foi apresentada a representação do povo e tropa, que se envia por copia; o governo a fez immediatamente constar ao dito coronel Martim Francisco Ribeiro de Andrada, o qual, annuindo ao que nella se exigio, deve amanhã partir desta cidade para essa cõrte; e, julgando este governo ser da maior urgencia dar parte disto, leva este officio á presenca de V. A. Real, para que ao facto dos acontecimentos occorrentes se digne dar as providencias que julgar adequadas, podendo V. A. Real ficar seguro de que este governo se interessa cada vez máis em manter o socego desta provincia.

« A augusta pessoa de V. A. Real guarde Deos muitos annos. Palacio do governo de S. Paulo, 29 de Maio de 1822.—João Carlos Augusto Oeynhausien, presidente.—Miguel José de Oliveira Pinto, secretario.—Daniel Pedro Müller, secretario.—Antonio Maria Quartim.—Francisco Ignacio de Souza e Craiveiros.—André da Silva Gomes. »

« Aos 24 dias do mez de Julho de 1822 compareceu em sessão do Exm. governo provisório desta provincia de S. Paulo o Sr. marechal de campo José Arochie de Toledo Rendou, nomeado por S. A. R. o Serenissimo Sr. Principe Regente e defensor perpetuo do Brasil para governador das armas interino da mesma provincia, chamado pelo Exm. governo por officio de 23 do mesmo mez para se lhe dar posse daquelle governo, em virtude da carta régia de 20 de Maio proximo passado, que lhe serve de titulo, já mandada cumprir desde 16 do corrente, e pelo mesmo Sr. marechal de campo foi dito em sessão que, reconhecendo e estando persuadido que as intenções do governo forão sempre executar a real determinação do mesmo augusto Senhor, e dar-lhe a determinada posse; todavia, elle, o Sr. marechal, a recusava tomar, e não queria encarregar-se do governo interino das armas; como já havia exposto no seu officio do dito dia 23 do corrente, pela notoria indisposição que a tropa mostrava a isso, de onde poderia resultar funestas consequências, para evitar as quaes acha elle ser máis interessante, e até necessario, que por ora se conserve o governo das armas interinamente entregue ao Exm. governo provisório, como até aqui, encarregando o mesmo governo a um official do contento da tropa, que a comande debaixo das vistas e direcção do governo, no que assentou unanimemente.

« Outrosim, tendo requerido o Sr. marechal ao Exm. governo lhe dê a licença para retirar-se ao Rio de Janeiro, o governo, bem que não se ache autorizado para isso, comtudo conveio que não podia impedir o regresso de S. Ex., visto que não se havia realizado a posse que S. A. Real lhe mandou dar, e pelos ponderosos motivos que máis expoz o mencionado Sr. marechal, o que protesta fazer ver a S. A. Real, que o governo só deseja acerta e cumprir suas determinações.

« E de tudo se mandou lavrar termo para ser presente a S. A. Real o prompto cumprimento que o governo dava ás suas ordens, e o motivo por que ellas não podem ser



agora executadas, e se ordenou que ao mesmo Sr. marechal se dê um traslado deste termo, assignado por todo o governo. Eu Manoel da Cunha de Azeredo Coutinho Souza Chichorro, secretario do governo para o expediente geral, o fez escrever.—Miguel José de Oliveira Pinto, presidente interino.—Daniel Pedro Müller, secretario.—Francisco Ignacio de Souza Queiroz.—Francisco de Paula e Oliveira.—André da Silva Gomes.—Antonio Maria Quartim.—José Aroche de Toledo Rendon.

« No impedimento do secretario do expediente.—José Mathias Ferreira de Abreu. »

« Senhor.—O senado da camara, povo e tropa da villa de Curitiba, com o mais profundo respeito e sentimentos de amor, fidelidade e agradecimento, levão á augusta presença de V. A. Real os justos deveres de sua gratidão por tão santa e heroica resolução de annuir ás supplicas das provincias colligadas, e ficar no Brasil, como solido marmore e nosso defensor perpetuo.

« Ah, Senhor! uma tão justa deliberação para nossa felicidade, umas medidas tão prudentes, uma idéa tão solida e preclara, onde, onde se encontraria se não fora no magestoso coração de um heroe, cujo venturoso nome se faz hoje conhecido pelo mais valoroso e idolatrado principe do universo, que, na primavera de seus annos, toma a si os votos do Brasil e jura ser seu defensor perpetuo.

« Senhor, estas memorias despertão os nossos sentimentos e dos povos, e inunda-os de tanto entusiasmo, que todos em torno procurão o imperioso throno, protestando a V. A. Real por suas pessoas e seu sangue, de ajudarem a tecer o louro de gloria, que se prepara para o mais amado e o melhor dos principes.

« Duplicados agradecimentos rendemos a V. A. Real por dignar-se aceitar no feliz dia 3 de Junho preterito, ás instancias dos povos, para que se installasse a assemblea geral e constituinte das provincias nesta capital do Rio de Janeiro, para nosso centro commun e segurança publica. Novos impulsos de satisfação nos reanimão, e, cercados com o mais alto prazer, rendemos as graças ao Todo-Poderoso por ter conferido na augusta pessoa de V. A. Real o reguro interprete do povo brasiliense, unica esperança, unico remedio dos males que nos ameaçava.

« Nós ratificamos ao mesmo Deos nossas preces para que se digne prosperar os annos venturosos de V. A. Real, nosso defensor perpetuo deste vasto e riquissimo reino do Brasil, e de el-rei constitucional o Sr. D. João VI, seu augusto pai, o da Serenissima Princeza Real, e da conservação e respeito á assemblea geral, e para que seja sempre perduravel a união do Brasil com Portugal.

« Villa de Curitiba, em vereação de 3 de Agosto de 1822. Deos guarde a Vossa Alteza por muitos annos. De V. A. Real os mais humildes e fieis subditos.—Ignacio Lustosa de Andrade.—Joaquim dos Anjos Pereira.—José Pinto Ribeiro Nunes.—Antonio José de Freitas Saldaña.—João Baptista Teixeira. »

#### *Termo de vereação extraordinaria.*

« Aos 7 dias do mez de Agosto de 1822 annos, nesta villa de Itú, cabeça de comarca e paço do conselho, onde vierão o juiz presidente e officiaes da camara abaixo assignados; e sendo ahi, em acto de vereação, concorreu a nobreza e povo, e as autoridades, e, na presença de todos, pelo procurador eleito Francisco de Paula Souza e Mello forão propostos varios objectos a bem do serviço nacional e utilidade da patria, o entrando em consulta geral, por todos unanimemente foi accordado o seguinte:

« 1.º Que, como a urgencia dos negocios insta já e já a se darem providencias do momento, se desse ao procurador nomeado o poder necessario de ser o movel das operações da villa, ficando desde já todas as autoridades centralisadas no mesmo, para delle e por elle haver a necessaria rapidez da marcha publica.

« 2.º Que, logo que estivessem reunidos nesta villa dous procuradores, se installasse a junta, aggregando-se-lhe temporariamente o supplente de cada villa para já, até que estejam reunidos tres proprietarios.

« 3.º Que a junta immediatamente organiso e apresente o plano de suas attribuições e de sua marcha, e que este seja já observado interinamente até a necessaria approvação do povo, depois da qual prestarão os necessarios juramentos.

« 4.º Que o povo confira poderes á junta para escolher e ter um secretario com voto, qual melhor lhe parecer.

« 5.º Que se vejam cidadãos ricos, que emprestem dinheiro a juros ou por compras de assucars, até que se organiso o plano de dinheiros publicos, a que se obrigo o cidadão Salvador Pereira de Almeida, a quem se derão muitos louvores e vivas pelo seu zelo e patriotismo, e ficou elle mesmo thesoureiro.

« 6.º Que esta acta se remetta ás camaras das villas colligadas para sua intelligencia.

« E para de tudo constar mandarão lavrar o presente termo, em que todos se assignarão, o eu José Mendes Ferraz, escrivão da camara, que o escrevi (Assignou a camara, nobreza e povo). Está conforme ao seu original. O escrivão da camara.—José Mendes Ferraz. »

« Senhor.—Com o mais profundo respeito se dirige ao throno de V. A. Real o tenente-coronel commandante Pedro José de Brito Caminha a dar parte dos acontecimentos, que têm tido lugar nesta villa, em consequencia dos factos de 23 de Maio, da capital, e seguintes.

« Logo que se desenvolveu da maneira a mais energica nesta villa o espirito da indignação e furia, contra a facção da capital, e da mais decidida, inabalavel e enthuistica fidelidade, obediência e gratidão a V. A. Real, procurei de minha parte manter a ordem e tomar medidas para o que fosse mister a bem do serviço de Vossa Alteza.

« Assim que constou nesta a vinda dos marechaes Aroche e Candido, á capital, e os factos que sobrevierão então, tomando esta camara suas medidas, eu promptamente annui ao que ella lembrava, como possuido dos mesmos sentimentos; até passei a officiar ao dito marechal Aroche que eu e todo o meu regimento estavamos promptos a sacrificar a propria vida a bem da casa de Vossa Alteza.

« Logo depois, querendo-se nesta um destacamento para manter a ordem, e servir de ponto de reunião a futuras forças quando fossem necessarias, annui igualmente com gosto, e aprontei-o, recusando sempre remetter á capital o destacamento, não só por concordar com a camara, como temendo avultar a facção da capital, mas remettendo ao governo os officios da camara.

« No dia 3 do corrente, emfim, veio o sargento-mór Francisco de Paula Macedo, com ordens do governo para que eu, com o destacamento, immediata e impreterivelmente, partissimos já á capital; mas eu, ligado pela responsabilidade, pelo socoço publico, a V. A. Real, por officios da camara e pelo meu dever, respondi que não podia annuir áquelle prudente mando, não só porque produziria desordem e motim nesta, como principalmente porque em consequencia do real decreto de V. A. Real, de 25 de Junho, eu me julgava sem obrigação de obedecer-lhe, mórmente em o objecto que directamente era contrario á causa de Vossa Alteza.

« Acrescia, Senhor, que aquella missão se dizia sinistra e ter fins occultos, o que se cria; porque, sendo aquelle major o deste regimento ha tantos annos, nunca residio nesta, e só agora vinha a tal fim, e a tomar posse do commando, e tanto mais porque elle foi um dos mais descarados bernadistas, e além disto execrado na opinião publica.

« O povo desta, desesperado, reunindo-se junto á minha casa, respeitou-me e attendeu-me; mas logo que vio o dito major longe della, começou a exproba-lo fóra da villa, entre alaridos e gritos, sem, porém, o offenderem, e terminando em gostosos vivas a Vossa Alteza.

« Electrisado então no maior grão o espirito publico, e requerido eu pela camara e povo, tenho dado todas as providencias para a defesa e segurança de Vossa Alteza, esperando as positivas ordens de Vossa Alteza por quem,

repito, estou prompto e promptissimo a derramar o sangue e perder a propria vida.

« A augusta pessoa de V. A. Real guarde Deus por muitos annos, como nos e mister. Quartel de Itú, 11 de Agosto de 1822. De V. A. Real subdito o mais obediente e fiel.—Pedro José de Brito Caminha, tenente-coronel. »

« Manda S. A. Real o Principe Regente, pela secretaria de Estado interina, communicar ao tenente-coronel Pedro José de Brito Caminha, que lhe foi presente a sua participação de 11 do corrente, na qual expressa, com o maior enthusiasmo, seus patrioticos sentimentos pela união brasileira, amor e obediencia a S. A. Real.

« Ha por bem o mesmo Senhor agradecer-lhe serviços tão relevantes, de que nunca se esquecerá, esperando ao mesmo tempo que continue a presta-los para o futuro; e outrossim ordena que, enquanto o novo governo de toda a provincia não estiver installado, se dirija em tudo que for de serviço nacional directamente á sua real pessoa, aonde quer que estiver. Paço de Tanhaté, 21 de Agosto de 1822. Assignado)—Luiz de Saldanha da Gama.

« Está conforme.—João de Carvalho Raposo. »

« Senhor.—No momento que espalhou-se nesta real villa a desastrosa noticia de que os facciosos de S. Paulo, saltando as barreiras da gratidão e do dever, commetterão no dia 23 de Maio o mais abominavel dos attentados, desobedecendo aos sagrados decretos de Vossa Alteza, e lançando fóra com ignominia os mais illustres dos deputados do governo, persuadi-me que aquella sedição fóra a obra da tropa e população da cidade, e, portanto, continuei a prestar obediencia ao governo; mas quando, com dór de meu coração, cheguei a conhecer que a tropa e povo, seduzidos por mão occulta, romperão naquella abominavel excesso de loucura, então conjunctamente com a camara desta villa tivemos a honra de participar a Vossa Alteza nossa submissão, e a nenhuma pelo que tivemos na desorientação da capital, cujo proceder detestavamos.

« Então tambem a briosa villa de Itú promoveu os meios de obstar o arbitrario proceder da capital, não se prestando a engrossar a força militar que ella exigia. Daqui nasceu o boato que os daquela villa se propunhão installar outro governo provisorio interino.

« Não pude accommodar-me a semelhante marcha, e menos que os habitantes de Itú, distinctos pelo seu patriotismo e probidade, houvessem de tomar uma medida, cujas funestas consequencias irião pôr a provincia em nova combustão; mas quando soube pelo padre José Francisco Aranha, enviado desta camara e povo para tratar com a de Itú os prudentes meios de salvar a provincia dos horrores da anarchia, que os briosos ituanos, longe de ambicionar a autoridade do governo, só querem tratar da causa do Brasil e de Vossa Alteza, formando um centro geral de operações na comarca, ate que legalmente entre em exercicio o novo governo provincial, que, por decreto de Vossa Alteza, eleger-se, sendo as unicas attribuições daquella dito centro tomar a seu cargo a salvação da provincia, vigiar sobre a obediencia e fidelidade devida a Vossa Alteza, e cooperar para consolidar o restabelecimento do perdido socorro e bem ser da capital, e reunir a provincia dividida em retalhos.

« A vista destas medidas, que me parecêrão tão prudentes e accommodadas ás necessidades presentes, convoco com enthusiasmo o povo, e em assembleia geral desta villa, presidida pela camara no dia 15 deste mez, declaramos nullo e cassado o governo da capital, porque assim entendemos o real decreto de 25 de Junho, protestando obedecer somente nas sobreditas attribuições ao centro de operações da villa de Itú, composto de um procurador de cada uma das villas unidas desta comarca, e de que passo immediatamente a dar conta a Vossa Alteza pelo mesmo enviado da camara e povo Reginaldo Antonio de Moraes Soller, para approvar, como esperamos, nossa conducta, filha unicamente de nosso zelo e fidelidade, a cujas sabias providencias nos sujeitamos e pedimos desde já perdão, se acaso o fervor de nosso zelo desagradou a

Vossa Alteza nesta marcha, que a necessidade de salvar a provincia da mancha de rebelião nos fez parecer indispensavel.

« Deus guarde a Vossa Alteza, como não mister seus mais fieis vassallos. Villa de S. Carlos, 18 de Agosto de 1822. Senhor, de V. A. Real o mais obediente e fiel vassallo.—João Francisco de Andrade, capitão-mór. »

« Manda S. A. Real o Principe Regente, pela secretaria de Estado interina, accusar ao capitão-mór João Francisco de Andrade, a recepção do seu officio de 18 de Agosto de 1822, e depois de lhe agradecer a sua conduta, filha de seu zelo e fidelidade, ordena que as medidas, que tomou a bem da união, fiquem de nenhum effeito, por que existe agora nesta provincia o chefe do poder executivo, a quem se deve dirigir, enquanto não se installa a nova junta provisoria, á qual, uma vez organizada com legalidade, deverá obedecer, como é de sua rigorosa obrigação. Paço de S. Paulo, 26 de Agosto de 1822. Assignado)—Luiz de Saldanha da Gama.

« Está conforme.—João de Carvalho Raposo. »

#### DIFFERENÇA CARACTERISTICA ENTRE MARTIM FRANCISCO E JOSÉ BONIFACIO DE ANDRADA E SILVA

A nomeação de Martim Francisco Ribeiro de Andrada no dia 4 de Julho de 1822 para o ministerio da fazenda foi occasião de engrossar a opposição, contra José Bonifacio.

A unica razão que se articulava, então, contra semelhante nomeação, era da existencia de 2 irmãos no ministerio e ficar assim o paiz entregue ao predomínio de uma familia. O caracter por extremo severo de Martim Francisco tambem contribuiu, com o correr do tempo, para augmentar a opposição. José Bonifacio, posto que, conservasse sempre no desenvolvimento de suas idéas um vigor pouco commum, era na execução dellas benevolente com os homens que elle tolerava, porque não os podia fazer melhores. Condescendia tambem, com o Principe todas as vezes que este queria cousa que não offendesse os principios cardiaes da governação do paiz. Era iracivel e flexivel ao mesmo tempo, segundo as circumstancias.

Martim Francisco, pelo contrario, não tinha consideração com ninguém; traçava uma linha recta que devia percorrer, quebrando todos os obstaculos que encontrasse no caminho, até chegar ao seu destino. Nem com o Principe admittia sahir desta regra, e não fazia-lhe a vontade na cousa mais insignificante, uma vez que não estivesse na rigorosa condicção da lei.

Definidos os caracteres dos 2 irmãos, facil é conhecer que a presença de Martim Francisco no ministerio devia causar alguma mudança, no sentido de maior autoridade, em todos os ramos da publica administração.

Martim Francisco, sendo mais moço e casado com uma sobrinha, filha de José Bonifacio, que elle mavaa ternamente, achou ainda mais por esta circumstancia, no animo de José Bonifacio, fazendo deste modo ainda mais evidente que os caracteres fortes são sempre dominadores. Por algum tempo Martim Francisco influio directamente na decisão de todos os negocios publicos.

#### MARTIM FRANCISCO NO MINISTERIO

Entrando Martim Francisco para o ministerio o seu primeiro cuidado foi restabelecer o credito do

thesouro publico, que estava perdido pela falta de cumprimento de palavra nas suas transacções, e o conseguiu perfeitamente.

Teve para isso á sua disposição o auxilio voluntario de todas as grandes casas de commercio da capital do Rio de Janeiro.

Querendo experimentar a altura a que tinha já chegado o credito do thesouro, dirigio nos negociantes e capitalistas desta praça a seguinte falla(\*):

« Senhores.—Quando um povo está resolvido a reasumir direitos que lhe usurpão; a conservar e defender preeminencias, dignidade e gozos que lhe contestão, e a quebrar ferros, bem que dourados, com que de novo o pretendem agrilhoar, deve, com todo o apuro e sem perda de tempo, começar a nova era da sua vida politica por uma legislação propria, que, transformando o berço do seu nascimento ou de sua adopção, de terra da escravidão em terra da liberdade, que, estabelecendo e firmando a sua sorte futura, lhe assigne lugar escolhido nos annos das nações bem constituidas; e para obtê-la é mister que, abundante de recursos e alhanadas todas as difficuldades, que hajão de estorva-lo ou empecê-lo na vereda da gloria que vai a trilhar, elle possa dizer aos inimigos internos: ou retirai-vos, ou eu vos punirei; aos inimigos externos: não vos temo; tenho força sufficiente para repellir vossas aggressões, justiça demasiada para ganhar amigos que protejão minha causa, e quando esta se decida contra mim, quero antes sepultar-me debaixo das ruínas de minha patria, do que viver escravo.

« Tal é, senhores, em resumo a situação do Brasil; sem duvida, para a continuação e remate de seus trabalhos, elle carece de alguns meios; porém estes serão abundantemente suppridos pelos energicos e heroicos sacrificios de seus habitantes, porque todo o homem livre sabe que a ultima gotta de seu sangue, o ultimo sopro de sua vitalidade inda pertence á patria.

« Seguro desta verdade, o joven heroe da nossa eschola, o perpetuo defensor da nossa liberdade, o grande e incomparavel Principe que nos rege, vendo o Brasil em algum perigo, e a assembléa constituinte e legislativa ainda não installada, persuadio-se que pelo menos agora só a elle devia competir o direito e a gloria de salva-lo, e para este fim julgou indispensavel abrir um emprestimo de quatrocentos contos (400:000\$) de réis, debaixo das condições que tenho a honra de apresentar-vos.

« Concorridos da necessidade, justiça e legalidade, que abonão este procedimento, e combinando vossas possibilidades com o vosso patriotismo, declarai, senhores, livremente o que podeis emprestar. Rio de Janeiro, 3 de Agosto de 1822.—Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

Sem a menor repugnancia da praça immediatamente conseguiu o emprestimo da quantia pedida com o juro de 5,1%; e ao saber do ministerio deixou esta quantia quasi intacta no thesouro publico.

Nas repartições fiscaes havia muita relaxação. Martim Francisco as reformou sem demittir ninguém. Fez de homens relaxados homens honrados e bons empregados; porém tudo isto elle conseguiu pelo medo que delle havia; porque todos estavam certos, que o que fosse apaubado em alguma velhacada seria um homem perdido para sempre. Os mais corrigirão-se e servirão bem; porque o temor os continha, mas por isso mesmo minarão surdamente contra a reputação do ministro.

Com a nova administração, e as medidas adequadas, que elle adoptou a receita do estado cresceu,

e chegou para fazer face ás despesas extraordinarias da época.

O thesouro estava reduzido aos rendimentos da provincia do Rio de Janeiro, porque nenhuma outra do Brasil, concorria então para ella. Pelo contrario o thesouro teve de soccorrer a todas que precisavão de soccorro para a despesa contra o inimigo commum. As rendas do Rio de Janeiro bem administradas bastarão para tudo.

Martim Francisco tinha por maxima pagar com exactidão e receber com pontualidade; com ninguém condecendia. No dia do vencimento forçava os devedores do estado a entrarem com os seus debitos para o thesouro publico.

Na classe dos devedores entrava pela maior parte a gente chamada grande do paiz. A esta gente era costume velho nunca se pedir pagamento do que devia.

Martim Francisco não exceptuou ninguém. Esta severidade aliás proveitosa chamou sobre o ministro o odio de muita gente. Martim Francisco foi muito perseguidor dos contrabandistas.

Abolio os dizimos, e creou a mesa das diversas rendas com o fim de augmentar os rendimentos do Estado.

Desde 1808 os metaes preciosos tinhão escasseado na circulação.

A moeda de cobre no ministerio de Martim Francisco adquerio azio sobre o papel do banco, e já estava com 25,1%; e estudando o ministro a causa, em vista desta escassez do cobre, veio no conhecimento que um rico taberneiro, conhecido por Alves de Carvalho, e outros de commum accordo, retiravão da circulação a moeda de cobre para subir o azio com a escassez della.

Mandou dar busca nas casas indicadas e encontrando nellas muitas caixas de assucar cheias de moedas de cobre, mandou fazer troco dellas ao publico, por bilhetes do banco sem agio algum, pelos agentes do governo.

A mesma quantia que se achava em cobre era entregue em papel a seus donos.

A medida foi geralmente approvada, porque, em casos taes, o publico olha mais para os fins, que para os meios.

Foi um despetismo salutar que as circumstancias do tempo sancionarão como legal. Isto prova que as cousas são boas ou más, não por si mesmas, mas segundo os tempos em que são feitas ou applicadas. Dependem dos homens.

E no entanto em 1867, no ministerio Zacarias, aconteceu a mesma escassez da moeda de cobre, a ponto de não haver trocos para as cousas mais insignificantes da vida domestica, havendo por isso diversas desordens entre o povo; e o ministro da fazenda, em vez de acudir ao mal, mandando emittir vales do thesouro de 50 e 100 rs., até a substituição da moeda de cobre, permittio, pela sua indifferença, que os taberneiros, quitandeiros, fregemoscas e até as mulhetes perdidas(!) emittissem vales de suas casas, como moeda corrente e legal, na capital do Imperio (\*) !!!

(\*) Um curioso, na praça do mercado, fez um quadro com 150 cartões dos circulantes, e com o numero das casas donde erão emittidos.

(\*) Autorizado pelo decreto de 30 de Julho de 1822.

**TOMÃO-SE PROVIDENCIAS SOBRE A IMPRENSA; E SÃO PUBLICADAS AS INSTRUÇÕES QUE DEVEM REGULAR AS ELEIÇÕES PARA DEPUTADOS À CONSTITUINTE.**

O Príncipe Regente, desejando dar liberdade ao pensamento do escriptor, porém sem os desmandos que ordinariamente acarretão as paixões, determinou que os escriptos que atacassem a vida privada dos cidadãos e conspirassem contra a ordem social, fossem responsabilizados. Bem como no dia 19 de Julho Sua Alteza Real fez publicar as instruções a que se refere o decreto de 5 de Junho do mesmo anno de 1822, que manda convocar a assembléa geral constituinte para o reino do Brasil; que foram recebidas com vivo agrado pelos amigos da independência do Brasil.

*Decreto modificando o figurino da libré dos criados da casa imperial do Brasil.*

« Sendo, além de dispendiosos, improprios para o clima do Brasil os uniformes de meus criados, hei por bem que, da data deste meu real decreto em diante, sejam os referidos uniformes regulados da maneira seguinte: as fardas pequenas se comporão de casaca verde, direita, mas não de corte; canhões e gola com bordadura do padrão antigo das fardas pequenas; calção, meias e collete branco; chapéo sem galão, presilha de ouro e espadim ao lado, com bordinha de cinto: as fardas grandes terão igual feitiço e bordadura do mesmo padrão; porém as nove casas dos botões da frente serão bordadas na mesma igualdade das dos canhões, além de outras nove casas que lhes correspondão em symetria na mesma frente, assim como uma pequena flor no fechar das abas, e o chapéo sem galão e plumas brancas.

« Os meus criados de galão de ouro não terão mais de uma farda, da mesma cor e feitiço, de canhões e gola de suas respectivas fardas pequenas; calção, meias e collete branco; espadim, e chapéo sem plumas nem galão, o que tudo se acha designado no figurino, que se fará publico a este respeito, podendo igualmente ser admittido o uso de botas e de calças brancas.

« José Bonifacio de Andrada e Silva, do meu conselho de Estado e do conselho de S. M. el-rei o Sr. D. João VI, ministro e secretario do Estado dos negocios do reino e estrangeiros, e que serve o cargo de meu mordomo-mór, o tenha assim entendido e faça executar. Paço, em 20 de Setembro de 1822. (Com a rubrica de S. A. o Príncipe Regente)—José Bonifacio de Andrada e Silva. »

#### O PRINCIPE REGENTE AOS BRASILEIROS

##### Proclamação.

« Brasileiros e amigos! — A nossa patria está ameaçada por facções; preparão-se ao longe ferros para lhe serem suas mãos agrilhoadas, e no tempo da liberdade!!! (Que desgraça!) E no meio destes apparatus proprios dos fracos e dos facciosos fazem-se introduzir no seu seio homens, que a estão atirando todos os dias e a todas as horas, apesar de, pela sua impostura, parecerem adherentes a causa da liberdade do Brasil e á sua independência, moderada pela união nacional, que tão cordialmente desejamos.

« Conheceí os terríveis monstros, que por todas as provincias estão semeados. O Brasil o sabe e lhes perdoo, e conhecei-os, não para os temer, mas os vigiar. Aconselhai aos que este systema não seguem que se retirem, porque o Brasil — não abraça senão a honra, unico alvo a que atira o unico distinctivo que distingue os seus filhos. Quem diz brasileiro, diz portuguez, e prouvera a

Deos que quem dissesse portuguez dissesse brasileiro. Firmeza, constancia e intrepidez na grande obra começada.

« Contai com o vosso defensor perpetuo, que ha de em desempenho da sua palavra, honra e amor do Brasil, dar a sua vida para que o Brasil nunca mais torne a ser nem colonia, nem escravo, e nelle existia um systema liberal, ditado pela prudencia, que tanto caracteriza a nossa amavel patria. Viva el-rei constitucional o Sr. D. João VI! Viva a assembléa geral brasiliense e viva a união luso-brasileira. — Príncipe Regente. »

##### Outro decreto alterando o uniforme dos empregados diplomaticos.

« Havendo, por decreto de 20 de Setembro do anno que corre, estabelecido o novo uniforme dos criados da minha imperial casa, e devendo, por identidade de razões, merecer a mesma alteração o uniforme dos empregados diplomaticos, hei por bem que, d'ora em diante, os empregados diplomaticos, que se acharem em serviço do imperio, em lugar de farda azul, possam usar de fardas verdes, direitas, da forma regulada no citado decreto de 20 de Setembro, conservando, porém, o bordado do padrão antigo.

« José Bonifacio de Andrada e Silva, do meu conselho de Estado, ministro e secretario de Estado dos negocios do Imperio e estrangeiros, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, 6 de Dezembro de 1822, 1.º da Independência e do Imperio. (Com a rubrica de S. M. Imperial) — José Bonifacio de Andrada e Silva. »

#### PROVIDENCIAS QUE SE TOMARÃO; E MANIFESTO AOS BRASILEIROS

Com data do 1.º de Agosto fez publicar o Príncipe um decreto providencial e um manifesto dirigido ao povo brasileiro, no qual historia os acontecimentos politicos e justifica a nobre resolução que o Brasil tomara de resistir ás cavilosas pretensões do congresso de Lisboa, para o reduzir de novo ao estado colonial.

Este importante documento foi redigido pelo padre Januario da Cunha Barbosa e por Joaquim Gonçalves Ledo. A linguagem pouco official, mas brilhantemente empregada, explica a época e as paixões do tempo.

Fez muito effeito, tanto na capital como nas provincias. Mas, infelizmente, nem sempre foi traduzido como a expressão genuina dos principios monarchicos que elle devia representar e que convinha ao Brasil.

Por este lado, involuntariamente, perturbou mais do que conciliou os animos. Fortificou o enthusiasmo e enfraqueceu as convicções(\*).

##### Manifesto do Príncipe Regente aos povos do Brasil.

« Está acabado o tempo de enganar os homens. Os governos que ainda querem fundar o seu poder sobre a pretendida ignorancia dos povos, ou sobre antigos erros e abusos, têm de ver o colosso da sua grandeza tombar da fragil base sobre que se erguerão outr'ora. Foi por assim o não pensarem que as cortes de Lisboa forçarão as provincias do sul do Brasil a sacudir o jugo que lhe preparão; foi por assim pensar que eu agora já vejo reu-

(\*) Este manifesto foi atrevida e grosseiramente parodiado na Bahia, e mesmo aqui, por insolentes partidarios da causa portugueza.



vido todo o Brasil em torno de mim, requerendo-me a defesa de seus direitos, e a manutenção da sua liberdade e independência. Cumpre, portanto, ó brasileiros, que eu diga a verdade: ouvi-me, pois.

« O congresso de Lisboa, arrogando-se o direito tyrannico de impôr ao Brasil um artigo de nova crença, firmado em um juramento parcial e promissório, e que de nenhum modo podia envolver a aprovação da propria ruína, o compellio a examinar aquelles pretendidos titulos, e a conhecer a injustiça de tão desassasadas pretensões. Este exame, que a razão insultada aconselhava e requeria, fez conhecer aos brasileiros que Portugal, destruindo todas as formas estabelecidas, mudando todas as antigas e respeitáveis instituições da monarchia, correndo a esponja de ludibrio esquecimento por todas as suas relações, e reconstituindo-se novamente, não podia compulsa-los a aceitar um systema deshonroso e aviltador, sem attentar contra aquelles mesmos principios em que fundara a sua revolução e o direito de mudar as suas instituições politicas, sem destruir estas bases, que estabelecerão seus novos direitos nos direitos inalienaveis dos povos, sem atropelar a marcha da razão e da justiça, que derivão suas leis da mesma natureza das cousas, e nunca dos caprichos particulares dos homens.

« Então as provincias meridionaes do Brasil, colligando-se entre si, e tomando a attitude magestosa de um povo que reconhece entre os seus direitos os da liberdade e da propria felicidade, lançarão os olhos sobre mim, o filho de seu rei e seu amigo, que, encarando no seu verdadeiro ponto de vista esta tão rica e grande porção do nosso globo; que, conhecendo os talentos dos seus habitantes e os recursos immensos do seu solo, via com dôr a marcha desorientada e tyrannica dos que tão falsa e prematuramente haviam tomado os nomes de pais da patria, saltando de representantes do povo de Portugal a soberanos de toda a vasta monarchia portugueza.

« Julguei então indigno de mim, e do grande rei de quem sou filho e delegado, o desprezar os votos de subditos tão fiéis, que, suppondo talvez—desejos e propensões republicanas—desprezarão exemplos fascinantes de alguns povos vizinhos, e depositarão em mim todas as suas esperanças, salvando desse modo a realzaa neste grande continente americano, e os reconhecidos direitos da augusta casa de Bragança.

« Accedi a seus generosos e sinceros votos, e conservei-me no Brasil, dando parte desta minha firme resolução ao nosso bom rei, persuadido que este passo deveria ser para as côrtes de Lisboa o thermometro das disposições do Brasil, da sua bem sentida dignidade e da nova elevação de seus sentimentos, e que os fari parar na carreira começada e entrár no trilho da justiça de que se tinha desviado.

« Assim mandava a razão; mas as vistas vertiginosas do egoismo continuário a soffocar os seus brados e preceitos, e a discórdia apontou-lhes novas tramas; subirão então de ponto, como era de esperar, o resentimento e a indignação das provincias colligadas; e, como por uma especie de magica, em um momento todas as suas idéas e sentimentos convergirão em um só ponto, e para um só fim.

« Sem o estrepido das armas, sem as vozerias da anarchia, requererão-me ellas, como ao garante da sua preciosa liberdade e honra nacional, a prompta instalação de uma assemblea geral constituinte e legislativa no Brasil. Desejava eu poder alongar este momento para vêr se o desvanecio das côrtes de Lisboa cedia às vozes da razão e da justiça, e a seus proprios interesses; mas a ordem por ellas suggerida e transmittida aos consules portuguezes, de prohibir os despachos de petrechos e munições para o Brasil, era um signal de guerra e um começo real de hostilidades.

« Exigia, pois, este reino, que já me tinha declarado seu defensor perpetuo que eu proveesse do modo mais energico e prompto a sua segurança, honra e prosperidade. Se eu fraqueasse na minha resolução atraia-se por um lado minhas sagradas promessas: e, por outro, quem poderia sobrestar os males da anarchia, a desmembração

das suas provincias e os furores da democracia? Que luta porfiosa entre os partidos encarniçados, entre mil successivas e encontradas facções? A quem ficarião pertencendo o ouro e os diamantes das nossas inesgotáveis minas, estes rios caudalosos, que fazem a força dos Estados, esta fertilidade prodigiosa, fonte inexaurível de riqueza e de prosperidade? Quem acallaria tantos partidos dissidentes? Quem civilisaria a nossa povoação dissennada e partida por tantos rios, que são mares? Quem iria procurar os nossos indios no centro de suas matas impenetráveis, através de montanhas altissimas e inacessíveis?

« De certo, brasileiros, lacerava-se o Brasil; esta grande peça da benéfica natureza, que faz a inveja e a admiração das nações do mundo, e as vistas benéficas da Providencia se destruirião, ou, pelo menos se retardarão por longos annos.

« Eu fôra responsavel por todos estes males, pelo sangue que ia derramar-se e pelas victimas, que, infallivelmente, serião sacrificadas às paixões e aos interesses particulares. Resolvi-me, portanto, Tomei o partido que os povos desejavão, e mandei convocar a assemblea do Brasil, afim de cimentar a independencia politica deste reino, sem romper contudo os vinculos da fraternidade portugueza, harmonisando-se com decore e justiça todo o reino unido de Portugal, Brasil e Algarve, e conservando-se debaixo do mesmo chefe duas familias, separadas por immensos mares, que só podem viver reunidas pelos vinculos da igualdade de direitos e reciprocos interesses.

« Brasileiros! Para vós não é preciso recordar todos os males a que estaveis sujeitos, e que vos impellirão á representação, que me fez a camara o povo desta cidade no dia 28 de Maio, que motivou o meu real decreto de 3 de Julho do corrente anno; mas o respeito que devemos ao genero humano, exige que demos as razões da vossa justiça e do meu comportamento.

« A historia dos feitos do congresso de Lisboa a respeito do Brasil é uma historia de enfiadas de injustiças e semrazões; seus fins orão paralyar a prosperidade do Brasil, consumir toda a sua vitalidade, e reduzi-lo a tal inação e fraqueza, que tornasse infallivel a sua ruína e escravidão. Para que o mundo se convença do que digo, entremos na simples exposição dos seguintes factos:

« Legislação o congresso de Lisboa sobre o Brasil, sem esperar pelos seus representantes, postergando assim a soberania da maioridade da nação.

« Negou-lhe uma delegação do poder executivo, do que tanto precisava para desenvolver todas as forças da sua virilidade, vista a grande distancia que o separa de Portugal, deixando-o assim sem leis apropriadas ao seu clima e circumstancias locais, sem promptos recursos às suas necessidades.

« Recusou-lhe um centro de união e de força para o debilitar, incitando previamente as suas provincias a despegarem-se d'aquelle, que já dentro de si tinham felizmente.

« Decretou-lhe governos sem estabilidade e sem nexo, com tres centros de actividade differente, insubordinados, rivaes e contraditórios, destruindo assim a sua categoria de reino, alhuindo assim as bases da sua futura grandeza e prosperidade, e só deixando-lhe todos os elementos da desordem e da anarchia.

« Excluiu de facto os brasileiros de todos os empregos honoríficos, e encheu vossas cidades de bayonetas europeas, commandadas por chefes forasteiros, cruéis e immoraes.

« Recebeu com enthusiasmo e prodigalison louvores a todos esses monstros que abrirão chagas dolorosas aos vossos corações, ou promettirão não cessar de as abrir.

« Lançou mãos roubadoras aos recursos applicados ao banco do Brasil, sobrecarregado de uma divida enorme, nacional, de que nunca se occupou o congresso quando o credito deste banco estava enlaçado com o credito publico do Brasil e com a sua prosperidade.

« Negociava com as nações estranhas a alienação de porções do vosso territorio para vos enfraquecer e escravizar.

« Desarmava vossas fortalezas, despia vossos arsenaes,

deixava indefesos vossos portos, chamando aos de Portugal toda a vossa marinha; esgotava vossos thesouros com saques repetidos para despesas de tropas, que vinhão sem pedimento vosso para verterem o vosso sangue, e destruir-vos ao mesmo tempo que vos prohibia a introdução de armas e munições estrangeiras, com que possesdes armar vossos braços vingadores e sustentar a vossa liberdade.

« Apresentou um projecto de relações commerciaes, que, sob falsas apparencias de chimerica reciprocidade e igualdade, monopolisava vossas riquezas, fechava vossos portos aos estrangeiros, e assim destruiu a vossa agricultura e industria, e reduzia os habitantes do Brasil outra vez ao estado de pupillos e colonos.

« Tratou desde o principio, e trata ainda com indigno aviltamento e desprezo, os representantes do Brasil quando têm a coragem de puir pelos seus direitos, e até (quem ousará dizê-lo!) vos ameaça com libertar a escravidão, e armar seus braços contra seus proprios senhores.

« Para acabar, finalmente, esta longa narração de horrores injustiças, quando pela primeira vez ouviu aquelle congresso as expressões da vossa justa indignação, dobrou de escarneo, ó brasileiros, querendo desculpar seus attentados com a vossa propria vontade e confiança.

« A delegação do poder executivo, que o congresso regelára por anti-constitucional, agora já uma commissão do seio deste congresso no-la offerece, e com liberalidade, que, em vez de um centro do mesmo poder, de que só precisaveis, vos querem conceder dous e mais. Que generosidade inaudita! Mas quem não vê que isto só tem por fim destruir a vossa força e integridade, armar provincias contra provincias e irmãos contra irmãos?

« Acordemos, pois, generosos habitantes deste vasto e poderoso Imperio: está dado o grande passo da vossa independencia e felicidade, ha tantos tempos preconizados pelos grandes politicos da Europa. Já sois um povo soberano; já entrastes na grande sociedade das nações independentes a que tinheis todo o direito.

« A honra e dignidade nacional, os desejos de ser venturosos, a voz da mesma natureza, mandão que as colonias deixem de ser colonias quando chegam á sua virilidade, e, ainda que traídos como colonias, não o ereis realmente, e até por fim ereis um reino. Demais, o mesmo direito que teve Portugal para destruir as suas instituições antigas e constituir-se, com mais razão o tendes vós, que habitais um vasto e grandioso paiz, com uma povoação (bem que disseminada) já maior que a de Portugal, e que irá crescendo com a rapidez com que cahem pelo espaço os corpos graves.

« Se Portugal vos negar esse direito, renuncie elle mesmo ao direito que pôde allegar para ser reconhecida a sua nova constituição pelas nações estrangeiras, as quaes então poderão allegar motivos justos para se intrometterem nos seus negocios domesticos, e para violarem os attributos da soberania e independencia das nações.

« Que vos resta, pois, brasileiros? Resta-vos reunir-vos todos em interesses, em amor, em esperança; fazer entrar a augusta assembléa do Brasil no exercicio das suas funcções, para que, maneando o leme da razão e prudencia, haja de evitar os escolhos, que, nos mares das revoluções, apresentão desgracadamente França, Hespanha e mesmo Portugal; para que marque, com mão segura e sabia, a partilha dos poderes, e firme o codigo da vossa legislação na sã philosophia e o applique ás vossas circumstancias peculiares.

« Não o duvideis, brasileiros; vossos representantes, occupados, não de vencer renitencias, mas de marcar direitos, sustentarão os vossos, calcados aos pés e desconhecidos ha tres seculos; consagrarão os verdadeiros principios da monarchia representativa brasileira; declararão rei deste bello paiz o Sr. D. João VI, meu augusto pai, de cujo amor estais altamente possuidos; corlarão todas as cabeças á hydra da anarchia e do despotismo; impôrão a todos os empregados e funcionarios publicos a necessaria responsabilidade, e a vontade legi-

tima e justa da nação; nunca mais verá tolhido a todo o instante o seu vôo magestoso.

« Firmes no principio invariavel de não sancionar abusos, donde a cada passo germinão novos abusos, vós representantes, espalharão a luz, e nova ordem no cahos tenebroso da fazenda publica, da administração economica, e das leis civis e criminaes. Terão o valor de crer que idéas uteis e necessarias ao bem da nossa especie não são destinadas sómente para ornar paginas de livros, e que a perfectibilidade, concedida ao homem pelo Ente Creador e Supremo, deve não achar tropeço, e concorrer para a ordem social e felicidade das nações.

« Dar-vos-hão um codigo de leis adequadas á natureza das vossas circumstancias locais, da vossa povoação, interesses e relações, cuja execução será confiada a juizes integros, que vos administrem justiça gratuita, e fação desaparecer todas as trapaças do vosso lóro, fundadas em antigas leis obscuras, ineptas, complicadas e contraditorias. Elles vos darão um codigo penal, ditado pela razão e humanidade, em vez dessas leis sanguinosas e absurdas, de que até agora fostes victimas cruentas.

« Tereis um systema de impostos que respeite os suores da agricultura, os trabalhos da industria, os perigos da navegação e a liberdade do commercio; um systema claro e harmonioso que facilite o emprego e circulação dos cabedais, e arranque as cem chaves mysteriosas que fechavão o escuro labyrintho das finanças, que não deixava ao cidadão lobrigar o rasto do emprego que se dava ás rendas da nação.

« Valentes soldados! Tambem vós tereis um codigo militar, que, formando um exercito de cidadãos disciplinados, reuna o valor que defende a patria e as virtudes civicas que a protegem e seguran.

« Cultores das letras e sciencias quasi sempre aborrecidos, ou desprezados pelo despotismo, agora tereis a estrada aberta e desempeçada para adquirirdes gloria, honra, virtude e merecimento; vós vireis juntos ornar o santuario da patria, sem que a intriga vos feche as avenidas do throno, que só estavam abertas á hypocrisia e á impostura.

« Cidadãos de todas as classes, mocidade brasileira! Vós tereis um codigo de instrucção publica nacional, que fará germinar e vegetar vigorosamente os talentos deste clima abençoado e collocará a nossa constituição debaixo da salvaguarda das gerações futuras, transmitindo a toda a nação uma educação liberal que communique aos seus membros a instrucção necessaria para promoverem a felicidade do grande todo brasileiro.

« Encarai, habitantes do Brasil, encarai a perspectiva de gloria e de grandeza que se vos antolha; não vos assustem os atrasos da vossa situação actual; o fluxo da civilização começa a correr já impetuoso desde os desertos da California até ao estreito de Magalhães. Constituição e liberdade legal são fontes inesgotaveis de prodigios, e serão a ponte por onde o bem da velha e convulsa Europa passará ao nosso continente.

« Não temais nações estrangeiras: a Europa, que reconheceu a independencia dos Estados-Unidos da America, o que ficou neutral na luta das colonias hespanholas, não pôde deixar de reconhecer a do Brasil, que com tanta justiça, e tantos meios e recursos procura tambem entrar na grande familia das nações. Nós nunca nos envolveremos nos seus negocios particulares; mas ellas tambem não quereão perturbar a paz e commercio livre que lhes offerecemos, garantidos por um governo representativo que vamos estabelecer.

« Não se ouça, pois, entre vós outro grito que não seja —união. Do Amazonas ao Prata não retumbe outro eco, que não seja —independencia. Formem todas as nossas provincias o feixe mysterioso que nenhuma força pôde quebrar. Desappareção de uma vez antigas preoccupações, substituindo o amor do bem geral ao de qualquer provincia ou de qualquer cidade. Deixai, ó brasileiros, que escuros blasphemadores soltem contra vós, contra mim e contra o nosso liberal systema injurias, calumnias e baldões; lembrai-vos que se elles vos louvassem o Brasil estava perdido. Deixai que digão que attentamos contra

Portugal, contra a mãe patria, contra os nossos bemfiteiros; nós, salvando os nossos direitos, punindo pela nossa justiça, e consolidando a nossa liberdade, queremos salvar a Portugal de uma nova classe de tyrannos.

« Deixai que clamem que nos rebellamos contra o nosso rei. Elle sabe que o amamos, como a um rei cidadão, e queremos salva-lo do affrontoso estado de captiveiro a que o reduzirão, arrancando a mascara da hypocrisia a demagogos infames, e marcando com verdadeiro liberalismo os justos limites dos poderes politicos. Deixai que vozêem, querendo persuadir ao mundo que quebramos todos os laços de união com os nossos irmãos da Europa.

« Não, nós queremos firma-la em bases solidas, sem a influencia de um partido, que vilmente desprezou nossos direitos, e que mostrando-se á cara descoberta tyranno e dominador em tantos factos, que já se não podem esconder, com deshonra e prejuizo nosso; enfraquece e destroe irremediavelmente aquella força moral, tão necessaria em um congresso, e que toda se apola na opinião publica e na justiça.

« Ilustros bahianos, porção generosa e malfadada do Brasil, a cujo solo se têm agarrado mais essas famintas e empestadas harpias, quanto me punge o vosso destino! Quanto o não poder a mais tempo ir enxugar as vossas lagrimas e abrandar a vossa desesperação! Bahianos, o brio é a vossa divisa; expelli do vosso seio esses monstros que se sustentão do vosso sangue; não os temais; vossa paciencia faz a sua força. Elles já não são portuguezes; expelli-os, e vinde reunir-vos a nós, que vos abrimos os braços.

« Valentes mineiros, intrepidos pernambucanos, defensores da liberdade brasileira, voai em soccorro dos vossos vizinhos irmãos; é a causa do Brasil que se defende na primogenita de Cabral. Extingui esse viveiro de fardados lobos, que ainda sustentão os sanguinarios caprichos do partido faccioso. Recordai-vos, pernambucanos, das fogueiras do Bonito e das scenas do Recife. Poupai, porém, e amai como irmãos a todos os portuguezes pacificos, que respeitão nossos direitos e desejão a nossa e sua verdadeira felicidade.

« Habitantes do Ceará, do Maranhão, do riquissimo Pará, vós todos das bellas e amenas provincias do norte, vinde exaltar e assignar o acto da nossa emancipação para figurarmos (ó tempo) directamente na grande associação politica.

« Brasileiros em geral! Amigos, reunamo-nos. Sou vosso compatriota, sou vosso defensor; encaremos, como unico premio de nossos suores, a honra, a gloria e prosperidade do Brasil. Marchando por esta estrada, ver-meis sempre á vossa frente e no lugar do maior perigo. A minha felicidade (convencei-vos) existe na vossa felicidade; é minha gloria reger um povo brioso e livre. Dai-me o exemplo das vossas virtudes e da vossa união. Serei digno de vós. Palacio do Rio de Janeiro, 1º de Agosto de 1822.—Principe Regente. »

NO DIA 6 DE AGOSTO, O PRINCIPE DIRIGE-SE A'S NAÇÕES POR UM MANIFESTO

O Principe Regente publicou igualmente, com data de 6 de Agosto, outro manifesto dirigido ás nações, justificando o procedimento do Brasil contra a prepotencia que sobre elle queria exercer as côrtes de Portugal.

Este manifesto foi redigido pelo ministro José Bonifacio de Andrada e Silva. A sua linguagem franca e leal, sem subir dos limites officiaes e estylo diplomatico, foi muito bem recebida dentro e fóra do paiz. Nos Estados-Unidos da America do Norte, como na Inglaterra, as folhas publicas, o traduzirão com elogios. O mesmo aconteceu em França e na Allemanha. Até na Russia a imprensa periodica o publicou, tambem traduzido.

*Manifesto do Principe Regente do Brasil aos governos e nações amigas.*

« Desejando eu, e os povos que me reconhecem como seu Principe Regente, conservar as relações politicas e commerciaes com os governos e nações amigas deste reino e continuar a receber-lhes a approvação e estimação de que se faz credito o caracter brasileiro, cumprio-me expôr-lhes sucincta, mas verdadeiramente, a serie dos factos e motivos que me têm obrigado a annuir a vontade geral do Brasil, que proclama á face do universo a sua independencia politica, e quer, como reino irmão, e como nação grande e poderosa, conservar illesos os firmes seus imprescriptiveis direitos, contra os quaes Portugal sempre attentou, e agora mais que nunca, depois da decantada regeneração politica da monarchia pelas côrtes de Lisboa.

« Quando por um acaso se apresentára, pela vez primeira, esta rica e vasta região brasileira aos olhos do venturoso Cabral, logo a avareza e o proselytismo religioso, moveis dos descobrimentos e colonias modernas, se apoderarão d'elle por meio de conquista, e leis de sangue, ditadas por paixões e vaidades interesseas, firmarão a tyrannia portugueza. O indigena bravo e o colono europeu foram obrigados a seguir a mesma estrada da miseria e escravidão.

« Se cavavam o seio de seus montes para d'elles extrahirem o ouro, leis absurdas e o quinto vicião logo esmorecerão em seus trabalhos apenas encetados, ao mesmo tempo que o Estado portuguez, com soffrega ambição devorava os thesauros que a benigna natureza lhes offertava, fazia tambem veigar as desgraçadas minas sob o peso do mais odioso dos tributos da capitação.

« Quando que os brasileiros pagassem até o ar que respiravam e a terra que pisavam. Se a industria de alguns homens, mais que activos, tentava dar nova forma aos productos do seu solo para com elles cobrir a nudez de seus filhos, leis tyrannicas o empedião e castigavam estas nobres tentativas. Sempre quizerão os europeus conservar este rico paiz na mais dura e triste dependencia da metropole, porque julgavam ser-lhes necessario estanciar, ou pelo menos empobrecer a fonte perenne de suas riquezas.

« Se a actividade de algum colono offercia a seus concidadãos, de quando em quando, algum novo ramo de riqueza rural, naturalizando vegetaes exoticas, uteis e preciosos, impostos onerosos vinhão logo dar cabo de tão felizes começos.

« Se homens emprendedores ouzavam mudar o curso de caudalosos ribeirões para arrancarem de seus alveos os diamantes, erão logo impedidos pelos agentes cruéis do monopolio e punidos por leis inexoraveis.

« Se o superfluo de suas produções convidava e reclamava a troca de outras produções estranhas, privado o Brasil do mercado geral das nações, e por consequente da sua concorrência, que encareceria as compras e abarataria as vendas, nenhum outro recurso lhe restava senão munda las aos portos da metropole, e estimular assim cada vez mais a sordida cubice e prepotencia de seus tyrannos.

« Se, finalmente, o brasileiro, a quem a provida natureza deu talentos não vulgares, anhela instruir-se nas sciencias e nas artes para melhor conhecer os seus direitos, ou saber aproveitar as preciosidades naturaes com que a Providencia dotára o seu paiz, mister lhe era ir-las mendigar a Portugal, que pouco as possuia, e de onde muitas vezes lhe não era permitido regressar.

« Tal foi a sorte do Brasil por quasi tres seculos, tal a mesquinha politica que Portugal, sempre acanhado em suas vistas, sempre faminto e tyrannico, imaginou para cimentar o seu dominio e manter o seu facticio esplendor. Colonos e indigenas, conquistados e conquistadores, seus filhos e os filhos de seus filhos, tudo foi confundido, tudo ficou sujeito a um anathema geral.

« E porquanto a ambição do poder e a sede de ouro são sempre insaciaveis, e sem freio, não se esqueceu Portugal de mandar continuamente bachás desapiedados, magistrados corruptos e enxames de agentes fiscaes de toda a especie, que, no delirio de suas paixões e avareza, despedaçavam os laços da moral, assim publica, como domestica, devoravam os mesquinhos restos dos suores e fadigas dos habitantes e dilaceravam as entranhas do Brasil, que os sustentava e enriquecia, para que reduzidos á ultima desesperação seus povos, quaes submissos musulmanes, fossem em romarias á nova Mecca comprar, com ricos dons e offerendas, uma vida, bem que obscura e languida, ao menos mais supportavel e folgada.

« Se o Brasil resistio a esta torrente de males, se medrou no meio de tão vil oppressão, deve-o a seus filhos fortes e animosos, que a natureza tinha tido para gigantes; deve-o aos beneficios dessa boa mãe, que lhe dava forças sempre renascentes para zombarem dos obstaculos physicos e moraes, que seus ingratos pais e irmãos oppunhão acidentemente ao seu crescimento e prosperidade.



« Porém o Brasil, ainda que ulcerado com a lembrança de seus passados infortúnios, sendo naturalmente bom e honrado, não deixou de receber com inexprimevel jubilo a augusta pessoa do Sr. D. João VI e a toda a real familia. Fez ainda mais: acolheu com braços hospitaleiros a nobreza e povo que emigrára, acossados pela invasão do despota da Europa. Tomou conta sobre seus hombros o peso do throno de meu augusto pai. Conservou com esplendor o diadema que lhe cingia a fronte. Supprio com generosidade e profusão as despesas de uma nova corte desregada, e, o que mais é, em grandissima distancia, sem interesse algum seu particular, mas só pelos simples laços da fraternidade; contribuiu tambem para as despesas de guerra, que Portugal tão gloriosamente tentára contra seus invasores.

« E o que ganhou o Brasil em paga de tantos sacrificios? A continuação de velhos abusos e o acrescimo de novos, introduzidos, parte pela impericia, e parte pela immoralidade e pelo crime. Taes desgraças clamavam altamente por uma prompta reforma de governo, para o qual o habilitavam o acrescimo de luzes, e os seus inauferiveis direitos, como homens que formavam a porção maior e mais rica da nação portugueza, favorecidos pela natureza na sua posição geographica e central no meio do globo, nos seus vastos portos e enseadas e nas riquezas naturaes do seu solo; porém sentimentos de lealdade excessiva, e um extremado amor para com seus irmãos do Portugal, embargarão seus queixumes, sopráo sua vontade, e fizeram ceder esta palma gloriosa a seus pais e irmãos da Europa.

« Quando em Portugal se levantou o grito da regeneração politica da monarchia, confiados aos povos do Brasil na inviolabilidade dos seus direitos, e incapazes de julgar aquelles seus irmãos, diferentes em sentimentos e generosidade, abandonarão a estes ingratos a defesa de seus mais sagrados interesses, e a cuidado da sua completa reconstituição, e na melhor fé do mundo adormecerão tranquilos á borda do mais terrivel precipicio.

« Confiando tudo da sabedoria e justiça do congresso lisboense, esperava o Brasil receber d'elle tudo o que lhe pertencia por direito. Quão longe estava então de presumir que este mesmo congresso fosse capaz de tão vilmente traíçar suas esperanças e interesses, interesses que estão estreitamente enlaçados com os geraes da nação!

« Agora já conhece o Brasil o erro em que cahira, e, se os brasileiros não fossem dotados daquelle generoso enthusiasmo, que tantas vezes confunde phosphoros passageiros com a verdadeira luz da razão, virião desde o primeiro manifesto, que Portugal dirigira a os povos da Europa, que um dos fins occultos da sua apregoiada regeneração consistia em testibiar astutamente o velho systema colonial, sem o qual não sempre Portugal, e ainda hoje o crê, que não pôde existir rico e poderoso.

« Não previo o Brasil que seus deputados, tendo de passar a um paiz estranho e arredado, tendo de lutar contra preocupações e caprichos invejados da metropole, faltos de todo apoio prompto de amigos e parentes, de certo havião de cahir na nullidade em que ora os vemos; mas foi-lhe necessario passar pelas duras lições da experiencia para reconhecer a illusão das suas credas esperanças.

« Mas merecem desculpa os brasileiros, porque almas candidas e generosas muita difficuldade terião de capacitar-se que a gabada regeneração da monarchia houvesse de começar pelo restabelecimento do odioso systema colonial. Era muy difficil e quasi incrivel conciliar este plano absurdo e tyrannico com as luzes e liberalismo que altamente apregoava o congresso portuguez!

« E ainda mais incrivel era que houvessem homens tão atrevidos e insensatos, que ousassem, como depois direi, attribuir á vontade e ordens de meu augusto pai o Sr. D. João VI, a quem o Brasil deveu a sua categoria de reino, querer derribar de um golpe o mais bello padrão, que o ha de eternisar na historia do universo. E' incrivel por certo tão grande allucinação; porém fallão os factos, e contra a verdade manifesta não pôde haver sophismas.

« Enquanto meu augusto pai não abandonou, arrastado por occultas e perfidas manobras, as praias do Janeiro para ir desgraçadamente habitar de novo as do velho Tejo, affectava o congresso de Lisboa sentimentos de fraternal igualdade para com o Brasil, e principios luminosos de reciproca justiça, declarando formalmente no art. 21 das bases da constituição que a lei fundamental, que se ia organizar e promulgar, só teria applicação a este reino se os deputados delles, depois de reunidos, declarassem ser esta a vontade dos povos que representavam.

« Mas qual foi o espanto desses mesmos povos quando virão em contradicção aquelle artigo, e com desprezo de seus inalienaveis direitos, uma fracção do congresso geral decidir dos seus mais caros interesses! Quando virão legislar o partido dominante daquelle congresso incompleto e imperfecto sobre

objectos de transcendente importancia, e privativa competencia do Brasil, sem a audiencia sequer de dous terços dos seus representantes!

« Este partido dominador, que ainda hoje insulta sem pejo as luzes e probidade dos homens sensatos e probos, que nas côrtes existem, tenta para continuar a enganar o credulo Brasil com apparente fraternidade, que nunca morára em seus corações, e aproveita astutamente os desvarios da junta governativa da Bahia (que occultamente promovêra) para despedaçar o sagrado nó, que ligava todas as provincias do Brasil á minha legitima e paternal regencia.

« Como ousou reconhecer o congresso naquella junta facciosa legitima autoridade para cortar os vinculos politicos da sua provincia, e apartar-se do centro do systema a que estava ligada, e isto ainda depois do juramento de meu augusto pai á constituição promettida a toda a monarchia? Com que direito, pois, sancionou esse congresso, cuja representação nacional então só se limitava a de Portugal, actos tão illegaes, criminosos e das mais funestas consequências para todo o reino unido? E quaes forão as utilidades que dahi virão á Bahia? O vão e ridiculo nome de provincia do Brasil, e, o prior é, os males da guerra civil e da anarchia em que hoje se acha submergida por culpa do seu primeiro governo, vendido aos demagogos lisboenses, e de alguns outros homens deslumbrados com idéas anarchicas e republicanas.

« Porventura ser a Bahia provincia do pobre e acanhado reino de Portugal, quando assim podesse conservar-se, era mais do que ser uma das primeiras do vasto e grandioso Imperio do Brasil? Mas erão outras as vistas do congresso. O Brasil não devia mais ser reino; devia descer do throno da sua categoria, despojar-se do manto real da sua magestade, depôr a coroa e o sceptro, e retroceder na ordem politica do universo para receber novos ferros e humilhar-se como escravo perante Portugal.

« Não paremos aqui; examinemos a marcha progressiva do congresso. Autorisou e estabeleceu governos provinciaes anarchicos e independentes uns dos outros, mas sujeitos a Portugal. Rompeu a responsabilidade e harmonia mutua entre os poderes civil, militar e financeiro, sem deixarem aos povos outro recurso a seus males inevitaveis senão através do vasto oceano, recurso inutil e ludibrioso.

« Bem via o congresso que despedaçava a architectura magistosa do Imperio brasileiro, que ia separar e pôr em continua luta suas partes, angustiar suas forças e até converter as provincias em outras tantas republicas inimigas. Mas pouco lhe importavam as desgraças do Brasil; bastava pôr então proveitos momentaneos, e nada se lhe dava de cortar a arvore pela raiz, com tanto que, á semelhança dos selvagens da Lusitania, colhesse logo seus frutos, sequer uma vez sómente.

« As representações e esforços da junta governativa e dos deputados de Pernambuco para se verem livres das bayonetas europeas, ás quaes aquella provincia devia as tristes dissensões intestinas que a dilaceravam, forão baldadas.

« Então o Brasil começou a rasgar o denso véo que cobria seus olhos, e foi conhecendo o para que se destinavam essas tropas; examinou as causas do tão escolhimento que recebia as propostas dos poucos deputados que já tinha em Portugal, e foi perdendo cada vez mais a esperança de melhoramento e reforma nas deliberações do congresso, pois via que não valia a justiça de seus direitos, nem as vozes e patriotismo de seus deputados.

« Ainda não é tudo. Bem conhecia as côrtes de Lisboa que o Brasil estava esmagado pela immensa divida do thesouro ao seu banco nacional, e que, se este viesse a fallir, de certo innumeraveis familias ficarião arruinadas ou reduzidas á total indigencia.

« Este objecto era da maior urgencia; todavia nunca o credito deste banco lhes deu a menor attenção; antes parece que se empenhavam com todo o esmero em dar-lhe o ultimo golpe, tirando ao Brasil as sobras das rendas provinciaes que devião entrar no seu thesouro publico e central, e até esbulhão o banco da administração dos contratos, que o rei meu augusto pai lhe havia concedido para amortização desta divida sagrada.

« Chegão, enfim, ao Brasil os falsos decretos da minha retirada para a Europa, e da extinção total dos tribunaes do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo que ficavão subsistindo os de Portugal. Desvanecerão-se então em um momento todas as esperanças, até mesmo de conservar uma delegação do poder executivo, que fosse o centro commum de união e de força entre todas as provincias deste vastissimo paiz, pois que sem este centro commum, que dê regularidade e impulso a todos os movimentos da sua machina social, de balde a natureza teria feito tudo o que della profusamente dependia para o rapido desenvolvimento das suas forças e futura prosperidade.

« Um governo forte e constitucional era só quem podia des-empenhar o caminho para o augmento da civilização e riqueza progressiva do Brasil; quem podia defendê-lo de seus inimigos.



gos externos e coibir as facções internas de homens ambiciosos e malvados, que osassem attentar contra a liberdade e propriedade individual, e contra o socorro e segurança publica do Estado em geral, e de cada uma das suas provincias em particular.

« Sem este centro commum, torno a dizer, todas as relações de amizade e commercio mutuo entre este reino com o do Portugal e paizes estrangeiros, terão mil collisões e embates, e em vez de se augmentar a nossa riqueza debaixo de um systema solido e adequado de economia publica, a veríamos pelo contrario entorpecer, deffinhar, e acabar talvez de todo.

« Sem este centro de força e de união, finalmente, não poderão os brasileiros conservar as suas fronteiras e limites naturais, e perderão, como agora machina o congresso, tudo o que ganharam á custa de tanto sangue e cabedres, e o que é peor, com menesbo da honra e brio nacional, e dos seus grandes, e legitimos interesses politicos e commerciaes. Mas, felizmente para nós, a justiça ultrajada e a sã politica levantaram um brado universal, e ficou suspensa a execução de tão maleficos decretos.

« Resentirão-se do novo os povos deste reino, vendo o desprezo com que foram tratados os cidadãos benemeritos do Brasil, pois na numerosa lista de diplomaticos, ministros de Estado, conselheiros e governadores militares, não appareceu o nome de um só brasileiro.

« Os fins sinistros por que se nomearão estes novos bachás, com o titulo dourado de governadores de armas, estão hoje manifestos; basta attender ao comportamento uniforme que não tido em nossas provincias, oppondo-se á dignidade e liberdade do Brasil, e basta ver a consideração com que as côrtes ouvem seus officios, e a ingrencia que tomão em materias civis e politicas, muito alheias de qualquer mando militar.

« A condescendencia com que as côrtes receberam as felicitações da tropa fratricida expulsa de Pernambuco, e a pouco as approvações dadas pelo partido dominante do congresso aos revoltosos procedimentos do general Avillez, que, para cumulo de males e soffrimento, até deu causa a prematura morte de meu querido filho o principe D. João; o pouco caso e esgarneo com que foram ultimamente ouvidas as sanguinosas secas da Bahia, perpetradas pelo infame Madeira, a quem vão reforçar com novas tropas, apesar dos protestos dos deputados do Brasil; tudo isto evidencia que depois de subjugada a liberdade das provincias, soffocados os gritos de suas justas reclamações, denunciadas como anti-constitucionaes o patriotismo e honra dos cidadãos, só pretendam esses desorganizados estabelecer debaixo das palavras enganosas de união e fraternidade um completo despotismo militar, com que esperão esmagar-nos.

« Nenhum governo justo, nenhuma nação civilisada, deixará de comprehender que, privado o Brasil de um poder executivo, que, extintos os tribunaes necessarios, e obrigado a ir mendigar a Portugal, através de delongas e perigos, as graças e a justiça; que chamadas á Lisboa as sobras das rendas das suas provincias, que aniquilada a sua categoria de reino, e que dominado este pelas bayonetas que de Portugal mandassem, só restava ao Brasil ser riscado para sempre do numero das nações e povos livres, ficando outra vez reduzido ao antigo estado colonial e de commercio exclusivo. Mas não convinha ao congresso patentear á face do mundo civilisado seus occultos e abominaveis projectos; procurou, portanto, rebaça-los de novo, nomeando commissões encarregadas de tratar dos negocios politicos e mercantis deste reino.

« Os pareceres destas commissões correm pelo universo, e mostram terminantemente todo o machavelismo e hypocrisia das côrtes de Lisboa, que só podem illudir a homens ignorantes, e dar novas armas aos inimigos solapados que vivem entre nós. Dizem agora esses falsos e máos politicos que o congresso deseja ser instruido dos votos do Brasil, e que sempre quiz acertar em suas deliberações: se isto é verdade, porque ainda agora rejeitão as côrtes de Lisboa tudo quanto propõem os poucos deputados que lá temos?

« Essa commissão especial, encarregada dos negocios politicos deste reino, já lá tinha em seu poder as representações de muitas das nossas provincias e camaras, em que pedião a derrogação do decreto sobre a organização dos governos provinciaes e a minha conservação neste reino, como Principe Regente. Que fez, porém a commissão? A nada disso attendeu, e apenas propoz a minha estada temporaria no Rio de Janeiro, sem entrar nas attribuições que me devião pertencer, como delegado do poder executivo. Reclamavão os povos um centro unico daquelle poder para se evitar a desmembração do Brasil em partes isoladas e rivaes.

« Que fez a commissão? Foi tão machavelica, que propoz se concedesse ao Brasil dois ou mais centros, e até que se correspondessem directamente com Portugal as provincias que assim o desejassem. Muitas e muitas vezes levantáram seus brados a favor do Brasil os nossos deputados; mas suas vozes expira-

ção soffocadas pelos insultos da gentilha assalariada das galerias.

« A todas as suas reclamações responderão sempre que erão ou contra os artigos já decretados da constituição, ou contra o regulamento interior das côrtes, ou que não podião derogar o que já estava decidido, ou, finalmente, responderão orgulhosos: —aqui não ha deputados de provincias; todos são deputados da nação, e só deve valer a pluralidade—falso e inaudito principio de direito publico, porém muito util aos dominadores; porque, escudados pela maioria dos votos europeus, tornavão nulos os dos brasileiros, podendo assim escravisar o Brasil a seu sabor.

« Foi presente ao congresso a carta, que me dirigio o governo de S. Paulo, e logo depois o voto unanime da deputação, que me foi enviada pelo governo, camara e clero da sua capital. Tudo foi baldado. A junta daquelle governo foi insultada, taxada de rebelde e digna de ser criminalmente processada. Emfim, pelo órgão da imprensa livre, os escriptores brasileiros manifestarão ao mundo as injustiças e erros do congresso, e em paga da sua lealdade e patriotismo foram invectivados de venaes, e só inspirados pelo genio do mal, no machavelico parecer da commissão.

« A vista de tudo isto já não é mais possivel que o Brasil lance um voto de eterno esquecimento sobre tantos insultos e atrocidades; nem é igualmente possivel que elle possa jámais ter confiança nas côrtes de Lisboa, vendo-se a cada passo ludibriado, já dilacerado por uma guerra civil, começada por essa iniqua gente, e até ameaçado com as scenas horriboras do Haiti, que nossos furiosos inimigos muito desejão reviver.

« Porventura não é tambem um começo real de hostilidades prohibir aquelle governo que as nações estrangeiras, com quem livremente commerciamos, nos importem petrechos militares e navaes? Deveremos igualmente offerir que Portugal offereça ceder á França uma parte da provincia do Pará, se aquella potencia lhe quizer subministrar tropas e navios, com que possa melhor algemar nossos pulcos e soffocar nossa justiça?

« Poderão esquecer-se os briosos brasileiros de que iguaes propostas, e para o mesmo fim, foram feitas á Inglaterra, com o offerecimento de se perpetuar o tratado de commercio de 1810, e ainda com maiores vantagens? A quanto chega a má vontade e impolitica dessas côrtes!!

« Demais, o congresso de Lisboa, não poupando a menor tentativa de opprimir-nos e escravisar-nos, tem espalhado uma cohorte de emissarios occultos, que empregão todos os recursos da astucia e da perfidia, para desorientarem o espirito publico, perturbarem a boa ordem, e fomentarem a desunião e a ruína no Brasil.

« Certificados do justo rancor que têm estes povos ao despotismo, não cessão esses perditos emissarios, para porvertemem a opiniao publica, de envenenar as acções mais justas e puras do meu governo, ousando temerariamente imputar-me desejos de separar inteiramente o Brasil de Portugal, e de reviver a antiga arbitrariedade. Debalde tentão, porém, desunir os habitantes deste reino: os honrados europeus, nossos conterraneos, não serão ingratos ao paiz que os adoptou por filhos, e os tem honrado e enriquecido.

« Ainda não contentes os facciosos das côrtes com toda esta serie de perfidias e atrocidades, ousão minuar que grande parte destas medidas desastrosas são emanções do poder executivo, como se o caracter de el-rei, do benfeitor do Brasil, fosse capaz de tão machavelica perfidia; como se o Brasil e o mundo inteiro não conhecessem que o Sr. D. João VI, meu augusto pai, está realmente prisioneiro de Estado, de baixo de completa coacção e sem vontade livre, como a deveria ter um verdadeiro monarcha, que gozasse daquellas attribuições, que qualquer legitima constituição, por mais estreita e suspetosa que seja, lhe não deve denegar: sabe toda a Europa e o mundo inteiro que, dos seus ministros, uns se achão nas mesmas circumstancias, e outros são creaturas e partidistas da facção dominadora.

« Sem duvida as provocações e injustiças do congresso para com o Brasil são filhas de partidos contrarios entre si, mas ligados contra nós: querem uns forçar o Brasil a se separar de Portugal para melhor darem alli gorrote ao systema constitucional; outros querem o mesmo, porque desejão unir-se á Hespanha; por isso não admira em Portugal escrever-se e assou-lhar-se descaradamente que aquelle reino se utilisa com a perda do Brasil.

« Cégas, pois, de orgulho, ou arrastadas pela vingança e egoismo, decidirão as côrtes, com dous rasgos de penna, uma questão da maior importancia para a grande familia lusitana, estabelecendo, sem consultar a vontade geral dos portuguezes de ambos os hemispherios, o assento da monarchia em Portugal, como se essa minima parte do territorio portuguez, e a sua povoação estacionaria e acanhada devesse ser o centro politico e commercial da nação inteira.

« Com effeito, se convem a Estados espalhados, mas reuni-

dos, debaixo de um só chefe, que o principio vital de seus movimentos e energia exista na parte a mais central e poderosa da grande machina social, para que o impulso se communique a toda a periferia com a maior presteza e vigor, de certo o Brasil tinha o insustentavel direito de ter dentro de si o assento do poder executivo.

« Com effeito este rico e vasto paiz, cujas alongadas costas se estendem desde dou-grãos além do equador até o Rio da Prata, e são banhadas pelo atlantico, fica quasi no centro do globo, á borda do grande canal, por onde se faz o commercio das nações, que é o liame que une as quatro partes do mundo. A esquerda tem o Brasil a Europa e a parte mais consideravel da America e a Asia, com o immenso archipelago da Austrália, e nas costas o mar pacifico ou o maximo oceano, com o estreito de Magalhães e o cabo de Horn quasi á porta.

« Quem ignora igualmente que é quasi impossivel dar nova força e energia a povos envelhecidos e defecados? Quem ignora hoje que os bellos dias de Portugal estão passados, e que só do Brasil pôde esta pequena porção da monarchia esperar seguro arrimo, e novas forças para adquirir outra vez a sua virilidade antiga? Mas de certo não poderá o Brasil prestar-lhe esses socorros se alcançarem esses insensatos decepar-lhe as forças, desunir-lo e arruiná-lo.

« Em tamanha e tão systematica serie de desastros e atrocidades, qual deveria ser o comportamento do Brasil? Deveria suppôr accessos as córtes de Lisboa ignorantes de nossos direitos e conveniencias? Não por certo: porque ali ha homens, ainda mesmo d'entre os facciosos, bem que malvados, não de todo ignorantes.

« Deveria o Brasil soffrer, e contentar-se sómente com pedir humilmente o remedio de seus males a corações desapiedados e egoistas? Não vê elle que, mudados os despotas, continua o despotismo? Tal comportamento, além de inepto e deshonroso, precipitaria o Brasil em um pelago insondavel de desgraças; e, perdido o Brasil, está perdida a monarchia.

« Collocado pela Providencia no meio deste vastissimo e abençoado paiz, como herdeiro e legitimo delegado de el-rei meu augusto pai, é a primeira das minhas obrigações não só zelar o bem dos povos brasileiros, mas igualmente os de toda a nação que um dia deve governar. Para cumprir estes deveres sagrados annui aos votos das provincias, que me pedirão não as abandonasse; e, desejando acertar em todas as minhas resoluções, consulte a opinião publica dos meus subditos, e fiz nomear e convocar procuradores geraes de todas as provincias para me aconselharem nos negocios de Estado e da sua commun utilidade.

« Depois, para lhes dar uma nova prova da minha sinceridade e amor, aceitei o titulo e encargos de—defensor perpetuo deste reino—que os povos me conferirão. E, finalmente, vendo a urgencia dos acontecimentos, e ouvindo os votos geraes do Brasil, que queria ser salvo, mandei convocar uma assembléa constituinte e legislativa, que trabalhasse a bem da sua solida felicidade.

« Assim, requerirão os povos, que considerão a meu augusto pai e rei privado da sua liberdade, e sujeito aos caprichos desso bando de facciosos, que domina nas córtes de Lisboa, das quaes seria absurdo esperar medidas justas e uteis aos destinos do Brasil, e ao verdadeiro bem de toda a nação portugueza.

« Eu seria ingrato aos brasileiros, seria perjuro ás minhas promessas e indigno do nome de Principe Real do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves, se obrasse de outro modo. Mas protesto ao mesmo tempo, perante Deos e á face de todas as nações amigas e aliadas, que não desego cortar os laços de união e fraternidade, que devem fazer de toda a nação portugueza um só todo politico bem organizado.

« Protesto igualmente que, salva a devida e justa reunião de todas as partes da monarchia debaixo de um só rei, como chefe supremo do poder executivo de toda a nação, hei de defender os legitimos direitos e a constituição futura do Brasil, que espero seja boa e prudente, com todas as minhas forças, e á custa do meu proprio sangue se assim fôr necessario.

« Tenho exposto, com sinceridade e concisão, aos governos e nações, a quem me dirijo neste manifesto, as causas da final resolução dos povos deste reino. Se el-rei o Sr. D. João VI, meu augusto pai, estivesse ainda no seio do Brasil, gozando de sua liberdade e legitima autoridade, de certo se comprazeria com os votos deste povo leal e generoso; e o immortal fundador deste reino, que já em Fevereiro de 1821 chamára ao Rio de Janeiro córtes brasileiras, não poderia deixar neste momento de convocá-las do mesmo modo que eu agora fiz.

« Mas, achando-se o nosso rei prisioneiro e captivo, a mim me compete salvá-lo do affrontoso estado a que o reduzirão os facciosos de Lisboa. A mim pertence, como seu delegado e herdeiro, salvar não só ao Brasil, mas com elle toda a nação portugueza.

« A minha firme resolução, e a dos povos que governo, estão legitimamente promulgadas. Espero, pois, que os homens sa-

bios e imparciaes de todo o mundo, e que os governos e nações amigas do Brasil, hajão de fazer justiça a tão justos e nobres sentimentos. Eu os convido a continuarem com o reino do Brasil as mesmas relações de mutuo interesse e amizade. Estarei prompto a receber os seus ministros e agentes diplomaticos, e a enviar-lhes os meus, enquanto durar o captivo de el-rei meu augusto pai.

« Os portos do Brasil continuarão a estar abertos a todas as nações pacificas e amigas para o commercio licito, que as leis não prohibem: os colonos europeus, que para aqui emigrarem, poderão contar com a mais justa protecção neste paiz rico e hospitaleiro. Os sabios, os artistas, os capitalistas e emprehedores, encontrarão tambem amizade e acolhimento.

« E, como o Brasil sabe respeitar os direitos dos outros povos e governos legitimos, espera igualmente por justa retribuição que seus inalienaveis direitos sejam tambem por elles respeitadas e reconhecidos, para se não vêem em caso contrario na dura necessidade de obrar contra os desejos do seu generoso coração. Palacio do Rio de Janeiro, 6 de Agosto de 1822.

—Principe Regente.»

#### ESTADO ECONOMICO POLITICO E COMMERCIAL DA CÔRTE DO RIO DE JANEIRO, DESDE 1807 ATÉ 26 DE FEVEREIRO DE 1821.

A passagem de Sua Magestade Fidelissima para o Brasil, fez da córte do Rio de Janeiro o receptaculo de todas as riquezas do Imperio portuguez. Os governadores para aqui trazião ou enviavão sommas consideraveis. Os generaes das provincias, de volta de seus governos, aqui gastavão quanto tinhão adquirido. Nas causas do fôro, que para aqui vinhão por appellação, gastavão-se sommas incriveis. O erario regio de Portugal soffria saques avultadissimos. As provincias do Brasil tambem soffrião, umas saques de quatrocentos contos, outras mais, e outras menos. Os viajantes das diversas nações, os ministros das córtes estrangeiras, e os emigrados de diversos pontos da America Hespanhola aqui gastavão sommas consideraveis.

#### O PRINCIPE, EM CONSEQUENCIA DO ESTADO EM QUE SE ACHAVA A PROVINCIA DE S. PAULO, RESOLVE IR PESSOALMENTE PACIFICA-LA.

A provincia de S. Paulo que tinha sido a primeira que se oppoz ás ordens das córtes de Portugal, elegendo, em virtude do decreto da 18 de Abril de 1821, o seu governo provisório, supplicando para elle ao Principe Regente a livre execução das disposições e economia do interior, e o direito de representar quaesquer inconvenientes que podessem ter a execução de novos decretos de Sua Alteza, perturbou-se, como já contei, no dia 23 de Maio de 1822, e, embora, aparentemente, com a retirada de 2 de seus membros, parecesse tranquillizada, não aconteceu assim, porque ficaram na provincia os mesmos elementos de discordia.

José da Costa Carvalho, (depois marquez de Monte Alegre,) e Francisco Ignacio, representantes do partido portuguez, com incidiosas insinuações e apparencias de republicanismo, minavão os animos, e agitavão a provincia. Sabendo disto o Principe Regente, resolveu ir a S. Paulo, para com a sua presença tranquillisar os animos e chamar a provincia á obediencia completa, deixando, em seu lugar, na córte, uma regencia de ministros, presidida pela princeza real; permittindo ao conselho de Estado continuar suas sessões. E nomeou Luiz de Saldanha da Gama seu secretario durante a viagem.

**Decreto.**

« Tendo de ausentar-me desta capital por mais de uma semana, para ir visitar a provincia de S. Paulo, e cumprindo, a bem dos seus habitantes, e da segurança e tranquillidade individual e publica, que o expediente ordinario dos negocios não padeça com esta minha ausencia temporaria, hei por bem que os meus ministros e secretarios de Estado continuem nos dias proscriptos, e dentro do paço, como até agora, debaixo da presidencia da Princeza Real do reino unido, minha muito amada e prezada esposa, no despacho do expediente ordinario das diversas secretarias de Estado e repartições publicas, que será expedido em meu nome, como se presente fôra; e hei por bem outrossim que o meu conselho de Estado possa igualmente continuar as suas sessões nos dias determinados ou quando preciso fôr, debaixo da presidencia da mesma Princeza Real, a qual fica desde já autorizada para, com os referidos ministros e secretarios de Estado, tomar logo todas as medidas necessarias e urgentes ao bem e salvação do Estado; e de tudo me dará immediatamente parte para receber a minha approvação e ratificação, pois espero que nada obrará que não seja conforme ás leis existentes e aos solidos interesses do Estado.

« O ministro e secretario de Estado dos negocios do reino e estrangeiros o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palácio do Rio de Janeiro, 13 de Agosto de 1822 (Com a rubrica de S. A. R. o Principe Regente). — José Bonifacio de Andrada e Silva. »

**Descripção da viagem do Principe do Rio de Janeiro a S. Paulo, feita pelo gentil homem da sua camara Francisco de Castro Canto e Mello.**

« Partio o Principe Regente da corte, com direcção a esta capital, a 14 de Agosto de 1822, sendo acompanhado por Luiz de Saldanha da Gama, depois marquez de Taubaté, ajudante Francisco Gomes da Silva, por appellido Chalça, por mim e pelos criados particulares do paço, João Carlos e João Carvalho.

« Juntáram-se ao sequito, na — Venda Grande, — o tenente coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo, depois governador da praça de Santos (nomeado em Mogy das Cruzes), e o padre Belchior Pinheiro, da provincia de Minas, os quaes destináram-se tambem a acompanhar o Principe.

« Achando-se este de pouso em Santa Cruz, ali chegou, na tarde desse mesmo dia, o ex-governador de S. Paulo, João Carlos Augusto Oeynhansen, que ia de retirada para a corte, por ordem do Principe Regente, e pretendendo falar ao Principe, foi-lhe, de ordem deste, por mim comunicado, que se apresentasse á princeza real e ao ministro do reino, conselheiro José Bonifacio, e que se retirasse sem demora, o que fez, seguindo immediatamente para o seu destino, sem obter a obediencia pedida.

« Em S. João Marcos, hospedou-se o Principe, no segundo dia de jornada, em casa do fazendeiro Hyllario, donde partio no dia seguinte, acompanhado pelos dois guardas de honra, Luiz e Cassiano, filhos do mesmo fazendeiro.

« Na fazenda das Tres Barras, onde se achava doente o dito fazendeiro, pernolhou o Principe no terceiro dia de viagem, honrando ao seu hospede com uma visita na propria camara em que se achava este recolhido.

« No dia seguinte foi o pouso em Arêas. Nesse dia jantou o Principe na fazenda do coronel João Ferreira, no Pão do Alho, e, seguindo, parou na casa do capitão-mór Domingos da Silva, onde teve o mais franco e generoso acolhimento.

« Sendo offerecido á comitiva novos e excellentes animaes, e os demais comodos necessarios para a viagem, partio dahi o Principe no dia immediato, acompanhado pelo coronel João Ferreira, e um filho deste, de nome Francisco, ambos da guarda de honra.

« Fez-se o quinto pouso em Lorena. Quatro leguas além dessa localidade, foi o Principe encontrado pelo capitão mór de Guaratinguetá, e diversas pessoas gradas que o acompanhavam.

« Nesse dia jantou Sua Alteza no porto da Cachoeira, donde seguindo, á tarde, ao chegar ao rancho do Moreira, encontrou optimas cavalgadas, destinadas a servirem para a entrada de toda a comitiva em Lorena.

« Desta villa foi expedido o decreto que dissolvera o governo provisório, e não da freguezia da Penha, como se diz no *quadro historico*. Foi igualmente daqui datada a portaria de 19 de Agosto, pela qual Sua Alteza mandou dispensar a guarda de honra destinada a acompanhá-lo, composta de 32 praças tiradas dos officiaes do milicias e commerciantes, sob o fundamento de não haver precedido licença para a sua criação. Tinha sido formada esta guarda pelo coronel Francisco Ignacio de Souza Queiroz.

« Em Guaratinguetá foi o Principe, no sexto dia de jornada, obsequiosamente hospedado pelo capitão-mór, que dahi o acompanhou até S. Paulo.

« Naquelle ponto se achava o capellão da guarda de honra e vigario coadjutor, conego Antonio Moreira da Costa, que tinha ido ao encontro do Principe, commissionedo pelo clero do Taubaté.

« A uma legua, mais ou menos, antes de chegar á Pindamonhangaba, onde foi o sétimo pouso, e no lugar denominado — Agua Preta — foi, no dia seguinte, o Principe encontrado pelo coronel Leite Lobo e coronel Manoel Marcondes, depois barão de Pindamonhangaba, e alguns membros da guarda de honra, os quaes acompanháram o Principe a Taubaté.

« Nesta villa foi Sua Alteza entusiasticamente recebido pelo povo, e muito obsequiado pelas principaes pessoas.

« Ao retirar-se, no dia seguinte, foi acompanhado por uma guarda de honra.

« Veio dahi a Jacaraby, onde ao chegar, foi encontrado por grande numero de cavalleiros, á cuja frente achavam-se o capitão-mór, seus irmãos e cunhado.

« Igual encontro teve o Principe ao chegar, no dia immediato, a Mogy das Cruzes, onde foi recebido e nobremente tratado pelo capitão-mór Mello, seus filhos e genro.

« Uma hora depois da chegada do Principe annunciáram-se os embaixadores do governo e da camara da capital, os quaes, por serem representantes de um governo já dissolvido, não forão recebidos; e immediatamente retiráram-se.

« E' datado desta villa o decreto de 23 de Agosto, concedendo ao marechal Arouche a exoneração que pedio de governador das armas desta provincia, e nomeando para substituí-lo o marechal Candido Xavier de Almeida Souza.

« A 24, 10<sup>a</sup> dia da jornada, passou o Principe na povoação da Penha.

« A' noite, por ordem do mesmo, eu e Francisco Gomes, viemos á cidade, afim de observarmos o estado em que ella se achava, e podermos prestar exactas informações a respeito; regressámos á meia noite, dando noticias da perfeita quietação em que a tinhamos encontrado.

« Forão deste ponto expedidas as ordens de Sua Alteza, chamando o ouvidor e corregedor da camara de Itú, desembargador Medeiros, para serviço na capital, e marcando a hora em que a camara, que legalmente servira antes das desordens de 23 de Maio, deveria esperá-lo ás portas da cidade.

« No dia 25 de Agosto, fez Sua Alteza a sua solemne entrada em S. Paulo, com grande acompanhamento da guarda de honra e povo. Com as mais vivas demonstrações de jubilo e entusiasmo foi acolhido o inclyto Principe na classica terra da fidelidade e do patriotismo.

« No dia seguinte houve, em palacio, cortejo e beijação; notou-se nessa occasião que, achando-se Sua Alteza alegre e prazenteiro, recebendo as pessoas que o vinhão cumprimentar, ao se apresentarem o coronel Francisco Ignacio e o intendente de Santos, Miguel José de Souza Pinto (complicados nos movimentos subversivos de 23 de Maio), tornou-se severo e reservado, e no mesmo acto,



negando-lhes a mão, ordenou que ambos seguissem immediatamente para a corte, o que cumprirão.

« Foi este incidente testemunhado pelo coronel Antonio Prado e padre Belchior, que se achavam presentes á cerimonia.

« Foi por este tempo chamado pelo Príncipe, para servir-lhe de official de gabinete, o official de secretaria Joaquim Floriano de Toledo, hoje coronel e vice-presidente da provincia.

« Foi igualmente nomeado, interinamente, general das armas de S. Paulo até á chegada do marechal Candido Xavier, o coronel José Joaquim Cesar de Cerqueira Leme.

« Por alguns dias demorou-se Sua Alteza nesta capital, recebendo a obsequiosa e magnifica hospedagem que lhe haviam preparado o brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão e o coronel Antonio da Silva Prado, hoje barão de Iguaçu, até que, a 5 de Setembro, dirigio-se para Santos, acompanhado pelo mesmo sequito com que chegara á capital, e mais o brigadeiro Jordão.

« Chegando ao Cubatão, ordenou-lhe Sua Alteza que voltasse, conduzindo officios que deverião ser, quanto antes, remetidos ao ministro do reino; e, como levasse eu, ao regressar no dia 7, a noticia de que o major Antonio Ramos Cordeiro, vindo do Rio de Janeiro, se achava em S. Paulo, sendo portador de despachos do governo de Portugal e officios importantes, e dando disso parte á Sua Alteza, em caminho, onde o encontrei, na tarde desse mesmo dia, já no lugar denominado — Moinhos, — resolveu apressar a marcha, em que vinha para a capital, e o fez adiantando se algum tanto dos que o acompanhavão.

« Ao chegar ao alto da colina proxima do Ypiranga a tres quartos de legua da cidade, encontrou o Príncipe ao major Cordeiro, de cujas mãos recebeu os officios e cartas que lhe crão enviados pela princeza real e por José Bonifacio, e, ao lê-los, tendo conhecimento das intenções das cortes portuguezas, e communicando-as aos que o rodeavão, depois de um momento de reflexão, bradou. E' tempo!... Independencia ou morte! Estamos separados de Portugal!...

« Em acto continuo, arrancando o laço portuguez que trazia no chapéo, o arrojou para longe de si, e, desembainhando a espada, elle e os mais presentes prestarão o juramento de honra, que para sempre os ligava á realisação da idéa generosa de liberdade.

« A esse tempo vinhão ainda a alguma distancia alguns companheiros de viagem, pelo que ordenou-me o Príncipe que os fosse encontrar, annunciando-lhes a resolução tomada naquella momento.

« O que feito, e exclamando todos: — Independencia ou morte! — dirigirão-se á capital com a maior velocidade.

« Ao passar o sequito pelas ruas da Gloria e Santa Theresza, foi tão feliz nova, por mim, communicada ao padre Ildefonso e ao coronel Prado, que se achavão á janella, os quaes respondendo ás alegres saudações, que acompanhavão os recém-chegados, a estes dirigirão-se logo, para melhor se informarem do que havia occorrido.

« Chegando a palacio, fez immediatamente o Príncipe, em papel um molde da legenda — Independencia ou morte, — a qual, sendo levada por mim ao ourives Leasa, á rua da Boa Vista, serviu para que ás 6 horas dessa tarde, estivessem proutiplas as duas legendas com que o Príncipe e eu nos apresentamos no theatro.

« Os da guarda de honra e muitos outros trazião no braço laços de fita verde.

« Neste interim compoz Sua Alteza o hymno da independencia, que na mesma noite devia ser, como foi, executado no theatro.

« Logo que o Príncipe chegou ao camarim, e forão por mim corridas as cortinas, bradavão, ao mesmo tempo, o alferes Thomaz de Aquino e Castro e o padre Ildefonso Xavier Ferreira: — Independencia ou morte! — Viva a independencia do Brasil! — O que foi repetido por todo o povo, com enthusiasmos e prolongados vivas.

« Neste momento o enthusiasmo do povo tocou ao delirio, e por longo espaço foi tal a confusão e o rumor, que

mal se podia distinguir o que havia. O povo, em massa como um só homem, saudava nos transportes da mais intensa alegria o glorioso acto da nossa emancipação politica.

« Fez-se, afinal, ouvir o hymno, no qual tomáião parte o Príncipe, D. Maria Alvim, D. Ritta e outros senhoras.

« Em seguida Thomaz de Aquino bateu palmas e recitou uma poesia, concluindo, nos seguintes versos, por acclamar o Príncipe Imperador do Brasil:

« Será logo o Brasil mais que foi Roma,  
« Sendo Pedro seu primeiro Imperador!...

« A este brado, inda mais se exaltando o geral contentamento, de todos os lados prorompirão alegres saudações, correspondendo a tão auspiciosa acclamação. Houve, então, também, — vivas — á lembrança de Thomaz.

« Logo depois foi este, de ordem do Príncipe, por mim, chamado ao camarim, e ali dignou-se Sua Alteza de testemunhar-lhe, com graciosas expressões, o agrado com que tinha assistido ás suas patrioticas manifestações.

« Houve ainda outras poesias recitadas por diversos em cujo numero uma sobre o mote: — Independencia ou morte — attribuida a Sua Alteza e outra do Dr. secretario Manoel da Cunha, cujo mote era o seguinte:

« Ou ficar a patria livre  
« Ou morrer pelo Brasil. »

« Tres dias depois partio o Sr. D. Pedro para a corte, onde chegou com 5 dias de jornada, tendo antes se despedido dos seus bons amigos de S. Paulo com a bem conhecida proclamação do 8 de Setembro.

« Assim foi proclamada a liberdade de um povo, grande e generoso como o heróe, cujo nome perdurará sempre entre os brasileiros, como symbolo da nossa nacionalidade. »

#### INDEPENDENCIA OU MORTE

Sendo duvidosos alguns episodios da nossa historia politica, pelas diferentes versões, entendi dirigir-me aos contemporaneos, que ainda existião, da fundação do imperio, para colher delles noticias veridicas do que se passou, e de que tinham sido elles testemunhas presencias.

Sabendo existir ainda o venerando Sr. Manoel Marcondes de Oliveira Mello, barão de Pindamonhangaba, companheiro de viagem do Príncipe Regente, procurei saber dello minuciosamente as circumstancias que se derão antes, durante, e depois do grito — Independencia ou morte — na margem do Ypiranga; e para isso escrevi ao nobre barão especificando os pontos que convinhão á historia, e se dignando elle responder-me, aqui inscrevo esse precioso documento.

« Illm. Sr. Dr. A. J. de Mello Moraes. — Tenho presente a carta de V. S. em que pede-me alguns esclarecimentos sobre o acto da nossa independencia no Ypiranga, afim de exhará-los na *Historia do Brasil*, de que é V. S. digno autor. Com todo o prazer satisfaço a exigencia de V. S. narrando-lhe aquillo de que tenho lembrança, e que presenciei como testemunha ocular, e que o espaço de quarenta annos não tem apagado de minha memoria. Seguirei a ordem dos quesitos propostos por V. S.

« Quanto ao 1º A que horas foi o Príncipe em passeio ao Ypiranga, em cuja occasião deu o brado — INDEPENDENCIA OU MORTE, — respondemos: Que indo o Príncipe em regresso de um passeio que tinha feito á cidade de Santos depois que subio a serra acompanhado sómente por mim, recebei nessa altura officios ou cartas por um proprio, parando e lendo-os disse-me que as cortes de Portugal querião massacrar o Brasil, continuando logo depois em sua



viagem para a capital de S. Paulo, foi alcançado logo pela sua guarda de honra que havia ficado um pouco atrás, a quem o Príncipe ordenou que passa-se adiante, e fosse seguindo, e isso creio que em consequência de achar-se o mesmo Príncipe affectado de uma dysintéria que o obrigava a todo o momento a apressar-se para prover-se; meia legua distante do Ypiranga, encontrou-se a guarda de honra com Paulo Bregaro e Antonio Cordeiro, que perguntando a mesma pelo Príncipe, dirigiram-se ao seu encontro para entregar-lhe officios que trazia do Rio de Janeiro.

« A guarda de honra parou no Ypiranga. A espera do Príncipe que como já fica dito, ficou atrás e com quem foram encontrar-se Paulo Bregaro, e Cordeiro. Após pouco tempo, chegou o Príncipe ao Ypiranga, onde o esperava sua guarda de honra, a quem disse e aos mais de sua comitiva que as côrtes portuguezas querião massacrar o Brasil, pelo que se devia immediatamente declarar a sua independência, e arrancando o tope portuguez que trazia no chapéo, e lançando-o por terra, soltou o brado de — INDEPENDENCIA OU MORTE: — o mesmo fez a sua guarda e comitiva, a quem o Príncipe ordenou que trouxessem uma legenda com a inscripção INDEPENDENCIA OU MORTE. Esta scena teve lugar, pouco mais ou menos, ás 4 horas e meia da tarde.

« 2º Quesito. Se foi em consequência de uma carta de Antonio Carlos ou de Martim Francisco, que dizia—o que se tem de fazer tarde, que se faça logo — o que resolveu o Príncipe a dar o brado. Respondemos, que ignoramos quaes os motivos a dar o brado do Ypiranga, e só sabemos que foi em consequência das cartas e officios que recebeu da côrte, e que dizia-se serem da Imperatriz e de seu ministro José Bonifacio.

« 3º Quesito. Se o Príncipe depois que acabou de ler a carta a deu ao padre Belchior Pinheiro de Oliveira ou a outra pessoa, e consultou o que devia fazer. Respondemos, ignoramos completamente o que se passou nesse acto, porque quando o Príncipe recebeu os officios de que foram portadores Paulo Bregaro e Cordeiro, nos achavamos como já fica dito, adiante do Príncipe, porém é de suppor que este consultasse com o padre Belchior a respeito, por isso que era o seu confidente e mentor.

« 4º Quesito. Quaes os verdadeiros motivos que levaram o Príncipe a S. Paulo. Respondemos que apenas sabemos que esses motivos foram politicos.

« 5º Quesito. Quem foram os causadores das perturbações da provincia. Respondemos, que supponho que os causadores da perturbação da provincia foram alguns membros do governo provisório, por isso que apenas o Príncipe chegou a S. Paulo, deportou-os dentro mesmo da provincia.

« 6º Quesito. Quaes os membros do governo provisório que se desenhaverão, e perturbarão a marcha dos negocios publicos. Respondemos que dos membros desenhavidos, e que perturbarão a marcha dos negocios publicos, apenas lembro-me do vulto mais eminente, e de quem muito se fallava, do coronel Francisco Ignacio de Souza Queiroz, que foi deportado para Santos.

« 7º Quesito. Em companhia de quem veio preso Martim Francisco para o Rio de Janeiro, e em que lugar fóra da provincia de S. Paulo o deixarão. Respondemos: Martim Francisco dirigia-se para o Rio de Janeiro preso, e sob a guarda do major de milicias, José Fernandes, e foi solto logo que transpôz as raias da provincia de S. Paulo, sendo preso o major que o conduzia.

« 8º Quesito. Quantos dias o Príncipe demorou-se em S. Paulo depois do dia 7 de Setembro de 1822. Respondemos, que apenas demorou-se o Príncipe um dia.

« 9º Quesito. Como ia vestido o Príncipe, e em que cavalgava. Respondemos que o Príncipe ia vestido com fardeta de policia, e se a memoria não nos é infiel, cremos que cavalgava em uma besta bala gateada.

« 10. Quesito. O que houve em S. Paulo na volta do passeio do Ypiranga. Respondemos: que na volta do Ypiranga para S. Paulo, que foi no mesmo dia em que soltou o brado de INDEPENDENCIA OU MORTE, o Príncipe, o que houve de notavel e singular, foi de ser nessa noite no

theatro, onde se achava o Príncipe, aclamado rei do Brasil por um individuo de sua guarda de honra, que se achava sentado junto ao coronel Antonio Leite Pereira da Gama Lobo, coronel João de Castro Canto e Mello, e criado particular João Carlota. No dia seguinte o Príncipe apresentou-se com uma legenda no braço em que estava inscripto — INDEPENDENCIA OU MORTE.

« Creio ter satisfeito o quanto em mim coube o pedido de V. S. faz-me, resta-me o pezar de ter a mão do tempo riscado de minha memoria muitos outros factos e circumstancias que por ventura ladeassem o acto de nossa independência, porque quarenta annos se tem passado, e seria preciso grande fertilidade de reminiscencia para não esquecer todas as minuciosidades que se derão por essa occasião.

« Aproveito o ensejo para respeitosa e saudar e cumprimentar a V. S., offerecendo-lhe igualmente o meu insignificante e limitado prestimo neste ponto.

« Sou com toda a estima e consideração de V. S. seu venerador. — Barão de Pindamonhangaba.

« Pindamonhangaba, 14 de Abril de 1862(\*). »

O SR. DRUMMOND DEIXA A BAHIA E CHEGA AO RIO DE JANEIRO NOS ULTIMOS DIAS DE AGOSTO OU COMEÇO DE SETEMBRO DE 1822.

O Sr. Drummond nada mais tendo a fazer na Bahia tomou passagem no brigue ingiez *Tartara* commandante Oatenger e chegou ao Rio de Janeiro a 27 de Agosto, com 14 dias de viagem e a horas avançadas da noite.

Não obstante, foi um official da fortaleza de Villegaignon a bordo saber se o brigue traria alguma novidade importante; e achando alli o illustre passageiro, offereceu-lhe o seu escaler para o conduzir para terra, antes de se proceder á visita do navio, que seria na manhã do dia seguinte.

Depois de vêr os membros de sua familia foi dar conta da sua commissão ao ministro José Bonifacio, e lhe apresentou as mais minuciosas informações do estado da Bahia. Deu conta da força, tanto de mar, como de terra, de que dispunha o general Madeira, e até do modo de vêr da tropa e das intrigas e divisões entre os seus chefes.

Ministrou esclarecimentos, seguros, sobre o estado do armamento, e munições de bocca, tanto da força de terra como da de mar.

Todos esses esclarecimentos, elle os houve do quartel general do Madeira, tendo conhecido por elles que a esquadra portugueza não se achava em estado de defender-se de um ataque vigoroso, e que nas forças de terra as molestias e as privações não destruindo os soldados, o que a discórdia que reinava entre os commandantes lhe enfraquecia a unidade, que é necessaria para vencer nos combates.

O estado dos hospitaes se tornava de dia em dia, pelo augmento de doentes, mais deploravel.

José Bonifacio tendo bem ponderado em tudo o que ouvia, ao Sr. Drummond e no que estava vendo por si mesmo, e tendo, ao mesmo tempo, naquelles dias, recebido noticias de Portugal, pouco satisfatorias, porque alli se insistia tenazmente na pretensão de recolonisar o Brasil, pelos meios afrontosos

(\*) As pequenas discordancias desta carta a respeito de alguns factos e datas, com a descripção do Sr. gentil-homem Castro Canto e Mello, serão facilmente desculpadas, em vista do lapso de tempo de que falla o venerando Sr. barão de Pindamonhangaba.

que já estavam em começo de execução, a ponto de se expedirem ordens ao Príncipe Regente para mandar prender, o remetter para Lisboa, todas as pessoas que se achassem comprometidas nos movimentos do Rio de Janeiro, cujos nomes são expressamente designados em lista de proscricções, cuidou em tomar providencias a este respeito.

*O Sr. Drummond a pedido do ministro José Bonifácio fornece-lhe novos esclarecimentos a respeito do estado da Bahia.*

« Ilm. e Exm. Sr. — Tenho a honra de remetter a V. Ex. a lembrança junta, sobre o que já fallámos. Desejo que V. Ex. tenha muitas melhoras.

« Deus guarde a V. Ex. Ilm. e Exm. Sr. José Bonifácio de Andrada e Silva. — De V. Ex. humilde subdito e criado Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond.

« Depois de se haver prestado os precisos socorros aos habitantes do reconcavo da Bahia para expulsarem da sua cidade os janiseros, que a desolão, parece que se deve empregar todos os meios tendentes a estreitar mais as necessidades dos intrusos, e reduzi-los ao desespero da fome e miseria, cortando todas as communicações com aquella provincia.

« Caravellas e Ilhéos fornecem de farinhas e legumes á cidade, e Valença de madeiras de construcção para os arsenaes, do exercito e marinha.

« A falta de direcção tem tolhido aos habitantes o recurso de se insurgirem, e conservão-se, bem a seu pezar, sujeitos ao despotismo.

« Tomados estes principaes pontos, ficão tomados todos os recursos da cidade da Bahia; e para conseguir-se este fim com muita facilidade se pôde obter.

« Logo que se apresente em Caravellas um official superior para commandante em chefe e alguns officios para organização dos corpos, levando 150 a 200 soldados; 4 a 5 mil armas, e munições sufficientes, acclamão a Sua Alteza Real, organização corpos, cortão as communicações por mar e terra para a cidade; vão e fazem o mesmo em Ilhéos, e Valença, onde se achão bastantes madeiras cortadas e os mastros para a fragata, que está no estaleiro da Bahia, e algumas lanchas do arsenal, que devem ser remettidas para esse côrte.

« A distancia de 5 grãos e a falta de communicacão favorecem a noticia tardia, que quando chega á Bahia é já tarde e sem remedio.

« As tropas estreitadas na cidade, o reconcavo em armas; as villas do sul insurgidas, e Sergipe e Alagoas sem communicacão estalarão de fome os malvados; e por maior que seja o seu numero, não se poderão dividir para todos os pontos, e por isso mesmo mais depressa se entregão.

« A esquadra que de Lisboa se espera não encontrará no arsenal provimento de madeiras para qualquer concerto; a fragata que está no estaleiro fica sem mastros, e sem as outras madeiras precisas, e não se acaba; e assim se triplicão as forças.

« A nossa esquadra está em perigo na barra da Bahia: logo que chegue a de Lisboa, ella fica presa: urgem providencias a este respeito: poupar as forças maritimas, e não arrisca-las sem vantagem.

« Fechar o porto da Bahia a todas as provincias do Brasil, é muito conveniente. Prevenir que as embarcações não se despachem para outro porto; e vão ter á Bahia por tração. Aqui está a escuna *Touinha* despachada para o Rio de S. Francisco, e ha desconfiança que leva mantimentos ao Moleira. A fome é o inimigo mais terrível.

« Em Santa Catharina está o capitão de fragata Miguel de Souza Mello e Alvim no lugar de intendente de marinha, onde não ha marinha por antigos desvarios: é official mui habil, e de quem se deve tirar partido: está casado com brasileira, e tem filhos e é honrado.

« Todas estas idéas eu as combinei com o capitão de mar e guerra Tristão Pio dos Santos, intendente do ma-

rinha da Bahia, natural desta côrte, e que alli tem trabalhado muito pela nossa causa. — Rio de Janeiro 1° de Setembro de 1822. »

*Relação e distribuição dos navios que devem conduzir tropa para Lisboa.*

« Caçadores n. 1: Conde de Cavalheiros 230, Perola 80, Activa 35, Sumaca 45.

« Caçadores n. 2: Mentor 260 (Bahia), Ligeiro 180.

« Ditos n. 4: Canoa 326.

« Artilharia n. 2: Canoa 73.

« Infantaria n. 1: Caridade 300 (Pernambuco), escuna Luiza 76, Constituição 70, Audaz 40.

« Infantaria n. 4: Flôr do Tejo 210, Quatro de Julho 120, Conceição 166.

« Infantaria n. 5: Leal Portuguez 260 (Bahia), charrua Princeza Real 100.

« Infantaria n. 6: Principe Real 243, Regeneração 43, escuna Emilia 50.

« Infantaria n. 12: Grão-Pará 300, Promptidão 100 (Bahia), brigade Vinagre 190.

« Infantaria n. 15: Principe do Brasil 157, Calipso 15.

« 1° batalhão L. C. L.: Phenix 300, S. Gualter 125, Bizarria 55 (Bahia).

« 2° batalhão L. C. L.: Harmonia 280 (Pernambuco), Viajante 180.

« Artilharia L. C. L.: Restauração 87.

« Conductores da divisão auxiliadora: D. Affonso 51.

« Artilharia n. 1: Não 72, fragata Constituição 30.

« Cavallaria: Conde de Palma 210.

« Infantaria n. 3: Quatro Amigos 290, Conde de Peniche 120, Dez de Fevereiro 30.

« Doentes: Ulysses 100 (Pernambuco), Orestes 150. »

*JOSE BONIFACIO MANDA CONVOCAR UM CONSELHO DE MINISTROS, PRESIDIDO PELA PRINCEZA REAL*

O Príncipe Regente, como já disse, estava ausente, em S. Paulo, assim de pacificar os animos que se achavão agitados naquella provincia pelas insidiosas insinuações de José da Costa Carvalho (depois Marquez de Monte Alegre), e Francisco Ignazio.

A's 10 horas da manhã todos os ministros se achavão presentes no paço da Boa Vista, para onde foi o Sr. Drummond, dar esclarecimentos, e alli se deliberou, sem discussão, depois de José Bonifacio ter feito uma exposição verbal do estado em que se achavão os negocios publicos, e de concluir, dizendo, ter chegado a hora de acabar com aquelle estado de contemporisar com os seus inimigos; que o Brasil tinha feito tudo quanto humanamente era possivel fazer para conservar-se unido, com dignidade, a Portugal; mas que Portugal em vez de se accommodar e agradecer a generosidade com que o Brasil o tratava, insistia nos seus nefastos projectos de o tornar á miseravel condição de colonia, sem nexo e nem metro de governo; que portanto ficasse sobre elle a responsabilidade da separação.

Propoz que se escrevesse ao Sr. Dr. Pedro para que Sua Alteza Real houvesse de proclamar a independencia sem perda de tempo. Todos os ministros forão unanimes em favor desta idéa. A princeza real, que se achava muito entusiasmada em favor da causa do Brasil, sancionou com muito prazer a deliberação do conselho.

PARTE PAULO EMILIO BREGARO, COM OFFÍCIOS E CARTAS  
PARA S. PAULO

A' uma hora da tarde retiráram-se os ministros, e ás 4 partio Bregaro, porteiro da camara e official da secretaria do conselho supremo militar, a cavallo em direcção de S. Paulo, levando officios para o Principe Regente, com expressa recommendação de fazer toda a diligencia afim de entregar, sem a menor perda de tempo, nas mãos de Sua Alteza os despachos; e com elles ião duas cartas particulares, uma da princeza real, e outra de José Bonifacio, para o Sr. D. Pedro.

Nada se occultou ao Principe, communicando-se-lhe tudo; e José Bonifacio na sua carta ainda lhe dizia que, não desfrisse para mais tarde a proclamação da independencia, que a fizesse livremente; que convinha que fosse, não só para que o Brasil se collocasse em uma posição definida a respeito de Portugal, senão porque essa posição definida podia influir para acalmar os espiritos no interior, destruir suspeitas e aniquillar esperanças absurdas, que desgraçadamente ainda existião, como se comprovava pelo facto que motivou a necessidade de ir Sua Alteza Real a S. Paulo, onde então se achava.

## ESPALHA-SE LOGO A NOTICIA DA ACCLAMAÇÃO DA INDEPENDENCIA DO BRASIL PELA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

O que se passou no conselho de ministros a respeito da proclamação da independencia, em S. Paulo, espalhou-se logo pela cidade do Rio de Janeiro.

Esta noticia causou geral alegria. A união de Pernambuco, e as noticias satisfatorias que trouxera o Sr. Drummond do estado da Bahia, que bastava ter em respeito, para aniquillar os seus oppresores, augmentava a alegria geral, que foi manifestada com luminarias e applausos no theatro.

Paulo Bregaro, pela diligencia que pôz na sua viagem, satisfizes completamente as recommendações que levou; e, no dia 7 de Setembro de 1822, entregou nas mãos do Principe Regente, nas margens do riacho Ipiranga, o sacco dos despachos que levava, e ali mesmo foi dado pelo Sr. D. Pedro o magico grito de — Independencia ou Morte, — pelas recommendações particulares que lhe fizerao a princeza real, Martim Francisco e José Bonifacio.

Em seguida ao grito — Independencia ou Morte — o Principe seguiu para a capital de S. Paulo, e então leu todos os despachos que lhe forão mandados.

O Principe, não obstante o entusiasmo do povo paulistano, deu todas as providencias que julgou necessarias, e no dia 10 partio para a corte, onde chegou no dia 13, sendo victoriado por todos os seys habitantes.

A gloria do Principe Regente chegou ao seu apogeo no dia 7 de Setembro de 1822; conservou-se na mesma altura até 1826, e d'ahi foi declinando até chegar á infausta peripezia do dia 7 de Abril de 1831.

O Principe D. Pedro de Alcantara era recebido em toda a parte onde apparecia, com demonstrações do mais sincero amor e profundo respeito, pelos brasileiros de todas as classes, em cujos corações elle havia conquistado um imperio pelo facto de haver proclamado a independencia politica do Brasil;

porém não soube sustentar a conquista e acabou por perder tudo o que havia conseguido; porém felizmente não levou o Brasil de rojo na sua queda.

*Noticia da entrada que fez na cidade de S. Paulo o Serenissimo Sr. D. Pedro de Alcantara, principe real do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves, regente e defensor perpetuo do reino do Brasil (ext. do—Espelho).*

« Os paulistas, que sempre desejáram possuir na sua provincia o nosso soberano, o muito alto e muito poderoso Sr. D. João VI, depois que a mais negra perfidia o arrancou do augusto throno de seus inclytos avós, e que assim o supplicação desde que Sua Magestade chegou ao Rio de Janeiro com sua real familia, tiverão agora esta honra e ventura em a pessoa de seu augusto filho e herdeiro, o heroe brasiliense o Sr. D. Pedro de Alcantara, principe real do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves, regente e defensor perpetuo do reino do Brasil, ainda que este prazer foi algum tanto minguaado por não vir S. A. Real acompanhado, como se esperava, de sua augusta consorte a Serenissima Sra. D. Maria Leopoldina Josepha Carolina, princeza real do reino unido, archiduquesa de Austria, a adorada mãe dos brasileiros, e especialmente dos paulistas, a quem honra, chamando-os — seus paulistas.

« Um momento de dilirio no mais docil povo tinha feito necessaria a vinda de S. A. Real, que, annuindo ás supplicas do governo e de algumas das camaras da provincia, se pôz em marcha da sua corte do Rio de Janeiro em o dia 14 de Agosto, e com a mesma celeridade com que por semelhante motivo tinha ido a provincia de Minas-Geraes, em 10 dias chegou a esta cidade, onde entrou na manhã do dia 25, dia por certo muito memoravel, não só porque celebra nelle a igreja a festividade do terno coração de Maria, da especial devoção do Sr. rei D. João VI, mas tambem a do santo rei Luiz IX do França, ascendente de S. A. Real pela reinante casa de Bourbon, o que foi um feliz presagio para os paulistas.

« Pela dilatada, enlaidonha, e em grande parte monstruosa estrada de 96 leguas, veio sempre S. A. Real recebendo as provas mais incontestaveis do amor e fidelidade que os brasileiros consagrão ás suas paternas virtudes, principalmente depois que entrou no territorio paulistano, onde este povo se esmerou, quanto cabia nas forças de uma provincia pobre, em fazer-lhe o mais pomposo reconhecimento e hospedagem, sobretudo nas villas de Guaratinguetá, Tabaté e Jacahoby; e por todas ellas S. A. Real veio espalhando a beneficencia e o mais terno agrado pelos seus subditos.

« S. A. Real pernitoitou a 24 na freguezia da Penha, á vista da cidade, e della só distante legua e meia; muitas pessoas concorrêrão logo alli no mesmo dia para terem a honra de o comprimentar, e quatro dos membros do governo, com dous ajudantes de ordena, o secretario do governo para o expediente, e muitas outras pessoas da primeira distincção da cidade, e que não estavam nella occupadas, forão buscar a S. A. Real na manhã do dito dia 25.

« S. A. Real, depois de ouvir missa na Penha, montou a cavallo, acompanhado do Exm. Luiz de Saldanha da Gama, filho do Exm. conde da Ponte, veador da Serenissima Sra. Princeza Real, e que serve de ministro de Estado interior a S. A. Real, do Illm. Dr. Bechior Pinto de Oliveira, deputado de cortes pela provincia de Minas-Geraes, de outros criados seus, da sua guarda de honra em grande uniforme, e composta em grande parte de paulistas, e depois della seguirão-se os membros do governo e todo o numerosissimo acompanhamento.

« Apenas S. A. Real foi avistado em distancia de quasi meia legua, amidadas gyrandolas vierão annunciando á cidade sua proxima chegada; então principiou a salvar um parque de 6 peças de artilharia, collocado em bateria na frente da igreja do convento do Carmo; e os sinos da cidade, em festivos repiques, annunciavão ao povo a ventura de que ia gozar. Ao passar S. A. Real o rio Taman-

datalhy, na ponte Franca, para entrar na cidade, o secretario do expediente deu os primeiros vivas, que foram correspondidos por innumeravel povo que alli se tinha apinhado.

« A tropa miliciana, commandada pelo coronel do 3º regimento de infantaria miliciana José Joaquim Cesar de Siqueira Lima, fazia alas desde a dita ponte até á Sé, e dahi até o collegio dos extinctos jesuitas, que serve de palacio do governo, aonde S. A. Real está hospedado.

« Este real Senhor, em cujo semblante sempre respeitavel transluzia a bondade de seu coração, e não a severidade de Carlos V em Gante, apeou-se no cimo da calçada do Carmo, onde fazia as portas da cidade um magestoso arco, armado de diferentes estofoes, ornado de galões e festões de flôres, que denotavam a alegria dos paulistas: em cima do dito arco estava collocada a figura de Paulista em attitudo de jubilo, com os seguintes versos:

- « Acolhe affectos, que nas almas crias,
- « Honra-me a condição, meu fado emenda,
- « E olhos serenos, como são teus dias,
- « Firmem ingenua, respeitosa offenda. »

« Aos lados do mesmo arco estavam personalizadas a verdade e a justiça; em cima dos pedestaes dous genios com as seguintes inscripções:

- « Corre a deusa de cem boccas
- « Pelo azul, filtrado mar;
- « N'outra esphera, n'outro clima,
- « Novos numes vai cantar.

- « Nossos prados reverdejam;
- « Já Ceres doura a campina
- « A' vista do par augusto,
- « Pedro excelso e Leopoldina. »

« Neste arco se achava a camara da cidade com seu estandarte, o presidida pelo juiz de fóra pela lei o capitão Bento José Leite Penteador, e mais vereadores que servião antes do dia 23 de Maio proximo passado, conforme a ordem que da Penha tinha mandado S. A. Real.

« O Exm. bispo diocesano D. Mathews de Abreu Pereira, respeitavel por suas virtudes e pela sua longa idade de 80 annos, vestido de pontifical com o seu cabido e clero, deu agua benta a S. A. Real, e, cantadas diante de um altar portatil as antiphonas e orações determinadas no ritual para semelhantes occasiões, acompanhou em solenne procissão até á Sé a S. A. Real, que ia debaixo de rico pallio, em cujas varas pegavam a camara e outros cidadãos para esse fim convidados.

« As ruas, por onde S. A. Real passou, estavam hordadas de immenso povo, e as janellas ricamente ornadas de sedas estavam cheias de senhoras, que davão mil vivas ao nosso heroe, e o cobrião de rosas e outras mimozas flôres.

« Ao entrar na praça da Sé passou S. A. Real por baixo de outro arco, que fingia ser de pedra e alludia a gloria do mesmo augusto Senhor; sobre o centro da cimalha estava collocada a figura de Minerva, que escudava as armas do reino unido; aos lados da mesma, sobre correspondentes pilstras, as figuras da lei, da liberdade, da felicidade e da paz; vião-se aos lados do arco dous obeliscos, que, ornados de trophéos, palmas e louros, tecavão os nomes de S. A. R. o Serenissimo Sr. Principe Regente D. Pedro de Alcantara, e de sua augusta esposa a Serenissima Sra. archiduqueza D. Maria Leopoldina, os quaes se vião gravados na sobredita cimalha. De um dos lados do arco estavam as seguintes inscripções:

- « Esteio do Brasil, Principe amavel,
- « Se a patria escudas, pacificas o orbe,
- « Se as ditas nossas dadivas são tuas,
- « Teu nome hobreará co'a eternidade.

- « Bem merece que a patria lhe levante
- « Em fino jaspe, ou brouze, alta memoria,
- « Ou que peito, que inspira amor da gloria,
- « Em premio a seu suor seu nome cante.

« Chegando á Sé, assentado S. A. Real em rico sitial de damasco carmezim, com muitas palmas, festões e flôres, que se lhe tinham preparado ao lado do bispo, e posto este na parte da epistola, cantou-se um solenne *Te-Deum* em acção de graças, acompanhado da melhor musica do paiz, regida pelo habil professor della o tenente coronel de milicias André da Silva Gomes, mestre da capella da Sé, professor regio de grammatica latina e membro do governo provisório, o qual, com outro membro do mesmo governo, o chefe de esquadra e intendente da marinha de Santos Miguel José de Oliveira Pinto, que servia de presidente interino, esperarão a S. A. Real na entrada da cidade.

« Acabado este solenne acto religioso se recolheu S. A. Real ao palacio entre os mesmos vivas e applausos de seus subditos, não já debaixo do pallio, mas precedido da camara, acompanhado da sua guarda de honra e numerosissimo acompanhamento. Ao entrar nesta praça passou por entre duas columnas, sobre cada uma das quaes se via a figura da Fama, annunciando a entrada de S. A. Real, e defronte do palacio havia uma galeria de ordem jonica, com dous coretos de musica instrumental; nelle estavam ao lado direito a figura da America, e ao esquerdo a da Europa; no centro, debaixo das armas do reino unido, estavam os seguintes versos de Virgilio:

*Princeps, ó Princeps, quæ te tam lucta tulerunt  
Secula? qui tanti Talen genuere Parentes?  
In freta dum fluvii current, dum montibus umbras  
Lustrabunt conveza, polus dum, sidera pascet:  
Semper Honos, Nomen que turum, laudes que manebunt.*

« Aos lados vião-se repetidas varias das proprias e patrioticas expressões de S. A. Real a beneficio do reino unido, e em particular do Brasil:—Contai com o vosso defensor perpetuo.—Brasileiros, firmeza, constancia, intrepidez na grande obra começada!—Eu pela minha nação estou prompto até a sacrificar a propria vida, que a par da salvação da patria é nada.—Viva o Sr. D. João! Viva a assembléa geral brasiliense! Viva a união luso-brasileira!—Em desempenho da minha honra e amor ao Brasil darei a vida pelo Brasil.—Avoguem a causa do Brasil ainda que contra mim seja.

« O palacio estava adornado da melhor tapeçaria que se pôde descobrir na cidade, e mobiliado com riqueza, tendo concorrido os seus moradores, a pedido do governo e por diligencia do tenente-coronel Antonio Maria Quartim, almoxarife da fazenda nacional, para a mais pomposa hospedagem de S. A. Real e sua familia.

« Na grande sala de audiencia, debaixo de docel, estava o retrato de Sua Magestade, em meio corpo, e a par della deu S. A. Real solenne beija-mão, que principiou pela camara, bispo e clero, e se seguiu o governo e mais pessoas sem precedencia, como S. A. Real declarára: este solennissimo acto finalizou por tres descargas da tropa miliciana, alternadas com salvas de artilharia e os vivas do estylo.

« A' noite se illuminarão a galeria que frontava o palacio, os arcos e todas as casas da cidade, com a melhor elegancia possivel, e por tres dias houve immenso fogo de artificio na frente da dita galeria. S. A. Real tem assistido á opera, onde sempre que entra é recebido pelos espectadores com applausos, como nos merecem sua real pessoa e altas qualidades. »

O *Espelho* n. 87 de 17 de Setembro de 1823 dá conta da chegada do Principe Regente á corte no dia 14 á noite.

« Com o maior jubilo damos os mais sinceros parabens aos honrados habitantes desta capital pela felicissima che-



gada do nosso augusto Príncipe Regente na noite de 14 do corrente, depois de uma velocíssima viagem da cidade de S. Paulo em cinco dias, havendo alli recebido as mais patrióticas demonstrações, de inabalável fidelidade dos fortes, e constantes paulistas, de que demos um esboço no precedente numero. E' inexplicavel o prazer, que reinou em todos os corações, em que um mez de saudade não tinha feito mais que arraigar sentimentos de affecto os mais bem merecidos, e mais justamente tributados.

« Na seguinte noite (15), dignando-se Sua Alteza Real e sua augusta consorte honrar com suas reaes presenças o theatro de S. João, apenas correu a cortina da tribuna, saltarão todos os espectadores os mais exaltados vivas, que difficilmente continhão no ancioso peito, e ajudando suas expressões com o ondear dos lenços, e com universaes palmas, era unisono o alvoroço, geral o applauso, e uma alegria tão facil de experimentar, como difficil de expressar, mostrava as bem fundas esperanças do Imperio Brasileiro no seu digno heróe e perpetuo defensor.

« O nosso coração era ainda agitado de tão forte abalo, quando no seguinte dia 16, pelas 9 horas da manhã, chegando Sua Alteza Real o Príncipe Regente, à praça do paço da cidade, resôirão os mesmos applausos, vivas, e todas as mais respeitosas demonstrações de amor e reverencia ás suas incomparaveis virtudes; a que Sua Alteza Real correspondeu agradecido, dando a beijar Sua Real mão a um grande concurso de pessoas das classes mais distintas.

« Os fogos de artificio a iluminação espontanea, e todos os mais signaes (inda escassos) de tão grande regosijo, acompanháão ambas as scenas, que havemos apontado; deixando á penna mais sublimo objecto tão dignos de seu apuro.

« Entretanto desejariamos perguntar aos inimigos do Brasil no meio dos extaticos transportes que animavão a todos os espectadores:

« Malvados? E' isto a facção! Loucos! Um Príncipe, que é amado desta sorte, pôde ser arrancado dos braços dos brasileiros? »

#### Noticias da Bahia e desaparecimento violento do « Constitucional » (ext. do—Espelho).

« Bahia, 31 de Agosto.—Acabou-se, finalmente, o *Constitucional*, e a maneira como é lastimavel! Sahio ultimamente esse periodico, que remetto (*Constitucional* de 21 de Agosto); porém, como nelle o seu redactor inserio duas cartas, sendo uma d'ellas do... Filarete; estimulou-se disto a officialidade da tropa, sendo o mais estimulado o Sr. Ruivo: chega á imprensa, acha o dono da casa, descompe-o, e, depois de o insultarem muito, puzão-lhe pelos cabellos da cara, dizendo-lhe que não se atrevesse a imprimir mais semelhante papel, pois do contrario que...

« Passão deste á casa do pobre Corte-Real (um dos redactores e vereador da camara), cercão-lhe a casa, e felizmente o não achão, o que o livrou de estar hoje morto; porém para provarem ao que são (sem respeito á sua familia) quebráão-lhe todos os moveis de casa, e fizerão, finalmente, que de semelhante homem se não saiba (Temos noticia que está no concavo)! Passarão ás casas, onde aquella folha se vendia, e não contentes com despedaçar todas as que encontráão, até maltratáão os pobres vendedores.

« Agora se descobrio (por denuncia) que a tropa fencionava deitar o governo abaixo. O *Madrasta* não annulo, e por isso diminuiu a affeição que lhe tinham os seus officiaes, dos quaes se falla que tentão depôr o mesmo Madeira, ficando em seu lugar o Ruivo Victorino, tenente-coronel. O caso é que o governo espera esse insulto qualquer dia.

« Bahia, 1.º de Setembro.—Hontem á tarde sahio para Lisboa o navio *Mercurio*, e leva a seu bordo um celebre Figueiró, procurador. Vai representar ao congresso que o estado do Brasil é uma facção, a qual se sepultará logo que mandem tropas para aqui, e um bloqueio para o Rio de Janeiro. Parece impossivel que os taes meus patrióticos (o escriptor d'europa) presenciem o estado em que se acha esta provincia, e maquiagem de tal maneira para a vêrem mais dilacerada!

« O representante nada influe, porque é homem que fez já uma morte á traição; foi já testemunha falsa, foi boleeiro de... e finalmente são pessimas as suas qualidades (Brevemente o veremos aclamado bememerito da patria, e ouvida com especial agrado a sua papeleta).

« O Sr. Madeira tem arrogado a si a autoridade de manda'r a marinha, de maneira que della faz quanto lhe parece, sem em nada ser ouvido o pobre governo civil, negando-lhe assim a representação que lhe é devida. »

«—Estas cartas (acrescenta o jornal), que, por não serem de brasileiro, estão longe de suspeita, não dão ainda uma perfeita idéa do barbaro despotismo daquelle pretor. Aquelles que tanto apregoão as bases da constituição, qual é aquella que não tem infringido? Direito de propriedade, segurança individual, liberdade de imprensa, divisão de poderes, são palavras óas de sentido em presença daquelles janizaros.

« O *Constitucional* era o unico periodico que se atrevia a lançar em rosto áquelles tyrannos sua arbitrariedade, sua injustiça, sua barbaridade. E que farião elles? Assenhão primeiro uma matilha de escriptores venaes, sem nome, sem luzes, tirados mesmo das filas; surgem *Sentinellas*, *Annalysadores* e tantos outros papeis, que fazem a vergonha da litteratura, para escollarem a *Idade de Ferro* e o *S. manarito*. Mas ainda isto não alterrou o patriotismo dos redactores do *Constitucional*. Suscitão-se embaraços na typographia, reduz-se a um terço o numero de folhas, multiplicão-se as despesas. Assim mesmo continúa aquelle siudo periodico.

« Assenhão-se muitas vezes as casas dos redactores; por toda a parte se fazem ameaças; desamparão seus lares, mas sustentão a causa da patria. E' preciso lançar mão do procedimento mais tolo, perseguindo, não já os escriptores escudados pela lei, mas o mesmo impressor e os innocentes vendedores.

« Defensores destes vandalas, elogi (segundo vosso costume) este arrojo contrario aos mais sagrados direitos; vossa penna nem por isso ficará mais profanada, nem a vergonha assemarrá aos vossos rostos.

« Para darmos mais clara idéa deste caso, copiaremos a carta, que tanto azedou ao Nuno Alvares da *Idade de Ferro*, e inserida no dito *Constitucional*, sentindo que os limites desta folha prendão tantas vezes a nossa penna. »

#### Artigo do—Espelho—de 20 de Setembro de 1822.

« Independencia ou morte! Eis o grito accorde de todos os brasileiros. Esta a voz da razão—supremo magistrado dos povos e dos principes—segundo a bella expressão de Mably. Depois que um juramento condicional (ainda que não fosse explicita a condição indispensavel de não se oppôr á prosperidade de cada um) conduziu sobre o Brasil uma alluvião de decretos injustos e cruéis; depois que uma facção arrogante, que prevaleceu no congresso da nação, atropellando deveres inaufervéis do cidadão, sacrificou ao seu orgulho e á sua ambição a união dos dous hemispherios, e os estreitos laços do parentesco e da amizade; desmascarados seus ardilosos projectos de quebrar a corôa, que o mais amavel dos reis, o Sr. D. João VI, puzera grato sobre a cabeça do Brasil, corôa que as luzes do seculo, e a virilidade que lhe davão suas riquezas e sua representação, tornavão de absoluta necessidade, era indispensavel que a America Portuguesa abrisse os olhos ás fúteis consequencia de seu demastado soffrimento.

« Entretanto, ufano com o penhor da sua prosperidade, o incomparavel Príncipe, que a Providencia e o amor do seu soberano puzerão á sua frente, parecia não vêr as tramas armadas contra a sua independencia. Inclinada a columna dos presumidos Archontes, com as vantagens, que passo a passo vão ganhando sobre nossos mais caros privilegios, interpretando por ignorancia, e talvez por bruteza, o que era effeito de nossa candura e boa fé, rompeu, finalmente, no mais absurdo dos projectos.

« Arrancar do seio do Brasil o seu estimado, o seu adorado Regente; collocar em todos os pontos a força armada sob um pretor independente e feroz, capaz de atropellar os direitos mais sagrados e de ensurdecer ao brado da natureza; crear phantasmas de governo sem força e sem recursos, sempre a bracos com pretenções exageradas e iniquas; sementar a discordia, empregando os europeus, não já nos cargos communs á nação, mas nos particulares do paiz, sendo unica excepção algum, que, renegando os sentimentos de brasileiro, fosse vedugo de seus proprios irmãos; tudo assenhava a mais descaçada ambição, o horriavel intent de recolonisar o Brasil.

« Debalde seus dignos representantes não incluo neste numero os infames Varella, Brandão, Beckman, Romualdo, França e outros) empregáão a verdade e a eloquencia para abrir os olhos destes fanáticos despotas; os deos das suas vozes ou se perdião nas abobadas do congresso, ou sómente servião de inflamar os espectadores comprados das galerias, para insultarem os representantes do Brasil com laldões, com escarneo e com a mais desenfreada licença.

« No meio desta manifesta sanha e culpada parcialidade se executão as horribéis scenas em Pernambuco, os abominaveis insultos na Bahia; os damnados intentos no Rio somente fructuão pela presença e incansavel actividade do heroico D. Pedro.

Governos iludidos ou francos envião submissas representações, provão sacrilegos attentados, supplicão promptas providências. Riso, mofa, desprezo ás suas representações, louvores, approvação, socorros aos nefandos executores de barbaridades inauditas!

« O Brasil então accordou do seu lethargo, conheceu que erradamente chamára leis a determinações sanguinarias; recordou-se do pensamento do illustre Mably: — uma lei injusta, sob qualquer nome que se lhe dê, deve tanto passar por uma lei, ainda quando um povo se lhe submettesse, como as drogas mortaes de um empirico ignorante por sandaveis remedios; — e resolveu na sua dignidade sacudir o peso que a opprimia.

« Os nobres esforços da provincia da Bahia, contrariados por indiscreta remessa de tropas, acabáráo de rasgar o véo (demasiado transparente), que cobria ainda a pouco as perversas tendências do congresso. Então o perpetuo defensor do Brasil conheceu que erão justos os clamores do povo fiel, que preferia um inimigo declarado a um amigo traidor; que a excessiva paciência inculcava fraqueza; que era tempo de desenvolver os recursos que o patriotismo offerece contra a escravidão; pôz-se á frente do Brasil que o adora, e um grito universal proclamou: — independencia ou morte!

« Assanhados sectarios de escravisação do Brasil, eis-aqui a vossa obra. Não vos agradecemos a pressardes este momento, que a ordem de cousas infallivelmente havia de trazer, segundo a predição dos politicos mais atilados. Vossa insolencia, vossa imprudencia, encurtou a esdêa que nos prendia. Não é já tempo de uma nação rica ser escrava de uma pobre, um torreno immenso receber leis de um estreito circulo, um povo generoso ser tratado como rebocho.

« O invicto Principe que nos rege nunca beijará o supedâneo do throno dos despotas que tyrannisão Portugal. Fazei, como quizerdes, o calculo das nossas forças; não pretendemos exagera-las; mas eis em summa a nossa decisão: — não vos tememos. Na divisa que adorna os nossos braços temos expressados os nossos votos, o voto unanime de todos os brasileiros, que amão a sua patria e ao seu Principe. E se algum houver, que, por fraqueza — o proprio reino queira vêr sujeito — bastará lembrar-lhe as virtudes do magnanimo regente e citar os versos do nosso epico:

« Rei tendes tal, que, se o valor tiverdes  
« Igual ao rei, que agora alevantastes.  
« Desbaratareis tudo o que quizerdes. »

#### Pernambuco.

« Tivemos a satisfação de lêr a proclamação do governo desta bella provincia, mostrando sua inabalavel adhesão á santa causa do Brasil, e constante resistencia aos inimigos que o pretendem escravisar. O valor dos briosos pernambucanos não podia soffrer os pesados ferros com que nos ameação. União e constancia são nossas ancoras. O invicto regente é a nossa mais firme esperanza. Independencia ou morte nossa divisa e nossa gloria.

« Pará e Maranhão (segundo noticias muy recentes) não hesitão entre disfarçada escravidão e nobre independencia, e bem depressa teremos a expressão de seus generosos sentimentos. Só a maldadada Bahia soffre violencias, roubos e estragos!! Em premio de ser a primeira que jurou a constituição! Como o innocente, que estende os braços e festeja com riso carinhoso o barbaro algoz que vai assassina-lo! Onde estão os raios! Onde a vingança!... Ah! o momento se aproxima... Esperemos ansiosos o resultado do mais resolutio patriotismo e do mais denodado entusiasmo.

#### Proclamação.

« Estão fixados os nossos venturosos destinos! Espiritos orgulhosos e desorganizadores desde o mundo velho apurão a nossa paciência! Andazes e insolentes desafiáráo a nossa indignação! Mas um Principe incomparavel nos indemnisa de tantos máos feitos; elle conhece o nosso valor e brio; elle se sacrificaria todo em nossa defesa; adquirimos maior gloria em nos unirmos a elle do que perdemos nos improperios com que nos ultrajáráo. Viva o Principe regente constitucional!

« Vede, amados concidadãos, que a ingratitude é a mais vil das paixões; não sejamos ingrato ao ramo bragantino, que, salvando a realza dos improperios, salva a honra e a gloria brasiliense. Viva a dynastia de Bragança!

« Proclamou-se-nos outrora uma constituição, e patenteou-se-nos aurea porta para o grande passo da appetecida liberdade; e quando vamos a querer entrar e gozar quizerão agri-lhar-nos os pulsos! Mas o heroe brasiliense, nosso amigo, não consente; offerece-nos constituição amiga: abracemo-la.

Corramos a cooperar com elle para edificarmos o grande edificio da nossa felicidade.

« A's armas, pois, amados concidadãos, para sustentar a nossa gloria. A' assembléa geral para firmar nossos direitos. Se não vos fallámos tão claro ha mais tempo foi porque conhecemos que o grande genio tutelar do Brasil tambem até agora mostrava ainda esperar alguma emenda nos attentadores contra a nossa liberdade, e nisto mesmo lho obedeciamos e o seguíamos.

« Eia, pois, amados concidadãos; união e mais união! Systema constitucional é só o que nos convem. Adhesão e firmeza com o nosso constitucional e amavel Principe é só o que nos pôde salvar. O primeiro ponto que se separar será o primeiro escravizado; o que assim o fizer arrastará após de si o perigo dos outros, attrahirá sobre si as maldições dos presentes e futuros brasileiros. União, obediencia e ordem. Viva, pois, a união brasiliense! Viva a santa religião! Viva o Sr. D. João VI, nosso bom rei constitucional! Viva o Principe regente constitucional e perpetuo defensor do Brasil! — Gervasio Pires Ferreira, presidente. — Bento José da Costa. — Joaquim José de Miranda. — Manoel Ignacio de Carvalho. — Felipe Nery Ferreira. — Antonio José Victoriano Borges da Fonseca. — Laurentino Antonio Moreira de Carvalho, secretario. »

#### São eleitos os deputados pelo Rio de Janeiro no dia 22 de Setembro.

« As paixões têm a mesma sorte do mar; sem contradicção dormem tranquillas; combatidas, ostentão a sua força e tomão a maior elevação. O amor da liberdade, que sabresahe a todas as outras paixões, ostenta de uma maneira mais imperiosa toda a sua ufania, quando mãos imprudentes acceão com os ferros do despotismo. Tal é o magestoso quadro que o Brasil hoje offerece em sua soberba altitude; tal a pomposa perspectiva que vai offerecer ás nações.

« As molas do seu patriotismo, comprimidas violentamente pelo partido dominante do congresso, resaltão com energia capaz de esmagar quanto se lhe oppuzer. Expressa altamente a sua vontade de intima união entre todas as provincias, de inseparavel adhesão ao seu augusto defensor e de soberana representação nacional, como mananciaes abundantissimos da sua prosperidade e grandeza, cada momento que se lhe retardão estes preciosos bens é marcado com inquieta impaciencia, e seguido do pungente di-sabor.

« Uma vez contrapondo ás insultantes propostas, e ás indiscretas ameaças de furiosos despotas os mais profundos sentimentos de veneração e respeito, e os mais afflicados votos de derramar em sua defesa todo o sangue que gyra nas veias, suffoca com difficuldade os brados da gratidão, sendo as mais positivas recommendações muy fraco dique á torrente do seu amor, outras, vendo assomar a aurora da sua grandeza, rompe em decisivas demonstrações de um jubilo senhoril de verdadeiros constitucionaes, zelosos de seus direitos e amantes do seu paiz.

« Estes ligeiros traços têm manifesta allusão ao memoravel dia 22 de Setembro, cujos acontecimentos, superiores aos demais esforços de um genio acanhado, demandão mais apurada penna. Fixado para o apuramento dos votos dos deputados desta provincia, tão ansiosamente esperado, começou a rair este dia de prazer, com os signaes mais ostensivos do publico alvoroço.

« Na sala da livreria do mosteiro de S. Bento, o senado da camara, presidido pelo desembargador juiz de fóra José Clemente Pereira, em presença dos electores da capital e dos homens bons, procedeu á mencionada apuração, na fórma indicada nas instrucções de 16 de Junho, e tiveram fortuna da pluralidade de votas os Exms. Srs. barão de Santo Amaro, Dr. Agostinho Corrêa da Silva Goulão, Manoel José de Souza França, Joaquim Gonçalves Ledo, Manoel Jacintho Nogueira da Gama, Antonio Luiz Pereira da Cunha, o bispo diocesano e Jacintho Furtado de Mendonça, por haverem obtido o primeiro 166 votos, o segundo 147, o terceiro 143, o quarto 131, o quinto 126, o sexto 112, o setimo 108 e o oitavo 106.

« Lavrada e assignada a competente acta, trasladadas e entregues as copias que servem de diplomas, sahio do dito mosteiro a magestosa procissão, precedida pelo estandarte da camara, levado por um cidadão, e em duas alas os electores, entre os quaes os Exms. deputados, seguidos pela camara. Acompanhava uma banda de musica de um dos batalhões, e precedia outra.

« Estávão as ruas juncadas de folhas aromaticas, as janellas adornadas de sedas de varias cores, com grande concurso de espectadores, que lançavão flores, frequentes fogos do ar, repiques de sinos, e todas as maiores demonstrações de alvoroço universal, sobresahindo a geral alegria com que rompião nos mais exaltados vivas.

« Chegada a procissão á real capella, onde foi recebida pelo

cabido, e, paramentado o Exm. bispo capellão-mór, entou o mesmo o *Te-Deum*, que foi cantado pelos músicos da mesma capella, e a que se seguirão as orações do costume, terminando este acto com uma salva.

« Estas tão patrióticos festejos não terminarão com a luz do dia. Ainda que este vira exercitar nobres acções de caridade no soccorro dos presos, na dotação de orphãs, e outros muitos a que dignos escriptores renderão os devidos tributos de louvor, a noite procurou exceder (se fosse possível) a gloria do dia.

« Na praça da Constituição estavam armados quatro coretos, onde músicos habéis executavam mui agradáveis peças e cantavam os hymnos, sendo sempre succedidos por vivas á nossa independencia, á nossa constituição, ao augusto defensor do reino do Brasil e a outros dignos objectos, estando illuminados com elegancia todos os edificios desta bella praça (assim como os de toda a cidade). Diremos alguma coisa sobre o interior do theatro, se podem expressões (ainda mais sublimes) rastejar tão grande assumpto.

« Estava o theatro illuminado com gosto e profusão de luzes, e distinguia-se immediata á real tribuna uma varanda, composta de tres camarotes forrados de seda e ouro, e mobilado com riqueza e elegancia, destinado aos Exms. deputados. Era innumeravel o concurso, assim nos camarotes, como na platéa. Chegados SS. AA. RR. o Principe Regente e sua augusta consorte (que forão de grande gala), um grito instantaneo e universal, dando ao augusto Principe Regente o titulo, que não cabia nos corações, do Imperador do Brasil, e que era a sincera expressão de todos os votos, continuou por muito tempo em universaes vivas, assim a este dignissimo objecto da nossa veneração e á sua real consorte, como á independencia do Brasil, aos Exms. deputados e aos assumptos que enthusiasmo nossos fideis corações.

« Repetirão-se muitos versos analogos. Redobrarão-se as demonstrações de applauso e de alegria, e em um extase de patriotismo os animos de todos se julgavão transportados ao suspirado dia 12 de Outubro!...

#### Edições.

« O senado da camara faz saber ao povo e tropa desta cidade que, tendo previsto que era vontade unanime de todos acclamar Imperador constitucional do Brasil a S. A. R. o Principe; deseyando acutelar que algum passo precipitado apresentasse com as cores do partido faccioso um acto, que a vontade de todo o Brasil requor, e que por esta razão, e pela importancia de suas consequencias, deve apparecer á face do mundo inteiro revestido das formulas solemnes, que estão reconhecidas por enunciativa da vontade unanime dos povos, tem principiado a dar as providencias necessarias para que a acclamação de S. A. Real se faça solememente no dia 12 de Outubro, natalicio do mesmo Senhor, não só nesta capital, mas em todas as villas desta provincia, e tem justos motivos para esperar que a maior parte das provincias colligadas pratiquem outro tanto no mesmo fausto dia.

« E porque será muito importante á causa do Brasil, muito glorioso ao acerto com que este vai dirigindo a grande obra da sua independencia, e de muita admiração, finalmente, para os povos expectadores, se no mesmo dia 12 de Outubro fôr S. A. Real acclamado Imperador constitucional do Brasil solememente em todas, ou quasi todas as suas provincias, roga o mesmo senado ao povo e tropa desta cidade que suspendão os transportes do seu enthusiasmo até o expressado dia; e ao mesmo tempo os convida para que, unido-se a elle, o acompanhem a fazer solemne, grande e glorioso tão importante acto. Rio de Janeiro, 21 de Setembro de 1822. — José Clemente Pereira. »

« O senado da camara desta cidade, em cumprimento de uma portaria da secretaria de Estado dos negocios do reino na data de 20 do corrente, manda publicar por bando o decreto do teor seguinte decreto:

« Poderão acontecer que existão ainda no Brasil dissidentes da grande causa da sua independencia politica, que os povos proclamaram e eu jurei defender, os quaes, ou por crassa ignorancia, ou por cego fanatismo pelas antigas opiniões, espalhem rumores nocivos á união e tranquillidade de todos os bons brasileiros, e até mesmo ossem formar proselytos de seus erros; cumpre imperiosamente atalhar ou prevenir este mal, separando os perigos, expurgando dellas o Brasil para que as suas acções, e a linguagem das suas opiniões depravadas, não irritem os bons e livres brasileiros a ponto de se atear a guerra civil, que tanto me esmero em evitar; e porque eu deseo sempre aliar a bondade com a justiça e com a salvação pu-

blica, suprema lei das nações, hei por bem, e com o parecer do meu conselho de Estado, ordenar o seguinte: fica concedida amnistia geral para todas as passadas opiniões politicas até á data deste meu real decreto, excluidos todavia della aquelles que já se acharem presos e em processo.

« Todo o portuguez europeu ou brasileiro, que abraçar o actual systema do Brasil, e estiver prompto para defendê-lo, usará, por distincção, da flor verde dentro do angulo de ouro, no braço esquerdo, com a legenda—*independencia ou morte*. Todo aquelle, porém, que não quizer abraça-lo, não devendo participar com os bons cidadãos dos beneficios da sociedade, cujos direitos não respeita, deverá sair do lugar em que reside dentro de 30 dias, e do Brasil dentro de 4 mezes nas cidades centraes, e dous mezes nas maritimas, contados do dia em que fôr publicado este meu real decreto nas respectivas provincias do Brasil em que residir, ficando obrigado a solicitar o competente passaporte.

« Se entretanto, porém, atacar o dito systema e a sagrada causa do Brasil, ou de palavra, ou por escripto, será processado summariamente e punido com todo o rigor que as leis impoem aos réos da lesa nação e perturbadores da tranquillidade publica.

« Nestas mesmas penas incorrerá todo aquelle que, ficando no reino do Brasil, commetter igual attentado.

« José Bonifacio de Andrada e Silva, do meu conselho de Estado, e do conselho de S. M. Fidelissima el-rei o Sr. D. João VI, e meu ministro e secretario de Estado dos negocios do reino e estrangeiros, assim o tenho entendido e faço executar, mandando-o publicar, correr e expedir por copia aos governos provinciaes do reino do Brasil. Palacio do Rio de Janeiro, 18 de Setembro de 1822 (Com a rubrica de S. A. R. o Principe Regente). — José Bonifacio de Andrada e Silva.

« E para constar se mandou publicar e affixar o presente edital nos lugares do costume. Rio, 21 de Setembro de 1822. — José Clemente Pereira. »

#### Carta que Sua Magestade dirige a S. A. R. o Principe Regente do Brasil e seu defensor perpetuo.

« Meu filho.—Não tenho respondido ás tuas cartas por se terem demorado as ordens das côrtes; agora receberás os seus decretos, e te recomendo a sua observancia e obediencia ás ordens que recebes, porque assim ganharás a estimação dos portuguezes, que um dia has de governar, e é necessario que lhes des decididas provas de amor pela nação.

« Quando escreveres lembra-te que és um principe e que os teus escriptos são vistos por todo o mundo, e debes ter cautela não só no que dizes, mas tambem no modo de te explicares. Toda a familia real estamos bons; resta-me abençoar-te, como pai que muito te ama. — João.

« Paço de Queluz, em 3 de Agosto de 1822. »

#### Resposta de S. A. Real.

« Rio, 22 de Setembro de 1822.

« Meu pai e Senhor.—Tive a honra de receber de Vossa Magestade uma carta datada de 3 de Agosto, na qual Vossa Magestade me reprehende pelo meu modo de escrever e fallar da facção luso-hespanhola (se Vossa Magestade me permite, eu e meus irmãos brasileiros lamentamos muito e muito o estado de coacção em que Vossa Magestade jaz sepultado); eu não tenho outro modo de escrever, e como o verso era para ser medido pelos infames deputados europeus e brasileiros do partido dessas despoticas côrtes executivas, legislativas e judicarias, cumpria ser assim; e como eu agora, mais bem informado, sei que Vossa Magestade está pontivamente preso, crevo (esta ultima carta sobre questões já decididas pelos brasileiros) do mesmo modo por que, com com perfeito conhecimento de causa estou capacitado que o estado de coacção, a que Vossa Magestade se acha reduzido, é que o faz obrar bem contrariamente ao seu liberal genio. Deos nos livrasse se outra coisa pensassemos.

« Embora se decreta a minha desherdação, embora se commettão todos os attentados que em clubs carbonarios forem forçados, a causa santa não retrogradará, e eu antes de morrer direi aos meus caros brasileiros: Vede o fim de quem se expoz pela patria; imitai-me.

« Vossa Magestade manda-me, que digo! mandão as côrtes por Vossa Magestade que eu faça executar e execute seus decretos; para eu os fazer executar e execute-os era necessario que nós brasileiros livres obedecessemos á facção: respondemos em duas palavras: Não queremos.

« Se o povo de Portugal teve direito de se constituir—revolucionariamente—está claro que o povo do Brasil o tem dobrado, porque se vai constituindo, respeitando-me a mim e ás autoridades estabelecidas.



« Firme nestes inabaláveis princípios, digo (tomando a Deus por testemunha e ao mundo inteiro), a essa causa sangüinaria, que eu, como Príncipe Regente do reino do Brasil e seu defensor perpetuo, hei por bem declarar todos os decretos pretéritos dessas facciosas, horrosas, machiavélicas, desorganisadoras, hediondas e pestíferas côrtes, que ainda não mandei executar, e todos os mais que fizerem para o Brasil, nulos, irritos, inexequíveis, e como tais com um veto absoluto, que é sustentado pelos brasileiros todos, que, unidos a mim, me ajudão a dizer: De Portugal nada, nada; não queremos nada.

« Se esta declaração não franca irritar mais os animos desses lusos-hepanhões, que mandem tropa aguerrida e ensaiada na guerra civil, que lhe faremos ver qual é o valor brasileiro. Se por descuido se atreverem a contrariar nossa santa causa, em breve verão o mar coalhado de corsários, e a miséria, a fome e tudo quanto lhes podemos dar em troco de tantos benefícios, será praticado contra esses coripeus; mas que! quando os desgraçados portuguezes os conhecerem bem, elles lhes darão o justo premio.

« Jazemos por muito tempo nas trevas; hoje vemos a luz. Se Vossa Magestade cá estivesse seria respeitado, e então veria que o povo brasileiro, sabendo prezar sua liberdade e independência, se empenha em respeitar a autoridade real, pois não é um bando de vis carbonários, e assassinos, como os que tem a Vossa Magestade no mais ignominioso cativeiro.

« Triunpha e triumphará a independência brasileira, ou a morte nos ha de custar.

« O Brasil será escravizado, mas os brasileiros não; porque enquanto houver sangue em nossas veias ha de correr, e primeiramente hão de conhecer melhor o—Rapazinho—e até que ponto chega a sua capacidade, apesar de não ter viajado pelas côrtes estrangeiras.

« Peço a Vossa Magestade que me le apresente esta ás côrtes! As côrtes, que nunca foram geraes, e que são hoje em dia só de Lisboa, para que tenham com que se divertão, e gastem ainda um par de moedas a esse thesouro thesouro.

« Deus guarde a preciosa vida e saúde de Vossa Magestade, como todos nós brasileiros desejamos.

« Sou de Vossa Magestade, com todo o respeito, filho, que muito o ama e subdito que muito o venera.—Pedro. »

«—A enérgica resposta do magnanimo Príncipe (diz o *Espectador*), dirigida aos facciosos que traçãrão a carta precedente, abusando do estado de prisão e perfeita coação em que tyrannicamente conservão o Sr. D. João VI, acabará de dissipar as frivolas esperanças que ainda lhes inspirão e fomentão os inimigos da santa causa do Brasil.

« Seus projectos de anihilação se quebrão contra este rochedo inabalavel. E nós, afortunados brasileiros, tendo á nossa frente o heroe, que nos honra com o doce nome de nosso irmão, saberemos sustentar a sua gloria e a nossa independência contra os insensatos ataques de nossos assenhados contrarios, contente cada um de dar a vida

« .... por mandado

« De um rei que temos alto e sublimado. »

« A seguinte proclamação, com que S. A. Real se despedio dos paulistas, é ainda mais uma prova da nobreza dos seus sentimentos e do constante affecto aos seus brasileiros.

### Proclamação.

« Honrados paulistanos!—O amor que eu consagro ao Brasil em geral e á vossa provincia em particular, por ser aquella que perante mim e o mundo inteiro fez conhecer primeiro que todas o systema machiavelico, desorganisador e faccioso das côrtes de Lisboa, me obrigou a vir entre vós fazer consolidar a fraternal união e tranquillidade, que vacillava e era ameaçada por desorganisadores, que em breve conhecerão, fechada que seja a devassa e que mandei proceder.

« Quando eu, mais que contente, estava junto de vós, chegão noticias que de Lisboa os traidores da nação, os infames deputados pretendem fazer atacar ao Brasil, e tirar lhe do seu seu defensor. Cumpre-me, como tal, tomar todas as medidas que minha imaginação me suggerir; e para que estas sejam tomadas com aquella madureza que em tais crises se requer, sou obrigado, para servir ao meu idolo, o Brasil, a separar-me de vós (o que muito sinto), indo para o Rio ouvir meus conselheiros e providenciar sobre negocios de tão alta monta. Eu vos asseguro que coisa nenhuma me poderia ser mais sensivel do que o golpe que minh'alma soffre, separando-me de meus paulistanos, a quem o Brasil e eu devemos os bens que gozamos, e esperamos gozar de uma constituição liberal e judiciosa.

« Agora, paulistanos, só vos resta conservardes união entre vós, não só por ser esse o dever de todos os bons brasileiros,

mas tambem porque a nossa patria está ameaçada de soffrer uma guerra, que, não só nos ha de ser feita pelas tropas que de Portugal forem mandadas, mas igualmente pelos seus servís partidistas e vis em isanios, que entre nós existem atraçoando-nos. Quando as autoridades vos não administrarem aquella justiça imparcial, que dellas deve ser inseparavel, representai-me, que eu providenciarei. A divisa do Brasil deve ser—Independencia ou morte. Sabei que quando trato da causa publica não tenho amigos e validos em occasião alguma.

« Existi tranquillis; precautelai-vos dos facciosos sectarios das côrtes de Lisboa, e contaí em toda a occasião com o vosso defensor perpetuo. Faço, em 8 de Setembro de 1822.—Príncipe Regente. »

### Movimento da tropa em Pernambuco e deposição do governo.

« *Termo de ajuntamento da tropa e povo neste senado para o que nellhe se contém.*—Aos 17 dias do mez de Setembro de 1822 annos, nesta villa do Recife e paços do conselho della, ahi se ajuntarão os actuaes juiz de fora pela lei, vereadores e procuradores abaixo assignados, por serem convocados pela força armada e povo, e, sendo ahi, se apresentou, como commandante da força armada, o capitão Pedro da Silva Pedrosa, e disse que a força armada e o povo, que se achavão presentes, tinham deposto o actual governo desta provincia, por ter officiado a S. A. Real o Príncipe Regente e defensor perpetuo do Brasil contra a tropa e povo desta villa, tratando-os de facciosos pelo acontecimento do 1.º de Junho, o que, ouvido por este senado, respondeu que elle era um mero órgão do povo, e que só servia de patenear a sua vontade quando era requerido, e que por isso receberia os seus votos até que S. A. Real não mandasse o contrario, ao que responderão que já tinham officiado á junta eleitoral de Olinda para se nomear um governo legal por todos os electores desta provincia, que por isso só querião nomear um governo temporario, até que no ajuntamento dos electores se eligesse o que deve ficar permanente, enquanto S. A. Real não mandar o contrario, e requererão mais que devia ser o dito governo temporario de cinco membros, inclusive presidente e secretario, apesar deste senado ter opinado que bastava um governo interno de tres membros, como manda a lei; mas, sendo convencido pela opinião da força armada e povo, se procedeu a votos para o governo de cinco membros, e sahio para presidente Francisco de Paula Gomes dos Santos, com 81 votos, para secretario José Mariano de Albuquerque, com 87 votos, e para membros o padre Ignacio de Almeida Fortuna, com 74 votos, o tenente-coronel Thomé Fernandes Madeira, com 55, Felipe Nery Ferreira, com 42, aos quaes se dirigirão participações para irem á camara da capital tomar a posse do estylo; e para de tudo constar mandarão fazer este termo em que assignarão com a força armada e povo; e eu José Maria de Albuquerque e Mello, escrivão da camara, o escrevi.—Monteiro.—Lacerda.—Peixoto.—Carneiro.—Castro.

« Seguem-se as assignaturas da tropa e povo.

« Está conforme. Recife, 20 de Setembro de 1822.—José Maria de Albuquerque e Mello, escrivão da camara, escrevi e assignei.—José Maria de Albuquerque e Mello. »

*Circular a todas as camaras e capitães-môres das comarcas de Olinda e Recife, e a todos os commandantes dos corpos de 1.ª e 2.ª linha desta provincia, com as pequenas differenças que são relativas a cada um destes destinos.*

« O governo temporario da provincia de Pernambuco, eleito pelo voto geral do povo e tropa desta praça, para sustentar as rêdeas da administração publicã, no entanto que pelos electores de todas as parochias se haja de erigir aquelle que ha de provisoriamente governar, até que S. A. R. o Príncipe Regente do Brasil outra coisa determine, faz saber a VV. SS. que no dia de hoje tomou a sua posse, a qual lhe foi conferida pelo senado da camara da capital, e achando-se no exercicio de suas funções recommenda a essa camara que faça scientes deste acontecimento aos povos do seu districto, instruido-os dos importantes motivos que occasionarão esta mudança, para cujo effeito lhes publicará o impresso, que com este vai junto; e espera este governo que VV. SS., cooperando quanto esteja da sua parte para se conseguir o fim a que nos propomos, da felicidade da patria, cuide de animar e tranquillisar os habitantes do seu termo, desviando todo o receio de que possam estar preoccupados relativamente á causa que tão gloriozamente abraçamos e protestamos a VV. SS. Palacio do governo de Pernambuco, 18 de Setembro de 1822.—Presidente, Francisco de Paula Gomes dos Santos.—Thomé Fernandes Madeira.—



Ignacio de Almeida Fortuna.—Secretario, José Mariano de Albuquerque Cavalcante.

« Ilms. Srs. presidente e membros do senado da camara de... »

« N. B. Aos commandantes dos corpos de 1.ª e 2.ª linha se accrescentou o seguinte :

« Outrosim participamos a V. S. que pelo mesmo povo e tropa foi aclamado, e reconhecido governador das armas da provincia o Sr. Pedro da Silva Pedrosa, para que V. S. fique nessa intelligencia, e o faça saber ao dito seu corpo. »

« Ilms. Srs. do collegio eleitoral de Olinda.—A' sala deste governo veio uma deputação de quatro officiaes, em nome dos quatro corpos da 1.ª linha desta praça, e nos indicarão que os seus corpos se achavam formados, afim de proteger as deliberações dessa junta eleitoral, relativamente á deposição de alguns membros desta junta provisoria, que pôde ser desagradavel qualquer opposição que se pretenda fazer, afim de obstar a esta pretensão; roga a VV. SS. queirão condescender em tudo o que for relativo á mudança deste governo, pois que todos os membros d'elle instantemente pedem a sua demissão.

« Em nome de S. A. R. o Principe Regente e perpetuo defensor do Brasil, e de todo o povo da provincia, vai esta junta recomendar a VV. SS. a paz e a ordem em todas as deliberações dessa respeitavel junta eleitoral.

« Deos guarde a VV. SS. Palacio da junta provisoria do governo da provincia de Pernambuco, 16 de Setembro de 1822.—Manoel Ignacio de Carvalho, pro-presidente.—Bento José da Costa.—Joaquim José de Miranda.—Felippe Nery Ferreira.—Laurentino Antonio Moreira de Carvalho, secretario. »

# O governo temporario da provincia de Pernambuco aos habitantes da mesma.

« Honrados compatriotas!—Entrando nós na ardua tarefa de que fomos encarregados pelo povo e tropa desta praça, de dirigir o andamento dos negocios da provincia no curto intervallo de poucos dias, no fim dos quaes se ha de solememente eleger por todos os electores do parochia vossos legitimos representantes, aquelle governo provisorio que nos ha de reger enquanto S. A. R. o Principe Regente do Brasil o consentir; é de nosso primeiro dever protestar-vos o decidido empenho em que estamos de promover a ordem e tranquillidade publica durante o tempo da nossa arriscada commissão; não vos devemos ser desconhecidas as causas que motivarão a mudança daquelle governo, que até agora vos regera, enquanto estaveis determinados a seguir um systema, que, não sendo o mesmo que hoje tendes jurado, é mister haja á testa da governança publica pessoas que mereçam a vossa confiança; o governo temporario, não se podendo lisongear de a possuir naquella grão que desejára, contudo não cede o passo em acrysolan patriotismo e sincera adhesão á causa da patria, e porque lhe falhe aquella copia de luzes, necessaria para o exacto desempenho dos seus sagrados deveres, espera daquelles seus concidadãos, que o quizerem coadjuvar, lhe hajão de dirigir as suas representações e communicar as suas idéas por escripto, na certeza de que lhes serão acceitas do melhor grado, bem como tambem já com a sua coopeção, e meios que estiverem á sua disposição para se conseguir o importante fim da salvação da patria, á qual com todas as nossas forças nos devemos sacrificar.

« Palacio do governo de Pernambuco, 18 de Setembro de 1822.—Presidente, Francisco de Paula Gomes dos Santos.—Ignacio de Almeida Fortuna.—Thomé Fernandes Madeira.—Secretario, José Mariano de Albuquerque Cavalcante. »

« Outros artigos que não copiamos (continua o Espelho) têm por objecto promover a eleição da junta provisoria, o protesto dos membros da junta deposta Felippe Nery Ferreira, Joaquim José de Miranda, Antonio José Victoriano Borges da Fonseca e Manuel Ignacio de Carvalho, uma proclamação do primeiro, termo de posse do governo temporario, outro protesto de Gervasio, dirigido á junta eleitoral de Olinda, um manifesto do novo governo, etc.

« Com effeito installou-se o mencionado governo, e foram nomeados :

- « Presidente, Afonso de Albuquerque Maranhão.
- « Secretario, José Mariano Cavalcante de Albuquerque.
- « Membro, Francisco Paes Barreto, morgado do Cabo.
- « Vogaes, Francisco de Paula Gomes, João Nepomuceno, senhor do engenho Carahú, Manuel Ignacio de Mello, tenente-coronel de milicias, Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque.

« O deputado por Pernambuco ás côrtes de Lisboa Manoel Zeferino dos Santos, escrevendo a um seu amigo, membro do antigo governo, lhe diz em um P. N. o seguinte :

« Agora, á minha janelia, vi dous homens, que, por terem a bigode, creio serem, officiaes, e tiveram esta conversa : « A expedição sabe por estes dous dias; deve tocar em Pernambuco; se lá nos não quizerem receber vamos á Bahia, e de lá nos iremos avistar com os Srs pernambucanos pela parte do sul, onde temos grande partido; espero regalar-me com boas terras e com as melhores moças que apparecerem, e depois iremos a Parnaguá.

« Assim fallarão aquelles desasazados, que não puderão encobrir seus nefandos designios. *Quod Dii omnia avertant.* « Esperamos que sejam frustradas suas tenções pelo valor dos pernambucanos e bahianos, que farão a estes Verres o reconhecimento que merecem. »

## O SR. D. PEDRO DE ALCANTARA (1.º IMPERADOR DO BRASIL) ANTES DE SUA ACCLAMAÇÃO, ENTRA NA MAÇONARIA.—INTRIGAS QUE HOVERÃO ENTRE O GRANDE ORIENTE E O APOSTOLADO.

Installado o Grande Oriente, no dia 24 de Junho de 1822, tendo por base as tres lojas antigas, Commercio e Artes fundada em 24 de Junho de 1813, Esperança de Nictheroy e União e Tranquillidade, subdivisões da primeira, foi eleito grão-mestre o conselheiro José Bonifacio de Andrada e Silva, que occupava o cargo de primeiro ministro do reino do Brasil, na regencia do Sr. D. Pedro, e, ao mesmo grão-mestre, foram apresentados os planos para a independencia do Brasil, para o que já de ante-mão trabalhava a loja Commercio e Artes, como consta das actas originaes, que tenho aqui presentes; e o grão-mestre que já conservava os mesmos sentimentos pela independencia do Brasil, os adoptou, e se poz com outros cidadãos prestimosos, á frente do movimento já principiado: no que tambem concordou seu irmão Martim Francisco. Foram então filiadas e iniciadas muitas pessoas proeminentes na politica, e de reconhecida instrucção.

Por proposta do grão-mestre José Bonifacio, foi apresentado á maçonaria o Principe Regente o Sr. D. Pedro de Alcantara, sendo acompanhado ao edificio pelo coronel Luiz Pereira da Nobrega e recebido á porta pelo (hoje) conselheiro João Martins Lourenço Vianna, onde, reconhecido, é proclamado membro effectivo da loja Commercio e Artes. Tendo depois elevado-se em grão, foi em uma assembléa do povo maçonico o Sr. D. Pedro proclamado grão-mestre da ordem, cujo malhete recebeu. José Bonifacio, que não assistio áquella sessão, ou antes gente, que o cercava, não gostou deste acontecimento, porque via enfraquecer a sua influencia politica, e preponderancia.

Na occasião em que o Sr. D. Pedro foi proclamado Grão-Mestre da maçonaria no Brasil, o general Domingos Alves Branco Muniz Barreto, orador da loja Commercio e Artes, recitou o discurso que aqui transcrevo do proprio original manuscripto que para em meu poder, e que é concebido nestes termos :

« Respeitavel grão-mestre e illustre assembléa.—O que sabe, ensina; o prudente, governe; e o sabio, reze. São axiomas do sempre memoravel Marquez de Pombal.

« Não podendo haver justa liberdade, nem podendo existir algum povo que possa chamar-se livre sem que tenha o direito de petição, e de exprimir as suas idéas e os seus pensamentos, direito que, sendo imprescriptivel e inalienavel, só nos Estados onde rege o despotismo não é respeitado; não posso, portanto, tener perante vós, Senhor, que em tantas e tão differentes formas tendes manifestado todos os vossos assíduos desvelos e fadigas a prol da liberdade constitucional, e da melhor ventura nacional brasileira, o exprimir sem receio os meus pensamentos.

« Bem sei de alguns, que para seus sinistros fins particula-

res, perfidamente buscando minar o edificio constitucional, andão, ao que parece, apostados a semear zizania, pretendendo introduzir entre nós a discordia. Mas de certo não hão de conseguir os seus iníquos fins, porque constituição é uma sentinella que está alerta e precavida contra os perversos embusteiros occultos ou desmascarados.

« Respeitavel Ir. Mest.!, ouvi-me.

« As boas intenções dos vossos amigos e amigos da patria, e da illustração e vantagens do que mais lhe convem, se achão em grande parte reunidas nesta augusta assembléa. Seria uma reacção injusta, indecorosa e ingrata o duvidar. Vós confiestes em nós, e nós confiamos em vós. A vossa firmeza nesta confiança devia ser tão indissolúvel como o é a nossa, e portanto não vos deveis abandonar aos caprichos e ás persuasões dos vossos inimigos, fazendo-vos crer que esta respeitavel assembléa maçônica, que tanto tem cooperado para segurar e manter o edificio da independencia, e elevá-lo á categoria de Imperio pelos seus briosos e assíduos trabalhos, pelas suas luzes e dispendio, sendo todos os seus desvelos firmar o throno, que vós dignamente occupaes, com laços de amor e de fidelidade, estabelecer um código nacional que ilhe para o bem commun dos povos, que firme a solidez de seus direitos e fóros, e que faça respeitar-vos, que seria capaz de se abandonar a vãos caprichos afrontar a vossa autoridade e mudar de opinião.

« Precavei-vos, R. G. M., de embusteiros. Não vos abandoneis a enredos, a vãos caprichos. Attendei que na criação de um Imperio deveis ter em muita consideração qual é o genio que o pode conservar ou que o pode destruir. Deos tem visivelmente mostrado que auxilia a nossa justa causa; não trabalheis para que elle retire a sua omnipotente mão para nos deixar cahir nas desgraças e na confusão, apartando-nos dos vinculos que nos unem e das condições do nosso pacto social, tendo por elle o Imperador a prerrogativa de fazer todo o bem sem ser responsavel pelo mal.

« Se mãos impias pela intriga pretendem apagar a sagrada tocha que nos illumina, sejam estes sacrilegos lançados para fóra do nosso genio, e sejam destituidos e os seus nomes apagados da tabella que nos honra.

« E agora, R. G. M., que, com a maior satisfação, esta respeitavel assembléa vos vê hoje reunido, e sentado no throno deste templo para estreitar os vinculos que o orgulho pretendia separar, permiti que eu, como fraco órgão dos dignos membros desta assembléa, vos saude respeitosamente, e vos lembre que vós honrastes este recinto da paz, da virtude e da união com a sociedade da sua presidência.

« Tendes presenciado quaes são os honrados sentimentos, lealdade e franqueza dos seus membros, e portanto estais bem ao facto do nosso legal comportamento. O crime que se alicia contra a nossa franqueza e lealdade por aquelles que pretendem desvaivar-vos do trilho que tendes seguido, vos queira fazer inúteis as nossas honrosas fadigas e a nossa vigilancia. Não acrediteis que é por amor de vós, mas sim pelo bom sabor do despotismo que elles pretendem estabelecer, acoberto da vossa autoridade.

« Apartai-vos, digno Gr. M., de homens colericos e furiosos. Por mais scientes que elles sejam nunca achão a razão, e só propendem para o crime. Vós tendes sabedoria, prudencia, comedimento e moderação; portanto não vos deveis abandonar a malvados. Atalhai todo o ulterior progresso da intriga, confidando dos vossos leues maçons; e se é preciso, para persuadir-vos, que fecamos algum sacrificio, permiti que aquella fleição, que a nossa liturgia insinua, de escreverem os profanos com o sangue extrahido das suas veias o juramento, que neste templo devem prestar, permiti, sim, que se realice; não sejam as veias dos nossos braços rasgadas; sejam, sim, os nossos peitos na vossa mesma presença; mandai-os ferir sem a menor piedade, e então achareis em os nossos corações gravada a vossa effigie, e os caracteres de amor, de honra, de lealdade, de constancia e firmeza para convosco.

« Não serão, porém, ests mesmos caracteres os que haveis encontrar nos corações daquelles que atração e nos tração. porque nesses infames peitos só descobrirei os seus particulares interesses, o seu amor proprio, o mais refinado egoismo, os seus torpes caprichos, a intriga, a vingança e o odio. Mas se contudo não fór bastante tão precedida experiencia, e se fór de vossa vontade que esta digna e virtuosa corporação não exista, embora seja abolida, mas não se lhe faça sem motivo ingratas injustiças. Disse. »

**Decreto de 23 de Setembro de 1822 mandando suspender a decassa contra os revoltosos de S. Paulo.**

« Querendo corresponder á geral alegria desta cidade pela nomeação dos deputados para a assembléa geral constituinte e legislativa, que ha de tançar os gloriosos e inabalaveis fundamentos do Imperio do Brasil, hei por bem que cesse e lique de nenhum efflato a devassa a que mandei proceder na provincia

de S. Paulo pelos successos do dia 26 de Maio passado, e outros que a este se seguirão, pondo-se em liberdade os que estiverão presos.

« Caetano Pinto de Miranda Mon negro, do meu conselho de Estado e do conselho de S. M. F. o Sr. D. João VI, e meu ministro e secretario de Estado dos negocios da justiça, o tenha assim entendido e o faça executar com os despesas necessarias. Palacio do Rio de Janeiro, 23 de Setembro de 1822 (Com a rubrica de S. A. R. o Principe Regente.—Caetano Pinto de Miranda Montenegro. »

**Creação da guarda civica e outras providencias que se tomáráo (ext. do—Espelho).**

« Entre muitas providencias com que S. A. Real se tem empenhado na prosperidade do Brasil, de que é perpetuo defensor, memoraremos os seguintes:

« Por decreto de 18 de Setembro houve por bem determinar que o escudo do armas do reino do Brasil seja em campo verde uma esphera armillar de ouro, atravessada por uma cruz da ordem de Christo, sendo circulado a mesma esphera de 19 estrellas de prata em uma orla azul, e firmada a coroa real diamantina sobre o escudo, cujos lados serão abraçados por dois ramos das plantas de café e tabaco, como emblemas da sua riqueza commercial, representados na sua propria côr e ligados na parte inferior pelo laço da nação; e outrossim que a bandeira nacional seja composta de um parallelogramo verde, e nelle inscripto um quadrilatero rhomboidal, côr de ouro, ficando no centro o mencionado escudo.

« Por decreto de 3 de Outubro creou e organisou a guarda civica, composta das classes dos mais distinctos cidadãos, constando de um corpo de cavallaria e outro de infantaria, além de um estado-maior, formado por 1º e 2º commandante, ajudante e secretario. Em cada um dos corpos o estado-maior será composto de major e ajudante. Haverá quatro batalhões de infantaria cada um com quatro companhias de 94 praças, a saber: capitão, tenente, alferes, 2 sargentos, 8 cabos, 80 soldados; e dois esquadrões de cavallaria com 50 praças, a saber: capitão, tenente, alferes, 2 sargentos, forriol, 4 cabos, 40 soldados, o que tudo faz o computo de 1 728 praças.

« Por decretos de 2 de Outubro mandou crear nos tres batalhões de fuzileiros da côrte mais um alferes por companhia, extinguir o lugar de inspector nas tres armas, formar do batalhão de caçadores Henriques um batalhão de artilharia de milicias, crear no districto dos Campos dos Goytacazes uma companhia de artilharia a cavallo, composta de 50 praças, addida ás brigadas de artilharia a cavallo da côrte, e, finalmente, crear nos districtos da Ilha-Grande e Paraty uma companhia de artilharia, composta das mesmas 50 praças, ficando addida ao regimento de artilharia da côrte. »

**Decreto e plano de organisação da guarda civica.**

« Logo que chegou a esta capital a noticia de que Portugal, em menoscabo dos direitos de igualdade e liberdade civil para este reino do Brasil, proclamados tão solemnemente no art. 21 das bases, projecta aggreir, e pela força tornar este innocente e brioso povo do Brasil ao abjecto antigo estado de colonia, patenteou-se a publica indignação; e os habitantes desta provincia, animados do justo sentimento de sua honra e pundonor offendido, correrão a alistar-se voluntariamente para a defesa de sua patria e de seus inalienaveis direitos, pedindo-me que houvesse por bem de approvar o incluso plano, que á minha augusta presença dirigião para a organisação de um corpo, composto das classes dos mais distinctos cidadãos, com a denominação de—guarda civica.

« Eu, que a nada mais attento senão á prosperidade, independencia e liberdade constitucional deste Imperio, cujos interesses espontaneamente jurei defender, sensível a tão repetidas provas de patriotismo, fidelidade e valor, hei por bem, approvando o referido plano, mandar crear nesta capital uma guarda civica, cuja duração penderá das circumstancias que lhe derão origem, e que será

regulada segundo os principios indicados no dito plano, que devesa ser logo posto em execução.

« Luiz Pereira da Nobrega de Souza Coutinho, do meu conselho de Estado, ministro e secretario de Estado dos negocios da guerra interno, o tenha assim entendido e o faça executar, expedindo para este effeito os despachos e ordens necessarias. Paço em 25 de Setembro de 1822 (Com a rubrica de S. A. R. o Principe Regente. — Luiz Pereira da Nobrega de Souza Coutinho.

« Cumpra-se e registre-se. Paço, em 3 de Outubro de 1822. — Nobrega. »

#### *Plano da organização da guarda civica*

« Será organizada com as duas armas de infantaria e cavallaria, e composta de um estado-maior, quatro batalhões de infantaria e duas esquadras de cavallaria.

« Estado-maior. — Primeiro commandante 1, segundo commandante 1, ajudante 1, secretario 1. (Total 4)

« Batalhão de infantaria — Estado maior: major 1, ajudante 1, Total 2; companhia: capitão 1, tenente 1, alferes 1, sargentos 2, forriell 1, cabos de esquadra 8, soldados 80, (Total) 94.

« Cavallaria. — Estado-maior: major 1, ajudante 1, (Total) 2; esquadra: companhias 2; companhia: capitão 1, tenente 1, alferes 1, sargentos 2, forriell 1, cabos 4, soldados 40, (Total) 50.

« Recapitulação. — Estado-maior, 4; batalhões de infantaria, quatro, 1.512; esquadras de cavallaria, duas, 202. Estado completo, 1.718.

« N. B. Esta é a força com que presentemente se poderá organizar a guarda civica; mas, acontecendo augmento de alistados, podem-se formar companhias francas, até que, havendo quatro de infantaria, se forme um novo batalhão ou duas de cavallaria, com que se forme um novo esquadra.

« Armamento. — Infantaria: espingarda, canana; cavallaria: espada, pistola.

« Fardamento. — Será publico no figurino.

« A guarda civica jamais se reunirá sem ordem do seu primeiro commandante ou sem imminente perigo da patria; neste caso se reunirá em consequencia de um signal que se tenha feito conhecer, e que se não confunda com o rebate ordinario de fogo. Este signal será o de tres tiros de canhão, dados successivamente, e quando se tenha feito ouvir o toque dos sinos.

« Os maiores dos corpos devem ter anticipadamente o detalhe da força, que deve ao toque de rebate ir fazer a guarda dos differentes estabelecimentos publicos e real paço, postando-se com os seus corpos nos seguintes pontos, onde devem esperar as ordens do primeiro commandante da guarda civica, ou ellas sejam para a reunião total da guarda em um ponto, ou para a formatura de destacamentos de voluntarios, que desejem o lugar de honra ás tropas da 1.<sup>a</sup> linha quando ellas ataquem o inimigo.

« Pontos de reunião. — 1.<sup>o</sup> batalhão, praça da Constituição; segundo, largo do Capim; terceiro, largo do Paço; quarto, largo da Ajuda; 1.<sup>o</sup> esquadra, campo de Santa Anna; segundo, largo da Lapa.

« Paço, 25 de Setembro de 1822. — Luiz Pereira da Nobrega de Souza Coutinho. »

#### *Manifestações em Minas-Geraes.*

« O correio de Minas escreve o *Espelho*, nunca visto tão rico como nesta occasião. Não são as preciosidades, que a industria extrahê das entranhas da terra, que hoje ostenta esta bella provincia. O nobre patriotismo que anima suas acções, o constante affecto ao heroe que augmentou do seu seio a anarchia e a intriga, e o digno objecto das nossas admiracões.

« Sabemos, por cartas dignas de todo o credito, que a camara, clero, nobreza e povo de Mariana, assentou no dia 30 de Setembro que fosse S. A. Real acclamado Imperador constitucional do Brasil no dia 12 de Outubro, e para isso autorizou o capitão-mór José Joaquim da Ro-

cha a apresentar ao mesmo agosto Senhor uma conveniente representação por carta, de que damos a seguinte copia:

« Ilm. Sr. — A camara da real cidade de Mariana, por accordo lavrado no dia de hoje 30 de Setembro, tem autorisado a V. S., para, em nome da mesma e do povo deste termo, apresentar a S. A. Real a carta inclusa, pela qual faz vêr ao mesmo agosto Senhor que, não só acha investido em todos os attributos que lhe devem competir pela constituição, como chefe do poder executivo, como que está a condado ser elle no dia 12 de Outubro acclamado Imperador do Brasil, celebrando-se não só as angustas ceremonias, que pede um tão alto e sublime motivo, como darem-se graças ao Todo-Poderoso pelos favores com que protege este reino.

« Dees guarde a V. S. Mariana, em camara de 30 de Setembro de 1822. — Ilm. Sr. capitão-mór José Joaquim da Rocha. (Assignados) — Agostinho Marques Peres do Malheiro. — Luiz José de Godoy Torres. — Joaquim Coelho de Oliveira Duarte. — José Caetano Rodrigues Horra. — Ignacio José Rodrigues Duarte. »

« Na villa de Queluz e em Villa-Rica se praticou o mesmo no dito dia 30, e consta por cartas veridicas de S. João de El-Rei que no dia 1.<sup>o</sup> de de Outubro se entregava a camara, clero, nobreza e povo para o mesmo fim.

« Isto junto aquella representação de Barbacena, transcripta no n. 93, mostra o espirito desta riquissima provincia, que felizmente é hoje o de todo o Brasil.

#### *Estado de Pernambuco.*

« Cartas de Pernambuco, dirigidas á pessoa de muita fé, e datadas de 18 de Setembro, dizem que houvera grande mudança no estado politico daquela provincia, alterando-se inteiramente o governo, sendo os seus membros os que em Goyana derão origem á nova ordem de cousas (Consta-nos que ficava o membro Felipe Aery Ferreira).

« Esperão-se grandes bens desta mudança. Cartas da Italia de 23 do mesmo mez accusão noticias de Pernambuco até 19; confirmão o que fica dito, e acrescentão que um ou dois dias antes foram convocados os membros da junta para livremente declararem seus sentimentos acerca das edictes e do Principe. O partido do Principe, que é muy forte, tem deposto os que erão favoraveis á antiga ordem de cousas, o que se fez sem sangue.

#### *Estado da Bahia.*

« As mesmas cartas dizem o seguinte :

« Aqui as cousas permanecem no mesmo estado. Uma porção de indios e brasileiros têm-se approximado a duas leguas da cidade; e tem havido escaramuzas entre elles e os vândalos. De ambas as partes tem havido o mesmo sangue. Ante-hontem 23 de Setembro, o coro da mel dos lusitanos, com outro official, salirão a encontrar-se com os indios, e depois cada um delles tomou a diversa direcção para os cercarem. Os indios salirão repentinamente do mato, matarão o cavado do general, e ferirão ao mesmo em tres partes, o que assustou e pôz em fugida os europeus. »

Rio-Grande do Sul. — O general e governador interino das armas da provincia de S. Pedro de tropas da mesma reunidas em grande parada na praça de Porto Alegre a 16 de Setembro de 1822.

« Bravos e fieis companheiros de armas. — Não é só sobre o campo da honra, onde costumae valerosamente domar a fortuna dos combates, que nos devemos reunir e congratular. Alli me desvanço haver sido vosso camarada constante, e igual nos trabalhos e na gloria; hoje vos chamo a este lagar para vos transmitir na lingua-

gem do coração a mesma ingenuidade de sentimentos. A qualidade de general e governador das armas, que me recabio pela antiguidade da minha patente, me impõe, além dos deveres de tão decoroso título, o de vosso protector, vosso amigo e o de primeiro soldado em sacrificar tudo em defesa, — a bem da minha e vossa patria.

« Soldados! Crede-me, os meus esforços em promover os vossos soldos, os vossos socorros e vencimentos, não serão vãs palavras, protestos fúteis; o vosso general é demasiado sincero para vos enganar; os filhos, que têm por divisa e juramento immolar a vida pela integridade de suas lares, são os primeiros credores aos suffragios de suas finanças.

« Eu sei por obrigação o seu estado: os funcionarios de sua administração são honrados e cidadãos probos: confiai em mim e nelles, que vos farão a justiça e distincção que mereceis.

« Camaradas! Assás tendes provado que amais a disciplina, porque sem ella não teríeis collido os louros de que vos ornais. O vosso general só vos quer recomendar obediencia e respeito ao governo da provincia, e aos vossos chefes e officiaes de todas as classes. Sustentai com dignidade, valor e patriotismo os sagrados direitos da causa do Brasil; ella é a causa de todos os brasileiros, ainda hoje ameaçados com grilhões colomaes. Que insulto! Que indignidade!

« Soldados! Ei-a, o pacto social brasiliense está entre nós com independencia absoluta; elle será collocado no sanctuario da lei pelos nossos deputados, e o incomparavel Principe Regente deste reino é a sua égide; nós lhe transmitimos dignamente o angusto titulo de protector e defensor perpetuo deste rico e vasto Imperio; temos peito, armas e razão; somos soldados e amigos do nosso heroe: nada falta; seremos felizes.

« Viva el-rei constitucional! Viva o Principe Regente constitucional! Vivão as côrtes do Brasil! Viva a união luso-brasiliense e viva a fiel e invencivel tropa desta provincia! — João de Deus Menna Barreto. »

SUA Magestade O SR. D. PEDRO I RACTIFICA O PADROADO DO IMPERIO NA IMMACULADA CONCEIÇÃO DA SOBERANA RAINHA DOS ANJOS, MARIA SANTÍSSIMA.

Tendo o governo do Sr. Pedro I, dado ao Imperio o estandarte nacional, foi escolhido o dia de domingo 10 de Novembro de 1822, em que a igreja catholica celebra o infallivel patrocínio da Santíssima Virgem e Senhora, rainha dos céos e da terra, para ser benzido o dito estandarte, e nessa mesma occasião foi ractificado, por acto de piedade religiosa, a provisão de 25 de Março de 1646, pela qual o rei de Portugal D. João IV, tomou a Divina Senhora, sob a invocação de sua Immaculada Conceição, por padroeira do reino de Portugal e domínios a elle pertencentes.

« Na tarde deste dia, em que na capella imperial houve, na fórma do costume precissão com assistencia do senado da camara concorrêrão ao largo do Paço todas as tropas de guarnição da corte, a quem depois de benzidas as bandeiras pelo Exm. e Rm. bispo capellão-mór, foram distribuidas pelos respectivos chefes, que as receberam da mão do ministro, e secretario de Estado dos negocios da guerra, e este de S. M. Imperial.

« Depois o mesmo augusto Senhor tomando o commando da mesma tropa, lhes dirigio a seguinte fallar: »

*Soldados de todo o exercito do Imperio!*

« E' hoje um dos grandes dias que o Brasil tem tido: é hoje o dia, em que o vosso Imperador, vosso defensor per-

petuo, e generalissimo desse Imperio, vos vem mimosear entregando-vos em vossas proprias mãos aquellas bandeiras, que em breve vão tremular entre nós, caracterizando a nossa independencia monarchica constitucional, que, apesar de todos os revezes, será sempre triumphante.

« Logo que os exercitos perdem os estímulos da honra, e a obediencia, que devem ter ao poder executivo, a ordem, e a paz de repente é substituida pela anarchia; mas quando elles são, como este, que tenho a gloria de commandar em chefe, cuja divisa é valor, respeito e obediencia aos seus superiores, os cidadãos pacíficos contão com a sua segurança individual, e de propriedade, e os perversos retirão-se da sociedade, succumbem, ou convertem-se.

« Quando a patria precisa ser defendida, e o exercito tem por divisa — independencia ou morte — a patria descança tranquilla, e os inimigos assustão-se, são vencidos, e a gloria da nação redobra o brilho.

« Soldados, não vos recomendo valor, porque vós o tendes, mas sim vos asseguro, que podéis contar sempre com o vosso generalissimo, nas occasiões mais arriscadas, em que elle sem amor á vida, e só á patria vos conduzirá ao campo da honra, onde, ou todos morreremos, ou a causa ha de ser vingada: Soldados! qual será o nosso prazer, e o das nossas familias quando ao seio dellas voltarmos cobertos de louros, nos virmos rodeados da cara esposa, e dos filhos, e lhe dissermos — aqui me tendes, quem defende o Brasil não morre, os nossos direitos são sagrados, e por isso o Deos dos exercitos sempre nos ha de facilitar as victorias. — Com estas bandeiras em frente no campo da honra destruiremos os nossos inimigos, e no maior calor dos combates gritaremos constantemente viva a Independencia constitucional do Brasil. Viva, viva. — IMPERADOR. »

« Quando as bandeiras se desenrolarão, e ao mesmo tempo se arriarão as antigas bandeiras dos fortes, e navios da armada imperial, e se içarão as novas bandeiras, forão estas saudadas com uma salva imperial de 101 tiros, e as costumadas descargas de mosquetaria.

« No dia 12 dirigio o secretario de Estado aos consules, e agentes diplomaticos das nações estrangeiras aqui residentes exemplares do decreto de 18 de Setembro de 1822, que fixou, e estabeleceu o escudo das armas deste Imperio; as quaes sendo communicadas aos commandantes das fragatas *inglesa e franceza* surtas neste porto, dêrão occasião a que no dia seguinte fizessem o devido cortejo ás novas insignias do Imperio Brasileiro; e deo a bandeira imperial no tope de proa, e saudando a cada uma dellas com uma salva. »

O ministro José Bonifacio faz expedir uma circular aos presidentes e camara das provincias contra o espirito revolucionario.

« Teudo-se felizmente descoberto pelo brioso e leal povo a tropa desta corte, e pelos procuradores geraes das provincias, no dia 30 de Outubro, uma facção occulta e tenebrosa de furiosos demagogos e anarchistas, contra quem se está devassando judicialmente, os quaes para se exaltarem aos mais lucrativos empregos do estado sobre as ruínas do throno imperial, e da felicidade do Brasil, ousavão temerarios com o maior machiavilismo, calumniar a indubitavel constitucionalidade do nosso augusto Imperador, e dos seus mais fieis ministros, incutindo nos cidadãos incautos mal fundados receios do velho despotismo, que nunca mais tornará; ao mesmo tempo que com a maior perfidia se servião das mais baixas e nojentas adulações para pretenderem illudir a vigilancia de Sua Magestade Imperial e do governo: e constando ter sido um dos prévios cutilados dos solapados demagogos ganhar partidarios em todas as provincias, para o que espalhavam emissarios, que abusassem do zelo, que ellas devem ter pela sua liberdade constitucional, liberdade que Sua Magestade Imperial tantas vezes jurára, e que tanto tem pro-

(\*) *Gazeta do Rio.*



movido com todas as suas forças, como é patente ao mundo inteiro: tendo já o mesmo augusto senhor conhecido os traidores e seus perversos e maliciosos designios, com que se propunham plantar e disseminar desordens, sustos e anarchia, abalando igualmente a reputação do governo, e rompendo assim o sagrado elo, que deve unir todas as provincias deste grandioso Imperio ao seu centro natural e commun união, donde somente lhe pôde provir força, prosperidade, e gloria; manda pela secretaria de Estado dos negocios do Imperio, que os governos e camaras das provincias, a quem esta fór expedida, cuidem sem perda de tempo em vigiar e descobrir com todo o esmero e actividade quaesquer ramificações deste infernal partido, indagando quaes sejam seus agentes e emissarios, por meio da mais rigorosa devesa; e logo que estejam sufficientemente illustrados a este respeito, tomem immediatamente com cautela e energia todas e quaesquer providencias, que exigir a paz e sossego das provincias, e a salvação do Estado, isto dehaixo da mais rigorosa responsabilidade ao Imperador e à nação; e de todo o seu justo procedimento darão immediata conta pela competente secretaria de Estado, para subir tudo á augusta presença de Sua Magestade Imperial. Palacio do Rio de Janeiro em 11 de Novembro de 1822. — José Bonifacio de Andrada e Silva. »

#### Cidade de Mariana.

« Senhor. — A camara da real cidade de Mariana, emquanto pelo seu delegado, não sobre a presença augusta de Vossa Magestade Imperial, apressa-se em ir, da manelra que lhe é dada, beijar as benedictas mãos do seu libertador, e congratular-se com Vossa Magestade Imperial pelos portentosos acontecimentos do dia 12 do corrente.

« Sim, augusto Senhor, o dia 12 do Outubro, celebre na historia do mundo, por haver nelle o emprehendedor Colombo deparado com a mais rica, e vasta porção do globo: esse dia faustissimo aos brasileiros, por ser o natalicio do mais liberal dos principes e por ventura dos homens, marcou finalmente a mais brilhante, e gloriosa época nos fastos americanos: elle trouxe o complemento dos repetidos vaticinios de profundos, e abalisados politicos; nelle a camara, clero, nobreza e povo desta cidade, e seu termo solemnemente, proclamaram a suspirada Independencia, debaixo da perpetua defensão de Vossa Magestade Imperial, a quem com o grito unisono da gratidão, acclamaram entre arrebatamentos de exaltados enthusiasmo, seu Imperador constitucional.

« Da acta, que ora levamos á augusta presença de Vossa Magestade Imperial, ver-se-ha o magestoso andamento de tão sezuado, e importante acto, ver-se-ha, que uma prudente, e madura reflexão (nunca pueril e facciosa precipitação) nos determinou a baldar os machavelicos projectos das côrtes lisboenses; ver-se-ha finalmente a coherencia dos nossos principios, e das nossas acções, e que tudo caminha para o grande systema da bem entendida liberdade constitucional.

« Digne-se Vossa Magestade Imperial aceitar os protestos da nossa obediencia, e fidelidade, e bem assim a ratificação do nosso juramento, em observancia do qual, e para sustentar na cabeça de Vossa Magestade Imperial o diadema constitucional, pequeno será para os nossos desejos o sacrificios de cabedacos, e vidas.

« A pessoa augusta de Vossa Magestade Imperial guarde Deus muitos annos, como havemos uniter Mariana, em vereação de 19 de Outubro de 1822. — Candido José de Araujo Vianna. — Luiz José de Godoy Torres. — José Lopes da Cruz. — Joaquim Coelho de Oliveira Duarte. — Ignacio Joaquim Rodrigues Duarte.

« Manoel Caetano Machado de Magalhães, cavalleiro professo na ordem de Christo, escripto proprietario da camara desta real cidade de Mariana.

« Cartão, que reveu o livro de accordões numero dezoito, nelle a folhas cento e setenta e oito se achia o ter-

mo de vereação do teor seguinte. — Accordão em vereação.

— Aos doze dias do mez de Outubro de mil oitocentos e vinte dous, primeiro do Imperio brasileiro, dia natalicio do muito alto e augusto Cesar o Sr. D. Pedro de Alcantara, nos pargos do conselho desta real cidade de Mariana, ás duas horas da tarde, onde a maior parte dos habitantes de todos os estados, ordens, e jerarchias se unio aos senadores actuaes, ao Dr. juiz de fóra, e presidente Candido José de Araujo Vianna, o Dr. Luiz José de Godoy Torres, primeiro vereador, o capitão José Lopes da Cruz, segundo vereador, o guarda-mór José Caetano Rodrigues Horta, terceiro vereador, o capitão Ignacio José Rodrigues Duarte, procurador, comigo escriptão do mesmo senado, unanimemente acclamaram por primeiro Imperador do Brasil ao Sr. D. Pedro de Alcantara, seu regente, e perpetuo defensor, e logo se apresentou o senado em o pantanal do mesmo pargos do conselho, e a face do povo e tropa, postada na praça fronteira o ex-vereador, primeiro do anno transacto, o capitão Antonio Alves de Mesquita desceu o estandarte, e o primeiro actual vereador o Dr. Luiz José de Godoy Torres, deu em voz alta, e intelligivel os seguintes vivas. — Viva a nossa santa religião! Viva a Independencia do Brasil! Viva a assemblea geral constituinte e legislativa do Brasil. Viva o Imperador D. Pedro I. ! Viva a Imperatriz do Brasil e a dynastia de Bragança imperante do Brasil! Viva o povo constitucional do Brasil! E á cada um dos quaes correspondeu o povo e tropa com enthusiasmo superior a toda expressão, e immediatamente deu a tropa descargas de mosquetaria, seguidos de 21 tiros de romqueiras.

« Concluido assim este primeiro acto seguiu o senado acompanhado do povo e tropa pelas ruas publicas desta cidade, ricamente ornadas, entre continuados repique de sino de todas as Igrejas, e forão ter ao lugar do chafariz, que fica no centro da cidade, onde estava um tablado, a que subio o segundo vereador o capitão José Lopes da Cruz, que deu os mesmos vivas, que os primeiros, e a cada um destes foi com igual enthusiasmo respondido pelo povo e tropa, e seguirão-se outras tres descargas; acabada a acção deste lugar continuou o senado, povo e tropa a sua digressão para o largo da cathedral onde se achava levantado um pulpito, a que subio o terceiro vereador guarda-mór José Caetano Rodrigues Horta, repetio os mesmos vivas, que forão igualmente correspondidos, e com igueas descargas.

« Depois do que entraram conjunctamente para a cathedral, aonde, exposto o Santissimo Sacramento, se entouu solemnemente o *Te-Deum laudamus*; o que findo se dirigiram o senado, povo e tropa, para os pargos do conselho, aonde sobre uma mesa se achava um missal aberto, e a imagem do Senhor Crucificado; então o senado tomando o lado direito, e ficou do lado opposto o vigario geral, e governador do bispado Dr. Marcos Antonio Monteiro de Barros, em ausencia do Exm. prelado, o qual deferio o juramento ao Dr. juiz de fóra presidente Candido José de Araujo Vianna, que pondo a sua mão direita sobre os Santos Evangelhos, jurou da maneira seguinte: que elle reconhecia por primeiro Imperador constitucional do Brasil o Sr. D. Pedro I, perpetuo defensor do Brasil, havendo solemnemente por declarada a sua independencia, e que pela sua perpetuidade dará a vida, prosiando o mesmo Senhor juramento de guardar, manter, e defender da sua parte a constituição politica, que fizer a assemblea geral constituinte do Brasil: recebido assim o dito juramento o assignou no livro competente, e destinado para estas assignaturas.

« Depois do que o mesmo ministro deferio pela mesma firma e teor juramento aos actuaes vereadores, procurador, e escriptão do senado, que assignaram igualmente. Seguirão-se a prestar o identico juramento o governador, e vigario geral do bispado, e consecutivamente o povo e tropa, e por ultimo foi accordado em fixar o prazo de tres mezes a todo o cidadão, e muito principalmente aos empregados para nos dias de camaras e audiencias prestarem seus juramentos, depois do que não o fazendo consideraram-se como inimigos da nossa independencia.

« E para constar mandirão fazer este termo, que assig-

nário depois de lido por mim Manoel Caetano Machado de Magalhães, escrivão da camara, que o escrevi. — Candido José de Araújo Vianna. — Luiz José de Godoy Torres. — José Lopes da Cruz. — José Caetano Rodrigues Horta. — Ignacio José Rodrigues Duarte. — Manoel Caetano Machado de Magalhães (Continuação as assignaturas).

« Nada mais continha em o dito livro, que o conteúdo aqui bem e fielmente por mandado da camara fiz passar a presente certidão, e ao dito, e na verdade vai sem cousa que duvida faça a ler, e conferir, e achur em tudo conforme, em fé do que a subscrevi, conferi, e assignei nesta real cidade de Mariana aos dezoito dias do mez de Outubro de mil oitocentos e vinte e dois annos. — Manoel Caetano Machado de Magalhães, escrivão da camara, que a subscrevi, conferi e assigno. — Manoel Caetano Machado de Magalhães. »

#### Villa Rica.

« Senhor. — A camara de Villa Rica tendo feito subir ao conhecimento de Vossa Magestade Imperial, por via do governo provisório desta provincia, a copia do accordo havido em camara extraordinaria no dia 30 de Setembro proximo passado, em que foi unanime, e livremente assentado, que no dia 12 de Outubro se procederia com toda a solemnidade á proclamação da Independencia do reino do Brasil, assim como Vossa Magestade fosse aclamado primeiro Imperador constitucional; hoje porém autoriza ao commendador José Francisco de Mesquita, para que da parte da mesma camara beije a imperial mão de Vossa Magestade, e apresente a Vossa Magestade esta carta acompanhada da acta do dia 12, pela qual consta que tão felizes successos tiveram lugar no mencionado dia, que já marcando na historia a epoca da descoberta da Am rica, nos fastos do Brasil será indelevel pelo feliz nascimento de Vossa Magestade; pela sua gloriosa aclamação como primeiro Imperador constitucional do Brasil.

« Cumpriria a camara, como orgão de um povo livre, apresentar a Portugal, á Europa e ao mundo inteiro os motivos que o determinarão emprehender, e executar tão heroica resolução, a qual protesta manter até o ultimo sopro de vida; mas, Senhor, o que poderá acrescentar a nossa debil voz ás energicas, e evidentiissimas demonstrações, com que Vossa Magestade nos manifestos do 1º e 6 de Agosto deste anno proclamou ao Brasil, e á nações a nossa Independencia?

« Reconhecendo estes povos que foi Vossa Magestade quem neste vastissimo Imperio plantou primeiro a liberdade constitucional, e que a tem defendido arrojando além das nossas praias essas auri-sedentes harpias, que calcando os sagrados deveres da fraternidade e hospitalidade arremessavam entre nós a anarchia, e o flagello da guerra civil, e que Vossa Magestade annullando os votos dos bons brasileiros não só se oppoz á ordens inconsistentes, e em hora asiaga deliberadas no congresso de Lisboa sobre o Brasil: mas declarando-se brasileiro identificou-se connosco: expondo-se a todos os incommodos do nosso, ainda não bem policiado praz, mostra-se com a velocidade do raio, e a serenidade do ires, onde o bem dos povos o exige: em fim, Sr. Vossa Magestade tem protestado vetter o seu precioso sangue se necessario for, para manutenção da nossa liberdade e independencia, como defensor perpetuo do Brasil.

« Coberia em peitos brasileiros o indifferetismo á vista de provas tão incontestaveis do paternal amor de Vossa Magestade para com este povo livre, e generoso por indole? Não: o grito de — Viva o Imperador — que primeiro souo nas margens do Tieté, com velocidade electrica ouvindo-se nas do Janeiro, retumbou nas auríferas montanhas dos denotados mineiros, que reunidos em sentimentos offerecem os seus corações mais fortes que bronzes muralha para defesa do imperial throno de Vossa Magestade, da Independencia do Brasil, e da liberal constituição a que também fundado direito temos.

« Dros guarde a Vossa Magestade Imperial muitos annos como todos havemos mister. Villa Rica, em camara de 19 de Outubro de 1822. — Antonio Augusto Monteiro de

Barros. — Bernardo Antonio Monteiro. — Antonio Albeiro Fernandes Torres. — Antonio de Magalhães Gomes. — Manoel José Barbosa. »

« Candido de Oliveira Jacques, escrivão da camara desta villa e seu termo, etc.

« Certifico que revendo o livro dos accordãos, nelle a folhas trezentas e sessenta e sete se acha lançado o auto de reconhecimento, e proclamação de Independencia politica do Imperio do Brasil, e da aclamação do seu Principe Imperador constitucional o Sr. D. Pedro I, cujo teor é o seguinte. — Anno do nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e vinte e dois, nos 12 dias do mez de Outubro do dito anno, nesta villa Rica de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto, em casas da camara e paços do consellio della, nonde presentes se achavão o Dr. juiz de fóra presidente, vereadores, e officiaes da mesma, bem como também os deputados do Exm. governo provisório desta provincia, junta de justiça, o Exm. marechal de campo governador das armas, chefes dos corpos militares, o desembargador intendente geral dos diamantes, clero, e mais cidadãos desta villa e seu termo, comigo escrivão ao diante nomeado, e sendo ali em consequencia da vontade geral dos povos desta villa e seu termo, espontanea e livremente declarada em trinta de Setembro proximo passado, como consta no auto de vereação havida no mesmo dia, e hoje reiterada, se houve como conhecida, e proclamada a Independencia politica do Imperio do Brasil, assim como foi solemnemente aclamado entre os mais energicos, e entusiasticos vivas primeiro Imperador constitucional do Brasil o Sr. D. Pedro I, prestando se immediatamente o juramento de firme guardar, manter, e defender ainda á custa das nossas vidas a nossa Independencia politica, a constituição que fizer a assembléa geral constituinte, e legislativa do Brasil, e ao nosso Imperador constitucional, prestando o mesmo Sr. o juramento solemne de guardar, manter, e defender a constituição politica que a mesma assembléa fizer.

« E por esta fórma houverão os sobreditos abaixo assignados por findo este auto, de que para constar fiz o mesmo em que todos se assignarão. — Candido de Oliveira Jacques, escrivão da camara que o escrevi. — Antonio Augusto Monteiro de Barros, juiz de fóra presidente. — Bernardo Antonio Monteiro, primeiro vereador. — Antonio Ribeiro Fernandes Forbes, segundo vereador. — Antonio de Magalhães Gomes, terceiro vereador. — Manoel José Barbosa, procurador. — Candido de Oliveira Jacques, escrivão.

« Nada mais continha no dito livro até a data desta, do qual passei a presente certidão por ordem vocal do Dr. juiz de fóra, presidente da camara, a qual fica sem cousa que duvida faça. Villa Rica dezas-is de Outubro do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e vinte e dois. — Candido de Oliveira Jacques, escrivão da camara que a escrevi, conferi, e assigno. — Candido de Oliveira Jacques. (Seguirão-se mais 174 assignaturas.) »

#### Carta de Porto Alegre.

« Illm. e Exm. Sr. — Prezadissimo amigo, e collega. Devo annunciar a V. Ex. que recebi as duas vias das suas obsequiosas cartas de 18 e 20 de Setembro ultimo, contextando noticias da mais alta importancia, e do mais acrisolado jubilo para o Brasil: seu sobrinho chegou á á desto, e Palmeiro a 6, andááo estes dous felizes portadores, suspendidos em abraços dos entusiasmados cidadãos desta capital, que desde muito suspiravão pela sua Independencia: tudo se reunio, tudo se congratulou, e o grande dia 12 de Outubro, nunca tardou tanto no horizonte: a 11 publicou-se com esplendor um bando, composto da camara, tropa, e musica, acompanhando o Exm. governador das armas Mena Barreto, pelo qual se annunciou que no dia seguinte seria aclamado Imperador constitucional do Brasil o Sr. D. Pedro de Alcantara: hoje abriu-se o dia com salvas de artilharia: ás 9 da manhã achavão-se os guarany e 1º de milicia na praça de palácio; veio o go-

verno, e camara ao centro, formou-se o círculo, leu este juiz de fóra um eloquente papel, aclamou o nosso amado Imperador com vivas, que nascião dos corações destes provincianos, juntos da maneira mais luzida na mesma praça: seguiu-se írmãos governo, e camara, para os paços do conselho, onde o juiz de fóra correu o vóo ao Augusto retrato de Sua Magestade Imperial, cuja presença deu motivo a novos e altos vivas: tomamos assento com a camara, e logo o cidadão do estandarte o apresentou á janella, e o juiz de fóra gritou tres vezes, e saudou o nosso immortal Imperador, que a tropa alli já postata e os cidadãos repetirão com enthusiasmo: recolheu o estandarte: fez-se o auto de aclamação, no qual juramos preito e homenagem a Sua Magestade Imperial o Sr. D. Pedro de Alcantara: assistirão muitos cidadãos de todas as classes: mas suspendêrão-se as assignaturas por ser muito dia; levantárho-se o governo e camara, fomos para a matriz, celebrou-se missa solemnemente com musica nova, com eloquencia o vigário de Taquari: o governo e camara, concluida a festividade vierão para palacio, e houve cortejo, crão duas horas da tarde quando toda esta funcção se concluiu: ás cinco sahio procissão, e ao receber cantou-se o *Te-Deum*: estão dispostos nove dias de immunições, e tres mezes de festas publicas; finalmente esta provincia vai marchando com toda a dignidade colligada firmemente ás reais que tem jurado a sua independencia; a aclamação de Sua Magestade nivelou todos os espiritos a um só partido: os pés de chumbo forão os primeiros a darem as mãos, que nós aceitamos como generosos brasileiros.

« Mas enfim o peor é, que tenho estado muito doente do peito, e se esta effervescencia de cousas grandes me poderia dar alguns alentos, para comparecer hoje aos actos que lhe conto; não obstante, a intensidade do sol que hoje fez, apinhado sem chapéo na cabeça no meio da praça, me obrigou com o maior pesar a recolher-me á casa antes do tempo com uma ardente febre; o governo nomeou-me para ir em seu nome prestar a Sua Magestade Imperial os seus respeitos, e congratulações, e eu enthusiasmei-me tanto que aceitei; mas as minhas forças não podem satisfazer tão honrosa e importante commissão; estou muito mal, confesso ao meu amigo esta me custou assás o concluir. Goze V. Ex. boa saude, e son deveras — Ilm. Exm. Sr. Francisco Xavier Ferreira — De V. Ex. amigo muito attento, certo e fiel compatriota. — Felix José de Mattos. Porto Alegre 12 de Outubro de 1822.

« P. S. Em todas as camaras desta provincia foi Sua Magestade Imperial aclamado hoje, menos em Missões, porque não foi possível fazer chegar lá a noticia, mas não se póde duvidar que ha de ser aclamado com o mesmo enthusiasmo que aqui foi. »

#### *Vereação extraordinaria de 10 de Outubro de 1822.*

« Aos 10 dias do mez de Outubro do anno de 1822, nesta cidade e côrte de S. Sebastião do Rio de Janeiro, e paços do conselho, se juntárho em vereação extraordinaria o desembargador juiz de fóra, vereadores, e procurador de senado da camara, comigo o escrivão abaixo nomeado, e os homens bons que no mesmo tem servido, e os mestres, e mais cidadãos de todas as classes civis e militares, que concorrêrão em virtude dos avisos que se fizerão a todo o povo.

« E tomando a falla o presidente do senado da camara, expoz: que em vereação de 7 de Setembro tinha este enviado a todos os senadores das camaras do Brasil uma carta circular, em qua lha propunha a urgente necessidade que existia de investir quanto antes a Sua Alteza Real o Principe Regente do Brasil, e seu defensor perpetuo, no exercicio effectivo de todos os attributos do poder executivo, que no systema constitucional competem ao rei constitucional; porque sendo conhecido que o Brasil tem contra si temiveis inimigos internos, e externos que lhe fazem á guerra, era demonstrada a necessidade que o mesmo tinha de empregar todos os meios ao seu alcance de uma vigorosa defesa: e para este fim era indispensavel que o seu chefe e valente defensor podesse por, em activo desenvolvimento os mesmos meios

fazendo-o entrar em acção de harmonica unidade; porque sem a virtude da união nenhumaas forças pódem ser efficazes; como tudo melhor constava da sobredita carta que neste acto foi lida, e se achia registrada no livro competente a l. accrescentando que o senado publicou logo esta carta por ser meramente consultiva da vontade das outras camaras, e reservar fazê-lo quando tivesse recebido as competentes respostas, que de facto já tem recebido de muitas camaras desta provincia, da de Minas, S. Paulo, e capitania do Espirito Santo, todas em conformidade com a proposição da mesma circular.

« Que sendo estas as medidas que áquelle tempo tinham parecido sufficientes ao senado sobre este objecto, com todas as ultimas noticias vindas de Portugal mostrárho que ellas erão insufficientes; porque confirmando as que já principiávo a correr de que as côrtes de Lisboa, não só tinham desprezado, e condemnado por nulicas, facciosas, e ante-constitucionaes as justas representações do Brasil, mas até insistião em mandar retirar d'elle o seu Augusto defensor, com o machiavilico fim de lhe roubar o centro seguro da sua união, e preparávo grossas expedições para vir castigar os rebeldes do Brasil, que neste caso venia ser todo este reino, porque todo elle a uma só voz tem soldado o grito universal da reclamação dos seus direitos offendidos, tinham as mesmas noticias produzido a commoção, que era de esperar, no espirito publico, fazendo ver a todos que nas circumstancias em que o Brasil actualmente se achia relativamente a Portugal, a sua separação deste não só era necessaria mas até indispensavel, pois que este queria por força de armas obrigar o Brasil a acceder a um pacto social leonino por ser manifestamente oppressivo da liberdade do Brasil, degradativo das excellencias da sua categoria, contrarios aos seus interesses, prejudicial ao seu commercio, offensivo da sua propriedade, e a todos respeitos indigno de ser recebido por um povo livre: resultando de tudo manifestar-se a opinião publica em uma vontade decisiva de declarar a sua independencia de Portugal, e aclamar a Sua Alteza Real Imperador constitucional do Brasil; com tanta força e efficaça que o mesmo Senhor já houvera sido aclamado tumultuariamente se o senado da camara não tivesse tomado a providencia de publicar o edital de 21 de Setembro, annunciando que a aclamação se dispunha para ser feita solemnemente no fausto dia 12 de Outubro do corrente.

« Que as razões que determinárho o mesmo senado a intervir nas medidas das disposições necessarias para o sobredito fim forão a conhecida vontade geral do povo desta provincia, manifestada igualmente em outras, como era geralmente sabido, e a necessidade de acantelar que algum passo precipitado, e tumultuario apresentasse como obra de partido, ou facção, um acto que se conhecia ser filho da vontade geral de todo o povo: e que estas mesmas razões, e a necessidade de obrar em união perfeita de vontade com todas as provincias tinha obrigado o senado a escrever ás camaras a circular de 17 de Setembro, que no mesmo acto foi lida.

« E que de facto se não enganou o senado no seu juizo, porque todas as camaras desta provincia tem enviado já a esta côrte os seus procuradores com poderes bastantes para que unidos ao senado da camara desta capital acclamem juntamente com este o mesmo Senhor Imperador constitucional do Brasil, e que as camaras mais vizinhas das provincias de Minas, capitania do Espirito Santo, e S. Paulo, tinham avisado já que no mesmo fausto dia 12 irão celebrar o acto da aclamação de Sua Alteza Real e acabava de saber-se com certeza que esta já se fizera em Villa Rica, e Queluz no dia 30 de Setembro.

« Mas que apesar de se ter manifestado em uma linguagem tão clara a vontade publica, o senado da camara desejava ouvir o voto explicito de todo o povo desta cidade, por ser este objecto de muita gravidade, e importancia; e que este era o fim a todos bem conhecido para que o mesmo povo fóra hoje convocado: e que esperava o mesmo senado que todos os cidadãos presentes expressassem a sua opinião e vontade com absoluta franqueza, e plena liberdade, na certeza de que nenhuma responsabilidade lhes resultaria de fallarem com verdade o que en-



tendessem, por assim o pedir a legitimidade do acto, que só podia ser válido quando assentasse sobre uma declaração absolutamente livre da maior parte do povo do Brasil.

« E logo tomando a palavra Pedro da Costa Barros, major da brigada nacional da marinha expôz, que o procedimento do senado era muito louvavel, e digno de approvação de todo o povo porque nelle se observava que o mesmo senado nada mais tinha feito que dar direcção a opinião, e vontade publica para que esta apparecesse á face não só do Brasil mas do mundo inteiro revestida das formulas solemnes, que estão reconhecidas por enunciativas da vontade unanime dos povos: e que esta era no presente caso universal em todo o povo brasileiro de declarar a sua independencia de Portugal pelas razões ponderadas pelo presidente do senado: o que era conforme a todos os solidos princípios do systema convencional até reconhecido pelas côrtes de Lisboa, segundo os quaes quando alguma nação muda o seu pacto social, e forma de governo, é livre a qualquer parte da mesma nação separar-se, se as condições do novo pacto lhe não agradarem; o que acontece ao Brasil relativamente a Portugal, por serem manifestamente lesivas as condições do mesmo pacto social que este lhe prescreve,

« Que declarando assim o Brasil a sua independencia, a aclamação de Sua Alteza Real é uma consequencia necessaria, a qual recabe bem no mesmo augusto senhor, não só por ser o successor hereditario do throno portuguez, e neste caso ter um direito legitimo a preferir na corôa do Brasil: mas muito mais por ser esta a vontade universal de todo o povo do Brasil, e um premio bem devido á heroica resolução que o mesmo senhor tomou de ficar no Brasil, sendo o primeiro que conformando-se com a opinião dominante deste reino declarou a sua independencia: mas que cumpria advertir que não parecia ser o dia 12 proprio para Sua Alteza Real prestar o juramento do estillo, por ser costume prestar-se este no acto das coroações dos monarchas: acto que se não verificava naquelle dia, e que por isso lhe parecia que devia reservar-se para a prestação do mesmo juramento para o dia da coroação do mesmo senhor.

« Forão em seguida approvadas por uma unanime aclamação dos cidadãos presentes todas as disposições tomadas, e praticadas pelo senado da camara, por ser da vontade unanime de todo o povo a declaração da independencia do Brasil, e acclamar Sua Alteza Real Imperador constitucional do Brasil; e convierão todos que o juramento que o mesmo senhor deve prestar como Imperador constitucional fique reservado para o dia da sua coroação por ser o competente.

« E pelo mesmo cidadão sobredito representado que era vontade de todo o povo que Sua Alteza Real conservasse em si, e em todos os seus successores o distincto titulo de defensor perpetuo do Brasil: e foi este requerimento applaudido por todos os cidadãos presentes com uma aclamação de unanime approvação.

« Foi annunciada ao innumeravel povo que cobria o largo de S. Francisco de Paula de uma das janellas dos paços do conselho a deliberação que se acabava de tomar: e prestou o mesmo povo o signal da sua expressa approvação gritando a uma voz — approvamos tudo — Viva a Independencia do Brasil, — Viva o Sr. D. Pedro Imperador constitucional do Brasil, e seu defensor perpetuo: e queremos que conserve este titulo elle e seus successores — e queremos que se declare na acta que é nossa vontade que assim o sancione a assembléa constituinte, como artigo de lei fundamental.

« E sendo presentes os procuradores das camaras desta provincia para unidos ao senado da camara desta cidade acclamarem a sua Alteza Real como representantes das mesmas camaras, a estes pediu o presidente do senado que declarassem por parte dos seus constituintes se approvavam ou tinham que oppor á declaração unanime da vontade do povo desta capital, que acabavão de ouvir: e responderão todos que approvavão tudo quanto se acabava de deliberar, e accordar, o que protestavão que as suas camaras, e povos respectivos ratificarião solememente

esta approvação que em seu nome acabavão de fazer por terem instruções expressas de obrarem em tudo de conformidade com o senado da camara desta capital por serem constantes os sentimentos de puro patriotismo, e verdadeira constitucionalidade que o anima, e dirige.

« E perguntando o presidente do senado se algum dos cidadãos presentes tinha mais alguma representação a fazer: pelo capitão-mór José Joaquim da Rocha foi apresentado um alvará de procuração do senado da camara da cidade de Mariana, que o autorizava para apresentar a Sua Alteza Real os votos do povo daquella cidade que erão de acclamar alli o mesmo Senhor Imperador do Brasil, no dia 12 do corrente, que em virtude dos poderes desta procuração approvava por parte do expressado senado da camara de Mariana tudo quanto este senado, e povo acabava de fazer.

« E declarando todos os mais cidadãos presentes que nada tinham a representar se deu este acto por findo. E para constar se mandou lavrar este termo em que se assignará o presidente, vereadores e procuradores do senado da camara, com os homens bons que nelle tem servido, os mestres, e os officiaes representantes dos corpos da 1.ª linha desta côrte, e os procuradores das camaras das villas desta provincia, e o da cidade de Mariana, e os mais cidadãos presentes.

« E accordou-se que se declarasse aberta esta vereação em sessão permanente em quanto durassem as assignaturas por ser impossivel ultimarem-se no dia de hoje. E eu José Martins Rocha escrivão do senado da camara o escrevi. — José Clemente Pereira. — João Soares de Bulhões. — José Pereira da Silva Manoel. — Domingos Vianna Gurgel do Amaral. — José Antonio dos Santos Xavier (Seguem-se as mais assignaturas). — José Martins Rocha. »

*Falla que a S. M. Imperial e defensor perpetuo do Brasil dirigio o presidente do senado da camara do Rio de Janeiro no fausto dia 12 de Outubro de 1822.*

« O povo da provincia do Rio de Janeiro, legitimamente representado pelo senado da camara desta cidade, e pelos procuradores das camaras de todas as villas do seu districto, que estão presentes, identificado em sentimentos com a vontade universal de todas as provincias, expressamente declarada, tem decretado em vereação extraordinaria de 16 do corrente sustentar e defender a independencia do Brasil, que V. M. Imperial, conformando-se com a opinião dominante, declarou: e acclamar neste fausto dia a V. M. Imperial Imperador constitucional do Brasil.

« Orgão fiel das suas vozes, encarregado de apresentar a V. M. Imperial tão honrosa mensagem, depois de felicitar a V. M. Imperial pela elevação ao throno, eu devo mostrar-vos, Senhor, em vivo quadro a justiça que o Brasil tem para decretar a sua independencia, e as obrigações reciprocas que de hoje em diante ficão existindo entre vós e elle.

« Todos os Imperios, Senhor, nascem, sobem, descem e afinal expirão... nenhum existe hoje dos primeiros que governarão o mundo! Esta lei de verdade eterna, que o direito publico ensina sobre os argumentos irrefragaveis que lhe fornece a historia, acaba de nos apresentar formidaveis Imperios recém-nascidos, filhos da America, porção preciosa de outr'ora poderosos reinos do velho mundo, que deixão tocado o soberbo zenith da sua grandeza, e hoje marchão ao occaso da sua decadencia... E' pela força irresistivel da mesma lei eterna que o Brasil subio ao throno da magestade em 16 de Dezembro de 1815, e que elle tem declarado soberanamente a sua independencia.

« Mas tem o Brasil direito fundado em justiça para declarar a sua independencia? Tal é, Senhor, a importante questão que esta declaração offerece. O Brasil podia resolvê-la, respondendo: sou livre; não sou patrimonio de Portugal; não quero permanecer por mais tempo unido a Portugal: é esta a minha vontade soberana... A força do



seu poder sustentaria a sua resposta. Mas o Brasil não quer levantar o edifício da sua independência sobre princípios duvidosos, o que não estejam revestidos da mais sólida razão; na sua conduta tem a prova da sua moderação, e na conduta de Portugal o argumento de sua justiça.

« Trezentos e oito annos existira o Brasil só para Portugal, recebendo escravidão, oppressão e vilipendio em troco de preciosos thesouros, alimentos com que este sustentava a sua liberdade, dourava a sua existência e abrihantava a sua grandeza... o doze ião decorrendo de roubos, desolações e ruínas, males que lhe importou a inundação de 1808, quando o estandarte da liberdade, levantado sobre o Douro, e firmado sobre o Tejo, repercutio seu eco nos 19 estrellados céos que enriquecem a corôa do soberbo Brasil; e, bem que a experiencia de tres seculos o devêra prevenir contra aquelle de quem só recebera duros ferros, o Brasil tudo esquece neste momento acreditando na liberdade promettida, e entrega-se sem reserva nos braços de seus irmãos de Portugal... Tanto pôde a boa-fé em corações generosos!

« Com arte e manha, ao que parece agora, se não foi sincera cordialidade, filha das primeiras circumstancias, que a chegada de S. M. Fidelissima e a precipitada ascendencia do Brasil fizerão variar, soube o congresso de Lisboa ganhar a confiança cega dos sinceros brasileiros por meio das expressões de paz, igualdade e confraternidade, que nos seus manifestos ostentou, nas suas proclamações affiançou e na linguagem liberal dos seus deputados persuadiu, e mais ainda pela sublime politica com que constantemente deixou de admittir a discussão de moções relativas ao Brasil, que intempestivamente se apresentavão, pelo justo fundamento de não estarem ainda reunidos todos os seus deputados, e sobretudo, finalmente, pela declaração solemne que decretou, firmou e jurou no art. 21 das bases, de que os seus decretos não obrigarão neste reino senão depois que nelle fossem recebidos.

« Esta conduta das côrtes de Lisboa, por ser franca, justa e liberal, deu-lhes nada menos que um Imperio absoluto no coração dos brasileiros. Em prova desta verdade tão demonstrativa da candura do Brasil, como affrontativa da perfidia das côrtes de Lisboa, eu requeiro o vosso testemunho, ó europeus, que a esse tempo vivieis entre nós, e hoje rehabilitais a vossa terra... e tambem invoco o vosso, ó felizes estrangeiros, a quem este paiz bemfazejo presta hospedagem segura, e a troco do pequeno cambio de algum suave trabalho vosso reparte grossas riquezas; sede sinceros; fallai a linguagem da verdade pura; ide, contai às côrtes de Lisboa, e á Europa inteira, os vivos transportes dos nossos corações, de que fosteis testemunhas, quando, com lagrimas de doce prazer, chamavamos aos seus deputados pais da patria, heroes inimitaveis, semi-deuses dos nossos dias... « Os seus decretos obras do céu mandadas! »! Fazei-lhes saber tambem o exaltado entusiasmo com que elegemos e enviámos a ellas os nossos deputados! E pintai-lhes, finalmente, a coragem com que todo o Brasil jurou, e fez jurar as bases que ellas fizerão; o denodo com que as tem sustentado, e a constancia com que ainda hoje as defende e defenderá por serem santas!

« Mas se o Brasil tanto do coração se unio a Portugal em 1821, porque em 1822 se desune d'elle? A razão é conhecida: Portugal desviou-se do systema de liberalismo começado; abusou da boa-fé do Brasil e quiz recolonisa-lo! Logo, Portugal fez o rompimento, e a reacção do Brasil é um resultado necessario da acção de Portugal.

« Esperava o Brasil, e tinha direito a esperar, que Portugal, reconhecendo a sua emancipação politica, que lhe dera a carta de lei de 16 de Dezembro de 1815, reconhecesse tambem a sua igualdade, soberania e independência; porque a qualidade de reino unido em nada lhe diminuía estes attributos, por serem inseparaveis da magestade dos reinos, e assim o fazião crer os principios solidos com que as côrtes de Lisboa abrirão as suas primeiras secções, proclamando soberanamente que um povo não é patrimonio de outro povo.

« Esperava o Brasil, e não era estranha a sua esperança, que as côrtes de Lisboa, respeitando a força da lei eterna, que sobre as ruínas de uns Imperios levanta outros, reconhecesse a urgente necessidade de promover o engrandecimento do Brasil, como unico meio de escorar o velho edificio de Portugal, que por seu turno está proximo a cahir. E por estes principios era no Brasil que as mesmas côrtes, a usarem de uma verdadeira politica, devião estabelecer a sede da monarchia para não perderem este, e salvarem aquelle.

« Esperava o Brasil, e devia esperar o sabio imparcial, que as côrtes de Lisboa, por terem no seu quadro genios na verdade sublimes, aprenderião no exemplo das Americanas Inglesas e Hespanholas a maneira de tratar as Portuguezas, e que, marchando de analyse em analyse, se convencessem que só os vinculos de boa-fé, franqueza e liberalismo, e uma perfeita igualdade, erão capazes de atar em laço eterno a união de dois reinos, que a natureza creou para serem independentes.

« Esperava o Brasil que Portugal tivesse conhecido, nos ultimos 14 annos que o dominou, a sua robustez, a sua força e a sua inexpugnabilidade, e que, attento aos acontecimentos de 1817, e aos symptomas que muito em tempo rohentarão em 1821, reconhecesse que o Brasil amava a sua independencia, que trabalhava por ella com decidido empenho, e que necessariamente a havia de conseguir; porque nem os americanos portuguezes são menos valentes que seus irmãos inglezes e hespanhoes, nem Portugal nação mais poderosa que a Inglaterra ou a Hespanha! E contando sobre estes principios, como podia o Brasil deixar de esperar que Portugal desse por esquecidas as odiosas ideas de uma preeminencia, alem de anti-constitucional, chimerica, porque a não podia sustentar?

« Esperava o Brasil (e nunca expressára estes sentimentos se não fóra provocado) que Portugal, vendo o estado da notoria debilidade a que uma serie continuada de males conhecidos tinha levado as suas forças, a sua população devastada, o seu commercio entorpecido, a sua lavoura perdida, a sua industria sem acção, os seus cofres sem dinheiro, com um deficit annual insupprivel e uma divida publica insolvel, apertasse com fraternal sociabilidade a mão de amigo, que o Brasil, nos transportes da sua boa-fé lhe estendeu generoso, por ser ella e só ella o unico instrumento capaz de lhe curar as suas feridas, de pagar as suas dividas, animar o seu commercio, restabelecer a sua industria e dar calor á sua lavoura, devendo saber os seus allucinados e irreflectidos deputados que, se o Brasil não fazia jogo destes argumentos para com a sua preponderancia pretender vantagens nas estipulações do novo pacto social, era por louvavel modestia, e porque, apesar de se achar melhor em circumstancias, só aspirava a uma igualdade perfeita, persuadido de que Portugal não estendia sobre elle vistas de injusta superioridade.

« Esperava o Brasil, e por vida minha que assim o aconselhava a boa politica, que as côrtes de Lisboa não alterassem as fórmulas dos governos provisorios que as provincias levantarão, não só porque o decreto de 18 de Abril de 1821 os declarou legitimos, mas tambem para não expôr as mesmas provincias aos choques e abalos que estas mudanças costumão produzir, deixando para a constituição a organização do verdadeiro systema que conviesse dar-lhes, o qual por todos os titulos devia ser ordenado pelos votos dos deputados deste reino.

« Esperava o Brasil, finalmente, e tinha um justificado direito para esperar, que o novo pacto social lhe desse um centro de unidade e de recursos, estabelecendo neste reino, senão o chefe do poder executivo, como aconselhava a melhor politica, pelo menos uma delegação competente deste poder, como era indispensavel, com uma camara legislativa que decretasse as providentes leis, que devem animar a sua população e agricultura, a sua industria, artes, navegação e commercio, e um poder judiciario absolutamente independente de Portugal, como persuadia a razão e a justiça requeria.

« Mas, oh fatal desgraça! Em um só dia vio o Brasil

cortadas ao nascer todas as suas verdes esperanças ! Vio traçado o plano da sua ruína, a sua recolonização decretada, a sua liberdade ameaçada, a sua categoria em perigo e a sua representação insultada !

« Vio, golpe de errada política ! o decreto que assentou a séde da monarchia em Lisboa... Vio que se lhe negou directamente um centro de unidade, actividade e recursos nos votos que regerão a indicação de uma delegação do poder executivo neste reino, pelo falso, machiavelico e absurdo principio de que o poder executivo não pôde ser delegado... que se lhe negou parte do poder legislativo, que devia fazer as suas leis privativas sómente pela sophistica razão de que a constituição prohibia que houvessem duas camaras, como se tal constituição existisse já para o Brasil, ou quando (caso negado) existisse não estivesse ainda em tempo de admitir reforma, e como se duas camaras legislativas, uma para Portugal e outra para o Brasil, não fossem na entidade uma só camara !

« Vio o injusto e sobre todos despolico decreto, que chamava a Lisboa o conhecimento das causas contenciosas pelo violento recurso das revistas concedidas para a casa da supplicação daquella côrte, para que nem ao menos o poder judiciario ficasse ao Brasil independente de Portugal !

« Vio os triformes governos provisórios que o fatal decreto de 29 de Setembro enviava ás provincias, deixando na mão de Portugal a disposição da força armada ! Monstruoso aborto de errada politica ! Este decreto foi a primeira e verdadeira origem das queixas do Brasil, o envenenado poiso que nelle veio semear a discordia, e uma das mais ponderosas causas que accelerarão a desunião que o Brasil não queria ainda !

« Vio ao mesmo tempo o Brasil que Portugal intentava fazer reverdecer o imperio do seu senhorio antigo, chamando a Lisboa não só a dependencia dos negocios geraes, como apenas se lhe poderia tolerar, mas até os despachos de todos os empregos civis e militares, lucrativos e honorificos, que fazem a propriedade daquelles a quem a lei habilita para os pretender !

« Vio forjar-se nas côrtes de Lisboa o iniquo e illiberal projecto de restituir a Lisboa a feira exclusiva, verdadeiro monopolio, do commercio deste reino, debaixo dos fascinosos principios de uma perfeita reciprocidade, com ruína inevitavel da nossa agricultura e violenta infracção da propriedade dos nossos lavradores, que têm direito perfeito a vender os generos da sua colheita a quem lhes offerecer melhor mercado !

« Vio tambem o Brasil, com lagrimas do sangue, os decretos, que pretendêrão roubar-lhe a posse de V. M. Imperial, unica garantia que affiançava a sua unidade, liberdade e segurança !

« Vio não só desprezadas, mas até mandadas castigar, as suas supplicas e justas reclamações pelo pretexto de serem anti-constitucionaes, auticas e facciosas... côr que alli se tem dado a declaração expressa da vontade unanime de todo o Brasil para por este falso fundamento se desatender !

« Vio, oh scenas de horror ! quem o crêra se o não vira ! vio o sangue brasileiro derramado em copiosos rios pelas bayonetas dos Avillezes no Rio de Janeiro, dos Begos em Pernambuco e dos Madeiras na Bahia ! Representou contra estes e outros insultos daquelles pretorianos, e será verdade que por deferimento ás justas queixas do Brasil declararão as côrtes de Lisboa benemeritos da patria aquelles verdadeiros inimigos della, pois que a não ser a sua conducta em tudo impolitica, estranha, provocativa e insultante dos principios constitucionaes, outro grande motivo da queixa do Brasil, ainda hoje não estaria cortada a união desejada !

« Vio mais o Brasil que Portugal prohibio a importação de munições militares e navaes para este reino, como officialmente intimou o consul portuguez em Londres a Mr. Bonnet, secretario de seguros daquella praça.

« Vio, e quem pôde vêr tantos erros em politica, tanta iniquidade e tanto despotismo, sem se lhe gelar o sangue nas veias ! Vio, Senhor, a guerra que os inimigos do Brasil declararão a V. M. Imperial pelo unico crime de accei-

tar e desempenhar o magestoso titulo de seu defensor perpetuo !

« Vio... mas não mais, Senhor ; basta de soffrimento... ás armas ! Vós declarastes já a Portugal independencia ou morte. O Brasil todo proclama hoje a uma só voz em todos os angulos dos seus canhões, aonde tem podido repercutir o êcco deste grito da liberdade : Pedro Imperador constitucional, e independencia ou morte !

« Tal é, Senhor, o caminho, por onde o Brasil tem marchado, talvez mais rapidamente do que elle mesmo podia esperar, á sua independencia... seus passos reflectidos sempre, e marcados constantemente pela escala gradual da moderação e da justiça, mostram que elle se tem constituido legitimamente nação independente pelos solidos principios que o direito publico universal reconhece por constitutivos da sociabilidade, e que tem cumprido todos os seus deveres relativamente a Portugal e ás mais nações.

« Relativamente a si, porque todas as partes que compõem a vasta extensão do povo brasileiro têm declarado unanimemente a um só tempo que é sua vontade soberana fazer um Imperio constitucional independente, de que V. M. Imperial seja o chefe constitucional ; e para estabelecer as clausulas deste pacto social por meio de uma constituição liberal, santa e justa, têm nomeado os seus legitimos representantes. São estes os principios constitutivos das grandes sociedades : e que outra nação no mundo se tem constituido mais solememente ?

« Relativamente a Portugal, porque sendo principio estabelecido no systema convencional, que, quando um povo qualquer rompe o seu pacto social antigo para celebrar outro sobre novos principios, é livre a uma parte delle separar-se, e não adherir ao novo pacto social se as condições lhe não agradarem, e sendo este principio tão sublime e incontestavel, que as mesmas côrtes de Lisboa o reconhecerão, neste caso está o Brasil com Portugal.

« Não lhe agradão as condições do novo pacto social, que este á força de armas lhe prescreve, por serem leoninas, contrarias aos seus interesses, degradativas das excellencias da sua categoria, oppressivas da sua liberdade, prejudiciaes ao seu commercio, offensivas da sua propriedade, e a todos os respeitois indignas de serem recebidas por um povo livre... e por esta causa o Brasil não quer adherir a este pacto social e se separa.

« Sem que Portugal tenha direito a exigir o cumprimento do juramento promissorio, que o Brasil prestou de abraçar a constituição, tal qual a fizessem as côrtes de Lisboa, porque este juramento, além de nullo, por ser prohibido expressamente por todas as leis divinas e humanas, e pelas patrias, não chegou a verificar-se por ser condicional, porquanto o Brasil jurou abraçar a constituição que fizessem as côrtes de Lisboa, na hypothese de que esta seria, como devia, justa, igual e respeitadora dos seus direitos ; e, como esta hypothese se não chegou a verificar, tambem o juramento do Brasil, que estava dependente da sua existencia, não chegou a existir, nem pôde por isso produzir os seus effeitos...

« Como não seria monstruoso vêr o Brasil reduzido ao antigo estado do seu oprobrio, escravo e recolonizado, só porque, tendo prestado um juramento inconsiderado, de abraçar a lei que lhe desse Portugal, confiado na boa-fé e esperanza de que ella fosse justa ; este, abusando da sua indiscreta boa-fé, lhe decretasse, como decretado tinha, a sua affrontosa recolonização politica !

« Tem, finalmente, o Brasil cumprido os deveres relativos ás mais nações, porque fez a sua associação de conformidade com os principios constitutivos da sociabilidade, que o direito publico universal prescreve, porque subio ao throno da magestade de reino pelo titulo legitimo do decreto de 16 de Dezembro de 1815, e tendo todas as nações reconhecido então a sua categoria não podem com justiça negar-lhe agora a continuação do mesmo reconhecimento : e se th'o negarem deixará o Brasil de ser nação ? deixará de prosperar?... porque fez a sua separação de Portugal no momento em que elle era licito fazê-la por estar dissolvido o antigo pacto social, e não ter ainda firmado o novo pacto, nem o querer firmar

por ser notoriamente offensivo dos seus direitos, e Portugal ter desprezado altiva e hostilmente as suas justas reclamações, e enviar tropas contra elle para o obrigar a firmar por força um contrato, que para ser valido depende da vontade livre de ambas as partes contratantes; e, finalmente, porque o Brasil, longe de offender a realza, antes a salvou na pessoa augusta de V. M. Imperial, a quem por ser successor da corôa do reino unido o Brasil todo aclama hoje, muito de sua livre vontade, sem coacção nem força de armas, seu Imperador constitucional.

« Teodes visto, Senhor, a justiça e legitimidade com que o Brasil tem declarado a sua independência; dignai-vos ouvir agora os direitos e obrigações reciprocas, que não existindo entre vós e elle.

« Quer o Brasil sustentar a sua integridade e defender a sua independência, e antes morrer que perdê-la, e tambem quer que a sua forma de governo seja a de um Imperio constitucional, hereditario na familia reinante de V. M. Imperial, conservando sempre V. M. Imperial e seus augustos successores o distincto titulo de defensor perpetuo do Brasil.

« A forma deste governo deve ser organizada pela assembleia constituinte que o Brasil requer, e V. M. Imperial mandou convocar por decreto de 3 de Junho, e é vontade unanime explicitamente manifestada por todo o Brasil que os deputados seus representantes ordenem uma constituição santa, justa e liberal, que afiance ao povo a segurança, e inviolabilidade das suas propriedades e pessoas; que decreta e faça effectiva a responsabilidade dos ministros de V. M. Imperial e de todos os funcionarios publicos, e que estabeleça um bem regulado equilibrio entre os tres poderes, e que ao mesmo tempo declare inviolavel, sagrada e fora de toda a responsabilidade, a pessoa augusta de V. M. Imperial; que em nada offenda as altas prerogativas devidas ao lugar eminente que V. M. Imperial occupa, como chefe do Imperio brasilico; que revista a V. M. Imperial de todos os poderes correspondentes; que deposite nas mãos liberas de V. M. Imperial o thesouro das graças da nação para as distribuir com justiça aquelles que as merecerem pela lei; e que, finalmente, colloque a V. M. Imperial no throno do mais brilhante esplendor, da mais elevada grandeza e do mais formidavel poder, por tal forma que faça a inveja de todos os principes da terra, sem que a nenhum tenha V. M. Imperial que invejar em grandeza, representação, poder e gloria; que pelo poder de V. M. Imperial ha de medir o mundo a grandeza do poder do Imperio brasilico.

« Manter, portanto, Senhor, e defender a integridade, categoria e independência do Imperio brasilico, e governar os seus povos pelos principios do verdadeiro systema constitucional, e firmar depois estes deveres sagrados com o vinculo do juramento no fausto dia da vossa magestosa coroação, é tudo quanto o Brasil espera de V. M. Imperial; e elle, em reciprocidade, se obrigará por outro juramento solemne a reconhecer, como de hoje em diante reconhece, a V. M. Imperial por seu Imperador constitucional e defensor perpetuo, e a todos os seus successores, na forma da successão que deve ser regulada pela constituição, conservando sempre V. M. Imperial e todos elles o distincto titulo de defensor perpetuo do Brasil, e jurará tambem manter e defender até os ultimos vittaes alentos o governo constitucional de V. M. Imperial, e obedecer-lhe em tudo.

« Oh! ditoso Imperador, e mais venturoso povo, se estes juramentos ao chegarem a firmar e uma severa observancia lhes der duração eterna! Portentoso anno de 1822, tu serás sempre o mais remarcavel nos annos da historia... Que novos principios não ensinas, que lição importante não offeres aos principes e aos povos, que nova ordem de cousas não promettes! Nunca, Senhor, o systema convencional dos povos vio a theoria dos seus principios tão ajustada com a pratica...

« E vós, Senhor, em quem o Brasil tem posto toda a sua esperança, e o mundo inteiro tem fitas as mais attentas observações, segui sempre pelo caminho da verdade, perfeita e sincera constitucionalidade, que tanto do coração tendes começado a trilhar, se quereis ser ventu-

roso, se quereis ser immortal, se quereis ser grande! A experiencia passada do vosso governo faz a prova incontestavel de que só este caminho vos pôde levar ao templo da verdadeira gloria.

« Os duvidosos principios, que o ministerio de V. M. Imperial manifestou de Abril de 1821 a 9 de Janeiro do corrente anno, afugentaram de vós todas, ou quasi todas as provincias do Brasil. Mostrou-se o novo ministerio verdadeiramente constitucional, e todas as provincias principiaram logo a correr em torno de V. M. Imperial... Empregou este uma simples expressão, verdadeiro lapso de pena, em divergencia do mesmo systema, e foi bastante motivo para desconfianças; acudiu em tempo o aureo decreto de 3 de Junho, e a sua constitucionalidade sem equívoco desviou todas as desconfianças, e é ao seu divino liberalismo que o Brasil deve hoje a sua união, a sua integridade e a sua independência, e vós, Senhor, a vossa elevação ao throno imperial.

« Santo liberalismo, e tu, doce amor da verdadeira gloria e da solida grandeza! vós, que creaes os genios raros dos grandes principes, e os guiais pela estrada immortal da virtude, do heroismo e do amor dos povos, vinde, eu vos invoco, e mostrai ao nosso joven Imperador em vivas cores a fealdade da escravidão e a nobreza da liberdade... abri-lhe o codigo da natureza, e dai-lhe a lér os direitos immutaveis do homem cidadão, e a rigorosa obrigação que os principes têm de os respeitar... mostrai-lhe os horrores do despotismo e a formosura da constitucionalidade, que aquelle desenthronisa reis e esta dá Imperios... levai-o ao templo recondito de um porvir brilhante, e, correndo o espesso véo que encobre os seus destinos, permitti-lhe que veja o Brasil collocado acima de todos os Imperios, nadando em rios do precioso nectar da abundancia e da riqueza, da civilização e da philantropia, da grandeza e da gloria, e os seus povillos fluctuando livremente em todos os mares para elles livres, e a Europa inteira abraçando a sua amizade e solicitando o seu commercio... deixai tambem que veja nossos felizes descendentes abençoando os dias venturosos que gerarão tão bemfazejo genio... mandai, finalmente, ao sacerdote do grande templo que lhe franquee o ingresso até os brilhantes padres da eternidade, e nelles veja a legenda em letras de ouro, que eu lá diviso escripta:—Ao valor de Pedro, defensor perpetuo e á sua constitucionalidade, a independência, a liberdade, a grandeza, a gloria, o Brasil deve.

« Rio de Janeiro, no fausto dia 12 de Outubro de 1822. —José Clemente Pereira. »

*Acclamação do primeiro Imperador no dia 12 de Outubro de 1822, e descripção dos festejos publicos.*

« Raiou finalmente, escreve o redactor do *Espectro*, o dia suspirado, que devia pôr o selto á gloria do Brasil. Assomou aos seus horizontes uma radiante luz, que afugentou para sempre as trévas da sua escravidão. Dardeja do seu seio um novo astro, eclipsando as estrellas que emaltdo o firmamento. Dia afortunado, tu alvoroças os corações dos verdadeiros amigos da patria; tu fazes a vergonhosa confusão dos seus infames contrarios! É superfluo apontar o faustissimo dia 12 de Outubro, origem da nossa felicidade, desempenho do nosso patriotismo.

« Havia transbordado a medida dos attentados de uma facção que domina as côrtes de Lisboa, levando de rojo os poucos deputados que conhecem a justiça e a razão, e abafando com delestavel cabala os brados opportunos dos representantes do Brasil. A saudade hydropica dessas illegitimas vantagens, que cevavam a ambição do indolentes commissarios, a imprudente vaidade de dominar do canto occidental da Europa um paiz mais vasto que a mesma Europa, e outros motivos oppostos ao direito das nações, alheio das luzes do seculo e revoltosos á humanidade, desgarraram corações alis já pervertidos por uma moral irregular, allucinaram animos, ou superficialis ou desorientados, e produziram esses decretos absurdos, que as idades mais remotas lerão com asco e crerão com difficuldade.

« Era necessario desafrontar o nome brasileiro, que se queria riscar da lista das nações, roubando-lhe essa apparente categoria de reino, e reduzido-a (que delirio!) ao antigo estado de servidão colonial. Mas seus projectos se quebrão contra o valor brasileiro, guiado pelo seu illustre salvador. Das mar-



gens do Janeiro se levantou uma voz mais poderosa que o trovão, que retumbou em um momento do Amazonas ao Prata, e chegou de improviso às mais reconditas brenhas o eco de independência ou morte.

A O heroe, que pronunciou este decreto da emancipação do Brasil, que offerceu suas fadigas, seu sangue, sua vida, em defesa dos seus sagrados direitos, ao mesmo passo rival dos Alexandres e dos Felippes, dos Augustos e dos Tites, dos Henriques e dos Luizes; este numen tutelar, a quem seria escassa uma apothese, era credor das mais evidentes demonstrações de veneração: cumpria firmar com a sua grandeza a nossa segurança, prender em laços indissoluveis a sua gloria e a nossa prosperidade.

A A fúscia electrica da gratidão inflamma todas as provincias, rompe simultaneamente em todas o brado do entusiasmo, e um grito accorde responde do equador ao polo estas vozes do mais excitado affecto: Viva o Imperador constitucional e perpetuo defensor do Brasil!

O dia 12 de Outubro, assás ennobrecido nos fastos da nação, venerado como felicissimo natalicio do heroe, que devia vingor os insultos á humanidade e á razão, criando um soberano Imperio sobre os destroços da tyrannia e sobre as ruínas do despotismo, foi de commum accordo destinado para ser o solemne da gloriosa aclamação do illustre descendente dos Affonsos, do primeiro Imperador do Brasil.

Bem quizeramos poder retratar ainda em multi-côr a pompa deste faustissimo dia; mas quando o coração abafa de jubilo, as vozes expiram na garganta, as expressões faltão aos labios, e lagrimas de alegria são o mudo testemunho de sentimentos que transcendem muito a estreita orbita da eloquencia. Sem embargo cumpre acurvar os hombros ao desmesurado peso: verdade e singeleza seja o nosso norte, e a nossa queda sirva de vigia aos que se arrojam a tão aparcilhado peço.

O astro do dia foi saudado com a salva das fortalezas, e embandeiramento destas e da esquadra. Pelas 9 horas da manhã entrãrão no campo de Sant'Anna (a que hoje compete o nome de praça da Aclamação, com que de ora em diante o appellidaremos) os corpos da 1ª e 2ª linha, divididos em duas brigadas.

A primeira era commandada pelo brigadeiro José Maria Pinto, e composta de um esquadrão do 1º regimento de cavallaria do exercito, duas boccas de fogo das brigadas de artilharia a cavallo, o batalhão de caçadores da corte, o de granadeiros, o 1º e 2º regimentos de infantaria de milicias, o 3º batalhão de fuzileiros, uma bocca de fogo, e afinal outro esquadrão do 1º regimento de cavallaria.

A segunda, commandada pelo coronel Lazaro José Gonçalves, era formada dos seguintes corpos na ordem designada: um esquadrão de S. Paulo, uma bocca de fogo, o batalhão de caçadores de Henriques, o regimento de S. Paulo, o 1º batalhão de fuzileiros, o 3º e o 4º regimentos de infantaria de milicias, o 2º batalhão de fuzileiros, duas boccas de fogo e o esquadrão de Minas.

Depois das convenientes evoluções guarnecerão aquella grande praça, a qual offercia uma vista encantadora, assim pelo acce e luzimento da mesma tropa, como pelo ornato de sedas de vari das côres, que cobria as janellas e varandas das casas que olhão para a mesma praça, occupadas por muitos espectadores, mórmente senhoras, que, pela elegancia de seus vestidos (em que sobresahiao as côres verde e amarella) e riqueza de enfeitos, offercião uma scena capaz de despertar sentimentos de alvoroço na alma mais tibia.

No centro desta vastissima praça se admirava a elegancia e riqueza do formoso palacete, reedificado para este festivo dia, pintado, adornado, e alcatifado com gosto e profusão, e defendido por uma guarda de honra, composta toda de cadetes de infantaria. Fixava as attentões de todos o escudo de armas do Brasil, conferido pelo decreto de 18 de Setembro, debuxados no tecto do mesmo palacete.

Pelas 10 horas da manhã sabio S. M. Imperial acompanhado de sua esposa, e da Serenissima princeza D. Maria da Gloria, do paço da Boa-Vista, com o trem seguinte: precedia a guarda de honra de S. M. Imperial, composta de paulistas e fluminenses, e por batedores dous exploradores e oito soldados da mesma guarda. Seguião-se tres moços da estribeira, sendo um indio, outro mulato e o terceiro negro. Ia depois o coche, que conduzia SS. MM. o Imperador e a Imperatriz, e a Serenissima Sra. Princeza, sendo puxado a oito cavallos, tendo ao lado quatro moços da estribeira. Acompanhava a guarda de honra, commandada pelo seu chefe, o coronel Leite. Seguiu o coche de Estado, e após este outro, com os dous camaristas a serviço de SS. MM. Imperiaes.

Apenas entrãrão na mencionada praça começãrão os mais altos e frequentes vivas, escassos testemunhos do jubilo que dominava em todos os corações. O innumeravel concurso de povo, que se disputava a preferencia em fiéis demonstrações, seguiu seu augusto soberano, que, apeando junto ao palacete, subio ao mesmo, e com a sua costumada affabilidade correspon-

deu aos porfiados brados pela sua gloria e prosperidade. Dirigindo-se á varanda, acompanhado da sua illustre consorte, a terna mãe dos baasileiros, redobrou-se o entusiasmo do imenso povo que juncava a praça, levantando continuos vivas aos dignissimos objectos de seu amor e respeito, a que correspondião Suas Magestades com as mais affaveis demonstrações de affecto.

A tão augustas personagens succedeu o caro objecto das nossas esperanças, a Serenissima Sra. princeza D. Maria da Gloria, que foi recebida com as mesmas demonstrações, que com a maior gentileza agradecia, accenando com a terna e innocente mão, que parecia chamar novos applausos, novos vivas. Enleados os espectadores de vêrem reproduzidas as virtudes de seus illustres pais nesta carinhosa princeza, tributãvao lagrimas, offerciãvao corações, e tudo parecia pouco.

Chegando o momento da solemne aclamação dirigirão-se SS. MM. e S. A. Imperial, acompanhados dos ministros e secretarios de Estado, dos seus camaristas e da sua corte, á varanda do palacete, e juntamente o illm. senado da camara, com o seu estandarte, em que estãvao bordadas as novas armas, e o desembargador presidente da mesma recitou um eloquente discurso, mostrando a justiça com que o povo brasileiro, esmagalhando os ferros com que os d. magogos de Lisboa os querião algemar, recorrião ao seu perpetuo defensor, dando-lhe uma maior amplitude de poder, com o augusto titulo de seu Imperador.

Este discurso foi ouvido pelo povo, que occupava a frente da mesma varanda, com a maior attenção e silencio, que sómente erão interrompidos por frequentes vivas quando o orador repetia o adorado nome de Sua Magestade, ou memorava a alta dignidade a que o elevãvao as suas virtudes e o amor dos baasileiros. Findo o discurso mencionado S. M. Imperial deu a seguinte resposta:

« Aceito o titulo de Imperador constitucional e defensor perpetuo do Brasil, porque, tendo ouvido o meu conselho de Estado e de procuradores geraes, e examinado as representações das camaras das diferentes provincias, estou intimamente convencido que tal é a vontade geral de todas as outras, que só por falta de tempo não tem ainda chegado. »

A esta resposta, de que pendia a sorte do Brasil, seguiu-se a scena mais tocante que os olhos virão, nem já mais verão. Quem será capaz de descrevê-la por mais que os seus talentos superem os nossos, ou ainda dos genios mais abalizados? O coração não cabia no peito; queria saltar fóra do seu estreito recinto; estãvao todos como abafados do peso do prazer; uns se abraçãvao; outros se davão os parabens; lagrimas sinceras corrião dos olhos de todos, e tão misturãvao-se com as do nosso grande Imperador, que dava pleno desafogo á sensibilidade da sua alma, opprimida do aluvião de paixões que a assaltãvao.

Morrãmos de jubilo, dizião uns entusiasmados, sem poderem atinar com outra expressão. Brasil, vingaste o nome portuguez da vergonha que fez recahir sobre elle a detestavel cailha de malvados, que ousou insultar... e não acabava o periodo para não misturar blasphemias de perversos com vozes da fidelidade. Qual procurava vêr o seu soberano para lhe render os testemunhos de respeito e affecto; qual encontrava primeiro a augusta Imperatriz ou a primeira princeza brasileira, e o seu coração parecia desafogar-se no mesmo momento em que recebia nova torrente de prazer... Não é possível dar uma idéa do que tão facilmente se sentio. Voltaremos, pois, a tocar o que pôde caber em desalinhada descripção.

A artilharia começou logo a salva imperial de 101 tiros, que foi seguida de tres descargas de infantaria, e de repetidos vivas a nossa santa religião, ao Imperador constitucional do Brasil o Sr. D. Pedro I, á augusta Imperatriz do Brasil, e á dynastia de Bragança imperante no Brasil, á independencia do Brasil, á assembléa geral constituinte e legislativa do Brasil, e ao povo constitucional do Brasil. O immenso povo que circundava o palacete ajuntava a estes vivas quantos lhe suggeria o seu affecto, todos dirigidos ao grande objecto que tinha em vista.

Dos edificios fronteiros, do cume dos montes sobranceiros áquella praça, se levantãvao ao céu os mesmos brados, acompanhados de festivos acenos com lenços brancos, ninguém querendo deixar de ter quinhão em tanto jubilo, que a todos suffocava. Não podemos afastar nossas vistas desta praça mais gloriosa que o campo de Marte nos jogos seculares, onde sobre o amor do povo brasileiro se firmou o Imperio, que um dia será o maior do mundo.

Achado este pomposo acto a tropa desfilou, e metteu em alas desde o palacete até á capella imperial. Sua Magestade a Imperatriz sabio no mesmo grande estado já descripto, e se dirigio á sua capella, da qual franqueou as tribunas do lado da epistola ás senhoras que quizerão aproveitar-se desta graça. O nosso augusto Imperador preferio ir a pé, sem embargo da imminente chuva, além de alegrar com a sua presença um povo que estava dando tão decisivas provas de amor, que quasi che-



gava á adoração. Depois de uma guarda da cavallaria de milicias seguia-se uma parte da guarda civil, já fardada com elegancia e brilho, e um numerosissimo concurso de officiaes generaes e superiores, de magistrados, de empregados publicos, e em summa de todas as classes mais distinctas.

« Não após o estandarte da camara os vereadores presentes e transactos, com o seu presidente e os homens bons, e debaixo de um riquissimo pallio, sustentado pelos procuradores das camaras das differentes villas, procedia S. M. Imperial, sobre o qual lançavam flôres de todas as janellas, ricamente ornadas, as senhoras, que, em elegante e nobre traje, as occupavam, franqueando o mesmo augusto Senhor as do museu.

« Entre estas variadas nuvens de flôres, sub cinco arcos triumphaes, erigidos com gosto e sumptuosidade (não ficando no transitio o da Cidade-Nova, que não deixaremos em silencio), por entre successivos e affectuosos vivas, seguidos das benções e dos votos de todos os brasileiros, S. M. Imperial chegou á sua imperia capella, a cuja porta o esperava o Exm. bispo capellão-mór, que, ministrando-lhe o Santo-Lenho, que Sua Magestade beijou de joelhos, feita a aspersão e o incenso, entou o *Te-Deum*, e acompanhado do seu cabido em riquissimos paramentos se dirigio á capella do SS. Sacramento, donde, feita a oração, seguiu Sua Magestade para occupar o solio, que lhe estava destinado na capella-mór.

« Findo o *Te-Deum*, e lidas as orações pelo Exm. bispo, se dirigio todo o luzido acompanhamento ao paço Imperial, e, sendo a elle chegado S. M. Imperial, as tropas de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> linha, commandadas pelo Exm. tenente-general governador das armas, seguido do seu ajudante-general e quartel-mestre general, se formáram em grande parada, dando á artilharia uma salva de 101 tiros e a infantaria tres descargas, seguidas dos vivas já mencionados, a que se seguirão os de todo o povo, que perecião incessantes.

« Cumpre notar que a mencionada tropa acompanhára a procissão referida, tendo á sua frente o mesmo Exm. tenente-general com o seu estado-maior.

« Dignou-se então S. M. Imperial dar solemne beija-mão ao grandissimo numero de pessoas, que, com enthusiasmo nunca visto, concorrêrão a felicitar a Sua Magestade pelo seu faustissimo natalicio, e offerecer os leaes votos de inabalavel adhesão, respeito e fidelidade, pela alta dignidade a que suas incomparaveis virtudes o eleváram, sustentando o magestoso throno, que asseombrára o universo, sobre o amor de um povo que adoptou por irmão, e que jurou defender como pai e amigo.

« Os grandes acontecimentos, que no curto espaço de poucas horas tão rapidamente se succedêrão, que não derão um momento de tregua ao coração opprimido, não podem (nós o confessamos mil vezes) ser comprehendidos em uma succinta narração.

« Capazes de sentir em toda a sua extensão os elevados movimentos que naquelles doces instantes agitarão os verdadeiros amigos da patria, quando lançamos os olhos áquelle quadro magestoso um só objecto fôr: nossa attenção, e escapáramos mil bellezas para serem comprehendidas por mais frio espectador. Por isso não mencionamos os fogos de artificio, que continuamente se elevavam á atmosphera, os ruques de sinos e outras demonstrações; não nos demoramos com o aroma das folhas que juncavam as ruas, não descrevemos os elegantes arcos que apenas mencionamos; deixamos ainda abundantes espigas a maior habil segador.

« Ha, porém, uma circumstancia, que muito occupou a nossa attenção, e que temos a satisfação de ter já sido habilmente memorada: fallamos da constante chuva, que apenas deu o intervallo para a gloriosa aclamação de S. M. Imperial. Continuando e reforçando successivamente, ella veio a ser o mais bello ornamento deste grande dia. Não é paradoxo, não pareça lisonja.

« O prodigioso concurso, que a todos encheu de admiração, poderião parecer aos inimigos da santa causa em qua estamos empenhados simples effeito de ociosa curiosidade; mas quando vimos que a abundancia da chuva não fazia arredar um só passo ao fiel povo brasileiro; quando ouvimos os ecos dos seus vivas transporem a pesada atmosphera; quando sentimos que, estorvando o fogo das armas, não afrouxava as vozes do enthusiasmo; lembrou-nos a terna expressão da esposa dos canticos: As muitas aguas não poderão apagar o meu amor; os mesmos rios não serão capazes de afoga-lo.

« Poucos momentos teve o coração para respirar; breves instantes repousou S. M. Imperial depois do solemne beija-mão. As praças, as ruas, o templo, o paço, tinham sido testemunhas do seu triumpho e do nosso amor; restava ainda ao theatro a scena mais brilhante e encantadora, o para isto se havia preparado com delicadeza e riqueza, assim em novo cortinado de sedas das côres do escudo do Brasil, e em abundante illuminação, mas em scenario e vestuario, e na escolha do espectáculo analogo ao grande objecto do dia singular.

« SS. MM. Imperiaes se dirigirão á hora competente em grande estado, da mesma fórma que já referimos, por entre os

repetidos vivas do povo e todas as demonstrações, que nunca afrouxarão. Logo que chegon á tribuna resôarão os vivas, que durarão por longo tempo; as musas offerecerão seu tributo de respeito em numerosas composições, a que succedirão applausos dirigidos ao seu sublime objecto; cantou-se um novo hymno patriótico, que a todos agradou, ainda mais pelo enthusiasmo que inspiravão as letras do que pela sua harmoniosa musica.

« Seguiu-se o espectáculo, composto de um elogio dramatico, uma cantata de Troncarelli, o drama accommodado ás circumstancias, intitulado *Independencia da Escocia*, e varios dançados. Não nos demoraremos no detalhe do espectáculo, superfluo ao que os virão, escusado mesmo para dar idéa (bem que limitada) do que tantas vezes temos louvado, enthusiasmo e lealdade do bom povo brasileiro.

« Não fallaremos neste lugar da brilhante illuminação que adornou os edificios publicos e particulares, as frentes dos differentes quartes, e singularmente a dos elegantes arcos triumphaes que mencionamos. Estes objectos não serão omitidos, ainda que mais habéis penhas temem esta tarefa; mas occupá-nos agora outros mais interessantes, que nos apressaremos a esboçar, descansando poucos momentos a escaldada phantasia.

« Nada mais temos feito do que procurar esgotar um grande lago, tomando com a mão escassa porção de agua, da qual mesmo foge a maior parte. Do penago de alegria em que nadarão todos os corações brasileiros colhemos poucas gotas para espelhar sobre esta folha; mas o desalinhado da linguagem, a tibiexa da expressão fizerão perder as mesmas curtas idéas que assallarão a nossa imaginação. Não resta, pois, outro partido que rogar ao leitor prudente que suppra o que falta a este ligeiro escripto com a nobreza dos sentimentos e com a valentia dos seus affectos, que nós ficaremos contentes com a gloria de os imitarmos.

« Um só dia era escasso tempo para se patentear o jubilo que jámais deverá entibiar. O seguinte (13) foi ainda consagrado ao mesmo dignissimo objecto. Salvas de artilharia advertirão os fleis fluminenses de que o sol assomava ao horizonte, tocava o meridiano, e finalmente dourava as nuvens que limitão nossa visão. A piedade de S. M. Imperial devia render ao Altissimo as devidas graças pelo beneficio com que enriquecera o Brasil, dando-lhe o maior thesouro no seu augusto Imperador.

« Pelas 11 horas se dignou Sua Magestade transportar-se do paço da quinta da Boa-Vista para a cidade, acompanhado da adorada Imperatriz e da Imperial Princeza, em grande estado, como no dia precedente, e logo dirigio-se á capella, onde foi recebido pelo Exm. bispo capellão-mór e todo o seu cabido, paramentados com magnificencia, fazendo a comitiva do mesmo Senhor os ministros e secretarios de Estado, os titulos, camaristas e mais criados de sua imperial casa.

« Chegado á capella-mór, e occupado o respectivo solio, se cantou tercia, a que seguiu a missa em pontifical, sendo esta e o correspondente officio consagrados ao patrocinio de S. José por ser de segunda classe. Celebrou o Exm. e Revm. bispo capellão-mór, e cantou-se a musica do insigne heroe a quem a natureza prodigalisou todos os talentos. Devia seguir-se a esta uma oração, que dextramente não já desallasse sentimentos de sobra manifestados, mas que mostrasse a sua justiça e a felicidade que dahi provinha ao outrora tão oppresso Brasil. O padre-mestre Fr. Francisco de Sampaio foi encarregado desta empreza, e cumpre confessar que a desempenhou dignamente.

« Tomando por thema as palavras do liv. III dos Reis Et *sublimius faciat solium ejus á solio David Regis* (E faça o seu throno mais sublime do que o throno do rei David, seu pai), exordiou, inditando a marcha da Providencia em regular os destinos das nações, fazendo subir ao mais alto ponto de fortuna os assyrios, persas, macedonios e romanos; lembrou que o Brasil, seguindo a vicissitude destes Imperios respeitados, entrava no afortunado dia 12 nesta brilhante ordem, e era destinado a apparecer entre as monarchias que no mundo têm maior consideração, e propoz-se a mostrar os motivos que tinha para assim esperar, o que deduzio das suas riquezas, da sua extensão, da fecundidade do seu solo debaixo de diversos céos, e em variados climas.

« Mostrou os dezares da injusta antiga metropole, que o obrigáram a procurar a felicidade que as circumstancias offerecia. Aproveitando dextramente o ter sido descoberta a America por Christovão Colombo no memoravel dia 12 de Outubro de 1492, disse que desde então presentir-se a sua queda os Imperios do Mexico e do Perú, que 30 annos depois cabirão debaixo das espadas de Pizarro e Cortez. Tres seculos depois se levantava o primeiro Imperio do Brasil, grande, magestoso, capaz de rivalisar com os maiores da Europa com o andar dos tempos.

« Estas magnificas esperanças erão roboradas pelo novo systema da legislação, que, seguindo sempre os antigos Imperios,

ora precedia este nascente. Estas e outras idéas sublimes, que não fornece a nossa memoria, ou que, desbocadas de todo o discurso, perderão muito de sua grandeza, enleiam de maneira o illustre auditorio, que não pôde conter o applauso, e manifestou a admiração que o transportava por bem merecidos bravos. Finda esta eloquente oração entou S. Ex. Rvma. o *Te-Deum*, e os musicos da imperial capella desempenhãrão com a sua costumada pericia a musica do mesmo joven heroe que compuzera a da missa.

« Durante este solemnissimo acto estiverão sentados na capella-mór o Exm. José Bonifacio de Andrada, ministro e secretario de Estado dos negocios do interior e estrangeiros, servindo de mordomo-mór de S. M. Imperial, e no corpo da igreja, no banco destinado aos grandes do reino (por ordem especial do mesmo Senhor) os Exms. ministros e secretarios de Estado, procuradores geraes das provincias, conde de Palma, os camaristas de S. M. Imperiaes, os viscondes do Rio-Secco e Mirandella, e os barões de Santo Amaro, S. Simão, Rago, Itanhacem e Goyana, assim como em qualidade de capitão da guarda imperial o Exm. João Maria da Gama Freitas Borquê, e de reposteiro-mór o Exm. João José de Andrade.

« A capella imperial estava atalhada de pessoas de diferentes classes e gradações, e offercia a mais interessante perspectiva. Em toda a parte se divisãvõ efficazes desejos de mostrar a energia de sentimentos e a fidelidade dos animos dos brasileiros.

« A' noite gozou-se no theatro o mesmo espectáculo do dia precedente, sendo simente novas as composições poeticas e o drama, que neste dia foi *José Segundo*. Sua Magestade havia igualmente sido conduzido em grande estado, como fica dito, e o brilhante concurso esmaltava esta noite de jubilo. A iluminação foi mais brilhante que na noite precedente em razão do tempo mais favoravel, e os fogos de artificio se succederão com a mesma frequencia. »

O *Espelho* de 18 de Outubro de 1822 descreve os arcos seguintes :

*Arco da rua de S. Pedro no campo de Sant'Anna, dedicado á nova patria de Pedro.*

« O coroamento se compõe da esphera ornada de uma corda e um manto imperial, sustentada por dous dragões (emblema das armas da familia de Bragança); o friso é ornado de palmas e da letra inicial do nome de S. M. Imperial; a parte superior da abertura da arcada tem sobre o fecho uma esphera coroada, acompanhada de dous dragões, que alli parecem presos.

« Os dous corpos lateraes são ornados de trophéus militares, que cercão duas pyramides, em que estão inscriptos os nomes de todas as capitãcias do Imperio do Brasil; na base de cada pyramide está collocada uma aguilha imperial, da qual a parte do corpo é escondida por uma esphera, e só deixa vêr as azas abertas e as garras, em que segurão de uma parte um sceptro e de outra uma espada.

« Uma porta no centro de cada pedestal das pyramides completa o orrato do envasamento deste monumento cuja pintura imita a esculptura dourada e granitos de diversas côres.

« Sua altura é de 53 palmos, e a largura 19.

« Lido-se os seguintes versos nas duas faces :

« N'um seculo de crime, e sangue e guerra,  
« Um throno aqui porás, que assombre a terra.

« Tão grande Imperio e resplendor te espera,  
« Que um timbre formas da armillar esphera.

« Entre immortaes trophéus, com que se exalta,  
« Só este á gloria de seu nome falta.

« Verás, Senhor, que nesta acção se encerra  
« Quanto grande até aqui tem visto a terra. »

« Uma banda de musica tocava alegres symphonias e cantava hymnos patrioticos.

*Arco situado na praça da Constituição, dedicado ao genio brasileiro.*

« O coroamento se compõe de um grupo formado das armas do Brasil, tendo no centro um—P—coroado; nos dous lados estão um indio e um habitante do interior, cada um prendendo um dragão a seu lado e jurando defender a independencia do Brasil. O fecho da arcada sustenta uma cabeça da America coroada. Os corpos lateraes rematão em aguilhas imperiaes; os frisos são ornados das armas do Imperio e de palmas. Coqueiros empregados como columnas são acompanhados de trophéus de agricultura e de armas militares; os pedestaes têm inscripções.

« A pintura representa marmore branco e as esculpturas são douradas.

« Tem de alto 32 palmos e 47 de largo.

« Estavão escriptos estes versos :

« Das acções minhas a maior é esta,  
« Se acaso outra que a vença inda não resta.

« O amor da patria, que me anima e inflamma,  
« A' gran te empreza me convida e chama.

« Deste, passando a incognito hemispherio,  
« Sobre dous mundos ergueréi o Imperio.

« N'alma a patria me existe, e na memoria  
« Só fórma o bem da patria a minha gloria. »

« Nos dous angulos da praça, da parte do theatro, havia elegantes coretos de musica, que tocavão successivamente symphonias e hymnos.

*Arco da rua do Ouvidor na embocadura do largo de S. Francisco de Paula, dedicado ao amor conjugal.*

« O coroamento sustenta uma esphera coroada, sobre o centro da qual estão collocadas as duas letras de S. M. Imperiaes—P. C.—entrelaçadas, sustentadas por dous pequenos genios apoiados sobre signas, tudo entrelaçado e coroado de flores. O fecho da arcada sustenta um pellicano (emblema do amor maternal); o friso enriquecido de estrellas de ouro; as archivoltas são ornadas de dous grupos de figuras, imitando baixo-relevo dourado, representando um guerreiro deixando brincar um menino com suas armas, e o outro uma mãe aleitando o filho, tudo imitando marmore branco e esculptura dourada; dous lustres ornão o prolongamento do corpo inferior do monumento.

« Tem de alto 55 palmos e 30 de largo.

« Em cada uma das frentes se lido os versos :

« Desta doce união no céu tecida  
« Logras em paz o fruto abençoado,  
« A suspirada prole esclarecida.

« Amas os filhos, prezas o consorte;  
« Nos deveres de mãe e esposa acertas,  
« Vives ditosa, e não te assusta a morte. »

*Arco situado na extremidade da rua do Ouvidor, dedicado ao commercio.*

« O grupo que o remata se compõe de uma esphera coroada, no centro da qual se acha um—P—coroado, cercado todo de um manto imperial, de cornucopias e varios attributos do commercio. As archivoltas são ornadas de duas figuras de baixo-relevo, uma representando mercúrio offerecendo uma bolsa á esperanza, que estende a mão,

« O todo finge marmore branco e esculptura dourada.

« Altura 46 palmos, largura 26 e meio.

« De um lado se lia :

- « Dou a Pedro a eterna Providencia
- « Do Brasil cimentar a independencia.

- « Do Imperio brasileiro ao fado e á sorte
- « Dai começo feliz : victoria ou morte ! »

« E do outro :

- « Dos seculos no dorso assoma o dia ;
- « Começa a brasileira monarchia.

- « A' tal empreza vos tem certo o fado
- « Desde a origem dos seculos guardado. »

« Proximo a este arco havia tambem um coreto, em que muitos musicos afagavam os ouvidos dos espectadores com canticos allusivos e agradaveis symphonias.

*Arco da rua Direita, dedicado á prosperidade do Brasil.*

« O coroaamento se compõe da figura da America, coroada de louro, tendo n'uma mão o sceptro e na outra a esphera do Brasil, em pé, sobre um carro puxado por seis cavallos, tudo levantado sobre degrãos circulares e descansando sobre um socro, ornado de um buxo-relevo representando a America tocada de um raio do sol, despedaçando as cadeas que a prendião a um pedestal, a que estavam sobrepostas as armas de Portugal ; a população brasileira armada lhe offerece os signaes de affecto.

« Os dous campos lateraes são ornados de pilastras, cujos capiteis são enriquecidos de aguias; os frisos sustentão as armas do Imperio, tudo coroado de trophéas de armas e de aguias. O fecho da arcada, sobre o qual está uma esphera, sustenta uma aguia imperial, com as azas abertas. Duas famas offerecendo cordas guarnecem as archivoltas.

« A continuação exterior do emvasamento tem trophéas de armas, e os pedestaes, que fazem corpos lateraes sobre a face da rua Direita sustentão duas grandes figuras equestres (de 30 palmos de alto), das quaes uma representa a fama que vóa, e outra um mercurio montado n'um pegaso, levando uma bandeira em que estão escriptas as palavras—Independencia ou morte !

« Estes pedestaes são presos ao corpo do arco por dous terrassos sustentados por pilastras, que deixão passagem para as pessoas a pé.

« O monumento é de branco e ouro ; tem de alto 105 palmos e de largo 112.

« Estes arcos são adornados de festões de flores, de numerosos globos de vidro, candelieiros e lustres, que os aformoseavam de dia, e illuminados á noite, offerecendo a mais brilhante perspectiva.

« O arco proximo ao museu foi desenhado e dirigido pelo 1º tenente de artilharia Angelo Pamphili. Contém 60 palmos de largura total e outros tantos de alto, alóra o coroaamento. Sobre dous pedestaes de granito descansão quatro columnas de ordem dórica, e sobrepostas entre cordas de ouro as letras iniciaes dos nomes de SS. MM. Imperiaes e das augustas princezas, sendo no centro —P. I. e L.—e dos lados—M. J.

« Da parte exterior das columnas havia dous transparentes, em que estavam as figuras de Marte e Hercules de um lado, e do opposto Vulcano e Minerva, allusivas nos concurrentes para aquelle monumento. Na cornija estava o letreiro—Os empregados do arsenal do exercito e militares ao Imperador ;—e na parte superior tres transparentes, que continhião os versos que logo citaremos. A cada lado da abobada havia igualmente dous transparentes, um dos quaes ornado de festões de flores.

« O coroaamento era composto de uma fachada de azul com as 19 estrellas de prata, e no centro as iniciaes —P. G. I. L. B. —(Pedro Grande, primeiro Imperador do Brasil) ; ao lado os rios Prata e Amazonas, e sobreposta a corda imperial, e nos angulos corpos de armas.

« Ao passar por este monumento S. M. Imperial, no faustissimo dia 12, dous indios, postus de joelhos sobre os pedestaes, lançavão cheirosas flores.

« Os versos erão os seguintes.

« Na frente da rua dos Ciganos, no centro :

- « Se sou grande não posso ser pequeno ;
- « Se tenho forças sou com ellas forte ;
- « Se sou livre não quero ser escravo
- « (Grita o Brasil) : independencia ou morte ! »

« E nos lados :

- « No momento em que o povo brasileiro
- « Vê sua independencia sustentada
- « Renasce um dia, parecido áquelle
- « Que, ao sorriso de um Deus, sahio do nada.

- « Assim a agricultura mais se exalta ;
- « Cresce a plebe no campo e na cidade ;
- « E a turba inulta, que corrompe a terra,
- « Ou se deixa emendada, ou se desterra. »

« Na frente para a praça da Acclamação, no centro :

- « Dá-nos o céo Imperador perfeito ;
- « Congresso em breve nos dará facundo ;
- « Paz, justiça abundante e firme pesto,
- « Isto nos basta a nós e ao nosso mundo. »

« E dos lados :

- « Temos patria : e que patria ? o Imperio novo,
- « Assim do grão Brasil vozeia o povo ;
- « Filha augusta dos Cesares, já hoje
- « Mã dos Cesares, do Brasil exulta.

- « Pedro o Grande do Brasil o nó desata,
- « Povos escravos torna já senhores ;
- « Com ellas assim, desde o Amazona ao Prata
- « Serão dadas na terra leis melhores. »

« Não deixaremos de notar que na noite de 15 do corrente a companhia italiana pôz em scena a bella peça de musica do celebre Puccini, intitulada *Caçada de Henrique IV*, e na scena da mesa substituindo ao nome do bom Henrique aquelle que occupava os corações, fizeram ressoar as agradaveis e harmoniosas expressões de—Viva Pedro ! Viva o grande do Brasil Imperador !—o que foi recebido com o maior applauso, respondido com frequentes vivas, repetido e de novo applaudido semelhantemente. Henrique IV não era mais amado dos francezes que o grande Pedro dos brasileiros. »

**E' DISSOLVIDO O GRANDE ORIENTE EM MEIADOS DE OUTUBRO DE 1822**

Foi desde o momento em que o Sr. D. Pedro recebeu o malhete de grão-mestre da maçonaria, que as intrigas, ameaças, ciúmes e ambições, principiãrão, e os dous partidos se estremarão; sendo um capitaneado por Joaquim Gonçalves Ledo, uma das personagens principaes da independencia do Brasil, homem de muito talento, bom orador, e de muita habilidade, ainda que de caracter volúvel e ambicioso ; e outro capitaneado por José Bonifacio de Andrada e Silva, que gozando ainda de prestigio, triumphou na privança do imperador.

No entanto, ambos querião a mesma cousa: a independencia do Brasil.

Taes são os homens de todos os tempos ! Sempre antepõem ao bem da patria a ambição e mesquinhas rivalidades !

Separados assim os partidos, que de parte a parte, como disse em outro lugar, se hostilizavão rancorosamente com intrigas, tentava o partido de José Bonifacio aniquillar a influencia maçonica, ou antes a dos chefes que nella preponderavão, porque

os serviços prestados pelo Grande Oriente, bem como a influencia e credito que gozava, não podia deixar de produzir ciúmes em varias pessoas, das quaes algumas erão preponderantes, outras não se tinham querido reunir aos maçons, e outras delle tinham sido excluidas.

Para porrearem, pois, a influencia maçônica combináram nos meios, e installarão uma sociedade secreta, com o titulo de — Apostolado — sendo dos primeiros influentes della, José Bonifácio, Martin Francisco, o capitão-mór José Joaquim da Rocha, José Mariano de Azeredo Coutinho, Fernando Carneiro Leão (depois conde da Villa Nova de S. José) e outros. Esta sociedade tinha estatutos e signaes como se usa na liturgica maçônica, mas differentes na forma, e era dividida em palestras e decurias.

José Bonifácio para arrealar o Imperador do Grande Oriente o collocou á frente do Apostolado, com o titulo de grão-mestre ou Archont-rei, visto que os seus fins, conforme se propalava, erão os mesmos do Grande Oriente, isto é, a independencia e a integridade do Brasil, com o systema monarchico representativo, e dynastia do Principe Regente. Pelo menos foi isto o que declarou o Sr. D. Pedro, em sessão do Grande Oriente, quando foi interpellado a respeito dos fins do Apostolado, por constar aos membros do Grande Oriente, que o Apostolado principiava a aggre-di-lo, com vehementes intrigas, como depois se verificou.

Na ultima sessão de Outubro o Imperador, assentado no throno, e já muito indisposto contra Ledo, a quem dias antes tratava em carta particular — de meu Ledo — o accusou vehementemente, dizendo estar atraído, e este, procurando defender-se, não o pôde fazer, porque o Sr. D. Pedro I, como grão-mestre do Grande Oriente, e por um decreto, o suspendeu e encerrou, mandando recolher os metaes das officinas ao cofre da policia, da qual era intendente-geral o desembargador Aragão, e o archivo para a quinta do Cajú.

Os meus respeitaveis amigos, Dr. Manoel Joaquim de Menezes e general José Maria da Silva Bitancourt, que, por ordem do grão mestre marquez de Abrantes, e a meu pedido, fizeram uma compilação das actas de 1822, disserão nesse trabalho, que na maçãria já tudo estava combinado para a independencia do Brasil, aclamação do Imperador e integridade do Imperio, quando nesta corte installou-se uma sociedade com o titulo de Apostolado, a qual organisou seus estatutos, adoptando signaes, toques e palavras, differentes, dos da maçãria, dividida em centurias e decurias, da qual se disse ser principal collaborador (segundo escreveu na mencionada memoria o Dr. Manoel Joaquim de Menezes) o Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva(\*), que sendo maçã antigo, não se tinha

querido reunir ao Grande Oriente, como fizeram seus dois irmãos e parentes.

Para essa associação concorrerão em grande numero os maçons, que por orgulho ou desejo de primarem não se tinham filiado no Grande Oriente, os que tinham sido reprovados, e muitos profanos.

#### INSTALLAÇÃO DO APOSTOLADO E SEUS TRABALHOS

O apostolado começou a trabalhar no edificio da Guarda Velha, onde é hoje secretaria de Estado dos negocios do Imperio(\*) e então quartel-general do commando das armas. As sessões erão na sala onde está hoje o archivo da secretaria; e os membros do Apostolado se denominavão — columnas de throno — porque o fim dogmatico era sustentar a monarchia constitucional, e guerrear com todas as forças as idéas republicanas.

Foi eleito chefe do Apostolado o Imperador D. Pedro I, com a denominação de — Archont-rei — e José Bonifácio seu lugar-tenente.

A ordem do Apostolado, como já disse, sendo dividida em palestras e decurias, cada uma se compunha de doze apostolos e um presidente.

Uma das palestras estabeleceu-se no Catete em casa de Antonio Rodrigues da Silva, ou na do padre José Cupertino, depois official maior da secretaria de marinha; as decurias trabalhavão em outros lugares, como na rua da Assembléa, (antigamente da Cadêa) em casa do coronel Antonio Pereira Pinto; e na rua de S. José, onde perante o Sr. D. Pedro e José Bonifácio, forão admittidas e juramentadas muitas pessoas de consideração. As sessões que se fazião erão alternadas, e em dias determinados se reunião no centro social denominado — Apostolado. — As palestras do Apostolado enjovão aos homens de bem e de bons sentimentos que a ellas constantemente assistião, pelos abusos que vião praticados, e por verem lançar-se mão de meios torpes para a perseguição dos contrarios, como a espionagem, as denuncias, as intrigas, não só contra os membros do Grande Oriente, como contra alguns portuguezes indistinctamente.

Destas mesmas palestras sahirão os males de que ainda hoje se resente o Brasil, sendo campeão de tudo isso o celebre Porto Seguro, mitissimo protegido de José Bonifácio, e que acabou miseravelmente no sitio dos Buzios, em Cabo-Frio; e do não menos celebrado Marciano, por alcunha o Miquilina, pardo marceneiro, cantador de modinhas, e muito vellido do Imperador D. Pedro I.

E' de razão observar, tambem, que um dos

côrtes, os ex-deputados ás côrtes de Lisboa José Lino Coutinho, Cypriano José Barata de Almeida, Francisco Agostinho Gomes, Bueno e Feijó; porém que ficara em Pernambuco pela noticia que alli tiverão de que naquella barra cruzavão duas corvetas de guerra mandadas pelo Madeira.

« Dia 1.º de Janeiro de 1823 — Lisboa, 40 dias, brigue *Piedade*, mestre João Mauricio, equipagem 32, passageiros o brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães e outros; referem que no dia 19 morreu Manoel Fernandes Thomaz.

« *Diário do Governo* — Imperio do Brasil — n. 23 de quinta-feira, 30 de Janeiro de 1823, noticias maritimas, entradas: Londres, 49 dias, brigue inglez *Regente*, equipagem 9, mestre John Scarlett, passageiro o Exm. Sr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada. »

(\*) Ainda existe o salão onde trabalhou o Apostolado, e onde trabalhava hoje (9 de Janeiro de 1871) a secção central, subordinada ao director geral da secretaria de Estado dos negocios do Imperio, com as quatro columnas do templo do Apostolado.

(\*) Antonio Carlos não podia ser o principal collaborador do Apostolado, conforme disse o meu respeitavel amigo o Dr. Menezes, porque estava por esse tempo na Europa, e só chegou ao Rio de Janeiro no dia 30 de Janeiro de 1823, e nem podia concorrer para a installação do Apostolado, como se vê do *Telegrapho Marítimo*, que aqui copio:

« No *Diário do Governo* n. 2 de sexta-feira 3 de Janeiro de 1823 — Imperio do Brasil — nas noticias maritimas do dia 31 de Dezembro de 1822, entradas: Pernambuco, 7 dias, brigue inglez *Steiffisire*, mestre John Beckford, equipagem 15, lastro, passageiros um inglez, e João Xavier Carneiro da Cunha, encarregado pela camara de Pernambuco de felicitar S. M. Imperial; refere o mestre que de Falmouth conduzia para esta



membros mais influentes do Grande Oriente, Joaquim Gonçalves Ledo, aspirava a privança do Príncipe, para dar a queda nos Andradas e entrar para o ministerio. Tinha se constituido emulo ou adversario de José Bonifacio, e por isso aproveitando a ausencia deste, como já disse, fez proclamar o Príncipe grão-mestre da maçonaria, ficando José Bonifacio seu adjunto, cujo acto, comquanto não fosse impugnado, não recebeu a aquiescencia de muitos membros do Grande Oriente, que entendião que devia ter sido delle previamente instruido o grão-mestre José Bonifacio, que sem duvida se não opporia ao grão-mestrado do Imperio.

Este, despeitado por isso, julgou que todos os membros do Grande Oriente, estavam em opposição a elle, e procurou vingar-se; suas disposições foram aproveitadas pelo Apostolado; e assim fizeram persuadir ao Sr. D. Pedro, que já tinha sido aclamado em uma assembléa do povo maçónico, e depois pelo povo em 12 de Outubro de 1822, que os maçons pretendião estabelecer um governo democratico.

**F' DEMITTIMO O MINISTERIO ANDRADA NO DIA 29 DE OUTUBRO PELO IMPERADOR, E LOGO DEPOIS REINTEGRADO POR REPRESENTAÇÕES DO POVO, DA TROPA E DOS PROCURADORES DAS PROVINCIAS NO DIA 30.**

Forão tão inauditas as intrigas, que apparecêrão nesse mez de Outubro, de 1822 entre os membros do Grande Oriente, suspenso, e os membros do Apostolado, que o Imperador julgou conveniente dimittir o ministerio Andrada.

O jubilo publico, escreve o visconde de Cayrú como testemunha presencial, foi interrompido por uma extraordinaria occorrença.

Depois da aclamação do Imperador, excitáram-se emulações e contendas de ambição entre os membros do ministerio e pessoas de notoria influencia no governo, e perigosa popularidade no vulgo, porfiando todos em adquirir o favor imperial affim de se engrandecerem pela nova ordem do Estado.

O espirito de partido se descobrio. Uns cidadãos se esconjuravão contra suspeito despotismo, outros contra presumido democratismo. Temeu-se do funesto choque de animosidades e interesses.

Inopinadamente em 30 de Outubro divulgou-se que o Imperador dimittira o ministerio: os reaes motivos ficarão no segredo do gabinete. Não sem fundamento se conjecturou que se representaria ao chefe da nação os perigos dos conselhos dos secretarios do Estado dos negocios do imperio e da fazenda, aspirantes á supremacia no governo.

Mas no mesmo dia sentio-se alvoroço na corte entre a turba de clientes e devotos, especialmente dos ministros irmãos, José Bonifacio de Andrada e Silva e Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

Por arteiros agentes, solicitou-se e conseguiu-se, (segundo se disse) nunca visto numero de milhares de assignaturas de pessoas de todas as ordens, e classes. Fez-se uma representação ao Imperador para a reintegração dos dous Andradas no ministerio. Esta representação foi levada ao senado da camara municipal em tumultuario concurso de povo, requerendo-se ao procurador dessa camara que o apresentasse quanto antes á Sua Magestade Imperial, que reclamou para isso urgencia do deferimento.

Entre as enunciações da representação é com par-

ticularidade notavel, que os Andradas erão apresentados como a unica ancora, unidos ao throno do novo Imperio.

Ainda é mais reparavel a clausula final: -- Vossa Magestade não encontra no circulo dos homens, cidadãos mais dignos; e por isso que Vossa Magestade Imperial obedecendo á patria deve collocar-nos nos lugares de que sahirão. Este povo leal o pede. Todo o Imperio se desmanda. —

Por parte da tropa da corte se offerecem ao imperador outra semelhante representação mais concisa e comedida.

Os procuradores geraes da provincia (menos Joaquim Gonçalves Ledo) dirigirão ao Imperador igual representação, com hyperbolico elogio dos irmãos Andradas, afirmando ter sido por ambos lançado a primeira pedra do magestoso edificio da nossa gloriosa independencia, dizendo — consentiremos que vacille já o throno imperial que ha 18 dias acabamos de levantar?

No mesmo dia, á noite, no theatro, se espalhou uma proclamação anonyma em que erão appellidados os Andradas, Franklins Brasileiros e se lhes dava o titulo de anjos tutelares da regeneração politica, accrescentando-se que havião erguido nos seus hombros o peso da Independencia, concluindo-se — a nossa existencia politica está em perigo e o nosso Imperador ás bordas do precipicio: além do Estado saltando fóra da mão do piloto. Nesse papel inculcava-se haver machinação dos carbonarios.

Tão estranha idolatria demagogica, e concorrência de gente ao throno, foi sem exemplo; foi equivalente a força publica. O Imperador pareceu qual Cezar circumvalado no capitolio.

Ainda que os ministros Andradas, naturaes de S. Paulo, fossem egregios patriotas e activos administradores, contudo era notorio, que pela natural liga da irmandade havião adquirido ascendencia no conselho e incorrido em odio de muitas pessoas por algumas medidas de suas repartições.

Além de que ostentavão timbre sem igual de rancor aos lusitanos, bem que por justos resentimentos dos males causados pelos sectarios das cortes de Portugal.

O Imperador no mesmo dia 30, julgou prudente condescender, pelas instancias dos representantes das provincias collatas: mas por decreto reclamou a prerogativa constitucional de sua livre nomeação e demissão dos commissarios do poder executivo, e por uma proclamação aos fluminenses recommendou lhes união e tranquillidade, vigilancia e constancia<sup>(\*)</sup>.

A Gazeta do Rio de Janeiro em seu n. 132 de sabbado 2 de Novembro de 1822, referindo os factos, conta que:

(\*) Foi uma comedia ridicula o que se passou no dia 30 de Outubro de 1822. Dizem alguns que José Bonifacio e seu irmão Martim Francisco, em consequencia das intrigas e exaltação dos partidos, pedirão no dia 29 a sua demissão; e outros dizem que o Imperador, a ver se applicava a exaltação dos partidos que ameaçavão a ruina do nascente Imperio, demitto os Andradas. Fosse lá o que fosse, o decreto appareceu, e no dia 30 de Outubro o Imperador se viu forçado a reintegrar nas mesmas pastas os ministros demittidos.

José Bonifacio, que morava no largo do Rocio, hoje praça da Constituição, onde mora José da Silva Braga, com o botequim do Café com leite—foi esperar a multidão do seu partido no Caminho-Velho do Botafogo, e das 4 para as 5 horas da tarde, dirigindo-se o povo para alli, o trouxeram em charola. O Imperador, á tarde, veio com a Imperatriz para a casa de José Bo-

« A capital do Imperio do Brasil acaba de ser testemunha da mais publica, e affectuosa demonstração de respeito e amor, consagrados ás virtudes e talentos de dous dos ministros e secretarios de Estado, que, quaes outro Athlas, havião tomado sobre seus hombros o peso da nossa independência.

« Um partido ou facção um pouco ramificada, que desde muito tem posto em obra todas as tentativas para ter entrada em os negocios politicos, e dispôr a seu bom prazer da subatancia da nação, pôde illudir por não pouco tempo a credulidade publica sobre a pureza das suas intenções, que mascarava com affecto lo zelo do bem geral, ainda quando, pela erronea doutrina que espallava em papéis, que uns redigião, outros publicavão, outros elogiavão, outros defendião e outros mesmos absolvião do anathema, que a lei e o bom senso contra elles fulminava, não era desconhecida a muitos cidadãos a perversidade dos seus desígnios.

« Chegárão, entm, com tão estudados e tortuosos meios a empolgar lugares, onde lhes era facil atacar já com menos rehuço o sanctuario da justiça, levando a intriga, que sempre presidira ás suas operações, ao pé mesino do solio imperial, onde, sem pejo tem remorso, só cuidavão de denegar procedimentos cheios de rectidão para abonarem todas as manobras, com que os collaboradores de tão infernal tarefa se propunhão dar extensão a seus tenebrosos projectos.

« Não era possível que o ministro e secretario de Estado dos negocios do Imperio e estrangeiros, e o dos negocios da fazenda, que vião ir se aposando tão immo-ral partido das avenidas, que conduzem ao throno para fascinare a perspicacia do nosso augusto Imperador constitucional e perpetuo defensor, não previssessem em sua madura e atilada reflexão a grandeza do mal que se preparava ao Brasil.

« Quaesquer outros que tivessem em vista aproveitar aguas turvas para pescarem interesses pessoais, usarião das armas de seus inimigos, ou, para melhor dizer, dos inimigos do bem publico, pois nunca se ganhará victoria pelejando-se com as armas designaes. Mas como poderião caminhar com o peso de tão execranda armadura (a intriga, a cabala, a immoralidade) homens que só prezão a justiça, que só amão a verdade, e que do intimo de seu coração tinhão esposado os interesses do Brasil pelo que em si são para todos os seus filhos, e não pelo que podião para si esperar?

« *Non possum sic incedere quia usum non habeo*, dizia cada um delles com David quando regeitou a armadura de Saul; mas não lhe sendo possível, como queriam, lançar mão da funda para debellar semelhantes Goliats, deixarão lhes o campo franco para melhor serem conhecidos os seus planos, tanto do monarcha, como do publico.

« A demissão de seus empregos publicos era o unico meio honesto que homens de bem podião empregar em tal conjunctura, e foi este o expediente que tomárão os illustres Andradas. A noticia desta demissão estremeceu o Imperio do Brasil, ainda mal seguro em seus novos fundamentos. Os habitantes desta cidade olhavão este acontecimento como uma calamidade publica, que abrangia a todas classes. O povo corria amotinado pelas ruas, e

se juntava em prodigioso numero nas praças, vociferando contra os inimigos do Estado, que havião occasionado tão intempestiva e lamentada demissão.

« S. M. Imperial recusa aceita-la; põe em pratica quantos meios lhe suggere a sua delicadeza, a sua bondade e o amor que consagra ao Brasil; mas a isenção philosophica de hoje ainda é a mesma que era ha 24 seculos, e o grande Pedro, Imperador do Brasil, teve de ouvir de Andrada quasi a mesma resposta que da bocca de Diogenes ouvira o grande Alexandre, e certamente nos persuadimos que acharia tanta nobreza de sentimentos no procedimento do nosso illustre philosopho, que diria delle o que a respeito do cynico dissera o destruidor do Imperio dos persas: « Que se não lóra Alexandre não quereria ser senão Diogenes. »

« E' então que a voz do heroico povo fluminense se exalta em apoio dos votos do seu augusto defensor, o magnanimo Imperador constitucional do Brasil, e de unanime accordo se ajuntão para conseguirem todos o mesmo fim para que trabalhão de mão commun. Fazem-se assignados, annuncios, proclamações, afim de solicitar a geral cooperação que devia levar ante o throno uma fiel exposição dos males que esperava o Brasil, se não são reinstallados nos seus empregos os thanaturgos da sua independência, e primeiros propugnadores de seus postergados direitos.

« Elles sabem que a sua philosophia não é tão austera (o que a tornaria vã) que desattendão os sentimentos de um povo inteiro, que os olha como sustentaculo da publica felicidade, e desprezem a bem merecida aura popular que proclama suas virtudes civicas, sua coragem, seu patriotismo. Sim, um resentimento particular deve ceder ao bem geral. Os Aristótes, ainda depois de experimentarem a barbara lei do ostracismo, não se esquecem que são athenienses, nem os Andradas poderão esquecer-se que são brasileiros quando julgão atarçoad a causa da sua patria.

« Mas quem ha de deferir a estas supplicas? S. M. Imperial, que não tem poupado diligencia para trazer os resentidos á convicção de que devem ficar em seus lugares, seguros de que se tomárão medidas para não ser jamais illudida a perspicacia e sabedoria do ministerio! Certamente não. Vascillava o povo em um conflicto de duvidas, nascidas de semelhantes reflexões, quando apparece na tarde do dia 30 na praça da Constituição o nosso augusto defensor.

« Uma grande massa, composta de innumeraveis cidadãos o saudava com o costumado grito—Viva o Imperador! S. M. Imperial consternava-se com a geral inquietação que traz o povo descontente; entra na casa do ministro, que renitente á sua persuasão nem annuira a seus desejos, nem sahira do lugar para onde se retirára; e quando chega ás janellas e vê a turba immensa que se apinhava em torno delle, e que mais e mais se augmentava, resolve ir de novo pessoalmente, não já com motivos proprios, mas com motivos geraes da necessidade publica debellar a poudonosa resistencia, que até alli havia encontrado naquelles animos por extremo sensibilizados.

« O Imperador sahio; mas atraz de Sua Magestade vai um massigo de povo, que espera conseguir sua pretenção quando forem publicamente conhecidos seus desejos; e não se enganava, como nunca costuma enganar-se, quando pensa seriamente nos seus communs interesses. Apenas S. M. Imperial ia entrando na rua da Gloria quando ao longe se divisou outro massigo de povo, que se dirigia para a cidade.

« Causou expectação nos concurrentes a vista daquelle phenomeno; porem o augusto Imperador logo previo o que poderia ser, e, tendo mandado parar o carrinho, disse em altas vozes: « Aposto eu que o José Bonifacio que alli vem trazido pelo povo. » Não se enganou na sua conjectura o heroico defensor do povo do Brasil; Sua Magestade tinha sobrejs provas para conhecer que o homem, que se abrasava no mais activo zelo pelo Brasil e pela conservação de seus direitos e de seus interesses, não seria insensivel ás vozes de seus conterraneos, que pedião a sua constante cooperação para se manterem esses mesmos

nifacio, e, o não encontrando, deixou ali a Imperatriz e partio para o Botafogo, e perto do caes da Gloria, avistando-se e apeando-se ambos abraçaram-se e chorárão, e juntos vierão para a casa do Rocio.

José Bonifacio, depois que entrou em casa, chegou a uma das janellas, e deu vivas ao Imperador e Pedro I, Pedro II, Pedro III, Pedro IV e a quantos Pedros houvessem, que foi correspondido pela multidão!! Não obstante o ruido de tudo isto, fôro Imperador ape, como Imperatriz José Bonifacio, ao theatro, que estava pomposamente decorado, e onde depois o padre Freitas (filho da capitania do Espirito-Santo) recitou muitas poesias de improvisu.

Nessa mesma noite principiou a devassa contra Ledo, Jannuario, José Clemente e outros, cujo processo transcrevi na 2ª serie do meu *Brasil Historico*.

direitos, de que apenas e nem ainda apenas tinham gozado.

« Alli espera até que divisa o ministro, que realmente vinha acompanhado do povo; não soffre a ingenuidade do grande Pedro (que nisto se mostrou maior do que era) que deixe de apertar-se para offerecer seus imperiaes braços ao fiel ministro, que vem lançar mão do lenço do Imperio. O povo todo se compunge: uns suspirão opprimidos da vehemencia de seus transportes; outros exclamão: viva o magnanimo Imperador! outros, enfim, querem puxar o carro que o conduz, o que S. M. Imperial recusa, dizendo em altas vozes: « O triumpho de hoje não é meu, é de José Bonifácio!!! »

« Circumscriptos pelos limites da historia deixamos á consideração dos amantes da patria as reflexões que suggerem todos estes acontecimentos, todos estes ditos dignos por certo de se transmittirem á mais remota posteridade, e rematamos o tosco esboço dos successos deste dia tão glorioso para a causa do Brasil, e tão vantajoso ao heroismo da probidade e da honra, dizendo que a cidade se illuminou toda espontaneamente, e que, sendo dia de theatro, foi alli outro novo campo em que se applaudirão, com nunca visto enthusiasmo, as virtudes dos nossos Aristides e os talentos dos Franklins brasileiros, e que S. M. Imperial corou tão memoravel dia, fazendo publicar a seguinte proclamação:

« Brizos e leaes fluminenses.—Acabais de dar-me a prova mais convincente de affecto, que podíeis mostrar tanto a mim, como á sagrada causa deste Imperio. Os meus principios de constitucionalidade não são para vós duvidosos nem para ninguem; mas sim tem sido por alguns menosvalados, e para que elles vos sejam cada vez mais patentes eu agora mesmo acabo de nomear um recto ministro, perante o qual deveis denunciar os terriveis monstros, assim de que a vara da justiça os faça ou desaparecer da face do universo, ou pelo menos do Imperio do Brasil.

« O caminho constitucional está aberto pela razão; sigamos por elle, e assim poderemos vir a chegar áquelle apuro de honra, desinteresse e de amor da patria que nos deve em todo o tempo caracterisar.

« O vosso Imperador sempre foi o defensor dos direitos deste Imperio muito antes de vós o constituirdes tal; portanto lembrai-vos que elle nunca amaria quem vos fosse traidor. A verdade appareceu e a experiencia vò-lo acaba de comprovar.

« Segunda vez vos recomendo união e tranquillidade, e pela primeira vigilancia sobre os inimigos do Brasil, e confiança no ministerio que acabo de nomear.

« E' o que vos recomendo a vosso Imperador, é o que deveis seguir.—IMPERADOR. »

#### Representação das provincias.

« Senhor.—Os procuradores geraes das provincias do Imperio reunidos nesta corte, considerando os males incalculaveis que ameaçava a nação e o throno brasílico, que a impulsos do amor e gratidão dos povos brasileiros se levantou ha pouco para segurança da sua liberdade e independencia, no meio de maravilhosos applausos e vivas, reproduzidos no mesmo dia e hora em todas as provincias do Imperio, serião perjuros a seus deveres se amudassesem no meio do perigo, justamente tuzido pelos supplicantes e pelo honrado povo desta corte, que entre judiciosos alaridos reclamão contra a demissão dos tres honrados ministros e secretarios de Estado José Bonifácio de Andrada e Silva, Martin Francisco de Andrada e Silva e Caetano Pinto Montenegro, e querem a reintegração de seus lugares.

« Não são, Senhor, occultos ao abaixo-assignados nem aos honrados povos desta provincia os motivos, que forçãõ os dous primeiros ministros a pedirem suas demissões. Sabem, e é notorio, que a ambição, a venalidade e a intriga, copadas por excellentes phrases sobre a theoria dos direitos do cidadão, com que homens recheados de virtuos, inimigos do throno, democratas por orgulho, e não por systema, perturbadores do publico, pretendem fascinar o povo incauto; fizerão espalhar anathemas contra os benemeritos e constitucionaes ministros José Bonifácio e Martin Francisco, que, a par do desinteresse proprio tem um e outro desenvolvido a vastidão de seus talen-

tos com a melhor energia pela sagrada causa do Brasil, depois de ser por ambos lançada a primeira pedra do magestoso edificio da nossa gloriosa independencia.

« E dir-se-ha, Senhor, que a intriga de poucos triumphou da virtude dos povos brasileiros? Consentir mas que vasculle já o throno imperial, que ha 18 dias acabamos de levantar? Entregarmos a sorte deste Imperio ás vontades das bonatias de homens egoistas? Teremos animo de vér derrubado em poucos tempos o adorado throno que acabamos de erigir para nossa independencia, para nosso decoro e para nossa segurança?

« Não, Senhor, não o esperarão os abaixo-assignados por si e pelos benemeritos povos que representão. Tanta é a confiança que fazem os supplicantes na firme inalteravel justiça de V. M. Imperial. Acudi, Senhor, a este risco e vastissimo Imperio, que tornará a segurar sua firmeza, remeçados, como pedimos, os tres ministros acima mencionados.—O procurador desta provincia do Rio de Janeiro, José Mariano de Azeredo Coutinho.—O procurador da provincia de S. Paulo, Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira.—O procurador da provincia do Espirito-Santo, José Vieira de Mattos.—Antonio Vieira da Soledade, procurador da provincia de S. Pedro.—Joaquim Xavier Curado, procurador da provincia de Santa Catharina.—Manoel Martins do Couto Reis, procurador da provincia de S. Paulo. »

#### Cópia da vereação de 30 de Outubro.

« Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus-Christo de 1822, aos 30 de Outubro do mesmo anno, nesta cidade e corte do Rio de Janeiro, em os pagos do conselho, em vereação que fazendo estavam os vereadores e procurador do senado, comtigo escripta abaixo-nomeada, ahí, tendo-se já findo a acta de vereação ordinaria, na forma constante do livro della, por parte do prosarador desta provincia José Mariano de Azeredo Coutinho foi communicado que se achava dentro dos pagos do conselho acompanhado de immenso concurso de povo, que, estando de proposito á sua espera, interceptou e embraçou na passagem para sua casa, dizendo-lhe que o povo estava em massa a porta do senado, com suas representações, para serem apresentadas a S. M. Imperial pelo mesmo senado, e por elle procurador-geral, pedindo houvesse o mesmo augusto Senhor por bem instaurar nos seus lugares os ministros e secretarios de Estado dos negocios do Imperio e dos da fazenda, José Bonifácio de Andrada e Silva, Martin Francisco Roberto de Andrada, e bem assim o da justiça Caetano Pinto de Miranda Montenegro, de cujos conhecimentos, litteratura, honra e desinteresse e amor ao Brasil, o mesmo povo esperava, e confiava o progresso, estabilidade deste Imperio rico, vasto e poderoso, e que fará a admiração e inveja das mais nações, tendo por seu perpetuo defensor o magnanimo, excelso e justo Imperador o Sr. D. Pedro I, delicias do mesmo povo, de quem ousa esperar e submissamente pedir tal graça.

« Sendo mandado introduzir pelo procurador deste senado, após delle entrou igualmente numerozo concurso de povo, que occupava ambas as salas, escadas e corredores, ficando um consideravel ajuntamento no largo, e por não se achar presente o actual presidente o desembargador José Clemente Pereira, para maior solemnidade desse acto requerer o procurador-geral aos membros do senado, que se achavão presentes, ao desembargador juiz do crime, que tem servido nos seus impedimentos, pela noticia que se lhe tinha dado de se achar o dito desembargador licenciado por S. M. Imperial para continuar a gozar da demissão temporaria que havia obtido, e assim sendo o senado a este requerimento, mandou pelo alcade da mesmo chamar ao dito desembargador José Paulo de Figueiras Nabuco e Araujo, e no entanto, chegando o dito procurador-geral a uma das janellas do senado, perguntando ao povo, que se achava embaixo, qual era a sua intenção, enthusiasmando o mesmo povo, com repetidos vivas a S. M. Imperial, declarou que ia de conformidade com as representações que ja se achavão entregues no senado, para elle procurador-geral, com o mesmo senado, passar immediatamente a apresentar a S. M. Imperial, pedindo-lhe houvesse de deferir-lhes por ser mui justa a sua causa, e que esperavão que o mesmo Senhor houvesse de apartar desta corte todos os individuos que tinham concorrido para a demissão do governo, por que tendo o mesmo povo depositado em suas reaes mãos o governo, não só desta provincia, como das que se achão unidas, só das suas reaes e immediatas resoluções dependia a salvação da patria, não se achando seus ministros responsáveis a outra alguma autoridade que não fosse o mesmo Imperante, que tem dado sobejas provas do seu liberalismo e constitucionalidade.

« Chegou que foi o desembargador juiz do crime, se dirigio ao dito procurador-geral, e depois de ponderar que, estando de bom grado prompto para tudo que era justo, contanto que lhe occorria que não estava competentemente autorizado para presidir no senado, não só por não lhe constar officialmente o impedimento do actual presidente, como por não ter

recebido nomeação alguma, e não podendo ter a certeza de ser escolhido, pois ainda que a lei, na falta do juiz de fora, nomeie um juiz do crime para o substituir, havendo outro o poder-se-ia ser.

« Foi respondido pelo procurador geral, com applauso de todo o povo, que, sem offender as leis e comprometter a autoridade d'elle ministro, requeria a sua assistência como autoridade publica para attestar de unanime concurso e consenso do povo, e igualmente requeria ficasse esta acta em sessão aberta por alguns dias para concorrerem as mais pessoas que são do mesmo voto e opinião, de que para constar fiz esta acta, que assignarão com o povo e eu José Martin- Rocha, escrivão do senado da camara, que o escrevi.—Nabuco.—Bulhões.—Pe- reira da Silva.—Vianna.—Xavier.—Como procurador-geral desta provincia, José Mariano de Azeredo Coutinho.

« Está conforme.—José Martins Rocha. »

#### Representação da tropa.

« Senhor —Os commandantes e mais officiaes dos corpos da gornição desta corte, com aquelle respeito devido a augusta e sagrada pessoa do V. M. Imperial, e penetrados da mais dolorosa sensação á vista dos males imminentes que ameação o Brasil pela demissão concedida aos benemeritos da patria José Bonifacio de Andrada e Silva, do ministerio dos negocios do Imperio e estrangeiros, e Martin Francisco Ribeiro de Andrada da fazenda, ouso apparecer ante o augusto throno do V. M. Imperial a expor que lhes consta que alguns ambiciosos, e de reconhecida perversidade, em pretendido espalhar no publico que elles têm a seu favor a força armada, e até que alguns militares são collaboradores nos funestos planos que a sua desmedida ambição tem traçado, afim de apparearem os mais pingues e lucrativos empregos, ainda mesmo á custa do sangue de seus honrados compatriotas, servindo-se de todos os meios que a cabala e a mais denegrida calumnia podem suggerir para manchar o credito e nobreza reputação daquelles dous benemeritos ministros, desgostando e levando ao extremo de pedir a demissão, quando em seus talentos, honra e credito, adquiridos nas nações da Europa, o Brasil tinha depositado a sua confiança, como os mais fortes pestes do throno constitucional do V. M. Imperial, e da sua futura grandeza e felicidade.

« Convidados, pois, que é do seu dever sagrado pugnar pela sua honra atrozmente offendida, fazem patente, na presença do V. M. Imperial, que elles jamais faltarão ao juramento que gostosos derão, de defender a sagrada causa do Brasil, que V. M. Imperial tão heroicamente tem jurado defender; e respeitosamente impoirão que V. M. Imperial se digne de attender pela tranquillidade, segurança publica e salvagão da patria, que se acha ameaçada por um bando de facciosos, fazzeiros, propositos e punir como merecem, e outrossim esperar da sabedoria e justiça de V. M. Imperial que, para honra e credito do governo, prosperidade e segurança do Imperio brasileiro, sejam restituidos ao ministerio os referidos benemeritos ministros José Bonifacio de Andrada e Silva e Martin Francisco Ribeiro de Andrada.

« Os infra scriptos, cumpre fiéis a seus juramentos, protestão defender a causa do seu sangue a causa do Brasil, que é a de V. M. Imperial, e cheios de maior acatamento beijão a sua augusta mão. Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1822.—João José de Almeida, commandante do 4º batalhão de caçadores da corte.—Conde de Esmergolle, major.—Domíngos Francisco Braga, capitão. »

(Seguem-se as assignaturas dos commandantes e officiaes de diversos corpos.)

#### Representação do povo.

« Senhor.—O povo desta capital e provincia amante da grande causa do Imperio do Brasil, protesta e jura na presença do V. M. Imperial, do céu e de todo o mundo, que a demissão concedida aos benemeritos cidadãos José Bonifacio de Andrada e Silva e Martin Francisco Ribeiro de Andrada dos empregos de ministros e secretarios de Estado dos negocios do Imperio, estrangeiros e fazenda, é assos pernicioso á vantagem, grandeza e andamento progressivo da independencia e liberdade deste nascente, mas rico e vasto Imperio.

« Os seus conhecimentos politicos, a sua reconhecida litteratura, o seu credito estabelecido para com as nações estrangeiras, a sua honra e o seu decidido patriotismo e amor pela sagrada causa do Brasil, os tinham constituído dignos da administração geral, do amor e respeito dos cidadãos amigos da ordem, os quaes olhavam para elles como a unica ancora (unidos ao throno de Vossa Magestade) deste novo Imperio; e, como o terror de tenebrosos e incendiarios partidos, que, minando a estabilidade do Brasil, ameaçava conduzi-lo ao throno sanguinoso da anarchia, da discórdia e desunião das suas mais bellas

provincias, das quaes em unies reinará a aristocracia, em outras a democracia, e em todas a confusão, o despotismo, a desolação e a guerra civil.

« E aqui, Senhor, em que parará os esforços, as vigilias e as fadigas de V. M. Imperial e desses dous ministros: eis-aqui em que se hão de converter os nossos sacrificios e os holocaustos da nossa patria!

« E' para remediar a estes males imminentes, é mesmo para ventura de Vossa Magestade, que dobrado ás supplicas deste povo fiel lhe convem dignar-se de re-chamar Aquelles dous benemeritos cidadãos ao exercicio de seus empregos, de que elles se despedirão; todo o povo sabe. Senhor, e Vossa Magestade tambem o sabe ainda melhor, que a demissão por elles pedida só teve por objecto ver crescer impunemente o partido de um bando de facciosos, que intentão collocar-se nos primeiros cargos do Imperio, espalhando (para conseguirem seus fins) pela gente cristula idéas de futuro despotismo; e o mais é, Senhor, que até osarão publicar que tinham á sua disposição a força armada quando só elles seriam capazes de exercer esse despotismo se podessem um dia tomar as redens do governo, até agora exercido com tanta liberdade; e este povo, Senhor, que acaba de ser regenerado, que só deseja ver á testa da administração publica cidadãos honrados, que attenção pela sua segurança pessoal e da propriedade, que os defendão das invasões externas de que se vê ameaçado, para cuja defesa se tem prestado tão heroicamente, com donativos e emprestimos, poderia ver a sangue frio ingeridos nos cargos publicos esses facciosos, que procurão as sombras da noite para concertarem os seus malvados planos!

« Ah! Senhor, quem então se contaria seguro! Quaes seriam os cidadãos honrados que querião habitar nesta corte! E qual seria o resultado final! A anarchia e a guerra civil. E Vossa Magestade, tendo em torno de si os autores do desordem, em vão pretendia remedia-la, e a sua sagrada pessoa, com toda a sua real familia, ficaria exposta aos desvarios de perversos e ambiciosos.

« Convem, pois, Senhor processar e punir os malvados; só este remedio é capaz de salvar a patria, e não a demissão de ministros fieis e zelosos, pois que uma tal medida é mais um degrão para os facciosos chegarem aos seus fins. Esses ministros, que tão denodadamente têm pugnado pelos direitos do Imperio do Brasil, que até agora têm sacrificado a sua vida já ameaçada pelo congresso de Portugal, devem ceder ás circumstancias, devem acudir ás crises da nação, devem salvar dos males internos e externos, carregando-a aos proprios hombros.

« Outro qualquer partido que tomarem lhes será muito injurioso; elles perderão a reputação de que com tanta justiça gozão, e elles merecerão a execração deste povo se porventura o deixarem agora exposto a uma guerra civil. Vossa Magestade não encontra no circulo dos homens cidadãos mais dignos, e que mais mereça a confiança da patria, e é por isso que Vossa Magestade, obediendo á patria, deve re-collocar nos lugares de que sahirão.

« Este povo fiel o pede, todo o Imperio o demanda, e Vossa Magestade, que jurou defendê-lo perpetuamente, não pôde ser surdo ás vozes de seus subditos quando se dirigem a mostrar os meios de salvar o mesmo Imperio. Rio de Janeiro, 30 de Outubro de 1822. »

« Amigos gratos, brigos e honrados fluminenses.—Eu não tenho certamente expressões com que possa merecer-vos o meu agradecimento; o dia 30 de Outubro sempre será grato aos meus brasileiros, e com especialidade a vós, que com toda a submissão e respeito ao melhor de todos os monarchas, recorrestes aos meus legaes, afim de sustentardes as respeitaveis columnas do Imperio, que, á força da mais excedente intriga, se achavam abaladas, ameaçando-nos a sua instabilidade malhe inextinguível, só de nenhum apreço para aquelles que se pretendião elevar com a sua queda e sobre a vossa desgraça firmar a sua felicidade.

« Vós me transportaveis com as excessivas demonstrações de amor, respeito e confiança, que tendes em novo perpetuo defensor e primeiro Imperador do Brasil o Sr. D. Pedro de Alcantara: vós me enchieis de prazer quando, com toda a justiça, clamáveis foseis reintegrados nos seus lugares os benemeritos e tão honrados ministros e secretarios de Estado, em tudo dignos de nossos respeito e das nossas mais serias contemplações; vós me deixastes eternamente agradecido por me achardes digno de promover uma causa em que clamava a razão, a justiça e os interesses de todo o Brasil. Não destes gosto ao faccioso congresso de Portugal e aos seus satellites, que desgraçadamente entre nós existem.

« Supplantastes o desvaueastes os projectos desse pequeno partido de malvados; brulhou a verdade, a honra sobresahio; e quando obrastes de semelhante maneira achareis sempre prompto, e rogo-vos que o não poupeis, aquelle de quem confiantes a importantissima procuradoria dos vossos direitos; e



se alguma coisa vos mereci, congratulando-me convosco por tão justos e relevantes motivos, supplico-vos, como recompensa das minhas fadigas, o mesmo que vos recomendo a pátria, o maior dos brasileiros—união e tranquillidade. Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 1822.—José Mariano de Azeredo Coutinho, procurador geral da provincia. »

*Proclamação que se distribuiu no theatro no dia 30 de Outubro de 1822.*

« Honrados brasileiros!—Os vis carbonarios, que jurarão a destruição da nossa patria para sobre montões de cadáveres e ruínas erguerem o desantado republicanism, ganhão por um momento campo ás suas machinções. Elles, abusando da boa-fé do Imperador, ouzão (pentudo!) derramar a sisanía e a discordia, e conseguem o terrivel resultado de desgostarem os olhos tutelares da regeneração brasileira, os illustres Andradas, que erguerão nos seus hombros o peso da nossa independencia, para os fazer reentrar do ministerio, unica opposição aos seus freneticos planos.

« Brasileiros!—A testa do rancho infame está grós bem o conhecido; um monstro, que, por desgraça, é nosso patriota; um vil, sem conhecimentos, nascento ou virtudes, que quer engrossar com o nosso sangue para tatar a sua demasiada ambição; um perfido, que raudou o decreto desorganizador de 29 de Setembro de 1821, com a cerimonia do seu infernal rito, e que hoje, com o amor da patria nos labios e o odio eterno no malvado coração, pretende a ruina da mesma patria, que o sofre ainda.

« Elle é o nosso maior inimigo, e os demagogos são os nossos verdugos. A nossa existencia politica está em perigo, o nosso Imperador a borda do precipicio. O linc do Esado saltou fora das mãos do seu piloto, e o navio está prestes a dar no escolho. Eis a linguagem da honra!

« Alerta, brasileiros! Vingança contra os perversos! União e constancia.

« Denodados militares, que haveis vingado a patria do insulto dos inimigos! O vosso nome servio de instrumento aos facciosos, para publicarem que tinham força armada para os coadjuvar nos seus crimes; está, portanto a vossa honra ulcerada; mostrai ao mundo a fidelidade da vossa conducta; exigi do Imperador o castigo dos malvados que maculário a vossa reputação, e reganhareis o lugar que vos pertence entre os cidadãos vossos irmãos, com a confiança que mereceis.

« Iovisto Imperador! Independencia ou morte, gritastes vós dos serros paulistanos! Seu eco repercutiu em todos os corações brasileiros; ouvi, portanto, e marcai na vossa alma a voz da patria mesta. Coragem e energia! A patria assim o exige. Molestias agudas não se curão com paliativos. Fechai os ouvidos aos parvasitas que tráfico acesso junto a vós. Ouvi conselhos, mas conselhos são. Os resultados dos clubs são funestos... fechai-os. Senhor.

« Tornem os Franklins brasileiros para o vosso lado, e não consintam fugir os inimigos que merecem! O vosso throno é firmado nos nossos corações, e este Imperio inexpugnavel será convosco salvo das ruinas que preparão os cabalistas. »

*Ao Illm. e Exm. Sr. José Bonifacio de Andrada, primeiro ministro e secretario de Estado dos negocios do Imperio e estrangeiros.*

« O constante varão que a patria adora  
E que da atroz facção os monstros doma,  
Já d'ante-mão no tempo eterno mora,  
E torna aos lares, qual Cailo em Roma:  
A constitucional bandiera arvora:  
Das mãos do Imperador as restas toma,  
E, apesar da infernal ferocidade,  
Salva a patria, o sob'rano, a liberdade. »

*Luiz Raphael Sayê.*

*Aos temerarios ambiciosos demagogos, satellites infames da anarchia, inimigos declarados, não só da paz, mas até da patria, que sacrificão.*

« Demagogos perversos, frandulagem,  
Da perseguida, triste especie humana,  
A cujo coração ferino danña  
Tudo quanto não é roubo, carnagem.

« Qual tigre, a quem carnívora coragem  
Atormenta feroz na mata hircana,  
Cada um de vós, com raiva atroz insana,  
Espera ufano a anarchica voragem.

« Os pezames vos dou, com a noticia  
Má para vós, oh monstros assanhados,  
De que não haverá sanguineo asougue.

« Morda-se a vossa barbara sevicia,  
Os ministros leaes são reintegrados,  
E não ha quem por Pedro a Deos não roque. »

*Luiz Raphael Sayê.*

*Decreto.*

« Havendo eu concedido a José Bonifacio de Andrada e Silva, Martin Francisco Ribeiro de Andrada e Cetano Pinto de Miranda Montenegro, as commissões dos lugares de ministros e secretarios de Estado, porque assim me haviam pedido repetidas vezes, e porque ninguem deve ser obrigado a servir empregos de tanta responsabilidade contra a propria vontade, e tambem porque ultimamente mal intencionados buscavão por todos os modos fazer-lhes perder a opinião publica, roubando a nação bons servidores, julgoi conveniente a justiça ao bem do Estado aceitar-lhes as suas demissões para que então o povo, com imparcialidade e sizerdeza, desconfiasse os intrigantes e calumniadores, fazendo justiça a probidade e á verdade; e com effeito o povo e tropa desta capital, conhecendo logo os autors desta vil cabala, com que elles pretendião engrandecer-se e promover tumultos, dissensões, e, finalmente, a guerra civil, reunidos em seus votos aos procuradores geraes das provincias e a camara desta localidade, me representião com toda a constitucionalidade e respeito o quanto convinha ao bem do Imperio, como meu que houvesse no ministerio toda a energia, e unidade de sentimentos e de tãos, para o que era preciso que fossem reintegrados nos seus lugares José Bonifacio de Andrada e Silva e Martin Francisco Ribeiro de Andrada, e tambem Cetano Pinto de Miranda Montenegro.

« Portanto, desanto satisfazer em tudo que for justo aos requerimentos dos povos e ás representações dos procuradores geraes, hei por bem reintegrar com effeito os acima mencionados nos lugares que anteriormente occupavão no ministerio, exercendo assim o direito que constituo legalmente me pertence, de nomear ou demittir os meus ministros, segundo convem ao serviço do Imperio; hei outrossim por bem, pelas mesmas razões, que continuem nos mesmos lugares de ministros e secretarios de Estado, João Vierra de Carvalho na repartição dos negocios da guerra, e Luiz da Cunha Moreira na repartição dos negocios da marinha, e que João Ignacio da Cunha e Sebastião Luiz Tinoco da Silva, que agora sahem do ministerio, tornem a exercer os cargos e empregos que antecedentemente tinham, por esperar delles que continuem com a mesma probidade, intelligencia e honra, com que até agora se têm distinguido no serviço publico.

« Os mesmos ministros e secretarios de Estado nomeados assim o tenham entendido. Palácio do Rio de Janeiro, 30 de Outubro de 1822, e 1.º do Imperio (Com a rubrica de S. M. Imperial).—Luiz da Cunha Moreira. »

*Edital.*

« O Dr. Francisco de França Miranda, lo desenhargo de S. M. Imperial, que Deos guarde, desenbargador da casa da supplicação do Brasil e ajudante do conselheiro intendente-geral da policia, etc.

« Faço saber que, constando haver nesta corte e cidade alguns facciosos e perturbadores da boa ordem, que, conspirando contra o governo estabelecido, e espalhando contra elle as mais atozes calumnias, pretendião excitar entre o povo a discordia e a guerra civil, derramar o sangue dos cidadãos honrados e pacificos, e cavar, enfim, a ruina deste nascente Imperio para saciarem a sua vil ambição; e sendo por extremo conveniente á segurança publica, e á salvagão do mesmo Imperio, que tais monstros sejam promptamente conhecidos e castigados com as penas correspondentes aos seus delictos, fui S. M. Imperial servido para esse fim ordenar-me, por portaria de 2.º do corrente mez e anno, que eu, sem a menor perda de tempo, haja de proceder a uma rigorosa devassa sobre as pessoas já infamadas na opinião publica, como autors de tão enorme attentado, e bem assim sobre todos os seus cumplices, o que participo a todos os cidadãos honrados e zelosos da tranquillidade publica para que, tendo alguma noticia de tão infame projecto, ou sabendo de algumas circumstancias tendentes a illustralo e prova-lo, hajão de comparecer de hoje em diante na casa da minha residencia a qualquer hora do dia para ahi deporem o que souberem. E para que chegue a noticia de todos se manda, affilar o presente. Rio de Janeiro, 4 de Novembro de 1822. Eu João Nepomuceno Canabarro, escriptão nomeado, o escrevi.—Francisco de França Miranda. »

### Provincia de Goyaz.

« Illm. e Exm. Sr.—Recebendo esta junta as portarias ns. 18, 19 e 20, foi tal o entusiasmo dos seus membros, que no mesmo dia e na mesma hora fez as devidas participações, tendo a satisfação de levar á presença de V. Ex. a resposta da junta da fazenda, camara e mais chefes de corporações.

« Esta junta fez logo publicar a proclamação junta, remettendo por copia a todos os julgados; nella se não encontram aquellas expressões brilhantes que electrísão os povos; porém expressões sinceras, sahidas de corações verdadeiramente portuguezes, põe á toda a luz o patriotismo, a gratidão e os sentimentos de igualdade de que são possuídos os membros desta junta.

« Seja nos lícito tambem levar á presença de V. Ex. a carta que a esta junta dirige a da provincia da Bahia, e a resposta que ditou o amor e a inabalavel adhesão á augusta pessoa de S. A. Real.

« V. Ex. queira fazer chegar ao conhecimento do mesmo augusto Senhor os sentimentos da junta provisoria de Goyaz, que se gloria em affiançar que identicos occupão os animos dos bons goyanos.

« Deos guarde a V. Ex. muitos annos. Goyaz, 30 de Agosto de 1822.—Illm. e Exm. Sr. José Bonifacio de Andrada e Silva.—Alvaro José Xavier.—José Rodrigues Jardim.—João José do Couto Guimarães.—Ignacio Soares de Bulhões.—Raymundo Nonato Hyacinto.—Luiz Gonzaga de Camargo Fleury. »

« Illms. e Exms. Srs.—Com o officio de VV. EEExs. em data de hoje acabamos de receber a portaria de 21 de Junho passado, expedida pela secretaria de Estado dos negocios do reino, pela qual S. A. R. o Principe Regente, protector e defensor perpetuo da nossa liberdade, ha por bem determinar em beneficio da sagrada causa da união e independencia deste reino, que todas autoridades, quando tiverem de informar sobre a justiça de qualquer pretensão, informem igualmente sobre os sinceros sentimentos com que o pretendente se voia para a referida causa.

« E sendo esta tão sabia, como politica providencia, a mais adequada nas circumstancias actuaes, para que todos os empregados se dirigirão nas suas operações aos justos fins da felicidade publica, que devemos ansiosamente promover por meio da união de sentimentos a favor do bem do Brasil, sentimentos que nos hsongeamos de possuir em toda a extensão do publico dever, temos a honra de participar a VV. EEExs. que, fazendo immediatamente cumprir e registrar esta real portaria, recebemos a maior satisfação no cumprimento de uma ordem de tanta importancia, esperando que VV. EEExs. se dignem levar a augusta presença de S. A. Real as nossas disposições sobre tão grande objecto.

« Deos guarde a VV. EEExs. muitos annos. Goyaz, 26 de Agosto de 1822.—Illms. e Exms. Srs. presidente e mais membros da junta provisoria do governo desta provincia.—Alvaro José Xavier.—Francisco Xavier Leite do Amaral Coutinho.—Jose Joaquim Pulcherio dos Santos.—Luiz Bartholomeu Marques. »

« Recebemos o honroso officio que VV. EEExs. nos dirigirão em data de 26 do corrente, acompanhado da copia da portaria do mesmo dia do nosso adorado Principe constitucional, protector e defensor perpetuo da nossa liberdade e direitos, e inteirada esta camara do seu conteúdo lhe dará o seu devido cumprimento.

« Deos guarde a VV. EEExs. muitos annos. Goyaz, em camara de 28 de Agosto de 1822.—Illms. e Exms. Srs. presidente e mais deputados da junta do governo provisoria desta cidade.—João Pedro da Cunha.—João Lourenço Pereira.—João da Rocha Maia. »

« Illms. e Exms. Srs.—Recebi o officio de VV. EEExs. de 30 do mez que acabou, com a copia da portaria de S. A. Real, nosso dilecto principe defensor perpetuo do reino do Brasil, de 2 de Junho do corrente anno. Fico

sempre do seu contexto, e de bom grado darei o seu devido e prompto cumprimento.

« Deos guarde a VV. EEExs. Goyaz, 2 de Setembro de 1822.—Illms. e Exms. Srs. presidente e membros do governo provisorio desta provincia de Goyaz.—Francisco Xavier dos Guimarães Brito e Costa. »

« Illms. e Exms. Srs.—Recebi o officio de VV. EEExs., datado do dia de hontem, ao qual acompanhava a copia da portaria da secretaria de Estado, datada de 21 de Junho do corrente anno, e fico na sua intelligencia para a devida execução todas as vezes que as circumstancias assim o exigirem; quasi que adanço que jámais haverá um portuguez, que cheio de amor, não abraçe a sagrada causa da união e independencia do Brasil, á vista dos acontecimentos succedidos em algumas provincias deste reino do Brasil, pouco adherentes a este benefico systema.

« Deos guarde a VV. EEExs. Goyaz, 27 de Agosto de 1822.—Illms. e Exms. Srs. do governo... »

### Benção das novas bandeiras.

« Domingo 10 do corrente (escreve o *Espelho* de 15 de Novembro de 1822) se celebrou com toda a pompa a benção das novas bandeiras, que hão de conduzir os brasileiros ao campo da gloria. Não descrevemos as circumstancias desta festa nacional, fitando somente os olhos no augusto Imperador, já de joelhos ante os aliares, recebendo das mãos do Exm. Bispo capellão-mór os estandartes que distribuia ao seu fiel exercito; já á frente da mesma tropa, dirigindo com uma enérgica falla os briosos sentimentos que a distinguem,

« A salva de artilharia postada na praça do Paço, as descargas de infantaria, forão acompanhadas de iguaes applausos das fortalezas, vendo-se a um tempo tremularem sobre as ameias e nas mãos dos valentes brasileiros novos pendões da independencia.

« No seguinte dia as embarcações de guerra nacionaes arvorarão a mesma bandeira, que no dia 12 foi saudada pelas estrangeiras, içando-a no tope do mastro gaande.

### Falla de S. M. Imperial da tropa.

« Soldados de todo o exercito do Imperio!—E' hoje um dos grandes dias que o Brasil tem tido; é hoje o dia em que o vosso Imperador, vosso defensor perpetuo e generalissimo deste Imperio, vos vem mimosear, entregando-vos em vossas proprias mãos aquellas bandeiras, que em breve vão tremular entre nós, caracterizando a nossa independencia monarchico-constitucional, que, apesar de todos os revezes, será sempre triumphante.

« Logo que os exercitos perdem os estímulos da honra e a obediencia que devem ter ao poder executivo, a ordem e a paz de repente e substituída pela anarchia; mas quando elles são como este, que tenho a gloria de comandar em chefe, cuja divisa é—valor, respeito e obediencia aos seus superiores—os cidadãos pacíficos contão com a sua segurança individual e de propriedade, e os perversos retiram-se da sociedade, succumbem ou convertem-se.

« Quando a patria precisa ser defendida, e o exercito tem por divisa—independencia ou morte—a patria descausa tranquilla e os inimigos assustão-se, são vencidos e a gloria da nação redobra o brilho.

« Soldados! Não vos recomendo valor, porque vós o tendes; mas sim vos asseguro que podeis contar sempre com o vosso generalissimo nas occasiões mais arriscadas em que, sem amor á vida e só á patria, vos conduzirá ao campo da honra, onde, ou todos morreremos, ou a causa ha de ser vingada.

« Soldados! Qual será o nosso prazer e o das nossas familias quando ao seio dellas voltarmos cobertos de louros, nos vírmos rodeados da cara esposa e de nossos filhos, e lhe dissermos: aqui me tendes; quem defende o Brasil não morre; os nossos direitos são sagrados, e por isso o Deos dos exercitos sempre nos ha de facilitar as victorias.

Com estas bandeiras em frente no campo da honra destruiremos os nossos inimigos, e no maior calor dos combates gritaremos constantemente: Viva a independência do Brasil! Viva, viva! — IMPERADOR. »

*Portaria circular mandando decair nas provincias os inimigos do governo.*

« Tendo-se felizmente descoberto pelo brioso e leal povo e tropa desta corte, e pelos procuradores geraes das provincias, no dia 30 de Outubro, uma facção occulta e tenebrosa de furiosos demagogos e anarchistas, contra quem se está devassando judicialmente, os quaes para se exaltarem aos mais lucrativos empregos do Estado sobre as ruínas do throno Imperial e da felicidade do Brasil, ousavam temerarios com o maior machavelismo calumniar a indubitavel constitucionalidade do nosso augusto Imperador e dos seus mais fieis ministros, inculcando nos cidadãos incautos mal fundados receios do velho despotismo, que nunca mais tornará, ao mesmo tempo que com a maior perfidia se servião das mais baixas e nojentas adulacões para pretenderem illudir a vigilancia de S. M. Imperial e do governo; e constando ter sido um dos pré-vios cuidados dos solapados demagogos ganhar partidarios em todas as provincias, para o que espalhavam emissarios, que abusassem do zelo que ellas devem ter pela sua liberdade constitucional, liberdade que S. M. Imperial tantas vezes jurára, e que tanto tem promovido com todas as suas forças, como é patente ao mundo inteiro; tendo já o mesmo augusto Senhor conhecido os traidores e seus perversos e manhosos designios, com que se propunhão plantar e disseminar desordens, sustos e anarchia, abolando igualmente a reputação do governo, o rompendo assim o sagrado elo que deve unir todas as provincias deste grandioso Imperio ao seu centro natural e commun, uniao donde sómente lhe póde provir força, prosperidade e gloria; manda pela secretaria do Estado dos negocios do Imperio que os governos e camaras das provincias, a quem esta fór expedida, cuidem sem perda de tempo em vigiar e descobrir, com todo o esmero e actividade, quaesquer ramificações deste infernal partido, indagando quaes sejam seus agentes e emissarios por meio da mais rigorosa devassa, e logo que estejam sufficientemente illustrados a este respeito tomem immediatamente, com cautela e enorgia, todas e quaesquer providencias que exigir a paz, e o socego da provincia e a salvação do Estado, isto debaixo da mais rigorosa responsabilidade ao Imperador e á nação, e de todo o seu justo procedimento darão immediata conta pela competente secretaria de Estado para subir tudo á augusta presença de S. M. Imperial. Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Novembro de 1822. — José Bonifacio de Andrada e Silva. »

*Providencias tomadas em proveito das rendas do Estado.*

« Tomando em madura consideração o solemne acto, pelo qual o heroico e brioso povo deste vasto e rico Imperio proclamou a sua independência e deixou de ser parte integrante da nação portugueza; reflectindo, outrossim, que pela separação dos dous Estados deve necessariamente caducar o direito que tinha todo o cidadão portuguez á posse e gozo daquelles officios, graças e mercês, que lhe haviam sido conferidos, e pagos pelos rendimentos do Brasil emquanto unido a Portugal; sabendo além disto que ainda antes desta separação o congresso ou o governo de Lisboa, abusiva e escandalosamente havia dado a portuguezes officios pertencentes a habitantes do Brasil, só pelo simples facto de não terem até então ido residir em Portugal, e por tão arbitrario procedimento se havia constituido primeiro quebrantador de um direito naquella tempo incontestavel: hei por bem qua todas e quaesquer graças ou mercês, officios de justiça ou fazenda, concedidas ou pertencentes a pessoas residentes em Portugal, fiquem de nenhum effeito desde a publicação deste decreto, e tornem a entrar na massa geral das rendas do Imperio para delles se dispôr como melhor convier aos interesses do mesmo.

« Os meus ministros de Estado e do meu conselho, a quem o conhecimento o cumprimento deste pertencer, assim o tenham entendido e fação executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 12 de Novembro de 1822 (Com a rubrica de S. M. Imperial). — Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

« Cumpra-se e registre-se. Rio de Janeiro, 13 de Novembro de 1822. — Ribeiro de Andrada. »

*Novas providencias.*

« Sendo constante que alguns capitalistas da cidade da Bahia tem concorrido com avultadas sommas para a mantença e conservação naquella capital das tropas portuguezas, commandadas pelo brigadeiro Ignacio Luiz Madeira do Mello, talvez illudidos pela falsa promessa de que taes empréstimos são conceituados divida nacional, e como taes devem ser pagos pelo thesouro da provincia, e outrossim que os negociantes estrangeiros alliciados já pela diminuição nos directos a que são sujeitos os seus generos e mercadorias, já pela lisongeira esperanza de maiores lucros, já mesmo pela liberdade de os poderem reembargar depois de assim despachados para outros portos deste Imperio, aonde entrão livres de directos, têm alluido para aquelle porto com extraordinaria quantidade dos ditos generos e mercadorias, o que tambem tem cooperado para retardar a época da evacuação e embarque das referidas tropas; e sendo um dos meus mais sagrados deveres o lançar mão de todos os meios que estiveo ao meu alcance para salvar quanto antes aquella rica e bella provincia dos horrores e devastações praticadas pelos novos vândalos portuguezes: hei por bem mandar que todos os generos e mercadorias estrangeiras despachadas na alfandega da Bahia, e reembarcados para outros portos deste Imperio, tornem a pagar nas suas respectivas alfandegas os directos nellas estabelecidos emquanto se conservarem tropas portuguezas naquella capital; que a divida contrahida pelo dito Madeira não seja paga pelas rendas publicas da provincia, e que taes capitalistas, no caso de reincidencia, sejam reputados rebeldes á causa do Brasil e minha, e como taes punidos com aquellas penas que a lei decreta para semelhantes criminosos.

« Os meus ministros de Estado e do meu conselho, a quem o conhecimento e cumprimento deste pertencer, assim o tenham entendido e fação executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em 12 de Novembro de 1822 (Com a rubrica de S. M. Imperial). — Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

« Cumpra-se e registre-se. Rio de Janeiro, 13 de Novembro de 1822. — Ribeiro de Andrada »

**HISTORIA DO APOSTOLADO, SEUS TRABALHOS E TERMINAÇÃO**

Suspense o Grande Oriente, as intrigas e perseguições tomarão mais força; porque as ambições e o desejo do mando e das vantajosas posições se manifestavam francamente. Quando todos se deverião unir para a solidificação da independência, e a boa organização das instituições do Brasil ser o empenho de todos, não aconteceu assim; porque os obreiros da emancipação politica do paiz perseguião-se mutuamente, como mostrarei em outros lugares, e se vê no monstruoso processo (que publiquei no meu *Brasil Historico*, onde tambem fallei do Apostolado) mandado instaurar por José Bonifacio contra os cidadãos, Domingos Alves Branco, Rocha Pinto, Alves de Azevedo, Tinoco, Gouvêa, Valerio Tavares, Lisboa, Costa Barros, Lopes, Ledo, Nobrega, José Clemente Pereira, padres Januario e Lessa: que justificarão os acontecimentos do dia 30 de Outubro de 1822, que irei contando.

Os desejos de vingança pela sêde do mando, erão extraordinarios, e como Ledo era o maior inimigo e emulo de José Bonifacio, almejava este captura-lo

para novamente processa-lo; e Ledo não ignorando as diligencias que se fazião para o prender, occultou-se em diversas partes, até que em uma noite, com o rosto, peito e braços pintados de preto, vestido de mulher, e com um balaio á cabeça, acompanhado por alguns amigos, que o seguião dispersos, embarcou em uma falua para uma fazenda de S. Gonçalo, em Nietheroy, onde esteve em casa de um seu amigo que ainda vive, Belarmino, hoje barão de S. Gonçalo; e que muita parte tomou em favor da independencia de sua patria. Alli esteve Ledo occulto, e dahi por intermedio e protecção de Lourenço Westin, consul da Suecia, embarcou em um navio dessa nação, que se dirigia a Buenos-Ayres, onde esteve até que a influencia dos Andradas se desvaneceu pela dissolução da constituinte, em 12 de Novembro de 1823, sendo elles deportados no mesmo mez, por accordo do conselho de Estado.

Depois da suspensão dos trabalhos do Grande Oriente, as intrigas continuáão; e, segundo dizem os documentos que possuo, planos tenebrosos se urdião nelle; e dizem que o mais horroroso era o de uma conjuração contra a pessoa do Imperador, que deveria ter lugar na capital do Imperio, tendo-se para isso aproveitado o não comparecimento do Sr. D. Pedro nas sessões do Apostolado, por se achar de cama no palacio da Boa Vista em S. Christovão, desde o dia 30 de Junho(\*), em consequencia de uma queda que soffreu andando a passeio, que lhe resultou a fractura de uma costella.

O Imperador soube da conjuração por uma carta anonyma que lhe dirigirão, escripta em allemão, e que foi lida em segredo por Sua Magestade a Imperatriz, a qual continha uma denuncia contra o Apostolado, dizendo-se que nelle se tramava uma conspiração que devia effectuar-se na noite do dia 16 de Julho se Sua Magestade fosse á sessão do Apostolado. Esta carta foi entregue por um desconhecido dentro de outra, dirigida a Placido Antonio Pereira de Abreu em que se lhe dizia, que sua existencia corria risco eminente senão entregasse a que ia dentro a Sua Magestade o Imperador, em mão propria, naquelle mesmo dia.

Placido Antonio Pereira de Abreu, receioso da ameaça, fielmente entregou a Sua Magestade o Imperador a carta, e como não sabia a quem se dirigir, para dar conta do que lhe fôra ordenado, fez pelo *Diario do Rio de Janeiro* de quarta-feira 16 de Julho de 1823, n. 14 do 2º semestre e 197 do anno, a seguinte declaração: «Placido Antonio Pereira de Abreu, faz saber que entregou a Sua Magestade o Imperador a carta que recebem para lhe ser entregue no dia 15 de Julho de 1823. — Placido Antonio Pereira de Abreu.»

O Imperador, no mesmo dia em que recebeu a carta, mandou chamar, por volta das 6 horas da tarde, o seu ministro José Bonifacio para conversar; e sem fazer-lhe revelações, lhe determinou que não sabbisse, e que por elle alli esperasse em companhia da imperatriz, pois, que se ia curar. Levantou-se e assim como se achava, ligado por ataduras, vestiu-se e embrulhou-se em um capote, e bem agasalhado, porque

a noite estava chuvosa, sahio montado em um cavallo desferrado e dirigio-se ao quartel de artilharia montada, em S. Christovão, e dahi pelas 8 horas da noite, pouco mais ou menos, acompanhado do commandante Pardal, e de officiaes de confiança, e de uns cincoenta soldados, todos encapotados e bem armados, e montados todos em cavallos desferrados partirão para a cidade, e chegando á rua da Guarda Velha, apeárão-se todos.

Sua Magestade bateu á porta do edificio com a senha da ordem, sendo-lhe ella aberta; mas o porteiro duvidando franquear-lhe a entrada, não obstante conhecê-lo, foi logo seguro por dois homens; e o mesmo aconteceu no segundo portico. Vencidos estes dois embaraços, não achou difficuldade no terceiro, que era o da rennião.

Logo que abi chegava mais um membro do Apostolado, era costume como signal de ordem, levantarem-se todos, e pucharem o punhal o que sendo presenciado pelos guardas-cos'as, que erão os officiaes, ao entrar Sua Magestade, puchárão pelas espadas; mas o Imperador, sustendo-os, determinou que, os officiaes o esperassem no vestibulo, e caminhou em direitura ao throno, onde Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, presidente, e querendo este, no acto de lhe offerer a cadeira, ajuntar e guardar os papeis concernentes aos trabalhos da sessão que erão o plano da conjuração, e propostas *hadok*, em um cofresinho vermelho, que estava ao lado, e que era proprio delles, não o pôde conseguir, porque o Imperador lh'o obistou fazendo-o elle proprio; e logo em seguida dirigindo-se á assembléa disse: — «Podem retirar-se, ficando scientes que não haverá mais reuniões do Apostolado sem minha ordem.»

A este tempo achavão-se já approximados e fazendo alas os soldados encapotados e armados, e por entre os quaes forão passando os apostolos, julgando que d'alli irião para as prisões; porém nada lhes oconteceu, porque nada respirou.

O Imperador voltou para palacio, e o que se passou entre elle e José Bonifacio, não o podemos saber: o que é certo, é, que no dia 17 de Julho foi José Bonifacio demittido de ministro de Estado, sendo substituido por José Joaquim Carneiro de Campos. Os apostolos, bem que nada fizessem claramente porque o Imperador tinha no cofresinho vermelho o corpo de delicto, continuáão com as intrigas e perseguições, levando-se na camara temporaria a mais sanbuda opposição, até que o Imperador a dissolveu, como largamente contarei, quando deste assumpto tratar.

Assim tendo sido a independencia obra de todos, não pode caber a José Bonifacio o titulo exclusivo de patriarcha da independencia do Brasil, porque, como elle, muitos concorrerão com o mesmo fervor e enthusiasmo; e se a alguem com justiça, cabe a gloria de ter sido o patriarcha da independencia do Brasil, é ao Sr. D. Pedro I, de veneranda memoria.

*A junta do governo da Cachoeira em 21 de Outubro nomea uma commissão com o fim de felicitar a S. A. Real.*

(\*) Mais adiante tratarei deste objecto em particular, quando tratar da demissão do gabinete Andrada no dia 17 de Julho de 1823, e dos acontecimentos que precederão a esta demissão.

« O conselho interino do governo desta provincia manda remetter aos Srs. deputados os artigos que lhes devem servir de instrucções na importante commissão de que vão encarregados perante a augusta pessoa de S. A.



Real na corte do Rio de Janeiro, e a competente guia para o seu transporte.

« Deus guarde a V. Ex. Sala das sessões na villa da Cachoeira em 22 de Outubro de 1822.—Ilms. e Exms. Srs. deputados Francisco Gomes Brandão Montezuma e Simão Gomes Ferreira Velloso.—Miguel Calmon du Pin e Almeida, secretario interino. »

*Instrucções dadas pelo conselho interino do governo desta provincia d deputação nomeada para ir felicitar da parte do mesmo conselho a S. A. Real, e dar conta do estado da provincia ao mesmo augusto Senhor.*

« Artigos:

« 1.º Requerer a S. A. Real armamento e todo o genero de munições, assim como officiaes habéis, que commandem os corpos, providencias estas que são sobremaneira urgentes e devem ser promptamente dadas.

« 2.º Sobre a criação de correios de comunicação pela costa entre a corte e a provincia da Bahia.

« 3.º Sobre a eleição de uma junta que fique governando a provincia até se verificar o methodo de governo para todas as provincias do Brasil, determinado na constituição que fizer a assembléa geral legislativa e constituinte do mesmo reino, providencia que urge ser dada quanto antes porque o conselho interino de governo não pode subsistir facilmente attenta á multiplicidade de seus membros.

« 4.º Sobre a competente insinuação régia ao bispo de S. Paulo, como diocesano mais antigo, para que este institua um vigário capitular por não haver durante a occupação da cidade recurso algum ecclesiastico na provincia.

« 5.º Sobre o methodo da eleição e numero dos procuradores da provincia, segundo o decreto de Fevereiro proximo passado, e bem assim sobre o numero dos deputados á assembléa geral legislativa e constituinte, que devem ser eleitos por esta provincia quando se sancione a desmembração da comarca de Sergipe, que se considera actualmente como provincia á parte.

« 6.º Qual deve ser a conducta do governo desta provincia a respeito dos que se achão presos por motivos politicos.

« 7.º Providencias sobre os recursos judiciaes, visto a occupação da cidade, onde existem os tribunaes superiores.

« 8.º Iguaes providencias sobre as tropas que devem guarnecer a cidade e provincia depois da evacuação das tropas de Portugal.

« Sala das sessões na villa da Cachoeira, em 21 de Outubro de 1822.—Francisco Elessbão Pires de Carvalho e Albuquerque, presidente.—Francisco Gomes Brandão Montezuma, secretario.—Antonio José Duarte de Araujo Gondim.—Manoel da Silva e Souza Coimbra.—Manoel Gonçalves Maia Bittencourt.—Manoel José de Freitas.—Theodosio Dias de Castro.—Simão Gomes Ferreira Velloso.—José de Mello Varjão.—Francisco José de Miranda.—Manoel dos Santos Silva.—Miguel Calmon du Pin e Almeida. »

CHEGÃO AO RIO DE JANEIRO VARIAS DEPUTAÇÕES, E ENTRE ELAS A DEPUTAÇÃO BAHIANA, COMPOSTA DOS SRS. FRANCISCO GOMES BRANDÃO MONTEZUMA(\*) E SIMÃO GOMES FERREIRA VELLOSO.

Chegados ao Rio de Janeiro os deputados de varias localidades do Imperio. foi-lhes assignado o dia 22 de Novembro de 1822 para levarem a sua mensagem á presença do Imperador, o que fizêrão do segundo modo:

(\*) Um dos redactores do *Constitucional da Bahia*.

« A provincia da Bahia, que tem constituido na villa da Cachoeira um governo temporario, composto de um deputado por cada uma das villas reunidas, para o importante objecto de sacudirem o jugo do infame despota que tyrannisa a capital, e que felizmente se acha circumscripto no recinto da cidade, não podia deixar de vir tributar o fiel rendimento do seu respeito ao heroico defensor de seus direitos e incansavel propugnador da sua liberdade constitucional, e de todo o Brasil, hoje elevado pelo amor e gratidão dos povos ao fastigio da dignidade imperial.

« Enviou para este effeito aquelle governo dous dos seus membros a esta corte, os Ilms. e Exms. Francisco Gomes Brandão Montezuma e Simão Gomes Ferreira Velloso, sendo o primeiro assás conhecido em todo o Imperio pela firmeza de caracter com que (á face mesmo do tyranno do Brasil) sustentava com o maior denodo e presença de espirito a sã doutrina da necessidade da reunião de suas provincias ao unico e natural centro, que a fortuna lhe deparára na pessoa augusta do seu regente, e com igual affouteza exprobase a perversidade com que o extinto, malvado governo daquela provincia a desmembrára das suas limitrophes, para que, tudo aggrega-la a um reino tão distante, podesse mais a seu salvo locupletar-se com a jactura da sua fortuna, e, o que mais é, com a anihilação de seus interesses e de seus direitos.

« Chegados, pois, aqui os ditos deputados, foi-lhes assignados o dia 22 do corrente para levarem a sua mensagem á presença augusta do grande Imperador constitucional e perpetuo defensor do Brasil, e o mesmo dia foi indicado ao Ilm. e Exm. João de Bittencourt Pereira Machado e Souza, membro e deputado do governo da provincia de Santa Catharina; ao Ilm. Antonio de Azevedo Mello e Carvalho, deputado da camara, povo e tropa de Parauaguá; ao Ilm. e Revm. João Luiz de Souza Sayão, thesoureiro-mór e deputado do cabido de Mariana; ao Ilm. Dr. Luiz José de Godoy Torres, membro e deputado da camara da cidade de Mariana, e ao Ilm. sargento-mór Manoel de Freitas Pacheco, membro e deputado da camara do Sabará, para comprimentarem ao mesmo augusto Senhor pela sua elevação ao throno do Imperio do Brasil, em nome dos governos, camaras, povos e corporações suas constituintes.

« O senado da camara desta capital, que está na antiga posse de fazer as honras do acompanhamento a todas as mensagens que as outras provincias lêrão á presença de S. M. Imperial, praticou o mesmo com estas, que reunidas no paço do conselho dalli sahirão em grande prestito, formado por um crescido numero de cidadãos de todas as classes, que para esse fim concorrêrão, sendo grande parte das diferentes provincias, que por seus procuradores vinhão render a S. M. Imperial o reverente tributo da sua respeitosa homenagem.

« Dirigio-se o acompanhamento ao paço, sendo meiodia, pela rua do Ouvidor e parte da rua Direita, cujas casas se achavão armadas de cortinas, sanefas e colchas de seda, estando tanto as janelas, como as ruas povoadas de innumeraveis espectadores, que se regozijavão de vêr reunidas neste centro de gravitação politico-brasileira os representantes das provincias colligadas para a salvação da independência nacional.

« Teudo alli chegado forão introduzidos na sala, onde S. M. Imperial, rodeado da sua corte, os aguardava, e na sua augusta presença recitãrão os discursos de que faremos menção. A' excepção do Dr. Luiz José de Godoy Torres, que pronunciou de cór um pequeno, mas elegante comprimento a Sua Magestade, e do outro representante do Sabará, que pediu ao mesmo Senhor que houvesse de receber aquellas mesmas expressões como ditas em nome da camara sua constituinte. »

« Senhor.—Defendendo V. M. Imperial os imprescriptiveis direitos do povo brasileiro, levando-o ao gozo de sua politica e civil liberdade contra as arrogantes tentativas de Portugal, e por fim constituindo o Brasil nação independente, tem V. M. Imperial levantado um monumento de gloria, que será constantemente respeitado nas

gerações futuras, sem que até hoje tenha apparecido igual nome na historia antiga ou moderna. Tão altos e nunca igualados feitos ha muitos que anhelão os bahienses vir agradecer a V. M. Imperial: Jia muito que elles têm jurado em seus corações dar a vida por um Principe cidadão, que soube quebrar-lhes os ferros portuguezes e salvar-lhes da civil anarchia.

« A tudo lhea obsteu a traição de uma junta tumultuaria, escrava do partido anti-brasilico, em consequencia da qual bayonetas lusitanas, cobertas com o manto de constitucional protecção se apoderarão da capital da provincia, plano traçado no centovirato lisbonense para levar ao cabo o horroroso projecto de recolonisar a parte mais feliz da America, a mais rica e fertil, o vasto Imperio do Brasil.

« E', porém, o americano homem livre; decretou assim a natureza ao crear o universo... Os bahianos, Senhor, os vencedores dos batavos, ja estão livres. Preso o inimigo em suas trincheiras não ousa avançar um passo sem que receba das armas bahianas a punição do seu tresloucado arrojo. Vem portto o momento da sua total ruina.

« Nossos pulsos já não roxeão grilhões infames proprios só de outra classe de entes. Nos corações bahienses não cala nem calou nunca o monstruoso scisma da divisão das provincias. E' base das suas intenções a fraternidade, o respeito, a obediencia e fidelidade ao augusto chefe da nação brasileira, ao primeiro dos Imperadores do mundo, o pai da patria, o defensor do Brasil!

« O sempre memorando dia 25 de Junho deste anno foi o destinado pelo Supremo Arbitro dos Imperios para marcar a feliz epoca da politica regeneração da provincia a que temos a honra de pertencer, e cujo órgão somos. Foi aquelle dia o em que a patriótica villa da Cachoeira levantou o pendão da liberdade e proclamou o paternal governo de V. M. Imperial.

« Então, com a ligeireza do raio, toda a comarca se livra, e pela mesma forma toda a provincia. E urgindo a politica a maior unidade nos movimentos, um centro de governança, donde emanassem, dirigidas por uma só mão, a actividade e a força, ao passo que a junta residente na Bahia, e installada a 2 de Fevereiro, acobardada pelo vandalo, não só não quiz unir-se á causa da provincia, mas até proclamou contra ella.

« Para evitar os danos da confusão accordou a provincia, como primeira medida de defesa, crear um governo que regulasse os negocios do momento, até que V. M. Imperial outra coisa se dignasse deliberar.

« Foi assim que, nomeando cada uma das villas colligadas o seu procurador, se organisou o conselho de governo interno da provincia da Bahia, o qual, julgando do seu primeiro e mais sagrado dever o dirigir a V. M. Imperial seus protestos de obediencia e respeito, escolheu para isso dous dos seus membros, que são os que têm agora a honra de fallar a V. M. Imperial.

« Em todas as éras grandes e reiteirados têm sido os esforços dos sabios e politicos para convencerem as nações de que é sempre ephemerica a grandeza e prosperidade, que provém de canaes alheios e não do essencial de riqueza publica, a agricultura e industria propria. Esta verdade eterna, e já sancionada pela experiencia de nações antigas e modernas, foi ainda postergada pela Europa, e no fim do seculo XV appareceu a moda de possuir colonias.

« Quanto, porém, não tem custado caro ás nações que assim o entenderão! A Inglaterra, potencia da primeira ordem, vio por vezes manchada a sua gloria, principalmente nos dias de Delaware, na questão com os Estados-Unidos, e por fim reconheceu o erro, abateu o orgulho. São demasiado publicos os acontecimentos da America do Sul para que delles façamos aqui menção.

« Povos pequenos têm obrigado grandes nações a entrarem em os seus limites naturaes. A Alemanha chora ainda hoje o sangue allemão inutilmente derramado para firmar-se no Rheno. A Hespanha, o primeiro dos Estados daquelle tempo, não pôde vencer o denodo hollandez, e

ao depois o de Portugal, quando em 1640 uma segunda vez se constituiu nação independente.

« Appareça mais na historia politica das nações o exemplo do valor brasileiro proclamando a sua independencia. E quanto não distão della as demais na perfeição dos meios de que lançamos mão para a conseguir? Quanto não distão della nos principios que adoptámos, e que certo farão a base do nosso futuro codigo politico? Nem nos perturbará a demagogia, ambição e instabilidade das republicas, nem nos definhará a tyrannia e prepotencia das monarchias absolutas.

« Uma prudente e bem equilibrada divisão dos poderes publicos, guardada a inviolabilidade e mais direitos proprios da magestade, e defendido o sacrosanto do cidadão, constituirá para sempre a prosperidade, grandeza e segurança do rico Imperio do Brasil.

« Com quanta satisfação o dizemos! Não desolarão os nossos campos, nossas povoações e cidades, os partidos lúgubros das commoções publicas! Não vimos a fome succeder á abundancia, a peste devorar nossos filhos, nossos amigos, nossos concidadãos! Povos da terra, aprendei a vindicar vossos direitos; respeitai nossas instituições, respeitai o primeiro Imperador brasileiro, e se quereis ser felizes vinde obedecer-lhe.

« Mil graças, Senhor, vos damos pela nossa provincia; mil graças vos sejam dadas pelas gerações futuras, pelo incalculavel bem que haveis feito ao povo brasileiro. A vós, Senhor, tudo se deve; fostes o primeiro movel da nossa independencia politica e da nossa prosperidade. Continuai a ser o nosso defensor; rematai a grande e magestosa obra que tão heroicamente haveis começado; e praza ao céu que gozeis por longos annos em par á augusta e sagrada pessoa da Imperatriz, vossa condigna esposa, um Imperio, que terá por base o amor e a gratidão dos povos.—Francisco Gomes Brandão Montezuma(\*).—Simão Gomes Ferreira Velloso. »

(\*) Montezuma, depois da mensagem, a pedido do Imperador, escreveu e publicou uma memoria a respeito dos acontecimentos da Bahia, que foi impressa na typographia nacional. Esta memoria é hoje rarissima, porque foi por ordem do governo, com uma infinidade de outras obras impressas, em 1836, para a fabrica de pólvora da Estrella, para serem empregadas no fabrico de cartuchos para o exercito!!!

Não se admira o leitor disto. A perseguição, que o governo do Brasil faz á historia do paiz, ainda continua. Tendo o corpo legislativo (em tempo da administração dos liberaes) promulgado a lei 1.340 de 24 de Agosto de 1866, com o fim de me auxiliar na continuação da publicação da minha obra *Chorographia Historica, etc., do Imperio do Brasil* (cuos primeiros cinco tomos estavam impressos e esgotada a edição), determinado que o governo subscrivesse 1000 exemplares ou tomos, para os distribuir pelas bibliothecas e repartições publicas, os ministros do Imperio de 16 de Julho de 1868 e o de 1870 a 1871, pondo embaraço á execução da lei, fizeram com que a camara conservadora interpretasse a lei, diversamente, de modo que, para satisfazê-los, disse a commissão de fazenda (incompetente neste caso) que a lei estava satisfeita com a assignatura de metade da reimpressão do 1º tomo!

Ha nada mais irritorio!! A incompetente commissão de fazenda da camara dos deputados e o ministro do Imperio julgarem satisfeita uma lei, que diz que a assignatura será até a conclusão de uma obra, de muitos tomos, dos quaes cinco já estavam impressos, com a metade da reimpressão do 1º tomo! E esta obra sendo a historia documentada do Brasil!

Ainda mais. O Brasil não possui um corpo de historia propria por falta de documentos e da immensa difficuldade de os haver: eu, durante 17 annos, os procurando por toda a parte, com incalculavel diligencia e grandes despesas, pude completar um riquissimo archivo de documentos. Vendo a opposição dos ministros e da camara conservadora, feita á publicação da historia do paiz, desgostoso offereci ao governo o meu archivo para ser recolhido ao archivo publico, a fim de se não perder essas preciosidades.

Eu possuia, pela ordem dos tempos, para mais de 400 tomos de documentos historicos desde 1501 até os nossos dias, constante de cartas régias, alvarás, regimentos, correspondencia dos governadores do Brasil com a metropole, da metropole com os diversos governadores, e destes com as autoridades locais, etc.

Possuia os documentos das viagens ao interior do Brasil, os

« Senhor.—Depois de 72 annos de idade, quarenta e tres empregado no serviço dos augustos pai e avós de V. M. Imperial, quiz o céo felicitar meus dias com o galardão de ser o deputado escolhido pelo governo provisório da provincia de Santa Catharina, de que que sou membro, para por todo elle vir beijar a augusta mão de V. M. Imperial em testemunho de gratidão ao alto beneficio que, sobre tantos, V. M. Imperial acaba de despendar com o Brasil, que, estendendo as vistas sobre os Imperios da Europa, não podia em todos elles, e em todo o mundo inteiro, encontrar um tão digno modelo da sua mesma grandeza!

« Sim, Senhor, estava abafado em nossos corações ha muito o verdadeiro titulo devido ao heroe protector e defensor dos brasileiros. Era o grande genio de V. M. Imperial, genio que será recontado nos vindouros seculos, o que por incomparavel energia e bem fundada esperança nos supprimia a voz na garganta!

« Nesses revoltos mares, em que viamos a não da nação desconjugada, e quasi soviada pelas ondas da vil perfidia, não podiamos correr sem risco da nossa perdição, e o mais é, da nossa deshonra!

« Amargas experiencias de fraticidas, que, pintando n'um congresso de paz lucidas imagens de uma inspirada regeneração, afixão em seus clubs os serpedigos ferros para os cravarem em nossos peitos nos acordarão do lethargo. Basta, Senhor; enganarão-se. No meio do seu caminho encontrarão o seu sepulchro! Basta, que enquanto elles sacrificão legiões sem necessidade aquem do Atlantico, nós, no centro do Brasil, acclamamos o defensor de seus direitos, o protector da sua justa causa, o genio tutelar de seus sócios, o excelso D. Pedro, primeiro Imperador do mais vasto Imperio, seu e de toda a sua imperial descendencia.

« Tal era o direito da Providencia, que o Brasil adora,

escriptos dos trabalhos dos jesuitas; possuia muitos papeis sobre as minas do Brasil; os documentos das fundações dos edificios e estabelecimentos publicos, e possuia uma riquissima colleção de impressos, desde 1808 até agora, publicados nas diferentes capitães e provincias, sobre assumptos historicos e politicos, e tudo queria recolher ao archivo publico, que pouco tem sobre a historia do Brasil, por conterem as suas prateleiras copias de cartas de sesmarias, e da extincta mesa da consciencia e ordem; e o governo tambem embarçou a acquisição destas rarissimas preciosidades! Entre esses rarissimos papeis entravão chronicas manuscriptas e ineditas das diferentes capitães do Brasil.

Desengauado por tanta indifferença do ministerio do Imperio, cedi muitas das manographias e chronicas, e quasi todos os curiosos e rarissimos impressos que possuia ao Sr. Dr. João Antonio Alves de Carvalho, que os conserva e guarda no maior apreço, sendo elle hoje o brasileiro que possui a mais rica bibliotheca sobre o Brasil.

Para que o leitor avalie o que é o governo do Brasil, isto é, certos individuos que entrão para o poder, talvez para servirem de instrumento de outros, aqui transcrevo o que disse o illustrado Dr. José Angelo ao senado brasileiro a respeito dos meus esforços em proveito da historia patria.

#### Ao senado brasileiro.

« Na sessão de 16 de Agosto de 1864 apresentei á camara dos Srs. deputados um projecto, que tomou a numeração 208, e que acaba de ser adoptado pela mesma camara na sessão de 27 deste mez, e como este projecto passou sem impugnação alguma, seguindo para o senado o referido projecto, venho por este meio dizer as razões que tive para apresentá-lo e procurar a sua adopção.

« O meu honrado comprouviano o Sr. Dr. Mello Moraes fez-me presente de cinco volumes da *Chronographia historica, chronographica, genealogica, nobiliaria e politica do Imperio do Brasil*: animado pelo merito do escriptor, de quem já tinha lido com proveito as suas obras *Physiologia das Paixões* e a *Biographia do barão de Cayru*, aprezei o alcance dessa obra importantissima, sobretudo pelo aparo da imparcialidade e pela somma de documentos que apresenta.

« Vi nessa obra, não o trabalho de algum especulador, mas o esforço de mãos dadas com a dedicação de um obreiro do futuro engrandecimento deste paiz. E, inquerindo sobre as causas que embarçavão a continuação dessa mesma obra, o meu honrado comprouviano declarou-me que era falta de meios,

e tal é, Senhor, a jura que o Brasil vos sagra. Independencia ou morte. Assim por mim vô-lo representão os representantes do governo e os povos da minha provincia. Dignai-vos, Senhor, de crer os meus, que são seus votos.—João de Bittencourt Pereira Machado e Souza. »

« Senhor.—A honrosa commissão de que me encarrega o ouvidor e camara de Paranaguá, de accordo com a tropa e povo por ella representado, para felicitar a V. M. Imperial pela sua elevação ao fastigio da sublime dignidade imperial, encheo-me de gloria, excitando em mim o mais nobre entusiasmo, e fazendo abundar em meu coração as mais gratas sensações, talvez de nimio prazer, me eclipse o espirito para de momento a preencher o mostrar ao vivo o jubilo, os transportes de alegria e satisfação publica, que electrizou a todo o povo e tropa daquella villa no sempre memoravel e glorioso dia 12 de Outubro, em que V. M. Imperial por vontade unanime foi acclamado primeiro imperador constitucional do vasto e riquissimo Imperio do Brasil.

« Os habitantes, Senhor, daquella villa, prezando-se de pertencer a briosa familia paulista em todos os tempos e occasiões, sempre com o maior denodo souberão dar as mais decisivas provas de amor e respeito ao seus reis, obediencia ás leis e submissão ás autoridades legitimamente constituidas; sempre respeitirão os reciprocos direitos dos seus semelhantes; em todo o tempo amarão a sua boa reputação, a ponto que a menor nuvem sobre ella era o maior soffrimento que as cousas humanas lhes poderiam produzir.

« São estes, Senhor, são estes os mesmos, que, coherentes com os principios que sempre fizerão a norma da sua conducta publica e particular, me commettam a singular honra, nomeando-me seu deputado para apresen-

e que, esgotados os seus recursos com as impressões feitas, apenas para deixar impre os muitos documentos, havia emprehendido a publicação do periodico *Brasil Historico*.

« Então não hesitei no meio de auxiliar tantos esforços, tantos estudos; entendi que, autorizando o governo para assignar essa obra, fazia-se um grande serviço ao paiz, dotando-o com a sua historia patria documentada.

« Além disto eu vi no meio de tanta dedicação, e especial paciencia para colligir uma somma immensa de documentos, muita abnegação; eu sabia que o Sr. Dr. Mello Moraes tinha dado á bibliotheca publica da Bahia quinhentos e tantos volumes de boas obras, bem como dera para o começo da bibliotheca publica de minha provincia mais de mil 1100 volumes de obras excellentes, e algumas de edição rara, e igual dedicação fizera de 1000 volumes á bibliotheca da provincia de Santa Catharina.

« Deixar, pois, que tantos esforços ficassem esquecidos pela indifferença do auxilio, era não comprehender o grande alcance do assumpto, e desconhecer que o Sr. Dr. Mello Moraes possui o mais rico archivo que um historiador pôde desejar.

« Este anno fomos companheiros de viagem da Bahia para aqui, e então soube que o Sr. Dr. Mello Moraes, no interesse principal a que ha mais de 11 annos se entregou, isto é, de colleccionar os manuscriptos existentes nos diversos archivos, fóra aquella cidade, como possuidora de muitas antiguidades historicas, e por espaço de 7 mezes adquirio muitos requisitos historicos, importantes documentos, não só nos archivos publicos, como em mãos dos seus numerosos amigos.

« Vi ainda que, ao passo que elle se entregava a esse arduo trabalho, escrevia um periodico, o *Agricultor Bahiano*, e vi que o Sr. Dr. Mello Moraes não é um—escriptor official—que lisongea as paixões, e escurece a verdade dos grandes factos que interessão á historia do paiz. E como possuidor do grande archivo da historia do Brasil, porque tem em si não só o que existia nos archivos de Portugal relativamente ao Brasil, como os documentos pertencentes ao Sr. conselheiro Drummond, entendi que devia esforçar-me para que o auxilio passasse. E neste sentido trabalhei com alguns collegas.

« Na impossibilidade de ler o paiz pelo esforço de um só homem a impressão de sua historia documentada, concorre para ella, auxiliando o a nação com a sua assignatura.

« Não é nem será—uma despesa improductiva:—é a historia patria publicada, que só será paga recebendo-se os volumes; é uma animação ao distincto alagoano, que vê os poderes do Estado interessados pelo seu trabalho. Corte, 30 de Julho de 1866.—José Angelo. »

tar-me perante o imperial solio de V. M. Imperial, e em seu nome de novo protestar sua inalienavel fidelidade, sua firme adhesão, seu cordial amor, acatamento, gratidão, e obediencia á sagrada e inviolavel pessoa de V. M. Imperial!

« Quando, Senhor, os povos sentem a necessidade de uma reforma politica, e assiduamente trabalham para consolidarem um novo systema, do qual esperão todas as vantagens, jámais obstaculos alguns suspenderão a força desta impulsão; a autoridade da razão é illimitada logo que se póde mostrar e desenvolver livremente; a electricidade dos pensamentos se communica n'um instante, e nada falla mais á imaginação que a vontade sem armas, rompendo as antigas e ignominiosas cadeas, que o terrivel despotismo outrora forjava e que a simples razão em um momento fez desaparecer; mas tambem é esta a época em que os maiores scelerados, abusando da credulidade publica, procurão, semelhantes á serpente da escriptura, por meio da infame seducção, extraviar os espiritos, e não se atrevendo a mostrarem-se a peito descoberto, tomão, como o Protheo da fabula, todas as figuras, vestem todos os trajes e fallão toda a especie de linguagem; profanando as sagradas vozes de philantropia, liberdade, igualdade, monstruosos vampiros, sómente anhelão aproveitar-se das desgraças publicas, espalhando a sizania para a seu prol lançarem novos grilhões aos de boa-fé illudidos, e constituirem-se os mais encarniçados e sanguiscentos tyrannos (\*).

« Tal tem constantemente sido, segundo nos transmite a historia das revoluções, a infame marcha desses aventureiros ambiciosos, que, quaes outros vorazes lobos, procurão saciar sua hydropica sede com o sangue dos innocentes cordeiros, desejando arredar para longe de si, por meio de cabalas e intrigas, todas aquelles que, rivalizando em fidelidade e amor da patria desinteressado, com os Quinto-Cincinnatos, com os Caios Fabricios e com os Regulos, empregão todos os seus cuidados, valor e consummada pericia na conservação, augmentos e prosperidade da sua patria.

« Mas, ah! Senhor, quanto V. M. Imperial não é vigilante em arredar para longe essas medonhas e terriveis procellas, que ameaçã a subversão, o naufragio da não do Estado! Quanto V. M. Imperial não é prompto em arrotear os tojos e espinhos com que os inimigos de V. M. Imperial, que os são tambem de todos os honrados brasileiros, pretendão abrolhar o caminho da nossa commun prosperidade! Quanto não é V. M. Imperial intrepido em dissipar esses vultões politicos, que surdamente trabalhavão e em breve produzirão a sua explosão!

« Ah! Senhor, por quantos titulos não tem V. M. Imperial penhorado os acrisolados corações de todos os, que, como V. M. Imperial, prezão a humanidade, a boa-fé, a beneficencia e a justiça, firmes escoras dos Estados!

« Se as antigas nações elevárão por suas apothéoses ás classes das suas divindades os seus heroes, em signal de reconhecimento, nós, Senhor, acclamando a V. M. Imperial por primeiro Imperador deste vastissimo Imperio, e formando dos nossos corações seu firme throno, transmitiremos á mais remota posteridade as excelsas virtudes que jámais ornárão a algum joven Principe; fazemos retumbar nas mais longinquas regiões os nossos vivas e acclamações; daremos a todos os povos exemplo de reconhecimento, de amor e de fidelidade.

« Mas, Senhor, se quando o nosso coração abunda em sensações excessivamente gratas, mui difficil é a sua enunciação, quem haverá a face de tantas e tão assignalladas acções, verdadeiramente heroicas, que possa fiel e energicamente tecer os verdadeiros encontros ao heroe maior que seu immortal nome, maior ainda que suas victorias! Que principe tem apparecido sobre a terra, que

tanto impere nos corações e fosse unanimemente acclamado sem o estrondoso apparato dos bellicosos instrumentos, sem o terror das formidaveis legiões?

« Vinde, ó soberanos, que dispondes o vosso alvedrio da sorte dos vossos subditos; vinde aprender com o nosso incomparavel Imperador a respeitar os direitos do homem, a proteger as sciencias, animar a agricultura, a estender o commercio e a navegação, a promover a industria, a aperfeignar as artes, a disciplinar exercitos, a cohibir os abusos, a dissipar os prestigios, a restabelecer e consolidar a paz e união, a animar com seu exemplo as virtudes moraes e civicas.

« Vinde, finalmente, conhecer este inclyto heros Pedro Grande do sul, primeiro Imperador do Brasil, que denodadamente trabalha unido a este generoso povo na grande empreza da sua regeneração, tomando por divisa — independencia ou morte!

« Senhor! Eu já receio cançar a attenção de V. M. Imperial; é forçoso não transcender os limites da moderação; termino, portanto, supplicando a V. M. Imperial a graça de acolher benigno estas sinceras expressões, e lançar suas proteivas vistas sobre este povo, que me concede a honra de felicitar por elle, como seu órgão, a V. M. Imperial, e que de novo comigo protesta e jura a mais constante obediencia a V. M. Imperial e firme adhesão á causa commun.—Antonio de Azevedo Mello e Carvalho.

« Muito alto e augusto Senhor.—Nada de mais honroso e de maior gloria podia caber-me em sorte, que vir ante o imperial solio de Vossa Magestade humildemente apresentar os sinceros e devidos protestos do cabido da santa igreja cathedral de Mariana, de ser eternamente fiel e obediente ao primeiro, e grande Imperador constitucional do Brasil, seu defensor perpetuo, o Sr. D. Pedro de Alcantara, unindo-se aos seus irmãos brasileiros em agradecer a V. M. Imperial, por coroar os grandes e importantissimos beneficios feitos ao Brasil com a aceitação do diadema imperial, que unanimemente se lhe offereceu, e que pelos mais fortes titulos de justiça e gratidão lhe erão devidos, e como que a independencia deste Imperio e a sua hem entendida liberdade recebe o maior realce, e torna-se mais seguro e indestructivel.

« E quem poderá duvidar? A posição geographica do Brasil e a sua vastidão, unida aos immensos recursos com que o Creador do universo o enriqueceu, e a sua população, já exignão que fosse uma grande potencia; os seus habitantes achavão-se nas circumstancias as mais legitimas e imperiosas de reasumirem os legitimos, inalienaveis direitos, concedidos pelo seu Divino Autor, a fim de se livrarem de um cento de despojas transatlanticos, que perdida e manhosamente os pretendião escravizar, e assim reformar o pacto da sociedade civil e fundar a sua felicidade; estes bens, em região tão extensa, composta de provincias grandes e populosas, certamente se não conseguem sem uma monarchia constitucional.

« O augusto pai de V. M. Imperial, nosso antigo monarcha, pelo estado violento e de coacção em que se acha sacrilegamente cercado pelos seus inimigos, e do Brasil não podendo obrar livremente, nada fazia a bem nosso; pelo contrario só dava o seu respeitavel nome e firma a decretos de destruição e morte, que se forjão nos conselhos da iniquidade; nesta circumstancia, sem a mais atroz injustiça, rebeldia e ingratição, não podia V. M. Imperial deixar de entrar no gozo dos direitos que a sua real prolegentura lhe adquirio.

« Erão duas verdades inegaveis ser o Brasil independente de Portugal, e Vossa Magestade ser o Imperador. Eis deste modo segura esta grande obra, pois que toda é fundada na justiça; eis segura, porque assim se estreitão os vinculos da união, e adquirimos a amizade e admiradas grandes potencias da Europa, que não olharião indifferentes para um procedimento contrario.

« Assas, em curto espaço de tempo, tem V. M. Imperial feito ver que nenhum obstaculo se lhe póde oppor para felicitar-nos; as difficuldades se lhe aplacão quando se trata do bem do Brasil. O primeiro Cesar da America

(\*) Para o ambicioso de dominar o crime, não é nada, dizia Euripides. *Num si violandum est jus, regnandi gratia violandum est.*



é mais veloz que o primeiro Cesar de Roma. Sem os defeitos deste, possui todos os seus talentos, e nós estamos seguros que V. M. Imperial, destruindo todas as machinações dos nossos inimigos, fará luzir a paz, a serenidade e abundancia desde o Amazonas até ao Prata, tornará um Imperio fundado nos corações de seus subditos, irmãos brasileiros, que com força ou ardil algum podera jamais destruir-se.

« Com todos os seus concidadãos o cabido de Mariana offerece as suas pessoas, haveres, em defeza de V. M. Imperial, da augustissima Imperatriz, e das imperiaes e brasileiros filhas dos Cesares brasileiros, protestando-lhes fiel e eterna adhesão, pois que daqui é que dimanão os seus interesses verdadeiros, e só assim gozará o Brasil de um governo em que se respeitem os direitos do homem, e que será o mais brilhante entre os governos constitucionaes.—João Luiz de Souza, thesoureiro-mór da Sé de Mariana e representante do cabido. »

**Coroação e sagração de S. M. I. o Sr. D. Pedro I, no dia 1.º de Dezembro de 1822.—Descripção dos festejos.**

« O Brasil, supplantando o despotismo e a anarchia, havia levantado no glorioso dia 12 de Outubro um novo throno, erguido sobre o amor e a gratidão de um povo generoso, que firmado em bases tão solidas, persistirá inabalavel a despeito de solapadas intrigas e de aggressões descaradas. Cumpria, porém, que a religião consagrasse esta grande obra, dando-lhe o cunho da eternidade, que só pôde emanar d'Aquelle que crea e dissipa os Imperios.

« Estava, portanto, reservado ao dia 1.º de Dezembro este espectáculo estranho nos fastos lusitanos e assombroso para a America. Se em semelhante dia a lealdade e a prudencia, esmagalhando um jugo tyrannico, fixarão na augusta casa de Bragança aquella corda, que mãos iniquas haviam usurpado, pondo-as sobre fracas e intrusas cabeças, neste mil vezes mais glorioso um Principe, que faz a admiração do universo, funda uma vastissima monarchia constitucional, sustentando os direitos do homem sem dezar das prerogativas da realza. E por isso, e por outras muitas razões obvias ao judicioso leitor, que a gloria deste dia 1.º de Dezembro supera a do anno de 1640, que occupou tão brilhante lugar nas paginas da historia.

« Reservando, porém, este assumpto a elevados engenheiros, tometemos a vossoza tarefa de dar uma idéa (bem que limitada) das circumstancias que precederão, acompanhárão e seguirão as venerandas cerimoniaes da coroação e sagração de S. M. I. o Sr. D. Pedro I, imperador constitucional e perpetuo defensor do Brasil, com aquella singeleza que só tem o verniz da verdade.

« Uma salva de artilheria annunciou o principio deste faustissimo dia, e desde logo se puzerão em exercicio as acertadas providencias que de antemão, e com toda a reflexão e madureza, se haviam tomado para que o menor incidente não perturbasse tão mercedio jubilo. As 7 horas o batalhão de granadeiros, destinado a fazer a guarda de honra, se postou em linha na frente da capella dos terceiros do Carmo, e o 2.º batalhão de caçadores guardou a téa que conduzia do paço á capella imperial.

« A mais tropa se formou em duas brigadas, sendo a primeira commandada pelo brigadeiro Marcello Joaquim Mendes, e composta do 1.º e 3.º batalhões de caçadores, 1.º regimento da 2.ª linha e brigada de artilheria a cavallo, e a segunda commandada pelo brigadeiro José Maria Pinto Peixoto, composta do regimento de caçadores de S. Paulo, 4.º batalhão de caçadores da corte, 3.º e 4.º regimentos de infantaria da 2.ª linha, 1.º regimento de cavallaria do exercito; e á hora mencionada entraram respectivas paradas.

« Pelas 9 horas e meia sahirão SS. MM. Imperiaes do paço da quinta imperial da Boa-Vista, em grande estado, em ricos e elegantissimos coches, acompanhados da sua guarda de honra, e ao passar pela praça da Constituição, a 2.ª brigada, que alli estava posta, fez a devida continencia, assim como a outra na respectiva posição.

« O alvoroço que todos os corações sentirão com a presença augusta do Imperador é superior a todas as expressões; todos se apressavam a vê-lo, qual a beijar-lhe a mão, qual admirava a riqueza e elegancia dos vestidos; um fixava sua attenção no semblante prazenteiro e benigno com que a todos acolhia; outro repassava pela imaginação as virtudes que adornão sua grande alma, e de todas as partes vinhão motivos á admiração e affecto.

« Portanto seja desculpada a ommissão dos signaes exteriores de applauso, como fogos de artificio, repiques de sinos, musicas dos batalhões, os nunca interrompidos vidos que

atroavão os ares, o alinho com que estavam á tornadas as frentes das casas nas ruas do seu tranzião, o immenso concurso de senhoras que aformoseavão as janellas, e que com os lenços brancos acompanhavão os vivos, e outros muitos. O nosso espirito acanhado se sente opprimido do peso immenso de tanto prazer, e não pôde desabafar uma pequena parte delle.

« As salas do paço estavam novamente pintadas de verde e ouro, com elegancia e gosto. Na do throno, e debaixo do mesmo, sobre uma mesa coberta de veludo verde, estava a corôa imperial, de ouro puro e brilhantes, obra prima e de grandissimo valor; as outras insignias descansavão em mesas lateraes igualmente cobertas, assim como na mesma sala se achava o riquissimo pallio, com toda a sumptuosidade, feito para tão grande pompa, e o estandarte imperial, de veludo verde, bordado de ouro.

« Pelas 10 horas forão as insignias dadas pelo Exm. barão de Santo Amaro, mestre de cerimoniaes, sendo entregues por moços da camara o estoque, o estandarte imperial, a insignia de mordomo-mór e o pallio. Sobre a mesa do throno e a da casa do docei se puzerão escrevanilhas.

« Começou logo a pôr-se em marcha a procissão na seguinte ordem: a uma guarda de archeiros seguiu os timbales e chafarameis; logo um lazido acompanhamento de pessoas das classes mais graduadas, vestidas segundo competia a tão brilhante acto. Apoião o rei d'armas, arauto e passavante; então os moços da camara e officiaes da casa, e ajudantes do mestre de mestre de cerimoniaes, formavão alas á corte, entre as quaes fôro as insignias imperiaes levadas pelos Exms. procuradores geraes das provincias, a saber: a espada, bastão e lavas pelos Exms. Antonio Vieira da Silveira e Manoel Clemente Cavalcanti de Albuquerque, acompanhados dos moços fidealgos Ilms. Manoel Jacintho Navarro de Sampaio e Mello e José Fortunato de Brito; o manto imperial pelos Exms. Manoel Ferreira da Camara e D. Lucas José Obes, acompanhados dos moços fidealgos Ilms. Antonio Maria Pereira da Cunha e João Ignacio da Cunha; o sceptro pelo Exm. Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira, acompanhado do moço fidalgo Ilm. Braz Carneiro Nogueira da Costa e Gama; a corôa pelo Exm. José Mariano de Azeredo Coutinho, acompanhado dos moços fidealgos Ilms. Leonardo Pinheiro da Cunha e Vasconcellos e Luiz José de Carvalho e Mello.

« Seguiu-se o Exm. barão de Santo Amaro, mestre de cerimoniaes. A este acompanhavão os ajudantes do mestre de cerimoniaes, a saber: os Ilms. Ignacio Alves Pinto de Almeida e José Caetano de Andrade. Sustentavão as varas do pallio oito procuradores das camaras, a saber: do lado direito o Exm. Manoel Martins do Couto Reis, os Ilms. José Vieira de Mattos, Francisco Gomes Brandão Montezuma e José de Souza e Mello; do lado esquerdo o Exm. Estevão Ribeiro de Rozende, os Ilms. José Antonio dos Santos Xavier, João de Bittencourt Pereira Machado e José Francisco de Andrade Almeida Moggiardim.

« Debaixo do pallio chamava a attenção e respeito de todos a augusta presença de S. M. Imperial, á direita do qual, e um passo adiante, o Exm. conde de Palma, condestavel, levando o estoque com a ponta levantada, e um passo atrás deste o Exm. José Bonifácio de Andrada e Silva, mordomo-mór, após do qual o Exm. D. Francisco de Costa de Macedo, camarista, e o Exm. João José de Andrade, capitão da guarda.

« Do lado esquerdo ia o Exm. barão de S. João Marcos, gentil-homem da camara de S. M. Imperial, como camareiro-mór, e o Exm. Luiz de Saldanha da Gama, reposteiro-mór. Seguiu ao pallio o senado da camara desta cidade, e fechava o cortejo uma guarda de archeiros, dos quaes duas alas marchavão aos lados da corte e do pallio.

« Toda esta luzida procissão seguiu na ordem indicada por uma longa téa forrada de seda escarlate e ouro, e coberto o estrado de ricos tapetes, até á capella imperial, á porta da qual estava o Exm. e Revm. bispo capellão-mór, com todo o seu cabido em riquissimos paramentos ecclesiasticos, e os Exms. e Revms. bispos de Mariana e de Keiman, que receberão a S. M. Imperial, e feita a aspensão se encaminharão todos á capella do Sacramento a fazer a competente oração.

« Antes de passarmos adiante diremos alguma coisa da pompa e riqueza com que estava adornada a capella imperial. No frontespicio e corpo da igreja se vião sedas escarlates e lhamas de prata, galdes de ouro, dispostos com agradável symetria; porém a capella mór merecia mais particular attenção, primeiramente pelo throno de S. M. Imperial, que era de veludo lizo, guardado de franja de ouro de mais de palmo de longo, e o espaldar e docei de veludo lavrado, com muito galão de ouro de mais de quatro dedos, tudo novo.

« O solio do Exm. bispo capellão-mór tambem ostentava riqueza, a qual sobressahia ainda não só em todo o ornato do altar (como frontal, castiças, palmas, etc.), como nas duas banquetas, uma de serviço e pompa, e outra sómente de pompa, em que a prata e o ouro apparecião com profusão, digna de tão augusta cerimonia.

e O throno de S. M. Imperial (de que fallámos) estava elevado quasi ao meio da parede, do lado do Evangelho, na mesma linha do supedâneo do altar; no angulo direito do estrado havia uma cadeira rasa, com duas almofadas de veludo para o condestavel, e no pavimento, e junto ao estrado do throno, as cadeiras destinadas para o mordomo-mór, camareiro-mór, camarista, reposteiro-mór, ministro de Estado das justicas e mestre de ceremonias.

« Enquanto os bispos celebrante e assistentes tomavão os respectivos assentos, caminhava lentamente S. M. Imperial, e subiu ao presbyterio acompanhado do condestavel, mordomo-mór e reposteiro-mór, que tomáram o lado da epistola, e do camareiro-mór, camarista, ministro de Estado da justiça e capitão da guarda, o do Evangelho, ficando um pouco mais adiante o mestre de ceremonias.

« Ficando Sua Magestade em pé, no meio do circulo dos bispos, começou o celebrante a solemnidade augusta e religiosa, e logo que pronunciou as palavras *Deo gratias*, sentou-se S. M. Imperial na cadeira que havia chegado o reposteiro-mór, ministrada pelo guarda tapeçaria, o Ilm. Gonçalo Germano de Araujo, para ouvir o discurso prescripto no pontifical, que começa *Cum hodie*, findo o qual ajoelhou o Imperador para prestar o juramento, que o ministro de Estado da justiça lêu de joelhos, á esquerda de S. M. Imperial, que pôz ambas as mãos sobre o missal ao dizer as palavras *Sic me Deus adjuvet*.

« Disse depois o celebrante a oração competente, e o Imperador com o seu cortejo se dirigio pelo lado do Evangelho ao seu camarim para tomar a veste propria para a uncção.

« Voltando S. M. Imperial com o mesmo acompanhamento, os bispos o forão receber ao canto do altar, e o conduzirão ao pé do celebrante, e, afastando-se um pouco para a parte do Evangelho, se prostou para ouvir a ladainha (sendo recitada pelo mesmo celebrante a supplica relativa ao Imperador) e as preces, até acabar a oração preparatoria *Actiones*, etc.

« Levantando-se S. M. Imperial, e desviando-se um pouco para que o celebrante se preparasse para a cerimonia, ajoelhou para receber as uncções, desatando-lhe o camarista os cordões de abertura da veste, que era de setim verde, aberta por diante, com aberturas nas espaldas e no buxo do braço direito; levava mais coleira á portugueza de renda de França. Ungido no braço direito, peito e espaldas, e limpa a uncção com globos de algodão, fechadas as aberturas das vestes, se retirou S. M. Imperial ao seu camarim a tomar o manto imperial.

« Preparou-se entretanto o celebrante para a missa, officiando-lhe (como em todo o acto), como presbytero assistente o Ilm. monsenhor vice-decano, diacano o Ilm. monsenhor fidalgo, subdiacano o Ilm. conego Antonio Pedro Monteiro Dormond, e unicónos ao solio os Ilms. monsenhores Azeredo e Roque.

« S. M. Imperial, revestido do manto imperial (cuja cauda sustentava o Exm. camareiro-mór), e precedido das pessoas que o acompanhavão, entrando no presbyterio, pelo lado esquerdo do altar, e, fazendo a devida reverencia, subiu ao throno, onde ouviu a missa até o penultimo verso do gradual.

« Findo este, e advertido S. M. Imperial pelo mestre de ceremonias, desceu do throno e se encaminhou ao presbyterio, em cuja extremidade o reberão os dous bispos assistentes, e conduzirão ao pé do celebrante. Alli ajoelhou, e o celebrante, recebendo a espada desembainhada da mão do diacano da missa, e pegando-lhe pela base da folha a entregou pelos copos ao Imperador, com as palavras do ritual *Accipe gladium*, ditas as quaes tornou o diacano a embainhar a espada, e o celebrante cingiu com ella a S. M. Imperial, com as palavras *Accingere gladio tuo*, etc.

« Levantou-se o Imperador, desembainhou a espada, fez com ella varios movimentos, e correndo-a sobre o braço esquerdo, como quem a limpa, metteu-a na bainha e tornou a ajoelhar.

« Levantando-se então o celebrante tirou do altar a corôa imperial, e, ajudado dos bispos assistentes, a pôz na cabeça do Imperador, dizendo: *Accipe coronam Imperii*, etc. Terminadas estas palavras, recebeu o celebrante das mãos do diacano o sceptro imperial, e o entregou ao Imperador, proferindo *Accipe virgam virtutis*, etc.

« Assim revestido das insignias imperiaes se levantou S. M. Imperial, e então foi conduzido ao throno pelo Exm. bispo assistente ao lado direito, e o Exm. bispo de Mariana á esquerda, e precedido do seu acompanhamento; e sendo alli sentado, proferindo o celebrante as palavras *Stet et retine*, depoz este a mitra, e voltando-se para o altar levantou o hymno *Te Deum*, a que assistio á direita do throno e descoberto, e após elle o bispo assistente da mesma maneira, permanecendo, porém o Imperador sentado com a corôa na cabeça e o sceptro na mão.

« Findo o hymno e ditas as orações descêrão do throno os bispos, e fazendo reverencia ao throno o celebrante continuou a missa, cujo Evangelho S. M. Imperial ouviu em pé.

« O respeitoso escrupulo com que imos seguindo esta narração nos fez ultrapassar a occasião de uma observação, que não é para desprezary e que portanto faremos neste lugar: Notou um antigo escriptor que na gloriosa aclamação do Sr. D. João IV, que primeiro em breu este dia 1º de Dezembro, a epistola, que a igreja manda cantar, e que é tirada da carta de S. Paulo aos romanos, alvoracera grandemente e animára os conjurados.

« Estamos persuadidos que se enganou aquelle escriptor, porque é constante que aquelle dia fôra sabbado. Estava, porém, reservado a um neto daquelle grande rei a terminante applicação desta passagem do apostolo, por concorrer a sua coroação com a primeira domingo do advento, cuja missa se cantou. Traduziremos o texto em questão:

« E' já hora (diz S. Paulo) de nos levantarmos do somno, e porquanto agora está mais perto a nossa salvação do que e pensavamos. Precedeu a noite, mas chegou o dia. Pelo que e abramos mão das obras das trevas e vistamos as armas da luz. » Convencido de que o leitor fará justa applicação desta passagem a deixamos á sua contemplação.

« Depois do Evangelho subiu ao pulpito o Revm. padre-mestre Fr. Francisco de Sampaio, e tomando por thema o verso 45 do cap. I, do liv. 8º dos Reis, allusivo á uncção de Salomão *Unxerunt eum Sador sacerdos et Nathan propheta regem, et insonuit civitas*, fez um eloquente discurso analogo ao magestoso objecto, que exclusivamente occupava a attenção dos portuguezes a attenção dos portuguezes em tão grande dia.

« Lido o offertorio, o Imperador, avisado pelo mestre de ceremonias, desceu do throno, e precedido das pessoas já designadas, do esmoler-mór o Revm. padre-mestre Fr. Severino de Santo Antonio, e do copeiro menor o Ilm. Joaquim José de Magalhães Coutinho, que tinha nas mãos um riquissimo vaso de ouro com offerenda, composta de muitas peças do novo cunho do Imperio, se dirigio ao altar, e logo que chegou ao presbyterio o camarista lhe tirou a corôa, que sustentou nas mãos, e S. M. Imperial, ajoelhando ante o celebrante, lhe apresentou a offerenda, que receberá das mãos do esmoler-mór, e recebendo outra vez a corôa voltou ao throno com o mesmo acompanhamento. Terminada a oblação o Imperador foithurificado em pé pelo monsenhor diacano.

« A' elevação, o camarista tirou a corôa, que pôz sobre a mesa do throno, e S. M. Imperial fez a adoração de joelhos. Depois do *Agnus Dei* levantou-se e recebeu do Exm. bispo de Mariana a paz por amplexo. No tempo da communhão o Imperador depoz o sceptro, desceu do throno como na offerenda, e ajoelhou no primeiro degrão do altar, onde recebeu a eucharistia da mão, que primeiro beijou, do bispo celebrante, o qual lhe ministrou tambem a purificação peo mesmo calix. Retirou-se S. M. Imperial ao throno para dar graças.

« Acabada a missa, tomando o Imperador a corôa e o sceptro, e sentando-se o mestre de ceremonias conduzio o reposteiro-mór ao pé do throno, e este, recebendo do prestes uma pequena mesa, coberta com panno de veludo verde e almofada do mesmo, sobre a qual estava o livro dos Santos-Evangelhos, collocou-a sobre o throno, á direita. Conduzido da mesma sorte o Exm. ministro de Estado da justiça, posto no estrado do throno, com a face um pouco voltada para o corpo da igreja, lêu em voz alta a formula do juramento de S. M. Imperial, que é a seguinte:

« Ego Petrus Primus, Deo annuente, unanimi que populi voluntate, factus Brasiliæ Imperator, ac etiam ejusdem deæ fensor perpetuus, profiteor ac promitto religionem catholicam apostolicam romanam observare et sustinere. Promitto Imperii legis observare, easque sustinere juxta ordinem constitutionalem. Promitto Imperii integritatem, totis viribus defendere, ac conservare. Sic me Deus adjuvet et hæc Sancta Dei Evangelia. »

« Tradução:

« Eu Pedro I, pela graça de Deus e unanime vontade do povo, feito Imperador do Brasil e seu defensor perpetuo, e juro observar e manter a religião catholica apostolica romana. Juro observar e fazer observar constitucionalmente as leis do Imperio. Juro defender e conservar com todas as minhas forças a sua integridade. Assim o juro aos Santos-Evangelhos. »

« Ouido o juramento, o ajudante do mestre de ceremonias José Caetano de Andrade conduzio o alferes-mór, a quem precedirão o rei d'armas, arauto e passavante, e adiante quatro archeiros, e dirigindo-se todos á pequena varanda levantada no adro da capella, dando ali o rei d'armas as vezes do estylo, o alferes-mór, desenrolando o estandarte imperial, disse em alta voz: « O muito augusto Imperador Pedro I, Imperador constitucional, perpetuo defensor do Imperio do Brasil, está coroado e enthronizado. Viva o Imperador! »

« Ditas estas palavras, salvárão as fortalezas e a esquadra, todas as tropas fizeram fogo de alegria e repicárão os sinos, respondendo sempre o povo com tanto entusiasmo, que dia só

contrava igual no dia 12 de Outubro. A 2ª brigada, que dissemos estar postada na praça da Constituição, dadas as descargas, marchou para o largo do Paço a unir-se com a primeira, para o fim que logo diremos.

« Depois, introduzidos por um dos ajudantes do mestre de cerimónias os procuradores geraes das provincias, o senado da camara desta cidade e os procuradores das outras camaras, se puzero em linha, e o ministro da justiça lêu em alta voz o juramento que estes devião prestar na augusta presença de S. M. Imperial sobre o livro dos Evangelhos, o qual, ouvido, subirão successivamente os degrãos do throno, e ajoelhando, e pondo a mão direita sobre o dito livro, disserão em voz alta e intelligivel—Assim o juro;—e, fazendo uma profunda reverencia, se retirarão :

« A fórmula do juramento é a seguinte :

« Por nós, o em nome do povo, que representamos, juramos observar e guardar a nossa santa religião catholica apostolica romana; juramos obediencia ás leis; juramos obedecer ao nosso legitimo Imperador constitucional e perpetuo e defensor do Imperio do Brasil Pedro I, e da mesma maneira reconhecer como taes todos os seus successores e da sua dynastia, na forma da successão que fór regulada pela constituição do Imperio. »

« Assim terminou esta veneranda cerimonia, a que assistirão além dos empregados, e do grande concurso que compunha a procissão, muitas pessoas que se apressarão a gozar de um espectáculo ainda não visto no mundo novo, raro no antigo, e desconhecido mesmo em Portugal. As tribunas erão occupadas por empregados diplomaticos e senhoras da maior distincção. Escusamos acrescentar que os musicos da capella imperial desempenhãrão completamente assim a missa e *Te Deum*, como muitas symphonias, que encheão os intervallos. Pela uma hora e meia da tarde erão terminadas todas as funcções da igreja.

« Recebidas pelo mestre de ceremonias as ordens do Imperador, dirigio o cortejo na mesma ordem em que viera. O bispo capellão-mór, os bispos e o cabido, paramentados, acompanhãrão a S. M. Imperial, o qual, chegando á sala do throno, tomou assento, e, admittido alli o senado da camara, o ministro de Estado da justiça lêu a acta do juramento do Imperador, que lhe apresentou para assignar.

« Depois disto o presidente do senado lêu a acta do seu juramento, e depois se retirou á sala do docei para assignar e fazer assignar por todos os que haviam prestado o dito juramento. O complemento de toda a cerimonia foi annunciado por uma salva de artilharia.

« As duas brigadas das tropas marchãrão então em continencia na augusta presença de S. M. Imperial, a quem o povo dava incessantes vivas, crescendo sobremaneira o enthusiasmo quando, empunhando a espada, repetio a solemne promessa de defender o seu vastissimo Imperio e a liberal constituição, digna do Brasil e digna do seu immortal defensor, como a pedem os votos dos verdadeiros amigos da patria.

« A tropa recebeu da generosidade do seu generalissimo uma tripla ração de vinho e abundante porção de vacca, em signal da sua lembrança e contemplação.

« O occaso do sol foi seguido de salvas de artilharia iguaes ás que annunciãrão o seu nascimento, asim de que tão memoravel dia terminasse com demonstrações, que, grandes como erão, ficavão muito inferiores aos desejos de um povo reconhecido e fiel, que jámais consentirá vêr manchada a gloria deste dia, nem por inimigos da sua independencia, nem por hypocritas, que nos seus risos offerecem mortifero veneno. »

#### Coroação e sagração do Imperador.—Ordem do Cruzeiro.

« O 1º de Dezembro (diz o supplemento á *Gazeta do Rio* n. 145, impresso em 1822) tão celebre em os annaes da nação portugueza por haver ella nesse dia sacudido o jugo oppressivo dos intrusos Felippes, reis de Hespanha, elevando ao solio da monarchia ao Sr. D. João, 8º duque de Bragança e quarto entre os reis do Portugal daquelle nome, depois de 182 annos tornou a ser ainda mais celebre em os annaes do Brasil, por se haver nelle sagrado, coroado e collocado no aureo throno deste vastissimo Imperio o augustissimo Sr. D. Pedro, seu quinto neto, que fôra aclamado 1º Imperador constitucional e perpetuo defensor delle em 12 do passado mez de Outubro.

« Dispensaa-nos de entrarmos na miuda narração do que se fez em uma festa tão digna da maior pompa e ostentação o ceremonial que se publicou, e foi organizado por uma commissão nomeada por S. M. Imperial, composta do Illm. e Exm. Sr. José Bonifacio de Andrada e

Silva, do Exm. e Revm. Sr. bispo capellão-mór, do Illm. e Exm. Sr. barão de Santo Amaro, do Illm. e Revm. Sr. monsenhor fidalgo e do Revm. Sr. Fr. Antonio da Arrabida, no qual se expende circumstanciada e individualmente tudo quanto se devia praticar, e praticou neste faustissimo dia, ou seja quanto a policia externa das ruas e praça do palacio imperial, e á ordem da procissão que acompanhãrã a Sua Magestade na ida e volta, ou seja quanto ao mais que teve lugar no progresso do ceremonial ecclesiastico, que se observou dentro da mesma capella, de forma que temos de acrescentar unicamente que fôra celebrante no pontifical da sagração e coroação de S. M. Imperial o Illm. e Exm. bispo capellão-mór, sendo de assistentes os Exms. e Revms. bispos de Mariana e de Kerman, que fizera as vezes de mordomo-mór, na forma do costume, o Exm. José Bonifacio de Andrada e Silva, ministro e secretario de Estado dos negocios do Imperio e estrangeiros, sendo, porém, nomeados para servirem os mais empregos da corte e casa imperial somente naquelle dia os seguintes: o conde de Palma, condestavel, o barão de Itanhaen, alferes-mór, o barão de S. João Marcos, camareiro-mór, o visconde do Rio-Secco, porteiro-mór, D. Luiz de Saldanha da Gama, reposteiro-mór, D. Francisco da Costa de Souza Macedo, camarista, João José de Andrade Pinto, capitão da guarda, o barão de Santo Amaro, mestre de ceremonias, Fr. Severino de Sant'Antonio, esmoler-mór, Joaquim José de Magalhães Coutinho, copeiro menor.

« Para levar as insignias :

« O conselheiro de Estado Jose Mariano de Azeredo Coutinho procurador do Rio de Janeiro, a corôa.

« O conselheiro de Estado Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira, procurador de S. Paulo, o sceptro.

« Os conselheiros de Estado Manoel Ferreira da Camara e D. Lucas José Obes, o manto.

« Os conselheiros de Estado Antonio Vieira Soledade e Manoel Clemente Cavalcante de Albuquerque, a espada, luvas e bastão.

« Forão acompanhadas as insignias por sete moços fidalgos.

« Para as varas do pallio :

« 1ª vara do lado direito, Manoel Martins da Costa Reis, e do lado esquerdo Estevão Ribeiro de Rezende.

« 2ª vara do lado direito José Vieira de Mattos, e do lado esquerdo José Antonio dos Santos Xavier.

« 3ª vara do lado direito, Francisco Gomes Brandão Montezuma, e do lado esquerdo João de Bittencourt Pereira.

« 4ª vara do lado direito, José de Souza e Mello, e do esquerdo José Francisco de Andrade de Almeida Monjardim.

« Guarda tapeçaria.—Gonçalo Germano de Araujo.

« Ajudantes do mestre de ceremonias.—Ignacio Alves Pinto de Almôida, José Caetano Pinto de Andrade.

« Para entregar o estandarte imperial :

« Ernesto Francisco de Werne de Magalhães Coutinho.

« Para entregar a insignia do mordomo-mór:

« Antonio Homem do Amaral.

« Para entregar o estoque ao condestavel :

« José Luiz da Motta.

« Para entregar as varas do pallio :

« João Antonio Pereira da Cunha.

« José Alves Pereira Ribeiro Cirne.

« Boaventura Delfim Pereira.

« Braz Carneiro Nogueira da Costa Gama.

« Luiz Diogo Pinto de Mello Sampaio.

« Antonio Corrêa Pinto de Faria.

« João Pedro de Carvalho de Moraes.

« Antonio de Menezes de Vasconcellos Drummond.

#### Nomes dos sete moços fidalgos de que se faz menção.

« Manoel Jacintho Navarro de Sampaio e Mello.

« José Fortunato de Brito.

« Leonardo Pinheiro da Cunha Vasconcellos.



- « José Ignacio da Cunha.
- « Luiz José de Carvalho e Mello.
- « Antonio Maria Pereira da Cunha.
- « Braz Carneiro Nogueira.

« SS. MM. Imperiaes, conduzidas em grande estado, sahirão do palacio da Boa-Vista pouco depois das 8 horas. Vinhão adiante, além dos haledores da sua guarda de honra, um piquete de cavallaria da mesma; seguia-se um coche de Estado; logo outro, em que vinhão SS. MM. Imperiaes, e após d'este outro de Estado, a-sim como de dous mais, que conduzião os camaristas e veadores. Era coberta a reitguarda por dous esquadrões da mencionada guarda, que era commandada pelo coronel Antonio Leite Pereira da Gama Lobo, um dos ex-governadores de S. Paulo; todos os coches erão tirados a seis, á excepção do que seguia Suas Magestades, que o era a oito.

« Não acabariamos a nossa tarefa se repetissimos os vivas e applausos, que, na maior explosão de affecto e regosio se ouvirão por todas as ruas de passagem, que erão as mesmas por onde S. M. Imperial transitou no dia 12 de Outubro, onde haviam sido collocados os arcos triumphaes, e que todas se achavão guarnecidas de rica tapeçaria e armações, para o que, assim como para a iluminação tinha o senado da camara, com seus mestres e officiaes, sahido em bando no dia 30 de Novembro, vestido de grande gala nacional com capas bandadas de seda branca, bordada de ouro e prata, sendo precedido de um piquete de cavallaria e de uma grande banda de musica, e seguido de uma grande guarda de cavallaria do corpo de policia.

« As tribunas da igreja estavam todas occupadas por pessoas a quem Sua Magestade as destinára.

« Tendo o consul dos Estados-Unidos da America pedido antecipadamente a S. M. Imperial permissão para assistir a tão fausta e solenne cerimonia, ao que o mesmo augusto Senhor annuiu benignamente pela consideração que lhe merece aquelle governo de primeira ordem em o nosso hemispherio; e não se devendo ter em menor contemplação as potencias da Europa que aqui têm consules, permittio S. M. Imperial que tambem os de Inglaterra, França, Russia, Prussia e agente da nação austriaca, por especial honra, podessem assistir nos lugares que competem ao corpo diplomatico, para o que se expedio na vespera uma ordem ao inspector da capella imperial para lhes destinar duas tribunas do lado do Evangelho, onde com effecto assistirem alguns dos ditos consules; quanto ao agente da nação austriaca consta que por falta de saude não comparecera.

« Não nos permitindo a escassez do tempo entrar em mais detalhada narração para repetir scenas de prazer, que se succederão umas ás outras sempre com iguaes demonstrações do respeito e affecto, que tributa todo o Brasil ao seu augusto Imperador, e que neste dia mais que nunca se observarão no transito de Sua Magestade, em corte para a capella, e della para o palacio, e no acto da proclamação solenne da sua imperial coroação e enthronisação, para darmos uma idéa aos nossos leitores do apparato e grandezza com que se celebrou esta augusta cerimonia, não podemos deixar de fazer menção especial da imperial corôa, sceptro e espada, que para esse fim se fizeram, os quaes pela riqueza, elegancia e perfeição com que se acabarão no curto espaço de 34 dias merecerão o applauso e admiração de naturaes e estrangeiros, que no dia antecedente concorrerão, apenas o souberão, em prodigioso numero a vêr e examinar estes chefes d'obra da industria nacional na officina do artefice da casa imperial encarregado da sua factura.

« Era a corôa de ouro de mais de 22 quilates, levando unicamente a liga sufficiente para lhe dar aquelle grão de maior rigeza e elasticidade, que o torna mais apto para semelhantes peças. Da aureola que havia de cingir a imperial fronte, de perto de tres pollegadas de largura, nascião oito florões, e destes outros tantos imperiaes, que elegantemente lançados se vão unir em um ponto correspondente ao central da aureola, sobre cuja junctura se elevava uma capheira armilar do mesmo metal em po-

sição parallelá, ficando o polo do sul correspondendo ao zenith, donde sahia em remate uma cruz da ordem de Christo, com a cruz central aberta.

« Abaixo de cada um dos florões mencionados, quasi ao meio da aureola, sobresahia um escudo das novas armas do Imperio em elegantissimo relevo. A riqueza desta preciosa peça era augmentada de tal modo pela delicadeza da mão de obra, que se lhe poderia applicar o *materiam superabat opus* se uma nova riqueza natural não fizesse tão avultada por outro lado a computação da sua estima. Consistia este excessivo augmento de valor nos riquissimos brilhantes com que era adornada, que se achavão distribuidos na seguinte ordem.

« Entre cada um dos escudos mencionados se havia collocado em igual altura uma rosa de brilhantes, consistendo de nove, dos quaes o do centro parecia ter na cintura tres para quatro linhas de diametro, e os da circumferencia alguma cousa mais de duas linhas; sobre cada uma das referidas rosas sahia um ornato de ouro, que terminava com outra igual rosa, que ficava levantada entre os imperiaes, cada um dos quaes era guarnecido logo acima do lugar, onde pegava no florão, com um veio de brilhantes, que, principiando por um da grandeza dos centraes das rosas, vão progressivamente decrescendo até ao nono, onde terminava o ornato, o qual teria uma linha de diametro na cintura, vindo assim a haver na dita corôa 216 brilhantes, não entrando neste numero o maior de todos, que se achava solitario na aureola abaixo do imperial de diante, o qual figurava ter na cintura quatro para 5 linhas de diametro.

« Não podemos observar a espada; mas certificáronos que era no punho e guarda não toda trauziada de brilhantes, que a tornavão de grande valor. O sceptro de ouro, como ella, era de 8 palmos de altura e de uma pollegada de diametro, e terminava em uma especie de cimbalha sobre que se elevava uma cornija oblonga, em cuja taboa estava collocado um dragão allado. »

*Relação dos despachos publicados na corte pela secretaria de Estado dos negocios do Imperio no faustissimo dia 1º de Dezembro de 1822, da sagração e coroação de S. M. Imperial.*

« Camaristas do Imperador :

- « Antonio Telles da Silva.
- « Conde de Palmos.
- « Barão de Santo Amaro.
- « Barão de S. João Marcos.
- « Barão de Hanhaem.
- « Francisco Maria Gordilho Velloso de Barbuda.
- « João Maria da Gama Freitas Berquó.
- « João José de Andrade Pinto.

« Guarda-roupas :

- « Boaventura Delim Pereira.
- « Fernando Carneiro Leão.
- « Joaquim José de Magalhães Coufinho.
- « José Alves Pereira Ribeiro Carne.
- « José Egydio Gordilho Velloso de Barbuda.
- « José Caelano de Andrade Pinto.
- « Ignacio Alves Pinto de Almeida.
- « Pedro Dias de Macedo Paes Leme.

« Camareira-mór da Imperatriz :

- « D. Maria Flôra Ribeiro de Andrada.

« Mordomo-mór da Imperatriz :

- « D. Francisco da Costa de Souza Macedo.

« Estribeiro-mór da Imperatriz :

- « D. Luiz de Saldanha da Gama.

« Veadores da Imperatriz :

- « D. Antonio de Alencastre.
- « D. João Carlos de Souza Coutinho.
- « José Mariano de Azeredo Coutinho.

« Porteiro-mór :

- « Visconde do Rio-Sécco.

« Porteiro da camara e guarda-joias :

- « João Valentim de Faria Souza Lobato.

« Titulo.—Barão da Torre de Garcia d'Avila, Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque.



*Ordem imperial do Cruzeiro.*

## « Grão-cruzes :

- « Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado.
- « Joaquim Xavier Curado.

## « Dignitários :

- « Cypriano José Barata de Almeida.
- « Fernando Carneiro Leão.
- « Francisco Eleshão Pires de Carvalho e Albuquerque.
- « Francisco Gomes Brandão Montezuma.
- « Francisco Muniz Tavares.
- « João de Deus Mena Barreto.
- « José Egydio Gordilho Velloso de Barbuda.
- « José Joaquim da Rocha.
- « José Lino Coutinho.
- « Manoel Antonio Farinha.
- « Nicoláo de Campos Vergueiro.
- « D. Thomaz Garcia de Zuniga.

## « Officiaes :

- « Affonso de Albuquerque Maranhão.
- « Antonio Leite Pereira da Gama Lobo.
- « Barão da Laguna.
- « Belchior Pluheiro de Oliveira.
- « Bento Barroso Pereira.
- « Bispo de S. Paulo.
- « Caetano Pinto de Miranda Montenegro.
- « Candido Xavier de Almeida e Souza.
- « Egas Muniz Tello de Sampaio.
- « Felisberto Caldeira Brant Pontes.
- « Fernando Telles da Silva.
- « Felipe Nery Ferreira.
- « D. Francisco da Costa de Souza de Macedo.
- « Francisco Maria Gordilho Velloso de Barbuda.
- « Francisco Antonio Pacheco.
- « Francisco de Franca e Miranda.
- « Hyppolito José da Costa Pereira.
- « Izidoro de Almada e Castro.
- « João Maria da Gama Freitas Berquó.
- « D. João José Duran.
- « Joaquim José de Almeida.
- « Joaquim Ignacio de Siqueira Bulcão.
- « Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque.
- « José Antonio da Silva Castro.
- « José Garcia Pacheco de Moura Pimentel e Aragão.
- « José Feliciano Fernandes Pinheiro.
- « José Joaquim de Lima.
- « José Arouche de Toledo Rendon.
- « José Mariano de Azcredo Coutinho.
- « Lucas José Obes.
- « Manoel Ignacio Cavalcante de Lacerda.
- « Manoel Marques de Souza.
- « Marcello Joaquim Mendes.
- « D. Nicoláo Herrera.

## « Cavalleiros :

- « Antero José Ferreira de Brito.
- « Antonio Barroso Pereira, capitão de cavallaria miliciana n. 5.
- « Antonio de Souza Leme.
- « Antonio Constantino de Oliveira.
- « Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond.
- « Antonio José Dias, marechal de campo.
- « Antonio Manoel Corrêa da Camara, consul em Buenos-Ayres.
- « Antonio Gonçalves da Cruz, em Philadelphia.
- « Antonio Navarro de Abreu.
- « Antonio de Almeida Silva Freire da Ponceca.
- « Antonio da Silveira Sampaio.
- « Antonio Francisco Monteiro Carneiro.
- « Alexandre José de Nello, capitão-mór das Alagoas(\*).

(\*) Meu pai, de honrada memoria, prestou relevantissimos serviços á causa da independencia, e por isto foi dos primeiros condecorados com a ordem do Cruzeiro, em sua instituição.

(O autor.)

- « Anastacio de Freitas Trancoso.
- « Bento de Araujo Lopes Villas-Boas.
- « Bernardo José da Gama.
- « Bispo capellão-mór.
- « Bispo de Kerman.
- « Bispo de Mariana.
- « Caetano Maria Lopes Gama.
- « Francisco Pinto Ferraz.
- « Francisco das Chagas, marechal de campo.
- « Francisco de Paula Souza e Mello.
- « D. Francisco Mauricio de Souza Coutinho.
- « Francisco Xavier Torres.
- « Francisco Izidoro Baptista da Silva.
- « Francisco Manoel de Paula.
- « Francisco Ornellas Barreto.
- « Francisco de Paula e Vasconcellos, tenente-coronel de artilharia.
- « Felix Merme.
- « Gaspar Francisco Menna Barreto.
- « Gomes Freire de Andrade.
- « Jayme Jeremias Joaquim Mendes, tenente de cavallaria n. 6.
- « Jeronymo Cavalcante de Albuquerque.
- « João Luciano de Souza Guerra Araujo Godinho.
- « João Ferreira Bueno, conego de S. Paulo.
- « João Ignacio da Cunha, chanceller da ordem.
- « João José de Guimarães Silva.
- « João Evangelista de Faria Lobato.
- « João Carvalho Raposo.
- « Joaquim José de Moraes e Abreu.
- « Joaquim Aranha Barreto de Camargo.
- « Joaquim Mariano Gurgel do Amaral, vigário de S. João de El-Rei.
- « Joaquim Alberto da Silveira, major de cavallaria.
- « José Joaquim Cesar de Cerqueira Leme.
- « José da Silva Lisboa.
- « José de Abreu, marechal de campo.
- « Jose Corrêa Pacheco.
- « Jose de Medeiros Gomes.
- « José Theodoro, capitão de cavallaria de linha de Minas Geraes.
- « José Francisco de Andrade de Almeida Monjardim.
- « José Manoel de Moraes.
- « José Raymundo dos Paços Porhem Barbosa.
- « José Rodrigues Jardim.
- « José da Silva Brandão, coronel de cavallaria de Minas Geraes.
- « D. José da Camara Coutinho.
- « José Gabriel de Moraes Mayer.
- « José Joaquim dos Santos.
- « José Leite Pacheco.
- « José Frederico Pascoal Colona.
- « Ignacio José de Souza Ferreira.
- « Lazaro José Gonçalves.
- « Luiz Augusto May.
- « Luiz José de Godoy Torres.
- « Luiz Gonzaga de Camargo Florim.
- « Manoel Ferreira de Araujo Guimarães.
- « Manoel Carneiro da Pontoura.
- « Manoel de Vasconcellos de Souza Bayanna.
- « Padre Manoel Rodrigues, de Barbacena.
- « Manoel Joaquim de Ornellas.
- « Manoel Rodrigues Gameiro Passoa, em Paris.
- « Manoel Pinto de Castro.
- « Manoel José de Mello.
- « Mariano Antonio de Amorim Carrão.
- « Miguel Nunes Vidigal.
- « Pedro Gomes Nogueira.
- « Pedro José da Costa Barros.
- « Pedro José de Brito Caminha.
- « Pedro Dias de Macedo Paes Leme.
- « Rodrigo Antonio Falcão.
- « Romualdo José Monteiro de Barros.
- « Simão Gomes Ferreira Velloso.
- « Thomaz Xavier Garcia de Almeida.
- « O vigário de Saubara na provincia da Bahia.
- « Vicente da Costa Taques Goes e Aranha. »

NO DIA 1º DE DEZEMBRO É CREADA A GUARDA DE HONRA

O Imperador, desejando distinguir os cidadãos que vierão de S. Paulo em socorro do Rio de Janeiro por ocasião da insubordinação da divisão auxiliar commandada por Jorge de Avellez, creou um corpo de milícia nova que intitulou de — *guarda de honra* — de sua imperial pessoa.

Organizado o corpo da Guarda de Honra com um pessoal de officiaes, foi-lhes marcado tres modelos de uniformes.

1º De grande gala: capacete dourado com um dragão em cima, penacho encarnado e clina preta, cabida sobre as costas, farda branca com golla e canhão encarnados, bandalhas largas com 3 galões e alamares de ouro, calça de meia branca, dragonas de cachos, botas á russiana e esporas douradas.

2º Farda azul, golla e canhão brancos, calça azul, chapéu armado, botins e esporas douradas.

3º Fardeta azul, golla e canhão brancos, bonet, botins, e esporas douradas.

Qualquer official que assentasse praça no corpo da guarda de honra, depois de 4 annos de serviço, tinha a gradação do posto immediato, ao que tinha no corpo que deixara. Disse-me o commandador João Pereira de Andrada, que foi da guarda de honra, que o brigadeiro Lessa, com desejos de ser graduado em *marechal de campo*, alistou-se como soldado na guarda de honra e depois dos 4 annos de serviço, foi graduado no posto que desejava.

O paisano que assentava praça, tambem depois de 4 annos, era condecorado com a *venera de Christo*.

#### Decreto.

« Tendo eu por occasião da revolta da divisão portugueza nesta corte, em Janeiro do anno proximo passado, requerido socorro de tropas á real provincia de S. Paulo, e havendo então descido voluntariamente muitos dos principaes cidadãos da mesma, que, deixando suas casas e familias, se reunirão com a maior promptidão e patriotismo em um corpo de cavallaria, com o nobre fim de guardarem e defenderem a minha augusta pessoa, tão sacrilegamente ameaçada por aquella desenfreada soldadesca; e attendendo eu outrossim aos ardentes e puros desejos que desde então até hoje me têm mostrado esses honrados paulistas, de quererem continuar em tão honroso serviço, pedindo-me que, achando-se o mesmo corpo muito augmentado com outros fieis cidadãos desta e outras provincias do Imperio, que se lhe têm reunido com igual enthusiasmo, eu lhes faria grande mercê se lhes desse uma organização permanente e regular, como a dos outros corpos do exercito: hei por bem, por todos estes motivos, e para memorisar o amor e fidelidade á minha sagrada pessoa de tão briosa porção dos meus subditos, e outrossim para lhes dar mais uma demonstração do apreço que me merecem os serviços dos cidadãos que já se têm reunido em torno de mim, e dos que se houverem de reunir para o futuro, organisar de todos elles um corpo regular de cavallaria, com a denominação de — *guarda de honra da minha imperial pessoa* — admittindo deste modo no Imperio do Brasil uma nova tropa, cuja utilidade tem sido já assis reconhecida nas principaes monarchias da Europa, onde semelhantes corpos têm sido creados, protegidos e honrados por seus augustos imperantes; e para pôr em effeito a sua organização regular ordeno que este corpo fique estabelecido, regulado e composto da maneira seguinte:

« 1.º A imperial guarda de honra será por ora composta de tres esquadões: um desta provincia do Rio de Janeiro, outro de S. Paulo, outro de Minas-Geraes, podendo para o futuro augmentar-se quarto esquadão, e todos se formarão de duas companhias cada um.

« 2.º O estado-maior do corpo se comporá do primeiro commandante, de um segundo commandante, um sargento-mór, quartel-mestre, secretario, capellão, cirurgião-mór e um trombeta-mór.

« 3.º O estado-maior de cada um dos esquadões se comporá de um commandante e de um ajudante do dito. Terá cada companhia um capitão, um tenente, alferes, sargento, forriol,

porta-estandarte, oito cabos de esquadra, um trombeta e sessenta soldados.

« 4.º O esquadão de S. Paulo fará sua reunião na villa de Taubaté por ser ponto central daquella comarca, e mais proxima a esta capital; e o de Minas-Geraes fará pelas mesmas razões o seu ponto de reunião em a villa de S. João de El-Rei, quando os respectivos commandantes assim o exigirem, tendo em vista a commodidade dos soldados quatro vezes no anno para se exercitarem, em cujos exercicios se demoraráo quatro dias por cada vez.

« 5.º O corpo se ajuntará todas as vezes que fór preciso ao serviço do Estado, ou quando eu houver por bem assim o determinar, além da revista geral e da comparencia indispensavel de todo o corpo nesta corte no glorioso anniversario da minha aclamação e independencia do Imperio. Aquelles que deixarem de comparecer sem justo motivo serão expulsos, e nunca mais serão admittidos.

« 6.º O esquadão do Rio de Janeiro, a qualquer indicio de se achar ameaçada a tranquillidade publica, concorrerá ao pago em que eu residir para receber as minhas imperiaes ordens.

« 7.º O estado-maior do corpo deve ter o seu quartel na corte. Tudo o que pertence a cada um dos esquadões deve estar aquartelado na sua respectiva provincia. Ao commandante do corpo pertence marcar os districtos das companhias, e o commandante ajudante de cada um dos esquadões residirá no centro das duas companhias quanto fór possível.

« 8.º Todos aquelles officiaes que entrarem para a guarda de honra serão designados dos corpos a que pertenciam, e sem direito a accesso nos mesmos corpos; mas depois de servirem quatro annos na guarda de honra poderão requerer a sua reforma no posto immediato aquelles de que sahirão dos seus corpos, continuando a servirem na guarda, e tendo direito a accesso nella.

« 9.º O uniforme da guarda de honra continuará da mesma honra continuará da mesma maneira que eu houve por bem determinar; mas attendendo que neste corpo se achão officiaes de milicias e ordenanças com praças de soldados, e convindo que gozem por isso de alguma distincção, hei por bem que todos os soldados paisanos deste corpo tenham a gradação de alferes, e os que nelle entrão com patentes de tenente para cima terão os distinctivos seguintes: os soldados tenentes terão no canhão um galão de quarto de pollegada, os capitães um de pollegada, os sargentos-móres um de pollegada e meia, os tenentes-coroneis dois galões de pollegada e os coroneis tres galões de pollegada.

« 10.º O commandante da guarda de honra será um officia general, e estará immediatamente sujeito á minha imperia pessoa. Os commandantes dos esquadões terão a gradação de coronel.

« 11.º Para esta guarda se escolherão os homens mais capazes, afim de ser respeitada e tornar-se digna das funções a que é destinada. Em concorrência serão sempre preferidos os naturaes do Imperio mais abastados e patriotas, e só o merecimento dará direito a accesso.

« 12.º Ao primeiro commandante pertence ter uma trombeta mór que instrua os trombetas parciais, e a cargo de cada um dos capitães ficarão os trombetas de suas companhias, que deverão aprender os toques da ordenança com o trombeta-mór se o capitão não tiver outro recurso mais proximo.

« 13.º Os estandartes e armamento serão dados pela fazenda nacional.

« 14.º O commandante deste corpo não terá faculdade de aceitar os que se apresentarem voluntarios, ainda que tenham os requisitos necessarios, sem m'os propôr primeiramente e para isso receber portaria da secretaria de Estado dos negocios da guerra, a qual será apresentada ao corpo donde sabe o pretendente, para ser registrada e cumprida no caso de elle ser official em algum outro corpo.

« 15.º Os capitães da imperial guarda de honra usarão de duas dragonas de cachos; os tenentes de uma dragona de cachos á direita, e os alferes da mesma dragona á esquerda; os coroneis usarão na sua dragona direita de uma corôa imperial por cima das letras I. G. H., bordadas de prata, e o commandante de duas, uma em cada dragona com as mesmas letras.

« 16.º Os officiaes e os soldados da guarda de honra não terão patentes, mas decreto de nomeação.

« 17.º Gozarão de todas as honras, privilegios, isenções e franquizas concedidas aos officiaes da 1ª linha, além dos que eu houver por bem conceder-lhes.

« 18.º Todos os officiaes da guarda de honra poderão entrar na sala do docel.

« 19.º A guarda de honra terá precedencia sobre todos os corpos do exercito quando entrar com elles em grande parada, e tomará a direita da linha, ficando, porém, entendido que nunca irá senão quando eu commandar em chefe.

« 20.º A guarda de honra não fará continencia senão á mi-

nha imperial pessoa, á Imperatriz minha muito amada e prezada esposa, e á minha augusta família imperial.

« 21. Cada um dos esquadrões da guarda de honra terá um estandarte da mesma cor e forma prescripta no decreto de 18 de Setembro proximo passado, com a differença de ser de damasco de seda, orlado de franja de ouro, e de ter bordadas pela parte debaixo das armas imperiaes as letras I. G. H. (imperial guarda de honra), e pela parte debaixo das letras o nome da provincia com a inicial a que pertencer o esquadrão, bem como o numero, da maneira seguinte:—S. P., 1º—R. J., 2º—M. G., 3º—e assim para o futuro com os que se forem reunindo.

« 22. Finalmente, ninguém será admittido a servir na guarda de honra sem prestar juramento de fidelidade e inteira obediencia ao seu Imperador.

« Os meus ministros e secretarios de Estado, e as autoridades a quem competir o conhecimento deste meu imperial decreto, assim o tenham entendido e fiquem executar com os despachos necessarios. Palácio do Rio de Janeiro, em 1º de Dezembro de 1822, 1ª da independencia e do Imperio (Com a rubrica de S. M. Imperial).—João Vieira de Carvalho »

### CONTINUAÇÃO DOS GABINETES MINISTERIAES

Querendo escrever a historia moderna do Brasil pela dos ministerios, os organizei conforme os gabinetes que dirigirão os negocios publicos, começando pelo gabinete de 10 de Março de 1808, durante o reinado do Sr. D. Joao VI, no Brasil, até á fundação do imperio, que começou pelo gabinete de 16 de Janeiro de 1822, cuja historia principiei na pagina 249 deste volume e continuarei nos dous seguintes. Bem que me foi assás difficil o trabalho que apresento ao meu paiz, contudo, se não é o mais completo, é o unico que temos a este respeito.

Os gabinetes de que tenho de fazer a historia são os que se seguem :

1º Gabinete, vide pagina 249.

2º Gabinete de 17 de Julho de 1823.

Imperio. — José Joaquim Carneiro de Campos, depois marquez de Caravallas, nomeado ministro do imperio a 17 de Julho de 1823, accumulativamente com a pasta de estrangeiros; servio até 10 de Novembro do mesmo anno na do imperio, sendo nella substituido por Francisco Villela Barbosa, e na de estrangeiros até 14 de Novembro do dito mez, sendo substituido por Luiz José de Carvalho e Mello.

Fazenda. — Manoel Jacintho Nogueira da Gama, (depois marquez de Baependy) nomeado ministro da fazenda a 17 de Julho de 1823, servio até 10 de Novembro, sendo substituido por Sebastião Luiz Tinoco da Silva.

Justiça. — Sebastião Luiz Tinoco da Silva, nomeado ministro da justiça, em 28 de Outubro de 1822, servio até 13 de Novembro de 1823, sendo substituido por Clemente Ferreira França.

Marinha. — Luiz da Cunha Moreira, nomeado ministro da marinha, em 28 de Outubro de 1822, servio até 15 de Novembro de 1823, sendo substituido por Pedro José da Costa Barros.

Guerra. — João Vieira de Carvalho, nomeado ministro da guerra, em 28 de Outubro de 1822, servio até 10 de Novembro de 1823, sendo substituido por José de Oliveira Barbosa.

#### CREA-SE O NOVO CONSELHO DE ESTADO

Decreto de 13 de Novembro de 1823.

« Havendo um decreto de 12 do corrente dissolvido a assembléa geral constituinte legislativa, e igual-

mente promettido um projecto de constituição etc., se faz indispensavel que eu convoque homens probos e amantes da dignidade imperial e da liberdade dos povos: Hei por bem crear um conselho de Estado que será composto de 10 membros: os 6 ministros são conselheiros de Estado natos pela lei de 20 de Outubro proximo passado; o desembargador Antonio Luiz Pereira da Cunha e os conselheiros da fazenda, barão de Santo Amaro, José Joaquim Carneiro de Campos e Manoel Jacintho Nogueira da Gama(\*). »

3º Gabinete de 10 de Novembro de 1823.

Imperio. — Francisco Villela Barbosa (depois marquez de Paranaguá), nomeado ministro do Imperio e de estrangeiros em 10 de Novembro de 1823, servio até 14 do mesmo mez, sendo substituido, na do imperio, por Pedro de Araújo Lima, depois marquez de Olinda.

Fazenda. — Sebastião Luiz Tinoco da Silva, nomeado ministro, da fazenda em 10 de Novembro de 1823, servio até 13 do mesmo mez, sendo substituido por Mariano José Pereira da Fonseca.

Justiça. — Clemente Ferreira França (depois marquez de Nazareth), nomeado ministro da justiça em 10 de Novembro de 1823, servio até 21 do mesmo mez, sendo substituido por Sebastião Luiz Tinoco da Silva.

Guerra. — José de Oliveira Barbosa (depois visconde do Rio Comprido), nomeado ministro da guerra em 10 de Novembro de 1823; servio até 14 do mesmo mez.

Fazenda. — Mariano José Pereira da Fonseca (depois marquez de Maricá), nomeado ministro da fazenda em 13 de Novembro de 1823, servio até 21 de Novembro de 1823.

Marinha. — Luiz da Cunha Moreira (depois visconde de Cabo Frio), nomeado ministro da marinha servio até 15 de Novembro de 1823.

#### Observações.

Pela organização do conselho de Estado, vemos que os que ficarão no conselho de Estado forão:

- 1º Marquez de Queluz (João Severiano Maciel da Costa), Imperio.
- 2º Visconde da Cachoeira (Luiz José de Carvalho e Mello), estrangeiros.
- 3º Marquez de Nazareth (Clemente Ferreira França), justiça.
- 4º Marquez de Maricá (Mariano José Pereira da Fonseca), fazenda.
- 5º Marquez de Sabará (João Gomes da Silveira Mendonça), guerra.
- 6º Marquez de Paranaguá (Francisco Villela Barbosa), marinha.

Todos estes não erão *ministros* da data do decreto: o 3º 4º e 6º já erão; o 2º era de 14 do mesmo mez; e o 1º e 5º forão nomeados ministros, aquelle a 17 e este a 19 do dito mez de Novembro.

(\*) O Sr. João Manoel Pereira da Silva, na sua *Historia da fundação do Imperio*, afirma que nesse tempo não havia conselho de Estado, por ignorar certamente a existencia dos decretos de 22 de Abril de 1821 e o de 13 de Novembro de 1823, que acima transcrevo.

*4.º Gabinete de 14 de Novembro de 1823.*

**Imperio.** — Pedro de Araújo Lima (depois marquez de Olinda) nomeado ministro do Imperio em 14 de Novembro de 1823; servio até 17 do mesmo mez sendo substituido por João Severiano Maciel da Costa.

**Estrangeiros.** — Luiz José de Carvalho e Mello, (depois visconde da Cachoeira), nomeado ministro de estrangeiros em 14 de Novembro de 1823, servio até 4 de Outubro de 1825, sendo substituido por Francisco Villela Barbosa, interinamente.

**Guerra.** interinamente. — Francisco Villela Barbosa, (depois marquez de Paranaguá), nomeado ministro interino da guerra em 14 de Novembro de 1823, servio até 19 do mesmo mez.

**Justiça.** — Clemente Ferreira França, (depois marquez de Nazareth), nomeado ministro da justiça em 10 de Novembro de 1823, servio até 21 do mesmo mez.

**Fazenda.** — Mariano José Pereira da Fonseca, nomeado ministro da fazenda, servio até 21 de Novembro de 1825.

**Marinha.** — Pedro José da Costa Barros, nomeado ministro da marinha em 15 de Novembro de 1823, servio até 17 do mesmo mez, sendo substituido por Francisco Villela Barboza.

*5.º Gabinete de 17 de Novembro de 1823.*

**Imperio.** — João Severiano Maciel da Costa, (depois marquez de Queluz) nomeado ministro do Imperio, servio até 14 de Outubro de 1824.

**Marinha.** — Francisco Villela Barbosa, depois marquez de Paranaguá, nomeado ministro da marinha, servio até 16 de Janeiro de 1827, sendo substituido pelo marquez de Maceió.

A 10 de Novembro do mesmo anno:

**Guerra.** — João Gomes da Silveira Mendonça, (depois marquez de Sabará), nomeado ministro a 19 de Novembro, servio até 26 de Julho de 1824.

**Justiça.** — Sebastião Luiz Tinoco da Silva, nomeado ministro a 21 do mesmo mez de Novembro, servio até 24 de Janeiro de 1826.

Continuáram a servir :

**Estrangeiros.** — Luiz José de Carvalho e Mello, (depois visconde da Cachoeira), servio até 4 de Outubro de 1825.

**Fazenda.** — Mariano José Pereira da Fonseca, depois marquez de Maricá, nomeado ministro da fazenda, servio até 21 de Novembro de 1825.

A 26 de Julho de 1824:

**Guerra.** — Francisco Villela Barbosa (depois marquez de Paranaguá), servio de 3 de Agosto de 1824 a 3 de Agosto de 1825.

João Vieira de Carvalho (depois marquez de Lages), servio até 21 de Novembro de 1827.

*6.º Gabinete de 14 de Outubro de 1825.*

**Imperio.** — Estevão Ribeiro de Rezende, (depois marquez de Valença), servio até 9 de Novembro de 1825, sendo substituido pelo visconde de Barbacena.

**Fazenda.** — Mariano José Pereira da Fonseca, (depois marquez de Maricá), servio até 21 de Novembro de 1825, sendo substituido pelo visconde de Barbacena.

**Estrangeiros.** — Luiz José de Carvalho e Mello,

(depois visconde da Cachoeira), servio até 4 de Outubro de 1825, sendo substituido pelo visconde de Paranaguá.

**Justiça.** — Sebastião Luiz Tinoco da Silva, servio até 21 de Janeiro de 1826, sendo substituido pelo visconde de Caravellas.

**Marinha.** — Francisco Villela Barbosa (depois marquez de Paranaguá), servio até 16 de Junho de 1827, sendo substituido pelo marquez de Maceió.

**Guerra.** — João Vieira de Carvalho, (depois marquez de Lages), servio até 21 de Novembro de 1827, sendo substituido pelo general Bento Barroso Pereira.

A 4 de Outubro de 1825:

**Estrangeiros.** — Francisco Villela Barbosa (depois marquez de Paranaguá), servio até 21 de Novembro de 1825, sendo substituido pelo visconde de Santo Amaro, José Egydio de Almeida.

*7.º Gabinete de 9 de Novembro de 1825.*

**Imperio.** — Felisberto Caldeira Brant (marquez de Barbacena), servio até 21 de Novembro de 1825, sendo substituido por José Feliciano Fernandes Pinheiro.

**Fazenda.** — Mariano José Pereira da Fonseca, marquez de Maricá, servio até 21 de Novembro de 1825, sendo substituido pelo visconde de Barbacena.

**Estrangeiros.** — Francisco Villela Barbosa, marquez de Paranaguá, servio até 21 de Novembro de 1825, sendo substituido pelo visconde de Santo Amaro.

**Justiça.** — Sebastião Luiz Tinoco da Silva, servio até 21 de Janeiro de 1826, sendo substituido pelo visconde de Caravellas.

**Marinha.** — Francisco Villela Barbosa, marquez de Paranaguá, servio até 16 de Janeiro de 1827, sendo substituido pelo marquez de Maceió.

**Guerra.** — João Vieira de Carvalho, depois marquez de Lages, servio até 21 de Novembro de 1827, sendo substituido pelo general Bento Barroso Pereira.

A 21 de Novembro de 1825:

**Estrangeiros.** — Visconde de Santo Amaro, José Egydio de Almeida, servio até 18 de Janeiro de 1826, sendo substituido pelo visconde de Inhambupe.

*8.º Gabinete de 21 de Novembro de 1825.*

**Imperio.** — José Feliciano Fernandes Pinheiro, depois visconde de S. Leopoldo, servio até 20 de Janeiro de 1826, sendo substituido pelo barão de Lages.

**Fazenda.** — Felisberto Caldeira Brant, depois marquez de Barbacena, servio até 20 de Janeiro de 1826, sendo substituido pelo visconde de Baependy.

**Estrangeiros.** — José Egydio de Almeida, visconde de Santo Amaro, servio até 18 de Janeiro de 1826, sendo substituido pelo visconde de Inhambupe.

**Justiça.** — Sebastião Luiz Tinoco da Silva, servio até 21 de Janeiro de 1826, sendo substituido pelo visconde de Caravellas.

**Marinha.** — Francisco Villela Barbosa, marquez de Paranaguá, servio até 16 de Janeiro de 1827, sendo substituido pelo marquez de Maceió.

**Guerra.** — João Vieira de Carvalho, conde de Lages, servio até 21 de Novembro de 1827, sendo substituido pelo general Bento Barroso Pereira.

A 18 de Janeiro de 1826:

**Estrangeiros.** — Antonio Luiz Pereira da Cunha,



depois marquez de Inhambupe, nomeado em 18 de Janeiro de 1826, servio até 16 de Janeiro de 1827, sendo substituido pelo marquez de Queluz.

A 21 de Janeiro de 1826:

Justiça. — José Joaquim Carneiro de Campos, visconde de Caravellas, nomeado a 21 de Junho de 1826, servio até 16 de Janeiro de 1827, sendo substituido pelo marquez de Nazareth.

#### 9. Gabinete de 20 de Janeiro de 1826.

Imperio, interino. — João Vieira de Carvalho, depois marquez de Lages, servio até 23 de Janeiro, sendo substituido pelo visconde de Caravellas.

Fazenda. — Antonio Luiz Pereira da Cunha, depois marquez de Inhambupe, servio até 21 do mesmo mez e anno, sendo substituido pelo visconde de Baependy.

Estrangeiros. — Antonio Luiz Pereira da Cunha, marquez de Inhambupe, servio até 16 de Janeiro de 1827, sendo substituido pelo marquez de Queluz.

Justiça. — José Joaquim Carneiro de Campos, visconde de Caravellas, servio até 16 de Janeiro de 1827, sendo substituido pelo marquez de Nazareth.

Marinha. — Marquez de Paranaguá, servio até 16 de Janeiro de 1827, sendo substituido pelo marquez de Maceió.

Guerra. — João Vieira de Carvalho, conde de Lages, servio até 21 de Novembro de 1827, sendo substituido pelo general Bento Barroso Pereira.

#### 10. Gabinete de 21 de Janeiro de 1826.

Imperio. — José Joaquim Carneiro de Campos, depois marquez de Caravellas, servio até 20 de Novembro de 1827, sendo substituido por Pedro de Araujo Lima, depois marquez de Olinda.

Fazenda. — Manoel Jacintho Nogueira da Gama, depois marquez de Baependy, servio até 16 de Janeiro de 1827, sendo substituido pelo marquez de Queluz, interinamente.

Justiça. — José Joaquim Carneiro de Campos, visconde de Caravellas, servio até 16 de Janeiro de 1827, sendo substituido pelo marquez de Nazareth.

Estrangeiros. — Marquez de Inhambupe, servio até 16 de Janeiro de 1827, sendo substituido pelo marquez de Queluz.

Marinha. — Marquez de Paranaguá, servio até 16 de Janeiro de 1827, sendo substituido pelo marquez de Maceió.

Guerra. — João Vieira de Carvalho, conde de Lages, servio até 21 de Novembro de 1827, sendo substituido pelo general Bento Barroso Pereira.

A 15 de Janeiro de 1827:

Justiça. — Marquez de Nazareth, Clemente Ferreira França, falleceu a 11 de Março de 1827, sendo substituido pelo visconde de S. Leopoldo, interinamente, nomeado a 13 de Janeiro de 1827.

A 16 do mesmo:

Fazenda, interino. — Marquez de Queluz, João Severiano Maciel da Costa, nomeado a 16 de Março de 1827, servio até novembro de 1827, sendo substituido por Miguel Calmon do Pin e Almeida.

Estrangeiros. — Marquez de Queluz, servio até 20 de Novembro de 1827, sendo substituido pelo marquez de Aracaty, geneal. João Carlos Oenhausen.

Marinha. — Marquez de Maceió, O. Francisco da

Souza Coutinho, servio até 20 de Novembro de 1827, sendo substituido por Diogo Jorge de Brito.

A 11 de Março de 1827:

Justiça interino. — Visconde de S. Leopoldo, José Feliciano Fernandes Pinheiro, servio até 18 de Maio sendo substituido pelo conde de Valença, nomeado a 16 de Março de 1827.

Justiça. — Conde de Valença, Estevão Ribeiro de Rezende, servio até 20 de Novembro, sendo substituido por Lucio Soares Teixeira de Gouveia.

#### 11. Gabinete de 20 de Novembro de 1827.

Imperio. — Pedro de Araujo Lima, depois marquez de Olinda, servio até 15 de Junho de 1828, sendo substituido por José Clemente Pereira.

Fazenda. — Miguel Calmon do Pin e Almeida, depois marquez de Abrantes, servio até 15 de Junho de 1828, sendo substituido por José Clemente Pereira, interinamente.

Estrangeiros. — João Carlos Augusto de Oenhausen, marquez de Aracaty, servio até 13 de Abril de 1829, sendo substituido por José Clemente Pereira, interinamente.

Marinha. — Diogo Jorge de Brito, servio até 30 de Maio de 1828, sendo substituido pelo marquez de Aracaty, que servio até 6 de Junho seguinte.

Justiça. — Vago.

Guerra. — Vago.

Justiça. — Lucio Soares Teixeira de Gouvêa, nomeado em 24 de Novembro de 1827, servio até 18 de Junho de 1828, sendo substituido por José Clemente Pereira, interinamente.

Guerra. — Bento Barroso Pereira, servio até 13 de Junho de 1828, sendo substituido pelo brigadeiro Francisco Cordeiro da Silva Torres, depois visconde de Jeromirim, nomeado na mesma data.

#### 12. Gabinete de 15 de Junho de 1823.

Imperio. — José Clemente Pereira, servio até 4 de Dezembro de 1829, sendo substituido pelo marquez de Caravellas.

Guerra. — Francisco Cordeiro da Silva Torres, servio até 21 de Julho, sendo substituido por Joaquim de Oliveira Alvares.

Fazenda, interino. — José Clemente Pereira, nomeado ministro interino a 16 de Junho, servio até 18 do mesmo, sendo substituido por José Bernardino Baptista Pereira.

Marinha. — Miguel de Souza Mello e Alvim, servio até 4 de Dezembro de 1829, sendo substituido pelo marquez de Paranaguá.

A 18 do mesmo:

Fazenda. — José Bernardino Baptista Pereira, servio até 23 de Setembro do mesmo anno, sendo substituido por Miguel Calmon do Pin e Almeida.

Justiça. — José Clemente Pereira, nomeado no dia 18 do mesmo mez servio até 25 de Setembro seguinte, sendo substituido por José Bernardino Baptista Pereira.

A 24 do mesmo:

Guerra. — Joaquim de Oliveira Alves, nomeado a 18 do mesmo mez servio até 5 de Agosto de 1829, sendo substituido por José Clemente Pereira, interinamente.

A 25 de Setembro de 1828:

Fazenda. — Miguel Calmon do Pin e Almeida, nomeado a 23 de Setembro de 1828, servio até 4

de Dezembro de 1829, sendo substituído pelo marquez de Barbacena.

Justiça. — José Bernardino Baptista Pereira, servio até 22 de Novembro seguinte, sendo substituído por Lucio Soares Teixeira de Gouvêa.

A 22 de Novembro de 1828:

Justiça. — Lucio Soares Teixeira de Gouveia, servio até 4 de Dezembro de 1829, sendo substituído pelo visconde de Alcantara.

A 13 de Abril de 1829:

Estrangeiros, interino. — José Clemente Pereira, nomeado a 13 de Abril de 1829, servio até 4 de Dezembro do mesmo anno, sendo substituído por Miguel Calmon do Pin e Almeida.

A 5 de Agosto de 1827:

Guerra interino. — José Clemente Pereira, servio até 4 de Dezembro de 1829, sendo substituído pelo conde do Rio Pardo.

#### 13. Gabinete de 4 de Dezembro de 1829.

Imperio. — Marquez de Caravellas, José Joaquim Carneiro de Campos, servio até 12 de Agosto de 1830, sendo substituído pelo visconde de Alcantara.

Fazenda. — Marquez de Barbacena, Felisberto Caldeira Brant, servio até 2 de Outubro de 1830, sendo substituído por José Antonio Lisboa.

Estrangeiros. — Miguel Calmon do Pin e Almeida, depois marquez de Abrantes, servio até 29 de Setembro de 1830, sendo substituído pelo marquez de Paranaguá, interinamente.

Justiça. — Visconde de Alcantara, João Ignacio da Cunha, servio até 19 de Março de 1831, sendo substituído por Manoel José de Souza França.

Marinha. — Marquez de Paranaguá, Francisco Villela Barbosa, servio até 19 de Março de 1831, sendo substituído por José Manoel de Almeida.

Guerra. — Conde do Rio Pardo, Thomaz José Pereira Valente, servio até 19 de Março de 1831, sendo substituído pelo brigadeiro José Manoel de Moraes.

#### 14. Gabinete de 12 de Agosto de 1830.

Imperio. — Visconde de Alcantara, João Ignacio da Cunha, servio até 4 de Outubro de 1830, sendo substituído por José Antonio da Silva Maia.

A 30 de Setembro de 1830:

Estrangeiros. — Marquez de Paranaguá, Francisco Villela Barbosa, nomeado a 29 de Setembro de 1830, servio até 9 de Outubro, sendo substituído por Francisco Carneiro de Campos.

A 2 de Outubro de 1830:

Fazenda. — José Antonio Lisboa, nomeado a 2 de Outubro de 1830, servio até 3 de Novembro seguinte, sendo substituído por Antonio Francisco de Paula Holanda Cavalcante de Albuquerque.

#### 15. Gabinete de 4 de Outubro de 1830.

Imperio. — José Antonio da Silva Maia, servio até 18 de Março de 1831, sendo substituído pelo visconde de Goyanna.

Estrangeiros. — Francisco Carneiro de Campos, servio até 6 de Abril de 1831, sendo substituído pelo marquez de Aracaty.

A 3 de Novembro:

Fazenda. — Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcante e Albuquerque, depois visconde de Albuquerque, servio até 7 de Abril de 1831, sendo substituído pelo brigadeiro José Ignacio Borges.

A 24 de Dezembro de 1830:

Imperio. — Visconde de Alcantara, João Ignacio da Cunha, nomeado interino na ausencia do effectivo, a 24 de Dezembro dito, servio até 18 de Março de 1831, sendo substituído pelo visconde de Goyanna.

#### 16. Gabinete de 18 de Março de 1831.

Imperio. — Visconde de Goyanna, Bernardo José da Gama, servio até 5 de Abril de 1831, sendo substituído pelo marquez de Inhambupe.

A 19 de Março de 1831:

Justiça. — Manoel José de Souza França, servio até 6 de Abril, sendo substituído pelo visconde de Alcantara.

Marinha. — José Manoel de Almeida, servio até 5 de Abril, sendo substituído pelo marquez de Paranaguá.

Guerra. — José Manoel de Moraes, servio até 5 de Abril, sendo substituído pelo conde de Lages.

#### 17. Gabinete de 5 de Abril de 1831.

Imperio. — Marquez de Inhambupe, Antonio Luiz Pereira da Cunha, servio só até 6 do mesmo mez, sendo substituído pelo visconde de Goyanna.

Marinha. — Marquez de Paranaguá, Francisco Villela Barbosa, servio até 6 do mesmo mez, sendo substituído por José Manoel de Almeida.

Guerra. — Conde de Lages, João Vieira de Carvalho, servio até 7 do mesmo mez sendo substituído pelo general José Manoel de Moraes.

Justiça. — Manoel José de Souza França, servio até 6 do mesmo mez, sendo substituído pelo visconde de Alcantara.

#### 18. Gabinete de 6 de Abril de 1831.

Imperio. — Visconde de Goyanna, Bernardo José da Gama, servio até 26 do mesmo, sendo substituído por Manoel José de Souza França.

Estrangeiros. — Marquez de Aracaty, João Carlos Augusto de Oenhausen, servio até 7, sendo substituído por Francisco Carneiro de Campos.

Justiça. — Visconde de Alcantara, João Ignacio da Cunha, servio até 7, do mesmo mez, sendo substituído por Manoel José de Souza França.

Marinha. — José Manoel de Almeida, servio até 28 de Outubro de 1832, sendo substituído pelo capitão de engenheiros, Joaquim José Rodrigues Torres, hoje visconde de Itaborahy.

#### SETE DE ABRIL DE 1831 (Golpe de Estado)

Regencia provisoria. — Organização do 19º gabinete de 7 de Abril de 1831.

Imperio. — Visconde de Goyanna.

Fazenda. — Brigadeiro José Ignacio Borges, servio até 16 de Julho de 1831, sendo substituído por Bernardo Pereira de Vasconcellos.

Estrangeiros. — Francisco Carneiro de Campos, servio até 3 de Agosto de 1832, sendo substituído pelo Dr. Pedro de Araujo Lima, depois marquez de Olinda.

Justiça. — Manoel José de Souza França, servio até 5 de Julho seguinte, sendo substituído pelo padre Diogo Antonio Feijó.

Guerra. — Brigadeiro José Manoel de Moraes,

servio até 16 de Julho de 1831, sendo substituído pelo coronel Manoel da Fonseca Lima e Silva.

A 26 de Abril de 1831 :

Imperio. — Manoel José de Souza França, servio até 16 de Julho de 1831, sendo substituído por José Lino Coutinho.

*Regencia permanente.*

A 3 de Julho de 1831 :

Justiça. — Diogo Antonio Feijó, servio até 1º de Agosto de 1832, sendo substituído por Manoel da Fonseca Lima e Silva.

A regencia, por decreto de 16 de Julho de 1831, aceitou a demissão, que deu do cargo de ministro do Imperio, o conselheiro Manoel José de Souza França, e nomeou a José Lino Coutinho para a pasta do Imperio, e a Diogo Antonio Feijó para a da justiça.

20. Gabinete de 16 de Julho de 1831. — *Regencia permanente.*

Imperio. — José Lino Coutinho, servio até 3 de Janeiro de 1832, sendo substituído por Diogo Antonio Feijó.

Fazenda. — Bernardo Pereira de Vasconcellos, servio até 10 de Maio de 1832, sendo substituído por Joaquim José Rodrigues Torres, interinamente.

Guerra. — Manoel da Fonseca Lima e Silva, depois barão de Surubhy, servio até 3 de Agosto de 1832, sendo substituído por Bento Barroso Pereira.

A 28 de Outubro de 1831 :

Marinha. — Joaquim José Rodrigues Torres, depois visconde de Itaboraí, servio até 3 de Agosto de 1832, sendo substituído por Bento Barroso Pereira, interinamente.

21. Gabinete geral de 3 de Agosto de 1832. — *Regencia.*

Imperio. — Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcante e Albuquerque, depois visconde de Albuquerque, servio até 13 de Setembro de 1832, sendo substituído por Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro.

Fazenda. — Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcante e Albuquerque, servio até 13 de Setembro de 1832, sendo substituído por Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro, interinamente.

Estrangeiros. — Pedro de Araujo Lima, depois marquez de Olinda, servio até 13 de Setembro seguinte, sendo substituído por Bento da Silva Lisboa, depois barão de Cayrú.

Justiça, interino. — Pedro de Araujo Lima, servio até 13 de Setembro seguinte, sendo substituído por Honório Hermelo Carneiro Leão, depois marquez de Paraná.

Guerra. — Bento Barroso Pereira, servio até 14 de Setembro seguinte, sendo substituído pelo general Antero José Ferreira de Brito, depois barão de Tramandahy.

Marinha, interino. — Bento Barroso Pereira, servio até 14 de Setembro seguinte, sendo substituído por Antero José Ferreira de Brito, interinamente.

22. Gabinete geral de 13 de Setembro de 1832. — *Regencia.*

Imperio. — Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro, servio até 23 de Maio de 1833, sendo substituído

por Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho (depois visconde de Sepetiba).

Fazenda, interino. — Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro, servio até 14 de Dezembro de 1832, preenchendo a vaga Candido José de Araujo Vianna, depois visconde de Sapucahy.

Estrangeiros. — Bento da Silva Lisboa, depois barão de Cayrú, servio até 21 de Fevereiro de 1834, sendo substituído por Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, interinamente.

Justiça. — Honório Hermelo Carneiro Leão, depois marquez de Paraná, servio até 14 de Maio de 1833, sendo substituído por Candido José de Araujo Vianna, interinamente.

A 14 de Setembro :

Guerra. — Antero José Ferreira de Brito, depois barão de Tramandahy, servio até 16 de Janeiro de 1835, sendo substituído pelo general João Paulo dos Santos Barreto.

Marinha. — Antero José Ferreira de Brito, servio até 7 de Novembro de 1832, sendo a vaga preenchida por Joaquim José Rodrigues Torres.

A 7 de Novembro de 1832 :

Marinha. — Joaquim José Rodrigues Torres, depois visconde de Itaboraí, servio até 30 de Julho de 1834, sendo substituído por Antero José Ferreira de Brito, interinamente.

A 14 de Dezembro de 1832 :

Fazenda. — Candido José de Araujo Vianna, depois visconde de Sapucahy, servio até 2 de Junho de 1834, sendo substituído por Antonio Pinto Chichorro da Gama, interinamente.

A 14 de Maio de 1833 :

Justiça, interino. — Candido José de Araujo Vianna, servio até 4 de Junho seguinte.

23. Gabinete de 23 de Maio de 1833.

Imperio. — Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, depois visconde de Sepetiba, servio até 10 de Outubro do dito anno, sendo substituído por Antonio Pinto Chichorro da Gama.

Fazenda. — Candido José de Araujo Vianna, depois visconde de Sapucahy, servio até 2 de Junho de 1834, sendo substituído por Antonio Pinto Chichorro da Gama, interinamente.

Estrangeiros. — Bento da Silva Lisboa, depois barão de Cayrú, servio até 21 de Fevereiro de 1834, sendo substituído por Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, interinamente.

Justiça, interino. — Candido José de Araujo Vianna, servio até 4 de Junho de 1833, sendo a vaga preenchida por Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.

Marinha. — Joaquim José Rodrigues Torres, depois visconde de Itaboraí, servio até 30 de Julho de 1834, sendo substituído por Antero José Ferreira de Brito, interinamente.

Guerra. — Antero José Ferreira de Brito, depois barão de Tramandahy, servio até 16 de Janeiro de 1835, sendo substituído por João Paulo dos Santos Barreto.

A 4 de Junho de 1833 :

Justiça, interino. — Aureliano de Souza Oliveira Coutinho, effectivo a 10 de Outubro seguinte, servio até 16 de Janeiro de 1835, sendo substituído por Manoel Alves Branco.

## 24. Gabinete de 10 de Outubro de 1833. — Regencia.

Imperio. — Antonio Pinto Chichorro da Gama, servio até 16 de Janeiro de 1835, sendo substituido por Manoel do Nascimento Castro e Silva.

Justiça. — Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, depois visconde de Sepetiba, servio até 16 de Janeiro de 1835, sendo substituido por Manoel Alves Branco.

A 21 de Fevereiro de 1834 :

Estrangeiros, interino. — Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, servio até 16 de Janeiro de 1835, sendo substituido por Manoel Alves Branco, interinamente.

A 2 de Junho de 1834 :

Fazenda, interino. — Antonio Pinto Chichorro da Gama, servio até 7 de Outubro de 1834, sendo substituido por Manoel do Nascimento Castro e Silva.

A 30 de Julho de 1834 :

Marinha, interino. — Antero José Ferreira de Brito, servio até 16 de Janeiro de 1835, sendo substituido por João Paulo dos Santos Barreto, interinamente.

A 7 de Outubro de 1834 :

Fazenda. — Manoel do Nascimento Castro e Silva, servio até 16 de Maio de 1837, sendo substituido por Manoel Alves Branco.

## 25. Gabinete de 14 de Janeiro de 1835. — Regencia.

Imperio. — Manoel do Nascimento Castro e Silva, servio até 20 do mesmo mez, sendo substituido por Joaquim Vieira da Silva e Souza, depois senador pela provincia do Maranhão.

Estrangeiros, interino. — Manoel Alves Branco, depois visconde de Caravellas, passou a servir effectivo a 14 de Outubro de 1835, até 5 de Fevereiro de 1836, sendo substituido pelo general José Ignacio Borges, interinamente.

Justiça. — Manoel Alves Branco, servio até 14 de Outubro de 1835, sendo substituido por Antonio Paulino Limpo de Abreu.

Marinha. — João Paulo dos Santos Barreto, servio até 14 de Março de 1835, sendo substituido por Joaquim Vieira da Silva e Souza, interinamente.

Guerra. — João Paulo dos Santos Barreto, servio até 14 de Março de 1835, sendo substituido por Joaquim Vieira da Silva e Souza, interinamente.

Fazenda. — Manoel do Nascimento Castro e Silva, servio até 16 de Maio de 1837, sendo substituido por Manoel Alves Branco.

## 26. Gabinete de 20 de Janeiro de 1835. — Regencia.

Imperio. — Joaquim Vieira da Silva e Souza, servio até 14 de Outubro de 1835, sendo substituido por Antonio Paulino Limpo de Abreu.

Fazenda. — Manoel do Nascimento Castro e Silva, servio até 16 de Maio de 1837, sendo substituido por Manoel Alves Branco.

Estrangeiros. — Manoel Alves Branco, servio até 5 de Fevereiro de 1836, sendo substituido pelo senador general José Ignacio Borges, interinamente.

Justiça. — Manoel Alves Branco, servio até 14 de Outubro de 1835, sendo substituido por Antonio Paulino Limpo de Abreu.

Marinha. — João Paulo dos Santos Barreto, servio até 14 de Março de 1835, sendo substituido por Joaquim Vieira da Silva e Souza, interinamente.

Guerra. — João Paulo dos Santos Barreto, servio até 14 de Março de 1835, sendo substituido por Joaquim Vieira da Silva e Souza, interinamente.

A 14 de Março de 1835 :

Marinha, interino. — Joaquim Vieira da Silva e Souza, servio até 17 do mesmo mez, sendo preenchida a vaga pelo capitão de mar e guerra, José Pereira Pinto.

Guerra, interino. — Joaquim Vieira da Silva e Souza, servio até 16 do mesmo mez, sendo substituido depois pelo coronel barão de Itapicuru-Mirim, José Felix Pereira de Burgos.

A 16 de Março dito :

Guerra. — Barão de Itapicuru-Mirim, José Felix Pereira de Burgos, servio até 14 de Outubro de 1835, sendo substituido pelo coronel Manoel da Fonceca Lima e Silva, depois barão de Surubhy.

A 17 do mesmo :

Marinha. — José Pereira Pinto, servio até 14 de Outubro de 1835, sendo substituido por Manoel da Fonceca Lima e Silva, interinamente.

## 27. Gabinete de 14 de Outubro de 1835. — Acto adicional.

Imperio, interino. — Antonio Paulino Limpo de Abreu, depois visconde de Abaeté, servio até 5 de Fevereiro de 1836, sendo substituido pelo senador José Ignacio Borges.

Estrangeiros. — Manoel Alves Branco, depois visconde de Caravellas, servio até 5 de Fevereiro de 1836, sendo substituido pelo senador general José Ignacio Borges, interinamente.

Justiça. — Antonio Paulino Limpo de Abreu, depois visconde de Abaeté, servio até 3 de Junho de 1836, sendo substituido por Gustavo Adolpho de Aguillar Pantoja.

Marinha, interino. — Manoel da Fonceca Lima e Silva, depois barão de Surubhy, servio até 5 de Fevereiro de 1836, sendo preenchida a vaga pelo coronel Salvador José Maciel.

Guerra. — Manoel da Fonceca Lima e Silva, servio até o 1º de Novembro de 1836, sendo substituido pelo general conde de Lages.

Fazenda. — Manoel do Nascimento Castro e Silva, servio até 16 de Maio de 1837, sendo substituido por Manoel Alves Branco.

Os jornaes do dia disserão : « O novo ministerio acha-se organizado da forma seguinte :

Imperio. — Pedro de Aranjó Lima.

Estrangeiros. — Marquez de Barbacena.

Fazenda. — José Ignacio Borges.

Justiça. — Antonio Paulino Limpo de Abreu.

Guerra, e interino da marinha. — Manoel da Fonceca Lima e Silva. »

No dia 15 declararão : « Não se tendo realizado a organização do ministerio da maneira, que hontem annunciamos, por motivos que nos não é dado profundar, somos hoje autorisados a publicar que o ministerio se acha por agora formado dos seguintes senhores :

Justiça e interino do Imperio. — Antonio Paulino Limpo de Abreu.

Fazenda. — Manoel do Nascimento Castro e Silva.

Estrangeiros. — Manoel Alves Branco.

Guerra e interino da marinha. — Manoel da Fonceca Lima e Silva. »

Mas este ministerio, só ficou composto a 5 de Fevereiro de 1836, com a nomeação do brigadeiro Sal-



vador José Maciel para a pasta da marinha e do senador José Ignacio Borges para a do Imperio e interinamente de estrangeiros.

28. Gabinete de 5 de Fevereiro de 1836. — *Acto adicional.*

Imperio. — José Ignacio Borges, servio até 7 de Junho de 1836, sendo substituido por Antonio Paulino Limpo de Abreu.

Estrangeiros, interino. — José Ignacio Borges, servio até 3 de Junho de 1836, sendo substituido por Antonio Paulino Limpo de Abreu.

Marinha. — Salvador José Maciel, servio até 16 de Maio de 1837, sendo substituido pelo chefe de esquadra Tristão Pio dos Santos.

Fazenda. — Manoel do Nascimento Castro e Silva, servio até 16 de Maio de 1837, sendo substituido por Manoel Alves Branco.

Justiça. — Antonio Paulino Limpo de Abreu, servio até 3 de Junho de 1836, sendo substituido por Gustavo Adolpho de Aguiilar Pantoja.

Guerra. — Manoel da Fonseca Lima e Silva, servio até o 1º de Novembro de 1836, sendo substituido pelo general conde de Lages.

A 3 de Junho de 1836 :

Estrangeiros. — Antonio Paulino Limpo de Abreu, servio até 1º de Novembro de 1836, sendo substituido por Gustavo Adolpho de Aguiilar Pantoja, interinamente.

Justiça. — Gustavo Adolpho de Aguiilar Pantoja, servio até 16 de Maio de 1837, sendo substituido por Francisco Gê Acahyaba de Montezuma, depois visconde de Jequitinhonha.

« Em 3 de Junho o Sr. Limpo de Abreu deixou a pasta da justiça e passou a tomar conta da dos negocios estrangeiros, e foi substituido naquella pelo Sr. Pantoja, que acabava de ser reintegrado no seu lugar de desembargador da relação de Pernambuco (*Jornal do Commercio*). »

29. Gabinete de 7 de Junho de 1836. — *Acto adicional.*

Imperio, interino. — Antonio Paulino Limpo de Abreu, depois visconde de Abaeté, servio até 29 de Setembro de 1836, sendo substituido por Gustavo Adolpho de Aguiilar Pantoja.

Fazenda. — Manoel do Nascimento Castro e Silva, servio até 16 de Maio de 1837, sendo substituido por Manoel Alves Branco.

Estrangeiros. — Antonio Paulino Limpo de Abreu, servio até 1º de Novembro de 1836, sendo substituido por Gustavo Adolpho de Aguiilar Pantoja, interinamente.

Justiça. — Gustavo Adolpho de Aguiilar Pantoja, servio até 16 de Maio de 1837, sendo substituido por Francisco Gê Acahyaba de Montezuma.

Marinha. — Salvador José Maciel, servio até 16 de Maio de 1837, sendo substituido por Tristão Pio dos Santos.

Guerra. — Manoel da Fonseca Lima e Silva, servio até 1º de Novembro de 1836, sendo substituido pelo conde de Lages.

Tendo a regencia aceitado a demissão que deu o marechal de campos José Ignacio Borges, do cargo de ministro e secretario de Estado dos negocios do Imperio, passou o Sr. Limpo de Abreu a exercer este cargo interinamente.

30. Gabinete de 29 de Setembro de 1836. — *Acto adicional.*

Imperio. — Gustavo Adolpho de Aguiilar Pantoja, servio até 1º de Novembro de 1836, sendo substituido por Manoel da Fonseca Lima e Silva.

Fazenda. — Manoel do Nascimento Castro e Silva, servio até 16 de Maio de 1837, sendo substituido por Manoel Alves Branco.

Estrangeiros. — Antonio Paulino Limpo de Abreu, servio até 1º de Novembro de 1836, sendo substituido por Gustavo Adolpho de Aguiilar Pantoja.

Justiça. — Gustavo Adolpho de Aguiilar Pantoja, servio até 16 de Maio de 1837, sendo substituido por Francisco Gê Acahyaba de Montezuma.

Marinha. — Salvador José Maciel, servio até 16 de Maio de 1837, sendo substituido por Tristão Pio dos Santos.

Guerra. — Manoel da Fonseca Lima e Silva, servio até 1º de Novembro de 1836, sendo substituido pelo conde de Lages.

Os jornaes disserão : « Em consequencia da grave molestia de que se acha acommettido o Sr. Limpo de Abreu, demittio-se S. Ex. do cargo de ministro do Imperio, que exercia interinamente, e a pasta passou tambem interinamente para as mãos do Sr. Pantoja, ministro da justiça. Consta que o Sr. Limpo de Abreu, obteve uma licença por 5 mezes para tratar de sua saude. »

Por decreto de 1 de Novembro seguinte o Sr. Manoel da Fonseca Lima e Silva, foi nomeado ministro do Imperio, sendo nomeado o Sr. conde de Lages para a pasta da guerra em lugar do Sr. Manoel da Fonseca, passando o Sr. Pantoja a ministro da justiça ficando encarregado interinamente da de estrangeiros.

31. Gabinete de 1º de Novembro de 1836. — *Acto adicional.*

Imperio. — Manoel da Fonseca Lima e Silva, depois barão de Suruhy, servio até 18 de Março de 1837, sendo substituido por Antonio Paulino Limpo de Abreu.

Estrangeiros, interino. — Gustavo Adolpho de Aguiilar Pantoja, servio até 20 de Fevereiro de 1837, sendo substituido por Antonio Paulino Limpo de Abreu.

Guerra. — Conde de Lages, João Vieira de Carvalho, servio até 7 de Abril de 1837, sendo substituido por Salvador José Maciel.

Fazenda. — Manoel do Nascimento Castro e Silva, servio até 16 de Maio de 1837, sendo substituido por Manoel Alves Branco.

Justiça. — Gustavo Adolpho de Aguiilar Pantoja, servio até 16 de Maio de 1837, sendo substituido por Francisco Gê Acahyaba de Montezuma.

Marinha. — Salvador José Maciel, servio até 16 de Maio de 1837, sendo substituido por Tristão Pio dos Santos.

A 20 de Fevereiro de 1837 :

Estrangeiros. — Antonio Paulino Limpo de Abreu, depois visconde de Abaeté, servio até 16 de Maio de 1837, sendo substituido por Francisco Gê Acahyaba de Montezuma, interinamente.

Os jornaes de 20 de Fevereiro de 1837 disserão : Consta-nos que dentro em poucos dias o Sr. Antonio Paulino Limpo de Abreu tomará conta da pasta dos negocios estrangeiros.

## 32. Gabinete de 18 de Março de 1837. — Acto adicional.

Imperio interino. — Antonio Paulino Limpo de Abreu, depois visconde de Abaeté, servio até 16 de Maio seguinte, sendo substituido por Manoel Alves Branco, interinamente.

Fazenda. — Manoel do Nascimento Castro e Silva, servio até 16 de Maio de 1837, sendo substituido por Manoel Alves Branco.

Estrangeiros. — Antonio Paulino Limpo de Abreu, servio até 16 de Maio seguinte, sendo substituido por Francisco Gê Acabyaba de Montezuma, interinamente.

Justiça. — Gustavo Adolpho de Aguiar Pantoja, servio até 16 de Maio seguinte, sendo substituido por Francisco Gê Acabyaba de Montezuma.

Marinha. — Salvador José Maciel, servio até 16 de Maio de 1837, sendo substituido por Tristão Pio dos Santos.

Guerra. — Conde de Lages, João Vieira de Carvalho, servio até 7 de Abril seguinte, sendo substituido por Salvador José Maciel, interinamente.

A 7 de Abril de 1837 :

Guerra, interino. — Salvador José Maciel, servio até 16 de Maio seguinte, sendo substituido pelo coronel José Saturnino da Costa Pereira.

Os jornaes de 20 de Março disserão que, em consequencia da molestia do Sr. Manoel da Fonceca Lima e Silva, passava a pasta do Imperio a ser interinamente occupada pelo Sr. Limpo de Abreu.

## 33. Gabinete de 16 de Maio de 1837 (Geral). — Acto adicional.

Imperio, interino. — Manoel Alves Branco, depois visconde de Caravellas, servio até 18 de Setembro seguinte, tomando a pasta Pedro de Araujo Lima.

Fazenda. — Manoel Alves Branco, depois visconde de Caravellas, servio até 19 de Setembro seguinte, sendo substituido por Miguel Calmon du Pin e Almeida.

Estrangeiros, interino. — Francisco Gê Acabyaba de Montezuma, depois visconde de Jequitinhonha, servio até 19 de Setembro seguinte, sendo substituido por Antonio Peregrino Maciel Monteiro.

Justiça. — Francisco Gê Acabyaba de Montezuma, servio até 19 de Setembro seguinte, sendo substituido por Bernardo Pereira de Vasconcellos.

Marinha. — Tristão Pio dos Santos, servio até 19 de Setembro seguinte, sendo substituido por Joaquim José Rodrigues Torres.

Guerra. — José Saturnino da Costa Pereira, servio até 19 de Setembro seguinte, sendo substituido por Sebastião do Rego Barros.

A 18 de Setembro de 1837 :

Imperio. — Pedro de Araujo Lima: no seguinte dia foi substituido por Bernardo Pereira de Vasconcellos.

Disserão os jornaes: A mudança de ministerio verificou-se completamente. Forão nomeados por decreto de 16 do corrente :

O Sr. Dr. Manoel Alves Branco, ministro da fazenda e encarregado interinamente da pasta do Imperio; o Sr. Montezuma, ministro da justiça e encarregado interinamente da de estrangeiros, o Sr. José Saturnino, da da guerra; e o Sr. Tristão da da marinha.

Por decreto de 18 de Setembro completou-se o ministerio com o Sr. Pedro de Araujo Lima, na pasta do Imperio.

« O Sr. Diogo Antonio Feijó, regente do Imperio demittio-se hontem (19 de Setembro de 1837) do alto cargo que occupava, e deixou a capital.

Na sessão da camara dos deputados, acharão os nossos leitores (*Jornal do Commercio*) o manifesto que S. Ex., ao retirar-se dos negocios publicos, dirigio aos brasileiros.

Na tórma da constituição o Sr. Pedro de Araujo Lima, nomeado por decreto de ante-hontem ministro e secretario de Estado dos negocios do Imperio, passou a tomar conta da regencia interina. »

A 22 de Abril de 1838 foi nomeado effectivo o regente interino Pedro de Araujo Lima, e dada interinamente a pasta do Imperio ao deputado Bernardo Pereira de Vasconcellos.

## 34. Gabinete de 19 de Setembro de 1837 (Geral). — Acto adicional. — Regencia.

Imperio. — Bernardo Pereira de Vasconcellos, servio até 16 de Abril de 1839, sendo substituido por Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque.

Fazenda. — Miguel Calmon du Pin e Almeida, depois marquez de Abrantes, servio até 16 de Abril de 1839, sendo substituido por Candido Baptista de Oliveira, interinamente.

Estrangeiros. — Antonio Peregrino Maciel Monteiro, depois barão de Itamaracá, servio até 16 de Abril de 1839, sendo substituido por Candido Baptista de Oliveira.

Justiça. — Bernardo Pereira de Vasconcellos, servio até 16 de Abril de 1839, sendo substituido por Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque.

Marinha. — Joaquim José Rodrigues Torres, depois visconde de Itaboraí, servio até 16 de Abril de 1839, sendo substituido por Jacintho Roque de Senna Pereira.

Guerra. — Sebastião do Rego Barros, servio até 5 de Março de 1839, sendo substituido por Joaquim José Rodrigues Torres, interinamente.

A 5 de Março de 1839 :

Guerra, interino. — Joaquim José Rodrigues Torres, servio até 16 de Abril seguinte, sendo substituido por Jacintho Roque de Senna Pereira, interinamente.

Disserão os jornaes: «Forão nomeados por decreto de hontem (19), para o cargo de ministros e secretarios de Estado, os Srs. :

Bernardo Pereira de Vasconcellos, ministro da justiça e interinamente do Imperio, Miguel Calmon du Pin e Almeida, da fazenda, Joaquim José Rodrigues Torres, da marinha, Antonio Peregrino Maciel Monteiro, de estrangeiros, e Sebastião do Rego Barros, da guerra.

O Sr. Rodrigues Torres ficou no dia 5 de Março de 1839, encarregado da pasta da guerra, durante a ausencia do Sr. Rego Barros, que parte para o sul a 13 de Abril de 1839. Os ministros derão a sua demissão, e o regente trata de formar o novo ministerio.

Por decreto de 16 forão nomeados: o Sr. Almeida e Albuquerque, para justiça e interino do Imperio; Candido Baptista, estrangeiros e interino da fazenda; Jacintho Roque, da marinha e interino

do expediente da guerra no impedimento do Sr. Rego Barros.

O Sr. Rego Barros chegou no dia 6 de Maio e assumio e expediente de sua repartição.

O Exm. arcebispo metropolitano recebeu o decreto de nomeação para ministro do Imperio; Sua Ex. recusou aceitar a pasta (Bahia 25 de Maio de 1839). Dizem os jornaes do dia:

« Da aceitação de Sua Ex. Rvma. está pendente a aceitação do Sr. marquez de Paranaguá e de outros que devem compôr um ministerio effectivo e homogenio em principios e que nos livrará das incertezas de um provisorio (interino) sempre funesto ao paiz. Para o Imperio foi uma grande calamidade a regeição de Sua Ex. á esse eminente cargo, mas para si quiz elle reservar-se para crises mais perigosas, conservando-se e poupando o grande prestigio que suas virtudes civicas e sua alta posição social lhe bão com justiça grangeado. »

35. Gabinete de 16 de Abril de 1839. — *Acto adicional (Geral).*

Imperio. — Francisco de Paula Almeida e Albuquerque, servio até o 1º de Setembro de 1839, sendo substituido por Manoel Antonio Galvão.

Fazenda, interino. — Candido Baptista de Oliveira, servio até 1º de Setembro de 1839, sendo substituido por Manoel Alves Branco.

Estrangeiros. — Candido Baptista de Oliveira, servio até 1º de Setembro de 1839, sendo substituido por Caetano Maria Lopes Gama.

Justiça. — Francisco de Paula Almeida e Albuquerque, servio até 1º de Setembro de 1839, sendo substituido por Francisco Ramiro de Assis Coelho.

Marinha. — Jacintho Roque de Senna Pereira, servio até 22 de Maio de 1840, sendo substituido por Joaquim José Rodrigues Torres, interinamente.

Guerra, interino. — Jacintho Roque de Senna Pereira, servio até 16 de Março de 1839, sendo substituido pelo conde de Lages.

A 16 de Maio de 1839:

Guerra. — Conde de Lages, João Vieira de Carvalho, servio até 18 de Maio de 1840, sendo substituido por Salvador José Maciel.

O Sr. Rego Barros ministro da guerra que havia chegado do Rio Grande no dia 6 e assumido o expediente da repartição, demittio-se no dia 15 desse cargo.

Diz o *Jornal do Commercio*:

« Chamamos a attenção dos leitores sobre a parte do relatorio de Sua Ex. que publicamos hoje.

No 1º de Setembro, forão assignados os decretos, concedendo as demissões pedidas do Sr. Candido Baptista das pastas de estrangeiros e interino da fazenda, ao Sr. Francisco Albuquerque da pasta da justiça e interinamente do Imperio, e nomeado os Srs. Galvão para o Imperio; Alves Branco, fazenda; Lopes Gama, estrangeiros; e Ramiro, justiça, continuando na marinha e guerra os mesmos.

A camara dos deputados no dia 31 de Agosto havia regeitado por uma maioria de dous votos, a emenda do senado concedendo ao governo autorização para engajamento de estrangeiros. O projecto foi julgado vantajoso e resolveu-se que se convidasse o senado para a fusão.

O Sr. Candido Baptista partio para a Europa em uma missão importante. »

36. Gabinete do 1º de Setembro de 1839. — *Acto adicional.*

Imperio. — Manoel Antonio Galvão, servio até 2 de Maio de 1840, sendo substituido por Francisco Ramiro de Assis Coelho.

Fazenda. — Manoel Alves Branco, depois visconde de Caravellas, servio até 18 de Maio de 1840, sendo substituido por José Antonio da Silva Maia.

Estrangeiros. — Caetano Maria Lopes Gama, depois visconde de Maranguape, servio até 24 de Julho de 1840, sendo substituido por Aureliano de Souza de Oliveira Coutinho.

Justiça. — Francisco Ramiro de Assis Coelho, servio até 18 de Maio de 1840, sendo substituido por José Antonio da Silva Maia, interinamente.

Marinha. — Jacintho Roque de Senna Pereira, servio até 23 de Maio de 1840, sendo substituido por Joaquim José Rodrigues Torres, interinamente.

Guerra. — Conde de Lages, servio até 18 de Maio de 1840, sendo substituido por Salvador José Maciel. Dissertação os jornaes do dia:

« O Sr. Manoel Antonio Galvão deu demissão do cargo de ministro e secretario de Estado dos negocios do Imperio. O Sr. Ramiro ministro da justiça tomou interinamente a pasta.

37. Gabinete de 2 de Maio de 1840. — *Acto adicional.*

Imperio, interino. — Francisco Ramiro de Assis Coelho, servio até 18 de Maio de 1840, sendo substituido por Caetano Maria Lopes Gama.

Fazenda. — Manoel Alves Branco, servio até 18 de Maio de 1840, sendo substituido por José Antonio da Silva Maia.

Estrangeiros. — Caetano Maria Lopes Gama, depois visconde de Maranguape, servio até 24 de Julho de 1840, sendo substituido por Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.

Justiça. — Francisco Ramiro de Assis Coelho, servio até 18 de Maio de 1840, sendo substituido por José Antonio da Silva Maia, interinamente.

Marinha. — Jacintho Roque de Senna Pereira, servio até 23 de Maio de 1840, sendo substituido por Joaquim José Rodrigues Torres, interinamente.

Guerra. — Conde de Lages, servio até 18 de Maio de 1840, sendo substituido por Salvador José Maciel.

Por decreto de 18 de Maio, foi nomeado o seguinte ministerio:

Lopes Gama, estrangeiros e interino do Imperio, Silva Maia, fazenda e interino da justiça, Salvador José Maciel, guerra, e Jacintho Roque, marinha.

No dia 23 os jornaes declararão: « O ministerio está organizado pela maneira seguinte, devendo os decretos (se somos bem informados) ser assignados hoje 23 do corrente:

Imperio e interino da marinha. — Joaquim José Rodrigues Torres.

Justiça. — Paulino José Soares de Souza.

Estrangeiros. — Caetano Maria Lopes Gama.

Fazenda. — José Antonio da Silva Maia.

Guerra. — Salvador José Maciel. »

38. Gabinete de 18 de Maio de 1840. — *Acto adicional.*

Imperio, interino. — Caetano Maria Lopes Gama, depois visconde de Maranguape, servio até 22 de

Julho de 1840, sendo substituído por Bernardo Pereira de Vasconcellos.

Fazenda. — José Antonio da Silva Maia, servio até 24 de Junho de 1840, sendo substituído por Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

Justiça, interino. — José Antonio da Silva Maia, servio até 23 do mesmo, sendo preenchida a vaga por Paulino José Soares de Souza.

Guerra. — Salvador José Maciel, servio até 24 de Julho de 1840, sendo substituído por Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque.

Estrangeiros. — Caetano Maria Lopes Gama, depois visconde de Maranguape, servio até 24 de Julho de 1840, sendo substituído por Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.

Marinha. — Jacintho Roque de Seuna Pereira, servio até 23 do mesmo mez, sendo substituído por Joaquim José Rodrigues Torres, interinamente.

A 23 de Maio :

Justiça. — Paulino José Soares de Souza, depois visconde de Uruguay, servio até 24 de Julho de 1840, sendo substituído por Antonio Paulino Limpo de Abreu.

Marinha. — Joaquim José Rodrigues Torres, depois visconde de Itaboraí, servio até 24 de Julho de 1840, sendo substituído por Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcante de Albuquerque.

Por decreto de 22 de Julho de 1840, foi nomeado Bernardo Pereira de Vasconcellos, ministro do Imperio.

Por decreto da mesma data foi adiada a assembléa geral para o dia 20 de Novembro do corrente anno. Eis o decreto (questão da maioridade do Imperador) :

« O regente, em nome, etc. tomando em consideração a exposição que pelos ministros e secretarios de Estado das differentes repartições lhe foi feita, a cerca do estado de perturbação em que actualmente se acha a camara dos deputados e attendendo a que a questão da maioridade de Sua Magestade Imperial que nella se agita, pela sua gravidade e pela sua alta posição e importancia da augusta pessoa á que é relativa, sómente pode e deve ser tratada com madura reflexão e tranquillidade : ha por bem, usando da attribuição que lhe confere o art. 104 § 5º da constituição do Imperio, adiar a assembléa geral para o dia 20 de Novembro do corrente anno. Bernardo Pereira de Vasconcellos, senador do imperio, ministro e secretario de estado dos negocios do imperio, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro 22 de Julho de 1840. 19º da Independencia e do Imperio. Pedro de Araujo Lima — Bernardo Pereira de Vasconcellos.

« Está conforme. — João Carneiro de Campos. »

Depois de lido na camara dos Srs. deputados o decreto de adiamento da assembléa geral, dirigiram-se muitos deputados ao paço do senado, onde se achavam varios membros dessa camara, e alli tomaram as deliberações que constão da acta que publicarão os jornaes de 23, e que transcreverei quando tratar em particular da maioridade de Sua Magestade o Imperador.

Ao numerozo concurso que se achava no campo da Honra (de Sant'Anna ou da Acclamação), e que dava constantes vivas á maioridade, vierão reunir-se os estudantes da academia militar e depois differentes corpos da guarda nacional.

Os representantes da nação, reunidos no senado, resolverão alli permanecer até o dia seguinte, em que Sua M. I. o Sr. D. Pedro II, devia ser acclamado e vir prestar juramento no seio da representação nacional.

Tendo o regente dito que havia adiado as camaras sómente com o fim de preparar toda a solemnidade para Sua Magestade ser acclamado no dia 2 de Dezembro, perguntou ao Imperador : « Vossa Magestade quer ser acclamado no dia 2 ou já ? » Sua Magestade respondeu : « Quero já. »

Então o senado enviou uma deputação ao regente pedindo o decreto da convocação da assembléa para o dia seguinte, a qual deputação voltou ás 2 horas da tarde, com o decreto que adiante transcreverei.

### 39. Gabinete « das Nove horas » de 22 de Julho de 1840. Maioridade.

Imperio. — Bernardo Pereira de Vasconcellos, servio até 24 do mesmo mez, sendo substituído por Joaquim José Rodrigues Torres, interinamente.

Fazenda. — José Antonio da Silva Maia, servio até 24 do mesmo mez, sendo substituído por Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

Estrangeiros. — Caetano Maria Lopes Gama, depois visconde de Maranguape, servio até 24 do mesmo mez, sendo substituído por Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho.

Justiça. — Paulino José Soares de Souza, depois visconde de Uruguay, servio até 24 do mesmo mez, sendo substituído por Antonio Paulino Limpo de Abreu.

Marinha. — Joaquim José Rodrigues Torres, depois visconde de Itaboraí, servio até 24 do mesmo, sendo substituído por A. F. de Paula Hollanda Cavalcante de Albuquerque.

Guerra. — Salvador José Maciel, servio até 24 do mesmo mez, sendo substituído por Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque.

A 22 do mesmo :

Imperio, interino. — Joaquim José Rodrigues Torres, servio até 24 do mesmo, sendo substituído por Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado.

Por decreto de 22 de Julho, mandou a regencia convocar a assembléa geral legislativa para o dia 23 do mesmo. Eis o decreto :

« Tendo sobrevindo ao decreto que adiou a assembléa geral para o dia 20 de Novembro, circumstancias extraordinarias que tornão indispensavel que se reuna quanto antes a mesma assembléa geral : ha por bem o regente, em nome etc. convocar a para o dia 23 do corrente. — Bernardo Pereira de Vasconcellos, ministro, etc., do Imperio, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em 22 de Julho de 1840, 19º da independencia e do Imperio. — Pedro de Araujo Lima. — Bernardo Pereira de Vasconcellos. »

Na mesma data foi concedida a demissão pedida por Bernardo Pereira de Vasconcellos do cargo de ministro do Imperio, sendo encarregado interinamente da mesma pasta Joaquim José Rodrigues Torres.



40. Gabinete de 24 de Julho de 1840 (Geral). — 1º ministério da maioridade ou do 2º Imperador.

Imperio. — Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, servio até 23 de Março de 1841, sendo substituído por Candido José de Araujo Vianna.

Fazenda. — Martim Francisco Ribeiro de Andrada, servio até 23 de Março de 1841, sendo substituído por Miguel Calmon du Pin e Almeida.

Estrangeiros. — Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, depois visconde de Sepetiba, servio até 20 de Janeiro de 1843, sendo substituído por Honório Hermeto Carneiro Leão, interinamente.

Justiça. — Antonio Paulino Limpo de Abreu, depois visconde de Abaeté, servio até 23 de Março de 1841, sendo substituído por Paulino José Soares de Souza.

Marinha. — Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcante e Albuquerque, depois visconde de Albuquerque, servio até 23 de Março de 1841, sendo substituído pelo marquez de Paranaguá.

Guerra. — Francisco de Hollanda Cavalcante de Albuquerque, servio até 23 de Março de 1841, sendo substituído por José Clemente Pereira.

Depois de aclamado maior Sua Magestade o Imperador seguiu-se o decreto de adiamento da assembleia geral, e a formação do novo ministério acima mencionado.

Este ministério foi que decretou a lei de 3 de Dezembro de 1841 em cuja confecção e discussão teve a maxima parte o ministro Paulino, e expedio os regulamentos de 31 de Janeiro e de 15 de Março de 1842 da organização judiciaria.

Este gabinete mandou processar a varias pessoas por negocios politicos.

Disserão os jornaes: « A crise ministerial, que parecia proxima ao seu termo, dependendo do resultado do conselho de ministros que (hoje 23 de Março) teve lugar, tomou o caracter de prolongamento e da maior complicação, em virtude de uma occorrença imprevista.

Os Srs. Andradas e Limpo de Abreu, pediram effectivamente, e obtiverão as suas demissões; porém os Srs. Hollandas Cavalcantes, supposto, segundo consta, persistissem, com os tres mencionados ministros, na opinião que deu origem á crise, não se julgáram por esse facto constituídos na necessidade de os acompanhar na resolução de sabirem do ministério, e declaráram, segundo consta também, que continuarião a fazer parte do gabinete, se Sua Magestade o Imperador não houvesse por bem determinar o contrario.

Consta mais que o Sr. Aureliano, tendo declarado que sahiria também do ministério, na hypothese de se dimittirem os cinco ministros, julgou dever sobrestar nessa resolução, visto permanecerem no gabinete os Srs. Cavalcantes, provavelmente porque esse facto veio destruir a collisão, tirando á questão ministerial o effecto da incompatibilidade, que só existia na alternativa das demissões dos membros que sustentáram as duas opiniões.

Desta sorte, em vez da organização de um novo gabinete é necessaria sómente uma simples modificação pela entrada de tres novos membros; e consta que os Srs. Cavalcantis forão effectivamente hoje chamados (23) ao paço para se tratar desse complemento do ministério. Porém, sendo evidente que o

Sr. Aureliano ha de também ser ouvido para essa medida, não se póde duvidar de que podem originar-se difficuldades para a concurrencia de opiniões sobre a escolha dos tres candidatos, e que, por consequencia, a crise póde ainda prolongar-se por novos accidentes, e ter uma solução mui diversa da que se apresenta.

Completar-se-ha com effecto o gabinete, persistindo os tres membros existentes, e concordando na escolha dos tres que faltão? Haverá, pelo contrario, discordancia inconciliavel na designação dos tres candidatos? Nesta ultima hypothese, permanecerá no ministério algum ou alguns dos membros discordantes, ou organizar-se-ha um gabinete completo de novo?

Todas estas questões nascem muito natural e logicamente do estado presente da crise, e é por isso que dissemos que tomou um caracter de maior prolongamento e complicação (*Despertador* n. 942 de 23 de Março de 1841).

41. Gabinete de 27 de Março de 1841. — Reinado do Sr. D. Pedro II.

Imperio. — Candido José de Araujo Vianna depois visconde de Sapucahy, servio até 20 de Janeiro de 1843, sendo substituído por José Antonio da Silva Maia.

Fazenda. — Miguel Calmon du Pin e Almeida, depois marquez de Abrantes, servio até 20 de Janeiro de 1843, sendo substituído por Honório Hermeto Carneiro Leão, interinamente.

Justiça. — Paulino José Soares de Souza, depois visconde de Uruguay, servio até 20 de Janeiro de 1843, sendo substituído por Honório Hermeto Carneiro Leão.

Marinha. — Marquez de Paranaguá, Francisco Villela Barbosa, servio até 20 de Janeiro de 1843, sendo substituído por Joaquim José Rodrigues Torres.

Guerra. — José Clemente Pereira, servio até 20 de Janeiro de 1843, sendo substituído por Salvador José Maciel.

Estrangeiros. — Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, depois visconde de Sepetiba, servio até 20 de Janeiro de 1843, sendo substituído por Honório Hermeto Carneiro Leão.

A 26 de Agosto de 1842:

Marinha, interino. — José Clemente Pereira, servio interinamente até 13 de Setembro seguinte por impedimento do marquez de Paranaguá.

A 13 de Setembro de 1842:

Marinha. — Marquez de Paranaguá.

Os jornaes de 24 disserão: « Tendo os Srs. Cavalcantis pedido também as suas demissões, passou-se á formação do novo gabinete da seguinte maneira:

Imperio. — Araujo Vianna.

Fazenda. — Calmon du Pin.

Justiça. — Soares de Souza.

Marinha. — Marquez de Paranaguá.

Guerra. — Clemente Pereira.

Continuando o Sr. Aureliano na pasta de estrangeiros. »

O Sr. Euzébio de Queiroz foi reintegrado no lugar de chefe de policia, onde fez bons serviços; o Sr. Saturnino de Souza e Oliveira, despachado pre-

sidente do Rio-Grande do Sul, e o Sr. conde do Rio-Pardo commandante da mesma provincia.

42. Gabinete de 20 de Janeiro de 1843 (Geral).  
Terceiro reinado.

Imperio.—José Antonio da Silva Maia, servio até 2 de Fevereiro de 1844, sendo substituido por José Carlos Pereira de Almeida Torres.

Fazenda.—Joaquim Francisco Vianna, servio até 2 de Fevereiro de 1844, sendo substituido por Manoel Alves Branco.

Estrangeiros, interino.—Honorio Hermeto Carneiro Leão (depois marquez de Paraná), servio até 8 de Junho de 1843, sendo substituido por Paulino José Soares de Souza.

Justiça.—Honorio Hermeto Carneiro Leão, servio até 2 de Fevereiro de 1844, sendo substituido por Manoel Alves Branco, interinamente.

Marinha.—Joaquim José Rodrigues Torres (depois visconde de Itaboraí), servio até 24 do mesmo, sendo substituido por Salvador José Maciel, interinamente, por impedimento do effectivo.

Guerra.—Salvador José Maciel, servio até 2 de Fevereiro de 1844, sendo substituido por Jeronymo Francisco Coelho, interinamente.

Os Srs. Torres, Maciel e Maia, fizeram parte do ministerio, que, em 1840, adiou as camaras; o Sr. Vianna pela primeira vez fez parte do ministerio.

A 24 do mesmo:

Marinha, interino.—Salvador José Maciel, servio até 6 de Fevereiro seguinte, assumindo o lugar o effectivo.

A 6 de Fevereiro de 1843:

Marinha.—Joaquim José Rodrigues Torres (depois visconde de Itaboraí), servio até 2 de Fevereiro de 1844, sendo substituido por Jeronymo Francisco Coelho.

A 8 de Junho de 1843:

Estrangeiros.—Paulino José Soares de Souza (depois visconde de Uruguay), servio até 2 de Fevereiro de 1844, sendo substituido por Ernesto Ferreira França.

Na camara dos deputados continuava a discussão do voto de graças. Interpellado o ministro da justiça (no dia 18) se era exacta a noticia publicada no *Jornal do Commercio* de haver o Sr. Aureliano pedido demissão, respondeu S. Ex. pela affirmativa. O *Jornal* de 17 havia dito: «Consta-nos que o Sr. Aureliano pediu demissão do cargo de ministro dos negocios estrangeiros.»

Os jornaes de 20 declararão: «O ministerio pediu a sua demissão. O Sr. senador Honorio Hermeto Carneiro Leão acha-se encarregado da formação do novo gabinete.» O *Jornal* de 21, com a epigrapha «Meia-noite» disse: «O ministerio está definitivamente organizado da maneira seguinte:

43. Gabinete—da Meia-noite—de 20 de Junho de 1843.

Justiça e estrangeiros.—Honorio Hermeto.

Imperio.—José Antonio da Silva Maia.

Marinha.—Rodrigues Torres.

Guerra.—Salvador José Maciel.

Fazenda.—Joaquim Francisco Vianna.»

«Chegáram no dia 5 de Junho (1843) a esta côrte os Srs. Antonio Paulino Limpo de Abreu, Geraldo

Leite Bastos e Torres-Homem, presos em 18 de Junho do anno passado, e deportados em consequencia da occorrença daquelle época; vierão no vapor inglez *Royal Sovereign*, de Liverpool. Os mesmos senhores tiveram ordem de recolher-se ás salas do quartel dos permanentes, onde se achavão desde terça-feira 6, á noite.»

«O ministerio de 20 de Janeiro pediu hontem (31 de Janeiro de 1844) a sua demissão, que foi aceita. Deu causa a este acontecimento o ter S. M. o Imperador recusado annuir á demissão do Sr. Saturnino de Souza e Oliveira do lugar de inspector da alfandega da côrte. Consta-nos que Sua Magestade encarregou o Sr. visconde de Monte-Alegre da formação do novo gabinete.

«A inesperada demissão do ministerio causou hontem na cidade a maior surpresa.

«Meia-noite de 1 de Fevereiro.—O Sr. Monte-Alegre escusou-se da tarefa de organisar o ministerio. S. M. o Imperador chamou então o Sr. José Carlos Pereira de Almeida Torres, que aceitou a commissão.»

Por decretos de 2 ficou o ministerio organizado como se segue.

44. Gabinete de 2 de Fevereiro de 1844 (Geral).—Terceiro reinado.

Imperio.—José Carlos Pereira de Almeida Torres (depois visconde de Macabé), servio até 29 de Setembro de 1843, ficando no impedimento Manoel Alves Branco, como ministro interino do Imperio.

Fazenda.—Manoel Alves Branco (depois visconde de Caravellas).

Estrangeiros.—Ernesto Ferreira França, servio até 26 de Maio.

Justiça, interino.—Manoel Alves Branco, servio até 23 de Maio, sendo substituido por Manoel Antonio Galvão.

Marinha.—Jeronymo Francisco Coelho, servio até 23 de Maio, sendo substituido por Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

Guerra, interino.—Jeronymo Francisco Coelho, servio até 24 de Maio, assumindo nesta data a effectividade.

A 23 de Maio de 1844:

Justiça.—Manoel Antonio Galvão, servio até 26 de Maio de 1845.

Marinha.—Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque (depois visconde de Albuquerque).

Guerra.—Jeronymo Francisco Coelho, servio até 26 do mesmo mez, sendo substituido por Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, interinamente.

A 26 de Maio de 1845:

Estrangeiros.—Antonio Paulino Limpo de Abreu (depois visconde de Abaeté), tendo sahido Manoel Antonio Galvão.

Justiça, interino.—José Carlos Pereira de Almeida Torres, servio até 29 de Setembro de 1845, ficando no impedimento Antonio Paulino Limpo de Abreu, interinamente.

Guerra, interino.—Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

A 29 de Setembro de 1845:

Imperio, interino.—Manoel Alves Branco, servio

no impedimento do effectivo, que acompanhou Sua Magestade em viagem á provincia do Rio-Grande.

A 5 de Outubro de 1845 :

Justiça, interino.—Antonio Paulino Limpo de Abreu.

Por decretos de 23 de Maio foram nomeados: Manoel Antonio Galvão, ministro da justiça; Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, ministro da marinha; e Jeronymo Francisco Coelho, da guerra. Com esta modificação ficou completo o gabinete de 2 de Fevereiro.

« Continuando hontem (24 de Maio) no senado a 1.<sup>a</sup> discussão da resposta á falla do throno, oração os Srs. Alves Branco, Lopes Gama e Vergueiro, sendo este interrompido (meia hora depois de meio dia) para lèr-se um officio do Sr. ministro do Imperio, acompanhando a copia do decreto que dissolve a camara dos deputados, o qual foi ouvido em profundo silencio. »

A 27 foi o Sr. Ramiro de Assis Coelho nomeado chefe de policia em substituição ao Sr. Euzebio. O Sr. Manoel Muniz Tavares fôra nomeado commandante do corpo policial em substituição ao Sr. Polydoro, que fôra demittido.

#### 45. Gabinete de 2 de Maio de 1846 (Geral).

Imperio.—Joaquim Marcellino de Brito, servio até 22 de Maio de 1847, sendo substituido por Manoel Alves Branco.

Fazenda.—Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque (depois visconde de Albuquerque), servio até 29 de Abril.

Estrangeiros.—Barão de Cayrú (Bento da Silva Lisboa) servio até 22 de Maio, sendo substituido por Saturnino de Souza e Oliveira Coutinho.

Marinha.—Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, foi substituido por Candido Baptista de Oliveira.

Justiça.—José Joaquim Fernandes Torres, foi substituido por Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro.

Guerra.—João Paulo dos Santos Barreto, servio até 22 de Maio de 1847, sendo substituido por Antonio Manoel de Mello.

A 20 de Março de 1847 :

Marinha, interino.—João Paulo dos Santos Barreto.

A 29 de Abril de 1847 :

Marinha.—Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque.

A 17 de Maio de 1847 :

Fazenda.—José Joaquim Fernandes Torres.

Justiça.—Caetano Maria Lopes Gama (depois visconde de Maranguape).

Marinha, interino.—João Paulo dos Santos Barreto.

Com excepção do da justiça, os demais pedirão a 21 as suas demissões, á vista da discussão da camara e convencidos de que não podião contar com maioria.

#### CREAÇÃO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS

O decreto n. 523 de 20 de Julho de 1847 creou um presidente do conselho de ministros, e outro da mesma data nomeou para este cargo Manoel Alves Branco, do conselho de Estado e ministro dos negocios da fazenda.

O *Jornal do Commercio* de 30 de Janeiro de 1848 diz : « O Sr. Saturnino pediu e obteve demissão do cargo de ministro de estrangeiros. O Sr. Alves Branco, presidente do conselho, acha-se encarregado de reorganisar o gabinete. Falla-se no Sr. Pimenta Bueno para a pasta de estrangeiros. »

#### 46. Gabinete de 22 de Maio de 1847 (Geral).

Fazenda.—1.<sup>o</sup> Presidente do conselho de ministros, Manoel Alves Branco, depois visconde de Cavallias, servio até 20 de Outubro de 1847.

Imperio, interino.—Manoel Alves Branco, servio até 20 de Julho de 1847.

Estrangeiros.—Saturnino de Souza e Oliveira, servio até 29 de Janeiro de 1848.

Justiça.—Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro.

Marinha.—Candido Baptista de Oliveira, servio até 17 de Março de 1848.

Guerra.—Antonio Manoel de Mello.

A 20 de Julho de 1847 :

Imperio.—Francisco de Paula Souza e Mello, servio até 28 de Agosto de 1847, obtendo exoneração por haver pedido, allegando achar-se doente.

A 28 de Agosto de 1847 :

Imperio, interino.—Manoel Alves Branco, servio até 20 de Outubro de 1847.

A 20 de Outubro de 1847 :

Imperio.—Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro.

Fazenda, interino.—Saturnino de Souza e Oliveira.

A 18 de Novembro de 1847 :

Fazenda.—O presidente do conselho Manoel Alves Branco, servio até 7 de Março de 1848.

Imperio, interino.—Manoel Alves Branco, servio até 7 de Março de 1848 :

A 1 de Janeiro de 1848 :

Justiça, interino.—Saturnino de Souza e Oliveira.

A 29 de Janeiro de 1848 :

Estrangeiros.—José Antonio Pimenta Bueno, depois visconde de S. Vicente

Justiça, interino.—José Antonio Pimenta Bueno.

O *Jornal* de 8 de Março de 1848 diz : « O Sr. Manoel Alves Branco, presidente do conselho, ministro da fazenda e interino do Imperio, deu hontem a sua demissão, que foi aceita por S. M. o Imperador. O Sr. visconde de Macahé acha-se encarregado da organização do novo ministerio. »

#### 47. Gabinete de 8 de Março de 1848.

Imperio.—2.<sup>o</sup> Presidente do conselho, visconde de Macahé, servio até 31 de Maio.

Estrangeiros.—Antonio Paulino Limpo de Abreu, depois visconde de Abaeté, servio até 31 de Maio.

Justiça.—José Antonio Pimenta Bueno, servio até 31 de Maio.

A 9 de Março de 1848 :

Fazenda, interino.—Antonio Paulino Limpo de Abreu.

Marinha.—Manoel Felizardo de Souza e Mello.

Guerra, interino.—Manoel Felizardo de Souza e Mello, servio até 31 de Maio.

A 14 de Maio de 1848 :

Fazenda.—José Pedro Dias de Carvalho, servio até 31 de Maio.

Marinha.—Joaquim Antão Fernandes Leão, servio até 29 de Setembro de 1848.

« No dia 26 de Maio, na camara dos deputados, encerrou-se a discussão da resposta á falla do throno. O projecto da commissão, que contém um voto de desconfiança ao gabinete actual, e que fôra impugnado pelo mesmo gabinete, foi approved por 50 votos contra 44. Ficou, portanto, o ministerio em uma minoria de 6 votos. »

No *Jornal do Commercio* de 27 de Maio acha-se a lista dos honrados membros que votárão pró e contra nesta importante questão.

O Sr. Paula Souza foi chamado para organizar o novo gabinete no dia 28.

No dia 31 ficou o ministerio organizado, como se vê adiante.

#### 48. Gabinete de 31 de Maio de 1848.

Fazenda.—3.º Presidente do conselho, Francisco de Paula Souza e Mello, servio até 29 de Setembro de 1848.

Imperio.—José Pedro Dias de Carvalho, servio até 29 de Setembro de 1848.

Estrangeiros.—Bernardo de Souza Franco, servio até 29 de Setembro de 1848.

Justiça.—Antonio Manoel de Campos Mello, servio até 29 de Setembro de 1848.

Guerra.—João Paulo dos Santos Barreto, servio até 29 de Setembro de 1848.

Marinha.—Joaquim Antônio Fernandes Leão, servio até 29 de Setembro de 1848.

A 18 de Agosto de 1848:

Fazenda, interino.—Bernardo de Souza Franco, servio até 29 de Setembro de 1848.

A camara dos deputados trabalhou em sessão secreta nos dias 23, 24 e 25 de Setembro, terminando no dia 26 pela quarta hora da tarde. O deputado Carvalho Moreira propoz o adiamento da discussão para a sessão do anno seguinte, que passou por 32 votos contra 29.

#### 49. Gabinete de 29 de Setembro de 1848 (Geral).

Estrangeiros.—4.º Presidente do conselho, visconde de Olinda, servio até 8 de Outubro de 1849, sendo substituido por Paulino José Soares de Souza.

Imperio.—Visconde de Monte-Alegre (José da Costa Carvalho), servio até 11 de Maio de 1852, sendo substituido por Francisco Gonçalves Martins, depois barão e hoje visconde de S. Lourenço.

Fazenda, interino.—Visconde de Olinda (Pedro de Arango Lima).

Justiça.—Euzébio de Queiroz Continho Mattoso da Camara, foi substituido por José Hedefonso de Souza Ramos (depois barão das Tres-Barras).

Marinha.—Manoel Felizardo de Souza e Mello, servio interinamente até chegar Manoel Vieira Tosta.

Guerra, interino.—Manoel Felizardo de Souza e Mello, servio até 6 de Setembro de 1853.

A 6 de Outubro de 1848:

Fazenda.—Joaquim José Rodrigues Torres (depois visconde de Itaboraí).

A 23 de Julho de 1849:

Marinha.—Manoel Vieira Tosta (depois barão de Muritiba) foi substituido por Zacarias de Goes e Vasconcellos.

Guerra.—Manoel Felizardo de Souza e Mello.

A 8 de Outubro de 1849 o ministerio Olinda pediu e obteve demissão: foi nomeado presidente do conselho o visconde de Monte-Alegre.

#### 50. Gabinete de 8 de Outubro de 1849.

Imperio.—3.º Presidente do conselho, visconde de Monte-Alegre.

Estrangeiros.—Paulino José Soares de Souza (depois visconde de Uruguay), servio até 6 de Setembro de 1853.

A 11 de Maio de 1852:

Imperio.—Francisco Gonçalves Martins (depois barão de S. Lourenço).

Justiça.—José Hedefonso de Souza Ramos (depois barão das Tres Barras).

Marinha.—Zacarias de Goes e Vasconcellos.

A 14 de Julho de 1853:

Justiça.—Luiz Antonio Barbosa.

#### 51. Gabinete de 6 de Setembro de 1853 (Geral) ou o da confusão dos partidos com o nome de—conciliação.

Fazenda.—6.º Presidente do conselho, marquez de Paraná (então visconde).

Fallereu a 3 de Setembro de 1856.

Imperio.—Luiz Pedreira do Couto Ferraz (depois barão do Bom-Retiro), servio até 4 de Maio de 1857.

Estrangeiros.—Antonio Paulino Limpo de Abreu (depois visconde de Abaeté).

Justiça.—José Thomaz Nabuco de Araujo, servio até 4 de Maio de 1857.

Marinha, interino.—Pedro de Alcantara Bellegarde.

Guerra.—Pedro de Alcantara Bellegarde.

A 15 de Dezembro de 1853:

Marinha.—José Maria da Silva Paranhos.

A 12 de Janeiro de 1855:

Fazenda.—Antonio Paulino Limpo de Abreu, servio interinamente, na ausencia do marquez de Paraná, por 12 dias.

A 14 de Junho de 1855:

Estrangeiros.—José Maria da Silva Paranhos, servio até 4 de Maio de 1857.

Marinha.—João Mauricio Wanderley, depois barão de Cotegipe, servio até Outubro de 1856.

Guerra.—Marquez de Caxias, 7.º presidente do conselho na vaga do marquez de Paraná a 3 de Setembro de 1856.

A 23 de Agosto de 1856:

Fazenda, interino.—João Mauricio Wanderley, servio até 8 de Outubro de 1856.

Sobre o gabinete de 6 de Setembro de 1853 escreve o *Correio Mercantil* de 19 de Janeiro de 1859:

« Já chegarão os exemplares do *Anuário dos Dois Mundos* para o anno de 1857 a 1858. Esta noticia não deixa de ter interesse, mormente quando se souber que o trecho relativo ao Brasil diz, entre outras cousas, o seguinte:

«—Demittido o ministerio Paraná, a quem se dirigiria o Imperador D. Pedro? De ha um certo numero de annos desce e que elle toma uma parte mais directa e mais activa nos negocios, o joven soberano do Brasil parece proseguir na realização de um pensamento. Movido por um pensamento de conciliação, elle quer governar sem os antigos partidos, associando homens de todas as opiniões.

« No marquez de Paraná encontrára um activo auxiliar desta politica, e foi mesmo para melhor se attigir este alvo pela desorganização dos antigos partidos que se alterou o systema eleitoral. Colocado na necessidade de



formar um novo gabinete, o Imperador D. Pedro não desistia de seu propósito.

« Chamava a principio o visconde de Uruguay, um dos homens mais consideráveis do Brasil, para lhe confiar a missão de compôr um ministerio; mas, depois de duas longuissimas conferencias, o visconde de Uruguay declinava a missão que lhe era offercida; elle não admittia completamente a politica imperial para se poder encarregar de praticar-la no poder, e para assumir a responsabilidade della.

« A mór parte dos chefes do partido conservador, os Srs. Monte-Alegre, Queiroz, bem como o visconde de Uruguay, pouco acreditavam na duração de semelhante systema de fusão universal, e mesmo duvidavam que houvesse vantagem para o paiz nessa miscellanea de todos os homens e de todas as doutrinas. Sem duvida bastantes matizes haviam desmaiado com o tempo; bastantes questões, que punhão outr'ora os partidos em luta, haviam sido resolvidas: a paz material reinava no Imperio.

« Havia, contudo, muito a fazer-se ainda, e existião ainda muitas divergencias de opiniões, de sorte que o governo não deveria hesitar em apoiar-se de preferencia sobre um partido dedicado sobretudo á ordem e ás idéas de moderação. Tal era o pensamento dos principaes conservadores, e é provavelmente por ser essa a sua opinião que o visconde de Uruguay recusava entrar em uma combinação traçada com outras idéas.

« Então o Imperador dirigia-se a um velho servidor, o marquez de Olinda, que se prestava mais complacentemente a realizar a politica de seu soberano, e dahi nascia um ministerio, onde entravam os Srs. visconde de Maranguape, Souza Franco, Vasconcellos, Coelho e Saraiva. Neste gabinete o presidente do conselho e o visconde de Maranguape eram conservadores; os Srs. Franco e Coelho representavam o elemento liberal; o Sr. Saraiva era um moço de talento e capacidade.

Desgraçadamente, afóra as considerações politicas, o ministerio tinha um defeito primitivo: o marquez de Olinda era velho, muitas vezes doente e sem influencia; já em 1851 fôra obrigado a deixar o ministerio por falta de forças: o visconde de Maranguape tocava igualmente á idade avançada; de ha muito estava fóra dos negocios, de sorte que tinha de voltar de novo ao estudo das questões que ia tratar.—»

« Quando se acaba de lêr este trecho, não se pôde deixar de fazer esta pergunta:

« Os Srs. Uruguay e Queiroz ainda pensão hoje que não ha vantagem para o paiz na miscellanea de homens e de idéas?

« Ainda não acreditão hoje na duração do systema de fusão universal? »

#### 52. Gabinete de 8 de Outubro de 1856.

(Deste gabinete em diante principiárão os relatos monstros.)

Guerra.—8.º Presidente do conselho, marquez de Caxias.

Fazenda.—João Mauricio Wanderley, servio até 4 de Maio de 1857.

Marinha, interino.—José Maria da Silva Paranhos, servio até 4 de Maio.

Imperio.—Luiz Pedreira do Couto Ferraz, servio até 4 de Maio de 1857.

Estrangeiros.—José Maria da Silva Paranhos.

Justiça.—José Thomaz Nabuco de Araujo, servio até 4 de Maio de 1857.

#### 53. Gabinete de 4 de Maio de 1857.

Imperio.—9.º Presidente do conselho, marquez de Olinda.

Fazenda.—Bernardo de Souza Franco.

Estrangeiros.—Visconde de Maranguape.

Justiça.—Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.

Marinha.—José Antonio Saraiva.

Guerra.—Jeronymo Francisco Coelho.

A 14 de Julho de 1858:

Guerra, interino.—José Antonio Saraiva.

Disserão os jornaes: « Prolongando-se o estado de molestia do Sr. Jeronymo Coelho, insistio antebontem S. Ex. pela sua exoneração. Como tambem o Sr. Vasconcellos estivesse adoentado, entenderão os restantes membros do gabinete que devião pedir á corôa que os dispensasse a todos.

« Sua Magestade mandou chamar nesse mesmo dia o Sr. conselheiro Euzébio, que escusou-se por se achar enfermo dos olhos. Foi então chamado o Sr. Abaeté, que organisou o gabinete, como se vê adiante. »

#### 54. Gabinete de 12 de Dezembro de 1858 (Gera).l.

Marinha.—10. Presidente do conselho, visconde de Abaeté, servio até 10 de Agosto de 1859.

Imperio.—Sergio Teixeira de Macedo, idem.

Estrangeiros.—José Maria da Silva Paranhos, idem.

Justiça.—José Thomaz Nabuco de Araujo, idem. Guerra, interino.—José Maria da Silva Paranhos.

A 12 de Fevereiro de 1859:

Guerra.—Manoel Fozizardo de Souza e Mello, servio até 10 de Agosto de 1859.

O gabinete de 12 de Dezembro pediu no dia 8 de Agosto a sua demissão por ter proposto o adiamento das camaras, e ser esta medida recusada pela corôa.

Foi chamado o senador Silva Ferraz para organizar o novo ministerio.

#### 55. Gabinete de 10 de Agosto de 1859 (Gera).l.

Fazenda.—11. Presidente do conselho, Angelo Muniz da Silva Ferraz (depois barão de Uruguayana), foi substituido por José Maria da Silva Paranhos.

Imperio.—João de Almeida Pereira Filho, foi substituido interinamente por Sayão Lobato, depois por José Antonio Saraiva na effectividade.

Estrangeiros.—João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, foi substituido interinamente pelo Paranhos, e depois na effectividade por Antonio Coelho de Sá e Albuquerque.

Justiça.—João Lustosa da Cunha Paranaguá, foi substituido por Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato.

Marinha.—Francisco Xavier Paes Barreto, foi substituido por Joaquim José Ignacio.

Guerra.—Sebastião do Rego Barros, foi substituido pelo marquez, hoje duque de Caxias.

#### 56. Gabinete de 2 de Março de 1851 (Gera).l.

Guerra.—12. Presidente do conselho, marquez de Caxias (depois duque).

Imperio, interino.—Francisco de Paula Negreiros Sayão Lobato.

Fazenda.—José Maria da Silva Paranhos.

Estrangeiros, interino.—José Maria da Silva Paranhos.

Justiça.—Francisco de Paula Negreiros Sayão Lobato.

Marinha.—Joaquim José Ignacio (depois barão e visconde de Inbauma).

Agricultura, interino.—Joaquim José Ignacio.

A 21 de Abril de 1861 :

Imperio.—José Antonio Saraiva.

Estrangeiros.—Antonio Coelho de Sá e Albuquerque.

Agricultura.—Manoel Felizardo de Souza e Mello.

A 10 de Julho de 1861 :

Imperio.—José Ildefonso de Souza Ramos (depois barão das Três-Barras), servio até 24 de Maio de 1862.

Estrangeiros.—Benevenuto Augusto de Magalhães Taques.

57. Gabinete de 24 de Maio de 1862 (Geral).

Imperio.—13. Presidente do conselho, Zacarias de Goes e Vasconcellos.

Fazenda.—José Pedro Dias de Carvalho.

Estrangeiros.—Carlos Carneiro de Campos.

Justiça.—Francisco José Furtado.

Marinha.—José Bonifacio de Andrada e Silva.

Guerra.—Barão de Porto Alegre (Manoel Marques de Souza).

Agricultura.—Antonio Coelho de Sá e Albuquerque.

58. Gabinete de 30 de Maio de 1862 (Geral), que consolidou a facção progressista.

Imperio.—14. Presidente do conselho, marquez de Olinda (Pedro de Araujo Lima).

Fazenda.—Visconde de Albuquerque (Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque).

Estrangeiros.—Marquez de Abrantes (Miguel Calmon du Pin e Almeida).

Justiça.—Visconde de Maranguape.

Marinha.—Joaquim Raymundo de Lamare.

Guerra.—Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão, depois visconde de Santa Theresa.

Agricultura.—João Lins Vieira Cansação de Sinimbu.

A 8 de Junho de 1862 :

Justiça, interino.—João Lins Vieira Cansação de Sinimbu.

A 8 de Outubro de 1862 :

Imperio, interino.—Marquez de Abrantes.

A 18 de Novembro de 1862 :

Imperio.—Marquez de Olinda.

A 9 de Fevereiro de 1863 :

Justiça.—João Lins Vieira Cansação de Sinimbu.

Agricultura Pedro de Alcantara Bellegarde.

A 9 de Março de 1863 :

Fazenda, interino.—Marquez de Abrantes.

A 6 de Abril de 1863 :

Fazenda.—Visconde de Albuquerque.

A 8 do mesmo :

Fazenda.—Marquez de Abrantes.

A 12 de Maio de 1863 :

Guerra.—Antonio Manoel de Mello.

59. Gabinete de 15 de Janeiro de 1864 (Geral).

Justiça.—15. Presidente do conselho Zacarias de

Goes e Vasconcellos, servio até 31 de Agosto de 1864.

Imperio.—José Bonifacio de Andrada e Silva, idem.

Fazenda.—José Pedro Dias de Carvalho, idem.

Estrangeiros.—Francisco Xavier Paes Barreto, falleceu a 28 de Março de 1864.

Marinha.—João Pedro Dias Vieira, servio até 31 de Março de 1864.

Guerra.—José Mariano de Mattos.

Agricultura.—Domiciano Leite Ribeiro.

A 31 de Março de 1864 :

Estrangeiros.—João Pedro Dias Vieira, servio até 31 de Agosto de 1864.

Marinha.—Francisco Carlos de Araujo Brueque, idem.

60. Gabinete de 31 de Agosto de 1864 (Geral).

Justiça.—16. Presidente do conselho, Francisco José Furtado, servio até 12 de Maio de 1865.

Imperio.—José Liberato Barroso, idem.

Fazenda.—Carlos Carneiro de Campos, idem.

Estrangeiros, interino.—Carlos Carneiro de Campos, foi substituido pelo senador João Pedro Dias Vieira.

Marinha.—Francisco Xavier Pinto Lima, servio até 12 de Maio de 1865.

Guerra.—Henrique de Beaurepaire Rohan, servio até 11 de Fevereiro de 1865.

Agricultura.—Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá, servio até 12 de Maio de 1865.

A 12 de Fevereiro de 1865 :

Guerra.—Visconde de Camamu.

61. Gabinete de 12 de Maio de 1865 (Geral).

Imperio.—17. Presidente do conselho, marquez de Olinda, servio até 3 de Agosto de 1866.

Fazenda.—José Pedro Dias de Carvalho, servio até 3 de Março de 1866.

Estrangeiros, interino.—José Antonio Saraiva, servio até 27 de Junho de 1865.

Justiça.—José Thomaz Nabuco de Araujo, servio até 3 de Agosto de 1866.

Marinha.—José Antonio Saraiva, servio até 27 de Junho de 1865.

Guerra.—Angelo Muniz da Silva Ferraz (depois barão da Uruguayana).

Agricultura.—Antonio Francisco de Paula Souza, servio até 3 de Agosto de 1866.

Estrangeiros.—Havia sido nomeado Francisco Octaviano de Almeida Rosa, que não aceitou.

A 27 de Junho de 1865 :

Marinha.—Francisco de Paula da Silveira Lobo, servio até 3 de Agosto de 1866.

Estrangeiros.—José Antonio Saraiva.

A 3 de Março de 1866 :

Fazenda, interino.—Francisco de Paula da Silveira Lobo.

A 7 de Março de 1866 :

Fazenda.—João da Silva Carrão.

62. Gabinete de 3 de Agosto de 1866 (Geral), que propoz a abolição da escravatura e votou contra a liberdade do ventre.

Fazenda.—18. Presidente do conselho, Zacarias de Goes e Vasconcellos, servio até 16 de Julho de 1868, sendo substituido pelo visconde Itaboraby.

Imperio.—José Joaquim Fernandes Torres, servio até 16 de Julho de 1868, sendo substituído por Paulino José Soares de Souza.

Estrangeiros.—Martim Francisco Ribeiro de Andrada, servio até 27 de Outubro de 1866, sendo substituído por Antonio Coelho de Sá e Albuquerque.

Justiça.—João Lustosa da Cunha Paranaguá, servio até 27 de Outubro de 1866, sendo substituído por Martim Francisco Ribeiro de Andrada.

Marinha.—Affonso Celso de Assis Figueiredo, servio até 16 de Julho de 1868.

Guerra.—Angelo Muniz da Silva Ferraz, servio até 9 de Outubro de 1866.

Agricultura.—Manoel Pinto de Souza Dantas, servio até 16 de Julho de 1868.

A 9 de Outubro de 1866 :

Guerra, interino.—João Lustosa da Cunha Paranaguá, servio até 27 de Outubro de 1866.

A 27 de Outubro de 1866 :

Guerra.—João Lustosa da Cunha Paranaguá, servio até 16 de Julho de 1868.

Justiça.—Martim Francisco Ribeiro de Andrada, idem.

Estrangeiros.—Antonio Coelho de Sá e Albuquerque.

A 9 de Dezembro :

Estrangeiros, interino.—João Lustosa da Cunha Paranaguá, servio até 14 de Abril de 1868.

A 14 de Abril de 1868 :

Estrangeiros.—João Silveira de Souza, servio até 16 de Julho de 1868.

### 63. Gabinete de 16 de Julho de 1863 (Geral).

Fazenda.—49. Presidente do conselho, visconde de Itaboraity.

Imperio.—Paulino José Soares de Souza.

Estrangeiros.—José Maria da Silva Paranhos (depois visconde do Rio-Branco), que, indo em missão ao Rio da Prata, ficou interinamente com a pasta o ministro da marinha, servio até 1 de Fevereiro de 1869.

Justiça.—José Martiniano de Alencar, servio até 10 de Janeiro de 1870, sendo substituído por Joaquim Octavio Nebias.

Marinha.—Barão de Cotegipe.

Guerra.—Barão de Muritiba.

Agricultura.—Joaquim Antônio Fernandes Leão, servio até 13 de Dezembro de 1869, sendo substituído interinamente pelo ministro do Imperio.

A 1 de Fevereiro de 1869 :

Estrangeiros, interino.—Barão de Cotegipe.

A 13 de Dezembro de 1869 :

Agricultura, interino.—Paulino José Soares de Souza, servio até 10 de Janeiro de 1870, sendo substituído por Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

A 10 de Janeiro de 1870 :

Justiça.—Joaquim Octavio Nebias.

Agricultura.—Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque.

### 64. Gabinete de 29 de Setembro de 1870.

(Gabinete de transição.)

Estrangeiros.—20. Presidente do conselho, José Antonio Pimenta Bueno (visconde de S. Vicente).

Imperio.—João Alfredo Corrêa de Oliveira Andrade.

Justiça.—José Ildelfonso de Souza Ramos (barão das Tres Barras).

Fazenda.—Francisco de Salles Torres Homem.

Marinha.—Luiz Antonio Pereira Franco.

Guerra, interino.—O general João Frederico Caldwell(\*), servio até 9 de Novembro em lugar do visconde de Pelotas, que recusou a pasta, sendo depois nomeado effectivo o deputado Raymundo Ferreira de Araujo Lima.

Agricultura.—Jeronymo José Teixeira Junior.

### 65. Gabinete de 7 de Março de 1871(\*\*).

Fazenda.—21. Presidente do conselho, José Maria da Silva Paranhos (visconde do Rio-Branco.)

Imperio.—João Alfredo Corrêa de Oliveira Andrade, que continuou no ministerio.

Justiça.—Francisco de Paula Negreiros Sayão Lobato.

Estrangeiros.—Manoel Francisco Corrêa.

Guerra.—Domingos José Nogueira Jaguaribe.

Marinha.—Manoel Duarte de Azevedo.

Agricultura.—Theodoro Machado Freire Pereira da Silva.

## ADVERTENCIA

Com a criação da guarda de honra termino a historia contemporanea, desde a organização do primeiro gabinete ministerial no Brasil, no dia 10 de Março de 1808 até a fundação do Imperio, no dia 1º de Dezembro de 1822.

Tendo eu escripto a historia minuciosa da trasladação da corte portugueza para o Brasil, que faz objecto do 1º tomo da 2ª parte da minha *Chorographia Historica*, com o presente livro julgo ter offerecido aos estudiosos das cousas do Brasil o trabalho mais completo que poderão desejar. O que exponho é fundado em documentos.

O 2º e 3º tomos, que completarão o meu trabalho, serão a historia do Brasil Imperio e a continuação do ministerio Andrada até o dia 17 de Julho de 1823, que deixarei no Apostolado e seguirei com a historia do Brasil nos ministerios seguintes até o dia 7 de Março de 1871.

Se até a conclusão do presente escripto se organisarem novos gabinetes, continuarei a fallar delles, conforme merecerem, isto é, ou louvando suas virtudes e luzes, ou patenteando e censurando seus erros politicos e administrativos.

(\*) Quando tratar deste ministerio, fallarei de espaço acerca dos relevantes serviços feitos ao Brasil por esse benemerito general.

(\*\*) A respeito deste gabinete e do de 16 de Julho sérias considerações farei opportunamente.

## AO BENEVOLO LEITOR

---

Uma obra tão volumosa, como a presente, não podia sair isenta de erros typographicos, e por isso peço para elles a benevolencia do leitor. Se o favor publico (igual ao que tenho recebido com as outras obras) me permittir nova edição, esforçar-me-hei em reparar os erros, que me não foi possível evitar na presente edição, como, por exemplo :

Na pag. 132, 2.<sup>a</sup> columna—com a morte do conde de Linhares, etc.—lêa-se—com a morte do conde de Anadia, etc.

Na pag. 20 foi supprimida por engano a seguinte nota :

« Ignacio Accioli refere que o conde de Palma fôra para Nazareth, e uma testemunha presencial  
« me affirmou que o conde de Palma, para lhe ficar mais favoravel o embarque, retirou-se para o  
« Bomfim. »

Na pag. 391, 2.<sup>a</sup> columna, foi tambem supprimida por engano a seguinte nota :

« Na sessão do dia 4 de Outubro de 1822 foi o Principe D. Pedro (1.<sup>o</sup> Imperador), *Guatimozin*, pro-  
« clamado grão-mestre da maçonaria ; e José Bonifacio, tomando este acontecimento como afronta ao  
« seu orgulho, abandonou o Grande Oriente, e, com seu irmão e amigos, forão crear e installar o Apos-  
« tolado. Em Portugal, quando se fallava no nome de José Bonifacio, dizia-se : —Não lhe tirem o poder  
« e cubrão-n'o de lisonjas, que o levarão para onde quizerem. »





# INDICE DO TOMO I

## DEDICATORIAS

- Ao marquez de Olinda, pag. III.  
Ao conselheiro Marcellino de Brito, pag. III.  
A Mr. Ferdinand Diniz, pag. III.  
Carta politica ao conselheiro Drummond, pag. IV.

## TEXTOS

- Constituição mineira de 1789, pag. 1.  
Sociedades secretas, pag. 16.  
Revolução de Portugal de 24 de Agosto de 1820, pag. 16.  
Lista nominal dos membros do Synedrio, ou associação que preparou, e produziu em resultado, o dia 24 de Agosto de 1820, pag. 17.  
As côrtes geraes de Lisboa, depois de installadas, nomeão uma regencia, pag. 17.  
Revolução do Pará do 1º de Janeiro de 1821, pag. 17.  
— da Bahia do dia 1º de Fevereiro de 1821, pag. 18.  
As villas das Alagoas e Maceió são as primeiras localidades que negão obediencia às côrtes de Portugal, e se declaram em favor da independencia do Brasil, pag. 20.  
S. M. el rei D. João VI não se descuidou em tomar providencias para prevenir os effeitos da revolução de Portugal, pag. 20.  
Juramento da constituição no dia 26 de Fevereiro de 1821, por um movimento revolucionario no Rio de Janeiro, pag. 21.  
Ministerio do dia 26, pag. 21.  
Auto do juramento da constituição, pag. 22.  
Juramento, pag. 22.  
Constituição de Hespanha, pag. 22.  
Sua Magestade, depois da manifestação do povo, teve idéas de dissolver as côrtes de Lisboa, pag. 45.  
Reunião dos eleitores na praça do commercio, no Rio de Janeiro, pag. 45.  
Decreto da adopção da constituição hespanhola, pag. 47.  
— annullando o decreto do dia 21, pag. 48.  
Instrucções a que se refere o real decreto, e criação de um conselho de Estado, pag. 48.  
Preludios para a viagem de Sua Magestade para Lisboa, pag. 49.  
El-rei aos habitantes do Rio de Janeiro, pag. 49.  
Partida do rei para Lisboa, pag. 50.  
O Principe Regente proclama aos habitantes do Brasil, pag. 50.  
O primeiro acto do Principe Regente, depois da partida do rei, foi desfeitear ao ex-intendente-geral de policia, pag. 50.  
Providencias que se tomáram, pag. 51.  
Estado de S. Paulo em 1821, pag. 51.  
Revolução de 26 de Fevereiro de 1821 no Rio de Janeiro, pag. 53.  
Depois do dia 26 de Fevereiro de 1821 apparecem idéas republicanas, e são presos varios individuos como conspiradores, pag. 58.  
Decreto perdoadando os conspiradores, pag. 58.  
Physiognomia do Rio de Janeiro depois da partida do rei, e qualidades deste soberano, pag. 59.  
O Principe Regente manda proceder ás eleições para deputados á constituinte de Lisboa, pag. 59.  
Desavenças entre o conde dos Arcos, e o conde de Louzan, pag. 60.  
Episodios do dia 5 de Junho de 1821, pag. 61.  
Prisão do conde dos Arcos no dia 5 de Junho de 1821, pag. 62.  
Decreto do dia 5 de Junho de 1821 creando uma junta provisoria, pag. 63.  
Relação dos ministros de Estado do dia 5 de Junho de 1821, pag. 63.  
Decreto approvando os membros da junta proposta pelo povo e tropa, pag. 63.  
Relação das pessoas eleitas para deputados da junta provisoria, pag. 63.  
Aviso de 7 de Junho mandando jurar as bases da constituição, pag. 64.  
Proclamação, pag. 64.  
Outra proclamação, pag. 64.  
Soffrimentos do conde dos Arcos, pag. 64.  
Officios da junta provisoria da Bahia ao soberano congresso em sessão de 7 de Agosto, pag. 65.  
Termo de segurança do conde dos Arcos, pag. 65.  
Os membros do Synedrio, com a idéa de recolonisar o Brasil, promovem a trasladação da côrte portugueza para Lisboa, pag. 66.  
El-rei D. João VI chega á Lisboa no dia 3 de Julho de 1822, ás 9 horas da manhã, pag. 67.  
Relatorio da deputação que foi a bordo da nação D. João VI felicitar a Sua Magestade, e da outra que o foi esperar no paço das côrtes, pag. 67.  
Relatorio da deputação que no dia 7 foi cumprimentar a Sua Magestade a Queluz, pag. 69.  
Discurso mandado ler por Sua Magestade na sessão do dia 4 de Julho de 1821 em resposta ao que lhe dirigio o presidente das côrtes geraes extraordinarias e constituinte da nação portugueza por occasião do juramento prestado por Sua Magestade ás bases da constituição, pag. 70.  
Proclamação das côrtes geraes e extraordinarias da nação portugueza aos habitantes do Brasil, pag. 71.  
Planos da recolonisação do Brasil, expedição de tropa para o Rio de Janeiro, pag. 73.  
Baile do dia 24 de Agosto de 1821 no theatro de S. João, anniversario da revolução de Portugal, pag. 73.  
O baile do dia 24 de Agosto deu a conhecer o estado do espirito publico dos nacionaes do Brasil, pag. 74.  
O espirito publico no Brasil em relação a Portugal vai mudando de face.—Pedro aos fluminenses, pag. 74.  
As côrtes e o governo de Lisboa mudam o ministerio no dia 7 de Setembro de 1821.  
E' creado o laço nacional portuguez pela lei de 23 de Agosto de 1821, pag. 75.  
Lista nominal dos deputados do Brasil á assemblea constituinte de Lisboa de 1821 a 1823, pag. 75.  
Contestações banaes das côrtes de Lisboa, pag. 76.  
Os negocios politicos vão-se encaminhando para a independencia do Brasil.—Creão-se as juntas provisorias, pag. 77.  
O senado da camara projecta um monumento no largo do Rocio, que perpetue a memoria do dia 26 de Fevereiro de 1821, pag. 77.

- O senado da camara pede mudança de nome para o largo do Rocío, pag. 77.
- Ratificação da aclamação do Príncipe Regente, protector e defensor perpetuo e constitucional do Imperio do Brasil.—Termo de vereação de 13 de Maio de 1821, pag. 78.
- O Príncipe dá conta a el-rei seu pai dos acontecimentos do dia 5 de Junho, pag. 78.
- A maçonaria no Rio de Janeiro se reorganisa para tomar parte nos negocios do Brasil, pag. 79.
- Loja Commercio e Artes, pag. 79.
- União e Tranquillidade, pag. 80.
- Esperança de Nietheroy, pag. 80.
- Luiz do Rego leva um tiro em Pernambuco no dia 21 de Julho de 1821, pag. 80.
- Chega ao Rio de Janeiro no dia 9 de Dezembro o brigue *Infante D. Sebastião* com os decretos para a retirada do Príncipe Regente do Rio de Janeiro.—Artigos do officio, pag. 81.
- Portaria do Príncipe á commissão militar, pag. 82.
- O Príncipe Regente modifica o ministerio e proclama aos fluminenses, pag. 83.
- Os deputados de S. Paulo partem para Lisboa, pag. 84.
- — — levão instruções do governo provisório para se conduzirem em relação aos interesses do Brasil, pag. 84.
- Os decretos para a retirada do Príncipe forão a luvã lançada pelas côrtes de Portugal ao Brasil para accelerar a sua emancipação politica, pag. 86.
- A noticia da revolução chegou ao Rio de Janeiro no dia 7 de Outubro (*Gazeta de Lisboa* de 19 de Dezembro de 1820), pag. 87.
- Reuniões em casa do capitão-mór Rocha na rua da Ajuda n. 64, e no convento, para a revolução do Brasil, e resposta do Sr. D. Pedro, pag. 87.
- Pedro Dias Paes Leme chega a S. Paulo, pag. 87.
- O Príncipe escreve a el-rei no dia 10 de Dezembro, comunicando-lhe que deixa o Brasil, pag. 89.
- A maçonaria tomou uma parte muito activa na independencia do Brasil, pag. 90.
- Chega a resposta de S. Paulo, e é divulgada por toda a cidade, pag. 92.
- Physionomia da Bahia e de Pernambuco em relação á independencia do Brasil, pag. 93.
- Preludios para o dia 9 de Janeiro de 1822, pag. 94.
- Episodios que precedêrão ao dia 9 de Janeiro de 1822, pag. 94.
- Manifesto do povo do Rio de Janeiro sobre a residencia de S. A. Real no Brasil, dirigido ao senado da camara, pag. 96.
- Dia 9 de Janeiro de 1822, pag. 97.
- Auto de vereação do dia 9 de Janeiro de 1822, pag. 99.
- Editaes, pag. 100.
- Discurso do Sr. José Clemente Pereira sobre o patriarchado da independencia do Brasil, pag. 100.
- A tropa portugueza se revolta no dia 11 de Janeiro, pag. 101.
- Outras particularidades que se derão na noite do dia 11 de Janeiro, que já mencionel na biographia do conselheiro Drummond, pag. 102.
- A tropa portugueza passa-se para a Praia-Grande, pag. 103.
- Manifesto aos cidadãos do Rio de Janeiro, pag. 104.
- Proclamação em 16 de Janeiro, pag. 106.
- Contra proclamação, pag. 106.
- Resposta de—um brasileiro constitucional—á ordem do dia de 14 de Janeiro, offerecida aos soldados da divisão, pag. 107.
- Indifferença do ministerio e ausencia de José Clemente, pag. 108.
- A divisão auxiliadora na Praia-Grande vê-se em graves apuros, pag. 108.
- Divisão portugueza auxiliadora.—Carta das praças relacionadas para baixa do serviço por portaria de S. A. Real, pag. 109.
- Representação dirigida a S. A. Real, pag. 111.
- O ministro Francisco José Vieira é instado para ficar no Brasil, e não aceita a proposta que se lhe faz, pag. 112.
- Marchão tropas de S. Paulo e Minas para augmentar a força do Rio de Janeiro, pag. 113.
- O Príncipe organisa o ministerio de 16 de Janeiro de 1822, pag. 113.
- O Príncipe escreve ao rei seu pai, e lhe dá conta de todo o occorrido, pag. 113.
- Chegão noticias de Pernambuco, e é mandado o Sr. Drummond para alli, pag. 114.
- Virtudes civicas.—Chegada e recepção das deputações de S. Paulo a felicitar o Príncipe pela resistencia aos decretos de 20 de Setembro de 1821, pag. 115.
- Representação de S. Paulo, pag. 116.
- Preludios para a guerra do Madeira, pag. 119.
- E' eleita nova junta, pag. 121.
- A camara da Bahia se reúne para verificar os poderes conferidos ao general Madeira, pag. 123.
- Parte que das occorrencias dá n el-rei Ignacio Luiz Madeira de Mello em 23 de Fevereiro, pag. 124.
- Officio do general Madeira, redigido em 7 de Março, pag. 126.
- Começo da guerra entre o general Madeira e a força brasileira, pag. 128.
- Morte da abbadesa do convento da Lapa e do ancião José Bento, pag. 129.
- Os sitiados do forte de S. Pedro, receiando traição, retiram-se para o reconcavo, pag. 129.
- Gabinetes ministeriaes.—Historia dos ministerios e dos acontecimentos que se derão em cada um delles, pag. 130.
- Sentença, pag. 131.
- Ministerio no Brasil desde 1808 até 1821.—Gabinetes organisados no dia 10 de Março de 1808, pag. 132.
- O conde de Anadia, pag. 132.
- Anno de 1810 a 1817.—D. Fernando José de Portugal e Castro, conde de Linhares.—D. João de Almeida Mello e Castro, conde das Galvêas, pag. 132.
- Conde de Linhares, pag. 133.
- Declaração de guerra á França em virtude do manifesto do 1.º de Maio de 1808.—Conquista de Cayenna, pag. 135.
- Parte a expedição no dia 8 de Outubro de 1808, pag. 136.
- Descripção geographica da costa da Guyana Portugueza, desde a praça de S. José de Macapá até os limites confinantes com a colonia franceza, pag. 136.
- Entra a expedição no rio Oyapoch ou de Vicente Pinson, pag. 139.
- Extracto de um officio do tenente-coronel Manoel Marques, datado do quartel de Aproack a 29 de Dezembro de 1808, dirigido ao Exm. governador do Pará, pag. 139.
- Segundo officio do capitão Yeo ao tenente-coronel Manoel Marques, pag. 140.
- Capitulação proposta por M. Hugues, pag. 142.
- Notas necessarias a alguns artigos do tratado, pag. 143.
- Copia de um officio dirigido pelo tenente-coronel Manoel Marques, commandante em Cayenna, ao Exm. governador do Pará, pag. 144.
- Officio ao general Hugues, pag. 145.
- Copia das instruções do ministro da marinha franceza a Mr. Lahalle, pag. 145.
- Copia de uma carta do capitão Yeo ao Sr. Sidney Smith, pag. 146.
- Os brasileiros tomão posse de Cayenna no dia 14 de Janeiro de 1809 e proseguem em seu governo, pag. 146.
- Ratificação condicional do capitão-general do Pará á capitulação de Cayenna, pag. 148.
- Reflexões sobre a conquista de Cayenna, pag. 149.
- Roteiro da costa de Araguay até o rio de Vicente Pinson, pelo nome de terra de Guayapoco, que mandou fazer o capitão-commandante João Rodrigues do Amaral por ordem do general o capitão-general do Estado João da Maia da Gama, indo o dito capitão commandante a reconhecer a paragem onde estão os marcos das terras de Portugal, pag. 149.

- Descrição da medalha que se mandou cunhar por occasião da conquista de Cayenna, pag. 152.
- Resolução acerca dos soldados que estiverão em Cayenna, pag. 153.
- Segunda consulta, pag. 153.
- Resolução, pag. 153.
- Officio de 5 de Abril de 1816, que nullifica o distinctivo para Manoel José Xavier Palmeirim, pag. 153.
- A guarnição de Cayenna tenta insubordinar-se, pag. 153.
- E' nomeado o desembargador João Severiano Maciel da Costa para intendente-geral de Cayenna, pag. 154.
- Manoel Marques volta com o titulo de governador militar de Cayenna, pag. 154.
- Cayena é restituida ao governo francez, pag. 155.
- Carta do conde de Funchal ao governador militar de Cayena, pag. 155.
- Carta ou aviso do marquez de Aguiar, enviando a ordem régia ao governador de Guyana para entregar a mesma colonia aos commissarios francezes, pag. 155.
- Carta régia a que se refere o aviso do marquez de Aguiar, pag. 156.
- Cópia do aviso do marquez de Aguiar ao intendente geral da policia de Guyana, o desembargador João Severiano Maciel da Costa, pag. 156.
- Nota diplomatica do governo portuguez ao embaixador de França duque de Luxembourg sobre a entrega da Guyana Franceza, pag. 156.
- Nota do embaixador da França ao marquez de Aguiar, pag. 156.
- Carta do encarregado de negocios Brito ao governador militar da Guyana, pag. 157.
- Officio dos plenipotenciarios portuguezes, escripto em Paris, ao governador militar da Guyana em 8 de Setembro de 1813, pag. 157.
- Tratado entre S. M. el-rei de França e Navarra e S. M. el-rei de Portugal, do Brasil e dos Algarves, concluido em Paris em 28 de Agosto de 1817, pag. 158.
- Artigo separado, pag. 159.
- Acto da restituição de Cayenna, pag. 159.
- Má fé do novo governador francez, pag. 160.
- Fazenda da Gabriella, pag. 160.
- Proclamação do intendente de Cayenna, pag. 160.
- O governador Manoel Marques e o intendente-geral João Severiano Maciel da Costa sahem de Cayena, pag. 161.
- Cidade de Cayenna de 1808 a 1818, pag. 162.
- São privilegiados os senhores de engenho a não serem executados por dividas nas suas propriedades e lavouras, e sim em uma parte dos rendimentos della, pag. 162.
- Novas providencias para melhorar o estado do Brasil, pag. 162.
- O conde da Ponte, governador e capitão-general da Bahia, morre naquella cidade a 4 de Maio de 1809, depois de um governo de mais de 4 annos, pag. 164.
- A Bahia passa a ser governada por uma administração trina, pag. 168.
- Os lavradores e enroladores de tabaco da villa da Cachoeira (hoje cidade), na capitania da Bahia, offerecem donativos pecuniarios para soccorrer Portugal, pag. 169.
- No dia 16 de Dezembro de 1809 abrio-se a bibliotheca dos guardas marinhas no Rio de Janeiro, pag. 169.
- A tyrannia feita á intelligencia é transplantada para o Brasil e nelle expira, pag. 170.
- Ministerio de 23 de Junho de 1817 a 1821, pag. 170.
- Conde da Barca, pag. 170.
- Documento reservado e importantissimo, pelo qual o Principe Regente se queixa a el-rei de Inglaterra de lord Strangford.—Carta de S. A. R. o Principe Regente de Portugal, depois o Sr. D. João VI, a S. A. R. o Principe Regente da Grã-Bretanha, depois Jorge IV, pag. 170.
- João Paulo Bezerra, pag. 171.
- Conde dos Arcos, pag. 171.
- Carta de Antonio Carlos a José Bonifacio, pag. 176.
- a Martim Francisco, pag. 176.
- de Luiz Paulino ao conde da Barca, pag. 176.
- Denuncia da revolução de Pernambuco, documentos originaes existentes no gabinete de Thomaz Antonio de Villa-Nova Portugal, pag. 177.
- Cartas anonymas de denuncias, pag. 177.
- Carta de Raymundo José da Cunha Mattos, pag. 181.
- Abolição de tributos.—Proclamações, pag. 181.
- Rodrigo José Ferreira Lobo, chefe de divisão da armada real, commandante da esquadra do norte, aos habitantes da capitania de Pernambuco. — Proclamação, pag. 184.
- Ordem do dia do conde dos Arcos, pag. 185.
- Condições offerecidas ao commandante do bloqueio pelos membros do governo provisório, pag. 185.
- Condições do commandante do bloqueio para entrar em Pernambuco, pag. 185.
- Intimação ultima ao commandante do bloqueio de S. M. Fidelissima, defronte de Pernambuco, pag. 186.
- Ultima decisão do commandante do bloqueio, pag. 186.
- Alagoas.—Cópia da carta do conde dos Arcos ao tenente-coronel Antonio José Victorino Borges da Fonseca, commandante que então era das armas da comarca das Alagoas, pag. 186.
- Thomaz Antonio de Villa-Nova Portugal, pag. 187.
- Silvestre Pinheiro Ferreira, pag. 187.
- Conspiração em Lisboa para acclamar rei de Portugal o duque de Cadaval, pag. 203.
- Elevação do Brasil a reino.—Duque de Palmella, pag. 203.
- Falla do presidente do senado da camara do Rio de Janeiro a S. A. R. o Principe Regente, aos 28 de Dezembro de 1845, pag. 203.
- Resposta do Principe Regente, pag. 204.
- Accordão do senado da camara, pag. 204.
- Resposta do duque de Richelieu, ministro e secretario de Estado dos negocios estrangeiros de S. M. Christianissima á nota do encarregado de negocios de Portugal, pag. 205.
- A divisão auxiliadora, commandada por Jorge de Avillez, na Praia-Grande, tenta marchar por terra e se ir unir ao Madeira na Bahia, pag. 206.
- Editaes, pag. 209.
- Proclamação de 4 de Fevereiro de 1822, pag. 209.
- O Principe Regente manda suspender o sítio.—Edital, pag. 209.
- Ordem do dia, pag. 210.
- Jorge de Avillez e os officiaes commandantes dos corpos da divisão auxiliadora de Portugal representão ás côrtes de Lisboa, pag. 211.
- Os planos de Jorge de Avillez para adiar a sua partida para a Europa, á espera das forças de Portugal, fallhãrão.—E' torçado no dia 10 de Fevereiro de 1822 a embarcar com a divisão, pag. 212.
- Transportes que conduzirão a divisão auxiliadora e numero de pessoas que conduzirão para Portugal, pag. 213.
- Proclamação, pag. 214.
- Carta do Principe Regente, escripta a el-rei seu pai, pag. 214.
- Proclamação, pag. 214.
- Cartas do Principe Regente, pag. 215.
- Officio do ministro da guerra do Brasil ao de Portugal, que acompanhou a divisão auxiliadora, pag. 216.
- O Principe Regente no dia 17 de Fevereiro proclama aos habitantes do Rio de Janeiro, pag. 217.
- Discurso, pag. 218.
- Proclamação, pag. 219.
- Morte do Principe da Beira D. João no dia 4 de Fevereiro de 1822, pag. 219.
- No dia 9 de Março chegou ao Rio de Janeiro a divisão de Francisco Maximiliano de Souza, pag. 221.
- O Principe Regente dá conta de tudo a el-rei seu pai, pag. 222.
- O commandante da esquadra Francisco Maximiliano de Souza, logo que chegou á Lisboa, foi processado, pag. 223.
- Instruções secretas que recebem o chefe de divisão Francisco Maximiliano de Souza, pag. 224.

- O Príncipe Regente no dia 25 de Março de 1822 partiu para Minas — Decreto, pag. 224.
- Paragraphos da carta de lei do 1.º de Outubro de 1821, pelos quaes S. A. R. o Príncipe Regente manda proceder á nova eleição do governo da provincia de Minas-Geraes, segundo o decreto de 23 de Março de 1822, pag. 230.
- Artigo do officio, pag. 230.
- Proclamação, pag. 231.
- Minas-Geraes, pag. 232.
- Chega ao Rio de Janeiro D. Lucas José Obes, deputado de Montevideo, pag. 233.
- A incorporação de Montevideo ao Brasil e retrospecto das republicas americanas, pag. 233.
- Deploravel estado de Buenos-Ayres, pag. 234.
- São nomeados os procuradores de provincias. — O periodico *Reverbero*, pag. 235.
- Os pernambucanos residentes na corte do Rio de Janeiro dirigem ao Príncipe Regente as suas congratulações, pag. 235.
- As Alagoas no anno de 1822, pag. 236.
- A junta do governo das Alagoas ao ministro e secretario de Estado dos negocios do reino do Brasil, pag. 237.
- Termo que em reunião fazem a junta do governo provisório da provincia das Alagoas, senado da camara desta capital, clero, tropa, nobreza e povo, sobre a aclamação de S. A. Real, e sobre a demissão dos empregados europeus, com as excepções abaixo transcriptas, pag. 237.
- Discurso analogo ás circumstancias do reino do Brasil e do Príncipe Regente, seu perpetuo defensor, por occasião de sua aclamação, lido e recitado publicamente ao mesmo Senhor pelo secretario enviado da provincia das Alagoas, pag. 239.
- Discurso do enviado por parte do clero da mesma provincia, pag. 240.
- A camara das Alagoas ao Príncipe Regente, pag. 241.
- da villa real de Atalaia ao Príncipe Regente, pag. 241.
- A camara da capital das Alagoas ao Príncipe Regente, pag. 241.
- A junta parochial de Porto-Calvo a José Bonifacio, pag. 241.
- Carta do padre Lourenço José de Mello a Perdigão, pag. 244.
- Carta do mesmo a José Bonifacio, pag. 246.
- Ministerios brasileiros. — Primeira época, 1.º reinado de 1822 a 1831. — Primeiro gabinete, pag. 249.
- Côr politica, pag. 249.
- O conselheiro Jose Bonifacio de Andrada e Silva, pag. 249.
- Martim Francisco Ribeiro de Andrada, pag. 250.
- Caetano Pinto de Miranda Montenegro, pag. 250.
- Luiz Pereira da Nobrega, pag. 250.
- Necrologia do tenente-general J. X. Curado, pag. 251.
- Portaria de 10 de Setembro de 1822, pag. 251.
- Trabalho do ministerio, pag. 251.
- Creação da ordem do Cruzeiro, pag. 252.
- No dia 23 de Maio de 1822 pede-se a convocação de uma assembleia legislativa para o Brasil, pag. 253.
- Representação, pag. 253.
- Decreto de 3 de Junho, pag. 253.
- Instruções a que se refere o decreto de 3 de Junho de 1822, que manda convocar uma assembleia, pag. 253.
- Das eleições.
- Do modo de proceder ás eleições.
- Do modo de apurar os votos.
- Das deputados.
- Das eleições dos deputados.
- S. A. Real cuida, com grande empenho, da restauração da Bahia, pag. 255.
- Carta régia á junta provisoria da Bahia, pag. 256.
- Proclamação aos bahianos, pag. 256.
- Collação de diplomas relativos á convocação da assembleia no Brasil, pag. 256.
- Decretos, pag. 256.
- Juramento dos procuradores geraes, pag. 257.
- dos ministros e secretarios de Estado, pag. 257.
- O ministerio pede a convocação de uma assembleia, pag. 257.
- José Mariano aos fluminenses, pag. 258.
- Decreto, pag. 258.
- Para o governo provisorio da provincia de Pernambuco, pag. 259.
- Decreto, pag. 259.
- Officios e documentos dirigidos ás côrtes pelo general Madeira, pag. 259.
- Relação dos officiaes promovidos pelo Exm. governador interino das armas desta provincia, pag. 260.
- Officiaes do regimento de artilharia de linha promovidos ás graduações dos postos immediatos, por portaria de 10 de Fevereiro de 1822, pag. 261.
- Esses documentos são remettidos, em sessão de 29 de Maio de 1822, á commissão de negocios politicos do Brasil, pag. 265.
- O brigadeiro Francisco Joaquim Carretti pede á junta provisoria comestiveis, dieta e medicamentos para continuar a viagem, pag. 268.
- Resposta da junta ao brigadeiro Carretti sobre o fornecimento pedido, pag. 268.
- Supplica dos europeus negociantes da cidade Baixa e outros, pedindo o desembarque da tropa alli arribada com o brigadeiro Carretti no navio *S. José Americano*, pag. 268.
- A junta provisoria remette ao general Madeira a supplica sobre o desembarque da tropa para informar, atim de que melhor possa deferir, pag. 269.
- O general Madeira informa sobre a petição do desembarque da tropa, pag. 269.
- A junta provisoria participa ao general Madeira o deferimento á supplica do desembarque da tropa, pag. 269.
- A junta provisoria providencia o desembarque da tropa, na forma exigida pelo general Madeira, pag. 270.
- A junta provisoria repelle as allusões de falta de comprimento de leis, apontadas pelo general Madeira em seu officio de 25 de Março, pag. 270.
- A junta provisoria, querendo restabelecer a ordem alterada com o desembarque da tropa, proclama ao povo, que tem por tal motivo desamparado a cidade, pag. 270.
- A junta provisoria da Bahia participa ao governo de Portugal ter arribado alli o navio que conduzia parte da divisão auxiliadora, remettida do Rio de Janeiro para Lisboa pelo Príncipe Real, e os motivos que originarão o desembarque da mesma tropa, que teve lugar na tarde de 27 de Março, pag. 270.
- A junta provisoria ao ministro José Bonifacio, declarando-se impossibilitada de cumprir as ordens do príncipe D. Pedro, pag. 271.
- Circular.
- Quesitos.
- Decreto do Príncipe D. Pedro convocando o conselho de procuradores geraes das provincias para o dia 2 de Junho de 1822 pag. 271.
- Decreto do Príncipe D. Pedro de 3 de Junho convocando uma assembleia geral constituinte e legislativa das provincias do Brasil, pag. 272.
- O general Madeira, prevendo alguma commoção na villa da Cachoeira, manda para alli uma barca, para pôr em respeito aquelles povos; a guarnição da barca e os habitantes travão rixas e assuadas, pag. 272.
- O general Madeira queixa-se do procedimento do senado da camara e do redactor do periodico *Constitucional*, e pede providencias, pag. 272.
- A junta responde ao officio do general Madeira, da véspera, pag. 273.
- Termo da camara, lavrado em consequencia do procedimento do general Madeira nos dias 12 e 15, pag. 273.
- Carta régia do Príncipe D. Pedro á junta do governo da Bahia, enviando por copia outra, que na mesma data dirige ao general Madeira, para que com a tropa de Portugal se recolha áquelle reino, pag. 274.



- O principe D. Pedro ordena ao general Madeira que se embarque para Portugal com a tropa que dalli viera, pag. 274.
- Decreto prohibindo que seja reunido em uma só pessoa mais de um officio ou emprego e vença mais de um ordenado, pag. 274.
- O general Madeira renova as razões da sua queixa contra o procedimento da camara, e insiste em providencias contra os excessos do redactor do *Constitucional*, pag. 274.
- O juiz de fóra da Cachoeira Dr. Antonio de Cerqueira Lima participa ao secretario da junta provisoria da Bahia ter sido aclamado naquella villa S. A. Real regente, e perpetuo defensor e protector do Brasil, pag. 275.
- Os coroneis José Garcia Pacheco e Rodrigo Fabião participão á junta do governo da capital o facto de haver sido pela manhã aclamado na villa da Cachoeira S. A. Real regente constitucional, protector e defensor perpetuo do Brasil, pelo voto geral de todos os habitantes da villa, pag. 276.
- A junta interina installada na Cachoeira dirige-se ao governo provisorio da provincia, queixando-se do procedimento do commandante da canhoneira surta naquelle porto, por ter dirigido tiros de metralha sobre a villa e a povoação de S. Felix, por occasião de ter o povo proclamado solemnemente o Principe Real regente do Brasil, pag. 276.
- Termo da vereação da aclamação do Principe Real regente, e perpetuo defensor e protector do Brasil, pag. 276.
- O juiz de fóra da Cachoeira envia copia do termo da vereação da aclamação do Principe Regente, e manifesta o estado perigoso em que se acha a villa, prestes a arrebentar em guerra civil, pag. 277.
- A junta, respondendo ao general Madeira, declara que pretende, logo que a camara se pronuncie a respeito da sua insistencia, de levar o negocio á presença de el-rei e do congresso, pag. 277.
- O governo provisorio proclama aos habitantes da provincia, afim de evitar que rompão em actos arbitrarios e inconstitucionaes, pag. 277.
- O governo provisorio comunica ao general Madeira os successos da aclamação do Principe Regente na villa da Cachoeira e da installação alli de uma junta de governo interino, pag. 278.
- O governo provisorio responde ao juiz de fóra da Cachoeira, negando-lhe a licença pedida, e instruindo-o do procedimento que deve ter á vista do estado da villa, pag. 278.
- A camara da villa de S. Francisco participa ao governo provisorio o ter sido alli aclamado o Principe Real regente do Brasil, e enviando o termo da vereação, pag. 278.
- Termo da vereação da camara de S. Francisco para a aclamação do Principe Real, regente e defensor perpetuo do Brasil, pag. 278.
- O capitão Joaquim Ignacio de Cerqueira Bulcão participa ao governo provisorio a respeito da sua assignatura na petição apresentada á camara sobre a aclamação do Principe Real á regencia do Brasil, pag. 279.
- Termo de vereação da camara da villa de Santo Amaro sobre a aclamação do Principe Real regente e defensor perpetuo do Brasil, pag. 279.
- A camara da villa de Inhambupe dá conta do facto de ter sido aclamado alli o principe D. Pedro regente do Brasil, pag. 280.
- O general Madeira responde ao officio do dia 29, e faz requisição de mais objectos de marihuá, declarando que ia usar da força das armas contra aquelles habitantes, pag. 280.
- A junta do governo da Bahia a José Bonifacio de Andrada e Silva, congratulando-se pela resolução do Principe Regente sobre as modificações exigidas no pacto social, que mantinha a unidade do Brasil e sua categoria de reino, e sciificando que, á vista da deliberação das côrtes e das circumstancias da provincia, a junta está impossibilitada de dar cumprimento ao que se ordena nos officios que accusa recebidos, pag. 280.
- A junta do governo da Bahia escreve a José Bonifacio sobre os negocios do Brasil com Portugal, enviando copias de um officio dirigido ao governo do reino e tambem da circular expedida a respeito do voto da provincia e dos quesitos relativos á grande questão que se agitava no congresso portuguez, pag. 280.
- Instruções aos deputados, pag. 281.
- O juiz de fóra de Jaguaripe participa á junta provisoria o facto de ter sido aclamado na villa de Maragogipe no dia 29 regente do reino do Brasil o principe D. Pedro, pag. 281.
- A junta accusando o officio do general Madeira de 30 de Junho, etc., pag. 281.
- A camara de Maragogipe dá conta á junta provisoria do facto da aclamação alli do Principe Regente e das medidas tomadas para segurança e socego do povo da villa, pag. 282.
- O general Madeira responde que, sendo tão patentes os trammas dos facciosos perjuros e cúmplices no crime de lesa-nação, conjura a junta as medidas com que se evite o derramamento de sangue, etc., pag. 282.
- A junta, accusando o officio do juiz de fóra de Jaguaripe e Maragogipe, declara que convem que continue a exercer alli a jurisdicção que lhe foi confiada, afim de se não agravar mais as desgraças daquelles povos, pag. 283.
- A junta provisoria recommenda ao ouvidor do crime a observancia da lei sobre a liberdade da imprensa, pag. 283.
- A junta considera a provincia na maior anarchia, e, querendo proteger os innocentes envolvidos nella, propõe ao general Madeira um arbitrio, persuadida que males extraordinarios exigem remedios identicos e acção, pag. 283.
- Arbitrio proposto pela junta provisoria ao general Madeira, etc., pag. 283.
- Acto singular acerca da palavra—junta—lavrada no dia 5 de Julho de 1822, na Cachoeira, pag. 284.
- A junta provisoria ao ouvidor do crime, para que informe sobre o cumprimento da portaria de 3 do corrente, pag. 284.
- O Dr. ouvidor do crime aponta os obstaculos encontrados acerca do cumprimento das portarias recebidas para fazer effectiva a responsabilidade dos redactores ou editores dos periodicos, pag. 284.
- A junta provisoria ao desembargador chanceller da relação da cidade, enviando a informação do ouvidor do crime para assentar sobre a maneira de entender a lei da liberdade da imprensa, e meio de supprir a omissão no caso de que se trata, pag. 285.
- Assento em relação da incompetencia sobre a maneira de estudar a lei da liberdade da imprensa e de supprir a emissão apontada, pag. 285.
- O chanceller interino envia copia do assento tomado em relação, de que se não julgava autorizado para deliberar sobre negocios de liberdade de imprensa, pag. 285.
- A camara da villa de Camamú participa ter na villa de Valença sido aclamado o Principe Regente do Brasil, acto que desejava acompanhar, e que não o fez por falta de meios de defesa, pag. 285.
- A junta provisoria da Bahia envia ao governo de Portugal os votos das camaras das villas dos Ilhéos, Camamú, etc., a respeito da delegação do poder executivo, pag. 286.
- A junta da provincia da Bahia ao ouvidor do crime para proceder nas diligencias, afim de descobrir os autores do temerario plano da sua deposição, pag. 286.
- A junta comunica ao governo de Portugal que o estado de agitação tem augmentado, e que em algumas villas mais se tem proclamado o Principe Real regente do Brasil, pag. 286.
- A junta provisoria estranha á camara da villa de Camamú a materia do officio de 17, esperando que, longe de se envolver em insurreições, busque os meios de manter a ordem, pag. 287.

- A junta de defesa da villa de Valença se dirige ao conselho do governo sobre a nomeação de novos membros do conselho militar de Nazareth, privando de continuar o da Estiva, etc., pag. 287.
- A junta de defesa de Nazareth a Manoel Gonçalves Maia Bittencourt, deputado eleito por Jaguaripe e Nazareth, pedindo providencias para ser restabelecida a ordem na villa de Jaguaripe, pag. 288.
- Discussão na assemblea constituinte a respeito do regresso do principe D. Pedro para Lisboa, pag. 292.
- Alguns deputados na constituinte portugueza se oppoem aos discursos dos seus collegas em favor do Brasil, pag. 293.
- O senado da camara dirige uma representação ás côrtes portuguezas, pedindo a revogação dos primeiros dous decretos de 29 de Setembro de 1821, que ordenão a retirada do Principe Regente, pag. 294.
- Carta que o senado da camara do Rio de Janeiro mandou aos deputados de sua provincia, pag. 295.
- Os desatinos da regencia e das côrtes vão applainando o caminho para a independencia do Brasil, pag. 296.
- El-rei não annue á alliança de Troppau e Leyhack, e communica a sua resolução á assemblea constituinte, pag. 296.
- As côrtes fazem do rei seu prisioneiro e constantemente o desfeiteão, pag. 297.
- Discussão das côrtes em relação ao Brasil, pag. 297.
- As côrtes determinão, por decreto de 29 de Setembro de 1821, a sahida do Principe Regente do Brasil, e nomeão delegados do poder executivo, pag. 298.
- Decreto de 23 de Julho revogando a sahida do Principe, como meio de obstar a separação do Brasil, pag. 298.
- Outro decreto da mesma data.—As côrtes mandão processar os membros da junta provisoria do governo de S. Paulo, pag. 299.
- Mandão-se summariar os deputados brasileiros que não tomárão assento no congresso, pag. 299.
- Parecer da commissão sobre o decreto de 3 de Junho, pag. 299.
- Sessão de 23 de Setembro de 1822.—Juramento da constituição politica da monarchia portugueza de 23 de Setembro de 1822, pag. 299.
- Termino do juramento que prestárão o preesidente e deputados das côrtes geraes, etc., pag. 299.
- Deputados brasileiros que jurárão a constituição na sessão do dia 30 de Setembro, pag. 300.
- Constituição politica da monarchia portugueza, decretada pelas côrtes geraes extraordinarias e constituintes reunidas em Lisboa no anno de 1821, etc., pag. 300.
- Alguns deputados do Brasil pretendem retirar-se de Lisboa, com licença, mas a assemblea não lhes concede, pag. 313.
- Alguns deputados do Brasil abandonão clandestinamente as côrtes, pag. 313.
- Declaração de alguns deputados pelo Brasil nas côrtes de Portugal, que de Lisboa se passarão á Inglaterra (ext. do *Correio Brasiliense*), pag. 313.
- Protesto dos deputados de S. Paulo (ext. do *Correio Brasiliense*), pag. 314.
- Protesto contra o *Astro Lusitano*, pag. 315.
- Alguns deputados, chegando a Pernambuco, dirigem-se ao publico, pag. 315.
- Os deputados bahianos Cypriano José Barata de Almeida e Marcos Antonio de Souza dirigem manifestos á Bahia, pag. 316.
- A rainha D. Carlota, por não jurar a constituição, é desterrada para a quinta do Ramalhão, pag. 323.
- Documentos relativos ao juramento da constituição, pag. 323.
- Relatorio sobre a deliberação negativa da rainha Fidelissima á prestação do juramento da constituição, etc., pag. 323.
- Nota verbal á rainha, pag. 324.
- Portaria ao conselho de Estado, pag. 324.
- Carta á rainha, pag. 324.
- Pareceres dos ministros, pag. 324.
- A rainha é submettida a uma junta medica no dia 30, ás 11 horas da manhã, pag. 325.
- A rainha de Portugal é abandonada no seu desterro, pag. 325.
- As côrtes desprestigiadas vão abysmando a nação, pag. 325.
- Contra-revolução em Villa-Real e dissolução das côrtes, pag. 326.
- O governo provisório em Chãves, pag. 326.
- Chega á Lisboa a noticia do grito da independencia do Brasil, pag. 327.
- A yerdade e nada mais, pag. 327.
- Revelações do marquez de Olinda ao autor, pag. 327.
- Brasileiros formados em diferentes faculdades na universidade de Coimbra de 1818 a 1822, pag. 328.
- O governador Francisco da Paula Magesse transfere a sede do governo da capitania para Cuyabá (1821), pag. 329.
- A villa da Cachoeira, hoje cidade, foi o lugar da provincia da Bahia onde se deu o primeiro impulso para a independencia do Brasil, pag. 329.
- Dezandem que sobreveio no dia 25 de Junho de 1822 na villa da Cachoeira por occasião da aclamação do principe D. Pedro, pag. 331.
- Organisa-se no dia 26 de Junho de 1822 a junta interina conciliatoria de defesa, pag. 331.
- Crea-se na villa da Cachoeira uma secretaria governamental, pag. 332.
- Conflictos que se derão e tomada da barca canhoneira no dia 28 de Junho de 1822, pag. 332.
- A junta da Cachoeira communica o movimento revolucionario ás diferentes localidades, afim de ser acclamado o Sr. D. Pedro de Alcantara, pag. 333.
- Crea-se o batalhão de Periquitos, pag. 333.
- Organisa-se o exercito pacificador, pag. 333.
- Crea-se a companhia de Bellona em 22 de Julho de 1822 na villa da Cachoeira, pag. 334.
- Juramento e installação, pag. 335.
- Crea-se a companhia de Mavorte em 30 de Julho de 1822, pag. 335.
- Artigos fundamentaes da criação da companhia de Mavorte, pag. 336.
- Insubordinação na tropa brasileira e conflictos que se derão, pag. 336.
- Os lusitanos tentão um desembarque na costa da Saubara e são derrotados, pag. 337.
- As villas da provincia da Bahia adherem ao movimento revolucionario o proclamão o principe D. Pedro, pag. 337.
- Maragogipe.  
Inhambupe.  
S. Francisco da Barra de Sergipe do Conde.  
Santo Amaro.  
Itapicuru.  
Jaguaripe.  
Valença.  
Jacobina.  
Paratagi ou Barcellos.  
Caitiê.  
Serinhaem ou Santarem.  
Camamu.  
Uruçu.  
Mirandella.  
Cayrú.  
Jussiape ou Rio de Contas.  
Villa-Nova.  
Jeromobó.  
Marahú.  
Caravellas.
- Chega á Cachoeira uma deputação da villa de Santo Amaro para entender-se com a junta conciliatoria de defesa, com o fim de mudar-se a denominação que ella tinha adoptado, pag. 338.
- Os membros da caixa militar de Maragogipe pedem a sua demissão, pag. 338.
- Cópia da acta da nomeação da commissão de defesa e administração da caixa militar de Nazareth, pag. 339.

Acta da commissão da caixa militar de Maragogipe, pag. 339.  
 Inspeção do commissariado de guerra, pag. 339.  
 Dito de bocca, pag. 339.  
 — de fardamento, pag. 339.  
 Villa de Santo Amaro da Purificação, pag. 339.  
 Commissão da caixa militar da villa de S. Francisco, pag. 339.  
 Da villa de Camamu.  
 Jequiriçá.  
 Da villa de Nazareth.  
 De Valença.  
 Commissariado geral, pag. 340.  
 Organização do commissariado, pag. 340.  
 Crea-se o conselho interino de governo, pag. 342.  
 O conselho interino do governo da Bahia fica installado na villa da Cachoeira, pag. 344.  
 Instrução a que se refere o officio acima, pag. 345.  
 Felicitação dos deputados do governo interino perante S. M. Imperial, pag. 345.  
 O general Madeira assume o governo supremo da cidade da Bahia, pag. 346.  
 O ex-presidente Gervasio Pires Ferreira, em viagem para o Rio de Janeiro, é preso na Bahia no dia 25 de Setembro de 1822, pag. 346.  
 O ministro José Bonifacio em 2 de Março de 1822 responde reservadamente ao barão da Laguna sobre os negocios de Montevideo, pag. 347.  
 Intrigas contra José Bonifacio. — A maçonaria e o titulo de defensor perpetuo do Brasil em Maio de 1822, pag. 347.  
 O Dr. Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond principia a mandar para o Rio de Janeiro noticias do estado de Pernambuco, pag. 348.  
 A junta provisoria e as corporações de Pernambuco prestão juramento de obediência e fidelidade ao Principe Regente, pag. 349.  
 Officios da junta provisoria dirigidos a S. A. o Principe Regente e a el-rei o Sr. D. João VI, pag. 349.  
 Termo da vereação e representação do povo da villa do Recife de Pernambuco ao senado, em o 1º de Junho de 1822, e sua conclusão no dia seguinte, pag. 351.  
 Termo de juramento do Exm. governador das armas a este senado, aos tribunaes, tropa e povo deste termo, pag. 351.  
 Sessão do 1º de Junho, pag. 352.  
 Decreto, pag. 354.  
 O Sr. Drummond, tendo acabado a sua missão em Pernambuco, devia partir para o Rio de Janeiro, pag. 354.  
 Parte o Sr. Drummond para a Bahia, pag. 355.  
 A deputação de Pernambuco chega ao Rio de Janeiro no dia 19 de Julho, tendo á sua frente Felipe Nery Ferreira, e por secretario Manoel Izidro de Miranda, pag. 355.  
 Felipe Nery filia-se na maçonaria do Rio de Janeiro para chegar a seus fins, pag. 357.  
 Situação militar em Pernambuco em 1822, pag. 357.  
 Felipe Nery regressa a Pernambuco, pag. 357.  
 O governo do Principe trata de armar o paiz, pag. 258.  
 E' convidado Pedro Labatut para se encarregar do commando em chefe do exercito na Bahia, etc., pag. 258.  
 Partida de Labatut para a Bahia, pag. 358.  
 Proclamação, pag. 358.  
 Labatut chega arribado ás Alagoas no dia 2 de Agosto, pag. 359.  
 Chega Labatut á Feira de Sant'Anna, pag. 359.  
 O Principe Regente em 9 de Julho de 1822 officia á junta provisoria, communicando-lhe a ida do general Labatut para commandar o exercito, etc., pag. 360.  
 No dia 29 de Outubro o general Labatut estabelece o seu quartel-general no Engenho-Novo, pag. 360.  
 O general em chefe do exercito pacificador aos habitantes da Bahia, pag. 360.  
 E' nomeado o tenente-coronel Felisberto Gomes Caldeira para entender-se com Labatut, etc., pag. 360.  
 Descobre-se no engenho dos Teixeiras Barbosa grossa somma de dinheiro em ouro, pag. 360.

Pontos de defesa da Bahia, pag. 361.  
 O general Madeira recebe novos reforços de Portugal, pag. 362.  
 O Sr. Drummond chega á Bahia e desembarca. — Episodios que se derão, pag. 361.  
 O Sr. Drummond confere com os membros da junta do governo, pag. 364.  
 O Sr. Drummond propõe á mulher do Madeira vantagens pelo acabamento da guerra, pag. 365.  
 E' nomeado João Felix para commandante da esquadra na Bahia, pag. 366.  
 Desordens em S. Paulo em 23 de Maio de 1822 e extradição de Martim Francisco de Andrada, pag. 367.  
 Vereação extraordinaria de 23 do Maio de 1822 feita a requerimento do povo e tropa da cidade de S. Paulo, pag. 368.  
 Outro termo de vereação extrordinaria de 24 de Maio, etc., pag. 368.  
 Representação contra Martim Francisco, pag. 369.  
 Termo de vereação extraordinaria de 7 de Agosto de 1822, pag. 371.  
 Diferença caracteristica entre Martim Francisco e José Bonifacio, pag. 372.  
 Martim Francisco no ministerio, pag. 372.  
 Tomão-se providencias á imprensa, etc., pag. 374.  
 Decreto modificando o figurino da libré dos criados da casa imperial do Brasil, pag. 374.  
 O Principe Regente aos brasileiros. — Proclamação, pag. 374.  
 Decreto alterando o uniforme dos empregados diplomaticos, pag. 374.  
 Providencias que se tomãrão e manifesto aos brasileiros, pag. 374.  
 Manifesto do Principe Regente aos povos do Brasil, pag. 374.  
 No dia 6 de Agosto o Principe dirige-se ás nações por um manifesto, pag. 377.  
 Estado economico, politico e commercial da corte do Rio de Janeiro desde 1807 até 26 de Fevereiro de 1821, pag. 380.  
 O Principe, em consequencia do estado em que se achava a provincia de S. Paulo, resolve ir pessoalmente pacifica-la, pag. 380.  
 Decreto, pag. 380.  
 Descrição da viagem do Principe do Rio de Janeiro a S. Paulo, etc., pag. 383.  
 Independencia ou morte, pag. 382.  
 O Sr. Drummond deixa a Bahia e chega ao Rio de Janeiro nos ultimos dias de Agosto ou começo de Setembro de 1822, pag. 383.  
 O Sr. Drummond, a pedido de José Bonifacio, fornece-lhe novos esclarecimentos a respeito do estado da Bahia, pag. 384.  
 Relação e distribuição dos navios que devião conduzir tropas para Lisboa, pag. 384.  
 Jose Bonifacio manda convocar um conselho de ministros, presidido pela Princeza Real, pag. 384.  
 Parte Paulo Emilio Bregaro com officios e cartas para S. Paulo, pag. 385.  
 Espalha-se logo a noticia da aclamação da independencia do Brasil pela cidade do Rio de Janeiro, pag. 385.  
 Noticia da entrada que fez na cidade de S. Paulo o Serenissimo Sr. D. Pedro de Alcantara, etc., pag. 385.  
 Noticias da Bahia e desaparecimento violento do Constitucional, pag. 387.  
 Artigo do *Espelho* de 20 de Setembro de 1822, pag. 387.  
 Pernambuco, pag. 388.  
 Proclamação, pag. 388.  
 São eleitos os deputados pelo Rio de Janeiro no dia 22 de Setembro de 1832, pag. 388.  
 Editaes, pag. 389.  
 O senado da camara manda publicar o decreto de 18 de Setembro de 1822, pag. 389.  
 Carta de Sua Magestade dirigida ao Principe Regente, pag. 389.  
 Resposta de Sua Alteza, pag. 389.  
 Proclamação, pag. 390.

- Movimento da tropa em Pernambuco e deposição do governo, pag. 390.
- Circular a todas as camaras e capitães-móres de Olinda e Recife, etc., pag. 390.
- O governo temporario da provincia de Pernambuco aos habitantes da mesma, pag. 391.
- O Sr. D. Pedro (1.<sup>o</sup> Imperador), antes da sua aclamação, entra na maçonaria.—Intrigas que houverão entre o Grande Oriente e o Apostollado, pag. 391.
- Decreto de 23 de Setembro de 1822 mandando suspender a devassa contra os revoltosos de S. Paulo, pag. 392.
- Creação da guarda civica, pag. 392.
- Decreto da organização da guarda civica, pag. 392.
- Plano da organização da guarda civica, pag. 393.
- Manifestação de Minas-Geraes, pag. 393.
- Estado de Pernambuco, pag. 393.
- da Bahia, pag. 393.
- Rio-Grande do Sul, pag. 393.
- S. M. o Sr. D. Pedro I ratifica o padroado do Imperio na immaculada Conceição de Maria Santissima, pag. 394.
- Circular do ministro José Bonifacio aos presidentes e camaras das provincias contra o espirito revolucionario, pag. 394.
- Cidade de Mariana, pag. 395.
- Villa-Rica, pag. 396.
- Carta de Porto-Alegre, pag. 395.
- Vereação extraordinaria de 10 de Outubro de 1822, pag. 397.
- Falla que S. M. Imperial e defensor perpetuo do Brasil dirigio ao presidente do senado da camara do Rio de Janeiro no dia 12 de Outubro de 1822, pag. 398.
- Aclamação do 1.<sup>o</sup> Imperador no dia 12 de Outubro de 1822 e descripção dos festejos publicos, pag. 401.
- E' dissolvido o Grande Oriente em meados de Outubro de 1822, pag. 405.
- Installação do Apostolado e seus trabalhos, pag. 406.
- E' demittido o ministerio Andrada no dia 29 de Outubro, e depois reintegrado no dia 30 em virtude das representações do povo e tropa, pag. 407.
- Representação das provincias, pag. 409.
- Cópia da vereação do dia 30 de Outubro, pag. 409.
- Representação da tropa, pag. 410.
- do povo, pag. 410.
- Proclamação que se distribuiu no theatro no dia 30 de Outubro de 1822, pag. 411.
- Decreto.
- Edital.
- Provincia de Goyaz, pag. 412.
- Benção da nova bandeira, pag. 412.
- Falla do Imperador á tropa, pag. 412.
- Portaria mandando devassar nas provincias os inimigos do governo, pag. 413.
- Provilencias tomadas em proveito das rendas do Estado, pag. 413.
- Novas providencias, pag. 413.
- Historia do Apostolado, seus trabalhos e terminação, pag. 413.
- A junta do governo da Cachoeira em 21 de Outubro nomea uma commissão, com o fim de felicitar a S. A. Real, pag. 414.
- Instrucções dadas á mesma commissão ou deputação, pag. 415.
- Chegão ao Rio de Janeiro varias deputações, e entre ellas a deputação bahiana, pag. 415.
- Coroação e sagração de S. M. o Imperador o Sr. D. Pedro I no dia 1.<sup>o</sup> de Dezembro de 1822.
- Descripção dos festejos, pag. 419.
- Coroação e sagração do Imperador.—Ordem do Cruzeiro, pag. 421.
- Relação dos despachos publicados no dia 1.<sup>o</sup> de Dezembro de 1822, pag. 422.
- No dia 1.<sup>o</sup> de Dezembro é creada a guarda de honra, pag. 424.
- Decreto.
- Seguem-se os gabinetes ministeriaes da pag. 425 até á pag. 441.
- Advertencia, pag. 441.
- Ao benevolo leitor, pag. 442.





# OBRAS DO DR. M<sup>o</sup> LO MORAES

**Que se achão á venda no seu consultorio e nas diferentes  
lojas de livros n. Rio de Janeiro (\*)**

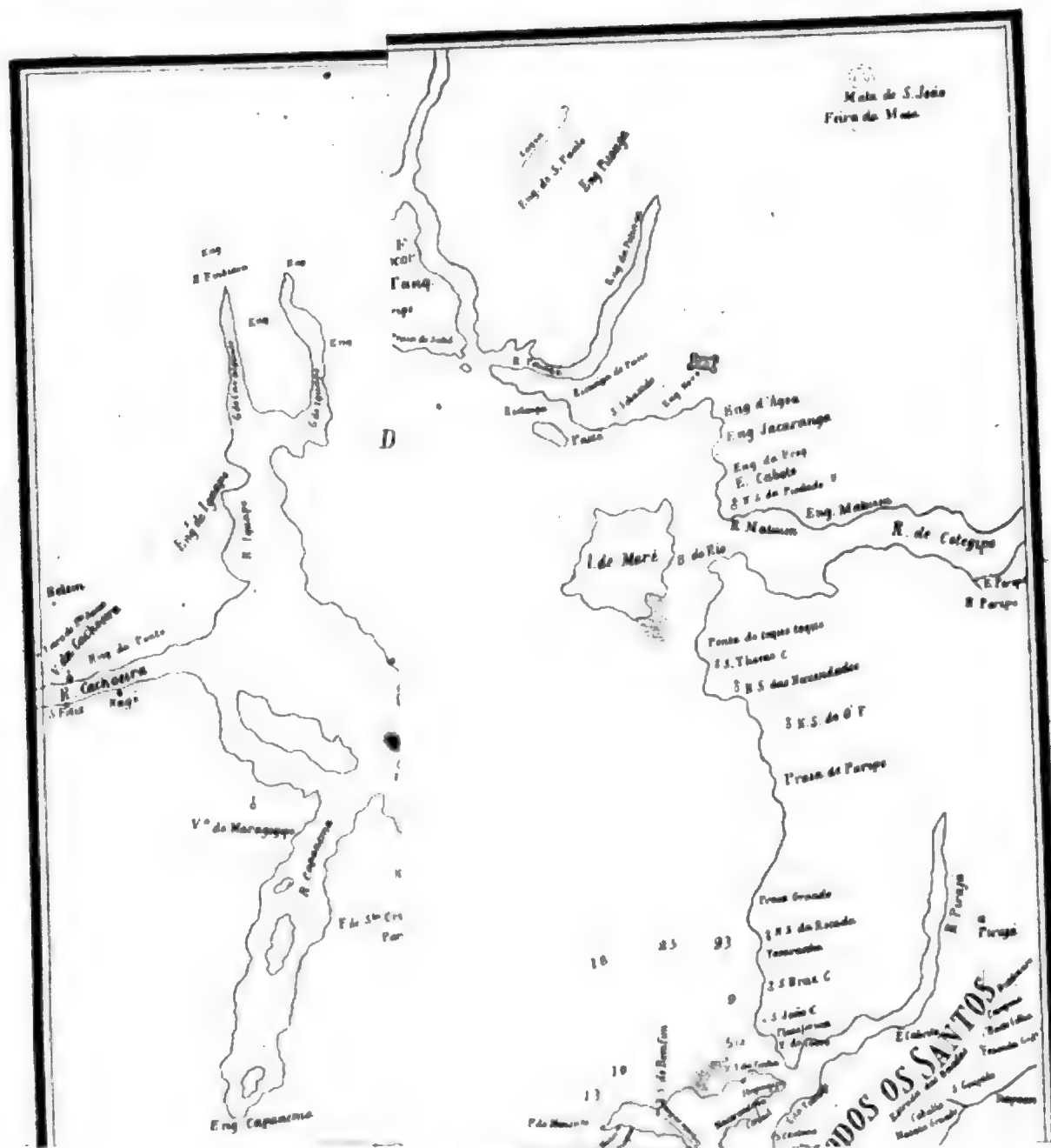
Materia Medica ou Pathogenesis Homœopathica, 1 vol. em 8°, 2ª edição.....	16\$000
Repertorio de Medicina Homœopathica, 1 vol. em 8°.....	6\$000
Nova Pratica Elementar da Homœopathia, com um Diccionario technico de todas as pala- vras de medicina e cirurgia, 1 vol. em 32.....	4\$000
Guia Pratica da Homœopathia, 1 vol.....	2\$000
Physiologia das Paixões, contendo estudos philosophicos relativos á mulher, ao homem, e particularmente ás paixões humanas, 3 vols. em 8°.....	10\$000
Doutrina Social, 1 vol. em 12, 2ª edição.....	2\$000
Elementos de Litteratura, contendo a Arte Poetica, a Mythologia, a Historia da Littera- tura Portugueza e Brasileira, a Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza, a Logica e a Rhetorica.....	5\$000
Ensaio Chorographico do Imperio do Brasil, 1 vol. em 12.....	3\$000
Os Portuguezes perante o mundo, 2 vols. em 8°, estando o primeiro já publicado.....	6\$000
O Educador da Mocidade Brasileira, extrahido das Escripturas Santas, 1 vol. em 8°.....	2\$000
Memorias diarias da guerra do Brasil, por espaço de 9 annos, 1 vol.....	4\$000
A Inglaterra e seus tratados (Memoria), 1 vol.....	1\$000
Discurso sobre a historia universal.....	1\$000
Luiz de Camões levantando o seu monumento ou a historia de Portugal justificada pelos <i>Lusiadas</i> , 1 vol.....	2\$000
Os Tumulos, poema pelo visconde da Pedra-Branca, commentado pelo Dr. Mello Moraes.	1\$000
Biographia do Dr. Manoel Joaquim de Menezes.....	1\$000
Biographia do Senador Diogo Antonio Feijó.....	1\$000
Propaganda Homœopathica de João Vicente Martins e do Dr. Mello Moraes, na Bahia, 3 vols.....	4\$000
These sobre os sentimentos moraes, que sustentou para obter o grão de doutor em medi- cina na Bahia, 1 vol. em 4°, com 56 pags.....	2\$000
Apontamentos Biographicos do Barão de Cayú, contendo a historia circumstanciada do casamento de S. M. o Imperador o Sr. D. Pedro II, onde são publicados os documen- tos diplomaticos e reservados que houverão durante a sua negociação.....	2\$000
Biographia do Conselheiro Joaquim Marcellino de Brito, 1 vol. em 8°.....	1\$000
Necrologia do Senador Diogo Antonio Feijó, com o retrato, 1 vol. em 8°.....	2\$000
Chorographia Historica, Chronographica, Genealogica, Nobiliaria e Politica do Imperio do Brasil, 3 vols. em 8°, já publicados, sendo 4\$ cada volume.....	20\$000
Brasil Historico, 4 vol.....	12\$000
Uma Hora com Deos.....	\$
A Posteridade.....	\$
Quadro Analytico de Grammatica da Lingua Portugueza.....	1\$000
"    "    de Rethorica.....	1\$000
"    "    de Arte Poetica.....	1\$000
"    "    de Mythologia.....	1\$000
Diccionario de Medicina e Therapeutica Homœopathica, 1 vol.....	10\$000
Historia do Brasil-Reino e Brasil-Imperio, 1º vol.....	10\$000
O Brasil Social e Politico, ou o que fomos e o que somos, com notas do padre Antonio Vieira, 1 vol.....	2\$000

(\*) Inedito—Diccionario de Medicina, Cirurgia, Historia natural, etc., etc.

INDICE

ição do go-  
e Olinda e  
buco aos  
amação  
entre

O Fim







# HISTORIA

DO

## BRASIL-REINO E BRASIL-IMPERIO

COMPREHENDENDO:

A HISTORIA CIRCUMSTANCIADA DOS MINISTERIOS, PELA ORDEM CHRONOLOGICA DOS GABINETES MINISTERIAES, SEUS PROGRAMMAS, REVOLUÇÕES POLITICAS QUE SE DERÃO, E CORES COM QUE APPARECERÃO, DESDE O DIA 10 DE MARÇO DE 1808 ATÉ 1871; A DA CONQUISTA DE CAYENNA, DA INDEPENDENCIA DO BRASIL, E DAS CONSTITUIÇÕES POLITICAS, DESDE 1789 ATÉ 1834; E ACOMPANHADA: DA LISTA NOMINAL, E POR SUCCESSÃO, DOS SENADORES, DESDE A CREAÇÃO DO SENADO, EM 22 DE JANEIRO DE 1826, ATÉ O PRESENTE; DA DOS DEPUTADOS, DESDE 1823 ATÉ A ULTIMA LEGISLATURA DE 1869; E DA DO CONSELHO DE ESTADO, CREADO POR DECRETO DE 22 DE ABRIL DE 1821, PARA A REGENCIA DO BRASIL, ATÉ 1873.

PELO

*Dr. Mello Moraes (A. J. de)*

(Natural da cidade das Alagoas)

Deputado á Assembléa Geral Legislativa pela provincia das Alagoas, e autor da *Corographia Historica do Brasil*, da *Physiologia das Paixões* e de muitas outras obras litterarias e scientificas.

Eu desta gloria só fico contente  
Que á minha terra ameio á minha gente,

FERREIRA ( P. Lusitano )

**TOMO II**



RIO DE JANEIRO

TYP. DE PINHEIRO & C. RUA SETE DE SETEMBRO N. 150

1873



# AO LEITOR

No meu opusculo o *Brasil Social e Politico* ou *O que fomos e o que somos* e nos primeiros numeros da terceira serie do quinto anno do meu *Brasil Historico*, dei as razões porque não podia continuar a imprimir o segundo tomo desta minha obra o *Brasil-Reino e Brasil-Imperio*.

Não achando consummador para ella, e não podendo empatar como empatei, com o primeiro tomo e com o *Diccionario de Medicina*, avultada quantia, sem resultado algum, nem mesmo para cubrir a despeza do papel e da brochura, seria inconveniencia, sacrificar-me pela impressão total do segundo tomo, que sem duvida me levaria a um excessivo numero de paginas, por ter de contar e documentar a historia de 50 annos, desde a fundação do *Imperio nominal do Equador*, como o chamou José Bonifácio de Andrade e Silva, até o calamitoso ministerio de 7 de Março de 1871.

Nesta nossa terra, onde é crime dizer-se a verdade, onde a *Companhia do Olho vivo* civil e politica, quer fazer proezas nas traficancias sem que tolere censuras, onde os *Josés Nicós* da sociedade civil e politica, não temem o juizo da opinião publica, porque o juizo da opinião publica não obra como em 1753 obrou o marquez de Pombal, que lhes acabou com a casta e moderou o ardor dos industriosos, escusado é lutar contra tantos embaraços.

O intelligente editor desta obra e dono do estabelecimento typographico. (1), possuindo os mesmos sentimentos que o benemerito *Paula Brito*, de saudosa memoria, offereceu-me com sacrificios proprios o seu estabelecimento, como já referi, para eu continuar com a impressão da historia moderna do Brasil, porque dado as letras conhece a importancia dos meus trabalhos historicos e litterarios. Mas eu, que sei apreciar ás circumstancias dos tempos e os sacrificios a que ia expôr um homem de bem, que vive do seu trabalho, e da sua honesta industria, recusei o sacrificio, dando por terminado na pagina 58 do segundo tomo a historia moderna, completando o tomo do *Brasil-Reino*, com o principio da historia do *Brasil-Imperio*.

Assim acabei a obra.

Para satisfazer aos curiosos das cousas do Brasil, estou continuando com a historia dos annos de 1823 a 1873 no meu periodico o *Brasil Historico*, e para elle convido o leitor, que quizer acompanhar-me na historia fiel e documentada do vasto e opulento Imperio Brasileiro, tão mal fadado por seu desgoverno.

O que posso garantir ao estudioso leitor, é, que nos meus escriptos não encontrará senão a verdade, porque nada lhe exponho sem que tenha o documento ou a autoridade, para me justificar, e para isso invidei os maiores sacrificios para não dizer nunca uma mentira e nem calar uma verdade.

E' provavel que mais tarde os estudiosos sintão o mallogro dos meus desejos.

A culpa não foi minha.

Comecei a ver este mundo no reinado da immoralidade, da loucura, da depravação, e do infortunio para o meu paiz; e agora atravesso a existencia no reinado do egoismo, da corrupção e da indifferença, contemplando com desprezo e nojo a extensa confraria do *Olho vivo*, civil e politica que vai abysmando o Brasil.

Lutei só, contra a má vontade e contra o egoismo e o despeito (2) e apesar de tudo vou sobranceiro atravessando com os meus recursos, em proveito do meu abençoado paiz, até de todo cahir extenuado para dizer antes de entrar para o seio da terra da patria como outr'ora disse o poeta:

Eu desta gloria só fico contente,  
Que a minha terra ame e a minha gente.

*Dr. Mello Moraes*

Rio de Janeiro, 31 de Outubro de 1872.

(1) Não posso deixar no olvido a memoria do Sr. José Luiz de Vargas e Vasconcellos, socio do Sr. Pitcheiro, a quem esta minha obra deve a maior solicitude para a sua publicação. A morte mui cedo apagou-lhe a vida tão util a sua familia e proveitosa á sociedade.

(2) Nunca fui empregado publico, nunca solicitei empregos nem honras sociaes. Nunca, mercê de Deus me humilhei ao poder porque amo a liberdade e a independencia; e senão fosse medico de reputação firmada, morreria de fome, deixando minha familia na miseria, como aconteceu ao chronista do Imperio o coronel Ignacio Accioli de Sequeira e Silva, porque no Brasil as letras não valem, como valem as tretas. No entanto os da confraria do olho vivo existem todos na abundancia, á custa das traficancias e do thesouro publico. Eis o padrao de gloria do actual reinado.





# BRASIL IMPERIO

## HISTORIA DAS CONSTITUIÇÕES POLITICAS DO BRASIL DESDE 1789 A 1825

CONTINUAÇÃO DO MINISTERIO DE 16 DE JANEIRO DE 1822.

—DITO DE JOSÉ BONIFÁCIO.—É CONVIDADO LORD COCKRANE, PARA ORGANISAR A ESQUADRA BRASILEIRA E COMMANDA-LA.

A insistencia das côrtes portuguezas em subjugar o Brasil, e a guerra que se havia manifestado na Bahia, contra as forças lusitanas, commandadas pelo brigadeiro Ignacio Luiz Madeira de Mello, e a presença de uma esquadra inimiga nas aguas daquella provincia, para proteger as armas lusitanas, dando serios cuidados á côrte do Rio de Janeiro, cuidou o governo em mandar preparar navios, para uma esquadra, ordeuando ao mesmo tempo ao encarregado de negocios em Londres de engajar marinheiros e officiaes daquella nação, para com os nossos naturaes seguirem para a Bahia, e outros lugares, que necessitassem de força maritima.

A guerra do Pacifico, estando terminada, com vantagem para o Chili, e constando pelos periodicos ao Imperador D. Pedro I, e a José Bonifácio, que, para aquella feliz terminação, muito concorrera a esquadra chilena, commandada por lord Cockrane, certos de não haver no Brasil um official de marinha experimentado e capaz de commandar as forças navaes, de que podessemos dispôr, contra a esquadra portugueza, lembrárão-se de mandar convidar a lord Cockrane, para vir ao Rio de Janeiro organisar a esquadra e commanda-la em chefe, contra a de Portugal.

### NOTICIA HISTORICA A RESPEITO DE LORD COCKRANE

Cockrane era ex-official da marinha ingleza. Depois de fazer se celebre em hostilisar a França, commandava o cruzeiro defronte de Calais, quando veio a bordo do seu navio um intitulado coronel do exercito alliado contra Napoleão I, dizendo ser portador de despachos, que participavão a queda deste ao governo britannico, e pediu que lhe proporcionasse passar a Londres.

E de feito foi o intitulado coronel conduzido a Dover, donde seguiu para a capital; e entrando na secretaria do ministro dos negocios estrangeiros patenteou a noticia, e desapareceu.

Nesse dia subirão os fundos publicos em Londres extraordinariamente; e, conhecendo-se ser falsa a noticia, verificou-se haver o tio de Cockrane vendido grande somma de fundos comprados por baixo preço, nos dias antecedentes; e lord Cockrane foi chamado a Londres, processado pelo parlamento e julgado cúmplice daquelle aventureiro, foi exautorado do posto e honras, como consta do processo, publicado nos jornaes de 1813 a 1814.

Julgando-se deste modo Cockrane impossibilitado de viver em Inglaterra, partio para a America, e em

1819 apresentou-se no Chili, quando o governo daquella republica chamava estrangeiros, para officinaes da sua marinha, sendo elle admittido e nomeado chefe da esquadra chilena.

Estando os hespanhoes ainda senhores da praça de Valdivia, cinco leguas distante da embocadura do Rio, com 118 canhões, 780 veteranos e 3.000 milicianos, offereceu-se Cockrane, para ir toma-la com tres navios e 250 homens, o que realizou com tanta rapidez e heroismo, que comprovou a fama que delle tinha chegado ao Chili.

Nomeado commandante da esquadra, que levou ao Perú o exercito, de que era chefe o general S. Martinho, impôz ao governo condições inadmissiveis, em proveito seu e dos tripolantes da esquadra, e as levou a effeito arbitrariamente, em menoscabo e prejuizo do governo.

As suas arbitrariedades durante o bloqueio de Calháo de Lima, tanto com as presas feitas no mar, como no procedimento tido com os hespanhoes, que vinhão para a esquadra trazendo capitães, que desappareção depois, obrigou ao governo chileno a não estar pelas exageradas sommas que pedia, para si, quando regressou ao Chili, e foi desonerado do serviço da republica.

Aagitava-se no Chili esta questão, quando chegou ás mãos de lord Cockrane, o convite que José Bonifácio lhe mandou fazer, por intermedio de Antonio Manoel Corrêa da Camara, que ao mesmo tempo foi encarregado do consulado geral do Brasil, para todos os novos Estados da America do Sul; mas, temendo Camara a passagem das Cordilheiras, enviou-lhe o convite por um proprio.

Cockrane se achava na sua fazenda de Quintero, no Chili, quando recebeu a seguinte carta:

*O conselheiro agente do Brasil junto ao governo de Buenos-Ayres ao almirante lord Cockrane, commandante em chefe das forças navaes da republica do Chili.*

« Milord.—O Brasil, potencia de primeira ordem, tornou-se um novo Imperio, uma nação independente, sob o legitimo herdeiro da monarchia, Pedro o Grande, seu augusto defensor.

« E' por sua ordem, é por sua parte, e em virtude dos despachos ministeriaes, que acabo de receber de S. Ex. o Sr. José Bonifácio de Andrada e Silva, ministro do interior e das relações estrangeiras do Brasil, em data de 13 de Setembro ultimo, que tenho a honra de lhe dirigir esta nota, em a qual Vossa Graça (\*) é convidado por, e da parte do governo do Brasil, a aceitar o serviço da nação brasileira, onde sou devidamente autorisado a

(\*) Esta carta foi escripta em francez, e vem nas memorias narrativas do lord Cockrane, e o traductor, censurando, diz que o tratamento de Vossa Graça em Inglaterra só é dado a duques e arcebispos.

lhe assegurar categoria e graduação de nenhuma sorte inferior áquella que tem da republica.

« Abandone-se, milord, ao reconhecimento brasileiro, á munificencia do Principe, á prohibidade sem mancha do governo actual; far-lhe-hão justiça; não se rebaixará de um só ponto a alta consideração, categoria, graduação, caracter e vantagens que lhe são devidas.—Antonio Manoel Corrêa, consul do Imperio do Brasil em Buenos-Ayres.

« 4 de Novembro de 1822. »

Cockrane affirma que a sua resolução foi de prompto tomada, devida á ingratitude do governo chileno em não recompensar, como elle merecia, os seus serviços—pela tomada de Valdivia e aniquilação da força naval hespanhola em Calháo, e no resto do Pacifico, com o que se deu paz interna a Chili e a independencia ao Perú.

Acreditamos o contrario, porque os factos vêm em nosso apoio. Como se offercia mais vasto campo á sua desmedida ambição, veio logo, deixando um protesto de haver da republica chilena as sommas exigidas, que, em vez de lh'as pagar, mostrava que elle se tinha pago por suas mãos exuberantemente.

Cockrane em 20 de Novembro de 1822 respondeu a Antonio Manoel Corrêa da Camara nos termos seguintes:

« Valparaíso, 20 de Novembro de 1822.

« Illm. Sr.—Tendo-se terminado felizmente a guerra no Pacifico pela total destruição da força naval hespanhola, acho-me, não ha duvida, livre para a cruzada da liberdade em qualquer outra parte do globo.

« Confesso, contudo, não haver até aqui dirigido para o Brasil a minha attenção, consideração que a luta para a liberdade da Grecia, o mais opprimido dos Estados modernos, offercia a melhor oportunidade á interpretação e ao esforço.

« Apresentei hoje a minha final demissão ao governo do Chile, e não vejo neste momento que haja de precisar demora alguma importante antes da minha partida, por via do cabo d'Horne, para o Rio de Janeiro, tocando em Buenos-Ayres, onde espero ter o gosto de encontrar a V. S., e onde poderemos fallar mais deste objecto, ficando no entanto entendido que eu me conservo em liberdade de recusar, assim como em direito de aceitar o offercimento, que, mediante V. S., me ha sido feito por S. M. Imperial.

« Só menciono isto pelo desejo de manter consistencia de caracter, no caso que o governo, cousa que estou mui longe de crer succeda, differisse tanto em sua natureza daquelles que estou habituado a sustentar, que tornasse repugnante a meus principios o lugar proposto, e assim o aceita-lo me expuzesse justamente á suspeita, no mesmo tempo tornando-me indigno da confiança de Sua Magestade e da nação.—Cockrane.

« Illm. Sr. Antonio Manoel Corrêa da Camara, consul de S. M. Brasileira em Buenos-Ayres. »

NA VILLA DA CACHOEIRA OS EUROPEUS DO COMMERCIO ESCONDIÃO OS GENEROS, PARA DIFFICULTAR A GUERRA CONTRA O GENERAL MADKIRA.

Não obstante o immenso enthusiasmo, que os europeus do commercio da villa da Cachoeira vião nos naturaes do Brasil, contra a tropa lusitana na capital da provincia, para diffcultar-lhes os generos de primeira necessidade, que antes tinham expostos ao consumo publico, os escondião, a dar lugar ao inspector dos fardamentos, em officio do 1º de Agosto

de 1822, dirigido ao secretario da junta do governo Francisco Gomes Brandão Montezuma, queixar-se, pedindo providencias contra Jesé Bouças, Manoel dos Santos Bouças, Antonio Francisco Ribeiro e outros, cujas casas, sendo varejadas, se reconheceu que elles occultamente as tinham esvasiado, com o unico fim de nada venderem aos nacionaes em damno dos seus compatriotas.

Receiosos esses commerciantes occultarão-se, para não soffrerem as penas que as circumstancias impunhão.

#### REVOLTA EM CAMAMU'

Sem que ninguem esperasse, teve o coronel Henrique Plasson, no lugar de Taperauá, noticia que na villa de Camamu' um movimento revolucionario se estava operando, sem se saber as causas e quem o havia promovido.

Julgava-se ser brasileiros os revoltosos, porque o coronel Plasson em 30 de Agosto, se dirigindo á junta de defesa da villa de Nazareth, dando conta da sublevação de Camamu', e damno que causou a demora dos contingentes de Jequiriçá e da Estiva, cre' serem brasileiros os motores da desordem, que se dispunhão marchar sobre Itaperaná.

No officio do 1º de Setembro, dirigido á junta de defesa da villa de Valença, diz que, por intermedio de um inferior do seu commando, lhe mandára communicar o alferes Braz Antonio e Fr. José, do convento de Cayrú, que se acautelasse, porque contra os seus pontos de defesa marchavão 700 homens, que lhes parecião ser lusitanos, desembarcados na vespera, os quaes, forçando alguns naturaes, depois os incorporarão e marcharão sobre os pontos de defesa. De feito assim o praticarão; porém como se acudio a tempo, forão batidos.

A junta de defesa da villa de Nazareth, em officio de 3 de Setembro de 1822, participando ao deputado da mesma villa, que fazia parte do governo da Cachoeira, se exprime assim:

« Illm. e Exm. Sr. capitão Manoel Gonçalves Maia Bitencourt.—Hontem officiamos a V. Ex., participando-lhe as circumstancias criticas em que nos achamos, pela facção que pretendem executar José Jorge da Rocha Pegado Serpa, o padre Amaral, o sargento-mór Joaquim José de Sant'Anna Lisboa e Bernardino José Cardoso.

« Neste momento recebemos de Valença os officios incluzos por copia; pedindo soccorro para o coronel Henrique Plasson, como este se exprime nas copias do primeiro e segundo. No dia 1º do corrente, pelas 3 horas da tarde, marchou daqui a gente que se pôde dispensar, que, reunindo-se com a da Aldeia e com a da Estiva, armarão-se 150 homens, commandados pelo alferes José Clarke Lobo, para unirem-se ao dito coronel e marcharem debaixo das ordens deste.

« Agora mesmo officiamos a José Antonio da Silva Castro, que nos dizem estar no Funil, para dahi marchar com o seu batalhão para Valença, e de lá partir a auxiliar o referido Plasson; e porque nos parece necessario participar a V. Ex., o fazemos, requerendo-lhe maior auxilio, por nos dizerem que o inimigo pretende atacar pela nossa retaguarda e frente.

« Deos guarde a V. Ex., como nos é mister. Nazareth, 3 de Setembro de 1822.—Francisco José de Araujo Franco, presidente.—João Amado Coutinho Barata, secretario.—Manoel do Nascimento Monteiro.—João Francisco de Medina. »

A JUNTA DO GOVERNO, ESTABELECIDO NA VILLA DO RIO DE CONTAS, PARTICIPA A SUA INSTALAÇÃO, E PEDE A CRIAÇÃO DE NOVA PROVINCIA.

No dia 3 de Setembro de 1822 o governo provisório e temporário, estabelecido na villa do Rio de Contas, na provincia da Bahia, participa ao governo central do Rio de Janeiro ter-se installado no dia 14 de Agosto, e nomeado o seu secretario, para vir, na qualidade de procurador, representar a Sua Alteza a necessidade da ratificação do governo installado pelo povo, e da confirmação da criação de um corpo de infantaria, levantado a instancias da mocidade, que se offerencia voluntariamente a servir, ao qual ajuntou o governo outro regimento de cavallaria; a confirmação de uma cadeira de primeiras letras, tanto naquella villa, como em cada um dos arraiaes mais consideraveis; a permissão de não mandarem os dinheiros publicos para a capital da provincia, porque são mal pagos os empregados, e não se applicarem as rendas para seus justos destinos; a criação de uma nova comarca, composta da referida villa, da de Santo Antonio do Urubú e da de Caitité, para ficar separada da comarca de Jacobina, donde distão as tres villas mencionadas mais de cem leguas, e por fim formar-se uma provincia separada, que comprehenda desde o jugado de Chique-Chique até á extremidade da freguezia das Contendas, de norte a sul, até ao limite da comarca com a cidade da Bahia, do nascente ao poente, ficando assim com uma população de mais 125.000 almas e em terreno fertilissimo.

Lembra ao governo por fim a criação do jugado de Chique-Chique e dos arraiaes de Monte-Alto, Contendas, Rio-Pardo, Santo Antonio da Barra e Conquista em Villas, para commodidade dos povos, assim como a extincção dos ouvidores, a que chama harpias devoradoras da substancia dos povos, e ajunta para prova o precatório da ouvidoria, para a prisão de muitos individuos, de que não constava culpa; e pede, para a nova provincia, que assim fór creada, todas as autoridades civis e ecclesiasticas, com o seu respectivo bispo, e que fique a villa do Livramento das Minas do Rio das Contas, capital da provincia.

Sendo recebida a representação, Sua Magestade mandou responder que não approvava de modo algum a desmembração de provincias e governos illegaes, por ser já tempo dos povos se não deixarem illudir por ambiciosos e anarchistas, e que tudo se governe pelas leis existentes e pelas ordens de S. M. Imperial!

Sendo importante a representação de que fulto, aqui a copia do original manuscrito(\*):

« Senhor. — O dia 14 de Agosto, dia que sempre existirá lembrado em os corações dos verdadeiros amigos da patria, foi este o dia em que tivemos a ventura de aclamarmos a Vossa Alteza principe regente constitucional, protector e perpetuo defensor do Brasil. Não se via um cidadão, que pelo semblante não mostrasse o que em o seu coração se passava: a alegria espargia-se por todos, e todos erão alegres.

« Neste mesmo acto installou-se um governo provisório, temporario, a requerimento dos povos, para servir de antemural aos seus fôros e ás suas liberdades, e mesmo para atalhar a desordem, a guerra civil e a anarchia, que poder-se-hia seguir pelo impedimento de comunicação com a capital, e por algumas pessoas mal intencionadas.

« Senhor, debaixo do amparo de um Principe cidadão, pai da patria, amigo da humanidade, não duvidamos alçar a voz, e pôr debaixo do mesmo amparo as nossas supplicas, que são as do povo; mas, para que Vossa Alteza conheça os votos de seus subditos, além de socorrer ás suas necessidades, remediar os seus males, é preciso que haja um procurador, que apresente a Vossa Alteza as justas supplicas dos seus subditos, o qual procurador é o mesmo secretario deste governo, a quem autorisamos para o dito fim, e levar á alta presença de Vossa Alteza os nossos votos de submissão e respeito.

« Os nossos pedidos são primeiramente a ratificação do governo installado pelo povo. Em segundo lugar a confirmação de um regimento de infantaria de pé, intitulado de voluntarios do Principe Regente constitucional D. Pedro de Alcantara, que se creou a instancias da mocidade, que voluntariamente se offerencia á defesa da causa e patria, para o que passamos a nomear os officiaes maiores do dito regimento áquellas pessoas, que tinham concorrido para o serviço da nação, como tambem pelos merecimentos pessoais; e determinamos igualmente a organização da cavallaria, porque um Estado bem organizado deve ser defendido por cidadãos, por homens interessados á felicidade publica, dependentes da patria, e que só a ella jurarão fidelidade, e não por mercenarios, que não têm senão o interesse de agradar a um senhor injusto, que servirá muitas vezes para transtornar a ordem publica e subjugar a patria.

« Todo o cidadão deve ser prestes a servir uma patria feliz e livre: elle combaterá melhor que um mercenario, que se bate por seu senhor, e jámais por si mesmo ou por seu paiz. O amor da patria, e não a vil honra de perecer por um tyranno, pôde formar homens corajosos e magnanimos.

« Entregai, Senhor, á patria cara aos homens, e ella será bem defendida. Vós não tereis necessidade de violencia para excitar a defender um bem que todos desejam conservar.

« Em terceiro lugar a confirmação de uma cadeira de primeiras letras para os primeiros ensaios da mocidade, tão indispensaveis, como necessarios em os justos e liberaes, pois as luzes só podem ser nocivas aos impostores e aos tyrannos.

« Desta mesma cadeira precisão os arraiaes mais consideraveis, por serem distantes uns dos outros, e é para admirar, Senhor, o pouco zelo e cuidado, que tem tido a capital da provincia com os povos deste sertão, que nem um mestre de primeiras letras tem creado! Parece que a instrução da mocidade deve ser o mais essencial objecto de todo o governo; para que os homens possam amar qualquer governo é preciso que conheçam as vantagens que delle se seguem; é preciso, pois, esclarecê-los, até mesmo para não deixarem-se seduzir por hypocritas, ambiciosos e fanaticos: as luzes tornarão sempre os homens moderados, e enranha-los nas trevas é querer torna-los maos.

« Em quarto lugar, que daqui não saião os nossos dinheiros publicos, porque a nossa capital nada mais quer do que extorquir estes dinheiros, e nada de pagar aos empregados publicos desta villa, e quando estes recorrem á mesma capital para serem pagos, é-lhes preciso fazerem immensas despesas, além de arrecadar os seus salarios, de maneira que se têm de receber como cincoenta recebem como trinta; não cuida em concertos de estradas, pontes canaes, para facilidade do commercio interno, quando as obras que se fazem por conta do Estado são um objecto que em todos os tempos, e em todas as nações tem merecido a mais seria attenção da parte dos governos, não só porque dellas se collige o progresso das partes em qualquer paiz, como porque sendo uma das

(\*) No dia 9 de Setembro os habitantes da villa do Rio das Contas mandão, no mesmo sentido, uma representação ao Principe Regente, sendo assignada pelo juiz de fora pela lei João Nunes de Souza, Francisco de Vasconcellos Bittencourt, João Gonçalves de Aguiar e Joaquim José Guimarães.

aplicações da fazenda nacional, exige fiscalização que cohiba os extravios e malversações, que podem dar-se neste ramo de administração, e até porque dando emprego á multiplicidade de braços, que nelles se occupão, augmentão a industria, favorecendo a classe indigente.

« Em quinto lugar, que o povo desta villa e seu termo chega a mais de 20.000 habitantes: a extensão do seu territorio é de 50 leguas, de norte a sul, e outras tantas de nascente a poente.

« A villa de Santo Antonio do Urobú, de igual população, e a villa de Caeté foram desmembradas desta; e porque já a população das tres é mais que sufficientemente consideravel para uma comarca, requeremos a separação da comarca de Jacobina, a que estamos sujeitos, com grande vexame, por ser aquella cabeça de comarca distante desta villa o melhor de 100 leguas, da de Caeté 120, e outro tanto da do Urobú; o caminho é pessimo, com travessias despovoadas e sem agua, e para aquella comarca não têm estes povos comunicação alguma mercantil, e só apenas algumas dependencias de justiça, por appellação, aos ouvidores, ou em procurarem carlas de usanças para os officiaes da camara.

« Os eleitores, que em 1824 concorrerão á dita cabeça de comarca, assás experimentarão este vexame, e por isso unindo-se lá os das tres villas mencionadas fizeram uma representação, em nome de seus constituintes, dirigida á ex-junta provisoria da Bahia, capital da provincia, pedindo levasse ao conhecimento das côrtes, ou de S. M. Fidelissima, o desejo que elles tinham de erigir esta villa em cabeça de comarca, separada daquella por ser das tres villas a mais central, a mais sadia e aprazivel, banhada pelo rio Bromado, e por ser a unica da comarca occupada por juiz de vara branca.

« Nesta representação jamais tiveram solução, como de costume, e procurando do governo o seu despacho um eleitor da comarca, lhe foi respondido que se consultaria ao ouvidor da comarca, que lá se achava: mas que responderia aquelle ouvidor contra os seus interesses?

« Senhor, estes ouvidores são as devoradoras harpias de suco e sangue humano, pois o que é dotado de mais humanidade tira da comarca 30 a 40 000 cruzados, dilheiro este que não torna, ficando a comarca em peor estado do que a achou, e isto não é dizer que não queiramos magistrados; queremos, mas que sejam executores das leis, e não transgressores dellas, e uma junta que viaje sobre os abusos destes magistrados, e uma camara bem organizada em todas as villas, para a prompta e facil administração da justiça, mas não ouvidores, que no estado das cousas nada servem senão de verdugo aos povos, como se mostra do documento incluso.

« Em sexto lugar, que seu systema constitucional é aquelle que tem por fim boas instituições, remedios promptos, facis e efficazes, expedita administração da justiça, commodidade dos povos, sua educação, animar a agricultura, commercio e artes, mananciaes das riquezas das nações; não é muito queiramos uma provincia, sendo esta villa sua capital, por ser a mais central, e com as communidades necessarias; um bispo para nosso pastor espiritual, e mesmo para promover a população, dissolvendo os impedimentos matrimoniaes, tão difficis, como dispendiosos, por causa da longuetude em que fica da Bahia, casas de arrendação, e tudo o mais que fór a bem dos povos e de uma provincia, com a sua devida proporção.

« Esta provincia deve comprehender o julgado de Chique-Chique, que fica nas margens do rio de S. Francisco, e por este arriva até a extremidade da freguezia de Contendas, isto de norte a sul, e pelo nascente com a extrema que faz esta comarca com a cidade da Bahia, de sorte que a provincia vira a comprehender 130 a 150 leguas de norte a sul, e de nascente a poente 120, pouco mais ou menos.

« A sua população é presentemente para mais de 125.000 almas, e não menos. O terreno fertil exporta gados vaccos e cavallares, sal, algodão, salitre, tabaco, assucar, peixes salgados; e esta villa, alem disto, encerra

em si riquissimas minas de ouro, cobre, ferro e pedras preciosas.

« Também é da maior entidade, para commodidade dos povos, prompta e facil administração de justiça, que se erijão em villas o julgado de Chique-Chique, e os arraaes de Monte-Alto, Contendas, Rio-Pardo, Santo Antonio da Barra e Conquista.

« Taes são, Senhor, as justas representações que levamos á presença de Vossa Alteza, para que, entrando no conhecimento dellas, e consultando os sentimentos do vosso coração, que são de um pai benefico, protector, humano e defensor perpetuo da liberdade social do Brasil, annua ás nossas supplicas.

« Deos guarde e felicite muitos annos a Vossa Alteza. Sala do governo da villa e minas do Rio das Contas, em 3 de Setembro de 1822. Aos pés de V. A. Real.—Joaquim Pereira de Castro, presidente.—Joaquim José Ribeiro de Magalhães, secretario.—Antonio de Souza e Oliveira Guimarães.—Ignacio Ferreira da Silva.—Antonio Rocha de Bastos.—Francisco Carneiro de Campos, secretario.—Mannoel Ignacio da Cunha Menezes.—José Cardoso Pereira de Mello.—Antonio da Silva Telles. »

JOSÉ CLARC LOBO DÁ CONTA DA COMISSÃO DE QUE FÔRA ENCARREGADO, E DOS ACONTECIMENTOS DE CAMAMU' E MARAHU'.

No dia 13 de Setembro de 1822 o alferes José Clarc Lobo communicou ao commandante da força armada a noticia do movimento revolucionario do dia 30 de Agosto em Camamu' e Morahú, e refere que tendo entrado no dia 7 de Setembro, pelas 3 horas da tarde, em Camamu', foi recebido pelo coronel Henrique Plasson, e uma guarda de milicianos, ficando ás ordens do coronel, como lhe fôra ordenado; e que, constando se achar na villa de Marahú uma cauhoneira arrazando as propriedades, mandou o coronel que elle fizesse destacar 40 homens, commandados pelo alferes Antonio Francisco dos Santos, dos quaes, corajosamente marchando, parte da gente, ao atravessar um rio navegavel, avistárão uma sumaca, que, vindo em alcance, fez fogo de artilharia contra o templo e casas daquella villa, e que, postada a nossa tropa em lugar conveniente, tambem fez fogo de mosquetaria, morrendo 16 homens da sumaca, sem que nenhum dos nossos fosse offendido; e o alferes Santos, pedindo-lhe mais reforço, enviára-lhe 40 homens de ordenanças da terra, bem municidados, os quaes partirão ás 6 horas da tarde.

Ao mesmo tempo que os homens, mandou vir uma peça de artilharia, que se achava distante, por lhe constar ter a sumaca borda falsa, e ser necessaria uma arma desta natureza para combater com a que della jogassem.

Participou achar-se na barra da villa de Camamu' um brigue, e á sombra delle constava-lhe existirem na barra grande muitos habitantes do paiz abarracados e com guarda. Contra os facciosos, mandou uma força de 40 homens, commandados pelo official Corrêa, e pela meia-noite recebeu uma participação deste alferes de ter tomado a embacação e capturado tres individuos, entre elles um celebre José Gonçalves Bonaparte, que andava a amedrontar o povo, e mandando viveres ao inimigo.

Com este acontecimento ficou a villa de Camamu' em socego, porém fortificada e guarnecida, pelas providencias que se derão.



AS TROPAS LUSITANAS TENTÃO UM DESEMBARQUE EM  
ITAPARICA, E SÃO DERROTADAS

Sendo a ilha de Itaparica muito exposta ás invasões pela costa, entendêrão os lusitanos apossarem-se della, não só como ponto strategico de suas operações de guerra, como para embaraçar as communicações com a costa e interior do reconcavo, e para isso no dia 11 de Setembro o general Madeira fez embarcar uma numerosa força em 11 lanchões, com o fim de desembarcar na ilha de Itaparica e apoderar-se della; porém a resistencia que encontrou foi tão formidável, que teve de recuar com grandes perdas.

O capitão Antonio de Souza Lima, escrevendo no dia 13 de Setembro ao secretario do governo da Cachoeira Miguel Calmon du Pin e Almeida, se exprime assim:

« Os successos desta Itaparica V. Ex. está ao facto pelos officios meus a esse Exm. conselho, se bem que elles contêm o diminuto do facto, porque como são officios não nos podemos reportar senão a factos verídicos, e nunca valermo-nos de noticias infundadas, etc.

« Asseguro a V. Ex. que o inimigo soffreu um terrivel destroço; o seu orgulho prestou-lhe coragem: avançaram 11 lanchões carregados de tropa, com terrivel arrojio; os officiaes, em pé, na poupa dos lanchões, gritavam: avança!—cortando o vento com as espadas douradas; emfim, chegarão a abicar, e eu, com 50 homens, bons atiradores, guardados em uma vala que fazia a praia, fiz-lhes fogo tão terrivel, que vião-se cabir aos pares, e alguns cahião na agua, e elles sem os recolher aos lanchões; continuavamos com um fogo tão rapido, sem cessar, até que elles fugirão em tal desordem, que não sabião se remavão ou se se escondião no fundo das castrais, visto que deixarão remos, croques, que se apanhãrão em numero de 13, etc. »

## RESENHA DOS ACONTECIMENTOS DO MEZ DE SETEMBRO

Os habitantes da villa do Rio de Contas, em um longo officio do dia 9 de Setembro de 1822, dirigido a S. A. Real, congratulão-se pela aclamação da regencia do mesmo augusto Senhor, e lhe pedem, para mais commodidade dos povos, a creação de nova provincia, tendo por capital a villa do Rio das Contas.

No mesmo dia 9 de de Setembro a commissão da caixa militar da villa de Santo Amaro pedio providencias, afim de prover a tropa daquella villa do necessario, pela deficiencia do cofre, para pagar letras ou vales, que se estavam a vencer, dos generos comprados, para o fornecimento da tropa; e em outro officio do dia 11 lembrou a commissão ao governo, como meio de auxiliar a caixa militar, que naquella villa havendo alguns ramos de direitos nacionaes, debaixo da superintendencia do juiz de fóra, outros por arrematadores particulares, como dizimos, collectas e outros, e que semelhantes rendimentos, attentas as actuaes circumstancias, podião se applicar ás caixas militares, e que, havendo ordem do governo, sem duvida serião ellas executadas, e isto durante o tempo da guerra.

No dia 17 a junta de defesa da villa de Nazareth, accusando a copia da portaria, que tinha de regular a caixa militar, participa á junta do governo da Cachoeira não terem as villas da Conquista e Caeté acclamado o regente do reino do Brasil, e que ia se

remetter proclamações aos povos daquelles lugares, enviando um proprio com instrucções, afim de ser acclamada a regencia constitucional do Sr. D. Pedro de Alcantara.

No dia 18 a junta de defesa da mesma villa de Nazareth envia ao governo copia do convite, que fez á villa de Jaguaripe, para alli irem prestar juramento de fidelidade á causa do Brasil, e faz sentir ao mencionado governo que, em vista das circumstancias de desasocego em que se acha a villa de Nazareth, não podem abandonar os postos; e a junta do governo respondeu que, não tendo lugar o que exigia a commissão na ultima parte da sua nota, determinava que fossem a Jaguaripe as primeiras autoridades.

No entanto o senado da camara da villa de Jaguaripe participa ao presidente, e membros da junta commissaria de defesa, ter na quarta-feira 25 de Setembro todos os empregados publicos, chefes dos corpos militares e autoridades ecclesiasticas do districto da villa, prestado juramento de fidelidade.

No dia 23 a junta de defesa da villa de Valença crea um commissario, para obter por emprestimo os dinheiros precisos, para sustentar os seus pontos de defesa; e no dia 26, escrevendo ao secretario do governo da Cachoeira Francisco Gomes Brandão Montezuma, pede a approvação da commissão creada, afim de sustentar a guarnição do presidio do Morro, barra dos Carvalhos, e mais pontos de defesa estabelecidos a favor da sagrada causa da aclamação de S. A. Real.

O MAJOR JOSÉ ANTONIO DA SILVA CASTRO REPRESENTA AO GOVERNO DA CACHOEIRA A NECESSIDADE DO JURAMENTO DA BANDEIRA AO SEU BATALHÃO.

José Antonio da Silva Castro, sargento-mór commandante do batalhão de caçadores, voluntarios do Principe Regente, desejando manter a boa disciplina militar no batalhão que havia organizado, de accordo com os officiaes inferiores do mesmo corpo, representou ao governo interino no dia 2 de Outubro de 1822, para que todos jurassem bandeira, na fórma do regulamento militar, visto que, tendo o batalhão de tomar parte na causa santa a que se empenhavam vencer, os obrigava ao cumprimento dos deveres a que se compromettêrão em suas primeiras promessas; e para isto pedir, para que o mencionado governo lhe indicasse a formula do juramento, incluindo nelle a clausula de fidelidade e adhesão á causa da independencia da nação brasileira, e outrosim de serem demittidos do serviço militar logo que a independencia fosse reconhecida por todas as nações.

O governo da Cachoeira, não se fazendo esperar, respondeu ao major José Antonio da Silva Castro no mesmo dia, e pela fórma que seus onze subordinados, assignados na representação, requerêrão. Este batalhão, que tomou depois o nome de—Periquitos—prestou grandes serviços á causa publica, concorrendo com o seu patriotismo, para a independencia do Brasil.

A JUNTA DE DEFESA DE NAZARETH PEDE AO GOVERNO A CONSERVAÇÃO DO CAPITÃO ANTONIO DE SOUZA LIMA NA ILHA DE ITAPARICA.

O comportamento verdadeiramente militar do valente capitão Antonio de Souza Lima forçou a junta

de defesa da villa (hoje cidade) de Nazareth, a pedir ao governo a conservação deste official na ilha de Itaparica, por serem os seus serviços, actividade e patriotismo, tão necessarios alli, que reconhecão ser elle indispensavel á segurança daquella ilha e tranquillidade dos povos.

« Illm. e Exm. Sr.—Tendo sido o valente capitão Antonio de Souza Lima encarregado pelo seu sargento-mór commandante de impedir o transito do inimigo, quando pelo centro da ilha de Itaparica tentasse invadir as posições de Caxaprego ou Catú, assignalou para seu abarracamento o lugar do Jaburú, e com effeito dalli tem sempre voado em soccorro de todos os pontos que tem sido atacado, com um successo quasi pasmoso, conseguindo pela muita experiencia do paiz, e pela brava gente que o acompanha, reduzir o inimigo a ir buscar á cidade até a propria agua para beber.

« A estas medidas devem grandemente a sua segurança os bons habitantes daquellas paragens, assim como os nossos postos; acontece agora que o dito sargento-mór commandante dá ordem áquelle official para se retirar com a sua gente, procedimento que tem causado um inteiro desgosto em toda aquella ilha, cuja população só em escravos ha 8.000, que pôde fornecer lenha, viveres e forragens, além de 600 cabeças de gado que tem em si, e sobretudo reduzir a mais de 3.000 familias á pobreza horrorosa, pondo em grande risco as posições do Funil, S. Gonçalo, etc.; e portanto todos os districtos de Jaguaripe e Maragogipe, villas que, nas circumstancias actuaes, devem ser mais guardadas que as outras do reconcavo, por serem o granel do povo delle, e as que o inimigo tem mais em vista, como verdadeiro lugar de fazer a guerra.

« Não se duvida que a ilha de Itaparica, Exm. Sr., no caso da chegada de mais tropas européas, talvez deva ser desamparada, porém depois de ser devastada, e as nossas posições deste lado seguras com melhor e maior artilharia.

« Fazemos esta participação a V. Ex. para levar ao conhecimento dos Exmas. Srs. do conselho interino de governo, para ordenarem que o dito capitão Lima se conserve nas suas posições com a demais gente, visto que, segundo o estilo militar, quando se desocupa o lugar que se tomou é unicamente com um ataque de força superior, e que medidas contrarias trarão nas circumstancias actuaes desmaio e desesperação aos habitantes deste districto.

« Deos guarde a V. Ex. muitos annos. Nazareth, 19 de Setembro de 1822.—Illm. e Exm. Sr. Francisco Gomes Brandão Montezuma, secretario do conselho interino do governo desta provincia.—Francisco José de Araujo Franco.—João Maria Costa Ferreira.—Manoel do Nascimento Monteiro.—João Francisco de Medina »

#### CONTINUA O INIMIGO A SER REPELLIDO

O governo da Cachoeira não se descuidava em prevenir e recomendar, para todos os pontos, o maior empenho, em proveito da causa publica, recebendo igualmente de todos os pontos militares as mais exactas communicações, em modo a estar em dia com os movimentos e operações de guerra. Fazia prodigios de patriotismo, apesar dos poucos recursos que havia, para repellar o inimigo e para defender a patria.

Era a ilha de Itaparica, pela sua posição e mesmo extensão, mui difficil de guardar e defender; porém confiada aos cuidados e patriotismo do valente Antonio de Souza Lima, pôde conserva-la intacta, como elle mesmo confirma, dirigindo-se ao governo

em officio de 3 de Outubro de 1822, que aqui copio do proprio original manuscrito:

« Em 28 do passado me dirigi a VV. EExs. por um officio, em o qual lhes manifestava o estado em que se achava esta ilha, offerecendo-se-me agora participar a VV. EExs. que no dia 30 do passado Setembro resolvi fazer uma trincheira no lugar do Manguinho, onde se achavam ainda fundeadas as canhoneiras interceptando a passagem das canoas do Mar-Grande, e tinham ido até aquelle lugar por degrãos, sendo sempre batidos com artilharia de ponto a ponto; e com effeito no dia 30 tomei todas as providencias para fazer do noite uma trincheira sem que elles o sentissem, o que de facto se concluiu, e amanheceu no dia 1º de Outubro prompta, e cavalgada uma boa peça, com que lhe fizemos fogo logo que amanheceu o dia, com a felicidade de empregarmos logo o segundo tiro na barca grande, que immediatamente levantou a vela e se pôz muito ao largo, sem dar um só tiro, o que bem demostrou a impossibilidade em que se achou de o fazer, pois que era de costume, ainda sem motivo, lançar muito fogo para terra; duas pequenas ficaram sobre a vela, fazendo-nos alguns tiros, os quaes nos não offenderão, até que lhe fizemos um tiro que pegou o costado de uma, cujo estrondo soou em terra; encostou-se a outra á ella, e derão á vela e remos para o largo, e puzerão-se fóra do alcance de artilharia.

« A' noite ainda se puzerão mais longe, e da cidade veio um barco que fundeou junto a ellas, e assim, como amanheceu o dia, todas se fizeram á vela, e nós por terra as acompanhámos até o lugar das Mercês, que fica frente a cidade, e alli ficaram todas recolhidas, e assim livre a communicação com todo o reconcavo.

« Ficão montadas nas competentes carretas as seis peças de 12, que estavam na fortaleza e foram desencravadas, assim como tres de 36, restando tão sómente tres das de 36, que tem havido sua difficuldade no tirar as balas de dentro; e tambem com a occupação de montar as outras não se tem trabalhado nisso seriamente, o que farei daqui em diante. Mandeí pedir ao commandante da Encarnação 20 barris de polvora dos que vão para essa villa, e não sei se me os mandará ou não; por isso, em caso de recusa daquelle, tenho de os deprecicar a VV. EExs., que assás me são necessarios para municiar as peças.

« Recebi pelo capitão José Marcellino dos Santos 160 balas, 2.000 cartuchos, 100 pedras de fogo e algum papel para encartuxar, e pelo alferes Manoel Pedreira de Souza 50 balas e 10.000 cartuchos; porém as balas poucas me servem, porque nenhuma tinha de 12, e poucas de 36, e por isso envio a VV. EExs. a medida do diametro das peças que tenho cavalgadas, advertindo que das de 12 quasi nenhuma bala tenho, e nem folha para fazer lanternetas, que supplico a VV. EExs. m'a queirão mandar.

« Ainda me aproveito desta occasião para protestar a VV. EExs., em meu nome e da minha tropa, a firme adhesão e respeito que protestamos a VV. EExs., como firmes columnas de que está pendente a obra da nossa regeneração.

« Deos guarde a VV. EExs. por muitos annos. Quartel na fortaleza de S. Lourenço de Itaparica, 3 de Outubro de 1822.—Illmas. e Exms. Srs. do conselho interino de governo desta provincia.—Antonio de Souza Lima, capitão. »

#### E' DENUNCIADO DE SUSPEITO O SARGENTO-MÓR JOSÉ ELOY PESSOA

No dia 12 de Outubro o coronel Bento Lopes Villas-Bôas, desconfiando da presença do major Pessoa, em officio, datado da villa de S. Francisco, ao conselho interino, q' informa do que sabe a este respeito. Sem commentario transcrevo este documento do proprio original, que se exprime assim:

« Illms. e Exms. Srs.—Montem veio ter a esta villa o sargento-mór José Eloy Pessoa, que tendo sahido da ci-

dade no domingo ultimo, e percorrido por todos os nossos pontos de defesa, donde Pirajá, que disse achar todos na maior fraqueza, e sem nenhuma segurança, aqui chegou, indo logo a embarcar-se para Santo Amaro, e de lá para essa villa, a apresentar-se a VV. EExs., querendo persuadir-nos, como por todos os outros pontos fizera, e VV. EExs. poderão julgar da carta inclusa, que depois da sua missão escreveu o capitão Pedro Ribeiro ao tenente-coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, que, attento o estado de terror em que se achavam na cidade os nossos inimigos, tendo-se já circumscripção a um circulo muito concentrico de S. Bento até ao forte de S. Pedro, era este o momento em que, sendo atacado pelas tropas do reconavo, elles abandonariam a cidade, e á pressa se embarcariam fugitivos, para o que já parecia terem feito todas as disposições e arranjos.

« Agora consta-me que elle se encaminhára logo directamente a essa villa, o que, unido ao boato que se tem espalhado, de que esta sua vinda é em serviço dos nossos inimigos para trahir a santa causa por que pugnamos; parece que justifica a suspeita, que tem merecido, fundada nas seguintes ponderações:

« 1.º Ter sido pelo Madeira empregado em serviço, o que não admitto aos outros officiaes da deportação do dia 3 de Novembro ultimo.

« 2.º Ter tido a sua familia fóra da cidade, e fazê-la reverter alli com passaporte do Madeira, e agora sabir, abandonando-a.

« 3.º Dizer que, se senão marchar para a cidade, regressa immediatamente, pois não está em circumstancia de perder por muito tempo seus soldos.

« Julguei, pois, do meu dever participar a VV. EExs. para que, com as luzes que lhe são proprias, estando ao facto de tudo, formem o justo juizo e uso conveniente ás nossas circumstancias, em utilidade da nossa santa causa.

« Deos guarde a VV. EExs. Villa de S. Francisco, 12 de Outubro de 1822.—Ilms. e Exms. Srs. presidente e mais deputados do conselho interino de governo desta provincia.—Bento de Araujo Lopes Villas-Boas. »

NO DIA 12 DE OUTUBRO DE 1822 SOLEMNISOU-SE O ANIVERSARIO DO SR. D. PEDRO NA PROVINCIA DA BAHIA

Foi muito festejado o anniversario do Sr. D. Pedro de Alcantara, regente constitucional e perpetuo defensor do reino do Brasil, não só nas villas da Cachoeira, S. Francisco, e mais villas e povoados do reconavo e provincia, como no exercito, havendo *Te-Deum*, com assistencia do senado da camara, reinando por toda a parte o jubilo nos habitantes e na tropa, e com a pompa que as circumstancias permittião.

Passado o dia 12 de Outubro no meio do entusiasmo, no dia 13, vindo da cidade sobre a ilha de Itaparica 13 embarcações, sendo 1 brigue, 1 barca grande e 11 canhoneiras, e marchando a força da ilha sobre o inimigo, o fez retirar no dia 14, como refere o commandante Antonio de Souza Lima, e o major José Joaquim Salustiano Ferreira, ao governo da provincia:

« No dia 12 do corrente, dia dos faustissimos annos de S. A. R. o Sr. D. Pedro de Alcantara, príncipe regente, protector e perpetuo defensor do reino do Brasil, celebrou-se nesta matriz do SS. Sacramento da Ponta de Itaparica a sua feliz aclamação, com aquella pompa que as circumstancias do tempo permittirão, fazendo rebentar lagrimas de alegria aos circumstantes por se virem atraídos por um tão feliz motivo a um templo, que a tempo lhes estava interdito por estar cercado das oppressoras bayonetas inimigas.

« Na vespera aqui tinha comparecido o meu sargento-

mór para solemnizar com o resto do seu batalhão tão faustoso dia, e até hoje ainda aqui se acha por ter sido obstando pelos motivos que vou ponderar a VV. EExs., tendo infelizmente apparecido uma rivalidade entre a tropa estacionada nesta ilha e a do resto daquelle batalhão, que nos ameaçava a cada passo rebentar a nossos pés a guerra civil: a tranquillidade e segurança publica que aqui tem sempre reinado foi por mais de uma vez ameaçada: elle diz se retira, porque VV. EExs. assim determinão; porém sobre isso está indeciso.

« No dia 13 do mesmo, pelas 11 horas, avistámos varias velas sahidas da cidade, e que seguirão a direcção desta ilha; entre ellas um brigue, que depois conhecemos ser o *Audaz*, a barca *Dez de Fevereiro*, 11 barcas canhoneiras, 3 lanchões a reboque do brigue, apinhados de povo, e tres a reboque da barca, mas sem gente.

« Mandei logo tocar a rebato, reuni a gente, fazendo chegar a postos, colloquei uma peça que tirei da fortaleza em lugar que poderião tentar o seu desembarque, animei a gente, e achei-a com disposição a mais varonil, e protestámos mutuamente que elles não porião pé em terra, enquanto circulasse sangue nas veias de um soldado brasileiro.

« Fizerão-se todos os necessarios preparativos a esperar o inimigo com todo o sangue frio, e a aproximação da esquadriha, longe de causar terror, motivava alegria, e só havia receios de que algumas podessem romper por entre a fortaleza e a ponta de Guadalupe, por alli haver só uma peça e essa má, e eu ignorar até hoje o estado em que ella se achava; porque tomou conta della o cadete João Primo, e ainda me não participou se está ou não prompta.

« Com effeito o inimigo approximou-se em alguns lugares da costa (isto é, a barca *Dez de Fevereiro*) a fazer fogo; e nos lugares em que havião peças se lhe respondeu, e assim veio seguindo até ficar defronte desta fortaleza, porém muito encostada ao lado da ilha de Maré; dahi virou e veio ao lugar da Gamelleira, onde esteve quasi a dar á costa, e talvez que pela indolencia do commandante daquelle ponto se não verificasse o seu naufragio; no dia seguinte fez-nos nesse lugar muito fogo, tanto ella, como uma pequena, que se achava ali também: fizemos-lhe tres tiros de peça, e ella levantou ferro e seguiu para a cidade, onde já se tinham recolhido o brigue e mais canhoneiras, ficando duas, que ainda se conservão no meio do canal, ora velejando, ora fundeadas.

« Agora mesmo, que estou escrevendo, recebo a participação de que ali torna a barca grande e tres canhoneiras que se dirigem a este lugar, e por isso omitto o mais que tenho a lembrar a VV. EExs., o que farei juntando o resultado dessa força que vem.

« Não tenho balas de 12 ou 18, e poucas de 36, para o que rogo m'as enviem, havendo-as. »

« Por me ver de alguma forma atacado pelo commandante daquelle ponto referido, altercando razões por se ver cumplice, passei a prendê-lo á ordem de VV. EExs., que mandará o que forem servidos.

« Deos guarde a VV. EExs. Fortaleza de S. Lourenço de Itaparica, 15 de Outubro de 1822.—Ilms. e Exms. Srs. do conselho interino do governo da provincia.—Antonio de Souza Lima, capitão.

« No dia 12 do corrente fiz celebrar na matriz da ilha de Itaparica, com aquella solemnidade possivel, uma festa, em attenção a ser o dia do feliz natalicio do nosso amado príncipe o Sr. D. Pedro de Alcantara, fazendo depois do *Te-Deum* acclamar o mesmo Senhor, em cujo dia recebi o officio de VV. EExs., com data de 11, e querendo no dia seguinte retirar-me para esta povoação da Pirajuhia, em execução ao mesmo officio, o não pude fazer por apparecerem 13 embarcações, a saber: um brigue, uma barca grande e 11 embarcações mais pequenas ou canhoneiras, pelo que fiz destacar a tropa do meu batalhão, chegando a combater com quatro barcas no dia 14, nos pontos do Manquinho até a Gamelleira, por haverem-se as outras feito ao mar, e no dia 15, tendo retirado-se as mesmas embarcações, me retirei para esta

povoação, onde me acho com as tropas do meu commando, o que partilho a VV. EExs., a quem Deos guarde muitos annos. Quartel de Perajubia, 16 de Outubro de 1822.—Ilms. e Exms. Srs. da junta do governo da provincia. — José Joaquim Salustiano Ferreira, sargento-mór. »

No dia 14 de Outubro de 1822 a commissão de defesa da villa de Valença, julgando em perigo a causa publica, officiou aos capitães inspectores Joaquim José Velloso e Ignacio João de Moraes, para que partissem com a maior brevidade, para Camamu, tomando a commissão sobre si a responsabilidade perante o governo da provincia, deu conta do seguinte :

« Constando nesta villa por muitas noticias, vindas de Camamu, que o alferes José Clarke Lobo, commandante do resto da tropa de Nazareth, alli estacionada, se faz suspeito de traidor á gloriosa causa que temos abraçado, assim porque mandára para a Bahia com viveres o barco que aprisionára a José Francisco Mendes, dando-lhe despacho para Pernambuco, como porque tendo já um muy pequeno numero de soldados para continuar na defesa daquelle paiz, não quizera receber o reforço de 50 homens, commandados por um capitão, que lhe mandára de Nazareth o seu commandante, prevenindo muy de longe a sua entrada naquella villa, com um officio que o fez regressar de Taperoá, pois que, vendo-se o dito alferes Lobo comprometido com o governo central pela sua criminosa conducta naquella expedição, pretenderá talvez baldear-se para o inimigo, como unico apoio de suas perversidades, sacrificando-lhe o paiz que outrora defendera, por isso a bem do S. P. R. cumpre á esta commissão deprecar a VV. SS. que com toda a brevidade partão para a villa de Camamu, com sufficiente tropa, para a pôr em segurança e defendê-la do inimigo quando pretenda alli voltar, segundo as intelligencias que se presume ter com o referido Clarke, a quem VV. SS. farão prender á ordem do governo, ficando a nosso cargo representar immediatamente ao mesmo Exm. conselho interino os motivos que obrigarão a VV. SS. áquella marcha a bem da causa publica, na certeza de que serão approvadas as medidas tomadas pela salvação da patria.

« Outrosim esta commissão depreca a VV. SS. a criação de uma caixa militar naquella villa, servindo-lhe de regimento as instrucções da Exma. junta (por copia junta) no estabelecimento de semelhantes commissões.

« Nada mais tem a lembrar a VV. SS. esta commissão, que, sciente do zelo e patriotismo de VV. SS. confia que providenciarão ás necessidades occorrentes alli.

« Deos guarde a VV. SS. Paço do conselho de Valença, 14 de Outubro de 1822.—Ilms. Srs. capitães inspectores Joaquim José Velloso e Ignacio João de Moraes.—Francisco Xavier de Figueiredo.—Innocencio José Galvão.—Bernardino de Senna Madureira.—José Francisco de Passos. »

#### NO DIA 15 DE OUTUBRO É ATACADA A ILHA DE MARÉ PELOS LUSITANOS

O inimigo, que não descansava no empenho que tinha, deixando Itaparica, vai sobre a ilha de Maré no dia 15, atacando-a com 7 embarcações, uma sumaca, e varios lanchões e canoas, com força bastante e bem municiada; porém o capitão Antonio Dias de Oliveira e Andrade, encarregado dos pontos de Maré, Passé e da freguezia de Matoim, apesar da falta de munições que padecia aquelles pontos, envidando os seus esforços e bravura de seus companheiros de armas, atacando as barcas, matarão

4 homens, e não tomárão duas barcas por lhes faltar munição.

No dia 16, pelas 4 horas da madrugada, os inimigos de novo atacarão a ilha, dando começo ao conflicto por uma formidavel descarga de artilharia, e do mesmo modo sendo repellidos, e com maiores perdas, protestarão voltar; e o commandante, receioso de novos ataques, pediu soccorro de munições á villa de S. Francisco, e como tardasse se dirigio ao governo interino da provincia, em officio de 16 de Outubro de 1822, que tenho á vista, no qual expõe as circumstancias que levou ditas e os apuros em que se achava pela falta de soccorros.

#### PRISÃO DO ALFERES CLARQUE

No dia 17 de Outubro a commissão da caixa militar da villa de Valença communica ao governo da provincia, que a commissão achava-se composta de quatro membros, em virtude da retirada do conselheiro Balthazar da Silva Lisboa, que era o seu presidente interino, e do tenente-coronel do regimento de milicias, que preferia commandar o seu corpo; e duvidosa de conservar-se com quatro membros, ou proceder á eleição de um presidente, que deveria recahir no tenente-coronel, que não tinham aceitado a recusa, para não procederem sem as instrucções do governo, apressou-se em supplica-las. E continúa o officio de 17 de Outubro :

« Constando nesta villa que o alferes de artilharia José Clarke Lobo, destacado em Camamu pela commissão de Nazareth, entrelinha relações com a Bahia, para onde ultimamente despachára um barco com viveres, dando assim indícios de se baldear para o inimigo, talvez para se subtrahir aos castigos merecidos, pelos roubos e mais crimes alli commettidos, esta commissão, de accordo com os inspectores da força do sul, assentou de mandar prender ao referido Clarke á ordem do conselho interino do governo da provincia, de crear em Camamu uma commissão de caixa militar, que se regesse pelas instrucções remittidas a esta, o que tudo foi encarregado aos ditos inspectores, que marcharão no dia 15, com 80 homens de milicias desta villa.

« Deos guarde, etc.—Francisco Xavier de Figueiredo.—Innocencio José Galvão.—José Francisco de Passos. »

#### A COMMISSÃO DA CAIXA MILITAR DO RIO DE CONTAS PARTICIPA AO GOVERNO DA CACHOEIRA ACHAR-SE ORGANISADA, E PROTESTA ESFORÇAR-SE PELA CAUSA COMMUN.

No dia 18 de Outubro de 1822 a commissão da caixa militar da villa do Rio de Contas participa á junta interina do governo da Cachoeira, que no dia 13 do mesmo mez, reunido o senado da camara, o capitão-mór, nobreza e povo, procederão á eleição da commissão da caixa militar, obtendo pluralidade de votos o capitão-mór Antonio José de Menezes, para presidente; para secretario, José Custodio; thesoureiro, Domingos da Silva Freire; e para vogaes João Francisco de Souza e João Caelano Lessa; e que, assim constituídos, pedião munições de guerra, para defesa da causa commum, e, embora retardados por circumstancias, filhas das intrigas, reconheção a superiidade do governo da junta, e para isso apressão-se a lhe render preito e homenagem. Em vista, pois, dos sentimentos de que se achão animados, a camara assignou o dia 1º de No-



vembro, para se reunirem os cidadãos e fazerem-se expedir o deputado, que a junta interina do governo da provincia exigia.

*A commissão de defesa da povoação de Nazareth no dia 20 de Outubro de 1822 envia suas felicitações a S. Alteza o Principe Regente, e requer o titulo de villa para a mesma povoação.*

« Real Senhor.—A commissão de defesa da povoação de Nazareth, installada a requerimento do povo e tropa no dia 3 de Agosto pela feliz acclamação da regencia constitucional de V. A. Real, protector e defensor perpetuo do vasto Imperio do Brasil, deposita humildemente aos pés de V. A. Real os seus respeitosos parabens, e tem a confiança de apresentar a um terno pai as homenagens de seus mais gratos e submissos filhos.

« Oxalá que por esta occasião tão favoravel, offerecida pelo benemerito ex-consul francez Henrique Plasson, podessemos apresentar a V. A. Real os motivos urgentes que temos de requerer em favor de nossa injuriada povoação o titulo e os privilegios de villa; porém a rapidez da sua viagem nos impede, não só de encarrega-lo dos nossos documentos, como de lhe confiar as assignaturas de um povo immenso, apresentando-se com veneração e esperança a V. A. Real para se ver livre do jugo insupportavel de uma villota vizinha.

« Fiamos-nos no reconhecido patriotismo e luzes de Henrique Plasson, e do credito que ha de merecer de V. A. Real um estrangeiro tão distincto pela provincia inteira, pela sua corajosa conducta no tempo do despotismo do Madeira e companheiros, e na guerra effectiva que contra elles se declarou.

« Esperamos que V. A. Real se dignará informar a miudo de nossos justos motivos de queixa e da nossa conducta, que não merece, na nossa opinião, outra recompensa mais do que a de sermos reconhecidos como amantes da causa e de V. A. Real.

« Havemos brevemente remetter ao ministerio de V. A. Real os nossos documentos e as assignaturas do povo, que nos honrou com a nossa eleição, e ficamos no exercicio de nossas difficilissimas, porém caras funcções, em serviço de V. A. Real, professando-nos com todos os habitantes deste vasto districto. De V. A. Real os humildes, agradecidos, e devotos subditos e filhos.—O presidente, Francisco José de Araujo Franco.—O secretario, João Amado Coutinho Barata.—Manoel do Nascimento Monteiro.—João Francisco de Medina.—João Maria Costa Ferreira.

« Nazareth, 20 de Outubro de 1822. »

FR. JOSÉ MARIA BRAYNER(\*) CREA A COMPANHIA GUERRILHEIRA DE COURAÇAS

Fr. José Maria Brayner, religioso carmelita, natural de Pernambuco, homem de sentimentos nobres e mui patriota, tendo occupado na sua ordem varios empregos, por seus sentimentos liberaes, envolveu-se na revolução de 6 de Março de 1817, e veio preso para as cadeas da Bahia, onde permaneceu quatro annos, até que proclamando-se a revolução de 10 de Fevereiro de 1821, foi posto em liberdade.

Pelo longo espaço de soffrimentos, que padeceru na prisão, desejando Fr. José Maria Brayner viver retirado da politica, foi estabelecer-se na povoação

do Padrão, na provincia da Bahia, e, alli permanecendo, declarou-se por esse mesmo tempo a guerra da independencia; e elle, cheio de amor pelos seus e pela patria, não quiz ser indifferente espectador della, e veio alistar-se nas fileiras dos combatentes, organisando á sua custa uma companhia de homens vestidos de couros, e á testa della marchou para o exercito pacificador, apresentando-se ao general Labatut, e alli fazendo, com os seus valentes camaradas, prodigios de valor, só depoz as armas quando entrou triumphante pela capital da Bahia.

O padre dos couros, como o chamavão, antes de marchar para o exercito, dirigio-se em 12 de Outubro de 1822 ao governo da Cachoeira, nos termos seguintes(\*):

« Ilms. e Exms. Srs.—Diz Fr. José Maria Brayner, religioso do Carmo, calçado, da real provincia de Pernambuco, residente agora na freguezia de Padrão, que, ouvindo ler-se á tropa da cavallaria um officio do coronel Bento Lopes, no qual convocava não só a tropa, como tambem ao povo daquelle lugar para acclamar na villa de Santo Amaro ao Sr. D. Pedro de Alcantara principe regente e perpetuo defensor do Brasil, elle immediatamente se offerecera com o maior alvoroço de alegria; mas o capitão da cavallaria Miguel Mendes, a quem foi mandada aquella commissão, não quiz que o supplicante marchasse pelo estado actual em que estava de molestia, pelo que lhe rogou fizesse ver ao dito coronel os seus ardentes desejos, protestando que apenas melhorasse se iria offerecer para todo e qualquer serviço que a má patria precisasse e estivesse em sua capacidade, o que assim praticou, apresentando-se e offerecendo-se ás autoridades constituídas da villa de Santo Amaro, e ao mesmo coronel supra na villa de S. Francisco, fazendo-lhes ver o seu amor, patriotismo e adhesão á santa causa, e agora tambem o faz a este Ilm. e Exm. conselho do governo interino desta provincia, não só o supplicante, como tambem voluntariamente unidos a elle quarenta individuos, que formão uma guerrilha chamada—Voluntaria do Padrão—cuja lista vai junta a este.

« Este corpo, Ilms. e Exms. Srs., protesta obedecer ás sabias, e respeitaveis disposições e ordens do Ilm. e Exm. conselho do governo interino desta provincia, e ás do Ilm. general em chefe, para defender a religião, a constituição, dada pelas côrtes do Rio de Janeiro ao nosso muito amado Principe, defensor perpetuo do Brasil, e á patria.

« O seu uniforme em marcha será um chapéo de couro, com uma chapa de latão oval, tendo só no meio um—P—e por cima uma corda real; uma vestia de couro da cor com que sahe do mesmo cortume, canhões e gola do mesmo, porém pretos, algibeiras com um palmo de comprimento, e uma chave de largo com pestana do mesmo comprimento e botão que feche, as quaes servirão de patronas; calças de algodão branco, surrão ou sacco ás costas; clavinhas, espingardas ou bacamartes; espadas, pernakbas ou facas grandes e faca pequena, a cavallo ou de pé, calçado ou descalço, segundo as circumstancias o exigirem. Fóra da marcha (querendo) chapéo branco de copa da nossa fabrica com a mesma chapa, fardeta de algodão de qualquer fazenda de azul escuro, gola e canhões de couro, com a mesma cor que sahe do cortume. As dragonas aerão em triangulo, feitas do mesmo couro da gola e canhões, cuja base ficará unida á gola, e o seu apice no fim do hombro, pregado com um botão; collete e calças de qualquer panno de algodão branco.

« Os officiaes superiores e subalternos terão as insignias e divisas do costume desta provincia.

« Este corpo sempre estará completo, e como a orde-

(\*) Vide a sua biographia, que escrevi no meu periodico *Medico do Povo*, na Bahia, n. 48, de 7 de Dezembro de 1850.

(\*) O documento que transcrevo é original manuscrito.

nança é o viveiro de todos os corpos, os individuos, que voluntariamente vierem unir-se a mim para preencher este numero e defenderem a grande causa, farei ver aos seus competentes commandantes, por escripto, a sua praça na dita guerrilha.

« Para conter a boa ordem e paz publica será preso, em nome do governo conciliatorio desta provincia ou do general em chefe, na prisão mais perto, dando logo parte da dita prisão, todo aquelle que desobedecer ou offender alguém; e pelas faltas commettidas ao corpo a que está unido será preso pelo seu capitão, a qual prisão nunca excederá de 24 horas.

« As nomeações dos officiaes desde tenente até cabo serão feitas pelo capitão da dita guerrilha.

« O premio dos nossos trabalhos, depois da grande causa finada, será o desranço em nossas casas, ficando isentos de toda e qualquer praça ou lista; comtudo sempre promptos a todo e qualquer tempo que a patria nos chamar, tendo os nossos direitos livres para poder requerer.

« Illms. e Exms. Srs. A importancia e necessidade que ha destas tropas, segundo as nossas circumstancias e localidade, é tanta, que o nosso amado Principe Regente do Brasil as manda fazer no seu decreto do 1.º de Agosto de 1822; mas VV. EExs. mandarão o que fôr a bem da patria e do serviço do nosso augusto Principe. E. R. M. —Fr. José Maria Brayner. »

#### *Lista da guerrilha voluntaria do Pedrão.*

Capitão José Maria Brayner, branco, religioso, morador no Pedrão, padre-mestre.  
 Tenente Manoel de Jesus Valverde, branco, solteiro, morador no Jacu, lavrador.  
 Alferes José Theophilo Piniz, branco, solteiro, morador no Tanquinho, lavrador.  
 Angelo Carvalho, pardo, casado, morador na Boa-Vista, lavrador.  
 Antonio Estevão da Cruz, pardo, casado, morador no Retiro, lavrador.  
 Antonio Francisco de Pinho, pardo, solteiro, morador no Pedrão, lavrador.  
 Alexandre de Moura, pardo, solteiro, morador do Limoeiro, lavrador.  
 Domingos Dias, pardo, solteiro, morador na Brasina, lavrador.  
 Francisco José de Campos, pardo, casado, morador no Maçapê, lavrador.  
 Francisco José das Chagas, pardo, casado, morador no Bojado, lavrador.  
 Francisco Alvares Moreira, pardo, solteiro, morador na Povoação, lavrador.  
 Francisco Vieira de Carvalho, pardo, casado, morador no Retiro, lavrador.  
 Felix Carvalho, pardo, casado, morador no Maçapê, lavrador.  
 Francisco Xavier de S. Paio, pardo, casado, morador no Boqueirão, lavrador.  
 José Pereira de Jesus, branco, casado, morador no Pedrão, lavrador.  
 José Egnio Ganhão, pardo, solteiro, morador no Pedrão, lavrador.  
 Joaquim Duarte Lopes, branco, casado, morador na Povoação, lavrador.  
 Ignacio Mathews, pardo, casado, morador no Descansador, lavrador.  
 Joaquim Pereira Valladares, pardo, solteiro, morador no Pedrão, lavrador.  
 Joaquim Pereira de Assumpção, pardo, solteiro, morador no Bom Jesus, lavrador.  
 João Leitão de Mello, pardo, casado, morador na Europa, lavrador.  
 João Pereira de Brito, pardo, solteiro, morador no Coqueiro, lavrador.  
 José Alves Pereira, pardo, casado, morador na Boa-Vista, lavrador.

João de Deós, pardo, solteiro, morador na Barauna, lavrador.

Ignacio Pereira, pardo, casado, morador na Barauna, lavrador.

Julião Ferreira, pardo, casado, morador na Barauna, lavrador.

José de Moura, pardo, solteiro, morador no Limoeiro, lavrador.

José de Araujo, pardo, solteiro, morador na Lagoa, lavrador.

Ludovino de Souza, cabra, casado, morador no Contendão, lavrador.

Luiz Ferreira, pardo, solteiro, morador na Barauna, lavrador.

Manoel Francisco da Silva, pardo, solteiro, morador no Engenho Cana-Brava, lavrador.

Manoel José de Goes, branco, casado, morador no Pedrão, lavrador.

Manoel do Espirito-Santo, pardo, casado, morador no Pedrão, lavrador.

Manoel de Araujo, pardo, solteiro, morador no Contendão, lavrador.

Manoel Ferreira S. Thiago, branco, casado, morador no Pedrão, lavrador.

Manoel Mourão, cabra, casado, morador na Boa-Vista, lavrador.

Manoel José Fernaudes, pardo, solteiro, morador no Pedrão, lavrador.

Manoel da Cruz Lima, pardo, casado, morador no Boqueirão, lavrador.

Pedro Nolasco de Pinho, pardo, solteiro, morador no Boqueirão, lavrador.

Sinão Soares do Reis, pardo, casado, morador no Pedrão, lavrador.

Total, 100.—Fr. José Maria Brayner.

Confirmado no posto de capitão de 1.ª linha, e condecorado com o officialado do Cruzeiro, retirou-se para a vida puramente religiosa, e foi collado vigario da freguezia do SS. Sacramento de Itaparica em 1834, em cujo ministerio permaneceu até a sua morte, em 16 de Novembro de 1850.

#### **POR FALTA DE DISCIPLINA OS SOLDADOS NA VILLA DE S. FRANCISCO INSUBORDINÃO-SE**

Quando tantos esforços se fazião pela santa causa da libertação da patria do jugo compressor das côrtes de Lisboa, que obrigava a tropa do general Madeira a commetter desatinos contra os naturaes, tambem a tropa brasileira, que se achava na villa de S. Francisco, esquecida de seus deveres, insubordina-se no dia 23 de Outubro de 1822, e em mais de 130 homens marchão para a villa de Santo Amaro, com o fim de saquear-la e matar todos os europeus que encontrassem nella, o que não conseguirão por obstar-lhes o destacamento de Brotas.

Suppunha-se que a tropa brasileira, que se achava aquartelada na villa de S. Francisco, estava combinada com a de Santo Amaro para o mesmo fim, porque não se achava contente com o soldo e etape que recebião; e tanto mais que o governo interino havia determinado que se diminuísse o soldo á tropa, em vista da falta que havia de dinheiro na circulação.

Quando chegou a noticia da sublevação da tropa em Santo Amaro, e quaes os pensamentos della, o povo ficou amedrontado; porém as medidas que se tomarão forão tão acertadas, que em breve tempo ficarão os animos tranquilllos.

O consul Bento Lopes Villas-Boas, dando conta dos successos do dia 23 ao governo da Cachoeira, em officio de 26 de Outubro, confirma o que levo

dito, dizendo que ás 9 horas da manhã sahirão os soldados dos seus quartéis armados, sendo a maior parte delles pertencente á legião de caçadores, principalmente das duas companhias aggregadas, compostas de individuos do 3.º e 4.º regimentos de milicias da cidade, os quaes dirigindo-se ao quartel de artilharia, convidarão os soldados para irem a Santo Amaro prender os europeus alli residentes e saquearem-lhes as casas; e, assim reunidos, destacarão parte para o quartel do convento, a munirem-se de cartuxame, de fuzil e de artilharia, e parte a apoderar-se de um parque da bateria de S. Gonçalo e de outro que estav prompto no arsenal.

Dirigindo-se todos á praça, tomárão as chaves das prisões, tudo isto com grande grita e motim, sem attenderem a seus officiaes e commandantes, contra os quaes proferião furiosos as maiores injurias e ameaças.

A esse tempo acudirão muitas pessoas militares e paisanos, com o capitão-mór Joaquim Ignacio de Siqueira Bulcão, que a poder de muitas persuasões apenas poderão conseguir que muitos desistissem do intento que tinham, marchando outros armados e com os dous parques, com morrões accesos para Santo Amaro, onde com effeito não chegarão, porque voltarão do caminho, á excepção de poucos, que, dispersos, constou terem ido para Pirajá.

Assim desvaneceu-se uma grande desordem, que, prenunciando muitas desgraças, nenhum resultado produziu por se haver acudido a tempo.

*Proclamação do conselho interino do governo da Cachoeira aos habitantes da provincia.*

« Habitantes do reconcavo!—O conselho interino do governo desta provincia se apraz em communicar-vos que o magnanimo defensor da independencia politica do Brasil, o nosso augusto regente, acaba de ser elevado pelo amor dos brasileiros á dignidade de Imperador constitucional do Brasil, em reconhecimento das suas virtudes, e de protestar a mais enérgica actividade em prestar-nos efficazes soccorros, além daquelles que já mandára.

« O poderoso apoio de um joven Imperador, guerreiro e justo, e a presença de um general perito e valoroso, acrysolando o nosso enthusiasmo, exaltando a nossa coragem e centuplicando os nossos recursos, nos affiançam gloriosas vantagens sobre as novas cohortes dos infames satelites do centumvirato de Lisboa. Mas, camquanto nos possamos augurar o afortunado exito da sagrada causa em que somos empenhados, a prudencia requer que nos lembremos da possível hypothese de ser acommettido o beira-mar do reconcavo pelos cruéis janizaros de Portugal, ora animados com a recém-chegada da expedição.

« E cumprindo em caso tal privar os inimigos de todos os recursos, e não expôr victimas inermes ao seu furor e sanha, é de mister que o conselho, não só em desempenho da confiança que nelle haveis depositado, senão em observancia do real decreto do 1.º de Agosto deste anno, advirta e recomende aos cidadãos e familias dos lugares maritimos do reconcavo, que tenham em bom recato o seu precioso, e que se vão prevenindo de habitações no interior, para onde se retirem com seus gados e fabricas.

« Habitantes do reconcavo! Esta necessaria medida importa a nossa segurança e a ruina infallivel dos nossos barbaros invasores; é quanto basta para que seja adoptada, apesar de incommodos e sacrificios, pelos briosos e fieis bahianos. Não prestaes attenção a terroristas, que porventura mal poderão envenenar esta salutar providencia: o progresso da nossa causa é notorio, e o nosso triumpho certo e infallivel.

« Confiai no governo, que vos protegerá com a solici-

tude que lhe mereceis; no valente general Labatut, que vos defenderá com a dexterdade, que nos promettem seus talentos e gloria militar, e no exercito pacificador, cuja bravura principia de encetar a colheita dos louros de que é digno.

« Viva o Imperador constitucional! Sala das sessões na villa da Cachoeira, em 12 de Novembro de 1822.—Francisco Eliasão Pires de Carvalho e Albuquerque, presidente.—Miguel Calmon du Pin e Almeida, secretario.—Antonio José Duarte de Araujo Goudim.—Manoel José de Freitas.—José de Mello Varjam.—Manoel dos Santos Silva.—João Dantas dos Reis Portali.

« Está conforme.—O official-maior, José Albino Pereira. »

*O GOVERNO DA CACHOEIRA MANDA ABRIR CASA DE MOEDA*

O governo interino da Cachoeira, reconhecendo a falta de meio circulante, determinou no dia 19 de Outubro de 1822 que fossem expedidas as ordens convenientes para que na villa da Cachoeira se abrisse casa de moeda, para satisfazer as necessidades publicas, como se vê do seguinte officio que fielmente copio:

« O conselho interino de governo desta provincia, reconhecendo por uma parte que a occupação militar da cidade pela insubordinada tropa de Portugal, e a consequente estagnação do commercio interno e externo da mesma provincia, tem produzido a falta de numerario, e a notoria mingua das rendas publicas, tanto mais sensivel na crise actual, quanto se approxima a chegada da parte e a organização do todo do exercito libertador; e urge cada vez mais a necessidade que já soffrem os proprietarios de engenhos e demais fabricas dos capitães necessarios ao seu custeio e laboração, e reflectindo por outra parte que ha nesta provincia uma casa de moeda de longo tempo estabelecida na sua capital, onde por se evadirem os officiaes della para o reconcavo, se acha inutilisado aquelle estabelecimento, do qual a provincia não pode prescindir nem ser privada por mais tempo; o mesmo conselho, desejando provêr acerca de um objecto tão necessario e transcendente, de um modo regular e consentaneo á economia publica, e conformando-se ao real decreto do 1.º de Agosto deste anno, que autorisa a adopção de medidas extraordinarias, sendo de mister a salvação desta provincia, ordena que se estabeleça e abra nesta villa da Cachoeira a casa de moeda, ora inutil na cidade, sendo composta dos officiaes mais necesarios e indispensaveis, em o qual numero entrarão com decidida preferencia, segundo suas graduações e antiquidade, os que já forem taes e se acharem no reconcavo, servindo de provedor interino aquelle que fór determinado pela lei, o qual designará a casa que mais commoda fór para o assento deste estabelecimento, que deverá trabalhar do mesmo modo e segundo as mesmas leis e regulamentos da casa de moeda da cidade, sem alguma alteração do valor e typo das moedas.

« O secretario deste conselho expressa as ordens necessarias para a execução da presente portaria, e a faça constar a quem pertencer. Sala das sessões na villa da Cachoeira, em 19 de Outubro de 1822.—Albuquerque, presidente.—Calmon, secretario interino.—C Coimbra.—Bittencourt.—Freitas.—Castro.—Mello.—Miranda.—Silva.

*ORGANISA-SE EM NAZARETH UM CORPO DE VOLUNTARIOS*

O enthusiasmo em favor da independencia se manifestava por toda a parte, e todos desejavão concorrer com os seus bens e pessoas em favor della. No dia 18 de Setembro Francisco José de Araujo

Franco dirige-se ao conselho interino do governo, e lho faz sentir que, em signal de sua adhesão, vendo a falta de tropa que havia, para a defesa da provincia, tomou a resolução de crear um corpo de voluntarios (sem soldo), a que denominou—Artilheiros Voluntarios, defensores do Principe Regente—para serem empregados na guarnição da povoação de Nazareth, nomeando para subalternos: 1º tenente João Maria Costa Ferreira, 2º tenente (o professor de latim) João Amado Coutinho Barata, ajudante Victorino José Rodrigues da Costa, e todos os mais individuos incluídos na relação que tenho á vista, e que foi enviada ao governo.

Este corpo, que o seu commandante disciplinou, e que principiou no dia 13 de Setembro a fazer a guarnição de Nazareth, estava em tão boa ordem, que nenhuma differença fazia da tropa regular. Era composto de tres companhias: a primeira de fuzileiros, a segunda de artilheiros de parque e a terceira de caçadores, com 60 praças cada uma, tendo cada companhia um capitão commandante do corpo, um 1º tenente, um 2º tenente, um ajudante, um cirurgião-mór, dous sargentos, um forriell e quatro cabos. A 2ª companhia, composta de croulos, para os parques, tinha um 1º tenente, um 2º tenente, dous sargentos, um forriell e dous cabos. A 3ª companhia de caçadores compunha-se de um tenente, um alferes, dous sargentos, um forriell, dous cabos, e todos elles prestavam serviços sem receberem soldo nem etape.

Este corpo patriótico prestou bons serviços durante a luta da independencia da Bahia.

OS MORADORES DA VILLA DE SANTO ANTONIO DA JACOBINA ORGANISAM UM CORPO DE TROPA, E PEDEM AO GOVERNO PARA SEU COMMANDANTE AO CIDADÃO JOSE BAPTISTA CARNEIRO.

Os habitantes da villa de Jacobina, desejosos de acompanhar a seus naturaes na grande crusa da regeneração politica do Brasil, e auxiliar o exercito pacificador, resolvêrão organizar um corpo de milicia contra o inimigo commum, e no dia 11 de Setembro de 1822, em numero de mais de cem assignaturas representáram ao governo da Cachoeira, manifestando as suas intenções, pedindo para commanda-los no posto de coronel ao cidadão José Baptista Carneiro, e para justifiarem as qualidades e patriotismo do chefe que desejavão, o senado da camara tambem se unio aos desejos do povo.

O governo, que se empenhava em augmentar a força publica, louvando o patriotismo dos moradores de Jacobina, annuo aos seus desejos e os louvou pelo empenho que manifestavão em proveito da causa publica.

O coronel José Baptista Carneiro, a quem pessoalmente conheci, não desmentio á confiança, e prestou relevantes serviços á independencia do Brasil.

*Manoel Nunes da Silva, commandante da força armada em Nazareth das Farinhas, no dia 4 de Outubro, em officio ao secretario do governo da Cachoeira, dá denuncia do padre Amaral.*

« A falta de providencias com que o Exm. conselho interino de governo ha tratado este continente tem feito

com que a intriga da villa de Jaguaripe, que aliás podia ter sido abafada no nascedouro da nossa regeneração, vá a cada momento enraizando de uma maneira tão rapida, que nos póde ser funesta.

« Não póde ser occulta a V. Ex. a posição geographica deste continente, cuja primeira chave sendo a barra do Garcez e Funil, vem logo a ser a segunda a celebre villa de Jaguaripe, ficando esta povoação, a mais consideravel de todo o continente, encurralada no centro.

« Pela lição dos officios que lhe tenho dirigido, e que a mim mesmo já me parece uma longa historia, não se faz possível que o Exm. governo não tenha ainda conhecido os males que nos podem nascer de tão perigosa condescendencia; finalmente, veio para Jaguaripe o chefe da intriga padre Amaral; apparecem todos os momentos novos acontecimentos, o máo será que elles vão ao seu fim, porque muito os temo e muito os devem temer os brasileiros: corramos, Exm. Sr., corramos aos bastidores a voz da adulação e condescendencia, e façamos apparecer em scena a verdade, trajada com as suas proprias roupas.

« E' vontade predominante dos habitantes desta povoação o terem nella uma villa com autoridades proprias, que lhe administrem justiça, e policia, que os faça tomar a necessaria consideração entre povos livres e constitucionaes: os habitantes de Jaguaripe, que a cento e tantos annos vivem quaes os assores sobre o pico, devorando as mansas aves, que só procurão honesto sustento, temem que lhes escape a presa a que elles se julgão com direito; e aqui tem V. Ex. neste pequeno e mal traçado painel entre dous lugarejos a opinião de Portugal contra o Brasil.

« Sua Magestade, na carta régia de 30 de Outubro de 1810, cuja copia remetto a V. Ex., já denominou villa a Nazareth; os jaguarienses temem a conclusão desta obra, e para a frustrarem lanção mão da intriga, e parece que o genio do mal, querendo favorecer, trouxe a seus lares o celebre intrigante Amaral, que ensina a accumular desordem sobre desordem.

« E por isso, acontecendo a nomeação do deputado nesta povoação, appareceu a intriga narrada no meu officio de 28 do passado; succedeu depois o facto do coronel Calmon, que fielmente narrei a V. Ex. no mesmo officio; logo appareceu o dito Amaral e seu commensal Pegado Serpa, a illudirem os povos para lhe fazerem *nos abaixo assignados*; veio o inspector Veloso á villa, illudirão-n'o logo, e produzirão a intriga que participei a V. Ex. no 1º e 3º do corrente.

« Neste mesmo dia, remettendo eu para o sul o corpo de tropa que declarei a V. Ex., e determinando para seu commandante ao alferes de ordenanças Albano Pinto de Carvalho, e na falta deste ao alferes Florencio Nunes Sarmiento, e chegando á povoação da Estiva a dita tropa não achou nenhum dos ditos commandantes nomeados pelos haver distraído o sargento-mór Joaquim José de Santa Anna Lisboa, que me consta os licenciara, padecendo por esta maneira o serviço, e chegando até ao arroyo de mandar prender a esta tropa, como V. Ex. verá do officio incluso, por elle dirigido ao capitão João d. Silva Monteiro, o que se não effectuou por ter sido levada a dita tropa até o lugar da Estiva pelo capitão Francisco da Costa Faria, que pôz á testa della ao mesmo capitão Monteiro, que prudentemente lhe obedeceu.

« Tendo eu nomeado por commandante, e para commissario de municiões de bocca e guerra, no lugar da Estiva, Pontinhas, ao alferes Antonio Honorio de Oliveira, que com muito patriotismo desempenhava este lugar: consta do officio incluso; e mandar o dito sargento-mór prender a este official, cuja prisão foi effectuada, e ficou aquelle importante ponto sem commandante e commissario.

« Eis-aqui V. Ex. o que tem produzido e continua a produzir a falta de providencias neste importante lugar da capitania, acontecimentos a que eu não posso dar remedio, e que estando a cargo do Exm. conselho interino de governo, só elle os póde providenciar, e por isso participo a V. Ex. para lhe ser presente.



« Deos guarde a V. Ex. Quartel de Nazareth, 4 de Outubro de 1822.—Ilms. e Exm. Sr. Dr. Francisco Gomes Brandão Montezuma, secretario do governo desta provincia.—Manoel Nunes da Silva, commandante interino da tropa armada. »

**O COMMANDANTE EM CHEFE DOS PONTOS DE PIRAJÁ E TORRE PEDE SOCCORRO AO GOVERNO INTERINO**

Constando ao coronel commandante em chefe das forças que guarnecião os pontos de Pirajá e torre de Garcia d'Avila, que o inimigo se propunha a atacar os seus pontos de defesa no dia 3 de Outubro de 1822, dirigio-se ao governo interino da Cachoeira, pedindo-lhe reforço e dinheiro, para sustento da tropa.

O governo, sciente de tão justa exigencia, respondeu em 14 do mesmo mez, satisfazendo-lhe as exigencias. Eis o que refere o mencionado officio :

« Ilms. e Exms. Srs.—Hoje fui informado por pessoa de consideração que o inimigo se propunha a atacar os pontos de Pirajá e Torre, e por isso apresso-me em communica-esta novidade a VV. EExs., na certeza de me mandarem quanto antes o reforço que lhe fôr possível, para segurança de dous pontos tão perigosos, e que são a chave do reconcavo, pois a falta de armamento e munições de guerra que soffro me merece algum cuidado, o qual logo se desvanecerá em recebendo os soccorros por VV. EExs. enviado.

« No dia 3 do corrente fiz marchar uma avançada até o sitio das Brotas, e tendo noticia a guarda inimiga da casa de Joaquim José de Oliveira desta marcha, logo se pôz em fuga, e por isso retirou-se a minha guarda só com o proveito de aterrar o inimigo, que isso mesmo é proveitoso.

« Hontem mandei ao Rio-Vermelho uma jangada para trazer uma pessoa que lá havia; quiz a desgraça, depois de estar já embarcada, que se virasse a jangada, e nada se aproveitou deste trabalho, escapando contudo a gente que a conduzia.

« Deos guarde a VV. EExs. por muitos annos. Quartel general da Itapoã, 5 de Outubro de 1822. De VV. EExs. muito attento respeitador e criado.—Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, commandante em chefe da força armada de Pirajá e Torre.

« N. B. VV. EExs. queirão prestar algum soccorro pecuniario para sustento da tropa, pois que algumas patacas com que o tenho feito estão acabadas, etc. »

No dia 10 o mesmo commandante dirige ao governo a seguinte participação :

« Levo á respeitavel presenca de VV. EExs. os successos que têm occorrido da data do meu ultimo officio em diante. Mandei duas avançadas do ponto de Itapoã, uma ao rio Vermelho e outra ás Brotas, a protegerem a condução das pessoas daquelle reducto, e felizmente conseguí virem para a armazém do capitão Francisco Lourenço duas peças de calibre 24, e fico na diligencia do carretame para as cavalgar uma no canal de Itapoã e outra na trincheira do Porto de Baixo, por onde posso ser atacado por mar e terra; com esta providencia posso assegurar a VV. EExs. que, ainda sendo dobrada a força inimiga, não posso conseguir vantagem, e continuo com a condução para guarnição de outros pontos do meu commando.

« A avançada das Brotas, commandada pelo tenente Noronha, de artilharia, deu os vivas a S. A. Real na porta daquelle matriz, e a corajosa tropa do seu commando se não retirou por espaço de quatro horas a ver se o inimigo fazia alguma sortida para ser rechassado; porém covardemente se recolhêrão ás linhas e entregáráo a cidade á milicia e maruja, que têm commettido os maiores

attentados, que, com adjutorio do Altissimo, pretendo vingar.

« Enquanto me occupava nesta expedición, as avançadas de Pirajá, atacando o destacamento da Cruz do Cosme, conseguio matar tres soldados lusitanos e um voluntario por nome Motta; este acontecimento horrorizou o inimigo, mórmente havendo um encontro de dous lusitanos e um caçador das marinhas da Torre, os quaes por este forão mortos.

« Hontem expedi uma guerrilha, composta de cento e tantos homens para o mesmo sitio. O valor declarado destes restauradores da patria é incrível descrever, e vertem amargoso pranto quando não são contemplados para estas expedições. Pelo lugar de Antonio Luiz Ferreira soube que até o dia da sua partida se não fallava em expedición para esta provincia.

« O embarque occulto de trastes, e outros movimentos que se tem notado, denota a fuga dos insurgentes, mórmente por correr a noticia de que as côrtes enviáráo a S. A. Real o poder executivo. Até agora não fui entregue da polvora que VV. EExs. mencionão no seu officio, e as autoridades incumbidas desta remessa carecem ser advertidas para a brevidade da entrega, bem como da remessa dos officios.

« Consegui em Itapoã comprar 68 armas e 31 arronbas de chumbo, precisando papel para cuidar em embalar, que se poupa a condução, e tudo quanto é de commodidade nos é conveniente.

« Um soldado dos que VV. EExs. me enviáráo dessa capital, querendo esfaquear outro camarada, foi por mim chamado e asperamente reprehendido, esperando por este meio conseguir a pacificação que a tanto custo tenho mantido; mas elle, surdo á voz da razão, proseguio no seu primeiro entusiasmo, vindo preso, com a faca que de proposito tinha comprado; passou a insultar-me, merecendo pelo batalhão, que immediatamente se formou, ter sentença de morte; porém com toda a prudencia formado o quadrado, foi pela officialidade sentenciado a 50 chibatadas, ficando depois do castigo preso, e como esse pequeno numero queira formar corporação, mandei dividir suas praças pelas corpos a que pertencem, visto ter de todos e recolher á casa das armas o armamento e cartoxame.

« Com esta medida creio formarei de liões cordeiros; estimarei que esta providencia seja do agrado de VV. EExs. Preciso muito de panno para fazer sacos para artilharia, pois tendo baeta não serve. Faz-se muito necessario o auxilio de duas companhias de cavallaria pela longitude dos pontos, e ser tropa que com mais brevidade pôde prestar soccorros.

« Deos guarde e felicite ás pessoas de VV. EExs., como é mister. Quartel-general de Pirajá, 10 de Outubro de 1822. De VV. EExs. attento venerador e criado.—Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque. »

**MOTIM MILITAR NA VILLA DA CACHOEIRA**

A tropa, insubordinada, por qualquer motivo, fazia desordens na villa da Cachoeira. Havendo Francisco Antonio Fernandes Pereira, inspector dos fardamentos, sem autorisação legal, feito abrir a loja de José dos Santos Bouças, pedindo auxilio para executar esta diligencia, no mesmo acto de a executar, apparecêrão o sargento Antonio Joaquim e varios soldados do batalhão de caçadores voluntarios; e quando se abriu a porta da loja, passando o capitão-mór interino, e vendo o que se praticava, disse ao inspector que mandasse fechar a loja, que elle faria retirar as ordenanças, em presenca do barulho que havia, e que iria dar parte logo ao governo interino.

Fechada a loja, e mesmo a porta de Bouças, achando-se reunido grande numero de voluntarios, parte delles investirão de novo as portas da loja e

da casa, e, munidos de páos e pedras, fazião diligencia para as arrombar, e, em gritos, dizião que querião prender os marotos que dentro se achavão; e não o podendo conseguir penetrar pelas portas da frente, procurárão as do fundo da casa, ao que se oppôz o referido capitão-mór, que, dando parte ao governo, recebeu immediatamente ordem para prender os culpados; e sendo intimados os soldados e o sargento Antonio Joaquim, desobedecêrão á ordem, e, encaminhando-se todos pela ladeira da capella de Nossa Senhora da Ajuda, com grandes vozerias e apupadas, forão atirando pedras pelas casas por onde passavão.

Neste conflicto appareceu o commandante dos voluntarios, que, informado pelo capitão mór quaes erão os cabeças do motim, e indicado o cabo Benedicto Francisco, mesmo em presenca do seu commandante pôz-se a altercar razões com o capitão-mór, e sendo contido pelo commandante foi recolhido á prisão, hem como Gonçalo Ribeiro e Manoel da Costa, com o que se restabeleceu o socego na villa.

*Carta noticiosa de Pedro Ribeiro ao coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque a respeito do estado da guerra, dirigida de Pirajá em 8 de Outubro de 1822.*

« Ilm. Sr. tenente-coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque.—Acabo de receber o officio que V. S. se dignou dirigir-me, dando prompta execução ao que nelle me determinava. As mesmas noticias que V. S. me communica gyrão neste lugar; e chegando hontem o major Pessoa, que vai para a Cachoeira, nos diz demais que houve um conselho em que 12 votos forão de embarcar já, e 56 de se demorarem até que as nossas tropas entrassem e rompessem as linhas em qualquer ponto, para então o fazerem depois de capitular.

« As tropas estão concentradas de S. Bento ao forte de S. Pedro; o resto da cidade guardada por maruja e milícia: veja V. S. em que estado a porção. Por aqui se confirmão as noticias de Sergipe e mais adjacentes, e que o grande Vieira está preso. Com a maior impaciencia e precisão espero a V. S. neste lugar, onde pôde fazer a sua residencia, tanto pela segrança delle e fraqueza dos inimigos, como por eu ter casa para onde me passe, e V. S. poder occupar a em que residio.

« Varias cousas ha a decidir sómente pendentes de V. S. A tomada de dous barcos a Pedro Antonio Coelho, arrendatario do alambique Fiaes, um com 20 pipas de aguardente, outro com trastes, varios escravos de Pedro Rodrigues Bandeira, e um dos barcos tomado em segrança para não soffrerem dos nossos contrarios, assim como vinte e tantas rezes, e quatro mulas de Antonio Vaz de Carvalho, pois os lusitanos já lá tinhão ido buscar dez e breve levarão as mais; um caixeiro do mesmo Pedro Antonio, que vinha nos barcos, e se acha com o menagem confiado ao Vanerio. Varios objectos tendentes á economia e ordem destas tropas, a sabida do mesmo Vanerio, que diz o deve fazer para se vir apresentar ao governo como empregado publico; o conferenciarmos se devo ou não avançar terreno, pois ao meu vêr julgo o devo fazer: todos os officios o ambicionão; e muitas outras cousas indispensaveis da sua assistencia.

« Se V. S. tivesse por ahí alguns obuzes podíamos armar estes barcos, e junto com a artilharia de terra darmos caça a estas barcas, que temos umas poucas ao longo da costa, e é de suma importancia ao menos mostrar algum ataque marítimo, onde elles hoje põem toda a sua confiança.

« A fraqueza com que V. S. me permite fallar-lhe obriga-me a dizêr-lhe que nas actuaes circumstancias é absolutamente preciso que, quando V. S. não queira positivamente aquartelar-se aqui, ponto ao meu vêr o mais

importante por ser a chave terrestre do reconeavo, o deverá fazer em qualquer lugar intermedio dos pontos Itapoam e Pirajá, para, por meio de officiaes de ordens, a cavallo, poder acudir as precisões de ambos elles.

« Eu não me eximo, antes me offereço de todo o coração a tudo e por tudo que fôr a bem da patria; mas não posso ser propicio neste commando quando V. S. me não acuda de perto com as suas luzes, ordens, providencias e respeito: á sua vista tudo obedece e treme, o que não succede na ausencia; se eu não marchar quando a tropa marcha, se não apparecer em todas as cousas, se não fizer tudo, no rigor da palavra, nada se faz.

« V. S. me honrou com o commando de um ponto anarchico, e em tal pé, que, tendo varios officiaes do meu commando, sempre acho só dous: tenente Agostinho e o alferes Manoel Alves, com que conto para tudo; e os mais, apesar de beijos, abraços e toda a condescendencia possível, fazem o que lhes parece; vivo em um labyrintho; as minhas luzes mui fracas, a minha prudencia menos: sou miliciano, e isto para tropa viva é o mesmo que zero. E em o Vanerio sabindo não tenho a quem confie escripta senão o meu sobrinho, que é preciso ditar-lhe e estar ao pé delle, para o que me não chega o tempo.

« A' vista de todas estas razões, rogo a V. S., por tudo quanto estima de mais sagrado, se digne chegar aqui, vêr estas cousas de perto e remedia-las como achar justo. Remetto a V. S. a copia da parte dada a Madeira da nossa guerrilha do dia 19, e verá ella ser de não pequena monta.

« Em outra, que demos hontem de madrugada em o campo que estão roçando, morrerão tres soldados lusitanos e o voluntario Motta; e causou tal horror na cidade, que se fecharão todas as portas, pedirão soccorro a Madeira, que li'os mandou prestar, com um batalhão commandado pelo Ruivo, o qual vinha com passos tão vagarosos e tão tímido, que, passando pela porta do grande capitão-mór Paranhos, e querendo este fallar com elle, apenas lhe respondeu com aceno de mãos.

« Esta madrugada expedio outra guerrilha, e até agora não sei do resultado. O major Pessoa nos instruo do estado da fortaleza da Jiquitã e o bom fruto que se podia tirar de assalta-la. Eu tenho muita vontade de lá dar uma chegada; porém me não atrevo a fazê-lo sem que V. S. venha, para com as suas sabias determinações ajudar-me a dirigi-la, pois que a empreza sempre é mais arriscada que as outras.

« Nada mais me resta a dizer-lhe que o rogar-lhe disponha da minha fiel vontade para ser com veras subdito amigo e fiel criado.—Pedro Ribeiro.

« Pirajá, 8 de Outubro de 1822. »

A FORÇA ESTACIONADA NA ILHA DE ITAPARICA REPRESENTA AO GOVERNO, PEDINDO MUDANÇA DE COMMANDANTE

O commandante da força que guarnecia a povoação, e pontos da ilha de Itaparica, não era homem prudente; patrocinava o individuos, que entretinhão na tropa a indisciplina militar, tão fatal em circumstancias de guerra, e pelo que, desgortosos o capitão Manoel Gomes da Silva, o ajudante Francisco Manoel dos Santos Barreto, o tenente Candido José Ramos, o tenente quartel-mestre Francisco José Baptista Massa e o cirurgião-mór Bernardino Ferreira Nobrega(\*), no dia 15 de Outubro de 1822 representárão ao governo contra o commandante, e pedirão que fosse dado o commando da força armada aos patriotas capitão Antonio de Souza Lima ou ao capitão Manoel Rodrigues Gomes de Souza.

A supplica que fizerão estes officiaes foi tão justi-

(\*) Autor de uma interessante memoria sobre a ilha de Itaparica durante a guerra do Madeira.

ficada, que o governo a attendeu, e foi nomeado o valente capitão Antonio de Souza Lima, que tantos serviços prestou à causa da independência, que por fim ficou conhecido na Bahia somente pelo—Lima de Itaparica.

*Parte official do encontro das nossas forças com os inimigos no dia 17 de Outubro de 1822.*

« Ilm. Sr. tenente-coronel commandante em chefe. —Levo á presença de V. S. a parte inclusa do nosso alferes Manoel Alves relativa á guerrilha desta madrugada, da qual verá V. S. que vamos marchando com vantagens, e este ataque foi com o esquadrão L. 12, e chegando eu com a cavallaria a auxiliar as guerrilhas, ainda do portão do alambique Fiaes, emparelhado com a casa do padre Custodio, apparecerão postados seis soldados de armas ao hombro, e muito á vista das nossas tropas em distancia, pouco mais ou menos, de 500 a 600 passos, quizerão as nossas tropas de novo investir, mas eu que os vi lá muito perfilados, e no flanco esquerdo havendo muitas casas, receei haver emboscada de outros, e não consenti que avançassem, e bem chorei a sua arma a ver se derubavamos algum desses.

« Sabemos de certo a morte dos seis; porém pensamos que a mortandade iria muito adiante, tanto pelo tempo que durou o fogo, como porque elles fugirão precipitadamente no fim do combate. Os nossos ficaram sem o minimo ferimento.

« Remetto á V. S. os tres presos á sua ordem, o cabo José Ferreira, da companhia do alferes Faria, e o soldado da mesma Antonio Joaquim, e o soldado de artilharia que desobedeceu a V. S., Philippe Nery, assim como 12 escravos que estavam no quartel do capitão Bartholomeu, ficando dous que o capitão Florencio de Blá pede para o serviço do quartel.

« Quanto aos presos da guerrilha de hoje, fica a negra no quartel de Manoel Alves por elle a pedir para cosinhar e lavar; os dous pretos irão quando fór o Euzebio Vanerio para ajudar a carregar sua mãe, e o padre por ser um religioso velho, e não ter cavallo em que possa ir, não o remetto; se V. S. o quizer ahí por seu chapelão ou outro algum fim o mandará buscar, no que me faz favor para alliviar a despeza do destacamento, e não haver parte aonde o tenha.

« O tenente Argolo diz que V. S. lhe mandára dar cinco rações para elle e sua familia, e como supponho que um official não será capaz de mentir acreditei a ordem boccaal que elle me deu em nome de V. S., e vou assignando os pretos delle, até que V. S. resolva sobre isso.

« Remetto á V. S. os officios inclusos, dos quaes abri um á grande instancia do portador por me dizer que era sobre os soccorros, que se devião dar á afflicta filha de Maré, e attendendo á necessidade assim abri, e providenciei remettendo 818 cartuxos. V. S. perdoará quando julgue me desviei da minha linha de conducta, que só tem em mira o bem da patria.

« Os soldados Manoel José, Antonio Francisco, do destacamento do Rio de Janeiro, vão encarregados dos presos escravos e bagagem do Vanerio, junto com o cabo Borges e José Floriano, official da secretaria.

« E' o que por ora se me offerece dizer a V. S., a quem o céu vigore e prospere por muitos annos, como lhe deseja quem é de V. S. subdito amigo e fiel criado. —Pedro Ribeiro.

« Pirajá, 17 de Outubro de 1822. »

*Parte da guerrilha da madrugada do dia 17 de Outubro de 1822.*

« Por ordem de V. S. marchei com uma companhia do meu commando na direcção do tanque do engenho da Conceição. Sendo ahí avançadas a guardar a estrada real, e marchei pelo atalho que parte do dito tanque ao sitio Mangueira, na embocadura dos mares; estando neste

lugar avistei um frade carmelita, que, acompanhado de uma preta, seguia para a cidade.

« Immediatamente fiz avançar seis camaradas com ordem de o trazerem á minha presença, e querendo estes fazê-los retroceder somente com vozes o não conseguirão por adiantar seus passos, e lhea foi preciso atirar seis tiros com pontarias altas para o intimidar, aos quaes se entregou, e sabendo ser europeu o fiz conduzir debaixo de prisão.

« Mediante a prisão do dito religioso mandei procurar a casa de um europeu, que se dizia ser espião contra nós, e achando alli somente dous escravos, os fez conduzir a este destacamento; ao som dos tiros dados sobre o padre acudirão os nossos inimigos, ao meu ver mais de 50 homens, e principiando a romper o fogo sobre os camaradas que tinham avançado á casa do dito europeu, me vi na precisão de combater o inimigo, cujo fogo durou mais de duas horas, por intervallo auxiliado pela companhia do capitão Florencio de Blá, que com seu bacamarte derrubou dous inimigos, aproveitando as posições em que nos achavamos para abater com segurança da nossa tropa, que bem me custou sopear o ardor militar com que queria avançar á proporção que o inimigo recuava, sendo tal o entusiasmo de todos os nossos camaradas, que não posso sem injustiça differenciar o merecimento de algum, além do dito capitão Blá.

« Posso asseverar a V. S. que debaixo dos meus olhos cahirão seis por terra dos nossos inimigos, entrando os ditos dous, ao passo que uns carregavam outros; confio a destruição fosse muito maior; porém o ardor do fogo e o recuamento dos nossos contrarios me tirarão o prazer de conhecer o total da sua perca.

« O fogo do combate despertou os demais camaradas dos pontos circumvizinhos, que intrepidos correrão em nosso soccorro, porém em tempo que nós felizmente, e sem a mais leve perca, marchavamos a quartéis, como V. S. ainda chegou a presenciar no soccorro que nos prestou.

« Ponho na presença de V. S. os quatro presos acima nomeados, assim como o que acima levo dito para o fazer subir ao quartel-general. E' quanto se me offerece dizer a V. S. Quartel da Campina em Pirajá, 17 de Outubro de 1822. —Manoel Alves do Nascimento, alferes graduado e commandante. »

No dia 21 de Outubro os habitantes do reconceavo e do interior da provincia da Bahia, dirigem-se a S. A. Real e regente do Brasil, communicando-lhe que havião lançado mão das armas, para sustentarem os seus votos de aclamação á regencia de Sua Alteza, reconhecendo-o defensor perpetuo do Brasil, e ao mesmo tempo protestavão defender-se das injustas e tyrannicas deliberações do congresso de Lisboa, e que estavam dispostos, a sustentar uma guerra exterminadora, e para o que se achavão colligadas todas as comarcas e villas da provincia da Bahia, á excepção da de Porto-Seguro, que tambem se uniria para o mesmo fim.

Que para terem um centro governamental, accordarão na creação de um conselho interino de governo, com séde na villa da Cachoeira, á vista do estado acephalo da junta provisoria de governo residente na capital da Bahia, que, aterrada com o furor dos vandalos, só existia para ser órgão de seus furores.

Que o conselho, assim creado, nomeára uma deputação, para representar ao Principe Regente as precisões da provincia, e participavão-lhe as providencias que havião tomado a bem da causa que defendião.

Que communicavão-lhe mais que o conselho, composto de um procurador de cada uma das villas, e com attribuições deliberativas, fóra installado no dia 6 de Setembro, creando-se logo uma com.

missão de thesouro nacional, que cuidasse em adiantar a disciplina militar e a organização da força pública.

Também communicarão ao Príncipe Regente que não nomearão um general em chefe para o exercito da provincia, como reclamavão as necessidades de um centro militar, que mantivesse a maior unidade nos movimentos dos corpos, porque souberão ter chegado a Maceió o general Labatut, mandado por S. A. Real, para dirigir o exercito em suas operações de guerra, na provincia da Bahia, como elle proprio se exprimio em sua proclamação de 21 de Agosto, que de Maceió enviou para a provincia da Bahia.

Nessa mesma occasião o conselho creado participou a S. A. Real que, aproveitando o decreto do 1º de Agosto do mesmo anno de 1822, accordára por portaria de 19 de Outubro, abrir na villa da Cachoeira a casa de moeda da provincia, inutilisada na cidade, com o mesmo cunho; e que tanto era conveniente e util esta medida, quanto da cidade se tinha já evadido, para o reconejo, quasi todos os officiaes e operarios da casa de moeda, e para o que pedia a approvação de S. A. Real.

*O conselho interino de governo approva a organização de uma legião de tropas ligeiras, composta das tres armas, segundo as condições no plano proposto.*

« Exigindo a salvação e defesa desta provincia o levantamento e organização de novos corpos armados para conseguir-se a immediata expulsão dos fardados lobos, que pretendem recolonisar o Brasil, em vez de o constituir e regenerar, e permitindo o real decreto do 1º de Agosto a adopção de quantas medidas sejião necessarias para a conquista da paz e tranquillidade, de que tanto carece a malfadada Bahia, o conselho interino de governo, á vista de motivos tão ponderosos, em nome de S. A. R. o Príncipe Regente e defensor perpetuo do Brasil, approva o plano para a organização de uma legião de tropas ligeiras, composta das tres armas de caçadores, cavallaria e artilharia, com o titulo de—Legião de honra do Príncipe Regente—offerecido pelo Sr. coronel Francisco Maria Sudré Pereira e sargentos-móres Antonio Maria da Silva Torres e José Antonio da Silva Castro, tudo nos termos e deliaixos das condições declaradas no predito plano, junto por copia assignada pelo official-maior da secretaria.

« O mesmo Sr. coronel Francisco Maria Sudré Pereira assim o tenha entendido e faça executar a presente portaria, que será registrada onde couvier. Sala das sessões na villa da Cachoeira, 23 de Outubro de 1822. (Com as assignaturas dos membros do conselho interino de governo da provincia.) »

*Labatut, accusando a recepção de officios em 25 de Outubro de 1822, communica ao governo que vai intimar ao general Madeira para evacuar a capital da Bahia.*

« Ilms. e Exms. Srs.—Accuso a recepção dos officios datados de 13 de Setembro e 18 de Outubro. Tendo ordenado que todo o armamento e tropa marchassem em direitura ao sítio da Feira, para onde me apresso quanto me fôr possível, afim de intimar ao general Madeira de evacuar quanto antes a cidade da Bahia ou tomar as necessarias medidas para um prompto ataque, no caso de não ceder á minha intimação; não me é possível, portanto, ir primeiro a essa villa, como VV. EEss. exigem, podendo sim VV. EEss. enviar um delegado para comigo tratar, a quem communicarei as instrucções de S. A. R. o Príncipe Regente.

« Entretanto felicito a VV. EEss. pela boa união e justo enthusiasmo que tão dignamente tem desenvolvido.

« Deos guarde a VV. EEss. por muitos annos. Quartel general da villa de Inhambupe, 25 de Outubro de 1822.—Ilms. e Exms. Srs. do conselho interino do governo desta provincia da Bahia.—Labatut, general. »

*Proclamação de 26 de Outubro de 1822 aos habitantes do Rio-Grande.*

« Proximas a cahirem em total ruina estão essas phalanges lusitanas que ainda enxovalhão a malfadada cidade da Bahia; cercadas pelo bravo exercito e esquadra brasileira serão precipitadas no abysmo que teceu o seu orgulho e que merecem os seus crimes. Ai delles! O mundo conhecerá, com mais um exemplo, que não se ataca impunemente a independencia de uma nação briosa. A altivez dos lusitanos tem sido trocada pela raiva, pela desconfiança e medo de que estão possuidos.

« Habitantes do Rio-Grande! Cedo voltará aquella cidade ao gremio brasileiro, e eis o mais bello fruto dos esforços de todos os povos, desde o Rio de Janeiro até a Parahyba do Norte. A vós toca outra tarefa igualmente importante. Não védes que ainda os muros de Montevideo acoutão monstros, que não osando medir as suas forças com as do exercito brasileiro, valem-se da intriga para vos fazer a guerra!

« Esquece-vos acaso da ingratiidão com que vos pagão o bem que lhes fizestes em vossos lares, e os perigos de que fôraõ livres na guerra pelo valor dos vossos soldados!

« Habitantes do Rio-Grande! Reuni-vos; empunhe-se a espada; vá para longe ou morra quem não quer ser brasileiro e subdito do Imperador Pedro I. O ferro, o pó e a morte cubrão os inimigos que ainda pisão nosso bello territorio; rémorcião-se vendo-nos independentes e victoriosos.—IMPERADOR. »

*Proclamação de 26 de Outubro de 1822 aos paulistas.*

« Não tem sido em vão quando a nação tem appellado para vosso brio; não tem sido em vão quando a sorte da guerra tem sido confiada ao vosso valor. Fallão as margens do Rio da Prata e Uruguay. Lá é conhecido o vosso nome, e a nação em troco vos lança benções de agradecimento e paz.

« Paulistas! Não basta ainda. Vós sabeis que têm vindo desse velho Portugal inimigos, que por todas as maneiras pretendem fazer nos mal ingratos! E' esta a recompensa de uma fonte de ouro, que por mais de tres seculos os inundou, comprou sua paz e lhes grangeou amigos.

« Paulistas! Mais um esforço; marchai a engrossar as fileiras de vossos irmãos que cercão Montevideo. Ide tomar parte na final contenda que firmará nossa independencia, e depois de embotar vossas espadas nesses degenerados lusitanos vós tornareis ao vosso risonho paiz, e então, cobertos de felicitações e agradecimento, vós ouvireis dizer por toda a parte: Forão firmar a nossa gloria; faltava o seu sangue á nossa independencia; cumprirão-se os nossos destinos; somos independentes e felizes.—IMPERADOR. »

*O conselho interino de governo ordena a prisão do tenente-coronel Antonio Martins da Costa e do cirurgião-mór Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira.*

« Aparecendo nesta villa o tenente-coronel Antonio Martins da Costa e o cirurgião-mór Francisco Sabino Alvares, e constando dos seus papéis apresentados a este conselho interino de governo: primeiro, que o dito tenente-coronel fôra preso em Pernambuco pelo Exm. general Labatut á ordem de S. A. Real e até decisão do mesmo augusto Senhor; segundo, que este fôra illegalmente solto (faltando a precisa decisão do Príncipe Regente) por um simples despacho do governador das armas daquella provincia; terceiro, que o dito cirurgião-mór se achava preso a bordo da fragata União, á ordem



do sobredito general; quarto, que este se evadira da fragata sem obter a indispensável soltura; quinto, finalmente, que ambos chegarão a esta provincia sem virem munidos de passaportes ou guias, mostrando apenas um despacho da junta de Pernambuco, proferido na petição que lhe fizera o jangadeiro que os transportára, pedindo licença para fazer viagem dalli á Torre d'Avilla, o qual despacho, bem que na petição se declarem os nomes dos referidos, como passageiros, jámais o podia releva da obrigação de tirarem suas guias ou passaportes individuais; ordena o mesmo conselho interino ao tenente-coronel Felisberto Gomes Caldeira que passe a prender o supra mencionado tenente-coronel, e faça prender ao sobredito cirurgião, aquelle á ordem de S. A. Real e este á ordem deste conselho, entregando ambos ao sargento-mór Antonio Maria da Silva Torres para os conduzir ao destino que se lhe ha ordenado, o que cumpra. Sala das sessões na villa da Cachoeira, em 29 de Outubro de 1822. —Albuquerque, presidente.—Calmon, secretario interino. —Gondim. —Coimbra. —Freitas. —Bittencourt. —Mello.—Silva. »

*O conselho interino de governo manda recolher á fortaleza de Itaparica os presos tenente-coronel Antonio Martins da Costa e o cirurgião-mór Francisco Sabino Alvares.*

« Ordena o conselho interino de governo da provincia da Bahia ao sargento-mór Antonio Maria da Silva Torres que, apresentando esta ao tenente-coronel Felisberto Gomes Caldeira, reciba delle preso, á ordem de S. A. Real, o tenente-coronel Antonio Martins da Costa, assim como o cirurgião-mór Francisco Sabino Alvares, preso á ordem deste conselho, e os conduza á fortaleza de Itaparica, onde serão recolhidos e decentemente guardados, de baixo da responsabilidade do commandante da dita fortaleza, a quem fará as recommendações necessarias, ratificando nessa occasião a ordem de quem forão presos, o que cumpra. Sala das sessões na villa da Cachoeira, em 29 de Outubro de 1822. —Albuquerque, presidente. —Calmon, secretario interino. —Gondim. —Coimbra. —Freitas. —Bittencourt. —Mello. —Silva. »

*Proclamação do general Labatut aos habitantes da Bahia em 30 de Outubro de 1822.*

« Bríçosos habitantes da provincia da Bahia! —O augusto Principe Regente do vasto e rico Imperio do Brasil me enviou para auxiliar-vos a fazer embarcar a tropa de Portugal, inimiga da vossa liberdade e independencia politica.

« Ilustre mocidade! É o dever mais sagrado do cidadão libertar a patria dos ferros em que infelizmente se acha manietada. Esta é a occasião de vos distinguirdes como benemeritos. Aproveitai-a, e procurai a gloria que vos espera no campo da honra.

« Vinde, eu vos convido; vinde, bahianos, alistar-vos no exercito pacificador, que o melhor dos principes confiou ao meu commando. Não percaes tempo; vinde, que eu vos affianço as vossas escusas (se as pretenderdes) logo que cessem as tristes e actuaes circumstancias. —Quartel-general no Engenho-Novo, 30 de Outubro de 1822. —Labatut, general. »

#### LABATUT DIRIGE-SE AO GOVERNO INTERINO

O general Labatut em 2 de Novembro dirige-se ao conselho interino de governo da provincia, providenciando sobre os recursos e meios de manter um exercito necessariamente superior, em consequencia do augmento da força inimiga de terra e de mar, porquanto, havendo chegado 1.600 homens aguerriados, na mesma semana vindos de Lisboa na

não *D. João VI*, e em duas fragatas e transportes, que fazia o total de dez vasos de guerra, para auxiliar a força do Madeira, convinha no Brasil força superior. Que tendo visitado os principaes pontos de Pirajá e Itapagipe, reconhecia a necessidade de reforçar esses pontos e linhas de defesa, desde aquella passagem até Itapoan, e dahi, pela costa do mar, até ao norte da Torre, e interiormente desde o Cabrito até onde fosse necessario, além de um corpo de reserva e destacamentos, para auxilio, quando fosse preciso.

Pedia urgencia para tudo isso, em vista da força inimiga que tinha de debellar.

O referido general, em 3 de Novembro, officia também ao governo interino para que seja sóto o cirurgião-mór Sabino, e conservado com cautela o tenente-coronel Martins, participando-lhe também ter encarregado o tenente-coronel Felisberto Caldeira do commando das forças de Itapoan:

« Illms. e Exms. Srs. —Achando-se nessa villa presos o tenente-coronel Martins e o cirurgião-mór Sabino, queirão VV. EExs. mandar soltar a este ultimo, fazendo vir á minha presença; e ao primeiro mandaráo conservar toda a cautela precisa para sua segurança.

« Nesta occasião participo a VV. EExs. que encarreguei ao tenente-coronel Felisberto Gomes Caldeira do commando e forças do ponto de Itapoan, para onde marchou; enquanto as peças, que mandei pedir a VV. EExs., me persuadia serem de calibre seis a nove; mas o mesmo tenente-coronel Felisberto me affirmou ellas serem de calibre doze, e por isso para cá desnecessarias, o que poderá servir para defesa dessa villa.

« Deos guarde a VV. EExs. Quartel-general do Engenho-Novo, 3 de Novembro de 1822. —Illms. e Exms. Srs. do conselho interino de governo da provincia da Bahia. —Labatut, general. »

*Cartas mandadas pelo Madeira a diversas pessoas do reconcavo da Bahia, que forão apprehendidas pelas guardas do exercito nacional e pacificador.*

« Illm. Sr. —Não sendo occultos os actuaes acontecimentos das diversas villas e lugares do reconcavo desta provincia, originados por uns poucos de homens, que, perdidos na opinião publica, sem religião e de uma moral estragada, têm-se arrojado aos maiores desatinos, enganando e seduzindo aos povos, para com elles commetterem horroresos crimes, quaes o de se revoltarem contra o systema adoptado, e jurado expontaneamente pela nação e por el-rei, desobedecendo a seus decretos e ordens, proclamando uma nova forma de governo, e erigindo-se com mão armada contra o legitimo, a ponto de praticarem as maiores hostilidades com aquelles que, firmes nos seus juramentos, propugnão pela causa geral; e sendo outrossim certo que o soberano congresso nacional e o nosso amado rei constitucional não podião approvar, e nem approvão factos tão criminosos, a ponto de me ser por este enviada uma grande força de mar e terra, que já aqui se acha (como já constará) para eu fazer manter illesos nesta parte da monarchia os direitos constitucionaes e reaes, com punição dos chefes de semelhante crime, e de todos aquelles que indiscretamente os seguirem, é indubitavel ser do meu sagrado dever pela autoridade, e força que me foi legitimamente confiada, fazer cessar e punir tão grandes absurdos.

« Nestas circumstancias eu tenho de mui breve pôr em movimento essas mesmas forças para com ellas acabar de uma vez tanta ousadia; mas, como estou igualmente convencido de que com os maos existem muitos bons e fiéis, que só pela violencia e engano dos malvados se conservão no meio delles; e entre estes V. S. sempre me deveu o bom conceito pela sua honra e probidade, desempenhando o verdadeiro caracter de homem e fiel

portuguez (o que me tem constado até o presente), e não desejando que os estragos de uma guerra assoladora envolva tanto aos innocentes, como aos réos, cujo procedimento seria para mim o mais sensível: eis o motivo porque, não desconfiando da sua conducta, lhe dirijo esta, não como uma autoridade que tem de castigar crimes, mas sim como amigo, para que, debaixo deste título, me communique com a possível brevidade suas idéas a este respeito, indicando-me aquelles meios que lhe occorrem, além de que, de conformidade com o seu parecer e de outros mais cidadãos honrados, a quem também consulto sobre este objecto, descarregue a vara da justiça sómente contra os chefes da rebellião e da perfidia, evitando-se assim funestas e geraes calamidades.

« Com isto fará V. S. o maior serviço ao soberano congresso da nação, a el-rei o Sr. D. João VI, a quem será presente, e a todos os nossos irmãos da grande família portugueza de um e outro hemispherio, e eu terei um novo testemunho da cordial amizade que sempre lhe consagrei. Assim o confio e espero do seu patriotismo e fidelidade.

« Deos guarde a V. S. muitos annos. Quartel-general da Bahia, 5 de Novembro de 1822.—Ilm. Sr. Antonio Muniz Barreto e Aragão. — Ignacio Luiz Madeira de Mello. »

Na mesma data o general Madeira enviou cartas identicas a esta aos Srs. coronel Luiz Barbalho Muniz Fiuza Barreto, José Maria de Pina e Mello, José Joaquim Muniz Barreto e Aragão e capitão-mór José Antonio Fiuza de Almeida.

*O conselho interino de governo crea o commissariado geral, a thesouraria e a auditoria do exercito pacificador.*

« O conselho interino de governo desta provincia, desejando, como lhe cumpre, empregar quanto em si fór para a immediata organização do exercito pacificador, destinado a expurgar a maldada Bahia dos implacaveis inimigos da independencia politica do Brasil, e reconhecendo que as repartições civis de um exercito são elementos necessarios para sua formação, regularidade e fornecimento, o mesmo conselho tem resolvido estabelecer em nome de S. A. R. o Principe Regente o commissariado geral, a thesouraria (já creada por S. M. F. el-rei o Sr. D. João VI, por decreto de 23 de Novembro de 1820) e a auditoria do sobredito exercito, nomeando as pessoas constantes da relação junta, assignada pelo secretario deste conselho, como idoneas para servirem nas preditas repartições.

« As autoridades, a quem o conhecimento desta compete, o tenham assim entendido, e passem-se os competentes titulos aos empregados.

« Sala das sessões na villa da Cachoeira, em 8 de Novembro de 1822.—Albuquerque, presidente.—Calmon, secretario.—Gondim.—Coutinho.—Bittencourt.—Freitas.—Mello.—Silva.—Dantas. »

*O conselho interino de governo nomea o pessoal para as repartições civis creadas no exercito pacificador.*

« Commissariado geral do exercito pacificador :

« Commissario-geral.—O brigadeiro Jeronymo Muniz Fiuza Barreto.

« Deputados commissarios.—Antonio Joaquim do Amaral, Manuel Pereira Heitor de Macedo, Francisco Manoel de Castro.

« O commissario-geral nomeará commissarios assistentes, um para cada brigada.

« Thesouraria geral do exercito pacificador :

« Thesoureiro-geral.—Joaquim Bento Pires de Figueiredo.

« Commissario-pagador.—Eustaquio José Pereira de Andrade.

« Commissario-assistente.—Manoel Maria Alves do Amaral.

« Official do bofete.—Angelo da Costa Ferreira.

« Auditoria do exercito pacificador :

« Auditores.—Bacharel Antonio Calmon du Pin e Almeida, bacharel Honorato José de Barros Paim.

« Secretaria do conselho interino de governo na villa da Cachoeira, em 6 de Novembro de 1822.—Miguel Calmon du Pin e Almeida, secretario. »

*Apparece no exercito um espião do general Madeira e é denunciado ao governo da Cachoeira.*

« Ilms. e Exms. Srs.—Levo á presença de VV. EEExs. motivos muito serios, e que nas actuaes circumstancias precisão instantanea providencia. Pelos districtos do meu commando anda vagueando um commendador ou cavalleiro de industria, com apparencias de ser amigo da nossa santa causa; mas, não tendo elle prestado-se a cousa alguma, e só como ambulante viajando, e talvez tomando conhecimento do estado dos nossos pontos para dar parte dos movimentos que por elles se passam, pois me asseverão ser elle afillado da mulher do Madeira.

« Este homem se faz digão de muita suspeita; eu o não conheço, e talvez VV. EEExs., mais bem informados, saibão quem elle é. Augmenta a minha desconfiança ter elle indisposto dous destacamentos de Maré, que estiverão a ponto de se baterem, e agora de proximo, tendo dado um grande jantar em S. Thomé, passou a exigir assignaturas de alguns soldados para ser admittido no commando do regimento de Pirajá, formando intrigas e deramando sizannas, além de perturbar a boa ordem em que se achão estabelecidos os destacamentos, e desacreditando as pessoas mais probas que os commandão, por cuja razão requeiro a VV. EEExs. mandarem que se recolham ás villas do interior, pois semelhante homem não pôde ser funestissimo pelo que delle tenho colligido, pois achando-se a communicação de todo cortada para com estes pontos, elle se acha abastecido de generos, e as grandezas que pratica em tempos tão calamitosos mais augmenta a minha suspeita.

« Elle, em alguns encontros comigo, sempre tem affectado ter correspondencias particulares com S. A. Real, sem que nunca apresente documento, que, a tê-lo, por certo o faria para augmentar o seu orgulho; portanto VV. EEExs., com o seu saber illuminado, hajão de instruir-me, o que devo praticar, pois em tudo desejo cooperar para a salvação da patria e fugir ás ciladas do inimigo, que, vendo-se debilitado em forças, ha de querer por todos os modos tirar vantagem.

« As canhoes tornão hoje a Maré, mas, achando já duas peças cavalgadas, e estas fazendo vivo fogo, immediatamente se ausentão, e espero alli não voltem por pretender amanhã cavalgar mais duas, e com esta segurança confio se desvaneca o inimigo da sua pretenção. Preciso mais dez barris de polvora, que espero VV. EEExs. com brevidade me enviem, visto que dos quinze só me chegarão oito, por ficarem sete na bocca do rio, além de socorrer o ponto da Torre e Itapoan.

« E' o que se me offerece dizer a VV. EEExs., a quem Deos guarde por muitos annos. Quartel-general em Abrantes, 22 de Outubro de 1822. De V. Ex. muito attento venerador e criado.—Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque.

« Depois de ter acabado este, sou entregue de um officio do commandante do destacamento de Pirajá, o qual envio a VV. EEExs. por copia. »

« Ilm. Sr. tenente-coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque.—Hontem, quando á pressa reporteí a V. S. sobre o officio que me fez a honra de dirigir, dizendo-me que não os pedreiros, como me foi necessario marchar a galope com a cavallaria para socorrer a guerrilha que tinha mandado ao engenho da Conceição inquietar aos nossos inimigos, que, depois do combate que tivemos com o esquadrão n. 12 no dia quinta-feira, no mesmo lu-

gar, elles entrarão a derrubar esses matos, sonda nos embarcámos para lhes fazer cruel mortandade; em razão delles estarem derrubando esses matos botei-lhe a guerrilha de hontem, que felizmente batemos a marujada que vinha guarnecer os cortadores do mato, e muito poucos soldados de farda branca: derão costas ás primeiras nossas descargas, carregando 5 ou 6 mortos que cahirão.

« Cheguei eu a este tempo e mandei emboscar a nossa gente de infantaria, e até de cavallaria, e eu mesmo me embarquei com elles, quando nos apparecerão tres canhoneiras, que vinhão a remos, com prôa ao mesmo engenho da Conceição, que já estavam chegando, a ponto da nossa tropa fazer-lhes fogo, digo ao alcance das nossas armas, quando uma embarcação do Faria, que já lhe ficava atraz, de dentro dos mangues lhe alitrão sem necessidade, e fixarão com que elles voltassem a prôa para terra, da parte de lá da Penha; lá se demorarão dentro do saco e desembarcarão toda a gente á nossa vista.

« Deixei eu a gente toda embarcada e corri á toda a pressa ao Cabrito, e fiz cavalgar tres peças em um estrello, onde elles não podião passar sem que não os mettesse a pique; e a outra mandei-a passar em uma canôa para a outra banda, da parte da plataforma, em um outeiro, na ponta onde tem uma trincheira feita pela natureza, entregando o commando das tres peças áquelle sargento que V. S. o proveu agora em official, e até informado seu requerimento por mim, e quando foi... á noite estando muito fatigado em fazer trincheiras para as paças.

« Não posso acabar o officio participando-lhe tudo pelo miúdo, porque neste instante me chega aviso de S. Braz pedindo-me soccorro, por estarem com nove canhoneiras á frente fazendo fogo, e vou já com a cavallaria a soccorrer; e o engenho da Conceição está laborando em fogo, que os marotos botarão

« Já mandei o tenente Manoel Alves, tenente Agostinho e o alferes irmão de Manoel Alves a se embarcarem, a vêr se botamos os nossos inimigos para fóra, o que participarei a V. S. do resultado com mais vagar.

« Vai o n. 1 para V. S. o ter lá, porque nós cá não temos armas para elle; o tenente de cavallaria fica cá nos ajudando aos combates que estamos tendo, etc. Pirajá, 22 de Outubro de 1822.—Pedro Ribeiro, capitão-mandante. »

#### COMBATE DO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 1822

O general Labatut no dia 9 de Novembro de 1822 participou ao conselho interino de governo o resultado do ataque da vespera em todos os pontos, especialmente no Cabrito e Pirajá, e providenciando sobre cousas diversas.

« Ilms. e Exms. Srs.—Participo a VV. EExs. que hontem fui atacado em todos os pontos, com particularidade no do Cabrito e Pirajá; mas foram obrigados a ceder pelo valor e denodo das bravas tropas pernambucanas e do Rio de Janeiro, como também pelos soldados da legião da Bahia.

« As forças com que nos atacarão foram grandes; mas, tendo que lamentar alguns mortos e feridos, tenho o gosto ou satisfação de terem morrido mais de 20 inimigos e haver grandissimo numero de feridos.

« Desta sorte julgo do meu dever intelligenciar a VV. EExs. que durara a guerra mais do que eu esperava, visto o soccorro que tiveram novamente, e eu estou na defensiva até a chegada do auxilio do Rio de Janeiro, que já pedi e espero.

« Julgo mais do meu dever recomendar a VV. EExs. toda a cautela em guardar com reserva todo o dinheiro que possuem, para as futuras precisões da provincia que promiscuamente defendemos, como igualmente lhe rogo hajão de mandar recolher todo o gado espalhado em diversas partes, afim dos nossos inimigos, que nos acommettem, não se aproveitarem delle.

« Consta-me que alguns individuos europeus, inda contrarios á nossa santa causa, vendem todos os seus ga-

dos, o que VV. EExs. devem prudentemente evitar, em beneficio desta provincia. Incluso remetto o passaporte do commandador que foi preso.

« Deos guarde a VV. EExs. Quartel-general no Engenho-Novo, 9 de Novembro de 1822.—Ilms. e Exms. Srs. presidente e mais membros do conselho interino da provincia da Bahia. — Labatut, general. »

#### COMBATE NO DIA 21 DE OUTUBRO DE 1822

As providencias tomavão-se por toda a parte, e o entusiasmo nacional suppria as faltas e as necessidades, que as circumstancias apertadas do tempo permitião, sendo repellido o inimigo commum onde quer que apparecia, e mesmo sendo procurado para combate, como aconteceu no dia 21 de Outubro, que, o indo procurar a nossa força nas proximidades da capital, e encontrando-o fortificado no engenho da Conceição, travou com elle renhido combate, e tão desesperado, que os lusitanos, reconhecendo o denodo com que os nossos pelejavão, já sentindo grande perda, abandonarão o campo, correndo em debandada até dentro da Lapinha, sendo mesmo na fuga perseguidos e mortos.

#### INDISCIPLINA MILITAR. — A GUARNIÇÃO DO DISTRICTO DE PIRAJUA ABANDONA O SEU PONTO

A maior parte da força, de que se compunha o nosso nascente exercito, era em grande parte composta de paisanos, que desconhecião a disciplina militar, e por isso susceptiveis a pequenos resentimentos, embora o entusiasmo e empenho do combater o inimigo commum: desobedecião ás ordens superiores, que vinhão por intermedio de seus desaffectos particulares, e por isso não crão algumas vezes regulares as providencias determinadas pelo governo, como aconteceu entre os commandantes dos pontos de Itaparica e Pirajua, obrigando áquelle em 3 de Novembro a dirigir-se ao governo interino, e ao mesmo tempo pedindo-lhe que fizesse participante ao general em chefe para providenciar, queixando-se do commandante da guarnição do districto de Pirajua, que, recebendo as ordens do governo, as não obedecia, e que, se lhe entregando o ultimo officio do governo, para dar-lhe os parques, armamentos e munições de guerra alli existentes, essa ordem, como as demais que o governo havia mandado, não foi executada; e que, para mais ostentar a sua insubordinação, abandonou o seu posto, e, antes de o fazer, mandou collocar sentinellas em todos os lugares, por onde se podesse atravessar para a ilha de Itaparica, com o fim de evitar que ninguém sahisse senão depois que a força destacada e o seu commandante abandonassem o quartel.

Para levarem provisões de bocca devastarão estas forças a fazenda de João Dias Coelho e de outros moradores, e, com o commandante, marcharão os tenentes Alexandre Pedro de Alcantara, Epifanio Rodrigues Ferreira, os alferes Pedro Deodato e José Nunes da Silva, e cerca de 50 soldados, os quaes, chegando no dourado no dia 2 de Novembro, seguirão no dia 3 para as fronteiras da cidade, e por todo o caminho protestavão levar a ferro e fogo os que lhes obstruissem a passagem.

No mesmo dia 3 o general Labatut, que conhecia,

por lisongeiras noticias, a bravura e serviços do capitão Antonio de Souza Lima, respondendo-lhe do Engenho-Novo a um officio do dia 2, no qual o trata por major, com palavras de animação pelo seu acrysolado patriotismo em favor da causa santa que defendia, e de que elle dava dia por dia não equivocas provas.

Sendo de grande importancia politica afastar da provincia os presos portuguezes que se achavão nas cadeas, no dia 5 o conselho interino de governo os mandou transferir para as cadeas da villa de Inhambupe; e, sabendo desta resolução do governo, o general Labatut aconselhou ao mesmo governo, para que fossem os presos portuguezes existentes na provincia remettidos para Pernambuco, confiados a officiaes de confiança, para que de villa em villa fossem escoltados por guardas fornecidos por ellas, o que acontecer.

*Em 9 de Novembro Lima pede providencias para a fortificação de Itaparica.*

« Em virtude do officio de V. Ex., em que me participa haver já feito ver ao Exm. general em chefe do exercito a necessidade das armas que eu havia pedido a V. Ex., e como aqui apparecêrão noticias de que os inimigos se apresentavão a atacar esta ilha com quanta força e empenho lhes fosse possível, officiei mesmo ao Exm. general, mostrando as circumstancias em que me achava, e por isso necessitava de armamento, para o que dirigi-lhe o ajudante Francisco Manoel dos Santos Barreto e alguns soldados, em o meu barco, para serem conduzidas as armas o quanto antes; em consequencia da minha exposição dirigi-me o Exm. general, de duzentas armas que pedi, somente cincoenta, e cento e quarenta para serem divididas em Bom-Jesus, Maré e Madre de Deus, das quaes eu tirei quarenta pela espera em que estou dos inimigos, e ter muito pouca gente armada para os resistir em pontos separados, e assim mesmo resta-me muita gente por armar.

« Fáz-se indispensavel maior numero de gente armada nesta ilha, pois estou certo que o inimigo não deixará de pôr agora em execução o que ha tanto projecta, e é de atacar ao mesmo tempo todos os lugares que favorecem desembarque em toda a costa desta ilha, porque elles estão prestes a tocar a meta do desespero.

« Fiz intimar a ordem de V. Ex. ao major Daltro, que a executou, e me remetteu o officio incluso para o Exm. conselho de governo, o qual agora remetto. Não soccego um só instante de cuidar na fortificação de defesa desta tão importante ilha.

« Todas as peças estão montadas e divididas por todos os pontos necessarios; até duas, que me vierão do morro, cujos onvidos, carretas e mais pertences, forão feitos de novo. Desejo que V. Ex. dê providencias para quanto antes vir mais gente armada para esta ilha, pois estamos quasi na decisão de nossos trabalhos.

« Deos guarde a V. Ex. muitos annos. Fortaleza de S. Lourenço em Itaparica, 9 de Novembro de 1822.—Ilm. e Exm. Sr. secretario interino do conselho de governo da provincia da Bahia Miguel Calmon du Pin e Almeida.—Antonio de Souza Lima, commandante de Itaparica.

« P. S. Aqui chegou o major Moraes mandado pelo Exm. general para encarregar-se da fortaleza e artilharia desta ilha. »

#### *Proclamação.*

« Habitantes da Bahia!—Até quando soffrereis os desafortados arrojos e impudencia sem limite de um punhado de marbotes portuguezes, que vos julghão iguaes em valor aos fracos negros do Malabar, ou a esses debéis indianos que elles tantas vezes vencêrão e vilmente assassinarão!

« Até quando, brasileiros em geral, suportareis essa cafala de escravos das côrtes de Lisboa, escravos venaes desse infame centuvirato injusto, que contra o sagrado direito das gentes, e a despeito das proprias bases de sua constituição liberal, querem empolgar os direitos do Brasil, parte maxima da nação portugueza, mais rica e povoada que o pequeno e pobre Portugal!

« Até quando vereis com olhos tranquilllos e animo socegoado as barbaras scenas praticadas nessa bella capital pelo impio e nefando Madeira e seus vis janizaros! Templos roubados, imagens dos santos profanadas, familias sem chefe, a impudicia e a licença militar em toda a sua plenitude manifesta!

« E não de, ó brasileiros, estes vandalas do occidente escravisar-nos? Oh! raiva! Se elles tentarem marchar sobre este exercito de heroes, que ainda conservão a simplicidade de costumes, e o valor patriotico dos Castros e Albuquerque, de quem tambem descendem, conhecerão então como combatem povos que desejão libertar-se de tyrannos portuguezes.

« Seja testemunha o céu e o mundo todo dos grandiosos sacrificios que o Brasil leal e fiel tem feito, representando uma e muitas vezes seus direitos postergados pelos deputados portuguezes, vendo insultado seu augusto regente, o filho herdeiro de seu rei; representações tão justas erão desprezadas; a nada estes brutos se movião, e somente querião fechar os nossos portos aos estrangeiros, vedar-nos a entrada de armamento, e por fim monopolisar o nosso florescente commercio, e tornar-nos novos parias entre os filhos da commun patria!

« Até onde irião parar estas injustiças, donde nos viria o soffrimento? Como poderíamos supportar por mais tempo o ferreo jugo e escravidão villipendiosa de irmãos, que se dizião constitucionaes e livres, os quaes, calcando o despotismo, trabalhavão para libertar-se da tyrannia dos ministros e absolutas ordens do seu rei? Oh! tempos, oh! costumes!

« Como seríamos indifferentes a este aviltamento tão abominavel, nós os brasileiros, cujas cabeças o sol corôa de seus raios, e habitantes do paiz do onro e dos diamantes, dotados do hereditario valor dos Vidas, Camarões e Negreiros, que, com pequenas forças, lançarão os intrepidos batavos deste rico continente? Logo, pois, como temeremos as vãs bravatas de quatro marotos portuguezes, que nos injurião com o nome de rebeldes, porque defendemos a patria liberdade e não queremos senão —independencia ou morte? *Risum teneatis, amici!*

« Firmes, portanto, nesta patriotica maxima, e fleis aos nossos sagrados principios, conliados sobremaneira ao magnanimo, e paternal cuidado e vigilancia do nosso Imperador constitucional o immortal Pedro I, que tem os olhos abertos sobre nós, esperemos a pé quedo, e quaes rochas inabalaveis, por esses degenerados vencedores dos vencedores da Europa, hoje, porém, oh desgraça, oh vergonha! roubadores de templos, violadores de todos os direitos sociaes, cegos e obstinados escravos das côrtes de Lisboa, e mais ainda captivos de todos os vicios e maldades. Quartel-general no Engenho-Novo, 8 de Novembro de 1822.—Labatut, general. »

*O general Labatut em officio do dia 9 de Novembro pede ao conselho interino a prisão do capitão-mór Fiuza.*

« Ilms. e Exms. Srs.—Devendo olhar para o bem geral e tranquillidade deste reconvico, depreco a VV. EEExs. a prisão do capitão-mór Fiuza dessa villa, á ordem de S. M. Imperial constitucional o Sr. D. Pedro I do Brasil, e a sua immediata e segura remessa para a cidade de Pernambuco, acompanhado de tropa capaz, e de um officio e guia de VV. EEExs. para o governo daquella provincia o conservar em custodia, até que Sua Magestade haja de determinar o que fór servido.

« Deos guarde a VV. EEExs. Quartel-general, 9 de Novembro de 1822.—Ilms. e Exms. Srs. presidente e mais deputados do conselho interino do governo da provincia da Bahia.—Labatut, general. »



PROVIDENCIAS QUE O GOVERNO DA CACHOEIRA TOMOU PARA O GENERAL LABATUT EM 11 DE NOVEMBRO DIRIGE-SE AO GOVERNO DA CACHOEIRA

O conselho interino do governo da Cachoeira, receiando que o inimigo pelas continuadas tentativas que fazia por diversos pontos do litoral, podesse penetrar no interior do reconcavo, aproveitando-se do que determinava o decreto do 1º de Agosto, tendente a garantir o pessoal e os bens das corporações de mão morta, que tinham igual direito à protecção do governo, em 9 de Novembro determinou que as alfaías dos templos e das irmandades, destinadas ao culto divino e á piedade christã, fossem acatueadas, e para o que officiou ao ouvidor interino da comarca, que fazendo exhibir os inventarios das alfaías de ouro e prata das igrejas, matrizes, conventos, capellas, e das irmandades das villas e termos, ordenasse aos fabriqueiros e thesoureiros, e quaesquer administradores, que as encaixotassem com especificação, e com toda a exactidão conveniente, fossem remettidas para o centro da provincia, e confiadas a algum proprietario chão e abonado da escolha e confiança do mesmo ouvidor, dando de tudo immediata parte ao governo da provincia, o que teve execução na forma prescripta e ordenada.

#### GUARDA CIVICA

O conselho interino de governo no dia 10 de Novembro chamou o povo, por meio de um bando, para alistar-se na guarda civica, organizada para a defesa da villa da Cachoeira, e nomeou para commandante da mesma ao capitão-mór João Dantas dos Reis Portali.

#### Bando.

« Devendo marchar para os pontos de defesa do Rio de Paraguassú os pequenos corpos organizados, que ainda restão aqui, e sendo absolutamente de mister organizar um corpo armado para manter a segurança no interior desta grande villa, ora capital da provincia, o conselho interino de governo confida e chama a todos os patriotas, e bons cidadãos desta villa e seus suburbios, que ainda não tiverem praça nos corpos regulares, para que ás 5 horas da tarde de hoje compareção, com as armas que tiverem, na praça do Hospital de S. João de Deos, para serem alistados e organizada uma guarda civica de defesa interior.

« Em prova da confiança e estima de que são dignos os patriotas que concorrem para esta organização, o mesmo conselho nomêa para commandante da predita guarda civica ao Sr. capitão-mór João Dantas dos Reis Portali, membro do conselho interino, a quem desde já se encarrega a sobredita organização, e a quem deverão apresentar-se aquelles patriotas que não poderem comparecer no dia de hoje.

« E para que chegue ao conhecimento de todos, ordena o mesmo conselho que, além do caixa, seja este lido pelas ruas publicas desta villa e affixado no lugar mais publico della. Francisco José de Almeida Corte Real, official-maior interino, da secretaria, o fez aos 10 de Novembro de 1822.—Francisco Eleshão Pires de Carvalho e Albuquerque, presidente.—Miguel Calmon du Pin e Almeida, secretario.—Antonio José Duarte de Araujo Gondim.—Manoel da Silva e Souza Coimbra.—Manoel José de Freitas.—Manoel Gonçalves Maia Bittencourt.—José de Vello Varjão.—Manoel dos Santos Silva.—João Dantas dos Reis Portali. »

O general em chefe, no dia 11 de Novembro de 1822, accusando o recebimento de differentes officios que recebeu do governo da Cachoeira, sendo um delles a respeito da prisão do cirurgião-mór Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira, outro sobre a nomeação de empregados, para as repartições civis do exercito, e outro sobre a nomeação do coronel Rodrigo Antonio Falcão, que ficou sem effeito por ter sido nomeado em seu lugar o major Antonio Maria da Silve Torres, refere que no dia 8 de Novembro foi a victoria decididamente a nosso favor, porquanto tivemos sómente 5 mortos e 11 feridos, e que, por participação official, soube que o inimigo tivera mais de 200 feridos e grande quantidade de mortos.

Eis a integra do officio :

« Illms. e Exms. Srs.—Tenho presentes quatro officios de VV. EExs., um datado de 6 e 3 de 7 do corrente, o primeiro em resposta ao meu de 2, annunciando-me o estabelecimento das postas, no que fico certo; o segundo e terceiro aos meus de 3, um sobre a prisão do cirurgião-mór Sabino, que, sem me lembrar ter sido feita á ordem de S. M. Imperial e constitucional, o mandava soltar, mas que VV. EExs., obrando sabiamente, me advertirão, pelo que louvo muito a resolução de VV. EExs.; outro acompanhando a portaria de VV. EExs. de 6 do corrente para serem nomeados os da lista a ella junta, para servir nas differentes repartições civis do exercito, sobre o que respondo a VV. EExs. que são da minha approvação; o quarto, finalmente, de 4 do corrente sobre a nomeação que depois desfiz do coronel Rodrigo Antonio Falcão para commandar a guarnição dessa villa.

« Pela portaria inclusa em copia verão VV. EExs. que nomeei em seu lugar ao major do estado-maior Antonio Maria da Silva Torres por attender a ser um habil official, não havendo aqui outro tão capaz de que possa dispensar-me na presente occasião.

« Tenho, finalmente, a participar com satisfação, a VV. EExs. que na acção de 8 do corrente foi a victoria decididamente a nosso favor, porquanto tivemos sómente cinco mortos e onze feridos, e hoje soube pela cidade que o inimigo teve de perca mais de duzentos feridos, além de grande quantidade de mortos, fóra cinco prisioneiros, e que as nossas tropas tem retornado suas antigas posições.

« Rogo a VV. EExs. me enviem mais algum gado, assim como alguns cavallos bons para a minha sella, que aqui não ha, e os que vierão na minha viagem estão já fracos e decadentes. Remetto as proclamações inclusas para VV. EExs. as mandarem lêr em frente das tropas dessa villa.

« Aproveito a occasião de enviar a VV. EExs. os presos constantes da lista junta para serem remettidos para a cidade de Pernambuco, com os mais que dahi houverem de ir.

« Deos guarde a VV. EExs. Quartel-general do Engenho-Novo, 11 de Novembro de 1822.—Illms. e Exms. Srs. presidente e mais deputados do conselho interino de governo.—Labatut, general. »

#### Proclamação.

« Netos dos temiveis Camarões, Vidal e Vieiras ! Brasileiros honrados e fieis !—A' vossa patria livre e independente de que servirão as bravatas do indigno e nefando Madeira ? Que fizerão os vencedores dos vencedores da Europa, os conquistadores de Badajoz ? Oh ! vergonha das vergonhas ! o dia 8 de Novembro de 1822 vos faz de cada vez mais certos de que esses lusitanos são, além de fracos, indignos de temor ; porque, quando inda não tinhamos as tropas todas do Rio de Janeiro e Per-

nambuco, quando não tínhamos artilharia e armas para armar nossos braços vingadores, tivemos a audácia e valor de os repellar e ceifar como mansos cordeiros: aos nossos golpes cabirão mais de dzentos mortos e inmensas lanchas conduzirão os feridos, e as suas luminarias não attestão senão a miséria e a fome que entre elles reina; sim, elles festejarão vinte cabeças de gado que o nosso descuido lhes deu! Que miseros e famintos estão!

« Brevemente, apesar das suas minas, e dos seus reductos e fortificações, que inveja metterão aos *Vaubans*, iremos com 1 600 mineiros, que estão a chegar, além do grande auxilio fluminense e do bioqueio, sitiá a primogénito de Cabral, e dar-lhes-hemos uma maior lição do que lhes demos no dia 8 do corrente, e poderemos deixar em silencio a hizarria e humanidade com que nos nossos hospitaes tratamos os seus feridos prisioneiros?

« Esses vandalas esfolão, esquartejão, massacraão os nossos patricios sem prisioneiros; e nós, innocentes e brandos, como o ameno paiz que nos nutre, desprezamos a sua mauritana e antiga barbaridade.

« Comtudo alerta, pátrios; se esses barbaros do occidente ousarem continuar nos seus terríveis e impoliticos procedimentos, matemos e enforcemos ignominiosamente todos os lusitanos que aprisionarmos, e ainda mesmo alguns que pacificos vivem entre nós. O direito natural nos ensina que uma força repele-se com igual força; que devemos ser civis e urbanos com os que forem connosco.

« Lembrai-vos o que nos diz o illustre Reynard: uma nação não se liberta e se torna independente sem um banho de sangue. Façamos, portanto, cruentos sacrificios á nossa patria ultrajada, inda que sejam repugnantes á humanidade.

« Esta é a nossa theoria, e a nossa pratica sera homogenia em tudo e sem discrepância—matar a quem nos quer matar, amar a quem nos ama—e a nossa divisa para sempre—Independencia ou morte! Quartel-general no Engenho-Novo, 11 de Novembro de 1822.—Labatut, general. »

*Proclamação dirigida aos soldados milicianos europeus chamados ao exercito das villas e povoações do recon-cavo.*

« Soldados europeus!—O cruel direito da guerra, direito de represalia, fez-me chamar-vos de vossos lares para soffredes á frente das legiões brasileiras o mesmo que soffrem os brasileiros á frente das hordas barbaras dos sanguinarios e fracos lusitanos; mas minha alma, embuida dos verdadeiros sentimentos de homem, dos sentimentos paternaes que animão ao nosso augusto Imperador, ainda uma vez cede aos clamores de vossas familias, que vos reclamão chorosas.

« Além disto a causa do Brasil somente por brasileiros natos deve ser defendida por ora. Nós reclamaremos os vossos braços quando nos forem precisos; presentemente nossa generosidade brasileira quer servir-vos, prestando vida, bens, familia e sociego, para que existais pacificos, gozando o fruto de nossas fadigas. Eis o nosso proceder: e qual será o vosso? Ficareis impunes quando criminosos?

« Não, soldados; a espada da justiça pesará segura sobre o malvado europeu, que, ainda que, levemente attente contra a nossa segurança. Todo o europeu que fór accusado como opposto á santa causa será immediatamente julgado por uma commissão militar. É permittido a qualquer particular dirigir-me por escripto queixa ou accusação contra o europeu suspeito.

« Nenhum soldado europeu poderá sahir de dia ou de noite além das guardas das barreiras da villa ou povo a que pertencer o seu regimento. A nenhum é permittido ter em sua casa qualquer arma que seja de fogo, espada, faca ou lança, etc. Todo o soldado europeu que, sem ter ordem positiva, fór encontrado com armas ou contrariar estas nossas disposições, ser-me-ha immediatamente re-

mettido preso em gargalheira para o castigarmos como cumprir.

« Soldados! O interesse do Brasil é o vosso interesse; tremei por vossos dias e por vossas familias no caso de contrariardes. Jurai sujeição e paz, entusiasmados com os verdadeiros sentimentos de um brasileiro independente; clamai connosco: Viva a santa religião! Viva o Imperador constitucional e perpetuo defensor do Brasil! Vivão as côrtes brasileiras! Quartel-general no Engenho-Novo, 16 de Novembro de 1822.—Labatut, general. »

(Seguirão-se 68 assignaturas dos que se obrigirão a guardar o determinado.)

« Devendo nomear um commandante para as forças destacadas em a guarnição da villa da Cachoeira, e seus diferentes pontos e avançadas, e estando bem informado da actividade e conhecimentos do Sr. major Antonio Maria da Silva Torres, o nomeo para commandar todas aquellas forças, e mando a todos os seus subordinados que lhe obedeçam e cumprão suas ordens, como devem, em tudo quanto fór a bem do serviço nacional e imperial. Quartel-general no Engenho-Novo, 11 de Novembro de 1822.—Labatut, general. »

*Proclamação do general Labatut ao exercito pacificador no dia 11 de Novembro de 1822.*

« Soldados do exercito pacificador!—O vosso general em chefe vai lembrar-vos as leis que impõem pena de morte aos que desgraçadamente incorrem nellas. Escutal com attenção!

« Todo o soldado que, estando em campanha, desertar do seu posto, será arcabuzado.

« Aquelle que fór cabeça de motim, e levantar vozes aterradoras e desanimantes, será arcabuzado.

« O que fór insubordinado aos seus commandantes e superiores, será arcabuzado.

« Vede, ó soldados, quanto é forte a lei; mas quanto tambem é justa para conter a boa ordem dos exercitos! E' meu e vosso dever obedecer-lhe; marcha, pois, pelo caminho da honra, e fugireis da pena; mas em caso contrario, oh soldados, tremei. O castigo será immediato ao crime: perdão não ha em semelhantes casos.

« Illustres commandantes! Ouvi e observai a ordem que vou dar-vos; executai á risca aquellas leis, sem remissão, no momento e lugar em que o vosso camarada delinquir: fazei-aahi mesmo passar pelas armas. Quartel-general no Engenho, 11 de Novembro de 1822.—Labatut, general. »

*Reconhecimento do Principe Regente no dia 12 de Novembro de 1822 na villa da Cachoeira, como Imperador constitucional e defensor perpetuo do Brasil.*

« Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus-Christo de 1822, aos 12 dias do mez de Novembro, nesta villa da Cachoeira, no salão do hospital de S. João de Deos, destinado para as sessões do conselho interino de governo desta provincia da Bahia, achando-se presentes o Sr. presidente comigo secretario, e demais deputados abaixo assignados, forão apresentados dous officios do Exm. general em chefe do exercito pacificador o brigadeiro Pedro Labatut, um dos quaes tratava a S. A. R. o Serenissimo Principe Regente deste reino o Sr. D. Pedro de Alcantara por Imperador constitucional do Brasil, e bem assim um impresso do Rio de Janeiro, conhecido pelo titulo de *Espelho*, n. 95, em o qual se refere mui circumstanciadamente a solemne aclamação do mesmo magnanimo principe por Imperador deste vasto continente, na corte do Rio de Janeiro, em o dia 12 do proximo passado mez de Outubro, concorrendo a essa augusta função os procuradores das provincias e camaras que ora podem enunciar livremente a sua vontade; e, attendendo o conselho interino, apesar de não haver ainda recebido participação alguma official do ministerio do Brasil acerca deste glorioso acontecimento, que por

uma parte o estado de guerra que o reino de Portugal tem declarado a esta provincia, só porque ella reclamava, como devia, os inalienaveis direitos de igualdade com a sua ex-metropole, e a sua união á familia brasileira, de que é natural parte, quebrando os já deveses laços que a ligavão a Portugal, a tem constituido em estado de proclamar a sua independencia politica, como hão feito todas as provincias que não soffrem como esta o peso da tyrannia européa; e, por outra parte, que a vontade geral e unanime de todos os bahianos é a mesma e identica á da nação brasileira, resolveu o conselho reconhecer desde já ao Serenissimo Sr. D. Pedro de Alcantara, principe real do ex-reino unido de Portugal, Brasil e Algarves, e regente deste vastissimo reino, como Imperador constitucional e defensor perpetuo do Brasil, da mesma forma por que fôra aclamado na corte do Rio de Janeiro; e não podendo, em presença das imperiosas e difficeis circumstancias desta malfadada provincia, fazer com solemnidade a já feita aclamação de S. M. Imperial e constitucional o Sr. D. Pedro I, accordou o mesmo conselho em participar immediatamente a que se fizera na corte do Rio de Janeiro a todas as camaras da provincia, por uma circular, e a todos os bahianos por meio de proclamações; de manter a sua correspondencia official e a admistracção desta provincia em nome de S. M. o Imperador constitucional do Brasil, e de deferir aos cidadãos ainda não juramentados o juramento de obediencia ao mesmo augusto Senhor, reservando para tempos mais tranquillos e felices solemnizar nesta provincia a gloriosa aclamação desde agora reconhecida, e applaudida pelos agraçados bahianos, do que, para constar, se fez o presente termo. E eu Miguel Calmon du Pin e Almeida, secretario do mesmo conselho, que o fiz e assignei.—Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, presidente.—Miguel Calmon du Pin e Almeida, secretario.—Antonio José Duarte de Araujo Gondim.—Manoel da Silva e Souza Coimbra.—Manoel Gonçalves Maia Bittencourt.—Manoel José de Freitas.—Theodosio Dias de Castro.—José de Mello Varjão.—Manoel dos Santos Silva.—João Dantas dos Reis Portali. »

#### Proclamação.

« Habitantes do reconcavo !—O conselho interino de governo desta provincia se aprez em communicar-vos que o magnanimo defensor da independencia politica do Brasil, o nosso augusto regente, acaba de ser elevado pelo amor dos brasileiros á dignidade de Imperador constitucional do Brasil, em reconhecimento das suas virtudes, e de protestar a mais enérgica actividade em prestar-nos efficazes soccorros, além daquelles que já mandára.

« O poderoso apoio de um joven Imperador guerreiro e justo, e a presença de um general perito e valoroso, acrysolando o nosso enthusiasmo, exaltando a nossa coragem e centuplicando os nossos recursos, nos aliação gloriosas vantagens sobre as novas cohortes dos infames satellites do centumvirato de Lisboa.

« Mas, conquanto nos possamos augurar o afortunado exito da sagrada causa em que somos empenhados, a prudencia requer que nos lembremos da possivel hypothese de ser accommettido o beira-mar do reconcavo pelos cruéis janizaros de Portugal, ora animados com a recém-chegada expedição; e cumprindo em caso tal privar os inimigos de todos os recursos, e não expôr victimas inermes ao seu furor e sanha, é de mister que o conselho, não só em desempenho da confiança que nelle haveis depositado, senão em observancia do real decreto do 1º de Agosto deste anno, advirta, e recomende aos cidadãos e familias dos lugares maritimos do reconcavo, que tenham em bom recato o seu precioso, e que se vão prevenindo de habitações no interior, para onde se retirem com seus gados e fabricas.

« Habitantes do reconcavo ! Esta necessaria medida importa a nossa segurança e a ruina infallivel dos nossos barbaros invasores; é quanto basta para que seja adoptada, apesar de incommodos e sacrificios pelos briosos e fieis bahianos. Não presteis attenção a terroristas, que

porventura mal poderão envenenar esta salutar providencia: o progresso da nossa causa é notorio e o nosso triumpho certo e infallivel.

« Confiai no governo, que vos protegerá com a solicitude que lhe mereceis; no valente general Labatut, que vos defenderá com a dexterdade que nos promettem seus talentos e gloria militar, e no exercito pacificador, cuja bravura principia de encetar a colheita dos louros de que é digno. Viva o Imperador constitucional. Sala das sessões na villa da Cachoeira, em 12 de Novembro de 1822. —Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, presidente.—Miguel Calmon du Pin e Almeida, secretario.—Antonio José Duarte de Araujo Gondim.—Manoel José de Freitas.—José de Mello Varjão.—Manoel dos Santos Silva.—João Dantas dos Reis Portali. »

#### Circular aos ouvidores das comarcas de Ilhéos, Sergipe de El-Rei, Jacobina e ao desta.

« Constando, por meio da imprensa e formulario dos officios do Exm. general em chefe do exercito pacificador, que S. A. R. o Serenissimo Principe Regente o Sr. D. Pedro de Alcantara fôra solemnemente aclamado Imperador constitucional e defensor perpetuo do Imperio do Brasil, na corte do Rio de Janeiro, em o dia 12 do proximo passado mez de Outubro; e sendo este glorioso acontecimento o mais enérgico signal da gratidão e amor do povo brasiliense ao magnanimo principe que o adoptou por irmão e jurou perpetuamente defendê-lo, ordena o conselho interino de governo desta provincia ao ouvidor ... que participe ás camaras de ... comarca a predita solemnue aclamação de S. M. I. o Sr. D. Pedro I, imperador constitucional e defensor perpetuo do Brasil, para que em seu augusto nome exercitem a jurisdicção que lhe compete; outrossim que faça igual participação, e para o mesmo fim, a todos os juizes e justicas, a quem o conhecimento desta pertencer, o que cumpira. Sala das sessões na villa da Cachoeira, em 12 de Novembro de 1822. (Com as assignaturas dos membros do conselho interino de governo da provincia. »

#### ESTADO DAS FORTIFICAÇÕES

O inspector encarregado do exame das fortificações, em officio de 16 de Novembro, deu conta ao governo da sua commissão pelo modo seguinte :

« Ilms. e Exms. Srs.—Em cumprimento das ordens desse Exm. conselho sahi dessa villa na madrugada do dia 12 do corrente, havendo feito marchar de vespera as companhias de Henrique Dias, Belona e Jequiriçá, e deixado em disposição de marcha no mesmo dia 12 a companhia de Jaguaripe, todas destinadas a reforçar os pontos de defesa dessa capital.

« A companhia de Belona, a de Jequiriçá e a de Henriques, chegarão ao forte no dia 12, havendo esta ultima perdido um soldado, que desgraçadamente morreu afogado. A companhia de Jaguaripe chegou alli na manhã do dia 13.

« Neste dia determinei a reforma da bateria do forte, incapaz de sustentar um fogo aturado; fiz pôr em acção todos os artifices e obreiros destinados ao melhoramento dos indispensaveis meios de defesa; reforcei aquella guarnição com a companhia dos Henriques; instrui o commandante sobre o modo mais adequado de defender aquelle posto, e o provi de mais algumas munições de guerra de que esta extremamente falto.

« Disposto isto, segui para a barra com as companhias Belona, Jequiriçá e Jaguaripe, onde chegámos pela tarde; ahí desembarcámos e acampámos as companhias, visto que apparecião algumas canhoneiras á pequena distancia daquelle reducto.

« No dia 14 embarquei para o Bom-Jesus da Subara com as companhias de Belona e Jequiriçá, deixando a de Jaguaripe em reforço do reducto, o qual achei em me-

lhor estado que o fortinho. Ahi só mandei continuar o que já se estava fazendo, que era o concerto de umas carretas e a construcção de outras novas.

« Na passagem que os barcos fizeram para o porto do padre Bernardo uma canhoneira os perseguiu de perto, e assim que elles fundearão no referido porto tambem ella fundeou em tão pequena distancia, que a vista natural distinguia perfeitamente os homens da sua guarnição.

« Demorão-se nessa posição quasi toda a tarde, observando nossos movimentos, e por fim fez-se de vela para a parte da cidade, e foi nesta occasião que uma canoa, que havia vindo requerer a VV. Exs. munições de guerra para o reduto da ponta de Nossa Senhora, e que lhe forão dadas na ponta da Barra, aproveitou a sua livre passagem.

« A tropa e as munições que conduzi forão convenientemente accommodadas, e logo detalhado o serviço do campo e de quartéis, que me pareceu mais conveniente á defesa desta posição.

« No dia seguinte fui visitar os pontos até S. Domingos da Saubara, onde estive com o Rev. vigário Manoel José Gonçalves Pereira. Este bonrado patriota e resolutosoldado fez-me vêr todos os pontos que tem guarnecidos, no que bem mostra a sua muita vontade. Com agrado e ligeiras condescendencias espero aproveita-lo em muitas cousas para que tem prestimo.

« Tenho, pois, visitado o forte, o reduto da barra e a Saubara, e tenho observado as melhores posições para a collocção de baterias sobre o rio e o mar, bem como para a collocção de destacamentos de caçadores e de patrulhas, que sejam vigilantes atalhas sobre os movimentos do inimigo, que não sahe um só momento da nossa vista.

« O meu plano de defesa vem, portanto, a ser o de cobrir por pequenos destacamentos as partes salientes da costa da Saubara, desde o engenho Trindade até a ponta desta barra do Paraguassu, e collocar artilharia em algumas que ainda o não tem. Ter sobre o Açupe uma maior força, como reserva, e outra igual no Bom-Jesus do padre Bernardo.

« Ao signal estabelecido os pequenos dertacamentos deverão correr ao destacamento atacado, deixando todavia guarnecida a peça, e entretanto as maiores forças flangeadoras fazem os movimentos que só podem ser determinados pelo genero de ataque do inimigo, visto que seria um não acabar se pretendessemos resolver cada um dos problemas que podem offerecer-se em uma costa tão dilatada como esta, e onde existem diversos caminhos que conduzem ao interior.

« Pelo que pertence á defesa do rio, direi que o reduto da ponta da barra, com um pequeno acrescimo e reforma de trincheiras, e com a construcção de um fortim na ponta do Araipe, a que vou proceder, ficará um passo difficilissimo a vencer, e tornará quasi nullo o fortinho de S. Francisco.

« Decididamente, porém, será segura toda a costa da Saubara, e impenetravel a barra se VV. Exs. concordarem comigo em mandar vir de Jequiriçá dous barcos que alli ha muito veleiros, muito fortes e de coberta lavada, para o fim de em cada um ser cavalgada uma peça, abrirem-se-lhe portinholas para usar de remos a coberto e pôr-lhe uma guarnição escolhida.

« Tres grandes bens derivão desta medida: o primeiro é a segurança da nossa navegação, de que tanto depende a sustentação do exercito; segundo, é a segurança em que fica a costa da Saubara dos desembarques do inimigo; terceiro, é a impenetrabilidade em que se achará a barra do Paraguassu, postas as duas barcas em linha entre os dous reductos, fazendo uma obliqua com a de sua entrada.

« Nem haja receio de que ellas sejam tomadas; a protecção dos multiplicados pontos guarnecidos de artilharia, tanto do lado do Saubara, quanto do das ilhas, tornarão sua segurança quasi indisputavel; o seu fundeadouro ao abrigo do reduto da barra descobrirá todo este mar, por onde se faz a nossa navegação.

« Logo que as embarcações tentão atravessar a linha

das barcas inimigas, que está entre Itaparica e a ponta de Nossa Senhora, destaca logo uma ou mais; mas como dellas não ha duas que andem igualmente, e quasi todas são mui ronceiros, é, pois, o momento de sahir a nossa flotilha, cercando a barca que mais se approximar á embarcação perseguida, e então a barca ou será batida, ou desistirá da sua caça, entretanto que nossos dous barcos armados, em caso apertado, tem o refugio seguro das baterias de uma ou outra costa.

« A' madura reflexão de VV. EExs. offereço este projecto, que me parece digno de attenção, e, convido VV. EExs., posso affoutamente, segurar-lhes os tres importantissimos bens, que já disse derivarem necessariamente desta medida. Pela minha parte insto e instiarei por ella a VV. EExs.

« Venhão os barcos para o reduto da barra, venhão os dous pilotos que ahi ha, venha o tenente João Francisco de Oliveira, e ordenem-me VV. EExs. de os fazer apromptar e navegar, que respondo pelo successo.

« Mandem-me VV. EExs. igualmente as peças de artilharia que ahi ainda existem, apezar de serem pequenas, um bom ferreiro para as ferragens das carretas, um armeiro para o concerto das armas, acompanhado de limas e outros instrumentos mais delicados, que por aqui não ha, uma botica e um cirurgião para cura dos doentes, mantimentos sufficientes, munições de guerra quantas se possão apromptar, o armamento que se espera; mandem fundir sem demora muitas balas de todos os calibres na fundição do Cabrito para aprovisionamento destas peças, corream bastante, e eu afflanço a segurança da Cachoeira e de todo o seu districto.

« Mas é necessario, Exm. Sr., que nisto não haja demora, pois que vejo imminentes os males consecutivos á interrupção da navegação, que, sendo tão propicia por algum tempo, hoje se demonstra não poder tornar a ser franqueada senão por este systema. Incluas verão VV. EExs. duas relações do que se faz preciso para armamento de Belona e Jequiriçá.

« Deos guarde a VV. EExs. Quartel do Bom-Jesus da Saubara, 16 de Novembro de 1822.—Ilms. e Exms. Srs. presidente e mais deputados do conselho interino de governo desta provincia.—Antonio Maria da Silva Torres, sargento-mór inspector. »

O INIMIGO CONTINUA POR MAR A EMBARAÇAR O LITORAL DA BAHIA, E, PARA ALLIVIAAR AS CADRÁS, SÃO MANDADOS OS EUROPEUS PARA PERNAMBUCO, E LABATUT INTIMA A MADEIRA A DEIXAR A CIDADE.

No dia 15 de Novembro o secretario do governo, Miguel Calmon da Pin e Almeida, recebeu participação official, dada pelo coronel Bento Lopes Villas-Boas, de se acharem constantemente nas immedições das boccas das barras do Paraguassu e Jaguaripe varias barcas canhoneiras, entre ellas a grande de registro, com outras embarcações menores, a dar caça ás embarcações do reconcavo, a obriga-las a recuarem, com o fim de evitar a condução de mantimentos para o exercito.

Este mal foi remediado, fazendo-se conduzir os generos por differentes lugares, em modo que os lusitanos não conseguirão o seu intento.

No dia 16 forão remettidos para a provincia de Sergipo os presos europeus portuguezes, com o fim de serem conduzidos para Pernambuco. Neste mesmo dia o general Labatut dirigio ao Madeira a seguinte intimação:

« General.—Eu vos envio a intimação, que, em nome do Imperador constitucional, então Principe Regente, vos fazia acerca da vossa retirada e a da tropa para Portugal, querendo, segundo o espirito della, que se não rompes-



sem os apertados nexos que união aquelle reino ao do Brasil; mas, oh! desgraça! longe de receberdes, segundo o direito das gentes, o parlamentar, que em 29 do passado Outubro vos mandei, barbaramente das vossas linhas lhe derão duas descargas cerradas; portanto, para que o mundo todo, e com especialidade Portugal, saiba que assim como vós, por uma ambição sem limite, e sómente por um insano desejo de governar as armas desta bella provincia, fostes a causa productiva da guerra civil nos infustos dias 19 e 20 deste anno, tambem fostes o cruel motor da sempiterna desmembração do Brasil com Portugal!

« Veio á minha noticia que os vossos soldados, esquecidos da religião santa que professamos, e que pertençam a uma nação distincta e civilisada, massacrão, esfolão e esartejão os prisioneiros brasileiros, acoutando-os antes cruelmente, por isso igual procedimento ordenei que tivessem os meus soldados com os portuguezes prisioneiros, o que repugna á philantropia do meu coração, mas é necessario.

« Vós sabeis que o cruel direito da guerra imperiosamente ordena o da represalia. Sêde brando, eu serei igualmente; sêde cruel, eu cruelissimo. Retirai-vos para Europa, ou aliás recebereis o galardão de vossos crimes. Tenho em meu poder as cartas e proclamações que mandastes aos Munizes; é desnecessario, e até indecoroso, empregaros a seducção e a intriga. Nós os brasileiros defendemos a nossa patria e estamos alerta contra as ciladas de nossos inimigos, e a nossa divisa é—independencia ou morte!

« A' vista disto deliberai, inda é tempo; mas eu conheço que é inutil prégar a um tyranno como vós, a um ambicioso, que sacrificou ao seu interesse particular os interesses de uma provincia digna de melhor sorte, e até o que é mais, sacrificastes os de um reino inteiro! A imparcial posteridade vos collocará no numero dos tyrannos, e ella fará justiça a vossos crimes e aos dos janizaros que vos cercão.

« O Deus dos exercitos vos guarde e amacie vosso coração inpedernido e apathico, mas sempre sedento do sangue precioso dos brasileiros. Prouvera ao céo que vós sómente comigo quizesseis decidir a sorte desta bella provincia! Então este ameno e productivo solo não seria mais regado do sangue precioso de irmãos, hoje inimigos irreconciliaveis pela perversa, immoral e ambiciosa conducta de um monstro sem modelo. Quartel-general no Engenho-Novo, 1.º de Novembro de 1822.—Ilm. e Exm. Sr. Ignacio Luiz Madeira de Mello, general em chefe da tropa portugueza que occupa a cidade da Bahia.—Labatut, general. »

*O general Labatut no dia 16 de Novembro de 1822 se dirige aos negociantes da Bahia para que se conservem unidos e tranquilllos, quaesquer que tenham sido suas opiniões politicas.*

« Ilustres negociantes da Bahia.—Em nome do augusto Imperador constitucional e perpetuo defensor deste Imperio, eu vos rogo que vos conserveis unidos e tranquilllos. Não abandonéis a cidade da Bahia, quaesquer que tenham sido vossas opiniões politicas e os meios que tenham empregado contra o systema pelo Brasil adoptado.

« Ilustre corpo do commercio, cidadãos necessarios para a grandeza deste magestoso Imperio! Ouvi as amigaveis promessas que o nosso Imperador por mim vos faz:—eterno esquecimento do passado, garantia das leis, liberdade de commerciar como antes, perdão geral a todos aquelles que manifestamente se tenham mostrado inimigos da santa causa brasileira, quer por obras, quer por palavras, menos o infame redactor do *Semanario Civico*. Portanto, certos na protecção do Imperador constitucional e perpetuo defensor, tranquillisai-vos.

« Aqui estou no Engenho-Novo de Cotegipe prompto a libertar a Bahia ou morrer á testa de guerreiros, que, promptos obedecem á voz do Imperador e da patria.

Quartel-general do Engenho-Novo em Cotegipe, 16 de Novembro de 1822.—Aos Ilms. Srs. negociantes da Bahia.—Labatut, general. »

*O general Labatut no dia 16 de Novembro de 1822 dirige-se ao senado da camara, participando sua chegada e mandando que por editaes se intime o povo sob promessas de protecção.*

« Ilm. senado.—Depois de haver conciliado os animos dos habitantes de Pernambuco, Alagoas e Sergipe, cheguei a este ponto, onde me acho com a tropa e armamento, que o Imperador constitucional e perpetuo defensor deste Imperio me confiou para libertar a oppressa cidade da Bahia, de cujo brioso e honrado povo V. S. é o digno representante, intimei ao general Madeira a vontade soberana de S. M. Imperial e das provincias colligadas, e dos povos destes reconhecivo; ponderei-lhe a inutilidade da resistencia, e que, cedendo, mostraria obediencia ao herdeiro do throno portuguez e brasileiro, e pouparia derramar-se mais o precioso sangue destes povos irmãos em tudo, e que qualquer procedimento hostil de sua parte seria o fatal signal de uma eterna desmembração do Brasil com Portugal; portanto mando, em nome do Imperador constitucional, que V. S. por editaes publique ao povo dessa maldadada capital que serão respeitados e protegidos pelas leis todos aquelles que cederem á minha intimação, na certeza de um eterno esquecimento do passado, e que se respeitará o sagrado direito de propriedade; igualmente V. S. lhe affiance que eu aqui estou á testa de 20 000 brasileiros, promptos a morrer ou libertar a Bahia, desempenhando deste modo a perigosa commissão que S. M. Imperial me confiou.

« Deus guarde a V. S. Quartel-general do Engenho-Novo de Cotegipe, 16 de Novembro de 1822.—Ilm. senado da cidade da Bahia.—Labatut, general. »

#### *Prisão do capitão-mor Fiuza.*

« Ilms. e Exms. Srs.—No dia 15 do corrente, pelas 3 horas da tarde, recebia ordem de VV. EExs., e no dia 16, pelas 5 horas da manhã, fui pessoalmente, como VV. EExs. determinação, acompanhado do capitão Antonio Onofre de Pinho e o alferes da 3.ª companhia Antonio Joaquim Moreira de Pinho, ao engenho novo de João Lopes Fiuza Barreto, onde se achava o capitão-mór José Antonio Fiuza de Almeida, e ali lhe dei a voz de preso á ordem de S. M. I. o Sr. D. Pedro I, e no mesmo momento o entreguei ao dito alferes Antonio Joaquim para o conduzir ao lugar do seu destino, e a portaria que recebi para guia do dito preso; e, querendo dar ao dito alferes quatro soldados de cavallaria, que tínha levado para o escoltarem, me disse que só queria um, o que lhe deixei, retirando-me com os tres e o capitão Onofre para esta villa, onde me acho prompto a obedecer ás ordens de VV. EExs., que Deus guarde muitos annos. Quartel da villa de Santo Amaro, 17 de Novembro de 1822.—Gaspar de Araujo Rozendo Gomes de Sá, coronel graduado commandante. »

No dia 18 de Novembro de 1822 o general Labatut communicou ao governo a falta que commettera o capitão-mór de Inhambupe, pela qual foi reprehendido asperamente, bem como o capitão Factum. Tambem scientificou o mesmo general ao governo a noticia do Madeira pretender atacalo com todas as suas forças.

« Ilms. e Exms. Srs.—Acuso a recepção do officio de VV. EExs. de 16 do corrente acerca da criminosa falta que commetteu o capitão-mór de Inhambupe, sabendo do seu districto em semelhante tempo, em que tão necessaria é a assidua estuda das autoridades nos lugares da sua jurisdicção, o que me obrigou a reprehender asperamente aquelle capitão-mór, fazendo-o responsavel pela boa segurança dos trinta presos; nesta mesma occasião

mandei reprehender também ao capitão Factum, português de nascimento pelo seu comportamento de sociar com os ditos presos. Fiz vér ao capitão-mór que devia entregar os presos ao official que VV. EEExs. mandarão para este fim.

« Faço s'riente a VV. EEExs. que hontem, por dous paizanos vindos da cidade, soube que Madeira nos pretende atacar pela vez ultima, com todas as forças qualquer destes dias, pelo que dei as providencias necessarias, e rogo a VV. EEExs. mandem positivas ordens para que marche a cavallaria dessa villa, a cujo coronel já communiquei as minhas ordens, com uma proclamação aos soldados.

« A's respeitaveis pessoas de VV. EEExs. guardé Deos muitos annos. Quartel-general no Engenho-Novo, 18 de Novembro de 1822.—Ilms. e Exms. Srs. presidente e mais deputados do conselho interino de governo desta provincia.—Labatut, general. »

#### CONSELHO MILITAR NO BOM-JESUS DA SAUBARA

Os lusitanos, tendo dado diversos ataques ás nossas forças no dia 18 de Setembro, a avançada das tropas da Cachoeira, collocada sobre a posição do Bom-Jesus da Saubara, para bem regular as suas operações, em conselho militar, lavrou o seguinte termo :

« Aos 19 dias do mez de Novembro de 1822, nesta avançada do Bom-Jesus da Saubara e quartel do commandante das forças da Cachoeira, seus pontos e avançadas, o sargento-mór Antonio Maria da Silva Torres, onde por sua ordem se juntaram em conselho os unicos officiaes da dita avançada o capitão Ignacio Joaquim Ferreira Lisboa, o tenente Francisco Lopes Duarte Vianna, o tenente Manoel Rocha Galvão e o alferes Manoel José Rodrigues da Silva, em acto do mesmo conselho se deliberou unanimemente que, devendo suppor-se que os diferentes ataques, que o inimigo fez no dia de hontem 18 do corrente contra os diversos pontos avançados desta costa, foram tentativas para experimentar a força de cada um delles, visto que no dia de hoje, suspendendo intencionalmente os referidos ataques, só cuidou de reunir forças maiores, vindas da cidade, elevando o numero de sete barcas, que hontem era, ao de onze, que actualmente se acha em linha entre a ponta de Nossa Senhora e a ilha do Medo, e que em consideração a não haverem mais do que 69 espingardas capazes de dar fogo, a não dever esperar-se cooperação alguma efficaz pela parte dos pequenos destacamentos da jurisdição militar de Santo Amaro, espalhados e desorganizados ao longo desta costa, e a serem as forças desta referida avançada todas as disposições a defender os caminhos de terra, por onde o inimigo pôde penetrar até á villa da Cachoeira, da qual nenhum outro recurso pôde haver em sua defesa, se resolveu com effeito :

« Primo, que desde logo se fizessem todas as disposições para uma segunda retirada.

« Segundo, que esta retirada só tivesse effeito depois de romper-se o fogo e do inimigo desenvolver forças mais superiores, com as quaes possa tomar pelos flancos e retaguarda as forças desta avançada.

« Terceiro, que estas forças conduzidas por guias experimentados vão postar-se no ponto ou pontos que mais segurem as entradas de terra para a villa da Cachoeira, hoje capital desta provincia.

« E para constar se fez este termo em que todos assignaram, e eu Manoel Rocha Galvão, tenente da companhia de Bellona, que o escrevi e assignei.—Antonio Maria da Silva Torres, commandante das forças da Cachoeira.—Ignacio Joaquim Ferreira Lisboa, capitão commandante da companhia de Bellona.—Francisco Lopes Duarte Vianna, tenente commandante da companhia de Jequirica.—Manoel Rocha Galvão, tenente da companhia de Bellona.—Manoel José Rodrigues da Silva, alferes da dita. »

O conselho interino de governo no dia 20 de Novembro de 1822 approva o plano e proposta offerecidos pelo capitão-mór João Dantas dos Reis Portali para organização da guarda civica de defesa da villa.

« Havendo o conselho interino de governo desta provincia convidado pelo bando de 10 de Novembro corrente aos patriotas, e bons cidadãos desta villa e seus subúrbios, que ainda não tivessem praça nos corpos regulares, para serem alistados, afim de se organizar uma guarda civica de defesa interior da mesma villa, convite que produziu o esperado effeito de já se acharem alistados muitos cidadãos, e convindo organizar cabalmente este utilissimo corpo, para que da sua disciplina e regularidade resulte o gráo de força que lhe cumpre ter, o mesmo conselho, em nome de S. M. o Imperador constitucional do Brasil, ha por bem approvar o plano e proposta junta, offerecidos pelo Sr. capitão-mór João Dantas dos Reis Portali, membro do conselho interino, encarregado da organização da sobredita guarda civica, e assignada pelo secretario deste conselho.

« As autoridades, a quem o conhecimento desta portaria competir, o tenham assim entendido, e o dito Sr. deputado João Dantas dos Reis Portali a fará executar. Sala das sessões na villa da Cachoeira, 20 de Novembro de 1822 (Com as assignaturas dos membros do conselho interino de governo da provincia.) »

Plano para a organização da guarda civica de defesa interior da villa da Cachoeira, mandada crear pelo bando de 10 de Novembro de 1822.

« Art. 1.º A guarda civica da villa da Cachoeira será um corpo voluntario, composto de 140 praças, e commandado immediatamente pelo conselho interino de governo desta provincia. O seu fim é manter a ordem e segurança interna desta villa, donde, como atalaia constante, não poderá marchar senão quando, e para onde marchar o governo da provincia. Nella poderão assentar praça todos os funcionarios publicos sem distincção alguma.

« Art. 2.º O uniforme da guarda civica será allusivo ás cores nacionaes, e á independencia actual e eterna do Brasil, a saber: fardela verde com a gola e vivos cor de ouro, barretina com a corda imperial, laço das cores verde e de ouro, e duas letras—G C—que se entende guarda civica, trazendo no braço esquerdo o angulo de ouro e abaixo escripta a legenda—independencia ou morte—e no fim uma flor verde, calças de algodão da terra e polainas pretas.

« Art. 3.º A guarda civica montará guardas em a casa das sessões do conselho interino; fará rondas de policia e qualquer outro serviço dentro desta villa, e fóra della sómente o fará por especial ordem do conselho. Seus serviços acabarão, ou será dissolvida a guarda civica, quando o mesmo conselho o ordenar, ou logo que a capital aclame ao muito alto e muito poderoso, e sempre Augusto Imperador constitucional do Brasil o Sr. D. Pedro I.

« Art. 4.º E não podendo o conselho interino commandar de per si a guarda civica, encarrega, como ha encarregado, ao Sr. capitão-mór João Dantas dos Reis Portali, membro do conselho, o commando della, e por serem necessarios officiaes immediatos e outros, para maior regularidade do corpo, approva os seguintes propos:

« Para tenente, João Pedreira do Couto, deputado da commissão do thesouro publico.

« Para alferes, José Joaquim Pereira Leite.

« Para quartel-mestre Jeronymo Ribeiro Neves, escrivão da casa da moeda.

« Para secretario, Francisco José de Almeida Corte-Real, official-maior interino da secretaria.

« Sala das sessões na villa da Cachoeira, 20 de Novembro de 1822.—Miguel Calmon du Pin e Almeida, secretario. »

**CREA-SE MAIS UM CORPO DE TROPA REGULAR PARA PROTEGER OS PONTOS DA COSTA DO MAR, COM A DENOMINAÇÃO DE BATALHÃO DE LEGIÃO CONSTITUCIONAL DO IMPÉRIO DO BRASIL DA DEFESA DO SR. D. PEDRO I.**

O capitão-mór da villa de Santo Amaro, Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, julgando indispensavel a creação de um corpo de tropa regular em cada uma das villas, durante a guerra contra os lusitanos, afim de embarçar que o inimigo tentasse fazer nas costas do mar desembarques, e tambem abafar as sublevações de africanos que os mesmos inimigos promovessem, dirigindo-se ao general em chefe, obteve a concessão de crear-se um corpo de tropa em data de 19 de Novembro.

Labatut, embora achasse exagerada a pintura que se lhe fez no officio, que abaixo transcrevo, como desejava augmentar o exercito, applaudio o empenho e facilitou a realisação dos desejos do capitão-mór de Santo Amaro.

« Ilm. e Exm. Sr.—O estado convulsivo em que vejo perigar a segurança, persistencia e pacificação desta provincia, me faz considerar de summa necessidade representar a V. Ex. que deve existir em cada uma das villas, principalmente durante a guerra presente, uma força tal de tropa regular, que, não só contenha com a maior promptidão qualquer desembarque que o inimigo tente fazer em algum dos pontos e costas das suas immedições, como possa abafar alguma sublevação africana que os mesmos inimigos fomentem, da qual já se divisão mui manifestos symptomas, no que muito se empenhão para conseguirem seus fins, já apoiando com a força aonde suas armas possam chegar, já seduzindo e aliciando por seus emissarios, que existem concentrados no paz, disfarçados e até reconhecidos como cidadãos pacíficos.

« Esta força disciplinada deve ser tal, que chegue tambem para soccorrer os pontos das costas, aonde possa haver tão prejudicial tentativa. Nesta extremada urgencia se acha a villa de Santo Amaro, ora exausta de força armada que possa fazer a menor resistencia; porque, tendo um regimento de milicia composto de maior numero de praças do que o que lhe é competente, comtudo pela debilidade de disciplina em que se acha, não consegue a reunião de individuos que possa formar corpo combatente capaz de produzir quanto se precisa.

« A ordenança, não só pelo desfalque que sentio dos mais promptos, que se gastarão nas companhias de voluntarios recentemente creadas, como pela irregularidade militar que ha em tal corporação por sua propria natureza, se torna de nenhuma utilidade a precisa defesa, além de occorrer mais que taes homens, por não reconhecerem disciplina e ordem militar, se embrenhão para não comparecerem no serviço, principalmente os fillos familias e os mais desembaraçados, como com sobejo pezar acabei agora de conhecer, porque havendo alistado mais de 1500 homens de ordenança, além das companhias de voluntarios, fazendo ultimamente revista geral não pude desfrutar o gosto de ver nem approximado tal computo.

« Não pareça a V. Ex. de pouco momento a tentativa de um desembarque inimigo em algum lugar do reconcavo menos guarnecido, por supôr-se o exercito reunido capaz de repellar qualquer força que a isso se opponha, porque, verificando-se o desembarque em algum lugar, é destruido este, assassinados os habitantes; reconcentrado consequentemente o inimigo nas matas adquirem guias, engrossão forças com os aterrados e escravos, a quem proclamam logo a liberdade, e irão assim destruindo todas as propriedades e possessões do reconcavo, roubando o que acharem, apossando-se dos mantimentos, matando as pessoas dispersas, tornando os nacionaes em extrema precissão, sem que o exercito possa providenciar com a precisa promptidão; no entanto que se acode des-

membra-se a força reunida, o inimigo duplica as suas tentativas, consegue desembarques, perturba a força do exercito e assás incomoda a retaguarda deste, já com a força, ainda que desordenada seja, já com a penuria e desolação, obrigado a bater inimigo externo e interno, e estabelecendo ahi a ruina da provincia.

« Para objectar qualquer incidente destes acho ser de summa necessidade crear-se um batalhão composto do maior numero de praças que for possivel organizar-se, tiradas da ordenança e dos aggregados que existem no regimento de milicias, com officiaes proprietarios produzidos da mais escrupulosa escolha, que permaneça effectivamente na dita villa para sua defesa, debaixo do meu commando, a cujo batalhão deve pelo menos pertencer uma companhia de cavallaria, para que, como tropa mais ligeira, possa servir para explorar e prevenir qualquer ataque repentino. Formado assim este corpo se conseguirá a defesa interna e externa da dita villa, seu interior e costas adjacentes.

« A merecer a consideração de V. Ex. este plano, que me parece da maior importancia, tomarei a reponsabilidade e creação do referido corpo, sendo assim do agrado de V. Ex., ficando-me livre a escolha dos individuos que o compuzerem, provendo-se-me do preciso armamento; parece-me tambem que deve merecer a denominação de —batalhão de legião constitucional do Imperio do Brasil da defesa do Sr. D. Pedro I.—Antonio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, capitão-mór commandante da villa de Santo Amaro.

**SÃO FUZILADOS 51 PRETOS E SURRADAS 20 PRETAS**

O general Labatut em 22 de Novembro de 1822, accusando a recepção de um officio do governo sobre a nullidade do fogo da Estiva, participa ter mandado executar 51 pretos e surrar 20 pretas, aprisionados nas immedições de Pirajá, os quaes Madeira fizera marchar contra suas tropas; pede que Villas-Boas seja enviado para Lisboa e substituido o commissario-geral, e trata em seguida da compra de uma typographia e do patriotismo dos Munizes.

« Ilms. e Exms. Srs.—Hontem recebi o officio do VV. EEExs., inclusive a parte da nullidade do fogo da Estiva, como tambem a participação amigavel da solução da commissão estultamente alli installada, o que parece ser de razão e justiça, assim como seria bom uma rija advertencia para que de noite não fação manifestividades tão imprudentes, que espantão os povos e os põem em alarma, com especialidade na presente occasião que tudo atemorisa.

« Participo a VV. EEExs. que hontem me forão mandados 51 pretos, tomados com armas nas mãos, que o infernal Madeira mandou marchar contra nós, e se achavão aquilombados nas immedições de Pirajá, Saboeiro, Mata-Escuro, com 20 pretas, vindo facas do mato, grande numero de flechas, bandeira, etc.; e eu, como havia prometido na minha ordem do dia de 12 do corrente, os mandei hoje executar e surrar as pretas, afim de por este meio obstar que os outros pretos se vão alistar debaixo das bandeiras daquelle salteador, aliás o Brasil sentiria longos, atrazadores obstaculos, na sua marcha magestosa.

« O cruel direito da guerra, que traz consigo o da represalia, assim o exige, e até mesmo porque de outro modo os europeus armariam os seus escravos, e com estas hordas, unidas aos nossos inimigos lusitanos, poderião sustentar uma longa guerra.

« Envio o despacho do enfadonho Villas-Boas, e rogo a VV. EEExs. que o fação seguir viagem para Lisboa immediatamente; o Brasil não necessita de um europeu tão immoral, e a quem o Rio de Janeiro aborrece pelo seu comportamento reprehensivel.

« Hoje recebi os seis cavallos, que muito agradeço a VV. EEExs. pela nimia precisão que tinha dellea.

« Rogo a VV. EEExs. que nomeem outro commissario-geral, visto que o brigadeiro Jeronymo Muniz me significou sua incapacidade, offerecendo-me uma subscrição de 200\$ mensaes para as despesas do exercito, e eu aceitei.

« Rogo tambem a VV. EEExs., visto a necessidade que ha de uma imprensa para animar a força moral desta provincia, e para que o mundo todo conheça os justos motivos da nossa independencia, que oução a José Pereira da Silva Mascarenhas, que veio da cidade offerecer-me uma por 5:000\$; uma vez que elle seja pessoa de probidade e da approvação de VV. EEExs., eu quero encarregar-lo deste negocio de summa e urgente precisão, e espero a resposta de VV. EEExs.

« Fico certo no patriotismo dos Munizes, e que se Madeira lhes escreveu foi sómente para tentar seduzi-los e alia-los ao seu nefando partido. Tive noticia que com as minhas proclamações muitos dos seus soldados desejão e esperão melhor occasiao para desertar.

« Deus guarde a VV. EEExs. por muitos annos. Quartel-general no Engenho-Novo, 22 de Novembro de 1822. — Alms. e Exms. Srs. presidente e mais deputados do conselho interino de governo. — Labatut, general.

« P. S. Vão as gazetas para VV. EEExs. as verem. »

*Officio dirigido ao secretario do governo da Cachoeira em que se pedem providencias em provelito da defesa da costa.*

« Alms. e Exms. Sr. — Tenho presentes os officios de 19 e 21 do corrente, que em nome do Exm. conselho interino de governo, V. Ex. dirigio; e fico incommo do aviso que o mesmo Exm. conselho manda fazer-me sobre o premeditado ataque, que o infame chefe da quadrilha lusitana pretende fazer contra nossas linhas de defesa.

« Eu confio que suas tentativas serao baldada, ou pelo mais de fraco fructo. Se apparecerem meos sera a Cachoeira em poucos dias o lugar mais seguro da provincia, e hoje mesmo não será facil, mesmo a grandes forças inimigas, penetrar ate lá.

« Em poucos dias remetterei ao Exm. conselho a duplicata do plano de defesa, que vou enviar ao Exm. Sr. gen'ral, e espero que o espirito de VV. EEExs. fique tranquillo a vista delle; entretanto urge que VV. EEExs. cooperem comigo para obtermos todou quando armamento poder arranjar-se, e que e indispensavel para as forças que necessito empregar nas avançadas e nos pontos de defesa das estradas, sobre a serra que divide a Sanbara do Iguaçu.

« Faz-se igualmente preciso que o Exm. conselho mande vir do morro quantas peças ali se podem dispensar com o seu competente cartetão, visto que necessito empregar muita artilheria nas defesas das barras dos rios e nos pontos sahentes desta costa, e entradas para Anupe, Trindade e Cambua.

« Requeiro, porém, ao Exm. conselho que, se confia em mim, cesse de dar disposições de defesa deste a ponta da Cajaiba até a ponta do Durado, porque devendo toda esta linha de costa ser defendida debaixo de um plano unico, faz-se indispensavel que eu saiba de todas as disposições de cada um dos pontos, para poder contar com a influencia de cada um delles sobre a defesa geral da Cachoeira, a que está tambem unida topographicamente parte da defesa de Santo Amaro, pertencendo a outra parte das disposições do districto de S. Francisco.

« O escrupuloso reconhecimento que ha dois dias fiz de todo este terreno é que me tem habilitado para bem conceber as medidas de defesa; quem não está senhor destes elementos não pode formar juizo sobre ella.

« Requeiro tambem que o Exm. conselho ponha já a minha disposição as forças de Santo Amaro, que eu preciso empregar ou nas avançadas desta costa ou nos pontos da 2.<sup>a</sup> linha de defesa sobre a serra e lugares opportunos, em que tambem podem ser uteis 100 arcos de

indios que o Exm. conselho deve mandar vir para estes pontos. Ansioso espero a guerrilha que V. Ex. me annuncia, e tudo o mais tem aqui chegado, á excepção de farinha, que hoje mando ver a Maragogipe.

« Requeiro igualmente ao Exm. governo um homem habil para meu secretario, pois que havendo muito a escrever, ou hei de faltar aos muitos deveres que exigem a minha presença, ou ha de ficar atrasado o meu expediente feito até agora por minha mão sem que possa por falta de tempo deixar as indispensaveis copias ou registros. Tambem são indispensaveis seis cavallos para o serviço, e aqui não os ha: o Exm. conselho haja de os mandar fornecer.

« A Nazareth chegarão tres officiaes da legião de caçadores; e bem se faz necessario que venha para aqui o alferes Silva, bem como o ferriel-mór João Antonio Barbosa, que estando as minhas ordens, foi para lá com licença de VV. EEExs. e não voltou mais. Além de que esta falta deve ser considerada uma deserção, este homem faz-me immensa falta para os mappaes que devo remetter ao quartel-general todas as semanas.

« Tenha V. Ex. a bondade de levar todo o exposto ao conhecimento do Exm. conselho, a fim de que possa prover a tudo.

« Deus guarde a V. Ex. Quartel no Bom Jesus da Saudara, 24 de Novembro de 1822. — Alms. e Exms. Sr. secretario do Exm. conselho interino de governo Miguel Calmon du Pin e Almeida — Antonio Maria da Silva Torres, commandante das forças. »

#### PROPOSTO PEDRO RODRIGUES BANDEIRA PARA COMMISSARIO GERAL DO EXERCITO PACIFICADOR

O general Pedro Labatut, que muito se empenhava na regularidade das operações militares e no bom tratamento do pessoal do exercito, vendo que o estado de saude do brigadeiro Jeronymo Muniz não se compadezia com o emprego de commissario-geral do exercito, pediu em officio de 23 de Novembro ao governo interino que nomeasse em lugar do brigadeiro Jeronymo Muniz ao cidadão Pedro Rodrigues Bandeira, porquanto elle general não servia de commissario-geral, e mesmo se occupava em cousas particulares, misteres incompativeis com o seu cargo de general em chefe.

O governo, reconhecendo as razões allegadas, no dia 25 respondeu ao general Labatut, e enviou-lhe a portaria com as nomeações que elle desejava. As nomeações erão as seguintes:

« Commissario-geral. — Pedro Ferreira Bandeira.

« Empregados. — Antonio Joaquim do Amaral, Francisco Manoel de Aranja e Castro, José João Muniz, Luzaro José Muniz de Medeiros, Francisco Ribeiro Neves, Francisco José da Silva.

« O commissario-geral nomeara os commissaris e fieis que necessarios forem. Súa das sessões na villa da Cachoeira, 25 de Novembro de 1822. — Miguel Calmon du Pin e Almeida, secretario. »

#### CIRCULARES AOS CONSULES

O general Labatut, desejando atacar a cidade, no dia 26 de Novembro, dirigio-se ao corpo consular existente na capital, não só dando parte da sua missão, como do occorrido nos dias 29 de Outubro e 8 de Novembro, e pelo que pedia que se passassem com suas comitivas para a villa da Cachoeira, séde do legitimo governo da provincia, a fim de evitar damnos e inconvenientes que a tropa pollesse causar a suas pessoas e bens.



« Pelos manifestos de S. M. Imperial aos brasileiros e às nações estrangeiras, e pelo seu real decreto do 1.º de Agosto deste anno, conhecera V. S. as solidas razões e inalienável justiça em que o Brasil e seu perpetuo defensor fundamentarão seus invencíveis argumentos para desligar este vasto Imperio do minguido Portugal, cujas cõites facciosas e desorganizadoras querião empolgar os direitos inalienáveis do rico e fértil Brasil, que na mais pura boa-fé dos contratos sociaes jurou abraçar a constituição portugueza, debaixo da tacita condição de gozarem os seus habitantes dos mesmos direitos e regalias que o reino irmão; sendo a provincia da Bahia a mais credula de todas, inconsiderada se entregou nas mãos de seus tyrannos.

« Os nefastos dias 19, 20, 21 e 22 de Fevereiro deste anno bem confirmo a tyrannia dos portuguezes e o luciferino plano das cõites de Lisboa: Magoados, portanto, o paternal coração de S. M. Imperial, então Principe Regente, de tanta barbaridade e tyrannia, enviou-me com uma carta régia ao general Madeira, o com plenos poderes para tratar com elle da sua retirada e da tropa para Portugal.

« Victima da intriga e cabala européa, eu não pude, com a celeridade devida, cumprir esta honrosa commissão; arribei às Alagoas e desta provincia fui a Pernambuco.

« Omittirei factos que algum dia a historia brasileira mencionará com horror; com demasiada demora cheguei a este reconcavo no dia 27 do passado Outubro, com a tropa e armamento que trouxe em soccorro da Bahia; mandei no dia 29 do dito ao meu parlamentar ao general Madeira; porém as avançadas do exercito deste monstro, digno da execração dos brasileiros e de todo o homem de bem, derão duas descargas cerradas sobre o parlamentar, apesar da divisa caracteristica do seu ministerio, e no dia 8 do corrente atraçoadamente nos atacarão; mas o Deus, protector do Brasil, permittio que os meus soldados os repellissem vergonhosamente, deixando os nossos campos cobertos dos seus mortos e muitos prisioneiros, alem de innumerables feridos que attestão seus hospitaes, como V. S. não deixará de saber, apesar das suas mentirosas gazetas.

« Ocupando, portanto, os mesmos pontos, donde os repellisimos, tenciono entrar á viva força nessa capital, e por isso peço a V. S. que se passe e toda a sua comitiva á villa da Cachoeira, sede do legitimo governo desta provincia, onde V. S. sera respeitado e dignamente tratado como representante de uma nação amiga do hospitaleiro Brasil, evitando por este modo os danos que os meus soldados involuntariamente lhe possão causar no monumento da desordem, da desolação e da carnagem.

« Esta minha rogativa é filha da alta politica do povo brasileiro, e das pias e benevolas intenções do seu augusto Imperador, que, unido a seu brioso povo, tem por divisa—Independencia ou morte!—Quartel-general, 26 de Novembro de 1822.—Labatut, general. »

#### *Chega á barra a esquadra portugueza.*

« Hoje, pelas 3 horas da tarde, apparecerão nove velas fora da barra, e ao primeiro jaleito julgou-se ser o nosso bloqueio, pelo desejo e esperanza em que se está de sua vinda; porém, pelo contrario, desvanecer-se este pensamento, porque, logo depois das 4 horas, officiou-me o alleres commandante do ponto das Mercês, participando-me que approximavão-se á barra uma náu, oito navios e um brigade, todos de bandeira portugueza; entrãrão e fundearão, sendo recebidos por trinta e tantos saiveiros, donde se pôde certificar ser soccorro inimigo.

« Assim desejo que V. Ex. mande, se for possível, vêr-se pôde fazer vir para esta ilha, do armamento que vem do Rio, ao menos 200 armas, pois são inteiramente necessarias neste lugar, assim como tambem faz-se necessario dez a doze mil cartuchos embaldados, burris de polvora para as peças, panho para encartuxar polvora para as mesmas, algum vergalhão grosso de ferro para cavilharne das carreias, pedrneiras que já quasi nenhuma

existem), o que dê providencias para munições de bocca.

« V. Ex. haja de expedir ordem para que os officiaes e soldados do batallão, de cujo commando o Exm. conselho houve por bem encarregar-me; o armamento e os parques que estão na Parahyba venhão para esta ilha, para que sirvão aqui, onde se fazem indispensaveis, principalmente agora, que o inimigo tentará sem duvida conquistá-la com maior força. A tudo o que V. Ex. se empenhará em dar as providencias que julgar convenientes.

« Deus guarde a V. Ex. Fortaleza de S. Lourenço, 30 de Outubro de 1822.—Ilm. e Exm. Sr. secretario interino do conselho de governo desta provincia Miguel Calmon du Pin e Almeida.—Antonio de Souza Lima, capitão commandante da guarnição de Rapagipe. »

#### *Tomão-se providencias por toda a parte.*

« Ilms. e Exms. Srs.—Tenho á vista o respeitavel officio de VV. EEExs., datado de 6 do corrente, ao qual agora respondo que me foi entregue no dia 16 do mesmo; foi sempre por mim temida a chegada dessa malvada tropa na infeliz Bahia, nao porque esse punhado de rapinas seja capaz de sustentarem-se na cidade por muito tempo, sim por mais algum mez; na qualidade de governador desta provincia tomei todas as medidas que estiverão a meu alcance, sendo a de maior desvelo a segurança das quatro barras.

« Logo officiei ao commandante da villa do Bonedo para coadjuvar na do rio de S. Francisco, como veráõ VV. EEExs. do officio junto, e da parte do sul a barra e costa puz em sufficiente defesa, a da Continua fiz montar seis peças de artilharia; puz na foz da barra duas grandes sumacas fluzeadas, com peças e morteiros, mais de 400 praças armadas, por saber é o porto da mira dos malvados, capaz de soccorrer los com mantimentos, e por se acharem nove grandes sumacas e seus meiores praticos deste porto na Bahia, eu já muito desejava ellas se encaminhassem para esta ribeira.

« O canal da barra não admittia mais de uma a uma, e qualquer manobra que elles naquella perigo fizessem muito depressa vinhão á costa, onde terião o premio de suas tentativas.

« A de Sergipe tambem puz na sua embocadura uma sumaca com duas peças e bastante guarnição; a da Estancia com consideravel força e peças; ainda que todas ellas são achadas nos engenhos, contudo forão providas e recondião; nesta povoação das Laranjeiras conservei 300 praças; na povoação do Itosario, como central, creei uma casa de trem e ferraria, onde fazem se ferrões de defesa de toda a qualidade, põem-se arcos em peças que as tem quebradas, fazem-se muitas balas a martelo, e já agora fundidas de pedaços de taxas quebradas sem outro mixto: vai uma das batidas para VV. EEExs. vêrem: fazem metralha, concerta-se o armamento arruinado, isto é, o pouco que resta; o Exm. Sr. general não foi servido aqui deixar nenhum.

« Tomei bastante ferro a europens para as ditas obras; fiz todo o povo entrar no conhecimento do quanto devemos defender nossa patria, honra, vida e bens, o que não custou-me muito; larguei minhas propriedades, e a pe firme tenho estado nesta povoação das das Laranjeiras, onde reside a grande parte de europens desta provincia; desarmeí todos, fiz prender a muitos, tomei polvora e chumbo, que unhão para negocio, e armamento.

« O Exm. Sr. general Labatut deixou-me 100 miliaes a soldo, e desse reconcavo recomendei-me creia mais 100; entendi que com 200 homens nada fazia; levantei o soldo pela limpeza em que se achão os colres desta comarca; abri uma subscrição de 1:000\$ que, a ser por mim recolhida, segundo o principio que dei, chegaria a 2:000\$; puz toda a gente a carne e farinha; por todas as villas do interior fiz os capitães-mores mandarem esses generos; da Estancia farinha; o que mais e foi ganhar eu a vontade geral dos povos, que todos prestá-riam-se com o maior gosto, como notei na factura de seis carreias, que em tres dias e noites, á minha vista, fiz

apromptar de carapina e muita ferragem; trabalhavam na rua, com fogo de bagaço, até 2 horas da noite, e na maior satisfação.

« Todos estes activos trabalhos são uma correcção para alguns politicos caiporas que ainda restavam, pois vivem corridos do mal que obrarão. Para descanso de taes fadigas e nunca sedendo do rancor que conservo a lusitanos desde o entrudo; chegou o Ilm. Sr. José Eloy Pessoa da Silva, com ordem do Exm. Sr. Labatut para tomar conta do governo, como o perito nessa profissão, o que logo sem nenhuma demora o fiz.

« Esta provincia é soccorrida pelas summas no tempo de safra; infelizmente ainda não haviam dado a primeira viagem, motivo porque tudo quando é da Europa aqui falta, chegando a de papel a fazer-se consideravel: eis o motivo por que não satisfiz o mandado de VV. EEExs., a quem desejo boa saude por tão sabiamente continarem a dar promptos remedios a taes males. Sou com maior consideração e respeito de VV. EEExs. o mais amante brasileiro. Quartel na povoação das Laranjeiras, 28 de Novembro de 1822 — Ilms. e Exms. Srs. presidente e mais vogaes da junta governativa da villa da Cachoeira. — José Barros Pimental, coronel. »

*O conselho interino de governo, no dia 28 de Novembro de 1822, toma providencias sobre os indícios de sublevação de escravos.*

« Constar do ao conselho interino de governo desta provincia, por mui vehementes indícios e representações de algumas autoridades, que se machina a sublevação dos escravos, ha muito desejada e fomentada no interior do reconhecido pelo damnnio partido europeu portuguez, e devendo o mesmo conselho prevenir energicamente qualquer erupção parcial (única possível) que possa verificar-se na crise actual, em damno da segurança individual, orleana, em nome de S. M. Imperial e constitucional o Sr. D. Pedro I, Imperador e defensor perpetuo do Brasil, o seguinte:

« 1.º Que os capitães-môres das villas ordenem mui positivamente aos capitães e officiaes dos terços, que commandão, que fação rondar por escoltas de ordenanças armadas todos os districtos onde houver quantidade de escravos, prohibindo severamente que estes se reúnaõ a pretexto de funções ou tabaques, e vigiando muito escurupulosamente sobre a conducta dos mesmos.

« 2.º Que os capitães-môres, por meio dos officiaes das ordenanças, e os juizes, por meio dos cabos da policia, fação intimar a todos os proprietarios, lavradores, de baixo de responsabilidade ao conselho interino, que não consintão que os seus escravos tenham nas senzalas oude morão espingardas, lanças, chucos, foiceas, facões, espadas e facas, e bem assim que não mandem seus escravos a parte alguma sem bilhete seu, ordenando-lhes ao mesmo tempo que não levem consigo nenhuma das sobreditas armas.

« 3.º Que as escoltas de ordenanças e rondas de policia prendão a todo o escravo que divagar pelas estradas, fazendas e matos, ou sem bilhete de seu respectivo senhor, ou, tendo bilhete, se for encontrado com alguma das armas mencionadas no artigo precedente, devendo no primeiro caso remetter o escravo preso a seu senhor para o castigar, e no segundo ao juiz da villa para o fazer passar pelo castigo de 150 agoutes no pelourinho, e depois manda-lo entregar ao senhor independente de justificações judiciaes e de outras despesas, a título de custas; licão, porém, exceptuados os escravos conductores de carros, bestas de carga e portadores de viveres para as feiras e mercados das povoações.

« 4.º Que os capitães-môres fação correr os matos onde constar que ha contos ou quitombos, deprecando para isso o auxilio das milicias se necessario fór, e prender aos fugidos que nelles se acharem, os quaes serão mandados ao juiz para os fazer castigar, e remetter como dito fica no art. 3.º

« As autoridades civis e militares, a quem o conheci-

mento desta pertencer, o tenham assim entendido e fação executar, ficando responsaveis a S. M. Imperial e constitucional por qualquer omissão no exacto cumprimento desta salutar providencia. Sala das sessões na villa da Cachoeira, em 28 de Novembro de 1822. (Com as assignaturas dos membros do conselho interino de governo da provincia. »

*Começo no exercito as machinações contra o general Labatut.*

« Quartel-general no Engenho-Novo. — Ordem do dia 29 de Novembro de 1822. — S. Ex. o Sr. general em chefe, com bem magua do seu coração, sabendo que alguns individuos desta provincia, esquecidos da boa ordem que deve haver entre o povo e o exercito, e da boa-fé com que S. Ex. os havia empregado no serviço da nação e da patria opprimida, têm pedido em nome de S. Ex., a diversos individuos, cavallos e outras cousas de valor, e affectando valimento e protecção, faz publico ao exercito que castigará rigorosamente semelhantes malversações e roubos, indignos de brasileiros honrados, e os co siderará como inimigos da tranquillidade publica, por isso mesmo que com tão criminosos procedimentos, locupletando-se, pretendem desacreditar o general que S. M. o Imperador, na crise perigosa desta provincia, enviou a liberta-la, ficando na intelligencia todos os proprietarios de que nada devem dar sem uma assignatura do proprio punho de S. Ex., e que devem prender immediatamente aqueles que exigirem qualquer cousa sem a mencionada assignatura, qualquer que seja a sua categoria e graduação, e logo trazidos á sua presença para serem castigados. — José Freire de Carvalho, tenente-coronel ajudante de ordens. »

No dia 29 de Novembro de 1822 o general Labatut officiou ao conselho de governo, pedindo a reunião da companhia de Fr. José Maria Brayner ás tropas de seu commando. Participou-lhe tambem ter de levar á presença imperial os serviços do vigario da Saubara; e communicou-lhe a prisão de um alferes inimigo, que pretendia passar-se com sua companhia; fazendo por fim diversos pedidos.

« Ilms. e Exms. Srs. — Rogo a VV. EEExs. que me remetão quanto antes a quantidade que possuão juntar de farinha, da qual já sinto grande falta, apesar das medidas que tenho tomado para não haver desperdícios; igualmente peço quatro parelhas de bestas com seus arreios competentes para tirar a artilharia, e uma porção de papel, genero aqui tão escasso e que diariamente necessito para a minha correpondencia, como tambem os pannos, linhas e remedios que já pedi.

« Pretendo escrever ao vigario da Saubara, e levarei á augusta presença de S. M. Imperial seus altos feitos, pois não é incompativel o manejo das armas em defesa da patria com o ministerio de cura das almas; assim o praticarão os antigos pontífices, e modernamente, como VV. EEExs. se lembrarão, os curas na Hespanha. VV. EEExs. farão marchar a companhia do sertão de Fr. José Maria Brayner a reunir-se a este quartel-general, não se esquecendo VV. EEExs. de remessa de milho para a cavallaria, do qual tambem já tenho falta.

« Tenho a certa noticia de que se acha preso o alferes de granadeiros do batalhão n. 1, por querer fugir para as nossas bandeiras com toda a companhia, effeitos das minhas proclamações, bem como sei que todas as cartas e papeis que tenho já se achão vulgarisados na cidade.

« Deos guarde a VV. EEExs. como nos é mister. Quartel-general no Engenho-Novo, 29 de Novembro de 1822. — Ilms. e Exms. Srs. presidente e mais deputados do conselho interino do governo. — Labatut, general. »

Na mesma data acima referida o general Labatut pediu ao governo fardamentos, e aconselhou a to-

mada dos bens moveis e de raiz de todos os europeus que se recolherão á cidade, e se mostrarão inimigos da nossa causa.

« Ilms. e Exms. Srs.—Vai á presença de VV. EExs. o capitão de cavallaria, meu ajudante de ordens, Luiz da França into Garcez, encarregado de rogar a VV. EExs. a promptificação de 2.000 fardas de panno de algodão, com gola amarella e cauhões verdes, cores estas do laço nacional brasileiro, e outras tantas calças do mesmo panno, mas de cor azul; igualmente depreco a VV. EExs. a tomada dos bens moveis e de raiz de todos os europeus que se recolherão á cidade, e se mostrarão inimigos da nossa santa causa.

« Neste momento recebo um officio do commandante de Itapoã, dando-me parte de estar quasi nuas as suas tropas; só VV. EExs. poderão acudir a tão urgente falta, enquanto eu vou satisfazendo os soldados, que é o que está ao meu alcance.

« Deos guarde a VV. EExs. Quartel-general no Engenho-Novo, 29 de Novembro de 1822.—Ilms. e Exms. Srs. presidente e mais deputados do conselho interino de governo desta provincia.—Labatut, general. »

O general Labatut no dia 30 de Novembro de 1822 dirigio-se ao conselho de governo, participando ter expedido ordens terminantes de prisão contra José Eloy Pessoa, encarregado do governo de Sergipe, e pedindo a prisão de Pedro José, do capitão Lemos daquella villa, e do vigario Manoel de Barros, do Bom-Conselho em Itapicuri.

« Ilms. e Exms. Srs.—Conhecendo eu que devo, para o perfeito desempenho da melindrosa commissão que S. M. o Imperador me confiou, em tudo e por tudo obrar de accordo com VV. EExs., não posso, por isso mesmo que já declarei a VV. EExs. estes meus puros desejos, deixar de dizer a VV. EExs. que fui enganado pelo bacharel José Eloy Pessoa por falta de informação do seu caracter e modo de pensar.

« Estrangeiro como sou, não posso ter conhecimento dos individuos que se me apresentam; eu necessito, e VV. EExs. devem instruir-me a este respeito, porquanto se quando VV. EExs. lhe derão o passaporte para elle se apresentar me fizessem a mesma advertencia que agora fazem, eu não teria-o encarregado do governo de Sergipe.

« Hontem mesmo, logo que recebi o officio de VV. EExs. expedi um officio com ordens terminantes ao coronel Barros para o prender e fazer marchar a Pernambuco, acompanhado do officio de VV. EExs.

« Rogo a VV. EExs. que mandem buscar os gados de Antonio da Costa Pinto, que tem nas fazendas de Itapicuri, Agua-Fria e Gerimoabo, como tambem prender a Pedro José e ao capitão Lemos dessa villa, e ao vigario do Bom-Conselho em Itapicuri Manoel de Barros.

« Deos guarde a VV. EExs. Quartel-general no Engenho-Novo, 30 de Novembro de 1822.—Ilms. e Exms. Srs. presidente e mais deputados do conselho interino de governo.—Labatut, general.

« P. S. Ao vigario VV. EExs. não mandem prender, porque eu d'iqui mandarei fazê-lo »

No dia 30 de Novembro do mesmo anno Labatut enviou a portaria de nomeação do sargento-mór Antonio Maria da Silva Torres, para commandante das armas da villa da Cachoeira, em substituição ao coronel José Garcia Pacheco de Moura Pimentel e Aragão, que deveria assumir o commando do seu regimento.

« Ilms. e Exms. Srs.—Envio a VV. EExs. a portaria inclusa, pela qual tenho novamente nomeado para commandante militar ao sargento-mór Antonio Maria da

Silva Torres, por me afirmarem ter outros conhecimentos militares do que não tem o coronel José Garcia; porém se VV. EExs. julgarem que este desempenhará a defesa não obstante a falta desses conhecimentos, então fique sem effeito a portaria, porque o meu intento só é desempenhar dignamente a commissão de que fui encarregado, e mesmo porque conheço os merecimentos do mesmo coronel, a quem não pretendo desacreditar. Torno a requisitar farinhas e mais legumes para o exercito.

« Deos guarde a VV. EExs. Quartel-general no Engenho-Novo, 30 de Novembro de 1822.—Ilms. e Exms. Srs. presidente e mais deputados do conselho interino de governo.—Labatut, general. »

#### Proclamação ao exercito do Brasil.

« Soldados!—Uma nova expedição de soldados lusitanos acaba de chegar á provincia da Bahia; teima o congresso de Lisboa em seu desvaído projecto de avassalar este vasto Imperio. Tão louco, como tyrannico, elle pretende lançar por terra a base fundamental do direito publico, a faculdade de adoptarem os povos o pacto social que mais lhes convenha. Vai pondo em pratica os discursos de alguns tresloucados deputados, mandando ao Brasil cões de fila e constituição de bayonetes. E' assim que se insultão os mais sagrados direitos de um povo pacifico e generoso!

« Soldados! Não deixastes vós ir livremente as tropas, que até vos ineultarão nos vossos lares, e as embarcações de guerra que as vinhão reforçar! Não são estas mesmas que vêm de novo com a barbara tenção de vos lançar os grilhões da escravidão!

« Soldados! Certo em vossa coragem e no santo amor da liberdade, eu sómente vos lembro a luta em que vamos entrar. Nós teremos que soffrer todas as privações e incommodos filhos da guerra; mas a nossa causa triumphará e eu vos auguro a feliz sorte que póde ter um povo ao abrigo de sabias leis, e disfrutando as riquezas com que a natureza dotou o nosso paiz. Rodeados de vossas esposas e filhos, vós direis um dia: Eu tambem com Pedro I fui salvador da patria.

« Soldados! O meu posto será na vossa frente, e os vossos futuros destinos—a independencia ou morte! —IMPERADOR. »

#### OS PORTUGUEZES TENTÃO ANARCHISAR OS POVOS DA VILLA DO RIO DE CONTAS

A propaganda revolucionaria contra a independencia politica do Brasil não se limitava ás povoações do litoral sómente. No interior do Brasil lavrava a discordia e o espirito de anarchia, em modo a forçar aos habitantes da villa do Rio de Contas a representar em Novembro de 1822 contra os portuguezes, alli residentes, ao governo provisorio da Cachoeira, affim de tomar as providencias que julgasse necessarias. Eis a representação:

« Ilms. e Exms. Srs.—A villa do Rio das Contas na comarca da Jacobina, este terreno abençoado pelo natureza e abundante em tudo quanto era necessario para as commodidades da vida, feliz pela riqueza de suas minas, pelo genio, caracter e docilidade dos seus naturaes habitantes, e pela innata unio e respeito, que por glorioso timbre consagravão, e ainda hoje professão á real pessoa do nosso augusto Imperante, ás leis e á justiça, agora sobe á presença de VV. EExs., lutoosamente representada no desastroso quadro com que a criminosa anarchia tem destruido os laços indissolaveis da sociedade, e sacrilegamente esmagado os direitos do throno imperial brasileiro, do homem e do cidadão, e com que um punhado de ignorantes, servis e rebeldes europeus, aiverando naquella praça o pavilhão do despotismo e da tyrannia,

assentirão e coroarão o sem numero de seus crimes horrores na monstruosa sede da mal entendida impudência.

« Sem causa não se presume delicto: é constante suffragio dos publicistas de mais decidido merecimento: é uma consequência deduzida do espirito das leis criminaes, e é voz sensível da estrondosa razão. E que causa ou pretexto tomarão esses facciosos para servir de manto a tão enormes attentados? Cite-se a respeitosa verdade; compareça ella no tribunal do interrogatorio, e despidida de tudo quanto é ornato supérfluo, nos responderá: A causa de tantos crimes foi proporem-se os honrados brasileiros do Rio das Contas, no momento que entre elles transpirou a gloriosa noticia da feliz aclamação de S. A Real e regencia deste Imperio, a serem imitadores dessa mesma acção, que esta villa da Cachoeira se gloriava dar exemplo a toda a provincia, restando-lhe unicamente para completar seus corriaes desejos a chegada do ministro respectivo, que se achava em diligencias no termo, e a do capitão-mór, do qual se consideravão na distancia de 12 leguas.

« Chegou o dia 20 de Julho, e convocados pela camara se juntarão os povos afim de declararem se lhes convinha o poder executivo na augusta pessoa do Sereníssimo Regente, e, apesar de ser este o sentimento manifestado pela vontade geral, e suscitado pelo padre Antonio Firmão e pelo bacharel Joaquim José Ribeiro Magalhães, foi contudo tenazmente contrariado pelo sargento-mór Antonio Rocha de Bastos e Antonio de Souza Oliveira Guimarães, hoje vogaes, e o mesmo inutilmente deveria seguir, se fosse presente, o padre Ignacio Ferreira da Silva, que espontaneamente não compareceu, apesar de ser convocado, em uma tal assembleia, sendo aliás tão prompto em apresentar-se em 15 de Agosto quando proposto vogal.

« Em 15 de Agosto da corrente era de 1822, anticipado e congregado o partido europeu de mistura com certos brasileiros, innocentes da futura cabala, inimigos do soberbo capitão-mór e juiz de fôro, suspirado o momento mais opportuno á vingança, se apresentarão á frente das suas forças, compostas pelo capitães Antonio Ribeiro de Magalhães, Luiz Ribeiro de Magalhães, e pelos europeus o tenente-coronel Joaquim Pereira de Castro, Manoel de Souza e Silva, Manoel de Almeida e outros muitos sequazes, que com effeito fizeram uma violenta, apparente, estimulada e inutil aclamação.

« Erguerão um governo desgovernado, composto do capitão Antonio Ribeiro de Magalhães, que indiscretamente nomeára para presidente ao indicado tenente-coronel, o qual propuzera para secretario ao filho daquelle, o bacharel Joaquim José Ribeiro de Magalhães, que votára para primeiro vogal o padre Ignacio Ferreira da Silva, este para segundo o sargento-mór Antonio Rocha de Bastos, e este para terceiro em Antonio de Souza e Oliveira Guimarães.

« Nesse mesmo dia, chegando o esperado ministro, accendeu-se o facho do odio entre todos os tragicos e commediantes governadores, e não obstante approvar elle a referida aclamação, é hoje devedor da sua vida a Jose Honório de Miranda e Albuquerque, e aos capitães Manoel Severino da Silva e Jose da Rocha Bastos: a voz dos intrusos governadores era a sentença fatal que os habidos homicidasião executar contra o proposto ministro, a quem a humanidade arrancára gritosamente das mãos da morte, mas a quem não pôde valer a razão para o salvar de uma prisão com sentinellas á vista, para o abrigar dos atehimentos e multiplicados insultos de que se mostrara tranquillo paciente até o ponto de o mandarem exterminar no dia 17 por uma caterva de vis escravos e infames criminosos, que desampararão a confusão com a chegada de uma guarda pedida com a mais intima particularidade ao capitão-mór José Joaquim Casimiro de Novaes, e por elle expedida com o fim de segurar o referido ministro, com quem transitarão por incommodos e desconhecidos caminhos.

« O capitão-mór daquelle villa, refogado e refugiado no districto desta por se subtrahir áquelle governo, que

o chamava para lhe prestar obediencia, e para escapar de outro igual destino que semelhante ao do ministro se achava exposto e ameaçado, tal foi a necessidade de separar-se do maior numero de povo, igual nos seus proprios sentimentos.

« Uma proclamação que chamava á sua obediencia, entre outras, a villa de Catité, que se subtrahio, lechando os olhos e os ouvidos, e tomando as armas para reprimir a violencia; as promessas de que para o futuro ninguém seria vexado pelos ouvidores, juizes de fôro; que todos ficarião isentos de contribuições, e que ninguém veria seus filhos recrutados, nem curvados debaixo de pesadas correntes encaminhiados para a praga da metropole: tal foi o extravagante parto, por não não dizer monstruoso disparate, do juiz pela ordenação João Nunes de Souza, europeu, senão leigo por falta de applicações, certamente donato por força da natureza.

« Um corpo de milicianos deve a sua creação a outro corpo de temerarios aventureiros: os europeus, Antonio Ribeiro de Magalhães lhe deve a patente de coronel, dous do tenente-coronéis, e Manoel de Souza e Silva o posto de sargento-mór, restando ao arbitrio do chefe a prepositura de outros officiaes.

« Não reconhecerão, e negarão obediencia a este respeitavel conselho interino da provincia, e o mesmo persuadirão áquelles povos debaixo dos capciosos pretextos de se verem brevemente carregados com a mesma camara, protestarão obediencia a este conselho interino e despacharem o seu deputado.

« Em 15 de Outubro, reunido o povo em camara, e convocado por esta para a livre escolha de um representante que esta Exma. junta pedira, fallarão José Honório, Manoel Joaquim de Castro, Martiniano de Moura, Bento Joaquim, Manoel Severino, João Dantas, José Valentim e outros, que conformes em sentimentos com a mesma camara, protestarão obediencia a este conselho interino e despacharem o seu deputado.

« Inutil foi a resolução e o protesto: o padre Ignacio Ferreira, então secretario, e o vogal Antonio Rocha de Bastos levantarão a arenga e fizeram a enredada opposição, não obstante a resistencia do mencionado Honório, pela qual demonstrava a necessidade de reconhecer este governo e a utilidade de um deputado occupar o assento que nelle se lhe preparava, e sem embargo de tirar por fruto da sua demonstração o criminoso dueto para que o convidára a hydrobolia do implacavel secretario.

« Julgando-se poucos seguros pelas poucas forças militares, ou mais propriamente pagas, que rodeavão suas pessoas, no 1º de Novembro novo ajuntamento se apresentou, e com elle os europeus Manoel de Souza e Silva, acompanhado de 100 homens, Manoel Joaquim de Magalhães de sessenta e tantos, Luiz Ribeiro de Magalhães á frente de vinte, sem contar neste numero outro maior de criminosos matadores, alem do enfeitado coronel Antonio Ribeiro de Magalhães, chefe descoberto deste partido, ou mais propriamente desta brigandagem.

« Junta-se em camara o comico governo, antes vaidosamente acompanhado por uma verdadeira assuada de municiaes facinorosos, cujo espectaculo aterrou os povos, que por isso não comparcerão, menos os brasileiros Martiniano de Moura e Manoel Joaquim de Castro, bem como não comparecerem o bom patriota José Honório, avisado por Joaquim Antonio Ribeiro de Magalhães que voltasse em deputado por escripto, e se retrasse immediatamente quanto antes, pois que seu sogro coronel e toda a familia de Paranamerim, alli postada em armas, tentava contra a sua segurança o contra a sua propria vida; mas elle hercicamente, em tão arriscado lance, não seguiu o prudente conselho enquanto não recomenhou com a maior efficacia a seu irmão Martiniano de Moura e a Manoel Joaquim de Castro a segurança da causa, a salvação da patria, a obediencia a este conselho, a eleição e expediente do deputado.

« Derão principio a uma sessão particular, e de accordo com o europeu e coronel Antonio Ribeiro de Magalhães, consta que se decidira secretamente contra a eleição do deputado, insistindo na pavorosa teima de não reconhecerem a este conselho interino, apesar da constante



objecção que lhes oppuzera Martiniano de Moura e Albuquerque acerrimamente encontrada pelos europeus Luiz Ribeiro de Magalhães e Manoel Joaquim de Magalhães Menezes, que tirarão por conclusão de seus discursos gritarem pelos soldados ás armas, e estes a clamarem com seus alaridos que, visto ser aquelle homem contrario ás suas opiniões, deveria paga-lo com a vida, lançando-se para fóra daquelle lugar, onde alguns soldados se arrojarão ao reposteiro para o abrirem, e se contiverão pela docilidade com que Manoel Joaquim de Castro accomodára aquelle rumor.

« Soguiu-se o outro objecto da sessão consistente em se elegerem dous membros que deverião substituir no governo as faltas do padre Ignacio, retirado, e do bacharel Joaquim José Ribeiro de Magalhães, mandado á corte do Rio de Janeiro.

« A camara, que lhes acabava de dar sinceros protestos de obediencia a este conselho interino, foi por isso mesmo intimidada e coacta á força de armas para mudar de resolução, lavrando e assignando accordão de obedecer unicamente aos representantes daquelle bando, bu mais propriamente daquelle horda.

« A camara, no publico, assignou sim o accordão, na maneira que os chamados governadores exigião; porém o competente livro mostra que alguns vereadores adulterarão a escripta, e que, em lugar da phrase—não prestar—substituirão o verbo—prestar.

« José Honorio, que ansiosamente procurava saber o estado das cousas e o resultado dos acontecimentos, adquirindo não só a certeza de terem sido contrarios, como também do ultrage feito a seu irmão Martiniano de Moura, dirigindo-se á casa do governo e camara para fazer o manifesto de seus bem fundados e justos resentimentos, já a sessão era linda; e fazendo publico a rapidez com que partiria a representar um plano fiel daquelles acontecimentos, protestando em menos de 20 dias dar fim aos males de tão pesada marcha: ás 7 horas da noite desse mesmo dia lhe custou o protesto perder a vida com um tiro, sem que o desenhado governo desse a esse respeito providencia alguma; porém se o barbaro homicida era protegido pelas guardas que rodeavão o mesmo governo, e tão seguro estava da impunidade, que á sombra della ainda correu ao cadaver para desenharse-se so com effeito tinha ou não expirado, no corredor em que friamente jazia, que providencias se poderião esperar?

« Porventura o systema das leis criminaes faz alguma differença entre o verdadeiro homicida e o mandante? Não são elles ambos considerados réos do mesmo crime, responsaveis pela mesma satisfação e pela mesma pena? E quando o primeiro tenha a qualidade de juiz, que temor da justiça poderá ter o segundo? Nenhum certamente.

« A casa de Manoel de Oliveira Guimarães, que servia e serve de aquartelamento ao europeu, e coronel Antonio Ribeiro de Magalhães e de suas familias, foi no dia seguinte completamente associada dos europeus e de alguns indignos brasileiros, que, rodeando a mesa de uma liberal sala, e cada um dos copos rendendo cada vez infalliveis as suas idéas, só se ouvia: Viva o Sr. coronel Ribeiro, segundo Madeira! ao que este obsequiosamente correspondia com as agradecidas vozes: Viva, viva!

« A mesa linda e a sociedade apartada, a duas leguas daquelle villa se acha o arrabal denominado Furna, para onde nessa noite partirão os europeus Ambrosio José de Abreu, Bernardo José Machado, que a liberalidade e o seu rancho do governo elevára aos postos de capitães, Domingos Pereira de Magalhães, José Paulino de Oliveira, Domingos de tal, desertor do batalhão n. 12, conhecido daquelle villa pelo nome de João Luiz Barroso, e Bernardo Teixeira Machado, brasileiro; e chegando pelas 11 horas, pouco mais ou menos, aos seus tiros acompanhavão as suas vozes: Vivão os europeus, morrão os brasileiros! cortou-se a cabeça da cobra; já ticon sepultada; logo, porém, se cortarão as mais!

« Factos tão publicos e tão estrondosos, praticados em tão breve distancia, deixarião de ser presentes ao espu-rio governo? E porventura deu ou era elle capaz de dar

sobre este objecto providencia alguma? Não é possível.

« De mãos dadas o incestuoso governo com o coronel indicado Antonio Ribeiro de Magalhães conservão aquartelados naquelle villa 50 homens em armas; para alli serem mantidos se creou uma caixa militar, para a qual se tirarão dos povos, e com bastante detrimento destes, grandes sommas de dinheiro, com que se paga 320 e 18 a cada um soldado, e ao commandante diariamente, cujo posto occupava um alferes, que o mencionado coronel Ribeiro nomeára, e talvez por ser differente em sentimentos consta que devia ser rendido pelo facinoroso Custodio Teixeira Ramos, seque do referido coronel, e por este nomeado no posto de alferes.

« Consta pelo commandante daquelle guarda ter ordem para prender de tres brasileiros para cima, uma vez que se acharem juntos, de certas horas nocturnas em diante, e que o sobredito coronel se acha bastantemente municiado de pólvora e armamento, dando quartel a todos os europeus fugitivos desta provincia, onde se acha Manoel Francisco, que morára no Currallinho, e alguns brasileiros do seu partido, entre os quaes se comprehendem seus cunhados Manoel Lopes de Oliveira, o padre Izidro José Lopes, e outros muitos quo illudidos ignorão ao fundo suas perversas intenções.

« Por ordem do indicado governo tem-se tomado e recolhido toda a pólvora e chumbo que havia pelas lojas, os dinheiros que havia no cofre dos ausentes, das sizas e mais impostos, para se despendarem conforme seus desarrazoados arbitrios.

« Os brasileiros, justamente resentidos, têm-se refugiado, e outros desertão para fóra da villa, ou seja para não serem espectadores de tão sensíveis desastres, ou para não serem sacrificados, muito principalmente os zelosos da causa brasiliense, em cujos espiritos ainda se conservão as vivas imagens do assassinado José Honorio, e de outra igual desgraça que se destinava para o ajudante Antonio Firmino Vieira Lelio no dia 3, a ponto de que, sendo os soldados estranhados deste procedimento pelo commandante da ronda e alferes José Theodoro de Carvalho, lhes responderão que executavão as ordens instruidas por seus superiores.

« Este mesmo commandante da ronda, por ser brasileiro e instigado pelo coronel Ribeiro, avisou ao padre Antonio Firmino Severino da Silva que se retirasse, pois que tinha ordem do mesmo coronel para o prender ou para o matar, no caso de que por ser clérigo desprezasse a voz da prisão.

« Entre outras muitas injustiças, com escandalo do povo praticadas por aquelle improbo governo, é bem notavel o desprezo feito aos brasileiros, dignos certamente dos maiores postos, que com manifesta injustiça se tem distribuido pelo bando de europeus, dando a patente de capitão-mór a Antonio Rocha de Bastos, seu secretario, immediatamente que se retirou o actual José Joaquim Casimiro de Novaes, ameaçado da mortifera execução.

« Não é menos notavel o manifesto, pelo qual se avisava ao povo para correr ás armas ao primeiro rufo da caixa: e que outra alguma cousa nos quer persuadir esse papel senão que a decretada reunião das armas vai ser uma sanguinaria barreira contra aquelles brasileiros que sustentarão a defesa dos seus direitos? E este passo não é para nós a melhor prova das intenções a favor do rebelde Madeira?

« Ah! Exms. Srs., que quadro mais sensível pôde ferrar o coração de VV. EEss! Se estas imagens tão loquazes não merecerem as atenções de VV. EEss., que outro algum negocio poderá haver que seja capaz das mais bem fundadas considerações?

« Será possível que uma villa como a do Rio das Contas se veja totalmente assolada por uma caterva de rebeldes regicidas? Será possível que se não reconheça a magestade do throno, que se cortem os apertados vinculos da sociedade e que se vejam aniquilados os direitos do homem e do cidadão? Que sacrilegamente se rasguem as leis e padeça o supremo imperio da razão?

« VV. EEss., pondo de parte negocios menos conse-

quentes, é de esperar que, remontando ás leis innatas da justiça, com a balança na mão, fação terminar tão desastrosas conteslações e punir tão horrendos attentados.

Os brasileiros natos da villa do Rio das Contas e seu termo não respeitão aquelle governo adulterino, mas tremem á vista dos seus despotismos; não querem reconhecer ao capitão-mór e muito menos a todos os officiaes intrusamente por elle arvorados.

Nesta consideração os que no papel junto vão assignados, e seus occultos representantes, necessitam e podem com a mais viva actividade seja expedido daqui o seu expatriado e legitimo capitão-mór José Joaquim Cassimiro de Novaes, autorizado para os tranquillisar e proteger, e á frente da força armada, que elles mesmos compoão, destruir a séde da anarchia, quando VV. EEExs. por motivos urgentes os não possão socorrer com outras forças, liberalisando com o mencionado capitão-mór todas as ordens necessarias para acudir com promptas providencias a todo o bem da patria affligida, da causa arriscada dos povos errantes e opprimidos, porque, unido-se aquella a esta villa em systema, destruido o intruso governo, presos e sequestrados os chefes da rebellão e seus cúmplices, seão remettidos ao quartel general do exercito, bem como ao thesouro nacional, não só os dinheiros publicos que alli existirem, como tambem 14 000 cruzados jacentes na mão do coronel Ribeiro, e pertencentes á consignação dos dizimos, cuja época para o pagamento já se acha vencida.

Nós rogamos a VV. EEExs. queirão deferir as nossas preces: nós tornamos a rogar e esperamos que da parte de S. M. Imperial nos acudão em lances tão desgraçados, e que não poupem ordens para distribuir ao nosso capitão-mór, e muito menos ás forças que por elle forem requeridas, sem as quaes justamente temerá e duvidará a respeito da sua partida. Pedem a VV. EEExs. serem attendidos.—E. R. M.—Antonio Firmino Vieira Celio, ajudante.—José Joaquim da Hora, alferes de ordenança.—Antonio Firmino Severino da Silva, presbytero secular.—José Pedro de Almeida. »

(Seguem-se outras assignaturas.)

José Eloy Pessoa da Silva, governador de Sergipe, proclamou no dia 1.º de Dezembro de 1822 ás tropas da provincia :

#### Proclamação.

« Camaradas!—Hoje fazem 282 annos que os portuguezes se libertarão do jugo hespanhol, aclamando el-rei D. João IV: hoje nos libertamos do cruel jugo da tyrannia portugueza, aclamando Imperador o Sr. D. Pedro de Alcantara; hoje em dia somos brasileiros, e o Brasil é um Imperio.

« O Sr. D. Pedro de Alcantara, já primeiro em tudo, e principalmente na sua adhesão á causa de Brasil que temos em mão, quiz tambem ser o primeiro Imperador do Brasil; e com effeito no dia 12 do ultimo Outubro condecorou o solo, que nos deu a luz á nossa patria, com a categoria de Imperio.

« Tratemos por merecer o conceito com que devemos ser considerados pelas mais nações. Somos brasileiros; já formamos um Imperio!!! Quartel-general de Sergipe, 1 de 1 dezembro de 1822.—(Assignado) José Eloy Pessoa da Silva, governador de Sergipe. »

Ordem do dia 3 de Dezembro de 1822, na qual o general Labatut reduz os vencimentos da tropa.

« S. Ex. o Sr. general em chefe manda fazer publico ao exercito que o Sr. Joaquim Bento Pires Camargo é o thesoureiro das tropas desta provincia, e outro sim que do 1.º deste mez em diante vencerão todos os Srs. officiaes e officiaes inferiores meio soldo, e os soldados de todos os corpos em geral vencerão 40 réis diarios, ficando

a indemnisação dos seus soldos respectivos para final ajuste de contas, que se deve fazer na cidade; e igualmente recommenda S. Ex. aos Srs. commandantes dos corpos a exacta promptificação de seus mappas, que devem ser apresentados ao Sr. thesoureiro-geral, o qual de ora em diante fará revista de mostra, na forma do costume, nos diferentes corpos, nas estações competentes. (Assignado)—José Freire de Carvalho, tenente-coronel ajudante de ordens. »

#### Estabelecimento de um correio para o Rio de Janeiro.

« Sendo tão notoria, como urgente, a necessidade de estabelecer-se um correio por paradas, desta villa até o arraial do Tejuco, a encontrar o correio que dali segue por Villa-Rica para a corte imperial do Rio de Janeiro, não só pela immediata vantagem que delle resulta á actual administração desta malfadada provincia, senão pelos futuros bens que devem emanar de tão util estabelecimento, o conselho iplerino de governo desta provincia, em nome de S. M. Imperial e constitucional, ordena ao alferes Miguel Barbosa Cabral que marche quanto antes desta villa, seguindo a estrada do Rio-Pardo, e estabeleça as paradas para o correio, na conformidade do plano e instrucções que lhe serão entregues, assignadas pelo official-maior da secretaria, para o que poderá deprecar a todas as autoridades civis e militares, e ainda aos cidadãos, dando desta. como da provincia de Minas, os necessarios auxilios para o exacto e breve cumprimento desta ordem, e bem assim subestabelecer em mais algum a presente autorisação, além de executar-se com a possivel celeridade o estabelecimento do correio, o que cumpre com a actividade e zelo que promette o seu patriotismo.

« Sala das sessões na villa da Cachoeira, em 3 de Dezembro de 1822.—Albuquerque, presidente.—Calmon, secretario. —Coimbra. —Castro. —Mello.—Silva.—Dantas. »

#### Plano e instrucções para o estabelecimento do correio desta villa para a corte imperial do Rio de Janeiro.

« Art. 1.º O correio será sustentado por dez paradas daqui até Rio-Pardo, a saber: primeira Curralinho, segunda Santa Rita, terceira Quatê, quarta Caldeirões, quinta Barra do Sincorá, sexta Lagez Debaixo, setima S. João ou morada do capitão João Martins, oitava Curral Velho, nona Arião, decima Rio-Pardo. Do arraial do Rio-Pardo seguirá o correio para o arraial do Tejuco por seis paradas, a saber: primeira fazenda da Tapera, segunda Barreiro das Antas, terceira Machado, quarta Pé do Morro, quinta Rio-Manso, sexta Tejuco.

« Art. 2.º Haverá em cada uma parada dous pedestres, que vencerão por ora, attenta as urgencias do thesouro, o soldo de 160 réis por dia, os quaes pedestres conduzirão alternadamente a mala do correio de umas para outras paradas sómente. Os soldos serão pagos pelo thesouro desta provincia aos pedestres das dez paradas até o Rio-Pardo, e aos pedestres das seis paradas deste arraial até o do Tejuco serão pagos pelo thesouro de Minas, a cujo governo se depreca em nome do Imperador.

« Art. 3.º O principal morador dos lugares ou fazendas, onde forem estabelecidas as paradas, será o director e vigia dos pedestres, e responsavel pela actividade e promptidão destes na conducção das malas; aos mesmos directores pertencerá cobrar dos thesouros das respectivas provincias, á vista de folhas assignadas por elle, no principio de cada mez os vencimentos ou soldos dos pedestres.

« Art. 4.º O alferes Miguel Barbosa Cabral, encarregado do estabelecimento deste correio desde esta villa até Rio-Pardo, deverá em cada uma das paradas mencionadas no art. 1.º escolher e estabelecer dous pedestres activos, moços e probos, e procurará igualmente ao principal morador do lugar da parada para se entender com elle e intimar-lhe o que determina o artigo precedente, dando-

lhe uma copia do presente plano para seu governo. O encarregado tomará em assento os nomes, estados, moradas e qualidades, tanto dos pedestres, como do director que escolher em cada uma parada, do que dará uma exacta relação á secretaria do conselho, assim de se fazer efectiva a sua responsabilidade.

« Art. 5. O commandante do districto do Rio-Pardo, a quem se officia, fica encarregado de mandar estabelecer por um official de sua intima confiança os pedestres e directores em as paradas mencionadas no citado art. 1, desde o dito arraial até o Tejuco, cingindo-se o encarregado ao que se indica no art. 4, dando conta do que fizer á secretaria do Exm. governo de Minas.

« Art. 6. No arraial do Tejuco será a mala entregue ao administrador do correio que ha estabelecido para Villa-Rica, e para haver mais efficacia e promptidão se officia recommendando ao Sr. intendente do contrato diamantino. O administrador do Tejuco fará, como é costume, remetter a mala ao administrador do correio de Villa-Rica, e igualmente para ser indefectivel, e accelerada a remessa da mala desta capital para a corte, se officia recommendando ao Exm. governo de Minas, a quem se dá parte deste estabelecimento, e se deprecia da parte de S. M. Imperial e constitucional os precisos auxilios e cooperação. Secretaria do conselho interino de governo, na villa da Cachoeira, aos 3 de Dezembro de 1822. »

#### FEITOS DO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 1822

O general Labatut, no dia 3 de Dezembro, communicou ao conselho interino de governo da provincia os feitos que as tropas brasileiras dos pontos de Itapoá fizeram sobre o forte de S. Pedro, enviando-lhe a relação dos presos tomados nessa acção pelo coronel Felisberto Gomes Caldeira em uma jangada :

« Ilms. e Exms. Srs.—Mando á presença de VV. EExs. o alferes de cavallaria Ignacio de Mattos Telles de Menezes, assim de trazer farinha, genero este de que tomamos mais urgente precisão por se ter acabado a que havia. Participo igualmente a VV. EExs. que recebi officios de Itapoá, que de cada vez mais abonão a dexteridade daquelle commandante e da bravia tropa do seu commando.

« Elle tem atacado os lusitanos em diferentes pontos e destruido suas obras de fortificação, levando um sargento, a quem eu fiz já tenente, o seu valor a tal ponto, que chegou a encurralar o inimigo no forte de S. Pedro, de onde o perseguirão com grandes forças, e elle fez fogo em retirada por mais de uma hora, sem perda de um só soldado, e trouxe consigo os despojos constantes da relação. Fez tambem o tenente-coronel Felisberto uma tomada a seis europeus, que se refugiavão para a cidade em uma jangada, o que consta da relação inclusa.

« Tudo mostra que a providencia protege a independencia do Brasil. Só falta-nos farinha, e esta falta só VV. EExs. podem remediar, o que espero com a possivel brevidade, porque tenho a tropa á meia ração, e assim mesmo só ha farinha para dous dias.

« Deos guarde a VV. EExs. por dilatados annos. Quartel-general no Engenho-Novo, 3 de Dezembro de 1822. —Ilms. e Exms. Srs. presidente e mais deputados do conselho interino de governo.—Labatut, general. »

No dia 4 de Dezembro o general Labatut dirigio-se ao conselho de governo, enviando um desertor, a quem já tinha pago a gratificação promettida, e communicando-lhe ao mesmo tempo a prisão de oito portuguezes vindos de Pernambuco e do dinheiro apprehendido, bem como o resultado da acção de vespera.

« Vai o cabo lusitano, que ultimamente veio desertado, a quem já dei os 30\$ do costume, o qual remetto para

VV. EExs. o empregarem em alguma cousa para que lhe acharem prestimo, ou deixem-n'o viver, mas sem que se dirija aos pontos maritimos, porquanto com esta gente é preciso muita cautela presentemente.

« Tive parte de Itapoá e soube de mais oito portuguezes que forão presos, vindos de Pernambuco para a cidade, os quaes trazem tambem dinheiro; mas não sei quanto, por não se ter feito ainda o inventario; soube mais que o tenente-coronel Felisberto fez ir para a eternidade sete lusitanos e muitos feridos na acção de hontem.

« Deos guarde a VV. EExs. Quartel-general, 4 de Dezembro de 1822. —Ilms. e Exms. Srs. presidente e mais deputados do conselho interino de governo desta provincia.—Labatut, general.

« P. S. Tambem preciso de algum gado e o espero com brevidade, etc. »

#### QUEIXAS DE LABATUT AO CONSELHO DE GOVERNO

Na mesma data o general Labatut officiou ao conselho de governo, queixando-se da falta de execução das suas requisições; e, dando conta dos feitos do dia antecedente, em Pirajá, diz constar-lhe que os consules estrangeiros estão embarcados em navios de guerra de suas nações e haver muito desgosto na cidade, e pede diversas cousas.

Eis as suas palavras :

« Ilms. e Exms. Srs.—Vejo-me na dura precisão de queixar-me de VV. EExs. a VV. EExs. mesmo, e fallar-lhe com franqueza, o que é proprio do meu caracter. Quando VV. EExs. me insinuão alguma cousa, promptamente dou cumprimento ás suas insinuações, como seja a advertencia sobre o comportamento de José Eloy Pessoa, a quem incontinenti mandei mudar e prender, porque VV. EExs. não obrão com a mesma celeridade quando exijo de VV. EExs. cousas de tanta precisão, como seja a marcha da tropa de cavallaria, a de Fr. José Maria Itayner, os remedios de que tanto necessito por ter a maior parte dos soldados e officiaes enfermos?

« Julgão VV. EExs, que se defendem com essa tropa; enganão-se, porque ella só nos pontos, e tendo á testa officiaes habéis, é que póde fazer alguma cousa; se é por eu não mandar requerer uma e muitas vezes a VV. EExs. directamente, não é tempo, como sabem, de formalidades: apenas lhes chegasse a noticia que eu desejava que esta ultima tropa marchasse, VV. EExs. mesmo, para bem da sua patria opprimida, devião concorrer para que ella marchasse depressa, e não temporisar a decisão depois do capitão della ter dado ao illustre secretario a carta, na qual lhe ordenei marchasse, portanto, á vista de tanta demora; vejo-me na dura precisão de protestar contra ella.

« A defesa da provincia me foi confiada; a gente de guerra é a quem eu governo; parece que VV. EExs. devião fornecer-me todo o necessario e aplainar todas as difficuldades para o bom desempenho desta commissão. Ainda hontem, apesar de innumerados doentes, foi o Madeira batido completamente pelas nossas guerrilhas de Pirajá, soffrendo grande perda, morrendo-lhe dous officiaes do 1º batalhão: o capitão Loureiro e o tenente Azevedo e um sargento da infame cavallaria da Bahia. Estou á espera de noticias de Itapoá.

« A' vista do exposto, exijo, em nome do Imperador, que VV. EExs. me mandem farinhas para sustentação do exercito, 300 homens mais de infantaria, os cem de cavallo, os presos conteudos na lista que lhes mandei, os remedios tantas vezes pedidos e a companhia dos voluntarios de Pedrão.

« Consta-me, por pessoa vinda da cidade, que os consules estrangeiros, aos quaes escrevi, pedindo-lhes viessem fixar a sua residencia nessa villa, sede do verdadeiro governo da provincia, estão embarcados nos navios de



guerra de suas nações. Ha grande desgosto na cidade e muita carestia de viveres.

« Deos guarde a VV. EEExs. Quartel-general no Engenho-Novo, 4 de Dezembro de 1822.—Ilms. e Exms. Srs. presidente e mais deputados do conselho interino de governo.—Labatut, general. »

*O commandante das forças communica no dia 4 as occorrencias do dia 30 de Novembro e pede providencias.*

« Ilms. e Exms. Srs.—Levo ao conhecimento de VV. EEExs. as novidades notaveis que occorrerão nesta avançada enquanto foi tratar das fortificações da ala esquerda desta primeira linha de defesa.

« No dia 30 do passado, pela tarde, foi atacada uma lancha nossa, carregada de farinha, por uma barca e um barco inimigo, entre a ponta da Saubara e a barra do rio deste nome; houve a possível protecção com o fogo das nossas tropas; mas elle não pôde ser tão efficaz que o mestre da lancha se não visse na necessidade de desprezar uma taboa do fundo, perdendo-se a farinha toda e indo a lancha a pique, comportamento que muito louvei por impossibilitar o inimigo de a apresar, como pretendia. Esta foi a parte que o vigário da Saubara me deu vocalmente; hoje, no meu regresso para este quartel, acrescentando que tanto a barca, como o barco inimigo, soffrêrão algum damno.

« Na noite do mesmo dia 30 do passado quatro soldados europeus da companhia de Bellona pretendêrão desertar para o inimigo; mas felizmente até o dia de hoje estão todos presos e em segurança, sendo um gravissimamente ferido de balas quando a nossa patrulha lhes fez fogo no acto da fuga.

« Este enorme crime, que, pelas partes que tenho, é revestido de circumstancias mui aggravantes, exige a mais prompta punição que sirva de exemplo aos malvados e traidores inimigos da grande causa do Brasil, e que satisfaça pontualmente as ordens do Sr. general em chefe; mas como quanto mais revestida de solemnidades legais é a punição mais tremendo se torna o exemplo, é portanto que afastando-me um apice das ordens do Sr. general eu vou fazê-los julgar summariamente por um conselho de guerra, e por isso peço a VV. EEExs. que, sem perda de tempo, façam marchar para este quartel o corregedor da comarca, para nelle servir de auditor enquanto eu nomeo um official superior para presidente e os mais officiaes para vogaes.

Depois de lavrada a sentença farei que ella suba á confirmação do Sr. general, e depois executada com as competentes formalidades. Conto que VV. EEExs. farão dar pressa ao referido ministro, além de que tudo isto seja feito com a brevidade e legalidade que exigem nossas circumstancias.

« Por ora nada ha de novo relativamente aos movimentos do inimigo, a excepção da presença de um brigade, e de dizer-se-me que o inimigo se está entricheirando na ilha do Medo, o que me parece de pouca ou nenhuma importancia. Fico tratando de fortificar e reforçar, como é possível, a costa do Dourado, e de continuar a fortificação da ponta do Araipe, que se acha bastantemente adiantada.

« O cadete João Primo ainda se não recolheu a este quartel, e consta-me pelo coronel commandante de S. Francisco que não anda fazendo cousas boas, e até tenho noticias vagas que elle tem influido conjunctamente com o padre-mestre Ignacio Simões no espirito do vigário da Saubara para alguns desacertos, que eu com subtil prudencia trato de chamar á ordem.

« E' quanto nesta occasião se me offerece levar á presença de VV. EEExs. para sua perfeita intelligencia, e para que possão providenciar como bem lhes parecer.

« Deos guarde a VV. EEExs. muitos annos. Quartel do Bom-Jesus da Saubara, 4 de Dezembro de 1822.—Ilms. e Exms. Srs. presidente e mais deputados do conselho interino de governo desta provincia.—Antonio Maria da Silva Torres, commandante das forças. »

LABATUT

O conselho interino de governo, em 4 de Dezembro de 1822, dirigindo-se ao general Labatut sobre as nomeações de commandante das forças da villa da Cachoeira e de governador de Sergipe, exige que se procure o accordo do mesmo conselho antes de se fazerem taes nomeações.

« Ilm. e Exm. Sr.—O conselho interino de governo desta provincia recebeu o officio que V. Ex. lhe dirigio em data de 30 do passado, participando a renomeação do sargento-mór Antonio Maria da Silva Torres para o commando das forças desta villa e a consequente annullação da portaria, pela qual V. Ex. investira nesse commando ao coronel José Garcia Pacheco.

« O conselho não officiou immediatamente a V. Ex. acerca desta nomeação do coronel Garcia, porque descansou no que diria a V. Ex. o Sr. Dantas, que, de caminho no engenho Pitanga, prevenio o conselho a esse respeito.

« Em verdade o conselho interino seria inconsequente se, dizendo, quando V. Ex. nomeou o coronel Rodrigo Antonio Falcão para commandante nesta villa, que V. Ex. nomeasse um outro official perito e conhecedor das armas de artilharia e caçadores, nada dissesse agora sobre o coronel Garcia; e, não só seria inconsequente pela identidade de circumstancias de ambos estes coroneis, senão e principalmente porque o conselho desde a sua installação recusou até hoje, com todo o conhecimento de causa, dar o commando da força desta villa ao coronel Garcia, que é tão pouco militar quanto é grande patriota. Ou o conselho foi injusto em o não nomear, ou o é agora em não reclamar a sua nomeação: tal era o dilema que se faria em menoscabo da justiça do conselho.

« O conselho torna a asseverar a V. Ex. que o coronel Garcia é um benemerito da provincia, porque deu o primeiro viva ao defensor do Brasil, porque tem muita vontade de ser util á causa da patria, que elle tem servido com quanto pôde; mas V. Ex. bem sabe que não é só mister o ser benemerito e bom cidadão para ser empregado: cumpre tambem que concorra ao escolhido para um emprego a aptidão correlata desse mesmo emprego. Que o Imperador premie com honras os bons serviços do coronel Garcia; nós, porém, o não devemos premiar com empregos, que servirão de comprometter a elle e a nós.

« Entretanto, como V. Ex., correspondendo á expectação do conselho, declara que o seu desejo é desempenhar a ardua tarefa de que o encarregou S. M. Imperial, o conselho para auxiliar, como lhe cumpre, a V. Ex. declara francamente a V. Ex. que a renomeação do major Silva Torres para o commando geral das forças desta villa não satisfaz plenamente nem as intenções de V. Ex., nem as deste conselho.

« V. Ex. e o conselho desejão manter a ordem, evitar choques (embora indiscretos) e ciúmes de jurisdicção entre as patentes superiores desta villa, e finalmente não desgostar o benemerito coronel Garcia. Para satisfazer-se a isto parece ao conselho que o meio mais efficaz é nomear ao major Silva Torres commandante das avançadas (onde está collocada toda a força que defende a Cachoeira) desta villa, e repôr o commando do que é propriamente guarnição interior da villa, que é quasi nenhuma, no estado em que o conselho o tem conservado até agora, para evitar o que dito fica.

« Deste modo Silva Torres commanda e dirige, como convem, o forte, reductos, baterias e destacamentos collocados no rio Paraguassu e costa, desde o Açupe até o Dourado, e os coroneis, que se achão estacionados dentro desta villa recebem, como até agora, as ordens immediatamente do conselho e de V. Ex., com o que parece ficarem satisfeitos.

« O conselho, prevenindo a cooperação do V. Ex. par



ao útil providencia, dirigio ao coronel Garcia o officio de copia n. 1 e ao major Silva Torres o outro da de n. 2. Resta agora que V. Ex. autorize por portaria a este major. Tal é o arbitrio do conselho.

« Finalmente, a franqueza e dignidade com que V. Ex. tem fallado ao conselho a respeito das nomeações que fizera de governador de Sergipe e comandante da força armada desta villa, confessando que não tem conhecimento das pessoas aptas de um paiz que lhe é estranho, obrigão o conselho a exigir de V. Ex. que procure o accordo do conselho e o consulte antes de fazer nomeações taes, o que parece tanto mais necessario, quanto V. Ex. pelo que diz, e ainda por factos, mostra não ter junto a si quem lhe dê as precisas informações; de outro modo V. Ex., na melhor fé do mundo, pôde arriscar a segurança da provincia e comprometter a sua popularidade, que o conselho deseja roborar e sustentar.

« Deos guarde a V. Ex. Sala das sessões na villa da Cachoeira, em 4 de Dezembro de 1822.—Ilms. e Exms. Sr. general em chefe do exercito pacificador.—Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque, presidente.—Miguel Calmon du Pin e Almeida, secretario.—Manoel da Silva e Souza Coimbra—Manoel José de Freitas.—Theodoro Dias de Castro.—José de Melto Varjam.—Manoel dos Santos Silva.—João Dantas dos Reis Portali. »

*É proclamado e reconhecido o Sr. D. Pedro imperador do Brasil na villa de Porto-Seguro.*

« Ilms. e Exms. Srs.—Participamos a VV. EEzs. que no dia 1.º de Outubro proximo passado o muito alto e poderoso Sr. D. Pedro I foi aclamado imperador constitucional do Imperio do Brasil nesta villa das Caravellas da comarca de Porto-Seguro, e que a exemplo della o mesmo fizeram quasi todas as da comarca, exceptuadas unicamente a do Prado, de diminuta população, e a de S. Matheus, uma das tres mais consideraveis della.

« Uma total falta dos conhecimentos necessarios para a boa administração fez que tudo fosse promiscuamente administrado pela camara, membros de justiça e o capitão-mór da villa, até que a camara com o povo installou uma junta de um presidente, um secretario e dous deputados, para administração da caixa militar.

« No dia 17 de Novembro esta mesma camara nomeou, com approvação do povo, uma segunda junta de um presidente, um secretario e tres deputados, á qual denominou governo temporario, do qual somos os membros, e parece-nos que as nossas attribuições são as mesmas daquella junta primeiramente creada, considerando que a seu cargo estão as providencias militares para as prisões da guerra e defesa do paiz; que para o bem commum, civil e criminal, ha um senado da camara e seu presidente, e que para fazer executar ordens superiores temos em VV. EEzs. o governo central da provincia.

« Esta villa, de mediana população, sem tropa regular nem miliciann, sendo aliás de porto mais franco e susceptivel de vasos de 14 a 15 palmos, por uma embocadura de tres canaes, tem posto toda a sua defesa em tres peças de campanha na porta do Trem, e em quatro de igual calibre e duas de 36 em um reducto de terra, que a necessidade fez levantar no ponto mais remarcavel do canal do norte, tendo igual preciação a do sul, muito distante do reducto guarnecido por um destacamento, que a praça da capitania do Espirito-Santo generosa e promptamente mandou em nosso auxilio, constante de 37 praças, incluídos dous officiaes do patente e tres inferiores, duas peças de bater e sómente oito barris do pólvora.

« Do Rio de Janeiro esperavamos maior auxilio e armamento com munição, e até algum officio de patente maior, e que este fosse brasileiro, porque os da capitania do Espirito-Santo são europeus, posto que parecem interessados na nossa independencia; porém até hoje não tivemos ainda resposta.

« Achamos que nos são precisas ao menos 200 armas de fuzilaria, e estas reunas, para as repartir tambem com a villa de Alcobaça, nossa immediata pelo norte, a qual bem guardada é um grande defensivo para esta villa,

porque as fazendas da parte do sul daquelle rio communica-se com as do norte desta, por onde o inimigo pôde atacar a nossa retaguarda.

« Rogamos, pois, a VV. EEzs. que nos mandem reforçar esta comarca, na qual ha falta de tudo, e é presumivel que o inimigo a não despreze, resentido da falta da munição de bocca da primeira necessidade, cuja falta daqui em diante lhe ha de ser absolutamente sensível por estarem as villas della quasi colligadas.

« No caso de VV. EEzs. nos fornecerem auxilio por mar é muy providente que a embarcação procure entrar de dia, trazendo no galope de proa um signal das cores azul e branca em comprimento, para ser reconhecido pelo nosso reducto, afim de não haver engano para que passe sem algum incommodo.

« Aqui chegou a noticia de que os Exms. Srs. deputados dessa capital marchavam a esta villa a embarcarem-se para o Rio de Janeiro; porém com a chegada do coronel Henrique Placson no dia 8 do passado soube-mos que embarcavam em Rio de Contas. O dito coronel demorou-se por falta de vento até o dia 25, no qual sahio para o Rio de Janeiro.

« Rogamos, finalmente, a VV. EEzs. relevem a falta de escrevermos em bom papel, proveniente de não haver melhor, e nos dêem instruções precisas para reformar-se o abuso com que supponmos creadas as duas mencionadas juntas, e juntamente as ordens que devemos executar, como subordinados ao unico governo central desta provincia, da qual temos a gloria de ser pequena parte.

« Sala da deputação da villa das Caravellas, em sessão de 5 de Dezembro de 1822.—Ilms. e Exms. Srs. presidente e deputados do governo provisório da provincia da Cachoeira.—José Simplicio Ferreira, presidente.—Francisco Vicente Bittencourt, secretario.—Manoel Domingues Monteiro.—Francisco Alvares Tourinho.—Manoel Nunes de Abreu Junior. »

*Officio do ministro João Vieira de Carvalho ao general Pedro Labatut, em que lhe faz novas communicações sobre os negocios da guerra da Bahia.*

« Forão presentes a S. M. o Imperador os officios de V. S. de 5 e 9 de Novembro proximo passado, trazidos pelo alferes Paresi e pelo ajudante de ordens Mamiguard, e pela sua leitura reconheceu o Imperador o desvelo e pericia que V. S. empregára, não só no arranjo do novo governo de Sergipe, como, depois da sua chegada ao reconvencido, na organização e disciplina da tropa, e bem assim na fortificação dos pontos mais arriscados.

« Muito tambem folgou o Imperador de ver o nobre e exaltado espirito do que está animado o brioso exercito do commando de V. S., e o fiel e honrado povo da provincia; e por extremo sensível a tanta lealdade e amor, mandou dar a V. S. os bem merecidos louvores pelo acerto, actividade e intelligencia, e ao exercito e povo o seu real agradecimento: a um pela intrepidez e denodo militar; a outro pelo exaltado patriotismo e assignalado sacrificio á sagrada causa de independencia do Brasil, e isto emquanto não chegão ao seu imperial conhecimento os nomes dos benemeritos para lhes dar particular testemunho e a devida remuneração por taes feitos e trabalhos, como já praticou com alguns, cujos nomes poderão chegar ao seu conhecimento.

« Entretanto o Imperador, em progredimento da defesa da provincia e expulsão dos novos vandalos que a opprimem, manda por esta occasião remetter a V. S., para supprimento do exercito, novo fornecimento de armas, munições e fardamento, afim de o habilitar a manter a defensão da provincia e sua liberdade; e brevemente terão V. S. e os povos a doce satisfação de vêrem surgir nas aguas da Bahia o novo pavilhão do Imperio, conduzido pelas suas embarcações de guerra, para cooperarem efficazmente na inteira destruição do inimigo commum, para o que muito convirá que V. S. lhe faça uma guerra continua, que lhe produzirá a morte pelas bayonetas ou pelas fadigas de repetidos alarmas.

« Incansavel o Imperador na adopção das mais energicas providencias e soccorros, não só mandou marchar tropas da provincia de Minas-Geraes em auxilio dessa, como do Espirito-Santo sobre S. Mathens, para cortar ao inimigo todo o apoio e fornecimento de viveres, e augmentar as forças do exercito do commando de V. S., recommendando a junta do governo da primeira a mais ampla prestação de soccorros de mantimentos para evitar a fome, que por falta de braços empregados na defesa da patria pôde eventualmente sobrevir; e tem o mesmo augusto Senhor acudido a todos os pontos arriscados do Brasil com fornecimento de armas e munições, como agora manda para Caravellas, Alagoas e Parahyba.

« Além destes soccorros se não esqueceu de que as tropas augmentão em valor e intrepidez quando commandadas por officiaes intelligentes e corajosos, e os povos confio na sua segurança quando ella é commettida a taes militares; por isso e por saber das circumstancias de Pernambuco, nomeou para governador das armas desta provincia o coronel Joaquim José de Almeida, e para as Alagoas, onde ordena que se proceda a nova nomeação do governo civil, o tenente-coronel Joaquim Mariano de Oliveira Bello.

« Com estes officiaes e respectivos governos terá V. S. a melhor intelligencia e franca correspondencia para haver o que julgar necessario e aquellas provincias possam fornecer. Postoque os cuidados do governo de S. M. Imperial, e as providencias para repellar tão atroz inimigo, pareçam absorver toda a sua vigilancia, todavia lhe não merece menor attenção a desgraçada sorte dos inermes habitantes da cidade da Bahia, pelo que lhes faz soffrer a presença das desenfreadas tropas lusitanas, como pelas horribes calamidades, que é de recear de tropas que não duvidarão manchar no sangue fraterno as homicidas mãos: portanto, mui particularmente, manda o Imperador recomendar a V. S. o maior cuidado, providencia e actividade em impedir que os pacificos habitantes da cidade sejam saqueados ou insultados pelas tropas do infame Madeira em sua retirada, protegendo-os por todos os modos para não cahirem victimas da brutalidade e insolencia daquelles barbaros.

« Espera igualmente o Imperador toda a maior exerceção da prudencia e luzes de V. S. na entrada do exercito na cidade, depois da sahida dos lusitanos, que trabalhará por suffocar paixões, odio e espirito de partido, de que antigas alheias inimizades se aproveitão para vinganças particulares, com o especioso pretexto de causa publica, e que tomará as mais promptas medidas de policia para se não commetter abusos, e reinar a tranquillidade publica e segurança individual.

« Do mesmo modo espera o Imperador que na organização dos corpos, que forem precisos para a defesa da provincia, depois de libertada a capital do jugo inimigo, se haverá V. S. com moderação, tendo em vista as circumstancias de uma provincia que acaba de soffrir uma tão cruel aggressão, e cuja agricultura estava abandonada, e que em tudo o mais procederá de modo que o Imperador tenha de que lhe agradecer e os povos da provincia de que louvar-lhe.

« Deos guarde a V. S. Palacio do Rio de Janeiro, em 6 de Dezembro de 1822.—João Vieira de Carvalho.

« Sr. Pedro Labatut. »

*Carta de communicação secreta da cidade da Bahia para Felisberto Gomes Caldeira, a qual este remetteu ao governo para seu conhecimento.*

« Amigo do coração.—A falta de portador tem demorado a repetição das minhas noticias, e depois de ter-lhe escripto, em consequencia da sua que recebi, não pôde ir o portador, e até temo tentar fazê-lo porque foi acomettido pelo Rosado, hoje ajudante de ordens do Madeira. Aproveito este para communicar-lhe o que posso.

« Já terá sabido que sete deputados brasileiros se evadirão, deixando as infernaes côrtes de Lisboa em grande desesperação; entre os ditos forão Lino, Barata, o padre

Gomes, e dos mais só sei de Antonio Carlos; os marotos aqui fizeram um—nós abaixo assignados—em que pedirão ao consul inglez a prisão delles deputados, porque dizem hão de vir no paquete deste mez, que por aqui ha de passar para ir ao Rio de Janeiro; escrevemos para Pernambuco para evitar que elles aqui toquem: queira Deos chegue a tempo a participação.

« Os marotos esperão mais tropa; o certo é que o Pereira disse que nestes tres mezes isto se decidia, porque ou Lisboa havia mandar sufficiente tropa, ou ordem de se retirarem.

« Sahio uma fragata a fazer entrar mantimentos; o com effeito têm entrado algumas sumacas com farinha, arroz e feijão; duas destas entrarão hontem, que ião para Pernambuco.

« De Lisboa nada mais se diz que de novo seja; fallase que, com a vinda da constituição, já lá jurada, virá governo civil para a fazer jurar e acabar com esses facciosos governos provisórios; não sei se por isto os marotos ainda estão tão insolentes, bem que já se tem rapado muito bigode, principalmente depois do dia 8 de Novembro, apezar que o padre Ignacio em sua *Idade de Ouro* tenha dito que os de Pirajá levirão uma boa lição, e que não morrerão nenhum, sim os nossos; isto não admira, nem o que diz o Negreiros no seu *Baluarto*, nem o Maia em seu *Semanario*, e outros; o que custa a crer é que nos mappas mensaes não se descontão nem quinze mortos; mas, meu amigo, que importa se o numero se vai diminuindo á vista da gente, se os hospitaes estão cheios, se tem havido desde esse dia enterro quasi todos os dias?!

« Conhece-se um terror panico em todos; parece que se a nossa tropa quizesse entrar podia o fazer sem muitos sacrificios, não porque julgue mal das linhas, mas pelos flancos que são infinitos, por onde deve entrar a maior parte da nossa tropa; bem zanga nos tem causado uma descoberta que os nossos derão a saber, que vem a ter aos barris e Tororó, por onde surgirão, que fizerão correr os do batalhão 12 precipitadamente, e consta que já se pôz uma peça: por esse lugar, com soccorros de duas jangadas, podião atravessar para a praça da Piedade dous ou 3.000 homees.

« Elles têm feito fossos em seus pontos; agora estão concluindo um no ponto de Joaquim José de Oliveira, indo para Boa-Vista; não devo omittir uma circumstancia que muito custa a soffrer. Infeliz de quem se vê obrigado a vêr e....

« Os marotos no dia 8 de Novembro acompanhirão a tropa, e levirão cordas, e corréas, e palmatorias; a tropa foi municada para tres dias, e levirão barracas; uns e outros pretendião irem entrando e castigando a seu bel prazer; mas, enfim, sahio-lhes a sorte em branco; recorem agora a novo trama, não tão novo que não fosse ha muito lembrado: vem a ser um terceiro partido, que é republicano, que me parece mais para estorvo do nosso bem ser do que o seu bom exito; mas é certo que existe e que dizem ha partido no reconcevo.

« Que desgraça, se assim for, porque será o meio desses malvados marotos levarem ao fim seus infernaes projectos; ora, eu não tento podido ter conhecimento de causa, digo o que ouço e cotejo das insolentes folhas.

« O Faria, da Agua Branca, é do partido de Lisboa: installou Grande Oriente; deitou parede abaixo e levantou um rico templo maconico, onde são recebidos os candidatos: o tenente-coronel do batalhão 6º já foi convidado, que o disse ao Mello, onde está aboletado: o Maia é membro da L.; e Negreiros, que pertenceu ao outro partido, tem se descomposto com o dito Maia, e descoberto o que pôde e sabe: inferimos que, visto a grande amizade de Negreiros com Paulo José de Mello, que será do partido republicano; enfim, é uma mistura tal, que se não pôde tomar pé: a intriga todavia tem subido a ponto de, depois da aclamação do Imperador no Rio de Janeiro, em 12 de Outubro, vio-se José Bonifacio na precissão de pedir demissão, assim como seu irmão Martim Francisco, em fins do mesmo mez; porém a camara, a tropa e o povo fizerão, cada um por sua vez, uma repre-

sentação ao Imperador para regressarem para seus lugares, ao que annuo o Imperador, conhecendo-se a intriga: e o povo os foi buscar ás suas chacaras, assim como a tropa; e o Imperador, que tambem foi, encontrou-se em caminho com José Bonifácio; apeou-se e se abraçaram, e esse dia de reconciliação foi tão festivo como o dia 12. Sinto não poder remetter-lhe as folhas em que isto vi, assim como outros felizes successos do Rio, onde se goza uma felicidade continua.

« Antes da chegada dos batalhões 3º e 4º o boçal Madeira tinha mudado o hospital para a Gamboa, e logo que chegou a dita tropa regressou para a cidade, onde se conservão.

« Requerêrão os officiaes presos do dia 19 de Fevereiro, que estão a bordo de alguns vasos, o incommodo que sofrem, não só da má prisão, como insultos de marujos e dificuldade de podêrem lá chegar seus alimentos. Despacho do Madeira: « Os supplicantes devião se lembrar » desses incommodos antes de commetterem o crime por » que estão presos, etc. »

« O Tristão Pio acha-se já no Rio de Janeiro; já creveu, e diz que breve virá a esta malfadada cidade: diz que se aprompta esquadra: Deos o permita. Quizera que V. me discesse se tem tenção de virem já ou se por isso esperão, porque corre que entrão, e já ha muito assim se diz. Com isso contamos todos os dias.

« Muitos gustos dão as guerrilhas repetidas, porque a desesperação nos marotos sobe a infinito. Tenho concluido o que me tem occorrido, vou pedir-lhe um favor.

« Do melhor modo que puder me annuncie do destino daquelle sujeito que esteve para ir com V. S., assim como se leu noticias daquelle nosso amigo que tem morado em todas as casas da cidade.

« Recommendações ao escrivão que fez a sua passada carta. Nada mais digo sobre assumptos em que tencionava fallar por motivos que me embaraço por ora; se tiver portador continuarei. Adeus. Seu amigo do coração.—André Salazar.

« Em 7 de Dezembro de 1822.

« P. S. Dizem que na roça (chacara), onde esteve o conde dos Arcos cavalgarão tres peças de calibre 3, por dentro, furando as paredes, pelo motivo de terem os nossos vindo até esse lugar, onde agora os esperão. »

#### OS INIMIGOS TOMÃO DUAS EMBARCAÇÕES DE MANTIMENTOS

No dia 8 de Dezembro o coronel Bento Lopes Villas-Boas communicou ao governo da provincia a permanencia do bloqueio dos barcos e canhoneiras inimigas, que impedia o transito das embarcações conductoras de farinhas do Nazareth e Maragogipe; e cada vez mais forte, tiverão o arrojo de se approximarem no dia 7, em numero de treze, á ponta de Guadalupe, perseguindo uma lancha carregada de farinha e outra com varios generos, vindas de Camamú, pela barra-falsa, abrigadas pelos nossos canhões na referida ponta, tomando-as em uma enseada; e fazendo desembarcar uma porção de homens, passarão por terra a accommetter o destacamento, que, sendo inferior em força, depois de uma porfiada resistencia, abandonou o ponto, entrando-se pela ilha, até que se lhe reunisse mais tropa do Bom-Jesus para expellirem os inimigos, os quaes, depois de commetterem roubos e praticarem as hostilidades que puderão, reembarcarão e se forão refugiar na ilha do Medo, levando consigo as duas lanchas aprisionadas, e o cartuxame e polvora que encontrãrão no reduto.

A escassez de generos continuando, pedio o coronel Villas-Boas providencias ao governo.

#### E substituido o titulo do corpo Legião de Honra do Principe Real pelo de Legião de Honra Imperial.

« O conselho interino de governo desta provincia, tomando em consideração o que lhe representára o Sr. coronel Francisco Maria Sudré Pereira, encarregado da organização da legião ligeira, approvada pela portaria de 23 de Outubro deste anno, acerca da necessidade de se substituir ao titulo de—Legião de Honra do Principe Real—com o qual fôra approvada aquella legião, o novo titulo de—Legião de Honra Imperial—attenta á mudança das circumstancias politicas do Brasil; o mesmo conselho, em nome de S. M. o Imperador constitucional, ordena que de hoje em diante seja denominada e conhecida a sobreditá legião ligeira por este ultimo titulo de—Legião de Honra Imperial—ficando alterada nesta parte sómente a citada portaria de 23 de Outubro.

« O mesmo Sr. coronel Francisco Maria Sudré Pereira assim o tenha entendido e faça executar. Sala das sessões na villa da Cachoeira, em 9 de Dezembro de 1822. (Com as assignaturas dos membros de conselho interino de governo.) »

#### Curta Imperial.

« Presidente e deputados do governo provisorio da provincia de Goyaz.—Amigos. Eu o Imperador vos envio muito saudar. Sendo-me presentes os males que tem resultado da arbitraria divisão dessa provincia em dous governos, com a installação do que se erigiu em S. João das Duas Barras, procedendo desta erecção (que não pôde justificar-se com os allegados motivos dos despotismos do ultimo governador, nem com a distancia daquelle camara á capital) funestas rivalidades, desobediencias e mui damnosas faltas na administração da justiça, a que cumpre dar prompto e providente remedio; e considerando que a installação de um novo governo, legal e escolhido pelos collegios eleitoraes, legitimos representantes da vontade do povo, é indispensavel para se conseguir a tranquillidade geral, pondo termo ás desordens e partidos, que são consequencias necessarias da sobreditá divisão da provincia em dous governos, quando um só é sufficiente, attenta a extensão do seu territorio e sua diminuta população: hei por bem ordenar que os eleitores parochiaes, congregados nas cabeças de districtos, segundo o meu decreto de 3 de Junho do presente anno e instrucções a elle annexas, passem immediatamente a nomear um governo provisorio, composto de presidente e cinco membros, cuja apuração se fará pelo mesmo methodo com que se apurão as nomeações dos deputados para a assemblea geral na camara da capital, a qual logo lhe dará a competente posse, ficando pertencendo a este novo governo provisorio a autoridade e jurisdicção na parte civil, economica, administrativa e policial, que exercerá como uma delegação do meu poder executivo, segundo as leis existentes, o que me pareceu participavos para vossa intelligencia e prompta execução. Escripta no palacio do Rio de Janeiro, em 10 de Dezembro de 1822.—IMPERADOR.—José Bonifácio de Andrada e Silva.

« Para o presidente e deputados do governo provisorio da provincia de Goyaz. »

A camara municipal de Porto-Seguro communica ao governo da Cachoeira a rebelião dos indios, excitada por europeus contra a causa do Brasil.

« Illms. e Exms. Srs. do governo provisorio.—Participamos a VV. EEss. que os indios da villa de Trauco estão inteiramente em rebelião, sendo cabeças os capitães Lourenço Borges, Floriano Corrêa e José Pereira, cujo movimento consta-nos ser producção de alguns europeus, e de sorte alguma querem o adoptado systema do Imperio do Brasil, impugnando o cumprimento das ordens que se tem daqui enviado para se acclamar Imperador constitucional o Sr. D. Pedro I.

« Nos dias 1º e 8 deste corrente apparecerão todos ar-



mados, ameaçando muito sangue no caso de se effectuar a acclamação de S. M. Imperial, e fazendo positivos insultos ao vigário Jacintho de Freitas, que é o unico daquella villa interessado na causa commum; em cujas circumstancias supplicamos a VV. EExs. determinem o que devemos obrar.

« Deos guarde a VV. EExs. muitos annos. Residencia de Porto-Seguro, 10 de Dezembro de 1822.—Ilms. e Exms. Srs. do governo provisório.—Sebastião Borges da Purificação, presidente—Antonio Joaquim Moreira de Pinho, secretario.—Antonio Gonçalves S. Thiago.—Mannoel Bernardino Borges de Menezes.—Vicente Ferreira Ramos. »

« Ilm. e Exm. Sr.—Os emigrados da cidade continuão a chegar, e hoje tive cartas, gazetas e uma porção de remedios. Das cartas e gazetas que tive remetto a V. Ex. duas e um semanario, e as mais gazetas hei de mandar amanhã, depois de as lêr, o que me é preciso para estar ao facto do que devo fazer.

« As nossas guerrilhas são em parte convenientes para conservar o inimigo em desasosiego, e ao mesmo passo prejudiciaes quando mal administradas; servem unicamente de prevenir aos malvados para guardar pontos que não conhecião, como o que acontece na roça de Cardosas, de que não fazião caso, e onde já assessorão peças, depois do ultimo ataque que soffrêrão pela tropa do meu commando.

« A vista da escola que os meus endiabrados irmãos vão tomando para melhor se defenderem, em consequencia de parciaes ataques, tencio não estimulá-los senão pelas estradas mais francas, evitando assim que hajão de conhecer a brexa de que me hei de servir para me apresentar na cidade em corpo e alma, logo que V. Ex. assim m'o ordenar, e o que eu supponho deverá acontecer, ao ponto de se augmentar a nossa força com a chegada da tropa, que V. Ex. espera do norte, para não darmos occasião a que os diabos dos meus irmãos recebam força de Portugal.

« Uma das duas cartas que envio annuncia preparatorio de esquadra no rio a favor dos bahianos, dos quaes é V. Ex. general em chefe; e eu, que sou natural de Minas-Geraes, soldado, soldado e soldado prompto, soldado observador das ordens de V. Ex. para marchar e bater a cidade, no momento de receber ordem para o fazer, não receio artilharia na roça de Cardosas, nem mesmo em outro qualquer ponto de que se queirão servir os inimigos, por isso que sou mais mestre do que elles de todas as entradas e sahidas da cidade, e só o que desejo é que V. Ex., quando do norte receber tropa disciplinada, me queira mandar mais 200 homens, e deixe os meus irmãos por minha conta.

« É natural que se amanhã me não fôr entreter com as trincheiras inimigas não passe do outro dia, mesmo porque me convem conserva-los occupados nos pontos que estão guardando.

« Hontem disse a V. Ex. que tinha sufficiente porção de farinha para minha tropa; porém como o vento sul continúa, e por este motivo as lanchas não podem ir á Torre e ainda menos voltar, receio soffrer alguma falta, em consequencia do que peço a V. Ex. que sem demora me queira mandar trazer a farinha que puder, e para mais prevenir a falta de um genero tão preciso agora segue o capitão Barreto para apromptar tres carros, que hão de chegar amanhã ao Eugênio-Novo, para trazerem farinha.

« O mesmo capitão Barreto tem uma escrava sua, de nome Felisberta, que se acha na fazenda do Carimo por haver fugido ha quasi um mez; e se V. Ex. me fizesse a graça de a mandar entregar eu seria a V. Ex. muito obrigado.

« Deos guarde a V. Ex. por muitos annos. Quartel das Armações, 10 de Dezembro de 1822.—Ilm. e Exm. Sr. general commandante em chefe do exercito N. I. e P. desta provincia.—Felisberto Gomes Caldeira, tenente-coronel commandante. »

*Decreto de 11 de Dezembro mandando sequestrar os bens dos subditos de Portugal.*

« Sendo bem patentes os escandalosos procedimentos, e as hostilidades manifestas do governo de Portugal contra a liberdade, honra e interesses deste Imperio, por cavilosas insinuações e ordens do congresso demagogico de Lisboa, que, vendo infrutuosa a horivel idéa de escravisar esta rica e vasta região, e seus generosos habitantes, pretende opprimir-los com toda a especie de males e horrores da perfidia, e da guerra civil, que lhe tem suscitado seu barbaro vandalismo; e sendo um dos meus principaes deveres, como Imperador constitucional e defensor perpetuo deste grandioso Imperio, empregar todas as minhas diligencias e providenciar com as medidas mais acertadas, não só para tornar effectiva a segurança e respeitavel a defesa do paiz, pondo o ao abrigo de novas e desesperadas tentativas de que possam lançar mão seus inimigos, mas tambem para privar quanto seja possível aos habitantes daquelle reino, que continuão a fazer ao Brasil uma guerra fratricida, dos meios e recursos com que intentão tyrannisar os meus bons e honrados subditos, para manterem seu pueril orgulho e fantastica superioridade: hei por bem ordenar que se ponhão em effectivos sequestros:

« 1.º Todas as mercadorias existentes nas alfandegas deste Imperio e pertencentes aos subditos do reino de Portugal.

« 2.º Todas as mercadorias, ou a sua importancia, que existirem em poder de negociantes deste Imperio.

« 3.º Todos os predios rusticos e urbanos que estiverem nas mesmas circumstancias.

« E 4.º, finalmente, as embarcações, ou parte dellas, que pertencerem a negociantes daquelle reino, sendo, porém, exceptuadas deste sequestro as acções do banco nacional, as das casas de seguro e as da fabrica do ferro da villa do Sorocaba.

« José Bonifacio de Andrada e Silva, do meu conselho de Estado, ministro e secretario de Estado dos negocios do Imperio e estrangeiros, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, em 11 de Dezembro de 1822, 1.º da independencia e do Imperio (Com a rubrica de S. M. Imperial).—José Bonifacio de Andrada e Silva. »

*O major Antonio de Souza Lima, vendo-se em apuros, pede providencias ao governo.*

« Eu me vejo sacrificado no meio de uma guarnição de 1.000 homens, passando, como agora, seis dias sem ter que lhe dar a comer, e sendo elles precisos para o serviço da defesa da patria são privados de todos os meios de buscarem a sua subsistencia, e nesta terrivel desesperação em que elles e eu nos vemos, não sei o que devo obrar; não sei na verdade como é possível impôr leis militares a homens a quem falta todo o mantimento; elles clamão, e com razão, contra mim, que em todos os lugares se dá arratel e meio de carne a cada soldado, e que aqui apenas se lhe dá um sem o auxilio de feijão, toucinho, arroz, como aquelles, e isto sempre tarde, e ás vezes nem isso; assim V. Ex. haja de dar as providencias que as circumstancias exigem, prescrevendo ao inspector das munições de bocca tempo certo em municioná-los, e com numero sufficiente de gado e mais mantimentos para uma tropa, que se tem frito pelo seu comportamento, soffrimento e patriotico desvelo, merecedora de todo o genero de soccorro.

« Eu estou na verdadeira intelligencia de que o Exm. governo ha dado as providencias necessarias, e que talvez o inspector, por não attender ter sido demasiado pequeno o gado que tem mandado, tenha dado lugar a esta tão notavel falta.

« Deos guarde a V. Ex. Quartel de Itaparica, 14 de Dezembro de 1822.—Ilm. e Exm. Sr. secretario interino



do conselho de governo da provincia da Bahia Miguel Calmon du Pin e Almeida.—Antonio de Souza Lima, sargento-mór commandante.

O general Labatut, em 14 de Dezembro de 1822, respondendo com altivez inconveniente ás reflexões do conselho interino de governo da provincia sobre a nomeação do coronel José Garcia Pacheco, para commandante militar da villa da Cachoeira, o fez do seguinte modo:

« Illms. e Exms. Srs.—Tendo sido nomeado pelo nosso Imperador para defender esta provincia dos inimigos que a opprimem, eu não conheço uma pessoa acima de mim para contrariar as minhas ordens no tendente á milícia, por isso todos os militares da 1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> linha, a que chamão ordenanças, e que no estado actual de guerra se considerão armados em defesa da patria, estão sujeitos á minha autoridade, e uma vez que esse conselho reconhece Sua Magestade como Imperador constitucional do Brasil, não deve nem levemente se apartar deste principio; aliás eu me verei nas circumstancias, visto que não ha tempo na crise perigosa em que nos achamos constituidos de representar e esperar decisão, de lançar mão da minha allegada legitima autoridade, e destruir de um golpe todos os obstaculos e abusos.

« E' por isso que sciifico a VV. EExs. que, uma vez que nomeei o coronel José Garcia commandante da força armada, este, na qualidade de meu delegado, é o unico que deve dar o tanto, inspecionar trem, e commandar milicias, ordenanças e tudo que está em armas, como o corpo civico, uma vez que elle aprende exercicio e arma-se, aliás é miscellanea de autoridades, e nascerão abusos, e a minha autoridade será menoscabada. Isto é sómente enquanto a provincia está invadida e occupada por tropas inimigas; depois S. M. Imperial decidirá.

« Portanto, quer seja decantado o governo da força armada, quer não seja, eu assim o tenho obrado, e por isso olharei como uma resistencia ás minhas ordens e disposições tudo quanto em contrario VV. EExs. deliberarem; e protesto desde já pelas torturas e prejuizos que possam acontecer, nascidos desta contra disposição que eu tanto estranho e de que tanto me offendo; por isso mesmo que, sendo eu militar (que, segundo a opinião geral, mais propenso ao despotismo), não tenho feito nada contra a vontade de VV. EExs.; antes o consulto e não me metto no governo civil da provincia.

« Resta, pois, harmonisarmo-nos como antes, abrir mão de falsos pundonores, e, com os olhos na patria, cuidarmos mutuamente em auxiliar seus justos esforços. Só deste modo conhecerá o Brasil o nosso patriotismo, e a soberania da nação brasileira, a par do nosso augusto Imperador, a nossa felicidade e amor.

« Deos guarde a VV. EExs. Quartel-general no Engenho-Novo, 14 de Dezembro de 1822.—Illms. e Exms. Srs. presidente e mais deputados do conselho interino do governo.—Labatut, general.

#### O GOVERNO DA CACHOEIRA QUEIXA-SE AO IMPERADOR DO GENERAL LABATUT

A resposta inconveniente que o general Labatut mandou ao governo da provincia no dia 14 foi muito mal recebida e motivo de graves desgostos, e pelo que o mesmo governo, entendendo queixar-se do general, escreveu á sua deputação no Rio de Janeiro, mandando-lhe a carta de felicitação que dirigia a Sua Magestade pela sua aclamação e ascensão ao throno do Brasil e a incumbencia de outros negocios, sendo um delles a respeito das attribuições do general em chefe das forças em operações, que, alheio ás leis do patz, se tinha tornado superior ao governo da provincia, e praticado actos des-

poticos e tyrannicos, já fuzilando soldados e paesanos, e já castigando officiaes, e isto sem preceder conselho de guerra, mostrando-se em sua profissão mediocre general.

Além de outros pontos de accusação, fez sentir o governo da Cachoeira a Sua Magestade que o general Labatut, encontrando grande quantia de dinheiro em ouro e prata nos engenhos dos Teixeiras Barbosas, calculado em 300:000g, os conservava em seu poder, recusando entrar com elles para a thesauraria das tropas.

Sendo de muito alcance as queixas do governo da Cachoeira, entrego ao leitor as seguintes palavras do governo no seguinte officio, que elle dirigio á sua deputação.

« Illms. Srs.—Não sendo possível dirigir a S. M. Imperial uma nova deputação para o felicitar pela sua aclamação e desejada ascensão ao throno imperial e constitucional do Brasil, transmittimos a VV. SS. a inclusa carta de felicitação do conselho interino de governo desta provincia, de qua VV. SS. são dignos membros, para em deputação a apresentarem a S. M. Imperial.

« Nesta mesma occasião o conselho interino offerece á consideração de S. Ex. o ministro e secretario de Estado dos negocios do Imperio para levar ao alto conhecimento de S. M. o Imperador negocios graves e da maior transcendencia, como sejam:

« Primeiro, a nomeação de ouvidores para as comarcas de Ilhéos, Sergipe de El-Rei e Porto-Seguro, vagos ou impedidos pelas razões offerecidas a S. M. Imperial, e não ignoradas por VV. SS.

« Segundo, providencias instantes sobre os presos europeus portuguezes mettidos em processo, e transportados a Pernambuco por motivos imperiosos e de facil concepção, e bem assim sobre o destino e applicação dos bens dos mesmos presos, e dos emigrados do reconvaco para a cidade por causa da aclamação da regencia de Sua Magestade.

« Terceiro, declaração de que ficam demittidos de seus empregos civis e militares aquelles europeus ou brasileiros que notoriamente tentárão contra a causa do Brasil.

« Quarto, restabelecimento da ordem nas villas do Livramento de Minas do Rio de Contas e Caitité, que ainda fazem economia separada da familia provincial, accrescendo de mais que se acha agora mui altanada em Rio de Contas o partido europeu, que já persegue aos brasileiros, muitos dos quaes hão emigrado para aqui.

« Quinto, a prompta remessa das peças necessarias para as officinas de lieira e cunho da casa da moeda, que ainda se prepara, assim como as novas ordens acerca do valor, typo e peso da moeda imperial, porquanto já não é possível usar-se do antigo typo depois da aclamação de S. M. Imperial, e já perdemos a esperanza de se poder agenciar aqui as peças sobreditas.

« Sexto, a immediata organização de um outro governo provincial, como já se lhe rogou, por não ser possível administrar-se bem esta provincia por meio de uma assembléa tão numerosa como o conselho interino, a quem falta demais a necessaria força e solidez.

« Setimo, a urgentissima e absolutamente precisa remessa de uma esquadra, mais armamento e munições, e ainda alguns generos de grande consumo na guerra, como papel e pannos, e das tropas das provincias vizinhas, porquanto é já chegada (no dia 12 do corrente) terceira expedição com batalhões, transportados em uma fragata e muitos navios, e (dizem) commandados por Luiz do Rego, pelo que acha-se a força portugueza de terra elevada a mais talvez de 5.000 homens, e a de mar crescida ao numero de 11 ou 12 vasos, inclusive a não, 3 grandes fragatas, 4 corvetas e 3 brigues, pelo menos; e isto ao passo que o nosso exercito parece não estar organizado, que os pontos de beira-mar se achão mal fortificados e guarnecidos, que o numero das canhoneiras,

lançhões e barcos armados se hão multiplicado, e se achão tripolados com escravos alliciados e chamados pelo infame Madeira, que os tem armado contra seus senhores; que, finalmente, se acha interceptada a comunicação por mar com o exercito e o necessario commercio entre as villas maritimas, carecidas umas, como sabem, dos generos das outras.

« Oitavo, a indispensavel declaração (o que importa á salvagão da cada vez mais infeliz e sempre malhada Bahia) das attribuições do general em chefe do exercito pacificador: se é general de toda a provincia, como os antigos bahiás, ou só das tropas reunidas no exercito; e se é superior ao governo provincial ou independente d'elle, ou a elle subordinado, porquanto o general Labatut tem estendido o seu poder militar a toda a provincia, tem exercido funções privativas do poder civil, e tem já prejudicado assás a causa que tão bravamente havemos defendido e defendemos, com actos arbitrarios e despoletos que cheirão a tyrannia.

« Não sendo possível ao conselho interino offerecer nesta occasião a S. M. Imperial os documentos probatorios do não procedimento do brigadeiro Labatut, que, sobre estrangeiro a respeito de nossas leis e costumes, é despótico, avaro, e, pelo que tem mostrado, assás mediocre general, reserva remettê-los em outro correio que partirá nestes dez dias; entretanto previno desde já a VV. SS. e lhes encomenda, como a interessados no bem ser da Bahia, e obrigados como nós á protecção dos bahianos, que, logo que esta lhes seja entregue, não cessem de implorar instantemente a S. M. Imperial a immediata remoção do general Labatut e a nomeação do tenente-general Corado, ou outro bom official brasileiro, para commandar a nossa força e curar da nossa defesa.

« A nossa boa patria acha-se em perigo iminentissimo. Ao passo que a força moral do inimigo tem crescido com as repetidas expedições, que inculcão abundancia, ordem e energia em Portugal, e que a sua força physica tem augmentado consideravelmente, da nossa parte a força physica está quasi no mesmo pé de desorganisação, falta de armamento necessario e de munições, e a nossa força moral, essa ancora que só de per si nos ha sustentado, acha-se concussa e enfraquecida pelos abusos de poder do general Labatut, isto é, porque o general tem arcabuzado paisanos, sem figura de juiz; porque o general tem fuzilado soldados e castigado com deshonra officiaes, sem preceder conselho de guerra, apesar de serem nomeados dous auditores para o exercito, sendo a vontade de S. Ex. o regulamento e a lei; porque o general tem prendido arbitrariamente a cidadãos benemeritos da causa, fazendo-os ir ao seu quartel-general no meio de escoltas ignominiosas; porque o general mandou por uma portaria tirar da cadeia da villa de S. Francisco e fuzilar immediatamente um preto, preso da justiça e em processo judicial, por haver assassinado a seu senhor, só porque o filho do morto foi ao quartel-general queixar-se do réo; porque o general, por outra portaria ou ordem, mandou sobrestar no progresso das causas forenses, que corrião em juizo contra um capitão (Pedro Ribeiro), que se achava no exercito; porque o general mandou barbaramente metralhar 52 negros, apanhados em quilombo com flexas e espingardas, ao mesmo tempo que está organisando e disciplinando uma companhia de negros, até africanos, escravos dos Teixeiras Barbosas; porque o general tem com esses despostismos derramado o terror em toda a provincia que pensa e possui, não se podendo ninguem julgar seguro e temendo cada um ser fuzilado incontinenti; porque o general, achando grande quantidade de dinheiro de ouro e prata enterrado nos engenhos dos Teixeiras Barbosas (europeus ricos, que fugirão para a cidade quando se acclamou a regencia de Sua Magestade), dinheiro que muita gente vio medir-se ás quartas, e que todos calculão, termo médio, em 300:000\$, não o tem até hoje dado á luz; ninguem sabe a sua quantia; chama-o o vellocino, e recusou metter alguma porção d'elle na thesouraria geral das tropas, como lhe pedira o conselho interino, representando-lhe quanto convinha, á vista da falta de numerario

na provincia, fiscalisar o dinheiro achado, verdadeiro mimo da Providencia; porque o general tem acieintemente tratado com acre desprezo e asperas ordens aos cidadãos que se podem dizer principaes fautores da acclamação de S. M. Imperial, sendo o seu já conhecido plano attribuir a si, e sómente a si (ridicula ambição!), tudo o que se ha feito a bem da salvagão da Bahia; porque o general tem tratado ao conselho interino com a maior disciplina, mandando-lhe dizer por seu ajudante general que tinha carta branca, não se dignando de apresentarlhe as instrucções que recebêra de S. M. Imperial, nem titulo algum que provasse a sua identidade, e limitando-se apenas a mandar-lhe uma copia da carta régia de 9 de Julho, dirigida á junta provisoria da Bahia, accrescendo a isto, e o que é mais, que, dizendo que lhe mandasse um delegado para mostrar-lhe as instrucções que trouxera, e mandando o conselho interino como tal ao tenente-coronel Felisberto Gomes, a resposta foi fazer marchar o delegado para Ilapoã, e nada mais: porque o general não tem visitado os pontos do beira-mar, á excepção de Pirajá e Ilapoã, para traçar a linha de defesa e cuidar nas operações militares, ao passo que sem conhecimento de causa manda marchar para o exercito as tropas que guarnecem estes mesmos pontos, deixando-os enfraquecidos; porque o general tem nomeado commandantes militares para as villas, independentes do governo civil, e até ordenando que não obedeçam ao conselho interino, debaixo da pena de perdimento do posto; porque o quartel-general tem aulicos, validos e empregados, que são réos ante a opinião dos povos, por serem pouco amigos da causa do Brasil e desacreditados a muitos respeito; porque, finalmente, o general tem collidido com o conselho interino, nomeando commandante da força armada desta villa, com illimitada jurisdicção e independencia do conselho, ao bom cidadão, mas simples, ignorante e imbecil, coronel José Garcia Pacheco, e só porque o conselho reflexionou moderada e honestamente, dirigio conselho o officio incluso por copia (unico de muitos que nesta occasião se faz subir á augusta presença do Imperador), pelo qual conhecerão VV. SS. que nunca o Madeira tratou assim a junta da Bahia. Tal comportamento faz ajuizar mal até da fidelidade que o general ha jurado a S. M. Imperial.

« Este é, Sr. deputados, o triste quadro que nos offerece a nossa infeliz patria; por elle conhecerão quanto é mister que S. M. Imperial dê com a maior celeridade as providencias que lhe requeremos. O zelo patriótico, actividade e dever, igual ao nosso, com que VV. SS. instarão ante o throno imperial por tudo que interessar a esta provincia, affianção ao conselho interino que VV. SS. empregarão todos os meios conducentes ao sagrado fim de salvar a Bahia ou de uma insupportavel dictadura, ou (terrivel idéa!) de uma afrontosa anarchia.

« Deos guarde a VV. SS. Sala das sessões na villa da Cachoeira em 16 de Dezembro de 1822.—Ilms. Srs. Dr. Francisco Gomes Brandão Montezuma e Simão Gomes Ferreira Velloso, deputados pelo conselho interino de governo ante S. M. Imperial.

« P. S. Depois de se haver cerrado este officio chega agora mesmo noticia de um outro acto tão arbitrario, como escandaloso, do general. F. fez um requerimento ao general Labatut, em que lhe diz que o seu escravo F., preso desde Maio nas cadeas da villa de Santo Amaro, por haver rapiado uma mulatinha e ter feito uma morte, deve ser punido por S. Ex. com pena capital; o general põe-lhe o despacho seguinte:

« O commandante de Santo Amaro, provando-se o crime do escravo do supplicante, o mande fuzilar. « Quartel-general, 27 de Novembro de 1822.—Labatut, « general. »

« Onde irá isto parar?...—Francisco Eleasão Pires de Carvalho e Albuquerque, presidente.—Miguel Calmon du Pin e Almeida secretario.—Antonio José Duarte de Araujo Gondim.—Manoel da Silva e Souza Coimbra.—Manoel José de Freitas.—Theodosio Dias de Castro.—José de Mello Varjão.—Manoel dos Santos Silva.—João Dantas dos Reis Portate. »

*Está preso no dia 17 de Dezembro de 1822 o capitão-mór Manoel Bento.*

« Remetto preso á presença de VV. EExs. o capitão-mór Manoel Bento da Silva Guimarães, acompanhado pelo ajudante Antonio Pinheiro de Almeida, que foi o official a quem encarreguei esta diligencia, e que concluiu com todo o segredo e exactidão, sem que fosse insultado nem se commettessem desordens, no engenho de S. Bernardo, onde me denunciáram se achava, e foi tirado de um gavelão de uma commoda.

« Este official é digno de todo o louvor, porque entendeu muito bem as minhas ordens, e me ajudou a conter o furor popular com que se pretendia insultar o preso, não obstante eu tomar a deliberação de o conservar esta noite no meu quartel com uma grande guarda, e fazê-lo seguir sem rumor ás 3 horas da madrugada.

« O denunciante foi um escravo do mesmo capitão-mór, chamado José Francisco da Trindade, que agora, receioso da senhora, não quer sair do meu quartel, e já se chama forro. Desejo que VV. EExs. me determinem o que devo fazer a este respeito.

« Deos guarde a VV. EExs. Quartel de Nazareth, 17 de Dezembro de 1822 — Ilms. e Exms. Srs. do conselho de governo desta provincia. — Salvador Pereira da Costa, coronel commandante interino. »

O SECRETARIO MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA (DEPOIS MARQUEZ DE ABRANTES) ESCRVE A JOSÉ BONIFACIO CONTRA LABATUT.

Miguel Calmon, como secretario do governo da Cachoeira, em presença do procedimento do general Labatut, para com o governo da provincia, não satisfeito com o que se havia encarregado aos deputados bahianos no Rio de Janeiro, em particular escreveu ao ministro José Bonifacio, pedindo-lhe providencias contra os excessos do general.

A segunda via desta carta, toda ella escripta e assignada pelo depois marquez de Abrantes, me foi offerecida por um nosso commun amigo, como documento valioso para a historia da independencia do Brasil; e confiando-a eu ao conselheiro Rebouças m'a devolveu, e enviou-me uma nota de sua letra, defendendo a Labatut, e dizendo-me que todas as accusações feitas ao general elle as desfaz perante o conselho de guerra e supremo conselho militar em fins do anno de 1823 e começo de 1824.

Quanto ao dinheiro dos Teixeiras Barbosas (o não extraviado e officialmente gasto pela repartição do quartel-mestre-general), fôra immediatamente encaixotado; o de ouro posto em guarda do coronel Freire, proprietario do engenho da Tijuca, e o de prata em poder do major Sepulveda, da Mata de S. João, acautelando o general para que o exercito tivesse esse soccorro em sua retaguarda, quando não vencesse a batalha do dia 8 de Novembro, como felizmente se conseguiu.

Foi depois de obtido esse triumpho contra as armas lusitanas, que se installou a thesauraria e pagadoria geral das tropas, e passáram para ella os dinheiros dos Teixeiras Barbosas, cuja immediata entrega fizeram os depositarios coronel Freire e major Sepulveda.

« Ilm. e Exm. Sr. José Bonifacio de Andrada e Silva. — A maldada Bahia deve hoje usar ante o nosso augustissimo Imperador da mesma linguagem de que, por bocca de Camões, usára antigamente a rainha de Castella ante o rei D. Affonso :

« Acode e corre, pai, que, se não corres,  
« Pôde ser que não aches quem soccorres. »

« Esta infeliz provincia, Exm. Sr., acha-se imminente-mente arriscada. Dos officios que o debil e já enfraquecido conselho interino, simulacro de governo provincial, dirige a V. Ex. constará o estado da fraqueza desta bella e sempre desgraçada Bahia.

« Tendo em frente uma esquadra possante de mais de dez vasos, inclusive uma não e duas grandes fragatas, e ameaçados por 5.000 lusitanos aguerridos e robustos por expedições successivas, que, augmentando a força physica portugueza pelo numero dos batalhões, augmenta igualmente a sua força moral pela abundancia, ordem e actividade, que a vinda de taes soccorros inculca haver em Portugal, os bahianos se achão sem força physica correspondente, e o que mais é a sua força moral, essa ancora que só de per si nos ha sustentado por seis mezes, já debilitada e sem a acção que lhe é propria.

« E porque? Porque o general Labatut tem abusado do seu poder, porque tem sido e vai sendo um capitão-general de toda a provincia, mais arbitrario e despótico que os antigos bachas de quem o Brasil ainda se resente; porque, finalmente tem derramado o terror em todo o recôncavo, onde nem autoridades constituidas, nem paisanos, nem cidadão algum, se julga seguro, onde cada um tem de ser arcabuzado incontinenti, sem figura de juizo, nem ainda natural.

« Não ha hyperbole no que digo, Exm. Sr. : os seguintes factos, que brevemente subirão documentados á presença de V. Ex. provão de sobejo quanto hei dito. O general tem mandado tirar das cadeas e fuzilar immediatamente paisanos presos, e processados judicialmente, á vista de um simples requerimento das partes contrarias.

« O general tem arcabuzado paisanos, fuzilado soldados e desautorado officiaes, sem preceder acto algum judicial nem conselho de guerra, sendo o regulamento e a lei a sua vontade.

« O general tem prendido arbitrariamente cidadãos benemeritos, fazendo-os escollar com ignominia ao seu quartel.

« O general não tem até hoje explorado os pontos de beira-mar do recôncavo, essenciaes á defesa da provincia, á excepção do Pirajá, onde se acha, e da Itapoá, deixando ou conservando tudo no mesmo pé de fraqueza.

« O general tem nomeado commandantes militares para as villas, independentes do governo civil, e outras tantas imagens do Madeira, ordenando-lhes debaixo da pena de perdimento do porto, que não obedeçam ao conselho interino.

« O general tem mettido em si o dinheiro desenterrado nos engenhos dos Teixeiras Barbosas, europeus ricos, que emigrarão para a cidade, chamando vellocino a esse dinheiro, que até hoje se ignora quanto é, mas que toda a gente vio medir-se ás quartas, e que todos calculão, termo médio, em 300.000\$, e recusando entrar com alguma porção delle para a thesauraria geral das tropas, attenta á falta de numerario que ha na provincia.

« O general tem no seu quartel vallidos e empregados réos ante a opinião publica, por desaffectos á causa do Brasil e desacreditados.

« O general tem tratado o conselho interino com a maior indignidade e displicencia, e até já o ameaça, pelo que o conselho está resignado a soffrer sem reagir toda a casta de afrontas, e até a morte; porque a sua reacção produziria um desgosto e uma calamidade, isto é, a sublevação dos povos já irritados contra o general escolhido por S. M. Imperial, bem que enganado, e a consequente entrega da provincia ás côrtes de Portugal.

« Em presença deste doloroso quadro do imminente perigo em que se acha a Bahia, eu rogo encarecidamente a V. Ex., por quanto ha de mais sagrado e justo, e caro, ao coração de V. Ex., se digne de proteger e salvar a minha infeliz patria, e a causa do Brasil em geral, applicando o mais prompto e heroico remedio.

« Deos guarde a vida e saude de V. Ex., como have-



mos mister. Villa da Cachoeira, 17 de Dezembro de 1822. De V. Ex. subdito admirador e obrigado criado.—Miguel Calmon du Pin e Almeida. »

*O Imperador manda proceder na Bahia á eleição para deputados d'assembléa constituinte do Brasil.*

« Aos 18 dias do mez de Dezembro do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1822, nesta villa da Cachoeira, no salão do hospital de S. João de Deos, destinado para as sessões do conselho interino de governo desta provincia, sendo presentes o Sr. presidente, comigo secretario e mais deputados abaixo assignados, compareceu o brigadeiro graduado José Egydio Gordilho de Barbuda, chegado da corte e cidade do Rio de Janeiro, e depois de mostrar a sua competente guia pela secretaria de Estado dos negocios da guerra, apresentou ao conselho interino de governo uma portaria de S. M. o Imperador, expedida pela secretaria de Estado dos negocios do Imperio, mandando a este governo interino que attendesse ao dito brigadeiro, encarregado pelo mesmo augusto Senhor para tratar de negocios importantes, e sendo interrogado sobre a natureza destes negocios, disse: Que S. M. Imperial ordenou a este governo que expedisse com a brevidade possivel as necessarias ordens para se proceder immediatamente a eleição dos deputados desta provincia para a assembléa geral constituinte e legislativa da nação brasiliense, reputando-se esta villa da Cachoeira como capital da provincia para na camara della fazer-se a apuração geral dos votos conforme o § 7º do cap. V das instrucções, e deduzindo-se do numero de 13 deputados, que deve dar esta provincia na conformidade do § 1º do cap. IV, aquelle ou aquelles deputados, que, segundo a sua população deve de dar a cidade de S. Salvador, ora occupada pelas inimigas bayonetas de Portugal, afim de que esta infeliz cidade, que jámais pôde ser privada do direito de representação, os eleja logo que se tranquillisar.

« Disse além disso o mesmo brigadeiro que S. M. Imperial lhe ordenára de significar a este governo quanto lhe hão sido agradaveis os seus trabalhos, esperando que o mesmo governo continue a bem servir á grande causa brasiliica; e como nesta occasião communicasse o sobredito brigadeiro ao conselho interino que todas as camaras das provincias do sul do Brasil, que hão aclamado á S. M. Imperial, têm requerido previamente a livre, explicita e declarada vontade dos povos de seus respectivos districtos para fazerem essa aclamação, procurando saber mui positivamente se os povos querem por seu Imperador constitucional ao muito alto e muito poderoso principe o Sr. D. Pedro de Alcantara; o mesmo conselho resolveu de communicar ás camaras desta provincia, apesar de já lhes haver participado a aclamação de S. M. Imperial, em virtude da acta de 12 de Novembro proximo passado, que, a exemplo das camaras das provincias do sul, e para o mesmo fim e objecto, consultem a vontade dos povos dos seus respectivos termos, e que conhecendo ser a vontade deste identica á dos povos do sul, que va logo cada uma das camaras e povo della aclamando solemnemente a S. M. Imperial o Imperador constitucional do Brasil, transmittindo depois por via da secretaria deste conselho, para maior brevidade, ao Ilm. senado da camara d. corte e cidade do Rio de Janeiro, não só o resultado da predita consulta ou voto do povo, senão o acto da aclamação que fizerem, do que para constar se lavrou o presente termo, assignado depois pelo Sr. presidente, por mim secretario e mais deputados do conselho interino, e tambem pelo sobredito brigadeiro graduado José Egydio Gordilho de Barbuda, e eu Miguel Calmon du Pin e Almeida, secretario, que o fiz e assignei.—Francisco Eliasão Pires de Carvalho e Albuquerque, presidente.—Miguel Calmon du Pin e Almeida, secretario.—Antonio Jose Duarte de Araujo Gondim.—Manoel da Silva e Souza Coimbra.—Manoel José de Freitas.—Theodosio Dias de Castro.—José de Mello Varjam.—Manoel dos Santos Silva.—João Dantas dos Reis Portati.—José Egydio Gordilho de Barbuda. »

*Officio do brigadeiro Gordilho a José Bonifacio.*

« Ilm. e Exm. Sr.—Tenho a honra de participar a V. Ex. que no dia 17 do corrente cheguei a esta villa, trazendo 57 dias de viagem e 48 de marcha, felhando em varios pontos 11 dias pela absoluta falta de animaes para mim e para minha comitiva, sendo este obstaculo, entre os muitos que forçosamente se devem encontrar em um trajecto de 370 leguas pelo sertão, o unico que teve o poder de demorar a minha commissão, que procurei desempenhar rapidamente em menoscabo dos ardores do sol e dos inconvenientes de uma estação chuvosa, que do porto da Estrella até Maracazas, 40 leguas daqui, quasi diariamente me acompanhou.

« Antes de noticiar a V. Ex. os estranhos acontecimentos, que têm tido lugar neste reconcavo desde a chegada de Labatut, e de que tenho visto os documentos originaes, devo informar a V. Ex. que em toda a extensão do paiz que percorri se acha aclamado S. M. Imperial, com o maior entusiasmo, em todas as villas, povoações e arraiaes, tendo-me precedido o grito festivo até á villa de Fanado em Minas-Novas, onde tinha retumbado tres dias antes da minha chegada, e donde me acompanhou em todo o restante da provincia de Minas-Geraes, repercutindo nas villas do Catilê e Rio de Contas, pertencentes a esta provincia, cujos habitantes deixei alegres e tranquillos, reconhecendo a autoridade do governo provisório deste reconcavo, apenas lhes fiz vêr a sua legitimidade, em consequencia de ter merecido a approvação de S. M. Imperial, e abandonando a idéa de um governo independente daquelle, que por pouco se não mergulhou em uma completa anarchia, como bem annunciava a carta que de Rio-Pardo enviei a meu plano para ser entregue a V. Ex., e cujo conteúdo me determinou a fazer por alli a minha derrota, apesar de haver outra estrada que me conduzia a esta villa em menos dias.

« Não havendo em todo o decurso da minha digressão algum outro acontecimento, que mereça chegar á presença de V. Ex., e pela copia inclusa sendo facil a V. Ex. formar uma idéa exacta da conferencia que hontem tive com o governo, passo a informar a V. Ex. de objectos da maior transcendencia, que, merecendo toda a solicitude de S. M. Imperial, requirem as mais promptas providencias.

« Apenas cheguei ao porto de Santo Felix, fronteiro a esta villa, immediatamente fui procurado pela maior parte dos membros do governo, pelos primeiros proprietarios e pelas pessoas mais conspicias desta villa, e todos a uma voz me pintarão a consternação em que vivião desde a chegada do general Labatut, referindo-me despotismos, inconsequencias, absurdos e attentados, perpetrados por este general, que, apesar da probidade de que os sei revestidos, custosamente merecerão a minha creença se hontem me não fossem apresentados os documentos originaes comprobatorios!

« O governo, Exm. Sr., envia nesta occasião a V. Ex. minudamente a narrativa de semelhantes factos, por isso eu me limito a prevenir a V. Ex. sobre tres pontos principais: primeiro, que o general deve ser substituido quanto antes; segundo que qualquer promoção que elle tenha feito subir á augusta presença de Sua Magestade não deve por maneira alguma ser sancionada, emquanto o governo não illustrar ao mesmo augusto Senhor sobre os verdadeiros benemeritos e sobre os enormissimos abusos e injustiças que a tal respeito elle ha praticado; terceiro, que o governo goza em toda a plenitude da opinião publica, e com especialidade o actual secretario, moço de muito talento e de um patriotismo reconhecido.

« Ainda que eu esteja certo, e assim o tenha aqui affirmado, que Sua Magestade está na persuasão que o general é subordinado ao governo, e que só sobre as operações da guerra a sua opinião deve prevalecer; todavia é indispensavel que Sua Magestade mande ordens terminantes a tal respeito, e que por uma vez liquem cortadas pela raiz todas as questões.

« Devendo o proprio ter partido hontem, e tendo-se



demorado até hoje pela minha chegada, não me é possível illustrar a V. Ex. sobre outros objectos igualmente dignos de attenção, devendo antes de acabar certificar a V. Ex. que da minha entrevista com Labatut depende muito o bom successo da nossa causa, e que se das minhas serias e energicas representações não resultar a boa harmonia entre elle e o governo, devem-se receiar funestas consequências.

« Deos guarde a VV. EExs. muitos annos, como todos havemos mister. Quartel da villa da Cachoeira, em 19 de Dezembro de 1822.—Ilm. e Exm. Sr. José Bonifacio Ribeiro de Andrada. — José Egydio Gordilho de Barbuda. »

*Pontos de fortificações em 19 de Dezembro de 1822.*

1. Presídio do morro de S. Paulo.
2. Ilha de Itaparica.
3. Ilhéos.
4. Rio de Contas.
5. Barra Grande de Comamú.
6. Barra dos Carvalhos.
7. Sirinhaem.
8. Mutá.
9. Curral.
10. Jequiriçá—norte e sul.
11. Barra Jaguaripe.
  - do Garcez.
  - Caxapregas.
  - Fuzil.

O conselho interino do governo escreveu a José Bonifacio sobre a chegada do brigadeiro José Egydio Gordilho de Barbuda, e da conferencia havida com elle. Enviou-lhe tambem documentos comprobatorios dos abusos de poder do general Labatut e do seu inconveniente procedimento, rogando que fosse sobrestada a approvação de quaesquer propostas de officiaes que o general fizesse.

« Ilm. e Exm. Sr.—O conselho interino do governo da provincia da Bahia recebeu com inexplicavel satisfação e entusiasmo ao brigadeiro graduado José Egydio Gordilho de Barbuda, que apresentou a este governo a veneranda portaria, assignada por V. Ex., pela qual S. M. o Imperador houve por bem de mandar que o governo provisório do reconcavo desta provincia attendesse ao dito briganeiro, encarregado por S. M. Imperial de objectos importantes.

« Dando, como cumpria, immediato e pontual cumprimento a esta soberana ordem, o conselho interino ouviu e attendeu ao sobredito brigadeiro, e o resultado da conferencia que teve com elle consta da acta, que offerece na copia n. 1 a V. Ex. para se dignar de leva-la á augusta presença de S. M. o Imperador.

« O conselho interino agradece extremadamente o louvor que S. M. Imperial se dignou de dar-lhe por bocca do sobredito brigadeiro Gordilho, pelo que protesta de ser eternamente grato ao nosso augusto salvador, que cada vez mais penhora os corações de seus fieis subditos.

« Achando-se agora este conselho imminetemente ameaçado pelo despota Labatut, por esse pseudo general, que ousou enganar a S. M. Imperial, e que veio de certo tornar a Bahia mais desgraçada do que era; e não podendo, como disse em o officio de 17 do corrente, apresentar nesta occasião os documentos probatorios dos abusos de poder deste general, o conselho se limita apenas a offerecer á consideração de V. Ex. um só procedimento do brigadeiro Labatut, competentemente documentado.

« Existe nesta villa um coronel de milicias, José Garcia Pacheco Pimentel de Moura e Aragão, que não obstante baver cooperado para o acto (e só para o acto, porque os patriotas, que em silencio preparavão o justo rompimento do reconcavo contra a cidade, nunca o jul-

gão digno de ser admittido ás conferencias e de se lhe confiar o segredo da revolução por ser ignorante, facil e perfeitamente imbecil) da acclamação do nosso augusto defensor perpetuo, dando-lhe o primeiro viva nesta villa no dia 25 de Junho deste anno, pelo que é em verdade benemerito da provincia; que não obstante isto é incapacissimo de ser empregado no governo ou direcção de ramo algum da publica administração.

« Sendo este coronel levantado chefe da força armada desta villa nos primeiros tempos em que o reconcavo esteve anarchico, invadio todas as jurisdicções e assumio todos os poderes. Installado o conselho interino, é evidente que tal desordem não podia subsistir, e por isso contentando-o com luvores, posto que elle nenhuma opinião tivesse a seu favor, o limitou ao commando do seu regimento, e se declarou o conselho chefe da força. Chega o general, e este coronel, não dando conta do seu regimento para ser empregado no exercito, foi ameaçado e tratado com aspereza pelo general.

« O conselho, condoído da sorte deste coronel, por se lembrar que fôra um dos primeiros a acclamar a regencia de Sua Magestade, o apadrinhou e o mandou á presença do general.

« Eis que volta o mesmo coronel, reconhecido por imbecil e frouxo, pelo general nomeado commandante da força armada desta villa por uma portaria, desfazendo a nomeação que havia cinco dias fizera do sargento-mór Antonio Maria da Silva Torres para commandante da força desta mesma villa.

« O general sabia, e até por documentos, que o conselho interino com todo o conhecimento de causa havia negado dar esse commando ao sobredito coronel; mas o conselho se absteve de lhe officiar a este respeito, certo de que o deputado João Dantas dos Reis Portali, que então ia visitar o general, dir-lhe-hia quanto se havia engano.

« Não fálhou a esperança do conselho, que recebeu logo o officio n. 2 com a portaria n. 3, pela qual foi desnomeado o coronel Garcia. Vendo o conselho que isto não destrua o mal, que sempre quiz evitar, dirigio ao general o officio n. 4, dizendo-lhe que conservasse esta villa no estado em que o conselho entendeu sempre que devia ser conservada, não nomeando commandante para ella, afim de obviar ciúme e choque entre as patentes superiores, pois que outro coronel, D. Braz Balthazar da Silveira, se resentia de ser commandado pelo coronel Garcia, e offerecendo-lhe o arbitrio constante do mesmo officio, o general respondeu o que se vê no de n. 5, onde dizendo que se conformava com o parecer do conselho, fez expressamente o contrario.

« O conselho entendeu que devia dissimular, e dirigio-lhe o simples officio n. 6. Para logo o imbecil coronel Garcia, rodeado de tres ou quatro intrigantes, que o desejão perder e homens da canalha, a quem elle consulta, começou por invadir toda a administração desta villa e a metter nella a desordem, e sendo obrigação do conselho adverti-lo remetteu-lhe o officio n. 7.

« O conselho ignora a intriga e as armas de que se servio o coronel Garcia ou a canalha por elle; mas sabe que o arrebatado e despota general dirigio-lhe o officio n. 8, officio que nunca o infame Madeira ousou dirigir á coacta junta provisoria da Bahia.

« O coronel Garcia tem aberto uma inquisição em o seu quartel, para onde corre o inimigo a viingar-se do inimigo, e onde se fazem perguntas e acareações aos paisanos como em juizo; tem dado ordens ao juiz, como consta do irregular officio n. 9; tem metido paisanos no segredo, como consta do officio n. 10; vai, finalmente, descontentando o povo, desobedecendo ao conselho interino e caminhando para a anarchia, para onde tambem caminha a passos de gigante o general que o nomeou.

« O conselho, com a chegada do brigadeiro Gordilho, pretende, usando da prudencia e moderação com que tem obrado sempre, aconselhar melhor (não por meio de officios, porque podem ser mal interpretados pelos intrigantes do quartel-general) e chamar brandamente á

ordem o general a vêr se atalha tamanho mal; quando isso não seja eficaz o conselho pretende, para desenganço da sua consciencia e para sua justificação ante S. M. o Imperador, protestar ao general e empraçar ao coronel José Garcia pelas inevitáveis, funestas consequências da sua maneira de obrar. E para que V. Ex. e o nosso augusto Imperador, e o mundo todo conheça qual é o character, a ignorancia e a quasi premeditada impolitica do general Labatut, o conselho offerece a V. Ex. a proclamação n. 11, com a qual este despota lançou o terror sobre os europeus pacíficos, ameaçando-os e provocando contra elles o rancor da canaglia, em contradição com o que S. M. o Imperador ha ordenado, proclamado e manifestado, e com evidente infracção da determinação de S. M. Imperial, que manda respeitar os europeus pacíficos.

« A causa tem perdido assas com isto; os pais de familias, lavradores e artistas europeus, são hoje e devem ser inimigos do Brasil; e o que mais é o cruel Madeira tem nessa absurda proclamação um bem fundado motivo para atormentar e sacrificar pelo direito de represalia aos nossos brasileiros e amigos que se achão na cidade.

« Finalmente, o conselho interino roga a S. M. o Imperador que se digne de mandar sobrestar na approvação de qualquer proposta de officiaes, que o general haja de offerecer-lhe até que seja instruido do merecimento dos propostos, porquanto o general tem feito uma promoção analogo ao seu character e indigna da approvação de Sua Magestade.

« Deus guarde a V. Ex. Sala das sessões na villa da Cachoeira, em 19 de Dezembro de 1822.—Ilms. e Exms. Sr. José Bonifacio de Andrada e Silva.—Francisco Elias Pires de Carvalho e Albuquerque, presidente.—Miguel Calmon du Pin e Almeida, secretario.—Antonio José Duarte de Araujo Gondim.—Manoel José de Freitas.—Theodosio Dias de Castro.—José de Mello Varjão.—Manoel dos Santos Silva. »

#### CONFLICTO DE AUTORIDADE ENTRE LABATUT E O GOVERNO DA CACHOEIRA

Em virtude das ordens imperiaes de 13 de Outubro, o governo da Cachoeira nomeou o brigadeiro José Egydio Gordilho de Barbuda, na qualidade de official-general, para commandar a 3.ª divisão do exercito, que se compunha das tropas das villas de S. Francisco, Santo Amaro, Cachoeira e Maragogipe, e deu parte ao general em chefe do exercito pacificador do que havia feito para sua intelligencia e governo no dia 20 de Dezembro; e o general, tomando esta nomeação como um abuso de autoridade, no dia 23 enviou ao conselho interino o officio que se segue:

« Ilms. e Exms. Srs.—Não posso comprehender como os membros de um governo civil possam dar disposições e planos de defesa, e regulações militares; por isso, se esse conselho interino tem poder para nomear officiaes generaes para commandar, tambem tem o de nomear um general em chefe: é o que eu peço a VV. EEas., e igualmente os meus passaportes para recolher-me á corte do Rio de Janeiro.

« Deus guarde a VV. EEas. Quartel-general do Engenho-Novo, 23 de Dezembro de 1822.—Ilms. e Exms. Srs. presidente e mais deputados do conselho interino de governo desta provincia.—Labatut, general. »

Contrariado o general Labatut com a nomeação de Gordilho, dirigio ao exercito um manifesto.

#### Manifesto ao exercito.

« Victima de mil intrigas e cansado de testemunhar os choques das differentes autoridades da villa da Cachoeira,

e cada vez mais desejoso de cumprir com o meu dever no desempenho das minhas obrigações, que são as que se lêem na carta régia de 9 de Julho de 1822, fielmente abaixo transcripta, e querendo de mãos dadas com o governo provincial evitar choques de autoridades, mantendo a boa ordem e publico sossego, desengargalo do commando da força armada da villa da Cachoeira ao Sr. coronel José Garcia, deixando tudo á disposição do Exm. conselho interino; faço publico que se acha innocente e ilibada a conduta do Sr. capitão-mór José Paes Cardoso, que reconheço digno brasileiro e patriota.

« Recommendo por isso a harmonia que deve reinar entre cidadãos brasileiros, que no maior entusiasmo e fogo de patriotismo aclamarão o nosso augusto Imperador, cujos dictames devemos seguir. Elle nos recommenda união e tranquillidade; sem ella os nossos inimigos, achando-nos divididos, triumpharão de nós. E consentiremos que se mallogre esforços já tributados para nossa independencia e liberdade?

« Não, bahianos! Somos brasileiros, e temos por divisa—Independencia ou morte! Quartel-general no Engenho-Novo, 24 de Dezembro de 1822.—Labatut, general. »

No dia 26 o general Labatut escreveu a José Bonifacio de Andrada e Silva fazendo-lhe minuciosa exposição dos principaes factos occorridos com elle desde a sua partida do Rio de Janeiro até áquelle dia. Nesta exposição conta o estado em que achou o exercito e o em que se achava ainda, e queixava-se das intrigas e machinações contra elle, e mesmo contra o governo da Cachoeira(\*).

#### (\*) Cópia da carta régia.

« Presidente e mais deputados da junta provisoria do governo da provincia da Bahia.—Amigos. Eu o Principe Regente vos envio muito saudar. Não consentindo a minha paternal solicitude e verdadeiro amor do Brasil que essa provincia continue a soffrer a presença das tropas de Portugal para se não repetirem os desgraçados successos já occorridos, e em consequencia dos quaes expelli a carta régia de 15 de Junho ultimo ao brigadeiro Ignacio Luiz Madeira de Mello, e da qual vos enviei copia, mandei aprestar no porto desta capital a expedição que se acha a sahir para o dessa provincia, afim de apressar a execução daquella minha real ordem, e que é commandada pelo brigadeiro Pedro Labatut, que se me offereceu afim de mostrar ao Brasil o seu reconhecimento por haver sido recebido no seu serviço.

« Os talentos e prestimo militar deste general, já provado nas campanhas da Europa, bem como as outras suas qualidades, me fazem esperar o melhor exito, e confio de vosso conhecido brio, lealdade e pundonor, que o habilitareis para o cabal desempenho de tão justa empreza, fornecendo-lhe, além dos precisos soccorros de mantimentos e outros meios no vosso alcance, exactas noções do estado do paiz, e mais circumstancias que julgardes convenientes ao conhecimento do general, para á vista dellas formar a sua linha de operações.

« O mesmo general leva particular recommendação para em tudo obrar de accordo com vossos, ou já as tropas de Portugal se tenham embarcado, o que para mim será da mais viva satisfação, ou sejão a isso obrigadas, e mesmo depois da sahida dellas.

« A vossa leal cooperação, o patriotismo dos fiéis e honrados habitantes dessa provincia, a prudencia e habilidade do general me dão fundada esperança de saber mui brevemente que entre vós já reina a paz, a concórdia e a tranquillidade.

« Escripta no palacio do Rio de Janeiro, aos 9 dias do mez de Julho de 1822.—PRINCIPE REGENTE.—Luiz Pereira da Nobrega de Souza Coutinho.

« Para o presidente e mais deputados da junta provisoria do governo da provincia da Bahia Antonio Pimentel do Vabo. »

« As circumstancias actuaes dos negocios desta provincia me impellem ir á respeitavel presença de V. Ex., verdadeiro pai da patria e patriarcha da independencia brasileira, expôr a seguida serie dos successos acontecidos depois da minha sahida dessa corte até á cidade da Bahia, na frente de cujo sitio me acho, o que se bem V. Ex. terá visto nos meus anteriores officios ao ex-ministro da guerra Nobrega, contudo, em resumo farei numeração destes successos desgraçados.

« Sahi no dia 14 de de Julho do Rio, commandante em chefe de uma expedição, cujos individuos eu não conhecia; estrangeiro a tudo, segui uma marcha de conducta propria a conciliar vontades tão divididas, segundo eu observava nas suas conversações. Bem depressa conheci que se forjava conspiração para depôr-me, a qual já de terra vinha traçada.

« Prendi os cabeças e adherentes, e pela firmeza do meu caracter e conducta immutavel, obtive que os mais officiaes me temessem e respeitassem, e se eu não fosse victima de officiaes de marinha lusitanos, que não querião a felicidade do Brasil, mas sim trahir seu augusto e perpetuo defensor, e transtornar seus sagrados interesses, o saltasse logo na Torre, já estaria livre a cidade da Bahia, não teria entrado o primeiro socorro dos 600 homens, nem tão pouco a tropa e vasos de guerra, que depois chegarão, e eu teria evitado infinidade de incommodos e intrigas.

« Mas, oh! desgraça, as repetidas caças dadas a embarcações que nunca forão apanhadas, e que somente appareção na mente dos rebuçados inimigos do Brazil, e outras cousas feitas de proposito, consumirão tempo e paciencia, e para não roubar o precioso tempo que V. Ex. emprega em sustentar os direitos da nação, rogo-lhe lêa o roteiro de navegação feito pelo alferes meu ajudante de ordens Mr. Parisi, entregue ao ex-ministro da guerra; nelle se conhece palpavelmente os erros da navegação e parte da intriga, que só pessoalmente eu poderia scientificar a V. Ex.

« Depois de tantas ambages e demoras, consegui com custo ir ás Alagoas, onde os apostolos da discordia, o tenente-coronel Martins e o major Taunay, e os officiaes de marinha, me indispuzerão com o governo, o qual era composto de um ajuntamento de gladiadores e ignorantes venaes, e para mais desgraça estava acephalo; este governo seria um areopago se todos fossem da laia de seu illustre presidente, que muito depois se unio a seus imbecia collegas, e que com verdade pôde confirmar a V. Ex. o que levo dito sobre o governo das Alagoas.

« Apesar dos obstaculos que se me antolhavam, marchei a Pernambuco, onde fui mal recebido pelo presidente Gervasio, corripheu do republicanismo brasileiro, homem manhoso, que esteve aphonico e sem fallar quatro annos; mas, apesar da sua representação e resistencia, o patriotismo dos honrados pernambucanos me concedeu 250 soldados de caçadores de linha, armados e pagos por tres mezes, aos quaes se deve em grande parte o venturoso successo do dia 8 de Novembro, os quaes tambem, semelhantes á chamma electrica, excitirão e diffundirão o fogo sagrado do patriotismo nos frouxos soldados desta provincia, que tão mudados se achão presentemente.

« Voltado ás Alagoas, apesar da falta de providencias rapidas, conseguí, ainda que com muito incommodo, chegar á villa do Penedo nas margens do Rio de S. Francisco, onde vi em frente Villa-Nova em attitudo de guerra, com tropa de linha, milicias e povo em massa, a disputar-me a passagem.

« Puz em pratica os meios politicos e ameacei tomar de assalto as suas fortificações, o que produziu effeito: aclamarão o Imperador, então Principe Regente.

« Passei além do rio e o fiz acclamar em toda a comarca de Sergipe, em cuja capital illegalmente se havia creado um governo, separando-se em tudo da provincia da Bahia, segundo o plano do machavelico Thomaz Antonio de Villa-Nova Portugal; com politica e civilidade obtive depôr este governo; sinto não poder na presente occasião mandar a V. Ex. os papeis concernentes á con-

summação deste negocio, sehem que os mandei ao ex-ministro da guerra.

« Deixei um homem prudente e patriota no governo da comarca, o chamado pelo meu dever e repetidas cartas, que recebi do tenente-coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, que estava á testa da força armada, cheguei ao reconcavo no dia 27 de Outubro proximo passado.

« Seria longo numerar e descrever o miserissimo estado em que se achava a pouca tropa que defendia os pontos, e a divergencia da opinião publica; muitos estavam nas circumstancias de abandonar o systema que defendião. Animei-os; cortei pela raiz abusos que se tinham radicado, e a longas marchas fiz chegar parte do armamento que trouxe, e as tropas do rio e Pernambuco, que com os milicianos do Penedo, ardarião por 600 homens, e a estes, com especialidade aos pernambucanos, devemos o bom successo do dia 8 de Novembro.

« Proclamei aos povos, fazendo-lhes conhecer os seus deveres; tranquillizei animos agitados; concentrei no verdadeiro ponto as opiniões divergentes, e excitei os indifferentes a seguir o systema que defendemos. Alcancei fazer partido a nosso favor na cidade; promovi a deserção dos lusitanos, com promessas que religiosamente cumpro; o feliz resultado destes meios aliança o meu trabalho e activa cooperação a bem da causa.

« Creei caixa militar por via de contribuições, e um o dinheiro achado nos engenhos dos Teixeiras, europeus inimigos do Brasil, que, abandonando seus haveres, crão unir-se a Madeira, prestando-lhe 50.000 cruzados, para as despesas da guerra contra o Brasil; este fecho, achado que está em arrecadação monta a 113.000\$. Disciplinei a tropa, e tenho conseguido em repetidos ataques vantagens contra o inimigo.

« Depois de tantos incommodos e trabalhos, e de ter arranjado estes diferentes negocios, e depois de attenta estado de defesa em que está o reconcavo, não posso dizer do respeito e amor, e fazendo todos os esforços por não desmentir esta boa opinião que ella tem a meu respeito, apparece-me o brigadeiro Gordilho com uma extraordinaria e não pensada ordem do conselho interno de governo desta provincia, que, depois da lida, me foi apresentada outra do nosso Imperador, firmada pelo ex-ministro Nobrega, as quaes eu não dei prompto cumprimento por serem em tudo diametralmente oppostas á carta regia, que me encarrega exactamente da defesa militar da provincia.

« O maior motivo que tenho de não cumprir a que o governo me ordena foi a felicidade de me ver á mão, os papeis publicos dessa corte; nelles vi a cabala de Lado e seus sequazes, entre os quaes não posso deixar de numerar o ex-ministro Nobrega para quem o dito Lado pedia empregos e graduações, para o ter prompto ao seu partido; e, como todo este plano era de demorar a V. Ex. e seu virtuoso irmão do ministerio, também de viação geral creado por V. Ex. para defesa da Bahia.

« Eis, Exm. Sr., os motivos e os outros, que me embarracão e cohibirão de dar prompta execução a semelhante ordem, tão contraria á felicidade desta provincia, e á minha honra e caracter militar. Os membros do governo, hospedes na arte de fazer a guerra, cumpo podem dar detalhes acceitos da defesa de pontos e negocios militares a mim somente encarregado.

« A vista, pois, do que levo dito officiel ao governo da maneira que V. Ex. verá na resposta que lhe dá sua ordem, que não cumpre sua ordem positiva de S. M. Imperial, assignada por V. Ex., que, finalmente, obedecerei como devo e sou obrigado.

« Aqui me acho á espera de 300 homens vindos de Pernambuco com algum armamento para reforçar o exercito do meu commando (tão effeito de milicianos) e que mais adeosamente espero de outros pontos e armamento (que pedi ao ministro da guerra) que a ludard do exsurto para libertar de uma vez a cidade da Bahia destes villosos do occidente, que subversão da perspetiva por meio de guerrilhas e outros socorros, e edmon o omiz

« Já participei o completo triumpho que tive com o

dia 8 de Novembro passado, no dia 3 do corrente Dezembro e no dia 24 do mesmo, nos quaes algumas duzias morrerão e fugirão vergonhosamente; tal é a vantagem que tenho alcançado no cumprimento das ordens de Sua Magestade, segundo o decreto do 1º de Agosto deste anno.

« Os mais successos serão referidos de viva voz a V. Ex. pelo meu ajudante de ordens e major instructor de cavallaria Luiz da França Pinto Garcez, de cujo patriotismo e zelo pelo serviço da nação brasileira estou bem persuadido, por isso o mando á presença de V. Ex. com esta minha participação, e elle me trará as ordens de Sua Magestade para eu cumpri-las com fidelidade e promptidão, cuja feliz acclamação já mandei congratular em meu nome, e em nome do exercito do meu commando, pelo coronel ajudante-general Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque.

« É indizível o meu prazer, e o do exercito imperial e pacificador, por tal feliz successo e pela restituição de VV. EEss. ao ministerio, donde o genio da discordia, inimigo da independencia brasileira, os queria derribar.

« Deos guarde a V. Ex., como todo este Imperio brasileiro deseja e lhe é preciso. Quartel-general no Engenho-Novo, 26 de Dezembro de 1822.—Ilm. e Exm. Sr. José Bonifácio de Andrada e Silva, ministro secretario de Estado dos negocios do Imperio e estrangeiros.—Pedro Labatut, general. »

No dia 30 o general Labatut tirou ao brigadeiro José Egydio Gordilho de Barbuda o commando geral da 3ª divisão, e o nomeou inspector geral das tropas em operações, para mostrar ao governo da Cachoeira que as nomeações do exercito só ao general em chefe é que competião, porque só elle é que sabia aproveitar as aptidões dos militares para aquellas funções.

#### Ordem do dia.

« Quartel-general no Engenho-Novo, 30 de Dezembro de 1822.

« S. Ex. o Sr. general em chefe manda fazer publico ao exercito pacificador que, tendo-lhe sido mandado, por S. M. Imperial, o Sr. brigadeiro José Egydio Gordilho de Barbuda, por ser muito adherente á causa que o Brasil defende, S. Ex., para lhel cumprimento desta ordem soberana, nomea ao dito Sr. brigadeiro inspector geral do exercito desta provincia, e para seu ajudante de ordens ao major de artilharia o Sr. Luiz de Araujo Lopes Villas-Boas.

« Outrossim tem nomeado para inspector de todas as fortificações maritimas desta provincia ao Sr. capitão Euzébio Gomes Barreiros, a quem S. Ex. acaba de conferir o posto de sargento-mór de artilharia desta provincia, cuja inspecção lhe encarrega por conhecer os seus merecimentos e conhecimentos mathematicos. — Manoel Marques Pitanga, capitão-governador e ajudante de ordens. »

#### Privações no exercito e participação dos acontecimentos do ataque do dia 16 de Dezembro.

« Ilms. e Exms. Srs.—Recebi o que menciona a inclusa relação, na fórma por mim requisitada, e já se acha fardado o batalhão de caçadores de linha por mim creado, e uma parte dos libertos do Imperador, os quaes formão, com a artilharia estacionada neste quartel-general, o corpo de reserva do exercito pacificador, e bem assim quatro canastras de remedios, que de muito soccorro serve aos immensos doentes que ha nos hospitales do Engenho de Baixo e Pirajá; por isso rogo a VV. EEss. que de novo dêem as suas providencias para mais medicamentos, com especialidade flos e panços, que não têm vindo e nem ha, a ponto de curarem com papel os feridos; já não ha mais camisas e lençoes para se rasgarem,

o que espero com a brevidade possível por ser da primeira necessidade.

« Participo a VV. EEss. que os nossos inimigos foram atacados hontem pela Itapoã e por mim na Conceição. Tive a satisfação de ver morrer tres officiaes e alguns soldados, e de duas vezes os ver fugir para as suas trincheiras, donde não sahirão mais por ouvirem trovejar a nossa artilharia e vendo a cavallaria que lhes apresentei.

« Apenas tenho de lamentar a perda de um soldado caçador do Rio de Janeiro, e um do major José Antonio e tres feridos. Na Itapoã matarão um official maroto e alguns soldados; mas por imprudencia do valente tenente Aguiar, que por duas vezes havia feito conhecer seu valor aos inimigos, foi morto um forriel, um soldado e o mesmo tenente por ter a audácia de os ir insultar e matar nas suas trincheiras, persuadido este bravo supersticioso que as balas não o offendião por causa de certa oração que tinha comsigo.

« Dez vezes desobedeceu ás vozes do coronel Feliberto que o mandava retirar, por isso foi victima de sua temeridade e desobediencia. Jurarão a constituição nas linhas; veremos o que dizem agora suas gazetas. Remetto 26 peças de prata para serem cunhadas.

« Participo a VV. EEss. que o dinheiro achado nos engenhos dos Teixeira monta a 113.000\$ entre ouro e prata, do que já del parte a S. M. Imperial. Para os engenhos VV. EEss. se dignem nomear administradores; eu puz a João Ferreira Bittencourt, que pelos marotos foi roubado e estragado o seu engenho: melhor sabem VV. EEss. quem devem empregar.

« Remetto os inclusos papeis para VV. darem as providencias que julgarem de dever e justiça.

« Deos guarde a VV. EEss. Quartel-general do Engenho-Novo, 30 de Dezembro de 1822.—Ilms. e Exms. Srs. presidente e mais deputados do conselho interino do governo.—Labatut, general. »

#### TRABALHOS DO CONSELHO INTERINO DO GOVERNO DA CACHOEIRA NO MEZ DE SETEMBRO DE 1822

O conselho interino do governo da Cachoeira, para regular os seus trabalhos e providenciar ás necessidades que as circumstancias urgião, em 7 de Setembro de 1822 nomeou para ajudante de ordens do governo interino da provincia da Bahia a Domingos da Silva Guimarães, capitão da 5ª companhia do regimento de infantaria da villa da Cachoeira, em attenção ao seu zelo e serviços á causa publica.

No mesmo dia nomeou a José Garcia Cavalcante Albuquerque e Aragão para o mesmo emprego. Por portaria do dia 8 nomeou ao Dr. juiz de fôra Antonio de Cerqueira Lima para servir no emprego de corregedor da comarca, pelo impedimento do deputado pela villa de S. Francisco, que passou a servir no conselho interino de governo da provincia, Dr. Antonio José Duarte de Araujo Gondim, que o exercia.

No dia 10 determinou que o sargento-mór graduado de artilharia de linha Luiz Corrêa de Moraes fosse commandar as praças de sua arma existentes na villa da Cachoeira, que se achava annexas ás do coronel Rodrigo Antonio Falcão Brandão, ficando elle sob as ordens do mencionado coronel Rodrigo.

Em sessão do dia 9 de Setembro determinou o conselho interino ao corregedor do crime Antonio de Cerqueira Lima que exigisse das camaras, e mais officiaes financeiros, encarregados da cobrança dos impostos e rendas publicas, um balanço especifi-



cado do estado dos cofres, assim de entrarem com as quantias arrecadadas, e as que forem arrecadando para serem applicadas ás necessidades publicas.

Em data de 13 communicou ao juiz ordinario da villa d'Agua Fria, ou quem suas vezes fizesse, o estado de oppressão e tyrannia em que se achava a junta provisoria do governo, os tribunaes, empregados publicos e os habitantes da cidade da Bahia; e, convindo arrecadar os fundos publicos necessarios á defesa da honrosa causa que se defendia, e constando ao conselho interino de governo da Cachoeira que em mão do padre Manoel dos Santos Cabede achavão-se quatro contos e tantos mil réis, cobrados dos dizimos, ordenava-lhe que o intimasse, bem como ás outras pessoas que tivessem dinheiros publicos, assim de os recolherem com presteza aos cofres daquelle conselho, não se lhe admitindo outra escusa que não fossem os recibos passados pela junta da fazenda da cidade da Bahia.

De igual theor forão expedidas ordens para as villas de Inhambupe e Itapicuru. Por portaria do dia 17 de Setembro encarregou ao alferes Ignacio de Farias e Andrade o estabelecimento de correios para o sul da provincia, ligados á villa da Cachoeira, assim de governo ter facéis noticias e dar as promptas providencias que forem necessarias a bem da causa publica.

No dia 18 mandou estabelecer um correio para o norte assim de facilitar as communicações com as villas de Santo Amaro, S. Francisco, e com os pontos de defesa de Pirajá, Torre e outros, cujo plano foi o seguinte:

« 1.º Os capitães-móres das villas da Cachoeira, Santo Amaro e S. Francisco, e os commandantes dos regimentos e batalhões de Pirajá e Torre, terão a seu cuidado fazer expedir por escala as postas, que se farão por pedestres, aos pontos marcados, a saber: o desta villa da Cachoeira fará sair ás 3 horas da tarde o seu pedestre a levar a mala desta villa até o engenho da Cruz pelo correio de Iguaque, e o de Santo Amaro, pelas mesmas horas, fará sair dalli para o dito engenho da Cruz, aonde ambos pernoitarão, para na madrugada seguinte, trocando as malas, seguirem para as villas, de onde cada um sahio, devendo chegar até as 10 horas; o capitão-mór desta villa, por ser do seu districto o lugar daquelle engenho, recommendará para alli a pessoa de conceito, assim de viajar-se sobre os pedestres para que se não demorem na sahida, assim como para lhes darem guia quando não forem bem praticos no caminho.

« 3.º O capitão-mór de Santo Amaro apresentará tambem por escala diaria um pedestre, o qual levará a mala do correio á villa de S. Francisco, sahindo ás 3 horas da tarde para alli pernoitar e voltar de madrugada com a mala daquelle villa, ficando a cargo do capitão-mór da mesma villa o cuidado de fazer expedir com os correios que tiverem vindo da Torre e Pirajá.

« 4.º Da referida villa de S. Francisco fará sair o capitão-mór respectivo duas postas, das quizes seguirá uma daquelle villa até um ponto que julgar mais conveniente, para dahi seguir a outra até Pirajá, e voltarem dos mesmos postos, com o correio dalli, a S. Francisco, de modo que chegue á noite para de madrugada seguinte o correio daquelle villa levar com as de S. Francisco, as cartas tambem para Santo Amaro.

« 5.º Do ponto de Pirajá será encarregado o commandante fazer expedir, por uma ou duas paradas, até a Feira da Malta, levando e trazendo as cartas de Pirajá para alli e dalli para Pirajá.

« 6.º Da Feira da Malta fará sair o commandante da guarnição daquelle ponto o correio até a Torre, e conduzido o deste lugar para a Feira da Malta pelas paradas que julgar conveniente, e de modo regulados que cheguem a

horas de levar o correio de Pirajá as cartas da Torre e Feira.

« 7.º Os encarregados dos postos pedirão ás camaras dos respectivos districtos duas malas de couro para cada parada.

« 8.º Os correios devem seguir diariamente, ainda quando não corra novidade alguma, e nesse caso serão obrigadas as autoridades civis e militares, ou quem suas vezes fizer, a declarar isso mesmo.

« 9.º Os correios podem receber algumas cartas de particulares, ficando estas nos lugares por onde se dirigem para serem entregues em casas dos respectivos capitães-móres e commandantes encarregados das expedições das malas.

« Secretaria do conselho interino do governo na villa da Cachoeira, 18 de Setembro de 1822.—O official-maior Francisco José de Almeida Corte-Real. »

No mesmo dia 18 fez expedir circulares a todas as autoridades civis e militares para que não prendessem pessoa alguma á ordem de S. A. R. o Principe Regente, por saber, que se prendiam arbitraria e prepotentemente a muitas pessoas, com prejuizo dos povos e offensa dos principios liberaes já proclamados pelo mesmo senhor, cujas paternaes instituições jámais podião ser nullificadas em vista do que só ao conselho competia a voz de preso á ordem de S. A. Real, e quando houvessem de prender fosse á ordem das autoridades locais ou á ordem do mesmo conselho.

Determinou mais no mesmo dia 18 de Setembro de 1822 ao ouvidor interino da comarca da Cachoeira para mandar abrir os armazens, lojas e mais casas de arrecadação que existião fechadas, assim que continuassem a funcionar, expondo á venda os generos nelles contidos, com a comminação de que o não fazendo serem judicialmente abertos, inventariados e entregues os generos de uma e outra especie á administração que pelo conselho se houvesse de nomear, e para o que remetteria o mesmo ministro uma lista das pessoas mais acreditadas, abastadas e da melhor fé, da villa da Cachoeira.

No dia 19 deu providencias a respeito das estradas para facilitar o transito, e no dia 20 ordenou ao corregedor interino da comarca para que assistisse ás sessões da junta do thesouro publico em caracter de procurador da corôa e soberania nacional, em consequencia do estado de assedio em que se achava a cidade da Bahia, capital da provincia, invadida por inimigos communs do Brasil e de S. A. Real, seu regente perpetuo e defensor.

Em consequencia do estado oppressivo da provincia de Sergipe, e da exportação que se fazia do interior da provincia da Bahia para a capital, com o fim de auxiliar as forças do general Madeira, o capitão-mór da villa de Itapicuru de Cima, pedindo providencias ao conselho interino do governo da Cachoeira, este, para remediar tão grande mal, no dia 22 de Setembro ordenou ao valente capitão Verissimo Cassiano Gomes, da companhia de Mavorte, para marchar o mais depressa possivel com a força do seu commando para a villa de Itapicuru, onde, reunindo mais força, seguisse para Sergipe de El-Rei a proteger os seus habitantes, que querem adherir a seus irmãos na sagrada causa de todo o Brasil, promovendo de todos os modos a feliz aclamação de S. A. Real, seu regente constitucional e defensor perpetuo, não consentindo, porém, que seja inquie-



## INDICE DO TOMO II

AO LEITOR, pag. V.

Continuação do ministerio de 16 de Janeiro de 1822.

—Dito de José Bonifácio.—E' convidado lord Cockrane para organizar a esquadra brasileira e commanda-la, pag. 1.

Noticia historica a respeito de lord Cockrane, pag. 1.

O conselheiro agente do Brasil junto ao governo de Buenos Ayres ao almirante lord Cockrane, commandante em chefe das forças navaes da republica do Chili, pag. 1.

Na villa da Cachoeira os europeus do commercio escondião os generos para difficultar a guerra contra o general Madeira, pag. 2.

Revolta em Camamu, pag. 2.

A junta do governo estabelecido na villa do Rio de Contas participa a sua installação, e pede a creação de nova provincia, pag. 3.

José Clarc Lobo dá conta da Comissão de que fôra encarregado, e dos acontecimentos do Camamu e Marabú, pag. 4.

As tropas lusitanas tentão um desembarque em Itaparica e são derrotadas, pag. 5.

Resenha dos acontecimentos do mez de Setembro, pag. 5.

O major José Antonio da Silva Castro representa ao governo da Cachoeira a necessidade do juramento da bandeira ao seu batalhão, pag. 5.

A junta de defesa de Nazareth pede ao governo a conservação do capitão Antonio de Souza Lima na ilha de Itaparica, pag. 5.

Continúa o inimigo a ser repellido, pag. 6.

E' denunciado de suspeito o sargento-mór José Eloy Pessoa, pag. 6.

No dia 12 de Outubro de 1822 solemnizou-se o anniversario do Sr. D. Pedro na provincia da Bahia, pag. 7.

No dia 15 de Outubro é atacada a ilha de Maré pelos lusitanos, pag. 8.

Prisão do alferes Clarque, pag. 8.

A commissão da caixa militar do Rio de Contas participa ao governo da Cachoeira achar-se organizada, e protesta esforçar-se pela causa commum, pag. 8.

A commissão de defesa da povoação de Nazareth no dia 20 de Outubro de 1822 envia suas felicitações a S. A. o Principe Regente, e requer o titulo de villa para a mesma povoação, pag. 9.

Fr. José Maria Brayner crea a companhia guerrilheira de couraças, pag. 9.

Lista da guerrilha voluntaria do Pedrão, pag. 10.

Por falta de disciplina os soldados na villa de S. Francisco insubordinão-se, pag. 10.

Proclamação do conselho interino do governo da Cachoeira aos habitantes da provincia, pag. 11.

O governo da Cachoeira manda abrir casa de moeda, pag. 11.

Organisa-se em Nazareth um corpo de voluntarios, pag. 11.

Os moradores da villa de Santo Antonio da Jacobina organisão um corpo de tropa, e pedem ao governo para seu commandante ao cidadão José Baptista Carneiro, pag. 12.

Manoel Nunes da Silva, commandante da força armada em Nazareth das Farinhas, no dia 4 de Outubro, em officio ao secretario do governo da Cachoeira, dá denuncia do padre Amaral, pag. 12.

O commandante em chefe dos pontos de Pirajá e Torre pede soccorro ao governo interino, pag. 13.

Motim militar na villa da Cachoeira, pag. 13.

Carta noticiosa de Pedro Ribeiro ao coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque a respeito do estado da guerra, dirigida de Pirajá em 8 de Outubro de 1822, pag. 14.

A força estacionada na ilha de Itaparica representa ao governo, pedindo mudança de commandante, pag. 14.

Parte official do encontro das nossas forças com os inimigos no dia 17 de Outubro de 1822, pag. 15.

Parte da guerrilha da madrugada do dia 17 de Outubro de 1822, pag. 15.

O conselho interino de governo approva a organização de uma legião de tropas ligeiras, composta das tres armas, segundo as condições no plano proposto, pag. 16.

Labatut, accusando a recepção de officios em 25 de Outubro de 1822, communica ao governo que vai intimar ao general Madeira para evacuar a capital da Bahia, pag. 16.

Proclamação de 26 de Outubro de 1822 aos habitantes do Rio-Grande, pag. 16.

Proclamação de 26 de Outubro de 1822 aos paulistas, pag. 16.

O conselho interino de governo ordena a prisão do tenente-coronel Antonio Martins da Costa e do cirurgião-mór Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira, pag. 16.

O conselho interino de governo manda recolher á fortaleza de Itaparica os presos tenente-coronel Antonio Martins da Costa e o cirurgião-mór Francisco Sabino Alvares, pag. 17.

Proclamação do general Labatut aos habitantes da Bahia em 30 de Outubro de 1822, pag. 17.

Labatut dirige-se ao governo interino, pag. 17.

Cartas mandadas pelo Madeira a diversas pessoas do concavo da Bahia, que forão apprehendidas pelas guardas do exercito nacional e pacificador, pag. 17.

O conselho interino de governo crea o commissariado, geral, a thesouraria e a auditoria do exercito pacificador, pag. 18.

O conselho interino de governo nomêa o pessoal para as repartições civis creadas no exercito pacificador, pag. 18.

Apparece no exercito um espião do general Madeira e é denunciado ao governo da Cachoeira, pag. 18.

Combate do dia 8 de Novembro de 1822, pag. 19.

— do dia 21 de Outubro de 1822, pag. 19.

Indisciplina militar — A guarnição do districto de Pirajuia abandona o seu ponto, pag. 19.

Em 9 de Novembro Lima pede providencias para a fortificação de Itaparica, pag. 20.

Proclamação, pag. 20.

O general Labatut em officio do dia 9 de Novembro pede ao conselho interino a prisão do capitão-mór Fiuzza, pag. 20.

Providencias que o governo da Cachoeira tomou para acantelar os bens das igrejas, pag. 21.

Guarda civica, pag. 21.

Bando, pag. 21.

O general Labatut em 11 de Novembro dirige-se ao governo da Cachoeira, pag. 21.

Proclamação, pag. 21.

- Proclamação dirigida aos soldados milicianos europeus chamados ao exercito das villas e povoações do recon-cavo, pag. 22.
- Proclamação do general Labatut ao exercito pacificador no dia 11 de Novembro de 1822, pag. 22.
- Reconhecimento do Principe Regente no dia 12 de Novembro de 1822 na villa da Cachoeira, como Imperador constitucional e defensor perpetuo do Brasil, pag. 22.
- Proclamação, pag. 23.
- Circular aos ouvidores das comarcas de Ilhéos, Sergipe de El-Rei, Jacobina e ao da Cachoeira, pag. 23.
- Estado das fortificações, pag. 23.
- O inimigo continúa por mar a embarçar o litoral da Bahia, e, para alliviar as cadeas, são mandados os europeus para Pernambuco, e Labatut intima a Madeira a deixar a cidade, pag. 24.
- O general Labatut no dia 16 de Novembro de 1822 se dirige aos negociantes da Bahia para que se conservem unidos e tranquilos, quaesquer que tenham sido suas opiniões politicas, pag. 25.
- O general Labatut no dia 16 de Novembro de 1822 dirige-se ao senado da camara participando sua chegada, e mandando que por editaes se intime o povo sob promessas de protecção, pag. 25.
- Prisão do capitão-mór Fiuza, pag. 25.
- Conselho militar no Bom-Jesus da Saubara, pag. 26.
- O conselho interino de governo no dia 20 de Novembro de 1822 approva o plano e proposta offerecidos pelo capitão-mór João Dantas dos Reis Portali para organização da guarda civica de defesa da villa, pag. 26.
- Plano para a organização da guarda civica de defesa interior da villa da Cachoeira, mandada crear pelo bando de 10 de Novembro de 1822, pag. 26.
- Crea-se mais um corpo de tropa regular para proteger os pontos da costa do mar, com a denominação de batalhão de legião constitucional do Imperio do Brasil da defesa do Sr. D. Pedro I, pag. 27.
- São fuzilados 51 pretos e surradas 20 pretas, pag. 27.
- Officio dirigido ao secretario do governo da Cachoeira, em que se pedem providencias em proveito da defesa da costa, pag. 28.
- E' proposto Pedro Rodrigues Bandeira para commissario-geral do exercito pacificador, pag. 28.
- Circulares aos consules, pag. 28.
- Chega á barra a esquadra portugueza, pag. 29.
- Tomão-se providencias por toda a parte, pag. 29.
- O conselho interino de governo no dia 28 de Novembro de 1822 toma providencias sobre os indícios de sublevação de escravos, pag. 30.
- Começão no exercito as machinações contra o general Labatut, pag. 30.
- Proclamação ao exercito do Brasil, pag. 31.
- Os portuguezes tentão anarchisar os povos da villa do Rio de Contas pag. 31.
- Proclamação, pag. 34.
- Ordem do dia 3 de Dezembro de 1822, na qual o general Labatut reduz os vencimentos da tropa, pag. 34.
- Estabelecimento de um correio para o Rio de Janeiro, pag. 34.
- Plano e instruções para o estabelecimento do correio da Cachoeira para a corte imperial do Rio de Janeiro, pag. 34.
- Feitos do dia 3 de Dezembro de 1822, pag. 35.
- Queixas de Labatut ao conselho de governo, pag. 35.
- O commandante das forças communica no dia 4 as occor-rencias do dia 30 de Novembro e pede providencias, pag. 36.
- Correspondencia official entre o governo e o general Labatut, pag. 36.
- E' proclamado e reconhecido o Sr. D. Pedro Imperador do Brasil na villa de Porto-Seguro, pag. 37.
- Officio do ministro João Vieira de Carvalho ao general Pedro Labatut, em que lhe faz novas communicações sobre os negocios da guerra da Bahia, pag. 37.
- Carta de communicação secreta da cidade da Bahia para Felisberto Gomes Caldeira, a qual este remetteu ao governo para seu conhecimento, pag. 38.
- Os inimigos tomão duas embarcações de mantimentos, pag. 39.
- E' substituido o titulo do corpo Legião de Honra do Principe Real pelo de Legião de Honra Imperial, pag. 39.
- Carta imperial, pag. 39.
- A camara municipal de Porto-Seguro communica ao governo da Cachoeira a rebelião dos indios, excitada por europeus contra a causa do Brasil, pag. 39.
- Decreto de 11 de Dezembro mandando sequestrar os bens dos subditos de Portugal, pag. 40.
- O major Antonio de Souza Lima, vendo-se em apuros, pede providencias ao governo, pag. 40.
- O governo da Cachoeira queixa-se ao Imperador do general Labatut, pag. 41.
- E' preso no dia 17 de Dezembro de 1822 o capitão-mór Manoel Bento, pag. 43.
- O secretario Miguel Calmon du Pin e Almeida (depois marquez de Abrantes) escreve a José Bonifacio contra Labatut, pag. 43.
- O Imperador manda proceder na Bahia á eleição para deputados á assemblea constituinte do Brasil, pag. 44.
- Officio do brigadeiro Gordilho a José Bonifacio, pag. 44.
- Pontos de fortificações em 19 de Dezembro de 1822, pag. 45.
- Conflicto de autoridade entre Labatut e o governo da Cachoeira, pag. 46.
- Manifesto ao exercito, pag. 46.
- Ordem do dia, pag. 48.
- Privações no exercito e participação dos acontecimentos do ataque do dia 16 de Dezembro, pag. 48.
- Trabalhos do conselho interino do governo da Cachoeira no mez de Setembro de 1822, pag. 48.
- Trabalhos do mez de Novembro, pag. 50.
- Advertencia, pag. 50.









